Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Salão de Festas da Sociedade Musical XV de Novembro, localizado na Avenida Deputado Luiz Fernando Linhares, 144, neste Município foi realizada a Reunião Solene da Cerimônia de Posse dos Vereadores, Prefeito, e Vice-Prefeitos eleitos em 07/10/2012, do Município de Miracema, sob a Presidência do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, por se tratar do mais idoso entre os Vereadores eleitos. Iniciando, o Vereador Presidente convidou os colegas Vereadores Carlos Armando de Azevedo e Maurício Sant'Ana Soares para ocuparem, provisoriamente, a Primeira e Segunda Secretaria da Mesa Diretora e, em seguida, convidou os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Gilson Teixeira Sales, Fabrício de Sá Xavier, Hugo Fernandes, João Siqueira Magalhães, Maria José Marques Barros Andrade e Paulo Sérgio de Azevedo para tomarem assento nos seus respectivos lugares. Convidou também o Deputado Estadual João Peixoto para fazer parte da Mesa. Composta a Mesa o Sr. Presidente declarou aberta a reunião de posse, solicitando a todos os presentes para juntos entoarem o Hino Nacional e o Hino de Miracema, com a participação da Banda Musical Sete de Setembro. Neste momento convidamos o Reverendíssimo Pastor Francisco Jucá para fazer a leitura do Texto Bíblico. Com a palavra, o Pastor Francisco Jucá cumprimentou todo o público presente, todos os Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito. Continuou dizendo que a Bíblia deveria ser o ponto de referência para a realização de um bom governo no Município de Miracema e fez a leitura da Segunda Carta de Timóteo. Esclareceu que seria impossível governar um Município sem a ajuda da Bíblia e de Deus, sendo certo que a leitura do conteúdo da Bíblia transforma as pessoas e por isso vai presentar o Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários e Diretores com uma Bíblia, desejando que elas sejam lidas e seus ensinamentos sejam praticados. Ainda neste espírito cristão, o Vereador Presidente convidou o Monsenhor Mateus Panakakuzi para fazer uso da palavra. De início, o Monsenhor Mateus cumprimentou todo o público presente, todos os Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito e os saudou com as palavras de Jesus "Dou-nos a minha paz". Acrescentou que já se sente um cidadão miracemense e disse que realizará suas orações desejando sabedoria e equilíbrio para que o Prefeito e o Vice-Prefeito governem o Município de Miracema, destacando que eles foram escolhidos pela

maioria da população miracemense para governar o Município da melhor maneira possível. Após a audição dos hinos, o Sr. Presidente disse que em conformidade com o artigo 49 da LOM e seus parágrafos e os artigos 10 a 18 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miracema, daria posse aos Vereadores eleitos para o período legislativo de 2013 a 2016, os quais iria chamar por ordem alfabética a fim de que os mesmos prestassem o seguinte compromisso: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem estar de seu povo". Continuando, o Sr. Presidente solicitou aos Senhores Vereadores que ao serem nomeados um a um, respondessem "ASSIM O PROMETO". Os Vereadores Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva, Gilson Teixeira Sales, Gutemberg Medeiros Damasceno, Hugo Fernandes, João Siqueira Magalhães, Maria José Marques Barros Andrade, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, de pé, com a mão direita estendida, responderam "ASSIM O PROMETO". Formalizado o compromisso dos Senhores Vereadores, o Sr. Presidente passou à eleição da Mesa Diretora, através do voto secreto, concorrendo uma única chapa, com a seguinte composição: Chapa Única – Presidente: Hugo Fernandes, Vice-Presidente: Maria José Marques Barros Andrade, 1º Secretário: Gilson Teixeira Sales e 2º Secretário: Genessi Rodrigues da Silva. Em seguida o Sr. Presidente distribuiu as cédulas devidamente rubricadas pelo Agente Administrativo e os Auxiliares Legislativo e de Secretaria da Câmara Municipal, para cada um dos Vereadores a fim de que os mesmos efetuassem seu voto. Após a votação o Sr. Presidente deu o resultado da eleição, onde a Chapa Única recebeu onze votos favoráveis. A Chapa Única foi vencedora com onze votos favoráveis e a seguinte composição: Presidente: Hugo Fernandes, Vice-Presidente: Maria José Marques Barros Andrade, 1º Secretário: Gilson Teixeira Sales e 2º Secretário: Genessi Rodrigues da Silva. Prosseguindo o Sr. Presidente convidou o Presidente e o Primeiro e Segundo Secretários da Chapa Vencedora, Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, respectivamente, para, a partir daquele momento, presidirem os trabalhos. Com a palavra o Presidente eleito, após cumprimentar todo o público presente, todos os Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito, disse que é com muita alegria e emoção que

a partir de hoje inicia uma nova etapa em sua vida, como Vereador/Representante do povo e Presidente do Legislativo Miracemense. Agradeceu a Deus por ter iluminado seu caminho nesses 27 anos de vida, agradeceu a confiança da população, em especial seus 447 votos, agradeceu aos nobres colegas Vereadores por confiarem a ele a responsabilidade de ser Presidente da Câmara Municipal por 02 (dois) anos. Esclareceu que será com muita humildade e disposição que lutará para honrar cada um. Agradeceu seus amigos que choraram e sorriram com ele em toda essa trajetória, agradeceu a Sociedade São Vicente de Paulo (Vicentinos) que lhe ensinou a olhar e viver a vida de uma forma diferente e mais humana, e, também agradeceu principalmente sua família, em especial sua mãe e sua avó por terem lhe criado, educado e ajudado a realizar seus sonhos. Por fim, disse que é com a certeza de se dispor a servir este povo da nossa querida Princesinha do Norte que tanto anseia por dias melhores, sendo que com as palavras de Gandhi "Quem não vive para servir, não serve para viver" encerra sua fala agradecendo todos por tudo. Continuando, o Presidente eleito, Vereador Hugo Fernandes solicitou aos Vereadores Carlos Armando de Azevedo e Gilson Teixeira Sales, que introduzissem no plenário o Exmo. Sr. Prefeito eleito Juedyr Orsay Silva e o Exmo. Sr. Vice-Prefeito, Rafael Tostes Padilha Moreira Pinto para fazerem parte da Mesa. Dando continuidade o Sr. Presidente, diante dos pavilhões Nacional, Estadual e Municipal, dos Senhores Vereadores já empossados, de suas famílias, das autoridades e do público em geral, solicitou ao Sr. Prefeito e Vice-Prefeito eleitos que prestassem o seguinte juramento: “PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS DA UNIÃO, ESTADO E DO MUNICÍPIO E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE”. Em seguida o Sr. Presidente declarou ambos empossados. A seguir anunciados os futuros Secretários, Diretores e Assessores da Prefeitura Municipal de Miracema. O Sr. Presidente convidou o representante do Ex-Prefeito Municipal Ivany Samel, o Vereador Maurício Sant’Ana Soares para fazer a transmissão do cargo. O Vereador Maurício Sant’Ana Soares, após cumprimentar todos os Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, disse que as falas para ser bem proveitosas devem ser curtas e breves, que esta cerimônia marca o início de seu terceiro mandato e de uma nova era para o Município de Miracema. Agradeceu a Deus por ter mantido até o final com dignidade

seus dois mandatos, esclarecendo que só falha quem tem a coragem de tentar. Por fim, convidou o Prefeito Municipal Juedyr Orsay para realizar a transmissão do Cargo. A seguir, o Vereador João Siqueira Magalhães fez o uso da palavra e, após cumprimentar todo o público presente, disse que ficou muito feliz por estar retornando à Câmara Municipal e quer ser um Vereador solidário. Agradeceu, em primeiro lugar, a Deus e depois a sua família, destacando que recebeu muito apoio dela, especialmente sua esposa e sua filha. Confirmou que estará sempre apoiando os Projetos que forem de interesse do Município e da população, sendo que a atual composição da Câmara Municipal possui todos os requisitos para dar certo, pois mescla experiência e juventude. Neste momento, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Deputado Estadual João Peixoto. Com a palavra, o Deputado Estadual, de início, pediu para todos fazerem um minuto de silêncio pela memória da Sra. Edina Orsay, mãe do Prefeito Juedyr Orsay. Esclareceu que o povo miracemense escolheu uma pessoa que será um dos melhores Prefeitos que o Município poderia ter, sendo que se colocou a disposição para ajudar o Município da melhor maneira possível. Agora ouviremos o pronunciamento do Exmo. Sr. Vice-Prefeito, Rafael Tostes Padilha Moreira Pinto. De início, o Vice-Prefeito Rafael Moreira cumprimentou todo o público presente e parabenizou todos os Vereadores eleitos desejando sucesso no exercício de seus mandatos. Continuou saudando o Ex-Prefeito e agora Vereador Gutemberg por ter tido a hombridade de comparecer na Reunião Solene da Cerimônia de Posse dos Vereadores, Prefeito, e Vice-Prefeitos para realizar a transmissão de seu cargo. Acrescentou que sabe o tamanho da responsabilidade de ter sido eleito Vice-Prefeito e sua eleição é a prova de que a juventude miracemense pode fazer muito. Esclareceu que esteve hoje, na parte da manhã, na Prefeitura Municipal e a encontrou em péssimas condições. Agradeceu a oportunidade de ajudar a governar o Município e pede que a população continue acreditando que Miracema possa ser um lugar melhor. Também agradeceu ao Prefeito Juedyr Orsay pela oportunidade concedida, esclarecendo que em todas as suas conversas ele deixou claro que dará total autonomia para o Vice-Prefeito trabalhar e tem a certeza de que, no final do mandato, eles terão feito um trabalho em prol do Município de Miracema. Continuando, convidamos o Exmo. Sr. Prefeito Juedyr Orsay Silva, já empossado, para fazer uso da palavra. Com a palavra o Exmo. Sr. Prefeito Municipal pediu para os Vereadores não

deixarem de fiscalizar seus atos como Prefeito Municipal e agradeceu ao Deputado João Peixoto por ele ter sido o seu criador como político e ao Deputado Federal Antony Garotinho, pois ele colaborou muito durante sua campanha, através de sua participação direta e, inclusive, oferecendo a filiação em seu partido. Disse que ao ser empossado como Prefeito Municipal lhe vêm muitas palavras em sua mente, entretanto escolheu apenas duas que acredita definir o futuro de seu governo. Desafio e convicção. Desafio para enfrentar os próximos 04 (quatro) anos governando de Miracema e convicção que realizará seu trabalho da melhor maneira possível. Esclareceu que o Município de Miracema deve recuperar o tempo perdido e seus bens patrimoniais, sendo que ao entrar na Sede da Prefeitura Municipal, na parte da manhã do dia de hoje, ficou muito triste e decepcionado com tudo que encontrou, uma vez que não havia nenhuma pessoa para recepcioná-lo. Acrescentou que estava parecendo que tinha passado um tsunami dentro Prefeitura Municipal, sendo que as portas feitas de madeira estão podres e a parte hidráulica está toda comprometida. Esclareceu que está prestando contas à população e desabafando sua indignação com o atual estado do Município, pois seu antecessor não teve sequer a hombridade de abrir as portas para que pudesse ter sido feita a transição. Afirmou que está sendo recebida a pior herança política possível, vez que existem diversos problemas no Município, tais como: um aviso de um possível corte da luz pela AMPLA pelo não pagamento de uma dívida de aproximadamente R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), a dívida da Área da Saúde está ultrapassando R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), existe uma dívida com o Fundo de Previdência dos Servidores Municipais que já ultrapassa R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), na frota de veículos do Município existem mais de 120 (cento e vinte) veículos sucateados, algumas obras como o frigorífico, a praça da juventude e o cemitério estão inacabadas. Acrescentou que não será complacente e nem conivente com os malfeitores do dinheiro público, sendo certo que dedicará este mandato a memória de sua mãe. Afirmou, também, que Miracema é um Município predestinado à grandeza, mas atualmente não existem ofertas de emprego, educação a nível universitário e transporte público decente no Município, logo a grandeza de Miracema reside no seu povo. Disse que dará continuidade as obras inacabadas do governo passado, desde que elas sejam de interesse da população e que governará sem desperdício do dinheiro público, pois

nomeou pessoas capacitadas para compor as secretarias, diretorias e assessorias da Prefeitura Municipal. Por fim, disse que chegou a hora de lutarmos para ter uma cidade maravilhosa e encerrou sua fala agradecendo ao Vice-Prefeito Rafael Moreira por tudo que ele realizou e ratificou que ele terá total autonomia para agir como Vice-Prefeito do Município e agradecendo todas as pessoas que lhe ajudaram durante a campanha, esclarecendo que os votos da população tratados com muito respeito e dedicação. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente declarou encerrou a reunião, desejando a todos os empossados muito sucesso em sua gestão. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Salão de Festas da Sociedade Musical XV de Novembro, 01 de janeiro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Miracema, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 19, Versículos de 01 a 10. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Mensagem nº 0001/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública – SMDCSP e da Guarda Civil do Município de Miracema-RJ e dá outras providências. O Vereador Presidente Hugo Fernandes perguntou quais os Vereadores que se disponibilizam a ficar de plantão no mês de janeiro, esclarecendo que será um deles. Os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, Maria José Marques Barros Andrade e Genessi Rodrigues da Silva se colocaram a disposição para ficarem de plantão. O Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que fez um esboço sobre a composição das Comissões da Câmara Municipal e que gostaria de discuti-lo com todos os Vereadores. Continuando, disse que a **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final** seria composta pelos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo (Presidente), Carlos Armando de Azevedo (Vice-Presidente) e Maria José Marques Barros Andrade (Membro). A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade disse que não gostaria de participar desta Comissão. A **Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio Obras e Serviços Públicos** seria composta pelos Vereadores Genessi Rodrigues da Silva (Presidente), Carlos Armando de Azevedo (Vice-Presidente) e João Siqueira Magalhães (Membro). A **Comissão de Educação, Saúde e Assistência** seria composta pelos Vereadores

Gutemberg Medeiros Damasceno (Presidente), João Siqueira Magalhães (Vice-Presidente) e Carlos Magno da Silva Peres (Membro). A **Comissão de Ética** seria composta pelos Vereadores Gilson Teixeira Sales (Presidente), Maria José Marques Barros Andrade (Vice-Presidente) e Carlos Magno da Silva Peres (Membro). A **Comissão de Meio Ambiente** seria composta pelos Vereadores Maurício Sant'Ana Soares (Presidente), Gilson Teixeira Sales (Vice-Presidente) e Fabrício de Sá Xavier (Membro). A **Comissão de Trânsito e Segurança Pública** seria composta pelos Vereadores João Siqueira Magalhães (Presidente), Genessi Rodrigues da Silva (Vice-Presidente) e Fabrício de Sá Xavier (Membro). A **Comissão de Turismo e Cultura** seria composta pelos Vereadores Carlos Armando de Azevedo (Presidente), Maurício Sant'Ana Soares (Vice-Presidente) e Paulo Sérgio de Azevedo (Membro). O Vereador Carlos Magno da Silva Peres informou que não se importa em trocar de lugar com a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade na composição da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que não gostaria de participar da Comissão de Ética, entretanto, acredita que nele deveria haver uma melhor distribuição de Vereadores nesta Comissão, com a participação de um membro da oposição. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares se colocou a disposição para participar da Comissão de Ética, assim, o Vereador Carlos Magno da Silva Peres cedeu seu lugar nesta Comissão. Dessa maneira, o Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que as composições das Comissões da Câmara Municipal ficaram da seguinte maneira: **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:** Paulo Sérgio de Azevedo (Presidente), Carlos Armando de Azevedo (Vice-Presidente) e Carlos Magno da Silva Peres (Membro); **Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio Obras e Serviços Públicos:** Genessi Rodrigues da Silva (Presidente), Carlos Armando de Azevedo (Vice-Presidente) e João Siqueira Magalhães (Membro); **Comissão de Educação, Saúde e Assistência:** Gutemberg Medeiros Damasceno (Presidente), João Siqueira Magalhães (Vice-Presidente) e Maria José Marques Barros Andrade (Membro); **Comissão de Ética** seria composta pelos Vereadores Gilson Teixeira Sales (Presidente), Maria José Marques Barros Andrade (Vice-Presidente) e Maurício Sant'Ana Soares (Membro); **Comissão de Meio Ambiente** seria composta pelos Vereadores Maurício Sant'Ana Soares (Presidente), Gilson Teixeira Sales (Vice-Presidente) e Fabrício de Sá Xavier (Membro); **Comissão**

de Trânsito e Segurança Pública seria composta pelos Vereadores João Siqueira Magalhães (Presidente), Genessi Rodrigues da Silva (Vice-Presidente) e Fabrício de Sá Xavier (Membro) e; **Comissão de Turismo e Cultura** seria composta pelos Vereadores Carlos Armando de Azevedo (Presidente), Maurício Sant'Ana Soares (Vice-Presidente) e Paulo Sérgio de Azevedo (Membro). Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 04/02/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas e trinta minutos, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Miracema, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que esta Reunião Extraordinária tem a finalidade de votar o Projeto de Resolução que altera o número de Assessores. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Resolução: Altera o Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Resolução nº 668 de 22 de março de 2001. Autoria Mesa Diretora. O Vereador Gilson Teixeira Sales fez a leitura do Projeto de Resolução, do parecer da Assessoria Jurídica, do controle Interno, da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e da Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio Obras e Serviços Públicos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o orçamento da Câmara Municipal é baseado no Orçamento do ano anterior, assim a Prefeitura Municipal tem a obrigação de repassar para a Câmara o valor correspondente a 7% (sete por cento) da receita do ano de 2012, por isso, a Câmara Municipal não terá variações de acordo com o problema financeiro do País, pois sempre receberá baseado no Orçamento do ano anterior e não do ano presente. Esclareceu que se por acaso a Prefeitura Municipal tiver um déficit de caixa ela será obrigatória a repassar o valor baseado no orçamento passado. O Vereador explicou que está esclarecendo, pois quando foi dito, em um dos pareceres, que poderá ultrapassar os 70% (setenta por cento), positivamente ou negativamente, isso não vai acontecer, pois o Orçamento do ano passado já está fechado. Disse que quando o legislador criou está situação foi muito sábio, pois colocou o Poder Legislativo em uma situação muito cômoda, uma vez que seu

orçamento se baseia no que já aconteceu e não no que vai acontecer, com isso, se acontecer algum problema de caixa com a Prefeitura Municipal este ano, isto irá refletir na Câmara Municipal apenas no próximo ano. Por fim, acrescentou que esta Resolução é praticamente obrigatória, pois se não fosse aprovada dois Vereadores ficariam sem Assessores. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que apesar de ser favorável á aprovação da Resolução, está preocupado porque no dia da diplomação a Dra. Juíza informou que a quantidade de Vereadores ainda poderia ser alterada para nove. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que realmente isto poderá vir a acontecer e se isso acontecer o Vereador Presidente colocará está questão para todo o Plenário e o Plenário, consequentemente, fará a Resolução perder seu efeito, sendo que isto somente será discutido depois de alguma decisão Poder Judiciário. Esclareceu ainda que se existir uma decisão diminuindo o número de Vereadores a Câmara Municipal poderá impetrar algum tipo Recurso e, provavelmente, este Recurso só seria decidido depois dos 04 (quatro) anos de mandato. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno falou muito bem e que existe a necessidade de construir mais dois gabinetes na Câmara Municipal, que já deveriam ter sido feitos. O Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que a Resolução nº 812 de 2005, aduz que a nomeação de dois assessores para cada Vereador recairá em pessoas por ele indicados, assim no caso do Tribunal decidir na diminuição do número de Vereadores, automaticamente, estes novos cargos de assessores serão extintos. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº. 1087 de 03 de janeiro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu promulgo a seguinte Resolução: Artigo 1º - Altera o Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Resolução nº 668 de 22 de março de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação: ANEXO I - QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	CÓD CARGOS	Nº CARGOS	Nº Ocupantes	SÍMB VENCIMENTOS	Recrutamento	Vencimentos
1- Assessor Jurídico	***CC 01***	**01**	**01**	**CCL – 1**	***Amplo***	***R$3.002,96***
2- Controlador Interno	***CC 02***	**01**	**01**	**CCL – 1**	***Amplo***	***R$2.143,09***
3- Tesoureiro	***CC 02***	**01**	**01**	**CCL – 3**	***Amplo***	***R$2.143,09***

4 – Chefe de Gabinete	***CC 02***	01	01	CCL – 5	***Amplo***	***R$2.143,09***
5- Assessor Parlamentar	***CC 03***	01	01	CCL – 3	***Amplo***	***R$ 1.325,47***
6 – Ass.Político de Vereador	***CC 04***	11	11	CCL – 5	***Amplo***	***R$1.146,45***
7 – Ass. Técnico de Vereador	***CC 04***	11	11	CCL – 5	***Amplo***	***R$ 1.146,45***
8- Ass. de Comunicação Social	***CC 05***	01	01	CCL – 5	***Amplo***	***R$713,69***
9- Ass. p/ Assuntos Educacionais	***CC 05***	01	01	CCL - 5	***Amplo***	***R$ 713,69***
10 – Ass. Sec Gabinete da Presidência	***CC 05***	01	01	CCL - 6	***Amplo***	***R$ 713,69***

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2013. O Vereador Carlos Armando de Azevedo agradeceu a oportunidade de utilizar a palavra, esclarecendo que no mandato passado aconteceram algumas faltas de respeito dentro do Plenário e espera que neste mandato isto não aconteça, pois uma das piores coisas que podem acontecer com o Vereador é o Presidente da Câmara Municipal não o respeitar. Disse, ainda, que tanto os Funcionários quanto os Assessores respeitem os direitos do Vereador sem opinar na sua condição de voto e em sua opinião política, pois isto aconteceu muito nos dois últimos anos. Esclareceu que passou por maus momentos deste Plenário e foi diversas vezes para casa pedindo a Deus conforto e oração para evitar um confronto maior. Informou que as pessoas devem respeitar as opiniões de cada um, pois já participou de várias discussões políticas, sendo que com cada mandato aprendeu coisas novas sobre a política e tem a certeza que aprenderá muito mais. Esclareceu que por mais que o Vereador saiba conduzir sua condição, às vezes ele acaba se perdendo e não possui o domínio das palavras. Disse que quando os Vereadores estão em Plenário, eles devem representar toda a população, sem nenhuma distinção, por isso todos devem fazer seu melhor. Acrescentou que já saiu do Plenário em algumas situações muito difíceis e que hoje está começando uma nova etapa e um novo mandato, esperando que os Vereadores possam voltar na época em que eram realizadas suas confraternizações. O Vereador João Siqueira Magalhães acrescentou que nós moramos em uma cidade pequena, onde todos conhecem todo mundo, e, em algumas vezes, as questões ideológicas acabam pesando mais do que

as amizades, sendo que é um absurdo as pessoas terminarem suas amizades por causa da política. Esclareceu que todos os Vereadores possuem sua posição ideológica, entretanto ao sair do Plenário todos devem ser amigos. O Vereador Carlos Armando de Azevedo agradeceu ao Vereador Presidente pela maneira de conduzir a Reunião, e pediu para que a população venha participar das reuniões. Por fim, disse que espera que esta Casa Legislativa volte com o Programa da Rádio e com a divulgação dos trabalhos nos jornais locais e deseja que Deus ilumine todos os Vereadores para que eles possam ter um mandato com seriedade e em prol da população. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que no dia da posse, durante a Sessão Solene, um momento de felicidade para o Município, acabou sendo insultado por uma Senhora que lhe obrigava a bater palmas a todo o momento. Esclareceu que está como Vereador por causa do povo e que está aqui para trabalhar em prol do Município, sendo que não permitirá que os munícipes venham aqui na nossa Casa para agredir qualquer Vereador, pois irá exigir que o Regimento seja cumprido, sendo que também não permitirá que uma liderança comprometida, um gestor público seja linchado nesta Casa Legislativa. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que está muito feliz, pois esteve várias vezes nesta Casa Legislativa sem a presença do público, e hoje vê uma boa participação da população. Continuou agradecendo ao Vereador Carlos Armando pelo pedido de união e confraternização entre os Vereadores, esclarecendo que também lutará por isso, pois divergências políticas sempre existirão, mas os Vereadores não devem ser inimigos e sim amigos. Por fim, disse que estará realizando seu trabalho sempre em prol do Município, acreditando que os Vereadores terão respeito e carinho da população. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade parabenizou todos os Vereadores e pediu para que eles tentem se tratar com respeito e honestidade, sendo que sempre estará aqui para contribuir com o bem do Município. Disse que os Vereadores devem pensar em prol da comunidade e gostaria que todos os Vereadores fossem amigos e companheiros. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu a presença da Assessora Jurídica, pois isto é muito importante durante as Reuniões. Continuou dizendo que deseja a todos os Vereadores um bom mandato, cheio de realizações e trabalho, esclarecendo que acredita muito neste novo grupo de Vereadores, sendo que está muito satisfeito com a escolha do Presidente da Câmara Municipal, pois é muito importante deixar as

eleições para trás e pensar no que é melhor para a Câmara e para a população. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que tem observado que o ambiente político em Miracema permanece muito tenso e, sempre diz que "o adversário de ontem pode ser o companheiro de amanhã", sendo que já possui experiência política nesta situação, pois duas pessoas que já foram seus adversários políticos se transformaram em seus Vices Prefeitos. Esclareceu que quem ofende se esquece, mas quem é ofendido não esquece, sendo que quando uma pessoa ofende a família de outra, ela acaba fechando uma porta. Continuou dizendo que colocou em vida a seguinte frase "perdoamos a quem nos ofendeu", pois este é um passo para os Vereadores que foram ofendidos conseguirem seguir em frente com sua vida. Por fim, disse que as pessoas que foram ofendidas deveriam rezar um Pai Nosso e perdoar aqueles que lhes ofenderam. O Vereador Gilson Teixeira Sales pediu para que no final da Reunião, em conjunto com o público presente, fosse rezada a Oração do Pai Nosso. O Vereador Presidente Hugo Fernandes agradeceu sua votação unânime, esclarecendo que estará aqui para servir todos os Vereadores, independente de Partido e de posição política. Continuou dizendo que voltará a buscar um espaço para os Vereadores na mídia, seja através do rádio, do jornal e até mesmo com a criação de uma página no Facebook, pois a população precisa saber dos trabalhos dos Vereadores. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada a reunião de instalação do primeiro período legislativo de 2013, a de número um da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência dos Vereadores Carlos Armando de Azevedo e João Siqueira Magalhães. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 30, Versículos de 01 a 03. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite da Igreja Metodista para o CultoReligioso que será realizado no dia 05/02/2013, às 19h30min. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 07/02/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número dois, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Carlos Armando de Azevedo e Maurício Sant'Ana Soares. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 116, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Telegrama da Sorveteria Sol e Neve desejando que as reuniões desta Casa Legislativa aconteçam com franqueza e com espírito fraternal e solidário; 02) Telegramas NºRef: 000254/MS/SE/FNS, 038285/MS/SE/FNS, 002930/MS/SE/FNS, 002931/MS/SE/FNS, 000253/MS/SE/FNS, 040747/MS/SE/FNS, 043677/MS/SE/FNS, 032459/MS/SE/FNS, 031149/MS/SE/FNS, 021259/MS/SE/FNS, 035549/MS/SE/FNS, 001114/MS/SE/FNS, 001137/MS/SE/FNS, 008061/MS/SE/FNS, 006578/MS/SE/FNS, 000740/MS/SE/FNS, 000255/MS/SE/FNS, 007572/MS/SE/FNS, 004596/MS/SE/FNS e 008092/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 03) Ofício 001/13 da CAPPS

solicitando o repasse do valor correspondente a proporcionalidade referente a folha de pagamento dos aposentados; 04) OF. PMERJ/36º BPM/P/3 Nº 332/2013 encaminhando Planilha com dados estatísticos de Acidente de Trânsito, nos anos de 2009 a 2012. O Vereador Presidente solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador; 05) Comunicados Nº CM289614/2012 e CM289613/2012 do Ministério da Educação; 06) Ofício GAB/PMM Nº 055/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando e justificando o Projeto de Lei nº 01/2013 que "desonera os tributos de competência Municipal que incidam sobre a operação das salas de cinema que serão construídas no âmbito do Projeto Cinema da Cidade"; 07) Ofício 082/2013 do Instituto Tiradentes solicitando algumas informações; 08) Ofício nº. 052/13 do Ministério Público da Tutela Coletiva/Núcleo Pádua solicitando cópia do ato de nomeação; 09) Ofício nº 018/2012 GAB/PMM da Procuradoria Geral do Município de Miracema prestando informações sobre necessidade de contratação em caráter de emergência para coleta, separação, reciclagem e destinação final de lixo em Miracema. Os Vereadores Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 10) Ofício nº 04-13 sobre os repasses previdenciários para 2013 e encaminhando em anexo cópia da Lei Municipal nº. 1288/09; 11) Ofício PMM/GAB nº 040/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal indicando o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo para ser líder do Governo; 12) Ofício nº 03/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal informando esta Casa Legislativa da necessidade em caráter emergencial da contratação de empresas para coleta, separação, reciclagem e destinação final de lixo de nosso Município. Os Vereadores Hugo Fernandes e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 13) Convite para um curso sobre "Regularização do Serviço Municipal de Táxi: adequações legais, licitação e fiscalização, oferecido pelo Instituto de Estudos Municipais (IEM); 14) Comunicado CT/Oi/GUN/3355/2012 da

Empresa OI; 15) Ofício do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) parabenizando e cumprimentando os Vereadores eleitos, bem como oferecendo seus serviços; 16) Ofício nº 63/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal solicitando a substituição do ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2013 pelo que esta seguindo em anexo. Os Vereadores Hugo Fernandes, Carlos Magno da Silva Peres, Maria José Marques Barros Andrade, Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que gostaria que todos os Vereadores analisassem os Projetos de Lei da maneira mais rápida e eficaz possível, para que a Câmara Municipal possa dar um bom andamento aos Projetos de Lei. Continuando o Vereador pediu sugestões aos Vereadores sobre a quantidade de requerimentos que deveriam ser feitos em cada Sessão, sendo que hoje todos os Vereadores poderão fazer seus requerimentos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno sugeriu que fossem realizados dois requerimentos por Sessão, pois não existe nenhuma maneira do Sr. Prefeito Municipal atender diversos requerimentos dos Vereadores e de outros órgãos. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade acredita que devem ser feitos três requerimentos por Sessão. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que gostou da sugestão do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, entretanto, gostaria que os requerimentos fossem feitos apenas nas quintas-feiras. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres concorda com a realização de dois requerimentos. O Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que o Regimento Interno da Câmara Municipal disse que os requerimentos podem ser feitos por três Vereadores por Sessão. O Vereador João Siqueira Magalhães acredita que, embora esteja previsto três requerimentos no Regimento Interno, deveriam ser feitos dois requerimentos ao Sr. Prefeito Municipal por Sessão, pois o Prefeito Municipal recebe muitos requerimentos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que está de acordo

com a realização de dois requerimentos por Sessão. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que concorda com todos e que deveriam ser feitos dois requerimentos por Sessão. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que concorda com todos. O Vereador João Siqueira Magalhães acrescentou que os requerimentos direcionados ao Prefeito Municipal deveriam ser dois por Sessão, entretanto os Vereadores também fazem requerimentos direcionados a Órgãos Estaduais. Dessa maneira, o Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que serão feitos dois requerimentos indicados ao Sr. Prefeito Municipal por Sessão, enquanto que para outros órgãos poderão ser realizados um requerimento para cada Vereador por Sessão. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas ao Diretor do DEMUTRAN no sentido de que transforme a Rua Aniceto de Carvalho, conhecida como Rua da Proletária, em mão única, uma vez que sua largura é estreita, bem como que proíba o estacionamento de veículos em um lado da Rua Deputado Luiz Fernando Linhares, no trecho entre os Correios e a Pousada Miracema, em decorrência do afunilamento e consequente congestionamento do trânsito na via, que é também parte da RJ–116. Deferido. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam colocados no Prédio da Câmara Municipal de Miracema dois Guardas Municipais, em horário de expediente, inclusive nos períodos de Sessão da Câmara. Deferido. O Vereador ainda esclareceu que no futuro poderiam ser criados dois cargos de Guarda Municipal no quadro de funcionários da Câmara Municipal. 03) Vereador Carlos Magno da Silva Peres – Ao Sr. Superintendente Regional do Trabalho de Estado do Rio de Janeiro, Dr. Carlos Eduardo Petra – Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de reabrir a Agência Municipal do Trabalho no Município de Miracema, com

os seguintes serviços: homologações de rescisão contratual e demais atribuições inerentes ao bom funcionamento desta Agência. Aprovado. 04) Vereador João Siqueira Magalhães – Ao Deputado Paulo Melo, Presidente da ALERJ – Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de viabilizar a construção da Sede da Câmara Municipal de Miracema nos mesmos moldes em que V. Exa. ajudou, de forma efetiva, na construção da Sede da Câmara do nosso vizinho, o Município de Aperibé. Aprovado. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou, também, Moção de Aplausos para Deputado Paulo Melo, por ter sido reeleito como Presidente da ALERJ. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Vereador Gilson Teixeira Sales – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizada a limpeza e reparos na barragem seca do Hospital, tendo em vista o mau cheiro, a grande proliferação de vetores e a dificuldade no escoamento de águas durante as chuvas, que vêm da Vila José de Carvalho e desembocam na barragem seca. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas ao Diretor do DEMUTRAN no sentido de que sejam instalados redutores de velocidade e melhoradas as sinalizações das Ruas do Município de Miracema, principalmente as asfaltadas, tendo em vista o aumento do número de acidentes em nossa cidade, inclusive alguns com vítimas fatais. 07) Vereador Hugo Fernandes – Ao Exmo. Governador Sérgio Cabral – Solicitação com vistas aos Gabinetes dos Deputados Paulo Melo e João Peixoto no sentido de que seja realizada a concessão do terreno situado na Avenida Nilo Peçanha, que pertence ao Estado do Rio de Janeiro, para a finalidade específica da construção da Sede da Câmara Municipal do Município de Miracema. Na oportunidade, destacamos que o referido terreno se encontra em desuso há décadas, motivo pelo qual o pleito solicitado torna-se viável, além de indispensável para a melhoria do Legislativo Miracemense. Aprovado. O Vereador Hugo

Fernandes solicitou, também, Moção de Aplausos para Deputado Federal Antony Garotinho, por ter sido eleito líder do PR na Câmara Federal. O Vereador Hugo Fernandes solicitou, ainda, Moção de Pesar para: 01) os familiares do Sr. Vicente Toscano, em razão de seu falecimento; 02) os familiares do Sr. Osmar da Padaria, em razão de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou Moção de Pesar para a Dra. Lúcia de Fátima Teixeira Boechat, pelo falecimento de seu pai, o Dr. Antônio Carlos Teixeira Carvalho, com o qual o Vereador teve prazer de trabalhar no Posto de Saúde Dr. Irineu Sodré em Miracema, onde ele era seu chefe. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que o Sr. Prefeito Municipal pode ser notificado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, pois a medida que ele está tomando agora, a de solicitar a Câmara Municipal urgência em resolver os problemas com a colete de lixo, deveria ter sido feita em janeiro, uma vez que já foi contratada uma Empresa em caráter emergencial, antes da Câmara Municipal ter dado sua autorização. O Vereador esclareceu que poderia até ser decretado estado de emergência em relação à coleta de lixo. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse ao serem eleitos Vereadores em 07 de outubro de 2012, todos os Vereadores se tornaram uma família e seguirão juntos por quatro anos, assim espera que todos sejam tratados com respeito dentro e fora do Plenário, bem como que os Vereadores tratem a plateia com este mesmo respeito. Continuou dizendo que, como líder do Governo, visitará todas as obras realizadas pelo Poder Executivo e procura ser amigo de todos os Vereadores, sempre resolvendo as pendências em conjunto. Por fim, agradeceu a indicação do Sr. Prefeito Municipal para ser líder do Governo. O Vereador Hugo Fernandes disse que está muito feliz com a visita do público, sendo que em breve a Câmara Municipal estará com seu site funcionando,

assim será dado visibilidade e transparência aos trabalhos legislativos e que buscará transmitir as Sessões da Câmara ao vivo, através de áudio. Esclareceu que a partir de março o programa da rádio estará de volta e os Vereadores poderão passar para a população informações sobre a realização de seus trabalhos. Por fim, disse que apresentará um Projeto de Lei sobre algumas ruas em Miracema, pois o número de acidentes de trânsito está muito grande, sendo que também é importante realizar a instalação de redutores de velocidade. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 18/02/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número três, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Mateus, Capítulo 09, Versículos de 35 a 37. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício RH 009/2013 da Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ (CAMEDS). O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 02) Ofício GAB CMDO nº 046/2013 encaminhando minuta de Projeto de Lei. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício 020/2012 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ sobre a Contribuição Sindical. O Vereador Presidente Hugo Fernandes solicitou que este ofício fosse encaminhado ao Assessor Jurídico para a confecção de parecer; 04) Ofício nº 1700/2012/OF da Vara Única da Comarca de Cambuci. 05) Ofício Circular nº 006/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

convidando para o evento que será realizado no dia 20 de fevereiro, às 14h, no Auditório do Prédio Sérgio Franklin Quintella - Praça da República, nº 54/56 - Centro - Rio de Janeiro. 06) Ofício nº 073/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o Anteprojeto de Lei nº. 07. Os Vereadores Hugo Fernandes e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares sugeriu que todos os Projetos de Lei que fizerem referência aos Servidores Municipais fossem encaminhados ao Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema para que eles possam ser estudados. 07) Ofício nº 074/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o Anteprojeto de Lei nº. 08. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício. 08) Ofício nº 075/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o Anteprojeto de Lei nº. 09. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício. 09) Ofício nº 076/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o Anteprojeto de Lei nº. 10. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício. 10) Ofício nº 077/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o Anteprojeto de Lei nº. 11. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício. 11) Ofício nº 069/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o Anteprojeto de Lei nº. 03. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício. 12) Ofício nº 070/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o Anteprojeto de Lei nº. 04. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício. 13) Ofício nº 071/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o Anteprojeto de Lei nº. 05. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício. 14) Ofício nº 072/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o Anteprojeto de Lei nº. 06. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício. 15) Projeto de Lei que transforma em mão única a Rua Ricardo Vale e a Avenida Eiras, de autoria do Vereador Hugo Fernandes. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os

seguintes: 01) Vereador Genessi Rodrigues da Silva – Ao Diretor da Divisão de Aprendizagem do Detran-RJ, Sr. Alexandre Henriques – Solicitação no sentido de que seja implantada a realização da Prova Teórica, para a aquisição de Carteira de Motorista, no Município de Miracema, visto que os alunos se deslocam de seus respectivos Municípios para realizarem a prova de legislação nas cidades de Itaperuna e Bom Jesus. Na oportunidade ressaltamos que o Poder Executivo já disponibilizou o espaço físico, em uma sala anexada ao Ciretran desta municipalidade, com as devidas instalações de acomodação para os alunos, tais como: telefone, ar-condicionado e internet. Por fim, encaminho em anexo Municípios que serão beneficiados, bem como os DH de cada Auto Escola. Aprovado. 02) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação no sentido de que estude a possibilidade de transformar a Avenida Antônio Mendes Linhares, a Rua Santos Dumont e a Avenida Carvalho em vias de mão única. Deferido. 03) A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Sávio Freire Bruno pelo lançamento do livro "Exóticos Invasores – Bioinvasores Selvagens Introduzidos no Estado do Rio de Janeiro e suas Implicações", cujo lançamento está ocorrendo na data de hoje pelo Editora da Universidade Federal Fluminense (UFF). Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 04) Vereador João Siqueira Magalhães – Ao Dr. Ângelo Monteiro Pinto, Diretor de Obras e Conservação do DER-RJ – Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de realizar a instalação de três redutores de velocidade na Avenida Eira, no Município de Miracema, tendo em vista os dados estatísticos sobre a quantidade de acidentes de trânsito após a pavimentação da referida Avenida, conforme dados em anexo. Outrossim, esclarecemos que entre os acidentes ocorridos, dois foram frontais. Dessa maneira, estes redutores, com certeza, irão contribuir diminuir o número de acidentes e educar os condutores de veículos que trafegam em alta velocidade. Aprovado. 05) O Vereador Maurício Sant'Ana

Soares – Ao Sr. Presidente da Associação de Estudantes Universitários de Miracema – Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa o Laudo Técnico dos Veículos cedidos pelo Município para esta Associação de Estudantes, bem como a planilha de custos das despesas com os referidos veículos e a prestação de contas do ano de 2012. Na oportunidade gostaríamos de saber se a situação dos ônibus já foi informada anteriormente. Aprovado. 06) O Vereador Fabrício de Sá Xavier – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente no sentido de que sejam informados os seguintes itens: a) se existe Empresa terceirizada visando a varrição e coleta de lixo domiciliar no Município de Miracema; b) se existe, desde quando a referida Empresa está em operação; c) se existe e está em operação, como foi efetivada a contratação da referida; d) no dia 02 de janeiro de 2013, quem fez a coleta de lixo domiciliar no Município de Miracema; e) se a Empresa está utilizando motoristas e mão de obra dos servidores municipais; f) qual o número do Processo Administrativo que gerou a contratação; g) qual o número do empenho prévio obrigatório que originou tal contratação; h) sejam envidas cópias integrais dos Processos referidos, todos relacionados à contratação de Empresa visando a coleta de lixo domiciliar do Município de Miracema. Deferido. Ademais, o Vereador Fabrício de Sá Xavier pediu para que o Regimento Interno da Câmara Municipal seja respeitado e que volte a ser realizado três requerimentos endereçados ao Sr. Prefeito Municipal em cada Sessão. O Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o pedido do Vereador Fabrício de Sá Xavier em votação para que fosse decidido a quantidade de requerimentos que serão encaminhados ao Sr. Prefeito Municipal em cada Reunião. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Carlos Armando de Azevedo, Fabrício de Sá Xavier, Maurício Sant'Ana Soares e Maria José Marques Barros Andrade acreditam que devem ser feitos 03 (três) requerimentos por Sessão. Entretanto, os Vereadores

Gutemberg Medeiros Damasceno, Carlos Magno da Silva Peres, Paulo Sérgio de Azevedo, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes acreditam que 02 (dois) requerimentos por Sessão é o suficiente, vez que o Sr. Prefeito Municipal recebe vários requerimentos e fica impossível atender todos. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu que fosse realizada uma alteração no Regimento Interno da Câmara Municipal para que a quantidade de requerimentos encaminhados ao Sr. Prefeito Municipal fosse alterada. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para Vinicius Pestana Soares por ter sido aprovado no vestibular para o curso de Gestão Ambiental da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Inscrito o Vereador Carlos Armando de Azevedo para falar sobre alguns assuntos gerais. Com a palavra o Vereador Carlos Armando de Azevedo parabenizou a organização da Mesa Diretora nos trabalhos da Câmara Municipal, principalmente em relação ao horário de início das Sessões. Continuou falando que as Comissões da Câmara Municipal devem debater os problemas do Município, especialmente a Comissão de Trânsito, pois a situação do trânsito no Município está muito ruim e existem vários problemas que precisam ser resolvidos de maneira urgente, assim cada Comissão deveria buscar soluções para os problemas existentes em suas áreas para que o Município possa ser ajudado. Continuou dizendo que o Carnaval em Miracema foi bonito e bem organizado, entretanto existe meia dúzia de pessoas que vão para a Rua com o objetivo de realizar confusões e brigar, por isso é preciso também tomar alguma atitude com este problema. Acrescentou que a dengue se tornou um grande para o Município e espera que no próximo ano isto não se repita, acreditando que é preciso fazer uma varredura no Município de Miracema para que os terrenos baldios sejam limpos. Por fim, esclareceu que o “crack” também é um dos problemas de Miracema, pois a

cada dia que passa os jovens estão utilizando cada vez mais esta droga, causando insegurança e medo nos cidadãos. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Marcelo Sampaio para fazer um Alerta sobre a Violência. Com a palavra, o Sr. Marcelo Sampaio disse que possui um projeto há 10 (dez) anos que luta contra a violência e contra as drogas, pois infelizmente isto é uma doença que vem se espalhando em nosso Município. Que seu Projeto abrange diversos tipos de atividade e fará um alerta contra a violência no próximo sábado, no Distrito de Paraíso do Tobias, com diversas atividades, sendo que o Slogan deste ano é "Pratique a paz. Onde há amor, há paz. Onde há paz, há fé. Onde há fé, há Deus. Onde há Deus, nada falta". Por fim, disse que conta com a ajuda e com a presença dos Vereadores no próximo evento, bem como agradece a oportunidade de utilizar a palavra na data de hoje. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que ficou muito preocupado com a quantidade de Projetos de Lei criando Cargos Comissionados que chegaram à Câmara Municipal de Miracema na data de hoje. Esclareceu que está preocupado por que já foi gestor do Município por 08 (oito) anos e a renda própria de Miracema é apenas o IPTU e o ISS, sendo que boa parte da Receita do Município vem dos Governos Federal e Estadual. Acrescentou também, que uma grande parte da dívida do IPTU acaba prescrevendo, pois diversas pessoas são inadimplentes. Disse que há bastante tempo o Poder Executivo sobrevive com uma verba que não é possível fazer investimentos, servindo apenas para pagar funcionários e realizar as necessidades urgentes, sendo que o Poder Executivo acaba ficando obrigado a pedir favores para Deputados e Governador. Por fim, disse que toda a população de Miracema tem a notícia de que situação financeira da Prefeitura é caótica, com diversas dívidas, logo deveria ser feita uma redução de despesas onde possível, sendo que uma maneira de fazer economia é diminuir os cargos

comissionados, entretanto o que nós vimos foi exatamente o oposto, a criação de diversos cargos comissionados. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está preocupado com o Orçamento do Município de Miracema, pois ele é apenas estimativo e não definitivo. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que o limite prudencial poderá está sendo ultrapassado e orientou ao Líder do Governo a conversar com o Sr. Prefeito Municipal sobre esta situação, pois não está fazendo críticas infundadas e sim uma advertência. Esclareceu que um Prefeito Municipal deveria se sentir orgulhoso quando deixar obras perenes e definitivas para seu Município. Acrescentou que o Prefeito Municipal de Santo Antônio de Pádua não fez nem Carnaval, pois encontrou a Prefeitura bastante endividada. Por fim, disse que acredita que o Prefeito Municipal está sendo mal orientado, por isso pede para que os Vereadores o alertem sobre isso. O Vereador Paulo Sergio de Azevedo disse que também se sentiu preocupado com a quantidade de cargos que estão tentando criar, esclarecendo que levará este alerta ao Sr. Prefeito Municipal. Continuou parabenizando o Vereador Carlos Armando por suas palavras no pequeno expediente, principalmente em relação ao trânsito, pois ainda existem muitas dificuldades a serem resolvidas. Por fim, disse que abriu mão de receber seu pagamento do mês de janeiro e doou a verba para os bois pintadinhos, blocos e escolas de samba, sendo que no mês de fevereiro ajudará as crianças a comprar material escolar. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou Moção de Aplausos para: 01) Escola de Samba Império da Jovem pelo título conquistado no Carnaval de Miracema; 02) Bloco Garotos do Sereno pelo título conquistado no Carnaval de Miracema; 03) Boi Pintadinho Carinhoso da Colina pelo título conquistado no Carnaval de Miracema; 04) a Comissão Organizadora do Carnaval de Miracema pela belíssima festa apresentada. Também solicitou Moção de Pesar para: 01) os familiares da Sra. Eva Derossi em razão de seu falecimento; 02) os familiares do Paschoal em

razão de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está perplexo com os Projetos de Lei apresentados hoje, sendo que esta responsabilidade não é só do Prefeito Municipal, é também dos Vereadores. Esclareceu que, apesar de ainda estar no início do mandato, ainda não viu nenhuma preocupação do atual Governo na realização de investimentos, sendo que o Governo deveria se preocupar em criar indústrias e prevenir e combater a dengue e a violência, acrescentando que o combate a dengue deve ser feito pelo governo e pela população. Aduziu que não está aqui para criticar ninguém, sendo que a função do Vereador é fiscalizar o trabalho do Prefeito Municipal, sendo que já foi vítima de denúncias vazias e, por isso, passou por um grande constrangimento. Por fim, disse que diversas atitudes estão sendo tomadas sem que a Câmara Municipal seja cientificada, acreditando que o Prefeito Municipal está sendo mal orientado. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a catástrofe chegou nesta Casa Legislativa hoje, esclarecendo que os grandes problemas dos gestores públicos são os compromissos políticos assumidos. Esclareceu que não irá aprovar Projetos de Lei que irão contra a vontade da população, pois foi eleito pelo povo, sendo que existem notícias na internet que o limite prudencial já foi ultrapassado. Por fim, disse que não sabe se existe a possibilidade de que estes Projetos de Lei fossem encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado para que fosse realizado um estudo prévio sobre suas viabilidades. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que sempre realizou um trabalho de ajudar as pessoas a conseguir seus empregos, sendo que na região existem diversas pessoas trabalhando com sua ajuda. Esclareceu que os Vereadores não possuem vagas de empregos na Prefeitura Municipal, sendo que atualmente a política deve trabalhar de forma prevencionista, prevenindo os problemas futuros. Por fim, disse que não adianta arranjar empregos para pessoas despreparadas, sendo que é contra as ações que possam

atrapalhar o Município no futuro. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que, como membro da Comissão de Trânsito, está muito feliz com a preocupação dos Vereadores com o trânsito em Miracema, sendo que seu primeiro requerimento foi o pedido de instalação de redutores de velocidade. Esclareceu que também está preocupado com a quantidade de cargos a serem criados, sendo que os Vereadores poderiam pedir ao Prefeito Municipal explicações sobre esta situação. Continuou dizendo que os veículos expostos na exposição já estavam parados em algum lugar, assim, acredita que o Prefeito Municipal deve estar tomando as precauções para que sejam evitados doenças. Por fim, disse que está vendo que as críticas feitas estão sendo construtivas. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que a maioria dos acidentes acontece com colisão frontal, por isso acredita que alterando algumas ruas para vias de mão única, os acidentes serão diminuídos. Continuou solicitando Moção de Aplausos para a Coordenação dos Retiros de Carnaval da Igreja Católica, da Assembleia de Deus, Igreja Ágape e Igreja Metodista, pela excelente organização dos Retiros. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Por fim disse que a palavra a ser utilizada no Governo de Miracema é austeridade, entretanto, por outro lado não é possível que em 60 (sessenta) dias sejam resolvidos todos os problemas que existem há algum tempo, esclarecendo que a situação da dengue no Município de Miracema começou a agravar no final do ano passado. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres esclareceu que assistiu a uma palestra do Governador Sérgio Cabral, onde ele disse que acredita que a atual situação foi gerada por um descaso dos governantes que perderam suas eleições. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 21/02/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema,

para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número quatro, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: II – Coríntios, Capítulo 05, Versículo 17. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite do Instituto Capacitar; 02) Ofício nº 040/2013 do Ministério Público da Tutela Coletiva/Núcleo Pádua. Os Vereadores Hugo Fernandes, Maurício Sant'Ana Soares e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Presidente Hugo Fernandes solicitou que este ofício fosse encaminhado ao Assessor Jurídico para a confecção de parecer; 03) Ofícios Circular PMM/SEC. FAZ. Nº. 02/2013, 03/2013, 04/2013, 05/2013, 06/2013, 07/2013, 08/2013, 09/2013, 11/2013, 12/2013 e 013/2013 da Secretaria Municipal de Fazenda informando demonstrativos de recursos repassados ao Município de Miracema. Os Vereadores Gilson Teixeira Sales, Hugo Fernandes, João Siqueira Magalhães e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópias destes ofícios; 04) Ofício GAB/CMDO nº 120/2013 da

Secretaria de Estado de Defesa Civil - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, convidando para uma reunião que será realizada no dia 26 de fevereiro de 2013, ás 14, na sala de reuniões do SEBRAE-RJ, sito na Avenida Cardoso Moreira, nº 948, Centro, Itaperuna-RJ. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva se prontificou a participar desta Reunião; 05) Projeto de Lei que institui o Programa "Boca Saudável", de autoria do Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares sugeriu que este Projeto de Lei seja encaminhado ao Poder Executivo como forma de indicação, pois acredita que não os Vereadores não podem fazer um Projeto de Lei que gere despesa e ônus para a Prefeitura Municipal; 06) Projeto de Lei que "Fica isento de qualquer tarifa, taxa, ingressos ou qualquer assemelhados os residentes ou eleitores no Município de Miracema em quaisquer eventos, feiras, festivais, encontros e exposições, ou qualquer outro tipo de atividades realizadas no parque de exposições", de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste Projeto. 07) Projeto de Resolução que "Regulamenta o procedimento de acesso a informações previstos nos artigos 5º, XXXIII e 216 § 2º da Constituição da República e na Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011", de autoria do Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que este Projeto visa dar mais acesso a informações aos cidadãos do Município de Miracema. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste Projeto. O Vereador Carlos Armando de Azevedo sugeriu para que esta Reunião seja dedicada em memória ao Sr. Joffre Geraldo Salim, o que foi aceito por todos os Vereadores. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Carlos Magno da Silva Peres – Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Miracema – Solicitação no sentido de que sejam providenciados crachás para a identificação de todos os Servidores desta Casa Legislativa, bem como para os Assessores.

Destaco que os referidos crachás deverão conter informações básicas, tais como: função, matrícula, entre outras. A presente indicação se justifica no intuito de facilitar a identificação dos servidores e assessores, perante nossa população, que busca diariamente informações e prestação de serviço desta Câmara Municipal. Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães – Ao Sr. Reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF) – Solicitação no sentido de que sejam criados novos cursos desta Universidade no Município de Miracema. Aprovado. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Educação no sentido de que seja informado se foram adquiridos kits educacionais para serem entregues aos alunos da rede Municipal, bem como que sejam esclarecidas as seguintes informações: a) se foram adquiridos os kits educacionais; b) se positivo, que produtos compõem tais kits; c) qual a modalidade utilizada para a compra; d) qual a empresa venceu a cotação ou licitação para fornecimento de tais kits; e) qual o valor da compra dos kits; f) se está sendo efetuada a compra de uniformes escolares; g) qual a modalidade da contratação, se licitatória ou emergencial, da aquisição dos uniformes. Deferido. 04) Vereador Hugo Fernandes – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas ao Diretor de Cultura que envide esforços a fim de que seja elaborado um Calendário Cultural para o Município de Miracema, com as seguintes datas Comemorativas: a) Mês de Janeiro: Encontro de Folia de Reis; b) Mês de Fevereiro/Março: Carnaval e Festival de Literatura (sendo o Carnaval em um Mês e o Festival no outro; c) Mês de Abril/ Maio: Exposição Agropecuária e Encontro Regional de Jongo; d) Mês de Junho: Festas Juninas e Final de Semana Esportivo; e) Mês de Julho: Copa de Marcha de Cavalo Manga Larga, Festa da Padroeira do Distrito de Venda das Flores e Evento do Traill Club de Miracema; f) Mês de Agosto: Festa do Folclore e a Tradicional Festa da Padroeira de Paraiso do Tobias; g) Mês de Setembro: Encontro Nacional de Motociclistas, Mirafantasy, Festa

do Cruzeiro e Evento voltado para os idosos; h) Mês de Outubro: Festa de Areias, Evento voltado para os deficientes e para as Crianças; i) Mês de Novembro: Cinema na Praça e Evento da Consciência Negra; j) Mês de Dezembro: O deu a Louca no Comercio, evento do comercio local. Na oportunidade vale ressaltar que tal solicitação deve-se ao fato de Miracema, possuir um histórico cultural reconhecido em todo o estado e, a décadas nossa cidade encontra-se carente de um calendário cultural, que possa proporcionar uma rotatividade de dinheiro no Município, fortalecendo o comercio. Outrossim, a titulo de sugestão, gostaríamos que fosse criada uma Comissão composta por 02 membros do Legislativo e 02 do executivo, para que possam tratar do referido calendário, que deverá ser amplamente divulgado em todo o Estado do Rio de Janeiro. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Marcos Moura para falar sobre a Associação de Moradores de Miracema - FAMMIRA. Com a palavra, o Sr. Marcos Moura, após cumprimentar os Vereadores e todo o Público presente, esclareceu que está aqui para falar sobre o trabalho da Associação de Moradores de Miracema FAMMIRA, sendo que a FAMMIRA faz parte de quase todos os Conselhos Municipais e está sempre em prol da comunidade de Miracema. Esclareceu que neste início de Governo a Associação vem tendo um pouco de dificuldades, sendo que na última reunião do Conselho compareceu somente um membro do Governo e a reunião não pode ser realizada. Acrescentou que, atualmente, o Conselho do Idoso vem tendo muito trabalho, pois todos idosos estão sendo muito maltratados. Disse que os Conselhos deveriam ter mais recursos para que assim possam cumprir suas funções. Esclareceu que as Leis precisam ser cumpridas e, infelizmente, em alguns casos, é preciso tomar medidas antipáticas. Por fim, disse que os trabalhos dos Conselhos são voluntários e desgastantes, porém se coloca a disposição dos Vereadores para participar das reuniões e ajudar naquilo que for preciso. O Vereador João Siqueira

Magalhães parabenizou o trabalho do Sr. Marcos Moura e do Sr. Harley, esclarecendo que o trabalho voluntário é muito desvalorizado e, em alguns casos, incompreendido. Acrescentou que o Poder Executivo não sabe o valor dos Conselhos, acreditando que os Vereadores deveriam participar dos Conselhos, se colocando a disposição da Câmara Municipal. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se o Sr. Marcos Moura possui o recibo dos convites encaminhados aos representantes do Governo, e em caso positivo, perguntou se poderia lhe ser entregue cópias dos convites, para que ele pudesse ir ao Sr. Prefeito Municipal e esclarecer toda situação. O Sr. Marcos Moura disse que possui todos os convites devidamente recebidos, entretanto o ocorrido na última reunião foi atípico e isto não costuma acontecer, sendo que os Conselhos Municipais são muito importantes, devendo inclusive aprovar contas e ações. Continuando, esclareceu que o Prefeito Municipal demonstrou interesse em ajudar os Conselhos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo pediu uma relação nominal dos Conselheiros, com suas respectivas funções para tentar ajudar o trabalho dos Conselhos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou se existe dificuldade em conseguir espaço físico para a realização das reuniões. O Sr. Marcos Moura respondeu que em algumas situações está tendo dificuldades em conseguir o espaço físico, entretanto o Prefeito Municipal sempre tem lhe atendido. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade pediu desculpas pela sua ausência na reunião, esclarecendo que já tinha assumido um compromisso anteriormente e que sua Assessora está doente e não pode substituí-la. O Vereador Presidente Hugo Fernandes se colocou a disposição para ajudar todas as pessoas que fazem trabalho voluntário, esclarecendo que inclusive disponibiliza o espaço físico da Câmara Municipal para a realização de reuniões quando for necessário. O Sr. Marcos Moura esclareceu que o Estatuto da FAMMIRA foi refeito e será feito um trabalho de eleições dos representantes nos bairros do Município, para depois ser

realizada uma nova eleição na FAMMIRA. Por fim, acredita que devem ser feitas mais audiências população possa opinar nos assuntos do Município. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o trabalho realizado pelo Sr. Marcos Moura e do Harlei. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre, o Sr. Presidente convidou o Dr. Maurício Monteiro, também inscrito anteriormente para falar sobre a Inauguração do Hospital Evandro Freire. Com a palavra, o Dr. Maurício Monteiro esclareceu que no dia primeiro de março o Prefeito do Rio de Janeiro, Sr. Eduardo Paes, vai inaugurar o maior Hospital da Ilha do Governador, sendo que este Hospital levará o nome do Dr. Evandro Freire, que era filho do Dr. Silvio Campos Freire e da Sra. Mirtes que moravam no Município de Miracema. Acrescentou que recebeu uma ligação da Sra. Regina, esposa do Dr. Evandro Freire, recebendo um convite para a inauguração do Hospital. Continuou dizendo que veio nesta Casa Legislativa para sugerir aos Vereadores que participem da cerimônia. Disse, também, que no mesmo dia primeiro de março, o bisneto da Dona Ermelinda fará uma visita ao Município de Miracema e esta é uma oportunidade de conhecer um pouco da história de nosso Município. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que durante a próxima semana os computadores serão instalados nos gabinetes dos Vereadores, pedindo para os Vereadores comprarem suas impressoras. Esclareceu que a prestação de contas do mês de janeiro ainda não foi disponibilizada por problemas com a CETIL, entretanto os Vereadores podem buscar as informações referentes a prestação de contas com os servidores da Tesouraria. Acrescentou que no dia 11 de março será feita uma Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que na legislatura passada foi aprovada uma Resolução sobre a digitalização de todas as Leis Municipais, assim, solicitou

ao Vereador Presidente que pedisse ao funcionário responsável que continuasse este serviço. Esclareceu, ainda, que também na legislatura passada foi aprovada uma alteração no Regimento Interno onde a parte que diz respeito á ausência dos Vereadores ficou mais rígida, sendo que esta Lei precisa ser cumprida e não pode apenas existir no papel. Acrescentou que o comércio legalizado do Município de Miracema está tendo a concorrência desleal de um comércio que não possui nenhum tipo de documento, não assina a carteira de seus funcionários e não paga nenhum tipo de imposto. Disse que está levantando esta questão por que muitos comerciantes legalizados estão reclamando deste problema, pois eles assinam a carteira de seus empregados e arcam com os devidos custos, acrescentando que, como um cidadão, fica indignado ao ver pessoas trabalhando sem nenhuma proteção e segurança. Aduziu que isto não é uma questão que deve ser tratada pela Câmara dos Vereadores e sim pelo Ministério do Trabalho. Continuou informando que quando fez seu internato no Hospital Getúlio Vargas e o Chefe da Equipe era o Dr. Evandro Freire e, com ele, aprendeu tudo o que poderia em relação à emergência. Afirmou que o Dr. Evandro Freira foi um professor para ele, sempre buscando ajudar o povo miracemense. Por fim, disse que os hospitais só são nomeados com o nome de pessoas muito importante, sendo que se propôs a ir à inauguração e participar da cerimônia. O Vereador Presidente Hugo Fernandes acredita que os Vereadores poderiam se dividir para participar deste evento e para receber o bisneto da Dona Ermelinda. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que conversou com o Prefeito Municipal sobre os Projetos de Lei, e percebeu que, apesar de estarem sendo criados alguns cargos, outros estão sendo modificados. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que existem algumas questões que sempre lhe deixaram preocupados e que agora, como Vereador, chegou o momento de tentar melhorar o Município. Continuou dizendo que a economia do Município de Miracema vem caindo

verticalmente, por isso, o Município precisa voltar a ter sua referencia econômica, já que os Municípios vizinhos estão crescendo e Miracema está estagnada. Esclareceu que o Prefeito Municipal precisa convocar os Secretários e o povo para cada um fazer sua parte, sendo que os Vereadores possuem a obrigação de fazer uma grande mobilização para que Miracema comece a mudar. Continuou dizendo que deseja que o Vereador Presidente iniciasse esta discussão junto ao Prefeito Municipal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares parabenizou os Projetos lidos hoje, bem como a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade por ter conduzido maravilhosamente a Sessão Solene em homenagem ao Sr. Joffre Geraldo Salim, esclarecendo que ele era uma pessoa que amava muito nossa cidade. Continuando, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Pesar para a os familiares do Sr. Joffre Geraldo Salim, em razão de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção, bem como uma Moção de Aplausos o Sr. Joffre Geraldo Salim Júnior, em razão do excelente e exemplar pai. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Concluindo, esclareceu que ao analisar os Projetos de Lei encaminhados pelo Prefeito Municipal apenas pela capa, percebeu a existência de um erro primário, tendo em vista que os Projetos de Lei foram encaminhados como Lei Ordinária. Acrescentou que não chegou a adentrar no mérito dos Projetos de Lei, mas percebeu que um erro dos Assessores do Sr. Prefeito, pois os Projetos vão de encontro a Lei Orgânica do Município, uma vez que os Projetos deveriam ser de Lei Complementar e não de Lei Ordinária. Esclareceu que o Poder Legislativo é um filtro para o Poder Executivo e como Projeto de Lei Complementar eles deveriam ser aprovados com a maioria absoluta de votos favoráveis. O Vereador Fabrício de Sá Xavier afirmou que quando se propôs a ocupar uma cadeira desta Casa Legislativa, se dispôs tanto a ajudar os cidadãos menos favorecidos como a ajudar os servidores públicos, por isso, seu Projeto de Lei tem o objetivo de ajudar os

cidadãos miracemenses. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Pesar para a família Barbosa, em razão do falecimento de um de seus membros. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuou dizendo que realmente é preciso valorizar os produtores de Miracema, fornecendo inclusive um espaço para eles venderem seus produtos diretamente ao consumidor. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que existe um Projeto na CONAB onde diz que o produtor pode vender por ano um determinado valor e a CONAB compra estes produtos e doam as instituições que necessitam, assim acredita que o Secretário de Agricultura pode fazer uma visita a CONAB e procurar saber melhor sobre este assunto. O Vereador Carlos Armando de Azevedo acredita que aos domingos poderia ser realizado um feirão para os produtores rurais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a realização deste tipo de feirão pode vir a prejudicar alguns estabelecimentos como quitandas e minimercados. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que infelizmente o Município de Miracema está desenvolvendo apenas a pecuária bovina, sendo que a criação de boi diminui a mão de obra humana. Acrescentou que infelizmente a cultura do arroz, muito investida na época do Ex-Prefeito Carlos Roberto, foi se acabando, uma vez que as pessoas estão cada vez mais saindo do campo e indo para a cidade. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que está falando dos pequenos produtores, pois eles estão ficando muito desmotivados. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que copiou uma medida tomada no Estado do Espírito Santo, em Domingos dos Santos, assim conseguiu verba Federal e construiu um Empório Rural para os pequenos produtores rurais e, infelizmente eles não se interessaram, pois aquele espaço era destinado para os pequenos produtores e para os artesãos. Concluiu dizendo que não é contra a ideia do Vereador Carlos Armando e sabe aonde ele quer chegar. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que o pequeno produtor rural está muito

desestimulado, sendo que ninguém consegue achar pessoal para trabalhar no meio rural. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que está percebendo a presença de muitas pessoas no Plenário. Acrescentou que procurou explicações com o Sr. Prefeito Municipal sobre os Projetos de Lei apresentados, por isso quer agradecer ao Prefeito pelo carinho e pela atenção que ele vem recebendo os Vereadores. Continuou convidando todos os Vereadores para procurar o Prefeito Municipal para conversar a respeito das dúvidas sobre os Projetos de Lei e sobre qualquer outro assunto. Disse que uma das explicações dada pelo Prefeito Municipal foi que está encontrando dificuldade em achar pessoas qualificadas que aceitem exercer alguns cargos de chefia com uma baixa remuneração, com isso, a maneira que o Prefeito Municipal encontrou em solucionar este problema foi a alteração de alguns cargos. Acredita que o Prefeito possui boas intenções e que os servidores públicos merecem ser melhor gratificados, sendo que inclusive existem alguns cargos que geram despesas e não funcionam. Por fim, disse que vê a preocupação dos Vereadores em ajudar o Poder Executivo. O Vereador Presidente Hugo Fernandes acredita que para administrar o Município é preciso ter economia e que o Funcionário Público deve ser sempre valorizado. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 25/02/2013, ás 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2013.

_____

_____

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cinco, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 78, Versículos de 01 a 03. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB Nº 086/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal sobre divulgação da Audiência Pública a ser realizada no dia 28 de fevereiro de 2013, às 14 horas, no Plenário da Câmara Municipal; 02) Convite do Conselho Municipal de Saúde de Miracema para a reunião Ordinária que será realizada no dia 28 de fevereiro de 2013, às 14 horas, na Casa de Cultura Melchíades Cardoso; 03) Ofício PMM/GAB nº 088/2013 PMM/GAB do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 014/2013. Os Vereadores Hugo Fernandes, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício MMM - Advogados/Nº 031 do Dr. Joaquim Fernandes de Moura Júnior solicitando que seja instalado um Grupamento Corpo de Bombeiro no Município de

Miracema. Os Vereadores Hugo Fernandes e Gilson Teixeira Sales solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para os familiares de João Roberto Anníbal em razão de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja especificada uma área para portadores de deficiência física ou mobilidade reduzida, durante o período da Exposição Agropecuária de Miracema, para que os mesmos possam acompanhar as atrações com qualidade. Destacamos, ainda, que a Lei nº 10.098/2000 estabelece normas e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Por fim, impende salientar que estamos há mais de 02 (dois meses) do evento, tempo este suficiente para as adequações. Deferido. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que envide esforços a fim de que realize a recuperação da Capela Mortuária de Paraíso do Tobias. Outrossim, esclareço que existem diversas reclamações dos munícipes daquele Distrito, bem como que os velórios tem sido realizados nas próprias residências das pessoas falecidas. Deferido. 04) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de envide esforços a fim de que providencie o retorno do Projeto "Viver Legal, Viver Cantando e Tocando", tendo em vista que devemos incentivar e divulgar os valores musicais de Miracema, bem como oferecer lazer, cultura e uma vida mais saudável aos nossos munícipes e visitantes através da música. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador João Siqueira Magalhães

pediu ao Vereador Presidente Hugo Fernandes para solicitar ao Sr. Prefeito Municipal que peça para solicitar a construção da Sede da Câmara Municipal, uma vez que é preciso de uma contra partida e a Câmara não possui recursos para tal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse chegou ao seu conhecimento que o caminhão de lixo que a coleta de resíduos das fossas está jogando todos estes resíduos na antiga UTIL de qualquer maneira. Esclareceu que pediu ao seu Assessor para comparecer amanhã na Usina de Reciclagem e constatar se isto é verdade, entretanto espera que esta situação não esteja acontecendo. Caso isto realmente esteja acontecendo, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, tomará as providências cabíveis. O Vereador Presidente Hugo Fernandes acrescentou que esta preocupação é de suma importância, bem como que, atualmente, a coleta do lixo está sendo feita de forma regular e a reciclagem voltou a funcionar. Disse, também, que buscará averiguar esta situação. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que gostaria de acompanhar o Assessor do Vereador Maurício Sant'Ana Soares na visita à antiga UTIL. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que é uma satisfação muito grande ver os guardas municipais presentes na reunião com a expectativa de votação do Projeto de Lei que cria a Secretaria de Defesa Civil e Segurança Pública, entretanto os Vereadores devem possuir bastante cautela em votar os Projetos de Lei, pois eles podem ir de encontro com as Constituições Estadual e Federal. Acrescentou que conversou com o Sr. Maurício Monteiro e ele lhe informou que no dia 13 de fevereiro o Sr. Dirceu Cardoso completaria 100 (cem) anos, por isso ele irá utilizar o espaço da Tribuna Livre em uma reunião posterior para falar um pouco sobre Dirceu Cardoso. Acrescentou que fez algumas visitas hoje e ficou apavorado de ver a quantidade de pessoas com terrenos sujos, pois percebe que as pessoas não estão fazendo a sua parte no combate a dengue. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que tem notado nas ruas e nas calçadas de

Miracema muitos resíduos sólidos, principalmente o RCC (resíduos de construção civil), sendo perguntou para um funcionário que estava transportando este resíduo qual seria seu destino final e a resposta foi a de que eles estão sendo utilizados para a realização de aterros. Acrescentou que devemos fazer uma investigação sobre qual o destino final de todos os resíduos, pois os RCC não podem ser utilizados para a realização de aterros. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que quanto maior for o assoreamento do Ribeirão, maior é o fundo do Ribeirão. Com isso a possibilidade de enchente aumenta, sendo que infelizmente o nosso Ribeirão Santo Antônio está muito assoreado. Acrescentou que as pessoas que realizam obras em suas casas devem ser orientadas para onde levar este resíduo e que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente deve tomar atitudes sérias e enérgicas sobre este assunto. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que o Vereador Maurício Sant'Ana Soares está de parabéns pela sua preocupação e que gostaria de estar presente na visita que será realizada, pois já esteve na UTIL no princípio do governo, voltou um tempo depois e percebeu algumas mudanças. Acrescentou que, como Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio Obras e Serviços Públicos, está analisando o Projeto de Lei sobre a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, mas os Vereadores não podem votar os Projetos com muita rapidez e depois ter de voltar nos mesmos assuntos para corrigir alguns possíveis erros. O Vereador Presidente Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Luis Oliveira, por ter sido eleito Presidente do Bairro do Cruzeiro, na eleição ocorrida neste último domingo. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães pediu ao Vereador Presidente Hugo Fernandes para que ele conversasse com o Secretário de Administração e solicitasse um organograma de cada Secretaria Municipal. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os

convidando para a próxima a ser realizada no dia 28/02/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número seis, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 99, Versículos de 01 a 09. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 082/2013 do Instituto Tiradentes solicitando informações sobre os Vereadores; 02) Comunicado nº CM000652/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 03) Carta da PLUG - Consultoria e Projetos; 04) Ofício PMM/SMAS - nº 017/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social prestando esclarecimentos; 05) Ofício PMM/SMAS - nº 020/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando documentos. Os Vereadores Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales, Maurício Sant'Ana Soares e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Ministério da Saúde - Solicitação

no sentido de que o Município de Miracema seja beneficiado com o trabalho realizado por este Ministério no diagnóstico precoce de hanseníase entre crianças de 05 a 14 anos, estudantes em Escolas Públicas. Por fim, sabemos que um diagnóstico precoce possibilita um tratamento eficaz e consequentemente o aumento de possibilidade total de cura. Aprovado. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Ministério do Trabalho - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa a lista de cursos oferecidos pela Fundação de Apoio ao Trabalhador (FAT) para a formação de auxílio ao trabalhador. Aprovado. 03) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa o Laudo Técnico dos Veículos cedidos pelo Município para a Associação de Estudantes Universitários de Miracema, bem como a planilha de custos das despesas com os referidos veículos e a prestação de contas do ano de 2012. Deferido. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Comandante do 36º Batalhão da Polícia Militar de Santo Antônio de Pádua - Solicitação no sentido de que seja intensificado o patrulhamento no Morro da Fazendinha, no Município Miracema, pois os moradores da localidade estão sendo intimidados. Aprovado. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas à Secretaria Municipal de Saúde no sentido de que informe a esta Casa Legislativa os seguintes itens: a) se, até a presente data, foi efetivada alguma compra ou contratação de produtos da área de saúde pública; b) quais os produtos foram adquiridos via procedimento licitatório e quais produtos foram adquiridos via compra emergencial; c) relação dos processos administrativos que geraram as compras emergenciais e quais as empresas fornecedoras de cada compra; d) como está se objetivando a compra dos medicamentos relacionados a ordens judiciais; e) relação veículos, informando as placas, contratados, agregados, ou de que de alguma forma esteja prestando serviços para a Secretaria Municipal de Saúde; f) se

existentes os veículo, qual a forma de contratação; g) relação de servidores ou prestadores de serviço vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, que não estejam ocupando cargos comissionados ou contratados via concurso público; h) se contratados através de empresa terceirizada ou ONG's, qual a forma ou contratação dessa empresa. Deferido. 06) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Sérgio Cortes - Solicitação no sentido de que seja disponibilizado a esta municipalidade o Serviço Móvel de Imagem (Diagnóstico por imagem), para atender as necessidades de nossos munícipes. Vale ressaltar que o Município de Santo Antônio de Pádua está nesta semana sendo contemplada com tomógrafo móvel, que tem atendido aquela população com tomografia e ressonância magnética. Aprovado. O Vereador Presidente Hugo Fernandes convidou todos os Vereadores para a reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente que será realizada na segunda feira, dia 04/03/2013, às 14 horas. Também informou que amanhã irá começar o programa da rádio e todos os Vereadores podem ir participar. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que quando a Câmara Municipal funcionava junto com a Prefeitura existiam retratos dos Ex-Vereadores já falecidos pendurara em suas paredes como uma forma de homenagem. Por isso, pediu ao Vereador Presidente que estes retratos voltem a ser expostos. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que é este fato é importante e já providenciou a reforma de todas as fotos, que estavam guardadas em arquivo, e irá colocá-las em exposição. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que hoje esteve fazendo uma visita nas casas populares do Carrapichão, e sentiu que algumas pessoas estão tendo dificuldades em providenciar a instalação de energia elétrica, sendo que algumas lhe perguntaram se o Vereador Presidente Hugo Fernandes estava realizando um trabalho neste sentido. O Vereador Presidente Hugo Fernandes

esclareceu que esta semana foi lhe perguntado se ele era o responsável por escolher as residências que seriam contempladas com a instalação de energia elétrica, tendo inclusive recebido um ofício do Dr. Defensor Público deste Município onde é dito que o Vereador está autorizando as ligações de energia. Acrescentou que isto não é o que está acontecendo e que na verdade, existem 07 (sete) famílias morando neste local, sendo que as casas não deveriam ter sido entregues pois as obras ainda não foram concluídas. Com isso, pediu ao Sr. Prefeito Municipal que assinasse um documento solicitando a ligação da energia elétrica para estas 07 (sete) famílias e levou, pessoalmente, este ofício na Ampla. Por isso, as pessoas que moram no local estão pensando que ele está fazendo este trabalho. Concluindo, o Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que não irá mais realizar este tipo de ajuda, pois agora é só procurar a Secretaria Municipal de Assistência Social que eles tomarão as devidas providências. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que está comentando sobre este assunto porque algumas pessoas lhe informaram sobre este problema. O Vereador Hugo Fernandes acrescentou que visitou o local e verificou a necessidade das ligação da energia elétrica. O Vereador João Siqueira Magalhães informou que já foi Secretário de Promoção Social e contribuiu de uma forma muito efetiva na construção do conjunto habitacional de Paraíso do Tobias e está percebendo que, atualmente, a sistemática é completamente diferente, pois antigamente batava as pessoas irem na AMPLA com seus documentos e pedir para realizar a ligação da energia elétrica. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou Moção de Aplausos para os policiais do 36º Batalhão da Polícia Militar pelo belíssimo trabalho realizado na apreensão de uma arma de fogo em posse de uma pessoa menor de idade, dentro de um ônibus da Viação Santo Antônio, na rua Santos Dumont, próximo ao número 45. Os nomes do policiais são: 3º Sargento - Frederico Ribeiro Jardim - RG 59621; 3º Sargento - Luis Vinicius Sentinelle Marques - RG 61289; 3º Sargento -

José Manoel Lima de Almeida - RG 61332; 3º Sargento - Domingos José Reder de Oliveira - RG 61362; 3º Sargento - Elenilton Miguel Barbosa - RG 67582 e; 3º Sargento - Sávio Martins de Sá - RG 88537. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador também solicitou que fosse encaminhada uma cópia das Moções para o Comandante do 36º Batalhão da Polícia Militar. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva cumprimentou todo o público presente, esclarecendo a participação da população motiva os Vereadores. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. José Amim Picanço, em razão de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 04/03/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 04 de março de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número sete, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 100, Versículos de 01 a 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Telegramas NºRef: 000564/MS/SE/FNS e 005602/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 02) Projeto de Lei que considera de utilidade Pública o Clube do Tiro de Miracema, de autoria do Vereador Carlos Armando de Azevedo. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: Antes de fazer seu requerimento, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que recebeu uma solicitação dos Médicos Estatutários Aposentados do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que em janeiro de 2003 um médico aposentado estatutário, após 35 (trinta e cinco) anos de serviço, recebia de vencimento apenas R$ 200,00 (duzentos reais) que, em conjunto com outras vantagens, chegava a um total de R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais). Continuou dizendo que, em outubro de 2012, este mesmo médico passou a receber R$ 208,00 (duzentos e oito reais) de vencimentos que, em conjunto com outras vantagens, chegava a um total de R$ 1.640,48 (um mil, seiscentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos), com isso é possível observar que, em 09 (nove) anos, o médico aposentado obteve somente R$ 40,48 (quarenta reais e quarenta e oito centavos) de aumento salarial. Por este motivo está encaminhando seu requerimento

ao Secretário Estadual de Saúde, ao Presidente da Assembleia Legislativa e ao Líder do Governo na Assembleia Legislativa com a esperança de que este problema seja resolvido, sendo que os médicos são os profissionais que possuem o maior salário desta área, então os outros funcionários como, enfermeiros, técnicos de saúde, auxiliares e outros estão recebendo vencimentos degradantes. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu que este ofício fosse encaminhado ao Governador do Estado do Rio de Janeiro e ao Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado, pois o Sindicato pode fazer uma grande mobilização para que este problema seja resolvido, pois com uma grande mobilização fica mais fácil de sensibilizar os governantes. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que irá acatar esta sugestão, acrescentando que sua prima, que é médica não aposentada, foi ao Conselho Regional de Medicina para reclamar desta situação e lhe foi dito que não é da competência deles resolver esta questão. Por fim, disse que não existe nenhum Assessor de Deputado que ganhe menos do que este valor, esclarecendo que todas as pessoas devem possuir um salário digno, pois por isso está acontecendo uma alta rotatividade de funcionários, vez que eles são nomeados, percebem que receberão um salário baixo e desistem de seus empregos. Dessa forma, o Vereador passou a fazer seu requerimento. 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Secretário Estadual de Saúde; ao Presidente da Assembleia Legislativa; ao Líder do Governo na Assembleia Legislativa; ao Governador do Estado e; ao Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Rio de Janeiro - Solicitação no sentido de que solucione o problema dos Médicos Estatutários Aposentados do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que eles possuem, atualmente, o vencimento de R$ 208,00 (duzentos e oito reais) que, juntamente com outras vantagens chega a um total de R$ 1.640,48 (um mil, seiscentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos). Dessa maneira, vimos que isto é uma imensurável injustiça, cabendo ressaltar que, de acordo com as cópias dos contracheques que seguem anexo, um médico, em 09 (nove) anos, recebeu um aumento de apenas R$ 40,00 (quarenta reais). Aprovados. 02) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Ministério da Saúde (Exmo. Ministro Alexandre Padilha) e ao Ministério da Saúde (Plenária do Conselho Nacional de Saúde) - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja revista a determinação de contemplação de Municípios com menor índice populacional a fim de atender a

população miracemense com o Programa de Academia da Saúde, visando uma melhor qualidade de vida da mesma. Tal solicitação se deve ao fato de que o Município de Miracema não possui um NASF (Núcleo da Assistência Social à Saúde da Família), por não possuir índice populacional compatível com o exigido (mais de 100.000 (cem mil) habitantes). Aprovados. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Ministério da Saúde (Exmo. Ministro Alexandre Padilha) - Solicitação no sentido envide esforços a fim de que seja construído um Hospital Regional da Mulher, uma vez que a nossa região é carente em relação a este serviço. Aprovado. 04) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Presidente do DER, Dr. Henrique Alberto dos Santos - Solicitação no sentido de que sejam instalados dois pardais no Município de Miracema, um na divisa de Miracema a Pádua, na RJ 116 e outro próximo ao entroncamento entre a RJ 116 e a RJ 200, devido ao grande número de acidentes, inclusive fatais. Aprovado. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que esteve com o Diretor de Trânsito e Fiscalização do Estado, o Ex-Prefeito de São José de Ubá, Sr. José Hylen, e ele lhe informou que existem algumas solicitações de instalações de pardais na região, entretanto eles estão esperando totalizar um determinado número de pedidos para que possa ser feito todo o processo licitatório necessário. 05) Vereador Carlos Armando de Azevedo - Ao Presidente da Câmara Municipal - Solicitação no sentido de que seja informado o motivo de corte da linha telefônica, de número (22) 38520633, da Câmara Municipal, bem como qual o motivo do não pagamento de uma das contas desta linha telefônica. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes informou que esta linha telefônica não estava em funcionamento quando assumiu a Presidência e solicitou ao responsável pelo serviço de manutenção das linhas telefônicas que verificasse qual era o problema e foi constatado que a linha estava cortada. Esclareceu que poderá pedir estas informações ao antigo Presidente da Câmara Municipal. 06) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria na escadaria Luci Campos Rumão, que liga o bairro Viradouro à Rua dos Gabriéis, conhecida como Rua do Café, pois a mesma necessita de limpeza, melhorias na iluminação, reparos nos degraus, colocação de corrimão e manutenção na limpeza. Outrossim, vale mencionar que estamos atendendo a solicitação de moradores, pois em dias chuvosos ou durante a noite a referida escadaria se torna um

sério problema, inclusive colocando a população que a utiliza em risco. Deferido. 07) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja promovido um estudo sobre o valor das passagens de ônibus nas linhas urbanas do Município (Linhas Miracema x Paraíso e Miracema x Flores), de forma que o valor unitário por passageiro possa ser R$ 1,00 (um real). Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Dr. Maurício Monteiro para falar sobre o ilustre Dirceu Cardoso. Com a palavra, o Dr. Maurício Monteiro, após cumprimentar todos os presentes, disse que o hoje está sendo assinalado o centenário do Senador Dirceu Cardoso, nascido neste Município. Continuou parabenizando o Vereador Carlos Armando por ter tido a iniciativa de batizar esta Casa Legislativa com o nome de Dirceu Cardoso, sendo que ele é, talvez, o filho mais ilustre de Miracema. Também cumprimentou o Vereador Hugo Fernandes por ter comparecido na inauguração do Hospital Evandro Freire, outra grande pessoa. Continuou dizendo que Dirceu Cardoso nasceu em Miracema e era um dos seis filhos de Melchíades Cardoso e da Sra. Adalgisa Soares Cardoso, sendo que aos 16 (dezesseis) anos de idade ele se mudou para a cidade de Niterói e se formou em advocacia aos 20 (vinte) anos, voltando para o Município de Miracema. Na sua volta encontrou com José Négle e com Bruno de Martino na campanha separatista de Miracema, onde se revelou o maior orador que o Estado do Espírito Santo já conheceu. Acrescentou que ficou muito emocionado quando uma funcionária de um tribunal de Justiça do Espírito Santo lhe perguntou se ele era da terra de Dirceu Cardoso, pois ele foi um homem conhecido e amado pelo povo do Espírito Santo e representou o Município de Miracema como nenhum outro. Continuou dizendo que Dirceu Cardoso recebeu um convite para inaugurar uma escola no Município de Muqui, chegando lá ele reformou a escola aos poucos e transformou o escola no maior Colégio do Sul do Estado. Disse, ainda, que aos 34 (trinta e quatro) anos, depois de ter sido Secretário de Educação do Estado do Espírito Santo, Dirceu Cardoso se candidatou a Prefeito de Muqui. Acrescentou que o Governador percebendo que o Colégio de Muqui tinha se transformado em um modelo para o restante do Estado, transferiu as olimpíadas escolares de Vitória para Muqui. Com isso Dirceu Cardoso se revelou um grande educador, sendo que em sua última entrevista acabou declarando que se arrependeu de ter parado de educar para se dedicar á política. Acrescentou

que, como Prefeito de Muqui, Dirceu Cardoso realizou diversos feitos e obras. Depois, foi eleito Deputado Estadual de Espírito Santo e foi o político mais bem votado nas eleições, em seguida também foi eleito Deputado Federal e ficou conhecido como o responsável por ter sido o responsável pela leitura da carta de renúncia de Jânio Quadros. Continuando com sua trajetória de vida, aos 60 (sessenta) anos, Dirceu Cardoso foi eleito Senador da República e em seu discurso de despedida da Câmara dos Deputados disse que "eu amanhã vou para o meu Estado e vou disputar a eleição mais difícil que um homem público já enfrentou até hoje, vou enfrentar um Governador eleito, outro indicado, dois Senadores, 27 (vinte e sete) Deputados Federais, 35 (trinta e cinco) Deputados Estaduais, 53 (cinquenta e três) Delegados de Polícia, 40 (quarenta) e poucos Prefeitos e 2.500 (dois mil e quinhentos) Vereadores, mas mesmo assim Sr. Presidente eu vou para a luta e irei lembrar os Senhores Deputados que existia no Espírito Santo um certo caçador chamado Cabo Chico que, certa vez, estava em plena floresta a beira de um riacho quando percebeu que uma onça estava bem atrás dele. Então ele fez uma prece ao seu Santo protetor: meu São Genaro se o Senhor for meu amigo faça que este bicho caia morto na ponta deste canivete, se o Senhor não for meu amigo e for amigo da onça faça com que eu caia em cima dela, por fim, se o Senhor não for meu amigo e nem amigo da onça, senta neste toco aqui, pois vai ver a maior luta que esta floresta já viu". O Dr. Maurício Monteiro continuou dizendo que o Dr. Dirceu Cardoso ficou esquecido pelo Município de Miracema durante 30 (trinta) anos, e depois deste tempo acabou sendo homenageado. Disse que Dirceu Cardoso esteve em Miracema para fazer a defesa em um Tribunal de Júri e, no meio de sua fala ele faz um desabafo contra Miracema, demonstrando toda sua mágoa tendo inclusive afirmado que não gostaria de morrer neste Município e sim no Estado de Espírito Santo. Com isso, foi preciso que o Sr. Jofre Salim e outras pessoas fizessem um apelo para ele voltar a frequentar nossa cidade, sendo que quando ele veio a falecer, o então Prefeito Municipal Dr. Gutemberg Damasceno, cedeu um carro para que o Sr. Jofre Salim pudesse levar um pouco da terra de Miracema. Por fim, disse que Miracema deve ter orgulho de Dirceu Cardoso, pois ele saiu deste Município vendendo goiabada e se transformou em uma pessoa indescritível e um exemplar Senador da República, a seguir entregou a última entrevista de Dirceu Cardoso para os Vereadores para que ela ficasse arquivada nesta Casa Legislativa. O Vereador

Carlos Armando de Azevedo acrescentou que os alunos miracemenses deveriam aprender um pouco mais sobre a história de Miracema, pois é muito importante a população aprender a história do Município. Esclareceu que Dirceu Cardoso deveria ter sido mais lembrado pelo Município de Miracema e possui a foto da inauguração desta Casa Legislativa guardada com muito carinho. O Dr. Maurício Monteiro esclareceu que o bisneto da Dona Ermelinda esteve internado na semana passada e não veio visitar o Município, entretanto ele ainda vai vir em Miracema. O Vereador Presidente Hugo Fernandes agradeceu ao Dr. Maurício Monteiro pelas palavras. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre. Também estava inscrito o Sr. Sebastião Augusto Sardela para falar sobre a Dengue. Com a palavra, o Sr. Sebastião Sardela, após cumprimentar todos os presentes, disse que veio nesta Casa Legislativa para pedir ajuda no combate contra a dengue, pois percebeu que os agentes endêmicos vêm encontrando algumas dificuldades para trabalhar, especialmente para entrar em algumas casas e para limpar os terrenos baldios. Esclareceu que veio pedir a ajuda dos Vereadores, pois existe uma Lei que não é cumprida, assim os funcionários não podem entrar em terrenos baldios e em algumas residências, sendo que gostaria que os Vereadores ajudassem a fazer com esta Lei seja cumprida, estipulando inclusive algum tipo de multa para as pessoas que possuem terrenos baldios e não realizam a devida limpeza. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que sabe que a luta contra a dengue é de todo os munícipes e não só do Governo, por isso sugeriu que estes terrenos baldios fossem isentos de IPTU e transformados em horta comunitária, assim esta seria uma forma de prevenção da dengue e de incentivo para os proprietários. Continuou dizendo que também poderia ser feito um grande movimento no Município para motivar toda a população miracemense a combater a dengue. O Sr. Sebastião Sardela acrescentou que algumas pessoas ainda não acreditam que existe a doença da dengue, pois acreditam que isto é conversa de político, esclarecendo que sendo que os agentes endêmicos realizaram a limpeza de um foco de dengue em uma residência e, após 15 (quinze) dias, o mesmo local estava novamente com o foco de dengue, por isso acredita que as pessoas estão pensando que o combate a dengue é somente obrigação dos agentes endêmicos. Continuando, afirmou que para acabar com a dengue é necessário o apoio de toda a população, por isso, esta semana será iniciado um trabalho de conscientização nas escolas com as

crianças e os adolescentes. O Vereador Carlos Armando de Azevedo acredita que o Município deve fazer um sistema de "pente fino", onde todos os terrenos baldios seriam limpos e, depois o trabalho seria apenas de manutenção. Esclareceu que, infelizmente, a população é acomodada e espera que o Poder Público se responsabilize por todos os problemas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que o Fiscal de Posturas da Prefeitura Municipal é a pessoa quem deve notificar os proprietários dos terrenos baldios para que eles realizem a limpeza dos mesmos, assim, o Poder Executivo Municipal deve intensificar este trabalho. Continuou perguntando se é verdade que três agentes endêmicos foram demitidos na data de hoje e quais seriam as justificativas para suas demissões. O Sr. Sebastião Sardela disse que realmente foram demitidos dois ou três agentes endêmicos hoje, entretanto elas parte do Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que parece que as demissões são perseguições políticas e, hoje, não nos interessa quem votou em quem e sim que o serviço público seja eficiente e atenda a necessidade de nossa população. Esclareceu que o Sr. Sebastião Sardela está de parabéns por toda sua luta na execução deste serviço e sabe que estas demissões não são de sua competência. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que algumas pessoas foram demitidas, entretanto outras foram contratadas. O Sr. Sebastião Sardela acrescentou que 11 (onze) pessoas foram contratadas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que está sendo trocado seis por meia dúzia, assim, gostaria de saber o real motivo das demissões, pois se os funcionários não estão realizando bem seus trabalhos, ele entende as demissões. O Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que acredita que as demissões não devem ter sido por motivos políticos, da mesma forma acredita que devem ser contratados muito mais funcionários para trabalhar neste serviço. Continuou dizendo que concorda com a realização de um grande movimento de conscientização da população miracemense. O Sr. Sebastião Sardela quer saber o motivo do não cumprimento da Lei Municipal. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que diversas Leis Municipais não estão sendo cumpridas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que os funcionários devem ser qualificados antes de começarem a trabalhar, pois não adianta demitir seis pessoas e contratar outras onze sem a devida preparação. Continuando, disse que seu sobrinho teve dengue e teve sangramento nasal, causando muito temor

em sua família. Acrescentou que no Governo anterior possuía algumas famílias que não deixavam os agentes endêmicos entrarem em suas casas por motivos políticos, mas acredita que isto não está mais acontecendo. O Sr. O Sr. Sebastião Sardela informou que ainda existem casos de família que não deixam os funcionários entrarem em suas casas, sendo que nestas situações eles lhe chamam ao local. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que a Procuradoria Geral do Município deve pedir, através de ações judiciais, auxílio ao Poder Judiciário para que as Leis sejam cumpridas corretamente. O Sr. Sebastião Sardela disse que veio pedir a ajuda dos Vereadores porque as pessoas não estão respeitando os agentes comunitários, pois acabam pensando que é obrigação do Poder Público limpar as casas das pessoas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que seu questionamento em relação à troca de funcionários se deve ao fato de que isto não é uma mudança simples, pois exige qualificação e treinamento. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que o trabalho que deveria ter sido feito era o da prevenção, pois se a prevenção estivesse sendo feita, a situação não teria chegado neste ponto e o Sr. Sebastião Sardela estaria com mais tranquilidade e menos problemas para trabalhar. Continuando, o Vereador perguntou se existe uma comunicação sobre quais dias da semana os agentes endêmicos passariam em determinados bairros, pois muitas das vezes as pessoas não sabem os dias das visitas e possuem receio de deixar os novos funcionários entrarem em suas residências, uma vez que podem existir problemas de pessoas não autorizadas tentaram entrar nas residências. Perguntou também quais são os problemas enfrentados no descumprimento da Lei Municipal. O Sr. Sebastião Sardela disse que o principal problema é o das pessoas não autorizarem a entrada em suas residências. O Vereador Gilson Teixeira Sales perguntou se as pessoas são avisadas com algum tipo de antecedência e se existe um horário específico. O Sr. Sebastião Sardela esclareceu que as pessoas não são avisadas e que geralmente os agentes endêmicos visitam as residências no período da manhã. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que às vezes os agentes endêmicos podem encontrar as casas vazias, assim, poderia ser avisado na rádio, em programas comunitários, os dias das visitas nos bairros, pois com uma maior comunicação o trabalho poderá ser melhorado. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que após o dia 07 de outubro foi constado que ocorreu um descaso dos Prefeitos da maioria das cidades e

não aconteceu um trabalho de prevenção e combate contra a dengue, por isso este problema se encontra em todo o Estado do Rio de Janeiro. Com isso, neste momento, devem ser buscadas soluções para resolver este problema. Continuou perguntando se o Poder Executivo está ciente das dificuldades que o Sr. Sebastião Sardela vem encontrando. O Sr. Sebastião Sardela disse que o Sr. Prefeito Municipal sabe de todos os problemas enfrentados. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva informou que conversou com o Sr. Prefeito Municipal sobre a situação da dengue e ele se mostrou bastante preocupado em resolver este problema, esclarecendo que a ideia do Vereador Gilson Teixeira Sales é muito boa, pois as pessoas devem ser comunicadas das visitas, sendo que está a disposição para realizar um mutirão de limpeza no Município. O Sr. Sebastião Sardela perguntou se existe a possibilidade de realizar a cobrança das multas previstas em Lei e quem seria o responsável por estas cobranças. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que se a Lei Municipal já passou por esta Casa Legislativa e foi aprovada, é de competência do Poder Executivo cumpri-la. O Sr. Sebastião Sardela esclareceu que a melhor maneira de fazer a prevenção da dengue é a realização de trabalho contínuo, inclusive nos meses frios. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que utilizará o programa da Câmara Municipal para divulgar estas questões, bem como que a fiscalização é responsabilidade do Poder Executivo e tentará conversar com as pessoas responsáveis. Por fim, o Sr. Sebastião Sardela disse que é Presidente da Rodagem há seis anos e na gestão passada nada foi feito pelo seu bairro. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que acredita que o Sr. Prefeito Municipal concedeu autonomia para todas as Secretarias demitir e contratar funcionários, assim acredita que a decisão de demitir determinados funcionários não foi tomada diretamente pelo Prefeito Municipal. Acrescentou que procurará saber deste problema, entretanto tem quase certeza que as contratações e demissões são de responsabilidade de cada setor. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que não está questionando quem demitiu e sim os motivos das demissões. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que o Sr. Prefeito Municipal tem o conhecimento da demissão, os motivos da demissão quem deve informar é a Secretaria responsável e que buscará está resposta. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a situação ficou um pouco complexa, pois o Líder do Governo acredita que o Prefeito Municipal não é o responsável pelo motivo das

demissões, enquanto que o Sr. Sebastião Sardela disse que foi o Prefeito quem demitiu os funcionários. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que esta decisão provavelmente partiu do Secretário de Saúde, que é o responsável pela área de endemia. Continuando com o tempo destinado á Tribuna Livre, o Vereador Presidente Hugo Fernandes convidou o Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Fabrício para falar sobre o Projeto de Lei Complementar que cria a Secretaria de Defesa Civil. Com a palavra, o Sr. Fabrício, após cumprimentar todos os presentes, disse que está aqui hoje como um representante do Governo do Estado e como Coordenador de Defesa Civil da Região Noroeste, assim estará em todos os Municípios desta região onde não existe a referido Secretaria lutando por sua implantação. Esclareceu que a Secretaria de Defesa Civil é tão importante quanto as Secretarias de Saúde, Educação e Meio Ambiente, existentes em diversos Municípios, sendo que gostaria de deixar bem claro que existe um trabalho de nível estadual que todos os Municípios que criarem a Secretaria de Defesa Civil efetivamente funcionando poderão receber verbas e materiais de pronto atendimento, podendo citar como exemplo a instalação de Unidades de Proteção Comunitária (UPC's) na Região Serrana, que são os locais onde os agentes de defesas civis que trabalham em locais de risco dando apoio direto para toda comunidade. Informou que veio nesta Casa Legislativa para mostrar o quanto a criação de uma Secretaria de Defesa Civil efetiva é importante, sendo que a Defesa Civil é responsável pelo planejamento e prevenção de eventos adversos e naturais, bem como pela qualificação de pessoas. Esclareceu que o Município de Miracema já foi comtemplado com uma viatura, desde que cumpra alguns requisitos específicos, assim veio aqui hoje para mostrar a importância da Defesa Civil para o Município, se colocando a disposição para responder quaisquer tipos de perguntas. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que já participou de várias reuniões e realmente a prevenção é muito importante, pois é uma maneira de evitar problemas maiores e futuros, sendo que a maioria dos Municípios do Brasil cresce de maneira desordenada, inclusive com construções em áreas de risco. O Vereador Presidente Hugo Fernandes acrescentou que esteve em uma reunião no Município de Itaperuna em dezembro de 2012, e nela foi esclarecida que a criação da Secretaria de Defesa Civil é muito importante para o Município de Miracema, pois com isso seria dividido o trabalho da Secretaria de Obras. O Vereador Gutemberg Medeiros

Damasceno disse que disse o Tenente Coronel tocou especificamente na criação de uma Secretaria Municipal de Defesa Civil, tendo citado as áreas de Educação e Saúde. Esclareceu que no tempo em que era criança e adolescente a Educação era uma prerrogativa do Estado, no que dizia respeito aos antigos primário e ginásio, cabendo ao Governo Federal o Ensino Superior. Com isso, o Estado e a União transferiram para o Município a responsabilidade sobre o Ensino Fundamental, dessa maneira, concluímos que antes a despesa com a Educação era toda do Estado, sendo que hoje 40% (quarenta por cento) dos funcionários Municipais estão lotados na área da Educação. Continuando, disse que na área de Saúde não foi diferente, pois a princípio a responsabilidade era do Estado, através dos Postos de Saúde, e da União, através dos INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, depois a responsabilidade acabou sendo transferida para o Município, através do SUS. Esclareceu que citou as áreas de Educação e a Saúde, sendo do que hoje é prerrogativa dos Estados a Segurança Pública e não do Município, haja vista que todos os Estados possuem a Secretaria de Segurança Pública. Dessa maneira, não vê motivo para um Município, economicamente pobre, assumir esta responsabilidade, sendo certo que sua receita é muito pequena, apenas 12% (doze por cento) dos impostos arrecadados. Esclareceu que o Estado deve prestar os serviços mencionados pelo Tenente Coronel Fabricio, sendo que está pensando no dia de amanhã, pois a Prefeitura Municipal não terá condições de arcar com as custas financeiras desta Secretaria, assim é contra a Prefeitura assumir uma responsabilidade que pertence ao Estado e por isso votará contra a aprovação deste Projeto de Lei. O Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Fabrício esclareceu que não acredita que o Estado está passando a responsabilidade de Defesa Civil para o Município, pois como estariam sendo evitados desastres, o Município acabariam fazendo economia, pois quem arca com os prejuízos dos desastres é o próprio Município. Acrescentou que a única Secretaria que doou viaturas para os Municípios foi a Secretaria de Estado de Defesa Civil, mas não adiante fazer levantamentos sobre as áreas de risco e não ensinar às pessoas que moram nos locais a maneira de agir, sendo que a vida humana não pode ser quantificada, pois a Defesa Civil irá evitar que os Municípios enfrentem algum tipo de desastre. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que talvez o Coronel não saiba que o Município de Miracema está

super endividado e sua frota está toda sucateada, por isso acredita que o momento agora é de se fazer economia, pois também existe o risco dos salários dos funcionários ficarem congelados por um tempo, podendo ocasionar o desinteresse das pessoas pelo trabalho. Esclareceu que a criação da Secretaria de Defesa Civil o Projeto de Lei cria diversos cargos comissionados que aumentarão o valor da folha de pagamento da Prefeitura Municipal. Disse que sabe que a Defesa Civil é importante, mas nós devemos pedir que o Estado cumpra suas obrigações. O Vereador João Siqueira Magalhães acrescentou que ainda estamos correndo o risco de perder uma parcela da verba dos royalties amanhã. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que amanhã o veto da Presidenta Dilma não passará pelo Congresso, assim, com a diminuição do repasse de verbas, o Município de Miracema ficará em uma situação muito complicada. O Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Fabrício disse que compreende a preocupação do Vereador, mas tecnicamente a Defesa Civil vai diminuir o custo para o Município e irá salvar muitas vidas, continuando a dizer que vida não tem preço. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que o Coronel mencionou sobre a Defesa Civil ajudar no combate a dengue, assim, perguntou se o Governo do Estado possui algum Projeto com algum tipo de ajuda de custo para ajudar a passar por este momento, pois o problema existe e nós temos que procurar soluções. Acrescentou que fica muito triste ao ouvir sobre a situação em que nosso Município se encontra, acreditando que o Poder Executivo está buscando soluções para os problemas. Por fim, disse que concorda com o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, pois nós devemos nos preocupar com o amanhã, entretanto entende que não foi a Secretaria de Defesa Civil que colocou o Município nesta situação, assim, deve ser analisado não só os gastos como também os benefícios. O Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Fabrício explicou que na realidade existia uma parceria onde os bombeiros trabalhavam efetivamente no combate a dengue, entretanto este trabalho foi interrompido ano passado e disse que hoje o Capitão Tostes, que possui um treinamento nesta área, poderia estar ensinando para todo o seu pessoal efetivo. Em relação ao Estado, esclareceu que realizará uma reunião na quinta-feira e trará a resposta se a parceria com o corpo de bombeiros poderia ser retomada. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou sobre alguma verba específica para a Secretaria Municipal de Defesa Civil. O Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Fabrício disse

que está havendo um estudo onde, de imediato, serão disponibilizadas as UPC's e os blocos de sirene, alerta e alarme, entretanto não adianta ter todo este material sem o devido treinamento, sendo que também existe um estudo de, no futuro, ser destinada uma verba específica para esta Secretaria. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a referida Secretaria teria de se sustentar com recursos próprios, sendo que o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno foi claro com a sua preocupação de que esta verba seria da própria Prefeitura Municipal, pois com isso a Secretaria aumentaria as despesas da Prefeitura. O Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Fabrício disse que entende e compreende a preocupação dos Vereadores, entretanto, no início quem iria arcar com os gastos com os cargos é a Prefeitura Municipal, haja vista que se trata de uma Secretaria do Município. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que lhe causa muita estranheza o Estado estar muito rico e os Municípios estarem passando muitas dificuldades, sendo que na área da Saúde a responsabilidade é divida da seguinte forma: os medicamentos de alta complexidade é de responsabilidade da União, os de média complexidade é de responsabilidade do Estado, cabendo aos Municípios os medicamentos básicos, entretanto quando o Município busca o reembolso dos medicamentos de responsabilidade do Estado ele não tem o retorno, inclusive aqueles originados de Ações Judiciais. Esclareceu que de início a Secretaria de Segurança Pública iria retirar sua verba da Secretaria de Obras e Urbanismo, porém esta Secretaria é uma das maiores do Município, devendo sempre investir em infraestrutura e saneamento básico. Acredita que esta Casa Legislativa e todos os Vereadores estão preocupados com uma possível situação de falta de verba que o Município possa vir a sofrer, por isso entende a fala do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, pois ele não está contra a criação da Secretaria de Defesa Civil e sim contra a forma com que ela está sendo criada. Por fim, disse que existem alguns pontos do Projeto de Lei que não respeita as Leis Municipais nº. 796 e 813, afirmando que está aqui para trabalhar a favor do Município de Miracema, sendo que também é preciso criar uma rubrica no orçamento prevendo a criação da referida Secretaria. O Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que o mais importante é que o Projeto está sendo estudado pelos Vereadores e a vinda do Tenente Coronel foi para explicar a parte técnica da importância da implantação da Secretaria de Defesa Civil, agradecendo a explanação

feita, esclarecendo que o Projeto de Lei não será discutido e votado na data de hoje. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno fez uma importante observação sobre as Municipalizações, primeiro na área da Educação e depois na Saúde. Dessa maneira, gostaria de saber do Tenente Coronel Fabrício qual o trabalho da Secretaria Estadual de Defesa Civil realizado na Região Noroeste. O Tenente Coronel Fabrício esclareceu que a Coordenadoria Regional da Defesa Civil está situada em Itaperuna e possui mais seis pessoas trabalhando junto com ele, sendo que, atualmente, está realizando um trabalho de estudo regional e buscando reunir todos os órgãos competentes para se acontecer algum desastre já possuir contato com todos. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se o levantamento geológico é feito pela Secretaria de Defesa Civil. O Tenente Coronel Fabrício respondeu que sim, sendo que ele é feito pelo DRM, Departamento Regional de Mineração, e já foi feito e entregue aos Coordenadores Municipais. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se existem meios de evitar os problemas constatados. O Tenente Coronel Fabrício respondeu que existem projetos de muros de contenções e de imediato seria necessário fazer o treinamento das comunidades que estão em áreas de risco. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se a vinda destes recursos para viabilizar a resolução destes problemas depende da criação da Secretaria de Defesa Civil ou o Governo do Estado vai repassar este recurso. O Tenente Coronel Fabrício esclareceu que a vinda destes recursos não depende da criação da Secretaria, mas os projetos que devem ser feitos dependem de um trabalho técnico. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que embora o Projeto de Lei não esteja em discussão gostaria de fazer uma explanação sobre suas preocupações. Esclareceu que na quinta feira passada, dia 28 de fevereiro, o Sr. Prefeito Municipal esteve aqui e passou uma informação que lhe deixou bastante preocupado, pois aduziu que a dívida do Município de Miracema, conforme as informações, chega a um valor aproximado de 17 (dezessete) milhões e meio de reais. Disse que a Secretaria de Defesa Civil é de suma importância e como faz parte da Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio Obras e Serviços Públicos, fez seu parecer em separado informando de onde sairia os recursos destinados para esta Secretaria, então sugeriu ao Sr. Prefeito que recolhesse este Projeto de Lei para que ele fosse reapresentado no ano posterior com uma verba

orçamentária própria. Continuou dizendo que a maior preocupação é com os funcionários da Prefeitura Municipal, sendo que os Vereadores podem entrar para história como os responsáveis por "quebrar" o Município de Miracema. Esclareceu que não ele quem vai decidir pela aprovação ou não do Projeto de Lei, mas fez um parecer contrário e irá manter seu voto, voltando a dizer que sugeriu ao Sr. Prefeito que colocasse no Orçamento do próximo ano uma verba própria para a criação desta Secretaria. O Vereador Presidente Hugo Fernandes agradeceu a presença do Tenente Coronel, colocando a Câmara Municipal sempre a disposição. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o radialista Harley de Oliveira pelos relevantes serviços prestados à nossa comunidade através da Radio Princesinha do Norte. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Carlos Armando de Azevedo e Maria José Marques Barros Andrade irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier informou que o Sr. Harley de Oliveira, depois de 20 (vinte) anos exercendo sua profissão foi demitido sem uma causa aparente. Por fim, o Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que nós não podemos permitir que a escuridão da ditadura avance sobre a luminosidade da democracia. O Vereador Carlos Armando de Azevedo parabenizou os Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales e Carlos Magno da Silva Peres por estar presentes na inauguração do Hospital Evandro Freire na Ilha do Governador, tendo ficado muito feliz com a construção de mais um Hospital deste nível. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva agradeceu a presença do Ex-Vereador Gideão Duarte Gonçalves e a Moção de Aplausos e Incentivo que recebeu de autoria do Ex-Vereador. O Vereador Presidente Hugo Fernandes pediu para os Vereadores apresentarem os nomes das pessoas homenageadas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, sendo que a Sessão Solene será realizada no dia 11 de março e gostaria da opinião do Plenário sobre a possível realização de um coquetel e de um serviço de fotografia. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que é favor da austeridade com apenas cafezinho e água. Os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade e Carlos Magno da Silva Peres sugeriram a realização de um coquetel. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que deixa a decisão por conta do Vereador Presidente. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá

Xavier, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva também são a favor da realização de um coquetel. Por fim, o Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que na legislatura passada foi aprovado um requerimento suspendendo a leitura da ata da Sessão Anterior durante as Reuniões, assim gostaria que fosse definido se a leitura da ata deveria retornar, de acordo com o Regimento, ou se ela continuaria ficando a disposição de cada Vereador para que cada um possa fazer sua leitura. Os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Carlos Magno da Silva Peres, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva acreditam que não é necessário fazer a leitura da ata, pois ele poderia ficar a disposição dos Vereadores na Secretaria. Os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier, Maurício Sant'Ana Soares e Carlos Armando de Azevedo acreditam que a ata deve voltar a ser lida nas Reuniões, uma vez que isto está determinado no Regimento Interno. O Vereador Hugo Fernandes disse que, de acordo com a decisão do Plenário voltará a ser feita a leitura da ata nas Sessões. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 07/03/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 07 de março de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número oito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Mateus, Capítulo 12, Versículos de 01 à 12. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício s/nº do Gabinete do Vereador Maurício Sant'Ana Soares justificando sua ausência da reunião na data de hoje; 02) Ofício – PMM/SMAS nº. 051/13 da Secretaria Municipal de Promoção Social solicitando algumas informações. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 03) Leitura da ata do dia 04/03/2013, em votação a ata foi aprovada por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Genessi Rodrigues da Silva – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que envide esforços a fim de que resolva os problemas de infra-estrutura constatados em diligência ao Morro da Fazendinha e ao Bairro do Carrapichão, em especial na Rua Pedro Santos, onde verificamos que as referidas cercanias necessitam de medidas urgentes, tais como: construção de calçamento; construção de rede de esgotos; melhoria na iluminação pública; entre outros. Outrossim, ressaltamos que o atendimento do solicitado proporcionará uma melhor qualidade de vida aos Munícipes. Deferido. 02) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação no sentido de que seja agilizado o repasse de recursos para o convênio

com a Associação de Estudantes Universitários de Miracema, tendo em vista que os motoristas estão há três meses sem receber seus salários, o que está provocando sérios problemas para suas famílias. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que, segundo informações da Secretaria Municipal de Fazenda, o dinheiro já está disponível para ser repassado, entretanto a Associação de Estudantes não prestou contas no ano de 2012, assim o repasse está sendo impossibilitado. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que também tem o conhecimento disso, mas os motoristas que vivem deste salário e ficam três meses sem receber podem passar por dificuldades. Assim, acredita que pode ser chegada a uma solução para este problema, pois os motoristas não possuem culpa do Presidente da Associação não ter prestado as contas da Associação. O Vereador Hugo Fernandes acrescentou que a Câmara Municipal também solicitou esta prestação de contas e ainda não recebeu. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que esta situação deveria ser resolvida, pois quem deveria ser penalizado era o Presidente da Associação e não os motoristas. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que também já tentou um acordo com o Presidente da Associação de Estudantes e acredita que o referido problema já está sendo resolvido. 03) Vereador Carlos Magno da Silva Peres – Ao Ministro da Educação, Sr. Aloizio Mercadante – Solicitação no sentido de que o Município de Miracema seja incluído no Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Esclarecemos que o referido Programa consiste no objetivo imediato na alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, até o 3º ano do Ensino Fundamental, de todas as crianças das escolas municipais e estaduais. Aprovado. 04) Vereador Hugo Fernandes – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Comissão Organizadora da Exposição Agropecuária de 2013, no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de incluir na programação da Exposição shows com valores da terra, objetivando dar oportunidade aos artistas de nossa cidade, para apresentarem seus trabalhos, principalmente para as pessoas que vem apreciar nossa tradicional festa. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Rafael Moreira, Vice-Prefeito do Município de Miracema para falar sobre o Projeto de Lei Complementar que cria a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública e outros assuntos. Com a palavra o Sr. Rafael Moreira, após cumprimentar todos os

presentes, disse que esteve no Município de Itaocara, no encontro de Prefeitos do Noroeste Fluminense, e foi firmado um acordo a respeito de um Aterro Sanitário que está sendo construído no Município de São Fidélis. Esclareceu que veio nesta Casa Legislativa para se colocar a disposição de prestar algumas informações. Em primeiro lugar, disse que existe um consórcio a ser firmado pelos quinze Municípios do Noroeste Fluminense com o Governo do Estado no sentido se serem construídos dois Aterros Sanitários nesta Região, um no Município de Itaperuna e outro no Município de São Fidélis, eles visam a fazer com os Municípios cumpram uma nova Lei que obrigam aos Municípios a darem destinação final e completa ao lixo recolhido em suas cidades, sendo que esta mesma Lei obriga os Municípios a retirar todo o lixo acumulado em sua Unidades de Tratamento. Informou que Miracema é o primeiro Município do Noroeste a dar destinação final e total aos seus resíduos, assim Miracema será um dos primeiros Municípios a receber o ICMS Verde e este recurso visa pagar o gasto da Cidade com a coleta, seleção e transbordo do lixo. Esclareceu que, atualmente, o único Aterro Sanitário legalizado fica em Campos dos Goytacazes e todo o lixo de Miracema, após ser reciclado, é envido para este Aterro. Acrescentou que com a conclusão do consórcio, todo o lixo produzido por Miracema seria encaminhado ao Aterro Sanitário escolhido, ou São Fidélis ou Itaperuna. Disse, ainda, que para a Secretaria Estadual de Governo Estadual o Município de Miracema já é uma referência para os outros Municípios, assim, na reunião foi feita uma explanação sobre o recolhimento do lixo na nossa Cidade. Continuou explicando que os Projetos de Leis encaminhados a esta Casa Legislativa são de extrema necessidade, pois, humanamente falando, é impossível que uma pessoa que tenha estudado e realize um bom trabalho receba pouco. Exemplificou citando a situação da Direção do PU, pois é impossível uma pessoa ficar 24 horas por conta do Posto e receber uma gratificação de apenas R$ 300,00 (trezentos reais), assim nenhuma pessoa quer este cargo. Esclareceu que existe uma pessoa na Secretaria de Saúde que sabe fazer o trabalho necessário para reativar o funcionamento total dos PSF's, o que diminuiria o trabalho do PU, por isso, esta pessoa também precisa ser remunerada. Continuou explicando que todos os cargos que estão sendo criados existem um propósito e não são para cumprir acordos políticos, pois em primeiro lugar o acordo do Governo é com o povo. Esclareceu que com a Secretaria de Segurança Pública está sendo buscada uma

melhora na segurança do Município, com os trabalhos de parceria com o Governo do Estado. Já na parte de Defesa Civil, os Srs. Vereadores sabem que, com o passar do tempo, são criadas pelo Governo Estadual novas maneiras de encararmos as necessidades e as demandas da população, por isto este órgão atualmente possui uma característica preventiva. Acrescentou que ao ser empossado, ficou sabendo de algumas informações, sendo que a criação e regulamentação da Secretaria de Defesa Civil permitirá que o Município receba algumas verbas do Governo Estadual. Informou que a Prefeitura Municipal recebeu um relatório do DRM contendo um mapeamento de riscos ecológicos e dizendo que o Município de Miracema possui um dos maiores riscos de desabamentos de casas e maior quantidade de pontos de deslizamentos. No relatório diz que existem 40 (quarenta) áreas de riscos eminentes de movimento de massa no Município, sendo que nestas em cada área existem em média 04 (quatro) casas, perfazendo um total de 120 (cento e vinte) casas em risco. Esclareceu que com a edição da Lei nº 12.608/2012 o conceito de que a Defesa Civil é responsabilidade do Estado foi afastado, vez que ela aduz que é dever do Município adotar as medidas necessárias para a redução de riscos e desastres, sendo que seu artigo 8º (oitavo) traz todas as atividades que competem aos Municípios. No final da referida Lei é dito que os Municípios que estiverem em conformidade com todos seus requisitos podem e irão receber recursos do Governo Federal e Estadual. Esclareceu, ainda, que na Secretaria de Defesa Civil existe o "Projeto Morar Seguro", onde o Município recebe recursos para retirar os moradores de suas residências em áreas de risco e alojá-las em novas casas. Com a Secretaria de Segurança Pública, criada em conjunto com a Defesa Civil, a Guarda Municipal será regulamentada e o Município poderá receber verbas para instalar câmeras de segurança nas ruas do Município, podendo ainda vir uma verba específica para os Guardas Municipais incorporarem em suas remunerações aproximadamente R$ 400,00 (quatrocentos reais). Disse, também que com a criação desta Secretaria o Município de Miracema buscará resolver três problemas, a segurança pública, a defesa civil e o trânsito, pois todos sabemos que o trânsito miracemense não está muito bom, assim é preciso ser feito um trabalho urgente nesse sentido, sendo que a partir de sua regulamentação a Guarda Municipal poderá multar os carros. Continuando, disse que uma nova Resolução foi feita, dizendo que para as pessoas poderem guiar os veículos ciclomotores é necessária

uma autorização fornecida pelo Detran, sendo que também é necessário que o Município ofereça o serviço de emplacamento destes veículos, com isso o Município arrecadaria aproximadamente um valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais anuais). Com isso, disse que veio pedir aos Vereadores para aprovarem este Projeto de Lei, sendo que possuem todo o direito de manifestarem suas preocupações e aprovarem ou não o referido Projeto. Por fim, disse que está sendo estudada a possibilidade de transferir a dívida da Prefeitura Municipal, através de ação judicial, para o gestor público que contraiu o débito e se colocou a disposição dos Vereadores para responder qualquer tipo de dúvida. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que quando foi instalar a UTIL em Miracema foi assessorado pela Fundação Nacional de Saúde e foi designado um engenheiro sanitarista para acompanhar o local onde ela seria feita, sendo que uma das questões colocadas foi a de que o Aterro Sanitário ou o local de reciclagem não poderia ficar a uma distância muito grande de onde o lixo é gerado, por causa do valor do combustível do transporte, tendo inclusive pensado em realizar a Usina de Tratamento em parceria com Municípios vizinhos. Disse que está esclarecendo este fato, pois com a criação de um Aterro Sanitário em São Fidélis, fica preocupado com a quantidade de combustível que seria gasto, sendo que o valor recebido através do ICMS verde não daria conta de arcar com as despesas de combustível, sendo preferido que o lixo fosse depositado em Itaperuna, pois a distância entre Miracema e Itaperuna é metade da distância entre São Fidélis e Miracema. Continuando, disse que espera que Estado assuma suas responsabilidades, pois quando foi criado um Consórcio de Saúde Intermunicipal, Miracema foi o único Município que pagava sua cota, sendo que os outros Municípios não pagavam e o Estado nunca pagou sua parte. Esclareceu que está pensando no dia de amanhã, entretanto o dia de hoje está sendo muito temeroso para o Estado, pois o Congresso derrubou o veto da Presidenta da República em relação aos royalties. Acrescentou que expôs da Sessão anterior suas objeções em relação à criação de mais uma secretaria, sem nunca pensar em questões de campanha política, pois está pensando na governabilidade, pois também existem outros Projetos de Lei criando e modificando cargos em comissão. Esclareceu que concorda que existem cargos importantes, como Diretor de Escola e Diretor de PU que estão recebendo valores irrisórios e precisam ser corrigidos. Por fim, disse que vai votar

contra este Projeto de Lei, mas daqui a um ano voltará a conversar sobre tudo o que está acontecendo e espera que ainda haja a governabilidade. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou ao Vereador Presidente Hugo Fernandes se ele pode fazer um requerimento em nível de Estado. O Vereador Hugo Fernandes disse que ele pode fazer seu requerimento. O Vereador João Siqueira Magalhães pediu ao Sr. Vice-Prefeito cópia do relatório do DRM onde foi dito que existem aproximadamente (cento e vinte) casas em áreas de risco no Município de Miracema, pois anexará está cópia ao seu requerimento e passou a fazer seu requerimento. Ao Secretário Estadual de Habitação – Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam construídas aproximadamente 120 (cento e vinte) casas no Município de Miracema com o objetivo de realojar as pessoas que estão morando em áreas de risco, conforme mencionado nos documentos em anexo. Aprovado. O Sr. Rafael Moreira esclareceu que já esteve no Gabinete do Secretário Rafael Pisciani e foi informado que a Secretaria de Habitação, através de Programas, pode liberar a construção das casas, entretanto seria necessário o pagamento de um aluguel temporário que só poderia ser pago depois da ocorrência de algum desastre. Acrescentou que é necessária a realização de algum Projeto para que o Governo Estadual forneça a verba necessária para o Município. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está fazendo este requerimento para reforçar a conversa do Vice-Prefeito com o Secretário. O Sr. Rafael Moreira disse que a preocupação do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno em relação à destinação final do lixo é a mesma do governo atual, pois o gasto que a Prefeitura vai ter com o transbordo do lixo será muito alto. Esclareceu que a primeira ideia foi a reativação da Usina de Reciclagem, entretanto o INEA não permite continue sendo enterrado lixo na área da Usina de Tratamento de Miracema, pois não existe nenhuma condições para a realização deste trabalho. Acrescentou que o Município, querendo ou não, o lixo deveria ser levado para os Aterros que serão construídos, sendo que ainda reivindicou que Miracema deveria levar o lixo para Itaperuna, pois seria mais perto, porém ficou decidido que o gestor do consórcio vai definir, através de um estudo, para qual Aterro Sanitário cada Município vai enviar seu lixo. Esclareceu que tentará insistir para que Miracema possa enviar seu lixo para Itaperuna. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que o problema do lixo começa com um erro no princípio, pois acredita que cada Aterro Sanitário deveria ser destinado a

apenas dois Municípios, uma vez que apenas dois Aterros Sanitários não seriam suficientes para comportar todo o lixo da Região Noroeste. O Sr. Rafael Moreira esclareceu que foi dito na reunião que os Aterros durariam aproximadamente 20 (vinte) anos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que não acredita muito nesta informação. O Vereador João Siqueira Magalhães acrescentou que quando foi Vereador anteriormente existiu um Projeto para a construção de uma Usina de Lixo que seria financiada pelo BNDS e o Prefeito de então não se interessou. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que é necessário possuir um Projeto e este Projeto ser encaminhado para o Ministério do Meio Ambiente, pois ele decide quais serão os Municípios beneficiados. Esclareceu que o Município de Miracema precisa de um núcleo de Projetos que realizem Projetos em todas as áreas, sendo que criação deste núcleo seria mais válida do que a criação da Secretaria de Segurança. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que o recebimento do ICMS Verde veio crescendo com o tempo e já está com uma parte vinculada ao pagamento do salário de funcionários. Continuando, perguntou ao Vice-Prefeito qual é a empresa que realiza a coleta do lixo no Município e qual foi sua forma de contratação. O Sr. Rafael Moreira respondeu que logo no início do Governo foi informado que o Município dispunha de apenas dois caminhões para realizar a coleta de lixo, sendo que eles estavam com problemas mecânicos e em péssimo estado de conservação, assim o Prefeito Municipal decretou estado de emergência, salvo engano, nos serviços continuados. Dessa forma, foi feita a contratação da Empresa Proambiente e ela ficou responsável pela coleta, reciclagem e transbordo de lixo. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou sobre o valor do contrato. O Sr. Rafael Moreira disse que não sabe o valor da contratação, mas se soubesse informaria sem problemas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que está fazendo esta pergunta porque no governo anterior foi aprovada a Lei nº 1.388, onde aduz que toda e qualquer licitação deveria ser enviada a esta Casa Legislativa. O Sr. Rafael Moreira esclareceu que esta Empresa deve ter sido contratada através de dispensa de licitação, assim como não aconteceu uma licitação, não foi enviada uma cópia do procedimento para a Câmara Municipal. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo informou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier que estas informações já foram pedidas através de ofício e serão enviadas dentro do prazo regimental. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva perguntou sobre a quantidade

criação de cargos que estão sendo criados no Projeto de Lei que será colocado em votação no dia de hoje. O Sr. Rafael Moreira de início, esclareceu que os cargos restritos para funcionários públicos possuem uma baixa remuneração, enquanto que os cargos amplos possuem um valor mais alto, sendo que a intenção do governo é nomear funcionários concursados para exercerem estes cargos. Disse que na totalidade, entre exclusões e acréscimos de cargos, nós chegaremos a 16 (dezesseis) cargos amplos e 19 (dezenove) restritos, totalizando 35 (trinta e cinco) cargos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou sobre a quantidade de cargos especificamente no Projeto de criação da Secretaria de Segurança. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que seriam criados 03 (três) cargos amplos e 11 (onze) restritos, sendo que um cargo amplo estaria sendo remanejado. O Sr. Rafael Moreira agradeceu o espaço concedido para realizar suas explicações. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: Projeto de Lei Complementar que acrescenta ao Artigo 52 da Lei nº 789/99, o item 14, criando a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública. Autoria: Prefeito Municipal – 1ª Votação. O Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou a leitura do Parecer das Comissões. O Vereador Gilson Teixeira Sales fez a leitura dos pareceres das Comissões. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que quando elaborou seu parecer ainda não tinha acontecido o veto do Congresso em relação aos royalties, sendo que o Município de Miracema vai acabar deixando de arrecadar uma boa parte de sua renda mensal. Disse que concorda com as explicações do Sr. Vice-Prefeito, mas sua grande preocupação é com os funcionários públicos e suas famílias, acreditando que o Estado está muito perto de viver uma crise econômica. Acrescentou que viu nos jornais portarias com nomenclaturas de cargos que nunca tinha visto antes e por isso pediu um organograma do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal. Disse que estamos atravessando por um momento complicado e preocupante. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que, em primeiro lugar, não existe dotação orçamentária para a criação desta Secretaria e os recursos seriam retirados da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, o que impediria a realização de alguns serviços importantes para o Município. Por isso, acredita que o momento não é oportuno para a criação desta Secretaria, sendo que está preocupado com o

achatamento dos salários dos servidores públicos. O Vereador Hugo Fernandes informou que ao analisar todos os Projetos de Lei não conseguiu enxergar a criação de mais de 100 (cem) cargos. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que tomando como base as informações do Vice-Prefeito, seriam criados aproximadamente 15 cargos por Projeto de Lei, sendo que existem 09 (nove) Projetos de Lei. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu sua preocupação também é a de valorizar os funcionários, assim é possível perceber que a maioria dos cargos criados será para destinado aos servidores públicos, valorizando assim seus trabalhos, sendo que com a Guarda Municipal regulamentada também seria concedia uma gratificação para cada guarda. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães perguntaram se o pagamento desta gratificação seria iniciado imediatamente após a aprovação do Projeto de Lei. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que esta gratificação não seria imediata, pois é uma verba que será originada no Governo Federal. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que esta fazendo está pergunta, pois após a aprovação do Projeto de Lei irá cobrar o pagamento desta gratificação O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que segundo algumas informações esta gratificação seria oriunda de um Programa do Governo Federal e somente será paga depois dos Guardas Municipais realizarem uma espécie de curso de capacitação. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a valorização dos funcionários neste Projeto de Lei está na criação dos cargos restritos, pois eles somente poderão ser ocupados por funcionários públicos concursados. A seguir o Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em primeira votação o Projeto de Lei Complementar foi aprovado com seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva e três votos contra, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade acredita que a criação desta Secretaria é muito importante, pois o Município precisa resolver seus problemas, principalmente em relação ao trânsito. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que os problemas no trânsito e na segurança pública poderão ser resolvidos com a criação desta Secretaria, sendo que não acredita que a criação desta Secretaria causará um

colapso no orçamento da Prefeitura Municipal. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que o Vereador João Siqueira Magalhães apesar de ter votado em favor da leitura da ata se ausentou durante uns cinco minutos neste momento. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que já esperava o recebimento de ofícios requerendo informações sobre a Promoção Social, entretanto esperava isto mais para frente e não tão rápido. Acrescentou que quando saiu da Sessão durante a leitura da ata foi buscar um documento que deixará os Vereadores um pouco assustados, pois chegou a suas mãos uma listagem sobre a licitação de merenda escolar, sendo que os erros contidos neste documento foram infantis. Esclareceu que é importante verificar a diferença de preço de cada alimento de uma empresa para outra, sendo que tal diferença foi de R$ 0,01 (um centavo) em todos os itens da licitação, dando a impressão que houve uma informação via telefônica entre algumas pessoas. Afirmou que uma das funções do Vereador é a de fiscalizar os atos do Poder Executivo, sendo que não vai abrir mão dela. Continuando, disse que se talvez existisse uma oposição mais forte no mandato passado o Ex-Prefeito não teria feito algumas bobagens. Por fim, disse que irá mostrar isto ao Sr. Prefeito Municipal e certamente ele irá tomar alguma posição, perguntando ao Vice-Prefeito se ele já tinha constatado esta situação. O Sr. Rafael Moreira sugeriu ao Vereador que informe este caso ao Sr. Prefeito Municipal. Vereador João Siqueira Magalhães disse que isto é uma vergonha nacional, pois não é possível entender a diferença de R$ 0,01 (um centavo) no preço de todas as mercadorias, uma vez que dá a entender que houve manipulação no procedimento licitatório e se isso aconteceu este caso deverá ser denunciado às autoridades competentes. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo se colocou a disposição para acompanhar o Vereador João Siqueira Magalhães amanhã para falar com o Sr. Prefeito Municipal, sendo que esta lista de preços não foi feita em procedimento licitatório e sim através de uma pesquisa de preços. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que os preços deveriam ter sido entregues para a Prefeitura Municipal em envelopes lacrados e não simplesmente através de visitas aos estabelecimentos, uma vez que nas licitações os vendedores costumam vender a preços menores. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que realmente, ontem na parte da tarde, ficou sabendo sobre este assunto e procurou o Poder Executivo para buscar melhores informações junto ao Setor de

Licitações, entretanto não conseguiu falar com o Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes disse que como Presidente desta Casa Legislativa acredita que os Vereadores tem um compromisso com a verdade e devemos fiscalizar, assim gostaria de assumir um compromisso com todos os Vereadores, pois dependendo da versão do Prefeito Municipal sobre estes fatos, abrirá uma CPI para investigar todos os atos do Governo realizado durante estes 60 (sessenta) dias e também investigará os atos realizados nos 04 (quatro) anos anteriores para, assim, mostrar para a população a real situação da Prefeitura Municipal. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 14/03/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 14 de março de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios, Capítulo 14, Versículo 01. Prosseguindo o Sr. Presidente, após cumprimentar a todos, informou que o objetivo principal da reunião era prestar uma homenagem a mulher miracemense em comemoração ao Dia internacional da Mulher. Continuando o Sr. Presidente disse que em conformidade com o Decreto Legislativo n.º 36, de 12/03/2001, de autoria da Ex-Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes, iria dar início a entrega do Diploma de Honra ao Mérito as ilustres homenageadas. Na sequência, o Sr. Presidente convidou o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Maria das Dores Pereira Estephanin. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que é um enorme prazer homenagear a Sra. Maria das Dores, já que ela atua em uma área muito importante, a Educação, sendo uma grande professora. Que além dela ser uma importante professora, é uma pessoa muito religiosa, sendo inclusive Ministra da Eucaristia. Continuando, o Sr. Presidente convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade para fazer a entrega do Diploma a Sra. Maria Laurentina Pereira Esteves. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, após cumprimentar todos os presentes, disse que neste dia internacional da mulher, a mulher pode e faz a diferença, sendo que a Sra. Maria Laurentina possui 89 anos, é mãe de 15 filhos e possui 33 netos e 18

bisnetos. Acrescentou que ela foi funcionária da Fábrica de Tecido São Martino, sendo ativa e participante do Centro de Convivência dos Idosos. Por fim disse que a Sra. Maria Laurentina é a prova viva de que a mulher pode e faz a diferença. A seguir, o Sr. Presidente convidou o Vereador Carlos Magno da Silva Peres para fazer a entrega do Diploma a Sra. Clirene Laje Mansur. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres disse que sua homenageada foi uma lutadora na Secretaria de Educação, tendo se aposentado com mérito. Criou todos os seus filhos com honradez e dignidade, agradecendo tudo o que ela fez por ele e afirmando que deveria fazer sempre esta homenagem. A Sra. Clirene Laje Mansur leu uma bonita mensagem homenageando todas as mulheres presentes. Prosseguindo, o Sr. Presidente convidou o Vereador João Siqueira Magalhães para fazer a entrega do Diploma a Sra. Luciana Pinto Magalhães Esteves. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está muito feliz em fazer esta homenagem para sua filha, pois ela é uma guerreira e só lhe traz felicidade, assim gostaria de dizer na presença de todos que recebeu uma neta maravilhosa e agora irá também ganhar um neto que se chamará João. Esclareceu que sua filha é uma pessoa leal, generosa e trabalhadora e esta homenagem é mais do que merecida. Continuando, o Sr. Presidente convidou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares para fazer a entrega do Diploma a Sra. Edna da Silva. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que só para lembrar o Dia Internacional da Mulher, celebrado em 08 de março de 1917, tem como origem as manifestações das mulheres russas, por melhores condições de vida e de trabalho e contra a entrada de seu país na 1ª Guerra Mundial. Assim, estas manifestações marcaram o início das Revoluções de 1917, porém a ideia de reservar um dia da mulher já havia aparecido desde o primeiro ano do século XX. Acrescentou que atualmente a mulher vem ocupando diversas posições importantes na sociedade. Para concluir, o Vereador disse é uma honra muito grande estar homenageando a Sra. Edna da Silva, pois ela é uma pessoa simples, com muita perseverança e muita humildade, sendo que ela passou por grandes problemas de saúde e hoje está ao lado de sua família. A seguir, o Sr. Presidente convidou o Vereador Paulo Sérgio Azevedo para fazer a entrega do Diploma a Sra. Zeni Guimarães Basilio. O Vereador Paulo Sérgio

Azevedo disse que está fazendo esta homenagem com muita felicidade, pois tem a certeza que a Sra. Zeni a merece. Continuando, convidou a Assessora Jéssica para fazer a leitura de uma bonita mensagem em homenagem a todas as mulheres. Em seguida, Jéssica disse que a Sra. Zeni Guimarães Basilio é natural de Santo Antônio de Pádua, nascida em 10 de maio de 1936, tendo se casado em 23 de setembro de 1954, com o empresário Cerli Basilio (in memória), proprietário da Viação Santo Antônio dos Brotos. Mãe de dez filhos e exemplo de filha, mulher, mãe, avó e bisavó. É uma mulher forte, inteligente e determinada, sendo que batalhou muito com seu marido para criar seus filhos e fazer deles homens e mulheres de bem. Prosseguindo, o Sr. Presidente convidou o Vereador Fabrício de Sá Xavier para fazer a entrega do Diploma a Sra. Neusa Pereira dos Santos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que esta muito feliz em fazer esta singela homenagem para a Sra. Neusa Pereira dos Santos, pois ela fez parte de sua vida como professora, sendo a profissão de professor está muito desvalorizada. A Sra. Neusa Pereira disse que está muito honrada em receber esta homenagem e percebe que gerou bons frutos com seu trabalho. Continuando, o Sr. Presidente convidou o Vereador Carlos Armando de Azevedo para fazer a entrega do Diploma a Sra. Beatriz de Silva Abreu Pestana. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que a Sra. Beatriz foi aprovada para trabalhar como interprete da língua inglesa na Jornada Mundial da Juventude que acontecerá em julho, tendo inclusive realizado intercâmbio em Liverpool, na Inglaterra. Disse que ela é uma jovem trabalhadora e sempre busca seus ideais, sendo que é muito bonito ver uma jovem escolhida para participar de um grande evento da Igreja Católica. Por fim, disse que está muito feliz em fazer esta homenagem na data de hoje. A Sra. Beatriz disse que está muito feliz em ser homenageada e acredita que a Jornada Mundial da Juventude será linda. A Sra. Conceição Abreu, mãe da Beatriz, disse que está muito orgulhosa de sua filha e não mediu esforços para ajuda-la a conseguir seus objetivos. A seguir, o Sr. Presidente convidou o Vereador Gilson Teixeira Sales para fazer a entrega do Diploma a Sra. Arineia Sales Peruci. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse a homenageada é uma irmã muito amada, pois muitas vezes ele deixou cuidar de ser próprio lar para cuidar das crianças de Miracema. Disse

que ela é uma pessoa que ele escolheu para seu sua segunda mãe, vez que sempre que possui um problema a procura para ela ajuda-lo. Por fim, disse que sua irmã é sua musa inspiradora. A Sra. Arineia Sales agradeceu a homenagem recebida pelo seu irmão e tem a certeza que ele possui todos os bons requisitos para ser um bom político, tendo certeza que ele representará a população da melhor maneira possível. Prosseguindo, o Sr. Presidente convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva para fazer a entrega do Diploma a Sra. Isabel Auxiliadora Rodrigues da Silva. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que todos os dias é o dia da mulher, pois ela é a base da família. Agradeceu a Deus por ter lhe dado a oportunidade de prestar esta singela homenagem a sua mãe, pois o grande responsável pelo sucesso das pessoas são suas mães. Afirmou que sua mãe é a grande responsável pelo sucesso de sua família, pois ela sempre se esforçou para ajudar no sustendo de sua família. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, Vice-Presidente, para ocupar a Presidência, enquanto fazia a entrega do Diploma a Sra. Vanda de Sousa Fernandes, sua avó. O Vereador Hugo Fernandes disse que gostaria de agradecer sua família por tudo, especialmente, sua avó, pois ela é uma das grandes responsáveis por ele ser a pessoa que é hoje. A Sra. Vanda de Sousa Fernandes agradeceu a homenagem recebida. Por fim, o Vereador Presidente convidou o Presidente da FAMIRA, Sr. Marco Aurélio Rodrigues de Moura, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Márcia Maria da Silva Nepomuceno. O Sr. Carlos Fera disse que esta Casa Legislativa conseguiu mesclar a jovialidade com a experiência e ela estará aberta para a população sempre que necessário. Continuou recitando uma bela poesia em homenagem a todas as mulheres. O Sr. Marcos Moura agradeceu a oportunidade de realizar esta homenagem e parabenizou todas as mulheres presentes. Disse que escolheu a Sra. Márcia Maria por que ela é uma mulher guerreira e sempre está lutando em prol das crianças carentes do Município. A Sra. Márcia Maria dedicou esta homenagem a todas as mulheres de Miracema, pois todas são guerreiras e trabalhadoras. Terminada as homenagens o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convidando para a próxima a ser realizada no dia

14/03/2013, às 19 horas. Convidou também os presentes, para um coquetel que seria servido em seguida, no recinto, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 14 de março de 2012.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos catorze dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número nove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Carlos Armando de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 01, Versículos de 14 à 20. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou se sempre será feita a leitura da ata durante as Sessões. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Regimento Interno diz que a leitura da ata deveria ser feita e que ela fica a disposição dos Vereadores na Secretaria desta Casa Legislativa. O Vereador Hugo Fernandes disse que pedirá ao Secretário Administrativo que mantenha a ata a disposição dos Vereadores e qualquer dúvida ou retificação, os Vereadores poderão fazer em plenário. A seguir colocou em votação se a leitura da ata deveria ser feita durante a Sessão ou não. Todos os Vereadores votaram a favor do término da leitura da ata, pois as reuniões ficam cansativas e desestimulantes. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite Igreja Batista; 02) Notificação Extrajudicial da Federação dos Servidores Públicos Municipais do Estado do Rio de Janeiro (FESEP/RJ). Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício – PMM/SMAS nº 063/13 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando Avaliação Técnica sobre as Condições Atuais das Casas do Conjunto Habitacional Popular de Paraíso do Tobias. Os Vereadores Hugo Fernandes, Genessi Rodrigues da Silva e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 04) Telegrama NºRef: 004550/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 05) Comunicado Nº CM006272/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação; 05) Resposta do Vereador Presidente Hugo Fernandes ao Vereador Carlos Armando de Azevedo. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 06) Requerimento do Vereador Presidente Hugo Fernandes ao Sr. Prefeito Municipal encaminhado Minuta de Projeto de Lei criando o Conselho da Juventude; 07) Ofício nº 030/2013 respondendo ofício nº 033/2013 sobre os Anteprojetos de Lei de Criação de Cargos do Poder Executivo. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Maria José Marques Barros Andrade, Fabrício de Sá Xavier e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse anexado uma cópia deste ofício ao respectivo Projeto de Lei Complementar; 08) Projeto de Lei que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa (Capelania), nas entidades civis e militares, públicas e privadas, de internação coletiva localizadas no Município de Miracema, de autoria do Vereador Gilson Teixeira Sales. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que a capelania pode ser exercida independente de religião, sendo que este trabalho já existe a nível Federal e Estadual e não gera nenhum tipo de despesa ou ônus para a Prefeitura Municipal, pois trata de trabalhos voluntários. 09) Parecer da Assessoria Jurídica sobre o Projeto de Lei de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier que dispõe sobre a gratuidade da entrada no Parque de Exposições, esclarecendo que tal Projeto de Lei é de competência do Poder Executivo. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou que este Projeto seja encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal como uma forma de indicação. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo – Ao Ilmo. Sr. Padre Alfredo Rosa Borges – Solicitação no sentido de que seja concedida uma autorização para a construção de bancos na lateral do Salão Paroquial, localizado na Travessa da Capela Mortuária. Aprovado. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza nas margens do Ribeirão Santo Antônio, entre as Ruas Cândido Dias Tostes e Deodato Linhares, bem como que seja providenciada a construção de uma Guarita na entrada do Distrito de Paraíso do Tobias, onde atenderemos a comunidade e os visitantes deste Distrito. Deferido. 03) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizada a

implantação de mutirões de limpeza nos bairros de Miracema e que os referidos sejam constantes. Tal solicitação tem o objetivo de sanar o acúmulo do lixo, logo melhorará o bem estar de toda a comunidade. Deferido. 04) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e Secretaria de Meio Ambiente no sentido de que seja realizada a limpeza do Ribeirão Santo Antônio em toda sua extensão, dentro do Município. Deferido. 05) Vereador Carlos Magno da Silva Peres – Ao Exmo. Secretario de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Ronaldo Ázaro – Solicitação no sentido de que seja incluída no Calendário de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, a Exposição Agropecuária e Industrial do Município de Miracema. Aprovado. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier – Ao Diretor do DER, Sr. Maurício Mercante – Solicitação no sentido de que seja realizada a "Operação Tapa Buraco" nas seguintes ruas: Maurício de Poly, Angelina Jacyr Salim e Fernando Alvim. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Marcos Silva para falar sobre Propagandas Volantes. Com a palavra, o Sr. Marcos Silva após cumprimentar todas as pessoas presentes, esclareceu que está lutando para que a propaganda volante seja autorizada. Continuou dizendo que há alguns dias atrás foi votada e aprovada uma nova Lei Estadual regulamentando este tipo de serviço, assim veio nesta Casa Legislativa pedir a ajuda dos Vereadores para que esta situação seja melhor esclarecida, pois tem notícias que além da Lei Estadual também é preciso de uma Lei Municipal regulamentando a matéria, assim também pede para que seja os Vereadores façam uma nova Lei Municipal para solucionar de uma vez por todas a situação dos trabalhadores de Miracema. O Vereador Presidente Hugo Fernandes concedeu a palavra para a Assessora Jurídica desta Casa Legislativa para que ela pudesse falar um pouco sobre o assunto. A Dra. Swelen esclareceu que já conversou com o Sr. Jocimar Júnior, conhecido como Giga, sobre este assunto e informou que os carros de propaganda volante podem realizar suas propagandas e se alguma autoridade tentar realizar a apreensão do veículo poderá ser caracterizado abuso de autoridade. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acredita que o Município de Miracema deve alterar sua legislação para se adequar a nova legislação do Estado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que a Lei Estadual nº 6.410/2013 alterou a Lei nº 126/1977 que dispõe sobre poluição sonora e permite que os carros façam suas

propagandas sem que seja ultrapassado o limite de 85 decibéis. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a quantidade de decibéis na Lei Municipal era de acordo com o estabelecido pelo Estado, portanto com a alteração da Lei Estadual, é preciso alterar a Lei Municipal. O Sr. Marcos Silva agradeceu o espaço disponibilizado e disse que está a disposição para ajudar a população, podendo inclusive realizar alguns serviços comunitários. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos ao Deputado Luis Martins pela inciativa de regularizar o trabalho com propaganda volante em carros de som para que as pessoas possam exercer seus trabalhos normalmente. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que vem acompanhando o RJ TV, na Globo, e cada dia da semana está sendo entrevistado um Prefeito de cada Município, sendo que todos estão eliminado Secretarias, demitindo alguns funcionários comissionados e cortando diversos tipos de gastos. Esclareceu que o Projeto de Lei que será votado é contrário à situação apresentada pelo Estado, uma vez que o Rio de Janeiro pode perder recursos por causa da divisão dos royalties do petróleo. Acrescentou que a situação de Miracema não é diferente da dos outros Municípios do Estado, sendo que hoje está tendo uma reunião em Búzios com todos os Prefeitos do Estado do RJ sobre estas questões. Disse, ainda, que o RJ TV vem demonstrando que os levantamentos feitos em alguns sites estão informando erroneamente o cálculo da divisão dos royalties e que esta é uma preocupação, pois no futuro poderá faltar pagamento para os funcionários públicos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que possui um jornal do "O Globo" onde mostra que os Municípios do Estado do Rio de Janeiro cortaram muitos investimentos que iriam fazer e estão tomando medidas de austeridade e de redução de despesas, pensando em evitar problemas futuros. Acrescentou que a prerrogativa de aumentar ou diminuir despesas do Município é do Poder Executivo, entretanto eles precisam do aval do Poder Legislativo. Por fim, disse que o Estado do Rio de Janeiro não pode esperar uma solução do Poder Judiciário. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que no site da Confederação Nacional dos Municípios é dito que com a redistribuição dos royalties a renda do Município de Miracema aumentará, entretanto não é possível ter a certeza de que esta notícia é verdadeira. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que esta é

uma conta matemática que não fecha, pois depois de um corte de verba para o Estado do Rio de Janeiro não é possível que o Município Miracema aumente sua receita, acrescentando que a verba dos royalties não aumentou, o que aumentou foi a quantidade de Municípios que receberão uma parte desta verba. Esclareceu, inclusive, que o Governador do Estado de Pernambuco já está querendo renegociar a distribuição dos royalties. Por fim, disse que se o veto do Senado for publicado no Diário Oficial este mês, a verba já será dividida a partir deste mês, sendo que ainda existe uma medida Provisória para ser votada, da Presidente Dilma, onde é estabelecido que 100% (cem por cento) da verba dos royalties deverão ser aplicados na área da Educação, acreditando que a referida verba poderia ser dividida entre Educação e Saúde, pois a situação da saúde precisa ser resolvida de maneira urgente. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a verba dos royalties que estava sendo divididos para alguns Municípios, será divida para um número maior de Municípios, assim, acredita que o valor da parte que os Municípios já estavam recebendo não aumentará. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que os Estados que realizam a exploração de Petróleo sofrem muito quando acontece algum acidente nas plataformas, ocasionando inclusive problemas ambientais, assim o bônus da exploração do petróleo será dividido, mas o ônus desta exploração não. Esclareceu que o Município de Miracema precisa agir com austeridade e cautela, sendo que existem diversos problemas no Município que devem ser resolvidos de maneira urgente. Por fim, disse que é preciso que os Vereadores tenham cautela na votação do Projeto de Lei que cria a Secretaria Municipal de Segurança Pública. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que as verbas dos royalties são uma espécie de compensação pelos danos causados ao Meio Ambiente, sendo que o Estado do RJ já perdeu uma parte do ICMS do petróleo. Esclareceu que os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo serão muito prejudicados com a divisão dos royalties. Por fim, lembrou ao Líder do Governo que até o momento não obteve respostas dos requerimentos que encaminhou ao Prefeito Municipal, tendo inclusive infringindo o Regimento Interno desta Casa Legislativa. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo pediu desculpas sobre a não resposta dos requerimentos e esclareceu que está cobrando as Secretarias responsáveis e já obtive a resposta de um, e dos outros não. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que quer participar do governo e não entende o motivo de um Secretário ficar chateado ao receber um requerimento. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que é

importante que seja permitida a participação de jovens no Conselho da Juventude. O Vereador Presidente Hugo Fernandes lembrou os Vereadores sobre o programa na rádio que é realizado todas as sextas feira, às 11 (onze) horas. O Vereador Maurício Sant'Ana acrescentou que quando o Prefeito quiser um prazo maior para responder o ofício ele deveria justificar o atraso através de ofício. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que a prestação de contas ainda esta sendo feita de forma manual, pois a Tesouraria está encontrando problemas com os programas da CETIL. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 18/03/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 18 de março de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número dez, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Armando de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 3, Versículos de 01 à 08. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite do Centro Vocacional Tecnológico (CVT) de Miracema para a "Entrega do Selo de Qualidade ABNT NBR ISSO 9001:2008", a ser realizada no dia 25/03/2013, às 19 horas, no Clube XV de Miracema; 02) Ofício PMM/GAB Nº. 117/2012 encaminhando Projeto de Lei que concede revisão geral linear de vencimentos e salários, conforme art. 37, X da Constituição Federal, de autoria do Sr. Prefeito Municipal; 03) Projeto de Lei que concede revisão geral linear de vencimentos e salários, conforme art. 37, X da Constituição Federal ao pessoal do Quadro da Câmara Municipal de Miracema, de autoria da Mesa Diretora; 04) Projeto de Lei que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e institui a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Miracema, de autoria da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que utilizando o Princípio do Bom Senso e o consentimento de todos os Vereadores irá fazer um intervalo de 15 minutos esta Reunião, para que os Projetos de Lei que cuidam da revisão linear dos salários dos servidores públicos sejam votados hoje. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Carlos Magno da Silva Peres – Ao

Exmo. Ministro do Esporte, Sr. Aldo Rabello – Solicitação no sentido de que seja incluído em nosso Município o Projeto denominado "Segundo Tempo". Ressalta-se que o referido Projeto é destinado a democratizar o acesso a prática esportiva, por meio de atividades esportivas e de lazer realizadas em horário complementar ao turno escolar. Aprovado. 02) Vereador Carlos Magno da Silva Peres – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja estudada a possibilidade de construir uma pequena guarita para os guardas municipais que realizam a vigilância da Praça dona Ermelinda, tendo em vista que em dias chuvosos os referidos ficam a esmo. Requeremos, também, que seja construído um bebedouro para atender as pessoas que todos os dias visitam nossa bela praça. Deferido. 03) Vereador João Siqueira Magalhães – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizado o conserto da calçada da Rua Cel. José Carlos Moreira, especialmente em frente à Fundação Leão XIII. Deferido. 04) Vereador João Siqueira Magalhães – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Câmara Municipal as seguintes informações e/ou documentos: a) Cópia do Decreto que determinou a situação emergencial de algumas áreas do nosso Município; b) Listagem das pessoas contratadas a partir de 01/01/2013 até a presente data, constando nome, cargo e salário destes funcionários; c) Cópia do Processo Licitatório ou do outro procedimento que originou a aquisição dos kits escolares distribuídos aos alunos da municipalidade; d) Cópia do Processo Licitatório ou do outro procedimento que originou a aquisição da merenda escolar; e) Organograma atual da Prefeitura Municipal de Miracema, constando todas as Secretarias Municipais; f) Cópia os contratos terceirizados que autorizou a contratação da Empresa que está realizando a coleta de lixo no Município de Miracema; g) Cópia de todas as dívidas da Prefeitura Municipal, relacionando Secretaria por Secretaria; h) Cópia do Processo Licitatório ou do outro procedimento de aquisição dos remédios de janeiro até a presente data. Deferido. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o Prefeito Municipal está deixando de encaminhar para a Câmara Municipal alguns atos que vem realizando, esclarecendo que todos dizem que o Município de Miracema está com muitas dívidas, mas ninguém as mostra através de documentos. Acrescentou que não está querendo fazer nenhum tipo de oposição, mas está buscando informações

sobre a situação da Prefeitura Municipal. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva – Ao Exmo. Sr. Diretor da CEDAE – Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa o motivo da falta de abastecimento de água em nosso Município, bem como o motivo pelo qual a população não foi devidamente comunicada, uma vez que existem vários meios de comunicação, permitindo desta forma que a referida se adeque a circunstância. Ressaltamos que tal situação tem ocasionado diversos transtornos aos munícipes. Aprovado. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva – Ao Exmo. Diretor do SEBRAE-RJ, Sr. Cesar Vasquez – Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de retornar com o SEBRAE para o Município de Miracema, visando auxiliar o desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, estimulando o empreendedorismo em nossa Municipalidade. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Jair Constâncio para falar sobre a situação do trânsito na Avenida Carvalho. Com a palavra o Sr. Jair Constâncio, conhecido como Doca, esclareceu que veio nesta Casa Legislativa pedir aos Vereadores para tentar resolver o problema que está ocorrendo na Avenida Carvalho, pois os motoqueiros estão correndo muito naquela rua. Esclareceu que trouxe um abaixo-assinado dos moradores solicitando providências em relação ao trânsito na referida Avenida. O Vereador Presidente Hugo Fernandes leu o abaixo-assinado, onde é esclarecido a situação do trânsito na Avenida Carvalho. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva informou que o primeiro requerimento feito por ele nesta Casa foi solicitando a instalação de redutores de velocidade nas ruas asfaltadas do Município, pois as referidas ruas estão sem sinalização. O Sr. Jair Constâncio disse que o estado da Avenida Carvalho é muito complicado, pois os motoqueiros não estão respeitando os pedestres e os moradores estão ficando indignados. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno sugeriu que este abaixo-assinado fosse encaminhado com urgência ao Prefeito Municipal. Dessa forma, o Vereador Hugo Fernandes solicitou que o abaixo-assinado fosse enviado ao Sr. Prefeito Municipal para que ele possa tomar as providências cabíveis em caráter de urgência. O Vereador Presidente Hugo Fernandes solicitou um intervalo de 15 minutos para que os Projetos de Lei que cuidam da revisão linear dos salários dos servidores públicos sejam discutidos. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que concede revisão geral

linear de vencimentos e salários, conforme art. 37, X da Constituição Federal. Autoria: Prefeito Municipal – 1ª e Única Votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.417, de 18 de março de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica concedida uma revisão anual e linear de salários, no percentual de 7,00%(sete por cento) a todo o pessoal ativo, inativo e pensionistas, dos Quadros da Prefeitura Municipal de Miracema. § 1º - Incluem-se na revisão do caput os Agentes Políticos e os ocupantes de Cargos de Provimento em Comissão, bem como o pessoal do Quadro Permanente, que recebe remuneração sob forma de gratificação. § 2º - São excluídos da revisão do artigo, os Servidores Municipais Ativos, Inativos, e Pensionistas que foram contemplados com majoração anual, dentro do presente exercício, por força de dispositivo do Governo da União, que rege o Piso Mínimo Nacional. Art. 2° - Tendo em vista o disposto nos §§ 1º e 6º, art. 17 da LRF, o presente dispositivo fica dispensado dos cálculos de impacto orçamentário – financeiro e declaração do ordenador da despesa. Art. 3° - As despesas decorrentes do presente dispositivo legal estão previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e são consignadas em dotações próprias de cada unidade administrativa, pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e correspondente Plano Plurianual (PPA). Parágrafo Único – Acompanha o presente dispositivo anexo, no qual as remunerações beneficiadas pelo aumento são devidamente relacionadas, com aplicação do percentual de majoração do artigo 1º. Art. 4° - Fica igualmente autorizado ao Poder Legislativo Municipal, através de Lei de sua iniciativa, a conceder o mesmo percentual de reajuste salarial a seus servidores, agentes políticos e aos ocupantes de cargos de provimento em comissão. Art. 5° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013, revogadas as disposições contrárias ou incompatíveis. **02)** Projeto de Lei que concede revisão geral linear de vencimentos e salários, conforme art. 37, X da Constituição Federal ao pessoal do Quadro da Câmara Municipal de Miracema. Autoria: Mesa Diretora – 1ª e Única Votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.418, de 18 de março de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica concedida uma revisão anual e linear de salário, de 7,00%(sete por cento); a todo o pessoal ativo, inativo e pensionistas do Quadro da

Câmara Municipal de Miracema. § 1º - Incluem-se na revisão do caput os Agentes Políticos e os ocupantes de Cargos de Provimento em Comissão, bem como o pessoal do Quadro Permanente, que recebe remuneração sob forma de gratificação. § 2º - São excluídos da revisão do artigo, os Servidores Municipais Ativos, Inativos, e Pensionistas que foram contemplados com majoração anual, dentro do presente exercício, por força do dispositivo do Governo da União, que rege o Piso Mínimo Nacional. Art. 2° - Tendo em vista o disposto nos § § 1º e 6º, artigo 17 da LRF, o presente dispositivo fica dispensado dos cálculos de impacto orçamentário – financeiro e declaração do Ordenador de Despesa. Art. 3° - As despesas decorrentes do presente dispositivo legal estão previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e são consignadas em dotações próprias de cada unidade administrativa, pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e correspondente Plano Plurianual (PPA). Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013, revogadas as disposições contrarias ou incompatíveis. **03)** Projeto de Lei Complementar que acrescenta ao Artigo 52 da Lei nº 789/99, o item 14, criando a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública. Autoria: Prefeito Municipal – 2ª Votação. Na discussão sobre o Projeto de Lei o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que já apresentou seus argumentos e mantem sua posição discordando deste Projeto apresentado pelo Poder Executivo. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que vai manter o voto de acordo com seu parecer, esclarecendo que existe uma discordância no Projeto de Lei, tendo em vista que no próprio Projeto consta a preocupação do Poder Executivo com a diminuição da verba dos royalties, por isso, pede ao 1º Secretario para fazer a leitura de um trecho do ofício do Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Gilson Teixeira Sales assim o fez e leu o referido trecho. Continuando, o Vereador João Siqueira Magalhães destacou que não são apenas os Vereadores que estão preocupados com as situações dos royalties, sendo que o RJ TV tem feito entrevistas com Prefeitos de diversos Municípios do Estado do Rio de Janeiro e eles estão reduzindo despesas com extinção de Secretarias e de cargos comissionados, sendo que, infelizmente, o Município de Miracema está fazendo o inverso. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que sempre entrou e saiu desta Câmara Municipal com a cabeça erguida, sabendo que fez as coisas de acordo com sua consciência, por isso, antes de manifestar sua

opinião, gostaria que fosse lido os pareceres presentes no Projeto de Lei. O Vereador Gilson Teixeira Sales assim o fez. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que que fosse lido o limite prudencial presente no Projeto de Lei que aumenta os salários dos servidores públicos da Prefeitura Municipal. O Vereador Presidente Hugo Fernandes assim o fez, esclarecendo o percentual depois do aumento. Continuando, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o limite deste último Projeto de Lei foi feito sem que tenha sido levado em consideração a criação da nova Secretaria, por isso pode ser que a criação da Secretaria faça com que o limite prudencial seja ultrapassado. Por fim, solicitou vista do Projeto de Lei para fazer um estudo aprofundado do referido. O Vereador Presidente Hugo Fernandes concedeu a vista do Projeto de Lei ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que ficou confuso com a situação, pois com o aumento dos salários o limite prudencial atingiria 50,7%. Ocorre que ainda existem outros Projetos de Lei criando diversos cargos comissionados que ainda não foram votados, por isso o Sr. Prefeito Municipal poderá acabar tendo problemas com o Tribunal de Contas, pois o limite para ser gasto com o pessoal não deve ser ultrapassado. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres agradeceu ao Vereador Presidente Hugo Fernandes por ter atendido sua solicitação de confeccionar os crachás de identificação para os funcionários da Câmara Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães parabenizou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares por ter solicitado vista do Projeto de Lei, pois sua atitude demonstra a preocupação e a lisura do Poder Legislativo. Esclareceu que está com um documento em mãos enviado pela Secretaria de Promoção Social, onde em 01/12/2011 o atual Prefeito Municipal fez uma denúncia sobre as casas populares em Paraíso do Tobias. Acrescentou que procurou se informar sobre estas questões e ficou sabendo que a forma de pagamento das Empresas era através de medição, ou seja, em cada etapa completada a Empresa recebia uma parte do dinheiro. Com isso, percebeu que o Governo está muito enganado sobre estes assuntos, pois o Governo só passa a ter responsabilidade destas obras depois de prontas, antes disso a responsabilidade é da Empresa Empreiteira. Esclareceu que o atual Governo acredita que a responsabilidade das obras é da Secretaria de Promoção Social, sendo que a única responsabilidade da referida Secretaria é com o perfil sócio econômico dos

beneficiados, pois ela não compra nenhum material. Dessa maneira, gostaria de pedir ao Líder do Governo e ao Presidente da Câmara Municipal para conversar com o Sr. Prefeito Municipal e pedir para ele conversar com sua Assessoria Jurídica antes de enviar documentos para esta Casa Legislativa e verificar se a documentação está devidamente fundamentada. O Vereador Fabrício de Sá Xavier acrescentou que o Estado do Rio de Janeiro vai ter um grande prejuízo com a redistribuição da verba dos royalties, sendo que Miracema é o único Município que está criando despesas para o Poder Executivo. Acrescentou que não quer ser responsabilizado pelo aumento das despesas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo ajuizaram uma medida cautelar no STF pedindo que a execução da Lei votada pelo Congresso seja suspensa até quando a ADIN que está tramitando seja julgada, entretanto o julgamento pode demorar. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Pesar para Maria Aparecida Raimunda, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que fica feliz ao ver a preocupação dos Vereadores em relação à administração do Poder Executivo, sendo que parabeniza o Vereador Maurício Sant'Ana Soares pela análise profunda feita dos Projetos de Lei que chegaram nesta Casa Legislativa. Acrescentou que existe um grande problema no Município de Miracema, o trânsito, pois este problema pode ocasionar a perda de vidas das pessoas, assim é preciso que alguma seja feito para que isto seja resolvido. Por fim, pediu para que os Vereadores olhem este Projeto de Lei com carinho, pois ele pode ajudar a resolver o problema do trânsito. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para: 01) o Dr. Marcos Lang, pelos 14 anos de serviços prestados no Município de Miracema; 02) a Oficina Dois Irmãos parabenizando-os pelo excelente trabalho que vem realizando no Município de Miracema. O Vereador Fabrício de Sá Xavier irá assinar estas Moções. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que acredita que o DEMUTRAN esteja realizando algum trabalho que não foi feito em outras gestões, pois as ruas asfaltadas estão sem nenhum tipo de sinalização. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que a Prefeitura não precisa esperar a criação da Secretaria de Segurança Pública para que o DEMUTRAN possa realizar um trabalho de segurança no trânsito. O Vereador Hugo Fernandes disse que está muito feliz por ser Vereador de primeiro mandato, assim não participou do caos político em que Miracema se encontra, por isso acredita que esta Câmara Municipal tem tudo para ser brilhante. Acrescentou que fará um levantamento dos últimos governos para saber quantos cargos foram criados, quantas horas extras foram

pagas e algumas outras informações, sendo que quando se fala em fiscalização financeira é preciso relembrar alguns fatos e acontecimentos para saber quem realmente está preocupado com o Município e com o povo miracemense. O Vereador Fabrício de Sá Xavier acrescentou que diversos servidores públicos estão sendo perseguidos por ter recebido horas extras, acreditando que se algum servidor recebeu hora extra de maneira indevida quem deveria ser punido é o Gestor e não os trabalhadores. Por fim, disse que é mais digno receber trabalhando do que receber não trabalhando. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 21/03/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 21 de março de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número onze, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Lucas, Capítulo 01, Versículos de 26 a 38. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Informativo da Secretaria Municipal de Saúde divulgando a Campanha de doação de sangue; 02) Convite para o Torneio de Xadrez a ser realizado no dia 27 de março de 2013, às 10h, no CIEP Brizolão 267; 03) Projeto de Resolução que concede o Titulo de Cidadão Miracemense para o Sr. Neres Ricardo de Sá, de autoria do Vereador Carlos Magno da Silva Peres; 04) Projeto de Lei que dispõe sobre a Criação do calendário Municipal na área de saúde, de autoria da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade; 05) Convite do Conselho Municipal de Saúde para a reunião que será realizada no dia 27/03/2013, às 14h, na Secretaria Municipal de Saúde. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Presidente Hugo esclareceu que seria importante algum Vereador participar desta reunião, especialmente aqueles que compõem a Comissão de Saúde; 06) Ofício COGESDEC nº 042/2013 do Conselho dos Gestores Municipais de Defesa Civil das Regiões Norte e Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício nº 056/2013 da Gerencia Noroeste da CEDAE respondendo ofício nº 0105/2013. Os Vereadores Hugo Fernandes e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 08) Comunicado Nº CM011798/2013

do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 09) Ofício PMM/GAB nº 113/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0015/13. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 10) Processo Administrativo nº 2013.01510-0 encaminhando o Ofício SME/026/2013 da Secretaria Municipal de Educação respondendo ofício nº 0045/2013 prestando informações sobre a aquisição de kits escolares. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou que fosse encaminhado um ofício ao Sr. Prefeito Municipal, com vistas a Secretaria Municipal de Educação, solicitando a cópia de inteiro teor do Procedimento que ensejou a aquisição dos kits escolares adquiridos pelo Município de Miracema. Deferido; 11) Ofício PMM/SEFAZ Nº 013/2013 da Secretaria Municipal de Fazenda respondendo ofício nº 0085/2013. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que este problema mencionado no ofício já foi solucionado e o Sr. Sandro, Presidente da Associação, prestou algumas informações encaminhadas a esta Casa Legislativa e será lida neste momento; 12) Documento do Sr. Sandro Augusto Prado, Presidente da Associação de Estudantes do Município de Miracema prestando informações sobre o repasse da subvenção orçamentária do ano de 2013; 13) Ofício nº 103/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que institui o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar no Município de Miracema – RJ. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Carlos Magno da Silva Peres – À Exma. Secretária Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Sra. Adriana Rattes – Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que o nosso Município seja agraciado com o Projeto Novas Cenas, que possibilita que atores novatos circulem por diferentes Municípios do Estado, apresentando seu trabalho para plateias variadas. Outrossim, ressaltamos que o Miracema possui grandes artistas que podem ser inseridos neste Projeto e apresentar seus talentos em todo o Estado do Ri de Janeiro. Aprovado. 02) Vereador João Siqueira Magalhães – Ao Ilmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Paulo Melo – Solicitação no sentido de que envide esforços junto ao FUNDERJ para que seja realizada a pavimentação da Rua Pedro Santos, no Município de Miracema. Outrossim, destacamos que a referida Rua dá acesso ao Conjunto Habitacional Carrapichão, construído recentemente.

Aprovado. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acrescentou que já fez este requerimento ao DER-RJ. 03) Vereador João Siqueira Magalhães – Ao Ilmo. Secretário Estadual de Agricultura do Estado – Solicitação no sentido de que seja viabilizada uma patrol para o Município de Miracema com o objetivo de acertar todas as estradas da Zona Rural do Município. Aprovado. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. O Vereador Carlos Armando de Azevedo pediu que fosse incluído no requerimento o pedido de uma patrulha mecanizada no requerimento, pois existem muitas pedras que são jogadas nas estradas e esta patrulha ajudará a acabar com este problema. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres acrescentou que para a obtenção da patrulha mecanizada, o Secretário Municipal de Agricultura deveria realizar um pedido para que a patrulha atenda o Município de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o mais importante é a construção de valetas de proteção, o que nunca foi feito pelo Município. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que é importante que a patrulha mecanizada atenda os pequenos produtores. 04) Vereador Maurício Sant'Ana Soares – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Educação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa qual é o destino final das sobras de merenda escolar produzidas pelas Escolas Municipais. Esclarecemos que em Governos passados tais sobras escolares eram entregues para as pessoas poderem alimentar seus animais e que tomamos conhecimento que esta pratica não está sendo realizada. Por fim, caso o destino final das sobras de merenda tenha mudado, solicito que estude a possibilidade de que elas sejam destinadas para as pessoas que precisam alimentar seus animais. Deferido. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria de Meio Ambiente no sentido de que sejam informados os seguintes itens: a) qual a Empresa esta operacionalizando a Unidade de Tratamento de Lixo de Miracema; b) qual foi a forma de contratação da referida Empresa; c) quantos funcionários foram contratados pela referida Empresa; d) se contratados, informar se os referidos estão de acordo, e em dia, com a Legislação Trabalhista em vigor (carteira assinada, FGTS, INSS, etc.); e) qual o percentual de resíduo sólido que está sendo aproveitados na separação do lixo; f) se os funcionários estão com os pagamentos em dia e qual é o órgão pagador (o Município ou a Empresa); g) que sejam enviadas cópias integrais dos referidos Processos, todos relacionados à

contratação da Empresa visando a triagem e reciclagem de resíduos sólidos (lixo) do Município; h) informar, se o contrato com a Empresa Vital Seleta foi reincidido e, em caso positivo, qual foi a data da rescisão; i) relação dos veículos, com as respectivas placas, que de alguma forma estejam prestando serviços para a Secretaria de Meio Ambiente, bem como a forma de cessão dos referidos veículos. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva – Ao Exmo. Sr. Diretor da CEDAE – Agradecimento em relação ao atendimento do ofício nº 105/2013, solicitando informações sobre a interrupção de abastecimento de água no Município de Miracema, bem como esclarecendo que a referida solicitação aconteceu devido aos questionamentos da população sobre o abastecimento de água. Aprovado. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que está fazendo um trabalho de Gabinete Itinerante e esteve na comunidade de Areias, por isso trouxe todas as solicitações daquela comunidade. 07) Vereador Hugo Fernandes – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que sejam efetuadas as seguintes ações para atender as necessidades da população de Areias: a) a restauração do coreto; b) que seja aberta uma rua na praça, para evitar encontros de veículos e consequentemente acidentes; c) que seja construída uma quadra de areia ao lado do terreno do campo de futebol, que é pertencente à Prefeitura Municipal; d) a fixação de alambrados no Campo Municipal; e) a construção de bancos na praça, para a maior comodidade da população; f) a reforma da creche para que os bebês não necessitem de estar com crianças maiores no colégio; g) a construção de banheiros públicos na praça; h) a limpeza do depósito de água; i) a colocação de lâmpada no poste da praça. Cumpre ressaltar que tais solicitações foram feitas pela própria comunidade, durante o gabinete itinerante realizado. 08) Vereador Hugo Fernandes – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Saúde no sentido de que sejam efetuadas as seguintes ações para atender as necessidades da população de Areias: a) a disponibilização de uma ambulância, tendo em vista que quando uma pessoa passa mal, ela deve ficar aguardando a ambulância do distrito de Venda das Flores; b) que seja destinado, pelo menos uma vez por semana, um dentista da rede para atender a população; Cumpre ressaltar que tais solicitações foram feitas pela própria comunidade, durante o gabinete itinerante realizado. 09) Vereador Hugo Fernandes – Ao Sr. Prefeito

Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Educação no sentido de que envide esforços a fim de que seja disponibilizada uma Kombi desta municipalidade para levar os alunos miracemenses que estudam em Itaperuna, no Colégio Agrícola. Ressaltamos que o referido veículo seria disponibilizado apenas duas vezes por semana, sendo na segunda-feira para levar os alunos e na sexta-feira para busca-los. Por fim mencionamos que segue em anexo a lista dos alunos beneficiados. 10) Vereador Hugo Fernandes – Ao Presidente do DER-RJ – Solicitação no sentido de que sejam efetuadas as seguintes ações para atender as necessidades da população de Areias: a) a limpeza do acostamento por toda a via que liga o Município de Miracema à Comunidade de Areias. Cumpre ressaltar que tais solicitações foram feitas pela própria comunidade, durante o gabinete itinerante realizado. Aprovado. 11) Vereador Hugo Fernandes – Ao Diretor da TELEMAR – Solicitação com no sentido de que sejam efetuadas as seguintes ações para atender as necessidades da população de Areias: a) o conserto do orelhão localizado no centro, bem como o conserto do orelhão em frente ao PSF; b) a fixação de um orelhão próximo às casas populares. Cumpre ressaltar que tais solicitações foram feitas pela própria comunidade, durante o gabinete itinerante realizado. Aprovado. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres esclareceu que existem pessoas gastando muito dinheiro com o ônibus que realiza o transporte destes alunos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que na época em era Prefeito Municipal foi contratado um arquiteto para fazer um Projeto Urbanístico para Areias, sendo que o referido Projeto era espetacular, com uma praça a moda antiga e muito bonita. Esclareceu que o Governo que lhe sucedeu realizou apenas um Projeto, por isso pede que o Presidente Hugo Fernandes converse com o atual Prefeito Municipal para que ele chame o Sr. Eli Vaz André para conversar sobre estes Projetos, sendo que acreditando que a realização deste projeto não será caro para o Município. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Flávio de Souza Gama para falar sobre o Cemitério e a Defesa Civil. Com a palavra o Sr. Flávio de Souza, após cumprimentar todos os presentes, disse que aconteceu uma situação muito ruim com ele. De início, esclareceu que não está aqui para denegrir a imagem do Sr. Prefeito Municipal, e sim denunciar o fato ocorrido. Acrescentou que foi muito mal atendido pelo funcionário responsável pelo Departamento de Defesa Civil do

Município de Miracema, sentindo que o órgão foi totalmente ineficiente e que o Capitão Bombeiro é uma pessoa incompetente e irresponsável, assim vai passar a descrever o fato que o levou a esta conclusão. Esclareceu que na sexta feira da semana retrasada, ele, seu pai e seu irmão se dirigiram até o cemitério para visitar o túmulo de sua família, entretanto ao chegar ao local, eles não conseguiram chegar perto do túmulo, pois o local estava com muitas abelhas. Acrescentou que perguntou ao coveiro sobre qual seria a maneira de proceder se eles quisessem fazer alguma reforma no túmulo, tendo obtido a resposta de que as abelhas deveriam ser retiradas para que as pessoas pudessem ter condições de trabalhar de forma segura. Por isso, procurou o Órgão da Defesa Civil, mas não encontrou o Capitão Peterson, porém, na segunda-feira esteve com ele no pátio na Câmara Municipal e preguntou sobre o assunto para ele e ele simplesmente lhe respondeu pedindo para pegar gasolina e jogar fogo. Esclareceu que achou aquela atitude um absurdo, sendo que o Capitão Peterson ainda lhe disse para pegar uma borracha, jogar gasolina no buraco que estavam as abelhas e colocar fogo, sendo que ficou sem palavras para responder o Capitão dos Bombeiros. Disse, que na terça-feira se dirigiu até o Departamento da Defesa Civil e não encontrou o Capitão. Ocorre que na quarta-feira sua mãe veio a falecer, por isso, sem ou com abelhas o túmulo de sua família teria de ser aberto, assim, ao se dirigir ao cemitério constatou que o número de abelhas próximo ao túmulo era muito grande e o coveiro estava sem condições de abrir o túmulo. Acrescentou que voltou ao Departamento da Defesa Civil para procurar o Sr. Peterson, que ao chegar lá se dirigiu diretamente a mesa do Sr. Jorge e disse que queria fazer um requerimento por escrito, sendo que ao se virar se deparou com o Sr. Peterson e novamente disse que queria fazer um requerimento por escrito, assim o Sr. Peterson lhe perguntou se ele já estava com o requerimento pronto e este foi o motivo para que começasse uma discussão, no qual ele disse que iria ter de enterrar sua mãe naquele dia e todas as pessoas presentes no enterro estariam correndo perigo de levar picadas de abelhas. Disse que saiu dali dizendo que qualquer problema que acontecesse ele iria denunciar o Sr. Peterson e o Departamento de Defesa Civil, então, por isso, veio nesta Casa Legislativa denunciar a Defesa Civil por causa de sua omissão. Esclareceu que esteve hoje novamente no cemitério e o problema com as abelhas ainda existe, assim não vai mais conversar com o Departamento Defesa Civil

sobre este problema, mas vai continuar verificando se o problema persistirá. O Vereador Carlos Armando perguntou como ocorreu o enterro de sua mãe. O Sr. Flávio de Souza informou que um bombeiro teve de fazer uma fogueira para tentar espantar as abelhas e isso causou muito mal estar e constrangimento na família, pois o enterro teve de ser realizado com bastante rapidez. O Vereador Fabrício de Sá Xavier cumprimentou o Sr. Flávio e disse que está muito feliz com sua coragem em realizar esta denúncia, entretanto esta situação é inadmissível, pois quando era Secretario sempre trabalhou na pregando que o tratamento ao público deve ser o melhor possível, sendo que se comprometeu de levar um profissional ao local para que este problema seja resolvido. O Sr. Flávio de Souza esclareceu que o Capitão Peterson disse que não poderia violar o túmulo de ninguém, entretanto ele não procurou resolver o problema, por isso o Departamento da Defesa Civil se mostrou totalmente ineficiente, por não possuir sequer um bloco de folhas para ele fazer seu requerimento, e o Sr. Peterson não se preocupou em nenhum momento com a segurança das pessoas presentes no enterro. O Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que jamais abdicará dos direitos da população, principalmente nas causa corretas e de extrema necessidade, se comprometeu de acompanhar o Vereador Fabrício de Sá Xavier para realizar uma visita ao túmulo. Continuou parabenizando o Sr. Flávio pela coragem de vir realizar esta denúncia, esclarecendo que averiguará esta notícia e trará o Sr. Peterson a esta Casa Legislativa para que ele possa prestar os devidos esclarecimentos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo também se comprometeu a acompanhar este caso, pois esteve presente no local e viu a real situação, acrescentando que o tratamento entre as pessoas deve ser sempre de forma educada. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que dependendo da quantidade de abelhas que picam uma pessoa ela pode acabar morrendo, acrescentando que uma pessoa em Miracema já morreu picado por abelhas. O Sr. Flavio de Souza disse que já foi falado aqui, na Câmara Municipal, por um Bombeiro que vida não tem preço e a Defesa Civil é um órgão para salvar vidas, entretanto as atitudes do Sr. Peterson foram totalmente opostas ao que foi dito. Por fim, agradeceu a oportunidade de utilizar a palavra, esclarecendo que não procurou o Sr. Prefeito Municipal, pois acredita que denúncia deveria ter sido feita na Câmara Municipal. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre. Também inscrito o Sr. Aroldo

Resende Constâncio para falar sobre seu Ponto de Táxi. Com a palavra, o Sr. Aroldo, após cumprimentar todos os presentes, disse que veio esclarecer que seu ponto de táxi é na Rua Francisco Procópio, entretanto depois do horário comercial a referida rua fica sem nenhum movimento, sendo que existem muitas reclamações de passageiros que não conseguem um táxi na Rodoviária. Esclareceu que gostaria de poder frequentar outros pontos de táxi em Miracema, pois não existe nenhum tipo de documentação que proíba os taxistas de fazer isso. Acrescentou que ao tentar utilizar outros pontos de táxi, os outros taxistas aparecem e ficam lhe encarando como se tentassem lhe intimidar. Por isso, veio perguntar se existe a possibilidade de passar o ponto de táxi da Rodoviária para uma forma rotativa, pois não existe nenhum documento que lhe impede de estacionar seu carro em outros pontos de táxi. Esclareceu que não quer tirar o serviço de ninguém, mas também quer trabalhar. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se no documento fornecido pela Prefeitura Municipal existe o endereço do ponto de táxi. O Sr. Aroldo informou que existe um endereço de referência, mas não existe nenhum tipo de documento que lhe impeça de frequentar outros pontos de taxi, sendo que diversas vezes já verificou que não existe nenhum carro de táxi no ponto da Rodoviária. Acrescentou que só está tentando trabalhar e não quer prejudicar ninguém. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou se no momento da aquisição da concessão para possuir um táxi foi indicado o endereço do respectivo ponto. O Sr. Aroldo esclareceu que na concessão existe o endereço, entretanto de acordo com a documentação não existe nenhum ponto fixo em Miracema, tendo sido criado apenas as vagas e os locais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que não existe uma regulamentação da profissão de taxista no Município, entretanto para ser feito este Projeto de Lei seria preciso que os Vereadores ouvissem todos os taxistas e utilizassem exemplos de outros Municípios melhor organizados nesta matéria. Esclareceu que, inclusive poderia ser marcada uma espécie de audiência pública para que todos os taxistas fossem ouvidos e que o Projeto elaborado seja um consenso. O Sr. Aroldo disse que não quer tirar o trabalho de ninguém. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que isto precisa de uma solução, pois este problema pode gerar uma situação ainda pior, pois em discussões acaloradas as pessoas tomam atitudes que depois se arrependem. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que em Santo Antônio de Pádua

também existia um problema com os taxistas, mas ele já foi resolvido, esclarecendo que no mandato passado, quando fazia parte da Comissão de Trânsito, tentou reunir uma documentação sobre os taxistas, mas não conseguiu. O Sr. Aroldo acrescentou que existem diversas pessoas que reclamam da falta de táxi. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que os carros dos taxistas devem ser identificados, sendo que nos Distritos do Município também devem possuir pontos de táxi. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que no mandato passado o Vereador Maurício Sant'Ana Soares tentou a instalação destes pontos de táxi. O Sr. Aroldo agradeceu o espaço destinado e disse que só pretende trabalhar. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que teríamos na ordem do dia o Projeto de Lei sobre a criação de Defesa Civil e Segurança Pública, entretanto o Vereador Maurício Sant'Ana Soares lhe fez alguns questionamentos e acredita que é preciso realizar uma melhor análise do referido Projeto de Lei. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que o Desembargador Marcos Faver entrou em contato com sua pessoa e lhe fez uma proposta muito interessante, uma vez que ele possui uma amizade muito grande com a Secretária Estadual de Cultura. Por isso, o Desembargador Marco Faver conversou com ela sobre a possibilidade de criação de um cinema de alto nível em Miracema, tendo em vista que antigamente existia um cinema no Clube XV e hoje ele está inoperante. Disse, que entrou em contato com o Presidente do Clube XV e explicou sobre este projeto, sendo que também pensou na hipótese do cinema ser construído no terreno da Câmara Municipal. Esclareceu que o Desembargador já lhe enviou o referido Projeto por e-mail, entretanto se o cinema fosse ser instalado no Clube XV, deveria ser feito um comodato da sala de cinema para a Prefeitura Municipal, pois o local de instalação do terreno deveria ser feito em um local público e não particular. Acrescentou que os equipamentos instalados no cinema seriam de alto nível e que para isso acontecer é necessário que o Poder Executivo tenha o interesse e que o Município esteja completamente adimplente. Dessa maneira, pediu ao Presidente e ao Líder do Governo que levasse este assunto ao Sr. Prefeito Municipal, esclarecendo que o Sr. Marcos Faver irá realizar todo o esforço possível para que este Projeto seja concluído. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se o Presidente do Clube XV aceita fazer o comodato. O Vereador Gutemberg Medeiros

Damasceno disse que ainda não falou sobre este assunto com o Presidente do Clube XV, sendo que somente lhe passou a cópia de todo o projeto. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que também está buscando a resposta dos requerimentos do Vereador Fabrício de Sá Xavier, sendo que gostaria que ele conversasse com a Assessora Jurídica desta Casa Legislativa para tomar as medidas cabíveis. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que ainda não tomou as medias cabíveis em respeito ao colega Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Continuando, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que ouviu o Vereador João Siqueira Magalhães dizer que não está vendo os documentos que comprovam a dívida da Prefeitura Municipal, assim buscou levantar estas as dívidas. Disse que conseguiu levantar o valor da dívida da Secretaria de Promoção de Social, que é de R$ 198.508,88 (cento e noventa e oito mil, quinhentos e oito reais e oitenta e oito centavos), sendo que ela é a Secretaria com a menor a dívida das Secretarias do Município. Por fim, afirmou que isto não é pessoal e que vai buscar as dívidas de todas as Secretarias, sendo que esta informação foi obtida diretamente na Secretaria de Promoção Social. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres disse que é importante que todos os Vereadores tenham a consciência de que a situação da dengue no Município de Miracema é alarmante, assim é preciso que seja tomada alguma medida para que isto mude. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Pesar para a família do Sr. Euclídio Gama, pai do Sr. Flávio de Souza Gama, em virtude do falecimento da Sra. Mariana, sua esposa e mãe do Flávio. Todos os Vereadores irão assinar este Moção. Continuou esclarecendo que quando o Prefeito Municipal veio nesta Casa Legislativa fazer sua prestação de contas, ele citou a dívida da Secretaria Municipal de Assistência Social. Disse que se o Prefeito Municipal tivesse os documentos que comprovassem as dívidas já deveria ter os mandado para esta Casa Legislativa, sendo que inclusive já fez um requerimento pedindo a dívida de todas as Secretarias, inclusive a de Promoção Social. Acrescentou que os Vereadores estão aqui trabalhando com seriedade e que o Líder do Governo deve se preocupar com as questões trazidas ao Plenário pelo Governo e com os Projetos de Lei que estão chegando aqui com diversas irregularidades. Esclareceu que se, talvez, existisse um Líder de Governo em sintonia com o Prefeito Municipal, ele poderia defender os Projetos de Lei encaminhados pela Prefeitura. Disse, ainda, que lamenta

profundamente quando o Líder do Governo deixa de defender o Prefeito Municipal para atacar um Vereador. Disse que poderia ter chamado Prefeito de mentiroso, pois no dia da posse foi citado em alto e bom som que a Prefeitura devia um valor muito grande para a AMPLA, entretanto a fatura indica que a soma daquele valor também é de governos passados. Esclareceu que os Vereadores devem trabalhar em harmonia e que ficou muito feliz em ver que a dívida da Secretaria Municipal de Assistência Social é a menor do Município, pois ela é uma das maiores Secretarias do Município, com mais de 70 (setenta) mil atendimentos. Acrescentou que no Plenário não é local de desavenças, sendo que gostaria de fazer uma crítica, pois a Secretaria Municipal de Promoção Social está mudando para um local inadequado, onde dificultará o acesso das pessoas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que muito lhe entristece presenciar a fala do nosso amigo Flávio expondo seus lamentos, pois num momento delicado foi tratado de forma inadequada. Esclareceu que na cidade existem comentários que os ônibus que trafegavam com alunos das Universidades e estão em desuso, estão levando jogadores de futebol para as cidades vizinhas. Acrescentou que o Vereador Presidente Hugo Fernandes, com muita responsabilidade, retirou o Projeto de Lei da criação da Secretaria de Defesa Civil e Segurança Pública da Ordem do Dia, pois acredita que primeiramente deveria ser criada a Secretaria, para depois criar seus respectivos cargos. Disse que o Projeto de Lei infringem as Leis Municipais nº. 798 e 813, que são as espinhas dorsais do funcionalismo público miracemense. Por fim, esclareceu que não existe dotação orçamentária e nem rubrica para a criação desta Secretaria, sendo que ela irá dividir os recursos da Secretaria de bras. Conclui sua fala explicando que a dotação é a ação ou resultado de dotar verba que destina à manutenção de uma Secretaria, Instituição, Entidade ou Pessoas, assim não tem como esta Secretaria andar com suas próprias pernas. Esclareceu que Dotação Orçamentária é um crédito aprovado pelo legislativo através da Lei Orçamentária Anual (LOA). O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que possui uma correspondência em suas mãos endereçada aos Vereadores pedindo a ajuda dos Guardas Municipais, com isso, fez a leitura da carta. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres esclareceu que já fez um requerimento pedindo uma cabine e um bebedouro para os Guardas Municipais que ficam na Praça das Mães. O Vereador Carlos Armando de Azevedo informou que está feliz de ser Vereador do Município de Miracema, pois assiste reuniões em outros Municípios e percebe que as reuniões em Miracema são de alto nível. O Vereador

Genessi Rodrigues da Silva agradeceu de coração o apoio e o carinho e a manifestação de apoio de cada colega neste momento de tristeza que está vivendo, esclarecendo que está agradecendo em nome de toda sua família. Por fim, disse que no primeiro dia de trabalho foi feita uma oração e se sentiu comovido, pois diferenças políticas sempre existem e deseja que as discussões fiquem em plenário e que as amizades sejam mantidas. O Vereador Hugo Fernandes pediu para os Vereadores agilizarem os nomes das pessoas que serão homenageadas na Sessão Solene em comemoração ao Aniversário do Município. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 01/04/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 01 de abril de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número doze, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 12, Versículos de 28 à 34. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 069/2013/GAB 544 do Gabinete do Deputado Fernando Jordão – PMDB/RJ, convidando para a Audiência Pública que será realizada sobre a precariedade dos serviços da AMPLA no Estado do Rio de Janeiro. O Vereador Carlos Amando de Azevedo sugeriu que todos os Vereadores enviassem um ofício ao Deputado esclarecendo a situação precária dos serviços da Ampla no Município de Miracema; 02) Comunicado Nº CM016321/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 03) Convite do Conselho Municipal de Saúde para a reunião que será realizada no dia 03 de abril de 2013, às 9 horas, na Secretaria Municipal de Saúde. O Vereador Presidente Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste convite para cada um dos membros da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social; 04) Ofício – PMM/SMAS nº 098/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando em anexo o Relatório do Mês de Março da Secretaria Municipal de Assistência Social; 05) Ofício Jurídico/SinMed/RJ nº 015/13 do Sindicato dos Médicos do Estado do Rio de Janeiro respondendo ofício nº 0081/2013. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou cópia deste ofício; 06) Requerimento do munícipe Frank de Sá Xavier; 07) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão

Miracemense ao Sr. Fernando Martins Brandão, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 08) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Gilberto Canedo e Cunha, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 09) Ofício CGM nº 005/2013 da Controladoria Geral do Município prestando alguns esclarecimentos. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Presidente Hugo Fernandes solicitou que fosse anexada uma cópia deste ofício no mencionado Projeto de Lei; 10) Projeto de Lei que dispõe sobre o controle e fiscalização da emissão de sons e ruídos de qualquer natureza – Poluição Sonora – bem estar e sossego público no Município de Miracema/RJ e dá outras providências, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier; 11) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense à Sra. Maria Aparecida Soares, de autoria da Mesa Diretora; 12) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense à Sra. Creusa de Oliveira Santos, de autoria da Mesa Diretora. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Carlos Magno da Silva Peres – Ao Presidente da CEDAE – Solicitação no sentido de que estude com carinho a possibilidade de que seja construída uma caixa d'água nos mesmos moldes da Caixa d'água existente na Vila José de Carvalho, no loteamento José Roberto, onde serão beneficiados os moradores dos Bairros Jove, Jardim Beverly e Santa Teresa. Outrossim, destaco que tal pleito visa atender solicitação de diversos moradores daquela localidade, pois os referidos estão sofrendo com a falta de água. Aprovado. 02) Vereador Carlos Armando de Azevedo – Ao Deputado Fernando Jordão, PMDB/RJ – Informando que o Município de Miracema também sofre com problemas de interrupções no fornecimento de energia elétrica, principalmente na Zona Rural, bem como que a AMPLA não realiza investimentos na melhoria da prestação de serviços. Aprovado. 03) Vereador Carlos Armando de Azevedo – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria de Meio ambiente no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma limpeza completa no Município de Miracema, especialmente nos terrenos baldios, com o objetivo de combater os focos de dengue. Deferido. 04) Vereador Gilson Teixeira Sales – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizada a reposição dos sete bancos de

concreto da Praça do Cruzeiro, bem com a reforma do Parque Infantil. Tal solicitação visa atender pedidos do Presidente da Associação de Moradores do referido Bairro. Deferido. 05) Vereador Hugo Fernandes – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente no sentido de que seja realizada a limpeza das ruas especificadas abaixo: a) Rua Pedro Santos (Bairro Carrapichão), conforme solicitação já feita anteriormente; b) Rua Manoel Antônio Pestana e Aristides Barbosa (Vale do Cedro – sentido Hospital); Ressalta-se que as ruas do item "b", além da limpeza, devem ser calçadas para que proporcione aos moradores uma melhor qualidade de vida. Deferido. 06) Vereador Hugo Fernandes – Ao Sr. Prefeito Municipal – Solicitação no sentido de que seja celebrado um convênio com o Estado do Rio de Janeiro, no intuito de que seja implantada a Unidade de Bombeiro Militar no Município de Miracema, conforme autorização publicada no Diário Oficial em 31 de janeiro de 2013, do Governador Sérgio Cabral. 07) Vereador Hugo Fernandes – Ao Sr. Prefeito Municipal – Patrolamento do terreno que será sede do motocross em Miracema. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que está com um documento da Federação Fluminense de Motociclismo enviado ao Sr. Prefeito Municipal onde é informado o local onde será realizada que a corrida de motocross no Município de Miracema. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier e Paulo Sérgio de Azevedo cópia do ofício lido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Jocimar Júnior para fazer um agradecimento. Com a palavra o Sr. Jocimar Júnior, após cumprimentar todo o público presente, agradeceu ao Vereador Fabrício de Sá Xavier pela iniciativa de regulamentar os trabalhos dos carros e motos de propaganda volante. Continuou chamando a atenção sobre a situação dos ônibus circulares do Município de Miracema, pois mais uma vez ocorreu um acidente com os referidos. Esclareceu que gostaria de saber se os Vereadores podem realizar algo em relação a este problema, vez que os ônibus estão em situações precárias. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um Requerimento ao DEMUTRAN no sentido de que seja realizada uma maior fiscalização, bem como uma vistoria mais rígida nos ônibus circulares que trafegam pelo Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre. Também inscrito o Sr. José Ricardo para falar sobre os Pontos de Táxi. Com a palavra o Sr. José Ricardo, após

cumprimentar todo o público presente, pediu desculpas por ter se manifestado durante a última reunião. Continuou dizendo que o Sr. Haroldo, que utilizou a tribuna na última sessão, está atrapalhando o serviço de todos os outros taxistas. Esclareceu que o Sr. Haroldo disse que ninguém fica no ponto de táxi localizado na rodoviária, entretanto, na verdade, alguns não estão trabalhando durante a madrugada por falta de segurança. Acrescentou que o Sr. Haroldo não fica todo o tempo em seu ponto de táxi e que ele, ao encontrar com os outros taxistas fica os desafiando. Por fim, afirmou que nunca aconteceu este problema em Miracema e isto passou a ocorrer atualmente, assim pediu para os Vereadores olharem com carinho esta situação, uma vez que é preciso evitar que aconteça algum problema maior. O Vereador Carlos Armando de Azevedo acrescentou que no viu uma reportagem onde diversos taxistas brigaram, inclusive utilizando barras de ferro. O Sr. José Ricardo disse que os taxistas formam uma família e todos se respeitam, sendo que nunca aconteceu este tipo de problema. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acredita que deve ser feito uma reunião com todos os taxistas para que seja feita uma tentativa de resolver os problemas de forma pacífica. O Sr. José Ricardo esclareceu que ninguém manda nos pontos de táxi e, na verdade, os taxistas foram uma família. O Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que nunca ouviu qualquer tipo de reclamação em relação aos taxistas, e gostaria de sentar e conversar com todos para buscar resolver os problemas, sempre buscando atender a maioria. Afirmou que os Vereadores não farão nada para prejudicar os taxistas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que quando o taxista solicita sua concessão, ele precisa de falar o local que ele ficará lotado, assim, cada pessoa deverá ficar em seu respectivo ponto de táxi. Esclareceu também que atualmente está muito perigoso trabalhar como taxista. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva concorda com as palavras do Vereador Maurício Sant'Ana Soares, sendo que no momento da concessão do serviço de taxista é definido o local do ponto de táxi. O Vereador João Siqueira Magalhães acredita que através do diálogo esta situação poderia ser resolvida. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva que, no caso de existir por parte da população uma reclamação por falta de taxista durante a madrugada, seria ideal marcar uma reunião para que seja realizado um rodízio. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: Projeto de Lei Complementar que acrescenta ao Artigo 52 da Lei nº 789/99, o item 14, criando

a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública. Autoria: Prefeito Municipal – 2ª Votação. Os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier apresentaram uma Emenda Supressiva: "Suprimir do Caput do Projeto de Lei Complementar a seguinte parte – Revoga o artigo 5º inciso II e seu parágrafo único. Suprimir do Artigo 35, o artigo 5º da Lei nº 772 de 10 de junho de 1999". O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que a Lei Municipal nº 772 de 10 de junho de 1999, criou o Departamento Municipal de Trânsito, sendo que em seu artigo 5º, parágrafo único diz o seguinte: "O Diretor do Departamento Municipal de Trânsito e o Chefe do Setor de Administração e Processamento serão servidores do quadro permanente, escolhidos e nomeados pelo Prefeito Municipal". Dessa maneira, esclareceu que os Vereadores que apresentaram esta Emenda possuem o objetivo de não revogar este parágrafo único, o que acontecerá caso o Projeto de Lei seja aprovado sem esta Emenda. Com quatro votos favoráveis, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos contrários, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, a **Emenda Supressiva não foi aprovada.** O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está perplexo com esta situação, pois este artigo que será suprimido dá a oportunidade ao funcionário concursado de exercer estas funções, por isso não entende o motivo deste direito ser retirado do funcionário público, sendo que está querendo acreditar que isto não é compromisso político. Esclareceu que quanto uma pessoa faz um concurso público, ela o faz sonhando em exercer determinadas funções dentro de sua categoria, sendo que este direito do funcionário está sendo tirado. Acrescentou que disse que um café da manhã que se orgulhava de pertencer a ela, pois no seu entender ela não era subserviente, sendo que pediu ao Sr. Prefeito Municipal para que administrasse a Prefeitura Municipal olhando para frente e não para o passado. Disse que conversou com alguns Vereadores em seu gabinete eles lhe disseram que eram favoráveis a Emenda, logo acredita que o Presidente teve o poder de convencimento. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que nós estamos vendo os Vereadores que estão trabalhando pensando na população e nos servidores públicos. Esclareceu que hoje,

lamentavelmente a Emenda Supressiva que mantem o direito aos servidores públicos não foi aprovada. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que o servidor público está sendo usurpado nesta Casa Legislativa, acrescentando que os servidores terceirizados estão há dois meses sem receber seus salários. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que vai votar de acordo com sua opinião, sendo que a supressão deste artigo permitirá que o Prefeito Municipal busque pessoas mais qualificadas para exercerem as funções. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que está triste com a colocação dos Vereadores em dizer que os colegas estão votando sem personalidade, acredita que a maioria aqui possui personalidade e está votando de acordo com a sua consciência, sendo que está cansado de toda vez que este Projeto é colocado em votação aparece uma desculpa para retirá-lo. Disse que todas as vezes que o Projeto foi discutido aqui sempre era citado o problema do orçamento, uma vez que em nenhum momento foi citada a preocupação com o funcionalismo público. Acrescentou que não é questão de voto de cabresto e voto com influência. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que já falou várias vezes que no futuro pode ocorrer a falta de pagamento dos funcionários públicos, sendo que existem diversas nomeações realizadas pelo Prefeito Municipal publicadas nos jornais locais. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse todos estão preocupados com o funcionário público. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o voto é soberano e cada Vereador vota com sua consciência, sendo que não influenciou nenhum Vereador, conforme foi dito. Afirmou que nós somos 11 (onze) Vereadores e cada um possui seu direito de escolha, assim não admite que os Vereadores critiquem os votos dos demais. Esclareceu que na semana passada o Vereador João Siqueira Magalhães pregou que deveria existir harmonia entre os Vereadores. Afirmou que não está usando nenhum tipo de influência com os demais Vereadores e não vai admitir que ninguém fale isso, pois tal fato é uma falta de respeito com ele e com os demais. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que sempre estará a favor das coisas boas para o Município, sendo que o respeito deve ser recíproco e pregou a democracia e a unidade, pois os Vereadores vão conviver durante quatro anos. Continuando, em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado com quatro votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores

Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1.419, de 01 de abril de 2013. A Câmara Municipal de Miracema, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte lei, na forma abaixo: Art. 1º - Fica criada a Secretaria Municipal de Defesa Civil e SEGURANÇA PÚBLICA - SMDCSP, que passará a integrar a estrutura organizacional da Administração Pública, na forma da Lei Municipal nº 798 de 04 de novembro de 1999 e suas alterações posteriores, fazendo constar do artigo 52 da mesma Lei o item 14 dispondo da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública do Município de Miracema. § 1º – A Guarda Civil Municipal será criada na forma do Inciso XXXVII do artigo 14 da Lei Orgânica Municipal, e composta de guardas municipais do sexo masculino e feminino, com o objetivo de cumprir o artigo 144 § 8º da Constituição Federal, que visa a proteção dos bens, serviços e instalações municipais, cujo funcionamento da Instituição deverá ser regulamentado, incluindo a criação das Inspetoria de Trânsito, e Inspetoria de Patrimônio e Segurança. Art. 2º - A Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública tem como objetivo principal e estratégico a implantação de políticas públicas para a redução de riscos de desastres e propiciar condições de convívio social, livre das condicionantes de violência e criminalidade, desenvolvendo projetos de prevenção, com abrangência multisetorial, garantindo para a população uma gestão de segurança. Art. 3º - Compete a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública: I - Coordenar, planejar, controlar, executar e promover atividades de Proteção, Defesa Civil e Segurança Pública na esfera de atribuições do Município; II - Promover medidas preventivas e fiscalizadoras, cobrando o cumprimento das Leis Federais, Estaduais e Municipais que tratam da prevenção de desastres naturais ou tecnológicos, dentro dos limites geográficos do Município; III - assessorar o Prefeito Municipal nos assuntos que lhe forem pertinentes, a fim de subsidiar o processo decisório; IV - representar o Poder Público Municipal junto aos Conselhos de Defesa Civil, Segurança Pública e demais órgãos e entidades afins, de que o Município integre; V - estar presente de forma participativa e organizacional nas questões envolvendo as políticas para a juventude no Município; VI - Elaborar e implementar planos, programas e projetos de Proteção, Defesa Civil,

Segurança Pública e Trânsito; VII – Vistoriar e interditar, caso seja necessário, qualquer estabelecimento, edificação, logradouro público, construção, e tudo aquilo que representar perigo iminente para a vida humana, tomando as medidas cabíveis e comunicando às autoridades competentes; VIII - Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Proteção, Defesa Civil e Segurança Pública; IX – Realizar a guarda e proteção dos bens públicos, dos serviços, das instalações e do patrimônio natural e cultural do Município de Miracema; X - Preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social sempre que for necessário, atuando nos períodos de normalidade e de anormalidade; XI - Elaborar o Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das Ações Emergenciais, com garantia dos recursos no Orçamento Municipal; XII - Capacitar recursos humanos para as ações de Defesa Civil e Segurança Pública; XIII - Manter o Órgão Central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil- SINPDEC e o Órgão Central do Sistema Estadual de Defesa Civil - SIEDEC, informados sobre as ocorrências de Desastres e atividades de Defesa Civil; XIV - Propor à autoridade competente a declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, de acordo com as normas técnicas vigentes; XV – Coordenar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de Desastre; XVI - Implantar o banco de dados do Município e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres; XVII – Elaborar o Plano Municipal de Redução de Risco de Desastres; XVIII – Elaborar e implementar planos diretores, planos de contingências e planos de operações de proteção e defesa civil, bem como projetos relacionados com o assunto; XIX – Atualizar, anualmente, o Plano de Contingências e o Mapeamento de Riscos do Município; XX – Propor, coordenar e fiscalizar a implantação de medidas estruturais e não estruturais, de prevenção, de mitigação, de resposta a emergências de desastre e de recuperação, na circunscrição geográfica do Município; XXI - Promover Campanhas Públicas e Educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a Defesa Civil, Segurança Pública e Trânsito, através da mídia local; XXII - Coordenar todos os recursos, sejam eles materiais ou humanos, públicos ou privados, existentes no Município em época de anormalidade; XXIII - Propor a realização de obras de caráter preventivo, emergencial e recuperativo que se fizerem necessárias na circunscrição do

Município, objetivando a preservação de vidas e bens, de acordo com laudos técnicos; XXIV - Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puserem em perigo a população, tomando as medidas necessárias para proteger a população do perigo detectado; XXV - Implantar programas de formação e treinamento para Agentes de Defesa Civil e Guardas Municipais que atuarão nas áreas de Segurança, Patrimônio, Ambiental e Trânsito, e de voluntários; XXVI - Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e de equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades; XXVII - Buscar a integração das ações municipais com as de outros municípios vizinhos, bem como as ações dos governos, estadual e federal, buscando planos e programas conjuntos para a realização de objetivos comuns, usando para isso formas consorciadas ou outras disponíveis no ordenamento vigente; XXVIII - Promover mobilização social visando à implantação de NUDEC´s - Núcleos Comunitários de Defesa Civil, nos bairros e distritos, a critério da SMDCSP; XXIX - Coordenar e executar toda ação preventiva, de mitigação e recuperativa, no que concerne às habitações situadas em áreas de risco, às que apresentem riscos para seus moradores na sua estrutura, ou às que estejam sob risco de serem danificadas ou destruídas por fatores externos ou internos. XXX – Propor, coordenar e promover as ações de demolição das edificações que, comprovadamente, tenham que ser demolidas para que não causem danos humanos e materiais XXXI – Vistoriar e emitir parecer técnico, solicitando a elaboração de Laudos Técnicos sempre que necessário, como pré-requisito para concessão de alvará de funcionamento de estabelecimentos de natureza diversas, de licença para construção de quaisquer edificações, para emissão de certidão de HABITE-SE, para aprovação de projetos de construção, de loteamentos, de conjuntos habitacionais, ou de qualquer projeto ou obra que venha a se desenvolver na circunscrição geográfica do Município, devendo a SMDCSP, por meio desse parecer técnico, se manifestar se houver as seguintes condições: a). Se o projeto ou o empreendimento está situado em área de risco, citando a classificação do risco detectado, se houver , descrevendo a ameaça a que o mesmo estará submetido; b). Se o projeto ou empreendimento necessitar incluir a previsão de obras de geotecnia, no caso de que a área da construção esteja sob risco de escorregamentos, devendo ser solicitado o projeto para a realização de obra geotécnica de contenção e

estabilização de taludes e encostas, sendo que a mesma deverá ser executada antes da construção da edificação e aprovada pela SMDCSP e pelos demais órgãos afins; c). Se há indícios de que o projeto ou empreendimento seja implementado em área de preservação permanente, em áreas non edificandi, de acordo com o mapeamento de riscos e leis existentes, devendo o processo ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para o cumprimento dos procedimentos previstos na legislação ambiental vigente; d) Se houver qualquer manifestação ou orientação da SMDCSP, devendo-se constar a mesma no parecer técnico; XXXII – Promover a inclusão dos princípios de Proteção e Defesa Civil, nos currículos escolares da rede municipal de ensino, proporcionando o apoio devido à comunidade docente no desenvolvimento de material pedagógico-didático necessário; XXXIII - Prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres; XXXIV - Estimular e colaborar como parte de ação conjunta, através de seus órgãos executores, e de todos os setores ligados aos assuntos de segurança pública, defesa civil e trânsito, tais como o Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal e as entidades, governamentais ou não, que tenham atividades relacionadas, direta ou indiretamente, com a Defesa Civil, Segurança Pública e Trânsito; XXXV- Ter uma visão baseada na promoção efetiva dos direitos humanos e do direito à cidadania, tornando-se uma política integradora de governo, mobilizando o apoio da sociedade, de tal modo que sua formulação e implantação envolvam a participação popular, convertendo-se em movimento social pela paz, contra a delinqüência e pelo cuidado com crianças e adolescentes; XXXVI - desenvolver e implantar políticas que promovam a proteção ao cidadão, articulando e integrando os organismos governamentais e a sociedade, visando organizar e ampliar a capacidade de defesa da população; XXXVII - desenvolver projetos em conjunto com as instituições direta ou indiretamente relacionadas com as questões de ordem pública, com vistas a proporcionar melhores condições de controle, prevenção, e/ou enfrentamento da criminalidade; XXXVIII - promover seminários, eventos, palestras e fóruns com a participação de segmentos representativos da sociedade organizada, objetivando despertar a conscientização da população sobre a necessidade de adoção de medidas de auto-proteção, bem como, sobre a compreensão acerca da responsabilidade de todos na busca de soluções para as questões de segurança da

comunidade; XXXIX - contribuir com ações efetivas, dentro dos seus limites de competência, com vistas à redução e à contenção dos índices de criminalidade; XL - controlar, supervisionar, e coordenar o desenvolvimento das atribuições da Guarda Municipal, Ambiental e de Trânsito, de forma a garantir-lhe a consecução dos seus fins; XLI - garantir, através das ações fiscalizadoras da Guarda Civil Municipal, o exercício da polícia administrativa no âmbito municipal, nas proteções aos serviços municipais e na segurança interna e externa dos próprios municipais e seus bens; XLII - atuar preventivamente, de forma a impedir a ocupação irregular das propriedades públicas municipais; XLIII- atuar nas atividades de segurança do trânsito, no âmbito do Município, respeitados os limites de sua competência; XLIV- interagir com outras Secretarias do Município, evidenciando a importância da obediência a aspectos relativos à segurança em suas decisões administrativas particulares; XLV - desenvolver, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, estudos e programas de educação e prevenção de atitudes hostis à sociedade, no seio da juventude estudantil, assim como ações objetivando o combate à comercialização de drogas ilícitas no interior e nas proximidades das escolas; XLVI - Outras atividades pertinentes; SEÇÃO I DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SIMPDEC Art. 4º - Fica instituído o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, subordinado diretamente ao Prefeito Municipal, com a seguinte finalidade: I – Planejar e promover a defesa permanente contra desastres naturais e tecnológicos na circunscrição geográfica do Município de Miracema; II – Realizar estudos, avaliar e reduzir riscos de desastres; III – Atuar na iminência e em circunstância de desastres; IV – Prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir as populações afetadas, reabilitar e recuperar os cenários dos desastres; V – Promover a articulação e coordenar os órgãos integrantes do SIMDEC em todo o território do Município de Miracema. Art. 5º – O Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil se constituirá no instrumento de conjugação de esforços de todos os órgãos municipais, com os demais órgãos públicos e privados e com a comunidade em geral, desde o planejamento até a execução das medidas previstas no artigo anterior. Art. 6º – O Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil será dirigido pelo Prefeito do Município e será coordenado pelo Órgão Central do Sistema que será a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública. Art. 7º - Para as finalidades desta Lei, denomina-se: I - Defesa

Civil – É o conjunto de ações Preventivas, de Preparação, de Socorro, Assistenciais, de Reabilitação e Recuperativas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social; II - Desastres – É o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais; III – Situação de Emergência – É a situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta; IV – Estado de Calamidade Pública – É a situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta. Art. 8º - Deverá ser criado, por lei e de acordo com a legislação vigente, o Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública. Art. 9º – Com a finalidade de compor o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, a nível de integração, apoio e execução setorial, ficam criados os seguintes Órgãos Colegiados: I – O Grupo de Atividades Coordenadas – GRAC Municipal, composto pelos representantes dos Órgãos Governamentais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, além de outros organismos institucionais sediados no território do Município, que atenderem ao convite do Governo Municipal, o qual elaborará seu próprio regimento interno, tendo como seu presidente o Coordenador Geral do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, que é o Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública; II – O Conselho de Entidades Não Governamentais – CENG Municipal, composto por representantes permanentes de Instituições Não Governamentais que atenderem ao convite do Governo Municipal para integrarem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, os quais elaborarão seu próprio regimento interno e elegerão dentre os seus componentes um presidente; Parágrafo Único – Inclui-se na composição do GRAC o presidente do CENG. Art. 10 – Compõem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil: I – O Prefeito do Município, na forma do disposto no artigo 7º da presente Lei; II – A Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, com sua estrutura organizacional, como Órgão Central do Sistema Municipal; III – O GRAC, como Órgão Colegiado, a nível governamental; IV – O CENG, como Órgão Colegiado, a nível não

governamental; V – Os Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC, como manifestações voluntárias, organizadas no âmbito da comunidade. Art. 11 – As ações de Proteção e Defesa Civil, articuladas pelo órgão central do SIMPDEC são: I – A prevenção de desastres; II – A mitigação de desastres; III – A preparação para emergências e desastres; IV – A resposta aos desastres; e V – A recuperação dos desastres. Art. 12 - A Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - SMDCSP, constitui-se Órgão Integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC e do Sistema Estadual de Defesa Civil – SIEDEC; Art. 13 – Compete ao Prefeito Municipal, por proposta do Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, a declaração da Situação de Emergência ou do Estado de Calamidade Pública, após uma criteriosa avaliação das características e amplitude do evento; Parágrafo único - A decretação se dará quando caracterizado o desastre e for necessário estabelecer uma situação jurídica especial que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, no sentido de dar resposta aos desastres, à reabilitação do cenário e à reconstrução das áreas atingidas. Art. 14 – Constarão, obrigatoriamente, dos currículos escolares dos Estabelecimentos de Ensino Municipais, noções gerais sobre ações de Proteção e Defesa Civil; Art. 15 – Será considerado relevante o serviço relacionado à atividades de Proteção e Defesa Civil, devendo constar nos assentamentos funcionais do servidor, a participação nessas atividades, principalmente quando integrante de ações de resgate e salvamento em ocorrências de grandes relevâncias. Seção II DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E SEGURANÇA PÚBLICA Art. 16 - O cargo de Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, será de livre escolha do Prefeito Municipal, e que preferencialmente possua notório conhecimento e experiência profissional sobre Defesa Civil e Segurança Pública. Art. 17 - Compete ao Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública: I - Dirigir a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública tecnicamente e operacionalmente; II – Planejar, coordenar, apoiar e fiscalizar todos os serviços que forem exercitados pela Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública; III – Representar o Poder Público Municipal junto aos Conselhos de Segurança e demais órgãos e entidades afins, de que o Município integre; IV – Manter estreita relação com os órgãos de Proteção e Defesa Civil do Estado e do Governo Federal; V – Assessorar o Prefeito

Municipal nos assuntos que lhe forem pertinentes, a fim de subsidiar o processo decisório. Parágrafo único – Nos impedimentos do Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, passará a responder pela Secretaria o Diretor Municipal do Departamento de Defesa Civil. Art. 18 – Para o assessoramento administrativo do Secretário e cuidar do expediente da Secretaria, no que concerne á documentação, processos, pessoal, carga de material e logística, haverá uma Divisão Administrativa, sob a responsabilidade do seu Chefe. SEÇÃO III DO DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL Art. 19 – Compete ao Diretor do Departamento de Defesa Civil: I – Assessorar o Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública nas atividades de Defesa Civil e afins; II - Cumprir e fazer cumprir as determinações legais e superiores; III – Fazer cumprir as determinações, tarefas, atividades e outros pertencentes a sua Diretoria; IV – Coordenar, planejar, controlar, executar e promover atividades de Proteção e Defesa Civil do Município; V – Auxiliar o Diretor do Departamento de Ordem Pública e o Diretor do Departamento Municipal de Trânsito, nas suas atividades. Art. 20 – Compete a Seção Técnica, de Planejamento e Fiscalização: I - A coordenação, a fiscalização e a execução de vistorias, a elaboração de laudos e pareceres técnicos, coordenando e elaborando projetos de obras estruturais; II - Coordenar e fiscalizar o desenvolvimento das medidas estruturais preventivas, mitigadoras, reconstrutivas e recuperativas que estejam se desenvolvendo no Município; III – A implantação da Política Municipal de Defesa Civil, do diagnóstico situacional e do estabelecimento das ações operacionais de Proteção e Defesa Civil no Município; IV – Manter atualizadas e disponíveis todas as informações relacionadas à Defesa Civil; V - Sugerir obras e medidas de proteção com o intuito de prevenir ocorrências graves; VI - Estudar, definir, propor normas, planos e procedimentos que visem à prevenção, socorro e assistência da comunidade e recuperação de áreas quando ameaçadas ou afetadas por fatores adversos; VII – Elaborar projetos, programas e estudos administrativos, oferecendo toda a infraestrutura necessária para o bom funcionamento do Departamento de Defesa Civil; VIII - Assessorar o Secretário e o Diretor de Defesa Civil; IX – Fiscalizar, coordenar, de acordo com as determinações do Secretário e do Diretor, todas as atividades de Proteção e Defesa Civil e as que estiverem descritas na Lei de Criação da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública; X - Estar atento às informações de alerta dos órgãos de

previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno; XI – Auxiliar os outros Departamentos, Divisões e Seções pertencentes à Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, com aquiescência de seu Diretor. Art. 21 - Compete a Seção de Operações, Ensino e Integração Comunitária: I - Promover campanhas públicas e educativas junto às comunidades e estimular o seu envolvimento, motivando atividades relacionadas com a Defesa Civil; II – auxiliar nos serviços da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública; III - Implantar programas de treinamento para voluntariados; IV – Implantar Núcleos de Defesa Civil junto às comunidades; V – Implantar e manter uma educação no ensino fundamental das Escolas Públicas Municipais do Município, para uma educação contínua de prevenção de risco; VI – Realizar capacitação de todo o efetivo da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública; VII - Capacitar recursos humanos para as ações de defesa civil; VIII – Coordenar a distribuição e o controle dos suprimentos necessários ao abastecimento em situações de desastres; IX - Participar e colaborar com programas coordenados pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e Sistema Estadual de Defesa Civil - SIEDEC; X – Atuar diretamente no atendimento aos desastres; XI – Coordenação e controle operacional; XII – A realização do diagnóstico situacional e do estabelecimento das ações operacionais de Proteção e Defesa Civil no Município, realizando a atuação de campo; XIII - Apoiar, administrativamente e operacionalmente, através de seus Agentes de Defesa Civil e de seus demais servidores, a Secretaria Municipal Defesa Civil e Segurança Pública, seus Departamentos, Seções e Divisões, com aquiescência de seu Diretor. XIV - Assessorar o Secretário e o Diretor do Departamento de Defesa Civil. SEÇÃO IV DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA Art. 22 – Ao Departamento de Segurança Pública compete: I - Planejar e comandar as ações da Guarda Municipal; II - Manter estreita relação com os órgãos de Segurança Pública do Estado e do Governo Federal; III - Assessorar o Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública com as informações necessárias para o perfeito andamento do serviço; IV - Colaborar com a Fiscalização da Prefeitura na aplicação da Legislação relativa ao exercício do Poder de Policia Administrativa do Município; V - Coordenar suas atividades com as ações do Estado, no sentido de oferecer e obter colaboração; VI – Auxiliar o Diretor do Departamento de Defesa Civil e o Diretor do Departamento

Municipal de Trânsito, nas suas atividades. Art. 23 - A Guarda Civil Municipal ficará subordinada ao Departamento de Segurança Pública. § 1º - No cumprimento da sua missão institucional, a Guarda Civil Municipal será composta de 2 (duas) Inspetorias, a saber, Inspetoria de Trânsito e Inspetoria de Patrimônio e Segurança, sendo cada uma sob o comando direto de um Guarda Municipal na função de Inspetor, que terá a denominação no anexo I da Lei 813/99, grupo de chefia CH - 04, símbolo de vencimento CC5, recrutamento LIMITADO. § 2º - A Guarda disporá de 4 (quatro) Supervisores, que serão guardas municipais no exercício de função gratificada os quais terão sua denominação no anexo I da Lei 813/99, grupo de execução EX, símbolo de vencimento CC6, recrutamento LIMITADO. SEÇÃO V DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO Art. 24 – O Departamento Municipal de Trânsito (DEMUTRAN), criado pelo artigo 1º da Lei Municipal nº 772, de 10 de junho de 1999, Órgão Executivo Municipal de Trânsito, passará a integrar a estrutura da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, com a seguinte estrutura prevista na Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 296: Seção de Educação de Trânsito; Seção de Coleta, Controle e Análise Estatística de Trânsito; Seção de Planejamento, Engenharia e Sinalização Viária; Seção de Fiscalização e Operações de Trânsito; e Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI). 1º – O Diretor do Departamento Municipal de Trânsito será a Autoridade Municipal de Trânsito, competente para aplicar as penalidades de trânsito previstas na esfera da atribuição municipal, e será nomeado por livre escolha do Prefeito Municipal. § 2º - O Departamento Municipal de Trânsito, órgão executor das atividades de trânsito do Órgão Executivo Municipal de Trânsito, que será a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, atuará sob a responsabilidade direta da Autoridade Municipal de Trânsito, mas terá o seu Diretor com a atribuição de executar o gerenciamento administrativo e operacional do órgão, e cumprirá o artigo 24 do referido Código, conforme discriminado no artigo 4º da Lei Municipal nº 772, de 10 de junho de 1999. § 3º - O Departamento Municipal de Trânsito, como órgão integrante da Secretaria, também terá as seguintes atribuições: I - administrar e gerir administrativamente a documentação relacionada ao Trânsito, implementar os planos, programas e projetos. II – executar o planejamento, projeto, regulamentação, educação e operações de trânsito nos limites do município. III – cumprir as missões

que sejam determinadas pela Secretaria relacionadas aos assuntos administrativos e operacionais do trânsito. IV – propor os convênios que sejam necessários ao cumprimento das atribuições próprias de Órgão executivo municipal de trânsito. V - gerenciar e fiscalizar todos os trabalhos que sejam executados pelos segmentos integrantes do órgão. VI - produzir boletim informativo estatístico mensal sobre as atividades de trânsito exercidas pela Divisão, com analise e parecer conclusivo sobre os fatos que devam ser remetidos para conhecimento e providências da Secretaria. VII - Representar o Município, quando designado, nos assuntos relacionados a trânsito, por ocasião de seminários, congressos etc... § 4º - A Seção de Educação de Trânsito funcionará diretamente sob a responsabilidade do seu Chefe e terá como atribuição criar e fazer executar o plano educativo municipal de trânsito, para ser utilizado junto aos usuários do sistema viário e a rede municipal de ensino, através de programações educativas integradas com a respectiva Secretaria Municipal, bem como promover as campanhas educativas, e após, gerir o funcionamento da Escola pública de trânsito, conforme § 2º do artigo 74 do Código de Trânsito Brasileiro. Ainda, estabelecer as estratégias voltadas para a educação do trânsito com o objetivo de inserir na cultura dos munícipes, a importância da sua participação no contexto da educação e a prevenção dos acidentes, proporcionando também a atualização constante dos agentes municipais de trânsito. § 5º - A Seção de Coleta, Controle e Análise Estatística do Trânsito será dirigida pelo Chefe de Seção que exercerá a função cumulativamente com a Seção de Educação de Trânsito, e cuidará do gerenciamento administrativo e burocrático do órgão, incluindo o serviço de protocolo específico de trânsito, expediente, controle, análise e despacho da documentação, arquivo e processamento dos dados referentes às autuações e recursos; ainda exercerá o controle sobre os fatos relacionados ao trânsito municipal, pela coleta dos dados de interesse estatístico e apresentação regular de estudo conclusivo que possa nortear as ações do órgão, cabendo-lhe ainda: I – administrar o controle de utilização dos talões de multa e processamentos dos autos de infração; II – coletar os dados estatísticos para elaboração de estudos sobre acidentes de trânsitos e suas causas. III – controlar os dados estatísticos da frota circulante do município; IV – acompanhar os dados relacionados aos veículos registrados e licenciados no município; V – elaborar estudos sobre eventos e obras que possam perturbar ou interromper a livre circulação

dos usuários do sistema viário. § 6º- A Seção de Planejamento, Engenharia de Tráfego e Sinalização Viária, sob a direção de seu Chefe, planejará todas as ações com vistas a atender ás necessidades da engenharia de tráfego, administrará o sistema viário e promoverá a reparação e manutenção da sinalização viária, cabendo-lhe especificamente: I - planejar e elaborar projetos, bem como coordenar estratégias de estudos do sistema viário. II - planejar o sistema de circulação viária do município; III - proceder a estudos de viabilidade técnica para a implantação de projetos de trânsito; IV - integrar-se com os diferentes órgãos públicos para estudos sobre o impacto no sistema viário para aprovação de novos projetos; V - elaborar projetos de engenharia de tráfego, atendendo aos padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, conforme normas do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito) e CETRAN (Conselho Estadual de Trânsito); VI - acompanhar a implantação dos projetos, bem como avaliar seus resultados. § 7º - A Seção de Fiscalização e Operações de Trânsito, será dirigida pelo Chefe da Seção que exercerá a função cumulativamente com a Chefia da Seção de Planejamento, Engenharia e Sinalização Viária, que cumprirá e fará cumprir a legislação de trânsito e executará as operações necessárias, através das seguintes medidas: I - administrar as multas aplicadas por equipamentos eletrônicos, quando for o caso; II - controlar as áreas de operação de campo, realizar a fiscalização e administração do pátio e veículos; III - controlar a implantação, manutenção e durabilidade da sinalização; IV - operar em segurança nas áreas de escolas; V - operar em rotas alternativas; VI- operar na travessia de pedestres e em locais de emergência sem a devida sinalização; VII - operar a sinalização em verificação ou nas suas deficiências. Art. 25 - A Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), criada pelo artigo 6º da referida Lei Municipal, deverá ser reestruturada na elaboração do seu Regimento Interno, com base na Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 357, de 02 de agosto de 2010 e o contido nos parágrafos seguintes. § 1º - A JARI é um órgão colegiado, autônomo e independente, que receberá do Órgão Executivo Municipal de Trânsito, todo o apoio administrativo e de material. § 2º- Compete à JARI as atribuições previstas no artigo 17 da Lei Federal nº 9503/97 (Código de Trânsito Brasileiro). § 3º - A JARI será composta por 3(três) integrantes, sendo 1(um) Presidente e 2(dois) Membros, os quais serão designados

pelo Prefeito Municipal para atuação no período de 2(dois) anos, podendo haver recondução por períodos sucessivos. Poderá ser admitida a suplência. § 4º - Os integrantes da JARI serão designados obedecendo às seguintes condições: a) Um integrante com conhecimento na área de trânsito, e no mínimo, com nível médio de escolaridade; b) Um representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade; c) Um representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito. Excepcionalmente, na impossibilidade dessa entidade compor o colegiado por sua inexistência, ou seu comprovado desinteresse na indicação de representante, ou ainda quando indicado o representante, esse, sem justificativa, não comparecer às seções de julgamento, o representante especificado no item em questão será substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o colegiado pelo tempo restante do mandato. A Presidência da JARI poderá ser exercida por qualquer um dos integrantes. § 5º - Os integrantes da JARI farão jus ao recebimento de Jetons, no valor de 30(trinta) Unidades Fiscais de Referência do Estado do Rio de Janeiro (UFIR/RJ) para cada Integrante, por sessões efetivamente realizadas, sendo observado o limite máximo de 4(quatro) sessões mensais, com exceção do Presidente da JARI, que receberá 40(quarenta) Unidades Fiscais de Referência do Estado do Rio de Janeiro (UFIR/RJ) por cada sessão efetivamente realizada. Art. 26 - A Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública deverá criar e implantar, sem ônus para o Município, a Comissão Administrativa de Defesa Prévia (CADEP), sob a presidência da Autoridade Municipal de Trânsito, com vistas a atender as defesas de autuação dos usuários, segundo o previsto na Resolução nº 149/2003 do Conselho Nacional de Trânsito. Para tal deverá elaborar o seu Regimento Interno. Art. 27 - Para atender as necessidades administrativas da Junta Administrativa dos Recursos de Penalidades e Defesas de Autuação, a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública disporá de um secretário, servidor efetivo ou temporário do Município, que secretariará a JARI e a Comissão de Defesa Prévia nos despachos dos processos, preparação das sessões, elaboração das atas e planilhas de acatamentos e resultados, e todos os demais procedimentos administrativos relacionados aos julgamentos; independente de outras atribuições que lhe sejam próprias. § 1º - Ao Secretário da JARI caberá a obrigatoriedade de comparecer e

secretariar todas as sessões da referida Junta e também da Comissão Administrativa de Defesa Prévia, e lhe será atribuído a mesma remuneração de Membro da JARI, pelas sessões da JARI que efetivamente tenha comparecido. § 2º - O não comparecimento do Secretário da JARI a qualquer uma das sessões semanais da JARI ou CADEP implicará na perda do Jeton correspondente à semana. SEÇÃO VI DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E SEGURANÇA PÚBLICA Art. 28 - A Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública terá a seguinte estrutura organizacional: Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública; 1.1 - Divisão de Coordenação Administrativa; 2.1 - Departamento de Defesa Civil; 2.1.1 – Seção de Operações, Ensino e Integração Comunitária; 2.1.2 – Seção Técnica, de Planejamento e Fiscalização; 3.2 – Departamento de Segurança Pública; 3.2.1 - Guarda Civil Municipal; 3.2.1.1 - Inspetoria de Patrimônio e Ordem Pública; 3.2.1.2 - Inspetoria de Trânsito; 3.2.1.3 - Serviço de Supervisão. 4.3 – Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN 4.3.1 – Seção de Educação, Coleta, Controle e Análise Estatística de Trânsito; 4.3.2- Seção de Planejamento, Engenharia, Sinalização Viária, Fiscalização e Operações de Trânsito; § 1º - Os cargos de provimento e toda estrutura relacionada à Vigilância e à Guarda já existentes, bem como os cargos da mesma natureza criados por legislação anterior, passam a integrar a estrutura da nova Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública; § 2º – Os guardas municipais e os agentes de defesa civil terão treinamento básico em curso de formação regular, que os habilitarão a exercer as atividades que lhe serão próprias, e os que exercerem a fiscalização de trânsito carecerão de formação profissional complementar e específica; § 3º - A Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública terá a atuação dos seus agentes devidamente uniformizados, ou com a identificação ostensiva do segmento a que pertencem, salvo situações excepcionais ou a cargo do Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública; Art. 29 - Ficam criados os seguintes cargos de carreira, a serem preenchidos através de concurso público, na estrutura organizacional e administrativa da SEMPDECOP: a) Um cargo de engenheiro civil; b) Seis cargos de provimento efetivo de Agentes de Defesa Civil c) Um cargo de pedagogo. Art. 30 – Ficam criados na estrutura administrativa e organizacional da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública os seguintes cargos em comissão e funções

gratificadas: I – Um cargo comissionado, símbolo de vencimento CC-1, de Secretário Municipal, do Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública; II – Três cargos comissionados, símbolo de vencimento CC-2, de Diretor de Departamento, do Diretor do Departamento de Defesa Civil, Diretor do Departamento de Ordem Pública e Comando da Guarda Civil Municipal, e Diretor do Departamento de Trânsito; III - Uma função gratificada, símbolo de vencimento CC-4, de Chefe de Divisão, do Chefe da Divisão de Coordenação Administrativa da Secretaria; IV – Duas funções gratificadas, símbolo de vencimento CC-5, de Chefe de Seção, do Chefe da Seção de Operações, Ensino e Integração Comunitária e do Chefe da Seção Técnica, de Planejamento e Fiscalização, pertencentes ao Departamento de Defesa Civil; V - Duas funções gratificadas, símbolo de vencimento CC-5, de Chefe de Seção, do Chefe da Seção de Educação e Seção de Coleta, Controle e Análise Estatística do Trânsito e do Chefe da Seção de Planejamento, Engenharia e Sinalização Viária e Seção de Fiscalização e Operações de Trânsito, pertencentes ao Departamento Municipal de Trânsito; a) O Chefe da Seção de Educação exercerá cumulativamente o cargo de Chefe da Seção de Coleta, Controle e Análise Estatística do Trânsito, sem ônus para os cofres públicos; b) O Chefe da Seção de Planejamento, Engenharia e Sinalização Viária, exercerá cumulativamente o cargo de Chefe de Seção de Fiscalização e Operações de Trânsito, sem ônus para os cofres públicos; VI – Duas funções gratificadas, símbolo de vencimento CC-5, de Inspetor, relacionadas às duas Inspetorias da Guarda Civil Municipal; VII - Quatro funções gratificadas, símbolo de vencimento CC-6, de Supervisor, relacionadas ao Serviço de Supervisão da Guarda Civil Municipal; SEÇÃO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Art. 31 - O Poder Executivo aprovará por Decreto o Regimento Interno da Guarda Civil Municipal, que estabeleça e regulamente o aspecto disciplinar, a postura e a ética profissional, o tratamento e os sinais de respeito, os aspectos relacionados à estruturação interna da Instituição, o funcionamento das Inspetorias e da Supervisão, e ainda os uniformes que serão usados nas diversas atividades da Guarda Civil Municipal. Art. 32 - Todos os agentes e guardas deverão receber formação técnica-profissional que os habilite a desempenhar suas funções com competência e eficiência, devendo o Poder Executivo Municipal promover a Certificação dos Cursos de Formação, Reciclagens e Especializações que sejam realizados. Parágrafo Único – Todos os integrantes da

Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública estarão sujeitos ao exercício de ações de apoio à Defesa Civil ou a Guarda Municipal em situações de calamidades ou quando a necessidade o serviço assim determinar, e houver a designação do Secretário da Pasta. Art. 33 - A seleção, formação e uniformização dos agentes de Defesa Civil deverão ser regulamentadas pelo Poder Executivo. Art. 34 - Fica o Chefe do Poder Executivo devidamente autorizado à regulamentar por Decreto a presente Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação. Art. 35 - Revogam-se todas as disposições em contrário, e especialmente as Leis Municipais nºs 855 de 22 de março de 2001 e nº 1044 de 22 de abril de 2004, a ainda os artigos 2º, 3º, 5º, 7º, 9º, 10º e 11 da Lei 772 de 10 de junho de 1999. Art. 36- As despesas decorrentes da presente Lei tem sua classificação na forma do presente artigo: Unidade Orçamentária: Manutenção da Defesa Civil: 02.07.15.122.0001.2.170.000 – Manutenção e Operacionalização do Órgão; Elemento: 3.1.90.11.00. Art. 37 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que gostaria de fazer um requerimento sobre os kits escolares adquiridos pela Prefeitura Municipal para serem distribuídos aos alunos de escolas públicas, uma vez que saiu uma reportagem no Jornal sobre este assunto. Esclareceu que ao realizar seu papel de agente fiscalizador, constatou que a compra deste material foi realizada com dispensa de processo licitatório, por isso comprou em papelarias os materiais que compõem os kits escolares, tendo percebido que sua compra foi mais econômica do que a do Município, uma vez que os vendedores ainda lhe informaram que no caso de ser realizada uma compra maior poderia ser dado um desconto proporcional. Acrescentou que encontrou uma diferença de R$ 21.941,00 (vinte e um mil e novecentos e quarenta e um reais) nas compras dos kits e possui as notas fiscais de suas compras, em seu nome, sendo que em momento algum buscou ofender ou denegrir a imagem do governo, buscando apenas cumprir seu papel fiscalizador. Por isso, face ao exposto, gostaria de encaminhar estes documentos aos Órgãos Competentes, tais como Tribunal de Contas, Ministério Público da Tutela Coletiva, CGU, FUNDEB, entre outros, para investigar a situação. Tais requerimentos foram aprovados por todos os Vereadores. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou cópia das notas fiscais. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva pediu desculpas ao

público pela sua fala um pouco mais acalorada, pediu desculpas também ao Vereador João Siqueira Magalhães, esclarecendo que jamais deixará de expor sua opinião e de defender sua posição. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que quando enviou o Projeto da Lei nº 772 para a Câmara Municipal poderia ter alterado seu texto deixando o Departamento ser ocupado de maneira ampla, entretanto colocou que o Departamento seria ocupado pelos servidores públicos. Dessa maneira, acredita que sua posição foi tomada para beneficiar os servidores e não para fazer política, pois o um Prefeito Municipal deve possuir os servidores públicos ao seu lado. Prosseguindo, o Vereador solicitou ao Presidente e ao Plenário para justificar sua falta na próxima quinta-feira, pois acompanhará sua esposa em exames médicos. Todos os Vereadores abonaram a falta do Vereador. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que foi ele quem disse ao Vereador João Siqueira Magalhães que votaria a favor da Emenda, entretanto pede desculpas e assume o compromisso que foi ele quem falou com o Vereador. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade parabenizou a fala do Vereador Carlos Armando de Azevedo, pois ele mencionou que pessoas qualificadas devem ocupar os cargos de chefia do Município. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares parabenizou o Vereador Fabrício de Sá Xavier por causa de seu requerimento bem fundamentado. Esclareceu que está lhe causando muita estranheza o problema com a gratuidade dos ônibus escolares, pois os ônibus estão impedidos de circular com os estudantes, mas estão levando os jogadores dos times de futebol. Acrescentou que atualmente muitos jovens estão impossibilitados de realizar a conclusão de seus cursos por causa da cobrança das passagens de ônibus. Por fim, disse que falar da educação é muito fácil, mas dar o seu prosseguimento é muito difícil, sendo que até hoje o Sr. Prefeito Municipal não respondeu os requerimentos encaminhados por esta Casa Legislativa. O Vereador Presidente Hugo Fernandes acrescentou que o Presidente da Associação de Estudantes Universitários pode ser chamado para explicar a situação da gratuidade dos ônibus escolares. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a prestação de contas da Associação Universitária já foi enviada a esta Casa Legislativa e, ainda não vê a necessidade da convocação do Presidente. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a Câmara Municipal poderia se comunicar com os estudantes para que seja realizada uma manifestação pacífica contra este problema. O Vereador Presidente Hugo Fernandes

acredita que o Presidente da Associação poderia ser chamado a esta Casa Legislativa. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que alguns estudantes também podem ser chamados para prestar esclarecimentos sobre a situação. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que muitas vezes os próprios alunos reclamavam das condições de manutenção dos ônibus e que eles deveriam ser chamados esta situação seja explicada. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que não disse que não existem funcionários capacitados entre os servidores da Prefeitura Municipal, sendo que o Prefeito Municipal pode nomear ou não um funcionário efetivo. Acrescentou que existem alguns problemas nas casas populares do Carrapichão que precisam ser resolvidos de maneira urgente. Por fim, disse que é preciso que as assistentes sociais realizem um trabalho de divulgação do programa bolsa família. O Vereador João Siqueira Magalhães explicou que a quantidade de bolsas do programa é limitada, sendo que os cidadãos têm de cumprir determinadas exigências para que eles sejam contemplados, esclarecendo que não existe a possibilidade do Prefeito Municipal ou do Secretário escolher as pessoas que recebem este benefício. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 04/04/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 04 de abril de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número treze, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares ocupou a cadeira do 2º Secretário da Mesa Diretora. Foram registradas as ausências dos Vereadores: Gilson Teixeira Sales e Gutemberg Medeiros Damasceno. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: João, Capítulo 13, Versículos de 01 a 15. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Arthur Pinto Lessa Quadros, de autoria do Vereador João Siqueira Magalhães; 02) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Maria Aparecida Antunes de Souza, de autoria do Vereador João Siqueira Magalhães; 03) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Benemérito ao Sr. Guilherme Mercante, de autoria da Mesa Diretora; 04) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Idival Marchi, de autoria do Vereador Carlos Armando de Azevedo; 05) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Maria Helena Abreu de Oliveira, de autoria do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno; 06) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Edílson Almeida Gonçalves, de autoria do Vereador Carlos Magno da Silva Peres; 07) Ofício do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que Autoriza o Município de Miracema a participar do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Social Sustentável, Agronegócio, Agricultura Familiar, Pesca e Aquicultura da Zona da

Mata Leste Mineira e Noroeste Fluminense. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste Projeto de Lei; 08) Ofício nº 060/2013 PGM/PMM do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o Ofício PRES-DIPRA nº 102/2013 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, onde foi encaminhado uma via original do 1º Termo Aditivo de Convênio. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 09) Ofício PMM/SEFAZ nº 151/2013 do Sr. Prefeito Municipal encaminhando a Prestação de Contas da Administração Financeira referente ao Exercício de 2012; 10) Ofício PMM/SMAS – nº 017/13 da Secretaria de Promoção Social prestando alguns esclarecimentos; 11) Comunicado nº CM 017525/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 12) Ofício da Oi - CT/Oi/GCOU/12912/2013, prestando algumas informações. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Deputado Federal Glauber Braga - Solicitação no sentido de que envide esforços para que seja realizado no Município de Miracema o Projeto Emendas Participativas, para que a nossa população possa opinar nos assuntos que entende serem importantes para nossa Cidade. Aprovado. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente da Fundação da Criança e do Adolescente - Solicitação no sentido de que o Programa Jovens pela Paz retorne ao Município de Miracema, uma vez que o referido programa auxilia os jovens com deficiências. Aprovado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier antes de fazer seu requerimento esclareceu que não vem obtendo resposta dos requerimentos e vai buscar orientação com a Assessoria Jurídica de como proceder. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Ilma. Sra. Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa cópia das atas das reuniões realizadas durante a gestão anterior, entre os anos de 2009 a 2012. Aproveitamos a oportunidade para solicitar também a relação dos servidores, com suas respectivas funções, bem como, onde estão lotados (Colégios, Creches e Secretarias), com os respectivos valores que recebem pelo FUNDEB na atual gestão (janeiro a abril). Aprovado. 04) Vereador Carlos Armando de Azevedo - Ao Senador Dorneles - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de que seja doado ao Município de Miracema uma máquina niveladora (patrol) e uma máquina pá carregadeira. Tal solicitação se deve ao fato de que os veículos do Município se

encontram em situações precárias e não estão conseguindo atender a necessidade da população. Aprovado. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. O Vereador Hugo Fernandes disse que alguns requerimentos externos poderiam ser assinados por todos os Vereadores. 05) Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal -Solicitação com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizada a pavimentação do Bairro Sayonara, bem como a limpeza de todo o entorno. Ressalta-se que em períodos de chuvas, ocorrem diversos transtornos aos moradores do referido loteamento, bem como aos moradores da Avenida Eiras, que fica localizada na parte baixa da adjacência. Segue em anexo as fotos tiradas pelos moradores da localidade. Deferido. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. 06) Vereador Hugo Fernandes e Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza da Rua Miguel Bruno de Martino, bem como a mudança de toda a extensão da rede de esgoto da referida Rua. Cumpre ressaltar que tal pleito atenderá a solicitação dos moradores da localidade. 07) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Competente no sentido de que seja realizada a reforma do Matadouro Municipal, bem como um novo manilhamento do Esgoto na saída do curral, enquanto o novo matadouro não fica apto para o uso. Cumpre ressaltar que o pleito irá melhorar a qualidade do trabalho realizado naquele local. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado á Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Marco Moura para falar sobre o Conselho Municipal de Saúde. De início, esclareceu que os trabalhos do Conselho não devem ser confundidos com trabalhos políticos, sendo que uma das finalidades do Conselho é fiscalizar e aprovar as Contas da Secretaria de Saúde. Desse modo, esclareceu que as contas dos anos de 2009, 2010 e 2011 foram aprovadas, possuindo inclusive a documentação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Acrescentou que o Conselho de Saúde possui algumas novas atribuições, citando-as e esclarecendo que atualmente a Resolução que está em vigor a de nº 453. Continuando, o Sr. Marco Moura informou que as contas do ano de 2012 já foram discutidas, sendo que o déficit financeiro ficou em R$ 425.870,04. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que existe um comentário que o déficit da Saúde era mais de um milhão. O Sr. Marco Moura esclareceu que no final do ano foram realizados alguns pagamentos, sendo que a Secretária Saúde também recebeu uma

verba no valor de aproximadamente R$ 800.000,00 no final do ano. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se seria possível se o Conselho Municipal da Saúde pudesse encaminhar a esta Casa Legislativa a dívida real da Secretaria de Saúde, com o nome dos credores. O Sr. Marco Moura disse que isto é possível e fez a leitura da ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde que avalia a aprovação ou não das contas da Secretaria Municipal de Saúde, esclarecendo alguns pontos e acrescentando que os Conselheiros sabem quais são suas responsabilidades. O Vereador João Siqueira Magalhães parabenizou o trabalho realizado pelo Sr. Marco Moura, pelo Harley e por todos os Conselheiros, pois este é um trabalho voluntário, não remunerado e com muita responsabilidade. Acredita que os gestores devem tomar conhecimento da força que um Conselho possui. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo pediu ao Vereador Presidente Hugo Fernandes que cedesse a Câmara Municipal para que o Conselho de Saúde possa realizar suas reuniões, uma vez que existem algumas dificuldades em relação a este assunto. O Sr. Marco Moura esclareceu que está com dificuldades em conseguir um espaço físico para a realização das reuniões dos Conselhos, mas acredita que este problema logo será resolvido. O Vereador João Siqueira Magalhães acredita que o ideal seria que os todos os Conselhos conseguissem uma casa para que as reuniões pudessem ser realizadas sem este tipo de problema, demonstrando inclusive certa independência. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que coloca a Câmara Municipal e seu espaço físico a disposição de todos os Conselhos os Municipais para que possam ser feitas suas respectivas reuniões. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que muitas vezes os trabalhos dos Conselheiros não é reconhecido, sendo que ficou feliz com a prestação de contas apresentada. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Hugo Fernandes pediram ao Sr. Marco Moura uma cópia da ata lida. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a Saúde uma área muito difícil de ser administrada. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acredita que poderia ser feito um requerimento solicitando ao Poder Executivo um espaço para que as reuniões dos Conselhos possam ser realizadas sem nenhum problema. Continuando ao tempo destinado à Tribuna Livre. Também inscrito o jovem Pedro Henrique para falar sobre um Projeto para a Juventude sobre uma pista de bicicross. Com a palavra, Pedro Henrique, após cumprimentar todos os presentes, disse que já pratica o bicicross junto com sua

equipe desde 2003. Acrescentou que já participou de competições nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, esclarecendo que no Estado do Rio de Janeiro não existem muitas pistas de bicicross e, por isso, sua equipe vem lutando para que seja construída uma pista em Miracema. Esclareceu que o bicicross foi criado nos Estados Unidos, sendo que no Brasil o Estado de São Paulo é o local que apresenta os atletas de melhor nível nacional. Informou que no final do ano passado um representante de Miracema participou de uma corrida em São Paulo. Disse que atualmente o bicicross é considerado um esporte olímpico e a criação de uma pista em Miracema tem como objetivo utilizar o bicicross como uma forma de auxílio escolar e como uma ferramenta de inclusão social e integração familiar, sendo que possui alguns resultados sociais deste Projeto realizado num Município do Estado de São Paulo, onde mostra que o índice de aprovação dos jovens nas escolas aumentou e o comportamento familiar dos jovens melhorou. Acrescentou que possui um Projeto para a construção da pista de bicicross em Miracema. O Vereador Hugo Fernandes perguntou sobre a quantidade de pessoas que praticam bicicross em Miracema. Pedro Henrique disse que existem aproximadamente 15 pessoas que praticam este esporte, pois algumas estão desistindo. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que conforme já havia conversado anteriormente, percebe que os jovens precisam de um espaço para a construção da pista e que posteriormente eles iriam organizar a utilização da pista. Pedro Henrique disse que veio nesta Casa Legislativa pedir aos Vereadores para encaminhar um ofício ao Sr. Prefeito Municipal solicitando a construção da pista para a prática do bicicross. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou qual seria o cumprimento da pista. Pedro Henrique disse que a pista deveria ter no mínimo 370m. O Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que será feito uma solicitação em nome da Câmara Municipal no sentido de que seja estudada a possibilidade de construção de uma Pista de Bicicross de acordo com a sugestão do Projeto Futuros Campeões que segue em anexo. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. Pedro Henrique disse que como os jovens não possuem um local adequado para treinar fica muito difícil participar das competições no mesmo nível das outras pessoas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva perguntou se os jovens já observara algum local para que a pista pudesse ser construída. Pedro Henrique disse que havia pensado no campo próximo ao Carrapichão, mas foi informado que não lá podia ser

construído. Por isso, também pensou no terreno próximo ao novo cemitério. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o campo próximo ao Carrapichão faz parte do Polo Industrial, por isso a pista não poderia ser construída lá. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que acompanhou os jovens de Miracema na competição realizada em Muriaé e percebeu a diferença de equipamentos entre os miracemenses e os outros competidores. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença do Pedro Henrique nesta Casa Legislativa. Pedro Henrique agradeceu a atenção de todos os Vereadores. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 05 (cinco) Projetos de Resolução: **01)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Creusa de Oliveira Santos. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1088, de 04 de abril de 2013. **02)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Maria Aparecida Soares. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1089, de 04 de abril de 2013. **03)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Neres Ricardo de Sá. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1090, de 04 de abril de 2013. **04)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Fernando Martins Brandão. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1091, de 04 de abril de 2013. **05)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Gilberto Canedo e Cunha. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1092, de 04 de abril de 2013. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu que fosse encaminhado um ofício aos Diretores de Escolas, Secretário de Saúde e Secretário de Assistência Social informando os Vereadores membros da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social. Continuou dizendo que fez um requerimento ao Deputado Paulo Melo solicitando a construção de uma sede própria da Câmara Municipal, entretanto, na resposta lhe foi informado que este requerimento deveria ser feito através do Poder Executivo, pois existe uma contrapartida a ser oferecida pelo Município. Acrescentou que, em reuniões passadas, o Vereador Paulo Sérgio de

Azevedo trouxe um documento contendo as dívidas da Secretaria de Assistência Social. Dessa maneira, revendo a informação que lhe foi entregue constatou que no mês de dezembro, em todos os Programas da Secretaria, foi deixado saldo positivo nas contas dos programas. Assim, o que realmente ficou de dívida foi por falta de repasse do Prefeito Municipal, logo ficou muito feliz com estas informações. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que lamentavelmente ainda não conseguiu trazer as dívidas das outras Secretarias porque não está tendo facilidade em conseguir estas informações com os responsáveis. Esclareceu que vêm encontrando dificuldades em ter acesso as Secretarias Municipais, bem como que é de suma importância os Vereadores acompanharem os trabalhos das Secretarias. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que na última reunião apresentou algumas notas fiscais referentes à compra dos kits escolares. Esclareceu que infelizmente este fato apresentou uma repercussão rápida, uma vez que sua esposa foi comunicada que seria transferida de seu local de trabalho pela terceira vez. Acrescentou que fica muito triste com esta atitude, pois esta exercendo sua função de fiscalizador e sua esposa vem sofrendo as consequências, bem como que não vai ser através da intimidação que vai deixar de realiza seu trabalho. Esclareceu que ao procurar o Memorando de transferência com a Secretária de Educação, ele e sua esposa se surpreenderam, pois receberam a notícia de que o referido seria entregue pessoalmente pelo Sr. Prefeito Municipal. Com isso, quando sua esposa se encontrou com o Sr. Prefeito Municipal, perguntou o porquê de sua transferência e foi lhe respondido que era porque ela era esposa do Vereador. Por fim, disse que jamais vai denegrir a imagem de alguém, mas não vai para de exercer sua função de fiscalizador. Disse, ainda, que está com uma cópia do contrato da Empresa que realiza a coleta de lixo no Município de Miracema que contem os valores do acordo e analisará todo seu conteúdo. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que existem comentários de que os funcionários que trabalham na Usina de Reciclagem não possuem carteira assinada. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva cumprimentou o público presente e parabenizou o Vereador Fabrício de Sá Xavier por estar realizando sua função de fiscalizador. Continuou convidando os Vereadores para verificarem a real situação da Usina de Reciclagem, podendo ser inclusive realizado uma visita ao local. Acrescentou que os Vereadores devem realizar uma fiscalização nas obras inacabadas, devendo buscar a

resolução destes problemas. O Vereador Carlos Armando informou que está percebendo que o patrimônio público que foi feito pela metade está sendo deteriorado, pois estão sendo deixado de lado. Acrescentou que gostaria de participar desta fiscalização e que algumas construtoras não estão terminando seus serviços. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, em conjunto com o Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitaram Moção de Pesar para os familiares do Sr. Jardes Cordeiro, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que é solidário ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, pois as pessoas não deveriam misturar os assuntos. Acrescentou que sua esposa também é servidora pública e também está indignado com as atitudes narradas pelo Vereador Fabrício de Sá Xavier. Esclareceu que as obras inacabadas devem ser cobradas das empresas responsáveis. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que, enquanto a Firma Empreiteira não entregar as obras para a Prefeitura, ela não tem nenhum tipo de responsabilidade com as obras. Acrescentou que o Vereador Fabrício de Sá Xavier está fazendo um excelente papel de fiscalizador e que os documentos adquiridos devem ser encaminhados para todos os Vereadores. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acrescentou que o atual Prefeito Municipal deveria dar continuidade as obras inacabadas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que já conversou com o Sr. Prefeito Municipal sobre as obras inacabadas cobrando algum tipo de atitude. O Vereador Hugo Fernandes disse que fica mais difícil falar depois de todos os Vereadores. Continuou dizendo que acredita que uma parte dos Secretários ainda não entende qual é o trabalho dos Vereadores. Dessa maneira, informou que já conversou com o Sr. Prefeito Municipal e não vai admitir mais falta de respeito com nenhum Vereador. Concluindo, propôs para os Vereadores se organizarem para tomar algum tipo de providência sobre as obras inacabadas e sobre a real situação da Usina de Reciclagem. O Vereador João Siqueira Magalhães acredita que seja importante solicitar o que foi pago e o que não foi pago em relação as obras. O Vereador Hugo Fernandes disse que os Vereadores devem realizar a fiscalização das obras inacabadas, buscando esclarecer todos os fatos envolvendo as referidas. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 08/04/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente

Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 08 de abril de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número catorze, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Maria José Marques Barros Andrade, Gilson Teixeira Sales, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, a Sra. Presidente Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno ocupou a cadeira do 2º Secretário da Mesa Diretora. Foram registradas as ausências dos Vereadores: Hugo Fernandes, Genessi Rodrigues da Silva e Fabrício de Sá Xavier. Justificadas. Em seguida a Sra. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: João, Capítulo 20, Versículos de 01 à 10. Prosseguindo a Sra. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 006/2013 do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Miracema. A Sra. Presidente solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador; 02) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Maria Isabel de Miranda, de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo; 03) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Miqueias Cezar Peres, de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo; 04) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Luiz Cezar Gonçalves, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier 05) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Wilson Vial Filho, de autoria da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade; 06) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Paulo Perdigão, de autoria da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade; 07) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Ricardo de Souza Borges, de autoria da Mesa Diretora; 08) Ofício PMM/SMAS nº 102/13 da Secretaria Municipal de Assistência Social convidando os Vereadores para a Inauguração do Curso Artesanato

em Pedras que será realizada no dia 09/04/2013, às 09h no Galpão (antiga máquina de arroz); 09) Ofício PMM/SMAS nº 119/13 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando o Formulário do Cadastro Único – Bolsa Família e o Relatório do mês de março do corrente ano da Gestora do Bolsa Família. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o plantio de árvores nas ruas em que há falhas, tais como a Avenida Antônio Mendes Linhares, Deputado Luís Fernando Linhares, Cel. Josino e outras. Outrossim, solicitamos que seja realizado o tratamento das árvores regularmente observando os períodos de poda. Deferido. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu em Miracema aconteceu uma manifestação de plantio de árvores, entretanto está percebendo que elas acabaram ficando abandonadas, sendo que o tratamento e o acompanhamento destas árvores também devem ser feito. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acredita que no momento do plantio de uma árvore deveria ser entregue para a próxima residência um panfleto com os benefícios de se manter uma árvore naquele local. Esclarece que no período em que foi Prefeito Municipal ocorria muitos incêndios na área da antiga CERJ e, por isso, pediu uma autorização para que a Prefeitura fizesse uma arborização no local e não obteve resposta. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que o plantio de árvores até foi feito, mas elas não estão sendo cuidadas. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas ao Presidente da Exposição Agropecuária de Miracema no sentido de que envide esforços a fim de que seja proporcionado às crianças de até 15 (quinze) anos de idade um dia gratuito no Parque de Exposições. Deferido. 03) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Presidente do CEDERJ, Sr. Carlos Eduardo Bielschowsky - Solicitação no sentido de que seja estudada a com carinho a possibilidade de criação de um polo do CEDERJ no Município de Miracema, tendo em vista a grande quantidade de miracemenses que estudam nos polos das cidades de Itaperuna e Itaocara. Aprovado. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente da ALERJ, Deputado Paulo Melo - Solicitação no sentido de que envide esforços junto ao DER-RJ para que seja realizada a pavimentação da Rodovia que liga o Distrito de Paraíso do

Tobias (do Município de Miracema) ao Município de São José de Ubá-RJ. Ressaltamos que parte desta Rodovia já se encontra pavimentada e as obras de arte corrente e serviços de terraplanagem já foram realizadas. Por fim, esclarecemos que as obras irão beneficiar os Municípios, bem como o comércio e o escoamento das produções agrícolas. Aprovado. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. 05) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Presidente da PETROBRAS - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalada no Município de Miracema uma Usina de Asfalto nos mesmos moldes em que foi comtemplado o Município de São José do Vale do Rio Preto, sendo que o Município ficaria com a responsabilidade de dar prioridade aos insumos da fabricação do asfalto utilizado nas nossas estradas. Aprovado. 06) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Presidente da Associação de Estudantes Universitários de Miracema - Solicitação no sentido de que sejam informados os seguintes itens em relação aos ônibus universitários: a) a quantidade alunos que estudam em Itaperuna, quantos ônibus são utilizados para levá-los, qual é o valor da passagem por aluno e qual é a empresa responsável pelo transporte; b) a quantidade alunos que estudam em Santo Antônio de Pádua, quantos ônibus são utilizados para levá-los, qual é o valor da passagem por aluno e qual é a empresa responsável pelo transporte; c) se ainda está sendo realizado o transporte dos alunos que fazem o curso pré-vestibular no Município de Itaocara, e em caso positivo, qual é o valor da passagem por aluno e qual é a empresa responsável pelo transporte; d) se ainda está sendo realizado o transporte de volta dos alunos que residem no Distrito de Paraíso do Tobias, vez que existia um ônibus que ficava aguardando os estudantes e os levava para o Distrito às 23h30min. Aprovado. Concluindo, esclareceu que os alunos estão sendo impedidos de expressar sua opinião sobre a cobrança das passagens. O Vereador Gilson Teixeira Sales informou que o problema das abelhas no túmulo da família do Sr. Flávio Gama ainda não foi sanado, entretanto lhe foi garantido que hoje este problema estaria resolvido. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que o Vereador Fabrício de Sá Xavier foi ao local, entretanto ele foi impedido de tomar alguma providência. O Vereador Gilson Teixeira Sales pediu para que os Vereadores tentassem resolver este problema. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que esteve com o Secretário Peterson e ele lhe informou que é preciso uma autorização da família que possui o

túmulo. Desse modo, a Vereadora Presidente solicitou um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal com vistas a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil no sentido de que sejam tomadas providências urgentes a fim de sanar o problema com a colmeia de abelhas no Cemitério Municipal, uma vez que elas trazem diversos riscos para as pessoas. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para: 01) os familiares do Sr. Jorge Lucas Machado Campos, em razão de seu falecimento; 02) os familiares do Sr. Elson da Silva Barros, em razão de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Maurício Monteiro para falar sobre o Lago Seco do Bairro Hospital. Com a palavra o Dr. Maurício Monteiro esclareceu que o lago seco do Bairro Hospital está em uma situação muito crítica, assim, gostaria de passar a palavra para o Dr. Carlos Sérgio Barbuto, também inscrito na Tribuna Livre. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que a rede de esgotos que está despejando no lago seco está toda quebrada. O Dr. Carlos Sérgio Barbuto disse que veio nesta casa como um cidadão, pois foi pessoalmente verificar o problema com o lago seco. Esclareceu que o terreno foi se encharcando por causa de um simples vazamento, com isso acabou sendo formado dois lagos, um na parte superior e outro na parte inferior do lago seco. Acrescentou que o Sr. Prefeito Municipal desentupiu o canal de saída principal do lago seco, entretanto, o problema principal, que é a rede de esgotos, não foi resolvido. Disse que veio aqui hoje para pedir uma solução para o problema e não para criticar ninguém, assim queira a ajuda da Câmara Municipal para que fosse encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal um requerimento para que este problema seja resolvido. A Sra. Presidente solicitou um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal, com vistas a Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Obras e Urbanismo, no sentido de que sejam tomadas providências urgentes a fim de resolver o problema do Lago Seco do Hospital de maneira mais rápida possível. Outrossim, encaminhamos em anexo as fotos do local. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. O Vereador João Siqueira Magalhães acrescentou que poderia ser feito um estudo com a colocação de uma fossa filtro na parte de cima da rede de esgotos, assim a água desceria limpa para o lago. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a rede de esgotos deveriam ser consertada da forma mais rápida possível. O Vereador Gutemberg Medeiros

Damasceno esclareceu que o lago seco foi feito para receber o esgoto e as águas de chuva para que não houvesse risco de enchente na Rua Melchíades Picanço. Acrescentou que a falta de manutenção do lago seco, que não vem ocorrendo há muito tempo, ocasionou seu assoreamento e os problemas que estão acontecendo atualmente, sendo que o terreno do local pertencia ao Hospital e foi cedido gratuitamente. Disse que a troca de manilhas pode ser feito facilmente, esclarecendo que este problema é muito grave. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que sempre vem tendo problemas com o atendimento aos pedidos dos Vereadores e isto lhe deixa muito triste, entretanto, vai conversar com o Sr. Prefeito Municipal sobre este problema e vai fazer o possível para tentar resolvê-lo. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que depois da criação da barragem seca os problemas com enchente da Rua Melchíades Picanço foram resolvidos. Acrescentou que já procurou o atual Secretário de Obras e ele lhe informou que o problema começou no governo passado, entretanto ele iria estudar prováveis soluções para o problema. Disse que se a barragem seca acabar, o problema de enchentes na Rua Melchíades Picanço vai retornar. Por fim, disse que já fez o pedido para que esta obra fosse feita e ainda não obteve resposta. O Dr. Carlos Sérgio disse que não vai parar de denunciar esta situação enquanto o problema não for resolvido, esclarecendo que não busca ofender nenhuma pessoa. Por fim, disse que a situação do lago seco está muito ruim e as pessoas responsáveis devem comparecer no local e resolver o problema. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que através das fotos observadas não existe mais um lago seco. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade acredita que o pedido do Dr. Carlos Sérgio Barbuto será resolvido logo, pois possui notícias que virá uma equipe técnica ao Município de Miracema para estudar o caso. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Explicações Pessoais. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres disse que disse que na próxima semana estará reunido com o Deputado Federal Glauber Braga para tratar de benefícios para o Município de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que ficou muito feliz quando o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno falou sobre o plantio de árvores, pois o Município de Miracema está em primeiro lugar na preservação da Mata Atlântica, esclarecendo que o não houve nenhum investimento do Município, uma vez que os proprietários da Zona Rural não realizam mais nenhum tipo de plantio. Acrescentou

que, se por um lado ficou feliz, por outro também ficou triste, pois vê que a Zona Rural está abandonada. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acrescentou que foi abordado por um cidadão porque sua neta recém nascida estava internada no Município de Campos dos Goytacazes e sua filha precisava de um transporte para aquele Município, por isso procurou o Secretário de Saúde e conseguiu resolver este problema através do diálogo. Agradecendo a presença de todos a Sra. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 11/04/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 11 de abril de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número quinze, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Fabrício de Sá Xavier. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 4, Versículos de 01 a 08. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Alceu José Abreu, de autoria da Mesa Diretora; 02) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Márcio Pacheco, de autoria do Vereador Genessi Rodrigues da Silva; 03) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Adilson Faria de Souza, de autoria do Vereador Genessi Rodrigues da Silva; 04) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Hilda Araújo, de autoria da Mesa Diretora; 05) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Fernando Henrique Moreno Gonçalves, de autoria da Mesa Diretora; 06) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Janette Montigio de Carvalho, de autoria do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno; 07) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Jorge Joukhadar, de autoria do Vereador Gilson Teixeira Sales; 08) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Paulo Cesar de Almeida Pinto, de autoria do Vereador Gilson Teixeira Sales; 09) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Christino Áureo da Silva, de autoria da Mesa Diretora; 10) Projeto de Resolução que concede o Título de Personalidade Ano ao Sr. Raphael

Tostes Padilha Moreira Pinto, de autoria da Mesa Diretora; 11) Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Jovem Talento ao Sr. Dyego Oliveira da Silva, de autoria da Mesa Diretora; 12) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Sandro Marcio Rosa de Souza, de autoria da Mesa Diretora; 13) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Geraldo Steinthal Tepedino, de autoria do Vereador Carlos Armando de Azevedo; 14) Ofício do Gabinete do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo indicando o Sr. Orlando Mercante para receber um Diploma de Honra ao Mérito; 15) Projeto de Lei que dá nome de Antônio Calor a uma Rua Município de Miracema, de autoria do Vereador Carlos Magno da Silva Peres; 16) Convite para a Palestra Microempreendedor Individual, que será realizada no dia 16 de abril de 2013, às 19 horas, no auditório do Centro Cultural Melchíades Cardoso. 17) Ofício nº 008/2013 do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Miracema. Os Vereadores Gilson Teixeira Sales, Maurício Sant'Ana Soares e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 18) Comunicado Nº CM0231114/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 19) Ofício PMM/SMAS nº 131/13 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando o demonstrativo financeiro da Secretaria de Assistência Social de Janeiro a Março de 2013. Os Vereadores Gilson Teixeira Sales, Maurício Sant'Ana Soares e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 20) Projeto de Lei que dispões sobre a Jornada de Trabalho dos Semanal dos Médicos, nutricionistas, Fisioterapeutas, Enfermeiros, Psicólogos, Biólogos, Químicos, Veterinários, Engenheiros Sanitaristas, Etc, fixando em 20 horas a carga horária dos profissionais de saúde da Administração Pública. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizada a construção de galerias de águas pluviais na Rua Berto Barros, pois a referida rua já se encontra asfaltada e a não construção das galerias está ocasionando deterioração do asfalto e formação de lama na rua. Deferido. 02) Vereadora Carlos Magno da Silva Peres - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja efetuada a pavimentação da Rua Projetada situada abaixo da RJ 200, no Bairro Beverly. Ressaltamos que o atendimento do pleito beneficiará o anseio

daquela localidade de residir em um bairro com uma melhor estrutura. Deferido. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente da Regional da CONAB - Solicitação no sentido de que seja encaminhado à Câmara Municipal de Miracema os prospectos do Projeto Familiar que comtempla as famílias e as instituições. Aprovado. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Secretario Estadual de Obras, Sr. Pezão - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja viabilizada a construção de uma Quadra Esportiva no Bairro Pontilhão do Rosa, unindo a Vila Eiras, o Bertho Barros e o loteamento Selvo Leite. Tal solicitação se deve ao fato de que 1/3 (um terço) da população de Miracema reside na referida região. Aprovado. 05) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Conselho Municipal de Assistência Social - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se o Conselho Municipal de Assistência Social está ciente da contratação de pessoas através de Empresas terceirizadas para a área de Assistência Social. Ademais, em caso positivo, solicito que seja encaminhada cópia das atas de aprovação. Aprovado. 06) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Conselho Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se o Conselho Municipal de Saúde está ciente da contratação de pessoas através de Empresas terceirizadas para a área de Saúde. Ademais, em caso positivo, solicito que seja encaminhada cópia das atas de aprovação. Aprovado. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao FUNDEB - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se o FUNDEB está ciente da contratação de pessoas através de Empresas terceirizadas para a área de Educação. Ademais, em caso positivo, solicito que seja encaminhada cópia das atas de aprovação. Aprovado. 08) O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Ademazinho (Vereador de Laje do Muriaé), em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Diretor da AMPLA - Solicitação no sentido de que seja providenciada a poda de uma árvore localizada na Rua Vander Gama, em frente ao número 74. Ressaltamos que tal solicitação está sendo direcionada para esta Empresa, tendo em vista que existe uma fiação de luz desencapada, o que inviabiliza a realização da poda pelo Município. Aprovado. 10) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente no sentido de que seja realizada a reciclagem das carcaças de computadores,

transformando-as em Lixeiras, conforme fotografia em anexo. 11) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas à Secretaria Municipal de Governo no sentido de que seja providenciada a entrega das correspondências no Bairro Carrapichão. 12) Vereador Hugo Fernandes - Ao Gerente do Banco do Bradesco - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de providenciar cadeiras para os clientes que esperam atendimento para os caixas, bem como a disponibilização de senhas para o referido atendimento. Aprovado. 13) Vereador Hugo Fernandes - Ao Gerente do Banco Itaú - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de providenciar cadeiras para os clientes que esperam atendimento para os caixas, bem como a disponibilização de senhas para o referido atendimento. Aprovado. 14) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de ser criado no Município de Miracema o Anteprojeto de Lei sobre a Política Infanto Juvenil, Acolhendo a Deliberação nº 139 do COMANDA e Lei nº 12696/2012. Segue em anexo a sugestão do Anteprojeto de Lei. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 05 (cinco) Projetos de Lei e 12 (doze) Projetos de Resolução: **01)** Projeto de Lei que altera o artigo 52 da Lei nº 798/99 II da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário revogando os incisos I e II do Parágrafo Único do Artigo 1º da Lei nº 1362/11, acrescentando no mesmo dispositivo novo organograma da Secretaria, criando os departamentos de agropecuária e Departamento de Engenharia Rural acrescentando ao anexo I - Quadro de Provimento em comissão - Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando cargos de Diretor de Departamento Agropecuário, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2, e Diretor de Departamento de Engenharia Rural, Grupo de Chefia ch-01, Símbolo de Vencimento CC2. Autoria: Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado com três votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Maurício Sant'Ana Soares, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. **02)** Projeto de Lei que o acrescenta alterando o Artigo 52 da Lei nº 798/99, item 7 da Secretaria Municipal de Saúde, criando o Departamento de Administração de Recursos da Saúde.... Autoria: Sr. Prefeito

Municipal. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que lamentavelmente a Câmara Municipal está sendo conivente com o Poder Executivo na criação destes cargos, esclarecendo que o Município sofrerá as consequências da criação destes cargos. O Vereador João Siquera Magalhães disse que não concorda com a criação excessiva de cargos, pois o Município está desvalorizando seus funcionários ao confiar os cargos de comissão a pessoas que não foram aprovadas em Concurso Público. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado com três votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Maurício Sant'Ana Soares, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. **03)** Projeto de Lei que extingue, altera e acrescenta o anexo IV (Quadro da Escola) da Lei nº 813/99 e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **04)** Projeto de Lei que Institui o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura familiar no Município de Miracema. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Presidente Hugo Fernandes fez a leitura dos pareceres do referido Projeto de Lei. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **05)** Projeto de Lei que Autoriza o Município de Miracema a participar de Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Social Sustentavel, Agronegocio, Agricultura Familiar, Pesca e Aquicultura da Zona da Mata Leste Mineira e Noroeste Fluminense - CONIDS, ratificando o Protocolo de intenções que entre si celebraram diversos Municípios. Autoria: Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **06)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Benemérito ao Sr. Guilherme Mercante. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.093, de 11 de abril de 2013. **07)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Idival Marchi. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.094, de 11 de abril de 2013. **08)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Artur Pinto Lessa Quadros. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.095, de 11 de abril de 2013. **09)** Projeto de Resolução que Concede o

Título de Cidadã Miracemense à Sra. Maria Aparecida Antunes de Souza. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.096, de 11 de abril de 2013. **10)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Edilson Almeida Gonçalves. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.097, de 11 de abril de 2013. **11)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Ricardo Souza Borges. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.098, de 11 de abril de 2013. **12)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Paulo Perdigão. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.099, de 11 de abril de 2013. **13)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Wilson Vial Filho. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.100, de 11 de abril de 2013. **14)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Miqueias Cezar Peres. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.101, de 11 de abril de 2013. **15)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Maria Isabel de Miranda Galindo. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.102, de 11 de abril de 2013. **16)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Maria Helena Abreu de Oliveira. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.103, de 11 de abril de 2013. **17)** Projeto de Resolução que Regulamenta o Procedimento de acesso a informações previstos nos artigos 5º, XXXIII e 216 § 2º da Constituição da República e na Lei Federal nº 12527, de 18/11/2011. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.104, de 11 de abril de 2013. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que é dever do cidadão e do eleitor acompanhar os trabalhos da Câmara Municipal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que existe uma Lei Municipal que concede

isenção de IPTU a algumas pessoas que se enquadram nos requisitos, por isso gostaria de que os Vereadores comunicassem a população através da rádio que procurem o setor competente para que solicitem a isenção do IPTU. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que muitas pessoas estão sendo acionadas judicialmente para efetuar o pagamento do IPTU. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva justificou sua ausência na reunião anterior, pois participou de uma audiência com a Direção do DER Estadual e obtiveram êxito no atendimento de alguns requerimentos feitos pelos Vereadores, sendo que o Município de Miracema passará a contar com a realização de provas teóricas para a obtenção das carteiras de habilitação. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para: 01) o Delegado Felipe Poeys pelo êxito na Operação Presídio S/A; 02) o Tenente Coronel Borges pelo êxito na Operação Presídio S/A; 03) o Secretário Municipal de Saúde, Sr. Alexandre Santos, pelo excelente trabalho desempenhado frente a Secretaria de Saúde. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Por fim, disse que viu uma notícia no site da Globo.com que o Município de Miracema irá ganhar uma unidade de implantação para melhorar a qualidade do alimento utilizados nos rebanhos de gado. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 15/04/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 15 de abril de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número dezesseis, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 6, Versículos de 01 a 10. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente respondendo ofício nº 0031/2013 prestando informações sobre a coleta e reciclagem do lixo no Município de Miracema. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 02) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Luiz Otavio Barion, de autoria da Mesa Diretora; 03) Ofício Circular nº 002/2013 da Câmara Municipal de Itaperuna convidando para a Sessão especial que será realizada no dia 17 de abril de 2013, às 19h. 04) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Luiz Gonzaga Godinho Nunes, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier; 05) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Celso Fernandes de Oliveira, de autoria da Mesa Diretora; 06) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Júlio Silva Santos, de autoria da Mesa Diretora; 07) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Margareth Dutra da Rocha, de autoria do Vereador Genessi Rodrigues da Silva; 08) Ofício do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias. A seguir o Sr. Presidente

passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Ilmo. Sr. Secretário de Segurança do Estado - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja construída no Município de Miracema uma sede para a Policia Militar do Município de Miracema, tendo em vista que a atual sede fica localizada na parte de baixo de um palco de festa, no Parque de Exposições. Aprovado. 02) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - À Direção das Empresas de Linhas de Ônibus da Rodoviária de Miracema - Solicitação no sentido de que seja providenciado em local visível da rodoviária, um painel indicando os horários de saídas de suas respectivas linhas de ônibus. Ressaltamos que tal solicitação vem atender o anseio da comunidade que necessita do referido transporte. Aprovado. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja construída uma guarita de ônibus na Praça que fica localizada no entroncamento entre as Ruas Santo Antônio e Rua do Café, conhecida como Praça dos Boêmios. Deferido. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente do DER-RJ, Dr. Henrique Alberto Santos Ribeiro - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam construídas 02 (duas) ciclovias na RJ 116, nos trechos correspondentes entre o CIEP e a Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) e entre a Avenida Nilo Peçanha e o Campestre, nos mesmos moldes da existente na Região dos Lagos, objetivando maior segurança. Aprovado. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente do DER-RJ, Dr. Henrique Alberto Santos Ribeiro - Solicitação no sentido de que seja realizada a instalação de um Guard Rail na RJ 116, próximo ao Fórum de Miracema (e em frente à oficina do Roque), tendo em vista que local está gerando grande perigo para os pedestres que transitam lá. Aprovado. 06) O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Parabéns ao Sr. Renan Catharina Tinoco, pelos seus 50 anos deformado e 30 anos na Presidência do Hospital São José do Avaí. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 18 (dezoito) Projetos de Resolução e 01 (um) Projeto de Decreto Legislativo: **01)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania à Sra. Janette Montigio de Carvalho. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.105, de 15 de abril de 2013. **02)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao

Sr. Alceu José Abreu. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.106, de 15 de abril de 2013. **03)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Sandro Márcio Rosa de Souza. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.107, de 15 de abril de 2013. **04)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Personalidade do Ano ao Sr. Raphael Tostes Padilha Moreira Pinto. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.108, de 15 de abril de 2013. **05)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Márcio Pacheco. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.109, de 15 de abril de 2013. **06)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Paulo Cesar de Almeida Pinto. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.110, de 15 de abril de 2013. **07)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania à Sra. Hilda Araújo. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.111, de 15 de abril de 2013. **08)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Fernando Henrique Moreno Gonçalves. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.112, de 15 de abril de 2013. **09)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Jorge Joukhadar. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.113, de 15 de abril de 2013. **10)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Christino Áureo da Silva. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.114, de 15 de abril de 2013. **11)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Adilson Faria de Souza. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.115, de 15 de abril de 2013. **12)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Geraldo Steinthal Tepedino. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.116, de 15 de abril de 2013. **13)** Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Jovem Talento a Dyego Oliveira da Silva. Em

primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 69, de 15 de abril de 2013. **14)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Luiz Cezar Gonçalves. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.117, de 15 de abril de 2013. **15)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Luiz Otávio Barion Heckmaier. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.118, de 15 de abril de 2013. **16)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Luiz Gonzaga Godinho Nunes. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.119, de 15 de abril de 2013. **17)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania à Sra. Margareth Dutra da Rocha. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.120, de 15 de abril de 2013. **18)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Celso Fernandes de Oliveira. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.121, de 15 de abril de 2013. **19)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Júlio Silva Santos. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.122, de 15 de abril de 2013. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que o Vereador Líder do Governo marcou uma reunião com o Sr. Prefeito Municipal para ele poder apresentar o Projeto de instalação do cinema no nosso Município, esclarecendo que se o Clube XV precisaria ceder o espaço do antigo cinema para a Prefeitura Municipal e a Prefeitura daria a contra partida necessária ao Governo do Estado. Dessa forma, precisamos consultar o Prefeito Municipal para ver se ele concorda com os termos do convênio. Acrescentou que não está entendendo o motivo pelo qual o Secretário Municipal de Assistência Social pediu para que as imagens de Jesus Cristo e dos Santos fossem retiradas das repartições em que a Secretaria de Assistência Social funciona, pois acredita que isto é um desrespeito a Igreja Católica. Disse espera que o Secretário reveja sua atitude, pois já aconteceu um erro na Câmara Municipal, onde um Vereador pediu para que a imagem de Nossa Senhora fosse retirada. O Vereador Hugo Fernandes disse que

também ficou sabendo sobre este assunto e ficou perplexo com esta atitude, entretanto esta situação foi um caso específico do Centro de Convivência, por isso já conversou sobre este assunto com o Secretário e acredita que isto tenha sido solucionado. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Pesar o Sr. José Luiz e seus familiares em razão do falecimento de sua esposa. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador parabenizou a população de Areias, pela realização de uma partida de futebol naquela comunidade. Acrescentou que vem conversando com o Secretário de Assistência Social desde o início do Governo sobre o problema com as imagens e parece que esta situação ainda não foi resolvida. A Veadora Maria José Marques Barros Andrade cumprimentou todos os presentes e lembrou todos que já começou a Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe. O Vereador Siqueira Magalhães cumprimentou o Vereador de Itaocara presente no Plenário e disse que concorda com as palavras do Vereador Gutemberg em relação à situação descrita com o Secretário de Assistência Social. Dessa forma, acredita que se ele quiser agradar a população que pratica sua religião, ele deveria fazer um sermão bonito em seu culto. Esclareceu que um Presidente da Câmara Municipal queria tirar a imagem de Nossa Senhora da Câmara de Vereadores. Acrescentou que não é possível as pessoas tentarem impor sua vontade aos outros, assim acredita que deveria ser feita uma Comissão de Vereadores para poder conversar com o Secretário e explicar a situação já ocorrida na Câmara Municipal. Por fim, disse que viu uma reportagem onde a Sra. Presidente Dilma está doando máquinas retroescavadeiras e niveladoras a alguns Municípios, por isso, gostaria que a Câmara solicitasse a Presidente da República que fosse efetuada a doação destes veículos para o nosso Município. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Pedro Henrique, em razão do falecimento de seu pai. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuou dizendo que nós estamos em um País democrático e todas as religiões devem ser respeitadas. Parabenizou o Sr. Sardela pela distribuição de um folhetim, orientando a comunidade de como deve ser feito o combate a dengue. Por fim, esclareceu que não está aqui para discutir com o Prefeito Municipal, mas quer cumprir suas funções como Vereador, pois atualmente a classe política está muito denegrida e precisa resgatar sua dignidade. O Vereador Carlos Armando de Azevedo cumprimentou o Vereador de Itaocara, esclarecendo que

existe uma necessidade que as Câmaras Municipais vizinhas se relacionem, pois a nossa Região precisa se unir para se desenvolver. Acrescentou que o trabalho feito pelo Sr. Sardela foi muito importante, sendo que a educação é a principal atitude a ser tomada no combate a dengue, pois se cada pessoa fizesse sua parte o problema já estaria resolvido, sendo que seria interessante a realização de um mutirão de limpeza no combate a dengue. Por fim, o Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Maria Aparecida Raimunda, em razão de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que o Vereador Janderson, do Município de Itaocara, já foi seu aluno e uma vez lhe perguntou se deveria ou não ser candidato a Vereador, sendo que o aconselhou a se candidatar. Acrescentou que quando começou a realizar sua campanha política decidiu se afastar da Igreja que frequentava, pois acredita que política e religião não devem se misturar. Esclareceu que a atitude do Secretário Municipal de Assistência Social deve ter sido isolada, pois em local de trabalho ele deveria se ater a exercer sua função de Secretário, sendo que no Brasil é preciso que as pessoas respeitem todas as religiões. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que neste momento, onde o novo Papa está pregando a unidade, o Pastor está tentando crias uma situação de divisão, acreditando que ele deveria ficar preocupado com os problemas do Município. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que é preciso ver o contexto no qual a situação aconteceu e dar a oportunidade ao Secretário de apresentar as devidas explicações. Por fim, disse que respeita todas as religiões. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que a Câmara Municipal está muito feliz com a visita do Vereador de Itaocara. Continuou dizendo que acredita que a atitude do Secretário Municipal foi por vaidade, sendo que ficou sabendo que este fato teria acontecido no começo do Governo, acreditando que já tinha sido resolvido. Dessa forma, disse que os Vereadores deveriam tomar uma decisão para que, no caso deste fato ter voltado a acontecer, tomar alguma atitude. Por fim, sugeriu ao Sr. Sardela que distribua panfleto em todo o Município de Miracema, assim todas as pessoas poderão ajudar no combate a dengue. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes solicitaram Moção de Agradecimento para: 01) Dr. Henrique (Presidente do DER); 02) José Wilen (Diretor do DER do Estado); 03) Dr. Maurício (Engenheiro do DER de Miracema); pelo pronto atendimento das solicitações dos Vereadores. O

Vereador Hugo Fernandes pediu para os Vereadores terminarem de trazer os nomes das pessoas a serem Homenageados na Sessão Solene. Continuou pedindo para os Vereadores informarem quando cancelarem alguma viagem agenda, pois assim o carro ficaria a disposição para outros trabalhos. Acrescentou que hoje fotografou todas as obras inacabadas no Município de Miracema e percebeu um grande descaso com o dinheiro público, por isso encaminhará estas fotos para todos os órgãos competentes para que possam ser apurados os motivos da não conclusão das obras. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu que o Presidente solicitasse aos órgãos inerentes, tais como Caixa Econômica e outros, que informassem de quem é a responsabilidade pela conclusão das obras. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Alexsandro da Silva pelo trabalho voluntário que ele vem realizando no Campo de Aviação. Os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva e Maria José Marques Barros Andrade irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 18/04/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 18 de abril de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número dezessete, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Armando de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: João, Capítulo 12, Versículos de 01 à 11. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Marcos Francisco Fonseca Alvim, de autoria da Mesa Diretora; 02) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Giovanni Amaral de Oliveira, de autoria da Mesa Diretora; 03) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Gilberto José da Silva, de autoria da Mesa Diretora; 04) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Geraldo Ferreira do Vale, de autoria da Mesa Diretora; 05) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Marco Antônio Caviare Andrade; 06) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Dilma Alves; 07) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. André Nascimento Monteiro; 08) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Felipe dos Santos Peixoto; 09) Edital de Convocação para a Assembleia Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema/RJ, que será realizada no dia 25/04/2013, às 18 horas; 10) Ofício INEA/PRES nº 657 de 2013 do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), respondendo ofício nº. 0425/2010 sobre o desassoreamento do Ribeirão Santo Antônio; 11) Ofício RH 017/13 da CAPPS

referente a folha de pagamento dos aposentados; 12) Convite do Instituto Capacitar para o 602º Encontro Nacional de Vereadores, Prefeitos, Secretários Municipais, Assessores e Servidores; 13) Ofício Nr 17 – TG do Tiro de Guerra 01-009 convidando os Vereadores para a solenidade de Incorporação dos Atiradores da Turma/2013, que será realizada no dia 19/04/2013, ás 08:00 horas, na sede do Tiro de Guerra; 14) Cartilha "Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010" do Conselho Nacional da Juventude. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Diretor Geral do INEPAC, Sr. Paulo Eduardo - Tomamos conhecimento e após apurarmos a veracidade dos fatos, comunicamos a v. Exa. o seguinte: A Sociedade Musical 07 de Setembro, que á patrimônio de nossa comunidade – é centenária – tem sua sede á Rua Francisco Procópio, em edificação tombada pelo INEPAC. O Presidente da Sociedade comunicou verbalmente aos músicos que alugara a parte de baixo, mas não receberiam enquanto uma obra não fosse feita. Ocorre, Sr. Presidente que a edificação além de fazer parte do centro histórico desta cidade não tem como suportar uma obra que não foi comunicada à Prefeitura, como também não possui até o presente momento nenhum parecer do Conselho Fiscal da Sociedade. No ano de 2012, através de Recursos da Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, a Sociedade Musical recebeu verba e sofreu uma reforma. A comunidade está perplexa com o uso indevido, sem nenhuma documentação promovida pelo Presidente atual. Solicitamos de V. Exa. que se digne a analisar os fatos e nos informe que providências tomar como representantes do povo que somos. Aprovado. 02) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Presidente da Sociedade Musical 07 de Setembro - Solicitação no sentido de que V. Sa. seja convidado a comparecer em Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores para nos informar, com relação a obra que está sendo realizada no prédio da Sociedade Musical, que é tombado pelo INEPAC, esclarecendo as seguintes questões: 1 – Existe um projeto de obra com assinatura de engenheiro responsável? 2 – Existe Alvará da Prefeitura Municipal autorizando a obra? 3 – Onde se encontra a placa com os dados do engenheiro responsável, que não está afixada no local? 4 – Foram realizados os pagamentos das taxas á Prefeitura, ao INSS e ao CREA? 5 – Foi dado ciência ao INEPAC desta obra no prédio da Sociedade Musical? 6 – Foi

realizada uma Assembleia Geral da Sociedade Musical para tomar conhecimento e aprovar a execução desta obra? 7 – É verdadeira a notícia de que a obra é para um supermercado funcionar no local? Por fim, esclareço que caso V. Sa. Não deseje comparecer à Câmara de Vereadores, que nos envie as respostas destes questionamentos por escrito. Aprovado. 03) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se a Prefeitura Municipal de Miracema possui conhecimento da obra que está realizada no prédio da Sociedade Musical 07 de Setembro, bem como se já foi concedida autorização para sua realização. Deferido. 04) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Secretário Estadual de Saúde do Estado do Rio e Janeiro - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de se construir um Hospital especializado no atendimento infantil, na Região Noroeste Fluminense, tendo em vista que este serviço não existe em nosso regional. Esclareço que, no caso de atendimento do pleito, o Município de Miracema oferecerá, através do Poder Executivo, um terreno para a construção do referido nosocômio. Aprovado. 05) Vereador João Siqueira Magalhães - À Caixa Econômica Federal - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa informações sobre a construção do Conjunto Habitacional do Carrapichão, bem como sobre o Programa “Minha casa minha vida”, esclarecendo quem é o atual responsável pela conclusão das obras. Aprovado. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que após o recebimento dos documentos solicitados buscará encontrar uma solução para este problema, pois diversas pessoas estão sofrendo com isso. O Vereador Maurício Sant’Ana Soares esclareceu que após os documentos em mãos poderia ser aberta uma sindicância para que os fatos sejam esclarecidos. O Vereador Hugo Fernandes acrescentou que os Vereadores devem juntar todos os documentos pertinentes e esclarecer quem são os verdadeiros responsáveis pelos abandonos das obras. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Procuradoria Geral do Município no sentido de que sejam esclarecidas as seguintes informações: a) qual o número do processo administrativo que gerou a contratação da Empresa responsável pela coleta do lixo domiciliar; b) qual o número do empenho prévio obrigatório que gerou a contratação; c) que sejam encaminhadas cópias

integrais dos referidos Processos, todos relacionados a contratação da Empresa responsável pela coleta do lixo domiciliar do Município. Deferido. 07) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Educação no sentido de que sejam esclarecidas as seguintes informações: a) a relação de professores, cantineiros, auxiliares de serviços gerais e vigias contratados, bem como suas respectivas lotação, turno e turma; b) a forma de contratação das pessoas mencionadas no item anterior (através de Empresas ou diretamente pela Prefeitura Municipal); c) se houve alguma compra de pneus, informando qual o valor e a modalidade da compra, encaminhado a cópia integral do respectivo Processo Administrativo. Deferido. 08) Vereador Carlos Armando de Azevedo - Ao Comandante do Tiro de Guerra e Ao Comandante das Forças Armadas do Brasil - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja colocado na Praça do Distrito de Paraíso do Tobias um monumento em homenagem ao Exército Brasileiro. 09) Vereador Carlos Armando de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que nomeie as pessoas que foram aprovadas no Concurso Público para exercer o cargo de Operador de Máquinas Pesadas para exercerem suas funções. Deferido. 10) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Exmo. Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de estender para o Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Mutirão Ortopédico, tendo em vista que existe um grande número de pessoas necessitando de intervenções cirúrgicas, inclusive no Município de Miracema. Aprovado. 11) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente no sentido de que seja realizado o corte nas árvores do campo de futebol do Distrito de Paraíso dos Tobias, tendo em vista que as referidas estão ocasionando transtornos para os moradores. Deferido. 12) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente no sentido de que sejam efetuadas as seguintes ações em prol do distrito de Paraíso do Tobias: a) melhoria nas estradas vicinais, para atender os produtores rurais de nossa municipalidade; b) limpeza do valão; c) limpeza do terreno do Sr. Pascotto, ao lado da Casa nº 42, pois existe mato alto e foco de dengue. A denúncia foi feita pela Sra. Norma Chacour; d) o corte de um grande bambuzal na Rua Homem da Costa, em

frente ao Bar do Enildo; e) o corte de uma árvore no Morro do Operário, na casa do Sr. Dunga; f) a retirada de um coqueiro na casa da Sra. Sandra, na Rua Plácido Barros; g) o corte de uma árvore na Rua José Homem da Costa, nº 42. 13) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Promoção Social no sentido de que sejam efetuadas as seguintes ações em prol do distrito de Paraíso do Tobias: a) que seja estudada a possibilidade de ser criado um CRAS no Distrito de Paraíso do Tobias; b) providenciar aulas de dança e capoeira no Pró-Jovem; c) providenciar a gratuidade do ônibus para que os universitários de Paraíso do Tobias possam ser comtemplados. 14) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Educação no sentido de que sejam efetuadas as seguintes ações em prol do distrito de Paraíso do Tobias: a) a inclusão de uma Escola de Música; b) a realização de futsal, vôlei e basquete na quadra Municipal, para atender os jovens; c) a realização de palestras preventiva contra a drogas e prostituição infantil nas Escolas Municipais. 15) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que sejam efetuadas as seguintes ações em prol do distrito de Paraíso do Tobias: a) reforma no calçamento no Morro dos Operários; b) providenciar a iluminação da Praça Jacinto Lucas e no Morro dos Operários; c) providenciar portões na quadra, bem como traves; d) um portão de emergência, para atender a solicitação dos Bombeiros, bem como a construção de um banheiro feminino; e) lavar o coreto no mínimo uma vez por semana, tendo em vista que o local está sórdido; f) realização de limpeza diária do banheiro público situado na entrada de Paraíso do Tobias; g) a pavimentação da Rua Luis Llanes; h) providenciar que seja tampado um buraco na rua lateral do cemitério, que tem ocasionado perigo a população. 16) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Segurança Pública no sentido de que seja providenciada uma guarnição da Guarda Municipal para ficar 24 horas no Distrito de Paraíso do Tobias. 17) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Saúde no sentido de que sejam efetuadas as seguintes ações em prol do distrito de Paraíso do Tobias: a) disponibilização de um pediatra para atender as crianças, ao menos uma vez por semana; b) tratamento específico com dependentes químicos, tendo em vista o grande

índice de alcoólatras no Distrito de Paraíso do Tobias; c) instalação de academia popular com Professor de Educação Física. 18) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Fazenda no sentido de que seja realizada a revisão das cobranças de IPTU no Distrito de Paraíso do Tobias, pois existem imóveis com menos de 70 metros quadrados recebendo cobrança. 19) Vereador Hugo Fernandes - Ao Diretor do DER-RJ - Solicitação no sentido de que sejam efetuadas as seguintes ações em prol do distrito de Paraíso do Tobias: a) a reforma do asfalto da rua do Cemitério; b) instalação de redutores de velocidade e quebra-molas em toda a extensão do Distrito de Paraíso de Tobias. Aprovado. 20) Vereador Hugo Fernandes - Ao Diretor da Ampla - Solicitação no sentido de que seja realizada a revisão da rede elétrica na Escadaria do Morro dos Operários, localizado no Distrito de Paraíso do Tobias. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 04 (quatro) Projetos de Lei e 08 (oito) Projeto de Resolução: **01)** Projeto de Lei Complementar que acrescenta alterando o Artigo 52 da Lei nº 798/99, item 3 da Sec. Munic. de Administração, criando os Departamentos de Registro de Pagamento e Pessoal e Departamento de Recursos Humanos, acrescentando ao Anexo I - Quadro de Provimento Comissão - da Lei nº 813, de 15/12/99, criando os cargos de Diretor de Departamento de Registro de Pagamento e Pessoal, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Venc. CC2; acrescenta alterando o Artigo 52 da Lei nº 798/99, item 3, da Secretaria Municipal de Administração, criando a Divisão de Recursos Humanos, acrescentando ao Anexo I Quadro de Provimento em Comissão da Lei nº 813, de 15/12/99, criando o Cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Grupo de Chefia CH-02, Símbolo de Vencimento CC4, e da outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Presidente fez a leitura dos pareceres presentes no Projeto. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que mantem sua posição sobre a criação de cargos. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que fez um requerimento solicitando um organograma de cada Secretaria Municipal para que os Projetos de Lei criando cargos fossem votados com mais tranquilidade, entretanto o referido requerimento não foi respondido. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que este é um Projeto que fere o Artigo 37 da Constituição Federal, pois favorece um grupo de pessoas e não a coletividade. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado com quatro

votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. **02)** Projeto de Lei Complementar que acrescenta alterando o artigo 52 da Lei Nº 798/99, item 5 da Secretaria Municipal de Fazenda, criando a Divisão de Tesouraria da FUNEMI, - acrescentando ao Anexo I - Quadro de Provimento em Comissão da Lei nº 813, de 15/12/99, criando o Cargo de Chefe de Divisão de Tesouraria da FUNEMI grupo de Chefia CH02, Símbolo de Vencimento CC4 e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Presidente fez a leitura dos pareceres presentes no Projeto. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado com quatro votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. **03)** Projeto de Lei que dispõe sobre a Prestação de Assistência Religiosa (Capelania), nas Entidades Civis e Militares, Públicas e Privadas, de Internação Coletiva localizadas no Município de Miracema. Autoria: Vereador Gilson Teixeira Sales. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que o Projeto de Capelania busca prestar um serviço de assistência para as pessoas nos momentos mais difíceis, esclarecendo que, provavelmente, no dia 28 será realizado um Curso de Capelão. Acrescentou que existem Capelães de diversas religiões e diversas áreas. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.420, de 18 de abril de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1°: A presente Lei regulamenta a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares, públicas e particulares, de internação coletiva situadas no município de Miracema. Art. 2°: É garantida a livre prática de culto para todas as crenças religiosas, aos presos e aos internados, permitindo-se a participação destes nos serviços religiosos organizados nos estabelecimentos penais e hospitalares, bem como a posse de livros de instrução religiosa, condicionadas aos ditames impostos pela presente Lei, em favor do interesse prevalecente da coletividade. Parágrafo Único: A liberdade de

religião fica condicionada as limitações impostas pela presente Lei e seu regulamento, em favor do interesse prevalecente da coletividade. Art. 3°: A assistência religiosa somente poderá ser ministrada se houver opção dos interessados nesse sentido. Art. 4°: A atuação religiosa será feita sem ônus para os cofres públicos. Art. 5°: Constituem, dentre outras, as atribuições da assistência religiosa: I - trabalho pastoral; II - aconselhamento; III - orações; IV - ministério de comunhão cristã; V - unção dos presos ou dos enfermos. Art. 6° A assistência religiosa poderá ser ministrada: I - aos pacientes internados em hospitais da rede pública ou privada; e II - aos reclusos internados em estabelecimentos penitenciários do Estado. Art. 7º: O acesso as dependências dos hospitais e estabelecimentos penitenciários fica condicionado a apresentação, pelo ministro do culto religioso, de credencial especifica. Art. 8°: Somente poderá ser expedida credencial mediante apresentação de termo de identificação, apresentação, idoneidade e responsabilidade, subscrito pelo órgão competente ou majoritário de representação da associação religiosa a que pertença o interessado. Parágrafo Único: A associação religiosa deverá ter sido legalmente instituída, obedecidos aos requisitos e limites de atuação impostos pela legislação vigente. Art. 9°: Deverá ser criado e mantido um registro de identificação das pessoas que forem credenciadas. Art. 10°: O credenciamento, bem corno os demais termos desta Lei, será regulamentado por decreto. Art. 11°: Na regulamentação a ser feita pelo Poder Executivo deverão ser consideradas as condições de desenvolvimento das visitas, obedecido ao respeito a liberdade de religião dos demais internos. Art. 12°: O regulamento da presente Lei deverá ser afixado, de forma visível, nos locais de acesso do público aos estabelecimentos, preferencialmente nas portarias. Art. 13°: São requisitos indispensáveis de credenciamento dos respectivos interessados: I - estar no exercício de seus direitos políticos, se brasileiro; II - estar regularmente no Pais, se estrangeiro; III- ser pessoa de ilibada conduta moral e profissional; e IV - ser apresentado pela entidade religiosa interessada. Art. 14°: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 15: Revogam-se as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei que trata da Criação do Calendário Municipal na Área da Saúde. Autoria: Vereadora Maria José Marques Barros Andrade. A Vereador Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que a criação deste calendário auxiliaria a população a ficar mais atenta aos dias referentes à saúde. Em primeira e única votação o Projeto

de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.421, de 18 de abril de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1°- Fica criado o calendário municipal na área de saúde do Município de Miracema. Como segue:

Janeiro

02.01 - Dia do Sanitarista

02.01 - Dia Nacional da Abreugrafia

04.01 - Dia do Hemofílico

19.01 - Dia Mundial do Terapeuta Ocupacional

20.01 - Dia do Farmacêutico

24.01 - Dia da Previdência Social

30.01 - Dia da Não Violência

último domingo - Dia Nacional de Combate e Prevenção da Hanseníase

Fevereiro

04.02 - Dia Mundial do Câncer (OMS)

05.02 - Dia Nacional da Mamografia

05.02 - Dia da Papiloscopia

07.02 – Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas

Março

08.03 - Dia Internacional da Mulher

08.03 - Dia Mundial do Rim

21.03 - Dia Internacional contra a Discriminação Racial

21.03 - Dia Mundial da Infância

21.03 - Dia Nacional da Síndrome de Down

22.03 - Dia Mundial da Água (OMS)

24.03 - Dia Mundial de Combate à Tuberculose

31.03 - Dia da Saúde e da Nutrição

Abril

04.04 - Dia Nacional do Parkinsoniano

05.04 - Dia Mundial da Atividade Física

07.04 - Dia Mundial da Saúde

08.04 - Dia Mundial de Luta Contra o Câncer08.04 - Dia Nacional do Sistema Braille

14.04 - Dia do Técnico em Serviço de Saúde

16.04 - Dia Nacional da Voz

17.04 - Dia Internacional da Hemofilia

26.04 - Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial

30.04 - Dia Nacional da Mulher

Maio

01.05 - Dia Internacional do Trabalhador

08.05 - Dia Internacional da Cruz Vermelha

12.05 - Dia da Enfermagem

15.05 - Dia do Assistente Social

15/5 - Dia Nacional do Controle das Infecções Hospitalares

18.05 - Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

18.05 - Dia Nacional da Luta Antimanicomial

25.05 - Dia do Massagista

26.05 - Dia Nacional de Combate ao Glaucoma

28.05 - Dia Internacional de Luta Pela Saúde da Mulher

28.05 - Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna

29.05 - Dia Mundial da Saúde Digestiva

31.05 - Dia Mundial sem Tabaco

Junho

05.06 - Dia Mundial do Meio Ambiente

06.06 - Dia Nacional de Luta contra Queimaduras

06.06 - Dia Nacional do Teste do Pezinho

09.06 - Dia da Imunização

11.06 - Dia do Educador Sanitário

14.06 - Dia Mundial do Doador de Sangue

21.06 - Dia Nacional de Controle da Asma

26.06 - Dia Internacional de Apoio às Vítimas da Tortura

26.06 - Dia Internacional sobre o Abuso e Tráfico Ilícito de Drogas

Julho

02.07 - Dia do Hospital

10.07 - Dia da Saúde Ocular

13.07 - Dia do Engenheiro de Saneamento

13.07 - Dia do Estatuto da Criança e do Adolescente

25.07 - Aniversário de Criação do Ministério da Saúde

27.07 - Dia Nacional da Prevenção de Acidentes do Trabalho

28 – Dia Mundial de Luta Contra as Hepatites Virais

Agosto

01 a 07.8 - Semana Mundial da Amamentação

05.08 - Dia da Farmácia

05.08 - Dia do Nascimento de Oswaldo Cruz

05.08 - Dia Nacional da Saúde

08.08 - Dia Nacional de Combate ao Colesterol

10.08 - Dia da Enfermeira

24.08 - Dia da Infância

27.08 - Dia do Psicólogo

28.08 - Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Escalpelamento

29.08 - Dia Nacional de Combate ao Fumo

31.08 - Dia do Nutricionista

Setembro

01.09 - Dia do Profissional de Educação Física.

03.09 - Dia do Biólogo

05.09 - Dia Nacional de Conscientização e Divulgação da Fibrose Cística

05.09 - Dia do Oficial de Farmácia

08.09 - Dia Nacional de Luta por Medicamento

08.09 - Dia Mundial da Raiva

09.09 - Dia do Veterinário

10.09 - Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio

15.09 - Dia Nacional de luta contra o reumatismo

21.09 - Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

27.09 - Dia Nacional da Doação de Órgãos

29.09 - Dia Mundial do Coração

Outubro

01.10 - Dia Nacional de Doação do Leite Humano

01.10 - Dia Nacional do Idoso

02.10 - Dia Interamericano da Água

03.10 - Dia Mundial do Dentista

3º sábado de outubro - Dia Nacional de Combate à Sífilis

04.10 - Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde

10.10 - Dia Mundial da Saúde Mental

11.10 - Dia do Deficiente Físico

11.10 - Dia Nacional de Prevenção da Obesidade

12 a 18.10 - Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância

13.10 - Dia do Terapeuta Ocupacional e Fisioterapeuta

16.10 - Dia Mundial da Alimentação

17.10 - Dia Nacional da Vacinação

18.10 - Dia do Médico

20.10 - Dia Mundial e Nacional da Osteoporose

25.10 - Dia do Cirurgião Dentista

25.10 - Dia Nacional da Saúde Bucal

27.10 - Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes

27.10 - Dia Nacional de Mobilização Pró-Saúde da População Negra

29.10 - Dia Nacional e Mundial da Psoríase

Novembro

10.11 - Dia Nacional da Surdez

14.11 - Dia Mundial do Diabetes

16.11 - Dia Nacional dos Ostomizados

20.11 - Dia do Biomédico

20.11 - Dia da Consciência Negra

21.11 - Dia Nacional da Homeopatia

23.11 - Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil

25.11 - Dia Internacional do Doador de Sangue

25.11 - Dia Internacional contra a Exploração da Mulher

27.11 - Dia Nacional de Combate ao Câncer

27/11 - Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama

Dia Nacional de Combate à Dengue (penúltimo sábado do mês)

Dezembro

01.12 - Dia Mundial de Luta Contra a Aids

02.12 - Dia Pan-Americano de Saúde

06.12 - Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres

09.12 - Dia do Fonoaudiólogo

09.12 - Dia do Alcoólico Recuperado

10.12 - Dia Internacional dos Povos Indígenas

10.12 - Dia dos Direitos Humanos

13.12 - Dia do Cego

Art. 2°- As datas constantes deste calendário poderão ser alteradas conforme determinação do Ministério da Saúde. Art. 3°- Está Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias. **05)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Geraldo Ferreira do Vale. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.123, de 18 de abril de 2013. **06)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Marcos Francisco Fonseca Alvim. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.124, de 18 de abril de 2013. **07)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Geovanni Amaral de Oliveira. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.125, de 18 de abril de 2013. **08)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Gilberto José da Silva. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.126, de 18 de abril de 2013. **09)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania à Sra. Dilma Alves. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.127, de 18 de abril de 2013. **10)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Marco Antonio Caviare Andrade. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.128, de 18 de abril de 2013. **11)** Projeto

de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Felipe dos Santos Peixoto. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.129, de 18 de abril de 2013. **12)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. André Nascimento Monteiro. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.130, de 18 de abril de 2013. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que algumas pessoas lhe procuraram porque estavam indignadas com as obras que estavam ocorrendo no Prédio da Sede da Banda 07 de Setembro. Esclareceu que gostaria de saber e real situação destas obras, pois o Presidente da Banda deve agir de acordo com legislação. Continuando, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou Moção de Pesar para o Sr. José Luis da Silva, em razão do falecimento de sua esposa, a Sra. Marilsa Macedo Silva. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade disse que participou de uma reunião na área da Saúde e acredita que o Município de Miracema receberá algumas coisas boas nesta área. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que ao receber a prestação de contas da Secretaria de Municipal Assistência Social percebeu que existe um saldo positivo para a APAE receber, pois a instituição não prestou suas contas e o dinheiro está acumulando na Secretaria. Dessa maneira, gostaria que o Conselho marcasse uma reunião para que o motivo da não prestação de contas seja informado, bem como prestar os devidos esclarecimentos. Disse que fica triste com esta situação, pois o dinheiro está parado na conta e deveria estar sendo utilizado pela APAE. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que a APAE já está há mais de 04 meses sem prestar suas contas. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que existe um programa onde era recebido R$ 7.000,00 (sete mil reais) mensais para que as famílias contempladas com a bolsa família fossem atendidas, entretanto aconteceu uma queda de 50% desta verba. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que uma pessoa reclamou que não está recebendo a verba do Programa Bolsa Família. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acrescentou que os Vereadores deveriam procurar o Secretário Municipal de Assistência Social para que esta situação seja esclarecida, pois isto é direto com o Governo Federal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares parabenizou o Vereador

Gilson Teixeira Sales pelo Projeto de Capelania, sendo que no futuro apresentará um Projeto sobre o Dia da Família. Esclareceu que as pessoas que são isentas de IPTU e receberam o carnê de pagamento devem procurar a Prefeitura Municipal para que a situação delas seja regularizada. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que participou de uma reunião no Rio de Janeiro para tratar de assuntos relacionados a área da saúde, sendo que a reunião foi muito proveitosa. Dessa forma, acredita que se o combinado na reunião for cumprido Miracema evoluirá bastante na área da Saúde. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que o Sr. Prefeito Municipal lhe disse que existe um interesse do Estado do Rio de Janeiro em desafogar o Hospital São José do Havaí em Itaperuna, pois ele não está tendo condição de resolver todos os problemas que estão sendo encaminhados para lá. Por isso, existe um interesse em fazer com que o Hospital de Miracema receba os pacientes que o Hospital de Itaperuna não consegue atender. Esclareceu que está feliz com a solução, entretanto ocorre que o Hospital de Miracema está com um corpo clínico muito envelhecido, pois não está acontecendo uma renovação. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que oitenta ou noventa por cento do atendimento de Miracema é feito pelo SUS, sendo que a tabela de atendimento do SUS é incompreensível, assim enquanto o Ministério da Saúde não ajustar esta tabela a situação vai permanecer a mesma. Informou que muitos hospitais não querem mais atender pacientes pelo SUS. Esclareceu que quando era Prefeito Municipal tentou resolver esta situação de todas as maneiras possíveis, sendo que socorreu o Hospital de Miracema, uma vez que seus Diretores queriam entregar a direção do Hospital para a Prefeitura, o que não funcionaria. Acrescentou que o Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal não cumprem sua responsabilidade na Área da Saúde, sobrecarregando os Municípios. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a Constituição Federal estabeleceu que é de responsabilidade do Governo Federal, Estadual e Municipal arcar com as responsabilidades da Saúde, entretanto isto não acontece. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que existe uma regulamentação parada no Congresso Federal, onde estipula que a verba dos royalties deveria ser direcionada para a área da Educação, entretanto acredita que ela deveria ser dividida entre a Saúde e a Educação. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que, de acordo com o combinado na reunião, o repasse destinado ao Hospital de Miracema

seria maior do que o atual. O Vereador Presidente Hugo Fernandes complementou que ficou muito encantado com a simplicidade e humildade do Dr. Renan, tendo em vista que ela é uma pessoa que consegue administrar um hospital com aproximadamente 1000 (mil) funcionários, nunca deixando de trabalhar em prol dos pacientes. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 25/04/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 25 de abril de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número dezoito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 01, Versículos de 14 a 28. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que dispõe sobre a Autorização do Município de Miracema a Promover o Desconto em Folha de Pagamento de Valores Devidos de Impostos pelos Servidores Municipais ou Cônjuges, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier; 02) Projeto de Lei que dispõe sobre a Aplicação da Lei de Transparência no Município de Miracema, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier; 03) Ofício nº 115/2013 PGM/PMM da Procuradoria Geral do Município solicitando algumas informações. Os Vereadores Carlos Armando de Azevedo, João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício SEPLAG/GAPLA nº 208 da Secretaria de Estadual de Planejamento e Gestão informando que o terreno localizado na Avenida Nilo Peçanha, nº 50, Centro, Miracema-RJ, pertence a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro – EMATER. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 05) Ofício nº 695/2013/GB/SEB/MEC do Ministério da Educação, respondendo o ofício nº 086/2013 prestando informações sobre o "Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PANIC". O Vereador Carlos Magnos da Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício 119/2013 PGM/PMM da Procuradoria Geral do Município de Miracema solicitando informações sobre a autorização da Câmara

Municipal de Miracema para a concessão do serviço de triagem de resíduos sólidos pela Prefeitura Municipal durante o governo anterior. Os Vereadores Hugo Fernandes, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 07) Ofício nº 05/2013 do CENTRO DE RECUPERAÇÃO MÃOS QUE AJUDAM solicitando subvenção; 07) Ofício nº 06/2013 do CENTRO DE RECUPERAÇÃO MÃOS QUE AJUDAM encaminhando solicitação de um local para abrigar a ONG e os dependentes químicos castrados na referida instituição; 08) Revista Ano 12, número 74, janeiro a março de 2013, do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - À Titular do Cartório do 1º Ofício da Registros de Imóveis e Anexos de Miracema, Sra. Sandra Farias de Moraes - Solicitação no sentido de que V. Sa. compareça nesta Casa Legislativa para esclarecer algumas dúvidas referentes a titularidade de alguns terrenos no Município de Miracema. Aprovado. 02) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizada a limpeza de mato, capim, etc., na Rua Pedro dos Santos, sendo que a referida Rua fica entre o Daltrinho e o Carrapichão. Solicito, também que seja providenciado um varredor de rua para trabalhar nas ruas calçadas (as transversais do loteamento do Carrapichão). Por fim, solicito que seja realizada a troca de lâmpadas em alguns postos do referido loteamento. Deferido. 03) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Diretor da AMPLA - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de que seja deixada uma equipe de plantão em Miracema com o objetivo de atender as constantes quedas de energia. Ressaltamos que tal solicitação visa impedir que nossos munícipes, principalmente os residentes na Zona Rural, sofram prejuízos por conta das horas sem energia elétrica. Aprovado. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Senador Francisco Dorneles - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que os materiais apreendidos pela Polícia Federal, como roupas, cobertores, alimentos, televisões e outros, sejam doados para o Município de Miracema com o intuito de que as pessoas mais carentes possam ser ajudadas. Aprovado. 05) Vereador João Siqueira Magalhães - À Ilma. Sra. Presidente Dilma - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam doados para

o Município de Miracema uma máquina retroescavadeira, uma moto-niveladora e dois caminhões para atender a Secretaria Municipal de Agricultura. Aprovado. 06) Vereador João Siqueira Magalhães - À Secretaria Responsável pelo Programa "Minha Casa, Minha Vida" - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que o Município de Miracema possa ser comtemplado com 100 (cem) casa populares para atender os munícipes necessitados. Aprovado. 07) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Secretário Estadual de Habitação e ao Presidente Estadual da CEHAB - Solicitação no sentido de que sejam viabilizadas as escrituras em definitivo das residências localizadas no Conjunto Habitacional Cícero Bastos, conhecido como CEHAB, tendo em vista que as casas já foram construídas há muito tempo e os moradores ainda estão sem as respectivas escrituras. Aprovado. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que o primeiro requerimento poderia ser encaminhado para a Receita Federal. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o Senador Dorneles pode interceder junto a Receita Federal para que seu requerimento seja respondido. 08) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À Corregedoria do Município de Miracema - Solicitação com vistas ao Presidente da Comissão Permanente de Sindicância no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa cópia de inteiro teor do Processo de Sindicância feito nesta Corregedoria referente ao Projeto de Rizicultura neste Município. Aprovado. 09) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Ilma. Sra. Presidente Dilma - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam doados para o Município de Miracema 02 (dois) ônibus escolares para atender os alunos, uma patrulha mecanizada para atender os agricultores que necessitam transitar em estradas vicinais para escoar suas produções. Aprovado. 10) Vereador Carlos Armando de Azevedo - Ao Gerente da Caixa Econômica Federal - Solicitação no sentido de que seja informado o motivo da não conclusão das casas populares no Município de Miracema. Aprovado. 11) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Governador Sérgio Cabral - Solicitação com vistas ao Gabinete do Deputado Estadual João Peixoto (Presidente da Comissão de Agricultura Pecuária e Políticas Rural Agrária e Pesqueira) no sentido de que envide esforços a fim de que sejam instaladas antenas repetidoras de celular, na Zona Rural de Miracema e dos Distritos de Paraíso do Tobias e Venda das Flores, objetivando a inclusão dos mesmos. Aprovado. 12) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com

vistas a Secretaria Municipal de Agricultura no sentido de que seja criada uma espécie de força tarefa com o objetivo de recuperar as estradas vicinais do nosso Município. Esclarecemos que V. Sa. pode usar o prestigio que possui junto ao Governador Sérgio Cabral e ao Secretário de Agricultura Christino Áureo, a fim de adquirir novos equipamentos para atender melhor os produtores rurais. Deferido. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acrescentou que as estradas vicinais do Município de Miracema realmente precisam de manutenção, sendo que os próprios moradores da zona rural vêm fazendo a manutenção das estradas. 13) Vereador Hugo Fernandes - Ao Diretor do DER - Solicitação no sentido de que seja realizada a seguinte ação em prol da população do Distrito de Venda das Flores: a) asfaltamento de toda a extensão de Venda das Flores; Ressalta-se que a solicitação acima foi requerida pela própria população de Venda das Flores. Aprovado. 14) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente no sentido de que seja realizada a seguinte ação em prol da população do Distrito de Venda das Flores: a) poda das árvores de Venda das Flores; Ressalta-se que a solicitação acima foi requerida pela própria população de Venda das Flores. 15) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas à Secretaria Municipal de Agricultura no sentido de que seja realizada a seguinte ação em prol da população do Distrito de Venda das Flores: a) patrolamento da Rua em frente a Quadra (Antiga Vala Negra), bem como que seja colocado pó de pedra para melhorar a acesso; Ressalta-se que a solicitação acima foi requerida pela própria população de Venda das Flores. 16) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas à Secretaria Municipal de Educação no sentido de que seja realizada a seguinte ação em prol da população do Distrito de Venda das Flores: a) que seja estudada com carinho a possibilidade de providenciar passes para que os estudantes da rede pública que moram em Venda das Flores, possam estudar na Escola de Músicas em Miracema, incentivando desta forma a cultura; Ressalta-se que a solicitação acima foi requerida pela própria população de Venda das Flores. 17) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que sejam realizadas as seguintes ações em prol da população do Distrito de Venda das Flores: a) reforma do cemitério municipal, bem como construir uma capela dentro do local, pare que os

familiares possam velar seus entes queridos; b) providenciar a rede de esgoto na Rua Dirceu Garcia de Medeiros até a Rua Sebastião Braga Bastos, sendo certo que cerca de 90 residências serão beneficiadas; c) extensão do calçamento da Rua Dirceu Garcia de Medeiros ate a residência do Sr. Adilson; d) providenciar a limpeza das fossas do Distrito; e) retirada dos entulhos do Cemitério; f) a reforma total da Quadra, incluindo o Manilhamento, pois está causando transtorno nas casas e na creche; g) providenciar os alambrados no Campo, tendo em vista que em dia de uso do espaço ocorre um transtorno, pois as bolas caem a metros de distância; h) reforma do Parquinho Infantil, para atender as crianças do Distrito; i) reforma da Praça, sendo certo que o local serve de lazer para todos os moradores de Venda das Flores. Ressalta-se que as solicitações acima foram requeridas pela própria população de Venda das Flores. 18) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão do número de eleitores do Distrito de Paraíso do Tobias que votam no Município de Miracema, esclarecendo que é crime conceder uma declaração de que a pessoa reside em outro Município. Tal solicitação se deve ao fato de que existem diversas notícias informando que os morados do referido Distrito estão votando no Município de São José de Ubá. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que já fez requerimento em ocasiões passadas e não obteve resposta. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 05 (cinco) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei Complementar que Acrescenta alterando o art 52 da lei nº 798/99, ITEM 11, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, revogando os incisos II e III do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 1.362/11, acrescentando no mesmo dispositivo novo organograma da secretaria, criando os Departamentos de Agropecuária e Departamento de Engenharia Rural, acrescentando ao Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando os Cargos de Diretor de Departamento Agropecuário, grupo de chefia ch-01, Símbolo de Vencimento CC2, e Diretor de Departamento de Engenharia Rural, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado com quatro votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos

favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1.422, de 25 de abril de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica criado o Departamento de Agropecuária, acrescentando ao art 52, item 11, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999, com a finalidade de auxiliar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário nas atividades agropecuárias do Município, as quais contribuam para o desenvolvimento econômico e qualidade de vida da população, bem como: I – Executar projetos que envolvam o incentivo agropecuário do Município; II – Coordenar programas relacionados à agropecuária do Município; III – Desenvolver atividades agropecuárias as quais colaborem com o crescimento econômico do Município; IV – Emitir parecer em processos administrativos que versarem sobre a matéria; V- Representar o Secretário na ausência dele; VI- Buscar parcerias junto ao Governo Estadual e Federal, a fim de fomentar o crescimento agropecuário do Município; VII- Elaborar ofícios e demais documentos oficiais, solicitando informações de outras Secretarias a fim de obter informações sobre a matéria, bem como demais atribuições inerentes ao cargo. Art. 2º- Fica criado o Departamento de Engenharia Rural, acrescentando ao art 52, item 11, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999, com a finalidade de auxiliar a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário no controle e administração das regiões rurais do Município, bem como: I - Representar o secretário na ausência dele; II - Assinar todos os atos emanados desse departamento; III - Fazer a manutenção e conservação das estradas vicinais do Município; IV - Coordenar os serviços de mecanização agrícola nas propriedades rurais do Município, incluindo a confecção de tanques escavados em terra para a piscicultura em águas continentais; V - Zelar pela manutenção e conservação da frota de máquinas agrícolas da Prefeitura Municipal em parceria com a Secretaria Municipal de Transportes; VI - Emitir parecer quanto aos assuntos inerentes à matéria do departamento; VII - Desenvolver e executar projetos ligados ao Departamento; VIII - Expedir ordem de serviços; IX - Expedir documentos oficiais com a finalidade de requisitar, solicitar de outros órgãos informações pertinentes à matéria de engenharia rural; X - Coordenar programas; XI - Desenvolver

outras atividades correlatas. Art. 3º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Diretor de Departamento de Agropecuária, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, Grupo de Chefia CH – 01, Símbolo de Vencimento CC2, Recrutamento Amplo, cujas atribuições já emanadas no artigo anterior, passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 4º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Diretor de Departamento de Engenharia Rural, vinculado á Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, Grupo de Chefia CH – 01, Símbolo de Vencimento CC2, Recrutamento Amplo, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei, tem sua classificação na forma do presente artigo: Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário; Classificação Funcional: 02..09.20.122.0001.2.130.000 – Manutenção e Operacionalização do Órgão; Elemento: 3.1.90.11.00. Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei Complementar que Acrescenta alterando o art 52 da Lei nº 798/99, Item 7, da Secretaria Municipal de Saúde, criando os Departamentos de Administração de Recursos da Saúde, acrescentando ao Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando os Cargos de Diretor de Departamento de Administração de Recursos da Saúde, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2; acrescenta alterando o artigo 52 da Lei nº 798/99, Item 7, da Secretaria Municipal de Saúde, criando a Divisão de Atendimento Emergencial, criando o Cargo de Chefe de Divisão, Grupo de Chefia CH-02, Símbolo de Vencimento CC4; acrescenta alterando o art. 52 da Lei nº 798/99, Item 7, da Secretaria Municipal de Saúde, revogando o artigo 3º da Lei 1272/2009, criando a Divisão de Contabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, acrescentando ao Anexo I Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando o Cargo de Chefe de Divisão de Contabilidade, Grupo de Chefia CH-02, Símbolo de Vencimento CC4; acrescenta alterando o art. 52 da Lei nº 798/99, Item 7, da Secretaria Municipal de Saúde, revogando o artigo 3º da Lei 1272/2009, criando a Divisão de Assistência Psicossocial da Secretaria Municipal de Saúde, acrescentando ao Anexo I Quadro de

Provimento em Comissão – da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando o Cargo de Chefe de Divisão de Assistência Psicossocial, Grupo de Chefia CH-02, Símbolo de Vencimento CC4; acrescenta alterando o artigo 52 da Lei nº 798/99, Item 7, da Secretaria Municipal de Saúde, revogando o art. 3º da Lei 1272/2009, criando a Divisão de Assistência ao Centro de Atenção à Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde, acrescentando ao Anexo I Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando o Cargo de Chefe de Divisão do Centro de Atenção à Saúde da Mulher (CASM), Grupo de Chefia CH-02, Símbolo de Vencimento CC4; acrescenta alterando o artigo 52 da Lei Nº 798/99, Item 7, da Secretaria Municipal de Saúde, revogando o art. 3º da Lei 1272/2009, criando a Seção de Tesouraria da Secretaria Municipal de Saúde, acrescentando ao Anexo I Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando o Cargo de Chefe de Seção de Tesouraria, Grupo de Chefia CH-03, Símbolo de Vencimento CC5 e dá outras providências. Autoria Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado com quatro votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1.423, de 25 de abril de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art 81 da Lei Orgànica Municipal, sanciono a seguinte LEI: Art. 1º- Fica criado o Departamento de Administração de Recursos da Saúde, acrescentando ao art 52, item 7, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999, com a finalidade de auxiliar a Secretaria Municipal de Saúde na captação de recursos financeiros da saúde para o bom desempenho e funcionamento da Secretaria, bem como: I – Executar programas para a captação de recursos financeiros para a Secretaria Municipal de Saúde; II – Responder pelo Secretário de Saúde na ausência dele; III- Elaborar ofícios solicitando informações dos demais departamentos e seções; IV- Desenvolver projetos junto a Divisão de Contabilidade e a Secretaria Municipal de Planejamento no que tange a captação de recursos financeiros para a Secretaria Municipal de Saúde; V- Administrar juntamente com o Secretário Municipal de Saúde

toda a Secretaria; VI- Atender ao público sempre que necessário; VII- Emitir relatório ao Secretário Municipal de Saúde quanto aos recursos conseguidos para a Secretaria; VIII- Desenvolver outras atividades correlatas. Art. 2º- Fica criado a Divisão de Atendimento Emergencial, acrescentando ao art 52, item 7, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999 e demais alterações, com a finalidade de auxiliar a Secretaria Municipal de Saúde na Administração do Pronto Socorro Municipal, bem como: I- Responder pelo pronto Socorro Municipal; II- Administrar toda a estrutura do Pronto Socorro Municipal; III- Emitir ofícios, memorandos e demais documentos oficiais; IV- Assinar prontuários de atendimento; V- Elaborar juntamente com o Secretário Municipal de Saúde a escala de plantão dos servidores lotados no Pronto Socorro Municipal; VI- Responder ofícios e demais solicitações; VII- Emitir relatório mensal ao secretário Municipal de saúde sobre todos os atendimentos realizados naquele mês; VIII- Desenvolver atividades correlatas. Art. 3º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Diretor de Departamento de Administração de Recursos da Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, Grupo de Chefia CH – 01, Símbolo de Vencimento CC2, Recrutamento Amplo, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 4º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Chefe de Divisão Atendimento Emergencial, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, Grupo de Chefia CH – 02, Símbolo de Vencimento CC4, Recrutamento Amplo, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 5º - Fica criado a Divisão de Contabilidade, acrescentando ao art 52, item 7, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999 e demais alterações, com a finalidade de auxiliar a Secretaria Municipal de Saúde no Controle Contábil, bem como: I- Efetuar a contabilização financeira, patrimonial e orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde do Município, nos termos da legislação em vigor; II - responsabilizar-se pelo emprego de recursos próprios ou repassados à administração pública municipal, encarregando-se, através de balanços anuais, da prestação de contas do Executivo Municipal; III - fiscalizar a liberação dos recursos orçamentários do Município; IV - efetuar a tomada de contas de depositários financeiros e de responsáveis pela guarda de bens do Poder Público Municipal; V - fiscalizar e controlar a execução orçamentária; VI - executar

contabilmente os atos e fatos administrativos, efetuando a transcrição no "Razão"; VII - elaborar os balancetes e extratos de contas exigidos pela administração municipal; VIII - elaborar o Balanço Geral da Municipalidade; IX - conferir as contas analíticas e sintéticas do "Razão" para conclusão do exercício financeiro e fazer ajustes necessários; X - executar outras atividades correlatas. Art. 6º - Fica criado a Divisão de Assistência Psicossocial, acrescentando ao art 52, item 7, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999 e demais alterações, com a finalidade de auxiliar a Secretaria Municipal de Saúde no auxílio ao atendimento aos portadores de doenças psíquicas, bem como: I- Integrar as ações da equipe multiprofissional; II- Agendar e dirigir reuniões; III – Controlar e avaliar se as atividades estão sendo realizadas de acordo com as normas e cronogramas estabelecidos; IV – Fazer intercambio entre o Setor e a Secretaria Municipal de Saúde; V – Procurar solucionar problemas que ocorram com os usuários e equipe multiprofissional; VI – servir de referência para a equipe multiprofissional nas questões relacionadas com a saúde mental coletiva; VII – Representar o serviço em reuniões e eventos Municipais, Estaduais e Federais, quando necessário; VII – Promover a integração do CAPS com outros serviços especializados; IX – Gerir administrativamente o CAPS com atenção à: distribuição da carga horária dos profissionais, respeitando sempre a carga horária prevista em legislação Municipal de cada profissional; controle de boletins de produção; controle dos medicamentos; controle dos materiais de consumo; controle de conservação de materiais permanentes; X – Enviar ou receber memorando e/ou comunicados de outros setores administrativos; XI – Delegar poderes a outro membro da equipe quando necessário; XII – Auxiliar o individuo a aprimorar sua condição humana; XIII – Participar dos planejamentos e realizar atividades culturais, terapêuticas e recreativas, com o objetivo de propiciar a reinserção social e profissional dos usuários que utilizam do serviço do CAPS; XIV – Coordenar e supervisionar os estágios em áreas específicas; XV – Realizar pesquisas visando a construção e ampliação do conhecimento teórico aplicado no campo da saúde mental; XVI – Efetivar triagens quando necessário; XVII – Participar de grupos de estudo para aprimoramento da equipe e colaborar nos estudos de caso; XVIII – Fazer boletins de atividades diárias e o condensado mensal; XIX – Promover ações educativas de saúde; XX – Fazer controle de retornos de usuários inscritos no serviço; XXI – Fazer anotações no

prontuário sobre a assistência prestada; XXII – Orientar os usuários e seus familiares; XXIII – Acompanhar as atividades dos serviços, observando a realização das mesmas e avaliando o comportamento dos usuários; XXIV – Contribuir para a análise do trabalho multiprofissional; XXV – Estabelecer relacionamento confiável com os usuários, que possibilite interação terapêutica; XXVI – Fazer visitar domiciliares, escolares, hospitalares e em locais de trabalho se necessário; XXVII – Elaborar equipes plantonistas para atendimentos de Urgência e Emergência no Município; XXVIII – Dirigir as atividades desenvolvidas pela RAAS (Registro de Ações Ambulatoriais de Saúde). Art. 7º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Chefe de Divisão de Contabilidade, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde, Grupo de Chefia CH – 02, Símbolo de Vencimento CC4, Recrutamento Limitado, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei. Art. 8º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Chefe de Divisão de Assistência Psicossocial, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde, Grupo de Chefia CH – 02, Símbolo de Vencimento CC4, Recrutamento Limitado, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 9º - Fica criado a Seção de Tesouraria, acrescentando ao art 52, item 7, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999 e demais alterações, com a finalidade de auxiliar a Divisão de Contabilidade da Secretaria Municipal de Saúde no Controle Contábil e financeiro, bem como: I - contabilizar a receita arrecadada pelos órgãos da administração; II - executar o controle contábil analítico e sintético das receitas municipais, previstas e arrecadadas pelas unidades de arrecadação; III - realizar pesquisas e estudos sobre as variações das rubricas; IV - prestar esclarecimento sobre a receita municipal; V - efetuar a contabilidade e o controle da arrecadação bancária; VI - controlar e registrar as contas dos Fundos de Participação; VII - controlar e registrar a conta do Fundo de Saúde; VIII - realizar, diretamente ou por delegação, os recolhimentos das rendas municipais de qualquer natureza; IX - efetuar a classificação das despesas, nos termos da legislação vigente; X - efetuar a execução das despesas orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúde; XI - efetuar controle da despesa empenhada e dos empenhos por processos; XII - tomar as providências atinentes á liquidação da despesa pública municipal; XIII - emitir notas de

pagamento de despesas orçamentárias; XIV - manter o registro de emissão de ordem de pagamento com recursos orçamentários; XV - efetuar o controle dos contratos de serviços de terceiros, de locação de móveis e imóveis, veículos ou de outros que determinam ônus para os cofres municipais; XVI - promover registros contábeis do sistema orçamentário; XVI - executar pagamentos devidamente autorizados e processados e demais compromissos da municipalidade; XVIII - guardar valores da Prefeitura ou de terceiros, quando oferecidos em cauções para garantias diversas, depois de conferidos pelo Serviço de Contabilidade; XIX - restituir, depois de legalmente processados e autorizados, os valores guardados; XX - manter os registros do movimento geral dos títulos da dívida pública municipal; XXI - verificar a posição contábil do saldo bancário da Secretaria Municipal de Saúde e do saldo de caixa, informando-as mediante boletins diários, ao Prefeito e ao Secretário Municipal da Fazenda; XXII - executar o pagamento do pessoal e controlar os pagamentos efetuados através da rede bancária, prestado contas ao Serviço de Contabilidade; XXIII - executar programas de realização de estoque de recursos financeiros, de acordo com as normas de Direito Financeiro e a legislação do mercado de capital; XXIV - efetuar a tomada de conta dos depositários financeiros do poder público municipal; XXV - manter o controle de cada adiantamento fornecido e efetuar a contabilização devida; XXVI - emitir parecer sobre as prestações de contas recebidas; XXVII - efetuar a tomada de contas dos responsáveis pela guarda dos bens público municipais, promovendo a devida contabilização dos almoxarifados; XXVIII - executar outras atividades correlatas. Art. 10º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Chefe de Seção de Tesouraria, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde, Grupo de Chefia CH – 03, Símbolo de Vencimento CC5, Recrutamento Limitado, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 11 - Fica criado a Divisão de Assistência ao Centro de Atendimento à Saúde da Mulher, acrescentando ao art 52, item 7, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999 e demais alterações, com a finalidade de auxiliar a secretaria Municipal de Saúde na coordenação do centro de atendimento a saúde da mulher (CASM), bem como: I – Realizar ações de coordenação e de saúde (educativa, promoção e assistência) nos diversos eixos de abrangência do programa, a saber: Pré-Natal, Saúde, sexual e reprodutiva, incluindo

planejamento familiar, climatério, enfrentamento à violência contra a mulher e câncer ginecológico; II - Alimentar os sistemas de informação SISPRENATAL, SISCOLO e SISMAMA; III – Garantir o atendimento de pré-natal e puerpério através de registro, processamento e análise dos dados disponíveis tais como: cartão de gestante, ficha perinatal, ficha de cadastro de gestante e mapa de registro diário; IV – Disponibilizar recursos humanos para acompanhamento da gestante segundo princípios e diretrizes da política nacional de atenção integral à saúde da mulher adulta e adolescente, no seu contexto familiar e social; V - Manter uma área física adequada para atendimento à gestante e familiares com boas condições de higiene e ventilação, em especial, privacidade nas consultas e exames clínicos ou ginecológicos; VI – Garantir equipamentos e instrumentos mínimos, bem como medicamentos essenciais em estoques; VII - Avaliar permanentemente a atenção pré-natal, com vistas à identificação dos problemas de saúde da população-alvo, bem como o desempenho do serviço; VIII - Desenvolver atividades que visam a minimizar os problemas relativos à saúde da mulher; IX - Desenvolver demais atividades correlatas. Art. 12 - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Chefe de Divisão do Centro de Atendimento à Saúde da Mulher, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde, Grupo de Chefia CH – 03, Símbolo de Vencimento CC5, Recrutamento Limitado, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 13 - As despesas decorrentes da presente Lei tem sua classificação na forma do presente artigo: Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde; Classificação Funcional: 04.1110.302.0025.2.017.000– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde; Elemento: 3.1.90.11.00. Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a área da saúde está precisando de muito recurso e o Prefeito Municipal está criando diversos cargos nesta área. O Vereador Fabrício de Sà Xavier disse que está situação é lamentável. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que entende a revolta dos colegas Vereadores, mas infelizmente o Município não consegue possuir tudo, pois apesar da falta de remédios a área da saúde também precisa de profissionais qualificados para assumir os cargos de chefia. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que não existe nenhum Vereador revoltado com

esta situação, pois os Vereadores estão preocupados em ver o Município progredir. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva pediu desculpas por ter utilizado a palavra revoltado, pois na verdade queria dizer indignado e não revoltado, sendo que entende a posição dos Vereadores, uma vez que a preocupação deles é o aumento da folha de pagamento, entretanto a área de saúde precisa suprir diversas carências, inclusive a falta de funcionários qualificados. **03)** Projeto de Lei Complementar que Extingue, Altera e Acrescenta o Anexo IV (Quadro da Escola) da Lei nº 813/99 e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade, dando origem a Lei nº 1.424, de 25 de abril de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte LEI: Art. 1° - Fica extinto do anexo IV (Quadro da Escola) da Lei 813/99 os cargos de Diretor A, B, e C. Art. 2º - Fica instituído os cargos de Diretor de Escola de Ensino Fundamental e Diretor de Escola de Educação Básica, sendo 9 (nove) Diretores de Escola de Ensino Fundamental e 10 (dez) Diretores de Escola de Ensino de Educação Básica. Art. 3° - Fica alterado para 2 (dois) o número de cargos de Diretor Adjunto com a finalidade de auxiliar os diretores das maiores escolas do Município de Miracema, a saber: Escola Municipal Solange Moreira e Escola Municipal Álvaro Augusto da Fonseca Lontra, cuja as atribuições já foram previstas em Lei. Art. 4° - Fica alterado no Anexo IV do quadro da escola da Lei 813/99, acrescentando os cargos de Diretor de Escola de Ensino Fundamental vinculados a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Código de classe MC-03, Símbolo de Vencimento CC4, Recrutamento Restrito, cujas atribuições já foram estabelecidas em Lei específica. Art. 5° - Fica alterado no Anexo IV do quadro da escola da Lei 813/99, acrescentando os cargos de Diretor de Escola de Educação Básica vinculados a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Código de classe MC-03, Símbolo de Vencimento CC5, Recrutamento Restrito, cujas atribuições já foram estabelecidas em Lei específica. Art. 6° - Fica alterado no Anexo IV do quadro da escola da Lei 813/99, acrescentando mais 1 (um) cargo de Diretor Adjunto vinculado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Código de classe MC-01, Símbolo de Vencimento CC5, Recrutamento Restrito, cujas atribuições já constam em Lei específica, totalizando 02 (dois) o número de cargos de Diretor Adjunto. Art. 7°

- As despesas decorrentes da presente Lei tem suas classificações forma do presente artigo: Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Classificação Funcional: 12.361.0095.2130.000 Manutenção e Operacionalização do Órgão; Elemento: 31.90.11.01. Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei Complementar que Institui o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar no Município de Miracema - RJ. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade, dando origem a Lei nº 1.425, de 25 de abril de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte LEI: Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, com recursos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, objetivando promover ações de apoio e incentivo a atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), bem como no treinamento de processamento do pescado, visando aumentar a produção e agregar renda as famílias rurais mediante a projetos específicos. Parágrafo Único - O Município mediante convênios e/ou recursos de emendas parlamentares, vai restaurar a Escola do Sitio Jatobá implantado ali um Centro de Treinamento e de Formação de Produtores Rurais com ênfase na Piscicultura, produção de alevinos e no processamento do pescado. Art. 2º - Os serviços de máquinas municipais para a abertura de tanques, serão tabelados em 50% (cinquenta por cento) do valor de hora máquina cobrados pelas empresas ou pessoas físicas particulares que operam com máquinas no município de Miracema-RJ. Art. 3º - Os valores recebidos conforme o Art. 2°, serão depositados no Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - FUMDA, para custear parte das despesas com as maquinas a fim de dar sustentabilidade ao programa. Art. 4º - Os beneficiários do programa serão os produtores rurais, proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, localizados no Município de Miracema-RJ. Art. 5º - Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal, nas suas diversas categorias. Art. 6° - Os produtores inscritos no programa passarão por uma

avaliação e seleção feitas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e pela Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro, FIPERJ que em conjunto irão avaliar as condições técnicas e ambientais para a implantação dos empreendimentos de aquicultura a serem implantados no Município de Miracema-RJ. Paragrafo Único - A avaliação das condições ambientalmente corretas, a implantação dos empreendimentos, bem como sua devida adequação a legislação ambiental deverá ter, obrigatoriamente, o parecer favorável da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Art. 7º - Os recursos que comporão o programa referido serão oriundos do Orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, de recursos de emendas parlamentares, bem como de qualquer outra forma de convênios que o Município firmar com Instituições públicas, estaduais ou federais fomentadoras do desenvolvimento agropecuário ou aquícola. Paragrafo Único - O número de produtores beneficiados anualmente, será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa. Art. 8° - Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá, em parceria com a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ, um curso profissionalizante na área da piscicultura, bonificando àqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequência mínima de 85% (oitenta e cinco por cento), com um desconto de 10% (dez por cento) nos preços hora máquina estipulados no Art. 2º. Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. **05)** Projeto de Lei Complementar que Autoriza o Município de Miracema a participar do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Social Sustentável, Agronegócio, Agricultura Familiar, Pesca e Aqüicultura da Zona da Mata Leste Mineira e Noroeste Fluminense – CONIDS, ratificando o Protocolo de Intenções que entre si celebraram, os Municípios de Antonio Prado de Minas, Barão do Monte Alto, Caiana, Carangola, Divino, Ervália, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Laranjal, Miradouro, Miraí, Muriaé, Orizânia, Palma, Patrocínio do Muriaé, Rosário da Limeira, São Francisco do Glória, São Sebastião da Vargem Alegre, Tombos e Vieiras, todos do Estado de Minas Gerais, e mais os Municípios de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Cardoso Moreira, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, São Fidélis, São José de Ubá e Varre-Sai, todos do Estado do Rio de Janeiro – visando a implantação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento

Social Sustentável, Agronegócio, Agricultura Familiar, Pesca e Aqüicultura da Zona da Mata Leste Mineira e Noroeste Fluminense – CONIDS e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade, dando origem a Lei nº 1.426, de 25 de abril de 2013. O Prefeito do Município de Miracema, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Miracema, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a participação do Município de Miracema no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Social Sustentável, Agronegócio, Agricultura Familiar, Pesca e Aqüicultura da Zona da Mata Leste Mineira e Noroeste Fluminense – CONIDS, ratificando o Protocolo de Intenções, assinado em 25 de Fevereiro 2013, conforme texto anexo, firmado entre municípios de Antonio Prado de Minas, Barão do Monte Alto, Caiana, Carangola, Divino, Ervália, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Laranjal, Miradouro, Miraí, Muriaé, Orizânia, Palma, Patrocínio do Muriaé, Rosário da Limeira, São Francisco do Glória, São Sebastião da Vargem Alegre, Tombos e Vieiras, todos no Estado de Minas Gerais, e mais os Municípios de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Cardoso Moreira, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, São Fidélis, São José de Ubá e Varre-Sai, todos do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de instituir o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Social Sustentável, Agronegócio, Agricultura Familiar, Pesca e Aqüicultura da Zona da Mata Leste Mineira e Noroeste Fluminense – CONIDS, sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público. Art. 2º. Os entes Consorciados poderão ceder servidores públicos na forma e condições de cada. Art. 3º. O estatuto do Consórcio disporá sobre a organização e o funcionamento de cada um dos seus órgãos constitutivos. Art. 4º. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, destinando recursos financeiros necessários para o cumprimento do contrato de rateio do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Social Sustentável, Agronegócio, Agricultura Familiar, Pesca e Aqüicultura da Zona da Mata Leste Mineira e Noroeste Fluminense – CONIDS, cujo valor deverá ser consignado na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o disposto no art. 8° da Lei n°. 11.107/2005 e Decreto n°. 6.017/2007. § 1º. O contrato de rateio será formalizado em

cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam. § 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito. § 3º. Os entes Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio. § 4º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº. 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. § 5º. Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente Consorciado que não consignar, em nas suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio. Art. 5º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a: I - abrir crédito especial, no orçamento atual, para atender despesas iniciais decorrentes da execução da presente Lei; II - suplementar, se necessário, o valor referido de que trata o inciso anterior, devendo consigná-lo nos orçamentos futuros e em dotações próprias para esta finalidade. Art. 6º. A retirada do ente Consorciado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Social Sustentável, Agronegócio, Agricultura Familiar, Pesca e Aquicultura da Zona da Mata Leste Mineira e Noroeste Fluminense – CONIDS. Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio Público pelo Consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação. Art. 7º. A alteração ou extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados. Art. 8º. Aplica-se ao Consórcio Público o disposto na Constituição Federal, Lei nº. 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto n°. 6.017/2007, de 17 de janeiro de 2007. Art. 9°. Revogam-se as disposições em contrário. Art. 10°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações

Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que está muito agradecido em ter sido convidado, pelo Presidente, para ser o orador oficial da Câmara Municipal de Miracema na Sessão Solene a ser realizada em comemoração ao aniversário do Município. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que conseguiu na internet uma informação de que o Município de Italva fez uma licitação através de pregão para a realização do serviço de coleta de lixo. Acrescentou que de acordo com o seu entender a utilização do pregão é a forma mais transparente de ocorrência de uma licitação, entretanto, mesmo com a utilização desta maneira de licitação, o Município acabou sendo penalizado pelo Tribunal de Contas do Estado. Por fim, disse que está preocupado com as atitudes do Sr. Prefeito Municipal, pois ele está se embasando em um Decreto Emergencial que sequer foi enviado a esta Casa Legislativa, sendo que não quer buscar na justiça a resposta dos requerimentos, uma vez que até hoje não recebeu nenhuma informação do Prefeito Municipal. Por fim, informou que não tem vontade de ficar brigando com o atual governo, porém não quer encerrar sua vida pública de forma inerte. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a boa vontade do Prefeito, infelizmente, vai de encontro com a má vontade do Secretariado, com isso, os requerimentos dos Vereadores acabam não sendo respondidos. Acrescentou que se compromete a levar os ofícios em mãos ao Sr. Prefeito Municipal para que ele esclareça os motivos da não resposta dos referidos, esclarecendo que que nem os ofícios dos Vereadores da base estão sendo respondidos. O Vereador Carlos Armando de Azevedo acrescentou que no dia em que os Secretários entenderem que eles são indicados e os Vereadores são eleitos, esses problemas serão resolvidos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier informou que as pessoas contratadas pela Prefeitura Municipal não estão recebendo seus salários em dia, esclarecendo que já obteve a resposta de alguns requerimentos, entretanto elas não estavam completas, faltando as informações mais importantes. Acrescentou que em momento algum foi denegrida a imagem de alguma pessoa, sendo que os Vereadores estão buscando as respostas para seus questionamentos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que parece que o salário dos contratados está atrasado apenas em relação ao mês de fevereiro e os outros já estão pagos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que sabe que o Governo possui dificuldades, entretanto a prioridade deveria ser manter o pagamento de seus funcionários em dia.

O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que, mesmo que tenha utilizado a palavra revoltado, em nenhum momento quis ofender os Vereadores, pois sua intenção foi demonstrar que entende a preocupação dos Vereadores, uma vez que as divergências de entendimento sempre existirão. Esclareceu que entende que apesar de aumentar a folha de pagamento, acredita que existe a necessidade de melhorar a remuneração dos funcionários da área da saúde que exercem algum tipo de chefia, voltando a afirmar que respeita o ponto de vista dos demais Vereadores. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos ao Subtenente e aos atiradores do Tiro de Guerra de Miracema pela brilhante participação nos jogos realizados em Guaçuí, conquistando várias medalhas. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 25/02/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 29 de abril de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número dezenove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 1, Versículos de 01 à 06. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Luiz Lindberg Farias Filho, de autoria da Mesa Diretora; 02) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Maria Regina Alpoin Freira, de autoria da Mesa Diretora; 03) Ofício nº 46/2013/GIDUR Campos/SR Norte Fluminense da Caixa Econômica Federal sobre Crédito de Recursos Financeiros. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Paulo Sérgio de Azevedo e Fabrício de Sá Xavier; 04) Convite para o Jogo de Futebol que será realizado entre os times Master Flamengo e Master Miracema, que será realizado no dia 04 de maio de 2013, às 16:00h no Estádio Municipal Plínio de Bastos; 05) Convite para a Santa Missa Presidida pelo Bispo Dom Roberto Francisco Ferreira Paz, que será realizada na abertura da 49ª Exposição Agropecuária de Miracema, no dia 01/05/2013, às 20 horas, no Parque de Exposições; 06) MEMO PMM/SEC.GOV Nº 075/2013 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 0181/2013 sobre a entrega de correspondência no Bairro Carrapichão. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício encaminhado Minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre a carga horária dos funcionários da área da saúde ao Sr. Prefeito Municipal, de autoria do Vereador Maurício Sant'Ana Soares. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a

Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam construídos 07 (sete) bancos na Praça São Benedito, tendo em vista que a necessidade, que diariamente são solicitados pela comunidade. Deferido. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vista ao setor competente, no sentido de que envide esforços a fim de que seja relacionada no Calendário Municipal uma data para a realização de um Carnaval fora de época em nosso Município. Deferido. 03) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Sr. Gerente dos Correios do Município de Miracema - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de disponibilizar cadeiras longarinas e senhas de atendimentos para melhorar o atendimento desta Instituição. Outrossim, também solicitamos que seja realizado o atendimento preferencial aos, idosos, deficientes, gestantes, entre outras. Aprovado. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Secretário Estadual de Tecnologia - Solicitação non sentido de que seja realizada a implantação de cursos na área de Educação (Pedagogia) no Centro Vocacional Tecnológico (FAETEC) do Município de Miracema, tendo em vista que já existem cursos na área de capacitação industrial. Aprovado. 05) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Ar. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Agricultura no sentido de que a Máquina Colheitadeira de arroz seja retira do local em que se encontra, pois ela está parada na estrada, ao tempo, e deveria estar guardada dentro da Secretaria. Deferido. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Presidente do DER-RJ, Dr. Henrique Ribeiro - Solicitação no sentido de que seja realizado o asfaltamento da Asfaltar da Rua Cel. Pedro Bastos, no Distrito de Venda das Flores, tendo em vista que a referida rua se encontra em condições precárias de trafegar. Aprovado. 07) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja elaborado um estudo técnico, com base no artigo 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, para avaliar se os professores lotados em berçários de nosso Município possuem o direito de receber a indenização de insalubridade. Outrossim, solicita que seja avaliada a possibilidade de retorno do pagamento da produtividade dos professores e dos funcionários da rede municipal de educação. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. 08) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam realizadas

as seguintes ações em prol da comunidade do Bairro Boa Vista: a) a construção de um posto de saúde; b) a construção de uma área de lazer; c) o término do calçamento da Rua Aurora Bersácula. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Melquisedeque Duarte para falar sobre a ONG AMINATURE. Com a palavra, o Sr. Melquisedeque, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que os trabalhos da ONG não se misturam com a política, sendo que o maior trabalho da OGN é a educação e a conscientização ambiental. Acrescentou que o trabalho é feito é voluntário e realizado com muito amor e carinho, sendo que já participaram de diversos fóruns, inclusive do Evento Rio + 20, representado pela Sra. Celeste. Informou que a ONG está sempre participando dos assuntos relacionados ao meio ambiente, sendo que possui diversas ideias para serem levadas ao Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que fez uma indicação ao Sr. Prefeito Municipal para que as carcaças de computador inutilizadas sejam transformadas em lixeiras. O Sr. Melquisedeque disse que esta é um ideia muito interessante, esclarecendo que a ONG já esteve em vários Municípios para dar palestras sobre o meio ambiente. Acrescentou que os Vereadores sempre ajudaram a AMINATURE no momento de escolherem a destinação das subvenções. Continuou dizendo que a ONG irá realizar um novo passeio ciclista, bem como que começará a realizar um trabalho de plantio de árvores no Município, sendo que a ONG, inclusive, já fez a limpeza em algumas rodovias do Município. O Vereador Fabrício de Sá Xavier acrescentou que a AMINATURE poderia dar uma olhada no terreno localizado perto da Dona Iara, pois o local está sendo transformado em lixão. O Sr. Melquisedeque esclareceu que algumas pessoas que fazem parte da ONG fizeram um curso de Técnico em Meio Ambiente, sendo que existe um projeto para que seja formado um Conselho do Meio Ambiente. Disse que o homem deve se conscientizar da importância do meio ambiente, sendo que o Dia Mundial do Meio Ambiente está chegando e gostaria que a Câmara Municipal organizasse algum evento. Informou que o Sr. Prefeito Municipal possui um Projeto para o Ribeirão Santo Antônio muito promissor. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a Câmara Municipal poderia fazer uma indicação ao Sr. Prefeito Municipal para que uma matéria relacionada ao Meio Ambiente fosse inserida na grade escolar. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que acha um absurdo prender os passarinhos em

gaiolas, sendo que deixa os passarinhos fazerem ninho próximo de sua casa. Acrescentou que os problemas que vem ocorrendo com o lixo em Miracema deveriam estar sendo fiscalizados pela Secretaria de Meio Ambiente. O Sr. Melquisedeque disse que em outros países as pessoas se preocupam em deixar as ruas mais limpas do que suas próprias residências. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que vem observando a presença de muitos pássaros livres na zona rural de Miracema, ao contrário do que ocorre na zona urbana, onde os passarinhos ficam presos em gaiolas. O Sr. Melquisedeque esclareceu que a ONG é completamente voluntária e seus membros não possuem a obrigação de contribuir, mas estão buscando montar um Projeto para que a ONG possa receber algum tio de verba. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a ONG poderia realizar um quadro de sócios para que assim pudesse arrecadar verbas para suas necessidades. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que na parte de baixo do Mirante existe uma sala de aula com a finalidade de auxiliar os ensinos relacionados ao meio ambiente, sendo que a Prefeitura comprou todo o material necessário para as aulas. Disse que o Meio Ambiente poderia ser acrescentado na grade escolar, mesmo que fosse uma matéria alternativa. Acrescentou que quando vê o trabalho da ONG começa a ter esperança no dia de amanhã, pois o trabalho é feito de graça, sem nenhum tipo de remuneração, apenas com o objetivo de salvar o Planeta. Por fim, disse que vai tentar solicitar a algum Deputado Federal para que seja colocada uma Emenda Parlamentar em nome da ONG para que ela possa cumprir seus objetivos. O Sr. Melquisedeque disse que não existe nenhuma mistura entre os trabalhos da ONG com a política, sendo que seus trabalhos são realizados com muito amor e carinho. Por fim, leu uma poesia de sua autoria em homenagem ao Município de Miracema. O Vereador Gilson Teixeira Sales parabenizou o Sr. Melquisedeque pelo trabalho exercido junto com a ONG. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença do Sr. Melquisedeque na Tribuna Livre. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Resolução: **01)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania à Sra. Maria Regina Alpoin Freire. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.131, de 29 de abril de 2013. **02)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania ao Sr. Luiz Lindbergh Farias Filho. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi

aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.132, de 29 de abril de 2013. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Hermes em razão da Folia de Reis. O Vereador Carlos Armando de Azevedo lembrou que a Sessão Solene da Câmara Municipal está marcada para as 10 horas, assim gostaria que não houvesse atraso no início da Sessão. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Agradecimento para o Dr. Maurício, representante do DER, por ter efetivado esforços a fim de que a Rua Pedro Santos fosse consertada. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a prestação de contas da Câmara Municipal está sendo feita manualmente e já está disponível para a consulta dos Vereadores. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 09/05/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 09 de maio de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos cinco dias do mês de maio, do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Salão de Festas da Sociedade Musical XV de Novembro, localizado na Avenida Deputado Luiz Fernando Linhares, 144, neste Município, foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de homenagear pessoas ilustres da comunidade e entregar títulos de cidadania, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo. Iniciando o Sr. Presidente disse que a Câmara Municipal de Miracema sente-se hoje muito honrada com a presença de todos vocês. É com prazer e emoção que faremos nossas homenagens. Convidou os Senhores Vereadores Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, respectivamente 1º e 2º Secretários, para comporem a Mesa Diretora, convidou os Vereadores Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maria José Marques Barros Andrade, Mauricio Sant'Ana Soares, Paulo Sergio Azevedo, para que tomem assento em seus respectivos lugares. Continuando, nomeou uma Comissão, composta pelos Vereadores Gilson Teixeira Sales e Maria José Marques Barros Andrade para conduzir a esta mesa, sua Excelência o Sr. Juedyr Orsay Silva, Digníssimo Prefeito Municipal, sua Excelência Raphael Tostes Padilha Moreira Pinto, Digníssimo Vice-Prefeito Municipal, para tomar assento a sua direita. Convidou para fazer parte da Mesa o Se. Carmod Barbosa Bastos, Prefeito Municipal de São Sebastião do Alto, o Dr. Luiz Otávio Barion Heckmaier, Juiz de Direito da Comarca de Miracema e o Deputado Federal Áureo. Continuando, o Sr. Presidente declarou aberta esta Reunião Solene. Continuou dizendo que estamos reunidos, com a graça de Deus, para mais uma vez reverenciarmos o grande feito de nossos antepassados e beneméritos: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DE MIRACEMA, evento que aconteceu há 77 anos depois de muita luta de nossos separatistas e da população em geral. Devemos passar para os nossos filhos e sucessores o compromisso de recordar sempre e com galhardia lições de civismo e de cultura como foi a CAMPANHA SEPARATISTA, movimento Político, sem cor partidária, que soube honrar a história de Miracema. Alegramo-nos, pois, com mais um

Aniversário de Emancipação Político Administrativa de Miracema, resultado de uma vitoriosa campanha cívica. Composta a Mesa e o Plenário, convido a todos para ouvirmos e entoarmos juntos, o Hino Nacional e o de Miracema com a Banda Musical 7 de Setembro. Continuou dizendo que hoje é um dia de grande significado para todo Legislativo Miracemense, pois estamos comemorando o aniversário do Município e homenageando pessoas que se destacaram e se destacam através do seu trabalho, no seio de nossa comunidade. Convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, para ocupar a Presidência, enquanto fazia a leitura do texto do Centenário do saudoso Dirceu Cardoso - Patrono desta Casa Legislativa. Em seguida, convidou o Monsenhor Matheus Panackakuzi para fazer a leitura do seguinte texto bíblico: Lucas, Capítulo 11, Versículos 01 ao 04. Iniciando as homenagens desta data: 1) Convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Adilson Faria de Souza, é casado com Odete Gonçalves de Souza, pai de 02 filhos, é empresário do ramo esportivo, proprietário da empresa Itaperuna Empreendimentos Esportivos - Clube de Futebol São José com Sede no Estádio Plínio Bastos de Barros em Miracema, captando novos talentos, valorizando os jovens de nossa cidade, incentivando-os na prática de esporte. * Título de Cidadã Miracemense a Sra. Margareth Dutra Rocha, nasceu no Rio de Janeiro, é casada com Paulo Roberto Botagio Junior, mãe de 02 filhos, reside em Miracema ha 27 anos, é proprietária da Fênix Serralheria e Vidraçaria, gerando diversos empregos em nossa cidade. 2) Convidou o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Sra. Janette Montigio de Carvalho, nasceu no Rio de Janeiro, é casada, mãe de 02 filhos, trabalhou no Jornal a Ultima Hora e na Xerox do Brasil, reside em Miracema há 05 anos com sua irmã e filho, desde cedo demonstrou um caráter impar, dedicação aos familiares e amigos, sendo pessoa com postura educação, dignidade e integridade, honesta tendo como sua maior característica a sinceridade. * Título de Cidadã Miracemense a Sra. Maria Helena Abreu de Oliveira, nasceu no Rio de Janeiro, é Professora formada, Funcionária Pública aposentada do INSS no cargo de Secretaria Administrativa, casada com Clóvis Gaspar de Oliveira Filho, mãe de 02 filhos, reside em Miracema desde o ano de 2000. 3) Convidou o Vereador Paulo Sergio Azevedo para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Sra. Maria Isabel de Miranda Galindo,

nasceu em Alagoinha Pernambuco, Administra a Casa dos Pobres São Vicente de Paula há 08 anos, é pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Miqueias Cezar Peres, nasceu em Varginha - MG, aos 03 anos de idade veio morar em Santo Antônio de Pádua, reside em Miracema ha 02 anos, é proprietário das Lojas Ponto Mix e A Favorita Kids, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 4) Convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Paulo Perdigão, nasceu no Rio de Janeiro, é filho de família miracemense " Grippa e Sardella", reside em Miracema desde o ano de 2004, atualmente aposentado pela Empresa Multinacional Firestone como Gerente Administrativo. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Wilson Vial Filho, nasceu em Governador Valadares - MG, é Médico, trabalha no Pronto Socorro Municipal e no Hospital de Miracema, onde vem exercendo um excelente trabalho, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 5) Convidou o Vereador Carlos Magno da Silva Peres para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Edilson Almeida Gonçalves, nasceu em São Sebastião da Boa Vista, no Município de Itaperuna - RJ, é produtor Rural, pai de 02 filhos sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Neres Ricardo de Sá, nasceu no Município de Patrocínio do Muriaé - MG, trabalhou durante 20 anos como Gerente de um Posto de Gasolina e ha 25 anos é proprietário do Bar e Restaurante SNOBS, reside em Miracema há muitos anos e é pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 6) Convidou o Vereador João Siqueira Magalhães para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Artur Pinto Lessa Quadros, nasceu em Petrópolis - RJ, é Professor, graduado em Educação Física, Pós Graduado em Musculação e Personal Treeiner, atualmente trabalha no Studio S Academia, é proprietário e Musico da Banda Rock Trip. * Título de Cidadã Miracemense a Srª Maria Aparecida Antunes de Souza, nasceu em Cisneiros MG, professora aposentada do Estado do Rio de Janeiro, casada com o Professor Pedro de Souza, mãe de 04 filhos, avó de 07 netos, é Ministra da Eucaristia da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade; 7) Convidou o Vereador Mauricio Sant'Ana Soares, para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª Dilma Alves, nasceu em Cambuci - RJ, é artesã, reside em Miracema há 24 anos, é pessoa benquista no

seio de nossa comunidade. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Marco Antônio Caviare Andrade, nasceu em Santo Antônio de Pádua, frequenta Miracema desde sua infância, pois seus avós maternos moravam no Município, é casado, com Maria Helena, pai de 02 filhos, reside em Miracema desde o ano de 1996, estabeleceu-se no comercio, hoje mantendo uma Empresa de Atendimento a Publicações em Diários Oficiais. 8) Convidou o Vereador Fabrício de Sá Xavier para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Luiz Cezar Gonçalves, nasceu em Mimoso do Sul, funcionário aposentado do Banco do Brasil, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Luis Gonzaga Godinho Nunes nasceu em Itaperuna - RJ, é funcionário do Banco do Brasil, exercendo a função de Gerente de Pessoa Física Agencia Miracema - RJ, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 9) Convidou o Vereador Carlos Armando de Azevedo, para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Idival Marchi, nasceu em Astolfo Dutra - MG, casado com Leda Alves Marchi, pai de 02 filhos, é empresário desde o ano de 1960, sendo um dos proprietários da Padaria São José, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Geraldo Steinthal Tepedino, nasceu em Niterói - RJ, é Engenheiro eletricista na modalidade de Telecomunicações, atualmente trabalha na Telemática Sistemas Inteligentes LTDA, casado com a Miracemense Agnis Alves Tepedino, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 10) Convidou o Vereador Gilson Teixeira Sales, para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Jorge Joukhadar, nasceu no Rio de Janeiro, é Docente do SENAC Rio e Itaperuna, participa do Projeto Social que ajuda a empregar alunos e alunas na área de Off Shore, reside em Miracema ha 10 anos, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Paulo Cesar de Almeida Pinto, nasceu no Rio de Janeiro, é casado com a miracemense Maria Dionisia Pimenta Dias, através do esporte presta serviço social voluntario nas comunidades Alto do Cruzeiro, CEHAB, Vila Nova e Vila José de Carvalho, reside em Miracema ha 11 anos sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 11) Convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade , Vice-Presidente, para ocupar a Presidência, enquanto fazia a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Fernando Martins Brandão, nasceu em Leopoldina -MG, é empresário, proprietária da Empresa de Sorvete Sol e

Neve, vindo para Miracema no ano de 2008, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Gilberto Canedo e Cunha, nasceu em Niterói, é empresário em Miracema desde o ano de 1998, casado com Karina Machado Tostes, pai de 02 filhos, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 12) Convidou o Vereador João Siqueira Magalhães juntamente com o Vereador Fabricio da Sá Xavier, para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª Maria Aparecida Soares, nasceu em Palma - MG, veio para Miracema no ano de 1957, para trabalhar na residência do Ex Delegado de Policia Antônio Faria Neto, período em que conheceu o Sr Sebastião Santa Rosa, com quem se casou e teve 05 filhos. Já no ano de 1964, foi admitida como funcionaria da Casa de Saúde e Maternidade São Sebastião, onde permaneceu ate se aposentar no ano de 1990, hoje com 73 anos de idade, ainda reside no Município com sua filha caçula, sendo avó de 12 netos, pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 13) Convidou o Vereador Carlos Magno da Silva Peres juntamente com a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Fernando Henrique Moreno Gonçalves, nasceu em Santo Antônio de Pádua, é aposentado da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua, casou-se com a Miracemense Vera Lucia Alvim, pai de 02 filhos, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 14) Convido o Vereador Carlos Armando de Azevedo juntamente com Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Giovanni Amaral de Oliveira, nasceu em Santo Antônio de Pádua, é casado com Ana Paula de Barros Oliveira, pai de 02 filhos, proprietário da Empresa CIPEL de Pádua Industria de Papeis LTDA, fundada no ano de 2000. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Sandro Márcio Rosa de Souza, nasceu em Itaperuna, filho de Neuma Rosa de Souza membro da Sociedade Musical Itaperunense, onde atuou como músico em vários grupos musicais e orquestras da Região, foi Gerente de Coral, e de Banda Marcial das Escolas Públicas e Privadas do Município de Itaperuna. No ano de 2008, foi admitido para Prefeitura Municipal de Miracema, através de Concurso Publico, para ocupar os Cargos de Professor Músico Instrutor e Professor I de Ensino Fundamental. Atualmente ocupa o cargo de Diretor da Escola de Municipal de Música Sete de Setembro. 15) Convido o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo juntamente com a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, para fazer a

entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Marcos Francisco Fonseca Alvim, nasceu em Muriaé - MG, casado com Deise Souza Garcia Pinto Alvim, pai de 03 filhos, é proprietário da Empresa Toke Esporte, é Presidente da Liga Lajense Desportos e Coordenador Regional da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro. 16) Convido o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, juntamente com o Vereador Gilson Teixeira Sales a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Júlio Silva Santos, nasceu em Itabuna - Bahia, casado com Marlucia Moraes Santos, pai de 01 filha, reside em Miracema desde o ano de 2000, é Funcionário da Prefeitura Municipal de Miracema, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 17) Convidou o Vereador Gilson Teixeira Sales juntamente com o Vereador Carlos Magno da Silva Peres, para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Celso Fernandes de Oliveira, nasceu no Rio de Janeiro, é casado com a Miracemense Cristina Aparecida Barbosa de Oliveira, pais de 03 filhos, funcionário Público lotado no Posto de Saúde Municipal, reside em Miracema ha muitos anos sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr André Nascimento Monteiro, é reitor da Universidade Iguaçu, Campus Nova Iguaçu e Itaperuna, é formado em Educação Física pela Universidade Federal de Viçosa formado também em Fisioterapia pela Universidade Estácio de Sá, é professor da Universidade Iguaçu e da Faculdade Sudamerica. André firmou convênio com a Prefeitura Municipal de Miracema, para um programa de extensão universitária onde os alunos do curso de Medicina Veterinária estarão prestando Assistência Técnica gratuita a produtores rurais do Município com cadastramento da produção agropecuária do Município. Concedeu bolsas de estudos e descontos a vários alunos de Miracema para que pudessem concluir os cursos Universitários na UNIG de Itaperuna. 18) Convidou o Vereador Mauricio Sant'Ana Soares juntamente com os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães, e o Advogado Miracemense Dr. Mauricio Duarte Monteiro, para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Geraldo Perreira do Vale, reside no Município de Itaperuna , é viúvo, pai de 03 filhos, sempre trabalhou no comércio ao lado de seu irmão. Foi sócio do Ex-Vice Presidente da República José de Alencar , nos idos de 1950, vinha muito a Miracema para comprar peças na fábrica de tecido São Martino, onde conquistou diversas amizades tais como: Marcelino Pereira Tostes e Altair de

Matos Tostes. Recentemente ficou orgulhoso em saber que sua trisavó Dona Ermelinda Rodrigues Pereira foi a fundadora do Povoado de Miracema. 19) Convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade Vice-Presidente para ocupar a Presidência, enquanto farei juntamente com o Vereador Carlos Magno da Silva Peres e Gilson Teixeira Sales a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Alceu José Abreu, nasceu em Santo Antonio de Pádua, é casado com Maria Gislaine Rossi Abreu Tostes, pai de 02 filhos, foi lavrador até os 15 anos de idade, quando no ano de 1951 veio para Miracema, trabalhou como servente de pedreiro no Estádio Municipal, trabalhou como calceteiro na Prefeitura Municipal de Miracema a na loja Leader ate se aposentar, é pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadã Miracemense a Srª Creusa de Oliveira Santos, nasceu em Palma - MG, é Professora na Escola Estadual Dr Ferreira da Luz, reside em Miracema desde o ano de 1968, viúva de Dilson da Costa Santos, com quem teve 03 filhos, é pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Gilberto José da Silva, nasceu em Paulista, é formado em Ciências Contábeis, foi Vereador no Município de Duque de Caxias, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadã Miracemense a Srª Hilda Araújo, nasceu em Nilópolis, reside em Miracema desde o ano de 1994, casou-se com o Miracemense Elbio Duarte, mais conhecido carinhosamente como "Tebinha", funcionário da CEDAE, é pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Luiz Otávio Barion Heckmaier, passou no Concurso Público de Provas e Títulos para a Magistratura do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2012, Juiz de Direito na Comarca de Miracema sendo sua primeira Titularidade, é um Magistrado atuante na Comarca, trabalhando de segunda a sexta sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Ricardo de Souza Borges, é Tenente Coronel da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro, iniciou sua carreira militar no 8º Batalhão de Policia Militar no Município de Campos dos Goytacazes, onde foi promovido a Tenente exercendo diversas funções, foi Comandante da CIAS, Chefe da SMT, Chefe do Serviço Reservado (P2), apos ser promovido a Capitão, foi movimentado para o EMG/PM2, onde exerceu a funções como Chefe de Operações, Chefe de Seção de Contra Inteligência e Chefe de Seção de Inteligência, já como Major prestou serviços ao Ministério Publico do Estado do Rio de Janeiro no Grupo de Apoio aos Promotores

da Tutela Coletiva (GAP), trabalhou também na Coordenadoria de Assuntos Estratégicos da PMERJ (CAES, após ter sido promovido a Tenente Coronel, foi Subcomandante da CPP/UPP, Chefe EMG-PM/1 e Chefe da 5ª DPJM. * Título de Cidadã Miracemense a SrªMaria Regina Alpoin Freire, nasceu no Rio de Janeiro, veio para a cidade mineira de Muriaé, mãe de 04 filhos, avó de 08 netos, viúva de Evandro Freire, o qual teve seu nome agraciado pelo Prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes, com a Presença da Presidente Dilma e os Vereadores de Miracema, Hugo Fernandes, Carlos Magno da Silva Peres e Gilson Teixeira Sales a um dos maiores hospitais, recentemente inaugurado na Ilha do Governador no Rio de Janeiro. 20) Convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade Vice-Presidente para ocupar a Presidência, enquanto farei juntamente com o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva a entrega do: * Título de Personalidade do Ano ao Sr Raphael Tostes Padilha Moreira Pinto, é Bacharel em Direito pela Universidade de Nova Iguaçu, Ex Presidente da Sociedade Beneficente Nossa Senhora Divina Providencia no período de 2010 a 2012, filho do Medico Veterinário Dr. José Antonio Moreira Pinto, Professor e Coordenador do Curso de Veterinária da UNIG e da Professora Leyse Maria Tostes Padilha Moreira de tradicional família da sociedade miracemense. Raphael possui uma excelente formação religiosa e vem se destacando como um brilhante orador, atualmente é Vice-Prefeito Municipal, sendo o mais jovem do estado do Rio de Janeiro e que em 03 meses de governo já representou o Município de Miracema em diversas reuniões, entre elas o Encontro Nacional de Prefeitos em Brasília - D.F e em Búzios - RJ, na Convenção Estadual de Prefeitos, sempre participando e ampliando os debates na área do meio ambiente e geração de emprego e renda. Apesar da pouca idade, tem desenvolvido um trabalho regional e estadual no sentido de fortalecer a economia e o desenvolvimento do Noroeste Fluminense e que por esta atuação já foi convidado por vários partidos a se candidatar a Deputado Estadual. 21) Convidou o Vereador João Siqueira Magalhães , para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Benemérito ao Sr Guilherme Mercante, é Miracemense, filho de Orlando Mercante e Octalina Rangel Mercante é casado com Giovanina Richard Mercante, pai de 03 filhos, avô de 03 netos, é graduado em Bioquímica, Pós Graduado em Hematologia, Pós Graduado em Citopatologia, especialista em Análise Clínica e Citologia Clínica. Dr. Guilherme há 35 anos é Diretor Técnico do LATEC, no Município de Araruama, e há 25 anos é

Bioquímico do laboratório do Hospital de Miracema e responsável pelos exames preventivos do câncer no Estado do Rio de Janeiro. 22) Convidou o Vereador Carlos Armando de Azevedo juntamente com o Prefeito Municipal, Juedyr Orsay Silva e o Vice-Prefeito Municipal Raphael Tostes Padilha Moreira Pinto, para fazer a entrega do: * Título de Miracemense Ausente Nº 1 ao Sr Alan Titonelli Nunes, é Miracemense, filho do casal Genésio Nunes Ribeiro e a Ex Vereadora desta Casa Regina Celia Titonelli Nunes, estudou por vários anos no Colégio Cenecista Nossa Senhora das Graças, no ano de 1999, mudou-se para Niterói, para cursar a Faculdade de Direito, especializando-se em Direito Público, no ano de 2006, passou em 03 Concursos Públicos para os cargos de, Procurador Federal; Advogado da União e Procurador da Fazenda Nacional, optando pelo cargo de Procurador Federal, foi Presidente do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional, participa da Comissão Nacional da Advocacia Pública (a convite do Conselho Federal da OAB), já foi agraciado com a Medalha Miranda Lima no Distrito Federal. 23) Convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo juntamente com o Presidente do COMANDA, para fazer a entrega da: * Comenda do Mérito Agropecuário Clovis Moreira Tostes ao Sr. Valcyr Santana de Moraes, representado pelo Secretário Municipal de Agricultura, o Sr. Valcyr nasceu em São Sebastião da Boa Vista - Distrito de Itaperuna, reside em Miracema há 45 anos, casado com Mirian Alves Abreu de Moraes, pai de 03 filhos, é proprietário do Sitio Santa Cruz em Paraíso do Tobias onde implantou um sistema integrado entre suinocultura e pecuária leiteira lucrativo e ambientalmente correto, sob a orientação técnica do extensionista rural da EMATER - RIO Dr. Jonas Moraes Lima e em pouco mais de 05 anos em uma área de aproximadamente 02 hectares, onde não seria possível ter mais de uma vaca, ele maneja 300 suínos, cujos dejetos são aproveitados para adubação dos piquetes com 32 vacas produzindo 300 litros de leite por dia. 24) Convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade Vice-Presidente para ocupar a Presidência, enquanto farei juntamente com o Vereador Genessi Rodrigues da Silva e o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva a entrega da: * Comenda do Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes a Rossi Distribuidora, aqui representada pelos seus proprietários Igor e Renato Aquino Rossi, empresa com sede no Município de Miracema há alguns anos, especializada no ramo de fraudas, gerando renda e emprego e elevando a nível nacional o nome de nossa querida Miracema. * Comenda

do Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes a Empresa Viação Miracemense LTDA, aqui representada pelos proprietários Leonardo e João Batista Nunes, empresa com sede no Município de Miracema há muitos anos, no ramos de Transporte Coletivo, sendo seus proprietários pessoas benquistas no seio de nossa comunidade. 25) Convidou os Vereadores Gilson Teixeira Sales e Gutemberg Medeiros Damasceno, para fazer a entrega da: * Comenda do Mérito Ecológico ao Sr Marcos Tadeu Passos Belot é Miracemense, formado em Ciências Contábeis, Funcionário Público, Casado, pai de 02 filhos, membro e um dos fundadores da AMINATUR, onde trabalha de forma voluntária em prol da natureza, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 26) Convidou o Vereador Carlos Armando de Azevedo juntamente com o Vereador Fabrício de Sá Xavier, para fazer a entrega da: * Comenda Dirceu Cardoso ao Sr Carlos Felipe Félix Ventura Lopes, é Miracemense, filho do Casal Roberto Monteiro Ribeiro Coimbra Lopes e Tânucia Félix Ventura Lopes, formado em Direito, no ano de 2005, foi aprovado em Concurso Público de Provas e Títulos para o Cargo de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, já atuou como Promotor de Justiça Eleitoral junto a Zona Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, atualmente é Promotor de Justiça na Comarca de Cambuci-RJ, onde também exerce a função de Promotor de Justiça Eleitoral, já atuou em diversas comarcas do litoral e nas cidades do Interior do Estado, é detentor do Titulo Honorifico " Miracemense Ausente Nº 1, concedido por esta Casa Legislativa, por indicação do Executivo Municipal no ano de 2010. 27) Convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade Vice-Presidente para ocupar a Presidência, enquanto farei juntamente com o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno a entrega da: * Comenda Dona Ermelinda ao Sr. Hanry Félix El-Khouri, é Miracemense, filho do Casal Naffa Murched El-khouri e Nedymelia Felix El-Khouri, formado em Direito pela UNIG, Pós Graduado em Direito Civil e Processual Civil e Direito do Trabalho pela Fundação Getúlio Vargas, é Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Miracema - RJ, é Assessor Jurídico da Caixa de Assistência e Pensão dos Servidores Públicos Municipais de Miracema. 28) Convidou o Vereador Mauricio Sant'Ana Soares juntamente com o Vereador Fabrício de Sá Xavier, para fazer a entrega da: * Comenda Julio José de Oliveira a Srª Eunice Garcia do Carmo, nasceu em Pirapetinga - MG, reside em Miracema há 45 anos, é

Professora aposentada pela Rede Pública do Estado do Rio de Janeiro e pelo Colégio Cenecista Nossa Senhora das Graças, é colunista do Jornal Liberdade de Expressão onde escreva a coluna "Falando com o Coração", é Artista Plástica de Pintura em Tela, já tendo exposto seus trabalhos no saguão da Câmara Municipal de Miracema é pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 29) Convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade Vice-Presidente para ocupar a Presidência, enquanto farei juntamente com o Vereador Genessi Rodrigues Santana a entrega da: * Comenda Jovem Talento a Dyego Oliveira da Silva, é miracemense, filho do casal José Carlos Pereira da Silva e Edmar Afonso de Oliveira, é mais conhecido como Dyego Afonso, é um jovem rapaz de 26 anos que além de cantor é compositor e Fonoaudiólogo, é ex aluno do Colégio Estadual Deodato Linhares, posteriormente da Faculdade Redentor. Dyego vem ganhando espaço profissional em diversos Municípios vizinhos através da Fonoaudiologia assim como pelo Brasil e demais Países como Argentina e Colômbia graças as suas canções. Desde os 11 anos de idade já se destacava em concursos de composições e pequenos Festivais de Poesia, realizados em sua escola e o 1º FEC (Festival Estadual de Calouros) como melhor interprete e melhor cantor, é católico e esta as vésperas de lançar seu 1º CD com o Titulo "Eis que me refaço", e atualmente coordena a juventude da Renovação Carismática da Diocese de Campos rumo a Jornada Mundial da Juventude. 30) Convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade Vice-Presidente para ocupar a Presidência, enquanto farei juntamente com o Vereador Carlos Magno da Silva Peres Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva e o Vice-Prefeito Municipal Raphael Tostes Padilha Moreira Pinto a entrega do: * Diploma de Honra ao Mérito ao Stradas MotoClub, é um MotoClube Interestadual, com sede em Miracema/RJ, foi fundado no dia 16 de agosto de 1995 por um grupo de motociclistas das cidades de Miracema e Santo Antônio de Pádua, no Estado do Rio de Janeiro, tendo como membros Fundadores Ulisses Padilha, Marcioni Letieri, João Luis Nassif, Antonio Tostes (Titonho - In Memorian), José Antonio (Capitão - In Memorian), José Paulo e Ely Feijó, coincidentemente a época e atualmente sob a Presidência do Primeiro, Sr. Ulisses Padilha. Conforme estipulado no artigo 2º do Estatuto, o objetivo do Clube é divulgar a motocicleta como uma opção de lazer e entretenimento e o motociclismo como uma terapia, além de colaborar com todos os eventos organizados pelos irmãos

motociclistas e sempre que solicitado ajudar entidades assistenciais. Hoje o clube conta com 52 integrantes das cidades de Miracema/RJ, Santo Antônio de Pádua/RJ, Itaperuna/RJ, Leopoldina/MG, Niterói/RJ, São José do Quatro Marcos/MT, São Carlos/SP e Palma/MG , proprietários de todos os tipos e modelos de motos e triciclos, que viajam por este país tão belo a fim de encontrar amigos motociclistas, respeitando o próximo e desfrutando dos prazeres das viagens. Semanalmente são realizadas reuniões, as quartas-feiras, em locais combinados, cujo clima é de alegria, descontração, além de muito papo sobre motos, é claro e em algumas terças, são realizadas reuniões internas onde serão discutidas questões do clube a as possíveis ações sociais que por ventura o Motoclub possa ajudar. Na última enchente que castigou a região, principalmente os Municípios de Santo Antônio de Pádua e Laje de Muriaé, o Stradas prestou uma significativa ajuda aos nossos vizinhos, ajudando e distribuindo incansavelmente alimentos, água, roupas aos que estavam necessitados. Ainda em clima de companheirismo, em alguns finais de semana, acontecem almoços de confraternização, reunindo integrantes das várias cidades para uma maior integração e mais papo sobre motos. No mês de setembro acontece Encontro Nacional de Motociclistas- Miracema/RJ, organizado pelo Stradas Motoclub que sempre foi e sempre será um grande parceiro tanto da Prefeitura, quanto da Câmara Municipal de Miracema. 31) Convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, para fazer a entrega do: * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. José Carlos Costa, é Miracemense, empresário do ramos de marmoraria há 10 anos em Campo Grande - RJ, sempre que pode vem a Miracema e participa dos eventos da cidade, onde mantém grandes laços de amizades e afetividade com parentes e munícipes mantendo até a data de hoje seu endereço em nosso Município. * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Adriano Macedo Félix, é Miracemense, filho de Assed Picanço Félix e Maria da Graça Macedo Félix, pai de 01 filha, morou em Miracema até os 9 anos, mudou-se para Niterói onde viveu durante 20 anos, é formado em Administração de Empresas, voltou a sua terra natal, onde aposentou-se, foi membro da ONG que visa o bem estar do Paciente Reumático, é filiado a Associação Brasileira de Portadores de Esclerose Sistêmica, 1º Secretario do Grupo de Pacientes Artríticos do Rio de Janeiro, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Espondilite Anquilosante, participou de diversos Congressos e Jornadas Brasileiras de Reumatologia, teve importante atuação

na atualização dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas de patologias reumáticas que culminou na portaria do Ministério da Saúde que concede o uso de imunossupressores biológicos a todos os pacientes , foi Conselheiro Estadual do Conselho Estadual da Integração da Pessoa com Deficiência do Estado do Rio de Janeiro, atualmente é 1º Secretário da Associação Nacional de Grupos de Pacientes Reumáticos, associação esta que após muita luta conseguiu um assento no Conselho na Agencia Nacional de Saúde Suplementar, é divulgador do Plano Viver sem Limites, é um ferrenho lutador pelos direitos da pessoa com deficiência, não só para os miracemense mais sua luta ultrapassa os limites do Município e suas conquistas são benéficas a cerca de mais de 40 milhões de brasileiros. 32) Convidou o Vereador Paulo Sergio de Azevedo, juntamente com o Vereador Mauricio Sant'Ana Soares, para fazer a entrega do: * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Orlando Mercante, conhecido carinhosamente como Sr. Landico, reside em Miracema, na Rua Santo Antonio, foi Expedicionário Brasileiro na grande Guerra Mundial que ocorreu nos idos de 1945, representando para todos os miracemenses um dos maiores valores cívicos de nossa terra. * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Carmod Barbosa Bastos, é Miracemense, de família ilustre, político atuante, atualmente é Prefeito Municipal de São Sebastião do Alto - RJ, que muito nos orgulha, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Willer Roque Monteiro, casado com Iracy Fialho Monteiro, pai de 02 filhas,é Advogado, Técnico em Contabilidade, proprietário do Escritório Técnico Contábil, foi funcionário desta Casa Legislativa por mais de 30 anos, onde no final se aposentou, é pessoa benquista no seio de nossa comunidade. (gostaria de chamar os servidores desta Casa Legislativa) Terminadas as Homenagens, convidou o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno para prestar uma homenagem ao Município, por ocasião do Aniversario de Emancipação Político Administrativo. Continuando, o Sr. Presidente convidou os presentes para fazerem uso da Tribuna. Assim, ocupou a Tribuna o Sr. Adalberto, Presidente do Stradas Motoclube, o Sr. Geraldo Steinthal Tepedino, a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, o Sr. Prefeito Carmod Barbosa Bastos, o Deputado Federal Áureo, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares, o Vice-Prefeito Raphael Tostes Padilha Moreira Pinto e o Prefeito de Miracema Juedyr Orsay Silva, para fazerem seus agradecimentos pessoais. Agradecendo ao Clube XV, aos funcionários do Poder Legislativo e à

presença de todos, o Sr. Presidente declarou a reunião encerrado, convidando todos os presentes para um Almoço de confraternização que seria servido em seguida. Nada mais havendo, eu Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores Sociedade Musical XV de novembro, 05 de maio de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número vinte, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Carlos Armando de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 4, Versículos de 01 a 08. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício CG/SEC nº 15/2013 da Secretaria Estadual de Cultura respondendo ofício nº 0113/2013 sobre o programa "Novas Cenas". O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 02) Telegramas parabenizando o Município de Miracema pelo ser 77º aniversário, do Deputado Estadual Comte Bittencourt, da Prefeita Branca Mota e do Sr. Tutuca; 03) Ofício nº 176/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 019/2013; 04) Ofício da Universidade Federal Fluminense (UFF) agradecendo a homenagem concedida ao Professor Dr. Sávio Freire pelo lançamento do livro "Exóticos Invasores"; 05) Comunicados nº CM029747/2013, CM035704/2013, CM035702/2013, CM035703/2013, CM035705/2013, CM035701/2013, CM035700/2013, todos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 06) Ofício PMM/GAB nº 0178/2012 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0147/2013 sobre um dia de gratuidade no Parque de Diversão da Exposição Agropecuária; 07) Ofício PRS/SSE/CSO 13452/2013 do Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro encaminhado o voto do Processo TCE/RJ 210.587-5/2013; 08) Convite para a Solenidade comemorativa ao 124º Aniversário do Município de Itaperuna; 09) Convite para o Lançamento do Projeto

"Miracema: Terra que Brota Talentos" a ser realizado no dia 11 de maio, às 19h, o Auditório do Centro Cultural Melchíades Cardoso; 10) Ofício nº 329/13 da Promotoria de Justiça da tutela Coletiva/Núcleo Pádua encaminhando uma recomendação sobre cessões de transportes de ônibus. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizado o calçamento nas Ruas Clovis Tostes e Walace Mercante, no bairro Jardim Beverly, na parte alta deste Município. Esclareço que tal solicitação visa atender aos pedidos dos moradores daquela localidade. Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizado o calçamento e o reparo da rede de esgotos da Rua Francisco de Poly, no bairro Jardim Beverly, neste Município. Deferido. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Ex-Secretário Municipal de Planejamento, Sr. Ivanildo Samel - Ao Proprietário da Empresa Souza Peres - Ao Atual Secretário Municipal de Planejamento, Sr. Marcos Felipe - Ao Engenheiro da Caixa Econômica Federal e Fiscal do Empreendimento - Solicitação no sentido de que compareça a esta Casa Legislativa com máxima urgência com a finalidade de que sejam esclarecidas algumas informações sobre a construção de casas populares no Município de Miracema. Aprovado. 04) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - Reiteração de solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se o Conselho Municipal de Assistência Social está ciente da contratação de pessoas através de Empresas terceirizadas para a área de Assistência Social. Ademais, em caso positivo, solicito que seja encaminhada cópia das atas de aprovação. Por fim, esclarecemos que caso este requerimento não seja respondido buscaremos soluções através da via judicial. Aprovado. 05) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde - Reiteração de solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se o Conselho Municipal de Saúde está ciente da contratação de pessoas através de Empresas terceirizadas para a área de Saúde. Ademais, em caso positivo, solicito que seja encaminhada cópia das atas de aprovação. Por fim, esclarecemos que caso este

requerimento não seja respondido buscaremos soluções através da via judicial. Aprovado. 06) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Presidente do Conselho do FUNDEB - Reiteração de solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se o Conselho do FUNDEB está ciente da contratação de pessoas através de Empresas terceirizadas para a área de Educação. Ademais, em caso positivo, solicito que seja encaminhada cópia das atas de aprovação. Por fim, esclarecemos que caso este requerimento não seja respondido buscaremos soluções através da via judicial. Aprovado. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Presidente da Associação de Estudantes Universitários de Miracema, Sr. Sandro - Solicitação no sentido de que seja envide esforços a fim de que sejam atendidas as seguintes solicitações: a) possibilidade de transporte para os alunos da Escola Agrícola do Município de Itaperuna; b) possibilidade de atender os alunos que estudam no CEDERJ, no Município de Itaocara, apenas aos sábados; c) possibilidade de atender os alunos que estudam na UFF, o Município de Itaperuna, sendo que eles começam a estudar às 16 horas. Aprovado. 08) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Exmo. Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha - Solicitação no sentido de que seja doado um equipamento de hemodiálise para atender as pessoas que realizam tratamento de insuficiência renal, uma vez que os pacientes que necessitam destes tratamentos têm de se deslocar para Municípios vizinhos, causando diversos desconfortos já que o tratamento é longo e cansativo. Aprovado. 09) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a construção de um Posto de Saúde no bairro Jardim Beverly, tendo em vista que o referido Bairro vem crescendo rapidamente. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que possui um documento com algumas sugestões ao Diretor do DEMUTRAN sobre a alteração no trânsito em Miracema. Acrescentou que fez um requerimento solicitando que a conhecida Rua da Laje fosse transformada em mão única, entretanto não obteve nenhum tipo de resposta. Por fim, disse que foram criados diversos cargos em relação ao DEMUTRAN, mas não está vendo nenhuma atitude em relação ao trânsito, sendo que todas as solicitações dos Vereadores não estão sendo atendidas. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acrescentou que concorda com o Vereador Gutemberg esclarecendo que depois que a Secretaria de Defesa Civil e Segurança Pública foi

criada, os guardas municipais sumiram das ruas do Município. Continuando, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Paulo Barros em razão de seu falecimento. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Renata Martinez Silva Calor, pela inauguração do Consultório Fisioterápico e Studio de Pilates Reabilitar, desejando sucesso em seu novo empreendimento. Continuando, agradeceu ao Sr. Prefeito e ao Sr. Vice-Prefeito pela criação da área de acessibilidade próxima ao palco, pois fez um requerimento solicitando esta área. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Agradecimento ao Dr. João Carlos Carvalho, Engenheiro do DER, uma vez que ele lhe encaminhou rapidamente a cópia integral de um Projeto sobre a Bacia do Hospital. Esclareceu que entregará este Projeto ao Prefeito Municipal para que seja estudada a possibilidade de sua realização. Pediu ao Sr. Presidente para conversar com o Sr. Prefeito Municipal para que os ofícios dos Vereadores sejam respondidos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que conhece o Projeto que está com o Vereador João Siqueira Magalhães e ele é muito interessante e barato. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a limpeza do Município não está de acordo com a necessidade da população, esclarecendo que existem boatos de que os funcionários da Empresa Pro Ambiente não possuem carteira assinada, assim esclareceu que fará uma reunião com a Comissão do Meio Ambiente para que possa ser realizada uma visita no local. Acrescentou que a Exposição Agropecuária estava muito bonita e bem iluminada, entretanto, os barraqueiros reclamaram dos altos preços para colocarem suas barracas na Exposição. Esclareceu que antes da criação a Secretaria de Segurança Pública estava mostrando serviço e trabalhando, porém depois de sua criação efetiva os Guardas Municipais sumiram. Concluindo, o Vereador disse que conversou com uma pessoa em Brasília sobre o Programa Bolsa Família para saber se estava acontecendo algum problema de não repasse de verbas e foi lhe informado que o repasse está ocorrendo normalmente. Por fim, esclareceu que o Sr. Prefeito Municipal possui a ciência dos requerimentos feitos pelos Vereadores. O Vereador Fabrício de Sá Xavier sugeriu que fosse realizada a contratação de um Engenheiro de Trânsito para que seja realizado um estudo em todas as ruas do Município de Miracema, pois a frota veicular aumentou em todo o Brasil. Esclareceu que não realizou nenhuma denúncia em relação a Exposição Agropecuária, pois

entende toda a burocracia que envolve a realização da referida, acrescentando que possui a cópia de um ofício do Corpo de Bombeiros onde foram mencionadas algumas irregularidades ocorridas na Exposição e na realização do jogo no Estádio Municipal. Em seguida, fez a leitura do referido ofício. Por fim disse que não sabe se foi por falta de informação ou por falta de humildade que as pessoas deixaram de cumprir alguns requisitos, mas não denunciou a festa, pois também já a organizou e sabe das dificuldades existentes, esclarecendo que foi ao Fórum para pedir uma cópia do processo e poder mostrar que não realizou nenhuma denúncia. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acrescentou que este documento do Corpo de Bombeiros é um pouco contraditório, pois alguns pontos citados em relação ao Estádio Municipal foram realizados de acordo com o pedido do próprio Corpo de Bombeiros. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que acredita que o Vereador Fabrício de Sá Xavier e nenhum outro Vereador fizeram as denúncias contra a festa. Entretanto, lhe causa estranheza o fato de que o Parque de Exposições é o mesmo e não houve nenhuma mudança, sendo que o Campeonato Estadual da Terceira Divisão estava acontecendo no Estádio. Disse que o cancelamento da Festa é uma situação muito constrangedora e questiona o próprio Corpo de Bombeiros, pois, em relação a estrutura, nada foi alterado no Parque de Exposições. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acrescentou que as saídas de emergência foram construídas as pressas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Dotinho, extensivo a todos os integrantes da 28ª Família da Torcida Organizada do Flamengo, pelo comparecimento no Estádio Plínio Bastos de Barros, no dia 04/05/2013, prestigiando os ídolos do time Master do Flamengo. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que gostaria de deixar sua indignação com a situação que ocorreu no domingo de exposição, pois durante o Show Evangélico, outras pessoas estavam apresentando um show de pagode no Palco 2 com um som muito alto e atrapalhou o Evento Principal. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que na exposição não foi possível conversar com ninguém, pois os sons da festa são muito altos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acrescentou que na quarta-feira ocorreu o mesmo fato. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que no domingo não conseguiram parar o som paralelo, sendo que o cantor ficou indignado e terminou o Show antes da hora. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que no dia do acidente na Avenida Carvalho lembrou da

solicitação feita pelo Vereador Gutemberg. Esclareceu que possui um estudo em relação ao trânsito de Miracema e na segunda-feira participará de uma reunião no Rio de Janeiro com o objetivo de solucionar estes problemas. Por fim, disse que se disponibiliza a realizar um trabalho um trabalho educativo em relação ao trânsito, pois alguma atitude deve ser tomada de maneira urgente. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para: 01) toda a Comissão Organizadora da Exposição Agropecuária de Miracema pela excelente festa apresentada em comemoração ao Aniversário do Município; 02) o Monsenhor Mateus pela belíssima Missa organizada no dia da abertura da Exposição Agropecuária de Miracema. Por fim, acrescentou que a Exposição Agropecuária também apresentou diversos fatos bons, podendo citar o asfaltamento criado, esclarecendo que o Ordenador de Despesas deve ficar atento aos atos de seus funcionários, pois por causa de um erro deles o Prefeito Municipal pode acabar respondendo por algo, inclusive pagando multas. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 13/05/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 13 de maio de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de prestar uma homenagem às Mães pelo seu dia, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: João, Capítulo 15, Versículos de 09 a 17. Prosseguindo o Sr. Presidente, após cumprimentar todos os presentes, informou que o objetivo principal da reunião era prestar uma homenagem às mães miracemenses em comemoração ao Dia das Mães. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que estamos reunidos com a graça de Deus, para mais uma vez prestarmos uma homenagem às mães pelo seu dia. Hoje é um dia de grande importância para nós, pois a Câmara Municipal de Miracema se sente honrada em prestar estas homenagens às mães, aqui hoje representadas por vocês. Todos nós sabemos o real significado da mãe, na condução do seu lar, na educação de seus filhos e na co-participação junto com seu esposo ou companheiro, no sustento de suas famílias. A mãe, mulher incomparável, desempenha um papel fundamental no alicerce e formação das futuras gerações, não só pelo poder de gerar filho, como também pela capacidade de conduzir sua educação através de seu exemplo seu carinho e sua dedicação. Parabéns a todas as mães. Continuando, o Vereador Gilson Teixeira Sales fez a Leitura da seguinte mensagem: "Falar das mães é falar de Deus, pois no coração delas está o verdadeiro amor. Amor que poderia até ser usado como exemplo, amor que se dá sem pedir recompensa. Sem cobrança, sem distinção, sem egoísmo e até sem medir distância, nunca deixa de ser amor. Sua luta no dia a dia a faz uma mulher madura, competente, que sabe o que quer para sua vida. Sexo frágil sim. Mas

acomodada não. Cada dia mais preparada, mas consciente de que o mundo foi feito para ambos os sexos e faz de tudo para que seus direitos e seus ideais sejam respeitados. Com coragem e persistência luta a cada dia para ajudar na felicidade da família. Parabéns mamãe pela passagem do teu dia". A seguir o Sr. Presidente deu início à entrega dos Diplomas de MÃE DO ANO, as ilustres homenageadas. **01)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Waléria Aparecida Matheus Miguel. Ao fazer a entrega do Diploma a sua homenageada, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse escolheu a Sra. Waléria principalmente por que ela é uma mãe jovem e teve a infelicidade de perder um filho também muito jovem, sendo que isto lhe causou um grande problema. Acrescentou que a Sra. Waléria ainda está se recuperando do trauma vivenciado e hoje quis fazer esta homenagem para ajuda-la a vencer esta grande batalha, sendo que ela possui um casal de filhos e uma mãe muito carinhosos que estão sempre a ajudando. **02)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Maria Magdalena Estefanini Oliveira. Depois da entrega do Diploma, a sobrinha do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo fez a leitura de uma bonita mensagem em homenagem ao dia das mães. **03)** O Sr. Presidente convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Sebastiana Marques Pinto, sua mãe. Ao fazer a entrega do Diploma a sua homenageada, a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade disse que sua mãe sempre foi um exemplo de pessoa a ser seguida e que ele representa muito na vida da Vereadora. Acrescentou que está muito emocionada, pois sua mãe sempre foi muito lutadora, lhe dando muita educação, amor e carinho. **04)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Carlos Magno da Silva Peres para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Terezinha da Silva Peres, sua mãe. Ao fazer a entrega do Diploma a sua homenageada, o Vereador Carlos Magno da Silva Peres parabenizou todas as mães, esclarecendo que sua família não está toda presente, uma vez que sua irmã está no Rio de Janeiro e seu irmão veio a falecer, sendo que sua mãe fica muito triste ao ouvir sobre este assunto, pois queria ele presente, mas sabe que Deus o levou para um lugar melhor. **05)** O Sr. Presidente convidou o Vereador João Siqueira Magalhães para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Marília Pinto Magalhães, sua

esposa. Ao fazer a entrega do Diploma a sua homenageada, o Vereador João Siqueira Magalhães disse que deve muito para sua esposa, sendo que possuem 43 anos de casados e ela, inclusive, já foi sua professora. Dessa forma, aproveitou este dia especial para prestar pequena homenagem para sua esposa, dizendo que a mãe tem a capacidade de ouvir o silêncio, de encontra as palavras certas nos momentos incertos, de nos fortalecer quando tudo parece ruir, sendo que sua existência é um ato de amor. Esclareceu que as mães possuem amor infinito, sem esperar nada em troca. A Sra. Marília Pinto Magalhães disse que gostaria de parabenizar todas as mães presentes e todas as mães de Miracema, sendo que sua filha não está presente em virtude de ter acabado de ganhar um filho, o João Pedro. Agradeceu a Câmara de Vereadores por se lembrar das mães no dia de hoje, pois elas sabem dar o sim para a vida, uma vez que somente elas possuem a capacidade de ter um filho. Por fim, fez a leitura de uma mensagem muito bonita em homenagem ao dia das mães, que esta muito emocionada no dia de hoje. **06)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Elza Maria das Neves Silva. Ao fazer a entrega do Diploma a sua homenageada, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que uma pessoa, que já perdeu sua mãe, lhe falou para ele começar a beijar sua mãe todo o dia, pois o amor de mãe é o maior que existe. Esclareceu que ama sua mãe e procura estar sempre presente em sua vida, sendo que as pessoas deveriam beijar suas mães todos os dias. Disse que é uma honra homenagear a Sra. Elza Maria, sendo que ela é uma pessoa que sempre lhe ajudou durante sua vida. **07)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Fabrício de Sá Xavier para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Maria Filomena da Silva Fernandes. Ao fazer a entrega do Diploma a sua homenageada, o Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que est se sentindo muito orgulhosos de poder estar fazendo esta homenagem para a Sra. Maria Filomena, vez que ela tem muito carinho com seus filhos. Que através desta homenagem homenageia todas as mães miracemenses. A Sra. Maria Filomena da Silva Fernandes agradeceu a homenagem recebida pelo Vereador Fabrício, esclarecendo que todos os Vereadores estão representando seus filhos. **08)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Carlos Armando de Azevedo para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Marialfa Salomão Alves. Ao fazer a entrega do Diploma a sua homenageada, o Vereador Carlos Armando disse que

gostaria de parabenizar, também, a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, sendo que ela é uma excelente represente das mulheres da Câmara Municipal. Acrescentou que estava conversando com sua filha sobre comemorar o dia das mães e percebeu a falta que a mãe dela esta lhe fazendo, sendo sua família sempre foi muito unida. Disse para que os filhos aproveitem suas mães da melhor maneira possível, sendo que é muito importante demonstrar o amor sentido. Esclareceu que está muito feliz em homenagear a Sra. Marialfa, sendo que os filhos devem valorizar suas mães. **09)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Gilson Teixeira Sales para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Maria José Ribeiro Pinto. Ao fazer a entrega do Diploma a sua homenageada, o Vereador Gilson Teixeira Sales disse que o Eduardo, seu assessor é como se fosse um irmão, sendo que a Sra. Maria José Ribeiro, sua mãe, pediu para ele cuidar do Eduardo. Esclareceu que as mães sempre mostram a preocupação com seus filhos, sendo que na verdade é o Eduardo quem cuida dele. Disse que não pode tomar conta do Eduardo, por isso pede para que a Sra. Maria José Ribeiro cuide dos dois, dele e do Eduardo. O Sr. Eduardo disse que é um prazer, um privilégio e uma honra muito grande estar aqui hoje para apresentar sua mãe. Esclareceu que está muito honrado em ser filho de sua mãe, sendo que se pudesse escolher alguma casa para diferente para viver não o faria, pois é muito feliz em pertencer a sua família, uma vez que se sente privilegiado em possuir uma mãe como a sua. **10)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Genessi de Fátima Gomes, sua esposa. Ao fazer a entrega do Diploma a sua homenageada, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que os Vereadores estão reunidos para fazer uma homenagem muito especial para as mães. Que está segurando sua emoção, pois perdeu sua mãe recentemente e o dia mais importante de sua vida foi quando seu pai disse para ele que lhe amava, pois muitas vezes as pessoas perdem a oportunidade de demostrar seu amor. Disse que sua esposa também se chama Genessi, mas é conhecida popularmente como Jane. Esclareceu que sua esposa é uma segunda mãe e que temos de aprender amar e a valorizar as esposas. Acrescentou que sua esposa é uma pessoa que luta e briga por sua família. **11)** O Sr. Presidente convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, Vice-Presidente para ocupar a Presidência, enquanto faria a entrega do Diploma de Mãe do Ano à Sra. Simone

Fernandes, sua mãe. Ao fazer a entrega do Diploma de sua homenageada, o Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que este ano está fazendo uma homenagem caseira, sendo que no dia da mulher homenageou sua avó, e hoje homenageia sua mãe. Parabenizou todas as mães miracemenses e agradece sua mãe e sua avó por sua criação possibilitando a obtenção de todos seus objetivos. A Sra. Simone Fernandes agradeceu por ter três tesouros em sua vida, seus filhos, agradecendo a sua própria mãe por ter lhe ajudado a criar seus filhos. Por fim, disse que tem muito orgulho de seus três filhos. **12)** O Sr. Presidente convidou o Presidente e os Representantes da FAMIRA, para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Maria Neles Siqueira Pereira. Ao fazer a entrega do Diploma a homenageada da FAMIRA, o Sr. Marco Moura disse que hoje é uma data histórica em que a Câmara Municipal está realizando sua homenagem ao Dia das Mães. Disse que sua mãe já foi homenageada pela Câmara, esclarecendo que a Sra. Maria Neles Siqueira Pereira foi eleita por unanimidade entre os Representantes da FAMIRA. Continuando convidou o Dr. Miguel Ângelo para realizar um discurso sobre a homenageada. Com a palavra, o Dr. Miguel Ângelo fez uma bela homenagem para a Sra. Maria Neles Siqueira Pereira esclarecendo, principalmente, que ela é uma importante moradora do Município de Miracema e que seus filhos são todos miracemenses. O Sr. Fabiano, filho da Sra. Maria Neles disse que possui orgulho de ser filho de sua mãe, sendo que ela sempre criou sues filhos com muita honra e dignidade. A Sra. Maria Neles parabenizou todas as mães miracemenses, esclarecendo que uma criança ao nascer, ganha um anjo para orientar sua vida, sendo que este anjo é a mãe da criança. O Sr. Orlando Siqueira, filho da Sra. Maria Neles disse que também muito orgulho de ser filho de sua mãe e agradece todos os esforços dela para realizar uma criação digna e honrada para todos seus filhos. Por fim, o Sr. Carlos Fera disse que, infelizmente, muitas pessoas que estão deixando de visitar suas mães que residem no asilo São Vicente de Paula, esclarecendo que a Sra. Maria Neles participou diretamente de sua criação. Terminada as homenagens o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convidando para a próxima a ser realizada no dia 16/05/2013, às 19 horas. Convidou também os presentes, para um coquetel que seria servido em seguida, no recinto, em comemoração ao Dia das Mães. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de

Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 16 de maio de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número vinte e um, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 04, Versículos de 01 a 08. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 582/13 da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva/Núcleo Pádua referente ao IC 279/12. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 02) Ofício nº 500/13 da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva/Núcleo Pádua referente ao IC 199/12 (MPRJ 2009.00426823). Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 03) Agradecimento do Sr. José Luiz da Silva pela Moção de Pesar recebida em razão do falecimento da Sra. Marilza Néle Tostes de Macedo da Silva; 04) Ofício RH nº 21/2013 do Presidente da CAPPS de Miracema; 05) Convite para evento a ser realizado no dia 18 de maio, às 15h, no Distrito de Paraíso do Tobias; 06) Ofício PMM/SMAS – nº 173/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social prestando algumas informações. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 07) Parecer técnico da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo sobre Projeto de Lei que dá nome a uma via pública do Município de Miracema. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 08) Convite para a inauguração da nova sede (Casa do Advogado), a ser realizada no dia 22 de maio, às 19h; 09) Ofício nº 136/2013 da Procuradoria Geral do Município de

Miracema solicitando algumas informações; Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier, Paulo Sérgio de Azevedo e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 10) Ofício CGM nº 009/2013 do Controlador Geral do Município de Miracema encaminhando documento e prestando algumas informações. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Ilmo. Sr. Diretor do IDECAN - Solicitação no sentido de que seja informado a Câmara Municipal de Miracema quando será devolvido o valor da inscrição do concurso que iria ser realizado na Prefeitura Municipal de Miracema aos concursandos, tendo em vista que o concurso se encontra suspenso e provavelmente não será realizado. Aprovado. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. 02) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Secretario Estadual de Defesa Civil - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado no Município de Miracema o Projeto DAC (Departamento de Ações Comunitárias). Ressaltamos que o referido Projeto tem como objetivo a redução das adversidades através das ações preventivas, buscando o aumento da percepção de riscos, o incentivo à responsabilidade social e a formação de novos multiplicadores. Aprovado. Antes de fazer seu requerimento o Vereador João Siqueira Magalhães fez a leitura de um ofício enviado pelo Ministério Público do Trabalho, sendo que seus requerimentos serão realizados com fundamentação neste ofício. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - À Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa a cópia do ofício que originou o Processo nº PAJ 000021.2012.01.003/9-301, bem como a cópia do documento que originou a ACP nº 0052300-22.2006.5.01.0471. Aprovado. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - À Vara do Trabalho de Itaperuna - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa a cópia do documento que originou a ACP nº 0052300-22.2006.5.01.0471. Aprovado. 05) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil do Município de Miracema - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja disponibilizado um Guarda Municipal em frente ao Colégio Cenecista Nossa Senhora das Graças nos horários da saída dos alunos, tendo em vista que as ruas em frente ao Colégio muito movimentadas inclusive com circulação de ônibus. Deferido. 06)

Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa o motivo pelo qual não aconteceu a concessão do aumento de 8% (oito por cento) aos Professores da Rede Pública, tendo em vista que a Presidente Dilma fez um pronunciamento, em rede Nacional, que inseriu no Orçamento do FUNDEB o referido aumento. Esclarecemos que o mencionado aumento foi concedido pelo Governo Federal, sendo que cada Município deveria se adequar conforme suas condições. Deferido. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa cópia do Decreto Emergencial, de todo seu trâmite legal e de sua publicação no Diário Oficial do Estado, com o respectivo deferimento do Governador Federal. Deferido. 08) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema, Sr. Hugo Fernandes - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de que seja comprado um data show para a Câmara Municipal, com o objetivo de melhorar a apresentação dos trabalhos nas reuniões. 09) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas ao Presidente da Comissão da 49ª Exposição Agropecuária de Miracema no sentido de que sejam esclarecidas as seguintes informações: a) se o evento "49ª Exposição Agropecuária de Miracema" foi realizado por empresa terceirizada, se foi, qual a forma de contratação, com o envio da cópia do processo, do pagamento e do empenho; b) quais contratos foram firmados visando a 49ª Exposição Agropecuária de Miracema, com o envio da cópia integral dos processos; c) quais contratos se deram por inexigibilidade e ou dispensa de licitação, com o envio da cópia integral dos processos; d) quais contratos se deram por procedimento licitatório e qual a modalidade, com o envio da cópia integral dos processos; e) como se deu a contratação das tendas, por licitação ou não, qual o valor e qual a empresa contratada; f) como se deu a contratação de seguranças e da brigada anti-incêndio; g) como foi paga a utilização do solo do parque e qual foi o valor; h) encaminhar relação dos DAM's (Documentos de Arrecadação Municipal) das barracas instaladas no Parque de Exposições durante a festa; i) informar se foi dada exclusividade para alguma fabricante de bebidas e como esta empresa foi escolhida; j) encaminhar cópia de todos os processos referente à contratações do referido evento. Deferido. A seguir o Sr. Presidente convidou o Sr. Hércules, Presidente da Sociedade Musical Sete de

Setembro, para ocupar o espaço destinado ao uso da Tribuna Livre, tendo em vista o convite feito pelo Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno. De início, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno agradeceu o Sr. Hércules por ter aceitado o convite feito, esclarecendo que o convidou para comparecer na Câmara Municipal para que fossem esclarecidos alguns pontos em relação a obra que estava ocorrendo no Prédio da Banda Sete. Acrescentou que recebeu uma série de perguntas sobre esta situação, sendo que a primeira questão seria para saber se existe um engenheiro responsável pela a obra. O Sr. Hércules, após cumprimentar todos os Vereadores e todo o público presente, informou que atualmente Banda Sete depende única e exclusivamente de capital público, sendo que no ano passado o Prédio da Banda não tinha condições de alugar a parte de baixo do imóvel. Entretanto, hoje, a Banda Sete aluga sua parte de baixo para algumas pessoas e o valor recebido através destes contratos vem sustentando seu funcionamento. Informou que durante a mudança de Governo a Banda ficou sem receber uma parte da verba que deveria ter recebido sob a alegação de que a Prefeitura Municipal não teria como arcar com estes custos, sendo que a Banda ficou com um déficit de aproximadamente R$ 7.000,00 (sete mil reais). Esclareceu que as salas estão alugadas para algumas pessoas, por isso a Sociedade Musical começou um projeto com intuito de reviver a Banda Sete de Setembro. Acrescentou que no ano passado se deparou com um problema, pois o maestro não poderia receber regularmente, uma vez que a Banda possui fins filantrópicos. Para solucionar este problema o maestro teve de abrir uma firma para que o serviço pudesse ser pago regularmente. Esclareceu que o espaço no meio da parte de baixo ficou vazio, pois as pessoas que queriam alugar o local tinham vontade de fazer uma obra. Informou que o mastro ficou com seus salários atrasados por cinco meses, sendo que é o único cargo da Banda que recebe salário. Acrescentou que um empresário de Miracema lhe perguntou sobre a possibilidade de alugar um local, entretanto deveria ser realizada uma obra para que o espaço fosse aumentado, sendo que existe um terreno localizado nos fundos do local que estava gerando um transtorno, pois estava com muito mato e muitos entulhos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se existe um responsável técnico para administrar as obras. O Sr. Hércules respondeu que sim, esclarecendo que procurou a Secretaria de Meio Ambiente para que pedir realizada uma limpeza no terreno. Acrescentou que o

empresário miracemense lhe procurou, visitou o local e se interessou informando que geraria alguns empregos para os músicos da Banda. Por isso, combinou com o empresário para ele arcar com os custos da limpeza, o que foi aceito, sendo que já foram retirados cinco caminhões de entulho e ainda tem mais para ser retirado. Esclareceu que enquanto estava sendo feita a limpeza ele começou a providenciar os documentos para a realização da reforma, sendo que o engenheiro responsável pela obra é o Sr. José Alfredo. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou se a obra já foi comunicada à Prefeitura e ao INEPAC. O Sr. Hércules esclareceu que a obra ainda não foi comunicada a Prefeitura, pois o que está sendo feito é somente uma limpeza no terreno, entretanto o Projeto já está mesa do Secretário de Cultura para que ele comunique ao INEPAC. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que lamenta o fato que a Banda Sete de Setembro ainda não tinha vindo nesta Casa Legislativa solicitar a ajuda dos Vereadores, pois nós poderíamos olhar para estes problemas e buscar uma solução. Acrescentou que vai dizer para as pessoas que estão lhe procurando que elas devem utilizar seus esforços a fim de que seja conseguida alguma ajuda financeira para a Banda Sete de Setembro, sendo que elas estão pensando que no local vai ser montado um supermercado. Acredita que algumas atitudes foram tomadas de maneira equivocada, por isso sugere que o Sr. Presidente da Banda convoque uma assembleia geral para que estes fatos sejam discutidos e resolvidos com a ajuda da assembleia. Disse que está sugerindo esta atitude porque diversas pessoas estão lhe procurando e estão preocupadas com a atual situação. Continuou esclarecendo que se a Sociedade Musical possui alguma verba para receber da Prefeitura ela deve receber, sendo que os Vereadores não sabiam que a verba para a Sociedade Musical não estava sendo repassada, pois os Vereadores podem e devem tomar algum tipo de atitude. Concluindo, disse que em 1997, quando assumiu a Prefeitura, ajudou Sociedade Musical, tendo inclusive conseguido alguns instrumentos. O Vereador Hugo Fernandes perguntou desde quando a verba da Prefeitura Municipal não está sendo repassada. O Sr. Hércules esclareceu o último repasse feito foi no mês de novembro, sendo que este ano está realizando a prestação de contas para que os repasses sejam recomeçados. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que inclusive o uniforme também foi doado pelo Poder Executivo. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que

sempre que existir algum tipo de problema com a Sociedade Musical o Sr. Hércules pode procurar esta Casa Legislativa, esclarecendo que fica triste por causa desta situação. O Sr. Hércules agradeceu a oportunidade, esclarecendo que os Vereadores sempre ajudaram a Sociedade Musical. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se a obra continua ou está parada. O Sr. Hércules disse que a obra está parada, entretanto não recebeu nenhum tipo de notificação para que a obra fosse suspensa. O Vereador Gutemberg Medeiros disse que tem notícias de que a obra foi embargada pela Secretaria de Obras, possuindo inclusive um ofício dizendo que a referida Secretaria embargou a obra. O Sr. Hércules disse que não recebeu nenhum tipo de documentação em relação a suspensão das obras. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que é lamentável que alguns Secretários Municipais não realizam as atitudes no tempo devido, esclarecendo que nós vivemos num Município onde as pessoas só sabem criticar e não ajudar, por isso sugere que siga as recomendações do Vereador Gutemberg. O Sr. Hércules agradeceu a oportunidade e está feliz e surpreso com a maneira em que foi recebido pelos Vereadores. Esclareceu que foi realizada uma reunião com a Diretoria da Banda Sete de Setembro, sendo que não foi repassado para a Diretoria qualquer livro que diga quem são os sócios, por isso hoje, os sócios da Sociedade Musical Sete de Setembro são aqueles músicos com mais de 02 (dois) anos de participação na Banda. Acrescentou que alguns ex-integrantes estão incomodados com a atual gestão, sendo que vai realizar um levantamento sobre a quantidade de sócios devidamente documentados. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou ao Líder do Governo que peça ao Prefeito que intime a Empreiteira da Obra para que o problema do telhado seja resolvido. O Sr. Hércules acrescentou que hoje a Banda Sete possui dinheiro em caixa para que possa ser utilizado em casos de emergência. Por fim, Vereador Hugo Fernandes agradeceu a participação Banda Sete na Sessão Solene em homenagem ao aniversário do Município. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 07 (sete) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei Complementar que acrescenta alterando o art 52 da lei nº 798/99, Item 5, da Secretaria Municipal de Fazenda, criando a Divisão de Tesouraria da FUNEMI, acrescentando ao Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando o cargo de Chefe de Divisão de Tesouraria da FUNEMI, Grupo de Chefia CH-02, Símbolo de Vencimento

CC4, e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal – 2ª Votação. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu existe a possibilidade de que muitos contratados sejam demitidos, por isso fica preocupado, pois futuramente podem faltar recursos para a realização dos pagamentos dos funcionários. Esclareceu que se por um lado a Prefeitura está demitindo os funcionários contratados, por outro ela está criando mais cargos comissionados. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado com quatro votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1.427, de 16 de abril de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte LEI: Art. 1º- Fica criado a Divisão de Tesouraria da FUNEMI, acrescentando ao art 52, item 5, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999, com a finalidade de auxiliar a Secretaria Municipal de Fazenda no controle de fiscalização das Receitas Municipais, bem como: I – Registrar a receita arrecadada pelos órgãos da Administração; II – Executar o controle contábil analítico e sintético das receitas Municipais previstas e arrecadadas pelas unidades de arrecadação; III – Realizar pesquisas e estudos sobre as variações das rubricas; IV – Efetuar o controle a arrecadação bancária; V – Efetuar a classificação das despesas nos termos da legislação vigente; VI – Efetuar a execução das despesas orçamentárias do Município; VII – Efetuar controle da despesa empenhada e dos empenhos por processos; VIII – Tomar as providências atinentes à liquidação da despesa pública municipal; IX – Emitir notas de pagamento de despesas orçamentárias; X – Manter o registro de emissão de ordem de pagamento com recursos orçamentários; XI – Executar pagamentos devidamente autorizados e processados e demais compromissos da municipalidade; XII – Verificar a posição contábil do saldo bancário da fundação e saldo do caixa, informando-os mediante boletins diários ao secretário municipal da fazenda; XIII – Controlar os pagamentos efetuados através da rede bancária, prestado contas as serviço de contabilidade; XIV – Executar programas de realização de estoque de recursos financeiros, de acordo com as normas do direito financeiro e a legislação do

mercado de capital; XV – Executar outras atividades correlatas. Art. 2º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Chefe de Divisão de Tesouraria do FUNEMI, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Miracema, Grupo de Chefia CH – 02, Símbolo de Vencimento CC4, Recrutamento Limitado, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, tem sua classificação na forma do presente artigo: Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Fazenda; Classificação Funcional: 02.0504.122.0095.2.130.000 – Manutenção e Operacionalização do Órgão; Elemento: 3.1.90.11.00. Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei Complementar que acrescenta alterando o art 52 da lei nº 798/99, Item 3, da Secretaria Municipal de Administração, criando os Departamentos de Registro de Pagamento e Pessoal, e Departamento de Recursos Humanos, acrescentando ao Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando os cargos de Diretor de Departamento de Registro de Pagamento e Pessoal, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2, e Diretor de Departamento de Recursos Humanos, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2; acrescenta alterando o art. 52 da Lei Nº 798/99, Item 3, da Secretaria Municipal de Administração, criando a Divisão de Recursos Humanos, acrescentando ao Anexo I Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando o Cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Grupo de Chefia CH-02, Símbolo de Vencimento CC4, e dá outras providências Autoria: Prefeito Municipal – 2ª Votação. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado com quatro votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1.427, de 16 de abril de 2013.A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte LEI: Art. 1º - Fica criado o Departamento de Registro de Pagamento e Pessoal, acrescentando ao art 52, item 3, da Lei nº 798/99

de 04 de novembro de 1999, com a finalidade de auxiliar a Secretaria de Administração no controle de pagamento aos servidores públicos municipais, bem como: I – Executar todos os programas oriundos de registros da folha de pagamento de pessoal e afim; II – Coordenar recadastramento dos servidores públicos municipais em conjunto como e departamento de recursos humanos; III – Elaborar contracheques; IV – Atender às solicitações do TCE/RJ quando solicitado; V – Promover em conjunto com a Secretaria de Administração, projetos voltados para a melhoria de atendimento ao servidor público municipal, quando a matéria versar sobre folha de pagamento; VI – Elaborar ofícios e solicitar informações de outras Secretarias a fim de obter informações para o fechamento da folha de pagamento, bem como demais atribuições inerentes ao cargo. Art. 2º - Fica criado o Departamento de Recursos Humanos, acrescentando ao art 52, item 3, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999, com a finalidade de auxiliar a Secretaria de Administração no controle de informações e pastas funcionais dos servidores públicos municipais, bem como: I – Responder pelo Departamento de Recursos Humanos; II – Assinar todos os atos emanados desse departamento; III – Auxiliar a Secretaria de Administração quantos os assuntos funcionais, tais como férias, licenças, afastamentos, etc; IV – Assinar portarias expedidas pelo seu departamento; V – Falar por cota em processos administrativos que envolvam servidores públicos; VI – Expedir ordem de serviços; VII – Acompanhar recadastramento de pessoal juntamente com o departamento de Registro de Pagamento e Pessoal e Secretaria Municipal de Administração VIII – Desenvolver outras atividades correlatas. Art. 3º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Diretor de Departamento de Registro de Pagamento e Pessoal, vinculado à Secretaria Municipal de Administração do Município de Miracema, Grupo de Chefia CH – 01, Símbolo de Vencimento CC2, Recrutamento Amplo, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 4º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Diretor de Departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração do Município de Miracema, Grupo de Chefia CH – 01, Símbolo de Vencimento CC2, Recrutamento Amplo, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 5º - Fica criado a Divisão de

Recursos Humanos, acrescentando ao art 52, item 3, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999, com a finalidade de auxiliar o Departamento de Recursos Humanos no controle de informações e requerimentos funcionais dos servidores públicos municipais, bem como: I – Elaborar portarias; II – Realizar informações junto às pastas funcionais; III – Atender ao Diretor de Departamento de Recursos Humanos; IV – Realizar atendimento ao servidor público Municipal; V – Realizar trabalhos de digitação; VI – Protocolar requerimento; VII – Carimbar documentos administrativos; VIII – Realizar outras atividades afins. Art. 6º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos, vinculado ao Departamento de Recursos Humanos, pertencente à Secretaria Municipal de Administração do Município de Miracema, Grupo de Chefia CH – 02, Símbolo de Vencimento CC4, Recrutamento Limitado, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 7º - As despesas decorrentes da presente Lei, tem sua classificação na forma do presente artigo: Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Administração; Classificação Funcional: 02..0304.122.0095.2.130.000 – Manutenção e Operacionalização do Órgão; Elemento: 3.1.90.11.00. Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei Complementar que Acrescenta alterando o art 52 da lei nº 798/99, Item 8, da Secretaria Municipal de Promoção e Bem Estar Social, criando os Departamentos de Assistência Social, e Departamento de Assistência ao Idoso, acrescentando ao Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando os Cargos de Diretor de Departamento de Assistência Social, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2, e Diretor de Assistência ao Idoso, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2; acrescenta alterando o art. 52 da Lei Nº 798/99, Item 8, da Secretaria Municipal de Promoção e Bem Estar Social, e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal – 1ª Votação. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que há quatro meses o funcionário responsável pelo Centro de Convivência recebia uma gratificação de R$ 900,00 reais, sendo que atualmente estão sendo criados dois cargos desnecessários, gerando uma despesa muito maior para o Município. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado com quatro votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros

Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. **04)** Projeto de Lei Complementar que altera o art 52 da Lei nº 798/99, acrescentando o Item 13, da Corregedoria, por força da Lei 1175/07 que alterou o Anexo I da Lei 813/99, criando o Departamento de Investigação Correicional, acrescentando ao Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando o Cargo de Diretor de Departamento de Investigação Correicional, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2, e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal – 1ª Votação. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado com quatro votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. **05)** Projeto de Lei Complementar que altera acrescentando na Lei nº 813/99, ao Anexo I, bem como altera o artigo 2º da Lei nº 1175/2007, aumentando para dois o nº de Cargo de Assessor Jurídico Grupo de Chefia , CH 01, Símbolo de Vencimento CC2, recrutamento amplo para atuar junto à Procuradoria Geral do Município, Recrutamento Amplo, e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal – 1ª Votação. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado com quatro votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. **06)** Projeto de Lei Complementar que acrescenta alterando o art 52 da Lei nº 798/99, Item 6, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, criando o Departamento de Educação e Departamento de Pesquisas e Estudos Literários, acrescentando ao Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei Nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando os Cargos de Diretor de Departamento de Assuntos Educacionais, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2, Recrutamento Amplo, e Diretor de Departamento de Pesquisas e

Estudos Literários, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2, Recrutamento Amplo; acrescenta alterando o art. 52 da Lei Nº 798/99, Item 6, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte E Lazer, criando a Divisão de Patrimônio e Tombamento de Imóveis que integrará ao Departamento de Cultura criado pela Lei Nº 1260/09, acrescentando ao Anexo I Quadro de Provimento em Comissão – da Lei Nº 813 de 15 de dezembro de 1999, O Cargo de Chefe de Divisão de Patrimonial e Tombamento de Imóveis, Grupo de Chefia CH-02, Símbolo de Vencimento CC4, Recrutamento Limitado, e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal – 1ª Votação. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado com quatro votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. **07)** Projeto de Lei Complementar que acrescenta alterando o art 52 da Lei Nº 798/99, Item 04, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, acrescentando ao Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei Nº 813 de 15 de dezembro de 1999, cria o Cargo de Assessor de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – e dá outras providências Autoria: Prefeito Municipal – 2ª Votação. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado com quatro votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que os moradores da Avenida Carvalho e da Rua Santos Dummont, em especial os comerciantes, lhe sugeriram que a Rua Santos Dummont seja utilizada para a subida dos carros e a Avenida Carvalho para a descida. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para a Diretora e para os Professores do Jardim de Infância Professora Maria Salete pelo brilhante jantar em comemoração ao Dia das Mães realizado no Lyons Clube. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que está triste com a aprovação das

Leis criando cargos, sendo que ficou bastante chateado quando uma Lei transformou um cargo restrito a funcionários público em cargo de livre nomeação. Acrescentando que um Vereador disse que na Prefeitura Municipal poderia não existir alguém capaz de exercer os cargos de chefia. Por fim, disse que os funcionários públicos possuem a esperança de exercer cargos de chefia, assim lamenta todas estas questões. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a Sessão Solene em homenagem ao dia das mães foi muito bonita. Esclareceu que depois de ter comentado na reunião que a Comissão de Meio Ambiente faria uma visita na antiga útil, ficou sabendo que os trabalhadores foram chamados para que suas carteiras pudessem ser assinadas. Acrescentou que a Comissão formulou um questionário e foi muito bem atendido pelo representante da Empresa, sendo que algumas perguntas do questionário não foram respondidas por falta de conhecimento, acreditando que o Procurador Geral do Município pode esclarecer estes questionamentos. Acredita que as carteiras de trabalho não foram assinadas de maneira regular, pois o exame admissional não foi realizado nos trabalhadores, sendo que o problema do lixo no Município está em situação muito crítica. Disse que os uniformes dos funcionários não estão corretos, pois não estão utilizando os equipamentos necessários, sendo que ficou muito triste, pois a situação da Usina de Lixo mudou para pior. Por fim, pediu para que o Líder do Governo tente trazer a resposta dos itens que ficaram faltando. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que também está tendo dificuldades em conseguir respostas na Prefeitura Municipal, acrescentando que ouvido elogios dos moradores do Bairro do Hospital nas questões referentes à limpeza e que uma reclamação não poderia refletir no Bairro todo. Por fim, disse que vai tentar mais uma vez buscar a resposta dos requerimentos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a partir de hoje todos seus requerimentos serão encaminhados diretamente ao Sr. Prefeito Municipal e, se não houver resposta, a responsabilidade será do dele. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares: 01) do Sr. João Batista Leite, em razão de seu falecimento; 02) do Sr. Sebastião dos Reis Silva, em razão de seu falecimento; 03) da Sra. Selvalina Valadão, em razão de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Ex-Prefeito Ivany Samel, por ter sido indicado para ser Presidente do Diretório Municipal do PMDB e ter tido sua

nomeação publicada no Diário Eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral. Os Vereadores João Siqueira Magalhães e Maurício Sant'Ana Soares irão assinar esta Moção. Esclareceu que ainda não viu um Projeto que tenha como objetivo valorizar os trabalhos do professor, pois quando chegar este tipo de Projeto de Lei com certeza irá acompanhar o Governo. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que no início de seu Governo como Prefeito, a Secretária de Educação lhe disse que se ele quisesse valorizar o professor, ele deveria valorizar o alfabetizador. Por fim, o Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que não quer que uma pessoa lhe diga que ele foi o responsável por sua demissão. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares: 01) do garoto Oliver, em razão de seu falecimento; 02) do Sr. João Barros, em razão de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que queria mandar um abraço para os garis, pois hoje se comemora o dia do gari. Continuou dizendo que o Bairro do Hospital se encontra igual a qualquer outro Bairro do Município, uma vez que existem diversos entulhos jogados nas calçadas. Esclareceu que são os moradores que jogam os resíduos de construção civil nas calçadas esperando que a Prefeitura Municipal os recolha, sendo que a obrigação da retirada dos entulhos é do próprio morador. Acrescentou que existe muito lixo na Rua Nova e na Rua do Café para ser retirado, sendo que a Secretaria de Meio Ambiente já foi informada sobre esta situação. Por fim, disse que esteve na Usina de Tratamento do Lixo, sendo que constatou que os funcionários deveriam estar utilizando os equipamentos de proteção, acrescentando que deve ser realizado um exame admissional antes da assinatura da carteira de trabalho, o que não foi feito. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que gostaria que o Líder do Governo informasse ao Sr. Prefeito Municipal se algum trabalhador sofrer um acidente na Usina de Lixo, o Ministério do Trabalho irá acionar judicialmente a Prefeitura Municipal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que os funcionários da Empresa não sabiam que suas carteiras de trabalho estavam sem as devidas assinaturas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que este fato é uma covardia. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que o trabalhador não poderia sequer pisar na Empresa sem a carteira assinada. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que quando inaugurou a UTIL contratou uma cooperativa de trabalho para geri-la, sendo que depois de um tempo o

Ministério Público disse que isto não era possível, por isso fez um concurso público para que fossem chamados funcionários para trabalhar na UTIL. O Vereador João Siqueira Magalhães conclui que as falas dos Vereadores Maurício e Gilson foram realizadas no mesmo sentido. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para os Assistentes Sociais em comemoração ao Dia da Assistência Social. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que antes das eleições todos os candidatos a Prefeito apresentaram seu plano de governo, sendo que os eleitores escolheram o atual prefeito, por isso acredita que o plano ao atual Prefeito seja desenvolver o Município de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para: 01) o miracemense Lionel Mota, em razão do lançamento de seu livro "A Festa e Outros Contos Enlameados"; 02) o Deputado Estadual João Nacif, por ter assumido uma cadeira na ALERJ. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que tem uma sugestão para a limpeza, sendo que poderia ser realizado um trabalho com os carroceiros para que eles retirem os entulhos das residências que estão em obras, uma vez que acredita que a Prefeitura Municipal não tenha estrutura para realizar este tipo de trabalho. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 20/05/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 20 de maio de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número vinte e dois, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maria José Marques Barros Andrade, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: João, Capítulo 16, Versículos de 29 à 33. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº. 193/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal; 02) Convite do CREAS Miracema-RJ para evento realizado sobre "Considerações sobre abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes" a ser realizado no dia 22 de maio, às 09h, no Centro Cultural Melchíades Cardoso; 03) Ofício nº 062/2013 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo ofício nº 0152/2013 sobre o problema com um enxame de abelhas no cemitério Municipal. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 04) Ofício nº 065/2013 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo ofício nº 0212/2013 sobre a escalação de Guardas Municipais no Distrito de Paraíso do Tobias. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício 05) Ofício nº 064/2013 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo ofício nº 0107/2013 sobre as medidas a serem tomadas na Avenida Carvalho em relação ao trânsito. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício nº 061/2013 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo ofício nº 017/2013 sobre as sinalizações de trânsito do Município de Miracema. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 07) Ofício nº

063/2013 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo ofício nº 0135/2013 sobre a realização de fiscalização e vistorias nos ônibus circulares municipais. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 08) Ofício nº 009/2013 do Gabinete da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade requerendo a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 09) Ofício Circular nº 33/2013 – PRS/GAP do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; 10) Convite do Governador do Estado do Rio de Janeiro para a cerimônia de Repasse de Recursos e Entrega de Vans a 24 entidades filantrópicas, a ser realizada no dia 22 de maio, às 10h30min; 11) Ofício PMM/GAB Nº 194/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal solicitando a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício; 12) Convite para a Reunião com a finalidade de discutir assuntos relacionados ao Bairro Nossa Senhora Aparecida, a ser realizada no dia 22 de maio, às 19h; 13) Ofício nº 007/2013 do Gabinete da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitando a Criação de comissão especial para realizar um estudo sobre o Polo Industrial II. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - À Secretaria de Defesa Civil Estadual - Solicitação no sentido de que enviado para Miracema, ao menos nos finais de semana, uma unidade móvel do Corpo de Bombeiros, para atender os possíveis incidentes em nossa cidade. Ressalta-se que nosso Município necessita com urgência de uma unidade do Corpo de Bombeiros, sendo que, recentemente, uma matéria do Jornal O GLOBO divulgou que em várias cidades do país ocorreram mortes por falta de bombeiros e em nossa cidade não é diferente. Aprovado. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas ao Departamento Responsável pela Sinalização do Trânsito no Município no sentido de que seja realizada uma revisão da sinalização horizontal realizada no meio fio, pois foi observado que em alguns pontos é necessário fazer o alargamento da faixa amarela que indica a proibição de estacionar. Ademais, é possível citar como exemplo os seguintes casos: no encontro da Rua Francisco

Procópio com a Rua José Carlos Moreira, no lado esquerdo em frente a Fundação e; próximo a Farmácia Santo Antônio, na Rua Paulino Padilha. Deferido. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente do DER-RJ - Solicitação no sentido de que seja realizado o recapeamento da Rua Bertho Barros, no Município de Miracema, tendo em vista que a referida rua se encontra totalmente esburacada, tornando o trânsito inviável e perigoso para os moradores daquela localidade. Aprovado. 04) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema - Solicitação com vistas a Secretaria Administrativa desta Casa Legislativa no sentido de que seja elaborado um relatório com o nome e salário de todos os cargos comissionados criados no atual mandato. Deferido. 05) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao INEPAC e ao Ministério Público da Tutela Coletiva – Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja averiguada a situação de abandono que se encontra atualmente a antiga Sede da Prefeitura Municipal de Miracema, prédio este tombado, que está em franca deterioração por falta de reparos no telhado, que já deveria estar consertado pelo tempo que foi desativado pela atual administração. Na oportunidade, não poderíamos deixar de mencionar que o referido deveria ser melhor cuidado, afinal seu estaqueamento de madeira de lei não se encontra mais no mercado e sua planta na época foi feita pelo antigo departamento das municipalidades servindo também para os Municípios de Teresópolis e Cambuci, sendo inaugurado, nos idos de 1940/1941. Diante do exposto o Vereador aguarda que providências sejam tomadas evitando com isso uma maior deterioração do imóvel em questão que tem um significado histórico para o Município de Miracema. Aprovados. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Secretário Estadual de Saúde, Dr. Sérgio Cortes - Solicitação no sentido de que seja realizada a instalação de uma Farmácia Popular no Município de Miracema para atender a necessidade da demanda de nossa população, haja vista que mesmo tendo convênio com a Farmácia do Município, necessitamos de estender os suprimentos e remédios, tais como fraldas e outros. Aprovado. 07) Vereador Carlos Armando de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão geral na iluminação pública do Município de Miracema, pois existem diversos postes sem luz na cidade. Ressaltamos que tal revisão também deverá ser realizada nos Distritos de Paraíso e Venda das Flores. 08) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal -

Solicitação com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo no sentido de que realizado o calçamento e a iluminação das Ruas José Márcio Martins e Aristides Carvalho no Bairro Hospital, inclusive no trecho que liga uma das referidas Ruas à Vila Reis. Deferido. 09) Vereador Hugo Fernandes - Ao Proprietário da Empresa de Ônibus Santo Antônio - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de viabilizar a ida do ônibus ao Bairro Jove, ao menos duas vezes ao dia. Ressaltamos que tal solicitação foi feita pela população durante a realização do Gabinete Itinerante naquela comunidade. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento do ônibus. 10) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vista a Secretaria Municipal de Meio Ambiente no sentido de que seja realizada a limpeza do Ribeirão Santo Antônio, na parte localizada nos fundos do Campo da Associação Atlética Miracema, tendo em vista que o local tem ocasionado transtornos aos moradores da Rua Horácio Capute. 11) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vista a Secretaria Municipal de Educação no sentido de que seja estudada a possibilidade de reabrir a creche Genserico Câmara Castro, para que as crianças não precisem estudar em educandários de outros bairros. Ressaltamos que tal solicitação foi feita pela população durante a realização do Gabinete Itinerante naquela comunidade. 12) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vista a Secretaria Municipal de Meio Ambiente no sentido de que seja realizada a poda da árvore em frente à casa de número 228, que tem causado transtornos aos moradores daquela localidade. Ressaltamos que tal solicitação foi feita pela população durante a realização do Gabinete Itinerante naquela comunidade. 13) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vista a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizada a instalação de um redutor de velocidade na Rua Manoel do Couto Paiva, em frente ao Bar do Maurício. Ressaltamos que tal solicitação foi feita pela população durante a realização do Gabinete Itinerante naquela comunidade. 14) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vista a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que sejam realizadas as seguintes ações em prol da comunidade do Bairro Jove: a) a construção de uma praça em frente ao bar do Sr. Mestiço, visando atender o anseio antigo daquela comunidade em possuir um área de lazer; b) a realização de reparos na rede de esgoto entre o Bar do Sr. Mestiço e o Bar

do Português; c) a construção de uma quadra poliesportiva; d) a reforma do corrimão da escadaria na Rua Deodato Linhares, para evitar acidentes; e) estudar a possibilidade de concretar o beco em frente a casa nº 192. Ressalta-se que as solicitações acima foram requeridas pela própria população do referido Bairro. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Marco Moura para falar sobre Bairro Hospital. Com a palavra, o Sr. Marco Moura, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que veio falar sobre a situação do Bairro Hospital. Acrescentou que os representantes dos Bairros eram mais valorizados e com o passar do tempo as pessoas foram ficando desanimadas em participar. Continuou dizendo que existem alguns problemas no Bairro Hospital, sendo que no momento existem duas lâmpadas queimadas e alguns entulhos de lixo nas calçadas, porém já foi nas Secretarias competentes para solucionar estes problemas. Esclareceu que os moradores devem cumprir o Código de Posturas, pois são eles mesmos quem jogam os entulhos na rua. Disse que o um dos problemas graves existentes no Bairro Hospital é o Lago Seco, pois atualmente sua situação está muito ruim, sendo que o local está todo aterrado, mal cheiroso e incomodando os moradores. Acrescentou que está aguardando a resolução deste problema e que sabe que isto será demorado, sendo que os varredores de rua realizam um excelente trabalho. Acredita que os Governantes deveriam utilizar os representantes dos bairros para fazerem um bom trabalho. Esclareceu que a Rua Aristides Barbosa existe desde 1999, sendo que a AMPLA e a CEDAE já instalaram postes de luz e água respectivamente, logo, a referida rua não é clandestina. Disse que é um representante de Bairro atuante e sempre presta atenção nos problemas que possam vir a existir, sendo que existem vários pontos do Bairro com depósitos de materiais de construção. O Vereador Gilson Teixeira Sales agradeceu o Sr. Marco Moura por sua fala e informou que esteve com o Sr. Godoy e foi informado que esta semana a obra do lago seco será reiniciada. Esclareceu que existem alguns moradores do Bairro Hospital que estão despejando seus entulhos nas calçadas, sendo que existem problemas no Bairro Hospital. Acrescentou que as pessoas têm de se conscientizar que os entulhos não devem ser jogados na rua. O Sr. Marco Moura esclareceu que todos os moradores possuem condições de pagar os carroceiros para realizarem a retirada de seus entulhos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a Prefeitura deveria retirar o lixo

colocado e autuar as pessoas que estão colocando seus entulhos na rua, sendo que as obras no lago seco deveriam ser realizadas de maneira urgente. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que já tinha constatado este problema no governo anterior e mostrado para o Secretario de Obras na época. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que se existisse em Miracema oito ou dez presidentes iguais ao Sr. Marco Moura, com certeza o Prefeito Municipal teria muito êxito em seu mandado, pois ele exerce a função com ela deve ser exercida. Acrescentou que no Bairro Hospital existe um problema gravíssimo, pois existe um estudo geológico onde informa que o "Paredão da Rua do Café" pode desabar a qualquer momento. Acredita que no local deveria ser realizada uma obra com a ajuda do Governo do Estado, uma vez que a Prefeitura Municipal não possui recurso para realizar este tipo de obras, assim deseja que os Vereadores façam um Requerimento ao Departamento Nacional de Obras solicitando que seja realizada uma obra no Município de Miracema, com a finalidade de sanar o problema do Bairro do Hospital, tendo em vista que o referido "Paredão" se encontra em área de risco e o problema é muito grave, conforme podemos observar no relatório existente. Continuando, o Vereador esclareceu que este requerimento deveria ser encaminhado aos três Senadores do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que são eles quem devem representar o Estado. O Sr. Marco Moura agradeceu todos os Vereadores pela oportunidade de utilizar a tribuna livre. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou que fosse encaminhado um ofício ao Sr. Prefeito Municipal, com vistas à Secretaria de Meio Ambiente, solicitando informações sobre quais ações foram realizadas no Bairro Hospital, em relação a limpeza e retirada de entulhos, no atual governo, bem como que seja informado se alguma pessoa já foi autuada por ter deixado os entulhos jogados na rua. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que já percebeu a existência de entulhos no Bairro Santa Tereza, sendo que é preciso que os Secretários tenham um critério para que a retirada dos entulhos seja feita, ou faz o serviço para todo mundo ou não faz o serviço para ninguém. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que recebeu um e-mail de seu amigo, o Deputado André Corrêa, dizendo que foi solicitação dele a doação da VAN para a APE de Miracema. Acrescentou que enfrentou a opinião pública e convenceu os Vereadores a instituírem a taxa de iluminação pública, sendo que ela deveria ser

utilizada unicamente para iluminação pública. Ocorre que posteriormente a Lei foi modificada para que a Prefeitura Municipal pudesse pagar contas de luz, por isso acaba não sobrando dinheiro para investir. Esclareceu que no futuro fará um Projeto de Lei modificando novamente esta Lei, para que ela volta a ser o que era antes. Continuando, disse que a Sra. Janine Linhares, que foi uma das pessoas que entrou contra sua candidatura, colocou várias inverdades em seu blog, por isso falará no pequeno expediente de quinta-feira para esclarecer os fatos, sendo que a convida para vir na reunião. Concluindo, disse que preza muito seu passado, pois nunca roubou e provou que é possível ser um político honesto, esclarecendo que nenhum dos seus Secretários saíram por malversação de dinheiro público, mas sim por atitudes políticas. Por fim, disse que o Ex-Vereador Gideão Duarte ficou chateado com ele por ele ter aberto um processo de sindicância, entretanto no futuro ele foi inocentado e ficou provado que o Gideão não teria praticado nenhuma irregularidade. Esclareceu que ele fez uma oposição ao seu Governo de forma ética, sendo que o maior elogio de sua via profissional foi feito pelo pai do Gideão, quando o ouviu dizer que ele atendia os pacientes da mesma maneira, tanto em seu consultório, quanto no departamento público. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos CIEP 267 pela organização de uma Palestra em Comemoração ao Dia Mundial do Combate ao Abuso Sexual Contra a Criança e o Adolescente. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que a situação do Polo Industrial II precisa ser regularizada, pois no local existem diversos terrenos com matos e precisando de limpeza, esclarecendo que o local deveria ser utilizado pelas indústrias para gerar empregos para o Município de Miracema. Esclareceu que pediu a criação de uma Comissão Especial para averiguar a situação dos terrenos vazios, pois no passado a Casa dos Pobres foi impedida de se instalar no local. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que é preciso resolver a situação dos terrenos, pois algumas pessoas não possuem a escrituras dos terrenos, sendo que a ideia da Vereadora foi excelente e que a Comissão de Obras da Câmara Municipal poderia ajudar a Vereadora no esclarecimento destes fatos. Por fim, a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que a criação das CPI's podem inclusive inocentar as pessoas envolvidas. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que na vida existem dois tipos de ciúme: o do amor e o da política, sendo que a inveja está muito próxima

do ciúme. Acrescentou que está altamente preocupado, porque ficou sabendo, de foram não oficial, que o atual Governo possui a vontade de fechar a UFF que existe no Município de Miracema. Esclareceu que não chegou nada nesta Câmara Municipal em relação a investimentos e ao progresso do Município, tendo chegado somente criação de cargos e notícias de demissões. Informou que esteve em Campos dos Goytacazes e viu que uma das exigências do Ministério do Trabalho é a de mandar embora os trabalhadores contratados. Continuou dizendo que a CPI possui dois objetivos: penalizar os culpados e inocentar os inocentes, sendo plenamente favorável a abertura da CPI. Esclareceu que a mentalidade dos políticos deve ser alterada, pois ainda existem pessoas que não desceram do palanque. Por fim, disse que este é um momento nós devemos nos reunir para levantar o Município de Miracema. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que devemos ficar preocupado com a maneira como os assuntos chegam aos nossos ouvidos, pois não ouviu nenhum tipo de conversa sobre o fechamento da UFF em Miracema, pelo contrário, sabe que o Sr. Prefeito Municipal possui o interesse de melhorar a UFF, inclusive com a instalação de novos cursos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que é muito importante que os políticos mantenham suas cabeças erguidas. Esclareceu que ficou sabendo que o Sr. Prefeito Municipal falou na rádio que vai com qualquer Vereador visitar a Usina de Tratamento de Lixo e que os Vereadores devem saber o que falam na rua. Acrescentou que percebe que as notícias estão sendo dadas de maneira equivocada, pois já constatou a existência de diversos problemas na Empresa que faz o trabalho de coleta de lixo. Disse que o Prefeito está trabalhando através de um Decreto Emergencial que não possui autorização do Estado, sendo que está vendo que os Municípios vizinhos estão progredindo e Miracema está estagnada. Por fim, disse que se coloca a disposição para visitar a Usina de Lixo com o Sr. Prefeito Municipal para mostrar as falhas, sendo que acredita que existem pessoas levando informações equivocadas ao Sr. Prefeito. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que vai tentar agendar uma visita a Usina de Tratamento de Lixo com o Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Fabrício de Sá solicitou Moção de Pesar os familiares da Sra. Dirce Resende de Barros, em razão de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Também solicitou Moção de Aplausos para a Professora Sandra Azevedo, extensiva a todos os professores e funcionários do Centro Vocacional Tecnológico,

pelo excelente trabalho que eles vêm realizando no CVT de Miracema, sendo que esta é a única Escola Pública do Interior do Estado do Rio de Janeiro a ser contemplada com o "Selo de Certificação de Qualidade Internacional ISSO-9001". Os Vereadores João Siqueira Magalhães e Maurício Sant'Ana Soares irão assinar esta Moção. Continuando, esclareceu que esteve realizando uma visita a Usina de Lixo e percebeu algumas falhas que vem ocorrendo, sendo que estará a favor de todas as ações em prol do Município de Miracema e não deixará de exercer sua função de fiscalizador. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que possui admiração e respeito pelo Vereador Gutemberg como político, sendo que ficou triste por perceber que o ex-Prefeito Carlos Roberto está sendo penalizado. Esclareceu que sente saudades da UTIL da época do Governo do Vereador Gutemberg, pois naquele tempo o Município de Miracema era referência estadual em relação ao tratamento do lixo. Continuando, solicitou Moção de Aplausos para a Turma Formada do 36º Batalhão da Polícia Militar que foram promovidos a 2º Sargento. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que a FUNASA considerou a UTIL de antigamente um modelo para o Brasil, pois a construção da Usina foi viável. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Pesar familiares do Sr. Hélio, em razão de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Vereador Gutemberg não precisa provar nada em relação a sua conduta. Acrescentou que vai responder um ofício enviado pelo Sr. Prefeito Municipal da mesma forma que ele foi encaminhado, tendo em vista que o referido aduz que os Vereadores estão inertes, pois acredita que chamar os Vereadores de inertes é uma maneira desrespeitosa de tratamento. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 23/05/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 23 de maio de 2013.

_____

_____

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número vinte e três, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Carlos Armando de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: João, Capítulo 17, Versículos de 11 à 19. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a palestra Microempreendedor Individual, a ser realizada no dia 04 de junho, às 19h; 02) Ofício do Conselho Municipal de Assistência Social respondendo ofício nº 02330/2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício do Conselho Municipal de Saúde convidando a Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Miracema para reunião que será realizada no dia 29 de maio, às 14h. 04) Ofício do Conselho Municipal de Saúde respondendo ofício nº 0231/2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 05) Convite para a Sessão Solene realizada em comemoração ao aniversário do Município de Palma, a ser realizada no dia 24 de maio, às 19h; 06) Ofício Nr 19 – TG do chefe de Instrução do TG 01-009; 07) Ofício nº 004/2013 do Conselho do FUNDEB respondendo ofício nº 0178/2013; Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 08) Ofício SME nº 052/2013 da Secretaria Municipal de Educação respondendo ofício nº 0205/2013 prestando algumas informações. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e

Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício; 09) Ofício nº 069/2013 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo ofício nº 014/2013 sobre a sinalização do trânsito na Avenida Deputado Luiz Fernando Linhares; 10) Convite para a Sessão Solene realizada em comemoração ao aniversário do Município de Italva, a ser realizada no dia 14 de junho, às 19h30min; 11) Ofício PMM/SMOU nº 029/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0091/2013 sobre a limpeza no Ribeirão Santo Antônio. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou cópia deste ofício; 12) Ofício PMM/SMOU nº 030/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0090/2013 sobre a implantação de mutirões de limpeza. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou cópia deste ofício; 13) Ofício PMM/GAB nº 0199/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando resposta ao ofício nº 0246/2013; O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 13) Ofício PMM/GAB nº 0200/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando resposta ao ofício nº 0209/2013; 14) Ofício nº 010/2013 do Gabinete da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade apresentando documentos. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas ao Diretor do Departamento de Cultura Sr. Carlos Eduardo Fíngolo Tostes no sentido de que envide esforços a fim de que sejam verificadas e demarcadas algumas áreas com a finalidade de atender a solicitação de grafiteiros, para uso destes espaços com o objetivo de difundir este tipo de arte. Deferido. 02) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Secretario do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro - Solicitação no sentido de que seja realizado um estudo na APA (Área de Proteção Ambiental), situada na RJ 116, no Município de Miracema, com a finalidade de apurar o motivo pelo qual animais de diversas espécies são encontrados mortos por atropelamento na referida estrada. Aprovado. 03) O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos ao Dr. Hanry Félix pela bela inauguração da Casa do Advogado, sede da Ordem dos Advogados do Brasil, no Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Ilmo. Secretario Estadual de Transportes, Sr. Júlio Lopes - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de que a

equipe técnica do Estado do Rio de Janeiro realize um estudo em diversos pontos críticos do trânsito no Município de Miracema, com o objetivo de organizar o trânsito da cidade em conjunto com o DEMUTRAN. Aprovado. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizada a construção da rede de esgotos situada no lado de baixo da Rua Irandy Ângelo da Silva, próximo ao terreno do Sr. José Amim, no Bairro Caloi. Ressaltamos que tal solicitação visa acabar com uma vala negra que já perdura há vários anos, tornando assim um grave problema de saúde, uma vez que os esgotos domiciliares estão a céu aberto proliferando o mosquito da dengue e outras doenças similares, causando preocupação aos moradores daquela localidade. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizada a pavimentação e a construção de uma rede de esgotos na Rua Arlindo Gomes de Azevedo, no Bairro Boa Vista. Deferido. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizada a pavimentação da Rua Ururay de Mattos Macedo, no Bairro Jardim Beverly. Destacamos que seque em anexo um abaixo assinado dos moradores da referida rua, no intuito de demonstrar união e cooperação com o Poder Público. Deferido. 08) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente no sentido de que seja estudada a possiblidade de realização do corte de uma árvore, cuja foto segue em anexo, localizada na junção da Avenida Nilo Peçanha com a Rua Irineu Sodré, tendo em vista que a referida vem causando transtornos aos motoristas de veículos de grande porte, principalmente dos ônibus que embarcam e desembarcam na Rodoviária de Miracema. 09) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que envide esforços a fim de que seja efetuada a limpeza do terreno que fica localizado atrás do prédio da Delegacia e que pertence a referida, uma vez que diante do estado em que se encontra, o terreno pode ocasionar sérios problemas aos moradores da localidade, tais como a dengue, leptospirose (por causa do grande número de ratos) e outros. 10) Vereador Hugo Fernandes - Ao Diretor da AMPLA - Solicitação no sentido de que seja

estudada a possibilidade de recuar cerca de 05 (cinco) metros o poste situado na Avenida Peçanha (foto em anexo), tendo em vista que o referido vem causando transtornos aos motoristas de veículos de grande porte, principalmente dos ônibus que embarcam e desembarcam na Rodoviária de Miracema. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Pequeno Expediente. Inscrito o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno para prestar alguns esclarecimentos. Com a palavra o Vereador Gutemberg esclareceu que tomou conhecimento que no Blog do Ex-Procurador de Miracema Dr. José Souto foi realizada uma publicação informando que o TSE havia julgado um recurso impetrado contra o deferimento de sua candidatura. Acrescentou que este cidadão está mal informado, tendo em vista que existe uma solicitação do Ministério Público para que os autos retornassem ao Tribunal Regional para que fossem esclarecidas algumas informações, sendo que seu advogado ingressou com um Agravo Regimental contra a decisão que deferiu o pedido do Ministério Público. Dessa maneira, o TSE desproveu o Agravo Regimental, não reformando a decisão, sendo que ontem o foi publicado o Acórdão em relação a esta decisão, por isso, seu advogado já providenciou o ingresso e outro recurso, chamado Embargos de Declaração. Dessa forma, a informação contida no Blog do Sr. José Souto é completamente equivocada, entretanto isto lhe deu uma oportunidade de colocar esclarecer de vez esta situação, uma vez que seus atos devem ser transparentes sejam eles certos ou errados. Explicou que quando registrou sua candidatura a Vereador, a Sra. Janine e o Sr. José Souto, representando suas respectivas coligações, ingressaram com uma ação judicial tendo como base dois argumentos: a primeira foi a de que suas contas no ano de 2004 foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado e aprovadas pela Câmara Municipal e a segunda foi sobre a aquisição de uma UTI móvel. Esclareceu que o Tribunal de Contas chegou a conclusão de que ele teria deixado restos a pagar, sem deixar a verba necessária para seus pagamentos, entretanto, o Tribunal de Contas faz apenas um parecer sobre o assunto, sendo que a Câmara Municipal pode votar de maneira independente. Acrescentou que um Ex-Secretário, o Sr. Rubens Mauro, analisando os documentos do Tribunal de Contas, constatou que os referidos estavam equivocados. Verificando os fatos, o Sr. Rubens Mauro constatou que alguns funcionários teriam colocados algumas contas já pagas como resto a pagar, sendo que não sabe se este fato foi por

má fé ou por negligência. Disse que encaminhou um relatório para todos os Vereadores, sendo que a Câmara Municipal, por maioria absoluta, aprovou suas contas referentes ao ano de 2004. Esclareceu que fez um ofício ao Tribunal de Contas perguntando se ele teria algumas Contas rejeitadas, sendo que obteve a resposta que não constava seu nome em nenhuma conta rejeitada. Sobre a compra da UTI móvel esclareceu que a Comissão de Licitação deveria solicitar o parecer do Procurador Geral do Município em todos os processos de licitação, acrescentando que nunca pediu favores para proteger alguma Empresa e tem a certeza que os membros de sua Comissão de Licitação nunca receberam nada das empresas participantes da Licitação. Informou que o caso da aquisição da UTIL móvel foi singular, pois nenhuma agência de carros possui este carro para vender, uma vez que ele é um veículo montado. Acrescentou que nenhum Município vizinho possuía condições de transportar um recém-nascido, uma vez que não tinham os equipamentos necessários, por isso incluiu estes equipamentos na Licitação. Que sua Presidente de Licitações ficou sem saber o que deveria ser feito buscando orientações nos Municípios vizinhos. Esclareceu que publicou o Edital em diversos meios de comunicação, sendo que no dia da licitação compareceram apenas três firmas, o mínimo exigido, acrescentando que foi a Empresa PLANAN venceu a licitação. Esclareceu que foi realizada uma vistoria no Município de Miracema e, por acaso, a Ambulância estava na porta da Prefeitura, pois tinha sido entregue durante aqueles dias. Acrescentou que, ao pedir para um funcionário competente inspecionar a ambulância foi constatada que estava faltando um equipamento, por isso comunicou a Empresa que só efetuaria o pagamento se o equipamento faltante fosse instalado. Esclareceu que tinha uma inspetora muito interessada na ambulância, sendo que ao conversar com ela perguntou se existia algo errado, tendo a inspetora lhe respondido que a firma vencedora da Licitação estava ganhando diversas licitações. Continuou dizendo que o equipamento faltante foi instalado e a Prefeito Municipal adquiriu a UTIL móvel. Depois de um tempo foi descoberto que a Empresa PLANAN estava realizando um esquema para fraudar as licitações. Acrescentou que foi notificado pelo Tribunal de Contas da União para justificar a aquisição da ambulância, uma vez que de acordo com o entendimento do Tribunal havia ocorrido um sobre preço na compra, pois acreditava que a ambulância poderia ter sido comprada por um preço inferior. Esclareceu que o

TCU não aceitou suas justificativas e o notificou para devolver uma quantia em dinheiro para a Secretaria de Saúde, sendo que efetuou o pagamento integralmente do sobre preço encontrado, devidamente corrigido monetariamente. Acrescentou que o processo contra o registro de sua candidatura está no TSE, em Brasília, e os Ministros estão querendo devolvê-lo ao Tribunal Regional Eleitoral. Disse que em outubro no ano passado recebeu um documento do Ministério da Saúde, informando que a prestação de contas sobre a aquisição da compra da UTI móvel foi devidamente aprovada. Por isso, esclareceu que está muito tranquilo em relação a estes fatos, sendo que não está aqui para defender sua candidatura, pois o mais importante é sua honradez e sua dignidade. Aduziu que ficou indignado quando percebeu que está sendo colocadas na internet algumas ofensas para atingi-lo como cidadão e como homem. Frisou que nunca foi a Comissão de Licitação para pedir que alguma Empresa fosse favorecida, sendo que inclusive já anulou uma Licitação quando percebeu uma combinação de preços entre os participantes. Esclareceu que não foi fácil pagar R$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais) sabendo que estava sendo injustiçado, sendo que é por causa destas atitudes que está tomando nojo da política. Acrescentou que sua esposa exerceu a Vereança e nunca mais quer participar da política, sendo que sua família não quis que ele fosse candidato na última eleição, entretanto não está arrependido. Por fim, voltou a destacar que está utilizando o Pequeno Expediente para apresentar a realidade dos fatos e defender sua honradez e não o seu cargo de Vereador, pois sua vida vai continuar independente de ser ou não Vereador. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se o Vereador Gutemberg possui o direito de reembolso da multa paga. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que quando terminar o litígio no TSE seu advogado vai pedir o reembolso, mas acredita que não receberá este dinheiro. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Miracema para o Exercício de 2014. Autoria: Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que os ofícios dos Vereadores não estão sendo respondidos da maneira correta, tendo em vista que os que foram envidas em fevereiro e março não

foram respondidos e os mais recentes sim. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está com vários documentos em relação ao governo atual, entretanto pelo adiantado da hora será breve em suas explicações. Esclareceu que existem alguns pareceres de outros Estados sobre o Decreto Emergencial, mas explicará melhor posteriormente. Acrescentou que o Sr. Prefeito Municipal está pedindo a realização de CPI's nas Secretarias de Saúde, Obras e Urbanismo, Assistência Social, Agricultura e outras, sendo que triste pois não foi enviado a esta Casa Legislativa nenhum tipo de fundamentação para a abertura das CPI's, tendo sido mandado apenas documentos em relação a Secretaria de Assistência Social. Esclareceu que está preocupado de que estes documentos estejam sendo encaminhados para atingi-lo diretamente, pois sua filha foi a Secretaria de Assistência Social no governo passado, sendo que no relatório encaminhado existe um parecer favorável sobre a realização dos serviços de Promoção Social. Disse, ainda, que o Sr. Prefeito Municipal não poderia ter solicitado a instalação das Comissões Parlamentares de Inquérito chamando os Vereadores de inertes, pois isto foi uma falta de respeito. Dessa maneira, o Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Repúdio para o Sr. Prefeito Municipal pela falta de respeito com os Vereadores desta Casa Legislativa, pois ele chamou todos os Vereadores de inertes, pedindo para que a Moção seja colocada em votação. Continuou dizendo que possui alguns documentos de outros de Estado sobre a realização de Decretos Emergenciais. Esclareceu que o Decreto Emergencial de Miracema, salvo engano, foi assinado no dia 02 de fevereiro, sendo que existe um contrato baseado no referido Decreto assinado no início do mês de janeiro. Acrescentou que a Prefeitura Municipal está realizando vários tipos de contratação sem a anuência e sem o conhecimento da Câmara Municipal, sendo que no ano de 2006 o atual Prefeito, como Vereador, Presidiu uma CPI na área da saúde, onde foram denunciadas diversas questões, inclusive o Hospital de Miracema, logo, após a conclusão dos trabalhos da CPI foi encaminhada cópia da conclusão para vários órgãos para que eles pudessem tomar suas providências, por isso, acredita que as demissões dos contratados provavelmente é fruto das denúncias realizadas em 2006, assim os funcionários estão sendo penalizados. Disse, ainda, que o Sr. Prefeito Municipal não encaminhou nada para a Câmara Municipal que pudesse despertar o interesse dos Vereadores. Informou que o Decreto Emergencial só tem a validade com

o deferimento do Governador do Estado, sendo que no futuro vai encaminhar aos órgãos competentes cópia da licitação da merenda, onde foi observada uma diferença de preços de apenas R$ 0,01 (um centavo) entre a empresa vencedora e a que ficou em segundo lugar. Esclareceu que sempre busca resolver estes assuntos através do diálogo. Por fim pediu para que a Moção de Repúdio encaminhada ao Sr. Prefeito Municipal seja colocada em votação, pois todos os Vereadores foram ofendidos. Em votação, a referida Moção foi aprovada por todos os Vereadores presentes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que tem certeza o pedido de instalação das CPI's que não foi escrito pela Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, uma vez que foi solicitado a instalação de cinco Comissões, sendo que cada CPI precisa de no mínimo 03 membros. Acrescentou que a única mudança que viu no atual governo foi a mudança do prédio da Prefeitura. Por fim, disse que no documento que onde foi solicitado a criação das CPI's os assuntos estão misturados, pois os banheiros, citados como responsabilidade da Secretaria de Saúde, foram construídos pela FUNASA e o frigorífico, citado como responsabilidade da Secretaria de Obras, faz parte de um Programa do Governo do Estado, onde o Município faz apenas uma contra partida. Acrescentou que a única responsabilidade da Secretaria de Assistência Social nas casas populares é realizar o perfil sócio econômico das pessoas que serão contempladas com as residências. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que a abertura das CPI's possui o objetivo de esclarecer os fatos ocorridos, podendo inclusive inocentar as pessoas envolvidas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que é a favor da criação das CPI's, mas gostaria que a criação das CPI's fosse revista, pois acredita que a Câmara Municipal não possui condições de realizar cinco CPI's ao mesmo tempo. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Cilene Brandão Tostes em razão de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que o Partido Verde possui a honra de possuir o Dr. Gutemberg Medeiros Damasceno como um de seus membros, sendo que ele, dentro do PV é um exemplo de político a ser seguido. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Gutemberg pelos esclarecimentos feitos hoje. Também parabenizou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade pela iniciativa tomada, pois dessa maneira os fatos poderão ser esclarecidos de maneira correta.

Continuando, perguntou ao Vereador João Siqueira Magalhães se a demissão dos contratados foi só no Município de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que não sabe o que está ocorrendo nos outros Municípios, pois é Vereador do Município de Miracema. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que está feliz com o trabalho que está sendo realizado pelo Vereador João Magalhães e que esta Casa Legislativa está muito triste com as demissões que irão acontecer. Acrescentou que o TAC não é culpa do atual Prefeito, pois este fato está acontecendo em todos os Municípios, sendo que Miracema está pagando uma multa por causa destes fatos. Por fim, disse que não está tentando defender ninguém, buscando apenas esclarecendo o fato. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o Ex-Secretário de Obras e Urbanismo poderia ser convidado para prestar alguns esclarecimentos nesta Casa Legislativa. O Vereador Hugo Fernandes informou que observou a documentação enviada pelo Estado não consta nada em relação a fenda que possivelmente existe no bairro Hospital. Acrescentou que recebeu algumas respostas do Secretario Municipal de Assistência Social sobre algumas solicitações feitas em relação ao Distrito de Paraíso do Tobias. Esclareceu que ficou muito insatisfeito com o Secretário, mas prefere conversar com ele antes de emitir sua opinião sobre os trabalhos da Secretaria, com isso fez a leitura das respostas obtidas. Por fim, disse que não concorda com as respostas do Secretário e que suas solicitações foram realizadas pela própria população do Distrito. Esclareceu que não concordou com a forma desrespeitosa que o Sr. Prefeito Municipal chamou os Vereadores desta Casa Legislativa e já manifestou sua indignação com o referido ofício, tendo encaminhado sua resposta para o Poder Executivo. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 27/05/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 27 de maio de 2013.

_____

_____

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número vinte e quatro, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 10, Versículos de 17 à 27. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Comunicados Nº CM063835/2013, CM063852/2013, CM063834/2013, CM063845/2013, CM063847/2013, CM063849/2013, CM063839/2013, CM063843/2013, CM063841/2013, CM063842/2013, CM063840/2013, CM063844/2013, CM063846/2013, CM063848/2013, CM063850/2013, CM063838/2013, CM063851/2013, CM063836/2013, CM063837/2013, CM063833/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 02) Ofício nº 242/2013 do gabinete do deputado Federal Áureo. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício PMM/SMAS – nº 180/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social respondendo ofício nº 176/2013. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães, Genessi Rodrigues da Silva, Gilson Teixeira Sales e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício DGAF nº 055 da Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária respondendo ofício nº 0115/2013. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães, Maria José Marques Barros Andrade e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício; 05) Ofício PMM/SMOU nº 033/2013 respondendo ofício nº 0202/2013 sobre a realização de obras no prédio da Sociedade Musical 07 de Setembro. O

Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício PMM/SMOU nº 032/2013 sobre a reposição dos bancos da praça São Benedito. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício PMM/SMAS – nº 183/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja efetuado, com urgência, o reparo das grades existentes nos bueiros localizado em frente ao Jardim de Infância Maria da Salete e no cruzamento das Ruas localizadas na parte de trás do Estádio Deputado Luiz Fernando Linhares com a Rua Isabel Ferreira Orsay. Deferido. 02) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizada a recuperação da rede de esgotos nas Ruas Papa João XXIII, Juiz de Fora e Nestor Coelho da Rocha, que vêm ocasionando diversos transtornos aos moradores locais. Deferido. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de entre em contato com o Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Paulo Melo, com o objetivo de realizar um acordo para a realização da construção do prédio próprio para a Câmara Municipal de Miracema. Deferido. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Secretário Estadual de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que o Projeto da Criação da Barragem no 3º Distrito do Município de Miracema, Venda das Flores, seja desarquivado. Tal solicitação se deve ao fato de que a construção da barragem irá beneficiar nosso Município e perenizar o córrego Santo Antônio, contribuindo assim para a recuperação da pesca e para o desenvolvimento. Aprovado. 05) Vereador João Siqueira Magalhães - Ministro do Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que o Projeto da Criação da Barragem no 3º Distrito do Município de Miracema, Venda das Flores, seja desarquivado. Tal solicitação se deve ao fato de que a construção da barragem irá beneficiar nosso Município e perenizar o córrego Santo Antônio, contribuindo assim para a recuperação da pesca e para o desenvolvimento. Aprovado. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Diretor da OI do Município de Campos dos Goytacazes - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de realizar a extensão da rede de internet para o Distrito de Venda das Flores, no Município de

Miracema, tendo em vista a grande importância deste conceituado veículo de comunicação para a referida localidade. Aprovado. 07) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja efetuada a pintura da quadra do Rink, bem como a fixação de aros para a cesta de basquete. Ressaltamos que tal medida atenderá os usuários daquela área de lazer. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Juarez para falar sobre a situação dos carroceiros. Com a palavra, o Sr. Juarez, após cumprimentar todos os presentes, explicou que compareceu na Câmara Municipal para pedir a ajuda dos Vereadores, pois os carroceiros não estão tendo muito trabalho. Dessa forma, esclareceu que os carroceiros estão passando dificuldades, sendo que este ano eles foram retirados do espaço que ocupavam na exposição sem nenhum tipo de explicação. Acrescentou que ao procurar trabalho perguntou a um morador se podia retirar alguns entulhos de sua residência, sendo que o morador lhe disse que a Secretaria de Meio Ambiente iria fazer este serviço. O Vereador Carlos Armado de Azevedo explicou que o local encontrado para os carroceiros ficarem foi a exposição, sendo que acredita que a Prefeitura Municipal deveria incentivar este tipo de serviço, evitando inclusive de retirar os entulhos das residências. Acrescentou que sempre buscou auxiliar os carroceiros e vai continuar ajudando, pois sabe da necessidade dos trabalhos dos carroceiros. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se a Prefeitura Municipal retirou os carroceiros do local que eles estavam. O Sr. Juarez respondeu que os carroceiros estão ficando temporariamente num local próximo ao Ribeirão Santo Antônio, sendo que ninguém entendeu o motivo da ordem de saída da Exposição. O Vereador Hugo Fernandes perguntou quem foi a pessoa que deu a ordem para os carroceiros saírem da Exposição. O Sr. Juarez disse que foi o Sr. Jorge Luiz que pediu para os carroceiros saírem da Exposição no período de festa, o que acontece todo o ano, entretanto ao tentar retornar diversas pessoas lhes disseram que eles não ficariam mais lá. Esclareceu que conversou pessoalmente com o Vice-Prefeito e ele lhe disse que os carroceiros não poderiam voltar para a Exposição, acrescentando que existem de 20 a 25 carroceiros no Município que dependem do trabalho para sobreviver e sustentar suas famílias. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que seria de grande importância que os Vereadores pudessem se organizar para ajudar estes

trabalhadores. O Vereador Hugo Fernandes disse que este é um problema que deve ser resolvido com urgência, assim vai procurar saber quem deu a ordem para os carroceiros não ficarem na Exposição e vai tentar realizar um trabalho para que seja criado algum tipo de cooperativa, associação ou uma forma de organização dos carroceiros para que eles possam trabalhar de uma maneira melhor. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou como foi realizada a comunicação para os carroceiros saírem da Exposição, de forma verbal ou escrita. O Sr. Juarez disse que a comunicação foi feita de maneira verbal. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu ao Sr. Juarez por ter exposto este problema para os Vereadores e disse que vai tentar ajudá-los. O Sr. Juarez agradeceu a oportunidade de utilizar a palavra e expor os problemas enfrentados pelos carroceiros. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que os Vereadores foram chamados de inertes no ofício encaminhado pelo Sr. Prefeito Municipal a esta Casa Legislativa, sendo que isto deixou os Vereadores entristecidos. Acrescentou que a Câmara Municipal respondeu este ofício com uma Moção de Repúdio, sendo que o Repúdio foi em relação a maneira com que a Câmara Municipal foi chamada e não em relação a pessoa do Sr. Prefeito Municipal. Disse que todas as atitudes tomadas pela Câmara Municipal devem ser respaldadas em documentos, para que exista convicção nos trabalhos. Esclareceu que está indignado porque a pessoa que digitou o ofício teve maldade, pois os Vereadores têm trabalhado muito em prol da comunidade. Afirmou que não quis ofender pessoalmente o Sr. Prefeito Municipal, mas quis demonstrar a indignação com a palavra inércia, pois todos os Vereadores estão trabalhando incansavelmente. Disse que está indignado com a maneira que os Vereadores foram tratados, sendo que não está repudiando pessoalmente o Sr. Prefeito Municipal e sim a maneira com que os Vereadores foram tratados, acrescentado que possui respeito pelo Sr. Prefeito e vai buscar trabalhar em conjunto com ele em prol do Município de Miracema. Continuou dizendo que os Vereadores chegaram num momento que possuem duas opções, ou trabalham unidos, ou cruzam os braços para todos e deixam de trabalhar. Esclareceu que por causa de duas palavras a Câmara e a Prefeitura pararam de se entender, acrescentando que está triste por estar trabalhando sem ter reconhecimento, pois como Líder do Governo sempre buscou trabalhar em parceria com o Prefeito e com os

Secretários. Afirmou que na última sessão aprovou a Moção de Repúdio de forma consciente e acredita que o Prefeito Municipal deve ter assinado o ofício sem prestar atenção à palavra inércia. Por fim, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Pesar para a Sra. Jorcineia Polito de Paula e demais familiares, em virtude do falecimento da Sra. Maria de Lourdes de Souza Polito, sua mãe. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade disse que também aprovou a Moção de Repúdio em relação a palavra inércia e não em relação ao Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que todos os Vereadores aprovaram a Moção de Repúdio em relação a palavra inércia. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que se a Moção de Repúdio for em relação ao Prefeito Municipal não vai assiná-la. Concluindo, a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para a Sra. Edna e demais familiares, em virtude do falecimento da Sra. Ana Paula, sua mãe. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres disse que os Vereadores votaram em relação a palavra inércia e não vai retirar suas palavras, pois acredita que esta Câmara é uma casa de respeito e não deveria ter sido tratada daquela maneira. O Vereador João Siqueira Magalhães informou que a palavra inerte significa parado, sem ação e inoperante, sendo que a palavra repúdio quer dizer que os Vereadores foram contrários a palavra inerte e não menosprezando a pessoa física do Sr. Prefeito Municipal. Esclareceu que, no caso do Prefeito Municipal ter assinado o ofício sem ter lido, ele deveria prestar mais atenção nos documentos que assina e penalizar a pessoa que o escreveu. Acrescentou que não vai retirar sua Moção de Repúdio, pois os Vereadores defenderam suas atitudes e sua dignidade. Disse que inertes são os Secretários Municipais que não respondem os requerimentos dos Vereadores. O Vereador Maurício Sant'Ana Sores disse que o Sr. Prefeito Municipal utilizou uma palavra forte, chamando todos os Vereadores de inertes e que a Câmara Municipal respondeu da maneira que acreditou ser a melhor. Acrescentou que o ofício do Deputado Áureo demonstra que ele destinou diversas emendas para o Município de Miracema, entretanto, o Sr. Prefeito Municipal disse na rádio que apenas o Deputado Felipe Bournier destinou verbas para o Município de Miracema, acreditando que o Município precisa da ajuda de todos os Deputados possíveis. Dessa forma, fez a leitura do ofício enviado pelo Deputado Áureo

informando as verbas encaminhadas ao Município de Miracema. Com isso, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhado um ofício ao Sr. Prefeito Municipal, com vistas ao Secretário Municipal de Saúde, encaminhando cópia do Ofício 242/2013 do Gabinete do Deputado Federal Áureo, com o objetivo de dar ciência sobre o atendimento ao pleiteado pelo Vereador Maurício Sant'Ana Soares em prol do Município de Miracema. Deferido. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que esta Casa Legislativa teve sua honra manchada por causa de uma simples palavra, sendo que possui a certeza absoluta que nenhum Vereador é inerte. Acrescentou que a maioria de seus requerimentos ainda não foi respondida e hoje o Líder do Governo fez uma demonstração clara de parceira com o Governo. Por fim, disse que espera que daqui em diante os Vereadores sejam respeitados. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que abriu mão de seu primeiro salário, pois praticamente não tinha trabalhado. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Hilda, moradora do Distrito de Paraíso do Tobias, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador também solicitou Moção de Aplausos para o Prefeito do Município de Aperibé, Sr. Flávio Gomes, pelo grande empreendedor e um dos grandes Prefeitos da Região, sempre trabalhando no crescimento do Município de Aperibé e o transformando em um modelo a ser seguido. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Carlos Armando disse que os Vereadores devem começar a solicitar emendas aos Deputados. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que os Vereadores deveriam procurar os Deputados que tiveram voto no Município de Miracema. O Vereador Gilson Teixeira Sales convidou todos os Vereadores para participar de um Evento que será realizado na sexta-feira, às 10h, na Câmara Municipal que contará com a presença do Sr. Hanry Kennedy, que é Presidente Nacional dos Capelães no Brasil. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que é amigo do Prefeito Municipal e ficou triste com os acontecimentos desta semana. Esclareceu que a Câmara Municipal não possui nenhum motivo para repudiar o Governo, possuindo a certeza que a pessoa que digitou o ofício utilizou as palavras de forma maldosa. Acrescentou que durante a semana aguardou algum tipo de diálogo com a Prefeitura Municipal para que os fatos fossem esclarecidos e isto não aconteceu, sendo que espera que o Sr. Prefeito Municipal entenda que ninguém ofendeu sua pessoa e seu governo, repudiando

apenas a maneira com que a Câmara Municipal foi tratada. Acredita que se houvesse a oportunidade de ter sido realizada uma reunião com o Sr. Prefeito Municipal para que esta situação fosse esclarecida, este mal entendido não teria acontecido. O Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que mesmo não votando, gostaria de afirmar que votaria a favor da Moção de Repúdio repudiando a palavra inerte, pois se considerou atingido pela palavra. Acredita que está sendo feita muita tempestade em um simples documento, sendo que a palavra inerte é muito mais forte do que repúdio, uma vez que chamar uma pessoa de inerte é chamá-la de inoperante e a palavra repúdio foi em relação a palavra inércia. Esclareceu que a Moção de Repúdio não foi em relação ao Prefeito Municipal e nem ao seu Governo, sendo que esta Casa Legislativa foi ofendida e respondeu a ofensa. Informou que esta Câmara Municipal não possui condições de abrir 05 (cinco) CPI's. Por fim, acredita que esta tempestade vai passar e não buscou ofender nenhuma pessoa. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 03/06/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 03 de junho de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número vinte e cinco, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 90, Versículos de 01 a 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite do Projovem e do Peti para a Feira Nacional do Meio Ambiente, a ser realizada no dia 06 de junho, às 14h; 02) Ofício PMM/SEC.GOV nº 206/2013 da Secretaria Municipal de Governo solicitando algumas informações; 03) Ofício PMM/SMOU nº 035/2013 da Secretaria Municipal de Oras e Urbanismo respondendo ofício nº 0306/2013; 04) Ofício PMM/SMOU nº 036/2013 da Secretaria Municipal de Oras e Urbanismo respondendo ofício nº 0321/2013; 05) Ofício PMM/GAB nº 208/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando resposta do ofício nº 0091/2013; 06) Ofício PMM/GAB nº 210/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando resposta do ofício nº 026/2013; 07) Ofício PMM/GAB nº 211/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando resposta do ofício nº 0202/2013; 08) Ofício PMM/GAB nº 212/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando resposta do ofício nº 0126/2013; 09) Ofício PMM/GAB nº 213/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando resposta do ofício nº 0242/2013; 10) Ofício PMM/GAB nº 209/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando resposta do ofício nº 0090/2013; 11) Convite para a Passagem do Comando do 4º Comando de Bombeiros da Área CB4 – Norte e Noroeste, a ser realizado no dia 04 de junho, às 14h; 12) Ofício nº 507/13 do Ministério

Público da Tutela Coletiva solicitando algumas informações; 13) Ofício nº 122/2013 – CGEED/DEDAP/SNELIS/ME da Secretaria Estadual de Esportes respondendo ofício nº 0109/2013; 14) Ofício nº 283/2013-MEC/IBC/GAB do Ministério da Educação respondendo ofício nº 167/2013; 15) Minuta de Projeto de Lei sobre a utilização de uniformes escolares em Escolas Públicas Municipais, de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Sr. Prefeito Municipal - Reiterando solicitação com vistas à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizada a limpeza do Ribeirão Santo Antônio, no trecho compreendido entre a ponte da Rua Eduardo Silva e o Carrapichão. Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Exmo. Ministro da Secretaria de Aviação Civil, Sr. Moreira Franco - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade da construção de um hangar e a pavimentação do Campo de Aviação localizado próximo ao Campestre Clube, no Município de Miracema. Esclarecemos que o terreno onde o campo se localiza pertence a Prefeitura Municipal, sendo que o serviço de terraplanagem já foi executado, facilitando assim a construção do mesmo. Aprovado. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Agricultura no sentido de que seja realizado o patrolamento da estrada que liga o Município de Miracema à divisa do Município de Palma (MG), passando pelas propriedades Santa Maria, Aurora, etc. Destacamos que tal solicitação foi feita pelos moradores daquelas comunidades, observando a necessidade do patrolamento da referida estrada. Deferido. 04) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas à Secretaria Municipal de Administração no sentido de que envide esforços a fim de que seja regularizada a situação dos estagiários da Prefeitura Municipal de Miracema que estão cedidos ao Fórum, tendo em vista que os referidos não estão recebendo desde janeiro do corrente ano. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: Projeto de Lei que dispões sobre dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Miracema, para o exercício financeiro de 2014. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Presidente Hugo Fernandes apresentou uma emenda Modificativa onde consta que o artigo 17 passará a vigorar com a seguinte redação: "A

LOA de 2014 deverá implementar, não só as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Defesa Civil e Segurança Pública, como também instituir a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, cujos recursos serão provenientes de outras unidades orçamentárias, de forma a não onerar o total do orçamento". Esclarecendo que somente está fazendo a inclusão de uma Secretaria que foi criada. O Vereador João Siqueira Magalhães parabenizou o Vereador Presidente pela apresentação da Emenda, pois isto demonstra a preocupação do Vereador com o orçamento municipal. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1429, de 03 de junho de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: CAPÍTULO I Das Disposições Preliminares Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no inciso II, do art. 165, da CF e ao art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 126, inciso II, § 2º da Lei Orgânica do Município, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, que compreendem basicamente: I - as disposições preliminares: a) as diretrizes gerais; b) as previsões de valores do orçamento fiscal. II - as diretrizes do orçamento fiscal e plano plurianual: a) as diretrizes gerais para a administração pública municipal; b) a organização e estrutura do orçamento municipal; c) a administração da dívida e das operações de crédito; d) as despesas de pessoal e encargos; e) as alterações da legislação tributária. III - a estrutura geral da lei: a) a proposta de lei orçamentária anual; b) as receitas municipais; c) as despesas municipais; d) o orçamento da seguridade social; e) os fundos municipais; f) os orçamentos da autarquia e fundação municipais; g) as prioridades e metas da administração municipal; IV - as disposições gerais e finais. SEÇÃO I Das Diretrizes Gerais Art. 2º - A lei orçamentária anual, que compreenderá os orçamentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Fundos Municipais, da Seguridade de Social, da autarquia municipal denominada CAPPS e fundação, observará o perfeito equilíbrio entre a receita estimada e a despesa fixada. Art. 3º - Para fins desta lei, considera-se: I - adequada com a lei orçamentária anual a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício; II - compatível com o plano plurianual e a presente lei a

despesa que se conforme com as diretrizes, prioridades e metas previstas nestes instrumentos e que não infrinja qualquer de suas disposições. Art. 4º - A Prefeitura Municipal implantará o sistema de controle permanente de custos de bens, obras e serviços e avaliará, bimestralmente, os resultados dos programas financiados com recursos do orçamento e o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial. Art. 5º - Para que se atinja maior eficiência nos gastos de recursos municipais, todas as despesas públicas deverão ser submetidas de forma sistemática à Controladoria Geral do Município, que se pronunciará sobre elas. Art. 6º - Será parte integrante desta lei o Anexo de Metas Fiscais, no qual serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para os exercícios de 2014 a 2016. Parágrafo Único - O anexo conterá, ainda: I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior; II - demonstrativo das metas anuais, instruído com a metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas, em face das premissas e os objetivos da política econômica nacional; III - evolução do Patrimônio Líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos resultados obtidos com a alienação de ativos; IV - demonstrativo da estimativa e compensação de eventual renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Art. 7º - Também será parte integrante do presente dispositivo o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem. Art. 8º - Igualmente, se consistirá de apêndice da LOA, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária a que se refere o § 3º do artigo 165 da CF, abrangendo todos os órgãos e poderes municipais e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, sendo composto das peças previstas nos artigos 52 e 53, seus parágrafos, incisos e alíneas, da LC nº 101/00. Art. 9º - Ao final de cada quadrimestre, será emitido, pelos titulares dos poderes e órgãos, o Relatório da Gestão Fiscal, na forma prevista nos artigos 54 e 55, seus parágrafos, incisos e alíneas, da LRF, no que for aplicável ao município. SEÇÃO II Das Previsões de Valores do Orçamento Fiscal Art. 10 - Os valores para o próximo orçamento fiscal anual serão apurados segundo a

metodologia de cálculos e premissas utilizadas, na forma do artigo. I - Método utilizado: a) equação própria de ajustamento da parábola de arrecadações dos últimos três exercícios, ou método dos mínimos quadrados ou, opcionalmente, a curva de Gompertz; b) o resultado da operação anterior será evidenciado através de curva de tendência dos doze últimos meses (julho/2012 a junho/2013). II - Premissas adotadas: a) representação gráfica do método através das curvas de tendências. III - Evidenciação: a) nova evidenciação gráfica visando a verificação de tendência; IV - Capitalização: a) o valor evidenciado será capitalizado pelos índices da expectativa inflacionária (INPC/IBGE), correspondente a 5,74% (cinco inteiros e setenta e quatro décimos por cento) e de crescimento econômico de 5,74% (cinco inteiros e setenta e quatro décimos por cento), ambos anuais. Parágrafo Único - Sempre que a inflação verificada ou crescimento econômico registrado, tomado como base de apuração de valores, tiver defasado a realidade nominal, o Chefe do Poder Executivo poderá valer-se de aditamentos e suplementações, como previsto nos artigos 40 a 46 da Lei 4.320/64, visando adequar a Lei de Meios. Art. 11 - O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal e do representante do Ministério Público, até 31 de julho de 2012, os estudos e as estimativas das receitas, instruídas com memória e metodologia de cálculos, para os dois exercícios subsequentes, inclusive da receita corrente líquida, também com as respectivas memórias de cálculo. Art. 12 - Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Chefe do Poder Executivo estabelecerá a programação financeira, por bimestre, do exercício fiscal e o cronograma de execução mensal de desembolso. Parágrafo Único - Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. Art. 13 - As despesas com serviços de terceiros do Poder Executivo não deverão exceder, em percentual da receita corrente líquida, as do exercício anterior. CAPÍTULO II Das Diretrizes do Orçamento Fiscal e Plano Plurianual Art. 14 - Ficam definidas, igualmente, nos termos desta lei, as diretrizes, prioridades e metas do Orçamento Fiscal e Plano Plurianual, que compreendem: I - as diretrizes gerais para a Administração Pública Municipal; II - a organização e a estrutura do Orçamento Municipal; III - a administração da dívida e operações de crédito; IV - as despesas de pessoal; V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; VI -

as prioridades e metas para a Administração Municipal. SEÇÃO I Das Diretrizes Gerais para a Administração Pública Municipal Art. 15 - Constituem diretrizes gerais para a administração Municipal: I - ampliação da participação da sociedade na gestão das políticas públicas municipais, em especial projetos sociais que visem promover a garantia dos direitos fundamentais do cidadão; II - ampliação de instrumentos políticos de controle da ação municipal pela sociedade civil organizada, através dos conselhos e entidades não governamentais, visando a maior transparência dos atos públicos; III - modernização dos métodos e procedimentos da administração municipal, com vistas à racionalização na alocação de recursos e ao equilíbrio das contas públicas; IV - compromisso com a melhoria permanente da gestão pública municipal, por meio da definição, de um modelo de gestão comprometido com resultados, da capacitação e valorização do quadro funcional da Prefeitura Municipal e do fortalecimento das instituições públicas municipais; V - melhoria permanente da gestão tributária municipal, por meio de modelo baseado em medidas de combate à evasão e sonegação fiscais e de comprometimento com o princípio da capacidade contributiva do cidadão e com o desenvolvimento econômico e social; VI - preparação da comuna para o desenvolvimento integrado, através da ordenação do crescimento físico da cidade e da região de sua influência, tendo como referência o Plano Diretor do Município. SEÇÃO II Da Organização e Estrutura do Orçamento Municipal Art. 16 - A Lei Orçamentária Anual (LOA) será elaborada conforme as diretrizes, os objetivos e os programas estabelecidos no Plano Plurianual 2014/17 - Ação e Resultado - e nesta lei, observadas as demais normas aplicáveis e compreenderá o orçamento fiscal e da seguridade social dos Poderes Executivo e Legislativo, dos fundos, da autarquia CAPPS e da fundação. Parágrafo Único - As prestações de contas do Poder Legislativo serão apresentadas separadamente às do Poder Executivo, para efeito de parecer prévio conclusivo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Art. 17 - A LOA de 2014 deverá implementar, não só as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Defesa Civil e Segurança Pública, como também instituir a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, cujos recursos serão provenientes de outras unidades orçamentárias, de forma a não onerar o total do orçamento. Parágrafo Único - Além das unidades previstas no caput, deverá ser devidamente institucionalizado o Departamento Municipal de Habitação, Trabalho e Emprego, subordinado diretamente

à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, caso se revele viável, do ponto de vista de alocação de recursos orçamentários. Art. 18 - Para fins desta Lei, entende-se por: I - Programa – instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no plano plurianual; II - Projeto – instrumento que contribui para que se alcance o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a criação, expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo; III - Atividade – instrumento que contribui para que se alcance o objetivo do programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulte um produto ou resultado necessário à manutenção da ação de governo; IV - Operação Especial – despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulte um produto ou que não geram contraprestação direta sob forma de bens e serviços, característicos dos programas de gestão; V - Unidades Gestoras – unidades da administração direta do município, encarregadas de competência de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização, bem como o Poder Legislativo. § 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades ou projetos, especificando os respectivos valores, bem como as unidades gestoras responsáveis pela realização da ação. § 2º - As atividades ou projetos poderão ser desdobrados, especialmente para identificar a localização física das respectivas atividades ou projetos, com a correspondente definição de valores alocados. § 3º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas na lei orçamentária: por funções, subfunções, programas, atividades, projetos e operações especiais, em correspondência com o estabelecido no PPA 2014/17 – Ação e Resultado. Art. 19 - As receitas e despesas discriminadas na LOA terão por base: I - a compatibilidade entre as receitas e as despesas, segundo as fontes de toda natureza e os valores realizados de acordo com as alterações de ordem tributário-fiscal, transferências e as novas circunstâncias do exercício de 2014; II - a discriminação das despesas, por programas e por natureza, expressa em moeda de valor atualizado em junho de 2013; III - a previsão de despesa para amortização de financiamentos contratados pelo município; IV - a harmonização das despesas, de modo a evitar a desarticulação e a sobreposição de projetos e atividades, por

diferentes unidades gestoras da administração direta com a mesma finalidade. Art. 20 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Executivo Municipal encaminhará ao Legislativo deverá ter sua estrutura desdobrada em programas, onde serão explicitados, além das despesas por órgão e unidades, basicamente também: I - demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino básico, do cumprimento do art. 212 da CF e do art. 60 do ADCT, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/1996, c/c Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007; II - demonstrativo dos recursos a serem aplicados em programas de saúde, para fins do disposto na EC nº 29/2000; III - demonstrativo das fontes de recursos por grupos de despesas, com sua respectiva destinação; IV - quadros atualizados relativos a revisão das metas de arrecadação de receita e expansão da despesa, constantes da LDO para o exercício a que se refere o orçamento. Parágrafo Único - A alocação dos recursos na LOA será realizada com base nas diretrizes estabelecidas neste dispositivo, de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo. Art. 21 - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão as despesas por unidade gestora, detalhadas por categoria de programação em nível de projeto ou de atividade, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos, conforme Portaria Interministerial nº 163/2001, com modificações, e Portaria nº 42/1999, do Ministério do Estado de Orçamento e Gestão: I - as dotações destinadas a: a) pagamento de pessoal e encargos sociais (1); b) pagamento de juros e encargos da dívida (2); c) pagamento de outras despesas correntes (3); d) investimentos (4); e) inversões financeiras (5); f) amortização da dívida (6); g) reserva de contingência (9). II - também serão discriminadas: a) as contribuições e subvenções sociais; b) o pagamento de precatórios judiciais; c) as despesas relativas à educação e saúde, de forma que sejam atingidos os limites constitucionais; d) as despesas para atendimento aos convênios, programas e operações de crédito pleiteadas, devendo ser identificados os montantes relativos à contrapartida obrigatória. § 1º - A reserva de contingência será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza de despesa. § 2º - As unidades gestoras serão agrupadas em órgãos, assim entendidos como os de

maior nível de classificação institucional. § 3º - A especificação da modalidade de aplicação mencionada no caput deste artigo indicará se os recursos serão destinados, mediante transferência, a outras esferas de governo, à administração municipal indireta, a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, bem como àquelas designadas em leis específicas, obedecendo necessariamente a seguinte classificação: 40 - transferências a municípios; 50 - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos; 60 - transferências a instituições privadas com fins lucrativos; 70 - transferências a instituições multigovernamentais; 71 - transferências a consórcios públicos; 90 - aplicações diretas; 91 - aplicação direta decorrente de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social; 99 - a definir. § 4º - As despesas serão identificadas de acordo com a fonte de recursos que as financiam, obedecendo a seguinte classificação e caso seja necessario novas fontes poderão ser criadas: 0000 – Ordinários; 0004 – Royalties do Petróleo; 0005 – Salário Educação; 0010 – Diretamente Arrecadado; 0011 – Operações de Crédito; 0012 – Convênios; 0015 – FUNDEB; 0017 – FNAS; 0018 – FNDE; 0019 – Regime Próprio (RPPS); 0020 – SUS; 0021 – Consórcio Intermunicipal de Saúde; 0022 – Outras Transferências Vinculadas a Programas de Saúde; 0079 – Recursos do PASS; 0097 – Conservação Ambiental; 0099 – Diversas. § 5º - Os créditos adicionais suplementares ao orçamento da Câmara, resultantes da anulação parcial ou total de suas dotações orçamentárias, serão abertos somente se aprovados por ato da Mesa Diretora e encaminhados ao Poder Executivo para as providências cabíveis. § 6º - As alterações dos valores consignados para cada projeto ou atividade deverão corresponder a equivalentes ajustes nas metas físicas programadas no Plano Plurianual do mesmo exercício. Art. 22 - Na programação de investimentos, serão observados os seguintes princípios: I - novos projetos somente serão incluídos na Lei Orçamentária após atendidos os em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de convênios e operações de créditos; II - somente serão incluídos na LOA os investimentos para os quais tenham sido previstas, no Plano Plurianual 2014/17, ações que assegurem a sua manutenção; III - os investimentos deverão apresentar viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental. Art. 23 - Quando na apuração bimestral das receitas municipais (excluídas as provenientes dos convênios,

programas e as operações de crédito) for constatado que aquelas não atingiram o valor correspondente a pelo menos 90% (noventa por cento) da receita prevista para aquele período, o Prefeito poderá promover, por ato próprio, o contingenciamento das despesas, de forma proporcional ao montante destinado a cada programa da administração direta. Parágrafo Único - A limitação de empenho, na forma estatuída no artigo 57, seus parágrafos e incisos do presente dispositivo, e movimentação financeira, far-se-ão através de revisão das cotas orçamentárias disponibilizadas, ficando a recomposição dos respectivos montantes sujeita ao restabelecimento da receita prevista, ainda que parcialmente. Art. 24 - A concessão de subvenções sociais pelo Município, autorizada por lei específica, conforme disposto no art. 26 da LC nº 101/2000, deverá: I - ser direcionada, prioritariamente, para a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica, esportiva, educacional e/ou cultural; II - estar articulada e conjugada com os programas e metas estabelecidos na lei que "Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2013/2017", contribuindo para que seus indicadores sejam alcançados, bem como com as normas regulamentares pertinentes. Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com subvenções sociais deverão prestar contas ao órgão municipal concedente, em conformidade com os prazos estabelecidos em legislação específica. Art. 25 - A destinação de recursos para entidades privadas, a título de "auxílios", prevista no § 6º do art. 12, da Lei nº 4320/64, é exclusiva para aquelas sem fins lucrativos, de atendimento direto e gratuito ao público, desde que sejam: I - voltadas para o ensino especial ou representações da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais de ensino pré-escolar, fundamental (ensino básico) e médio; II - cadastradas junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais; III - voltadas para as ações de saúde, ou outras entidades sem fins lucrativos, desde que estejam registradas no Conselho Municipal de Saúde; IV - signatárias de contrato de gestão com a administração pública municipal e não qualificadas como organizações sociais; V - consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos, signatários de contrato de gestão com as administrações públicas federal, estadual ou municipal e que participem da execução de programas de saúde; VI - qualificadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica,

signatários de contrato de gestão, firmados com órgãos públicos; VII - entidades sem fins lucrativos, ligadas às áreas de cultura, esporte e lazer, que tenham por finalidade promover as potencialidades do Município. Art. 26 - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na LOA/2014 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades. § 1º - Igualmente, poderá promover alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritivos, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, modalidades de aplicação e fontes de recursos e de resultado primário. § 2º - A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2014 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional. SEÇÃO III Da Administração da Dívida e das Operações de Crédito Art. 27 - A administração da dívida pública municipal interna terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o erário. Art. 28 - Na Lei Orçamentária para o exercício de 2014, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações de crédito contratadas ou em perspectiva de contratação, respeitados os parâmetros estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e a compatibilidade com o Anexo de Metas Fiscais. Art. 29 - A dívida do Município de Miracema, pertinente aos poderes Executivo e Legislativo, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), objeto de competentes confissões individuais, cujas amortizações mensais são pagas com as cotas do Fundo de Participação dos Municípios, será contabilizada nos respectivos orçamentos dos dois poderes, os quais deverão conter as necessárias dotações consignadas para seus correspondentes processamentos. Parágrafo Único - A dívida, objeto do caput, exigível a longo prazo, terá suas amortizações mensais calculadas separadamente, para fins do mencionado processamento fiscal. Art. 30 - A LOA de 2014 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda. Art. 31 - A inclusão de

dotações na LOA de 2014 para o pagamento de precatórios parcelados observará o disposto no art. 100 da CF e art. 78 do ADCT, com nova redação dada pela EC nº 30/2000. I - o crédito individualizado por beneficiário, cujo valor seja superior a 30 (trinta) salários mínimos, será objeto de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior ao da anterior, excetuando-se o resíduo, se houver; II - os juros legais, à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, serão acrescidos aos precatórios objetos de parcelamento, a partir da 2ª parcela, tendo como termo inicial o mês de janeiro do ano em que é devida. Art. 32 - A Procuradoria Geral do Município, os fundos, a autarquia e fundação encaminharão à Secretaria Municipal de Fazenda a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários a serem incluídos na proposta orçamentária de 2014, na forma do artigo precedente, discriminada por grupo de natureza de despesas, contendo ainda: I - número do processo originário; II - número do precatório; III - tipo de causa julgada; IV - data da autuação do precatório; V - nome do beneficiário; VI - valor do precatório a ser pago. Parágrafo Único - As informações previstas neste artigo serão encaminhadas à Secretaria Municipal de Fazenda, até 31 de julho de 2013, impreterivelmente. Art. 33 - Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas a operações de crédito contratadas, ou cujas cartas consultas tenham sido encaminhadas para a Secretaria Municipal de Fazenda, até 31 de julho de 2013, observado o disposto nos arts. 32 e 33 da LC nº 101/00. Art. 34 - A Lei Orçamentária Anual conterá dispositivo que autorize o Poder Executivo a realizar operações de crédito por antecipação de receita (ARO) e para o refinanciamento da dívida. SEÇÃO IV Das Despesas de Pessoal e Encargos Art. 35 - As despesas totais com pessoal são o somatório dos gastos do Município com os ativos, inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria e pensões, inclusive adicionais, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdências, própria ou nacional. Parágrafo Único - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência. Art. 36 - Para efeito do disposto nos

arts. 37, V e X e 169, § 1º, inciso II da CF, bem como na LC nº 101/00, fica estabelecido que: I - a contratação dos cargos ou empregos de provimento efetivo ou em comissão, somente ocorrerá se existirem cargos vagos a preencher e prévia dotação orçamentária para atender à referida despesa, na forma da lei; II - em caso de interesse público, o Município poderá contratar pessoal em caráter temporário, nos termos do disposto no art. 37, inciso IX da CF e de legislação ordinária própria; III - serão contabilizadas como "outras despesas variáveis – pessoal civil" aquelas relativas a contratação temporária, necessária à substituição de servidores, empregados públicos ou em decorrência de fato imperioso e imprevisto. § 1º - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito deste dispositivo, a contratação temporária de serviços de terceiros, em decorrência de absoluta necessidade, bem como para atendimento de convênios, programas, contratos e afins, de terceirização relativos à execução indireta deles, os quais não tenham caráter oficial de perpetuidade e que, simultaneamente: I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento ou estatuto próprio; II - não caracterizem relação direta de emprego; III - sejam relacionadas às áreas de saúde, educação e assistência social. § 2º - Fica vedada a realização de serviços extraordinários, quando a despesa de pessoal extrapolar o limite prudencial de 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) da receita corrente líquida, exceto nos casos de relevante interesse público, especialmente aqueles voltados para as áreas de segurança e saúde, que estejam em situações de risco ou prejuízo para a sociedade. Art. 37 - A concessão de qualquer vantagem, aumento de remuneração, criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira e revisão geral anual, bem como, a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos poderes, só poderá ser efetivada se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas até o final do exercício, obedecidos os limites constitucionais vigentes, bem como o disposto na LRF, no que couber. Parágrafo Único - Os Orçamentos Anuais, assim como os Planos Plurianuais, devem consignar dotações, observada a iniciativa privativa das leis em cada caso, que assegurem a revisão geral e anual da remuneração dos servidores, na forma prevista no inciso X, art. 37 da CF. SEÇÃO V Das Alterações da Legislação Tributária Art. 38 - Na estimativa das receitas constante do projeto de lei orçamentária

serão considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária local, incremento ou diminuição de receitas transferidas de outros níveis de governo e outras transferências positivas ou negativas na arrecadação do município para o ano seguinte. Art. 39 - Havendo revisão tributária e dos incentivos fiscais, que serão propostos pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, levarão em consideração, dentre outros, os seguintes fatores: I - justiça fiscal; II - incentivo a setores emergentes do sistema econômico, com prioridade para as micro e pequenas empresas; III - revisão de alíquotas de setores mais ou menos dinâmicos da economia, em função da reconversão do sistema produtivo e das conjunturas econômicas específicas; IV - prioridade na execução das leis municipais que disponham sobre incentivos e benefícios fiscais para a geração de empregos; V - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento de processos administrativos, visando a sua racionalização, simplificação e eficiência; VI - mecanismos que visem à modernização, à agilização da cobrança, à arrecadação, fiscalização e demais aspectos de gestão tributária; VII - revisão das isenções dos tributos municipais, no sentido de buscar o interesse público e a justiça fiscal; VIII - compatibilização das taxas e tarifas aos custos efetivos dos serviços prestados pelo Município, incluindo os casos de terceirização e/ou concessão, de forma a assegurar sua eficiência, observadas a capacidade econômica do contribuinte e justa distribuição de renda; IX - atualização da Planta Genérica de Valores, ajustando-a aos movimentos de valorização ou desvalorização do mercado imobiliário; X - instituição de taxas para serviços que o Município, eventualmente, julgue de interesse da comunidade e necessitem de fonte de custeio, desde que precedida de amplo debate com a população e aprovação pela Câmara Municipal. Art. 40 - Qualquer projeto de lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira, que gere efeitos sobre a receita estimada para o Orçamento do ano de 2014, somente será aprovado caso indique, fundamentadamente, a estimativa de renúncia fiscal acarretada, devendo ainda estar acompanhado da: I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes; II - medida de compensação do período mencionado no caput deste artigo, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração, criação de tributo ou contribuição. Art. 41 - Deverão ser institucionalizadas,

oportunamente e após o início da efetiva prestação do serviço público, a taxa de prevenção e combate a sinistros, contribuição de melhoria, contribuições diversas, salário educação e transporte escolar, na forma da lei. Art. 42 - O Poder Executivo adotará medidas de fomento à participação de micros, pequenas e médias empresas, além de cooperativas, instaladas na região, no fornecimento de bens e serviços para a Administração Pública Municipal, bem como, facilitará a abertura de novas empresas, por meio da desburocratização dos respectivos processos e criando incentivos fiscais, mediante prévia autorização legislativa. CAPÍTULO III Da Estrutura Geral da Lei SEÇÃO I Da Proposta da Lei Orçamentária Anual Art. 43 - O projeto de lei orçamentária anual que o Executivo Municipal encaminhará ao Legislativo será constituído de: I - mensagem de lei; II - texto da lei; III - demonstrativo da receita arrecadada nos três últimos exercícios, por natureza; IV - receita prevista para o exercício de 2014, por natureza; V - demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas; VI - demonstrativo da despesa estimada para 2014, por categoria econômica; VII - consolidação dos quadros orçamentários do Executivo, do Legislativo, dos fundos especiais, da autarquia e fundação; VIII - anexos do orçamento fiscal da Prefeitura, da seguridade social, e da Câmara, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei; IX - anexo das contribuições individuais destinadas a instituições e eventos; X - anexo das subvenções e auxílios, individualizadas e destinadas às instituições de caráter beneficente. Art. 44 - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária até o dia 31 de julho, observado o disposto nas Emendas Constitucionais nº 25/2000 e 58/2009, na LC nº 101/00, na Portaria nº 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº 163/2001, com modificações, que será incluída no projeto de lei orçamentária do município para o exercício de 2014. Art. 45 - Após cumpridos os prazos e verificados os atendimentos do calendário estabelecido no artigo anterior, o Prefeito Municipal enviará à Câmara os projetos de leis do orçamento geral e revisão do plano plurianual, ambos para 2014, até 30 de setembro do ano em curso. Art. 46 - O Poder Executivo estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014: I - quadros de detalhamento de despesas (QDD), por unidade orçamentária, especificando a categoria econômica e a despesa por elemento, para cada projeto e atividade; II - a programação financeira e o

cronograma de desembolso mensal orçamentário e financeiro; III - as metas bimestrais de arrecadação de receitas municipais com a especificação, em separado; IV - ações de controle contendo as propostas de manutenção e conservação de todos os bens móveis e imóveis do Município, de forma a se estabelecer cotas orçamentárias e financeiras específicas; V - plano de ação contendo as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, a quantidade e os valores das ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como à evolução dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa e ampliação da base contributiva. SEÇÃO II Das Receitas Municipais Art. 47 - Constituem as receitas do Município, aquelas provenientes: I - dos tributos de sua competência; II - de atividades econômicas, que por conveniência possa vir a executar; III - de transferências, por força de mandamentos constitucionais ou de convênios, acordos ou ajustes firmados com entidades governamentais e privadas, nacionais ou internacionais; IV - de recursos transferidos pela União ou Estado para financiamento da execução de programas; V - de empréstimos e financiamentos com prazo superior a doze meses, autorizados por lei específica, vinculados a obras, aquisições e serviços públicos; VI - de eventual operação de crédito para antecipação de receita de algum serviço mantido pela administração municipal. Art. 48 - O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, bem como promover a cobrança da dívida ativa e contribuição de melhoria. SEÇÃO III Das Despesas Municipais Art. 49 - Constituem as despesas municipais aquelas destinadas à aquisição de bens e serviços e realização de obras e instalações para o cumprimento dos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira. Art. 50 - O orçamento do Município, dos fundos, de sua autarquia e fundação, conterá obrigatoriamente, recursos destinados: I - ao pagamento dos serviços e da dívida municipal; II - ao pagamento de sentenças do Poder Judiciário, para o cumprimento do que dispõem o artigo 100 e seus parágrafos da CF, com nova redação dada pelas ECs nº 30/2000 e 37/2002; III - às despesas institucionais e obrigatórias de caráter continuado. Art. 51 - Será consignada entre as despesas orçamentárias, uma reserva de contingência, correspondente a no mínimo 1% (um por cento) da receita corrente líquida estimada para o exercício de 2014. Parágrafo Único - Se a reserva não for utilizada para a sua finalidade maior, a mesma poderá servir de base para a abertura de créditos adicionais para outros fins, conforme Portaria

Interministerial nº 163/2001. Art. 52 - Na programação da despesa não poderão ser: I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as suas unidades executoras; II - incluídos projetos ou atividades com a mesma finalidade em mais de uma unidade gestora da administração direta. Art. 53 - A inclusão na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros Entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses do Município, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000. Art. 54 - As emendas ao projeto de lei orçamentária, com indicação de recursos provenientes de anulação de dotação, sem prejuízo do art. 166, § 3º, da Constituição Federal, não poderão incidir sobre: I - dotações com recursos vinculados a fundos, convênios, programas ou operações de crédito; II - dotações referentes à contrapartida obrigatória dos recursos transferidos voluntariamente pela União ou pelo Estado; III - dotações referentes a obras em andamento, paralisadas ou não concluídas, previstas no orçamento vigente ou nos anteriores da administração direta. Art. 55 - Na programação de investimentos em obras da administração direta, considerando o art. 45 da LC nº 101/00, será observado o seguinte: § 1º - Os projetos já iniciados terão prioridade sobre os novos. § 2º - Os projetos novos somente serão programados, quando: I - comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira através de quadros demonstrativos; II - não implicarem em anulação de dotações destinadas a obras já iniciadas, em execução ou paralisadas. Art. 56 - Fica vedada a execução das despesas pelos respectivos ordenadores quando: I - não houver disponibilidade de dotação orçamentária e financeira; II - havendo dotação, não tiver ocorrido a liberação das respectivas cotas orçamentárias e financeiras. Art. 57 - Ficarão sujeitas à limitação de empenho as despesas cuja projeção do comportamento no primeiro quadrimestre do exercício financeiro revelarem-se inadequadas com a lei orçamentária anual. § 1º - A limitação de empenho, a que se refere o caput do artigo, se fará nos dois quadrimestres seguintes, à razão de 1/3 (um terço) do excesso no primeiro e 2/3 (dois terços) no segundo. § 2º - No caso em que se impuser a limitação de empenho, observar-se-á a seguinte regra: I - entre as despesas de capital e correntes, as de capital; II - entre as de capital, aquelas cujo desempenho no primeiro quadrimestre seja incompatível com o valor consignado no plano plurianual; III - entre as de capital,

consignadas especificamente no plano plurianual, as ainda não licitadas; IV - entre as licitadas, aquelas que não se refiram a bens especificamente elaborados para a administração municipal. § 3º - A limitação mencionada no caput será aplicada aos Poderes Executivo e Legislativo, na forma proporcional à participação de seus orçamentos. § 4º - As limitações de empenhos mencionadas não se aplicam às despesas destinadas ao serviço da dívida, ao reajustamento de remuneração do pessoal de que trata o inciso X do artigo 37 da CF, se seus efeitos financeiros puderem ser compensados pelo aumento permanente da receita ou pela redução da despesa. § 5º - Ressalva-se do disposto no artigo as despesas consideradas de valor irrelevante, passíveis de serem adequadas a curto prazo ou ao longo do último quadrimestre do ano correspondente, dispensadas de licitação, estabelecidas, respectivamente, nos incisos I e II, art. 24 da Lei nº 8.666/93. Art. 58 - Se verificado, ao final de um quadrimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas e resultado primário ou nominal estabelecidas, a Câmara Municipal poderá promover, por ato próprio e nos montantes necessários, a limitação de empenho e movimentação financeira, na forma prevista na presente lei. § 1º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas. § 2º - No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados. § 3º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, na comissão referida no § 1º do art. 66 da LRF ou equivalente na Casa Legislativa Municipal. Art. 59 - Tanto a LOA quanto o PPA – 2014 poderão consignar recursos suficientes para o financiamento de auxílio alimentação e prêmios eficiência-produtividade, como previstos em leis específicas. SEÇÃO IV Do Orçamento da Seguridade Social Art. 60 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecendo ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204 e 212, § 4º, todos da CF e contará, dentre outros, com recursos provenientes: I - das contribuições sociais previstas na Constituição, exceto a de que trata o art. 212, § 5º e as destinadas por lei às despesas do

orçamento fiscal; II - da contribuição para o fundo de previdência social do servidor municipal, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município; III - do orçamento fiscal; IV - das demais receitas próprias e vinculadas dos órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integram, exclusivamente, este orçamento. § 1º - A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização. § 2º - Os recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, incisos I e II da CF, na LOA, não se sujeitarão à desvinculação. § 3º - As receitas de que trata o inciso IV precedente deverão ser classificadas como receitas da seguridade social. Art. 61 - A proposta orçamentária incluirá os recursos necessários ao atendimento: I - do reajuste dos benefícios da seguridade social, de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art. 7º, inciso IV da CF; II - da despesa mínima com a manutenção do desenvolvimento do ensino básico, prevista na CF, EC nº 53/2006 e Lei nº 11.494/2007; III - da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na EC nº 29/2000. Parágrafo Único - Para efeito do disposto no inciso III deste artigo, consideram-se aplicações em ações e serviços públicos de saúde e promoção social a totalidade das dotações do Fundo Municipal de Saúde e as do Fundo Municipal de Assistência Social. SEÇÃO V Dos Fundos Municipais Art. 62 - Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei ordinária, se vinculam à realização de normas peculiares de aplicação. Parágrafo Único - A aplicação de receitas públicas vinculadas a fundos municipais far-se-á através de dotações consignadas na LOA e em créditos adicionais. Art. 63 - Será elaborado para cada fundo especial municipal, antes do início de sua movimentação financeira, um plano de aplicação, cujo conteúdo será o seguinte: I - fonte dos recursos – onde serão indicadas as fontes dos recursos financeiros, previstas na lei de instituição, classificadas nas categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital; II - aplicações – onde serão discriminadas: a) as ações que serão desenvolvidas através do fundo; b) os recursos destinados ao cumprimento das metas e das ações, classificadas sob as categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital. Parágrafo Único - O orçamento anual consignará, de forma global e devidamente classificadas, as dotações destinadas aos correspondentes fundos municipais. Art. 64 - Para o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e Fundo Municipal de Saúde, será destinado um mínimo de recursos orçamentários e financeiros estabelecidos na Carta Maior. Parágrafo Único - Tanto os planos de aplicação dos fundos objeto do caput, quanto as correspondentes prestações de contas, observarão regramentos institucionais próprios. Art. 65 - Os fundos especiais de que trata a Seção V poderão celebrar convênios, ajustes, termos de cooperação ou parceria e outras avenças com instituições públicas ou privadas, visando o cumprimento dos seus objetivos. SEÇÃO VI Dos Orçamentos da Autarquia e Fundação Municipais Art. 66 - Os orçamentos da entidade autárquica e fundacional observarão, na sua elaboração, as normas da Lei nº 4.320/64 e legislação regulamentar subsequente, quanto às classificações a serem adotadas para as suas receitas e despesas. Art. 67 - As receitas e os gastos da autarquia e fundação, objeto desta seção, serão estimadas e programadas de acordo com as dotações globais previstas no orçamento central. § 1º - A previsão de receita da autarquia e fundação será objeto de projeção própria, que tomará como base a sua realidade institucional específica, corrigida, se for o caso, com os índices previstos no art. 10 do presente diploma legal, a qual será o limite para a fixação de sua despesa. § 2º - A proposta orçamentária da Caixa de Assistência Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais – CAPPS, para o exercício de 2014, será encaminhada ao Poder Executivo até 31 de julho de 2013. SEÇÃO VII Das Prioridades e Metas da Administração Municipal Art. 68 - O Município executará, como prioridades de cada programa, o elenco de ações delineadas Plano Plurianual, após sua necessária revisão. § 1º - O plano plurianual estabelecerá, de forma específica, os programas, objetivos e metas físicas e financeiras para alocação de recursos da administração pública municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. § 2º - Conterá, igualmente, o demonstrativo de investimentos especificados por projetos de acordo com as fontes de financiamento, de todas as unidades abrangidas pelo orçamento fiscal. § 3º - Todos os projetos, cuja execução abranja mais de um exercício financeiro, deverão ter seus desdobramentos previstos nos anos posteriores do correspondente plano. Art. 69 - Constituem apêndices da presente matéria os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, que estabelecem as prioridades em termos de ações de governo, no sentido de atender o

equilíbrio fiscal, demandas sociais e as aspirações comunitárias em termos de investimentos públicos. Parágrafo Único - Tanto o anexo de metas fiscais quanto o de riscos fiscais mencionados no artigo poderão ser encaminhados à Câmara Municipal, em separado do projeto da LDO, até 15 de maio de 2013. Art. 70 - Os eixos e objetivos estratégicos estabelecidos pela administração municipal deverão ser observados, tendo precedência na alocação de recursos, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas. § 1º - Os eixos estratégicos que nortearão a formulação de programas, do ponto de vista global, são os seguintes: I - desenvolvimento econômico e humano integrados: a) serviços de educação básica, saúde e assistência social; b) igualdade de oportunidades humanas; c) desenvolvimento humano para todos os cidadãos; d) desenvolvimento econômico local. II - credibilidade do governo municipal: a) cultura da harmonia entre os deveres e os direitos de cidadania. III - uso dos recursos públicos: a) recursos para aplicação em políticas públicas; b) gestão do gasto público. IV - gestão pública: a) planejamento e gestão ética, democrática e eficiente. V - desenvolvimento urbano e rural sustentáveis: a) meio ambiente; b) qualidade de vida; c) mobilidade urbana. § 2º - Os objetivos estratégicos individuais que orientarão a definição de prioridades e metas são os relacionados abaixo: I - contribuir para a formação de uma cultura de cidadania e valorização dos direitos humanos no município, bem como promover a igualdade racial e de gênero; II - promover a universalização do acesso à educação básica com qualidade; III - ampliar o acesso da população aos serviços de saúde de forma equânime, resolutiva e humanizada; IV - promover a qualidade ambiental e urbanística do município, a partir de ações de saneamento, gestão e controle do espaço urbano; V - estimular o desenvolvimento cultural e o acesso da população aos produtos e equipamentos culturais do município; VI - estimular a prática esportiva pela população e a formação e desenvolvimento de atletas; VII - viabilizar o acesso da população aos benefícios da tecnologia da informação e ao mundo digital; VIII - promover o desenvolvimento do potencial econômico do município, a partir da identificação de suas potencialidades, do desenvolvimento da sua vocação econômica e do fomento ao turismo; IX - promover a educação e a responsabilidade ambiental, visando a formação de uma cultura para o desenvolvimento sustentável no município; X - fomentar o desenvolvimento econômico e cultural e a preservação do patrimônio

histórico da cidade; XI - estimular a micro e pequena empresa, o empreendedorismo, a formação e desenvolvimento profissional, a economia solidária e o associativismo como formas de geração de trabalho e renda no município; XII - promover ações de manutenção urbana que garantam a limpeza e a conservação das vias e equipamentos públicos; XIII - promover a participação da população na gestão pública e estimular o controle social a partir da transparência das ações da administração; XIV - promover a valorização dos servidores municipais, oportunizando a estes melhores condições de vida e de trabalho; XV - garantir a melhoria dos níveis de eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados à população; XVI - implementar as reformas estruturais, abrangendo as administrativas e organizacionais. Art. 71 - A LOA para o exercício seguinte deverá instituir um programa visando a permitir que a população carente dos distritos tenha amplo acesso a sinais de TV. CAPÍTULO IV Das Disposições Gerais e Finais Art. 72 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2014 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência na gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, nos termos dos arts. 48 e 49 da LC nº 101/00. Parágrafo Único - Para atender ao disposto neste artigo, competirá ao Poder Executivo divulgar, por intermédio do site www.miracema.rj.gov.br, as seguintes informações: I - as estimativas de receitas de que trata o art. 12, § 3º da LRF; II - a lei orçamentária aprovada, em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares; III - relatórios resumidos da execução orçamentária, bimestralmente e o relatório de gestão fiscal, quadrimestralmente; IV - prestação de contas anual; V - síntese do PPA. Art. 73 - O desembolso dos recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários do Poder Legislativo será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos. Art. 74 - Se o Projeto de Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2013, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal. § 1º - Não se inclui no limite previsto no caput, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atenderem as despesas com: I - pessoal e encargos sociais; II - contribuições para a CAPPS; III - serviço da dívida; IV - pagamento de compromissos

correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social; V - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências da União e do Estado; VI - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aos recursos previstos no inciso anterior; VII - conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores a 2014 e cujo cronograma físico, estabelecido em instrumento contratual, não se estenda além do 1º semestre de 2014; VIII - pagamento de contratos que versem sobre serviços de natureza continuada. § 2º - Rejeitados pela Câmara Municipal os projetos de lei orçamentária anual e do plano plurianual, prevalecerá para o ano seguinte o orçamento do presente exercício, aplicando-lhe a atualização de valores prevista no parágrafo único do art. 10. Art. 75 - O Poder Executivo disponibilizará, por meio eletrônico, no prazo de trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, discriminando a despesa por elementos, conforme a unidade orçamentária e respectivas categorias de programação. Art. 76 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, sendo as parcelas subsequentes liberadas somente mediante a prestação de contas relativa ao gasto da parcela anterior. Parágrafo Único – Havendo a necessidade de aditamento no instrumento celebrado entre as partes, somente serão repassados os novos recursos após o cumprimento do que é estabelecido no artigo. Art. 77 - A Lei de Meios conterá dispositivo autorizando o Chefe do Poder Executivo, através de atos administrativos próprios, a: I - abrir créditos adicionais suplementares, no decorrer do exercício financeiro de 2014, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada na lei, de acordo com o que estatuem os arts. 40 a 46 da Lei n°4.320/64; II - utilizar os recursos vinculados à conta de Reserva de Contingência, nas condições previstas no art. 8º da Portaria Interministerial nº 163/2001; III - aditivar ao valor da receita fiscal estimada, bem como destinar a correspondente despesa através de suplementações, na forma da lei, recursos provenientes de: a) superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; b) excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, for efetivamente comprovada, considerando-se, ainda, a

tendência do exercício; c) saldo financeiro remanescente do ano anterior, de convênios, programas e fundos especiais, destinando-o à sua finalidade específica. § 1º - Criar elemento de despesa, dentro do mesmo projeto/atividade e categoria econômica, desde que não haja alteração de seu montante, para melhor execução dos programas de governo. § 2º - Destinar, o mesmo percentual estabelecido no inciso I, aos valores também necessários à abertura de créditos adicionais suplementares, para contemplar exclusivamente as dotações orçamentárias imperativas ao pagamento de pessoal civil do quadro permanente, inativos, pensionistas e respectivos encargos. § 3º - Promover a incorporação de eventual excesso das receitas estimadas para financiamento dos fundos especiais, individualmente, caso se comprove, através de cálculos, a iminência do correspondente excesso. § 4º - Desenvolver programas especiais de trabalho de investimentos com todos os seus inerentes custos, desde que subordinados a programas aprovados e integrantes da LOA. Art. 78 - A Secretaria Municipal de Fazenda poderá transpor fontes de recursos, preservada a compensação entre elas, visando manter o equilíbrio financeiro. Art. 79 - No caso de criação de entidades autárquicas e fundacionais, as leis próprias citarão normas legais de atendimento para fixação de receita e despesas, observadas as diretrizes gerais constantes desta lei. Art. 80 - O orçamento fiscal do município deverá conter dispositivo autorizando o Prefeito Municipal a celebrar contratos de gestão, convênio, acordo, ajustes ou congêneres, na forma do art. 37, § 8º da CF, introduzido pela EC nº 19/98, c/c a Lei nº 8.666/93. Art. 81 - Os créditos especiais autorizados nos últimos 4 (quatro) meses de 2013 poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2014. Art. 82 - O Chefe do Poder Executivo divulgará, nos 90 (noventa) primeiros dias do exercício financeiro seguinte, por decreto, o valor do orçamento anual da Câmara Municipal, de acordo com o artigo 29-A, seus incisos e parágrafos da CF e EC nº 58, de 23 de setembro de 2009, com a finalidade de ajustá-lo aos parâmetros legais, decorrentes da efetiva receita tributária e transferências constitucionais do período anterior. Parágrafo Único – Para o cálculo da receita municipal não vinculada, expurgar-se-á do total as receitas de participação no FUNDEB, de capital e de transferências de convênio, bem como quaisquer outras cuja destinação esteja vinculada a objeto específico por força de instrumento legal. Art. 83 - Esta lei entra em vigor na data de

sua publicação. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que possui um artigo no Projeto de Lei apresentado pelo Vereador Paulo Sérgio de Azevedo onde diz que um aluno pode frequentar as aulas sem o uniforme, esclarecendo que isto não pode acontecer, pois como os uniformes serão doados é possível exigir seu uso. Acrescentou que o Projeto é muito interessante, acreditando que a padronização dos uniformes vai gerar uma economia muito grande para o Município, sendo que deseja que a cor dos uniformes sejam as mesmas da bandeira do Município. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para os pastores Jones Rangel e Lânia Rangel e demais membros da Igreja Internacional Ágape pelo brilhante encontro familiar realizado no dia 30 de maio de 2013, no Clube XV. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, solicitou Moção de Pesar para: 01) a Sra. Maria Ruthe Gomes de Oliveira e demais familiares em virtude do falecimento do Sr. Nelson Lemos de Oliveira. 02) o Sr. José Geraldo Pinheiro e demais familiares em virtude do falecimento do Sr. Miguel Anselmo. 03) a Sra. Vera Lúcia Costa Simini e demais familiares em virtude do falecimento do Sr. Argentino Lourenço da Costa. 04) a Sra. Jacy dos Passos Moreira e demais familiares em virtude do falecimento do Sra. Sharriny Moreira Guedes. 05) o Sr. Hebert Cruz Gonçalves Santos e demais familiares em virtude do falecimento do Sr. Jair Gonçalves dos Santos. 06) os familiares do Sr. Antônio Rosa, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. A Vereador Maria José Marques Barros Andrade lembrou ao Vereador Presidente de seu pedido para que seja criado uma Comissão Especial para analisar os fatos ocorrido no Polo Industrial II. O Vereador Hugo Fernandes disse que o Presidente da Comissão de Obras, Finanças e Orçamento Público pode atender ao pedido da Vereadora. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva informou que marcará uma reunião com os demais membros da Comissão e com a Vereadora Maria José para começar a tratar deste assunto. O Vereador João Siqueira Magalhães parabenizou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo pela apresentação do Projeto em relação aos uniformes escolares, pois temos observado ao longo dos anos, a mudança de suas cores conforme as cores dos Partidos vencedores. Esclareceu que, salvo engano, acredita que existe uma lei que permite que os estudantes assistam aulas sem a utilização do uniforme, fato este que não concorda. O Vereador Maurício

Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para o Pastor Aloísio, pelo aniversário de oitavo ano de Consagração, da Nova Assembleia de Deus de Miracema, destacando o belíssimo trabalho religioso que vem desenvolvendo em nossa querida Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador esclareceu que a Rua Nova se encontra com muitos entulhos jogados na calçada, sendo que os Vereadores já fizeram pedidos para a realização da limpeza. O Vereador Carlos Armando de Azevedo pediu desculpas pelo seu atraso. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que já fez diversos pedidos para que a limpeza seja realizada, sendo que já realizou este pedido de todas as maneiras possíveis. Acrescentou que os problemas que vem ocorrendo na Rua Nova também estão acontecendo nas demais Ruas do Município de Miracema. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que a indignação desta Casa Legislativa em ter sido de inerte ocorreu por que todos estão trabalhando, sendo que possui orgulho de fazer parte desta Casa Legislativa, pois todos os trabalhadores trabalham muito. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, pelo Projeto sobre os uniformes escolares e Gilson Teixeira Sales, pelo Projeto de Capelania, sendo que na sexta-feira passada, na parte da manhã, houve uma espécie de reunião solene nesta Casa Legislativa. Acrescentou que não está compreendendo a finalidade do Secretário de Assistência Social, pois em todos os momentos em que ele foi questionado acaba utilizando os veículos de comunicação para falar bobagens, sendo que hoje ele disse que os Vereadores deveriam se esforçar para que fossem construídas mais casas populares. Disse que amanhã responderá o Secretário através da rádio, sendo que o trabalho de Secretaria de Assistência Social não está sendo realizado da maneira correta. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que est[a percebendo que a intenção do Secretário é colocar a população contra os Vereadores, pois não é função dos Vereadores buscar a construção de casas populares. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes disse que acredita que a Secretaria de Assistência Social não está funcionando de acordo com a necessidade da população e esclareceu que o programa dos Vereadores no rádio será realizado amanhã. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 06/06/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para

constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 06 de junho de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número vinte e seis, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Fabrício de Sá Xavier. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Armando de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 15, Versículos de 01 à 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a Celebração Eucarística de Ordenação Diaconal de Thiago Zacarias Linhares a ser realizada no dia 06 de julho de 2013, às 09h, no Colégio Estadual Deodato Linhares; 02) Convite para o Casamento de Silmara e Glaucimar a ser realizado no dia 20 de julho de 2013, às 17h; 03) Ofício SEOBRAS/GSE nº 1407/2013 da Secretaria Estadual de Obras respondendo ofício nº 0175/2013. Os Vereadores João Siqueira Magalhães e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício nº 062/2013 da Corregedoria do Município de Miracema respondendo ofício nº 0258/2013. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 05) Ofício PMM/GAB nº 0219/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0306/2013. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício PMM/GAB nº 0218/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0212/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício PMM/GAB nº 0221/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0321/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 08) Telegramas NºRef: 04800/MS/SE/FNS, 004565/MS/SE/FNS, 002583/MS/SE/FNS, 002584/MS/SE/FNS, 009374/MS/SE/FNS, 004566/MS/SE/FNS, do Fundo Nacional de

Saúde - Ministério da Saúde; 09) Ofício DER-RJ/GAB nº 207/2013 do Departamento de Estradas e Rodagem respondendo ofício nº 0247/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 10) Ofício DER-RJ/GAB nº 199/2013 do Departamento de Estradas e Rodagem respondendo ofício nº 0268/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 11) Ofício nº 022/2013 da Caixa Econômica Federal respondendo ofício nº 0217/2013 e 0260/2013. Os Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, João Siqueira Magalhães e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício; 12) Ofício Circular nº 001 da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados encaminhando o Relatório elaborado pelo Deputado Fernando Jordão sobre a Audiência Pública realizada para discutir a manutenção das redes de energia. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente do DER-RJ - Solicitação no sentido de que seja realizada a pavimentação das Ruas localizadas entre as casas populares do Conjunto Habitacional do Carrapichão. Aprovado. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja construído um Parque, com uma área de lazer, para atender as crianças e os moradores do Conjunto Habitacional do Carrapichão. Deferido. 03) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas à Corregedoria no sentido de que encaminhe a esta Casa Legislativa a cópia de inteiro teor do Processo de Sindicância referente ao Projeto de Rizicultura neste Município. Deferido. 04) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizada a restauração da escadaria da Rua José Honorato Carneiro, devendo ser tomadas as seguintes medidas: a) diminuição da altura dos degraus, tendo em vista o uso de pessoas idosas; b) Colocação de um corrimão para as pessoas com dificuldades, pois em tempos chuvosos a rampa que dá acesso à Rua fica muito escorregadia. Deferido. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Diretor da AMPLA - Solicitação no sentido de que seja disponibilizada uma equipe técnica para apurar os valores cobrados nas contas de luz dos residentes na Rua Projetada, Bairro Carrapichão. Ressaltamos que os referidos se enquadram no

Programa Baixa Renda e, o alto valor cobrado nas referidas contas não estão em consonância com a realidade, tendo em vista que as residências não possuem eletrodomésticos suficientes. Segue contas de luz em anexo, que comprovam o alto valor cobrado. Aprovado. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Promoção Social no sentido de que envide esforços a fim de que os residentes na Rua Projetada, no Bairro Carrapichão, que foram contemplados com as Casas Populares, sejam orientados a procurar a Ampla para serem inseridos na tarifa social, tendo em vista que as contas estão com o valor extremamente alto. Solicitamos também que seja tomada alguma providência em relação as casas desocupadas visto que existem muitas famílias precisando de moradia. Deferido. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que os problemas com as casas populares devem ser resolvidos de maneira urgente, sendo que as pessoas devem tomar as atitudes necessárias para resolver os problemas. 05) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Agricultura no sentido de que seja providenciado o patrolamento e o nivelamento no Sítio Ipiranga, no Distrito de Venda das Flores, onde será montada uma empresa para a fabricação de Cerveja Artesanal e Sucos de Copos. Cumpre informar que tal solicitação se faz necessário, pois a referida fábrica gerará inúmeros empregos para nossos Munícipes. Segue em anexo o comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. 06) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado um estudo técnico para apurar se existe a possibilidade de construir um ponto de ônibus as margens da RJ 116, na altura do Bairro Carrapichão e outro na entrada do Distrito de Paraíso do Tobias, no Município de Miracema. Ressaltamos que existem diversas pessoas que esperam ônibus nestas localidades sob sol ou chuva fortes. Por fim, destacamos que caso seja viável a construção do referido ponto, providenciaremos a aquisição junto ao Governo Municipal. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Maurício Monteiro para falar sobre o Trânsito da Região. Com a palavra, o Dr. Maurício, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que possui um Projeto sobre o trânsito miracemense e gostaria de entregá-lo ao Vereador Presidente para que o referido fosse apresentado para o Prefeito Municipal, pois o fluxo de trânsito

municipal está aumentando e está ficando muito difícil trafegar. Esclareceu que está apresentando uma sugestão e não quer fazer nenhuma crítica, acrescentando que poderia ser feito uma reunião visando a solução de alguns problemas do trânsito, destacando especialmente o tráfego de caminhões pesados no centro do Município. Acredita que poderia ser feito um anel passando por fora das cidades para os caminhões não comprometerem o transito da cidade. Disse que o melhor campo de aviação do norte do Estado do Rio de Janeiro é o localizado em Miracema, entretanto ele se encontra ocioso e sem utilização, acrescentando que o Projeto de Transito deveria ser realizado também nos Municípios vizinhos, pois Santo Antônio de Pádua e Itaperuna também estão com o trânsito complicado. Por fim, disse que o Prédio onde funcionava a Prefeitura Municipal possui tacos que podem se deteriorar caso o prédio continuar fechado e sem nenhum tipo de ventilação. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que existem alguns políticos de pensamento retrógrados, que acreditavam que a rota pelo contorno do Município atrapalharia o comércio local, por isso o projeto não teve conclusão. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que gostaria de fazer um requerimento ao Ministro da Agência Nacional de Aviação Civil, Sr. Moreira Franco. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que fez este requerimento na reunião anterior. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que algumas medidas devem ser tomadas com força para que alguma pessoa desperte e tome as atitudes necessárias. Acrescentou que seria muito interessante a construção de um aeroporto naquele local, sendo que o Ex-Prefeito Ivany Samel fez a terraplanagem daquele local e poderia tê-lo utilizado. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu as palavras do Dr. Maurício Monteiro. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros disse que está muito indignado com os gastos do País nos estádios de futebol, pois alguns são verdadeiramente “elefantes brancos” e não terão nenhuma utilidade depois da Copa do Mundo. Acrescentou que a Grécia está vivendo os reflexos das Olimpíadas, pois sua situação econômica está muito crítica, sendo que lamenta a omissão do povo brasileiro. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a pressão social faz com que o Estado abra o espaço para a construção do consenso permitindo que a sociedade se coloque de forma efetiva. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para o Sr. José Finamor pela brilhante festa da

Entrega de Folia de Reis, realizada na quadra coberta do Bairro CEHAB, no dia primeiro de junho do corrente ano. Continuou solicitando Moção de Pesar para: 01) o Sr. Cesar Augusto Gonçalves Arantes e demais familiares, em virtude do falecimento do Sr. Olavo Arantes. 02) a Sra. Vera Cruz dos Passos Elias e demais familiares, em virtude do falecimento do Sr. José Elias. 03) o Sr. Paulo César Prado e demais familiares, em virtude do falecimento do Sr. José da Silva. 04) a Sra. Mariane Athayde Rodrigues e demais familiares, em virtude do falecimento da Sra. Maria aparecida Athayde. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador João Siqueira Magalhães pediu ao Sr. Presidente para encaminhar um ofício ao Secretário Municipal de Fazenda solicitando um relatório constando quanto foi transferido de Recursos (em valores reais) para a Secretaria Municipal de Promoção e Bem Estar Social gestão 2009 a 2012), no que se refere aos Projetos de construção das Casas Populares do Carrapichão; de Paraíso do Tobias e as do alto do Cruzeiro, remetendo o comprovante do repasse (deposito bancário), Ordem de Pagamento ou Transferência de valores. Na oportunidade, o Vereador informa não ser necessária informação de compras do dia a dia. Deferido. Continuando, o Vereador acrescentou que o Secretário de Planejamento informou, por telefone, que comparecerá nesta Casa Legislativa no próximo dia 20, assim gostaria que ele trouxesse todas as informações necessárias para esclarecer os problemas com as casas populares. Informou que algumas informações contidas no ofício enviado pela Caixa Econômica Federal devem ser esclarecidas, sendo que os Vereadores devem procurar os meios cabíveis para solucionar este problema de forma urgente. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse sobre a nova capela mortuária se encontra sem nenhum tipo de vigia, dessa maneira, gostaria de encaminhar um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal, com vistas à Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, no sentido de que sejam disponibilizados Guardas Municipais para realizarem a vigia da Nova Capela Mortuária, uma vez que a referida se encontra sem nenhum tipo de segurança. Deferido. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que infelizmente as ações são muito devagar, sendo que a situação está tão enrolada que não consegue enxergar uma solução, sendo que a população está necessitando de moradias. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que já viu três moradores preocupados em ganhar uma casa popular para poder vendê-las. O Vereador Gilson Teixeira Sales agradeceu a Secretaria de Obras por ter retirado os entulhos que estavam próximos ao colégio do Bairro Hospital. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou a Vereadora Maria José pelo trabalho realizado em ralação ao Polo Industrial II, sendo que a Comissão de Obras poderá realizar um trabalho de

fiscalização para saber a forma de utilização dos terrenos. Esclareceu que vai fazer duras críticas ao trabalho do Secretário Municipal de Assistência Social, pois este problema das casas populares tem de ser resolvido de maneira urgente, sendo que a Promoção Social deveria acompanhar a situação dos moradores, podendo inclusive orientar as famílias como eles devem proceder em relação às contas de luz. Por fim, esclareceu que ajudou algumas pessoas a conseguirem suas ligações de luz, entretanto este é um trabalho da Secretaria de Assistência Social. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 10/06/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 10 de junho de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número vinte e sete, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Maria José Marques Barros Andrade, Genessi Rodrigues da Silva, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência da primeira. Após constatar a existência de número legal, a Sra. Presidente Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Carlos Armando de Azevedo ocupou a cadeira do 2º Secretário. Foram registradas as ausências dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales e Fabrício de Sá Xavier. Justificadas. Em seguida a Sra. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Armando de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 01, Versículos de 01 à 06. Prosseguindo a Sra. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios que será realizada entre os dias 08 e 11 de julho de 2013; 02) Telegramas NºRef: 007185/MS/SE/FNS, 017571/MS/SE/FNS, 017570/MS/SE/FNS, 021034/MS/SE/FNS, 014160/MS/SE/FNS, 003694/MS/SE/FNS, 003692/MS/SE/FNS, 003693/MS/SE/FNS, do Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde; 03) Ofício do Conselho Municipal de Assistência Social comunicando a realização de uma Reunião Ordinária, no dia 12/06/2013; 04) Ofício nº 079/2013 do Sindicado dos Servidores Públicos Municipais de Miracema; 05) Ofício nº 939/2013/GM-MEC do Ministério da Educação respondendo ofício nº 0259/2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 06) Ofício Setoe-Sevic nº 640/2013 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - Órgão Especial. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Gutemberg Medeiros Damasceno e Carlos Armando de Azevedo solicitaram cópia deste ofício; 07) Minuta de Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da Secretaria de Assistência Social Comunicar a AMPLA sobre o benefício da Tarifa Social, de autoria do Vereador Genessi Rodrigues da Silva.

A seguir a Sra. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Diretor do DER - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam realizados reparos no acostamento da RJ 116, que liga o Município de Miracema até o distrito de Venda das Flores. Tal solicitação se faz necessário pelo fato de já ter ocorrido diversos acidentes de moto neste ano, devido a irregularidades contidas no acostamento, além de beneficiar os munícipes que utilizam deste local para caminhadas. Aprovado. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Presidente do Conselho Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa cópia do Processo do PROCEFETE de 2005/2007, referente à área da saúde. Aprovado. 03) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema – Solicitação com vistas a Assessoria Jurídica no sentido de que seja analisado a melhor maneira de realizar a publicação dos salários dos funcionários da Câmara Municipal de Miracema, desejando que as pessoas que consultarem os respectivos salários sejam identificadas. Aprovado. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretária Estadual de Trabalho e Rendas do Estado do Rio de Janeiro, Sra. Claise Maria - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de trazer para o Município de Miracema o Projeto "Caravana do Trabalhador", desta conceituada Secretaria, e a Firmação de Convênios para a implantação do Programa Estadual de Alfabetização e Letramento para Idoso, de autoria de V. Exa. Aprovado. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente no sentido de que seja realizado o patrolamento no campinho localizado aos fundos do novo Matadouro Municipal, objetivando a limpeza do referido, tendo em vista que está inviável para as pessoas jogarem futebol no local. Deferido. 06) Vereador Carlos Armando de Azevedo - Ao Senador Dorneles e ao Deputado Fernando Jordão - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado no Município de Miracema as seguintes construções: a) uma quadra coberta no Distrito de Areias; b) uma quadra coberta no Bairro da Jove; c) uma quadra coberta no Bairro Boa Vista; d) uma quadra coberta no Bairro Hospital. Aprovado. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que o Vereador Genessi Rodrigues da Silva criou um Anteprojeto de Lei interessante, mas acredita que as famílias deveriam ser avisadas

imediatamente, logo após receber as residências, sendo que no anteprojeto existe o prazo de 48 horas após a entrega das casas. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que poderia ser pedido ao Secretário para que envie a listagem dos moradores para a Ampla e para a CEDAE. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que deseja que a população de baixa renda seja olhada com carinho, pois ela está muito desinformada e sem possuir a consciência de seus direitos. A seguir a Sra. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo sugeriu que fosse colocado um mural, mensalmente, com o nome dos funcionários da Câmara Municipal que fazem aniversário. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para: 01) os membros da Loja Maçônica Libertas II, pelo encontro realizado no dia 10 de junho de 2013, no sítio do Bode; 02) os membros da Liga Desportiva de Miracema pela abertura da Copa Miracema de Futebol 2013; 03) o Sr. José Namem Chacour, parabenizando pelos seus 80 anos de idade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que ficou perplexo com a fala do Sr. Vice-Prefeito de Miracema no programa da rádio, pois ele disse que estaria indignado com os políticos do passado por estarem criticando o governo atual e nunca terem realizado nada em Miracema, sendo que dará a sua resposta também no rádio. Esclareceu que a primeira rua asfaltada do Município de Miracema foi ele quem conseguiu, sendo que também ajudou na pavimentação do parque ecológico, acreditando que o Vice-Prefeito possui duas funções, receber e substituir o Prefeito. Por fim, disse que o Sr. Vice-Prefeito está tentando mudar o foco das discussões dos Vereadores, sendo que a Câmara Municipal não precisa tanto do Prefeito quanto ele precisa da Câmara, acrescentando que os Vereadores merecem ser tratados com respeito. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que não teve a infelicidade de ouvir a fala do Vice-Prefeito, entretanto ficou sabendo que o Vice-Prefeito estava muito nervoso na rádio, por isso vai solicitar a cópia da gravação do programa para ouvir o que foi dito, tendo ficado sabendo que ele estava muito alterado durante o programa. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade disse que o Vice-Prefeito é uma pessoa equilibrada e não acredita que ele tenha utilizado as palavras desta maneira. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que está ficando muito triste com toda esta situação, sendo que seu envolvimento com a política foi por acreditar em uma Miracema melhor.

Acrescentou que alguns pontos tem o deixado muito preocupado, pois não entende todo o movimento criado em torno da situação, sendo que a Câmara Municipal se sentiu ofendida e respondeu da forma que acreditou ser a melhor, esclarecendo que os Vereadores foram eleitos pela população e devem satisfação para ela. Por fim, disse que tem lhe causado estranheza e preocupação o que o poder faz com as pessoas. O Vereador João Siqueira Magalhães acredita que o Sr. Prefeito deveria governar olhando para frente e não para trás e que está faltando um respeito mútuo entre a Câmara e a Prefeitura. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva concluiu que os Vereadores devem se preocupar com o futuro e não ficar preso ao passado. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que aprendeu que uma flecha lançada, uma palavra mal proferida e uma oportunidade perdida nunca serão recuperadas, assim, devemos ter muito cuidado com nossas falas, sendo que já passou por muitos problemas durante sua vida política, tendo aprendido que pé importante evitar utilizar certos meios de comunicação. Agradecendo a presença de todos a Sra. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 17/06/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 17 de junho de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número vinte e oito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Mateus, Capítulo 05, Versículos de 38 à 42. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 138/2013 – CCMC do Departamento de Cultura. O Vereador Hugo Fernandes pediu para que os Vereadores integrantes da Comissão de Cultura comparecessem na reunião; 02) Ofício SES/GS/APAR nº 069/2013 da Secretaria Estadual de Saúde respondendo ofício nº 061/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 03) Ofício PMM/SMAS nº 214/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social; 04) Ofício nº 140/2013 – CCMC do Departamento de Cultura; 05) Ofício nº 0016/2013 do Gabinete da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício PMM/SMOU nº 040/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofícios 15/2013 e 0342/2013; 07) Comunicado nº CM138637/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 08) Ofício PMM/GAB nº 242/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de que autoriza a implantação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Solicitou Moção de Congratulação para a Dra.

Anabelle Macedo Silva, Promotora de Tutela Coletiva de Saúde da Capital pelo trabalho realizado em prol do tratamento adequado e digno aos detentos acometidos de tuberculose no Complexo de Bangu. Aprovada por unanimidade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que também conhece a Promotora Anabelle e sempre percebeu seu interesse em defender a criança e o adolescente, buscando ajudar e contribuir com o desenvolvimento do Município. 02) Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Saúde no sentido de que envide esforços a fim de que sejam realizadas as seguintes obras no Pronto de Socorro Dr. Sebastião (P.U.): a) construção de 01 (um) refeitório para os funcionários; b) construção de 02 (dois) quartos de repouso individual para médicos plantonistas; c) construção de banheiros feminino e masculino para os usuários; d) construção de banheiro para os funcionários. Deferido. 03) Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Secretário Estadual de Saúde - Solicitação sentido de que envide esforços a fim de que sejam realizadas as seguintes obras no Pronto de Socorro Dr. Sebastião (P.U.), localizado no Município de Miracema: a) construção de 01 (um) refeitório para os funcionários; b) construção de 02 (dois) quartos de repouso individual para médicos plantonistas; c) construção de banheiros feminino e masculino para os usuários; d) construção de banheiro para os funcionários. Aprovado. 04) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Planejamento no sentido de que seja realizado o reparo na iluminação pública e o remodelamento do projeto paisagístico das praças situadas no bairro Rodagem, entre a Avenida Eiras e a Rua Joaquim Rosada Gama (especificamente nas imediações do P.S.F.), tendo em vista que existem falhas de postes para o melhoramento da iluminação pública e a necessidade de um melhor aproveitamento da já escassa área de lazer. Deferido. 05) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Diretor do DER - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de colocação de quebra-molas, no Município de Miracema, na RJ 116, próximo à Wolksvagem, tendo em vista o alto número de acidentes no local. Aprovado. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Secretario de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Ronald Ázaro - Considerando que Miracema apresenta potencialidades centradas no

ecoturismo, no turismo rural, no turismo religioso e na prática de pesca esportiva e buscando melhor aproveitar estas oportunidades apresento seguinte requerimento. Solicitação no sentido de que seja instalado no Município de Miracema o Programa de Turismo TOTEM (Terminal de Informações Turísticas), com o objetivo de facilitar o acesso às informações turísticas do interior fluminense, impulsionando o desenvolvimento turístico-econômico de nossa localidade. Os totens disponibilizam informações turísticas através de uma introdução detalhada sobre a história de cada localidade e alguns dados dos Municípios, como distância da capital, duração do percurso, área, clima e temperatura média, entre outras. Aprovado. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Deputado Estadual Márcio Figueiredo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que possa destinar emendas para o Município de Miracema adquirir um aparelho de mamografia visando atender os munícipes que necessitam deste exame tão importante. Aprovado. 08) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente da FAMMIRA, Sr. Harley de Oliveira - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de desvincular o Bairro Vista Alegre do Bairro Caloi, tendo em vista que os moradores do Bairro Vista Alegre desejam criar uma Associação de Moradores para o referido Bairro. Aprovado. 09) Vereador Hugo Fernandes - Ao Comandante do 36º Batalhão da Polícia Militar - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de disponibilizar uma viatura por hora, para realizar rondas no Bairro Vista Alegre, principalmente nos finais de semana. Ressaltamos que este pedido é uma solicitação dos moradores daquela localidade. Aprovado. 10) Vereador Hugo Fernandes - Ao Gerente Regional da CEDAE - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de disponibilizar um reservatório de água para o Bairro Vista Alegre, no Município de Miracema. Ressaltamos que já existe uma instalação no local que propicia com facilidade a instalação do referido reservatório e que tal reivindicação é um pedido da população do referido bairro. Aprovado. 11) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas ao Secretário Municipal de Governo no sentido de que sejam realizadas as seguintes ações em prol do Bairro Vista Alegre: a) limpeza da Praça e realização de plantio no início do bairro; b) efetuar uma limpeza no bairro, com a retirada de entulhos; c) disponibilização de mais um varredor para manter o bairro limpo. Ressaltamos que tal solicitação é um pedido dos moradores daquela localidade.

A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Renan de Souza Gonçalves para falar sobre a ONG Pró-Animal. Com a palavra, o Sr. Renan, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que a ONG Pró-animal é formada por pessoas que gostam e protegem os animais, sendo que eles resolveram se juntar para mudar a realidade dos animais abandonados no Município de Miracema. Disse que a ONG possui a vontade de realizar o controle populacional dos animais de rua do Município, sendo existem diversos projetos em relação aos animais que a ONG tem vontade de realizar. Acrescentou no mês passado foi iniciada uma série de palestras sobre a guarda responsável de animais e a ONG tentará realizar estas palestras em todas as escolas de Miracema, sendo que as palestras falam sobre os cuidados que os donos de animais devem ter. Esclareceu que esteve em Itaperuna e a ONG Pró-Animal foi parabenizada pelas palestras apresentadas e convidada para realizar as palestrar no Município, sendo que a imprensa nacional está abrindo as portas para as notícias envolvendo os animais, pois atualmente as pessoas estão se importando mais com os animais. Informou que existem diversas leis que protegem os animais, inclusive os animais abandonados, que são geralmente gatos e cachorros. Esclareceu que é possível fazer o controle dos animais de rua, entretanto somente o recolhimento não é a solução, pois é preciso que também seja realizado a castração dos animais de rua. Acrescentou que os animais soltos na rua causam riscos de acidentes automobilísticos e de transmissão de doenças, sendo que os animais de rua também sofrem muito com o abandono, pois sentem fome e ficam bastante machucados. Por fim, disse que a ONG possui algumas necessidades, precisando inclusive de uma sede, sendo que também precisa do apoio da população e do Município de Miracema para que a ONG possa conseguir realizar seus projetos. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se a ONG Pró-Animal já está registrada. O Sr. Renan disse que a ONG possui seu registro corretamente. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que pode ser feito um Projeto de Lei para a ONG seja considerado um órgão de utilidade pública para o Município de Miracema. O Sr. Renan esclareceu que o propósito principal da ONG são os animais domésticos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que assistiu uma reportagem onde foi dito que na Europa as pessoas quando levam um animal para passear, elas também levam um saco e uma pá para limpar as necessidades dos animais. Acrescentou que

quando foi Prefeito Municipal foram construídos, na antiga UTIL, dois compartimentos utilizados para alojar os animais recolhidos das ruas temporariamente, sendo que inclusive houve uma pressão muito grande em cima da Administração Pública, pois a população estava pensando que os cachorros estavam sendo sacrificados, por isso foi preciso acabar com este trabalho. Esclareceu que atualmente o local está semiabandonado, podendo servir para a realização de um mutirão de castração dos animais. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou o Sr. Renan e todo o grupo de pessoas que compõem a ONG, esclarecendo que o número de cachorros soltos nas ruas é muito grande, esclarecendo que seria importante que o Poder Executivo cedesse ou emprestasse um local para que a ONG pudesse realizar seus trabalhos. Dessa forma, o Vereador Hugo Fernandes fez um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja providenciado um local para que a ONG PRO ANIMAL possa realizar seu trabalho, pois existem diversos projetos a serem desenvolvidos e a referida ONG está precisando urgente de um local para sua instalação. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que quando era Prefeito de Miracema os Municípios vizinhos recolhiam seus animais e os soltavam nas ruas de Miracema. O Sr. Renan disse que estão sendo criadas algumas ONG's em Municípios vizinhos e a ONG Pró-Animal está buscando fazer parcerias com estas ONG's, visando principalmente a resolução destes problemas. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a ideia do Vereador João Siqueira Magalhães também é interessante, pois considerando a ONG Pró-Animal uma instituição de utilidade pública é possível que ela receba verba do Poder Público. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Sr. Renan e todos os membros da ONG pela iniciativa, sendo que é preciso tomar alguma providência em relação aos animais soltos nas ruas de Miracema. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse fica muito preocupado com os animais soltos nas ruas, pois isto é muito perigoso para as crianças, sendo que os animais ficando soltos nas ruas fazem com que exista um grande risco das crianças serem contaminadas por doenças. O Sr. Renan disse que o principal objetivo da ONG é a retirada dos animais das ruas de Miracema. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito, também, o Sr. Jean para falar sobre Secretaria Municipal de Educação. Com a palavra, o Sr. Jean, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que este ano as Festas Juninas nas Escolas Municipais serão todas

realizadas no mesmo dia, no sábado, com uma restrição em relação à presença dos pais. Acrescentou que as Festas ocorrerão na parte da manhã a partir das 07h e os portões somente serão abertos aos pais depois das 09h30min, sendo que as Festas terminarão às 11h. Disse que veio falar como um pai, pois está sem condição de participar das festas juninas e presenciar a dança de seus filhos, pois possui três filhos e eles não estudam na mesma Escola. Acrescentou que as festas de finais de ano também foram alteradas, sendo que as escolas Municipais são muito boas, mas não entende a proibição da participação dos pais nas festas, inclusive financeiramente. Por fim, frisou que todas as festas juninas serão realizadas no mesmo dia e na mesma hora, impossibilitando aos pais que possuem filhos em duas escolas de participar das duas festas, por isso acredita que a parceria entre as escolas e os pais pode estar se acabando, esclarecendo que já conversou com a Secretária Municipal de Educação sobre este assunto. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que estamos percebendo o lamento de um pai, pois as festas escolares são os momentos em que os pais podem interagir com seus filhos, por isso não entende a atitude do Poder Executivo e lamenta profundamente esta questão. O Vereador Hugo Fernandes perguntou ao Sr. Jean se sua fala representa o desejo da maioria ou da minoria dos pais. O Sr. Jean esclareceu que suas palavras representam a opinião da maioria dos pais, sendo que quando disse para a Secretária de Educação que possuía três filhos em escolas diferentes ela lhe respondeu que ele deveria assistir um pouco de cada festa, tentando conciliar o horário para assistir a dança de seus filhos. O Vereador Hugo Fernandes informou que vai procurar a Secretária Municipal de Educação e com o Sr. Prefeito Municipal para se informar sobre este assunto e buscar algum tipo de solução para este problema. Entretanto, nunca concordou que os colégios municipais cobrem algum tipo de contribuição dos pais, pois muitos não possuem condições de pagar, esclarecendo que a rede pública deveria arcar com os gastos das festas. O Sr. Jean disse que a Diretora de uma Escola lhe sugeriu que os pais se reunissem em um grupo para que eles pudessem organizar uma festa independente da escola, entretanto os pais não possuem esta vontade. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo sugeriu que as festas juninas fossem realizadas em dias diferentes, inclusive separando os alunos por idade, acreditando que ao realizar as todas as festas no mesmo dia não vai haver sonorização e segurança para todas as festas. Acrescentou

que ainda possui tempo para o Sr. Prefeito rever a realização das festas, sendo que vai acompanhar o Presidente da Câmara para conversar com a Secretária de Educação. O Sr. Jean disse que as pessoas que trabalham em órgãos públicos precisam trabalhar pensando na vontade da população. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva perguntou qual foi o motivo alegado para que ocorresse a alteração nas festas escolares. O Sr. Jean disse que a Secretária de Educação alegou que o Sr. Prefeito quer cortar gastos e a Secretaria não tem condições de arcar com todas as festas, sendo que também não deseja pedir a ajuda dos pais. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que o Município tem de encontrar um meio de arcar com as festas, pois alguns pais não possuem condições de ajudar na organização das festas, impossibilitando seus filhos de participarem das festas. Esclareceu que é contra o término do vínculo dos pais com as escolas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que a primeira questão que deve ser colocada para o Sr. Prefeito Municipal é a separação das festas por idade, sendo que as festas das crianças pequenas são diferentes das festas dos mais velhos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que está faltando a flexibilidade do atual governo, esclarecendo que esta é a segunda atitude tomada contra os pais dos alunos. Acrescentou que é lamentável o impedimento da interação entre os pais e os alunos, sendo que hoje está faltando diálogo entra a administração e a população. O Sr. Jean esclareceu que a Secretária Municipal de Educação lhe tratou muito bem, entretanto outra servidora lhe tratou muito mal. O Vereador João Siqueira Magalhães parabenizou o Sr. Jean por sua preocupação e está vendo a luta dos pais miracemenses buscando ficar próximos de seus filhos nas festividades escolares. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que através do diálogo com o Sr. Prefeito Municipal acredita que este problema será resolvido. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade parabenizou o Sr. Jean por sua preocupação e acredita que isto é um mal entendido e será resolvido, mas conversará com a Secretária de Educação sobre este assunto. O Vereador Hugo Fernandes disse que até quarta-feira o Sr. Jean pode lhe procurar aqui na Câmara Municipal para poder saber a solução deste problema. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 05 (cinco) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Acrescenta alterando o art 52 da lei nº 798/99, item 8, da Secretaria Municipal de Promoção e Bem Estar Social, criando os Departamentos de

Assistência Social, e Departamento de Assistência ao Idoso, acrescentando ao anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando os Cargos de Diretor de Departamento de Assistência Social, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2, e Diretor de Assistência ao Idoso, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2; acrescenta alterando o art. 52 da Lei Nº 798/99, item 8, da Secretaria Municipal de Promoção e Bem Estar Social, e dá outras providências Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado com três votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1430, de 17 de junho de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica criado o Departamento de Assistência Social, acrescentando ao art 52, item 8, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999, com a finalidade de auxiliar a Secretaria Municipal de Promoção e Bem Estar Social no desenvolvimento dos programas sociais em andamento em nosso Município, bem como: I- Executar programas que versam sobre todos os programas sociais existentes no País; II- Responder pelo Secretário de Promoção Social na ausência dele; III- Elaborar ofícios solicitando informações das demais Secretarias, departamentos e seções; IV- Desenvolver projetos sociais que visam melhorar, ampliar o atendimento aos munícipes mais carentes; V- Requerer dos órgãos civis, militares e demais autoridades informações a respeito dos programas sociais existentes; VI- Atender ao público sempre que necessário; VII- Emitir relatório ao Secretário Municipal de Promoção Social quanto às necessidades das Secretarias; VIII- Desenvolver outras atividades correlatas. Art. 2º- Fica criado o Departamento de Assistência ao Idoso, acrescentando ao art 52, item 8, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999 e demais alterações, com a finalidade de auxiliar a Secretaria Municipal de Promoção Social nos trabalhos voltados aos Idosos do Município, bem como: I- Responder pelo Centro de Convivência do Município; II- Administrar toda a estrutura do Centro de Convivência, bem como os bens patrimoniais pertencentes aquela unidade; III- Emitir

ofícios, memorandos e demais documentos oficiais; IV- Elaborar e expedir Ordens de Serviço; V- Zelar pelo bem estar dos Idosos integrantes do Centro de Convivência, devendo para tanto praticar todos os atos para o bom andamento desta unidade; VI- Responder ofícios e demais solicitações; VII- Emitir relatório ao secretário Municipal de Promoção e Bem Estar Social sobre todos os trabalhos realizados durante o ano naquela unidade; VIII- Desenvolver atividades correlatas. Art. 3º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Diretor de Departamento de Assistência Social, vinculado à Secretaria Municipal de Promoção e Bem Estar Social, Grupo de Chefia CH – 01, Símbolo de Vencimento CC2, Recrutamento Amplo, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 4º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Diretor de Assistência ao Idoso, vinculado à Secretaria Municipal de Promoção e Bem Estar Social, Grupo de Chefia CH – 01, Símbolo de Vencimento CC2, Recrutamento Amplo, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei, tem sua classificação na forma do presente artigo: Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Assistência Social; Classificação Funcional: 03.1208.244.0041.2.130.000 – Manutenção e Operacionalização do Órgão; Elemento: 3.1.90.11.00. Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que altera o art 52 da lei nº 798/99, acrescentando o item 13, da Corregedoria, por força da Lei 1175/07 que alterou o anexo I da Lei 813/99, criando o Departamento de Investigação Correicional, acrescentando ao anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando o Cargo de Diretor de Departamento de Investigação Correicional, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2, e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado com três votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1431, de 17 de junho de 2013. A Câmara Municipal de

Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte LEI: Art. 1º - Fica acrescentado ao art. 52 da Lei 798/99, o item 13, que trata da CORREGEDORIA DO MUNICÌPIO, por força do art.1º da Lei 1175/07 que criou o cargo de Corregedor e Presidente do Órgão Correicional, cujas atribuições são especificadas na mesma Lei. Art. 2º- Fica criado o Departamento de Investigação Correicional, acrescentando ao art 52, o item 13, DA CORREGEDORIA, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999, com a finalidade de auxiliar o Corregedor e Presidente do órgão Correicional nas investigações correicionais com o objetivo de agilizar os processos administrativos disciplinares e nos processos de sindicância, bem como: I – Elaborar portarias e Ordens de Serviços; II – Emitir pareceres; III- Requisitar informações a todas as secretarias e demais repartições públicas municipais; IV- Representar o Corregedor e Presidente do órgão Correicional na ausência deste; V- Investigar os processos administrativos disciplinares e sindicantes a fim de verificar supostas falhas, fraudes e demais atos ilícitos, penalizando o infrator quando necessário; VI- Atender ao público sempre que necessário; VII- Emitir relatório que deverá ser enviado ao Corregedor e Presidente do órgão Correicional quanto aos trabalhos desenvolvidos pelo departamento, devendo informar para tanto o andamento de todos os processos de investigação; IX- Responder ofícios de demais documentos oficiais; VIII- Manusear arquivo da Corregedoria; X- Digitar documentos internos e oficiais; XI- Realizar oitiva de testemunhas em conjunto com a Comissão de Sindicância, auxiliando no andamento dos trabalhos dos processos administrativos disciplinares e de sindicância; XII- Receber denúncia encaminhando-a ao Corregedor e Presidente do Órgão Correicional para instauração dos procedimentos disciplinares; XIII- Realizar audiências correlatas; XIV- Dirigir as atividades correicionais ordinárias e extraordinárias; XV- Analisar relatórios e fiscalizar unidades de trabalho; XVI- Analisar as denúncias feitas pela ouvidoria e insvestigá-las quando o caso, podendo instaurar procedimento administrativo para apuração das mesmas; XVII- Desenvolver outras atividades correlatas. Art. 3º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Diretor de Departamento de Investigação Correicional, vinculado à Corregedoria do Município, Grupo de Chefia CH – 01, Símbolo de Vencimento CC2, Recrutamento

Amplo, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei tem sua classificação na forma do presente artigo: Unidade Orçamentária: Procuradoria Geral do Município; Classificação Funcional: 02.0204.122.0095.2.130.000 – Manutenção e Operacionalização do Órgão; Elemento: 3.1.90.11.00. Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que acrescenta alterando o art 52 da Lei Nº 798/99, item 04, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, acrescentando ao anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei Nº 813 de 15 de dezembro de 1999, cria o Cargo de Assessor de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado com três votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1432, de 17 de junho de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte LEI: Art. 1º - Fica criado o cargo de Assessor de Planejamento e Desenvolvimento Econômico acrescentando ao art. 52, item 04, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999, fica acrescentado ao anexo I da Lei nº 813/99 1 (um) cargo de assessor, grupo de assessoramento – AS 01, símbolo de vencimento CC3, recrutamento Amplo com a finalidade de auxiliar a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, bem como: I – Desenvolver atividade de nível médio da administração financeira e orçamentária, compreendendo a confecção e execução de trabalhos técnicos da secretaria de planejamento e desenvolvimento; II – Acompanhar da Execução Orçamentária, preparação de balanços e prestação de contas de recursos do município, bem como de recursos estaduais e federais transferidos ao Município; III – Elaborar projetos técnicos para a captação de recursos públicos; IV – Elaborar desenhos técnicos e plantas relativas a projetos de secretaria; V – Gerenciar projetos, compreendendo o acompanhamento da execução efetuando os controles do progresso e desempenho por um sistema ordenado e pré-estabelecido, identificando

os riscos, suas probabilidade, os impactos e as formas de mitiga-los, visando a garantia do andamento do projeto dentro dos parâmetros estabelecidos; VI – Emitir relatórios; VII – Acompanhar o cumprimento do Plano de Ação do governo Municipal; VIII – Promover a cooperação técnica e intercâmbio com os órgãos e entidades públicas e privadas em assuntos ligados ao interesse econômico do Município; IX – Redigir ofícios, memorandos e outros expedientes; X – Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes na administração municipal; XI – Exercer outras atividades correlatas. Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, tem sua classificação na forma do presente artigo: Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico; Classificação Funcional: 04.122.0095.2.130.000 – Manutenção e Operacionalização do Órgão; Elemento: 3.1.90.11.00. Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei que altera acrescentando na Lei Nº 813/99, ao anexo I, bem como altera o artigo 2º da Lei Nº 1175/2007, aumentando para dois o Nº de Cargo de Assessor Jurídico Grupo de Chefia , CH 01, Símbolo de Vencimento CC2, Recrutamento Amplo para atuar junto à Procuradoria Geral do Município, Recrutamento Amplo, e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado com três votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1433, de 17 de junho de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte LEI: Art. 1º - Fica criado mais um cargo de Assessor Jurídico, acrescentando na Lei nº 813/99 Anexo I, Grupo de Chefia CH 01, símbolo de vencimento CC2, recrutamento AMPLO, atuar junto da Procuradoria Geral do Município, cabendo a esta, as mesmas atribuições específicas dadas ao Procurador Geral do Município, sob a supervisão deste. Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, tem sua classificação na forma do presente artigo: Unidade Orçamentária: Procuradoria Geral do Município; Classificação Funcional: 02.0204.122.0095.2.130.000 – Manutenção e Operacionalização do Órgão; Elemento:

3.1.90.11.00. Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **05)** Projeto de Lei que acrescenta alterando o art 52 da Lei Nº 798/99, item 6, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, criando o Departamento de Educação e Departamento de Pesquisas e Estudos Literários, acrescentando ao anexo I – quadro de Provimento em Comissão – da Lei Nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando os Cargos de Diretor de Departamento de Assuntos Educacionais, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2, recrutamento amplo, e Diretor de Departamento de Pesquisas e Estudos Literários, Grupo de Chefia CH-01, Símbolo de Vencimento CC2, Recrutamento Amplo; acrescenta alterando o art. 52 da Lei Nº 798/99, item 6, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, criando a Divisão de Patrimônio e Tombamento de Imóveis que integrará ao Departamento de Cultura criado pela Lei Nº 1260/09, acrescentando ao Anexo I quadro de Provimento em Comissão – da Lei Nº 813 de 15 de dezembro de 1999, o Cargo de Chefe de Divisão de Patrimonial e Tombamento de Imóveis, Grupo de Chefia CH-02, Símbolo de Vencimento CC4, Recrutamento Limitado, e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado com três votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1434, de 17 de junho de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte LEI: Art. 1º- Fica criado o Departamento de Educação, acrescentando ao art 52, item 6, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999, com a finalidade de auxiliar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer na promoção da articulação da Secretaria com órgão e entidades da administração pública e privada, visando o cumprimento das atividades setoriais, bem como: I – Exercer a supervisão institucional das unidades integrantes da estrutura da Secretaria; II – Responder pelo Secretário de Educação na ausência dele; III- Elaborar ofícios solicitando informações dos demais departamentos e seções; IV- Desenvolver projetos junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no que tange aos

assuntos educacionais e de formação; V- Administrar sob a vigilância do Secretário de Educação toda a Secretaria; VI- Atender ao público sempre que necessário; VII- Elaborar, supervisionar e avaliar projetos pedagógicos que visam à qualidade do ensino e a produtividade do sistema; VIII- cumprir e fazer cumprir as normas vigentes na Administração Municipal; IX- Desenvolver outras atividades correlatas. Art. 2º- Fica criado o Departamento de Pesquisas e Estudos Literários, acrescentando ao art 52, item 6, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999 e demais alterações, com a finalidade de auxiliar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer a desenvolver projetos e atividades literárias de incentivo à formação de hábito de leitura, bem como: I- Promover projetos que auxiliam no incentivo à formação literária de crianças, jovens e adultos; II- Administrar toda a estrutura do Pavilhão Cultural; III- Auxiliar a Chefe da Biblioteca nos assuntos inerentes a pesquisas e leituras; IV- Elaborar portarias e demais documentos oficiais; V- Promover exposições inerentes a assuntos literários e de pesquisas, valorizando assim a importância da leitura; VI- Responder ofícios e demais solicitações; VII- Emitir relatório mensal ao secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer sobre os trabalhos desenvolvidos pelo departamento; VIII- Buscar em todos os órgãos educacionais materiais didáticos para o desenvolvimento de pesquisa e leitura de crianças, jovens e adultos do Município; IX- Praticar outras atividades correlatas. Art. 3º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Diretor de Departamento de Educação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Grupo de Chefia CH – 01, Símbolo de Vencimento CC2, Recrutamento Amplo, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 4º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Diretor de Departamento de Pesquisas e Estudos Literários, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Grupo de Chefia CH – 01, Símbolo de Vencimento CC2, Recrutamento Amplo, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 5º - Fica criado a Divisão de Patrimônio e Tombamento, acrescentando ao art 52, item 6, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999 e demais alterações, com a finalidade de auxiliar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em especial o Departamento de Cultura criado

pela Lei 1260/09, no controle de patrimônio histórico cultural e tombamento de imóveis do município, bem como: I- Controlar, fiscalizar e administrar o patrimônio histórico cultural do município; II – Controlar e fiscalizar os imóveis tombados pelo patrimônio histórico cultural do nosso Município; III- Intermediar junto ao Estado e Governo Federal quando necessário, nos casos de intervenção quanto aos tombamentos; IV- Fazer valer no município as Leis Municipais, Estaduais e Federais no que diz respeito ao patrimônio histórico cultural; V- Emitir parecer quanto aos patrimônios e tombamentos; VI- Fazer cadastramento e recadastramento quando necessário de todos os bens patrimoniais históricos pertencentes ao Departamento de Cultura; VII- Executar e coordenar ações que visem a difusão de manifestações artísticas, à preservação e à ampliação do patrimônio histórico cultural do município; VIII-- executar outras atividades correlatas. Art. 6º - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Chefe de Divisão de Patrimônio e tombamento de imóveis, pertencente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, (Departamento de Cultura- Lei 1260/09), Grupo de Chefia CH – 02, Símbolo de Vencimento CC4, Recrutamento Limitado, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 7º - As despesas decorrentes da presente Lei têm suas classificações na forma do presente artigo: Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Classificação Funcional: 02.0612.361.0095.2.130.000– Manutenção e Operacionalização do Órgão; Elemento: 3.1.90.11.00; e, Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Classificação Funcional: 02.0613.392.0095.2.142.000 – Centro Cultural Melchíades Cardoso e Eventos; Elemento: 3.1.90.11.00. Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que está muito preocupado com o antigo prédio da Prefeitura de Miracema, pois ele é um prédio histórico e está abandonado, sendo que não entendeu a razão pela qual houve a mudança da sede da Prefeitura. Esclareceu que estão acontecendo diversas manifestações pelo Brasil, pois a população está demonstrando o descontentamento com os gastos excessivos na modernização dos estádios de futebol. Acrescentou que a Presidente Dilma já foi vaiada na abertura da Copa das

Confederações, acreditando que alguns estádios serão considerados "elefantes brancos", pois com o término da Copa eles ficarão sem utilidade. Por fim, disse que está muito preocupado com o futuro do Brasil, uma vez que o povo não está acreditando mais nos políticos, entretanto espera que as pessoas consigam chegar a um denominador comum para que o nosso país possa continuar caminhando bem. Os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo e Hugo Fernandes solicitaram Moção de Aplausos para a Comissão Organizadora da Festa de Santo Antônio, nas pessoas do Monsenhor Mateus e Padre Alfredo pelo brilhante evento realizado entre os dias 01 e 16 de junho. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que os votos dos Vereadores devem ser respeitados, sendo eles a favor ou não. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que recebeu a notícia que um paciente foi dispensado do hospital no Rio de Janeiro pela falta de agulha esterilizada. Acrescentou que recebeu um documento do Secretário Municipal de Assistência Social, onde foi informado a real função da Secretária em relação as casas populares, assim foi esclarecido que a referida Secretária é responsável apenas pela análise do perfil socioeconômico das famílias contempladas com as casas populares. Esclareceu que fica triste quando vê os projetos de criação de cargos sendo aprovados, pois não entende a criação de tantos cargos, sendo que não viu nada de concreto enviado pelo Sr. Prefeito Municipal para a Câmara Municipal de Vereadores. Por fim, disse que vê com tristeza a retirada do nome da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade da Moção de Repúdio encaminhada ao Sr. Prefeito Municipal, esclarecendo que a Câmara Municipal deve mostrar que é independente da Prefeitura, sendo que o Prefeito depende mais da Câmara do que a Câmara depende do Prefeito. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que não gosta de conflito e depois de seu voto favorável a Moção se arrependeu e no mesmo dia, ao terminar a reunião, manifestou o desejo de retirar sua assinatura, por isso retirou sua assinatura, pedindo desculpas aos demais Vereadores pela mudança de sua opinião. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Agradecimento para: 01) Dra. Janete, Diretora de Habilitação do Detran-RJ; 02) Dr. Henriques Nascimento, Diretor de Aprendizagem do Detran-RJ, por disponibilizar a realização do exame prático para a obtenção da Carteira de Habilitação, que será realizado de 15 em 15 dias, no Município de Santo Antônio de Pádua. Todos os

Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, disse que entende a posição da Vereadora Maria José e, apesar de ter votado favorável, também não concordou com o texto da Moção e por isso não a assinou. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 20/06/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 20 de junho de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número vinte e nove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores: Genessi Rodrigues da Silva e Fabrício de Sá Xavier. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maria José Marques Barros Andrade, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 01, Versículos de 09 à 13. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Telegramas NºRef: 000933/MS/SE/FNS, 002395/MS/SE/FNS e 006216/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 02) Comunicado Nº CM145318/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 03) Ofício da Associação dos Estudantes Universitários de Miracema prestando alguns esclarecimentos. Os Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales e Maurício Sant'Ana Sores solicitaram cópia deste ofício; 04) Projeto de Resolução que Cria a Procuradoria Especial da Mulher e altera o Regimento Interno da Câmara de Vereadores; 05) Ofício nº 714/2013 do Ministério Público da Tutela Coletiva/Núcleo Pádua referente ao IC 184/12; 06) Ofício nº 2189/13 do Ministério Público da Tutela Coletiva/Núcleo Campos dos Goytacazes respondendo ofício nº 0160/2013 da Câmara Municipal; 07) Convite para o I Encontro Municipal de Educação de Aperibé, a ser realizado no dia 21 de junho de 2013, das 09h às 12h; 08) Ofício SECPLAN/PMM nº 021/2013 da Secretaria Municipal de Planejamento respondendo ofício nº 358/2013; 09) Ofício nº 708/2013 do Ministério Público da Tutela Coletiva/Núcleo Pádua referente ao IC 66/12. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 10) Ofício

nº 16876/2013/NAE/CGU – Regional/RJ/CGU-PR da Controladoria Geral da União respondendo ofício nº 0164/2013. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Miracema - Solicitando no sentido de que sejam informados os seguintes tópicos: a) Relação nominal dos Funcionários Efetivos, constando cargo e salário; b) Relação nominal dos Funcionários – Cargos de Confiança do Presidente com cargos e salários; c) Relação nominal dos Assessores de Vereadores, com endereço e foto. Por fim, solicito que seja relacionado o endereço de todos os funcionários, nomeados e assessores de Vereadores desta Casa Legislativa. 02) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizado o calçamento na rua Paulo José Rodrigues Linhares. Solicitamos, ainda, que seja construída uma praça no terreno que pertence a Prefeitura Municipal que fica situado entre as Ruas Rodolfo Alves Rodrigues e Paulo José Rodrigues Linhares, neste Município. Esclarecemos que tal solicitação é o pedido dos diversos moradores daquela localidade. Deferido. 03) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizada a pavimentação da Rua Eduardo Balbino do Nascimento, no distrito de Paraíso do Tobias. Deferido. 04) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Ministério da Educação - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se realmente foi inserido no Orçamento do FUNDEB o aumento de 8% (oito por cento) da verba destinada ao pagamento dos Salários dos Professores da Rede Pública, tendo em vista que a Presidente Dilma fez um pronunciamento, em rede Nacional, informando esta notícia. Esclarecemos que o mencionado aumento foi concedido pelo Governo Federal, sendo que cada Município deveria se adequar conforme suas condições. Aprovado. 05) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Reiteração por via Ministério Público no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa cópia do Decreto Emergencial, de todo seu trâmite legal e de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, com o respectivo deferimento do Governador Estadual. Aprovado. 06) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo,

no sentido de que seja realizada uma reforma da Praça Salim Damian, devendo ser tomadas as seguintes medidas: a) restauração das grades que estão quebradas, pois elas podem ocasionar acidentes às crianças que frequentam a referida praça; b) reparo nos brinquedos localizados no parquinho e nos muros dos jardins; c) realização de uma reforma geral na parte elétrica do referido parque. Deferido. 07) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços junto ao Setor Competente a fim de que seja realizada a limpeza da vala existente na Rua da "Capivara", que se encontra com mato muito alto, o que proporciona o surgimento de ratos e outros bichos, colocando em risco a saúde dos moradores. Esclarecemos que tal solicitação é uma reivindicação da Sra. Isabel Rafael, moradora da Rua Sebastião Hilário Hipólito, nº 19, Bairro Nossa Senhora Aparecida. Por fim, aproveitamos a oportunidade para solicitar que seja providenciado o corte de uma árvore localizada no terreno da Sra. Isabel, pois a referida está muito grande, causando uma enorme sombra na casa, deixando a residência úmida e prejudicando a saúde dos moradores. Deferido. 08) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Responsável pelo Programa Minha Casa Minha Vida - Solicitação no sentido de que esclareça a esta Casa Legislativa a real situação das Casas Populares construídas no Município de Miracema, sendo que atualmente as Casas se encontram inacabadas e abandonadas. Por fim, solicitamos, ainda, que envide esforços a fim de que estes problemas sejam solucionados. Aprovado. 09) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente do Sindicato da Universidade Federal Fluminense - Solicitação no sentido de que envide esforços para que seja agendada uma Audiência com o Reitor Faculdade para que os Vereadores Miracemenses pudessem conversar com o Reitor com a finalidade de auxiliar a Universidade Federal Fluminense no Município de Miracema. Aprovado. 10) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Municipal de Governo - Solicitação no sentido de que seja realizada as seguintes ações em prol da Vila José de Carvalho: a) construção de 04 (quatro) bancos na Praça, em volta da mesa de dama, para que os moradores da localidade possam se divertir; b) solução do problema da casa nº 75, tendo em vista que a referida se encontra com o banheiro afundado, ocasionando riscos aos moradores; c) realização do recapeamento da Rua Alcebíades Mendes Linhares do CIEP 267, até o portão da UTIL; d) providenciar a instalação de um bueiro na Rua Porfilho Botelho. Por fim,

destacamos que estas reivindicações foram feitas pelos próprios moradores da localidade, após realização do Projeto Gabinete Itinerante. 11) Vereador Hugo Fernandes - A Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que seja realizada a seguinte ação em prol da Vila José de Carvalho: a) solução do problema existente com o muro da casa nº 45, pois o referido se encontra caindo sobre a residência, ocasionando sérios transtornos aos moradores. Por fim, destacamos que esta reivindicação foi feita pelos próprios moradores da localidade, após realização do Projeto Gabinete Itinerante. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito a Sra. Geane Teixeira Sales para falar sobre Transporte e Faculdade. Com a palavra, a Sra. Geane, após cumprimentar todos os presentes, disse que veio nesta Casa Legislativa porque está indignada que existe uma Faculdade no Município de Miracema e ninguém sabe de sua existência. Esclareceu que há algum tempo atrás aconteceu um Congresso em Niterói e não compareceu nenhum representante de Miracema, sendo que não entendeu o porquê da ausência dos representantes de Miracema. Acrescentou que os jovens de Miracema estão saindo do Município para estudar em outras cidades. Disse que está sendo solidária aos jovens miracemenses, pois eles só querem estudar, necessitando inclusive de transporte gratuito para suas faculdades. Alertou aos jovens que nós estamos passando por um governo de privatização, onde estão tentando privatizar todos os hospitais e as faculdades públicas, sendo que as pessoas devem lutar para que isso não aconteça. Pede aos Vereadores para que deem atenção a estes problemas, pois são os jovens que vão representar o futuro do nosso país. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou quem poderia representar a UFF de Miracema no Congresso que aconteceu, uma vez que a faculdade possui um diretório de alunos e eles poderiam ter participado da reunião e que os Vereadores não estavam sabendo deste assunto. A Sra. Geane esclareceu que qualquer pessoa ligada a Faculdade poderia tê-la representada, professores ou alunos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que o maior problema de Miracema é a discussão entre os políticos, sendo que não está ocorrendo a parceria entre os Poderes Executivo e Legislativo em prol do Município. Acrescentou que os outros Municípios estão a frente de Miracema porque os políticos de lá se unem em prol da cidade, sendo que em Miracema os políticos estão preocupados em brigarem entre si.

O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que entende um pouco sobre o problema da UFF em Miracema, acrescentando que em Santo Antônio de Pádua a Prefeitura não gasta dinheiro com a manutenção da Faculdade, enquanto que em Miracema quem arca com os custos da Faculdade é a Prefeitura Municipal, sendo que o custo é muito alto. Disse que possui informações de que existe um atraso salarial e que se ele não for regularizado, a faculdade acabará indo para Santo Antônio de Pádua. Por fim, disse que para salvar a UFF de Miracema é preciso tomar algumas medidas urgentes e que antes de requisitar novos cursos é preciso manter os já existentes. O Sra. Geane pediu para os Vereadores esquecerem os conflitos e trabalharem unidos em prol de Miracema, especialmente em relação a educação. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu a presença da Sra. Geane na Tribuna Livre, esclarecendo que o Brasil realmente está tomado de políticos corruptos, sendo que as verbas gastas nos Estádios de Futebol dariam para sanar os problemas de saúde e educação no país. Acrescentou que está sempre lutando pela gratuidade dos ônibus escolares, entretanto, este governo miracemense é mentiroso, pois eles disseram que a gratuidade do transporte seria mantida. Esclareceu no ano passado a verba repassada para a Associação de Estudantes era o suficiente para realizar o transporte de todos os alunos. Assim, o valor recolhido atualmente, juntando a mensalidade paga pelos estudantes e o repasse da Prefeitura Municipal não está sendo suficiente para suprir as necessidades da Associação. Acrescentou que muitas famílias fazem um rateio para arcar com os custos de uma Faculdade, sendo que muitos alunos estão voltando em pé, dentro dos ônibus. Por fim, disse que um político deve ter palavra, pois o não cumprimento de sua fala faz com que a classe política fique cada vez mais desacreditada. Dessa forma, está indignado com a postura do Prefeito e do Vice-Prefeito, acrescentando que está do lado dos estudantes. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que entende a posição do Vereador Maurício, mas devemos entender que no passado todos os ônibus que transportavam os alunos eram de propriedade da Prefeitura Municipal e, este ano, diversos destes ônibus foram tirados de circulação para que pudessem ser realizadas suas manutenções. Acreditando que no futuro, a gratuidade possa voltar a ser concedida. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que infelizmente falta palavra para cumprir os compromissos assumidos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que não

adiante oferecer gratuidade aos alunos e os ônibus não possuírem condições de chegar às Faculdades. O Vereador Hugo Fernandes disse que não estamos aqui para debater ou discutir, e sim para buscar uma solução para os problemas miracemenses. Agradeceu a Sra. Geane por comparecer nesta Casa Legislativa, acrescentando que os políticos tentam arrumar diversas desculpas para não realizar o combinado. Esclareceu que o Prefeito Municipal tem a intenção de conceder a gratuidade do transporte para os estudantes universitários, entretanto dois fatos o impediu. O primeiro foi o acidente ocorrido em Santa Maria, assim, a Prefeitura Municipal não poderia deixar os ônibus ficarem trefegando em péssimas condições, esperando que não ocorresse nenhuma tragédia. O segundo foi a grande dívida herdada da gestão anterior, acreditando que no próximo ano a mensalidade pode ser diminuída ou até mesmo terminada. Por fim, disse agradeceu a Sra. Geane, colocando a Câmara Municipal sempre a disposição, sendo que aconselha os universitários a participarem mais da administração da Associação Universitária, acrescentando que já foi universitário e sabe a situação da Associação de Estudantes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse os ônibus que estão trafegando são os mesmos, sendo que a verba recebida pela Associação é muito alta. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a fala da Sra. Geane trouxe orientação para os Vereadores. Esclareceu que sempre vem buscando auxiliar a UFF no Município de Miracema. A Sra. Geane disse que quando as pessoas querem algo e lutam por isso, elas conseguem, sendo que a Câmara de Miracema possui uma bancada jovem mesclada com experiência. Esclareceu que nunca nega um livro para seus filhos e sua filha de 16 anos é frequentadora assídua da Biblioteca de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que sempre defendeu que deveria ser realizada uma mobilização para que os estudantes busquem a gratuidade dos ônibus, sendo que as discussões existentes aqui são sadias e realizadas em prol do Município. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que após o fechamento do SENAC em Miracema, vários alunos miracemense começaram a fazer o curso em Santo Antônio de Pádua. Por isso, conversou com o Sr. Prefeito Municipal sobre o transporte destes alunos, pedindo para que fosse colocado mais ônibus a disposição da Associação para que estes alunos pudessem ser transportados. O Sr. Prefeito Municipal se comprometeu de doar os ônibus para a Associação, entretanto ao realizar uma vistoria nos ônibus ficou

constatado que eles não tinham condições de trafegar. Acrescentou que a Associação de Estudantes está com um déficit de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais) por mês, por isso, ela precisa resolver este problema de forma urgente. Esclareceu que foi sugerido que a cada ônibus repassado para a Associação de Estudante pela Prefeitura Municipal, o valor da mensalidade seria diminuída, sendo que voltando das férias serão doados mais dois ônibus para a Associação. Por fim, disse que é preciso que os alunos reivindiquem a gratuidade dos ônibus e que devemos acreditar no esforço do Prefeito Municipal e do Secretário de Transporte. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que, se os Vereadores não estivessem tratando deste assunto, a passagem já poderia inclusive ter sido aumentada, sendo que está sempre do lado da população. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu que a Comissão de Educação da Câmara Municipal fizesse uma Auditoria nas contas da Associação de Estudantes, pois a situação real da administração pode ser pior do que a população imagina, sendo que lá possui direito público e dinheiro dos alunos. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que se houvesse seriedade e transparência, todo o mês chegaria nesta casa a prestação de contas da Associação de Estudantes. O Vereador Carlos Armando de Azevedo agradeceu a presença da Sra. Geane, acrescentando que a participação dos jovens é muito importante. A Sra. Geane disse que veio aqui de livre e espontânea vontade, acrescentando que o Plenário é um local onde os estudantes podem utilizar a palavra para buscar seus direitos. Continuando, o Sr. Presidente convidou o Secretário Municipal de Planejamento, Sr. Marcos Felipe, que aceitou o convite realizado por esta Casa Legislativa, para utilizar a palavra. O Vereador João Siqueira Magalhães agradeceu a presença do Sr. Marcos Felipe, esclarecendo que foi ele quem fez o convite com o intuito de esclarecer a situação das casas abandonadas. O Sr. Marcos Felipe, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que a Secretaria de Planejamento é uma daquelas que cuida da situação das casas populares e vai prestar quaisquer tipos de informações que tiver conhecimento. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que recebeu algumas informações da Caixa Econômica, onde foi alegado que aproximadamente 77% (setenta e sete por cento) das obras estavam concluídas, sendo que ficou um pouco surpreso em relação aos valores do contrato. Informou os esclarecimentos contidos no ofício da Caixa Econômica para o Sr. Marcos Felipe, acrescentando que já pediu

informações aos responsáveis pelo Programa Minha Casa Minha Vida, mas ainda não obteve resposta. O Sr. Marcos esclareceu que a construção das Casas Populares começou com um convênio firmado no ano de 2008, sendo que durante o Governo passado foi dado andamento na maior parte do processo de construção. Continuou esclarecendo que depois que a obra foi licitada, o recurso do Governo Federal é transferido para uma conta específica, sendo que a fiscalização e as medições são realizadas pelo Município. Acrescentou que as obras ainda não foram totalmente pagas, pois em determinado ponto a Caixa Econômica só liberará o pagamento se os trabalhos estiverem completamente concluídos, inclusive o trabalho técnico social, que foi realizado no Governo passado, mas foi pago com uma verba diversa da exigida pela Caixa Econômica. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o Trabalho Social foi realizado. O Sr. Marcos Felipe esclareceu que a Caixa Econômica exige que um percentual do dinheiro repassado seja utilizado no Trabalho Social, entretanto uma parte deste trabalho foi pago com uma fonte diferente do dinheiro repassado pela Caixa Econômica. Assim, a Prefeitura Municipal deverá devolver a verba que veio para o pagamento do trabalho Técnico Social e aceitará o Trabalho já realizado, pois ele realmente já foi feito. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que o Vereador João Siqueira Magalhães quer saber qual é a real situação das casas populares hoje. O Sr. Marcos Felipe disse que com suas explicações vai chegar neste ponto, esclarecendo que a Caixa Econômica não exige a construção do calçamento, aceitando apenas o meio fio com saibro para declarar a obra finalizada, sendo que depois da conclusão poderá ser realizado o pagamento do restante da obra. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se a Prefeitura percebeu que o prazo presente no contrato está se esgotando. O Sr. Marcos Felipe esclareceu que o prazo pode ser prorrogado, sendo que já foi feita esta solicitação. O Vereador Hugo Fernandes perguntou quem deveria realizar a instalação de água e energia elétrica, a Prefeitura ou os moradores. O Sr. Marcos Felipe disse que não tem certeza, mas acredita que as obrigações de instalação de água e luz devem ser realizadas pelos moradores. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que existe uma Lei que dá a isenção das custas de instalação de água e luz para as pessoas que preencherem os requisitos, acreditando que a instalação deve ser por conta do morador, pois já as contas já ficam com seus respectivos nomes. O Vereador João

Siqueira Magalhães perguntou se o repasse de recursos da Caixa Econômica para a Secretaria Municipal de Assistência Social foi realizado. O Sr. Marcos Felipe informou que a verba originada da Caixa Econômica não é repassada para a Secretaria e sim depositada em uma conta específica do convênio. O Vereador João Siqueira Magalhães acrescentou que fez pergunta por que existe uma solicitação do Prefeito Municipal para que seja iniciada uma CPI para apurar a não realização do trabalho da Secretaria de Promoção Social. O Sr. Marcos Felipe acrescentou que o Trabalho Técnico Social foi apresentado para a Caixa Econômica, entretanto foi constatado que o dinheiro da conta do convênio não tinha sido utilizado para este fim. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a situação ficou enrolada porque foi utilizada uma verba de uma fonte diferente para a realização do referido trabalho, por isso a Caixa Econômica deseja a devolução do dinheiro da conta do convênio, para depois repassar novamente para a Prefeitura Municipal. Por fim, disse que este é um problema burocrático, pois a Prefeitura pagou com o dinheiro errado, sendo que o pagamento deveria ter sido feito com o dinheiro originário da conta do convênio. O Sr. Marcos Felipe acrescentou, ainda, que existem diversas empreiteiras que não desejam trabalhar com a Caixa Econômica, pois ela é muito exigente e burocrática. Continuou dizendo que atualmente existe o CAUC (Cadastro Único de Convênios), com isso, para que o Município de Miracema possa se desenvolver é preciso que seja realizado diversos convênios. Acrescentou que a Prefeitura Municipal de Miracema possui um grande problema com a Caixa de Previdência, pois existe um ofício do Presidente onde consta que a dívida da Prefeitura com a Caixa de Assistência é muito grande, sendo que Miracema vem passando por dificuldades financeiras. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acrescentou que apesar do Município de Miracema estar passando por diversas dificuldades, foram criados diversos novos cargos comissionados. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se existe alguma previsão para a conclusão das Casas Populares construídas no Bairro Jove, pois elas se encontram inacabadas. O Sr. Marcos Felipe informou que a Prefeitura Municipal não participou da licitação do Programa Minha Casa Minha Vida, sendo que a referida foi realizada em Brasília, pelo Governo Federal, sendo que a parte da Prefeitura Municipal seria apenas a disponibilização do terreno. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que esta pendência com a Caixa de Previdência deve ser

resolvida com urgência, pois existe uma Lei autorizando o parcelamento da dívida. O Sr. Marcos Felipe esclareceu que o Município de Miracema já perdeu diversos convênios por causa desta dívida, entretanto cabe a administração Executiva resolver suas pendências, pois existem outras pendências no CAUC. Acrescentou que também existe um problema com a construção do prédio onde a CAPPS funciona, pois o Tribunal de Contas não aceitou a utilização da verba acima do permitido. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que somente é permitida a utilização de 2% da taxa administrativa para a construção do prédio. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a desinformação faz com que as pessoas sejam penalizadas, pois a direção da CAPPS realizou algumas ações amadoras durante sua administração. Acrescentou que um Prefeito ou um Presidente pode até ser analfabeto, mas deve possuir uma assessoria competente que lhe informe se pode ou não pode realizar determinados atos. Por fim, informou que o Prefeito Municipal não possui nenhuma ingerência na Caixa de Previdência, sendo que a única ação que ele pode tomar é destituir o Presidente e convocar uma nova eleição. O Vereador Hugo Fernandes disse que na volta do recesso irá reapresentar a CPI sobre a dívida com a CAPPS, para que os Vereadores possam discutir sobre este assunto, acreditando que deveria ser dado andamento a CPI para que este assunto possa ser resolvido. O Sr. Marcos Felipe disse que o CAUC não obstrui convênios com o Governo do Estado e nem dos realizados na área da Saúde. Esclareceu que está sendo realizado um trabalho muito bom na Secretaria de Planejamento para que o Município possa se desenvolver. O Vereador Hugo Fernandes acrescentou que esteve em Friburgo com o Deputado Glauber Braga ele destinou, para o próximo ano, uma Emenda de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a construção de parques e áreas de lazer. O Sr. Marcos Felipe disse que inclusive existe uma Emenda do Deputado Federal Áureo destinada para Miracema, sendo que precisamos nos unir para que este caso com a Caixa de Previdência seja resolvido. Por fim, disse que o Governo passado não deveria ter inaugurado as casas populares do Conjunto Habitacional do Carrapichão. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a Secretária de Assistência Social foi contra a inauguração das referidas Casas Populares. Continuando, perguntou se existe um Projeto para que seja construída uma casa por mês no Município de Miracema. Por isso, acredita que este projeto poderia ser aproveitado

para que seja reformada uma casa popular por mês, pois com as casas paradas o prejuízo vai acabar aumentando. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou se está sendo feita alguma obra no antigo prédio da Prefeitura. O Sr. Marcos Felipe informou que está sendo feito um projeto para que o prédio possa ser reformado, sendo que o Sr. Prefeito Municipal vai fazer uma reunião com o Governo do Estado, em que um dos pleitos será a referida reforma. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se existe uma previsão sobre o retorno da Prefeitura para o antigo prédio. O Sr. Marcos Felipe acredita que o antigo prédio deve ser completamente reformado para que a Prefeitura Municipal possa retornar para lá. Esclareceu que, em sua opinião, a parte do funcionalismo público está melhor instalada no prédio novo, sendo que o Prefeito Municipal possui a vontade de construir um novo prédio para a Prefeitura. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares informou que aquele prédio é um Patrimônio Histórico Municipal, sendo que o Município está perdendo dinheiro com o fechamento do prédio, pois está precisando alugar diversos locais para funcionar algumas repartições. O Sr. Marcos Felipe esclareceu que este Projeto está sendo terceirizado e a empresa responsável já consultou o INEPAC sobre a realização da reforma. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que se o Prédio permanecer fechado pode ocasionar a deterioração do piso e, com isso, aumentar o valor da reforma. O Sr. Marcos Felipe esclareceu que o prédio antigo é muito importante para o Município. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno lembrou que existe um Projeto para a instalação de um Cinema no Município, sendo que a Prefeitura Municipal não pode receber a verba deste projeto por causa das pendências no CAUC. O Sr. Marcos Felipe acrescentou que a Prefeitura também está tendo problemas em obter alguns documentos no Cartório de Registro de Imóveis de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença do Secretário. O Vereador João Siqueira Magalhães também agradeceu ao Sr. Marcos Felipe pelos esclarecimentos prestados, esclarecendo que no documento enviado pelo Prefeito Municipal consta equivocadamente que a Secretaria Municipal de Assistência Social é responsável por algumas ações. O Sr. Marcos Felipe informou que nenhuma verba foi repassada para a Secretaria de Promoção Social, esclarecendo que a prestação de contas deste convênio ainda não foi realizada por que ele não foi concluído. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei:

01) Projeto de Lei que Ratifica o Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público vigente do Consórcio Noroeste do qual o Município de Miracema é consorciado e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **02)** Projeto de Lei que Institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, a Ferramenta de Declaração Eletrônica de Serviços - DES, e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura da possível Resolução de Criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, pedindo que os Vereadores estudem seu texto e façam sugestões sobre a redação, esclarecendo que sua intenção é realizar apenas uma CPI. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu que fosse realizada uma divisão dos trabalhos da CPI por Secretaria Municipal. O Vereador Hugo Fernandes pediu para os Vereadores analisarem a resolução e apresentarem suas sugestões. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que já mostrou sua indignação com os gastos excessivos na construção de estádios de futebol, assim acredita que este é um dos fatores que estão ocasionando as manifestações pelo Brasil. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo pediu desculpas ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares pela quase discussão. Continuando, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Geane Teixeira Sales pela forma com que ela utilizou as palavras na Tribuna Livre, demonstrando um grande controle emocional e um grande amor pelo Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães leu um poema que retrata as manifestações que vêm ocorrendo pelo Brasil, sendo que não é por causa das tarifas de ônibus que as pessoas estão na rua. Acrescentou que durante um período de tempo os estudantes acabaram ficando inertes, entretanto hoje eles acordaram. Concluindo, disse que e a população deve sempre lutar contra a corrupção, buscando mudar o país para melhor, sendo que é favorável que exista um Conselho formado por pessoas de diferentes classes. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que na antiga Roma existia um Conselho formado por pessoas anciãs para que os governantes pudessem consultá-los. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 24/06/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello

Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 24 de junho de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número trinta, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Carlos Armando de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 04, Versículos de 30 à 34. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/SEFAZ nº 028/2013 da Secretaria Municipal de Fazenda respondendo ofício nº 0357/2013; 02) Ofício do Conselho Municipal de Saúde de Miracema respondendo ofício nº 382/2013 encaminhando cópia de documentos; 03) Convite para Audiência Pública a ser realizada no dia 25 de junho, às 10h, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; 04) Ofício nº 273/2013-GABIN/PRESIDÊNCIA/FNDE/MEC respondendo ofício nº 0259/2013. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício; 05) Minuta de Projeto de Lei que estipula a Obrigatoriedade do Teste do Pezinho 03 vezes por semana em nosso Município; 06) Requerimento dos Vereadores João Siqueira Magalhães, Gutemberg Medeiros Damasceno, Fabrício de Sá Xavier e Maurício Sant'Ana Soares sobre possíveis irregularidades no processo de licitação ou tomada de preço nº 201301237-8 da Prefeitura Municipal de Miracema; 07) Requerimento dos Vereadores João Siqueira Magalhães, Gutemberg Medeiros Damasceno, Fabrício de Sá Xavier e Maurício Sant'Ana Soares sobre o Decreto Emergencial nº 21 de 05 de fevereiro de 2013; 08) Processo Administrativo nº 2013.04464-1 da Prefeitura Municipal de Miracema

encaminhando Projeto de Lei de autoria do Sr. Prefeito Municipal. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Secretário Estadual de Esportes - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de construir uma pista de atletismo, bem como de salto em distância, no Estádio Municipal Plínio de Barros Basto, no Município de Miracema, tendo em vista que o incentivo ao esporte é um meio eficaz de evitar males à saúde. Aprovado. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Secretario de Obras do Estado, Sr. José Ivan Peixoto Júnior - Solicitação no sentido de que esclarecido que as obras citadas no ofício (onde foi negada a construção de uma quadra no Município de Miracema), que segue em anexo, não foram concluídas. Aprovado. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador João Siqueira Magalhães por seu requerimento, esclarecendo que o Município carece das obras mencionadas no ofício, sendo que elas não foram concluídas. Continuando, o Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que os ofícios lidos anteriormente são denúncias de alguns fatos pautadas em documentos, pois quem deve analisar se os fatos são ilegais ou não são os órgãos competentes. Acrescentou que a Câmara Municipal deve tomar conhecimento dos fatos que estão ocorrendo na Prefeitura Municipal, sendo que existe uma Lei Municipal que dispõe sobre o envio obrigatório dos procedimentos licitatórios à Casa Legislativa, esclarecendo que os Vereadores não vêm recebendo as respostas de seus requerimentos. Por fim, informou que gostaria de informar ao Sr. Prefeito Municipal que a Sra. Hélia está exercendo a Presidência do FUNDEB de maneira irregular e que os alunos das Escolas Municipais estão utilizando um logotipo da campanha em seus uniformes, o que não poderia estar acontecendo. Esclareceu que não tem nada contra a pessoa do Sr. Prefeito, mas é contra as atitudes que estão ocorrendo durante o governo. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que a professora Hélia já pediu seu afastamento do Conselho do FUNDEB, sendo que ela não foi indicada pelo Sr. Prefeito e sim pelo Sindicato. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a Sra. Hélia deve estar saindo por que um dos cargos criados deve ser destinado a ela. Continuando, o Vereador João Siqueira apresentou seus requerimentos, sendo que eles também possuem as assinaturas dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Fabrício de Sá Xavier e Maurício Sant'Ana Soares.

03) Solicitação no sentido de que sejam encaminhados os documentos em anexo aos órgãos competentes a fim de apurar possíveis irregularidades no processo de licitação ou tomada de preço nº 201301237-8 da Prefeitura Municipal de Miracema, onde se pode observar que existe uma sequência de diferenças no valor dos itens licitados, ou seja, a maioria dos produtos licitados tem a diferença de apenas de 0,01 centavo. 04) Solicitação no sentido de que seja encaminhado aos órgãos competentes, os documentos em anexo, a fim de apurar possíveis irregularidades no Decreto Emergencial nº 21 de 05 de fevereiro de 2013, conforme cópia em anexo. Esta solicitação se faz necessária em função das seguintes exposições: a) o decreto foi assinado em 05 de fevereiro de 2013 com data retroativa a 01 de janeiro de 2013; b) podemos observar que uma das justificativas da dispensa da licitação foi que o Chefe do Poder Executivo tomou conhecimento da real situação financeiro-administrativo do Município somente em 30/01/2013; c) que após o dia 01/01/2013 sem o devido decreto assinado o Executivo contratou vários serviços sem a devida atenção a esta Casa Legislativa; d) importante também ressaltar que não houve a sanção do Governador e nem publicado no D. O. do Estado, muito menos passou por esta Casa Legislativa. O Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou os requerimentos em votação. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que prefere analisar a documentação para depois manifestar seu voto. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade também não manifestou seu voto. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres votou contra os requerimentos. O Vereador Gilson Teixeira Sales também não manifestou seu voto. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que vai analisar os documentos antes de votar, mas os fatos narrados são sérios e devem ser apurados. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que estes fatos devem ser apurados pelos órgãos competentes. O Vereador Hugo Fernandes disse que os Vereadores possuem o direito de analisar a documentação dos requerimentos e, por enquanto, suspendeu a votação dos requerimentos. 05) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal, ao Conselho Municipal da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que envide esforços junto as autoridades competentes, a fim de que seja mantido em Miracema o serviço neonatal, por se tratar de uma referência em nosso Município, devido aos brilhantes profissionais que aqui atuam nessa área. Na oportunidade não podemos deixar de mencionar o quanto estamos tristes com as

atuais noticias, que dão conta de que as gestantes de Miracema terão que fazer os seus partos no Município vizinho de Santo Antônio de Pádua, gerando um total desconforto para as gestantes, pois terão que se locomoverem para outro Município, e ficarão impedidas de registrarem seus filhos no Município de Miracema, o que contribuirá sobre maneira para o baixo índice de desenvolvimento humano para a nossa querida cidade. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Ministério Público da Tutela Coletiva - Solicitação no sentido de que sejam tomadas as devidas providências, tendo em vista que o Sr. Prefeito Municipal ainda não respondeu os requerimentos encaminhados pela Câmara Municipal, desrespeitando inclusive o prazo estabelecido pela Lei Orgânica Municipal (ou o Regimento Interno) de Miracema, conforme cópias em anexo. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Sandro Souza para falar sobre a Associação de Estudantes Universitários de Miracema (ASSEUM). Com a palavra, o Sr. Sandro, após cumprimentar todos os presentes, disse que esta comparecendo na câmara Municipal para esclarecer alguns assuntos sobre a Associação de Estudantes. De início, informou que no mês de novembro de 2012 todos os alunos associados tiveram a oportunidade de se candidatar para concorrer a Presidência da Associação de Estudantes, sendo que os alunos não demonstraram nenhum interesse. Por isso, divulgou a oportunidade para a realização da candidatura novamente e, outra vez, ninguém demonstrou interesse, sendo que no dia da eleição os alunos tiveram a oportunidade de escolher entre duas alternativas: a) manter a gestão atual ou b) realizar uma nova eleição. Assim a atual gestão teve a maioria dos votos. Acrescentou também que não está cursando a Faculdade durante este primeiro semestre de 2013 e que voltará a estudar no segundo semestre. Informou que a ASSEUM é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos e não possui nenhum tipo de vínculo com os Partidos Políticos. O Sr. Sandro disse que durante o ano de 2013 a Associação vem sendo assunto de diversos debates, sendo que os alunos estão gratos pela preocupação, entretanto é preciso mencionar que o Município de Miracema não possui nenhum tipo de obrigação para fornecer transporte gratuito para os estudantes universitários. Esclareceu que já participou de várias reuniões com o Poder Executivo Municipal e três veículos serão devolvidos para a Associação de Estudantes, assim acredita que a Associação terá condições de reduzir a tarifa paga mensalmente, sendo

que está confiante de que os ônibus retornarão para a Associação antes do término das férias. Acrescentou que protocolou um documento nesta Casa Legislativa na semana passada, informando a tomada de preços realizada para a contratação das empresas de ônibus que estão fornecendo o transporte dos estudantes. Informou que atualmente a Prefeitura Municipal faz o repasse da verba e a Associação efetua o pagamento da Empresa de Ônibus. Esclareceu que ao entregar sua prestação de contas do ano de 2012, foi orientado a corrigir alguns equívocos existentes, sendo que isso acabou atrasando o repasse da Prefeitura. Acrescentou que vai convocar uma Assembleia Geral com os todos os alunos da Associação para informar que não possui mais o interesse em exercer a Presidência, entretanto se coloca a disposição para quaisquer tipos de esclarecimentos. Esclareceu que trouxe a prestação de contas de janeiro até maio deste ano e possui um extrato da conta bancária da Associação de Estudantes, pois a Associação possui duas fontes de renda, o repasse da Prefeitura e o pagamento das mensalidades dos alunos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que acompanhou a prestação de contas no início do ano, por isso, gostaria de esclarecer que é todos os recursos repassados pela Prefeitura Municipal são vedados de serem utilizados para o pagamento de quaisquer despesas com os funcionários da Associação, entretanto parece que este fato estava acontecendo. O Sr. Sandro esclareceu que não tinha o conhecimento sobre esta restrição, agradecendo ao Vereador pela orientação. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que na atual gestão existe o pagamento das mensalidades dos alunos. O Sr. Sandro esclareceu que conversará com o Controlador Interno da Prefeitura Municipal para buscar informações com o objetivo de não voltar a cometer nenhum tipo de equívoco, esclarecendo que atualmente o repasse da Prefeitura é utilizado somente para pagar a Empresa que fornece o transporte dos estudantes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que fez um requerimento de gabinete solicitando algumas informações para a Associação de Estudantes, sendo que foi dito que ele possui estas informações, com isso, pede ao Sr. Sandro para fotocopiar os documentos que ele trouxe. O Vereador Hugo Fernandes pediu para que o Sr. Sandro explicar como ficou a situação da Associação de Estudantes no final do ano de 2012. O Sr. Sandro esclareceu que o orçamento utilizado pela Associação de Estudantes no ano de 2012 foi aprovado na subvenção do ano de 2011, entretanto o número de alunos aumentou

de forma inesperada. Assim, no final do ano de 2012 foi constatado que a verba recebida não daria para suprir todas as necessidades da Associação de Estudantes, sendo que foi feito um requerimento para a Prefeitura, na gestão anterior, para que fosse realizada uma suplementação da verba recebida, entretanto ele não foi atendido. O Vereador de Sá Xavier perguntou se o que foi estabelecido no orçamento foi cumprido. O Sr. Sandro informou que sim, sendo que a Associação trabalhou para fechar o ano de 2012 contando com a verba suplementar. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que no ano eleitoral os gestores são impedidos de realizar qualquer tipo de modificação no orçamento. O Sr. Sandro esclareceu que nos próximos dias dois ônibus serão cedidos para a Associação. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou qual é a quantidade de alunos e qual é o valor arrecadado por mês. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que iria fazer um requerimento solicitando algumas informações, tais como: cópia dos extratos bancários deste ano; cópia do Estatuto, acreditando que o Sr. Sandro esteja infringindo o Estatuto, uma vez que não está estudando durante o primeiro semestre, mas vai analisar melhor este fato, sendo que o fato de que ninguém possuir a vontade de assumir a Presidência nos mostra que esta é uma tarefa muito difícil. Esclareceu que é favorável a participação dos alunos na administração da Associação, pois eles não possuem o conhecimento do que o Presidente realmente passa na frente da administração. Acrescentou que também esta perguntando quantos alunos estão associados, divididos por cidades e quantos alunos estão em dia com o pagamento e quantos estão inadimplentes. Esclareceu que gostaria de obter estas informações por que a questão da gratuidade dos ônibus vem sendo discutida desde o início do ano. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que já realizou alguns questionamentos em relação a quantidade de alunos e a alguns outros assuntos, sendo que existem comentários que o Sr. Sandro esteja administrando a Associação de Estudantes de forma equivocada, mas não acredita nestas informações, pois o conhece e sabe que a administração da Associação é uma tarefa muito difícil. O Sr. Sandro esclareceu que vai receber o ofício do Vereador Presidente e vai respondê-lo integralmente e com toda transparência possível, pois o dinheiro recebido pela Associação é uma verba pública e pertence ao povo. Acrescentou que se coloca a disposição em fornecer suas informações pessoais para a realização de quaisquer tipos de investigações, esclarecendo que atualmente a

Associação possui 125 (cento e vinte e cinco) alunos adimplentes que cursam faculdade no Município de Santo de Antônio de Pádua e 196 (cento e noventa e seis) alunos que cursam faculdade no Município de Itaperuna. O Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se existe um Conselho Fiscal da Associação de Estudantes. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres esclareceu que o valor repassado pela Prefeitura Municipal de Miracema, juntamente com o valor recolhido com o pagamento da mensalidade pelos estudantes não coincide com o valor gasto mensalmente pela Associação. O Sr. Sandro esclareceu que existem diversos alunos inadimplentes, por isso os valores não estão coincidentes. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que no documento recebido pela Câmara Municipal consta que os valores gasto e recebido pela Associação, assim de acordo com as informações entende que a Associação está fechando os meses com um déficit em conta. O Sr. Sandro esclareceu que no mês passado a Associação fechou com um déficit de mais ou menos R$ 15.000,00 (quinze mil reais). O Sr. Sandro esclareceu que o valor recebido pelos estudantes, somando com o valor repassado pela Prefeitura, não é o suficiente para suprir as necessidades da Associação. Esclareceu que com a devolução dos ônibus para a Associação de Estudantes este problema deverá ser resolvido, pois os gastos serão diminuídos. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se ficou um resto a pagar do final da gestão de 2012, pois existem notícias que alguns funcionários deixaram de receber. O Sr. Sandro esclareceu pode fazer uma planilha daquilo que ficou faltando pagar no final de 2012, entretanto o pagamento dos funcionários está completamente em dia, faltando apenas o pagamento do FGTS. O Vereador Hugo Fernandes disse que a preocupação de todos é que as empresas fornecedoras do transporte parem de realizar seu trabalho e acabem deixando os estudantes sem transporte. O Sr. Sandro esclareceu que tomou a iniciativa de comparecer nesta Casa Legislativa prestar todos os esclarecimentos necessários, sendo que inclusive está passando por alguns problemas de saúde. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva perguntou como era administrada a Associação na gestão passada, pois os estudantes não pagavam mensalidades e qual era o estado dos ônibus que trafegavam na Associação. O Sr. Sandro esclareceu que os ônibus são muito rodados, sendo que no ano de 2012 se reuniu com todos os motoristas para conversar sobre a situação dos ônibus. Acrescentou que fez um documento ao Poder Executivo

informando que alguns ônibus não estavam em condições de circular, pois por mais que eles eram consertados, ainda eram antigos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que os ônibus que estão trafegando também não estão em boas condições. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que estudará a possibilidade da Comissão de Educação desta Casa Legislativa investigar os fatos ocorridos na Associação de Estudantes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que com a documentação que será encaminhada pelo Presidente da Associação a esta Casa Legislativa os fatos serão esclarecidos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que o Estatuto da Associação não prevê as atribuições do Conselho Fiscal, por isso, orientou ao Sr. Sandro que procure um advogado para que seja realizado um estudo sobre o Estatuto da Associação para que ele se adeque à legislação brasileira. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que esta situação está muito complicada e é preciso que seja realizado uma conversa com todas as partes envolvidas para que esta situação seja resolvida. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença do Sr. Sandro na Câmara Municipal. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito também o Sr. Carlos Fernandes Silva Ribeiro, mais conhecido como Carlos Fera, para falar sobre alguns agradecimentos. Com a palavra, o Sr. Carlos Fernandes, após cumprimentar todos os presentes, disse que diversos assuntos são discutidos na internet sem que as pessoas se identifiquem, sendo que atualmente possui muito orgulho de ser o Assessor de Comunicação da Câmara Municipal e que esta Casa Legislativa o acolheu muito bem. Elogiou o trabalho de todos os Vereadores, falando um pouco sobre cada um, destacando algumas histórias pessoais que viveu com cada Vereador. Esclareceu que não é Assessor do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, sendo que muitas pessoas pensam isto, entretanto é muito seu amigo. Por fim, disse que a política sempre passa e os amigos ficam, acrescentando que se considera amigo de todos os Vereadores. Disse que é um Presidente do Conselho Tutelar atuante e sempre busca exercer suas funções de maneira correta, esclarecendo que no futuro irá falar sobre o Projeto Prefeito Amigo das Crianças. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito também o Sr. Marco Moura para falar sobre a Maternidade de Miracema. Com a palavra, o Sr. Marco Moura, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que comparece nesta Câmara Municipal para falar sobre a maternidade do Município de Miracema,

pois todos estão preocupados se ela irá fechar ou não. Acrescentou que o bom político deveria ser inteligente e ouvir os Conselhos e a sociedade para dividir a responsabilidade, sendo que ao procurar informações sobre o fechamento da maternidade em Miracema realizou uma reunião com os representantes do Hospital. Com isso, passou a ler a ata da reunião realizada, onde o provedor do Hospital Miracemense informou que não existe nenhuma documentação oficial sobre a desativação da maternidade no Município de Miracema e que alguns médicos miracemenses irão se aposentar no final do ano. Esclareceu que a Área da Saúde em Miracema possui alguns problemas tais como: falta de equipamentos, falta de médicos especializados em determinadas áreas, entre outros. Acrescentou que existe um documento do Prefeito Municipal onde consta que ele poderia ter utilizado a ajuda de sua irmã, como Secretária de Educação na gestão passada, para se beneficiar nas eleições, entretanto nunca agiu desta maneira e nunca utilizou a área da educação para fazer política. Esclareceu que a parte governamental dos Conselhos não tem comparecido em algumas reuniões. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou se o serviço de atendimento aos aidéticos ainda está funcionando. O Sr. Marco Moura disse que o serviço vem funcionando muito bem. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Hospital de Miracema é uma Entidade Privada que tem o título de Sociedade Beneficente, assim possui a obrigação de ocupar 75% de seus leitos com pacientes do SUS, acrescentando que o Hospital não possui nenhuma obrigação de fechar sua maternidade, pois os cidadãos possuem o direito de nascer no Município de sua família. Por fim, disse que a saúde pública é uma área muito cara e necessita de muito dinheiro para continuar funcionando, sendo que quando foi Prefeito Municipal já auxiliou o SENAC quando ele passou por dificuldades. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que no passado a Prefeitura Municipal de Miracema ajudou o SENAC, e ele não fechou por causa do auxílio da Prefeitura Municipal de Miracema. O Vereado Gutemberg Medeiros Damasceno disse que ficou muito chateado quando o SENAC deixou de investir em Miracema e se transferiu para o Município de Santo Antônio de Pádua. Por fim, o Vereador esclareceu que devemos mostrar esta situação ao Secretário Estadual de Saúde, pois o fechamento da maternidade em Miracema não poderia sequer ser cogitado, sendo que jamais vai aceitar esta situação. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à

Explicações Pessoais. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Paulo Adilson Cubuce, por ter assumido a administração da Loja Maçônica Libertas II para o biênio de 2013/2015. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Sebastião Fernandes de Araújo em virtude de seu falecimento. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade disse que devemos lutar para que a maternidade do Município de Miracema não seja fechada. O Vereador Siqueira Magalhães disse que está perplexo com a votação de encaminhamento dos seus requerimentos, pois seu requerimento para o Secretário Estadual foi aprovado por unanimidade. Esclareceu que está apenas encaminhando a documentação para que os órgãos responsáveis possam tomar as devidas providências, acrescentando que não vota para agradar A, nem B, sendo que ninguém consegue manipular seu voto. Disse que possui cópia do Diário Oficial datado de 11 de março de 2013, sendo que a Lei de criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública foi votada em 01 de abril. Assim, percebeu que no dia 11 de março foi publicado no Diário Oficial do Estado o nome de três funcionários públicos estaduais que estavam sendo colocados a disposição da Prefeitura Municipal para exercer os cargos criados na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil. Continuando, o Vereador João Siqueira Magalhães perguntou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva se ele indicou algum morador do Morro da Pedrada para trabalhar na Prefeitura Municipal. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que a pergunta está sendo equivocada, pois não tem a obrigação de saber se o Prefeito Municipal colocou alguém do Morro da Pedrada para trabalhar na Prefeitura. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que estes fatos mostram a certeza da aprovação da Lei, sendo que ninguém da Câmara Municipal sabia destas informações. Acrescentou que possui diversos documentos dizendo que o Decreto Emergencial foi realizado de maneira irregular. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que gostaria que o Vereador João Siqueira Magalhães respeitasse o voto dos demais Vereadores, pois todos tem o direito de votar da maneira que pensarem melhor. Acrescentou que gostaria que os votos sejam respeitados, pois ninguém o questionou quando ele votou contra os Projetos de Lei. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que não pode manipular nenhum voto e não quis desrespeitar o voto dos Vereadores. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que os Vereadores estão

chegando num determinado ponto que estão se esquecendo de exercer sua função de legislar. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo se comprometeu a trazer as dívidas de todas as Secretarias Municipais, entretanto só trouxe a da Secretaria de Assistência Social. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que possui a listagem de todos os cargos criados durante o atual governo, acreditando que tais cargos foram criados para cumprir compromissos de campanha. Continuando, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Paulinho, funcionário do Banco Brasil, pela maneira esplendida com que ele trata todos os clientes que utilizam o referido Banco no Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Acrescentou que ouviu a fala do Vice-Prefeito no programa de rádio do dia 10 e percebeu que o programa foi composto basicamente por reclamações. Disse que lhe causou muito estranheza a fala do Vice-Prefeito, sendo que só percebeu sinceridade quando ele confessou que não conhecia de gestão e agradeceu a população pelos votos. Esclareceu que até o momento o governo se preocupou apenas com a criação de novos cargos, assim não vê motivos para reclamar de dívidas antigas. Informou que estão sendo realizadas algumas reformas nos PSF's, uma vez que o Deputado Federal Áureo destinou verbas para a realização das referidas obras. Acrescentou que o Município de Miracema possui o compromisso de retirar o Matadouro Municipal do centro da cidade. Disse que as casas populares são de responsabilidade do Governo Federal, sendo que o Banco Morada faliu e diversas cidades estão sofrendo com o mesmo problema. Continuou solicitando um requerimento ao INEA para que seja informado a esta Casa Legislativa a situação do banheiro público existente no Distrito de Paraíso do Tobias. Tal solicitação deve-se ao fato de termos tomado conhecimento através de Programa da Radio Princesinha, que o INEA, havia emitido um documento, autorizando o fechamento do referido banheiro. Na oportunidade, caso este órgão tenha realmente autorizado o fechamento do banheiro em questão, solicitamos que seja encaminhado cópia do documento que determinou o fechamento. Informou que a Prefeitura Municipal deve ser administrada levando em consideração o Princípio da Continuidade, sem que o administrador fique buscando desculpas na administração que já terminou. Esclareceu que gostaria de ver investimentos no Município de Miracema, sendo que o Sr. Prefeito não vem respondendo os ofícios dos Vereadores.

Por fim, disse que ficou indignado quando o Vice-Prefeito disse que tem horror a mentira e a politicagem, criticando os Vereadores com mais tempo de mandato, entretanto mentira é assinar um termo de compromisso garantindo a gratuidade aos estudantes universitários e depois não cumprir sua palavra. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade disse que o Deputado Felipe Bournier destinou R$ 700.000 (setecentos mil reais) para o abrigo da Casa do Idoso, sendo que o Projeto já está pronto e a obra não pode ser concluída pela inadimplência da Prefeitura. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que ninguém viu a realização deste projeto. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que ficou indignado com algumas palavras do Vereador João Siqueira Magalhães, sendo que possui orgulho de fazer parte da família Rodrigues, pois sua família é simples, pobre e humilde. Acrescentou que nenhuma pessoa de sua família nunca ocupou nenhum tipo de cargo público, sendo que tudo o que foi conseguido por sua família foi com muita honra e muito trabalho. Esclareceu que foi eleito pela oposição, por isso não possui nenhum compromisso com o atual governo, sendo que nós vivemos em um país democrático. Disse todos os seus irmãos são competentes e ficou assustado com a fala do Vereador João Siqueira Magalhães. Acrescentou que entende o Vereador João Siqueira Magalhães ao defender sua filha, pois pede a Deus que não tenha de defender ninguém de determinadas acusações. Por fim, pediu ao Vereador João Siqueira Magalhães para respeitar sua família, para lhe respeitar como pessoa e para respeitar o voto dos Vereadores, pois infelizmente está vendo que isto não está acontecendo. Esclareceu que nunca possui nenhum cargo político e quer respeitar o Vereador João Siqueira Magalhães e gostaria que o respeito fosse mútuo. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que não denegriu a imagem de família de ninguém, pois este não é seu objetivo, sendo que citou apenas fatos verdadeiros. Esclareceu que nunca ficou desesperado por causa da política, acrescentando que o respeito deve ser recíproco, sendo que não pediu a nenhum Vereador para votar a favor de seus requerimentos. Disse, ainda, que ficou indignado por ter tido a aprovação de seu requerimento ao Estado e desaprovação de seus ofícios em relação ao Prefeito Municipal. Por fim, disse que respeita o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, mas está mostrando a documentação pertinente aos fatos aduzidos, esclarecendo que, se ofendeu o Vereador ou sua família, não foi esta sua intenção. O Vereador Hugo Fernandes

solicitou Moção de Aplausos para: 01) o Padre Olavo e a para a Direção da Escola Nossa Senhora do Bom Conselho, pela brilhante organização da Festa Junina; 02) o Sr. Carlos, conhecido carinhosamente por Carlinhos da Banda 7, pela presteza que recepciona os cidadãos que vão na Prefeitura Municipal de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 27/06/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 27 de junho de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número trinta e um, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 01, Versículos de 09 à 13. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para o Arraiá da Escola Arquimedes, a ser realizado no dia 29 de junho de 2013; 02) Ofício PMM/GAB nº 0273/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício PMM/SMAS nº 231/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social. Os Vereadores Gilson Teixeira Sales, Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva, Carlos Armando de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício; 04) Mandato de Intimação em relação ao Processo nº 0002216-75.2010.8.19.0034; 05) Ofício Circular Secplan/PMM nº 026/2013; 06) Ofício do Gabinete do Deputado João Nacif; 07) Ofício CGMAC/DARAS/SAS nº 244/2013 do Ministério da Sáude respondendo ofício nº 244/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 08) Ofício nº 69/2013 da Corregedoria do Município de Miracema respondendo ofício nº 355/2013; 09) Telegramas NºRef: 000899/MS/SE/FNS, 002604/MS/SE/FNS, 000183/MS/SE/FNS do fundo Nacional de Saúde; 10) Ofício PMM/SMOU nº 053/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 328/2013. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 11) Ofício PMM/SMOU nº 051/2013 da Secretaria

Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 272/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 12) Ofício PMM/SMOU nº 049/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 130/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 13) Ofício PMM/SMOU nº 050/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 173/2013. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 14) Ofício PMM/SMOU nº 048/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 188/2013; 15) Ofício PMM/SMOU nº 047/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 311/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 16) Ofício PMM/SMOU nº 045/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício gab. nº 102/2013. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 17) Ofício PMM/SMOU nº 045/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 310/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 18) Ofício PMM/SMOU nº 044/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 084/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 19) Ofício PMM/SMOU nº 043/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício gab. nº 002/2013; 20) Ofício PMM/SMOU nº 042/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 072/2013; O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou cópia deste ofício; 21) Ofício PMM/SMOU nº 041/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 016/2013. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou cópia deste ofício; 22) Ofício SEASDH/DGAF nº 148/13 da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos; 23) Ofício nº 67/2013 da Corregedoria do Município de Miracema encaminhando documentações em relação ao FUNDEB. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno. Antes do realizar seu requerimento, o Vereador esclareceu que não irá dizer o nome da pessoa mencionada em seu requerimento publicamente, uma vez que não tem esta autorização, sendo que sua família lhe procurou, pois um rapaz de Miracema foi preso em março e depois de um

tempo começou a apresentar os sintomas de tuberculose. Assim, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno passou a fazer seu requerimento. - Ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Miracema Luis Otávio Barion Heckmaier - Solicitação no sentido de que V. Exa. se manifeste a respeito dos fatos abaixo relacionados, pois como médico e Vereador, tomamos conhecimento através da família do Sr. _____, que o mesmo havia sido preso no dia 11 de março deste ano e levado para o presídio de Itaperuna. No mês de maio apresentou sinais de doença e foi encaminhado ao Rio de Janeiro, onde passou aproximadamente 07 (sete) dias e teve o diagnostico de tuberculose e soro positivo. Segundo o médico do presídio, o Sr. _____ encontra-se em cela isolada e fazendo o uso de medicamentos. Diante do exposto, gostaríamos do Parecer de V. Exa., no sentido de nos esclarecer se este presidiário teria condições de ser tratado em Miracema, onde a família reside e poderia dar apoio emocional, médico e alimentação adequada, sem deixar de mencionar que em Miracema existe um suporte ao soropositivo no Posto de Saúde Irineu Sodré, além do fornecimento de medicação ao paciente acometido de T.O. Na oportunidade, informamos que os familiares, em especial sua mãe, encontram-se bastante preocupados em virtude de terem até poucos dias desconhecimento dos fatos. Caso o Sr. _____ não possa ser tratado em Miracema, solicitamos a V. Exa. que se digne averiguar a real situação do mesmo. Na certeza de que V. Exa. analisará os fatos relatados que demandam urgência, antecipadamente agradecemos. Aprovado. Por fim, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que entregará este requerimento pessoalmente. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que a família do presidiário deve fazer os exames necessários, pois esta é uma doença contagiosa. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que vai passar esta informação para a família. 02) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Sr. Presidente da ALERJ, Deputado Paulo Melo - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de ser instalado um retransmissor da TV ALERJ no Município de Miracema. Tal solicitação se justifica pelo fato de que nossa população poderia acompanhar de perto os trabalhos dos Deputados Estaduais, principalmente daqueles que obtiveram grande votação em nossa cidade. Aprovado. 03) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À Corregedoria do Município - Considerando que os crimes contra a administração consistem em exigir para si ou para outrem vantagens indevidas, fora de sua função,

ou antes, de assumi-la. Considerando, ainda, que corrupção ativa (quando é oferecida a um funcionário público vantagens indevidas para a pratica de determinados atos de ofício) passa a ter pena de 4 a 12 anos de reclusão, além de multa, sendo que a mesma punição passa a valer para a corrupção passiva (quando o funcionário público solicita ou recebe vantagens indevidas em razão da função que ocupa). Ressaltando que este texto se encontra no Projeto de Lei aprovado pelo Senado Federal no dia 26/06/2013. Da forma regimental desta Casa Legislativa, encaminho o seguinte requerimento: solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se a Prefeitura Municipal Miracema vem cumprindo o disposto na Lei nº 1.387 de 11 de junho de 2012 que institui a "Ficha Limpa Municipal" na nomeação de secretários, diretores e cargos comissionados para a administração direta (Prefeitura e Câmara Municipal) e na administração indireta (autarquias, empresas públicas e de economia mista e fundações públicas), no Município de Miracema na forma que indica (cópia em anexo). Por fim, esclarecemos que esta solicitação também foi encaminhada para o Ministério Público da Tutela Coletiva do Núcleo de Santo Antônio de Pádua para que possa ser realizado o acompanhamento do cumprimento da referida Lei. Aprovado. 04) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Ministério Público da Tutela Coletiva Núcleo Pádua - Considerando que os crimes contra a Administração Pública consistem em exigir para si ou para outrem vantagens indevidas fora de sua função, ou antes, de assumi-la, que a corrupção ativa (quando é oferecido a um funcionário público vantagens indevidas para a prática de determinados atos de ofício) passa a ter pena de 4 a 12 anos de reclusão, além de multa, sendo que a mesma punição passa a valer para a corrupção passiva (quando um funcionário público solicita ou recebe vantagens indevidas em razão da função que ocupa) - Projeto de Lei aprovado pelo Senado Federal dia 26/06/2013, vimos solicitar a este Ministério Público que averigue se vem sendo cumprindo o disposto na Lei Municipal Nº 1.387, de 11/06/2012, que Institui a Ficha Limpa Municipal na nomeação de Secretários, Diretores e Cargos Comissionados para a Administração Direta (Prefeitura e Câmara Municipal) e na Administração Indireta (autarquias, empresas públicas e de economia mista e fundações pública), no Município de Miracema na forma que indica (cópia anexo). Na oportunidade, aproveitamos para informar que foi encaminhado ofício de mesmo teor a Corregedoria do Município, para ciência e providencias. Aprovado. 05) Vereador

Fabrício de Sá Xavier - Ao Exmo. Governador Sérgio Cabral - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instituído, no Município de Miracema, o Programa Passe Livre para Estudantes que residem neste Município e que estejam matriculados em Instituição Regular de Ensino Médio, Fundamental ou Superior, bem como pertencentes ao grupo familiar com renda mensal de até 03 (três) salários mínimos. Aprovado. 06) Vereador Carlos Armando de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja construído um Estádio de Futebol no Distrito de Paraíso do Tobias. Deferido. 07) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Educação a fim de que envide esforços para solucionar os problemas de infraestrutura da Biblioteca Municipal de Miracema, tais como: a) revisão do Contrato do Programa Telecentro Comunitário (Inclusão Digital do Ministério das Comunicações); b) motivo pelo qual os 10 (dez) computadores instalados na Biblioteca estão sem utilização; c) necessidade de instalação de um telefone na Biblioteca; d) disponibilização de um técnico de informática para realizar a manutenção dos computadores; e) reforma no teto para solucionar os problemas das goteiras. Deferido. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva pediu para que fazer sua explicação pessoal, pois precisa se retirar da reunião por que possui um compromisso, o que foi concedido pelo Vereador Presidente. Acrescentou que em uma de suas primeiras falas como Vereador foi o pedido de paz, união e amizade entre os Vereadores, sendo que as divergências políticas sempre existirão, pois cada um pensa do seu jeito. Esclareceu que diante dos acontecimentos da última reunião, percebeu que sem muita oração a convivência entre os Vereadores pode ficar muito difícil, pois não é do seu perfil, como homem, abraçar as pessoas e depois, por trás, tentar prejudicá-las. Disse que quando tiver alguma dúvida em relação a algum Vereador vai buscar conversar com ele para resolver o problema, pois é importante manter a paz e a união. Acrescentou que na reunião anterior foi levantado um assunto de forma maliciosa, sendo que foi buscar informações sobre o assunto e ficou sabendo que seu irmão Genivan foi cedido ao Município de Miracema, sem ônus para a Prefeitura, sendo que foi citado que ele tinha sido cedido para a Prefeitura como se estivesse precisando de algum cargo. Esclareceu que o Genilson também está trabalhando na Prefeitura por causa de sua competência. Disse, ainda, que foi eleito pela oposição e não possui nenhum

comprometimento com o atual governo, assim ficou muito chateado com o que aconteceu e está esclarecendo a situação para todos os Vereadores. Afirmou que procurou o Sr. Prefeito Municipal para saber a real situação de seu irmão e foi informado que ele está cedido para a Prefeitura Municipal sem ônus para os cofres públicos. Concluindo, pediu licença da reunião, pois possui um compromisso. O Vereador Presidente Hugo Fernandes pediu para Vereador Carlos Amando de Azevedo ocupar a Segunda Secretaria. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrita a Sra. Hélia para falar sobre o FUNDEB. Com a palavra a Sra. Hélia, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que está aqui hoje com a Presidente do Conselho do FUNDEB, sendo que veio acompanhada de mais alguns representantes. Esclareceu que está comparecendo na Câmara Municipal, pois ficou que foi dito que ela possui impedimentos para ser a Presidente do FUNDEB, sendo que na verdade não existe nenhum impedimento legal para que ela exerça a Presidência do FUNDEB. Acrescentou que já se reuniu com o Conselho do FUNDEB e comunicou sua vontade de sair do referido, sendo que já procurou o Sindicato dos Servidores Públicos para informar que será feito uma nova eleição, esclarecendo que o FUNDEB passou por diversos problemas. Disse, novamente, que não possui nenhum impedimento ilegal para exercer a Presidência do FUNDEB. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que possui o conhecimento que a Sra. Hélia tem um cunhado que exerce o cargo de Secretário Municipal. A Sra. Hélia esclareceu que já está separada há dois anos, sendo que nunca foi casada legalmente. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que não sabia que a Sra. Hélia estava separada, sendo que tinha chegado ao seu conhecimento que ela era cunhada de um Secretário Municipal. A Sra. Hélia disse que não é cunhada de nenhum Secretário Municipal, sendo que ainda não houve uma nova composição do Conselho do FUNDEB por que ele não foi registrado pela gestão passada. Esclareceu que é representante do Sindicato dos Servidores, pois foi escolhida pelos professores, sendo que o Presidente do Sindicato sabe sua real situação. Acrescentou que antes de ser cunhada de algum Secretário é funcionária, assim sempre lutou pelo bom funcionamento do FUNDEB, esclarecendo que, desde janeiro, organizou toda a folha de pagamento das pessoas que recebem pelo FUNDEB. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se a Sra. Hélia sabe dizer algo sobre o pronunciamento da

Presidente Dilma, onde foi informado que os professores teriam 8% de aumento através da verba enviada para o FUNDEB. A Sra. Hélia respondeu que o recurso do FUNDEB só poderá ser informado exatamente no final do ano, pois a verba oscila durante os meses. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se chegou algum documento em relação a este aumento. A Sra. Hélia esclareceu que até o momento não possui nenhum documento sobre este assunto. Acrescentou que até o mês de agosto será regularizado a situação de todos os funcionários que recebem pelo FUNDEB em relação a progressão, promoção e tempo de serviço. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que leu no diário oficial do Estado que os professores teriam um aumento de 8%, perguntando se existe alguma possibilidade do Conselho do FUNDEB solicitar um esclarecimento do Ministro da Educação para saber se Miracema recebeu ou não este aumento. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que já encaminhou um requerimento ao Ministro da Educação pedindo esta informação. O Vereador Hugo Fernandes perguntou sobre o retorno do pagamento da produtividade dos professores. A Sra. Hélia esclareceu que os professores ainda estão com a esperança de receber a produtividade neste mês, com uma folha de pagamento suplementar, sendo que a produtividade não será paga nos mesmos moldes, pois anteriormente era baseada na porcentagem dos salários, e atualmente será estipulado um valor fixo para o pagamento da produtividade. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que, após o recesso parlamentar, fará um estudo sobre o pagamento de A.T.S. e de progressão, pois acredita que eles deveriam ser feitos automaticamente, sem precisar que o servidor precise ficar fazendo requerimento. O Vereador Fabrício de Sá Xavier sugeriu ao Presidente do Sindicato, presente na plateia, que converse com o Prefeito Municipal para que as gratificações referentes a triênio e quinquênio também sejam concedidas automaticamente, pois sua esposa já está esperando bastante tempo para receber seus direitos. A Sra. Hélia esclareceu que já conversou com o Sr. Prefeito Municipal pedindo para que a situação dos funcionários que recebem pelo FUNDEB seja acertada, pois a legislação não permite que o FUNDEB efetue o pagamento de retroativos, sendo que até agosto o Sr. Prefeito Municipal se comprometeu a regularizar esta situação. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que encaminhou um ofício ao Conselho do FUNDEB solicitando algumas informações, sendo que ainda não foi respondido, assim fez a leitura do

requerimento. A Sra. Hélia esclareceu que não possuem acesso a algumas informações pedidas no requerimento. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que ela poderia ter respondido isto, sendo que os Vereadores estão sendo impedidos de trabalhar por não terem acesso a algumas informações, sendo que foi sua esposa não foi bem atendida na Secretaria de Educação e nem pelo Sr. Prefeito Municipal, sendo penalizada por ser esposa de um Vereador. A Sra. Hélia esclareceu que está representando o Conselho do FUNDEB, acrescentando que vai providenciar a resposta do referido ofício. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que ontem a Câmara dos Deputados, ao analisar uma proposta da Presidente Dilma, de dar 100% dos royalties para a Área da Educação, decidiu dar 75% para a Área da Educação e 25% para a Área da Saúde. Dessa maneira, o Vereador disse que este fato vai acabar revertendo para o professor, sendo que parte deste dinheiro deveria ser destinada para a aquisição de ônibus para transportar os universitários. A Sra. Hélia esclareceu que a verba do FUNDEB não poderia ser investida em educação superior. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que no caso de parte deste dinheiro seja destinado para a Prefeitura com a obrigatoriedade de realizar investimentos na educação, ela poderia ser utilizada para sanar as deficiências da educação superior, pois a Associação de Estudantes e a UFF que funciona em Miracema estão passando por algumas dificuldades. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se o triênio e o quinquênio são concedidos de maneira automática. A Sra. Hélia esclareceu que a Lei determina que a concessão de triênio e quinquênio seja feita de forma automática, entretanto isto não acontece. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que os funcionários devem fazer o requerimento apenas para ficar dependente de favores dos governantes. A Sra. Hélia esclareceu que concorda com a fala do Vereador, sendo que está sendo feito um trabalho para que estes fatos sejam corrigidos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou um ofício ao Sr. Prefeito Municipal com a assinatura de todos os Vereadores requerendo que a partir de hoje a Progressão Funcional dos Professores fosse concedida de maneira automática. Deferido. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o funcionalismo público e os professores municipais são classes independentes e regidas por diferentes legislações. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo parabenizou a Sra. Hélia pela utilização da palavra, pois ela demonstrou

muita segurança nas respostas e nos seus esclarecimentos. A Sra. Hélia esclareceu que sempre vai lutar pelos professores e por seus salários, sendo que trabalha independente do governo, pois o governo passa e os funcionários continuam. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade agradeceu a Sra. Hélia pelos esclarecimentos, pois tinha ficado preocupada quando o Vereador João Siqueira Magalhães lhe falou sobre esta situação. A Sra. Hélia disse que hoje está na hora das pessoas buscarem fazer parte do FUNDEB. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares pediu para a Sra. lhe encaminhar a listagem dos professores que receberam de forma indevida. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrita também a jovem Larissa falar sobre a UFF. Com a palavra a Larissa, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que gostaria de realizar uma reunião particular com os Vereadores juntamente com todos os alunos da UFF para informar a real situação da UFF no Município de Miracema, acrescentando que mora no Município de Itaocara e vem de ônibus para estudar em Miracema. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou se ela sabe se a Prefeitura esta em dia ou não com o pagamento da UFF. Larissa disse que infelizmente a Prefeitura não vem realizando o pagamento em dia, sendo que está reunindo todas as informações para passar para os Vereadores, sendo que gostaria que os Vereadores agendassem uma visita a faculdade. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que possui a informação de que já existe uma data certa para a Faculdade deixar de funcionar, sendo que, inclusive, os professores já estão avisados. Larissa esclareceu que deseja reunir a documentação necessária para apresentar os problemas da UFF de maneira segura, acreditando que na próxima quinta-feira estará com o necessário em mãos. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que no próximo mês a Câmara Municipal estará em recesso, entretanto se compromete a marcar uma reunião para atender os estudantes da UFF. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que não podemos deixar Miracema regredir. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que já havia alertado sobre está situação, sendo que sempre possui um compromisso com a UFF, pois foi um dos responsáveis por trazê-la para o Município de Miracema, acreditando que devemos fazer uma mobilização para que a UFF não feche. Larissa esclareceu que a UFF está a Miracema a 20 anos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno sugeriu que fosse agendada uma data para que os Vereadores fossem na

UFF para conversar com os alunos, assim seria realizada uma reunião com todos os alunos. O Vereador Hugo Fernandes disse que a Câmara Municipal está a disposição para a realização da reunião, sendo que ficará aguardando o retorno dos estudantes. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Ratifica o Termo Aditivo ao Contrato de Consorcio Publico vigente do Consorcio Noroeste do qual o Município de Miracema é consorciado e da outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1435, de 27 de junho de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu, Prefeito Municipal de Miracema, no uso de minhas atribuições legais com a permissibilidade prevista na Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte lei: Art. 1º. - Fica ratificado, integralmente e sem reservas, o Termo Aditivo ao Contrato de Consorcio Publico que passou a se denominar CONSORCIO NOROESTE, do qual o Município de Miracema é consorciado, com vista a promover adequações e a consolidar as clausulas do Contrato de Consorcio nos termos do protocolo de intenções aprovado na Assembléia Geral de 07 de março de 2013, autorizando o ingresso do Estado do Rio de Janeiro e atendendo às exigências estabelecidas na legislação estadual, assim como fundido os CONSORCIOS NOROESTE 1 e NOROESTE 2 para constituir o CONSORCIO NOROESTE. § 1º - As adequações a que se refere o caput deste artigo serão consolidadas mediante a formalização de novo CONTRATO DE CONSORCIO PUBLICO, devidamente revisto, na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do seu Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficando, desde já, o Prefeito autorizado subscrevê-lo. § 2º - O Termo Aditivo, devidamente subscrito, passa a ter força de Lei a partir da vigência desta Lei. Art. 2º. - Fica o Prefeito autorizado a cumprir e a fazer cumprir o Termo Aditivo ao Contrato de Consorcio Publico vigente, inclusive as medidas de adequação a que se refere o § 1º, do artigo 1º, desta Lei. Art. 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de 01 de abril de 2013. Art. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, a Ferramenta de Declaração Eletrônica de Serviços - DES, e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1436, de 27 de junho de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu, Prefeito Municipal de

Miracema, no uso de minhas atribuições legais com a permissibilidade prevista na Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte lei: CAPÍTULO I - DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - Art. 1º. Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, conforme Modelo do Anexo I, denominada de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, emitida e armazenada eletronicamente em sistema próprio da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Miracema, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços. § 1º São obrigados à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e os prestadores de serviços inscritos no Cadastro econômico do Município de Miracema, ou com atividades econômicas no território do Município de Miracema, inclusive as sociedades empresárias que se constituam como microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional e os microempresários individuais, a partir da data a ser estabelecida por ato do chefe do poder executivo municipal. § 2º Ficam excluídos da obrigatoriedade de que trata o § 1º os seguintes contribuintes: I - contribuintes profissionais autônomos que tenham o recolhimento do ISSQN efetuado através de tributação fixa; II - contribuintes pessoas físicas optantes pelo Regime Tributário do Simples Nacional, qualificados como Microempreendedor Individual – MEI, quando prestarem serviços para pessoas físicas. § 3º A opção do prestador do serviço pelo regime do Simples Nacional não dispensa a emissão pelo contribuinte da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, exceto no caso do disposto no inciso II. § 4º A Secretaria Municipal de Fazenda poderá criar outras formas de controle, documentos e declarações eletrônicas, relativas à fiscalização dos contribuintes dispensados da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFS-e. Art. 2º. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e será emitida pela Internet no endereço eletrônico www.prefeituraMiracema.rj.gov.br, mediante utilização de senha e login fornecidos aos contribuintes durante o procedimento de cadastramento eletrônico, na forma regulamentada nesta Lei. Parágrafo único. Os tomadores de serviços devem confirmar a autenticidade da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e no endereço eletrônico www.prefeituraMiracema.rj.gov.br, podendo, em caso de falsidades ou inexatidões, ser corresponsáveis pelo crédito tributário nos termos da lei. Art. 3º. A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e conterá, entre outras, as seguintes características: I - itens de verificação e conferência dos dados constantes da referida nota, pelos tomadores

de serviços, que comprovem sua validade e autenticidade; II - registro automático das retenções obrigatórias dos responsáveis tributários; III - registro das retenções de tributos federais sob responsabilidade do contribuinte. Art. 4º. A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e emitida, deverá ser impressa em via única, a ser entregue ao tomador de serviços no ato de sua emissão, podendo ainda ser enviada por "e-mail" a este mediante solicitação. § 1º Antes de efetuado o pagamento, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS -e poderá ser cancelada ou substituída através do sistema, sob responsabilidade do contribuinte. § 2º Após o pagamento do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, o cancelamento ou substituição da NFS-e somente poderá ser realizado mediante processo administrativo, regularmente protocolado na Secretaria Municipal de Fazenda. Art. 5º. A Secretaria Municipal de Fazenda poderá autorizar, ainda, por regime especial, a emissão da Nota Fiscal Eletrônica Conjunta ISSQN/ICMS, para contribuintes do ICMS, mediante convênio com o Estado do Rio de Janeiro. Parágrafo único. Enquanto não for celebrado o convênio fica vedada a emissão de Nota Fiscal Eletrônica Conjunta ISSQN/ICMS. Art. 6º. O contribuinte, ao emitir a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, deverá fazê-lo para todos os serviços prestados, discriminando-os de forma individualizada. § 1º. Só poderão ser descritos vários serviços numa mesma Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, caso estejam relacionados a um único subitem da Lista, de mesma alíquota e para o mesmo tomador de serviço. § 2º. O contribuinte que não tenha emitido Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e em determinado mês, deverá declarar ausência de movimento econômico via sistema. Art. 7º. A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e conterá a identificação dos serviços em conformidade com os subitens da Lista de Serviços anexa a Lei Complementar Municipal N° 004 de 13 de Dezembro de 2005. Art. 8º. No caso de serviços de construção civil a Nota Fiscal de Serviço eletrônica deverá fazer vinculação a cada obra, consignando a identificação do destinatário, a descrição dos serviços e o endereço do canteiro de obras. Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo considera-se estabelecimento prestador os canteiros de construção, instalação ou montagem de estruturas, máquinas e equipamentos. Art. 9º. A identificação do tomador de serviços será feita através do número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, conforme cadastrado junto à Receita Federal do Brasil. Parágrafo único. A

Secretaria Municipal de Fazenda, poderá a seu critério, autorizar a emissão de Nota Fiscal de Serviço eletrônica - NFS-e sem identificação do tomador do serviço, conforme a atividade e volume de serviços prestados pelo contribuinte. Art. 10. Estão autorizados a emitir uma Nota Fiscal de Serviço eletrônica - NFS -e coletiva a cada fechamento diário, semanal ou mensal, cuja base de cálculo será o valor relativo ao total do movimento, conforme a periodicidade, autorizada previamente pela autoridade competente, quando utilizarem equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, ou qualquer outra forma de controle da prestação de serviços previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Fazenda, os prestadores de serviços com as atividades de: I - estacionamento; II - cinema; III - cartórios; IV - correios; V - permissionários de transporte coletivo de passageiros; VI - outras atividades, desde que expressamente autorizadas por ato do chefe do poder executivo municipal. Art. 11. Os valores totais dos serviços, das retenções, das deduções da base de cálculo do ISSQN, dos descontos, a alíquota e os casos de suspensão da exigibilidade do crédito tributário serão informados pelo próprio contribuinte, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correta descrição destes. Art. 12. Para realizar a escrituração da Nota Fiscal de Serviço eletrônica - NFS -e é obrigatório caracterizar a operação, conforme disposto nos incisos abaixo: I - tributada no Município; II - tributada fora do Município; III - imune ou isenta; IV - exigibilidade suspensa por procedimento administrativo; V - exigibilidade suspensa por decisão judicial. Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos III, IV e V deste artigo, deverá constar no corpo da NFS-e, no campo “descrição dos serviços”, o número do processo administrativo ou judicial relativo ao fato. Art. 13. Fica instituída a Nota Fiscal de Serviço eletrônica Avulsa - NFS-e Avulsa, que será emitida apenas através de processos eletrônicos e solicitada pelo próprio contribuinte ou seu procurador, na Secretaria Municipal de Fazenda. § 1º A Nota Fiscal Serviço eletrônica Avulsa, somente poderá ser concedida em caráter excepcional, aos contribuintes que exercerem atividade eventual e que a solicitarem mediante prévia análise da autoridade fazendária municipal. § 2º A Nota Fiscal Serviço eletrônica Avulsa, somente será gerada e emitida, após a comprovação do pagamento do imposto correspondente pelo requerente, através da rede arrecadadora credenciada. CAPÍTULO II - DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - Art. 14. O Recibo Provisório de Serviços - RPS é o documento a ser utilizado pelo contribuinte em caso de impedimento da

emissão on-line da Nota Fiscal de Serviço eletrônica - NFS-e, devendo ser substituído por esta, na forma e prazo fixados nesta Lei. §1º Todo RPS deverá conter de forma destacada em seu corpo a seguinte mensagem: "Este Recibo Provisório de Serviços – RPS – não tem validade como nota fiscal, devendo ser convertido em nota fiscal eletrônica até o 10º dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 05 do mês seguinte ao da prestação do serviço". §2º. O RPS poderá ser confeccionado em sistema próprio do contribuinte, sem prévia autorização, devendo, entretanto, conter um número de ordem crescente sequencial e todos os demais dados que permitam a sua substituição por uma NFS-e, conforme modelo no anexo II. §3º. O RPS será numerado, obrigatoriamente, em ordem crescente sequencial por série, iniciada a partir do número 01 (um). §4º. A NFS-e que substituir a RPS deverá ser enviada imediatamente ao tomador. §5º. A inobservância do parágrafo anterior acarretará sanções previstas na legislação em vigor. §6º O RPS terá validade de 12 meses a partir da sua aprovação. Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos III, IV e V do art. 12, deverá constar no corpo do RPS, no campo "descrição dos serviços", o número do processo administrativo ou judicial relativo ao fato. Art. 15. O RPS deve ser emitido em no mínimo 2 (duas) vias, devendo a 1ª (primeira) via ser entregue ao tomador de serviços e a 2ª (segunda) via ficar sob a guarda do contribuinte, à disposição do fisco, pelo prazo de 05 (cinco) anos. Parágrafo único. O contribuinte que fizer uso da emissão do RPS em formulário eletrônico, deverá manter os arquivos à disposição do Fisco pelo mesmo prazo descrito no caput. Art. 16. O RPS deverá ser substituído por Nota Fiscal de Serviço eletrônica - NFS-e até o 10º (décimo) dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao da prestação do serviço. § 1º O prazo previsto no caput deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do RPS, podendo ser prorrogado caso o vencimento ocorra em dia não - útil. § 2º A não conversão do RPS emitido em Nota Fiscal de Serviço eletrônica - NFS-e caracteriza a não emissão de nota fiscal, sujeitando o infrator às penalidades previstas na legislação em vigor. § 3º A substituição do RPS após o prazo previsto no caput caracteriza a emissão de documentos fiscais em desacordo com os requisitos regulamentares, sujeitando o infrator às penalidades previstas na legislação em vigor. Art. 17. O RPS emitido após o prazo de validade, sem conversão em NFS-e, danificado ou cancelado, deverá ser guardado pelo

contribuinte durante o prazo previsto na legislação tributária, para verificação pela administração tributária, sem prejuízo das penalidades cabíveis. CAPÍTULO III - DO CADASTRAMENTO ELETRÔNICO - Seção I - Do Prestador de Serviços Estabelecido no Município - Art. 18. O prestador de serviços estabelecido no Município receberá senhas de acesso ao Sistema de ISSQN para emissão das Notas Fiscais de Serviço eletrônicas, após efetivação da sua inscrição no Cadastro eletrônico de Contribuintes. Art. 19. A inscrição deve ser realizada na página do Município na internet, sendo posteriormente obrigatório à entrega dos seguintes documentos à Secretaria Municipal de Fazenda, situada na Avenida Deputado Luiz Fernando Linhares N° 131 – Centro - Miracema - RJ, CEP: 28.460.000, pessoalmente ou por via postal registrada: I - ficha de cadastro devidamente preenchida e assinada; II – cópia do contrato social e última alteração ou atos constitutivos; III – cópia do cartão do CNPJ e do CPF, se for o caso; IV – cópia do comprovante de endereço atualizado; V – cópia dos documentos pessoais de identificação dos sócios e diretores (CPF e RG); VI - cópia da última nota fiscal emitida pelo contribuinte; VII – cópia do Alvará. § 1º As informações prestadas pelo contribuinte necessárias para a efetivação da inscrição no Cadastro eletrônico de Contribuintes são de sua exclusiva responsabilidade, cabendo à autoridade fazendária municipal homologar ou não o cadastramento através do Sistema de ISSQN, no ambiente Web. § 2º Homologado o cadastramento pela autoridade fazendária, o Sistema de ISSQN enviará automaticamente e-mail ao contribuinte que conterá informações de identificação e senha para acesso via internet. § 3º Com a identificação e a senha, o contribuinte poderá acessar o Sistema de ISSQN e consultar, dentre outras informações, a lista de todas as Notas Fiscais eletrônicas por ele emitidas. Art. 20. O prestador de serviços estabelecido no Município, deverá realizar o cadastro eletrônico até dia 31 de agosto de 2013, podendo tal data, ser prorrogada por ato do chefe do poder executivo municipal. § 1º Estão obrigados a proceder ao cadastramento eletrônico de que trata o caput, os contribuintes prestadores de serviço e os responsáveis tributários de acordo com a legislação em vigor. § 2º O cadastramento eletrônico dos contribuintes enquadrados no regime de sociedade de profissionais, profissional autônomo estabelecido e Microempreendedor individual (MEI) será regulamentado em ato normativo específico da Secretaria Municipal de Fazenda. § 3º A falta de efetivação da inscrição no Cadastro Eletrônico

de Contribuintes no prazo estabelecido neste artigo, equipara-se à falta de entrega de informações econômico-fiscais de interesse da Administração Tributária para efeito de aplicação das penalidades previstas na legislação. Seção II - Do Prestador de Serviços Estabelecido Fora do Município - Art. 21. O prestador de serviços, pessoa jurídica, estabelecido fora do Município de Miracema, exceto o contribuinte optante pelo Regime Tributário do Simples Nacional qualificado como Microempreendedor Individual–MEI, deverá proceder ao cadastramento eletrônico, registrando os dados de sua empresa, e solicitar a aprovação da autoridade fazendária municipal, enviando os seguintes documentos para a Secretaria Municipal de Fazenda, situada na Avenida Deputado Luiz Fernando Linhares Nº 131 – Centro - Miracema – RJ, CEP: 28.460.000, pessoalmente ou por via postal registrada: I - ficha de cadastro devidamente preenchida e assinada; II – cópia do contrato social e última alteração ou atos constitutivos; III – cópia do cartão do CNPJ e do CPF, se for o caso; IV – cópia do comprovante de endereço atualizado; V – cópia dos documentos pessoais de identificação dos sócios e diretores (CPF e RG). § 1º A autoridade fazendária municipal, através do Sistema de ISSQN, no ambiente Web, e de acordo com a documentação encaminhada pelo contribuinte de fora do Município de Miracema, aprovará ou não a solicitação do cadastramento. § 2º Ocorrendo à aprovação do cadastramento pela autoridade fiscal, o Sistema de ISSQN enviará automaticamente e-mail ao prestador de serviços, contendo informações de identificação e senha para acesso via internet. § 3º Caso o cadastramento não tenha sido homologado pela autoridade fazendária, o e-mail conterá o motivo apontado pela autoridade fazendária para que sejam sanadas as irregularidades, com o reencaminhamento da solicitação na forma do § 1º. CAPÍTULO IV - DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - Art. 22. Fica instituída a Declaração Eletrônica de Serviços - DES, que deverá ser gerada e apresentada ao Fisco Municipal por meio de recursos e dispositivos eletrônicos disponíveis no sistema DES, instituído pela Secretaria Municipal de Fazenda. § 1º A DES destina-se à escrituração e registros mensais de todos os serviços prestados, tomados ou vinculados aos responsáveis tributários previstos em legislação tributária, acobertados ou não por documentos fiscais e sujeitos a incidência do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), devido ou não ao Município de Miracema. Art. 23. Ato do Poder Executivo do Município de Miracema

regulamentará a Declaração Eletrônica de Serviços - DES. CAPÍTULO V - DO PAGAMENTO E DO DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL – DAM - Art. 24. O recolhimento do ISSQN, próprio ou retido de terceiros, de que trata esta lei, deverá ser feito exclusivamente por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM (Anexo III), na rede arrecadadora credenciada, até o dia 15 (quinze) do mês imediatamente posterior ao da prestação de serviço, conforme art. 85 da lei 004/05. § 1º Não se aplica o disposto no caput às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, exceto quando houver previsão expressa na legislação de obrigatoriedade de recolhimento através de guia municipal. CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS - Art. 25. Somente poderá ser utilizado Emissor de Cupom Fiscal - ECF cujo modelo esteja homologado em caráter definitivo pelo Estado do Rio de Janeiro, obedecidos os requisitos de “hardware” e “software” estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ. Parágrafo único. O equipamento de que trata este artigo deverá estar programado com dados e elementos necessários ao controle do ISSQN e identificação do seu usuário no Município. Art. 26. Os regimes especiais de emissão, escrituração de documentos fiscais e de recolhimento do ISSQN existentes, deixam de ser aplicados a partir da obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica - NFS-e, salvo a concessão de novo regime especial relativo à Nota Fiscal de Serviços eletrônica - NFS-e. Art. 27. As Notas Fiscais de Serviços eletrônica - NFS-e emitidas, poderão ser consultadas pelo contribuinte em sistema próprio da Secretaria Municipal de Fazenda, até que tenha transcorrido o prazo de 05 (cinco) anos. Parágrafo único. Após transcorrido o prazo previsto no caput, a consulta às Notas Fiscais de Serviços eletrônica - NFS-e emitidas, somente poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético. Art. 28. Com a aprovação e a entrada em vigor da Nota Fiscal Eletrônica fica revogada da Lei Municipal Nº 780 de 16 de agosto de 1999, que dispõe sobre a padronização do Layout de impressão das Notas Fiscais de Serviços. Art. 29. Enquanto não houver a obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica - NFS-e, os contribuintes do ISSQN deverão recolher o imposto na forma da legislação em vigor e nos prazos estipulados no Calendário de Recolhimento dos Tributos Municipais. Art. 29. Fica autorizado a complementação

desta Lei por ato próprio do Poder Executivo Municipal, bem como os demais atos pertinentes à Secretaria Municipal de Fazenda para a sua regulamentação. Art. 30. Como a aprovação do presente Projeto, fica inalterado o percentual da alíquota do ISSQN. Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que infelizmente o Secretário Municipal de Obras e Urbanismo não tem respondidos seus ofícios, porém tem respondido os demais. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade lembrou que hoje é a última sessão antes do recesso, assim deseja a todos os Vereadores um bom recesso. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres desejou um bom recesso, esperando que em agosto todos voltem com suas forças renovadas. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que ficou feliz ao encontrar a verdade em relação as pendências relativas à Secretaria Municipal de Assistência Social durante a gestão anterior, sendo que ficou comprovado que as informações prestadas foram equivocadas, por isso o Prefeito Municipal foi induzido ao erro pela Secretaria Estadual. Acrescentou que as informações contidas no ofício enviado pelo Prefeito Municipal existem diversos equívocos ocasionados por erros no ofício enviado pela Secretaria Estadual, sendo que possui um novo ofício pedindo para que o anterior fosse desconsiderado. Disse ao Vereador Líder do Governo que nenhuma Secretaria faz licitações, existindo um órgão específico para fazê-las, por isso pede para que ele tente trazer alguma licitação irregular, realizada no governo passado, envolvendo a Secretaria Municipal de Assistência Social e caso ele consiga, pedirá desculpas pela discussão da reunião passada. Por fim, disse que possui documentos sobre os assuntos mencionados em plenário, pois quando um Vereador fala algo é preciso estar pautado em documentos, esclarecendo que desde o início do governo não consegue obter as respostas de seus requerimentos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que não é seu dever fiscalizar e buscar informações que são de interesse do Vereador João Siqueira Magalhães, sendo que tem sentido que algumas coisas estão sendo direcionados para a parte pessoal. Acrescentou que fica triste, pois está percebendo que alguns assuntos estão sendo utilizados para ofender os outros Vereadores, sendo que possui diversas indagações para fazer ao Vereador, citando algumas perguntas. Por fim, disse que os Vereadores deveriam esquecer as brigas

entre eles e buscar trabalhar em prol do Município. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que na vida existem dois tipos de ciúme, o do amor e o político, sendo que ficou feliz quando o Presidente desta Casa Legislativa lhe disse, na presença do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que ninguém fez um trabalho direcionado ao pobre tão bom quanto ele. Esclareceu que inclusive distribuiu 60 toneladas de feijão, sem nenhum tipo de custo para o Município, sendo que ele foi distribuído para as pessoas carentes sem nenhum tipo de distinção. Acrescentou que não está vendo nenhuma ação direcionada para as pessoas necessitadas, sendo que jamais vai denigrir a imagem de alguém, mas vai exercer sua vereança em sua plenitude. Por fim, informou que o Prefeito Municipal assinou o Decreto de Emergência de forma retroativa, sendo que em um dos considerando diz que o Sr. Prefeito só teve o conhecimento da situação financeira do Município no dia 30 de janeiro, assim, como um contrato poderia ter sido assinado no início do mês com a alegação que o Município estava em situação de emergência. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Luciana Magalhães pelo belíssimo serviço prestado como Secretária de Assistência de Social, sempre trabalhando com honra e dignidade. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães irão assinar esta Moção. Acrescentou que está perplexo com a situação, pois nunca antes no Município foi visto tanto equívoco e tanta falta de compromisso com a população, sendo que isto não vai acabar bem. Esclareceu que dizem que a memória do povo é curta, mas o atual Prefeito, quando era Vereador sempre vigiou o governo e se tivesse se deparado com a situação atual não teria ficado quieto. Disse que até o momento só foram criados cargos e mais cargos, sendo que alguns fornecedores não estão recebendo da Prefeitura Municipal. Por fim, esclareceu que a opinião pública não está apoiando os primeiros meses de governo, sendo que foram criados diversos cargos comissionados conforme é possível observar nas leis aprovadas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que foi lido um requerimento onde foi dito que os Vereadores receberão as respostas de seus requerimentos dentro do prazo legal e espera que isto aconteça. Acrescentou que o Município de Miracema está recebendo diversos frutos do trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O Vereador Hugo Fernandes entregou para os Vereadores a prestação de contas do mês de maio, acrescentando que os Vereadores Gilson Teixeira Sales, Carlos Armando de Azevedo,

Carlos Magno da Silva Peres e Fabrício de Sá Xavier ficarão de plantão durante o recesso do mês de julho de 2013. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 01/08/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 01 de agosto de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada a reunião de instalação do Segundo Período Legislativo de 2013, a de número trinta e dois da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência dos Vereadores Carlos Armando de Azevedo e João Siqueira Magalhães. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Tessalonicenses I, Capítulo 05, Versículo 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a Comemoração dos 10 Anos do Fórum "Rio de Janeiro presente e futuro", a ser realizado no dia 13 de agosto, das 09h às 12h30min; 02) Telegramas NºRef: 003749/MS/SNE/FNS, 003052/MS/SNE/FNS, 001076/MS/SNE/FNS, 001076/MS/SNE/FNS, 007868/MS/SNE/FNS, 006341/MS/SNE/FNS, 003033/MS/SNE/FNS, 005663/MS/SNE/FNS, 005244/MS/SNE/FNS, 007725/MS/SNE/FNS, 000333/MS/SNE/FNS, 001567/MS/SNE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Educação; 03) Comunicados Nº CM163270/2013, CM163269/2013, CM163271/2013, CM156994/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 04) Orçamento Brasil Fiscalize – Recursos do Orçamento da União pagos aso Municípios. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 05) Ofício nº 006/2013 do Gabinete do Vereador Maurício Sant'Ana Soares; 06) Ofício nº 1095/13 da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva/Núcleo Pádua, referente ao IC 063/13. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício nº 295-GAB do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 24/2013 que dispõe sobre o Pagamento de Débitos ou Obrigações do Município de Miracema, nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, decorrentes de Decisões Judiciais, considerados de Pequeno Valor (RPV); 08) Ofício PMM/GAB nº 297 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 025/2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 09) Ofício

ASSESUP nº 013/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 275/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 10) Ofício ASSESUP nº 014/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 354/2013; 11) Ofício ASSESUP nº 015/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 099/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 12) Ofício ASSESUP nº 016/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 0101/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 13) Ofício ASSESUP nº 018/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 0249/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 14) Ofício ASSESUP nº 019/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 229/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 15) Ofício ASSESUP nº 020/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 215/2013. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 16) Ofício ASSESUP nº 021/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 169/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 17) Ofício ASSESUP nº 022/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 320/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 18) Ofício ASSESUP nº 023/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 302/2013. Os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo e Gilson Teixeira Sales solicitaram cópia deste ofício; 19) Ofício ASSESUP nº 025/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 308/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 20) Ofício ASSESUP nº 025/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 153/2013. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou cópia deste ofício; 21) Ofício ASSESUP nº 026/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 298/2013; 22) Ofício ASSESUP nº 027/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 293/2013; 23) Ofício ASSESUP nº 027/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 313/2013. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou cópia deste ofício; 24) Ofício ASSESUP nº 029/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 342/2013. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou cópia deste ofício; 25) Ofício ASSESUP nº 030/2013 da Assessoria

Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 205/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 26) Ofício ASSESUP nº 031/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 365/2013. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 27) Ofício ASSESUP nº 032/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 248/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 28) Ofício ASSESUP nº 033/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 319/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 29) Ofício ASSESUP nº 034/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 132/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 30) Ofício ASSESUP nº 035/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 227/2013. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 31) Ofício ASSESUP nº 036/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 317/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 32) Ofício ASSESUP nº 037/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 106/2013. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou cópia deste ofício; 33) Ofício ASSESUP nº 038/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 270/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 34) Ofício ASSESUP nº 039/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 373/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 35) Ofício ASSESUP nº 040/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 363/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 36) Ofício ASSESUP nº 041/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 146/2013. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou cópia deste ofício; 37) Ofício ASSESUP nº 042/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 089/2013. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou cópia deste ofício; 38) Ofício ASSESUP nº 043/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 208/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 39) Ofício ASSESUP nº 044/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 117/2013. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier e Gilson Teixeira Sales solicitaram cópia deste ofício; 40) Ofício

ASSESUP nº 045/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 361/2013. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 41) Ofício ASSESUP nº 046/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 343/2013; 42) Ofício ASSESUP nº 047/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 278/2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 43) Ofício ASSESUP nº 048/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 327/2013. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou cópia deste ofício; 44) Ofício ASSESUP nº 049/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 426/2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a Corregedoria do Município deveria saber quem são as pessoas que estão impedidas de exercer cargo público; 45) Ofício ASSESUP nº 050/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 133/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 46) Ofício ASSESUP nº 051/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 338/2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 47) Ofício ASSESUP nº 052/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 422/2013. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou cópia deste ofício; 48) Ofício ASSESUP nº 053/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 301/2013. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou cópia deste ofício; 49) Ofício ASSESUP nº 054/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 329/2013; 50) Ofício ASSESUP nº 055/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 127/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 51) Ofício ASSESUP nº 056/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 279/2013. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício e esclareceu que já possui a cópia do Decreto, porém pediu uma cópia de todos os trâmites legais do Decreto, inclusive com o deferimento do Governador do Estado; 52) Ofício ASSESUP nº 057/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 395/2013. Os Vereadores Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 53) Ofício

ASSESUP nº 058/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 280/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício e esclareceu que as únicas informações presentes no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Miracema são os salários de seus servidores, faltando diversas informações importantes; 54) Ofício ASSESUP nº 059/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 398/2013. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 55) Ofício ASSESUP nº 060/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 417/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 56) Ofício PMM/SMOU nº 052/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 333/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 57) Ofício PMM/SMOU nº 055/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 132/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 58) Ofício PMM/SMOU nº 056/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 227/2013. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 59) Ofício PMM/SMOU nº 057/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 327/2013. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou cópia deste ofício; 60) Ofício PMM/SMOU nº 058/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 319/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 61) Ofício PMM/SMOU nº 059/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 317/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 62) Ofício PMM/SMOU nº 063/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 301/2013. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou cópia deste ofício; 63) Ofício nº 018/2013 do Sr. Auditor da CAPPS de Miracema referente ao ofício nº 439/2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 64) Ofício SEMMAM nº 059/2013 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente respondendo ofício nº 342/2013. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou cópia deste ofício; 65) Ofício SEMMAM nº 060/2013 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente respondendo ofício nº 321/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 66) Ofício PMM/SMAS nº 244/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando documentos. Os Vereadores Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Hugo Fernandes e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 67) Ofício PMM/SMAS nº 252/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando documentos. Os

Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Hugo Fernandes e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 68) Ofício PMM/GAB nº 183/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 104/2013; 69) Ofício PMM/GAB nº 318/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 099/2013. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Hugo Fernandes e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 70) Ofício nº 204/2013 PGM/PMM da Procuradoria Geral do Município encaminhando cópia do Termo de Ajuste de Consulta nº 76, referente a realização de Concurso Público. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Hugo Fernandes, Maurício Sant'Ana Soares, Paulo Sérgio de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 71) Ofício CT nº 3392013 do Conselho Tutelar de Miracema encaminhando documentos. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Hugo Fernandes, Maria José Marques Barros Andrade, Gilson Teixeira Sales e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 72) Ofício nº 65/2013/GAB-ANA da Agência Nacional de Águas respondendo ofício nº 331/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 73) Carta nº 164 / Atendimento Clientes Institucionais / 2013 da AMPLA respondendo ofício nº 322/2013. Os Vereadores Hugo Fernandes e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 74) Ofício nº 06/2013/CASG/CGARH/SPOA/SE-MDA do Ministério de Desenvolvimento Agrário respondendo ofício nº 259/2013. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 75) Ofício GCA – 01/2013 da Petrobrás Distribuidora S. A. respondendo ofício nº 149/2013; 76) Ofício nº 903 – GS/SAS da Secretaria de Atenção à Saúde respondendo ofício nº 218/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 77) Ofício GSE/SEOBRAS nº 1859/2013 da Secretaria de Estado de Obras respondendo ofício nº 364/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 78) Ofício DER-RJ/GAB nº 253/2013 do Departamento de Estradas e Rodagem do Rio de Janeiro respondendo ofício nº 029/2013; 79) Ofício DER-RJ/GAB nº 255/2013 do Departamento de Estradas e Rodagem do Rio de Janeiro respondendo ofício nº 192/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 80) Ofício nº 145/2013/ASPAR/GM/MDA do Ministério do Desenvolvimento Agrário respondendo ofício nº 259/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 81) Ofício PRESI-DETRAN-RJ nº 898 do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro respondendo ofício nº 28/2013. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 82) Ofício Circular nº 01/2013 da Liga Desportiva de Miracema-RJ solicitando a cessão do Plenário desta Casa Legislativa para o dia 16/08/2013, às 19h. Os Vereadores

Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo solicitaram cópia deste ofício; 83) Ofício nº 05/2013 da ONG Ação Pró-Animal encaminhado documentos. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Hugo Fernandes e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 84) Ofício nº 344/2013/PRM-Itaperuna do Ministério Público Federal referente a Peça de Informação nº 1.30.004.000092/2013-26. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Hugo Fernandes e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 85) Ofício PRS/SSE/CSO 20344/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). 86) Ofício nº 332/PMM/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando as Portarias nº. 355/2013 e 356/2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 87) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de janeiro de 2013; 88) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de fevereiro de 2013; 89) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de março de 2013; 90) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de abril de 2013; 91) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de maio de 2013; 92) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de junho de 2013. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Projeto referente à construção da barragem não está no Governo Federal, acreditando que o referido Projeto se encontra na Secretaria Estadual de Meio Ambiente. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a prestação de contas da Exposição Agropecuária de Miracema está sendo elaborada pelo escritório de contabilidade, acreditando que até o final deste mês ela estará concluída. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se o Vereador Carlos Armando de Azevedo encaminhou um ofício ao Presidente da Câmara solicitando seu afastamento. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a documentação em relação ao Vereador Carlos Armando de Azevedo está conforme o determinado pela Legislação. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu os Balancetes estão à disposição de todos os Vereadores. Pediu aos Vereadores para que comuniquem suas viagens em Plenário, indicando o dia e o destino. Acrescentou que os Vereadores devem procurar a Secretaria para indicar o nome dos pais homenageados na Sessão em comemoração ao dia dos pais, que será realizada no dia 12 (doze), e indicar o nome dos homenageados na Sessão solene no Distrito de Paraíso do Tobias, que será realizada no dia 15 (quinze). Esclareceu que todas as atas das reuniões estão a disposição dos Vereadores para serem assinadas. Por fim, lembrou que na segunda-feira os representantes da CAPPS e CAMEDS estarão presentes na reunião e que os Vereadores devem indicar as entidades que serão

beneficiadas com a subvenção social. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 05/08/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 05 de agosto de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número trinta e três, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gideão Duarte Gonçalves, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Antes de iniciar os trabalhos o Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que de acordo com o Artigo 11 do Regimento Interno da Casa, ia dar posse ao Suplente de Vereador Gideão Duarte Gonçalves, da Coligação Unidos por Miracema, na vaga decorrente do pedido de licença do Vereador Carlos Armando de Azevedo, para ocupar o cargo de Secretário Municipal. Na oportunidade pediu ao Vereador Gideão Duarte Gonçalves, que manifestasse o seu compromisso em conformidade com a Lei, nos seguintes termos: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as Leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem estar do seu povo". O Vereador Gideão Duarte Gonçalves respondeu "Assim o Prometo". O Vereador Gideão Duarte Gonçalves agradeceu primeiramente a Deus e, depois, a todos aqueles que tornaram este momento possível, pois fica muito orgulhoso de fazer parte deste grupo de Vereadores, sendo que já exerceu a vereança junto com os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Maurício Sant'Ana Soares. Por fim, esclareceu fará jus ao tempo em que exercer a Vereança. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 12, Versículos de 38 a 40. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício do Gabinete do Vereador Carlos Armando de Azevedo

comunicando sua licença do cargo de Vereador. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 02) Projeto de Lei que considera de Utilidade Pública a ONG Ação Pró-Animal, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 03) Projeto de Lei que Dispõe sobre a Implantação do Orçamento Participativo (OP) e do Conselho do Orçamento Participativo no Município – COP, e dá outras providências, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier; 04) Ofício PMM/SEFAZ nº 030/2013 da Secretaria Municipal de Fazenda respondendo ofício nº 0213/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 05) Ofício nº 2415/2013/CGFSE/DIGEF/FNDE/MEC do Ministério da Educação respondendo ofício nº 420/2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 06) Projeto de Resolução que Regulamenta a concessão de auxílio alimentação aos servidores ativos do Poder Legislativo de Miracema, de autoria da Mesa Diretora. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício PMM/GAB nº 337/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 28 que Altera dando Nova Redação ao § Único do Artigo 4º da Lei 1391/2012. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier e Paulo Sérgio de Azevedo solicitaram cópia deste ofício; 08) Ofício PMM/SEFAZ nº 045/2013 da Secretaria Municipal de Fazenda, convidando os Vereadores para uma reunião sobre a Lei Orçamentária atual e a nova Lei Orçamentária. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - À Ampla - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria na rede elétrica na Rua José Maria da Silva, tendo em vista que a fiação está fazendo barrigas, colocando em risco as crianças que brincam no local. Aprovado. 02) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja fornecido o material necessário para a construção de uma escadaria na Rua Francisco Poli, pois a referida é uma necessidade extrema dos moradores do loca. Ressaltamos que os moradores da localidade se prontificaram a realizar a construção da escadaria com a realização de mutirões, precisando apenas do material necessário. Deferido. 03) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Fernandes - Solicitação no sentido de que seja realizada a cessão do carro desta Casa Legislativa, para o dia 21 de agosto de 2013, com destino ao Rio de Janeiro, onde estarei reunido

com o Deputado Estadual Geraldo Pudim, na Assembleia Legislativa. Aprovado. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizada a recuperação da ponte de madeira (passarela), existente no final da Avenida Carvalho, que atende as pessoas que residem no Bairro Boa Vista, bem como os alunos que estudam no Colégio Sônia do Amaral Torres, sendo que eles estão correndo risco de vida ao usar a referida passagem. Deferido 05) Vereador Gideão Duarte Gonçalves e Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando que na época de seca há muitas queimadas no Município de Miracema e seus Distritos; Considerando que para atender a demanda é necessário o deslocamento da Equipe do Destacamento do Corpo de Bombeiros de Santo Antônio de Pádua; Considerando que devido o atendimento ser realizado através do deslocamento da Equipe do Corpo de Bombeiros de outro Município, e que cada minuto de espera para o atendimento mais se alastrará o foco de incêndio, podendo até tomar grandes proporções; Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de se construir junto a Secretaria Municipal de Defesa Civil, uma Brigada de Incêndios no Município de Miracema. Deferido. 06) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas à Secretaria Municipal de Assistência Social, no sentido de que envie apoio para disponibilizar um meio de transporte para que os alunos interno da junta de Missões Nacionais da CBB, dentre eles a administração do centro de formação Cristã de Miracema (CFC Pádua), localizado no km 05, da estrada Miracema Pádua – Zona Rural (divisa)-RJ, para que os referidos possam realizar tratamento dentário duas vezes por semana (terças e quintas-feiras) na Fundação Leão XIII. Deferido. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Diretor da AMPLA, Sr. José Américo Daher da Rocha - Solicitação no sentido de que seja realizado o afastamento e/ou o cabeamento da rede elétrica localizada em frente à obra do Sr. Paulo Roberto Botágio Júnior situada à Rua Santo Antônio nº 70, próximo a escadaria que dá acesso a Rua Cel. José Carlos Moreira. Ressaltamos que as fotos estão sendo encaminhadas em anexo. Aprovado. 08) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Gerente Regional da CEDAE, Sr. Geovane Freitas - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja construído um reservatório de água potável no Bairro Jardim Beverly, na parte alta do Município para solucionar o problema daquela localidade. Aprovado. 09)

Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas ao Setor Competente, no sentido de que seja realizada a construção de uma guarita no trevo da saída para o Distrito de Paraíso do Tobias, localizado na rodovia RJ 200, Cruzamento com a RJ 116, próximo a Usina, para proporcionar maior conforto aos munícipes que esperem condução naquele local, solucionando seus problemas. Outrossim, sabemos que o local é uma RJ, entretanto solicito que, junto à este Vereador, encontremos uma solução o mais rápido possível. Deferido. 10) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que sejam realizadas as seguintes ações para atender as necessidades da população do Bairro do Pontilhão do Rosa: a) instalação de redutores de velocidade; b) construção de uma área de lazer; c) realização de calçamento na Rua Pedro Santos; d) colocação de placas indicando os nomes das Ruas da Rodoviária para baixo; Ressaltamos que tais solicitações foi feita pela população durante a realização do Gabinete Itinerante naquela comunidade. Deferido. 11) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Saúde, no sentido de que seja realizada a seguinte ação para atender as necessidades da população do Bairro do Pontilhão do Rosa: a) construção de uma academia popular; Ressaltamos que tal solicitação foi feita pela população durante a realização do Gabinete Itinerante naquela comunidade. Deferido. 12) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a seguinte ação para atender as necessidades da população do Bairro do Pontilhão do Rosa: a) instalação de uma ouvidoria, na Prefeitura Municipal de Miracema, para ouvir elogios, reclamações e sugestões dos munícipes; Ressaltamos que tal solicitação foi feita pela população durante a realização do Gabinete Itinerante naquela comunidade. Deferido. 13) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizada a seguinte ação para atender as necessidades da população do Bairro do Bherto Barros: a) recapeamento do asfalto que está todo esburacado; Ressaltamos que tal solicitação foi feita pela população durante a realização do Gabinete Itinerante naquela comunidade. Deferido. 14) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no sentido de que sejam realizadas as

seguintes ações para atender as necessidades da população do Bairro do Bherto Barros: a) retirada dos entulhos do Bairro; b) colocação de 02 (dois) latões de lixo; Ressaltamos que tal solicitação foi feita pela população durante a realização do Gabinete Itinerante naquela comunidade. Deferido. 15) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a ampliação do Centro de Convivência, tendo em vista a necessidade de um salão maior para as danças e reuniões. Ressaltamos que tal solicitação foi feita pelos idosos frequentadores do Centro de Convivência. Deferido. 16) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a restauração da cobertura do ponto de ônibus localizado em frente ao Campo do América, no Bairro Caloi. Ressaltamos que o local é um dos pontos de ônibus mais utilizados em nosso Município e se encontra em estado lastimável. Deferido. 17) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão nas Leis 947/2002; 1.250/2009 e 1.329/2010, que institui o prêmio por produtividade aos funcionários da Saúde, em especial do Pronto Socorro Municipal. Ressaltamos que tal solicitação irá dignificar os Funcionários da Secretaria Municipal de Saúde e do Pronto Socorro Municipal. Deferido. 18) Vereador Hugo Fernandes - Ao Diretor da AMPLA, Sr. José Américo - Solicitação no sentido de que seja realizado um estudo no Bairro Bherto Barros, para a instalação de mais um transformador de energia, tendo em vista as constantes faltas de energia no Bairro. Ressaltamos que tal solicitação foi feita pela população durante a realização do Gabinete Itinerante naquela comunidade. Aprovado. 19) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Governador do Estado, Sérgio Cabral; Ao Sr. Presidente da ALERJ, Deputado Paulo Melo; Ao Sr. Líder do Governo, Deputado André Corrêa; Ao Sr. Secretário Estadual de Fazenda - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão na Lei 4.533 de abril de 2005, tendo em vista que essa Lei é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico do Norte e Noroeste Fluminense. Aprovado. 20) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Governador do Estado, Sérgio Cabral; Ao Sr. Presidente da ALERJ, Deputado Paulo Melo; Ao Sr. Líder do Governo, Deputado André Corrêa; À Chefe da Polícia Civil, Dra. Marta Rocha; Ao Deputado Estadual João Nacif; À Promotoria de Tutela Coletiva Núcleo – Santo Antônio de Pádua - Solicitação no sentido de que seja tomada a devida providência no Instituto Médico Legal (IML) de

Santo Antônio de Pádua, no que tange a realização da necropsia, pelo fato de diversas mortes ocorridas em Miracema no período das 20h em diante, as necropsias só estão sendo feitas pelos PLANTONISTAS no outro dia, pela manhã, causando constrangimento, revolta e desrespeito em diversas famílias e amigos, pela demora na liberação dos corpos. Dessa forma entendemos que falta pessoal de apoio. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao cumprimento do Convite realizado aos representantes da CAPPS/CAMEDS para que pudesse ser esclarecida a atual situação da Autarquia. Dessa maneira, o Vereador Presidente Hugo Fernandes convidou os Srs. José Francisco Sentinelli, Arnaldo José Franco Padilha e Hanry Felix El-Koury para ocuparem a Tribuna. O Dr. Hanry esclareceu que vai utilizar a palavra para representar a Diretoria da Caixa de Previdência, agradecendo os Vereadores pelo convite realizado, sendo que veio sanar quaisquer dúvidas levantadas em relação à CAPPS/CAMEDS. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou se, durante este ano de 2013, os valores de direito da CAPPS, parte patronal e parte de funcionário, estão repassados regularmente. O Dr. Hanry esclareceu que possui um cálculo atualizado referente ao ano de 2013, sendo que entre os meses de abril até julho, o total relativo às contribuições do FPP da parte patronal e da parte do servidor corresponde a R$ 893.000,00 (oitocentos e noventa e três mil reais). Esclareceu que R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) do valor anteriormente mencionado se refere à parte do servidor, ou seja, foi descontado dos contracheques dos servidores e não foi repassado para a Autarquia. Acrescentou que, também não foram repassados R$ 584.000,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil reais) referente à proporcionalidade dos salários dos aposentados que a Prefeitura Municipal deveria arcar. Em relação ao pagamento dos funcionários da Autarquia, que é obrigação da Prefeitura, não foram repassados R$ 52.439,00 (cinquenta e dois mil e quatrocentos e trinta e nove reais), assim, apenas referente à Caixa de Previdências, o total da dívida é de R$ 1.510.903,00 (um milhão, quinhentos e dez mil e novecentos e três reais) em apenas quatro meses. Continuou dizendo que em relação ao CAMEDS, o não repasse referente ao ano de 2013, até a presente data, chega ao valor de R$ 333.000,00 (trezentos e trinta e três mil reais), sendo que a parte do servidor também foi descontada e não foi repassada. Por fim, disse que o valor da dívida era maior, entretanto a Prefeitura Municipal repassou aproximadamente R$ 200.000,00 (duzentos

mil reais) referente à contribuição do FUNDEB. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno pediu esclarecimento sobre as dívidas anteriores do FPP e da CAMEDS. O Dr. Hanry esclareceu que a dívida da gestão anterior em relação ao FPP é de R$ 1.846.000,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil reais) e em relação a CAMEDS é de R$ 337.000,00 (trezentos e trinta e sete mil reais), sendo que estes valores são objetos de ações judiciais que estão tramitando na Comarca de Miracema. Acrescentou que, em relação à folha de pagamento dos servidores da Autarquia, também existe um débito, oriundo da gestão anterior, de R$ 707.000,00 (setecentos e sete mil reais). O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou se houve alguma proposta da gestão anterior em parcelar os débitos. O Dr. Hanry respondeu que sim, entretanto, salvo engano, o Projeto de Lei que autorizava o parcelamento não foi concluído. O Vereador Gutemberg Medeiros esclareceu que a Câmara de Vereadores do governo passado autorizou o Sr. Prefeito, através da aprovação de um Projeto de Lei, a parcelar a dívida da Prefeitura com a CAPPS/CAMEDS, porém a dívida parcelada é referente ao ano de 1996 e não as mencionadas, assim, perguntou qual é o montante da dívida de 1996. O Dr. Hanry esclareceu que o valor total da dívida de 1996 é de aproximadamente R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sendo que o Secretario de Fazenda atual possui uma projeção, com a dívida corrigida, que indica o valor total de aproximadamente R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou se existe alguma dívida com a CAPPS/CAMEDS em relação aos anos de 1997 a 2003 e 2004 a 2008. O Dr. Hanry respondeu que não existe nenhum débito referente a estes períodos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que nós estamos falando do Município de Miracema, assim, de acordo com o Princípio da Continuidade o Município deveria ter pagado a dívida referente ao ano de 1996. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que as gestões que sucederam o ano de 1996 deveriam ter pago a dívida, uma vez que, por causa da lacuna deixada, os juros não seriam tão exorbitantes. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que no ano de 1997, quando se tronou Prefeito Municipal, se deparou com a dívida do ano de 1996, entretanto não a pagou porque ela estava tramitando em juízo, sendo que o Tribunal de Contas estava avaliando quem deveria pagar, a Prefeitura ou o Ex-Prefeito pessoalmente, sendo que recebeu um documento do Tribunal de Contas do Estado avaliando esta dívida em

aproximadamente R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), já com as devidas correções monetárias. Acrescentou que a CAPPS tem como função garantir a aposentadoria dos funcionários, sendo que, na época, foi feito um acordo com a CAPPS referente a quantidade de funcionários, pois eles só passaram a contribuir com a CAPPS a partir do ano de 1993, dessa forma a Prefeitura Municipal arcaria com parte da aposentadoria dos funcionários admitidos antes de 1993. Esclareceu que a CAMEDS também foi um convênio realizado com a Prefeitura Municipal, sendo que os funcionários não são obrigados a possuir este plano de saúde. Ocorre que com a falta de repasse dos recursos, pode chegar um momento em que a CAMEDS não terá condições de arcar com a assistência médica, sendo que o dinheiro da CAPPS não pode se misturar com o dinheiro da CAMEDS. Dessa forma, esclareceu que o problema da CAPPS pode até aguardar um pouco, mas o da CAMEDS não, pois a assistência médica é cara e seus recursos podem acabar. Por fim, disse que foi esclarecido um problema gravíssimo que vem ocorrendo no Município de Miracema, por isso pede ao Sr. Líder do Governo para conversar com o Sr. Prefeito Municipal, pois a Câmara já autorizou o parcelamento e pagamento da dívida com a CAMEDS, faltando apenas o Sr. Prefeito Municipal ajustar os termos do acordo, sendo que a Prefeitura de Miracema fica impossibilitada de receber recursos do Governo Federal. Concluindo, esclareceu que os Vereadores estão incumbidos de conversar com o Prefeito Municipal para regularizar este problema. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou qual é o saldo atual da CAPPS e da CAMEDS. O Dr. Hanry esclareceu que a CAPPS possui, aplicado, R$ 18.781.000,00 (dezoito milhões, setecentos e oitenta e um mil reais) e a CAMEDS possui R$ 582.000,00 (quinhentos e oitenta e dois mil reais). O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que o CAMEDS foi uma das melhores coisas que já aconteceu para o servidor municipal, entretanto vai se prender apenas aos valores referentes à CAPPS, pois na época em que foi Presidente da CAPPS/CAMEDS, durante os anos de 2006/2007, fez a cobrança da dívida ao Prefeito Municipal e não logrou êxito em receber as referidas. Esclareceu que a Câmara Municipal precisa de intervir junto ao Poder Executivo e junto a Direção da CAPPS para que seja estabelecido um denominador comum, pois a Lei que autoriza o parcelamento do débito já foi votada e aprovada, sendo que é preciso ajustar os termos do parcelamento. Acrescentou que os únicos prejudicados

por causa desta situação são os servidores Municipais, acreditando que atualmente os problemas precisam ser resolvidos e não ficarmos procurando culpados. Informou que vai pedir a reabertura da CPI ocorrida na gestão passada, sendo que ela foi realizada para investigar as dívidas da Prefeitura com a CAPPS/CAMEDS. Por fim, esclareceu que se for necessário, pode ser encaminhada um novo Projeto de Lei para a Câmara Municipal, para que esta situação seja resolvida da melhor maneira possível. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se o Vereador Gideão Duarte Gonçalves sabe informar se o dinheiro que foi descontado dos servidores está depositado. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que a atual gestão vem encontrando algumas dificuldades, por isso acabou deixando de repassar estes valores, mas acredita que estes valores têm de ser repassados e vem buscando a atual resolução deste problema, encontrando uma boa vontade da atual gestão em resolver os problemas. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a situação é muito embaraçada, uma vez que por um lado existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, onde é exigido que o gestor cumpra seus compromissos e por outro existe o Princípio da Continuidade, onde as dívidas de podem ser transmitidas entre as gestões. Esclareceu que, ao ouvir todas as pessoas hoje, ficou está perplexo com a situação, pois não entende como os gestores recolhem dinheiro dos funcionários e não repassam devidamente. Esclareceu que não tem nada contra o Prefeito e nem contra o Ex-Prefeito, entretanto os débitos possuem valores muito altos. Dessa forma, fica triste ao ver a situação de Miracema, sendo que o Município não tem nenhuma perspectiva de futuro e que, atualmente, temos de recorrer aos Municípios vizinhos para atender algumas necessidades. O Vereador Hugo Fernandes pediu para os Vereadores se aterem ao assunto da CAPPS/CAMEDS, pois os problemas são muito maiores do que os Vereadores imaginam, acreditando que eles deveriam ser resolvidos. Continuando, o Vereador pediu informações sobre o prédio em que a CAPPS/CAMEDS funciona, pois acredita que possui um valor que a Prefeitura deveria repassar e perguntou se eles sabem por que a gestão do governo anterior deixou uma ação ser julgada revelia. O Dr. Hanry disse que a Direção da CAPPS/CAMEDS foi convidada para participar de uma reunião no dia 10 de julho, na Casa da Cultura, onde foram levantados diversos assuntos, tais como a CAPPS e a CAMEDS estavam falindo e que o prédio estava indo a leilão. Acredita que naquela ocasião era o

momento propício para começar um diálogo para que os problemas pudessem ser resolvidos de forma amigável. Esclareceu que as irregularidades apontadas pelo Auditor da CAPPS na reunião eram todas sanáveis. Entretanto, de acordo com seu entendimento pessoal, o Sr. Prefeito Municipal acabou sendo infeliz, pois antes de ouvir as explicações da Direção da Caixa de Previdência, utilizou a palavra, fazendo um juízo equivocado da Diretoria da CAPPS, e disse que iria afastar a Direção da CAPPS, intervindo na Caixa de Previdência. Informou que a CAPPS foi convidada na véspera da reunião e não recebeu a pauta da reunião, assim acabou não levando a documentação necessária para contraditar o que estava sendo dito. Esclareceu que a partir daquele momento foram espalhados diversos comentários maldosos em relação à Direção da CAPPS. Acrescentou que a Direção da CAPPS sempre se colocou a disposição para prestar quaisquer tipos de esclarecimentos e que os papéis acabaram sendo invertidos, pois o devedor (Município de Miracema) quis fazer uma intervenção no credor (CAPPS/CAMEDS). Disse que o Poder Executivo quer fazer uma tomada de contas com as pessoas de sua confiança, assim não vai existir nenhuma imparcialidade. Afirmou que a Caixa de Previdência não é contra a realização da auditoria, entretanto é contra a auditoria ser realizada por pessoas de confiança do Poder Executivo. Por fim, esclareceu que o prédio onde funciona a CAPPS/CAMEDS não será leiloado, sendo que foi feita uma auditoria no ano de 2010 e nesta auditoria foi apurado que no período de 2005 a 2008 houve um gasto superior aos 2% (dois por cento) permitidos por Lei. Assim a auditoria apurou que os valores que ultrapassaram os 2% (dois por cento) deveriam ser ressarcidos pelo Município de Miracema, pois o prédio é um patrimônio do Município. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se foi por causa da perda de prazo que a gestão anterior ficou devendo estes valores. O Sr. Hanry concluiu que, de acordo com seu entendimento, não existe nenhuma possibilidade do prédio ir a leilão, sendo que o débito ultrapassou os 2% (dois por cento) e o Município de Miracema, com a perda do prazo, foi condenado a repor este valor aos cofres da Previdência. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se foi feito alguma comunicação para a Prefeitura sobre esta situação. O Dr. Hanry esclareceu que os mesmos ofícios encaminhados a gestão anterior foram encaminhados para a gestão atual. Acreditando que foi encaminhado um ofício comunicando a situação do prédio. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se foi feita alguma comunicação ao

Ministério Público. O Dr. Hanry disse que sim, esclarecendo que inclusive foi dito na reunião que a Diretoria da CAPPS denunciou o Sr. Prefeito, entretanto, foi feita uma comunicação em relação ao Município de Miracema e não uma denúncia. Acrescentou que em momento algum o governo atual foi mencionado no ofício. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se esta comunicação já tinha sido feita no governo anterior. O Dr. Hanry disse que existem algumas ações ajuizadas, por isso não foram feitas notificações ao Ministério Público, esclarecendo que a CAPPS/CAMEDS pode até admitir o não repasse da parte patronal, mas não admite o não repasse das verbas descontadas dos servidores, pois isto é verba específica e não pode ser utilizada para outros fins. Acrescentou que o afastamento da Diretoria da CAPPS/CAMEDS deve ser realizado com fundamentação, acreditando que somente a Justiça resolverá esta situação. O Vereador Hugo Fernandes pediu para que seja explicada a situação dos cargos comissionados da CAPPS/CAMEDS, informando quantos que existem e a maneira que eles foram criados. O Dr. Hanry esclareceu que os cargos da Caixa de Previdência não foram regulamentados por lei específica, acrescentando que os cargos estão sendo ocupados através de nomeações e as gratificações não são de valores elevados. Esclareceu que estas nomeações são feitas desde o ano de 2009 e em momento algum existiu uma notificação por parte do Sr. Auditor da CAPPS, dizendo que estes cargos eram ilegais ou que as gratificações eram irregulares, sendo que a Técnica de Controle Interno também não disse que as gratificações eram irregulares. Continuando, disse que no mês de abril deste ano esta notificação foi feita pelo Sr. Auditor, esclarecendo que esta situação será regularizada. Acredita que se existe alguma irregularidade nestes pagamentos tanto o Auditor, quanto o Técnico de Controle Interno deveriam ter notificado sobre isto. Por fim, disse que seria muito fácil o Presidente da CAPPS cancelar as gratificações, mas de acordo com seu entendimento os cargos com responsabilidades deveriam ser exercidos com o recebimento de gratificações. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou qual era a frenquência das reuniões do Conselho Fiscal, esclarecendo que eles também possuem suas responsabilidades, acreditando que as reuniões deveriam ser realizadas frequentemente e que gostaria de receber as cópias das atas destas reuniões. Também perguntou se o Sr. Prefeito Municipal demonstrou intenção de parcelar a atual dívida da Prefeitura com a CAPPS/CAMEDS. O Dr. Hanry disse que

não, sendo que a Direção da CAPPS tentou parcelar esta dívida, entretanto não houve resposta dos ofícios encaminhados. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que é preciso chegar a uma resolução para este problema, pois do contrário nós ficaremos quatro anos apenas discutindo. O Sr. Arnaldo sugeriu que fosse marcada uma reunião com a Diretoria da CAPPS, com o Sr. Prefeito Municipal e com os Vereadores para que esta situação possa ser resolvida. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que vai propor esta reunião para o Sr. Prefeito Municipal, acreditando que é preciso achar uma solução para os problemas. O Dr. Hanry disse que a posição da Diretoria da CAPPS sempre foi esta, entretanto o Sr. Prefeito Municipal foi infeliz ao utilizar as palavras na reunião realizada, pois disse que ia fazer uma intervenção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que o assunto atual da população de Miracema é a CAPPS/CAMEDS e quem acaba se prejudicando é o Município de Miracema. O Sr. José Francisco disse que Direção da CAPPS possui a intenção de resolver os problemas, sendo que sempre trabalhou tentando evitar atritos com o Prefeito Municipal. Esclareceu que a Direção da CAPPS está à disposição para a realização de qualquer tipo de reunião, acrescentando que a CAPPS e CAMEDS são muito importantes para os servidores. Disse que ficou bastante chateado com a dimensão que os problemas estão tomando, esclarecendo que já pediu a ajuda da Câmara Municipal para resolver alguns problemas, sendo que não foi dado nenhum tipo de solução. Acrescentou que a CAPPS/CAMEDS já ingressou na justiça contra a Administração Municipal e contra a Câmara de Vereadores, mas nunca fez alarde com estas situações sempre buscando resolver os problemas da melhor maneira possível. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que esta Casa Legislativa vai lutar a favor dos funcionários, acreditando que uma boa conversa pode solucionar este problema. O Sr. José Francisco disse que precisa da verba referente ao CAMEDS, pois precisa dela para manter os planos de saúde dos funcionários. O Vereador João Siqueira Magalhães pediu licença da reunião, pois não está se sentindo muito bem, devido a sua recente operação. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva entendeu que existe uma dívida desde 1996, que não foi paga por ninguém, acreditando que este é o momento de ser tomada a iniciativa para resolver este problema. O Dr. Hanry afirmou que a Direção Caixa de Previdência está à disposição para resolver os problemas. Continuando com o tempo destinado ao cumprimento do Convite realizado aos

representantes da CAPPS/CAMEDS, o Vereador Presidente Hugo Fernandes convidou os Sr. Jorge Luiz de Oliveira Daibes, Auditor da Caixa de Previdências para ocupar a Tribuna e fazer suas explicações. Com a palavra, o Sr. Jorge Daibes, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que a auditoria é uma atividade complexa e muitas vezes não compreendida pelas autoridades, sendo que o papel do auditor é verificar falhas e irregularidade que possam ocorrer durante a gestão. Esclareceu que os alertas vêm sendo dados desde que ele começou a trabalhar na CAPPS, ou seja, desde o ano de 2006. Acrescentou que a auditoria em relação à construção do prédio foi feita e a situação foi denunciada ao Ministério Público, sendo que na aquisição do imóvel deveria ser especificada sua finalidade ocupação ou investimento. Dessa forma, a aquisição do imóvel foi feita com a taxa de administração, de forma indevida. Assim, o Ministério Público determinou que o dinheiro fosse devolvido ao Fundo de Pensões. Logo, atualmente a CAPPS possui um imóvel, sendo que a CAMEDS também o utiliza sem o pagamento do devido aluguel. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se os comerciantes que alugam as salas pagam devidamente seus aluguéis. O Sr. Jorge Daibes esclareceu que deu um parecer opinando que os aluguéis não possuem nenhum tipo de rito processual, pois a CAPPS não possui um Controle Interno e nenhum dos Processos passa pela Auditoria. Acrescentou que o Tribunal de Contas do Estado esteve recentemente na CAPPS e não fez contato com a Auditoria e não buscou informações da Auditoria. A seguir, passou a fazer uma apresentação sobre a legislação que regulamenta a CAPPS/CAMEDS. Esclareceu que o artigo 20 do Estatuto da CAPPS dispõe sobre as atribuições do Presidente da CAPPS, sendo que em um dos incisos diz que para assinar os contratos e convênios é preciso ouvir previamente o Conselho Fiscal, acrescentando que sempre vem fazendo os alertas em relação a estes assuntos. Disse que de acordo com o Estatuto o Conselho Fiscal deve homologar os atos de concessão de benefícios, entanto todos os atos não possuem homologação do Conselho, assim o Tribunal de Contas pode anular todos os atos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que estamos percebendo um pouco de descaso do Conselho Fiscal, pois ele deveria estar trabalhando de maneira mais atuante. O Sr. Jorge Daibes esclareceu que a responsabilidade, em primeiro lugar, é sempre do Prefeito Municipal, sendo que já o alertou sobre as irregularidades. Esclareceu que a Prestação de

Contas de 2010 foi julgada irregular pelo Tribunal de Contas do Estado, indicando os pontos irregulares e acrescentando que não pode lidar apenas com palavras, pois sempre possui documentos para provar o que fala, sendo que sempre notifica as autoridades sobre as irregularidades. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se existe uma notificação ao Ministério Público informando que a CAPPS não atende suas solicitações. O Sr. Jorge Daibes informou que existe uma denúncia formal feita ao Ex-Prefeito Carlos Roberto, protocolada no Ministério Público em 09/10/2006. O Vereador Hugo Fernandes fez esta pergunta por que lhe causa estranheza os fatos que ocorrem na CAPPS não passarem pelas mãos do Sr. Jorge, Auditor da Autarquia. O Sr. Jorge Daibes esclareceu que este relatório foi encaminhado a todos os órgãos responsáveis, esclarecendo que a conclusão do relatório do TCE foi o pedido de aplicação de multa ao Presidente da CAPPS e ao Prefeito Municipal. Explicou que no início a contribuição previdenciária era de 8% (oito por cento) e os cálculos atuariais são feitos através de uma matemática complexa. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves perguntou se o Sr. Jorge Daibes possui o conhecimento da existência da Lei nº 1.288/2009 que trata sobre os cálculos atuariais. O Sr. Jorge Daibes esclareceu que os Auditores devem certificar as contas e quando algo não passa por ele, não pode ter a certeza que a conta seja verdadeira. O Vereador Hugo Fernandes perguntou até quando a Caixa de Previdências consegue autossustentável com a atual situação. O Sr. Jorge Daibes esclareceu que existem projeções onde a Caixa de Previdências aguentaria até o ano de 2017, mas não sabe se estas projeções estão corretas, sendo que não contesta o trabalho feito, mas contesta suas bases de dados, esclarecendo que a matemática destes cálculos é muito complexa. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu disse que o Sr. Adriano Daibes foi convidado para intermediar o acordo entre a CAPPS e a Prefeitura Municipal, sendo que o Conselho Fiscal deve ser sempre consultado. O Sr. Jorge Daibes disse que possui a notificação nº. 01 de 2012, datada de 05 de janeiro de 2012, onde foram mencionados alguns problemas, sendo que na época não tinha nenhum problema com isonomia e com a sua esposa. Acrescentou que a CAPPS não cumpre o rito contábil que a Lei determina, sendo que os aluguéis não são regulares, pois não possuem a assinatura do Prefeito Municipal. Por fim, disse que a resolução destes problemas não é fácil. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que é preciso pedir muitas

autorizações ao Conselho Fiscal da CAPPS durante gestão da CAPPS. O Sr. Jorge Daibes explicou que nunca foi contra o plano de saúde da CAMEDS, entretanto, apesar dele ter nascido de iniciativa pública, traz características de plano de saúde privado, acreditando que ele não possui porte financeiro para arcar com operações de grande porte, existindo riscos para o Prefeito Municipal, pois o gestor pode ser punido. Acrescentou que a questão da Auditoria é muito problemática, pois os auditores são levados ao público para mostrar documentos, sendo que um auditor deve dar alertas para que os problemas sejam resolvidos. O Vereador Hugo Fernandes pediu explicações sobre as questões das isonomias concedidas aos gestores da CAPPS/CAMEDS. O Sr. Jorge Daibes esclareceu que este não é um problema apenas de Miracema, sendo que a isonomia é um direito presente na Constituição e os gestores municipais vêm concedendo a isonomia. Esclareceu que do ponto de vista legal isto não é um problema, pois existe previsão legal, entretanto a gestão da CAPPS recebeu, de uma única vez, o pagamento de retroativo de isonomia, correspondendo a um valor de aproximadamente R$ 100.000,00 (cem mil reais), pago em 2011, sendo que o Assessor Jurídico recebeu aproximadamente R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Por fim, esclareceu que não está discutindo questões legais e sim morais. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a isonomia deveria ser concedida a todos os servidores e não a apenas alguns. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que durante sua gestão como Presidente da CAPPS recebeu uma gratificação no valor de CC2 e, no ano de 2009 descobriu que os gestores passaram a receber o valor de CC1. Assim, fez um pedido requerendo o pagamento da diferença e seu requerimento foi deferido e somente recebeu esta diferença porque seus sucessores passaram a receber um valor maios. O Sr. Jorge Daibes disse que existem diversos processos não passam por ele, esclarecendo que é o Auditor mais antigo e está recebendo um valor menor do que os outros funcionários. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves perguntou se foi feito um impacto orçamentário dos cargos da CAPPS/CAMEDS. O Sr. Jorge Daibes esclareceu que não fez nenhum cálculo nesse sentido, sendo que realizou diversas notificações sobre os problemas já mencionados. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou sobre a reunião ocorrida em abril deste ano. O Sr. Jorge Daibes esclareceu que estabeleceu um protocolo, assim, em primeiro lugar, faz a notificação para o Presidente da CAPPS,

sendo que realizou diversas notificações para os atuais gestores e que a denúncia nasceu em 29 de abril de 2013. Por fim, disse que sempre vem atuando junto ao Município de Miracema e vem sempre estudando os processos municipais, pois possui a intenção de ajudar o Município e agradeceu a oportunidade de prestar seus esclarecimentos. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que esta Casa Legislativa vai tentar resolver estes problemas. O Sr. Jorge Daibes esclareceu que seu dever é auxiliar os gestores da CAPPS/CAMEDS e sempre busca exercer seu papel. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes nomeou o Vereador Gideão Duarte Gonçalves para fazer parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e o Vereador Gilson Teixeira Sales para fazer parte da Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio, Obras e Serviços Públicos, ambas as nomeações em substituição ao Ex-Vereador Carlos Armando de Azevedo. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que da nome de Antônio Calor a uma Rua desta Cidade. Autoria: Vereador Carlos Magno da Silva Peres. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1437, de 05 de agosto de 2013. O Prefeito Municipal de Miracema, Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica denominada, Antônio Calor, a Rua situada no Bairro Jardim Beverly, paralela a RJ 200, com início na Rua Francisco Amaral Barreto, via Palma - MG a esquerda, nesta cidade. Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **02)** Projeto de Lei que dá nova redação à Lei Municipal nº 1436, de 27 de junho de 2013. Autoria: Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1438, de 05 de agosto de 2013. O Prefeito Municipal de Miracema, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o art .81 da lei Orgânica Municipal, propõe nova redação à Lei Municipal Nº 1.436 de 27 de junho de 2013, que passará a ter a seguinte alteração, que a Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu, sanciono com a seguinte e nova redação: CAPÍTULO I - DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - Art. 1º. O artigo 7º da Lei Municipal Nº 1.436, de 27 de junho de 2013, passará a vigorar com a seguinte alteração: Art. 7º: A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e conterá a identificação dos serviços em conformidade com os subitens da Lista de Serviços anexa a Lei Complementar Municipal N° 1.028 de 15 de Dezembro de 2003 e suas posteriores

alterações. Art. 2º. O artigo 24 da Lei Municipal Nº 1.436, de 27 de junho de 2013, passará a vigorar com a seguinte alteração: Art. 24: O recolhimento do ISSQN, próprio ou retido de terceiros, de que trata esta lei, deverá ser feito exclusivamente por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM (Anexo III), na rede arrecadadora credenciada, até o dia 15 (quinze) do mês imediatamente posterior ao da prestação dos serviços, conforme dispõe o Decreto Executivo Nº 12 de 05 de dezembro de 1973 e suas posteriores alterações. Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Pesar para: 01) a Sra. Alcione Felicíssimo e demais familiares, pelo falecimento do Sr. José João Felicíssimo; 02) os familiares do Sr. Manuel Cândido, em virtude de seu falecimento; 03) o Sr. Carlos Gemino e demais familiares, em virtude do falecimento do Sr. Elias Gemino; 04) o Sr. Caetano Gemino e demais familiares, em virtude do falecimento do Sr. Elias Gemino. Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para: 01) o Diretor Municipal de Cultura, Sr. Eduardo Fíngolo Tostes, pela organização da Conferência Municipal de Cultura; 02) a Secretária Municipal de Educação, Sra. Ana Maria Veiga Guimarães, pela organização da Conferência Municipal de Educação; 03) a Banda 07 de Setembro por ter sido semifinalista no Concurso de Música Estadual. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 08/08/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 08 de agosto de 2013.

_____

_____

_____

_____

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número trinta e quatro, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gideão Duarte Gonçalves, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Mateus, Capítulo 15, Versículos de 21 à 28. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício ASSESUP nº 069/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 449/2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 02) Ofício ASSESUP nº 068/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 411/2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício ASSESUP nº 066/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 004/2013; 04) Ofício ASSESUP nº 067/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 0405/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 05) Ofício ASSESUP nº 065/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 002/2013. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício ASSESUP nº 064/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 0412/2013; 07) Ofício ASSESUP nº 063/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 0413/2013; 08) Ofício ASSESUP nº 070/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 0451/2013; 09)

Ofício ASSESUP nº 061/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 0415/2013. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 10) Ofício ASSESUP nº 062/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal de Miracema respondendo ofício n° 0414/2013. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 11) Ofício PMM/SMOU nº 067/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0418/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 12) Agradecimento do Sr. José Carlos Gonçalves Cruz pela Moção de Aplausos recebida; 13) Ata da Reunião dos Grupos Folclóricos de Miracema, realizada no dia 03 de agosto de 2013. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Gideão Duarte Gonçalves e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 14) Ofício PMM/GAB nº 0340/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 023/2013 que estabelece adequações da Legislação Municipal relativa ao Conselho Tutelar à Lei Federal nº 12.696/2012 e dá outras providências. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a gratificação dos Conselheiros Tutelares será modificada; 15) Ofício PMM/GAB nº 30/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal; 16) Ofício PMM/GAB nº 27/2013 encaminhando Projeto de Lei nº 27/2013 que autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 17) Requerimento da Sra. Janilda Nascimento Corrêa solicitando informações; 18) Projeto de Lei que Regulamenta e denomina como Rua José Homem da Costa, uma via pública no 2º Distrito, de autoria da Mesa Diretora; 19) Ofício nº 342/2013-GAB do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 29/2013 que Dispõe sobre a Criação de Vagas para Preenchimento de Cargos de Provimento Efetivo do Município de Miracema. Os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Fernandes - Solicitação no sentido de que seja realizado o desarquivamento da CPI em relação à CAPPS/CAMEDS, que foi iniciada na legislatura que nos antecedeu, sendo que não houve tempo suficiente para a conclusão dos trabalhos. Dessa

maneira, é preciso que seja realizado o desarquivamento da referida para que seus trabalhos possam ser concluídos. Esclareceu que ficou estarrecido com as palavras do advogado e do auditor da CAPPS, pois as situações que vem ocorrendo com a Autarquia são muito graves, sendo que a CPI iniciada no governo passado já contém alguns fatos constatados. Acrescentou que o Sr. Auditor da CAPPS deve ser convocado para prestar os esclarecimentos feitos no Plenário para a CPI, assim ela poderá chegar a sua conclusão e seu resultado será encaminhado para as autoridades responsáveis. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que na Sessão Anterior o Vereador Gideão Duarte Gonçalves já havia feito esta solicitação, sendo que não tinha colocado em votação por que a Sessão se estendeu demais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o próprio Vereador Gideão Duarte Gonçalves já prestou depoimento na CPI, como Ex-Presidente da CAPPS/CAMEDS. O Vereador Hugo Fernandes colocou em votação o desarquivamento da CPI. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se esta CPI foi iniciada na legislatura na passada para apurar as irregularidades ocorridas daquele período. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que a CPI foi iniciada a o pedido do Vereador Sérgio Terra de Souza Rocha, acrescentando que a Vereadora Nedi El Kik Damasceno trabalhou incansavelmente para a conclusão dos trabalhos. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que ficou perplexo na reunião passada, sendo que inclusive a CPI poderia ser estendida até a presente data. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Sr. José Francisco e o Sr. Arnaldo relutaram um pouco em prestar seus depoimentos, acrescentando que os Vereadores podem ler os documentos adquiridos até o momento. Em votação, o desarquivamento da Comissão Parlamentar de Inquérito foi aprovado por unanimidade. O Vereador Hugo Fernandes informou que os Vereadores serão oficiados para apresentarem os representantes dos Partidos para fazerem parte da CPI e, daqui a pouco irá falar sobre a CPI sobre a gestão de 2009/2012, esclarecendo que irá indicar seus representantes, pois não até o momento somente os Vereadores do PMDB manifestaram seu desejo de não participar da CPI, pois faziam parte do governo, sendo que os demais Vereadores não se manifestaram. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que gostaria de participar da CPI da CAPPS/CAMEDS. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vista à Secretaria

Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que envide esforços a fim de que seja construído um muro de contenção na Rua João Gouveia Souto na parte alta, Bairro: Centro, no Município de Miracema. Deferido. 03) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Exmo. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Miracema, Sr. Luiz Otávio Barion Heckmaier - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de agraciar a Biblioteca Municipal Julieta Damasceno, com a destinação de livros oriundos de penas de transações penais. Aprovado. 04) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma reforma na Capela Mortuária São Francisco de Assis, tais como: a) construção de uma mesa de concreto para apoio das urnas; b) colocação de cortinas nas portas onde ficam os corpos, evitando desconforto aos familiares durante a arrumação dos mesmos já que a arrumação sempre é feita na própria Capela, pelos profissionais da funerária; c) reforma nos bancos de ardósia, pois no inverno, devido ao frio, principalmente durante a noite, os bancos ficam muitos desconfortáveis para os familiares que velam seus entes queridos. Deferido. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Ilmo. Comandante do 36º Batalhão da Polícia Militar de Santo Antônio de Pádua - Solicitação no sentido de que seja prestada informações relativas as Operações de Trânsito que vem ocorrendo no Município de Miracema, uma vez que a população vem questionando no que tange aos Veículos públicos Municipais e Estaduais que se encontram em desacordo com as regulamentações do Código de Trânsito Brasileiro (sem placas, sem lacres, com supostos débitos de IPVA/Taxas/Seguros) transportando servidores em carrocerias aberta, pois os mesmos não estão sendo abordados pelos órgãos competentes. Segue fotos em anexo. Em votação, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno aprovou o requerimento. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que não tem a certeza se os veículos estão com seus IPVA's pagos, por isso vai se abster de votar, até fazer uma análise melhor sobre este assunto. A Vereadora Maria José Marques Barros de Andrade concorda com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo e também se absteve de votar. Os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva aprovaram o requerimento. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que é preciso fazer o levantamento sobre o pagamento do IPVA, pois se ele já

tiver pago é preciso chamar a atenção dos responsáveis pela manutenção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que, caso os IPVA's dos veículos estejam atrasados, é preciso fazer um levantamento sobre quanto tempo eles estão atrasados. 06) Vereador Gideão Duarte Gonçalves e Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Presidente do DER, Dr. Henriques - Solicitação no sentido de que seja realizado o recapeamento do acostamento da RJ 116, iniciando na Constrular e terminando na AABB ou em Venda das Flores, tendo em vista que o referido trecho é utilizado por várias pessoas para a realização de caminhadas. Aprovado. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Exmo. Senador da República, Lindbergh Faria - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja doada para o Município de Miracema uma patrulha mecanizada para atender as demandas de nosso Município. Destacamos que a economia do Município de Miracema é essencialmente agrícola e que V. Exa. vem se empenhando em atender os Municípios do interior voltados para a agricultura no Estado do Rio de Janeiro. Aprovado. Antes de passar ao tempo destinado à Tribuna Livre, o Sr. Presidente perguntou se algum Vereador se habilita a participar da CPI referente a 2009/2012. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Gilson Teixeira Sales e Carlos Magno da Silva Peres disseram que se habilitam para participar da CPI. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se algum Vereador se habilita a participar da CPI referente a CAPPS/CAMEDS. O PMDB indicou o Vereador João Siqueira Magalhães para participar da CPI, o PV indicou o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno e, por fim, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo se habilitou para participar da CPI. Concluindo, o Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que estes Vereadores devem se reunir para decidir quem será o Presidente, o Relator e o Vogal da CPI, para que assim possam ser dado início aos trabalhos. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Paulo Rogério da Silva para falar sobre Cultura. Com a palavra, o Sr. Rogério, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que a sigla IPHAN, significa Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional, que é um órgão que cuida dos bens patrimoniais do Brasil. Acrescentou que poderia ter convidado diversas pessoas para vir na Câmara Municipal, mas não o fez, pois veio falar para os Vereadores e com os Vereadores. Disse que, como agente cultural, vem realizando diversos trabalhos no Município de Miracema nesta área. Informou que atualmente, é Vice-

Presidente da Associação Folclórica de Miracema, Presidente Fundador de uma Associação Senzala Caxambu de Miracema, faz parte da Equipe Coordenação de um Projeto sobre o Jongo. Acrescentou que ontem foi eleito, pela segunda vez consecutiva, Delegado de Assistência Social do Município de Miracema, sendo que sempre visita diversas capitais representando Miracema. Esclareceu que dentro do Município não está se sentindo muito valorizado, pois sempre são procurados para representar a cultura de forma voluntária nas escolas, no carnaval e em outros eventos, entretanto quando a Associação reivindica espaço para assistir as reuniões do Conselho Municipal de Cultura, não é atendida, sendo que quando pede o Centro Cultural emprestado para realizar reuniões, também não é atendida. Disse que quando busca transporte para representar Miracema em outros Municípios também não é atendido, esclarecendo que esteve em março, em Salvador, por isso fez um ofício em 29 de fevereiro à Prefeitura Municipal solicitando auxílio e a resposta foi a de que eles não eram habilitados para receber ajuda, sendo que possui regularmente todos os documentos desde 1996, quando assumiu o Grupo de Caxambu. Acrescentou que tinha passagem área e transporte para ir e se locomover em Salvador, faltando apenas uma hospedagem, esclarecendo que foi para Salvador mostrar seu trabalho e a cultura de Miracema. Disse que o Secretário de Fazenda alegou que eles não são documentados, mas esqueceu de que a Associação possui R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para receber da Prefeitura Municipal, o que poderia ajudar na sua hospedagem. Esclareceu que além de alimentação e transporte recebeu um cache, assim conseguiu arcar com os custos da hospedagem, sendo que um amigo também tinha lhe ajudado. Informou que no documento lido não foi mostrado tudo o que está acontecendo com Grupo Cultural em Miracema, tampouco foi demonstrada toda sua indignação. Acrescentou que trabalha com diversos jovens e não possui um espaço apropriado para trabalhar, por isso solicita uma ajuda para realizar uma obra no terreno adquirido pelo seu Grupo para poder conseguir trabalhar melhor. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se já existe algum procedimento transformando a instituição em utilidade pública. O Sr. Rogério disse que não, mas que veio falar da Associação Folclórica e não apenas em relação ao seu Grupo, sendo que sua instituição possui todos os documentos necessários. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que vem acompanhando a Associação Folclórica por muito

tempo, assim sabe que a indignação do Sr. Rogério tem razão e fundamento. Esclareceu que no Carnaval ficou acordado que o Poder Público auxiliaria a Associação Folclórica em algumas situações e eles, em contra partida, ajudariam na organização do Carnaval. Acrescentou que o atual Secretário de Fazenda já disse que o pagamento seria realizado quatro vezes, entretanto isto não aconteceu. Informou que a Associação Folclórica já foi transformada em utilidade pública e já foi responsável pelos cinco últimos carnavais miracemenses. Disse que a indignação da Associação Folclórica é correta, possuindo inclusive uma parcela de culpa, pois intermediou alguns acordos e eles não foram cumpridos, esclarecendo que a Associação auxiliou na organização do Carnaval e o Poder Público não está fazendo sua contrapartida. Continuando, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de que envide esforços a fim de que a Associação Folclórica de Miracema, através de seus representantes, possa participar da Conferência Municipal da Cultura, possuindo o direito a uma cadeira. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que sempre lutou para que a Associação Folclórica pudesse utilizar o espaço da Casa da Cultura, sendo que a Associação é composta por pessoas humildes, comprometidas e trabalhadoras. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou quando o terreno da Associação foi adquirido. O Sr. Rogério esclareceu que ele foi adquirido no ano de 2005. Dessa forma, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares fez um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de que seja inserido no Orçamento para 2014, uma rubrica destinando verba para a construção de uma Sede para a Associação Folclórica do Município de Miracema. Deferido. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Orçamento e o Plano Plurianual serão realizados de maneira participativa, juntamente com os Vereadores, assim que será feita uma reunião com os Vereadores para que eles manifestem suas prioridades. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que o folclore está muito bem representado no Município de Miracema e hoje, na parte da tarde, foi realizada uma reunião muito boa e as dificuldades financeiras do Município ficaram bem claras, entendendo que o Poder Executivo está buscando uma forma de interagir com a Câmara Municipal. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que a Associação Folclórica precisa de uma cadeira no Conselho da Cultura e que no

passado houve um problema com uma pessoa conhecida como Paulinho Corredor, que representava o Município de Miracema, sendo que os Vereadores o ajudaram financeiramente algumas vezes. Acrescentou que por conta das duas reuniões de hoje, esta e a ocorrida no Cube XV, também vai fazer um pedido para que seja concedido transporte para pessoas que precisam visitar seus parentes que estão presos e também vai pedir o auxílio de transporte para as pessoas físicas que representam o Município de Miracema na área da cultura. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que já inclusive foi multado por conceder auxílio ao Sr. Paulinho, pois o Tribunal de contas alega que a Prefeitura não pode conceder auxílio a pessoas físicas, sendo que o auxílio só pode ser concedido a Pessoas Jurídicas. Acrescentou que a verba para o Sr. Rogério ir a Salvador deveria ser destinada para a Associação, pois ela é uma Pessoa Jurídica, sendo que a Associação utilizaria a verba e prestaria as contas da referida. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que, infelizmente, o Tribunal de Contas obriga as Associações a utilizarem o dinheiro de forma irregular para depois ser buscada uma regularização, uma vez que as Associações são impedidas de utilizar verbas de maneira individualizada, tais como em viagens e em hospedagens de pessoas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que esta questão deve ser estudada melhor, sendo que pode ser feito um Projeto para que a Associação Senzala Caxambu de Miracema seja considerada utilidade pública, pois somente a Associação Folclórica é ume entidade pública. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que o Sr. Rogério pode providenciar os documentos de sua Associação que os Vereadores terão o prazer de fazer um Projeto de Lei para considerá-la Utilidade Pública. Por fim, o Sr. Rogério disse que o Conselho Municipal de Cultura é paritário, com a participação da sociedade civil e do governo, entretanto não se sente representado pelas pessoas, pois quando ele busca informações devidas, as pessoas dizem que não podem falar sobre o assunto. Esclareceu que desde o ano de 2005, a Prefeitura Municipal concede transporte para a realização da viagem a Muqui, entretanto este ano isto ainda não aconteceu. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença do Sr. Rogério e continuou com o tempo destinado à Tribuna Livre, convidando a Sra. Joelma para fazer parte o uso da Palavra. Com a palavra, a Sra. Joelma, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que no ano de 2012 foi a ONG Centro

de Recuperação Mãos Que Ajudam foi devidamente regularizada, sendo considerada Utilidade Pública. Continuando, informou que a ONG auxilia os dependentes químicos miracemenses, sendo que até a data de hoje não foi recebida a subvenção referente ao ano passado e todos os trabalhos da ONG estão sendo realizados com apenas um salário mínimo. Esclareceu que no mês de abril foi encaminhado a esta Casa Legislativa um abaixo assinado com diversas assinaturas colhidas pelo falecido Adilson Dutra, sendo que diversas vezes, ela e seu genro foram atrás dele ajudar com cobertores, sempre na medida do possível, pois não possui uma renda muito grande. Acrescentou que este abaixo assinado foi pedindo um local para trabalhar, esclarecendo que procurou o Sr. Prefeito Municipal e alguns Vereadores para que fosse conseguido algum tipo de ajuda, sendo que eles precisam pagar uma Van para realizar uma viajem ao Rio de Janeiro, pagar algumas camisas que estão sendo confeccionadas e não estão recebendo nenhum tipo de auxílio financeiro. Continuando, disse que o Sr. Prefeito Municipal lhe disse para procurar um local e ao encontrá-lo entrar em contato com ele, assim, encontrou o Colégio Jatobá desativado, sendo que a resposta do Secretário, foi no sentido de que o local não poderia ser emprestado o Colégio, pois seria realizado um trabalho de experimento de plantas e filetagem ali. Esclareceu que o trabalho que a ONG vem fazendo é social e está auxiliando o Município de Miracema, sentindo que as plantas e os peixes se tornaram mais importantes do que este trabalho. Acrescentou que, infelizmente, o Sr. Adilson veio a falecer, entretanto ele deixou uma história no Município de Miracema. Disse que, inclusive, pensou em desistir do trabalho, mas não o fez, sendo que começou a realizar um trabalho o Roberto que, atualmente, vem morando no segundo banco da rodoviária. Esclareceu que o Roberto não tinha nenhum tipo de documentos, por isso foi na Escola onde ele tinha estudado e, depois de um tempo, alguns documentos do Roberto foram encontrados neste Colégio e foi descoberto que ele é um professor. Por fim, pediu para os Vereadores olharem o trabalho realizado com a ONG com muito amor e carinho, pois eles estão precisando de uma casa para alojar o Roberto e continuar ajudando as pessoas. Esclareceu que a ONG possui aproximadamente R$ 11.000,00 (onze mil reais) para receber da Prefeitura Municipal. O Vereador Hugo Fernandes perguntou qual o ano que a ONG foi criada. A Sra. Joelma esclareceu que conseguiu o CNPJ da ONG em setembro de 2012. O Vereador Paulo Sérgio de

Azevedo esclareceu que existe uma Lei que estabelece que para que uma ONG possa se tornar utilidade Pública, ela deveria ter no mínimo dois anos com o CNPJ. Assim, existem situações em que o Ex-Prefeito pode ser multado por ter concedido subvenções a algumas entidades que não cumpriram este requisito. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acredita que este prazo diz respeito a receber subvenções por parte do Estado. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa está fazendo uma pesquisa sobre este assunto, parecendo que a Constituição prevê um prazo de três anos para que a ONG possa começar a receber subvenções, sendo que o estudo ainda não foi concluído. Por outro lado, informou que a Câmara Municipal aprovou uma Lei considerando a ONG Centro de Recuperação Mãos Que Ajudam uma Utilidade Pública. Esclareceu que fez um requerimento ao Secretário de Fazenda solicitando a listagem das entidades que estão regulares e aptas para receberem subvenção. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que quando foi Prefeito Municipal, sua Secretária de Promoção Social tinha a incumbência de identificar todos os mendigos de Miracema, para depois tentar localizar suas famílias, sendo que conseguiu ajudar algumas pessoas. Dessa forma, acredita que cabe a Secretaria de Promoção Social identificar e procurara a família destas pessoas. Acrescentou que a ONG mencionada realiza um trabalho que possui um agravante, pois a entidade trabalha com as pessoas dependentes químicas. Esclareceu que a primeira pessoa que deve dar atenção para este problema é o Secretário de Promoção Social, pois é esta Secretaria que deve encontrar uma solução para este problema, assim sugere que a Sra. Joelma procure o Secretário de Assistência Social e converse com ele sobre este assunto, pois após ouvir tudo o que foi explicado hoje, ele poderia ajudar a solucionar estes problemas. A Sra. Joelma esclareceu que já esteve com o Secretário de Promoção Social, entretanto acrescentou que não está falando de política e não quer criticar ninguém, pois apenas deseja que os problemas da ONG sejam resolvidos. Acrescentou que o Sr. Prefeito Municipal possui a ciência de tudo o que está sendo feito, sendo que ele deseja criar um centro de recuperação na cidade, esclarecendo que sentiu a necessidade de comparecer na Câmara de Vereadores para pedir algum tipo ajuda, pois precisa ir com uma Van ao Rio de Janeiro, no dia 28. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou sobre a situação das camisas. A Sra. Joelma

esclareceu que as camisas serão feitas na Sra. Vilma, sendo que são 50 (cinquenta) camisas, no preço de R$ 20,00 (vinte reais) cada, totalizando R$ 1.000,00 (um mil reais). O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno falou que vai pagar pessoalmente as camisas confeccionadas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que vai colaborar com a entidade e percebe que este trabalho é muito importante, sendo que a Secretaria de Promoção Social deveria estar resolvendo estes problemas. Dessa forma, pediu ao Líder do Governo para intervir junto ao Poder Executivo para que esta subvenção seja paga, mesmo que seja de maneira parcelada. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que sempre conviveu com o Pastor Jucá, antes dele ser Secretário, e sua Igreja fazia um trabalho chamado "Cristolândia", onde as pessoas com dependência química são ajudadas. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que vai ajudar a ONG, acrescentado que de repente pode auxiliar no pagamento da Van. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que teve a oportunidade de visitar a "Cristolândia" e, no Brasil, 80% (oitenta por cento) das pessoas que conseguem se recuperar é por causa da Palavra do Senhor. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que também está a disposição da Sra. Joelma e ficou comovido com suas palavras, entendendo que a prioridade da ONG é a obtenção de um local. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a Sra. Joelma pelas palavras, deixando a Câmara de Vereadores a sua disposição. A seguir, o Vereador Hugo nomeou o Vereador Carlos Magno da Silva Peres para compor a Comissão de Turismo e Cultura, em substituição ao Vereador Carlos Armando de Azevedo, alterando sua composição, dessa maneira a Comissão ficou composta da seguinte maneira: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo (Presidente), Maurício Sant'Ana Soares (Vice-Presidente) e Carlos Magno da Silva Peres (Membro). Também os Vereadores das Solenidades em Comemoração ao Dia dos Pais e ao Aniversário do Distrito de Paraíso do Tobias. Esclareceu que depois confirmará o horário da Sessão em Paraíso do Tobias. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, em conjunto com o Vereador Hugo Fernandes, solicitaram Moção de Aplausos para os padres: Antônio, Alfredo, Olavo, José e Monsenhor Mateus, os parabenizando pela passagem do Dia do Padre, em 04 de agosto. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para: 01) a Loja Aos

Rei dos Barateiros, pelos seus 70 anos de existência; 02) ao Prefeito Municipal de Santo Antônio de Pádua pela brilhante festa realizada no aniversário do Município; 03) ao Secretário Municipal de Turismo de Santo Antônio de Pádua pela brilhante festa realizada no aniversário do Município; Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos a Sra. Rosemary Estevam Cristiano pela dedicação na realização de seu trabalho, sendo que ela trabalha o dia inteiro na limpeza da Rua Marechal Floriano. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que recebeu várias respostas de seus requerimentos, entretanto uma lhe chamou a atenção. Acrescentou que fez uma solicitação ao Sr. Prefeito Municipal pedindo cópia do decreto que declarou situação emergencial em algumas áreas do Município, bem como algumas outras informações, sendo que conseguiu a cópia do decreto de outra maneira. Acrescentou que solicitou cópia do procedimento de aquisição dos kits escolares, distribuídos no início do ano, bem como a cópia do procedimento de aquisição da merenda escolar e de outros procedimentos. Dessa forma passou a ler a resposta encaminhada pelo Sr. Prefeito Municipal, onde resumidamente é dito que não foi sonegado acesso aos documentos a nenhum Vereador, entretanto aduz que seu pedido não tem fundamentação legal, sendo que em anexo consta uma cópia de uma solicitação do Sr. Juedyr Orsay, na época em que era Vice-Prefeito, parecida com seu requerimento, e a resposta do Prefeito na época, Sr. Ivany Samel, exatamente idêntica a reposta encaminhada pelo atual Prefeito Juedyr Orsay. Informou que não tem a intenção de prejudicar nenhuma pessoa de maneira pessoal, mas não sabe qual é a atitude que deve ser tomada, assim vai analisar melhor esta situação. Por fim, disse que o Governo atual está seguindo os mesmos passos do Governo passado, acreditando que as pessoas deveriam ser penalizadas por causa de seus erros, sendo que não está vendo nenhuma mudança no Município. Esclareceu que a situação da dívida com a CAPPS/CAMEDS deve ser solucionada da maneira mais rápida possível, acrescentando que ele é uma pessoa complicada e um pouco polêmica, sendo que a Prefeitura vem realizando diversas obras ao longo dos anos, independente de estar adimplente ou não com CAPPS/CAMEDS. Conclui dizendo que na próxima reunião fará um requerimento a Tesouraria da Prefeitura Municipal perguntando onde o dinheiro da CAPPS/CAMEDS

referente a dívida de 1996 foi gasto. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que ao analisar o Projeto de Lei sobre a aquisição de um ônibus escolar, gostaria de pedir a aquisição de mais ônibus, pois assim a Associação de Estudantes poderia ser atendida de uma maneira melhor. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o mencionado Projeto de Lei está pedindo apenas a inclusão de verba para a aquisição de um ônibus. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acrescentou que gostaria que fosse realizado um estudo sobre a possibilidade de aquisição de mais ônibus. O Vereador Hugo Fernandes disse que as Comissões deveriam ficar incumbidas de trazer esta resposta para o Vereador. Por fim, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de que seja estudada a possibilidade de aquisição de mais veículos escolares através do Termo de Compromisso PAR nº 8982/2013, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC e a Prefeitura Municipal de Miracema. Ressaltamos que o Projeto de Lei faz referência somente a aquisição de um veículo, por isso solicitamos que seja feito um estudo para que esta quantidade seja aumentada. Deferido. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Antônio Marcos Moreira de Souza, conhecido como Fichinha por ter assumido a Presidência da Liga Desportiva de Miracema. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Ex-Presidente da Liga Desportiva de Miracema, Paulo Sérgio de Azevedo, por ter feito um excelente trabalho na Presidência da Liga Desportiva de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando o Vereador esclareceu que sua esposa foi tratada de uma forma excelente no Hospital de Miracema, agradecendo o tratamento que sua esposa vem recebendo. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para os organizadores da 8ª Conferência de Assistência Social, especialmente para os Sr. Harley Oliveira, Marco Moura e o Secretário de Assistência Social. Também solicitou Moção de Pesar familiares do Sr. Dário, antigo comerciante de Miracema, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Por fim, o Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Paulo Perdigão (Chefe do Setor Licitação), pois ele é uma pessoa íntegra e trabalhadora, sempre tratando os funcionários e o público da melhor forma possível. Os Vereador Carlos Magno da Silva Peres, Maria José Marques Barros Andrade e Genessi Rodrigues da

Silva irão assinar esta Moção. Concluindo, disse que gostaria de ter assinado a Moção de Aplausos para o Sr. José Carlos Gonçalves Cruz, que está trabalhando sempre de bom humor e atendimento todas as pessoas da melhor maneira possível. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou Moção de Aplausos para toda a Equipe Médica do P.U., incluindo os enfermeiros e motoristas, pois num sábado um familiar seu passou mal e pode presenciar o excelente atendimento da equipe, sendo que sem esta ajuda poderia ter acontecido algo muito ruim. Esclareceu que depois vai fornecer o nome de todas as pessoas da equipe médica que ajudaram no socorro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para: 01) a Sra. Maria Tereza Telles de Souza, por proporcionar melhorias nos serviços prestados pela CIRETRAN em Miracema; 02) a Sra. Maria Antonieta Pio, por proporcionar melhorias nos serviços prestados pela CIRETRAN em Miracema; 03) o Sr. Péricles Memória Filho, por proporcionar melhorias nos serviços prestados pela CIRETRAN em Miracema; Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que as Portarias nomeando os membros das CPI's já estão prontas e que as primeiras reuniões serão realizadas no dia 14 de agosto às 14 horas, sendo que nesta reunião os membros decidirão quem vai ser o Presidente, o Relator e o Vogal, das suas respectivas CPI's. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que conseguiu agendar uma reunião com o Sr. Prefeito Municipal para a próxima segunda-feira, na Casa da Cultura, às 09 horas, assim poderá ser dado início à conversa para buscar a resolução dos problemas da CAPPS/CAMEDS. O Vereador Hugo Fernandes pediu para a Secretaria da Câmara Municipal providenciar os convites para a referida reunião. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 12/08/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 12 de agosto de 2013.

_____

_____

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de prestar uma homenagem aos Pais pelo seu dia, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gideão Duarte Gonçalves, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 01, Versículos de 01 à 06. Prosseguindo o Sr. Presidente, após cumprimentar a todos, informou que o objetivo principal da reunião era prestar uma homenagem aos pais miracemenses em comemoração ao Dia das Pais. Parabéns a todos. A seguir o Sr. Presidente deu início à entrega dos Diplomas de PAI DO ANO aos ilustres homenageados desta noite, em conformidade com o que dispõe o Decreto Legislativo nº 33, de 14 de junho de 1999, de iniciativa do Vereador Carlos Armando de Azevedo. **01)** Convidou o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Joubert Portes Mendes. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que se sente muito feliz em fazer esta homenagem, pois o Sr. Joubert é um pai responsável, participante na criação de seus filhos e possui uma característica muito interessante, uma vez que ele foi funcionário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e nunca teve vontade de se mudar do Município de Miracema. Acrescentou que a esposa do Sr. Joubert também é uma excelente pessoa e teve a felicidade de ter sido médico assistente dos pais dela. **02)** Convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. José Alves dos Santos, seu pai. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo convidou a jovem Joana para fazer a leitura de uma bonita mensagem em homenagem ao José Alves, onde foi dito que ele é uma excelente pessoa, tendo

trabalhado durante 41 (quarenta e um) anos de sua vida na Cerâmica. Disse que ele é casado há 54 (cinquenta e quatro) anos, sendo pai de 10 (dez) filhos, avô de 19 (dezenove) netos e 02 (dois) bisnetos. Por fim leu uma bonita mensagem em homenagem a todos os pais. **03)** Convidou a Vereadora Maria José Barros Marques Andrade, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Sebastião Carlos Andrade, seu esposo. A Vereadora Maria José Barros Marques Andrade disse que, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui hoje, homenageando seu esposo, com quem vive há mais de 36 anos, sendo que agradece muito estar com ele, uma vez que ele vem lutando constantemente contra suas doenças. **04)** Convidou o Vereador Carlos Magno da Silva Peres, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Sebastião Grimaldo Sentinelli Mota. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres disse que o Sr. Sebastião Grimaldo é um pai honesto e humilde, sempre criando seus filhos com estas características, que sempre foi seu amigo, frequentando inclusive sua casa. Acrescentou que o Sr. Sebastião Grimaldo trabalha há muito tempo no Supermercado Ramos sempre com honestidade e integridade. **05)** Convidou o Vereador João Siqueira Magalhães, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Nivaldo Barros de Oliveira Filho. O Vereador João Siqueira Magalhães agradeceu a oportunidade de homenagear o Sr. Nivaldo, esclarecendo que ele é um pai muito presente na vida de sua filha, pois sempre percebeu o Sr. Nivaldo realizando diversas tarefas com sua filha, fazendo muitas vezes o papel de uma mãe. **06)** Convidou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Marcio Alexandre Pestana. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que um pai é uma pessoa que devemos nos orgulhar, agradecer e amar, sendo que escolheu o Sr. Marcio porque o viu construindo sua família, sempre com dedicação e amor na criação de suas três filhas, constituindo uma família linda e maravilhosa. Acrescentou que este é o momento dos filhos demonstrarem seu amor para seus pais. **07)** Convidou o Vereador Fabricio de Sá Xavier, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Luiz Henrique Tostes Retamero. O Vereador Fabricio de Sá Xavier disse que está muito orgulhosos de fazer esta homenagem, pois o Sr. Luiz Henrique é um dos grandes responsáveis por ser Vereador. Dessa forma gostaria de agradecer todos os pais que trabalharam junto com ele. Esclareceu que o Sr. Luiz Henrique é um grande profissional, sempre

tratando todas as pessoas da mesma maneira, sem qualquer tipo de distinção. **08)** Convidou o Vereador Gideão Duarte Gonçalves, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Ricardo Seabra Mathias. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves agradeceu a oportunidade de estar fazendo esta homenagem, esclarecendo que ficou sabendo que o Pastor Ricardo Seabra foi escolhido pelos jovens para realizar um culto, pois eles o consideram um segundo pai. Disse que o Sr. Ricardo é uma excelente pessoa, sendo que teve o privilégio dado ao Pastor um Título de Cidadão Miracemense. **09)** Convidou o Vereador Gilson Teixeira Sales, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. João Batista Pinto, pai de seu assessor Eduardo. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que sente um privilegiado por homenagear o Sr. João Batista, sendo que seus filhos são ainda mais privilegiados por o possuírem como pai, assim gostaria que o Eduardo, como filho, falasse um pouco sobre ele. Eduardo disse que para um filho falar de seu pai não é difícil, pois ou o pai é muito bom ou é muito ruim. Disse que acha difícil um filho ter coragem de apresentar seu pai, principalmente no mundo atual, sendo que se lembra de que seu pai sempre se sacrificou para criar seus filhos, lembrando que em algumas vezes ele deixava de comer um lanche na rua para levar para ele e seus irmãos. Que quando seu pai chegava a casa eles sempre faziam uma festa. Que todas as vezes que lhe perguntaram de quem ele era filho sentia orgulho em dar a resposta. Disse que os filhos precisam de seus pais, mesmo depois de velhos, pois erros acontecem e os pais precisam “puxar a orelha” de seus filhos. Por fim disse que é uma honra estar fazendo esta homenagem e se emocionou. **10)** Convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Ronaldo Rocha Frauches. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que perdeu seu pai a pouco tempo e ficou muito emocionado com as palavras do Eduardo, pois gostaria de fazer uma homenagem para ele. Esclareceu que nós sempre devemos sempre demonstrar nosso amor para nosso pai e percebeu isso no dia em que recebeu um abraço de seu filho, assim percebeu a importância da demonstração do carinho de um filho para seu pai. Acrescentou que vem presenciando o Sr. Ronaldo construir sua família e pode ver a emoção em seus olhos no dia em que ele se tornou um pai. Que o Sr. Ronaldo é um guerreiro, um pai dedicado que sempre dá atenção para seus filhos. **11)** Convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, Vice-Presidente, para ocupar a

Presidência, enquanto fazia a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Luciano Vieira dos Santos. O Vereador Hugo Fernandes disse que está muito feliz de fazer esta homenagem para seu amigo, sendo que nas farmácias em que ele trabalha é conhecido como "arrastador de clientes", pois onde ele vai trabalhar os clientes o acompanham devido ao seu carisma, dedicação e humildade. Acrescentou que na Igreja, como Vicentino, ele sempre ensina muitos as pessoas, pois tem muita humildade. O Sr. Luciano disse que ouviu uma frase e nunca a esqueceu "Se você quiser contribuir para o mundo, eduque bem o seu filho". Assim, esclareceu que possui muito orgulho de seu pai, pois ele foi um grande homem, sendo que uma pessoa lhe disse que se ele conseguisse ser 1% (um por cento) do que seu pai foi, ele seria um grande homem. Por fim, disse que é muito difícil chegar perto do que seu pai foi. O Vereador Hugo Fernandes mencionou que a Sessão Solene no Distrito de Paraíso do Tobias será no dia 15 de agosto, às 18 horas, sendo que a Homenagem que seria entregue pela FAMIRA no dia de hoje será feita em Paraíso do Tobias. Terminada as homenagens o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convidando para a próxima a ser realizada no dia 19/08/2011, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 19 de agosto de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às dezesseis horas, na Quadra de Esportes do Colégio Manoel Rodrigues de Barros, localizado no Distrito de Paraíso do Tobias, 2º Distrito do Município de Miracema, foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de homenagear pessoas ilustres deste Distrito, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gideão Duarte Gonçalves, Gutemberg Medeiros Damasceno, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador João Siqueira Magalhães. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gideão Duarte Gonçalves, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Coríntios II, Capítulo 05, Versículos 17 e 18. Em seguida o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão Solene, lembrando a Vossas Senhorias que nos reunimos solenemente, hoje aqui, com o objetivo de homenagear pessoas ilustres deste Distrito, que se destacaram e se destacam nos vários segmentos da sociedade, dentro e fora desta localidade. Designo os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Maria José Marques Barros Andrade e Carlos Magno da Silva Peres, para introduzirem, nesse recinto sua Excelência Rafael Tostes Padilha Moreira Pinto, Digníssimo Vice-Prefeito Municipal, para tomar assento a minha direita. Composta a Mesa, o Vereador Presidente Hugo Fernandes convidou todos para entoar, juntos, o Hino Nacional. Iniciando as homenagens desta noite: **01)** convidamos o Representante da FAMIRA, Senhor Marco Aurélio Rodrigues de Moura, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. João Sentinelli. O Sr. Marco Moura disse que o Sr. João Sentinelli é um dos maiores responsáveis por fundar o Conselho de Saúde e até hoje, ele é uma pessoa muito atuante, participando de todas as reuniões do Conselho. O Sr. Harley Oliveira disse que o Sr. João Sentinelli foi um dos maiores idealizadores da construção da Capela Mortuária do Distrito de Paraíso do Tobias e que ele é um exemplo de pai a ser seguido sempre criando seus filhos com muita dedicação e carinho. **02)** Convidamos o Vereador Gideão Duarte Gonçalves, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Antônio Carlos

Pascotto. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que está muito feliz em realizar esta homenagem, esclarecendo que o Sr. Antônio Carlos Pascotto e sua família dispensam comentários, pois são excelentes pessoas, trabalhadores, sempre agindo com dignidade e honestidade. Por fim, cumprimentou todos os presentes e parabenizou todos os homenageados. **03)** Convidamos o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito à Sra. Maria das Graças Gonçalves Pinheiro. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que está tendo uma satisfação muito grande em rever algumas pessoas. Acrescentou que a Sra. Maria das Graças é uma pessoa muito batalhadora e uma mãe muito dedicada, sendo que possui uma filha que precisa de sua assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia. Por fim, disse que está muito honrado em realizar esta homenagem. **04)** Convidamos o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Marcos Derossi Assad. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que o Sr. Marco Derossi é 2º Sargento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, sendo um exemplo de profissional honesto. Esclareceu faz esta homenagem com muita satisfação e gratidão, pois o Sr. Marcos Derossi é uma pessoa merecedora. **05)** Convidamos a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. José Cleber Abreu. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade disse que o Sr. José Cleber viveu sua infância no Distrito de Paraíso do Tobias, tendo estudo no Ginásio Prof. Carlos Silva até o quarto ano ginasial. Disse que ele sempre conviveu com a população de Paraíso do Tobias, sendo uma pessoa benquista no seio da comunidade. Acrescentou que ele está sempre trabalhando com a comunidade na área social e esportiva, sendo que ele é o atual Presidente do Esporte Clube Paraíso, possuindo o grande sonho de realizar várias melhorias no Estádio Francisco Chacour. Por fim, a Vereadora disse que o Sr. José Cleber a representa no Distrito de Paraíso do Tobias e faz parte de sua família. **06)** Convidamos o Vereador Mauricio Sant'Ana Soares, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Paulo Celso da Costa. O Vereador Mauricio Sant'Ana Soares agradeceu a população de Paraíso pela recepção, esclarecendo que o Sr. Paulo Celso é um exemplo de pessoa a ser seguido, sendo honesto, dedicado e trabalhador. **07)** Convidamos o Vereador Carlos Magno da Silva Peres para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Paulo Arcanjo

dos Santos. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres disse que está muito honrado em realizar esta homenagem para o Sr. Paulo Arcanjo, pois ele sempre foi seu amigo. Por fim, disse que trabalha com o filho do Sr. Paulo e ele também é uma excelente pessoa. **08)** Convidamos o Vereador Fabrício de Sá Xavier, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Paulo César da Costa. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que tem orgulho de ser amigo do Sr. Paulo César e de toda sua família, sendo que ele é um dos grandes responsáveis por ter se tornado Vereador. **09)** Convidamos o Vereador Gilson Teixeira Sales, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito à Sra. Waléria Aparecida Matheus Miguel Ribeiro. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que a Sra. Waléria Aparecida morou durante 20 (vinte anos) em Paraíso do Tobias e sua história é muito bonita. Esclareceu que ela sempre educou seus filhos com muito amor e carinho. **10)** Convidamos o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Plínio Bastos de Barros Neto. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que o Sr. Plínio Bastos é neto do Ex-Prefeito de Miracema Sr. Plínio Bastos de Barros, sendo o atual proprietário da Fazenda Prosperidade, fundada em 1985, e um excelente economista. Esclareceu que faz esta homenagem com muito orgulho e que ela é pequena para tudo o que o Sr. Plínio Bastos merece. O Sr. Plínio Bastos agradeceu a homenagem recebida, dizendo que tem muito orgulho de ser um cidadão do Distrito de Paraíso do Tobias. **11)** Convido a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, Vice-Presidente, para ocupar a Presidência, enquanto farei a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Padre Alfredo Rosa Borges, representado pelo Vice-Prefeito do Município de Miracema, Sr. Rafael Tostes Padilha Moreira Pinto. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Padre Alfredo é um cidadão do Distrito de Paraíso do Tobias e representando muito bem o Distrito na Diocese Miracemense. **12)** Convido o Exmo. Sr. Rafael Tostes Padilha Moreira Pinto, Vice-Prefeito Municipal, para fazer a entrega do Diploma de Paraisense Ausente ao Sr. Luiz Mota Pinheiro. O Sr. Rafael Tostes Padilha Moreira Pinto justificou a ausência do Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva, esclarecendo que ele está em uma reunião no Rio de Janeiro. Acrescentou que o Sr. Luiz Mota Pinheiro acredita e investe muito no Distrito de Paraíso do Tobias, sendo uma pessoa excelente. O Sr. Luiz Mota Pinheiro agradeceu por estar recebendo esta homenagem, dizendo que dedica esta homenagem para seu pai e sua

mãe, pois eles foram os responsáveis por sua criação. Terminada as homenagens o Sr. Presidente agradeceu a Direção e aos funcionários do Colégio Manoel Rodrigues de Barros, pelo empréstimo da Quadra para que fosse possível realizar esta Sessão Solene. Por fim, agradecendo a presença de todos, o Sr. Presidente declarou a reunião encerrada, convidando todos os presentes para um coquetel que seria servido em seguida. Nada mais havendo, eu Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores. Quadra de Esportes do Colégio Manoel Rodrigues de Barros, 15 de agosto de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número trinta e cinco, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 31, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite do Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, Sr. Carlos Armando de Azevedo, para recepcionar o Secretário Estadual de Agricultura, Sr. Cristino Áureo, que visitará o Município de Miracema na próxima quarta-feira, dia 21 de agosto, às 10h; 02) Ofício Nr 29 - TG do Tiro de Guerra 01-009, convidando para a Solenidade do Dia do Soldado, que será realizado no dia 22 de agosto, às 08 horas; 03) Ofício nº 1217/13 da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva/Núcleo referente ao IC 045/12. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício SEMMAM nº 062/2013 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, convidando para uma Reunião, que será realizada no dia 22 de agosto, às 14 horas; 05) Convite para a Festa do Tomate de São José de Ubá-RJ, a ser realizada entre os dias 29 de agosto e 1º de setembro; 06) Telegrama NºRef: 002012/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Educação; 07) Comunicados Nº CM188174/2013, CM193358/2013, Nº CM193357/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Ministério da Educação; 08) Ofício nº 391/2013 do Conselho Tutelar de Miracema encaminhando a estatística do mês de julho de 2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste

ofício; 09) Ofício PMM/GAB nº 374/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial; 10) Mensagem ao Projeto de Lei nº 23/2013 do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que Revoga a Lei 685/2013 e dá outras providências; 11) Projeto de Emenda a Lei Orgânica Municipal (Emenda nº 14). A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizado reparo no calçamento na Vila Sueli, no bairro Santa Tereza, e a necessidade da retirada de um paredão que obstrui a passagem e acesso a rede de águas pluviais naquela localidade, sendo assim benéfico a população daquele bairro que sofre com constantes inundações em frente ao Campo Municipal e a Av. Carvalho, logo tendo como escoar as águas provenientes de chuvas. Requeiro também que seja feito reparo na iluminação pública, calçamento e recuperação da rede de esgotos na Vila Jorge Felix e na Vila Antunes, no bairro Santa Tereza, este pedido se justifica pela constatação da Vereadora de que existe falta de postes para o melhoramento da iluminação pública e a necessidade de pavimentação, a fim de garantir uma melhor qualidade de vida aos moradores, conforme a Lei Orgânica. Requeiro também a manutenção e aumento do meio fio na Rua Eduardo Silva no Bairro Rodagem, para evitar o estacionamento irregular nas calçadas e garantir melhor qualidade de vida e segurança aos moradores, conforme a Lei Orgânica. Deferido. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. Hugo Fernandes - Solicitação de cessão do veículo da Câmara Municipal para ir ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no dia 30/08/2013. Deferido. 03) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Presidente Estadual do DER-RJ - Reiterar solicitação no sentido de que sejam instalados 02 (dois) pardais no Município de Miracema, sendo um na divisa de Miracema a Santo Antônio de Pádua - RJ 116, e outro próximo ao entroncamento entre a RJ 116 e a RJ 200, no trecho denominado Trevo da Usina, devido ao grande número de acidentes, inclusive fatais. Aprovado. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Diretor do DER-RJ, Dr. Henrique Ribeiro - Solicitação no sentido de que seja realizado um estudo para que ocorra a alteração do trânsito no trecho denominado Trevo da Usina, próximo ao entroncamento entre a RJ

116 e a RJ 200, no Município de Miracema. Tal solicitação tem como objetivo reduzir o número de acidentes naquele local. Aprovado. 05) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando, a aproximação das fortes chuvas, podendo ocorrer surto de dengue no Município; Considerando, que o trabalho feito pelo Setor Endêmico sempre foi de excelência; Considerando, que por força do TAC, o Município foi obrigado a rescindir alguns contratos de agentes Endêmicos; Indico ao Poder Executivo Municipal, a contratar, através de solicitação junto ao Ministério Público por extrema necessidade, a quantidade de agentes necessários para suprir a demanda. Na oportunidade, também indico a possibilidade de se contratar serviços braçais para atender junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário nas estradas vicinais, já que sabemos a demanda de profissionais para fazer roçadas, bueiros, vazantes e etc. Na oportunidade parabenizamos pela contratação dos 20 garis que resolverá de vez os problemas com a varrição (limpeza) do Município e Distritos, sendo que tais melhorias já estão sendo vistas a olho nu. Deferido. 06) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Municipal de Planejamento, Sr. Marcus Felipe Linhares - Solicitação no sentido de que sejam incluídas no Programa Asfalto na Porta as ruas a seguir relacionadas: Rua Felicíssimo Teodoro; Rua Idelfonso Augusto de Souza; Rua Santa Luzia; Rua Ernesto Rocha; Rua Horácio Capute; Rua José Venâncio Garcia e; Rua Miguel Bruno de Martino. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei, 01 (um) Projeto de Resolução e 01 (um) Projeto de Emenda à Lei Orgânica. **01)** Projeto de Resolução que Regulamenta a Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores Ativos do Poder Legislativo de Miracema. Autoria: Mesa Diretora. Em discussão, o Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou qual será a alteração no valor do auxílio alimentação. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que hoje o auxílio alimentação possui o valor de aproximadamente R$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais), sendo que a adequação transformaria este valor em R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), assim a adequação fiscal vai melhorar. Acrescentou que esta Resolução vai suspender o pagamento a partir do mês de setembro até o final do ano, uma vez que o aumento concedido no final da gestão anterior não se adequou ao Orçamento. Por fim, disse que já conversou com todos os servidores explicando esta suspensão, afirmando que os servidores receberão estes valores futuramente. O Vereador Paulo Sérgio de

Azevedo esclareceu que os funcionários têm de entender que está redução é para o bom andamento dos serviços da Câmara Municipal, sendo esta regulamentação mostra que o Vereador Presidente está se preocupando com o Orçamento da Casa Legislativa. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que concorda com as palavras do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Com nove votos favoráveis, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, e uma abstenção, do Vereador João Siqueira Magalhães, o Projeto de Resolução foi aprovado em Primeira Votação. **02)** Projeto de Lei que Regulamenta e Denomina como Rua José Homem da Costa, uma Via Pública no 2º Distrito. Autoria: Mesa Diretora. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou que este Projeto fosse votado em primeira e única votação, o que foi concedido. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.439, de 19 de agosto de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: O Prefeito Municipal de Miracema, Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica regulamentada e denominada como Rua José Homem da Costa, o trecho compreendido na antiga Rua Municipal, entre a Praça Jacinto Lucas e a Travessa do Engenho, no 2º Distrito - Paraíso do Tobias. Art. 2º - Fica o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar a referida placa. Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que Emenda à LOM Art. 175. Autoria: Mesa Diretora. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que nunca viu um Projeto que dispõe sobre o Orçamento chegando nesta Casa Legislativa dentro do prazo. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves confirma as palavras do Vereador Maurício Sant'Ana Soares e acredita que este Projeto vai melhorar os trabalhos do Poder Executivo e do Legislativo. Em primeira votação o Projeto de Emenda à LOM foi aprovado por unanimidade. **04)** Projeto de Lei que Altera Acrescentando ao Anexo II da Lei 813/99, Item I mais 02 vagas de Enfermeira, Grupo de Nível Superior de Escolaridade NS 06, Símbolo de Vencimento P34 Item I mais 02 Vagas de Farmacêutico Grupo de Nível Superior de Escolaridade NS 09, Símbolo de Vencimento, P 34, Item 01 mais uma Vaga de Odontólogo Grupo

de Nível Superior de Escolaridade NS 14 Símbolo de Vencimento P 34, Item III mais 02 Vaga de Auxiliar de Tributação, Grupo de, Nível de Primeiro Grau de Escolaridade PG 10 Símbolo de Vencimento P 15, Item IV mais 01 Vaga de Operador de Maquina, Grupo de Nível Elementar de Escolaridade NE 19 Símbolo de Vencimento P 18, todos de Recrutamento e Restrito, e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que estas vagas estão sendo criadas para serem preenchidas por pessoas que foram aprovadas em Concurso Público. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves informou que o respectivo impacto se encontra anexado ao Projeto de Lei. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **05)** Projeto de Lei que Autoriza Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que, no passado, foi multado por ter comprado uma Ambulância UTI Móvel no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), sendo atualmente que um ônibus escolar possui o valor de R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), conforme consta no Projeto. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que, não por iniciativa própria, tomou o conhecimento de um documento encaminhado ao Juiz da Comarca de Miracema pelo Promotor de Justiça, propondo uma penalização extremamente rigorosa e indescritível para o Ex-Presidente da CAPPS e atual Vereador Gideão Duarte Gonçalves. Esclareceu que leu calmamente as observações do Promotor de Justiça e ficou perplexo, pois o autor do problema não sofreria nenhuma punição e o Vereador Gideão Duarte Gonçalves, que não teve nada a ver com a história, pois no ano de 1996 sequer era Vereador, só tendo assumido a Presidência da CAPPS em 2006, dez anos depois do acontecido, poderá ser punido somente pelo não ajuizamento da dívida. Acrescentou que não está entendendo muito bem a história, sendo que depois de ler a referida documentação, lembrou de que o Tribunal de Contas do Estado determinou que fosse realizada uma tomada de contas especial para apurar os fatos. Dessa maneira, encontrou a cópia integral da tomada de contas realizada, onde ficou perfeitamente claro quem são os reais responsáveis pelos problemas da CAPPS, sendo que a Tomada de Contas foi entregue ao Tribunal e não pagou a dívida de 1996 porque ficou aguardando o Tribunal apurar os fatos e decidir esta questão. Disse,

ainda, que cabe ao Tribunal encaminhar a documentação necessária ao Ministério Público para que fossem tomadas as devidas providências, não sabendo se isto foi feito. Esclareceu que, no caso do Tribunal ter feito isto, entende que o problema já estava ajuizado e, então, a dívida não poderia prescrever, acrescentando que o Ministério Público está alegando que o Vereador Gideão Duarte Gonçalves deixou a dívida prescrever e, em sua opinião, não concorda com esta alegação. Por fim, disse que está indignado com toda esta situação, pois os reais responsáveis por estes problemas não estão sendo penalizados. Por isso, disse que se coloca a disposição do Vereador Gideão Duarte Gonçalves para ser arrolado como testemunha, pois tem muito a falar sobre estes fatos, principalmente que o Vereador Gideão Duarte Gonçalves não possui nenhuma culpa, sendo que possui a cópia de toda a tomada de contas realizada caso seja necessário. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para os Organizadores da Festa realizada no Distrito de Paraíso, pela belíssima organização do evento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que por causa da falta de penalização de outros Prefeitos, que não contribuíram de forma efetiva, descontando os valores devidos dos servidores públicos e não repassando para o Órgão Competente, estes fatos acabam continuando. Esclareceu que não houve penalidade para as pessoas que erraram, acreditando que o Vereador Gideão Duarte Gonçalves não tinha obrigação nenhuma de cobrar um valor que já estava devido. Acrescentou que o que vem ocorrendo no atual governo sobre a dívida com a CAPPS e fruto da não penalização das pessoas que erraram no passado. Disse, ainda, que os servidores estão sendo prejudicados desde aquela época e que os Vereadores devem proteger o Município, pois alguns valores já foram descontados dos servidores e deveriam ter sido repassados para a Caixa de Previdência. Por fim, disse que quando faz alguma crítica é porque possui os documentos necessários para comprová-la, acreditando que a Câmara Municipal deve ficar atenta em relação a estes problemas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que no dia em que foi dito pelo Dr. Hanry que existe um débito referente aos anos de 2011/2012, se sentiu traído, pois só ficou sabendo da existência deste déficit naquele dia, uma vez que acreditava que os repasses referente a este período estavam regularizados. Acrescentou que os problemas existentes na CAPPS são muito sérios, acreditando que os trabalhos da

CPI irão desvendar de vez estes problemas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que esteve em uma reunião no Rio de Janeiro com o Presidente do PMDB Estadual, Sr. Jorge Picciani, com o Deputado Estadual licenciado e atual Secretário de Estado de Habitação, Sr. Rafael Picciani, com o Deputado Federal Leonardo Picciani e demais outras autoridades, assim teve muita honra de ter sido convidado para participar desta reunião, pois PMDB está começando a preparar seu quadro para participar das eleições no ano que vem. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves agradeceu as palavras do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclarecendo que recebeu o documento mencionado na véspera das eleições, acreditando que este feto lhe abateu muito. Acrescentou que está tomando todas as providências em relação a este assunto, sendo que todas as Contas de seu Tesoureiro foram aprovadas. Disse que as pessoas não devem se arrepender de fazer a coisa certa e de ser honesto, afirmando que fez uma auditoria externa para constatar todos os problemas ocorridos na CAPPS e encaminhou para todos os órgãos competentes, sendo que todas as gestões de administração da CAPPS anteriores a sua tiveram suas contas aprovadas. Esclareceu que possui diversos documentos sobre esta situação e que gostaria de ser ouvido novamente pela CPI, pois possui sua consciência tranquila sobre este assunto. Continuando, agradeceu o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, esclarecendo que está arrependido de alguns atos que cometeu no passado por conta da política, assim pediu desculpas ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno se o magoou de alguma forma. A seguir fez a leitura de uma comunicação encaminhada ao Sr. Prefeito Municipal, datada de 11 de setembro de 2007, onde foi cobrada a dívida do ano de 1996, devidamente corrigida, bem como constando diversas informações sobre a situação. Acrescentou, ainda, que existe uma discussão sobre Lei que realiza a redução dos juros da dívida da Prefeitura com a CAPPS, pois os representantes da CAPPS estão cobrando que a referida Lei deveria ter sido aprovada pelo Conselho Fiscal da CAPPS, entretanto a Direção da CAPPS não ouve o Conselho em alguns outros assuntos que deveriam, não aplicando devidamente a Legislação. Esclareceu que sempre quando ia realizar algum ato, ouvia o Conselho da Fiscal da CAPPS. Por fim, disse que está feliz pela oportunidade de se manifestar em relação a estes fatos, esclarecendo que gostaria de contar com o auxílio de seus pares para que os problemas em relação a CAPPS sejam resolvidos,

pedindo desculpas por algumas atitudes tenha tomadas no passado, inclusive de ter votado contra a aprovação das contas do Sr. Carlos Roberto Freitas Medeiros, quando ele era Prefeito Municipal, pois seguiu a orientação de seu Partido. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que durante seu governo o Vereador Gideão Duarte Gonçalves era o líder da oposição, entretanto sempre procurava ouvi-lo, pois se um Prefeito quiser fazer um bom governo ele precisa ouvir a oposição. Acrescentou que, inclusive, convidou o Vereador Gideão Duarte Gonçalves para participar de uma comemoração de homenagem feita pelo Deputado André Corrêa para sua esposa, pois ele é um homem sério e correto. Esclareceu que a oposição mostra algumas falhas existentes no governo, que as pessoas que o apoiam não falam e deixam o Prefeito sem saber dos problemas. Por fim, disse que o Vereador Gideão Duarte Gonçalves ficou chateado com ele, por ele ter aberto um inquérito administrativo, entretanto no futuro ele foi inocentado e ficou provado que o Vereador não teria praticado nenhuma irregularidade, pois a denúncia feita contra ele era vazia e não tinha nenhuma fundamentação, afirmando que ele sempre fez uma oposição ao seu Governo de forma ética. O Vereador João Siqueira Magalhães acrescentou que a humildade é uma virtude das grandes pessoas, assim o Vereador Gideão Duarte Gonçalves foi humilde em reconhecer suas atitudes equivocadas do passado. Por fim, disse que na política alguns amigos são falsos e os adversários são verdadeiros, por que uma pessoa não espera que um amigo que está do seu lado lhe tria, mas sabe fica vigilante e atento com seus adversários. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que é grato ao Vereador Fabrício de Sá Xavier porque em uma reunião do PMDB o Vereador ficou a seu favor na discussão, entretanto, por causa de algumas pessoas que trabalharam com ele na eleição, o Vereador pode ter ficado chateado com ele, esclarecendo que não está falando estas palavras da boca para fora. Por fim, o Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para: 01) o Sr. Sebastião, por ter ganhado o Troféu de Melhor Tratador como retireiro do Sr. José Roberto Tavares; 02) o Sr. José Carlos C. Vieira por ter ficado em 1º Lugar no Concurso Leiteiro em Paraíso do Tobias, na Categoria 20 kg; 03) o Sr. Yasmim Bugini Dutra por ter ficado em 2º Lugar no Concurso Leiteiro em Paraíso do Tobias, na Categoria 20 kg; 04) o Sr. Clóvis Tostes de Barros por ter ficado em 3º Lugar no Concurso Leiteiro em Paraíso do Tobias, na Categoria 20 kg e em 2º Lugar no

Concurso Leiteiro em Paraíso do Tobias, na Categoria 30 kg; 05) o Sr. Antônio Hebert B. Barros por ter ficado em 1º Lugar no Concurso Leiteiro em Paraíso do Tobias, na Categoria 30 kg; 06) o Sr. Valcir Santana de Moraes por ter ficado em 3º Lugar no Concurso Leiteiro em Paraíso do Tobias, na Categoria 30 kg; 07) o Sr. Antônio Carlos Pascouto, também como Nininho por ter participado do Concurso Leiteiro em Paraíso do Tobias; 08) o Sr. Guilherni Ribeiro de Camargo por ter participado do Concurso Leiteiro em Paraíso do Tobias; 09) o Sr. José Roberto Tavares por ter participado do Concurso Leiteiro em Paraíso do Tobias; 10) o Sr. Plínio Bastos Barros por ter participado do Concurso Leiteiro em Paraíso do Tobias; 11) o Sr. Saulo Dutra por ter participado do Concurso Leiteiro em Paraíso do Tobias. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador Gilson Teixeira Sales agradeceu o recebimento carinhoso da população de Paraíso do Tobias na Sessão Solene realizada naquele Distrito. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que vê a preocupação desta Casa Legislativa com a dívida do Município com a CAPPS e percebe a boa vontade dos Vereadores para resolver este problema. Esclareceu que hoje, se emocionou mais uma vez nesta Câmara Municipal, pois é comum que as pessoas, diante de algumas situações, se acovardarem na hora de fazer a justiça e de defender um colega. Acrescentou que ficou emocionado com a atitude do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, pois ele ficou preocupado com a situação do Vereador Gideão Duarte Gonçalves, buscando documentos e se colocando a disposição para ajudá-lo. Por fim, disse que também ficou feliz com a atitude do Vereador Gideão Duarte Gonçalves em reconhecer suas atitudes passadas, pois a humildade é uma das maiores virtudes do homem. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Diretor do Centro Cultural Melchíades Cardoso, pela brilhante organização da peça “Casa, depois me conta” realizada no Clube XV. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 22/08/2013, às 19 horas. Nada

mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 22 de agosto de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número trinta e seis, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 07, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para o 2º Show de Talentos das Escolas Estaduais-2013, a ser realizado no dia 23/08/2013, das 08h às 12h, na Quadra do C. E. Deodato Linhares; 02) Telegramas NºRef: 004541/MS/SE/FNS, 006717/MS/SE/FNS, 004323/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde; 03) Comunicado nº CM197615/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 04) Convite da AVECMERJ (Associação Estadual das Câmaras Municipais de Miracema) para a realização do Curso "Funcionamento do Poder Legislativo Municipal e Atividade Parlamentar Local"; 05) Ofício PMM/SMAS nº 321/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando Relatório Referente às Atividades Realizadas na referida Secretaria no mês de Julho/2013; 06) Portaria nº 370/2013 da Prefeitura Municipal. Todos os Vereadores solicitaram cópia deste ofício. Continuando, o Vereador João Siqueira Magalhães solicitou um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal pedindo a Cópia Integral do Processo de Sindicância nº 2013.06568-1, que originou a Portaria nº 370/2013, que ocasionou o afastamento dos Srs. Arnaldo José Franco Padilha e José Francisco Sentinelli dos cargos de Presidente e Tesoureiro da CAPPS. Deferido. 07) Portaria nº 371/2013 da Prefeitura Municipal. Todos os Vereadores solicitaram cópia deste ofício; 08) Ofício

PMM/GAB nº 377/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 033/2013 que Dispõe sobre a Confissão e o Parcelamento de Débitos Oriundos de Contribuições Previdenciárias Devidas e não Repassadas Regime Próprio de Previdência Social – RPPS Referente ao Exercício de 2013. Todos os Vereadores solicitaram cópia deste ofício; 09) Ofício PMM/GAB nº 378/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 034/2013 que Dispõe sobre a Confissão e o Parcelamento de Débitos Oriundos de Contribuições Previdenciárias Devidas e não Repassadas Regime Próprio de Previdência Social – RPPS Referente ao Exercício de 2012. Todos os Vereadores solicitaram cópia deste ofício; 10) Ofício PMERJ/GCG nº 2598/2013 da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, respondendo ofício nº 0189/2013. Os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 11) Ofício 001/00 da Associação de Capelania do Brasil (A. C. B.) solicitando o empréstimo do auditório da Câmara Municipal de Miracema para o dia 05 de outubro de 2013, a partir das 19 horas. O Vereador Presidente Hugo Fernandes informou que o pedido está deferido; 12) Ofício nº 468/2013/PRM-Itaperuna do Ministério Federal. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva, Gideão Duarte Gonçalves, Maria José Marques Barros Andrade e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizada a reforma no Parque Itália, localizado no Bairro Vale do Cedro, pois o referido parque se encontra em mal estado de conservação. Destacamos que a manutenção do referido parque permitirá sua melhor utilização pelas crianças e pelos demais frequentadores. Deferido. 02) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Vice-Governador do Estado Rio de Janeiro, Sr. Pezão - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja estudada com carinho a possibilidade do Município de Miracema ser agraciado com a doação de ônibus, para melhor servir nossos Universitários no que tange ao transporte gratuito. Tal solicitação tem como objetivo suprir as necessidades, que é cada vez maior, dos estudantes universitários que muito necessitam deste transporte coletivo para poderem concluir seus cursos em Municípios vizinhos. Aprovado. Todos os

Vereadores irão assinar este Requerimento. Continuando, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que no dia 07 de agosto fez uma solicitação para o Sr. Prefeito Municipal pedindo para o Sr. Prefeito Municipal solicitar uma doação de um ônibus para os Estudantes junto ao Governador do Estado. 03) O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou que fosse encaminhado um convite ao Sr. Presidente da Associação de Estudantes Universitários de Miracema para que ela compareça na Câmara Municipal, no dia 26 de agosto de 2013 a fim de prestar esclarecimentos referentes à atual situação da Associação. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que, também, já fez o pedido de um ônibus para atender os alunos que fazem cursos técnicos em outros Municípios. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Presidente do DER-RJ, Dr. Henrique Alberto Santos Ribeiro - Solicitação no sentido de que seja realizado um estudo no trecho da RJ 200, que liga o Município de Miracema ao Município de São José de Ubá, passando pelo Distrito de Paraíso do Tobias, pois o índice de acidentes nessa estrada é muito alto, inclusive com vítimas fatais. Tal estudo teria o intuito de reduzir o número de curvas acentuadas e retirar uma pedra que fica localizada numa curva muito perigosa, prevenindo assim futuros acidentes. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Antônio Marcos Moreira de Sousa, mais conhecido como "Fichinha", para fazer agradecimentos e prestar esclarecimentos. Com a palavra, o Sr. Marcos Moreira, após cumprimentar todos os presentes, disse que veio nesta Casa Legislativa para agradecer, pois somente as pessoas que conviveram com ele sabem da importância de suas vitórias. Continuou agradecendo a Moção de Aplausos recebida, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier. Acrescentou que a Liga Desportiva de Miracema vai participar da Copa Noroeste de Futebol e está com a esperança de que o time possa fazer uma boa campanha, para que Miracema volte a ser como antes. Por fim, disse que está muito feliz e veio simplesmente para agradecer. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu ao Sr. Marcos Moreira pelo trabalho que ele vem realizando. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que tem muito orgulho de ter feito parte da Liga Desportiva de Miracema, sendo que foi convidado pelo Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, Ex-Presidente da Liga, acrescentando que o Sr. Marcos Moreira deve valorizar o trabalho de seus companheiros e que a Moção de Aplausos encaminhada foi um incentivo para ele

realizar seu trabalho da melhor maneira possível. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves parabenizou o Sr. Marcos Moreira, esclarecendo que foi um dos responsáveis por apresentar o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo para a o Esporte Miracemense, sendo que ele sempre honrou o Município de Miracema. Esclareceu que foi convidado para participar do Esporte Miracemense e, por suas razões, não aceitou, mas indicou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo para ocupar seu lugar e sempre foi muito bem representado. Por fim, desejou que o Sr. Marcos Moreira tenha sucesso em frente à Direção da Liga Desportiva. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que as pessoas fundamentais no desenvolvimento da Liga Esportiva de Miracema foram os Srs. Paulo Rogério Lamarca, Antônio Roberto Venâncio, Juedyr Orsay Silva e Maurício Sant'Ana Soares. Por isso, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para os Srs. Paulo Rogério Lamarca, Antônio Roberto Venâncio, Juedyr Orsay Silva e Maurício Sant'Ana Soares, por terem sido os grandes responsáveis pelo desenvolvimento da Liga Desportiva de Miracema, quando eram Vereadores do Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Continuou desejando boa sorte e sucesso para a nova administração da Liga Esportiva, pois para manter a entidade é preciso amor e carinho, sendo que os 27 (vinte e sete) membros que faziam parte da antiga gestão tinham este amor e carinho pela Liga Desportiva. Esclareceu que é muito grato aos membros da Liga Desportiva, sendo que foi muito feliz durante a administração, sendo que considera todos sua família. Acredita que se o atual Presidente estiver sensibilidade e inteligência na sua administração ela vai manter algumas pessoas na Direção da Liga vai ser mantida, pois elas são competentes e realizam seu trabalho com muito amor. Por fim, disse que é grato ao Vereador Gideão Duarte Gonçalves por ter lhe convidado para participar da vida pública através do esporte e deseja boa sorte para o novo Presidente da Liga Desportiva de Miracema. O Vereador Maurício Sant'Ana parabenizou o Sr. Marcos Moreira por ser o novo Presidente da Liga, bem como parabenizou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, pois participou de toda sua luta pelo desenvolvimento da Liga. Por fim, desejou sucesso no próximo Campeonato, pois quem está disputando é o Município de Miracema e tem a certeza que o time será muito bem composto, acrescentando que sempre estará disposto a ajudar o esporte e os incentivadores do esporte miracemense. O Sr. Marcos Moreira disse que vai se esforçar para fazer um

bom governo e vai lutar muito, sendo que não vai deixar a Liga Desportiva passar dificuldades financeiras, pois ela se encontra com um saldo de R$ 27,00 (vinte e sete reais) positivo. Por fim, agradeceu aos Vereadores que assinaram a Moção de Aplausos encaminhada pelo Vereador Fabrício de Sá Xavier. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que conhece a luta que o Sr. Marcos Moreira passou para ele conseguir chegar ao local em que está, por isso deseja uma boa gestão, se colocando sempre a disposição para ajudar. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que dispõe sobre o Controle e Fiscalização da Emissão de Sons e Ruídos de Qualquer Natureza - Poluição Sonora, Bem Estar e Sossego Público no Município de Miracema-RJ e dá outras providências. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou que o Projeto fosse realizado em primeira e única votação, continuando esclareceu que este Projeto de Lei é baseado na Lei Estadual de autoria do Deputado Luiz Martins, que altera a ei nº 126/77, assim será permitido o funcionamento de carros onde o som não ultrapassa determinado nível de decibéis, esclarecendo que a Promotoria de Justiça estava impedindo a circulação dos carros de som baseados na Legislação de 1977, dessa forma, para os profissionais que trabalham com este tipo de serviço esta regulamentação seria muito importante. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que na Legislatura passada, em conjunto com o Vereador Maurício Sant'Ana Soares, foi autor de um Projeto de Lei sobre este assunto e fazia referência o limite dos sons que estavam prejudicando as Igrejas Evangélicas. Dessa forma, gostaria que o referido Projeto de Lei discutido em duas votações, pois, depois da primeira votação gostaria de melhor analisar o Projeto. Esclareceu que existiu uma Igreja Evangélica que foi acionada na Justiça, por um morador próximo, sob a alegação de que os jovens estavam algazarra na frente da Igreja. Entretanto, sabe que não existe nenhum tipo de algazarra na frente da Igreja, sendo que as Igrejas Evangélicas não estão pedindo favores para ninguém, está apenas pedindo para que sejam observadas as Leis. Por fim, gostaria de saber se o Projeto de Lei está afetando as Igrejas, por isso vai analisá-lo melhor. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que o nível de decibéis no Projeto é de acordo com a Lei Estadual e que é vedada a realização de propaganda volante em frente a alguns locais, tais como escolas, igrejas, hospitais. O Vereador Hugo Fernandes concluiu que

vai realizar duas votações sobre o Projeto de Lei. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **02)** Projeto de Lei que dispõe sobre o Pagamento de Débitos ou Obrigações do Município de Miracema nos Termos do Art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, Decorrentes de Decisões Judiciais, Consideradas de Pequeno Valor (RPV). Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que, por questões judiciais o Dr. Juiz determina que a Prefeitura Municipal realize alguns pagamentos. Dessa forma, a Prefeitura Municipal está propondo pagar o limite baseado no teto máximo do INSS, sendo que o restante se transformaria em precatório, sendo que os Processos seriam pagos de acordo com a ordem de chegada. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que este Projeto é um pouco complexo, pois se o Juiz determinou o pagamento, acredita que a Câmara Municipal não possa intervir neste assunto. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou vista do Projeto de Lei, o que foi deferido pelo Vereador Presidente Hugo Fernandes. **03)** Projeto de Lei que Altera Dando Nova Redação ao Parágrafo Único do Artigo 4º da Lei Municipal nº 1.391/2012. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que com a nova redação do Projeto de Lei os funcionários que possuem graduação em nível técnico poderão ter a oportunidade de ocupar o cargo de Diretor. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que nada foi feito em relação ao trânsito da Rua Santos Dumont, da Avenida Carvalho, na Avenida Antônio Mendes Linhares e na Avenida Eiras, sendo que os Vereadores pediram mudanças e até agora nada foi feito. Disse que o trânsito nestas Ruas e Avenidas está um caos, pois nenhuma atitude foi tomada. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse realizado um convite ao Secretário de Defesa Civil e o Diretor do DEMUTRAN para comparecer na Câmara Municipal, na próxima quinta feira, dia 29 de agosto para prestar esclarecimentos sobre o trânsito de Miracema. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que está é uma boa ideia. Acrescentou que foram lidos dois projetos de Lei para parcelar a dívida da Prefeitura Municipal com a CAPPS, sendo que na época em que foi Prefeito foram parceladas as dívidas em relação ao Fundo de Garantia e ao INSS. Esclareceu que o parcelamento foi feito e as parcelas são descontadas diretamente no FPM, em Brasília, sendo que a

dívida já está quase sanada, faltando apenas quatro anos de pagamento. Acrescentou que os Prefeitos não estão aprendendo com o passar do tempo, pois ninguém está sendo penalizado por suas ações. Informou que se o pagamento desta dívida pudesse ser vinculado ao ICMS seria mais interessante, pois são 20 (vinte) anos de pagamento e não existe nenhuma garantia do pagamento ser feito durante este tempo. Afirmou que com o desconto diretamente na fonte, este problema seria melhor resolvido, sendo que estão sendo tomadas medidas rigorosas contra os precatórios, pois as dívidas são muito grandes. Dessa forma, o próprio Poder Judiciário está querendo tomar medidas enérgicas para garantir os pagamentos dos precatórios. Por fim, disse que vai estudar o Projeto de Lei que pediu vista e que os Vereadores devem tomar as medidas necessárias para que os pagamentos sejam realizados. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acredita que a ideia do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno é interessante e esta possibilidade deve ser estudada. Esclareceu que o Prefeito Municipal está muito preocupado com as dívidas da Prefeitura Municipal. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a Comissão Parlamentar encaminhou um requerimento à Direção da CAPPS perguntando qual é o valo real da dívida que a Prefeitura Municipal possui. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade acredita que a opinião do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno é válida sobre o desconto da dívida diretamente em alguma fonte. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está mais uma vez perplexo com a situação, pois chega uma Portaria do Prefeito Municipal pedindo o afastamento da Presidência, sendo que no mesmo momento chegam os Projetos solicitando a confissão e o parlamento das dívidas. Por isso, pede que seja encaminhado um ofício à CAPPS para sabermos o real valor da dívida da Prefeitura com a CAPPS/CAMEDS. Acrescentou que o Prefeito Municipal está pedindo o parcelamento da dívida de 2012, sendo que os Vereadores deveriam procurar saber o que aconteceu com esta verba, pois os valores foram descontados dos funcionários e não foram repassados, assim os funcionários já foram prejudicados. Esclareceu que o parcelamento de dívidas pela Prefeitura Municipal está se tornando comum. Por fim, disse que os Vereadores devem analisar profundamente esta situação, esclarecendo que já fez um requerimento através da CPI e gostaria que o referido também fosse encaminhado pela Câmara Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou que fosse encaminhado um ofício à Direção da

CAPPS/CAMEDS solicitando o real valor da dívida que o Município de Miracema possui com a Caixa de Previdência. Deferido. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a atual Diretoria da CAPPS/CAMEDS já informou que só vai parar de exercer suas funções mediante decisão do Poder Judiciário, sendo que o Processo de Sindicância deve apenas apurar os fatos e não penalizar ninguém, uma vez que a Sindicância deveria ter dado origem a um Inquérito Administrativo. Por fim, acredita que o Prefeito Municipal está sendo mal orientado, sendo que a situação está muito enrolada. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que quer acreditar que o Prefeito Municipal não está mal assessorado, pois seus Assessores já estão militando na vida pública há bastante tempo. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que esteve com o Sr. Prefeito Municipal e ele disse que o Ministério Público já havia autorizado a realização do afastamento, mas acredita que o Promotor não tenha este tipo de poder. Esclareceu que o Sr. Prefeito Municipal estava resolvendo estas pendências em relação ao afastamento, acreditando que isto já foi feito. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que o Promotor não tem a autoridade para determinar o afastamento, podendo apenas pedir ao Poder Judiciário a determinação de tal medida. Acrescentou que está sabendo que em novembro será realizada uma eleição na CAPPS, ou seja, a eleição está muito próxima. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que sua preocupação não é com as pessoas que estão na Diretoria da CAPPS/CAMEDS e sim é com a atitude da Câmara Municipal, pois tanto os servidores, quanto o Município de Miracema estão sendo prejudicados por causa desta dívida. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Harley Oliveira da Silva, por ter sido reeleito Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, na eleição ocorrida no dia 22/08/2013. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que só está sendo falado em dívida, entretanto possui a informação de que os servidores contratados estão há dois meses sem receber seus salários, por isso gostaria de encaminhar um ofício à Diretoria do CDH. Com isso, o Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou um Ofício à Diretoria da CDH, Empresa Terceirizada, no sentido de que sejam prestadas as informações abaixo relacionadas: a) Se o pagamento dos servidores está sendo realizado em dia, sendo que em caso negativo, que seja informado o motivo; b) Se todos os servidores contratados estão com a carteira

assinada, e se as garantias trabalhistas estão sendo recolhidas, sendo que em caso negativo, que seja informado o motivo. Aprovado. Acrescentou que os Vereadores não podem permitir esta situação, pois o salário dos funcionários é muito importante, sendo que escuta os Secretários Municipais falarem que tudo no Município está muito bem, entretanto está não é a realidade municipal. Disse que a Prefeitura está sofrendo as consequências das criações de cargos no início do governo e que daqui a algum tempo a situação financeira pode ser pior. Por fim, afirmou que está buscando esclarecer a real situação do Município. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que os valores da dívida do Município com a CAPPS/CAMEDS deverão ser confrontados com a Previdência Social, assim os Vereadores poderão votar os Projetos com tranquilidade. Acrescentou que esteve conversando com o Secretário de Governo e lhe foi transmitido um pouco de esperança, pois será feito um levantamento das dívidas com o objetivo de quitá-las. Disse que o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno fez uma "economia de guerra" durante os dois primeiros anos de governo, sendo que depois destes anos o Município começou a se desenvolver. Esclareceu que o pagamento dos servidores municipais está sendo feito em dia e parabenizou a boa vontade do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo em resolver um problema na resolução de um problema com a Usina de Coleta de Lixo. Por fim, disse que vai sugerir a inserção de uma rubrica no orçamento público sobre a reforma do prédio onde funciona a Usina de Reciclagem, bem como que a Dona Célia Enetério lhe cobrou uma solução sobre o problema do Campo da Associação Atlética, pois as raízes das árvores estão entrando nas casas através dos canos de esgoto, por isso acredita que as referidas devem ser alteradas, cortando as árvores atuais e plantando algumas de outras espécies, sendo que o Secretário de Obras já está colhendo um abaixo assinado sobre está situação. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu existe um pequeno detalhe sobre está situação, pois acredita que foram os próprios moradores quem pediram para que as árvores fossem plantadas naquele local com o objetivo de evitar que as bolas chegassem às suas residências, entretanto, como são os próprios moradores que estão pedindo a retirada das árvores através do abaixo assinado acredita que não haverá problemas em resolver esta situação. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que pode ser alterada a espécie da árvore plantada no local, assim não causaria nenhum problema com as raízes e nem com as bolas. O

Vereador Gilson Teixeira Sales parabenizou a atitude do Vereador Fabrício de Sá Xavier pela autoria do Projeto de Lei, esclarecendo que há algum tempo atrás foi procurado por uma Igreja Evangélica que tinha recebido uma notificação do Ministério Público reclamando do barulho alto, sendo que esta Igreja lhe procurou como um Técnico de Segurança. Acrescentou que existia uma medição onde o som da Igreja estava atingindo aproximadamente 110 decibéis, entretanto parece que as medições estão sendo feitas de maneira errônea, pois foram realizadas dentro da Igreja e não do lado de fora. Por fim, concluiu que, depois da análise dos fatos e da correta aferição do nível de som produzido pela Igreja ficou constatado que a referida não estava descumprindo nenhuma norma, esclarecendo que já presenciou um carro de som passar em frente a uma Igreja durante o culto, sendo que o referido não se preocupou com o volume de seu carro e atrapalhou o andamento do culto. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que no dia em que a Direção da CAPPS/CAMEDS esteve presente nesta Casa Legislativa, ficou muito preocupado, pois entendeu que existe uma dívida desde o ano de 1996 e, até hoje, ninguém conseguiu resolver este problema. Dessa maneira, conclui que a situação de Miracema é muito grave, entretanto a atual gestão, em conjunto com os Vereadores, está buscando uma solução para estes problemas. Esclareceu que com a conclusão deste problema o Município de Miracema poderá voltar a receber verbas do Governo Federal, acrescentando que está gostando de ver a atitude dos Vereadores sobre este problema. Por fim, disse que o objetivo dos Vereadores não é buscar e penalizar os culpados e sim resolver o problema com responsabilidade e agilidade, pois o Município precisa resolver esta situação. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que os Vereadores devem procurar saber onde foi utilizada a verba descontada dos servidores e não repassada devidamente, pois a Câmara Municipal não pode se prejudicar tomando atitudes rápidas e equivocadas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva frisou que sua preocupação é com o Município de Miracema. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que na legislatura passada já foi aprovada uma Lei autorizando o parcelamento da dívida do Município com a CAPPS referente ao ano de 2012. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os Projetos de Lei que chegaram nesta Casa Legislativa são relativos aos débitos de 2012 e 2013, a dúvida existente é referente ao débito tratado na Lei aprovada na

legislatura passada. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que este Projeto de Lei foi aprovado na última reunião do ano de 2012, assim, ficou sob a responsabilidade do atual gestor dar início ao pagamento do parcelamento. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que sua fala foi para parabenizar o trabalho dos Vereadores na tentativa de resolver este problema, destacando inclusive os trabalhos da CPI em andamento. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para: 01) a Atendente do Banco do Brasil, Sra. Monique Curcio, pela forma simples e carinhosa que ela atende as pessoas que utilizam o referido Banco; 02) a Farmacêutica do Posto de Saúde Irineu Sodré, Sra. Natália, pela forma com que ela vem conduzindo seus trabalhos do Posto de Saúde, sempre com responsabilidade e dedicação. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes acrescentou que, acredita que a situação da Associação Universitária está muito grave, sendo que a dívida da Associação é muito grande e a situação dos universitários é preocupante. Esclareceu que o atual Presidente da Associação, o Sr. Sandro Soares, já manifestou o desejo de renunciar seu cargo. Por fim, disse que o Sr. Prefeito Municipal se colocou a disposição para ajudar a Associação, mas está esperando que os problemas internos da referida sejam resolvidos e esta situação é muito preocupante. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a Lei nº. 1.414 de 27 de dezembro de 2012 dispõe sobre a confissão e o parcelamento dos débitos do Município com a CAPPS/CAMEDS existentes até o mês de março de 2011, assim ficou indignado com a existência do débito de 2012. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 26/08/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 26 de agosto de 2013.

_____

_____

_____

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número trinta e sete, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 23, Versículos de 01 à 06. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Telegrama NºRef: 008110/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde; 02) Carta nº 35/Conselho de Consumidores/2013 da AMPLA. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 03) Notificação nº 176/13 da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva/Núcleo Pádua, referente ao ofício nº 0421/2013. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva, Hugo Fernandes, Maira José Marques Barros Andrade, Gideão Duarte Gonçalves e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício da Associação dos Estudantes Universitários de Miracema encaminhando cópia da renúncia do Sr. Sandro Augusto P. Souza. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício; 06) Projeto de Lei que Regulamenta a denominação de uma via pública da cidade, de autoria da Mesa Diretora. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores - Solicitação no sentido de que seja concedida uma licença de 15 (quinze) dias, a partir de 29 de agosto, em consonância com o artigo 91, parágrafo II do Regimento Interno. Solicito, outrossim, que este período de licença seja descontado

do meu subsídio, uma vez que o objetivo da licença é uma viagem ao exterior em caráter particular. Aprovado por unanimidade. O Vereador João Siqueira Magalhães, antes de fazer seu requerimento, esclareceu que no término de uma das reuniões passadas pediu aos Vereadores para passarem em frente à casa localizada na Praça Dona Ermelinda para verificarem a situação da referida. Dessa forma, passou a fazer seu requerimento. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Diretor Geral do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, Sr. Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria na casa localizada na Praça Dona Ermelinda - Solar Dona Brasileira, Patrimônio Histórico tombado, o qual sofreu uma reforma no ano de 2008 e encontra-se em péssimo estado de conservação. Aprovado. O Vereador Duarte Gonçalves esclareceu no ano passado, aproximadamente entre os meses maio ou junho, este problema já estava ocorrendo. 03) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Vice-Governador do Estado Rio de Janeiro, Sr. Pezão - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja estudada com carinho a possibilidade do Município de Miracema ser agraciado com a doação de ônibus, para melhor servir os idosos, bem como as pessoas com necessidades especiais no que tange ao transporte gratuito municipal. Tal solicitação tem como objetivo suprir as necessidades dos idosos e das pessoas com necessidades especiais, que muito necessitam do transporte coletivo para se locomover dentro do Município. Aprovado. Todos os Vereadores irão assinar este Requerimento. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Vice-Governador do Estado Rio de Janeiro, Sr. Pezão - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que o asfaltamento da RJ 188, que liga o Município de Miracema à Paraoquena, seja concluído, tendo em vista que a referida estrada é muito importante para nossa região. Aprovado. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa as seguintes informações: a) qual Empresa está operacionalizando a antiga Usina de Tratamento de Lixo; b) como se deu a contratação da referida Empresa; c) encaminhar cópia do Procedimento de contratação da Empresa, bem como cópia do atual contrato vigente; Esclarecemos que estamos solicitando tais informações tendo em vista o término do Decreto Emergencial. Deferido. 06) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito

Municipal - Solicitação no sentido de que seja implementada através de convênio junto ao Governo Federal / Miracema a legalização fundiária do Município de Miracema, tendo em vista a existência de inúmeros loteamentos irregulares. Deferido. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Ministro do Esporte, Sr. José Aldo Rebelo Figueiredo - Solicitação no sentido de que seja implantado no Município de Miracema o Programa Segundo Tempo, com o objetivo de democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. Aprovado. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Gideão Duarte Gonçalves pela iniciativa em regularizar os loteamentos irregulares. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que fez um requerimento sobre a regularização das escrituras do loteamento da CEHAB e foi pessoalmente na Secretaria de Habitação para entregar o referido documento, entretanto também parabeniza o Vereador pelo pedido. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que, não está pedindo especificamente a regularização do loteamento da CEHAB, pois já sabe que o referido está em andamento, acrescentando que existem outros loteamentos que precisam ser regularizados, tais como o da Fazendinha, o do Jardim Beverly. 08) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja estuda com carinho a possibilidade de efetuar as seguintes ações em prol do Bairro do Cruzeiro: a) limpeza e poda das árvores; b) instalação de lixeiras na Praça. Ressalta-se que as solicitações acima, foram feitas pelos próprios moradores do Bairro, durante a realização do Gabinete Itinerante. Por fim, é de suma importância que as referidas solicitações sejam realizadas antes do início da tradicional festa do referido bairro. 09) Vereador Hugo Fernandes - Ao Diretor do DEMUTRAN - Solicitação no sentido de que seja estuda com carinho a possibilidade de efetuar a seguinte ação em prol do Bairro do Cruzeiro: a) que seja estudada a viabilidade de carros transitarem pela Travessa do Ferradurão, após alguns reparos mínimos. Ressalta-se que as solicitações acima, foram feitas pelos próprios moradores do Bairro, durante a realização do Gabinete Itinerante. 10) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja estuda com carinho a possibilidade de efetuar as seguintes ações em prol do Bairro do Cruzeiro: a) reforma dos banheiros da Praça; b)

a instalação de redutores de velocidade. Ressalta-se que as solicitações acima, foram feitas pelos próprios moradores do Bairro, durante a realização do Gabinete Itinerante. Por fim, é de suma importância que as referidas solicitações sejam realizadas antes do início da tradicional festa do referido bairro. 11) Vereador Hugo Fernandes - Ao Diretor da AMPLA - Solicitação no sentido de que seja estuda com carinho a possibilidade de efetuar as seguintes ações em prol do Bairro do Cruzeiro: a) a revisão da rede elétrica da Rua Laurindo Alvim Pereira, próximo ao número 99, tendo em vista que há curtos circuitos e quedas de energia frequentemente; b) a revisão da rede elétrica da Rua Ururai de Matos Macedo, próximo ao número 132, tendo em vista que existe um transformador com problemas na referida rua. Ressalta-se que as solicitações acima, foram feitas pelos próprios moradores do Bairro, durante a realização do Gabinete Itinerante. Aprovado. 12) Vereador Hugo Fernandes e Gideão Duarte Gonçalves - À Deputada Estadual Enfermeira Rejane - Solicitação no sentido V. Exa. interceda junto ao Presidente da FAETEC, Sr. Celso Pansera, para que o Centro Vocacional Tecnológico (CVT) do Município de Miracema possa ser agraciado com o curso técnico de enfermagem, tendo em vista que existe grande demanda nesta área em nossa região. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Marco Aurélio Rodrigues de Moura para falar sobre os Conselhos Municipais. Com a palavra, o Sr. Marco Moura, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que está encontrando algumas dificuldades em fazer com que os Conselhos funcionem corretamente. Acrescentou que ocorreu uma mudança recente no Conselho de Alimentação Escolar e foi encaminhado um ofício em maio de 2013, indicando os novos nomes dos representantes da FAMMIRA no referido Conselho. Continuou dizendo que procurou a Secretaria de Educação várias vezes para questionar o motivo de não estarem ocorrendo as reuniões do Conselho, sendo que o referido deveria estar visitando as Escolas para fiscalizar a merenda e os funcionários que trabalham com a merenda. Esclareceu que, inclusive, a Câmara Municipal possui uma cadeira no referido Conselho, podendo indicar dois Vereadores, um da situação e outro da oposição. Acrescentou que, apesar de estar sendo falado que as merendas se transformaram em refeições, tem recebido algumas denuncias informando que as merendas não estão adequadas. Disse que tem encontrado muitas dificuldades em trabalhar com os Conselhos e não quer ficar omisso, perguntando ao

Presidente da Câmara se ele já fez a indicação dos Vereadores. Por fim, disse que o Conselho do Idoso é um dos Conselhos que mais requer trabalho das pessoas, pois os idosos de Miracema estão abandonados, devendo ser tomadas diversas medidas para que o mencionado Conselho possa realizar seus trabalhos. Esclareceu que a ideia do Sr. Prefeito Municipal é alugar uma casa para que todos os Conselhos possam funcionar juntos, mas acredita que isto seja um pouco complicado. O Vereador Hugo Fernandes solicitou ao Sr. Marco Moura que encaminhe um ofício à Câmara Municipal esclarecendo são os Conselhos que a Câmara Municipal possui cadeira, adiantando que já possui os Vereadores para participarem do Conselho de Alimentação Escolar, sendo o Gilson Teixeira Sales e o Fabrício de Sá Xavier. Continuando, o Sr. Marco Moura esclareceu que na área da Saúde existe uma OSCIP prestando serviços, de nome CDH, que não está pagando corretamente seus empregados. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que já fez um requerimento para a Diretoria do CDH, sendo que gostaria que a Diretoria da Empresa CDH fosse convocada para prestar alguns esclarecimentos. O Sr. Marco Moura informou que a INVISA foi muito cobrada durante o governo passado, entretanto ela pagou todos os direitos de seus funcionários quando eles foram demitidos. Acrescentou que o Conselho da Saúde não foi consultado sobre a contratação da OSCIP CDH O Fabrício de Sá Xavier esclareceu que possui informações de que a Prefeitura possui 497 (quatrocentos e noventa e sete) contratados pela CDH. O Sr. Marco Moura esclareceu que não possui muitas informações sobre o TAC assinado entre o Município e o Ministério Público, sendo diversas vezes já foi procurado pelos concursados perguntando sobre a quantidade de vagas existentes. Acrescentou que algumas pessoas também lhe procuram querendo saber informações sobre o Concurso Público não realizado, acreditando que tais questionamentos devem ser feitos para a empresa responsável pelo concurso, pois o referido foi apenas suspenso e não cancelado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que nós poderíamos fazer um ofício ao IDECAN solicitando informações sobre o Concurso. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno já fez este requerimento e a Câmara Municipal poderia convidar os representantes da empresa para prestarem esclarecimentos. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a Câmara poderia questionar a empresa por via judicial. O Vereador

Hugo Fernandes esclareceu que já existe uma ação tramitando no Poder Judiciário, onde o Concurso Público foi suspenso e não cancelado, acreditando que a IDECAN também está buscando o direito de realizar o concurso. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um convite para os representantes da Empresa IDECAN para que eles compareçam na Câmara Municipal de Miracema a fim de prestar esclarecimentos referentes ao Concurso Público que seria realizado em Miracema no ano de 2012. O Sr. Marco Moura esclareceu que veio nesta Câmara Municipal expor algumas situações e não possui a intenção de denunciar ninguém, entretanto Miracema pode ser punida por cinta de algumas falhas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que é importante os Vereadores acompanharem a alimentação escolar. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que os Vereadores podem verificar o cardápio mensal da merenda e realizar algumas visitas surpresas nas escolas para verificar se o referido está sendo cumprido corretamente. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Comissão de Educação da Câmara poderia verificar estas questões. O Vereador João Siqueira Magalhães parabenizou o Sr. Marco Moura pelo trabalho que ele vem realizando, destacando que este é um trabalho voluntário. Por fim, o Sr. Marco Moura concluiu que algumas medidas tomadas em relação ao trânsito de Miracema foram feitas de maneira equivocada. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que dispõe sobre o Pagamento de Débitos ou Obrigações do Município de Miracema nos Termos do Art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, Decorrentes de Decisões Judiciais, Consideradas de Pequeno Valor (RPV). Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que pediu vista do Projeto de Lei e o Secretaria de Fazenda Municipal lhe explicou detalhes sobre este Projeto. Acrescentou que diversos Municípios possuem uma Lei que limita o valor dos precatórios, sendo que a situação dos precatórios no Município de Miracema está muito séria. Disse que a Prefeitura precisa ter uma Lei tratando deste assunto para que um valor máximo possa ser pago e o restante se transforme em precatório. Por fim, informou que este tipo de legislação existe em diversos Municípios, sendo que a Prefeitura é obrigada a pagar o valor máximo estipulado e que os Vereadores estão aqui para auxiliar o Município, acreditando, assim, que os interessados também irão ficar satisfeitos com a implementação desta Lei. O Vereador

Maurício Sant'Ana Soares solicitou a leitura do Parecer Jurídico, o que foi feito pelo Vereador Presidente Hugo Fernandes. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acrescentou que esta é uma maneira para o Gestor Público não ser surpreendido pelas decisões judiciais. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que recebeu da Sra. Joelma 11 (onze) camisas do Centro de Recuperação Mãos que Ajudam para que elas fossem oferecidas aos Vereadores. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Reginaldo Batista da Rocha, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que existem alguns Municípios que utilizam o Orçamento Impositivo e vai buscar conseguir uma cópia deste Projeto para que ele possa ser implementado no Município de Miracema, dessa forma, toda a verba destinada a qualquer instituição o Município seria obrigado a pagar, desde que o Orçamento seja aprovado pela Câmara Municipal. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou que o Sr. Adriano Daibes fosse convidado para comparecer na Câmara Municipal de Miracema a fim de prestar esclarecimentos referentes aos Projetos de Lei que dispõem sobre a dívida do Município de Miracema com a CAPPS/CAMEDS, o que foi deferido pelo Vereador Presidente Hugo Fernandes. Continuando, o Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Ricardo Bereta Freire, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Também solicitou Moção de Aplausos para a Servidora Roselange de Fátima Lopes Lima, que trabalha na Secretaria Municipal de Saúde, pela dedicação, caráter e alto nível de profissionalismo demonstrado com os munícipes e com a Administração Pública. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes convidou o Sr. Francisco Carneiro Cavalcante, carinhosamente conhecido como Chiquinho Alfaiate, para receber das mãos do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo uma Moção de Parabéns em comemoração aos seus 88 anos de vida. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 29/08/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para

constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 29 de agosto de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número trinta e oito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Maria José Marques Barros Andrade, Genessi Rodrigues da Silva, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, a Sra. Presidente Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. A 2ª Secretaria foi ocupada pelo Vereador Gideão Duarte Gonçalves. Foram registradas as ausências dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales e Gutemberg Medeiros Damasceno. Justificadas. O Vereador Em seguida a Sra. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 01, Versículos de 01 à 06. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício s/nº do Gabinete do Vereador Gilson Teixeira Sales justificando sua ausência na Sessão Plenária de 29 de agosto de 2013, por estar a serviço do mandato; 02) Ofício nº 394/2013-GAB do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei Complementar nº. 35/2013 que altera acrescentando ao Anexo II da Lei 813/99 Item II, mais 03 vagas de Auxiliar de Enfermagem, Grupo de Nível de Primeiro Grau de Escolaridade, Símbolo de Vencimento P-15. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães, Genessi Rodrigues da Silva e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 03) Comunicado Nº CM205040/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 04) Ofício nº. 175/2013 – CCMC do Departamento de Cultura Centro de Cultura Melchíades Cardoso; 05) Ofício nº 182/2013 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, respondendo ofício nº 553/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício PRS/SSE/CSO 30966/2013 do Tribunal de contas do Estado do Rio de Janeiro. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares,

Gideão Duarte Gonçalves, Genessi Rodrigues da Silva e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 07) Ofício nº 397/2013 da Procuradoria Geral do Município encaminhando os Projetos de Leis nº. 33/2013 e 34/2013 em substituição aos anteriormente enviados a esta Casa Legislativa. A Vereadora Presidente solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para todos os Vereadores. A seguir a Sra. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando que o Distrito de Paraíso do Tobias foi agraciado com uma verba para realização de obras de esporte e lazer, solicitamos que V. Exa. envide esforços a fim de que o seja realizada a reforma do Campo de Futebol do Distrito de Paraíso do Tobias, bem como realizada a construção de uma academia popular na praça central, a construção de dois banheiros públicos e de um ponto de ônibus com cobertura. Esclarecemos que tais obras irão proporcionar melhores condições de saúde e lazer a população daquele Distrito. Deferido. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. 02) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas ao Diretor do DEMUTRAN, no sentido de que seja estudada a possibilidade de implementação do sistema de vagas rotativas no centro da cidade, no intuito de diminuir o fluxo de trânsito dentro do centro, como também coibir a utilização de vagas, que funcionando pelo sistema rotativo, determinará o tempo de permanência nas vagas, logo gerando receita ao Município através da venda no comércio local do cartão rotativo de uso obrigatório. Deferido. 03) Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que os Vereadores estão com um abaixo assinado dos moradores da Rua Manoel Antônio Pestana, Bairro Vale do Cedro, parte alta, pedindo para que seja realizado o calçamento, saneamento e melhorias na iluminação e limpeza da referida Rua. A Vereadora Presidente solicitou que o abaixo-assinado fosse encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal para que fossem tomadas as medidas necessárias. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito os Srs. Jocimar Vaz Freire e André de Souza de Oliveira para falar sobre o Projeto de Lei que trata do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Com a palavra, o Sr. Jocimar, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que os Conselheiros vieram hoje na Câmara Municipal para esclarecer alguns pontos sobre o Projeto de Lei que prorrogaria o mandato dos Conselheiros,

unificando todas as eleições de Conselho Tutelar em âmbito nacional, sendo que o referido Projeto está sendo feito em âmbito nacional e foi divido em algumas partes, sendo que no primeiro momento foi encaminhado a Câmara Municipal apenas a parte referente aos Conselheiros Tutelares. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a CONANDA é apenas uma Resolução, perguntando se ele teria algum poder sobre as Leis Federal, Estadual ou Municipal. O Sr. André esclareceu que a CONANDA é uma Resolução, mas os Conselheiros possuem uma nota do Supremo Tribunal Federal ratificando a Resolução, fazendo a referida valer para todos os Municípios. Acrescentou que a CONANDA ainda não achou viável a unificação dos salários dos Conselheiros, mas em conversa com a Assessoria Jurídica da Prefeitura e com o Prefeito Municipal foi decidido fazer a alteração dos salários dos Conselheiros de Miracema. Por fim, disse que os Conselheiros vieram pedir para que o Projeto de Lei seja votado, sendo que ele não abrange apenas a alteração do tempo de mandato e a alteração dos salários, pois existem outras partes que serão encaminhadas. O Sr. Jocimar esclareceu que está sendo realizado um estudo melhor sobre as outras partes, uma vez que a Prefeitura Municipal deverá criar alguns cargos para atender as necessidades do Conselho Tutelar, sendo que já foi feita uma reunião para que todas as condições fossem adequadas. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que os Vereadores também estão preocupados com os Projetos de Lei que chegam nesta casa legislativa, pois a Lei 12696 não especifica muito bem como deve ser feita a transição do mandato dos Conselheiros e nem estabelece como deve ser realizada a prorrogação dos mandatos, com isso, também buscou com conversar com o Promotor de Justiça para obter algumas orientações. Dessa forma, esclareceu que os Vereadores ficam preocupados em prorrogar o mandato dos Conselheiros em desacordo com alguma legislação. Acrescentou que em relação aos salários, tanto o Prefeito Municipal quanto o Secretário de Fazenda sabem o aumento dos custos com a alteração dos salários dos Conselheiros. Por fim, esclareceu que o Projeto de Lei está sendo analisado e que apesar da Resolução do CONANDA não ser inconstitucional, também não deixa os Vereadores seguros para colocarem o Projeto de Lei em votação, pois não abrange algumas situações. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que os Vereadores estão aqui para verem qual a melhor atitude a ser tomada em favor de todas as partes, sendo que existem divergências

entre alguns documentos e acredita que tanto os Conselheiros, quanto o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo estão pensando da maneira correta. O Sr. Jocimar esclareceu que é por esta razão que os Conselheiros estão comparecendo nesta Casa Legislativa, assim coloca o Conselho Tutelar a disposição para prestar quaisquer tipos de esclarecimentos, acrescentando que está sendo feito um trabalho em diversos Municípios para propor Projetos de Lei que tratam da alteração do tempo de mandato e da alteração dos salários. O Vereador Maurício Sant'Ana esclareceu que a Câmara Municipal deve avaliar a situação para confirmar se a Câmara é competente para votar os assuntos tratados no Projeto de Lei. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou que os documentos apresentados no dia de hoje sejam anexados ao mencionado Projeto de Lei, o que foi deferido pela Vereadora Presidente. O Vereador João Magalhães Siqueira esclareceu que conhece o trabalho dos Conselheiros Tutelares e sabe que ele é de grande importância, entretanto a prorrogação do mandato dos Conselheiros é um assunto muito complexo, sendo que possui um documento constatando estas complexidades. Continuando, fez a leitura de alguns pontos do documento, explicando que a eleição dos conselheiros, ao invés de ser prorrogada poderia ser antecipada. Por fim, afirmou que a Câmara Municipal não tem a intenção de prejudicar nenhuma pessoa e que os Vereadores também não podem prejudicar o Município, sendo que em relação aos salários, não acredita que os valores irão prejudicar o orçamento da Prefeitura. O Sr. André esclareceu que a intenção dos conselheiros é se colocar a disposição da Câmara de Vereadores para conversar e dirimir eventuais dúvidas, pois às vezes o Projeto de Lei fica travado em alguma Comissão e os Conselheiros possuem o objetivo de comparecer na Câmara para conversar sobre referido. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que a vinda dos Conselheiros foi importante, sendo que os Vereadores possuem a consciência do trabalho realizado por eles. Acrescentou que a Câmara possui a intenção de votar o Projeto de Lei, mas os Vereadores estão preocupados com alguns pontos do referido, sendo que não existe nenhum interesse em enrolar a tramitação do Projeto de Lei. Acredita que a alteração do salário é mais do que justa, entretanto a questão da prorrogação do mandato está deixa os Vereadores inseguros, uma vez que a legislação sobre o assunto é um pouco vaga. O Sr. Jocimar sugeriu que os Vereadores que não ainda não tiveram a oportunidade de ler o Projeto o façam, pois o

Projeto abrange diversos tópicos e o Conselho Tutelar funcionaria em conjunto com a Prefeitura Municipal, sendo que inclusive seriam criados alguns cargos para suprir as necessidades do Conselho. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva perguntou se a outra parte do Projeto complementaria a parte que já está tramitando na Câmara. O Sr. Jocimar esclareceu que as partes são independentes e que a Lei completa engloba o Conselho Tutelar, o CMDCA e o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Acrescentou que os Conselheiros não estão aqui com a intenção de criticar e nem de pressionar os Vereadores, pois suas intenções são de apenas se colocarem a disposição para auxiliar os Vereadores, esclarecendo possíveis dúvidas. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que as Comissões são formadas por três Vereadores, sendo que ele preside a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a principal Comissão responsável por fazer pareceres nos Projetos de Lei. Dessa forma, acrescentou que não tem nenhuma Comissão dificultando a tramitação do Projeto de Lei. Por fim, disse que a Comissão está analisando todos os Projetos de Lei da mesma maneira, acrescentando que existe Projeto de Lei de Vereador que ainda não foi analisado pela Comissão. Frisou que nenhuma Comissão está travando os Projetos, pois todos os Vereadores possuem o interesse no regular andamento dos Projetos. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que tem visto o empenho do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo em realizar os estudos dos Projetos de Lei, esclarecendo que sempre existiu a luta para que os Conselheiros possam receber um salário melhor. O Sr. André esclareceu que não buscou ofender nenhum Vereador e utilizou a palavra travar apenas como uma maneira jurídica de falar, pois os Conselheiros não vieram na Câmara criar um conflito e possuem o objetivo de auxiliar os Vereadores nos esclarecimento de eventuais dúvidas. Acrescentou que todas as vezes que o Conselho veio nesta Casa Legislativa sempre foi bem atendido. Por fim, pediu desculpas pela palavra travamento, destacando que foi apenas uma maneira jurídica de falar. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou que fosse encaminhada uma cópia do Projeto para cada Vereador, com a inclusão dos documentos mencionados no dia de hoje. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade agradeceu a presença dos Conselheiros, esclarecendo que os Vereadores estão analisando o Projeto de Lei da melhor maneira possível, com o objetivo de não prejudicar ninguém. O Sr. Jocimar agradeceu aos Vereadores pela oportunidade

concedida, colocando o Conselho Tutelar a disposição para conversar sobre o Projeto de Lei. A seguir a Sra. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Sr. João de Jesus Batista pelo trabalho que ele vem realizando no segmento de Hortaliças no Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para o Sr. David Gonçalves dos Santos e toda a nova Diretoria da ASSEUM (Associação de Estudantes Universitários de Miracema), parabenizando por ter assumido a Direção desta importante Instituição, dando continuidade aos trabalhos e evitando transtornos aos estudantes. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou que fosse encaminhada ao novo Presidente da Liga Desportiva de Miracema uma nota que faz algumas considerações sobre o Estatuto da Liga através do Tribunal de Contas do Estado, pois com base no Princípio de Continuidade, ficou preocupado com uma notificação do TCE que recebeu no final de seu mandato. Aprovado. Continuando, esclareceu que está solicitando o encaminhamento desta documentação para que o atual Presidente seja orientado sobre as alterações que devem ser feitas no Estatuto, pois no futuro chegará um documento nesta Casa Legislativa listando algumas entidades que não poderão receber verba pública por conta de equívocos em seus Estatutos. Por fim, frisou que está alertando o atual Presidente da Liga Desportiva para que, no futuro, este fato não possa se tornar um problema para a referida entidade. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para os policiais militares: a) Paulo de Tarso Picanso Costa – CEL PM Médico RG, Diretor do HPMNIT; b) Artur Cruz Junior – Major PM RG 57.363, chefe P/4; c) Cláudio Neves Monteiro – Subtenente PM RG 21.739, P/4; d) Valéria Ferreira Rocha Soares – Subtenente PM RG, Secretária; e) Fábio Santana Ribeiro – 3º SGT PM RG 70.959, Auxiliar Administrativo; f) Edmar Reis Rocha – CB PM RG 76.492, Auxiliar Administrativo P/1; g) Valéria Meirelles de Souza – Major PM Médica RG 76.575, Cirurgiã Plástica; h) Luiz Maurício de Castro Farias – Tenente Coronel PM Médico, Chefe do Setor de Cirurgia Plástica HPMNIT; por terem realizado um atendimento exemplar para o sucesso da cirurgia do miracemense e adolescente Márith Eiras Scot Filho, filho de um Policial Militar lotado no 36º BPM, também miracemense. Os policiais demonstraram destreza, profissionalismo, humanidade e simplicidade, o que desperta um sentimento de orgulho e profissionalismo. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para: a) o Sr. Sérgio Silva de Souza pelos relevantes

serviços prestados enquanto Diretor Executivo da Usina de Reciclagem; b) o Sr. Eliel Von Heldh da Costa pelos relevantes serviços prestados enquanto Técnico em Segurança do Trabalho na Usina de Reciclagem; Solicitou, também, Moção de Pesar para o Sr. Nilton Benazi Cardoso e demais familiares, pelo falecimento de seu filho Inael Freire Cardoso. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Agradecendo a presença de todos a Sra. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 02/09/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 02 de setembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número trinta e nove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gideão Duarte Gonçalves, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Antes de iniciar os trabalhos o Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que de acordo com o Artigo 11 do Regimento Interno da Casa, ia dar posse ao Suplente de Vereador Alexandre Barbosa Machado, da Coligação "Avante Miracema", na vaga decorrente do pedido de licença da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, para ocupar o cargo de Assessoria Superior do Prefeito. Na oportunidade pediu ao Vereador Alexandre Barbosa Machado, que manifestasse o seu compromisso em conformidade com a Lei, nos seguintes termos: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as Leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem estar do seu povo". O Vereador Alexandre Barbosa Machado respondeu "Assim o Prometo". Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 09, Versículos de 01 à 04. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício do Gabinete da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade informando sua licenciatura do cargo de Vereadora, em virtude de sua nomeação com Assessora Superior do Prefeito, de acordo com a Portaria nº 393/2013 de 30 de agosto de 2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 02) Telegrama NºRef: 000444/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 03) Ofício PMM/SMOU Nº 072/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo,

respondendo ofício nº 0172/2013; 04) Ofício PMM/SMOU Nº 073/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, respondendo ofício nº 0211/2013. Os Vereadores Hugo Fernandes e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 05) Ofício PMM/SMOU Nº 074/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, respondendo ofício nº 0318/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício PMM/SMOU Nº 075/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, respondendo ofício nº 0356/2013. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício nº 005/2013 da Controladoria Geral do Município. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um convite ao Sr. Adriano Daibes, Auditor Contábil do Município para que ele compareça na Câmara Municipal de Miracema, no dia 05 de setembro de 2013 a fim de prestar esclarecimentos referentes aos Projetos de Lei que dispõem sobre a dívida do Município de Miracema com a CAPPS/CAMEDS; 08) Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo sobre a regulamentação da Rua Antônio Antunes de Siqueira; 09) Ofício do Gabinete do Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitando a retirada de seu nome como membro da CPI para apurar supostas irregularidades na gestão 2009/2012; 10) Ofício PMERJ/36º BPM Nº 3269/2013 da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro, respondendo ofício nº 524/2013. Os Vereadores Hugo Fernandes e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 11) Ofício nº 35/2013/GAB da 1ª Vara da Comarca de Miracema, respondendo ofício nº 518/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que o Vereador Alexandre Barbosa Machado será nomeado para substituir o Vereador Carlos Magno da Silva Peras na composição da Comissão Parlamentar de Inquérito referente à gestão de 2009/2012, bem como substituirá a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade nas Comissões de Educação, Saúde e Assistência Social e de Ética. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Alexandre Barbosa Machado - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizada a construção de uma galeria para a capitação de águas pluviais, que fazem com que ocorra inundação nos entornos da Escola Municipal Amadeu Pereira, no Distrito de Venda das Flores. Deferido. 02) Vereador Alexandre Barbosa Machado - Ao

Departamento de Estradas e Rodagem – DER - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão na sinalização dos acessos ao Distrito de Venda das Flores, do Município de Miracema, principalmente a sinalização do muro de contenção de encostas no entroncamento da RJ 116 com a Rua Cel. Pedro Bastos, já que a ausência dessa sinalização coloca em risco a vida dos condutores de veículos e a vida dos pedestres que circulam pela área. Aprovado. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja criado no Município de Miracema um Programa ou Projeto para que os medicamentos de uso dos aposentados sejam fornecidos a preço de custo nas farmácias. Esclarecemos que tal medida beneficiará as pessoas que comprovem ser aposentadas pela Previdência Social, portadoras de doenças crônicas, entre outras. Aprovado. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Saúde, no sentido de que sejam esclarecidas as seguintes informações: a) se os contratados na área da Saúde estão com seus salários e suas garantias trabalhistas pagas em dia; b) se as farmácias e fornecedores de medicamentos estão com seus pagamentos em dia; c) se os veículos locados estão com os pagamentos em dia; d) se existe algum débito do Município de Miracema com o Hospital ou com a Casa de Saúde; e) que seja encaminhada uma prestação de contas da referida Secretaria no período compreendido entre 01/01/2013 e 31/08/2013. Deferido. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Secretário Estadual de Transportes, Sr. Júlio Lopes - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantada no Município de Miracema, através do Programa Rio Estado da Bicicleta, uma infraestrutura capaz de oferecer suporte ao uso eficiente da bicicleta, bem como assegurar espaços adequados à sua utilização, como a instalação de ciclovias. Dessa forma a mobilidade alternativa do Município poderá ser aumentada, diminuindo a emissão de gazes poluentes que prejudicam o meio ambiente. Aprovado. 06) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no sentido de que seja realizada a limpeza e a colocação de mais três latões de lixo no Bairro Jardim Beverly, na escadaria localizada próxima a Rua José Dias de Souza com a parte alta da Rua João Rosa Damasceno Júnior. Esclarecemos que a atual situação do local está colocando em risco saúde pública. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do

Dia. Foram apresentados 04 (quatro) Projetos de Lei, 01 (um) Projeto de Resolução e 01 (um) Projeto de Emenda à LOM: **01)** Projeto de Resolução que Regulamenta a Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores Ativos do Poder Legislativo de Miracema. Autoria: Mesa Diretora. Em segunda votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.134, de 02 de setembro de 2013. O Presidente da Câmara Municipal de Miracema, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II, IV e VII, art. 57 da LOM, c/c incisos II, IV, XXVII e XXX, art. 39 da Resolução nº 441/1992 (Regimento Interno) e, Art. 1º - O auxílio alimentação fica fixado em R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), a ser pago mensalmente aos servidores ativos da Câmara Municipal de Miracema, do quadro permanente e comissionado. Art. 2º - Em face do sobredito contingenciamento, a despesa com auxílio alimentação, referente ao último quadrimestre do corrente exercício, poderá ser empenhada, liquidada e paga à medida em que houver dotação orçamentária suficiente para sua correta contabilização. Parágrafo Único - Caso o saldo orçamentário, consignado no Orçamento/2013, não se revele suficiente para fazer face à quitação do valor total devido aos servidores, a despesa poderá ser empenhada no elemento "despesas de exercícios anteriores" do próximo Orçamento do Poder Legislativo, para posterior liquidação e pagamento. Art. 3º - Os recursos necessários para o atendimento das despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta da dotação "010310002.2.001000.3.3.90.46.00.00.00 – Auxílio - Alimentação. Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando o inteiro teor da Res. 1086, de 10 de dezembro de 2012, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2013. **02)** Projeto de Emenda à LOM que Dá nova redação ao Art.175 da Lei Orgânica Municipal. Autoria: Mesa Diretora. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Emenda À Lei Orgânica Municipal nº 14, de 02 de setembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Presidente da Câmara Municipal promulgo a seguinte Emenda: Art. 1º - O artigo 175 da Lei Orgânica Municipal passará a vigorar com a seguinte redação: Art. 175 - Até a entrada em vigor da Lei Federal Complementar, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual - LDO, será enviado pelo Prefeito à Câmara Municipal até o dia 15 de abril e devolvido pelo Poder Legislativo até o encerramento do 1º período da Sessão Legislativa e o Projeto de Lei Orçamentária Anual, para o exercício

subseqüente até o dia 30 de outubro, respectivamente o Plano Plurianual, para vigência até o 1º ano de mandato subseqüente e da mesma forma as suas posteriores alterações e adequações anuais, para ser devolvido até o final da Sessão Legislativa. Art. 2º - Esta Emenda a Lei Orgânica do Município de Miracema, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que Altera Acrescentando ao Anexo II da Lei 813/99, Item I mais 02 vagas de Enfermeira, Grupo de Nível Superior de Escolaridade NS 06, Símbolo de Vencimento P34 Item I mais 02 Vagas de Farmacêutico Grupo de Nível Superior de Escolaridade NS 09, Símbolo de Vencimento, P 34, Item 01 mais uma Vaga de Odontólogo Grupo de Nível Superior de Escolaridade NS 14 Símbolo de Vencimento P 34, Item III mais 02 Vaga de Auxiliar de Tributação, Grupo de, Nível de Primeiro Grau de Escolaridade PG 10 Símbolo de Vencimento P 15, Item IV mais 01 Vaga de Operador de Maquina, Grupo de Nível Elementar de Escolaridade NE 19 Símbolo de Vencimento P 18, todos de Recrutamento e Restrito, e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.440, de 02 de setembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art. 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte LEI: Art. 1° - Fica acrescentado ao anexo II da Lei nº 813/99 02 (duas) vagas de enfermeiro, grupo de nível superior de escolaridade NS-06, símbolo de vencimento P-34, cujas atribuições já foram especificadas no Anexo V, item B-I da referida Lei, perfazendo o total de 12 (doze) vagas existentes no Município. Art. 2º - Fica acrescentado ao anexo II da Lei n° 813/199 02 (duas) vagas de farmacêutico, grupo de nível superior de escolaridade NS-09, símbolo de vencimento P-34, cujas atribuições já foram especificadas no Anexo V, item B-I, da referida Lei, perfazendo o total de 04 (quatro) vagas existentes no Município. Art. 3º - Fica acrescentado ao anexo II da Lei nº 813/99 01 (uma) vaga de odontólogo, grupo de nível superior de escolaridade NS-14, símbolo de vencimento P-34, cujas atribuições já foram especificadas no Anexo V, item B-I, da referida Lei, perfazendo o total de 13 (treze) vagas existentes no Município. Art. 4º - Fica acrescentado ao anexo II da Lei nº 813/9902 (duas) vagas de auxiliar de tributação grupo de nível de primeiro grau de escolaridade - PG-10, símbolo de vencimento P-15, cujas atribuições já foram especificadas no Anexo V, item B-I, da referida Lei,

perfazendo o total de 08 (oito) vagas existentes no Município. Art. 5° - Fica acrescentado ao anexo II da Lei n° 813/99 01 (uma) vaga de operador de máquinas pesadas, grupo de nível elementar de escolaridade NE-19, símbolo de vencimento P-18, cujas atribuições já foram especificadas no Anexo V, item B-I, da referida Lei, perfazendo o total de 16 (dezesseis) vagas existentes no Município. Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei, têm sua classificação na forma do presente artigo, conforme segue: - Vaga: Cargo Enfermeiro Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde Classificação Funcional: 10.301.0025.2.017.000 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Elemento: 3.1.90.11.01 - Vaga: Cargo Farmacêutico Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde Classificação Funcional: 10.301.0025.2.017.000 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Elemento: 3.1.90.11.01 - Vaga: Cargo Odontólogo Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde Classificação Funcional: 10.301.0025.2.017.000 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Elemento: 3.1.90.11.01 - Vaga: Cargo Auxiliar de Tributação Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Fazenda Classificação Funcional: 04.122.0095.2.130.000 Manutenção e Operacionalização do Órgão Elemento: 3.1.90.11.01 - Vaga: Cargo Operador De Máquinas Pesadas Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Classificação Funcional: 20.122.0001.2.130.000 Manutenção e Operacionalização do Órgão Elemento: 3.1.90.11.01. Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei que Autoriza Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.441, de 02 de setembro de 2013. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Aquisição de Veículos Escolares, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.06 - Secretaria Municipal de Educação - Função: 12 – Educação - Subfunção: 361 - Ensino Fundamental - Programa: 0191 - Transporte Escolar aos Alunos do Município - Ação: Aquisição de Veículos Escolares - Produto: Veículos Escolares Adquiridos -

Metas Físicas: 01 Unidade - Valor: R$ 132.000,00 (Cento e Trinta e dois mil Reais). Art. 2º- O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no Art. 1º. Art. 3º- A fonte de recursos para o referido Credito Adicional Especial advêm do Termo de Compromisso PAR firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura Municipal de Miracema sob o Nº 8982/2013, sendo o repasse no valor de R$ 132.000,00 (Cento e trinta e dois mil reais) em conformidade com o disposto no art.43, § 1º, inciso II, da Lei Federal Nº 4.320/64. Art. 4º- Fica nesta ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Credito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal Nº 4.320/64. Art. 5º- O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrario. **05)** Projeto de Lei que dispõe sobre o Pagamento de Débitos ou Obrigações do Município de Miracema nos Termos do Art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, Decorrentes de Decisões Judiciais, Consideradas de Pequeno Valor (RPV). Autoria: Prefeito Municipal. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.442, de 02 de setembro de 2013. O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRACEMA faz saber, em cumprimento ao disposto no artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores de Miracema aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei: Art. 1º O pagamento de débitos ou obrigações do Município de Miracema, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, considerados de pequeno valor, nos termos do art. 100, § 3º e 4º da Constituição Federal, será feito pela Secretaria da Fazenda, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente (Requisição de Pequeno Valor - RPV). Paragrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações de até R$ 4.159,00 (quatro mil, cento e cinquenta e nove reais) equivalentes ao valor do maior beneficio do Regime Geral de Previdência Social. Art. 2º Os pagamentos das RPVs de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, e sendo atendidos

conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolizados na Secretaria da Fazenda. Art. 3º A Procuradoria do Município velará para que, nos autos dos processos respectivos, não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, vedados no § 8º do art. 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade de o credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do art. 1º desta Lei, para receber através de RPV. Art. 4º Para os pagamentos de que trata esta Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento. Art.5º A presente Lei será regulamentada através de Decreto do Executivo Municipal no que couber. Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **06)** Projeto de Lei que Altera Dando Nova Redação ao Parágrafo Único do Artigo 4º da Lei Municipal nº 1.391/2012. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.443, de 02 de setembro de 2013. O Prefeito Municipal de Miracema, Juedyr Orsay Silva, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Miracema, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único do artigo 4º da Lei Nº 1.391/12, de 28 de junho de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação: Art 4º: ..... § Único: Ao ocupante do cargo de Diretor, objeto do caput do referido artigo será exigido no mínimo graduação em nível técnico na área de informática. Art. 2º - Ficam mantidos inalterados os demais artigos da referida Lei. Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Paulo Sérgio de Azevedo disse que infelizmente perdemos outra criança no Município de Miracema por causa da violência, acreditando que se as autoridades miracemenses não começarem a tomar algum tipo de atitude, a situação pode ficar insustentável. Esclareceu que está muito triste com a atual situação do Município, assim gostaria que todos os Vereadores pudessem tomar alguma atitude com esta situação. Acrescentou que todas as pessoas que participaram do homicídio também são vítimas, pois são crianças que não estão sabendo as consequências de suas atitudes. Por fim, disse que Miracema está se tornando um Município mal visto por causa destes fatos envolvendo a violência, sendo que os Vereadores deveriam se reunir com as autoridades responsáveis e discutir uma forma de resolver esta situação. O Vereador

Genessi Rodrigues da Silva acredita que os Vereadores podem solicitar o apoio do Ministério Público e do Comandante do 36º BPM na resolução destas questões. O Vereador Alexandre Barbosa Machado agradeceu aos Vereadores por sua recepção e disse que veio para somar e trabalhar em prol do Município. Acrescentou que com a união, força, garra, determinação e envolvimento nós conseguiremos transformar a cidade de Miracema. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres informou que esteve reunido com o engenheiro do DER, Dr. Maurício Monteiro, e ele lhe informou que sua solicitação sobre os reparos na RJ 116 será atendida e as obras serão iniciadas em breve. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a violência de Miracema é um fruto do impacto social, pois o Município se encontra entre os Municípios vizinhos estão se desenvolvendo. Esclareceu que Miracema não se desenvolve há algum tempo, sendo que o governo do Estado também tem uma parcela de culpa, pois realiza alguns investimentos equivocados no Município. Por fim, acredita que os empresários miracemenses devem ser reunidos para que possam ser gerados mais empregos na cidade. Disse, ainda, que vê está situação com muita tristeza, pois percebe o desenvolvimento dos outros Municípios enquanto Miracema fica estagnada. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhando um requerimento ao Comandante do 36º Batalhão de Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro no sentido de que envide esforços a fim de que seja providenciado reforço policial, para o dia 07/09/2013 - sábado, ocasião em que acontecerá o MIRAFANTASY. Tal solicitação deve-se ao fato, devido ao alto índice de criminalidade no Estado e principalmente em nosso Município. Aprovado. Continuou informando que a filha de um amigo sofreu um acidente em São José de Ubá e foi trazida para o P. U. de Miracema, acrescentando que o P. U. realizou todos os procedimentos necessários e encaminhou a paciente para o Hospital, onde foi constatada a necessidade de realizar uma tomografia computadorizada. Continuando, disse que rapidamente entrou em contato com a Secretaria Municipal de Saúde para que a paciente pudesse realizar o exame no Município de Itaocara, sendo que ela realizou o referido exame e não foram constatados problemas graves. Dessa forma, gostaria de parabenizar as funcionárias da Secretaria Municipal de Saúde pelo trabalho realizado nesta situação, principalmente mostrando a vontade de salvar uma vida. Por fim, esclareceu que os ônibus que serão adquiridos pela Prefeitura Municipal serão utilizados para transitarem

dentro do Município de Miracema, sendo que já solicitou a compra de um ônibus para os Universitários. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que esta semana nós tivemos uma cena muito triste na Câmara dos Deputados, pois um Deputado condenado em última instância foi considerado absolvido. Acrescentou que há poucos meses atrás, forma vistas diversas manifestações pelo Brasil onde o povo está cobrando saúde, segurança e educação. Informou que assistiu uma reportagem no Fantástico, onde diversos Deputados conhecidos na nossa região estão sendo acusados de envolvimento com desvios de verbas através de locação de veículos e ficou muito triste. Por fim, disse que os Vereadores Municipais devem acompanhar os trabalhos dos Deputados para no ano que vem alertar a população miracemense. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves desejou boas vindas ao Vereador Alexandre Barbosa Machado. Esclareceu que possui a mesma opinião do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo sobre as questões de segurança do Município. Acrescentou que hoje participou de uma reunião na parte da tarde e o Projeto de Lei de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier está sendo discutido com diversas pessoas, especialmente, com algumas ligadas à área religiosa. Disse que o CMDCA já esteve com o Dr. Juiz para conversar sobre a segurança, sendo que realmente é preciso tomar algumas medidas em relação à segurança. O Vereador Gilson Teixeira Sales agradeceu o Sr. Vice-Prefeito Rafael Moreira por ter lhe auxiliado a conseguir um veículo para ir participar de uma reunião com uma Empresa em Macaé. Esclareceu que levou uma Van com 18 pessoas para conversar com o Gerente da Empresa e conseguiu emprego para todas as pessoas. Acrescentou que os Vereadores devem lutar para que as pessoas possam conseguir seus empregos. Por fim, disse que o atual Vereador Alexandre Barbosa Machado foi um dos Secretários mais atuantes da atual gestão, sempre trabalhando em prol dos miracemenses. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que concorda com os Vereadores sobre a segurança pública, acreditando que está na hora da Câmara Municipal tomar algum tipo de atitude. Por fim, parabenizou o Vereador Gilson Teixeira Sales pelos miracemenses empregados. O Vereador Hugo Fernandes solicitou um requerimento ao Secretário Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, esclarecendo os problemas que vem ocorrendo no Município de Miracema, bem como pedindo para que o efetivo policial do Município de Miracema seja reforçado. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. Continuando, o

Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para: a) O Sr. José Carlos Cabreira, desejando que tudo de melhor aconteça nesta nova carreira profissional, bem com que o sucesso seja consequência de todo seu esforço, dedicação e talento; b) a Sra. Maria José Marques Barros Andrade, desejando que tudo de melhor aconteça nesta nova carreira profissional, bem com que o sucesso seja consequência de todo seu esforço, dedicação e talento. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para: a) o Sr. Prefeito de São José de Ubá, pela brilhante organização realizada na Festa do Tomate; b) o Sr. Presidente da Câmara Municipal de São José Ubá brilhante organização realizada na Festa do Tomate; c) o Sr. Luiz Godoy Neto, Secretário Municipal de Obras e Urbanismo, extensivo a todos os funcionários da referida Secretaria, pelo empenho realizado na reforma de todo o manilhamento da Avenida que será asfaltada. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 05/09/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 05 de setembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número quarenta, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gideão Duarte Gonçalves, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 16, Versículos de 01 à 11. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Telegrama NºRef: 008333/MS/SE/FNS, 011508/MS/SE/FNS e 011507/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 02) Ofício nº 184 – CCMC do Departamento de Cultura Centro Cultural Melchíades Cardoso. Os Vereadores Hugo Fernandes e Carlos Magno da Silva Peres solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício PMM/GAB nº 398/2013 encaminhando cópia da Lei nº 1.439/2013; 04) Ofício ASSESUP. nº 090/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal solicitando o espaço físico da Câmara Municipal para a realização de um evento. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que o empréstimo do espaço físico da Câmara Municipal será realizado de acordo com a solicitação; 05) Ofício nº 180/13 da CAPPS/CAMEDS respondendo ofício nº 34/2013 do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Paulo Sérgio de Azevedo, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 06) Ofício nº 182/2013 da CAPPS/CAMEDS. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador; 07) Ofício da Caixa economia Federal, respondendo ofício nº 0423/2013. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Machado Barbosa, Fabrício de Sá Xavier, Gideão

Duarte Gonçalves e Hugo Fernandes; 08) Ofício nº 395/2013-GAB do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 36/2013; 09) Ofício PMM/SMAS nº344/13 da Secretaria Municipal de Assistência Social, respondendo ofício nº 0054/2013 sobre a realização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social. Os Vereadores Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier e Gideão Duarte Gonçalves solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Alexandre Barbosa Machado - Ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem – DER - Solicitação no sentido de que seja realizada, em caráter de urgência, uma avaliação dos redutores de velocidade instalados na Rua Cel. Pedro Bastos, em Venda das Flores, uma vez que alguns estão em péssimas condições e/ou não existem em locais primordiais, tais como próximo às instituições de ensino dessa localidade. Mesmo não tendo conhecimento técnico e sim empírico, ressalto que os redutores do tipo “bloquetos amarelos” não inibem a velocidade dos condutores de veículos automotores nessa localidade. Uma vez que, com eles ou sem eles, a velocidade é a mesma. Observa-se que isso não ocorre quanto os redutores são do tipo “lombada”. A falta de redutores de velocidades em localidades consideradas pacatas, onde crianças e adolescentes têm como locais de lazer as ruas, poderá colocar em risco a integridade física dos munícipes. Pelo exposto, solicito atenção especial a este requerimento. Aprovado. 02) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Secretário Estadual de Turismo, Sr. Ronald Ázaro - Solicitação no sentido de que seja realizada, através do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), a liberação de recursos para a realização de estudos e melhoramentos no Parque Ecológico de Miracema, tendo em vista que o referido local é hoje o principal Ponto Turístico de nosso Município. Aprovado. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente do DER - Solicitação no sentido de que envide esforços para que seja realizada a pavimentação da Rua Pedro Santos, no Município de Miracema. Outrossim, destacamos que a referida Rua dá acesso ao Conjunto Habitacional Carrapichão, construído recentemente. Aprovado. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria de Assistência Social, no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa cópia do atendimento ao Processo nº E-23/1698/2011, referente ao Ofício SEASDH/SSPOA

nº 382/2013 (cópia em anexo). Deferido. 05) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Fazenda, no sentido de que esclareça o recebimento de verba orçamentária no Orçamento de 2011, para 2012, informando as datas e os valores recebidos pelas Instituições. Deferido. 06) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a extensão da rede elétrica para parte da RJ 200, dando início no Bairro do Nogueta e terminando no cruzamento do trevo da Ventania com o Biongo. Aproveitamos a oportunidade para solicitar, também, que sejam construídos dois postes na descida da Estrada da Fazenda Batatal (Manoel de Oliveira). Na oportunidade esclarecemos que a referida extensão beneficiará aproximadamente 15 (quinze) residências. Deferido. 07) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Secretário Estadual de Agricultura - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja aumentado o tempo da permanência da patrulha mecanizada no Município de Miracema para atender o restante das Estradas Vicinais. Aproveitando a oportunidade, solicitamos, ainda, a possibilidade de atendimento aos proprietários rurais com melhorias também nas estradas, nas partes que dão acesso as propriedades. Por fim, agradecemos a ajuda já feita na recuperação dos referidas estradas, vista que aproximadamente 150 km (cento e cinquenta), ou seja, 40% (quarenta por cento) da totalidade. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado para atender o convite realizado ao Sr. Adriano Daibes, Auditor da Prefeitura Municipal de Miracema, com o objetivo de que sejam esclarecidos alguns pontos referentes aos Projetos de Lei que dispões sobre o parcelamento e a confissão de dívidas com a CAPPS/CAMEDS. Com a palavra, o Sr. Adriano Daibes, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que está nesta Casa Legislativa para falar os aspectos técnicos dos referidos Projetos de Lei e não gostaria de entrar na parte política. Acrescentou que foi convidado pelo Sr. Prefeito Municipal para participar de uma equipe técnica com o objetivo de cuidar de alguma situações financeiras do Município, sendo que ao analisar a Legislação sobre as dívidas existentes com a CAPPS/CAMEDS, percebeu que existente uma Portaria do Ministério da Previdência Social que estabelece as regras de parcelamento com o Regime Próprio de Previdência, sendo que a referida Portaria foi feita este ano. Dessa maneira, a Portaria nº 21 de 16 de Janeiro de 2013 criou as regras específicas para os parcelamentos de

dívidas com os regimes próprios, sendo que as parcelas referentes à parte patronal vencidas até outubro de 2012 podem ser parceladas em no máximo 240 (duzentos e quarenta vezes) vezes, e a parte retida dos segurados deve ser parcelada em no máximo 60 (sessenta vezes). A partir do mês de novembro de 2012, as parcelas referentes à parte patronal podem ser parceladas em no máximo 60 (sessenta e quarenta vezes) vezes, e a parte retida dos segurados não pode ser parcelada. Por esta razão foi necessária fazer a alteração dos Projetos de Lei. Acrescentou que a referida Portaria também permite realizar o parcelamento das dívidas de natureza não previdenciárias, tais como os salários dos servidores. Disse que sentiu a necessidade de desenvolver estes Projetos de parcelamento por conta dos servidores do Município, uma vez que a Previdência pertence aos servidores. Esclareceu que a Prefeitura Municipal ainda vai conversar com o Presidente da CAPPS e que não se envolve na questão de quem é ou não o Presidente da CAPPS, pois isto não é sua competência. Por fim, destacou que está muito preocupado com esta situação, sendo que ela muito complexa e delicada, acrescentando que as dívidas devem ser acertadas da melhor maneira possível para que o Município consiga colocar todas as suas finanças em dia. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que está muito feliz com o convite feito pelo Sr. Prefeito ao Sr. Adriano, pois teve o privilégio de trabalhar com ele, conhecendo assim sua competência e seu trabalho. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se os valores das parcelas podem ser vinculados ao FPM, para assim serem descontados diretamente na fonte. O Sr. Adriano Daibes esclareceu que as parcelas vencidas até outubro de 2012 serão obrigadas a serem vinculadas ao FPM, sendo que a partir do mês de novembro não é preciso esta vinculação. Entretanto, o desejo do Sr. Prefeito Municipal é o de que toda a dívida da Prefeitura Municipal seria vinculada ao FPM. O Vereador Hugo Fernandes disse que os Vereadores já discutiram muito sobre este assunto, pois com a vinculação a dívida ficaria com garantia de ser paga, sendo que o não pagamento da dívida impossibilita o recebimento de verba do Estado e do Governo Federal. O Sr. Adriano Daibes acrescentou que o parcelamento está sendo feito em 240 (duzentos e quarenta) meses, ou seja, 20 anos, assim é preciso tomar cuidado para que a dívida seja realmente paga. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se os valores presentes nos Projetos de Lei serão confrontados com a CAPPS e com o INSS. O Sr. Adriano Daibes esclareceu que na Cláusula Primeira do

Termo de Parcelamento estabelece que o devedor renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume qualquer responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando entretanto ressalvado o direito do credor de apurara a qualquer tempo a existência de outras importâncias devidas e não incluídas no presente termo. Com isso, a Prefeitura Municipal já oficiou ao Presidente da CAPPS solicitando o detalhamento da dívida, sendo que os valores presentes no Projeto de Lei foram obtidos na Secretaria de Fazenda da Prefeitura Municipal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que está com uma dúvida, pois um dos Projetos de Lei trata da dívida referente ao final do ano de 2012, depois de novembro, e do ano de 2013, assim, pelas explicações, entendeu que o déficit referente a 2013 não poderia ser parcelado. O Sr. Adriano Daibes esclareceu que a partir de novembro de 2012, até qualquer período, a dívida referente a parte patronal poderá ser parcelada em até 60 (sessenta) vezes, sendo que a parte retida dos servidores deverá ser paga integralmente. O Vereador Alexandre Barbosa Machado perguntou se é necessária tanto a realização deste parcelamento quanto o pagamento desta parcela única, para o Município conseguir resolver seus problemas com o CAUC. O Sr. Adriano Daibes respondeu que sim. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o Termo de Confissão de Dívida foi assinado pelo Sr. Prefeito Municipal e pelo Sr. Heleno Rangel, entretanto não sabe se isto é ou não válido. O Sr. Adriano Daibes explicou que o Sr. Heleno Rangel foi nomeado para exercer interinamente a Presidência da CAPPS no dia 15 de agosto, sendo que o Termo foi assinado no dia 20 de agosto. Entretanto, como não se envolve nestas questões políticas, tomou cuidado para que os Projetos de Lei pedissem apenas a autorização para o parcelamento, sem mencionar os valores. Por isso será feita uma reunião com os representantes da CAPPS/CAMEDS para resolver os valores das dívidas, sendo que esperará esta situação ser resolvida. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que possui uma cópia da Portaria nº 21 do Ministério da Previdência Social, sendo que no artigo 1º, inciso XIX, aduz que o Termo deverá ser assinado pelos representantes legais da entidade credora. Acrescentou que não entende se o parcelamento da dívida é legal, pois o valor já foi descontado dos servidores e não foi repassado devidamente. Por fim, destacou que esta situação vem se tornando um vício dos administradores e gostaria de saber onde foi gasto o dinheiro

descontado. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Sr. Adriano não possui a obrigação de responder esta pergunta, uma vez que é o Auditor do Município e não o Secretário de Fazenda. O Sr. Adriano Daibes esclareceu que trata apenas de matéria técnica, sendo apenas um servidor do Município de Miracema. Acreditando que as pessoas que não repassaram deverão responder pelos seus atos. Esclarecendo que o parcelamento é um direito que a Prefeitura possui e não um favor a ser realizado. O Vereador Hugo Fernandes disse que entendeu que a Câmara Municipal vai apenas autorizar o parcelamento das dívidas e não vai discutir valores, sendo que o valor da dívida levantado pela Secretaria de Fazenda será confrontado com a Previdência Social, cabendo à Câmara apenas a autorização do parcelamento e seu tempo. O Sr. Adriano Daibes esclareceu que a CAPPS deverá informar ao Ministério da Previdência Social todas as contribuições e todos os acordos de parcelamento através do sistema chamado CADPREV, assim se o Termo de Acordo de Parlamento for feito em desacordo com a Previdência Social ele não será aceito. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu que poderia ser estudada a possibilidade de retirada do Termo assinado pelo Sr. Heleno Rangel para que fosse votada apenas a autorização e o tempo do parcelamento. O Sr. Adriano Daibes esclareceu que os Projetos de Lei somente mencionam o número de parcelas e não o valor da dívida, sendo que o valor total da dívida ainda será apurado futuramente. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se existem outros parcelamentos que estão sendo descontados no Fundo de Participação do Município. O Sr. Adriano Daibes disse que atualmente não existe nenhuma retenção no FPM. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou qual o valor aproximado do FPP. O Sr. Adriano Daibes disse trabalha com um valor em torno de 160.000 (cento e sessenta mil). O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que todo o conhecimento técnico que possui sobre prestação de contas aprendeu com o Sr. Adriano Daibes. Acredita que não existe a necessidade da presença da assinatura específica do Presidente da CAPPS no Projeto de Lei, pois como Presidente ele será o responsável por apresentar os valores da dívida. Concluindo, entende que a Câmara Municipal deve aprovar apenas a autorização do parcelamento, sendo que não discutirá o valor da dívida. O Sr. Adriano Daibes esclareceu que o Conselho Fiscal da CAPPS é parte do acordo realizado com a CAPPS, sendo que o Termo deverá possuir a assinatura do Presidente da CAPPS e do Presidente do Conselho Fiscal. O

Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que os Conselheiros são muito importantes, pois deveriam estar fiscalizando estas situações. Por fim, parabenizou o trabalho realizado pelo Sr. Adriano Daibes. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres desejou sorte ao Sr. Adriano na resolução destes problemas, pois os maiores prejudicados são os servidores. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que existe uma Lei aprovada no dia 27 de dezembro de 2012, onde foi aprovado o parcelamento de uma dívida existente em 2011. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que não consta nenhum débito da Prefeitura, referente ao ano de 2011, com a CAPPS. O Sr. Adriano esclareceu que um Projeto se refere ao ano de 2012, até outubro, e o outro se refere ao período de novembro de 2012 até a presente data. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que os funcionários públicos já foram prejudicados, pois seus salários foram descontados e não repassados, não desejando que a Câmara Municipal seja prejudicada por algum ato. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que ele se comprometa, através de documento, a efetuar o pagamento do débito da Prefeitura com a CAPPS/CAMEDS, referente aos descontos dos servidores públicos municipais, até o dia 31 de dezembro. Deferido. Esclareceu que tal comprometimento do Sr. Prefeito Municipal tranquilizaria esta Casa Legislativa. O Sr. Adriano Daibes esclareceu que a intenção da Prefeitura é acabar com todos os débitos em relação à CAPPS. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que espera que este assunto seja resolvido. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que durante sua gestão como Presidente da CAPPS não foram deixados de repassar nenhum tipo de valor para a Caixa de Previdências, sendo que assumiu a CAPPS faltando três meses para prescrever a dívida referente ao ano de 1996. Acrescentou que cobrou o pagamento da dívida para o Prefeito da época e não obteve êxito, sendo que já fez um levantamento dos valores atualizados na dívida, mas gostaria de saber se nestes valores já estão incluídas as parte dos servidores, ou apenas a parte patronal. O Sr. Adriano Daibes esclareceu que segundo o levantamento feito pela Secretaria de Fazenda estes valores são somente referentes à parte patronal, pois de janeiro a dezembro de 2012 não existe nenhuma dívida referente à parte dos servidores. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que na atual gestão os Vereadores devem tomar cuidado para que os pagamentos sejam realizados em dia, sendo que se

o parcelamento não for feito, a CAPPS deverá ingressar na justiça para exigir o pagamento. O Vereador João Siqueira Magalhães acrescentou que a CAPPS deveria encaminhar para a Câmara Municipal os comprovantes dos repasses da Prefeitura todo o mês. O Sr. Adriano Daibes esclareceu que estava acontecendo um erro desde o mês de janeiro, pois a Secretaria de Fazenda estava trabalhando com os valores líquidos da folha de pagamento e não com o valor bruto, sendo que a parte de repasse dos servidores estava compreendida nos valores brutos, entretanto tal fato já foi consertado. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que o repasse da Prefeitura é maior do que o repasse dos servidores, acrescentando que existe uma discussão sobre o valor dos juros da dívida originada em 1996. Por fim, disse que confia no trabalho do Sr. Adriano Daibes, sendo que ele sempre soube separar a política de sua vida como servidor. Continuando, perguntou se, existe algum estudo sobre um Projeto de Lei para regularizar a dívida de 1996 e resolver de vez estes problemas. O Sr. Adriano Daibes esclareceu que o Município arrecada propriamente apenas 3% de sua verba, sendo que o parcelamento do déficit previdenciário não está ocorrendo apenas em função do CAUC, uma vez que esta dívida pode se transformar em um problema para os pensionistas e aposentados. Esclareceu que foi feita uma tomada de contas para apurar o valor da dívida de 1996, sendo que dentro desta tomada de contas foi elaborada uma minuta de Projeto de Lei para seu parcelamento. Acrescentou que o TCE editou uma deliberação com o nº 255, esclarecendo que as atribuições dos Controladores e dos Auditores, mostrando duas responsabilidades. Por fim, disse que será feito um levantamento de toda a situação com a CAPPS. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que entendeu tudo o que foi dito, acreditando que o Termo será assinado pela pessoa devidamente responsável, bem como que vai pedir para que o Sr. Prefeito Municipal encaminhe um Projeto de Lei em relação a confissão da dívida de 1996. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que uma das preocupações principais do Sr. Adriano é o servidor municipal, assim tem a certeza que este problema será bem resolvido. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que está muito feliz com a vinda do Sr. Adriano nesta Casa Legislativa, acrescentando que a preocupação de todos os Vereadores é a mesma, retirar o Município do CAUC. Por fim, parabenizou a elaboração dos Projetos de Lei. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a Lei votada na legislatura

passada trata da dívida referente ao ano de 2011, sendo que seu termo de parcelamento não foi devidamente realizado. O Sr. Adriano Daibes esclareceu que estes dois Projetos mencionados hoje se referem aos anos de 2012 e 2013, sendo que se for verificada a existência de alguma outra dívida será feito o parcelamento e pagamento devido. O Vereador Fabrício se Sá Xavier solicitou que fosse encaminhado um requerimento ao Presidente da CAPPS/CAMEDS para que seja informado para a Câmara Municipal de Miracema, mensalmente, os repasses recebidos por esta Autarquia. Aprovado. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Sr. Adriano Daibes. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 04 (quatro) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade **02)** Projeto de Lei que Revoga a Lei Nº 685/2013 e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou que o referido Projeto fosse votado em primeira e única votação. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que esta Lei vai retirar da fundação os benefícios inerentes da Prefeitura Municipal, acreditando que todas as instituições que estão inativas deveriam ser extintas. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo se comprometeu em fazer um levantamento de todas estas fundações. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que deve ser feito, também, um levanto junto a Receita Federal para saber se algum problema. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.444, de 05 de setembro de 2013. O Prefeito Municipal de Miracema/RJ, Juedyr Orsay Silva, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Miracema, que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica revogado os efeitos da Lei Nº 685/97, de -04 de dezembro de 1997, que criou a Fundação Júlio José de Oliveira. Art. 2º - Para o encerramento das atividades da Fundação Júlio Jose de Oliveira, fica determinado que o Departamento de Patrimônio do Município, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, proceda a apuração de todos os bens que por ventura existirem, transferindo-os imediatamente ao patrimônio da Secretaria de Saúde do Município de Miracema. Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a Implantação do

Orçamento Participativo (OP) e do Conselho do Orçamento Participativo no Município – COP, e dá outras providências. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que este Projeto foi feito considerando que o Orçamento Público é uma peça fundamental da administração não se tratando apenas de uma Lei que estabelece as receitas e despesas. Assim é possível afirmar que o próprio desenvolvimento do Município é baseado na Lei Orçamentário. Por fim, disse que entende que o Orçamento Público é uma forma de fazer justiça com os investimentos públicos, buscando incentivar as pessoas a se envolveram nas políticas públicas municipais. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou que o referido Projeto fosse votado em primeira e única votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.445, de 05 de setembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI: Art. 1º: Fica instituído o Orçamento Participativo – OP, no âmbito do município de Miracema, com a finalidade de promover a gestão compartilhada e o exercício da cidadania com vistas à concepção, ao planejamento e à implantação das políticas públicas orçamentárias. Parágrafo Único. O Orçamento Participativo de que cuida o caput é um processo no qual a comunidade atua através da análise, proposição, debate e deliberação sobre matérias referentes às despesas públicas municipais, visando ao resgate da cidadania e à melhoria da qualidade do planejamento público, sendo um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar e contribuir na elaboração do Orçamento Municipal. Art. 2º: São propósitos do Orçamento Participativo: I- incentivar as pessoas a tornarem-se cidadãos ativos pensantes e a se envolverem nas políticas públicas municipais; II- aumentar o interesse da sociedade em relação à gestão pública, para que haja o efetivo exercício da cidadania; III- criar uma sinergia de ajuda política e movimentação de massas para resolver questões principais e urgentes, estabelecendo uma escala de prioridades; IV- instituir mecanismos de controle e acompanhamento dos gastos públicos; V- promover centros de discussão, palestras e similares, envolvendo todos os participantes de forma a levantar demandas pontuais e a prever suas soluções; VI- gerir, de forma compartilhada entre governo e população, os recursos públicos; VII- estimular a participação popular de forma inclusiva, propiciando que a Administração Pública trabalhe de forma integrada para a satisfação

dos interesses da população. Art. 3º: A Administração Pública Municipal deverá convocar toda a população para participar do processo de elaboração do OP, dando ampla divulgação às reuniões. Art. 4º: A metodologia a ser seguida deverá ser elaborada com a participação popular, recomendando-se o seguinte: I- divisão do Município em Setores Administrativos – base geográfica, devendo cada Setor abranger os bairros já determinados na divisão político-administrativa do Município de Miracema, levando em conta os critérios de afinidade política e cultural entre as populações locais; II- definição dos eixos temáticos: a) saúde e assistência social; b) desenvolvimento econômico, tributação e turismo; c) educação, cultura e lazer; d) esporte; e) mobilidade urbana e transporte; f) organização da cidade e desenvolvimento urbano; g) habitação; h) saneamento e iluminação pública; III- estabelecimento de prioridades temáticas por região; IV- cronograma das atividades; V- Regimento Interno; VI- construção de um modelo a ser adotado. Parágrafo Único: As necessidades serão diagnosticadas nas bases geográficas, cuja população selecionará suas prioridades temáticas, hierarquizando as obras e serviços em cada tema. Art. 5º: A elaboração do Orçamento Participativo será sempre presencial, podendo-se gradativamente implantar também o Orçamento Participativo Digital como forma de ampliar a participação dos moradores e agregar os diferentes segmentos sociais. Art. 6º: Fica criado o Conselho do Orçamento Participativo no Município – COP, instituindo a participação popular nos processos de elaboração das peças orçamentárias e a fiscalização de sua execução. Parágrafo Único : O COP tem, entre outras, a incumbência específica de coordenar o Orçamento Participativo, zelando para que prevaleça o interesse coletivo. Art. 7º: O COP será composto por um mínimo de dois representantes da comunidade de cada região ou setor, eleitos anualmente, e por: I- Um representante das seguintes entidades: a) Federação das Associações de Moradores ou organização equivalente; b) Associação Comercial de Miracema; c) Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro – CREA-RJ; d) Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro- OAB-RJ; e).Conselho Regional de Contabilidade – CRC-RJ. II- Seis representantes do Poder Executivo da área de planejamento, orçamento e finanças. §1º Os representantes do Poder Executivo, membros do Conselho, não terão direito de voto. §2º O Conselho contará com uma permanente assessoria de técnicos da Administração Pública. §3º O Poder Legislativo

poderá enviar representantes para as reuniões do Conselho e este poderá convidar centros de estudos e pesquisas, intelectuais, políticos e outros cidadãos para suas atividades. §4º O Conselho elaborará o seu Estatuto e este disporá sobre seu funcionamento e sua organização interna, observando-se as disposições desta Lei e do Regulamento do Orçamento Participativo. Art. 8º: O COP, na medida do possível, deverá capacitar os participantes, explicando-lhes de forma clara, didática e sucinta sobre receitas, despesas, investimentos e especialmente sobre: I – a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO a ser encaminhada à Câmara Legislativa; II – a Lei Orçamentária Anual – LOA a ser encaminhada, anualmente; III – o Plano Plurianual – PPA, que é um plano de médio prazo, elaborado no primeiro ano de mandato para execução nos quatro anos seguintes, atingindo, pois, o primeiro ano do sucessor e contendo um anexo com metas plurianuais e riscos da política fiscal, levando em conta as despesas, receitas, resultados primários e montante das dívidas; IV – o Plano Diretor do Município – PDM, atualizado no máximo a cada dez anos, elaborado com ampla participação popular; Parágrafo Único: Deverão ser acatados na elaboração do Orçamento Participativo o PPA e o PDM, bem como os limites mínimos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Art. 9º: São atribuições dos Conselheiros que integram o COP: I – socializar o conhecimento sobre o processo orçamentário em seus aspectos técnicos e políticos; II – discutir a compatibilidade entre o plano de governo e a participação popular; III – discutir textos sobre Orçamento Participativo, a fim de conhecer o que é, para que serve e como se faz; IV – explicitar os motivos da adoção da metodologia a partir de discussões em que participe toda a equipe de governo, delineando as linhas de sua aplicação; V – avaliar a conjuntura nacional, estadual e local sob a qual o processo transcorrerá; VI – discutir a metodologia adequada à participação popular na elaboração do orçamento e no acompanhamento da execução orçamentária; VII – socializar e explicitar a metodologia entre a equipe de governo e os servidores públicos envolvidos; VIII – preparar a equipe para as inovações necessárias; IX – definir estratégias para relacionamentos com os setores políticos da cidade; X – assegurar qualidade na coordenação e articulação do processo, constituindo equipe com disponibilidade e capacidade para a ação necessária; XI – estabelecer critérios para composição do grupo; XII – elaborar regimento interno do grupo; XIII – definir dinâmica de trabalho; XIV – assegurar

reuniões e atividade regulares; XV – definir local apropriado como central de trabalho do grupo; XVI – solicitar, se necessário, a contratação de assessoria experiente para dar apoio conceitual e metodológico ao grupo; XVII – verificar e pressionar pelo cumprimento das decisões populares; XVIII – monitorar o comportamento das receitas; XIX – acompanhar as despesas decididas em assembléia; XX – observar o processo de alteração do orçamento através de suplementação e remanejamentos; XXI – garantir a continuidade do processo; XXII – definir uma forma de acompanhamento e prazo para avaliação. Art. 10: Sairão das reuniões nos Setores Administrativos Delegados que representarão suas comunidades nas atuações e decisões do COP. Art. 11: São atribuições dos Delegados: I – participar das reuniões periódicas organizadas pelos Conselheiros nas regiões e das reuniões temáticas; II – apoiar na divulgação dos assuntos tratados em âmbito do Conselho; III – participar das comissões temáticas, colaborando na construção da/s diretrizes políticas, bem como no acompanhamento e na fiscalização das ações definidas nas reuniões do COP; IV – sugerir, quando for o caso, como membro do Conselho, sobre qualquer impasse ou dúvida que acaso surja no processo de elaboração do Orçamento; V – propor e discutir os critérios para seleção de demandas e/ou de temas; VI – representar sua comunidade (Setor Administrativo) junto ao Conselho. Art. 12: O Orçamento Participativo abrangerá inicialmente o importe de 10% (dez por cento) das receitas de investimentos. Art. 13: O COP encaminhará os projetos aprovados a cada órgão da Administração, que os incluirá em suas respectivas propostas orçamentárias, que serão remetidas à Secretaria Municipal de Planejamento para que sejam contempladas no Projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara Legislativa. Art. 14: O Chefe do Executivo Municipal publicará o Regimento Interno e o cronograma das atividades, elaborados pelo COP, bem como regulamentará por Decreto, no que couber, o disposto nesta Lei. Art. 15: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei que Regulamenta a denominação de uma via pública da cidade. Autoria: Mesa Diretora. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que o referido Projeto de Lei fosse votado em primeira e única votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.446, de 05 de setembro de 2013. O Prefeito Municipal de Miracema, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu

sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica regulamentada e denominada como Rua Antonio Antunes de Siqueira a rua que parte da antiga Avenida Brasil, atualmente Avenida Deputado Luiz Fernando Linhares, localizada ao lado esquerdo do antigo Edifício do Fórum, atualmente da Prefeitura Municipal de Miracema. Art. 2º- Fica o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar a referida placa. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo pediu que fosse feito um requerimento em nome de todos os Vereadores, o Sr. Prefeito Municipal, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas as devidas providências em relação à Vila José de Carvalho e à Vila Nova, uma vez que as ruas estão com muitos buracos em decorrência do trânsito de veículos pesados. Cumpre ressaltar que o tráfego dos veículos pesados também está abalando a estrutura das residências das Vilas, causando o risco de desabamento das referidas. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. O Vereador Alexandre Barbosa Machado destacou que a visita do Secretário Estadual de Agricultura trouxe muita esperança para o produtor rural do Município de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se os Vereadores possuem o conhecimento do Decreto Executivo Municipal nº 267/2013, pois o referido estabelece limitações de empenho nos órgãos. Esclareceu que tomou conhecimento deste hoje e ficou pensando nas diversas criações de cargo votadas pela Câmara Municipal, acrescentando que fica triste ao ver esta situação. Por fim, percebe que os problemas com a Caixa de Previdência está se tornando uma prática corriqueira, sendo que o Prefeito Municipal está pedindo a saída dos atuais gestores da CAPPS sem nenhum tipo de fundamentação. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Juçanã de Moraes Vital, por ter sido nomeado para ser o Superintendente da CONAB, bem como desejando sucesso durante sua gestão. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que, com a edição do Decreto mencionado, o Sr. Prefeito Municipal pode estar tentando corrigir algumas decisões equivocadas. Continuando, solicitou Moção de Aplausos 1ª Igreja Batista de Paraíso do Tobias, representadas pelo Pastor Joel Samuel da Silva, pela brilhante organização do evento “1º Encontrão de Jovens e

Adolescentes em Paraíso do Tobias", realizado no dia 31 de agosto de 2013. Por fim, o Vereador Gideão Duarte Gonçalves, em conjunto com o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, solicitaram Moção de Aplausos para o Secretário Estadual de Agricultura, Sr. Christino Áureo da Silva, em virtude da parceria com o Município de Miracema através dos Convênios assinados. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que no início do mandato o Prefeito Municipal foi cobrado em relação à austeridade, assim ficou feliz ao constatar que o Prefeito reconheceu que cometeu alguns erros no início do governo e já está revendo sua posição. Por fim, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Fernando Souza da Cunha, Presidente da Liga Católica Jesus Maria José, pelo excelente trabalho que ele vem desenvolvendo a frente desta instituição. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes disse que recebeu uma notícia muito boa, sendo que em janeiro fez uma solicitação para o Sr. Gerente Regional da CEDAE, pedindo a implantação da tarifa social e da cota mínima domiciliar na Vila Nova e na Vila José de Carvalho. Com isso, foi chamado pela CEDAE e avisado que seu pedido tinha sido deferido, sendo que este trabalho será iniciado. Acrescentou que fez este pedido em nome de um morador e estava sem confiança no pedido, logo ficou surpreso com por ter tido sua reivindicação atendida. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves parabenizou o Vereador Hugo Fernandes por sua conquista. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Boas Vindas para a nova Gerente da Caixa Econômica Federal, Sra. Francine, desejando que ela seja bem vinda ao Município de Miracema, bem como, que ela tenha sucesso no seu trabalho. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para: 01) o Sr. Luiz Henrique, Diretor Comercial da CEDAE, pela eficiência e seriedade no setor de Administração da CEDAE; 02) o Sr. Geovane Freitas, Gerente Regional da CEDAE, pela eficiência e seriedade no setor de Administração da CEDAE; 03) o Sr. Elbo, conhecido como Tebinha, funcionário da CEDAE, pelo empenho na solução do problema de falta d'água no Bairro Vista Alegre do Município de Miracema; 04) o Sr. Virgiliano, funcionário da CEDAE, pelo empenho na solução do problema de falta d'água no Bairro Vista Alegre do Município de Miracema; 05) o Sr. Ocimar, funcionário da CEDAE, pela competência no atendimento aos clientes realizando seu serviço com

carinho, respeito e consideração. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 09/09/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 09 de setembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número quarenta e um, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno e Maurício Sant'Ana Soares. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Matheus, Capítulo 09, Versículo 13. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de Agosto/2013; 02) Ofício nº 248/2013/PJCM do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro encaminhando a Recomendação nº 001/2013 acerca da adequação da Legislação Municipal que trata do Conselho Tutelar aos novos parâmetros estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Presidente Hugo Fernandes solicitou que o ofício fosse anexado ao referido Projeto de Lei; 03) Comunicado nº CM 210230/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 04) Edital de convocação para a Assembleia Geral do Sindicato dos Servidores Público Municipais de Miracema a ser realizada no dia 11 de setembro de 2013, às 18 horas; 05) Ofício da Sra. Regina Célia Titonelli Nunes. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que conhece a Legislação Municipal, assim nunca tomará nenhuma atitude que a contrarie. Por isso, não tem interesse em ajudar e nem prejudicar nenhuma pessoa, sendo que o Artigo 48 da Lei Orgânica Municipal, estabelece que o Suplente possui o prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de sua convocação, para tomar a posse como Vereador.

Acrescentou que o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno pediu licença a partir do dia 29 de agosto, por isso no dia 30 de agosto foi encaminhada a convocação para seu primeiro suplente, o Sr. Manoel Sérgio, logo ele possui 15 (quinze) dias para responder se aceita ou não ocupar a Vereança. Destacou que até o presente momento a Câmara Municipal não recebeu nenhum documento dizendo que o Sr. Manoel Sérgio aceitaria ou não assumir o cargo de Vereador, sendo que ele possui até o dia 14 de setembro para responder sua convocação. Continuando, o Vereador Presidente solicitou que fosse encaminhado um ofício do INNS no sentido de que seja informada a atual situação Previdenciária que se encontra o Ex-Vereador Manoel Sergio da Costa Silva. Tal solicitação deve-se ao fato do Ex Vereador ter sido convocado para ocupar uma cadeira neste Legislativo como 1º Suplente e, para tanto se faz necessária tal informação. Aprovado. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu que fosse encaminhada uma cópia deste requerimento para a Sra. Regina Célia. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - Solicitação no sentido de que seja informado à Câmara Municipal de Miracema se existe alguma possibilidade do Município de Miracema anistiar juros e multas dos contribuintes que estão com seus nomes inscritos na Dívida Ativa do Município. Aprovado. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves destacou que já viu este tipo de anistia em outros municípios. 02) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha - Solicitação no sentido de que seja estudado, em conjunto com a equipe Técnica do SAMU, se existe a possibilidade de instalar este serviço no Município de Miracema. Tal solicitação se deve ao fato de que o Município de Italva recebeu os representantes do Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (SAMU), durante uma semana, para tratar da instalação do serviço em cidades do Norte e Noroeste do Estado. Ressaltamos que o deferimento do pedido atenderá as necessidades locais, principalmente em casos de acidentes, tendo em vista que o nosso Município sequer possui uma Unidade do Corpo de Bombeiros. Aprovado. O Vereador Alexandre Barbosa Machado informou que a questão do SAMU é um pouco complexa e o objetivo do Governo do Estado é construir um SAMU em Itaperuna, pois ele é o município que representa a Região Noroeste, entretanto esta construção ainda iria

demorar. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Diretor da Empresa de Ônibus Viação Brasil, Dr. Valinho - Solicitação no sentido de que seja orientada aos motoristas a observância das Leis de trânsito no que se refere à velocidade no perímetro urbano do Município de Miracema. Outrossim, esclarecemos a V. Sa. que tal solicitação se deve ao fato de que os veículos da referida empresa estão circulando em alta velocidade dentro do Município, colocando em risco a integridade física dos pedestres. Aprovado. O Vereador Paulo Sérgio se Azevedo esclareceu que o trânsito dos ônibus da Viação Brasil e da Empresa Paraibuna é uma das situações que mais lhe preocupa no Município de Miracema, sendo que está fazendo um estudo para alterar a rota dos ônibus, fazendo com que os ônibus não trefeguem dentro do Município. O Vereador Alexandre Barbosa Machado disse que os ônibus transitam em uma velocidade muito grande dentro do Município. O Vereador João Siqueira Magalhães acredita que a Secretaria Municipal que cuida do trânsito deveria tomar alguma atitude em relação a este problema. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que os ônibus interrompem o trânsito dentro do Município, pois os referidos não possuem cobradores para auxiliar os motoristas. O Vereador Alexandre Barbosa Machado esclareceu que a Secretaria Municipal que cuida do trânsito está se estruturando para realizar este tipo de serviço. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que as demarcações realizadas pela Secretaria Municipal foram realizadas de forma equivocada, acrescentando que as pessoas devem conversar sobre as ações a serem tomadas em relação ao trânsito miracemense. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam instalados meio fios e canaletas na Rua Euzébio Ferreira dos Santos, com início próximo ao Posto de Saúde Scilio Tardim Faver, até a Rua João D'agosto, no Bairro Jardim Bervely, sendo que a referida já está asfaltada. Tal solicitação visa atender aos pedidos dos diversos moradores que residem na referida Rua e nas Ruas adjacentes. Deferido. 05) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Secretário Estadual de Agricultura, Sr. Christino Áureo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja aumentado o tempo da permanência da patrulha mecanizada no Município de Miracema para atender o restante das Estradas Vicinais. Aproveitando a oportunidade, solicitamos, ainda, a possibilidade de atendimento aos proprietários rurais com melhorias também nas estradas que dão acesso às propriedades. Por fim, agradecemos a ajuda já feita na

recuperação das referidas estradas, vista que aproximadamente 150 km (cento e cinquenta), ou seja 40% (quarenta por cento) da totalidade já foram concluídas. Aprovado. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a abertura dos banheiros da Quadra do Rinque nos finais de semana e nos dias de eventos, ou até mesmo a construção de novos banheiros para atender os cidadãos. Solicito, também, que seja realizada a reativação da Fonte iluminada e do bebedouro da Praça Dona Ermelinda, tendo em vista que o local é um Cartão Postal do Município de Miracema. Deferido. 07) Vereador Hugo Fernandes - A Direção do Posto de Emergência Dr. Sebastião Bruno - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa o número de atendimentos realizados neste P. U., referentes a acidentes automobilísticos, de janeiro de 2013 até a presente data. Aprovado. 08) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão na Lei nº 1367/11, no que tange a jornada de trabalho dos Professores do 6º ao 9º ano, tendo em vista que temos o conhecimento que os referido cumprem carga horária de 900h/aula/ano, sobrando assim 100h/aula/ano. Dessa maneira estamos de encontro ao que preceitua a LDB 9394/96, sendo necessário realizar uma redução da carga horária. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei Complementar que Altera acrescentando ao Anexo II da Lei 813/99, item III, mais 03 vagas de Auxiliar de Enfermagem, Grupo de Nível de Primeiro Grau de Escolaridade, Símbolo de Vencimento P-15. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que estas vagas estão sendo criadas para cumprir o TAC assinado anteriormente com o Ministério Público. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **02)** Projeto de Lei Complementar que Altera acrescentando ao Anexo II da Lei 813/99, item I, mais 04 vagas de Assistente Social, Grupo de Nível Superior de Escolaridade NS-02, Símbolo de Vencimento P-34; Item II mais 02 vagas de Técnico de Higiene Dental, Grupo de Nível de Segundo Grau de Escolaridade, SG-09, Símbolo de Vencimento P-22; Item II mais 01 vaga de Técnico de Informática, Grupo de Nível de Segundo Grau de Escolaridade SG-03, Símbolo de Vencimento P-22, todos de Recrutamento Restrito, e dá outras providências. O Vereador Alexandre Barbosa Machado esclareceu que existem vários Programas dentro da Secretaria Municipal de

Saúde que precisam de funcionários para elevar seus níveis, assim o Estado fornece mais verbas para o Município, por isso acredita que a aprovação deste Projeto é muito importante. Autoria: Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares Maurício Neves Vieira, em razão de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a CONANDA não tem poder sobre as Leis Municipais, Estaduais e Federais, sendo que suas Resoluções são apenas sugestões a serem seguidas ou não. Esclareceu que os Vereadores estão elaborando uma maneira de não prejudicar nenhuma pessoa e buscarão adaptar o Projeto de Lei para que ela possa ser votada regularmente. Por fim, acrescentou que está tendo o cuidado de analisar profundamente a legislação sobre o Conselho da Criança e do Adolescente, tendo muito cuidado nos casos omissos. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Congratulação ao Padre José Olavo Pires Trindade, pela passagem de seu aniversário. Solicitou, também, Moção de Aplausos ao Padre José Olavo Pires Trindade, pelos 40 anos de estadia no nosso querido Município, onde com muita determinação evangelizou e evangeliza nossos munícipes, através de seu exemplo de vida e fé. Seus ensinamentos contribuem para colocar principalmente os jovens no caminho da fé e da servidão a Deus e ao próximo, sendo um exemplo de cidadão. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para: 01) o Sr. Ilson Dezidério e demais familiares, em virtude do falecimento da Sra. Florisbela Eiras Dezidério; 02) a Sra. Solange Domiciano Ferreira Arantes e demais familiares, em virtude do falecimento da Sra. Esmeralda Domiciano. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que tem visto no Fantástico alguns casos de corrupção absurdos. Acrescentou que os maiores prejudicados são os cidadãos que não possuem condições financeiras suficientes para se sustentar, pois a classe política não está realizando seu trabalho normalmente. Esclareceu que estamos vendo algumas ações na saúde serem fraudadas, onde foram constadas autorizações absurdas, tais como uma operação de próstata em uma mulher e um parto no homem. Disse, ainda, que os Vereadores devem pensar bem em quem eles vão apoiar, pois

eles estarão assumindo um compromisso com a população. Acredita que um bom político deve buscar agradar a população, bem como trazer benfeitorias para o Município. Por fim, disse que todos os Vereadores são comprometidos, assim é preciso tomar algumas posições em favor da população, sendo que o Município de Miracema está passando por dificuldades financeiras e que torce para que este governo seja realizado com sucesso. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou: 01) Moção de Aplausos para o Sr. Mozar Carneiro da Rocha, pela conclusão do curso "Diagnóstico da brucelose e tuberculose e coleta de material para diagnóstico de encefalopatia espongiforme bovina (EEB)", promovido pela EMBRAPA Gado de Leite. Aproveitamos a oportunidade para parabenizar pela passagem do Dia Nacional do Médico Veterinário e pela dedicação e profissionalismo no trabalho junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário; 02) Moção de Pesar para a Sra. Gilcineia Dezidério Samel, em razão do falecimento da Sra. Florisbela Eiras Samel, sua avó; 03) Em conjunto com o Vereador João Siqueira Magalhães, Moção de Pronto Restabelecimento para o Sr. Sandro Soares, motorista da Prefeitura Municipal de Miracema, desejando uma rápida recuperação do acidente automobilístico sofrido. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador Gilson Teixeira Sales parabenizou duas jovens presentes na plateia, desejando muita felicidade do novo emprego e que elas continuem a agir da maneira que elas já são, pois elas foram aprovadas no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Miracema, como Assistentes Sociais, e preencherão duas novas vagas criadas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva também parabenizou as duas jovens e desejou sucesso em seus trabalhos. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 12/09/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 12 de setembro de 2013.

_____

_____

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número quarenta e dois, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 07, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício Circular nº 003/20103 da Câmara Municipal de Laje do Muriaé, convidando os Vereadores para a Sessão Solene em comemoração ao 51º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município; 02) Ofício PMM/SMOU nº 078/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, respondendo ofício nº 0333/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 03) Ofício nº 001/2013 do Narcóticos Anônimos convidando os Vereadores para participar de uma Informação ao Público; 04) Convite do Pastor José Hamilton para a Comemoração do Dia do Evangélico, que será realizada no dia 14 de setembro, às 19 horas, na Praça do Rink; 05) Projeto de Decreto Legislativo que Prorroga o prazo de vigência do Concurso Público de que trata o Edital nº 004/CEPUERJ/2011, de autoria da Mesa Diretora; 06) Ofício do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de que seja elaborado um Projeto de Lei visando a anistia de Juros e Multa dos Contribuintes que estão com débitos na dívida ativa do Município. Esclarecemos que tal solicitação está baseada na Lei Federal do REFIS. Por fim, solicito que, após elaborado o mencionado Projeto de Lei, este seja encaminhado a esta Casa Legislativa para apreciação e votação. Deferido; 07) Ofício nº 77/2013 da Corregedoria

do Município, respondendo ofício nº 551/2013, encaminhando cópia integral do Processo de Sindicância nº 2013.06568-1. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 08) Mandato de Intimação nº 1113/2013, referente ao Processo nº 0052300-22.2006.5.01.0471. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, João Siqueira Magalhães e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício; 09) Ofício nº 408/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 38/2013. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Miracema - Solicitação no sentido de que sejam informados os valores das subvenções sociais recebidas pelo Boi Pintadinho e Mineiro Pau Chacrinha e Associação Grupo Zumbi de Capoeira no período de 2008 a 2012, bem como que sejam informados os Vereadores que destinaram tais subvenções. Deferido. 02) Vereador Alexandre Barbosa Machado - À Diretoria da Empresa de Ônibus Viação Brasil - Solicitação no sentido de que um representante da referida Empresa compareça nesta Casa Legislativa com o objetivo de prestar alguns questionamentos abaixo relacionados, feitos pelos cidadãos e entidades do Município, objetivando melhorar os serviços prestados por esta empresa que é uma das principais empresas responsáveis pelo transporte diário de miracemenses, que trabalham em cidades circunvizinhas, cabendo ao Vereador investigar, fiscalizar e acima de tudo zelar pela integridade física dos nossos munícipes: 1) porque a inexistência de cobradores nos ônibus? 2) qual a jornada de trabalho dos motoristas? 3) como é feita a higienização dos ônibus? 4) como é feita a manutenção dos ônibus? 5) como se dá o transporte de menores sem acompanhante? 6) como se dá o treinamento dos colaboradores? 7) explicações com relação a superlotação. 8) como explicar a irregularidade nos horários dos ônibus? 9) como explicar a alta velocidade dos ônibus dentro do perímetro urbano? Aprovado. 03) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Gerente Regional da CEDAE - Sr. Geovane Freitas - Solicitação no sentido de que seja incluída na Tarifa Social "Cota Mínima", o futuro Conjunto Habitacional do Bairro Jove, uma vez que as obras já estão bastante adiantadas. Aprovado. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Reitor da Universidade Federal

Fluminense (UFF) - Solicitação no sentido de que seja agendada uma audiência, em regime de urgência, com os Vereadores de Miracema para tratarmos de assuntos referentes a uma possível desativação da Universidade no Município de Miracema em virtude da falta de pagamento da cota destinada a referida Universidade, bem como sobre a possibilidade de inclusão de novos cursos. Aprovado. Continuando, o Vereador João Siqueira Magalhães acredita que todos os Vereadores poderiam participar de uma reunião que ocorrerá amanhã no CIEP com estudantes, pois eles estão muito preocupados com o possível fechamento da Universidade, sendo que os Vereadores deveriam se unir para ajudar os alunos, pois assim todos ajudarão o Município de Miracema a crescer. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Secretário Estadual de Agricultura, Sr. Christino Áureo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja obtido um empréstimo junto ao Banco do Desenvolvimento Social (BNDES) para que o Município de Miracema possa reabrir sua Cooperativa Agropecuária, pois a referida é uma grande geradora de empregos e renda, sendo que contribuirá muito para o desenvolvimento do Município. Aprovado. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que o Secretário Estadual de Agricultura está muito entusiasmado com o Município de Miracema. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acrescentou que o Sr. Christino Áureo também recebeu um título de Cidadão Miracemense. 06) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja implementado o Imposto Premiado no Município de Miracema, bem como que o referido seja incluído na rubrica do Orçamento de 2014. Deferido. 07) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Deputado Federal Felipe Bournier - Solicitação no sentido de que envide esforços junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, objetivando a implementação do CEDERJ no Município de Miracema. Aprovado. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a metodologia do imposto premiado, no passado, já foi implantada com sucesso no Município de Miracema. 08) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a conclusão da limpeza nas manilhas da Barragem Seca do Bairro Hospital, bem como que seja retirado o mato e a terra que se encontra no Lago Seco do referido Bairro. Deferido. 09) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Estadual de Agricultura, Sr. Christino Áureo - Solicitação no sentido de que seja realizada a doação do terreno localizado na Avenida Nilo Peçanha, nº 50, no

Município de Miracema, conforme consta na CERTIDÃO e do Oficio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, em anexo. Esclarecemos que o referido terreno será utilizado para a construção da Sede da Câmara Municipal de Miracema, tendo em vista que nosso Legislativo não possui Sede própria, e por ser um sonho antigo do Legislativo. Contando, pois, com o alto espírito público de V. Exa. agradecemos antecipadamente, e aproveitamos a oportunidade para renovar protesto de estima e consideração. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que conversou com uma técnica de contabilidade e foram lhe esclarecidos alguns pontos sobre a anistia de juros, pois existe uma Lei Federal que permite a referida anistia em algumas situações. Acrescentou que a população não possui a informação correta sobre seus direitos, sendo que Constituição e o Estatuto do Idoso concede o direito ao idoso de possuir a isenção de seu IPTU, desde que sejam cumpridos alguns requisitos. O Vereador Alexandre Barbosa Machado esclareceu que as reuniões de discussão do Orçamento Participativo já começaram, sendo que toda a Programação já está disponível para os Vereadores. Acrescentou que o Secretário de Governo, Sr. Eduardo Lucio Tostes Botelho, mais conhecido como Dadade, disse que nunca viu ser colocado em prática no Município de Miracema um Planejamento Participativo deste modo, bem como que o Secretario de Fazenda, Sr. João Serri, disse que o Município tem uma dívida exorbitante de exercícios anteriores a título de precatórios. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres agradeceu as Empresas Miracemenses que vem lhe ajudando a empregar os jovens de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o Promotor de Justiça encaminhou um documento para a Câmara Municipal sugerindo algumas ações em relação ao Conselho Tutelar de Miracema, sendo que num caso semelhante, em outro Município, foi retirada a responsabilidade da Câmara Municipal em criar uma Lei autorizando a prorrogação de mandato dos Conselheiros. Por fim, disse que o Projeto poderia ser divido em duas partes, uma com o aumento dos salários e outra com a prorrogação de mandato, sendo que os Vereadores devem analisar esta situação com muita atenção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares ressaltou que o Mandato de Intimação que chegou nesta Casa Legislativa se refere a uma CPI que foi constituída no passado. Por isso, solicitou que fosse encaminhada uma cópia do referido Mandato de Intimação entregue nesta Casa

Legislativa para o Sr. Prefeito Municipal e para os Diretores do Hospital de Miracema. Deferido. Esclareceu que a Prefeitura Municipal já está tomando algumas medidas em relação a estes fatos, sendo que estão sendo criadas diversas vagas para preenchimento por Concurso Público. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Eduardo Mota Gonçalves, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, também solicitou Moção de Aplausos para a Diretoria da CAPPS/CAMEDS, pela conquista obtida junto ao Poder Judiciário, mostrando que a justiça prevalece. Por fim, pediu ao Líder do Governo, Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, para solicitar ao Sr. Prefeito Municipal para consertar as traves no rinque. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que se este problema não for resolvido pela Prefeitura Municipal, se compromete a doar novas traves. O Vereador Fabrício de Sá Xavier acrescentou que alguns servidores estão reclamando que perderam suas insalubridades, sendo que o Sindicato está analisando estas situações. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Pronto Restabelecimento para o Sr. João Maciel Graça Jr. O Vereador Hugo Fernandes propôs aos Vereadores que seja realizada um estudo sobre a possibilidade dos Vereadores se unirem para viajarem à Brasília para realizarem algumas visitas aos Deputados, com o objetivo de conseguirem melhorias para o Município de Miracema. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 16/09/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 16 de setembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número quarenta e três, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu se sentiu na obrigação de estar presente nesta Sessão, pois fez um requerimento solicitando 15 (quinze) dias de licença para tratar de assuntos particulares, sendo que tal requerimento, entretanto de acordo com a Lei Orgânica Municipal os Vereadores não poderiam solicitar uma licença inferior a 30 (trinta) dias. Dessa maneira, acrescentou que não descumprirá as leis e gostaria que o Vereador Presidente esclarecesse a situação e citasse o referido dispositivo legal. O Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que o requerimento do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno foi feito baseado no §2º do Art. 91 do Regimento Interno, onde diz que o Vereador pode se licenciar para tratar de assunto de interesse particular, sendo que este período não pode ser superior a 120 (cento e vinte) dias, entretanto o §4º do Art. 47 da Lei Orgânica Municipal estabelece que a licença do Vereador para tratar de assuntos particulares não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias e o Vereador não poderá reassumir o mandato antes do término da licença. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que por estes motivos disse irá se retirar do Plenário. O Vereador Hugo Fernandes destacou que, como Presidente desta Casa Legislativa, buscará sempre cumprir o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal, assim esclareceu que no dia seguinte ao dia em que o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno pediu sua licença, encaminhou a convocação ao 1º Suplente, Sr. Manoel Sérgio para exercer a vereança, porém o Sr. Manoel Sérgio, respeitando o prazo que possuía, respondeu que não aceitaria exercer a função de Vereador, pois esta de licença médica. Continuou dizendo que, no mesmo dia do recebimento da resposta negativa do Sr. Manoel Sérgio, encaminhou a convocação para o 2º Suplente, a Sra. Regina Célia, conforme estabelece a Legislação Municipal. Antes de iniciar os

trabalhos o Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que de acordo com o Artigo 11 do Regimento Interno da Casa, ia dar posse ao Suplente de Vereador Regina Célia Titonelli Nunes, da Coligação Proporcional "Renovação de Verdade", na vaga decorrente do pedido de licença do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, para tratar de assuntos particulares. Na oportunidade pediu à Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes, que manifestasse o seu compromisso em conformidade com a Lei, nos seguintes termos: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as Leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem estar do seu povo". A Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes, respondeu "Assim o Prometo". Continuando, após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 01, Versículos 14 e 15. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 418/2013 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei Complementar nº. 40/2013 que dispõe sobre o Código Tributário; O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma cópia deste ofício; 02) Ofício PMM/SEFAZ nº. 058/2013 da Secretaria Municipal de Fazenda encaminhando a Programação das Reuniões para o Plano Plurianual e o Orçamento Participativo. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador; 03) Ofício nº 02/2013 do Centro de Promoção Social São Francisco de Assis; 04) Ofício nº 417/2013 - GAB do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei Complementar nº. 39/2013; 05) Ofício do Manoel Sérgio da Costa Silva, respondendo ofício nº 569/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para o INSS, conforme pedido pelo Sr. Manoel Sérgio; 06) Ofício DER-RJ/GAB nº 378/2013 do Departamento de Estradas e Rodagem do Rio de Janeiro, respondendo o ofício nº. 0522/2013. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou uma cópia deste ofício; 07) Ofício ASSESSUP nº. 099/2013 da Assessoria Superior da Prefeitura Municipal agradecendo o espaço físico cedido pela Câmara Municipal para a realização do curso de capacitação do SEBRAE; 08) Ofício

PMM/SMOU nº 080/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo agradecendo a Moção de Aplausos recebida; 09) Telegramas NºRef: 013829/MS/SE/FNS, 008125/MS/SE/FNS, 010007/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 10) Ofício PMM/SMAS nº. 350/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando Relatório das atividades Desenvolvidas na Secretaria no mês de agosto de 2013. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes - Ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema, Sr. Hugo Fernandes - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja retomado o Projeto que deu origem a Lei nº 1055 de 24 de junho de 2004, considerando que: a) é importante disseminar a participação política do cidadão, do estudante desde a base e esse foi o principal motivo pelo qual eu reapresento o referido Projeto; b) educação é fundamental para o país, é fundamental para o crescimento e desenvolvimento humano que traz o discernimento da pessoa; c) recentemente todos nós vimos uma grande mobilização social no país que teve como motivação justamente a participação política. Por fim, acredito que é através da disseminação dessa ideia de "eleição", da política desde a base, que nós vamos alcançar um futuro melhor para nossos filhos e netos a uma maior conscientização política. O momento é justamente esse, concluo eu, de retomada da ideia original do Projeto como forma de provocar uma participação política dos jovens de Miracema na política da sociedade, na política local. Ademais, encaminho em anexo texto "Política é cidadania" de autoria do filósofo e professor Mario Sérgio Cortella, que fundamenta e enfatiza o exercício da política e cidadania nas escolas. Continuando, a Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes disse que recebeu a convocação do Vereador Presidente e, aceitou exercer a Vereança com o objetivo de contribuir com os trabalhos da Câmara Municipal. O Vereador Hugo Fernandes informou que vai analisar este requerimento com carinho e atenção. 02) O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou que seu Requerimento da última sessão seja retificado, uma vez que convidou os representantes da Empresa de Ônibus Brasil para comparecerem nesta Casa Legislativa, logo gostaria de retirar o convite e encaminhar as perguntas para serem respondidas por escrito. Deferido. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Secretário Estadual de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida, Sr. Marcos Vinicius - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam

construídos 03 (três) Parques Academias ao ar livre no Município de Miracema, nos seguintes bairros: no Vale do Cedro, na Praça Itália; no Centro de Convivência e na Praça do Cruzeiro. Tal solicitação se deve ao fato de que a utilização dessas academias prioriza a saúde e trabalha a capacidade aeróbica dos idosos e dos jovens. Aprovado. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Diretor da CEDAE - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam consertados os dois vazamentos da rede de água, localizada na Rua Marechal Floriano, um frente ao Banco Itaú e outro em frente à loja OTW. Aprovado. 05) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema, Sr. Hugo Fernandes - Solicitação no sentido de que os Projetos de Lei que tratam da Confissão de Dívida do Município com a CAPPS/CAMEDS sejam retornados ao Poder Executivo para que possam ser sanados alguns problemas, sendo que inclusive o Termo de Acordo deverá ser assinado devidamente pelo Presidente regular da CAPPS/CAMEDS. Deferido. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Diretor do DER-RJ, Dr. José Maurício Mercante - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a "Operação Tapa Buracos" nas seguintes Ruas: a) Rua Bernardino Cardoso Dias, na Vila Nova e; b) Rua Governador Roberto Silveira, Bairro Santa Tereza. Aprovado. 07) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Vice-Governador Luiz Fernando Pezão - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja liberada junto ao DER - RJ o asfaltamento que liga o Município de Miracema ao Município de São José de Ubá, que será de grande importância para o escoamento de produtos agrícolas de ambos os Municípios. Aprovado. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que esta solicitação também será assinada pelo Sr. Prefeito Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que já fez um requerimento neste sentido diretamente ao DER-RJ. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que este requerimento será realizado diretamente ao Vice-Governador, sendo que também vai solicitar a construção da Câmara. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que está sendo feita a repetição de alguns requerimentos e, por questões de ética acredita que isto não poderia estar acontecendo. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que entende as palavras do Vereado João Magalhães, mas está fazendo o requerimento ao Vice-Governador, sendo que não sabe se será Vereador no próximo mês, pois sua situação é diferente. 08) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - A Superintendência Estadual da FUNASA

no Rio de Janeiro - Solicitação no sentido de que seja realizada a inclusão do Distrito de Paraíso do Tobias, do Município de Miracema, no Programa Municipal de Saneamento Básico, para que sejam trocadas todas as redes de esgotos. Solicito, ainda, que sejam feitos novos manilhamentos nos locais onde não existirem as redes de esgotos, tratando assim todo o esgoto deste Distrito. Aprovado. 09) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Secretário Estadual de Esportes, Sr. André Luiz Lazaroni de Moraes - Solicitação no sentido de que o Município de Miracema seja incluído no "Projeto Bolsa Atleta", considerando que em nosso Município existem adolescentes e jovens com futuro promissor nos esportes. Esclarecemos que o Programa Bolsa Atleta tem por objetivo possibilitar o desenvolvimento do esporte olímpico de formação, mediante a concessão de bolsas a atletas, atletas portadores de necessidades especiais e potenciais atletas, oferecendo-lhes melhores condições para que possam se dedicar ao treinamento permanente e as competições esportivas. Aprovado. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que os requisitos para a concessão da Bolsa Atleta estão disponíveis na internet. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei e 01 (um) Projeto de Decreto Legislativo: **01)** Projeto de Lei Complementar que Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Prefeito Municipal. A Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes esclareceu que já analisou os Projetos de Lei que estão em votação no dia de hoje. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **02)** Projeto de Lei complementar que Altera acrescentando ao Anexo II da Lei 813/99, item I, mais 01 vaga de Assistente Social, Grupo de Nível Superior de Escolaridade NS-02, Símbolo de Vencimento P-34, recrutamento restrito, e dá outras providências. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que este Projeto de Lei fará com que os concursados sejam convocados. A Vereador Regina Célia Titonelli Nunes esclareceu que no passado existia uma Assistente Social que trabalhava junto à Secretaria de Educação, por isso procurou saber se isso ainda estava acontecendo, sendo que a Secretária Municipal de Educação informou que atualmente ninguém está exercendo este trabalho. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **03)** Projeto de Decreto Legislativo que Prorroga o prazo de vigência do Concurso Público de que trata o Edital nº 004/CEPUERJ/2011. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A

Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes disse que conta com o apoio dos demais colegas, pois exercerá suas funções como Vereadora por pouco tempo. Acrescentou que trouxe uma reportagem do Sr. Mário Sérgio Cortella, onde aduz que política é cidadania, embasando ainda melhor o seu requerimento sobre a Câmara Mirim. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que gostaria de assinar as Moções solicitadas. O Vereador Alexandre Barbosa Machado esclareceu que já assistiu à algumas palestras do Sr. Mário Sérgio Cortella e ele possui uma obra muito interessante chamada "Não espere pelos Epitáfios". O Vereador Carlos Magno da Silva Peres agradeceu ao Dr. Henrique Alberto Santos Ribeiro e ao Dr. José Maurício Mercante pela obra de reparos que será realizada na RJ 116, que liga Miracema ao Distrito de Venda das Flores, pois estas obras foram pedidas em seu requerimento. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu ao Vereador Paulo Sérgio pela Moção de Aplausos recebida por ter lutado para angariar recursos para a Liga Desportiva de Miracema. Esclareceu que fez dois requerimentos em seu gabinete endereçados ao Vice-Governador e gostaria que os referidos fossem entregues em mãos, sendo que os mencionados buscam a doação de dois ônibus para o Município de Miracema, uma para atender os estudantes universitários e outro para atender os idosos e as pessoas com necessidades especiais. Por fim, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para a Procuradora Geral do Município de Miracema, Dra. Marcele, pelo trabalho que vem desempenhando frente a Procuradoria do Município, trabalhando dentro da Lei, respeitando os direitos dos servidores e tratando bem todos os munícipes. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou: a) Moção de Pesar para os familiares do Sr. Marcelo de Oliveira Meireles em virtude de seu falecimento; b) Moção de Aplausos para o Dr. Jessé Pereira Mattos pelo carinho e atenção que atende os usuários do PSF da CEHAB. c) Moção de Aplausos para todas as Igrejas Evangélicas, parabenizando-as pela passagem do Dia do Evangélico, comemorado no dia 14 de setembro. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Continuando, esclareceu que ficou feliz no dia de hoje, pois foi a primeira vez que ouviu a palavra Licitação vinda do Poder Executivo, quando foi lido que a Prefeitura Municipal contratou uma empresa para a confecção do Projeto de Lei que institui o Novo Código Tributário. Acrescentou que gostaria de ver esta Casa Legislativa lutando pelos direitos dos servidores municipais, especialmente dos inativos. Disse que a Prefeitura Municipal se encontra com

algumas contas inadimplentes, principalmente em relação ao comércio, sendo que todas as denúncias realizadas por ele são pautadas em documentos. Aduziu que vai pedir o cardápio das merendas oferecidas nas Escolas Municipais, esclarecendo que já ocorreram vários atos de improbidade administrativa durante o atual governo. Acrescentou que o Sr. Prefeito Municipal fez um Decreto Executivo, em setembro, reduzindo diversos tipos de despesas sobre a redução de despesas, entretanto gostaria de saber se o contrato com a Empresa que faz a Coleta do Lixo será reduzido. Por fim, disse que o político vive de esperança e espera que a partir do próximo ano Miracema possa ter um governo mais centralizado e mais dinâmico, sendo que sempre torce para que o desenvolvimento do de Miracema, pois é preciso haver diálogo e união entre os Poderes Executivo e Legislativo. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que também está preocupado com os pagamentos dos servidores públicos inativos, sendo que já conversou com o Sr. Prefeito Municipal sobre este assunto. Esclareceu que vai tomar as providências devidas em relação aos problemas que vem ocorrendo no Município, sendo que também já procurou saber sobre os problemas ocorridos com a merenda escolar. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para os Organizadores do Evento "Dia do Evangélico", realizado no sábado dia 14 de setembro, na Praça do Rinque. Destacamos que este evento foi demonstrado o significado do Evangelho de Jesus Cristo na vida do ser humano. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Esclareceu que ficou muito feliz de ter participado naquele culto. Continuando, o Vereador Gideão Duarte Gonçalves entende que a oposição em relação ao Poder Executivo deve ser realizada com critérios, esclarecendo que sempre apoiará todos os atos que entender, podendo tais atos serem realizados por qualquer Prefeito Municipal, acrescentando que enquanto estiver como Vereador vai tomar suas atitudes de acordo com sua consciência. Informou que convidou todos os Vereadores do PMDB para conversar com o Vice-Governador, sendo que considerou as últimas eleições uma forma de advertência para algumas de suas atitudes, pois se arrepende de algumas atitudes suas e teve a oportunidade de pedir desculpas. Por fim, disse que sempre busca rever suas atitudes, esclarecendo que durante a legislatura passada, quando era Líder do Governo, já conversou diretamente com o Sr. Prefeito Municipal sobre diversos assuntos tratados na Câmara Municipal sobre os problemas do Município que ele sequer tinha conhecimento. O Vereador Gilson Teixeira Sales

parabenizou a Vereadora Regina Célia, desejando boas vindas e sucesso durante este período. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos ao Diretor do Esporte do Município de Miracema, Sr. Adumont, pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo na área do esporte de Miracema, com a participação do Município em alguns Campeonatos. Continuando, o Vereador disse que devemos procurar o Poder Executivo para sanar quaisquer tipos de dúvidas, pois através do diálogo diversos problemas podem ser resolvidos. Esclareceu que os problemas com a CAPPS se iniciaram no ano de 1996, acrescentando que o atual gestor está completando 09 (nove) meses de mandato, acreditando que este tempo pouco para avaliarmos sua atuação. Informou que o Prefeito Municipal delega alguns poderes para determinadas pessoas e espera que suas ordens sejam cumpridas, sendo que se coloca a disposição para realizar as devidas fiscalizações. Concluindo, disse que não podemos colocar todos os problemas de Miracema sob a responsabilidade do atual Prefeito, sendo que a população elegeu o plano de governo que acreditou ser melhor, assim, para que tal plano seja colocado em prática é preciso que seja realizado alguns atos, tais como a criação de alguns cargos. Por fim, disse que a Câmara Municipal não se omitiu e tudo o que foi pedido pelo Prefeito foi atendido com o objetivo de ajudar o Município de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes disse que começou a realizar um projeto denominado “Sábado Divertido”, onde uma vez por mês realizará algumas atividades recreativas para as crianças em algum bairro do Município, acrescentando que o evento foi muito legal e interessante e teve a participação de diversas crianças. Esclareceu que entende a preocupação do Vereador Fabrício de Sá Xavier, pois existem alguns pontos em que o atual governo precisa consertar, mas discorda de alguns pontos. Disse que a gestão atual herdou alguns problemas da gestão anterior, sendo as dívidas em relação à frota de trânsito um deles, acrescentando que existem algumas obras, iniciadas na gestão passada, inacabadas. Informou que possui um levantamento sobre as criações de cargos realizadas nas gestões anteriores. Aduziu que muitos cargos criados durante esta gestão são gratificações destinadas aos funcionários públicos concursados que exercerem algum tipo de chefia. Continuando, disse que a dívida previdenciária com a CAPPS teve origem no ano de 1996 e, desde então, não teve nenhum tipo de solução. Afirmou que o Poder Executivo ainda deve melhorar em muitos pontos e que o Vereador Fabrício de Sá Xavier sabe como é difícil participar da gestão de um Município, pois exerceu o cargo de Assessor Superior

durante a gestão passada. Por isso, pede a compreensão do Vereador e que ele tenha um pouco mais de paciência, entretanto deseja que ele continue fiscalizando os atos do Poder Executivo, principalmente em relação à merenda escolar, pois todos os atos do governo devem ser fiscalizados. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 19/09/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 19 de setembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número quarenta e quatro, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Regina Célia Titonelli Nunes, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 46, Versículos 01 e 07. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício SEFAZ/SGAB nº. 577/2013 da Secretaria Estadual de Fazenda, respondendo ofício nº. 0479/2013; 02) Ofício PSMM/SMS nº. 040/2013 do Pronto Socorro Municipal de Miracema, respondendo ofício nº. 0637/2013. Os Vereadores Hugo Fernandes, Genessi Rodrigues da Silva e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício nº. 05/2013 do Presidente do Centro de Ação Social Nossa Senhora Aparecida, Padre Joseph Thekkel; 04) Ofício do Conselho Municipal de Saúde de Miracema convidando os Vereadores para participar da reunião extraordinária que ocorrerá no dia 23 de setembro, às 14 horas, no Centro Cultural Melchíades Cardoso (Casa da Cultura). A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes - Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Miracema/RJ - Considerando que a educação é a base para a formação do cidadão; Considerando que a educação deve ser implementada desde o nascimento do cidadão, objetivando contribuir para sua formação social e política; Considerando que cabe ao Poder Público Municipal propiciar e assegurar o acesso à educação; Considerando que no processo educacional é importante demonstrar os deveres cívicos e políticos para uma

formação multidisciplinar; Considerando que a formação política e cívica são importantes para a construção do discernimento; Proponho a realização de uma audiência pública conjuntamente com integrantes de organizações sociais e outros membros da sociedade, para debater projetos, propostas, bem como discutir os rumos de medidas ligadas à educação, cidadania, política e voluntariado no Município, cuja justificativa passo a expor: 1) Das competências e atribuições do Município - O art. 1° da Lei Orgânica do Município estabelece os fundamentos do Município, entre eles destaca a cidadania, dessa forma: Art. 1º - O Município de Miracema integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil e tem como fundamentos: I - a autonomia; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. “Fundamentos” são aqueles valores básicos aos quais o Município está submetido e comprometido a desenvolver e respeitar. Soma-se ao exposto os deveres do Poder Público Municipal em relação à educação, inclusive, como uma das formas de promover a cidadania, o voluntariado e a cultura. Nesse pormenor, diversos dispositivos da Lei Orgânica do Município reiteram essa obrigação, assim: Art. 15 - É da competência comum do Município, da União e do Estado, na forma prevista em lei complementar federal: ... V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; Art. 142 - Para atingir os objetivos estabelecidos no artigo anterior, o Município proverá por todos os meios ao seu alcance: I - condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer; Art. 151 - O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, que serão ministrados com base nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais de ensino garantidos, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.* (Redação dada pelo art. 25 da Emenda nº 04, de 19 de outubro de 1998). Art. 158 - É da competência comum da União, do Estado e do Município proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência. 2) Dos Deveres do Poder Legislativo e a forma - O art. 1º do

Regimento Interno da Câmara de Vereadores deixa claro que o Poder Legislativo local tem entre seus deveres a fiscalização e controle externo do Executivo, isso significa que todas as competências do Município podem e devem ser acompanhadas pelo Câmara de Vereadores, nesse sentido: Art. 1º – O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções Legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos e de sua economia interna. Portanto, considerando a importância que a educação representa para o Município é de fundamental relevância que esta casa promova a mais ampla discussão, objetivando sempre contribuir para o aperfeiçoamento das atividades, a respeito do tema. Acresce-se que é dever dessa casa propiciar elementos, em interação com a sociedade civil, que se destinem a avaliar e sugerir eventuais mudanças em relação à política educacional do Município. Logo, como dever e direito do Vereador, é possível fazer requerimentos destinados a promoção de propostas, cujo art. 123 do Regimento Interno é expresso: Art. 123 - Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão, feito ao Presidente da Câmara, ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente ou da Ordem do Dia, ou de interesse pessoal do Vereador. Sendo certo que a competência para apreciação de propostas destinadas à realização de audiência pública serão dirigidas ao Presidente da Câmara ou à Comissão Permanente que tenha correlação com a matéria, conforme exposto no Regimento Interno: Art. 39 – Compete ao Presidente da Câmara: ..... XII - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade; ..... XVII - conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e horas prefixados; Art. 55 – Às Comissões Permanentes em razão da matéria de sua competência, cabe: ..... III - Realizar audiências públicas com entidades da Sociedade Civil. 3) CONCLUSÃO - Diante do exposto, proponho ao Presidente da Câmara Municipal a realização de uma audiência pública, conjuntamente com integrantes de organizações sociais e outros membros da sociedade, para debater projetos, propostas, bem como discutir os rumos de medidas ligadas à educação, cidadania, política e voluntariado no Município, solicitando seja publicado edital convocando as entidades e integrantes da sociedade civil que queiram participar, bem como, desde já: 1) A Secretária de Educação do Município, Profª Ana Maria Veiga

Guimarães; 2) O Diretor de Esportes do Município, Sr. Adumont Magacho Monteiro; 3) A Coordenadora Regional de Educação do Noroeste Fluminense, Prof. Dra. Luciana Vicente; 4) Regina Célia Titonelli Nunes – Educadora, Ex-Secretária Municipal de Educação, Assistente Social; 5) Especialistas de Educação; 6) Outros. Deferido. Prosseguindo, a Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes esclareceu que é importante a Câmara Municipal oferecer a oportunidade da população participar diretamente de alguns assuntos, sendo que a atitude do Vereador Hugo Fernandes com a realização dos Gabinetes Itinerantes é excelente, sendo que sempre realizou propostas objetivando a melhoria da educação. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que um de seus primeiros atos como Presidente foi a instalação da transmissão das reuniões pela internet, pois sempre se preocupou em fazer com que as informações cheguem corretamente à população. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma regularização na antena de Televisão do Distrito de Paraíso do Tobias, uma vez que os moradores do referido Distrito que não possuem antena parabólica, ou outro tipo de antena por assinatura, não estão conseguindo captar os sinais dos canais de TV, funcionando apenas a TV Globo. Deferido. 03) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Fernandes - Solicitação no sentido de que sejam incluídos na Ordem do Dia, em Regime de Urgência Simples, os Projetos de Lei Complementar que acrescenta mais uma vaga de odontólogo e que institui o Novo Código Tributário no Município de Miracema. Conforme estabelece o Artigo 145 do Regimento Interno: "*O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário*". O Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o requerimento em votação. A Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes aprovou o requerimento. O Vereador Alexandre Barbosa Machado aprovou o requerimento. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres aprovou o requerimento. O Vereador João Siqueira Magalhães pediu que o Vereador Paulo Sérgio esclarecesse seu requerimento. O Vereador Paulo Sérgio esclareceu que seu requerimento pede urgência nas votações dos referidos Projetos de Lei. O Vereador João Siqueira Magalhães aprovou o requerimento. A Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes esclareceu que o Projeto de Lei que institui o Novo

Código Tributário de Miracema é muito polêmico para ser votado com muita rapidez. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que serão realizadas duas votações no referido Projeto de Lei, sendo que os Vereadores também possuem o direito de pedir vista. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares aprovou o requerimento. O Vereador Fabrício de Sá Xavier aprovou o requerimento. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves aprovou o requerimento. O Vereador Gilson Teixeira Sales aprovou o requerimento. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva aprovou o requerimento. O Vereador Hugo Fernandes conclui que o requerimento foi aprovado por unanimidade. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Secretário Estadual de Agricultura, Sr. Christino Áureo - Solicitação no sentido de que seja agendada uma reunião, ou uma audiência, nesta Secretaria Estadual de Agricultura com o objetivo de discutirmos a reabertura da Cooperativa do Município de Miracema. Outrossim, esclarecemos que além de atender o interesse da população, a reabertura da Cooperativa vai contribuir de forma efetiva para a recuperação da área agropecuária e o início da abertura de outros estabelecimentos. Aprovado. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Solicitou Moção de Aplausos para o Governado do Estado, Sr. Sérgio Cabral e; para o Dr. Henrique Santos Ribeiro; pela continuidade do Programa "Asfalto na Porta" no Município de Miracema, programa este que teve seu início no governo anterior. Solicitou, também, Moção de Pesar para os familiares do Sr. José Carneiro da Rocha em virtude de seu falecimento. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Governador do Estado, Sr. Sérgio Cabral - Reiteração de solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam instaladas antenas repetidoras de celular, na Zona Rural de Miracema e, principalmente, nos Distritos de Paraíso do Tobias e Venda das Flores, objetivando a inclusão dos mesmos. Aprovado. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. 07) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Estadual de Fazenda, Sr. Renato Villela - Solicitação no sentido de que seja realizada de forma automática a concessão do benefício dos 2% (dois por cento) do ICMS para qualquer Empresa que se instale no Norte e Noroeste Fluminense, e que não precise ser avaliado em nenhuma Comissão de Finanças do Estado para conceder tal benefício. Possibilitando assim mais incentivos e atrativos para novas Empresas se instalarem nestas regiões. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscritos os Srs. João Antônio Serri, Secretário Municipal de Fazenda, e Fernando para falarem sobre o

Projeto de Lei que institui o Novo Código Tributário no Município de Miracema. Com a palavra, o Sr. João Serri, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que o Projeto de Lei sobre o Código Tributário está se referindo a um problema muito sério que vem ocorrendo no Município de Miracema, pois a Prefeitura foi notificada pelo Tribunal de Contas onde foram destacadas inúmeras irregularidades, sendo que tal relatório foi encaminhado de forma sigilosa, uma vez que menciona o nome de algumas pessoas. Acrescentou que o relatório aduz que o Município de Miracema possui uma das menores médias de arrecadação per capita, por isso foi determinado a realização de um plano de ações a serem realizadas pelo Município, sendo uma delas a realização de um estudo técnico para a implantação de um novo Código Tributário, pois o atual é um Decreto Executivo de 1973. Por fim, disse que o Projeto de Lei presente na Câmara Municipal foi realizado com base nestas informações e a Prefeitura não possui a finalidade de prejudicar a população contribuinte. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que nós sabemos da necessidade da reavaliação do Código Tributário, entretanto lhe causa muita estranheza os percentuais de reajuste presentes no Projeto, uma vez que o Município de Miracema possui uma população carente. O Sr. João Serri disse que o atual Código é muito antigo e o reajuste era pra estar sendo feito. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que o impacto deste reajuste será muito alto, destacando que a população vem realizando diversas movimentações sobre a cobrança de impostos. Acrescentou que este é um Projeto de Lei que deveria ser discutido com toda a população, sendo que os Vereadores têm apenas 10 (dez) dias para realizar a votação do Projeto, acrescentando que sabe da necessidade do Projeto, mas seu compromisso é com a população. O Vereador João Siqueira Magalhães disse ficou perplexo com a situação, pois este Projeto foi lido na última segunda-feira e está sendo colocado para votação no dia de hoje, uma vez que, devido à sua extensão, os Vereadores ainda não tiveram a oportunidade de ler seu conteúdo na íntegra. Esclareceu que fez uma leitura em alguns pontos e constatou que a Rua Santo Antônio, e algumas outras, possuem 4 (quatro) tipos de classificações, acreditando que os recursos próprios do Município, tais como IPTU, ISS e outros, atingem aproximadamente 4% de toda a receita do Orçamento Municipal, sendo que lamentavelmente os Prefeitos passados falharam, pois os reajustes deveriam estar sendo feitos regularmente. Acrescentou que esta Câmara

Municipal está sendo muito sacrificada com as situações que vem ocorrendo, uma vez que no início do mandato foi criada uma nova Secretaria com diversos cargos. Disse que os Vereadores deveriam ter um tempo maior para poder ler o Projeto, tendo em vista que os Vereadores não deveriam aprovar um Projeto desconhecido. Por fim, perguntou qual o critério adotado para a realização das classificações das ruas. O Vereador Alexandre Barbosa Machado complementou que também lhe causou estranheza algumas classificações das ruas. O Sr. Fernando esclareceu que é o responsável pela confecção do Projeto de Lei e, nele, é estabelecido que a majoração dos impostos referentes ao IPTU será realizada gradativamente até o ano de 2019, pois a atualização destes valores do ano de 1973 até a presente data seria muito acima do que a população poderia arcar, sendo que no próximo ano será cobrado apenas 60% (sessenta por cento) do valor total do aumento. Acrescentou que, apesar do reajuste, o Município de Miracema ainda vai cobrar a menor taxa de abate de animais do Estado e uma das menores do país. Continuando, informou que as classificações das ruas por regiões foram retiradas da Lei Orgânica Municipal, onde o mapa foi dividido em cores, sendo que esta divisão já existia. O Sr. Fernando esclareceu que, caso exista algum equívoco em relação à determinada rua, este problema é cadastral, pois a alteração do código não alterou este tópico. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou qual foi o índice adotado para a definição dos IPTU's. O Sr. Fernando esclareceu que os valores presentes no Projeto por metro quadrado são referentes ao valor venal do imóvel, sendo que depois de calculado este valor o IPTU será calculado em cima deste valor. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou qual foi o critério utilizado para determinar o imposto dos taxistas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que existe uma taxa que será cobrada dos taxistas para a realização da transferência do ponto de taxi. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que também possui a mesma preocupação do Vereador João Magalhães, pois queira saber qual o critério utilizado para o reajuste do imposto dos taxistas. O Sr. Fernando informou que foi feito um estudo no Estado no Rio de Janeiro, sendo que o valor de aproximadamente R$ 300,00 (trezentos reais) que seria cobrado ainda é considerado baixo. Acrescentou que existe uma tabela judiciária que foi utilizada para realizar a conversão do valor antigo para um valor atual, sendo que os valores existentes no Decreto de 1973, em relação aos

logradouros municipais, foram atualizados de acordo com a referida tabela. Continuando, o Sr. Fernando esclareceu que no Projeto de Lei foi estabelecido que o aumento real dos valores do IPTU estaria girando em torno de 30 (trinta) ou 50% (cinquenta por cento), acrescentando que será feito um recadastramento dos imóveis, e já foi constado que existem aproximadamente 1000 (mil) imóveis onde o valor de IPTU foi diminuído. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que com o aumento do IPTU a população também estará valorizando seu patrimônio. O Sr. Fernando esclareceu que o reajuste do valor venal beneficiará os contribuintes, sendo que o aumento do IPTU será feito gradativamente ao longo de 05 (cinco) anos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que ficou preocupado ao verificar que a taxa do ISS será cobrada com base na receita bruta. O Sr. Fernando esclareceu que a base de cálculo do ISS, de acordo com o entendimento do STF, não pode ser modificada, acrescentando que ao confeccionar o Projeto foi tomada a preocupação de estipular valores diferentes para as atividades de acordo com as necessidades do Município. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que está observando alguns critérios de reajuste com bons olhos, pois diversos tipos de serviços também foram reajustados. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que existem determinadas Ruas que estão localizadas em mais de uma região. Acrescentou que alguns ISS's devem realmente serem reajustados tanto para mais, quanto para menos, pois é preciso que o Município de Miracema seja valorizado. Por fim, esclareceu que está utilizando a ajuda do funcionário Rodolfo, que também contribuiu par o Código Tributário. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva informou que ele e o Vereador Fabrício de Sá Xavier possuem prova na Faculdade e por isso, pedem licença para se retirar da reunião, aproveitado a oportunidade para agradecer a presença dos Srs. João Serri e Fernando, com o objetivo de esclarecer as dúvidas do Projeto do Código Tributário. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que o estudo do Projeto será realizado. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou qual o critério de percentual utilizado para a realização do aumento do abate e dos taxistas, uma vez que um é de 100% (cem por cento) e o outro de aproximadamente 300 (trezentos). O Sr. Fernando disse que não é possível compara uma taxa de abate com a taxa de um profissional autônomo, sendo que foram feitos estudos com base em diversos Municípios parecidos com Miracema. O Vereador Hugo Fernandes

esclareceu que o Projeto de Lei vai ser votado apenas em primeira votação e, com certeza, será apresentada alguma emenda para a alteração de algumas taxas, sendo que nenhum Projeto de Lei é votado com muita rapidez na Câmara. Acrescentou que o Prefeito Municipal deve ser parabenizado por ter tido a coragem em apresentar o referido Projeto, sendo que na segunda-feira qualquer pessoa interessada pode utilizar o espaço destinado a Tribuna Livre para expor seu ponto de vista. Por fim, disse que os Vereadores sempre irão lutar pelo bem do Município e de sua população. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que existem algumas discordâncias em relação à taxa de localização de alguns estabelecimentos, acrescentando que foi inserida no Projeto do Código Tributário a possibilidade de parcelamento das dívidas. Por fim, disse que existe um estudo que está sendo realizado sobre a possibilidade de anistiar os juros e multas dos contribuintes em atraso. O Sr. Fernando disse que ainda existem algumas questões que serão regulamentadas futuramente, tais como isenção, imunidade, entre outras, inclusive com a criação de um Conselho de Contribuintes. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que durante o governo passado a Prefeitura não conseguiu fazer nenhum tipo de isenção para as pessoas necessitadas, assim gostaria de saber se existe esta possibilidade prevista no Projeto de Lei. Esclareceu que houve um equivoco cometido com a Empresa que presta serviços para a Prefeitura, onde não estava sendo feita nenhum tipo de correção nos impostos a serem pagos para o Município. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que sempre teve preocupação com a anistia de juros e multa das dívidas dos contribuintes, pois esta anistia incentiva a população de colocar suas dívidas em dia. O Sr. Fernando esclareceu que a anistia referente a juros e multa não incide sobre a correção monetária. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que também será realizada, no futuro, uma espécie de imposto premiado para assim incentivar os contribuintes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se existe alguma diferença de impostos entre o prédio residencial e o comercial. O Sr. Fernando disse que existe um fator chamado planta da construção, onde os valores são divididos em 06 (seis) tipos, sendo que quando o valor venal será estipulado é levado em conta o tipo de construção. A Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes disse que reconhece a competência do Secretário de Fazenda e entendeu as explicações do Sr. Fernando, entretanto ainda acredita que o tempo para que a votação deste Código seja realizada

é muito curto. O Sr. Fernando informou que a necessidade do Projeto ser votado até o final do mês é porque toda a majoração de impostos deve ser votada 90 (noventa) dias antes do término do ano, para que ela possa ser válida já no próximo ano, acrescentando que o estudo já estava sendo feito há algum tempo, coincidindo com a notificação do Tribunal de Contas. Por fim, destacou também que existe a necessidade do Município de se adequar a cobrança de algumas taxas, tais como o recolhimento do lixo, iluminação pública e outras. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 05 (cinco) Projetos de Leis e 01 (um) Projeto de Decreto Legislativo: **01)** Projeto de Lei Complementar que Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.447, de 19 de setembro de 2013. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Aquisição de Veículos Escolares, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.06 - Secretaria Municipal de Educação - Função: 12 – Educação - Subfunção: 361 - Ensino Fundamental - Programa: 0191 - Transporte Escolar aos Alunos do Município - Ação: Aquisição de Veiculo Escolar - Produto: Veiculo Escolar Adquirido - Metas Físicas: 01 Unidade - Valor: R$ 139.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais). Art. 2º- O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no Art. 1º. Art. 3º- A fonte de recursos para o referido Credito Adicional Especial advêm do Termo de Compromisso PAR firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura Municipal de Miracema sob o Nº 8055/2013, sendo o repasse no valor de R$ 139.000,00 (Cento e trinta e nove mil reais) em conformidade com o disposto no art.43, § 1º, inciso II, da Lei Federal Nº 4.320/64. Art. 4º- Fica nesta ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Credito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal Nº 4.320/64. Art. 5º- O presente

programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei Complementar que Altera acrescentando ao Anexo II da Lei 813/99, item III, mais 03 vagas de Auxiliar de Enfermagem, Grupo de Nível de Primeiro Grau de Escolaridade, Símbolo de Vencimento P-15. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.448, de 19 de setembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica acrescentado ao Anexo II da Lei 813/99, 03 (três) vagas de Auxiliar de Enfermagem, Grupo de Nível de Primeiro Grau de Escolaridade PG-06, símbolo de Vencimento P-15, cujas atribuições já foram especificadas no Anexo V, item III.06, da referida Lei, perfazendo um total de 27 (vinte e sete) existentes no Município. Art. 2º- As despesas decorrentes da presente Lei, têm sua classificação na forma do presente artigo, conforme segue: - Vaga: Auxiliar de Enfermagem - Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde - Classificação Funcional: 10.301.0025.2.017.000 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Elemento: 3.1.90.11.01.00.00. Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei Complementar que Altera acrescentando ao Anexo II da Lei 813/99, item I, mais 04 vagas de Assistente Social, Grupo de Nível Superior de Escolaridade NS-02, Símbolo de Vencimento P-34; Item II mais 02 vagas de Técnico de Higiene Dental, Grupo de Nível de Segundo Grau de Escolaridade, SG-09, Símbolo de Vencimento P-22; Item II mais 01 vaga de Técnico de Informática, Grupo de Nível de Segundo Grau de Escolaridade SG-03, Símbolo de Vencimento P-22, todos de Recrutamento Restrito, e dá outras providencias. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.449, de 19 de setembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica acrescentado ao Anexo II da Lei 813/99, 04 (quatro) vagas de Assistente Social, Grupo de Nível Superior de escolaridade NS-02, Símbolo de Vencimento P-34, cujas atribuições já foram

especificadas no Anexo V, item B-I.02, da referida Lei, perfazendo um total de 11 (onze) vagas existentes no Município. Art. 2º- Fica acrescentado ao Anexo II da Lei 813/99, 02 (duas) vagas de Técnico de Higiene Dental, Grupo de Nível Segundo Grau de escolaridade SG-09, Símbolo de Vencimento P-22, cujas atribuições já foram especificadas no Anexo V, item II-09, da referida Lei, perfazendo um total de 09 (nove) vagas existentes no Município. Art. 3º- Fica acrescentado ao Anexo II da Lei 813/99, 01 (uma) vaga de Técnico de Informática, Grupo de Nível de segundo Grau de escolaridade SG - 03, Símbolo de Vencimento P-22, cujas atribuições já foram especificadas no Anexo V, item II-03, da referida Lei, perfazendo um total de 05 (cinco) vagas existentes no Município. Art. 4º- As despesas decorrentes da presente Lei, têm sua classificação na forma do presente artigo, conforme segue: - Vaga: Assistente Social - Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Assistência Social - Plano de Trabalho: 08.244.0041.2.130.00 - Dotação: 3.1.90.11.01 - Ficha: 423 - Vaga: Técnico de Higiene Dental - Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde - Plano de Trabalho: 10.301.0025.2.017.000 - Dotação: 3.1.90.11.01 - Ficha : 450 - Vaga: Técnico de Informática - Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Planejamento - Plano de Trabalho: 04.122.0095.2.130.00 - Dotação: 3.1.90.11.01 - Ficha : 62. Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **04)** Projeto de Decreto Legislativo que Prorroga o prazo de vigência do Concurso Público de que trata o Edital nº 004/CEPUERJ/2011. Autoria: Mesa Diretora. Em segunda votação o Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo Lei nº 70, de 19 de setembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo: Art. 1º - Fica prorrogada, por mais dois anos, a vigência do Concurso Público realizado pela Câmara Municipal de Miracema, concernente ao Edital nº 004/CEPUERJ/2011, cujo Resultado Final foi homologado nos termos do Decreto Legislativo nº 66, de 01 de dezembro de 2011. Art. 2º - Continuam vigentes todas as regras constantes no Edital antes mencionado, em especial ao que se refere à investidura no cargo. Art. 3º - O prazo de vigência do Concurso se encerra em 01 de dezembro de 2015. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. **05)** Projeto de Lei Complementar que Altera acrescentando ao Anexo II da Lei 813/99, item I, mais 01 vaga de Odontólogo, Grupo de Nível

Superior de Escolaridade, Símbolo de Vencimento P-34. Autoria: Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.450, de 19 de setembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art. 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica acrescentado ao Anexo II da Lei 813/99, 01 (uma) vaga de Odontólogo, Grupo de Nível Superior de Escolaridade NS-14, símbolo de Vencimento P-34, cujas atribuições já foram especificadas no Anexo V, item B-I, da referida Lei, perfazendo um total de 14 (quatorze) existentes no Município. Art. 2º- As despesas decorrentes da presente Lei, têm sua classificação na forma do presente artigo, conforme segue: - Vaga: Odontólogo - Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde - Classificação Funcional: 10.301.0025.2.017.000 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Elemento: 3.1.90.11.01.00.00. Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **06)** Projeto de Lei Complementar que Institui no Município de Miracema "O Novo Código Tributário". O Vereador Hugo Fernandes propôs que, apesar do requerimento do Regime de Urgência Simples, fossem realizadas duas votações do referido Projeto de Lei, uma vez que sua matéria é bastante complexa. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado com duas abstenções, da Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes e do Vereador João Siqueira Magalhães, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales e Maurício Sant'Ana Soares. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes solicitou Moção de Aplausos para o Dr. Rodrigo Lima, Professor da UFF, pela conclusão de seu Doutorado com sucesso. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Solicitou também um requerimento ao Dr. Rodrigo Lima pedindo que ele estude a possibilidade de comparecer em Miracema para ministrar uma palestra para os Professores da Rede Municipal sobre um assunto de interesse da Educação. Aprovado. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que o Projeto do Código Tributário foi passado para a população com a mesma rapidez em que chegou nesta Casa Legislativa, entretanto foi passado de uma maneira errônea, pois as informações não foram passadas corretamente. Acrescentou

que é dever dos Vereadores passar as informações corretas para os contribuintes, pois os artigos do Projeto de Lei podem ser revistos pelos Vereadores, sendo que este é um assunto muito complexo e os Vereadores irão estudá-lo. Por fim, destacou que as informações estão sendo passadas de maneira equivocada para a população e parabenizou o Vereador João Siqueira Magalhães por sua preocupação com a Câmara Municipal, entretanto a população não tem o conhecimento da realidade de alguns fatos, sendo que por diversas vezes generaliza a Câmara de Vereadores, não levando em conta as atitudes individuais dos Vereadores. O Vereador João Siqueira Magalhães agradeceu a palavra do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, acrescentando que sempre vota de acordo com sua consciência, não se importando se a população tem conhecimento ou não de seu voto. Continuando, disse que está preocupado com o Projeto do Código Tributário porque suas informações ainda estão desconhecidas, uma vez que o referido é muito extenso. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu o Sr. Prefeito Municipal teve coragem ao tomar a responsabilidade de criar um novo Código Tributário, sendo que durante o tempo entre a primeira e a segunda votação será feita uma análise mais profunda do referido Projeto. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que chegou na Prefeitura Municipal um precatório no valor de aproximadamente R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para que seja feito pagamento, bem como que a dívida com a AMPLA foi refinanciada. Acrescentou que ainda existem algumas dívidas existentes, tais como: com a Caixa de Previdência, com a UFF e algumas outras. Por fim, disse que foi realizada uma reunião entre a Prefeitura Municipal e a CAPPS/CAMEDS com o objetivo de regularizar as dívidas e sanar todos os problemas existentes. O Vereador Gilson Teixeira Sales agradeceu todos os Vereadores por terem assinado uma Moção de Aplausos para o Sr. Vagner Dias Bastos, mais conhecido como Vaguinho ex-cantor de pagode, que estará no Município de Miracema para participar de um evento sobre a Capelania. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Aplausos ao Sr. José Fernando Gama, Presidente e Treinador do Gama Esporte Clube de Venda das Flores Moção de Aplausos pelo brilhante trabalho que vem realizando nessa localidade, envolvendo mais de 50 crianças e adolescentes no esporte mesmo com pouquíssimos recursos e apoio. Na oportunidade, parabenizamos toda a Equipe do Gama Esporte Clube por ter conquistado o Campeonato Municipal 2013 - Sub 13, com

muita garra, raça e determinação. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para os Policiais Militares: a) Sérgio Murilo Nogueira de Moraes; b) Alex dos Santos de Abreu; pelo trabalho que eles vêm realizando junto às crianças miracemenses na Escolinha de Futebol. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 23/09/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 23 de setembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número quarenta e cinco, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Regina Célia Titonelli Nunes, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Mateus, Capítulo 21, Versículos 02 e 03. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para o Almoço Dançante do Centro de Convivência e da Assistência Social em comemoração ao Dia do Ancião, a ser realizado no dia 25 de setembro; 02) Ofício nº 093/2013 da Secretaria Municipal de Educação, respondendo ofício nº 005/2013 referente aos cardápios da Rede Municipal de Ensino. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva, Gilson Teixeira Sales e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício PMM/SMOU nº 083/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, respondendo ofício nº 593/2013. Os Vereadores Hugo Fernandes e Carlos Magno da Silva Peres solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício PMM/SMOU nº 082/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, respondendo ofício nº 550/2013. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou cópia deste ofício; 05) Ofício nº 036/2013 da Caixa Econômica Federal, da Sra. Franciny Pinheiro da Silva agradecendo pela Moção de Aplausos recebida; 06) Ofício do Secretário Municipal de Saúde, Sr. José Carlos Cabreira agradecendo a Moção de Aplausos recebida; 07) Ofício nº. 423/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, respondendo ofício nº 618/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador; 08) Ofício nº 421/2013

do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, respondendo ofício nº 621/2013; 09) Ofício nº 422/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, respondendo ofício nº 617/2013; 10) Ofício nº 424/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, respondendo ofício nº 583/2013; 11) Ofício SEMMAM nº 071/2013 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, respondendo ofício nº 573/2013. Os Vereadores Hugo Fernandes e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 12) Ofício PMM-SMAS nº 357/13 da Secretaria Municipal de Assistência Social sobre o encaminhamento da resposta ao ofício 1435/13 (em anexo) da Promotoria de Justiça 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva/Núcleo Pádua; 13) PMM-SMAS nº 356/13 da Secretaria Municipal de Assistência Social, respondendo ofício 615/2013. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou cópia deste ofício; 14) Ofício nº 439/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 48/2013; 15) Ofício nº 087/2013 da Secretaria Municipal de Educação, respondendo ofício nº 309/2013 sobre a reabertura da Escola Municipal Genserico Câmara Castro. Os Vereadores Hugo Fernandes, Maurício Sant'ana Soares e Alexandre Barbosa Machado solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que retorne a adesivação nos ônibus escolares com a frase "Diga Não as Drogas", conforme era feito nos anos anteriores. Deferido. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema - Solicitação no sentido de que sejam incluídos na Ordem do Dia, em Regime de Urgência Simples, os Projetos de Lei Complementar: a) que Altera acrescentando ao Anexo II da Lei 813/99, item I, mais 01 vaga de Assistente Social, Grupo de Nível Superior de Escolaridade NS-02, Símbolo de Vencimento P-34, recrutamento restrito, e dá outras providências e; b) que Altera o Anexo II da Lei Municipal nº 813, de 15 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o Plano de Cargos e, Vencimentos e Carreiras dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências. Conforme estabelece o Artigo 145 do Regimento Interno: "*O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário*". Em votação o requerimento foi aprovado por unanimidade. 03) Vereador Alexandre

Barbosa Machado - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a Minuta do Projeto de Lei que institui o Programa Municipal de Incentivo à Doação de Sangue no Município de Miracema, inclusive envolvendo os Servidores Públicos Municipais. Deferido. O Vereador Alexandre Barbosa Machado fez uma explicação sobre a Minuta do Projeto de Lei, onde serão oferecidos alguns benefícios para as pessoas que doarem sangue. 04) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja construída uma Unidade Básica de Saúde no Bairro Boa Vista e uma no bairro do Cruzeiro. Tal solicitação se deve ao fato de que já se encontra em construção uma unidade Básica de Saúde no Bairro Jardim Beverly, com revisão de entrega em dezembro, bem como que existe a previsão de construção de mais duas Unidades de Saúde em locais que ainda vão ser definidos. Deferido. 05) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizada a construção de um manilhamento na Rua Santo Antônio, com o objetivo de resolver de vez o problema relacionado com as águas pluviais. Tal solicitação se deve ao fato de que quando chove as águas percorrem ao longo da referida rua, desde a residência do Dr. José Paulo Machado até a Fundação Leão XIII, sem nenhum bueiro neste trecho. Deferido. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que fez um requerimento de seu gabinete solicitando a doação de duas ambulâncias ao Deputado João Peixoto, assim acredita que tal pedido foi atendido. 07) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Elizabeth Zacarias Nascimento, Ex-Diretora do Centro de Convivência, pelo belíssimo trabalho realizado enquanto esteve à frente do Cargo de Diretora do Centro de Convivência, cuidando dos idosos miracemenses com muito carinho e respeito. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares vai assinar esta Moção. Antes de realizar seu requerimento, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que quando se tornou Vereador passou a estudar a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara Municipal, com isso, resolveu dar início à Faculdade de Direito, para que assim tivesse condições de adquirir melhores conhecimentos. Dessa maneira, esclareceu que está em período de provas e, por isso, pede a compreensão dos demais Vereadores por estar se ausentando mais cedo das reuniões. 08) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Chefe da Polícia Civil,

Delegada Martha Rocha - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantada no Município de Miracema uma Delegacia de Atendimento à Mulher ou um Posto de Atendimento Especializado à Mulher, com o objetivo de melhor atender as mulheres, tendo em vista que existem muito casos de violência contra a mulher em nossa região. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Waldir Souza para falar sobre o Aumento dos Impostos dos Taxistas. Com a palavra o Sr. Waldir Souza, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que tem pouca coisa para falar, pois os Vereadores já conhecem a situação de Miracema e a população confia neles, assim acredita que a situação dos impostos será revista com carinho. Acrescentou que está confiante na atitude dos Vereadores sobre a decisão que será tomada em relação ao aumento dos impostos dos taxistas, pois ele será realizado de forma exagerada. Esclareceu que não visualiza a necessidade do aumento da taxa de transmissão do ponto de táxi, uma vez que o Município possui apenas 20 (vinte) taxistas e eles, inclusive, correm um risco muito grande no trabalho realizado. Disse que se os impostos aumentarem muito a população de Miracema vai ser bastante prejudicada, sendo que um Deputado ajudou a Prefeitura de Miracema quando a AMPLA quase cortou sua luz, no dia seguinte em que o prefeito tomou posse, mas este Deputado encaminhou a verba necessária para pagar a metade da dívida existente. Por fim, disse que, no passado, existiu uma pessoa na casa dos pobres que trancava os idosos e não os deixava saírem, mas este problema foi resolvido. Dessa forma, pediu para que os Vereadores fizessem uma visita na casa dos pobres para constatar a atual situação. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo parabenizou a coragem do Sr. Waldir, esclarecendo que os cidadãos tomam conhecidos das notícias da maneira com que ela foi passada. Acrescentou que os Vereadores possuem a responsabilidade e a capacidade de chegar a um denominador comum, pois entende que as taxas estipuladas para os taxistas são muito altas. Disse que, atualmente, não existe nenhuma garantia da Prefeitura de quem são as pessoas titulares dos pontos. O Sr. Waldir esclareceu que possui uma documentação, sendo que o Prefeito Municipal está buscando regulamentar esta situação urgente, pois os taxistas pagam os impostos devidos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a taxa de transferência de táxi só será paga quando ela for realizada para terceiros, sendo que a transferência dentro da

família não será cobrada. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acredita que está taxa de transferência pode ser revista, pois existem poucas pessoas que utilizam os taxis dentro do Município de Miracema. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que os Vereadores estão estudando Projeto de Lei para encontrar um ponto que será favorável para todos os envolvidos. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que os taxistas da rodoviária sempre atenderam a demanda da população miracemense e que a realidade do Município de Santo Antônio de Pádua é diferente da realidade do Município de Miracema. Acrescentou que os Vereadores vão analisar os aumentos dos impostos dos taxistas e que as discussões sobre este assunto já se iniciaram. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que todos as pessoas acompanharam as manifestações por causa do aumento de R$ 0,20 (vinte centavos) de aumento no transporte público. Assim, acredita que a população deveria ter o conhecimento do Projeto de Lei que instituirá o novo Código Tributário. Esclareceu que tem a impressão de que o Projeto é fora da realidade do Município de Miracema, acrescentando que tem uma proposta a realizar sobre o referido projeto. Disse que no passado foi tentado realizar um aumento nos valores do IPTU, porém a população fez uma manifestação e os valores foram mantidos. Acrescentou que Miracema é uma cidade relativamente pobre e o aumento dos impostos vai gerar uma inadimplência muito grande, sendo que ficou preocupado com algumas situações, principalmente com a adição da taxa de iluminação dentro do Projeto que dispõe sobre o Código Tributário. Por fim, sugeriu aos Vereadores realizarem seus estudos com carinho, acreditando que os Vereadores não aprovarão o aumento. O Vereador Fabrício de Sá Xavier parabenizou o Sr. Waldir, acreditando que este Projeto fere a moralidade do Município, pois os índices de reajustes estão fora da realidade Municipal, sendo que por causa de apenas R$ 0,20 (vinte centavos), a população foi para as ruas se manifestar. Esclareceu que não pode votar um projeto que fere a população menos favorecida, acrescentando que é a favor do novo Código Tributário, mas seu estudo deveria ser realizado com o tempo necessário. O Sr. Waldir Souza esclareceu que confia nos Vereadores. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que gostaria de contra com a presença das outras classes para discutir dobre o Código Tributário, acrescentando que Miracema é um Município carente e o aumento dos impostos não pode ser realizado de forma exorbitante. O Vereador Hugo

Fernandes disse que seria interessante se todas as classes pudessem se manifestar sobre o Projeto do Código Tributário, entretanto apenas os taxistas demonstraram interesse. Esclareceu que será realizada uma reunião, na quinta-feira, pela parte da tarde, onde os Vereadores conversarão para chegar em uma conclusão sobre as emendas que serão apresentadas, tendo como objetivo não prejudicar a população. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva informou que os Vereadores tem se dedicado para realizar o estudo do Projeto, sempre buscando priorizar a população. Esclareceu que o atual Código está em vigor desde 1973 e a Prefeitura Municipal encontrou a necessidade de atualizá-lo, sendo que conhece as dificuldades dos comerciantes para manter seus estabelecimentos. Acrescentou que alguns pontos do Projeto de Lei serão revistos, pois acredita que as taxas ficaram muito altas e os Vereadores irão entrar em um consenso para resolver estas pendências. O Vereador João Siqueira Magalhães informou que serão feita Emendas no referido Projeto de Lei, sendo que, no caso no Prefeito vetar alguma, o Projeto retornará para outra votação. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os Vereadores devem realizar sua parte e se o Prefeito Municipal vetar as emendas será sua responsabilidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes esclareceu que o Código Tributário é muito importante para o Município, pois ele vai influenciar a vida de toda a população. Esclareceu que existem algumas partes inconstitucionais no Projeto e acredita que esta é uma matéria que deve muito debatida, inclusive com a participação popular. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acredita que o denominador comum só será obtido quando os Vereadores se reunirem e discutirem sobre o Projeto de Lei, pois ainda não conseguiu ler o referido integralmente e gostaria que os Vereadores se unissem para realizar as devidas alterações. O Vereador Alexandre parabenizou o Sr. Waldir por expor o ponto de vista dos taxistas e espera que na próxima reunião todos os Vereadores estejam presentes na votação do Projeto de Lei. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que enquanto houver possibilidade de entendimento os Vereadores devem buscar conversar o máximo possível, sendo que as manifestações ocorridas no Brasil não foram apenas pelos 0,20 (vinte centavos). Por fim, destacou que no começo do governo foi criada uma nova Secretaria com diversos cargos comissionados. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que com calma, dedicação e respeito ao povo de

Miracema os Vereadores irão tomar a decisão mais sensata possível. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que lamentavelmente este Projeto chegou com um tempo muito curto, esclarecendo que, se por ventura, o Prefeito vetar as emendas dos Vereadores o Projeto só valerá para o ano de 2015. Acrescentou que já esboçou algumas emendas, sendo que está preocupado com as pessoas carentes, pois sempre que lutou para a realização de isenção do IPTU. Por fim, esclareceu que o Tribunal de Contas determina que o Prefeito Municipal execute judicialmente as dívidas vencidas de IPTU. Por fim, o Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Rodolfo Poeys Ferreira, por ter passado no vestibular para a Pós Graduação em especialização em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal Fluminense (UFF), no polo de Volta Redonda. Na oportunidade aproveitamos para parabenizá-lo pela dedicação, zelo e profissionalismo À frente da Chefia do Setor de Controle e Fiscalização junto a Secretaria Municipal de Fazenda. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes disse que gostaria de fazer uma crítica, de forma construtiva, ao Secretario Municipal de Defesa Civil, pois no seu ponto de vista não está notando nenhum tipo de ação eficiente desta Secretaria Municipal, assim vai reiterar o convite para o Secretário de Defesa Civil para que ele compareça na reunião de segunda-feira, dia 30 de setembro. Esclareceu que aconteceu assalto no guichê da Empresa 1001, onde o funcionário foi inclusive agredido, demonstrando a falta de guardas na Rodoviária. Acrescentou que o trânsito miracemense também está um caos e que a única medida realizada foi a pintura dos meios fios. Disse que algumas pessoas estão reclamando a forma desrespeitosa com que o Secretário Municipal trata algumas pessoas. Por fim, destacou que não está satisfeito com o trabalho do Secretário. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que concorda com as palavras do Vereador Presidente, sendo que já foi procurar o Secretário e ele lhe tratou muito mal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que não está sendo visto nenhum tipo de trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 26/09/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata

que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 26 de setembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número quarenta e seis, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Regina Célia Titonelli Nunes, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Alexandre Barbosa Machado, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 118, Versículos 05 e 06. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a Audiência Pública do IFF, Campus Santo Antônio de Pádua, a ser realizada no dia 02 de outubro, às 16 horas; 02) Convite para a Inauguração da Casa Lar, a ser realizada n dia 01 de outubro de 2013; 03) Projeto de Lei que torna-se obrigatório o Presidente da CAPPS informar mensalmente à Câmara Municipal de Miracema os valores repassados pelo Poder Executivo da Parte Patronal e também dos Servidores Municipais para a CAPPS e CAMEDS, de autoria do Vereador João Siqueira Magalhães; 04) Telegrama NºRef: 002854/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 05) Requerimento da Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema/RJ, com a seguinte redação: Eu, Regina Célia Titonelli Nunes, casada, portadora da carteira de identidade n 80920933-1, expedida pelo IPF/RJ, inscrita no CPF sob o n 119426147-72, e vereadora diplomada, venho por meio desta expor e ao final requerer: 1 – DA VINCULAÇÃO DOS ELEITOS ÀS SUAS PROPOSTAS - A vontade popular é a premissa básica de qualquer democracia, que é albergada por nossa Constituição no parágrafo único do artigo primeiro, o qual proclama que "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente (...)". Portanto, nós estamos exercendo

nosso mandato por delegação do cidadão. Logo, nossas ações e manifestações devem corresponder àquilo que debatemos e propusemos aos eleitores de Miracema. Dessa forma, nossas propostas devem vincular nossa atuação. Considerando que não vi nenhum candidato a prefeito (inclusive o prefeito eleito) ou a vereador propor o aumento de tributos acho que devemos debater o Código Tributário Municipal com os cidadãos Miracemenses, antes de colocá-lo em votação, uma vez que ele interferirá na vida e bolso de todos os Miracemenses, razão pela qual eu vou manter-me fiel às minhas raízes ideológicas propondo a ampliação desse debate antes da votação desse projeto. 2 – OUTRAS RAZÕES E JUSTIFICATIVAS PARA A AMPLIAÇÃO DO DEBATE - 2.1. Projeto é minucioso - Por ser um projeto minucioso que contempla mais de 417 artigos é essencial uma análise mais detalhada do projeto, sob pena de deixar de serem analisadas matérias inconstitucionais, ilegalidades e arbitrárias. Já dizia o velho ditado popular que a "pressa é inimiga da perfeição". 2.2. Responsabilidades do Poder Legislativo - A Câmara Municipal tem responsabilidade pelos atos que pratica, assim dispõe a Constituição Federal em seu artigo 37, § 6º: Art. 37 – ..... § 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Nesse pormenor, havendo a declaração de inconstitucionalidade ou ilegalidade de algum dispositivo do referido projeto poderá resultar na responsabilização civil da Câmara Municipal. Nesse sentido, registra diversos doutrinadores, entre eles Mário Moacyr Porto e Maria Sylvia Zanella Di Pietro, bem como a jurisprudência pátria. Vale ressaltar, que o Supremo Tribunal Federal também se manifestou nesse sentido no RE 153.464, de 02.09.92, em que foi relator o Ministro Celso de Mello: "RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - LEI INCONSTITUCINAL - INDENIZAÇÃO - O Estado responde civilmente por danos causados aos particulares pelo desempenho inconstitucional da função de legislar." (RDP 189/305). Dessa forma, para evitar que a pressa deixe passar qualquer equívoco por parte dessa Câmara é necessário um maior prazo para apreciação do projeto. 2.3. O projeto mudará substancialmente a relação do contribuinte com o Município - Como o referido projeto tratará de toda a competência tributária Municipal acabará modificando substancialmente a relação do Fisco Municipal com o

cidadão/contribuinte motivo pelo qual é essencial haver uma maior publicidade e transparência do debate, propiciando a participação daqueles que serão afetados. 2.4. O projeto determinará um aumento de tributos - A alta carga tributária existente no Brasil, cujo índice é perto de trinta e seis por cento do PIB (Produto Interno Bruto), e a ineficiência da prestação dos serviços incumbidos ao Estado acaba por desqualificar a verdadeira natureza da tributação, que é ser um instrumento para a concretização dos objetivos e atividades tendentes a realizar o bem comum, consubstanciado pelas obrigações do Estado perante a sociedade. Logo, em um Estado que a tributação é alta e a contraprestação do serviço estatal é baixa há uma tendência a interpretar a tributação como algo nocivo. Para comprovar a assertiva basta verificar os índices que mensuram a satisfação e condição de vida da população. Nesse pormenor, seria razoável admitir que havendo uma alta carga tributária o retorno de serviços por parte do Estado seria, da mesma forma, grande. Todavia, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH demonstra exatamente o contrário, onde o Brasil ocupa a octogésima quinta posição de um total de cento e oitenta e seis países, ficando atrás do Uruguai, Venezuela, Chile, Peru, entre outros, os quais possuem carga tributária menor. Por essas razões, antes de aprovarmos uma proposta aumentando ainda mais a carga tributária impostas aos cidadãos/contribuintes é essencial debatermos suas finalidades, objetivando que o Município se comprometa com uma maior eficiência do serviço público Municipal, evitando o caráter confiscatório do tributo, vedado pelo art. 150, IV, da Constituição. Da mesma forma, é necessário que nós, como legisladores, concretizemos o princípio Constitucional da Capacidade Contributiva, que apesar de estar adstrito aos impostos, conforme preconiza o artigo 145, §1º, da CRFB/88, permeia todo o Sistema Tributário, determinando que cada cidadão contribuirá na medida de suas riquezas, (ou seja, quem ganha mais deve pagar mais e quem ganha menos deve pagar menos) concretizando, consequentemente, a isonomia tributária, e garantindo uma Justiça Fiscal. 3 – PROPOSTA DE REALIZAR UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA - Considerando a importância e complexidade do tema, bem como todas as outras razões anteriormente expostas, é de fundamental relevância que esta casa promova a mais ampla discussão sobre o tema. Logo, como dever e direito do Vereador, é possível fazer requerimentos destinados a promoção de propostas, cujo art. 123 do Regimento Interno é expresso: Art. 123 - Requerimento é todo pedido

verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão, feito ao Presidente da Câmara, ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente ou da Ordem do Dia, ou de interesse pessoal do Vereador. Sendo certo que a competência para apreciação de propostas destinadas à realização de audiência pública serão dirigidas ao Presidente da Câmara ou à Comissão Permanente que tenha correlação com a matéria, conforme exposto no Regimento Interno: Art. 39 – Compete ao Presidente da Câmara: ..... XII - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade; ..... XVII - conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e horas prefixados; Art. 55 – Às Comissões Permanentes em razão da matéria de sua competência, cabe: ..... III - Realizar audiências públicas com entidades da Sociedade Civil. Ante ao exposto, proponho a realização de uma audiência pública, publicando edital convocando as entidades e integrantes da sociedade civil que queiram participar e manifestar sua opinião a respeito do tema. 4 – DO PEDIDO DE VISTA E ADIAMENTO DA VOTAÇÃO - Pelo princípio da eventualidade, acaso não seja aprovado meu requerimento e considerando todas as razões expostas requeiro vista do projeto com adiamento da discussão e votação para melhor analisar o projeto, conforme possibilita o disposto no artigo 187, parágrafo 4 º, do Regimento Interno: Art. 187 - O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá de deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma. Parágrafo 1º - O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado. Parágrafo 2º - Apresentados 2 (dois) ou mais requerimentos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo. Parágrafo 4º - O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 3 (três) dias para cada um deles. 5 – CONCLUSÃO - Diante do exposto, requeiro: 5.1. A realização de uma audiência pública, publicando edital convocando as entidades e integrantes da sociedade civil que queiram participar e manifestar sua opinião a respeito do tema; 5.2. Acaso não seja aprovado o requerimento anterior e considerando os fundamentos declinados requeiro vista do projeto com adiamento da discussão e votação para melhor analisar o projeto, conforme possibilita o disposto no artigo 187, parágrafo 4 º, do Regimento Interno da Câmara. Nestes termos, Pede deferimento. 06) Ofício nº 053/2013 do Hospital de Miracema, respondendo ofício nº 0657/2013. Os Vereadores

Maurício Sant'Ana Soares, Regina Célia Titonelli Nunes e Gideão Duarte Gonçalves solicitaram cópia deste ofício; 07) Ofício PMM/SMOU nº 086/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, respondendo ofício nº 0584/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 08) Ofício nº 202-13 da CAPPS, respondendo ofício nº 34/2013 do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício; 09) Ofício nº 199-13 da CAPPS, respondendo ofício nº 0619/2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 10) Ofício nº 198-13 da CAPPS, respondendo ofício nº 0555/2013. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou cópia deste ofício; 11) Ofício SEEDUC/SUPTA nº 914 da Secretaria de Estado de Educação, respondendo ofício nº 0447/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 12) Resposta do Sr. Prefeito Municipal ao ofício nº 635/2013. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que iria fazer um requerimento sobre o esgoto a céu aberto na Rua Santo Antônio, entretanto já conversou com o Secretario Municipal responsável e ele se comprometeu de resolver o problema. 01) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Agricultura, no sentido de que sejam prestadas as seguintes informações referentes ao acidente ocorrido com o veiculo Toyota no dia 22 de setembro do corrente ano. * se o referido veiculo estava a serviço do Município? * quem estava conduzindo o veículo? * se foi feito o registro de ocorrência? * se foi respeitado o estabelecido no Decreto Nº 067, artigo 4º, Inciso V de 02/09/2013? Deferido. 02) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de criar o Setor de Dívida Ativa Municipal, separando-o do Setor de Registros Contábeis (Secretaria Municipal de Fazenda), designando um acompanhamento de Assessoria Jurídica para o referido Setor de Divida Ativa Municipal. Deferido. Esclareceu que esta separação seria muito importante para o Município de Miracema. 03) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam confeccionadas Placas com os nomes dos bairros a serem colocadas nas entradas dos respectivos logradouros, para assim melhorar a localização dos mesmos.

Tal solicitação tem o objetivo de melhorar a orientação dos nossos munícipes e também dos visitantes. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei complementar que Altera acrescentando ao Anexo II da Lei 813/99, item I, mais 01 vaga de Assistente Social, Grupo de Nível Superior de Escolaridade NS-02, Símbolo de Vencimento P-34, recrutamento restrito, e dá outras providências. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1451, de 26 de setembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art. 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica acrescentado ao Anexo II da Lei 813/99 mais 01 (uma) vaga de Assistente Social, Grupo de Nível Superior de Escolaridade NS-02, símbolo de Vencimento P-34, cujas atribuições já foram definidas no Anexo V, item B-I.02, da referida Lei, perfazendo um total de 12 (doze) vagas existentes no Município. Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, têm sua classificação na forma do presente artigo: Secretaria Municipal de Assistência Social: Plano de trabalho: 08.244.0041.2.130.00; Dotação: 3.1.90.11.01 – Ficha: 423. Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei complementar que Altera o Anexo II da Lei Municipal nº 813, de 15 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o Plano de Cargos e, Vencimentos e Carreiras dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências. Em razão do Requerimento do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitando urgência simples o Projeto foi colocado em primeira e única votação. Logo, em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1452, de 26 de setembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu, Prefeito Municipal, no exercício das minhas atribuições legais que me são conferidas, pelo inciso III, do artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Ficam criados mais 05 (cinco) vagas de Guardas Municipais com símbolo de vencimento P.03, no item IV – Guarda Municipal – NE08 do Anexo a vigorar conforme a alteração introduzida por este artigo. Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei Complementar que Institui no Município de Miracema "O Novo Código Tributário". O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que este Projeto de Lei também está

sendo votado em Regime de Urgência Simples, conforme solicitado e aprovado anteriormente. Foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Modificativa:** Renumera a partir do artigo 83, do Capitulo III, Seção X (Do Depósito) os demais artigos seguintes, passando o artigo 77 (folha 27) a ser numerado como Artigo 84, seguindo a nova numeração assim por diante. Autoria: Mesa Diretora. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou o Vereador Joao Siqueira Magalhães por ter constatado este equívoco na numeração. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que a alteração na numeração deverá ser corrigida também nas emendas que serão apresentadas. **b) Emenda Modificativa:** Altera a Redação do Anexo VI. ANEXO VI – TAXAS DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS MUNICIPAIS - TABELA XII - TAXA DE ABATE DE BOVINOS, SUINOS, CAPRINOS E OVINOS

LOCAL E ANIMAL	UFIR
I – No Matadouro Municipal:	
1 – bovino, por cabeça;	16
2 – suíno, por cabeça;	08
3 – caprino e ovino	04

Autoria: Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **c) Emenda Modificativa:** Corretiva de redação e modificativa de valor da UFIR do item Atividade I das atividades da TABELA VIII – DA TAXA DE VIGILANCIA E INSPEÇÃO SANITÁRIA

ATIVIDADE	UFIR
I - fabrique, produza, beneficie, manipule, acondicione, transporte, distribua, venda, extraia, sintetize, prepare, purifique, importe, exporte, armazene, compre ou ceda: a) alimentos; b) animais vivos; c) sangue e hemoderivados Para estabelecimentos com até 50m2.	10
II - fabrique, produza, beneficie, manipule, acondicione, transporte, distribua, venda, extraia, sintetize, prepare, purifique, importe, exporte, armazene, compre ou ceda: a) alimentos; b) animais vivos;	20

c) sangue e hemoderivados Para estabelecimentos acima de 50m2.	

Autoria: Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes. O Vereador Alexandre Barbosa Machado acredita que a alteração da quantidade de UFIR os pequenos comerciantes serão beneficiados e pagarão impostos mais acessíveis. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **d) Emenda Modificativa:** Corretiva de categoria e/ou nível e quantitativo de UFIR referente ao ISSQN TRIBUTAÇÃO FIXA para profissionais autônomos. ANEXO V - TABELA I – PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS

Por categoria e/ou nível	UFIR
a) Superior	240
b) Médio	120
c) Taxistas	100
d) Demais profissionais	30

Autoria: Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes. O Vereador Alexandre Barbosa Machado esclareceu que as atividades foram apenas generalizadas, entretanto foi incluída uma categoria específica para os taxistas, sendo que a quantidade de UFIR foi alterada para melhor se adequar a realidade do Município. Em votação a referida Emenda foi aprovada, sendo que o Vereador João Siqueira Magalhães se absteve de votar. **e) Emenda Modificativa:** Emenda Modificativa ao Art. 155, inciso V – o imóvel residencial com até 70 metros quadrados de área construída, de proprietário de apenas um imóvel e que receba até 01 (um) salário mínimo federal por mês. Bem como aposentado ou pensionista, persistindo o direito à isenção após o seu falecimento, desde que a unidade continue a servir de residência ao cônjuge supérstite e que seus ganhos mensais sejam inferiores a 02 (dois) salários mínimos federal (conforme Estatuto do Idoso). Autoria: Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves não distinguia o

cidadão comum do aposentado, sendo que sempre lutou pela isenção dos impostos das pessoas necessitadas. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **f) Emenda Aditiva:** Acrescenta o Parágrafo Único ao Artigo 139, com a seguinte redação: Parágrafo Único: Será Disponibilizado no site Oficial da Prefeitura um link para emissão de Carnês de IPTU, CND, ISSQN. Autoria: Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que esta seria uma atitude muito importante para o Município. O Vereador Alexandre Barbosa Machado acrescentou que algumas cidades vizinhas já adotaram este tipo de serviço. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. A Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes solicitou que seu requerimento feito no início da Sessão, na leitura de correspondência, onde foram expostas várias questões em relação ao Código Tributário, fosse apreciado. Tal solicitação se deve ao fato de que esta é uma matéria muito extensa e muito polêmica, entendendo assim que é o Código Tributário é muito importante e muito séria e deveria ser analisada por mais tempo. Acrescentou que nos casos de inconstitucionalidade os Vereadores podem ter algum tipo de responsabilidade civil e que a carga tributária do Município já é muito alta. Por fim, propôs a realização de uma audiência pública, pois é a oportunidade dos Legisladores ouvirem a população, e, em caso negativo, o pedido de vista do Projeto com o adiamento da votação. Assim, solicita a interferência do Sr. Presidente da Câmara Municipal, pois acredita que seu pedido de vista poderia ter sido analisado antes da votação das Emendas. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Vereadora não se manifestou no início da votação das Emendas, acrescentando que o pedido de vista é um direito do Vereador e o Plenário irá decidir se será concedido ou não o pedido de vista, entretanto, anteriormente, o Regime de Urgência Simples foi aprovado em ralação a este Projeto, inclusive com o voto favorável da Vereadora que está solicitando a vista. A Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes esclareceu que se absteve de votar o Projeto de Lei. O Vereador Hugo Fernandes disse que a Vereadora não votou o Projeto, mas aprovou o Regime de Urgência Simples, entretanto o Plenário e soberano e vai colocar o pedido de vista em votação. Os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres não

aprovaram o pedido de vista. O Vereador João Siqueira Magalhães acredita que a Vereadora possui razão, pois o Projeto é muito extenso e se encontra com diversas falhas, sendo que inclusive constatou uma pequena falha na numeração dos artigos. Acrescentou que, apesar de existir a necessidade do referido Projeto de Lei ser votado e publicado até o dia 30 deste mês, se o Sr. Prefeito Municipal vetar alguma Emenda, o Projeto de Lei ainda retornará para a votação. Esclareceu que o ideal seria que o Projeto fosse discutido amplamente, pois a situação financeira do Município de Miracema é única, sendo que não acha justo o aumento das taxas dos taxistas. Concluindo, o Vereador João Siqueira Magalhães disse que é a favor ao pedido de vista. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acrescentou que o Sr. Orlando Siqueira encaminhou um ofício para todos os Vereadores e esclareceu que qualquer cidadão pode utilizar a Tribuna Livre para realizar seus questionamentos sobre o Código Tributário. Continuando, fez a leitura do ofício que encaminhou o Projeto de Lei, pois ele aduz que o atual Código Tributário é muito antigo, bem como solicitando a votação do referido Projeto dentro do mês de setembro, em razão do Princípio da Noventena. Por fim, esclareceu que com o novo Código Tributário os munícipes poderão reivindicar melhor seus direitos e tem a honra de participar desta votação. Concluindo, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que não aprovou o pedido de vista. O Vereador Fabrício de Sá Xavier parabenizou a Vereadora Regina Célia pelo pedido de vista, sendo que a população deveria ter sido consultada sobre o Código Tributário. Esclareceu que a Empresa responsável pela confecção do referido Projeto de Lei não conhece a realidade do Município de Miracema. Concluiu que os aumentos presentes no Projeto de Lei são abusivos, sendo que não é contra o Código e sim contra a fórmula financeira que está sendo aplicada. Por fim, disse que é a favor da criação de um novo Código, mas não concorda com a maneira que ele foi feito e nem com a forma que ele está sendo votado. Dessa maneira, o Vereador Fabrício de Sá Xavier informou que é a favor do pedido de vista. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que é contra o pedido de vista, pois acredita que ela deveria ter sido tratada no momento em que foi tratado o pedido de Regime de Urgência Simples. Continuando, esclareceu que está estudando o Projeto de Lei desde o dia em que ele foi lido, sendo que solicitou que fossem emitidos três IPTU's simulando o aumento que será realizado com o novo Código Tributário. Assim, ficou tranquilo ao perceber que o aumento não

será exorbitante, sendo que no ano de 2013 já está sendo feita algumas correções, pois a firma que presta o serviço de cobrança de IPTU não efetuou a correção monetária devida. Por fim, esclareceu que ainda será apresentada uma Emenda onde todas as disparidades do Código Tributário serão tratadas por Lei Complementar, bem como solicitou que a simulação dos IPTU's seja anexada aos autos do Projeto de Lei. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que é contra o pedido de vista. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva agradeceu e parabenizou a Vereadora Regina Célia pelo período em que ela exerceu a Vereança. Esclareceu que nenhum Vereador gostaria de estar passando por esta situação, pois é muito fácil exercer seu trabalho sem tomar nenhuma atitude mais séria. Acrescentou que durante 40 (quarenta) anos nenhum Prefeito Municipal teve a coragem de passar pelo atual desgaste, acreditando que o atual gestor, e nem esta Casa Legislativa, não possuem a vontade de ajustar as tarifas municipais, sendo que isto não é culpa dele e nem dos Vereadores. Concluindo, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que os Vereadores estão seus estudos sobre o Projeto de Lei, bem como que é contra o pedido de vista. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o pedido de vista da Vereadora Regina Célia foi negado pelo Plenário. A Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes esclareceu que é impossível estar analisando todos os artigos deste Projeto de Lei e considerando a quantidade de artigos do referido, gostaria de saber qual a quantidade de artigos que foram alterados por emendas, sendo que os Vereadores podem ter ônus ou bônus exercendo suas funções, Por fim disse que de acordo com o Artigo 204 solicita que seja realizada a votação de artigo por artigo do referido Projeto de Lei. **g) Emenda Modificativa:** Altera a Tabela IX – Taxas de Serviços Municipais, item V atos relativos a: b) Transferência entre concessões de taxi para 800 UFIR; e dando autonomia prevendo isenção da taxa, em caso de doação, quando a transferência de propriedade for para ascendentes (pai e mãe) e descendentes (filhos e netos) do proprietário. Autoria: Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes. O Vereador Alexandre Barbosa Machado acrescentou esta Emenda busca beneficiar a transferência dos pontos de táxi entre os familiares dos taxistas. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **h) Emenda Supressiva:** Suprimi o Art. 3° do Projeto de

Lei n° 40 de 16 de setembro de 2013. Autoria: Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a redação do artigo permitia que o Poder Executivo regulamentasse o Código Tributário através de Decreto, assim está excluindo este artigo. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **i) Emenda Supressiva:** Suprimi o inciso II, do Art. 9°, § 1° (auxiliares tributários). O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que os auxiliares tributários não deveriam ser agentes fiscalizadores. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **j) Emenda Modificativa:** Altera a quantidade de dias do Art. 380, Incisos I e V, para 180 dias. Autoria: Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que este prazo está baseado nas certidões do INSS, pois um prazo muito curto prejudica as pessoas. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **k) Emenda Aditiva:** Acrescenta ao Art. 155, inciso II: os conventos ..... religiosa e templos de qualquer culto; (acrescentou "templos de"). Autoria: Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que por um lapso esta expressão ficou faltando ao mencionado artigo. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **l) Emenda Supressiva:** Suprimi o § 7º do Art. 76 por ter a mesma redação do § 5º do mesmo Artigo do Projeto de Lei n° 40 de 16 de setembro de 2013. Autoria: Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu percebeu a repetição da redação dos parágrafos do artigo 76. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **m) Emenda Modificativa:** Altera o Art. 424: Toda disparidade do referido Código Tributário Municipal – CTM será corrigida através de Lei Complementar. Autoria: Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da

Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **n) Emenda Aditiva:** Acrescenta o Art. 425: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário. Autoria: Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **o) Emenda Aditiva:** Acrescenta o Inciso III ao Artigo 272, com a seguinte redação: III - Fica autorizada a Seção de Cadastro e Fiscalização dar baixa nas inscrições mobiliárias nos seguintes casos: a – As empresas que não exerceram suas atividades nos últimos cinco exercícios, baixadas na Junta Comercial ou não, nas juntas Estadual e Federal; b – Aos contribuintes falecidos desde a data do óbito; c – Aos contribuintes não localizados; d – Aos contribuintes que se enquadre na Lei de Falência. Autoria: Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu nas gestões passadas, quando era constatada a falência ou falecimento de algum contribuinte era feita sua baixa naquele momento, entretanto com a adição deste inciso esta situação será regulamentada. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. A Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes, considerando a recusa de seu pedido de vista, apresentou a seguinte **Emenda Modificativa**: a) Altera o quadro do § 2º do Art. nº 361:

Faixa de Consumo	% sobre o consumo mensal
00 – 50	Isento
51 – 100	4,00
101 – 150	4,50
151 – 200	5,00
201 – 250	5,50
251 – 300	6,00
301 – 350	6,50
351 – 400	7,00
401 – 99999	7,50

b) Altera a palavra "prioritariamente" presente no Art. 364 para "exclusivamente". O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que fará um intervalo de 10 (dez) minutos para que os Vereadores possam analisar a Emenda da Vereadora Regina Célia. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou que, caso necessário, a Sessão seja prorrogada na forma permitida pelo Regimento Interno. Tal solicitação foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou a Emenda de autoria da Vereadora Regina Célia para votação. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou a Vereadora Regina Célia se ela possui a intenção de modificar seu voto em relação ao Projeto de Lei caso sua Emenda seja aprovada. A Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes esclareceu que somente apresentou esta Emenda mediante a não aprovação de suas solicitações. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Vereadora tem o direito de não se pronunciar em relação ao seu voto. Os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva votaram contra a Emenda da Vereadora. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier e Gideão Duarte Gonçalves votaram a favor da Emenda da Vereadora. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que como a votação da Emenda ficou empatada, ele manifestará seu voto para desempatar. Assim, esclareceu que vota contra a Emenda da Vereadora. A seguir, o Vereador Presidente colocou em votação a solicitação da Vereadora Regina Célia em relação à votação do Projeto de Lei fazendo a leitura de artigo por artigo, conforme o artigo 240 do Regimento Interno. A Vereador Regina Célia Titonelli Nunes esclareceu que esta seria uma maneira dos Vereadores analisarem todos os artigos do Projeto de Lei, apesar dos estudos já realizados. Os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva votaram contra a solicitação. O Vereador Fabrício de Sá Xavier votou a favor da solicitação da Vereadora. Os Vereadores João Siqueira Magalhães e Gideão Duarte Gonçalves esclareceram que a votação poderia ter sido capítulo por capítulo e não artigo por artigo. Por fim, o Sr. Presidente colocou o Projeto de Lei em segunda votação. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está preocupado com os aumentos dos impostos, principalmente em relação ao IPTU, sendo que estes

impostos chegam a aproximadamente 4% (quatro por cento) da renda municipal. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que buscou aprovar um Código dentro do bom senso e, especialmente, preocupado com a parte carente do Município. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado com três votos contrários, dos Vereadores João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier e Regina Célia Titonelli, e sete votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei Complementar nº 1.453, de 26 de setembro de 2013. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte **Lei**:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1.º Esta Lei dispõe, com fundamento nos §§ 3.o e 4.o do art. 34 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, nos §§ 1.o e 2.o, bem como os incisos I, II e III, do art. 145 e nos incisos I, II e III, § 1.o, com os seus incisos I e II, § 2.o, com os seus incisos I e II e § 3.o, com os seus incisos I e II, do art. 156, da Constituição da República Federativa do Brasil, sobre o sistema tributário municipal, as normas gerais de direito tributário aplicáveis ao Município, e da suplementação da legislação federal e estadual, no que couber.

Parágrafo único. Esta Lei, denomina-se **"Código Tributário do Município de Miracema - CTMM"**.

LIVRO PRIMEIRO

DAS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I

SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. A legislação tributária do Município de Miracema compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versam, no todo ou em parte, sobre os tributos de sua competência e as relações jurídicas a eles pertinentes, assim como pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo Código Tributário Nacional, pelas leis complementares e ordinárias federais e pela Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. São normas complementares das leis e dos decretos:

I- os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, tais como portarias, circulares, instruções, avisos e ordens de serviço, expedidas pelo Secretário de Fazenda e titulares dos órgãos administrativos, encarregados da aplicação da Lei;

II- as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;

III- os convênios celebrados pelo Município com a União, o Estado, o Distrito Federal ou outros Municípios.

Art. 3º. ~~Para sua aplicação, a lei tributária poderá ser regulamentada por decreto, que tem seu conteúdo e alcance restritos às leis que lhe deram origem, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta Lei~~.
SUPRIMIDO

Art. 4º. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 5º. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:

I – a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II – a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 6º. Os tributos que integram o Sistema tributário municipal são impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuição para o custeio de iluminação pública.

CAPÍTULO II
DA APLICAÇÃO E VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 7º. A lei tributária tem aplicação em todo o território do Município e estabelece a relação jurídico-tributária no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposição em contrário.

Art. 8º. A legislação tributária do Município vigora fora do seu território, no país, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participe, ou do que disponham as leis de normas gerais de direito tributário, expedidas pela União.

Art. 9º. A lei tributária tem aplicação obrigatória pelas autoridades fiscais e administrativas, não constituindo motivo para deixar de aplicá-la o silêncio, a omissão ou a obscuridade de seu texto.

§ 1º. Considera-se autoridades fiscais para efeito deste Código:

I - Fiscais Tributários;

II - Técnicos Tributários;

III - Secretário Municipal de Fazenda

§2º. Os Cargos Comissionados ou Funções Gratificadas, nas funções e atividades afins com exercício na Secretaria de Fazenda.

Art. 10. A legislação tributária entrará em vigor:

I – na data da sua publicação, as portarias, as instruções, avisos, ordens de serviço e outros atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II – 30 (trinta) dias após a data da sua publicação, as decisões dos órgãos componentes das instâncias administrativas;

III – na data neles prevista, os convênios que o Município celebre com as entidades da administração direta ou indireta, da União, Estado, ou Municípios;

IV – no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, os dispositivos de lei, sobre IPTU e ITBI, que:

a) instituem, majorem ou definem novas hipóteses de incidência de tributos;

b) extinguem ou reduzem isenções, não concedidas por prazo certo e nem em função de determinadas condições, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

Art. 11. A lei alcança o ato ou fato pretérito quando:

I- for expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidades à infração dos dispositivos interpretados;

II- tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) deixe de defini-lo como infração;

b) deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento, nem implicado em falta de pagamento de tributo;

III- comine-lhe penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

CAPÍTULO III
DA INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 12. A legislação tributária será interpretada conforme o disposto neste Capítulo.

§ 1º. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

I- a analogia;

II- os princípios gerais de direito tributário;

III- os princípios gerais de direito público;

IV- a equidade.

§2º. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§3º. O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.

Art. 13. Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

Art. 14. A legislação tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de seus institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado ou pela Lei Orgânica do Município, para definir ou limitar competências tributárias.

Art. 15. Interpreta-se literalmente esta Lei, sempre que dispuser sobre:

I- suspensão ou exclusão de crédito tributário;

II- outorga de isenção ou reconhecimento de imunidade;

III- dispensa de cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 16. Interpreta-se esta Lei de maneira mais favorável ao infrator, no que se refere à definição de infrações e à cominação de penalidades, nos casos de dúvida quanto:

I- à capitulação legal do fato;

II- à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

III- à autoria, imputabilidade ou punibilidade;

IV- à natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

TÍTULO II
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. O Município de Miracema, ressalvadas as limitações de competência tributária constitucional, das leis complementares e desta lei, tem competência legislativa plena, quanto à incidência, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais.

Art. 18. A competência tributária é indelegável.

§1º. Poderá ser delegada, através de lei específica, a capacidade tributária ativa, compreendendo esta as atribuições de arrecadar ou fiscalizar, ou executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

§2º. Podem ser revogadas a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa de direito público que as conferir, as atribuições delegadas nos termos do parágrafo anterior.

§3º. Compreendem as atribuições referidas nos §§ 1º e 2º as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que as conferir.

CAPÍTULO II
DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 19. É vedado ao Município:

I - exigir ou majorar tributo sem que a lei estabeleça;

II- instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III- cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentados;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV- utilizar tributo com efeito de confisco;

V- estabelecer limitações ao tráfego, em seu território, de pessoas ou de mercadorias, por meio de tributos;

VI- cobrar imposto sobre:

a) O patrimônio ou serviços da União, dos Estados e de outros Municípios;

b) o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos fixados nesta lei.

c) os templos de qualquer culto;

d) os livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

e) autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, aos serviços vinculados a suas finalidades essências ou às delas decorrentes;

VII- estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua procedência ou destino.

§1º. A vedação do inciso VI, alínea "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

§2º. As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§3º. As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§4º. O disposto no inciso VI não exclui a atribuição por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsável pelos tributos que lhes caiba reter na fonte e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§5º. O disposto na alínea "b" do inciso VI é subordinado à observância, pelas entidades nele referidas, dos requisitos seguintes:

a) Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

b) Aplicar integralmente, no País, os seus recursos, exclusivamente, na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§6º. Não se considera instituição sem fins lucrativos aquela que:

a) praticar preços de mercado;

b) realizar propaganda comercial;

c) desenvolver atividades comerciais não vinculadas à finalidade da instituição;

d) possuir, como sócio, pessoa jurídica.

§7º. O reconhecimento da imunidade será sempre precedido da apresentação de toda documentação comprobatória respectiva, podendo, o Município, se julgar necessário, verificar os sinais exteriores de riqueza dos sócios e dos dirigentes das entidades, assim como as relações comerciais, se houver, mantidas com empresas comerciais pertencentes aos mesmos sócios.

§8º. No caso do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, quando alegada a imunidade ou a isenção, o tributo ficará suspenso até 2 (dois) anos, findos os quais, se não houver aproveitamento do imóvel nas finalidades previstas nesta lei, caberá o pagamento total do tributo, acrescido das cominações legais.

§9º. A falta de cumprimento do disposto neste artigo, implica na automática suspensão do benefício concedido ou do reconhecimento da imunidade.

Art. 20. Cessa o privilégio da imunidade para as pessoas de direito privado ou público, quanto aos imóveis prometidos à venda, desde o momento em que se constituir o ato.

Parágrafo único. Nos casos de transferência de domínio ou de posse de imóvel, pertencentes às entidades referidas neste artigo, à imposição fiscal recairá sobre o promitente comprador, enfiteuta, fiduciário, usufrutuário, concessionário, comodatário, permissionário ou possuidor a qualquer título.

Art. 21. A imunidade não abrangerá, em caso algum, as taxas devidas a qualquer título.

Art. 22. A concessão de título de utilidade pública não importa em reconhecimento de imunidade.

TÍTULO III
DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. A obrigação tributária é principal ou acessória.

Art. 24. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por seu objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

Art. 25. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações positivas ou negativas nela prevista no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§1º. A obrigação acessória, pelo simples fato de sua não observância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Art. 26. Os contribuintes ou quaisquer responsáveis por tributos facilitarão, por todos os meios ao seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

I- apresentar declarações e guias;

II- comunicar ao órgão fazendário, no prazo legal contado a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigação tributária;

III- conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

IV- prestar, sempre que solicitado pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do fisco, se refiram a fato gerador de obrigação tributária.

§1º. Mesmo no caso de imunidade ou isenção ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto neste artigo.

§2º. O fisco, assim entendido os elencados no Art.9, §1º, poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer-lhe, todas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária para os quais tenham contribuído ou que devam conhecer, salvo quando, por força de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a esses fatos.

§3º. As informações obtidas por força deste artigo têm caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interesses fiscais da União, do Estado e deste Município.

§4º. Constitui falta grave, punível nos termos da lei, a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos exibidos.

Art. 27. Se não for fixado o tempo do pagamento, o vencimento da obrigação tributária ocorre 30 (trinta) dias após a data da apresentação da declaração do lançamento ou da notificação do sujeito passivo.

CAPÍTULO II
DO FATO GERADOR

Art. 28. O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação, definida nesta lei, como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Art. 29. O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 30. Salvo disposição em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existente os seus efeitos:

I- tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II- tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que ela esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observado o disposto nesta lei ou em regulamento específico de cada tributo.

Art. 31. Para os efeitos do inciso II do art. 30 e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

I - sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;

II - sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

Art. 32. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

CAPÍTULO III
DO SUJEITO ATIVO

Art. 33. Sujeito ativo da obrigação é o Município de Miracema.

Parágrafo único. Exceto se expressamente disposto nesta Lei, os contratos ou convenções particulares, dos quais decorra responsabilidade pelo pagamento de tributos municipais não podem ser opostas à Fazenda Pública quanto à definição legal do sujeito passivo da obrigação tributária correspondente.

CAPÍTULO IV
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 34. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa, física ou jurídica, obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I- contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II- responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em lei.

III- contribuinte substituto, quando sem se revestir da condição de responsável direto pela ocorrência do fato gerador com ele tenha relação e, em razão disso, a lei a ele atribua o dever de reter e recolher o tributo, transferindo-lhe, por consequência, a condição de sujeito passivo da respectiva obrigação tributária.

Art. 35. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa, física ou jurídica, obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal.

CAPÍTULO V
DA SOLIDARIEDADE

Art. 36. São solidariamente obrigadas:

I- as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato da obrigação principal;

II- as pessoas expressamente designadas por lei.

§1º. A solidariedade não comporta benefício de ordem.

§2º. A solidariedade subsiste em relação a cada um dos devedores solidários, até a extinção do crédito fiscal.

Art. 37. Salvo disposições em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

I- o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II- a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III- a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

CAPÍTULO VI
DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 38. Decorre a obrigação tributária do fato de encontrar-se a pessoa física ou jurídica nas condições previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

Art. 39. A capacidade tributária passiva independe:

I – a capacidade civil das pessoas naturais;

II- de se encontrar a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou da administração direta de seus bens e negócios;

III- de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Art. 40. Ao contribuinte ou responsável é facultado escolher e indicar ao órgão fazendário, na forma prevista em regulamento, o seu domicílio tributário no Município, assim entendido o lugar onde a pessoa física ou jurídica desenvolve a sua atividade,

responde por suas obrigações perante o Município e pratica os demais atos que constituem, ou possam vir a constituir, obrigação tributária.

CAPÍTULO VII
DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 41. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, para os fins desta lei, considera-se como tal:

I- quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade, no território do Município;

II- quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município;

III- quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.

§1º. Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.

§2º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

CAPÍTULO VIII
DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode transferir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação ou que com ele guarde relação, excluindo a responsabilidade do contribuinte e atribuindo àquele, em caráter supletivo ou não, o cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

SEÇÃO II
DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 43. O disposto nesta seção se aplica por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição, à data dos atos nela

referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos às obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 44. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, ou bem assim, relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 45. São pessoalmente responsáveis:

I- o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

II- o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo "de cujus", até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

III- o espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.

Art. 46. A pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra é responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas, até a data do respectivo ato.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou firma individual.

Art. 47. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I- integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II- subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

SEÇÃO III
DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 48. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I- os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II- os tutores ou curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados ou curatelados;

III- os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV- o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V- o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI- os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

VII- os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

Art. 49. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto:

I- as pessoas referidas no artigo anterior;

II- os mandatários, prepostos e empregados;

III- os diretores, gerentes, administradores ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO IV
DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

Art. 50. Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em não observância, por parte do contribuinte, responsável, substituto ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.

§1º. A responsabilidade por infração desta lei independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

§2º. A responsabilidade é pessoal do agente:

I- quando a infração for conceituada, por lei, como crime ou contravenção;

II- quando da infração em causa, o dolo específico do agente seja elementar;

III- quando a infração decorra, direta e exclusivamente, de dolo específico.

Art. 51. A denúncia espontânea exclui a aplicação de multa, quando acompanhada do pagamento do tributo e respectivos acréscimos legais ou da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando a determinação do montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada ou o pagamento do tributo em atraso, após o início de qualquer procedimento administrativo ou ação fiscal, relacionados com a infração.

TÍTULO III
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 53. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 54. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Art. 55. Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária somente poderá ser concedida através de lei específica, nos termos do art. 150, §6º, da Constituição Federal.

CAPÍTULO II
DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I

DO LANÇAMENTO

Art. 56. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 57. O lançamento do tributo independe:

I- da validade jurídica dos atos efetivamente praticados por contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza de seu objeto ou dos seus efeitos;

II- dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Art. 58. O lançamento se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e é regida pela então lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo único. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Art. 59. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de:

I- impugnação do sujeito passivo;

II- recurso de ofício;

III- iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 64.

Art. 60. Considera-se o contribuinte notificado do lançamento ou de qualquer alteração que ocorra posteriormente, daí se contando o prazo para reclamação, relativamente às inscrições nele indicadas, através:

I- da notificação direta;

II- da afixação de edital no quadro de editais da Prefeitura Municipal;

III- da publicação em pelo menos um dos jornais de circulação regular no Município;

IV- da publicação no órgão de imprensa oficial do Município;

V- da remessa do aviso por via postal.

§1º. Quando o domicílio tributário do contribuinte se localizar fora do território do Município, considerar-se-á feita notificação direta com a remessa do aviso por via postal.

§2º. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal, reputar-se-á efetivado o lançamento ou as suas alterações mediante a comunicação na forma dos incisos II e III deste artigo.

§3º. A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal não implica dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recurso.

§ 4º. A notificação de lançamento conterá:

I - o nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário;

II - a denominação do tributo e o exercício a que se refere;

III - o valor do tributo, sua alíquota e a base de cálculo;

IV - o prazo para pagamento ou impugnação;

V - o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;

VI – demais elementos que venham complementar a notificação.

§ 5º. Considera-se feita a Notificação, baseando-se nos incisos I, II e III deste Artigo.

Art. 61. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos, por qualquer circunstância, nas épocas próprias, bem como lançamentos complementares de outros viciados por irregularidade ou erro de fato.

Parágrafo único. No caso deste artigo, o débito decorrente do lançamento anterior, quando quitado, será considerado como pagamento parcial do crédito resultante do lançamento complementar.

Art. 62. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou que não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvado, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 63. É facultado ainda à Fazenda Pública Municipal o arbitramento de bases tributárias quando ocorrer sonegação, cujo montante não se possa conhecer exatamente ou fato que impossibilite a obtenção de dados exatos ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo ou alíquota do tributo.

Art. 64. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

SEÇÃO II
DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO

Art. 65. O lançamento é efetuado:

I- com base em declaração do contribuinte ou de seu representante legal;

II- de ofício, nos casos previstos neste capítulo.

Art. 66. Far-se-á o lançamento com base na declaração do contribuinte, quando este prestar à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à efetivação do lançamento.

§1º. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante quando vise reduzir ou excluir tributo só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

§2º. Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Art. 67. O lançamento é efetuado ou revisto de ofício pelas autoridades administrativas nos seguintes casos:

I- quando assim a lei o determine;

II- quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma desta lei;

III- quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo, ao pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV- quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V- quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte de pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação a que se refere o artigo 68;

VI- quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que conceda lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII- quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII- quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado quando do lançamento anterior;

IX- quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

X- quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu erro na apreciação dos fatos ou na aplicação da lei.

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 68. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue.

§1º. O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§3º. Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

§4º. O prazo para a homologação será de 5 (cinco) anos a contar da ocorrência do fato gerador.

§5º. Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior sem que a Fazenda Pública tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 69. A declaração ou comunicação fora do prazo, para efeito de lançamento, não desobriga o contribuinte do pagamento das multas e de atualização monetária.

Art. 70. Nos termos do inciso VI do artigo 48, até o dia 10 (dez) de cada mês os oficiais de registro de imóveis da comarca de Miracema, enviarão à Fazenda Pública Municipal, conforme modelos regulamentares, extratos ou comunicações de atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipotecas, arrendamentos ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transações realizadas no mês anterior.

Parágrafo único. Os cartórios e tabelionatos serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, sem prejuízo da pena prevista no inciso I do artigo 125, para efeito de lavratura de transferência ou venda de imóvel, além da comprovação de prévia quitação do ITBI, inter vivos, a certidão de aprovação do loteamento, quando couber, e enviar à Fazenda Pública Municipal os dados das operações realizadas com imóveis nos termos do caput deste artigo.

CAPÍTULO III
DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 71. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I- a moratória;

II- o depósito do seu montante integral;

III- as reclamações, os recursos e a consulta, nos termos deste Código;

IV- a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

V- a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada , em outras espécies de ação judicial ;

VI- o parcelamento concedido na forma da legislação tributária municipal.

§1º. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela consequente.

§2º. Aplica-se, no que couber, ao parcelamento dos débitos tributários, as disposições desta Lei concernentes à moratória.

§ 3º. O depósito parcial do crédito tributário somente suspenderá este até o limite depositado, ficando o remanescente sujeito aos acréscimos legais.

SEÇÃO II
DA MORATÓRIA

Art. 72. Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§1º. A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§2º. A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

Art. 73. A moratória será concedida em caráter geral ou individual, por despacho da autoridade administrativa competente, desde que autorizada por lei municipal.

Parágrafo único. A lei concessiva da moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 74. A lei que conceder a moratória especificará, obrigatoriamente, sem prejuízo de outros requisitos:

I- o prazo de duração do favor;

II- as condições da concessão;

III- os tributos alcançados pela moratória;

IV- o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo estabelecido, podendo fixar prazo para cada um dos tributos considerados;

V- as garantias.

Art. 75. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada, de ofício, sempre que se apurar que o beneficiado não satisfez ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros e atualização monetária:

I- com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele;

II- sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§1º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§2º. No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

SEÇÃO III
DO PARCELAMENTO

Art. 76. Os créditos tributários, regularmente constituídos, poderão ser pagos em até 36 (trinta e seis) parcelas vencíveis mensal e sucessivamente, sendo o valor de cada parcela nunca inferior a 8 UfFIR/RJ, para pessoa física, 20 UFR/RJ para pessoa jurídica de direito privado e 140 UFIR/RJ para pessoa jurídica de direito público.

§ 1º. Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de correção monetária, juros e multas.

§ 2º. Aplicam-se, subsidiariamente, ao parcelamento, as disposições desta lei, relativas à moratória.

§ 3.º O valor de cada prestação mensal, por ocasião da concessão, será acrescido de juros equivalentes a 1% (um por cento) ao mês.

§ 4.º As prestações vencidas e não pagas dentro do prazo serão acrescidas de multa de 10% (dez por cento) e juros de mora 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês.

§ 5.º A falta de pagamento de duas prestações consecutivas implicará a imediata rescisão do parcelamento e exigibilidade do crédito remanescente, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais, inclusive o pagamento integral das multas aplicadas, e remessa do débito remanescente para inscrição na Dívida Ativa, sendo vedado o reparcelamento e a restituição de quantias pagas.

§ 6.º As multas pessoais e imputações de débitos impostos e aplicadas pelo Tribunal de Contas deste Estado, são objeto de parcelamento desde que haja requerimento ao Secretário Municipal de Fazenda, e posteriormente deferido pelo mesmo.

SEÇÃO IV
DA CONCESSÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 77. A concessão e a administração do parcelamento serão de responsabilidade da Seção de Registros Contábeis.

SEÇÃO V
DO REQUERIMENTO

Art. 78. O requerimento de parcelamento será apresentado, conforme o caso, perante a unidade da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 79. O requerimento do parcelamento deverá ser:

I - formalizado em modelo próprio, emitido na própria Seção;

II - distinto para cada tributo, com a discriminação dos respectivos valores;

III - assinado pelo devedor ou por seu representante legal com poderes especiais, nos termos da lei;

IV - instruído com:

a) documento de constituição da pessoa jurídica ou equiparada, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis por sua gestão;

b) documento de identificação da pessoa física, ou, no caso de espólio, do inventariante; do titular de empresa individual, ou, em se tratando de sociedade, do representante legal indicado no ato constitutivo; ou ainda do procurador legalmente habilitado, se for o caso;

SEÇÃO VI
DA FORMALIZAÇÃO

Art. 80. A formalização do parcelamento importa em adesão aos termos e às condições estabelecidos neste Código.

SEÇÃO VII
DA CONSOLIDAÇÃO

Art. 81. Atendidos os requisitos para a concessão do parcelamento, será feita a consolidação da dívida, considerando-se como data de consolidação a data do pedido.

§ 1º. Compreende-se por dívida consolidada o somatório dos débitos a serem parcelados, acrescidos dos encargos e acréscimos legais ou contratuais, vencidos até a data do pedido do parcelamento.

§ 2º. A multa de mora será aplicada no valor máximo fixado pela legislação.

SEÇÃO VIII
DAS PRESTAÇÕES E DE SEU PAGAMENTO

Art. 82. O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão do valor da dívida consolidada pelo número de parcelas solicitadas, observados os limites mínimos de 8 (oito) UFIR-RJ.

SEÇÃO IX
DO REPARCELAMENTO

Art. 83. Será admitido reparcelamento de débitos constantes de parcelamento em curso ou que tenham sido rescindido, podendo ser incluídos novos débitos.

§ 1º. Observado o limite estipulado no art. 83, a formalização de reparcelamento de débitos fica condicionada ao recolhimento da 1ª (primeira) parcela em valor correspondente a:

I - 10% (dez por cento) do total dos débitos consolidados; ou

II - 20% (vinte por cento) do total dos débitos consolidados, caso haja débito com histórico de reparcelamento anterior.

SEÇÃO X
DO DEPÓSITO

Art. 84. O sujeito passivo poderá efetuar, à conta do Tesouro Municipal, o depósito do montante integral ou parcial da obrigação tributária:

I- quando preferir o depósito à consignação judicial;

II- para atribuir efeito suspensivo:

a) à consulta formulada na forma deste Código;

b) a qualquer outro ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando a modificação, extinção ou exclusão total ou parcial da obrigação tributária.

Parágrafo único. O depósito efetuado na forma deste artigo será atualizado na forma e pelos mesmos índices utilizados para os créditos do Fisco Municipal.

Art. 85. A lei municipal poderá estabelecer obrigatoriedade de depósito prévio:

I- para garantia de instância, na forma prevista nas normas processuais deste Código;

II- como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;

III- como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

IV- em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do Fisco Municipal.

Art. 86. A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I - pelo fisco, nos casos de:

a) lançamento direto;

b) lançamento por declaração;

c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade;

d) aplicação de penalidades pecuniárias;

II- pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:

a) lançamento por homologação;

b) retificação da declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;

c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal;

III- na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV- mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Art. 87. Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário, a partir da data da efetivação do depósito à conta do Tesouro Municipal.

Art. 88. O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

I- em moeda corrente do país;

II- por cheque;

III- em títulos da dívida pública municipal.

Parágrafo único. O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o resgate deste pelo sacado.

Art. 89. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a sua parcela, quando este for exigido em prestações, por ele abrangido.

Parágrafo único. A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

I- quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;

II- quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Art. 90. Uma vez constituído em caráter definitivo o crédito tributário, total ou parcialmente, observar-se-á o seguinte:

I - o valor depositado será convertido em receita tributária, observada a devida proporção;

II - o saldo devedor porventura existente será imediatamente inscrito em dívida ativa para execução judicial.

SEÇÃO XI

DA CESSAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO

Art. 91. Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

I- pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;

II- pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;

III- pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte;

IV- pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

CAPÍTULO IV
DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 92. Extinguem o crédito tributário:

I- o pagamento;

II- a compensação;

III- a transação;

IV- a dação em pagamento de bens, na forma da lei;

V- a remissão;

VI- a prescrição e a decadência, nos termos do Código Tributário Nacional;

VII- a conversão do depósito em renda;

VIII- o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no art. 65 desta Lei;

IX- a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa;

X- a decisão judicial transitada em julgado;

XI- a consignação em pagamento julgada procedente, nos termos da lei.

Parágrafo único. A lei disporá quanto aos efeitos da extinção total ou parcial do crédito sobre a ulterior verificação da irregularidade da sua constituição.

SEÇÃO II
DO PAGAMENTO E DA RESTITUIÇÃO

Art. 93. O pagamento de tributos e rendas municipais é efetuado em moeda corrente ou cheque, dentro dos prazos estabelecidos em lei ou fixados pela Administração.

§1º. O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

§2º. O pagamento é efetuado no órgão arrecadador, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvada a cobrança em qualquer instituição financeira autorizada por ato do Poder Executivo.

§3º. O pagamento poderá ser efetuado mediante parcelamento, conforme estabelece esta Lei.

Art. 94. Quando se tratar de tributos a ser pago em cotas, o Poder Executivo poderá estabelecer desconto para o pagamento integral até o vencimento da primeira cota, desde que em caráter genérico e nas condições estabelecidas em regulamento.

Art. 95. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

§1º. No caso de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão civil, criminal e administrativamente os contribuintes e os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

§2º. Pela cobrança a menor de tributo responde, perante a Fazenda Municipal, solidariamente, o servidor julgado culpado, cabendo-lhe direito regressivo contra o contribuinte.

Art. 96. É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições legais e regulamentares.

Art. 97. O contribuinte ou responsável que deixar de efetuar o pagamento de tributo ou demais créditos fiscais nos prazos regulamentares, ou que for autuado em processo administrativo-fiscal, ou ainda notificado para pagamento em decorrência de lançamento de ofício, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:

I - atualização monetária;

II - multa de mora;

III - juros de mora;

IV - multa por infração.

§ 1º. A atualização monetária será determinada com base nos coeficientes de atualização, publicados pela Secretária Municipal de Fazenda.

§ 2º. As multas moratórias são nas seguintes proporções: 0,33 % ao dia sobre o valor do tributo atualizado monetariamente, aos que, antes de qualquer procedimento

fiscal, recolherem espontaneamente o valor devido, não podendo a multa moratória ultrapassar o limite de 20%.

§ 3º. Os juros de mora serão contados à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados do dia seguinte ao do vencimento sobre o valor do principal atualizado.

§ 4º. A multa de infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância de dispositivo da legislação tributária.

§ 5º. No caso de créditos fiscais decorrentes de multas ou de tributos sujeitos à homologação, será feita a atualização destes levando-se em conta, para tanto, a data em que os mesmos deveriam ser pagos.

§ 6º. No caso de tributos recolhidos por iniciativa do contribuinte sem lançamento prévio pela repartição competente, ou ainda quando estejam sujeitos a recolhimento parcelado, os seus pagamentos sem o adimplemento, concomitante no todo ou em parte, dos acréscimos legais a que o mesmo esteja sujeito, essa parte acessória passará a constituir débito autônomo, sujeito a plena atualização dos valores e demais acréscimos legais, sob a forma de diferença a ser recolhida de ofício, por notificação da autoridade administrativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 7º. As disposições deste artigo aplicam-se a quaisquer débitos fiscais anteriores a esta Lei, apurados ou não.

Art. 98. Se dentro do prazo fixado para pagamento o contribuinte efetuar depósito da importância que julgar devida, o crédito fiscal ficará sujeito aos acréscimos legais sobre o remanescente devido.

Parágrafo único. Caso o depósito, de que trata este artigo, for efetuado fora do prazo, deverá o contribuinte recolher, juntamente com o principal, os acréscimos legais já devidos nessa oportunidade.

Art. 99. O ajuizamento de crédito fiscal sujeita o devedor ao pagamento do débito, seus acréscimos legais e das demais cominações.

Art. 100. O recolhimento de tributos em atraso, motivado por culpa ou dolo de servidor, sujeitará este às sanções civis, administrativas e criminais, na forma cabível.

Art. 101. O pagamento de um crédito não importa em presunção de quitação:

I - quando parcial, das prestações em que se decomponha;

II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 102. Ocorrendo o recolhimento intempestivo de tributos, sem os encargos legais, será efetuado o lançamento suplementar destes.

Art. 103. A imposição de penalidades não elide o pagamento integral do crédito tributário

Art. 104. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de multa de mora e de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta lei ou em lei tributária.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito.

Art. 105 . O Poder Executivo poderá conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições em que estabelecer o regulamento.

Art. 106. Nenhum pagamento intempestivo de tributo poderá ser efetuado sem que o infrator pague o que for calculado sob a rubrica de penalidade.

Art. 107. A imposição de penalidade não elide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 108. O contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:

I- cobrança ou pagamento espontâneo de tributos indevidos ou maior que o devido, em face da legislação tributária municipal ou da natureza e circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II- erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III- reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§1º. O pedido de restituição será instruído com os documentos originais que comprovem a ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

§2º. Os valores da restituição, a que alude o "caput" deste artigo serão atualizados monetariamente, pelo mesmo índice aplicável aos créditos do Município, a partir da data do efetivo recolhimento.

Art. 109. A restituição de tributos que comportem, por natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 110. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Art. 111. O direito de pleitear restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados do efetivo pagamento.

SEÇÃO III

DA COMPENSAÇÃO, DA TRANSAÇÃO E DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 112. Observado o disposto nesta Lei e no art. 170 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), o Poder Executivo Municipal poderá efetuar a compensação parcial ou total de créditos tributários líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo da obrigação tributária para com a Fazenda Pública Municipal.

§1º. O disposto no "caput" deste artigo não se aplica a tributos objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

§2º. Sendo vencido, o crédito do sujeito passivo poderá ser atualizado pelos mesmos índices adotados para os valores devidos ao Tesouro Municipal e, se vincendo, a apuração do seu montante será efetuada pela redução mediante a simples aplicação, no período decorrido entre a data da compensação e a do vencimento, de juros de 1% (um por cento) ao mês, não cumulativo.

§3º. A compensação somente poderá ser efetuada mediante a demonstração expressa, em processo regular, da satisfação dos créditos da Fazenda Municipal, sem qualquer antecipação das suas obrigações e nas condições fixadas na legislação em vigor.

§4º. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

§5º. É competente para autorizar compensação e transação o titular da Fazenda Municipal, mediante despacho fundamentado, em processo, da autoridade administrativa.

Art. 113. É facultado ainda ao Poder Executivo, nos termos do art. 171 do Código Tributário Nacional, celebrar transação, com sujeito passivo de obrigação tributária, que através de concessões mútuas objetive a terminação de litígio no âmbito judicial e consequente extinção do crédito tributário.

Parágrafo único. A celebração de transação dependerá de:

I- abertura de processo específico, a partir de solicitação de qualquer das partes;

II- justificativa fundamentada do interesse da administração no fim da lide;

III- justificativa das concessões, as quais não poderão atingir o principal do crédito tributário;

IV- avaliação financeira do acordo, efetuada por comissão especialmente designada para esse fim;

V- parecer específico, do ponto de vista legal, do órgão jurídico da Prefeitura;

VI- autorização expressa, em processo, do Secretário Municipal de Fazenda.

Art. 114. O crédito tributário, inscrito ou não em Dívida Ativa, desde que apurado com todos os acréscimos previstos em lei, poderá ser solvido, quando do interesse da Administração Municipal, por dação em pagamento, mediante o fornecimento de bens imóveis.

Parágrafo único. Para efetivação da dação em pagamento observar-se-á:

I- que o débito correspondente não tenha sido objeto de parcelamento ou de benefício de dilação de prazo para pagamento;

II- que os bens fornecidos sejam de estrita necessidade para a Administração Municipal;

III- que os bens sejam avaliados e adquiridos com observância dos critérios de menor preço e outros previstos na legislação de licitações;

IV- a demonstração, pelo sujeito passivo, de que o pagamento em moeda corrente não pode ser efetuado sem risco para a sua manutenção regular ou das atividades da sua empresa;

V- autorização expressa em processo regular, do Secretário Municipal de Fazenda, com base em parecer da autoridade administrativa e do órgão jurídico da Prefeitura.

Art. 115. As propostas de compensação e de dação em pagamento não geram suspensão do crédito tributário e implicam na confissão irretratável da dívida, com renúncia ao direito de impugnar ou recorrer quanto a sua cobrança.

SEÇÃO IV
DA REMISSÃO

Art. 116. Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder nos termos da lei, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I- à situação econômica do sujeito passivo;

II- ao erro ou à ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III- à diminuta importância do crédito tributário;

IV- a considerações de equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso;

V- a condições peculiares a determinada região do território do Município.

Parágrafo único. A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

SEÇÃO V
DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

Art. 117. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Art. 118. A prescrição se interrompe:

I- pela notificação pessoal feita ao devedor;

II- pelo protesto feito ao devedor;

III- por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV- por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 119. O direito de a Fazenda Municipal constituir o crédito tributário decai após cinco (cinco) anos, contados:

I- do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II- da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo se extingue definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário, pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 120. Ocorrendo a prescrição ou a decadência abrir-se-á inquérito administrativo para apurar a responsabilidade da autoridade administrativa competente.

Parágrafo único. A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função, e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência de débitos tributários sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município no valor dos débitos prescritos ou decaídos.

CAPÍTULO V
DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 121. Excluem o crédito tributário:

I- a isenção;

II- a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído ou dela consequente.

SEÇÃO II
DA ISENÇÃO

Art. 122. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Art. 123 . A isenção, exceto se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, só tendo eficácia, porém, a partir do exercício seguinte àquele em que tenha sido modificada ou revogada a isenção.

Art. 124 . São isentos de impostos municipais os contribuintes que lei especifica autorizar observados os requisitos para sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

SEÇÃO III
DA ANISTIA

Art. 125. A anistia, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

I- aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele;

II- às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 126 A lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

I- em caráter geral;

II- limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) à determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

TÍTULO IV
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES
CAPÍTULO I
DAS INFRAÇÕES

Art. 127. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições das leis tributárias e, em especial, desta lei.

Parágrafo único. Não será passível de penalidade a ação ou omissão que proceder em conformidade com decisão de autoridade competente, nem que se encontrar na pendência de consulta regularmente apresentada ou enquanto perdurar o prazo nela fixado.

Art. 128. Constituem agravantes de infração:

I- a circunstância de a infração depender ou resultar de outra prevista em lei, tributária ou não;

II- a reincidência;

III- a sonegação.

Art. 129. Considera-se reincidência a repetição de falta idêntica cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica dentro de cinco (cinco) anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 130. A sonegação e a fraude fiscal se configuram em procedimento do contribuinte que:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser fornecida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de se eximir, total ou parcialmente, do pagamento de tributos e quaisquer adicionais devidos por lei;

II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza de documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de se exonerar do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal;

III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública Municipal;

IV - fornecer ou emitir documentos graciosos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução de tributos à Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

Art. 131. Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas:

I- contradição evidente entre os livros e os documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;

II- manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

III- remessa de informes e comunicações falsos ao fisco com respeito a fatos geradores e a bases de cálculo de obrigações tributárias;

CAPÍTULO II
DAS PENALIDADES

Art. 132. São penalidades tributárias previstas nesta lei, aplicáveis separada ou cumulativamente, sem prejuízo das cominadas pelo mesmo fato por lei criminal:

I- a multa;

II- a perda de desconto, abatimento ou deduções;

III- a cassação do benefício da isenção;

IV- a revogação dos benefícios de anistia ou moratória;

V- a proibição de transacionar com qualquer órgão da Administração Municipal;

VI- a sujeição a regime especial de fiscalização;

VII- a suspensão ou cancelamento de quaisquer benefícios fiscais concedidos.

§1º. Em relação ao funcionamento de estabelecimentos, são ainda previstas as seguintes penas:

I- não concessão da licença;

II- suspensão da licença;

III- cassação da licença.

§2º. A aplicação de penalidades, de qualquer natureza, não dispensa o pagamento do tributo, dos juros de mora e atualização monetária, nem isenta o infrator do dano resultante da infração, na forma da lei civil.

Art. 133. A penalidade, além de impor a obrigação de fazer ou deixar de fazer, será pecuniária, quando consista em multa, e deverá ter em vista:

I- as circunstâncias atenuantes;

II- as circunstâncias agravantes.

§1º. Nos casos do inciso I deste artigo, reduzir-se-á a multa prevista em 50% (cinquenta por cento).

§2º. Nos casos do inciso II deste artigo, aplicar-se-á, na reincidência, o dobro da penalidade prevista.

Art. 134. As infrações às disposições à presente lei serão punidas com as penalidades previstas nos capítulos próprios, além de, pela impontualidade no pagamento, de multa de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária do débito.

§1º. Os acréscimos moratórios previstos neste artigo aplicam-se aos créditos tributários recolhidos espontaneamente, assim como aos apurados mediante ação fiscal.

§2º. O cumprimento da penalidade ou o pagamento da multa não eximem o infrator do cumprimento das exigências legais ou regulamentares que as tiverem determinado.

CAPÍTULO III
DA PROIBIÇÃO DE TRANSACIONAR COM AS DEMAIS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS

Art. 135. Os contribuintes que estiverem em débitos em tributos ou multas não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, licitação, coleta, tomada de preços, celebrar contratos de qualquer natureza, a qualquer título, com a administração do Município.

§1º. Aplica-se ao artigo as demais transações:

I – Aprovação de Projeto para Construção;

II – Emissão de Alvará de Construção e Habite-se;

III – Transferências a qualquer título.

TÍTULO V
DA INSCRIÇÃO E DO CADASTRO FISCAL
CAPÍTULO ÚNICO
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 136. Toda pessoa física ou jurídica, sujeita à obrigação tributária, deverá promover a inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, mesmo que isenta de tributos, de acordo com as formalidades exigidas nesta lei ou em regulamento, ou ainda pelos atos administrativos de caráter normativo destinado a complementá-los.

Art. 137. O Cadastro Fiscal da Prefeitura é composto:

I -do cadastro das propriedades imobiliárias, nos termos desta lei;

II- do cadastro de atividades econômicas, abrangendo:

a) atividades de produção;

b) atividades de indústria;

c) atividades de comércio;

d) atividades de prestação de serviços;

III- e de outros cadastros não compreendidos nos incisos anteriores, necessários a atender às exigências da Prefeitura, com relação ao poder de polícia administrativa ou à organização dos seus serviços.

§1º. A Inscrição no Cadastro de Contribuintes do Cadastro Econômico do Município será feita mediante requerimento do contribuinte ou de seu representante legal e condicionada à apresentação de documentos na forma de regulamento próprio.

§2º. O disposto no presente artigo não se aplica às inscrições efetuadas de ofício, pela autoridade administrativa que poderá intimar o contribuinte a apresentá-los, posteriormente.

§3º. O deferimento do pedido dependerá da análise dos documentos, e da conveniência do fisco ou do interesse público na atividade pretendida.

§4º. Na hipótese de transferência, ou sucessão de estabelecimento, exigir-se-á a baixa do antecessor, para o deferimento do pedido.

LIVRO SEGUNDO
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS
TÍTULO I
DOS TRIBUTOS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 138. Os tributos são: impostos, taxas, contribuição de iluminação pública e contribuição de melhoria.

§1º. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

§2º. Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§3º. Contribuição de melhoria é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária;

§4º. Contribuição de Iluminação Pública é o tributo destinado a custear o serviço de iluminação pública do Município.

CAPÍTULO II
DOS IMPOSTOS

Art. 139. Os impostos de competência privativa do Município são os seguintes:

I - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;

II - Imposto Sobre Transmissão inter vivos de Bens Imóveis - ITBI.

III - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

Parágrafo Único: Será disponibilizado no Site Oficial da Prefeitura, um Link para emissão de carnês de IPTU, CND, ISSQN.

TÍTULO II
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 140. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador à propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel, por natureza ou por acessão física como definida na lei civil, construído ou não, localizado na zona urbana do Município.

§1º. Para efeito deste imposto, entende-se como zona urbana à definida em lei municipal, observada a existência de pelo menos 2 (dois) dos seguintes incisos construídos ou mantidos pelo poder público:

I- meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II- abastecimento de água;

III- sistema de esgotos sanitários;

IV- rede de iluminação pública com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V- escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§2º. Consideram-se também zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados a habitação, indústria ou comércio.

Art. 141. Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do imóvel a qualquer título.

§1º. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, isenta do imposto ou imune.

§2º. O imposto é anual e na forma da lei civil se transmite aos adquirentes.

Art. 142. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incide sobre os imóveis com a seguinte classificação:

I- edificado;

II- não edificado.

§ 1º. No caso de lançamento de ofício, será considerado edificado o bem imóvel que se enquadre em qualquer das condições abaixo:

I – possua construção concluída, mesmo que inabitada;

II – possua construção inacabada, porém em condições de habitação.

Art. 143. Considera-se não edificado o imóvel:

I- baldio, sem benfeitorias ou edificações;

II- o imóvel com edificação em andamento ou cuja obra esteja paralisada, bem como condenada ou em ruínas;

III- o imóvel cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

IV- o imóvel com edificação, considerada a critério da administração como inadequada, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma;

Art. 144. A incidência do IPTU ocorre sobre:

I - imóveis edificados, com ou sem "habite-se", ocupados ou não;

II - prédios construídos sem licença ou em desacordo com a licença;

III - prédios construídos com autorização a título precário ou "habite-se" parcial;

IV - prédios construídos em terreno alheio, independentemente de autorização do proprietário;

V - terrenos não edificados;

VI - a faixa de terra ocupada por torres de captação de sinal de Concessionária de Serviço Público de Comunicação;

VII - a faixa de terra ocupada por torres de linhas de transmissão de Concessionária de Serviço Pública de Energia Elétrica;

VIII- o solo com a sua superfície;

IX - tudo quanto o homem incorporar, permanentemente, ao solo;

X- construções, de modo que se não possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano;

XI- tudo quanto no imóvel o proprietário ou o possuidor a qualquer título mantiver intencionalmente empregado em sua exploração industrial, aformoseamento ou comodidade.

§ 1º. A mudança de tributação predial para territorial, ou de territorial para predial, somente prevalecerá, para efeito de cobrança do imposto respectivo, a partir do exercício seguinte àquele em que ocorrer o evento causador da alteração.

§ 2º. O Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana incide sobre os imóveis não edificados ou cujas edificações tenham sido objeto de demolição, desabamento, incêndio, ou estejam em ruínas.

§ 3º. A incidência do IPTU independe:

I - da legitimidade do título de aquisição ou de posse do bem imóvel;

II - do resultado econômico da exploração do bem imóvel;

III - do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas relativas ao bem imóvel.

Art. 145. Para todos os efeitos legais, considera-se ocorrido o fato gerador no primeiro dia de cada ano.

CAPÍTULO II
DO LANÇAMENTO

Art. 146. Far-se-á o lançamento em nome do titular sob o qual estiver o imóvel cadastrado na repartição, havendo sempre um lançamento distinto para cada edificação e unidade residencial, comercial ou industrial.

§1º. Na hipótese de condomínio, o imposto poderá ser lançado em nome de um ou de todos os condôminos, exceto quando se tratar de condomínio constituído de

unidades autônomas, nos termos da lei civil, caso em que o imposto será lançado individualmente em nome de cada um dos seus respectivos titulares.

§2º. Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja ocupando o imóvel.

§3ª. Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, até que, julgado o inventário, se façam necessárias às modificações.

§4º. No caso de imóveis objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento poderá ser feito indistintamente em nome do compromitente vendedor ou do compromissário comprador, ou ainda, de ambos, ficando sempre um ou outro solidariamente responsável pelo pagamento do tributo.

§5º. O lançamento relativo ao prédio objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso será efetuado em nome do enfiteuta, usufrutuário ou fiduciário.

§6º. Mesmo que não tenha sido expedida o "habite-se", proceder-se-á ao lançamento provisório, se a repartição constatar que a construção está terminada ou o imóvel habitado, não importando este ato no reconhecimento da regularização do "habite-se".

§7º. Os loteamentos aprovados e enquadrados na legislação urbanística terão seus lançamentos efetuados por lotes resultantes da subdivisão, independentemente da aceitação, que poderão ser lançados em nome dos compromissários compradores, mediante apresentação do respectivo compromisso.

§8º. Para efeito de tributação, somente serão lançados em conjunto ou separados os imóveis que tenham, respectivamente, projetos de anexação ou subdivisão aprovados pelo Município.

CAPÍTULO III
DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 147. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel constituída de parâmetros técnicos na forma de regulamento.

Parágrafo único – o Valor Venal dos Imóveis (VVI) no Município de Miracema será estabelecido pela soma do Valor Venal do Terreno (VVT) e a do Valor Venal da Edificação (VVE) quando houver, conforme fórmula Abaixo.

VVI = VVT + VVE

SEÇÃO II
VALOR VENAL DO TERRENO

Art. 148. O valor venal do terreno será obtido pela multiplicação de sua área total pelos seguintes elementos:

I - valor do metro quadrado do terreno onde se situa o imóvel, conforme o Anexo I deste Código;

II - Fração Ideal da Unidade Imobiliária Autônoma;

III - Fator de Topografia, previsto na Tabela I, do Anexo III deste Código;

IV - Fator de Pedologia, previsto na Tabela II, do Anexo III deste Código;

V - Fator da Situação, previsto na Tabela III, do Anexo III deste Código;

VI - Fator de Redução de Áreas (Fator de Gleba), previsto na Tabela IV, do Anexo III deste Código;

§ 1º. A fração ideal da unidade imobiliária autônoma de que trata o inciso II deste artigo é determinada pela razão entre a área da edificação da unidade autônoma e a área total das edificações existentes em um único lote.

VVT = VM2 x AT x FT x FP x FS x FG

Onde:

VM2 = Valor do Metro quadrado do Terreno

AT = Área do Terreno

FT = Fator de Topografia

FP = Fator de Pedologia

FS = Fator de Situação

FG = Fator de Gleba

SEÇÃO III
VALOR VENAL DA EDIFICAÇÃO

Art. 149. O valor venal da edificação será determinado pela multiplicação de sua área Construída pelos seguintes elementos:

I - valor do metro quadrado da construção onde se situa o imóvel, conforme o Anexo II deste Código;

II - Fração Ideal da Unidade Imobiliária Autônoma;

III – Categoria da Construção, previsto na Tabela I, do Anexo IV deste Código;

IV - Fator de Alinhamento, previsto na Tabela II, do Anexo IV deste Código;

V - Fator do Posicionamento, previsto na Tabela III, do Anexo IV deste Código;

VI - Fator da Situação da Construção, previsto na Tabela IV, do Anexo IV deste Código;

VII - Fator do Estado de Conservação, previsto na Tabela V, do Anexo IV deste Código;

VIII - Fator de Idade do Imóvel, previsto na Tabela VI, do Anexo IV deste Código;

§ 1º. A fração ideal da unidade imobiliária autônoma de que trata o inciso II deste artigo é determinada pela razão entre a área da edificação da unidade autônoma e a área total das edificações existentes em um único lote.

VVE = VM2C x AU x FA x FP x FS x FE X FI

Onde:

VM2C = Valor do Metro quadrado da Construção

AU = Área da Unidade

FA = Fator de Alinhamento

FP = Fator de Posicionamento

FS = Fator de Situação

FE = Fator de Estado de Conservação

FI = Fator de Idade do Imóvel

SEÇÃO IV
ALÍQUOTAS

Art. 150. O Imposto Predial e Territorial Urbano será devido anualmente e calculado mediante a aplicação, sobre o valor venal do imóvel, das seguintes alíquotas:

I- 2,0 % (dois inteiros por cento) para os imóveis territoriais, sobre o valor do terreno.

II- 1,0 % (um inteiro por cento) para as edificações, sobre o valor da edificação, inclusive o terreno.

Art. 151. Os valores venais que servirão de base de cálculo para o lançamento do imposto serão apurados e atualizados anualmente pelo Executivo.

§1º. Quando houver desapropriação de áreas de terrenos, o valor atribuído por metro quadrado da área remanescente poderá, a critério do Executivo, ser idêntico ao valor estabelecido em juízo, devidamente corrigido, de acordo com a legislação em vigor.

§2º. Todas as alterações que possam modificar as bases de cálculo deverão ser comunicadas à Administração Municipal, sob pena de incorrer nas sanções previstas nesta Lei.

§3º. Para efeito de apuração do valor venal nos casos deste artigo, será deduzida a área que for declarada de utilidade pública para desapropriação pelo Município, pelo Estado ou pela União.

Art. 152. Será aplicado, para efeito do Lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, um Fator de redução sobre o Valor Venal do Imóvel, na seguinte ordem:

I- Fator de Redução igual a 0,50, para o exercício fiscal de 2014;

II- Fator de Redução igual a 0,60, para o exercício fiscal de 2015;

III- Fator de Redução igual a 0,70, para o exercício fiscal de 2016;

IV- Fator de Redução igual a 0,80, para o exercício fiscal de 2017;

V- Fator de Redução igual a 0,90, para o exercício fiscal de 2018;

VI- Fator de Redução igual a 1,00, para os exercícios fiscais seguintes.

CAPÍTULO IV
DO PAGAMENTO

Art. 153. O recolhimento do imposto será anual e poderá ser feito em cotas nos prazos e condições constantes da respectiva notificação ou do calendário tributário instituído pela Fazenda Municipal.

§1º. No caso de pagamento total antecipado, em cota única, o Poder Executivo poderá oferecer desconto de até 10% (dez por cento);

§2º. O valor de cada cota não poderá ser inferior a 8 (oito) UFIR-RJ.

CAPÍTULO V
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 154. Para as infrações, serão aplicadas penalidades à razão de percentuais sobre o valor venal do imóvel, da seguinte forma:

I - multa de 1% (um por cento) do valor venal, quando não for promovida a inscrição ou sua alteração na forma e no prazo determinados;

II - multa de 2% (dois por cento) do valor venal, quando houver ma fé,dolo, omissão ou falsidade nos dados que possam alterar a base de cálculo do imposto.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa as penalidades por atraso de pagamento e a atualização monetária do débito de que tratam o art. 90 deste Código.

CAPÍTULO VI
DAS ISENÇÕES

Art. 155 . São isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano:

I- os imóveis cedidos gratuitamente para uso da União, do Estado e do Município;

II- os conventos, seminários, palácios episcopais e residências paroquiais de propriedade de entidade religiosa e templos de qualquer culto;

III- os imóveis pertencentes a entidades esportivas e recreativas;

IV- os ex-combatentes da FEB, da Marinha de Guerra, que hajam feito serviço de comboio e patrulhamento, da Marinha Mercante, que hajam sofrido torpedeamento, e da FAB, que tenham sido incorporados à FEB, gozarão do direito de isenção de impostos municipais sobre o bem imóvel que tenham adquirido ou venham a adquirir no Município, e destinado à residência própria e permanente;

V- o imóvel residencial com até 70 metros quadrados de área construída, de proprietário de apenas um imóvel e que receba até 01 (um) salário mínimo federal por mês. Bem como aposentado ou pensionista, persistindo o direito à isenção após o seu falecimento, desde que a unidade continue a servir de residência ao cônjuge supérstite e que seus ganhos mensais sejam inferiores a 02 (dois) salários mínimo federal (conforme Estatuto do Idoso).

§1º. A prova de que o contribuinte está beneficiado pelo disposto no inciso IV deste artigo será feita através da certidão fornecida pelos órgãos competentes.

§2º. A isenção prevista no inciso V será requerida anualmente, instruída com os documentos e nos prazos fixados em regulamento.

§3º. Os imóveis legalmente tombados gozarão de isenção parcial correspondente a 50% do valor do imposto.

TÍTULO III
DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS
CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 156 . O imposto de competência do Município, sobre a transmissão, por ato oneroso inter vivos, de bens imóveis (ITBI), bem como cessão de direitos a eles relativos, tem como fato gerador:

I- a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso ou acessão física, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil;

II- a transmissão inter vivos, por ato oneroso, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III- a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Parágrafo único. Para efeitos desta lei são adotados os conceitos de imóvel e de cessão constantes da Lei Civil.

Art. 157. A incidência do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis alcança as seguintes mutações patrimoniais:

I- compra e venda pura ou condicional, retrovenda, promessa de compra e venda e a transmissão, a qualquer título, de direitos reais e atos equivalentes;

II- dação em pagamento;

III- permuta;

IV- arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;

V- incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos de imunidade e não incidência;

VI- transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;

VII- tornas ou reposições que ocorram:

a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiro receber, dos imóveis situados no Município, cota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;

b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino cota-parte material, cujo valor seja maior do que o de sua cota-parte ideal;

VIII- mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e à venda ou à sua promessa;

IX- instituição de fideicomisso;

X- enfiteuse e subenfiteuse;

XI- rendas expressamente constituídas sobre imóvel;

XII- concessão real de uso;

XIII- cessão de direitos de usufruto;

XIV- cessão de direitos ao usucapião;

XV- cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

XVI- acessão física quando houver pagamento de indenização;

XVII- cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XVIII- qualquer ato judicial ou extrajudicial inter vivos não especificado neste artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

XIX- cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior;

XX- incorporação de imóvel ou de direitos reais sobre imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis, ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição;

XXI- transmissão desses bens ou direitos, decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

XXII- cessão de direito do arrematante ou adquirente depois de assinado o auto de arrematação;

XXIII- cessão de promessa de venda ou transferência de promessa de cessão, relativa a imóveis, quando se tenha atribuído ao promitente comprador ou ao promitente cessionário o direito de indicar terceiro para receber a escritura decorrente da promessa.

§1º. Equipara-se à compra e venda, para efeitos tributários:

I- a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;

II- a permuta de bens imóveis situados no território do Município por outros quaisquer bens situados fora do território do Município;

III- o exercício do direito de preleção, na retrocessão e na retrovenda;

IV- a transação em que seja reconhecido, a qualquer título, direito que implique transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos, inclusive promessa de compra e venda, ou, ainda, a imissão na posse do imóvel, em qualquer caso.

§2º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no inciso XXI quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas naquele dispositivo.

§3º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2(dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§4º. Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

§5º. O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto ou com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

§ 6º. Não se considera existir transferência de direito na desistência ou na renúncia à herança ou legado, desde que qualquer delas se efetive:

a) sem ressalva, em benefício do monte;

b) sem que o desistente ou renunciante pratique qualquer ato que demonstre a intenção de aceitar a herança ou legado.

CAPÍTULO II
DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 158. O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos nos artigos anteriores:

I- quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II- quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.

Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

CAPÍTULO III
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 159. O sujeito passivo da obrigação tributária é:

I- nas operações dos incisos I a IX do art. 150, o adquirente dos bens ou direitos;

II- nas permutas, cada uma das partes pelo valor tributável do bem ou direito que recebe.

§1º. Nas transmissões que se efetivarem sem o recolhimento prévio do imposto devido, são solidariamente responsáveis pelo pagamento, o adquirente, o transmitente, o cessionário e o cedente.

§2º. Nas transmissões inter vivos que se efetuarem sem o pagamento do imposto devido, constatada em processo de inventário, responderão pelo pagamento

do imposto, com os acréscimos moratórios e correção monetária, os coerdeiros e o inventariante.

§3º. Na cessão de direitos relativos a bens imóveis, quer por instrumento público, ou mandato em causa própria, a pessoa em favor de quem for outorgada a escritura definitiva ou pronunciada a sentença de adjudicação é responsável pelo pagamento do imposto devido sobre anteriores atos de cessão ou substabelecimento, com acréscimos moratórios e correção monetária.

CAPÍTULO IV
DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 160. Não se fará lavratura, registro público, transcrição, inscrição ou averbação de atos, instrumentos ou títulos sujeitos ao imposto, sem que se comprove o seu anterior pagamento ou a sua exoneração.

Art. 161. Na lavratura de escritura ou de qualquer ato que resulte em transmissão onerosa de imóvel ou de direitos a ele relativos, como assim no registro de imóveis, será obrigatória a referência ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, mediante indicação do número da respectiva guia de recolhimento e da data de pagamento do imposto, na forma do artigo 215, V, do Código Civil.

Parágrafo único. Os oficiais públicos que tiverem que lavrar instrumentos translativos de bens ou direitos sobre imóveis darão vista do processo ao representante da Fazenda Pública Municipal, sempre que se faça necessário a sua intervenção para evitar evasão do imposto.

Art. 162. Se a operação for imune, isenta ou beneficiada pela suspensão de pagamento ou, ainda, se sobre ela não incidir o pagamento do imposto, os oficiais públicos que tiverem de lavrar instrumentos translativos de bens ou direitos sobre o imóvel deverão exigir a apresentação de Certidão Declaratória do reconhecimento do favor fiscal.

Parágrafo único. A certidão de que trata este artigo será fornecida pela Secretaria Municipal de Fazenda, através de processo regular.

Art. 163. Os tabeliães, oficiais de registro de imóveis, escrivães e demais serventuários de ofício que lavrarem instrumentos translativos de bens ou direitos sobre imóvel de que resulte obrigação de pagar imposto, responderão solidariamente

pelo pagamento do imposto, quando praticarem tal ato, sem a comprovação do pagamento.

CAPÍTULO V
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 164. A base de cálculo do imposto é o valor de mercado ou o declarado, prevalecendo o maior, e dos bens ou direitos transmitidos, apurado na data do efetivo recolhimento do tributo.

§1º. Observado o disposto no "caput" deste artigo, tomar-se-á como base de cálculo:

I- na transmissão, o valor da operação, se maior do que o apurado pela Secretaria Municipal de Fazenda, desde que superior ao valor adotado para cálculo do IPTU;

II- na dação em pagamento, o valor da dívida a ser quitada, se for esta superior ao valor atribuído ao imóvel ou direito dado em pagamento;

III- na permuta, o valor de cada bem ou direito permutado;

IV- na enfiteuse e subenfiteuse, o valor do domínio útil;

V- na instituição de usufruto, uso e habitação, 50% (cinquenta por cento) do valor do bem ou direito;

VI- na aquisição da nua-propriedade, 50% (cinquenta por cento) do valor do bem;

VII- na adjudicação, o valor do bem ou direito adjudicado;

VIII- na arrematação, em leilão ou hasta pública, o preço pago pelo arrematante;

IX- nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, o valor do negócio ou o valor venal do imóvel;

X- nas tornas ou reposições, o valor excedente das cotas-parte da meação conjugal;

XI- no caso de acessão física, o valor da indenização ou valor venal da fração ou acréscimo transmitido, se maior;

XII- em qualquer outra aquisição, não especificada nos incisos anteriores, seja de propriedade plena, domínio útil ou de outro direito real cuja transmissão seja tributável, o valor integral do bem ou direito.

§2º. Não serão abatidas do valor base para o cálculo de imposto quaisquer dívidas que onerem o imóvel.

§3º. A base de cálculo do imposto será apurada considerando:

I- o valor declarado pelo alienante ou pelo adquirente;

II- o valor obtido em pesquisa imobiliária;

III - o valor por metro quadrado aplicado na realização de transmissão de imóvel, da mesma categoria, situado na mesma zona fiscal ou logradouro;

IV- o valor adotado para cálculo do IPTU.

§4º. O ITBI será lançado em uma única parcela e calculado pelo maior valor obtido na forma do parágrafo anterior.

Art. 165. A alíquota do ITBI é :

I – nas transmissões efetuadas através de financiamento:

a) sobre o valor efetivamente financiado: 1% (um por cento);

b) sobre o valor restante: 2% (dois por cento).

II – nas demais transmissões: 2% (dois por cento)

CAPÍTULO VI
DO PAGAMENTO

Art. 166. O imposto será pago antes da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a obrigação de pagá-lo, por meio de guia emitida pela Secretaria Municipal de Fazenda, exceto:

I- nas tornas ou reposições em que sejam interessados incapazes, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data em que se der a concordância do Ministério Público;

II- na arrematação ou adjudicação, dentro de 10 (dez) dias corridos, contados da data em que tiver sido assinado o ato ou deferida a adjudicação, ainda que haja recurso pendente;

III- na transmissão objeto de instrumento lavrado em outro Município, dentro de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da sua lavratura.

IV- na torna ou reposição e na renúncia de direitos e ação de herança e legado, após o trânsito em julgado da sentença homologatória da partilha ou adjudicação e sempre antes da expedição do respectivo formal ou carta, ainda que exista recurso pendente.

§1º. Considerar-se-á ocorrido o fato gerador na lavratura de contrato ou promessa de compra e venda, exceto se deles constar expressamente que a imissão na posse do imóvel somente ocorrerá após a quitação final.

§2º. O recolhimento do tributo se fará em qualquer estabelecimento financeiro autorizado pelo Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO VII
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 167. O sujeito passivo é obrigado a apresentar, na repartição competente da Prefeitura, os documentos e as informações necessários ao lançamento do imposto, conforme estabelecido pelo Poder Executivo.

Art. 168. Os tabeliães e os escrivães não poderão lavrar instrumentos, escrituras ou termos judiciais sem que o imposto devido tenha sido pago, sem certidão negativa dos débitos tributários relativos ao imóvel e sem certidão de aprovação de loteamento, se for o caso.

Art. 169. Os tabeliães e os escrivães transcreverão, obrigatoriamente, o número da guia de recolhimento do imposto nos instrumentos, nas escrituras ou nos termos judiciais que lavrarem.

Art. 170. Todo aquele que adquirir bem ou direito cuja transmissão constitua ou possa constituir fato gerador do imposto está obrigado a apresentar seu título à repartição fazendária municipal competente, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for lavrado o contrato, carta de adjudicação ou de arrematação, ou qualquer outro título representativo de transferência do bem ou direito.

Parágrafo único. Os cartórios encaminharão à administração fazendária, até o dia 10 (dez) do mês seguinte, relação de todas as operações realizadas com imóveis, tais como transmissões, transcrições, inscrições e avaliações.

CAPÍTULO VIII
DA ISENÇÃO

Art. 171. São isentas do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis:

I- a extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado proprietário da nua-propriedade;

II- a transmissão decorrente da execução de planos de habitação para população de baixa renda patrocinado ou executado por órgãos públicos e seus agentes;

III- a transferência inicial decorrente da desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária;

IV- a aquisição de imóvel por integrante da Força Expedicionária Brasileira, desde que seja o único imóvel de sua propriedade e se destine, exclusivamente, à sua moradia e da sua família;

V- a aquisição, por estado estrangeiro, de imóvel exclusivamente destinado a uso diplomático ou consular.

VI- a aquisição de imóvel destinado à instalação de teatros e de clubes recreativos de entidades de trabalhadores e associações de moradores legalmente instituídas, cumpridas as exigências regulamentares.

Parágrafo único. As isenções previstas neste artigo cessarão sempre que a destinação ou a finalidade do uso do imóvel for modificada ou desvirtuada ou, ainda, se houver transmissão do bem ou do direito real sobre ele.

CAPÍTULO IX
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 172. Sem prejuízo das demais sanções pecuniárias previstas nesta Lei, o descumprimento das obrigações quanto ao ITBI, sujeita o infrator às seguintes penalidades:

I- 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido, na prática de qualquer ato de transmissão de bens e/ou direitos sem o pagamento do imposto nos prazos legais;

II- 80% (oitenta por cento) do valor do imposto, caso ocorra omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto ou que resultem na não incidência, isenção ou suspensão de pagamento;

III- 65% (sessenta e cinco por cento) do valor do imposto, no caso do inciso anterior, quando não fique caracterizada a intenção fraudulenta;

IV- 100% (cem por cento) do valor do imposto, para o descumprimento das disposições contidas no art. 70 desta Lei.

Parágrafo único. O atraso no recolhimento do ITBI sofrerá ainda as sanções previstas no art. 90 deste Código.

TÍTULO IV
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
CAPÍTULO I

DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 173. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador à prestação, no território do Município de Miracema, por pessoa física ou jurídica, domiciliada ou não no Município, mesmo que não constitua sua atividade preponderante, dos serviços constantes da Lista de Serviços prevista no Capítulo V.

§1º. Constitui, ainda, fato gerador do ISSQN a prestação de serviços profissionais e técnicos não compreendidos nos itens da lista a que alude este artigo e a exploração de qualquer atividade que represente prestação de serviços e não configure fato gerador de imposto de competência da União ou do Estado.

§2º. O imposto incide, ainda, sobre os serviços provenientes do exterior do País ou cuja prestação nele se tenha iniciado.

§3º. A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

§4º. O contribuinte que exercer em caráter permanente ou eventual mais de um dos serviços relacionados na lista a que se refere este artigo, ficará sujeito ao imposto que incidir sobre cada um deles, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.

§5º. Os serviços previstos na lista ficam sujeitos ao ISSQN ainda que sua prestação envolva o fornecimento de mercadorias, ressalvadas as exceções expressas na própria lista.

§6º. O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

Art.174. A incidência do imposto independe:

I- da existência de estabelecimento fixo;

II- do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

III- do resultado financeiro ou do pagamento do serviço prestado;

IV- da destinação dos serviços;

V – da denominação dada ao serviço;

VI – do caráter permanente ou eventual
da prestação.

Art. 175. Não são contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN:

I- os que prestem serviços sob-relação de emprego;

II- os trabalhadores avulsos definidos em lei;

III- os diretores e membros de conselhos consultivos ou fiscais de sociedades.

IV – As entidades patronais, as entidades culturais, recreativas e esportivas, sem fins lucrativos, relativos aos serviços prestados diretamente pelas mesmas aos seus associados.

Parágrafo único. O imposto não incide sobre a exportação de serviço para o exterior do País, à exceção do desenvolvido em Miracema e cujo resultado nele se verifique, ainda que o pagamento seja efetuado por residente.

Art. 176. Para efeito deste imposto considera-se prestação de serviços as atividades exercidas por:

I - empresa, assim conceituada:

a) toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade prestadora de serviço, inclusive as organizadas sob a forma de cooperativas;

b) toda pessoa física ou jurídica não incluída na alínea anterior, que instituir empreendimento para serviço com interesse econômico;

c) o condomínio que prestar serviços a terceiros.

II - profissional autônomo, tido como todo aquele que exerce, habitualmente e por conta própria, serviços profissionais e técnicos remunerados, sem vínculo empregatício.

Parágrafo único. Equipara-se a empresa, para efeito de pagamento do imposto, o profissional autônomo que:

a) utilizar mais de 2 (dois) empregados, a qualquer título, na execução direta ou indireta dos serviços por ele prestados;

b) não comprovar sua inscrição no Cadastro de Atividades Econômico-sociais do Município.

Art. 177. Considera-se ocorrido o fato gerador do ISSQN:

I - quando a base de cálculo for o preço do serviço, no momento da prestação;

II - quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte:

a) no dia em que iniciar a atividade;

b) no primeiro dia de cada ano, para aqueles que já estejam inscritos ou exercendo atividade desde o ano anterior.

CAPÍTULO II
DAS ISENÇÕES

Art. 178. Serão isentos parcialmente deste imposto os contribuintes beneficiários de incentivo econômico, respeitada a alíquota mínima prevista nesta lei.

Parágrafo único. Lei específica poderá conceder isenção parcial do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, respeitadas as regras constitucionais aplicáveis à espécie.

CAPÍTULO III
DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 179. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do Parágrafo 2º do art. 166;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista de Serviços;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista de Serviços;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de Serviços;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de Serviços;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de Serviços;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de Serviços;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de Serviços;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de Serviços;

X – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista de Serviços;

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista de Serviços;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de Serviços;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de Serviços;

XIV – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de Serviços;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de Serviços;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista de Serviços;

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista de Serviços;

XVIII– do estabelecimento do tomador da mão de obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de Serviços;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista de Serviços;

XX – aeroporto, porto, ferroporto, terminal rodoviário,ferroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de Serviços.

§ 1º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista de Serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de Serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

Art. 180. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agências, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 181. Indica a existência de estabelecimento prestador à conjugação parcial ou total dos seguintes requisitos:

I - manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à manutenção dos serviços;

II - estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividades de prestação de serviços, exteriorizada por elementos tais como:

a) indicação do endereço em imprensa, formulários ou correspondência;

b) locação de imóvel;

c) realização de propaganda ou publicidade no Município ou com referência a ele;

d) fornecimento de água, telefone, energia elétrica ou quaisquer outros serviços públicos concedidos em nome do prestador ou seu representante.

CAPÍTULO IV
DA BASE DE CÁLCULO

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 182. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN é o preço do serviço.

Art. 183. Preço do serviço é o total da receita bruta a ele correspondente sem quaisquer deduções, ainda que a título de sub-empreitada, frete, despesa ou imposto, exceto os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de obrigação condicional.

§1º. Incluem-se na base de cálculo quaisquer valores percebidos pela prestação do serviço, inclusive os decorrentes de acréscimos contratuais, multas ou outros que onerem o preço do serviço.

§2º. Para os efeitos deste artigo, considera-se preço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza.

§3º. Os descontos ou abatimentos concedidos sob condição integram o preço do serviço, quando previamente contratados.

§4º. No caso do subitem 22.01, a que se refere à lista de serviços de que trata esta Lei, o imposto será calculado sobre a receita total da exploração do serviço e devido na proporção direta da extensão da rodovia explorada situada no Município de Miracema ou metade da extensão de ponte, se houver, que una Miracema a qualquer outro município, desde que não integrante de rodovia onde haja cobrança de preços dos usuários.

§5º. Na falta do preço previsto no §2º , ou não sendo ele conhecido, o mesmo será fixado mediante estimativa ou através de arbitramento, que reflita o preço do serviço corrente na praça, cobrado dos usuários ou contratantes.

§6º. O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a sua base de cálculo.

Art. 184. Está sujeito ainda ao ISS o fornecimento de mercadorias na prestação de serviços constantes da lista de serviços, salvo as exceções previstas nela própria.

Art. 185. Quando a contraprestação se verificar através da troca de serviços ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, o preço do

serviço para cálculo do imposto será o preço corrente, na praça, desses serviços ou mercadorias.

Art. 186. No caso de estabelecimento sem faturamento que represente empresa do mesmo titular, com sede fora do Município, a base de cálculo compreenderá todas as despesas necessárias à manutenção daquele estabelecimento.

Art. 187. No caso da construção civil, quando os serviços forem contratados por administração, a base de cálculo é o preço do serviço cobrado pelo administrador ou, na sua falta, o valor total da obra executada, direta ou indiretamente pelo prestador, dele excluídos os valores correspondentes à mão de obra e aos materiais, efetiva e comprovadamente, aplicados na obra.

Art. 188. Nas demolições, inclui-se nos preços dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro ou em materiais provenientes do desmonte.

SEÇÃO II
DAS DEDUÇÕES DA BASE DE CÁLCULO

Art. 189. Na execução de obras por incorporação imobiliário, quando o construtor cumular sua condição com a de proprietário promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais a base de cálculo será o valor do financiamento ou do empreendimento, incidindo imposto sobre 70% (setenta por cento) das parcelas efetivamente recebidas.

Parágrafo único. Nos casos em que o responsável direto pela simples construção for o proprietário do imóvel ou quando este a realizar sob o regime de administração, o imposto será calculado ou, se for o caso, arbitrado, quando se tratar de regularização da construção, com base na metade do valor apurado com a aplicação da tabela de custo por metro quadrado relativa à Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Obras Particulares e recolhido juntamente com esta.

Art. 190. Quando se tratar dos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços desta Lei, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes ao valor dos materiais fornecidos e comprovadamente aplicados pelo prestador no respectivo serviço.

§1º. São indedutíveis os valores de quaisquer materiais cujos documentos não estejam revestidos das características e formalidades legais previstas nas legislações federal, estadual ou municipal, especialmente quanto à perfeita identificação dos

materiais, do emitente e do destinatário, de modo a comprovar a sua vinculação à obra.

§2º. Nos casos em que a sistemática de aquisição dos materiais ou a forma de medição dos serviços executados ou, ainda, qualquer outra razão, impedir a correta apuração das parcelas dedutíveis a que se refere o "caput" deste artigo, poderá o Fisco Municipal arbitrá-las em até 30% (trinta por cento) do valor do serviço, independentemente de comprovação pelo contribuinte.

§3º. No interesse da racionalização dos serviços e do aumento da produtividade operacional do Fisco, poderá o titular do Órgão Fazendário Municipal, por ato próprio, atribuir caráter regulamentar ao dispositivo constante do parágrafo anterior, como método permanente de apuração das parcelas dedutíveis da prestação dos serviços referidos neste artigo.

SEÇÃO III
ISSQN FIXO

Art. 191. Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de valores fixos, e em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

Art. 192. Os serviços prestados a que se referem os itens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.15, 4.16, 5.01, 7.01, 17.13, 17.15, 17.18 e 17.19 da Lista de Serviços, quando realizados por sociedades uni profissionais, o imposto será calculado anualmente por meio de importâncias fixas na forma do Art.184, em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

§1º. Não se consideram uni profissionais, devendo recolher o imposto sobre o preço dos serviços prestados, as sociedades civis:

a) que tenham como sócio pessoa jurídica;

b) que tenham natureza comercial;

c) cujos sócios não possuam, todos, a mesma habilitação profissional;

d) que exerçam atividade diversa da habilitação profissional dos sócios;

e) que tenham número de empregados superior a 2 (dois) empregados por sócio;

f) que prestem serviços previstos em mais de um item da lista de Serviços;

g) que seja sócia de outra sociedade;

h) que terceirize ou repasse os serviços relacionados à atividade da sociedade.

§2º. Para efeito do disposto na alínea "e" do parágrafo anterior, serão computados todos os empregados que trabalhem para ou nas dependências do contribuinte, inclusive os pertencentes a empresas por este contratada para atendimento de serviços auxiliares ou administrativos tais como limpeza, segurança, transporte, secretaria e outros.

Art. 193. Quando se tratar de prestação de serviços de transporte de passageiros, o imposto poderá ser pago a critério da autoridade administrativa, através de valor arbitrado e fixo em razão do número de veículos utilizados no serviço.

SEÇÃO IV
DA ESTIMATIVA

Art. 194. O valor do imposto poderá ser fixado pela autoridade administrativa, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

I- quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;

II- quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III- quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação;

IV- quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades, aconselhe tratamento fiscal específico, a exclusivo critério da autoridade competente.

Parágrafo único. No caso do inciso I, deste artigo, consideram-se provisórias as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

Art. 195. Para a fixação da base de cálculo estimada, a autoridade competente levará em consideração, conforme o caso:

I- o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade;

II- o preço corrente dos serviços;

III- o volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, podendo observar outros contribuintes de idênticos atividade e porte;

IV- a localização do estabelecimento;

V- as informações do contribuinte e outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidade de classe diretamente vinculadas à atividade.

§1º. A base de cálculo estimada poderá, ainda, considerar o somatório dos valores das seguintes parcelas:

a) - valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;

b) - folhas de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;

c)- aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou, quando próprio, 1% (um por cento) do valor dos mesmos, computado ao mês ou fração;

d) - despesa com o fornecimento de água, energia, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte;

e) outras despesas essenciais à prestação do serviço.

§2º. O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa poderá, a critério da autoridade competente, ser feito individualmente, por categorias de contribuintes e grupos ou setores de atividade, inclusive quanto às microempresas.

§3º. Quando a estimativa tiver fundamento na localização do estabelecimento, prevista no inciso IV, o sujeito passivo poderá optar pelo pagamento do imposto de acordo com o regime normal.

§4º. A aplicação do regime de estimativa independerá do fato de se encontrar o contribuinte sujeito a possuir escrita fiscal.

§5º. Poderá, a qualquer tempo e a critério da autoridade fiscal, ser suspensa a aplicação do regime de estimativa, de modo geral ou individual, bem como rever os valores estimados para determinado período e, se for o caso, reajustar as prestações subsequentes à revisão.

Art. 196. O valor da estimativa será sempre fixado para um período de 01 (um) ano, prorrogável por igual período por manifestação expressa da autoridade competente.

Art. 197. O valor da receita estimada será automaticamente corrigido nas mesmas datas e proporções em que ocorrer reajuste ou aumento do preço unitário dos serviços.

Art. 198. Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão ser dispensados do cumprimento das obrigações acessórias, conforme dispuser o regulamento.

Art. 199 . Findo o exercício ou o período a que se refere à estimativa ou, ainda, suspensa a aplicação deste regime, apurar-se-ão as receitas da prestação de serviços e o montante do imposto devido pelo contribuinte e, se apurada diferença entre o imposto estimado e o efetivamente devido, esta deverá ser recolhida no prazo previsto em regulamento.

SEÇÃO V
DO ARBITRAMENTO

Art. 200 . A autoridade administrativa lançará o valor do imposto, a partir de uma base de cálculo arbitrada, sempre que se verificar qualquer das seguintes hipóteses:

I- o sujeito passivo não possuir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas, principalmente nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais de utilização obrigatória;

II- o sujeito passivo, depois de intimado, deixar de exibir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas;

III- serem omissos ou, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não mereçam fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo, ou quando estes não possibilitem a apuração da receita;

IV- existência de atos qualificados como crime ou contravenção ou, que mesmo sem essas qualificações, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação; atos estes evidenciados pelo exame de livros e documentos do sujeito passivo, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos, inclusive quando os elementos constantes dos documentos fiscais ou contábeis não refletirem o preço real do serviço;

V- não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé;

VI- exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no cadastro mobiliário;

VII- prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

VIII- flagrante insuficiência do imposto pago em face do volume dos serviços prestados;

IX- serviços prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia.

Parágrafo único. O arbitramento referir-se-á exclusivamente aos fatos ocorridos que se relacionem aos pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.

Art. 201. Quando o imposto for calculado sobre a receita bruta arbitrada, poderá o Fisco considerar:

I- os pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo sujeito passivo em outros exercícios, ou por outros contribuintes de mesma atividade, em condições semelhantes;

II- as peculiaridades inerentes à atividade exercida;

III- os fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômico-financeira do sujeito passivo;

IV- o preço corrente dos serviços oferecidos à época a que se referir a apuração.

§1º. A receita bruta arbitrada poderá ainda ser calculada com base no somatório dos valores das seguintes parcelas:

a) o valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;

b) folhas de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;

c) aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou, quando próprio, 1% (um por cento) do valor dos mesmos computado ao mês ou fração;

d) despesa com o fornecimento de água, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte;

e) outras despesas essenciais à prestação do serviço a critério do Fisco.

§2º. Do imposto resultante do arbitramento serão deduzidos os pagamentos realizados no período.

CAPÍTULO V
DAS ALÍQUOTAS
SEÇÃO I
NA TRIBUTAÇÃO VARIÁVEL

Art. 202. As alíquotas incidentes sobre os serviços serão as constantes da Lista de Serviços que segue:

Serviços	Alíquota
1 – Serviços de informática e congêneres.	
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	3%
1.02 – Programação.	3%
1.03 – Processamento de dados e congêneres.	3%
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	3%
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3%
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.	3%
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3%
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3%
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3%
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	
3.01 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5%
3.02 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5%
3.03 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5%
3.04 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5%

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	
4.01 – Medicina e biomedicina.	4%
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	4%
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	4%
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	3%
4.05 – Acupuntura.	3%
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3%
4.07 – Serviços farmacêuticos.	3%
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3%
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3%
4.10 – Nutrição.	3%
4.11 – Obstetrícia.	3%
4.12 – Odontologia.	4%
4.13 – Ortóptica.	3%
4.14 – Próteses sob encomenda.	3%
4.15 – Psicanálise.	3%
4.16 – Psicologia.	3%
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3%
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3%
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	4%
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	4%

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	5%
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5%
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	5%
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5%
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	5%
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5%
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5%
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5%
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	3%
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3%
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	3%
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	3%
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3%
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5%
7.02– Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5%

7.04 – Demolição.	5%
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5%
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5%
7.08 – Calafetação.	5%
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5%
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5%
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5%
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5%
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3%
7.14 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	2%
7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3%
7.16 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	3%
7.17 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	3%
7.18 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3%
7.19 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3%
7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3%
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de	

qualquer grau ou natureza.	
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	4%
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	4%
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN).	3%
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%
9.03 – Guias de turismo.	3%
10 – Serviços de intermediação e congêneres.	
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	3%
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	3%
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	3%
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	3%
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	4%
10.06 – Agenciamento marítimo.	3%
10.07 – Agenciamento de notícias.	3%
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3%
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3%
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	3%
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres	5%

automotores, de aeronaves e de embarcações.	
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	4%
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5%
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5%
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.01 – Espetáculos teatrais.	3%
12.02 – Exibições cinematográficas.	3%
12.03 – Espetáculos circenses.	5%
12.04 – Programas de auditório.	5%
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5%
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.	5%
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5%
12.10 – Corridas e competições de animais.	5%
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5%
12.12 – Execução de música.	3%
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5%
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5%
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5%
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5%
13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	
13.01 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	3%
13.02 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação,	3%

cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	
13.03 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	3%
13.04 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.	3%
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.	
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5%
14.02 – Assistência técnica.	5%
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5%
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	3%
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	5%
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5%
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	5%
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3%
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3%
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	3%
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3%
14.12 – Funilaria e lanternagem.	3%
14.13 – Carpintaria e serralheria.	3%
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e	5%

inativas.	
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.	
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.	5%
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.	3%
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3%
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão de obra.	5%

17.05 – Fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	4%
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5%
17.07 – Franquia (franchising).	3%
17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3%
17.09 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	4%
17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%
17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	4%
17.12 – Leilão e congêneres.	5%
17.13 – Advocacia.	4%
17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%
17.15 – Auditoria.	4%
17.16 – Análise de Organização e Métodos.	3%
17.17 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%
17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	4%
17.19 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	4%
17.20 – Estatística.	3%
17.21 – Cobrança em geral.	3%
17.22 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	3%
17.23 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3%

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5%
20 – Serviços, aeroportuários, de terminais rodoviários.	
20.01 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	3%
20.02 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	3%
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	4%
22 – Serviços de exploração de rodovia.	
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	4%
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	3%
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	
24.01- Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	3%
25 - Serviços funerários.	
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5%

25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5%
25.03 – Planos ou convênio funerários.	5%
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5%
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	5%
27 – Serviços de assistência social.	
27.01 – Serviços de assistência social.	2%
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	3%
29 – Serviços de biblioteconomia.	
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	3%
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3%
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5%
32 – Serviços de desenhos técnicos.	
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	3%
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3%
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	4%
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	4%
36 – Serviços de meteorologia.	

36.01 – Serviços de meteorologia.	3%
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3%
38 – Serviços de museologia.	
38.01 – Serviços de museologia.	3%
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.	
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3%
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	3%

SEÇÃO II
NA TRIBUTAÇÃO FIXA

Art. 203. Os contribuintes sujeitos à tributação fixa terão o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza apurado pelos valores constantes na Tabela I anexo V deste código.

CAPÍTULO VI
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 204. Contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN é o prestador do serviço.

§1º. Considera-se prestador do serviço o profissional autônomo ou a empresa que exerça, em caráter permanente ou eventual, quaisquer das atividades referidas na lista de serviços.

§2º. Para efeito da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, considera-se:

I- profissional autônomo: toda pessoa física que fornecer o próprio trabalho, utilizando, para tanto, até 02(dois) empregados;

II- empresa: toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade de prestação de serviço, inclusive a organizada sob a forma de cooperativa, ou a pessoa física prestadora de serviço que admitir empregado de igual habilitação profissional.

CAPÍTULO VII
DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
SEÇÃO I

DO RESPONSÁVEL

Art. 205. São solidariamente responsáveis com o prestador do serviço perante o Fisco Municipal todo aquele que tenha interesse comum na situação que constitua fato gerador da respectiva obrigação principal.

§1º. A obrigação solidária é inerente a todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que imunes ou isentas do imposto.

§2º. São também solidariamente responsáveis:

I- o proprietário do estabelecimento ou veículo de aluguel a frete ou de transporte coletivo no território do Município;

II- o proprietário da obra;

III- o proprietário ou seu representante que ceder dependência ou local para a prática de jogos e diversões;

IV- o construtor, empreiteiro ou administrador de obra civil, pelo imposto devido pelos subempreiteiros estabelecidos ou não no Município;

V- o proprietário ou possuidor de imóvel que permitir, em seu estabelecimento ou domicílio, exploração de atividade tributável por prestador de serviço não inscrito no Município;

VI- o locador de máquinas e aparelhos em relação ao imposto devido pelos exploradores desses bens;

VII- todo aquele que utilizar serviço de empresa ou profissional autônomo sem exigir, do prestador, documento fiscal idôneo ou prova de inscrição fiscal no Município.

SEÇÃO II

DA RETENÇÃO DO ISS

Art. 206. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer **N**atureza será retido na fonte pelo tomador dos serviços prestados por profissional autônomo ou sociedade civil uni profissional, não inscritos no Município, e por empresa, inscrita ou não no Cadastro de Contribuintes, sendo responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do imposto os seguintes tomadores:

I- os órgãos da Administração Direta da União, do Estado e do Município e as respectivas Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista sob seus controles, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município;

II- os estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, em relação a todos os serviços que contratarem, a qualquer título, inclusive os de cobrança de qualquer natureza;

III- as empresas de rádio, televisão e jornal;

IV- as incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil, quanto a todos e quaisquer serviços relacionados com a obra;

V- as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos de energia elétrica, telecomunicações, saneamento básico e distribuição de água, inclusive as de exploração de rodovia mediante cobrança de pedágio, quando tomarem ou intermediarem os serviços a ela prestados no município, por terceiros, por ela contratados, para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido.

VI- as administradoras de imóveis e os condomínio;

VII- as empresas que explorem serviços de planos de saúde ou de assistência médica e hospitalar através de planos de medicina de grupo e convênios, pelo imposto devido sobre serviços prestados a elas por:

a) empresas que agenciem, intermedeiem ou façam corretagem dos referidos planos junto ao público;

b) hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises, de patologia, de eletricidade médica e assemelhados, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres;

VIII – os hospitais e clínicas privados, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados:

a) por empresas de guarda e vigilância e de conservação e limpeza de imóveis;

b) por laboratórios de análises, de patologia e de eletricidade médica e assemelhados, quando assistência a seus pacientes se fizer sem intervenção das empresas da atividades referidas no inciso anterior.

IX- as empresas atacadistas, supermercados e “shoppings-centers”;

X- as indústrias em geral;

XI- os estabelecimentos de ensino de qualquer grau ou natureza;

XII- os estabelecimentos de hospedagem em geral;

XIII- o contratante ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação do serviço nele se tenha iniciado;

XIV- todo aquele que contratar serviços de reforma ou de construção civil;

XV- todo tomador que realizar o pagamento do serviço sem a correspondente nota fiscal dos serviços prestados;

XVI- todo tomador que contratar serviços prestados por autônomo ou empresas que não forem inscritos no Município como contribuintes do ISS.

XVII – as sociedades seguradoras, quando tomarem ou intermediarem serviços:

a) dos quais resultem remunerações ou comissões, por elas pagas a seus agentes, corretores ou intermediários estabelecidos no Município de Miracema, pelos agenciamentos, corretagens ou intermediações de seguro;

b) de conserto e restauração de bens sinistrados por elas segurados, realizados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Miracema;

c) de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros, de inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros e de prevenção e gerência de riscos seguráveis, realizados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Miracema;

XVIII– as sociedades de capitalização, quando tomarem ou intermediarem serviços dos quais resultem remunerações ou comissões, por elas pagas a seus agentes, corretores ou intermediários estabelecidos no Município de Miracema, pelos agenciamentos, corretagens ou intermediações de planos e títulos de capitalização;

XIX – a Caixa Econômica Federal e a Loterj, quando tomarem ou intermediarem serviços dos quais resultem remunerações ou comissões, por eles pagos à Rede de Casas Lotéricas e de Venda de Bilhetes estabelecidas no município:

a) cobrança, recebimento ou pagamento em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os serviços correlatos à cobrança, recebimento ou pagamento;.

b) distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres;

§ 1.º Os responsáveis de que trata este artigo podem enquadrar-se em mais de um inciso do "caput".

§ 2.º O Imposto a ser retido na fonte, para recolhimento no prazo legal ou regulamentar, deverá ser calculado mediante a aplicação da alíquota determinada no artigo 150, sobre a base de cálculo prevista na legislação vigente.

§ 3.º Para fins de retenção do Imposto incidente sobre os serviços descritos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05, 7.15 e 7.19 da lista de serviços, o prestador de serviços deverá informar ao tomador o valor das deduções da base e cálculo do Imposto, na conformidade da legislação, para fins de apuração da receita tributável, consoante dispuser o regulamento.

Art. 207. Os tomadores de serviços que realizarem a retenção do ISS fornecerão ao prestador de serviço documento de retenção na fonte do valor do imposto e ficam obrigados a efetuar o recolhimento dos valores retidos até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ou, se for o caso, no prazo estipulado em regulamento.

Art. 208. Os contribuintes do ISS registrarão, no livro de registro de notas fiscais de serviços prestados ou nos demais controles de pagamento, os valores que lhes foram retidos na fonte pagadora, tendo por documento hábil o recibo a que se refere o artigo anterior.

Art. 209. O tomador do serviço, nos termos da lei, assume a qualidade de contribuinte substituto, tornando-se sujeito passivo das respectivas obrigações tributárias, a ele cabendo, à falta de retenção e de recolhimento do imposto, a responsabilidade pelo pagamento do principal devido e das penalidades pecuniárias previstas na legislação.

CAPÍTULO VIII
DO LANÇAMENTO
SEÇÃO I
DO LANÇAMENTO DO ISSQN NA TRIBUTAÇÃO FIXA

Art. 210. O lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN para os contribuintes sujeitos à tributação fixa de acordo com a lei será procedido de ofício pela Autoridade Fazendária, anualmente, no início de cada exercício ou no início das atividades de prestação de serviços, sendo o caso.

§1º. O lançamento será efetuado de forma individualizada, por contribuinte, com base nos dados constantes do Cadastro Mobiliário.

§2º. Poderão, a critério da administração pública, ser lançados junto com o imposto, outros tributos municipais.

§3º. Verificada a falta ou incorreção de dados no Cadastro Mobiliário, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados mediante ação fiscal.

SEÇÃO II

DA NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO NA TRIBUTAÇÃO FIXA

Art. 211. O lançamento do imposto será notificado aos sujeitos passivos de forma global e impessoal, através de publicação única de edital, em jornal de grande circulação local, contendo:

I - a notificação do lançamento;

II - a data do vencimento do imposto para pagamento em parcela única e do vencimento da primeira parcela em caso de pagamento parcelado;

III - o prazo para recebimento do carnê de pagamento no endereço de cobrança do sujeito passivo ou seu representante legal;

IV - o prazo para o sujeito passivo solicitar o carnê do pagamento junto à Secretaria Municipal de Fazenda ou no local que esta indicar, caso não o tenha recebido na forma do inciso III.

§ 1º. Para todos os efeitos de direito, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, 10 (dez) dias após o prazo previsto no inciso III.

§ 2º. A presunção referida no § 1º é relativa e poderá ser ilidida pela comunicação do não recebimento do carnê de pagamento, protocolada pelo sujeito passivo junto à Secretaria Municipal da Fazenda em até 10 (dez) dias, contados do prazo do inciso III.

§ 3º. A regra prevista nos §§ 1º e 2º deste artigo aplica-se também aos contribuintes ou responsáveis que não informaram ou não atualizaram o endereço junto ao Cadastro Mobiliário, e que devam retirar os seus carnês de pagamento conforme o que determina o inciso IV.

SEÇÃO III

DA REVISÃO DO LANÇAMENTO NA TRIBUTAÇÃO FIXA

Art. 212. Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias pedido de revisão fundamentado à Secretaria Municipal da Fazenda, para reavaliação.

§ 1º Continuando em desacordo, é facultado ao contribuinte encaminhar reclamação, na forma disciplinada neste Código.

§ 2º O pedido de revisão contra o lançamento do ISSQN suspende a exigibilidade do crédito tributário.

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO DO ISSQN NA TRIBUTAÇÃO VARIÁVEL

Art. 213. O lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza dar-se-á por homologação, operando-se pelo ato em que a autoridade fazendária, tomando conhecimento da atividade exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 1º. O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando a extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º. Os atos a que se refere o § 2º serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

§ 4º. Salvo disposição de lei em contrário, o prazo para a homologação é de 05 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador;

§ 5º. Expirado o prazo sem pronunciamento da Fazenda Pública, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 214. O lançamento previsto no art. 206 não obsta que, se necessário, a Autoridade Fazendária proceda ao lançamento de ofício, na forma disciplinada neste Código.

CAPÍTULO IX
DO PAGAMENTO

Art. 215. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN será recolhido:

I- por meio de guia, preenchida pela Fazenda Municipal ou pelo próprio contribuinte, no caso de autolançamento, de acordo com modelo, forma e prazos estabelecidos pelo Fisco;

II- por meio de notificação de lançamento, emitida pela repartição competente, nos prazos e condições constantes da própria notificação.

§1º. No caso de lançamento por homologação, onde ocorre a antecipação do tributo, o pagamento deverá ser efetuado nos prazo e forma determinados por ato específico da autoridade administrativa competente.

§2º. É facultado ao Fisco, tendo em vista a regularidade de cada atividade, adotar outra forma de recolhimento, determinando que se faça antecipadamente, operação por operação, ou por estimativa em relação aos serviços de determinado período.

Art. 216. No ato da inscrição e encerramento, o valor do imposto devido será proporcional à data da respectiva efetivação da inscrição ou encerramento da atividade.

Art. 217. Nas obras por administração e nos serviços cujo faturamento dependa da aprovação pelo contratante da medição efetuada, o mês de competência será o seguinte ao da ocorrência do fato gerador.

CAPÍTULO X
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 218. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não do imposto, ou dele isentas, que de qualquer modo participem direta ou indiretamente de operações relacionadas com a prestação de serviços estão obrigadas, salvo norma em contrário, ao cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária, e especialmente:

I - manter escrita fiscal destinada ao registro de suas atividades, ainda que não tributadas, em livros fiscais próprios;

II - exibir os documentos e livros fiscais ao Fisco Municipal, mantendo-os em cada um dos seus estabelecimentos, com a escrituração fiscal distinta;

III - apresentar declaração econômico-fiscal, na forma, prazo e modelo definido em regulamento;

IV - fazer constar em seus livros fiscais os termos de abertura e de encerramento, lavrados na ocasião própria e assinados pelo contribuinte ou seu representante legal e profissional contábil, devidamente chancelados pela repartição fazendária competente;

V - nos casos de fusão, incorporação, transformação ou aquisição de empresas, transferir para o nome do novo titular do estabelecimento, por intermédio da repartição fiscal competente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência, os livros fiscais em uso, assumindo a responsabilidade por sua guarda, conservação e exibição ao Fisco Municipal.

§ 1º. A escrita fiscal obedecerá ao prazo, a forma e os modelos estabelecidos em regulamento.

§ 2º. A recusa de apresentação de livros e documentos fiscais, contábeis e societários ou de quaisquer outros documentos relacionados direta ou indiretamente com o fato gerador da obrigação tributária importa em embaraço à ação fiscal.

§ 3º. Ocorrendo a recusa do § 2º, será requerida a exibição judicial, sem prejuízo da lavratura do Auto de Infração que couber.

§ 4º. Os livros fiscais, alternativamente ao disposto no inciso II do presente artigo, poderão ficar sob a guarda do contabilista ou escritório de contabilidade responsável pela escrituração fiscal.

§ 5º. O contribuinte poderá eleger um estabelecimento centralizador, no Município de Miracema, para a guarda de documentos ou livros fiscais, na forma que dispuser o regulamento.

§ 6º. Os prestadores de serviço de tributação fixa ficam dispensados das obrigações dos incisos I, II e IV do caput deste artigo.

Art. 219. Sempre que forem extraviados, perdidos, furtados, roubados ou, por qualquer forma, danificados ou destruídos livros, documentos fiscais ou quaisquer outros documentos relacionados direta ou indiretamente com o imposto ou com a inscrição no Cadastro Mobiliário Municipal, o contribuinte deverá:

I - comunicar à autoridade policial através de registro de ocorrência para abertura do inquérito competente, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

II - publicar a ocorrência em jornal de grande circulação, discriminando os documentos, no prazo de 15 (quinze) dias;

III - comunicar o fato por escrito à repartição fiscal, juntando laudo pericial ou certidão da autoridade competente, descrevendo as espécies e os números de ordem dos livros ou documentos fiscais, se em branco, total ou parcialmente utilizados, os períodos a que se referiam, bem como o montante, mesmo aproximado, das operações ou prestações cujo imposto ainda não tenha sido pago, se for o caso, bem como a descrição pormenorizada dos fatos no prazo de 15 (quinze) dias;

IV - providenciar a reconstituição da escrita fiscal, quando possível, em novos livros regularmente autenticados, bem como, se for o caso, a impressão de novos documentos fiscais, obedecida sempre a sequencia da numeração, como se utilizados fossem os livros e documentos fiscais perdidos.

Parágrafo Único - A comunicação à repartição fiscal não exime o contribuinte das suas obrigações tributárias.

Art. 220. As obrigações acessórias constantes deste título e regulamento não excetuam outras de caráter geral e comuns a vários tributos previstos na legislação própria.

Art. 221. O contribuinte poderá ser autorizado a se utilizar de regime especial para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive através de processamento eletrônico de dados, observado o disposto em regulamento.

Parágrafo único. Cada estabelecimento deverá ter escrituração tributária individualizada, ainda que haja centralização contábil na matriz ou estabelecimento principal.

CAPÍTULO XI
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 222. Para caracterização das infrações previstas neste Capítulo é irrelevante a intenção do agente ou o efeito econômico ou tributário do ato ou omissão.

Art. 223. Considera-se fraude toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o fato gerador da obrigação tributária principal, ou a

excluir ou modificar qualquer de suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto ou a evitar ou postergar o seu pagamento.

Art. 224. Considera-se inidôneo, para os efeitos desta Lei, o documento fiscal que contenha vícios que o tornem impróprio para documentar a operação a que se refere.

Art. 225. As disposições deste Capítulo aplicam-se a todas as obrigações tributárias municipais, no que couber.

§ 1º. A multa é inaplicável, pela denúncia espontânea da infração, com a sua regularização, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo e dos juros de mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§ 2º. Aplica-se o disposto no § 1º quando a irregularidade no cumprimento da obrigação acessória for sanada antes de iniciado qualquer procedimento fiscal de iniciativa do sujeito ativo da obrigação tributária.

Art. 226. A imposição das penalidades previstas neste Capítulo não elide a exigência da integralidade do tributo devido e de outras penalidades cabíveis.

SEÇÃO II

DAS INFRAÇÕES À OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL

Art. 227. Deixar de recolher total ou parcialmente o imposto:

I - apurado pelo próprio sujeito passivo;

II - devido por responsabilidade ou por substituição tributária;

III - devido por estimativa fiscal;

IV - devido pelos contribuintes com tributação fixa:

MULTA de 50%(cinquenta por cento) do valor do imposto.

§ 1º. Ao responsável tributário que deixar de efetuar a retenção ou efetuá-la irregularmente aplicar-se-á a multa prevista no caput.

§ 2º. A multa prevista neste artigo aplica-se ao lançamento efetuado após o início de procedimento fiscal devidamente instaurado.

Art. 228. Deixar de submeter, total ou parcialmente, prestação de serviço tributável à incidência do imposto por meio de artifício doloso ou fraudulento:

MULTA de 100% (cem por cento) do valor do imposto.

Art. 229. Submeter tardiamente prestação tributável à incidência do imposto ou recolher o imposto apurado pelo próprio contribuinte, o devido por estimativa fiscal ou por tributação fixa, após o prazo previsto na legislação, antes de qualquer procedimento administrativo, ou medida de fiscalização:

MULTA de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do imposto.

Parágrafo Único. A multa de que trata o caput não se aplica no caso do pagamento integral do montante devido.

Art. 230. Deixar o agente arrecadador ou o estabelecimento bancário de repassar o imposto arrecadado:

MULTA de 100% (cem por cento) do valor do imposto.

Art. 231. A imposição das penalidades previstas nesta Seção não elide a aplicação das penalidades previstas na Seção III deste Capítulo.

SEÇÃO III

DAS INFRAÇÕES ÀS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

SUBSEÇÃO I

DAS INFRAÇÕES RELATIVAS À EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 232. Emitir documento fiscal de forma ilegível, com omissões, incorreções, emendas ou rasuras, que dificultem ou impeçam a verificação pelo Fisco, ou registrar operação consignando declaração falsa:

MULTA de 20 UFIR (vinte UFIR) por infração, limitado a R$ R$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo Único. A multa de que trata o caput não se aplica no caso de comprovação do pagamento do imposto pelo valor realmente devido.

SUBSEÇÃO II

DAS INFRAÇÕES RELATIVAS AO CADASTRO, INFORMAÇÕES E DECLARAÇÕES DE NATUREZA CADASTRAL, ECONÔMICA OU FISCAL

Art. 233. Iniciar atividade sem a prévia inscrição do profissional ou do estabelecimento no Cadastro Mobiliário:

MULTA de 200 UFIR (duzentas UFIR).

Art. 234. Não efetuar a entrega das informações ou declarações de natureza cadastral, econômica ou fiscal previstas na legislação tributária ou prestá-las de forma inexata:

MULTA de 20 UFIR (vinte UFIR) por evento.

Parágrafo Único. A multa será reduzida em 50% (cinquenta por cento) quando for constatado que os tributos foram corretamente apurados e recolhidos.

Art. 235. Deixar de apresentar os livros, documentos ou informações requisitadas pelas autoridades fazendárias:

MULTA de 100 UFIR (cem UFIR).

SEÇÃO III

OUTRAS INFRAÇÕES

Art. 236. Embaraçar, dificultar, retardar ou impedir, por qualquer meio, a ação fiscalizadora:

MULTA de 200 UFIR (duzentos UFIR).

Art. 237. A reincidência da infração será punida com multa em dobro e, a cada reincidência subsequente, aplicar-se-á a multa correspondente à reincidência anterior, acrescida de 50% (cinquenta por cento) sobre seu valor.

§1º. Caracteriza reincidência a prática de nova infração de um mesmo dispositivo da legislação tributária pela mesma pessoa, dentro de 5 (cinco) anos a contar da data do pagamento da exigência ou do término do prazo para interposição da defesa ou da data da decisão condenatória irrecorrível na esfera administrativa, relativamente à infração anterior.

§2º. O contribuinte reincidente poderá ser submetido a sistema especial de fiscalização.

Art. 238. No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

Parágrafo único. No caso de enquadramento em mais de um dispositivo legal de uma mesma infração tributária será aplicada a de maior penalidade.

CAPÍTULO XII

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL

Art. 239. Todas as pessoas físicas ou jurídicas com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade,

qualquer das atividades constantes da lista de serviços prevista nesta Lei, ficam obrigadas à inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município.

§1º. A inscrição no cadastro a que se refere este artigo será promovida pelo contribuinte ou responsável, na forma estipulada em regulamento, nos seguintes prazos:

I- até 30 (trinta) dias após o registro dos atos constitutivos no órgão competente, no caso de pessoa jurídica;

II- antes do início da atividade, no caso de pessoa física.

§2º. A inscrição será efetuada ex-officio por ato da autoridade tributária, ante a simples constatação da sua inexistência, sujeitando-se o contribuinte infrator às penalidades previstas na legislação.

Art. 240. As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam sua aceitação pela Fazenda Municipal, que as poderá rever a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Parágrafo único. A inscrição, alteração ou retificação de ofício não eximem o infrator das multas cabíveis.

Art. 241. A obrigatoriedade da inscrição se estende às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento do imposto.

Art. 242. O contribuinte é obrigado a comunicar o encerramento ou a paralisação da atividade no prazo e na forma do regulamento.

§1º. Em caso de deixar o contribuinte de recolher o imposto por mais de 2 (dois) anos consecutivos e não ser encontrado no domicílio tributário fornecido para tributação, a inscrição e o cadastro poderão ser baixados de ofício na forma que dispuser o regulamento.

§2º. A anotação de encerramento ou paralisação de atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou à baixa de ofício.

Art. 243. É facultado à Fazenda Municipal promover, periodicamente, a atualização dos dados cadastrais, dos contribuintes, mediante notificação, fiscalização ou convocação por edital.

TÍTULO V

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO I

DA INCIDÊNCIA

Art. 244. A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município é instituída para custear obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total à despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 245. Será devida a Contribuição de Melhoria sempre que o imóvel, situado na zona de influência da obra for beneficiado por quaisquer das seguintes obras públicas, realizadas pela Administração Direta ou Indireta do Município, inclusive quando resultante de convênio com a União, o Estado ou entidade estadual ou federal:

I- abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais de praças e vias públicas;

II- construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III- construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV- serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidades públicas;

V- proteção contra secas, inundações, erosão e de saneamento e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI- construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII- construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII- aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

CAPÍTULO II

DO CÁLCULO

Art. 246. O cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo da obra, no qual serão incluídas as despesas com estudos, projetos, desapropriações, serviços preparatórios, investimentos necessários para que os benefícios sejam

alcançados pelos imóveis situados na zona de influência, execução, administração, fiscalização e financiamento, inclusive os encargos respectivos.

Art. 247. O Executivo decidirá que proporção do valor da obra será recuperada através da cobrança da Contribuição de Melhoria.

Parágrafo único. A percentagem do custo da obra a ser cobrada como contribuição será fixada pelo Executivo, tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, às atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 248. A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra entre todos os imóveis incluídos na zona de influência, levando em conta a localização do imóvel, seu valor venal, sua testada ou área e o fim a que se destina, analisados esses elementos em conjunto ou isoladamente.

Parágrafo único. Os imóveis edificados em condomínio participarão do rateio de recuperação do custo da obra na proporção do número de unidades cadastradas, em razão de suas respectivas áreas de construção.

CAPÍTULO III
DA COBRANÇA

Art. 249. Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a administração deverá publicar, antes do lançamento do tributo, edital contendo, no mínimo os seguintes elementos:

I- memorial descritivo do projeto;

II- orçamento total ou parcial do custo da obra;

III- determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;

IV- delimitação da zona diretamente beneficiada e a relação dos imóveis nela compreendidos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica também aos casos de cobrança de Contribuição de Melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

Art. 250. Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias a começar da data da publicação do

edital a que se refere o artigo anterior para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único. A impugnação deverá ser dirigida à autoridade administrativa, através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal, e não terá efeito suspensivo na cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 251. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.

Art. 252. Os requerimentos de impugnação, de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou o prosseguimento da obra, nem terão efeito de obstar a Administração da prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 253. O prazo e o local para pagamento da Contribuição de Melhoria serão fixados, em cada caso, pelo Executivo.

Art. 254. As prestações serão corrigidas pelo índice utilizado na correção monetária dos demais tributos.

Parágrafo único. Será corrigida a partir do mês subsequente ao do lançamento, nos casos em que a obra que deu origem à Contribuição tenha sido executada com recursos de financiamentos, sujeitos à correção a partir da sua liberação.

CAPÍTULO IV
DOS CONVÊNIOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS FEDERAIS E ESTADUAIS

Art. 255. Fica o Prefeito expressamente autorizado, em nome do Município, a firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

TÍTULO VI
DAS TAXAS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 256. Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de atos ou abstenção de fato, em razão de interesse público, concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina de produção e do mercado, ao exercício da atividade econômica, dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou respeito à propriedade e ao direito individual ou coletivo, no território do Município.

Art. 257. As taxas de licença são exigidas para:

I – Instalação e Localização;

II – Funcionamento;

III –Exercício, na jurisdição do Município, de comércio eventual ou ambulante;

IV – Aprovação e Execução de Obras Particulares;

V – Aprovação de Arruamentos e Loteamentos em terrenos particulares;

VI – Publicidade e propaganda em geral;

VII – Ocupação do solo e de áreas em vias e logradouros públicos;

VII – Vigilância Sanitária;

Art. 258. O contribuinte da taxa de licença é o beneficiário do ato concessivo.

CAPÍTULO II
DA TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS.

SEÇÃO I
INCIDÊNCIA E FATO GERADOR

Art. 259. Nenhum estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços, agropecuário ou que exerça qualquer outra atividade poderá se instalar ou localizar no Município, sem prévio e permanente exame, fiscalização e controle das condições concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício das atividades dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como para garantir o cumprimento da legislação urbanística.

Art. 260. A Taxa de Licença para Instalação e Localização tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização do cumprimento da legislação

disciplinadora a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da instalação e localização de quaisquer estabelecimentos ou exercício de atividades no Município.

Art. 261. A Taxa de Licença para Instalação e Localização de Estabelecimentos é devida no início da atividade e quando da transferência de local ou ramo de atividade, pelas diligências para verificar as condições para a instalação e localização do estabelecimento em face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Art. 262. A licença para Instalação e Localização é concedida mediante despacho da autoridade competente, expedindo-se o Alvará respectivo.

§ 1º. Nenhum Alvará de Licença para Instalação e Localização será expedido sem que, o local de exercício da atividade esteja de acordo com as exigências mínimas de funcionamento, constantes do Plano Diretor, da Lei de Posturas, da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, da Legislação Ambiental e da Legislação Sanitária.

§ 2º. O funcionamento de estabelecimento sem o Alvará, ou com Alvará diverso do ramo estabelecido no mesmo, sujeitará o infrator ao fechamento e lacração, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

§ 3º. O Alvará de Licença para Localização poderá ser cassado a qualquer tempo quando:

a) o local não atenda mais às exigências para o qual fora expedido, inclusive quando seja dada destinação diversa ao estabelecimento.

b) a atividade exercida violar normas de segurança, sossego público, higiene, costumes, moralidade, silêncio e outras previstas na legislação pertinente.

Art. 263. A renovação do Alvará de Licença e Localização estará condicionada exigências mínimas de funcionamento, constantes do Plano Diretor, da Lei de Posturas, da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, da Legislação Ambiental e da Legislação Sanitária.

§ 1º. A renovação será concedida mediante:

I - Laudo da Secretaria Municipal de Obras;

II - Nada Opor da Postura Municipal;

III - Laudo da Secretaria do Meio Ambiente;

IV - Nada Opor da Vigilância Sanitária;

§ 2º. O respectivo Alvará será chancelado:

I – Pelo Secretário de Fazenda e;

II – Por um Fiscal Tributário e;

III – Por um Auxiliar Tributário.

Art. 264. Considera-se estabelecimento, para os efeitos deste Capítulo, o local, público ou privado, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades:

I - de comércio, indústria, agropecuária ou prestação de serviços em geral;

II - desenvolvidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, culturais ou religiosas;

III - decorrentes do exercício de profissão, arte ou ofício.

§ 1.º São, também, considerados estabelecimentos:

I - a residência de pessoa física, quando de acesso ao público em razão do exercício de atividade profissional;

II - o local onde forem exercidas atividades de diversões públicas de natureza itinerante;

III - o veículo, de propriedade de pessoa física, utilizado no transporte de pessoas ou cargas, no comércio ambulante, ou em atividades de propaganda ou publicidade.

§ 2.º São irrelevantes para a caracterização do estabelecimento as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato, depósito, caixa eletrônica, cabine, quiosque, barraca, banca, “stand”, “out-let”, ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 3.º A circunstância de a atividade, por sua natureza, ser exercida, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento para fins de incidência da Taxa.

Art. 265. Considera-se autônomo cada estabelecimento do mesmo titular.

§ 1.º Para efeito de incidência da Taxa, consideram-se estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo local e com idêntico ramo de atividade, ou não, sejam explorados por diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora com idêntico ramo de atividade e sob a mesma responsabilidade, estejam situados em locais distintos, ainda que na mesma via, logradouro, área ou edificação;

III - cada um dos veículos a que se refere o inciso III do § 1.° do art. 257.

§ 2.º Desde que a atividade não seja exercida concomitantemente em locais distintos, considerar-se-á estabelecimento único os locais utilizados pelos que atuam no segmento do comércio ambulante, exceto veículos, bem como pelos permissionários que exercem atividades em feiras livres ou feiras de arte e artesanato.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 266. Contribuinte é a pessoa física ou jurídica, seja profissional, comercial, industrial, produtora, sociedade ou associação civil e instituição prestadora de serviços que se estabeleça no Município.

SEÇÃO III
BASE DE CÁLCULO

Art. 267. A Taxa será calculada com base no tipo de atividade, natureza da instalação e localização do estabelecimento, na forma estabelecida na Tabela I do anexo VI desta lei.

§ 1.º Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma das atividades especificadas, será utilizada, para efeito de cálculo da taxa, aquela que conduzir ao maior valor.

§ 2º. A tabela referida no caput devera prever descontos em face da área, se edificada ou não, tipo de edificação e localização.

§ 3º. A transferência de local ou alteração do ramo de atividade acarretará a incidência da taxa à razão de 50%(cinquenta por cento) do seu valor.

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO E PAGAMENTO

Art. 268- O pagamento da taxa de licença será devido:

I - antes da abertura, ou exercício, quando se tratar de estabelecimentos novos ou de início de atividade profissional;

II - antes da mudança de ramo de atividade ou de transferência de local;

III - na mudança de nome da pessoa jurídica ou física.

Art. 269 - Após o deferimento do pedido de Alvará, o contribuinte deverá recolher o valor da taxa em estabelecimento autorizado e comprovar no processo o respectivo pagamento.

Art. 270 - Sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis, a falta de recolhimento ou o recolhimento a menor da Taxa, nos prazos previstos em lei ou regulamento, implicará cobrança dos seguintes acréscimos:

I - recolhimento fora do prazo legal ou regulamentar, efetuado antes do início de ação fiscal: multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor da Taxa devida e não recolhida, ou recolhida a menor, até o limite de 20% (vinte por cento);

II - recolhimento fora do prazo legal ou regulamentar, exigido por meio de ação fiscal ou efetuado após seu início: multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da Taxa devida e não recolhida, ou recolhida a menor;

III - em qualquer caso, juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês imediato ao do vencimento, considerado como mês completo qualquer fração dele.

Parágrafo único. A multa a que se refere o inciso I deste artigo será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o recolhimento da Taxa até o dia em que ocorrer o seu efetivo recolhimento, podendo ser lançada de ofício, conjunta ou isoladamente, no caso de não recolhimento da Taxa com esse acréscimo.

SEÇÃO V
ISENÇÃO

Art. 271 - Estão isentos do pagamento da Taxa de Licença para Localização de Estabelecimentos:

I - Os serviços públicos municipais, da administração direta ou indireta;

II - Os templos de qualquer culto**;**

III - As entidades filantrópicas;

IV - As agremiações esportivas com sede no Município, em efetivo funcionamento, desde que reconhecidas pelo **Conselho Municipal** ao qual estiverem subordinadas, quanto aos estabelecimentos a elas pertencentes e destinados ao seu próprio uso;

V - As associações profissionais, os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, desde que sediados no Município e quanto aos estabelecimentos a eles pertencentes e destinados ao seu próprio uso;

VI - As Associações, entidades, sociedades civis, sem fins lucrativos.

VII - Até o ano previsto em lei, para as Empresas que se instalarem em Distrito Industrial de Miracema.

Parágrafo único. Os estabelecimentos isentos não estão dispensados da obrigatoriedade de inscrição.

SEÇÃO VI

DA BAIXA

Art. 272 - A baixa da inscrição da Taxa de Licença para Instalação e Localização no Cadastro Mobiliário será efetuada:

I – de ofício nos seguintes casos:

a) quando houver prova inequívoca de que o contribuinte cessou as atividades no domicílio fiscal por ele indicado;

b) quando, após realização de 03 (três) diligências fiscais, ou a remessa por via postal, de qualquer expediente, por 03 (três) vezes, em intervalos de, no mínimo, 30 (trinta) dias entre cada uma, for constatado que o contribuinte não exerce a atividade no local indicado**.**

c) em qualquer caso, fica resguardado o direito de execução do credito fiscal quando houver.

II) a requerimento do contribuinte mediante declaração da data em que encerrou o exercício da atividade no local, instruído com:

a) a prova de baixa do CNPJ para as pessoas jurídicas;

b) cópia do ato de cancelamento ou distrato da empresa ou termo de compromisso de juntá-lo no prazo de 60 (sessenta) dias;

c) certidão negativa de débito para com a Fazenda Pública Municipal;

d) declaração de encerramento de atividade quando o contribuinte for pessoa física.

III) Fica autorizada a Seção de Cadastro e Fiscalização dar baixa nas inscrições mobiliárias nos seguintes casos:

a) As empresas que não exerceram suas atividades nos últimos cinco exercícios, baixadas na Junta Comercial ou não nas juntas Estadual e Federal;

b) Aos contribuintes falecidos desde a data do óbito;

c) Aos contribuintes não localizados;

d) Aos contribuintes que se enquadre na Lei de Falência.

Parágrafo único - Quando paralisadas temporariamente as atividades da empresa, desde que comunicada e comprovada no prazo de 30 dias do fato a Fazenda Municipal, não incidirão cobranças de taxas.

SEÇÃO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 273. O pedido de licença para Instalação e localização de estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços, de produção de bens ou de fins associativos, deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Fazenda mediante requerimento dirigido ao Secretário, através de modelo aprovado pela Secretaria.

Art. 274. O pedido deverá ser providenciado antes do início do exercício da atividade, pelo contribuinte ou responsável.

Art. 275. O requerimento deverá ser instruído com:

I - Laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros e da autoridade policial competente, quando for o caso, para as seguintes atividades:

a) Casa de diversões;

b) Hotel, motel, pousada e pensão;

c) Comércio de material explosivo e inflamável;

d) Atividades inerentes à fabricação, utilização, depósito e conservação de inflamáveis e explosivos;

e) Pedreira, cascalheira, olarias e depósitos de areia e saibro;

Parágrafo Único – para as atividades especificadas na alínea **"e"** do inciso "**I"** deste artigo, bem como para as demais atividades ainda que não relacionadas anteriormente, mas que possam interferir de alguma maneira no meio ambiente, o pedido de licença de localização deverá ser instruído com a competente licença ambiental, expedida pelo órgão Municipal, Estadual ou Federal, de acordo com a legislação ambiental vigente.

II - Prova de propriedade de terreno ou autorização para exploração, lavrada em cartório: tratando-se de indústria extrativa;

III - Perfil do terreno em 03 (três) vias, e planta de situação tratando-se de indústria extrativa.

§ 1º. A existência de débitos de IPTU com referência ao imóvel a ser ocupado pelo estabelecimento, não impede o andamento do processo de pedido de licença, cabendo ao órgão fazendário, informar o número de lançamento do imóvel correspondente, os valores do(s) débito(s), para fins de que o requerente promova a regularização antes da emissão da licença.

§ 2º. Em não ocorrendo à quitação ou parcelamento dos débitos referentes ao IPTU, a licença não será expedida, cabendo ao órgão fazendário, quando couber, realizar o lançamento em Dívida Ativa para Cobrança Judicial.

Art. 276. No caso do pedido da Licença referir-se a estabelecimento localizado em área de domínio público, o requerimento da licença, nos termos do preconizado no artigo. anterior, obrigatoriamente deverá ser acompanhado do Termo de Permissão de Uso relativo à área ocupada e pagamento da taxa relativo ao pedido.

Parágrafo Único. O atraso no pagamento do valor da permissão implicará na cassação do respectivo Alvará de Funcionamento.

Art. 277. O Alvará de Licença para Instalação e Localização de estabelecimentos deve ser colocado em lugar visível para o público e a fiscalização municipal.

CAPÍTULO III
DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS.
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA E FATO GERADOR

Art. 278. A Taxa de Licença para Funcionamento tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, consubstanciando na vigilância constante dos estabelecimentos e atividades licenciadas para efeito de verificação, quando necessário ou por constatação fiscal re rotina, do cumprimento da legislação a que se submetem.

Parágrafo Único. Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art. 279 - A Taxa de Licença para Instalação e Localização de Estabelecimentos é devida anualmente, a partir do exercício seguinte ao início da operação, por ocasião da necessária renovação do Alvará de Instalação e Localização.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 280. Contribuinte é a pessoa física ou jurídica, seja profissional, comercial, industrial, produtora, sociedade ou associação civil e instituição prestadora de serviços que exerçam atividades no Município.

SEÇÃO III
BASE DE CÁLCULO

Art. 281. A Taxa será calculada na forma estabelecida na Tabela II do anexo VI desta lei.

§ 1.º Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma das atividades especificadas, será utilizada, para efeito de cálculo da taxa, aquela que conduzir ao maior valor.

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO E PAGAMENTO

Art. 282- O pagamento da taxa de licença será devido:

I - a partir do exercício seguinte, quando se tratar de estabelecimentos novos ou de início de atividade profissional;

II - a partir do exercício seguinte, da mudança de ramo de atividade ou de transferência de local;

IV - a partir do exercício seguinte, da mudança de nome da pessoa jurídica ou física.

Art. 283 - Sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis, a falta de recolhimento ou o recolhimento a menor da Taxa, nos prazos previstos em lei ou regulamento, implicará cobrança dos seguintes acréscimos:

I — recolhimento fora do prazo legal ou regulamentar, efetuado antes do início de ação fiscal: multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor da Taxa devida e não recolhida, ou recolhida a menor, até o limite de 20% (vinte por cento);

II — recolhimento fora do prazo legal ou regulamentar, exigido por meio de ação fiscal ou efetuado após seu início: multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da Taxa devida e não recolhida, ou recolhida a menor;

III — em qualquer caso, juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês imediato ao do vencimento, considerado como mês completo qualquer fração dele.

Parágrafo único. A multa a que se refere o inciso I deste artigo será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o recolhimento da Taxa até o dia em que ocorrer o seu efetivo recolhimento, podendo ser lançada de ofício, conjunta ou isoladamente, no caso de não recolhimento da Taxa com esse acréscimo.

SEÇÃO V
ISENÇÃO

Art. 284. Estão isentos do pagamento da Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos:

I - Os serviços públicos federais, estaduais ou municipais, da administração direta ou indireta;

II - Os templos de qualquer culto**;**

III - As entidades filantrópicas;

IV - As agremiações esportivas com sede no Município, em efetivo funcionamento, desde que reconhecidas pelo **Conselho Municipal** ao qual estiverem subordinadas, quanto aos estabelecimentos a elas pertencentes e destinados ao seu próprio uso;

V - As associações profissionais, os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, desde que sediados no Município e quanto aos estabelecimentos a eles pertencentes e destinados ao seu próprio uso;

VI - As Associações, entidades, sociedades civis, sem fins lucrativos.

VII - Até o ano previsto em lei, para as Empresas que funcionarem no Distrito Industrial de Miracema.

CAPÍTULO IV
TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE;

Art. 285. O sujeito passivo da taxa é aquele que exerce atividade econômica eventual ou ambulante, sem prejuízo da responsabilidade solidária de terceiros, se aqueles forem empregados ou agentes destes.

Art. 286. A taxa será calculada em conformidade com a Tabela III, constante do Anexo VI desta Lei.

Art. 287. A taxa, que independe de lançamento de ofício, será arrecadada no ato do licenciamento ou do início da atividade.

Art. 288. Para efeito de cobrança da taxa, considera-se:

I - atividade eventual, a que for exercida em determinada época do ano, especialmente por ocasiões de festejos ou comemorações, removíveis, colocados nas vias ou logradouros públicos, com balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes;

II – ambulante, o que exerce individualmente sem estabelecimento, instalações ou localização fixa.

Art. 289. O pagamento da taxa de licença para o exercício de atividade eventual ou ambulante não dispensa a cobrança da taxa de licença para ocupação de áreas em praças, vias e logradouros públicos.

Art. 290. Respondem pela taxa de licença para o exercício de atividade eventual ou ambulante os vendedores que tenham mercadorias encontradas em seu poder, mesmo que pertençam a contribuintes que tenham pagado a respectiva taxa em seu estabelecimento fixo.

CAPÍTULO IV
DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

Art. 291. O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica que fizer qualquer espécie de anúncio ao ar livre ou em locais expostos ao público ou que, nesses locais explorar ou utilizar, como objetos comerciais, a divulgação de anúncios de terceiros.

Art. 292. A taxa calcula-se por ano, mês, dia ou por quantidade e local, na forma estabelecida na Tabela IV**,** constante do Anexo VI desta Lei.

§ 1º. As licenças anuais serão válidas para o exercício financeiro em que forem concedidos, desprezados os períodos já transcorridos.

§ 2º. O período de validade das licenças constará do documento de pagamento da taxa, feito por antecipação.

§ 3º. Os cartazes ou anúncios destinados à fixação, exposição ou distribuição por quantidade, conterão no rodapé de cada unidade, identificação impressa, do número da autorização Municipal, e número da inscrição Municipal do contribuinte ou da empresa responsável pela propaganda.

Art. 293. O lançamento da taxa far-se-á em nome:

I - de quem requerer a licença;

II - de qualquer dos sujeitos passivos, a juízo da Prefeitura, nos casos de lançamento de ofício, sem prejuízo das cominações legais, regulamentares ou administrativas.

Art. 294. Quando, no mesmo meio de propaganda, houver anúncio de mais de uma pessoa sujeita à tributação, deverão ser efetuados tantos pagamentos distintos quantas forem essas pessoas, físicas ou jurídicas.

Art. 295. Não havendo, na tabela, especificação própria para a publicidade, a taxa deverá ser paga pelo valor estipulado no item que guardar maior identidade de características, a juízo da repartição municipal competente.

Art. 296. A taxa será arrecadada por antecipação, considerando-se:

I - as iniciais, no ato da concessão da licença;

II - as posteriores:

a) quando anuais, até 31 de janeiro de cada ano;

b) quando mensais, até o último dia útil de cada mês.

Art. 297. É devida a taxa em todos os casos de exploração ou utilização de meios de publicidade, tais como:

I - cartazes, letreiros, faixas, programas, quadros, painéis, pôsteres, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, distribuídos, pintados ou fixados em paredes, muros, veículos, vias públicas e quaisquer outros meios;

II - propaganda falada em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e propagandistas volantes.

Parágrafo 1º. Compreende-se na disposição deste artigo os anúncios colocados em lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem visíveis da via pública.

Parágrafo 2º. Considera-se também, publicidade externa, para efeito de tributação, aquela que estiver na parte interna de estabelecimento e seja visível da via pública.

Art. 298. Respondem solidariamente com o sujeito passivo da taxa, todas as pessoas naturais ou jurídicas, as quais a publicidade venha a beneficiar, uma vez que as tenha autorizado.

Art. 299. É expressamente proibida a fixação de cartazes e pôsteres no interior de qualquer estabelecimento sem a declaração de que trata o Parágrafo 3º do artigo 285 respondendo o estabelecimento no qual se der a infração, pelo pagamento da multa correspondente a 100% da taxa devida.

Art. 300. Ficam sujeitos ao acréscimo de 10% (dez por cento), os anúncios de qualquer natureza, referentes a bebidas alcoólicas e cigarros, bem como os redigidos em línguas estrangeiras.

Art. 301. **N**enhuma publicidade poderá ser feita sem a prévia licença da Prefeitura.

Art. 302. A transferência de anúncios para local diferente do licenciado deverá ser previamente comunicada à repartição municipal competente, sob pena de serem considerados como novos.

CAPITULO V
DA TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES

Art. 303. Sujeito passivo da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor dos imóveis em que se façam as obras referidas nos incisos do art. 297.

Parágrafo único. Responde solidariamente com o proprietário, quanto ao pagamento da taxa e a inobservância das posturas municipais, o profissional responsável pelo projeto e pela sua execução.

Art. 304. A Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Obras Particulares é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma, instalações em geral, acréscimos ou demolição de prédios e muitos ou qualquer outra obras.

Art. 305. Nenhuma construção, reconstrução, reforma, modificação, acréscimo, instalação de um modo geral ou demolição de qualquer natureza poderá ser iniciada sem prévio pedido de aprovação das plantas na forma da legislação urbanística aplicável, da concessão da Licença e do pagamento da taxa devida.

Art. 306. A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

Parágrafo Único - Findo o período de validade da Licença, sem estar concluída a obra, o contribuinte é obrigado a renová-la, mediante o pagamento de nova Taxa.

Art. 307. A Taxa de Licença para execução de obras particulares será cobrada de conformidade com a Tabela V do Anexo VI desta lei.

Art. 308. São isentos de Taxa de licença para execução de obras particulares:

I - Templo de qualquer culto e instituição de educação gratuita, desde que a planta seja aprovada pela Prefeitura;

II - A limpeza ou pintura externa de prédios, muros ou gradis;

III - A construção de passeios, quando tipo aprovado pela Prefeitura;

IV - A construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devidamente licenciadas;

V - Carramachões, fontes decorativas e tanques de uso domésticos;

VI - Construção proletária de uma única unidade habitacional, nos termos da legislação vigente;

VII - Construções de dependências não destinadas à habitação humana, tais como: viveiros, telheiros, etc., com menos de 15m ^{2} (quinze metros quadrados) de coberta ou obras similares.

CAPÍTULO VI
DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS DE TERRENOS PARTICULARES

Art. 309. A Taxa de Licença para execução de arruamento e loteamento de terrenos particulares é exigível pela permissão outorgada pela Prefeitura, na forma da Lei, e mediante prévia aprovação dos respectivos planos ou projetos, para arruamento ou parcelamento de terrenos particulares, segundo o zoneamento em vigor.

Art. 310. Nenhum plano ou projeto de arruamento ou loteamento poderá ser executado sem prévio pagamento das Taxas de que trata esta Seção.

Art. 311. A licença concedida constará de Alvará no qual se mencionará as obrigações do loteador ou arruador, com referência às obras de terraplanagem, urbanização e paisagismo.

Art. 312. A Taxa de que trata esta Seção será cobrada de conformidade com a Tabela VI do Anexo VI desta Lei.

§1º. Na aprovação dos loteamentos, reloteamentos, desmembramentos e remembramentos ficam excluídos, para efeitos de cálculo do pagamento das Taxas, as áreas destinadas a logradouros e doadas à Municipalidade.

§2º. Aplica-se a esta Taxa as disposições cabíveis, fixadas para as Taxas de construção.

CAPÍTULO VII
DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 313. Sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica que ocupar área em praça, via ou logradouro público, mediante licença prévia da repartição municipal competente.

Art. 314. A taxa, que independe de lançamento de ofício, será calculada e arrecadada conforme a Tabela VII, constante do Anexo VI desta Lei.

Parágrafo 1º. No cálculo da taxa, considera-se como mínimo de ocupação o espaço de um metro quadrado.

Parágrafo 2º. Nas regiões A, B, C, D, E; conforme definidas pela Lei 406/91 de 08/04/1991-aplica-se 100% (cem por cento) do valor da tabela mencionada acima, para as regiões A e B; 75% (vinte e cinco por cento) para as regiões C e D; e redução de 50% (cinquenta por cento) para a região E.

Parágrafo 3º. As bancas dos fabricantes de bijuterias e artesanatos em geral, terão redução de 40% (quarenta por cento).

Art. 315. Entende-se por ocupação de área publica, por particular, feita mediante instalação de balcão, barraca, banca, mesa, tabuleiro, quiosque, trailer, aparelhos diversos, estes de caráter provisório; outros móveis ou utensílios, depósitos de materiais para fins comerciais ou prestação de serviços e estacionamento de veículos, em locais permitidos.

CAPÍTULO VIII

DA TAXA DE VIGILÂNCIA E INSPEÇÃO SANITÁRIA

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA E DA ISENÇÃO

Art. 316. A Taxa de Inspeção Sanitária tem como fato gerador o exercício regular, pelo órgão de Vigilância Sanitária Municipal, com o poder de polícia de autorização, vigilância e fiscalização das instalações e atividades de pessoa física ou jurídica, estabelecida ou não, que:

I - fabrique, produza, beneficie, manipule, acondicione, transporte, distribua, venda, extraia, sintetize, prepare, purifique, importe, exporte, armazene, compre ou ceda:

a) alimentos;

b) animais vivos;

c) sangue e hemoderivados;

II - explore estabelecimentos e/ou preste serviços de interesse à saúde:

a) consultórios médicos e clínicas médicas sem internação, ambas sem procedimentos invasivos, consultórios e clínicas destinadas à prestação de serviços de interesse à saúde, executados por demais profissionais de saúde regulamentados em lei específica, bem como a atividade de acupuntura;

b) salões de cabeleireiros, manicure, pedicure, depilação, podologia, atividade de massagem, saunas, hidroterapia e congêneres;

c) laboratório de prótese dentária, comércio de ótica, comércio de materiais médico-hospitalares, órteses, próteses, odontológicos e congêneres;

d) clínicas e consultórios veterinários e atividades afins;

e) creches e estabelecimentos congêneres;

f) academias de ginástica e congêneres;

g) consultórios médicos e clínicas médicas sem internação, ambas com procedimentos invasivos;

h) consultórios e clínicas odontológicas, ambas com ou sem radiologia intra-oral;

i) institutos de estética, beleza e congêneres;

j) serviço de transporte de pacientes, bem como a sua sede técnico-administrativa e unidades móveis odontológicas;

k) distribuidoras de medicamentos, cosméticos, correlatos, saneantes e domissanitários, sem circulação de mercadorias no local;

l) drogarias, dispensários de medicamentos e farmácias sem manipulação de medicamentos e substâncias no local;

m) indústrias de medicamentos, saneantes, domissanitários, cosméticos, correlatos, material ótico, órteses, próteses e produtos veterinários;

n) clínicas de assistência médica com internação, casas de saúde e repouso, hospitais;

o) terapia renal substitutiva, hemoterapia, bancos de sangue, unidades transfusionais;

p) radiologia, radioterapia e radioisótopos;

q) farmácias com manipulação de medicamentos e substâncias;

r) laboratório de análises clínicas, postos de coleta de exames laboratoriais e congêneres;

s) hotéis, motéis, casas de massagem e estabelecimentos congêneres;

t) demais estabelecimentos a critério da autoridade sanitária.

§ 1º. A taxa não incide sobre as atividades acima elencadas quando estiverem sujeitas à fiscalização exclusiva de órgãos federais e/ou estaduais.

§2º. Para efeito deste artigo, considerar-se-ão estabelecimentos distintos:

a) os que, embora no mesmo local, ainda que com atividade idêntica, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

b) os que, embora com atividade idêntica e pertencente à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situadas em prédios distintos ou em locais diversos.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 317. Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica autorizada a exercer qualquer das atividades listadas no artigo anterior.

Parágrafo único. A Taxa de Inspeção Sanitária será anual, ressalvadas as atividades realizadas em caráter transitório ou provisório.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 318. A base de cálculo da taxa será determinada em função da Tabela VIII do Anexo VI desta Lei.

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 319. O pagamento da taxa será efetuado:

I - no prazo de quinze dias após a emissão do Alvará de Licença para Estabelecimento, nos casos de início de atividade de caráter permanente;

II - quando da emissão da autorização, nos casos de exercício de atividade de caráter transitório, comércio ambulante ou feiras livres;

III - A taxa será devida anualmente e o pagamento será efetuado nos termos e prazos fixados no Calendário Fiscal.

SEÇÃO V

DAS SANÇÕES

Art. 320. O Crédito Tributário não integralmente pago no vencimento será acrescido de juros de mora, multa de mora e atualização monetária, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis em cada caso.

Art. 321. As infrações às normas relativas à Taxa de que trata esta Lei, sujeitam o infrator à interdição, no caso de estar o estabelecimento funcionando em desacordo com as disposições que lhe forem pertinentes, sem prejuízo das multas cabíveis.

Art. 322. O pagamento da taxa não desobriga o contribuinte ao fiel cumprimento das normas de higiene regulamentares emanadas do poder competente.

CAPÍTULO IX

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 323. As infrações a este Capítulo serão punidas com as seguintes penas:

I - multa;

II - proibição de transacionar com as repartições públicas, autarquias e fundações municipais;

III - interdição do estabelecimento ou obra;

IV - apreensão das mercadorias, do veículo ou do objeto de publicidade.

Art. 324. A multa referida no inciso I do artigo anterior dar-se-á nos seguintes casos:

I - por faltas relacionadas com o recolhimento das taxas:

a) a multa prevista no Parágrafo 2° do artigo 90;

b) de 100% (cem por cento) do valor da taxa, a qualquer atividade realizada sem prévia licença da repartição competente;

c) 100% (cem por cento) do valor da taxa aos que recolherem quaisquer taxas de licença em decorrência de ação fiscal;

II - por faltas relacionadas com a inscrição e alterações cadastrais o valor equivalente a 40 Ufir-RJ-RJ;

III - por faltas relacionadas com os documentos fiscais o valor equivalente a 40 Ufir-RJ-RJ;

IV - por faltas relacionadas com ação fiscal:

a) multa de 200 Ufir-RJ aos que ilidirem ou embaraçarem a ação fiscal;

b) multa de 100 Ufir-RJ os que funcionarem em desacordo com as características do Alvará de Licença para Localização e para Funcionamento;

c) multa de 20 Ufir-RJ-RJ por infração ao Parágrafo 3º do artigo 286, aplicável a cada cartaz ou anúncio encontrado em situação irregular;

d) multa de 100 Ufir-RJ-RJ aos que exibirem publicidade sem a devida autorização;

e) multa de 50 Ufir-RJ-RJ aos que exibirem publicidade em desacordo com as características aprovadas, em mau estado de conservação ou fora dos prazos constantes da autorização;

f) multa de 100 Ufir-RJ-RJ aos que não retirarem o meio de publicidade quando a autoridade determinar.

g) 200% (duzentos por cento) do valor da taxa devida quando se configurar declaração falsa quanto à apuração da base de cálculo deste tributo, ou pela prática de qualquer outro meio fraudulento.

Art. 325. Incorrerão aos contribuintes, além das multas previstas nesta Seção, em mora, à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, a partir do mês seguinte ao do vencimento da taxa, e atualização monetária.

Art. 326. Quando a cobrança ocorrer por ação executiva, o contribuinte responderá ainda pelas custas e demais despesas judiciais.

Art. 327. Comprovado o não recolhimento da taxa, e depois de passado em julgado na esfera administrativa a ação fiscal que determinar a infração, a Fazenda Pública Municipal tomará as providências necessárias para interdição do estabelecimento.

Art. 328. Aplicam-se a esta Seção as disposições dos artigos 114 e 115 seus respectivos parágrafos e incisos.

TÍTULO VII
DAS TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO EFETIVA OU POTENCIAL DE BENS OU SERVIÇOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 329. As taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial de bens e serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, compreendem:

I - Taxa de Serviços Municipais;

II – Taxa de Coleta de Lixo;

III – Taxa de Conservação de Calçamento;

IV – Taxa de abate de gado e aves.

Art. 330. As taxas de serviços serão lançadas de ofício, podendo ser incluídas na guia ou carnê de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, ou cobradas em guias próprias.

Art. 331. Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que der causa à realização dos atos ou serviços.

Art. 332. São isentos de Taxas os requerimentos e certidões relativas aos serviços municipais, ao serviço de alistamento militar, para fins eleitorais ou aqueles que tratem de pagamento à Prefeitura ou solicitem restituição, bem como os explicitados no art. 5o, inciso XXXIV, letra “b” da Constituição Federal.

§ 1º. Aplicam-se aos contribuintes quanto à isenção do pagamento da Taxa de Coleta de Lixo e Uso de Rede Coletora de Esgoto, os mesmos critérios estabelecidos na legislação tributária municipal para a isenção de IPTU.

CAPÍTULO II
DA TAXA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 333. A Taxa de Serviços Municipais incide sobre os atos expressamente enumerados na Tabela IX, do Anexo VI a esta lei.

Art. 334. Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que der causa à realização dos atos ou serviços.

Art. 335. A taxa será recolhida de acordo com a tabela anexa, através do documento de arrecadação específico.

Art. 336. A taxa será recolhida pelo contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador, conforme a Tabela a que se refere o artigo anterior e as normas estabelecidas em Regulamento.

CAPÍTULO III
DA TAXA DE COLETA DE LIXO

Art. 337. A Taxa de coleta de lixo tem como fato gerador à utilização efetiva ou potencial do serviço prestado ou posto à disposição, de coleta e remoção de lixo, gerado em imóvel edificado ou não para fins residenciais, comerciais, industriais e prestadores de serviços.

§ 1.º Não está incluída na prestação dos serviços mencionados no caput deste artigo a remoção especial a saber: retirada de entulhos, detritos industriais, hospitalares, galhos de árvores e similares, limpeza de terrenos, bem como a remoção de lixo realizada com ou sem solicitação do titular do imóvel, que ficará sujeito ao pagamento do preço público fixado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2.º Para remoção especial do lixo de que trata o parágrafo anterior será dado conhecimento, por escrito, ao proprietário ou ao possuidor a qualquer título do imóvel quanto ao valor da taxa que será lançada e cobrada anualmente com o IPTU, individual ou de forma englobada, conforme valores fixados em tabelas de preços públicos.

Art. 338. Contribuinte da Taxa é o proprietário ou titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel edificado ou não, alcançado pelo serviço, que constitua unidade autônoma, independentemente de sua destinação.

Parágrafo único. São também contribuintes da Taxa de Coleta de Lixo os promitentes compradores imitidos na posse dos imóveis, os posseiros e os ocupantes dos imóveis beneficiados pelo serviço.

Art. 339. A Taxa de Coleta de Lixo será determinada em função da finalidade do imóvel e suas dimensões, conforme a Tabela XI do Anexo VI desta Lei.

Art. 340. Os imóveis legalmente tombados gozarão de isenção parcial correspondente a 50% do valor da Taxa.

Art. 341. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante licitação, na modalidade de concorrência pública, a outorgar a concessão da coleta de lixo, entulho e varrição de logradouros públicos desde que sejam atendidas as condições fixadas em ato do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV
DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO
SEÇÃO I
FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 342. A Taxa de Conservação de Calçamento, fundada na utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados, de conservação de calçamento em determinadas vias e em determinados logradouros públicos.

Art. 343. O fato gerador ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro, data da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de conservação de calçamento em determinadas vias e em determinados logradouros públicos, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Art. 344. A Taxa de Conservação de Calçamento não incide sobre as demais vias e os demais logradouros públicos onde o serviço público de conservação de calçamento não for prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Art. 345. A especificidade do serviço de conservação de calçamento está caracterizada na utilização:

I – efetiva ou potencial, destacada em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;

II – individual e distinta de integrantes da coletividade.

SEÇÃO II
BASE DE CÁLCULO

Art. 346. A base de cálculo da Taxa de Conservação de Calçamento será determinada, para cada imóvel, através de rateio, divisível, proporcional, diferenciado, separado e individual do custo da respectiva atividade pública específica, em função do imóvel, de acordo com a Tabela X do Anexo VI desta lei.

Art. 347. A divisibilidade do serviço de conservação de calçamento está caracterizada na utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

SEÇÃO III
SUJEITO PASSIVO

Art. 348. O sujeito passivo da Taxa de Conservação de Calçamento é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel beneficiado pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de conservação de calçamento de determinadas vias e de determinados logradouros públicos, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

SEÇÃO IV
SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA

Art. 349. Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Taxa de Conservação de Calçamento ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento da taxa, as pessoas físicas ou jurídicas:

I – locadoras do bem imóvel beneficiado pelo serviço de conservação de calçamento;

II – locatárias do bem imóvel beneficiado pelo serviço de conservação de calçamento.

SEÇÃO V
LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Art. 350 A Taxa de Conservação de Calçamento será lançada, de ofício pela autoridade administrativa, em função do imóvel.

Art. 351. O lançamento da Taxa de Conservação de Calçamento, poderá ser efetuado em conjunto com o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e demais Taxas de Serviços.

Art. 352. O lançamento da Taxa de Conservação de Calçamento deverá ter em conta a situação fática do imóvel beneficiado pelo serviço de conservação de calçamento, no momento do lançamento.

Art. 353. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da cientificação, prestar declarações sobre a situação do estabelecimento, com base nas quais poderá ser lançada a Taxa de Conservação de Calçamento.

Art. 354. Os imóveis legalmente tombados gozarão de isenção parcial correspondente a 50% do valor da taxa.

CAPÍTULO V
DA TAXA DE ABATE DE GADO E AVES
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA E LANÇAMENTO

Art. 355. A Taxa de Abate do Gado e Aves recai sobre a matança de qualquer espécie de animal próprio para alimentação e destina-se ao custeio dos serviços do Matadouro Municipal.

Parágrafo Único. Nas matanças de emergência a taxa sofrerá um acréscimo de 50% (cinquenta por cento).

Art. 356. O abate do gado e Aves obedecerá de acordo com a Tabela XII do Anexo VI desta lei.

SESSÃO II
ARRECADAÇÃO

Art. 357. A Taxa de Abate de Gado e Aves será arrecadada de uma só vez, antecipadamente ao abate dos animais.

TÍTULO VIII
DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I
HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 358. A Contribuição de Iluminação Pública - CIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal, destina-se ao custeio da iluminação das vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão de rede de iluminação pública, além de outras atividades a estas correlatas.

§1º. A Contribuição de Iluminação Pública incidirá sobre imóveis edificados ou não, localizados:

a) em ambos os lados das vias públicas de caixa única, mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um dos lados;

b) no lado em que estão instaladas as luminárias, no caso de vias públicas de caixa dupla;

c) em ambos os lados das vias públicas de caixa dupla, quando a iluminação for central;

d) em todo o perímetro das praças públicas, independentemente da distribuição das luminárias.

§2º. Nas vias públicas não iluminadas em toda a sua extensão, considera-se também beneficiado o imóvel que tenha qualquer parte de sua área dentro dos círculos, cujos centros estejam localizados no poste mais próximo dotado de luminária, com um raio de 120 m (cento e vinte metros).

§3º. Considera-se via pública não dotada de iluminação pública em toda sua extensão aquela em que a interrupção desse serviço, entre duas luminárias, for igual ou superior a 120 m (cento e vinte metros).

Art. 359. Fica considerado imóvel distinto para efeito de cobrança da CIP cada unidade autônoma residencial, comercial ou industrial de consumo de energia, tais como casas, apartamentos, salas, lojas, sobrelojas, boxes e terrenos, bem como qualquer outro tipo de estabelecimento ou divisão em prédio, qualquer que seja sua natureza ou destinação.

CAPÍTULO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 360. Contribuinte é todo aquele:

I - Localizado na zona urbana que possua ligação de energia elétrica regular ao sistema de fornecimento de energia

II - Possuidores de imóveis urbanos não edificados, que não tenham ligação regulamentar de energia elétrica.

Parágrafo Único. São também contribuintes da CIP quaisquer outros proprietários ou possuidores a qualquer título de estabelecimentos instalados permanentemente ou não nas vias e logradouros públicos, destinados à exploração de atividade comercial, de serviço ou qualquer outra, em nome do qual se emitam guias ou carnês para pagamento de fornecimento de energia elétrica, ainda que isento ou imune de impostos e/ou taxas.

CAPÍTULO III
DO LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Art. 361. A CIP será devida em razão do custo dos serviços e cobradas de acordo com o. §1º e §2º deste artigo.

§1º. Os imóveis edificados ou não consumidores de energia elétrica, para os quais não sejam emitidos guias para pagamento de conta de fornecimento de energia elétrica por qualquer motivo, inclusive os pertencentes à concessionária fornecedora desse serviço, estão sujeitos ao pagamento da CIP arbitrada pelo órgão próprio do Poder Público Municipal, com base no consumo médio mensal de instalações elétricas semelhantes.

§2º. Para os imóveis edificados ou não consumidores de energia elétrica, a CIP incidirá de acordo com o consumo mensal conforme a Tabela abaixo:

Faixa de Consumo	% sobre o consumo mensal
00 – 50	5,00
51 – 100	6,00
101 – 150	7,00
151 – 200	7,50
201 – 250	8,00
251 – 300	8,50
301 – 350	9,00
351 – 400	9,50
401 – 99999	10,00

Art. 362. A concessionária de energia elétrica é responsável pela cobrança e recolhimento da Contribuição, devendo transferir o montante arrecadado para a conta

do Tesouro Municipal especialmente designada para tal fim, sob pena de responder civil e criminalmente pelo não cumprimento do aqui disposto.

§1º. A eficácia do disposto no caput deste artigo fica condicionada ao estabelecimento de convênio a ser firmado entre a Prefeitura Municipal e a concessionária de energia elétrica, respeitadas, no que couber, as determinações da ANEEL.

§2º. O convênio definido no parágrafo 1º deste artigo disporá sobre a forma e operacionalização da cobrança a que se refere o caput.

Art. 363. A concessionária deverá manter cadastro atualizado dos contribuintes que deixarem de efetuar o recolhimento da Contribuição, fornecendo os dados constantes naquele para a autoridade competente pela administração da Contribuição.

Art. 364. O produto da arrecadação da Contribuição constituirá receita do Tesouro Municipal, destinada, prioritariamente, à manutenção das instalações para iluminação pública, bem como para a melhoria desses serviços.

Art. 365. Ato do Poder Executivo disciplinará a forma de atualização anual da CIP e a fiscalização a ser exercida pela Prefeitura Municipal de Miracema, assim como estabelecerá as sanções pela inobservância do disposto nesta Lei, sem prejuízo das penalidades fixadas na legislação tributária municipal.

LIVRO TERCEIRO
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
TÍTULO I
DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 366. Constitui Dívida Ativa Tributária do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de quaisquer infrações à legislação, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela legislação tributária ou por decisão final prolatada em processo regular.

Art. 367. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

§1º. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

§2º. A fluência de juros de mora e a aplicação de índices de correção monetária não excluem a liquidez do crédito.

CAPÍTULO II
DA INSCRIÇÃO

Art. 368. A inscrição na Dívida Ativa Municipal e a expedição das certidões poderão ser feitas, manualmente, mecanicamente ou através de meios eletrônicos, com a utilização de fichas e relações em folhas soltas, a critério e controle da Administração, desde que atendam aos requisitos para inscrição.

§1º. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Municipal, sem prejuízo da respectiva liquidez e certeza, poderão ser inscritos em Dívida Ativa, pelos valores expressos em R$ (reais).

§2º. O termo de inscrição na Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará:

I- a inscrição fiscal do contribuinte;

II- o nome e o endereço do devedor e, sendo o caso, os dos corresponsáveis;

III- o valor do principal devido e os respectivos acréscimos legais;

IV- a origem e a natureza do crédito, especificando sua fundamentação legal;

V- a data de inscrição na Dívida Ativa;

VI- o exercício ou o período de referência do crédito;

VII- o número do processo administrativo do qual se origina o crédito, se for o caso.

Art. 369. A cobrança da Dívida Ativa do Município será procedida:

I- por via amigável;

II- por via judicial.

§1º. Na cobrança dos créditos tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa, o Poder Executivo poderá estabelecer regras de parcelamento do débito, para tanto, fixando os valores mínimos para pagamento mensal, conforme o tributo, para pessoas físicas e jurídicas.

§2º. O contribuinte beneficiado com o parcelamento do débito deverá manter em dia os recolhimentos sob pena de cancelamento do benefício.

§3º. O não recolhimento de quaisquer das parcelas referidas no parágrafo anterior tornará sem efeito o parcelamento concedido, vencendo o débito em uma única parcela, acrescido das cominações legais.

§4º. As duas vias de cobrança são independentes uma da outra, podendo a Administração, quando o interesse da Fazenda assim exigir, providenciar imediatamente a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável ou, ainda, proceder simultaneamente aos dois tipos de cobrança.

§5º. A critério da autoridade administrativa poderá ser concedido mais de um parcelamento para o mesmo contribuinte, desde que observados os requisitos desta lei e do regulamento.

Art. 370. Os lançamentos de ofício, aditivos e substantivos, serão inscritos em Dívida Ativa 30 (trinta) dias após a notificação.

Art. 371. O Poder Executivo poderá, mediante procedimento licitatório, executar programa de obras e serviços ou, ainda, efetuar a aquisição de bens, condicionando seu pagamento à cobrança, pelo licitante vencedor contratado, da Dívida Ativa Municipal regularmente inscrita.

Parágrafo único. No caso de que trata o "caput" deste artigo, a Dívida Ativa cobrada pelo contratado será recolhida por guia especial, emitida pela Secretaria Municipal de Fazenda, em conta corrente específica, não constituindo a arrecadação maior que o valor das obras e serviços executados, ou das mercadorias adquiridas entregues, motivo para qualquer antecipação de pagamento.

Art. 372. No caso de falência, considerar-se-ão vencidos todos os prazos, providenciando-se, imediatamente, a cobrança judicial do débito.

TÍTULO II
DA FISCALIZAÇÃO
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 373. Todas as funções referentes à cobrança e à fiscalização dos tributos municipais, à aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários, repartições a elas hierárquicas ou funcionalmente subordinadas e

demais repartições e entidades, com interesse no cumprimento da lei, segundo as atribuições constantes da legislação que dispuser sobre a organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos daquelas repartições e entidades.

Art. 374. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 375. A Fazenda Municipal poderá, para obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, ou outras obrigações previstas:

I- exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam e possam vir a constituir fato gerador de obrigação tributária;

II- fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributável;

III- exigir informações escritas e verbais;

IV- notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fazendária;

V- requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensáveis à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentos dos contribuintes e responsáveis;

VI- notificar o contribuinte ou responsável para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na legislação tributária.

Art. 376. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I- os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II- os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III- as empresas de administração de bens;

IV- os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V- os inventariantes;

VI- os síndicos, comissários e liquidatários;

VII- quaisquer outras entidades ou pessoas em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

§1º. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto aos fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

§2º. A fiscalização poderá requisitar, para exame na repartição fiscal, livros, documentos e quaisquer outros elementos vinculados à obrigação tributária.

Art. 377. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de informação, obtida em razão de ofício, sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

§1º. Excetuam-se do disposto neste artigo:

I- a prestação de mútua assistência entre os poderes públicos para a fiscalização dos tributos respectivos e a permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio;

II- nos casos de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça ;

III- as solicitações da autoridade administrativa no interesse da Administração Pública , desde que instaurado processo administrativo pela Fazenda Municipal com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação por prática de infração.

§2º. Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I- representações fiscais para fins penais;

II- inscrições na dívida ativa municipal;

III- parcelamento ou moratória.

Art. 378. A autoridade administrativa poderá determinar sistema especial de fiscalização sempre que forem considerados insatisfatórios os elementos constantes dos documentos e dos livros fiscais e comerciais do sujeito passivo.

TÍTULO III
DAS CERTIDÕES
CAPÍTULO ÚNICO
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 379. À vista do requerimento do interessado, serão expedidas pela repartição competente as seguintes certidões:

I - de cadastramento;

II - de não inscrição cadastral;

III - de lançamento;

IV - de não incidência;

V - de imunidade ou isenção;

VI - de baixa;

VII - de suspensão de atividade;

VIII - de existência de créditos tributários não vencidos;

IX - negativa de débitos.

Parágrafo 1º. Os modelos das certidões previstas neste Título serão estabelecidos por ato do dirigente da Fazenda Pública Municipal.

Parágrafo 2º. As certidões serão expedidas pelo setor responsável pela gerência da Receita Municipal, individualmente para cada imóvel, ou para cada pessoa física ou jurídica, consoante o número sob o qual estiver cadastrado o imóvel ou o interessado, conforme o caso.

Parágrafo 3º. O dirigente do setor responsável pela gerência da Receita Municipal poderá delegar a competência para expedição de certidões a outras unidades do respectivo setor, assim como autorizar a expedição via internet, asseguradas as condições indispensáveis de segurança.

Parágrafo 4º. O prazo para expedição de certidões, por parte da Fazenda Pública Municipal, é de até 15 (quinze) dias da data de protocolização do pedido.

Art. 380. Os prazos de validade das certidões de que trata este Título são os seguintes, e deverá ser consignado pelo servidor no documento:

I - de cadastramento ou não inscrição cadastral, 30 (trinta) dias;

II - de lançamento, não incidência, imunidade ou isenção, o exercício financeiro a que se referir;

III - de baixa, por tempo indeterminado;

IV - de suspensão de atividade, pelo tempo da suspensão, comunicado e comprovado pela repartição;

V - negativa de débitos, 90 (sessenta dias).

Art. 381. A prova de quitação dos tributos municipais será feita, quando exigida, por Certidão Negativa de Débitos - CND, cujo requerimento deverá conter todas as informações necessárias à identificação do interessado, domicílio tributário, ramo de negócio ou atividade, localização do imóvel, inscrição municipal, quando for o caso, e o fim a que esta se destina.

Art. 382. A CND será expedida em relação ao contribuinte que estiver em situação de regularidade fiscal.

Art. 383. A expedição de CND não exclui o direito de exigir a Fazenda Pública Municipal, a qualquer tempo, os créditos a vencer e os que venham a serem apurados, nem desobriga o contribuinte ou responsável de guardar os documentos relativos aos últimos 05 anos.

Art. 384. Terá os mesmos efeitos da CND aquela em que constar a existência:

I - de créditos não vencidos, inclusive na hipótese de parcelamento, desde que não haja atraso no pagamento das respectivas parcelas;

II - de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora;

III - de crédito cuja exigibilidade esteja suspensa, ou cujo vencimento tenha sido adiado, o que deverá ser comprovado pelo interessado.

Parágrafo 1º. Os casos enumerados nos incisos deste artigo não elidem a expedição da CND que, far-se-á sob a denominação de Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa.

Parágrafo 2º. O não cumprimento do parcelamento da dívida, por qualquer motivo, acarreta o seu cancelamento e a imediata invalidação da certidão expedida na forma do parágrafo anterior.

Art. 385. Será exigida a CND nos seguintes casos:

I - participação em licitação promovida pelo Município, suas autarquias, fundações e empresas públicas;

II - pedido de incentivos fiscais, sempre que o ato concessivo a exija;

III - aprovação de projetos de loteamentos;

IV - concessão de serviços públicos;

V - demais situações definidas pela Fazenda Pública Municipal, em ato próprio.

Art. 386. Será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento quando se tratar de ato imprescindível para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, acréscimos tributários e penalidades cabíveis, exceto as relativas às infrações cuja responsabilidade seja pessoal do infrator.

Art. 387. A expedição de qualquer certidão com dolo ou fraude ou, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabilizará pessoalmente pelo crédito tributário o funcionário que a expedir, acrescido das cominações legais, não excluindo as responsabilidades criminais e funcionais que couberem ao caso.

Art. 388. É assegurado a qualquer pessoa o direito de requerer às repartições públicas municipais, outras certidões para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, observadas as formalidades legais.

Parágrafo único. O pedido será indeferido se o interessado recusar-se a apresentar provas e documentos necessários à apuração dos fatos relacionados com a legitimidade do pedido.

TÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I
DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 389. O processo fiscal terá início com:

I- a notificação do lançamento nas formas previstas neste Código;

II- a intimação, a qualquer título, ou a comunicação de início de procedimento fiscal;

III- a lavratura do auto de infração;

IV- a lavratura de termo de apreensão de livros ou documentos fiscais;

V- a petição do contribuinte ou interessado, reclamando contra lançamento do tributo ou do ato administrativo dele decorrente.

CAPÍTULO II
DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 390. Verificada a infração de dispositivo desta Lei ou do regulamento, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á o auto de infração correspondente, que deverá conter os seguintes requisitos:

I- o local, a data e a hora da lavratura;

II- o nome e o endereço do infrator, com o número da respectiva inscrição, quando houver;

III- a descrição clara e precisa do fato que constitui infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes;

IV- a capitulação do fato, com a citação expressa do dispositivo legal infringido e do que lhe comine a penalidade;

V- a intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com os acréscimos legais ou penalidades, dentro do prazo de 20 (vinte) dias;

VI- a assinatura do agente autuante e a indicação do seu cargo ou função;

VII- a assinatura do próprio autuado ou infrator ou dos seus representantes, ou mandatários ou prepostos, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusou a assinar.

§1º. A assinatura do autuado não importa em confissão, nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto ou agravamento da infração.

§2º. As omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam quando do processo constem elementos para a determinação da infração e a identificação do infrator.

Art. 391. O autuado será notificado da lavratura do auto de infração:

I- pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia do auto de infração ao próprio autuado, seu representante, mandatário ou preposto, contra assinatura-recibo, datada no original, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusa a assinar;

II- por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração ou da decisão, com aviso de recebimento a ser datado, firmado e devolvido ao destinatário ou pessoa de seu domicílio;

III- por publicação, no órgão do Município, na sua íntegra ou de forma resumida, quando improfícuos os meios previstos nos incisos anteriores.

Art. 392. O valor das multas constantes do auto de infração sofrerá, desde que haja renúncia à apresentação de defesa ou recurso, as seguintes reduções:

I- 80% (oitenta por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 05 (cinco) dias contados da lavratura do auto;

II- 70% (setenta por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 10 (dez) dias contados da lavratura do auto;

III- 50% (cinquenta por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 20 (vinte) dias contados da lavratura do auto.

Art. 393. Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada a multa fiscal, sem despacho circunstanciado da autoridade administrativa e autorização do titular da Secretaria Municipal de Fazenda, em processo regular.

CAPÍTULO III
DO TERMO DE APREENSÃO DE LIVROS FISCAIS E DOCUMENTOS

Art. 394. Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam provas de infração da legislação tributária.

Parágrafo único. A apreensão pode compreender livros e documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

Art. 395. A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados, o nome do destinatário e, se for o caso, a descrição clara e precisa do fato e a menção das disposições legais, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte.

Parágrafo único. O autuado será notificado da lavratura do termo de apreensão na forma do art. 313.

CAPÍTULO IV
DA REPRESENTAÇÃO

Art. 396. Quando impossibilitado para notificar ou para autuar, o agente da Fazenda Pública deve, e qualquer pessoa pode, representar ao seu titular contra toda ação ou omissão contrária a disposição deste Código ou de outras leis e regulamentos fiscais.

Art. 397. A representação far-se-á em petição assinada e mencionará o nome, a profissão e o endereço de seu autor; será acompanhada de provas ou indicará os elementos destas e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou conhecida a infração.

Art. 398. Recebida à representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade e, conforme couber, notificará o infrator, autuá-lo-á ou arquivará a representação.

CAPÍTULO V
DA RECLAMAÇÃO CONTRA LANÇAMENTO
SEÇÃO I
DA PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 399. O sujeito passivo da obrigação tributária poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da notificação do lançamento, da lavratura do auto de infração, ou do termo de apreensão, mediante defesa escrita, alegando de uma só vez toda matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

§1º. A impugnação da exigência fiscal será dirigida ao Secretário Municipal de Fazenda e mencionará:

I - a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo e o endereço para a notificação;

II - os dados do imóvel ou a descrição das atividades exercidas e o período a que se refere o tributo impugnado;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

IV - as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;

V - o objetivo visado.

§2º. A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento fiscal.

Art. 400. Caberá à Junta de Recursos Fiscais, da Secretaria Municipal de Fazenda, o julgamento em primeira instância administrativa.

§1º. A Junta de Recursos Fiscais compor-se-á de 3 (três) membros, servidores efetivos, demissíveis "ad nutum", todos designados pelo Titular da Fazenda Pública.

§2º. Os membros da Junta não serão remunerados, registrando-se em ficha funcional, para fins de progressão na respectiva carreira, se for o caso, o exercício desta função.

§3º. Será relator do processo, obrigatoriamente, a autoridade diretamente responsável pelo ato impugnado, seja ele lançamento, termo de apreensão ou auto de infração.

§4º. A autoridade administrativa relatora determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização das diligências que entender necessárias, fixando-lhe o prazo, e indeferirá as consideradas prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

§5º. Se da diligência resultar em oneração para o sujeito passivo, relativamente ao valor impugnado, será reaberto o prazo para oferecimento de novas impugnações ou aditamento da primeira.

§6º. Preparado o processo para decisão, a Junta prolatará despacho no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando-se sobre a procedência ou não da impugnação e o submeterá à aprovação do Secretário Municipal de Fazenda.

Art. 401. O impugnador será notificado do despacho, mediante assinatura no próprio processo ou, na ordem, pelas formas previstas nos incisos II e III do art. 313, no que couber.

Art. 402. Sendo a impugnação julgada improcedente, os tributos e as penalidades devidos ficam sujeitos a multa, juros de mora e atualização monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos.

Art. 403. Na procedência da impugnação, será concedido novo prazo para o pagamento, se for o caso.

Art. 404. Das decisões contrárias à Fazenda Pública Municipal em primeira instância administrativa, a Junta, obrigatoriamente, recorrerá de ofício ao Conselho de Contribuintes, sob pena de responsabilidade pessoal de seus membros.

Art. 405. É autoridade administrativa para decisão o Secretário Municipal de Fazenda ou a autoridade fiscal a quem delegar.

SEÇÃO II

DA SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 406. Da decisão da autoridade administrativa de primeira instância caberá recurso voluntário ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Parágrafo único. O recurso voluntário poderá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão de primeira instância, mediante depósito, à conta do Tesouro Municipal, de valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do crédito exigido.

Art. 407. Os recursos protocolados intempestivamente somente serão julgados pelo Conselho de Contribuintes mediante o prévio depósito do total da importância devida.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO

Art. 408. O Conselho Municipal de Contribuintes é o órgão administrativo colegiado, com autonomia decisória, e tem a incumbência de julgar, em segunda instância, os recursos voluntários referentes aos processos tributários interpostos pelos contribuintes do Município contra atos ou decisões sobre matéria fiscal, praticados pela autoridade administrativa de primeira instância, por força de suas atribuições.

Art. 409. O Conselho Municipal de Contribuintes será composto por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) representantes do Poder Executivo e 3 (três) dos contribuintes, e reunir-se-á nos prazos fixados em regulamento.

Parágrafo único. Será nomeado um suplente para cada membro do Conselho, convocado para servir nas faltas ou impedimentos dos titulares.

Art. 410. Os membros titulares do Conselho Municipal de Contribuintes e seus suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos.

§1º. Os membros do Conselho deverão ser graduados ou estudantes universitários nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Ciências Atuariais, Direito ou Administração Pública e de reconhecida experiência em matéria tributária.

a) Serão aceitos outros níveis de títulos universitários e estudantes universitários, desde que o membro comprove a experiência em matéria tributária:

I - Curso de Pós Graduação, em fase de conclusão ou concluído;

II - Efetivo exercício na área pública em matéria tributária.

§2º. Os membros representantes dos contribuintes, tanto os titulares como os suplentes, serão indicados por entidades representativas de classe.

§3º. Os membros representantes do Município, tanto os titulares como os suplentes, serão indicados pelo Secretário de Fazenda dentre servidores efetivos do Município versados em assuntos tributários, sendo obrigatoriamente definido entre eles o membro que representará a Fazenda Municipal.

§4º. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão escolhidos pelo plenário do Conselho dentre os seus membros.

§5º. A remuneração dos membros do Conselho se dará por Lei Específica.

Art. 411. A posse dos membros do Conselho Municipal de Contribuintes realizar-se-á mediante termo lavrado em livro próprio ao se instalar o Conselho ou, posteriormente, quando ocorrer substituição de alguns dos membros, perante o Prefeito.

Art. 412. Perderá o mandato o membro que:

I- deixar de comparecer a 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, no mesmo exercício, sem motivo justificado por escrito;

II- usar de meios ou atos de favorecimento, bem como proceder no exercício de suas funções com dolo ou fraude;

III- recusar, omitir ou retardar o exame e o julgamento do processo, sem justo motivo;

IV- contrariar normas regulamentares do Conselho.

§1º. A perda do mandato será precedida de processo administrativo regular que, uma vez instaurado, importará no imediato afastamento do membro.

§2º. O Secretário de Fazenda ou o Presidente do Conselho determinará a apuração dos fatos referidos neste artigo.

Art. 413. A fim de atender aos serviços de expediente, o titular da Secretaria Municipal de Fazenda designará um servidor do Município para secretariar o Conselho.

Art. 414. O funcionamento e a ordem dos trabalhos do Conselho reger-se-ão pelo disposto neste Código e por Regulamento próprio baixado pelo Prefeito.

SEÇÃO II

DO JULGAMENTO PELO CONSELHO

Art. 415. O Conselho Municipal de Contribuintes só poderá deliberar quando reunido com a maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único. Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto adicional de Minerva.

Art. 416. Os processos serão distribuídos aos membros do Conselho mediante sorteio, garantida a igualdade numérica na distribuição.

§1º. O relator restituirá, no prazo determinado pelo Presidente, os processos que lhe forem distribuídos, com o relatório e o parecer.

§2º. O relator poderá solicitar qualquer diligência para completar o estudo ou parecer da autoridade administrativa que realizou o levantamento fiscal.

Art. 417. Deverão se declarar impedidos de participar do julgamento os membros que:

I- sejam sócios, acionistas, interessados, membros da diretoria ou do conselho da sociedade ou empresa envolvidas no processo;

II- sejam parentes do recorrente, até o terceiro grau.

Art. 418. As decisões referentes a processo julgado pelo Conselho serão lavradas pelo relator no prazo de 8 (oito) dias após o julgamento e receberão a forma de acórdão, devendo ser anexadas aos processos para ciência do recorrente.

Parágrafo único. Se o relator for vencido, o Presidente do Conselho designará para redigi-lo, dentro do mesmo prazo, um dos membros cujo voto tenha sido vencedor.

Art. 419. As decisões do Conselho constituem última instância administrativa para recursos voluntários contra atos e decisões de caráter fiscal.

§1º. A decisão favorável ao contribuinte ou infrator obriga recurso de ofício ao Prefeito

§2º. O recurso de que trata o parágrafo anterior será interposto no próprio ato da decisão, independentemente de novas alegações e provas, pelo representante da Fazenda Municipal.

§3º. O recurso de ofício devolve à instância superior o exame de toda a matéria em discussão.

§4º. Não haverá recurso de ofício nos casos em que a decisão apenas procura corrigir erro manifesto.

§5º. As decisões do Conselho serão objeto de ato homologatório do Prefeito Municipal, precedido de manifestação do Secretário de Fazenda.

CAPÍTULO VIII

DAS DEMAIS NORMAS CONCERNENTES À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 420. Os prazos fixados neste Código serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

Art. 421. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 422. Não atendida à solicitação ou exigência a cumprir, o processo poderá ser arquivado, decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 423. Os benefícios da imunidade e da isenção deverão ser requeridos pelo interessado anualmente.

Art. 424. Toda a disparidade do referido Código Tributário Municipal - CTM, será corrigida através de Lei Complementar.

Art. 425. Esta Lei Entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

ANEXO I

VALOR DO METRO QUADRADO (M^2) DO TERRENO

Logradouro	Região	ValorM2
ADALGIZA MONTEIRO RIBEIRO DA S	A	48,00
ADALGIZA MONTEIRO RIBEIRO DA S	B	26,00
ADILIS MONTES CARVALHO	E	4,00
ADUMONT DUARTE MONTEIRO	B	26,00
AFONSO MARIA DO NASCIMENTO	D	9,50

AILTON ZACARIAS	B	26,00
AILTON ZACARIAS	C	12,00
AILTON ZACARIAS	D	9,50
ALCEBIADES MENDES LINHARES	B	26,00
ALCEBIADES MENDES LINHARES	C	12,00
ALCEBIADES MENDES LINHARES	D	9,50
ALCEBIADES MENDES LINHARES	E	4,00
ALCEU SABINO DE SOUZA	C	12,00
ALCYR FERNANDES DE OLIVEIRA	C	12,00
ALCYR FERNANDES DE OLIVEIRA	D	9,50
ÁLVARO HENRIQUE BRAGA	B	26,00
ANGELINA JACCUCI SALIM	B	26,00
ANGELINA JACCUCI SALIM	C	12,00
ANGELINA JACCUCI SALIM	D	9,50
ANICETO DE CARVALHO	A	48,00
ANICETO DE CARVALHO	B	26,00
ANICETO DE CARVALHO	C	12,00
ANICETO DE CARVALHO	D	9,50
ANTENOR REGO	C	12,00
ANTENOR REGO	D	9,50
ANTONIO ALBINO FILHO	C	12,00
ANTONIO ALGONA MORAES	B	26,00
ANTONIO AMBROSIO DA SILVA	B	26,00
ANTONIO AMBROSIO DA SILVA	C	12,00
ANTONIO AMBROSIO DA SILVA	D	9,50
ANTONIO ANTUNES DE SIQUEIRA	B	26,00
ANTONIO ANTUNES DE SIQUEIRA	E	4,00
ANTONIO BERNARDINO MONTEIRO	C	12,00
ANTONIO BERNARDINO MONTEIRO	D	9,50
ANTONIO CARLOS MOREIRA	B	26,00
ANTONIO DIAS CUBICA	B	26,00
ANTONIO MANOEL PESTANA	C	12,00
ANTONIO MENDES LINHARES	B	26,00
ANTONIO MENDES LINHARES	C	12,00
ANTONIO MENDES LINHARES	D	9,50
ANTONIO MOTTA	C	12,00
ANTONIO MOTTA	D	9,50
ANTONIO MOTTA	E	4,00
ANTONIO P RAMOS	D	9,50
ANTONIO RIBEIRO	B	26,00
ANTONIO ROSSI	D	9,50
ANTONIO SOARES PEIXOTO FILHO	B	26,00
ANTONIO SOARES PEIXOTO FILHO	C	12,00
ANTONIO SOARES PEIXOTO FILHO	E	4,00
ANTONIO VENTURA COIMBRA LOPES	C	12,00
ANTUNES	C	12,00

ARISTIDES BARBOSA	C	12,00
ARISTIDES BARBOSA	D	9,50
ARLINDO GOMES DE AZEVEDO	C	12,00
ARLINDO GOMES DE AZEVEDO	E	4,00
ARMANDO GOMES DE AZEVEDO	C	12,00
ARMANDO GOMES DE AZEVEDO	D	9,50
ARMANDO GOMES DE AZEVEDO	E	4,00
ARY PARREIRAS	A	48,00
ARY PARREIRAS	B	26,00
ARY PARREIRAS	D	9,50
AURORA BERSACULA DE AZEVEDO	C	12,00
AURORA BERSACULA DE AZEVEDO	D	9,50
AURORA BERSACULA DE AZEVEDO	E	4,00
AZARIAS GUTTERRES	B	26,00
B	B	26,00
B	C	12,00
B	D	9,50
BARROSO DE CARVALHO	A	48,00
BARROSO DE CARVALHO	B	26,00
BARROSO DE CARVALHO	D	9,50
BASILEU MENEZES	C	12,00
BASILEU MENEZES	D	9,50
BENAZI ANDRADE	C	12,00
BENDENGO	C	12,00
BENEDITO LIMA	C	12,00
BENEDITO LIMA	D	9,50
BENEDITO LIMA	E	4,00
BERNARDINO CARDOSO DIAS	C	12,00
BERNARDINO CARDOSO DIAS	D	9,50
BERNARDINO CARDOSO DIAS	E	4,00
BERNARDINO CARDOSO MONTEIRO	C	12,00
BHERTO BARROS	C	12,00
BHERTO BARROS	D	9,50
BHERTO BARROS	E	4,00
BOULEVARD CLAUDIO DE AQUINO	B	26,00
BOULEVARD CLAUDIO DE AQUINO	C	12,00
BRUNO DE MARTINO	B	26,00
BRUNO DE MARTINO	C	12,00
BRUNO DE MARTINO	D	9,50
C	E	4,00
CAMILO MERCANTE	C	12,00
CAMILO MERCANTE	D	9,50
CAMILO MERCANTE	E	4,00
CAMILO MERCANTE	E	4,00,4,006
CAMPO DE AVIACAO	D	9,50
CAMPO DE AVIACAO BE.2 CASA 34,00	D	9,50

CAMPO SANTO	D	9,50
CAMPO SANTO	E	4,00
CANDIDO DIAS TOSTES	B	26,00
CANDIDO DIAS TOSTES	C	12,00
CAPITAO SENA.	C	12,00
CAPITAO SENA.	D	9,50
CARLOS EUCLIDES MOREIRA	E	4,00
CARLOS UTRINI	D	9,50
CAROLINA DE AZEVEDO LEITE	C	12,00
CAROLINA DE AZEVEDO LEITE	D	9,50
CAROLINA DE AZEVEDO LEITE	E	4,00
CARVALHO	A	48,00
CARVALHO	B	26,00
CARVALHO	C	12,00
CARVALHO	D	9,50
CESARIO MOREIRA	C	12,00
CLERIO PORTES MENDES	A	48,00
CLOVIS MOREIRA TOSTES	B	26,00
CLOVIS MOREIRA TOSTES	C	12,00
CLOVIS MOREIRA TOSTES	D	9,50
CLOVIS MOREIRA TOSTES	E	4,00
CORONEL ARMANDO RIBEIRO	C	12,00
CORONEL ARMANDO RIBEIRO	D	9,50
CORONEL JOAQUIM BASTOS DE BARR	A	48,00
CORONEL JOSE CARLOS MOREIRA	A	48,00
CORONEL JOSE DA SILVA BASTOS	D	9,50
CORONEL JOSINO	A	48,00
CORONEL PEDRO DA SILVA BASTOS	A	48,00
CORONEL PEDRO DA SILVA BASTOS	C	12,00
CORONEL PEDRO DA SILVA BASTOS	D	9,50
CORONEL PEDRO DA SILVA BASTOS	E	4,00
CORTES	B	26,00
CUSTODIO ALVIM BARROS	C	12,00
D	D	9,50
D	E	4,00
DA FAZENDA BENDENGO	E	4,00
DA FAZENDINHA	E	4,00
DA USINA SANTA ROSA	A	48,00
DANTE BARBI	D	9,50
DANTE BARBI	E	4,00
DEMETILDE MARIA LINHARES	B	26,00
DEMETILDE MARIA LINHARES	D	9,50
DEMETILDE MARIA LINHARES	E	4,00
DEMETRIO DAMASCENO	C	12,00
DEMETRIO DAMASCENO	D	9,50
DEODATO LINHARES	B	26,00

DEODATO LINHARES	C	12,00
DEODATO LINHARES	E	4,00
DEPUTADO LUIZ FERNANDO LINHARES	A	48,00
DEPUTADO LUIZ FERNANDO LINHARES	B	26,00
DEPUTADO LUIZ FERNANDO LINHARES	C	12,00
DEPUTADO LUIZ FERNANDO LINHARES	D	9,50
DIONISIO PEREIRA DA ROSA	D	9,50
DIRCEU GARCIA DE MEDEIROS	D	9,50
DIRCEU GARCIA DE MEDEIROS	E	4,00
DO CALVARIO	D	9,50
DO ENGENHO	A	48,00
DO ENGENHO	C	12,00
DO ENGENHO	D	9,50
DO ENGENHO	E	4,00
DO ENGENHO	E	4,00,4,006
DO MERCADO	A	48,00
DO MERCADO	B	26,00
DO SOMBREIRO	B	26,00
DO SOMBREIRO	E	4,00
DONA ANA	D	9,50
DONA ERMELINDA	A	48,00
DOS ESTUDANTES	B	26,00
DOS GABRIEIS	A	48,00
DOS GABRIEIS	B	26,00
DOS GABRIEIS	C	12,00
DOS OPERARIOS	C	12,00
DOS OPERARIOS	E	4,00
DOVER LIMA BARROS	C	12,00
DOVER LIMA BARROS	D	9,50
DR MONTEIRO	B	26,00
DR MONTEIRO	D	9,50
DR TEMISTOCLES	B	26,00
DURVAL CARNEIRO DA ROCHA	D	9,50
DURVAL CARNEIRO DA ROCHA	E	4,00
DURVAL RODRIGUES DE BARROS	C	12,00
DURVAL RODRIGUES DE BARROS	D	9,50
DURVAL RODRIGUES DE BARROS	E	4,00
E	C	12,00
E	E	4,00
EBAL BOLACIO SANTANA	B	26,00
EBAL BOLACIO SANTANA	C	12,00
EBAL BOLACIO SANTANA	D	9,50
EDSON ALVIM DE BARROS	B	26,00
EDSON ALVIM DE BARROS	C	12,00
EDSON ALVIM DE BARROS	D	9,50
EDSON MONTEIRO DE BARROS	C	12,00

EDSON MONTEIRO DE BARROS	D	9,50
EDUARDO ALVES DA SILVA	C	12,00
EDUARDO ALVES DA SILVA	D	9,50
EFREN ASSED KIK	B	26,00
EGIDIO DOMINGUES ANDRE	E	4,00
EIRAS	B	26,00
EIRAS	C	12,00
EIRAS	D	9,50
EIRAS	E	4,00
EKSON CARNEIRO CAMPOS	E	4,00
ELMUNTEGED BELLA DELATE	E	4,00
ELPIDIO PORTES MENDES	B	26,00
ELPIDIO PORTES MENDES	C	12,00
ELPIDIO PORTES MENDES	D	9,50
EMILIA DA CRUZ AZEVEDO	D	9,50
EMILIA DA CRUZ AZEVEDO	E	4,00
EMILIANO UTRINI	D	9,50
ENOQUE PINTO DE ARAUJO	E	4,00
ERNANI DE SOUZA	B	26,00
ERNANI DE SOUZA	D	9,50
ERNESTO MORAES TOSTES	C	12,00
ERNESTO ROCHA	C	12,00
ESMERALDINA CALDAS DE SOUZA	C	12,00
ESMERALDINA CALDAS DE SOUZA	D	9,50
ESTORGILDA DIAS SENTINELI	B	26,00
ESTORGILDA DIAS SENTINELI	C	12,00
ESTORGILDA DIAS SENTINELI	D	9,50
ESTORGILDA DIAS SENTINELI	E	4,00
ESTORGILDA DIAS SENTINELI	E	4,00,4,006
EUGENIO BERETA	C	12,00
EUGENIO CONSTANCIO	B	26,00
EUGENIO CONSTANCIO	C	12,00
EUGENIO CONSTANCIO	D	9,50
EUZEBIO FERREIRA DOS SANTOS	B	26,00
EUZEBIO FERREIRA DOS SANTOS	C	12,00
EUZEBIO FERREIRA DOS SANTOS	D	9,50
EUZEBIO FERREIRA DOS SANTOS	E	4,00
F	E	4,00
FELICIO ANTONIO	D	9,50
FELINTO GONCALVES DE FARIA	C	12,00
FILOMENA MERCANTE	B	26,00
FILOMENA MERCANTE	C	12,00
FILOMENA MERCANTE	D	9,50
FILOMENA MERCANTE	E	4,00
FLAVIO NOVELINO	C	12,00
FLAVIO NOVELINO	D	9,50

FLORIANO MELO DE OLIVEIRA	D	9,50
FLORIANO MELO DE OLIVEIRA	E	4,00
FRANCISCO AMARAL BARROSO	C	12,00
FRANCISCO AMARAL BARROSO	D	9,50
FRANCISCO AZEREDO ALVES	C	12,00
FRANCISCO AZEREDO ALVES	D	9,50
FRANCISCO AZEREDO ALVES	E	4,00
FRANCISCO BRUNO DE MARTINO	A	48,00
FRANCISCO BRUNO DE MARTINO	B	26,00
FRANCISCO CARDOSO	B	26,00
FRANCISCO CARDOSO	C	12,00
FRANCISCO CARDOSO	D	9,50
FRANCISCO DE FREITAS	D	9,50
FRANCISCO DE FREITAS	E	4,00
FRANCISCO DE POLY	D	9,50
FRANCISCO DIAS TOSTES	B	26,00
FRANCISCO DIAS TOSTES	D	9,50
FRANCISCO G PINTO	D	9,50
FRANCISCO PROCOPIO	A	48,00
FRANCISCO PROCOPIO	B	26,00
FREDERICO BARROSO	B	26,00
FREDERICO BARROSO	D	9,50
G	D	9,50
G	E	4,00
GERALDO COSTA ROSSI	B	26,00
GERSON DE OLIVEIRA SANTOS	C	12,00
GETULIO GARCIA BASTOS	B	26,00
GETULIO GARCIA BASTOS	C	12,00
GETULIO GARCIA BASTOS	E	4,00
GETULIO GARCIA BASTOS	E	4,00,4,006
GETULIO VARGAS	A	48,00
GETULIO VARGAS	B	26,00
GLAUCIO GARCIA DA SILVA	D	9,50
GLAUCIO GARCIA DA SILVA	E	4,00
GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA	B	26,00
GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA	C	12,00
GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA	D	9,50
GUARARAS	C	12,00
GUSTAVO BENEDITO VIEIRA	C	12,00
GUSTAVO BENEDITO VIEIRA	D	9,50
GUSTAVO BENEDITO VIEIRA	E	4,00
HAMILTON SALLES	E	4,00
HELCIO DE OLIVEIRA SANTOS	C	12,00
HELCIO DE OLIVEIRA SANTOS	D	9,50
HOMERO PEREIRA DE COSTA	B	26,00
HOMERO PEREIRA DE COSTA	D	9,50

HOMERO PEREIRA DE COSTA	E	4,00
HONORATO ANTONIO DA SILVA	D	9,50
HONORATO ANTONIO DA SILVA	E	4,00
HONORATO CARNEIRO	D	9,50
HORACIO CAPUTE	C	12,00
HORACIO CAPUTE	D	9,50
HUMBERTO CIUFFO	B	26,00
ILDEFONSO AUGUSTO DE SOUZA	C	12,00
INACIO HOMEM DA COSTA	E	4,00
IRANDY ANGELO DA SILVA	B	26,00
IRANDY ANGELO DA SILVA	C	12,00
IRANDY ANGELO DA SILVA	E	4,00
IRENE ELMIRA DE SOUZA	E	4,00
IRINEU SODRE	A	48,00
IRINEU SODRE	B	26,00
J	E	4,00
JACINTO LUCAS	C	12,00
JAIR MUNIZ	B	26,00
JAIR MUNIZ	D	9,50
JAIR MUNIZ	E	4,00
JAMIL CARDOSO	A	48,00
JANDIRA ALVIM BRAGA	B	26,00
JANDIRA ALVIM BRAGA	C	12,00
JANDIRA ALVIM BRAGA	D	9,50
JANDIRA ALVIM BRAGA	E	4,00
JOAO SCHELCK	C	12,00
JOAO SCHELCK	D	9,50
JOAO SCHELCK	E	4,00
JOAO ANTONIO HASSEL	B	26,00
JOAO BATISTA BERETTA	E	4,00
JOAO BATISTA RETAMERO	B	26,00
JOAO BATISTA RETAMERO	C	12,00
JOAO CANDIDO DAS NEVES	C	12,00
JOAO CANDIDO DAS NEVES	D	9,50
JOAO CANDIDO DAS NEVES	E	4,00
JOAO CUSTODIO DOS SANTOS	B	26,00
JOAO DAGOSTO	D	9,50
JOAO DAGOSTO	E	4,00
JOAO DE SOUZA RAMOS	D	9,50
JOAO DE SOUZA RAMOS	E	4,00
JOAO FELICISSIMO THEODORO	C	12,00
JOAO GOUVEIA SOUTO	B	26,00
JOAO GOUVEIA SOUTO	C	12,00
JOAO GOUVEIA SOUTO	D	9,50
JOAO MARTINS CASTELHANO	C	12,00
JOAO PESSOA	A	48,00

JOAO PESSOA	B	26,00
JOAO RIBEIRO DE MATTOS.	A	48,00
JOAO RIBEIRO DE MATTOS.	C	12,00
JOAO RIBEIRO DE MATTOS.	D	9,50
JOAO ROSA DAMASCENO	A	48,00
JOAO ROSA DAMASCENO JUNIOR	A	48,00
JOAO ROSA DAMASCENO JUNIOR	B	26,00
JOAO ROSA DAMASCENO JUNIOR	C	12,00
JOAO ROSA DAMASCENO JUNIOR	D	9,50
JOAO SANTIAGO	D	9,50
JOAO SANTIAGO	E	4,00
JOAO SCHELCK	C	12,00
JOAO SCHELCK	D	9,50
JOAQUIM BERNARDINO DE BARROS	A	48,00
JOAQUIM BERNARDINO DE BARROS	C	12,00
JOAQUIM ROSA DA GAMA	B	26,00
JOAQUIM ROSA DA GAMA	C	12,00
JOAQUIM ROSA DA GAMA	D	9,50
JOAQUIM ROSA DA GAMA	E	4,00
JOR JOSÉ RAMALHO DE BARROS	D	9,50
JORGE FELIX	B	26,00
JORGE FELIX	C	12,00
JORN JOSE EDUARDO R DE BARROS	C	12,00
JORN JOSE EDUARDO R DE BARROS	D	9,50
JORN JOSE EDUARDO R DE BARROS	E	4,00
JOSE ADELINO DA COSTA	C	12,00
JOSE ADELINO DA COSTA	D	9,50
JOSE ALVIM TOSTES JUNIOR	D	9,50
JOSÉ ARTHUR MOREIRA	C	12,00
JOSE AUGUSTO MACHADO	C	12,00
JOSE AZEVEDO CRUZ	D	9,50
JOSE AZEVEDO CRUZ	E	4,00
JOSE CARLOS MOREIRA BRUNO	D	9,50
JOSE CARLOS MOREIRA BRUNO	E	4,00
JOSE CARNEIRO DA ROCHA	D	9,50
JOSE DA SILVA BASTOS	A	48,00
JOSE DA SILVA BASTOS	B	26,00
JOSE DA SILVA BASTOS	D	9,50
JOSE DE CARVALHO	B	26,00
JOSE DE CARVALHO	C	12,00
JOSE DE CARVALHO	D	9,50
JOSE DE CARVALHO	E	4,00
JOSE DIAS DE SOUZA	C	12,00
JOSE DIAS DE SOUZA	D	9,50
JOSE DO AMARAL	B	26,00
JOSE FERNANDO ALVIM TOSTES	B	26,00

JOSE FERNANDO ALVIM TOSTES	C	12,00
JOSE FERNANDO ALVIM TOSTES	D	9,50
JOSE FIGUEIREDO	E	4,00
JOSE GIUDICE	B	26,00
JOSE GUIMARAES BASTOS	C	12,00
JOSE GUIMARAES BASTOS	E	4,00
JOSE HOMEM DA COSTA	C	12,00
JOSE HOMEM DA COSTA	D	9,50
JOSE HOMEM DA COSTA	E	4,00
JOSE HONORATO CARNEIRO	D	9,50
JOSE JOAQUIM DE ANDRADE	B	26,00
JOSE LUIZ SALVINE DA CUNHA	C	12,00
JOSE LUIZ SALVINE DA CUNHA	D	9,50
JOSE LUIZ SALVINE DA CUNHA	E	4,00
JOSE MARCIO MARTINS BARBOSA	C	12,00
JOSE MARCIO MARTINS BARBOSA	E	4,00
JOSE MARIA DA SILVA	C	12,00
JOSE MARIA DA SILVA	D	9,50
JOSE MARIA DA SILVA	E	4,00
JOSE MARTINS DA SILVA	C	12,00
JOSE MARTINS DA SILVA	D	9,50
JOSÉ MERCANTE	C	12,00
JOSE MONTEIRO DE BARROS	B	26,00
JOSE MONTEIRO DE BARROS	C	12,00
JOSE MONTEIRO DE BARROS	D	9,50
JOSE NEGLE	B	26,00
JOSE NEGLE	C	12,00
JOSE NEGLE	D	9,50
JOSE NEGLE	E	4,00
JOSE PEDRO DA SILVA	C	12,00
JOSE PEDRO DA SILVA	D	9,50
JOSE PELLEGRINO	B	26,00
JOSE PELLEGRINO	C	12,00
JOSE RIBEIRO LEITE	C	12,00
JOSE RIBEIRO LEITE	D	9,50
JOSE RODRIGUES DA COSTA	A	48,00
JOSE RODRIGUES DA COSTA	C	12,00
JOSE RODRIGUES DA COSTA	D	9,50
JOSE RODRIGUES DA COSTA	E	4,00
JOSE RODRIGUES DA COSTA	E	4,00,4,006
JOSE SOARES CONSTANCIO	C	12,00
JOSE TOSTES PADILHA	E	4,00
JOSE VENANCIO GARCIA	C	12,00
JOSE VIANA DA SILVA	C	12,00
JOSEFINA BARROS TOSTES	B	26,00
JOSEFINA DAMASCENO	D	9,50

JUIZ DE FORA	C	12,00
JUIZ DE FORA	D	9,50
JULIA MIGUEL ANTONIO	E	4,00
JULIETA XAVIER DESOUZA	C	12,00
JULIETA XAVIER DESOUZA	D	9,50
JULIETA XAVIER DESOUZA	E	4,00
JUVENCIO GONÇALVES DA SILVA	D	9,50
LAILSON ANTONIO SENTINELA MARQ	C	12,00
LAILSON ANTONIO SENTINELA MARQ	D	9,50
LAILSON ANTONIO SENTINELA MARQ	E	4,00
LAURINDO ALVIM PEREIRA	D	9,50
LAURINDO ALVIM PEREIRA	E	4,00
LAURO ALVIM COIMBRA	C	12,00
LAURO ALVIM COIMBRA	D	9,50
LAURO ALVIM COIMBRA	E	4,00
LIDIA BARROS MERCANTE	C	12,00
LIDIA BARROS MERCANTE	D	9,50
LINO DE PAULA FILHO	B	26,00
LIVIA DE CARVALHO PERISSE	D	9,50
LIVIA DE CARVALHO PERISSE	E	4,00
LOURIVAL TEPERINO	C	12,00
LOURIVAL TEPERINO	D	9,50
LUCAS DAMASCENO	C	12,00
LUCAS DAMASCENO	D	9,50
LUIZ MARQUES	C	12,00
LUIZ MARQUES	D	9,50
LUIZA DESIDERIO BERETTA	E	4,00
MANOEL ANTONIO PESTANA	B	26,00
MANOEL ANTONIO PESTANA	C	12,00
MANOEL ANTONIO PESTANA	D	9,50
MANOEL ANTONIO PESTANA	E	4,00
MANOEL DA SILVA ALMEIDA	A	48,00
MANOEL DA SILVA ALMEIDA	B	26,00
MANOEL DA SILVA ALMEIDA	D	9,50
MANOEL DAMASCENO FRANCO	C	12,00
MANOEL DO COUTO PAIVA	A	48,00
MANOEL DO COUTO PAIVA	B	26,00
MANOEL DO COUTO PAIVA	C	12,00
MANOEL DO COUTO PAIVA	D	9,50
MANOEL DO COUTO PAIVA	E	4,00
MANOEL DO COUTO PAIVA	E	4,00,4,006
MANOEL JOSE DE OLIVEIRA	C	12,00
MANOEL JOSE DE OLIVEIRA	D	9,50
MANOEL JOSE DE OLIVEIRA	E	4,00
MANOEL LUIZ DOS SANTOS	D	9,50
MANOEL MIGUEL SOUTO	B	26,00

MANOEL MIGUEL SOUTO	C	12,00
MANOEL OSWALDO RANGEL.	B	26,00
MANOEL OSWALDO RANGEL.	C	12,00
MANOEL SIMPLICIO LINHARES	C	12,00
MANOEL SIMPLICIO LINHARES	D	9,50
MANOEL SIMPLICIO LINHARES	E	4,00
MANOEL VIEIRA DE SOUZA	C	12,00
MANOEL VIEIRA DE SOUZA	D	9,50
MARCILIO DE POLY	A	48,00
MARCILIO DE POLY	B	26,00
MARCILIO DE POLY	C	12,00
MARCILIO DE POLY	E	4,00
MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	A	48,00
MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	B	26,00
MARGARIDA TORRE BOTELHO	B	26,00
MARIA BEFA TRINDADE	B	26,00
MARIA LARANJEIRA	B	26,00
MARIA LARANJEIRA	C	12,00
MARIA LUIZA BARBOSA BERETTA	E	4,00
MARIA SALETE DE BARROS MERCANT	C	12,00
MARIA SALETE DE BARROS MERCANT	D	9,50
MARIANO DE MORAES TOSTES	E	4,00
MARIO FERREIRA DA SILVA	A	48,00
MARIO FERREIRA DA SILVA	D	9,50
MARIO FERREIRA DA SILVA	E	4,00
MATOSO MAIA	A	48,00
MATOSO MAIA	B	26,00
MELCHIADES CARDOSO	B	26,00
MELCHIADES PICANCO	B	26,00
MELCHIADES PICANCO	C	12,00
MELCHIADES PICANCO	D	9,50
MENDONCA	B	26,00
MENDONCA	C	12,00
MENDONCA	D	9,50
MICHEL SALIM	E	4,00
MIGUEL BRUNO DE MARTINO	B	26,00
MIGUEL BRUNO DE MARTINO	C	12,00
MIGUEL BRUNO DE MARTINO	E	4,00,4,006
MIRACEMA - VENDA DAS FLORES	D	9,50
MOACYR SCHUELLER	B	26,00
MOTA	B	26,00
MUNICIPAL LADO MIRACEMENSE	C	12,00
MUNIZ	C	12,00
MUNIZ	D	9,50
NABOR ALVIM BRAGA	C	12,00
NAIR VILACA	C	12,00

NAIR VILACA	D	9,50
NAIR VILACA	E	4,00
NESTOR COELHO DA ROCHA	C	12,00
NESTOR COELHO DA ROCHA	D	9,50
NEZIO CAMARA CASTRO	D	9,50
NEZIO CAMARA CASTRO	E	4,00
NILO PEÇANHA	A	48,00
NILO PEÇANHA	B	26,00
NILO PEÇANHA	C	12,00
NILO PEÇANHA	D	9,50
NILO PEÇANHA	E	4,00,4,006
NILO DE PAULA FILHO	B	26,00
NILO JOSE DE AVILA	B	26,00
NILO JOSE DE AVILA	D	9,50
NILO RONZE	C	12,00
NILO RONZE	D	9,50
NOSSO SENHOR DOS PASSOS	B	26,00
NOSSO SENHOR DOS PASSOS	C	12,00
NOSSO SENHOR DOS PASSOS	E	4,00,4,006
OCARIO DA SILVA BASTOS	B	26,00
ONOFRO ZACARIAS	D	9,50
ONOFRO ZACARIAS	E	4,00
ORESTE SIQUEIRA PICANCO	A	48,00
ORESTE SIQUEIRA PICANCO	D	9,50
ORESTE SIQUEIRA PICANCO	E	4,00
ORLANDO DE MARTINO AVERSA	D	9,50
ORLANDO MERCANTE DA CUNHA	C	12,00
ORLANDO MERCANTE DA CUNHA	D	9,50
OSCAR CARNEIRO CAVALCANTE	B	26,00
OSCAR CARNEIRO CAVALCANTE	D	9,50
OSCAR CARNEIRO CAVALCANTE	E	4,00
OSMAR RIBEIRO RESENDE	E	4,00
OSVALDO MARINHO DOS PASSOS	B	26,00
OSVALDO MARINHO DOS PASSOS	C	12,00
OSVALDO MARINHO DOS PASSOS	D	9,50
OSVALDO RANGEL	A	48,00
PAPA JOAO XXIII	B	26,00
PAPA JOAO XXIII	C	12,00
PAPA JOAO XXIII	D	9,50
PARAISO-MIRACEMA	C	12,00
PAULINO PADILHA	B	26,00
PAULO AUGUSTO MACHADO	E	4,00
PAULO JOSE LINHARES RODRIGUES	B	26,00
PEDRO DA SILVA BASTOS	C	12,00
PEDRO DA SILVA BASTOS	D	9,50
PEDRO DA SILVA BASTOS	E	4,00

PEDRO DOS SANTOS	B	26,00
PEDRO DOS SANTOS	C	12,00
PEDRO DOS SANTOS	D	9,50
PEDRO DOS SANTOS	E	4,00
PEDRO ELIDIO	C	12,00
PEDRO ELIDIO	D	9,50
PEDRO ELIDIO	E	4,00
PEDRO GONCALVES	B	26,00
PLACIDO ANTONIO DE BARROS	C	12,00
PLACIDO ANTONIO DE BARROS	D	9,50
PORFIRIO AUGUSTO BOTEHO	D	9,50
PORFIRIO AUGUSTO BOTEHO	E	4,00
PREF JOSE DE CARVALHO	A	48,00
PREF JOSE DE CARVALHO	B	26,00
PREF JOSE DE CARVALHO	D	9,50
PREF MARCELINO BARROS TOSTES	C	12,00
PREF MARCELINO BARROS TOSTES	D	9,50
PREF MOACIR JUNQUEIRA	B	26,00
PREF NILO RODRIGUES LOMBA	B	26,00
PREF ODILON BARROSO BOTELHO.	C	12,00
PREF ODILON BARROSO BOTELHO.	D	9,50
PREF ODILON BARROSO BOTELHO.	E	4,00
PREF SALIM BOU ISSA	B	26,00
PROFESSOR NESIO CAMERA CASTRO	D	9,50
PROFESSOR NESIO CAMERA CASTRO	E	4,00
PROFESSOR JOAO ROGERIO DO NASC	E	4,00
PROFESSOR JOSE MARIA MACHADO	B	26,00
PROFESSOR JOSE MARIA MACHADO	C	12,00
PROFESSOR JOSE MARIA MACHADO	D	9,50
PROFESSOR JOSE MARIA MACHADO	E	4,00
PROFESSOR NESIO CAMERA CASTRO	D	9,50
PROFESSOR NESIO CAMERA CASTRO	E	4,00
PROFESSOR NESIO CAMERA CASTRO	E	4,00,4,006
PROFESSOR ORLANDO MERCANTE DA	B	26,00
PROFESSOR ORLANDO MERCANTE DA	C	12,00
PROFESSOR ORLANDO MERCANTE DA	D	9,50
PROFESSOR ORLANDO MERCANTE DA	E	4,00
PROFESSORA ISABEL FERREIRA ORC	C	12,00
PROFESSORA ISABEL FERREIRA ORC	D	9,50
PROFESSORA ISABEL FERREIRA ORC	E	4,00
PROFESSORA ISABEL FERREIRA ORC	E	4,00,4,006
PROFESSORA JULIETA DAMASCENO	B	26,00
PROFESSORA JULIETA DAMASCENO	C	12,00
PROFESSORA JULIETA DAMASCENO	D	9,50
PROFESSORA JULIETA DAMASCENO	E	4,00
PROFESSORA LAURECI PEREIRA BRA	B	26,00

PROFESSORA MARGARIDA DEROSSI P	E	4,00
PROFESSORA MARIA LENICE S PADI	E	4,00
PROFESSORA MARIA TEREZA SODRE	E	4,00
PROFESSORA MARIZA XAVIER DE LI	B	26,00
PROFESSORA MARIZA XAVIER DE LI	C	12,00
PROFESSORA MARIZA XAVIER DE LI	E	4,00
PROFESSORA ORLANDA DE MARTINO	D	9,50
PROFESSORA SOLANGE COUTINHO MO	D	9,50
PROFESSORA SOLANGE COUTINHO MO	E	4,00
PROJ ROD RJ 200 MIR - PALMA	D	9,50
PROJ ROD RJ 200 MIR - PALMA	E	4,00
PROJETADA	B	26,00
PROJETADA	C	12,00
PROJETADA	D	9,50
PROJETADA	E	4,00
PROJETADA	E	4,00,4,006
PROJETADA - 1 TRAVESSA	D	9,50
PROJETADA B	D	9,50
PROJETADA B	E	4,00
PROJETADA D	D	9,50
PROJETADA D	E	4,00
PROJETADA RUA DA CRECHE	D	9,50
PROJETADA (ATRAS DO CAMPO)	E	4,00
PROJETADA (PARALELA ARISTIDES	D	9,50
PROJETADA `` E ´´	D	9,50
PROJETADA `` E ´´	E	4,00
PROJETADA C	D	9,50
PROJETADA C	E	4,00
PROJETADA CRECHE	C	12,00
PROJETADA DA VILA MUNIZ	E	4,00
PROJETADA DO MORRO DOS OPERARI	E	4,00
PROJETADA PARALELA A JOAQUIM R	B	26,00
PROJETADA PARALELA A JOAQUIM R	D	9,50
PROJETADA PARALELA/ AV.ANTONIO	B	26,00
PROJETADA RUA JOSE DOS SANTOS	E	4,00
PROJETADA16 C/ ANICETO DE CA	C	12,00
Q	E	4,00
RECANTO DA SAUDADE	E	4,00
RECREIO (CARRAPICHAO)	D	9,50
REIS	B	26,00
REIS	C	12,00
RICARDO VALE	C	12,00
RICARDO VALE	D	9,50
RIGHI	C	12,00
RITA MARIA DA GLORIA SOUZA	D	9,50
RJ - 116	D	9,50

RJ - 116	E	4,00
RJ - 116 ESTR MIRACEMA PADUA	D	9,50
RJ - 200	C	12,00
RJ-200 KM 3 EST. MIRA\PALMA	E	4,00,4,006
RODOLFO ALVES RODRIGUES	B	26,00
RODOLFO ALVES RODRIGUES	C	12,00
ROSA DOS SANTOS FINGOLO	C	12,00
ROSA DOS SANTOS FINGOLO	E	4,00
ROSA DOS SANTOS FINGOLO	E	4,00,4,006
ROSARIO MERCANTE	C	12,00
ROSARIO MERCANTE	E	4,00
SAHID MANSUR	B	26,00
SALIM DAMIAM	A	48,00
SALIM DAMIAM	B	26,00
SALVADOR CIUFFO	A	48,00
SALVADOR CIUFFO	B	26,00
SALVADOR CIUFFO	C	12,00
SALVADOR CIUFFO	D	9,50
SAMEL	B	26,00
SAMEL	C	12,00
SAMEL	D	9,50
SAMEL	E	4,00
SANTA LUZIA	C	12,00
SANTO ANTONIO	A	48,00
SANTO ANTONIO	B	26,00
SANTOS DUMONT	B	26,00
SAO BENEDITO	B	26,00
SAO BENEDITO	C	12,00
SAO BENEDITO	D	9,50
SAO CLEMENTE	A	48,00
SAO CLEMENTE	D	9,50
SEAC	E	4,00
SEBASTIANA MARIA DA CONCEICAO	B	26,00
SEBASTIANA MARIA DA CONCEICAO	C	12,00
SEBASTIAO BRAGA BASTOS	B	26,00
SEBASTIAO BRAGA BASTOS	C	12,00
SEBASTIAO BRAGA BASTOS	D	9,50
SEBASTIAO BRAGA BASTOS	E	4,00
SEBASTIAO GONCALVES MOREIRA	D	9,50
SEBASTIAO GONCALVES MOREIRA	E	4,00
SEBASTIAO H HIPOLITO	C	12,00
SEBASTIÃO PEREIRA DE MEDEIROS	B	26,00
SEBASTIÃO PEREIRA DE MEDEIROS	C	12,00
SEBASTIÃO PEREIRA DE MEDEIROS	D	9,50
SOUTO	B	26,00
SOUTO	C	12,00

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

SOUTO	D	9,50
SOUTO	E	4,00
SUELY	B	26,00
SUELY	C	12,00
SUELY	D	9,50
TASSO ALVES BARROSO	D	9,50
TASSO ALVES BARROSO	E	4,00
TEIXEIRA	B	26,00
TEIXEIRA	C	12,00
TEPERINO	B	26,00
TEPERINO	C	12,00
TEPERINO	D	9,50
THIAGO MARTINS DE MEIRELLES	B	26,00
THIAGO MARTINS DE MEIRELLES	C	12,00
URURAHY DE MATTOS MACEDO	B	26,00
URURAHY DE MATTOS MACEDO	C	12,00
URURAHY DE MATTOS MACEDO	D	9,50
URURAHY DE MATTOS MACEDO	E	4,00
VALDEMAR CAMPELO TORRES	B	26,00
VASCO TEIXEIRA	D	9,50
VER DANILO CARDOSO	D	9,50
VER CELSO BASTOS DE BARROS	D	9,50
VER CELSO MOREIRA TOSTES	D	9,50
VER DANILO CARDOSO	D	9,50
VER JOSE PEREIRA NETO	C	12,00
VER JOSE PEREIRA NETO	D	9,50
VICENTE DUTRA DE MORAES	C	12,00
VICENTE DUTRA DE MORAES	D	9,50
VICTORIO MANOEL FARINAZZO	B	26,00
VICTORIO MANOEL FARINAZZO	C	12,00
VICTORIO MANOEL FARINAZZO	D	9,50
VIRGILIO DAMASCENO	D	9,50
VIRGILIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	B	26,00
WADY MIGUEL	E	4,00
WALACE MERCANTE	C	12,00
WALACE MERCANTE	D	9,50
WALDEMAR SAMEL	B	26,00
WALLACE DE MARTINO AMIM	C	12,00
WANDER ROSA DA GAMA.	D	9,50
WANDER ROSA DA GAMA.	E	4,00
WANDERLEY LOPES FREIRE	C	12,00
XV DE NOVEMBRO	B	26,00
XV DE NOVEMBRO	D	9,50

ANEXO II

VALOR DO METRO QUADRADO (M^2) DA CONSTRUÇÃO

TIPO EDIFICAÇÃO	REGIÃO				
	A	*B*	*C*	*D*	*E*
CASA	*490,00*	*380,00*	*291,00*	*235,00*	*175,00*
APARTAMENTO	*500,00*	*390,00*	*300,00*	*245,00*	*180,00*
ESPECIAL	*291,00*	*235,00*	*175,00*	*116,00*	*60,00*
LOJA	*291,00*	*235,00*	*175,00*	*116,00*	*60,00*
FÁBRICA	*175,00*	*116,00*	*82,00*	*53,00*	*36,00*
GALPÃO	*145,00*	*94,00*	*64,00*	*41,00*	*29,00*
TELHEIRO	*88,00*	*59,00*	*42,00*	*29,00*	*18,00*
CONTRUÇÃO PRECÁRIA	*29,00*	*18,00*	*12,00*	*9,00*	*6,00*

FATORES DE REDUÇÃO DO TERRENO

TABELA I - Fator de Topografia

Topografia	Fator
Plano	1,00
Aclive	0,90
Declive	0,70
Irregular	0,80

TABELA II - Fator de Pedologia

Pedologia	Fator
Firme	1,00
Inundável	0,70
Alagado	0,60
Combinação	0,80

TABELA III - Fator de Situação

Situação	Fator
Meio de Quadra	1,00
Mais de uma frente	1,10

Vila	0,80
Encravado	0,80
Gleba	1,00

TABELA IV - Fator de Redução de Áreas (Fator de Gleba)

Metragem Inicial	Metragem Final	Redutor de Gleba
0	5999,99	1
6000	9999,99	0,85
10000	15999,99	0,75
16000	23999,99	0,70
24000	39999,99	0,60
40000	99999,00	0,50
100000	999999,99	0,40

FATORES DE REDUÇÃO DA EDIFICAÇÃO

TABELA I - Tabela de apuração de pontos conforme as características construtivas

Tipo de Edificação		Casa	Casa Precári	Apto	Loja	Galpão	Telheiro	Fabrica	Especial
ESTRUTURA	Alvenaria	0,15	0,16	0,1	0,1	0,15	0,15	0,16	0,18
	Madeira	0,04	0,1	0	0,05	0,12	0,15	0,12	0,2
	Metálico	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
	Concreto	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
REVESTIMETNTO EXTERNO	Sem	0	0,04	0	0	0,06	0	0,05	0
	Reboco	0,08	0,08	0,08	0,08	0,06	0	0,08	0,08
	Cerâmica	0,09	0,1	0,1	0,1	0,1	0	0,1	0,1
	Madeira	0,1	0,1	0	0,1	0,1	0	0,1	0,1
	Especial	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0	0,1	0,1

COBERTURA	Palha/Zinco	0,1	0,06	0	0	0,06	0,1	0,05	0
	Telha Cim/Amianto	0,05	0,06	0,1	0,08	0,06	0,15	0,08	0,1
	Telha de barro	0,09	0,1	0,1	0,09	0,06	0,18	0,1	0,09
	Laje	0,09	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
	Especial	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
PAREDES	Sem	0	0	0	0	0	0	0	0
	Táipa	0,03	0,04	0	0,03	0,02	0	0,02	0
	Alvenaria	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0	0,05	0
	Concreto	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0	0,05	0,05
	Madeira	0,04	0,04	0	0,04	0,04	0	0,04	0,05

Tipo de Edificação		Casa	Casa Precári	Apto	Loja	Galpão	Telheiro	Fabrica	Especial
FORRO	Sem	0,02	0,06	0	0,04	0,06	0,05	0,05	0
	Madeira	0,1	0,09	0,08	0,08	0,09	0,1	0,08	0,08
	Estuque	0,05	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
	Laje	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
	Chapas	0,05	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

INSTALAÇÃO SANITÁRIA	Sem	0	0	0	0	0	0	0	0
	Externa	0,08	0,1	0	0,05	0,14	0,14	0,14	0,1
	Interna Simples	0,1	0,15	0,1	0,15	0,15	0,15	0,15	0,1
	Mais de uma Inst.	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15
	Interna Completa	0,12	0,15	0,12	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15
INSTAL. ELÉTRICA	Sem	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aparente	0,05	0,1	0,04	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
	Embutida	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,15	0,1	0,1
PISO	Terra batida	0	0,1	0	0	0,05	0	0,05	0
	Cimento	0,08	0,15	0,15	0,2	0,15	0,1	0,15	0
	Cerâmica	0,15	0,2	0,15	0,18	0,19	0,2	0,19	0,18
	Tábuas	0,1	0,2	0,15	0,15	0,18	0,2	0,15	0,18
	Taco	0,15	0,2	0,16	0,15	0,18	0,2	0,15	0,18
	Mat. Plástico	0,19	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
	Especial	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

TABELA II - Fator de Alinhamento

Alinhamento	Fator
Alinhada	0,90
Recuada	1,00

TABELA III - Fator de Posicionamento

Posicionamento	Fator
Isolada	1,00
Conjugada	0,90
Geminada	0,80

TABELA IV - Fator da Situação

Situação	Fator
Frente	1,00
Fundos	0,80

TABELA V - Fator de Estado de Conservação

Estado de Conservação	Fator
Nova/Ótima	1,00
Boa	0,90
Regular	0,80
Má	0,70

TABELA VI - Fator de Idade

Ano da Construção	Fator
Menor que 1972	0,50
Maior que 1972	1,00

ISSQN TRIBUTAÇÃO FIXA

TABELA I – PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS

Por Categoria e/ou nível	UFIR
a) Superior	240

b) Médio	120
c) Taxistas	100
d) Demais Profissionais	30

TABELA II – SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS

ATIVIDADE REALIZADA (Valor para cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não)	UFIR
4.01 – Medicina e biomedicina.	200
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	180
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	140
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	180
4.11 – Obstetrícia.	200
4.12 – Odontologia.	180
4.15 – Psicanálise.	180
4.16 – Psicologia.	180
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	180
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	180
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	180
17.15 – Auditoria.	180
17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	140
17.19 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	160

TAXAS DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS MUNICIPAIS

TABELA I – TAXA DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

REGIÃO / METRAGEM	UFIR
I –Até 40 m^2:	
a) Todas as Regiões	45
II – Acima de 40 m^2:	
e) Região A por m^2 de área:	1,50
f) Região B por m^2 de área:	1,40
g) Região C por m^2 de área:	1,30
h) Região D por m^2 de área:	1,20
i) Região E por m^2 de área:	1,10

TABELA II – TAXA DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

REGIÃO / METRAGEM	UFIR
I –Até 40 m²:	
a) Todas as Regiões	**80**
II – Acima de 40 m²:	
a) Região A por m² de área:	**2,50**
b) Região B por m² de área:	**2,40**
c) Região C por m² de área:	**2,30**
d) Região D por m² de área:	**2,20**
e) Região E por m² de área:	**2,00**

TABELA III - TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE;

TEMPO DE EXERCÍCIO	*VALOR EM UFIR*
POR DIA	6
POR ANO	200

TABELA IV - TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

TIPO	UFIR
I - Publicidade relativa a atividade local, com a fixação:	
a) na parte interna ou externa de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros;	**25**
b) Quando luminosos;	**15**
II - Publicidade de Terceiros, com a fixação:	
a) na parte interna ou externa de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros;	**90**
b) Quando luminosos;	**40**
III - Publicidade escrita:	
1- No interior de veículos de uso público não destinados a publicidade como ramo de negócio - qualquer espécie ou quantidade por anunciante;	**90**
2 - Em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade escrita na parte externa - qualquer espécie ou quantidade por veículo:	
a) Do próprio;	**25**
b) De terceiros;	**90**

3 - Em vitrines, stand, vestíbulos e outras dependências de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de prestação de serviços e outros para a divulgação de produtos ou serviços estranhos ao ramo de atividade do contribuinte. Qualquer espécie ou quantidade por anunciante;	**90**
4 - Publicidade em placas, painéis, cartazes, letreiros, tabuletas, faixa e similares, colocados em terrenos, tapumes, platibandas, andaimes, muros, telhados, paredes, terraços, jardins, cadeiras, bancos, toldos, mesas, campos de esporte, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de qualquer via ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais;	**200**
5) Publicidade por meio de projeção de filmes ou similares em vias ou logradouros públicos;	**90**
6) Propaganda em impressos ou similares;	**25**
IV - Publicidade sonora:	
a) Volante por veículos, quando do próprio estabelecimento;	**90**
b) Volante por veículos de terceiros;	**110**
c) Serviço de alto-falantes fixo:	
1 - Quando próprio;	**400**
2 - Quando de terceiros/	**680**

TABELA V - DA TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES

TIPO DE OBRAS E INSTALAÇÕES	UFIR
I -Construções:	
a) Prédios residenciais de um ou mais pavimentos por m2 de área construídas em qualquer das áreas ou zonas do Município	**0,5**
b) Prédios de um ou mais pavimentos,destinados à atividade industrial:	
1) Nas áreas urbanas onde não haja isenção	**1,5**
2) Nas áreas de expansão urbana onde não haja Isenção	**1**
3) Nas áreas industriais fixadas na Lei do Desenvolvimento Urbano de acordo com a alínea III do Art. 146 do Presente Código	**ISENTO**
c) Prédios de um ou mais pavimentos, destinados à atividade comercial ou profissional por m2 de área construída	**0,7**
d) Dependências em prédios residenciais, por m2 de área construída. Em qualquer das áreas ou zonas do Município	**1**
e) Dependências em quaisquer outros prédios, para quaisquer finalidades, por m2 de área construída, nas áreas fixadas na Lei do Desenvolvimento Urbano	**0,5**

f) Galpões por m2 de área construída :	
1) Na área urbana	**1,5**
2) Na área de expansão urbana	**1,5**
3) Na área industrial , exceto para servir a indústria	**0,5**
II - Reconstruções, reformas, modificações sem acréscimos de áreas de construções e reparos que dependem de licença. As licenças para estes tipos de obras parciais pagarão a Taxa de acordo com a natureza pela metade do valor que estiver especificado nesta tabela, por metro quadrado/ (m2) de construção.	
III - Obras Diversas:	
a) Construção ou reconstrução de:	
1) Fachada de edifícios por m2	**0,5**
2) Muros divisórios metro linear	**1**
3) Muros externos metro linear	**3**
4) Piscinas por m3	**4,5**
5) Marquizes, sacadas, cobertas fixas ou movediças e obras análogas, por m2	**1**
6) Tapumes de madeira ou outro material , em ruas pavimentadas ou não, por metro linear	**1**
7) Abertura de portões, por unidade	**15**
8) Forno de padaria, por unidade	**25**
9) Rebaixamento de meio-fio, para entradas de veículos, por metro linear	**6**
10) Lageamento de pátios e quintais, por m2	**0,5**
11) Mudança de telhado desde que não se trate de construção	**0,5**
12) Pequenas obras não especificadas, por metro linear ou por metro quadrado (m2) conforme o caso	**1,5**
IV – Instalações	
a) Colocação ou substituição de bombas de combustíveis e lubrificantes, inclusive tanque, por unidade	**135,00**
b) Instalação de casas comerciais sem alteração de planta do imóvel, por m2	**0,5**
V - Demolição de Prédio, por m2 a ser demolido:	
1) Nas áreas urbanas	**3**
2) Nas áreas de expansão urbanas	**1,5**
3) Na área industrial	**1,5**
4) Qualquer tipo de demolição que estiver causando perigo	**ISENTO**
VI - Construção e reconstrução funerárias:	
a) De mausoléu e jazigo	**100**
b) Carneiro ou nicho em alvenaria	**46**

VII - Nivelamento e alinhamento:	
a) Nivelamento:	
1) Na área urbana ou de expansão urbana, por metro linear	**1,5**
2**)** Na área industrial, exceto no caso de isenção por metro linear de testada	**0,5**
b) Alinhamento	
1) Na área urbana ou de expansão urbana por metro linear de testada	**1,5**
2) Na área industrial, exceto nos casos de isenção, por metro linear de testada	**0,5**
VIII - Construções não conforme a legislação em vigor, por m2	**15**

TABELA VI - DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS DE TERRENOS PARTICULARES

TIPO	UFIR
I –Arruamentos	
a) Na aprovação de arruamentos em área total até 20.000 m^2, descontadas as destinadas a logradouros públicos, por metro linear de logradouro;	**3**
b) Na aprovação de arruamentos em área total superior a 20.000 m^2, descontadas as destinadas a logradouros públicos, por metro linear de logradouro;	**0,5**
II –Loteamentos	
a) Da aprovação de loteamento em área total de até 10.000 m^2, descontadas as destinadas a logradouros públicos, por m^2;	**1**
b) Da aprovação de loteamento em área total acima de 10.000 m^2, descontadas as destinadas a logradouros públicos, por m^2	**0,5**

TABELA VII - DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

TIPO	UFIR
I - Instalações em vias e logradouros públicos desde que devidamente autorizadas:	
a) Em caráter temporário, por m2, por dia;	**6**
b) Em caráter Permanente, por m2, por ano;	**40**
II - Instalações de circos e parques de diversões:	
c) Em caráter temporário, por m2, por dia;	**0,5**
d) Em caráter Permanente, por m2, por ano;	**20**
IV- Reserva e espaço para veículos, por espaço correspondente a um veículo por:	
a) De aluguel (táxis,caminhões e similares) por mês	**10**
b) Particulares	**5**

TABELA VIII - DA TAXA DE VIGILÂNCIA E INSPEÇÃO SANITÁRIA

ATIVIDADE	UFIR
I - Para estabelecimentos, com até 50 m², que fabrique, produza, beneficie, manipule, acondicione, transporte, distribua, venda, extraia, sintetize, prepare, purifique, importe, exporte, armazene, compre ou ceda: **a)** alimentos; **b)** animais vivos; **c)** sangue e hemoderivados	**10**
I - Para estabelecimentos, acima de 50 m², que fabrique, produza, beneficie, manipule, acondicione, transporte, distribua, venda, extraia, sintetize, prepare, purifique, importe, exporte, armazene, compre ou ceda: **a)** alimentos; **b)** animais vivos; **c)** sangue e hemoderivados	**20**
II - explore estabelecimentos e/ou preste serviços de interesse à saúde:	
a) consultórios médicos e clínicas médicas sem internação, ambas sem procedimentos invasivos, consultórios e clínicas destinadas à prestação de serviços de interesse à saúde, executados por demais profissionais de saúde regulamentados em lei específica, bem como a atividade de acupuntura	**50**
b) salões de cabeleireiros, manicure, pedicure, depilação, podologia, atividade de massagem, saunas, hidroterapia e congêneres	**30**
c) laboratório de prótese dentária, comércio de ótica, comércio de materiais médico-hospitalares, órteses, próteses, odontológicos e congêneres	**50**
d) clínicas e consultórios veterinários e atividades afins	**50**
e) creches e estabelecimentos congêneres	**30**
f) academias de ginástica e congêneres	**30**
g) consultórios médicos e clínicas médicas sem internação, ambas com procedimentos invasivos	**50**
h) consultórios e clínicas odontológicas, ambas com ou sem radiologia intra-oral	**50**
i) institutos de estética, beleza e congêneres	**30**
j) serviço de transporte de pacientes, bem como a sua sede técnico-administrativa e unidades móveis odontológicas	**50**
k) distribuidoras de medicamentos, cosméticos, correlatos, saneantes e domissanitários, sem circulação de mercadorias no local;	**50**
l) drogarias, dispensários de medicamentos e farmácias sem manipulação de medicamentos e substâncias no local;	**50**

m) indústrias de medicamentos, saneantes, domissanitários, cosméticos, correlatos, material ótico, órteses, próteses e produtos veterinários;	**60**
n) clínicas de assistência médica com internação, casas de saúde e repouso, hospitais;	**80**
o) terapia renal substitutiva, hemoterapia, bancos de sangue, unidades transfusionais;	**80**
p) radiologia, radioterapia e radioisótopos;	**80**
q) farmácias com manipulação de medicamentos e substâncias;	**80**
r) laboratório de análises clínicas, postos de coleta de exames laboratoriais e congêneres;	**80**
s) hotéis, motéis, casas de massagem e estabelecimentos congêneres;	**60**
t) demais estabelecimentos a critério da autoridade sanitária.	**60**

TABELA IX - TAXA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

TAXA	**UFIR**
I – Alvará para Construção proletária individual	**5**
II – Atestados:	
a) Por lauda de até 33 linhas	**5**
b) Sobre o que exceder, por linha ou fração	**1,5**
III – Baixas de qualquer natureza em lançamentos, inscrições ou registros	**5**
IV – Certidões, translado, atestados e cópias	
a) Por lauda de até 33 linhas;	**5**
b) Sobre o que exceder por lauda ou fração;	**1,5**
c) Busca e desarquivamento de documentos, por ano, além das taxas das alíneas “a” e “b”;	**1,5**
d) De quitação	**5**
V – Atos relativos a:	
a) Concessões;	**400**
b) Transferência entre concessões de táxi	**800**
b.1) Ficará garantida a isenção, nos casos de ascendentes(pai e mãe) e descendentes(filhos e netos) do proprietário	
c) Favores, em virtude de lei municipal	**10**
d) Permissão para explorar, a título precário, serviço ou atividade	**400**
VI – Contratos com o município de valor:	
a) Até 07 (sete) salários mínimos;	**10**
b) De mais de 07 (sete) até 26 (vinte e seis) salários mínimos;	**20**
c) De mais de 26 (vinte e seis) até 65 (sessenta e cinco) salários mínimos;	**40**

d) Acima de 65 (sessenta e cinco) salários mínimos, além da alíquota da alínea anterior, por mais 13 (treze) salários mínimos ou fração que exceder;	**15**
Nota: As prorrogações de prazo dos contratos serão cobradas pelos percentuais previstos neste item.	
VII – Requerimentos:	
a) Petições, recursos ou memoriais dirigidos aos órgãos ou autoridades municipais por lauda de 33 linhas;	**6**
b) Para recebimento de faturas, etc;	**Isento**
VIII – Termo ou registro de qualquer natureza, lavrado em livro, fichas municipais, por página, ficha ou fração;	**10**
IX - De numeração de prédios, por unidade habitacional, comercial, industrial, etc., além do preço de custo da placa fornecida	**10**
X - Taxa de apreensão e depósito de bens e mercadorias:	
a) apreensão ou arrecadação de bens abandonados nas vias públicas:	
1 - de veículos, por unidade	**40**
2 - de animais vivos, por unidade:	
a) de pequeno porte;	**5**
b) de grande porte;	**15**
3 - de mercadorias ou objeto de qualquer natureza, por unidade ou espécie;	**15**
b) Armazenagem, por dia ou fração no depósito municipal:	
1) de veículo, por unidade	**1,5**
2) de animais, por unidade:	
a) de pequeno porte	**1,5**
b) de grande porte	**15**
XI - Remoção Diversas:	
1- de detritos de lavagem de veículos, em postos de gasolina, garagens e estabelecimentos similares, por m3;	**3**
2- de animais mortos:	
a) de pequeno porte, por unidade;	**15**
b) de grande porte, por unidade	**35**
XI - Das Taxas de ocupação de Terrenos pertencentes a Municipalidade por mês	**15**
XII – Da Taxa de Cemitério	
a) Inumação em sepultura rasa:	
1 – adulto, por cinco anos;	**25**
2 – infantil, por cinco anos;	**15**

b) Inumação em carneiros:	
1 – adulto, por cinco anos;	**50**
2 – infantil, por cinco anos;	**30**
c) Inumação em mausoléu;	**150**
d) Prorrogação de prazo:	
1 – de sepultura rasa, por cinco anos;	**20**
2 – em carneiro, por cinco anos;	**40**
e) Perpetuidade:	
1 – de sepultura rasa, por m^2;	**130**
2 – de carneiro, por m^2;	**260**
3 – de jazigo, por m^2;	**350**
f) Exumações:	
1 – Antes de vencido o prazo regulamentar de decomposição;	**90**
2 – Após vencido o prazo regulamentar de decomposição;	**50**
g) Diversos:	
1 – abertura de sepultura, carneiro, jazigo ou mausoléu, perpétuo, para nova inumação;	**50**
2 – entrada de ossada no cemitério;	**25**
3 – retirada de ossada do cemitério;	**25**
4 – remoção de ossada no interior do cemitério;	**25**
5 – permissão para construção de carneiro, colocação de inscrição e execução de obras e embelezamento;	**25**
6 – emplacamento;	**20**
7 – ocupação de ossário por 5 anos;	**30**

TABELA X - TAXA DE CONSERVAÇÃO E CALÇAMENTO

TIPO DE USO	UFIR
I – TODOS	
a) Por unidade e por metro linear da testada do terreno	**0,20**

TABELA XI - TAXA DE COLETA DE LIXO

TIPO DE USO	UFIR
I – imóvel não edificado por m^2 do Terreno até o limite de 300,00 m^2;	**0,03**
II – imóvel edificado de uso residencial por m^2 de área construída até o limite de 300,00 m^2;	**0,15**
III – imóvel edificado de uso comercial e/ou industrial por m^2 de área construída até o limite de 300,00 m^2;	**0,20**

TABELA XII - TAXA DE ABATE DE GADO E AVES

LOCAL E ANIMAL	UFIR
I – No Matadouro Municipal:	
1 – bovino, por cabeça;	**16**
2 – suíno, por cabeça;	**08**
3 – caprino e ovino	**04**
II – Fora do Matadouro Municipal, no caso de abatedor particular registrado:	
1 – bovino, por cabeça;	**20**
2 – suíno, por cabeça;	**10**
3 – caprino e ovino	**5**

A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes solicitou que fosse registrada a íntegra de suas falas e de seus requerimentos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que durante as votações existem algumas discussões, entretanto elas não são realizadas de forma pessoal. Acrescentou que a implantação do Plano Real também foi polêmica e muito criticada, mas os governos futuros colheram os frutos desta implantação, acreditando que o novo Código Tributário vai beneficiar a população miracemense no futuro. Por fim, esclareceu que alguém tinha de pegar a responsabilidade de criar e votar este Código. O Vereador Alexandre Barbosa Machado agradeceu a oportunidade de participar do estudo do Código Tributário junto à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou Moção de Aplausos para o Deputado Estadual João Nacif por ter realizado a indicação da doação de uma ambulância para o Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Por fim, esclareceu que todos os Vereadores votaram no Projeto de Lei de forma consciente. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que fez um Projeto onde determina que a CAPPS/CAMEDS informe a Câmara Municipal se os repasses da Prefeitura serão feitos regularmente. Acrescentou que se no passado a Câmara Municipal recebesse estas informações a situação não estaria da forma atual. Por fim, disse que está vendo a situação da Cooperativa de Miracema com muita tristeza, sendo que já fez um ofício pedindo auxílio para a recuperação da Cooperativa. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que a resposta do Hospital de Miracema ao ofício nº 657/2013 seja encaminhada para o Ministério Público do Trabalho de Campos. Aprovado. O

Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que não é contra o Código aprovado, sendo contra as taxas abusivas, entretanto espera que o atual governo consiga colocar suas contas em dia. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Carlinhos Moreira, seus alunos e demais convidados, pela realização do XXV Recital, pois tal apresentação foi realizada com dedicação e profissionalismo. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, esclareceu que durante sua gestão como Presidente da CAPPS, nunca deixou de cobrar a dívida originária em 1996. Assim tem a certeza que esta Câmara Municipal vai conseguir resolver este problema em parceria com o Sr. Prefeito Municipal. Acrescentou que por conta de algum equívoco o pagamento de 20% (vinte por cento) referente à insalubridade dos garis municipais será realizado através de folha suplementar. Por fim, agradeceu a Vereadora Regina Célia pela convivência durante este período em que ela exerceu a Vereança. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Antônio Colombo em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gilson Teixeira Sales realizou a entrega do Título de Capelão Parlamentar para os Srs. Carlos Magno da Silva Peres e Hugo Fernandes. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou pela dedicação, determinação e certeza do dever cumprido na votação do Código, esclarecendo que já existe uma tarifa social para beneficiar as pessoas em relação às suas contas de luz. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para: 01) o Deputado Federal Romário por ter assumido a Presidência do PSB no Estado do Rio de Janeiro; 02) o Deputado Glauber Braga por ter assumido a Vice-Presidência PSB no Estado do Rio de Janeiro. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Continuando, parabenizou o Sr. Carlos Armando de Azevedo pelo trabalho desempenhado como Secretário Municipal de Agricultura, sendo que o assunto sobre o acidente ocorrido já foi explicado, uma vez que o empréstimo do referido veículo já vinha acontecendo. Por fim, agradeceu a Vereadora Regina Célia pelo tempo de convivência. A Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes agradeceu o período de convivência com os Vereadores. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para o Deputado Estadual João Peixoto por ter realizado a indicação da doação de duas ambulâncias para o Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Acrescentou

que hoje está acontecendo a reunião solene da implementação do Partido Solidariedade no Município de Miracema, sendo que no futuro irá se filiar neste Partido. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 30/09/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 30 de setembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número quarenta e sete, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 119, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a Inauguração da Casa Lar, a ser realizada n dia 01 de outubro de 2013; 02) Convite para a Sessão Solene em Comemoração aos 25 anos da Constituição Federal de 1988, a ser realizada no dia 03 de outubro; 03) Ofício PMM/SEFAZ nº 059/2013 da Secretaria Municipal da Fazenda, respondendo ofício nº 616/2013; 04) Comunicado Nº CM219008/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 05) Projeto de Lei que dá nome de Pedro Rodrigues Guimarães "Pedro Opala" a uma via Pública da Cidade, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À AMPLA - Solicitação no sentido de que envide esforços o mais breve possível a fim de que seja feito o espaçamento entre os fios da rede elétrica de Alta Tensão da Rua Laurindo Alvim Pereira, próximo a Praça do Cruzeiro. Tal solicitação se deve ao fato dos fios estarem muito juntos e constantemente ocorre falta de energia. Aprovado. 02) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Gerente do Polo Noroeste da AMPLA, Sr. José Américo Daher Rocha - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a substituição dos postes de madeira existentes no Bairro Jardim

Beverly, por postes de alvenaria, para que assim possa ser dado mais segurança aos munícipes. Aprovado. 03) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando o tombamento do Centro histórico do Município, onde nele está inserida a preservação do calçamento de paralelos nas Ruas: Marechal Floriano, Cel. José Moreira, Cel. Josino, Francisco Procópio, Praça Dona Ermelinda, Praça Ary Parreiras, Rua Paulino Padilha; Considerando a vontade do Governo em realizar a vitalização do referido Centro: Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado um novo calçamento no Centro do Município de Miracema, nos mesmos moldes do calçamento realizado em parte da Av. Deputado Luiz Fernando Linhares (em frente ao Parque de Exposições). Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Dr. Maurício Monteiro. Com a palavra, o Dr. Maurício Monteiro, após cumprimentar todos os presentes, informou que o Dr. Luís Paulo Tostes Coimbra, foi eleito Presidente da Unimed Nacional, sendo que ele estudou do Ferreira da Luz e no Colégio Cenecista de Miracema. Esclareceu que está presente nesta Casa Legislativa para sugerir que os Vereadores façam algum tipo de homenagem, podendo ser homenageado no próximo ano. Por fim, disse que a Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua fará uma homenagem ao Sr. Astrogildo, pelos 25 (vinte e cinco) anos de Direção do Jornal “A Folha”, por isso acredita que ele poderia receber uma Moção de Aplausos pelos seus serviços como jornalista. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre, inscrito também o Sr. José Antônio Paes, Diretor de Trânsito Municipal, para falar sobre seu trabalho na Secretaria Municipal de Segurança Pública. Com a palavra, o Sr. José Antônio Paes parabenizou o Sr. Prefeito Municipal pela coragem de iniciar o trabalho de legalização do trânsito. Esclareceu que não é fácil legalizar a situação do trânsito, sendo que algumas atitudes foram realizadas, tais como os Convênios assinados com o DENATRAN e com o DETRAN. Entretanto, para que o Município possa efetivamente realizar a fiscalização do trânsito é preciso criar e regularizar a JARI. Acrescentou que, durante os quatro meses que vem trabalhando, a cobrança da população em relação ao trânsito é muito grande. Disse que recebeu um Memorando do Secretário Municipal de Segurança Pública, onde foi solicitado que sua assistente fosse transferida para a Secretaria de Saúde. Por fim, informou que já pediu sua exoneração ao Sr. Prefeito Municipal, pois já teve algumas divergências com o atual Secretário Municipal e está

apenas aguardando a publicação de sua Portaria de Exoneração, acrescentando que a efetiva fiscalização do trânsito deve ser feita, pois os maus condutores de trânsito só irão respeitar as leis quando forem penalizados. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que conhece a forma honesta de trabalhar do Sr. José Antônio Paes, sendo que está lhe causando muita estranheza e indignação os trabalhos apresentados pela Secretaria de Segurança Pública, pois alguns Vereadores lutaram para que a referida Secretaria fosse criada e ela não está correspondendo as expectativas. Acrescentou que a reclamação em relação à Secretaria Municipal de Segurança Pública existe em todos os aspectos, sendo que a população tem reclamado principalmente da forma de tratamento do Sr. Secretário em relação aos miracemenses. Por fim, parabenizou o Sr. José Antônio Paes pelo período em que ele disponibilizou o seu trabalho a favor do Município de Miracema. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Sr. José Antônio Paes pela demonstração de dedicação e profissionalismo enquanto estava exercendo os seus trabalhos junto a parta do Trânsito na Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que conhece a competência do Sr. José Antônio Paes e fica triste ao saber que ele pediu sua exoneração. Acrescentou que concorda com as palavras do Vereador Hugo Fernandes sobre a Secretaria Municipal de Segurança Pública e parabenizou a atitude do Sr. José Antônio Paes por comparecer nesta Casa Legislativa e ser direto em suas palavras. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a Comissão da JARI precisa ser aprovada pelo Governo Federal, sendo que ele levou oito anos para tentar constituir oficialmente a JARI, pois conseguir a aprovação é muito difícil. Acrescentou que encaminhou duas sugestões em relação ao trânsito Municipal e até hoje não entende o motivo pelo qual não foi tomada nenhuma atitude pela Secretaria. O Sr. José Antônio Paes esclareceu que inicialmente, tais pedidos não foram atendidos por falta de sinalização e placas, sendo que recentemente a Secretaria conseguiu receber algumas placas e recuperou algumas outras, acreditando que a partir deste momento as medidas solicitadas poderão ser realizadas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que o Secretário Municipal poderia ter comunicado aos Vereadores que estavam faltando placas, assim teria uma justificativa em relação aos seus pedidos. O Vereador

Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a falta de dinheiro para a confecção destas placas já era prevista, pois não existia previsão orçamentária para a criação da Secretaria no ano de 2013. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que não concordou com a criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil, pois sua verba orçamentária foi retirada da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo. Acredita que poderia ter sido encaminhado um ofício com a necessidade da confecção das placas para o Setor de Sinalização do DER-RJ, pois o DER poderia ajudar nesta confecção. Por fim, esclareceu que alguns Vereadores combateram muito a criação dos novos cargos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier acrescentou que já fez dois pedidos ao DER-RJ e eles foram negados, esclarecendo que os Vereadores eram contra a criação da Secretaria, por estes motivos, uma vez que seria muito difícil a referida Secretaria realizar seus trabalhos de forma eficiente. Disse que os Vereadores e o Poder Executivo precisam sentar e discutir as medidas que serão adotadas para o benefício da população miracemense, esclarecendo que conversou com um representante da Empresa Brasil sobre a velocidade dos ônibus dentro do perímetro urbano do Município e ele lhe informou que o Município deve estabelecer o limite de tal velocidade para que os ônibus possam ser monitorados. Por fim, o Sr. José Antônio Paes acrescentou que existe um Projeto da Secretaria de Planejamento com o objetivo de conseguir recursos para resolver os problemas de sinalização com as placas. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença do Sr. José Antônio Paes e convidou o Sr. Peterson Luiz de Souza Tostes para ocupar a Tribuna Livre, em atendimento ao convite realizado. Com a palavra, o Sr. Peterson Luiz de Souza Tostes, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que já foi convidado para comparecer na Câmara e não pode estar presente. Acrescentou que não recebeu nenhuma das sugestões encaminhadas pelo Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, porém todos os ofícios que chegaram a sua Secretaria já foram respondidos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que encaminhou uma sugestão para que a Rua Santos Dumont e a Avenida Carvalho fossem transformadas em mão única, entretanto não obteve nenhum tipo de resposta, assim se soubesse as informações prestadas pelo Sr. Paes teria argumentos para responder as pessoas que lhe perguntam. Acrescentou que os membros constituintes da JARI devem ser aprovados em Brasília para que a fiscalização do trânsito possa

ser realizada regularmente. O Sr. Peterson esclareceu que ocorreu uma palestra em Miracema sobre a JARI e o Dr. Damasceno, Presidente do Conselho Estadual de Trânsito, esteve tirando diversas dúvidas. Acrescentou que a JARI deve ser aprovada pelo Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN) e não pelo DENATRAN, sendo que o DENATRAN faz um convênio com o Município e o autoriza a emitir os autos de infração, sendo que a Prefeitura Municipal já confeccionou os talões de multa, só restando pendente um sistema de informações. Informou que os membros da JARI são designados pelo Prefeito Municipal e aprovada pelo CETRAN, sendo que os nomes dos integrantes já foram encaminhados e o parecer do CETRAN está sendo aguardado. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que levou 8 (oito) anos tentando regularizar a JARI e não conseguiu, esperando que esta situação seja regularizada. O Sr. Peterson esclareceu que no início do governo foi iniciada a entrega de advertências aos motoristas como uma forma de educá-los. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que é felizardo por possuir uma equipe de funcionários eficientes e o ofício do Vereador Gutemberg Damasceno foi redigido no dia 20 (vinte) e no dia 21 (vinte e um) já estava na Prefeitura Municipal. O Sr. Peterson esclareceu que vai localizar este ofício e buscar respondê-lo. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou se a sugestão de transformação em mão única poderá ser acatada. O Sr. Peterson esclareceu que, na Avenida Eiras, depois do cruzamento do Colégio João Bueno, já possui mão única, assim existe uma necessidade de regularizar o restante do trajeto. Em relação à Avenida Carvalho, recebeu a orientação do Dr. Damasceno no sentido de que o estacionamento em um dos lados fosse proibido, sendo que tal medida poderia ser eficiente. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a adoção de mão única na Avenida Carvalho, por causa do asfalto, poderia ocasionar o aumento da velocidade dos motoristas. O Sr. Peterson esclareceu que existem algumas exigências para que uma via possa se tornar mão única. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que nas explicações pessoais comentará sobre o trânsito na Bélgica e na Holanda. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou qual foi o motivo da dispensa da Secretária que atendia o Sr. Paes. O Sr. Peterson esclareceu que encaminhou a funcionária para a Secretaria de Saúde, onde ela já trabalhava, pela necessidade de ser realizada uma permuta de funcionários, pois ela não tinha a disponibilidade de horário suficiente para atender a

Secretaria Municipal de Segurança, entretanto já existe outra funcionária para substituí-la. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo Sérgio disse que aprovou a criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil para ela dar suporte ao governo, entretanto está escutando diversas reclamações sobre a referida Secretaria, acreditando que, inclusive, existem alguns funcionários que podem estar sendo prejudicados. Esclareceu que ao conversar com o Sr. Peterson na Secretaria de Segurança Pública ele lhe respondeu que a reunião deveria ter sido marcada no jardim, assim saiu da Secretaria indignado, pois no jardim não é um local para realizar reuniões de trabalho. O Sr. Peterson esclareceu que o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esteve presente para defender dois guardas municipais por terem faltado ao serviço no sábado, sendo que eles foram informados previamente. Por conta da falta deles aconteceram alguns danos ao patrimônio público e, por isso, o Chefe da Guarda Municipal expediu duas advertências aos guardas municipais. Por fim, disse que marcou uma data para conversar com o Vereador Paulo Sérgio, ele não compareceu e informou que estava aguardando algum tipo de documentação, acrescentando que ao falar sobre a reunião do jardim, sua intenção foi mostrar o dano ocorrido ao patrimônio público pela falta dos guardas municipais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que os dois guardas municipais mencionados estavam cobrindo as férias de dois outros guardas, pois eles não são efetivos do DEMUTRAN, no entanto, na primeira semana os dois funcionários trabalharam segunda a sexta, de 07h às 17h. Sendo que na segunda semana, eles foram informados na quinta-feira que não trabalhariam na sexta para trabalhar no sábado. Acrescentou que lhe causa um pouco de estranheza o tratamento dentro da Secretaria, pois acredita que nesta situação ocorreu um favorecimento de alguém. Disse que, atualmente, a Guarda Municipal possui uns 30 (trinta) guardas municipais, e os dois funcionários foram escalados para trabalhar no jardim à noite. Logo, acredita que este fato seja algum tipo de punição, pois infelizmente, um está sendo punido por fazer faculdade e está sentindo a ocorrência de alguns problemas particulares. Por fim, disse que sempre tratou o Sr. Peterson com educação e precisava dos documentos sobre os funcionários para poder conversar com algum tipo de respaldo, esclarecendo que existem algumas pessoas reclamando do tratamento do Sr. Peterson dentro da Secretaria Municipal. Esclareceu que é preciso educar alguns guardas municipais para que eles possam abordar os

munícipes de maneira correta e educada. O Vereador Alexandre Barbosa Machado perguntou se existe algum pensamento para colocar em prática algum tipo de estacionamento rotativo na Rua Direita, pois este fato já ocorreu no passado. Esclareceu que já percebeu que as vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais deveriam ser melhores definidas, pois as existentes em Miracema não fornecem o suporte necessário. O Sr. Peterson disse que realmente existe a idéia da implantação do estacionamento rotativo, mas ainda não existe suporte para exercer este tipo trabalho. Já em relação às vagas dos portadores de necessidades especiais, esclareceu que é necessário que exista um espaço para o embarque e desembarque para os passageiros, entretanto a vaga existente na Rua Marechal Floriano não respeita este espaço. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se seria viável a colocação de dois pontos de carga e descarga na Rua Marechal Floriano. O Sr. Peterson esclareceu que já foi feita uma reunião com alguns comerciantes que possuem estabelecimento na Rua Marechal Floriano e foram definidos dois pontos para este trabalho, entretanto os caminhões acabam não respeitando as indicações. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres esclareceu que existe a previsão de serem chamados mais 9 (nove) Guardas Municipais, com isso, perguntou se os problemas da Secretaria poderiam ser resolvidos com os novos funcionários. O Sr. Peterson esclareceu que, atualmente, existem uns 30 (trinta) Guardas Municipais, entretanto acredita que a Secretaria precisará de mais Guardas Municipais para atender a demanda necessária do Município. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres perguntou se a Lei que estabelece o estacionamento rotativo nas farmácias é obedecida. O Sr. Peterson disse que não. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que os Secretários Municipais devem buscar solucionar e resolver os problemas do Município de Miracema, assim, está triste porque os problemas ainda não estão sendo solucionados. Acrescentou que a população está muito insatisfeita com os trabalhos apresentados pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, sendo que não é possível ver atitudes em relação ao trânsito de Miracema. Por fim, disse que algumas questões deveriam estar sendo resolvidas de maneira urgente, pois existem demarcações que foram realizadas de maneira errônea. O Sr. Peterson esclareceu que as demarcações foram realizadas de acordo com o estabelecido pelo Código de Trânsito, entretanto os veículos não respeitam as sinalizações, acreditando que as

pessoas somente irão respeitar com a aplicação de multas. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que as orientações são válidas. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que já sugeriu um Projeto sobre o trânsito dos ônibus intermunicipais no centro do Município. O Sr. Peterson esclareceu que está estudando este Projeto junto com o Secretário de Transportes. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que a demarcações das guaritas dos ônibus é importante, sendo que é importante a participação dos comerciantes nas medidas que irão ser tomadas, pois eles não deveriam ser prejudicados. O Sr. Peterson informou que convidou todos os comerciantes para participar de uma reunião e poucos compareceram. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que o trânsito na Avenida Carvalho está muito intenso e acelerado, assim gostaria que o local fosse tratado com carinho. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves acrescentou que a criação das novas vagas de Guardas Municipais ainda não será suficiente para atender os trabalhos da Secretaria. O Sr. Peterson disse que com a criação das novas vagas a Secretaria Municipal contará com 37 (trina e sete) guardas, acreditando que 50 (cinquenta) seria o número ideal. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves perguntou se existe algum tipo de parceria com a Polícia Militar. Continuando, também perguntou se existe algum projeto para a colocação de pardais em alguns locais do Município e se, existe a possibilidade da realização de uma audiência pública para que as mudanças do trânsito possam ser discutidas. Por fim, perguntou se existe a possibilidade da construção de um depósito de carros no Município de Miracema. O Sr. Peterson esclareceu que existe um Projeto de criação de um depósito de veículos no Município, sendo que tal Projeto já foi encaminhado para o Prefeito Municipal, acreditando que a realização de uma Audiência Pública sobre as mudanças do trânsito é muito importante, pois a população poderia ser ouvida sobre as mudanças que ela acredita ser necessária, sendo que o número de veículos vem aumentando rapidamente. Esclareceu que o Presidente do DER-RJ já manifestou o interesse de doar 4 (quatro) pardais para o Município de Miracema. Por fim, disse que o estudo sobre a alteração da mão na Avenida Carvalho será complexo. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que no início do governo pediu dois guardas para ficar na Câmara Municipal, assim, refaz este pedido esclarecendo que tais guardas poderiam ficar a disposição apenas durante as Sessões. O Sr. Peterson esclareceu que serão feitas algumas alterações na guarda

municipal, assim será preciso realizar um estudo para verificar se este pedido poderia ser atendido. Continuando, informou que existem alguns Guardas Municipais que ainda não estão preparados para trabalhar nas ruas, pois não possuem a aptidão para lidar com as pessoas de forma respeitosa. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que os Guardas Municipais deveriam trabalhar com a intimidação, por isso, perguntou se existe algum plano de ação no caso dos guardas, que trabalham durante a noite, serem atacados e dominados. O Sr. Peterson esclareceu que existe um trabalho de suporte, onde dois guardas ficam de plantão com uma viatura e visitam os postos fixos, possuindo um telefone funcional. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que não sabe se as mudanças feitas foram realizadas com a ajuda de algum Engenheiro de Tráfego, entretanto conhece o esforço da Secretaria em realizar seus trabalhos. Esclareceu que na Rua Marechal Floriano é o principal local que precisa de mudanças no trânsito, assim acredita que as decisões na referida Rua poderiam ser tomadas junto com a população. Por fim, disse que ninguém consegue agradar todas as pessoas. O Sr. Peterson esclareceu que as decisões tomadas eram visivelmente necessárias, porém as mudanças mais complexas serão realizadas com estudos de técnicos e com consultas à população. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que no princípio do Governo existia um Projeto sobre o Trânsito Municipal, assim perguntou se ele foi colocado em prática. O Sr. Peterson esclareceu que por terem se dado conta que o Projeto foi apresentado por uma Empresa sem as qualificações necessárias, o referido não foi colocado em prática. Entretanto, a Prefeitura Municipal já buscou uma nova Empresa para realizar um estudo sobre o trânsito. O Vereador Hugo Fernandes elogiou a estrutura física da Guarda Municipal, esclarecendo que existem algumas divergências que devem ser esclarecidas. Disse que a saída de algumas pessoas da Secretária Municipal de Segurança Pública tem acontecido por conta das divergências pessoais. O Sr. Peterson esclareceu que o Sr. Paes foi convidado para exercer o cargo de Diretor do DEMUTRAN, enquanto o Capitão Gilberto Pereira realizava um curso, dessa maneira o Sr. Gilberto já está retornando e a saída do Sr. Paes já era prevista. O Vereador Hugo Fernandes perguntou sobre a saída do funcionário Jorge. O Sr. Peterson esclareceu que o Sr. Jorge está com sua saída prevista para tratar de assuntos particulares. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se existe algum problema com os funcionários ou diretores da Secretaria. O

Sr. Peterson esclareceu que os problemas sempre surgem, mas as saídas dos funcionários mencionados são questões profissionais e particulares. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que existem algumas reclamações sobre a maneira com que os munícipes são tratados pelo Sr. Peterson e por alguns funcionários da Secretaria, assim pediu alguma explicação sobre este assunto. O Sr. Peterson informou que até entende a forma errônea das abordagens dos guardas municipais, uma vez que eles não possuem realizaram nenhum curso de capacitação. Por outro lado, não consegue entender o motivo que leva um servidor a tratar os munícipes de maneira grosseira, assim desconhece que estes fatos estejam ocorrendo na Secretaria Municipal Segurança Pública, pois também não os admite. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que conversou com o dono do guichê da Empresa 1001 sobre o furto ocorrido na Rodoviária, por isso, esclareceu que é preciso olhar com carinho a questão da rodoviária, pois ali é um local que funciona durante a madrugada e precisa de segurança. O Sr. Peterson informou que, atualmente, não possui Guarda Municipais para trabalharem exclusivamente na Rodoviária, sendo que o Guarda do Pronto Socorro faz algumas rondas na Rodoviária. Esclareceu que conhece a necessidade de colocar um guarda fixo na Rodoviária, mas a quantidade de funcionários não é suficiente para atender toda a demanda necessária. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se a cessão dos militares que trabalham na Secretaria Municipal de Segurança Pública é feita com o ônus do Município ou do Estado. O Sr. Peterson esclareceu que exerce suas funções com ônus para o Município, entretanto recebe seu salário pelo Estado, sem ônus para o Município, recebendo apenas a gratificação da Prefeitura Municipal. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença do Secretário. Por fim, o Sr. Peterson acrescentou que a Secretaria Municipal de Segurança Pública recebeu alguns equipamentos de comunicação, sendo que esta semana o Município receberá uma nova viatura para a área de Defesa Civil, pois esta parte também possui uma importância muito grande. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o transporte público na Holanda e na Bélgica é excepcional, tendo ficado perplexo. Acrescentou que os brasileiros deveriam copiar estas ações, pois na Holanda o automóvel é utilizado muito pouco, uma vez que lá existe um sistema de aluguel de bicicletas que funciona muito

bem. Por fim, disse que o transporte realizado em bondes é muito interessante, pois eles são elétricos e respeitam suas paradas e seus horários perfeitamente, acrescentando que os automóveis são dispensáveis. Disse, ainda, que as viagens de trem são excepcionais, sendo que eles possuem um conforto e um serviço de alimentação brilhantes. Outro fato que lhe chamou a atenção foi a ausência de policiamento, pois não existe tal necessidade. O Vereador Alexandre Barbosa Machado complementou que na Europa existe uma cultura completamente diferente da existente no Brasil. Continuando, o Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Aplausos para o Subtenente Carlos Luz Rodrigues, Chefe de Instrução do TG 01-009, por ter dado a oportunidade a Equipe do Pronto Socorro de Miracema de participar do Curso de Primeiros Socorros, ministrado pela Cruz Vermelha de Volta Redonda-RJ, nesse aquartelamento. Esclarecemos que este curso veio qualificar ainda mais a estimada equipe do Pronto socorro que todo dia está a postos e pronta para salvar vidas. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma requerimento ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que seja incluída no Orçamento de 2014 a verba necessária para a realização de uma rede de esgotos e saneamento básico para a Comunidade do Sítio Pernambuco, tendo em vista que o esgoto está correndo a céu aberto. Esclarecemos que tal solicitação está sendo feita com o objetivo de atender a população da referida localidade. Deferido. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para a Direção da APAE e seus Funcionários pela comemoração dos 35 (trinta e cinco) anos de existência da referida entidade, bem como pelo carinho e atenção que os usuários são atendidos por esta Entidade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos Pastor Francisco Jucá pelo brilhante trabalho realizado como Secretário de Assistência Social. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que diversas pessoas estão utilizando as redes sociais de forma maldosa e elas estão tentando utilizar inverdades para denegrir a imagem de alguns Vereadores. Disse que os Vereadores se esforçaram para votar o Código Tributário dentro do prazo necessário e o aumento do IPTU não foi o valor que está sendo divulgado. O Vereador Hugo Fernandes disse que em novembro será realizada uma Reunião solene para realizar a entrega Comenda Cultural Júlio José de Oliveira, assim gostaria que os Vereadores apresentassem os nomes dos

homenageados. Esclareceu que os Vereadores também precisam apresentar a listagem das entidades que receberão as subvenções no próximo ano e pediu ao Vereador Gutemberg Damasceno para indicar um nome para o memorial com as fotos dos Vereadores já falecidos. Por fim, disse que não concorda com pessoas que se aproveitaram da votação do Código Tributário para denegrir a imagem do Poder Legislativo e que estas pessoas deverão provar as informações publicadas. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 03/10/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 03 de outubro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número quarenta e oito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 117, Versículos de 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite do Instituto Capacitar para o 628º Curso de Capacitação para Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais, Assessores e Servidores. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier; 02) Ofício SEMMAM nº 075/2013 da Secretaria Municipal do Meio Ambiente solicitando a indicação de dois Vereadores para participarem do Conselho Municipal do Meio Ambiente; 03) Ofício nº 225/52013 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública solicitando cópia da ata de uma sessão realizada no mês de março. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 04) Ofício nº 224/2013 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública; 05) Ofício nº 226/2013 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública encaminhando a escala de Serviço do mês de outubro/2013; 06) Convite para a Audiência Pública – Concessionária Autopista Fluminense a ser realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Campos dos Goytacazes; 07) Ofício nº 2877/GAB/Suest/RJ da Fundação Nacional de Saúde. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 08) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de Setembro de 2013; 09) Convite do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro para a Inauguração das novas instalações do Destacamento

de Bombeiro Militar de Santo Antônio de Pádua – DBM 2/21; 10) Convite do Departamento de Esportes de Miracema para o Cerimonial de Abertura dos Jogos Estudantis de Miracema 2013; 11) Ofício nº 29-GAB/2013 do Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Miracema, respondendo ofício nº 518/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado ao Secretário Municipal de Meio Ambiente o nome dos Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Gilson Teixeira Sales para que eles possam compor o Conselho Municipal do Meio Ambiente. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Presidente da Associação de Estudantes Universitários de Miracema - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa a prestação de Contas desta Associação referente à Janeiro/2013 até a presente data. Aprovado. 02) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizado o reparo no asfalto do Bairro Pontilhão do Rosa, especialmente na Vila Caburé. Deferido. 03) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Agricultura, no sentido de que seja realizado um patrolamento no Antigo Campo do Carrapichão, por se tratar de um espaço pertencente à Prefeitura Municipal e que poderá servir de lazer para os moradores daquela localidade. A seguir o Sr. Presidente passou tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou qual seria o assunto na reunião com a Diretoria da CAPPS, o Poder Executivo e os Vereadores. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a situação entre a Prefeitura e a CAPPS/CAMEDS está bastante complicada e, com esta reunião, os problemas serão discutidos para que eles possam ser resolvidos. Acrescentou que a Prefeitura Municipal ingressou com uma ação na Justiça Federal com o objetivo de que o nome do Município seja retirado do CAUC. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que ficou feliz com a resolução dos problemas envolvendo o polo da UFF localizado em Miracema. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Carlos Eduardo Fíngolo Tostes, Diretor do Departamento de Cultura, pelo brilhante trabalho que vem realizando frente ao Departamento de Cultura onde em tão pouco tempo e com tão poucos recursos vem realizando, juntamente com sua equipe, eventos de altíssima qualidade e organização

buscando valorizar ainda mais o nosso belíssimo Centro Cultural Melchíades Cardoso. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, disse que existiram alguns boatos em Venda das Flores onde a população estava acreditando que a Câmara de Miracema tinha aprovado o aumento de 500% (quinhentos por cento) no IPTU, assim utilizou a reunião sobre o Orçamento Participativo para esclarecer que estes boatos eram inverdades. Por fim, disse que a população deveria procurar as informações verdadeiras e não acreditar nos boatos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares informou que esteve na Secretaria Municipal de Educação recebendo o Assessor do Reitor da Universidade Federal Fluminense e ficou confirmado a permanência da UFF no Município de Miracema. Acrescentou que no futuro o Município não terá ônus com os salários dos professores, pois os pagamentos serão custeados pela própria Faculdade. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que o Código Tributário ainda é o assunto mais comentado no Município de Miracema, acrescentando que o Projeto de Lei foi aprovado rapidamente e deveria ter siso discutido amplamente. Dessa maneira, gostaria de obter uma cópia atualizada dos impostos, pois acredita que aconteceram alguns aumentos abusivos. Por fim, disse que não é contra a confecção de um novo Código Tributário, mas não concordou com a forma que ele foi feito. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que conhece as dificuldades que o Município enfrentou para manter a UFF funcionando e, atualmente, a Universidade possui uma grande importância. Acrescentou que a Secretária Municipal de Educação, os Vereadores Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva e o Prefeito Municipal se empenharam ao máximo para solucionar os problemas com a UFF, sendo que tem a certeza absoluta que todos os 11 (onze) Vereadores desejam que a UFF continue em Miracema. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que quando assumiu a Prefeitura Municipal se deparou com um débito do Município com a UFF, por isso, convidou todos os alunos e professores da UFF e fez um acordo no sentido de que ao invés do curso ter início em agosto, ele seria transferido para janeiro do próximo ano. Dessa maneira, conseguiu sanar todas as dívidas e conseguiu manter em dia os pagamentos. Acrescentou que manter a Universidade é muito caro para a Prefeitura Municipal, sendo que isto não é uma incumbência do Município e sim do Governo Federal. Por fim, disse que o Ensino Fundamental de Miracema está com péssima qualidade, sendo que os próprios

professores estão dizendo isto. Entretanto este problema não é atual, pois começou no governo passado. Destacou que investir em educação é muito mais importante do que construir pontes e que o Ensino Fundamental deve ser visto com bastante carinho. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que a permanência da UFF em Miracema, seria uma questão de honra para o Município. Por fim, disse que ainda não terminou de estudar o Código Tributário, sendo que o referido ainda pode ser modificado, entretanto já estudou a alteração do valor de IPTU, acreditando que muitas residências serão beneficiadas. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que foi uma das pessoas que lutaram para que a UFF pudesse ter sido instalada no Município Miracema, por isso sempre vai defender a permanência da UFF em Miracema e ainda vai tentar trazer novos cursos. Acrescentou que gostaria de ver o progresso de Miracema, por isso fica muito preocupado em perceber que o Município está regredindo. Por fim, esclareceu que os mesmo professores que trabalham na rede pública trabalham na rede particular, entretanto a diferença de trabalho acontece por conta da falta de incentivo. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que estão faltando professores de física, química e biologia no Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, pois o governo não oferece nenhum tipo de estímulo. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que foi convidado em cima da hora para participar de uma reunião na Secretaria de Educação, entretanto não sabia o assunto, por isso não participou. O Vereador Hugo Fernandes disse que a reunião foi marcada em cima da hora, por isso os convites foram realizados rapidamente. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou o Vereador João Magalhães se ele conhece o motivo da não instalação do pólo da UFF em Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães acredita que foi por falta de empenho dos gestores, pois muitos gestores pensavam pequeno e não almejavam melhorar o Município. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno que quando tinha o SENAC em Miracema, durante sua gestão, foram realizados diversos convênios. Entretanto, o argumento que o SENAC utilizou para se transferir para o Município de Santo Antônio de Pádua foi que Miracema não tinha população suficiente. Acrescentou que as Instituições levam em consideração os índices populacionais e os econômicos, por isso não ocorrem investimentos no Município de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães acredita que os Governos Estadual e Federal deveriam priorizar o desenvolvimento dos pequenos

Municípios, sendo que este fato resolveria os problemas com a alta densidade populacional das grandes cidades. Por fim, destacou que os Vereadores devem se unir para buscar o progresso do Município de Miracema. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que na reunião sobre o orçamento público no Distrito de Paraíso do Tobias também foi tocado no assunto sobre o Código Tributário. Esclareceu que, talvez, o novo Código Tributário poderia ter sido votado com mais tempo, sendo que o grande ponto polêmico do Código é o reajuste do valor do IPTU. Acrescentou que as fontes confiáveis de informação já constaram que estavam publicando informações erradas e corrigiram as referidas. Disse que teve a grata satisfação de ter sido convidado para a reunião, sendo que ela foi marcada de última hora porque o Reitor da UFF compareceu em Miracema sem agendamento. Na reunião, o Reitor da UFF informou que o Município de Miracema é um dos poucos municípios que ainda arcam com os salários dos professores, sendo que também foi discutida a quantidade de cursos existentes, porém o Reitor disse que a primeira atitude que deveria ser tomada era buscar a permanência da UFF em Miracema, para depois começarem a discutir a inauguração de novos cursos. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Desembargador Carlos Alberto Araújo Drummond, pelo empenho na instalação da Vara do Trabalho na Comarca de Santo Antônio de Pádua, desmembrando assim a Vara do Trabalho existente em Itaperuna. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Também solicitou Moção de Aplausos para o Deputado Federal Hugo Leal por ter assumido a Presidência Estadual do PROS, desejando que tudo de melhor aconteça, bem com que o sucesso seja consequência de todo seu esforço, dedicação e talento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Concluindo, os Vereadores Hugo Fernandes e Gilson Teixeira Sales solicitaram que fosse encaminhado um requerimento ao Diretor Regional do SENAC, Sr. Robson, no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade do retorno do SENAC para o Município de Miracema. Aprovado. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Supermercado Fluminense irá inaugurar um estabelecimento no Município de Miracema. Acrescentou que o Sr. Prefeito Municipal agendou uma audiência com o Governador do Estado e convidou todos os Vereadores para participarem da referida. Disse, também, que os Vereadores precisam acabar de combinar a viagem que será realizada para Brasília. Agradecendo a presença de

todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 07/10/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 07 de outubro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número quarenta e nove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 90, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite da Paróquia Santo Antônio de Miracema para a Celebração Eucarística, a ser realizada no dia 12 de outubro de 2013, às 10h30min; 02) Ofício PMM/GAB nº 464/2013 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 43 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício PMM/GAB nº 463/2013 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 42 que Altera a estrutura da Lei Municipal nº 1.409/2013 de 06 de dezembro de 2012 e dá outras providências. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizada a limpeza do açude seco do Bairro Hospital, tendo em vista que a época de chuvas está se aproximando. Deferido. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que já fez este pedido e o Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo lhe informou que é necessário a aquisição de uma máquina específica para realizar este serviço. 02) Vereador Gutemberg Medeiros

Damasceno - Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Miracema - Encaminhando a V. Sa. a relação das 03 (três) instituições que vou destinar verba de subsídio para constar no Orçamento de 2014. São elas: a) Associação de Artesão de Miracema – R$ 1.000,00 (hum mil reais); b) Sociedade Musical 07 de Setembro – R$ 1.000,00 (hum mil reais); c) APAE – R$ 1.000,00 (hum mil reais). 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento 2014 uma verba no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) destinado à Associação de Estudantes Universitários de Miracema, bem como que seja acrescentada uma verba para solucionar os problemas na rede de esgotos e com o escoamento das águas pluviais na Rua Santo Antônio. Deferido. 04) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Presidente do PMDB de Miracema - Informando que o Vereador Maurício Sant'Ana Soares não exercerá mais a liderança do Partido na Câmara Municipal de Miracema, uma vez que está exercendo sua desfiliação do referido. Deferido. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Assistência Social, no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a doação ou a cessão de uso das máquinas de costura (overlock) para a entidade AAMIR – Associação de Artesãos de Miracema, tendo em vista que as referidas não estão sendo utilizadas no PAIF localizado no Bairro Vila Nova. Deferido. 06) Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Maurício Sant'Ana Soares e Hugo Fernandes - Ao Governador do Estado do Rio de Janeiro - Sr. Sérgio Cabral - Solicitação no sentido de que seja disponibilizada a verba necessária para a construção de um Prédio para abrigar a Câmara Municipal. Na oportunidade esclarecemos que a Câmara já possui um terreno. Aprovado. 07) Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Maurício Sant'Ana Soares e Hugo Fernandes - Ao Governador do Estado do Rio de Janeiro - Sr. Sérgio Cabral - Solicitação, com a anuência do Sr. Prefeito Municipal, no sentido de que seja instalado no Município de Miracema um Destacamento do Corpo de Bombeiro. Na oportunidade informamos que o Município de Miracema disponibilizara o terreno para a instalação do referido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito os Conselheiros Tutelares Jocimar Vaz Freire e André de Souza de Oliveira para falar sobre o Projeto de Lei que trata de alguns aspectos da eleição do Conselho Tutelar. Com a palavra, o Sr. Jocimar, após cumprimentar todos os presentes, disse que veio

agradecer o apoio de todos os Vereadores e destacar mais alguns pontos. O Sr. André esclareceu que o Projeto de Lei que se encontra na Ordem do Dia está de acordo com as novas regras do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como que possui mais duas decisões tomadas em diferentes Municípios sobre o assunto. Acrescentou que a Conselheira Tutelar Ana é companheira do Presidente do CMDCA, porém ela está exercendo seu último mandato e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) não possui nenhuma interferência no trabalho dos Conselheiros Tutelares. Destacou que eles vieram na Câmara Municipal para pedir que os Vereadores votem no referido Projeto de Lei com consciência. Informou que os Conselheiros Tutelares não possuem um teto para limitar seus salários, sendo que a intenção inicial era colocar os salários dos Conselheiros em 35% (trinta e cinco por cento) do subsídio dos Vereadores. Entretanto, depois do estudo, o Poder Executivo considerou que vincular o salário dos Conselheiros ao subsídio dos Vereadores seria complicado. O Vereador Hugo Fernandes perguntou quais são os Conselheiros que estão exercendo o segundo mandato. O Sr. André disse que o Sebastião e a Ana estão exercendo o segundo mandado. O Sr. Jocimar esclareceu que no entrou faltando 1/3 (um terço) para que o término do mandato da Conselheira Titular se encerrasse, assim não é possível considerar que ele esteja em seu segundo mandato. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Estabelece adequações da Legislação Municipal relativa ao Conselho Tutelar a Lei Federal nº 12696/2012 e dá outras providencias. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Modificativa:** O Artigo 3º passa a ter a seguinte redação: "Art. 3º - Altera o Artigo 32 da Lei Municipal 1.013/2003, que passa a ter a seguinte redação: "Art.32 – Na qualidade de membros eleitos, os conselheiros não serão servidores da Administração Municipal, mas como atividade do Conselho Tutelar é permanente, a remuneração terá como base a gratificação símbolo CC3 da Lei Municipal nº 813, de 15 de dezembro de 1999, para o Mandato Remanescente (tampão) e, gratificação símbolo CC2, da Lei Municipal nº 813, de 15 de dezembro de 1999, para o Mandato de acordo com a nova Lei Federal Nº 12.696/2012, Lei esta que assegura ainda aos Conselheiros o direito a: I – gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; II - licença-maternidade; III - licença-

paternidade; IV - gratificação natalina; § 1º - Para efeitos de contribuição previdenciária o Conselho Tutelar estará sujeito ao regime Geral de Previdência Social." § 2º - Constara da Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos Conselheiros Tutelares. Parágrafo Único - Sendo servidor público o Conselheiro Eleito, fica-lhe facultado optar pela remuneração de Conselheiro ou pelos vencimentos e vantagens de seu cargo de servidor, vedada a acumulação de vencimento e garantida a cessão do servidor ao Conselho Tutelar." Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves e Genessi Rodrigues da Silva. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Município de Miracema se encontra com uma situação financeira complicada e alguns Vereadores acreditam que o orçamento municipal poderá ficar comprometido caso seja realizado o aumento dos salários. Entretanto, não haverá nenhum impedimento para que o aumento seja analisado posteriormente. **b) Emenda Modificativa:** O Artigo 4º passa a ter a seguinte redação: "Art. 4º- Findando o atual mandato dos Conselheiros no ano de 2014, fica autorizado o Processo Eletivo para o Conselho Tutelar, para o período remanescente (tampão), até o Processo de Unificação previsto na Lei Federal Nº 12.696, de 25/07/2012". Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves e Genessi Rodrigues da Silva. **c) Emenda Modificativa:** Renumerar o Artigo 5º para Artigo 6º, mantendo a mesma redação. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves e Genessi Rodrigues da Silva. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que como as emendas apresentadas são de competência dos Vereadores, por isso elas são pertinentes. Acrescentou que a Lei Federal delega ao Município o poder de quantificar o valor dos salários dos Conselheiros. Informou que o parecer do Controle Interno da Câmara Municipal de Miracema dispõe que os valores dos salários se encontram dentro do limite estabelecido e, por isso, o aumento não causaria nenhum problema orçamentário e financeiro para a Prefeitura. Disse, ainda, que o Prefeito Municipal afirmou que o aumento dos salários não causará nenhum tipo de problema para os cofres públicos. Por fim, disse que o trabalho desenvolvido pelos Conselheiros Tutelares é bastante complexo e precisa de uma grande dedicação.

Logo, diante do exposto é favorável ao aumento dos salários dos Conselheiros Tutelares e, considerando a recomendação do Ministério Público, também é favorável à prorrogação do mandato. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o valor dos salários dos Conselheiros deveria ser revisto, pois o valor correspondente ao CC2 ultrapassaria os 35% (trinta e cinco por cento) do subsídio dos Vereadores. O Vereador Presidente concedeu novamente a palavra ao Sr. Jocimar. Com a palavra, o Sr. Jocimar esclareceu que os 35% (trinta e cinco por cento) foram propostos no Projeto de Lei apresentado anteriormente, entretanto, em conversa com a Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal, foi decidido que seria mais viável a alteração da remuneração de CC3 para CC2, sendo que o Projeto seria divido em partes. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que se o Município possui a prerrogativa de estabelecer a remuneração dos Conselheiros. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que os Conselheiros Tutelares realizam um trabalho muito complicado e merecem ser valorizados. Acrescentou que eles precisam possuir uma disponibilidade muito grande e, por isso também é favorável ao aumento dos salários e à prorrogação dos mandatos. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves não entende que a Câmara poderá aumentar o salário dos Conselheiros, pois assim os Vereadores criarão despesas para o Município. Acrescentou que o Sr. Prefeito Municipal gostaria que os salários dos Conselheiros fossem aumentados para o CC2. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que o aumento dos salários dos Conselheiros não vai alterar em quase nada o Orçamento da Prefeitura Municipal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que ouviu atentamente a fala dos Vereadores, esclarecendo que no término do mandato anterior o salário dos Vereadores foi votado. Esclareceu que o salário dos Conselheiros é uma forma de cargo comissionado. Por fim, diante de todo o exposto solicitou vista do referido Projeto de Lei, o que foi deferido pelo Vereador Presidente Hugo Fernandes. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que todos sabem que o Orçamento da Prefeitura está apertado, assim existem algumas que o Sr. Prefeito Municipal pode fazer para evitar estas situações. Esclareceu que foi realizada uma reunião com a Caixa de Assistência onde ficou acertado que na próxima quarta-feira o atuário entregará o valor da dívida e das parcelas do pagamento. Acrescentou que com o

pagamento desta dívida a despesa do Município irá aumentar, sendo que no mês de dezembro a folha de pagamentos da Prefeitura será praticamente dobrada, em razão do 13º (décimo terceiro) salário. Por fim, esclareceu que o comércio já está ficando sem receber algumas dívidas, assim está procurando alertar algumas situações e colaborar com o Município de Miracema. Disse, ainda, que já ouviu algumas conversas que o Prefeito do Município de Santo Antônio de Pádua estaria arrependido de assumir a Prefeitura. O Vereador Hugo Fernandes disse que diversas pessoas se dizem arrependidas, mas não param de disputar as eleições. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que tinha algumas considerações para fazer sobre o Projeto de Lei na ordem do dia. Acrescentou que depois do Projeto de Lei ter chegado nesta Casa Legislativa o Sr. Prefeito Municipal constatou a necessidade de realizar uma grande economia na Prefeitura Municipal, sendo que cada Vereador vota de acordo com suas convicções particulares. Por fim, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para o Monsenhor Matheus Panackacuzi pelo recebimento do Certificado de Naturalização Brasileira. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Alexandre Barbosa Machado esclareceu que a organização dos jogos estudantis está excepcional e a abertura foi muito bonita. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou Moção de Aplausos para: 01) CBPM Marciano Constâncio da Rocha – RG 38869; 02) CBPM Danilson dos Santos Pereira – RG 79245; 03) CBPM Felipe Araújo Rodrigues de Freitas – RG 91811; Pelo excelente trabalho que eles vêm realizando no Município de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que está preocupado com algumas questões em relação à CAPPS/CAMEDS. Acrescentou que sua maior preocupação é que o parcelamento vai diminuir o poder de investimento do nosso Município, sendo que sua intenção inicial era a de ser contrário à aprovação da Confissão e Parcelamento de Dívidas, entretanto sempre ficará a favor do Município de Miracema. Por fim, disse que infelizmente não pode ir a Brasília para solicitar melhorias para o Município de Miracema, mas confia nos Vereadores que irão participar da viagem. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares informou que toda a obra realizada no Município a partir de 2014, a empreiteira deixará 5% (cinco por cento) do valor das obras para os cofres públicos. Por fim, esclareceu que solicitou a vista do Projeto de Lei para melhor analisar as emendas apresentadas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que o

Vereador Paulo Sérgio de Azevedo não teve o mesmo critério em algumas atitudes, pois foi contra a emenda apresentada pela ex-Vereadora Regina Célia Titonelli, no Código Tributário, sobre a taxa de iluminação pública. Sendo que ele também não teve critério ao pedir a urgência na votação do referido Código Tributário, entretanto no Projeto de Lei de autoria do Sr. Prefeito Municipal que vai beneficiar os Conselheiros Tutelar o Vereador Líder do Governo se mostra contra o referido Projeto. Esclareceu que pela primeira vez está a favor de um Projeto de Lei de autoria do Sr. Prefeito Municipal, pois acredita que o referido beneficiaria o Município de Miracema. Por fim, disse que possui um grande apreço pelo Vereador Paulo Sérgio e ele é seu amigo particular, mas não concordou com suas atitudes e precisa se manifestar, pois não acha justo o aumento de impostos, sendo que é preciso discutir e ver a realidade do Município. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que votou contra a Emenda da ex-Vereadora porque algumas pessoas estão isentas da taxa de iluminação pública. Acrescentou que os Vereadores estão aqui para ver o que é bom para o Município de Miracema e para os Conselheiros, sendo que não é contra o aumento dos salários, acreditando que os aumentos poderiam ser realizados para o próximo mandato. Por fim, esclareceu que o Vereador Fabrício de Sá Xavier poderá estudar o Projeto de Lei, sendo que o também é amigo do Vereador Fabrício. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que, com a reunião realizada com a Direção da CAPPS/CAMEDS e com o Poder Executivo, esta Casa Legislativa está dando um passo para que o Município de Miracema possa realizar investimentos, sendo que o parcelamento será descontado diretamente no Fundo de Participação dos Municípios. Continuando, o Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Rogério Martins de Carvalho, pelo desempenho demonstrado na fiscalização do Distrito de Venda das Flores, demonstrando dedicação e profissionalismo. O Vereador Alexandre Barbosa Machado vai assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Geisa Leite dos Santos, Servidora Municipal, pela dedicação e profissionalismo a frente da Jardinagem do Distrito de Paraíso do Tobias. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que, quando foi Prefeito Municipal, foi determinado pelo Tribunal de Contas do Estado que fosse realizada uma tomada de contas sobre a dívida com a CAPPS do ano de 1996. Dessa maneira, realizou a tomada de contas, a

encaminhou para o Tribunal de Contas e ficou aguardando reposta. Continuando, disse que o Município de Miracema não pode prejudicar seus servidores. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a Direção da CAPPS/CAMEDS deveria encaminhar, para a Câmara Municipal, a comprovação do pagamento realizado pela Prefeitura Municipal. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que em razão das dívidas com a CAPPS/CAMEDS, o Município de Miracema perdeu a instalação de um cinema. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que diante o exposto pelos Vereadores e pelos Conselheiros Tutelares, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares teve uma atitude inteligente ao pedir vista do Projeto, pois assim ele pode ser melhor estudado. Acrescentou que a reunião realizada na sexta-feira foi muito produtiva e ficou muito feliz, pois viu pessoas adversárias se preocupando em resolver os problemas do Município de Miracema. Por fim, disse está feliz em participar desta casa legislativa, pois percebe que nenhum Vereador é influenciável e estão todos preocupados com a situação do Município de Miracema. Disse, ainda, que entende que o trabalho dos Conselheiros deve ser valorizado. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares por estar iniciando uma nova jornada no Partido Solidariedade, sendo que a cada eleição seu número de votos aumenta, o que demonstra a satisfação da população em seu trabalho. Continuando, esclareceu que a Prefeitura Municipal fez um levantamento e na gestão anterior foram perdidos aproximadamente R$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais) em investimentos por causa das dívidas, sendo que, atualmente, é preciso resolver este problema no CAUC. Acrescentou que realmente existe um saldo a ser quitado com o comércio pela Prefeitura Municipal e existe uma expectativa que até dezembro estas dívidas possam ser quitadas. Pediu para os Vereadores deixarem as diferenças partidárias de lado, para que todos possam participar dos eventos marcados pela Prefeitura Municipal. Por fim, disse que está chegando o momento do orçamento parlamentar, então acredita que os Vereadores conversar com os Deputados para que eles possam destinar suas emendas parlamentares, sendo que vai fazer algumas solicitações aos Deputados e gostaria da sugestão de todos os Vereadores. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 10/10/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 10 de outubro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cinquenta, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Lucas, Capítulo 11, Versículos de 05 à 13. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício da Sra. Wandernina Beatriz Lopes Leite solicitando algumas informações. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva, Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício; 02) Ofício PMM/GAB nº 0469/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício da Sra. Wandernina Beatriz Lopes Leite solicitando autorização para fotocopiar alguns documentos. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva, Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício nº 01575/2013/CA do Instituto de Educação e Desenvolvimento Social; 05) Ofício da Empresa Brasil Transporte e Turismo respondendo ofício nº 0634/2013; 06) Telegramas NºRef: 000425/MS/SE/FNS, 002398/MS/SE/FNS, 017972/MS/SE/FNS, 014702/MS/SE/FNS, 017466/MS/SE/FNS, 019986/MS/SE/FNS, 002783/MS/SE/FNS, 034392/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 07) Trabalho de Convite do Centro Vocacional Tecnológico para a apresentação do 5º Trabalho de Conclusão de Cursos; 08) Ofício nº 1337/13 do Ministério Público da Tutela Coletiva / Núcleo Pádua. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que este ofício fosse encaminhado para a Assessoria Jurídica para que fossem tomadas as medidas

cabíveis; 09) Convite para a inauguração da Obra de Construção da Ponte em Concreto Armado entre a Vila da Inveja e a Vila do Panelão "Romério Batista Botelho" em São José de Ubá-RJ; 10) Ofício PMM/GAB nº 467/2013 do Gabinete do Prefeito Municipal respondendo o ofício nº 0596/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - À Exma. Sra. Presidente da República, Dilma - Solicitação no sentido de que V. Exa. envide esforços a fim de que sejam doados para o Município de Miracema uma motoniveladora, um caminhão e uma retroescavadeira para atender o Município, sendo que Miracema é responsável por aproximadamente 370 km de estradas de terra batida com carência de saibro e, quando chove, as estradas ficam impróprias para a utilização impossibilitando o escoamento de suas produções e o transporte dos alunos para as escolas. Outrossim, informamos que na eleição passada a vitória de V. Exa. ocorreu de forma inconteste no Município de Miracema, sendo que o Município possui 28 (vinte e oito) mil habitantes. Aprovado. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Hugo Fernandes - Solicitação no sentido de que sejam incluídos na Ordem do Dia, em Regime de Urgência Simples, os Projetos de Lei que: **a)** Estabelece adequações da Legislação Municipal relativa ao Conselho Tutelar a Lei Federal nº 12696/2012 e dá outras providencias; **b)** Torna-se obrigatório o Presidente da CAPPS, informar mensalmente à Câmara Municipal de Miracema - RJ, os valores repassados pelo Poder Executivo da parte Patronal e também dos Servidores Municipais para a CAPPS e CAMEDS; **c)** Altera a estrutura da Lei Municipal Nº 1.409/2012 de 06 de dezembro de 2012 e dá outras providências; **d)** Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial. Conforme estabelece o Artigo 145 do Regimento Interno: "*O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário*". O Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o requerimento em votação. Em votação o Requerimento foi aprovado com dois votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno e Fabrício de Sá Xavier, e sete votos favoráveis, dos Vereadores Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares,

Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. 03) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Educação, no sentido de que seja realizado o conserto das traves da Quadra do Rink, existente na Praça Dona Ermelinda. Deferido. 04) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando, o significado que o 2º distrito de Paraíso do Tobias, representa para o município de Miracema; Considerando que é de interesse do Governo Municipal, realizar investimentos em todas ás áreas no distrito de Paraíso do Tobias; Indico ao Executivo Municipal, que seja inserido no Orçamento 2014, uma rubrica contemplando a pavimentação sobre a galeria municipal existente, que corta toda extensão do distrito e que servirá para o uso de pedestres e ciclistas se locomoverem, bem como deixará de servir como local de depósito de lixo. Informo ainda que tal reivindicação foi sugerida por alguns moradores do distrito dentre eles: o Sgt. Anailton, o Sr. Rubens Scramignon e Sr. Sebastião Brígido. Deferido. 05) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando o incentivo da prática de Esporte dos alunos da Rede de Ensino do Município de Miracema; Considerando o seleiro de craques em todas as modalidades esportivas que o Município produz; Considerando que tal fato eleva sobre tudo o nome de nossa terra; Indico ao Executivo Municipal, que seja inserido no Orçamento 2014, no sentido de contemplar, uma rubrica para as passagens e despesas com locomoção de alunos (atletas) nas práticas Esportivas. Deferido. 06) Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando, a importância do povo Evangélico para o Município de Miracema bem como a boa prática da religiosidade entre as Denominações, sempre valorizando o Evangelho de Jesus Cristo; Considerando, o interesse do Governo Municipal em viabilizar ações significativas; Considerando a existência das Leis Municipais nº 1099/2005 que estabelece o segundo sábado do mês de setembro como DIA DOS EVANGÉLICOS e Lei Municipal nº 1289/2009 que institui o DIA DA BÍBLIA, comemorado no segundo domingo de dezembro conforme Lei Federal nº 10.335/2001. Indico, ao Executivo municipal no sentido de viabilizar a inserção de rubrica no Orçamento 2014, para o Dia do Evangélico, onde poderá ser contemplado o Evento Expo-Gospel, bem como a inserção no Orçamento do Dia da Bíblia solicito ainda, seja inseridos também no Calendário Festivo e Cultural do Município, na

oportunidade aproveitamos para que seja estudado a possibilidade de ainda este ano a realização do referido Evento. Deferido. 07) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Presidente Estadual do DER - Solicitação no sentido de envide esforços a fim de que seja realizada a instalação de um quebra-molas na Rua Matoso Maia, em frente ao colégio Miracemense, no Município de Miracema, tendo em vista o excesso de velocidade dos motoristas, colocando em risco os pedestres. Deferido. 08) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Secretario de Trabalho e Rendas do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Sérgio Tavares Romay - Considerando que temos uma grande parcela de nossa população cursando o Ensino Superior; Considerando que todos os universitários precisam fazer estágios para compor sua carga horária nos devidos cursos; Solicito que esta Secretaria se digne a implantar em nosso Município um núcleo do Programa CECOPE – Centro de Cadastramento e Orientação Profissional para Estagiários, pois tal programa tem como objetivo atender, pré-selecionar e encaminhar estudantes de cursos técnicos de nível médio e universitários para oportunidades de estágios ou primeiro emprego em empresas parceiras. Aprovado. 09) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação em regime de urgência, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de instalar um corrimão na escadaria localizada na Rua Clemente, na altura do nº 191. Importante salientar que uma idosa residente na Região sofreu uma queda na referida escadaria, devido à falta do corrimão. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou se a Diretoria da CAPPS/CAMEDS já encaminhou para a Câmara Municipal o cálculo atuarial das dívidas da Prefeitura Municipal com a CAPPS. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que á foi protocolado na Justiça Federal um pedido de liminar para fosse retirada a restrição do Município do Miracema do CAUC, sendo que tal pedido foi indeferido. Acrescentou que hoje foi feita uma nova reunião com o Presidente da CAPPS e estes valores foram cobrados, assim o Presidente da CAPPS informou que vai se esforçar para conseguir estes cálculos oficialmente amanhã. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que ficou surpreso com alguns pontos mencionados no ofício da Auto Viação Brasil, pois no referido é perguntado qual a velocidade máxima permitida para a circulação no perímetro urbano do Município de Miracema.

Acrescentou que a melhor maneira de organizar o trânsito urbano seria os ônibus não trefegarem dentro do centro do Município. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que Miracema deve se adequar para que os ônibus possam passar fora do Centro do Município, principalmente regulamentando os pontos de parada. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os ônibus não estão obedecendo aos pontos existentes e realizam suas paradas em qualquer lugar. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que está estudando um Projeto para que os ônibus possam circular por fora do Município e já demarcou alguns pontos que poderiam ser utilizados. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que se for feito um regulamento para os ônibus passarem por fora do centro do Município, as Vans também deveriam obedecer ao referido regulamento. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que também será gerado um desconforto para as pessoas que precisam ir ao centro e terão de esperar os ônibus em outras vias. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que se forem delimitados alguns pontos fixos no Centro do Município e estes pontos forem respeitados, os problemas provavelmente serão solucionados. O Vereador João Siqueira Magalhães acredita que o ofício poderia ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil para que ela regulamente estes pontos. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que a Auto Viação Brasil está pedindo para que os Vereadores determinassem uma velocidade máxima para a circulação dos ônibus dentro do Município. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que os ônibus possuem um aparelho onde os supervisores podem verificar as velocidades dos ônibus. O Vereador Hugo Fernandes concluiu que será feita uma reunião na próxima segunda-feira, dia 14 de outubro, com o Departamento do Trânsito do Município para que esse assunto possa ser discutido. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Aplausos para a Direção e toda a Equipe do Colégio Estadual Deodato Linhares, pela realização do I FESTIVAL ARTE & CULTURA, dando oportunidade aos jovens estudantes de mostrarem seus talentos nas mais variadas formas de expressão cultural: música, fotografia, desenho, vídeo, dança e teatro comprovando que Miracema é sim uma terra onde brotam talentos. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Major Bombeiro Rodrigo Lestayo, responsável pelo Destacamento do Corpo de Bombeiros (DBM – 2121), do Município

de Santo Antônio de Pádua, inaugurado no último dia 07 de outubro de 2013, desejando que seu sucesso seja consequência de todo seu esforço, dedicação e talento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que pediu a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde por causa da alteração do Secretário. Por fim, perguntou ao Vereador Líder do Governo se ele sabe será realizada a tradicional Festa de Sant'Ana, em Venda das Flores. O Vereador Alexandre Barbosa Machado informou que este ano a referida festa não foi realizada, por causa das condições financeiras da Prefeitura Municipal, entretanto há muito tempo a referida festa não está sendo realizada da maneira que Venda das Flores merece. Concluindo, disse que o Sr. Prefeito Municipal se comprometeu em realizar a festa até o final do ano. O Vereador Fabrício de Sá Xavier discordou do Vereador Alexandre Barbosa, pois durante os quatro anos que participou da gestão anterior e sempre foi realizada uma festa ao nível da comunidade. Acrescentou que, apesar da Prefeitura não ter tido condições financeiras de realizar a festa em Venda das Flores, está organizando o Primeiro Mira-Leite. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que o Mira-Leite praticamente não contará com recursos da Prefeitura Municipal. O Vereador Hugo Fernandes lembrou os Vereadores de realizarem suas indicações para a solenidade em comemoração ao Dia da Cultura. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou para quando o Sr. Presidente precisará do nome do memorial com as fotos dos ex-vereadores. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que, provavelmente, em dezembro ou janeiro a Câmara estará inaugurando o Memorial. Por fim, disse que os Vereadores que possuem a intenção de se reunir com o Governador do Estado devem se organizar para conseguir condução. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 14/10/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 14 de outubro de 2013.

_____

_____

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezesseis horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma extraordinária da Câmara Municipal de Miracema, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente esclareceu que o objetivo desta reunião é realizar a leitura de dois Projetos de Lei e da ata de uma Reunião entre alguns Vereadores, os representantes da CAPPS/CAMEDS e o Poder Executivo, com o Sr. Prefeito Municipal e sua equipe. Prosseguindo o Sr. Presidente fez a leitura da seguinte correspondência: **01)** Ata da Reunião Extraordinário ocorrida no dia hoje, na parte da manhã. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que, de maneira errônea, recebeu os documentos colocando a data de ontem, por isso gostaria de esclarecer que os referidos foram recebidos na data de hoje. **02)** Ofício nº 506/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 46/2013 que dá nova redação ao § 3º, do artigo 13 da Lei 937/2002 de 09 de maio de 2002, alterado pela Lei 1.288/2009 de 10 de dezembro de 2009, esclarecendo que este Projeto dispõe sobre o déficit atuarial; **03)** Ofício nº 505/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 45/2013 que revoga o inteiro teor das Leis 1.382/2012, de 29 de Março de 2012 e 1.414/2012, de 27 de dezembro de 2012, dá nova redação ao § 4º, do artigo 15 da Lei 937/2002 de 09 de Maio de 2002, acresce ao mesmo artigo os §§ 5º e 6º e autoriza o Executivo a promover a Confissão e o Parcelamento ou Reparcelamento das Dívidas Previdenciárias ou não Previdenciárias com o RPPS - Regime Próprio de Previdência Social, gerido pela CAPPS (Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema) com vencimento até fevereiro de 2013, esclarecendo que este Projeto dispões sobre a

confissão das dívidas. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves perguntou qual o Projeto de Lei que seria colocado em votação no dia de hoje. O Vereador Presidente esclareceu que o Projeto a ser votado hoje será o que dispõe sobre a confissão das dívidas e o outro seria voado na próxima reunião. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que a Lei Municipal nº 1.414/2012 foi votada na legislatura passada, entretanto foi utilizado um índice de maneira errônea, sendo que os representantes da CAPPS/CAMEDS alegaram que a Lei Municipal nº 1.382/2012, utilizada como base para o cálculo do índice não teria a autorização do Conselho Fiscal da CAPPS/CAMEDS. Acrescentou que os atos da CAPPS/CAMEDS deveriam ter a anuência do Sr. Prefeito Municipal, fato este que no passado não estava ocorrendo. O Vereador Hugo Fernandes disse que segundo as informações do Presidente da CAPPS, em 10 (dez) dias serão realizados os cálculos da dívida e todos poderão ter a ciência do valor exato. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que com a Lei Municipal de autoria do Vereador João Magalhães será de responsabilidade do Presidente da CAPPS/CAMEDS informar a Câmara Municipal se os pagamentos serão realizados regularmente. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo fez um requerimento ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Hugo Fernandes no sentido de que sejam incluídos na Ordem do Dia, em Regime de Urgência Simples, os Projetos de Lei que: a) dá nova redação ao § 3º, do artigo 13 da Lei 937/2002 de 09 de maio de 2002, alterado pela Lei 1.288/2009 de 10 de dezembro de 2009 e; b) Revoga o inteiro teor das Leis 1.382/2012, de 29 de Março de 2012 e 1.414/2012, de 27 de dezembro de 2012, dá nova redação ao § 4º, do artigo 15 da Lei 937/2002 de 09 de Maio de 2002, acresce ao mesmo artigo os §§ 5º e 6º e autoriza o Executivo a promover a Confissão e o Parcelamento ou Reparcelamento das Dívidas Previdenciárias ou não Previdenciárias com o RPPS - Regime Próprio de Previdência Social, gerido pela CAPPS (Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema) com vencimento até fevereiro de 2013. Conforme estabelece o Artigo 145 do Regimento Interno: "*O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário*". O Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o requerimento em votação. Em votação o requerimento foi aprovado por unanimidade.

O Vereador Alexandre Barbosa Machado destacou que o Presidente da CAPPS/CAMEDS esclareceu que o custo de um profissional atuário é muito grande, por isso a CAPPS não possui ninguém que trabalha nesta área. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 17/10/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 17 de outubro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezesseis horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma extraordinária da Câmara Municipal de Miracema, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente esclareceu que o objetivo desta reunião é realizar a leitura de dois Projetos de Lei e da ata de uma Reunião entre alguns Vereadores, os representantes da CAPPS/CAMEDS e o Poder Executivo, com o Sr. Prefeito Municipal e sua equipe. Prosseguindo o Sr. Presidente fez a leitura da seguinte correspondência: **01)** Ata da Reunião Extraordinário ocorrida no dia hoje, na parte da manhã. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que, de maneira errônea, recebeu os documentos colocando a data de ontem, por isso gostaria de esclarecer que os referidos foram recebidos na data de hoje. **02)** Ofício nº 506/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 46/2013 que dá nova redação ao § 3º, do artigo 13 da Lei 937/2002 de 09 de maio de 2002, alterado pela Lei 1.288/2009 de 10 de dezembro de 2009, esclarecendo que este Projeto dispõe sobre o déficit atuarial; **03)** Ofício nº 505/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 45/2013 que revoga o inteiro teor das Leis 1.382/2012, de 29 de Março de 2012 e 1.414/2012, de 27 de dezembro de 2012, dá nova redação ao § 4º, do artigo 15 da Lei 937/2002 de 09 de Maio de 2002, acresce ao mesmo artigo os §§ 5º e 6º e autoriza o Executivo a promover a Confissão e o Parcelamento ou Reparcelamento das Dívidas Previdenciárias ou não Previdenciárias com o RPPS - Regime Próprio de Previdência Social, gerido pela CAPPS (Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema) com vencimento até fevereiro de 2013, esclarecendo que este Projeto dispões sobre a

confissão das dívidas. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves perguntou qual o Projeto de Lei que seria colocado em votação no dia de hoje. O Vereador Presidente esclareceu que o Projeto a ser votado hoje será o que dispõe sobre a confissão das dívidas e o outro seria voado na próxima reunião. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que a Lei Municipal nº 1.414/2012 foi votada na legislatura passada, entretanto foi utilizado um índice de maneira errônea, sendo que os representantes da CAPPS/CAMEDS alegaram que a Lei Municipal nº 1.382/2012, utilizada como base para o cálculo do índice não teria a autorização do Conselho Fiscal da CAPPS/CAMEDS. Acrescentou que os atos da CAPPS/CAMEDS deveriam ter a anuência do Sr. Prefeito Municipal, fato este que no passado não estava ocorrendo. O Vereador Hugo Fernandes disse que segundo as informações do Presidente da CAPPS, em 10 (dez) dias serão realizados os cálculos da dívida e todos poderão ter a ciência do valor exato. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que com a Lei Municipal de autoria do Vereador João Magalhães será de responsabilidade do Presidente da CAPPS/CAMEDS informar a Câmara Municipal se os pagamentos serão realizados regularmente. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo fez um requerimento ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Hugo Fernandes no sentido de que sejam incluídos na Ordem do Dia, em Regime de Urgência Simples, os Projetos de Lei que: a) dá nova redação ao § 3º, do artigo 13 da Lei 937/2002 de 09 de maio de 2002, alterado pela Lei 1.288/2009 de 10 de dezembro de 2009 e; b) Revoga o inteiro teor das Leis 1.382/2012, de 29 de Março de 2012 e 1.414/2012, de 27 de dezembro de 2012, dá nova redação ao § 4º, do artigo 15 da Lei 937/2002 de 09 de Maio de 2002, acresce ao mesmo artigo os §§ 5º e 6º e autoriza o Executivo a promover a Confissão e o Parcelamento ou Reparcelamento das Dívidas Previdenciárias ou não Previdenciárias com o RPPS - Regime Próprio de Previdência Social, gerido pela CAPPS (Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema) com vencimento até fevereiro de 2013. Conforme estabelece o Artigo 145 do Regimento Interno: "*O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário*". O Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o requerimento em votação. Em votação o requerimento foi aprovado por unanimidade.

O Vereador Alexandre Barbosa Machado destacou que o Presidente da CAPPS/CAMEDS esclareceu que o custo de um profissional atuário é muito grande, por isso a CAPPS não possui ninguém que trabalha nesta área. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 17/10/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 17 de outubro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cinquenta e dois, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Lucas, Capítulo 11, Versículos de 42 à 46. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite da Secretaria Municipal de Saúde para o Seminário de Mobilização Social para Prevenção de Violências e Acidentes; 02) Ofício PMM/SMAS nº 397/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando convite para a Solenidade de Conclusão dos Concursos de Formação Inicial e Continuada; 02) Ofício PMM/SMAS nº 411/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando Relatório de atividades do mês de setembro; 03) Telegrama NºRef: 001150/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério de Saúde; 04) Telegrama comunicando o prazo para cadastramento das propostas junto ao MEC. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste telegrama para a Secretaria Municipal de Educação; 05) Ofício PMERJ/GCG nº 3506/2013 da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, respondendo ofício nº 0599/2013. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que esta foi uma resposta sofre o aumento do efetivo de Policiais Militares no 36º Batalhão; 06) Ofício Circular nº 217/2013_CNM/BSB da Confederação Nacional de Municípios; 07) Ofício da ASSEUM convidando para a Assembleia Geral que será realizada pela referida Associação. Os Vereadores

Maurício Sant'Ana Soares, Gilson Teixeira Sales e Paulo Sérgio de Azevedo informaram que irão participar desta reunião; 08) Ofício nº 210/2013 – CCMC do Departamento de Cultura Centro Cultural Melchíades Cardoso; 09) Ofício nº 72/2013 da Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente do DER, Dr. Henrique Alberto Santos Ribeiro - Reiteração no sentido de que seja realizada a pavimentação da Rua Pedro Santos, no Município de Miracema. Na oportunidade destacamos que a referida rua dá acesso ao conjunto habitacional Carrapichão, recentemente construído. Por fim, solicitamos, ainda, que a referida pavimentação seja realizada antes da visita do Governador ao nosso Município, ocasião que poderá ser aproveitada para realizar a inauguração da pavimentação. Aprovado. 02) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no orçamento de 2014 a verba necessária para a realização de reforma na rede de esgotos da Rua Juiz de Fora. Deferido. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Educação, solicitando informações descritas abaixo: I) Quais os valores foram gastos na comemoração do dia do Professor ocorrido no dia 17 de outubro de 2013, sendo que nos respectivos valores deverão constar as seguintes despesas: a) sonorização; b) iluminação; c) aluguel de estrutura (palco); d) buffet; e) decoração (inclusive serviços de terceiros); f) vestuários (incluindo máscaras e outros); g) segurança; h) transportes; i) banda; j) outros. II) Com que verbas foram ou serão pagos tais valores; III) Se foi realizada licitação para a contratação dos serviços; IV) Se no evento foi empregado algum tipo de material, veículo ou outro bem pertencente à Secretaria de Municipal de Educação ou à Prefeitura. Em caso positivo, citar os bens utilizados; V) Se foi utilizado algum espaço público para a confecção de materiais ou bens utilizados no evento. Em caso positivo, citar o espaço ou os bens utilizados. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Presidente do DER-RJ, Dr. Henrique Alberto Santos Ribeiro - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantado o programa "Cidade do Trânsito", com o objetivo de conscientizar e educar os futuros motoristas e pedestres da cidade, bem como educar e preparar as crianças em idade escolar para a rotina diária do

trânsito. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Revoga o inteiro teor das Leis 1.382/2012, de 29 de Março de 2012 e 1.414/2012, de 27 de dezembro de 2012, dá nova redação ao § 4º, do artigo 15 da Lei 937/2002 de 09 de Maio de 2002, acresce ao mesmo artigo os §§ 5º e 6º e autoriza o Executivo a promover a Confissão e o Parcelamento ou Reparcelamento das Dívidas Previdenciárias ou não Previdenciárias com o RPPS - Regime Próprio de Previdência Social, gerido pela CAPPS (Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema) com vencimento até fevereiro de 2013. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que este é o passo inicial para que um problema grande seja resolvido no Município de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que está se sentindo um pouco constrangido em relação à votação deste Projeto, pois algumas pessoas estão tentando fazer de Miracema uma cidade fantasiosa. Acrescentou que Miracema tinha uma grande importância estadual, sendo que possuía a segunda melhor escola de formação de professores do Estado. Por fim, disse que não concorda com o parcelamento de uma dívida que já foi descontada dos salários dos funcionários, entretanto não pode ficar contra um Projeto que vai beneficiar o Município. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1456, de 17 de abril de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: A Câmara Municipal de Miracema e Eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - O § 4º, do artigo 15 da Lei nº 937 de 09 de maio de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido ao mesmo artigo os §§ 5º e 6º. "Lei nº 937, de 09 de Maio de 2002" Art. 15 ... § 4º - A não transferência no prazo estipulado no parágrafo anterior, acarretará multa de mora, calculada à taxa de sessenta e sete centésimos por cento, por dia de atraso. § 5º - O Percentual de multa a ser aplicado fica limitado a vinte por cento. § 6º - A não transferência das contribuições no prazo estipulado no § 3º, serão acrescidas de juros de mora calculados pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor mais cinquenta centésimos por cento ao mês, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo para recolhimento. Art. 2° - Fica o Município de Miracema, devidamente autorizado a promover a confissão de débitos e o devido Parcelamento/Reparcelamento referente às contribuições previdenciárias ou não

previdenciárias devidas e não repassadas até Fevereiro de 2013, junto ao seu Regime Próprio de Previdência Social, gerido pela CAPPS – Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema, para pagamento na forma do artigo 1°, observado o disposto no artigo 5°-A da Portaria MPS n° 402/2008, na redação das Portarias MPS n° 21/2013 e n° 307/2013: § 1°. Os débitos oriundos das contribuições patronais devidas e não repassadas pelo Município à CAPPS, em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais, iguais e consecutivas. § 2°. Os débitos oriundos das contribuições descontadas dos segurados ativos e inativos, e dos pensionistas, relativas ao mesmo período, se houver, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas. § 3°. Os débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas. Art. 3º - Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcelamento, não pagas no seu vencimento. Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do Termo de Parcelamento ou Reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo. Art. 4° - Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados de acordo com o art. 15, §§§ 4º, 5º e 6º da Lei n° 937/2002 (Estatuto da CAPPS), atualizados pelo artigo 1º da presente Lei, acumulados desde a data de vencimento até a data de assinatura do Termo de Acordo de Parcelamento ou Reparcelamento. § 1°. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo mesmo índice disposto no artigo 1° da presente Lei, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento. § 2°. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo mesmo índice disposto no artigo 1º da presente Lei, acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento. Art. 5° - Fica a CAPPS determinada a enviar todas as informações necessárias ao MPS - Ministério da Previdência Social relativos à Confissão e o Parcelamento ou Reparcelamento dos Débitos de que trata a presente Lei. Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis 1.382/2012, de 29 de Março de 2012 e 1.414/2012, de 27 de dezembro de 2012 e as disposições que lhes forem contrárias ou incompatíveis. A seguir o Sr. Presidente

passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que compete ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público punir os Prefeitos Municipais que cometeram os erros em relação ao repasse dos valores para a CAPPS/CAMEDS. Acrescentou que está escutando alguns assuntos interessantes sobre a política e conversou com um Deputado sobre a possibilidade de uma reforma política, assim ele lhe disse que a reforma política pretendida poderia ser feita nas próximas eleições municipais. Informou que parece estar havendo um consenso geral em alguns itens, sendo o item principal, o término das coligações partidárias. Aduziu que nas pesquisas de opinião pública a população está demonstrando uma rejeição em relação às reeleições. Concluindo, disse que conversou com o Sr. Prefeito Municipal sobre a possibilidade da realização de uma reforma no prédio do antigo Aero Clube e ele lhe informou que o Governo do Estado poderia arcar com os custos da referida reforma para que pudesse ser instalado no local a sede da Câmara de Vereadores. Dessa maneira, vai conversar com o conversar com o Presidente da Associação Comercial, que funciona no local, para que a Associação doe o prédio para a Câmara de Vereadores, pois este poderá ser um marco deixado pelos atuais Vereadores. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se existe o interesse da Associação em doar o prédio. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o prédio precisa de uma reforma urgente e a Associação não possui recursos para arcar com as obras, por isso acredita que eles serão favoráveis a doação do prédio. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que parece que o Campo do Ferradurão também será reformado. O Vereador Alexandre Barbosa Machado esclareceu que a viagem feita ao Rio de Janeiro foi bastante produtiva e acredita que este é o momento do Município de Miracema se reunir para resolver seus problemas e desenvolver novos projetos. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou Moção de Aplausos para: 01) o Sr. Eder Andrade Freire, Auxiliar de Apoio Profissional da CEDAE, Miracema-RJ, pela sua conduta e pelo excelente trabalho que vem realizando, sempre atendendo as pessoas com muito carinho, dedicação e acima de tido, com muito profissionalismo; 02) o Sr. Jeander Souza de Paula, Auxiliar de Apoio Profissional da CEDAE, Miracema-RJ, pela sua conduta e pelo excelente trabalho que vem realizando, sempre atendendo as pessoas com muito carinho, dedicação e acima de tido, com muito profissionalismo. Todos os Vereadores

irão assinar estas Moções. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos ao Padre Joseph pela organização e realização da Festa de Nossa Senhora Aparecida, realizada no dia 12 de outubro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, esclareceu que a mobilização ocorrida no Brasil no mês de junho teve o objetivo de melhorar o Brasil em diversos aspectos, entretanto ainda não viu nenhum tipo de atitude para atender aos pedidos da sociedade. Por fim, parabenizou os Vereadores que ingressaram no Partido Solidariedade, sendo que o referido partido tem por objetivo a realização de um trabalho solidário. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves, em conjunto com o Vereador Gilson Teixeira Sales, solicitou Moção de Pesar para o Sr. José Inaldo Gurgel Júnior e demais familiares, em virtude do falecimento do Sr. José Inaldo Gurgel, seu pai. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou de Aplausos Moção para todos os alunos que estão se formando no IFF, parabenizando-os por suas conquistas. Continuando, disse que se sentiu privilegiado por ter participado da reunião com o Governador do Estado e da reunião realizada com a Direção da CAPPS, pois acredita que as referidas reuniões foram muito produtivas. Acrescentou que o Governador do Estado vai conseguir com que a UFF de Miracema arque com os custos dos seus professores, sendo que tais valores eram custeados pela Prefeitura. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que se sente muito honrado em participar desta Casa Legislativa, pois percebe que os Vereadores estão trabalhando em prol do Município de Miracema. Acrescentou que a reforma do prédio da Associação Comercial deve ser realizada de maneira urgente. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para: 01) o Sr. Nelson Bournier, Prefeito do Município de Nova Iguaçu, pela forma receptiva e pela disponibilidade em acompanhar o Prefeito e os Vereadores de Miracema na visita ao Governador do Estado, Sr. Sérgio Cabral. 02) o Sr. Sérgio Cabral, Governador do Estado do Rio de Janeiro, pela cortesia em atender os pedidos do Município de Miracema 03) o Sr. Artur, Secretário da Casa Civil em exercício, pelo tratamento oferecido aos Vereadores e ao Sr. Prefeito Municipal, demonstrando que o Governo do Estado estará sempre a disposição do Município de Miracema. Todos os vereadores irão assinar estas Moções. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes lembrou todos os Vereadores para indicarem os respectivos nomes das pessoas que receberão a Comenda Júlio José de

Oliveira. Pediu ao Vereador Gutemberg Damasceno para realizar um discurso em nome dos Vereadores com o objetivo de homenagear o Centenário do Senador Dirceu Cardoso. Por fim, disse que resolveu se desfiliar do PR para ingressar no Partido Solidariedade, sendo que ao ler o estatuto do Partido se identificou com o trabalho que será realizado. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que também está saindo do PMDB, mas gostaria de deixar claro que sempre se sentiu honrado em participar do PMDB e tomou sua decisão com coração partido, pois sempre se sentiu orgulhoso de participar do PMDB. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 21/10/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 21 de outubro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cinquenta e três, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Alexandre Barbosa Machado. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 118, Versículos 05 e 06. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 0479/2013 do Gabinete do Prefeito Municipal, respondendo ofício nº 0715/2013. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou cópia deste ofício; 02) Ofício PMM/GAB nº 0478/2013 do Gabinete do Prefeito Municipal, respondendo ofício nº 0681/2013; 03) Ofício PMM/GAB nº 0482/2013 do Gabinete do Prefeito Municipal, respondendo ofício nº 0580/2013; 04) Ofício PMM/GAB nº 0477/2013 do Gabinete do Prefeito Municipal, respondendo ofício nº 0695/2013; 05) Ofício PMM/GAB nº 0483/2013 do Gabinete do Prefeito Municipal, respondendo ofício nº 0718/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício PMM/GAB nº 0488/2013 do Gabinete do Prefeito Municipal, respondendo ofício nº 0636/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício PMM/GAB nº 0481/2013 do Gabinete do Prefeito Municipal, respondendo ofício nº 0704/2013. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou cópia deste ofício; 08) Ofício PMM/GAB nº 0480/2013 do Gabinete do Prefeito Municipal, respondendo ofício nº 0705/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício. 09) Ofício PMM/GAB nº 0484/2013 do Gabinete do Prefeito Municipal, respondendo ofício nº 037/2013; 10) Ofício SEFAZ/SGAB nº 646/2013 da

Secretaria Estadual de Fazenda, respondendo ofício nº 0482/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 11) Comunicado Nº CM225026/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 12) Ofício nº 509/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei Complementar nº 048/2013 que Dispõe sobre a criação do Sistema de Controle Interno no âmbito da CAPPS/CAMEDS; 13) Ofício nº 508/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei Complementar nº 047/2013 que Altera e reestrutura a Lei nº 1.017/2003, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e carreiras dos servidores da CAPPS e o artigo 52 da Lei nº. 798/99 que dispõe sobre a organização, a estrutura orgânica e os procedimentos da administração do município de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que estes Projetos de Lei buscam criar o Controle Interno na CAPPS e regularizar alguns cargos já existentes, sendo que a Direção da CAPPS pediu urgência na tramitação destes Projetos, pois eles são exigências do Tribunal de Contas, por isso gostaria que eles fossem votados na próxima quinta-feira. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que gostaria de estudar os Projetos de forma atenciosa. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves perguntou se existe a autorização do Conselho da CAPPS para a confecção dos referidos Projetos de Lei. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a ata da reunião do Conselho não se encontra no Projeto. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que os representantes da CAPPS poderiam ser convidados para prestar esclarecimentos sobre os Projetos de Lei. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que além de convidar o Assessor Jurídico da CAPPS para comparecer na quinta-feira, vai solicitar a cópia da ata do Conselho Fiscal em relação aos dois projetos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Fernandes que sejam incluídos na Ordem do Dia, em Regime de Urgência Simples, os Projetos de Lei Complementar que: a) Institui o Programa Especial de Regularização Fiscal do Município de Miracema – REFIS – MIRACEMA e dá outras providências; b) Altera e reestrutura a Lei nº 1.017/2003, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e carreiras dos servidores da CAPPS e o artigo 52 da Lei nº. 798/99 que dispõe sobre a organização, a estrutura orgânica e os procedimentos da administração do município de Miracema; c) Dispõe sobre a criação do Sistema de Controle Interno no âmbito da CAPPS/CAMEDS. Conforme estabelece

o Artigo 145 do Regimento Interno: "*O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário*". O Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o requerimento em votação. Em votação o requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que é importante que as Comissões analisem os Projetos de Lei com cuidado, pois elas devem orientar os demais Vereadores. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Fabrício de Sá Xavier - Ao Governador do Estado do RJ, Sr. Sérgio Cabral - Solicitação, com vistas a Secretaria Estadual de Saúde, no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantado o Projeto "Clínicas da Família", no Município de Miracema, para que a demanda na área da saúde possa ser reduzida. Aprovado. 02) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido que seja inserido no orçamento de 2014 uma rubrica necessária para a aquisição de um britador, tendo em vista o grande número de serrarias de pedra existentes no Município de Miracema, bem como a utilidade nas estradas vicinais. Deferido. 03) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Senador da República, Sr. Lindberg Faria - Solicitação no sentido de que o Município de Miracema seja contemplado com a implantação de uma Clínica especializada em tratamento para usuários de álcool e drogas. Tal solicitação visa atender aos usuários de Miracema e região. Aprovado. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Senador da República, Sr. Lindberg Faria - Solicitação no sentido de que seja realizada a doação de um veiculo para transportes coletivo para o Centro de Convencia da terceira idade, tendo em vista diversos convites para visitarem o Centro de Convivência de outros Municípios. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Dispõe sobre o controle e fiscalização da emissão de sons e ruídos de qualquer natureza - Poluição Sonora - bem estar e sossego público no Município de Miracema/RJ e dá outras providencia. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. Foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Modificativa:** Passar o Parágrafo único do Artigo 3º, para §1º. Autoria: Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Gilson Teixeira Sales. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **b)**

Emenda Aditiva: Criar o §2º no Artigo 3º, com a seguinte redação: Artigo 3º - ..... §1º - ..... §2º - As Igrejas nos cultos de qualquer natureza no período de 7:00 as 22:00 horas fica fixado em 85 (oitenta e cinco) decibéis para emissão de sons e ruídos assim como a intensidade dos mesmos. Autoria: Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Gilson Teixeira Sales. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que no passado foi criada uma Lei que prejudicou todas as Igrejas, assim, depois foi realizada uma reforma na referida Lei para corrigir o referido Projeto. Dessa maneira, realizou um estudo para que fossem assegurados os direitos de todas as Igrejas no Projeto de Lei de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que seu Projeto de Lei é baseado em uma Lei Federal e tem como objetivo devolver a dignidade às pessoas que trabalham com propaganda volante. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **c) Emenda Modificativa:** O Inciso VII do artigo 14 passa a ter a seguinte redação: Artigo 14 - ..... I - ..... II - ..... III - ..... IV - ..... V - ..... VI - ..... VII - sinos, carrilhões acústicos e instrumentos litúrgicos utilizados no exercício de cultos ou cerimônias religiosas de qualquer natureza. Autoria: Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Gilson Teixeira Sales. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. A Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1457, de 21 de outubro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e o Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES - Seção I - Das Definições - Art. 1º - A emissão de sons e ruídos de qualquer natureza dentro do Município de Miracema, obedecerá os padrões, critérios e diretrizes estabelecidos por esta Lei, sem prejuízo da legislação Federal e Estadual aplicável. Art. 2º - Considera-se Poluição Sonora, para fins de aplicação desta Lei, como sendo toda emissão de som ou ruído que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva a saúde, a segurança e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas nesta Lei. Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei, consideram-se aplicáveis as seguintes definições: I - som: é toda e qualquer vibração acústica capaz de provocar sensações auditivas, II - poluição sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente seja ofensiva ou nociva a saúde, a segurança e ao bem estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas nesta lei. III - ruído: qualquer

som que cause ou tenda a causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais, IV - ruídos impulsivos: som de curta duração, com início abrupto e parada rápida, caracterizado por um pico de pressão de duração menor que um segundo. V - ruídos contínuos: aqueles com flutuação de nível de pressão acústica tão pequena que podem ser desprezadas dentro do período de observação. VI - ruído intermitente: aqueles cujo nível de pressão acústico cai abruptamente ao nível do ambiente, várias vezes durante o período de observação, desde que o tempo em que o nível se também constante, diferente daquele do ambiente seja de ordem de grandeza de um segundo ou mais. VII - ruído de fundo: todo e qualquer som que esteja sendo emitido durante o período de medições, que não aquele objeto das medições. VIII - distúrbios sonoros e distúrbio por vibrações: significa qualquer ruído ou vibração que: a) ponha em perigo ou prejudique a saúde, o sossego e o bem estar público; b) cause danos de qualquer natureza as propriedades públicas ou privadas; c) possa ser considerado incomodo; d) ultrapasse os níveis fixados na lei. IX - nível equivalente (leg): o nível médio de energia do ruído encontrado integrando-se os níveis individuais de energia ao longo de determinado período de tempo e dividindo-se pelo período, medido em db-a. X- decibel (db): unidade de intensidade física relativa do som. XI - nível de som db (a): intensidade do som, medido na curva de ponderação "a", definido na norma nbr 10.151 - abnt. XII - zona sensível a ruído ou zona de silêncio: é aquela que, para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional. Define-se como zona de silêncio a faixa determinada pelo raio de 100 metros de distância de hospitais, escolas, creches, bibliotecas públicas, postos de saúde, delegacia, fórum, Ministério Público e demais repartições públicas. XIII - limite real da propriedade: aquele representado por um plano imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica, de outra, XIV - serviço de construção civil: qualquer operação de montagem, construção, demolição, remoção ou alteração substancial de uma edificação ou de urna estrutura. XV - centrais.de serviços: canteiros de manutenção e/ou produção de peças e insumos para atendimento de diversas obras de construção civil. XVI - vibração: movimento oscilatório, transmitido pelo solo ou uma estrutura qualquer. Seção II - Dos Limites e Níveis de Intensidade - Art. 3º - Os limites de horário para emissão de sons e ruídos ficam assim fixados: I -

Diurno, horário compreendido entre as 08:00 e 18:00 horas; II- Noturno, horário compreendido entre as 18:00 e 08:00 horas, § 1º - Quando o término do período noturno recair em dias de domingo ou feriado, o seu horário será estendido até as 10:00 horas. § 2º - As Igrejas nos cultos de qualquer natureza no período de 7:00 as 22:00 horas fica fixado em 85 (oitenta e cinco) decibéis para emissão de sons e ruídos assim como a intensidade dos mesmos. Art. 4° - Os níveis de intensidade de sons e ruídos fixados por esta Lei, bem como, o método utilizado para medição e avaliação, obedecerão os limites estabelecidos na NBR 10.151/00 da ABNT, ou a que lhe suceder. CAPÍTULO II - DAS COMPETENCIAS - Seção I - Da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil - Art. 5° - Compete a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil a aplicação da presente Lei, bem como: I - Estabelecer o programa de controle de ruídos urbanos e exercer diretamente o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora; II - Aplicar sanções e interdições, parciais ou integrais, previstas na presente legislação; III - exigir das pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora, apresentação dos resultados de medições e relatórios, podendo, para a consecução dos mesmos, serem utilizados recursos próprios ou de terceiros; IV - Impedir a localização de estabelecimentos industriais, comerciais, fábricas, oficinas e outros que possam vir a produzir distúrbios sonoros em unidades residenciais ou em zonas sensíveis a ruídos; V - Organizar programas de educação e conscientização, esclarecimento e conscientização da presente Lei. CAPITULO III - DAS PROIBIÇÕES - Seção I - Da Utilização de Equipamentos Sonoros em Vias e Logradouro Públicos - Art. 6º - Qualquer estabelecimento ou atividade que utilize sonorização com imissão ou emissão de som ou ruído acima do estipulado nesta Lei, deverá obter o licenciamento do órgão competente para seu funcionamento, que poderá, inclusive, exigir o revestimento acústico adequado, se for o caso. Parágrafo Único - A utilização, em veículos de qualquer espécie, de equipamento que produza som só será permitida, nas vias terrestres abertas a circulação, em nível de pressão sonora não superior a 80 decibéis - db (A), medido a 7 m (sete metros) de distância do veículo. Seção II - Dos Serviços de Propaganda Volante através de Veículo de Som - Art 7° - Na hipótese de utilização de equipamentos sonoros por empresas ou profissionais autônomos que prestem serviço de propaganda Volante, a autorização de que trata o artigo anterior

será limitada a um veículo para cada mil habitantes. § 1° - A autorização de utilização de equipamentos sonoros dependerá de prévio registro na Secretaria Municipal de Fazenda do Município, ocasião em que ficam obrigadas a apresentar toda a documentação necessária para obtenção do competente alvará e, consequentemente, fazer sua inscrição no cadastro de contribuintes de imposto sobre serviços de quaisquer natureza. § 2º - Os veículos de som deverão estar devidamente emplacados, equipados e identificados com o nome da empresa ou profissional autônomo, endereço e telefone, devendo, ainda, os impostos e taxas referentes ao mesmo estarem devidamente quitado. § 3° - Cada veículo de som terá autorização específica com validade de 01 (um) ano, podendo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil efetuar a qualquer momento medições do nível sonoro do referido veículo. § 4° - Sendo descumprido qualquer das exigências estabelecidas pela Municipalidade, as empresas e prestadores de serviços de veículo de som, terão seu alvará cassado, perdendo sua autorização para prestar esse serviço no Município de Miracema. Artigo 8°- Os serviços de que trata o artigo anterior só poderão ser prestados no horário de 08:00h as 18;00h. Art. 9° - Os veículos de Propaganda Volante ficam vedados de fazerem uso de seus equipamentos em distância inferior a 100 metros das zonas sensíveis a ruídos ou zonas de silêncio. Parágrafo Único - Vedado a realização de propaganda volante nos seguintes locais: a)..... b)..... c)..... d)..... Seção III - Das Obras e Construções - Art. 10 - Sem a devida autorização especial, ficam proibidos os serviços de construção civil nos seguintes dias e horário: I - Domingos e feriados, a qualquer horário, II- Em dias Úteis, no horário noturno. Parágrafo Único - As obras e construções a serem realizadas em unidades territoriais residenciais e zonas sensíveis a ruídos, necessitarão de autorização especial do Órgão Competente que estipulará os dias e horários permitidos. Art. 11 - Não é permitida a utilização de quaisquer ferramenta ou equipamento, execução de serviços de carp e descarga, consertos, serviços de construção em dias Úteis, domingos e feriados, de modo que o som assim originado ultrapasse aos valores máximos fixados nesta Lei. Seção IV - Das Demais Proibições - Art. 12- Além das proibições preambulares é proibido: I- Perturbar o sossego e o bem estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os limites máximos de intensidade fixados por

esta Lei. II- A utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique som, no período noturno, de modo que crie distúrbios sonoro através do limite real de propriedade ou dentro de uma zona sensível de ruídos. III - utilizar auto-falantes, fonógrafos, rádios e outros equipamentos sonoros usados como meio de propaganda, mesmo em casas de negócios ou para outros fins, desde que causem distúrbios sonoros; IV - queimar ou permitir a queima de foguetes, morteiros, bombas ou outros fogos de artifícios; V- carregar e descarregar, abrir, fechar e outros manuseios de caixas, engradados, recipiente, materiais de construção, latas de lixo ou similares, no período noturno, de modo que cause distúrbio sonoro em unidades territorial residências ou em zonas sensíveis a ruídos; VI - operar, executar ou permitir a execução de qualquer instrumento musical, amplificado eletronicamente ou não, radio, fonógrafo, aparelho de televisão ou dispositivo similar que produza, reproduza ou amplifique som em qualquer lugar de entretenimento publico, sem autorização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Defesa Civil. VII - alojar animais que freqüente ou continuamente emitem sons que causem distúrbios sonoro. Seção V - Das Exceções - Art. 13 - Situações de excepcionalidade serão toleradas do fiel cumprimento das disposições desta Lei, §1° - Consideram-se situações de excepcionalidade festejos Populares, Carnavalescos, de Natal, Ano Novo, propaganda volante informando falecimentos. § 2º - Poderá a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Defesa Civil, conforme o caso, estabelecer através de Resolução outras situações de excepcionalidade. Art. 14 - Não se compreendem nas proibições desta seção os sons produzidos por: I - bandas ou fanfarras de música, desde que em procissões, cortejos, desfiles públicos ou assemelhados; II - sirenes ou aparelhos sonoros que provenham de viaturas, quando em serviço de socorro ou policiamento, como de ambulância, carro de bombeiros ou assemelhados; III - apitos, buzinas ou outros aparelhos de advertência de veículos em movimento, desde que respeitando a legislação do CONTRAN; IV - manifestações em recintos destinados a prática de esportes, com horário previamente licenciado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Defesa Civil, excluindo a queima de foguetes, morteiros, bombas ou a utilização de outros fogos de artifícios, quando utilizados indiscriminadamente; V - alto-falantes, na transmissão de avisos de utilidade pública procedente de entidades de direito público; VI- coleta de lixo, promovida pelo Órgão competente; VII- sinos,

carrilhões acústicos e instrumentos litúrgicos utilizados no exercício de cultos ou cerimônias religiosas de qualquer natureza. VIII - Manifestações Cívicas, Classistas e Religiosas, desde que se realizem em horário e local previamente autorizados pelos Órgãos competentes e nos limites por eles fixados; Art. 15 - Ficam excluídas da presente Lei a Propaganda Eleitoral que é regulada por Legislação própria. CAPÍTULO IV - DAS PENALIDADES - Art. 16 - A pessoa física ou jurídica que infringir quaisquer dispositivos desta Lei, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, fica sujeito as seguintes penalidades, independentemente de cessar a transgressão e de outras sanções da União ou do Estado, cíveis ou penais: I - notificação por escrito; II - multa; III - interdição parcial ou total do estabelecimento ou das atividades; IV- embargo de obras; V - paralisação da atividade poluidora. § 1°- Verificada a infração, o infrator será notificado pela autoridade responsável para, num prazo de 30 (trinta) dias, se adequar aos limites da presente lei. § 2º - Decorrido o prazo acima estabelecido e mediante nova medição, vier a ser constatado a infringência aos níveis máximos de intensidade de sons e ruídos, o infrator será punido com a penalidade subseqüente, o mesmo acontecendo em caso de reincidência. Art. 17 - Para efeito da aplicação das penalidades, as infrações aos dispositivos desta Lei serão classificados como leves, graves e gravíssimas: I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes, atividade geradora de ruído desenvolvido sem licença, alcançando até 05 decibéis (05 db) acima do limite; II - graves, aquelas em que forem verificadas circunstâncias agravantes, ultrapassando de 10 (dez) a 30 db (trinta decibéis) acima do limite; III - gravíssimas, aquelas que em que seja verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência, ultrapassando 30 db (trinta decibéis) acima do limite. Art. 18- A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente: I- nas infrações leves, 20 (vinte) Unidades Fiscais do Município (UFM); II- nas infrações graves, 80 (oitenta) Unidades Fiscais do Município (UFM); III - nas infrações gravíssimas, 150 (cento e cinquenta) Unidades Fiscais do Município (UFM). Art. 19 - Para a imposição da pena e graduação da multa, a autoridade ambiental observará: I - as circunstâncias atenuantes e agravantes; II- a gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências para a saúde ambiental e o meio ambiente; III- a natureza da infração e suas conseqüências; IV - o porte do empreendimento; V - os antecedentes do infrator; quanto as normas ambientais. Art.

20 - São circunstâncias atenuantes: I - menor grau de compreensão e escolaridade do infrator; II - arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou imitação significativa do ruído emitido. III - ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve. Art. 21 - São circunstâncias agravantes: I - Ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada. II- ter o infrator agido com dolo direto ou eventual. §1° - A reincidência verifica-se quando o agente comete nova infração do mesmo tipo. § 2º- No caso de infração continuada caracterizada pele repetição de ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente, até cessar a infração. Art. 22- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 23- Revogam-se todas as disposições em contrario. **02)** Projeto de Lei que dá nova redação ao § 3º, do artigo 13 da Lei 937/2002 de 09 de maio de 2002, alterado pela Lei 1.288/2009 de 10 de dezembro de 2009. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura do cálculo do impacto orçamentário e do parecer do Controle Interno. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que o referido Projeto de Lei está sendo votado por conta dos não repasses do ano de 2011 até a presente data. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que este projeto de Lei é mais um passo para que os problemas do Município possam ser resolvidos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que este Projeto de Lei demonstra a parceria entre os Poderes Executivo e Legislativo para buscar sanar os problemas do Município de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a situação ter chegado a este ponto foi um absurdo, sendo que os responsáveis por estes problemas deveriam ser responsabilizados e penalizados. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1458, de 21 de outubro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- O § 3º do artigo 13 da Lei nº 937/2002 de 09 de maio de 2002, alterado pela Lei nº 1.288/2009 de 10 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação: " Lei nº 937, de 09 de maio de 2002 Art.13..... § 3º - O financiamento do déficit atuarial será em percentuais crescentes, possibilitando um processo gradual de equilíbrio do Plano Previdenciário, escalonado nos termos desta Lei, que parte do custo extraordinário inicial de 7,18% (sete inteiros e dezoito centésimos por cento) de

acordo com a tabela abaixo, durante 18 anos, quando atinge a taxa de 29,03% (vinte e nove inteiros e três centésimos por cento), conforme projeção atuarial.

Ano	Custeio Suplementar (CS)
2013	7,18%
2014	8,18%
2015	9,18%
2016	10,68%
2017	12,18%
2018	13,68%
2019	15,18%
2020	17,18%
2021	19,18%
2022	21,18%
2023	23,18%
2024	25,18%
2025	27,18%
2026 - 2044	29,03%

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que lhes forem contrárias ou incompatíveis, produzindo seus efeitos a partir de 02/01/2013. **03)** Projeto de Lei que Altera a estrutura da Lei Municipal Nº 1.409/2012 de 06 de dezembro de 2012 e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou vista do Projeto de Lei, o que foi deferido pelo Vereador Presidente Hugo Fernandes. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que vai apresentar uma Emenda em conjunto com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que já cobrou a informação do real valor da dívida existente entre a Prefeitura e a CAPPS, assim gostaria que o Vereador Presidente intercedesse junto à CAPPS e junto ao Prefeito Municipal para saber o valor da dívida correto da dívida. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou Moção de Aplausos para o Dr. José Jackson pelos relevantes serviços prestados na área da saúde no Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que

a solicitação de créditos adicionais, conforme consta do Projeto de Lei, deve estar acompanhado de um demonstrativo. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que o comparecimento do Secretario Municipal de Fazenda nesta Casa Legislativa seria interessante, pois ele poderia explicar melhor Projeto de Lei. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o parcelamento será descontado diretamente no Fundo de Participação do Município, sendo que estes fatos já prejudicaram os servidores, pois seus salários foram descontados e os valores não foram regularmente repassados. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que o Prefeito atual está sendo penalizado por conta de hábitos passados, sendo que com a aprovação das recentes leis a discussão sobre o valor dos juros da dívida será finalizada. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou Moção de Aplausos para o Presidente da Associação Comercial, parabenizando todos os comerciantes pela passagem do "Dia do Comerciário". Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Aparecida Ratinho, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que fez uma reunião com o Presidente da Associação Comercial, que também é Presidente do Rotary, sobre a doação do prédio e ele se comprometeu de marcar uma reunião com os Comerciantes e com os membros do Rotary para que eles pudessem discutir o assunto. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para: 01) a jovem Lafânia da Silva Mendes, a parabenizando por ter sido contemplada com uma bolsa de estudos pelo Programa de Mobilidade Acadêmica, na Universidade de Cantábria, na Espanha; 02) o Sr. Mateus Mattos Ferreira Pereira, pela brilhante realização do Evento "Acorda pra Vida", destinado para os adolescentes, que contou com uma grande participação. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 24/10/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 24 de outubro de 2013.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cinquenta e quatro, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 05, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Notificação Extrajudicial da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que esta Notificação fosse encaminhada para a Assessoria Jurídica; 02) Requerimento do Vereador Carlos Magno da Silva Peres encaminhando Minuta de Projeto de Lei que autoriza o Executivo Municipal a conceder um dia de folga ao servidor público municipal no dia de seu aniversário e dá outras providências, ao Sr. Prefeito Municipal; 03) Telegramas NºRef: 006889/MS/SE/FNS, 007747/MS/SE/FNS, 008508/MS/SE/FNS, 013208/MS/SE/FNS, 008300/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 04) Telegrama convidando para a Audiência Pública que será realizada para debater sobre a distribuição de energia para os Municípios do Estado do Rio de Janeiro; 05) Panfleto dobre a Marcha dos Vereadores. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 06) Convite para a Sessão Solene da Câmara Municipal em comemoração ao 58º Aniversário de Emancipação Político Administrativa do Município de Miguel Pereira; 07) Convite para a Passeata em comemoração ao mês dedicado À conscientização da necessidade de prevenção do Câncer de Mama, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde; 08) Ofício nº 2962/2013/GAB/SCTIE/MS da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos

Estratégicos – Ministério da Saúde. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 09) Ofício do Sr. José Carlos Cabreira encaminhando prestação de contas. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Maurício Sant'Ana Soares e Genessi Rodrigues da Silva; 10) Ofício SES/GS/APAR nº 201/2013 da Secretaria Estadual de Saúde, respondendo ofício nº 300/2013; 11) Ofício SETOE/SEPAD 659/2013 do Tribunal de Justiça –Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria de Meio Ambiente, no sentido de que seja realizado o plantio de árvores nas ruas do Município, principalmente nas ruas em que existirem falhas, como na Avenida Antônio Mendes Linhares. Tal solicitação se deve ao fato que estamos entrando no período de chuvas, sendo a época adequada para a realização dos plantios. Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente da Empresa Vital Brasil - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a concessão de um polo de venda de fraldas geriátricas nos mesmos moldes que existe em Santo Antônio de Pádua e outros Municípios vizinhos. Tal solicitação possui o objetivo de beneficiar os idosos que utilizam seus recursos para adquirir estes produtos, uma vez que a população de Miracema é muito carente. Aprovado. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Governador do Estado do RJ, Sr. Sérgio Cabral - Solicitação, com vistas a Secretaria Estadual de Obras, no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantado o Projeto "Bairro Novo", nos bairros Jardim Beverly e Fazendinha, do Município de Miracema. Ressaltamos que através deste Projeto o Governo do Estado leva até as vias públicas do Município os serviços de drenagem, pavimentação, meio fio, calçadas, arborização e asfaltamento. Aprovado. 04) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizada o calçamento e a pavimentação da Rua Aristides Barbosa e parte da Rua José Márcio Martins, localizadas no Bairro Hospital. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. João Antônio Serri para falar sobre o Projeto de Lei que Altera a estrutura da Lei Municipal Nº 1.409/2012 de 06 de dezembro de 2012. Com a palavra, o Sr. João Serri, após cumprimentar

todos os presentes, esclareceu que no começo do ano encontrou a situação do Município de Miracema muito deficitária, sendo que atualmente diversos gestores estão passando por dificuldades em lidar com o saldo orçamentário, fato este que ocorre por falhas técnicas. Acrescentou que o Orçamento Municipal não estava sendo confeccionado de maneira eficaz, entretanto este problema não é culpa do Prefeito Municipal, e sim da equipe técnica que confeccionou o Orçamento. Disse que se acontecer algum tipo de emergência e o Município precisar suplementar alguma verba orçamentária, isto não poderá acontecer. Afirmou que já foram votados dois Projetos de Lei autorizando a compra de veículos escolares que o governo passado tinha obtido. Esclareceu que a Lei Orçamentária já autoriza o Município a utilizar 30% (trinta por cento) do Orçamento Total para realizar a suplementação, sendo que a Prefeitura já utilizou aproximadamente 28% (vinte e oito por cento). Acrescentou que ainda será necessário realizar algumas suplementações orçamentárias este ano, sendo que no mês de agosto o Município de Miracema recebeu uma ordem de pagamento referente a um Processo Judicial, e no ano passado foi deixado um valor baixo para pagar as ordens de pagamentos judiciais. Aduziu que a Ordem de Pagamento recebida pela Prefeitura Municipal foi de aproximadamente R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e o Município se viu em uma situação muito delicada. Por fim, disse que está precisando da indicação das subvenções dos Vereadores, pois o Orçamento já está sendo concluído. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno entendeu que a Prefeitura Municipal possui o dinheiro e não possui o orçamento para exercer o pagamento. O Sr. João Serri disse que mesmo se houver dinheiro em caixa, mas não houver previsão orçamentária, alguns pagamentos não poderão ser feitos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que os Municípios de Cidades pequenas possuem uma grande dificuldade em conseguir profissionais habilitados para elaborar a Lei Orçamentária. Com isso, ocorrem alguns os erros técnicos por desconhecimento das normas. Por fim, disse que em sua opinião o esclarecimento prestado foi suficiente para realizar a votação do referido Projeto. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que está preocupado com algumas questões relativas ao Orçamento de 2014, especialmente em relação ao Carnaval, à Exposição e a alguns outros eventos, sendo que sua intenção era marcar uma reunião com os organizadores do Carnaval para resolver algumas questões. O Sr. João Serri

esclareceu que a Lei Orgânica estipula que a Prefeitura deve encaminhar o Projeto de Lei que dispõe sobre o Orçamento à Câmara Municipal até o mês de outubro. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que caso o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo deseje fazer alguma alteração no Projeto ela poderá ser feita através de Emendas. O Vereador Paulo Sérgio disse que possui algumas sugestões sobre a distribuição das verbas referentes ao Carnaval 2014. O Sr. João Serri esclareceu que o Sr. Prefeito Municipal sempre possui problemas em relação às subvenções, pois as entidades, por desconhecimento, acabam utilizando as verbas de maneira errônea. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou se a referida alteração seria apenas para este ano. O Sr. João Serri disse que sim. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o Projeto de Lei cita uma legislação onde é aduzido que a alteração pretendida pode ser proibida. O Sr. João Serri esclareceu que Lei nº 4.320 de 1964 estabelece que o Gestor Público não pode alterar a Legislação Orçamentária sem a autorização do Poder Legislativo. O Vereador João Siqueira Magalhães acrescentou que a Lei nº 4.320 estabelece em quais situações a Legislação Orçamentária pode ser alterada. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves perguntou se no Orçamento atual já está sendo calculado o pagamento da dívida com a CAPPS/CAMEDS. O Sr. João Serri disse que o Orçamento já está prevendo estes valores. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que o prazo para as pessoas se beneficiarem do Projeto de Lei que dispõe sobre o REFIS é só até o final deste ano. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Projeto de Lei sobre o REFIS será votado na próxima reunião. O Vereador João Siqueira Magalhães fez a leitura dos artigos da Lei nº 4.320 mencionados no Projeto de Lei que dispõe sobre a Alteração do Orçamento. Dessa maneira, gostaria que fosse encaminhada uma planilha para a Câmara de Vereadores demonstrando os gastos a serem complementados, acrescentando que os Vereadores não querem impedir o Prefeito Municipal de realizar sua administração, entretanto eles devem ler e entender os Projetos Leis, buscando informações, assim gostaria que fosse encaminhada uma planilha para que os Vereadores pudessem analisá-la. O Sr. João Serri esclareceu que vai providenciar a referida planilha. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu ao Sr. João Serri pela disponibilidade em comparecer na Câmara Municipal e prestar os devidos esclarecimentos. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito

também o Dr. Hanry Felix para falar sobre os Projetos de Lei que tratam da CAPPS/CAMEDS. Com a palavra, o Dr. Hanry, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que foi convidado para sanar quaisquer tipos de dúvidas em relação aos dois Projetos de Lei que estão tramitando nesta Casa Legislativa, sendo que um busca regulamentar alguns cargos que já existem na Caixa de Previdência e o outro busca criar o Controle Interno no âmbito da Caixa de Previdência. Acrescentou que a inexistência do Controle do Interno da CAPPS vem sendo tema de questionamento do Tribunal de Contas e, atualmente, do Ministério Público. Disse que os cargos comissionados que serão regularizados possuem um baixo valor de gratificação e já vêm sendo pagos, assim não causará nenhum impacto ao Orçamento Municipal. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se realmente o pagamento dos salários dos cargos que serão regulamentos não irão criar impacto orçamentário. O Dr. Hanry esclareceu que a documentação referente ao impacto orçamentário está toda acostado no Projeto e o limite prudencial está sendo respeitado. O Vereador Hugo Fernandes confirmou que, dentro do Projeto de Lei o limite prudencial está sendo respeitado. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que com a votação da Lei, o cargo passará a existir, assim sob o ponto de vista legal o cargo existirá a partir da data da aprovação e publicação da Lei. O Dr. Hanry esclareceu que estes cargos são necessários para o funcionamento administrativo da CAPPS/CAMEDS, sendo que já foi tentada a regularização destas funções. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que existe uma Lei sobre a incorporação das funções gratificadas, assim os cargos passarão a existir com a publicação da Lei, não podendo ser contado o tempo anterior. O Dr. Hanry esclareceu que estes cargos foram criados no ano de 2009 e serão regularizados a partir desta nova legislação. Acrescentou que a CAPPS esteve buscando, na legislatura passada, a criação do Controle do Interno, entretanto isto não aconteceu. O Vereador Hugo Fernandes disse que realmente é importante frisar o fato da incorporação das funções gratificadas, pois o tempo deverá ser contato a partir da aprovação da Lei. Continuou dizendo que já existiram projetos sobre a criação destes cargos e sobre a criação do Controle Interno, entendendo que a CAPPS sempre buscou regulamentar estas questões, entretanto não obteve resposta do Poder Legislativo. O Dr. Hanry destacou que na época em que o Projeto de Lei sobre a criação do Controle Interno foi

encaminhado para esta Casa Legislativa anteriormente, um de seus artigos gerou uma preocupação muito grande, pois favorecia uns servidores em detrimento de outros. Assim, como este problema não foi resolvido, o Projeto não foi votado. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que ainda não entendeu se os funcionários serão beneficiados ou não com a regulamentação de seus cargos em relação à Lei que trata da incorporação de função gratificada. O Dr. Hanry entende que os funcionários estarão sendo beneficiados, entretanto os servidores poderão pleitear a diferença do tempo de exercício da função da gratificada de forma administrativa ou, até mesmo judicial, sendo que a regulamentação é uma necessidade da Caixa de Previdência. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que este assunto poderá ser tema de pedido administrativo ou judicial. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves perguntou se a Prefeitura arca com os salários dos funcionários da Caixa de Previdência. O Dr. Hanry esclareceu que sim. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que o Poder Executivo já está realizando o pagamento destas funções gratificadas, assim não acarretará grandes mudanças nos gastos, pois somente serão acrescentados os cargos referentes ao Controle Interno. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou se os valores das dívidas da CAPPS já foram confirmados. O Dr. Hanry esclareceu que os valores provavelmente estarão prontos amanhã. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou quem tem o direito de nomear o Controlador Interno. O Dr. Hanry disse que o Presidente da CAPPS é quem deve nomeá-lo. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que no Projeto de Lei existe uma palavra que ele não está concordando, pois está sendo aduzido que será preciso a anuência do Prefeito Municipal para ocorrer as nomeações. O Dr. Hanry esclareceu que esta palavra está equivocada, pois não existe uma subordinação entre a CAPPS e a Prefeitura Municipal, por isso não acredita que seja necessário a anuência do Prefeito Municipal para que as nomeações pudessem ser feitas. O Vereador João Siqueira Magalhães acrescentou que vai apresentar uma emenda alterando a palavra anuência pela palavra ciência. Ainda com o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito também o Sr. André de Souza de Oliveira para falar sobre o Projeto de Lei que trata sobre os Conselheiros Tutelares. Com a palavra, o Sr. André, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que os Conselheiros gostariam de uma cópia em áudio e em escrito de todas as reuniões que foram realizadas. O Vereador Hugo Fernandes pediu

que esta solicitação fosse feita por escrito. O Sr. André perguntou se os Vereadores conversaram com o Sr. Prefeito Municipal sobre o referido Projeto de Lei. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a Câmara Municipal é independente do Poder Executivo, assim quando os Projetos são encaminhados os Vereadores discutem entre eles e não com o Sr. Prefeito Municipal. O Sr. André esclareceu que não está discutindo a opinião e votação dos Vereadores, entretanto gostaria de pedir que os Vereadores repensassem as Emendas apresentadas. Acrescentou que o Projeto de Lei está instruído com os devidos pareceres legais e com uma sugestão do Ministério Público, sendo que não está reivindicando nada pessoalmente, pois os Conselheiros são passageiros. Por fim, disse que gostaria que a Emenda de não prorrogação de mandato fosse repensada. O Vereador Hugo Fernandes disse que a Câmara Municipal não é subserviente ao Prefeito Municipal, assim os Vereadores votam os Projetos de acordo com seus entendimentos. Esclareceu que a importância do trabalho do conselho tutelar não está sendo discutida, pois ela é indiscutível, acrescentando que os vereadores não estão buscando favorecer e nem prejudicar nenhuma pessoa. Entende que a Lei Federal deixou alguns pontos omissos e que o CONANDA luta pela classe dos Conselheiros. Disse que a Recomendação, enviada pelo Ministério Público, possui uma pequena incoerência, pois da mesma forma que é sugerido a prorrogação de mandato para economizar as finanças pública, também é sugerido o aumento imediato dos salários. Por fim, disse que já conversou com alguns Conselheiros e explicou a situação e sua posição em relação ao assunto. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que ficou com uma dúvida, pois a votação empatou e não percebeu se o Vereador Presidente votou. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que votou favorável ao Projeto de Lei com as Emendas apresentadas pelos Vereadores. Continuando esclareceu que os Conselheiros que já possuem um primeiro mandato poderão disputar as eleições complementares e, posteriormente poderão disputar as eleições unificadas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que apresentou suas Emendas de acordo com a própria Resolução do CONANDA. O Sr. André esclareceu que a eleição dos Conselheiros expira em maio de 2014 e que os exemplos apresentados não estão condizendo com a realidade do Município de Miracema, pois os mandatos dos Municípios citados se expiram em 2013. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acrescentou que suas

emendas foram pautadas na Resolução do CONANDA, sendo que ainda acrescentou as urnas nos Distritos de Miracema. Por fim, entende que o Poder Legislativo não possui autonomia e prerrogativa para votar a prorrogação de mandatos, sendo que não apresentou nenhuma emenda para beneficiar e nem para prejudicar alguma pessoa. O Sr. André disse que entende a posição e a opinião dos Vereadores e não acredita que eles estejam buscando beneficiar ou prejudicar ninguém. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que, em alguns Municípios que prorrogaram o mandato dos Conselheiros, o próprio Ministério Público solicitou o cancelamento da prorrogação do mandato, possuindo um entendimento contrário. O Sr. André esclareceu que conhece estes casos, entretanto a realidades destes Municípios não é a existente em Miracema. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que com a prorrogação do mandato dos Conselheiros seriam ultrapassados os quatro anos previstos na Constituição Federal. O Sr. André agradeceu o espaço concedido pela Câmara Municipal. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Estabelece adequações da Legislação Municipal relativa ao Conselho Tutelar a Lei Federal nº 12696/2012 e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que concorda com o Vereador Hugo Fernandes, sendo que o trabalho dos Conselheiros Tutelares vem ficando cada vez mais complicado. Esclareceu que os Vereadores buscaram a melhor maneira de não prejudicar ninguém. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que nunca tinha visto uma situação tão complexa, pois as emendas aprovadas, embora sejam válidas, modificaram todo o Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Executivo. Dessa maneira, é de acordo com o Projeto de Lei original encaminhado pelo Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado com cinco votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier e Gilson Teixeira Sales, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes, dando origem a Lei nº 1459, de 24 de outubro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Altera o Artigo 5º, acrescentando-se os parágrafos quinto, sexto e sétimo,

incluindo os Inciso I, II e II ao § 5º, da Lei Municipal nº 1.103/2003, alteradas pelas Leis nº 1.165/2007, Lei nº 1.346/2010, conforme disposições do Art.1º da Lei Federal nº 12.696/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação: " Artigo 5º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Miracema (CMDCAM) regulamentar e coordenar o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, promovendo o registro de candidatos, a publicação de editais e demais atos pertinentes à eleição, sob a fiscalização do Ministério Público. § 1º - Caberá ao Ministério Público, solicitar à Justiça Eleitoral, uma relação atualizada de todos os eleitores do Município e Distritos; § 2º - O Conselho Municipal encaminhara através de oficio, 30 dias antes do inicio do Processo Eletivo, pedido aos jornais locais, para divulgarem sobre as Eleições para o Conselho Tutelar, encaminhando um cronograma contendo datas e outros dados para conhecimento público; § 3º - O Art.139 do ECA diz que o Processo de escolha será estabelecido em Lei Municipal e realizado sob a responsabilidade do CMDCAM e fiscalização do Ministério Público, assim sendo, desde que o Conselho Municipal de Direitos comunique oficialmente a realização, caberá só e exclusivamente ao Conselho de Direitos a responsabilidade por todo o Processo Eletivo, respondendo inclusive sob todos os aspectos, sejam de ordem social, jurídica ou processual; § 4º - Além das normas constantes desta Lei, todo processo eletivo devera seguir as normas constantes do Manual de Procedimentos para eleição do Conselho Tutelar, que será elaborado pelo Conselho de Direitos e submetido à aprovação do Ministério Público. § 5º - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território Nacional a cada 4(quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do sano subseqüente ao da eleição Presidencial. I - Caberá ao CMDCA, organizar novo processo de escolha, inclusive para o período remanescente (tampão), de acordo com o Artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente. II - Em razão da unificação do processo de escolha, o mandato dos conselheiros tutelares empossados no ano de 2014, cuja duração ficará prejudicada, não será computado para fins de participação no processo de escolha subsequente que ocorrerá em 2015. III - O Conselheiro Tutelar que cumprir 02(dois) mandatos consecutivos até a eleição do ano de 2014, não participará do processo de escolha para o período remanescente (tampão) de transição. § 6º - A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subseqüente

ao processo de escolha. § 7º - No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor." Art. 2º Altera o Artigo 6º da Lei nº 1.103/2003, acrescentando ainda o Inciso I, que passam a ter a seguinte redação: " Art. 6º - O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros titulares e 05(cinco) suplentes escolhidos pela Comunidade local para mandato de 04(quatro) anos, sendo permitido uma recondução". I – Haverá uma urna eletrônica no Distrito de Paraíso do Tobias e Venda das Flores para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, a partir do período remanescente (tampão) de transição. Art. 3º- Altera o Artigo 32 da Lei Municipal 1.013/2003, que passa a ter a seguinte redação: "Art.32 – Na qualidade de membros eleitos, os conselheiros não serão servidores da Administração Municipal, mas como atividade do Conselho Tutelar é permanente, a remuneração terá como base a gratificação símbolo CC3 da Lei Municipal nº813, de 15 de dezembro de 1999, para o Mandato Remanescente(tampão) e, gratificação símbolo CC2, da Lei Municipal nº813, de 15 de dezembro de 1999, para o Mandato de acordo com a nova Lei Federal Nº 12.696/2012, Lei esta que assegura ainda aos Conselheiros o direito a: I – gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; II - licença-maternidade; III - licença-paternidade; IV - gratificação natalina; § 1º - Para efeitos de contribuição previdenciária o Conselho Tutelar estará sujeito ao regime Geral de Previdência Social." § 2º - Constara da Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos Conselheiros Tutelares. Parágrafo Único - Sendo servidor público o Conselheiro Eleito, fica-lhe facultado optar pela remuneração de Conselheiro ou pelos vencimentos e vantagens de seu cargo de servidor, vedada a acumulação de vencimento e garantida a cessão do servidor ao Conselho Tutelar." Art. 4º- Findando o atual mandato dos Conselheiros no ano de 2014, fica autorizado o Processo Eletivo para o Conselho Tutelar, para o período remanescente(tampão), até o Processo de Unificação previsto na Lei Federal Nº 12.696, de 25/07/2012." Art.5º - Acrescenta o Inciso VI ao Artigo 7º da Lei Municipal Nº 1.013/2003, com a seguinte redação: VI - Não ter nenhum grau de parentesco com membros do CMDCA. Art. 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **02)** Projeto de Lei Complementar

que Altera e reestrutura a Lei nº 1.017/2003, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e carreiras dos servidores da CAPPS e o artigo 52 da Lei nº. 798/99 que dispõe sobre a organização, a estrutura orgânica e os procedimentos da administração do município de Miracema. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura de parte da ata da reunião realizada pelo Conselho Fiscal da CAPPS. Em primeira e única votação o Projeto de Lei Complementar foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei Complementar nº 1460, de 24 de outubro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e Eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei: Art. 1º - Ficam criadas 13 (treze) Divisões no âmbito da Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema – CAPPS e Convênio de Assistência Médica dos Servidores – CAMEDS, alterando e acrescentando ao art. 52 da Lei nº. 798/99, de 04 de Novembro de 1999, com as competências abaixo descritas: I – Divisão de Recursos Humanos da CAPPS, sendo competência: I - estudar, elaborar e propor planos e programas de formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; II - promover o treinamento e aperfeiçoamento dos servidores; III - analisar as solicitações de treinamento de outro órgão da administração; IV - calcular o custo estimado para realização de programas de treinamento; V - promover estudos e pesquisas para determinar e detectar os problemas de recursos humanos que impeçam o desenvolvimento organizacional da administração; VI - manter os registros funcionais atualizados; VII - preparar o pagamento mensal, apurando a frequência do pessoal; VIII - fornecer os elementos necessários à elaboração de proposta orçamentária; IX - expedir declaração de rendimento para diversos fins; X - fornecer dados e subsídios necessários à elaboração de relatórios e pareceres; XI - supervisionar, orientar e executar outras atividades relativas à administração de recursos humanos; XII - promover a expedição de atos administrativos referentes a recursos humanos e oferecer subsídios às áreas interessadas; XIII - elaborar, propor e executar, em coordenação com outros órgãos da administração, programas referentes às atividades destes, objetivando ação integrada para o desenvolvimento de recursos humanos; XIV - estudar, elaborar e executar planos e programas de avaliação e desempenho e acompanhamento de pessoal, que possibilitem um melhor aproveitamento dos recursos humanos; XV - executar outras atividades correlatas. II. Divisão de Patrimônio da CAPPS, sendo competência: I -

controlar os bens permanentes; II - proceder a verificação periódica da conservação dos bens permanentes; III - controlar a transferência e as alterações ocorridas nos bens permanentes; IV - coordenar e supervisionar os serviços de conservação dos bens; VI - articular-se com os órgãos da administração; VIII - executar outras atividades correlatas. III. Divisão de Almoxarifado da CAPPS, sendo competência: I - promover a aquisição de material de consumo destinada à manutenção dos serviços da CAPPS; II - receber, armazenar e fornecer materiais de consumo destinado à CAPPS; III - promover a recuperação de material danificado; IV- promover e controlar a execução das atividades de almoxarifado e de controle físico e financeiro dos estoques de material; V - controlar a mercadoria existente no almoxarifado, tanto em quantitativo físico quanto financeiro; VI - providenciar o suprimento do almoxarifado toda vez que alcançar o nível de estoque mínimo; VII - receber as requisições de compra, devidamente autorizadas; VIII - articular-se com os órgãos da administração; IX - executar outras atividades correlatas. IV. Divisão de Aposentadoria/Pensão da CAPPS, sendo competência: I – analisar a legislação vigente acerca dos benefícios dos servidores ativos e inativos; II– promover o gerenciamento dos benefícios concedidos aos servidores municipais para fins de aposentadoria e pensões; III – Executar atividades correlatas; V. Divisão de Contabilidade da CAPPS, sendo competência: I - efetuar a contabilização financeira, patrimonial e orçamentária da CAPPS, nos termos da legislação em vigor; II- responsabilizar-se pelo emprego de recursos próprios ou repassados encarregando-se, através de balanços anuais, da prestação de contas da CAPPS; III - fiscalizar a liberação dos recursos orçamentários; IV - efetuar a tomada de contas de depositários financeiros e de responsáveis pela guarda de bens; V - fiscalizar e controlar a execução orçamentária; VI - executar contabilmente os atos e fatos administrativos, efetuando a transcrição no “Razão”; VII - elaborar os balancetes e extratos de contas; VIII - elaborar o Balanço Geral; IX- conferir as contas analíticas e sintéticas do “Razão” para conclusão do exercício financeiro e fazer ajustes necessários; X - executar outras atividades correlatas. VI. Divisão de Investimentos da CAPPS, sendo competência: I– acompanhar todos os investimentos da CAPPS, de acordo com os objetivos da Política de Investimentos; II– analisar o cenário macroeconômico de Investimentos, apresentando ao Conselho Fiscal as expectativas de mercado e submetendo à sua aprovação a contratação e/ou

substituição de gestores/administradores terceirizados e custodiante, com base em parecer técnico, bem como as cartas de mandato aos gestores de recursos da CAPPS. III - executar outras atividades correlatas. VII. Divisão de Licitação da CAPPS, sendo sua competência: I - programar e promover a execução dos procedimentos licitatórios de serviços e de fornecimento e, elaborar minutas de contratos; II - preparar e programar as licitações nos termos da legislação vigente; III - encaminhar as cartas-convites para fornecedores previamente cadastrados; IV - providenciar a publicação de editais, quando for o caso; V - executar outras atividades correlatas. VIII. Divisão de Compensação Previdenciária – COMPREV da CAPPS, sendo sua competência: I– Estabelecer controle nas atividades que atendam o estabelecido nos convênios celebrados entre o Município e o Ministério da Previdência Social; II– Estabelecer controle com vistas à compensação previdenciária; III– Organizar o banco de dados com vistas ao cálculo atuarial; IV - executar outras atividades correlatas. IX. Divisão da administração do Convênio CAMEDS, sendo sua competência: I– Coordenar as rotinas administrativas de responsabilidade do Convênio CAMEDS; II– manter controle dos documentos relativos aos processos administrativos do CAMEDS; III– promover o acompanhamento das ações relativas aos convênios firmados pelo CAMEDS e Órgãos da Administração Direta e Indireta, empresas privadas e pessoas físicas; IV - executar outras atividades correlatas. X. Divisão de Patrimônio do CAMEDS, sendo sua competência; I - controlar os bens permanentes; II - proceder a verificação periódica da conservação dos bens permanentes; III - controlar a transferência e as alterações ocorridas nos bens permanentes; IV- coordenar e supervisionar os serviços de conservação dos bens; VI- articular-se com os órgãos da administração; VIII - executar outras atividades correlatas. XI. Divisão de Almoxarifado do CAMEDS, sendo sua competência; I- promover a aquisição de material de consumo destinada à CAPPS; II- receber, armazenar e fornecer materiais de consumo destinado à CAPPS; III- promover a recuperação de material danificado; IV- promover e controlar a execução das atividades de almoxarifado e de controle físico e financeiro dos estoques de material; V- controlar a mercadoria existente no almoxarifado, tanto em quantitativo físico quanto financeiro; VI - providenciar o suprimento do almoxarifado toda vez que alcançar o nível de estoque mínimo; VII- receber as requisições de compra, devidamente autorizadas; VIII - articular-se com os órgãos da administração;

IX- executar outras atividades correlatas. XII. Divisão de Contabilidade do CAMEDS, sendo sua competência: I - efetuar a contabilização financeira, patrimonial e orçamentária da CAMEDS, nos termos da legislação em vigor; II- responsabilizar-se pelo emprego de recursos próprios ou repassados encarregando-se, através de balanços anuais, da prestação de contas da CAMEDS; III- fiscalizar a liberação dos recursos orçamentários; IV - efetuar a tomada de contas de depositários financeiros e de responsáveis pela guarda de bens; V - fiscalizar e controlar a execução orçamentária; VI - executar contabilmente os atos e fatos administrativos, efetuando a transcrição no "Razão"; VII - elaborar os balancetes e extratos de contas; VIII - elaborar o Balanço Geral; IX - conferir as contas analíticas e sintéticas do "Razão" para conclusão do exercício financeiro e fazer ajustes necessários; X - executar outras atividades correlatas. XIII – Divisão de Tesouraria do CAMEDS, sendo sua competência: I - executar o controle analítico e sintético das receitas previstas e arrecadadas pelo CAMEDS; II - realizar pesquisas e estudos sobre as variações das rubricas; III - prestar esclarecimento sobre a receita; IV- efetuar o controle da arrecadação bancária; V- tomar as providências atinentes à liquidação da despesa; VI- emitir notas de pagamento de despesas orçamentárias; VII - manter o registro de emissão de ordem de pagamento com recursos orçamentários; VIII- efetuar o controle dos contratos de serviços de terceiros, de locação de móveis e imóveis, veículos ou de outros que determinam ônus para os cofres; IX - executar pagamentos devidamente autorizados e processados e demais compromissos; X- guardar valores do CAMEDS, quando oferecidos em cauções para garantias diversas, depois de conferidos pelo Serviço de Contabilidade; XI- restituir, depois de legalmente processados e autorizados, os valores guardados; XII- verificar a posição contábil do saldo bancário e do saldo de caixa, informando-as mediante boletins diários, ao Presidente da CAPPS e ao Prefeito Municipal; XIII- executar o pagamento do pessoal e controlar os pagamentos efetuados através da rede bancária, prestando contas ao Serviço de Contabilidade; XIV- executar programas de realização de estoque de recursos financeiros, de acordo com as normas de Direito Financeiro e a legislação do mercado de capital; XV – Executar outras tarefas afins. Art. 2º - Ficam criados 13 (treze) cargos de provimento em comissão, Grupo de Chefia - CH, no âmbito da Caixa de Assistência Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema – CAPPS e

Convênio de Assistência Médica dos Servidores – CAMEDS, acrescentando-os ao Anexo I da Lei nº 1017, de 06 de novembro de 2003, com as seguintes caracterizações: I. Chefe da Divisão de Recursos Humanos da CAPPS, código de cargo CH-01, número de cargos 01, símbolo de vencimento CC-4, modalidade de recrutamento limitado; II. Chefe da Divisão de Patrimônio da CAPPS, código de cargo CH-02, número de cargos 01, símbolo de vencimento CC-4, modalidade de recrutamento limitado; III. Chefe da Divisão de Almoxarifado da CAPPS, código de cargo CH-03, número de cargos 01, símbolo de vencimento CC-4, modalidade de recrutamento limitado; IV. Chefe da Divisão de Aposentadoria/Pensão da CAPPS, código de cargo CH-04, número de cargos 01, símbolo de vencimento CC-4, modalidade de recrutamento limitado; V. Chefe da Divisão de Contabilidade da CAPPS, código de cargo CH-05, número de cargos 01, símbolo de vencimento CC-4, modalidade de recrutamento limitado; VI. Chefe da Divisão de Investimentos da CAPPS, código de cargo CH-06, número de cargos 01, símbolo de vencimento CC-4, modalidade de recrutamento limitado; VII. Chefe da Divisão de Licitação da CAPPS, código de cargo CH-07, número de cargos 01, símbolo de vencimento CC-4, modalidade de recrutamento limitado; VIII. Chefe da Divisão de Compensação Previdenciária – COMPREV da CAPPS, código de cargo CH-08, número de cargos 01, símbolo de vencimento CC-4, modalidade de recrutamento limitado; IX. Chefe da Divisão de Administração do Convênio CAMEDS, código de cargo CH-09, número de cargos 01, símbolo de vencimento CC-4, modalidade de recrutamento limitado; X. Chefe da Divisão de Patrimônio do CAMEDS, código de cargo CH-10, número de cargos 01, símbolo de vencimento CC-4, modalidade de recrutamento limitado; XI. Chefe da Divisão de Almoxarifado do CAMEDS, código de cargo CH-11, número de cargos 01, símbolo de vencimento CC-4, modalidade de recrutamento limitado; XII. Chefe da Divisão de Contabilidade do CAMEDS, código de cargo CH-12, número de cargos 01, símbolo de vencimento CC-4, modalidade de recrutamento limitado. XIII – Chefe da Divisão de Tesouraria do CAMEDS, código de cargo CH-13, número de cargos 01, símbolo de vencimento CC-4, modalidade de recrutamento limitado. Art. 3º - As atribuições de cada cargo, que passam a ser parte integrante do Anexo IV da Lei nº 1017/2003, são as estabelecidas na forma do anexo. Art. 4º - Fica criado 01 (um) cargo de Médico Auditor, no quadro de provimento efetivo da autarquia, código de

classe NS-04, símbolo de vencimento P.34, alterando o Anexo II da Lei nº. 1.017/2003, a ser provido por profissional qualificado na forma do anexo, através de concurso público de provas ou de provas e títulos. Art. 5º - Fica criado 01 (um) cargo de Dentista Auditor, no quadro de provimento efetivo da autarquia, código de classe NS-05, símbolo de vencimento P.34, alterando o Anexo II da Lei nº. 1.017/2003, a ser provido por profissional qualificado na forma do anexo, através de concurso público de provas ou de provas e títulos. Art. 6º - Fica alterada a nomenclatura do Cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico para Procurador Jurídico da CAPPS, código de classe AS-01, modalidade de recrutamento amplo, símbolo de vencimento CC1. Art. 7º - Fica extinto 01 (um) cargo do quadro efetivo da autarquia, denominado médico perito, código de classe NS-03, alterando o Anexo II da Lei nº 1017/2003, passando os novos quadros a serem representados na forma do anexo. Art. 8º - As despesas decorrentes dos cargos, objeto do art. 2º incisos I a VIII, correrão à conta do elemento Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, código 3.1.90.11.01.00.00, do Orçamento da CAPPS – Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema, consideradas, portanto, adequadas com a Lei de Meios e compatíveis com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Art. 9º - As despesas decorrentes dos cargos incisos XI a XIII, do art. 2º da presente lei, correrão à conta de dotação específica do Orçamento do Convênio de Assistência Médica dos Servidores Públicos Municipais de Miracema – CAMEDS, consideradas, portanto, adequadas com a Lei de Meios e compatíveis com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Parágrafo Único - Em decorrência do disposto no caput e em cumprimento ao que prescreve o art. 16 e seus incisos I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, são acostadas a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa sobre sua adequação. Art. 10º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei complementar que Dispõe sobre a criação do Sistema de Controle Interno no âmbito da CAPPS/CAMEDS. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Substitutiva:** Substituir a palavra "anuência" por "ciência", no artigo 15, §1º, alíneas a e c; §3º. Artigo 15:..... §1º -..... a)... com a *ciência* do Prefeito Municipal. b)..... c)... do Presidente da CAPPS com a *ciência* do Prefeito Municipal... d)..... §2º -..... §3º -

... Presidente da CAPPS com a *ciência* do Prefeito Municipal... Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Modificativa:** Passar o artigo 25 para o artigo 24 e o artigo 24 para o artigo 25. Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, em primeira e única votação o Projeto de Lei Complementar foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei Complementar nº 1461, de 24 de outubro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e, eu Prefeito Municipal de Miracema, sanciono a seguinte lei: CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES - Artigo 1º - Esta Lei estabelece normas gerais de fiscalização, organizada sob a forma de Sistema de Controle Interno, especialmente nos termos do artigo 31 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, arts. 76 a 80 da Lei nº 4.320/64 e tomará por base a escrituração e demonstrações contábeis, os relatórios de execução e acompanhamento de projetos e de atividades e outros procedimentos e instrumentos estabelecidos pela legislação em vigor ou órgãos de controle interno e externo. Artigo 2º - Para os fins desta lei, considera-se: I - Sistema de Controle Interno: conjunto de unidades técnicas, articuladas a partir de uma unidade central de coordenação, orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno; II - Controle Interno: conjunto de recursos, métodos e processos adotados pela própria gerência do setor público, com a finalidade de comprovar fatos, impedir erros, fraudes e a ineficiência; III - Comissão de Controle Interno: grupo de servidores designados por ato administrativo, por seus cargos e funções, ao exercício das atribuições de controladoria no âmbito da CAPPS/CAMEDS, bem como, suas unidades administrativas e contábeis; IV - Auditoria: minucioso exame total, parcial ou pontual dos atos administrativos e fatos contábeis, com a finalidade de identificar se as operações foram realizadas de maneira apropriada e registradas de acordo com as orientações e normas legais. CAPÍTULO II - DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO E SUA FINALIDADE - Artigo 3º - Fica criada a Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS - CCICAPPS, em nível de fiscalização e assessoramento, composta por servidores do quadro efetivo da CAPPS, que deverão ser possuidores de nível superior de escolaridade e registro em Conselho de Classe em suas respectivas áreas de atuação, com objetivo de executar as atividades de controle interno, alicerçada na

realização de inspeções gerais, com a finalidade de: I - Verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento da execução dos programas do orçamento da CAPPS/CAMEDS e suas unidades controladas; II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da CAPPS/CAMEDS e suas unidades controladas; III - Fiscalizar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da Entidade e suas controladas; IV - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional; V - Examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente; VI - Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade; VII - Fiscalizar o controle sobre a execução da receita bem como as operações de crédito; VIII - Fiscalizar o controle sobre os créditos adicionais, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores; IX - Acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração de convênios, examinando as despesas correspondentes, na forma do inciso V deste artigo; X - Supervisionar os atos e fatos contábeis inerentes à CAPPS/CAMEDS e suas unidades controladas; XI - Fiscalizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de restos a pagar, processados ou não; XII - Fiscalizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com as restrições impostas em lei; XIII - Acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas do Estado, os atos de admissão e movimentação de pessoal, a qualquer título no âmbito da Autarquia e suas unidades; XIV - Verificar os atos de aposentadoria para posterior registro no Tribunal de Contas; XV - Fiscalizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do Sistema de Controle Interno, inclusive quando da edição de leis, resoluções, regulamentos e orientações. CAPÍTULO III - DA FISCALIZAÇÃO E SUA ABRANGÊNCIA - Artigo 4º - A fiscalização da CAPPS/CAMEDS e suas unidades serão exercidas pela Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS - CCICAPPS, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, e objetivará a avaliação da ação administrativa e contábil, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade. Artigo 5º - A Comissão de Controle Interno instituída por essa lei está integrada ao Órgão Central de Controle

Interno implantado no âmbito do Poder Executivo do Município de Miracema estando sob alcance das orientações e normas emanadas daquele órgão. CAPÍTULO IV - DO FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO - Artigo 6º - A Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS - CCICAPPS se manifestará através de relatórios, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades. Artigo 7º - Os serviços de Contabilidade, Controle de Pessoal e Controle de Patrimônio são serviços de controle sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica da CCICAPPS. Artigo 8º - No desempenho de suas atribuições constitucionais e as previstas nesta lei, o Controlador Geral da CAPPS/CAMEDS - CCICAPPS poderá emitir instruções normativas, de observância obrigatória no âmbito da CAPPS/CAMEDS, com a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma de controle interno e esclarecer as dúvidas existentes. Artigo 9º - Para assegurar a eficácia dos sistemas de controle, a Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS - CCICAPPS efetuará ainda a fiscalização dos atos e contratos de que resultem receita ou despesa, mediante técnicas estabelecidas pelas normas e procedimentos, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e outros órgãos fiscais e/ou de classe. CAPÍTULO V - DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E RESPONSABILIDADES - Artigo 10 - Verificada a impropriedade de ato(s) ou contrato(s), competirá ao Controlador Geral da CAPPS/CAMEDS – CCICAPPS, de imediato, dar ciência ao Presidente da Autarquia, conforme a impropriedade for constatada e comunicará, também, ao responsável pelo ato, a fim de que o mesmo adote as providências e esclarecimentos necessários ao exato cumprimento da Lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados. § 1º - Não havendo sua competente regularização, ou não sendo os esclarecimentos apresentados suficientes para elidi-las, o fato será documentado e levado ao conhecimento do Conselho Fiscal da CAPPS, para providências cabíveis no prazo máximo de 10 (dez) dias. § 2º - Em caso da não tomada de providências pelo Conselho Fiscal da CAPPS, o Controlador Geral da CAPPS/CAMEDS - CCICAPPS levará então ao conhecimento do Presidente da Câmara e do Prefeito Municipal, para providências cabíveis também no prazo de 30 (trinta) dias. § 3º - O Controlador Geral da CAPPS/CAMEDS, a seu juízo, decidirá quando e de que forma procederá às denúncias de irregularidades e atos de ilegalidade praticados no âmbito da CAPPS e

CAMEDS por quaisquer de seus agentes. CAPITULO VI - DA PROGRAMAÇÃO DAS INSPEÇÕES E AUDITORIAS E DO APOIO AO CONTROLE EXTERNO - Artigo 11 - No apoio ao Controle Externo, a Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS – CCICAPPS deverá exercer, dentre outras, as seguintes atividades: I - Organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas, a programação de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, mantendo a documentação e relatórios organizados, especialmente para verificação do Controle Externo; II - Elaborar manual de normas operacionais e procedimentos, com vistas a racionalizar e otimizar as atividades administrativas e contábeis, no âmbito do Sistema de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS; III - Realizar fiscalização nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatórios, recomendações e parecer. Artigo 12 - Os membros integrantes da Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS – CCICAPPS, ao tomarem conhecimento de qualquer impropriedade dela darão ciência, de imediato, ao Controlador Geral da CAPPS/CAMEDS e este comunicará ao Presidente da CAPPS e ao Conselho Fiscal para providências, na forma do artigo 10 desta lei, para adoção das medidas legais cabíveis. § 1º Caso seja interpretado pela Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS - CCICAPPS como falta grave, irregularidade ou fraude, que possa resultar dano ao erário, proporão a imediata instauração de processo administrativo onde darão ciência ao Prefeito Municipal, ao Controle Interno do Município e à Corregedoria para as providências cabíveis. § 2º - Na comunicação ao Presidente da CAPPS e ao Conselho Fiscal, o Controlador Geral da CAPPS/CAMEDS - CCICAPPS, indicará as providências que poderão ser adotadas para: I - Corrigir a impropriedade apurada; II - Evitar ocorrências semelhantes. § 3º - Verificada, pelo Presidente da CAPPS ou pelo Conselho Fiscal, através de inspeção, irregularidade ou ilegalidade da qual não se tenha dado ciência tempestivamente e, se provada a omissão em processo administrativo, os membros da Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS – CCICAPPS ficarão sujeitos às sanções previstas em lei. CAPÍTULO VII - DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES - Artigo 13 - A Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS – CCICAPPS está obrigada a emitir Relatório de Atividades, trimestralmente, consignando as análises e inspeções efetivadas, bem como, tecendo observações que julgar importantes ao exercício da legalidade, na

forma prevista no artigo 11 e incisos desta lei. CAPÍTULO VIII - DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO - Artigo 14 - As atribuições inerentes à Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS – CCICAPPS serão estabelecidas em normas e instruções normativas emanadas do seu responsável, o Controlador Geral, e estarão organizadas de forma a atender as seguintes atividades: I - Atividade de Controle de Processos de Pessoal - acompanhar, orientar e fiscalizar todos os atos de pessoal, bem como, processos sindicantes e disciplinares e demais processos administrativos que envolvem atos de pessoal; II - Atividade de Controle da Arrecadação - acompanhar, orientar e fiscalizar a execução das receitas; III - Atividade de Controle Contábil - acompanhar, orientar e fiscalizar a escrituração contábil; IV - Atividade de Controle de Bens Patrimoniais e Almoxarifados - acompanhar, orientar e fiscalizar as ações que envolvam a entrega, guarda e manutenção de estoques de bens permanentes e de consumo; V - Atividade de Controle de Licitações e Contratos - acompanhar, orientar e fiscalizar todos os atos que envolvam os processos licitatórios, bem como, acompanhar, orientar e fiscalizar a execução de Convênios, Contratos de interesse da CAPPS e suas unidades controladas; VI - Atividade de Controle da Prestação de Contas e Acompanhamento de Processos - acompanhar e orientar a elaboração dos processos de prestação de contas enviados ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, bem como: a) promover tomada de contas e/ou tomada de contas especiais; b) elaborar relatórios, pareceres e certificados. CAPÍTULO IX - DO RECRUTAMENTO, INSTITUIÇÃO DE CARGO E LOTAÇÃO DE SERVIDORES NA CCICAPPS - Artigo 15 - Fica criado 01 (um) cargo de provimento em comissão de Controlador Geral, código AS-02, símbolo de vencimento CC-1 e mais 02 (Dois) cargos de Assessor de Controle Interno, código AS-03, símbolo de vencimento CC-2, acrescentando-os ao Anexo I da Lei nº 1017/2003, com a seguinte caracterização:

ANEXO I - QUADRO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Denominação dos Cargos	Código dos cargos	N° de Cargos	Simb. de Venc.	Modalidade de Recrutamento
Controlador Geral	AS – 02	01	CC-1	Amplo
Assessor de Controle Interno	AS – 03	02	CC-2	Limitado

§ 1º. O recrutamento dos cargos de provimento em comissão de Controlador Geral e dos Assessores de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS, de que trata a presente lei, será feita da seguinte forma: a) O cargo de Controlador Geral será de recrutamento amplo, dentre detentores de nível superior de escolaridade em Ciências Contábeis cuja nomeação se dará em portaria do Presidente da CAPPS com a ciência do Prefeito Municipal; b) Todos os membros da Comissão de Controle Interno, bem como, o Controlador Geral deverão ser portadores de curso superior de escolaridade reconhecido pelo MEC; c) Os cargos de Assessor de Controle Interno da CAPPS serão recrutados e nomeados por portaria do Presidente da CAPPS com a ciência do Prefeito Municipal dentre os servidores efetivos da CAPPS e Auditores Contábeis da Controladoria Geral do Município, que apresentarem os maiores graus de escolaridade e, obrigatoriamente, detentores de registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, salvo para os casos de recrutamento de que trata o § 3º deste artigo; d) Em atendimento à Lei Municipal 1.017, de 06 de novembro de 2003, Anexo IV, compete ao membro Assessor de Controle Interno, com formação superior em Ciências Contábeis, com registro no Conselho de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, a elaboração do Certificado de Auditoria que acompanhará os relatórios e pareceres da Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS destinados ao cumprimento de normas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. § 2º. Os servidores ocupantes dos cargos de membros da Comissão, Assessores de Controle Interno da CAPPS, código de cargos AS – 03, perceberão a título de gratificação, valor equivalente ao símbolo CC-2 previsto na Lei Municipal nº 813/99 e suas alterações. § 3º. Considerando a necessidade de exercer o controle e fiscalizar atividades inerentes aos serviços médicos e odontológicos do CAMEDS poderão integrar a respectiva comissão de controle interno, profissionais com formação em Medicina e Odontologia dos quadros da Municipalidade ou da CAPPS, designados em ato Presidente da CAPPS com a ciência do Prefeito Municipal. Artigo 16 - Ficam acrescidas ao Anexo IV da Lei nº 1017/2003, as atribuições do cargo de Controlador Geral da CAPPS e as atribuições dos membros Assessores de Controle Interno da CAPPS, na forma do artigo. I - Ao Controlador Geral da CAPPS compete: coordenar, presidir e fazer cumprir as finalidades da Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS – CCICAPPS, bem como, assinar todas as peças e relatórios da contabilidade em

conjunto com o Contador e o Presidente da CAPPS; II - Aos membros Assessores de Controle Interno da CAPPS/CAMES, em conjunto com o Controlador Geral da CAPPS, compete: executar, no âmbito CAPPS e suas unidades controladas, as atividades de: a) fiscalização de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, que recebam, mantenham guarda ou façam uso de valores e de bens da Autarquia; b) verificação do cumprimento dos contratos, convênios, acordos, ajustes e de outros atos de que resulte o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações da Autarquia, e a sua conformidade com as normas e princípios administrativos; c) avaliação dos resultados da ação governamental e da gestão do administrador público, bem como da aplicação de recursos públicos por órgãos e entidades de direito público ou privado ou por pessoas físicas, sem prejuízo de outros controles pertinentes; d) análise das prestações de contas da despesa orçamentária do Órgão; e) exame e certificação da regularidade das tomadas de contas dos responsáveis pelo Órgão; f) acompanhamento dos processos de arrecadação e recolhimento das receitas, bem como da realização da despesa em todas as suas fases; g) apoio e orientação prévia aos gestores de recursos públicos, visando a correta execução orçamentária, financeira e patrimonial; h) fornecimento de informações a partir do monitoramento das receitas e despesas públicas do Órgão; i) acompanhamento das medidas de racionalização dos gastos públicos; j) promoção do controle social, a partir da transparência da gestão pública; k) produção de cenários relativos à despesa e receita pública, para subsidiar decisões da Presidência e do Conselho Fiscal da CAPPS; l) padronização das atividades e procedimentos do Controle Interno; m) realização de auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. n) Executar projetos visando ao aperfeiçoamento do Sistema de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS; o) Executar outras atividades correlatas. CAPÍTULO X - DAS GARANTIAS DOS INTEGRANTES DA CCICAPPS - Artigo 17 - Constitui-se em garantias dos ocupantes da Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS – CCICAPPS: I - Independência profissional para o desempenho das atividades; II - O acesso a quaisquer documentos, informações e banco de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções de controle interno. § 1º O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação de membros da Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS – CCICAPPS no

desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal. § 2º Quando a documentação ou informação prevista no inciso II deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, a Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS – CCICAPPS deverá dispensar tratamento especial, de acordo com o estabelecido formalmente pelo Controlador Geral da CAPPS. § 3º O servidor lotado na Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS – CCICAPPS deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade. Artigo 18 - O Controlador Geral da CAPPS/CAMEDS – CCICAPPS fica autorizado a regulamentar as ações e atividades da Comissão, através de instruções normativas que disciplinem a forma de sua atuação e demais orientações. CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS - Artigo 19 – Fica estabelecido que qualquer servidor ou cidadão poderá ter acesso ou ser informado sobre os relatórios e documentos emitidos pela Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS – CCICAPPS, através do site oficial da Autarquia. Artigo 20 - Os membros da Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS – CCICAPPS deverão ser incentivados a receberem treinamentos específicos e participarão, obrigatoriamente: I - De qualquer processo de expansão da informatização da Autarquia e suas unidades controladas, com vistas a proceder à otimização dos serviços prestados pelos subsistemas de controle interno; II - De cursos relacionados à sua área de atuação, no mínimo, 01 (uma) vez por ano. Artigo 21 - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação específica, constante do Orçamento da CAPPS e CAMEDS. Artigo 22 - Todos os documentos e atos da gestão da CAPPS deverão ser apreciados previamente, concomitantemente e posteriormente pela Comissão de Controle Interno da CAPPS. Artigo 23 – Na ausência ou impedimentos do Controlador Geral a Comissão de Controle Interno da CAPPS será presidida pelo membro Assessor de Controle Interno detentor de maior grau de escolaridade dentre os participantes que responderá como seu substituto fazendo jus à percepção do mesmo símbolo de vencimento. Artigo 24 – Aos membros da Comissão de Controle Interno da CAPPS, se aplica, no que couber, o disposto na Lei nº. 1.406/2012 – Regimento Interno da Controladoria Geral do Município. Artigo 25 -

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou Moção de Aplausos ao Sr. Jonatha Silva Batista por ter sido aprovado no Concurso Público para ocupar a vaga de Guarda Municipal. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que vai marcar uma reunião com algumas pessoas responsáveis por organizar o carnaval e gostaria da participação dos Vereadores Carlos Magno da Silva Peres e Maurício Sant'Ana Soares. O Vereador Alexandre Barbosa Machado informou que a viagem dos Vereadores à Brasília foi muito produtiva. Por fim, esclareceu que a palestra realizada pelo Fernando Fernandes, um ex-participante do Big Brother, foi muito interessante, pois ele mostrou que com força de vontade as pessoas podem superar as dificuldades e se destacar. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou que fosse encaminhado um requerimento ao Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Paulo Melo, no sentido de que ele envide esforços junto a Empresa Vital Brasil a fim de que o pedido sobre a instalação de um polo de venda de fraldas geriátricas, no Município de Miracema, seja atendido. Aprovado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Rosa Luiza Ribeiro, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para: 01) o Sr. João Antônio Serri pelos excelentes serviços prestados ao Município de Miracema como Secretario Municipal de Fazenda, demonstrando dedicação, eficiência e alto nível de profissionalismo; 02) o Sr. Jonata Barbosa as Silva, pelo belíssimo trabalho junto aos Correios de Miracema, demonstrando dedicação, disponibilidade e profissionalismo, para com os colegas servidores e, sobretudo, no atendimento a população miracemense. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que o Deputado Federal Áureo mandou um abraço para os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e João Siqueira Magalhães. Acrescentou que participou de uma reunião com o Diretor do SENAC sobre a solicitação dos cursos para o Município de Miracema, sendo que 65% (sessenta e cinco por cento) dos alunos matriculados em Santo Antônio de Pádua são miracemenses. Disse que o SENAC apenas não fechou por conta do auxílio financeiro oferecido pela Prefeitura Municipal de Miracema quando o

Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno era Prefeito Municipal. o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que ficou muito chateado quando o SENAC resolver se transferir para o Município de Santo Antônio de Pádua, pois sempre ofereceu a ajuda necessária. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acredita que seja importante o retorno do SENAC para o Município de Miracema. Acrescentou que durante a viagem dos Vereadores à Brasília todos os Deputados elogiaram a atitude da Câmara de Miracema, acreditando que a viagem foi bastante produtiva e o Deputado Glauber Braga acompanhou os Vereadores na visita ao Ministério das Cidades. Por fim, disse que saiu uma matéria no jornal de Brasília sobre a visita dos Vereadores de Miracema. O vereador Hugo Fernandes fez a leitura das subvenções do Vereador João Siqueira Magalhães, onde foram destinados R$ 2.000,00 (dois mil reais) para o Centro de Ação Social Nossa Senhora Aparecida e R$ 1.000,00 (hum mil reais) para o Centro de Ação Social São Francisco de Assis. Continuando, O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Francisco das Chagas Firmino do Nascimento, conhecido como Chaguinha, e sua esposa Cristina por terem acolhido muito bem os Vereadores durante sua viagem à Brasília, demonstrando carinho, cortesia, atenção e disponibilidade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Por fim, disse que os Vereadores conseguiram cumprir o combinado durante a viagem à Brasília, acreditando que ela foi muito produtiva. Esclareceu que hoje foi realizada a abertura do 1º Mira Leite realizado no Município de Miracema, assim convida todos os Vereadores e todas as pessoas para prestigiarem o evento. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 31/10/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 31 de outubro de 2013.

_____

_____

_____

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cinquenta e cinco, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 09, Versículos de 01 à 03. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 534/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 51 que Estima Receita e Fixa a Despesa para o Exercício Financeiro de 2014; 02) Ofício nº 533/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 50 que Dispões sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2014/2017 e dá outras providências; 03) Ofício nº 539/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 52 que Altera a estrutura da Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.393 de 05 de julho de 2012 e dá outras providências. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou que o referido Projeto de Lei seja incluído na Ordem do Dia em Regime de Urgência Simples. Conforme estabelece o Artigo 145 do Regimento Interno: "*O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário*". Em votação, tal requerimento foi aprovado por unanimidade. 04) Projeto de Resolução que Concede a Comenda Júlio José de Oliveira; 05) Ofício PMM/SEFAZ nº 067/2013 da Secretaria Municipal de Fazenda. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 06)

Convite para o 1º Encontro Intermunicipal para o Desenvolvimento do Noroeste Fluminense; 07) Ofício nº 523/2013 do Conselho Tutelar de Miracema encaminhando a estatística mensal referente ao mês de outubro de 2013. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou cópia deste ofício; 08) Telegramas NºRef: 011486/MS/SE/FNS, 004383/MS/SE/FNS, 010926/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 09) Comunicados nº CM232533/2013 e CM232534/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento Social – Ministério da Educação; 10) Ofício nº 926/2013/GM-ME do Ministério do Esporte, respondendo ofício nº 0572/2013. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício; 11) Ofício PMM/SEFAZ nº 066/2013 da Secretaria Municipal de Fazenda. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 12) Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente convidando para participar do evento sobre o fortalecimento da Agenda 21 e apresentação do Projeto do Ministério do Meio Ambiente – Agenda Ambiental na Administração Pública, A3P. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva, Gilson Teixeira Sales e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício; 13) Decreto Nº 078 de 01 de outubro de 2013 que abre um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no corrente exercício financeiro, para reforço de Dotação Orçamentária da Câmara Municipal de Miracema. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 14) Informação da AMINATURE; 15) Projeto de Lei que Considera de Utilidade Pública a União Nacional de Assistência aos Servidores Públicos, de autoria do Vereador Gilson Teixeira Sales. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Giovani Cardoso Freitas – CEDAE - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam regularizados os problemas com o abastecimento de água do Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que estão ocorrendo constantes faltas de água. Aprovado. 02) Vereador Alexandre Barbosa Machado - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a instalação de uma antena repetidora de sinal de telefonia móvel para que os Distritos de Venda das Flores e Paraíso do Tobias, bem como na localidade de Areias, uma vez que a comunicação nessas localidades utilizando esse tipo de serviço é impossível de acontecer. Haja vista que hoje o uso da telefonia móvel

deixou de ser um luxo e tornou-se uma necessidade. Acredito que a disponibilidade desse serviço dará mais segurança às comunidades eu precisem, por exemplo, solicitar socorro quer seja na área de segurança pública, quer seja na área de saúde e/ou numa outra situação que convier. Quantas vidas poderão ser salvas se o sinal de telefonia móvel chegar aos quatro cantos da nossa tão querida cidade? É sabido que não se trata de uma simples obra e sim de uma grande obra. No entanto, considero ser possível uma vez que o chefe do Executivo tem forte penetração junto ao Governo do Estado e deseja proporcionar a coletividade uma melhor qualidade de vida. Em anexo segue o estudo técnico que viabiliza a implantação do referido serviço. Deferido. 03) Vereador Alexandre Barbosa Machado - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Educação, no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma reforma estrutural da Escola Municipal Amadeu Peruci (Creche), localizada no distrito de Venda das Flores, uma vez que a referida, desde sua fundação (mais ou menos em 1983), nunca sofreu uma reforma significante e apenas alguns pequenos reparos. Considero que se melhorias forem realizadas serão dadas melhores condições de trabalho a equipe e acima de tudo será proporcionada uma melhor qualidade de vida às crianças da comunidade. Deferido. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Aos Diretores do CDH - Solicitação no sentido de que compareça nesta Casa Legislativa com o objetivo de prestar alguns esclarecimentos sobre os serviços prestados à Prefeitura Municipal de Miracema. Aprovado. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Saúde, no sentido de que sejam esclarecidas as seguintes questões: a) Se o Banco de Sangue do Município de Miracema está funcionando ou não, sendo que em caso negativo, que seja informado o motivo do não funcionamento, desde quando ele não está funcionando e o que está faltando para que ele retorne a funcionar normalmente; b) Quem é o médico responsável pelo Banco de Sangue; c) Se a Sra. Priscila Alves de Souza (Técnica da Agência Transfusional), que fica de sobreaviso, está recebendo horas extras ou qualquer outro tipo de gratificação. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Secretário da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Regis Fichtne - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implementado no Município de Miracema o “Projeto Mais Leitura Itinerante”, possibilitando assim que a população de Miracema e

dos municípios vizinhos tenham acesso a mais esse excelente serviço do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Aprovado. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas às Secretarias Municipais de Promoção e Assistência Social, de Educação e de Saúde, no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado um o "Projeto Mutirão da Cidadania" no Distrito de Paraíso do Tobias, sendo que o projeto consistiria na realização de um evento com uma ação integrada das referidas Secretarias prestando seus serviços em um único local, em uma data especial e festiva o qual teria ampla divulgação para uma ampla receptividade. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei e 01 (um) Projeto de Resolução: **01)** Projeto de Lei que Institui o Programa Especial de Regularização Fiscal do Município de Miracema – REFIS – MIRACEMA e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Corretiva:** Corrige a redação do Art. 11, Inciso II "Art. 11 - ..... I - ..... II – O Procurador Geral do Município, quando os débitos inscritos em dívida ativa ou em fase de execução". Autoria: Vereador Gideão Duarte Gonçalves. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que a redação original do referido artigo se encontra com um erro de digitação, por isso apresentou a presente emenda. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que o Sr. Prefeito Municipal atendeu uma reivindicação sua e elaborou o referido Projeto de Lei com o objetivo principal de recuperar a receita, pois incentiva os contribuintes a pagarem suas dívidas. Em votação a Emenda Corretiva foi aprovada por unanimidade. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves parabenizou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo por ter tido a iniciativa de sugerir a confecção deste Projeto de Lei. Continuando, em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1462, de 31 de outubro de 2013. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica instituído, no Município de Miracema, o Programa de Recuperação Fiscal – "REFIS MIRACEMA", destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, relativos a tributos municipais, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2012, constituídos

ou não, inscritos ou não em dívida ativa, em execução fiscal ou a executar, com exigibilidade suspensa ou não, sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária. § 1º- Possuindo o sujeito passivo débito de mais de um tributo, serão consolidados para emissão de pagamento à vista ou parcelados individualmente por tributo. § 2º- O débito a ser consolidado será atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios e multas, de mora ou por infração, de acordo com a legislação vigente, até a data da formalização da opção. § 3º- A consolidação e a opção na forma desta Lei não prejudicam o lançamento dos tributos relativos a fatos geradores cuja ocorrência venha a ser verificada posteriormente, enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública. § 4º- Este programa não gera crédito para sujeitos passivos que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais. § 5º- O programa será administrado pela Secretaria Municipal de Fazenda, ouvida a Procuradoria Geral do Município, sempre que se fizer necessário. SEÇÃO I - DA OPÇÃO DO "REFIS MIRACEMA" - Art. 2º- O ingresso no "REFIS MIRACEMA" dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos tributários, nos termos disciplinados nesta Lei. § 1º - A opção pretendida, é formalizar no período compreendido entre 1º de Novembro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, sendo tacitamente homologada pela Secretaria Municipal da Fazenda. § 2º- Não poderão optar pelo "REFIS MIRACEMA" os órgãos da administração pública direta, as fundações instituídas e mantidas pelo poder público e as autarquias. Art. 3º- A opção pelo "REFIS MIRACEMA" implica na inclusão da totalidade dos débitos referidos no art. 1º em nome do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, e na confissão irrevogável e irretratável da dívida, na aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas, e sujeita o optante ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado. § 1º - A opção pelo "REFIS MIRACEMA" implicará na inclusão da totalidade dos débitos referidos no artigo 1º, inclusive aqueles não constituídos, em nome do contribuinte e dependerá de assinatura de Termo de Confissão de Dívida, com reconhecimento incondicional da infração ou crédito, configurando confissão extrajudicial, nos termos dispostos nos artigos 348, 353 e 354 do Código de Processo Civil. § 2º- Em se tratando de pessoa jurídica, a opção e a confissão de dívida, serão subscritos pelo representante legal ou mediante autorização do titular do débito,

devidamente identificado, com respectivas cópias do Contrato Social, Atos Constitutivos ou Alteração Contratual e os demais documentos de identificação. § 3º- Se requerido por pessoa física, será exigido a apresentação do Documento de Identidade e a Inscrição no CPF/MF no ato da assinatura a Opção e Confissão da Dívida. § 4º- Quando o interessado no parcelamento do débito, for representado por procurador, será exigido instrumento de mandato especificamente outorgado para este fim, devendo também ser apresentado cópia da identidade do contribuinte, se pessoa física, ou contrato social, se pessoa jurídica. SEÇÃO II - DO DÉBITO E APROVAÇÃO DA OPÇÃO - Art. 4º - O débito consolidado será pago à vista ou em parcelas, conforme definido no quadro explicativo anexo ao artigo 6º desta Lei, sendo o valor de cada parcela determinado pela divisão do montante consolidado pelo número de parcelas pretendidas pelo optante, obedecido o valor mínimo de R$ 30,00 (trinta reais) para débitos de pessoas físicas e R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para débitos de pessoas jurídicas. § 1º- O pagamento à vista ou da primeira parcela do débito consolidado deverá ser efetuado em até 15 (quinze) dias contados a partir da data da opção ao Programa, sob pena de imediata exclusão, nos termos do art. 9º. § 2º - Na hipótese de pagamento à vista poderá ser dispensada a assinatura do termo de opção e de confissão de dívida, sendo a adesão ao Programa feita por meio de emissão de guia de recolhimento para cada espécie de tributo, aplicando-se para a apuração do montante do débito o disposto no § 2º do art. 1º desta Lei Complementar, até a data de emissão da referida guia, com remissão de 100% (cem por cento) de juros e ainda a anistia de 100% (cem por cento) de multas existentes. § 3º - O recolhimento da guia, no caso de pagamento em parcela única com dispensa da assinatura do termo de opção feito pelo sujeito passivo da obrigação tributária, caracterizará a confissão da dívida e importará na desistência de quaisquer ações judiciais que discutam o tributo objeto do pagamento. Art. 5º- O pagamento à vista do débito consolidado implicará na remissão de 100% (cem por cento) dos juros moratórios e na anistia de 100% (cem por cento) das multas de mora ou por infração, devidos até a data da consolidação. SEÇÃO III - DA ANISTIA, REMISSÃO E DA MODALIDADE DE PAGAMENTO - Art. 6º- O parcelamento do débito consolidado implicará na remissão dos valores correspondentes a juros moratórios e na anistia dos valores correspondentes às

multas, de mora ou por infração, apurados até a data da consolidação, nas seguintes porcentagens:

PARCELAMENTO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO	PORCENTAGEM DE ANISTIA E REMISSÃO DE MULTAS E JUROS
Pagamento à Vista	100%
Pagamento em 03 (três) parcelas	80%
Pagamento em 06 (seis) parcelas	60%
Pagamento em 12 (doze) parcelas	40%
Pagamento em 24 (vinte e quatro) parcelas	20%
Pagamento em 36 (trinta e seis) parcelas	0,0%

Parágrafo Único- Os benefícios previstos nesta Lei Complementar não serão cumulativos com qualquer outro admitido em lei. Art. 7º- A opção pelo programa dar-se-á mediante requerimento do sujeito passivo, em formulário próprio, instituído pela Secretaria Municipal da Fazenda, requerido diretamente à Secretaria Municipal de Fazenda ou através de seu sítio na Internet. Art. 8º- A critério do sujeito passivo, este poderá incluir no "REFIS MIRACEMA" eventuais saldos de parcelamento em andamento, desde que obedecidos os valores mínimos previstos no artigo 4º, sendo a aplicação do benefício restrita ao valor inserido. Parágrafo Único - Serão incluídos no "REFIS MIRACEMA" débitos decorrentes de multas por descumprimento de obrigações tributárias acessórias aplicadas até 31 de dezembro de 2012. Art. 9º- O sujeito passivo será excluído do "REFIS MIRACEMA", mediante ato fundamentado do Secretário Municipal da Fazenda, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses: I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei; II - constituição de crédito tributário, lançado de ofício, correspondente a tributo abrangido pelo "REFIS MIRACEMA" e não incluído na confissão, salvo se integralmente pago em 30 (trinta) dias, contados da constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação da decisão administrativa ou judicial, que o tornou definitivo; III - falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica; IV - prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do sujeito passivo optante, devidamente comprovado, após exaurirem-se os prazos para a ampla defesa do contribuinte e sentença transitada em julgado; V - inadimplência por 03 (três) meses consecutivos, ou 06 (seis) meses alternados, o que primeiro ocorrer, do parcelamento do débito consolidado nos termos desta Lei ou dos tributos abrangidos pela consolidação, cujo vencimento for posterior à data da opção. § 1º- A

exclusão do sujeito passivo do "REFIS MIRACEMA" acarretará a exigibilidade do saldo do débito tributário confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores. § 2º- A exclusão importará ainda na retomada da execução judicial suspensa em razão da adesão do devedor ao "REFIS MIRACEMA" para satisfação do saldo devedor do débito tributário. § 3º- O sujeito passivo excluído do Programa será notificado da exclusão para, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, poderá oferecer recurso administrativo à Secretaria da Fazenda Municipal em petição fundamentada. § 4º- No caso de acolhimento do recurso, o sujeito passivo será comunicado e reincluído no Programa "REFIS MIRACEMA". § 5º- Se o recurso for desprovido, a exclusão produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o sujeito passivo for cientificado da decisão definitiva de sua exclusão, aplicando-se o disposto no parágrafo 1º deste artigo. Art. 10- A inclusão de débitos no "REFIS MIRACEMA" fica condicionada ao pedido de extinção dos processos administrativos e judiciais, por parte do requerente devedor, cujo objeto verse sobre débitos tributários, com renúncia do mesmo ao direito sobre que se funda seu pedido formulado em face do Município. Parágrafo Único - Na extinção dos processos de que trata o caput deste artigo, deverá o optante suportar e comprovar o pagamento das custas processuais, ficando as partes exoneradas do pagamento de eventuais honorários de sucumbência. Art. 11- Serão competentes para autorizar o ingresso no "REFIS MIRACEMA": I- O Secretário Municipal de Fazenda, quando o débito não estiver inscrito em dívida ativa; II – O Procurador Geral do Município, quando os débitos inscritos em dívida ativa ou em fase de execução. Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Altera a estrutura da Lei Municipal Nº 1.409/2012 de 06 de dezembro de 2012 e dá outras providências. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo parabenizou o Vereador João Siqueira Magalhães por ter constatado alguns equívocos no referido Projeto de Lei e eles foram corrigidos. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1463, de 31 de outubro de 2013. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal e nos termos dispostos na Lei Federal Nº 4.320/64, bem como, na Lei Orçamentária Municipal Nº 1.409 de 06 de

dezembro de 2012, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciona a seguinte Lei: Art. 1º – Fica alterado o texto do artigo 13º da 1.409, de 06 de dezembro de 2012, passando a ter a seguinte grafia: "Art. 13º - Fica o Chefe do Poder Executivo, devidamente autorizado, através de ato administrativo próprio a: I – Abrir créditos adicionais suplementares no decorrer do exercício financeiro de 2013, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa fixada na Lei, de acordo com o que estatuem os artigos 40 a 46 da Lei 4.320/64; Art. 2º – Todos os demais artigos da Lei Municipal Nº 1.409, de 06 de dezembro de 2012, permanecem na íntegra, não havendo, portanto, quaisquer alterações; Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Resolução que Concede a Comenda Cultural Júlio José de Oliveira as seguintes pessoas. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1135, de 31 de outubro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu promulgo a seguinte Resolução: Art. 1º- Fica Concedida a Comenda Cultural Julio Jose de Oliveira a Carlos Eduardo Fíngolo Tostes; João Claudino; Maria das Graças Salim Nogueira; José Erasmo Tostes; Walter Ribeiro dos Santos; Meire Sueli Rabello Frazão; Ana Lucia Lima da Costa; Tonimar dos Santos; José Olavo Pires Trindade; Paulo Rogério da Silva; Gilberto Dantas; Charles Oliveira Magalhães e Mauricio Duarte Monteiro, pelos relevantes serviços que vem prestando ao Município. Art. 2º- A entrega da respectiva Comenda, será em data a ser designada pela Comissão Executiva da Câmara. Art. 3ª - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que na entrada do Município de Miracema foi realizada uma poda de árvores de maneira incorreta. Acrescentou que na Legislatura passada foi aprovada uma Lei onde que as licitações realizadas na Prefeitura seriam encaminhadas para a Câmara Municipal, com o objetivo de que os Vereadores possam estar presentes. Assim, pede ao Presidente e ao Líder do Governo que converse com o Sr. Prefeito Municipal para que ele respeite esta Lei, pois desta maneira os Vereadores poderiam participar das licitações. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que vai levar uma cópia da Lei para o Sr. Prefeito Municipal e

conversar ele sobre o cumprimento da referida. Continuando, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Manoel da Silveira Maia, por ter nomeado o Sr. Luiz Robert do Carmo como Delegado da Delegacia do Creci – 1ª Região/RJ em Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Aplausos para o Centro de Apoio à Saúde da Mulher (CASM), pelos brilhantes serviços prestados às mulheres miracemenses e, em especial, pela organização do "Outubro Rosa", uma campanha de prevenção ao câncer de mama. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães parabenizou o Vereador Gutemberg Damasceno pela preocupação com o cumprimento das Leis Municipais, entretanto lembrou que existiu um Decreto Emergencial onde dava o direito do Sr. Prefeito Municipal o direito de não realizar licitações. Continuando, o Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos para todos os funcionários efetivos da Câmara Municipal de Miracema, pelo bom atendimento e pela rapidez no tratamento aos Vereadores e nas soluções dos problemas. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhado um Requerimento ao Sr. Prefeito Municipal, com vista a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que envide esforços a fim de que a região próxima ao Conde seja transformada em perímetro urbano, caso ela ainda não o seja, com o intuito de que ela obtenha algumas benfeitorias, tais como, rede de águas potáveis, rede de esgotos e outras. Deferido. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que é a Lei Municipal nº 1.388 de 11 de junho de 2012 que estipula o envio dos editais licitatórios ao Poder Legislativo. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que vai entregar a cópia da referida Lei para o Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Lena Tostes Pereira em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para: a) a Sra. Priscila Alves de Souza, Técnica da Agência Transfusional de Miracema, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Miracema; b) a Sra. Deocleciana Rodrigues de Moura, pelos 55 (cinquenta e cinco) anos de serviços prestados na Agência dos Correios e Telégrafos de Miracema, sempre trabalhando com muito comprometimento, humildade, carinho e dignidade. Todos os Vereadores irão assinar

esta Moção. Por fim, o Vereador Fabrício de Sá Xavier acrescentou que existe um Projeto de Lei de sua autoria sobre a Lei de Transparência, onde todos os atos do Poder Executivo deveriam ser publicados no Portal da Transparência. Disse que além de ter ido ao Matadouro Municipal, onde constatou que os contratados estão sem receber seus salários, também foi no Banco de Sangue e verificou que o referido não se encontra funcionando. Dessa maneira, espera que estes problemas sejam resolvidos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acredita que a reabertura do Bando de Sangue é muito importante. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que o Governo do Estado possui uma grande culpa no problema com o Banco de Sangue, pois existia uma determinação que só poderiam ser utilizado o sangue originário do Município de Campos dos Goytacazes. O Vereador Alexandre Barbosa Machado disse que participou de uma reunião quando era Secretário de Saúde e foi demonstrada a intenção de ser criado um Banco de Sangue no Município de Santo Antônio de Pádua. Por fim, esclareceu que é preciso os médicos realizem treinamento específico para que a Agência Transfusional possa funcionar regularmente. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para os Organizadores do 1º Miraleite do Município de Miracema, pela brilhante festa apresentada. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para os Empresários Clóvis e Plínio, que auxiliaram na organização do 1º Miraleite do Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para: a) o Sr. Renato Rossi, pelos brilhantes serviços que ele vem prestando ao Município de Miracema, bem como parabenizando pela passagem do Dia do Dentista, comemorado no dia 25 de outubro; b) a Sra. Larissa Detoni, pelos brilhantes serviços que ela vem prestando ao Município de Miracema, bem como parabenizando pela passagem do Dia do Dentista, comemorado no dia 25 de outubro. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos ao Sr. Flávio Eustáquio de Souza Gama Sapateiro, parabenizando pela passagem do Dia do Sapateiro, comemorado no dia 25 de outubro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os gestores públicos devem ser transparentes e, por isso, o site da Câmara Municipal deverá ser atualizado até o final do ano e solicitará um funcionário da Prefeitura

Municipal para que ele possa digitalizar todas as Leis Municipais. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um Requerimento ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de que seja realizada a cessão do funcionário Willian Moura Rocha, Técnico de Informática, para a Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de digitalizar todas as Leis Municipais. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 04/11/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 04 de novembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cinquenta e seis, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Alexandre Barbosa Machado, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 90, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício Circular nº 85/2013 – PRS/GAP do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; 02) Ofício nº 259/2013 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, respondendo ofício nº 060/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 03) Ofício PRS/SSE/CSO 38610/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício PRS/SSE/CSO 41449/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 05) Ofício SES/GS/APAR nº 254/2013 da Secretaria Estadual de Saúde, respondendo ofício nº 203/2013. Os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 06) Ofício nº 2952/2013 – GP/GAB/GESTÃO/DGI do Gabinete da Presidência da República, respondendo ofício nº 0759/2013. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou cópia deste ofício; 07) Telegrama do Governador Sérgio Cabral agradecendo pela Moção de Aplausos recebida; 08) Telegramas NºRef: 001885/MS/SE/FNS e 001657/MS/SE/FNS de Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 09) Ofício Circular nº 132/2013-CNM-BSB da Confederação Nacional de Municípios sobre a Lei

Federal nº 12.858/2013. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou cópia deste ofício; 10) Ofício nº 262/2013 do Ministério Público da Tutela Coletiva / Núcleo Santo Antônio de Pádua. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou cópia deste ofício. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para a Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa e para o Sr. Carlos Roberto Medeiros; 11) Ofício nº 574/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei Complementar nº 55/2013; 12) Ofício PGM/PMM nº 302/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando cópia dos cálculos e termos de parcelamentos pertinentes aos débitos previdenciária com a autarquia previdenciária municipal – CAPPS. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para todos os Vereadores. Esclareceu que quais são os valores das dívidas da Prefeitura com a CAPPS/CAMEDS. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que durante sua gestão não houve falta de repasse da Prefeitura Municipal de Miracema; 13) Ofício nº 572/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei Complementar nº 53/2013. O Vereador Hugo Fernandes informou as vagas presentes no referido Projeto de Lei. 14) Ofício nº 573/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei Complementar nº 54; 15) Ofício nº 514/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 49/2013, que dá nova redação a Lei 1018/2003, acrescenta alterando o Art. 52 da Lei Nº 798/99, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, criando a Divisão do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (DSIMPOA). O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que já existe uma Legislação Federal ou Estadual muito rígida com os alimentos de origem animal. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que o referido Projeto possui o objetivo de regulamentar os alimentos de origem animal dentro do Município de Miracema e o Sr. Joseph se prontificou a comparecer na Câmara Municipal para esclarecer quaisquer questionamentos sobre o mencionado Projeto de Lei. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que os Projetos de Lei referentes ao Concurso Público fossem votados em primeira e única votação na próxima quinta-feira, o que foi aceita por unanimidade. Continuando, solicitou que o Sr. Joseph fosse convidado para comparecer nesta Casa Legislativa no dia 21 de novembro de 2013, com o objetivo de prestar alguns esclarecimentos sobre o Projeto de Lei que dispõe

sobre a criação da Divisão de Serviços de Inspeção Municipal de Alimentos de Origem Animal. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes solicitou que os Projetos de Lei referente a Inspeção de Alimentos de Origem Animal fosse votado em primeira e única votação na reunião do dia 21 de maio, o que foi aceita por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo e Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o recapeamento da Rua do Morro dos Operários, bem como uma reforma na entrada e no piso principal do Cemitério Municipal do Distrito de Paraíso do Tobias, com a construção de uma rampa e a realização de uma restauração. Esclarecemos que tal solicitação foi sugerida pelos moradores do referido Distrito, dentre eles: Maguinho PM, Sebastião Brígido e Rubens Scramingon. Deferido. 02) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Secretário Estadual de Meio Ambiente, Sr. Carlos Mink - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a doação de uma máquina trituradora de podas de árvores para o Município de Miracema, tendo em vista que a cidade é rodeada de árvores e tal máquina será de grande utilidade para o meio ambiente. Ressaltamos que as podas das árvores e os galhos estão indo para o aterro sanitário, assim acabam degradando o solo e muitas vezes estão sendo queimadas, contribuindo com o efeito estufa. Dessa maneira, será de grande valia se o Município de Miracema for contemplado com essa máquina para triturar os galhos e folhagens das podas e, assim, transformá-los em adubo orgânico, que poderá ser utilizado em lavouras, hortas comunitárias, pastagens e plantações. Por fim, mencionamos que outros Municípios implantaram este Projeto e diminuíram seus gastos com transporte e funcionários. Aprovado. 03) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Governador do Estado Sérgio Cabral - Ao Deputado Estadual Roberto Henriques - Considerando que a FENORTE atua nas regiões Norte, Noroeste e Lagos; Considerando que a FENORTE atua no desenvolvimento e cooperação técnica em diversos Municípios; Considerando que é notório que o foco da FENORTE é o Norte do Estado do Rio de Janeiro, encaminho a seguinte solicitação: Que envide esforços a fim de que seja elaborado um Projeto com o objetivo de que seja criada a FENOROESTE, para atender as necessidades da Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Por fim, destacamos que a FENOROESTE atuaria da

mesma forma que a FENORTE, porém voltada para atender apenas a Região Noroeste. Aprovado. 04) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizada a limpeza da galeria localizada na subida da Rua Papa João XXIII, tendo em vista que em dias de chuvas, a referida galeria tem ocasionado diversos transtornos aos moradores daquela região. Deferido. 05) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas ao Secretário Municipal de Assistência e Promoção Social, no sentido de que sejam esclarecidas as seguintes informações: a) o saldo bancário dos últimos três meses dos Convênios; b) prestação de contas dos últimos três meses dos Convênios; c) informar o valor dos alugueis de todos os imóveis ocupados pela Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social; d) informar uma relação de todos os funcionários, constando nome e função, dos contratados e dos efetivos que trabalham na Secretaria; e) informar o valor do repasse do Fundo Municipal de Assistência Social. Deferido. 06) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma avaliação no relatório encaminhado a esta Casa Legislativa pelo Secretário Municipal de Assistência e Promoção Social. Deferido. Continuando, o Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que está solicitando estas informações da Secretaria Municipal, também em razão do Projeto de Lei que será votado hoje, pois os Vereadores estão aumentando o percentual do remanejamento das verbas orçamentárias. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves acredita que como o Orçamento foi votado no ano passado, sem a participação do atual Prefeito, tal aumento de percentual é necessário, por isso, também acredita que no próximo ano este fato não acontecerá. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que entende a posição do Vereador João Siqueira Magalhães, acreditando que o trabalho administrativo da Secretaria de Promoção Social é exemplar, entretanto o trabalho social está um pouco abaixo do esperado. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que as cestas básicas são pagas com o fundo municipal de assistência social, sendo que é preciso lutar para que as carências do Município sejam supridas. Acrescentou que a APAE ficou com dinheiro disponível em caixa, por não ter prestado suas contas regularmente, com isso, gostaria de saber se as verbas dos programas estão sendo devidamente utilizadas. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que alguns fatos

inesperados causam impacto no Orçamento Municipal, acrescentando que entende o entendimento do Vereador João Magalhães, pois caso as verbas dos programas não estejam sendo utilizados não existe motivos visíveis para ocorrer um déficit orçamentário, entretanto podem ter ocorrido alguns outros motivos que os Vereadores não tenham conhecimento. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que os programas da Secretaria Municipal de Assistência Social também podem não estar prestando suas contas regularmente. 07) João Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja incluída no Orçamento Municipal a verba necessária para a construção de uma praça de lazer no Bairro Pontilhão do Rosa, onde beneficiará aquela comunidade e os bairros vizinhos. Deferido. 08) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Governador do Estado Sérgio Cabral - Solicitação, com vista a Secretaria Estadual de Educação, Sr. Wilson Risolia, no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a implantação da Faculdade de Educação Tecnológica (FETERJ) no Município de Miracema. Ressaltamos que tal instituição tem o objetivo de oferecer educação profissional e tecnológica, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e regional. Aprovado. 09) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Secretário de Habitação Estadual, Sr. Rafael Picciani - Sabedores do grande carinho que o Ilmo. Sr. tem pelo Município de Miracema, encaminho uma solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantado em Miracema o Programa Vila da Melhor Idade, para assim propiciar um melhor amparo aos nossos munícipes da terceira e melhor idade, pois são casas com adaptação para portadores de necessidade especial e geriátricas. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Altera a estrutura da Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Nº 1.393, de 05 de julho de 2012 e dá outras providências. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1464, de 07 de novembro de 2013. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal, e nos termos dispostos na Lei Federal Nº 4.320/64, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica alterado o percentual de limite de 30(trinta) para 50 (cinquenta por cento) o corpo da Lei Municipal Nº 1.393/2012 - Lei de Diretrizes

Orçamentárias - LDO para o exercício de 2013. Art. 2º- Todos os demais artigos da Lei Municipal Nº 1.393 de 05 de julho de 2013, permanecem na integra, não havendo, portanto, quaisquer alterações, além do que é proposto no artigo 1º. Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que ficou o mês de outubro empenhado na construção de uma nova Sede da Câmara Municipal, pois o Sr. Prefeito Municipal lhe disse que o Governo do Estado possui o interesse de arcar com os custos de uma reforma do prédio da Associação Comercial, sendo que o Sr. Prefeito pediu para que o projeto da reforma fosse apresentado com urgência. Acrescentou que ficou sabendo que a Arquiteta Luisa tinha realizado um Projeto sobre o mencionado prédio. Com isso, entrou em Contato com o Presidente da Associação para discutir a situação do prédio, entretanto não obteve nenhuma resposta. Por fim, disse que em caso da não realização de um acordo, o Município de Miracema poderia ingressar com uma Ação de Desapropriação do Prédio, sendo que não possui o objetivo de prejudicar a Associação Comercial e nem o Rotary Clube. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para o Policial Militar Frederico Jardim, pelos relevantes serviços prestados na Polícia Militar do Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para os Diretores, Professores e Funcionários do Colégio Municipal Sônia do Amaral Torres, pelo brilhante organização da "Feira de Arte e Cultura" realizada no dia 05 de novembro de 2013. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Cirene de Medeiros Salim, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou que fosse encaminhado um ofício para a Sra. Lia Márcia de Paula Bruno, Coordenadora do Fórum da Agenda 21 Local, indicando seu nome para participar como membro do Programa da Agenda 21, criado pelo Projeto de Lei nº 917 de 10/10/2001, criado pelo então Vereador Eduardo Lúcio Tostes Botelho (Dadade) e sancionado pelo Prefeito Municipal Gutemberg M. Damasceno, no dia 19/12/2001, representando assim o Poder Legislativo Municipal, sendo que as reuniões acontecem sempre nas segundas e quintas feira de cada mês na sede do CDL – Clube de

Diretores Lojistas de Miracema. Deferido. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos aos Radialistas da Radio Princesinha do Norte, parabenizando todos pela passagem do Dia do Radialista, comemorado no dia 07 de novembro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Cremilce Cosendey Padilha, por ter retornado ao trabalho de Coordenadora dos Serviços Odontológicos Miracemenses. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Harley de Oliveira, parabenizando pela passagem do Dia do Radialista, comemorado no dia 07 de novembro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Carlos Fernando Silva Ribeiro, mais conhecido como Carlos Fera, parabenizando pela passagem do Dia do Radialista, comemorado no dia 07 de novembro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Pronto Restabelecimento ao servidor Edílson Cabreira, por conta do incidente ocorrido com seu coração. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acrescentou que já foi feito o orçamento da reforma que deverá ser realizada na Capela Mortuária. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou Moção de Aplausos para Sra. Danielle Rocha Cornejo, Coordenadora do RH da Empresa GRSA, pela grande oportunidade que tem dado ao povo de Miracema e Região (alunos do SENAC), oferecendo oportunidades de emprego. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Whalen Toledo, Diretor da Empresa FOSS, pela excelente oportunidade que tem dado ao povo de Miracema, abrindo as portas de sua empresa para os trabalhadores miracemenses. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Heimut G. Frank, Diretor da Empresa FOSS, pela excelente oportunidade que tem dado ao povo de Miracema, abrindo as portas de sua empresa para os trabalhadores miracemenses. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Valdemir Ferreira Finamor, por ter encontrado e devolvido uma carteira com uma grande quantia de dinheiro de propriedade do Sr. Jorge Luiz. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de

Aplausos para a Sra. Norma Chacour, pelo excelente trabalho que vem apresentando na recepção da Secretaria de Assistência e Promoção Social. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes disse que esteve com o Presidente da Associação Comercial, entretanto possui de acordo com sua opinião particular entende que poderia ser construído um prédio novo para servir de sede do Poder Legislativo, sendo que é importante os Vereadores buscarem a construção de uma sede própria. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 11/05/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 11 de novembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cinquenta e sete, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 04, Versículo 01. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite da Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua, convidando para a Audiência Pública cujo tema será "Manutenção das Redes de Energia que atendem aos 66 (sessenta e seis) Municípios que são cobertos pela Concessionária"; 02) Comunicado Nº CM258335/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 03) Ofício nº 030/2013-NOR GSB 544 do Gabinete do Deputado Fernando Jordão – PMDB; 04) Convite da Prefeitura Municipal de Miracema, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde para a palestra que será proferida pelo médico Endocrinologista, Dr. Gustavo Assed Kik, que abortará assuntos importantes relacionados ao Diabetes; 05) Ofício 236/2013 da Caixa de Assistência. Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ prestando algumas informações. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gideão Duarte Gonçalves e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Educação, no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa informações sobre a existência de

alguma Política Municipal, com o objetivo de municipalização das Escolas Estaduais Manoel Rodrigues de Barros (Distrito de Paraíso do Tobias) e Prudente de Morais (1º Distrito). Deferido. 02) Genessi Rodrigues da Silva - Ao Secretário Estadual de Educação, Dr. Wilson Risolia Rodrigues - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantado no Município de Miracema o Programa "Dupla Escola", sendo que tal Programa possui o objetivo de educar profissionalmente nossos jovens e mantê-los na escola por mais tempo, bem como prepará-los para o mercado de trabalho, não dando espaço para a criminalidade. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Maurício Monteiro para falar sobre a questão do prédio da Câmara Municipal. Com a palavra, o Dr. Maurício Monteiro, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que a filha do Senador Dirceu Cardoso ficou muito emocionada com a homenagem prestada pela Câmara Municipal na última sessão solene. Acrescentou que faz parte do Rotary Clube de Miracema e gostaria de convidar os Vereadores para participar da reunião do Rotary amanhã, pois na referida reunião será tratado da doação do prédio. Continuando, disse que a situação jurídica do prédio é um pouco complicada, sendo que o antigo proprietário fez uma doação para a Associação Comercial, também permitindo que o Rotary utilizasse o espaço. Acrescentou que um problema existente no Prédio da Associação Comercial é a escada, pois as reuniões são realizadas no segundo andar e as escadas possuem um acesso difícil para as pessoas idosas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que os problemas com a escada já foram pensados, dessa maneira existe também a possibilidade da construção de um elevador. O Dr. Maurício Monteiro esclareceu que se encontrou com o Sr. Prefeito Municipal e conversou sobre o antigo prédio da Prefeitura Municipal, com isso ficou sabendo que no próximo ano será destinado uma verba para a realização de sua reforma. O Vereador João Siqueira Magalhães parabenizou o Dr. Maurício Monteiro e pediu desculpas por ter cometido uma falha, pois o prédio da OAB é uma conquista do Dr. Maurício. O Vereador Alexandre Barbosa Machado esclareceu que o prédio do Aeroclube é muito importante, sendo que inclusive o símbolo do Aeroclube faz parte do Brasão do Município. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre. Também inscrito o Sr. José Augusto Guedes Filho para falar sobre uma situação particular. Com a palavra, o Sr. José Augusto, após cumprimentar todos os presentes,

esclareceu que vem lutando para se reintegrar a Sociedade Miracemense, entretanto acabou ficando sem moradia, pois morava no local há 40 anos. Acrescentou que a chave de sua residência foi tomada de seu pai de maneira furtiva, sendo que ele sempre trabalhou como vigia do aeroporto existente em Miracema sem receber salário, recebendo apenas o direito a moradia. Disse que diversas pessoas ocuparam o terreno do campo de aviação, sendo que foi construída uma creche em frente à casa de sua mãe. Acrescentou que está passando dificuldades e está morando de favor na casa de outras pessoas, sendo que não possui dinheiro para pagar algumas taxas na Prefeitura Municipal com objetivo de obter informações sobre sua residência, uma vez que deseja saber como seu terreno ficou com outro proprietário. Disse que está buscando se reintegrar à sociedade e veio pedir ajuda aos Vereadores para resolver sua situação, pois acredita que seus direitos constitucionais estão sendo desrespeitados. Por fim, disse que passou por certas perseguições, onde foi acusado por tráfico de drogas, entretanto nunca foi encontrado portando drogas, acreditando que existem diversas injustiças ocorridas no Brasil. Dessa forma, gostaria que os Vereadores procurassem saber como o cidadão adquiriu seu terreno, sendo que já foi na Prefeitura para procurar informações sobre este assunto. Disse que o Sr. Prefeito Municipal designou um funcionário para realizar a vigia do campo de aviação e simplesmente não prestou nenhum esclareceu para seu pai, que sempre vinha exercendo esta função. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou ao Sr. Presidente que pedisse ao Poder Executivo um histórico de todo o terreno mencionado, para os Vereadores saberem todas as transações ocorridas. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que através da Defensoria Pública o Sr. José Augusto pode conseguir resolver sua situação, pois os Vereadores podem apenas pedir informações e a Defensoria Pública pode tomar as medidas judiciarias necessárias para a obtenção destas informações de maneira gratuita. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou o endereço do terreno. O Sr. José Augusto disse que o endereço é Rua Laurindo Alvim Pereira, nº. 463, no Campo de Aviação. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que já vem presenciando a luta do Sr. José Augusto, sendo que a Prefeitura está solicitando o pagamento de uma taxa para fornecer a certidão solicitada. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Defensor Público pode fazer uma certidão isentando o pagamento das taxas solicitadas, assim as

solicitações do Sr. José Augusto seriam atendidas de forma gratuita. Continuando, parabenizou a coragem do Sr. José Augusto em expor sua situação, sendo que ele está humilde em possuir o desejo de recomeçar na cidade onde ele sempre viveu. O Sr. José Augusto esclareceu que já foi na Defensoria Pública e foi recebido apenas como mais uma pessoa, sendo que já foi ao Ministério Público de Miracema e recebeu um encaminhamento para comparecer na Defensoria Pública. Disse que está buscando todas as maneiras possíveis para se reerguer, sendo que precisa de seu terreno. Por fim, disse que seu endereço atual é a Rua Laurindo Alvim Pereira, nº. 463, sendo que está solto através da condicional e precisa estabelecer sua moradia regularmente, esclarecendo que fez um acordo verbal com o Poder Executivo e tal acordo não foi cumprido. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se apenas o terreno do Sr. José Augusto se encontra com estes tipos de problemas. O Sr. José Augusto esclareceu que o terreno em que sua mãe reside ainda não possui escritura e que a casa em que ele morava foi desmanchada, entretanto informou que não consegue conviver com sua família, pois não concorda com o crime cometido por sua irmã. Por isso, também gostaria de saber se seu irmão possui algum tipo de envolvimento com a perda de seu terreno. O Vereador Presidente, em conjunto com todos os Vereadores, encaminhou uma solicitação ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que encaminhe a esta Casa Legislativa o histórico do terreno localizado na Rua Laurindo Alvim Pereira, nº 463, bem como que seja informado o nome que se encontrava na inscrição do IPTU do imóvel localizado no referido terreno nos últimos 10 (dez) anos. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Holden Macedo da Silva, por ter sido nomeado Corregedor Geral Federal da Defensoria Pública da União. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. José de Freitas e Silva em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Também solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Marlene Sardella Ramos em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou Moção de Aplausos para: 01) o Sr. Jean Costa dos Santos, Soldado PM 85112, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Miracema. 02) o Sr. Ademilson Costa dos Santos,

3º Sgt. PM, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Miracema. 03) o Sr. Jussandra Maria Costa dos Santos Campos, Cabo PM 80842, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para: 01) os familiares da Sra. Marlene Sardella Ramos em virtude de seu falecimento; 02) os familiares da Sra. Maria Aparecida da Mota Souza em virtude de seu falecimento; 03) os familiares do Sr. José de Freitas Silva em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Ricardo Moraes Tito e sua Diretoria, pela vitória nas eleições municipais do PT, sendo eleito como Presidente Municipal do Diretório do Partido dos Trabalhadores. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Ricardo Moraes Tito e sua Diretoria, pela vitória nas eleições municipais do PT, sendo eleito como Presidente Municipal do Diretório do Partido dos Trabalhadores. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Ricardo Moraes Tito e sua Diretoria, pela vitória nas eleições municipais do PT, sendo eleito como Presidente Municipal do Diretório do Partido dos Trabalhadores. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 14/11/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 14 de novembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos catorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cinquenta e oito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 118, Versículos de 01 à 08. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Decreto nº 91 de 14 de novembro de 2013 antecipando o Feriado Estadual do Dia 20/11 para o dia 18/11/13 (segunda-feira) no âmbito deste Município. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu que a Câmara Municipal também antecipasse seu feriado, sendo que colocou tal sugestão em votação. Os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno e Paulo Sérgio de Azevedo não concordaram com tal sugestão. Os Vereadores Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães e Maurício Sant'Ana Soares aprovaram a referida sugestão; 02) Ofício PMM/SEFAZ nº 074/2013 da Secretaria Municipal de Fazenda, respondendo ofício nº 0860/2013. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Gideão Duarte Gonçalves solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que uma cópia deste ofício fosse encaminhada para o Controle Interno desta Casa Legislativa; 03) Resposta ao Ofício nº 0533/2013 da Secretaria Municipal de Saúde. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva e Gideão Duarte Gonçalves solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que seu pedido foi para que o Ministério Público fosse consultado. 04)

Convite da Secretaria Municipal de Saúde para a reunião do Combate a Dengue, a ser realizada no dia 22 de novembro, no Auditório da Casa da Cultura. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou uma cópia deste ofício. 05) Convite da Junta de Serviço Militar de Miracema-RJ para as Solenidades de Compromisso a Bandeira e Entrega dos Certificados de Dispensa de Incorporação aos Jovens dispensados da Prestação do Serviço Militar Inicial, a serem realizadas no dia 20 de novembro. Os Vereadores Hugo Fernandes e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício. 06) Ofício nº 240-13 da CAPPS/CAMEDS. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que o referido Ofício fosse encaminhado para o Setor de Contabilidade desta Casa Legislativa; 07) Ofício SES/GS/APAR nº 254/2013 da Secretaria Estadual de Saúde, respondendo ofício nº 203/2013. Os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Fabrício de Sá Xavier, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam tomadas medidas enérgicas e urgentes em relação ao problema que abaixo descrito. Considerando que diversas pessoas me procuraram para denunciar a irregularidade que vem ocorrendo na construção de uma edificação na Rua Aristides Barbosa, que liga a Rua Márcio Martins Barbosa à Rua Manoel Antônio Pestana, no bairro Vale do Cedro. Destacamos que Rua Aristides Barbosa foi criada pela Lei Municipal nº 800 de 22 de novembro de 1999. Segue em anexo as provas dos atos irregulares que vem ocorrendo, tais como: contrato de compra e venda, escritura e compromisso de doação do terreno, bem como um DVD com fotos e vídeos do local. Deferido. 02 Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema, Sr. Hugo Fernandes - Solicitação no sentido de que a Reunião desta Casa Legislativa, que seria realizada no dia 18 de novembro, seja realizada no dia 19 do mesmo mês, tendo em vista a antecipação do feriado que seria no dia 20 para o dia 18. Tal solicitação se deve ao fato de que são realizadas somente duas sessões por semana. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que o Plenário discutisse tal requerimento. Com um voto favorável, do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno e, uma abstenção, do Vereador João Siqueira Magalhães e sete votos contrários, dos Vereadores Alexandre Barbosa Machado,

Carlos Magno da Silva Peres, Gilson Teixeira Sales, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gideão Duarte Gonçalves e Genessi Rodrigues da Silva, o requerimento não foi aprovado. 03) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Diretor da AMPLA - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão na rede elétrica de toda a extensão da Rua Ururaí de Matos Macedo, Bairro Beverly. Destacamos que estão ocorrendo constantes quedas de energia naquela localidade, ocasionando sérios prejuízos aos Munícipes, tendo em vista que inúmeros eletrodomésticos estão sendo queimados durante as referidas quedas. Aprovado. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizada uma reforma na Capela localizada no Cemitério Municipal, bem como que seja realizado, com urgência, o conserto da Fonte Luminosa localizada na Praça Dona Ermelinda. Deferido. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que na Praça Dona Ermelinda ocorre muito vandalismo, assim a fonte luminosa sempre se encontra em situação precária. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que os guardas municipais deveriam realizar a vigia da Praça Dona Ermelinda, incluindo a Fonte Luminosa. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acrescentou que já solicitou a reabertura dos banheiros, ou a construção de novos banheiros. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que inclusive o orquidário poderia estar funcionando. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Harley Oliveira, parabenizando pela passagem de seu aniversário, no dia 14 de novembro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Diretor do DER-RJ, Dr. Maurício Mercante - Reiteração de solicitação no sentido de que seja realizado o recapeamento da Rua 03, do Bairro Vila José de Carvalho, Rua Eduardo Ramalho de Barros (prolongamento em frente à Creche) e Rua Bertho Barros, no Município de Miracema. Aprovado. 06) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserido no Edital do Concurso a ser realizado no Município de Miracema, vaga no Quadro de Reserva de Fiscal de Obras e Posturas, bem como vagas de Técnico de Segurança do Trabalho, com o objetivo de atender as necessidades do Município. Deferido. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Secretário de Trabalho e Rendas do Estado do RJ, Sr. Sérgio Tavares Romay - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalada a

"Casa do Trabalhador" no Município de Miracema, com o objetivo de qualificar os miracemenses e inseri-los no Mercado de Trabalho. Aprovado. 08) Vereador Hugo Fernandes e Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Diretor da Empresa Auto Viação 1001, Sr. Rosalvo Rosa Júnior - Vimos por meio deste, informar para posteriormente solicitar o que segue: Existem inúmeros miracemenses que trabalham na cidade de Macaé e utilizam do serviço desta Empresa semanalmente; Porém, os mesmo se deslocam até a cidade de Itaperuna, para chegarem ao destino final, pois não existe uma linha direta Miracema x Macaé; Sabemos que disponibilizar uma linha exclusiva para nossa cidade pode ser incompatível com a logística, motivo pelo qual passo a solicitar o que segue; Que o ônibus que sai de Itaperuna para Macaé possa sair de Miracema, sempre uma hora antes do horário habitual, ou seja, se sair às 13 horas de Itaperuna, sairá às 12 horas de Miracema. Aprovado. Todos os Vereadores irão assinar este Requerimento. 09) Vereador Hugo Fernandes - Ao Ministério Público do Trabalho - Solicitação no sentido de que seja informado à Câmara Municipal de Miracema, se existe a possibilidade dos Agentes Comunitários Contratados sem Concurso Público pela Prefeitura Municipal de Miracema serem efetivados. Esclarecemos que estamos realizados esta consulta com base na documentação que segue em anexo, onde aduz que a efetivação dos referidos agentes comunitários é constitucional. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares informou que a Procura do Município de Município, Dra. Marcele Rangel se encontra presente na Câmara Municipal e solicitou ao Sr. Presidente para convidá-la para prestar alguns esclarecimentos sobre o assunto, o que foi feito. Com a palavra, a Dra. Marcele esclareceu que já foi feito ofício encaminhado diretamente ao próprio presidente do Tribunal Regional do Trabalho e foram juntadas diversas documentações, sendo que será agendada uma reunião com o Presidente do TRT para discutir sobre este assunto. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que o Sr. Prefeito Municipal tem possui o interesse de manter os agentes comunitários contratados, pois eles já possui o conhecimento necessário para exercer suas funções. A Dra. Marcele esclareceu que o Prefeito a preocupação de encontrar a melhor solução possível dentro da lei, sendo que o prejuízo para os contratados seriam enormes, caso eles fossem demitidos de um dia para o outro. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que está sendo buscado um embasamento legal

para evitar estes problemas. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 04 (quatro) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Considera Utilidade Pública a União Nacional de Assistência aos Servidores Públicos. Autoria: Vereador Gilson Teixeira Sales. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou que o referido Projeto fosse discutido em primeira e única votação. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou vista do referido Projeto de Lei, uma vez que detectou a falta de alguns documentos, sendo que a referida entidade não possui uma sede no Município de Miracema. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que na semana passada foram lhe solicitado vários documentos e todos eles foram anexados no projeto. Acrescentou que a Entidade não precisa possuir um CNPJ Municipal para ser considerada Utilidade Pública e todos os requisitos estabelecidos já foram cumpridos. Por fim, esclareceu que a referida entidade possui diversos projetos para serem implementados no Município de Miracema, sendo que a União não recebe nenhum tipo de subvenção e se mantêm financeiramente com a contribuição de seus integrantes. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que ainda não tinha analisado profundamente estes documentos. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o conteúdo do Projeto é de uma grandeza ímpar, entretanto revendo a solicitação acredita que deveria existir uma Lei Municipal regularizando os requisitos para considerar as entidades uma Utilidade Pública. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que existe uma Lei Estadual mostrando os documentos que devem ser apresentados, assim acredita que o Projeto de Lei esteja embasado de todos os documentos necessários. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a vontade do Vereador João Siqueira Magalhães é estabelecer as regras Municipais para que as Entidades fossem consideradas utilidade pública municipal, entendendo que seria viável a abertura de uma sede dentro do Município de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que é preciso atender alguns itens para que a Entidade seja considerada Utilidade Pública. Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que não existe uma Lei Municipal sobre o tema, por isso se baseou na Lei Estadual e apresentou todos os documentos necessários. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que o plenário é soberano e todos os Vereadores podem expressar sua opinião. Continuando, esclareceu que a UNASP já participou de um convênio com o Município de Miracema e seu voto será de acordo com a situação dela

com os Servidores Públicos de Miracema. O Sr. Presidente concedeu a vista do Projeto de Lei em discussão ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. **02)** Projeto de Lei que autoriza a realização de Concurso Público para Provimento de Cargos Públicos Efetivos, criando Cargos e Vagas e acrescentando disposições aos anexos II, III, IV da Lei 813 de 15 de dezembro de 1999 e suas posteriores alterações. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que existem três projetos sobre a realização de concurso público, sendo que não tem nada contra os projetos, entretanto gostaria de participar pessoalmente da licitação sobre as empresas que irão fazer o concurso público e também quer participar da fiscalização das provas que serão realizadas. Acrescentou que tem uma péssima experiência, pois no Concurso Público de 1993 ocorreram diversas irregularidades. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que a Câmara Municipal pode criar uma comissão para participar da fiscalização do concurso público. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que já existe uma legislação municipal determinando que o Sr. Prefeito Municipal encaminhe cópia de todas as licitações para a Câmara Municipal de Miracema. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que os Vereadores não estão sendo comunicados das licitações, por isso os Vereadores não ficam sabendo das licitações e não participam das referidas. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que o Sr. Prefeito tem a vontade de ser transparente com esta Casa Legislativa. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que o Processo Licitatório é publicado, sendo que o edital é público, acreditando que todos os Vereadores devem participar de todas as licitações. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Câmara Municipal deveria participar de todas as atividades do governo municipal, pois os Vereadores representam a população e, em algumas situações a situação partidária deve ser deixada de lado. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que este assunto é bastante simples, pois as Leis devem ser cumpridas, assim os Vereadores não podem criar uma discussão por causa de uma Lei que não está sendo cumprida. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que fez seu pedido se baseando no ocorrido durante o Concurso Público de 1993, sendo que este Concurso foi realizado com inúmeras irregularidades. Acrescentou que, em 1993 era Vereador, e o Sr. Prefeito Municipal solicitou que os Vereadores realizassem a fiscalização da aplicação das provas. Disse que quando compareceu no local da realização das provas com o

objetivo de fiscalizar, foi convidado pelo Presidente da Comissão Organizadora do Concurso para fazer parte de uma banca examinadora. Esclareceu que ele e mais duas pessoas deveriam realizar a prova oral em alguns candidatos, sendo que as notas deveriam ser aplicadas de acordo com o entendimento de cada examinador, sem qualquer tipo de critério. Continuando, disse que o Dr. Maurício Monteiro entrou com uma Ação Popular contra o Concurso Público realizado em 1993 e o parecer do Desembargador iria anular o Concurso Público. Entretanto, o Dr. Maurício conversou com os Desembargadores e eles lhe disseram que se ele desistisse do Processo o mesmo seria arquivado. Dessa forma, as pessoas interessadas compraram um carro para o Dr. Maurício para que ele desistisse do Concurso. Por fim, disse que está se precavendo para que esta situação não se repita, pois não deseja que os fatos se repitam, desejando participar do concurso atual de maneira preventiva. O Vereador Fabrício esclareceu que existe um Projeto de Lei de sua autoria tramitando na Câmara Municipal sobre a Lei de Transparência em âmbito Municipal. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que existem algumas pendências a serem resolvidas no Projeto de Lei que trata da Lei de Transparência. Continuando, foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Aditiva:** Acrescenta a seguinte redação ao final do Artigo 20: "...perfazendo o total de 01 (uma) vaga existente no Município". Autoria: Vereador Gideão Duarte Gonçalves. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Aditiva:** Acrescenta a seguinte redação ao final do Artigo 21: "...perfazendo o total de 01 (uma) vaga existente no Município". Autoria: Vereador Gideão Duarte Gonçalves. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **c) Emenda Modificativa:** O Artigo 22 passará a ter a seguinte redação: Art. 22 - Ficam criados no anexo II da Lei nº 813/99, 02 (dois) cargos de massoterapeuta, grupo de nível de segundo grau de escolaridade SG-16, símbolo de vencimento P-22,cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 02 (duas) vagas existente no Município. Autoria: Vereador Gideão Duarte Gonçalves. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Sr. Presidente colocou o Projeto de Lei em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1465, de 14 de novembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art. 81 da Lei Orgânica

Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo a realizar Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Administração Direta. Art. 2º - Fica criada no anexo II da Lei nº 813/99 mais 01 (uma) vaga de médico ortopedista plantonista, grupo de nível superior de escolaridade NS-27, símbolo de vencimento P-34,cujas atribuições já foram especificadas no anexo II da Lei 994/03, perfazendo o total de 02 (duas) vagas existentes do Município; Art.3º - Fica criada no anexo II da Lei nº 813/99 mais 01 (uma) vaga de fisioterapeuta, grupo de nível superior de escolaridade NS-15, símbolo de vencimento P-34, cujas atribuições já foram especificadas no anexo II, da Lei 824/2000, perfazendo o total de 02 (duas) vagas existentes no Município; Art. 4º - Fica criada no anexo II da Lei nº 813/99 mais 01 (uma) vaga de nutricionista, grupo de nível superior de escolaridade NS-13, símbolo de vencimento P-34,cujas atribuições já foram especificadas no anexo VI, da Lei 813/99, perfazendo o total de 02 (duas) vagas existentes no Município; Art. 5º - Ficam criadas no anexo II da Lei nº 813/99 mais 05 (cinco) vagas de enfermeiro, grupo de nível superior de escolaridade NS-06, símbolo de vencimento P-34,cujas atribuições já foram especificadas no anexo VI, da Lei 813/99, bem como ratificadas na Lei 1343/2010, perfazendo o total de 17 (dezessete) vagas existentes no Município; Art. 6º - Ficam criadas no anexo II da Lei nº 813/99 mais 02 (duas) vaga de psicólogo, grupo de nível superior de escolaridade NS-15, símbolo de vencimento P-34,cujas atribuições já foram especificadas no anexo V, da Lei 813/99, ratificadas na Lei 1363/2011, perfazendo o total de 11(onze) vagas existentes no Município; Art. 7º - Fica criada no anexo II da Lei nº 813/99 mais 01 (uma) vaga de fonoaudiólogo, grupo de nível superior de escolaridade NS-10, símbolo de vencimento P-34, cujas atribuições já foram especificadas no anexo V, da Lei 813/99, perfazendo o total de 03 (três) vagas existentes no Município; Art. 8º - Ficam criadas no anexo II da Lei nº 813/99 mais 04 (quatro) vagas de técnico de enfermagem, grupo de nível de segundo grau de escolaridade SG-07, símbolo de vencimento P-22, cujas atribuições já foram especificadas no anexo V, da Lei 813/99, perfazendo o total de 25 (vinte e cinco) vagas existentes no Município; Art. 9º - Ficam criadas no anexo II da Lei nº 813/99 mais 02 (duas) vagas de guarda municipal, grupo de nível elementar de escolaridade NE-08, símbolo de vencimento P-03, cujas atribuições já foram especificadas no anexo V, da Lei 813/99, perfazendo o total de 40 (quarenta) vagas existentes no

Município; Art. 10 - Ficam criadas no anexo II da Lei nº 813/99 mais 03 (três) vagas de cantineiro escolar, grupo de nível elementar de escolaridade NE-07, símbolo de vencimento P-03, cujas atribuições já foram especificadas no anexo IV, da Lei 813/99, perfazendo o total de 37 (trinta e sete) vagas existentes no Município; Art. 11 - Ficam criados no anexo II da Lei nº 813/99, 02 (dois) cargos de médico cirurgião, grupo de nível superior de escolaridade NS-28, símbolo de vencimento P-34,cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 02 (duas) vagas existentes no Município; Art. 12 - Fica criado no anexo II da Lei nº 813/99, 01 (um) cargo de médico urologista, grupo de nível superior de escolaridade NS-29, símbolo de vencimento P-34,cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 01 (uma) vaga existente no Município; Art. 13 - Ficam criados no anexo II da Lei nº 813/99, 02 (dois) cargos de médico psiquiatra, grupo de nível superior de escolaridade NS-30, símbolo de vencimento P-34,cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 02 (duas) vagas existentes no Município; Art. 14 - Fica criado no anexo II da Lei nº 813/99, 01 (um) cargo de médico neurologista, grupo de nível superior de escolaridade NS-31, símbolo de vencimento P-34,cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 01 (uma) vaga existente no Município; Art. 15 - Fica criado no anexo II da Lei nº 813/99, 01 (um) cargo de médico dermatologista, grupo de nível superior de escolaridade NS-32, símbolo de vencimento P-34,cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 01 (uma) vaga existente no Município; Art. 16 - Fica criado no anexo II da Lei nº 813/99, 01 (um) cargo de arquiteto, grupo de nível superior de escolaridade NS-33, símbolo de vencimento P-34,cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 01 (uma) vaga existente no Município; Art. 17 - Fica criado no anexo II da Lei nº 813/99, 01 (um) cargo de museólogo, grupo de nível superior de escolaridade NS-34, símbolo de vencimento P-34, cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 01 (uma) vaga existente no Município; Art. 18 - Fica criado no anexo II da Lei nº 813/99, 01 (um) cargo de contador, grupo de nível superior de escolaridade NS-35, símbolo de vencimento P-34, cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 01 (uma) vaga existente no Município; Art. 19 - Fica criado no anexo II da Lei nº 813/99, 01 (um) cargo de engenheiro ambiental, grupo de nível superior de

escolaridade NS-36, símbolo de vencimento P-34,cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 01 (uma) vaga existente no Município; Art. 20 - Fica criado no anexo II da Lei nº 813/99, o cargo de zootecnista, grupo de nível superior de escolaridade NS-37, símbolo de vencimento P-34, cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 01 (uma) vaga existente no Município; Art. 21 - Fica criado no anexo II da Lei nº 813/99, 01 (um) cargo de advogado do Centro de Referência Especializada de Assistência Social, grupo de nível superior de escolaridade NS-38, símbolo de vencimento P-34, cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 01 (uma) vaga existente no Município; Art. 22 - Ficam criados no anexo II da Lei nº 813/99, 02 (dois) cargos de massoterapeuta, grupo de nível de segundo grau de escolaridade SG-16, símbolo de vencimento P-22, cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 02 (duas) vagas existente no Município; Art. 23 - Ficam criados no anexo II da Lei nº 813/99, 05 (cinco) cargos de instrutor/oficineiro, grupo de nível de segundo grau de escolaridade SG-17, símbolo de vencimento P-22,cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 05 (cinco) vagas existente no Município; Art. 24 - Fica criado no anexo II da Lei nº 813/99, 01 (um) cargo de técnico ambiental, grupo de nível de segundo grau de escolaridade SG-18, símbolo de vencimento P-22, cujas atribuições serão especificadas na presente lei; Art. 25 - Ficam criados no anexo II da Lei nº 813/99, 23 (vinte e três) cargos de agente comunitário de saúde, grupo de nível de primeiro grau de escolaridade PG-11,atual Ensino Fundamental, símbolo de vencimento P-15,cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 23 (vinte e três) vagas existente no Município; Art. 26 - Ficam criados no anexo II da Lei nº 813/99, 13 (treze) cargos de agente de controle de endemias, grupo de nível de primeiro grau de escolaridade PG-12, atual Ensino Fundamental, símbolo de vencimento P-15,cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 13 (treze) vagas existente no Município; Art. 27 - Ficam criados no anexo II da Lei nº 813/99,02 (dois) cargos de cozinheiro, grupo de nível elementar de escolaridade NE-20, símbolo de vencimento P-03, cujas atribuições já foram especificadas no anexo IV, da Lei 813/99, perfazendo o total de 37 (trinta e sete) vagas existentes no Município; Art. 28 - Ficam criados no anexo II na Lei nº 813/99, 03 (três) cargos de Procurador do Município, grupo de nível

superior de escolaridade NS-39, símbolo de vencimento P-34,cujas atribuições serão especificadas na presente lei, perfazendo o total de 03 (três) vagas existentes no Município; Art. 29- As despesas decorrentes da presente Lei já integram o orçamento geral do exercício de 2013, com suas classificações promovidas na forma do presente artigo, conforme segue: Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde - Programa: 04.10.302.0025.2.017.000 - Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde - Programa: 04.11.10.301.0087.2.089.000– cargos: agente comunitário saúde e controle endemias - Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal Defesa Civil e Segurança Pública - Programa: 02.07.15.122.0001.2.170.000 - Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Programa: 02.06.12.361.0095.2.130.000 - Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Programa: 02.06.13.392.0095.2.142.000 – cargo de museólogo - Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Assistência Social - Programa: 03.12.08.244.0041.2.130.000 - Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Assistência Social - Programa: 03.12.08.244.0041.2.130.000 – cargo de arquiteto - Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Assistência Social - Programa: 03.12.08.244.0036.2.158.000 – cargo advogado CREAS - Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Assistência Social - Programa: 03.12.08.243.0035.2.115.000 – PROJOVEM – cargos: instrutor e cozinheiro. - Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Assistência Social - Programa: 03.12.08.241.0031.2.113.000 – PETI – cargo: instrutor e cozinheiro - Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Unidade

Orçamentária: Secretaria Municipal de Fazenda - Programa: 02.05.04.122.0095.2.130.000 - Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Programa: 02.11.18.122.001.2.130.000 - Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Unidade Orçamentária: Procuradoria Geral do Município - Programa: 02.02.04.122.0095.2.130.0000 - Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Art. 30 – Ficam estabelecidas as seguintes atribuições funcionais referentes aos cargos criados por esta lei e ainda não integrantes da estrutura organizacional administrativa do Município de Miracema na forma abaixo discriminada: Inciso I – Médico Cirurgião: realizar avaliação cirúrgica e cirurgias de urgência e emergência; efetuar exames médicos, emitir diagnóstico prescrever medicamentos e realizar tratamento de enfermidades; manter registro de atendimentos; executar outras atividades correlatas e desenvolver outras atribuições pertinentes ao local onde estiver exercendo a função, além daquelas já descritas para a função de médico constante do Anexo V da Lei 813/99. Inciso II – Médico Urologista: executar atividades relativas ao tratamento e prevenção das doenças do aparelho urinário e de doenças do aparelho genital masculino, além daquelas já descritas para a função de médico constante do Anexo V da Lei 813/99. Inciso III – Médico Psiquiatra: executar atividades de estudo, prevenção e tratamento dos modos psíquicos de adoecer ou da perda involuntária da faculdade normativa, além daquelas já descritas para a função de médico constante do Anexo V da Lei 813/99. Inciso IV – Médico Neurologista: executar atividades relativas ao estudo dos distúrbios e patologias do sistema nervoso central(cérebro, medula espinhal e alguns nervos da visão) e periférico (ramificações de nervos que se espalham por todo corpo humano), além daquelas já descritas para a função de médico constante do Anexo V da Lei 813/99. Inciso V – Médico Dermatologista: executar atividades de estudo, avaliação e tratamento da pele e seus anexos (unhas, cabelo, glândulas sebáceas e sudoríparas), abrangendo a clínica, a cirurgia dermatológica, a cosmiatria, a micologia e a patologia, atendo-se, além da prevenção e tratamento de doenças da pele, com a estética e conservação da integridade desse órgão, além daquelas já descritas para a função de médico constante do Anexo V da Lei 813/99. Inciso VI– Arquiteto: Executar trabalhos

com estudo, projeto, direção fiscalização, construção e restauração de edifícios, com todas as suas obras complementares; fiscalizar o estado de conservação de prédios, agrupamentos artísticos e projetar obras de restauração; realizar exame técnico de expedientes relativos à execução de obras; elaborar especificações e normas para obras arquitetônicas; realizar estudo e pesquisa para estabelecer normas e padrões mínimos de construções específicas; executar os projetos do plano diretor do município; elaborar projetos de conjuntos residenciais, praças e edifícios públicos; fazer orçamentos e cálculos sobre projetos de construção em geral; fazer avaliações, perícias e arbitramentos relativos à especialidade; projetar, dirigir e fiscalizar obras de urbanismo, de arquitetura paisagística e interiores; emitir pareceres sobre a matéria de sua especialidade; orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares; executar tarefas específicas ao controle de desenvolvimento urbanístico; elaborar estudos e projetos de mobiliário e equipamentos urbanos, programação visual e agenciamento do espaço; elaborar estudos e projetos relativos à preservação do meio ambiente natural e construído; elaborar estudos e projetos de circulação urbana; realizar o planejamento, estudos e projetos de habitação e de parcelamento fundiário urbano; colaborar na elaboração do orçamento plurianual de investimentos; executar outras tarefas correlatas. Inciso VII– Museólogo: Organizar, ampliar e conservar, em museu, coleções de objetos de caráter artístico, histórico e outras peças de igual valor e interesse adotando sistemas específicos de catalogação, classificação, manutenção e divulgação, para facilitar a exposição do acervo, possibilitar o controle das peças, auxiliar pesquisadores em suas consultas e despertar maior interesse no público; planejar e organizar a aquisição de objetos de arte e outras peças do valor, para enriquecer e ampliar o acervo do museu; catalogar e classificar as peças do museu, elaborando fichários e índices diversos, segundo o tipo, valor, época e autor, para facilitar o atendimento ao público, possibilitando o controle das coleções e evitar o desvio das peças; divulgar a existência das coleções do museu, organizando exposições de valor educativo, cultural e científico em campanhas educativas, para tornar essas coleções mais conhecidas e despertar o interesse do público; desenvolver o intercâmbio com outros museus; atender aos pesquisadores, permitindo-lhes acesso ao material de valor histórico ou científico, para possibilitar-lhes pesquisas mais completas; estudar novos

métodos e técnicas de preparação e exposição do acervo; coordenar os trabalhos de conservação do acervo; executar outras tarefas correlatas. Inciso VIII – Contador: Reunir informações para decisões importantes em matéria de Contabilidade; elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade; organizar balancetes e balanços patrimoniais, orçamentários e financeiros; assinar balanços e balancetes; efetuar perícias contábeis; participar de trabalhos de tomada de contas dos responsáveis por bens ou valores do município; preparar e interpretar relatórios informativos sobre a situação orçamentária e financeira da Prefeitura; orientar sobre o ponto de vista contábil, o levantamento de bens patrimoniais do município; realizar estudos e pesquisas para o estabelecimento de normas diretoras da contabilidade do município; planejar modelos e fórmulas para uso nos serviços de contabilidade; estudar, sob o ponto de vista contábil, a situação da dívida pública municipal; assessorar autoridade superior nos assuntos atinentes a parte contábil; Orientar os servidores que auxiliam na execução de atribuições típicas da classe; executar outras atividades correlatas. Inciso IX – Engenheiro Ambiental: aplicar a legislação Ambiental e os procedimentos legais e administrativos pertinentes; realizar levantamentos, vistorias e avaliações ambientais; desenvolver as atividades decorrentes da aplicação da legislação ambiental municipal, por meio de fiscalização e licenciamento ambiental; efetuar localização de empreendimentos em cartas/plantas planialtimétricas e no sistema informatizado de georeferenciamento; atender ao público quanto a orientações técnicas, referentes a procedimentos e processos de licenciamento ambiental; analisar laudos e processos; avaliar os estudos ambientais, advindos da implantação e operação de empreendimentos que possam causar degradação e poluição ambiental; realizar vistorias em campo; elaborar pareceres técnicos e relatórios; desenvolver outras atividades pertinentes e necessárias ao desempenho das funções do cargo. Inciso X – Advogado do Centro de Referência Especializado de Assistência Social: oferecer atendimento de advocacia pública; receber denúncias; prestar orientação jurídicas aos usuários do centro de referência; fazer encaminhamentos processuais; proferir palestras sobre os direitos dos usuários dos serviços; esclarecer procedimentos legais aos técnicos dos serviços; participar de palestras informativas à comunidades; fazer estudo permanente acerca do tema da violência; capacitar agentes multiplicadores; exercer demais atividades inerentes ao

cargo devidamente regulamentadas pelo Conselho da Classe. Inciso XI - Massoterapeuta: ministrar sessões de massoterapia, Shiatsu, reflexologia podal, auriculoterapia, entre outras técnicas de terapia; tratar da estética e saúde, realizar massagens estéticas utilizando produtos e aparelhagem, e selecionar, preparar e cuidar do local e materiais de trabalho; aplicar procedimentos e técnicas de massagem terapêutico manipulativa, energéticos e vibracionais para tratamentos de moléstias psico-neuro-funcionais, músculo-esqueléticas e energéticas; aplicar técnicas específicas de massagem terapêutica com base em recomendação médica e/ou fisioterápica. Inciso XII – Instrutor/Oficineiro (Programas Sociais):desenvolver uma ou mais atividades artísticas, desportivas e/ou de aprendizagem, tais como atividades artísticas que favoreçam a sociabilidade e preencham necessidade de expressão e trocas culturais; práticas desportivas que favoreçam o autoconhecimento corporal, a convivência grupal e o acesso ao lúdico; atividades de apoio ao processo de aprendizagem, por meio de reforço escolar, educação para a cidadania e direitos humanos, educação ambiental e outros; ações de educação para a saúde priorizando o acesso a informações sobre os riscos de trabalho precoce, a sexualidade a gravidez na adolescência, malefício do uso de drogas, DST/AIDS, entre outras atividades afins. Inciso XIII– Técnico Ambiental:executar ações de prestação de suporte e apoio técnico especializado às atividades do engenheiro ambiental, desempenhar as atividades de coleta, seleção e tratamento de dados e informações especializadas voltadas para as atividades finalísticas; realizar a orientação e controle de processos voltados às áreas de conservação, pesquisa, proteção e defesa ambiental, e desempenhar outras funções e atribuições correlatas. Inciso XIV – Agente Comunitário de Saúde: realizar cadastramento das famílias, realizar diagnóstico demográfico e definição do perfil socioeconômico da comunidade, descrição do perfil do meio ambiente da área de abrangência, na realização do levantamento das condições de saneamento básico e realização do mapeamento da sua área de abrangência; realizar acompanhamento das micro áreas de riscos; realizar programação de visitas domiciliares, elevando a sua freqüência nos domicílios que apresentam situações que requeiram atenção especial; atualizar fichas de cadastramento dos componentes das famílias; executar vigilância de crianças menores de um ano consideradas em situação de risco; acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças de zero a cinco anos;

promover a imunização de rotina às crianças e gestantes, encaminhando-as ao serviço de referência ou criando alternativas de facilitação de acesso; promover ações do aleitamento materno exclusivo; monitoramento das diarreias e promoção da reidratarão oral; monitoramento das infecções respiratórias agudas, com identificação dos sinais de riscos e encaminhamento dos casos suspeitos de pneumonia ao serviço de saúde de referência; monitoramento das dermatoses e parasitose das crianças; orientação dos adolescentes e familiares na prevenção de DST/AIDS, gravidez precoce e uso de drogas e afins, identificação e encaminhamento das gestantes ao serviço de pré-natal na unidade de saúde de referência; acompanhamento do pré-natal; sinais e sintomas de riscos na gestação e nutrição; preparar as gestantes para o parto; atendimento e cuidado ao recém nascido e cuidados no puerpério, realizar ações educativas para prevenção do câncer cérvico-uterino e de mama; realizar ações educativas sobre método de planejamento familiar; realizar atividades de prevenção e promoção da saúde do idoso; incentivar a comunidade na inserção social dos portadores na deficiência psicofísica; realizar ações educativas na preservação do meio ambiente, direitos humanos, bem como melhoria da qualidade de vida da comunidade. Inciso XV – Agente Controle de Endemias: atuar em endemias existentes e/ou a surgir no município, assim com dengue, esquistossomose, leichimaniose, escorpião etc; visitar residências, estabelecimentos comerciais, industriais e outros; vistoriar terrenos baldios afim de localizar focos de endemias, eliminar focos e criadouros; realizar tratamento focal: aplicar larvicida (organosfoforado) em vasos de plantas, pneus, tambores e outros, realizar levantamento de índice (pesquisa larvária); promover orientação sobre o mosquito aedes aegypti e como evitar a dengue em todas as suas visitas; imunizar e eliminar cães e gatos vitimados por leichimaniose e/ou raiva; orientar individualmente ou coletivamente a comunidade quanto à prevenção e tratamento de doenças infeciosas, preencher formulários; atualizar mapeamento; participar de reuniões e treinamentos; realizar palestras e outras atividades de educação e saúde e demais atividades inerentes a sua função. Inciso XVI – Cozinheiro: responsável pela confecção da alimentação dos usuários dos programas sociais (café da manhã, almoço, lanche da tarde) bem como pela higienização e organização do local de trabalho. Inciso XVII – Procurador do Município: representar a municipalidade em qualquer instância judiciária, atuando nos

feitos em que a mesma seja autora ou ré, assistente ou oponente, como nas habilitações em inventários, falências ou concursos de credores; planejar, coordenar e executar contratos e atos preparatórios, bem como ante-projeto de Instruções, Portarias, Decretos, Leis e Vetos, e ou, reexaminar na fase de encaminhamento; processar, amigável ou judicialmente, as desapropriações, bem como promover o pagamento das indenizações correspondentes; planejar, coordenar, controlar e executar contratos e atos preparatórios, bem como ante-projeto de Instruções, Portarias, Decretos e Leis quando solicitados; acompanhar projetos em tramitação na Câmara Municipal, estudar as respectivas emendas, ou as leis votadas para, se necessário consoante os interesses do Município, fundamentar razões de vetos; emitir pareceres, sob o aspecto legal, em questões várias de caráter econômico, financeiro, social ou administrativo, principalmente naquelas inerentes a convênios estabelecidos pelo município com pessoas naturais ou jurídicas de direito privado ou público; elaborar anteprojeto de lei, minutas de decreto, portarias, contratos e outros; coordenar e supervisionar as atividades de assistência judiciária gratuita. Art. 31 – Fica estabelecido o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas a serem preenchidas por provimento efetivo destinadas aos portadores de deficiência. Art. 32 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que autoriza a realização de Concurso Público para provimento de Cargos Públicos Efetivos da Administração Indireta, no âmbito da Caixa de Assistência, Previdência, Pensões dos Servidores Públicos do Município de Miracema, criando Vagas conforme Lei Complementar 1460/2013 e alterando estrutura prevista na lei 1017/2003. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1466, de 14 de novembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art. 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo a realizar Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Administração Indireta, no âmbito da autarquia previdenciária, Caixa de Assistência, Previdência, Pensões dos Servidores Públicos do Município de Miracema – CAPPS. Art. 2º - Fica criada na Lei nº 1017/2003, 01 (uma) vaga de médico auditor, grupo de nível superior de escolaridade NS-04, símbolo de vencimento P-34, cujas atribuições já foram especificadas na Lei

1460/2013, perfazendo o total de 01 (uma) vaga existente na autarquia previdenciária do Município; Art. 3º - Fica criada na Lei nº 1017/2003, 01 (uma) vaga de dentista auditor, grupo de nível superior de escolaridade NS-05, símbolo de vencimento P-34, cujas atribuições já foram especificadas na Lei 1460/2013, perfazendo o total de 01 (uma) vaga existente na autarquia previdenciária do Município; Art. 4º - Ficam criadas na Lei nº 1017/2003, mais 04 (quatro) vaga de auxiliar administrativo, grupo de nível fundamental de escolaridade PG-01, símbolo de vencimento P-15,cujas atribuições já foram especificadas na Lei 1017/2003, perfazendo o total de 08 (oito) vagas existentes no Município; Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei já integram o orçamento geral do exercício de 2013, com suas classificações promovidas na forma do presente artigo, conforme segue: Unidade Orçamentária: CAPPS Programa: 07.13.04.122.0001.2.018.000 – cargo auxiliar administrativo Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Unidade Orçamentária: CAMEDS Programa: 08.14.04.122.0001.2.019.000 – cargos: médico e dentista auditor Elemento de Despesa 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Art. 6º – As atribuições de cada cargo já estão especificadas na Lei Municipal Nº 1017/2003 e 1460/2013. Art. 7º – Fica estabelecido o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas a serem preenchidas por provimento efetivo destinadas aos portadores de deficiência. Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei que dispõe sobre a Criação de Vagas aos Portadores de Deficiência para os Cargos de Provimento Efetivo da Administração Direta e Indireta do Município de Miracema, critérios para a sua admissão, em conformidade com o Artigo 37, Inciso VIII da Constituição Federal, e dá outras providências. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1467, de 14 de novembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art. 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Artigo 1º - Para efeito do que dispõe o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, fica estabelecido em 5% (cinco por cento) a reserva de cargos para provimento através de Concurso Público da Administração direta e indireta do Município de Miracema, para portadores de Deficiência Física. § 1º - Entende-se por Deficientes Físicos, todas as pessoas que possuam Deficiências Físicas, Mentais e

Sensoriais. § 2º - A deficiência física, mental, auditiva, visual, somente se constituirá causa impeditiva para ingresso no serviço público municipal, quando se tratar de cargo ou função cujas atribuições essenciais forem consideradas incompatíveis com o tipo ou grau de deficiência de que é portador o candidato. § 3º - Caberá aos órgãos competentes da administração direta ou indireta do município, em colaboração com instituições de diagnósticos e reabilitação, realizar concurso público para admissão de deficientes. § 4º - O candidato portador de deficiência deverá apresentar atestado médico que comprove a deficiência alegada, no ato da inscrição do concurso. § 5º - Para atender o disposto neste artigo, o preenchimento das vagas reservadas a portadores de deficiência considerados aprovados nos concursos públicos do município, efetivar-se-á sempre quando for verificado que o percentual estabelecido será atingido na lista dos classificados, observando o seguinte: I - O arredondamento, quando houver necessidade, será efetuado para o número inteiro superior, no caso a fração igual ou superior a 0,5 ou para número inteiro inferior quando a fração for inferior a 0,5; II - Quando o número de vagas oferecidas for igual ou inferior a 9 (nove), será reservada 1 (uma) vaga aos portadores de deficiência. III - As vagas de que trata esta Lei serão preenchidos, exclusivamente por deficientes físicos e sensoriais já reabilitados e treinados por instituições ou profissionais competentes ou que, por estas sejam consideradas. Artigo 2º - A deficiência física, mental, auditiva ou visual de que era portador o candidato, ao ingressar no serviço público municipal, não poderá ser invocada como causa para concessão de licença ou aposentadoria por invalidez. Artigo 3º - É assegurado ao deficiente físico, fácil acesso ao seu local de trabalho, assim como as vantagens e prerrogativas que a Lei oferece aos demais servidores. Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou Moção de Protesto para o Secretário Municipal de Meio Ambiente, pois as podas das árvores na área urbana deveriam ser realizadas nos meses que não possuem a letra “r”. Isto porque nestes meses, estamos no outono-inverno, e há necessidade que os raios solares aqueçam as casas e as pessoas. Nos meses de calor, há necessidade que as árvores proporcionem sombra para as casas e as pessoas. Entretanto, o que está sendo realizado na Avenida Antônio Mendes Linhares é uma mutilação das árvores

frondosas que lá estavam embelezando nossa cidade. Dessa maneira, manifesto minha perplexidade e indignação em relação às podas extemporâneas e inadequadas. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Aplausos para o Dr. Ney Menna Gutterres, pelos 14.000 (catorze mil) partos realizados por ele no Hospital de Miracema, pelos 14.000 miracemenses que vieram ao mundo pelas suas mãos. Na oportunidade gostaria de externar todo o carinho e admiração que temos pela pessoa e pelo profissional médico que "nunca" deixou de atender a um chamado do Hospital e, em especial da equipe da maternidade, inclusive pela madrugada. Tenha certeza que é para todos os miracemenses um exemplo de cidadão e um exemplo de profissional a ser seguido por toda classe médica. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres e Fabrício de Sá Xavier solicitaram Moção de Aplausos para Toda a Direção da APAE, representada pela Sra. Ângela Maria da Silva Mota (Presidente) e Gustavo Alvim (Vice-Presidente), pela vitória por aclamação na eleição ocorrida na APAE, no dia 12 d e novembro de 2013. Todos os Vereadores irão assinar. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Odete Ferreira Almeida, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Idalina da Silva Rocha, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Por fim, o Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que levou o engenheiro do DER ao Vale do Cedro e foram constatados alguns equívocos em relação ao meio ambiente, sendo que o engenheiro se comprometeu a conversar com o respectivo Secretário Municipal. Acrescentou que estão faltando agentes endêmicos no Município de Miracema, uma vez que 60% (sessenta por cento) das casas miracemenses não estão sendo visitadas. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que serão acrescentadas outras vagas não mencionadas no Projeto de Lei sobre o concurso público, uma vez que tais vagas não foram citadas porque já existem. Continuou listando as vagas já existentes que farão parte do concurso público. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Dr. Gustavo Assed Kik, pela dedicação, conhecimento e profissionalismo demonstrados durante a palestra proferida em comemoração ao Dia Mundial do Diabetes. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para s

Alunos Formandos do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, no Instituto Federal Fluminense (IFF) – Polo Miracema-RJ, parabenizando-os por suas conquistas. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que possui orgulho de participar desta Câmara de Vereadores, pois percebe que os Vereadores experientes sempre buscam orientar os Vereadores que estão em seu primeiro mandato. Elogiou a postura apresentada em Plenário pelo Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, pois até no momento de fazer críticas ele age de uma forma elegante. Por fim, disse que os Vereadores devem buscar tomar ciência dos fatos ocorridos, especialmente as licitações, na Prefeitura Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu disse que os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno e Alexandre Barbosa Machado participaram da reunião no Rotary Clube e foi tratado o assunto sobre a doação do Prédio que funciona a Associação Comercial. Com isso, gostaria de saber a opinião do plenário sobre a Câmara ser transferida para o Prédio do antigo Aeroclube. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que esteve com o Sr. Prefeito Municipal e ele está preocupado com o prazo para a apresentação do Projeto sobre a reforma. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que os Vereadores devem observar o que seria viável para a Câmara Municipal, acreditando que é preciso verificar qual fato seria mais viável para a Câmara Municipal, tanto a construção de uma sede nova, ou a reforma do prédio. O Vereador Hugo Fernandes disse que também foi levantada a hipótese de comprar este espaço utilizado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que está preocupado com a doação da parte inferior do prédio para a APAE. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que durante a reunião do Rotary foi aprovada por unanimidade a doação do prédio para a Câmara Municipal, com algumas ressalvas, sendo que duas salas deveriam ser reservadas, uma para o Rotary e outra para a Associação Comercial, bem como que o Rotary Clube utilizaria o Plenário para fazer suas reuniões nas terças feiras. Acrescentou que também deveria ser realizada uma Assembleia Geral pela Associação Comercial para discutir a doação do prédio, sendo que o Estatuto estabelece algumas regras para a realização da referida Assembleia. Percebeu que provavelmente não haveria nenhum empecilho para a doação do prédio, acreditando que o Plenário ficaria com um espaço excelente e que existem algumas medidas a serem tomadas durante as obras, pois será preciso prevenir a

ocorrência de enchentes. Por fim, esclareceu que a reforma custaria aproximadamente R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Câmara Municipal receberá R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) do Governo do Estado com o objetivo de construir uma sede. Acrescentou que o terreno da Câmara Municipal poderia ser doado para a Prefeitura e, em troca, o Município arcaria com o restante da reforma. Acrescentando que os R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) seriam doados pelo Governo do Estado para a construção de uma sede para a Câmara Municipal. Por fim, esclareceu que a Câmara Municipal de Aperibé custou aproximadamente R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para ser construída. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que uma pessoa lhe disse que o prédio onde atualmente funciona a Prefeitura Municipal já possui um Plenário instalado, no local onde funcionava o Tribunal do Júri. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu que os Vereadores poderiam conversar com o Prefeito, propondo a doação do terreno da Câmara, mais a doação dos R$ 500.000,00 que seriam destinados do Governo Estadual para a construção da nova sede, em troca do prédio do antigo fórum. Dessa maneira, o Sr. Prefeito poderia utilizar este dinheiro para a reforma do prédio da Prefeitura Municipal. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Presidente poderia conversar com o Sr. Prefeito Municipal para que na próxima sessão fosse resolvido esta situação. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a melhor ideia é transferir a Câmara Municipal para o prédio do antigo fórum, pois a reforma do prédio do Aeroclube seria muito complicada. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 21/11/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 21 de novembro de 2013.

_____

_____

_____

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cinquenta e nove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres ocupou a 2ª Secretaria. Foi registrada a ausência do Vereador Gilson Teixeira Sales. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 120, Versículos 01 e 02. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou que fosse realizada uma pequena inversão na ordem da reunião, pois precisa sair um pouco mais cedo, assim o Sr. Joseph seria escutado logo após a leitura da correspondência, com a realização da Ordem do Dia logo em seguida. Tal solicitação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Resolução que Altera e acrescenta redação ao parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 1.134/2013, de autoria da Mesa Diretora. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que esta Resolução tem o objetivo de regularizar o pagamento do Auxílio Alimentação dos funcionários desta Casa Legislativa; 02) Requerimento do Dr. Maurício Monteiro Duarte. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que não pode afirmar que o Dr. Maurício Monteiro recebeu um automóvel para renunciar a ação impetrada contra o concurso público, pois tinha ouvido dizer este fato e não sabe se isto é verdade. Entretanto, ficaria muito agradecido se o Sr. Maurício viesse explicar a pressão sofrida e qual foi o motivo

que ele pediu o cancelamento da ação que pedia a anulação do concurso público. Frisou que não pode afirmar que ele recebeu um automóvel para pedir o cancelamento da ação, sendo que gostaria de contar com a presença do Dr. Maurício Monteiro para que ele possa explicar o que aconteceu no concurso de 1993; 03) Convite para o Leilão Girolando que acontecerá no dia 08 de dezembro de 2013; 04) Ofício Nr 41 – TG do Tiro de Guerra - 01-009 convidando os Vereadores para a solenidade e de Licenciamento da Turma de Atiradores/2013; 05) Convite para a I Mostra de Saberes e Fazeres dano CIEP Álvaro Augusto Lontra a ser realizado no dia 22 de novembro; 06) Ofício nº 745/2013 – GABIN/SNELIS/ME do Ministério do Esporte, respondendo ofício nº 572/2013. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 07) Ofício nº 643/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhado o Projeto de Lei que Autoriza Abertura de Crédito Adicional Especial. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou que este Projeto de Lei fosse votado em Regime de Urgência Simples, com apenas uma votação. Tal solicitação foi aprovada por unanimidade. 08) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao Mês de Outubro/2013. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao cumprimento do convite realizado ao Sr. Joseph para falar sobre o Projeto de Lei que que dá nova redação a Lei 1018/2003, acrescenta alterando o Art. 52 da Lei Nº 798/99, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, criando a Divisão do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (DSIMPOA). Com a palavra, o Sr. Joseph, após cumprimentar todos os presentes, disse que é honra comparecer na Câmara Municipal para explicar um assunto tão importante. De início esclareceu que a intoxicação alimentar é responsável por aproximadamente 5.000 (cinco mil) mortes por ano no Brasil. Continuou realizando uma explanação sobre a importância dos alimentos de origem animal, mostrando algumas situações precárias de armazenamento de alimentos. Esclareceu a inspeção municipal vai buscar fiscalizar o armazenamento e a origem dos produtos de origem animal. Esclareceu que o Serviço de Inspeção dos Alimentos foi criado pela Lei nº 595 de 1995, sendo que sua regulamentação foi feita pela Lei nº 679 de 1997 e pela Lei nº 1018, sendo que está última é a que

está sendo alvo de modificações. Acrescentou que o está sendo um cargo para que a pessoa nomeada possa realizar a fiscalização dos alimentos e de sua armazenagem. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se seria interessante esta Lei ficar vinculada ao serviço de vigilância sanitária, pois acredita que apenas uma pessoa não seja suficiente para realizar toda a fiscalização. O Sr. Joseph esclareceu que este Projeto Lei é um pouco divido, sendo que ela estipula que o comércio varejista será fiscalização pela vigilância sanitária e as indústrias serão fiscalizadas pelo inspetor sanitário. Acrescentou que todos os estabelecimentos registrados serão fiscalizados pelo inspetor sanitário e, caso sejam aprovados, receberão um selo constatando a fiscalização municipal. Entretanto, caso um estabelecimento não queira se sujeitar a inspeção municipal, ele deverá cumprir as regras estabelecidas pelo Estado, que são bem mais rígidas do que as municipais. Informou que a intenção da Prefeitura Municipal não é punir os fabricantes destes produtos e sim beneficiá-los, pois com o selo de inspeção municipal, o Estado não realizará uma inspeção mais rigorosa. Esclareceu que os alimentos que estiverem com o selo municipal poderão ser aceitos em outros Municípios, sendo que os alimentos poderão ser vendidos para as escolas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se é possível estender este Projeto para os alimentos de origem vegetal. O Sr. Joseph esclareceu que deveria ser feito um novo Projeto, pois a Projeto de Lei especifica os produtos de origem animal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhado um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que seja estudada a possibilidade de criar um Projeto de Lei que estabeleça a fiscalização dos produtos alimentícios de origem vegetal. Deferido. O Sr. Joseph convidou os Vereadores para constatarem a situação de seu local de trabalho, sendo que a Secretaria Municipal de Agricultura está passando por dificuldades em relação ao espaço, uma vez que o local é pequeno. Por fim, esclareceu que já possui algumas indústrias interessadas em possuir o Selo de Inspeção Municipal. Por fim, mostrou o desenho do selo municipal e o exemplo de um rótulo de um produto já com o selo do município. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves parabenizou o Sr. Carlos Armando pela forma com que ele vem exercendo o cargo de Secretário Municipal

de Agricultura, sempre buscando melhorias para a Secretaria. Esclareceu que entregou uma cópia do Projeto de Lei para um açougueiro miracemense e pediu que ele discutisse o referido com os outros interessados para verificar se eles estavam se sentindo prejudicados. Dessa maneira, o açougueiro lhe disse que o Projeto de Lei estava de acordo com as necessidades dos miracemenses, pois é mais interessante existir uma fiscalização municipal. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Sr. Joseph fez um curso de especialização em produção de tilápia com o objetivo de orientar os produtores miracemenses e inaugurar o posto de alevinos, por isso gostaria de saber como se encontra o referido posto. O Sr. Joseph esclareceu que atualmente se encontra afastado da piscicultura, mas possui a informação que o posto será terceirizado. Acrescentou que foi treinado e realizou diversos cursos sobre alevinos e, por isso sempre busca orientar os produtores. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o posto de alevinos foi um investimento com o dinheiro público e foi uma salvação quando ocorreu o desastre no Rio Pomba, uma vez que o posto de alevinos serviu como abastecimento de água. Dessa forma, pediu ao Líder do Governo que intercedesse junto ao Prefeito Municipal para que o Posto de Alevinos possa ser reativado, pois ele é uma excelente fonte de renda. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que existem notícias que o serviço em relação aos alevinos será terceirizado, dessa maneira, gostaria que fosse dada preferência aos produtores do Município de Miracema. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que já existe uma pessoa que realizará o trabalho no posto de alevinos e o Sr. Prefeito Municipal está preocupado em beneficiar a população miracemense, sendo que qualquer produtor municipal que possua o desejo de obter auxílio do Poder Executivo, pode fazer sua inscrição na Secretaria de Agricultura. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acrescentou que a intenção do Poder Executivo é beneficiar os produtores municipais e a parceria firmada sobre o posto de alevinos acarretará grandes benefícios para o Município de Miracema. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou se existiram propostas de outar pessoas para gerenciar o posto de alevinos. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acredita que o Projeto escolhido foi o que se mostrou mais interessante para o

Município. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que não é contra a privatização, entretanto para gerenciar o posto de alevinos é preciso um trabalho altamente qualificado. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se quais as exigências que deveriam ser cumpridas pelos produtores para obter o Selo de Inspeção Municipal e, se isso geraria algum tipo de custo. O Sr. Joseph esclareceu que cada estabelecimento possui um tipo de exigência diferente, dependendo do alimento produzido, sendo que existem algumas existências básicas, acrescentando que o custo é 20 de UFIR, por inspeção, pago no momento da inscrição. Por fim, esclareceu que as inspeções serão feitas de acordo um critério previamente estabelecido. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhado um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que seja exigida a inscrição no SIM, para a Empresas que desejarem participar dos procedimentos licitatórios municipais. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 01 (um) Projeto de Lei: 01) Projeto de Lei que dá nova redação a Lei 1018/2003, acrescenta alterando o Art. 52 da Lei Nº 798/99, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, criando a Divisão do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (DSIMPOA), acrescentando ao anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando o Cargo de Chefe de Divisão do Serviço de Inspeção Municipal, Grupo de Chefia CH-02, Símbolo de Vencimento CC4; e dá outras providências. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1468, de 21 de novembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte LEI: Art. 1º - Esta Lei estabelece as normas que regulam, no Município de Miracema, a inspeção e a fiscalização industrial e sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal. Art. 2º - Ficam sujeitos à inspeção e à fiscalização os animais de açougue, os animais silvestres para abate autorizado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA, o pescado, o leite, o ovo, o mel e a cera de abelha, bem como seus produtos, subprodutos e derivados, e qualquer espécie que se preste ao consumo humano. §

1º - São considerados animais de açougue os bovídeos, os equídeos, os muares, os suínos, os caprinos e ovídeos, as aves e os coelhos. § 2º - A inspeção e a fiscalização, a que se refere este artigo, abrangem, sob o ponto de vista industrial e sanitário, a inspeção "ante" e "post-mortem" dos animais, o recebimento, a manipulação, a transformação, a elaboração, o preparo, a conservação, o acondicionamento, a embalagem, o depósito, a rotulagem, o trânsito e o consumo de todo produto de origem animal e seus derivados, adicionados ou não de vegetal, destinados ou não à alimentação humana. Art. 3º -A inspeção e a fiscalização, a que se refere o artigo anterior, são da competência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (SMDA) e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) respectivamente. § 1º - A inspeção e a fiscalização do estabelecimento varejista são de competência da Secretaria Municipal de Saúde cujas normas e procedimentos estão regulamentados na LEI Nº679 de 30 de outubro de 1997. Art. 4º - A inspeção e a fiscalização de produtos de origem animal têm por objetivo: I -incentivar a melhoria da qualidade dos produtos; II -proteger a saúde do consumidor; III - estimular o aumento da produção. Art. 5º - Para cumprir o disposto nos artigos 1º e 2º deste regulamento, a SMDA, desenvolverá e coordenará, dentre outras, ações que visem a: I - promover a integração dos órgãos de inspeção (SIM) e de fiscalização (SMS) por meio da criação da Comissão Sanitária Municipal, visando à troca de informações, a definição de competências e de ações conjuntas; II - formular instruções técnico-normativas, com base nas diretrizes do Estado e da União, de maneira a uniformizar os procedimentos de inspeção e fiscalização sanitária, respeitadas as peculiaridades do Município; III - estabelecer normas para a higienização e a desinfecção das instalações industriais e para a classificação e a verificação da qualidade dos produtos; IV - regulamentar o registro e o relacionamento dos estabelecimentos que produzam, distribuam, transportem, armazenem, processem, manipulem e comercializem produtos de origem animal; V - realizar a inspeção permanente ou periódica das indústrias de laticínios e de carne e o controle sanitário dos animais e dos procedimentos de abate; VI - utilizar laboratórios regionalizados, composto de laboratórios oficiais, conveniados e credenciados, de modo a possibilitar as ações

de inspeção, fiscalização e vigilância sanitária; VII - promover a divulgação do resultado da análise dos produtos, com a finalidade de orientar o consumidor; VIII - fomentar a produção artesanal por meio de orientação técnica e regulamentação da atividade, objetivando a melhoria de suas condições higiênico-sanitárias; IX - investir em recursos humanos e materiais, como forma de garantir a continuidade e o aperfeiçoamento das ações propostas. § 1º - Os estabelecimentos mencionados no inciso IV não poderão funcionar sem que estejam previamente registrados ou relacionados, na forma deste regulamento. § 2º - A SMDA e a SMS podem conceder prazo para os estabelecimentos se adaptarem às exigências desta Lei. Art. 6º - A SMDA e a SMS, na implantação das atividades de inspeção e fiscalização sanitária, considerarão, sem prejuízo de outras sanções legalmente estabelecidas: I - a definição das prioridades de serviço; II - a detecção das fontes de contaminação e dos pontos críticos de controle; III- a notificação e a investigação de surtos de doenças veiculadas por produtos de origem animal; IV - a formação de recursos humanos para trabalhar na área de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal; V - a divulgação de informações de interesse da área; VI - a recomendação de medidas de prevenção e controle. Parágrafo Único - As ações de inspeção e fiscalização terão caráter preponderantemente educativo e, secundariamente, punitivo, na forma estabelecida por este regulamento. Art. 7º - A inspeção e a fiscalização, de que trata este regulamento, será realizada: I - no estabelecimento industrial, especializado no abate de animais e no preparo ou industrialização de seus subprodutos, sob qualquer forma; II - no estabelecimento que receba, abata ou industrialize as diferentes espécies de animais silvestres de abate autorizado; III - na propriedade rural, no entreposto de leite e derivados e no estabelecimento industrial que recebam, produzam, manipulem, conservem, acondicionem ou armazenem produtos de origem animal e seus derivados; IV - no entreposto de ovos e na indústria de produtos deles derivados; V - no entreposto de recebimento e distribuição de pescado e na indústria que o beneficie; VI - no estabelecimento que produza ou receba mel e cera de abelha para beneficiamento ou industrialização; Parágrafo Único - Quando necessário, serão feitas reinspeção e fiscalização nos estabelecimentos atacadistas e varejistas de produtos e

subprodutos de origem animal destinados ao consumo humano ou animal. Art. 8º - A SMDA e a SMS poderão realizar ações conjuntas na inspeção e fiscalização do aspecto higiênico-sanitário dos produtos de origem animal no setor varejista, visando à apreensão e à inutilização dos produtos clandestinos ou impróprios para o consumo humano. Parágrafo Único - As despesas necessárias à utilização de que trata este artigo serão custeadas pelo proprietário do estabelecimento infrator. Art. 9º - É proibida a duplicidade de inspeção e de fiscalização industrial e sanitária no mesmo estabelecimento. Art. 10 - O Município incentivará a educação higiênico-sanitária e tecnológica por meio de: I - capacitação e renovação de recursos humanos; II - divulgação da legislação sanitária e de normas de educação sanitária em sindicatos patronais, cooperativas, em associações comunitárias e demais entidades civis representativas da sociedade; III - divulgação do resultado do laudo de inspeção das empresas; IV - desenvolvimento de programa educativo de extensão rural para produtor, com a possibilidade de participação das demais esferas de governo; V - divulgação, no âmbito dos órgãos envolvidos no processo, das ações relativas à inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal; VI - fomento da educação sanitária no ensino fundamental e médio, com a participação de entidades privadas e oficiais, para conscientizar o consumidor sobre a importância da qualidade dos produtos de origem animal. Art. 11 - A SMDA e a SMS poderão coletar amostra de produto de origem animal, sem ônus para o erário público municipal, para análise laboratorial a ser realizada em laboratório oficial. Parágrafo Único - A análise laboratorial destinada à contraprova, requerida pelo proprietário do estabelecimento, será feita em laboratório oficial, ficando o proprietário responsável por seu custeio. Art. 12 - A análise de rotina na indústria, para efeito de controle de qualidade do produto, será custeada pelo proprietário do estabelecimento, podendo ser realizada em laboratório de sua propriedade ou em laboratório oficial. Art. 13 - O estabelecimento registrado ou relacionado, na forma desta Lei, é obrigado a apresentar a SMDA relação de seus fornecedores de matéria-prima de origem animal, acompanhada dos respectivos atestados sanitários dos rebanhos, de acordo com as normas regulamentares vigentes. Parágrafo Único - A reincidência no descumprimento do disposto neste artigo

sujeita o infrator às seguintes multas: I - duzentos e quarenta e quatro e noventa centésimos (244,90) Unidades Fiscais de Referência –UFIR-RJ, por fornecedor sem atestado sanitário, para os estabelecimentos que abatam animais; II - quarenta e oito e noventa e oito centésimos (48,98) Unidades Fiscais de Referência – UFIR-RJ por fornecedor sem atestado sanitário, para os estabelecimentos que recebam leite. Art. 14 - Entende-se por estabelecimento de produto de origem animal, para efeito deste regulamento, qualquer instalação ou local nos quais sejam abatidos ou industrializados animais produtores de carne, bem como onde sejam recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, embalados e rotulados, com finalidade industrial ou comercial, a carne, o leite, o pescado, o mel e a cera de abelha, o ovo e os seus respectivos derivados, bem como os produtos utilizados em sua industrialização. Art. 15 - A inspeção e a fiscalização sanitária de produto de origem animal abrange: I - a classificação do estabelecimento; II - o exame das condições para o funcionamento do estabelecimento, de acordo com as exigências higiênico-sanitárias essenciais para a obtenção do título de registro ou de relacionamento, bem como para a transferência de propriedade; III - a fiscalização da higiene do estabelecimento; IV - as obrigações do proprietário, responsável ou preposto do estabelecimento; V - as normas de funcionamento do estabelecimento; VI - a inspeção “ante” e “post mortem” dos animais destinados ao abate; VII - a inspeção e a reinspeção dos produtos, subprodutos e matérias-primas de origem animal durante as fases de recepção, produção, industrialização, estocagem, comercialização, aproveitamento e transporte; VIII - a classificação do produto e subproduto, de acordo com o tipo e padrão ou fórmula aprovada; IX - a aprovação do tipo, padrão e formulados produtos e subprodutos de origem animal; X - a embalagem e rotulagem do produto e subproduto; XI – o registro do produto e subproduto, bem como a aprovação do rótulo e embalagem; XII - a matéria-prima na fonte produtora e intermediária; XIII - os meios de transporte de animal vivo, assim como do produto derivado e sua matéria-prima, destinados à alimentação humana; XIV - o trânsito de produto, subproduto e matéria-prima de origem animal; XV - a coleta de material para análise de laboratório; XVI - o exame microbiológico,

histológico e físico-químico da matéria-prima ou produto; XVII - o produto e o subproduto existentes no mercado de consumo, para efeito de verificação do cumprimento das medidas estabelecidas nesta Lei; XVIII - a aplicação de penalidade decorrente de infração; XIX - outras instruções necessárias à maior eficiência dos trabalhos de inspeção e fiscalização sanitária. Art. 16 - A SMDA pode, quando julgar necessário, exigir que matéria-prima destinada a estabelecimento registrado, proveniente de local não fiscalizado, se faça acompanhar de certificado sanitário, expedido por serviço sanitário oficial. Art. 17 - O detalhamento das normas e os procedimentos de ordem tecnológica, sanitária e higiênica, serão fixados através de portarias específicas, expedidas pela SMDA. Do Registro e do Relacionamento Art. 18 - Nenhum estabelecimento pode realizar comércio municipal, com produto de origem animal, sem estar registrado ou relacionado na SMDA, exceto aquele sob regime de inspeção estadual ou federal. Parágrafo Único - Estabelecimento relacionado é aquele que, não preenchendo todos os requisitos tecnológicos, inclusive os concernentes a instalações e equipamentos, para ser registrado, poderá, a juízo da SMDA, ser autorizado a comercializar matéria prima ou produto de origem animal. Art. 19 - Estão sujeitos a registro os seguintes estabelecimentos: I - matadouro de bovino, suíno, equídeo, ave, coelho, caprino, ovino e demais espécies, de abate autorizado; II - indústria de carne e derivados, entreposto de carne e derivados, e indústria de produto não comestível; III - usina de beneficiamento de leite, indústria de laticínios, entreposto de laticínios, posto de refrigeração, granja leiteira e micro-usina de leite; IV - entreposto de pescado e indústria de conserva de pescado; V - entreposto de mel, cera de abelha e derivados; VI - entreposto de ovos e indústria de conserva de ovos; Parágrafo Único - Os demais estabelecimentos previstos neste regulamento serão relacionados. Art. 20 – O pedido de registro de estabelecimento será instruído com os seguintes documentos: I - requerimento dirigido ao Chefe da Divisão de Inspeção Municipal, conforme modelo padrão; II - cópia do registro da propriedade, do contrato social ou contrato de arrendamento; III - cópia do CNPJ e da inscrição estadual ou inscrição de produtor rural; IV - memorial descritivo, contendo informações de interesse econômico-sanitário; V - alvará de licença da

Prefeitura Municipal ou requerimento de pedido do mesmo; VI - exame físico-químico e bacteriológico da água de abastecimento; VII – planta do estabelecimento, compreendendo planta baixa de cada pavimento, na escala de um por cinquenta (1:50), planta da fachada, com cortes longitudinal e transversal, na escala de um por cinquenta (1:50), locação dos equipamentos, na escala de um por cinquenta (1:50), usadas as seguintes convenções: a) nos estabelecimentos novos, cor preta; b) nos estabelecimentos a reconstruir, ampliar ou remodelar, cor preta para as partes a serem conservadas; cor vermelha para as partes a serem construídas e cor amarela para as partes a serem demolidas; VIII - planta da situação, contendo detalhes sobre localização de todas as instalações existentes na área definida; afastamento em relação às vias públicas e confrontações, orientação e detalhes sobre as redes de abastecimento de água, esgoto e estação de tratamento de efluentes, na escala de um por quinhentos (1:500); IX - carteira de saúde ou atestado de saúde dos empregados do estabelecimento. § 1º - O estabelecimento de leite e derivados deve juntar, também, e exame sanitário de brucelose e tuberculose do rebanho de seus fornecedores, que devem ser renovados a cada seis (6) meses. § 2º - A SMDA pode exigir, quando julgar necessário, outros documentos sanitários. Art. 21 - O projeto compreendendo as plantas indicadas nos inciso VII e VIII do artigo anterior deve ser apresentado em três (3) vias, datadas e assinadas por profissional habilitado, de acordo com a legislação vigente. Parágrafo Único – Para o estudo técnico preliminar poderá ser aceito anteprojeto ou croquis. Art. 22 - Para construção de estabelecimento novo é obrigatório: I -“Licença Prévia de Localização”, fornecida pela Secretaria Municipal de Obras e SMDA; II - apresentação de projeto das respectivas construções nas escalas e cores previstas neste regulamento, acompanhado do memorial descritivo da obra a realizar, material a empregar e equipamentos a serem instalados. Art. 23 - A aprovação prévia pela SMDA e SMO do local para a construção de estabelecimento não isenta o requerente das demais obrigações legais. Art. 24 - Qualquer ampliação, remodelação ou construção no estabelecimento registrado ou relacionado, em suas dependências ou instalações, somente pode ser feita após a aprovação do projeto pela SMO e SMDA. Art.25 - Apresentados os documentos

exigidos nesta Lei, para efeito de registro e de relacionamento, a SMO e a SMDA mandarão vistoriar o estabelecimento para emissão do laudo técnico definitivo. Art.26 - Satisfeitas as exigências fixadas nesta Lei, o Chefe da Divisão de Inspeção Municipal autorizará a expedição do "Título de Registro ou de Relacionamento", de que constarão o número e o nome da empresa, a classificação do estabelecimento e sua localização. § 1º - O pedido de registro ou de relacionamento será dirigido ao Chefe da Divisão de Inspeção Municipal. § 2º - O proprietário ou responsável pelo estabelecimento registrado ou relacionado assinará termo de responsabilidade pelo cumprimento das normas técnicas e regulamentares. Art. 27 -A SMDA e a SMO procederão a inspeção periódica da obra em andamento no estabelecimento em construção ou remodelação, conforme projeto aprovado. Art. 28 -Qualquer estabelecimento que interromper seu funcionamento por prazo superior a seis (6) meses somente poderá reiniciar suas atividades após inspeção prévia de todas as suas dependências, instalações e equipamentos. Parágrafo Único -Quando o prazo de interrupção de funcionamento for superior a um (1) ano, o estabelecimento terá o seu registro ou relacionamento automaticamente cancelado. SEÇÃO ÚNICA Da Transferência do Registro e do Relacionamento Art. 29 - Nenhum estabelecimento registrado ou relacionado poderá ser vendido ou arrendado sem que, concomitantemente, seja feita pela empresa sucessora perante SMDA, a transferência de responsabilidade do registro ou do relacionamento. § 1º - Enquanto a transferência prevista neste artigo não se efetivar, continua responsável pelo funcionamento do estabelecimento a empresa em nome da qual foi efetuado o registro ou relacionamento na SMDA. § 2º - Adquirido o estabelecimento, com compra ou arrendamento do imóvel respectivo, e realizada a transferência do registro ou do relacionamento, a empresa sucessora será obrigada a cumprir todas as exigências feitas ao responsável anterior, independentemente de outras que venham a ser determinadas pela SMDA. CAPÍTULO III Do Funcionamento dos Estabelecimentos Art.30 - Não será autorizado o funcionamento de estabelecimento de produto de origem animal, para comércio intermunicipal, sem que esteja completamente instalado e equipado para a finalidade a que se destine, salvo aquele que se encontre com registro ou

relacionamento provisórios, de acordo com o § 2º do artigo 5º desta Lei. Art. 31 - Para aprovação de estabelecimento de produto de origem animal devem ser atendidas as seguintes condições: I -localizar-se em ponto distante de fonte produtora de odores indesejáveis, de qualquer natureza; II -ser instalada, de preferência, em centro de terreno cercado, afastado dos limites das vias públicas no mínimo cinco (5) metros, e dispor de área de circulação interna, que permita a livre movimentação de veículos de transporte, exceção para os estabelecimentos já instalados e que não disponham de afastamento em relação às vias públicas, os quais poderão funcionar, desde que as operações de recepção e expedição se apresentem interiorizadas, hipótese em que as áreas limítrofes com as vias públicas deverão ser ocupadas por dependências que permitam a instalação de vitrais fixos ou a construção de paredes desprovidas de abertura para o exterior, com as áreas de ventilação e iluminação voltadas para os pátios internos ou entradas laterais existentes ou a critério do Chefe da divisão de Inspeção Municipal; III -dispor de luz natural e artificial e ventilação suficientes, em todas as dependências, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológica cabíveis; IV - possuir piso de material impermeável, resistente à abrasão e à corrosão, ligeiramente inclinado, construído de modo a facilitar a colheita e o escoamento de águas residuais e permitir sua boa limpeza e higienização; V -ter paredes lisas, impermeabilizadas com material de cor clara, aprovado pela SMDA, numa altura de pelo menos dois (2) metros, de fácil lavagem e higienização, com ângulos e cantos arredondados se assim a Inspeção julgar necessário; VI -possuir, nas dependências de elaboração de comestíveis, forro de material resistente à umidade e vapores, construído de modo a evitar o acúmulo de sujeira e a contaminação, de fácil limpeza e higienização, vedado o uso de madeira, podendo ele ser dispensado no caso em que a cobertura proporcione perfeita vedação à entrada de poeira, insetos e pássaros, e assegure fácil higienização; VII -dispor de dependências e instalações mínimas segundo definição da SEMAMDA, respeitadas as finalidades a que se destine, para recepção, industrialização, embalagem, depósito e expedição de produto comestível, sempre separadas, por meio de paredes totais, das destinadas ao preparo de produto não comestível; VIII

-dispor de dependências para administração, oficina e depósitos diversos, separadas do corpo industrial sempre que recomendado pela SMDA; IX -estar equipado com mesas revestidas de material impermeável, aprovado pela SMDA, para os trabalhos de manipulação e preparo de matéria-prima e produto comestível, dispostas ou construídas de forma a permitir fácil higienização; X - dispor de tanques, caixas, bandejas e outros recipientes de material impermeável, de superfície lisa e fácil lavagem e higienização, aprovados pela SMDA; XI -dispor de rede de abastecimento de água para atender, suficientemente, às necessidades do trabalho industrial e às dependências sanitárias e, quando necessário, de instalação para tratamento de água; XII -dispor de água fria abundante e, quando necessário, de instalação de vapor e água quente, em todas as dependências de manipulação e preparo, não só de produto, como de subproduto não comestível; XIII -dispor de rede de esgoto em todas as dependências, com dispositivo adequado, que evite refluxo de odores e a entrada de roedores e outros animais, ligado a tubos coletores e estes ao sistema geral de escoamento, o qual deverá ser dotado de estrutura que permita o tratamento de resíduos e efluentes, de conformidade com as normas de defesa ambiental; XIV -dispor, conforme legislação específica, de vestiário e instalação sanitária adequadamente instalados, de dimensões e em número proporcional ao pessoal, com acesso indireto à dependência industrial, quando localizados em seu corpo; XV -possuir, quando necessário, instalação de frio em número e área suficientes, segundo a capacidade e a finalidade do estabelecimento; XVI -dispor de equipamento necessário e adequado aos trabalhos, observados os princípios da técnica industrial e facilidade de higienização, inclusive para aproveitamento e preparo de subproduto não comestível; XVII -dispor, quando necessário, de equipamento gerador de vapor, com capacidade adequada para atender às necessidades do estabelecimento, instalado em dependência externa; XVIII -dispor de depósitos adequados para insumos, embalagens, materiais e produtos de limpeza. CAPÍTULO IV Do Estabelecimento de Carne e Derivados Art. 32 -O estabelecimento de carne e derivados é classificado em: I -matadouro: a) de bovino; b) de suíno; c) de ave e coelho; d) de equídeo; e) de caprino e ovino; f) de

outras espécies autorizadas para o abate; II -indústria de carne e derivados; III - entreposto de carne e derivados; IV -indústria de produto não comestível. § 1º- Entende-se por "matadouro" o estabelecimento dotado de instalação adequada para a matança de qualquer das espécies vendidas em açougue, sem dependência para industrialização, visando ao fornecimento de carne ao natural para o comércio intermunicipal. Se necessário, disporá de instalação e equipamento para o aproveitamento de subproduto não comestível e instalação de frio. § 2º -Entende-se por "indústria de carne e derivados" o estabelecimento que industrialize carne das diversas espécies vendidas em açougue, com ou sem sala de matança anexa, dotado, se necessário, de instalação de frio industrial e equipamento adequado para o preparo de subproduto não comestível. § 3º - Entende-se por "entreposto de carne e derivados" o estabelecimento destinado à recepção, estocagem, manipulação, conservação, acondicionamento e distribuição de carne fresca, resfriada e congelada, das diversas espécies vendidas em açougue, e de outros produtos animais. § 4º -Entende-se por "indústria de produto não comestível" o estabelecimento que manipule matéria-prima e resíduos de origem animal, de várias procedências, para o preparo exclusivo de produto não utilizado na alimentação humana. Art. 33 -Por "carne de açougue" entende-se a massa muscular e demais tecidos que a acompanham incluindo ou não a base óssea do animal abatido sob inspeção veterinária oficial. Parágrafo Único - Consideram-se "miúdo" os órgãos e as vísceras do animal de açougue, usado na alimentação humana, tais como miolo, língua, coração, fígado, rim, rumem, retículo, mocotó e rabada. Art. 34 -O animal abatido, formado da massa muscular e osso, desprovido da cabeça, mocotó, cauda, couro, órgão e vísceras torácicas e abdominais, constitui a "carcaça". § 1º -No suíno, a carcaça pode ou não incluir o couro, a cabeça e os pés. § 2º -A carcaça, dividida ao longo da coluna vertebral, dá as "meias carcaças", que, subdivididas por um corte entre duas costelas, variável segundo hábitos regionais, dão os "quartos" anteriores ou dianteiros, e posteriores ou traseiros. Art. 35 -A simples designação "produto", "subproduto", "matéria-prima" ou "derivado" significa, para efeito deste regulamento, que se trata de "produto de origem animal ou sua matéria-prima". SEÇÃO ÚNICA Normas para o

Funcionamento de Estabelecimento de Carne e Derivados Art. 36 – O estabelecimento de carne e derivados deve satisfazer, ainda ,as seguintes condições: I -dispor de suficiente pé-direito na sala de matança, de modo a permitir a instalação dos equipamentos, principalmente do trilhamento aéreo, numa altura adequada para se manterem as condições de higiene na sangria, evisceração, manipulação da carcaça e demais matérias-primas, de acordo com as especificações estabelecidas em portaria do Chefe da Divisão do Serviço de Inspeção Municipal; II -dispor de altura mínima do trilhamento aéreo, da área de atordoamento e sangria até a linha e matambre, no estabelecimento para abate de bovino e de equídeo, de acordo com as especificações estabelecidas em portaria do Chefe da Divisão do Serviço de Inspeção Municipal; III -dispor de curral e de pocilga coberta convenientemente pavimentados e providos de bebedouros; IV - dispor, no caso de matadouro frigorífico, de meio que possibilite a lavagem e a desinfecção do veículo utilizado no transporte de animais; V -dispor, de acordo com a classificação e a capacidade do estabelecimento, de dependência de matança suficientemente ampla para permitir o normal desenvolvimento das respectivas operações; VI -dispor, no estabelecimento de abate, de dependência para o esvaziamento e a limpeza do estômago e intestinos, para a manipulação de cabeça, mocotó, couro e vísceras comestíveis; CAPÍTULO V Do Estabelecimento de Leite e Derivados Art. 37 -O estabelecimento de leite e derivados é classificado em: I -propriedade rural, que pode ser: a) fazenda leiteira; b) micro-usina de leite; c) granja leiteira; d) queijaria; II - estabelecimento industrial, que compreende: a) posto de refrigeração; b) entreposto-usina; c) usina de beneficiamento; d) indústria de laticínios; e) entreposto de laticínios. Art. 38 - Entende-se por “propriedade rural” o estabelecimento produtor de leite para qualquer finalidade comercial, a saber: I - “fazenda leiteira”, o estabelecimento produtor de leite tipo “B” ou “C”, com destinação para outro estabelecimento, visando ao beneficiamento ou industrialização; II -“micro-usina de leite”, o estabelecimento localizado em propriedade rural, com equipamento adequado para o beneficiamento, a pasteurização e o envase de leite; III -“granja leiteira”, o estabelecimento destinado à produção, refrigeração, pasteurização e envasamento de leite tipo “A” para

consumo ou industrialização, exclusivamente de produção própria; IV -"queijaria", o estabelecimento situado em propriedade rural, destinado exclusivamente à produção de queijo tipo minas, mussarela e provolone, cuja matéria prima seja de produção própria. Art. 39 -Entende-se por "estabelecimento industrial" o destinado ao recebimento de leite e seus derivados para beneficiamento, manipulação, conservação, fabricação, maturação, embalagem, acondicionamento, rotulagem e expedição, a saber: I -"posto de refrigeração", o estabelecimento destinado à recepção e ao tratamento, pelo frio, de leite reservado ao consumo ou à industrialização; II -entreposto-usina, assim denominado o estabelecimento localizado em centro de consumo, dotado de aparelhagem moderna e mantido em nível técnico elevado para recebimento de leite e que satisfaça as exigências deste regulamento, previstas para as fábricas de laticínios; III -"usina de beneficiamento", o estabelecimento que tem por fim principal receber, filtrar, beneficiar e acondicionar, higienicamente, o leite destinado ao consumo humano, podendo, ainda, englobar a atividade de industrialização; IV -"indústria de laticínios", o estabelecimento destinado ao recebimento de leite e seus derivados, para o preparo de produto lácteo; V -"entreposto de laticínios", o estabelecimento destinado ao recebimento, maturação, classificação e acondicionamento de produto lácteo, excluído o leite ao natural. SEÇÃO ÚNICA Normas para Funcionamento do Estabelecimento de Leite e Derivados Art. 40 -O estabelecimento de leite e derivados deve satisfazer, ainda, as seguintes exigências: I -quando se tratar de seção industrial, possuir altura e dimensão compatíveis com o volume e o produto processado, a critério da SMDA; II -possuir dependência ou local próprio para higienização do vasilhame e do carro tanque, quando for o caso, os quais devem ser higienizados antes do retorno ao ponto de origem; III -dispor de cobertura adequada no local de carregamento e descarregamento de leite e seus derivados; IV -ter dependência para recebimento de matéria-prima ou produto, provida de laboratório de análise quando exigido pela SMDA; V -dispor de dependência distinta para tratamento do leite e parcial manipulação do produto, bem como para equipamento de produção de frio, visando mantê-lo em condição adequada de temperatura, quando destinado à

coagulação do leite e a sua parcial manipulação, até a obtenção de massa cozida, semi-cozida ou filada, de requeijão ou de caseína; VI -contar com dependência adequada para resfriamento, seleção, pré beneficiamento e remessa de leite em carro tanque isotérmico destinado ao beneficiamento complementar ou à industrialização em outro estabelecimento; VII -quando o estabelecimento se destinar ao recebimento de matéria-prima para o preparo de produtos e derivados de leite, acabados ou semi-acabados, ou destinado a receber esses produtos, para complementação e distribuição: a) possuir dependência para elaboração ou fabricação de produtos derivados, sua conservação e demais operações, incluindo-se a câmara de salga e cura de queijo com temperatura e umidade controladas, quando for o caso; b) contar com as dependências e os equipamentos previstos nos incisos V e VI, tendo em vista o produto que será fabricado; VIII -quando o estabelecimento se destinar ao beneficiamento de leite para consumo, para envio a outro estabelecimento, ou recebimento de leite já beneficiado para distribuição ao consumo, ou ainda, desde que instalado e equipado, elabore ou fabrique produto para complementação e distribuição, dispor de dependências para análise físico-química e microbiológica, para beneficiamento de leite destinado ao consumo direto e para as demais operações necessárias, incluindo-se, quando for o caso, dependências para fabricação e conservação de produtos derivados; IX -quando o estabelecimento se destinar ao recebimento de produto lácteo para distribuição, maturação, fracionamento e acondicionamento e, desde que convenientemente instalado e equipado, para recepção de leite beneficiado destinado ao consumo direto, ou, ainda, quando se destinar à elaboração de queijo fundido ou de queijo ralado, dispor de: a) dependência para recebimento de produto semi-acabado, sua classificação, fracionamento, embalagem, conservação e demais operações necessárias; b) dependência e equipamentos adequados a elaboração de queijo fundido ou de queijo ralado. CAPÍTULO VI Do Estabelecimento de Pescado e Derivados Art. 41 - O estabelecimento destinado ao pescado e seus derivados é classificado em: I - entreposto de pescado; II - indústria de conserva de pescado. § 1º - Entende-se por “entreposto de pescado” o estabelecimento dotado de dependência e de instalação adequadas para recebimento, manipulação,

frigorificação, distribuição e comercialização de pescado. § 2º - Por "indústria de conserva de pescado" entende-se estabelecimento dotado de dependência, instalação e equipamento adequados para o recebimento e a industrialização de pescado. SEÇÃO ÚNICA Normas para Funcionamento de Estabelecimento de Pescado e Derivados Art. 42 -O estabelecimento de pescado e derivados deve satisfazer as seguintes condições: I -Dispor de instalação para depuração de peixe em água limpa não clorada por 24 horas antes do abate; a) possuir tanque para limpeza do peixe, antes da insensibilização com gelo em água clorada; b) possuir tanque para insensibilização com gelo em água clorada; II - quando receber, manipular e comercializar pescado fresco ou se dedicar à sua industrialização, para o consumo humano: a) dispor de dependência, instalação e equipamento para recepção, seleção, industrialização e expedição do pescado, compatível com sua finalidade; b) possuir instalação para o fabrico e armazenamento de gelo, podendo essa exigência, apenas no que tange à fabricação, ser dispensada em região onde exista facilidade para a aquisição de gelo de comprovada qualidade sanitária; c) dispor de separação física entre a área de recebimento da matéria-prima e a destinada à manipulação e acondicionamento do produto final; d) dispor de equipamento destinado à hipercloração da água para lavagem de pescado, de limpeza e higienização da instalação, dos equipamentos e utensílios; e) dispor de instalação e equipamento para a colheita e transporte, para o exterior da área de manipulação de comestíveis, dos resíduos de pescado resultantes do processamento industrial; f) dispor de instalação e equipamentos para o aproveitamento dos resíduos de pescado resultantes do processamento industrial, visando à sua transformação em subproduto não comestível, podendo, em caso especial, ser dispensada essa exigência, permitindo-se o encaminhamento dos resíduos de pescado ao estabelecimento dotado de instalação e equipamentos próprios para essa finalidade, cujo transporte deverá ser realizado em veículo apropriado; g) dispor de câmara de espera para o armazenamento do pescado fresco, que não possa ser manipulado ou comercializado de imediato; h) dispor de equipamentos adequados para lavagem e higienização de caixas, recipientes, grelhas, bandejas e outros utensílios usados para acondicionamento, depósito e

transporte de pescado e seus derivados; i) dispor, no estabelecimento que elabore produto congelado, de instalação frigorífica independente, para seu congelamento e estocagem final; j) dispor, no caso de elaboração de produto curado de pescado, de câmara fria em número e dimensão necessária à sua estocagem, podendo, em caso especial, ser dispensada essa exigência, permitindo-se o encaminhamento do pescado curado a estabelecimento dotado de instalação frigorífica adequada ao seu armazenamento; l) dispor, no caso de elaboração de produto curado de pescado, de depósito de sal; m) dispor, no caso de industrialização de laboratório para controle da qualidade de pescado e derivados. CAPÍTULO VII Do Estabelecimento de Mel, Cera de Abelha e Derivados Art. 43 - O estabelecimento destinado ao mel, à cera de abelha e derivados, é classificado em: I - apiário; II - entreposto de mel, cera de abelha e derivados. § 1º - Entende-se por "apiário" o estabelecimento destinado à produção, industrialização e classificação do mel e seus derivados. § 2º - Entende-se por "entreposto de mel, cera de abelha e derivados", o estabelecimento destinado ao recebimento, classificação e industrialização do mel, da cera de abelha e de seus derivados. SEÇÃO ÚNICA Normas para Funcionamento de Estabelecimento de Mel, Cera de Abelha e derivados. Art. 44 - O estabelecimento de mel, cera de abelha e derivados deve satisfazer, ainda, as seguintes exigências: I - dispor de dependência para a recepção; II - dispor de dependência para a manipulação, preparo, classificação e embalagem do produto. CAPÍTULO VIII Do Estabelecimento de Ovos e Derivados Art. 45 -O estabelecimento de ovos e derivados é classificado em: I - entreposto de ovos; II - indústria de conserva de ovos. § 1º - Entende-se por "entreposto de ovos" o estabelecimento destinado ao recebimento, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição de ovos ao natural, dispondo ou não de instalação para sua industrialização. § 2º - Entende-se por "indústria de conserva de ovos" o estabelecimento destinado à industrialização de ovos. SEÇÃO ÚNICA Normas para Funcionamento de Estabelecimento de Ovos e Derivados Art. 46 -O estabelecimento de ovos e derivados deve satisfazer o seguinte: I -dispor de sala ou área coberta para recepção; II - dispor de dependência para ovoscopia, exame de fluorescência da casca e verificação do estado de conservação do ovo; III -

dispor de área para classificação comercial; IV - dispor de câmara frigorífica quando exigida pela SMDA; V - dispor, quando for o caso, de dependência para industrialização. Art. 47 - A indústria de conserva de ovos terá dependência apropriada para recebimento, manipulação, elaboração, preparo, embalagem e depósito do produto. CAPÍTULO IX Art. 48 - Toda dependência e equipamento dos estabelecimentos devem ser mantidos em boas condições de higiene, antes, durante e após a realização do trabalho industrial de rotina, e as águas servidas e residuais terão destino de acordo com a legislação vigente. Art. 49 - Os utensílios e equipamentos serão convenientemente identificados, usando-se a denominação "de comestível" e "de não-comestível", conforme a sua finalidade. Art. 50 - O piso e as paredes, assim como os utensílios e equipamentos utilizados na indústria, devem ser lavados diariamente e convenientemente desinfetados com substância previamente aprovada pela SMDA. Art. 51 - Os estabelecimentos devem ser mantidos limpos, sob a mais rigorosa condição de higiene e de ventilação, livres de insetos e outros animais, agindo-se cautelosamente quando do emprego de veneno, cujo uso só é permitido em dependência não destinada à manipulação ou depósito de produto comestível, sempre com autorização da SMDA. Art. 52 -O pessoal que trabalha com produto comestível, desde o recebimento até a embalagem, deve usar uniforme próprio e limpo, inclusive gorro, aprovados pela SMDA. Art. 53 - O pessoal que manipula produto condenado ou trabalhe em necropsia fica obrigado a desinfetar mãos, instrumentos e vestuário com produto anti-séptico. Art. 54 - É proibido fazer refeição no local onde se realiza trabalho industrial, bem como depositar produto, objeto e material estranho à finalidade da dependência. Art. 55 - Toda vez que for necessário, a SMDA pode determinar a substituição, raspagem, pintura e reforma de piso, parede, teto, equipamentos, dependências e anexos. Art. 56 - A instalação própria, utilizada para animal vivo ou depósito de resíduo industrial, deve ser lavada e desinfetada, tantas vezes quantas forem necessárias. Art. 57 - Durante a fabricação, expedição, transporte e estocagem, o produto deve ser conservado ao abrigo de contaminação de qualquer natureza. Art. 58 - É proibido empregar na coleta, embalagem e conservação de matéria-prima ou produto usado na alimentação humana, utensílio

que, pela sua composição e estado de conservação, possa comprometer a qualidade dela. Art. 59 - Será exigido exame médico, pelo menos uma vez por ano ou tantas vezes quantas forem necessárias, de todos os empregados dos estabelecimentos, inclusive de seus proprietários, se exercerem atividade industrial. Art. 60 - Será permitido o reaproveitamento de recipiente destinado ao acondicionamento de produto utilizado na alimentação humana, quando previamente inspecionado, condenando-se o que após ter sido limpado e desinfetado por meio de vapor ou substância permitida pela SMDA não for julgado em condições satisfatórias. Parágrafo Único - Não é permitido o acondicionamento de matéria-prima e de produto destinado à alimentação humana em recipiente que tenha servido para produto não comestível. Art. 61 - Não é permitido residir na área da indústria delimitada no projeto. Art. 62 - Nos estabelecimentos de leite e derivados é obrigatória a rigorosa lavagem e esterilização do vasilhame antes de seu retorno à origem. CAPÍTULO X Das Obrigações dos Estabelecimentos Art. 63 - Os proprietários ou responsáveis pelos estabelecimentos ficam obrigados a: I - observar e fazer observar as exigências contidas neste regulamento e nas normas expedidas pela SMDA; II - responsabilizar-se pela qualidade do produto, sob o ponto de vista higiênico-sanitário e tecnológico; III - fornecer pessoal necessário e habilitado, bem como material adequado, julgado indispensável ao trabalho de inspeção, inclusive acondicionamento e autenticidade de amostra para exame de laboratório; IV - fornecer a seus empregados e servidores da inspeção uniformes completos e adequados ao serviço, de acordo com as orientações técnicas da SMDA; CAPÍTULO XI Das Taxas Art. 64- Serão cobradas taxas decorrentes do registro e vistoria de estabelecimento, registro ou alteração de rótulo de produto, alteração de razão social e da inspeção de produto de origem animal, bem como serão cobradas as multas decorrentes de infrações cometidas na área de inspeção sanitária animal, estas serão recolhidas em banco a critério da SMDA para crédito do FUMDA e as multas decorrentes de infrações cometidas na área de fiscalização sanitária serão recolhidas em banco a critério da SMS. § 1º - A guia de recolhimento obedecerá a modelo da SMDA, em (3) três vias, com a seguinte destinação: 1ª via, banco; 2ª via, estabelecimento; 3ª via, SMDA. §2º - As taxas de

inspeção, devidas em razão da atividade desenvolvida pelo estabelecimento no mês, serão recolhidas até o (10º) décimo dia do mês seguinte, sendo as demais recolhidas imediatamente após o fato gerador. § 3º - O atraso no recolhimento sujeitará o devedor à multa de dois por cento (2%), juros de mora de um por cento (1%) ao mês ou fração, e atualização do valor pela variação da Unidade Fiscal de Referência –UFIR-RJ. § 4º - O não pagamento da taxa importará inscrição do débito em dívida ativa, para cobrança judicial. § 5º - As taxas de registro e vistoria serão de 20 (vinte) UFIR-RJ. Art. 65 - Todos os estabelecimentos mencionados nesta Lei estão sujeitos ao pagamento das taxas a que se refere o artigo anterior. CAPÍTULO XII Das Infrações e Penalidades Art. 66 - A infração de disposição desta Lei será punida, administrativamente e, quando for o caso, também criminalmente. Parágrafo Único - Entre as infrações se incluem os atos que procuram embaraçar a ação da inspeção municipal no exercício de sua função, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos de inspeção e de fiscalização, bem como os de desacato, suborno ou simples tentativa, informação inexata sobre dado estatístico referente à qualidade, quantidade ou procedência do produto e, de modo geral, qualquer irregularidade que, direta ou indiretamente, interesse à inspeção e à fiscalização sanitária de produto de origem animal. Art. 67 - Serão aplicadas, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal cabíveis, as seguintes penas: I - advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé; II - multa de até doze mil duzentos e quarenta e cinco (12.245) Unidades Fiscais de Referência _ UFIR-RJ, aplicável também ao infrator primário que agir com dolo ou má-fé; III - apreensão, condenação e inutilização da matéria-prima, do produto, do subproduto ou do derivado de produto de origem animal que não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinem ou quando estiverem adulterados; IV - suspensão da atividade, quando houver risco ou ameaça de risco de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embaraço à ação fiscalizadora; V - interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação de produto ou quando inexistir condição higiênico-sanitária ou ambiente adequados. § 1º - As multas, sem prejuízo das demais penalidades, poderão ser agravadas em

até cem (100) vezes o valor previsto neste artigo, nos casos de artifício, ardil, desacato, embaraço, resistência, reincidência ou simulação diante da ação fiscal, levadas em consideração as atenuantes e agravantes. § 2º - A interdição e a suspensão poderão ser revogadas após atendidas as exigências que a motivaram. § 3º - Se a interdição ultrapassar doze (12) meses, será cancelado o título de registro ou de relacionamento. § 4º - Ocorrendo a apreensão mencionada no inciso III deste artigo, o proprietário ou responsável pelo estabelecimento será nomeado fiel depositário do produto, cabendo-lhe a obrigação de zelar pela sua adequada conservação. Art. 68 - As despesas decorrentes da apreensão, interdição e inutilização de produto e subproduto de origem animal, incluídas as de manutenção e as de sacrifício de animal, serão custeadas pelo respectivo proprietário. Art. 69 - Para efeito de apreensão ou condenação, além dos casos específicos previstos neste regulamento, considera-se impróprio para o consumo, no todo ou em parte, o produto de origem animal: I - que se apresente danificado por umidade ou fermentação, rançoso, mofado ou bolorento, com característica física ou organoléptica anormal, contendo sujidade ou que demonstre pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento; II - que for adulterado, fraudado ou falsificado; III - que contiver substância tóxica ou nociva à saúde; IV - que for prejudicial ou imprestável para a alimentação, por qualquer motivo; V - que não estiver de acordo com o previsto neste regulamento ou nas normas específicas determinadas pela SMDA, SMS, ANVISA e MAPA. Parágrafo Único - Independentemente de qualquer outra pena que couber, tal como multa, suspensão e interdição parcial ou total da atividade do estabelecimento, serão adotados os seguinte critério: a) no caso de condenação poderá ser, a critério da SMDA, permitido, sob o seu acompanhamento o aproveitamento da matéria-prima e do produto para fim não comestível ou alimentação animal. Art. 70 - Além dos casos específicos previstos nesta Lei, são consideradas adulteração, fraude ou falsificação, como regra geral: I - adulteração: a) quando o produto tiver sido elaborado em condição que contrarie as especificações e determinações a ele referentes; b) quando, no preparo do produto, tiver sido empregada matéria-prima alterada ou impura; c) quando tiver sido empregada substância de qualidade, tipo e

espécie diferente da composição normal do produto, sem prévia autorização da SMDA; d) quando o produto contiver qualquer aditivo sem prévia autorização e sem declaração no rótulo; e) quando se constatar intenção dolosa de mascarar a data de fabricação e o prazo de validade; II - fraude: a) alteração ou modificação total ou parcial de um ou mais elementos normais do produto, de acordo com o padrão estabelecido ou fórmula aprovada pela SMDA; b) execução das operações de manipulação e de elaboração com intenção deliberada de estabelecer falsa impressão do produto fabricado; c) supressão de um ou mais elementos e substituição por outros, visando ao aumento de volume ou de peso do produto, em detrimento da sua composição normal ou de seu valor nutritivo intrínseco; d) conservação com substância proibida; e) especificação total ou parcial, na rotulagem, de produto que não seja o contido na embalagem ou no recipiente; III - falsificação: a) quando o produto for elaborado, preparado e exposto ao consumo com forma, característica e rótulo que constituam processo especial de privilégio ou exclusividade de outrem, sem prévia autorização do seu legítimo proprietário; b) quando for usada denominação diferente da prevista neste regulamento ou em fórmula aprovada. Art. 71 - Ao estabelecimento que infringir as disposições desta Lei, e das portarias que forem expedidas pela SMDA, serão aplicadas as seguintes multas: I - de 244,90 a 2.449,00 UFIR-RJ: a) ao que descumprir qualquer exigência sanitária, sobretudo no tocante ao funcionamento do estabelecimento e à higiene da dependência, do equipamento, do trabalho de manipulação, preparo de matéria-prima e de produto; b) ao que permitir a permanência em trabalho de pessoa que não possua carteira de saúde ou documento equivalente, expedido pelo órgão de Saúde Pública competente; c) ao que acondicionar ou embalar produto em continente ou recipiente não permitido; d) ao que não colocar em destaque, no rótulo ou no produto, o carimbo do SIM; e) ao que elaborar ou comercializar produto que não contenha data de fabricação, prazo de validade, composição e temperatura de conservação; f) ao que fornecer produto de origem animal para comércio sem prévia certificação sanitária expedida pela SMDA; g) ao que infringir qualquer outra exigência sobre rotulagem do produto de origem animal, para a qual não tenha sido especificada outra penalidade; h) ao estabelecimento de leite e

derivados que não realizar a perfeita higienização do vasilhame, carro-tanque e demais veículos; i) ao estabelecimento que, após o término do trabalho industrial e durante as fases de manipulação e preparo, não proceder à limpeza e higienização rigorosa das dependências e equipamentos diversos, destinados ao trabalho de matéria-prima e de produto para alimentação humana e animal; j) ao estabelecimento registrado ou relacionado que não providenciar, perante a SMDA, a transferência de responsabilidade prevista neste regulamento; l) ao responsável pela confecção, impressão, litografia, grafia ou gravação de carimbo do SIM a ser usado, isoladamente ou em rótulo, por estabelecimento não registrado ou que esteja em processo de registro; m) ao estabelecimento que mantiver produto estocado em desacordo com os critérios da SMDA e que possa ficar prejudicado em sua condição para consumo; n) ao estabelecimento de produto de origem animal que realizar construção nova, reforma ou ampliação, sem que os projetos tenham sido previamente aprovados pela SMDA e SMO; II - de 2.497,98 a 4.898,00 UFIR-RJ: a) à pessoa física ou jurídica que embaraçar ou burlar a ação de servidor da SMDA ou da SMS no exercício de sua atividade; b) ao que lançar no mercado produto cujo rótulo não tenha sido aprovado pela SMDA; c) ao estabelecimento que enviar para consumo produto sem rótulo; d) ao estabelecimento que fizer comércio sem que seu produto tenha sido previamente registrado; III - de 4.946,98 a 7.347,00 UFIR-RJ: a) ao que lançar mão de rótulo ou carimbo oficial para facilitar a saída de produto ou subproduto industrial de estabelecimento que não esteja registrado ou relacionado na SMDA; IV - de 7.395,98 a 12.245,00 UFIR-RJ: a) ao que utilizar indevidamente certificado sanitário, rótulo ou carimbo de inspeção para acobertar escoamento de produto de origem animal que não tenha sido inspecionado pela SMDA; b) ao que expuser à venda produto oriundo de um estabelecimento como se fosse de outro; c) ao que adulterar, fraudar ou falsificar produto de origem animal; d) ao que aproveitar, no preparo de produto usado na alimentação humana, matéria-prima condenada ou procedente de animal não inspecionado; e) ao que subornar ou usar de violência contra servidor da SMDA ou da SMS no exercício de sua atribuição; f) ao que der aproveitamento condicional diferente do que for determinado pela SMDA; Art. 72 -

Todo produto de origem animal exposto à venda no Município sem identificação ou meio que permita verificar sua verdadeira procedência em relação ao estabelecimento de origem, localização e empresa responsável, será considerado produzido no Município e como tal sujeito às exigências e penalidades previstas neste regulamento. Art. 73 - As penalidades previstas nesta Lei serão aplicadas sem prejuízo de outras que possam ser impostas na forma da lei. Art. 74 - As multas, a que se refere esta Lei, serão dobradas na reincidência e, em nenhuma hipótese, isentam o infrator da inutilização do produto e de ação criminal. § 1º - A ação criminal cabe não só pela natureza de infração, mas em todos os casos que se seguirem à reincidência, nos termos da legislação penal. § 2º - A ação criminal não exime o infrator de penalidade, podendo a SMDA determinar a suspensão da inspeção estadual e a cassação do registro ou do relacionamento, ficando o estabelecimento impedido de realizar comércio municipal. § 3º - As penas de suspensão da Inspeção Municipal e de cassação do registro ou relacionamento serão aplicadas pelo Chefe da Divisão do Serviço de Inspeção Municipal. Art. 75 - Não pode ser aplicada multa sem que previamente seja lavrado o auto de infração com o nome do infrator e seu respectivo endereço, especificando a falta cometida, o dispositivo legal infringido e a natureza do estabelecimento. Art. 76 - O auto de infração deve ser assinado pelo servidor que a constatou, pelo proprietário do estabelecimento ou seu representante e por duas testemunhas. Parágrafo Único - Se o infrator ou seu representante não estiver presente ou se recusar a assinar o auto, será feita declaração a respeito do ocorrido no próprio auto, remetendo-se uma das vias, em caráter de notificação, ao proprietário ou responsável pelo estabelecimento, contra recibo, ou por correspondência registrada, com aviso de recebimento. Art. 77 - O auto de infração será lavrado em três (3) vias, sendo a primeira entregue ao infrator, a segunda remetida para a SMDA/SMS, permanecendo a terceira no talão de autos de infração. Art. 78 - Nos casos em que fique evidenciada a inexistência de dolo ou má-fé, e tratar-se de infrator primário, a SMDA/SMS pode não aplicar a multa, cabendo ao servidor que lavrou o auto de infração advertir e orientar, convenientemente, o proprietário ou o responsável pelo estabelecimento, para que cumpra e faça cumprir integralmente as normas legais

vigentes sobre a inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal. Art. 79 - O infrator poderá apresentar defesa ao Chefe da Divisão do Serviço de inspeção municipal -SIM (SMDA)/Chefe do serviço de fiscalização sanitária (SMS) até quinze (15) dias a contar da data de recebimento do auto de infração. Parágrafo Único - Das decisões contrárias dos Chefes do serviço de inspeção municipal - SIM (SMDA) e do serviço de fiscalização sanitária municipal (SMS) cabe recurso no prazo de quinze (15) dias, para os respectivos conselhos. Art. 80 - O infrator, uma vez multado, terá quinze (15) dias de prazo para efetuar o pagamento da multa, comprovando seu recolhimento a SMDA ou a SMS. Art. 81 - A omissão ou conivência de servidor da SMDA/SMS com irregularidade passível de punição, será apurada na forma da legislação de pessoal vigente. Art. 82 - São responsáveis pela infração de disposição legal e desta Lei, para efeito de aplicação das penalidades: I - o produtor de matéria-prima de qualquer natureza aplicável à indústria animal, desde a fonte de origem até o recebimento no estabelecimento registrado ou relacionado na SMDA ou na SMS; II - o proprietário ou arrendatário de estabelecimento registrado ou relacionado onde for produzido, recebido, manipulado, transformado, elaborado, preparado, conservado, acondicionado, distribuído ou expedido produto de origem animal; III - o proprietário ou o arrendatário de casa comercial atacadista, exportadora ou varejista que receber, armazenar, vender ou expedir produto de origem animal; IV - o que expuser à venda produto de origem animal; V - o que expedir ou transportar produto de origem animal. Parágrafo Único - A responsabilidade, a que se refere este artigo, abrange a infração cometida por empregado ou preposto da pessoa física ou jurídica. Art. 83 - A aplicação da multa não isenta o infrator do cumprimento da exigência que a tenha motivado, devendo o servidor da SMDA marcar-lhe, se for o caso, prazo para seu cumprimento, findo o qual poderá, de acordo com a gravidade da infração, aplicar-lhe nova multa por reincidência e, ainda, indicar ao Chefe do serviço de Inspeção municipal a necessidade de suspender ou cassar-lhe o registro ou o relacionamento. Art. 84- O servidor da SMDA/SMS, quando em serviço de inspeção e fiscalização sanitárias, tem livre acesso, com a apresentação da carteira de identidade funcional, em qualquer dia ou hora, a todo

estabelecimento que produza, processe, manipule, armazene ou transacione produto de origem animal. CAPÍTULO XIII Disposições Gerais e Transitórias Art. 85 - A inspeção municipal não será exercida em estabelecimento que não esteja registrado ou relacionado na SMDA. Art. 86 - No caso de cancelamento de registro ou de relacionamento, a pedido do interessado, bem como no de cassação como penalidade, deve ser inutilizado o carimbo oficial no rótulo e, a matriz, entregue a SMDA, contra recibo. Art. 87 – Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto, para atender a novas disposições técnicas referentes ao desenvolvimento da indústria e do comércio de produto de origem animal. Art. 88 - É de competência exclusiva do Médico Veterinário a coordenação, execução e supervisão das disposições desta Lei, inclusive a chefia da Divisão do Serviço de inspeção de produtos de origem animal municipal (SIM) e fiscalização sanitária municipal. Art. 89- Fica criado a Divisão do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (DSIMPOA) vinculada ao Departamento de Agropecuária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, acrescentando ao art 52, da Lei nº 798/99 de 04 de novembro de 1999 e demais alterações, com a finalidade de auxiliar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário. Art. 90 - Fica alterado o Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão – da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Chefe de Divisão do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, pertencente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, Grupo de Chefia CH – 02, Símbolo de Vencimento CC4, Recrutamento Limitado, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei nº 813/99. I – Supervisionar, fiscalizar e orientar as pessoas físicas e jurídicas que manipulem ou processem produtos de origem animal no âmbito do município de Miracema; II – Fazer o registro de relacionamento e conceder o SIM (Selo de Inspeção Municipal); III – Fazer cumprir os dispositivos da presente Lei. Art. 91 - As despesas decorrentes da presente Lei tem sua classificação na forma do presente artigo: Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário; Classificação Funcional: 02.09.20.122.0001.2.130.000; Elemento de Despesa: 3.1.90.11.00. Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições

em contrário. Continuando, os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Gutemberg Medeiros Damasceno pediram licença da reunião, uma vez que possuem compromissos. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Ministro da Educação e Cultura (MEC), Sr. Aloizio Mercadante - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja construída no Município de Miracema uma creche para atender a demanda da população. Solicitamos, ainda, que interceda junto a UFF (Universidade Federal Fluminense) para que a referida universidade tome providências para que o curso de Ciências Contábeis seja concluído no Município de Miracema. Aprovado. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Presidente da Liga Desportiva, extensiva a toda Diretoria e a todos os jogadores, por terem sido Campeões do Campeonato de Seleções do Interior do Estado do Rio de Janeiro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva também solicitaram licença da reunião, uma vez que possuem prova para realizar na faculdade. 02) O Vereador João Siqueira Magalhães - Reiteração ofício nº 174/2013 - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de ser encaminhado a esta Casa Legislativa, os prospectos do Projeto Familiar que contempla as famílias e as Instituições. Aprovado. 03) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, Cap. Peterson Tostes - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria no calçamento da Rua Pedro Elídio, especialmente em frente ao nº 77, pois segundo informações durante a realização do Gabinete Itinerante, o referido encontra-se em risco de desmoronar. 04) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Municipal de Obras e Urbanismo, Sr. Luiz Godoy - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja estudada a possibilidade de colocar bueiros na extensão da Rua Pedro Elídio, bem como a realização da pavimentação do calçamento. Ressalta-se que as referidas solicitações foram realizadas pela população daquela localidade, durante a realização do Gabinete Itinerante. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Gustavo de Souza Oliveira para falar sobre

o Fechamento da Rua Aristides Barbosa. Com a palavra, o Sr. Gustavo, após cumprimentar todos os presentes esclareceu que uma pessoa está realizando uma obra no meio da Rua Aristides Barbosa, sendo que os moradores do local estão sendo prejudicados. Dessa maneira, informou que está precisando da ajuda dos Vereadores para resolver esta situação, pois já foi ao Secretário Municipal de Obras e Urbanismo e ele lhe disse que o loteamento do local é irregular e, por isso, a Prefeitura Municipal não poderia realizar a fiscalização, bem como lhe orientou a procurar o Ministério Público para denunciar a respectiva obra. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que já foi feito um documento em relação a este problema, sendo que o referido já foi encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal. Dessa maneira a Câmara Municipal está aguardando a resolução destes problemas. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que, ao invés do Secretário Municipal ter sugerido ao Sr. Gustavo ir ao Ministério Público, ele deveria tomar as atitudes possíveis, pois todas as obras municipais precisam da autorização da Prefeitura Municipal, sendo que o Secretário Municipal de Obras e Urbanismo possui o poder de embarcar a obra. O Vereador João Siqueira Magalhães acrescentou que é preciso haver uma fiscalização da Prefeitura Municipal na referida obra. Por fim, o Sr. Gustavo acrescentou que a construção está sendo realizada no meio da rua, sendo que a referida rua foi nomeada no ano de 1999. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um convite para o Secretário Municipal de Obras e Urbanismo, para que ele compareça na Câmara Municipal na próxima segunda-feira com o objetivo de esclarecer a situação mencionada. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Sebastiana da Silva, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. José Ferreira, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 25/11/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar,

lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número sessenta e um, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Gutemberg Medeiros Damasceno, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores: Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva e João Siqueira Magalhães. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 120, Versículos de 01 à 07. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 1603/13 do Ministério da Tutela Coletiva Núcleo Pádua; 02) Comunicado nº CM264936/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 03) Ofício do Sr. José Augusto Guedes Filho; 04) Convite para a Festa de Encerramento da Escola Nossa Senhora do Bom Conselho; 05) Ofício nº 250/13 da CAPPS/CAMEDS solicitando algumas informações; 06) Ofício nº 39/2013 do Miracema Campestre Clube; 07) Ofício do Sr. Heleno Rangel. Os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maurício Sant'Ana Soares e Gideão Duarte Gonçalves solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que este ofício fosse encaminhado para a Assessoria Jurídica para que sejam tomadas as devidas providências; 08) Convite para a Formatura do Curso Técnico de Segurança do Trabalho; 09) Ofício PMM/GAB nº 537/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o Quadro das Subvenções Sociais em Anexo para que o referido seja substituído no já anexado à Lei Orçamentária Anual. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Gilson Teixeira Sales solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza, se possível com máquinas, nas seguintes ruas do Bairro Jardim Beverly: a) Wallace Mercante; b) Osvaldo Passo; c) José Maria da Silva; d) Dionizio Pereira Rosa; e) Clóvis Tostes. Deferido. 02) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - À AMPLA -

Considerando os picos de energia elétrica que vem ocorrendo no Município de Miracema, principalmente no Distrito de Paraíso do Tobias; Considerando que uma das reclamações mais consideradas pela população é o não atendimento imediato; Considerando a boa relação entre o Legislativo e o Executivo Municipal para com a Regional da Ampla; Encaminho a solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam fixados Plantonistas, para atender o Município de Miracema e Distritos, bem como que seja realizada uma revisão em toda a Rede de Energia, tendo em vista as quedas consideráveis que vem ocorrendo no Bairro Jardim Beverly, alto do Cruzeiro, Bherto Barros, e, em especial, no Distrito de Paraíso do Tobias, que tem sua linha oriunda de outra subestação e que vem sucessivamente ocorrendo picos e prejudicando o Comércio e toda a Comunidade. Aprovado. Todos os Vereadores e o Prefeito Municipal irão assinar este requerimento. 03) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando que muitos pacientes do Município de Miracema fazem uso da Casa de Apoio "CASA VIDA" no Município de Itaperuna; Considerando a sensibilidade do Prefeito Municipal no que tange à ajuda para com o ser humano, em especial os menos favorecidos; Considerando que nos momentos mais difíceis o suporte vem de pessoas compromissadas com o bem estar de outras pessoas, seja rico ou pobre; Encaminho a solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento Municipal uma rubrica no valor de aproximadamente R$ 3.000,00 (três mil reais) anuais destinadas à Casa de Apoio "CASA VIDA" no Município de Itaperuna, como ajuda de custo em virtude dos atendimentos aos pacientes miracemenses. Deferido. 04) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja estudada, com urgência, a confecção de um Projeto de Lei que ampare e garanta o Livre Acesso ao transporte alternativo na circunscrição do Município de Miracema. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Marco Moura, para falar sobre a Rua Aristides Barbosa. Com a palavra, após cumprimentar todos, esclareceu que no ano de 1999 a Rua Aristides Barbosa foi regulamentada e nomeada, sendo que na época existiu uma discussão sobre a referida Rua, entretanto tudo foi resolvido. Acrescentou que possui toda a documentação referente à nomeação e regulamentação da Rua Aristides Barbosa, possuindo inclusive os pareceres dos Projetos de Lei que nomeou a Rua. Por fim, disse que no local ainda é preciso realizar diversas obras, tais como iluminação e outras, sendo que já ficou sabendo que o rapaz que estava fazendo a obra vai retirá-la. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que estes documentos poderiam ser encaminhados ao Secretário Municipal de

Obras. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou que fosse encaminhado um requerimento ao Responsável pela Oi Telefônica no sentido de que envide esforços a fim de que seja regularizada a situação dos telefones fixos do Distrito de Paraíso do Tobias, uma vez que existem notícias de que os referidos não estão funcionando. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 01 (um) Projeto de Resolução e 01 (um) Projeto de Lei: 01) Projeto de Resolução que Altera e acrescenta redação ao parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 1.143/2013, que dispõe sobre a concessão de auxilio alimentação aos servidores ativos do Poder Legislativo de Miracema. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.136, de 28 de novembro de 2013. O Presidente da Câmara Municipal de Miracema, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II, IV e VII, art. 57 da LOM, c/c incisos II, IV, XXVII e XXX, art. 39 da Resolução nº 441/1992 (Regimento Interno) e, Considerando que a Resolução nº 1.134, de 02 de setembro de 2013, foi editada com vistas à adequação do pagamento do auxilio-alimentação à capacidade orçamentária e financeira do órgão; Considerando que o referido auxilio pode ser entendido como um direito adquirido pelos servidores contemplados pela Resolução que o regulamentou; Considerando, por final, que diante do contingenciamento de despesa por que passa a Câmara Municipal de Miracema, a prudência recomenda que sejam adotadas medidas visando a responsabilidade na gestão fiscal. Resolve: Art. 1º - O parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 1.134, de 02 de setembro de 2013, passa a vigorar com a nova redação, acrescido dos incisos I e II, na forma seguinte: " Art.2º - (....) Parágrafo Único- No caso de insuficiência de saldo para pagamento do auxilio-alimentação no corrente exercício, poderá a despesa ser reescalonada, levando em conta que: I- nos meses de janeiro a abril de 2014, o auxilio-alimentação corresponderá ao valor de R$ 840,00, visando a compensação do auxilio não pago no ultimo quadrimestre de 2013. II - a partir de maio de 2014, o auxilio-alimentação corresponderá ao valor previsto no artigo 1º da Resolução Nº 1.134, de 02 de setembro de 2013. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. 02) Projeto de Lei que autoriza a abertura de crédito adicional especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.469, de 28 de novembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a

seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Aquisição de 01 (um) Veículo Escolar, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.06 - Secretaria Municipal de Educação Função: 12 – Educação Subfunção: 361 – Ensino Fundamental Programa: 0191 – Transporte Escolar aos Alunos do Município Ação: Aquisição de Veículo Escolar Produto: Veículo Escolar Adquirido Metas Físicas: 01 unidade Valor: R$ 139.000,00 (Cento e trinta e nove mil reais) Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial advém da Ata de Registro de Preços Nº 62/2012 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE no valor de R$ 139.000,00 (Cento e trinta e nove mil reais). Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Aplausos para o Diácono Miracemense Thiago Zacarias Linhares, parabenizando por sua Ordenação Sacerdotal. Informamos que a comunidade católica miracemense sente-se orgulhosa por mais um filho dessa amada terra ter seguido a vocação sacerdotal. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Pronto Restabelecimento para a Sra. Simara Nunes Ronzei e demais familiares, José Simas Ronzei, Maria das Dores Nunes Ronzei, Solange Maria Ronzei e Danuze Nunes Ronzei em razão do acidente sofrido. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gilson Teixeira Sales pediu para que fossem tomadas as medidas possíveis para que o Sr. Heleno compareça nesta Casa Legislativa para prestar esclarecimentos. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que já solicitou à Assessoria Jurídica que tomasse as devidas providências sobre esta situação. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 02/12/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema,

para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número sessenta e dois, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores: João Siqueira Magalhães e Maurício Sant'Ana Soares. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 07, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício P-0493/2013 do Sr. Manoel da Silveira Maia agradecendo a Moção de Aplausos recebida. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 02) Ofício nº 280/2013 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 03) Agradecimento da Dra. Larissa Detoni Lomba pela Moção de Aplausos recebida; 04) Ofício nº 18236/2013 – LCF/PR/RJ/MPF do Sr. Leonardo Cardoso de Freitas; 05) Comunicado Nº CM 276133/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 06) Justificativa do Vereador Maurício Sant'Ana Soares por sua ausência na reunião. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Alexandre Barbosa Machado - Ao Sr. Presidente do DER-RJ, Dr. Henrique Alberto Santos Ribeiro - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a sinalização de toda a extensão da Serra em Venda das Flores, no Município de Miracema, tendo em vista que a pouquíssima sinalização existente não dá segurança aos condutores de veículos automotores e consequentemente colocam em risco a vida de todos que diariamente circulam por essa rodovia, tais como estudantes universitários, trabalhadores e outros. Acrescentamos, ainda, que também não existe sinalização no

acesso ao Distrito de Venda das Flores, sentido Laje do Muriaé x Miracema. Aprovado. 02) Vereador Gilson Teixeira Sales em conjunto com o Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja viabilizado o empréstimo de um ônibus para levar os alunos do Colégio Estadual Deodato Linhares, que participarão da XV Jornada Científica, para o Município de Teresópolis, nos dias 10, 11 e 12 de dezembro do corrente ano. Deferido. 03) Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Saúde, no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantado no Município de Miracema, de acordo com a Lei Federal nº 12.303/10, o programa "TESTE DA ORELINHA", pois este exame tem o objetivo de detectar precocemente as perdas auditivas em bebes, para que seja possível a criança obter um bom desenvolvimento da linguagem e da fala, mesmo tendo perda auditiva. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Paulo César de Azevedo para falar sobre Educação Profissionalizante. Com a palavra, o Sr. Paulo César de Azevedo, após cumprimentar todos os presentes, disse que ao falar de educação se lembra do passado, pois sua família foi criada tendo muita educação como base, assim vê na educação uma das fontes mais prósperas de desenvolvimento. Acrescentou que sempre luta pela e defende a educação, sendo que quando ficou sabendo desta homenagem aos alunos do IFF se sentiu na obrigação de comparecer para dizer algumas palavras. Esclareceu que se a Casa Legislativa antigamente tivesse buscado auxiliar o Sr. Prefeito Municipal a educação de Miracema poderia estar em nível ainda maior, destacando que como Vereador sempre buscou o melhor para a educação de Miracema, defendendo a educação pública de qualidade. Disse que conseguiu trazer o CVT para o Município de Miracema e que vê a educação profissionalizando a saída mais próxima para uma melhor qualificação das pessoas. Esclareceu que os alunos formandos são guerreiros, pois ingressaram com em uma turma grande e apenas 30 alunos, aproximadamente, se formaram, acrescentando que, com essa formatura, percebe o ganho do Município de Miracema. Por fim, pediu para que os problemas com a UFF fossem resolvidos e que também poderia ser realizada uma aproximação com o IFF, assim parabenizou e desejou sucesso para todos os alunos formandos. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença do Ex-Vereador Paulo César de Azevedo, esclarecendo que a Casa Legislativa está

unida para trazer diversos cursos para o Município de Miracema. O Vereador Alexandre Barbosa Machado esclareceu que começou este curso, mas por questões de saúde não conseguiu terminar, assim desejou sucesso aos alunos formados. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que a educação é o pilar da vida dos cidadãos. Continuando com o tempo destinado a Tribuna Livre, também inscrito o Sr. José Augusto Guedes, para falar sobre sua situação particular. Com a palavra, o Sr. José Augusto esclareceu que foi encontrado um documento na Prefeitura comprovando que seu pai trabalhou no hangar do antigo campo de aviação, destacando que alguns fatos estão lhe trazendo constrangimento, pois já marcou três vezes seu atendimento na Defensoria Pública e não conseguiu conversar com o Defensor Público. Esclareceu que veio mais uma vez pedir a ajuda desta Casa Legislativa, pois sua situação precisa ser resolvida com urgência, uma vez que não tem um local para morar. Destacou que está com vontade de procurar a Justiça Estadual ou Federal, acrescentando que seu único desejo é possuir seu terreno de volta. Acrescentou que já esteve na Prefeitura diversas vezes e que já sofreu muito com a justiça miracemense, sendo que existem provas dentro de seu processo que ele é inocente, pois sua fala foi comprovada. Dessa maneira, espera que sejam tomadas providências em relação às autoridades de Miracema, pois não possui medo de ninguém e sua integridade está sendo menosprezada. Por fim, disse que está pedindo ajuda para não ter de sair de Miracema e que já procurou e buscou seus direitos, sendo que não deseja pressionar ninguém, mas gostaria de ver seus direitos respeitados. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Câmara Municipal está aguardando o prazo regimental para que o Sr. Prefeito possa responder o ofício encaminhado. O Sr. José Augusto afirmou que os Vereadores se propuseram a ajudar e sempre que menciona o nome desta Casa Legislativa, o faz com o caráter de honra. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Sr. José Augusto poderia procurar o Ministério Público da Tutela Coletiva, em Santo Antônio de Pádua, para que eles pudessem o ajudar a resolver sua situação. O Sr. José Augusto esclareceu que não deseja mais utilizar a tribuna livre sobre este assunto, pois gostaria que esse problema fosse resolvido. Continuando o Vereador Hugo Fernandes iniciou uma homenagem aos alunos formandos do Curso Técnico em Segurança do Trabalho. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que a Moção de Aplausos entregue aos alunos é uma pequena forma da Câmara Municipal realizar

uma homenagem aos miracemenses que tiveram perseverança e força para concluir o curso, esclarecendo que está muito feliz com a conquista dos alunos. A seguir, convidou o aluno Melquisedeque Duarte para fazer uso da palavra. Com a palavra, o Sr. Melquisedeque Duarte esclareceu que está muito feliz com a formatura de sua turma, sendo que sua turma é uma verdadeira família, sendo que eles formaram um grupo de estudos e levaram o curso a sério. Disse que a presença do Técnico em Segurança na Empresa é muito importante para os empresários, pois evita diversos tipos de problemas. Que deseja que Miracema possa oferecer mais cursos para seus munícipes. Por fim, agradeceu em nome de todos os alunos a Moção de Aplausos que estão recebendo. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que no ano de 2004 foi formada a primeira turma de TST em Miracema. Assim, estes alunos são a segunda turma que se forma no Município, esclarecendo que está muito feliz com esta formatura, sendo que irão ser construídas mais 28 plataformas no Brasil, logo precisarão de muitos profissionais na área de segurança. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes iniciou a entrega das Moções de Aplausos aos alunos. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que sempre buscou incentivar os cursos técnicos, entretanto ficou chateado com algumas questões. Esclareceu que tentou instalar uma escola técnica de hotelaria no local onde atualmente funciona o Colégio São José e, por questões políticas, não conseguiu concluir o projeto. Acrescentou que viu o esforço realizado pelo Ex-Vereador Paulo César de Azevedo para conseguir trazer os cursos técnicos para Miracema, sendo que atualmente estes cursos estão começando a dar frutos. Esclareceu que os políticos deveriam buscar mais cursos para oferecer aos jovens, sendo que em algumas situações os Vereadores não possuem a força para realizar algumas atividades, mas vai procurar um Deputado para tentar atender ao pedido do Sr. Melquisedeque. O Vereador Alexandre Barbosa Machado esclareceu que ficou feliz com o evento apresentado, mas triste com a estrutura oferecida pela Prefeitura Municipal. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para: a) 1º SGT Luís Antônio Lopes Proença, RG 61322; b) 2º SGT Carlos Márcio Moreira, RG 61290; c) 3º SGT Edmilson Inocêncio de Carvalho; d) SDPM Eduardo Barbosa; Pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá

Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Aldecir Benedito André, Secretário Municipal de Educação do Município de Barão do Monte Alto-MG, pelos trabalhos relevantes serviços prestados na referida Secretaria, bem como pelo destaque no IDEB 2013, elevando assim o nome do Município de Barão do Monte Alto-MG. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Vereador Gideão Duarte Gonçalves, em conjunto com os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo e Genessi Rodrigues da Silva, solicitou Moção de Aplausos para o Subtenente Carlos Luz, pelo comprometimento, dedicação e profissionalismo demonstrados à frente do TG 01-009 de Miracema, deixando seu nome marcado na história do Município de Miracema. Também o parabenizamos pela Galeria das Fotos os Ex-Combatentes, pelo monumento dos Pracinhas e por todas as parcerias realizadas em nossa comunidade, sempre beneficiando a população miracemense. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Márcia (esposa do Juedyr) pela brilhante organização no show do Vanderlei Cardoso realizado em prol do Centro de Convivência de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 05/12/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número sessenta e três, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 19, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Agradecimento do Dr. Ney pela Moção de Aplausos recebida; 02) Convite para o VII Congresso de Conselheiros e Ex Tutelares do Estado do Rio de Janeiro; 03) Ofício nº 10/2013 da Secretaria Municipal de Educação. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 04) Convite para as Semifinais do Campeonato Noroeste Fluminense; 05) Ofício CT. nº 581/2013 do Conselho Tutelar de Miracema; 06) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de novembro de 2013; 07) Ofício PMM/GAB nº 0683/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que autoriza a concessão de plano de assistência familiar para os servidores municipais. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Diretor da ANATEL - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que interceda junto à Empresa OI Telefônica com a máxima urgência possível para que seja realizada a regularização dos telefones do Distrito de Paraíso do Tobias, no Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar este Requerimento. 02) Vereador Alexandre Barbosa Machado - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo, no sentido de que a Equipe do Código de Posturas

do Município tome medidas urgentes quanto aos terrenos abandonados no Município, tendo em vista que os referidos poderão se transformar em moradias para parasitas que provavelmente trarão danos irreversíveis aos cidadãos miracemenses como, por exemplo, abrigar mosquito da dengue. Acredito que de nada adiantará o trabalho dos agentes de endemias, se existem inúmeros imóveis abandonados nessa cidade, sendo que seus proprietários nada fazem para mantê-los limpos. Com isso, entendo que estes proprietários devam ser orientados, notificados, etc. Exemplificando o relato, é possível citar o terreno localizado em frente ao Prédio do Fundo Rural (da Academia Studio S) que, segundo informações, se encontra em processo de inventário. Na oportunidade, gostaria de frisar a extrema importância para a Municipalidade o trabalho da equipe do Código de Postura. Deferido. 03) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, em nome da Comissão de Turismo e Cultura - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de nomear uma Comissão Organizadora do Carnaval 2014, com urgência. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: Projeto de Lei que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2014/2017 e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Aplausos para o jovem Thiago Tostes Padilha Moreira Pinto por ter concluído o Curso de Medicina. Desejamos que carregue por toda sua vida profissional o juramento de Hipócrates e que com o conhecimento adquirido durante os árduos seis anos de estudos você possa proporcionar aos nossos semelhantes uma melhor qualidade de vida. Acredito que as maravilhas tecnológicas são necessárias sim, para que os profissionais médicos possam fechar um diagnóstico. No entanto, acredito também que as coisas simples como o amor e a compaixão podem ajudar a salvar muitas vidas e proporcionar bem-médico a quem necessitar, o paciente. Afinal, não adianta nada um médico ter todo o aparato tecnológico se o essencial ele não tiver, Deus no coração. “A morte não é uma falha da ciência médica, mas o último ato da vida”. Patch Adams. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Pesar para o Sr. José Joaquim Siqueira Nepomuceno, Goreth Siqueira Nepomuceno e Neide Siqueira Nepomuceno, em virtude do

falecimento da Sra. Maria José Siqueira Nepomuceno. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves convidou todos os Vereadores para se encontrarem com o Vice-Governador Pezão. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. José Samel, popularmente conhecido como "Zequinha Samel", em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para: a) o aluno Hugo Arruda Pereira por ter recebido uma Medalha de Prata na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), demonstrando os frutos do trabalho que vem sendo desenvolvido pelos profissionais de educação do Município; b) o aluno João Miguel D. Silvestre por ter recebido uma Menção Honrosa na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), demonstrando os frutos do trabalho que vem sendo desenvolvido pelos profissionais de educação do Município; c) o aluno Arthur Roberto dos Santos de Oliveira por ter recebido uma Menção Honrosa na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), demonstrando os frutos do trabalho que vem sendo desenvolvido pelos profissionais de educação do Município; Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 05/12/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número sessenta e quatro, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 90, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a Festa de encerramento do PETI; 02) Cartão desejando Feliz Natal e Boas Festas para todos os Vereadores do Presidente do TCE-RJ; 03) Convite para a Formatura do 3º Período da E. M. Salim Bou Issa; 04) Ofício PRODERJ DIT/355 do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro respondendo ofício nº 0081/2013; 05) Ofício do Sr. Ocimar Pereira Estephanin agradecendo a Moção de Aplausos recebida; 06) Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente convidando os Vereadores para participar da reunião do COMMAM; 07) Requerimento do Sr. José Augusto Guedes; 08) Ofício PMM/SMAS nº477/13 da Secretaria Municipal de Promoção Social; 09) Ofício SEBRAS/GSE nº 3379/2013 da Secretaria Estadual de Obras respondendo ofício nº 819/2013; 10) Ofício PMM/GAB nº 692/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 59 que Autoriza a Alteração de Fonte Recursos em Crédito Adicional Especial. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada a sugestão de transformar a Rua Santos Dumont e Avenida

Carvalho em vias demãos únicas, bem como a Avenida Eiras e a Avenida Ricardo Vale, também em vias de mãos únicas. Aprovado. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Fernandes - Solicitação no sentido de que sejam incluídos na Ordem do Dia, em Regime de Urgência Simples, o Projeto de Lei que Autoriza a Alteração de Fonte Recursos em Crédito Adicional Especial. Conforme estabelece o Artigo 145 do Regimento Interno: "*O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário*". O Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o requerimento em votação. O Requerimento foi aprovado por unanimidade. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Reiteração do Ofício nº 839/2013, encaminhado a Empresa CDH (Centro de Desenvolvimento Humano). Aprovado. 04) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizada uma vistoria e o devido reparo, na Rua Angelina J. Salim, Bairro Boa Vista, tendo em vista que a referida se encontra com buracos no asfalto, apresentando assim sérios riscos aos moradores daquela localidade. Deferido. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Presidente de Honra do Programa Rio Solidário, Dra. Adriana Ancelmo Cabral - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja doado um Veículo Ambulância para a APAE do Município de Miracema. Dessa maneira, será proporcionado um maior conforto aos Munícipes atendidos por esta honrosa instituição. Aprovado. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada a Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a Instituição do Programa de Regularização Fundiária no Município de Miracema em conformidade com a Lei Federal nº 11.977/2009, que segue em anexo. Esclarecemos que o presente Projeto de Lei pretende estimular e facilitar a regularização dos loteamentos irregulares e assentamentos forçados já consolidados e irreversíveis. A questão da regularização fundiária no Município de Miracema é de fundamental necessidade, e se torna urgente diante da necessidade de se criar políticas públicas buscando a melhoria das condições de vida da população. Deferido. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada a Minuta

do Projeto de Lei que Altera a Tabela IX, inciso V da Lei Complementar nº 1.453 d 26 de setembro de 2013, acrescentando as letras "e" e "f". Esclarecemos que a referida minuta de projeto de lei complementar que ora encaminhamos, vem dispor sobre alterações no Código Tributário Municipal, sendo que a alteração proposta vem viabilizar a realização do programa de regularização fundiária do Município de Miracema. Dessa maneira, o Município concederá o Título de Legitimação de posse, em cada caso, cobrando tão somente o custo unitário de cada título, sendo que tal custo foi calculado conforme as pesquisas de preços efetuadas pelo Executivo Municipal. Por fim, destaca-se que é indiscutível o imenso alcance social do programa tornando se necessário è efetiva consolidação do programa de regularização fundiária de terrenos urbanos. Deferido. 08) Vereador Hugo Fernandes - Ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Sérgio Cabral; Ao Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Pezão; Ao Secretário Estadual de Saúde - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja disponibilizado para o Município de Miracema, o ônibus pertencente à Secretaria Estadual de Saúde que realiza exames oftalmológicos. Vale destacar que existem cerca de 300 (trezentos) munícipes na fila de espera necessitando dos referidos exames. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: Projeto de Lei que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício Financeiro de 2014. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que as Emendas poderiam ser apresentadas na primeira e na segunda votação. Continuando, foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Substitutiva:** Remanejar a rubrica da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, que destina verba no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para Sociedade Independente Escola de Samba Alto do Cruzeiro reduzindo para R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), e acrescentar o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) na entidade Federação das Associações de Moradores (FAMMIRA). Autoria: Todos os Vereadores. Em votação, a Emenda Substitutiva foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Aditiva:** Rubrica, inserindo junto a LOA/2014, para a realização do MIRAGOSPEL (Dia dos Evangélicos – Lei nº 1.099/05), no valor de R$ 50.000,00. Autoria: Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Gilson Teixeira Sales. Em votação, a Emenda Aditiva foi aprovada por unanimidade. **c) Emenda Aditiva:** Rubrica, inserindo junto a LOA/2014, contemplando o Transporte

dos Universitários, no valor de R$ 100.000,00. Autoria: Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales e Maurício Sant'Ana Soares. Em votação, a Emenda Aditiva foi aprovada por unanimidade. **d) Emenda Aditiva:** Rubrica, inserindo junto as Subvenções sociais à Associação de voluntários para combate ao Câncer e apoio aos pacientes oncológicos do Noroeste Fluminense, no valor de R$ 5.000,00. Autoria: Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Hugo Fernandes e Alexandre Barbosa Machado. Em votação, a Emenda Aditiva foi aprovada por unanimidade. **e) Emenda Aditiva:** Rubrica, para a realização da Maratona Miracemense de 03 de maio de 2014, no valor de R$ 3.000,00. Autoria: Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Paulo Sérgio de Azevedo. Em votação, a Emenda Aditiva foi aprovada por unanimidade. **f) Emenda Aditiva:** Rubrica, inserindo junto a LOA/2014, Sec. De Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para a locomoção e estadia de Atletas, Alunos e Professores, em eventos esportivos, no valor de R$ 5.000,00. Autoria: Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Paulo Sérgio de Azevedo. Em votação, a Emenda Aditiva foi aprovada por unanimidade. **g) Emenda Modificativa:** Altera de R$ 4.350,00, para R$ 3.350,00, a verba destinada ao Centro de Ação Social Nossa Senhora Aparecida e, de R$ 3.450,00, para R$ 4.450,00, a verba destinada para o Centro Social São Francisco de Assis. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. Continuando, em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que fica preocupado com a situação da Associação dos Estudantes, pois existe um risco da Associação ser multada de forma grave. Acrescentou que existem algumas situações que precisam ser resolvidas na Associação, pois ela possui alguns gastos desnecessários, uma vez que ela precisa regularizar alguns pontos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que inclusive os motoristas são pagos pela própria Associação, sendo que o correto deveria a empresa concedente do serviço de transporte pagar os motoristas. O Vereador Paulo Sérgio acrescentou que os problemas da Associação ainda serão muito discutidos nesta Casa Legislativa e várias questões precisam ser resolvidas, especialmente em relação aos gastos, pois existem maneiras de diminuí-los. O Vereador Hugo Fernandes disse que com a redução dos gastos da Associação, a passagem também poderá ser reduzida. O Vereador João

Siqueira Magalhães esclareceu que esta é uma situação muito complexa, pois seria importante que a empresa concedente do transporte arcasse com os salários dos motoristas, pois uma Associação que não possui ônibus não deveria possuir motoristas como trabalhadores. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acrescentou que existe uma perspectiva de melhora para o ano de 2014. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a gestão da Associação ficou em dívida com os motoristas no ano de 2012, assim utilizou a verba de 2013 para sanar essas dívidas, o que acabou gerando novas dívidas no início de 2013. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que no dia 01 de janeiro de 2014 a Prefeitura pode ficar novamente inadimplente, pois ainda existem dívidas deste ano ainda não foi paga. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Agradecimentos para o casal Alexandre Magno de Paula Ramos e Lucília Regina de Oliveira Ramos, por investirem e acreditarem no potencial da nossa cidade presenteando o povo de miracemense com um Centro Comercial moderno e aconchegante no coração de nossa cidade, o Espaço Casarão e inclusive preservando parte do patrimônio histórico e arquitetônico tombado da nossa querida Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Aplausos a Sociedade Musical Sete de Setembro, pela brilhante participação no I Concurso de Bandas de Música do Estado do Rio de Janeiro, organizado pela Secretaria Estadual de Cultura, realizado nos dias 7 e 8 de dezembro/2013 tendo ficado entre as dez melhores bandas do estado. Aproveitamos a oportunidade para agradecer o Maestro Renan Soares e aos excelentes músicos desse patrimônio miracemense que é a Banda Sete de Setembro, que com seus talentos projetaram o nome da nossa cidade no circuito cultural estadual. Afirmamos que a Sociedade Musical Sete de Setembro é motivo de orgulho para toda Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Alexandre Barbosa Machado esclareceu que o Município deveria apoiar e incentivar mais a Banda 07 de setembro, pois ela é muito importante para representar Miracema no Estado do Rio de Janeiro. O Vereador João Siqueira Magalhaes elogiou a ornamentação da Praça das Mães, pois este ano ele ficou muito bem enfeitada. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para a Secretária Municipal de Educação, pela inauguração da linda ornamentação da Praça Dona Ermelinda. O Vereador Maurício

Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para o Jovem Eduardo pela ornamentação realizada na Praça das Mães (Praça Dona Ermelinda). Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que participou de ume reunião em nome do Sr. Prefeito Municipal para discutir um Projeto sobre a piscicultura e o Senador se mostrou animado em incentivar o Município de Miracema, sendo que esta semana serão concluídos os últimos detalhes para que esta parceria seja realizada. Por fim, disse que este Projeto será muito importante para o Município de Miracema e para todo o Noroeste Fluminense do Estado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Jorge de Souza, proprietário da Fazenda Oásis da Divisa, pelo grandioso evento ocorrido no dia 08 de dezembro do corrente ano - Leilão de Gado Girolando Leiteiro da Fazenda do Oásis da Divisa, evidenciando o profissionalismo a nível nacional e elevando o nome do Município de Miracema para todo o Brasil, através do Canal de Agronegócios. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Parabéns ao Sr. Marco Moura pela passagem de seu aniversário. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar aos familiares do Sr. José Arlon Bastos, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Empresário Clovinho, pela Organização do evento ocorrido no dia 08 de dezembro do corrente ano - Leilão de Gado Girolando Leiteiro da Fazenda do Oásis da Divisa, evidenciando o profissionalismo a nível nacional e elevando o nome do Município de Miracema para todo o Brasil, através do Canal de Agronegócios. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Gilson Teixeira Sales solicitaram Moção de Aplausos para os Organizadores do Evento "Miragospel" pela excelente festa apresentada. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Gilson Teixeira Sales solicitaram Moção de Aplausos para o Prefeito Municipal por ter tido a iniciativa de Organizar o Evento do "Miragospel" buscando unir a população evangélica. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos ao Sr. Prefeito Municipal, extensiva a toda sua equipe de apoio, pela linda Ornamentação apresentada na Praça das Mães. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O

Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos ao Senador Eduardo Benedito Lopes por ter assumido a Presidência do PRB do Estado do Rio de Janeiro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Hugo Fernandes solicitaram Moção de Aplausos para a Procuradora do Município de Miracema, por ter trabalhado com grande dedicação e zelo com o objetivo de retirar o nome do Município de Miracema do CAUC, tendo obtido um grande êxito nesta tarefa. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Hugo Fernandes solicitaram Moção de Aplausos para a Corregedora do Município de Miracema do Município de Miracema, por ter trabalhado com grande dedicação e zelo com o objetivo de retirar o nome do Município de Miracema do CAUC, tendo obtido um grande êxito nesta tarefa. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que conversou com o coordenador do SENAC sobre vinda do SENAC para Miracema e ele ficou bastante satisfeito com esta possibilidade. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva elogiou a iluminação da pracinha, destacando que viu uma cidade muito alegre na inauguração. O Vereador Hugo Fernandes elogiou a organização do leilão de gado leiteiro realizado na Exposição, bem como a ornamentação da Praça das Mães, pois este ano ela ficou bastante iluminada e bonita. Por fim, destacou que a Prefeitura Municipal conseguiu uma liminar para retirar o nome do Município do CAUC. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 12/12/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos doze do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número sessenta e cinco, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 18, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 408/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando o Relatório de atividades desenvolvidas pela Secretaria; 02) Agradecimento da Sra. Maria da Graça Salim Nogueira pela Moção de Pesar recebida em virtude do falecimento da Sra. Cirene de Medeiros Salim; 03) Convite para a Formatura dos alunos do Centro Vocacional Tecnológico; 04) Ofício PMM/GAB nº 0696/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando cópia do Ofício MPS/SPPS/DRPSP/CGACI nº 1469 de 03/12/2013. O Sr. Presidente solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador; 05) Ofício nº 700/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 60 que Aprova as Diretrizes para a execução da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica a Saúde, institui a REMUNE e dá outras providências aos Órgãos integrantes do Sistema Único de Saúde sob gestão da Prefeitura Municipal de Miracema-RJ. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Alexandre Barbosa Machado - Ao Sr. Alexandre Otávio Chieppe, Superintendente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental do Estado do Rio de Janeiro - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam doadas cinco cadeiras com o objetivo de

equiparmos melhor o Centro de Hidratação do Pronto Socorro Municipal, uma vez que no verão de 2013 o número de atendimentos foi acima do esperado, sendo que a estrutura disponível não é a ideal para combatermos um possível surto de dengue, tendo em vista que a Unidade só dispõe de cinco leitos para atender uma demanda de 250 atendimentos por dia e apenas cinco cadeiras para hidratação. É importante salientar que as chuvas poderão contribuir para a proliferação do mosquito AEDES AEGYPTI, transmissor da dengue, destacando ainda que é do conhecimento de todos a existência de um novo vírus da doença, o Vírus Tipo 5. Acreditamos que, com uma melhor estrutura, poderemos evitar a ocorrência de casos graves e inclusive óbitos. Aprovado. 02) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Vice-Governador do Estado do RJ, Pezão - Solicitação, com vistas ao Secretario Estadual de Saúde Sr. Sérgio Cortes, no sentido de que envide esforços a fim de que seja doado para o Município de Miracema algumas motocicletas com o objetivo de dar mais agilidade aos trabalhos realizados pelos agentes endêmicos, uma vez que os referidos agentes estão sendo transportados de forma inadequada. Aprovado. 03) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Saúde, no sentido de que seja realizado o retorno da farmácia básica do SUS para a unidade ESF do Distrito de Paraíso do Tobias, bem como que seja disponibilizado um farmacêutico para atender o referido Distrito. Tal solicitação se deve ao fato de que o Distrito de Paraíso do Tobias possui uma população bastante considerável e tendo em vista que esta população utiliza os serviços do ESF e que não estão tendo acesso a medicamentos da farmácia básica do SUS, tendo que ir ao Município Sede (Miracema) em busca de seus medicamentos, causando transtorno para a população. Deferido.
A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. David, atual Presidente da Associação de Estudantes Universitários para falar sobre a atual situação da Associação. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu ao Sr. David que a Associação consiga resolver a situação dos pagamentos dos motoristas e que ela tente manter o máximo de transparência com os alunos. Por fim, colocou a Casa Legislativa a disposição para auxiliar os universitários. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que o documento encaminhado pelo Sr. David deveria constar também a Receita, pois está constando somente as despesas. Dessa maneira, se coloca a disposição para informar a maneira correta de apresentar o documento. O Sr.

David esclareceu que a conta bancária da Associação está, atualmente, sem folha de cheque, sendo que este demonstrativo é encaminhado a Caixa Econômica para que esses valores possam ser debitados e transferidos para as devidas pessoas. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que no documento também deveria constar a receita e a origem da verba, entretanto o documento entregue só possui as despesas, sendo que é importante manter um controle sobre a divisão do dinheiro recebido, pois a verba pública não pode ser utilizada para pagar algumas despesas. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou sobre a situação da conta bancária da Associação. O Sr. David esclareceu que a conta está funcionando, mas a Associação não possui talão de cheques. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno sugeriu que fossem abertas duas contas correntes, uma para receber a verba municipal e outra para receber a mensalidade dos alunos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo alertou que seria interessante a Associação desvincular os motoristas diretamente da referida Associação e colocar eles vinculados à Empresa de prestação de serviços, sendo que é muito importante manter um controle sobre as verbas recebidas, por isso se coloca a disposição para prestar quaisquer tipos de esclarecimentos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que é universitário e acredita no trabalho que será realizado pelo Sr. David, sendo que uma das grandes virtudes do administrador público é prestar suas contas de maneira transparente. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que é importante que a Associação de Estudantes resolva suas questões pendentes para que a administração possa acontecer de maneira correta. Continuando, perguntou se a suplementação de recurso repassado para a Associação seria o suficiente para sanar as atuais dívidas da Associação. O Sr. David esclareceu que, atualmente, ainda precisa receber alguns valores da Prefeitura Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que os problemas da Associação de Estudantes têm sido muito discutidos e é preciso que a Associação faça um acordo em relação aos motoristas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que é preciso deixar claro a situação que o Sr. David encontrou a Associação de Estudantes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares parabenizou o Sr. David pela vitória, desejando sucesso na Administração da Associação, esclarecendo que serão doados dois ônibus para a Prefeitura Municipal para o transporte universitário. O Sr. David agradeceu o apoio desta Casa Legislativa, esclarecendo que vai lutar recuperar

a Associação, acrescentando que fez um levantamento das dívidas anteriores, e encontrou um valor de aproximadamente R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil) em dívidas. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença do Sr. David na Câmara Municipal. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que autoriza a alteração de fonte recursos em crédito adicional especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1470, de 12 de dezembro de 2013. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a fonte de recursos da Lei Municipal Nº 1.455 de 14 de outubro de 2013, conforme abaixo descrito: Fonte de Recursos: 0 – Ordinário: R$50,000,00 (cinquenta mil reais); 4 – Royalties do Petróleo: R$50.000,00 (cinquenta mil reais). Valor Total: R$ 100.000,00 (Cem mil reais). Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a proibição de colagem e/ou fixação de propaganda em postes de iluminação pública, passarelas de pedestres, pontes, viadutos, monumentos públicos, parques, praças, jardins e arvores e dá outras providencias. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que o Projeto de Lei visa proteger o patrimônio público e a poluição visual do Município de Miracema. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1471, de 12 de dezembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º.- Fica proibido na jurisdição do Município de Miracema, a colagem e/ou fixação de qualquer tipo de propaganda ou publicidade comercial, inclusive a de caráter político-partidária, em postes de iluminação pública, passarela, jardins, praças, sinalização de trânsito, arvores e próprios federais, estaduais e Municipais, que venha a prejudicar a estética urbana e a higiene, que contravenha a postura municipal, ou a outra qualquer restrição de direito. Parágrafo Único : Exclui-se do caput desta artigo as propagandas e ou publicidades destinadas a promoção de eventos de âmbito cultural, religioso, cientifico e educacional, permitidas somente através de outdoors, faixas e galhardetes. Os recursos oriundos das multas aplicadas no caput deste artigo serão creditados aos

cofres do Município. Art. 2º - Em se tratando de propaganda e ou publicidade de caráter cultural, religioso, cientifico e educacional, a autorização para a divulgação do evento dependerá de prévia autorização do órgão competente da Prefeitura Municipal de Miracema. Art. 3º - Quando a publicidade for de caráter político-partidário o órgão competente da Prefeitura Municipal de Miracema, determinará o local público em que se permitira a propaganda eleitoral. Art. 4º - Competira a Secretaria Municipal de Fazenda, do Meio Ambiente, conjuntamente com o Departamento Municipal de Transito, as atribuições de orientação e fiscalização do disposto nesta Lei, aplicando as penalidades pelo seu descumprimento, inclusive produzindo provas de infração cometida, através de filmagens e ou fotos, bem como prestar todo o atendimento às partes no que se refere ao disposto nos artigos 2º e 3º desta Lei. Art. 5º - Os infratores serão punidos com a aplicação da multa de 500 (quinhentos) UFIRs pelo descumprimento dos dispositivos constantes do artigo 1º no caso de reincidência, a multa será de 1000 (mil) UFIRs. Art. 6º - A Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Miracema, dará ampla divulgação desta Lei, enviando cópias ao Poder Judiciário, Justiça Eleitoral, Ministério Público, Clubes de Serviços e Associações de Moradores de Bairro e Distritos. Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou quando seria a inauguração do memorial com as fotos dos Vereadores falecidos. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a inauguração será no início do ano que vem, provavelmente em fevereiro. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o advogado de defesa do Ex-Vereador Sérgio Rocha não encontrou nada que pudesse incriminá-lo, sendo que os fatos apresentados são apenas suspeitas, não tendo sido realizada nenhuma comprovação das denúncias. Por fim, disse que conversou com o sogro do Sr. Sérgio Rocha e ele disse que já teve acesso ao processo e a situação é inexplicável. Os Vereadores João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier solicitaram Moção de Aplausos para a Diretoria da CAPPS/CAMDES pela brilhante e incontestável vitória nas eleições ocorrida no dia 11 de novembro de 2013, para o biênio 2014/2015. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador João Siqueira Magalhães disse que um grande constrangimento que passou na sua vida foi quando

foi alvo de uma denúncia vazia e precisou esclarecer alguns fatos inverídicos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que esteve no Distrito de Paraíso do Tobias para verificar o descaso que a OI vem tratando aquela comunidade, posi não tem nenhum telefone está funcionando em Paraíso. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Solidariedade para o Prefeito de Nova Iguaçu, tendo em vista o momento difícil que o Município está vivendo por causa das fortes chuvas. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos ao Sr. Walter Titoneli, DD. Prefeito Municipal de Palma-MG, pela dedicação e comprometimento com a causa pública, onde foi demonstrado, alto nível de competência na regularização do Município, junto ao FISCO FEDERAL. Na oportunidade desejamos sucesso em sua gestão no ano vindouro, para com os munícipes desse querido Município. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para todos os alunos formandos do Centro Vocacional Tecnológico. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para Debora Mota Marques, por ter recebido o Prêmio Láurea Acadêmica pela Universidade Federal Fluminense, que expressa a maior honraria do campo discente pela dedicação em prol do estudo alcançado ao longo de todo curso universitário, obtendo o maior Coeficiente de Rendimento no curso Graduação em Pedagogia. A parabenizamos, ainda, por estar exercendo o cargo de pedagoga na cidade de Muriaé e ter passado toda sua vida escolar em Escolas Públicas. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 16/12/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

_____

_____

_____

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número sessenta e seis, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Alexandre Barbosa Machado, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 121, Versículos 01 e 02. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) O Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal - Reiterando o Ofício nº 2708 encaminhado pela Seção de Cadastro Controle e Fiscalização da Prefeitura Municipal de Miracema. Deferido. 02) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade da realização das reformas que seguem em anexo no Código Tributário Municipal. Deferido. 03) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Proprietário do imóvel em Paraíso do Tobias - Marcar uma reunião para solucionar os problemas telefônicos do Distrito. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu que o proprietário fosse convidado para comparecer na Câmara quinta-feira. Continuando, convidou a Sra. Gilda para falar sobre a situação de Paraíso do Tobias. A Sra. Gilda esclareceu que o Distrito de Paraíso do Tobias está completamente isolado de todos, pois nenhum telefone está funcionando. Acrescentou que o Sr. Gerômino, proprietário do imóvel, não quer conversar com os munícipes e todos os cidadãos estão precisando do telefone. Por isso, pede para os Vereadores interferirem a favor da comunidade, pois o Distrito está sem nenhum tipo de comunicação, ocasionando assim alguns riscos para a população, pois não tem como ninguém chamar uma ambulância nos casos de

pessoas passando mal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que é preciso resolver duas situações. A primeira vai tentar resolver com uma solicitação ao Secretário Municipal de Saúde para disponibilizar uma ambulância para o Distrito de Paraíso do Tobias. E a segunda, vai tentar resolver entrando em contato com o Proprietário do imóvel para discutir sobre o problema que vem acontecendo. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que a situação de Paraíso de Tobias é crítica demais, por isso já conversou com o Secretário de Saúde sobre a disponibilização da ambulância no Distrito de Paraíso do Tobias. A Sra. Gilda esclareceu que veio pedir um socorro para a comunidade de Paraíso, pois a situação é muito complicada. O Vereador João Siqueira Magalhães acredita que deveria ser feito um documento direcionado a Promotoria explicando toda a situação do Distrito. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os Vereadores devem devemos buscar um entendimento e uma solução o mais rápido possível para resolver esta situação. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/SEC. GOV. nº 0727 da Secretaria de Governo respondendo ofício nº 0733/2013. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou cópia deste ofício; 02) Cartão Desejando Feliz Natal para todos os Vereadores do Vereador Fabrício de Sá Xavier; 03) Cartão Desejando Feliz Natal para todos os Vereadores do Prefeita Municipal Branca Mota; 04) Ofício CVT Miracema nº 14/2013 agradecendo a concessão de um ônibus para a Jornada Científica; 05) Ofício SEH-CG nº 331/2013 da Secretaria de Estado de Habitação respondendo ofício nº 871/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício nº 061/2013/Corregedoria/DPGU do Defensor Público Holden Macedo da Silva agradecendo a Moção de Aplausos recebida; 07) Moção de Aplausos com a seguinte redação: pela dedicação, presteza e eficiência, após denuncia anônima feita a policia militar de Miracema, recuperando em questão de minutos, objetos pessoais furtados em residência no corrente mês e ano, para os seguintes policiais: a) 1º Sargento PM Luiz Vinicius Sentinelli Marques - RG 80190; b) 1º Sargento PM Nerilson Dos Santos Baulio - RG 80190; c) 3º Sargento PM Iroldo Venâncio Werneck - RG 61289; d) 3º Sargento PM André Luiz Gurgel Meireles - RG 75558; e) Cabo PM Clayton Vinicius Silva Oliveira - RG 80251; f) Cabo PM Rafael Araújo Soares - RG 81179; g) Cabo PM Halder Martins Romão - RG 83832. Autoria: Hugo Fernandes; 08) Moção de Aplausos

ao Cabo da Policia Militar Jussandra Maria Costa dos Santos - RG 80842 pela dedicação, presteza e eficiência, no recebimento de denuncia anônima de furto, conseguindo que os objetos pessoais furtados em residência, fossem recuperados em questão de minutos após a denuncia. 09) Moção de Aplausos ao Inspetor de Policia Civil Laerte de Souza Matos - Matricula - 265602-3 com a seguinte redação pela presteza, eficiência e profissionalismo no exercício de suas funções, junto a 137ª Delegacia de Policia Civil, Miracema - RJ, atendendo a todos que procuram os serviços da delegacia, com dedicação e carinho. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. José Augusto Guedes para falar sobre sua situação. Com a palavra, o Sr. José Augusto agradeceu o espaço oferecido pela Câmara Municipal e disse que tem um documento onde seria marcada uma reunião para tratar da doação da casa do vigia hangar do Campo de Aviação na Câmara Municipal, por isso gostaria de saber se essa reunião realmente aconteceu, sendo eu está fazendo um trabalho investigativo dentro dos documentos em relação a sua casa. Disse que encontrou diversos documentos em nome de uma Sra., sendo que o terreno foi colocado no nome de uma outra pessoa que possui ligação com a mesma Sra. Esclareceu ela tinha falado para ele que não queria entrar no meio destes problemas. Por fim, disse que já sofreu muito em Miracema e que a Defensoria Pública não lhe deu a devida atenção, sendo que agradece todos os Vereadores, destacando que está fazendo um trabalho investigativo sobre a situação de seu terreno. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre, também inscrito o Sr. Sebastião Wellington para falar sobre as Reivindicações do Bairro Vale do Cedro. Com a palavra, o Sr. Sebastião esclareceu que veio representar os moradores do Bairro Vale do Cedro e mostrar as reivindicações em benefício do Bairro. Dessa forma, paasou a ler a lista de reinvindicações. Por fim, disse que diversas áreas verdes foram invadidas por ruas e que se coloca a disposição para mostrar os locais invadidos. O Vereador Hugo Fernandes perguntou quanto tempo a Praça está abandonada. o Sr. Sebastião disse que a Praça já está abandonada há mais ou menos uns 4 ou 5 anos, esclarecendo que o Bairro Vale do Cedro está um pouco abandonado. Por fim, entregou a lista de reivindicações aos Vereadores. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal, com a assinatura de todos os Vereadores, no sentido de que envide esforços a fim de que sejam realizadas as

ações descritas no pedido dos moradores do Bairro Vale do Cedro com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do referido bairro. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: Projeto de Lei que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2014/2017 e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1472, de 16 de dezembro de 2013. O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRACEMA-RJ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do artigo 81, da Lei Orgânica do Município, Faz saber que a Câmara Municipal do Município de Miracema decreta a seguinte LEI: Art. 1° Esta lei institui o Plano Plurianual do Município de Miracema, para o quadriênio de 2014/2017, em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 1º da Constituição Federal e será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual de cada exercício. § 1° A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no projeto de lei orçamentária. § 2° Para fins desta lei, considera-se: I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos; II - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais; III - Justificativa, identificação da realidade existente, de forma a permitir a mensuração dos problemas e necessidades a serem sanadas; IV - Ações, conjunto de procedimentos com vistas a possibilitar a execução dos programas, sendo discriminadas em projetos, atividades e operações especiais; V - Metas, objetivos quantitativos e financeiros em termos de produtos e resultados que se pretende alcançar. Art. 2° Nos termos da Lei Orgânica do Município e Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Lei estabelece os demonstrativos que compõem os programas com seus respectivos objetivos, justificativas e metas, bem como a fonte de receita para o custeio dos programas do Ente municipal, para o quadriênio 2014/2017, tendo como parte integrante os seguintes anexos: Anexo I – Estimativas das Receitas; Anexo II – Proposta de Programa Setorial – Identificação das Ações; Anexo III – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenv.do Programa Governamental; Anexo IV – Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras. Art. 3° Os programas que constituem os anexos de que trata o artigo anterior, constituem a integração entre os objetivos do Plano Plurianual, as prioridades e metas a serem fixadas na Lei de

Diretrizes Orçamentárias, bem como a programação do orçamento anual, referente ao quadriênio 2014/2017. Art. 4º A alteração, exclusão ou inclusão de um novo programa dentro da estrutura de planejamento, será sempre proposto pelo Poder Executivo, através de projeto de lei específico. Art. 5º As prioridades da administração municipal em cada exercício serão expressas na lei de diretrizes orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei. Art. 6º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a: I - atualizar as metas físicas das ações mediante decreto quando as receitas executadas não acompanharem as previsões da programação financeira da receita; II - alterar o órgão responsável por programas e ações; III - alterar mediante decreto os indicadores dos programas, sempre que tais modificações não requeiram mudança no orçamento do município; IV - alterar os valores das ações dentro de um mesmo programa mediante decreto; V – alterar as unidades de medida das ações e seus produtos desde que não alterem os seus objetivos finais; Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que contratou uma firma de outra cidade para fazer o calçamento do Bairro Vale do Cedro, que também fez a iluminação pública daquele bairro, com isso o Bairro começou a crescer e as pessoas começaram a construir suas casas. Acrescentou que foram contratados dois arquitetos para fazer Projetos para as Praças, uma para o Vale do Cedro, uma para Areias, sendo que a de Areias seria um estilo retro, por isso ficou decepcionado com o governo que lhe seguiu, pois ele não concluiu os referidos projetos. O Vereador Alexandre Barbosa Machado disse que quando era secretário de saúde sempre deixava uma ambulância a disposição do Distrito de Paraíso do Tobias. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está triste com a situação do Vale do Cedro. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou que o fosse encaminhado um ofício ao Sr. Prefeito Municipal reiterando o pedido do conserto do calçamento da Fundação Leão XIII. Deferido. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou que fosse encaminhado um requerimento a CAPPS/CAMEDS no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa os valores repassados pelo Poder Executivo da parte Patronal e também dos Servidores Municipais para a

CAPPS e CAMEDS, referente ao mês de dezembro de 2013, em conformidade com Lei Municipal nº 1.454 de 2013 Deferido. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que essa semana os problemas com os telefones em Paraíso do Tobias serão resolvidos. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que colocou uma emenda para a casa Pró vida de Itaperuna. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que tem orgulho de fazer parte desta Casa Legislativa e que o Prefeito tem dado suporte aos Vereadores. Disse que foi com alguns Vereadores em Brasília e todos estão empenhados em trazer recursos para o Município. Pro fim, disse que também foi realizada uma reunião com Governador e amanhã os Vereadores se encontrarão com ele de novo e irão entregar a reivindicação de Paraíso do Tobias. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 19/12/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

_____

_____

_____

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número sessenta e sete, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 143, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/SMAS nº 485/13 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando Relatório de Atividades Desenvolvidas no mês de novembro de 2013; 02) Ofício PMM/SMU nº 112/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo encaminhando as respostas dos ofícios nº 756, 762, 765, 817, 861, 865 e 911 de 2013; 03) Memorando PMM/SMOU nº 364/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; 04) Ofício PMM/GAB nº 737/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0861/2013; 05) Memorando PMM/SMOU nº 358/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0762/2013. O Vereador Carlos Magno de Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 06) Memorando PMM/SMOU nº 359/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0865/2013. O Vereador Carlos Magno de Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício PMM/GAB nº 738/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0911/2013; 08) Memorando PMM/SMOU nº 361/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0756/2013; 09) Ofício PMM/GAB nº 740/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0817/2013; 10) Ofício SME 212/2013 da Secretaria Municipal de Educação respondendo ofício nº 0751/2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares

e Alexandre Barbosa Machado solicitaram cópia deste ofício; 11) Ofício SME 202/2013 da Secretaria Municipal de Educação respondendo ofício nº 0891/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 12) Ofício da Empresa Pontão Locasite Ltda. respondendo ofício nº 1056/2013 sobre os problemas telefônico no Distrito de Paraíso do Tobias. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 13) Ofício PMM/GAB nº 703/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 869/2013. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou cópia deste ofício; 14) Ofício PMM/GAB nº 734/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 765/2013. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou cópia deste ofício; 15) Ofício PMM/GAB nº 736/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0694/2013. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou cópia deste ofício;16) Ofício PMM/GAB nº 722/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0958/2013. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 17) Ofício PMM/GAB nº 724/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0806/2013; 18) Memorando PMM/SMOU nº 362/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 362/22013. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou cópia deste ofício; 19) Memorando PMM/SMOU nº 360/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0911/2013; 20) Cartão desejando Feliz Natal aos Vereadores do Vice-Governador Pezão e Maria Lucia; 21) Memorando PMM/SMOU nº 363/2013 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0861/2013; 22) Ofício PMM/GAB nº 735/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0766/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 23) Ofício PMM/GAB nº 750/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que regulamentará o transporte individual de passageiros (Taxi). O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 24) Ofício PMM/PGM nº 566/2013 da Procuradoria Geral do Município encaminhando Projeto de Lei que Institui Programa de Desenvolvimento Sustentável e Cooperativismo no Município de Miracema; 25) Ofício PMM/SMAS nº 482/13 da Secretaria Municipal de Promoção Social convidando para a formatura dos alunos dos Cursos de Cabeleireiro, Corte e Costura e Culinária; 26) Ofício PMM/GAB nº 073/2013 encaminhando cópia da Lei nº 1.470 de 12 de dezembro de 2013; 27) Ofício nº 309/13

do Ministério da Tutela Coletiva Núcleo Santo Antônio de Pádua. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 28) Ofício nº 308/13 do Ministério da Tutela Coletiva Núcleo Santo Antônio de Pádua. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou cópia deste ofício; 29) Cartão desejando Feliz Natal aos Vereadores da Assessora Superior e Ex-Vereadora Maria José Marques. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja prorrogado o prazo do REFIS, por um período de 90 (noventa) dias, tendo em vista que o prazo atual e a demora na implantação do sistema impediu uma melhor divulgação junto à população. Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Secretário Estadual de Habitação - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam construídas 150 casas no Município de Miracema, uma vez que o Município está passando por um período de cheias e que existe uma área com riscos de desmoronamento, conforme documentação da Defesa Civil já encaminhada anteriormente. Aprovado. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Secretário Vinicius – Secretaria Especial dos Idosos - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de sejam construídas 03 academias ao ar livre no Município de Miracema, nos seguintes locais: a) Praça da Itália, no Bairro Vale do Cedro; b) No Centro de Convivência, no Parque de Exposições; c) No Bairro do Cruzeiro, na parte alta da cidade; Esclarecemos que tal solicitação possui o objetivo de beneficiar os idosos. Aprovado. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Secretário Estadual de Educação, Sr. Wilson Risolia - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa sobre a existência de alguma política estadual objetivando a municipalização das Escolas Estaduais Manoel Rodrigues de Barros, localizada no Distrito de Paraíso do Tobias, e a Prudente de Morais, localizada no 1º Distrito do Município de Miracema. Aprovado. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que é importante verificar o interesse dos professores. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja estudada a possibilidade de construção de um estacionamento em frente ao cemitério do Distrito de Venda das Flores. Tal solicitação tem o objetivo de conceder conforto e comodidade aos moradores do referido Distrito, uma vez que lá

não existe estacionamento. Deferido. 06) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que realize os mesmos procedimentos de reforma nos telhados de mais 06 (seis) residências localizadas no Conjunto Habitacional Armando de Azevedo (Paraíso do Tobias), onde vem ocorrendo vazamento em toda a extensão do telhado, visto que no mesmo local já foram feitas tais reformas, especialmente na residência da Sra. Maria do Carmo do Prado. Deferido. 07) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no sentido de que seja realizada a limpeza sobre a galeria existente em toda a extensão do Distrito de Paraíso do Tobias, bem como ao redor do Campo de Futebol Francisco Chacour e ao lado do Supermercado do Beto. Na oportunidade alertamos que, sem a limpeza, poderão ocorrer entupimentos nas bocas de lobo e alagamentos às residências ali existentes. Por fim, destacamos que as solicitações visam atender aos pedidos dos moradores do referido Distrito, com o Sr. Cesar Rodrigues da Silva. Deferido. 07) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Presidente do DER - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza (roçada) na via que liga Miracema ao Distrito de Paraíso do Tobias. Aproveitamos a oportunidade para agradecer a excelente limpeza já realizada este ano, entretanto tornou-se necessária a realização de uma nova limpeza. Aprovada. 08) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que sejam realizados o reparo e a limpeza na Barragem Seca do Hospital, uma vez que estamos nos aproximando do período de chuvas. Deferido. 09) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Presidente do DER-RJ, Dr. Henrique Alberto Santos Ribeiro - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja construído um acostamento na Avenida Samel, RJ 188, no Município de Miracema, tendo em vista que muitos munícipes utilizam esta via para a prática de caminhadas e ficam expostos a perigos sem esse devido espaço de acostamento. Aprovado. 10) Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a construção de um muro de arrimo na Rua Julia Miguel, em frente ao nº 20, no Bairro Bherto Barros, pois neste local existe um desmoronamento, oferecendo perigo e colocando em risco a vida dos cidadãos e moradores do referido local. Deferido. 11)

Vereador Hugo Fernandes - Ao Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja doado ao Município de Miracema o asfalto necessário para realização do recapeamento das ruas dos seguintes Bairros: Vila Nova, Vila José de Carvalho, Jardim Beverly, Bherto Barros e Jove. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. José Augusto Guedes para falar sobre sua situação particular. O Sr. José Augusto disse que veio entregar alguns documentos e passou a listar os referidos. Acrescentou que seus direitos constitucionais estão sendo desrespeitados, esclarecendo que sua causa é uma causa ganha, mas é difícil. Por fim, disse que não viu nos jornais da região nenhum caso igual ao dele, e que vai fazer panfletos para distribuir na cidade, pois está se sentindo constrangido. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se o Sr. José Augusto vem procurando a justiça. O Sr. José Augusto disse que já procurou a Defensoria e o Ministério Público para tentar resolver seu problema, mas ninguém está lhe ajudando. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que se compromete a comparecer na Defensoria Pública juntamente com o Sr. José Augusto para resolver este problema. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: Projeto de Lei que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício Financeiro de 2014. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Modificativa:** Altera de R$ 3.350,00, para R$ 1.350,00, a verba destinada ao Centro de Ação Social Nossa Senhora Aparecida e, de R$ 2.400,00, para R$ 4.400,00, a verba destinada para a APAE de Miracema-RJ. Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Modificativa:** Altera de R$ 1.350,00, para R$ 850,00, a verba destinada ao Centro de Ação Social Nossa Senhora Aparecida e, de R$ 4.400,00, para R$ 4.900,00, a verba destinada para a APAE de Miracema-RJ. Autoria: Vereador Alexandre Barbosa Machado. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. **c) Emenda Aditiva:** Criando rubrica junto a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, destinando recursos para estadia e locomoção de artistas miracemenses que forem participar de eventos que venham difundir a cultura miracemense assim como para músicos, grupos folclóricos e outros. Autoria: Vereador Alexandre Barbosa Machado. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por

unanimidade. Continuando, em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1473, de 19 de dezembro de 2013. O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRACEMA-RJ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Faz saber que a Câmara do Município de Miracema decreta a seguinte: Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Miracema para o exercício financeiro de 2014, nos termos do artigo 165, parágrafo 5º da Constituição Federal, Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendendo: I - O orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; II - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados; Art. 2º A receita total estimada no orçamento fiscal e na seguridade social, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R$ 70.445.822,59 (Sessenta milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinqüenta e nove centavos), conforme quadro I demonstrado em anexo. Orçamento Fiscal está fixado em R$ 44.039.922,59 (Quarenta e quatro milhões, trinta e nove mil, novecentos e vinte e dois reais e cinqüenta e nove centavos); Orçamento da Seguridade Social em R$ 26.405.900,00 (Vinte e seis milhões, quatrocentos e cinco mil e novecentos reais). Parágrafo Único - A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no anexo II - Resumo Geral da Receita.

Receitas Correntes	77.228.121,78
Receita Tributária	2.278.963,62
Receita de Contribuições	3.289.132,20
Receita Patrimonial	4.918.777,20
Receita Agropecuária	200.453,00
Receita Industrial	10.574,00
Receita de Serviços	17.074,00
Transferências Correntes	58.555.249,06
Outras Receitas Correntes	2.507.898,70

(-) Dedução para o FUNDEB	7.159.486,19
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	5.284.400,00
Receitas de Contribuições	5.284.400,00
Receitas de Capital	92.787,00
Operações de Crédito	287,00
Alienação de Bens	25.000,00
Outras Receitas de Capital	50.000,00
TOTAL DA RECEITA BRUTA	77.605.308,78
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	70.445.822,59

Art. 3º A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

POR ÓRGÃOS

a) Orçamento Fiscal

01 – Câmara Municipal de Miracema	2.600.600,00
02 – Prefeitura Municipal de Miracema	36.429.522,59
03 - Fundo Municipal de Assistência Social	128.800,00
06 – Fundação Educacional de Miracema	430.000,00
07 – Caixa As. Pr. Pensões Serv. Pub. Miracema	1.416.000,00
08 – Convênio de Assist. Médica dos Servidores	2.973.500,00
10 – Fundo Mun. Des. Urb. Hab. Inter. Social	61.500,00
Total do Orçamento Fiscal	44.039.922,59

b) Orçamento da Seguridade Social

01 – Câmara Municipal de Miracema	67.400,00
03 – Fundo Municipal de Assistência Social	2.443.000,00
04 – Fundo Municipal de Saúde	13.826.000,00
07 – Caixa As. Pr. Pensões Serv. Pub. Miracema	10.023.000,00
09 – Fundo Mun. Direito Criança e Adolescente	46.500,00
Total do Orçamento da Seguridade Social	26.405.900,00

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO 70.445.822,59

POR FUNÇÕES

a) Orçamento Fiscal

01 – Legislativa	2.579.600,00
04 – Administração	13.641.500,00
06 – Segurança Pública	441.000,00
12 – Educação	14.118.000,00
13 – Cultura	384.000,00
15 – Urbanismo	4.233.500,00
16 – Habitação	126.000,00
17 – Saneamento	115.000,00
18 – Gestão Ambiental	3.672.500,00
20 – Agricultura	2.197.000,00
26 – Transporte	700.000,00
27 – Desporto e Lazer	410.822,59
28 – Encargos Especiais	421.000,00
99 – Reserva de Contingência	1.000.000,00
Total do Orçamento Fiscal	44.039.922,59

b) Orçamento da Seguridade Social

08 – Assistência Social	2.489.500,00
09 – Previdência Social	10.090.400,00
10 – Saúde	13.826.000,00
Total do Orçamento da Seguridade Social	26.405.900,00
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	70.445.822,59

POR SUBFUNÇÕES

a) Orçamento Fiscal

031 – Ação Legislativa	2.579.600,00
122 – Administração Geral	20.413.322,59
182 – Defesa Civil	441.000,00
361 – Ensino Fundamental	12.053.000,00
364 – Ensino Superior	430.000,00
365 – Educação Infantil	1.600.000,00
392 – Difusão Cultural	69.000,00
451 – Infra-Estrutura Urbana	265.500,00

452 – Serviços Urbanos	1.022.000,00
482 – Habitação Urbana	126.000,00
512 – Saneamento Básico Urbano	115.000,00
541 – Preservação e Conservação Ambiental	2.521.500,00
542 – Controle Ambiental	75.000,00
544 – Recursos Hídricos	10.000,00
572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	464.500,00
601 – Promoção da Produção Vegetal	8.000,00
603 – Defesa Sanitária Vegetal	15.000,00
604 – Defesa Sanitária Animal	20.000,00
606 – Extensão Rural	820.000,00
812 – Desporto Comunitário	20.000,00
846 – Outros Encargos Especiais	421.000,00
999 – Reserva de Contingência	1.000.000,00
Total do Orçamento Fiscal	44.039.922,59

b) Orçamento da Seguridade Social

122 – Administração Geral	9.920.000,00
241 - Assistência ao Idoso	118.000,00
242 – Assistência ao Portador de Deficiência	40.000,00
243 – Assistência a Criança e Adolescente	790.500,00
244 – Assistência Comunitária	1.526.000,00
272 – Previdência do Regime Estatutário	5.867.400,00
301 – Atenção Básica	2.162.000,00
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.403.000,00
305 – Vigilância Epidemiológica	356.000,00
997 – Reserva do RPPS	4.223.000,00
Total do Orçamento da Seguridade Social	26.405.900,00
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	70.445.822,59

POR NATUREZA DA DESPESA

I – GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

a) Orçamento Fiscal

3 – Despesas Correntes

31 – Pessoal e Encargos	22.910.500,00
33 – Outras Despesas Correntes	18.084.422,59
4 – Despesas de Capital	
44 – Investimentos	1.624.000,00
46 – Amortização da Dívida	421.000,00
9 – Reserva de Contingência	
99 – Reserva de Contingência	1.000.000,00
Total do Orçamento Fiscal	44.039.922,59
b) Orçamento da Seguridade Social	
3 – Despesas Correntes	
31 – Pessoal e Encargos	6.750.400,00
33 – Outras Despesas Correntes	14.450.000,00
4 – Despesas de Capital	
44 – Investimentos	982.500,00
7 – Reserva Orçamentária do RPPS	
77 – Reserva de Contingência Previdenciária	4.223.000,00
Total do Orçamento da Seguridade Social	26.405.900,00
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	70.445.822,59

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a: I – Abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento de 2014, até o limite de 30% (trinta por cento) do total das despesas fixadas utilizando para isso o provável excesso de arrecadação e anulações de dotações, criando, se necessário, elementos de despesas dentro das unidades orçamentárias existentes. II – Excluem-se do limite mencionado no parágrafo anterior os créditos adicionais suplementares: a) excessos de arrecadação provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior. Parágrafo Único - Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária. Art. 5º - Os órgãos e entidades mencionados no Art. 1º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal. Art. 6º - Fica o poder executivo autorizado a

tomar as medidas necessárias para, em virtude de alteração na estrutura organizacional, ou na competência legal ou regimental de órgãos da administração Direta e de Entidades de Administração Indireta, adaptar o orçamento aprovado pela presente lei, à modificação administrativa ocorrida, inclusive criando unidades orçamentárias, funções, sub-funções, categorias de programação e natureza de despesa, necessárias à redistribuição dos saldos das dotações, observando o princípio do equilíbrio orçamentário, editando por Decreto as metas bimestrais de arrecadação e o cronograma de desembolso. Art. 7º - Ficam fazendo parte integrante desta Lei os anexos: Parte 1 - Adendos: Relação de Unidades; Rol de Projetos; Rol de Atividades; Fonte de Recursos; Parte 2 - Anexos da Lei 4.320/64: Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas; Anexo 2 – Receita Segundo as Categorias Econômicas; Anexo 2 – Natureza de Despesa Segundo as Categorias Econômicas – Unidade Orçamentária; Anexo 2 – Demonstração da Despesa por Unidades Orçamentárias Segundo as Categorias Econômicas; Anexo 6 – Programa de Trabalho; Anexo 7 – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais; Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos; Anexo 9 – Demonstrativo das Despesas por Funções; QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa; Parte 3 – Relatórios Gerenciais: G1 – Receitas de Impostos e Transferências Legais; G2 – Quadro Demonstrativo de Aplicações de Recursos em Manutenção do Ensino – MDE; G3 – Quadro Demonstrativo de Aplicações na Saúde; G4 – Quadro Demonstrativo Limite de Gastos com Pessoal; G5 – Demonstrativo da Compatibilidade do Orçamento com as Metas Fiscais da LDO; G6 – Demonstrativo da Estimativa da Receita com Memória e Metodologia de Cálculo; G7 – Cadastro de Auxílio e/ ou Subvenções Sociais. Art. 8º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014. Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Agradecimento para o Sr. Felipe Moreira Rodrigues e Sérgio Salim Amim, por acreditarem no potencial de Miracema e investirem, oferecendo aos miracemenses e visitantes um espaço moderno e aconchegante, o FAT CAT Bistrô. Dessa maneira, nossa cidade só tem a agradecer e desejar-lhes

sucesso nessa empreitada. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães desejou feliz natal e prospero ano novo para todos os presentes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para o Governador Sérgio Cabral pela doação de dois ônibus aos Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães solicitaram Moção de Aplausos para o Sr. Ivany Samel, pela aprovação das contas referentes ao Exercício de 2012, bem como por ter tido todas as suas catorze contas referentes às suas gestões. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Dr. Juarez Ângelo Pecly Júnior, pela dedicação, comprometimento e profissionalismo junto a Secretaria Municipal de Saúde (PU), inclusive pela disponibilidade no translado da paciente Sra. Maria das Neves Silva Ramos, do Município do Rio de Janeiro para o Município de Miracema, onde foi evidenciado alto espírito humanístico. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para a Servidora Municipal Joelsa Aleixo da Silva, pela dedicação, comprometimento e profissionalismo junto à Secretaria Municipal de Saúde (Posto de Saúde Venda das Flores), inclusive pela disponibilidade no translado da paciente Sra. Maria das Neves Silva Ramos, do Município do Rio de Janeiro para o Município de Miracema, onde foi evidenciado alto espírito humanístico. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para a Servidora Municipal Heldeane Pacheco do Nascimento, pela dedicação, comprometimento e profissionalismo junto à Secretaria Municipal de Saúde (Posto de Saúde Venda das Flores), inclusive pela disponibilidade no translado da paciente Sra. Maria das Neves Silva Ramos, do Município do Rio de Janeiro para o Município de Miracema, onde foi evidenciado alto espírito humanístico. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Os Vereador Gideão Duarte Gonçalves e Carlos Magno da Silva Peres solicitaram Moção de Aplausos para o Sr. Prefeito Municipal por não ter medido esforços para retirar o nome do Município de Miracema do CAUC, agradecendo todas as pessoas que tornaram isto possível. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier agradeceu aos Vereadores pela luta na resolução dos problemas em Paraíso do Tobias e os moradores já estão com suas linhas telefônicas funcionando normalmente. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou Moção de Pesar

para Sra. Sabrina Utrine Pagano Prado, em virtude do falecimento do Sr. Roberto Antônio Pagano. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o jovem Gabriel pela inauguração da Farmácia, desejando sucesso em seu nove empreendimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para os Funcionários desta Casa Legislativa pela eficiência e presteza na condução dos trabalhos da Câmara Municipal durante o ano de 2013. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 23/12/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 23 de dezembro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número sessenta e oito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 120. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 0733/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0756/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 02) Ofício PMM/GAB nº 752/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que Altera, revoga e inclui dispositivos na Lei Complementar nº 1.453/2013; 03) Ofício PMM/GAB nº 751/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que propõe e pede autorização para a prorrogação de prazo do "REFIS MIRACEMA"; 04) Cartão desejando Feliz Natal para todos os Vereadores do Vereador Gideão Duarte Gonçalves; 05) Ofício PMM/GAB nº 0741/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0762/2013. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício nº 349/2013 do Gabinete da Deputada Enfermeira Rejane respondendo ofício nº 0581/2013. Os Vereadores Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 07) Ofício nº 1969/13 do Ministério Público da Tutela Coletiva Núcleo Pádua encaminhando recomendação. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier e Gideão Duarte Gonçalves solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Dispõe

sobre os requisitos para a Declaração de Utilidade Pública e dá outras providências. Autoria: Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo e João Siqueira Magalhães. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que todas as entidades deverão ser tratadas de maneira igual. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que está sendo criado um critério municipal para que as entidades sejam consideradas de utilidade pública. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que com esta Legislação os Vereadores poderão ficar mais seguros em considerar as entidades utilidades públicas. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1474, de 23 de dezembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1. A sociedade Civil, a associação e a fundação, legalmente constituídas e em funcionamento no Município, sem fins lucrativos e com destinação exclusiva para servir desinteressadamente à coletividade, podem ser declaradas de utilidade pública no Município de Miracema, atendidos os seguintes requisitos: I - Certidão de Breve Relato, do Livro de pessoa jurídica, do Estatuto Social da entidade, expedida pelo respectivo Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica; II - Cópia da ata de eleição e de posse dos atuais membros da diretoria registrada no competente Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica; III - Certidão Criminal, Declaração de bens, Xerox do RG e CPF, do Presidente, Vice – Presidente, 1º e 2º Tesoureiro e Presidente do Conselho Fiscal; IV - Comprovante atualizado de inscrição e de situação Cadastral de Pessoa Jurídica emitida via internet, em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 18 de agosto de 2011 (C. N. P. J); V - Relatório das atividades desenvolvidas pela entidade no exercício anterior ao pedido bem como proposta de trabalho para corrente exercício, do cumprimento do requisito legal, que exige a prestação de serviços à coletividade, em determinado setor de maneira continuada. Não será aceito como relatório, a simples entrega de folhetos ou similares. É expressamente proibida a entrega de documentos encadernados; VI - Balanço patrimonial financeiro, bem como demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro do ano anterior ao pedido, devidamente assinado por Contador e Presidente; VII - Alvará de Localização emitido pelo órgão competente no exercício do pedido da concessão; VIII - Em se tratando de Fundações, além do inciso I ao IX,

cópia do Regimento Interno, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, se houver, e do comprovante de aprovação de seu ato constitutivo e alterações posteriores; IX - A entidade deverá apresentar comprovante de titularidade do imóvel, ou contrato de locação, permuta ou documento comprobatório que dispõe sobre a localização da entidade. Paragrafo Único: Será requisito indispensável para analise do pedido, a existência de clausula expressa no estatuto social de que os cargos do corpo diretivo não são remunerados e que entidade tenha personalidade jurídica há mais de 1 (um), com devida cópia integrada do Estatuto Social da entidade , devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica tendo em vista as alterações introduzidas pela Lei nº. 10.406, de janeiro de 2002 (Código Civil) e pela Lei nº. 11.127, de 28 de junho de 2005. Art. 2º. Qualquer entidade privada legalmente constituída, instituição publica, ou cidadão poderá requerer a renovação do ato declaratório de utilidade publica mediante representação fundamentada quando a beneficiaria deixar de: I - Cumprir as finalidades para as quais foi constituída; II - Preencher qualquer dos requisitos constantes do Art. 1º desta Lei. § 1º - A renovação do ato declaratório de utilidade pública ocorrerá pela edição de normas igual aquela que aconteceu ao titulo; § 2º - A renovação cujo ao ato de declaração de utilidade publica tenha sido revogada não poderá obter novo titulo de reconhecimento no período inferior a 03(três) anos contado da data da revogação. Art. 3º. Toda documentação deve ser apresentada em uma única via (fotocópia), bem como as documentações originais no ato da apresentação para que o responsável do recebimento verifique sua autenticidade, podendo os mesmos serem apresentados por cópias autenticadas. Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Aprova as diretrizes para a execução da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica a Saúde, institui a REMUME e da outras providencias aos Órgãos integrantes do Sistema Único de Saúde sob gestão da Prefeitura Municipal de Miracema – RJ. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1475, de 23 de dezembro de 2013. A CÂMARA MUNICIPAL aprova e eu, o Prefeito do Município de sanciono a seguinte Lei: Capitulo I Da Finalidade Art. 1° - Promover o uso racional de medicamentos e garantir o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, conferindo prioridade ao caráter preventivo

das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Art. 2º - Definir as rotinas de funcionamento dos sistemas integrantes da assistência farmacêutica municipal: seleção, padronização, prescrição, dispensação e controle de medicamentos no âmbito das unidades integrantes do Sistema Único de Saúde sob gestão a Prefeitura Municipal de Miracema. Art. 3º - Instituir no âmbito das Unidades integrantes do Sistema Único de Saúde, sob gestão da Prefeitura Municipal de Miracema a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) confeccionada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica do Município de Miracema, nomeada pela Portaria N° 522, de 14 de novembro de 2013. Capitulo II Das definições Art. 4º – Adotar-se-á, para efeitos desta lei, as seguintes definições: I - Denominação Comum Brasileira (DCB): designa a denominação do fármaco ou principio farmacologicamente ativo aprovado pelos órgãos federais responsáveis pela Vigilância Sanitária; II - Denominação Comum Internacional (DCI) – denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo recomendada pela Organização Mundial de Saúde; III - Medicamento: produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnostico; IV - Receita: prescrição escrita de medicamento, contendo orientação de uso para o paciente, efetuada por profissional legalmente habilitado, quer seja de formulação magistral ou de produto industrializado; V - Dispensação - ato de fornecimento ao consumidor de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, a título remunerado ou não; VI - Correlato - a substância, produto, aparelho ou acessório não enquadrado nos conceitos anteriores, cujo uso ou aplicação esteja ligado à defesa e proteção da saúde individual ou coletiva, à higiene pessoal ou de ambientes, ou a fins diagnósticos e analíticos, os cosméticos e perfumes, e, ainda, os produtos dietéticos, óticos, de acústica médica, odontológicos e veterinários; VII - Farmácia - estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica; VIII - Posologia - descreve a dose de um medicamento, os intervalos entre as administrações e a duração do tratamento; IX - Prescritores - profissionais de saúde credenciados para definir o medicamento a ser usado (médico ou dentista). Capitulo III Da padronização Art. 5º - A Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) será utilizada

como norteadora da qualidade de medicamentos utilizadas nas Unidades integrantes do Sistema Único de Saúde de Miracema, favorecendo a permanente disponibilidade dos produtos segundo as necessidades da população. Art. 6º - A Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) poderá ser alterada sempre que a exclusão ou inclusão de alguma tecnologia for decididamente importante para a promoção, proteção e recuperação da saúde da população. A inclusão/exclusão deverá ocorrer mediante preenchimento de formulário próprio (anexo I), e publicado em portaria por ato da administração publica municipal, assim que a Comissão de Farmácia e Terapêutica avaliar e autorizar a alteração do medicamento. Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde, através da Comissão de Farmácia e Terapêutica, instituiu a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), pactuando o elenco de medicamentos que farão parte da Assistência Farmacêutica Básica do Município de Miracema. Serão usadas como base a Relação Estadual de Medicamentos Essenciais (Deliberação CIB-RJ 1.589 de 09 de fevereiro de 2012) e a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Portaria nº 533, de 28 de março de 2012), que atendem a maioria das necessidades da população que utilizam o serviço de saúde da Atenção Básica. Art. 8º - Cada medicamento será designado pela Denominação Comum Brasileira (DCB), acompanhado de apresentação farmacêutica e concentração, e estarão descritos em ordem alfabética. Capitulo IV Da prescrição Art. 9º - A prescrição será precedida de consulta por profissional habilitado, devidamente registrada em prontuário para acompanhamento da rotina do paciente. Art. 10 - No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as prescrições devem adotar, obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB), instituída pela Portaria N° 1.179, de 17 de junho de 1996, da ANVISA, ou na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), conforme determina o artigo 3° da Lei Federal N° 9.787/1999: Art. 11 - As prescrições deverão estar escritas ou digitalizadas por extenso, em português, com letra legível e sem rasuras, observadas a nomenclatura do Sistema de Pesos e Medidas oficiais, em consonância com o Artigo 35 da Lei N° 5.991/73, estar em 2 vias, além de conter: I - Nome completo do Paciente; II - Nome e Concentração do medicamento prescrito; III - Posologia com duração do tratamento; IV - Assinatura do profissional prescritor, com respectivo carimbo contendo o número de registro no Conselho da Classe e seu nome legível; V - Local e data; Art. 12 - A prescrição é um

documento individual, salvo em alguns casos onde o próprio prescritor colocar na receita tratamentos subjacentes a entes próximos como o parceiro (a) e familiares, como tratamentos/prevenção para Doenças Sexualmente Transmissíveis em casais e tratamentos para Escabiose e Verminoses, onde o tratamento deve ser extensivo a toda a família. Parágrafo único: No sistema informatizado de dispensação de medicamentos por paciente, nos casos citados acima, a liberação dos medicamentos de ser feita de forma individualizada. Art. 13 - As prescrições para tratamentos de doenças agudas terão validade de 10 (dez) dias a partir da data de emissão. Art. 14 - As prescrições de medicamentos para doenças crônicas terão validade de 3 meses (90 dias) consecutivos a partir da data de emissão. Parágrafo único: Cabe ao prescritor definir se o medicamento é de uso contínuo, devendo, OBRIGATORIAMENTE, registrar o termo USO CONTÍNUO ao lado do nome do medicamento em questão para que sua prescrição tenha validade por 6 meses (180 dias). Art.15 - Prescrições de contraceptivos de uso continuo terão validade de 12 meses (365 dias). Art. 16 - As prescrições de medicamentos controlados seguirão as regras estabelecidas pela Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998, que aprova o regulamento técnico destas substâncias. Capitulo V Da Dispensação Art. 17 - Os medicamentos padronizados pela Secretária Municipal de Saúde serão fornecidos gratuitamente aos pacientes residentes no município de Miracema que tenham passado por consulta nas Unidades de Saúde do Município, nas unidades credenciadas ao SUS, particulares ou privadas. Art. 18 - A dispensação de medicamentos para a população ocorrerá na Farmácia do Posto de Saúde Irineu Sodré, e acontecerá, impreterivelmente mediante a apresentação da prescrição, atendendo ao disposto no capitulo IV desta portaria. Art. 19 - A prescrição, conforme descrito no capitulo IV, é um documento individual, portanto a dispensação será feita diretamente ao paciente ou a seu requerente (se maior de 18 anos) mediante apresentação de documento de identificação ou o Cartão Nacional do SUS do usuário (paciente). Art. 20 - A distribuição de medicamentos para as Unidades básicas de saúde ocorrera a partir do Almoxarifado Central situado no Posto de Saúde Irineu Sodré. Parágrafo único: Nas demais unidades básicas de atendimento, a dispensação de medicamentos ocorrera apenas para aqueles pertinentes a programas do Ministério da Saúde e não para tratamentos de uso continuo. Nestes postos serão encontrados

medicamentos para curativos, pequenas emergências, inalação e injetáveis de simples administração. Art. 21 - Os medicamentos injetáveis estarão disponíveis para uso dentro da própria Unidade Básica de Saúde, sendo proibida sua dispensação para uso fora da Unidade. Art. 22 - No momento da dispensação, a primeira via do receituário será devolvida ao paciente e a segunda via devera ficar retida na farmácia, para fins de comprovação de movimentação, onde será arquivada para fins administrativos. Parágrafo único: É vedado o atendimento de receituários contendo rasuras. Art. 23 - O dispensador deverá registrar no receituário, através de carimbo a quantidade do medicamento que foi dispensado, em numero de comprimidos/frascos/tubos, a data do atendimento e seu nome de forma legível. Art. 24 - Será fornecida quantidade de medicamentos de uso contínuo para um período máximo de 30 (trinta) dias de tratamento. Art. 25 - Para fornecimento de medicamento de uso contínuo, o usuário deverá utilizar a 1ª via do receituário para retirar o(s) medicamento(s) mensalmente, durante o prazo estabelecido pelo prescritor, desde que não exceda 180 (cento e oitenta) dias, onde será registrada a entrega e solicitado ao paciente um novo receituário para os próximos meses. Art. 26 - Os medicamentos utilizados para tratamento de doenças agudas serão dispensados conforme posologia descrita na receita medica. Nos casos onde não houver descrição indicativa da duração do tratamento será fornecido para um prazo máximo de 07 (sete) dias de tratamento. Art. 27 - Os medicamentos utilizados para realizar curativos, inalação e os injetáveis serão administrados na própria unidade Básica de Saúde e não serão dispensados aos pacientes, devendo estes retornar a unidade para cada administração, mediante a apresentação do receituário. Nesse caso excetuam-se as insulinas. Art. 28 - Nos casos em que houver atendimento domiciliar pelas equipes de saúde dos postos, os medicamentos poderão ser retirados das unidades, administrados e depois retornados as mesmas. Art. 29 - Os receituários de antimicrobianos terão validade para a dispensação de 10 (dez) dias a partir da data de emissão, conforme RESOLUÇÃO-RDC ANVISA, Nº 20, DE 5 DE MAIO de 2010. Art. 30 - Os medicamentos utilizados para controle do planejamento familiar, os contraceptivos de uso continuo, serão dispensados diretamente no CASM - Centro de Atenção a Saúde da Mulher ou na Unidade Básica de Saúde da área de abrangência do paciente. Art. 31 - A dispensação dos medicamentos controlados pela Portaria nº 344 de 12 de maio de

1998 (ANVISA) seguirão as normas estabelecidas por esta portaria. Art. 32 - Toda dispensação realizada na farmácia do Posto de saúde Irineu Sodré ocorrera mediante utilização de um sistema informatizado, onde o paciente primeiramente terá que fazer um cadastro, apresentando: -documento de identidade; -CPF; -cartão nacional do SUS; -comprovante de residência; -no caso de crianças ainda sem documentos: devera ser apresentada certidão de nascimento, porém fica indispensável o comprovante de residência dos pais e o cartão nacional de saúde do paciente. Art. 33 - Toda dispensação será registrada no sistema informatizado da farmácia, por paciente e quantidade de medicamentos retirados. O sistema permitira o controle de retiradas por paciente e das Unidades de Saúde, emissão de relatórios de atendimentos, controle de estoque atual e entradas e saídas de medicamentos. Parágrafo único: O Histórico de cada paciente devera ser consultado sempre que o paciente se dirigir a farmácia, para avaliar se o mesmo está no prazo de fazer novas retiradas ou não. Art. 34 - Os medicamentos que pertencem aos programas de Tuberculose/Hanseníase e DST / AIDS ficarão armazenados na farmácia do Posto de Saúde Irineu Sodré e serão dispensados pelo funcionário responsável pelo setor de Epidemiologia, com a supervisão do farmacêutico responsável. Art. 35 - A dispensação de medicamentos no Posto de Saúde Irineu Sodré ocorrera durante o horário de funcionamento do mesmo, que é das 7hs as 16hs, obedecendo o cronograma de cada ano (feriados e datas especiais). Art. 36 - Nas Unidades de Saúde onde não há sistema informatizado de dispensação, esta ocorrera exclusivamente para pacientes consulados naquela unidade, mediante carimbo comprobatório na receita e retenção da segunda via da mesma para fins de comprovação. Art. 37 - Os medicamentos de suporte aos pacientes renais crônicos que fazem Hemodiálise nas redes Credenciadas ao SUS – Miracema, também serão dispensados na farmácia do Posto de Saúde Irineu Sodré, devendo ser esta o ponto de referencia e apoio a tudo o que estes pacientes necessitarem. Capitulo VII Das Disposições Finais. Art. 38 - Fica vetada a dispensação/fornecimento de medicamentos para menores de 18 (dezoito) anos desacompanhados. Art. 39 - A farmácia do posto de saúde contara com um farmacêutico responsável em todo o período de funcionamento, além dos funcionários da dispensação, que trabalharão sob a supervisão do mesmo. Art. 40 - A farmácia judicial contara com um farmacêutico

responsável técnico exclusivo também durante todo seu horário de funcionamento. Art. 41 - A Unidade de Saúde, na figura de seu coordenador, é responsável pelo cumprimento das normatizações dispostas nesta Portaria. Art. 42 - A responsabilidade pelo fornecimento de receituário em duas vias ao usuário é da instituição que está prestando o atendimento. Art. 43 - Fica padronizado que quando houver a prescrição de 1 (uma) caixa, deve-se dispensar comprimidos/cápsulas para 30 dias. Art. 44 - Fica proibida a dispensação do(s) medicamento(s) cujo receituário não obedeça(m) os critérios citados nesta Portaria. Art. 45 Caberá ao Coordenador Municipal da Assistência Farmacêutica a supervisão de todo funcionamento estabelecido por esta portaria e decidir sobre os casos que por ventura aqui não estejam citados. Art. 46 - Caberá ao Coordenador de Assistência Farmacêutica Municipal supervisionar todas as Unidades Básicas de Saúde, a fim de garantir que todos os procedimentos relacionados a aquisição pelo Almoxarifado Central, armazenamento e dispensação de medicamentos sejam cumpridos com rigor de acordo com as normas vigentes para cada aspecto. Art. 47 - Caberá aos farmacêuticos do Sistema fazer a intercambialidade entre os medicamentos Genéricos, de Referencia e similares sempre que se fizer necessário. Art. 48 - Os medicamentos dispensados no CASM serão exclusivamente para os pacientes desta Unidade. Art. 49 - Fica sob responsabilidade dos farmacêuticos do município a confecção dos pedidos de medicamentos e materiais necessários ao bom funcionamento da rotina de cada unidade, assim como participar do recebimento e conferencia de todos os pedidos que chegarem ao Almoxarifado Central. Parágrafo único: Na ausência do farmacêutico, os funcionários da farmácia/almoxarifado estarão autorizados a receber os medicamentos, assim como conferir e assinar as notas fiscais de recebimento. Art. 50 - Os gestores prestarão contas ao Conselho Municipal de Saúde sempre que solicitado, no que tange as movimentações de medicamentos (aquisições e dispensações). Art. 51 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições ao contrário. **03)** Projeto de Lei que Autoriza a concessão de Plano de Assistência Familiar para os Servidores Municipais. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1476, de 23 de dezembro de 2013. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art 81 da Lei Orgânica

Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, aos servidores públicos ativos, plano de assistência familiar. Art. 2º- Fica autorizado, ainda, a contratação de empresa prestadora do serviço de assistência familiar, que será precedida do devido processo licitatório, nos termos da Lei 8.666/1993. Art. 3º- As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário. Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moções de Aplausos para as pessoas que estiveram presentes em quase todas as sessões das câmaras do ano de 2013. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres esclareceu que ficou praticamente acordado que o CEDERJ funcionará na Escola Solange do Amaral. O Vereador Maurício Sant'Ana disse que no ano de 2014 será implantado no Município de Miracema o projeto de piscicultura, sendo que este Projeto será muito importante para o Noroeste Fluminense. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves agradeceu que Vice Governador Pezão pelo auxílio na implantação do CEDERJ em Miracema, acrescentando que tem o objetivo de apresentar algumas emendas ao Projeto de Lei que altera o Código Tributário. O Vereador Gilson Teixeira Sales desejou um Feliz Natal para todos os presentes. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva desejou um Feliz Natal para todos os presentes. O Vereador Hugo Fernandes desejou um Feliz Natal para todos os presentes. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 26/12/2013, às 16 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 26 de dezembro de 2013.

_____

_____

_____

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número sessenta e nove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Alexandre Barbosa Machado, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gideão Duarte Gonçalves, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 13, Versículos de 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Cartão desejando Feliz Natal para todos os Vereadores do Sr. Prefeito Municipal Juedyr Orsay; 02) Cartão desejando Feliz Natal para todos os Vereadores do Deputado Gustavo Tutuca; 03) Parecer Técnico nº 1587/2013 CGUE/DAHU/SAS/MS da Secretaria de Atenção à Saúde – Ministério da Saúde respondendo ofício nº 0633/2013. Os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo Municipal de Miracema – a prorrogar o prazo para o pagamento de Impostos Municipais através do REFIS MIRACEMA e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1477, de 26 de dezembro de 2013. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciona a seguinte Lei: Art. 1º – Fica prorrogado o prazo para o pagamento dos Impostos Municipais para mais (sessenta) dias, ou seja, até o dia 28 de fevereiro de

2013, alterando o que dispõe sobre o prazo de pagamento da Lei Municipal Nº 1.462/2013. Art. 2º – Todos os demais artigos da Lei Municipal Nº 1.462/2013, permanecem na íntegra, não havendo, portanto, quaisquer alterações; Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Altera, revoga, e inclui dispositivos na Lei Municipal Nº 1.453 de 26 de setembro de 2013. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que a intenção do Projeto atual é melhorar a situação para a população. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que durante a votação do Código Tributário foi dito que os impostos não sofreriam reajustes muito altos. O Vereador Hugo Fernandes disse que quando o Projeto chegou foi dito que ele teve sua tramitação muito rápida, agora chegou um novo projeto para beneficiar e corrigir alguns equívocos. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que todos os Vereadores tiveram a oportunidade de apresentar suas emendas, tendo o direito de fazer as mudanças necessárias. O Vereador Gideão esclareceu que o Projeto de Lei é uma indicação do Poder Executivo e, por isso vai apresentar algumas Emendas, sendo que os Vereadores conseguiram incluir a isenção de IPTU para os aposentados no Código Tributário. Continuando, foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Supressiva:** "Suprimir o inciso I do artigo 157". Autoria: Vereador Gideão Duarte Gonçalves. **b) Emenda Aditiva:** Acrescentar a Nomenclatura Anexo III e Anexo IV nas tabelas referidas pelo artigo 148 e 149. Autoria: Vereador Gideão Duarte Gonçalves. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que é preciso estudar as emendas, pois elas estão tratando de assuntos diferentes do tratado no Projeto. O Vereador Hugo Fernandes concedeu um intervalo de 10 minutos para que as Emendas fossem estudadas. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou a retirada de suas emendas. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado com três votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier, e sete votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1.478, de 26 de dezembro de 2013. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Artigo 81 da Lei

Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. O art. 279 da Lei Municipal Nº 1.453 de 26 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte alteração: "Art. 279 - A Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos é devida anualmente, a partir do exercício seguinte ao início da operação, por ocasião da necessária renovação do Alvará de Instalação e Localização." Art. 2º. O art. 149 da Lei Municipal Nº 1.453 de 26 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte alteração: "Art. 149 .....; § 1º. A fração ideal da unidade imobiliária autônoma de que trata o inciso II deste artigo é determinada pela razão entre a área da edificação da unidade autônoma e a área total das edificações existentes em um único lote. VVE = VM2C x CC x AU x FA x FP x FS x FE X FI Onde: VM2C = Valor do Metro quadrado da Construção CC = Categoria da Construção AU = Área da Unidade FA = Fator de Alinhamento FP = Fator de Posicionamento FS = Fator de Situação FE = Fator de Estado de Conservação FI = Fator de Idade do Imóvel" Art. 3º. A alteração na Planta Genérica de Valores e nas alíquotas decorrentes da Lei Complementar Nº 1.453 de 26 de setembro de 2013, não poderá proporcionar, de um ano para outro, acréscimo no valor total dos impostos e taxas que compõem o IPTU, devido em 31 de dezembro do ano anterior, superior aos seguintes limites: I - 15% (quinze por cento) para os imóveis com fins residenciais, e II - 20% (vinte por cento) para os terrenos e imóveis com fins não residenciais. §1º. A aplicação do limite será feita, ano a ano, até que seja exigido integralmente o imposto. §2º. A Aplicação do limite será feita de forma proporcional entre os impostos e taxas que compõem o IPTU. Art. 4º. Fica revogado o artigo 152 da Lei Complementar Nº 1.453 de 26 de setembro de 2013. Art. 5°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Alexandre Barbosa Machado desejou Feliz Ano Novo para todos. O Vereador João Siqueira Magalhães também desejou um próspero Ano Novo para todos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier também desejou um próspero ano novo para todos. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves desejou um ano novo de paz e saúde para todos. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a compreensão de todos durante seu primeiro ano de gestão, pedindo desculpas por qualquer desagrado. Esclareceu que ficou um pequeno resto a pagar para ano que

vem e que este ano aconteceu muito investimento interno na sede, com a compra de computadores, ar-condicionado. Acrescentou que ano que vem irá fazer uma economia nos primeiros seis meses, esclarecendo que se algum Vereador conseguir renegociar os valores da rádio o programa poderia voltar. Disse, ainda, que que não tinha acreditado muito no Projeto da Piscicultura, entretanto o Vereador Maurício Sant'Ana Soares participou da reunião e abraçou o Projeto, assim acredita que ele será de grande importância para o Município e para todo o Noroeste Fluminense. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu as palavras do Presidente e que teve o prazer e a honra de participar da reunião com o Eduardo Lopes. O Vereador Hugo Fernandes disse que os Vereadores Alexandre Barbosa Machado, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva e Paulo Sérgio de Azevedo irão ficar de plantão durante o mês de janeiro de 2014. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 03/02/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta e oito da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 22. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite da Secretaria Municipal de Saúde para a VIII Conferência Municipal de Saúde; 02) Edital de Convocação para Assembleia Extraordinária do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema; 03) Ofício nº 026 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema respondendo o ofício nº 141/2019; 04) Ofício do Sindicato Rural de Miracema sobre a manutenção das estradas vicinais do Município de Miracema; 05) Convite para o Café Comunitário do 36º Batalhão da Polícia Militar; 06) Projeto de Resolução que Cria uma Comissão Especial com o objetivo de atualizar a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara Municipal de autoria da Mesa Diretora; 07) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Luis Claudio Barros de Sousa, de autoria da Mesa Diretora; 08) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Felipe Alvim de Lima, de autoria da Mesa Diretora; 09) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Mariana Ribeiro Titonele, de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo; 10) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Luiz Francisco da Silva Filho, de autoria do Vereador Paulo Cesar da Cruz de Azevedo; 11) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã

Miracemense à Sra. Camila Dias Leão, de autoria da Vereadora Maria Alessandra Leite Freire; 12) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Cecília Angelina Horta Araújo, de autoria da Vereadora Maria Alessandra Leite Freire; 13) Projeto de Decreto Legislativo que concede a Comenda Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes à Sra. Maria José Ferreira, de autoria da Vereadora Maria Alessandra Leite Freire; 14) Projeto de Decreto Legislativo que concede a Comenda Mérito Ecológico à Sra. Celeste Alzira Scramingon Deziderio, de autoria do Vereador José Augusto Martins. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Encaminho recomendação, conforme já conversado entre as partes, no sentido de que seja realizada a mudança da época das podas das árvores, considerando os tópicos abaixo relacionados: a) Considerando que o período de reprodução das aves vai de outubro a março; b) Considerando que neste período há uma invasão de aves na cidade de Miracema, a procura de árvores para fazer o seu ninho; c) Considerando que vários ninhos ficam expostos ao sol escaldante e aos ventos, atualmente por conta da poda inadequada realizada pela Municipalidade; d) Considerando que atualmente existem estudos que há um período pré-definido para as podas de arvores urbanas; e) Considerando que a finalidade da poda também é de prevenção de acidentes iminentes; f) Considerando que a poda das arvores urbanas são basicamente para eliminar galhos secos e senis, que perderam sua função na copa da árvore; g) Considerando que a poda feita no período chuvoso pode contribuir para que a árvore, com a exposição do corte, possa ser contaminada com fungos e bactérias resultando no seu apodrecimento, onde se constata a infestação de cupim e outros parasitas que se alojam nas árvores; h) Considerando que no verão as temperaturas se elevam, e as sombras amenizam a temperatura, bem como a copa da arvore é utilizada por pássaros para cria de seus filhotes, assim como tais pássaros evitam as infestações de insetos, fungos e parasitas; i) Considerando que a poda radical pode acelerar consideravelmente o processo de extinção de algumas espécies. Dessa forma, sugerimos que a Secretaria de Meio Ambiente determine técnicos, que tem conhecimento do manejo, para que acompanhem os funcionários na execução das podas nas árvores, de maneira que preservem as espécies e a natureza, como

também que as podas sejam realizadas no período correto, ou seja, o período recomendável para a poda é no período dos meses de maio a agosto, época de dormência das árvores. Vale ressaltar, ainda, que a modificação do período das podas irá trazer ao meio ambiente melhorias, que beneficiarão a população, a fauna e a flora. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma visita no Centro Especializado de Odontologia (CEO), tendo em vista que existe uma cadeira de dentista sem utilização por causa da falta de sua instalação. Dessa maneira, solicitamos que sejam tomadas as devidas providências para que seja realizada a instalação da referida cadeira. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que sejam providenciadas anestesias para os dentistas do Centro Especializado de Odontologia (CEO), tendo em vista que está faltando o referido material para os atendimentos dos pacientes. Deferido. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Procuradoria Geral do Município - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa a possibilidade de não ser retirado a insalubridade dos servidores públicos, quando eles tirarem suas respectivas férias e até 02 meses de licença médica. Deferido. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Considerando a importância da iluminação pública, tanto ao que concerne à prevenção de acidentes nos trajetos, tanto quanto por prevenir crimes. Considerando que a Rua Francisco Procópio encontra-se no centro de nossa cidade, e ainda, que na mesma encontram-se vários comércios que contribuem com a taxa de iluminação pública, sendo a taxa de iluminação relacionada ao consumo dos mesmos o que eleva o valor da contribuição. Considerando que a Rua Carolina Azevedo Leite encontra-se em estado lastimável quanto a iluminação, principalmente próximo ao nº 26. Venho por meio do presente requerer seja instalada lâmpada em um dos postes da rua em epígrafe, bem como seja instalado braço de luz no segundo poste situado à mesma (considerando o sentido contrário à mão da rua), por ser questão de segurança pública e bem estar social. Deferido. 06) Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Hugo Fernandes solicitaram uma Moção de Pesar para o Ex-Vereador João Siqueira Magalhães e demais familiares, pelo falecimento de seu irmão Genuíno Siqueira Magalhães. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 07) Vereador Maurício

Sant'Ana Soares - Ao Deputado Federal Áureo Lídio Ribeiro - Solicitação no sentido de que envide esforços junto a ANATEL, a fim de que seja providenciado sinal digital (aberto), para os canais Canção Nova, Record e Bandeirantes, pois atualmente só estamos contando com a Rede Globo e com o SBT. Aprovado. 08) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que esta Secretaria que olhe com carinho a situação do bairro Carrapichão, que muito necessita de um mutirão de limpeza pois o mesmo está com mato alto, lixo, entulho e animais peçonhentos, objetivando atender solicitação dos moradores daquele local. Deferido. 09) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À COOPECREM de Miracema-RJ - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de disponibilizar latões de lixo nos seguintes bairros abaixo relacionados: * 03 Venda das Flores; * 01 Pernambuco; * 03 Santa Tereza; * 03 Jardim Beverly; * 02 Nossa Senhora Aparecida; * 03 CEHAB; * 03 Carrapichão; * 02 Centro Redentor; * 03 Hospital; * 02 Fazendinha; * 03 Cruzeiro; * 02 Jove; * 02 Caloy. Deferido. 10) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma Etapa Nacional de Rodeio de Barretos com a "Cia de Rodeio Tony Nascimento", tendo em vista que nossa população tem grande admiração e paixão por este esporte. Deferido. 11) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja providenciada a poda das árvores na Praça da CEHAB, pois durante a noite a referida praça se encontra muito escura trazendo insegurança aos moradores do local. Deferido. 12) Vereador José Augusto Martins - Reiteração - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza na galeria localizada na Rua Melchíades Picanço, perto do Marcelo do gás. Deferido. 13) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja feita uma reforma na quadra de esportes da CEHAB. Deferido. 14) O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Sra. Maria Auxiliadora Valério Ribeiro, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 15) O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos para a Sra. Anézia Valério Ribeiro Gabriel, a parabenizando por ser um exemplo de vida e dedicação à sua família. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 16) O Vereador Hugo Fernandes

solicitou uma Moção de Aplausos para o Sr. Josemar Barbosa, o parabenizando pelos seus 31 anos de serviços prestados ao Município de Miracema, especificamente na área de saúde, sendo um Servidor exemplar. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 17) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que sejam tomadas as devidas providências em relação à uma árvore localizada na entrada do Distrito de Venda das Flores, tendo em vista que alguns galhos foram cortados, mas a referida árvores está muito seca e caindo em cima do asfalto, gerando diversos riscos para os motoristas. Deferido. 18) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma manutenção na iluminação da Praça Dona Ermelinda, tendo em vista que o local está muito escuro no período noturno, gerando diversos riscos para a população. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 05 (cinco) Projetos de Lei e 01 (um) Projeto de Decreto Legislativo: **01)** Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Dona Ermelinda a Sra. Heldeane Pacheco do Nascimento. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 105, de 01 de abril de 2019. **02)** Projeto de Lei que Inclui o Mês de Marco Lilás no Calendário Oficial do Município de Miracema. Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que esse Projeto é suma importância para o Município, pois é uma forma de alertar as mulheres para os problemas de saúde, acrescentando que outros municípios já estão adotando esta ideia. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.816, de 01 de abril de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Inclui no calendário oficial do Município de Miracema o seguinte o Mês de Março Lilás, a ser realizado anualmente no mês em destaque, dedicado à conscientização das mulheres a respeito da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de colo de útero. Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que Concede revisão geral linear de vencimentos e salários, conforme art. 37, X da Constituição Federal. Autoria: Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** O Art. 4º do Projeto de Lei passa a ter a seguinte redação: "Art. 4° - Esta

lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01 de março de 2019, revogadas as disposições contrarias ou incompatíveis". Autoria: Todos os Vereadores. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.817, de 01 de abril de 2019. O Prefeito do Município de Miracema, no uso das atribuições disposta no inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal - LOM, faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica concedida uma revisão geral anual e linear de vencimentos e salários, de 04% (quatro por cento); a todo o pessoal ativo, inativo, pensionista e comissionado da Prefeitura Municipal de Miracema, na forma das tabelas - Anexo I. § 1º - São excluídos da revisão do artigo, os Servidores Municipais Ativos, Inativos, e Pensionistas que foram contemplados com majoração anual do salário mínimo, dentro do presente exercício, por força do dispositivo do Governo da União, que rege o Piso do Mínimo Nacional. § 2º - Os ocupantes do cargo efetivo de professor, inclusive os aposentados e pensionistas, que tiveram seus vencimentos reajustados e fixados proporcionalmente ao Piso Salarial Nacional dos Professores, através de decisão judicial transitada em julgado, não serão atingidos pela disposição do caput do art. 1º. § 3º - Os ocupantes do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde e Agente Comunitário de Endemias, de que trata a Lei Municipal Nº 1.632, de 09 de maio de 2016, não serão atingidos pela disposição do caput do artigo 1º, em face de já terem seus vencimentos alterados por força da Lei Federal Nº 13.708, de 14 de agosto de 2018. § 4º - A revisão de que trata o caput será concedida da seguinte maneira; a) 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) a partir de 1º de abril/2019. b) 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) a partir de 1º de maio/2019. c) 1% (um por cento) a partir de 1º de junho/2019. § 5º - Os percentuais de aumento incidirão sobre o vencimento base de dezembro/2018, com as ressalvas dispostas no artigo. § 6º - Os percentuais são acumuláveis até atingir o percentual total de 04% (quatro por cento), na forma das tabelas - Anexo I. Art. 2° - Tendo em vista o disposto no § 6º do artigo 17 da LRF, o dispositivo esta dispensado do cálculo do impacto orçamentário financeiro. Art. 3° - As despesas decorrentes do presente dispositivo legal estão previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e são consignadas em dotações próprias

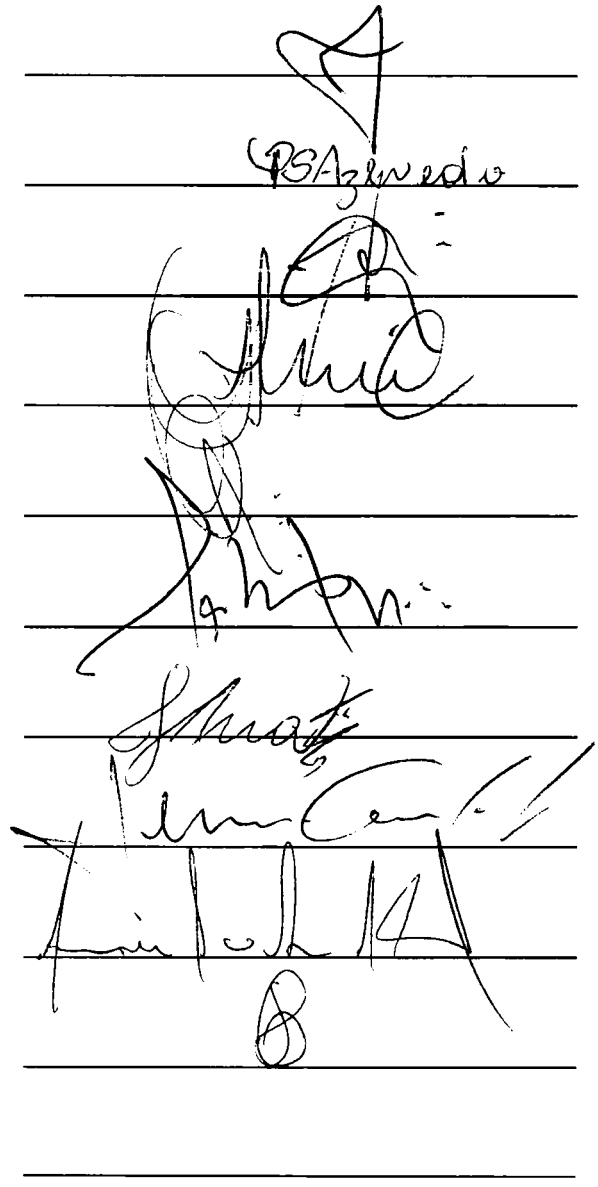
de cada unidade administrativa, pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e correspondente Plano Plurianual (PPA). Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01 de março de 2019, revogadas as disposições contrarias ou incompatíveis. **04)** Projeto de Lei que Concede revisão geral linear de vencimentos e salários, conforme art. 37, X da Constituição Federal ao pessoal do Quadro da Câmara Municipal de Miracema. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.818, de 01 de abril de 2019. O Prefeito do Município de Miracema no uso das atribuições dispostas no inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal - LOM, faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica concedida uma revisão anual e linear de salário, de 04%(quatro por cento); a todo o pessoal ativo, inativo e pensionista, do Quadro da Câmara Municipal de Miracema. § 1º - Incluem-se na revisão do caput os Agentes Políticos, os ocupantes de Cargos Comissionados, bem como o pessoal do Quadro Permanente, Comissionados, Função Gratificada e Comissionada. § 2º - São excluídos da revisão do artigo, os Servidores Municipais Ativos, Inativos, e Pensionistas que foram contemplados com majoração anual do salário mínimo, dentro do presente exercício, por força do dispositivo do Governo da União, que rege o Piso Mínimo Nacional. Art. 2° - Tendo em vista o disposto no § 6º, artigo 17 da LRF, o presente dispositivo fica dispensado dos cálculos de impacto orçamentário financeiro. Art. 3° - As despesas decorrentes do presente dispositivo legal estão previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e são consignadas em dotações próprias de cada unidade administrativa, pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e correspondente Plano Plurianual (PPA). Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2019, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.263, de 06 de agosto de 2009, revogadas as disposições contrarias ou incompatíveis. **05)** Projeto de Lei que dispõe sobre a Revisão Anual do Piso Nacional aos Professores do Magistério Municipal e dá outras providencias. Autoria: Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.819, de 01 de abril de 2019. O Prefeito do Município de Miracema, no uso das atribuições disposta no inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal - LOM, faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu

sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a conceder reajuste no Piso Salarial dos cargos dos Professores de Educação Infantil, dos Professores do Ensino Fundamental e demais Professores da Rede Municipal de Ensino, incluindo aposentados e pensionistas, na forma da tabela anexa - Anexo I, observadas as disposições da Lei Nº 11.738 de 16 de junho de 2008 (Lei do Piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica) e demais portarias do Ministério da Educação. § 1º: Os ocupantes do cargo efetivo de professor, inclusive os aposentados e pensionistas, que tiveram seus vencimentos reajustados e fixados proporcionalmente ao Piso Salarial Nacional dos Professores através de decisão judicial, transitada julgado, não serão atingidos pela disposição do caput do artigo 1º. § 2º- Os valores dispostos na Tabela anexa à presente Lei, já estão contemplados com o percentual concedido na Revisão Geral Anual linear, conforme determina o inciso X do artigo 37 da CF/88, sendo acrescida a diferença percentual até atingir a totalidade percentual de correção definida pelo Governo Federal ao Piso Nacional do Magistério, para o ano de 2019, de 4,17% (quatros inteiros e dezessete centésimos por cento). Art. 2° - As despesas decorrentes do presente dispositivo legal estão previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e são consignadas em dotações próprias da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e correspondente Plano Plurianual (PPA). Art. 3º- Tendo em vista o disposto no § 6º do art 17 da LRF, o dispositivo esta dispensado do cálculo do impacto orçamentário financeiro. Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2019, revogadas as disposições contrarias ou incompatíveis. **06)** Projeto de Lei que Dá nome de Nelcyr Baptista de Morais a uma área de lazer no Bairro Jove, nesta cidade. Autoria: Vereador Hugo Fernandes e outros. A seguir o Sr. Presidente convidou o Sr. Mateus para utilizar a Tribuna Livre, pois ele está inscrito para falar sobre o Projeto de Lei que Dá nome de Nelcyr Baptista de Morais a uma área de lazer no Bairro Jove. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Sr. Mateus esclareceu que dar o nome de Nelcyr Baptista de Morais a área de lazer do Bairro Jove é um sonho da comunidade, sendo que possui um documento com aproximadamente duzentas assinaturas pedindo esse nome e acreditando que esta seria uma homenagem mais do que justa. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo

informou que já tinha um Projeto com a intenção de nomear o local, mas de repente foi indicado um nome pela comunidade, assim retirou seu Projeto de tramitação. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o Vereador Paulo Sérgio escolheu um excelente nome para a área de lazer, mas depois teve a humildade de retirar seu projeto para atender a comunidade, assim gostaria de parabenizar o Vereador pela retirada de seu projeto para atender a comunidade. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Paulo Sérgio por ter retirado o projeto e parabenizou o Sr. Mateus por ter comparecido na tribuna, pois esta homenagem é válida. O Vereador Aimoré da Silva Almeida parabenizou o Vereador Paulo Sérgio pela retirada do Projeto anterior, destacando que no final prevaleceu a vontade do povo. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que o início da reconstrução dessa praça foi um pedido do Vereador Paulo Sérgio, sendo que ele apresentou um Projeto de Lei com outro nome de igual importância. Destacou que a Sra. Nelcyr Baptista de Morais, conhecida carinhosamente como Dona Fiotinha é muito importante para Miracema e merece esta homenagem, entretanto vai retirar seu nome da autoria do referido Projeto em respeito ao Vereador Paulo Sérgio. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que essa é um votação com a voz do povo. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire parabenizou o Vereador Paulo Sérgio pela retirada de seu Projeto, sugerindo que ele possa encontrar outro local para batizar com o nome indicado. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado com duas abstenções, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo e Fabrício de Sá Xavier, e sete votos favoráveis, dos Vereadores Paulo César da Cruz de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Maria Alessandra Leite Freire, Genessi Rodrigues da Silva, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares e José Augusto Martins, dando origem a Lei nº 1.820, de 01 de abril de 2019. O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRACEMA, Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica denominada de Nelcyr Baptista de Morais (Dona Fiotinha) a área de lazer na Rua Manoel do Couto Paiva, no bairro Jove, nesta cidade. Art. 2º- Fica o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar a referida placa. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Dr. Maurício Monteiro para falar sobre o Asilo São Vicente de

Paula. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Dr. Maurício disse que o Asilo São Vicente de Paula foi fundado quando Miracema ainda era distrito de Santo Antônio de Pádua e durante muito tempo esse asilo acolheu diversas pessoas. Mencionou que o Asilo teve a Sra. Mariza como uma grande diretora que trazia remédios para o município, mas com o passar dos tempos o Asilo acabou entrando em crise. Com isso, a sede do Asilo foi cedida para algumas Irmãs e elas passaram a tomar conta do Asilo. Informou que a Maçonaria, através do Sr. Geraldo Rossi, assumiu a administração do Asilo e sua administração foi de razoável para boa, entretanto a situação está muito complicada, sendo que inclusive o Sr. Geraldo Rossi tinha conseguido alguns materiais para construir uma nova sede. Esclareceu que atualmente a Presidência é do Sr. Deliel e que o Estado possui um prédio onde funcionava a EMOP, dessa forma poderia ser feito um requerimento ao Governador para que o espaço da sede da EMOP fosse doado para o Município com o objetivo de que nele fosse construída uma nova sede para o Asilo. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que acompanha o trabalho da Maçonaria junto ao Asilo, sendo que inclusive já pediu a construção de uma nova sede no terreno próximo ao hospital, tendo até mesmo apresentado o projeto ao Deputado Rodrigo Bacellar. Esclareceu que os idosos realmente precisam de atenção e carinho, acreditando que o local seria o ideal, assim está esperando a resposta desses requerimentos. O Vereador Hugo Fernandes acredita que a EMOP não é um local ideal para o Asilo, mas respeita a ideia, acreditando que o local ideal para o Asilo seria o colégio Maria da Salete. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire acredita que a EMOP ainda esteja funcionando. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que respeita os pedidos do Vereador Genessi, sendo que a ideia era utilizar o terreno próximo ao Hospital, mas em algum momento isso foi paralisado, sendo que isto não pode ficar no esquecimento. Informou que a Maçonaria conseguiu pegar uma entidade que estava com uma insolvência muito grande e reergue-la, sendo que surgiu a ideia do prédio da EMOP porque precisávamos escolher um local, entretanto pode ser feito um debate sobre qual seria o melhor o local, pois sua ideia era provocar a discussão, sendo que precisamos somar forças para não deixar isso cair no esquecimento. Por fim, disse que essa é uma responsabilidade do Município e que quando a Maçonaria começou a cuidar do local, pensamos em cuidar como se fossemos utilizar o Asilo no futuro,

assim levantou esse assunto para discutirmos. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que ao lado do PU, próximo ao Hospital seria um local ideal para a realização do projeto, sendo que se o Município cedesse o local, tem a certeza de material a mão obra todos conseguem. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 02/04/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 01 de abril de 2019.

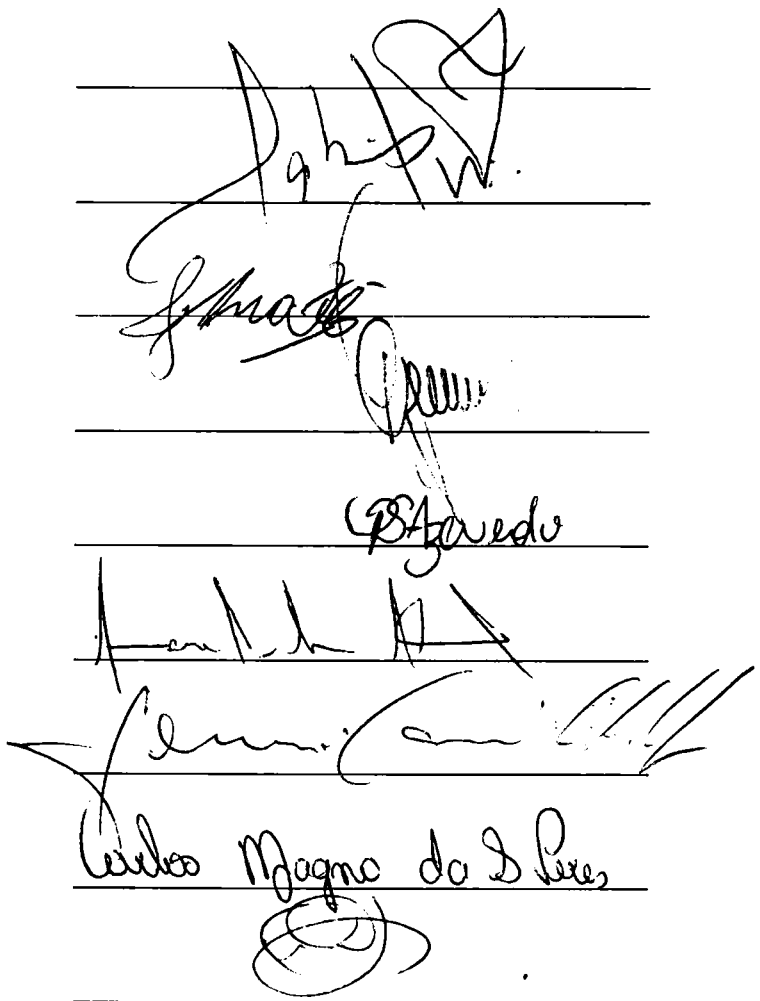


Ao primeiro dia mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada a reunião de instalação do Segundo Período Legislativo de 2019, a de número cento e setenta e oito da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador José Augusto Martins. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 22, Versículos de 01 à 04. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de junho de 2019; 02) Convite da Assembleia Legislativa para a Formatura do Curso de Pós Graduação Latu Sensu em Gestão no Poder Legislativo; 03) Ofício SME nº 094/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 0491/2019; 04) Ofício SME nº 095/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 0275/2019; 05) Ofício SME nº 096/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 0906/2018; 06) Ofício SME nº 097/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 056/2019; 07) Ofício SME nº 098/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 077/2019; 08) Ofício SME nº 099/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 119/2019; 09) Ofício SME nº 100/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo os ofícios nº 065/2019 e 359/2019; 10) Ofício SME nº 103/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 523/2019; 11) Ofício SME nº 104/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 0270/2019; 12) Ofício SME nº 105/2019 da Secretaria

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Municipal de Educação respondendo o ofício nº 906/2019; 13) Ofício SME nº 106/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 444/2019; 14) Ofício SME nº 106/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 0209/2019; 15) Ofício SME nº 108/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 352/2019; 16) Ofício SME nº 109/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 352/2019; 17) Ofício SME nº 110/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 0352/2019; 18) Ofício SME nº 111/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 0190/2019; 19) Ofício SME nº 112/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 0870/2019; 20) Ofício nº 119/2019 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo o ofício nº 0538/2019; 21) Ofício nº 120/2019 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo o ofício nº 0406/2019; 22) Ofício nº 121/2019 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo o ofício nº 545/2019; 23) Ofício nº 126/2019 da Secretaria Municipal de Licitação, Compras e Contratos respondendo o ofício nº 489/2019; 24) Ofício nº 127/2019 da Secretaria Municipal de Licitação, Compras e Contratos respondendo o ofício nº 300/2019; 25) Ofício nº 11/2019 da Secretaria Municipal de Fazenda; 26) Ofício PMM/SMAS nº 070/2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social respondendo o ofício nº 509/2019; 27) Ofício Circular nº 001/2019 da Câmara Municipal de Volta Redonda; 28) Ofício Circular da Associação Nacional dos Fúncionários do Banco do Brasil; 29) Ofício ELERJ nº 213/2019 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; 30) Ofício DETRAN-RJ PRESI nº 577 do DETRAN-RJ; 31) Ofício do Conselho de Alimentação Escolar respondendo o ofício nº 418/2019; 32) Ofício nº 13/2019 da Secretaria Municipal de Administração – Secção de Patrimônio; 33) Ofício nº 536/2019 PRM-ITAPERUNA-GABPRM1 do Ministério Público Federal; 34) Ofício nº 131/2019 do Ministério Público da Tutela Coletiva – Núcleo Santo Antônio de Pádua; 35) Ofício nº 848/2019 do Ministério Público da Tutela Coletiva – Núcleo Santo Antônio de Pádua. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 05/08/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão

Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 01 de agosto de 2019.



Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e trinta e oito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Justificada. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres ocupou a cadeira do Segundo Secretário. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 93, Versículos de 01 à 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para os Conselheiros Tutelares Eleitos pela brilhante vitória obtida no pleito de 30 de novembro do corrente ano, desejando sucesso na nova empreitada. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção; 02) Cópia de requerimento enviado pelo Sr. Paulo César da Cruz de Azevedo ao Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia desta carta; 03) Ofício da Comissão

Especial de Inquérito ao Sr. Prefeito Municipal, convocando o Secretário Municipal de Fazenda em caráter de urgência; 04) Cartão Desejando Feliz Natal das Sras. Aline Siqueira e Luciana Magalhães; 05) Ofício do Consórcio Intermunicipal para Recuperação da Bacia do Baixo Muriaé, Pomba e Carangola (CIRAB) encaminhando documentos referente a investimentos para Miracema; 06) Ofício PMM/GAB nº 836/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 90/2014; 07) Ofício PMM/GAB nº 837/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 91/2014; 08) Ofício PMM/GAB nº 849/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 92/2014; 09) Ofício PMM/GAB nº 850/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 93/2014; 10) Ofício nº 0103/20014 do Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema respondendo ofício nº 0751/2014. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que o Projeto de Lei mencionado no referido ofício fosse devolvido ao Poder Executivo para que a Procuradoria entre em contato com o Sindicato no sentido de que sejam esclarecidos os pontos controvertidos do referido Projeto. Continuando, esclareceu que o que foi combinado entre os Vereadores ainda irá prevalecer, assim as datas de votações do PPA, do Orçamento e dos Projetos de Lei em tramitação permanecerão as mesmas, acrescentando que os Projetos tramitarão da maneira correta e vai analisar, em conjunto com todos os Vereadores, se os Projetos são urgentes ou se eles deverão ser deixados para o ano que vem. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada com urgência a limpeza dos bueiros localizados na Vila José Ribeiro Leite, na Rodagem, tendo em vista que na última chuva, a referida Rua ficou inundada por causa do entupimento de seus bueiros. Deferido. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Diretoria da CAPPS/CAMEDS - Solicitação no sentido de que encaminhada a esta Casa Legislativa uma cópia do ofício emitido pela Previdência Social, sobre a Notificação da Previdência dizendo que não é para pagar. Aprovado. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente do DER-RJ, Dr. Henrique Ribeiro - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implementado no Município de Miracema a "Operação Tapa Buracos", principalmente nas Ruas abaixo discriminadas: Rua Marcílio de Poly; Rua José Fernandes Alvim Ribeiro; Rua Governador Roberto Silveira (final da Rua); Bairros Vila Nova e Vila José de Carvalho. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Heleno Rangel para falar sobre a situação da CAPPS/CAMEDS. Com a palavra, o Sr.

Heleno, após cumprimentar todos os presentes, disse que podemos notar que vários Vereadores estão iniciando sua vida política nesta gestão, assim talvez muitos não saibam a importância de ser Vereador. Acrescentou que a população deu um poder muito grande aos Vereadores, acreditando inclusive que eles são mais importantes até do que o Prefeito, pois são os responsáveis por fiscalizarem seus atos. Continuando, disse que estamos prestes a assistir um massacre social, uma vez que ao buscar a assinatura dos funcionários acabou percebendo qual seria a prioridade de suas preocupações, sendo que eles não estão muito preocupados com a aposentadoria e sim mais preocupados com a situação do Plano de Saúde. Dessa maneira, gostaria que todos refletissem sobre os fatos atuais, sendo que trouxe um documento com 313 (trezentos e treze) assinaturas de funcionários e o entregou para a Comissão Especial. Por fim, disse que o mais importante é que o dinheiro não deveria ter sido transferido, acreditando que não deveria estar na Câmara Municipal para buscar soluções para este problema, sendo que está é uma grande oportunidade para os Vereadores auxiliarem as pessoas e que os funcionários irão lutar para reverter esta situação. Destacou que vai divulgar o resultado final da Comissão Especial para todos os funcionários. O Vereador Hugo Fernandes disse que, apesar de estar no primeiro mandato, se preparou para ser Vereador, sendo que todos os Vereadores trabalham, estudam e pesquisam sobre os assuntos discutidos, acrescentando que é muito importante trabalhar em prol dos funcionários públicos. Destacou que no ano passado o Sr. Heleno se recusou a comparecer nesta Casa Legislativa duas vezes, tendo inclusive divulgado uma carta denegrindo a imagem dos Vereadores. Esclareceu que os Vereadores deste mandato estão fazendo o que muitos não fizeram, mas os problemas não se resolvem do dia para a noite, sendo que os funcionários deveriam estar preocupados com todos os assuntos referentes a CAPPS, pois os Vereadores não estão aqui para defender ninguém e sim para punir os reais culpados. Esclareceu que a administração da CAPPS não ocorre da melhor forma possível e através da análise dos documentos os funcionários deveriam se preocupar com toda a Caixa de Previdência, assim gostaria de saber qual a providência do Conselho Fiscal da CAPPS em relação à prestação de contas dos aluguéis dos imóveis existentes no prédio. O Sr. Heleno esclareceu que não sabe da existência de nenhuma prestação de contas sobre os aluguéis e sempre tentou cumprir com as suas obrigações como Presidente do Conselho Fiscal, inclusive brigando com a atual Diretoria da CAPPS. O Vereador Hugo Fernandes disse que o trabalho de fiscalização é muito difícil e que os Vereadores estão fazendo sua parte. O Sr. Heleno acrescentou que possui um pouco de

experiência e evitou um conflito no passado, por isso não compareceu na Câmara Municipal quando convidado, sendo que hoje veio defender o interesse dos funcionários públicos que precisam do auxílio da Câmara Municipal. O Vereador Hugo Fernandes perguntou o que está faltando da Câmara Municipal. O Sr. Heleno esclareceu que não está faltando mais nada, pois tem a certeza que os Vereadores defenderão as atitudes certas e que está apenas esperando a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Inquérito. O Vereador Hugo Fernandes disse que espera que ele divulgue a conclusão dos trabalhos dos Vereadores. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se o Sr. Heleno procurou o Sindicato para dar algum apoio jurídico em relação ao abaixo assinado. O Sr. Heleno disse que não procurou o Sindicato para tentar ajuda-los, pois o Sindicato já possui muitas obrigações, destacando que o Sindicato está sempre à disposição dos funcionários e que todos devem sempre respeitar seus trabalhos. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença do Sr. Heleno Rangel, dizendo que a Tribuna Livre está sempre à disposição de todas as pessoas. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que recebeu um e-mail de uma cidadã miracemense, onde foi relatado que ela procurou saber qual era a firma que realizaria o trabalho de esgotamento sanitário em Miracema, sendo que inclusive ela tentou obter o CNPJ da referida firma na Prefeitura. Dessa maneira, ela pediu ajuda para buscar informações sobre a firma, por isso conversou com o Vereador João Siqueira Magalhães e eles foram investigar alguns fatos procurando informações na internet e ficaram sabendo que a referida firma teria se inscrito no CREA de Minas Gerais e posteriormente retirado sua inscrição. Destacou que Rio de Janeiro foi informado que a firma não possuía inscrição do CREA do RJ e tinha pedido autorização para participar de uma licitação. Disse que não está fazendo nenhuma acusação, estando apenas explicando alguns fatos, pois uma obra grande com uma verba tão alta deveria ser utilizada por uma firma mais idônea. Mencionou que uma outra firma teria ganho uma licitação em Itaperuna e a obra foi iniciada e abandonada sem a conclusão de nem a metade da obra. Por fim, disse que os Vereadores devem verificar os fatos em Miracema, assim deveriam fazer uma investigação sobre a idoneidade da firma para garantir o início, meio e fim das obras. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os entes Federados acima do Município acabam colocando os Municípios em situações constrangedoras, pois as obras que deveriam ser de responsabilidade deles são iniciadas, mas não são concluídas. Acrescentou que em Itaperuna as obras não foram concluídas porque o Governo do Estado parou de aplicar o recurso necessário. O Vereador Fabrício

de Sá Xavier esclareceu que quando encaminhou um ofício ao Tribunal de Contas do Estado solicitando a fiscalização do Processo Licitatório sobre o esgotamento sanitário, estava com o objetivo de prevenir qualquer tipo de problema, sendo que foi informado que após o certame toda a documentação seria encaminhada ao Tribunal, porém depois disso não obteve nenhuma nova informação. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou requerimento ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa cópia integral do Processo Licitatório referente as obras de Saneamento Básico que serão realizadas no Município, contendo uma cópia do CNPJ da Empresa vencedora, bem como cópia do Contrato Social da referida Empresa. Esclarecemos que a Câmara Municipal se disponibiliza a arcar com os custos da cópia. Deferido. O Vereador João Siqueira Magalhães confirmou os fatos narrados pelo Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, acrescentando que um Deputado Federal falou que não é colocado um paralelepípedo sem que ocorra um desvio de verba. Acrescentou que existe uma situação muito preocupante em relação a dívida a existente com o FUNDEB e no futuro este assunto ainda será discutido. Por fim, disse que pode ocorrer uma reforma política com a ocorrência de um mandato de dois anos para Prefeitos e Vereadores, o que será uma situação horrível e espera que no ano de 2015 tenhamos mais esperança de uma Miracema melhor. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que de acordo com os trâmites a firma pode pedir um pré-cadastro para participar de uma licitação para que depois seu cadastro seja regularizado, sendo que o ideal seria os Vereadores obterem o número do CNPJ e uma cópia do contrato social da empresa. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares destacou que existe um gasto com materiais e bens de consumo além dos 2% permitidos, sendo que este gasto também deve ser reposto pelo Chefe do Poder Executivo, portanto acredita que a dívida com a CAPPS está muito grande também por causa deste fato. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que este fato realmente ocorreu e a dívida está muito grande por dois motivos, pelo excesso dos 2% e pelos juros e multa, sendo que não entende a aprovação das contas do ex-Prefeito e atual Prefeito e a reprovação das contas da CAPPS. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares mencionou que a Caixa de Previdência já até cogitou a ideia de emprestar dinheiro para os servidores. O Vereador Hugo Fernandes disse que particularmente acredita que a CAPPS nasceu errada e alguns prefeitos tiveram que fazer algumas adequações tenho ficado reféns da Caixa de Previdência. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que devemos criar metas e priorizar os problemas, sendo que se propõe a investigar os demais problemas da CAPPS após concluir os trabalhos da Comissão Especial de

Inquérito. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Plenário está aguardando o relatório final da Comissão. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que os Vereadores querem saber o local onde foi investida a verba não repassada, sendo que ela é proibida de ser utilizada para outros fins. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que está esperando apenas o relatório final, sendo que a Comissão possui poderes para agir conforme autorizado pelo Regimento, podendo inclusive usar medidas extremas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que realizou um novo convite diretamente ao Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, extensivo aos membros da Comissão Eleitoral, pela organização das Eleições para os cargos de Conselheiro Tutelar, realizada no dia 30 de novembro do corrente ano no Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes lembrou que a cobrança para voltar o programa da rádio foi árdua, sendo agora que o programa retornou são poucos Vereadores que tem comparecido. Continuando, parabenizou a Câmara pelo debate ocorrido na época sobre as eleições do Conselho Tutelar, parabenizando aos Vereadores que votaram na não prorrogação do mandato, pois este era o desejo da população. Destacou que esteve em Brasília e possui alegrias e tristezas, pois conseguiu, através dos Deputados que apoiou, diversas verbas para o Município. Porém, ficou triste com o ocorrido com as emendas do Deputado Glauber, pois o Município não terá condições de assinar o contrato e poderá perder uma emenda de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por isso não teve nem a coragem de fazer um novo pedido ao Deputado. Acrescentou que a que recebeu uma medalha do Instituto Tiradentes, uma vez que a Câmara Municipal de Miracema está em dia com todas as obrigações perante o Tribunal de Contas, e que este fato é um mérito de todos os Vereadores e todos os funcionários, fazendo apenas fez sua obrigação como gestor público, sendo que a Câmara nunca respondeu nenhum tipo de investigação sobre suposta irregularidade ocorrida neste mandato. Por fim, destacou que vai ser realizada uma terceira licitação para a compra do carro da Câmara, uma vez que as duas primeiras não foram realizadas por falta de participantes, sendo que todos os Vereadores e toda a população está convidada a participar da licitação que será no dia 05 de dezembro, na próxima sexta-feira, às 13 horas, aqui mesmo na Câmara Municipal. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 02/12/2012, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar,

lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas, no Salão de Festas da Sociedade Musical XV de Novembro, localizado na Avenida Deputado Luiz Fernando Linhares, 144, neste Município foi realizada a Reunião Solene da Cerimônia de Posse dos Vereadores, Prefeito, e Vice-Prefeitos eleitos em 02/10/2016, do Município de Miracema, sob a Presidência do Vereador Maurício Sant'Ana Soares, por se tratar do mais idoso entre os Vereadores eleitos. Iniciando, o Vereador Presidente cumprimentou o Exmo. Sr. Prefeito eleito Clovis Barros Tostes, primeira dama Sra. Cinara Novis Cardoso de Barros, Vice-Prefeito Gilson Teixeira Sales e sua digníssima esposa Cristina de Lima Lopes Sales, Secretários, Secretárias, autoridades Civis, Militares e Eclesiásticas, Senhoras e Senhores, boa noite. E com muita honra e orgulho, convidou os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Maria Alessandra Leite Freire, para ocuparem provisoriamente, a 1ª e 2ª Secretaria da Mesa Diretora respectivamente. Convido os Vereadores para comporem a Mesa, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Guillerni Ribeiro de Camargo, Hugo Fernandes, José Augusto Martins, Marcus Felipe Mercante Linhares e Paulo Sérgio de Azevedo. Convidou também o Vice Prefeito Rafael Tostes Padilha Moreira Pinto para fazer parte da Mesa. Composta a Mesa o Sr. Presidente declarou aberta a reunião de posse, solicitando a todos os presentes para juntos entoarem o Hino Nacional e o Hino de Miracema. Neste momento convidamos o Reverendíssimo Pastor José Hamilton da Silva Alves para fazer a leitura do Texto Bíblico. Continuando, o Sr. Presidente disse que em conformidade com o artigo 49 da LOM e seus parágrafos e os artigos 10 a 18 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miracema, daria posse aos Vereadores eleitos para o período legislativo de 2017 a 2020, os quais iria chamar por ordem alfabética a fim de que os mesmos prestassem o seguinte compromisso: "PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E PELO BEM ESTAR DE SEU POVO". Continuando, o Sr. Presidente solicitou aos Senhores Vereadores que ao serem nomeados um a um, respondessem "ASSIM

O PROMETO". Os Vereadores Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva, Guillerni Ribeiro de Camargo, Hugo Fernandes, José Augusto Martins, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maria Alessandra Leite Freire, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo. Formalizado o compromisso dos Senhores Vereadores, o Sr. Presidente passou à eleição da Mesa Diretora, através do voto secreto, concorrendo duas Chapas, com a seguinte composição: **Chapa 01** – Presidente: Fabrício de Sá Xavier, Vice-Presidente: Paulo Sérgio de Azevedo, 1º Secretário: Maria Alessandra Leite Freire e 2º Secretário: José Augusto Martins. **Chapa 02** – Presidente: Aimoré da Silva Almeida, Vice-Presidente: Genessi Rodrigues da Silva, 1º Secretário: Maria Alessandra Leite Freire e 2º Secretário: Carlos Magno da Silva Peres. De acordo com o documento apresentado pela Chapa 02, todos os Vereadores que a compõem renunciaram toda e qualquer chapa que não seja a citada, de acordo com o Regimento Interno Art. 22, § 1º. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que foi pego de surpresa com a Renúncia da Vereadora Maria Alessandra Leite Freire e, por isso, gostaria de indicar outro Vereador para fazer parte de sua Chapa. Com isso, o Vereador Fabrício de Sá Xavier indicou o Vereador Guillerni Ribeiro de Camargo para compor sua Chapa como 1º Secretário, o que foi prontamente aceito pelo referido Vereador. Dessa forma a composição da Chapa 01 ficou da seguinte maneira: **Chapa 01** – Presidente: Fabrício de Sá Xavier, Vice-Presidente: Paulo Sérgio de Azevedo, 1º Secretário: Guillerni Ribeiro de Camargo e 2º Secretário: José Augusto Martins. Em seguida o Sr. Presidente distribuiu as cédulas devidamente rubricadas pelo Agente Administrativo e os Auxiliares Legislativo e de Secretaria da Câmara Municipal, para cada um dos Vereadores a fim de que os mesmos efetuassem seu voto. Após a votação o Sr. Presidente deu o resultado da eleição, onde a Chapa 02 foi vencedora com seis votos favoráveis cinco votos contrários, ficando eleita a seguinte composição: Presidente: Aimoré da Silva Almeida, Vice-Presidente: Genessi Rodrigues da Silva, 1º Secretário: Maria Alessandra Leite Freire e 2º Secretário: Carlos Magno da Silva Peres. Prosseguindo o Sr. Presidente convidou o Presidente e o Primeiro e Segundo Secretários da Chapa Vencedora,

Vereadores Aimoré da Silva Almeida, Maria Alessandra Leite Freire e Carlos Magno da Silva Peres Silva, respectivamente, para, a partir daquele momento, presidirem os trabalhos. Continuando, o Presidente eleito, Vereador Aimoré da Silva Almeida solicitou aos Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Maria Alessandra Leite Freire, que introduzissem no plenário o Exmo. Sr. Prefeito eleito, Clovis Tostes de Barros e o Exmo. Sr. Vice-Prefeito eleito, Sr. Gilson Teixeira Sales, para fazerem parte da Mesa. Dando continuidade o Sr. Presidente, diante dos pavilhões Nacional, Estadual e Municipal, dos Senhores Vereadores já empossados, de suas famílias, das autoridades e do público em geral, solicitou ao Sr. Prefeito e Vice-Prefeito eleitos que prestassem o seguinte juramento: "PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS DA UNIÃO, ESTADO E DO MUNICÍPIO E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE". Em seguida o Sr. Presidente declarou ambos empossados. Continuando, o Sr. Presidente convidou o Ex Vice-Prefeito Rafael Tostes Padilha Moreira Pinto, neste ato representando do Ex-Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva, para fazer a transmissão do cargo. Prosseguindo, os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva, Guillerni Ribeiro de Camargo, José Augusto Martins, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maria Alessandra Leite Freire fizeram o uso da palavra para realizarem seus respectivos agradecimentos. A seguir, o Vereador Presidente convidou o Monsenhor Mateus Panakakuzi para fazer uso da palavra. Com a palavra, o Monsenhor Mateus Panakakuzi cumprimentou todo o público presente, todos os Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito, e após um breve discurso destacou que realizará suas orações desejando sabedoria e equilíbrio para que o Prefeito e o Vice-Prefeito possam governar o Município de Miracema da melhor maneira possível. Em seguida, o Vereador Presidente Aimoré da Silva Almeida também fez seu discurso de agradecimento. Continuando, o Vereador Presidente convidou o Vice-Prefeito Gilson Teixeira Sales para utilizar a palavra. Por fim, convidamos o Exmo. Sr. Prefeito Clovis Barros Tostes, já empossado, para fazer seu discurso, onde foi destacado que todas as Secretarias deverão atender a população da melhor

maneira possível e que governará o Município de Miracema sempre pensando no melhor da cidade. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente declarou encerrou a reunião, desejando a todos os empossados muito sucesso em sua gestão. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Salão de Festas da Sociedade Musical XV de Novembro, 01 de janeiro de 2017.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quinze, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Fabrício e Sá Xavier ocupou a cadeira do 2º Secretário. Foi registrada a ausência do Vereador Gilson Teixeira Sales. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 01, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro

Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Resolução nº 1.191 de 01 de setembro de 2014 Criando uma Comissão Especial de Inquérito; 02) Ofício PMM/GAB nº 620/2014 da Secretaria Municipal de Governo. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 03) Moção de Aplausos do Vereador João Siqueira Magalhães para os Profissionais de Educação Física pela passagem do Dia do Profissional de Educação Física no dia 01 de setembro. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja criado o CONSELHO DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA, visando estabelecer prioridades de atuação e definir a aplicação dos recursos públicos municipais destinados à assistência social da pessoa portadora de deficiência. Deferido. 02) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços, em parceria com a AMPLA, a fim de que seja colocado dois postes de iluminação pública na Praça do Coreto, localizado no Povoado de Areias, tendo em vista que a referida Praça se encontra muito escura e vem causando transtornos para os moradores daquela localidade. Deferido. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Diretor do DER-RJ, Dr. Henrique Ribeiro - Solicitação no sentido de que seja implantado o sistema de rotatória no trevo da usina, localizado na RJ 116 no Município de Miracema, com o objetivo de que seja diminuído o índice de acidentes naquela localidade. Aprovado. 04) Vereador Hugo Fernandes - Ao Deputado Estadual João Peixoto - Solicitação no sentido de que seja elaborado um Projeto de Lei nomeando o atual Instituto Estadual de Educação, localizado no Município de Miracema, para Instituto Estadual de Educação Dr. Sylvio de Campos Freire, conforme cópia do Ofício do Conselho Municipal de Cultura de Miracema, em anexo. Aprovado. 05) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja criada uma Rubrica no Orçamento 2015 da Secretaria Municipal de Educação no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) para a aquisição de novos livros para a Biblioteca Municipal, inovando e incentivando a leitura e o

conhecimento. Deferido. 06) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando que em Miracema existem inúmeros adolescentes de 14 a 17 anos, conforme estatísticas enviadas a esta Casa Legislativa pelo Conselho Tutelar Municipal, evolvidos com álcool, drogas, furtos, exploração sexual e prostituição; Considerando que são crescentes os dados em nossa Cidade e região da falta de oportunidades para esses jovens, principalmente o 1º Artigo; Considerando que a Lei do Aprendiz 10.097 de 19/12/2000 dispõe sobre as condições de trabalho a partir dos 14 até 18 anos; Considerando que no Artigo 429 da Lei supracitada estabelece que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, bem com que em nossa Cidade não há fixada a cultura e o conhecimento das Empresas na contratação de menor aprendiz. Solicito que seja estudada com carinho a possibilidade de informação e incentivo para que as Empresas instaladas em nossa cidade possam realizar estas contratações, principalmente para diminuir os índices negativos mencionados, e incentivar os nossos jovens a saída da ociosidade e afastar o risco de tomarem caminhos errados. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Charles da Silva Esteves, por ter sido promovido a Especialista em Operação da AMPLA no Município de Santo Antônio de Pádua. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares da Dona Rita, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Diretor Charles Magalhães, extensivo aos Organizadores e Colaboradores do Festival Arte e Cultura, do Colégio Estadual Deodato Linhares, pelo brilhante evento realizado nos dias 28 e 29 de agosto deste ano. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 04/09/2014, às 19 horas. Nada

mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 04 de setembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

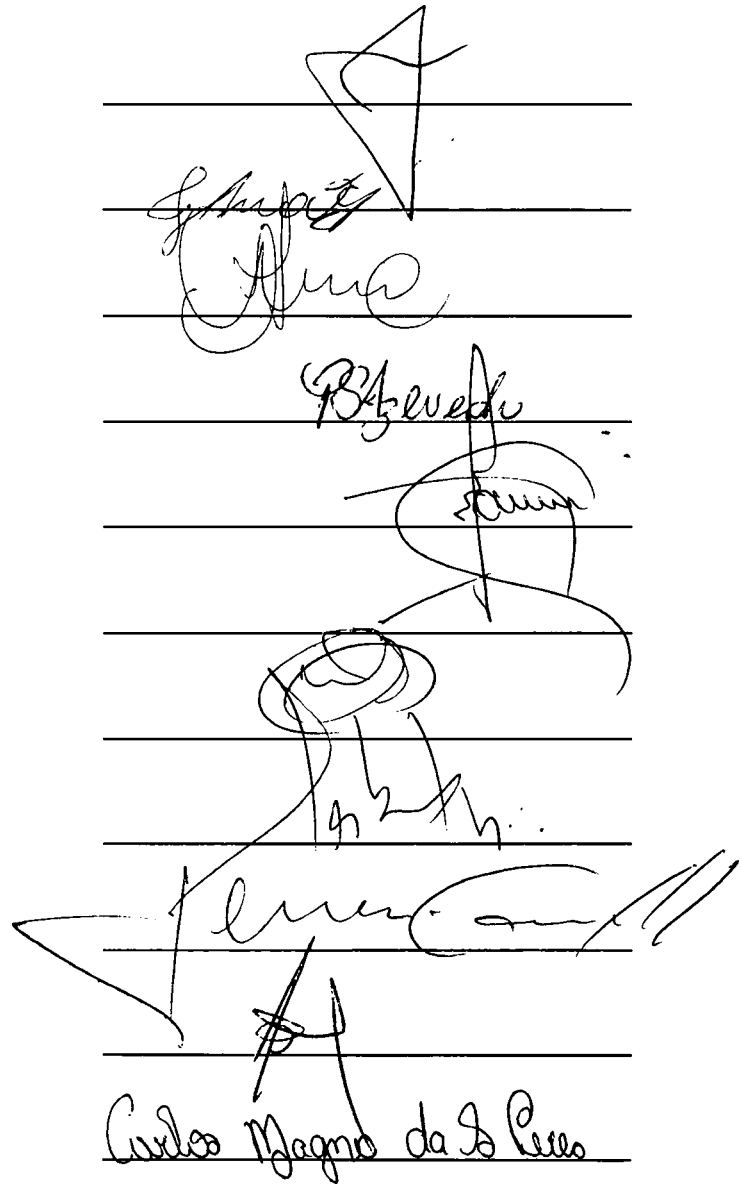
_____

_____

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta e nove da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 133, Versículos de 01 à 03. Continuando, o Sr. Presidente esclareceu que de acordo com o que foi combinado com o Plenário esta reunião ordinária está substituindo a que seria realizada no dia 29 de abril. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a Solenidade de entrega de Boinas dos Atiradores da Turma de Instrução do ano de 2019 do Tiro de Guerra 01-009; 02) Ofício nº 09/2019 da Secção de Patrimônio da Prefeitura Municipal; 03) Ofício nº 003/2019 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário respondendo o ofício nº 0147/2019; 04) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de janeiro de 2019; 05) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de fevereiro de 2019; 06) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Heraldo Ferreira, de autoria da Mesa Diretora; 07) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. João Madeira Neto, de autoria da Mesa Diretora; 08) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Maria Adma Dias Parreira, de autoria do Vereador José Augusto Martins; 09) Projeto de Decreto Legislativo que concede a Comenda Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes à Sra. Marcela de Oliveira Silva, de autoria da Mesa Diretora. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que em conversa com o Controlador Interno do Município de Miracema ficou sabendo que existe uma notícia de que a Receita Federal possui a vontade de fechar sua agência no Município de Santo Antônio de Pádua, assim sugeriu para todos os Vereadores fazerem um ofício em conjunto solicitando as informações necessárias e pedindo o não fechamento da agência. Todos os vereadores

concordaram em assinar o referido ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo parabenizou o Prefeito Municipal por ter disponibilizado um servidor para realizar o curso de capacitação para emitir carteiras de identidade, assim o problema será resolvido. 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja consertado o quebra-molas, localizado na Avenida Eiras, tendo em vista que o referido foi construído diferentes dos padrões exigidos pelo CONTRAN, conforme é possível verificar na Resolução em anexo. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria no quebra-molas localizado na Avenida Eiras, com o objetivo de verificar se ele foi construído de acordo com as normas do CONTRAN, conforme é possível verificar na Resolução em anexo. Deferido. 03) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Presidente Hugo Fernandes - Solicitação no sentido de que seja concedido o carro oficial deste Legislativo, para os dias 26 e 27 de abril, bem como a diária para participar do III Encontro de Vereadoras do Estado do Rio de Janeiro, em Angra dos Reis, sendo imprescindível minha participação para melhor desempenhar minha função em âmbito municipal. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma ampla limpeza, com roçada, na Rua Gustavo Benedito Vieira, Bairro Beverly, próximo ao Demétrio Damasceno. Deferido. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido que sejam realizados os devidos reparos na escadaria localizada na Rua Gustavo Benedito Vieira, Bairro Beverly, próximo ao Demétrio Damasceno, tendo em vista que a referida escadaria encontra-se em péssimas condições, possuindo inclusive um buraco. Deferido. 05) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a recuperação da estrada que dá acesso a casa do Sr. José Coutinho, na área rural denominada Serra Nova, com a colocação de fitas de pedra e terra para elevar o leito da estrada, tendo em vista que o local está se tornando intransitável. Deferido. 06) O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. Jayr de Almeida Cordeiro (ex-Vereador e ex-funcionário da Fábrica de Tecidos), em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que ofereceu a Câmara Municipal para realizar o velório, mas a família não quis. 07) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação

no sentido de que seja realizada uma ampla limpeza na escadaria Luci Campos Romão, tendo em vista que o local está muito sujo. Deferido. 08) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma lista com todos os nomes das pessoas que recebem medicamentos através da via judicial. Deferido. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 04/02/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 02 de abril de 2019.



Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e trinta e nove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Gilson Teixeira Sales e João Siqueira Magalhães. Justificadas. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres ocupou a cadeira do 2º Secretário. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 07, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte

correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 213/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 0509/2014. Os Vereadores Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 02) Ofício PMM/GAB nº 214/2014 da Secretaria Municipal de Governo. Os Vereadores Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 03) Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão de diárias e pequenas despesas e dá outras providências. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício PMM/SMAS nº 194/14 da Secretaria Municipal de Assistência Social. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a primeira atualização e revisão do Plano Plurianual para o quadriênio de 2014/2017 e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura dos pareceres do Controle Interno e da Assessoria Jurídica. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.561, de 02 de dezembro de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Ficam alterados os seguintes anexos citados no artigo 2º da Lei Municipal nº 1.472 de 16 de dezembro de 2013: Anexo I - Estimativas das Receitas; Anexo II - Proposta de Programa Setorial – Identificação das Ações; Anexo III - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenv. do Programa Governamental; Anexo IV - Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras. Art. 2º - Todos os demais artigos da Lei Municipal nº 613 de 17 de dezembro de 2013 permanecem na íntegra, não havendo, portanto, alterações. Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado neste ato a proceder à readequação dos demais instrumentos de planejamento (Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), visando manter o equilíbrio entre as peças. Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que a

Empresa vencedora de uma licitação em Miracema deveria ter revitalizado do balneário localizado em uma cidade de Minas Gerais. Esclareceu que recebeu um e-mail sobre a situação do local, explicado que a vencedora do certame em Minas Gerais foi a mencionada Empresa e que ela recebeu todos os valores de forma regular totalizando o montante de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), sendo que a Empresa estava realizando seus trabalhos de forma devagar e depois de ter recebido o dinheiro acabou sumindo. Acrescentou que leu uma reportagem na internet explicando os valores recebidos pelos Deputados Federais e Senadores, sendo que cada Deputado e Senador tem direito a vinte e um Assessores, sendo que também recebem uma espécie de bônus quando são eleitos e outro quando perdem o mandato. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que algumas informações não conferem, pois esteve em Brasília e foi informado que cada Deputado possui uma verba específica para dividir entre seus assessores, sendo que no Poder Judiciário também ocorrem diversos problemas deste tipo pois os salários dos juízes possuem valores altíssimos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que os Deputados acabam ficando com medo dos juízes e aprovam valores enormes para seus vencimentos. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Camila Dias Leão, a parabenizando por sua formatura em Pedagogia e desejando sucesso na sua vida profissional. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para Exmo. Sr. Dr. Promotor De Justiça Cível e da Infância e Juventude da Comarca de Miracema, André Santos Navega, pela sua brilhante atuação e empenho nas eleições do conselho tutelar. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhado um Requerimento ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a poda das árvores localizadas na Praça da CEHAB. Deferido. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 04/12/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara

Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e nove da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador José Augusto Martins, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 01, Versículos de 01 à 03. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 28 de novembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 408/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 038/2019; 02) Ofício nº 409/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 037/2019; 03) Ofício nº 410/2019-ADM da Secretaria Municipal de Administração respondendo o ofício nº 0465/2019; 04) Ofício nº 411/2019-ADM da Secretaria Municipal de Administração respondendo o ofício nº 0724/2019. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que o Secretário Municipal de Fazenda pediu um pouco de agilidade na tramitação do Projeto de Lei sobre o Crédito Adicional. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que assim que os pareceres estiverem prontos, coloca o Projeto em votação. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para o Subtenente Seixas, pelo brilhante trabalho realizado no Tiro de Guerra de Miracema durante os dois anos. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para o Sargento Messias, o parabenizando por assumir o Tiro de Guerra de Miracema a partir de janeiro de 2020. Todos os

Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil - Solicitação no sentido de que informe esta Casa Legislativa quais as ações que estão sendo realizadas para combater a violência no Município de Miracema. Deferido. Continuando, o Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que diversos estão lhe perguntando sobre as ações da Câmara em relação ao aumento da criminalidade em Miracema, sendo que ele está informando que nós estamos cobrando as devidas atitudes do Prefeito, mas quem realmente deveria fazer algo concreto é o Secretário de Segurança Pública de Miracema. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Comandante da Guarda Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de disponibilizar um Guarda Municipal para fazer segurança no Hospital, tendo em vista que tem notícias de casos onde alguns pacientes estão ameaçando os médicos. Deferido. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Comandante do Destacamento de Miracema - Solicitação no sentido de que seja inserido o P.U. de Miracema no roteiro de patrulhamento das viaturas. Deferido. 06) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Comandante do Batalhão - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa qual a carência do efetivo do Batalhão, tendo em vista que o DPO do Distrito de Paraíso do Tobias está sem policiamento e sem viatura. Deferido. 07) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Secretário Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que sejam realizados os devidos reparos na Travessa Clóvis Moreira Tostes, no Vale do Cedro. Deferido. 08) Vereador Aimoré da Silva Almeida, em conjunto com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, solicitou uma Moção de Aplausos para o Tenente Ítalo Madeira, o parabenizando pelos bons serviços prestados à frente da Companhia. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereador Aimoré da Silva Almeida solicitou uma Moção de Aplausos Nilton Rodrigues Moreira Júnior, engenheiro do DER, o parabenizando por ter conquistado o título de Vice-Campeão Capixaba, enaltecendo o nome de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes informou que não tem visto a guarda realizar um trabalho de ronda no Mirante, acreditando que este trabalho deveria ser feito, pois existem muitas pessoas que utilizam o local para caminhar. 10) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma cópia do convênio

realizado com a Empresa "Pro Cuidar", bem como que seja informado se os pagamentos estão sendo realizados corretamente. Deferido. 11) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou uma Moção de Aplausos para o Médico Fábio de Castro, o parabenizando pelos brilhantes serviços prestados como Endocrinologista no Instituto Magaly Siqueira, em prol das pessoas mais necessitadas, portadoras de Diabetes e Hipertensão, atendendo a população com muita qualidade, carinho e atenção. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma reforma na Biblioteca de Miracema, pois o teto está em situação precária e cheio de goteiras. Deferido. Continuando, a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que devemos cobrar documentalmente os comprovantes em relação ao Projeto de Lei sobre o Crédito Adicional que chegou hoje, inclusive com a cópia dos extratos bancários. Por fim, tendo em vista que não se sente à vontade para visitar as escolas municipais por ser oposição ao governo e poder parecer que ela está querendo apenas criticar, pediu para a Comissão de Educação da Câmara verificar a situação da merenda escolar, pois existem notícias de que estão faltando alguns alimentos. 13) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja estudada a criação de um Cargo de Responsável pela Regulação do P.U. para a funcionária Daniele, pois ela já exerce essa função, trabalhando em qualquer horário, inclusive de madrugada, sempre realizando suas funções e tratando os pacientes com muita atenção e carinho. Deferido. 14) O Vereador Genessi Rodrigues da Silva, em conjunto com a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, solicitou uma Moção de Aplausos para a Servidora Daniela, a parabenizando pelos excelentes serviços que ela vem prestando no P.U. de Miracema, sempre tratando os pacientes com muita atenção e carinho. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 15) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a poda das árvores localizadas próximas ao loteamento Saionara, pois a visibilidade está prejudicando demais os motoristas. Solicitamos, ainda, que seja realizada a poda das árvores localizadas perto da Sorveteria Sol de Verão e do Posto Bedengó. Deferido. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que o

Vereador Maurício tem se empenhado em relação ao Projeto de Lei dos Guardas Municipais e recentemente teve a grata satisfação de adiantar alguns trâmites dentro da Prefeitura, assim pede o entendimento dos Vereadores para agilizar a tramitação do Projeto. O Vereador Hugo Fernandes disse que vai colocar o Projeto em votação assim que os pareceres estiverem prontos. O Vereador Genessi rodrigues da Silva esclareceu que de acordo com as informações que lhe foram passadas o Projeto está praticamente atualizando a Lei já existente e adequando a parte estatutária da Guarda Municipal. O Vereador Hugo Fernandes para analisar o projeto junto com o controle interno e jurídico, pois pode faltar algum documento. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que devemos ver todas as classes dos servidores, sendo que precisamos estudar atentamente o Projeto para verificar se não é necessário fazer alguma emenda e inclusive solicitou o aumento da periculosidade da Guarda Municipal, pois por conta da violência de Miracema precisamos melhorar a periculosidade. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que fez uma análise sobre as modificações que serão realizadas na Lei Orgânica e no Regimento Interno da Câmara, assim será feita uma súmula com o resumo das alterações. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que disse que todos os vereadores podem ler o Regimento Interno e propor as alterações que acreditem ser necessárias, pois o objetivo é melhorar e atualizar o Regimento, o enquadrando dentro da nossa realizada e deixar de herança para as futuras legislaturas. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares elogiou a reinauguração da Fonte Luminosa da Praça Dona Ermelinda e a ornamentação de Natal, pois ela ficou muito bonita, destacando que muitas pessoas ficaram até emocionadas ao ver a Fonte funcionando, regatando assim a autoestima da população. 16) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - À Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que seja disponibilizado um Guarda Municipal para ficar de maneira permanente fazendo a segurança da Praça Dona Ermelinda e da Fonte. Deferido. 17) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - À Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o recolhimento dos carros abandonados que se encontram na Rua do Lixo (Rua Francisco Cardoso). Deferido. 18) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a

instalação de um corrimão na escadaria da Travessa Sebastião Hilário Hipólito, Bairro Nossa Senhora Aparecida, pois na referida via reside vários idosos que possuem dificuldade de se locomover. Deferido. 19) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Coordenador de Vetores - Solicitação no sentido de que seja realizada uma visita no imóvel, que se encontra abandonado, localizado na Travessa Sebastião Hilário Hipólito, ao lado do nº 60, no Bairro Nossa Senhora Aparecida. Deferido. 20) Vereador José Augusto Martins - Ao Prefeito Municipal, com vista a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o conserto do Parquinho localizado no Vale do Cedro, tendo em vista que o referido parque não só atende as crianças do bairro, mas também atende de bairros vizinhos. Deferido. 21) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam instaladas câmeras de segurança em frente ao Tiro de Guerra, tendo em vista que um Guarda Municipal está ficando de vigia 24 horas no local, assim este guarda poderia ser deslocado para outro trabalho. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício Financeiro de 2020. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que os Vereadores fazem suas respectivas emendas com o objetivo de atender a população, dessa maneira procurou o Prefeito Municipal pessoalmente para solicitar que as emendas fossem atendidas. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que suas emendas tem por objetivo principal a construção de faixas de pedestres elevadas no Centro Histórico de Miracema. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que fez uma emenda pra beneficiar o NAE, pois o trabalho que está sendo realizado no local é muito bom. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que não fez nenhuma emenda porque as emendas que fez na última vez não foram sequer foram analisadas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que entende a ansiedade dos vereadores em ver seus pedidos atendidos, sendo que estamos apenas fazendo um redirecionamento de verbas, pois sabemos que dependendo do jeito que for analisado podemos engessar o governo, acrescentando que repetiu suas emendas que vem fazendo. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou as Emendas em votação. Foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Modificativa:** Acrescentar na Ficha 108 R$ 25.000,00

(vinte e cinco mil reais) e subtrair na ficha 109 R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Modificativa:** Acrescentar na Ficha 201 R$ 70.000,00 (setenta mil reais) e subtrair na ficha 91 R$ 70.000,00 (setenta mil reais). Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **c) Emenda Modificativa:** Acrescentar na Ficha 202 R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e subtrair na ficha 258 R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **d) Emenda Modificativa:** Acrescentar na Ficha 187 R$ 70.000,00 (setenta mil reais) e subtrair na ficha 91 R$ 70.000,00 (setenta mil reais). Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **e) Emenda Modificativa:** Acrescentar na Ficha 188 R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e subtrair na ficha 91 R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **f) Emenda Modificativa:** Acrescentar na Ficha 186 R$ 30.000,00 (trinta mil reais) e subtrair nas fichas 220 R$ 10.000,00 (dez mil reais) e na ficha 196 R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **g) Emenda Modificativa:** Acrescentar no Anexo G7 – Cadastro de Auxílio e/ou Subvenções Sociais R$ 10.000,00 (dez mil reais) e subtrair nas fichas 489 R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e na ficha 220 R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **h) Emenda Modificativa:** Retirar R$ 10.000,00 (dez mil reais) na ficha 203 e R$ 10.000,00 (dez mil reais) na ficha 104 e acrescentar R$ 20.000,00 (vinte mil reais) na Ficha 104. Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **i) Emenda Modificativa:** Acrescentar na Ficha 183 o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e subtrair na ficha 258 o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Autoria: Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **j) Emenda Modificativa:** Acrescentar na Ficha 204 o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) e subtrair na ficha 220 o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais). Autoria: Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **k) Emenda Modificativa:** Retirar R$ 10.000,00 (dez mil reais) na ficha 275 e adicionar R$ 10.000,00 (dez mil reais) na

Ficha 347. Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **l) Emenda Modificativa:** Deduzir da Fonte 105 (Material de Consumo o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e adicionar ao FMDCA – Fundo Municipal do Direito da Criança e Adolescente, Fonte 100 (Manutenção e Operação do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente). Deduzir da Fonte 112 (Reforma e Construções de Estádios Municipais) o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para implantação de iluminação no Estádio Jamil Cardoso no 3º Distrito de Venda das Flores. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **m) Emenda Modificativa:** Deduzir da Fonte 100 (Serviços de Pessoas Jurídica) reduzindo a divulgação dos atos oficias ao valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) e adicionar ao Anexo G – 7 (Cadastro de Auxílio e ou Subvenções Sociais) para a Entidade APAE – Associação de Pais e Amigos de Miracema o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **n) Emenda Modificativa:** Deduzir da Fonte 104 (Obras e Reformas de Infraestrutura Municipal) o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para pavimentação das seguintes vias públicas: Rua Dirceu de Cardosos de Medeiros (Venda das Flores); Rua Rodolfo Alves Rodrigues (Bairro Boa Vista); Rua Amanda Bersáculo (Bairro Boa Vista); Rua Orlando de Martino Aversa; Rua Dionísio Pereira Rosa; Rua Geraldo Alves (Jardim Beverly); Rua Lailson Marques Sentinelli. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **o) Emenda Modificativa:** Deduzir da Fonte 104 (Pavimentação e Ruas da Sede do Município e dos Distritos e de Galeria de Esgotos) o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para implantação de rede de esgoto no Sítio Pernambuco. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **p) Emenda Modificativa:** Subtrair da ficha 91 (Serviços de pessoas jurídicas) o valor R$ 100.000,00 e R$ 50.000,00 da ficha 90 (Serviços de pessoas jurídicas). Acrescentar no Anexo G7 (cadastro de Auxílio e / ou subvenções). Subtrair da ficha 36 (Serviços de pessoas jurídicas) o valor de R$ 30.000,00, da ficha 64 (Serviços de pessoas jurídicas) o valor de R$ 30.000,00, da ficha 52 (Serviços de pessoas jurídicas) o valor de R$ 10.000,00 e da ficha 65 (Serviços de pessoas jurídicas) o valor de R$ 10.000,00. Acrescentar no Anexo G7 (cadastro de Auxílio e / ou subvenções) o valor de R$ 80.000,00. Subtrair da ficha 227 (Serviços de terceiros

de pessoa jurídica) o valor de R$ 50.000,00, da ficha 245 (material de consumo) o valor de R$ 40.000,00 e da ficha 269 (Serviços de terceiros de pessoa jurídica) o valor de R$ 10.000,00. Acrescentar no Anexo G7 (cadastro de Auxílio e / ou subvenções) o valor de R$ 100.000,00. Subtrair da ficha 75 (Serviços de terceiros de pessoa jurídica) o valor de R$ 5.000,00, da ficha 120 (material de consumo) o valor de R$ 30.000,00, da ficha 134 (Serviços de terceiros de pessoa jurídica) o valor de R$ 50.000,00, da ficha 199 (Serviços de terceiros de pessoa jurídica) o valor de R$ 50.000,00 e da ficha 220 (material de consumo) o valor de R$ 100.000,00. Acrescentar na ficha 202 (Obras e instalações). Subtrair da ficha 277 (Serviços de terceiros de pessoa jurídica) o valor de R$ 15.000,00, da ficha 285 (Serviços de terceiros de pessoa jurídica) o valor de R$ 15.000,00 e da ficha 364 (Serviços de terceiros de pessoa jurídica) o valor de R$ 20.000,00. Acrescentar no Anexo G7 (cadastro de Auxílio e / ou subvenções) o valor de R$ 50.000,00. Autoria: Vereador Aimoré da Silva Almeida. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **q) Emenda Modificativa:** Subtrair R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) da ficha 288 e Adicionar ao Anexo G7 da Lei Orçamentária Anual – Exercício 2020. Inserir R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a Sociedade Recreativa Sítio do Bode. Inserir R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o Bloco Carnavalesco Unidos da Jove. Inserir R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o Bloco Carnavalesco Garotos do Sereno. Inserir R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para a Casa dos Pobres São Vicente de Paula. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **r) Emenda Modificativa:** Subtrair na ficha 134 (Serviços de Pessoas Jurídicas) o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e da ficha 189 (Reformar dos Estádios Municipais) o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Acrescentar na Ficha 187 (Construção e reformas de parques recreativos e desportivo) o valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais). Subtrair na ficha 202 (Obras e Instalações) o valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Acrescentar na Ficha 206 (Extensão, melhoria, remodelação e manutenção de rede de iluminação pública) o valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Autoria: Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. **s) Emenda Modificativa:** Subtrair na ficha 258 (Serviços de Pessoas Jurídicas) o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Acrescentar na Ficha 102 (Obras e Instalações) o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Subtrair na ficha 258 (Serviços de

Pessoas Jurídicas) o valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Acrescentar na Ficha 108 (Equipamentos e Material Permanente) o valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Subtrair na ficha 258 (Serviços de Pessoas Jurídicas) o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Acrescentar na Ficha 202 (Obras e Instalações) o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Autoria: Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.865, de 02 de dezembro de 2019. O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRACEMA-RJ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Faz saber que a Câmara do Município de Miracema decreta a seguinte LEI: Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Miracema para o exercício financeiro de 2020, nos termos do artigo 165, parágrafo 5º da Constituição Federal, Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendendo: I - O orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; II - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados; Art. 2º A receita total estimada no orçamento fiscal e na seguridade social, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R$ 109.200.000,00 (cento e nove milhões e duzentos mil reais). Orçamento Fiscal está fixado em R$ 61.209.500,00 (sessenta e um milhões, duzentos e nove mil e quinhentos reais); Orçamento da Seguridade Social em R$ 47.990.500,00 (quarenta e sete milhões, novecentos e noventa mil e quinhentos reais). Parágrafo Único - A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no anexo II - Resumo Geral da Receita.

Receitas Correntes	106.297.500,00
Receita Impostos, Taxas e Contrib. Melhoria	7.887.500,00
Receita de Contribuições	4.174.000,00

Receita Patrimonial	899.000,00
Receita Agropecuária	76.000,00
Receita Industrial	10.000,00
Receita de Serviços	30.000,00
Transferências Correntes	88.170.500,00
Outras Receitas Correntes	5.050.500,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	11.487.500,00
Receitas de Contribuições	7.566.000,00
Outras Receitas Correntes	3.921.500,00
Receitas de Capital	259.000,00
Operações de Crédito	10.000,00
Alienação de Bens	50.000,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	149.000,00
Outras Receitas de Capital	50.000,00
TOTAL DA RECEITA BRUTA	118.044.000,00
(-) Dedução para o FUNDEB	8.844.000,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	109.200.000,00

Art. 3º A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

POR ÓRGÃOS

a) Orçamento Fiscal

01 – Câmara Municipal de Miracema	3.944.000,00
02 – Prefeitura Municipal de Miracema	57.247.500,00

06 – Fundação Educacional de Miracema	6.000,00
10 – Fundo Mun. Des. Urb. Hab. Inter. Social	12.000,00
Total do Orçamento Fiscal	61.209.500,00

b) Orçamento da Seguridade Social

01- Câmara Municipal de Miracema	115.000,00
03 – Fundo Municipal de Assistência Social	4.052.500,00
04 – Fundo Municipal de Saúde	24.165.500,00
09 – Fundo Mun. Direito Criança e Adolescente	36.000,00
11 - PREVIMIRACEMA	19.621.500,00
Total do Orçamento da Seguridade Social	47.990.500,00

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO 109.200.000,00

POR FUNÇÕES

a) Orçamento Fiscal

01 – Legislativa	3.916.000,00
04 – Administração	13.324.500,00
06 – Segurança Pública	2.002.000,00
12 – Educação	22.506.000,00
13 – Cultura	1.144.000,00
15 – Urbanismo	3.868.000,00
16 – Habitação	8.000,00
18 – Gestão Ambiental	6.872.000,00
20 – Agricultura	3.411.000,00
26 – Transporte	739.000,00
27 – Desporto e Lazer	290.000,00
28 – Encargos Especiais	2.029.000,00
99 – Reserva de Contingência	1.100.000,00

Total do Orçamento Fiscal	61.209.500,00

b) Orçamento da Seguridade Social

08 – Assistência Social	4.088.500,00
09 – Previdência Social	19.736.500,00
10 – Saúde	24.165.500,00
Total do Orçamento da Seguridade Social	47.990.500,00
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	109.200.000,00

POR SUBFUNÇÕES

a) Orçamento Fiscal

031 – Ação Legislativa	3.916.000,00
122 – Administração Geral	24.127.500,00
182 – Defesa Civil	2.002.000,00
361 – Ensino Fundamental	12.296.500,00
364 – Ensino Superior	6.000,00
365 – Educação Infantil	10.103.500,00
367 – Educação Especial	90.000,00
392 – Difusão Cultural	150.000,00
451 – Infra-Estrutura Urbana	694.000,00
452 – Serviços Urbanos	341.000,00
482 – Habitação Urbana	8.000,00
541 – Preservação e Conservação Ambiental	3.546.000,00
542 – Controle Ambiental	40.000,00
544 – Recursos Hídricos	1.000,00
606 – Extensão Rural	388.000,00
608- Promoção da Produção Agropecuária	90.000,00
609- Defesa Agropecuária	1.000,00
812 – Desporto Comunitário	40.000,00
813 - Lazer	240.000,00

846 – Outros Encargos Especiais	2.029.000,00
999 – Reserva de Contingência	1.100.000,00
Total do Orçamento Fiscal	61.209.500,00

b) Orçamento da Seguridade Social

122 – Administração Geral	12.445.500,00
241 - Assistência ao Idoso	50.000,00
243 – Assistência a Criança e Adolescente	1.334.000,00
244 – Assistência Comunitária	2.624.500,00
272 – Previdência do Regime Estatutário	18.015.000,00
301 – Atenção Básica	6.115.000,00
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.093.000,00
305 – Vigilância Epidemiológica	518.000,00
997 – Reserva do RPPS	775.500,00
Total do Orçamento da Seguridade Social	47.990.500,00

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO 109.200.000,00

POR NATUREZA DA DESPESA

I – GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

a) Orçamento Fiscal

3 – Despesas Correntes

31 – Pessoal e Encargos	55.546.000,00
33 – Outras Despesas Correntes	17.260.000,00

4 – Despesas de Capital

44 – Investimentos	2.534.500,00
46 – Amortização da Dívida	2.029.000,00

9 – Reserva de Contingência

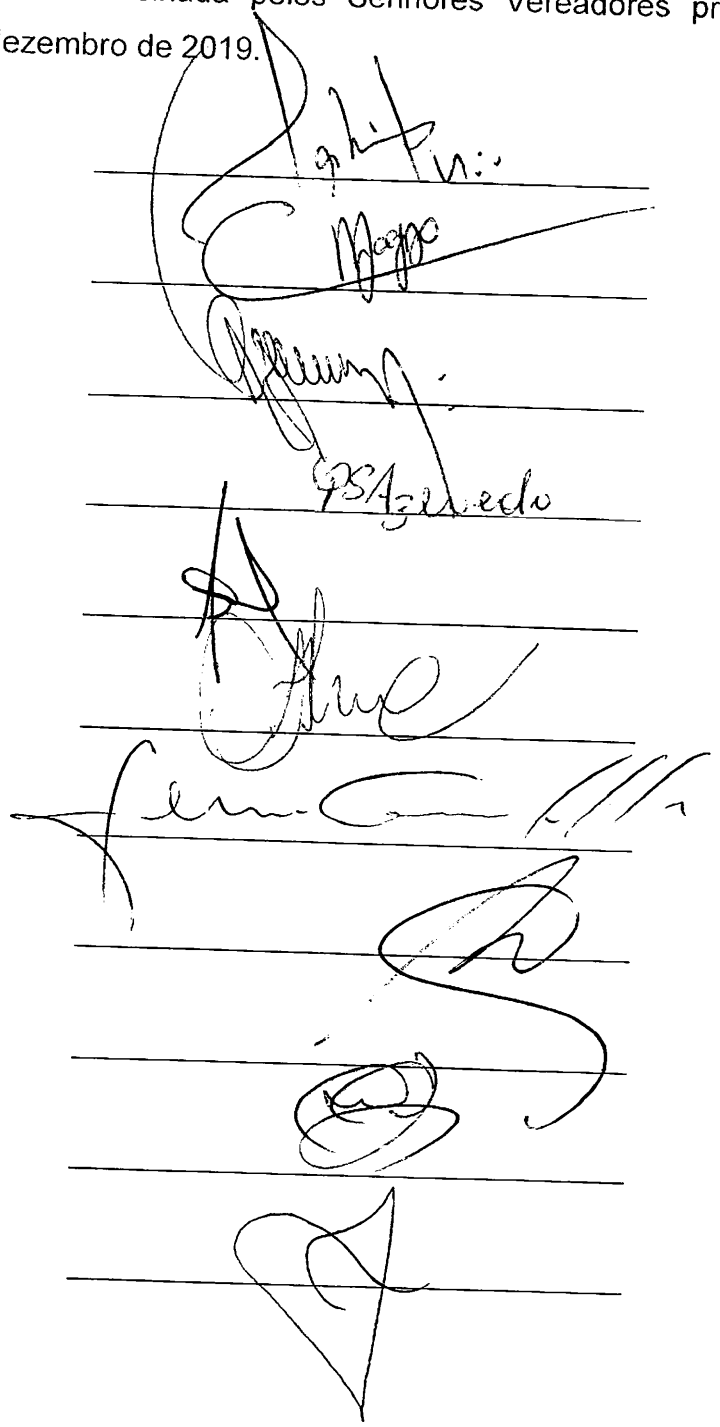
99 – Reserva de Contingência	1.100.000,00

Total do Orçamento Fiscal	61.209.500,00
b) Orçamento da Seguridade Social	
3 – Despesas Correntes	
31 – Pessoal e Encargos	31.313.000,00
33 – Outras Despesas Correntes	14.007.500,00
4 – Despesas de Capital	
44 – Investimentos	1.894.500,00
7 – Reserva Orçamentária do RPPS	
99 – Reserva de Contingência Previdenciária	775.500,00
Total do Orçamento da Seguridade Social	47.990.500,00
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	109.200.000,00

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a: I – Abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento de 2020, até o limite de 30% (trinta por cento) do total das despesas fixadas utilizando para isso o provável excesso de arrecadação e anulações de dotações, criando, se necessário, elementos de despesas dentro das unidades orçamentárias existentes. II – Excluem-se do limite mencionado no parágrafo anterior os créditos adicionais suplementares: a) excessos de arrecadação provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior. Parágrafo Único - Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária. Art. 5º - Os órgãos e entidades mencionados no Art. 1º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação

das contas públicas do ente municipal. Art. 6º - Fica o poder executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para, em virtude de alteração na estrutura organizacional, ou na competência legal ou regimental de órgãos da administração Direta e de Entidades de Administração Indireta, adaptar o orçamento aprovado pela presente lei, à modificação administrativa ocorrida, inclusive criando unidades orçamentárias, funções, sub-funções, categorias de programação e natureza de despesa, necessárias à redistribuição dos saldos das dotações, observando o princípio do equilíbrio orçamentário, valores estes que não incidirão no limite estabelecido pelo artigo 4º, inciso I desta Lei, editando por Decreto as metas bimestrais de arrecadação e o cronograma de desembolso. Art. 7º - Ficam fazendo parte integrante desta Lei os anexos: Parte 1 - Adendos: Relação de Unidades; Rol de Projetos; Rol de Atividades; Rol de Programas; Fonte de Recursos; Parte 2 - Anexos da Lei 4.320/64: Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas; Anexo 2 – Receita Segundo as Categorias Econômicas; Anexo 2 – Natureza de Despesa Segundo as Categorias Econômicas – Unidade Orçamentária; Anexo 2 – Demonstração da Despesa por Unidades Orçamentárias Segundo as Categorias Econômicas; Anexo 6 – Programa de Trabalho; Anexo 7 – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais; Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos; Anexo 9 – Demonstrativo das Despesas por Funções; QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa; PA – Plano de Aplicação dos Fundos Municipais; Parte 3 – Relatórios Gerenciais: G1 – Receitas de Impostos e Transferências Legais; G2 – Quadro Demonstrativo de Aplicações de Recursos em Manutenção do Ensino – MDE; G3 – Quadro Demonstrativo de Aplicações na Saúde; G4 – Quadro Demonstrativo Limite de Gastos com Pessoal; G5 – Demonstrativo da Compatibilidade do Orçamento com as Metas Fiscais da LDO; G6 – Demonstrativo da Estimativa da Receita com Memória e Metodologia de Cálculo; G7 – Cadastro de Auxílio e/ ou Subvenções Sociais. Art. 8º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2020. Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Aplausos para o Prefeito Municipal, o parabenizando pela reforma na Fonte Luminosa

da Praça Dona Ermelinda, atendendo um grande anseio da população miracemense. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 03/12/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2019.



Aos dois do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada a reunião de instalação do Primeiro Período Legislativo de 2015, a de número cento e quarenta e quatro da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloi, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Maurício Sant'Ana Soares, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo

32, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Comunicados nº CM000645/2015, CM313549/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 02) Ofício nº 24/GM/TEM do Ministério do Trabalho e Emprego respondendo ofício nº 747/2014. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou cópia deste ofício; 03) Ofício Circular nº 002/2015 – PRS/GAP do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; 04) Ofício de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier, encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de que seja estudada a Minuta do Projeto de Lei que Concede isenção de Taxa de Iluminação Pública às Igrejas e/ou Templos Religiosos e às Instituições Filantrópicas, tais como Hospital, APAE, Asilos, entre outras, a fim de que seja estudada a possibilidade de encaminhá-lo ao Poder Legislativo para discussão e votação. Ressaltamos que o referido Projeto se faz necessário, devido à grande atuação por parte das Igrejas e Entidades Filantrópicas na área social, onde na maioria das vezes o Poder Público tem uma presença muito discreta ou quase nenhuma, e este Projeto criará mecanismos para facilitar essas instituições nos trabalhos sociais, psicológicos, espirituais e familiares, buscando uma sociedade mais igualitária e justa. Deferido; 05) Ofício de autoria do Vereador Hugo Fernandes, encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal: Considerando que com a reformulação do Novo Código Tributário Municipal, os funcionamentos dos circos itinerantes no âmbito do Município de Miracema não estão isentos das taxas para emissão de alvará, conforme previa o antigo Código Tributário; Considerando que é necessário o Município ter uma Lei específica para tratar desse assunto, tendo em vista, que tal atividade proporciona lazer e entretimento, previstos na Constituição Federal Art. 6º; Considerando que é necessário também que tenha em Lei específica, as atribuições da instalação de circo pela cidade, respeitando as Leis Vigentes, proporcionando ao público e aos artistas uma melhor estrutura, comodidade e segurança; Considerando que é de extrema importância o lazer, mas também é mais importante ainda a regulamentação de tal atividade para não causar transtornos e problemas futuros; Encaminho solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a

possibilidade de criar uma Lei Municipal regulamentando e isentando as atividades de circos itinerantes no âmbito do Município de Miracema das taxas de emissão de alvarás. Na oportunidade encaminhamos em anexo uma Lei que trata do mesmo assunto em outro Município. Deferido; 06) Projeto de Lei que dá o nome de Centro Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer "Professora Oraide Alves da Silva" à sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de autoria do Vereador Hugo Fernandes. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou cópia deste Projeto; 07) Expedições FIOCRUZ 2015 em Miracema-RJ; 08) Ofício Circular nº 001/2015 da Câmara Municipal de Volta Redonda-RJ informando a Composição da Nova Mesa Diretora; 09) Ofício Circular nº 001/GP/2015 da Câmara Municipal de Barra do Piraí-RJ informando a Composição da Nova Mesa Diretora; 10) Ofício Circular PRES nº 01/2015 da Câmara Municipal de Mangaratiba-RJ informando a Composição da Nova Mesa Diretora; 11) Ofício nº 592/2014 – CGHOSP/DAHU/SAS/MS do Ministério da Saúde respondendo ofício nº 0780/2014. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou cópia deste ofício; 12) Ofício de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de que seja estudada a Minuta do Projeto de Lei que dispões sobre a remoção de veículos abandonados em Logradouros Públicos do Município de Miracema-RJ, revogando a Lei Municipal nº 1.549 de 08/09/2014, a fim de que seja estudada a possibilidade de encaminhá-lo ao Poder Legislativo para discussão e votação. Ressaltamos que o referido Projeto de Lei revogará a Lei Municipal nº 1.549, de 08/09/2014, e trará do mesmo assunto, porém com algumas novas adequações necessárias para melhor cumprimento da Lei. Deferido; 13) Convite para o Casamento de Beatriz e Neylor; 14) Ofício nº 004/2015 da Procuradoria Geral do Município de Miracema respondendo ofício nº 789/2014 encaminhando cópia do Processo Licitatório para Contratação de Empresa de Engenharia para execução das obras e Serviços relativos ao sistema de esgotamento sanitário do Município de Miracema. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 05/02/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara

Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada a reunião de instalação do Primeiro Período Legislativo de 2017, a de número um da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Aimoré da Silva Almeida, Maria Alessandra Leite Freire, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier, Guillerni Ribeiro de Camargo, Hugo Fernandes, José Augusto Martins, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Aimoré da Silva Almeida, solicitou à Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, 1ª Secretária da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Continuando, o Sr. Presidente convidou o Sr. Prefeito Clovis Tostes de Barros para fazer parte da Mesa. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Pastor Joel Samuel da Silva para fazer a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 127, Versículos 01 e 02. Continuando, o Pastor Joel fez uma oração a fim de que os trabalhos na Câmara e na Prefeitura Municipal sejam conduzidos da melhor maneira possível, sempre visando o benefício de Miracema. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou à Primeira Secretária da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 001/2017 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando cópia dos Decretos Municipais nº 001/17 e 002/17; 02) Ofício 003/2017 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando cópia dos Decreto Municipal nº 003/17; 03) Ofício 005/2017 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando cópia dos Decreto Municipal nº 004/17; 04) Ofício 010/2017 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando cópia dos Decreto Municipal nº 008/17; 05) Ofício COAP/SUPTA nº 226/2016 da Secretaria Estadual de Educação, respondendo ofício nº 4858/2016. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 06) Comunicado nº CM216286/2016 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 07) Ofício CAPPS nº 003 da Caixa de Assistência, Previdêcia e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ; 08) Ofício º 42/2017/PGM da Procuradoria Geral do Município de Miracema, solicitando algumas informações; 09) Ofício Circular GP nº 02/2017 do

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro; 10) Ofício Circular nº 001/2017 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 06/02/2017, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2017.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e um, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. O Vereador Carlos Armando de Azevedo pediu licença para esclarecer que quando se afastou do Plenário aprendeu muito e conseguiu ver como funciona uma Secretaria do Município, percebendo que o trabalho é muito difícil. Acrescentou que tentou fazer seu trabalho da melhor maneira possível, uma vez que é muito difícil atender todas as necessidades da população. Por fim, disse que elaborar um relatório de atividades

sobre o tempo em que esteve exercendo a função de Secretário. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: João, Capítulo 14, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 395/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito encaminhando Projeto de Lei nº 052/2014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou que fosse encaminhada uma cópia do referido Projeto de Lei ao Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema para que seja analisado se algum funcionário público será prejudicado com a aprovação do Projeto de Lei. Deferido. 02) Ofício nº 0125/2014/GUGOV Campos/SR Norte Fluminense da Caixa Econômica Federal. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 03) Mensagem de Encaminhamento nº 169/2014 encaminhando Projeto de Lei nº 040/2014. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Maurício Sant'Ana Soares, Paulo Sérgio de Azevedo e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 04) Moção de Pesar aos familiares da Sra. Edna Moraes de Assis, de autoria do Vereador João Siqueira Magalhães. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Mensagem de Encaminhamento s/nº de 2014 encaminhando Projeto de Lei nº 041/2014; 06) Ofício SPPD/SEASDH nº 11/2014 da Superintendência de Políticas para a Pessoa com Deficiência respondendo ofício nº 0154/2014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício nº 80/2014 COCEC/CGCON/DEADM/FUNASA do Ministério da Saúde encaminhando documentos referentes ao TC/PAC nº 0497/2014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 08) Convite da Terceira Companhia – Miracema para a Inauguração da Placa em Homenagem aos Policiais Militares da 3ª Cia-Miracema 09) Ofício Promoção Social encaminhando Relatório de Atividades referente ao mês de Abril de 2014. O Vereador Hugo Fernandes nomeou o Vereador Carlos Armando de Azevedo para participar da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em substituição ao Ex Vereador Gideão Duarte Gonçalves, em substituição ao Vereador Gideão Duarte Gonçalves. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vista à

Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizado o reparo no bueiro localizado na esquina da Rua Melchíades Cardoso com a Travessa Manoel Miguel Souto, uma vez que o referido bueiro se encontra quebrado e entupido, colocando em risco os pedestres e moradores do local. Esclarecemos que em casos de chuvas, com o entupimento do bueiro, existe o risco das águas entrarem nas casas das redondezas. Deferido. 02) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizado o calçamento da Rua Jair Muniz, no Distrito de Paraíso do Tobias. Esclarecemos que tal solicitação visa atender ao pedido de diversos moradores que residem naquela localidade. Deferido. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Presidente da CAPPS/CAMEDS - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja acrescentada uma cadeira destinada ao Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Miracema no Conselho Fiscal da CAPPS, tendo o Sindicato é o verdadeiro representante dos funcionários públicos. Aprovado. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acredita que existe algo especificado na Constituição Federal sobre este assunto. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Secretário de Estado de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantado no Município de Miracema o Projeto "Era Digital na 3ª Idade", uma vez que o referido Projeto oferece cursos gratuitos de Noções Básicas de Informática para os idosos. Aprovado. 05) Vereador Carlos Armando de Azevedo - Solicitou Moção de Aplausos para o Ex-Vereador Gideão Duarte Gonçalves, pela amizade e companheirismo durante o tempo em que ele este como Vereador do Município de Miracema, trabalhando sempre com dedicação e comprometimento em prol do Município. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Ministro do Desporto, Dr. José Aldo Rebelo Figueiredo - Considerando que o Programa Vida Saudável visa oportunizar a prática de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer para o cidadão idoso, estimulando a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, a pesquisa e a socialização do conhecimento, bem como contribuindo para que esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direitos de todos. Encaminho solicitação no sentido de que o Município de Miracema-RJ seja incluído no Programa Vida Saudável, deste Ministério, em parceria com o

Conselho do Idoso de Miracema. Aprovado. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Ministro da Saúde, Dr. Arthur Chioro - Considerando que o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) são equipes multiprofissionais que atuam de forma integrada com as equipes de Saúde da Família, e esta atuação integrada permite realizar discussões de casos clínicos, possibilitando o atendimento compartilhado entre profissionais tanto na Unidade de Saúde como nas visitas domiciliares, permitindo a construção conjunta de projetos terapêuticos de forma que amplia e qualifica as intervenções na saúde da população. Encaminho solicitação no sentido de que o Município de Miracema-RJ seja incluído no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), deste Ministério. Aprovado. 08) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo, no sentido de que sejam realizadas as obras abaixo relacionadas no Distrito de Venda das Flores: a) Reestruturação do Campo de Futebol, com a construção de um muro alambrado e a realização de melhorias em toda sua área; b) Reconstrução do muro e realização das melhorias necessárias em todo o cemitério; c) Realização de uma reforma na Quadra coberta do referido Distrito. Destacamos que com a realização destas obras estaremos possibilitando aos Munícipes que residem neste Distrito um maior conforto e uma melhor qualidade de vida. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Inscrito o Vereador Hugo Fernandes para falar sobre o funcionamento da Secretaria de Promoção Social. Com a palavra, o Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um Ofício a Secretaria Municipal de Promoção Social no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa as seguintes informações sobre a referida Secretaria: a) o domicílio eleitoral dos funcionários contratados pela Secretaria Municipal de Promoção Social; b) que seja encaminhado uma cópia do espelho da folha de pagamento da referida Secretaria, uma vez que existem informações que alguns funcionários estão recebendo verbas indevidas; c) os valores dos saldos dos Programas da referida Secretaria; d) informações sobre a frota de veículos da Secretaria Municipal de Assistência Social, esclarecendo se os veículos são utilizados apenas internamente ou se eles podem atender as solicitações de pessoas necessitadas. Continuou esclarecendo que é uma incoerência a referida Secretaria capacitar os cidadãos miracemenses e contratar pessoas de outros Municípios. Dessa maneira, o Vereador

Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um Ofício à Prefeitura do Município de São José de Ubá no sentido de que seja esclarecida a situação funcional da Sra. Viviane da Rocha Gripa, que está ocupando um cargo comissionado na Prefeitura Municipal de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães pediu para acrescentar o pedido dos Saldos dos Programas da referida Secretaria. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes destacou que tem observado um pouco de negligência ao atendimento das pessoas que moram no Conjunto Habitacional do Carrapichão, sendo que tem realizado diversas visitas aos moradores do local e vem escutando suas necessidades. Por fim, disse que está muito preocupado com a Casa da Criança, pois possui informações de que o funcionamento da referida Casa tem sido péssimo, destacando, ainda, que a Secretaria de Promoção Social deveria estar mais presente no funcionamento da referida Casa. Concluindo, disse que a Secretaria deve melhorar seu relacionamento com as pessoas, uma vez que nenhuma pessoa gosta de passar por dificuldades. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo pediu para acrescentar o pedido de informações sobre a frota de veículos da Secretaria Municipal de Assistência Social, perguntando se os veículos são utilizados apenas internamente ou se pode atender a necessidade de algumas pessoas. O Vereador Hugo Fernandes destacou que o Vereador Gilson Teixeira Sales precisou de um carro para ajudar uma família que tinha sido vítima de um incêndio, tendo solicitado o veículo à Secretaria de Promoção Social, entretanto ele não foi emprestado. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que esta situação lhe preocupa, pois os Vereadores acabam ficando sensibilizados para atender as necessidades da população. O Vereador Fabrício de Sá Xavier acrescentou que encontrou com o carro da Secretaria de Promoção Social em viagem com a Secretária de Educação. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a Assistência Social deveria ajudar as pessoas necessitadas, destacando que pela primeira vez será realizada uma licitação para a compra de cestas básicas. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Ivane Argentino para fazer a leitura de uma carta de seu pai. Com a palavra, a Sra. Ivane esclareceu que veio representar seu pai, o Sr. Argentino, sendo que ele realiza um trabalho junto a Igreja Nossa Senhora Aparecida, assim necessita de alguma ajuda. Dessa maneira, passou a ler a carta escrita por seu pai. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que todos conhecem o trabalho realizado

pelo Sr. Argentino, sendo ele uma pessoa de grande importância para Miracema. Com isso, pediu para a Sra. Ivane trazer um orçamento por escrito de todo o material que ele está precisando para que os Vereadores possam auxiliar naquilo que for possível. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 13 (treze) Projetos de Lei: Antes de iniciar as votações dos Projetos o Vereador Hugo Fernandes pediu a opinião de todos os Vereadores sobre a realização de apenas uma votação nos Projetos de Lei referentes aos Créditos Adicionais Especiais. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que os Projetos de Lei mencionados não estão especificando de onde será retirada a contrapartida do Município. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que foram cometidos pequenos enganos fáceis de serem corrigidos. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que já foram votados diversos Projetos sobre este assunto, acreditando que o prazo para a assinatura dos convênios poderá ser perdido. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que equívocos cometidos no passado não podem ser repetidos, sendo que os equívocos nos Projetos são de fáceis resoluções. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que por causa de uma retificação o Município pode ser prejudicado, sendo que deveria ser levada em conta a opinião de todos os Vereadores. O Vereador Hugo Fernandes disse que vai ouvir todos os Vereadores para depois decidir o que será feito com os Projetos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o Vereador João Siqueira Magalhães não possui o objetivo de atrapalhar o andamento dos Projetos de Lei, acreditando que os erros poderiam ser facilmente sanados. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que os Projetos deveriam voltar para a Prefeitura Municipal para que seus erros fossem sanados. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que vai dar início à votação dos Projetos na ordem estabelecida pela Ordem do Dia, sendo que no momento da votação dos Projetos referentes aos Créditos Adicionais ouvirá todos os Vereadores. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que vai se abster de votar em todos os Projetos de Lei, tendo em vista que está retornado hoje e não teve tempo hábil para analisar os referidos. **01)** Projeto de Lei Complementar que Altera o disposto no Artigo 52.2.2.1 e seção I Artigo 57 ambos da Lei 798/99; altera o artigo 1º da Lei 1308 de 19 de abril de 2010 e seu§ 1º e dá outras providencias. Autoria: Prefeito Municipal. Levando em conta a abstenção do Vereador Carlos Armando de Azevedo, em segunda votação, o Projeto

de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei Complementar nº 1.513, de 02 de junho de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que me são conferidas pelo Inciso III, do Art.81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar: Art. 1º- Fica alterado no artigo 52.2.2.1 da Lei 798/99 passando a ter a seguinte redação: Art.52 – 2 - 2.1 - Assessoria Jurídica - Art. 2º- Fica alterado o artigo 57 da Lei 798/99, passando a ter a seguinte redação Art. 57 - Da Assessoria Jurídica - Art. 3º- Ficam mantidas as atribuições previstas no artigo 57 da Lei 798/99 a serem desempenhadas pela Assessoria Jurídica devidamente subordinada a Procuradoria Geral do Município. Art. 4º- Fica alterado o caput do artigo 1º da Lei 1.308/2010 passando a ter a seguinte redação: Art. 1º - Fica acrescido na estrutura orgânica do Município, institucionalizada pela Lei 798/99 e vinculado à Procuradoria Geral, 01 (um) Assessor Jurídico. § 1º O Assessor Jurídico, objeto do caput, subordinado a Procuradoria Geral do Município, além das atribuições relacionadas no art. 57 da Lei 798/99, ainda prestará apoio Jurídico às Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social. Art. 5º- Ficam mantidas as atribuições previstas no § 2º da Lei 1.308/2010. Art. 6º- Com a instituição da presente Lei, ficam extintos os Departamentos de Consultoria Técnico Legislativo e Apoio Jurídico criado e instituído pela Lei nº 798/99 e Técnico Jurídico instituído pela Lei nº 1.308/2010. Art. 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos, revogando todas as disposições em contrario. **02)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a atuação do Poder Público Municipal na prevenção e combate à pedofilia e pornografia infantil em sua base territorial Município de Miracema – RJ. Autoria: Vereador Gilson Teixeira Sales. Levando em conta a abstenção do Vereador Carlos Armando de Azevedo, em segunda votação, o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.514, de 02 de junho de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI: Art. 1°: Esta Lei Institui e disciplina regras de Políticas Públicas de Combate à Pedofilia e Violência contra Crianças e Adolescentes no âmbito do Município de Miracema. Art. 2°: Para os efeitos desta Lei entende-se como Políticas Públicas de Combate à Pedofilia e Violência contra Crianças e Adolescentes as ações do Poder Público que sistematizem o tema e apliquem regras adequadas e efetivas para impedir agressões físicas e mentais à crianças e adolescentes. Art. 3°: A atuação

do Executivo no desenvolvimento da campanha deve ser estabelecida em dois sentidos: um no aspecto prático e outro na divulgação institucional. Art. 4°: No aspecto prático o Executivo deverá: I - Adotar critérios de fiscalização nos "Cybers Cafés" e "Lan Houses" e outros estabelecimentos congêneres existente no Município, constatando se os mesmos estão funcionando de acordo com a Legislação em vigor, inclusive Alvarás de funcionamento. II – Fazer com que tais estabelecimentos mantenham cadastros dos seus usuários, com registro de permanência e acesso feitos pelos mesmos. III – Que os proprietários mantenham no interior dos estabelecimentos, em local de fácil visibilidade, cartaz informando sobre as informações legais que os usuários estarão sujeito caso infrinjam o Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no que diz respeito à pedofilia e pornografia infantil. IV – Estabelecer penalidades a que os estabelecimentos estarão sujeitos o caso de descumprimento da Lei. V – Estabelecer outros dados e orientações que, na regulamentação da Lei, o Executivo julgar convenientes. Art. 5°: No aspecto da divulgação institucional o Executivo deverá: I – Organizar ciclos de palestras que serão realizadas em escolas públicas e privadas, associações e entidades de classe, sindicatos, clubes de serviço e outros, divulgando o caos social ocasionado pela pedofilia e pornografia infantil. II – Nas palestras a serem programadas, sempre proferidas por profissionais capacitados, serão abordados todos os aspectos relacionados com o assunto (psicologia, definições, diagnósticos, causas, correlações biológicas, tratamentos e terapias de controle, ocorrências e abusadores sexuais de crianças, legislação, entre outros). III – Divulgar a relação das palestras através de avisos e cartazes afixados em locais de grande circulação de pessoas, imprensa e outros meios julgados necessários. Art. 6°: Fica a critério do Poder Executivo contar com a colaboração e participação de entidades envolvidas com proteção de crianças e adolescentes, firmar parceiras e convênio para tal finalidade. Art. 7°: Somente poderá ser expedida credencial mediante apresentação de termo de identificação, apresentação, idoneidade e responsabilidade, subscrito pelo órgão competente ou majoritário de representação da associação religiosa a que pertença o interessado. Parágrafo Único: A associação religiosa deverá ter sido legalmente instituída, obedecidos aos requisitos e limites de atuação impostos pela legislação vigente. Art. 8°: Deverá ser criado e mantido um registro de identificação das pessoas que forem

credenciadas. Art. 9°: O credenciamento, bem como os demais termos desta Lei, serão regulamentado por Decreto. Art. 10: Na regulamentação a ser feita pelo Poder Executivo deverão ser consideradas as condições de desenvolvimento das visitas, obedecido ao respeito à liberdade de religião dos demais internos. Art. 11: O regulamento da presente Lei deverá ser afixado, de forma visível, nos locais de acesso do público aos estabelecimentos, preferencialmente nas portarias. Art. 12: São requisitos indispensáveis de credenciamento dos respectivos interessados: I - estar no exercício de seus direitos políticos, se brasileiro; II - estar regularmente no País, se estrangeiro; III- ser pessoa de ilibada conduta moral e profissional; e IV - ser apresentado pela entidade religiosa interessada. Art. 13: As despesas com a execução da Lei, que será regulamentada pelo Executivo, deverão constar das peças orçamentárias a partir do ano subsequente à sua aprovação. Art. 14: O Executivo determinará os atos necessários à execução da Lei. Art. 15: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 16: Revogam-se as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que Institui a Ronda Escolar no Município de Miracema. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Levando em conta a abstenção do Vereador Carlos Armando de Azevedo, em segunda votação, o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.515, de 02 de junho de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- As visitas de uma equipe da Guarda Municipal às Escolas Municipais denominam-se Ronda Escolar. Art. 2º- A guarda Municipal e a Secretaria Municipal de Educação, poderão definir, a cada semestre, as Escolas Municipais que devem ter prioridade nas visitas da Ronda Escolar. § 1º - O definido no caput não inibe as visitas emergenciais da Ronda Escolar a escolas onde exista esta necessidade e/ou a reavaliação das escolas prioritárias a qualquer momento. § 2º - A Equipe da Ronda Escolar atuará sem prejuízo de suas funções e correspondente remunerações, com vistas a manutenção da segurança e da tranqüilidade no ambiente escolar, sem outros ônus para os cofres públicos. Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. **04)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a realização semestral de Inspeção Sanitária e Coleta de água. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. Levando em conta a abstenção do Vereador Carlos Armando de Azevedo, em segunda votação, o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.516, de 02 de junho de 2014. A Câmara

Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica instituída a realização semestral de procedimento de Inspeção Sanitária e Coleta de Amostras das Águas de Reservatórios das Escolas, Creches e Unidades de Saúde do Município de Miracema. Art. 2º- Para fins do procedimento, ficam estabelecidas as normas da Portaria Nº 518/05 do Ministério da Saúde. **05)** Projeto de Lei Complementar que Revoga o subitem 12.1 e 12.2 do item 12 do art. 52 da Lei nº 798/99 que criou o Departamento de Auditoria Controle e Fiscalização e Orientação da Aplicação dos Recursos do FUNDEB e Programas da Educação e o departamento de Auditoria, Controle, Orientação e Acompanhamento do SIGFIS e Prestações de Contas, Revoga o artigo 1º e altera o artigo 2º, ambos da lei Complementar 1.375/11 revoga o artigo 6º e altera o artigo 17, ambos da lei 1278/09. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Levando em conta a abstenção do Vereador Carlos Armando de Azevedo, em segunda votação, o Projeto de Lei Complementar foi aprovado por unanimidade. **06)** Projeto de Lei que altera o inciso II do § 1º, do art.9º da Lei Complementar Nº 1.453/2013, consoante permissivo capitulado pelo art.84,VI, "a", da CF/88 e art.145,VI "a", da CE, por simetria, e em respeito ao previsto no art.81 da LOM, por imperiosa necessidade administrativa. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. Levando em conta a abstenção do Vereador Carlos Armando de Azevedo, em segunda votação, o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **07)** Projeto de Lei que Acrescenta alterando o Anexo I - Quadro de Provimento em Comissão - da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, o cargo de Diretor do Departamento de Gestão e Controle do CAUC - SIAFI da Prefeitura Municipal de Miracema, Grupo de Chefia CH - 01, símbolo de vencimento CC2, acrescentando o item 4.3 ao art 52 da Lei 798/99, de 04 de Novembro de 1999, criando o Departamento de Gestão e Controle do CAUC -SIAFI. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que no impacto orçamentário encaminhado pela Prefeitura existem a previsão de criação de outros. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o impacto orçamentário presente no Projeto de Lei faz referência a outros cargos de outros Projetos. Continuando, fez a leitura do parecer do Controlador Interno desta Casa Legislativa. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Prefeito Municipal deveria estar preocupado em ultrapassar ou não o limite prudencial, pois caso o referido seja efetivamente

ultrapassado ele mesmo sofrerá as consequências. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que não gostaria de prejudicar o andamento do Projeto de Lei, mas vai solicitar vista do referido para que sejam esclarecidas algumas questões. Continuando, foi apresenta a seguinte Emenda ao referido Projeto de Lei. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** Altera a redação do Artigo 1º do Projeto de Lei em epígrafe, que passará a ter a seguinte redação: Art. 1º- Fica alterado o Anexo I - Quadro de Provimento em Comissão - da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Gestão de Controle do CAUC-SIAFI, Grupo de Chefia CH-01, símbolo de vencimento CC2, recrutamento limitado. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que sua emenda é simples e possui o objetivo de valorizar os servidores municipais. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que diversos Projetos sobre Créditos Adicionais Especiais já foram votados e aprovados, todos eles parecidos com os atuais que estão em discussão, entretanto gostaria de ouvir a opinião de todos os Vereadores sobre a votação dos referidos Projetos de Lei. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a situação mais preocupante é de onde seria retirado estes valores. O Vereador Carlos Armando de Azevedo se absteve de opinar sobre o assunto. Os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier são contra a votação dos Projetos de Lei. Os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva são a favor da votação dos referidos Projetos no dia de hoje. O Vereador Hugo Fernandes retirou os Projetos de Lei de votação, esclarecendo que convidará um representante da Prefeitura para esclarecer as questões duvidosas. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que o Sr. Monteiro lhe procurou esclarecendo que a Casa São Vicente de Paula está rigorosamente em dia com sua prestação de contas, assim não entende os problemas que vem ocorrendo com o não repasse das verbas municipais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a verba orçamentária já teria sido depositada na última quinta ou sexta feira, esclarecendo que o Tribunal de Contas fez uma série de

alertas sobre as verbas repassadas para as instituições, sendo que ocorreu uma inspeção na Prefeitura Municipal, fato este que dificultou e atrasou o repasse de verbas de várias instituições. Esclareceu que na sexta-feira a Casa dos Pobres recebeu toda a verba atrasada. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que o Assessor Jurídico desta Casa Legislativa poderia ficar à disposição dos Vereadores nos dias da sessão para que pudessem ser tirar possíveis dúvidas que surgirem. O Vereador João Siqueira Magalhães agradeceu a compreensão e sensibilidade do Poder Executivo ao prorrogar o prazo de pagamento do IPTU, sendo que gostaria de analisar o Decreto Municipal que trata das eleições dos Conselheiros Tutelares. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que existe uma dúvida sobre a prorrogação do pagamento do IPTU, pois não sabe se foi prorrogado apenas o vencimento cota única ou se foi prorrogado os vencimentos da cota única e da primeira parcela do IPTU. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que foram prorrogadas tanto a cota única, quanto a primeira parcela. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que chegou um documento nesta Casa sobre o Programa de Aceleramento, onde Miracema foi contemplada com um excelente benefício. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que estranhou a publicação tardia de um edital de licitação da Prefeitura de Miracema em um jornal local. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o referido edital foi publicado no Diário Oficial do Estado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que o convênio foi publicado, entretanto não viu a publicação da licitação. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que, de acordo com a data presente no jornal, a publicação da licitação ocorreu em tempo hábil para a participação dos interessados. O Vereador Fabrício de Sá Xavier acrescentou que possui notícias de que o jornal foi distribuído na semana passada e na sua data de publicação. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que recebeu um ofício sobre o último item pendente da Comissão Parlamentar de Inquérito, por isso solicita a prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos. Todos os Vereadores concordaram com a prorrogação do prazo. Continuando, fez a leitura de um relatório encaminhado pela Polícia Militar destacando os trabalhos dos policiais que atuam no Município de Miracema. Dessa maneira, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para os Policiais Militares que vem efetuando um grande desempenho durante os 08 meses sob o Comando do Tenente PM Marcos Vinicius da Silva Nagem, merecendo destaque o total de 161 prisões efetuadas em flagrante, bem como a apreensão de 52 armas de fogo. Dessa maneira os policiais vêm mostrando o verdadeiro valor do cumprimento de seus deveres junto a população de Miracema. Todos os

Vereadores irão assinar estas Moções. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos para Secretaria Municipal de Educação, por ter Organizado uma excelente Palestra sobre o Autismo, demonstrando a importância do tratamento correto, pois muitos dos sintomas do autismo podem melhorar. Destacando que a maioria das pessoas com autismo consegue viver com suas famílias ou na comunidade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 05/06/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 05 de junho de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dois dias do mês de maio, do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Salão de Festas da Sociedade Musical XV de Novembro, localizado na Avenida Deputado Luiz Fernando Linhares, 144, neste Município, foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de homenagear pessoas ilustres da comunidade e entregar títulos de cidadania, com a presença dos Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo. A Câmara Municipal de Miracema sente-se hoje muito honrada com a presença de todos vocês. É com prazer e emoção que faremos nossas homenagens. Convido os Senhores Vereadores Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, respectivamente 1º e 2º Secretários, para comporem comigo a Mesa Diretora, convido os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Maria José Marques Barros Andrade, Mauricio Sant'Ana Soares, Paulo Sergio Azevedo, para que tomem assento em seus respectivos lugares. Nomeio uma Comissão, composta pelos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo e Mauricio Sant'Ana Soares para conduzir a esta mesa, sua Excelência o Sr. Juedyr Orsay Silva, Digníssimo Prefeito Municipal, para tomar assento a minha direita. Declaro aberta esta Reunião Solene. Senhores, aqui estamos reunidos, com a graça de Deus, para mais uma vez reverenciarmos o grande feito de nossos antepassados e beneméritos: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DE MIRACEMA, evento que aconteceu há 78 anos atrás, depois de muita luta de nossos separatistas e da população em geral. Devemos passar para os nossos filhos e sucessores o compromisso de recordar sempre e com galhardia lições de civismo e de cultura como foi a CAMPANHA SEPARATISTA, movimento Político, sem cor partidária, que soube honrar a história de Miracema. Agora um breve resumo da história. 1920 – Visita Miracema o Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Raul Veiga. Os Senhores José Gúidice, José Carlos Moreira, Barroso de Carvalho, entre outros, pleiteiam a emancipação de Miracema – 2º Distrito de Santo Antônio de Pádua. O pedido em apreço não foi atendido. 1922 – O Deputado Raul do Nascimento, apresenta um Projeto à Assembleia Legislativa do Estado, propondo dificilmente a emancipação de Miracema. O Projeto de Raul Nascimento entretanto, não foi aprovado. Prefeito – Armando Campelo Resende; Governador – Raul de Moraes Veiga. 1925 – É criado por Melchíades Cardoso o Jornal "Libertas" Prefeito – Alberto Aquino Vaz. 1926 – Com a presença de 159 miracemenses

na residência do Dr. Américo Homem, é organizado um movimento que denominaram de "Campanha Separatista", posteriormente "Partido Separatista". É lançado como candidato do Partido Separatista ao cargo de Prefeito de Pádua o Cap. Antônio Ventura Coimbra Lopes. Composta a marcha separatista "Libertas" de Clenório Bastos e Alberto Gomes Pessanha. 1927 – O Capitão Ventura Lopes é eleito prefeito de Santo Antônio de Pádua para um mandato de 3 anos. É criada e instalada a subprefeitura de Miracema e nomeado para exercer o cargo de subprefeito o Capitão Virgílio Damasceno. 1927/1929 – Ventura Lopes, reiteradas vezes, solicitou ao Almirante Benjamim Sodré, presidente do Estado, a emancipação de Miracema, ficando o mesmo insensível à pretensão emancipacionista. 1929 – Realizadas as eleições municipais, o candidato do Partido Separatista é derrotado. É extinta pelo Prefeito de Pádua a subprefeitura de Miracema. O Presidente do Estado Eleito, sensibilizado pela causa miracemense, compromete-se com a emancipação do município. 1930 – Com a revolução de 30, desvaneceram-se as ideias da separação de Miracema. É nomeado interventor do Estado o Sr. Plínio Casado, frontalmente contra as pretensões e emancipacionista, a ponto de ameaçar com prisão os líderes da campanha que foram ao Palácio da Liga. Prefeito Cel. Pedro Silva Bastos e Governador Plínio Casado. 1933 – A campanha separatista é reiniciada e o Partido Separatista se organiza e lança um boletim intitulado. "Aos amigos de Miracema". 1934 – Com a nova Constituição Federal de 16/07/1934, os emancipacionistas de Miracema puderam viver em clima de liberdade e se dedicarem às suas antigas reivindicações. Convocada uma convenção do Partido Separatista, chega ao conhecimento das autoridades de Pádua e do Estado que Miracema estaria em pé de guerra. O resultado foi a chegada de força policial às vésperas da referida convenção. Com isto, Melchíades Cardoso, José Naegle, Bruno de Martino e Dirceu Cardoso, fizeram circular um boletim onde diziam que assumiam publicamente responsabilidade por tudo que pudesse ser interpretado como sendo subversão da ordem pública. A comissão era composta por 42 separatistas, nomeados na convenção realizada no Palácio do Ingá, onde foram recebidos pelo Comandante Ary Parreira, interventor federal do Estado. Após essas manifestações, foi realizado o plebiscito em Miracema. 1935 – Através do Decreto 3.401 de 07/11/1935, fica criado o município de Miracema. 1936 – É instalado positivamente o município de Miracema, primeira unidade administrativa instalada entre 1889 e 1936. PREFEITOS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE PÁDUA Período da emancipação do 2º Distrito de Santo Antônio de Pádua – Miracema. Armando Campello de Rezende – 1920 a 1923. Alberto Aquino Vaz – 1923 a 1927. Cap. Antônio Ventura Lopes – 1927 a 1929. Coronel Pedro Silva Bastos – 1930.

Altivo Mendes Linhares – 1930 a 1933. Cícero Garcia Bastos – 1933 a 1936. Nada mais justo Miracema requerer sua independência, entretanto, não foi fácil concretizar este sonho dos nossos conterrâneos. Pádua não queria perder seu 2º Distrito e protelou a sua emancipação o mais que pôde. Alegramo-nos, pois, com mais um Aniversário de Emancipação Político Administrativa de Miracema, resultado de uma vitoriosa campanha cívica. Composta a Mesa e o Plenário, convido a todos para ouvirmos e entoarmos juntos, o Hino Nacional e o de Miracema. Hoje é um dia de grande significado para todo Legislativo Miracemense, pois estamos comemorando o aniversário do Município e homenageando pessoas que se destacaram e se destacam através do seu trabalho, no seio de nossa comunidade. Leitura da Bíblia com o Pastor Francisco Jucá. Iniciando as homenagens desta data, 1) Convido o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª. Sonia Maria Rocha, nasceu no Município de Santo Antônio de Pádua, filha de Alcino Rocha e Iracema Pianura Rocha, veio para Miracema no ano de 1970, para trabalhar como Servente por 02 anos na Casa de Saúde São Sebastião para o Dr. Coronel Hedson, já no ano de 1972 passou a ser costureira e com muita luta conseguiu criar seus filhos em Miracema. Dona Sonia é uma pessoa eternamente grata a esta cidade que lhe abraçou e lhe proporcionou tudo que pode conquistar na vida. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Osmar Ferreira, nasceu no Rio de Janeiro, casado com a Miracemense Tânia Maria Picanço Monteiro Ribeiro Ferreira, pai de 03 filhos, trabalhou durante 35 anos no Banco Real, hoje Banco Santander onde se aposentou. Atualmente é pecuarista em Miracema, cidade que frequenta há mais de 30 anos, reside na rua Adalgiza Monteiro Ribeiro, nesta cidade, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 2) Convido o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª. Eny de Paula Santiago, nasceu em Palma - MG, veio para Miracema aos 06 anos de idade, casando-se com João Santiago, exerceu durante 33 anos a profissão de Costureira, posteriormente prestou Concurso Público para o INSS e aos 43 anos de idade, conseguiu alcançar o seu maior sonho, concluir o Curso Normal e ser Professora. * Título de Cidadã Miracemense a Srª Anna Carla Valeriote Rodrigues Padilha, nasceu em Itaperuna - RJ, reside em Miracema há 09 anos, é casada com Dr. Rodrigo Padilha, mãe de 02 filhos, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 3) Convido o Vereador Paulo Sergio de Azevedo para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Cássio Borges Ramos, nasceu em Santo Antônio de Pádua - RJ, reside em Miracema, é caso com Natalia de Melo Machado Ramos, é proprietário da Rede Ramos Pharma, sendo pessoa benquista

no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Gustavo Farolfi Rubim, nasceu em Guaçui - Espírito Santo, é casado, pai de 02 filhos, é membro do Moto Clube Guardiões do Caparaó, foi bancário, empresário, atualmente é Professor de História e Geografia nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, atuando há 04 anos no Centro Educacional São José. Professor Gustavo é um eterno apaixonado pela história de nossa querida Miracema, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 4) Convido a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade e o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva, para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Jairo Souza Santos, aqui representado pelo Sr. Hernandes Alvez de Abreu, Jairo nasceu no Rio de Janeiro, fez carreira na Academia de Policia Militar, onde atingiu o ápice da carreira como Major, formou-se em Direito e Administração de Empresas, foi comentarista esportivo na TV, dedicou-se um tempo a poesia, atualmente é Deputado Estadual no seu terceiro mandato, onde ocupa hoje a Presidência da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle da ALERJ. O Senhor Jairo indicou para o Município de Miracema, Emenda Parlamentar, onde serão feitas as reformas na Praça Salim Damiam e no Cemitério Municipal, ambas no valor de R$ 500.000,00. Durante toda sua vida parlamentar teve em seu trabalho a marca da dignidade resgatando a cidadania e buscando justiça e inclusão social. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Joelson de Oliveira, nasceu no Rio de Janeiro, é Major Oficial Bombeiro Militar, Comandante do 21º Grupamento, foi Coordenador Municipal de Defesa Civil do Município de Itaperuna - RJ, é detentor de vários cursos, títulos e condecorações. 5) Convido o Vereador Carlos Magno da Silva Peres para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª Luciana Dias Mendonça de Azevedo, nasceu em Itaboraí - RJ, é casada, mãe de 03 filhos. Dona Luciana, obedecendo a vontade de Deus e seguindo seu líder Missionário José da Rocha Lima, veio para Miracema no ano de 2009 junto com sua família para dirigir a Igreja Casa da Benção de Miracema com objetivo de levar a palavra de Deus a resgatar vidas e como Pastora e Dirigente do Grupo de Senhoras, tem buscado honrar a cada dia onde Deus a colocou, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Sérgio Alberto Degani, nasceu no Rio de Janeiro, é casado com a Miracemense Mirian Fonseca Berardi, pai de 02 filhos, é proprietário da Lanchonete Estação do Crepe em Miracema, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 6) Convido o Vereador João Siqueira Magalhães para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª Ana Vergínia Almeida Torres, nasceu em Itaocara - RJ, é Arquiteta e Urbanista formada pela UNIMEP, é casada com Dr.

Augusto de Lima Alves, mãe de 02 filhas, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadã Miracemense a Srª Márcia Barroso de Souza Rocha, nasceu em Nilópolis - RJ, é casada com José Carlos da Rocha, mãe de 01 filho, estudou no Colégio Cenecista Nossa Senhora das Graças, formando no curso Normal, atualmente trabalha na Mitra Diocesana na Paróquia Nossa Senhora Aparecida atuando como Ministra da Eucaristia e Secretaria do Centro de Ação Social Nossa Senhora Aparecida, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 7) Convido o Vereador Mauricio Sant'Ana Soares, para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Eduardo Benedito Lopes, aqui representado pelo Senhor Cristiano Malafaia, Eduardo, nasceu em Santo André - SP, é Ministro da Pesca e Agricultura, possui vários cursos, títulos e condecorações, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Sérgio Gilberto da Silva Lemberck, aqui representado pelo Senhor Cristiano Malafaia, Gilberto nasceu em Uruguaiana - Rio grande do Sul, possui largo conhecimento e experiência nos últimos 30 anos em Empresas Públicas, Estatais e Privadas no Brasil e no Exterior, é Professor Pesquisador da Universidade Federal Fluminense, foi Coordenador da Equipe Multidisciplinar do Projeto Piscicultura Social que será implantado no Município de Miracema. 8) Convido o Vereador Fabrício de Sá Xavier para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª Solange Carvalho Amaral, nasceu em Faria Lemos - MG, é casada com Eduardo Cesar Machado, mãe de 03 filhos, é Professora aposentada, trabalhou durante 36 anos no Colégio Estadual Deodato Linhares, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadã Miracemense a Sr.ª Maria Ilma Guimarães da Silva, nasceu em Santo Antônio de Pádua - RJ, é casada, mãe de 04 filhos, Professora aposentada há 13 anos, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 9) Convido o Vereador Gideão Duarte Gonçalves, para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª Betânia Brum Haro Matias, nasceu no Rio de Janeiro, é casada com Ricardo Seabra Matias, mãe de 02 filhos, atua como Coordenadora e Mentora do Departamento de Células junto aos Grupos de Líderes da Igreja Batista da Paz em Miracema, desde 2003, sempre trabalhou incansavelmente tanto na área social quanto na espiritual, buscando a recuperação de vidas e dos valores familiares e religiosos, sobretudo na proclamação do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadã Miracemense a Srª Meire e Silva Machado, nasceu em resplendor - MG, é esposa do Pastor Nilson de Abreu Machado da Igreja Assembleia de Deus da Ressurreição, atua de forma brilhante fazendo um trabalho de excelência tanto na área

religiosa quanto na área social, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 10) Convido o Vereador Gilson Teixeira Sales, para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Luiz Carlos Anselmo Hernandes, nasceu no Rio de Janeiro, é empresário, casado com uma Miracemense, reside em Miracema, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadã Miracemense a Srª. Signe Salgado Costa, nasceu no Rio de Janeiro, mãe de 03 filhos, é funcionária Pública há 24 anos em Miracema, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 11) Convido a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade , Vice-Presidente, para ocupar a Presidência, enquanto farei a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr. José Francisco de Souza Silva, nasceu na baixada fluminense e no ano de 1984 veio para o Município de Itaperuna - RJ, com seu espírito empreendedor, iniciou suas atividades comerciais com um pequeno bar e uma mercearia no bairro Niterói em Itaperuna - RJ, mais tarde dedicando-se somente a mercearia, quando no ano de 1992, adquiriu um pequeno imóvel na Rua João Dias da Silva, onde atualmente funciona o Supermercado Fluminense - Loja 01. Atualmente está construindo mais 03 novas lojas nos Municípios de Miracema, Natividade e Itaocara. Senhor José conseguiu transformar seu pequeno negócio no atual Grupo Fluminense que conta hoje com aproximadamente 800 postos de empregos, sabemos que garra e determinação são palavras que bem definem o sucesso do grande empresário que é hoje. * Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Felipe de Santa Cruz Oliveira Scaletsky, aqui representado pelo Dr. Hanry Félix, Presidente da OAB - Miracema, é casado, pai de 04 filhos, advogado, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, durante o período da Universidade presidiu o Centro Acadêmico de Direito e o Diretório Central de Estudantes, sempre lutando por melhorias no ensino, além de participar de atos em defesa da Democracia como o Movimento pelo impeachment do então Presidente da República Fernando Collor de Mello. Senhor Felipe, ao longo de seus 16 anos de trajetória construiu uma bem sucedida carreira como advogado trabalhista, sendo eleito no ano de 2006 Conselheiro da Seccional da OAB/RJ, atualmente é Presidente da Ordem dos Advogados do estado do Rio de Janeiro, eleito em 2013 com 62% dos votos. 12) Convido o Vereador Presidente Hugo Fernandes para que juntamente com algumas autoridades, façam a entrega dos seguintes Títulos: Carlos Magno da Silva Peres * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Pedro Guilherme de Souza, nasceu em Palma - MG, é casado com Sônia Maria Leite Dias de Souza, é proprietário da firma Trans. L.G. LTDA - ME, que possui 08 veículos e aproximadamente 07 funcionários, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. Carlos Magno da Silva Peres *

Título de Cidadão Miracemense ao Sr Francisco Claudio Abreu Marcolino, nasceu em Pirapetinga - MG, reside em Miracema há mais de 10 anos, é conhecido carinhosamente por todos como " Biro Biro Pintor", sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. Mauricio Sant'Ana Soares e Emerson Luiz Pereira * Título de Cidadã Miracemense a Srª Carla Lima de Oliveira Pereira, nasceu em Cataguases - MG, é casada com Emerson Luiz Pereira, mãe de 02 filhos, conclui seu curso de Formação de Professores em Miracema no Colégio Estadual Deodato Linhares e posteriormente a formação de Serviço Social pela Faculdade UNITINS, dedicou sua vida a educação, lecionou desde o ano de 2004 no Centro Educacional São José, reside em Miracema há 25 anos, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. Gilson Teixeira Sales * Título de Cidadã Miracemense a Srª Andréia Ribeiro de Almeida, nasceu em Itaperuna - RJ, reside em Miracema há 37 anos, trabalhou no PSF da Jove, na Pastoral da Criança e na Pastoral da DST/AIDS, atualmente trabalha na Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua como Agente de Saúde na Policlínica Dr Juarez, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. Fabrício de Sá Xavier * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Giovani Magela Gonzaga, nasceu em Viçosa - MG, é 1º Sargento da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro, lotado na 3ª CIA - Miracema - RJ, trabalhando na patamo em nosso Município. 13) Convido os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Paulo Sérgio de Azevedo, para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Marcos Vinicius da Silva Nagem, é 2º Tenente da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Comandante da 3ª CIA - Miracema - RJ, e muito vem fazendo em prol da segurança em nossa região. 14) Convido os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Fabrício de Sá Xavier, para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Sérgio Luiz Moreira Borcard, nasceu em Porciúncula -RJ, formado em Ciências Contábeis, Graduando em História pela Universidade Salgado de Oliveira, ingressou na Policia Militar no ano de 1984, atualmente é Sub Tenente PM do Estado do Rio de Janeiro, é detentor de vários Cursos, estágios, Promoções, Títulos, Medalhas, Condecorações e Honrarias. 15) Convido a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, o Ex-Vereador Alexandre Barbosa Machado e o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Antônio Carlos Fernandes Costa, nasceu em Campo Grande Rio de Janeiro, é autônomo, posteriormente sua família veio para Miracema, estudou no Colégio Estadual Prudente de Moraes, para concluir os estudos mudou-se para o Município de Campos dos Goytacazes, onde reside até hoje. * Título de Cidadã Miracemense a Srª Céli Maciel da Silva, nasceu em Laranjal -MG, veio para Miracema há 14 anos de idade com seus pais, foi funcionária

Pública Municipal trabalhando por 06 anos no Colégio Miracemense, depois trabalhou na Clínica Santo Inácio, posteriormente trabalhou por 12 anos na escola Silvestre Mercante e nos Colégios Estadual Deodato Linhares e Homero Linhares, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 16) Convido os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães, para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª Marília Moreira Santos Gonçalves, nasceu em Palma - MG, é casada, mãe de 02 filhos, trabalhou durante 08 anos como Professora e 06 anos como Auxiliar Administrativo, hoje atua em Miracema como manicure, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 17) Convido os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Mauricio Sant'Ana Soares para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª Karla Paula Prates, é casada com Flavio de Souza Prates, mãe de 02 filhos, Funcionaria Publica Municipal desde 2002, é Proprietária e Professora da Academia Pró Corpo em Miracema, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 18) Convido os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e João Siqueira Magalhães para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª Marlene da Conceição Vieira Santos, nasceu em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, veio para Miracema com 03 anos de idade, é casada com Paulo Roberto Monteiro Santos, mãe de 01 filho, é Professora Licenciada em pedagogia pela Faculdade São José, antiga FAFITA - Itaperuna -RJ, Pós Graduada em Gestão Escolar pela UF de Juiz de Fora - MG, foi Professora na Zona Rural - Fazenda Serra Nova, Professora de Alfabetização 3ª e 4ª séries no Colégio Pedro Henrique Soares, trabalhou na Coordenadoria Regional Noroeste III em Miracema e Itaperuna onde se aposentou. 19) Convido o Vereador Gideão Duarte Gonçalves e o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Sr.ª Stella Alves Branco Romanos, aqui representada pelo Sr. Jorge Alberto Dias Vasconcelos, Stella nasceu em Araruama-RJ, é Técnica em Contabilidade, Professora Bacharel e Licenciada em Letras pela Universidade Federal Fluminense, foi Professora Docente, Diretora Presidente da EMATER, trabalhou na Secretaria de Estado de Agricultura e pesca, na Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro, no Sindicato Rural de Araruama, no Conselho dos Representantes Comerciais, no Sindicato dos representantes Comerciais, na Câmara de Comercio dos Países Latino-Americanos, na Associação Nacional dos representantes Comerciais do Brasil, na federal dos Agentes Autônomos do Comercio, na Secretaria Municipal de Agricultura de Araruama, na Justiça do Trabalho como juíza Classista e Vice-Prefeita do Município de Araruama. 20) Convido a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade e o Vereador Fabrício de Sá Xavier, para fazer a

entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª Walmérica Pinto Ribeiro, nasceu em Muriaé, MG, é mãe de 03 filhos, 04 enteados, 14 netos, reside em Miracema há 28 anos, atualmente com seu cônjuge Adriano Félix. Walmerica quando ficou viúva, teve a oportunidade de ir embora de Miracema, mais preferiu ficar por amar demais essa terra, é pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 21) Convido os Vereadores Gilson Teixeira Sales e João Siqueira Magalhães, para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª Nancy Alencar Pimentel, nasceu no Rio de Janeiro, casada com o Miracemense Manoel Pereira Dias, mãe de 04 filhos, Professora com experiência profissional desde o Jardim de Infância até os Cursos de Graduação, possui 12 cursos de Pós-Graduação, está terminado Mestrado, é Pedagoga da Prefeitura Municipal de Miracema e Inspetora Escolar da Rede Estadual de Ensino, entre 08 Municípios que tinha para exercer suas atividades profissionais, acabou escolhendo Miracema, sua cidade do coração. 22) Convido o Vereador Mauricio Sant'Ana Soares e o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª Marcelle Conceição Nepomuceno Rangel de Carvalho, é nascida em Campos dos Goytacazes, é advogada, já atuou no Município de Miracema como Procuradora, atualmente atua como Corregedora. 23) Convido o Vereador Genessi Rodrigues da Silva e o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva, para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Miracemense a Srª Classe Maria Alves dos Santos, nasceu em São João de Meriti - RJ, é Assistente Social e Professora, iniciou a vida Política em Duque de Caxias, com a política estudantil em defesa da criança, do adolescente, do idoso e da mulher, esteve à frente da Secretaria Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Duque de Caxias. No ano de 2009, assumiu a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, inaugurando vários CRAS e criou a Casa da Mulher. Em de 2010, foi eleita Deputada Estadual 24) Convido os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Paulo Sérgio de Azevedo e o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr João Carlos Alves Ribeiro, é Major da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro, especializado em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança do Pública pela Universidade Federal Fluminense, é formado em Direito pela Universidade Iguaçu, detentor de vários cursos, projetos e condecorações ao logo de sua carreira. 25) Convido os Vereadores Paulo Sergio de Azevedo e Gutemberg Medeiros Damasceno para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Cristiano Carvalho de Tavares, aqui representado pelo Sr. Júlio Cesar Reis da Silva, Cristiano nasceu em Natividade - RJ, é Inspetor de Segurança e Administração Penitenciaria do

Estado do Rio de Janeiro SEAP, é Professor Faixa Preta 4º DAM de Hapkido pela SUNGJADO e Confederação Brasileira de Hapkido e Taekwondo, é Bacharel em Direito pela UNIG, Pós-Graduado em Direito Penal e Processual Penal, atualmente cursa o 2º período de Educação Física na UNIG , é Instrutor de Defesa Pessoal do Destacamento da Policia Militar de Eugenópolis-MG, Instrutor de Tonfa Tática, Monitor de Defesa Pessoal do Curso Preparatório para Inspetores Penitenciários do Rio de Janeiro. 26) Convido os Vereadores Gilson Teixeira Sales, Gideão Duarte Gonçalves e o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Samuel Lima Malafaia, é Engenheiro Mecânico, formado pela UERJ, com especialização em Tecnologias e Sistemas de Proteção Ambiental, Pós-Graduado em Políticas Públicas pela EPPG, Graduado em Teologia pelo Instituto Bíblico Pentecostal, é filho do Pastor Gilberto Malafaia, Presidente da Assembleia de Deus de Jacarepaguá há mais de 50 anos, é Deputado Estadual, eleito com mais de 134.000 votos, sendo o terceiro mais votado da ALERJ, frequenta Miracema há vários anos, levando para a população mais carente exemplares de livros, principalmente a Bíblia Sagrada, participando ativamente da expansão do Cristianismo em nossa querida Miracema. 27) Convido os Vereadores Gilson Teixeira Sales e Fabrício de Sá Xavier para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr José Marcos Murad, nasceu em Itaperuna -RJ, é Médico formado em Campos dos Goytacazes, trabalhou no Hospital das Clinicas em São Paulo, é Pós-Graduado em Otologia no Hospital da Cruz Vermelha em Barcelona - Espanha, é membro efetivo da Sociedade Espanhola de Otorrinolaringologia (Madrid), Sócio Efetivo da Sociedade Brasileira de Otologia - Rio Grande do Sul, é Professor de Medicina da Universidade do Vale de Sapucai - MG, trabalhou no Pronto Socorro Municipal de Miracema durante 04 anos, onde fez diversos amigos e colegas de profissão. 28) Convido os Vereadores Gilson Teixeira Sales e o Presidente Hugo Fernandes para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr Robson Rocha de Freitas, nasceu em São Gonçalo - RJ, foi responsável por vários Projetos e Programas pelo SENAC, atuando em 18 Municípios dos Estados da Região Sudeste, é detentor de vários cursos, Workshop e seminários, é Diretor Regional do SENAC. 29) Convido os Vereadores João Siqueira Magalhães e o Presidente Hugo Fernandes para fazer a entrega do: * Título de Cidadão Miracemense ao Sr José Roberto Alexandre, nasceu em Santo Antônio de Pádua - RJ, trabalhou durante 30 anos no DER, como Mecânico de maquinas pesadas, até se aposentar, reside em Miracema há mais de 40 anos, é católico praticante, é membro da Liga Católica de Miracema e faz parte do Conselho da Paróquia Nossa Senhora

Aparecida, é casado, pai de 02 filho, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 30) Convido os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Maria José Marques Barros Andrade e João Siqueira Magalhães para fazer a entrega do: * Título de Personalidade do Ano ao Sr Marciano Ferreira da Silva, nasceu em Volta Grande - MG, é proprietário loja de material de construção Coragem, recentemente inaugurada no Município, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 31) Convido os Vereadores João Siqueira Magalhães, Gutemberg Medeiros Damasceno e Maurício Sant'Ana Soares, para fazer a entrega do: * Título de Cidadã Benemérita a Srª Elisabeth de Oliveira Pinto, é Chefe da Fundação Leão XII, Núcleo Miracema - RJ, é pessoa solidária, atendendo a todos que a procuram com urbanidade e respeito, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. * Título de Cidadã Benemérita a Srª Ana Paula Carvalho Cavalcante, nasceu em Itaperuna - RJ, é casada com Adrian Pinheiro Cavalcante, é empresária, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 32) Convido o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, para fazer a entrega do: * Título de Miracemense Ausente Nº 1 ao Sr Holden Macedo da Silva, formado em Direito, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRJ, especialista em Direito Processual Cível, é Defensor Público Federal, desde o ano de 2001, Membro da Categoria Especial da Carreira desde o ano de 2005, ano em que foi promovido por merecimento em razão de Decreto Presidencial, é Titular do 1º Oficio Superior Cível da Defensoria Pública da União de Categoria Especial, com atuação perante o Superior Tribunal de Justiça. Através do Decreto Presidencial datado de 06/11/2013, foi nomeado Corregedor - Geral Federal da Defensoria Pública para Mandato de 02 anos. 33) Convido o Vereador Gideão Duarte Gonçalves o Secretário Municipal de Agricultura Calos Armando de Azevedo e o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva, para fazer a entrega da: * Comenda do Mérito Agropecuário Clovis Moreira Tostes aos Senhores Sílvio e Célio da Rocha Mota, nasceram em Miracema, residem no Distrito de Paraíso do Tobias, trabalham na área Rural em regime de economia familiar, no sítio denominado Duas Barras, escoam suas produções no comercio local, vendendo para as quitandas do Município e para a merenda escolar desde o ano de 2010 produtos como: tomate, espigas de milho verde, aipim abobora madura couve, inhame, quiabo banana maracujá, sendo pessoas benquistas no seio de nossa comunidade. 34) Convido o Vereador Fabrício de Sá Xavier e o Vereador Mauricio Sant'Ana Soares, fazer a entrega: * Comenda do Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes a Heloisa Rodrigues Constâncio Miranda, nascida em Miracema, casada com Carlos Elcio de Oliveira Miranda,

mãe de 03 filhos, é proprietária do centro Educacional São José, fundado no ano de 2000, ainda em frente ao Colégio Miracemense e oferece aos seus alunos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio e ainda Cursos de Inglês e Espanhol. Atualmente o quadro funcional conta com apoio de diversos profissionais como: Direção, Professores, Coordenação Pedagógica, Funcionários de Apoio, Psicopedagogo, Psicólogo, Nutricionista, Fonoaudióloga, Advogado e Médico, hoje o Centro Educacional funcional na principal rua da Cidade, onde funcionava o antigo Hotel Palace. 35) Convido os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Gilson Teixeira Sales, para fazer a entrega da: * Comenda do Mérito Ecológico a Srª Juliana Ribeiro Rodrigues, é casada, mãe, dona de casa e cidadã, Professora, Bióloga, Ambientalista graduada em Biologia, ministras palestras em escolas e comunidades sobre a importância da preservação do meio ambiente, é também Pós-Graduada e Mestranda. Em Miracema, atuou no Conselho Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, a fim de efetivar ações que sustentassem as políticas ambientais do Município, lutou pela criação de uma legislação Municipal que preservasse o Parque Ecológico de Miracema, participou da criação da APA -Miracema, lutou pelo desmembramento da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, lutou incansavelmente pela conquista do ICMS verde. 36) Convido os Vereadores Gilson Teixeira Sales, Gutemberg Medeiros Damasceno e o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva, para fazer a entrega da: * Comenda Dirceu Cardoso a Jessé Pereira Mattos, é Clinico Geral, atua há 34 anos prestando serviços no Hospital e Posto de Saúde Comunitário ambos de Miracema, sempre atendendo a população carente com serviços gratuitos em nosso Município. 37) Convido os Vereadores Genessi Rodrigues da Sila e João Siqueira Magalhães para fazer a entrega a entrega da: * Comenda Dona Ermelinda a Srª. Cinara Novis Cardozo de Barros, nasceu em Niterói - RJ, é casada com o empresário Clovis Tostes de Barros, mãe de 02 filhos, reside em Miracema desde o ano de 1992, é Professora, já lecionou durante 15 anos em várias Escolas do Município, atualmente se dedica aos negócios da família e ocupa o Cargo de Conselheira Fiscal Efetiva da APAE de Miracema -RJ, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 38) Convido os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo e Maurício Sant'Ana Soares, para fazer a entrega da: * Comenda Júlio José de Oliveira ao Sr José Carlos Teixeira Venceslau, nasceu em Miracema, é solteiro, Funcionário Público Municipal, Presidente do Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Garotos do Sereno, desde o ano de 1996 que todo ano anima de forma brilhante o Carnaval miracemense, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 39) Convido os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Gilson Teixeira

Sales, para fazer a entrega da: * Comenda Jovem Talento a Amós Silva Jubim, nasceu em Miracema, é solteiro, Funcionário Público Municipal, lotado na Biblioteca Pública, formado em inglês, Informática pela FAETC, Teologia pelo Instituto Bíblico da Assembleia de Deus de Ensino e Pesquisa, Graduado em Psicologia pela Fundação São José e Administração Pública pela UFF. O Jovem Amós é membro da Assembleia de Deus de Miracema, onde exerce o cargo de Evangelista desde o ano de 2011, já tendo atuado na Liderança dos Adolescentes como Tesoureiro e Professor da Escola Bíblica Dominical por aproximadamente 06 anos, atualmente Preside o Departamento de Mocidade da Assembleia de Deus de Miracema e cumulativamente ocupa o Cargo de 2º Secretário da UMAD - NF/A. Com apenas 11 anos de idade, já pregava o Evangelho, já participou de vários eventos religiosos dentre eles o deste Legislativo em homenagem ao Centenário das Assembleias de Deus no Brasil. 40) Convido o Vereador Presidente Hugo Fernandes e o Vereador João Siqueira Magalhães, para fazer a entrega do: * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr Genilson Mendonça Pessoa, nasceu em Miracema,, é casado, reside em Miracema, é 3º Sargento da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro desde o ano de 2000, já atuou no Município de Santo Antônio de Pádua e, atualmente trabalha no serviço da Patamo da Companhia de Miracema, prestando um excelente serviço em prol da segurança pública de nossa região. 41) Convido os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres e Genessi Rodrigues da Silva, para fazer a entrega do: * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Ademilson Costa dos Santos, é miracemense, solteiro, reside em Miracema, é 3º Sargento da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro desde o ano de 1999, já atuou nos Municípios vizinhos de Itaperuna e Santo Antônio de Pádua, atualmente trabalha no serviço da Patamo da Companhia de Miracema, prestando um excelente serviço em prol da segurança pública de nossa região. 42) Convido o Vereador Presidente Hugo Fernandes e o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno para fazer a entrega do: * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Giovani Magela Gonzaga, nasceu em Viçosa - MG, é 1º Sargento da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro, lotado na 3ª CIA - Miracema - RJ, trabalhando na patamo em nosso Município. 43) Convido o Vereador Presidente Hugo Fernandes, O Secretário Municipal de Obras e Urbanismo Luiz Godoy Neto e o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva para fazer a entrega do: * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Jorcelino Valadão, é casado, Funcionário Público Municipal há 21 anos, atualmente exerce a função de eletricista, e está sempre disposto a atender a todos que o procuram com muita cortesia, dedicação e respeito, durante esses 21 anos de serviço, nunca faltou e nunca apresentou nenhum atestado médico, demonstrando assim, ser um

funcionário padrão, de excelência, servindo de exemplo para os demais, por isso merecedor desta justa homenagem. * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. José do Carmo Boroto, miracemense, casado, pais de 03 filhos, servidor público Municipal há mais de 30 anos, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 44) Convido o Vereador Presidente Hugo Fernandes, o Vereador Mauricio Sant'Ana Soares, o Secretário Municipal de Governo Eduardo Lucio Tostes Botelho para fazer a entrega do: * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Juici Nunes de Sousa, nasceu em Miracema, é Professor, Funcionário Público Municipal desde o ano de 1980, participou ativamente de várias produções e eventos, quase todos da cidade tais como: Carnaval; Festivais; Bailes; Shows, Edições de Jornais; etc, participou durante muitos anos da Diretoria Executiva do Festival da Canção de Miracema. Nos anos de 1990, passou a fazer parte da equipe do Centro Cultural Melchíades Cardoso, ocasião em que organizou a Mostra de Música de Miracema, dos Bailes de abertura de Carnaval e do Projeto Viver Legal, Viver Cantando e Tocando, foi também Conselheiro Municipal de Cultura entre os anos de 2005/2008. Sr Juici, no ano de 2008, respondeu em caráter interino pela Divisão de Cultura, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 45) Convido o Vereador Genessi Rodrigues da Silva e Vereador Fabrício de Sá Xavier, para fazer a entrega do: * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Jair Honório dos Santos, natural de Paraíso do Tobias - Miracema - RJ, trabalhou durante 37 anos no Colégio Estadual Prudente de Moraes, além de sua profissão, sempre esteve ligado ao universo esportivo, em sua juventude, foi um atleta de destaque nos campos de futebol. Em 1987, fundou o Operário Esporte Clube que muitos títulos trouxe a Miracema. Trabalhou com atletas em várias categorias na Escolinha do Operário esporte Clube por acreditar que quando se tem um sonho ele pode ser realizado, desde que não seja sonhado sozinho. 46) Convido o Vereador Presidente Hugo Fernandes, o Vereador Fabrício de Sá Xavier e o Presidente da Liga Desportiva Antônio Marcos Moreira de Souza para fazer a entrega do: * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Silzair Ferreira Rodrigues, é Miracemense, casado, empresário, sempre gostou de atuar na área esportiva, já tendo treinado o Miracema Futebol Clube na 2ª e 3ª Divisão nos anos de 1989 a 1991, treinou também o Paduano Esporte Clube - 2ª Divisão no ano de 1992, entre outros demais times da Região Noroeste e Zona da Mata de Mineira, uma de suas maiores conquistas foi o Campeonato Noroeste de Seleções pela Liga Desportiva de Miracema no ano de 2013. 47) Convido os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Mauricio Sant'Ana Soares e o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva, para fazer a entrega do: * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Gilberto Pereira da Silva, casado, pai de 02 filhos,

é Graduado em Matemática pela UFF, Capitão da Policia Militar do estado do Rio de Janeiro, com 25 anos de serviços prestados, e atualmente exerce a função de Diretor de Departamento de Trânsito no Município de Miracema, é detentor de diversos cursos, estágios, títulos, medalhas e honrarias, dentre elas a Moção de Reconhecimento Profissional pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e Medalha de 1º Lugar no Curso de Habilitação ao Quadro de Oficiais Auxiliares e Especialistas da Policia Militar – RJ. 48) Convido o Vereador Presidente Hugo Fernandes, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo e o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva para fazer a entrega do: * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. José Araújo dos Reis, é Miracemense, Subtenente da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro, onde atua há 25 anos, é casado, presta relevantes serviços ligados a segurança pública em nossa cidade e região. * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Domingos José Reder de Oliveira, nasceu no Município vizinho de Santo Antônio de Pádua - RJ, é casado, pai de 02 filhos, é 2º Sargento da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro -RJ, onde presta um excelente trabalho há 17 anos, sempre zelando pela segurança pública em nossa Região. * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Luiz Vinicius Sentinela Marques, é Miracemense, 2º Sargento da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro, onde também presta um excelente trabalho há 17 anos zelando pela segurança pública em nossa região. 49) Convido a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva e o Secretário Municipal de Governo Eduardo Lucio Tostes Botelho para fazer a entrega do: * Diploma de Honra ao Mérito a Srª. Liliam Sá de Paula, é Deputada Federal, disponibilizou Recursos no Orçamento da União para equipamentos e um veículo para o Conselho Tutelar de Miracema, sendo pessoa benquista no seio de nossa comunidade. 50) Convido a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, Vice-Presidente, para ocupar a Presidência, enquanto o Presidente Hugo Fernandes, juntamente com o Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva, farão a entrega do: * Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Glauber de Medeiros Braga, é Deputado Federal, de Nova Friburgo, disponibilizou para Miracema no Orçamento da União Emenda Parlamentar no valor de R$ 500.000,00, para confecção de 02 Quadras Esportivas. Terminadas as Homenagens, convidou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares para prestar uma homenagem ao Município, por ocasião do Aniversário de Emancipação Político Administrativo. Por fim, o Sr. Presidente convidou o Prefeito de Miracema Juedyr Orsay Silva para fazer seus agradecimentos pessoais. Agradecendo ao Clube XV, aos funcionários do Poder Legislativo e à presença de todos, o Sr. Presidente declarou a reunião encerrado, convidando todos os presentes para um Almoço de confraternização

que seria servido em seguida. Nada mais havendo, eu Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores Sociedade Musical XV de novembro, 02 de maio de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta e um, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloi, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Maurício Sant'Ana Soares, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Carlos Armando de Azevedo e Gutemberg Medeiros Damasceno. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Números, Capítulo 14, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 128/15 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 050/2015; 02) Ofício nº 17/2014 do Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema; 03) Projeto de Resolução que Acrescenta o artigo 6º-A à Resolução nº 668 de 22 de março de 2001. Os Vereadores Genessi Rodrigues da

Silva e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 04) Projeto de Lei que altera o Quadro de Cargos de Provimentos em Comissão do Poder Legislativo Municipal de autoria da Mesa Diretora; 05) Ofício nº 0007/2015 – IPL 0620/2014-4 DPF/GOY/RJ – DELEFIN da Delegacia de Polícia Federal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o Projeto de Lei apresentado precisaria ser votado de forma urgente. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - À Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Andréia Siqueira - Solicitação no sentido de que seja realizada uma avaliação de viabilidade financeira para atender a Portaria da Secretaria de Atenção a Saúde nº 055 de 24 de fevereiro de 1999 (conforme anexo) no intuito de que seja disponibilizado aos pacientes e acompanhantes que fazem o uso do Tratamento Fora do Domicílio (TFD) lanches ou o equivalente ao mesmo em espécie, para fazerem ao menos uma refeição durante a viagem. Vale ressaltar que tal solicitação se deve ao grande número de pessoas que utilizam este serviço e não têm condições financeiras para as respectivas despesas. Deferido. 02) Vereador Hugo Fernandes - À Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social da Câmara Municipal de Miracema - Solicitação no sentido de que seja realizada uma fiscalização junto a CAPPS, mediante as informações de que existem funcionários de licença médica trabalhando por conta própria ou em empresas particulares. Aprovado. 03) Vereador Hugo Fernandes - Ao Comandante do DPO de Miracema-RJ, Tenente Najem - Solicitação no sentido de que, dentro das possibilidades, tendo em vista o alto índice de violência no Município de Miracema, envide esforços a fim de que possa ser melhorado o patrulhamento próximo ao Posto de Urgência (P.U.) para dar maior tranquilidade à população. Aprovado. 04) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o calçamento ou asfaltamento do Loteamento Sayonara, tendo em vista que a situação do local é caótica, conforme fotos em anexo. Esclarecemos que seria importante a realização de uma vistoria no local para verificar a real situação dos fatos. Deferido. 05) Vereador João Siqueira Magalhães - À Secretaria Municipal de Educação - Encaminhando cópia do ofício nº 24/GM/MTE do Ministério do Trabalho e Emprego, com o intuito de que a Secretaria tome ciência da relação de cursos profissionais que poderão ser oferecidos através da Fundação de

Apoio ao Trabalhador - FAT. Deferido. 06) Vereador João Siqueira Magalhães - À Secretaria Municipal de Saúde - Encaminhando cópia do ofício nº 592/2014 – CGHOSP/DAHU/SMAS/MS do Ministério da Saúde, com o intuito de que a Secretaria tome ciência em relação ao pedido de construção do Hospital no Plano Regional da Rede Cegonha no Município de Miracema. Deferido. 07) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente do DER-RJ, Dr. Ângelo - Reiterar solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de implantação do sistema rotatório no Trevo da Usina (km 01, RJ 116, Miracema x Laje), pois no referido local vem ocorrendo diversos acidentes. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu as obras que foram realizadas na guarita de ônibus localizada no bairro Caloi. Acrescentou que Controladoria Geral da União (CGU) se encontra no Município de Miracema fiscalizando algumas obras, por isso gostaria que eles visitassem as obras do galpão do arroz. Por fim, informou que o Sr. Gideão Duarte Gonçalves foi absolvido em um processo que o penaliza quando estava sob a Presidência da CAPPS. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que realmente esta foi realmente uma grande vitória, sendo que a justiça tarda, mas não falha. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Sr. Gideão Duarte Gonçalves pela sua vitória. O Vereador Gilson Teixeira Sales parabenizou o Sr. Gideão Duarte Gonçalves pela sua absolvição e esclareceu que amanhã realizará uma reunião em Macaé e estará reunido com os representantes de uma empresa para tratar de oportunidades de emprego para a população de Miracema. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Irmão Presbítero Anaílton de Souza, pelo programa "Caminhos da Vida" da Assembleia de Deus, realizado aos sábados, à partir das 16 horas, na Rádio Princesinha do Norte. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para o Gideão Duarte Gonçalves, pela decisão recentemente proferida a seu favor, o absolvendo, referente à sua Gestão quando esteve à frente da CAPPS/CAMEDS de Miracema-RJ. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que hoje temos uma sinalização de trânsito visual muito boa em Miracema, acrescentando que as barreiras eletrônicas é uma obra muito grande e vários Prefeitos já tentaram trazê-la para o Município. Agradecendo a presença de todos o Sr.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 05/03/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 02 de março de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

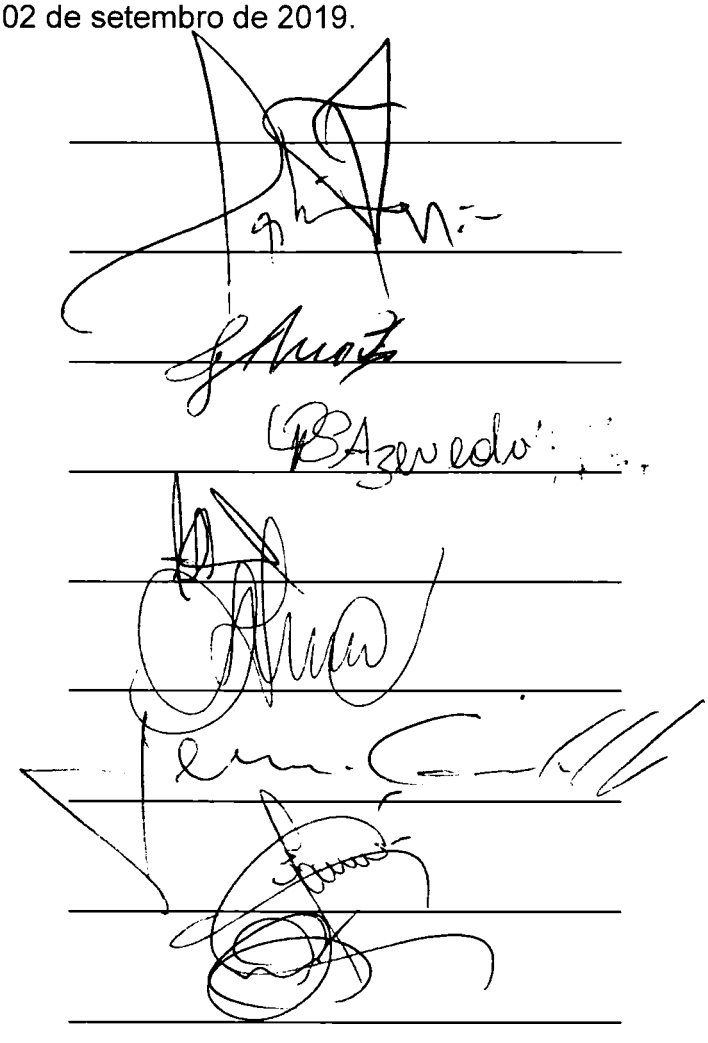
Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e oitenta e cinco da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Aimoré da Silva Almeida e Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Eclesiastes, Capítulo 02, Versículos de 01 à 03. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 29 de agosto de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que Institui e Regulamenta a emissão da Carteira de Identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIA/TEA) no âmbito do Município de Miracema, e dá outras providências, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 02) Ofício SME nº 132/2019 da Secretaria Municipal de Educação; 03) Ofício PMM/GAB nº 190/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 019/2019; 04) Ofício PMM/GAB nº 191/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 020/2019. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, em conjunto com o Vereador Fabrício de Sá Xavier, solicitou uma Moção de Pesar para o Sr. Sebastião Apolinário e demais familiares, em virtude do falecimento de sua esposa, a Sra. Terezinha Lopes Vieira Apolinário. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para o Sr. Jair de Almeida Cordeiro Júnior, funcionário da Prefeitura de Miracema, o parabenizado pelos excelentes serviços que ele vem prestando no Município, especialmente tratando todos os munícipes com muita

educação, carinho e atenção. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para a Sra. Elisa Maria Bueno Rocha Vieira, funcionária da Prefeitura de Miracema, a parabenizado pelos excelentes serviços que ela vem prestando no Município, especialmente tratando todos os munícipes com muita educação, carinho e atenção. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 04) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para a Sra. Cristiane Guterrez, funcionária da Prefeitura de Miracema, a parabenizado pelos excelentes serviços que ela vem prestando no Município, especialmente tratando todos os munícipes com muita educação, carinho e atenção. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que na próxima reunião vai formalizar um requerimento ao Presidente desta Casa Legislativa no sentido de que seja realizada uma Audiência Pública, nos moldes da Lei Municipal nº 880 de 2001. 06) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que consiga uma Loteria Esportiva Móvel para atender o Município de Miracema, com o objetivo de atender a população miracemense. Deferido. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que agilize a confecção do Projeto de Lei que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários da Secretaria Municipal de Saúde. Deferido. 08) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que sejam retirados os galhos de uma árvores localizada na Avenida Carvalho, em frente ao Campo do Estádio, uma vez que os referidos galhos estão encostando nos fios de alta tensão. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Inscrito o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo para falar sobre assuntos diversos. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que houve um mal entendimento em relação a um remédio, pois uma pessoa precisa de um remédio e tinha mais de uma semana que não conseguiu e, por isso, passou seu telefone para a pessoa, mas não conseguiu resolver a situação e por desencontro não conseguiu falar com a pessoa, sendo que ela foi no Facebook e fez um desabafo, com todo o direito, o criticando. Entretanto sua inscrição no Pequeno Expediente foi para falar sobre a falta de educação que alguns servidores públicos vêm tratando a população, sendo que

está tendo a oportunidade de observar várias situações, acreditando que os Secretários deveriam orientar seus funcionários a tratarem os cidadãos com educação, sendo que os Vereadores também devem ser tratados bem. Com isso, gostaria de que os secretários se reunissem com seus funcionários e ensinassem como devem ser tratados as pessoas, pois um a falta de educação está deixando o povo indignado e o Prefeito acaba ficando numa situação ruim. Esclareceu que fez as três moções de aplausos para destacar o carinho e a educação que esses três funcionários tem com a população, acrescentando que pode perceber pessoalmente o carinho que a Cristiane tem com povo do Distrito de Paraíso do Tobias, pois às vezes com um sorriso no rosto e com uma palavra bem colocada pra dizer não, o povo fica satisfeito. Acrescentou que na quinta feira não fez críticas ao Prefeito e sim à Empresa que presta serviços para a Prefeitura, pois eles não estão sendo prestados com qualidade, assim gostaria de ver as informações oficiais da empresa. Destacou que muitas coisas boas que acontecem nesta Casa Legislativa o Prefeito nem fica sabendo e quando ocorre uma crítica, um recado acaba chegando quase que no mesmo dia. Disse que não entende o não livre acesso ao Hospital de Miracema, pois sempre que eles precisaram, nós ajudamos, tendo chegado a ponto de um dia, um funcionário lhe dizer que sua carteirinha de Vereador não valia nada. Mencionou que já notou Secretários negando pedido para o vereador e depois fazendo a mesma coisa para outra pessoa. Continuou, pedindo ao Presidente para autorizar o Assessor Jurídico da Câmara lhe acompanhar ao Ministério Público da Tutela Coletiva de Pádua para continuar tomando algumas providências, uma vez que quer ver as coisas corretas, pois também somos sobrados de fazer o certo. Destacou que chegou numa sala de um colégio, vinculado à Secretaria de Educação, e ao dar boa tarde apenas uma pessoa lhe respondeu, sendo que a sala estava com uns dez funcionários, destacando que isso não é obrigação e sim uma questão de educação. Acrescentou que, infelizmente, de vez em quando temos que escutar alguns assuntos e não podemos rebater, pois estava num velório e escutou um cidadão reclamar que não havia guarda municipal para interromper o trânsito durante o enterro, dizendo inclusive que isso era responsabilidade dos Vereadores e do Prefeito. Entretanto, acredita que não precisaria de guardas para cercar carros nos velórios, pois a guarda não possui efetivo para atender todas essas situações. Continuando, gostaria de que o Poder

Executivo convidasse os Secretários para que eles possam conversar com os funcionários para eles serem mais educados, destacando que não são todos que tratam a população com falta de educação. Destacou que precisamos trazer a educação do berço e num colégio municipal os funcionários deveriam ter no mínimo educação. Mencionou que não está chateado com o não atendimento de seus pedidos e sim por conta da falta de educação, pois já lhe foram negados alguns pedidos e saiu muito satisfeito com o atendimento, acrescentando que já percebeu isso de uma maneira geral e não só com ele. Disse que sempre cumprimenta as pessoas quando chega nos locais de trabalho, sendo que tem a certeza de que sua fala chegará aos ouvidos do Prefeito de forma equivocada, mas torce para que suas palavras cheguem da maneira correta, pois precisamos de funcionários mais educados para atender bem a população, uma vez que precisamos tratar o povo com mais carinho, assim será feita uma grande diferença. Por fim, disse que precisamos ter mais união, pois os secretários não estão com critérios, assim precisamos nos unir e mostrar mais força. O Vereador Hugo Fernandes disse que o Assessor Jurídico está à disposição. Continuou dizendo que o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo tem suas razões para fazer seu desabafo, sendo que algumas pessoas do Poder Executivo ainda não entenderam como funciona o jogo da política. Destacou que presenciou alguns fatos até dentro do Gabinete do Prefeito, pois algumas pessoas chegam, não respeitam a lista de espera passando na frente dos outros e são atendidas primeiro. Acrescentou que não vai ao Gabinete ser atendido na frente de ninguém, mas quer o mesmo tratamento, sendo que esses casos vêm ocorrendo e já passou da hora de alguma atitude ser tomada. Destacou que todos esses fatos são apontados ao governo e nenhuma atitude é tomada, sendo que isso aborrece, pois quando precisam de alguma favor eles ligam toda hora. Por fim, disse que gosta de ser parceiro e caminhar junto e não aceita se sentir usado, entretanto hoje a população já sabe separar a campanha de Vereador da campanha de Prefeito, mencionando que o todo governo possui seus pontos positivos e seus pontos negativos. Por fim, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou que, após a ata for lida e aprovada, fosse encaminhada uma cópia dela para cada Secretário Municipal. O Vereador Hugo Fernandes deferiu esse pedido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Pesar para o Sr. Evandro Alvim Rocha e

demais familiares, em virtude do falecimento de sua mãe, a Sra. Rosa. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Pesar para o Sr. Heitor e demais familiares, em virtude do falecimento de sua esposa. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 05/09/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 02 de setembro de 2019.



Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número oitenta e nove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Gideão Duarte Gonçalves. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 23, Versículos de 01 à 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Joelson de Oliveira, de autoria da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade; 02) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Eny de Paula Santiago, de autoria do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno; 03) Projeto de

Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Márcia Barroso de Souza Rocha, de autoria do Vereador João Siqueira Magalhães; 04) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Meire e Silva Machado, de autoria do Vereador Gideão Duarte Gonçalves; 05) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Solange Carvalho Amaral, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier; 06) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Sônia Maria Rocha, de autoria do Vereador Genessi rodrigues da Silva; 07) Ofício Comissão de Festa – Exposição Agropecuária, convite para reunião amanhã; 08) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Cássio Borges Ramos, de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo; 09) Projeto de Resolução que concede a Comenda Júlio José de Oliveira ao Sr. José Carlos Teixeira Venceslau, de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo; 10) Telegrama NºRef: 006002/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde; 11) Convite do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo de Miracema junto à Secretaria Municipal Assistência Social para participar da Semana mais Saúde; 12) Ofício nº 059/1203/2014 da Chefia de Gabinete da Polícia Civil respondendo ofício nº 0484/2013. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 13) Carta do Conselho Municipal de Saúde convidando para a reunião ordinária do Conselho; 14) Ofício EL nº 18/2014 da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou cópia deste ofício; 15) Projeto de Lei que dispõe sobre a atuação do Poder Público Municipal na Prevenção e Combate à Pedofilia e Pornografia Infantil em sua base territorial no Município de Miracema, de autoria do Vereador Gilson Teixeira Sales; 16) Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Jovem Talento a Amós Silva Bugin, de autoria do Vereador Gideão Duarte Gonçalves. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Presidente da Dívida Ativa do Fórum Miracema-RJ - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa as seguintes informações: a) se os contribuintes que estão sendo executados, mas são isentos, estariam obrigados a arcar com as custas judiciárias; b) se a Prefeitura Municipal de Miracema pode desistir dos processos de execução sem o pagamento das custas

judiciárias; c) qual o critério utilizado para a concessão da isenção das custas judiciárias. Aprovado. O Vereador João Siqueira Magalhães acredita que por causa da falta de informação a população miracemense não realiza a renovação da isenção de IPTU anualmente. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os cidadãos isentos do IPTU estão recendo as cartas para que seja eles possam comparecer na Prefeitura Municipal e realizar a renovação de suas isenções. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu que este requerimento fosse levado ao Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal para que estas questões fossem estudadas. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 01 (um) Projeto de Lei e 11 (onze) Projetos de Resolução: **01)** Projeto de Lei que Concede revisão geral linear de vencimentos e salários, conforme art. 37, X da Constituição Federal ao pessoal do Quadro da Câmara Municipal de Miracema. Autoria: Mesa Diretora. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.491, de 03 de abril de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI: Art. 1° - Fica concedida uma revisão anual e linear de salário, de 5,39%(cinco inteiros e trinta e nove centésimos); a todo o pessoal ativo, inativo e pensionistas do Quadro da Câmara Municipal de Miracema. § 1º - Incluem-se na revisão do caput os Agentes Políticos e os ocupantes de Cargos de Provimento em Comissão, bem como o pessoal do Quadro Permanente, que recebe remuneração sob forma de gratificação. § 2º - São excluídos da revisão do artigo, os Servidores Municipais Ativos, Inativos, e Pensionistas que foram contemplados com majoração anual, dentro do presente exercício, por força do dispositivo do Governo da União, que rege o Piso Mínimo Nacional. Art. 2° - Tendo em vista o disposto nos § § 1º e 6º, artigo 17 da LRF, o presente dispositivo fica dispensado dos cálculos de impacto orçamentário – financeiro e declaração do Ordenador de Despesa. Art. 3° - As despesas decorrentes do presente dispositivo legal estão previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e são consignadas em dotações próprias de cada unidade administrativa, pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e correspondente Plano Plurianual (PPA). Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2014, revogadas as disposições contrarias ou incompatíveis. **02)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Pedro Guilherme de Souza. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o

Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2014. **03)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Anestor da Silva Magalhães. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.138, de 03 de abril de 2014. **04)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Giovani Magela Gonzaga. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.139, de 03 de abril de 2014. **05)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Andreia Ribeiro de Almeida. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.140, de 03 de abril de 2014. **06)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Personalidade do Ano ao Sr. Marciano Ferreira da Silva. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.141, de 03 de abril de 2014. **07)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Sérgio Luiz Moreira Bocard. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.142, de 03 de abril de 2014. **08)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Marcos Vinicius da Silva Nagem. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.143, de 03 de abril de 2014. **09)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. José Francisco de Souza Silva. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.144, de 03 de abril de 2014. **10)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Felipe Santa Cruz Oliveira Scalestsky. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.145, de 03 de abril de 2014. **11)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Anna Carla Valeriote Rodrigues Padilha. Autoria: Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº

1.146, de 03 de abril de 2014. **12)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Antônio Carlos Fernandes Costa. Autoria: Vereadora Maria José Marques Barros Andrade. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.147, de 03 de abril de 2014. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Walmir Lopes Freire, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que vem recebendo algumas reclamações sobre a gratuidade dos transportes para os idosos, uma vez que ela não vem sendo realizada no Município, destacando que ela está prevista no Estatuto do Idoso. Continuando, fez a leitura de alguns artigos do referido Estatuto onde estabelece as normas para a gratuidade do transporte, bem como esclareceu que poderá propor uma Lei de autoria de toda a Câmara Municipal para estabelecer as condições da gratuidade do transporte. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade acrescentou que também existe uma Lei que ampara as pessoas com necessidades especiais e os Vereadores também podem estudar esta questão. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu os Vereadores deveriam homenagear as pessoas que lutaram pela liberdade durante Revolução de 64, sendo que possuía um amigo, pois ele já faleceu, de nome Hamilton Pereira Damasceno e ele tinha uma grandeza ímpar sempre agindo com muita coragem. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o irmão dele lhe procurou com um documento assinado pela Presidente Dilma onde foi informado que realmente seu irmão foi assassinado na época da Ditadura, acreditando que seria importante realizar uma homenagem para esta família e destacando que toda a documentação já está com o Assessor Jurídico desta Casa Legislativa O Vereador João Siqueira Magalhães disse que seria muito importante a Câmara Municipal prestar esta homenagem, sendo que uma Rua ou uma Praça poderia ser batizada com o nome do Hamilton, uma vez que ele sempre lutou contra a repressão. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que possui a absoluta certeza que o Hamilton merece ser homenageado, pois ele morreu defendendo o princípio da democracia e da liberdade. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes lembrou aos Vereadores para terminar de trazer os nomes das pessoas que serão homenageadas na Sessão Solene. Agradecendo a presença de todos o Sr.

Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 08/04/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 08 de abril de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e dez da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 15, Versículos de 01 à 04. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 02 de dezembro de 2019. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que estamos antecipando a Reunião Ordinária do dia 23 de dezembro. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal, com vista a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalada uma iluminação nas ruas ao redor do P.U., tendo em vista que o local está muito escuro causando insegurança para as pessoas que frequentam o local. Solicitamos, ainda, que seja realizado o conserto da grade do garagem da ambulância do P.U., pois as barras estão com muito espaçamento entre uma e outra. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam instaladas câmeras de segurança nas áreas (bairros) de maior incidência de crimes em Miracema, com o objetivo de dar uma maior segurança aos nossos munícipes. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal, com vista a Secretaria Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que seja realizada uma roçada na estrada que liga a RJ 200 à Comunidade de Areias, bem como nas praças de Areias. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja colocada bica corrida nas Casinhas Populares do Bairro Jove. Deferido. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja refeito o calçamento da Rua João

Schelck, tendo em vista que as obras da empresa JRN danificaram demais o referido calçamento. Deferido. 06) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Tenente Coronel Carlos do 36º Batalhão da Polícia Militar - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de retornar com a VTR para o Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista o grade índice de violência. Aprovado. 07) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa qual o custo do caminhão do SESI de Odontologia que atendeu o Município de Miracema. Deferido. 08) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma ampla vistoria na iluminação Pública do Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que o referido Distrito se encontra com várias lâmpadas queimadas. Deferido. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que participou um pouco do trabalho apresentado pelo caminhão do SESI de Odontologia, mas não sabe o valor que foi pago pelo Município, entretanto o Convênio estabelecia que a parte do Município era custear a estadia dos profissionais e a energia elétrica do local, sendo que os profissionais e os materiais seriam por conta do SESI. 09) O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares solicitou uma Moção de Aplausos para a equipe do SESI Odontológico, pelo excelente trabalho realizado no Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes pediu para os vereadores fazerem uma analise profunda do Projeto de Lei sobre os Guardas Municipais, esclarecendo que precisamos procurar saber quem elaborou o projeto e qual a intenção dele, pois precisamos ser justos com todos os guardas. Destacou que quinta-feira iremos votar o Crédito Adicional e a realizar a segunda votação do Projeto sobre o Polo Industrial. Por fim, pediu para os Vereadores Genessi e Maurício para analisarem cuidadosamente o projeto. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares perguntou se existe alguma alteração salarial. O Vereador Hugo Fernandes disse que ainda não viu essa parte. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que fez uma análise rápida do Projeto e já constatou que ele precisará de muitos ajustes, sendo que já fez alguns apontamentos para melhorar o projeto. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo fez uma solicitação ao Prefeito Municipal, no sentido de envide esforços a fim de que seja realizada uma festa de Réveillon no Distrito de Paraíso do Tobias. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes destacou que não concorda que a avaliação de progressão dos guardas municipais seja assinada pelo Chefe da Guarda, pois não sabe o pensamento dos futuros Chefes e os guardas poderão ser prejudicados, sendo que também existe um parágrafo que estabelece que a Câmara Municipal seria responsável por julgar os processos

disciplinares, acreditando que isso deveria ser resolvido por lá e não envolver a Câmara. Por fim, disse que entende o anseio da classe trabalhadora, mas precisamos estudar o projeto com muita cautela. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que esteve estudando o Projeto e ficou triste com a situação que encontrou, pois temos o objetivo de atender a classe, mas precisamos ficar amparados, sendo que o projeto precisa de muitas correções. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que não queremos e não vamos prejudicar a Guarda Municipal, mas precisamos corrigir os fatos para temos um projeto coerente. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo informou que desde o governo anterior reclamava da agilidade dos projetos, acreditando que o Líder do Governo deveria ser informado dos Projetos antes deles chegarem na Câmara para realizar as devidas explicações aos outros Vereadores. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que respeita a opinião do colega, mas discorda dela, pois a função do Líder do Governo é realizar um diálogo entre a Câmara e o Prefeito, sendo que ele não pode dizer se um projeto está bom ou ruim, acreditando que os Vereadores devem analisar os projetos em conjunto e individualmente. O Vereador Hugo Fernandes disse que entendeu as duas posições, sendo que a questão não é sobre entender e explicar os projetos e sim o governo dialogar para sanar os erros burocráticos, destacando que o Líder do Governo não é um empregado do governo e que muitos projetos chegam nesta Casa Legislativa faltando documento e nós precisamos ficar cobrando. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que se existem tantas dúvidas sobre o Projeto, nós não podemos votá-lo rapidamente, sendo que a Câmara só toma ciência do projeto quando ele é lido aqui na Casa, assinar credita que seja melhor analisarmos o projeto com calma e, se necessário, votarmos ele no ano que vem. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que encaminhou alguns ofícios solicitando esse Projeto de Lei e não foi sequer respondido, sendo que em nenhum momento foi chamado para conversar sobre o projeto. Dessa forma, eles encaminharam o Projeto sem nenhuma explicação, por isso precisamos analisar o projeto com calma e com o objetivo de ajudar toda a classe. O Vereador Hugo Fernandes disse que o Poder Executivo é pressionado para a agilizar alguns trâmites e depois ficam pressionando a Câmara, sendo que o Chefe da Guarda poderia explicar aos Guardas a real situação do Projeto. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que em momento algum disse que o serviço prestado pelo carro Odontológico do SESI foi ruim, mas sim que ele prestou um serviço que o Município tem condições de fazer, destacando que não falou da qualidade do serviço. O Vereador Aimoré da Silva Almeida fez uma solicitação ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal de Obras e

Urbanismo, no sentido de que seja colocada uma proteção onde caíram as barreiras localizadas na Rua Jandira Alvim Braga, com o objetivo de fornecer uma maior segurança aos munícipes, tendo em vista que a referida barreira caiu há mais de uma ano. Deferido. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 05/12/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2019.

Aos três do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada a reunião de instalação do Primeiro Período Legislativo de 2014, a de número setenta da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Alexandre Barbosa Machado**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Coronel Pedro Bastos, nº 614, Distrito de Venda das Flores, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 01, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 35/2014 do Conselho Tutelar de Miracema encaminhando Estatística de Atendimento no mês de dezembro de 2013. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 02) Ofício SEA/SE nº 011/2014 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, respondendo ofício nº 0862/2013. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 03) Ofício nº 082/2013 do Instituto Tiradentes; 04) Ofício PMM/CPTCE nº 01/2014 da Comissão de Tomada de Contas Especial da Prefeitura Municipal de

Miracema; 05) Comunicados Nº CM281922/2013, CM281923/2013 e CM297227/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 06) Ofício nº 38533 / DSEDU II / DS / SFC / CGU-PR, respondendo ofício nº 0164/2013; 07) Ofício nº 005/2014 do Departamento Municipal de Trânsito encaminhando abaixo assinado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que o referido abaixo assinado fosse encaminhado para o Sr. Prefeito Municipal para que sejam tomadas as providências cabíveis; 08) Ofício PMM/GAB nº 026/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 003/2014. Os Vereadores Gideão, Fabrício, Genessi, João e Maurício solicitaram cópia deste ofício; 09) Ofício PMM/GAB nº 028/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 001/2014; 10) Ofício nº 1805/2013 – DAB/SAS/MS, respondendo ofícios nº 082/2013 e 083/2013. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva, João Siqueira Magalhães e Gideão Duarte Gonçalves solicitaram cópia deste ofício; 11) Ofício nº 1804/2013 / GR02RC / GR02 – Anatel, respondendo ofício nº 1012/2013; 12) Ofício nº Circular PMM/SEFAZ nº 091/2013 da Secretaria Municipal de Fazenda. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou cópia deste ofício; 13) Ofício nº 023/2014 do Ministério Público da Tutela Coletiva Núcleo Pádua, respondendo ofício nº 0489/2013. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Maurício Sant'Ana Soares e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício; 14) Ofício/SEDEIS/CG nº 17 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, respondendo ofício nº 1043/2013; 15) Ofício nº 686/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação, respondendo ofício nº 0960/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 16) Ofício PMM/SMAS nº 12/2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando alguns documentos; 17) Ofício PMM/SMAS nº 487/2013 da Secretaria Municipal de Assistência Social prestando esclarecimentos sobre o Programa Bolsa Família e Liberação de Benefícios Eventuais. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício; 18) Ofício PRS/SSE/CSO 49547/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro encaminhando o relatório e o parecer prévio sobre as contas da administração financeira do Município de Miracema, referente ao exercício de 2012. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva e Alexandre Barbosa Machado solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o site da Câmara Municipal sofreu algumas informações e todos os atos públicos da Câmara serão publicados. Acrescentou que cada Vereador possui sua própria área no site, onde

poderão ser divulgados seus requerimentos e indicações. Disse que na próxima quinta-feira, dia 06 de fevereiro, será inaugurado o Memorial, entretanto, infelizmente, algumas famílias ainda não entregaram as fotos de alguns Vereadores. Por fim, esclareceu que alguns Vereadores estão comentando sobre o exagero nas assinaturas das Moções, por isso gostaria de definir melhor este assunto com todos os Vereadores. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que não gostaria mais de assinar todas as Moções, uma vez que a grande quantidade das referidas acaba tirando o sentido da homenagem. Por fim, disse que estudou a prestação de contas da Administração Pública referente ao Exercício de 2012, por isso percebeu diversos equívocos na referida, sendo que no momento oportuno explicará as questões contraditórias. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que consultará o calendário e marcará a data da votação das contas. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a Câmara Municipal está sendo muito frequentada pelos assessores fora do horário de serviço, assim gostaria que fossem tomadas algumas medidas para diminuir esta frequência. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que no início do mandato trocou todas as fechaduras e entregou uma cópia da chave para cada Vereador e não para os assessores, assim acredita que cabe a cada Vereador ser responsável pelas suas chaves e pelo acesso de seus assessores. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que respeita a opinião do Vereador Gutemberg Medeiros, mas discorda dela, pois não acredita que um Conselheiro do Tribunal de Contas emitiria um parecer favorável a aprovação das contas de 2012 sem que elas estivessem corretas, sendo que existe uma documentação nesta Casa Legislativa informando que o atual gestor atrasou a entrega de alguns documentos referentes à prestação de contas. Por fim, disse que gostaria de analisar todas as prestações de contas que foram votas nesta Casa Legislativa a partir do ano de 2004. O Vereador Hugo Fernandes acrescentou que as contas serão votadas no dia 24 de fevereiro, assim solicitou que fosse encaminhado um ofício ao Ex-Prefeito Ivany Samel informando que as contas referentes à gestão do ano de 2012 já se encontram na Câmara Municipal para votação dos Vereadores, sendo que a votação ocorrerá na reunião do dia 24 de fevereiro de 2014. O Vereador Alexandre Barbosa Machado sugeriu que as Moções fossem limitadas. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que um Projeto de Lei que foi lido hoje possui informações divergentes, pois o ofício que encaminha o Projeto menciona um assunto divergente do que consta no corpo do referido, acrescentando que gostaria de um comprovante na não utilização do terreno localizado no Polo Industrial. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves sugeriu que fosse encaminhada uma cópia do ofício

nº 686/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação para o Sr. Prefeito Municipal, para a Secretaria de Planejamento e para a Secretaria de Educação, para que possam ser tomadas as medidas cabíveis. Por fim, disse que gostaria de continuar solicitando suas Moções em Plenário, entretanto elas poderiam ser assinadas apenas por ele e pelo Vereador Presidente. O Vereador Hugo Fernandes disse que a partir de hoje os Vereadores devem se manifestar quando desejarem assinar as Moções dos Vereadores. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 06/02/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 06 de fevereiro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

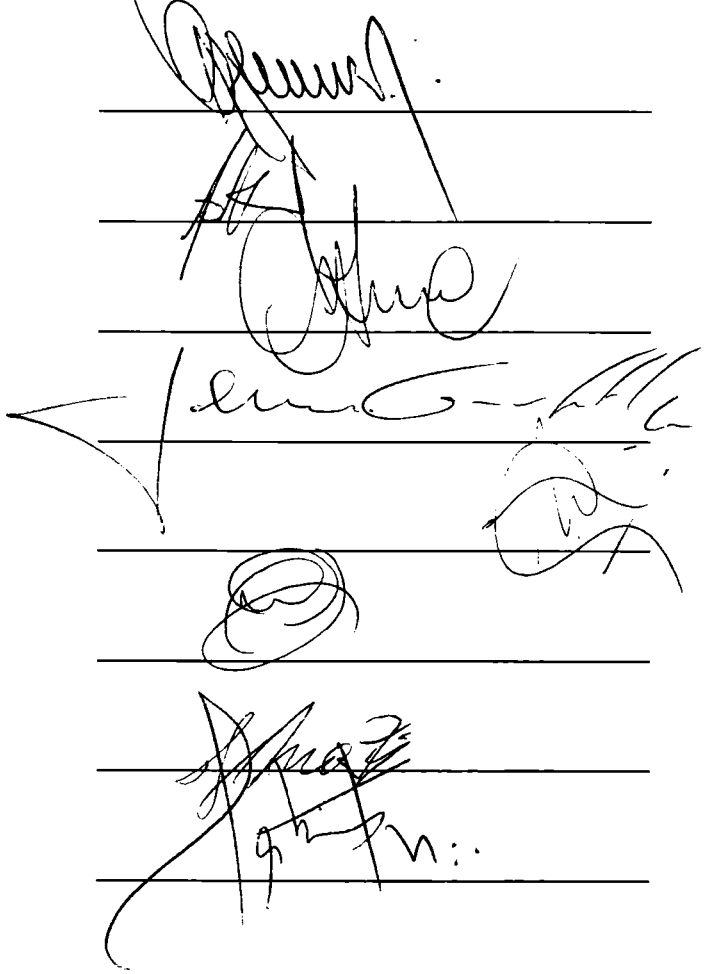
Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e setenta e dois da atual legislatura, com a presença dos Vereadores, **Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Aimoré da Silva Almeida, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Fabrício de Sá Xavier, solicitou ao Vereador José Augusto Martins, que na oportunidade ocupada a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo ocupou a cadeira do 2º Secretário da Mesa Diretora. Foram registradas as ausências dos Vereadores Hugo Fernandes, Paulo Sérgio de Azevedo e Carlos Magno da Silva Peres. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 25. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 30 de maio de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que Altera o § 1º do Art. 45 da Lei nº 1.813 de 11/03/2019, de autoria dos Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Maria Alessandra Leite Freire; 02) Projeto de Lei que Acrescenta parágrafo único no artigo 257 do Novo Código Tributário de Miracema – Lei Complementar nº 1.453 de 26 de setembro de 2013, de autoria do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo; 03) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Renato José de Souza Faver, de autoria da Mesa Diretora. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire pediu para agilizar a tramitação do Projeto de Lei que altera o § 1º do artigo 45 da Lei nº 1.813, pois existem algumas mães que já estão precisando deste período de licença para amamentar seus filhos. 01) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e à Secretaria Municipal de Cultura - Considerando que foi a primeira Instituição de Educação de grande porte em Miracema, fundada em 1922; Considerando que a importância arquitetônica do

nacional. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja instalado um braço de luz na Rua Mariano de Moraes Tostes, nº 80, Bairro Vila Nova (atrás do Campo Ferradurão), próximo à residência da Sra. Inês da Cunha Gonçalves e Manoel Gonçalves de Lima. Deferido. 10) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com vista ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja viabilizada uma limpeza geral no Pátio Interno do Mercado Municipal de Miracema, tendo em vista que o local se encontra muito sujo e aparentemente em estado de abandono. Deferido. 11) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para o Secretário Municipal de Educação, Sr. Charles Magalhães, o parabenizando por ter sido selecionado pela F.G.V. para participar de treinamento na cidade de Sobral, no Ceará, cidade essa que possui o melhor índice de Educação do Brasil (9,1 no IDEB), participando da imersão de líderes e observando o sucesso daquele município. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para o Sr. Edilton Brito, o parabenizando pelo seu abnegado trabalho à frente da Direção Administrativa e Financeira do Hospital de Miracema, contribuindo de sobremaneira na sua missão maior de melhorar e valorizar o atendimento médico hospitalar aos nossos Munícipes. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 13) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para a Nova Diretoria do Hospital de Miracema, empossada no dia 31 de maio de 2019, tendo como Diretores os Drs. Saulo Vidal Tostes Sales e Leandro Pinheiro da Costa e como Diretores Técnicos os Srs. Gean Mota Monteiro e Renan Martins de Oliveira, desejando-lhes sucesso no desempenho do exercício dessa importante missão, pois vem trazendo novas ideias de gestão e desenvolvimento econômico-social em prol de nossos munícipes e ao Hospital de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 14) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a manutenção ou recuperação da via pública Coronel Pedro Bastos, no Distrito de Venda das Flores, especialmente em frente e ao lado do PSF, bem como em frente à casa do Sr. Joel. Deferido. 15) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja realizada a

implantação do Programa "Saúde na Hora", projeto este que oferece aos Municípios recursos provenientes do Governo Federal, que viabilizam o aumento do horário do expediente de um Posto de Saúde da Família (PSF), bem como podem dobrar os valores dos repasses mensais, dependendo na disponibilidade de equipes de saúde da família e bucal. Deferido. 16) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares solicitou uma Moção de Pesar para o Sr. Everaldo Fraga Campos e demais familiares, em virtude do falecimento da Sra. Augusta Sales Fraga, sua mãe. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2020. Autoria: Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a Prefeitura de Miracema adquiriu uma ambulância 0 km, para agraciar o Distrito de Paraíso do Tobias, sendo que ela foi fruto de uma emenda em parceria com o Deputado Áureo. Destacou que fez um requerimento solicitando ao Deputado Áureo uma emenda de cento e cinquenta mil para a compra de um castra móvel para atender o Município e esse dinheiro já está na conta da Prefeitura, acrescentando que o Deputado Áureo foi o que mais destinou recursos para o Miracema no ano de 2018, sendo um grande parceiro. Esclareceu que no dia 28 de maio foi depositado na conta do Hospital de Miracema aproximadamente um milhão de reais, também fruto de ementa, para auxiliar o Hospital nas dificuldades que eles estavam sofrendo, inclusive pagando salários atrasados. Continuando, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Aplausos e Agradecimentos para o Deputado Federal Áureo, por ser um grande parceiro do Município de Miracema, demonstrando um amor imenso por nossa cidade, sempre destinando diversas emendas orçamentárias para Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo informou que amanhã começam as inscrições da oficina de informática no CVT de Miracema, sendo que conseguimos recuperar os laboratórios e os professores já chegaram. Por fim, disse que provavelmente em agosto a Escola já estará funcionando num nível ideal. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 06/06/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa,

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 03 de junho de 2019.



Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e trinta e dois, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 12, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 092/2014 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ; 02) Ofício nº 3038/14 do Ministério

Público da Tutela Coletiva. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que este ofício fosse encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado para que sejam tomadas as providências cabíveis; 03) Projeto de Decreto Legislativo que Julga as Contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo do Município de Miracema, referente ao exercício de 2013. Autoria: Mesa Diretora. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse realizado um ofício para o Sr. Prefeito Municipal e para o Secretário Municipal de Fazenda informando que as Contas da Gestão de 2013 serão votadas no dia 24 de novembro e colocando a Tribuna Livre à disposição caso eles desejem realizar algum tipo de esclarecimento; 04) Ofício do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2015; 05) Ofício do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que Dispõe sobre a primeira atualização e revisão do Plano Plurianual para o quadriênio de 2014/2017 e dá outras providências. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja resolvido que vem ocorrendo na Rua Pedro Elídio, uma vez que na referida Rua se encontra uma residência que está quase desabando, colocando em risco mais quatro ou cinco residências. Deferido. Continuando, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que pode ocorrer um desastre muito grande na mencionada rua, pois se a residência cair vai levar mais umas três ou quatro juntas, sendo que inclusive convidou as pessoas para comparecerem na Câmara para explicar esta situação. 02) Vereador Carlos Armando de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o conserto da Fonte Luminosa que fica localizada na Praça Dona Ermelinda, tendo em vista que a referida Fonte é um importante monumento do nosso Município. Todos os Vereadores irão assinar. 03) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Gerente Regional da AMPLA - Solicitação no sentido de que seja realizada a relocação de poste e afastamento de rede de energia na Travessa Sebastião Hipolito, em frente ao número 18, no Bairro Nossa Senhora Aparecida, Miracema-RJ, na residência do Sr. José Evelto Modesto, com o objetivo de oferecer maior segurança aos moradores do local, pois a atual situação está colocando em

perigo a vida dos moradores daquela localidade. Aprovado. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Luiz Fernando Pezão - Solicitação, com vistas a Secretaria Estadual de Segurança Pública, Sr. José Mariano Beltrame, no sentido de que seja realizada uma parceria com o Município de Miracema com o objetivo de implantar neste Município o Projeto Cidade Protegida – Cidadão Mais Seguro. O referido Projeto consiste num monitoramento em tempo real dos acontecimentos no Município diminuindo assim a oportunidade para se cometer delitos, e por consequência, depois de instalado, conseguiremos baixar os preços dos seguros tanto de automóveis como de residências em nosso Município. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que já fez a leitura de todas as páginas da prestação de contas referente ao ano de 2013, sendo que a conclusão parece ser uma cópia da análise realizada no ano anterior, uma vez que todo o corpo técnico apresentou um parecer contrário à aprovação das contas e no final, o parecer do relator é favorável à aprovação. Continuando, destacou que no parecer final ainda foi grifado a parte que menciona que ele estava contrariando os pareceres técnicos presentes na prestação de contas. Mencionou que não foi cumprido o estabelecido em relação ao ressarcimento de valores para o FUNDEB e que não tem a esperança de que esta situação seja modificada. Esclareceu que não vai mais falar sobre a prestação de contas e que analisando os documentos de maneira imparcial é possível perceber que o Tribunal de Contas agiu politicamente, pois o corpo técnico foi totalmente desautorizado. Destacou que o Município de Miracema está caminhando para a ingovernabilidade, por isso está muito preocupado, sendo que existem situações gravíssimas para seres resolvidas e as dívidas também precisarão ser pagas. Por fim, disse que 2015 poderá ser um ano catastrófico para o Município de Miracema e está percebendo que não está adiantando os Vereadores conversarem sobre os problemas, sendo que inclusive alguns membros do governo lhe disseram que estamos encaminhando para a ingovernabilidade, dessa maneira os Vereadores devem conversar sério com o Prefeito para que possam ser tomadas medidas para a resolução destes problemas. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que um funcionário lhe perguntou sobre a votação de um Projeto de Lei alterando o regime jurídico de alguns funcionários e ele respondeu que está faltando o impacto que ainda

não foi encaminhado pela Prefeitura. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que os funcionários que estão falando em ingovernabilidade deveriam colocar os problemas para o público, acrescentando que vai ler e analisar a prestação de contas para depois emitir sua opinião. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o Município deverá fazer uma economia de guerra para começar a resolver seus problemas financeiros, sendo que ficou preocupado ao ler o globo de ontem, pois tinha uma notícia que em 2016 poderá ser realizada uma reforma com a consequente criação de uma eleição para o período de dois anos, com o objetivo de unificar as eleições no ano de 2018. Por fim, disse que vai ler a prestação de contas com atenção e depois vai apresentar seus comentários. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno mencionou que não será realizada nenhuma reforma política no Congresso Nacional. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que vai se manifestar no dia da votação das contas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que quando os Vereadores cobravam algumas situações, o gestor combatia dizendo que estava sendo feita politicagem. Acrescentou que os mesmos erros vêm sendo cometidos e que gostaria de estar elogiando o atual governo, sendo que sempre busca fazer críticas construtivas. Destacou que nas eleições foi dada a oportunidade para a população de minimizar a corrupção, entretanto os números mostraram que a maioria prefere o continuísmo e que os programas sociais se mostraram eficientes. Por fim, disse que as atuais eleições foram bastante disputadas e que gostaria de ver a concretização de uma reforma política, acrescentando que quer terminar seu mandato com seu dever cumprido sempre trabalhando em prol do Município. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que vai se manifestar no dia da votação da prestação de contas e fez um agradecimento à Coordenadora do SENAC de Santo Antônio de Pádua, pois lá é o único local que possui o curso de técnico de enfermagem e ele conseguiu 30 (trinta) vagas para os munícipes de Miracema. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que ainda não analisou a prestação de contas do atual gestor, sendo que analisou a prestação de contas do Prefeito da Gestão anterior e buscou até prestações de contas antigas para tomar sua decisão. Destacou que é muito difícil ser gestor de uma Prefeitura ou de uma Câmara de Vereadores e se lembra que existiam 20 (vinte) impropriedades e 5 (cinco) irregularidades gravíssimas, assim o atual gestor já encontrou uma situação

descontrolada e complicada. Por fim, destacou que não tem interesse em exercer a Presidência desta Casa Legislativa e que seu objetivo é lutar pelo seu mandato, por seu trabalho e concluir sua faculdade. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que já fez a leitura da prestação de contas de 2013 e a referida possui muitos detalhes interessantes sobre o IDH mostrando um comparativo de 20 anos. Acrescentou que observou que os limites constitucionais foram cumpridos no ano de 2013, ficando um déficit apenas em relação à Câmara Municipal, déficit este já sanado. Destacou que os alertas presentes na prestação de contas são interessantes e que entende a colocação do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno em relação a política na nomeação dos cargos para Conselheiros do Tribunal de Contas. Continuando, disse que devemos mudar a forma de fazer política no Município, pois quando terminam as eleições é preciso que todos unam forças em favor de Miracema. Mencionou que houve um retrocesso muito grande no Município e que somente através do investimento na Educação poderemos nos desenvolver. Acrescentou que o Conselheiro faz um alerta sobre a situação dos royalties, sendo que devemos lutar para que o Município de Miracema seja um ponto de referência Universitário, pois as pessoas que tem oportunidade de estudar em outros Municípios acabam não voltando para Miracema, acreditando que a Educação é a peça fundamental para o progresso do Município. Mencionou que está muito feliz com a futura inauguração do SENAC em Miracema e que devemos olhar para as coisas boas, sempre lutando para trazer investimentos, pois se os Vereadores buscarem investimentos os Deputados vão ajudar. Por fim, disse que em Miracema o que um Prefeito faz o outro acaba destruindo, não dando continuidade aos bons projetos, acrescentando que o Código Tributário vai fazer com que o orçamento da Prefeitura aumente e que seu sonho é ver a classe política unida sem nenhuma posição partidária, esperando que os índices de Miracema melhorem. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 06/11/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente

ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 06 de novembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e noventa e quatro da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, Paulo Sérgio de Azevedo, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores José Augusto Martins, Aimoré da Silva Almeida e Carlos Magno da Silva Peres. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 19, Versículos de 01 à 08. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 30 de setembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Decreto Legislativo que Cria a Comanda Cibele Caldas Câmera Castro, de autoria da Vereadora Maria Alessandra Leite Freire; 02) Ofício nº 221/2019/ADM da Secretaria Municipal de Administração respondendo o ofício nº 0781/2019; 03) Ofício nº 273/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 026/2019. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o valor referente ao Projeto de Lei sobre a Abertura de Crédito Adicional já está na conta da Secretaria de Saúde, dessa maneira o Poder Executivo pediu o entendimento dos Vereadores para realizarem a votação na data de hoje. Entretanto a Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final não está inteiramente composta, por isso vai ler o despacho feito, baseado no Regimento Interno, e colocá-lo em votação. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a votação de Projetos sobre Créditos Adicionais é algo bastante corriqueiro, assim, como também estamos amparados pelo Regimento Interno, poderíamos realizar a votação na data de hoje

sem problemas. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares destacou que nós sabemos das dificuldades financeiras do Município e a não votação na data de hoje pode ocasionar prejuízos. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que o dinheiro já está creditado na conta e inclusive tem uma cópia do extrato no Projeto, assim estamos amparado dentro da legalidade. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que não é contra nada que beneficie o Município, mas fica incomodada com a rapidez em que as coisas são feitas, mas podemos sim votar na data de hoje. O Vereador Hugo Fernandes disse que infelizmente a Câmara precisa realizar algumas votações de maneira rápida. Em votação, o referido despacho foi aprovado com uma abstenção, do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Paulo Sérgio de Azevedo, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - Apresentou o Projeto de Lei que dá o nome de Vila Joana Fernandes Montan a uma via da Cidade. Continuando, disse que tem ouvido diversas reclamações sobre cachorros abandonados pelas ruas do Município e hoje uma estudante foi vítima de uma mordida de um cachorro e precisou levar pontos e tomar vacina antirrábica. Dessa forma, precisamos tomar as medidas necessárias para solucionar esse problema. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que realmente precisamos resolver esse problema, sendo que possui notícias informais de que o Castramóvel está sendo licitado. Destacou que possui diversos pedidos que não estão sendo atendidos e seus ofícios também não estão sendo respondidos. O Vereador Hugo Fernandes disse que poderíamos fazer um trabalho em conjunto com as cidades vizinhas, fazendo a castração e a marcação dos cachorros de rua, assim essa situação vai melhorar. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que propôs ao Padre da Igreja Santa Terezinha que fosse colocado no calendário Municipal um Dia Santo, acrescentando que na próxima Sessão Solene de Aniversário do Município gostaria de entregar um Título de Cidadão Miracemense ao referido Padre em conjunto com o Vereador Fabrício de Sá

Xavier. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que poderíamos criar uma sala de castração e fazer um convênio com alguma Faculdade que tenha o curso de Veterinário, assim com boa vontade e direcionamento os problemas com os animais de rua seriam resolvidos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares destacou que colocou uma Emenda no Orçamento no valor de trinta mil reais com o objetivo de concluir a parte logística dos "Amigos de Pata", entretanto esse trabalho está acabando por falta de recursos. Destacou que a Câmara sempre ajuda nos interesses do Governo, mas quando os Vereadores fazem um pedido em prol da população as coisas acabam não sendo realizadas. 02) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Prefeito Municipal, com vista a Secretaria Municipal de Assistência Social - Solicitação no sentido de que seja criada uma sala em cada bairro, com o objetivo de realizar o agendamento para a população realizar sua biometria digital dos títulos de eleitores, pois a população não possui conhecimento para realizar o agendamento. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes disse que infelizmente a população acaba deixando para fazer as coisas em cima da hora. 03) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a substituição de uma árvore morta na Praça das Mães. Deferido. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou uma Moção de Pesar para a Sra. Aline Derossi e demais familiares, em virtude do falecimento de seu pai. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Diretor do DEMUTRAN - Solicitação no sentido de que seja construído um quebra-molas próximo ao Colégio João Bueno, na Avenida Eiras e um quebra-molas na Rua Ricardo Vale. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão na iluminação do Cemitério de Miracema. Deferido. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva destacou que a Câmara está sempre disposta a ajudar o Poder Executivo e fica triste ao perceber o não andamento de alguns projetos de autoria dos Vereadores. Dessa forma, espera que o Prefeito possa pedir para os Secretários olharem com carinho os pedidos dos Vereadores. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Aplausos para a Diretoria e

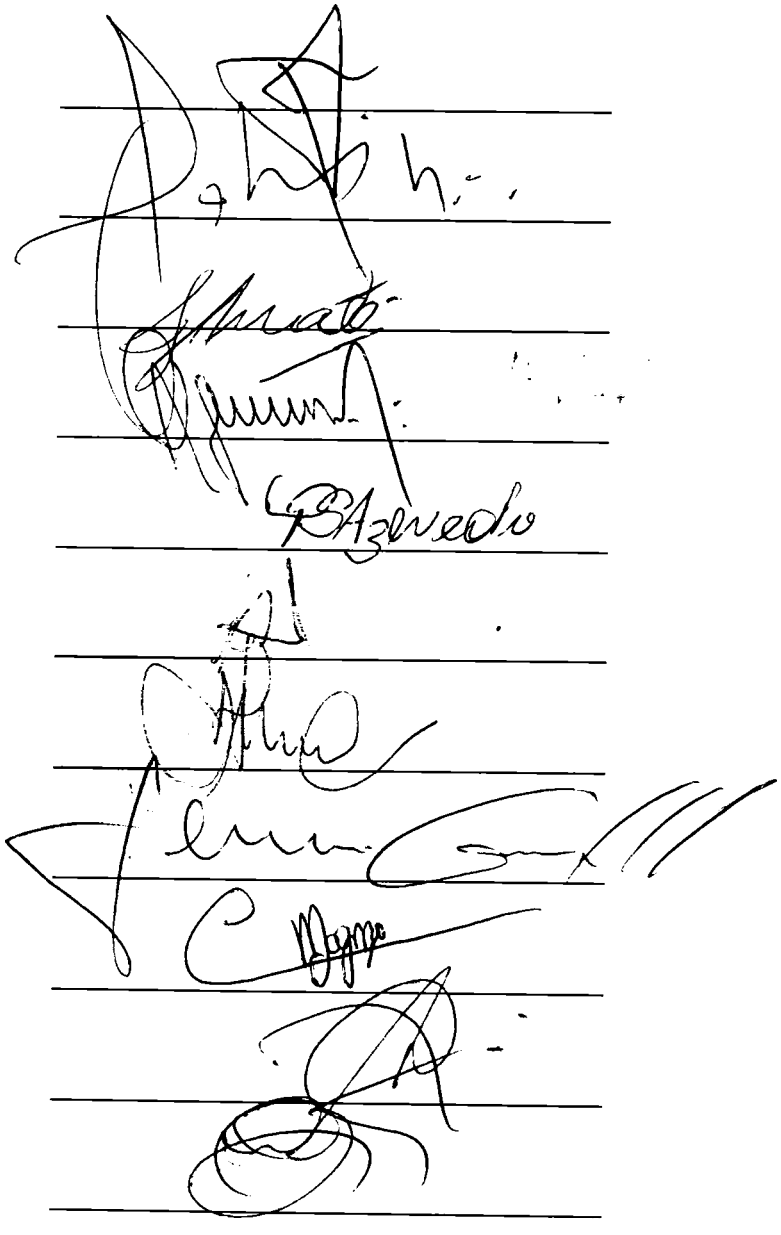
Funcionários do Instituto Magaly Siqueira de Diabetes, os parabenizando pelo excelente trabalho que eles vem desempenhando. Fazendo um brilhante serviço na Saúde Coletiva, orientando, prevenindo e tratando dos diabéticos com a atenção e carinho que eles merecem. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 08) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Sra. Maria da Conceição Peruci, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereador Hugo Fernandes - Ao Executivo de Atendimento Municipal da ENEL, Sr. Edson Curty - Solicitação no sentido de que sejam tomadas as devidas providências em relação as empresas de internet e telefonia fixa com excesso de fios espalhados em postes por toda a cidade, causando além de poluição visual um risco de algum acidente fatal. 10) Vereador Hugo Fernandes - Ao Controlador Geral - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a relação da entidades que estão aptas a receber subvenção social, para indicação desta Casa no Orçamento de 2020. 11) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma demolição e uma limpeza geral na residência situada na Rua São Clemente, nº 35, Centro Redentor. 12) Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos para o Miracemense e Cabo PM do Estado de Mias Gerais, Sr. Hélio Bueno Botelho, matrícula 144.143-5, o parabenizando pelos brilhantes serviços prestados há 12 anos ao Estado de Minas Gerais, elevando o nome da nossa cidade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 13) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma reforma nos portões do Parque de Exposição de Miracema, tendo em vista que o referido portão está quase caindo e escorado com tábuas de madeira. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar na Lei n°. 1.806, de 18 de dezembro de 2018 (LOA 2019), na forma do artigo 41, inciso I e em conformidade com o disposto no artigo 43, § 1°, inciso II, todos da Lei Federal n°. 4.320/64 c/c o artigo 25 § 10, i e § 2° da LRF. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura dos pareceres Jurídico e do Controle

Interno. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado com uma abstenção, do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Paulo Sérgio de Azevedo, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares, dando origem a Lei nº 1.847, de 03 de outubro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprova e, eu Prefeito Municipal de Miracema, sanciono a seguinte lei: Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, na Lei n°. 1.806, de 18 de Dezembro de 2018 (LOA 2019), na forma do artigo 41, inciso I, da Lei Federal n°. 4.320/64, para contemplar as despesas conforme descrito na tabela abaixo, no valor total de R$ 1.296.379,88 (Um Milhão Duzentos e Noventa e Seis Mil Trezentos e Setenta e Nove Reais e Oitenta e Oito Centavos):

Item	Descrição	Dotação Orçamentária	Valor
1	Manutenção e Operacionalização do FMS	04.11.10.122.0229.2.224 - 3.3.90.30.00 - fonte 121	178.891,08
2	Manutenção e Operacionalização do FMS	04.11.10.122.0229.2.224 - 3.1.90.11.00 - fonte 121	369.528,00
3	Manutenção e Operacionalização do FMS	04.11.10.122.0229.2.224 - 3.3.90.32.00 - fonte 121	747.960,80
Total			R$ 1.296.379,88

Parágrafo Único - Os elementos de despesas evidenciados nos Programas de Trabalho, itens 2 e 3 da tabela acima, deverão ser criados na forma do inciso I do artigo 4° da Lei n°. 1.806, de 18 de Dezembro de 2018 (LOA 2019). Artigo 2º - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Suplementar advém de Transferência do Governo do Estado do Rio de Janeiro, dentro das metas do Decreto n°. 28-A, de 06 de Maio de 2019, em conformidade com o disposto no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal n°. 4.320/64 c/c o artigo 25, § 1º, I e § 2º da Lei Complementar n°. 101/2000. Artigo 3º - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do

Artigo 42 da Lei Federal n°. 4.320/64. Artigo 4º - Ficam as alterações aqui tratadas devidamente aditadas ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Artigo 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições que lhe são contrárias. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 07/10/2019, ás 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 03 de outubro de 2019.



Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de númerocentoe sessenta da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador José Augusto Martins, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 25, Versículos de 01 à 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a Formatura da 3ª Turma de Bombeiro Civil; 02) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Edna Silva, de autoria da Mesa Diretora. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a construção de uma Mini Rodoviária e de um banheiro público no Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que o banheiro público existente anteriormente foi desmanchado. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Polícia Rodoviária - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma fiscalização na RJ 200, trecho que liga o Município de Miracema ao Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que existem diversos animais soltos na pista causando risco aos motoristas. Aprovado. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Comissário de Menores - Solicitação no sentido de que seja realizada uma fiscalização no Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que existem notícias de que algumas crianças estão frequentando os bares até altas horas da noite. Aprovado. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que sejam realizados os devidos reparos no Morro dos Operários, no Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que existe um buraco no local que foi feito para a realização de um reparo na rede de esgotos que ainda não foi fechado. Deferido. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal -

Solicitação no sentido de que seja realizada a construção de uma nova rede de esgotos no Morro dos Operários, no Distrito de Paraíso do Tobias. Deferido. 06) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma roçada nos fundos do Colégio do Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que estão aparecendo diversos animais peçonhentos no local. Deferido. 07) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que o responsável pelo terreno da antiga Torre da Rádio Princesinha seja notificado com o objetivo de que seja realizada uma limpeza no referido terreno, tendo em vista que estão aparecendo diversos animais peçonhentos no local. Deferido. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que está elaborando um Projeto de Lei sobre a realização de intervenção da Prefeitura em terrenos particulares que estão abandonados, assim quando apresentar seu Projeto vai explicar melhor seus objetivos. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os requerimentos estão sendo encaminhados novamente para o protocolo da Prefeitura, sendo que tentou fazer com que seu Chefe de Gabinete entregasse diretamente aos Secretários, mas em razão da quantidade de requerimentos acredita que o melhor caminho seja entregá-los novamente na recepção. 08) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À PREVI-Miracema - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa quem são os funcionários que estão ocupando os cargos na referida Autarquia. Aprovado. 09) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza nas fossas da Rua Oscar Carneiro Cavalcanti, na estrada de chão indo para a Fazendinha, atendendo a pedido de moradores. Deferido. 10) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Diretor do DER-RJ de Miracema, Dr. Nilton Moreira Junior - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de roçar a estrada que liga o Município de Miracema ao Distrito de Venda das Flores. Aprovado. 11) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja estudada a possibilidade de viabilizar um meio de fixar os valores referentes a contribuição de iluminação pública, estipulando valores fixos de acordo com o respectivo consumo, tendo em vista que atualmente o valor corresponde a 10% (dez por cento) do consumo mensal. Deferido. 12) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza (com capina), no Córrego Raso localizado no Bairro Nossa Senhora Aparecida. Deferido. 13) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Reiteração ofício 166/2019 - Solicitação no sentido de que seja instalada uma lixeira fixa na rua Dr.

Monteiro de Barros, bairro Nossa Senhora de Fátima, no beco do Nelcimar do Som, com o objetivo de melhorar o local, evitando que o lixo seja jogado no chão e acumulado de forma indevida causando mau cheiro. Deferido. 14) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja realizada, dentro das possibilidades, o empréstimo da Escola Municipal Irene Frauches, conforme solicitado por e-mail (documento anexo) para os dias 21, 22 e 23/06/2019, visando um trabalho de Evangelização. Deferido. 15) O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos à Procuradora Municipal, Sra. Andréia Medeiros Ferreira de Souza, extensiva para todos os Servidores da Procuradoria Geral, os parabenizando pelos brilhantes serviços que eles vêm prestando ao Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 16) O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos ao Sr. Maxoel Barros Costa, Biólogo e Analista Ambiental do INEA (CRbio 65.381/02, Mat. 390.690-6), o parabenizando pelo excelente atendimento aos usuários do SSIPASS de toda Região, sempre tratando todos com educação, competência e seriedade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 17) O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos ao Sr. Cassiano Peixoto Maciel, Fiscal do INEA, o parabenizando pelo excelente atendimento aos usuários do SSIPASS de toda Região, sempre tratando todos com educação, competência e seriedade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire pediu para se retirar da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final por motivos pessoais. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se algum vereador está disposto a substituir a Vereadora Maria Alessandra. O Vereador Aimoré da Silva Almeida se disponibilizou para substituí-la, o que foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 16 (dezesseis) Projetos de Resolução, 04 (quatro) Projetos de Decreto Legislativo e 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Mariana Ribeiro Titonele. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.347, de 04 de abril de 2019. **02)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Luís Cláudio Barros de Sousa. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.348, de 04 de abril de 2019. **03)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Felipe Alvim de Lima. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.349, de 04 de

abril de 2019. **04)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Luiz Francisco da Silva Filho. Autoria: Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.350, de 04 de abril de 2019. **05)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Camila Dias Leão. Autoria: Vereadora Maria Alessandra Leite Freire. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.351, de 04 de abril de 2019. **06)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. João Madeira Neto. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.352, de 04 de abril de 2019. **07)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Maria Adma Dias Pereira. Autoria: Vereador José Augusto Martins. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.353, de 04 de abril de 2019. **08)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Cecília Angelina Horta Araújo. Autoria: Vereadora Maria Alessandra Leite Freire. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.354, de 04 de abril de 2019. **09)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Manoel Alexandre Pereira de Figueiredo. Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.355, de 04 de abril de 2019. **10)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Ariane Nogueira Souza Botágio. Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.356, de 04 de abril de 2019. **11)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Daniel Frederico Ramírez Bezerra. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.357, de 04 de abril de 2019. **12)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Thiago Antonelli. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.358, de 04 de abril de 2019. **13)** Projeto de Resolução que Concede o Titulo de Cidadã Miracemense a Sra. Juliana Lopes de Paulo Cordeiro. Autoria: Vereador Aimoré da Silva Almeida. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.359, de 04 de abril de 2019.

14) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Edgar Luiz dos Santos. Autoria: Vereador José Augusto Martins. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.360, de 04 de abril de 2019. **15)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Rodrigo da Silva Bacellar. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.361, de 04 de abril de 2019. **16)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Heraldo Ferreira. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.362, de 04 de abril de 2019. **17)** Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda do Mérito Ecológico à Sra. Celeste Alzira Scramingon Deziderio. Autoria: Vereador José Augusto Martins. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 106, de 04 de abril de 2019. **18)** Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes à Sra. Marcela de Oliveira Silva. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 107, de 04 de abril de 2019. **19)** Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Jovem Talento à Maria Rita Gomes de Lima Neves. Autoria: Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 108, de 04 de abril de 2019. **20)** Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes à Sra. Maria José Ferreira. Autoria: Vereadora Maria Alessandra Leite Freire. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 109, de 04 de abril de 2019. **21)** Projeto de Lei que Promove alterações na Lei 1.767/18 - Autorização Parcelamento FGTS. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares destacou que apesar de diversos problemas econômicos encontrados pelo Prefeito Municipal, ele está buscando recursos para desenvolver, sendo que estamos perto de sair do CAUC. Disse que o Município está se organizando e se preparando para o futuro. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Aplausos para a Secretária Municipal de Saúde. Sra. Gleice Vaz Feiió. extensiva a todos

os funcionários da referida Secretaria, os parabenizando pela excelente organização da VIII Conferência Municipal de Saúde. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que realmente precisamos sair para buscar verba, mas também precisamos cuidar de nosso Município, pois existem diversas atitudes que precisam ser tomadas para melhorara a qualidade de vida da população. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 08/04/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 04 de abril de 2019.

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada a reunião de instalação do Segundo Período Legislativo de 2014, a de número cento e nove da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres ocupou a cadeira do 2º Secretário. Foi registrada a ausência do Vereador Gilson Teixeira Sales. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 09, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mês a Diretora que fizesse a leitura

da seguinte correspondência: 01) Ofício do Gabinete do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo indicando o nome de seu homenageado no Dia dos Pais; 02) Ofício GAB nº 433/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 60/2014 que altera a Lei Municipal nº 1.276 de 09 de novembro de 2009. Os Vereadores Hugo Fernandes e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício GAB nº 449/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 68/2014; 04) Convite da Secretaria Municipal de Educação para o lançamento do "Programa Iberbiblioteca", no dia 06 de agosto, às 18 horas. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste convite; 05) Panfletos do CETRAM oferecendo Cursos de Capacitação a serem realizados em Agosto de 2014; 06) Telegramas NºRef: 044560/MS/SE/FNS, 044558/MS/SE/FNS, 044559/MS/SE/FNS, 009118/MS/SE/FNS, 009119/MS/SE/FNS, 023200/MS/SE/FNS, 023199/MS/SE/FNS, 023198/MS/SE/FNS, 030369/MS/SE/FNS, 016954/MS/SE/FNS, 016960/MS/SE/FNS, 016958/MS/SE/FNS, 016955/MS/SE/FNS, 016956/MS/SE/FNS, 016957/MS/SE/FNS, 016964/MS/SE/FNS, 016965/MS/SE/FNS, 016961/MS/SE/FNS, 016962/MS/SE/FNS, 016963/MS/SE/FNS, 016959/MS/SE/FNS, 009795/MS/SE/FNS, 009794/MS/SE/FNS, 011344/MS/SE/FNS, 000992/MS/SE/FNS, 000991/MS/SE/FNS, 000295/MS/SE/FNS, 000061/MS/SE/FNS, 013746/MS/SE/FNS, 012728/MS/SE/FNS, 004806/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde; 07) Comunicados nº CM161206/2014, CM161205/2014, CM161204/2014, CM201903/2014 do Ministério Nacional de Desenvolvimento da Educação; 08) Projeto de Lei que dispõe sobre a extensão do horário de funcionamento de equipamentos públicos no Município de Miracema e dá outras providências de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo; 09) Projeto de Lei que cria o Programa de Intercâmbio Educacional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo; 10) Ofício nº 378/2014/GP/SJU do Gabinete do Prefeito Municipal de São José de Ubá respondendo ofício nº 336/2014; 11) Ofício SMAS/FMAS nº 181/14 da Secretaria Municipal de Assistência Social de São José de Ubá; 12) Ofício nº

048/2014 RH/ADM do Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Miracema; 13) Ofício ADM/PMM nº 040/2014 da secretaria Municipal de Administração; 14) Ofício nº 075/2014 – CCMC do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Miracema; 15) Editais nº 001/2014 e 002/2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Miracema. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópias destes editais; 16) Ofício nº 001/2014 do Partido Solidariedade indicando o Vereador Maurício Sant'Ana Soares para ocupar a liderança da Bancada do Partido nesta Casa Legislativa; 17) Ofício 1814/2014-TCU/SECEX-RJ do Tribunal de Contas da União. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 18) Ofício PMM/GAB nº 438/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 61 de 2014; 19) Ofício PMM/GAB nº 439/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 62 de 2014; 20) Ofício PMM/GAB nº 440/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 63 de 2014; 21) Ofício nº 202/2014 do Conselho Tutelar de Miracema encaminhando estatística de atendimento referente ao mês de Abril e Maio de 2014; 22) Ofício Presidência/Jurídico nº 062/2014 da CAPPS/CAMEDS. Os Vereadores Hugo Fernandes, Maurício Sant'Ana Soares, Maria José Marque Barros Andrade, João Siqueira Magalhães e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 23) Ofício Presidência/Jurídico nº 068/2014 da CAPPS/CAMEDS. Os Vereadores Hugo Fernandes, Maurício Sant'Ana Soares, Maria José Marque Barros Andrade, João Siqueira Magalhães e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 24) Ofício Presidência/Jurídico nº 070/2014 da CAPPS/CAMEDS respondendo ofício nº 090/2014. Os Vereadores Hugo Fernandes, Maurício Sant'Ana Soares, Maria José Marque Barros Andrade, João Siqueira Magalhães e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 25) Ofício PMM/SMAS nº 113/14 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando Relatório de Atividades Desenvolvidas na Secretaria no mês de maio de 2014; 26) Ofício PMM/SMAS nº 119/14 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando Relatório de Atividades Desenvolvidas na Secretaria no mês de junho de 2014; 27) Balancete

da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de junho/2014. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 07/08/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 07 de agosto de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quarenta, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 04, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Emenda ao Projeto de Lei sobre o orçamento de Autoria do Vereador Genessi Rodrigues da Silva; 02) Convite para a

Cerimônia de Posse dos Conselheiros Tutelares do Município de Miracema; 03) Ofício do Sr. João Antônio Serri justificando sua ausência em reunião por motivo de doença; 04) Decreto nº 111/52014 de 04 de dezembro de 2014 encaminhado pela Prefeitura Municipal de Miracema; 05) Ofício PMM/GAB nº 860/2014 respondendo convocação da Comissão Especial de Inquérito; 06) Moção de Pesar para os familiares do Sr. José Ribeiro de Assis, em virtude de seu falecimento. Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 07) Moção de Pesar para a Sra. Maria do Anjos Titonelli Mansur e demais Familiares, em virtude do falecimento do Sr. José de Assis, conhecido carinhosamente como "Zé Toicinho". Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 08) Ofício 003/2014 do Conselho Municipal do FUNDEB. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício; 09) Comunicado Nº CM298585/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vista Secretaria de Meio Ambiente, no sentido de que seja realizada a retirada dos entulhos localizados no final da Rua Jandira Alvim Braga, próximo ao número 30 (perto da descida do cemitério). Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Pierre para falar sobre os Projeto de Lei de Crédito Adicional. Com a palavra, o Sr. Pierre, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que foi encaminhado para a Câmara Municipal criando um Crédito Adicional no valor de aproximadamente R$ 2.700.000 (dois milhões e setecentos mil reais), por causa do excesso de arrecadação do FUNDEB, sendo que o excesso de arrecadação ocorre quando a arrecadação é maior do que o esperado pelo Orçamento. Destacou que foram realizados diversos cálculos para que pudesse ser determinado o valor do excesso financeiro, sendo que juntamente com o Projeto de Lei possui um anexo explicando toda a situação financeira. Explicou que de janeiro a setembro de 2014 foram arrecadados R$ 8.691.922,53, sendo que a previsão para o ano inteiro seria de R$ 8.598.000,00, assim a previsão orçamentária do ano já foi ultrapassada entre janeiro e setembro. Destacou que este excesso de arrecadação ocorrido com o FUNDEB é normal, pois a verba arrecada varia muito de um ano para o outro, sendo que a própria Lei do

FUNDEB diz que os recursos devem ser utilizados dentro do exercício financeiro em que eles foram creditados. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se este excesso é concreto ou se é apenas uma suposição. O Sr. Pierre disse que esta previsão é concreta. O Vereador Hugo Fernandes disse que então a Prefeitura terá aproximadamente 30 dias para poder utilizar este recurso, assim gostaria de saber o destino dos gastos. O Sr. Pierre esclareceu que eles serão utilizados para efetuar principalmente o pagamento dos servidores. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se no caso deste excesso de arrecadação não acontecesse, como seriam efetuados os pagamentos dos funcionários. O Sr. Pierre esclareceu que que os cálculos da folha de pagamento dos funcionários são realizados com o decorrer do ano e se não houvesse este excesso de arrecadação os pagamentos seriam feitos normalmente utilizando outra verba. Destacou que o Projeto de Lei só foi apresentado no final do ano para trabalhar com os cálculos dentro da realidade, mencionando que o Tribunal de Contas do Estado fiscaliza toda situação, sendo que se o excesso não vier a se concretizar a verba não pode ser utilizada. O Vereador Hugo Fernandes perguntou sobre os outros dois créditos adicionais da área da Educação, se eles são recursos vindo de fora. O Sr. Pierre esclareceu que estes valores estão vindo de prazo e existe um prazo para que o recurso seja gasto. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que todo ano vem chegando Projetos de Lei em cima da hora para a votação, sendo que já havia avisado ao Poder Executivo o cronograma dos trabalhos da Câmara no final do ano, uma vez que já realizado um acordo entre os Vereadores para programarem as reuniões. Afirmou que até entende a apresentação dos Projetos em cima da hora, entretanto a Câmara Municipal em momento algum é convidada para participar de reuniões sobre o Orçamento, entretanto a responsabilidade sempre recai em cima da Câmara, pois se os Vereadores não aprovarem as Leis de forma rápida acarretaria em Prejuízo para o Município. Mencionou que as consequências ruins acabam sendo sempre da Câmara, sendo que é preciso uma organização para que o Poder Legislativo participe da organização do Orçamento. O Sr. Pierre mencionou que em alguns Municípios é realizada uma Audiência Pública para a apresentação do Orçamento aos Vereadores, sendo que nesta audiência são esclarecidos todos os pontos duvidosos, assim buscará que isto seja realizado a partir ano que vem. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que espera que isso possa acontecer, sendo

que a Câmara Municipal não pode mais ficar resolvendo os problemas em cima da hora. O Sr. Pierre voltou a destacar que o FUNDEB já arrecadou um valor maior do que previsto, sendo que se o valor excedente não for gasto ele deverá ser devolvido, acrescentando que o outro Projeto de Lei sobre os recursos próprios, pois eles também sofrerão o excesso de arrecadação. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se esta previsão seria concreta e de onde está vindo o aumento da arrecadação. O Sr. Pierre esclareceu que a previsão não é tão concreta quanto o FUNDEB, mas tem quase a certeza que ela ocorrerá, destacando que o aumento da receita é originário do Novo Código Tributário e do REFIS criado. O Vereador Hugo Fernandes disse que a preocupação dos Vereadores são os empenhos não liquidados, acreditando que o Município vem gastando mais do que está arrecadando, assim não entende o motivo das despesas municipais não estarem diminuindo, uma vez que a receita aumentou e o débito permanece. O Sr. Pierre esclareceu que nós estamos falando da receita tributária que realmente aumentou, entretanto a receita originária dos entes federais diminuiu demais, assim eles acabaram se complementando, pois o que foi perdido de um lado foi ganhado do outro. O Vereador Hugo Fernandes mencionou que está tramitando no Congresso um aumento no FPM em 1%, sendo que a situação dos royalties é bastante delicada, por isso se o Município não reduzir despesas pode acabar gerando diversos prejuízos para o Município. O Sr. Pierre esclareceu que os cálculos foram realizados apenas até o mês de setembro, assim o Município ainda terá três meses de arrecadação que, com certeza, irão superar o esperado, destacando que a situação é a mesma do FUNDEB, ou seja, se o excesso não se concretizar ele não poderá ser utilizado. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou a origem dos recursos. O Sr. Pierre disse que são oriundas de diversos impostos, receitas grandes e que possuiu 90% de chance de que o excesso esperado seja concretizado. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está preocupado com os déficits financeiros presentes na prestação de contas, especialmente em relação ao FUNDEB, assim não entende bem a existência de excesso financeiro com a existência da dívida. O Sr. Pierre esclareceu que este déficit seria o valor utilizado de maneira errônea ou que o Tribunal de Contas entendeu que foi gasto errado, assim o Tribunal orienta que o valor seja devolvido ao FUNDEB, acrescentando que estes problemas vem ocorrendo ao logo os anos, assim realmente existe um déficit e o Sr. Prefeito já está

ciente desta situação e vai tomar providências. Destacou que o excesso financeiro é um assunto e o déficit existente é outro. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a prestação de contas chama a atenção para o fato dos créditos adicionais, pois existe uma falha da administração onde não foram apresentadas algumas publicações dos decretos de crédito adicional. O Sr. Pierre esclareceu que esta falha já foi constatada e justificada. O Vereador Hugo Fernandes perguntou como é feito a organização sobre a confecção do orçamento, pois gostaria de saber se os Secretários participam da elaboração de suas próprias partes. O Sr. Pierre esclareceu que existem alguns fatos que são pré-definidos e não podem ser alterados, fazendo uma estimativa dos gastos de acordo com o ano que está acabado. Em sequência, são realizadas reuniões com os Secretários para que eles possam dizer quais as ações que eles pretendem realizar. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que algumas Secretarias respondem os requerimentos dos Vereadores informando que não possuem recursos necessários, assim percebe que com a criação do Orçamento a Secretaria fica com uma verba muito pequena, sendo que este foi o principal motivo de ter apresentado algumas emendas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno destacou que a folha de pagamento da Prefeitura Municipal está muito alta, não sobrando verba para outras atividades, logo deve ser realizada uma redução de gastos muito grande. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se existe previsão para o pagamento da dívida com Caixa de Previdência. O Vereador Hugo Fernandes destacou que a dívida já está empenhada, uma vez que a Prefeitura já previa o desconto na folha de pagamento, devendo apenas ser repassado. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se os Conselhos Municipais foram convidados para participar do orçamento e se eles foram ouvidos. O Sr. Pierre esclareceu que o PPA foi realizado de forma participativa, sendo que o Orçamento foi participativo apenas a nível de Secretários. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que no Orçamento Participativo deve ser falado a verdade, pois as pessoas não podem ficar alimentando falsas esperanças, uma vez que a população espera melhorias para o Município e elas não se concretizam. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se existe um valor no Orçamento destinado ao pagamento de precatórios. O Sr. Pierre disse que sim. O Vereador Hugo Fernandes disse que no orçamento possui um valor próprio para o pagamento de precatórios, dividindo estes

valores entra algumas Secretarias. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que a construção de Postos de Saúde traz diversas despesas para o Município, pois é preciso de dinheiro para manter eles funcionando. O Sr. Pierre esclareceu que está na Secretaria de Fazenda a disposição dos Vereadores para quaisquer informações. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu as explicações apresentadas pelo Sr. Pierre. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que imprimiu as informações sobre os salários e verbas destinadas aos Deputados, sendo que o Congresso Nacional possui aproximadamente trinta mil funcionários. Acrescentou que a Comissão Especial de Inquérito encontrou um problema muito grande, pois já foram feitas três convocações ao Secretário Municipal de Fazenda e ao Sr. Prefeito Municipal, sendo que inclusive já foi lido um documento pedindo uma remarcação da oitiva. O Vereador Hugo Fernandes acredita que o Secretário Interino não venha, e mesmo que ele venha, provavelmente não possuirá conhecimento sobre o assunto neste curto período de tempo. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que como Presidente da Comissão vai apresentar um relatório final e achou um descaso do Prefeito com o assunto, uma vez que ninguém foi incumbido de prestar informações. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se a Comissão pode apresentar o relatório final na quarta-feira, com a consequente votação do referido. Todos os Vereadores concordaram com a data. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva entende a situação da Comissão e entende os problemas de saúde do Secretário de Fazenda, acreditando que se ele estivesse bem, iria comparecer nesta Casa. Acredita que a situação é complexa, entretanto poderia ser dada a oportunidade para o Secretário Interino pelo menos dizer que não tem conhecimento sobre os fatos. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a realização de um novo convite fica a critério da Comissão. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que vai fazer um ofício ao novo Secretário para que ele compareça nesta Casa Legislativa segunda feira, às 14 horas. A Vereadora Maria José Moção de Aplausos solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Romário Rosa Borges, Subtenente da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro, por ocasião de sua nova patente de Subtenente da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares do

ex-Prefeito de Aperibé, o Sr. Paulo Fernando Dias, mais conhecido como Foguetinho, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que teve um compromisso na cidade de Macaé e conseguiu dezoito vagas de Emprego, sendo que dez destas vagas foram destinadas aos miracemenses. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 09/12/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 09 de dezembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

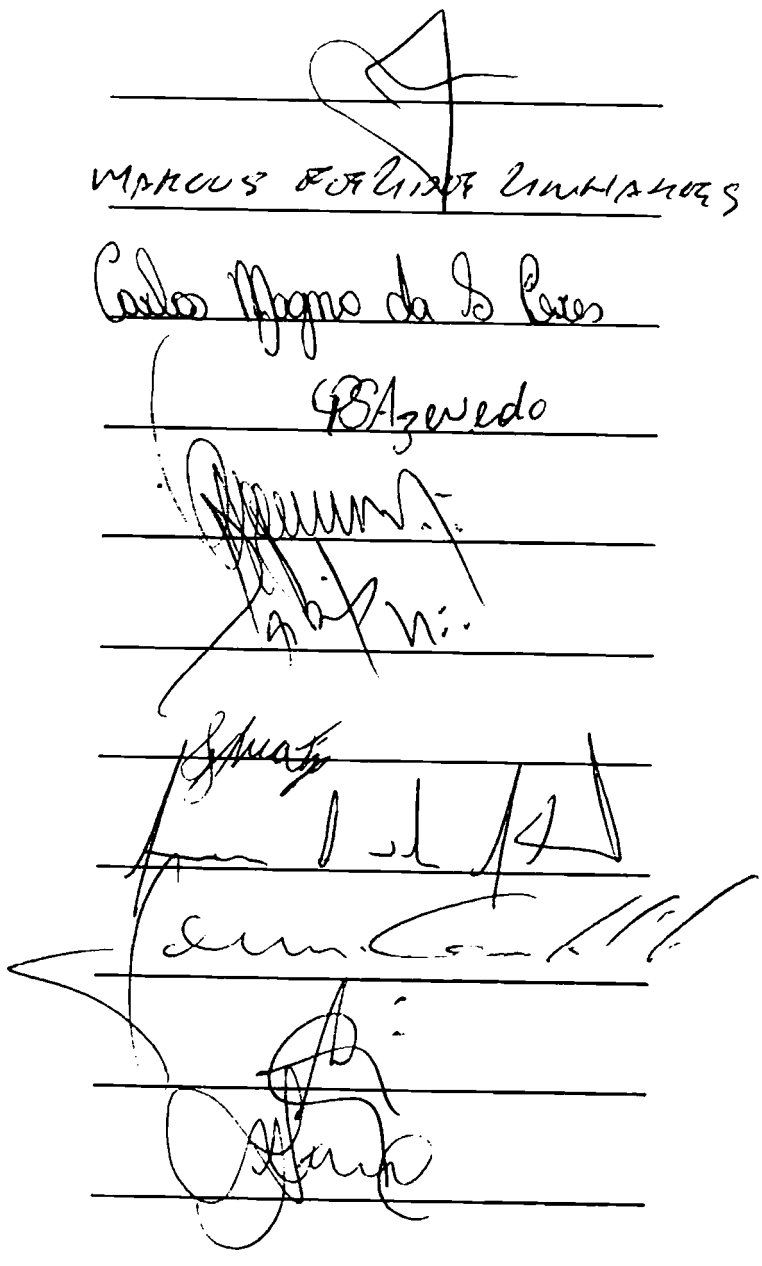
_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada a reunião de instalação do Primeiro Período Legislativo de 2019, a de número cento e quarenta e quatro da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maria Alessandra Leite Freire, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador José Augusto Martins, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Jeremias, Capítulo 16, Versículos de 01 à 04. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que Dá o nome de Manoel Antônio Silva, a área de lazer no bairro Jove, nesta cidade, de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo; 02) Projeto de Lei que Dá o nome de Senador Altivo Mendes Linhares ao Paço Municipal histórico, situado a Praça Aru Parreiras, nº 171, no Município de Miracema, de autoria do Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares; 03) Convite para a Solenidade de Posse da nova Diretoria e Conselheiros eleitos para o triênio 2019/2021 da 10ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil; 04) Ofício s/nº da FAMMIRA – Federalçaio das Associações de Moradores de Miracema; 05) Ofício nº 02/2019 do Colégio Cenecista Nossa Senhora das Graças; 06) Ofício nº 44/2018 do Hospital de Miracema; 07) Memorando PMM/SMT nº 60/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, respondendo o ofício nº 1.179/2018; 08) Ofício nº 268/2018 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, respondendo o ofício nº 1.188/2018; 09) Ofício DPT/SMCAT nº 002/2019 da Divisão de Patrimônio e Tombamento de Imóveis; 10) Ofício PMM/SMAS nº 005/19 da Secretaria Municipal de Assistência Social, respondendo o ofício nº 1.212/2018; 11) Ofício 10/2019 – PGM da Procuradirua Geral do Município de Miracema, respondendo os ofícios 1052/2018, 0760/2018, 1210/2018 e 1211/2018;

12) Ofício 001/2019 – CGM da Controladoria Geral do Município de Miracema, respondendo o ofício nº 1134/2018 e encaminhando cópia do Relatório de Auditoria Especial Recursos Humanos das Autarquias Extintas CAPPS e CAMEDS. Prosseguindo o Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que gostaria de aproveitar a realização desta reunião de instalação do Primeiro Período Legislativo de 2019 para discutir e votar a composição das Comissões da Câmara Municipal. Continuando, esclareceu que de acordo com o artigo 58 do Regimento da Câmara o Presidente e os Vereadores suplentes não poderão ser eleitos para integrar as Comissões Permanentes. Dessa forma, gostaria de saber quais os Vereadores desejam participar das Comissões que serão relacionadas. **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:** os Vereadores Marcus Felipe Mercante Linhares, Maria Alessandra Leite Freire e Carlos Magno da Silva Peres se dispuseram a participar da Comissão. A referida composição foi aprovada por unanimidade. **Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio Obras e Serviços:** os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva e Aimoré da Silva Almeida se dispuseram a participar da Comissão. A referida composição foi aprovada por unanimidade. **Comissão de Educação, Saúde e Assistência:** os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Aimoré da Silva Almeida e Maurício Sant'Ana Soares se dispuseram a participar da Comissão. A referida composição foi aprovada por unanimidade. **Comissão de Ética:** os Vereadores Aimoré da Silva Almeida, Fabrício de Sá Xavier e Carlos Magno da Silva Peres se dispuseram a participar da Comissão. A referida composição foi aprovada por unanimidade. **Comissão de Meio Ambiente:** os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Aimoré da Silva Almeida e Marcus Felipe Mercante Linhares se dispuseram a participar da Comissão. A referida composição foi aprovada por unanimidade. **Comissão de Trânsito e Segurança Pública:** os Vereadores Aimoré da Silva Almeida, Genessi Rodrigues da Silva e Marcus Felipe Mercante Linhares se dispuseram a participar da Comissão. A referida composição foi aprovada por unanimidade. **Comissão de Turismo e Cultura:** os Vereadores Maria Alessandra Leite Freire, Aimoré da Silva Almeida e Carlos Magno da Silva Peres se dispuseram a participar da Comissão. A referida composição foi aprovada por unanimidade. Concluindo, o Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que as Comissões da Câmara Municipal já estão formadas e internamente seus membros

devem decidir quem será o Presidente, o Vice-Presidente e o Membro da respectiva Comissão para depois informar na Secretaria desta Casa Legislativa. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 07/02/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2019.



Aos quatro dias do mês de maio, do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Salão de Festas da Sociedade Musical XV de Novembro, localizado na Avenida Deputado Luiz Fernando Linhares, 144, neste Município, foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de homenagear pessoas ilustres da comunidade e entregar títulos de cidadania, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. A Câmara Municipal de Miracema sente-se hoje muito honrada com a presença de todos vocês. É com prazer e emoção que faremos nossas homenagens. Convido os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e José Augusto Martins, respectivamente 1º e 2º Secretários e o Vice-Presidente Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, para comporem comigo a Mesa Diretora, convido agora para que tomem assento em seus respectivos lugares os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Paulo Cesar da Cruz de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant' Ana Soares. Convido os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres e Marcus Felipe Mercante Linhares para conduzir a esta mesa, sua Excelência o Sr. Clovis Tostes de Barros, Digníssimo Prefeito Municipal, sua Excelência Gilson Teixeira Sales, Digníssimo Vice-Prefeito Municipal, para tomar assento a minha direita. Senhores, aqui estamos reunidos, com a graça de Deus, para mais uma vez reverenciarmos o grande feito de nossos antepassados e beneméritos: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DE MIRACEMA, evento que aconteceu há 83 anos atrás depois de muita luta de nossos separatistas e da população em geral. Devemos passar para os nossos filhos e sucessores o compromisso de recordar sempre e com galhardia lições de civismo e de cultura como foi a CAMPANHA SEPARATISTA, movimento Político, sem cor partidária, que soube honrar a história de Miracema. Alegramo-nos, pois, com mais um Aniversário de Emancipação Político Administrativa de Miracema, resultado de uma vitoriosa campanha cívica. Composta a Mesa e o Plenário, convido a todos para ouvirmos e entoarmos juntos, o Hino Nacional e o de Miracema. Hoje é um dia de grande

significado para todo Legislativo Miracemense, pois estamos comemorando o aniversário do Município e homenageando pessoas que se destacaram e se destacam através do seu trabalho, no seio de nossa comunidade. Continuando, convidou o Monsenhor Mateus para fazer a leitura da Bíblia. Iniciando as homenagens desta data, 1) Convido o Vereador Paulo Cesar da Cruz de Azevedo juntamente com Vice-Prefeito Gilson Sales, para fazer a entrega: Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Luiz Francisco da Silva Filho, nasceu em Muriaé - MG, é casado, pai de 03 filhos, aposentado, trabalhou durante 27 anos no sistema Telebrás exercendo vários cargos em cidades como Santo Antônio de Pádua, Miracema e Rio de Janeiro, atuou como consultor de Micro e Pequenas Empresas no Projeto empreendedor do SEBRAE em Santo Antônio de Pádua, é formado em Administração de Empresas, Jornalista com registro profissional na Federação Nacional dos Jornalistas, é membro da Loja Maçônica Fraternidade Paduense nº 11, e membro da 1ª Igreja batista de Pádua, onde também é titular da Academia Paduana de Letras, Artes e Ciências. Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Renato Costa de Oliveira, nasceu no Rio de Janeiro, é 2º Sargento da Policial Militar, onde ingressou com objetivo de proteger a sociedade, atualmente é Deputado Estadual, sendo eleito com aproximadamente 31.000 votos, é Presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Animais da ALERJ e tem como frente de trabalho a Segurança Pública e a proteção dos animais. Título de Cidadã Miracemense a Srª Valéria da Silva Trajano, nasceu no Rio de Janeiro, é concursada da Fundação Oswaldo Cruz, como Pesquisadora e Orientadora Acadêmica, possui Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas, Doutorado em Ensino de Biociências e Saúde / Mestrado em Biologia Parasitária, atualmente é Docente I na Secretaria de Estado de Educação, é Técnica em Saúde Pública na Fundação Oswaldo Cruz, e desde o ano de 2012 acompanha os Projetos dos Jovens Talentos para a Ciência FAPERJ desenvolvido em Miracema sob a Coordenação da Doutoranda Sandra Azevedo, com quem já publicou vários livros e inúmeros artigos. Título de Cidadão Miracemense ao Sr Felipe Alvim de Lima, nasceu no Rio de Janeiro, é casado com a Servidora do Tribunal de Justiça Márcia Nascimento Martins de Lima, reside em Miracema há 31 anos, é adepto ao ciclismo, trabalha há 09 anos na Defensoria Pública na Comarca de Miracema. Comenda Jovem Talento a jovem Maria Rita Gomes de Lima Neves, é miracemense, filha de Deise Aparecida Gomes

de Lima, solteira, graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF na modalidade EAD - CEDERJ, cursou o ensino médio no Colégio Estadual Deodato Linhares em Miracema, onde ingressou no Programa de pré iniciação científica " Jovens Talentos para a Ciência da Faperj ", com o Projeto " O Papiloma Vírus HPV", em uma perspectiva de saúde e educação em nossa cidade, visando sensibilizar os adolescentes e pais a respeito da vacina contra o vírus logo em seguida com o desempenho se seu projeto, obteve a aprovação para participar da XI FECTI no CEFET campus Maracanã, participou também da XVIII Jornada Cientifica dos Jovens Talentos (Norte e Noroeste Fluminense), onde foi premiada com o 1º lugar na área de Ciências Biológicas, no ano seguinte teve seu projeto inscrito na Brascon 2018, sediado na Universidade de Ohio nos Estados Unidos sendo apresentado pela Doutoranda Sandra Maria Gomes de Azevedo já que o Congresso era de Mestres e Doutores, em seguida Maria Rita recebeu convite para cursar Mestrado e Doutorado nos Estados Unidos. 2) Convido o Vereador Paulo Sergio de Azevedo junto com Prefeito Clóvis Tostes, para fazer a entrega: Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Arthur dos Santos Costa, nasceu no Rio de Janeiro - RJ, é Economiário, trabalha na Caixa Econômica Federal, agência de Miracema, filho de Antonio Edwirgen Alves Costa e Maria Conceição dos Santos Costa, é casado com Silvia Garcia de Paula Pessoa, pai 02 filhos, veio para Miracema no ano de 2018; Título de Cidadã Miracemense a Srª. Mariana Ribeiro Titonele, nasceu em Palma - MG, veio para Miracema no ano de 1999 dando continuidade a sua vida acadêmica no Colégio Cenecista Nossa Senhora das Graças, por onde passava fazia questão de enaltecer o nome de Miracema, cidade que a acolheu, é Assistente Social, Graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Pós Graduada em Serviço Social, participou do Projeto Rondon no Estado do Tocantins, iniciou Programa de Residência em Serviço Social no Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, logo em seguida foi convocada para contrato junto a Prefeitura Municipal de Miracema exercendo suas atividades no CRAS, nomeada como servidora efetiva em 2017, onde atualmente esta lotada na Equipe Técnica do Conselho Tutelar de Miracema; Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Alex dos Santos Abreu, reside em Santo Antonio de Pádua, é 2º Sargento da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro, prestou serviços na rádio patrulha, na escolinha de Futebol da PMERJ; na Seção de Transporte do 36º

BPM e Auxiliar de p/4; Título de Cidadão Miracemense ao Sr. João Madeira Neto, nasceu em Laje do Muriaé -RJ, é casado com Denise Torquato Madeira, pai de 02 filhos, veio para Miracema quando ainda tinha 04 anos de idade, é Policial Militar há 22 anos; Título de Cidadã Miracemense a Srª. Célia Silveira da Silva Borges, nasceu em Laje do Muriaé, filha de Sérgio Luiz da Silva e Joana Dark Silveira da Silva, é casada com Romário Rosa Borges, pai de 01 filho, reside em Miracema há mais de 15 anos; Comenda do Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes a Srª. Marcela de Oliveira Silva, é miracemense, filha de Manoel Antônio Silva Souza e Maria de Fátima de Oliveira Silva, é casada com André de Souza Oliveira, mãe de 01 filha, reside em Miracema, trabalha desde os 16 anos de idade quando fez seu primeiro curso profissionalizante no SENAC, depois realizou vários outros cursos inclusive internacional na Hair School Business, atualmente é comerciante e proprietária de um Salão de Beleza e Cabeleireiros em nosso Município, gerando emprego e renda; 3) Convido o Vereador Aimoré da Silva Almeida juntamente com Vice-Prefeito Gilson Sales para fazer a entrega: Título de Cidadã Miracemense a Srª. Bianca Andrade dos Santos Pinto, nasceu em Palma -MG, filha de Luiz Sergio Freitas Pinto e Ione Andrade dos Santos, é casada, mãe de 02 filhos, cursou o ensino fundamental e médio no Colégio Deodato Linhares e o Curso de Graduação em Ciências Contábeis na UFF em Miracema, é sócia fundadora do Escritório de Contabilidade Patrimonial, prestou serviços na Prefeitura Municipal de Palma, atualmente exerce a função de Controle Interno neste Legislativo; Título de Cidadã Miracemense a Srª. Juliana Lopes de Paula Cordeiro, nasceu em Belo Horizonte, MG, é Servidora Pública Estadual, nomeada através de Concurso Público para o TRE de Minas Gerais, sendo lotada no Município vizinho de Palma - MG; é casada com o miracemense Claudenyr da Rocha Cordeiro. Título de Cidadã Miracemense a Srª . Fabiana Silva de Souza, é Major da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro, reformada, mais conhecida como Major Fabiana, no ano de 2014 ficou conhecida após controlar um tumulto próximo a favela do jacarezinho quando suas fotos viralizaram na internet, sempre gostou de política, é filiada ao PSL e no ano de 2018, foi eleita Deputada Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, onde atuou nas seguintes Comissões: Desenvolvimento Urbano / Defesa dos Direitos da Mulher / Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e legislação Participativa. Título de Cidadão Miracemense ao Sr . Filipe Medeiros Poubel, nasceu

no Município de Maricá -RJ, e sempre gostou da vida pública, em 2016, se candidatou ao cargo de Vereador na cidade de Marica, onde foi eleito com aproximadamente 1.200 votos, já no ano de 2018 resolveu concorrer ao cargo de Deputado Estadual, sendo eleito com aproximadamente 27.000 votos, atualmente na ALERJ é primeiro Vice-Líder do PSL e faz parte das seguintes Comissões: Segurança pública e Assuntos de Polícia / Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania / Obras Públicas / Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional / Constituição e Justiça e Minas e Energia; Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Gil Manhães Vianna Júnior, nasceu em Campos dos Goytacazes - RJ, é casado, pai de 03 filhos, é 2º Sargento da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro, foi Coordenador do Time Profissional de Vôlei Feminino do Flamengo em Campos dos Goytacazes, no ano de 2008, ao iniciar sua vida publica foi eleito Vereador na Cidade de Campos dos Goytacazes, sendo reeleito no ano de 2012 e em 2014 disputou a eleição para o cargo de Deputado Estadual, ficando como 1º Suplente. Comenda Gustavo Martins Mercante ao Sr. Paulo Fernando da Silva, é miracemense, é casado com Sheila Maria Costa Plácido Silva, pai de 01 filha, ingressou na Policia Militar no ano de 1987, serviu no Batalhão da Policia Rodoviária do Estado do Rio de Janeiro, possui diversos cursos e aperfeiçoamentos na Policia Militar, hoje é Militar da Reserva. 4) Convido o Vereador Genessi Rodrigues da Silva juntamente com Prefeito Clóvis Tostes e o Deputado Estadual Rodrigo Bacellar para fazer a entrega: Título de Cidadã Miracemense a Srª. Ariane Nogueira Souza Botágio, nasceu em Santo Antônio de Pádua - RJ, é casada com Eduardo Moreira Botágio, mãe de 01 filha, reside em Miracema há 08 anos, é proprietária da Ducar Auto Peças e Serviços Mecânicos, Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Manoel Alexandre Pereira de Figueiredo, nasceu em Magé - RJ, é casado, pai de 02 filhos, iniciou sua trajetória política no Município de Duque de Caxias como Chefe de Gabinete na Câmara Municipal / foi chefe do Posto do DETRAN / Subsecretario de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Abastecimento e Pesca / Chefe de Gabinete na ALERJ / Subsecretario de Estado da Baixada e Região Metropolitana / Diretor de Projetos na Prefeitura Municipal de Quissamã / Assessor de Patrimônio da Câmara Municipal de Petrópolis, e atualmente é Chefe de Gabinete da Deputada Estadual Marina Rocha; Título de Cidadão Miracemense a Srª Tamara Horta Staniscia, é formada em Administração de Empresas, pela UNIG, já trabalhou em

diversas empresas tais como: People Computação em Itaperuna ; Yellow Green; Pro Virtua; Banco do Brasil Vital Ttelefonia; Previ Miracema, atualmente ocupa o Cargo de Auditora de Recursos Humanos, nomeada através de Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Miracema. Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Pierre Emile Bechara Saleme, nasceu em Nova Friburgo, é casado com a miracemense Luciana Tostes Linhares Saleme, filha do Ex-Vereador Antonio Mendes Linhares e Maria Helena, pai de 03 filhas, é Engenheiro Civil, com ênfase em Construção Civil e Calculo Estrutural, é Corretor de Imóveis; Cidadão Benemérito ao Sr Rodolfo Jardim de Azevedo, é graduado em Engenharia de Computação , Doutorado em Ciência da Computação e Pós Doutorado pela Universidade de Washington nos Estados Unidos, é Professor Associado da Universidade de Campinas, foi membro do Conselho Universitário da Unicamp no período de 2013 a 2017, recebeu 03 prêmios de melhor artigo publicado em conferencias, atualmente é Diretor do Instituto de Computação da Unicamp e é membro do Conselho da Sociedade Brasileira de Computação. Comenda Dirceu Cardoso a Srª Vanessa Siqueira Lima, é Miracemense, filha do casal José Oswaldo Neder Lima e Rita de Cássia Siqueira Almeida Lima, formada em Medicina pela UNIG - Itaperuna-RJ, com especialização em Neurologia Clínica, é pós-graduanda em Neurointensivismo pelo Hospital Albert Einsten - São Paulo, já participou de 02 congressos internacionais, é Docente na UniRedentor no curso de Medicina, é médica estatutária do Município de Santo Antonio de Pádua, do Pronto Socorro Municipal de Miracema, da Casa dos Pobres São Vicente de Paula, e Neurologista do Hospital de Miracema; 5) Convido a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire juntamente com o Vice-Prefeito Gilson Sales, para fazer a entrega: Título de Cidadã Miracemense a Srª.Camila Dias Leão, nasceu em Nova Iguaçu - RJ, é filha de Edson Fernandes Leão e Joana Darc Pimenta Dias, é Pedagoga e Mestre em Ensino, reside em Miracema desde o ano de 2010; Título de Cidadã Miracemense a Srª. Cecília Angelina Horta Araújo, nasceu em Coronel Fabriciano - MG, é Biomédica, reside em Miracema desde o ano de 2009, é Funcionária Pública Municipal concursada desde o ano de 2012; Título de Cidadã Miracemense a Srª Letícia de Melo Antunes Machado, veio para Miracema no ano de 1981 acompanhando seu pai que era funcionário do Banco do Brasil, morou em outras cidades por onde o pai trabalhou mais sempre retornava para Miracema sua cidade querida, foi muito envolvida nos

projetos da Igreja Matriz e da Capela ensinando artesanato que é uma de suas grandes habilidades. Comenda do Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes a Srª. Maria José Ferreira, nasceu em Miracema , é filha de Maria Ferreira, tem 06 irmãos, considerada baluarte da família, é frequentadora da célula da Igreja Batista da Paz em Miracema, é comerciante há mais de 20 anos em nosso Município sendo proprietária de um Bar e uma Pousada no centro de nossa cidade, gerando emprego e renda; Comenda do Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes a Srª. Gleyser Pereira Detogne Schelck, é miracemense, filha de Luiz Antonio Detogni e Izaltina Pereira Detogne, casada, Fisioterapeuta, fundadora e proprietária da Clinica Fisio Vida Nossa Senhora das Graças desde 2005, onde desenvolve atividades na área da saúde sempre em busca da qualificação profissional e a satisfação dos pacientes, atualmente a clinica conta com 45 colaboradores e esta em busca da ISO 9001. 6) Convido o Vereador Carlos Magno da Silva Peres juntamente com Prefeito Clóvis Tostes e o Deputado Estadual Rodrigo Bacellar para fazer a entrega: Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Lenilson Portela Júnior, nasceu em Itaperuna - RJ, é casado, possui o ensino médio completo, é Servidor dos Correios, no cargo de Agente de Correios, lotado em Miracema, onde exerce a função de Gerente da Agencia Miracema, participou de diversos cursos e treinamentos nos Correios; Título de Cidadão Miracemense ao Sr Rodrigo dos Santos Couto, nasceu em Santo Antonio de Pádua, é casado, Graduado em Direito e Teologia, é Servidor dos Correios, no cargo de Agente de Correios, lotado em Miracema, participou de diversos cursos e treinamentos nos Correios. Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Ari Alves de Aquino, nasceu no Rio de Janeiro, de uma família de 06 irmão, todos Funcionários Públicos, sempre optou pelo esporte, praticou durante anos o Judô, onde se graduou como faixa preta, formado em Direito, exerceu a advocacia por vários anos na Capital do Rio de Janeiro até prestar Concurso Público para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo escolhido como sua primeira lotação o Município de Miracema, onde trabalha e reside, atualmente é Responsável pelo Cartório da Central de Dívida Ativa de Miracema; Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Hamilton Machado Valeriote Júnior, nasceu no Município de São José de Ubá - RJ, é Advogado, graduado pela Faculdade de Direito de Campos, possui Pós Graduação em Função Social e Prática do Direito / em Direito Eleitoral / em Gestão Pública

Municipal, / em Direito Médico e Mestrando em Poder Legislativo, foi Procurador Jurídico da Câmara e da Prefeitura Municipal de São José de Ubá, atualmente é Procurador Concursado do Município de São José de Ubá, onde exerce o 3º mandato de Vereador, atualmente como Presidente daquele Legislativo; Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Rafael de Azevedo Moreira, nasceu no Rio de Janeiro, é casado com Chenia de Sá Assad Moreira, pai de 01 filho, é Policial Militar, reside em Miracema há mais de 20 anos. Comenda do Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes, a Empresa União Comunicação Visual LTDA, é uma empresa do ramo de comunicação visual, foi criada no ano de 2014, por 03 jovens miracemenses Luiz Guilherme Soares dos Santos Junior / Rodolfo de Rezende Jorge e Daniel Calor de Lima, objetivando ter um diferencial que ofereceria um padrão de qualidade nos seus serviços e entregas aos seus clientes, conseguiram se reestruturar adquirindo maquinários modernos e de alta resolução alcançando o mercado em todo Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, sempre inovando e buscando a modernização de seus produtos. 7) Convido o Vereador Maurício Sant'Ana Soares juntamente com o Prefeito Clóvis Tostes, para fazer a entrega: Título de Cidadã Miracemense a Srª. Camila Ribeiro Mercante, nasceu em Mimoso do Sul - ES, tem 02 filhos, é filha do saudoso Jornalista José Renato Martins Mercante e de Cintia Lara Ribeiro Mercante, é Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora - MG; Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Sávio Pereira Souto, nasceu em Santo Antonio de Pádua, filho de Haroldo Gouvêa Souto e Nelza Noronha Pereira Souto, é casado com Reginalda Soares Rizzo, pai de 02 filhos, é Cirurgião Dentista formado pela Faculdade de Odontologia de Nova Friburgo, é Servidor Público Concursado das Prefeituras Municipais de Cambuci e Santo Antônio de Pádua. Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Glicério de Angiolis Silva, nasceu no Estado do Amazonas, Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas com especialidade em Direito Processual Civil, iniciou sua carreira como Oficial de Justiça no Tribunal de Justiça do Amazonas, no ano de 1994, ingressou na Justiça Federal, onde permaneceu até o ano de 2012, atualmente é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, sendo Titular na Comarca de Miracema e Juiz Eleitoral abrangendo a Comarca de Miracema e Laje do Muriaé. Título de Cidadã Miracemense a Srª. Paula Alessandra de Melo Emídio, nasceu em Palma, M.G, filha de Celso José Emídio e Maria Manoelina de

Melo Barbosa, trabalhou 08 anos na Prefeitura Municipal de Palma, como Coordenadora do Programa Bolsa Família e Chefe do Departamento de Licitações, atualmente é sócia do Trailer na Praça dos Correios em Miracema, como lazer participa de jogos de vôlei e futebol feminino, atuando também como arbitra de futebol. Honra ao Mérito ao Sr Luis Antonio Lopes Proença, é miracemense, filho de José Geraldo Nunes Proença e Luzia Selvolina Lopes Proença, é Sargento da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro, já foi agraciado com a Medalha Major Vidigal, participou do Curso de Polícia Comunitária, foi Comandante do DPO da Divisa de Palma –MG; Honra ao Mérito ao Sr. Julio Cesar do Prado Pedro, é miracemense, filho de Justo Tadeu Benasio Pedro e Maria do Carmo do Prado Pedro, é Sargento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, possui Licenciatura em Tecnólogo em Segurança Pública, participou do Estagio de Aplicações Táticas no BOPE, foi Comandante de Patamo e do DPO da Divisa com Palma -MG. Honra ao Mérito ao Sr. Marcus Vinícius da Silva Nagem, nasceu no Rio de Janeiro, filho de Marcos de Lima Nagem e Celma Aparecida da Silva Nagem, é Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro, bacharel em Direito, Pós Graduado em "latu Sensu" / em Ciências Jurídicas / Direito Penal e Processual Penal, participou do estágio de Aplicações Táticas no BOPE, foi professor de Educação Física junto a Projetos Sociais em comunidades carentes, foi Comandante das Companhias nos Municípios de Miracema, Santo Antonio de Pádua, Itaocara, Cambuci, São Sebastião do Alto e Valão do Barro, atualmente é Comandante da 3º, 4º e 5º Companhia dos Municípios de Miracema, Cambuci e São Sebastião do Alto respectivamente. Honra ao Mérito ao Sr. Paulo Ouvidio de Souza Junior, é miracemense, filho de Paulo Ouvidio de Souza e Maria das Graças Oliveira de Souza, é Sargento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, cursando Licenciatura em Educação Física, participou dos Cursos de Técnicas de Abordagem e Polícia Comunitária, cursou Estagio de Aplicações Táticas no BOPE, foi Comandante de Patamo e Comandante do DPO da Divisa com Palma -MG e do DPO de Venda das Flores. Honra ao Mérito ao Sr. Marcio Cabral Pierrout é Militar da Reserva lotado no 32º Batalhão de Infantaria Motorizada D. Pedro II em Petrópolis, no ano de 2016 recebeu o Titulo de Cidadão Miracemense, atualmente reside e trabalha em Miracema a frente da Cooperativa de Catadores de Recicláveis de Miracema em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, onde já conseguiu realizar diversos projetos

importantes entre eles melhorias na rodoviária de Miracema, Coleta Seletiva do lixo entre outros. Comenda Cultural Júlio José de Oliveira ao Sr. João Batista da Silva, é miracemense, casado com Joana Claudino, pai de 05 filhos, conhecido carinhosamente como "Suzzano", sempre teve um sonho de ser jogador de futebol, jogou na 1ª divisão em Niterói, depois teve um passagem pelo Time de Goytacazes, atuou também no Cachoeira de Itapemirim, resolveu se converter a Igreja Assembléia de Deus em Miracema, passando a ser missionário e cantor gospel inclusive com CD gravado com mais de 17 mil cópias vendidas, já cantou em vários Estados, dividindo palco com cantores gospel consagrados como Shirlei Cavalhais, Marco Antonio, Banda Som e Louvou, atualmente sente orgulho em ser liderado pelo Pastor José Hamilton. 8) Convido o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares com Vice-Prefeito Municipal Gilson Sales e o Prefeito Clóvis Tostes, para fazer a entrega; Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Fernando Cesar Galoni, nasceu em Itaperuna - RJ, é Produtor Rural, casado com Balbina do Nascimento Galoni, pai de 03 filhos, Fernanda do Nascimento Galoni, Flaviano do Nascimento Galoni e Sebastião do Nascimento Galoni, todos miracemenses, reside em Miracema há mais de 40 anos; Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Jonas Rodrigues de Oliveira, nasceu no Rio de Janeiro, é Promotor de Eventos, cursando Faculdade de Letras, casado com a miracemense Raquel Rosa Rodrigues, pai de 01 filho, Bernardo Rodrigues de Oliveira, reside em Miracema; Comenda Altivo Mendes Linhares ao Sr. Rafael Mercante Linhares, é miracemense, neto de Altivo Mendes Linhares e Maria do Carmo Monteiro Linhares, José Mercanti e Lidia Barros Mercanti, é filho do saudoso Luiz Fernando Monteiro Linhares e Maria Aparecida Mercante Linhares, irmão de nosso Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, é Médico Graduado e Pós Graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Chefe de Serviço e responsável pelo Centro de Ensino e Treinamento - CET do Hospital Miguel Couto, é também Médico Anestesiologista do Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro e membro da Comissão Cientifica da Sociedade de Anestesiologia do Estado do Rio de Janeiro. 9) Convido o Vereador Fabrício de Sá Xavier juntamente com o Prefeito Clóvis Tostes, para fazer a entrega: Título de Cidadã Miracemense a Srª. Lucélia Pacheco da Silva Souza, nasceu em Leopoldina -MG, casada, mãe de 03 filhos, é Supervisora Educacional da FAETEC em Santo Antônio de Pádua -RJ, reside em Miracema desde o ano de 2014;

Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Marcos Antônio de Souza, nasceu em Muriaé - MG, é casado, proprietário da Br Pneus Autocenter, reside em Miracema desde o ano de 2014; Representante do COMANDA para fazer a entrega: Comenda do Mérito Agropecuário Clóvis Moreira Tostes, ao Sr Fernando Antônio Tostes de Barros, miracemense, engenheiro, advogado, filho de Joaquim Clóvis Bastos e Maria Celma Tostes de Barros, 04 irmãos entre eles o atual Prefeito Municipal de Miracema, Sr. Clovis Tostes de Barros, casado com Ana Maria de Lima Barros, pai de 02 filhos, quatro netos, família de produtores rurais, quando ainda jovem foi morar no Rio de Janeiro e em Niterói onde trabalhou em diversas empresas já no ano de 1987, resolveu voltar para Miracema como Produtor Rural trabalhando com o plantio de arroz e gado leiteiro, participou ativamente do Sindicato Rural de Miracema, presidiu a Cooperativa Agropecuária e a APAE de Miracema, Fernando Antonio foi o primeiro Produtor Rural de Miracema a assinar a carteira de trabalho de seus funcionários rurais. 10) Convido o Vereador José Augusto Martins com Vice-Prefeito Gilson Sales e o Prefeito Clóvis Tostes,, para fazer a entrega: Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Edgar Luiz dos Santos, nasceu em Guaçui - ES, é casado com Cinara de Siqueira Sá, pai de Isaque Siqueira dos Santos, é formado em Licenciatura em História, pertence ao Grupo de Oração Luz Divina da Paróquia São Miguel Arcanjo em Cachoeiro de Itapemirim, é Gerente da Secretaria Municipal de Agricultura. Título de Cidadã Miracemense a Srª Maria Adma Dias Parreira, nasceu em Santo Antônio de Pádua, filha do casal Pedro e Elza, é Fisioterapeuta, atua no Hospital e na APAE de Miracema desde o ano de 1992 onde exerce sua função de forma eficiente com dignidade e dedicação, sempre atendendo com respeito e muito carinho a nossa população. Comenda do Mérito Ecológico a Srª Celeste Alzira Scramignon Deziderio, é miracemense, Professora, Técnica Contábil e em Meio Ambiente com Curso Superior em Tecnologia Ambiental, aposentada, produtora rural n Município de Miracema e Coordenadora da AMINATUR – AMIGOS DA NATUREZA. 11) Convido o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, Vice-Presidente, para ocupar a Presidência enquanto o Presidente Hugo Fernandes juntamente com Prefeito Clóvis Tostes e o Deputado Estadual Rodrigo Bacellar fará a entrega: Título de Cidadão Miracemense ao Sr Gabryel Abreu da Silva, nasceu no Município de Itaperuna - RJ, é formado em Medicina, no ano de 2012, passou no Concurso Público para Polícia Civil do Estado

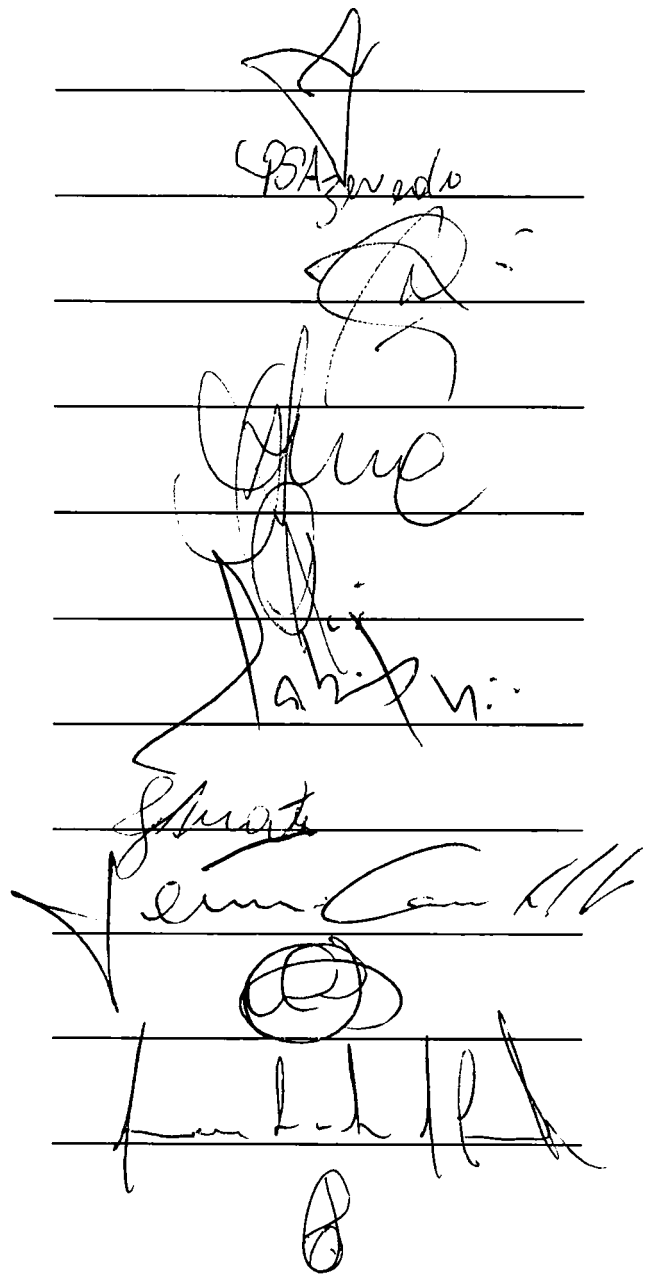
do Rio de Janeiro, teve como sua primeira lotação a Polícia Civil de Miracema; Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Thélvyo Veiga, nasceu em Santo Antônio de Pádua, é bacharelado em Desenho Industrial pela PUC e Especialista em Engenharia de Produção pelo Instituto Nacional de Tecnologia do Rio de Janeiro, trabalhou na Empresa Marleous Equipamentos Náuticos como Desenhista Industrial e Projetista de Moldes para Injeção, trabalhou também Are e na Osklen como Desenhista Industrial e Projetista de Moldes para Injeção e Estamparia / Designer Sênior em projetos de mobiliários, calçados, atuando em Projetos como mochilas e acessórios para moda, trabalhou na Pointernacional como Gerente de Produto, atualmente é sócio fundador da empresa Jabuticasa, com sede em Miracema, gerando 09 empregos na cidade; Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Thiago Antonelli, nasceu em Brasília, é casado, pai de 01 filha, frequenta Miracema, desde o ano de 2012, é bacharelado em Desenho Industrial pela PUC e Mestre em design de produto pelo Instituto de Design de Umea na Suécia, trabalhou na Empresa Marleous Equipamentos Náuticos como Desenhista Industrial e Projetista de Moldes para Injeção, trabalhou também como Designer nas empresas Springtime (Holanda), na Designafairs (Alemanha), na Osklen (Rio de Janeiro), é sócio fundador da empresa Jabuticasa, com sede em Miracema, gerando 09 empregos na cidade; Título de Cidadão Miracemense ao Sr Heraldo Ferreira, nasceu em Patrocínio do Muriaé - MG, é casado com Maria da Conceição, pai de 05 filhos, 08 netos e 04 bisnetos, quando serviu o Exercito Brasileiro, recebeu diversos Títulos de Menção Honrosa em seguida ingressou na Guarda Civil de Niterói - RJ, onde se aposentou como inspetor; Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Oliver Trajano Silva Barros, nasceu em Niterói -RJ, solteiro, reside em Itaperuna, é formado em Administração de Empresas, no ano de 2010 adotou a militância estudantil no Município de Itaperuna, foi fundador e primeiro Tesoureiro do Diretório Central dos Estudantes da Fac Redentor, Presidiu também a União dos Estudantes de Itaperuna assim como a Fiscalita, atualmente é Presidente do partido PHS. 12) Convidar o Secretário Municipal de Cultura e Turismo Eduardo Lúcio Tostes Botelho para fazer a entrega do: Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Antonio Carlos de Oliveira, reside no Município de São José de Ubá - RJ, é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, trabalhou na Agência Especial de Financiamento Industrial, trabalhou no Banco de Desenvolvimento do Paraná como

Assistente Técnico, no período de 1982 a 1986, foi Chefe do escritório de Governo do Estado do Paraná, na cidade do Rio de Janeiro, foi Diretor Geral do Fundo Nacional de Saúde, Secretario Municipal de Saúde de Ação Social de , trabalho como Chefe de Gabinete na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, atualmente é Secretario Municipal de Saúde de Arraial do cabo; Comenda Dona Ermelinda a Srª. Heldeane Pacheco do Nascimento, é miracemense, Servidora da Prefeitura Municipal de Miracema desde o ano de 2012, trabalhou no setor de marcação de exames da Secretaria Municipal de Saúde e depois no setor de faturamento, esta há 05 anos no setor de regulação do Município fazendo parte do controle de avaliação, auditoria e regulação. Comenda Jair do Nascimento Polaca ao Jovem João Victor Schimith Righi, é miracemense, filho do casal João de Deus Nalin Righi e Lúcia Helena Schimith, sempre estudou em Escola Pública e aos 12 anos começou a jogar futebol no Friburguense, aos 13 anos foi jogar no Artsul em seguida mesmo com pouca idade foi morar fora de Miracema em busca de seu sonho, fez vários testes, recebeu diversos nãos, mais continuou na perseverança, quando teve seu primeiro jogo como profissional no Itaperuna, em seguida participou da Taça BH de Juniores se destacando e chamando a atenção do Bahia, onde atuou por 01 ano, quando retornou a Miracema para disputar a série B do Carioca pelo Paduano, mais uma vez se destacou e foi chamado para ingressar no time de São João da Barra, em seguida foi para o Friburguense, onde atuou contra o Flamengo, em seguida foi convocado para o time do Bangu e hoje esta atuando no Resende com contrato até o ano de 2020; 13) Convidamos o Exmo. Prefeito Clovis Tostes de Barros juntamente com Secretário de Cultura e Turismo Eduardo Lúcio Tostes Botelho e o Vereador Fabrício de Sá Xavier, para fazer a entrega: Título de Miracemense Ausente Nº 1, ao Sr Rodolfo Jardim de Azevedo, é graduado em Engenharia de Computação , Doutorado em Ciência da Computação e pós Doutorado pela Universidade de Washington nos Estados Unidos, é Professor associado da Universidade de Campinas, foi membro do Conselho Universitário da Unicamp no período de 2013 a 2017, recebeu 03 prêmios de melhor artigo publicado em conferencias, atualmente é diretor do Instituto de Computação da Unicamp e é membro do Conselho da Sociedade Brasileira de Computação. Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Juarez Fialho da Silva Júnior, nasceu no Estado do Amazonas, radicado no Município de Niterói -RJ, é Formado em Ciências Contábeis, fazendo carreira como Consultor Financeiro e Auditor Independente trabalhando em grandes empresas de auditoria, já como diretor, liderou Projetos importantes em diversos

Municípios de diversos Estados do Brasil, com seu olhar inovador sob a maquina pública, Juarez, é a nova cara da recém criada Secretaria de Estado das Cidades, objetivando um gerenciamento eficiente para com os desafios do Estado do Rio de Janeiro nas áreas de habitação, integração regional e apoio aos Municípios; Título de Cidadã Miracemense a Srª Gabrielly Damasceno da Silva, é Assessora Política da Secretaria de Estado das Cidades do Rio de Janeiro, desde muito nova atua no cenário Político Fluminense, já participou da organização de várias campanhas de diversos candidatos que hoje atuam tanto na esfera Estadual como na Federal, possui uma identificação muito forte com a cidade de Itaperuna, onde grande parte de sua família reside, atualmente esta empenhada em trabalhar junto com Secretario Juarez Fialho, pelo fortalecimento do Interior do Estado do Rio de Janeiro; 14) Convidamos o Secretário Estadual das Cidades Sr. Juarez Fialho da Silva Junior, representante do Excelentíssimo Governador do Estado, para fazer a entrega: Título de Personalidade do Ano ao Sr Wilson José Witzel, nasceu em Jundiaí, S.P, é ex fuzileiro Naval, advogado, Ex-Juiz Federal, é doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Processo Civil e professor de Direito Penal Econômico há mais de 20 anos, como juiz federal, atuou em diferentes varas cíveis e criminais, no Rio de Janeiro e em Vitória, atualmente é Governador do Estado do Rio de Janeiro; 15) Convido o Vereador José Augusto Martins e a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire e o Vice-Prefeito Gilson Sales, para fazer a entrega: Título de Cidadã Miracemense a Srª. Edna Silva, nasceu no Rio de Janeiro, tem 06 filhos, 17 netos e 4 bisnetos, foi durante muitos anos operadora de caixa no extinto Supermercado Sendas, reside em Miracema desde o ano de 2010, é representante do Centro de Convivência nos Conselhos Municipais de Saúde e Direitos do Idoso, membro atuante da FAMMIRA, e da Igreja São José, atuando no Coral mensageiro; Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Márcio Gualberto dos Santos, é casado, Inspetor de Polícia Civil, Deputado Estadual, filiado no PSLI e membro do Centro Dom Bosco. Título de Cidadão Miracemense ao Sr Luis Cláudio Barros de Sousa, nasceu no Rio de Janeiro, é Policial Militar reformado, foi adestrador de cães da PM, residiu em Miracema durante os anos de 1989 a 1998, foi Chefe do Grupo de Escoteiros Martim Pescador, foi Presidente do CMDCA e fundador da Confraria de Cervejeiros de Miracema; 16) Convido o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares e o Vereador Paulo César da Cruz Azevedo, juntamente com o Prefeito Clóvis Tostes, para fazer a entrega: Título de Cidadã Miracemense a Srª. Waleska Azeredo de Oliveira, nasceu no Município de São Fidelis - RJ, é Graduanda em Enfermagem pala Faculdade de Santo Antônio de Pádua, reside em Miracema há 06

anos, é funcionária Pública Municipal desde o ano de 2013, atualmente está lotada na Secretaria Municipal de Saúde no Pronto Socorro Municipal Dr. Sebastião Bruno; *Título de Cidadã Miracemense a Srª. Taysa da Silva Lyra, nasceu no Município de São Fidelis - RJ, é Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense, reside em Miracema há 06 anos, é funcionária Pública Municipal desde o ano de 2013, e atua na Secretaria Municipal de Saúde como Coordenadora Municipal de Imunização desde o ano de 2017. Título de Cidadã Miracemense a Srª Maria Aparecida do Nascimento Augusto, nasceu no Município de Itaperuna -RJ, é enfermeira com Pós Graduação em Enfermagem do Trabalho, Saúde da Família, Gestão, Urgência e Emergência, atualmente trabalha no Centro de Atenção a Saúde da Mulher - CASM de Miracema; 17) Convido o Vereador Paulo Sergio de Azevedo, para ocupar a Presidência enquanto o Vereador Presidente Hugo Fernandes juntamente com os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Carlos Magno da Silva Peres e o Prefeito Clóvis Tostes, farão a entrega: Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Rodrigo da Silva Bacellar, nascido em Campos dos Goytacazes, filho do ex Vereador Marcos Bacellar, é Advogado Tributarista, Pós Graduando em Tributação, Previdência, Finanças Públicas, Responsabilidade Fiscal, Empresas e Contabilidade pela Universidade Candido Mendes, iniciou sua trajetória no Grêmio Estudantil, foi Presidente do Diretório Acadêmico, depois foi Assessor da Secretaria Geral de Planejamento do TCE/RJ, foi Presidente da FENORTE e atualmente esta no 1º mandato de Deputado Estadual onde foi eleito com 26.000 votos. Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Daniel Frederico Ramirez Bezerra, nasceu no Rio de Janeiro, formado em Filosofia pela Faculdade de São Bento e em Teologia pelo Instituto Redemptoris mater, é Major da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, com especialização em Direito Militar, em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia e também em Gestão Escolar, como militar teve a oportunidade de servir em diversas unidades nas mais variadas funções, atuou com instrutor em diversos cursos, é detentor de diversas honrarias como Títulos, Medalhas, Comendas, Moções e Menções; Título de Cidadã Miracemense a Srª. Andreia Medeiros Ferreira de Souza, nasceu no Rio de Janeiro, é Advogada, com aprovação na Ordem dos Advogados com nota máxima, pós graduada em Direito Administrativo Empresarial, com especialização advocacia pública, é Servidora Pública Municipal, no Cargo de Procuradora Municipal, reside em Miracema desde o ano de 2015; Honra ao Mérito ao Sr. José Carlos Verdam Azevedo, nasceu em São Fidélis, casado com Marlene Pacheco Azevedo, pai de 03 filhos, atualmente reside no Município de Cabo Frio, frequenta a Exposição em Miracema há 45 anos, com seu comercio de Churros

Saborosos. Terminadas as Homenagens, a palavra foi franqueada para as pessoas que desejarem fazer algum discurso. Terminadas as Homenagens, convidou o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares para prestar uma homenagem ao Município, por ocasião do Aniversário de Emancipação Político Administrativo. Por fim, o Sr. Presidente convidou o Prefeito de Miracema Clovis Tostes de Barros para fazer seus agradecimentos pessoais. Agradecendo ao Clube XV, aos funcionários do Poder Legislativo e á presença de todos, o Sr. Presidente declarou a reunião encerrada, convidando todos os presentes para um coquetel que será servido em seguida. Nada mais havendo, eu Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores Sociedade Musical XV de novembro, 04 de maio de 2019.



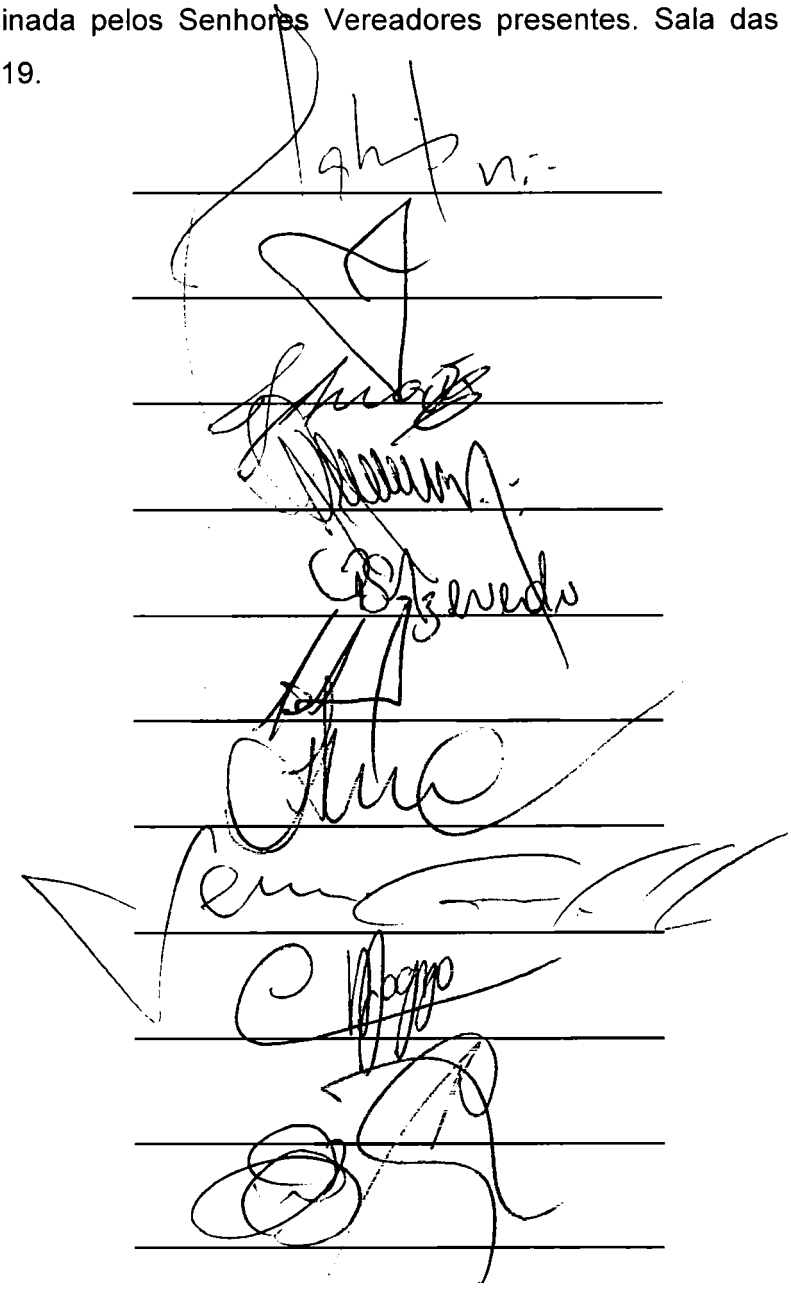
Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e dois da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Aimoré da Silva Almeida, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 03, Versículos de 31 à 35. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 31 de outubro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite do Instituto Nacional Miracemense de Educação Tecnológica para a palestra "Importância da Prevenção e Humanização na luta contra o Câncer"; 02) Declaração do Gabinete do Deputado Dr. Deodalto; 03) Ofício do Governador do Distrito LC 11 AL 2019/2020 da Associação Internacional Lions Clube; 04) Ofício nº 158/2019 da Secretaria Municipal de Educação. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Reiteração - Solicitação no sentido de que seja realizada a recuperação do Lago Seco do Hospital. Deferido. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para a Sra. Sandra Maria Gomes de Azevedo, a parabenizando por ter sido aprovada com louvor no Doutorado da Fiocruz-RJ, tendo se tornado a primeira Dra. em Biociências e Saúde de Miracema e a primeira Cientista de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo seja autorizada a construir uma rede de esgoto na Rua Joaquim Rosa da Gama, tendo em vista que a referida Rua será asfaltada. Esclarecemos que os moradores se colocaram à disposição para doar os materiais da referida rede e a Prefeitura apenas precisa ceder a mão de obra. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de

que seja realizado o asfaltamento de aproximadamente 30m, na primeira entrada localizada próximo ao Daltrinho. Deferido. 05) Vereador Maria Alessandra Leite Freire - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a limpeza no Centro de Miracema (da Rodoviária até o Jardim) no mínimo duas vezes por dia. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva, em conjunto com os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres e Hugo Fernandes - Ao Presidente do DER-RJ - Solicitação no sentido de que seja realizado o asfaltamento do Morro da Fazendinha, em especial na Rua que liga o Berto Barros ao Morro da Pedrada, Rua Astrogildo Dias Sentineli e Rua Lailson Sentineli. Aprovado. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma reforma na cozinha do Colégio Assad João, localizado no Distrito de Paraíso do Tobias, especialmente na estrutura do telhado. Deferido. 08) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Diretor Regional da CEDAE - Solicitação no sentido de que seja providenciada a construção de rede de esgoto nas ruas Rosário Mercante, Manoel Frazão de Oliveira e Av. Carvalho (em parte). Aprovado. 09) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, em conjunto com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Deputado Estadual Jair Bittencourt - Solicitação no sentido de que seja destinado para o Município de Miracema, no Orçamento do Estado do Rio de Janeiro, através de Emenda Parlamentar, o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para o Auditório Cultural Clarinda Damasceno; R$ 100.000,00 (cem mil reais) para a APAE e R$ 100.000,00 (cem mil reais) para a Casa dos Pobres São Vicente de Paula, objetivando atender os anseios de cada entidade. Aprovado. 10) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, em conjunto com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Deputado Estadual Jair Bittencourt e ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizado o asfaltamento da relação de ruas que segue em anexo, tendo em vista que elas já estão com seus projetos prontos na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo. Aprovado e Deferido. 11) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza com a capina e retirada de entulhos nas ruas do Distrito de Venda das Flores, tendo em vista que as referidas ruas do Distrito se encontram com muito mato. Deferido. 12) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a troca de duas lâmpadas que se encontram queimadas na Rua Cel. Pedro Bastos, em frente à casa do Sr. Joel e ao Bar do José Nilton. Deferido. 13) Vereador Fabrício de Sá Xavier, em, conjunto com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Prefeito Municipal -

Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a doação do terreno medindo 669,86 m², que confronta-se com a RJ 200 / Rua Vereador Antônio Calor / Rua Ururay de Matos Macedo, no Bairro Jardim Beverly, para a Paróquia Santa Teresinha, localizada na Rua Julieta Damasceno, s/nº, CNPJ nº 30408116/0001-09. Deferido. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes perguntou ao Plenário o que seria decidido em relação ao ofício encaminhado pelo Sr. Jorge Daibes, pois nós podemos encaminhar o ofício para a Prefeitura solicitando as respectivas informações ou acatar a sugestão e criar uma Comissão, que particularmente acredita não ser necessário. Foi decido em unanimidade que fosse encaminhado um requerimento ao Poder Executivo solicitando as informações pedidas pelo Sr. Jorge Daibes num prazo de 30 dias e que depois, com as respectivas informações ou não, encaminharíamos a resposta para o Sr. Jorge com as cópias dos documentos da CPI que já foi realizada. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: O Vereador Hugo Fernandes solicitou que os dois Projetos fossem votados em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. **01)** Projeto de Lei que dá nome de Joana Fernandes Montan a uma via da cidade. Autoria: Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que a Sra. Joana veio morar em Miracema no ano de 1967 e sempre morou na mesma casa, onde criou seus filhos e netos, sendo que depois de seu falecimento a Chácara foi transformada em uma Vila, assim essa homenagem é muito justa e tem muito orgulho de ter apresentado esse Projeto. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.853, de 04 de novembro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica denominada Rua Vila Joana Fernandes Montan, a rua perpendicular à Rua José Martins da Silva - Bairro Boa Vista, em frente ao nº 30 onde se inicia até o final da rua (sem saída), nesta cidade. Art. 2º- Fica o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar a referida placa. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Dá a denominação de Escola Municipal Professor Darcy Annibal, à nova unidade escolar de Educação Infantil e dá outras providências. Autoria: Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que a Escola Professor Darcy Annibal vai aumentar o número de vagas da Educação Infantil e vai funcionar onde hoje é a Sede da Secretaria Municipal de Educação. Destacou que essa homenagem ao Sr. Darcy Annibal é mais do que merecida, pois ele sempre foi atuante no Município de Miracema, possuindo uma larga ficha de

serviços prestados para a população, tendo sido Provedor do Hospital de Miracema, Professor de Matemática, Diretor do Colégio Estadual Deodato Linhares, Vereador e Presidente da Câmara de Miracema, entre outros. Continuou parabenizando o Secretário Municipal de Educação pela excelente gestão que ele vem realizando na referida Secretaria, dando uma grande ênfase para a Educação Infantil, pois ela possui reflexo em toda vida estudantil da criança. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que é uma honra muito grande votar e aprovar esse Projeto de Lei, pois o Sr. Darcy Annibal se doou para o Município de Miracema. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que é muito justo atribuir o nome de uma escola a esse educador que possui um alto nível, sendo que foi aluno do Sr. Darcy Annibal no Colégio Miracemense. O Vereador Hugo Fernandes destacou que o Sr. Darcy também foi Vereador e Presidente desta Casa Legislativa e tem a certeza que a família está muito feliz com essa homenagem. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que a homenagem é muito justa e, em breve, também estaremos votando uma Comenda com o nome do Sr. Darcy Annibal, para que seu nome seja eternizado em Miracema. O Vereador Fabrício de Sá Xavier parabenizou o Vereador Marcus Felipe pela homenagem, destacando que o Sr. Darcy deixou um legado muito importante no Município de Miracema. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.854, de 04 de novembro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica denominada escola Municipal Professor Darcy Annibal a nova unidade de Educação nesta cidade, situada à Avenida Carvalho, 443, Bairro Santa Tereza. Art. 2º- Fica o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar a referida placa. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, passando a funcionar a Unidade a partir do ano letivo de 2020. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Explicações Pessoais. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que não vai estar em Miracema amanhã e, por isso, não poderá comparecer na Audiência Pública sobre a Escola Cívico Militar. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que no último dia 30, sua esposa Sandra defendeu sua tese de Doutorado e foi aplaudida e aprovada com louvor no auditório da Fiocruz no Rio de Janeiro, tendo se tornado a primeira Dra. em Biociências e Saúde de Miracema e a primeira Cientista de Miracema. Assim tem muito orgulho em ser casado com a primeira Cientista Miracemense. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que devemos começar a pensar em realizar homenagens para as pessoas em vida e não depois de seu falecimento, sendo que gostaria de parabenizar toda a família do Sr. Darcy pela

homenagem com o Projeto de Lei aprovado na data de hoje. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 07/11/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 04 de novembro de 2019.



Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e dezesseis, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 04, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite da Escola Municipal Dr. Salim

Bou-Issa para o Desfile Cívico Escolar em comemoração ao Dia da Independência; 02) Convite do 36º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro para o Café da Manhã comunitário; 03) Telegramas NºRef: 007688/MS/SE/FNS, 013865/MS/SE/FNS, 013867/MS/SE/FNS, 013864/MS/SE/FNS, 013866/MS/SE/FNS, 020010/MS/SE/FNS, 044481/MS/SE/FNS, 038448/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 04) Ofício do PRESI-DETRAN-RJ nº 1043 do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, respondendo ofício nº 0285/2014. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia este ofício; 05) Moção de Pesar para a Sra. Jurandir Campos Machado Rodrigues e demais familiares, em virtude do falecimento do Sr. Nerval Tostes Rodrigues, de autoria dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno e Fabrício de Sá Xavier. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - À Presidência do FUNDEB - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa as seguintes informações/documentos: a) Relação nominal dos Conselheiros do FUNDEB, com suas respectivas funções, criado pela Lei 11.494, em seu artigo 24, parágrafo 1º; b) As atas do período de janeiro de 2013 a agosto de 2014, contendo inclusive pareceres de aprovação de contas do referido período; c) Prestação de Contas referente ao período citado acima, contendo extratos bancários, demonstrando a compensação em notas fiscais, de acordo com a Lei nº 11.494. Aprovado. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Secretário de Saúde do Estado - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que disponibilize uma caminhonete do fumacê para o Município de Miracema, tendo em vista o alto índice do crescimento do mosquito *aedes aegypti*, que vem atormentando a população. Aprovado. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Chefe da SUCAN - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja disponibilizado a caminhonete do fumacê em Miracema, tendo em vista o alto índice do crescimento do mosquito *aedes aegypti*, que vem atormentando a população. Aprovado. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Secretário Municipal de Promoção Social - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a

esta Casa Legislativa as seguintes informações: a) O Saldo bancário de todos os programas e convênios, com suas respectivas ações e atividades, demonstradas através das cópias dos extratos bancários; b) informar os valores dos aluguéis com as devidas quitações e débitos de todos os imóveis ocupados pela referida Secretaria; c) Relação nominal de todos os funcionários com suas respectivas funções, com a data de admissão de todos os contratados; d) Informar o repasse do Fundo Municipal da Assistência Social constando os respectivos relatórios de atividades. Aprovado. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria de Meio Ambiente, no sentido de que sejam tomadas as devidas providências em relação aos animais de grande porte que estão soltos nas estradas que ligam o Município de Miracema aos Distritos de Paraíso e Venda das Flores, gerando um grande risco para os motoristas que trafegam pelo local. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Governador do Estado do Rio de Janeiro - Reiteração com vistas ao Gabinete do Deputado Estadual João Peixoto (Presidente da Comissão de Agricultura Pecuária e Políticas Rural Agrária e Pesqueira) no sentido de que envide esforços a fim de que sejam instaladas antenas repetidoras de celular, na Zona Rural de Miracema e dos Distritos de Paraíso do Tobias e Venda das Flores, objetivando a inclusão dos mesmos. Aprovado. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Harlei Oliveira da Silva, por ter sido eleito para o cargo de Conselheiro Estadual de Saúde, sendo o primeiro miracemense a ocupar uma cadeira titular no Conselho de Saúde do Estado do Rio de Janeiro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para o servidor Mario Gomes Ramos, que trabalha no Posto de Urgência de Miracema, por atender todos os munícipes com igualdade e dignidade, trabalhando sempre com zelo e eficiência. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para a Direção da Pro Corpo, extensiva a todos os funcionários e personal trainers, pela realização da ampliação e de investimentos em novos equipamentos, melhorando ainda mais a qualidade

do serviço oferecido à população. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que está aguardando a indicação partidária para compor a Comissão Especial de Inquérito. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 08/09/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 08 de setembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

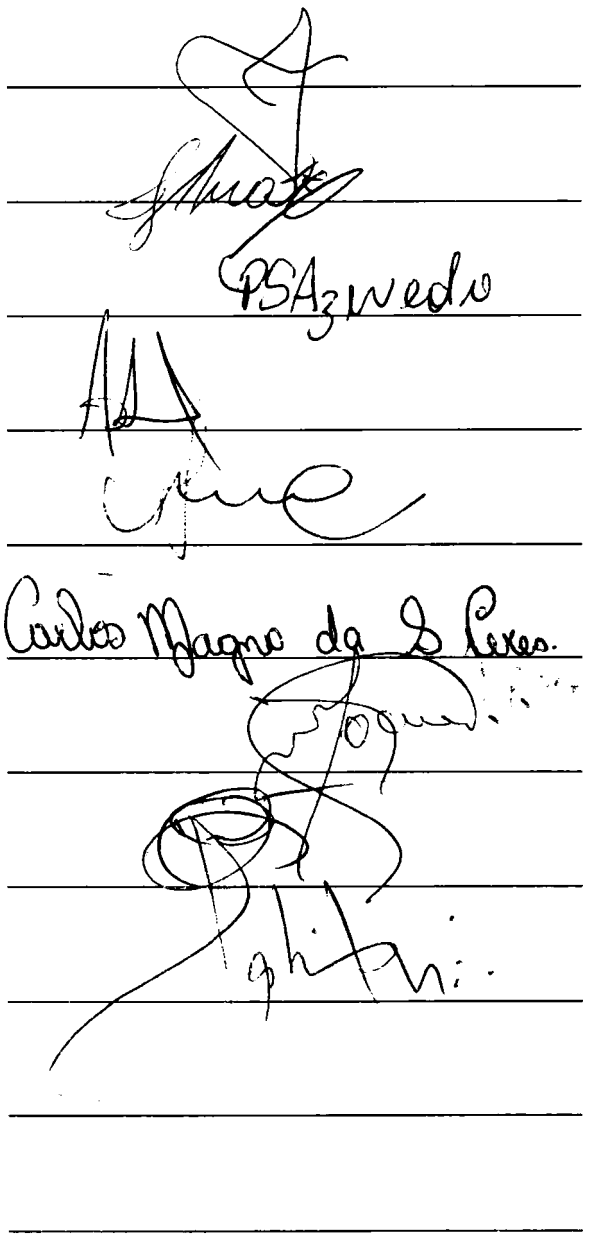
Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e setenta e nove da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Marcus Felipe Mercante Linhares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Maria Alessandra Leite Freire. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador José Augusto Martins, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 13, Versículos de 01 à 04. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 01 de agosto de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PGM nº 159/2019 – PGM da Procuradoria Geral do Município de Miracema; 02) Ofício nº 114/2019 da Secretaria Municipal de Educação; 03) Indicação Legislativa ao Prefeito Municipal encaminhando Anteprojeto de Lei que Acrescenta aos Parágrafos 7º, 8º e 9º ao artigo 17 da Lei nº 1.813, de 11 de março de 2019 e dá outras providências, de autoria do Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que fez essa indicação por conta dos boatos que surgiram dando conta de que a Câmara Municipal teria votado uma Lei que retirava o direito dos servidores de descontarem suas verbas previdenciárias em cima da insalubridade, entretanto isso não foi verdade, pois o STF deu uma decisão proibindo os entes a realizarem os referidos descontos. Dessa maneira, está encaminhando uma proposta realizada pela Prefeitura de Porciúncula, onde a referida prefeitura incorporou os benefícios de quem já contribuiu por mais de cinco anos, assim as aposentadorias seriam calculadas de acordo com os valores já

descontados; 04) Indicação Legislativa ao Prefeito Municipal encaminhando Minuta de Projeto de Lei que Dispõe sobre o pagamento de Insalubridade e de Periculosidade aos Servidores Públicos do Município de Miracema, e dá outras providências, de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo; 05) Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de cursos de primeiros socorros e prevenção de acidentes a pelo menos um funcionário das escolas, creches ou centros de educação infantil instalados no Município de Miracema e dá outras providências, de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César de Azevedo - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que autorize o Secretário Municipal de Obras e Urbanismo a negociar a construção de uma praça no final da Avenida Carvalho com a Rua Roberto Silveira, onde ficava a torre de transmissão da Rádio Princesinha – AM. Insta salientar que em toda a extensão da Avenida Carvalho, uma das principais vias desta cidade, não há qualquer praça estando a comunidade carente, necessitando assim de uma área de lazer que irá proporcionar a integração das famílias e contribuir para a melhor qualidade de vida da comunidade. Acentua-se que com a implantação dessa área de lazer a população passará a desfrutar de um local adequado para a prática de atividades, um espaço público arborizado e de graciosa paisagem que contribuirá significativamente para a valorização e a visibilidade daquela localidade, uma vez que, as famílias contarão com um ambiente satisfatório onde poderão passear, conversar, manter vínculos entre os moradores, enfim, para o convívio de seus filhos e familiares, sobretudo, para o embelezamento da comunidade. Vislumbra-se ainda, que irá trazer um bem estar as famílias, uma vez que a ação de interação entre as pessoas facilita mais o convívio entre os cidadãos, contribuindo para fortalecer o clima de harmonia entre as pessoas, já que a atual situação em que se encontra o nosso meio social carece de iniciativas como essa que proporcionam ações de lazer. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o conserto da rede de esgotos localizada na Jandira Alvim Braga, nº 190, pois a

referida está vazando. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja realizado o conserto dos tirantes de sustentação do telhado da quadra da CEHAB, tendo em vista que alguns estão arrebentados. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão na iluminação localizada próxima ao Cemitério do Cruzeiro. Deferido. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria no poste de madeira localizado no final da Rua Orlanda de Martinho Aversa, tendo em vista que o referido poste se encontra, aproximadamente, 80% corroído. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal de Educação - Considerando a importância da educação para construção de um futuro promissor para nossos Munícipes; Considerando ser notório que essa Secretaria vem dando relevância na oferta de oportunidades; Considerando que a presença de instalações educacionais de forma democrática, assegura melhor o direito à Educação. Encaminho solicitação no sentido de que seja implantada turma do EJA – Educação de Jovens e Adultos, no distrito de Paraíso Tobias, haja vista a necessidade que muitos cidadãos residentes naquela localidade têm de poder seguir com os estudos, eis que o mesmo não fora realizado em tempo regular. Deferido. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Apláusos para toda a Diretoria da Associação Miracemense de Ciclismo, a parabenizando pelo 3º Miracema Bike Festival, evento este realizado com muita organização, dedicação e zelo. Todos os Vereadores irão assinar Moção. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres agradeceu ao Secretário Municipal de Obras pela reforma realizada nos dois quebra-molas localizados no Bairro Pontilhão do Rosa, tendo em vista que ambos foram melhorados e estão dando melhores condições aos motoristas. 08) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - À Secretaria Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que sejam recuperadas as estradas vicinais das regiões das Fazendas Boa Vista, Araponga, Inhamal, Ventania, Buracada e propriedades vizinhas. Deferido. 09) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Gerência do Noroeste

da CEDAE – GDRI 8 – Sr. Marcioni de Alvim Letieri - Solicitação no sentido de que seja realizada a implantação de rede de água na Rua Rosário Mercante, Bairro Jardim Beverly, Miracema-RJ. Aprovado. 10) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Diretor Geral da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, Sr. Mário Rodrigues Júnior - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa informações sobre a concessão da linha Rio de Janeiro x Itaperuna, da Empresa 1001, tendo em vista que a empresa suspendeu a venda de passagens Miracema x Rio de Janeiro, via Teresópolis, prejudicando a população de Miracema. Aprovado. 11) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que sejam retirados os galhos e o sofá velho que se encontra na Rua Edson Alvim de Bastos, tendo em vista que a referida rua está com um aspecto bastante sujo. Deferido. 12) Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos para os organizadores do Levanta-te Jovem 2019, os parabenizando pelo excelente evento realizado. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 13) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Assistência Social - Solicitação no sentido de que seja realizado um amplo trabalho de conscientização no Distrito de Paraíso do Tobias, visando o recadastramento biométrico e principalmente os inúmeros eleitores residentes de Paraíso que votam em São José de Ubá para que eles possam votar em Miracema. 14) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza na residência localizada na Travessa Ernesto Rocha (Casa do Chiclete) com urgência, tendo em vista que o local está abandonado há mais de 10 anos. 15) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam realizadas melhorias nas praças da CEHAB e curva do S, visando o orçamento de 2020 ou neste ano ainda. 16) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja alterado o local da televisão que existe no Coreto de Areias para o Campo de Futebol da referida comunidade, ou que seja adquirida uma televisão para que ela seja instalada no Campo de Futebol da comunidade de Areias. Deferido. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no

dia 08/08/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 05 de agosto de 2019.



Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e onze da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada ausência do Vereador José Augusto Martins. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Aimoré da Silva Almeida, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 02. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 03 de dezembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 18/2019 da Secretaria Municipal de Administração - Seção de Patrimônio. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para o Exmo. Deputado Estadual Rosemverg Reis, em reconhecimento ao seu abnegado trabalho junto a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sendo uma justa homenagem a um defensor incansável na luta pela Democracia, em especial aos atendimentos oferecidos aos Miracemenses que procuram tratamento no Complexo do Hospital do Olho Júlio Cândido de Brito e no Centro de saúde Auditiva Eurico Ângelo de Oliveira Miranda, Hospital Moacyr Rodrigues do Carmo, sempre contribuindo de sobremaneira na sua missão maior de melhorar, confortar e valorizar o atendimento médico hospitalar a população e aos nossos munícipes. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para Ilmo. Secretário de Saúde de

Duque de Caxias, Dr. José Carlos Oliveira, em reconhecimento aos atendimentos oferecidos aos miracemenses que procuram tratamento no Complexo do Hospital do Olho Júlio Cândido de Brito e no Centro de Saúde Auditiva Eurico Ângelo de Oliveira Miranda, Hospital Moacyr Rodrigues do Carmo, bem como pelo trabalho à frente da administração da Secretaria de Saúde de Duque de Caxias, contribuindo de sobremaneira na sua missão maior de melhorar, confortar e valorizar o atendimento médico hospitalar a população e aos nossos munícipes. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para a Sra. Jaqueline Correa Mustrange Silva, Servidora Pública Municipal, assistente do Deputado Estadual Exmo. Rosemberg Reis, em reconhecimento ao seu trabalho no apoio no acolhimento dos munícipes de Miracema que procuram atendimentos oferecidos no Complexo do Hospital do Olho Júlio Cândido de Brito, Centro de Saúde Auditiva Eurico Ângelo de Oliveira Miranda, Hospital Moacyr Rodrigues do Carmo, que contribui de sobremaneira na sua missão maior de melhorar, confortar e valorizar o atendimento médico hospitalar a população e aos nossos munícipes. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 04) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para o Ilmo. Prefeito de Duque de Caxias Sr. Washington Reis em reconhecimento pelo atendimento oferecido aos miracemenses que procuram tratamento no Complexo do Hospital do Olho Júlio Cândido de Brito e no Centro de Saúde Auditiva Eurico Ângelo de Oliveira Miranda, Hospital Moacyr Rodrigues do Carmo, inclusive pelo seu abnegado trabalho à frente da administração da Prefeitura de Duque de Caxias, contribuindo de sobremaneira na sua missão maior de melhorar, confortar e valorizar o atendimento médico hospitalar a população e aos nossos munícipes. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Fazenda - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa cópia do extrato da conta onde são depositadas as multas emitidas pelo Município de Miracema, referente aos meses de março a dezembro de 2019. Deferido. 06) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que seja

encaminhada a esta Casa Legislativa uma cópia das notas fiscais referentes aos gastos dos valores recolhidos com as multas de trânsito no Município de Miracema. Deferido. 07) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À ENEL - Solicitação no sentido de que seja realizada a extensão de rede elétrica na Rua José Pellegrino, na entrada do Vale do Cedro. Aprovado. 08) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalado um quebra-molas em frente à Palodec, na Rua Salvador Ciufo. Deferido. 09) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Viação Santo Antônio - Solicitação no sentido de que seja inserido o Bairro Carrapichão na rota dos ônibus circulares, tendo em vista que o bairro foi recentemente asfaltado. Aprovado. 10) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja instalada uma rampa para acesso de deficientes na Rua Antônio Bernardino Monteiro, em frente à casa da Sra. Ana Maria. Deferido. 11) Vereador Genessi Rodrigues da Silva, em conjunto com os Vereadores Hugo Fernandes e o Carlos Magno da Silva Peres - Ao Diretor do DER - Solicitação no sentido de que seja realizado o asfaltamento da parte de baixo do Morro da Fazendinha, tendo em vista que a parte de cima já foi asfaltada. Aprovado. 12) Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Aplausos para o Sr. Sandro Soares, o parabenizando por ter sido eleito Presidente do Conselho Fiscal da PREVI Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 13) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, em conjunto com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Diretor da CEDAE - Solicitação no sentido de que seja realizada a extensão da rede de água na Vila Souto, no Bairro Hospital. Aprovado. 14) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a roçada, capina e limpeza da travessa Sebastião Hilário Hipólito, Bairro Nossa Senhora Aparecida. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que o referido projeto de Lei fosse votado em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. A Seguir,

o Vereador Hugo Fernandes fez a leitura do parecer emitido pela Controladora Interna da Câmara. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que a atual Câmara votou a extinção da CAPPS e a criação da PREVI, pois essa questão se arrastou demais para ser resolvida. Dessa forma, estamos vendo que o Prefeito está priorizando os servidores municipais ao destinar essa verba para a Caixa de Previdência. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Prefeito Municipal pela iniciativa. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que no futuro, deveremos cobrar a cópia do extrato da transferência bancária, comprovando a transferência desses valores. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1866, de 05 de dezembro de 2019. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Aplicação dos Recursos referente ao Excedente de Cessão Onerosa dos Royalties do Petróleo oriundos do Pré-Sal, previsto na Lei nº 12.276/2010 e seguindo os critérios estabelecidos na lei 13.885/2019, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.05 - Secretaria Municipal de Fazenda. Função: 28 - Encargos Especiais. Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais. Programa: 0 – Operações Especiais. Ação: 1.012 - Amortização da Dívida Pública. Produto: Amortização Efetuada. Metas Físicas: 100%. Valor: R$ 898.460,20 (oitocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte centavos). Art. 2° - O referido Programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Fazenda enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial advirá do repasse previsto pelo excedente da cessão onerosa dos Royalties de Petróleo referentes ao Pré-Sal, para o Município de Miracema, no valor de R$ 898.460,20 (oitocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte centavos), em conformidade com o

previsto na Lei nº 12.276/2010 e seguindo os critérios estabelecidos na lei 13.885/2019. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesas e fontes de recursos para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 5° - O presente Programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a concessão de direito real de uso de terrenos públicos para fins específicos de instalação de estabelecimentos industriais no Polo Industrial II e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Projeto possui duas Emendas que já foram aprovadas na primeira votação. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares espera que possamos dar uma organização melhor ao Polo Industrial, pois ele é muito bem localizado. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que conhece alguns polos industriais de outros Municípios e o de Miracema é difícil de identificar, pois precisamos melhorar a infraestrutura do local. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que precisaríamos de um bom investimento para fazer um Polo adequado, sendo que o Prefeito poderia focar em conseguir um convênio junto ao Governo Federal ou Estadual nesse sentido. O Vereador Hugo Fernandes acredita que no momento o Município não tem verba para investir no crescimento do Polo Industrial, acreditando que seria viável realizar uma limpeza no local, pois o local está com muito mato e fica difícil de mostrar o terreno aos empresários interessados. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que poderíamos buscar emendas para melhorar o local. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1867, de 05 de dezembro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei: Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o uso de terrenos municipais situados no Polo Industrial Prefeito Olavo Monteiro de Barros, antigo Polo Industrial II, para fins de instalação de

estabelecimentos industriais. Art. 2° A concessão de direito real de uso será efetivada mediante a celebração de contrato administrativo, devendo observar os termos da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes. Art. 3º As concessões destinadas às pessoas jurídicas dar-se-ão pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da assinatura do contrato administrativo, renovável por vontade de ambas as partes por igual período, sendo que o imóvel cedido, as construções e as benfeitorias levadas a efeito, reverterão ao patrimônio do Município, se o concessionário paralisar definitivamente suas atividades ou não cumprir as exigências contidas no Contrato, ou ao seu término, sem que caiba ao Concessionário direito a indenização, seja a que título for. Art. 4º O projeto arquitetônico, suas alterações possíveis e as obras a serem implantados no local, submeter-se-ão antecipadamente à fiscalização do Poder Público para constatação de sua consonância com as Legislações Municipais. Art. 5º São requisitos mínimos a serem observados, necessariamente, pelas empresas ou firmas individuais que pretendem se instalar nos referidos terrenos: I - Apresentar REQUERIMENTO solicitando à Prefeitura Municipal de Miracema autorização para a utilização de uma gleba de terras, a ser definida pela Prefeitura, como objeto de estudo de viabilidade técnica e econômica para a implantação da atividade proposta; II Apresentar MEMORIAL DESCRITIVO DA ATIVIDADE PROPOSTA, comprovando que esta se enquadra no artigo 1°, contemplando: os produtos resultantes da atividade; o processo produtivo; a matérias primas utilizadas; os equipamentos utilizados; os produtos estocados; a descrição e a destinação dos resíduos e efluentes industriais e sanitários; bem como, os sistemas de tratamento dos mesmos; III - Apresentar CROQUIS DAS PLANTAS DE ARQUITETURA E DE OCUPAÇÃO DA ÁREA SOLICITADA, em formato e escala padrão ABNT. §1º A Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico emitirá parecer acerca do cumprimento das exigências contidas nesta lei. §2º Fica a empresa obrigada a apresentar, além de outros documentos previstos em lei, as certidões de falência, concordata e recuperação judicial. §3º O Contrato Administrativo de Concessão de Direito Real de Uso a ser celebrado, com base nesta lei, conterá todos os critérios, direitos e obrigações das partes. Art. 6º O

Município de Miracema concederá terreno de acordo com à proporção de geração de emprego, conforme tabela abaixo:

Tamanho Área Requerida	Nº Mínimo Empregos Diretos Gerados
0 – 400 m²	4
401 – 600 m²	6
601 – 800 m²	7
801 a 999 m²	8
1.000 – 1.500 m²	10
1.501 – 2.000 m²	12
2.001 – 2.500 m²	16
Acima 2.501 m²	30

Parágrafo único - Preferencialmente, dar-se-á oportunidade de emprego na empresa a ser instalada, aos munícipes de Miracema, usando sempre que possível o balcão de empregos do Município. (SINE). Art. 7º A empresa concessionária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venha a incidir sobre o imóvel objeto da concessão a que se refere esta Lei. Art. 8º É vedada a modificação das atividades da empresa, nos termos da concessão, sem o prévio consentimento do Município, sob responsabilidade e autorização prévia da Secretaria de Planejamento. Art. 9º Caso o concessionário não cumpra o acordo no tempo de implantação do projeto dentro do prazo estipulado de (06) seis meses, bem como proposto a contratação mínima de geração de emprego estabelecida dentro do prazo de (12) doze meses, após assinatura do contrato, decairá do seu direito de utilização, conforme definido em contrato. Art. 10º O concessionário deverá manter na área de concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo Município de Miracema, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais de conservação do local, que serão regulamentadas por Decreto do Prefeito. Art. 11º O concedente no exercício regular de suas funções, através de seus órgãos competentes, poderá fazer a

qualquer tempo, levantamento, consulta, supervisão no imóvel quando achar necessário, visando o seu estado de conservação, utilização e obrigações contratuais. Art. 12º Fica expressamente vedado ao concessionário transferir ou vender a concessão de uso para terceiros, sob pena da perda da concessão, sem prejuízo das ações judiciais cabíveis. Art. 13º Todas as minutas de contrato e as alterações contratuais entre as partes deverá ter análise previa e emissão de parecer da Procuradoria Geral do Município. Art. 14º Todas as medidas de conservação do local a serem observadas pelas partes serão regulamentadas pelos órgãos competentes e constarão do contrato Administrativo de concessão. Art. 15º O Projeto arquitetônico, suas alterações e as obras a serem implantadas no local, submetem-se a fiscalização previa e concomitante dos órgãos competentes da Prefeitura. Art. 16º Fica garantida a permanência pelo prazo estabelecido no art. 3º às empresas já instaladas no local e em funcionamento dentro das atividades contratuais e dos requisitos da presente legislação a ser comprovado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Parágrafo Único - O Prefeito Municipal deverá encaminhar anualmente à Câmara Municipal de Miracema relatório do qual conste a identificação dos bens do Município de Miracema, objetos de concessão, cessão ou permissão de uso no exercício, assim como sua destinação e beneficiário. Art. 17º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que lhe são contrárias. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que está vendo a situação de animais soltos em Miracema, inclusive com cachorros machucados, mas nada é feito pelo governo. Esclareceu que é uma vergonha um Prefeito veterinário não tomar nenhuma providência nesse assunto, sendo que deveríamos cuidar dos nossos animais, criando um projeto de castração para castrar os animais de rua, podendo inclusive cobrar de algumas pessoas para que elas possam castrar seus animais. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares concorda com a Vereadora Maria Alessandra, pois vemos os animais sofrendo e precisando de cuidados, acrescentando que é uma covardia o que vem acontecendo com os cachorros no Município. Destacou que inclusive o dinheiro do castra móveis já está no Município

e o processo de licitação não está caminhando, sendo que essa situação é lamentável. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 09/12/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2019.

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quarenta e cinco, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloi, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Maurício Sant'Ana Soares, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 39, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício do Banco do Brasil S/A solicitando a Planta Baixa de alteração feita no

pavimento ocupado pela Câmara Municipal de Miracema. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhado um ofício para a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo solicitando a Planta Baixa de alteração feita no pavimento ocupado pela Câmara Municipal de Miracema; 02) Ofício do Instituto Capacitar; 03) Ofício PMM/GAB nº 025/2015 solicitando e empréstimo do Plenário para a realização de uma Audiência Pública no dia 27/02/2015, às 14 horas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhada uma cópia para cada Vereador. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Hugo Fernandes - Ao Gerente Regional da CEDAE, Sr. Geovane Freitas - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que V. Sa., ou seu representante, possa comparecer nesta Casa Legislativa na segunda-feira, dia 09-02-2015, com o objetivo de nos informar sobre a crise hídrica e uma possível falta d'água em Miracema. Aprovado. 02) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente do Conselho Fiscal da CAPPS - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa, **em caráter de urgência**, os seguintes documentos: a) Cópias das atas inerentes à aplicação financeira dos recursos da CAPPS junto ao Banco Santos; b) Cópia das homologações de benefícios de 2013 a 2014, conforme artigo 23, X da Lei nº 937 de 09/05/2002; c) Cópia das atas de 2013 e 2014, conforme artigo 20, XVI da Lei nº 937 de 09/05/2002. Aprovado. 03) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente da CAPPS - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa, **em caráter de urgência**, cópias dos atos de aprovação do Prefeito, conforme artigo 20, XVI da Lei nº 937 de 09/05/2002. Aprovado. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam restaurados os parques de Miracema localizados nas seguintes praças: a) Praça Salim Damian (em frente ao Colégio Cenecista); b) Praça Dona Ermelinda, incluindo a recuperação da Fonte Luminosa. Deferido. 05) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja construída uma Praça na Rodovia RJ 116, próximo à comunidade de Pernambuco, conforme cópia em anexo. Deferido. 06) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Secretario Estadual de Meio Ambiente, Deputado André Corrêa - Solicitação no sentido de que seja desarquivado o Projeto da Represa de Venda das

Flores, com o devido prosseguimento do referido. Esclarecemos que o Projeto é de sua própria autoria. Aprovado. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal - Reiteração do ofício nº 1025/2013 - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de encaminhar a esta Casa Legislativa Projeto de Lei que dispõe sobre a Instituição do Programa de Regularização Fundiária no Município de Miracema, em conformidade com a Lei Federal Nº 11.977/2009. Na oportunidade, a titulo de contribuição, estamos encaminhando Minuta do Projeto de Lei acima citado e informar que o referido Projeto pretende estimular e facilitar a regularização dos loteamentos irregulares e assentamentos forçados já consolidados e irreversíveis. No que se refere à regularização fundiária no Município de Miracema é de fundamental necessidade e se torna urgente diante da necessidade de se criar políticas públicas buscando a melhoria das condições de vida da população. Deferido. 08) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Comandante do 36º Batalhão da Polícia Militar - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja reforçada a segurança na Praça dos Correios, próximos aos Trailers, em dias de festas com muito movimento a fim de evitar incidentes de violência. Ressaltamos que tal solicitação foi um pedido dos proprietários dos trailers no referido local. Aprovado. 09) Vereador Carlos Armando de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vista ao DEMUTRAN, no sentido de que sejam resolvidos os problemas que vem ocorrendo com a Loja Rei dos Barateiros, uma vez que a referida Loja está impossibilitada de realizar sua carga e descarga, pois foram criados alguns pontos de táxi no local impossibilitando a parada de caminhões. Deferido. 10) O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. João Pinheiro, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 11) O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Pesar para a Sra. Arlene (de Paraíso), em virtude do falecimento de sua mãe. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) Vereador Fabrício de Sá Xavier, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência - Ao Secretário Municipal de Educação - Solicitação, com vista a Nutricionista da Rede Municipal de Educação, no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa uma cópia do cardápio integral da Rede Municipal de Educação, que é servido aos alunos semanalmente. Deferido. 13) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vista ao

Secretário Municipal de Meio Ambiente, no sentido de que sejam esclarecidas as seguintes informações: a) Se existe alguma Empresa Terceirizada visando a varrição e coleta de lixo domiciliar no Município de Miracema; b) Caso exista alguma Empresa, informar desde quando a referida se encontra em operando no Município; c) Se existe e estiver em operação, informar como se deu a contratação da referida; d) Esclarecer se a referida empresa está utilizando motoristas e mão de obra dos servidores públicos municipais; e) Que sejam encaminhadas cópias integrais do Processo Licitatório que gerou a contratação da Empresa visando a coleta de lixo domiciliar do Município de Miracema. Deferido. 14) O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos ao Deputado Jorge Sayed Picciani, o parabenizando pela conquista da Presidência da ALERJ, desejando sucesso nesta nova etapa de sua carreira política. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 15) O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Deputado Federal Eduardo Cunha (PMDB), por ter sido eleito Presidente eleito da Câmara Federal, representando o Estado do Rio de Janeiro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 16) O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos para o Deputado Paulo Melo, o parabenizando por ter assumido a Secretaria Estadual de Governo. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 17) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Emerson Luiz Pereira - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a limpeza dos entulhos, galhos secos e outros objetos nos seguintes bairros: Rodagem, Pontilhão do Rosa e Bherto Barros. Deferido. 18) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja criado um Centro de Zoonose no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Deferido. 19) A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Vânia, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Extingue no Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, o Cargo de Secretário de Transporte e do Item 10, do art. 52, da Lei nº 798/99, a Secretaria Municipal de Transporte; Transfere toda a Estrutura Orgânica da Secretaria Municipal de Transporte para a Estrutura Orgânica da

Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, que passará a ser denominada Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte, assim como Cria a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que passará a constar no art. 52, item 10, da Lei 798/99 e o Cargo de Secretário Municipal de Cultura e Turismo, que passará a ostentar a simbologia DS – 11, da Lei nº 813/99. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que foi discutido a criação de dois cargos de diretores, assim sugeriu uma Emenda suprimindo este artigo e retirando a criação destes dois cargos, sendo que posteriormente o Poder Executivo poderá encaminhar um novo Projeto criando estes dois cargos. Foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Supressiva:** Suprime do Caput "..., bem como transfere a Biblioteca Municipal e a Escola de Música da Secretaria Municipal de Educação para a secretaria Municipal de Cultura e Turismo...". Autoria: Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Hugo Fernandes, Genessi Rodrigues da Silva, Gilson Teixeira Sales, Maria José Marques Barros Andrade e Carlos Magno da Silva Peres. Em votação, a Emenda Supressiva foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Supressiva:** Suprime o Artigo 4º e renumera os demais artigos. Autoria: Autoria: Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Hugo Fernandes, Genessi Rodrigues da Silva, Gilson Teixeira Sales, Maria José Marques Barros Andrade e Carlos Magno da Silva Peres. Em votação, a Emenda Supressiva foi aprovada por unanimidade. **c) Emenda Supressiva:** Suprime o Artigo 5º e renumera os demais artigos. Autoria: Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação, a Emenda Supressiva foi aprovada, com apenas um voto contrário, do Vereador João Siqueira Magalhães. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que estamos atravessando uma crise no país inteiro, tanto hídrica quanto financeira, sendo que alguns municípios estão cortando cargos para diminuir suas despesas. Acrescentou que não vê uma importância muito grande na criação da Secretaria Municipal de Cultura, acreditando que ela não precisaria ser criada, devendo ser apenas extinguida a Secretaria de Transportes. Destacou que Miracema não poderia criar cargos quando a população está precisando que o Poder Público diminua despesas para realizar investimentos no Município. Por fim, disse que sua vontade não é atrapalhar, sendo que inclusive já pediu o organograma da Secretaria de Cultura que seria criada, mas não foi atendido. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno lembrou que em alguns Municípios os Prefeitos estão reduzindo seus próprios salários, sendo que o

Estado do Rio de Janeiro perderá muito dinheiro por causa dos royalties e pela queda do preço do petróleo. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva entende que os Distritos precisam de cargos para ajudar a gerir os locais, mas também devemos realizar redução de despesas. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a criação da Secretaria também trará benefícios para o Município, pois foi extinguida uma Secretaria e criada outra, sendo que o cargo de Assessor que existia da Secretaria de Educação para tratar dos assuntos de Cultura foi automaticamente extinguido. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a queda de receita ocorrerá no país inteiro, acrescentando que não está sendo criado um cargo novo, apenas extinguindo uma Secretaria e criando outra, não alterando o orçamento. Destacou que a Secretaria possuirá suas responsabilidades e entende a preocupação com os cortes de gastos. Por fim, solicitou que o Projeto de Lei fosse votado em primeira e punica votação, o que foi aceito por todos e deferido pelo Presidente. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado com três votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Gilson Teixeira Sales, e sete votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Hugo Fernandes, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Carlos Armando de Azevedo, Fabrício de As Xavier e Maria José Marques Barros Andrade, dando origem a Lei nº 1.580, de 05 de fevereiro de 2015. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art.1º - Fica extinto o Cargo de Secretário Municipal de Transporte, símbolo DS-11, da Lei nº 813/99 e a Secretaria Municipal de Transporte constante do item 10, art.52, da Lei Nº 798/99. Art. 2º - Transfere a estrutura orgânica da extinta Secretaria de Transporte para a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, que passa a ser denominada Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte. Art. 3º - Fica criada a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, mediante alteração do disposto no item 10, do art.52, da Lei Nº 798/99, assim como o Cargo de Secretário Municipal de Secretário Municipal de Cultura e Turismo, símbolo DS-11, com as atribuições constantes do Anexo I desta Lei que passa a fazer parte integrante da Lei nº 813/1999. Art. 4º - Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que em alguns pontos da Rua Marechal Floriano

não deveria estar sendo realizado o serviço de carga e descarga das mercadorias, sendo que o Supermercado Ramos possui entrada na Rua Coronel Josino e deveria realizar a carga e descarga de mercadorias nesta Rua, não prejudicando o trânsito da Rua Marechal Floriano. Acrescentou que o Departamento de Trânsito do Município deveria orientar as pessoas nesse sentido, pois assim os problemas com o trânsito diminuiriam. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que todas as segundas-feiras serão realizadas as reuniões da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, às 17:30min, analisando os Projetos que estiverem na Comissão. Continuando, solicitou sua a saída da Comissão de Educação, uma vez que sua mãe está exercendo a função de Subsecretária de Educação, assim por questões de ética, pede para que seja nomeado um novo Vereador para fazer parte da Comissão. O Vereador Gilson Teixeira Sales se prontificou a participar da Comissão. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares concordou com a substituição e indicou o Vereador Gilson Teixeira Sales para participar da Comissão de Educação. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que aconteceram algumas situações enquanto estava como Presidente desta Casa Legislativa e não se manifestou na época, sendo que acredita ser incoerente os Vereadores que participam das Comissões Permanentes solicitarem vista em Projetos de Lei, pois se o Vereador assinou o parecer para o Projeto ser votado é estranho ele pedir vista do referido. Acrescentou que outra situação é o fato de que não entender um Vereador votar a favor de uma Emenda e depois contra o referido Projeto, sendo que não quer questionar e nem justificar o voto de qualquer Vereador. Por fim, destacou que respeita o voto de todos os Vereadores. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que concordou com a Emenda por causa da supressão dos cargos que seriam criados, sendo que votou contra o Projeto por causa da criação do cargo de Secretário, sendo que no caso no Projeto ser aprovado ele era de acordo com a Emenda, mas sua primeira intenção era a não aprovação do Projeto. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que ao assinar os Pareceres de Comissão que faz parte sempre indica para que o Plenário possa apreciar o Projeto, pois não quer impedir a tramitação do Projeto. Acrescentou que toda a Região Sudeste vem sofrendo muito com a falta de água, sendo que Miracema possui águas suficientes para suprir o abastecimento da população nos dias de racionamento. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que as chuvas precisam

ocorrer nos locais das represas de água, sendo que a construção da barragem em Miracema solucionaria os problemas do Município, por isso vai marcar um dia para conversar pessoalmente com o Deputado André Corrêa. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que o Sr. Prefeito levou um ofício ao Governo do Estado solicitando o desarquivamento deste Projeto. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares pelo primeiro dia dos trabalhos como Presidente. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos ao Secretário Municipal de Agricultura Leonardo, pelo excelente trabalho realizado na Comunidade de Duas Barras, com a instalação de uma caixa d'água com a capacidade de aproximadamente 5.000 litros, bem como a construção de uma extensão de rede com 2.000 metros, atendendo diversas famílias na localidade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos ao Prefeito Municipal, pelo excelente trabalho realizado na Comunidade de Duas Barras, com a instalação de uma caixa d'água com a capacidade de aproximadamente 5.000 litros, bem como a construção de uma extensão de rede com 2.000 metros, atendendo diversas famílias na localidade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos ao Sr. Messias Mota e sua esposa Dona Fátima, pois eles, com muito prazer, solidariedade e disposição, ofereceram alimentação para os onze funcionários do Prefeitura Municipal em sua residência durante uma semana para que os trabalhos dos referidos pudessem ser otimizados. Todos os Vereadores irão assinar. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou um requerimento ao Secretário Estadual de Agricultura, Sr. Christino Áureo, no sentido de que envide esforços a fim de que sejam concedidos ao Município de Miracema 5.000 metros de canos com o intuito de atender as famílias que ainda não foram contempladas com o abastecimento de água na Comunidade de Duas Barras. Aprovado. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que esteve reunido com o Diretor Nacional do SENAC e foi informado que 68% (sessenta e oito por cento) dos alunos que estudam em Santo Antônio de Pádua são miracemenses. Destacou que diversos cursos foram suspensos por causa do corte de gastos do Governo Federal e pediu para que Miracema fosse olhada com mais carinho, pedindo mais vagas e mais cursos para nosso Município. Por fim, disse que votou contra o Projeto por causa do corte de gastos, tendo entendido que ele ficaria melhor com a aprovação da Emenda. O Vereador Carlos Armado de Azevedo esclareceu que não

entende o aumento da gasolina com a queda do preço do barril de petróleo, sendo que na comunidade de Duas Barras poderia ser construído mais um poço, assim todas as famílias conseguiriam ser atendidas. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que fez algumas solicitações ao Deputado Coronel Jairo e acabou tendo algumas delas atendidas, dessa forma passou a ler as emendas orçamentárias destinadas à Miracema pelo Deputado. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares parabenizou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 09/02/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 05 de fevereiro de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e dois, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 117, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que Torna-se obrigatória a impressão da descrição detalhada das taxas que integram o carnê de IPTU, de autoria do Vereador

João Siqueira Magalhães; 02) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao Mês de Maio de 2014; 03) Portaria nº 264/14 de 30 de maio de 2014 da Prefeitura Municipal de Miracema; 04) Ofício EL nº 41/2014 da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro; 05) Telegramas NºRef: 024821/MS/SE/FNS, 003358/MS/SE/FNS e 016843/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 06) Projeto de Lei que Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município de Miracema, o "Dia do Administrador", de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 07) Ofício SCM nº 134/14 da Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou cópia deste ofício; 08) Convite da Secretaria Municipal de Educação para a formatura dos alunos da Rede Municipal de Ensino; 09) Processo nº 2014.05328-5, contendo o ofício GAB/PMM nº 374/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 045/2014. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - À Superintendência Regional do Norte Fluminense da Caixa Econômica Federal - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa o motivo do bloqueio do crédito de recursos financeiros mencionado no Ofício nº 0125/2014/GIGOV Campos / SR Norte Fluminense. Aprovado. 02) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Exmo. Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Luiz Fernando Pezão - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implementado no Município de Miracema o Projeto "Bairro Novo", nos Bairros Jardim Beverly e Morro da Fazendinha. Aprovado. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizada a pavimentação de aproximadamente 30 metros, no final da rua localizada no Morro do Jiló, no Distrito de Venda das Flores. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. André Luiz Amim para falar sobre um Projeto sobre o Meio Ambiente. Com a palavre, o Sr. André, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que veio realizar a explanação de um Projeto muito bom para o Município, sendo que está acompanhado dos Srs. Mauro Borges, Maurício e Rodrigo. Acrescentou que está sendo uma formada uma equipe com o objetivo de realizar alguns Projetos na área de Meio Ambiente com o objetivo de conseguir recursos para o Município de Miracema. Afirmou que já conversou com o Sr. Prefeito Municipal sobre

este assunto, explicando que existem diversos recursos federais para serem liberados, esperando apenas os Projetos Municipais. Disse que atualmente as principais nascentes de Miracema estão secas, pois elas vêm sendo prejudicadas por diversos fatores. Dessa maneira, há dois anos, já está sendo feito um estudo sobre este assunto, buscando identificar e solucionar os problemas. Destacou que vários sítios estão sofrendo a queda do volume de água e que o objetivo principal do Projeto é recuperar a contenção das encostas do Município. Por fim, disse que veio pedir aos Vereadores para abraçarem o Meio Ambiente, destacando que os problemas com a água estão muito complicados e que estão sendo estudados alguns Projetos, esclarecendo que o Sr. Prefeito Municipal lhe disse que seus principais objetivos seriam melhorar a Educação e a Saúde Municipais, entretanto existe uma verba específica destinada apenas à área do Meio Ambiente. O Sr. Mauro Borges esclareceu que o objetivo deles é realizar o aumento do tempo de permanência das águas nas bacias hidrográficas, pois os assoreamentos dos rios pode ocasionar secas. Acrescentou que ficou muito feliz com a recepção do Secretario Municipal de Meio Ambiente, pois ele se mostrou favorável ao Projetos apresentados, esclarecendo que a valoração das terras se deve a presença ou não de água no solo, sendo que este é o foco prioritário dos projetos. Concluindo, disse que o papel deles é contribuir com o Município de Miracema, destacando que o Projeto está sendo muito bem estudado. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que na Lei Orgânica do Município de Miracema existe um artigo visando a recuperação da Mata Atlântica, entretanto percebe que a necessidade de recuperação da Mata Atlântica está fazendo com que as pessoas deixem o campo e tenham vontade morar no centro urbano. Destacou, ainda, que o Município de Miracema possui um dos melhores solos da região. O Vereador Hugo Fernandes cumprimentou todos os envolvidos no Projeto, destacando que estamos acostumados a ver jovens saindo de Miracema para as grandes cidades, porém eles fizeram o contrário, retornando ao Município de Miracema com projetos e desejo de melhoria. Acrescentou que o Município de Miracema precisa muito deste trabalho, pois existe uma reclamação muito grande dos produtores rurais por causa da falta de água na região. Destacou que este trabalho seria de fundamental importância para o Município de Município e que todos os Vereadores estarão disponíveis para ajudar no que for necessário. O Vereador

Maurício Sant'Ana Soares disse que todos os Vereadores irão abraçar esta causa, esclarecendo que é preciso existir um Projeto importante sobre o Meio Ambiente no Município de Miracema, por isso coloca a Comissão do Meio Ambiente desta Casa Legislativa a disposição para ajudar. O Sr. André agradeceu aos Vereadores pelas palavras, esclarecendo que o objetivo deles é auxiliar o Município de Miracema. Por fim, disse que os trabalhos no Meio Ambiente devem ser objetivos, pois é preciso preservar as nascentes do Município de Miracema. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes convidou o Sr. João Antônio Serri, Secretário Municipal de Fazenda, para fazer uso da Tribuna com o objetivo de que sejam esclarecidos alguns questionamentos sobre os Projetos de Lei que dispõem sobre Créditos Adicionais, destacando, ainda, que o Projeto Lei referente ao Parcelamento da Dívida com a CAPPS será retirado de votação. Com a palavra, o Sr. João Serri esclareceu que se for informado de onde será retirada a verba para o Crédito Adicional o Orçamento Público ficaria muito restrito, destacando que normalmente são utilizados o superávit financeiro e a reserva de contingência para a utilização do Crédito Adicional. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu na elaboração do orçamento sempre é deixada uma margem para um possível remanejamento, por isso a especificação de algum lugar para a verba ser retirada acaba restringindo muito o orçamento público. O Sr. João Serri esclareceu que no ano passado o orçamento ficou muito amarrado, com isso foi necessário inclusive aumentar o limite de remanejamento. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que na leitura dos Projetos acaba se apegando aos pequenos detalhes, acreditando que quando o Projeto foi encaminhado já deveria ter sido analisada a disponibilidade da verba. O Vereador Hugo Fernandes disse que não existe uma maneira de realizar um remanejamento de verba no meio do ano. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou o que aconteceria nos casos dos convênios não fossem assinados. O Sr. João Serri disse que caso isto aconteça, a verba criada pelo Crédito Adicional não seria utilizada. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que entende a preocupação do Vereador João Siqueira Magalhães, entretanto a vinculação do local que deve ser retirada a verba restringiria muito o orçamento. O Vereador Hugo Fernandes perguntou quais seriam os meses em atraso a serem parcelados no Projeto sobre a Confissão de Dívidas a CAPPS e se, com o novo parcelamento o Município conseguiria arcar com estas despesas ou todo o ano

será feito um novo parcelamento. O Sr. João Serri esclareceu que o Município está realizando o pagamento do parcelamento Caixa de Previdência. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a dívida com a CAMEDES não deveria ser parcelada, pois esta verba é utilizada para o pagamento dos conveniados, acrescentando que o problema da CAMEDS é diferente do problema da CAPPS, sendo que inclusive existem notícias de que alguns pagamentos da CAMEDS estariam atrasados, acreditando que os problemas da CAMEDS deveriam ser resolvidos de forma prioritária, pois é um plano de saúde utilizado pela maioria dos servidores públicos municipais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que realmente existiam atrasos em alguns pagamentos. O Sr. João Serri disse que já foi realizado o pagamento referente aos atrasos em relação à CAMEDS. O Vereador João Siqueira Magalhães informou que recebeu um ofício da CAPPS informando o valor total da dívida, por isso está muito preocupado. Acrescentou que não está vendo onde o dinheiro do Município está sendo empregado e que escuta diversos boatos que a Prefeitura está devendo seus fornecedores. Por fim, disse que os Vereadores estão preocupados com os pagamentos futuros dos servidores e que com o parcelamento da dívida o valor de investimento do Município acaba diminuindo. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que o Presidente da CAPPS possui um documento falso sobre algumas dívidas passadas e que este documento não foi contestado por ninguém, sendo um este um problema muito grave, destacando que no futuro a Prefeitura pode chegar a um ponto de ficar ingovernável. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se está sendo pago algum precatório judicial. O Sr. João Serri disse que existe um precatório no valor de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) a serem pagos para os servidores, originários de um processo de 2000 e um outro precatório no valor de aproximadamente R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Acrescentou que a situação financeira da Prefeitura Municipal é muito complexa, sendo que quando o atual governo assumiu a Prefeitura constatou que o FGTS e o INSS nunca haviam sido pagos, assim fez toda a contabilidade necessária e efetuou o parcelamento destas dívidas. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se existe uma verba destinada ao pagamento dos precatórios. O Sr. João Serri esclareceu que existe a dotação orçamentária própria para o pagamento dos precatórios. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno destacou que o problema

da CAMEDS deveria ser resolvido de forma prioritária, pois existe um grande risco dos valores aumentarem. O Vereador Hugo Fernandes disse que a gestão da CAPPS também deveria ter a responsabilidade de gerir seu orçamento. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que os problemas precisam ser resolvidos para que o Município de Miracema possa ser governado com tranquilidade. O Vereador Fabrício de Sá Xavier mencionou que não entende o grande número de parcelamentos que vem ocorrendo no Município de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a disponibilidade do Secretário Municipal de Fazenda em esclarecer estes pontos. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 06 (seis) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** Acrescenta ao Artigo 1º no item "Produto" a expressão *"a ser"*, ficando o produto a ser efetuado. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado com um voto contrário, do Vereador João Siqueira Magalhães, e nove votos favoráveis, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1.517, de 05 de junho de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Implantação de Pavimentação em Vias Públicas do Município, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.07 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; Função: 15 – Urbanismo; Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana; Programa: 0218 – Execução de Obras - Sec. Mun. de Obras e Urbanismo; Ação: 1.014 - Pavimentação de Ruas da Sede do Município e Distritos e de Galeria de Esgoto no 2º Distrito; Produto: Pavimentação a ser Efetuada; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Art. 2º - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial advirá da Proposta Convênio Nº 025341/2014, firmado entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no

valor de R$ 295.300,00 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos reais) em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo a Contrapartida do Município no valor de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), perfazendo um total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) conforme demonstrado no art. 1º desta Lei. Art. 3° - Os recursos para atender ao Crédito Adicional Especial, classificado no art. 2º referente à Contrapartida do Município, no valor de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), ocorrerão à conta de anulação parcial de dotação orçamentária de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** Acrescenta ao Artigo 1º no item "Produto" a expressão *"a ser"*, ficando o produto a ser efetuado. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado com um voto contrário, do Vereador João Siqueira Magalhães, e nove votos favoráveis, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1.518, de 05 de junho de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Implantação de Pavimentação em Vias Públicas do Município, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.07 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; Função: 15 – Urbanismo; Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana; Programa: 0218 – Execução de Obras - Sec. Mun. de Obras e Urbanismo; Ação: 1.014 - Pavimentação de Ruas da

Sede do Município e Distritos e de Galeria de Esgoto no 2º Distrito; Produto: Pavimentação a ser Efetuada; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 1.007.800,00 (Um milhão e sete mil e oitocentos reais). Art. 2º - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial advirá da Proposta Convênio Nº 030308/2014, firmado entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 987.600,00 (novecentos e oitenta e sete mil e seiscentos reais) em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo a Contrapartida do Município no valor de R$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais), perfazendo um total de R$ 1.007.800,00 (um milhão e sete mil e oitocentos reais) conforme demonstrado no art. 1º desta Lei. Art. 3° - Os recursos para atender ao Crédito Adicional Especial, classificado no art. 2º referente à Contrapartida do Município, no valor de R$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais), ocorrerão à conta de anulação parcial de dotação orçamentária de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda **a) Emenda Modificativa:** Acrescenta ao Artigo 1º no item "Produto" a expressão *"a ser"*, ficando o produto a ser efetuado. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado com um voto contrário, do Vereador João Siqueira Magalhães, e nove votos favoráveis, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1.519, de 05 de junho de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme

abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Implantação de Pavimentação em Vias Públicas do Município, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.07 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; Função: 15 – Urbanismo; Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana; Programa: 0218 – Execução de Obras - Sec. Mun. de Obras e Urbanismo; Ação: 1.014 - Pavimentação de Ruas da Sede do Município e Distritos e de Galeria de Esgoto no 2º Distrito; Produto: Pavimentação a ser Efetuada; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais). Art. 2º - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial advirá da Proposta Convênio Nº 025314/2014, firmado entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 1.185.400,00 (um milhão cento e oitenta e cinco mil e quatrocentos reais) em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo a Contrapartida do Município no valor de R$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos reais), perfazendo um total de R$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) conforme demonstrado no art. 1º desta Lei. Art. 3° - Os recursos para atender ao Crédito Adicional Especial, classificado no art. 2º referente à Contrapartida do Município, no valor de R$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos reais), ocorrerão à conta de anulação parcial de dotação orçamentária de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** Acrescenta ao Artigo 1º no item "Produto" a expressão *"a ser"*, ficando o produto a ser efetuado. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado com um voto contrário, do Vereador João Siqueira Magalhães, e nove votos favoráveis, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1.520, de 05 de junho de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte

Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Pavimentação em Vias Públicas do Município em Paralelepípedos, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.07 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; Função: 15 – Urbanismo; Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana; Programa: 0218 – Execução de Obras - Sec. Mun. de Obras e Urbanismo; Ação: 1.151 - Obras de Infraestrutura com Pavimentação e Drenagem; Produto: Pavimentação a ser Efetuada; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 604.100,00 (Seiscentos e quatro mil e cem reais). Art. 2º - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial advirá do Termo de Compromisso Nº 789673/2013, firmado entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 592.000,00 (quinhentos e noventa e dois mil reais) em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo a Contrapartida do Município no valor de R$ 12.100,00 (doze mil e cem reais), perfazendo um total de R$ 604.100,00 (seiscentos e quatro mil e cem reais) conforme demonstrado no art. 1º desta Lei. Art. 3° - Os recursos para atender ao Crédito Adicional Especial, classificado no art. 2º referente à Contrapartida do Município, no valor de R$ 12.100,00 (doze mil e cem reais), ocorrerão à conta de anulação parcial de dotação orçamentária de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **05)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** Acrescenta ao Artigo 1º no item "Produto" a expressão *"a ser"*, ficando o produto a ser efetuado. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado com um voto contrário, do Vereador João Siqueira Magalhães, e nove votos favoráveis, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1.521, de 05 de junho de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal no uso de

minhas atribuições legais, sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Aquisição de Patrulha Mecanizada, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.09 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário; Função: 20 – Agricultura; Subfunção: 122 – Administração Geral; Programa: 0212 – Reequipar a Manutenção Operacional da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário; Ação: 1.182 - Aquisição de Patrulha Mecanizada; Produto: Aquisição a ser Efetuada; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 340.000,00 (Trezentos e quarenta mil reais). Art. 2º - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial advirá do Contrato de Repasse Nº 49911/2013, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo a Contrapartida do Município no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), perfazendo um total de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) conforme demonstrado no art. 1º desta Lei. Art. 3° - Os recursos para atender ao Crédito Adicional Especial, classificado no art. 2º referente à Contrapartida do Município, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), ocorrerão à conta de anulação parcial de dotação orçamentária de acordo com o art 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **06)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa** Acrescenta ao Artigo 1º no item "Produto" a expressão *"a ser"*, ficando o produto a ser efetuado. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado com um voto contrário, do Vereador João Siqueira Magalhães, e nove votos favoráveis, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1.522, de 05 de junho de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a

Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Construção de Duas Quadras de Esportes, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.06 - Secretaria Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Função: 27 - Desporto e Lazer; Subfunção: 812 – Desporto Comunitário; Programa: 0241 – Praças e Parques Recreativos e Desportivos; Ação: 1.159 - Construção de Quadras Poliesportivas; Produto: Construção a ser Efetuada; Metas Físicas: 02 unidade; Valor: R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais). Art. 2º - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial advirá da Proposta de Convênio Nº 024608/2014, firmado entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 487.500,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo a Contrapartida do Município no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), perfazendo um total de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) conforme demonstrado no art. 1º desta Lei. Art. 3° - Os recursos para atender ao Crédito Adicional Especial, classificado no art. 2º referente à Contrapartida do Município, no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), ocorrerão à conta de anulação parcial de dotação orçamentária de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a impressão da descrição detalhada das taxas que integram o carnê de IPTU já estava sendo realizada pela Prefeitura Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que seu Projeto de Lei tem o objetivo de fazer o povo entender e compreender o que está pagando. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos para o casal Maurício Sant'Ana Soares e Maria Tereza os parabenizando pela passagem de suas Bodas de Prata. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que sua esposa é a verdadeira merecedora desta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para a Professora Sandra

Maria Gomes de Azevedo em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao CVT de Miracema. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo vai assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para a Professora Nedymélia Meireles que vai assumir a Direção do CVT de Miracema, desejando sorte e sucesso neste novo desafio. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade vai assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 09/06/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 09 de junho de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

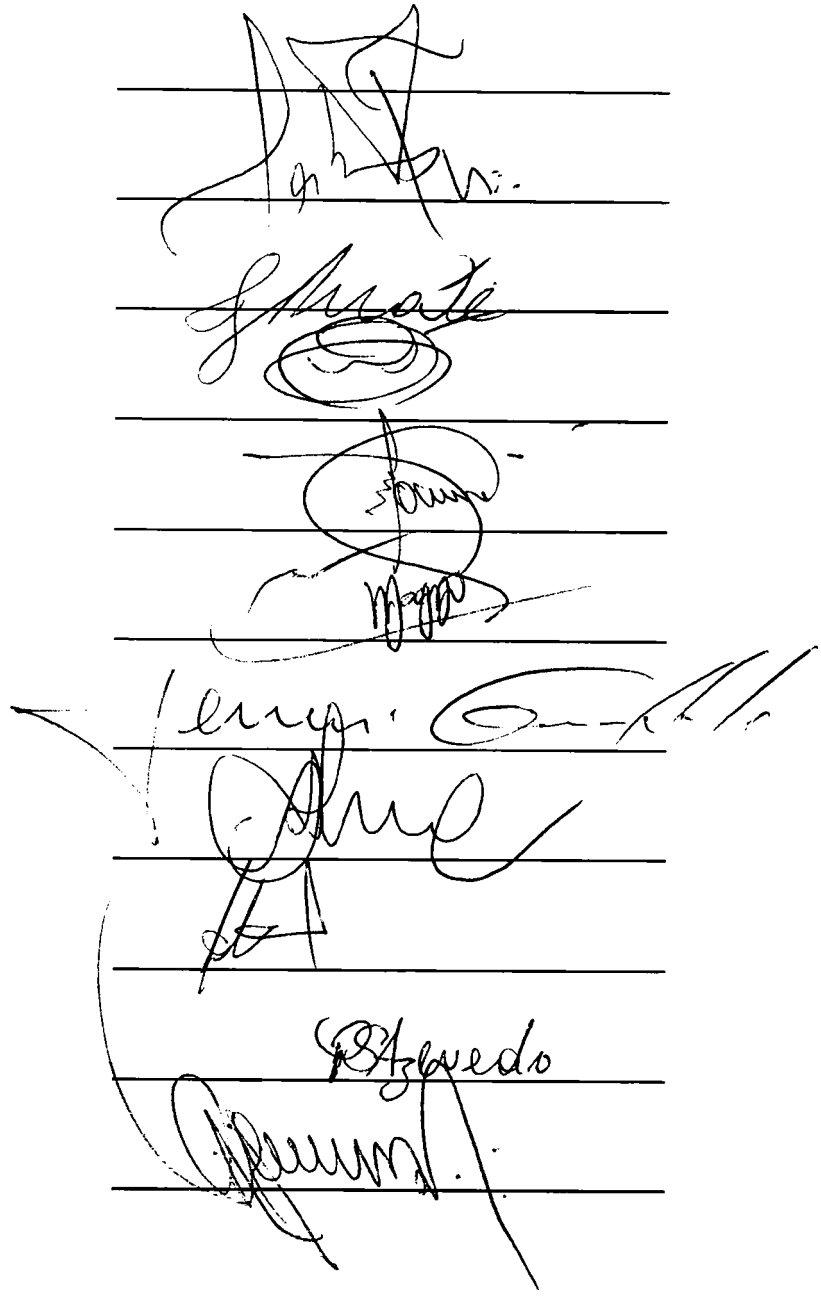
Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e oitenta e seis da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 07, Versículos de 01 à 06. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 02 de setembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 014/2019 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, respondendo o ofício nº 0629/2019; 02) Ofício Circular SEMMAM nº 055/2018 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 03) Indicação do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo ao Prefeito Municipal encaminhando Minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre o Funcionamento do serviço Funerário Municipal de Miracema, institui penalidades e dá outras providências. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a poda das árvores localizadas no Estádio Municipal Plínio de Bastos. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços com o objetivo de acabar com o lixão existente na Rua Deodato Linhares, tendo em vista que ele foi criado para ser usado apenas pelos carroceiros e atualmente o referido lixão está sendo usado de forma imprudente. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido

de que seja realizada a poda das árvores da Vila Muniz, no Distrito de Paraíso do Tobias. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o conserto da rede de esgotos localizada na Vila Muniz, no Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que a referida rede está correndo a céu aberto. Deferido. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o conserto da iluminação da escadaria Lucy Romão, tendo em vista que o local está muito escuro, causando riscos para a população. Deferido. 06) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao DEMUTRAN - Solicitação no sentido de que seja instalado um redutor de velocidade na parte de cima da Rua do Cemitério, com o objetivo de evitar acidentes no local. Deferido. 07) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja designado um varredor para a Rua Cândido Dias Tostes, tendo em vista que e a referida rua está sem este serviço. Deferido. 08) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o conserto da rede de esgotos localizada nas Casinhas Populares do Bairro Jove, tendo em vista que a referida rede está com vazamento. Deferido. 09) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revitalização, com uma melhora na quadra de areia, no Parque localizado no Bairro Hospital, tendo em vista que o local é muito frequentando pelos jovens do referido bairro. Deferido. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que viu pessoalmente as máquinas da Prefeitura trabalhando depois da divisa com Santo Antônio Pádua, sendo que ainda mentiram para os funcionários dizendo que ela teria tirado fotos. Destacou que estão tentando colocar os funcionários contra ela, entretanto não é contra nenhum funcionário e sim contra o sistema que está sendo feito. Reafirmou que não tirou nenhuma e não quer e nem vai prejudicar nenhum funcionário. Concluindo disse que não é contra a utilização das máquinas da Prefeitura, mas devemos ter critérios, pois quando uma máquina da Prefeitura der defeito ao realizar um trabalho particular, o proprietário do terreno deveria arcar com os custos do conserto. O Vereador Hugo Fernandes disse que já passou do tempo de regularizarmos essas situações de uso das máquinas da Prefeitura. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que

assume todas suas falas e não vai deixar utilizarem seu nome para fazerem fofocas. 10) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À ENEL - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a relocação do poste ou o afastamento da rede elétrica, do poste localizado próximo ao nº 401, da Rua Ururarai de Matos Macedo, em Miracema, tendo em vista que a referida rede elétrica está causando riscos aos moradores. Aprovado. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que deseja a realização de uma audiência pública sobre a Regularização Fundiária, pois a Câmara Municipal já tomou todas as medidas possíveis em relação a esse assunto. Dessa maneira, espera que o Prefeito e seu corpo técnico possa apresentar um trabalho nesse sentido, sendo que a parte da Câmara já foi feita e agora espera a manifestação do Poder Executivo. O Vereador Hugo Fernandes disse que este trabalho é muito importante, por isso parabeniza o Vereador Genessi por essa luta. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que existe uma cobrança dos munícipes em relação a esse assunto, pois ele é um grande problema de Miracema, assim espera que em breve o Prefeito e seu corpo técnico possam solucionar esta situação. 11) Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou uma Moção de Aplausos para o Sr. José Luiz Zanco, o parabenizando por ter completado 44 anos de serviços no Hospital de Miracema, sempre trabalhando com muito zelo, carinho, dedicação e competência. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja elaborado um Projeto para a construção de faixas de pedestres elevadas para o Centro Histórico de Miracema, em conformidade com o INEPAC. Deferido. Continuando, o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que as críticas realizadas em geral são válidas, mas deveriam ser mais específica e com a citação dos nomes das pessoas envolvidas. 13) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de envide esforços a fim de que seja realizada a instalação de refletores na Quadra de Areia e no Campo Society, bem como que seja feita a pintura dos postes e da estrutura do alambrado, na Praça da Juventude. Solicitamos, ainda, que seja colocado janelas no imóvel localizado na Praça da Juventude, que se encontra inacabado com o objetivo de que o referido seja cedido para a comunidade para a realização de atividades religiosas e culturais, tais

como reuniões de igrejas, grupos de dança, etc., impedindo com isso que o referido bem seja depreciado. Deferido. 14) Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Aplausos para a Sra. Cinara Novis Cardoso de Barros, a parabenizando pelos excelentes serviços que ela vem prestando ao Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 15) Vereador José Augusto Martins - Ao Prefeito Municipal, com vista ao Órgão Competente - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de fazer um reforço na Praça da Juventude, localizada na Rua Alcebíades Mendes Linhares, perto do CIEP 267, tendo em vista que a referida praça deveria ser o ponto principal de lazer e cultura do bairro. Solicitamos, ainda, que seja instalada, com urgência, uma grade de proteção atrás da pista de skate, também localizada na referida praça, tendo em visa que muitas crianças estão brincando no local, sofrendo risco de acidentes. Deferido. 16) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente do Sindicato Municipal, Sr. Agnaldo Lanes - Considerando que o Sindicato é o Legítimo representante do Servidor; Considerando que há um clamor dos Servidores para receber o que é de direito, sem precisar pedir favor; Considerando que infelizmente a Prefeitura é praxe fazer alguns pagamentos de direitos trabalhistas sem ordem cronológica de requerimentos, processos etc.; Considerando que já passou da hora de sanar tais injustiças, principalmente com os Aposentados. Encaminho solicitação no sentido de que seja emitido um parecer, com uma sugestão técnica e justa para elaborar um Projeto de Lei ou Indicação Legislativa para apresentar com URGÊNCIA ao Executivo, visando corrigir conforme explicitado acima. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes disse que tem a intenção de apresentar um Projeto de Lei e não uma indicação ao Poder Executivo, assim poderemos resolver estes problemas mais rapidamente. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que a Prefeitura precisa utilizar critérios para a realização do pagamento dos direitos dos servidores, pois não são direitos políticos e sim direitos pessoais de cada servidor. 17) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a informatização do Setor de Recursos Humanos (RH) da Prefeitura de Miracema. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 09/09/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para

constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes.
Sala das Sessões, 05 de setembro de 2019.



Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e trinta e oito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloi, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Maurício Sant'Ana Soares, solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 121, Versículos de 01 a 03. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Comunicado do Juízo da 112ª Zona Eleitoral – Miracema/RJ sobre o cadastramento biométrico do título de eleitor. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhada uma cópia para cada Vereador; 02) Projeto de Resolução que concede o título de Cidadão

Miracemense ao Sr. Moacir da Conceição Chagas, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 03) Projeto de Resolução que concede o título de Cidadão Miracemense ao Sr. Fábio de Souza Gomes, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 04) Projeto de Resolução que concede o título de Cidadã Miracemense à Sra. Celina Maria de Oliveira Toscano, de autoria do Vereador Maurício Sant'Ana Soares; 05) Projeto de Resolução que concede o título de Cidadã Miracemense à Sra. Maria Benedita, de autoria do Vereador Maurício Sant'Ana Soares; 06) Projeto de Resolução que concede a Comenda Cultural Júlio José de Oliveira ao Sr. Rogério Andrade Barbosa, de autoria do Vereador João Siqueira Magalhães; 07) Ofício nº 23/2015 do Juízo da 112ª Zona Eleitoral – Miracema-RJ; 08) Ofício SINTSAÚDE RJ nº 017/2015 do Sindicato dos Trabalhadores no Combate as Endemias e Saúde Preventiva no Estado do Rio de Janeiro; 09) Projeto de Resolução que concede o título de Cidadão Miracemense ao Sr. Jorge Sebastião Silva do Amaral, de autoria da Mesa Diretora; 10) Comunicado Nº CM096284/2015 do Ministério da Educação; 11) Recursos do Orçamento da União pagos aos Municípios encaminhado pela Câmara dos Deputados; 12) Ofício nº 005/2015 da Liga Paduana de Desportos. 13) Ofício nº 082/2015-GAB do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 012/2015; 14) Projeto de Resolução que concede o título de Cidadã Miracemense à Sra. Flávia Louzada, de autoria da Mesa Diretora. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma Força Tarefa na Rua Manoel do Couto Paiva, Bairro Jovem, uma vez que o referido bairro se encontra praticamente abandonado e precisa de obras na rede de esgotos, no calçamento, de iluminação, entre outras. Deferido. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Vereador Presidente da Câmara Municipal de Miracema - Solicitação no sentido de que sejam esclarecidas as seguintes informações: a) Relação de Assessores da Câmara Municipal de Miracema, com data de nomeação e exoneração; b) Quantidade de viagens e diárias dos Vereadores no período de janeiro de 2013 até a presente data; c) Registro de presença nas reuniões dos Vereadores no período de janeiro de 2013 até a presente data. Deferido. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que vai solicitar a abertura uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os fatos ocorridos na Caixa de Previdência, sendo que

existem diversos pontos a serem investigados, tais como: compra do Prédio da Antiga PROBAN; aluguéis; ofício 152-12 expedido pela CAPPS; contratação de prestadores de serviço e licitações; designação formal para gerir aplicação de recursos do RPPS; juros e multa; entre outros. Dessa forma, esclareceu que na próxima reunião vai apresentar o pedido de abertura de CPI, sendo que a CAPPS que precisa de documentos para demonstrar a lisura dos cálculos das dívidas, acreditando que a atual diretoria da Caixa de Previdência é ficha suja. 03) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que envide esforços a fim de que seja resolvido o problema que está acontecendo no Estádio do Ferradurão, uma vez que foi iniciada uma obra no local e a referida se encontra parada, gerando foco de mosquitos transmissores da dengue no local, inclusive, com os esgotos correndo a céu aberto. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Dr. Maurício Monteiro para falar sobre a Associação Atlética Miracema. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Dr. Maurício disse que volta a abordar o problema do Estádio José Moreira, sendo que se não o Sr. Zezé Moreira a Associação não teria terminado nem a sede social e nem o campo de futebol. Que veio frisar que não tem possui nada contra os advogados da parte que ingressou com a ação, sendo eles seus colegas de profissão e pessoas de boa índole. Esclareceu que tem um compromisso com o Zezé Moreira, pois ele lhe tratou com uma enorme gentileza. Esclareceu que o Processo Judicial correu por dez anos em completo sigilo, sendo que inclusive o Edital não foi publicado no Município de Miracema. Informou que o Clube fará uma reunião no dia 26, assim se até o dia 26 perceber que não houver um recuo de algumas pessoas, vai fazer uma representação criminal para o Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, esclarecendo que os fatos sobre o clube foi um estelionato. Que não entende o motivo do oficial de justiça não ter encontrado ninguém em Miracema. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou ao Vereador Presidente para nomear dois ou três Vereadores para realizar um estudo sobre a reformulação do Estatuto da CAPPS. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Ana Paula Miranda, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador

Hugo Fernandes esclareceu que gostaria de se colocar a disposição de trabalhar na CPI, pois possui diversos documentos para instruí-la. Esclareceu que não está entendendo a crucificação grande que vem ocorrendo com o Padre Alfredo, acredita que a proximidade da Semana Santa pode estar fazendo com que o caso ocorrido esteja ganhando um destaque muito grande na mídia. Afirmou que não é favorável ao preconceito e ao massacre que está sendo realizado nesta cidade e gostaria que os fatos que estão sendo investigados contra um graduado que trabalha em Miracema sejam noticiados da mesma maneira. Por fim, fez a leitura de um texto bíblico. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que a pior situação foi o ocorrido com mãe do padre, tendo sido feita uma verdadeira covardia contra ela, uma vez que a imprensa a pressionou demais. O Vereador Hugo Fernandes gostaria de ver se os fatos noticiados contra o juiz de Miracema serão enfatizados da mesma forma que estes fatos contra o Padre, sendo que infelizmente o Poder Judiciário consegue encobrir estes casos. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que as palavras do Vereador Hugo Fernandes foram muito felizes e lhe causou muita estranheza os fatos contra o Padre serem destacados em plena Semana Santa. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade parabenizou as palavras do Vereador Hugo Fernandes, esclarecendo que concorda com elas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares informou que teve de realizar algumas ações como Presidente da Câmara, sendo que, em quatro meses, a Prefeitura de Miracema ficou sem repassar aproximadamente R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), causando um pequeno desfalque no caixa da Câmara, entretanto está aguardando a regularização do repasse e espera que a Câmara Municipal não seja penalizada. Destacou que ficou muito triste com o jovem que foi baleado em frente ao Mustique, sendo que algumas notícias informam que o garoto foi baleado no chão. Esclareceu que um policial, dentro de um baile, com arma na cintura, acabou alvejando o garoto, por isso ficou muito triste ao perceber estes fatos ocorrendo dentro de nosso Município, sendo que o garoto baleado precisou inclusive ser transferido para Itaperuna. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Pronto Restabelecimento para o jovem Matheus Garcia, em virtude dos fatos ocorridos recentemente. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 09/04/2015, às 19 horas. Nada mais havendo

eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 06 de abril de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Alexandre Barbosa Machado**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Coronel Pedro Bastos, nº 614, Distrito de Venda das Flores, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Bispo Maurinho para fazer a leitura do seguinte texto bíblico: Romanos, Capítulo 13, Versículo 01. Continuando, o Sr. Presidente declarou aberta esta sessão Solene, lembrando a todos que estamos reunidos Solenemente, com a finalidade de inaugurar o Memorial Adumont Duarte Monteiro, saudoso Ex-Vereador desta Casa Legislativa, objetivando homenagear todos os demais Vereadores já falecidos que passaram pelo Legislativo Miracemense.

Esclareceu que não poderíamos deixar de relembrar um pouco da historia de Miracema, que foi elevada a categoria de Município, através do Decreto nº 3.401, de 07 de novembro de 1935, contando a época com somente o Distrito sede e com o Distrito de Paraíso do Tobias, ambos desmembrados do Município vizinho de Santo Antônio de Pádua. Já no ano de 1936, foi criado o Distrito de Venda das Flores, ficando o Município de Miracema, constituído de 03 (três) Distritos: Miracema, Paraíso do Tobias e Venda das Flores. A seguir o Sr. Presidente convidou o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno para falar sobre o Saudoso Adumont Duarte Monteiro. Com a palavra, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que o Sr. Adumont Monteiro trabalhava no campo e teve lucros com sua lavoura, tenho conseguido instalar o serviço de luz elétrica na fazenda e levando o serviço de telefonia até a sede da mesma, o que minimizou o isolamento em que vivia. Mencionou que os dois filhos mais velhos do Sr. Adumont foram estudar em regime de internato em Niterói/RJ e os dois mais novos vieram para Miracema para os estudos primários, assim ele passou a residir na Rua dos Gabriéis até a sua morte. Continuando, disse que durante os quinze anos em que o Sr. Adumont residiu na fazenda, ele ficava quase que isolado do mundo e só sabia de notícias através do rádio e do jornal Correio da Manhã que chegava com uma semana de atraso. Esclareceu que na época em que o Brasil estava sob a ditadura de Getúlio Vargas, em 1930, só conhecia o Brasil oficial através da Voz do Brasil que era irradiada para toda a nação, pois naquela época a realidade era bem diferente, uma vez que não havia estradas, comunicação, assistência hospitalar e outros. Continuando, disse que com a redemocratização do país, o Sr. Adumont se candidatou a Vereador por São José de Ubá e se elegeu, sendo que para exercer o mandato ele precisava sair cedo da fazenda, a cavalo até Monte Alegre, de lá ir de Pádua até Aperibé, atravessava o carro pelo Rio com uma balsa e chegava a Cambuci para reunião, que costumava não demorar mais do que cinco minutos uma vez que não existiam assuntos para tratar, sendo que o Município tinha pouco mais de uma dezena de funcionários e era completamente abandonado pelo Governo do Estado. Por conta deste sacrifício grande por nada, acabou pedindo a renúncia do cargo. Esclareceu que, em 1950, o Sr. Adumont se elegeu Vereador por Monte Alegre e exerceu mandato na Câmara do Município vizinho, que também não oferecia atrativos para o exercício parlamentar.

Em 1954, o Sr. Adumont foi eleito presidente do Rotary de Miracema e durante sua gestão, o seu colega de clube, Sr. Moacyr Junqueira, acabou eleito Governador do Distrito que abrangia os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e algumas cidades de São Paulo. Dessa forma, foi convidado por Junqueira e Antônio Ventura Lopes para se candidatar a Vereador, tenho sido novamente sendo eleito. Entretanto, diante do fracasso administrativo de Junqueira e a falta de apoio politico do Governador Miguel Couto, que não repassava as verbas para o Município, ele acabou se desiludindo com o mandato recebido. O Sr. Adumont era dotado de um grande espirito público e gostava de ajudar todo e qualquer movimento pelo engrandecimento de sua terra, sendo que realizou a doação da chácara de seus pais em Monte Alegre, possuindo mais de dois alqueires de terra, para o Governo do Estado com o objetivo de que fosse construído o Ginásio Monte Alegrense e casas populares. O Ginásio Poliesportivo construído pelo Prefeito Renato Padilha leva o seu nome. Disse que o Sr. Adumont tinha ambições políticas, mas não tinha vocação politica, uma vez que ficava enojado de ouvir as fofocas politicas e ver pouca coisa no campo das realizações. Acrescentou que o principal desencanto do Sr. Adumont foi com a renúncia de Jânio Quadros, que chegou ao poder através de uma avalanche de votos, longamente esperado no decorrer de sua vida, assim sua renúncia causou uma enorme decepção, passando a dizer que tinha perdido a capacidade de afirmar, que suas ilusões estavam mortas. Durante mais de duas décadas o Sr. Adumont foi membro do Rotary Clube de Miracema, e foi quem mais exerceu a sua presidência, sendo praticamente o orador oficial do clube, representando-o em várias conferências distritais, em Minas Gerais e no Espirito Santo. Afirmou que o Rotary exerceu um papel preponderante na vida comunitária, não só pelas iniciativas de instalar o serviço de telefonia na cidade, a fundação Leão XIII e a APAE, entre outras iniciativas. No campo cultural promoveu a vinda de várias personalidades de nível estadual e nacional como o Juiz Eliezer Rosa, o Ministro do STF Nelson Hungria e de Juscelino Kubitschek. Por fim, disse que a última intervenção do Sr. Adumont como orador foi na fazenda Cachoeira saudando o Ex-Presidente Juscelino Kubitschek, entretanto, terminou seus últimos dias em Miracema, frustrado por não ter sido eleito por duas vezes como candidato a Deputado Estadual, o seu grande sonho, o que resultou num grande ressentimento, sendo que seu último desejo foi ser enterrado em sua terra

natal, o que foi atendido. O Vereador Hugo Fernandes convidou o Vice-Prefeito Raphael Moreira para utilizar a palavra, uma vez que ele possui um compromisso mais tarde. O Sr. Raphael Moreira pediu desculpas por ter de se retirar durante o este evento, sendo que o Deputado Federal Hugo Leal lhe convidou para assumir a Presidência da juventude do PROS no Estado do Rio de Janeiro. Entretanto não poderia deixar de estar presente nesta solenidade de grande importância. Destacou que um povo que recorda o passado desenvolve seu futuro, assim o Memorial inaugurado no dia de hoje é uma grande homenagem para as pessoas ali presentes. Por fim, disse que esta é uma homenagem pequena para tudo o que aquelas pessoas fizeram em prol do Município de Miracema, mas é uma maneira de nós nos lembrarmos dos trabalhos que eles fizeram. O Vereador Alexandre Barbosa Machado disse que esta homenagem é muito pertinente, pois estes Vereadores realizaram grandes trabalhos em prol do Município de Miracema, sendo possível afirmar que eles são exemplos a serem seguidos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que ficou emocionado com a história do Sr. Adumont Duarte Monteiro, destacando que os Vereadores presentes no Memorial deixaram um legado muito importante para o Município de Miracema. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que está se sentindo muito honrado em participar desta reunião, pois as pessoas que estão sendo homenageadas foram responsáveis pela construção da história de Miracema elevando o nome do Município pelo país. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves parabenizou o Presidente Hugo Fernandes por ter tomado a iniciativa de fazer esta homenagem e agradeceu a oportunidade de estar como Vereador nesta homenagem. Destacou que não existe futuro sem passado, assim é possível afirmar que neste Memorial está escrito a história do Município de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que as pessoas homenageadas no dia de hoje colocaram Miracema como um dos Municípios mais progressistas da Região Noroeste Fluminense possuindo destaques em várias áreas. Destacou que todos os Vereadores presentes no Memorial merecem esta homenagem, pois contribuíram efetivamente para o progresso do Município. Por fim, disse que os Vereadores devem trabalhar com união para que Miracema volte a ser a Princesinha do Norte Fluminense, destacando que é preciso a vinda de uma grande Universidade para o Município. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo parabenizou a atitude do Presidente Hugo Fernandes em inaugurar este

Memorial homenageando os Vereadores já falecidos, desejando que eles possam ser exemplos para os Vereadores atuais, destacando que todos trabalharam com amor pelo Município de Miracema e sem receber nenhum tipo de remuneração. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva cumprimentou todos os familiares dos homenageados e agradeceu o Vereador Presidente por ter tomado tal iniciativa, uma vez que o Memorial vai representar o trabalho realizado por todos aqueles Vereadores. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a palavra dos Vereadores, destacando que esta iniciativa da Casa Legislativa tem o objetivo de relembrar todos os Vereadores que contribuíram para o progresso do Município. Por fim, mencionou que alguns familiares de Vereadores falecidos não trouxeram ou não encontraram as fotos deles e, por isso ainda não estão no Memorial. Continuando, convidou o Sr. Roberto Freitas para utilizar a palavra. O Sr. Roberto Freitas agradeceu a homenagem realizada dizendo que a família Freitas está se sentindo muito orgulhosa pela homenagem. Esclareceu que o nome do Sr. Adumont Duarte Monteiro foi muito bem escolhido. O Vereador Hugo Fernandes convidou o Sr. Maurício Monteiro para utilizar a palavra. O Sr. Maurício Monteiro disse que ficou muito feliz com as palavras do Vereador Gutemberg sobre seu pai. Dessa maneira, gostaria de agradecer a escolha do nome de seu pai para batizar o Memorial hoje inaugurado, esclarecendo que toda a família está se sentindo honrada com esta homenagem. Concluindo, o Vereador Presidente Hugo Fernandes convidou o Sr. Prefeito Municipal para utilizar a palavra. O Sr. Juedyr Orsay Silva cumprimentou todos os presentes, parabenizando esta Casa Legislativa por este reconhecimento. Destacou que não existe sucesso sem trabalho, por isso vem trabalhando diariamente em prol do Município de Miracema, tendo recebido a recente notícia de que Miracema será a primeira cidade a possuir todo o tratamento de seu esgoto. Esclareceu que em breve será implantada uma filial do CEDERJ no Município de Miracema, mencionando que tem muito orgulho de estar nesta Casa Legislativa, pois aqui foi onde iniciou sua trajetória política. Informou que uma fábrica de cigarro também será instalada no Município de Miracema gerando a princípio 60 (sessenta) empregos e no futuro podendo chegar a 150 (cento e cinquenta empregos), bem como uma indústria de cereais e o Supermercado Fluminense, gerando assim diversos empregos para a população. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes declarou inaugurado o Memorial Adumont Duarte Monteiro. Terminada as homenagens o Sr.

Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convidando para a próxima a ser realizada no dia 10/02/2014, às 19 horas. Convidou também os presentes, para um coquetel que seria servido em seguida, no recinto, comemorando a Inauguração do Memorial Adumont Duarte Monteiro. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número dois, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Aimoré da Silva Almeida, Maria Alessandra Leite Freire, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier, Guillerni Ribeiro de Camargo, Hugo Fernandes, José Augusto Martins, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Aimoré da Silva Almeida, solicitou à Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, 1ª Secretária da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Mateus, Capítulo 08, Versículos de 01 à 04. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou à Primeira Secretária da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Memorando nº 007 da Secretaria Municipal de Fazenda, respondendo ofício nº 014/2017 prestando algumas informações sobre o FUNDEB; 02) Ofício COMMAM nº 004/2017 do Conselho Municipal de Meio Ambiente. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas à Secretaria Municipal de Agricultura, no sentido de que seja realizada a roçada e patrolamento das Estradas Rurais localizadas nas regiões da Boa Vista, Ventania, Inhamal e Araponga. Deferido. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, em conjunto com os Vereadores Marcus Felipe Mercante Linhares, Guillerni Ribeiro de Camargo e Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa uma relação dos funcionários contratados, com os respectivos convênios, de todas as Secretarias Municipais. Deferido. 03) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, em conjunto com os Vereadores Marcus Felipe Mercante Linhares, Guillerni Ribeiro de Camargo e Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente da CAPPS - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa uma relação com a quantidade e nomes dos funcionários que se

encontram de licença para tratamento de saúde. Aprovado. 04) Vereador Guillerni Ribeiro de Camargo - Ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Sérgio Adriano de Souza - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a limpeza das Ruas e Vielas do Distrito de Paraíso do Tobias, pois as referidas se encontram com muito entulho e lixo. Deferido. 05) Vereador Guillerni Ribeiro de Camargo - Ao Secretário Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o conserto da Rede Esgotos localizada na Vila Munis, em frente à residência do Sr. Celso, tendo em vista que a referida rede está causando diversos transtornos para os moradores do local. Deferido. 06) Vereador Guillerni Ribeiro de Camargo solicitou Moção de Aplausos para o Comandante do 36º Batalhão da Polícia Militar, pelo grande trabalho que ele vem prestando em frente ao Batalhão, especialmente com a realização do reforço na segurança ao comércio local em toda nossa região. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 07) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Aimoré da Silva Almeida - Solicitação no sentido de que seja cedido o carro oficial desta Legislativo para o dia 21 de fevereiro de 2017 (terça feira), para uma viagem ao Rio de Janeiro, com saída de Miracema às 05 horas da manhã. 08) Vereador Fabrício de Sá Xavier, em conjunto com os Vereadores Marcus Felipe Mercante Linhares, Guillerni Ribeiro de Camargo e Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Licitações, no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma cópia do Processo Licitatório, bem como do Contratado Celebrado com a Empresa responsável pela Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos de Lixo para o aterro sanitário. Deferido. 09) Vereador Fabrício de Sá Xavier, os Vereadores Marcus Felipe Mercante Linhares, Guillerni Ribeiro de Camargo e Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação em regime de urgência, com vistas a Secretaria Municipal de Saúde, no sentido de que envide esforços a fim de que o Centro de Atendimento à Saúde da Mulher seja retornado ao seu local de origem, ao lado do antigo PU, tendo em vista que o atual local onde o Centro está instalado vem causando vários transtornos as gestantes e usuários que necessitam deste importante serviço. Deferido. 10) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando que já foi sancionada a

Lei Municipal nº 1.622, de 28 de dezembro de 2015, que institui o Programa de Regularização Fundiária no Município de Miracema. Considerando que nesta regularização pode a Municipalidade conceder Título de Legitimação de posse, em cada caso cobrando tão somente o custo unitário de cada título de interesse social ou de interesse específico. Solicitação no sentido de que seja informada qual a situação da referida lei, deprecando-se ainda pela sua regulamentação, eis que sua eficácia trará benefícios incontáveis a municipalidade, acrescentando que nos colocamos a disposição para ajudar no que for preciso visto que este é um Projeto de minha autoria. Deferido. 11) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, Sr. Ronilto Cunha - Solicitação no sentido de que seja realizado o reparo na rede de esgotos nas casas populares da comunidade de Areias, eis que a referida rede se encontra correndo a céu aberto causando transtornos e condições insalubres aos cidadãos. Solicito, ainda, que seja realizada uma vistoria, com a consequente recuperação, da iluminação do antigo campo de Futebol do povoado. Deferido. 12) Vereador José Augusto Martins - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o calçamento da Rua José Egídio de Oliveira, Bairro Santa Tereza, tendo em vista que nos dias de chuva a rua está ficando em péssimas condições. Deferido. 13) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada a elaboração de um Projeto de Lei criando vagas efetivas para suprir as necessidades do Município de Miracema, especialmente na Área da Saúde. Deferido. 14) Vereador Maurício Sant'Ana Soares, em conjunto com o Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudado o desarquivamento do Projeto Estudo de Viabilidade para a criação do Polo Sustentável de Peixes para Miracema e Região Noroeste Fluminense-RJ, por considerar o referido de suma importância para o nosso Município, sendo a mola propulsora para o pleno fomento e desenvolvimento da nossa economia, inclusão social, geração de emprego, trabalho, renda e impostos e plena qualidade de vida para a nossa população e dos demais Municípios da região. Deferido. 15) Vereador Hugo Fernandes, em conjunto com os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva e Maurício

Sant'Ana Soares - Projeto de Resolução que acrescenta ao parágrafo único do Art. 49 da Resolução nº 441 de 16/11/1992, do Regimento Interno. 16) Vereador Hugo Fernandes - Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes em todos os órgãos de Saúde do Município de Miracema, contendo informações sobre a Síndrome de Guillain-Barré. 17) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando que em Miracema e nos distritos existe uma grande quantidade de animais soltos pelas ruas e estradas, sejam cavalos, bois, gatos e principalmente cachorros, etc.; Considerando que há uma real necessidade de melhorar essa situação atendendo aos anseios da população; Considerando que a Lei Estadual 7.336 de 14/07/2016 prioriza o repasse de verbas oriundas de convênios com Governo Estadual aos Municípios que possuem um Conselho Municipal de Proteção de Defesa dos Direitos dos Animais; Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de criar um Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos dos Animais, para habilitar o município a firmar convênio com Governo do Estado para receber recursos. Deferido. 18) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando que a cada ano aumenta mais o número de toneladas de lixo residencial em nossa cidade; Considerando que em Miracema a Cooperativa dos Catadores, que trabalha na antiga UTIL, tem uma grande dificuldade na seleção do lixo a ser reciclado, e um valor de venda abaixo das expectativas para manter as despesas; Considerando que o trabalho dos cooperados além de árduo é cansativo em todos os níveis, principalmente quando chove pelo fato da maior parte do lixo ficar a céu aberto antes de ser separado; Considerando que já está previsto no Orçamento 2017 uma previsão de até R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) anual para triagem e seleção do lixo, estando o município apto a repassar para Cooperativa. Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade da realização do Repasse Financeiro a Cooperativa de Catadores no Município, para agilizar e melhorar o trabalho para os cooperados. Deferido. 19) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada com urgência uma avaliação, com o possível retorno para a apreciação desta Casa Legislativa, do Projeto de Lei 038/2015, que "institui o Transporte Público Alternativo do Município de Miracema e dá outras providências", retornado ao Poder Executivo através do Of.

001/2017 (Processo nº 2017.00158-2). Deferido. 20) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Prefeito Municipal - Solicitação, com vista a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizado um Projeto de recuperação na praça localizada no Bairro Pontilhão do Rosa, próxima ao Posto de Saúde. Deferido. 21) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam tomadas as devidas providências para sanar os problemas de iluminação da Praça Dona Ermelinda, tendo em vista que na parte da noite o local está ficando muito escuro, gerando insegurança para a população. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que o assunto discutido na quinta feira lhe causou uma grande preocupação, pois o Município de Miracema está com uma escassez de recursos muito grande e a receita não está sendo compatível com as despesas, por isso o Município vai acabar passando por grandes dificuldades financeiras. Mencionou que a Educação e a Saúde são áreas que precisam de uma atenção especial e deverão ser bem administradas. Acrescentou que na Zona Rural do Município está tenho um apoio muito grande do Município, pois o transporte para o local é muito dificultoso e as estradas vicinais precisam ser melhoras. Mencionou, ainda, que não teremos Carnaval e a Exposição deverá ser realizada com muita criatividade tendo em vista as grandes dificuldades financeiras, pois estamos realmente vendo uma situação de calamidade financeira no Município. Por fim, disse que os Vereadores exercerão todas as suas funções para auxiliar o governo a fazer o melhor para o município de Miracema e que é preciso de muita responsabilidade para comandar o Município. O Vereador Guillerni Ribeiro de Camargo parabenizou e agradeceu o Secretário Municipal de Educação pelas providências tomadas para garantir o bom retorno dos alunos para as aulas, destacando que visitou algumas escolas e percebeu que estão todas muito bem organizadas e a merenda está sendo satisfatória. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Exmo. Sr. Presidente ALERJ, Jorge Picciani, o parabenizando pela reeleição na Presidência da ALERJ para o biênio 2017/2018. Aproveito a oportunidade para desejar sucesso neste novo mandato. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que gostaria de contar com o bom senso de todos sobre as

explicações pessoas, pois todos os Vereadores costumam falar alguma coisa, inclusive sobre alguns assuntos que surgem durante a reunião, assim acredita que os Vereadores não precisariam se inscrever para utilizar a palavra. Dessa forma, ficou acordado por unanimidade que todos os Vereadores poderão utilizar a palavra. O Vereador José Augusto Martins solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Luciana Orsaia Sinfrone de Andrade, a parabenizando pela organização da bela reunião festiva organizada no retorno dos trabalhos do Centro de Convivência do Idoso. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Professor Diones Motta, o parabenizando pelo recebimento do "Prêmio Láurea Acadêmica da UFF", honraria máxima da universidade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes destacou que este é um momento de paciência e união, inclusive entre os Poderes Legislativo e Executivo, assim precisamos de paciência para encontrar o caminho correto. Disse que já percebeu que a limpeza dos entulhos já vem sendo realizada, entretanto ainda é preciso realizar muitas ações sobre a limpeza dos entulhos, pois a parte alta do Município precisa de uma atenção especial. Acrescentou que o assunto nessa semana é a privatização da CEDAE pelo Estado, assim gostaria de mencionar que, no caso da CEDAE ser realmente privatizada, acredita que seria o momento de todos discutirem a possibilidade do próprio Município de Miracema assumir o fornecimento de água da cidade, como uma forma de melhorar a receita interna. Destacou que este assunto é para ser pensado com calma e responsabilidade, pois não vê o fornecimento de água dando prejuízo para o Município. Por fim, destacou que este seria um debate interessante para inclusive ser discutido com a participação da população. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que os Vereadores poderiam fazer um estudo aprofundado sobre o tema, buscando informações sobre os prós e os contras. O Vereador Hugo Fernandes mencionou que poderia ser feita uma visita no Município de Santo Antônio de Pádua, pois o fornecimento de água de lá é realizado por uma empresa privada. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que o Município está passando por uma crise financeira muito grande, por isso sugeriu que todos tenham cuidado com seus requerimentos, pois algumas demandas infelizmente serão impossíveis de serem realizadas. Agradecendo a presença de todos o Sr.

Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 09/02/2017, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 06 de fevereiro de 2017.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e setenta e três da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador José Augusto Martins, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres ocupou a cadeira do 2º Secretário da Mesa Diretora. Foi registrada a ausência do Vereador Fabrício de Sá Xavier. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 22, Versículos de 17 à 20. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 03 de junho de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Meio Ambiente para o evento "Responsabilidade Ambiental"; 02) Ofício nº 165/2019 do Ministério Público da Comarca de Miracema-RJ; 03) Ofício nº 091/2019 da CEDAE, respondendo o ofício 012/2019 do Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos e Agradecimentos à Gerência Regional da CEDAE, extensiva a todos os servidores, os parabenizando pela gratuidade na instalação de água nas casas populares do Bairro Jove. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - Ao Diretor do DER-RJ - Considerando que as rotatórias têm baixo custo, aumenta a segurança em cruzamento e reduzem acidentes com vítimas; Considerando que a implantação de rotatórias tem se mostrado uma solução eficiente para disciplinar o aumento do fluxo de veículos em municípios brasileiros de pequeno porte; Considerando que o dispositivo viário resulta

em redução expressiva do número de acidentes de trânsito e consequente diminuição dos gastos públicos e de fácil instalação e manutenção; Considerando que a rotatória tem sua vida útil muito longa (20 anos) e o custo de manutenção quase zero; Considerando que o Perímetro Urbano de Miracema, inicia-se no Miracema Campestre Clube, RJ 116 Km indo até a AABB dessa mesma e importante Rodovia Estadual; Considerando que nos últimos anos houve inúmeros acidentes com vítimas graves e fatais, envolvendo veículos automotivos no trecho acima citado; Considerando que os ônibus da Auto Viação 1001, Empresa Brasil, Carretas, Caminhões e automóveis de passeios, trafegam em velocidade incompatível em áreas urbanas; Considerando que na via há vários colégios, unidades de saúdes, e empresas comercias que estão instalados no trecho acima citado. Encaminho solicitação no sentido de que sejam realizadas as seguintes ações: a) A transformação do Trevo da Usina em rotatória, fazendo com que o fluxo do trânsito da RJ 116 nesse trevo, seja desviado para as rotatórias laterais nos dois sentidos, devidamente sinalizados. b) Construção da Rotatória no Trevo do Pita (entroncamento da RJ 188 com a RJ 116). c) A Colocação de placas de sinalização indicativa de perímetro urbano e limite de velocidade, no Trecho entre Miracema Campestre Clube e AABB (Associação Atlética Banco do Brasil). d) Segue em anexo dois Croquis ilustrativos exemplificando o teor do nosso requerimento. Aprovado. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o conserto de dois bueiros localizados na Rua Sebastião Gonçalves Moreira, próximo ao nº 164, tendo em vista que os referidos estão com as grades quebradas. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja retornado o médico que atendia o Centro de Convivência. Deferido. Continuando, convocou a Comissão de Ética para uma reunião junto com o Assessor Jurídico desta Casa Legislativa na segunda-feira, às 14 horas, para tratar do ofício emitido pelo Exmo. Juiz da Comarca de Miracema. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À PREVI-Miracema - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se os repasses previdenciários estão sendo realizados devidamente em dia. Aprovado. 05) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de utilizar a área que seria construído um

cemitério para a realização de um loteamento com o objetivo de venda para os funcionários, sendo que o dinheiro seria repassado para a Caixa de Previdência. Esclarecemos que o local está parado e não pode ser construído um cemitério. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal, com vista às Secretarias competentes - Considerando a existência da Taxa de Abertura de túmulo, que está completamente associada à falecimentos. Considerando petição de alguns munícipes quanto à acesso aos nomes dos falecidos. Considerando a importância da informação e que nem sempre é possível escutar o carro de anúncio. Encaminho solicitação no sentido de que seja criado no site da Prefeitura Municipal de Miracema, bem como seja ainda, divulgado nas redes sociais do Município, link contendo informação sobre os falecidos, sendo este um anseio social. Deferido. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal e à COOPECREM - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam adquiridos mais cinco caçambas para o Município de Miracema, com o objetivo de realizar um trabalho de caçamba fixa e caçamba itinerante nos bairros que mais precisarem. Solicitamos, ainda, que seja renovada a Seção de Uso em favor da COOPECREM o mais rápido possível. Deferido. 08) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares solicitou uma Moção de Aplausos para o Presidente da Previ-Miracema, Sr. André Luiz Franco Moreira, extensiva a todos os funcionários, os parabenizando pelo trabalho que está sendo realizado em relação a compensação previdenciária. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja disponibilizado um varredor para a parte alta do Morro do Demétrio, tendo em vista que alguns moradores estão reclamando que as ruas estão muito sujas. Deferido. 10) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que sejam colocadas duas placas de "PROIBIDO JOGAR LIXO" na escadaria Pedro Elídio, escadaria que dá acesso ao antigo campo de aviação, uma vez que os moradores alegam que muitas pessoas jogam lixos ali, causando mal cheiro e prejudicando o trajeto dos moradores. Deferido. 11) Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos ao Sr. Carlos Eduardo Fíngolo Tostes, o parabenizando pelo recebimento do Diploma "HELONEIDA STUDART DE CULTURA 2019", concedido pela Comissão de Cultura da ALERJ, pelos Serviços Prestados a Cultura em especial na área de

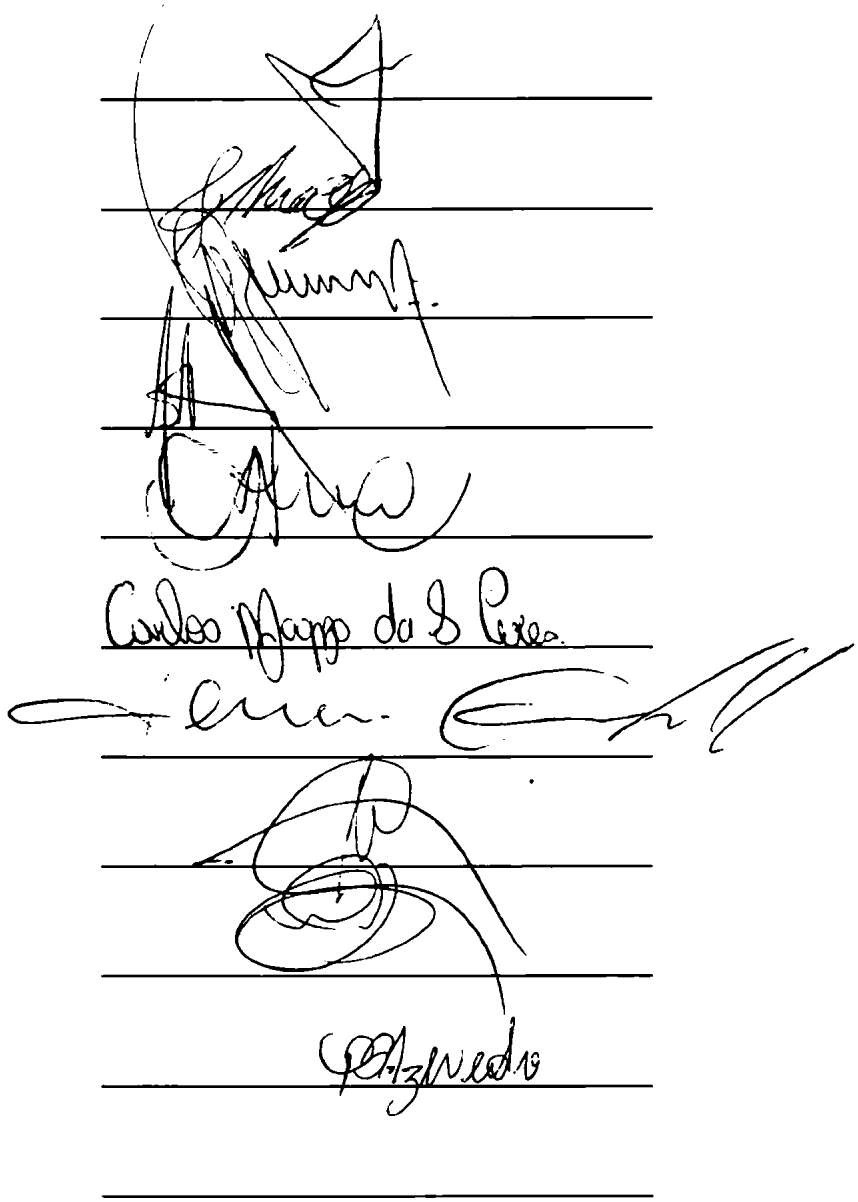
Educação Patrimonial. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja instalada mais 15 a 20 câmeras de segurança no Mirante, visando dar mais segurança aos frequentadores do local, bem como que seja averiguada a possibilidade de colocação de alguns refletores também. 13) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Assistência Social - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade da referida Secretaria licitar serviços funerários, tendo em vista a carência das famílias no momento de tristeza. 14) Vereador Hugo Fernandes - Reiteração - Ao Controlador Geral do Município - Solicitação no sentido de que sejam encaminhados para esta Casa Legislativa os Projetos de Lei visando plano de cargos e salários dos Fiscais de Tributos e da Secretaria Municipal de Obras. 15) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de disponibilizar Guardas Municipais para rondas no Mirante, tendo em vista o grande fluxo de frequentadores e a sensação de insegurança do local. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes agradeceu ao Vereador Aimoré pela preocupação da placa com seu nome do Conjunto Habitacional, assim gostaria de esclarecer que a Lei Municipal nº 1.689 de 2017 torna obrigatória a inscrição no rodapé das leis, do nome dos Vereadores que subscreveram o Projeto. Dessa maneira, disse que foi o autor da Lei que nomeou o conjunto Habitacional, por isso seu nome aparece na placa, sendo que procurou saber se isto poderia lhe prejudicar. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que tem uma preocupação muito grande com o dependentes químicos de Miracema e fez um requerimento solicitando a parceria com um local em Campos para atender essas pessoas, assim gostaria de reiterar o ofício. O Vereador Hugo Fernandes disse que as secretarias da Prefeitura devem interagir para fazer o que deve ser feito. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Resolução **01)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Renato José de Souza Faver. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.399, de 06 de junho de 2019. O Vereador Hugo Fernandes destacou que a entrega desse Título será realizada no dia 21, às 19 horas, no Lyons Clube de Miracema, sendo que todos os Vereadores estão convidados. Continuando, o Vereador Hugo

Fernandes o Sr. Flávio Siqueira para receber a Moção de Aplausos de autoria do Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. O Vereador Marcus Mercante Linhares disse que conheceu o Sr. Flávio quando morava no Rio de Janeiro e se tornou seu grande amigo. Destacou que o Sr. Flávio já está com trinta anos de carreira artística realizando diversos trabalhos na televisão, no cinema e no teatro, sendo que terça-feira estará no ar na novela das nove da TV Globo contracenando com os protagonistas. Disse que não é fácil entrar no meio artístico, ainda mais quando a pessoa sai de uma cidade do interior e chega na capital sem padrinho e foram realizados vários trabalhos marcantes. Acrescentou que se sente honrado em valorizar um talento de Miracema e fez essa homenagem de coração sendo que gostaria de promover um trabalho de teatro em Miracema, assim deixa esse desafio no ar, pois quem sabe não conseguimos revelar mais artistas miracemenses. O Sr. Flávio Siqueira agradeceu a todos os Vereadores pela homenagem, destacando que respeita e gosta do trabalho de todos, pois vê Miracema brigando por dias melhores. Acrescentou que ficou feliz com esse reconhecimento e está gravando um filme, sendo que no futuro volta para fazer sua divulgação, pois sempre faz suas divulgações pela cidade inteira, pois tem orgulho de ser miracemense. Disse que o maior sucesso de sua carreira foram as amizades conquistadas, pois possui o talento de fazer amigos e eles lhe ajudaram a chegar onde está. Informou que na terça ou quarta-feira estará na rede Globo contracenando com a atriz Paola Oliveira, pois vai fazer sua participação na novela como estilista da Paola e ainda não sabe o futuro de seu personagem. Acrescentou que, em outubro, estará no teatro na Barra com uma peça em cartaz e vai fazendo suas divulgações por etapas, pois sua carreira é imprevisível e difícil tendo que batalhar sempre. Por fim, agradeceu a todos os Vereadores novamente. Continuando, o Vereador Presidente convidou a Comissão de Meio Ambiente para fazer entrega da Moção de Aplausos para a AMINATURE. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou os integrantes da AMINATURE pelo recebimento dessa singela homenagem, destacando que o trabalho realizado por eles não é fácil e deseja que a cada dia eles recebam mais forças para dar continuidade aos trabalhos que eles vem prestando em prol do Município de Miracema. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que precisamos desse trabalho que vem sendo realizado pela ONG, pois entende que através do diálogo todos acabam se

entendendo, assim gostaria de parabenizar pelo trabalho realizado. O Sr. Melquisedeque Duarte disse que caminhando pelo parque ecológico eles tiveram a ideia de fundar uma organização em prol do Meio Ambiente, sendo que a primeira reunião foi realizada nesta Casa Legislativa há 10 anos. Destacou que os Vereadores sempre deixaram as portas abertas e grandes trabalhos voluntários já foram realizados, acrescentando que o trabalho de conscientização em benefício ao Meio Ambiente é sempre realizado. Por fim, agradece essa Casa Legislativa por sempre apoiar a ONG. A Sra. Celeste agradeceu a homenagem realizada, destacando que o trabalho da ONG é um trabalho de formiguinha e muitas vezes não é visto, sendo que eles reivindicam direitos e fazem um trabalho fiscalizatório que atinge todos os miracemenses. Destacou que só existe uma ONG Ambiental em todo o Noroeste Fluminense, que é a AMINATURE e percebe que as pessoas subestimam o Meio Ambiente, só lembrando dele quando acontecem tragédias. Gostaria de deixar um alerta para todos, pois já percebeu que está faltando água no Meio Ambiente e verificou que não existe nenhum projeto voltado para o reflorestamento, projeto este que seria interessante. Disse que no futuro vamos precisar de água e que precisamos de ajuda para cuidar da natureza, destacando que a criação de um aterro sanitário é uma solução ultrapassada e isso não pode ser feito. Esclareceu que ainda não temos uma coleta seletiva em Miracema e sim estamos no início dessa trabalho, acrescentando que o Poder Público precisa consultar a ONG para que eles possam auxiliar com ideias e contribuir com a preservação do Meio Ambiente. Informou que conseguimos um Projeto de Proteção e Revitalização de Nascentes, sendo que qualquer pessoa pode fazer o curso e aprender a proteger e revitalizar as nascentes, pois as nascentes precisam de florestas. Disse que seu sítio possui três açudes que já estão secos e precisamos da ajuda dos Vereadores para não ficarmos sozinhos dessa luta, pois estamos cuidando do futuro de Miracema. Por fim, disse que gostou da lembrança da Câmara Municipal com esta homenagem e aproveitou a oportunidade para desabafar e pedir a ajuda dos vereadores, agradecendo a homenagem recebida, pois se sente muito feliz. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se as caçambas podem ficar nas beiras das estradas para recolher o lixo, pois já escutou a reclamação de alguns moradores. O Sr. Marith disse que a questão do lixo precisa de muita atenção, sendo que o correto seria que todos os latões de lixos tivessem tampa

e os sacos fossem jogados corretamente dentro dos latões com as tampas fixas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou a fala da Sra. Celeste, destacando que ficou feliz ao ouvir que a primeira reunião da ONG foi nesta Casa Legislativa. Acrescentou que é muito importante que cada um faça sua parte e a Câmara como um todo deve fazer esse trabalho de divulgação para fazer com que a população também faça sua parte. Por fim, pede que Deus nos oriente e nos dê sabedoria para agirmos da maneira correta. O Vereador Hugo Fernandes disse que a Tribuna Livre da Câmara está sempre a disposição de todos e que realmente é preciso haver a cobrança do Poder Público. O Sr. Marith colocou um vídeo homenageando os 10 anos de trabalho da AMINATURE e mostrando um pouco do trabalho realizado. Continuando, o Sr. Marith disse que a AMINATURE participa do Conselho de Meio Ambiente, atuando junto ao Município nas fiscalizações e representando a comunidade, trazendo discussões importantes. Esclareceu que a ONG possui dez anos de atividade e realiza diversas palestras nos colégios e plantando sementes. Por fim, disse que existe uma proposta de ser criada uma Praça Universitária, na Rua Ebal Bolácio Sant'Ana, antiga Proletária, com bancos e sombras, para que os estudantes possam esperar os ônibus. Destacou que existe um terreno no local onde será feito um loteamento e o proprietário precisa destinar uma parte para a criação de uma praça, assim a ideia seria utilizar esse espeço para a criação da Praça dos Universitários. O Vereador Hugo Fernandes pediu para que esse pedido fosse feito por escrito em nome da ONG para os Vereadores poderem encaminhar a solicitação ao Poder Executivo. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu a vinda da ONG, parabenizando o trabalho de fiscalização que vem sendo realizado pela Comissão de Meio Ambiente desta Casa Legislativa. Parabenizou também as palavras do Sr. Melquisedeque, destacando que o trabalho que vem sendo realizado atualmente pela Prefeitura em relação ao Meio Ambiente, especialmente na parte da coleta de lixo, está aquém do que realmente precisamos, mas além do que já foi feito em anos anteriores. Destacou que os latões realmente precisam de tampas, mas se eles não existissem a situação estaria pior. Esclareceu que a coleta seletiva, apesar de estar no princípio, nunca tinha sido realizada em Miracema, vendo que a COOPECREM está realizando um trabalho muito melhor do que o esperado. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que, por andar muito na cidade e ter acesso a alguns locais, escuta muita reclamação

do mau cheiro por conta dos latões de lixo, entretanto não está criticando a situação e sim tentando melhorar, pois pode ser feito um projeto para colocar tampa nos latões. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 10/06/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 06 de junho de 2019.



Aos seis dias do mês de novmebro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de realizar a entrega da Comenda Júlio José de Oliveira, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 07, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite do Conselho Municipal de Cultura para a solenidade do Prêmio Mérito Cultural Dr. Hermes Simões Ferreira – Edição 2014, a ser realizada no dia 07 de novembro; 02) Ofício COFFFC nº 86/2014 da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; 03) Edital de Convocação para Assembleia Geral do Sindicato dos Servidores

Públicos Municipais de Miracema, a ser realizada no dia 08 de novembro de 2014. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes deu início a entrega da Comenda Júlio José de Oliveira àqueles que atuaram ou atuam na esfera cultural de nosso Município, visando enaltecer e valorizar o trabalho de cada um deles em seu setor de atuação, a fim de que possam servir de exemplo para as gerações futuras, conforme determina o Decreto Legislativo nº 61, de 21 de setembro de 2009, de iniciativa do Vereador Mauricio Sant'Ana Soares. **01)** Convidou o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, para primeiramente fazer uso da palavra, apresentando sua homenageada e logo após fazer a entrega da Comenda ao Sr. José Erasmo Tostes, hoje representado pelo Sr. Eduardo Fíngolo. **02)** Convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, para primeiramente fazer uso da palavra, apresentando seu homenageado e logo após fazer a entrega da Comenda ao Sr. Ranulfo de Moraes Tito. **03)** Convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, para primeiramente fazer uso da palavra, apresentando seu homenageado e logo após fazer a entrega da Comenda ao Jovem Dyego Afonso. **04)** Convidou o Vereador Carlos Magno Da Silva Peres para primeiramente fazer uso da palavra, apresentando seu homenageado e logo após fazer a entrega da Comenda ao Sr. Manoel Batista Cordeiro Neto. **05)** Convidou o Vereador João Siqueira Magalhães, para primeiramente fazer uso da palavra, apresentando seu homenageado e logo após fazer a entrega da Comenda ao Sr. Maurício Duarte Monteiro. **06)** Convidou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares para primeiramente fazer uso da palavra, apresentando sua homenageada e logo após fazer a entrega da Comenda ao Sr. Herivelto Pereira Cortes. **07)** Convidou o Vereador Fabrício de Sá Xavier para primeiramente fazer uso da palavra, apresentando sua homenageada e logo após fazer a entrega da Comenda ao Sr. Luiz Antônio Meirelles Silva. **08)** Convidou o Vereador Carlos Armando de Azevedo, para primeiramente fazer uso da palavra, apresentando seu homenageado e logo após fazer a entrega da Comenda ao Sr. Flávio Siqueira de Oliveira, hoje representado por sua irmã, a Sra. Margareth Siqueira. **09)** Convidou o Vereador Gilson Teixeira Sales, para primeiramente fazer uso da palavra, apresentando seu homenageado e logo após fazer a entrega da Comenda ao Sr. Rafael Bonifácio Finamor. **10)** Convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, para primeiramente fazer uso da palavra, apresentando seu homenageado e logo após fazer a entrega da Comenda ao Sr. Juscelino Garcia Marques. **11)** Convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, para ocupar esta Presidência, enquanto fazia o uso da palavra, apresentando meu homenageado e logo em seguida entregarei a Comenda ao Sr. José Carlos dos Santos Soares, hoje representado pelo Sr. Ricardo Tito. Por fim, o Sr. Eduardo Fíngolo

utilizou a palavra para fazer seus agradecimentos. Terminada as homenagens o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convidando para a próxima a ser realizada no dia 10/11/2014, às 19 horas. Convidou também os presentes, para um coquetel que seria servido em seguida, no recinto, em comemoração à entrega da Comenda Júlio José de Oliveira. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 10 de novembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e vinte e cinco, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 13, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Memorando/SMS/PMCD nº 10/2014 do Programa Municipal de Controle da Dengue respondendo ofício nº 611/2014. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier e Gilson Teixeira Sales solicitaram cópia deste ofício; 02) Comunicado nº CM251188/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 03) Ofício nº 1807/2014 – DAB/SAS/MS da Secretaria de Atenção à Saúde – Ministério da Saúde. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 04) Ofício Circular nº 62/2014 –

PRS/GAP do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 05) Ofício PMM-SMAS nº 149/2014 da Secretaria Municipal de Promoção Social encaminhando Relatório de Atividades referente ao mês de agosto de 2014. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa cópia do Processo Licitatório que gerou a contratação da Empresa Trigonal Engenharia Ltda. (responsável pela sinalização viária), bem como cópia do Processo nº 2014.07101-9 referente a contra partida do referido convênio. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se os Vereadores já decidiram sobre a indicação do membro para fazer parte da Comissão Especial de Inquérito, esclarecendo que os prazos para a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito também deveriam ser estabelecidos. Continuando, lembrou que os Vereadores precisam indicar as entidades para receber as subvenções e os nomes dos homenageados para receberem a Comenda Júlio José de Oliveira. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que estamos vendo a necessidade de começar os trabalhos da Comissão Especial de Inquérito, entretanto seu Partido ficou com a intenção de não indicar nenhum Vereador para deixar os trabalhos da CPI mais à vontade, tendo em vista que possui o mesmo Partido do Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que os Vereadores deveriam conversar fora do Plenário sobre quem seria indicado. O Vereador Hugo Fernandes acrescentou que está faltando apenas um Vereador para compor a Comissão Especial e que já estava previamente combinado a definição deste assunto no dia de hoje. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou sobre o que diz o regimento. O Vereador Hugo Fernandes disse que os Partidos deveriam indicar os membros com a participação de apenas um Vereador por Partido, entretanto ele também possui a capacidade de indicar algum Vereador. O Vereador Genessi Rodrigues acredita que seria injusto indicar o membro para compor a Comissão Especial neste momento, devido a falta da Vereadora, pois também deveríamos escutar a opinião dela, esclarecendo que, inclusive, ficou constrangido no dia em que apresentou o relatório final da CPI que participou, pois este assunto e muito complexo e precisa de um grande preparo. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que os Vereadores não deveriam ter os trabalhos interrompidos por falta da indicação de um Partido. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que tem a autonomia para indicar o representante. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que quer deixar a indicação por livre arbítrio dos outros

Vereadores, uma vez que o Solidariedade é o mesmo Partido do Prefeito Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que nada impede que o Vereador pertencente ao Partido do Prefeito participe da Comissão Especial, bem como acrescentou que não está apressando os trabalhos, apenas desejando que este assunto seja concluído. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se os Vereadores acham que ele deve indicar ou sortear o membro para a Comissão. Os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva acreditam que o Vereador Presidente deve indicar o representante para a Comissão. Os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães e Carlos Armado de Azevedo Armando acreditam que o Vereador Presidente pode realizar um sorteio. O Vereador Hugo Fernandes indicou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade para compor a Comissão Especial de Inquérito juntamente com os Vereadores João Siqueira Magalhães e Gutemberg Medeiros Damasceno. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu entre o total de aproximadamente vinte e dois mil eleitores no Município de Miracema, apenas dez mil e poucos votaram nas eleições, com isso podemos perceber o grande o número de votos brancos e nulos e de abstenções. Destacou que nas abstenções estão computados alguns eleitores falecidos e as pessoas que moram fora do Município, acreditando que estas pessoas pensaram que não valia a pena vir votar. Acrescentou que ficou surpreso na eleição passada, pois acreditava que os votos no Tiririca eram votos de protesto, entretanto estes votos foram confirmados e atualmente ele obteve praticamente o mesmo número de votos. Por fim, disse que as eleições estão se tornando uma grande farsa, pois a população não está sendo representada no Congresso, sendo que os candidatos vêm gastando muito dinheiro em campanha, negando ao cidadão comum a chance de concorrer de igual para igual. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o somatório das diversas corrupções que vêm acontecendo no nível nacional pode ter gerado o desinteresse da população nas eleições. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que as Empresas acabam financiando as campanhas com o objetivo de obter vantagens futuras, assim os políticos eleitos acabam tendo que representar as empresas e não a população. Por fim, disse que uma das soluções seria a proibição da reeleição em todos os níveis. Disse, ainda, para o Vereador Gilson Teixeira Sales não ficar aborrecido, tendo em vista que ele não possuía estrutura financeira para disputar com os demais candidatos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que

a política atualmente é uma política de circo e não em favor da população, sendo que as pessoas esclarecidas do Município que tiveram a chance de demonstrar na urna as insatisfações com os políticos, mas isto não foi feito. Continuou dizendo que a maioria dos Vereadores conseguiram eleger os Deputados que estavam apoiando, sendo que as pessoas mais esclarecidas do Município criticam os Vereadores e o Prefeito, entretanto o Prefeito conseguiu transferir aproximadamente quatro mil votos para seu Candidato a Deputado Federal Felipe Bornier. Por fim, parabenizou todos os Vereadores e o Prefeito Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o Felipe Bornier sempre esteve presente em Miracema, entendendo que a quantidade de votos brancos demonstra que a política brasileira vai mal e que o Presidente que assumir deve fazer uma reforma muito grande. O Vereador Fabrício de Sá Xavier parabenizou o Vereador Gilson Teixeira Sales, o Dr. Marcos Lang e a Madrinha Meire Moura que se candidataram buscando o melhor para o povo miracemense. Continuando, agradeceu ao povo que depositou a confiança em seus deputados, esclarecendo que os Deputados eleitos com a ajuda dos Vereadores deverão ser parceiros do Município de Miracema. Por fim, destacou que quando o povo tem a oportunidade de dar uma resposta ele não o faz, uma vez que a população reclamante acaba deixando de votar. Destacou que o Coronel da Polícia disponibilizará uma viatura para o Distrito de Paraíso do Tobias. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para o Fernando Jordão por ter sido eleito para Deputado Federal no ano de 2014. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para o Cristino Áureo por ter sido eleito para Deputado Estadual no ano de 2014. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gilson Teixeira Sales agradeceu a confiança dos eleitores de Miracema e agradeceu todos Vereadores. Acrescentou que procurou honrar seu trabalho e seu Partido, sendo que seu objetivo era ser uma opção de voto para Miracema e região, destacando que existe o tempo certo para plantar, germinar e colher. Informou que mais de 80% (oitenta por cento) dos Deputados do PV tiveram problemas com sua candidatura, por conta da negligência da Executiva do Partido no Rio de Janeiro. Destacou que existem candidatos que gastaram mais de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e obtiveram menos de 900 (novecentos) votos. Esclareceu que levou sua campanha com garra e dignidade, nunca pedindo para os eleitores trocarem seus votos, acrescentando que obteve 42% (quarenta e dois por cento) dos votos válidos de Miracema e todos seus votos foram conquistados de forma digna. Por fim, disse que diversas pessoas foram contra sua campanha, dizendo inclusive que ele não teria mais de

500 (quinhentos) votos, destacando que Miracema é uma cidade que possui votos para todas as pessoas. Terminou agradecendo todas as pessoas que confiaram nele. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que lamentavelmente o Partido Verde vem destruindo seus próprios membros, sendo que diversos políticos bons e influentes já saíram do Partido. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que Executiva Estadual do PV é um grupo fechado e buscam realizar apenas seus interesses, acrescentando que viu a desolação dos Deputados que investiram em suas campanhas e não tiveram o apoio do Partido. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Gilson Teixeira Sales pela sua ética e coragem em encarar as eleições para Deputado, destacando que apesar de não possuímos a estrutura financeira necessária, temos a estrutura familiar, que é muito mais importante. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para o Vereador Gilson Teixeira Sales o parabenizando pelos Votos conquistados nas eleições de Deputado Estadual no ano de 2014. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Dr. Marcos Lang o parabenizando pelos Votos conquistados nas eleições de Deputado Estadual no ano de 2014. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para a Madrinha Meire Moura a parabenizando pelos Votos conquistados nas eleições de Deputado Estadual no ano de 2014. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que os Deputados eleitos em parceria com os Vereadores e o Prefeito de Miracema obtiveram votos no Município e foram eleitos, assim eles deverão continuar sendo parceiros de Miracema. Por fim, destacou que a população respondeu os Vereadores de forma positiva nas urnas e não entende os votos que os candidatos aventureiros receberam em Miracema. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Hugo Fernandes e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram Moção de Aplausos para o Deputado João Peixoto por ter sido eleito para Deputado Estadual no ano de 2014. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para o Deputado Felipe Bornier por ter sido eleito para Deputado Federal no ano de 2014. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a responsabilidade de cobrar os candidatos que ele apoiou é dele, não acreditando que toda a classe política está desacreditada, uma vez que não se enquadra nesta parte. Disse que está muito satisfeito com a votação do Deputado Glauber Braga e do Senador Romário, sendo que até mesmo o Lindberg obteve uma boa votação em Miracema. Por fim, destacou que cabe aos Vereadores fazer a realidade do Município

de Miracema devendo ter a esperança em um futuro melhor, destacando que a renovação na política é sempre constante. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 09/10/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 09 de outubro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número noventa, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves ocupou a cadeira do 2º Secretário da Mesa Diretora. Foi registrada a ausência do Vereador Gilson Teixeira Sales. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 25, Versículos de 01 à 03. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte

correspondência: 01) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Francisco Claudio Abreu Marcolino, de autoria da Mesa Diretora; 02) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Osmar Ferreira, de autoria do Vereador Genessi Rodrigues da Silva; 03) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Betânia Brum Haro Matias, de autoria do Vereador Gideão Duarte Gonçalves; 04) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Eny de Paula Santiago, de autoria do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno; 05) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Sérgio Gilberto da Silva Lemberck, de autoria do Vereador Maurício Sant'Ana Soares; 06) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Eduardo Benedito Lopes, de autoria do Vereador Maurício Sant'Ana Soares; 07) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Benemérita à Sra. Elizabeth de Oliveira Pinto, de autoria do Vereador João Siqueira Magalhães; 08) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Benemérita à Sra. Ana Paula Carvalho Cavalcante, de autoria do Vereador João Siqueira Magalhães; 09) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Ana Verginia Almeida Torres, de autoria do Vereador João Siqueira Magalhães; 10) Projeto de Lei que institui a Ronda Escolar no Município de Miracema, de autoria do Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste Projeto; 11) Convite para a Sessão Solene em Comemoração ao 22º Aniversário de Aperibé; 12) Telegrama NºRef: 001898/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foi apresentado o seguinte: 01) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Ministro da Saúde, Sr. Arthur Chioro - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantado no Município de Miracema o "Projeto Intervenção Domiciliar" ou "Melhor em Casa", que tem como objetivo atender pessoas com necessidade de reabilitação motora em idoso e pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica. Dessa maneira a população terá assistência multiprofissional gratuita em seus lares, podendo ser cuidada mais próxima de sua

respectiva família. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 07 (sete) Projetos de Resolução e 01 (um) Projeto de Decreto Legislativo: **01)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Joelson de Oliveira. Autoria: Vereadora Maria José Marques Barros Andrade. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.148, de 07 de abril de 2014. **02)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Cássio Borges Ramos. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.149, de 07 de abril de 2014. **03)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Sonia Maria Rocha. Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.150, de 07 de abril de 2014. **04)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Solange Carvalho Amaral. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.151, de 07 de abril de 2014. **05)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Meire e Silva Machado. Autoria: Vereador Gideão Duarte Gonçalves. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.152, de 07 de abril de 2014. **06)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Marcia Barroso de Souza Rocha. Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.153, de 07 de abril de 2014. **07)** Projeto de Resolução que Concede a Comenda Júlio José de Oliveira a José Carlos Teixeira Venceslau. Autoria: Paulo Sérgio de Azevedo. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.154, de 07 de abril de 2014. **08)** Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Jovem Talento a Amós Silva Jubim. Autoria: Vereador Gideão Duarte Gonçalves. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a

Resolução nº 1.148, de 07 de abril de 2014. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu que o reajuste que será concedido aos funcionários efetivos seja também estendido aos funcionários comissionados. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que esteve na quinta feira passada em Brasília para conversar sobre o Projeto da Piscicultura, destacando que foi realizada uma pequena alteração no referido Projeto, bem como que, provavelmente, no próximo dia 18 ele será concluído. O Vereador Hugo Fernandes lembrou que ainda estão faltando alguns Vereadores a indicarem os nomes das pessoas a receberem os títulos de cidadão miracemense. Continuando, disse que esteve na posse do Governador Luiz Fernando Pezão e conseguiu observar a felicidade de uma pessoa do interior ao assumir o Governo de um Estado tão importante para o país, sendo que naquele momento estiveram presentes diversas autoridades. Por fim, disse que se encontrou com diversas lideranças políticas e que nós devemos torcer para que o Governador tenha êxito nesta jornada. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o novo Governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando de Souza, mais conhecido como Pezão, desejando êxito e sucesso nesta nova empreitada, lutando sempre em busca de melhores condições para o povo do Estado do Rio de Janeiro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Luís Carlos, irmão do Sr. Claudinei, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Pesar para os familiares do jovem João Lucas em virtude do seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, parabenizou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares pela dedicação e luta no Projeto da Piscicultura, destacando que ele acredita sempre acreditou nos benefícios que o Projeto trará para o Município de Miracema. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu as palavras do Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que em breve as vistorias veiculares retornarão para o Município de Miracema. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia

10/04/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 10 de abril de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e dez, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 10, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário

da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 562/2014 encaminhando o Projeto de Lei nº 069/2014; 02) Ofício GAB nº 448/2014 encaminhando o Projeto de Lei nº 064/2014; 03) Ofício nº 15/14 do Conselho Municipal de Saúde; 04) Ofício Circular nº 48/2014 – PRS/GAP do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; 05) Ofício PMM/GAB nº 565/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofícios nº 0327/2014, 047/2014 e 0342/2014. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva e Carlos Magno da Silva Peres solicitaram cópia deste ofício; 06) Ofício PMM/GAB nº 566/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 0370/2014. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício PMM/GAB nº 567/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 0462/2014; 08) Ofício PMM/GAB nº 568/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 0461/2014; 09) Ofício PMM/GAB nº 569/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofícios nº 0465/2014 e 0464/2014. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 10) Projeto de Lei que Altera e dá nova redação à Lei Municipal nº 1.163/2007 da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade; 11) Telegramas NºRef: 001131/MS/SE/FNS, 000363/MS/SE/FNS, 020209/MS/SE/FNS, 021737/MS/SE/FNS, 029363/MS/SE/FNS, 023311/MS/SE/FNS, 037421/MS/SE/FNS, 044485/MS/SE/FNS, 037397/MS/SE/FNS, 053497/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou a inversão da ordem da reunião, com o objetivo de que seja realizada a votação dos Projetos de Lei antes dos demais expedientes. Todos os Vereadores concordaram. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que todos os Projetos fossem votados em primeira e única votação. Todos os Vereadores concordaram. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei e 01 (um) Projeto de Decreto Legislativo: **01)** Projeto de Lei que Desonera os Tributos de Competência Municipal que incidam sobre a operação das salas de cinema que serão construídas no âmbito Projeto Cinema da Cidade. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.540, de 07 de agosto de 2014. A Câmara

Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Desonera os tributos de competência municipal que incidam sobre a operação das salas de cinema que serão construídas no âmbito do Projeto Cinema na Cidade, um dos eixos de ação do Programa Cinema Perto de Você, instituído pela Medida Provisória nº 491 de 23 de junho de 2010, sob a organização e coordenação da Agencia Nacional do Cinema - ANCINE, em parceria com o Ministério da Cultura, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e o Ministério da Fazenda. Art. 2º- Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação. **02)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo Municipal de Miracema a prorrogar o prazo para pagamento de Impostos Municipais vencidos até o exercício de 2012 através do REFIS Miracema e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.541, de 07 de agosto de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, no usos de suas atribuições legais, conforme dispõe o Artigo 81 da lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica prorrogado o prazo para o pagamento dos Impostos Municipais vencidos até o exercício de 2012 para mais 60 (sessenta) dias, ou seja, até o ultimo dia útil do mês de setembro de 2014, alterando o prazo disposto na Lei Municipal Nº 1.477 de 26 de dezembro de 20103. Art. 2º- Todos os demais artigos da Lei Municipal Nº 1.462/2013, permanecem inalterados e na integra, não havendo, portanto, quaisquer alterações. Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. **03)** Projeto de Lei que Torna-se obrigatório a impressão da descrição detalhada das taxas que integram o carnê do IPTU. Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que seu objetivo é dar ciência à população das taxas que estão sendo pagas, pois os munícipes desejam saber quais as taxas estão sendo pagas junto com o IPTU. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.542, de 07 de agosto de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica obrigatório o Município de Miracema, quando da confecção dos carnês de IPTU, realizar a impressão da descrição detalhada das taxas que integram o carnê de

IPTU. Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. **04)** Projeto de Decreto Legislativo que Cria a Comenda Altivo Mendes Linhares. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto legislativo nº 73 de 07 de agosto de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo: Art. 1º - Fica criada no Município de Miracema, a Comenda Altivo Mendes Linhares. Art. 2º - A referida Comenda será concedida a qualquer Ex Agente Político que tenha prestado relevantes serviços na esfera Municipal. Art. 3º - A escolha do nome do Ex Agente Político para ser homenageado (a) com a Comenda Altivo Mendes Linhares, deverá ser objeto de apreciação e votação do Plenário do Poder Legislativo Miracemense, por se tratar esta, uma valorosa homenagem concedida a quem exerceu com brilhantismo algum cargo Político Municipal. Art. 4º - Será de responsabilidade da Câmara Municipal a confecção e entrega da Comenda, que será sempre na Sessão Solene do Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Miracema. Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Com a palavra, o Vereador parabenizou a criação de uma CPI no início do governo com o objetivo de investigar alguns pontos do Governo anterior. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que a CPI já concluiu seus trabalhos e o relatório final será apresentado na próxima sessão. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que hoje realizará um pedido de abertura de CPI, tendo em vista que possui algumas informações sobre os valores atuais da dívida com a CAPPS/CAMEDS, fazendo assim a leitura do ofício encaminhado pela referida entidade, acrescentando que fez um Projeto de Lei com o intuito de que esta Casa Legislativa fosse informada sobre os repasses mensalmente. Dessa forma passou a fazer o requerimento. - Ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema, Sr. Hugo Fernandes - Assunto: Requerimento de Criação de CPI. - Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar o destino das Contribuições Previdenciárias e de Plano de Saúde, descontadas na folha de pagamento dos funcionários da Prefeitura Municipal de Miracema, e não repassadas

pelos gestores à Autarquia denominada CAPPS e do Convênio Médico denominado CAMEDS, o que poderia se configurar em crimes de apropriação indébita e apropriação indébita previdenciária, tipificados nos artigos nº 168 e nº 168-A do Código Penal, fatos estes supostamente cometidos pelo Chefe do Poder Executivo deste Município. Senhor Presidente, Na condição de Vereadores em exercício desta respeitável Casa Legislativa, REQUEIRO a Vossa Excelência, nos termos legais previstos na Constituição Federal e do Regimento Interno desta Casa, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o destino das Contribuições Previdenciárias e de Plano de Saúde, descontadas na folha de pagamento dos funcionários da Prefeitura Municipal de Miracema, e não repassadas pelos gestores à Autarquia denominada CAPPS e do Convênio Médico denominado CAMEDS, o que poderia se configurar em crimes de apropriação indébita e apropriação indébita previdenciária, tipificados nos artigos nº 168 e nº 168-A do Código Penal, fatos estes supostamente cometidos pelo Chefe do Poder Executivo deste Município. JUSTIFICATIVA. É de conhecimento geral dos componentes desta Casa Legislativa, que o Chefe do Poder Executivo deste Município, Prefeito JUEDYR ORSAY SILVA, já há algum tempo não vem repassando à CAPPS – Caixa de Assistência Previdência e Pensões dos Servidores Municipais de Miracema, bem como ao CAMEDS – Convênio de Assistência Médica dos Servidores Municipais de Miracema, os valores correspondentes a verba previdenciária e as mensalidades do respectivo convênio médico, e apurando onde foram feitos os investimentos causados pelo não repasse desses valores. Tal fato é de fácil constatação, haja vista os inúmeros ofícios recebidos por esta Casa Legislativa, dando conta do débito do Município para com os órgãos acima mencionados, cujos nobres Vereadores têm pleno conhecimento. O não repasse das verbas previdenciárias por parte do Município de Miracema-RJ à Autarquia CAPPS, causa grande impacto na estrutura financeira da mesma, eis que, necessita dos repasses mensais para custear aposentadorias e pensões dos ex-servidores e seus beneficiários. É de se esclarecer, que os servidores sofrem descontos mensais em sua remuneração da verba previdenciária por parte do Município de Miracema-RJ, que concretamente NÃO os vem repassando como deveria a Autarquia CAPPS, seja a parte do servidor e a patronal, o que por si configura crime de apropriação indébita previdenciária tipificado no Art. 168-A do

Código Penal, devendo o Gestor Municipal (Prefeito) responder pelos consectários legais. No tocante ao CAMEDS, o Município de Miracema-RJ, também vem descontando mensalmente os valores da remuneração dos servidores e NÃO os tem repassado ao mencionado Convénio Médico, inclusive a parte patronal, o que também vem causando imensurável prejuízo à estrutura financeira do respectivo Convênio, sendo que o Gestor Municipal é responsável direto pelo fato, que configura crime de apropriação indébita, tipificado no Art. 168 do Código Penal. Os responsáveis e as causas desses crimes devem ser investigados, não podendo a Câmara Municipal de Miracema ficar omissa em investigar estes gravíssimos fatos. Impõe-se, por conseguinte, uma completa investigação, justificando-se plenamente a criação da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, respaldada pelas assinaturas que acompanham a proposta, é o que espera. Este requerimento foi assinado pelos Vereadores João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno, Hugo Fernandes e Gilson Teixeira Sales. Continuando, o Vereador João Siqueira Magalhães disse que talvez apenas o requerimento informando a dívida da CAPPS seria afundamento suficiente para o impeachment do atual Prefeito, entretanto a Câmara Municipal não possui este interesse, por isso será dado o direito de ampla defesa ao Sr. Prefeito Municipal, pois os Vereadores desejam uma explicação sobre a destinação das verbas descontadas dos servidores. 02) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema, Sr. Hugo Fernandes - Solicitação no sentido de que as investigações da Comissão solicitada sejam estendidas desde o ano de 1996, quando as dívidas com a CAPPS/CAMEDS se iniciaram, bem como que seja apurada a perda das aplicações no Banco Santos, a compra da PROBAM e também a construção indevida do prédio da CAPPS, tendo em vista que foi ultrapassado o limite da verba do Fundo que pertence ao servidor, quando o correto seria a utilização de apenas 2% desta verba com a referida despesa. Destaco, ainda, que também existe uma dívida originária em 2010, oriunda de uma decisão do Corregedor Municipal que interrompeu os repasses para a CAMEDS, tendo este fato ficado oculto. Aprovado. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que este acréscimo é muito oportuno, pois devemos inocentar os inocentes e culpar os culpados. 03) Vereador Gilson Teixeira Sales - À Direção da AMPLA - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja retirada a rede de alta tensão

localizada em frente à residência que fica na Avenida Eiras, nº 321, Centro, Miracema-RJ. Destacamos que a referida rede de alta tensão está colocando em risco os moradores da mencionada residência. Aprovado. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que muitas pessoas ficam brigando e discutindo sobre alguns problemas, entretanto é a população e os servidores quem acabam pagando o preço. Por fim, disse que os parcelamentos de dívidas anteriores diminuem o poder de investimento do Município. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Marco Moura para falar sobre o Lixo. Com a palavra, o Sr. Marco Moura, após cumprimentar todos os presentes, disse que veio hoje para falar sobre a questão do lixo, pois existia um prazo, até o dia 02 de agosto de 2014, para que todos os Municípios Brasileiros acabassem com seus lixões, entretanto em Miracema isto não realizado. Assim, gostaria de sugerir que fosse criada uma Comissão do Conselho Municipal de Saúde em conjunto com a Comissão de Saúde desta Casa Legislativa, para que juntamente com o Poder Executivo conseguir atingir este objetivo. Por fim, disse que com o passar dos anos a UTIL caiu muito de qualidade até que acabou sendo extinta. Esclareceu que a sociedade deve participar mais da vida pública do Município, sendo que sempre trabalhou em prol do Município, pois gosta do que faz. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Juedyr Orsay, Prefeito Municipal, para falar sobre algumas questões. Com a palavra, o Sr. Juedyr Orsay, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que veio nesta Casa Legislativa terminar com os boatos que existem no Município. Acrescentou que a política bem feita traz progresso para o Município, entretanto a politicagem e as palavras mentirosas trazem pessimismo e desesperança para a população. Disse que é desagradável ter que ficar desmentindo nas ruas as palavras que foram ditas pelo Vereador João Siqueira Magalhães, esclarecendo que possui trinta anos de vida na polícia militar, tendo sido considerado, no ano de 2001, o melhor Policial do Estado do Rio de Janeiro, sempre buscando uma vida militar respaldada com honra. Dessa forma não vai aceitar que sua honra seja manchada pela política, assim disse que veio protocolar um ofício colocando sua conta bancária, o sigilo telefônico e de correspondência. Com isso, fez entrega de dois ofícios: 01) Ofício PMM/GAB nº 577/2014 do Gabinete do Prefeito Municipal colocando todas as suas contas bancárias, telefones e dados ao Fisco Federal para que seja realizada eventual quebra

de sigilo. 02) Ofício PMM/GAB nº 576/2014 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Demonstrativo Consolidado do Parcelamento para com a Caixa de Previdência de Miracema (CAPPS). Continuando, solicitou a cópia do áudio desta reunião e fez a leitura dos respectivos ofícios. Disse que é favor de todos os atos de fiscalização e, se pudesse, assinaria a solicitação da instauração da CPI, por isso vai pedir que todos os Vereadores assinem esta solicitação. A seguir, começou a fazer uma breve prestação de contas. Esclareceu que, hoje, a cidade está recebendo aproximadamente R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) em obras, sendo que serão construídos um Centro da Saúde da Mulher, uma UBS no Bairro Nossa Senhora de Fátima, uma UBS no Bairro Jardim Beverly, que está em fase de inauguração. Acrescentou que serão realizadas diversas outras obras, entre elas a construção de casas populares, campo de futebol, pista de skate, pista de atletismo, entre outras. Disse, ainda, que serão reformados o Estádio de Futebol do Ferradurão e estádio de Paraíso do Tobias. Esclareceu que Miracema vai realizar a maior obra de sua história, obra que foi tentada ser embargada por alguns Vereadores através de um ofício encaminhado ao Tribunal de Contas, com isso não teremos mais nenhum tipo de dejeto depositado no Ribeirão Santo Antônio. Acrescentou que Miracema receberá diversos sinais de trânsitos eletrônicos e receberá a toda a pintura necessária referente a sinalização de trânsito. Destacou que realizou a compra de diversos kits escolares para a população, compra esta que foi denunciada por superfaturamento pelo Vereador Fabrício de Sá Xavier. Esclareceu que encontrou a Secretaria de Municipal de Saúde sem nenhuma ambulância e a Secretaria de Agricultura sem nenhum tipo de máquina, sendo que a situação de segurança pública do Município estava caótica. Acrescentou que vem respondendo diversos tipos de denúncias, principalmente dos Vereadores Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães, sendo que todas elas estão sendo arquivadas pelo Ministério Público. Disse que as denúncias devem ser feitas com embasamento, destacando que até a restauração da igreja foi denunciada. Concluindo, disse que quer sair da Prefeitura com honra e pela porta da frente, dando a oportunidade de seu sucessor realizar uma transação tranquila e sem problemas. Acrescentou que é a favor da CPI, tendo inclusive solicitado a abertura de uma CPI no início do governo, tendo inclusive recebido uma Moção de Repúdio por ter chamado os Vereadores desta Casa Legislativa de inerte.

Destacou que nunca recebeu diárias indevidas nesta Casa Legislativa. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que não foi no mandato do Sr. Juedyr Orsay como Vereador que aconteceu o recebimento das diárias indevidas, sendo que seu nome nunca foi envolvido em nenhum tipo de corrupção. O Sr. Juedyr Orsay disse que o Vereador João Siqueira Magalhães sofreu um problema com a distribuição de dentaduras. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que no futuro vai esclarecer este assunto. Continuando, o Sr. Prefeito Municipal que entregou algumas cópias sobre uma manchete em relação à Caixa de Previdência, destacando que chegou a hora de ser esclarecido todos os fatos que vem ocorrendo nesta cidade. Acrescentou que a dívida existente já existe há muito tempo e vem se acumulando, sendo que está lutando para o progresso do Município. Disse que espera parceria desta Casa Legislativa, destacando que os Vereadores são livres, assim espera uma convivência harmônica em prol desta cidade. Esclareceu que não existe mais nenhuma pessoa desatualizada, pois todos possuem acesso à informação. Continuou dizendo que existem diversos precatórios que estão sendo pagos pela Prefeitura, sendo que a Justiça bloqueou algumas contas da Prefeitura por conta de ações judiciais, entretanto apesar de todos os problemas vai cumprir todos seus compromissos até o final de seu mandato. Disse que as pessoas que tem o poder de lhe tirar da Prefeitura é a população. Acrescentou que está pagando diversos precatórios, sendo que o Poder Judiciário efetuou o bloqueio de algumas contas da Prefeitura destinadas ao pagamento de funcionários. Destacou que atualmente o nome de Miracema está com o limpo do CAUC, sendo que este fato há muito tempo não acontecia. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que não tem certeza sobre a última vez que Miracema ficou com o nome limpo do CAUC, mas os salários dos servidores nunca ficaram atrasados como está acontecendo atualmente. O Sr. Juedyr Orsay esclareceu que o Município de Miracema nunca esteve apto no CAUC. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, mesmo impossibilitado de falar, gesticulou que durante seu governo o Município de Miracema estava com o nome limpo. O Sr. Juedyr Orsay esclareceu que não está atrasando o pagamento dos funcionários, esclarecendo que sua receita está muito inferior do que a receita do ano passado. Destacou que está realizando um estudo de transferir todos os funcionários para regime estatutário, sendo que está buscando diversos benefícios para os funcionários. Por fim, disse que

não veio nesta Casa Legislativa brigar com ninguém, esclarecendo que a instauração da CPI vai lhe ajudar, pois toda a população tomará ciência da realidade na Caixa de Previdência, assim coloca toda sua vida particular a disposição dos Vereadores. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que a maior atribuição do Vereador é fiscalizar, por isso vai fazer a leitura do ofício encaminhado ao Tribunal de Contas mencionado pelo Prefeito Municipal esclarecendo que está apenas realizando sua função, sendo que o Sr. Juedyr Orsay foi a pessoa que mais fez denúncias nesta Casa Legislativa quando ocupava uma cadeira de Vereador. O Sr. Juedyr Orsay disse que todas as denúncias feitas por ele foram embasadas em documentos e nenhuma foi anônima, sendo que os Vereadores deveriam estar presentes na licitação. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que não fez nenhuma denúncia anônima, fazendo a leitura do ofício que encaminhou ao Tribunal de Contas do Estado, solicitando apenas a fiscalização da referida licitação. O Sr. Juedyr Orsay disse que a fiscalização deveria estar sendo feita pelos Vereadores, sendo que coloca as portas do governo abertas para todos os Vereadores. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que existe uma Lei Municipal estipulando o envio de todos os Editais de Licitação à Câmara Municipal, lei esta que não está sendo cumprida, destacando que já realizou aproximadamente vinte e oito requerimentos ao Poder Executivo e não obteve nenhuma resposta. O Sr. Juedyr Orsay disse que atualmente possui oito empresas realizando obras no Município, assim gostaria de saber do Vereador Fabrício se ele sabe o nome de apenas quatro que trabalharam no governo passado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que não foi gestor do Município e está buscando o cumprimento da Legislação Municipal. Esclareceu que todas as contas do ex gestor foram aprovadas pelo Tribunal de Contas. Disse, ainda, que esteve visitando algumas escolas e gostaria de esclarecimentos sobre o desjejum dos alunos. O Sr. Juedyr Orsay esclareceu que o pão foi suspenso da merenda escolar por causa de seu peso, sendo que na terça feira o pão retornará para a merenda. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que há três meses não tem nenhum pão nas escolas. O Sr. Juedyr Orsay se comprometeu a visitar todas as escolas e verificar a situação da merenda. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou sobre a valorização dos professores. O Sr. Juedyr Orsay esclareceu que neste ano não está pagando a produtividade, entretanto está estudando este assunto para voltar a realizar o pagamento, sendo que não

realiza nenhum tipo de perseguição. O Sr. Juedyr Orsay esclareceu que a porta da Prefeitura está aberta para o Vereador Fabrício de Sá Xavier, autorizando ele a receber quaisquer tipos de documentos da Prefeitura. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que o acesso à informação permite aos Vereadores informar melhor a população sobre as ações da Prefeitura. O Sr. Juedyr Orsay disse que o Sr. Ivany lhe procurou na época da votação de suas contas perguntando se ele podia lhe ajudar de alguma maneira, sendo que ele esclareceu que não interferiria no voto de nenhum Vereador, pois todos possuíam seus próprios critérios. Esclareceu que não possui nada pessoal contra o Ex-Prefeito, possuindo apenas divergências políticas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que também não tem nada pessoal contra o Sr. Juedyr, sendo apenas seu adversário político. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se todos os Vereadores estão de acordo com a expansão do horário da Sessão. Todos os Vereadores concordaram. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que não fez a denúncia sobre a licitação da rede de esgotos, sendo que realiza todas suas denúncias pautadas em documentos e de forma nominal, nunca tendo denegrido a imagem pessoal do Prefeito. Disse que todos os Vereadores são favoráveis aos Projetos de Lei que beneficiam o Município, sendo que atualmente a Secretaria de Assistência Social se encontra com muitos funcionários. Acrescentou que o Juedyr Orsay quando era Vereador foi um dos que mais realizou denúncias neste Município, tendo inclusive denunciado o Hospital de Miracema, o Sr. Juedyr Orsay disse que apenas Presidiu uma CPI solicitada por um membro do Governo, sendo que o relatório final constatou algumas irregularidades. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que sua filha, Ex-secretária de Promoção Social lhe enviou um ofício colocando a Secretaria de portas abertas para a realização da transição do governo, entretanto ela não foi realizada. Acrescentou que a distribuição de dentaduras foi uma de suas melhores ações, sendo que acabou sendo perseguido politicamente por causa deste fato. Concluiu dizendo que quando foi Secretário de Promoção Social trouxe quase todos os Programas Sociais para o Município de Miracema. Acrescentando que não houve a intenção de caminhar junto com os Vereadores no início do governo, sendo que no dia 05 de fevereiro foi assinado um Decreto Emergencial com efeito retroativo ao dia 01 de janeiro, sendo que buscou estudar outros casos de Decretos Emergenciais, tendo verificado que em todos os

Municípios onde ele foi adotado os Prefeitos Municipais acabaram sendo penalizados. Destacou que o Tribunal de Contas entende que este Decreto Emergencial seria uma forma de burlar as licitações, assim por causa destes fatos encaminhou a documentação que entendeu necessária ao Tribunal de Contas. Disse, ainda, que ama muito o Município de Miracema e sempre trabalha em prol do referido, considerando os funcionários públicos o maior patrimônio do Município, devendo sempre valorizar os referidos. Esclareceu que no passado conseguiu trazer a UFF para o Município de Miracema durante o governo do Sr. Jairo Tostes ficando muito triste ao ver a ampliação da UFF em Santo Antônio de Pádua e o quase fechamento da referida em Miracema. Afirmou que o Ex-Vereador Sinésio praticou uma oposição muito forte e não está buscando atrapalhar ninguém, buscando sempre a paz para a administração do Município. O Sr. Juedyr Orsay esclareceu que cumpriu uma determinação judicial e implantou no Município de Miracema a Casa Lar, procurando dar para as crianças o caminho certo na vida, por isso aumentou o número de funcionários da Secretaria de Promoção Social. Esclareceu que está trazendo o SENAC de volta para o Município de Miracema, destacando que vai trazer diversos outros cursos profissionalizantes. Acrescentou que sua política é realizada pensando na qualificação da população, dando trabalho para as pessoas conseguirem seus próprios sustentos. Explicou que a descapitalização da Prefeitura Municipal não foi por causa dos cargos criados e sim por conta de dívidas antigas, sendo que os precatórios são direitos antigos dos trabalhadores. Por fim, disse que veio pedir respeito aos Vereadores, pois está buscando trabalhar e não gostaria que os problemas atingissem o lado pessoal, pois tudo que está sendo feito com ele é preconceito por ser de uma classe pobre e ter atingindo a Prefeitura de um Município. Disse que jamais vai cometer um ato que manche sua dignidade e a dignidade de sua família. Conclui suas palavras dizendo que sempre vai trabalhar em prol do Município, buscando reverter o quadro que encontrou quando assumiu a Prefeitura. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Inscrito o Vereador Presidente Hugo Fernandes para esclarecer sua manifestação nas Redes Sociais e na Imprensa local. Com a palavra, o Vereador Hugo Fernandes disse que não está mais compartilhando os mesmos pensamentos do atual gestor, sendo que tem uma admiração muito grande pelo Prefeito e sabe o tamanho das dificuldades que ele vem enfrentando.

Esclareceu que participou de uma bela campanha política ao lado do atual Prefeito, percebendo da população uma vontade de mudança muito grande, destacando que o grupo era muito desacreditado. Disse que está trabalhando em prol do Município e, em seu primeiro ano de mandato já conseguiu uma emenda no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a construção de duas quadras de esporte. Explicou que não concordou com o documento chamando esta Casa Legislativa de inerte, tendo conversado com o Sr. Prefeito sobre o assunto ele reconheceu que as palavras foram equivocadas. Acrescentou que existe um grupo de Secretários que foram seduzidos pela vaidade, sendo que infelizmente isto ocorre com a aquisição do poder. Disse que veio para esta Casa Legislativa um Projeto em relação a Prorrogação do Mandato dos Conselheiros Tutelares, sendo que o Presidente só votaria em caso de empate com o objetivo de desempatar, tendo tido a oportunidade de votar neste Projeto. Com isso destacou que um Decreto criado posteriormente indo de forma contrária à Lei não poderia prevalecer. Afirmou que as críticas que está fazendo em relação à Secretaria de Promoção Social não possuem cunho pessoal, sendo que existem boatos que as críticas só estavam sendo feitas para que sua mãe assumisse a Secretaria, fato este que é uma inverdade. Por fim, sugeriu aos Secretários para participarem mais ativamente do governo, buscando se informar sobre as reuniões da Câmara. Esclareceu que alguns Secretários realizam um bom trabalho, entretanto outros pensam que quando um Vereador apresenta uma demanda está procurando se beneficiar e acaba não atendendo um pedido da população. Concluindo, sugere que os Secretários deixem a vaidade de lado e comecem a trabalhar em prol da população e pararem de blindar o Prefeito, impossibilitando ele de constatar os problemas verdadeiros do Município. Destacou que está fazendo sua parte para que o Município de Miracema consiga progredir, assim gostaria de afirmar que está à disposição de qualquer pessoa, sendo que não é perfeito e costuma brigar e discutir em prol do melhor para o Município. Por fim, disse que o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno não está podendo falar devido a uma operação recente e na próxima Sessão irá utilizar a palavra para esclarecer alguns fatos. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 11/08/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para

constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 11 de agosto de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quarenta e cinco da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 11, Versículos de 01 à 03. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício 011/2019 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema respondendo o ofício nº 1166/2018; 02) Ofício DPT/SMCT nº 005/2019 da Divisão de Patrimônio e Tombamento de Imóveis – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; 03) Ofício DPT/SMCT nº 007/2019 da Divisão de Patrimônio e Tombamento de Imóveis – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; 04) Ofício nº 024/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - Ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Wilson Witzel - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade da realização de uma parceria entre o Governo do Estado e o Município de Miracema visando à instalação de um estabelecimento de Ensino Militar em nosso Município. Tal solicitação tem o intuito de, além de elevar o nível educacional em Miracema, garantir a manutenção dos parâmetros de ordem, patriotismo e respeito, conceitos que vêm sendo perdidos em nossa sociedade e que são de suma importância para o desenvolvimento de uma nação. Para esse fim, o Município de Miracema disponibiliza três escolas: Instituto de Educação de Miracema, Escola

Municipal Prudente de Moraes e Escola Municipal Sônia Torres do Amaral, todas dotadas de infraestrutura para o funcionamento imediato de um Colégio Militar. Ficaria a critério do Governo do Estado do Rio de Janeiro a escolha daquela que melhor atender as demandas dessa unidade de ensino. Muitas são as lutas travadas em prol de nossa cidade, grandes mudanças na educação de Miracema estão em marcha, mas acreditamos no potencial avanço educacional que um Colégio Militar poderá proporcionar para nossa Miracema. Aprovado. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitção no sentido de que sejam realizadas melhorias no Morro do Operário, tendo em vista que com as chuvas está descendo muito barro da barreira, tornando o local intransitável. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitção no sentido de que envide esforços a fim de que seja refeita a ponte que liga a Estrada do Bonito ao Palmital, tendo em vista que a ponte está destruída há um bom tempo e os moradores estão precisando dar uma volta muito grande. Deferido. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Reiteração do ofício nº 03/2017 - Solicitção no sentido de que seja feito o calçamento da Rua Rodolfo Alves Rodrigues, no Bairro Boa Vista, pois considerando o elevado número de casas construídas, é necessário que a mesma seja dotada de melhor infra-estrutura, melhorando o acesso, que fica prejudicado principalmente em períodos de chuva. Com isso, pedimos as providências necessárias para a realização desta obra, que além de proporcionar melhorias ao local, contribuirá com o bom aspecto da cidade. 05) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitção no sentido de que seja estudada a possibilidade de instalar um corrimão na escadaria localizada na Rua Edson Monteiro de Barros, Bairro Jardim Beverly (perto da mina d'água). Esclarecemos que com a colocação do corrimão na escadaria, estará proporcionando mais segurança aos idosos que moram no local, bem como as pessoas que têm maior dificuldade de locomoção, pois terão um apoio para se protegerem de possíveis quedas. Deferido. 06) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao DEMUTRAN - Solicitção no sentido de que envide esforços a fim de que seja pintada uma faixa de pedestres em frente à Igreja Assembleia de Deus, na Rua da Laje, tendo em vista que os frequentadores por muitas vezes estão acompanhados de crianças e pessoas idosas, com dificuldades na travessia da rua. Deferido. 08)

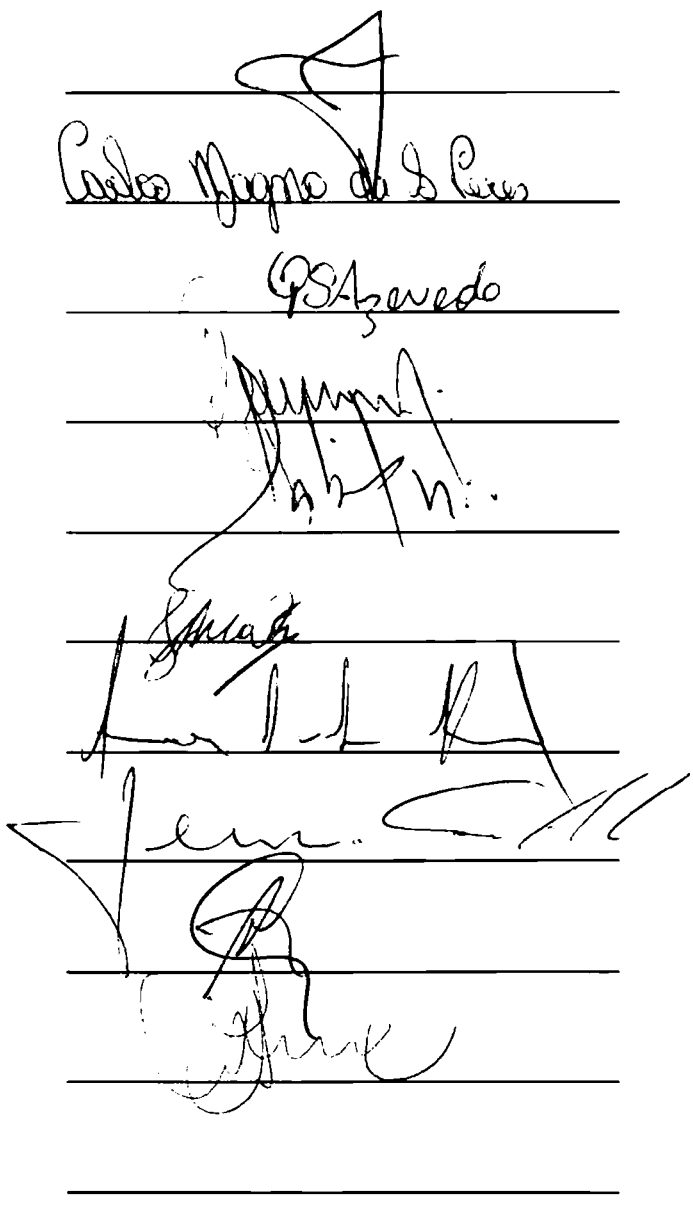
Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa as informações abaixo descritas: a) quando foi criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente (encaminhar cópia da ata); b) encaminhar relação de membros do referido Conselho correspondende ao período de 2013 à 2016. Deferido. 09) Vereador José Augusto Martins - À ENEL - Solicitação, com urgência, no sentido de que seja realizada a troca de um poste localizado no Morro dos Operários (Distrito de Paraíso do Tobias), no beco perto da casa Dona Olga. Esclarecemos que o referido poste, por ser de ferro, está muito perigoso, dando choque, descascando e causando risco aos moradores. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Márcio Menezes, Secretário Municipal de Fazenda para falar sobre a Prestação de Contas da Prefeitura. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Sr. Márcio Menezes esclareceu que veio prestar esclarecimentos sobre as contas municipasi com bastante orgulho, pois foram apontadas apenas uma irregularidade e vinte e duas impropriedades, demonstrando assim o grande comprometimento do atual governo. Esclareceu que foi herdado um déficit da gestão passada, sendo que todas as dívidas em relação ao INSS das gestões passadas já foram parceladas. Esclareceu que o parcelamento é executado diretamente no Fundo Municipal e, por conta disso, acabou ficando em atraso no ano de 2017, sendo que este fato gerou a irregularidade apontada, entretanto este problema já foi sanado e atualmente o débito mencionado não existe. Destacou que as as impropriedades foram detectadas por questões administrativas, de alimentações de sistema e outras, sendo que inclusive já foram encaminhadas as razões de defesa para o Tribunal de Contas e, com a defesa aceita, foi emitido o parecer prévio à aprovação das contas. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Decreto Legislativo: **01)** Projeto de Decreto Legislativo que Julga as Contas de Governo do Poder Executivo do Município de Miracema, referente ao exercício de 2017. Autoria: Mesa Diretora. O Vereador Fabrício de Sá Xavier fez a leitura dos pareceres presentes no projeto. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que os pareceres foram muito bem apresentados, acreditando que no próximo ano estas inconsistências na Prestação de Contas não ocorrerão. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que alguns problemas ficaram nítidos,

sendo que não podemos permitir que as dívidas venham passando de Prefeito para Prefeito e as contas serem aprovadas, pois se anteriormente as Contas não tivessem sido aprovadas a situação da Caixa de Previdência não estaria da maneira atual. Destacou que a responsabilidade de aprovar as contas é muito grande. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que achou muito importante o voto da Conselheira presente em fls. 78 do parecer do Tribunal de Contas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier fez a leitura do referido voto. O Vereador Genessi Rodrigues da silva esclareceu que fez questão de citar esta página, pois o voto da relatora além de explicar a função da Câmara Municipal, cita que o atual governo além de cumprir com suas obrigações, está no caminho certo para o futuro. Esclareceu que nos primeiros anos de mandato o Tribunal de Contas alerta o direcionamento que o governo deve seguir, sempre solicitando a correção dos erros. Por fim, disse que sempre defende a Câmara, pois todas as vezes que nós votamos alguam Prestação de Contas, votamos com a consciência tranquila. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares parabenziou o Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Educação pela reforma e reinauguração da Escola Maria dos Anjos Siqueira Tostes, pois ela é de suma importância para o bairro Jove. Esclareceu que todos os apontamentos apresentados na Prestação de Contas foram analisados por sua Comissão juntamente com o Assessor Jurídico desta Casa Legislativa. Por fim, perguntou o que está sendo feito para reduzir o limite prudencial. O Sr. Márcio Menezes esclareceu que inclusive já foi questionado pelo Ministério Público sobre o limite prudencial. Esclareceu que redução do limite prudencial não quer dizer corte de gastos na folha salarial, pois atualmente estamos fazendo a cortes nos contratados e podemos ter aumento de receita. Informou que com o aumento da receita do Município o gasto percentual com o pessoal vai diminuir, sendo que isso aconteceu em 2017. Destacou que em relação às impropriedades, todos os problemas foram identificados e estão sendo corrigidos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que infelizmente desaprovamos as contas do gestor passado por conta do desequilíbrio nas contas e ficou triste com os danos gerados aos cofres públicos. Acrescentou que percebemos algumas empresas que não tiveram compromisso e seriedade com o município, sendo que elas apenas pegaram os recursos e não realizaram seus devidos trabalho, deixando inclusive funcionários sem receberem seus direitos. Continuando, parabenizou o Prefeito e toda sua equipe por

demonstrarem o início do reequilíbrio financeiro, destacando que, de acordo com o que foi demonstrado nas contas, está evidenciado o grau de responsabilidade da Prefeitura, especialmente nas áres de saúde e educação, onde todas as metas constitucionais foram cumpridas. Por fim, disse que estamos trabalhando muito para que a parceria em prol de Miracema funcione da melhor maneira possível. O Vereador José Augusto Martins disse que está feliz em fazer parte deste governo, pois estamos caminhando juntos para uma Miracema melhor. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire destacou que leu uma recomendação sobre a necessidade do uso responsável dos royalties priorizando ações para o desenvolvimento sustentável do município, pois assim será possível prevenir a futura perda deste recurso. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que hoje o Tribunal de Contas faz um trabalho técnico e não político. Destacou que o limite de gastos com o pessoal extrapolado tamém possui relação com a queda de receita, pois com a queda de receita o limite acaba aumentando. Dessa maneira, acredita que, se a parte tributária não trabalhar de forma eficiente o gestor pode acabar sendo sendo penalizado. Acrescentou que fomos observando que a parte de desconto dos servidores que não estava sendo repassada em governos anteriores, atualmente está sendo repassada rigorosamente em dia e que todos os limites constitucionais foram cumpridos, especialmente na educação e na saúde. Por fim disse que um dos pontos mais importantes foi a redução em 15,76% do déficit do Município, destacando que este recurso poderia estar sendo investido no Município em áreas necessitadas. Continuando, o Vereador Presidente convidou o Prefeito para utilizar a palavra. O Sr. Prefeito Clóvis Tostes esclareceu que já fez uma renegociação de dívida com a ENEL e até hoje, por conta deles, não está conseguindo concluir a questão de fato, destacando que foram pagoos arrestos, sendo que um foi na conta da FUNASA, por conta das obras de esgotamento sanitário, acreditando que estas obras ainda vai gerar muitos problemas para o Município, pois eles estão querendo um aditivo apra concluir os trabalho e a Prefeitura não tem condições financeiras de arcar com o valor pedido. Esclareceu que as dívidas com servidores são constantes, tais como progressão, rescisão, retroativos e outros, mencionando que no último quadrimestre existe o pagamento dos décimos terceiros salários, senod que ele é o menor em termos de arrecadação. Acrescentou que realmente deveríamos estar investindo a verba dos royalties, entretanto a referida verba oscila muito e o

Município está gastando muito com o transbordo do lixo. Destacou que precisaremos tomar algumas medidas em Relação à Caixa de Previdência e está aguardando a reforma da previdência no nível nacional para estidar se precisaremos mudar algumas regras. Esclareceu que estamos tentando retirar o programas da saúde da folha de pagamento, pois mesmo que a verba venha do Governo Federal diretamente para efetuar o pagamento dos servidores, estes valores são incluídos no limite prudencial. Por fim, informou que a dívida dos Governos Federal e Estadual com o Município de Miracema é de aproximadamente nove milhões de reais, posi ambos estão com suas situações financeiras muito delicadas e espera que com a venda da folha de pagamento dos servidores da Prefeitura possa conseguir efetuar o pagamento de diversos precatórios. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se existe a possibilidade da realização de algum concurso público pela Prefeitura. O Sr. Prefeito Clóvis Tostes informou que atualmente o Município não tem condições financeiras de arcar com os custos de um concurso, entretanto a Prefeitura está precisando de funcionários e a realização do referido concurso será estudada no futuro. O Sr. Márcio Menezes esclareceu que atualemnte o Tribunal de Contas é completamente técnico, sendo que a irregularidade apontada sempre foi motivo de impropriedade e não irregularidade. Dessa forma, pode perceber que as regras foram mudadas e a Prefeitura está começanbdo a se adptar a nova forma de fiscalização do Tribunal. Por fim, disse que hoje, como munícipe, fica muito satisfeito com os Vereadores que o Município de Miracema possui, pois todos frequentam a Prefeitura e realizam um importante trabalho em parceria com o Governo, sempre alertando e orientando. O Sr. Prefeito Clóvis Tostes convidou todos os Vereadores e todos os presentes para a visita do Governador do Estado, no dia de amanhã, às 09 horas da manhã, esclarecendo que na terça feira será realizada uma Assembleia em relação à Caixa de Previdência. O Vereador Hugo Fernandes disse que o Líder do Governo, o Vereador Marcus Felipe Maercante Linahres, mandou uma mensagem parabenizando o Prefeito Municipal pela aprovação das contas no Tribunal de Contas e pediu desculpas por não poder estar presente na sessão, tendo em vista que não deu tempo dele chegar de viagem. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou o Projeto de Decreto Legislativo em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 103, de 07 de

fevereiro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo: Artigo 1º- Ficam aprovadas as Contas de Governo do Chefe do Poder Executivo, referente ao exercício de 2017, sob a responsabilidade do Sr. Clóvis Tostes de Barros. Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 11/02/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2019.



Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e três da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 04, Versículos de 01 à 06. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 04 de novembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 382/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que precisa indicar um Vereador com vínculo estatutário para compor o Conselho Fiscal da PREVI, sendo que apenas os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo e Maria Alessandra Leite Freire se enquadram nessas condições. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo se dispôs a participar do Conselho Fiscal. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que concorda com a indicação do Vereador Paulo Sérgio, pois não faz questão de participar do Conselho. O Vereador Hugo Fernandes disse que vai indicar o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo para participar do referido Conselho. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo destacou a agilidade da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, pois comentou que o serviço de asfaltamento da Vila Nova ficou muito bom, mas um ralo teria ficado muito abaixo do nível necessário, sendo que a Secretaria resolveu o problema no dia seguinte. O Vereador Aimoré da Silva Almeida informou que o Pastor Gilberto Araújo pediu para convidar todos os Vereadores para participarem das festividades em comemoração ao 12º Aniversário da Igreja Batista de Paraíso do Tobias, que ocorrerá entre os dias 14 e 17 de novembro, a partir das 19h30min. 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza dos bueiros do

Município de Miracema, tendo em vista que muitos estão com entupidos e com mato alto. Deferido. 02) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa quais ruas serão asfaltadas, bem como se as referidas ruas possuem a infraestrutura necessária (rede esgoto, rede de água de chuva e outros) para receberem o respectivo asfalto. Deferido. 02) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. José Arivaldo, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Reiteração - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e ao Diretor do DEMUTRAN - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam construídos três quebra-molas próximos ás casinhas populares da Comunidade de Areias. Deferido. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Diretor do DER-RJ - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam construídos dois quebra-molas na RJ 200, próximos ao Posto da Polícia Militar. Aprovado. 05) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Diretor do DER-RJ - Solicitação no sentido de que seja realizado o asfaltamento da Rua Pedro Santos e da Rua Projetada (perto do Daltrinho), no Bairro Carrapichão. Deferido. 06) Vereador José Augusto Martins – Reiteração - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a poda das árvores localizadas em frente ao Estádio, tendo em vista que uma árvore do local está com os galhos muito grandes esbarrando nos caminhões e causando transtornos aos motoristas. Deferido. 07) Vereador José Augusto Martins - Reiteração - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja realizada uma reforma na Quadra de Esportes da CEHAB. Deferido. 08) Vereador Hugo Fernandes, em conjunto com o Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa a relação dos exames disponibilizados pelo SUS e a quantidade ofertada mensalmente, bem como o número da fila de esfera. Esclarecemos que estamos fazendo a referida solicitação para informar a população. 09) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Reiteração - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja acabado com os "lixões" existentes na Rua Deodato Linhares e próximo à Proletária. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Explicações Pessoais. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que amanhã vai na Universidade Federal de Três Rios com o Prefeito Municipal para assinar o Consórcio sobre a Macaúba, acreditando que será um grande passo para o Município na geração de emprego e renda. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou qual seria a contrapartida do Município

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

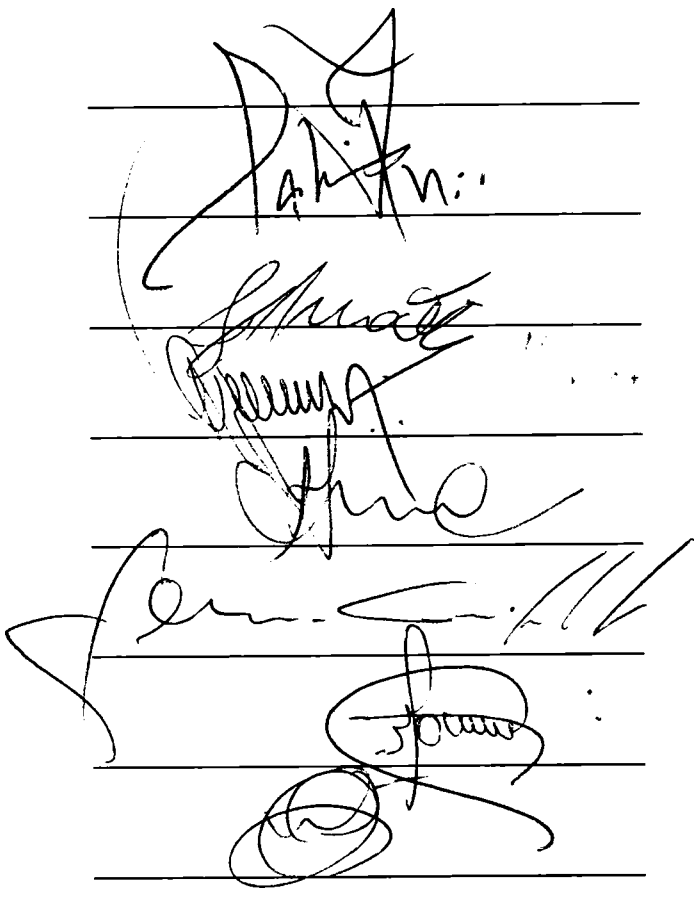
no Consórcio. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo informou que não tem a participação direta do Governo, pois a organização do Consórcio vai trabalhar diretamente com o produtor rural, sendo que o produtor vai disponibilizar uma área de sua propriedade e as mudas de macaúba serão doadas e plantadas. Assim o proprietário ficará responsável apenas pelo cultivo e no final o Consórcio irá realizar a compra referente a primeira coleta, que ocorrerá em aproximadamente cinco anos. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 11/11/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 07 de novembro de 2019.

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e noventa e cinco da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 20, Versículos de 01 à 07. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 03 de outubro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 076/2019 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ; 02) Ofício nº 079/2019 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ; 03) Ofício SEI nº 13365/2019/COFISRJ/URRJ-ANTT da Agência Nacional de Transportes Terrestres respondendo o ofício nº 0578/2019; 04) Ofício IBGE/19 nº 45 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 05) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de agosto de 2019. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, em conjunto com o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, solicitou uma Moção de Aplausos para o Dançarino Carlos Felipe Souza, o parabenizando pelo mérito de estar estudando em uma grande Escola de Dança Nova Iorquina, representando muito bem a população de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma ampla limpeza nos bueiros de Miracema, tendo em vista que existem diversos pontos com entupimentos. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Diretor

Regional da CEDAE de Miracema - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de que seja realizada a doação do terreno que está abandonado no Centro Redentor e pertence a esta Companhia para o Município de Miracema, com o objetivo de que seja construída uma praça para atender a população do referido bairro. Aprovado. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Ao Deputado Estadual Pedro Brazão - Solicitação no sentido de que seja realizada uma intervenção junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de que seja realizada a doação do terreno, pertencente À CEDAE, que está abandonado no Centro Redentor para o Município de Miracema, com a finalidade de que seja construída uma praça para atender a população do referido bairro. Deferido e Aprovado. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida solicitou uma Moção de Aplausos para os Componentes da 3ª Cia da Polícia Militar de Miracema, os parabenizando belo serviço no combate à criminalidade do Município. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 06) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Fazenda - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a cópia dos comprovantes de todos os repasses referentes aos 15% (quinze por cento) realizados para a Secretaria Municipal de Saúde do ano de 2019, bem como a cópia dos documentos apresentados na Audiência Pública sobre a prestação de contas. Deferido. 07) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja informado (com comprovantes) a esta Casa Legislativa quais foram as verbas recebidas por esta Secretaria, do Município de Miracema, no ano de 2019, detalhada mês a mês. Deferido. 08) Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Aplausos para todos os Conselheiros Tutelares eleitos, os parabenizando pela vitória e desejando sucesso nesse novo desafio. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, em conjunto com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, solicitou uma Moção de Aplausos para o suplente de Deputado do Partido Progressista, Sr. Marcelo Queiroz, o parabenizando por assumir a Secretaria de Agricultura do Estado e desejando muito sucesso nesse desafio, merecendo destaque o fato de que nas últimas décadas a referida Secretaria foi administrada pelo Partido Progressista. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Destacou que a Secretaria Estadual de Agricultura nas últimas décadas vem sendo administrada pelo Partido Progressista e

possui relevantes serviços prestados ao Município de Miracema, inclusive atualmente a responsável pela patrulha mecanizada existente no Município de Miracema, através do Programa "Estradas da Produção", onde foram adquiridas várias máquinas para o Município. 10) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Reiteração - À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - Solicitação no sentido de que seja realizada a recuperação as estradas vicinais das regiões das Fazendas Boa Vista, Araponga, Inhamal, Ventania, Buracada e propriedades vizinhas. Deferido. Continuando, disse que não tem nada contra a realização de serviços particulares pelas máquinas da Prefeitura, mas as estradas municipais devem ser prioridades, sendo que seus pedidos não são para se beneficiar pessoalmente e sim para beneficiar os produtores rurais e todas as pessoas que utilizam as referidas estradas. 11) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Reiteração - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza do terreno localizado em volta da Guarita do Sítio Pernambuco. Deferido. 12) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Aplausos para a Assembleia de Deus "Congregação do Conde", a parabenizando pelos seu 25º aniversário. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 13) Vereador José Augusto Martins - Reiteração - Ao Prefeito Municipal, com vista a ENEL - Solicitação no sentido de que sejam instalados postes de iluminação pública na Rua Edson Alvim de Barros (atrás da Igreja Santa Terezinha), Bairro Jardim Beverly, tendo em vista que a referida rua está muito escura, causando perigo aos moradores no período noturno. Deferido. 14) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza dos bueiros (mata burro) do Município de Miracema, tendo em vista o grande acúmulo de lixo. Ressaltamos que a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo irá disponibilizar caminhão e máquina, ficando a Secretaria de Meio Ambiente responsável pelo pessoal de apoio. 15) Vereador Genessi Rodrigues da Silva, em conjunto com os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres e Hugo Fernandes - Ao Deputado Rodrigo Bacellar - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o Projeto "Ventania" no Município de Miracema. Aprovado. 16) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou uma Moção de Aplausos para o Sr. Sebastião e para a Sra. Magali, os parabenizando pelo tempo trabalhado como Conselheiro Tutelar, sempre desempenhando suas funções com

muita dedicação e eficiência. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Hugo Fernandes disse que infelizmente a Comissão Organizadora da Eleições do Conselho Tutelar não fez um bom trabalho durante as eleições e, inclusive, muitas pessoas deixaram de votar por conta da desorganização. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 10/10/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 07 de outubro de 2019.



Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e sessenta e um da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 22, Versículos de 01 à 04. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Memorando PMM/AMT nº 194/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo os ofícios nº 184/2019 e 160/2019; 02) Memorando PMM/AMT nº 191/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 183/2019; 03) Memorando PMM/AMT nº 190/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 188/2019; 04) Memorando PMM/AMT nº 188/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 182/2019; 05) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Gabrielly Damasceno da Silva, de autoria da Mesa Diretora; 06) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Tamara Horta Staniscia, de autoria da Mesa Diretora; 07) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Juarez Fialho da Silva Júnior, de autoria da Mesa Diretora; 08) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Arthur dos Santos Costa, de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo; 08) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Renato Costa de Oliveira, de autoria do Vereador Paulo Cesar da Cruz de Azevedo; 09) Projeto de Decreto Legislativo que concede a Comenda Dirceu Cardoso à Sra. Vanessa Siqueira

Lima, de autoria do Vereador Genessi Rodrigues da Silva; 10) Requerimento do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo encaminhando uma indicação ao Prefeito Municipal no sentido de que seja elaborado um Projeto de Lei que Cria o Banco de Medicamentos do Município de Miracema, conforme minuta em anexo. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo agradeceu aos Vereadores por terem entendido sua ausência nas duas ultimas reuniões, esclarecendo que participou de algumas reuniões, acreditando que elas trarão frutos para Miracema. Destacou que as sessões da Câmara Municipal são muito importantes, mas buscar projetos futuros para o Município também é importante e está conseguindo trazer um curso de empreendedorismo para Miracema, em parceria com a UFF. Esclareceu que viaja com o objetivo de buscar mais coisas boas para o Município e, infelizmente, quando chegou recebeu uma notícia ruim, pois existem boatos de que a agência do INSS do Município de Miracema iria fechar. Dessa maneira, precisamos buscar informações concretas sobre a situação e deveríamos buscar algum tipo de ação a ser realizada pela Câmara Municipal para impedir o fechamento da agência. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a situação do INSS é antiga, mas quando houve a proposta de fechar, o interesse seria fechar a agência de Santo Antônio de Pádua, sendo que no passado a Câmara já pediu para não fechar o INSS em Miracema. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse elaborado um documento em nome de todos os Vereadores se manifestando contrário ao fechamento da agência do INSS em Miracema. Todos os Vereadores concordaram. 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - Ao Deputado Estadual – PSL, Exmo. Sr. Renato Zaca - Encaminhar uma Cópia ao Prefeito Municipal - Inicialmente cumprimento cordialmente pelo excelente serviço prestado em nosso Estado como Deputado Estadual, motivo pelo qual nos leva ao inquestionável reconhecimento da importância de tê-lo como representante frente à Câmara dos Deputados, neste diapasão venho por meio desta solicitar ao nobre Deputado que interceda junto a Secretaria de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro – SETRAB, no sentido de instalar em Miracema-RJ a CASA DO TRABALHADOR, pois será de grande relevância aos trabalhadores deste Município, pois assim poderá ser implementado políticas de trabalho, emprego e geração de renda, bem como

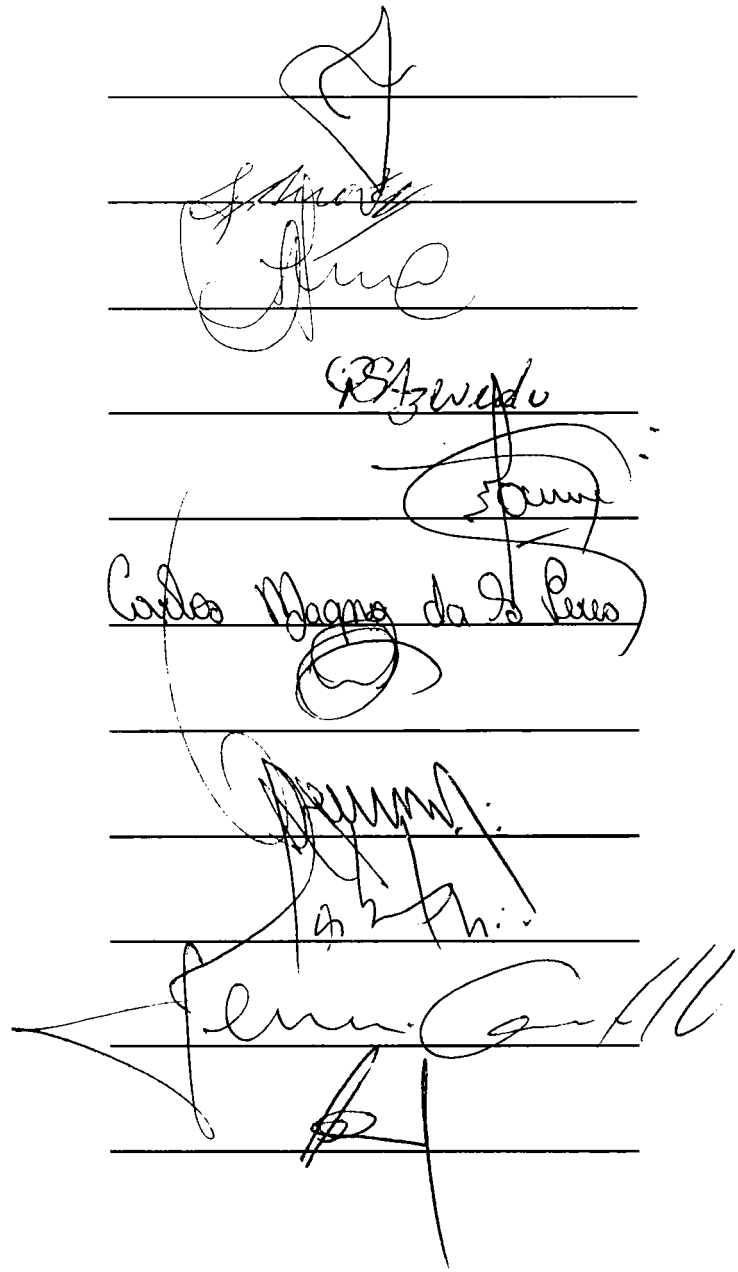
desenvolver ações de apoio ao trabalhador, especialmente no que se refere à intermediação de mão de obra, qualificação profissional, geração de renda e seguro-desemprego, além de contribuir para a inserção, a reinserção e a manutenção de trabalhadores no mercado de trabalho, e estimular a formação e a qualificação dos trabalhadores. Na certeza de contar com vosso pronto atendimento, desde já agradeço e coloco-me a sua disposição para trabalharmos juntos em prol do desenvolvimento de nosso Estado e por seguinte do Município de Miracema-RJ. Aprovado. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja instalado um braço de luz na escadaria localizada próximo à Serralheria na Estrada da Fazendinha. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja terminado o embolso do muro próximo à CEHAB, bem como o calçamento da referida calçada, tendo em vista que os trabalhos foram feitos apenas até a Capela. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que seja realizado o patrolamento da estrada que liga a Fazenda do Dr. Ventura à comunidade de Areias, tendo em vista que o local está intransitável, inclusive, impedindo a circulação das vans escolares. Deferido. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Licitação - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma cópia da licitação referente a realização da Festa da Exposição Agropecuária do presente ano. Deferido. 06) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizado o trabalho de coleta de lixo na Comunidade de Barreiro, tendo em vista que existem notícias de que a coleta não está sendo realizada há bastante tempo. Deferido. 07) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao responsável pelos Agentes de endemias - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria em duas caixas d'águas localizada no parque de exposições, tendo em vista que as referidas se encontram abertas. Deferido. A Vereadora Maria Alessandra Leite esclareceu que já pediu ao Governo para reabrir a Secretaria de Emprego e Renda, entretanto seu pedido não foi atendido, assim espera que o pedido do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo seja atendido. Mencionou que percebeu algumas lâmpadas queimadas pelo Município e gostaria de saber se o caminhão da troca está olhando as ruas durante a noite. O Vereador Hugo Fernandes

disse que ainda não viu o caminhão rodando de noite, acreditando que isso não está sendo feito. 08) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a troca e extensão da rede de esgotos localizada na Avenida Eiras (próximo a casa do Sr. "Tetéu"), com a colocação de manilhas maiores. Deferido. 09) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Convite para comparecer na sessão da Câmara Municipal e utilizar a Tribuna Livre com o objetivo de esclarecer algumas questões sobre a construção de quebra-molas, bem como sobre o trabalho geral da referida Secretaria. Deferido. Destacou que não entende os motivos dos quebra-molas não estarem sendo construídos nas ruas solicitadas, sendo eu vai enumerar as referidas ruas e pedir uma explicação sobre o critério na construção dos quebra-molas. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que os quebra-molas não estão sendo construídos de acordo com as normas do CONTRAN, sendo que a Secretaria de Obras deve construir os quebra-molas com a supervisão dos responsáveis pelo trânsito. O Vereador Hugo Fernandes disse que o trânsito da cidade de Miracema está precisando de alguns ajustes. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que está faltando oferecer as informações corretas nos casos em que o trânsito do Município é desviado por algum motivo. 10) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Diretor Operacional da CEDAE, Sr. Geovane Cardoso de Freitas - Solicitação no sentido de que envide esforços no sentido de que, com a nova reestruturação da CEDAE (extinção dos cargos de chefia de departamento e coordenação), seja mantido o servidor Luiz Henrique Tostes Retamero no cargo de Assistente dentro da nova estrutura da Empresa, tendo em vista que ele é um servidor que reside em nosso Município e atende os anseios da população não só de Miracema, como de todo o Noroeste Fluminense. Aprovado. Todos os Vereadores irão assinar este Requerimento. 11) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja disponibilizado um varredor para atender a Rua Alcir Fernandes de Oliveira, no Bairro Jardim Beverly. Deferido. 12) Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Aplausos para o Padre Olavo, o parabenizando pela organização da Via Sacra de Penitência, realizada no dia 07 de abril, na Ventania. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 13) Vereador Hugo Fernandes - Ao Deputado Estadual Rodrigo Bacellar - Solicitação no sentido de que

seja intercedido junto às instâncias competentes para que o Distrito de Venda das Flores, do Município de Miracema, possa ser comtemplado com uma torre de celular. Aprovado. 14) Vereador Hugo Fernandes - Ao Controlador Geral do Município, Sr. Adriano Daibes - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja elaborado um Projeto de Lei visando a correção do piso salarial dos servidores da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo. Vale ressaltar que os referidos impactos orçamentários podem ser inseridos no Orçamento de 2020. 15) Vereador Hugo Fernandes - À Presidente do CMDCA, Sra. Silvia Benedito Bereta Botelho - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de disponibilizar mais seções para votação para Conselheiro Tutelar. Vale ressaltar que tal solicitação irá atender as diversas reclamações dos eleitores em eleições anteriores. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Roberto Ventura para falar sobre a Emancipação do Município de Miracema. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Sr. Roberto Ventura esclareceu que veio falar sobre a emancipação do Município de Miracema, pois sem dúvida este é um dos acontecimentos mais importantes da história da cidade. Informou que o movimento se iniciou em 1926, quando um separatista foi indicado para ser Prefeito de Santo Antônio de Pádua, assim seu primeiro gesto foi criar uma subprefeitura em Miracema. Destacou que ele abriu mão de seus subsídios e fez um grande círculo de relacionamento no governo estadual, pois também existiam diversas pessoas que eram contra ao movimento separatista. Acrescentou que a Câmara Municipal de Miracema é a instituição própria para a minoria ter voz e vez, sendo também a guardiã da história do Município, por isso veio fazer um pequeno pedido. Disse que no passado a Câmara editou um pequeno livro, falando sobre a emancipação de Miracema, assim sugeriu que algum Vereador fosse nomeado para falar sobre a emancipação de Miracema durante a sessão solene e que fossem editados mais livros para serem distribuídos no evento. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a história de Miracema é muito bonita e possui a intenção de fazer um trabalho nesse sentido para o ano que vem, pois é de muito bom grado realizar um trabalho nesse sentido, assim pede para o livro seja deixado com os vereadores, para verificarmos se existe tempo hábil para confeccionarmos mais desse material. O Sr. Roberto Ventura sugeriu, ainda, que fosse criado um arco com os nomes das pessoas e autoridades

que ajudaram na emancipação de Miracema, sendo que o grande homem que fez a emancipação acontecer foi o Sr. Ventura Lopes. Dessa maneira fez a leitura de algumas passagens sobre o Sr. Ventura Lopes, com o depoimento de algumas pessoas sobre ele, inclusive com o depoimento do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. Prosseguindo, disse que o Sr. Ventura Lopes interferiu diretamente para que Miracema conseguisse uma escola normal, prestando um grande serviço para o Município. Destacou que Ventura Lopes foi um homem sonhador, grande líder e voltado para o exercício da vida pública, sendo que ele foi o escolhido para nomear as pessoas que participariam do primeiro governo do município de Miracema, esclarecendo que ele comandou o processo de criação de Miracema e com seu prestigio político colocou o Município independente. Por fim, disse que também compareceu na Câmara para sugerir a criação de uma "Comenda Capitão Ventura Lopes" para ser entregue na Sessão Solene, acrescentando que possui toda sua história documentalmente. O Vereador Hugo Fernandes disse que todas as sugestões serão ouvidas com atenção. O Sr. Roberto Ventura se colocou à disposição para ajudar no que for necessário e agradeceu a maneira que foi recebido pelos Vereadores. O Vereador Hugo Fernandes disse que a Câmara Municipal está sempre à disposição. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que ficou emocionado com tudo o que foi sobre o Sr. Ventura Lopes, inclusive o depoimento que fez sobre ele, sendo que ele tratava todos na fazenda como iguais, sem qualquer tipo de diferença. Esclareceu que tem muito orgulho de ter crescido na Fazenda Sant Inês e isso lhe deu muita força para estudar fora, mesmo possuindo um dinheiro bem curto, destacando que sempre ouvia do Sr. Ventura Lopes sobre a importância de ter conhecimento e ser letrado. Destacou que não ouvíamos essas histórias em outras fazendas e que possui muita gratidão em seu coração, pois ali começou a ver a importância da educação. Acrescentou que tudo produzido por seu pai foi investido na educação de seus filhos e tem a certeza que o Sr. Ventura Lopes e seu pai estão orgulhosos de seus filhos. Por fim, disse que sabe que a educação é o caminho para o futuro, sendo que precisamos repensar alguns pontos, pois atualmente o empreendedorismo também é um grande passo para o futuro. O Sr. Roberto Ventura disse que os colonos da Fazenda Santa Inês, que eram donos de suas respectivas lavouras, trabalhando de forma independente, destacando que hoje está conseguindo apenas manter as benfeitorias da fazenda, pois o homem do campo está trabalhando muito e recebendo muito pouco, sendo que está se mantendo financeiramente com sua educação e seu diploma. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu

que é um absurdo o tipo de poda que está sendo realizado nas árvores de Miracema, sendo que realmente precisamos realizar a poda, mas não podemos pelar as árvores. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que fez um requerimento com essa preocupação, sendo que inclusive encaminhou o trabalho que vem sendo realizado em outro Município. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 09/04/2019, ás 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 08 de abril de 2019.



Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e oitenta da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares** e **Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificadas Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 10, Versículos de 01 à 04. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 05 de agosto de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício DRV/Detran nº 006.298/18 do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro; 02) Ofício Circular nº 012/2019 do Conselho Regional de Contabilidade; 03) Ofício nº 046/2019 do Colégio Estadual Manoel Rodrigues de Barros. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhado um ofício ao Deputado Estadual Renato Cozzolino, no sentido de que envide esforços junto ao Governo do Estado a fim de que possa ser realizado o Projeto Novo Olhar no Colégio Estadual Manoel Rodrigues de Barros, localizado no Distrito de Paraíso do Tobias, no Município de Miracema, tendo em vista que os alunos possuem a necessidade de terem atendimento médico-oftalmológico para avaliar se precisam usar óculos. Esclarecemos que o referido Colégio possui um quantitativo de 220 alunos e se disponibiliza a ceder o espaço para a realização do Projeto. Na oportunidade, não poderíamos deixar de agradecer e mencionar a sua preocupação para com nossa cidade, sempre com Projetos relevantes buscando atender nossa população; 04) Ofício PMM/GAB nº 176/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei; 05) Ofício PMM/GAB nº 177/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Secretaria Municipal de Fazenda - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa a prestação de contas referente ao "caixa

pequeno" da Secretaria Municipal de Ambiente no período compreendido entre janeiro e agosto de 2019, tendo em vista o estipulado pela Lei Municipal 1.349 de 2011 (em anexo). Esclarecemos que também existe uma dúvida sobre a compra das mudas pela respectiva secretaria, pois não sabemos se ela é realizada pela própria Secretaria através do "caixa pequeno" ou pela Prefeitura através de boletos. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Considerando que são de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos (art. 62 da Lei Orgânica Municipal); Considerando que os ocupantes de diversos cargos como professores, auditores fiscais e outros vêm sendo comtemplados com seus respectivos planos de carreiras; Encaminho solicitação no sentido de que seja estudado, criado e posteriormente encaminhado a esta Casa Legislativa para apreciação e votação um Plano de Cargos para os Jardineiros da Prefeitura Municipal, tendo em vista que existem poucos funcionários nessa função e eles tem prestado um grande serviço ao nosso Município. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Miracema - Convite para a realização de uma reunião para discutirmos sobre algumas podas que estão sendo realizadas em Miracema, bem como sobre alguns locais onde a população está jogando muito lixo e a Prefeitura está demorando a retirá-lo ou a tomar alguma providência. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. Danilo Ronzê, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Reiteração - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa todos os gastos desta Secretaria de setembro de 2018 à maio de 2019, contendo tudo o que foi pago e empenhado, incluindo diárias, contas, compras, etc. Na oportunidade, solicitamos, ainda, que tal informação seja encaminhada dentro do prazo estabelecido na Lei Orgânica. Deferido. 06) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de agilizar a compra de uma ambulância para o Hospital de Miracema, tendo em vista que o Deputado já destinou uma emenda no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para a referida compra. Deferido. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Aplausos para a jovem Thanyse Moreira Sentinella, a parabenizando por ter sido aprovada na Faculdade para Medicina, na cidade de Presidente Prudente, em São Paulo, sendo uma grande honra para o Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 08) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema -

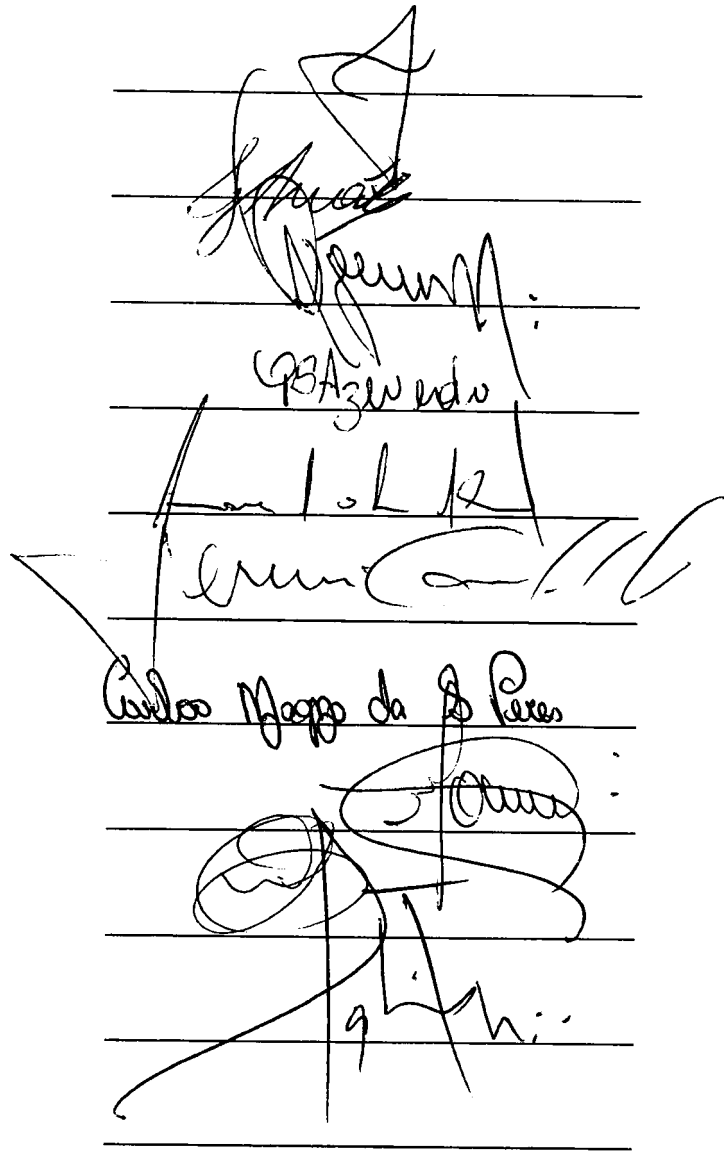
Solicitação no sentido de que seja conferido um Diploma de Líder Comunitário ao Sr. Rubem Scramignon de Souza, em reconhecimento à sua relevante atuação e contribuição à comunidade do Distrito de Paraíso do Tobias. Todos os Vereadores aprovaram essa indicação. 09) Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Aplausos para a Professora Denise Tostes do Couto, a parabenizando por sua preocupação e dedicação com a Educação, em especial a do Município de Miracema, cursando hoje Pós Graduação em Educação Básica, na Faculdade Mary Immaculate College, na cidade de Limerick, na Irlanda, considerada referência em Educação na Europa, apresentando o Projeto "Ensino e Aprendizado no Colégio Estadual Manoel Rodrigues de Barros", a fim de pesquisar quais são os instrumentos pedagógicos utilizados na Irlanda para trabalhar com aluno de baixo rendimento especialmente em Português e Matemática no 9º ano, objetivando promover a melhora da aprendizagem e consequentemente melhorar os resultados de nosso Estado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 10) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, em conjunto com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, solicitou uma Moção de Aplausos para o Atleta Clodoaldo Francisco da Silva, nadador paraolímpico, o parabenizando por ter conquistado 14 medalhas paraolímpicas, sendo 6 de ouro, 6 de prata e 2 de bronze, bem como por ter acendido a Pira Paraolímpica nos jogos do Rio de Janeiro em 2016. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 11) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma contratualização junto a Clínica Oftalmológica do Município de Miracema para a realização de todos os procedimentos oftalmológicos (consultas, exames, cirurgias de cataratas, glaucoma, etc.), tendo em vista que hoje esses serviços estão sendo realizados no Centro de Tratamento Ocular do Município de Itaperuna e a grande maioria dos pacientes possui dificuldades de se locomover até o referido Município. Deferido. 12) Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Sra. Elaine Santos Silva, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 13) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza na escadaria localizada em cima da Rua Osvaldo Marinho dos Passos, passando a Matriz Santa Teresinha, no Bairro Jardim Beverly, tendo em vista que o excesso de mato vem dificultando o acesso dos moradores. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Tribuna Livre. Inscrita a Sra. Lia Márcia para falar sobre algumas podas de árvores que estão sendo realizadas no Município de Miracema. Com a palavra, após cumprimentar todos os

presentes, a Sra. Lia Márcia disse que veio conversar com os representantes do povo sobre uma questão ambiental que vem lhe incomodando muito. Esclareceu que é membro do Conselho de Meio Ambiente e nós estamos tendo dificuldade em nos reunirmos, sendo que essa questão da poda e do lixo já vem me incomodando a bastante tempo, tendo inclusive já conversado com o Serginho. Acrescentou que reconhece as limitações da Secretaria de Meio Ambiente, apesar Miracema possuir engenheiro florestal, engenheiro ambiental e técnicos agrícolas. Disse que no passado foi criado o Parque Ecológico, a APA e Miracema começou a receber o ICMS Verde, assim percebe que o Meio Ambiente gera receita para Miracema. Destacou que a nossa cidade é muito fresca, acreditando que é por ser uma das amis arborizadas da região, sendo que hoje as árvores são tocos com poucas folhas e não estão gerando sombras, inclusive algumas árvores estão morrendo por podas agressivas. Acrescentou que as podas estão sendo feitas para atender alguns pedidos e aleatoriamente, apesar de termos um engenheiro florestal, destacando que comunicou ao Conselho que viria aqui na Câmara, pois estava com vontade de desabafar sobre essa situação, pois está percebendo que o Meio Ambiente vem sendo tratado de forma irresponsável. Disse que no próximo verão passaremos por uma grande onda de calor e hoje as árvores de Miracema não estão fazendo mais sombra. Mencionou que fazia parte da Agenda 21 e lá eram discutidas sobre as atitudes de proteção ao meio ambiente e evitar os danos ambientais, sendo que nos ensinavam que devíamos pensar de forma global, pensando no mundo como um todos, e agir de forma local. Entretanto não vê ações de proteção ao Meio Ambiente em Miracema, esclarecendo que criou em sua fazenda uma reserva natural e faz a separação de lixo seco em molhado na sua casa, ficando triste ao ver o caminhão prensa que recolhe o lixo misturando tudo. Destacou que precisamos punir as pessoas que jogam lixo em qualquer lugar, pois estão sendo formados diversos pequenos lixões em Miracema, sendo que a Prefeitura paga uma empresa para realizar a limpeza urbana. Por fim, disse que veio na Câmara para mostrar aos Vereadores essas situações e pedir para a Câmara cobrar alguma posição da Prefeitura. O Vereador Hugo Fernandes disse que dá razão para a Sra. Lia em algumas situações, mas quando as pessoas utilizam a Tribuna Livre desta Casa para expor determinados problemas e cobrando da Casa um posicionamento, às vezes mostra para a população que a Câmara não está realizando seu trabalho de cobrança. Entretanto isso não é verdade, pois a Câmara tem feito as devidas cobranças, inclusive das empresas, da secretaria e pedindo para que as multas sejam cobradas, sendo que caso o governo não esteja fazendo seu trabalho, não é por conta da omissão dos Vereadores. A Vereadora

Maria Alessandra Leite Freire destacou que cobramos sobre a poda drástica e que o engenheiro florestal explicou que as podas estão sendo realizadas devidamente. O Vereador Hugo Fernandes destacou que fica difícil contestarmos um engenheiro florestal quando ele diz que as podas estão sendo feitas dentro da legalidade. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que de acordo com as informações prestadas pela Secretaria de Meio Ambiente, inclusive com o laudo do engenheiro florestal, as podas estão sendo realizadas da maneira correta. Destacou que o Conselho do Meio Ambiente está omisso há bastante tempo, sendo não se manifestou sobre a criação da antiga útil ter infectado dois lençóis freáticos do Município, pois alguns participantes tinham cargos comissionados no governo e ficaram omissos. Acredita que precisamos parar de hipocrisia e precisamos ter critérios para as denúncias, pois o Conselho de Meio Ambiente era omisso e não falou nada sobre os problemas do passado. Destacou que possui um laudo do Dr. Gustavo, engenheiro florestal do Município, indicando que as podas estão sendo feitas regularmente, sendo que ele é uma pessoa que estudou sobre o assunto e entende da matéria. Continuou dizendo que alguns tombamentos são um retrocesso para o Município. A Sra. Lia Marcia disse que possui um entendimento próprio sobre esse assunto, sendo a representante dos imóveis tombados no Conselho da Cultura, e acredita que os tombamentos são maravilhosos, pois sem eles não existiriam diversos pontos turísticos importantes no mundo inteiro. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que é favorável a tombar os patrimônios que são históricos, mas não da forma como ocorreu em Miracema, sendo que o maior bem histórico de Miracema era a Fábrica de Tecidos e foi destombada por conta de interesses próprios. Por fim, disse que nossa cidade precisa crescer, gerar emprego e renda e com isso movimentar a economia do Município. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares mencionou que fez um convite para o Secretário Municipal de Meio Ambiente para discutirmos sobre esse assunto e o próprio engenheiro esteve aqui e explicou cada caso de poda. Destacou que a Prefeitura não possui pessoas suficientes para realizar uma poda branda, sendo que é contra o posicionamento de que o Meio Ambiente está sendo agredido, pois a vigilância é permanente e não está vendo uma agressão absurda. Acrescentou que está vendo que alguns pontos precisam ser corrigidos, sendo os Vereadores não possuem a formação necessária para questionar um laudo técnico do engenheiro florestal, destacando que é muito fácil criticar, mas entende que a estrutura da Secretaria de Meio Ambiente não é suficiente para atender todas as demandas. Por fim, disse que muitas vezes temos a impressão de que existem motivos políticos para tanto alarmismo sobre as questões do Meio Ambiente, pois outras pessoas

já utilizaram a palavra nesta Casa Legislativa com duras críticas aos Vereadores. O Vereador Hugo Fernandes disse que inclusive gostaria de debater com o Conselho de Meio Ambiente sobre as questões das multas, sendo que fica chateado com as pessoas que não conhecem o trabalho da Câmara e mesmo assim criticam o trabalho dos vereadores. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu a presença da Sra. Lia, esclarecendo que ela tem convicção do que ela está falando e pediu para que fosse encaminhado um documento formal, por escrito, para a Câmara, assim nós poderemos levar este documento aos responsáveis para que as medidas cabíveis sejam tomadas. Destacou que estamos vendo que ainda precisamos avançar, pois o problema do lixo é difícil, mas podemos amenizar muito os problemas. A Sra. Lia Márcia disse que podemos contribuir com muita coisa, apenas organizando algumas situações, pois maioria das pessoas sabe o que precisa ser feito. Esclareceu que se a população produzisse menos lixo, o trabalho seria melhor, assim veio fazer um pedido socorro e chamar a atenção sobre estes problema, destacando que conversou com alguns funcionários e percebeu que eles não estão tendo as devidas orientações para a realização das podas, acreditando que no próximo verão Miracema pode ficar muito mais quente. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que também separa seu lixo em casa e podíamos pensar num trabalho de realização de uma compostagem em casa, assim poderíamos fazer um trabalho de educação junto às escolas. O Vereador Hugo Fernandes disse que vai iniciar um projeto com a ENEL, chamado de Eco - ENEL, acreditando que ele vai beneficiar a cidade, pois a pessoa vai entregar seu lixo devidamente separado e ganhar descontos na conta de energia. O Vereador Aimoré da Silva Almeida parabenizou a coragem da Sra. Lia Márcia por ter utilizado a tribuna livre desta Casa. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre. Também inscrito o jovem Júnior para falar sobre o cantor Pelé. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Júnior disse que veio falar em nome do cantor miracemense Pelé, pois existe um projeto para a gravação de um CD e de um vídeo clipe, pois o cantor Mumuzinho vem dando muito apoio e conseguimos o desconto de um grande estúdio de gravação, sendo que o valor normalmente pago é dez mil reais e eles vão fazer o trabalho por três mil reais. Dessa forma, estamos pedindo a ajuda para conseguir esse valor. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que esta é uma oportunidade única para um garoto do Município de Miracema e se algum vereador quiser ajudar, pode ajudar com a quantia que puder. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 12/08/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente

Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 08 de agosto de 2019.



Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e catorze, às nove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Miracema da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 05, Versículos de 01 a 03. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a Conceder o Direito Real de Uso de Imóvel Público À Empresa Frimais Frigorífico Ltda. ME e dá outras

providências; 02) Ofício Circular Externo MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF nº 13/2014 do Ministério Social e Combate à Fome; 03) Ofício nº 429/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 059/2014. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 09 (nove) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Autoriza o Executivo a promover a Confissão e o Parcelamento ou Reparcelamento das Dívidas Previdenciárias ou não Previdenciárias com o RPPS - Regime Próprio de Previdência Social, gerido pela CAPPS (Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema) com vencimento até maio de 2014. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a Câmara Municipal está apenas votando o reconhecimento da dívida existente da Prefeitura com a CAPPS/CAMEDS e não o parcelamento da dívida, uma vez que os valores serão calculados na Previdência Social. Dessa maneira, acredita que os valores já deveriam estar presentes no Projeto, sendo que gosta das coisas muito corretas e já tentaram lhe prejudicar com a acusação de recebimento de diárias indevidas. Por fim, mencionou que o programa da rádio está fazendo muita falta, pois através dele os Vereadores poderiam esclarecer alguns assuntos aos munícipes. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou a leitura dos pareceres. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura dos pareceres. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado com três votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier, e sete votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1.533, de 08 de julho de 2014. A Câmara Municipal de Miracema e Eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art. 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Município de Miracema, devidamente autorizado a promover a confissão de débitos e o devido parcelamento/reparcelamento referente às contribuições previdenciárias ou não previdenciárias devidas e não repassadas até maio de 2014, junto ao seu regime próprio de Previdência Social, gerido pela CAPPS – Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema, para pagamento na forma do artigo 1°, observado o disposto no artigo 5°- A da Portaria MPS n° 402/2008,

na redação das Portarias MPS n° 21/2013 e n° 307/2013, na forma do artigo: § 1°. Os débitos apurados até fevereiro de 2013, inclusive oriundos das contribuições patronais devidas e não repassadas pelo Município à CAPPS, em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais, iguais e consecutivas. § 2°. Os débitos apurados até Fevereiro de 2013, inclusive, oriundos das contribuições descontadas dos segurados ativos e inativos, e dos pensionistas, e não repassados à CAPPS, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas. § 3°. Os débitos apurados até Fevereiro de 2013, inclusive, não decorrentes de contribuições previdenciárias, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas. § 4º. Os débitos apurados, relativos ao período de Março de 2013 até Maio de 2014, inclusive, oriundos das contribuições patronais devidas e não repassadas pelo Município à CAPPS, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas. Art. 2º - Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcelamento, não pagas no seu vencimento. Parágrafo Único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do Termo de Parcelamento ou Reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo. Art. 3° - Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados de acordo com o art. 15, §§§ 4º, 5º e 6º da Lei n° 937/2002 (Estatuto da CAPPS), atualizados pela lei 1.456/2013, de 17 de Outubro de 2013, acumulados desde a data de vencimento até a data de assinatura do Termo de Acordo de Parcelamento ou reparcelamento. § 1°. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo mesmo índice disposto no artigo 1° da presente Lei, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento. § 2°. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo mesmo índice disposto no artigo 1º da presente Lei, acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento. Art. 4° - Fica a CAPPS determinada a enviar todas as informações necessárias ao MPS - Ministério da Previdência Social relativos à Confissão e o Parcelamento ou Reparcelamento dos débitos de que trata a presente Lei. Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária ou incompatível. **02)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo Municipal

a conceder o Direito Real de Uso do imóvel público à empresa Brambila & Bastos LTDA - ME e da outras providencias. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.534, de 08 de julho de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e, eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo Inciso III, do Art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a realizar a concessão gratuita de direito real de uso, pelo prazo de até 20 (vinte) anos podendo ser prorrogável por igual período, com clausula de reversão, à empresa BRAMBILA & BASTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 09.543.555/0001-54 do lote 4D, com todas as suas benfeitorias situado no Pólo Industrial II, Miracema (RJ). §1º - Em não havendo o início da execução do projeto no prazo máximo de até 06 (seis) meses, assim como a conclusão do Projeto de execução e implantação da empresa em no máximo 12 (doze) meses, fica automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio Público Municipal, mediante simples requerimento fundamentado acompanhado de documentos probatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis. §2º - Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração do Município no mesmo, inclusive sem indenização. §3º - Fica o concessionário obrigado a iniciar suas atividades comerciais no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, ou antes disso, se concluído seu projeto, sob pena da sanção prevista no parágrafo 1º. §4º - A presente concessão tem por objetivo a instalação da empresa de fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito, tendo como nome de fantasia BATATAS CROK CROK, com escopo de fomentar a atividade industrial e comercial no Município. Art. 2º - Fica vedado destinar o imóvel para finalidade diversa da especificada nessa Lei, ficando vedado gravar o imóvel de qualquer ônus, a qualquer título, bem como, não poderá ceder ou transferir o mesmo de forma gratuita ou onerosa, num prazo de 10 (dez) anos e sem anuência expressa do Poder Executivo Municipal, sob pena de rescisão da concessão e sua conseqüente extinção. Art. 3º - Após firmada a concessão, o concessionário fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter

limpo, em condições de higiene sanitária e atender todas as normas pertinentes à utilização do imóvel, inclusive quanto as normas ambientais. Art. 4º - A destinação diversa do imóvel implicará na rescisão da concessão e sua conseqüente extinção, sem direito a retenção e/ou indenização das benfeitorias, salvo, se fato novo ocorrer, cujo interesse público seja demonstrado e a Administração Pública concorde expressamente. Art. 5º - Fica dispensada a licitação com base no inciso I § 4º e 5º do artigo 17 da Lei 8666/93. Art. 6º - As benfeitorias existentes no imóvel ora concedido estão listadas no processo administrativo Nº 2013.10688-9 e 966/1996 acompanhado do devido laudo de avaliação. Parágrafo Único - Todos os bens móveis existentes no imóvel concedido e listados conforme planilha constante nos Processos supra mencionados deverão ser devolvidos ao final da concessão em perfeito estado de conservação cabendo a empresa concessionária a guarda dos mesmos. Art. 7º - O interesse público esta demonstrado uma vez que a industria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento do Município, incentivando a implantação de novas empresas, gerando assim empregos e renda, melhorando as condições de vida da nossa população bem como proporcionando nosso desenvolvimento econômico e social. Art.8º - Fica autorizado ao concessionário oferecer o imóvel em garantia real junto às instituições financeiras, desde que o financiamento seja para edificação ou aquisição de maquinários e equipamentos, referente ao projeto de viabilidade. Art. 9º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a isenção de alvará, taxas, contribuições de melhorias, serviços públicos e ISS, sobre a edificação pelo período de 10 (dez) anos a todas as empresas que vierem se instalar ou que vierem ampliar suas empresas no Pólo Industrial II do nosso Município, em especial, à concessionária. Art. 10 - O cessionário deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo Município de Miracema, constando o numero da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas. Art. 11 - O concedente no exercício regular do Poder de Polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização. Art. 12 - A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma. Art. 13 - Esta Lei entra

em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos, revogando todas as disposições em contrario. **03)** Projeto de Lei que autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que no início do governo iria ser feito um grande trabalho de aquisição de livros, entretanto o referido não foi realizado pela falta de verba. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que está um pouco pensativo e intrigado, tendo em vista que que alguns alunos de escolas particulares estão se inscrevendo no SEJA para conseguir o título de aprovação na rede pública com o intuito de obterem vantagens nas inscrições na Faculdade. O Vereador Hugo Fernandes disse que nós ficamos assustados com esta situação, pois o supletivo foi criado para as pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar no passado, entretanto estamos vendo os adolescentes agilizarem seus diplomas de formatura. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que os professores estão acumulando matrículas e acabam ficando sem tempo para se atualizar. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.535, de 08 de julho de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal decreta a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, objetivando a Aquisição de Mobílias Escolares, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.06 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Função: 12 – Educação; Subfunção: 361 – Ensino Fundamental; Programa: 0208 – Reeq. Manut.Oper.Sec.Mun.Educ.Cult.Esp. e Lazer; Ação: 1.065 - Aquisição de Móveis, Equipamentos e outros Bens Permanentes; Produto: Aquisição a ser efetuada; Metas Físicas: unidades; Valor: R$ 298.198,60 (duzentos e noventa e oito mil, cento e noventa e oito reais e sessenta centavos). Art. 2° - A Fonte de Recursos para o Credito Adicional Especial advirá do Termo de Compromisso PAR Nº 201302178/2013, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 298.198,60 (duzentos e noventa e oito mil, cento e noventa e oito reais e sessenta centavos) em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso II, da lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrado no art. 1º desta Lei. Art. 3° - Fica neste ato

autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 4° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei que autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** Acrescenta ao Artigo 1º no item "Produto" a expressão *"a ser"*, ficando o produto a ser efetuado. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.536, de 08 de julho de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciona a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, na forma do art. 41, inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para complementação do programa e ação já existente no Orçamento atual, objetivando a Construção da Unidade Básica de Saúde da Família do Biongo, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 04.11 - Fundo Municipal de Saúde; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 301 – Atenção Básica; Programa: 0224 – Piso de Atenção Básica Variável; Ação: 2.214 - Manutenção do Programa Saúde da Família – SF; Produto: Manutenção a ser efetuada; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais). Art. 2° - A Fonte de Recursos para o referido Credito Adicional Suplementar advêm dos Recursos de Programa de Requalificação de UBS referente a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da lei Federal nº 4.320/64. Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 4° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou que fosse encaminhado um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que sejam encaminhadas a esta Casa Legislativa as informações abaixo relacionadas: a)

se os terrenos onde serão construídas as Unidades Básicas de Saúde foram doados ou comprados; b) no caso dos terrenos terem sido comprados, informar os valores das respectivas compras, se eles já foram pagos e quais os recursos utilizados; c) informar se foi criada uma Comissão para a avaliação dos referidos terrenos, em caso positivo informar os membros da respectiva comissão; d) se houve, ou não, avaliação de corretores, em caso positivo encaminhar as respectivas avaliações; e) encaminhar cópia integral dos processos referentes a aquisição destes terrenos. Deferido. **05)** Projeto de Lei que autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** Acrescenta ao Artigo 1º no item "Produto" a expressão *"a ser"*, ficando o produto a ser efetuado. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.537, de 08 de julho de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciona a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, na forma do art. 41, inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para complementação do programa e ação já existente no Orçamento atual, objetivando a Construção de Unidade Básica de Imunização e Atendimento a Mulher e a Criança, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 04.11 - Fundo Municipal de Saúde; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 301 – Atenção Básica; Programa: 0225 – Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo; Ação: 2.217 - Manutenção do PAB Fixo; Produto: Manutenção a ser efetuada; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais). Art. 2° - A Fonte de Recursos para o referido Credito Adicional Suplementar advêm dos Recursos de Programa de Requalificação de UBS referente a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da lei Federal nº 4.320/64. Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 4° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogada as disposições em contrário. **06)** Projeto de Lei que dá nome de Diva Petulo da Silva a Unidade Básica de Saúde da Família. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse a Dona Diva era uma excelente pessoa, assim a Unidade Básica de Saúde não poderia ter um nome melhor. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.538, de 08 de julho de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica denominada, Diva Petulo da Silva a Unidade Básica de Saúde da Família, que está sendo construída no Bairro Boa Vista no Município de Miracema. Art. 2º- Fica o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar a referida placa. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. **07)** Projeto de Lei que dá nome de José Roberto Gonçalves a Unidade Básica de Saúde da Família. Autoria: Vereadora Maria José Marques Barros Andrade. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo destacou que o filho do Sr. José Roberto Gonçalves vem seguindo o mesmo exemplo do pai, sendo uma pessoa exemplar. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.539, de 08 de julho de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica denominada, José Roberto Gonçalves a Unidade Básica de Saúde da Família, que está sendo construída no Bairro Nossa Senhora Aparecida, no Município de Miracema-RJ. Art. 2º- Fica o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar a referida placa. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou que fosse encaminhado um requerimento ao INEA, no sentido de que seja informado quais seriam os impedimentos de se construir um cemitério no terreno adquirido pela Prefeitura Municipal de Miracema com este objetivo. **08)** Projeto de Lei que torna-se obrigatório a Direção da Casa dos Pobres São Vicente de Paula de Miracema - RJ, informar mensalmente à Câmara Municipal de Miracema - RJ, os valores repassados pelo Poder Executivo e Convênios para o Asilo São Vicente de Paula de Miracema - RJ. Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que recebeu uma ligação dos representantes do Asilo perguntando sobre o Projeto de Lei, com isso, procurou a Casa dos Pobres para que explicar a real intenção do Projeto de Lei. Acrescentou que vai solicitar a retirada dos dois Projetos

da votação, uma vez que algumas pessoas estão confundindo suas intenções, destacando que votou contra diversos Projetos de Lei por acreditar que estavam prejudicando a população e que nenhum Vereador encaminhou ofício para a população perguntando se eles estavam de acordo ou não com os Projetos. Por fim, disse que encontrou uma nova metodologia para cumprir os mesmos objetivos dos Projetos de Lei, sendo que não existe a necessidade de atrasar a verba destas instituições. Mencionou que vai retirar os dois projetos de lei de sua autoria para evitar discussões desnecessárias e que o programa da rádio está fazendo falta. A seguir o Sr. Presidente passou às Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo encaminhou um ofício ao Presidente da CAPPS/CAMEDS solicitando a receita e a despesa mensal da CAMEDS. De acordo com a resposta ao referido requerimento é possível observar que a despesa mensal da CAMEDS é de aproximadamente R$ 247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil reais), sendo que o não repasse destes valores vai acabar gerando uma falência da CAMEDS. É possível observar que existem débitos de 2012, 2013 e 2014 e que a falência da CAMEDS gera um enorme prejuízo ao funcionalismo público, por isso a CAMEDS não pode ficar sem seu repasse. O Vereador Hugo Fernandes disse que é possível observar o descaso com o pagamento da CAMEDS ao compararmos os valores entre os anos, pois o valor correspondente ao ano de 2014 é quase igual ao de 2013 e 2012, sendo que ainda estamos no meio do ano. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que ficou faltando apenas o saldo final do caixa da CAMEDS. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que conversou com o Presidente da CAPPS/CAMEDS e ele lhe informou o saldo da CAMEDS era suficiente para mais um mês. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a situação da dívida da CAPPS/CAMEDS é muito complicada. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que sua preocupação é onde estaria sendo aplicada esta verba, pois os valores são descontados dos servidores e não estão sendo repassados. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que algumas pessoas lhe procuraram para ele desistir de sua pré-candidatura ao cargo de Deputado, entretanto no dia 28 do mês passado houve a convenção do Partido Verde, onde ocorreram diversas desistências e seu nome foi indicado como o representante do PV na disputa. Destacou que não está sendo candidato por vaidade e vai buscar fazer uma campanha

limpa e honesta. Por fim, disse que independente dos compromissos políticos dos demais Vereadores deseja que seja realizada uma política correta para que seja oferecida a oportunidade do eleitor de fazer a escolha certa. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou o Vereador Gilson Teixeira Sales pela coragem de se candidatar ao cargo de Deputado, desejando sorte e sucesso, mencionando que não vai atrapalhar a campanha de nenhum candidato maneira. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 04/08/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 04 de agosto de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número noventa e cinco, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 01, Versículos 01. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que torna-se obrigatório a Presidência da APAE de Miracema – RJ, informar mensalmente à Câmara Municipal de Vereadores-

RJ, os valores repassados pelo Poder Executivo e Convênios para a APAE de Miracema-RJ de autoria do Vereador João Siqueira Magalhães; 02) Projeto de Lei que torna-se obrigatório a Direção do Asilo São Vicente de Paula de Miracema – RJ, informar mensalmente à Câmara Municipal de Vereadores-RJ, os valores repassados pelo Poder Executivo e Convênios para o Asilo São Vicente de Paula de Miracema-RJ de autoria do Vereador João Siqueira Magalhães; 03) Ofício PMM/GAB nº 211/2014 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 023 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício PMM/GAB nº 212/2014 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 024 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Os Vereadores João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 05) Ofício PMM/GAB nº 213/2014 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 025 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Os Vereadores João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 06) Telegrama do Deputado Estadual Xandrinho parabenizando o Município de Miracema pela passagem de seu aniversário; 07) Ofício Presidente do DETRAN-RJ nº 582 respondendo o ofício nº 185/2014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 08) Ofício do Sr. Rubem Nelson da Silva Alves solicitando uma Certidão de Contas Aprovadas por esta Casa Legislativa; 09) Agradecimento dos Drs. Felipe Salomão Duarte e Débora Souza Duarte pela Moção de Aplausos recebida. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 10) Telegramas NºRef: 004197/MS/SE/FNS, 004195/MS/SE/FNS, 000927/MS/SE/FNS, 004196/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 11) Ofício 73/2014 da Secretaria Estadual de Saúde respondendo ofício nº 87/2014; 12) Ofício nº 095/2014 PGM/PMM da Procuradoria Geral do Município encaminhando cópia do TAC realizado entre a Prefeitura Municipal e o Ministério Público. Os Vereadores João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 13) Ofício PRE/RJ nº 833/2014 do Ministério Público Federal solicitando algumas informações. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Damasceno solicitaram cópia deste ofício; 14) Três Poesias de autoria da Sra. Marta Corrêa Bruno. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Maurício Sant'Ana Soares solicitarem cópia deste ofício.

A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de implantar no Município de Miracema o Projeto Federal denominado "EDUCANVISA", que irá auxiliar em muito nossos alunos e a população em geral, esclarecendo cada vez mais e melhor nossos estudantes. Para melhor entendimento, segue anexo um resumo do que é o referido Projeto e como deverá ser desenvolvido. Aprovado. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Reiteração, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismos, no sentido de que seja realizado com urgência o conserto da fonte luminosa localizada na Praça Dona Ermelinda. Aprovado. 03) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja estudada com carinho a viabilidade de se construir o prolongamento da galeria de aproximadamente 40 metros, na Rua Thiago Martins de Meirelles, bairro Centro, atrás do Prédio do Expresso Predileto e da residência da Sra. Dirce Meirelles, ligando ao Ribeirão Santo Antônio. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Saulo Dutra para falar sobre a Secretaria Municipal de Agricultura. Com a palavra, o Sr. Saulo, após cumprimentar todos os presentes, disse que está presente nesta Casa Legislativa para informar alguns problemas que vem ocorrendo no Município. Esclareceu que possui informações de que a FENORTE encaminhou para o Miracema 700 (setecentas) horas de terraplanagem para o Município com o objetivo de realizar algumas melhorias, porém isto não foi feito. Disse que a região Sudeste vai entrar em uma fase muito difícil devido as estiagens, acreditando que os produtores rurais passarão por muitas dificuldades. Informou que gostaria de que fosse encaminhado um ofício à FENORTE para que eles informassem o que realmente foi encaminhado para o Município de Miracema. Esclareceu que o Município tem realizado um mal uso dos equipamentos rurais, pois as estradas vicinais estão em situações precárias, sendo que as máquinas municipais estavam sendo utilizadas para fazer a pista de motocross. Disse, ainda, que os cidadãos merecem respeito, pois pagam seus impostos em dia e não percebem o retorno do Poder Público, sendo que o problema de segurança pública é fruto do sistema. Mencionou que está sendo realizada uma política municipal em cima

dos problemas de segurança muito grande, entretanto os problemas municipais urgentes estão ficando em segundo lugar. Por fim, esclareceu que os Vereadores deveriam deixar as questões partidárias de lado e pressionar o Sr. Prefeito Municipal para que sejam tomadas as devidas atitudes, uma vez que não deveria haver politicagem em cima das questões de segurança. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que já ouviu falar destas questões sobre a Secretaria de Agricultura, entretanto precisa de documentos para que possam ser tomadas as devidas providências, uma vez que os Vereadores não podem se basear apenas em palavras. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se o Sr. Saulo possui algumas fotos sobre os fatos narrados. O Sr. Saulo disse que possui as duas fotos, sendo que também só possui informações sobre a FENORTE e não possui documentação. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que os Vereadores já solicitaram os referidos documentos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que independente do lado político, é dever dos Vereadores fiscalizarem os atos do gestor público, sendo que o Sr. Prefeito Municipal também já possui o conhecimento destes fatos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que o Sr. Prefeito já conversou com a Corregedora do Município com o objetivo de abrir uma Sindicância para apurar os fatos mencionados. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que existem algumas controvérsias em relação a quantidade das horas de trabalho das máquinas, acrescentando que já procurou as pessoas responsáveis para se informar sobre este assunto. Por fim, disse que se prontifica a ir na sede da FENORTE para obter as informações necessárias. O Vereador Hugo Fernandes disse que acompanha o Vereador João Siqueira Magalhães na visita à FENORTE. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que diversos problemas sociais vêm ocorrendo por culpa do sistema, destacando que através da repressão os problemas não serão resolvidos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que a frota veicular da Prefeitura Municipal que desfilou durante o aniversário do Município deveria atender as demandas do Município e dos munícipes. Mencionou que poderia ser encaminhado um ofício ao Secretário de Agricultura para que ele informasse todas as ações realizadas pela Secretaria. Por fim, destacou que os cidadãos de baixa renda estão sendo muito prejudicados e isto, infelizmente, vem ocorrendo no Brasil inteiro e não só em Miracema. O Sr. Saulo esclareceu que a Secretaria de Agricultura sempre veio

apresentando problemas, independente do governo, pois as pessoas que a assumem buscam resolver apenas problemas pessoais e não da população, informando que existe uma denúncia sobre compra de alevinos que ainda está tramitando na Justiça. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves acrescentou que os problemas devem ser esclarecidos e resolvidos sendo que é muito importante os Vereadores analisarem a documentação sobre este assunto. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que todos os Vereadores devem realizar seu papel de fiscalizar, sendo que as pessoas precisam se unir com o objetivo de resolver os problemas do Município. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que vai tentar agendar uma visita à FENORTE com o objetivo de obter documentos sobre este assunto. Acrescentou que quando um assunto é de alta relevância para o Município, ele precisa ser averiguado, independente, de Partido, possuindo a certeza de que ninguém aqui se acovardará. O Sr. Saulo Dutra disse que o Município de Miracema está com a estima bem baixa, que nas cidades das regiões as pessoas só falam mal da cidade. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que todas as pessoas possuem sua parcela de culpa e todos devem melhorar. O Sr. Saulo Dutra gostaria de deixar claro que a gestão da Secretaria de Agricultura deve mudar, pois todos os Secretários que estão passando por ali possuem o objetivo de resolver seus problemas pessoais. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que altera o Anexo II da Lei 813/99, acrescentando o Cargo de Pedagogo, altera o Artigo 29 da Lei 1.419/2013, suprimindo a Alínea "c". Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.495, de 08 de maio de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art. 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte LEI: Art. 1º. Classificam-se como PEDAGOGO os servidores municipais, devidamente concursados e habilitados, que desempenham as atividades de suporte pedagógico à docência, como orientação, supervisão e inspeção de todas as ações didático-pedagógicas e legais, cujas atribuições estão previstas no artigo 21, inciso VIII da Lei Municipal 1167/2007. Art. 2º. Os servidores municipais em exercício no cargo de PEDAGOGO do Município de Miracema, lotados na Secretaria Municipal de Educação (SME), serão alocados em conformidade com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, observada a

qualificação mínima e formação profissional com Graduação específica ou Pós-Graduação em: Supervisão Educacional, Orientação Educacional e Inspeção Escolar. Art. 3º. Fica alterado o artigo 29 da Lei 1.419/2013, de 01 de Abril de 2013, suprimindo a alínea "c". Art. 4º. Fica alterado o Anexo II, da Lei 813 de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o cargo de PEDAGOGO, vinculado preferencialmente à Secretaria Municipal de Educação, Nível Superior – NS - 39 – Símbolo de Vencimento P-34, cujas atribuições estão especificadas na Lei 1167/2007, as quais passarão a constar do Anexo II da Lei 813/99, conforme quadro abaixo: QUADRO DE PROVIMENTO EFETIVO

Denominação dos Cargos	Código de Classe	N° de Cargos	Simb. de Venc.	Padrões de Vencimentos		
				Nível I	Nível II	Nível III
I – Grupo de Nível Superior de Escolaridade - NS						
Pedagogo	NS - 39	12	P. 34	P.34 a P.41	P.42 a P.45	P.46 a P.48

Parágrafo Único. Fica regulamentada a carga horária de 25 (vinte e cinco) horas prevista no Edital do Concurso realizado no ano de 2001, publicado no Boletim Oficial nº. 598, de 15 de Julho de 2001. Art. 5º. Em razão da regulamentação do cargo de PEDAGOGO na Lei 813/99, fica alterado o tempo de serviço de vinte e cinco para trinta anos, com a correspondente contribuição previdenciária, para fins de aposentadoria, segundo o que determina a Lei 796, de 18 de outubro de 1999. Art. 6º. Fica determinado à Secretaria Municipal de Administração e demais setores competentes do Município de Miracema a promoverem todos os trâmites legais necessários para fins de reestruturação de que trata esta Lei, devendo ser alterada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da publicação desta lei, a classificação do padrão de vencimento dos servidores em exercício no cargo de Pedagogo, de acordo com seu tempo de serviço, obedecidos os critérios legais previstos para fins de progressão e promoção dispostos na Lei 813/99, independente de requerimento. Parágrafo 1º. Aos Pedagogos em exercício até a publicação da presente Lei fica dispensada a Avaliação Funcional através da Comissão de Avaliação, para os critérios previstos de Progressão e Promoção Funcional na Lei 813/99, referente à revisão de que trata este artigo. Parágrafo 2º. A revisão de que trata o caput será feita contando-se a Progressão e Promoção Funcional desde a entrada em vigor da Lei 813/99. Art. 7º.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, não gerando direitos nem surtindo efeitos retroativos. **02)** Projeto de Lei que Altera o Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Resolução nº 915 de 07 de abril de 2008, do Poder Legislativo Municipal. Autoria Mesa Diretora. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.496, de 08 de maio de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - O anexo III Tabela de vencimento das Funções Gratificadas, da Resolução 668 de 22 março de 2001, Plano de Cargos e Salários, Quadro de Cargos em Comissão, Alterada através da Resolução nº 915 de 07 de abril de 2008, passará a vigorar com os seguintes valores. ANEXO III - QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO.

Cargo em Comissão	Símbolo Vencimento	Nº DE CARGOS	Forma de Recrutamento no Cargo	VENCIMENTO MENSAL
Responsável pela Secretaria Administrativa do Poder Legislativo	CC-4	01	Limitado	R$ 1.138,46
Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos do Poder Legislativo	CC- 4	01	Limitado	R$ 1.138,46
Responsável pelos Bens Patrimoniais do Poder Legislativo	CC- 4	01	Limitado	R$ 1.138,46
Responsável pelo Setor de Contabilidade do Poder Legislativo	CC-5	01	Limitado	R$ 903,83
Responsável pelo Setor de Arquivo do Poder Legislativo	CC-5	01	Limitado	R$ 903,83
Presidente da Comissão de Licitações	CC-5	01	Limitado	R$ 903.83
Responsável pela Frota de Veículos Oficias do Poder Legislativo	CC-6	01	Limitado	R$ 669,17

Art. 2º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a violência vem se tornado um problema muito sério, sendo que chegaram três cadáveres no Município de Miracema, todos vítimas da violência. Acrescentou que o prédio onde funciona a Fundação Leão XIII pertence à Prefeitura Municipal de Miracema e não ao Estado, assim no futuro ele poderia ser reintegrado ao patrimônio Municipal. Acrescentou que quando foi Prefeito nomeou um engenheiro agrônomo para exercer a função de Secretário de Agricultura, assim procurou nomear um Secretário para fazer com que os projetos fossem cumpridos, sendo que o Senador Dorneles enviou diversos equipamentos para a área da agricultura. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que as pessoas estão sempre ouvindo as palavras dos Vereadores, assim gostaria de esclarecer que na sessão anterior, quando se levantou no momento em que o Vereador João Siqueira Magalhães, a oportunidade da palavra já havia passado pelo Vereador, entretanto pede desculpas por ter se levantado durante as palavras do Vereador. Por fim, destacou que gostou das palavras ditas pelo Vereador Fabrício de Sá Xavier na sessão anterior, pois ele realiza suas críticas de maneira centrada e documentada sem cometer exageros. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para o Sr. Luiz Fernando Padilha Leite e demais Familiares, pelo falecimento de sua neta Fernanda Alves Leite. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para a Sra. Maria Alfa Salomão Alves e demais Familiares, pelo falecimento de sua filha Fernanda Alves Leite. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que fica alegre ao ouvir as palavras do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, esclarecendo que sempre pautou seu mandato com transparência e nunca buscou se aproveitar das palavras de outros Vereadores. Por fim, disse que possui sua própria opinião e sua própria ideologia e sempre vem encontrando erros nos Projetos de Lei encaminhados pelo Poder Executivo. O Vereador Sant'Ana Soares disse que leu um livro sobre alguns fatos ocorridos no Município de Miracema, sendo que o referido narra alguns fatos

históricos com detalhes. Por fim, perguntou como está indo a realização das vistorias das merendas escolares. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que as visitas ainda não foram concluídas e ao final das referidas os Vereadores que as estão realizando se manifestarão sobre o assunto. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para o Sr. Luiz Fernando Padilha Leite e demais Familiares, pelo falecimento de sua neta Fernanda Alves Leite. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Henrique Lott Oliveira da Silva, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Orestes Rossi, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, disse que está feliz com a fala do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, acreditando que as críticas fundamentadas são sempre importantes, por isso busca manter o critério em suas palavras, sendo que sempre tentou interagir dentro do governo que fez parte. Esclareceu que procurou o Conselho Municipal de Saúde para buscar resolver alguns problemas, pois seria muito fácil ele ficar aqui falando mal do governo e não mostrar as soluções possíveis, buscando sempre manter sua fala pautada em documentos. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que vem ocorrendo um problema com a alimentação do sistema, que está gerando um impedimento no CAUC, ademais entende que é preciso disponibilizar recursos para capacitar funcionários com o objetivo de trabalhar alimentando o sistema, devendo ser necessário a designação de um funcionário apenas para esta função. O Vereador Fabrício de Sá Xavier destacou que não possui o interesse de ser melhor do que ninguém, buscando sempre aprender com os demais Vereadores. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que vai assinar todas as Moções já solicitadas e que se sentiu muito bem representado na Comissão Organizadora da Exposição pelo Vereador Hugo Fernandes. Continuando, solicitou Moção de Aplausos para toda a Comissão Organizadora da Exposição Agropecuária de Miracema, por ocasião da belíssima organização da 50ª Exposição Agropecuária de Miracema/2014. Continuando, solicitou Moção de Pesar aos familiares do José Augusto Guedes, em virtude de

seu falecimento. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos à Direção e Colaboradores do Trail Clube de Miracema pela belíssima realização da 5ª Trilha de Miracema, demonstrando alto nível de organização e profissionalismo, sobretudo honrando e elevando o nome de Miracema para toda Região. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos à Direção e Colaboradores do Evento MotoCross pela belíssima organização e realização do MotoCross/2014, onde foi demonstrado alto nível de organização e profissionalismo, honrando e elevando o nome de nossa querida Miracema por toda Região. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos e Agradecimentos para o Pastor José Hamilton da Silva Alves pelo empenho, coragem, dedicação e sobretudo na confiança em DEUS, onde através de seu rebanho e Ministério adquiriu um terreno de 1.728 m² para construção da nova Sede da Igreja Assembléia de DEUS em Miracema, localizado na Avenida Deputado Luiz Fernando Linhares, próximo ao novo Fórum, local este que acomodará com todo conforto seus membros e visitantes. Na oportunidade aproveitamos para agradecer a atual sede na Avenida Carvalho, 351 e demais Congregações como: Alto do Cruzeiro, Jardim Bervely, Central, Pontilhão do Rosa, Vila José de Carvalho, Conde, Pedro Elídio, Paraíso do Tobias, Venda das Flores, onde vem oportunizando a todos, nova vida e verdadeiro resgate dos valores familiares e espiritual, através do Evangelho de Jesus Cristo. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos e Agradecimentos ao Sr. Juedyr Orsay Silva, Prefeito Municipal de Miracema, pela dedicação, empenho, coragem, sobretudo pelas conquistas através dos Convênios celebrados com os Governos Estadual e Federal, realizando antigos sonhos e ainda oportunizando à nossa população uma melhor qualidade de vida, uma vez que muito será realizado nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Lazer; Trânsito; Segurança Pública; Agricultura; Obras de infra-estrutura e Saneamento Básico. Por fim, o Vereador Gideão Duarte Gonçalves acrescentou que o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, durante o período em que ele foi Prefeito Municipal, não deixou nenhuma dívida com a

Caixa de Previdência. O Vereador Gilson Teixeira Sales parabenizou toda a equipe de segurança presente na Exposição, destacando que foi realizado um trabalho exemplar. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Sr. Prefeito Municipal pela organização da Exposição Agropecuária, destacando a segurança apresentada e o atendimento dos profissionais da área da saúde, sendo que sempre estava ficando duas ambulâncias disponíveis para emergências. Continuando, parabenizou o Poder Executivo pelo retorno da vistoria veicular no Município de Miracema. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para o Chefe do Ciretran-RJ Tiago, pelos esforços objetivando o retorno da realização das vistorias no Município de Miracema, bem como a realização das provas teóricas para a obtenção da carteira de motorista. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para o Armandinho, pelos esforços objetivando o retorno da realização das vistorias no Município de Miracema, bem como a realização das provas teóricas para a obtenção da carteira de motorista. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, parabenizou o Vereador Gideão Duarte Gonçalves dizendo que foi muito bom ter trabalhado junto com ele, destacando que ficou emocionado ao receber uma Moção de Aplausos de autoria do Vereador por ter sido eleito. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para o Vereador Gideão Duarte Gonçalves pelo trabalho e empenho realizados durante o tempo em que ele esteve como Vereador do Município de Miracema durante este mandato. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura do convite encaminhado pela Igreja Matriz para missa de Inauguração das obras realizadas na Igreja. Continuando, disse que a Exposição Agropecuária foi muito bem proveitosa, tendo sido muito bem organizada, entretanto deve ser mencionado que o Parque de Brinquedos e o Rodeio não apresentaram a mesma qualidade da apresentada nos anos anteriores. Por fim, agradeceu o Vereador Gideão Duarte Gonçalves pela lealdade e parceria neste tempo em que ele esteve como Vereador, destacando que ele irá fazer muita falta e que a amizade entre eles continuará. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a

próxima a ser realizada no dia 12/05/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 12 de maio de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e dezessete, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Carlos Armando de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios, Capítulo 09, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PRS/SSE/CSO 26822/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 02) Ofício Circular nº 003/2014 da Câmara Municipal de Laje do Muriaé, convidando para a Sessão Solene em comemoração ao Aniversário do Município. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 03) Ofício PMM/GAB nº 625/2014 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 064/2014, em substituição ao encaminhado através do ofício nº 448/2014. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Secretário Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja fornecida a mão de obra necessária para a realização da rede de esgotos da Rua Irandy Ângelo da Silva, da residência de nº 91 até a de nº 220. Esclarecemos que os moradores da referida Rua já se comprometeram em comprar os materiais necessários. Deferido. 02) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos pela posse da Nova Diretoria da Banda 07 de Setembro para o biênio 2014/2016. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Departamento de Vigilância Sanitária do Município - Solicitação no sentido de que seja realizada uma fiscalização na residência localizada na Rua Melchíades Picanço, nº 805, Vila Reis, Bairro Hospital, tendo em vista que os donos da residência vêm mantendo diversos cachorros presos no local e não vêm realizando os devidos cuidados, assim os cachorros estão praticamente abandonados, fato este que vem causando diversos transtornos aos moradores do local. Deferido. 04) O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Pesar para o pai e para a mãe de Ricardo Santos, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam realizadas as seguintes ações e obras em prol da comunidade de Areias: a) solicito que seja cedido o espaço da Creche para o uso da Associação de Moradores e Produtores Rurais de Areis, para eles poderem fazer suas reuniões neste local e desenvolverem seus trabalhos; b) a colocação do calçamento que está faltando em uma parte da Rua que circula a praça do coreto; c) que seja realizado um Projeto Arquitetônico para a

construção de uma Praça, com a marcação de uma audiência pública com os moradores para discutir o referido Projeto. Esclarecemos que com estas ações e obras estaremos possibilitando aos munícipes que residem nesta comunidade maior conforto e uma melhor qualidade de vida. Deferido. 06) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão completa na rede de esgotos da Rua Demetildes Maria Linhares, na Vila José de Carvalho, tendo em vista que a referida rede se encontra completamente entupida e o esgoto está retornando para dentro das residências localizadas no local. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 06 (seis) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei Complementar que Acrescenta a Redação do § 1º ao Artigo 34 da Lei nº 796/99. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura dos pareceres do Controle Interno e do Assessor Jurídico. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que quando assumiu a Prefeitura encontrou vários servidores cedidos ao Fórum de Miracema e foi questionado pelo TCE sobre este assunto, tendo encaminhado a recomendação recebida ao Fórum. Por isso, foi criado um impasse sobre o assunto e ele acabou sendo multado por estes fatos, sendo que na época a cessão de funcionários para o Estado com o ônus da Prefeitura era ilegal. Dessa forma, acredita que a cessão de um funcionário nestes termos não pode ser realizada. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que alguns policiais estiveram a disposição do Município, mas precisaram retornar aos seus antigos cargos, pois eles estavam cedidos sem ônus para o Município e com o ônus para o Estado. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que vai solicitar vista do Projeto e realizar um estudo melhor sobre o assunto, o que foi deferido pelo Vereador Presidente. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva destacou que os policiais estavam cedidos para o Município e estavam sendo pagos pelo Estado, assim o Estado solicitou da Prefeitura o pagamento dos respectivos salários, entretanto a Prefeitura não teve condições de arcar com os custos e os funcionários foram devolvidos. **02)** Projeto de Lei que Altera e da nova redação a Lei Municipal Nº 1.163/2007. Autoria: Vereadora Maria José Marques Barros Andrade. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que

resolveu alterar um pouco a Lei com o objetivo de que seja realizada uma homenagem ao dia Internacional da Mulher Afro-Latina-Americana e Caribenha e Dia da Mulher Negra Brasileira. O Vereador João Siqueira Magalhães parabenizou a Vereadora por esta iniciativa. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.546, de 08 de setembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- O artigo 1º da Lei 1163/07, passa a ter a seguinte redação: "Art 1º - ..... § 1º - Será concedido anualmente, no dia 25/07, em Sessão Solene o PRÊMIO "Oraide Alves da Silva" alusivo ao dia Internacional da Mulher Afro-Latina-Americana e Caribenha e Dia da Mulher Negra Brasileira, a uma personalidade feminina com destaque em uma das modalidades, na sociedade Miracemense, por relevantes serviços prestados à população, § 2º - O respectivo Premio consistirá em Troféu e Diploma de reconhecimento de notoriedade pública, assinado pelo Prefeito e Vereadores do Município de Miracema-RJ, às mulheres negras do município que se enquadrem dentro das seguintes modalidades: Políticas para as Mulheres; Promoção da Participação Política da Mulher, Defesa de Direitos e Combate à Violência; Defesa de Direito à Saúde da Mulher Negra; Atividade Comunitária; Atividades Culturais; Atuação na área da Educação; Atuação na área de Reciclagem; Religião , Empreendedorismo, Meio ambiente, Criança e Adolescentes, Juventude, Idosos e Pessoa com Deficiência. § 3º - Ficará a critério da Sociedade Civil em geral, indicar nomes para serem homenageados, cabendo ao Conselho Municipal de Cultura, aprovar 01 dos nomes indicados para receber a honraria. Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a extensão do horário de funcionamento de equipamentos públicos no Município de Miracema dá outras providências. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura da justificativa presente no Projeto. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que seu objetivo é organizar e regulamentar o funcionamento e empréstimo de algumas áreas do Município de Miracema. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou se o Projeto poderá gerar custos para o

Município. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que não, pois pode ser feito um rodízio de funcionários e o objetivo de seu Projeto de Lei é apenas regularizar a ocorrência dos eventos fora do horário, o que já vem ocorrendo sem a existência da Lei. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acrescentou que o Projeto de Lei visa legalizar algumas situações que já acontecem no Município, tais como a realização de eventos na Casa da Cultura fora do horário de funcionamento. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a Lei permitirá o funcionamento dos órgãos e não obrigará o Município a manter os locais abertos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier espera que o Projeto possa beneficiar todos os miracemenses. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que com o rodízio de funcionários, acredita que a despesa da Prefeitura não aumentaria. O Vereador João Siqueira Magalhães gostaria que fosse incluído o funcionamento da fonte luminosa. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que já fez o requerimento solicitando o conserto da fonte e dos banheiros localizados no jardim. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um Convite ao Diretor do Departamento de Obras, para ele comparecer nesta Casa Legislativa na Reunião do dia 18 de setembro, com o objetivo de que seja apresentado um relatório das atividades que vêm sendo desenvolvidas pela Secretaria de Obras e Urbanismo, bem como discutir alguns pequenos problemas que vêm ocorrendo no Município de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um Convite ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, para ele comparecer nesta Casa Legislativa na Reunião do dia 18 de setembro, com o objetivo de que seja apresentado um relatório das atividades que vem sendo desenvolvidas pela referida Secretaria, bem como esclarecer algumas dúvidas sobre o recolhimento do lixo no Município, uma vez que existem diversos entulhos espalhados pelo Município. Continuando, o Projeto de Lei foi colocado em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.547, de 08 de setembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Como forma de estimular o lazer, o turismo, as atividades culturais e artísticas em horários alternativos na cidade de Miracema,

poderão funcionar 24 (vinte e quatro) horas, em horário estendido e/ou horário noturno, inclusive nos finais de semana e feriados, os seguintes equipamentos e espaço públicos: 1. Praça Esportiva; 2. Teatros Municipais; 3. Centros Culturais; 4. Centros Esportivos; 5. Centros Educacionais; 6. Parques Municipais; 7. Mercados Municipais; 8. Serviços em Áreas Turísticas; 9. Biblioteca Municipal; 10. Veículos da Rede Pública Municipal. Parágrafo 1º - Entende-se por horário estendido o período entre 18 (dezoito) horas e 22 (vinte e duas) horas. Parágrafo 2º - Entende-se por horário noturno o período entre 22 (vinte e duas) horas e 5 (cinco) horas. Parágrafo 3º - Caberá a Secretaria Municipal responsável pela gestão do equipamento, definir o período em que permanecerá aberto à comunidade, atendendo ao interesse público. Art. 2º - Os equipamentos públicos que funcionarão em período de 24 (vinte e quatro) horas, em horário estendido ou horário noturno, deverão ser indicados pelas Secretarias Municipais responsáveis por sua gestão. Art. 3º - Poderão ser desenvolvidas nos equipamentos indicados, atividades culturais, artísticas, esportivas, educacionais, de lazer, e outras que assim forem convenientes, de acordo com a demanda da comunidade local e o interesse público, garantindo a preservação e o bom andamento dos serviços regularmente prestados. Art. 4º - Para garantir o acesso da população aos equipamentos e serviços públicos descritos no artigo 1º serão disponibilizados veículos adequados. Art. 5º - Serão disponibilizados nas adjacências dos equipamentos públicos postos móveis da Guarda Civil. Art. 6º - O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação. Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplantadas se necessário. Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei que Cria o Programa de Intercambio Educacional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providencias. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Supressiva:** Suprimi a Redação do parágrafo único do artigo 4º. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por

unanimidade dando origem a Lei nº 1.548, de 08 de setembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica criado o Programa de Intercâmbio Educacional, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a ser estabelecido com organismos congêneres Nacional, Estaduais e Internacionais que aderirem ao Programa. Parágrafo Único - Poderão participar deste Programa Alunos, Professores, Gestores e Servidores da Rede Pública Municipal desde que previamente cadastrados. Art. 2º- O Programa de que trata esta Lei deverá servir de estímulo para a troca de experiências e enriquecimento cultural entre alunos e profissionais da Educação da Rede Pública Municipal da cidade de Miracema e de outras cidades e países, objetivando o crescimento intelectual dos participantes e a solidariedade entre os povos. Art. 3º- Ficam os participantes obrigados a elaborar relatórios sobre a experiência vivenciada e a realizar Palestras, Debates, entre outros, sobre as atividades desenvolvidas na viagem, sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Educação. Art. 4º- Os Profissionais da Educação que vierem a participar do Programa ora criado, não sofrerão prejuízos de vencimento e demais vantagens do cargo, na forma estabelecida em regulamento elaborado pela Secretaria. Art. 5º- As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Art. 6º- A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias a partir de sua publicação. Art. 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. **05)** Dispõe sobre a remoção de veículos abandonados em Logradouros Públicos do Município de Miracema - RJ. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que este problema com os veículos abandonados é muito antigo, sendo que este Projeto foi originado por conta da resposta do Secretário Municipal aduzindo que não existia uma Lei para regulamentar esta remoção. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.549, de 08 de setembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- A remoção de veículos abandonados em Logradouros Públicos do Município de Miracema - RJ, fica regida

por Lei. Art. 2º- Para fins desta Lei, considera-se abandonado o veículo que: I - se encontrar estacionado em Logradouro Público por prazo superior a 30 (trinta) dias. II - estiver em visível mau estado de conservação, com carrocerias apresentando evidentes sinais de colisão ou ferrugem, ou for objeto de vandalismo ou depreciação voluntária. Parágrafo Único - O tempo de abandono do veículo será contado a partir da denuncia feita por qualquer cidadão. Art. 3º- Nos casos em que ficar caracterizado o abandono, o veículo será identificado, e o proprietário será notificado pelo Órgão Municipal competente, para que retire do Logradouro Público no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de remoção. § 1º- Caso o veículo removido não possua placas de identificação para a referida notificação, a remoção será imediata. § 2º- O veículo removido será levado pelo Órgão Municipal competente para o deposito público do Município de Miracema - RJ. Art. 4º- Os valores recolhidos com base em Leilão Público ou modalidade equivalente serão destinados aos cofres Públicos do Município de Miracema - RJ. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. **06)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder o Direito Real de Uso do imóvel público à empresa Fábrica de Massas Alimentícias Miracema LTDA - ME e dá outras providencias. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.550, de 08 de setembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e, eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo Inciso III, do Art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a realizar a concessão gratuita de direito real de uso, pelo prazo de até 20 (vinte) anos podendo ser prorrogável por igual período, com clausula de reversão, à empresa FÁBRICA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS MIRACEMA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 29.854.346/0001-39 do lote constituído por 974,30 m², lindeiro à Avenida Samel e tendo como limite aos fundos o lote 02(nº 680), situado no Pólo Industrial II, Miracema (RJ) cf. Processo Administrativo nº 201310580-0. §1º - Em não havendo o início da execução do projeto no prazo máximo de até 06 (seis) meses, assim como a conclusão do Projeto de execução e

implantação da empresa em no máximo 12 (doze) meses, fica automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio Público Municipal, mediante simples requerimento fundamentado acompanhado de documentos probatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis. §2º - Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração do Município no mesmo, inclusive sem indenização. §3º - Fica o concessionário obrigado a iniciar suas atividades comerciais no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, ou antes disso, se concluído seu projeto, sob pena da sanção prevista no parágrafo 1º. §4º - A presente concessão tem por objetivo a ampliação das atividades da empresa cessionária, com escopo de fomentar a atividade industrial e comercial no Município. Art. 2º - Fica vedado destinar o imóvel para finalidade diversa da especificada nessa Lei, ficando vedado gravar o imóvel de qualquer ônus, a qualquer título, bem como, não poderá ceder ou transferir o mesmo de forma gratuita ou onerosa, num prazo de 10 (dez) anos e sem anuência expressa do Poder Executivo Municipal, sob pena de rescisão da concessão e sua conseqüente extinção. Art. 3º - Após firmada a concessão, o concessionário fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e atender todas as normas pertinentes à utilização do imóvel, inclusive quanto as normas ambientais. Art. 4º - A destinação diversa do imóvel implicará na rescisão da concessão e sua conseqüente extinção, sem direito a retenção e/ou indenização das benfeitorias, salvo, se fato novo ocorrer, cujo interesse público seja demonstrado e a Administração Pública concorde expressamente. Art. 5º - Fica dispensada a licitação com base no inciso I § 4º e 5º do artigo 17 da Lei 8666/93. Art. 6º - As benfeitorias existentes no imóvel ora concedido estão listadas nos processos administrativos Nºs 2013.10688-9 e 966/1996 acompanhado do devido laudo de avaliação. Parágrafo Único - Todos os bens móveis existentes no imóvel concedido e listados conforme planilha constante nos Processos supra mencionados deverão ser devolvidos ao final da concessão em perfeito estado de

conservação cabendo a empresa concessionária a guarda dos mesmos. Art. 7º - O interesse público esta demonstrado uma vez que a industria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento do Município, incentivando a implantação de novas empresas, gerando assim empregos e renda, melhorando as condições de vida da nossa população bem como proporcionando nosso desenvolvimento econômico e social. Art.8º - Fica autorizado ao concessionário oferecer o imóvel em garantia real junto às instituições financeiras, desde que o financiamento seja para edificação ou aquisição de maquinários e equipamentos, referente ao projeto de viabilidade. Art. 9º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a isenção de alvará, taxas, contribuições de melhorias, serviços públicos e ISS, sobre a edificação pelo período de 10 (dez) anos a todas as empresas que vierem se instalar ou que vierem ampliar suas empresas no Pólo Industrial II do nosso Município, em especial, à concessionária. Art. 10 - O cessionário deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo Município de Miracema, constando o numero da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas. Art. 11 - O concedente no exercício regular do Poder de Polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização. Art. 12 - A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma. Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos, revogando todas as disposições em contrario. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o anfiteatro de Miracema seria um bom local para que fosse instalada a Câmara Municipal, uma vez que o local está sem utilização e possui quase certeza que o Hospital emprestaria ou alugaria o local para a Câmara. Destacou que aquele espaço atenderia as necessidades da Câmara Municipal, sendo que poderia ser uma solução alternativa, em caso da Prefeitura não atender a demanda. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que está tentando conversar com o Sr. Prefeito Municipal sobre este assunto, sendo que na quinta-feira vai tentar uma resposta sobre este pedido. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que conversou com o Sr. Prefeito

Municipal sobre o prédio da antiga Prefeitura, esclarecendo que no futuro o Prefeito tem a vontade de voltar para o local. O Vereador Hugo Fernandes disse que vai conversar com o Prefeito, no caso da Sessão da antiga Prefeitura e vai pedir um Projeto de Lei, ou um outro tipo de documento juridicamente possível, determinando um período de tempo para a cessão do espaço. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que gostaria de encaminhar um ofício ao Banco do Brasil para que seja informado o real motivo do pedido do prédio. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu que fosse criada uma Comissão de três Vereadores para conversar com o Sr. Prefeito sobre este assunto. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que os Vereadores são procurados para tentar resolver os mais variados tipos de problemas, sendo que encaminhou uma pessoa para a Secretaria de Promoção Social para resolver um problema com um funeral, sendo que a referida Secretaria custeia todos os pagamentos de um funeral. Destacou que em uma determina situação a funerária cobrou a quantia de R$ 300,00 (trezentos reais) para realizar um funeral, assim procurou a Secretaria para conversar sobre este assunto. Esclareceu que com o passar do tempo foram descobertas irregularidades na prestação do serviço e a funerária que atendia o Município foi alterada e os problemas foram resolvidos. Com o passar do tempo foi realizada uma licitação e a funerária que havia sido alterada foi a vencedora, assim na sexta feira faleceu uma pessoa em Miracema e a Promoção Social foi procurada para as medidas cabíveis, sendo que os problemas voltaram a acontecer uma vez que a funerária se negou a realizar o trabalho devidamente cobrando uma espécie de taxa para a conclusão de seus trabalhos. Esclareceu que não entende o motivo da Promoção Social não colocar todos os serviços na licitação realizada, sendo que vai conversar com o Secretário sobre os motivos da cobrança que está sendo realizada pelas funerárias, pois a licitação deveria ser realizada de forma completa, sem o acréscimo da cobrança para a família. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Secretaria de Promoção Social está completamente perdida, acreditando que como a copa acabou, o padrão FIFA da Secretaria também deixou de existir. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que o Secretário deve procurar a Funerária e resolver esta situação. O Vereador Hugo Fernandes acrescentou que gostaria de desmentir os boatos caluniosos de que estaria assumindo a Secretaria Promoção Social no início do próximo ano, sendo que faz suas críticas

por já ter trabalhado nesta área. O Vereador Gutemberg Medeiros disse que é desumano uma funerária cobrar os familiares no decorrer do velório. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que este problema é muito grave, pois é muito difícil ser cobrado num momento de dor da família, sendo que presenciou a cobrança de uma empresa funerária a uma senhora ainda no PU. A Vereadora Maira José Marques Barros Andrade esclareceu que esteve com o Secretário de Meio Ambiente e ele lhe informou que a limpeza das ruas já começou. Continuando, a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para a Secretária Municipal de Educação, extensiva a todos os Professores, por Miracema ter ficado em 1º lugar no primeiro segmento do IDEB e 15º no segundo segmento, entre os 92 municípios. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que ficou muito preocupado com a situação dita pelo Vereador Paulo Sérgio de Azevedo e os Vereadores poderiam solicitar a cópia da licitação sobre o serviço funerário para analisar melhor o assunto, esclarecendo que se a Legislação Municipal estivesse sendo cumprida, a cópia da Licitação já deveria ter sido encaminhada para esta Casa Legislativa. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares parabenizou o Vereador João Siqueira Magalhães por não estar apoiando o Deputado, que já apoiou anteriormente, por ele não ter auxiliado o Município de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que está feliz de não estar envolvido em nenhuma campanha política durante estas eleições. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que ao sair do PU, recebeu a denúncia de que a médica estava dormindo entre as 06h e 08h da manhã, não atendendo as pessoas que estavam presentes no local, entretanto vai apurar estas informações para confirmar sua veracidade, destacando que, inclusive, o Chefe do Poder Executivo pode não estar sabendo dos acontecimentos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Isaias Cabral em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que recebeu a visita do Deputado Luiz Sérgio, sendo que ele lhe disse que o mensalão e o problema com a Petrobrás foram ocasionados pelo financiamento de campanhas, sendo que alguns deputados já chegaram a conclusão de que é necessário realizar uma reforma política, acreditando que, com a vitória da Marina Silva, será realizada está reforma, com a provável adoção do Voto Distrital. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que o Vereador Gutemberg Medeiros

Damasceno é um sonhador, pois o movimento de junho tinha o objetivo principal a realização de uma reforma política, entretanto após a Copa do Mundo este assunto esfriou. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que estamos observando que a imprensa está desmoralizando muito a classe política, bem como que a Câmara Municipal está quase se transformando em uma filial da Assistência Social, pois a população possui está sempre procurando os Vereadores para tentar atender suas necessidades. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que tem notado uma falta de credibilidade muito grande dos políticos com a população. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que atualmente a Casa de Saúde é uma instituição privada muito difícil de se manter, sendo que solicitou uma Emenda ao Deputado Federal Áureo para ampliar o PU, pois ele é uma referência para a região, tendo sido uma das melhoras obras em Miracema e sua ampliação será muito importante para o Município. Por fim, disse que sabe que existem alguns problemas no PU, mas ele é um dos melhores pontos da saúde do Município. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que já fez um pedido para que as vistorias veiculares pudessem ser realizadas no Município de Miracema, o que foi atendido recentemente, evitando o transtorno dos munícipes em se deslocarem do Município. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Agradecimento e Aplausos aos Diretores do DETRAN por terem concedido um funcionário ao Município de Miracema para ficar responsável pela realização das vistorias veiculares neste Município. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade vai assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos ao Proprietário dos Supermercados Fluminense, pela inauguração do Supermercado no Município de Miracema, gerando diversos empregos para os munícipes. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade vai assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes pediu aos Vereadores para indicarem a subvenção até o dia 18 deste mês, sendo que algumas entidades ficam sem receber a subvenção no ano passado, gerando uma situação constrangedora para os Vereadores, pois as entidades podem pensar que os Vereadores estão mentindo, uma vez que a entidade é comunicada da indicação da subvenção e não recebe a verba. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um ofício ao Secretário Municipal de Fazenda no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa uma relação contendo os nomes das entidades

aptas a receberem a Subvenção Social indicada pelos Vereadores. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que está faltando uma pessoa para compor a Comissão de Inquérito. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que vai consultar o Regimento Interno sobre este assunto, esclarecendo que seu Partido irá se pronunciar sobre o assunto. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 11/09/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 11 de setembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta e nove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloi, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Maurício Sant'Ana Soares, solicitou ao Vereador Hugo Fernandes, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Armando de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 127, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de março de 2015; 02) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Rogério Barbosa Nascimento, de autoria da Mesa Diretora; 03) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão

Miracemense ao Sr. Joseph Sardinha Soares, de autoria do Vereador Carlos Armando de Azevedo; 04) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Marcos Coelho Peixoto, de autoria do Vereador Carlos Armando de Azevedo; 05) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Marcos Antônio da Silva Pinto, de autoria do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno; 06) Ofício PMM/SMOU nº 036/2015 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0244/2015; 07) Projeto de Lei que dá o nome de JOSÉ FERREIRA DE ASSIS ao Cinema que será construído em Miracema através do Projeto Cinema da Cidade, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 08) Projeto de Lei que dá o nome de HELLE NICE FREITAS Lima ao prédio público da antiga Escola Municipal Alfredo Mercante, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 09) Ofício nº 244/MPS/SPPS/DRPSP/CGACI da Previdência Social respondendo ofício nº 0852/2014. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador; 10) Requerimento: Conforme Art. 52 e 60 do Regimento Interno, no sentido de que seja realizada a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para apurar possíveis irregularidades na Administração da CAPPS (Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ), no prazo de 90 dias, prorrogável por mais 90 dias. ● Aplicação de recursos do Fundo no Banco Santos; ● Compra do Prédio da Antiga PROBAN; ● Aluguéis; ● Ofício 152-12 expedido pela CAPPS; ● Extrapolamento da taxa de administração dos 2%; ● Contratação de prestadores de serviço e licitações; ● Designação formal para gerir aplicação de recursos do RPPS; ● Juros e Multa; ● Ofícios expedidos aos órgãos competentes informando as dívidas previdenciárias desde a sua existência; ● Atuário do Rio Grande do Sul ● Gratificações, isonomias, vantagens e retroativos pagos aos servidores e comissionados; ● Alijamento do Auditor Concursado; ● Lei Municipal 1.387 de 11 de junho de 2012; ● Outros assuntos inerentes a Administração. Este requerimento está assinado pelos Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Maria José Marques Barros Andrade, Paulo Sérgio de Azevedo, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Gilson Teixeira Sales, Gutemberg Medeiros Damasceno, Hugo Fernandes e João Siqueira Magalhães, todos presentes na Reunião. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que provavelmente os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi

Rodrigues da Silva também irão assinar este Requerimento. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Secretário Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão na rede de esgotos localizada na Avenida Carvalho, especialmente próximo ao Estádio, em frente à Quadra, pois no local se encontra um esgoto correndo a céu aberto, causando diversos transtornos aos moradores. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que fez um requerimento no dia 09 de março fez um requerimento para a Comissão de Educação, Saúde e Assistência sobre uma fiscalização junto a CAPPS, assim gostaria de saber se existe algum tipo de posicionamento da Comissão. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que gostaria que o prazo fosse estendido, pois o Presidente da CAPPS não se encontra no Município, mas já agendou uma reunião para buscar estas informações. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 07 (sete) Projetos de Resolução e 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Flávia Louzada. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.193, de 09 de abril de 2015. **02)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Jorge Sebastião Silva do Amaral. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.194, de 09 de abril de 2015. **03)** Projeto de Resolução que Concede a Comenda Júlio José de Oliveira ao Sr. Rogério Andrade Barbosa. Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.195, de 09 de abril de 2015. **04)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Maria Benedita. Autoria: Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.196, de 09 de abril de 2015. **05)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Celina Maria de Oliveira Toscano. Autoria: Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.197, de 09 de abril de 2015. **06)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr.

Fábio de Souza Gomes. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.198, de 09 de abril de 2015. **07)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Moacir da Conceição Chagas. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.199, de 09 de abril de 2015. **08)** Projeto de Lei que cria a Secretaria Municipal de Licitações e Compras, cria 1 (um) cargo comissionado de Secretário Municipal de Licitações e Compras, Revoga a Lei nº 1528/14, Altera as Leis 1422/13 e 1241/08 e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que toda nossa região está passando por uma grande dificuldade financeira, por conta da diminuição de verbas dos royalties, assim percebe que o referido Projeto de Lei está acabando com três Diretorias para que seja criada uma nova Secretaria. Dessa maneira, percebemos que não havia a necessidade da grande criação de cargos que aconteceu no começo do governo, sendo que atualmente o Município, o Estado e a União estão vivendo muitas dificuldades financeiras, acreditando que a criação da Secretaria poderia esperar mais um pouco. Por fim, fez a leitura de seu parecer em separado, esclarecendo que com a criação de uma Secretária a despesa gerada não será apenas com o salário do Secretário, pois será necessária a criação de toda uma estrutura para suportar a Secretaria. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que aqueles que tiveram a oportunidade de ler o jornal o globo, puderam observar uma notícia de que a dívida do governo do Estado com fornecedores atingiu o valor de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Esclareceu que sempre defendeu a austeridade, uma vez que o atual Prefeito encontrou uma Prefeitura com diversas dívidas, sendo que sua preocupação é estarmos encaminhando para a ingovernabilidade, pois não consegue encontrar uma solução para o saneamento das finanças. Acrescentou que foi lida uma correspondência da Previdência Social dizendo que o Município está impossibilitado de pegar empréstimo por conta de uma restrição, que inclusive a Prefeitura está devendo um valor para a Câmara Municipal, sendo que isto nunca aconteceu, logo este fato demonstra a gravidade dos problemas financeiros, por isso não vê razão para ser criada uma nova Secretaria. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que ao falarmos de criação de uma Secretaria,

consequentemente estamos criando despesas, entretanto possui uma declaração dentro do próprio Projeto de Lei onde é afirmado que não estão sendo criadas novas despesas. Destacou que estão sendo extintos três cargos, um criado em 2008 e dois em 2013, sendo que o administrador precisa ver suas necessidades e se adequar a elas. Afirmou que está previsto um corte de salários do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, acrescentando que dará seu voto de acordo com os benefícios para o Município, uma vez que a criação da Secretaria de Cultura beneficiou a cidade. Continuando, disse que devemos sempre buscar o progresso do Município e que a Prefeitura demora um pouco para ajustar as verbas que devem ser repassadas para a Câmara Municipal, por isso que ocorreu a dívida mencionada pelo Vereador Gutemberg. Destacou que o Presidente da Câmara está preocupado com as despesas da Casa Legislativa, sendo que o valor não repassado deverá ser pago, pois é estipulado pela Constituição, não tendo sido repassado corretamente por causa do fechamento contábil e administrativo da Prefeitura. Por fim, observou que está sendo criado um Cargo de Secretário e estão sendo extintos outros três cargos, assim será realizado uma pequena economia de aproximadamente R$ 400,00 (quatrocentos reais), e não vê a criação da Secretaria como um fato negativo para o Município. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que uma Secretaria precisa de um local de trabalho e diversos outros pontos. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que todo um organograma necessário para o funcionamento da Secretaria. O Vereador Hugo Fernandes disse que para o ano que vem existirá um orçamento próprio para a Secretaria, sendo que já existe um Departamento de Licitações na Prefeitura que funciona. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o Presidente da Comissão de Licitações possui uma responsabilidade muito grande para receber um salário baixo, destacando inclusive que após terminar o governo o Presidente da CPL continua respondendo por contra de suas funções. A Vereadora Maria José Marques Barros Gonçalves está observando que o Projeto de Lei em discussão é bastante complexo, por isso gostaria de solicitar a vista do referido para estuda-lo melhor. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares deferiu o pedido de vista. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a Sociedade Musical 07 de Setembro está fazendo uma rifa para ajudar na compra dos uniformes, sendo que sua assessora se encontra com algumas delas, assim pede aos Vereadores para comprar algumas e ajudar a Banda Sete. O Vereador Carlos Armando de Azevedo sugeriu que a Câmara Municipal faça a entrega da Comenda Dirceu Cardoso para o Dr. Maurício Monteiro, pois ele é um historiador de

grande importância para o Município. Todos os Vereadores concordaram com a indicação. O Vereador Hugo Fernandes, em conjunto com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Terezinha Reis, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para a Diretora Geral da Escola Estadual Prudente de Moraes, a Sra. Hélvia de Paula Serrão Tavares, por liberar o espaço do campo de futebol para o Projeto Pequenos Craques. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 13/04/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 09 de abril de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

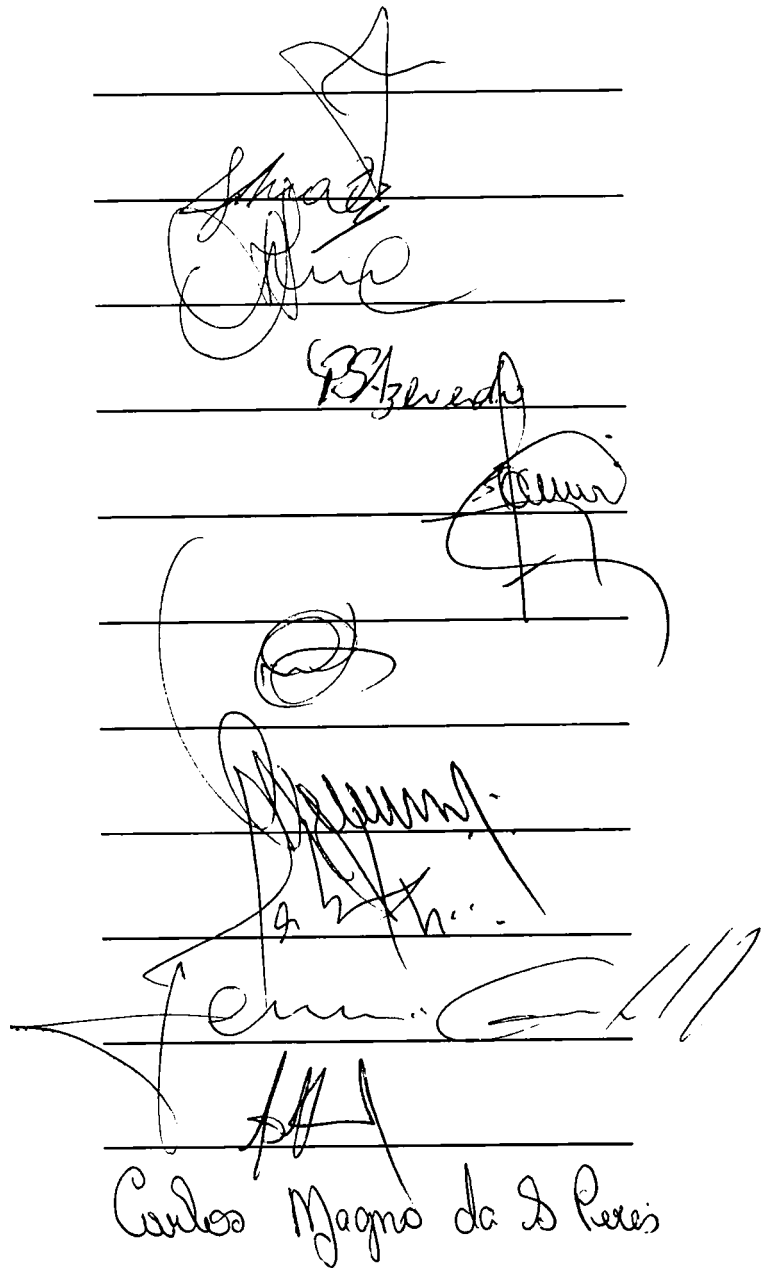
_____

_____

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e sessenta e dois da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada ausência do Vereador José Augusto Martins. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 117, Versículos 01 e 02. Continuando, o Sr. Presidente esclareceu que de acordo com o que foi combinado com o Plenário esta reunião ordinária está substituindo a que seria realizada no dia 22 de abril. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite da Secretaria Municipal de Educação para prestigiar o projeto "Miracema Em Canto"; 02) Ofício do Banco Itaú respondendo o ofício nº 0121/2019; 03) Ofício PMM/SMAS nº 038/2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social respondendo o ofício n 062/2019; 04) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Valéria da Silva Trajano, de autoria da Mesa Diretora; 05) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Fabiana Silva de Souza, de autoria da Mesa Diretora; 06) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Andreia Medeiros Ferreira de Souza, de autoria da Mesa Diretora; 07) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Hamilton Machado Valeriote, de autoria da Mesa Diretora; 08) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Camila Ribeiro Mercante, de autoria do Vereador Maurício Sant'Ana Soares; 09) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Lucélia Pacheco da Silva Souza, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier; 10) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Marcos Antônio de Souza, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: O Vereador Aimoré da Silva Almeida

esclareceu que, devido ao grande número de casos de dengue em Miracema, conversou com o Tenente do Exército, com o responsável pelos Agentes de Endemias e com a Secretária de Saúde com o objetivo de realizar uma ação em conjunto com o objetivo de combater o mosquito transmissor de doenças, assim gostaria de formalizar seu pedido. 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado um mutirão, em conjunto com o Tiro de Guerra de Miracema, com o objetivo de combater o mosquito transmissor da dengue, zica e chikungunya, realizando uma ampla limpeza no Município de Miracema, especialmente na Rua Melchíades Picanço. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se o Município precisa de algum tipo de confirmação dos casos de dengue. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que as pessoas devem fazer um exame no sexto dia da doença para confirmar a dengue, sendo que em Miracema existe o referido exame, entretanto as pessoas são atendidas e medicadas no Pronto Socorro, é verificado que eles preenchem os sintomas da dengue, mas elas não procuram o setor de epidemiologia. O Vereador Hugo Fernandes disse que seria importante o Pronto Socorro encaminhar os pacientes para a epidemiologia, assim os casos seriam contabilizados e poderíamos pedir mais ajuda para o Município. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que precisa dos dados numéricos de casos de pessoas com os sintomas de dengue, sendo que as pessoas precisam procurar o setor epidemiológico para que possa ser realizada uma contabilização dos casos e verificarmos qual a real situação do Município. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu que nós, Vereadores, possamos utilizar o programa de rádio para passar essas informações para a população. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que conhece cinco pessoas com os sintomas de dengue, assim pediu a realização dessa espécie de força tarefa, sendo que já conversou com o Tenente do Exército e ele vai disponibilizar seus soldados para auxiliar. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja transportada uma cadeira de dentista, que está nova e sem ser utilizada no CEO (Centro de Especialização Odontológico), para o PSF do Distrito de Venda das Flores. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza do terreno localizado ao lado da Godan, tendo em vista o referido terreno está com muito lixo entulhado. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que já fez este pedido verbalmente. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja

disponibilizado um pedreiro para que seja realizada a instalação de uma cadeira de dentista no CEO (Centro de Especialização Odontológico), tendo em vista que a referida cadeira está nova e sem ser utilizada. Deferido. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Diretor do DEMUTRAN de Miracema - Solicitação no sentido de que seja realizado um estudo com o objetivo de autorizar o estacionamento do trecho compreendido entre o Banco do Brasil e a Farmácia Tostes, na Rua Marechal Floriano Peixoto. Deferido. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 11/04/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 09 de abril de 2019.



Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quarenta e um, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Carlos Armando de Azevedo ocupou a cadeira do 2º Secretário. Foi registrada a ausência do Vereador Gilson Teixeira Sales. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 119, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Cartão desejando Feliz Natal do Deputado Estadual Gustavo Tutuca; 02) Cartão desejando Feliz Natal do Sr. Prefeito

Municipal; 03) Ofício da Comissão Especial de Inquérito ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Miracema. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício SES/GS/APAR nº 179/2014 da Secretaria Estadual de Saúde, respondendo ofício nº 1028/2013. Os Vereadores Hugo Fernandes e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 05) Ofício Nr 36 - TG do Chefe de Instrução do TG 01-009 de Miracema; 06) Ofício PMM/GAB nº 864/2014 da Secretaria Municipal de Governo encaminhando Decreto nº 110 de 04/12/14. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse uma cópia deste ofício para cada Vereador; 07) Ofício PMM/GAB nº 862/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 095/25014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro - Reiteração no sentido de que envide esforços a fim de que seja implanto no Município de Miracema o sistema de venda de fraldas aos idosos e pessoas carentes deste Município. Esclarecemos que Miracema e um Município muito pobre e com um contingente de idosos e doentes muito elevados, necessitando urgentemente deste sistema que muito ajudará a população. Aprovado. 02) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando que o período de chuvas se aproxima e precisamos ter um eficaz escoamento das águas pluviais evitando alagamentos e formação de enxurradas. Encaminho solicitação no sentido de que seja realizada a desobstrução dos bueiros e a retirada dos entulhos na Rua Julieta Damasceno, especialmente em frente à Igreja Santa Terezinha e na esquina com a Avenida Governador Roberto Silveira, sendo que também é preciso tampar um buraco nesta esquina, pois e referido está causando transtorno aos moradores. Solicitamos, ainda, que seja arrancada uma árvore que nasceu dentro do bueiro em frente à loja da Dona Lucia, localizada nesta mesma esquina. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício Financeiro de 2015. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Modificativa:** Remanejar valores da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, prevista na Secretaria Mun. de Assistência Social, subtraindo R$ 300.000,00

(trezentos mil reais) da Ficha 299 acrescentando o mesmo valor na Ficha 305. Sem alterações no valor total da unidade orçamentária. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. *Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade*. **b) Emenda Modificativa:** Remanejar valores da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, prevista na Secretaria Mun. de Educação, subtraindo R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) da Ficha 124 acrescentando o mesmo valor na Ficha 95. Sem alterações no valor total da unidade orçamentária. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. *Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade*. **c) Emenda Modificativa:** Remanejar valores da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, prevista na Secretaria Mun. de Def. Civil e Segurança Pública, subtraindo R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) da Ficha 248 acrescentando o mesmo valor na Ficha 252. Sem alterações no valor total da unidade orçamentária. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. *Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade*. **d) Emenda Modificativa:** Remanejar valores da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, prevista no Fundo Mun. Des. Urb. Hab. Inter Social, subtraindo R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) das Fichas: Ficha 508 - R$ 9.000,00 (nove mil reais); Ficha 509 - R$ 9.000,00 (nove mil reais); Ficha 510 - R$ 9.000,00 (nove mil reais); Ficha 511 - R$ 4.000,00 (quatro mil reais); Ficha 519 - R$ 9.000,00 (nove mil reais); Acrescentando o mesmo valor R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) na Ficha 225 da Unidade Sec. Mun. De Des. Agropecuário. Alterando o valor total da Unidade Orçamentária, do Fundo Mun. Des. Urb. Habitacional Inter Social para R$ 21.000,00 (vinte um mil reais) e alterando valor total da Unidade Orçamentária Sec. Mun. De Des. Agropecuário para R$ 2.899.000,00 (dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil reais). Autoria: Vereador Hugo Fernandes. *Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade*. **e) Emenda Modificativa:** Remanejar valores da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, prevista no Fundo Mun. Des. Urb. Hab. Inter Social, subtraindo R$ 12.000,00 (doze mil reais) das Fichas: Ficha 518 - R$ 9.000,00 (nove mil reais); Ficha 512 - R$ 500,00 (quinhentos reais); Ficha 513 - R$ 500,00 (quinhentos reais); Ficha 514 - R$ 500,00 (quinhentos reais); Ficha 515 - R$ 500,00 (quinhentos reais); Ficha 516 - R$ 500,00 (quinhentos reais); Ficha 517 - R$ 500,00 (quinhentos reais); Acrescentando o mesmo valor R$ 12.000,00 (doze mil reais) na Ficha 27 da Unidade Sec. Mun. De Governo. Alterando o valor total da Unidade Orçamentária, do Fundo Mun. Des. Urb.

Habitacional Inter Social para R$ 9.000,00 (nove mil reais) e alterando valor total da Unidade Orçamentária Sec. Mun. De Governo para R$ 927.000,00 (novecentos e vinte e sete mil reais). Autoria: Vereador Hugo Fernandes. *Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade*. **f) Emenda Modificativa:** Remanejar valores da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, prevista na Secretaria Mun. de Obras e Urbanismo, subtraindo R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) da Ficha 176 acrescentando o mesmo valor na Ficha 180. Sem alterações no valor total da unidade orçamentária. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. *Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade*. **g) Emenda Modificativa:** Remanejar valores da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, prevista na Secretaria Mun. de Desenvolvimento Agropecuário, subtraindo R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) da Ficha 203, acrescentando uma ação/projeto para implantação e manutenção do sistema de telefonia rural. Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. *Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade*. **h) Emenda Modificativa:** Ao Anexo G7 – Quadro de Contribuições e Subvenções Sociais. Retirar da Sociedade Musical 07 de Setembro R$ 10.000,00 (dez mil reais) para contemplar a Sociedade Recreativa Sítio do Bode; Retirar da Sociedade Musical 07 de Setembro R$ 10.000,00 (dez mil reais) para contemplar a APAE de Miracema. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. *Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade*. **i) Emenda Aditiva**: Inserir no Orçamento de 2015 as seguintes obras: 1) Obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes ruas do Distrito de Paraíso do Tobias: a) rua do Conjunto Habitacional Armando Gomes de Azevedo (complemento); b) rua Projetada (próximo a CEDAE); c) rua do loteamento Pascoto; d) rua Jair Muniz; 2) Obras no Distrito de Venda das Flores: a) calçamento da Rua Sebastião Braga Bastos (complemento); b) reforma do estádio Jamil Cardoso; c) construção da Ponte Seca na Rua Dirceu de Medeiros (período de chuvas, alagamentos); d) rua Projetada (próximo a CEDAE); e) reforma do Cemitério, com a construção de estacionamento e rampa 3) Obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes ruas do Bairro Pontilhão do Rosa: a) rua Pedro Santos; b) ruas Projetadas; c) Av José Nagler (esgoto); 4) Obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes ruas do Bairro Bela Vista (loteamento Sayonara): a) rua Margarida Derossi Padilha; b) rua Osmar Resende; c) rua José de Souza Ramos; d) rua José Carlos Moreira Bruno;

5) Obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes ruas do Bairro Hospital: a) rua Márcio Martins Barbosa à Vila Reis (complemento); b) Travessa Benazi Andrade; c) rua Aristides Barbosa; 6) Obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes ruas do Bairro Vale do Cedro: a) rua Clóvis Tostes; b) rua Manoel Antonio Pestana; c) rua Ernesto de Souza; 7) Obras de calçamento, rede de esgotos, águas pluviais nas seguintes ruas do Bairro Rodagem (lot. Morro da Fazendinha): a) rua Sebastião Jacinto; b) rua Oscar Carneiro Cavalcante; c) rua João Cândido das Neves; d) ruas Projetadas; 8) Obras de calçamento, rede esgoto, águas pluviais nas seguintes ruas do Bairro Nossa Senhora Aparecida (Córrego Raso): a) rua Michel Salim; b) rua Paulo A Machado; c) Praça Pastor Sebastião A Gonçalves; 9) Obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes ruas do Bairro Jardim Beverly: a) rua Rosário Mercante; b) rua Astrogilda Dias Sentinelli (complemento); c) rua Ururay de Matos Macedo (complemento); d) rua Flávio Novelino Lobo; e) rua Manoel F Oliveira; f) rua Laison Sentinelli Marques (complemento); g) rua Gustavo Benedito Vieira; h) rua Francisco Poly; i) rua Antônio Calor; j) ruas Projetadas; 10) Obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes ruas do Bairro Boa Vista: a) rua Aurora Bersácula (complemento); b) rua Edmunteged Bella Delate; c) rua Rodolfo Alves Rodrigues; d) rua Benedito Lima; e) rua José de Freitas da Silva; 11) Obra no Bairro Boa Vista: a) construção de uma Ponte ligando a rua José de Freitas da Silva à Av Carvalho (ao lado da E M Sônia do Amaral Torres). 12) Obra no Sítio Pernambuco: a) redes de esgotos e águas pluviais; b) asfaltamento ou calçamento da estrada que liga a Fazenda Paiolinho (área habitada); 13) Reforma da Capela Mortuária. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. *Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade*. Prosseguindo, o Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o Projeto de Lei em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.562, de 09 de dezembro de 2014. O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRACEMA-RJ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Faz saber que a Câmara do Município de Miracema decreta a seguinte Lei: Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Miracema para o exercício financeiro de 2015, nos termos do artigo 165, parágrafo 5º da Constituição Federal, Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendendo: I - O

orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; II - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados; Art. 2º A receita total estimada no orçamento fiscal e na seguridade social, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R$ 81.415.540,45 (Oitenta e um milhões, quatrocentos e quinze mil, quinhentos e quarente reais e quarenta e cinco centavos), conforme quadro I demonstrado em anexo. Orçamento Fiscal está fixado em R$ 52.753.000,00 (Cinquenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e três mil reais); Orçamento da Seguridade Social em R$ 28.662.540,45 (Vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos). Parágrafo Único - A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no anexo II - Resumo Geral da Receita.

Receitas Correntes	**84.402.854,60**
Receita Tributária	3.254.544,03
Receita de Contribuições	3.186.699,09
Receita Patrimonial	4.126.299,79
Receita Agropecuária	211.959,00
Receita Industrial	11.180,95
Receita de Serviços	17.180,95
Transferências Correntes	69.271.872,91
Outras Receitas Correntes	4.323.117,88
(-) Dedução para o FUNDEB	7.989.896,62
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	**4.904.900,00**
Receitas de Contribuições	4.904.900,00
Receitas de Capital	**97.682,47**
Operações de Crédito	303,47
Alienação de Bens	26.148,00
Outras Receitas de Capital	52.870,00
TOTAL DA RECEITA BRUTA	**89.405.437,07**
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**81.415.540,45**

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

POR ÓRGÃOS

a) Orçamento Fiscal

01 – Câmara Municipal de Miracema	2.684.500,00
02 – Prefeitura Municipal de Miracema	43.975.950,00
03 - Fundo Municipal de Assistência Social	5.050,00
06 – Fundação Educacional de Miracema	430.000,00
07 – Caixa As. Pr. Pensões Serv. Pub. Miracema	1.926.000,00
08 – Convênio de Assist. Médica dos Servidores	3.670.500,00
10 – Fundo Mun. Des. Urb. Hab. Inter. Social	61.000,00
Total do Orçamento Fiscal	**52.753.000,00**

b) Orçamento da Seguridade Social

01 – Câmara Municipal de Miracema	81.000,00
03 – Fundo Municipal de Assistência Social	3.099.000,00
04 – Fundo Municipal de Saúde	17.738.040,45
07 – Caixa As. Pr. Pensões Serv. Pub. Miracema	7.698.000,00
09 – Fundo Mun. Direito Criança e Adolescente	46.500,00
Total do Orçamento da Seguridade Social	**28.662.540,45**

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO **81.415.540,45**

POR FUNÇÕES

a) Orçamento Fiscal

01 – Legislativa	2.663.500,00
04 – Administração	16.541.500,00
06 – Segurança Pública	992.000,00
12 – Educação	17.234.000,00
13 – Cultura	384.000,00
15 – Urbanismo	3.892.000,00
16 – Habitação	126.000,00
17 – Saneamento	115.000,00
18 – Gestão Ambiental	5.235.000,00
20 – Agricultura	2.859.000,00
26 – Transporte	850.000,00
27 – Desporto e Lazer	140.000,00
28 – Encargos Especiais	721.000,00
99 – Reserva de Contingência	1.000.000,00
Total do Orçamento Fiscal	**52.753.000,00**

b) Orçamento da Seguridade Social

08 – Assistência Social	3.145.500,00
09 – Previdência Social	7.779.000,00
10 – Saúde	17.738.040,45
Total do Orçamento da Seguridade Social	**28.662.540,45**

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO **81.415.540,45**

POR SUBFUNÇÕES

a) Orçamento Fiscal

031 – Ação Legislativa	2.663.500,00
122 – Administração Geral	24.603.500,00
182 – Defesa Civil	992.000,00
361 – Ensino Fundamental	15.239.000,00
364 – Ensino Superior	430.000,00
365 – Educação Infantil	1.530.000,00
367 – Educação Especial	15.000,00
392 – Difusão Cultural	69.000,00
451 – Infra-Estrutura Urbana	335.000,00
452 – Serviços Urbanos	1.135.000,00
482 – Habitação Urbana	126.000,00
512 – Saneamento Básico Urbano	115.000,00
541 – Preservação e Conservação Ambiental	2.549.000,00
542 – Controle Ambiental	75.000,00
544 – Recursos Hídricos	10.000,00
601 – Promoção da Produção Vegetal	8.000,00
603 – Defesa Sanitária Vegetal	15.000,00
604 – Defesa Sanitária Animal	157.000,00
606 – Extensão Rural	890.000,00
782 – Transporte Rodoviário	15.000,00
812 – Desporto Comunitário	20.000,00
813 – Lazer	40.000,00
846 – Outros Encargos Especiais	721.000,00
999 – Reserva de Contingência	1.000.000,00
Total do Orçamento Fiscal	**52.753.000,00**

b) Orçamento da Seguridade Social

122 – Administração Geral	10.570.000,00
241 - Assistência ao Idoso	71.000,00
243 – Assistência a Criança e Adolescente	643.500,00
244 – Assistência Comunitária	2.431.000,00
272 – Previdência do Regime Estatutário	6.381.000,00
301 – Atenção Básica	2.500.000,00
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.123.040,45
305 – Vigilância Epidemiológica	545.000,00
997 – Reserva do RPPS	1.398.000,00
Total do Orçamento da Seguridade Social	**28.662.540,45**

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	**81.415.540,45**

POR NATUREZA DA DESPESA

I – GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

a) Orçamento Fiscal	
3 – Despesas Correntes	
31 – Pessoal e Encargos	28.795.000,00
33 – Outras Despesas Correntes	20.455.000,00
4 – Despesas de Capital	
44 – Investimentos	1.782.000,00
46 – Amortização da Dívida	721.000,00
9 – Reserva de Contingência	
99 – Reserva de Contingência	1.000.000,00
Total do Orçamento Fiscal	**52.453.000,00**
b) Orçamento da Seguridade Social	
3 – Despesas Correntes	
31 – Pessoal e Encargos	9.651.000,00
33 – Outras Despesas Correntes	16.961.040,45
4 – Despesas de Capital	
44 – Investimentos	652.500,00
7 – Reserva Orçamentária do RPPS	
77 – Reserva de Contingência Previdenciária	1.398.000,00
Total do Orçamento da Seguridade Social	**28.662.540,45**

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	**81.415.540,45**

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a: I – Abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento de 2014, até o limite de 30% (trinta por cento) do total das despesas fixadas utilizando para isso o provável excesso de arrecadação e anulações de dotações, criando, se necessário, elementos de despesas dentro das unidades orçamentárias existentes. II – Excluem-se do limite mencionado no parágrafo anterior os créditos adicionais suplementares: a) excessos de

arrecadação provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior. Parágrafo Único - Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária. Art. 5º - Os órgãos e entidades mencionados no Art. 1º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal. Art. 6º - Fica o poder executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para, em virtude de alteração na estrutura organizacional, ou na competência legal ou regimental de órgãos da administração Direta e de Entidades de Administração Indireta, adaptar o orçamento aprovado pela presente lei, à modificação administrativa ocorrida, inclusive criando unidades orçamentárias, funções, sub-funções, categorias de programação e natureza de despesa, necessárias à redistribuição dos saldos das dotações, observando o princípio do equilíbrio orçamentário, editando por Decreto as metas bimestrais de arrecadação e o cronograma de desembolso. Art. 7º - Ficam fazendo parte integrante desta Lei os anexos: Parte 1 - Adendos: Relação de Unidades; Rol de Projetos; Rol de Atividades; Fonte de Recursos; Parte 2 - Anexos da Lei 4.320/64: Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas; Anexo 2 – Receita Segundo as Categorias Econômicas; Anexo 2 – Natureza de Despesa Segundo as Categorias Econômicas – Unidade Orçamentária; Anexo 2 – Demonstração da Despesa por Unidades Orçamentárias Segundo as Categorias Econômicas; Anexo 6 – Programa de Trabalho; Anexo 7 – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais; Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos; Anexo 9 – Demonstrativo das Despesas por Funções; QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa; Parte 3 – Relatórios Gerenciais: G1 – Receitas de Impostos e Transferências Legais; G2 – Quadro Demonstrativo de Aplicações de Recursos em Manutenção do Ensino – MDE; G3 – Quadro Demonstrativo de Aplicações na

Saúde; G4 – Quadro Demonstrativo Limite de Gastos com Pessoal; G5 – Demonstrativo da Compatibilidade do Orçamento com as Metas Fiscais da LDO; G6 – Demonstrativo da Estimativa da Receita com Memória e Metodologia de Cálculo; G7 – Cadastro de Auxílio e/ ou Subvenções Sociais. Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015. Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que ficou desapontado ao assistir o recital da Banda Sete de Setembro que acontece todo ano na Praça Dona Ermelinda, pois a Secretaria Municipal de Educação não forneceu estrutura para a realização do recital. Acrescentou que a Banda já havia combinado tudo com a Prefeitura e no dia do recital a Prefeitura não cumpriu o acordado, sendo que o Presidente e o Maestro da Banda externaram seus descontentamentos e pode perceber a decepção dos membros ao sentirem o pouco caso da Prefeitura. Por fim, destacou que a Secretaria de Educação tinha feito a promessa de fornecer a estrutura e não o fez. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o trabalho da Secretaria de Educação no Município de Miracema está sendo vexatório, uma vez que os pais não estão sendo respeitados, destacando, inclusive, que está muito triste com os boatos de fechamento de escolas nas zonas rurais, pois um Município que quer progredir não pode fechar Escolas. Por fim, disse que os funcionários da Secretaria de Educação estão muito insatisfeitos, acrescentando que a Biblioteca também está sendo deixada de lado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Juliana, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Jovem Silvinho Damasceno, por ter sido eleito o fotógrafo ao ano, na modalidade fotografia Esporte Radical, com dedicação ao Motocross. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 10/12/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a

presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

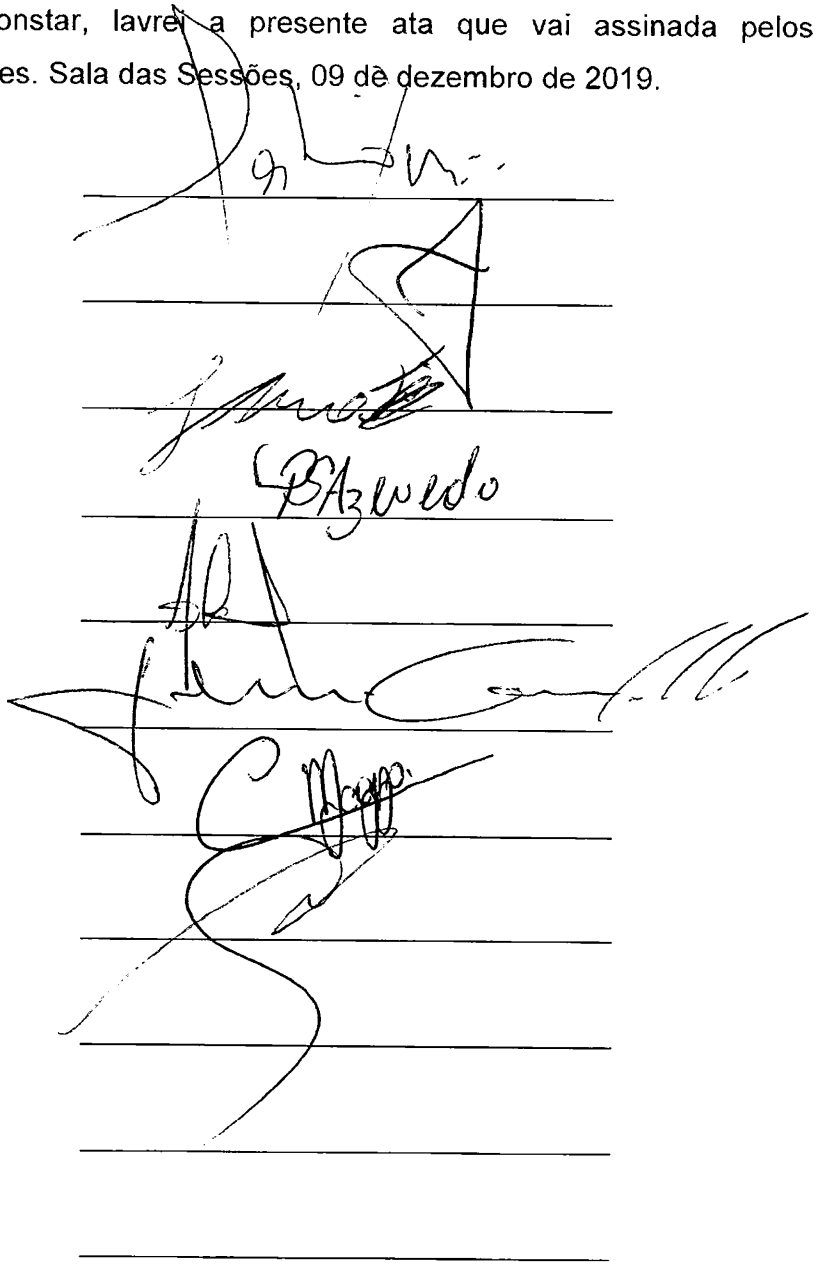
Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e doze da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Aimoré da Silva Almeida, Maria Alessandra Leite Freire e Marcus Felipe Mercante Linhares. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 86, Versículos de 01 à 03. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 05 de dezembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 416/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 036/2019; 02) Ofício nº 422/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando a substituição do Projeto de Lei nº 037/2019. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - Ao Ilmo. Sr. Dr. Diretor do DER, João Graça - Ao Presidente do DER, Dr. Uruan Cintra de Andrade - Ao Engenheiro Chefe Regional. Dr. Nilton Moreira - Considerando que as rotatórias têm baixo custo, aumenta a segurança em cruzamento e reduzem os acidentes com vítimas; Considerando que a implantação de rotatórias tem se mostrado uma solução eficiente para disciplinar o aumento do fluxo de veículos em municípios brasileiros de pequeno porte; Considerando que o dispositivo viário resulta em redução expressiva do número de acidentes de trânsito e consequente diminuição dos gastos públicos e de fácil instalação e manutenção; Considerando que a rotatória tem sua vida útil muito longa (20 anos) e o custo de manutenção quase zero; Considerando que o Perímetro Urbano de Miracema, inicia-se no Miracema Campestre Clube, RJ 116 indo até a AABB dessa mesma e é uma importante Rodovia Estadual, conforme Lei Municipal; Considerando que nos últimos anos houve inúmeros acidentes com vítimas graves e fatais, envolvendo veículos automotivos no trecho acima citado; Considerando que os ônibus da Auto Viação 1001, Empresa Brasil, Carretas, Caminhões e automóveis de

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

passeios, trafegam em velocidade incompatível em áreas urbanas; Considerando que na via existem vários colégios, unidades de saúdes, e empresas comercias que estão instalados no trecho acima citado; Venho requerer: a) A transformação do Trevo da Usina em rotatória, fazendo com que o fluxo do trânsito da RJ 116, nesse trevo, seja desviado para as rotatórias laterais nos dois sentidos, devidamente sinalizados. b) Construção da Rotatória no Trevo do Pita (entroncamento da RJ 188 com a RJ 116). c) A Colocação de placas de sinalização indicativa de perímetro urbano e limite de velocidade, no Trecho entre Miracema Campestre Clube e AABB, Associação Atlética Banco do Brasil. d) Segue em anexo dois Croquis ilustrativos exemplificando o teor do nosso requerimento e a Lei de Perímetro Urbano. Aprovado. 02) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para o Dr. Fernando Perlingeiro Lavaquiel, pelo seu exemplar trabalho como Prefeito de Santo Antônio de Pádua, onde implantou a Divisão Municipal de Saúde, projetou, organizou e implantou o sistema de retransmissão de TV para todo o Noroeste Fluminense, beneficiando também Minas Gerais e Espírito Santo. Elaborou o Estatuto da Fundação Intermunicipal de Desenvolvimento do Noroeste Fluminense - FIDENF; antecipou a instalação do sistema DDD e DDI da Telerj para o Noroeste Fluminense, e implantou a Fundação Intermunicipal dos Agropecuaristas do Noroeste Fluminense para melhor assistir aos produtores rurais. Junto a Petrobrás trabalhou no campo em perfuração e produção de petróleo. Perfuração na sonda 60, pesquisador na CENPES na Ilha do Fundão; Gerente Geral da Petrobrás Norge - Noruega, representante legal, técnico e político da BRASPETRO, Petrobrás, junto ao Governo da Noruega. Conhecedor das Leis Internacionais do Petróleo. Participou ativamente das atividades inerentes ao cargo de Managing Director da Subsidiária, para atendimento às licenças de produção da BRASPETRO na Noruega. Em 2013 recebeu o Prêmio de Medalha Visconde Figueira da Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua. Em 18 de dezembro de 2018 foi homenageado pela Society Of Petroleum Engineers - SPE, pelos 59 anos de "bons serviços" prestados a atividade de petróleo. Agora em 12 de dezembro de 2019 será homenageado no Teatro Riachuelo por ser o mais antigo na América do Sul, com 60 anos de registro na Associação dos Engenheiros de Petróleo. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para a Direção, Professores, Alunos e Funcionários do CVT de Miracema, os parabenizando pela belíssima exposição dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos: Informática Ambiente Windows I e II; Ambiente Administrativo; Ambiente de Recursos Humanos; Serralheiro de Materiais Ferrosos e NR – 10. Todos os Vereadores irão assinar

esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva informou que hoje à tarde participou de uma reunião com alguns Guardas Municipais, a Procuradora do Município, o Assessor Jurídico e a Controladora Interna, ambos desta Casa Legislativa e ficou acordado que o Projeto de Lei sobre a Guarda Municipal seria substituído, pois foram feitas diversas adequações, sendo que inclusive possui um resumo dos artigos que foram alterados. Dessa forma, ficou satisfeito com as explanações apresentadas e acredita que, após os pareceres necessários, o projeto possa ser votado com tranquilidade. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que se todos os pareceres estiverem prontos, colocará o Projeto para votar na próxima segunda-feira. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Sra. Demilra Tostes Padilha. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes convidou o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo para fazer a entrega da Moção de Aplausos para os alunos Gustavo Poeys e Marcos Felipe Detone. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que esta é mais uma homenagem merecida da família Jovens Talentos. Destacou que este o projeto Jovens Talentos prioriza a educação de excelência e os alunos são referências na nossa cidade, pois eles são muito dedicados. Esclareceu que o desempenho deles em Macaé foi algo impressionante, demonstrando muito conhecimento e afinco na apresentação de seus trabalhos e é isso que Miracema precisa, sendo que nossa esperança está nos alunos, pois são eles quem vão direcionar o futuro do Município. Por fim, parabenizou os pais dos alunos, uma vez que eles sempre estão incentivando e apoiando seus filhos, fazendo com que eles estejam presentes em diversos eventos. O Sr. Ilmar, Diretor do Colégio Estadual Deodato Linhares, disse que está se sentindo muito orgulhoso em ver esta homenagem para seus alunos, pois como professor sempre tenta fazer o máximo para que a Educação de Miracema se torne uma educação de ponta. Acredita que não existe diferença entre escola pública e particular, destacando que quem faz uma escola são os ótimos professores, junto com os ótimos alunos. Destacou que, inclusive, o Marcos Felipe foi Campeão de Natação no torneio realizado pelo SESI, assim tem muito orgulho de ver que o trabalho dentro de Miracema está dando frutos, sendo que os jovens estão aprendendo algo para a vida inteira, assim agradece por estar no caminho certo. A Sra. Sandra Azevedo disse que hoje foi muito especial, pois foi a despedida dos alunos que estão concluindo o Terceiro Ano do Ensino Médio, descanto que os professores são coadjuvantes nas conquistas dos alunos e eles são os atores principais. Deseja que os alunos façam boas escolhas e construam trajetórias com amor, respeito, fidelidade, hombridade em tudo que será feito no futuro. Destacou que também

veio de uma Escola Pública e tem muito orgulho disso. Por fim, parabenizou todos os alunos. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 10/12/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 09 de dezembro de 2019.



Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Miracema, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Aimoré da Silva Almeida, Maria Alessandra Leite Freire, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier, Guillerni Ribeiro de Camargo, Hugo Fernandes, José Augusto Martins, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Aimoré da Silva Almeida, solicitou à Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, 1ª Secretária da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 01, Versículos 14 e 15. Prosseguindo o Vereador Presidente Aimoré da Silva Almeida esclareceu que o objetivo desta reunião extraordinária é discutir e votar a composição das Comissões da Câmara Municipal. Dessa forma, gostaria de saber quais os Vereadores desejam participar das Comissões que serão relacionadas. **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:** os Vereadores Hugo Fernandes, Guillerni Ribeiro de Camargo e Marcus Felipe Mercante Linhares se dispuseram a participar da Comissão. A referida composição foi aprovada por unanimidade. **Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio Obras e Serviços:** os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva e José Augusto Martins se dispuseram a participar da Comissão. A referida composição foi aprovada por unanimidade. **Comissão de Educação, Saúde e Assistência:** os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Maria Alessandra Leite Freire e José Augusto Martins se dispuseram a participar da Comissão. A referida composição foi aprovada por unanimidade. **Comissão de Ética:** os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Guillerni Ribeiro de Camargo e Marcus Felipe Mercante Linhares se dispuseram a participar da Comissão. A referida composição foi aprovada por unanimidade. **Comissão de Meio Ambiente:** os Vereadores Hugo Fernandes, Guillerni Ribeiro de Camargo e José Augusto Martins se dispuseram a participar da

Comissão. A referida composição foi aprovada por unanimidade. **Comissão de Trânsito e Segurança Pública:** os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Guillerni Ribeiro de Camargo e Marcus Felipe Mercante Linhares se dispuseram a participar da Comissão. A referida composição foi aprovada por unanimidade. **Comissão de Turismo e Cultura:** os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Hugo Fernandes e José Augusto Martins se dispuseram a participar da Comissão. A referida composição foi aprovada por unanimidade. Concluindo, o Vereador Presidente Aimoré da Silva Almeida esclareceu que as Comissões da Câmara Municipal já estão formadas e internamente seus membros devem decidir quem será o Presidente, o Vice-Presidente e o Membro da respectiva Comissão e depois informar na Secretaria desta Casa Legislativa. Continuando, o Vereador Presidente Aimoré da Silva Almeida perguntou quais os Vereadores que se disponibilizariam a ficar de plantão no mês de janeiro. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva, Hugo Fernandes e Maria Alessandra Leite Freire se colocaram a disposição para ficarem de plantão. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu que as Comissões possam trabalhar de forma ativa e eficaz, pois muitas demandas da população podem ser sanadas pelas Comissões e não precisa do envolvimento de toda a Câmara Municipal. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que a gente escuta muitas críticas sobre obras e políticas públicas que são realizadas, com isso percebemos que existe um desconhecimento muito grande sobre o assunto que está sendo debatido. Assim, acredita que a Câmara de Vereadores pode esclarecer estes assuntos para a população e fiscalizar corretamente o Poder Executivo se aprofundando nas questões pertinentes. O Vereador Guillerni Ribeiro de Camargo agradeceu a compreensão de todos e espera que todos possam começar os quatro anos de mandato com bastante harmonia. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva desejou que os Vereadores tenham muita a sorte para conduzir a Câmara da melhor maneira possível. O Vereador José Augusto Martins que está fazendo diversas visitas nos bairros de Miracema e a população tem cobrado a presença dos outros Vereadores. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu todos e esclareceu que os Vereadores irão lutar juntos em prol do Município de Miracema. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que no primeiro mandato tudo é muito novo e tudo precisa ser aprendido para que eles

possam fazer o melhor para Miracema, assim pede a colaboração de todos para podermos cumprir este objetivo. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres deseja a todos boa sorte e espera que o novo governo comece com êxito e trabalho. O Vereador Aimoré da Silva Almeida agradeceu a presença de todos e disse que seu Gabinete está sempre à disposição, sendo que tem vindo à Câmara todos os dias e tentando aprender cada vez mais. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 02/02/2017, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 09 de janeiro de 2017.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e três, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 18, Versículos 05 e 06. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Miracema a Festa de Réveillon de autoria do Vereador

Carlos Magno da Silva Peres; 02) Ofício nº 28/2014 – GAB do Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Miracema respondendo ofício nº 0182/2014. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício nº 12/2014 do Conselho Municipal de Saúde de Miracema respondendo ofício nº 0303/2014. Os Vereadores Hugo Fernandes, João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício PRS/SSE/CSO nº 17029/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Secretário Estadual de Meio Ambiente, Ilmo. Sr. Carlos Portinho - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que implementado no Município de Miracema o Projeto "Limpa-Rio", tendo em vista que o referido serviço tem caráter preventivo, emergencial, itinerante e permanente, bem como visa o desassoreamento, limpeza, limpeza de leitos e margens prevenindo perdas materiais e desastres ambientais. Aprovado. 02) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Estadual de Governo, Sr. Henriques Monnerat Alves Cruz e Ao Secretário Estadual de Educação - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de distribuir, aos alunos da Rede Pública Municipal, as mesmas Cartilhas que foram distribuídas aos alunos da Rede Estadual de Ensino com o intuito de conscientizar as crianças sobre a importância da Lei Seca. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Miracema, para o exercício financeiro de 2015. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.523, de 09 de junho de 2014. A Câmara Municipal de Miracema no uso de suas atribuições decreta a seguinte Lei: CAPÍTULO I Das Disposições Preliminares Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no inciso II, do art. 165, da CF e ao art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 126, inciso II, § 2º da Lei Orgânica do Município, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, que compreendem basicamente: I - as disposições preliminares: a) as diretrizes gerais; b) as previsões de valores do

orçamento fiscal. II - as diretrizes do orçamento fiscal e plano plurianual: a) as diretrizes gerais para a administração pública municipal; b) a organização e estrutura do orçamento municipal; c) a administração da dívida e das operações de crédito; d) as despesas de pessoal e encargos; e) as alterações da legislação tributária. III - a estrutura geral da lei: a) a proposta de lei orçamentária anual; b) as receitas municipais; c) as despesas municipais; d) o orçamento da seguridade social; e) os fundos municipais; f) os orçamentos da autarquia e fundação municipais; g) as prioridades e metas da administração municipal; IV - as disposições gerais e finais. SEÇÃO I Das Diretrizes Gerais Art. 2º - A lei orçamentária anual, que compreenderá os orçamentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Fundos Municipais, da Seguridade de Social, da autarquia municipal denominada CAPPS e fundação, observará o perfeito equilíbrio entre a receita estimada e a despesa fixada. Art. 3º - Para fins desta lei, considera-se: I - adequada com a lei orçamentária anual a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício; II - compatível com o plano plurianual e a presente lei a despesa que se conforme com as diretrizes, prioridades e metas previstas nestes instrumentos e que não infrinja qualquer de suas disposições. Art. 4º - A Prefeitura Municipal implantará o sistema de controle permanente de custos de bens, obras e serviços e avaliará, bimestralmente, os resultados dos programas financiados com recursos do orçamento e o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial. Art. 5º - Para que se atinja maior eficiência nos gastos de recursos municipais, todas as despesas públicas deverão ser submetidas de forma sistemática à Controladoria Geral do Município, que se pronunciará sobre elas. Art. 6º - Será parte integrante desta lei o Anexo de Metas Fiscais, no qual serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para os exercícios de 2015 a 2017. Parágrafo Único - O anexo conterá, ainda: I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior; II - demonstrativo das metas anuais, instruído com a metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas, em face

das premissas e os objetivos da política econômica nacional; III - evolução do Patrimônio Líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos resultados obtidos com a alienação de ativos; IV - demonstrativo da estimativa e compensação de eventual renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Art. 7º - Também será parte integrante do presente dispositivo o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem. Art. 8º - Igualmente, se consistirá de apêndice da LOA, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária a que se refere o § 3º do artigo 165 da CF, abrangendo todos os órgãos e poderes municipais e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, sendo composto das peças previstas nos artigos 52 e 53, seus parágrafos, incisos e alíneas, da LC nº 101/00. Art. 9º - Ao final de cada quadrimestre, será emitido, pelos titulares dos poderes e órgãos, o Relatório da Gestão Fiscal, na forma prevista nos artigos 54 e 55, seus parágrafos, incisos e alíneas, da LRF, no que for aplicável ao município. SEÇÃO II Das Previsões de Valores do Orçamento Fiscal Art. 10 - Os valores para o próximo orçamento fiscal anual serão apurados segundo a metodologia de cálculos e premissas utilizadas, na forma do artigo. I - Método utilizado: a) equação própria de ajustamento da parábola de arrecadações dos últimos três exercícios, ou método dos mínimos quadrados ou, opcionalmente, a curva de Gompertz; b) o resultado da operação anterior será evidenciado através de curva de tendência dos doze últimos meses (julho/2012 a junho/2014). II - Premissas adotadas: a) representação gráfica do método através das curvas de tendências. III - Evidenciação: a) nova evidenciação gráfica visando a verificação de tendência; IV - Capitalização: a) o valor evidenciado será capitalizado pelos índices da expectativa inflacionária (INPC/IBGE), correspondente a 5,63% (cinco inteiros e sessenta e três décimos por cento) e de crescimento econômico de 5,63% (cinco inteiros e sessenta e três décimos por cento), ambos anuais. Parágrafo Único - Sempre que a inflação verificada ou crescimento econômico registrado, tomado como base de apuração de valores, tiver defasado a realidade nominal, o Chefe do Poder Executivo poderá valer-se de aditamentos e suplementações, como previsto nos artigos 40 a 46 da Lei 4.320/64, visando adequar a Lei de Meios. Art. 11 - O Poder Executivo colocará à

disposição da Câmara Municipal e do representante do Ministério Público, até 31 de julho de 2014, os estudos e as estimativas das receitas, instruídas com memória e metodologia de cálculos, para os dois exercícios subsequentes, inclusive da receita corrente líquida, também com as respectivas memórias de cálculo. Art. 12 - Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Chefe do Poder Executivo estabelecerá a programação financeira, por bimestre, do exercício fiscal e o cronograma de execução mensal de desembolso. Parágrafo Único - Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. Art. 13 - As despesas com serviços de terceiros do Poder Executivo não deverão exceder, em percentual da receita corrente líquida, as do exercício anterior. CAPÍTULO II Das Diretrizes do Orçamento Fiscal e Plano Plurianual. Art. 14 - Ficam definidas, igualmente, nos termos desta lei, as diretrizes, prioridades e metas do Orçamento Fiscal e Plano Plurianual, que compreendem: I - as diretrizes gerais para a Administração Pública Municipal; II - a organização e a estrutura do Orçamento Municipal; III - a administração da dívida e operações de crédito; IV - as despesas de pessoal; V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; VI - as prioridades e metas para a Administração Municipal. SEÇÃO I Das Diretrizes Gerais para a Administração Pública Municipal Art. 15 - Constituem diretrizes gerais para a administração Municipal: I - ampliação da participação da sociedade na gestão das políticas públicas municipais, em especial projetos sociais que visem promover a garantia dos direitos fundamentais do cidadão; II - ampliação de instrumentos políticos de controle da ação municipal pela sociedade civil organizada, através dos conselhos e entidades não governamentais, visando a maior transparência dos atos públicos; III - modernização dos métodos e procedimentos da administração municipal, com vistas à racionalização na alocação de recursos e ao equilíbrio das contas públicas; IV - compromisso com a melhoria permanente da gestão pública municipal, por meio da definição, de um modelo de gestão comprometido com resultados, da capacitação e valorização do quadro funcional da Prefeitura Municipal e do fortalecimento das instituições públicas municipais; V - melhoria permanente da gestão tributária municipal, por meio de modelo baseado em medidas de combate à evasão e sonegação fiscais e de comprometimento com o princípio da capacidade contributiva

do cidadão e com o desenvolvimento econômico e social; VI - preparação da comuna para o desenvolvimento integrado, através da ordenação do crescimento físico da cidade e da região de sua influência, tendo como referência o Plano Diretor do Município. SEÇÃO II Da Organização e Estrutura do Orçamento Municipal Art. 16 - A Lei Orçamentária Anual (LOA) será elaborada conforme as diretrizes, os objetivos e os programas estabelecidos no Plano Plurianual 2014/17 - Ação e Resultado - e nesta lei, observadas as demais normas aplicáveis e compreenderá o orçamento fiscal e da seguridade social dos Poderes Executivo e Legislativo, dos fundos, da autarquia CAPPS e da fundação. Art. 17 - As prestações de contas do Poder Legislativo serão apresentadas separadamente às do Poder Executivo, para efeito de parecer prévio conclusivo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Art. 18 - Para fins desta Lei, entende-se por: I - Programa – instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no plano plurianual; II - Projeto – instrumento que contribui para que se alcance o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a criação, expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo; III - Atividade – instrumento que contribui para que se alcance o objetivo do programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulte um produto ou resultado necessário à manutenção da ação de governo; IV - Operação Especial – despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulte um produto ou que não geram contraprestação direta sob forma de bens e serviços, característicos dos programas de gestão; V - Unidades Gestoras – unidades da administração direta do município, encarregadas de competência de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização, bem como o Poder Legislativo. § 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades ou projetos, especificando os respectivos valores, bem como as unidades gestoras responsáveis pela realização da ação. § 2º - As atividades ou projetos poderão ser desdobrados, especialmente para identificar a localização física das respectivas atividades ou projetos, com a correspondente definição de valores alocados. § 3º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas na lei orçamentária: por funções,

subfunções, programas, atividades, projetos e operações especiais, em correspondência com o estabelecido no PPA 2015/17 – Ação e Resultado. Art. 19 - As receitas e despesas discriminadas na LOA terão por base: I - a compatibilidade entre as receitas e as despesas, segundo as fontes de toda natureza e os valores realizados de acordo com as alterações de ordem tributário-fiscal, transferências e as novas circunstâncias do exercício de 2015; II - a discriminação das despesas, por programas e por natureza, expressa em moeda e valor atualizado em junho de 2014; III - a previsão de despesa para amortização de financiamentos contratados pelo município; IV - a harmonização das despesas, de modo a evitar a desarticulação e a sobreposição de projetos e atividades, por diferentes unidades gestoras da administração direta com a mesma finalidade. Art. 20 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Executivo Municipal encaminhará ao Legislativo deverá ter sua estrutura desdobrada em programas, onde serão explicitados, além das despesas por órgão e unidades, basicamente também: I - demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino básico, do cumprimento do art. 212 da CF e do art. 60 do ADCT, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/1996, c/c Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007; II - demonstrativo dos recursos a serem aplicados em programas de saúde, para fins do disposto na EC nº 29/2000; III - demonstrativo das fontes de recursos por grupos de despesas, com sua respectiva destinação; IV - quadros atualizados relativos a revisão das metas de arrecadação de receita e expansão da despesa, constantes da LDO para o exercício a que se refere o orçamento. Parágrafo Único - A alocação dos recursos na LOA será realizada com base nas diretrizes estabelecidas neste dispositivo, de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo. Art. 21 - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão as despesas por unidade gestora, detalhadas por categoria de programação em nível de projeto ou de atividade, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos, conforme Portaria Interministerial nº 163/2001, com modificações, e Portaria nº 42/1999, do Ministério do Estado de Orçamento e Gestão: I - as dotações destinadas a: a) pagamento de pessoal e encargos sociais (1); b) pagamento de juros

e encargos da dívida (2); c) pagamento de outras despesas correntes (3); d) investimentos (4); e) inversões financeiras (5); f) amortização da dívida (6); g) reserva de contingência (9). II - também serão discriminadas: a) as contribuições e subvenções sociais; b) o pagamento de precatórios judiciais; c) as despesas relativas à educação e saúde, de forma que sejam atingidos os limites constitucionais; d) as despesas para atendimento aos convênios, programas e operações de crédito pleiteadas, devendo ser identificados os montantes relativos à contrapartida obrigatória. § 1º - A reserva de contingência será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza de despesa. § 2º - As unidades gestoras serão agrupadas em órgãos, assim entendidos como os de maior nível de classificação institucional. § 3º - A especificação da modalidade de aplicação mencionada no caput deste artigo indicará se os recursos serão destinados, mediante transferência, a outras esferas de governo, à administração municipal indireta, a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, bem como àquelas designadas em leis específicas, obedecendo necessariamente a seguinte classificação: 40 - transferências a municípios; 50 - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos; 60 - transferências a instituições privadas com fins lucrativos; 70 - transferências a instituições multigovernamentais; 71 - transferências a consórcios públicos; 90 - aplicações diretas; 91 - aplicação direta decorrente de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social; 99 - a definir. § 4º - As despesas serão identificadas de acordo com a fonte de recursos que as financiam, obedecendo a seguinte classificação e caso seja necessário novas fontes poderão ser criadas: 0100 – Ordinários; 0102 – RPPS; 0104 – Royalties do Petróleo; 0105 – Salário Educação; 0106 – PNAE; 0107 – PNAT; 0108 – PDDE; 0109 – FNDE; 0111 – SUS; 0112 – CONVÊNIOS; 0115 – FUNDEB; 0118 – TRANSFERÊNCIAS DO FNAS; 0120 – SUS; 0121 – RECURSOS DO ESTADO; 0122 – OUTRAS TRANSF. VINCULADAS A PROG. SAÚDE; § 5º - Os créditos adicionais suplementares ao orçamento da Câmara, resultantes da anulação parcial ou total de suas dotações orçamentárias, serão abertos somente se aprovados por ato da Mesa Diretora e encaminhados ao Poder Executivo para as providências cabíveis. § 6º - As alterações dos valores consignados para cada projeto ou atividade deverão corresponder a equivalentes ajustes nas metas físicas programadas no Plano Plurianual do mesmo

exercício. Art. 22 - Na programação de investimentos, serão observados os seguintes princípios: I - novos projetos somente serão incluídos na Lei Orçamentária após atendidos os em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de convênios e operações de créditos; II - somente serão incluídos na LOA os investimentos para os quais tenham sido previstas, no Plano Plurianual 2014/17, ações que assegurem a sua manutenção; III - os investimentos deverão apresentar viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental. Art. 23 - Quando na apuração bimestral das receitas municipais (excluídas as provenientes dos convênios, programas e as operações de crédito) for constatado que aquelas não atingiram o valor correspondente a pelo menos 90% (noventa por cento) da receita prevista para aquele período, o Prefeito poderá promover, por ato próprio, o contingenciamento das despesas, de forma proporcional ao montante destinado a cada programa da administração direta. Parágrafo Único - A limitação de empenho, na forma estatuída no artigo 57, seus parágrafos e incisos do presente dispositivo, e movimentação financeira, far-se-ão através de revisão das cotas orçamentárias disponibilizadas, ficando a recomposição dos respectivos montantes sujeita ao restabelecimento da receita prevista, ainda que parcialmente. Art. 24 - A concessão de subvenções sociais pelo Município, autorizada por lei específica, conforme disposto no art. 26 da LC nº 101/2000, deverá: I - ser direcionada, prioritariamente, para a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica, esportiva, educacional e/ou cultural; II - estar articulada e conjugada com os programas e metas estabelecidos na lei que “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017”, contribuindo para que seus indicadores sejam alcançados, bem como com as normas regulamentares pertinentes. Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com subvenções sociais deverão prestar contas ao órgão municipal concedente, em conformidade com os prazos estabelecidos em legislação específica. Art. 25 - A destinação de recursos para entidades privadas, a título de "auxílios", prevista no § 6º do art. 12, da Lei nº 4320/64, é exclusiva para aquelas sem fins lucrativos, de atendimento direto e gratuito ao público, desde que sejam: I - voltadas para o ensino especial ou representações da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais de ensino pré-escolar, fundamental (ensino básico) e médio; II - cadastradas junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para

recebimento de recursos oriundos de programas ambientais; III - voltadas para as ações de saúde, ou outras entidades sem fins lucrativos, desde que estejam registradas no Conselho Municipal de Saúde; IV - signatárias de contrato de gestão com a administração pública municipal e não qualificadas como organizações sociais; V - consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos, signatários de contrato de gestão com as administrações públicas federal, estadual ou municipal e que participem da execução de programas de saúde; VI - qualificadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, signatários de contrato de gestão, firmados com órgãos públicos; VII - entidades sem fins lucrativos, ligadas às áreas de cultura, esporte e lazer, que tenham por finalidade promover as potencialidades do Município. Art. 26 - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na LOA/2015 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades. § 1º - Igualmente, poderá promover alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritivos, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, modalidades de aplicação e fontes de recursos e de resultado primário. § 2º - A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2015 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional. SEÇÃO III Da Administração da Dívida e das Operações de Crédito Art. 27 - A administração da dívida pública municipal interna terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o erário. Art. 28 - Na Lei Orçamentária para o exercício de 2015, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações de crédito contratadas ou em perspectiva de contratação, respeitados os parâmetros estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e a compatibilidade com o Anexo de Metas Fiscais. Art. 29 - A dívida do Município de Miracema, pertinente aos poderes Executivo e Legislativo, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social

(INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), objeto de competentes confissões individuais, cujas amortizações mensais são pagas com as cotas do Fundo de Participação dos Municípios, será contabilizada nos respectivos orçamentos dos dois poderes, os quais deverão conter as necessárias dotações consignadas para seus correspondentes processamentos. Parágrafo Único - A dívida, objeto do caput, exigível a longo prazo, terá suas amortizações mensais calculadas separadamente, para fins do mencionado processamento fiscal. Art. 30 - A LOA de 2015 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda. Art. 31 - A inclusão de dotações na LOA de 2015 para o pagamento de precatórios parcelados observará o disposto no art. 100 da CF e art. 78 do ADCT, com nova redação dada pela EC nº 30/2000. I - o crédito individualizado por beneficiário, cujo valor seja superior a 30 (trinta) salários mínimos, será objeto de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior ao da anterior, excetuando-se o resíduo, se houver; II - os juros legais, à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, serão acrescidos aos precatórios objetos de parcelamento, a partir da 2ª parcela, tendo como termo inicial o mês de janeiro do ano em que é devida. Art. 32 - A Procuradoria Geral do Município, os fundos, a autarquia e fundação encaminharão à Secretaria Municipal de Fazenda a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários a serem incluídos na proposta orçamentária de 2015, na forma do artigo precedente, discriminada por grupo de natureza de despesas, contendo ainda: I - número do processo originário; II - número do precatório; III - tipo de causa julgada; IV - data da autuação do precatório; V - nome do beneficiário; VI - valor do precatório a ser pago. Parágrafo Único - As informações previstas neste artigo serão encaminhadas à Secretaria Municipal de Fazenda, até 31 de julho de 2014, impreterivelmente. Art. 33 - Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas a operações de crédito contratadas, ou cujas cartas consultas tenham sido encaminhadas para a Secretaria Municipal de Fazenda, até 31 de julho de 2014, observado o disposto nos arts. 32 e 33 da LC nº 101/00. Art. 34 - A Lei Orçamentária Anual conterá dispositivo que autorize o Poder Executivo a realizar operações de crédito por antecipação de receita (ARO) e para o refinanciamento da dívida. SEÇÃO IV Das Despesas de Pessoal e Encargos Art. 35 -

As despesas totais com pessoal são o somatório dos gastos do Município com os ativos, inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria e pensões, inclusive adicionais, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdências, própria ou nacional. Parágrafo Único - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência. Art. 36 - Para efeito do disposto nos arts. 37, V e X e 169, § 1º, inciso II da CF, bem como na LC nº 101/00, fica estabelecido que: I - a contratação dos cargos ou empregos de provimento efetivo ou em comissão, somente ocorrerá se existirem cargos vagos a preencher e prévia dotação orçamentária para atender à referida despesa, na forma da lei; II - em caso de interesse público, o Município poderá contratar pessoal em caráter temporário, nos termos do disposto no art. 37, inciso IX da CF e de legislação ordinária própria; III - serão contabilizadas como "outras despesas variáveis – pessoal civil" aquelas relativas a contratação temporária, necessária à substituição de servidores, empregados públicos ou em decorrência de fato imperioso e imprevisto. § 1º - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito deste dispositivo, a contratação temporária de serviços de terceiros, em decorrência de absoluta necessidade, bem como para atendimento de convênios, programas, contratos e afins, de terceirização relativos à execução indireta deles, os quais não tenham caráter oficial de perpetuidade e que, simultaneamente: I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento ou estatuto próprio; II - não caracterizem relação direta de emprego; III - sejam relacionadas às áreas de saúde, educação e assistência social. § 2º - Fica vedada a realização de serviços extraordinários, quando a despesa de pessoal extrapolar o limite prudencial de 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) da receita corrente líquida, exceto nos casos de relevante interesse público, especialmente aqueles voltados para as áreas de segurança e saúde, que estejam em situações de risco ou prejuízo para a sociedade. Art. 37 - A concessão de qualquer vantagem, aumento de remuneração, criação de cargos ou

alteração de estrutura de carreira e revisão geral anual, bem como, a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos poderes, só poderá ser efetivada se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas até o final do exercício, obedecidos os limites constitucionais vigentes, bem como o disposto na LRF, no que couber. Parágrafo Único - Os Orçamentos Anuais, assim como os Planos Plurianuais, devem consignar dotações, observada a iniciativa privativa das leis em cada caso, que assegurem a revisão geral e anual da remuneração dos servidores, na forma prevista no inciso X, art. 37 da CF. SEÇÃO V Das Alterações da Legislação Tributária Art. 38 - Na estimativa das receitas constante do projeto de lei orçamentária serão considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária local, incremento ou diminuição de receitas transferidas de outros níveis de governo e outras transferências positivas ou negativas na arrecadação do município para o ano seguinte. Art. 39 - Havendo revisão tributária e dos incentivos fiscais, que serão propostos pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, levarão em consideração, dentre outros, os seguintes fatores: I - justiça fiscal; II - incentivo a setores emergentes do sistema econômico, com prioridade para as micro e pequenas empresas; III - revisão de alíquotas de setores mais ou menos dinâmicos da economia, em função da reconversão do sistema produtivo e das conjunturas econômicas específicas; IV - prioridade na execução das leis municipais que disponham sobre incentivos e benefícios fiscais para a geração de empregos; V - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento de processos administrativos, visando a sua racionalização, simplificação e eficiência; VI - mecanismos que visem à modernização, à agilização da cobrança, à arrecadação, fiscalização e demais aspectos de gestão tributária; VII - revisão das isenções dos tributos municipais, no sentido de buscar o interesse público e a justiça fiscal; VIII - compatibilização das taxas e tarifas aos custos efetivos dos serviços prestados pelo Município, incluindo os casos de terceirização e/ou concessão, de forma a assegurar sua eficiência, observadas a capacidade econômica do contribuinte e justa distribuição de renda; IX - atualização da Planta Genérica de Valores, ajustando-a aos movimentos de valorização ou desvalorização do mercado imobiliário; X - instituição de taxas para serviços que o Município, eventualmente, julgue de interesse da comunidade e necessitem de fonte de custeio, desde que precedida de amplo debate com a população e aprovação pela Câmara

Municipal. Art. 40 - Qualquer projeto de lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira, que gere efeitos sobre a receita estimada para o Orçamento do ano de 2015, somente será aprovado caso indique, fundamentadamente, a estimativa de renúncia fiscal acarretada, devendo ainda estar acompanhado da: I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes; II - medida de compensação do período mencionado no caput deste artigo, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração, criação de tributo ou contribuição. Art. 41 - Deverão ser institucionalizadas, oportunamente e após o início da efetiva prestação do serviço público, a taxa de prevenção e combate a sinistros, contribuição de melhoria, contribuições diversas, salário educação e transporte escolar, na forma da lei. Art. 42 - O Poder Executivo adotará medidas de fomento à participação de micros, pequenas e médias empresas, além de cooperativas, instaladas na região, no fornecimento de bens e serviços para a Administração Pública Municipal, bem como, facilitará a abertura de novas empresas, por meio da desburocratização dos respectivos processos e criando incentivos fiscais, mediante prévia autorização legislativa. CAPÍTULO III Da Estrutura Geral da Lei SEÇÃO I Da Proposta da Lei Orçamentária Anual Art. 43 - O projeto de lei orçamentária anual que o Executivo Municipal encaminhará ao Legislativo será constituído de: I - mensagem de lei; II - texto da lei; III - demonstrativo da receita arrecadada nos três últimos exercícios, por natureza; IV - receita prevista para o exercício de 2015, por natureza; V - demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas; VI - demonstrativo da despesa estimada para 2015, por categoria econômica; VII - consolidação dos quadros orçamentários do Executivo, do Legislativo, dos fundos especiais, da autarquia e fundação; VIII - anexos do orçamento fiscal da Prefeitura, da seguridade social, e da Câmara, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei; IX - anexo das contribuições individuais destinadas a instituições e eventos; X - anexo das subvenções e auxílios, individualizadas e destinadas às instituições de caráter beneficente. Art. 44 - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária até o dia 31 de julho, observado o disposto nas Emendas Constitucionais nº 25/2000 e 58/2009, na LC nº 101/00, na Portaria nº 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão e Portaria Interministerial nº 163/2001, com modificações, que será incluída no projeto de lei orçamentária do município para o exercício de 2015. Art. 45 - Após cumpridos os prazos e verificados os atendimentos do calendário estabelecido no artigo anterior, o Prefeito Municipal enviará à Câmara os projetos de leis do orçamento geral e revisão do plano plurianual, ambos para 2015, até 30 de setembro do ano em curso. Art. 46 - O Poder Executivo estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015: I - quadros de detalhamento de despesas (QDD), por unidade orçamentária, especificando a categoria econômica e a despesa por elemento, para cada projeto e atividade; II - a programação financeira e o cronograma de desembolso mensal orçamentário e financeiro; III - as metas bimestrais de arrecadação de receitas municipais com a especificação, em separado; IV - ações de controle contendo as propostas de manutenção e conservação de todos os bens móveis e imóveis do Município, de forma a se estabelecer cotas orçamentárias e financeiras específicas; V - plano de ação contendo as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, a quantidade e os valores das ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como à evolução dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa e ampliação da base contributiva. SEÇÃO II Das Receitas Municipais Art. 47 - Constituem as receitas do Município, aquelas provenientes: I - dos tributos de sua competência; II - de atividades econômicas, que por conveniência possa vir a executar; III - de transferências, por força de mandamentos constitucionais ou de convênios, acordos ou ajustes firmados com entidades governamentais e privadas, nacionais ou internacionais; IV - de recursos transferidos pela União ou Estado para financiamento da execução de programas; V - de empréstimos e financiamentos com prazo superior a doze meses, autorizados por lei específica, vinculados a obras, aquisições e serviços públicos; VI - de eventual operação de crédito para antecipação de receita de algum serviço mantido pela administração municipal. Art. 48 - O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, bem como promover a cobrança da dívida ativa e contribuição de melhoria. SEÇÃO III Das Despesas Municipais Art. 49 - Constituem as despesas municipais aquelas destinadas à aquisição de bens e serviços e realização de obras e instalações para o cumprimento dos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira. Art. 50 - O orçamento do Município, dos fundos, de sua autarquia e

fundação, conterá obrigatoriamente, recursos destinados: I - ao pagamento dos serviços e da dívida municipal; II - ao pagamento de sentenças do Poder Judiciário, para o cumprimento do que dispõem o artigo 100 e seus parágrafos da CF, com nova redação dada pelas ECs nº 30/2000 e 37/2002; III - às despesas institucionais e obrigatórias de caráter continuado. Art. 51 - Será consignada entre as despesas orçamentárias, uma reserva de contingência, correspondente a no mínimo 1% (um por cento) da receita corrente líquida estimada para o exercício de 2015. Parágrafo Único - Se a reserva não for utilizada para a sua finalidade maior, a mesma poderá servir de base para a abertura de créditos adicionais para outros fins, conforme Portaria Interministerial nº 163/2001. Art. 52 - Na programação da despesa não poderão ser: I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as suas unidades executoras; II - incluídos projetos ou atividades com a mesma finalidade em mais de uma unidade gestora da administração direta. Art. 53 - A inclusão na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros Entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses do Município, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000. Art. 54 - As emendas ao projeto de lei orçamentária, com indicação de recursos provenientes de anulação de dotação, sem prejuízo do art. 166, § 3º, da Constituição Federal, não poderão incidir sobre: I - dotações com recursos vinculados a fundos, convênios, programas ou operações de crédito; II - dotações referentes à contrapartida obrigatória dos recursos transferidos voluntariamente pela União ou pelo Estado; III - dotações referentes a obras em andamento, paralisadas ou não concluídas, previstas no orçamento vigente ou nos anteriores da administração direta. Art. 55 - Na programação de investimentos em obras da administração direta, considerando o art. 45 da LC nº 101/00, será observado o seguinte: § 1º - Os projetos já iniciados terão prioridade sobre os novos. § 2º - Os projetos novos somente serão programados, quando: I - comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira através de quadros demonstrativos; II - não implicarem em anulação de dotações destinadas a obras já iniciadas, em execução ou paralisadas. Art. 56 - Fica vedada a execução das despesas pelos respectivos ordenadores quando: I - não houver disponibilidade de dotação orçamentária e financeira; II - havendo dotação, não tiver ocorrido a liberação

das respectivas cotas orçamentárias e financeiras. Art. 57 - Ficarão sujeitas à limitação de empenho as despesas cuja projeção do comportamento no primeiro quadrimestre do exercício financeiro revelarem-se inadequadas com a lei orçamentária anual. § 1º - A limitação de empenho, a que se refere o caput do artigo, se fará nos dois quadrimestres seguintes, à razão de 1/3 (um terço) do excesso no primeiro e 2/3 (dois terços) no segundo. § 2º - No caso em que se impuser a limitação de empenho, observar-se-á a seguinte regra: I - entre as despesas de capital e correntes, as de capital; II - entre as de capital, aquelas cujo desempenho no primeiro quadrimestre seja incompatível com o valor consignado no plano plurianual; III - entre as de capital, consignadas especificamente no plano plurianual, as ainda não licitadas; IV - entre as licitadas, aquelas que não se refiram a bens especificamente elaborados para a administração municipal. § 3º - A limitação mencionada no caput será aplicada aos Poderes Executivo e Legislativo, na forma proporcional à participação de seus orçamentos. § 4º - As limitações de empenhos mencionadas não se aplicam às despesas destinadas ao serviço da dívida, ao reajustamento de remuneração do pessoal de que trata o inciso X do artigo 37 da CF, se seus efeitos financeiros puderem ser compensados pelo aumento permanente da receita ou pela redução da despesa. § 5º - Ressalva-se do disposto no artigo as despesas consideradas de valor irrelevante, passíveis de serem adequadas a curto prazo ou ao longo do último quadrimestre do ano correspondente, dispensadas de licitação, estabelecidas, respectivamente, nos incisos I e II, art. 24 da Lei nº 8.666/93. Art. 58 - Se verificado, ao final de um quadrimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas e resultado primário ou nominal estabelecidas, a Câmara Municipal poderá promover, por ato próprio e nos montantes necessários, a limitação de empenho e movimentação financeira, na forma prevista na presente lei. § 1º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas. § 2º - No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados. § 3º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, na comissão referida no § 1º do art. 66

da LRF ou equivalente na Casa Legislativa Municipal. Art. 59 - Tanto a LOA quanto o PPA – 2015 poderão consignar recursos suficientes para o financiamento de auxílio alimentação e prêmios eficiência-produtividade, como previstos em leis específicas. SEÇÃO IV Do Orçamento da Seguridade Social Art. 60 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecendo ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204 e 212, § 4º, todos da CF e contará, dentre outros, com recursos provenientes: I - das contribuições sociais previstas na Constituição, exceto a de que trata o art. 212, § 5º e as destinadas por lei às despesas do orçamento fiscal; II - da contribuição para o fundo de previdência social do servidor municipal, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município; III - do orçamento fiscal; IV - das demais receitas próprias e vinculadas dos órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integram, exclusivamente, este orçamento. § 1º - A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização. § 2º - Os recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, incisos I e II da CF, na LOA, não se sujeitarão à desvinculação. § 3º - As receitas de que trata o inciso IV precedente deverão ser classificadas como receitas da seguridade social. Art. 61 - A proposta orçamentária incluirá os recursos necessários ao atendimento: I - do reajuste dos benefícios da seguridade social, de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art. 7º, inciso IV da CF; II - da despesa mínima com a manutenção do desenvolvimento do ensino básico, prevista na CF, EC nº 53/2006 e Lei nº 11.494/2007; III - da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na EC nº 29/2000. Parágrafo Único - Para efeito do disposto no inciso III deste artigo, consideram-se aplicações em ações e serviços públicos de saúde e promoção social a totalidade das dotações do Fundo Municipal de Saúde e as do Fundo Municipal de Assistência Social. SEÇÃO V Dos Fundos Municipais Art. 62 - Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei ordinária, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, com normas peculiares de aplicação. Parágrafo Único - A aplicação de receitas públicas vinculadas a fundos municipais far-se-á através de dotações consignadas na LOA e em créditos adicionais. Art. 63 - Será elaborado para

cada fundo especial municipal, antes do início de sua movimentação financeira, um plano de aplicação, cujo conteúdo será o seguinte: I - fonte dos recursos – onde serão indicadas as fontes dos recursos financeiros, previstas na lei de instituição, classificadas nas categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital; II - aplicações – onde serão discriminadas: a) as ações que serão desenvolvidas através do fundo; b) os recursos destinados ao cumprimento das metas e das ações, classificadas sob as categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital. Parágrafo Único - O orçamento anual consignará, de forma global e devidamente classificadas, as dotações destinadas aos correspondentes fundos municipais. Art. 64 - Para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e Fundo Municipal de Saúde, será destinado um mínimo de recursos orçamentários e financeiros estabelecidos na Carta Maior. Parágrafo Único - Tanto os planos de aplicação dos fundos objeto do caput, quanto as correspondentes prestações de contas, observarão regramentos institucionais próprios. Art. 65 - Os fundos especiais de que trata a Seção V poderão celebrar convênios, ajustes, termos de cooperação ou parceria e outras avenças com instituições públicas ou privadas, visando o cumprimento dos seus objetivos. SEÇÃO VI Dos Orçamentos da Autarquia e Fundação Municipais Art. 66 - Os orçamentos da entidade autárquica e fundacional observarão, na sua elaboração, as normas da Lei nº 4.320/64 e legislação regulamentar subsequente, quanto às classificações a serem adotadas para as suas receitas e despesas. Art. 67 - As receitas e os gastos da autarquia e fundação, objeto desta seção, serão estimadas e programadas de acordo com as dotações globais previstas no orçamento central. § 1º - A previsão de receita da autarquia e fundação será objeto de projeção própria, que tomará como base a sua realidade institucional específica, corrigida, se for o caso, com os índices previstos no art. 10 do presente diploma legal, a qual será o limite para a fixação de sua despesa. § 2º - A proposta orçamentária da Caixa de Assistência Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais – CAPPS, para o exercício de 2015, será encaminhada ao Poder Executivo até 31 de julho de 2014. SEÇÃO VII Das Prioridades e Metas da Administração Municipal Art. 68 - O Município executará, como prioridades de cada programa, o elenco de ações delineadas plano plurianual, após sua necessária revisão. § 1º - O plano plurianual estabelecerá, de forma

específica, os programas, objetivos e metas físicas e financeiras para alocação de recursos da administração pública municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. § 2º - Conterá, igualmente, o demonstrativo de investimentos especificados por projetos de acordo com as fontes de financiamento, de todas as unidades abrangidas pelo orçamento fiscal. § 3º - Todos os projetos, cuja execução abranja mais de um exercício financeiro, deverão ter seus desdobramentos previstos nos anos posteriores do correspondente plano. Art. 69 - Constituem apêndices da presente matéria os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, que estabelecem as prioridades em termos de ações de governo, no sentido de atender o equilíbrio fiscal, demandas sociais e as aspirações comunitárias em termos de investimentos públicos. Parágrafo Único - Tanto o anexo de metas fiscais quanto o de riscos fiscais mencionados no artigo poderão ser encaminhados à Câmara Municipal, em separado do projeto da LDO, até 15 de maio de 2014. Art. 70 - Os eixos e objetivos estratégicos estabelecidos pela administração municipal deverão ser observados, tendo precedência na alocação de recursos, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas. § 1º - Os eixos estratégicos que nortearão a formulação de programas, do ponto de vista global, são os seguintes: I - desenvolvimento econômico e humano integrados: a) serviços de educação básica, saúde e assistência social; b) igualdade de oportunidades humanas; c) desenvolvimento humano para todos os cidadãos; d) desenvolvimento econômico local. II - credibilidade do governo municipal: a) cultura da harmonia entre os deveres e os direitos de cidadania. III - uso dos recursos públicos: a) recursos para aplicação em políticas públicas; b) gestão do gasto público. IV - gestão pública: a) planejamento e gestão ética, democrática e eficiente. V - desenvolvimento urbano e rural sustentáveis: a) meio ambiente; b) qualidade de vida; c) mobilidade urbana. § 2º - Os objetivos estratégicos individuais que orientarão a definição de prioridades e metas são os relacionados abaixo: I - contribuir para a formação de uma cultura de cidadania e valorização dos direitos humanos no município, bem como promover a igualdade racial e de gênero; II - promover a universalização do acesso à educação básica com qualidade; III - ampliar o acesso da população aos serviços de saúde de forma equânime, resolutiva e humanizada; IV - promover a qualidade ambiental e urbanística do município, a partir de ações de

saneamento, gestão e controle do espaço urbano; V - estimular o desenvolvimento cultural e o acesso da população aos produtos e equipamentos culturais do município; VI - estimular a prática esportiva pela população e a formação e desenvolvimento de atletas; VII - viabilizar o acesso da população aos benefícios da tecnologia da informação e ao mundo digital; VIII - promover o desenvolvimento do potencial econômico do município, a partir da identificação de suas potencialidades, do desenvolvimento da sua vocação econômica e do fomento ao turismo; IX - promover a educação e a responsabilidade ambiental, visando a formação de uma cultura para o desenvolvimento sustentável no município; X - fomentar o desenvolvimento econômico e cultural e a preservação do patrimônio histórico da cidade; XI - estimular a micro e pequena empresa, o empreendedorismo, a formação e desenvolvimento profissional, a economia solidária e o associativismo como formas de geração de trabalho e renda no município; XII - promover ações de manutenção urbana que garantam a limpeza e a conservação das vias e equipamentos públicos; XIII - promover a participação da população na gestão pública e estimular o controle social a partir da transparência das ações da administração; XIV - promover a valorização dos servidores municipais, oportunizando a estes melhores condições de vida e de trabalho; XV - garantir a melhoria dos níveis de eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados à população; XVI - implementar as reformas estruturais, abrangendo as administrativas e organizacionais. Art. 71 - A LOA para o exercício seguinte deverá instituir um programa visando a permitir que a população carente dos distritos tenha amplo acesso a sinais de TV. CAPÍTULO IV Das Disposições Gerais e Finais Art. 72 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2015 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência na gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, nos termos dos arts. 48 e 49 da LC nº 101/00. Parágrafo Único - Para atender ao disposto neste artigo, competirá ao Poder Executivo divulgar, por intermédio do site www.miracema.rj.gov.br, as seguintes informações: I - as estimativas de receitas de que trata o art. 12, § 3º da LRF; II - a lei orçamentária aprovada, em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares; III - relatórios resumidos da execução orçamentária, bimestralmente e o relatório de

gestão fiscal, quadrimestralmente; IV - prestação de contas anual; V - síntese do PPA. Art. 73 - O desembolso dos recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários do Poder Legislativo será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos. Art. 74 - Se o Projeto de Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2014, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal. § 1º - Não se inclui no limite previsto no caput, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atenderem as despesas com: I - pessoal e encargos sociais; II - contribuições para a CAPPS; III - serviço da dívida; IV - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social; V - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências da União e do Estado; VI - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aos recursos previstos no inciso anterior; VII - conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores a 2015 e cujo cronograma físico, estabelecido em instrumento contratual, não se estenda além do 1º semestre de 2015; VIII - pagamento de contratos que versem sobre serviços de natureza continuada. § 2º - Rejeitados pela Câmara Municipal os projetos de lei orçamentária anual e do plano plurianual, prevalecerá para o ano seguinte o orçamento do presente exercício, aplicando-lhe a atualização de valores prevista no parágrafo único do art. 10. Art. 75 - O Poder Executivo disponibilizará, por meio eletrônico, no prazo de trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, discriminando a despesa por elementos, conforme a unidade orçamentária e respectivas categorias de programação. Art. 76 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, sendo as parcelas subsequentes liberadas somente mediante a prestação de contas relativa ao gasto da parcela anterior. Parágrafo Único – Havendo a necessidade de aditamento no instrumento celebrado entre as partes, somente serão repassados os novos recursos após o cumprimento do que é estabelecido no artigo. Art. 77 - A Lei de Meios conterá dispositivo autorizando o Chefe do Poder Executivo, através de atos administrativos próprios, a: I - abrir créditos

adicionais suplementares, no decorrer do exercício financeiro de 2015, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada na lei, de acordo com o que estatuem os arts. 40 a 46 da Lei n°4.320/64; II - utilizar os recursos vinculados à conta de Reserva de Contingência, nas condições previstas no art. 8º da Portaria Interministerial nº 163/2001; III - aditivar ao valor da receita fiscal estimada, bem como destinar a correspondente despesa através de suplementações, na forma da lei, recursos provenientes de: a) superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; b) excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, for efetivamente comprovada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício; c) saldo financeiro remanescente do ano anterior, de convênios, programas e fundos especiais, destinando-o à sua finalidade específica. § 1º - Criar elemento de despesa, dentro do mesmo projeto/atividade e categoria econômica, desde que não haja alteração de seu montante, para melhor execução dos programas de governo. § 2º - Destinar, o mesmo percentual estabelecido no inciso I, aos valores também necessários à abertura de créditos adicionais suplementares, para contemplar exclusivamente as dotações orçamentárias imperativas ao pagamento de pessoal civil do quadro permanente, inativos, pensionistas e respectivos encargos. § 3º - Promover a incorporação de eventual excesso das receitas estimadas para financiamento dos fundos especiais, individualmente, caso se comprove, através de cálculos, a iminência do correspondente excesso. § 4º - Desenvolver programas especiais de trabalho de investimentos com todos os seus inerentes custos, desde que subordinados a programas aprovados e integrantes da LOA. Art. 78 - A Secretaria Municipal de Fazenda poderá transpor fontes de recursos, preservada a compensação entre elas, visando manter o equilíbrio financeiro. Art. 79 - No caso de criação de entidades autárquicas e fundacionais, as leis próprias citarão normas legais de atendimento para fixação de receita e despesas, observadas as diretrizes gerais constantes desta lei. Art. 80 - O orçamento fiscal do município deverá conter dispositivo autorizando o Prefeito Municipal a celebrar contratos de gestão, convênio, acordo, ajustes ou congêneres, na forma do art. 37, § 8º da CF, introduzido pela EC nº 19/98, c/c a Lei nº 8.666/93. Art. 81 - Os créditos especiais autorizados nos últimos 4 (quatro) meses de 2014 poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao

orçamento do exercício financeiro de 2015. Art. 82 - O Chefe do Poder Executivo divulgará, nos 90 (noventa) primeiros dias do exercício financeiro seguinte, por decreto, o valor do orçamento anual da Câmara Municipal, de acordo com o artigo 29-A, seus incisos e parágrafos da CF e EC nº 58, de 23 de setembro de 2009, com a finalidade de ajustá-lo aos parâmetros legais, decorrentes da efetiva receita tributária e transferências constitucionais do período anterior. Parágrafo Único – Para o cálculo da receita municipal não vinculada, expurgar-se-á do total as receitas de participação no FUNDEB, de capital e de transferências de convênio, bem como quaisquer outras cuja destinação esteja vinculada a objeto específico por força de instrumento legal. Art. 83 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Fé Ferreira Silva, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Luciana Paula Rodrigues pela forma gentil e atenciosa que ela vem recepcionando os nossos munícipes junto ao Ministério Público de Miracema. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade vai assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para a Venerável da Loja Maçônica, Sr. Paulo Adilson Coburci, pelo sucesso do Evento "VII Encontro de Maçons e Amigos de Miracema" realizado no dia 08 de junho do corrente ano. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para Sargento Naiton e Sargento Antunes pela Formatura do PROERD realizada no dia 06 de junho, um trabalho muito importante que a Polícia Militar vem fazendo em parceria com o Poder Público Municipal, demonstrando a importância do combate e prevenção ao uso das drogas mostrando todos os malefícios do uso destas substâncias. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Fernando, mais conhecido como Fernando Chaveiro para falar sobre o Trânsito Miracemense. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Sr. Fernando esclareceu que veio pedir aos Vereadores para que eles solicitem do órgão responsável que seja realizada a organização do trânsito em Miracema, destacando que inclusive já sofreu um acidente e que atualmente ocorreu um novo acidente fatal no Município. O Vereador Carlos Armando de Azevedo

esclareceu que a situação realmente está muito complicada e as pessoas, especialmente os jovens estão trafegando em velocidade muito alta. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que já pediu inúmeras vezes para que fossem tomadas providências em relação à Avenida Carvalho. O Sr. Fernando acredita que o Diretor do DEMUTRAN poderia tomar algumas providências em relação ao trânsito. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que a preocupação com o trânsito foi um dos primeiros assuntos tratados por esta Casa Legislativa e que todos os Vereadores estão buscando soluções para estes problemas. Por fim, o Sr. Fernando esclareceu que fica feliz em ver que os Vereadores estão tomando medidas sobre este assunto, esperando que os problemas sejam resolvidos da maneira mais rápida possível. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença do Sr. Fernando, o parabenizando por suas atitudes. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que mais uma vez ocorreu um acidente fatal em Miracema. Disse que, infelizmente, a Secretaria de Segurança Pública foi somente criada para fornecer empregos para os aliados políticos, destacando que esteve no local logo após o acidente e tentou conversar com o responsável da Guarda Municipal para que eles pudessem auxiliar os Policiais Militares no controle do trânsito. Acrescentou que a situação do trânsito na Rua da Laje está muito ruim, destacando que no início do governo pediu que fosse feito um contato com o engenheiro de trânsito do Estado para que fosse realizado um estudo sobre o trânsito de Miracema. Disse, ainda, que solicitou ao Estado a instalação de um guard rail próximo a oficina do Roque e que fossem tomadas medidas em relação a rotatória existente próxima à antiga Usina. Afirmou que todos os Vereadores vêm buscando trabalhar em prol do Município de Miracema, esperando que os Vereadores obtenham respostas sobre seus pedidos. Por fim, mencionou que vem percebendo a existência de diversos pontos com entulhos no Município de Miracema, sendo que o Poder Público faz a limpeza e os próprios moradores continuam jogando o lixo nos locais inadequados. O Vereador Hugo Fernandes disse que é solidário as palavras do Vereador Fabrício de Sá Xavier destacando que, infelizmente, o governo do Estado veio realizando o asfalto sem a devida sinalização desde o final do ano de 2012. Esclareceu que a Prefeitura Municipal não é obrigada a retirar os entulhos depositados nas ruas e que o Código de Postura Municipal está atrasado, pois a multa pelo depósito de entulhos é ínfima, por isso a população acaba não fazendo sua parte. O

Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que está indignado com a política nacional inteira, destacando que quando reclama da política, reclama de todos os partidos, inclusive do PMDB, entretanto o Governo do Estadual trouxe algumas obras boas durante o governo passado, tendo sido instalado o CVT em Miracema e construído diversos muros de contenção. Por fim, disse que não é contra o desenvolvimento do Município e que votará a favor de todos os Projetos em favor do Município. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que ficou perplexo com a forma que os Deputados estão trabalhando no Congresso Nacional, pois eles estão conseguindo realizar desvio de verbas de forma legal. Destacou que os Deputados e Senadores deviam dar o exemplo, entretanto vários requerimentos feitos pelos Vereadores não são sequer respondidos. Por fim, disse que está indignado e perplexo com a classe política em Brasília, sendo que durante este mandato encerrará suas atividades políticas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que a reportagem exibida pelo fantástico demonstrou uma situação vergonhosa, sendo que entrou para a vida pública com a esperança de melhorar o Município. Acrescentou que o sistema é muito complicado e acabamos vendo pessoas utilizando pessoas com o único objetivo de se beneficiarem. Disse que faltou planejamento na realização do asfaltamento em Miracema. Por fim, destacou que devemos olhar para as pessoas com carinho e humildade, pois a população deve e merece ser respeitada, acrescentando que a não resposta dos requerimentos é uma falta de respeito, sendo que o trabalho dos Vereadores é muito difícil, mas eles não devem perder suas esperanças em ver uma Miracema melhor. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a corrupção está presente em todas as classes trabalhadoras, acrescentando que também existem políticos sérios que procuram trabalhar em prol da população. Esclareceu que fez um requerimento ao Governador do Estado solicitando dois pardais em Miracema e que um Engenheiro do DER ligou pedindo o teor do requerimento e esclarecendo que seria interessante a instalação de um pardal na saída de Miracema para Pádua. Acrescentou que a falta de planejamento acaba trazendo prejuízo para a população. Por fim, disse que está sendo realizada a aquisição de todas as sinalizações de trânsito e que os problemas no trânsito vêm ocorrendo há muito tempo. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 12/06/2014, às 09 horas. Nada mais havendo eu, Roger

Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 12 de junho de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e sessenta e seis da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 128, Versículos de 01 à 06. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite do Stradas Motoclub para a Festa de Aniversário e posse da Nova Diretoria; 02) Ofício nº 073/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 011/2019; 03) Ofício nº 032/2019 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente respondendo o ofício nº 0148/2019; 04) MEMO SEMMAM Circular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico; 05) Ofício nº 382/19 do Ministério Público da Tutela Coletiva/Núcleo Santo Antônio de Pádua; 06) Ofício nº 116/2019 da Promotoria de Justiça da Comarca de Miracema. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que o Projeto de Lei nº 011/2019, que foi lido hoje, seja votado na próxima segunda-feira. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que se o Projeto estiver com todos os pareceres ele poderá ser votado. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares sugeriu que fosse realizada uma reunião em conjunto com as duas Comissões amanhã, às 15 horas, para a confecção dos respectivos pareceres. O Vereador Hugo Fernandes informou que a Solenidade em Comemoração ao Dia das Mães será realizada no dia 20 de maio, assim pede para os Vereadores apresentarem os nomes das homenageadas. Continuando, esclareceu que durante o recesso no mês de julho, o carro da Câmara ficará à disposição apenas

para situações de emergência. Por fim, disse que a Sessão Solene ficou muito bem organizada e que está aberto a sugestões para as próximas solenidades. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo pediu para utilizar o espaço destinado ao Pequeno Expediente, antes dos requerimentos, com o objetivo de apresentar um Projeto de Lei. O Vereador Hugo Fernandes autorizou seu pedido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Pequeno Expediente. Com a palavra, o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo, após cumprimentar todos os presentes, disse que o Desfile Cívico em comemoração ao Aniversário do Município foi muito bonito e muito bem organizado com diversas homenagens para miracemenses ilustres, dessa forma, gostaria que fosse criado um costume de homenagear as pessoas importantes do Município de Miracema. Assim trouxe o nome da escritora Maria Alice Giudice Barroso Soares, que foi uma grande mulher para o Município de Miracema, informou que ela nasceu em Miracema no ano de 1926 e faleceu em 2012, tendo sido jornalista e escritora. Destacou que a título de esclarecimento, Maria Alice Barroso nasceu, na verdade, na cidade do Rio de Janeiro, e se mudou ainda criança para Miracema. Porém, por seu desejo todas as biografias da autora registram sua cidade natal como Miracema. Assim procedemos para cumprir uma vontade dela. Na cidade do Rio de Janeiro Graduou-se em biblioteconomia, foi diretora do Instituto Nacional do Livro e da Fundação Biblioteca Nacional e possui o grau de mestre em Ciências da Informação. Passou dois anos economizando para lançar seu primeiro romance, Os Posseiros, em 1955. Seu romance "Um Nome para Matar" ficou em segundo lugar no II Prêmio Walmap de Literatura de 1967 – referência na década de 1960 – pela obra Um Nome para Matar, que abriu as portas para publicar suas obras no exterior. Ganhou o 31º Prêmio Jabuti na categoria Romance, em 1989, com "A Saga do Cavalo Indomado". Ela também ganhou dois **Prêmios Esso de Jornalismo** e teve notoriedade no Brasil e no exterior com seus livros. Em 26 de novembro de 1987 foi feita Comendadora da Ordem do Mérito de Portugal. Maria Alice recebeu, em dezembro de 2011, o Prêmio do Mérito Cultural Hermes Simões Ferreira do Conselho de Cultura de Miracema pelo conjunto de sua obra. Deixou um livro no prelo no qual conta sua autobiografia: Meu destino de mulher. Continuou citando suas obras literárias: 1955 - Os Posseiros, 1960 - História de um Casamento, 1962 - Um Simples Afeto Recíproco, 1967 - Um Nome para Matar, 1969 - Quem Matou Pacífico?, 1973 -

Um dia vamos rir disso tudo, 1985 - O Globo da Morte (Divino das Flores), 1989 - A Saga do Cavalo Indomado, 1995 - A Morte do Presidente ou Amiga de Mamãe. Destacou que o Prêmio Jabuti é o mais tradicional prêmio literário do Brasil, concedido pela Câmara Brasileira do Livro (CBL). Concluindo, disse que diante desse resumo, gostaria de apresentar o Projeto de Lei que Dispõe sobre a inclusão no Calendário Oficial de Eventos do Município de Miracema o "Dia Maria Alice Barroso", a ser comemorada no dia 06 de novembro de cada ano, e dá outras providências. Por fim, agradeceu a atenção de todos os Vereadores, esclarecendo que essa Lei não tem a intenção de criar um feriado no Município e sim que a Sra. Maria Alice Barroso seja lembrada nas escolas de Miracema. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Deputado Estadual Jari Bittencourt - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam doados dois veículos para o Município de Miracema, um para atender o Conselho Tutelar e outro para atender a administração pública do Município. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revitalização com as devidas alterações na Escadaria Lucy Romão, tendo em vista que existe um ponto cego na referida escadaria, fazendo com que as pessoas realizem uma curva de 15 m para um lado e depois para o outro lado. Dessa maneira, solicitamos que a escadaria seja reformada para ficar em linha reta. Deferido. O Vereador José Augusto Martins informou que já fez um pedido para que seja realizada a reforma da referida escadaria. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que seu requerimento não é pedindo para fazer reforma e sim uma alteração. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida – Reiteração - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a ligação da rede de esgotos localizada próximo à 3C Choperia (Carlito), tendo em vista que faltam apenas 12m para finalizar a ligação do local. Deferido. Continuando, o Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que está estudando e vai apresentar a esta Casa Legislativa um projeto de lei proibindo a realização da capina no Município com randap, tendo em vista que ele já está proibido de ser comercializado devido ao grau tóxico do veneno. Continuando, o Vereador Aimoré da Silva Almeida pediu um pouco de agilidade na tramitação de seu Projeto de Lei sobre terrenos e edificações abandonadas, pois existem diversos focos de

mosquito transmissores de doenças destes locais. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o referido Projeto de Lei se encontra com o Assessor Jurídico, assim i Vereador Aimoré pode procurá-lo para agilizar seu andamento. Por fim, O Vereador Aimoré da Silva Almeida agradeceu o contato dos Vereadores lhe prestando solidariedade durante esta semana em virtude de alguns acontecimentos, esclarecendo que em nenhum momento teve a intenção de denegrir a imagem da Câmara Municipal, por isso pede desculpas se alguém entendeu dessa maneira. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que em algumas vezes a rede social acaba se tornando muito polêmica, pois através de algumas palavras uma postagem pode deixar a entender diversos significados. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que nunca quis denegrir a imagem dos Vereadores e, em respeito à Câmara Municipal, vai apagar sua postagem e se policiar para não realizar ações com duplo sentido. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À ENEL - Solicitação no sentido de que seja realizada a poda de uma árvore localizada na Avenida Ricardo Vale, em frente ao nº 11, tendo em vista que a referida árvore se encontra encostando no fio de alta tensão, gerando assim risco para a população que transita no local. Deferido. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja construída uma rede de esgotos na Rua Sebastião Gonçalves Moreira, tendo em vista que no local o esgoto está correndo a céu aberto por conta de uma fossa entupida. Esclarecemos que os vizinhos já concordaram caso a referida rede de esgotos precise passar pelas duas propriedades. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Considerando a importância do saneamento básico para desenvolvimento de uma sociedade equilibrada e com melhores condições de saúde. Encaminho solicitação no sentido de que sejam revisadas as instalações de saneamento básico realizadas na Rua Jandira Alvim Braga, eis que, após as alterações realizadas pela Administração Pública no referido, nos períodos de chuva tem ocorrido um forte odor tem "invadido" a casa dos moradores, em toda a extensão da rua, especialmente próximo ao domicílio nº 20. Deferido. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Considerando a importância estética e de manutenção das áreas comuns do Município. Encaminho solicitação no sentido de que sejam removidos os entulhos localizados na Rua Jandira

Alvim Braga, especialmente os que estão próximo ao portão do cemitério, sendo uma localidade importante para a nossa sociedade. Deferido. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Aimoré por sua humildade diante à Câmara Municipal, esclarecendo que recebeu uma ligação do Vereador Aimoré sobre a situação ocorrida no dia seis de maio, pois é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, entretanto não pode comparecer no momento, assim se coloca à disposição para tomar as medidas que forem cabíveis. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que vai reunir os documentos necessários com calma e depois vai marcar uma reunião com a Comissão de Meio Ambiente para discutir sobre os fatos ocorridos. 08) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que sejam realizados os devidos reparos na calçada localizada em frete ao Departamento de Polícia de Miracema (DPO), tendo em vista que a referida se encontra em péssimo estado de conservação causando risco de acidentes para os pedestres que ali transitam. Deferido. Continuando, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que é solidário ao Vereador Aimoré, esclarecendo que a Câmara Municipal está sempre à disposição, sendo que durante o primeiro mandato de um Vereador o trabalho é sempre muito exaustivo, entretanto tem a certeza que esse problema logo será resolvido. 09) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria na rua Francisco Dias Tostes, com a finalidade de combater possíveis focos do mosquito *aedes aegypti*. Deferido. 10) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a reserva da Praça Dona Ermelinda no dia 16 de junho (16/06), para a realização do Projeto Arte na Praça do SESC, evento de recreação e cultural que será realizado no local. Deferido. 11) O Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Aplausos ao Jovem Peterson Batista, conhecido carinhosamente como "Pelé", o parabenizando por ter nos emocionado durante o show do cantor "Mumuzinho", demonstrando que Miracema possui um jovem muito talentoso, promissor e brilhante. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Obras - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria em um bueiro localizado na Rua José Márcio Martins Barbosa, Bairro Hospital (ao lado da casa do Bolinha), tendo em vista que o referido

está mais baixo do que o calçamento causando o risco de diversos acidentes. Deferido. 13) O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Aplausos ao Vereador Presidente Hugo Fernandes, o parabenizando pela excelente e grande organização da Sessão Solene realizada em comemoração ao Aniversário do Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes disse que existe todo um conjunto de pessoas envolvidas na organização da Sessão Solene, assim gostaria de estender essa Moção para todos os Vereadores, funcionários efetivos e comissionados, bem como a todo o conjunto que trabalhou e auxiliou na Sessão. 14) O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Aplausos para toda a Equipe da Secretaria Municipal de Educação, os parabenizado pela excelente organização do Desfile realizado no dia 01 de maio, em comemoração ao Aniversário do Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 15) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja construída uma rampa para cadeirantes em frente ao Banco do Brasil (próximo a farmácia), tendo em vista que do outro lado da rua já existe uma. Deferido. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire sugeriu ao governo que fosse criada uma espécie Comissão para estudar as necessidades das pessoas com necessidades especiais com o objetivo de oferecer uma melhor qualidade de vida. 16) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Estadual das Cidades, Sr. Juarez Fialho - Considerando que em nossa cidade existe um déficit habitacional muito grande nos dias de hoje de mais de 200 (duzentas) pessoas cadastradas na Assistência Social; Considerando que nossa cidade é muito carente economicamente, sendo uma das cidades mais pobres do Estado; Considerando que é importante e fundamental o apoio do Governo do Estado na fomentação habitacional para tentar reduzir a carência. Encaminho solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de construção de 50 (cinquenta) casa populares no Município de Miracema, tendo em vista que o Município já possui o terreno a disposição. Todos os Vereadores irão assinar este Requerimento. 17) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Municipal de Defesa Civil - Solicitação no sentido de que sejam realizadas duas vistorias nas residências abaixo especificadas, tendo em vista que existe um possível risco de desabamento de barrancos: a) Casa do Piazza – Rua Joaquim Rosa da Gama, nº 26, fundos, rodagem; b) Casa da Adriana Nalim – Rua João Schelck, nº

157, perto da creche berçário – parte alta. Solicitamos, ainda, que sejam informadas quais as providências foram tomadas. 18) Vereador Hugo Fernandes - Ao Deputado Rodrigo Bacellar - Considerando que as contas de luz têm aumentado de forma absurda ano a ano; Considerando que nossa cidade há inúmeras reclamações com relação á prestação de serviços da ENEL; Considerando que os munícipes miracemenses não aguentam mais pagar um valor absurdo pela prestação ruim. Encaminho solicitação no sentido de que seja intercedido junto á esfera competente com o objetivo de que seja revista a concessão da ENEL, bem como que a mesma possa melhorar a qualidade de serviços em Miracema e região. 19) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Considerando que está a cada dia mais crescendo a produção de Cerveja ou Chopp Artesanal em todo o país; Considerando que em Miracema já existem inúmeras pessoas produzindo tais especiarias; Considerando que é importante e fundamental o município incentivar e valorizar novas vocações, visando principalmente a geração de emprego e renda. Encaminho solicitação no sentido de que seja estudada a minuta do Projeto de Lei em anexo, visando a criação da ACERMIRA (Associação dos Cervejeiros de Miracema). A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Explicações Pessoais. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que toda a Associação do Município é interessante, sendo que a única existente em Miracema é a CDL e ela infelizmente está sem Presidente, destacando que os comerciantes miracemenses não podem perder sua representatividade. O Vereador Hugo Fernandes disse que este é um dos grandes problemas de Miracema, pois muitas pessoas não se interessam em participar efetivamente dos Conselhos, sendo que existia um grupo de comerciantes que estava reclamando de diversos pontos do Código Tributário, entretanto dentro do próprio Código foi criado um conselho onde os empresários poderiam participar e nenhum deles se interessou. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que as pessoas apenas sentem falta de determinada entidade depois que ela para de funcionar, sendo que já fez contato com algumas pessoas em relação à CDL, e parece que ele vai se reestabelecer em breve. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que infelizmente Miracema ainda está enraizada com um tipo de política antiga, onde quando um grupo ganha, o outro torce para o governo dar errado. Assim, por conta disso, acabamos perdendo a oportunidade de trazer diversas coisas boas para o

Município, porém espera que isso termine para que Miracema possa voltar a crescer. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 13/05/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 09 de maio de 2019.

Carlos Hugo da S. Reis

MARCOS FRAZÃO LINHARES

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e vinte e seis, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Isaías, Capítulo 32, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 222/2014 do Promotor de Justiça André Santos Navegada. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício. A seguir o

Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vista a Secretária Municipal de Segurança Pública, no sentido de que seja estudada a possibilidade de instalação de bibicletários em frentes aos órgãos públicos, tais como Bancos, Prefeitura, Praça de Esportes, Colégios, Clubes e outros, com o objetivo de atender a necessidade das pessoas que utilizam este veículo como meio de locomoção. Deferido. 02) Vereador Gilson Teixeira Sales - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se é verdade a notícia de que serão fechadas 03 (três) Escolas no Município de Miracema, esclarecendo, no caso desta informação for positiva, quais os motivos dos fechamentos. Deferido. 03) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza e desobstrução do bueiro e da tubulação de canalização de águas pluviais localizados na Rua Antônio Plácido de Barros, ao lado do Estádio de Paraíso do Tobias no referido Distrito. Tal solicitação se faz necessária tendo em vista que o período de chuvas se aproxima e a limpeza evitaria o alagamento daquela área. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Dr. Maurício Monteiro para falar sobre o Poder Judiciário Municipal. Com a palavra, o Dr. Maurício disse que está nesta Casa Legislativa pela segunda vez para reclamar do Poder Judiciário de Miracema, sendo que a situação está cada vez mais indefinida. Esclareceu que o atual Juiz está trabalhando de forma muito devagar, gerando muitas dificuldades para os advogados, sendo que até hoje o Juiz não assinou um alvará de pagamento em favor de uma pessoa e ela teve de vender seu carro para poder conseguir continuar trabalhando. Acrescentou que já fez uma representação ao Presidente da OAB para que seja tomada alguma providência sobre este assunto. Destacou que os imóveis localizados no Polo Industrial II foram desapropriados e os moradores não conseguiram receber os valores corretamente, sendo que o Processo Judicial vem demorando a apresentar soluções. Informou que os juízes recebem diversos tipos de vantagens pecuniárias e que está ficando desanimado com a situação judiciária e está perdendo o estímulo de trabalhar. Esclareceu que o Presidente da OAB lhe disse que estão faltando uns 300 (trezentos) juízes no Estado do Rio de Janeiro. Destacou que realizou todo o inventário de uma pessoa e o

processo simplesmente sumiu. Concluindo, disse que veio nesta Casa Legislativa realizar uma denúncia, pois é o único local em que consegue falar com o público, esclarecendo que o, provavelmente, o Fórum de Palma irá fechar e a população local sofrerá bastante. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou porque os advogados não se reúnem para resolver este problema. O Dr. Maurício informou que já foram marcadas duas reuniões, entretanto os advogados estão desanimados e muitos não comparecem nas reuniões, esclarecendo que existe o problema de desapropriação do pólo industrial que precisa ser resolvido. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que tentou realizar um acordo sobre as desapropriações ocorrida no Polo Industrial II e ele não foi aceito pelo advogado das pessoas envolvidas. O Dr. Maurício acrescentou que precisou destituir um advogado para que a pessoa interessada pudesse realizar um acordo e receber o valor que lhe era de direito. Por fim, disse que o Poder Judiciário está muito lento e a Comarca de Miracema está praticamente sem juiz, sendo que o fechamento do Fórum de Palma irá sacrificar muito a população, pois as pessoas humildes deverão se dirigir em outros Municípios para prestarem simples depoimentos. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu as palavras do Dr. Maurício, esclarecendo que esta Casa Legislativa está sempre à disposição das pessoas. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que dispõe sobre o uso de Uniforme Escolar Padronizado nas Escolas Públicas Municipais de Miracema e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou vista do referido Projeto de Lei, pois a Secretaria Municipal de Educação deveria ter apresentado um modelo de uniforme, esclarecendo que alguns pontos foram definidos, porém o modelo do uniforme, indicando cores, não foi indicado no Projeto. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que realmente será preciso realizar estas modificações, uma vez que os uniformes municipais deveriam ser estabelecidos no Projeto de Lei. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu que fosse apresentada uma Emenda sobre o assunto. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que entendeu a colocação do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, acreditando que ele deseja uma sugestão da Secretaria de Educação para buscar o modelo do uniforme para o Município. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que gostaria de encontrar um modelo de uniforme em conjunto com a Secretaria de

Educação. O Vereador João Siqueira Magalhães entendeu as palavras do Paulo Sérgio de Azevedo, sendo que poderia ser anexado ao Projeto de Lei o modelo do uniforme com as respectivas cores. Concluindo, o Vereador Paulo Sérgio disse que vai conversar com a Secretária Municipal sobre o modelo de uniforme, determinando as cores da blusa, da bermuda e das meias. O Vereador Hugo Fernandes deferiu o pedido de vista do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. **02)** Projeto de Lei que Altera a Lei Municipal nº 1.276 de 09 de novembro de 2009. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura dos pareceres da Assessoria Jurídica e do Controle Interno. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que esta é apenas uma regulamentação, pois já existe uma Lei Federal neste sentido. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **03)** Projeto de Lei que dispõe sobre a Alteração das Atribuições do Cargo de Assistente Social, constante do Anexo V, alínea "b" índice I, NS-02, da Lei nº 813/99 e suas posteriores modificações, consoante determinação da Lei Federal nº 8.662/93, art. 4º e dá outras providencias, em atenção às necessidades da administração. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu que fosse encaminhado um ofício ao Conselho Regional desta categoria perguntando se as atribuições dos profissionais estão ultrapassando o que é inerente da categoria. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acredita que se todos os Projetos fossem encaminhados aos respectivos Conselhos o trabalho do Poder Legislativo seria muito demorado. O Vereador Hugo Fernandes disse que o Projeto de Lei já se encontra com os pareceres das Comissões, acreditando que elas deveriam analisar se as atribuições se enquadram na Lei Federal. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou que fosse realizada a Leitura dos Pareceres das Comissões. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura do Parecer das Comissões e do Parecer da Assessoria Jurídica e Controle Interno. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que de acordo com os pareceres pode concluir que o Projeto está apto para a votação. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a dúvida está sobre as atribuições presentes na Lei Federal. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que se algum Vereador não estiver de acordo com o Projeto pode ser solicitada vista. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou vista do referido Projeto, o que foi deferido pelo Vereador Hugo Fernandes. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O

Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou se a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade já foi cientificada oficialmente de que ela participará da Comissão Especial de Inquérito. O Vereador Hugo Fernandes disse que a Vereadora ainda não tinha sido comunicada, pois ela estava afastada devido ao falecimento de sua sobrinha. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que gostaria de realizar a primeira reunião da Comissão, na segunda feira, às 14 horas, para que fosse definido as atribuições dos membros e o início dos trabalhos. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que soube informalmente de sua indicação para participar da Comissão Especial e ficou triste com sua indicação, pois faltou à reunião devido ao falecimento de sua sobrinha e acabou sendo indicada, assim gostaria de solicitar ao Vereador Presidente Hugo Fernandes para lhe substituir, pois no momento não possui condições de participar da Comissão. Por fim, esclareceu que acredita que foi indicada por ter faltado a reunião passada, destacando que ficou muito triste com este fato. O Vereador Hugo Fernandes disse que a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade foi informada de forma equivocada, pois com o objetivo de não ser antidemocrático, perguntou aos Vereadores se ele deveria indicar ou fazer um sorteio. Por isso, foi decido pelo Plenário que ele deveria indicar o membro faltante da Comissão, sendo que só escolheu a Vereadora por ela ser próxima ao Governo Municipal e não por ter faltado à reunião, destacando que a Vereadora foi informada de forma equivocada. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo pediu ao Vereador Presidente para ocupar o lugar na Vereadora Maria José Marques Andrade na Comissão Especial. A Vereadora Maria José Marques Barros Gonçalves solicitou Moção de Pesar para os familiares da Srta. Giuciane Andrade Frontelmo em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que não possuiu o interesse de atrasar a votação do Projeto em relação as atribuições dos Assistentes Sociais, mas gostaria de se informar melhor sobre o assunto, assim realizará seus estudos na forma mais rápida possível. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que o Conselho da Medicina encaminhou um comunicado aos médicos de Miracema para que eles não fizessem o concurso público de Miracema, pois os salários dos médicos estão muito abaixo do padrão normal para a medicina. O Vereador Hugo Fernandes disse que os próprios conselhos acabam não representando suas classes, pensando apenas em

valores financeiros, destacando que existem diversos problemas com a classe médica, pois alguns estão pensando apenas em valores financeiros e que atualmente, os médicos não estão sendo formados como antigamente. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para a Jovem Thaís Vieira Goudard Curcio, por ter concluído o estágio voluntário no CASAI/ARN-AM (Casa de Saúde Indígena) no Município de São Gabriel da Cachoeira-AM, pelo Ministério da Saúde – Secretaria Especial de Saúde Indígena – Alto Rio Negro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 13/10/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 13 de outubro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

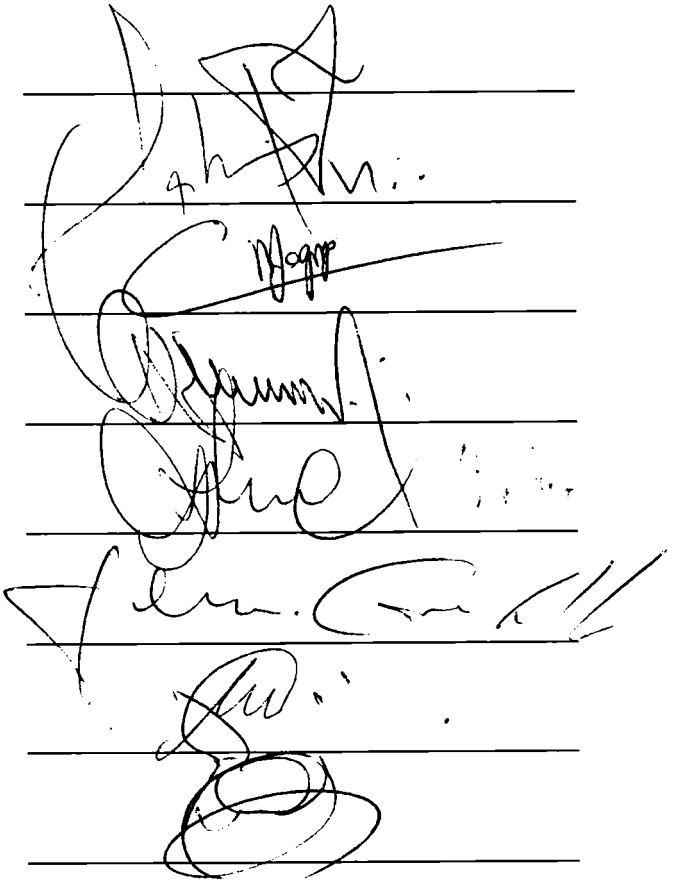
_____

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e oitenta e sete da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 25. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 05 de setembro de 2019. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: Antes de fazer seu requerimento o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que a Guarda Municipal de Miracema está muito bem equipada, tanto com equipamentos quanto com pessoal e mão de obra, entretanto está muito ruim em relação à gestão. Destacou que estamos gastando e investindo e a guarda está sendo mal gerenciada, pois fez um requerimento pedindo para que os guardas passassem pela rodoviária nos horários de pico e conversou pessoalmente com o gestor da guarda para que seu pedido fosse atendido. Entretanto seu pedido não foi atendido e os problemas na rodoviária continuam, pois a guarda não faz seu papel apoiando a vigilância do local. 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada, com a maior urgência, o pagamento das subvenções a Casa dos Pobres São Vicente de Paulo e a APAE, a primeira no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) e a segunda no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), tendo em vista a grande dificuldade e necessidade que estas entidades filantrópicas sem fins lucrativo vêm passando, uma vez que prestam serviços de grande relevância e importância aos Munícipes, principalmente aos idosos necessitados e aos portadores de deficiência intelectual. Insta salientar que as

subvenções são cooperações financeiras proporcionadas pelo Município, através de seus Vereadores, às instituições que realizam serviços sociais ou atividades concernentes ao desenvolvimento do Município, para atender encargos que possuem interesse público. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja requerido à Empresa JRN a realização do reparo da rede de esgotos da Rua Governador Roberto Silveira, em frente ao nº 705, tendo em vista que a referida rede está vazando no meio da rua. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja realizado o reparo na gaiola do parquinho existente na Praça Dona Ermelinda, tendo em vista que ela está bastante enferrujada, causando assim riscos para as crianças que brincam no local. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja requerido à Empresa Souza e Peres a realização de uma limpeza no bairro Carrapichão, tendo em vista que o referido bairro está com muita terra e muito lixo nas ruas. Deferido. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que já pediu informações sobre o pagamento das subvenções, mas não obteve a respectiva resposta. 05) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou uma Moção de Aplausos para os sargentos Silvério e Derossi, os parabenizando por terem salvado as Sras. Marlene Tostes de Oliveira e Leocilea Bastos Fontoura, ambas de 85 anos, de um incêndio, pois num ato de bravura, conseguiram entrar na residência em chamas e retiraram a referida senhora. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 06) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou uma Moção de Aplausos para a Maçonaria, os parabenizando pelo excelente trabalho que eles vem desenvolvendo na administração do Asilo São Vicente de Paula, dando dignidade e qualidade de vida para as pessoas de terceira idade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Aplausos para o Secretário Municipal de Educação, Sr. Charles Magalhães, extensiva a toda sua equipe, o parabenizando pela excelente organização do Desfile Cívico realizado no dia 07 de setembro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 08) Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Aplausos para o Coordenador da Associação dos Bombeiros Civis do Sul Fluminense, Sr. Marcos Bombeiro, o parabenizando pelo excelente trabalho que ele vem desenvolvendo no

Município de Miracema em relação aos Bombeiros Mirins. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja realizada uma reforma no parquinho localizado no bairro Pontilhão do Rosa. Deferido. 10) Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Aplausos para a Sra. Erica Soares, a parabenizando pela excelente organização da Festa realizada na Comunidade de Areias. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 11) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja revista a proibição de estacionamento de um lado da Rua José de Carvalho, tendo em vista que a referida rua tem aproximadamente 50 metros e conta atualmente com 09 (nove) comércios, cujos proprietários estão insatisfeitos com a nova medida, alegando ser uma medida antipopular e desnecessária, pois irá sacrificar o comércio que tem uma boa movimentação. Na oportunidade, esclarecemos que, de acordo com a informação dos moradores do local, não houve nenhum tipo de consulta para que ocorresse a mencionada proibição de estacionar. Deferido. 12) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Prefeito Municipal, com vista á Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja revista a proibição de estacionamento de um lado da Avenida Governador Roberto Silveira, tendo em vista que a referida rua é relativamente pequena e conta com vários comércios, cujos proprietários estão insatisfeitos com a nova medida, alegando ser uma medida antipopular e desnecessária, pois irá sacrificar o comércio que tem uma boa movimentação. Na oportunidade, esclarecemos que, de acordo com a informação dos moradores do local, não houve nenhum tipo de consulta para que ocorresse a mencionada proibição de estacionar. Deferido. 13) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Diretor do DEMUTRAN Geraldo Cardoso - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a colocação de três placas de parada de ônibus na Rua Cel. Pedro Bastos, no Distrito de Venda das Flores, pois os veículos de transporte coletivo não estão respeitando os usuários que transitam pelo referido Distrito. Deferido. 14) Vereador José Augusto Martins solicitou Moção de Aplausos para o Dr. Humberto Guaitonolini Pereira, Neurologista, pelos excelentes trabalhos que ele vem prestando no Posto de Saúde Irineu Sodré. Todos os Vereadores irão

assinar esta Moção. 15) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma ampla limpeza em toda a extensão do Ribeirão Santo Antônio. Deferido. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 12/09/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 09 de setembro de 2019.



Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número noventa e um, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 05, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura

da seguinte correspondência: 01) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Gustavo Rubim, de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo; 02) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Maria Ilma Guimarães da Silva, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier; 03) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Jairo Souza Santos, de autoria da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade; 04) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Cristiano Carvalho de Tavares, de autoria da Mesa Diretora; 05) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Stella Alves Branco Romanos, de autoria da Mesa Diretora; 06) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Marlene da Conceição Vieira Santos, de autoria da Mesa Diretora; 07) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Karla Paula Prates, de autoria da Mesa Diretora; 08) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadania Miracemense à Marília Moreira Santos Gonçalves, de autoria da Mesa Diretora; 09) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Walmérica Pinto Ribeiro, de autoria da Mesa Diretora; 10) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Carla Lima de Oliveira Pereira, de autoria da Mesa Diretora; 11) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Luiz Carlos Anselmo Hernandes, de autoria do Vereador Gilson Teixeira Sales; 12) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Signe Salgado Costa, de autoria do Vereador Gilson Teixeira Sales; 13) Ofício do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei 017/2014; 14) Convite para a 2ª Mobilização Nacional dos Vereadores em Brasília-DF; 15) Ofício do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando a justificativa e o Projeto de Lei nº 0184/2014. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, João Siqueira Magalhães, Genessi Rodrigues da Silva e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 16) Telegramas NºRef: 000212/MS/SE/FNS, 005125/MS/SE/FNS, 003492/MS/SE/FNS, 002042/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 17) Agradecimento do Sr. Alexandre Barbosa

Machado pela Moção de Aplausos recebida. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou a inversão da ordem da Reunião, tendo em vista que possui um compromisso na Faculdade. Dessa maneira, solicitou que a votação dos Projetos presentes na Ordem do Dia fosse realizada antes das demais atividades. Todos os Vereadores concordaram com a inversão da Reunião. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei e 11 (onze) Projetos de Resolução. **01)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Sérgio Alberto Degani. Autoria: Vereador Carlos Magno da Silva Peres. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.155, de 10 de abril de 2014. **02)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Luciana Dias Mendonça de Azevedo. Autoria: Vereador Carlos Magno da Silva Peres. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.156, de 10 de abril de 2014. **03)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Francisco Claudio Abreu Marcolino. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.157, de 10 de abril de 2014. **04)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Osmar Ferreira. Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.158, de 10 de abril de 2014. **05)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Betânia Brum Haro Matias. Autoria: Vereador Gideão Duarte Gonçalves. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.159, de 10 de abril de 2014. **06)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Eny de Paula Santiago. Autoria: Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.160, de 10 de abril de 2014. **07)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Sérgio Gilberto da Silva Lemberck. Autoria: Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Em primeira e

única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.161, de 10 de abril de 2014. **08)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Eduardo Benedito Lopes. Autoria: Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.162, de 10 de abril de 2014. **09)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Ana Verginia Almeida Torres. Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.163, de 10 de abril de 2014. **10)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Benemérita à Sra. Elisabeth de Oliveira Pinto. Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.164, de 10 de abril de 2014. **11)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Benemérita à Sra. Ana Paula Carvalho Cavalcante. Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.165, de 10 de abril de 2014. **12)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.492, de 10 de abril de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Construção e Reforma de Escolas Municipais, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.06 - Secretaria Municipal de Educação - Função: 12 – Educação - Subfunção: 361 – Ensino Fundamental - Programa: 0116 – Edificações Públicas - Ação: Construção e Reforma de Escolas - Produto: Construção e Reforma Construída - Metas Físicas: 03 unidade - Valor: R$ 437.157,58 (quatrocentos e trinta e sete mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação

ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - Os recursos para atender ao Crédito Adicional Especial, classificado no art. 1º, no valor de R$ 437.157,58 (quatrocentos e trinta e sete mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), correrão à conta da anulação parcial de dotações de acordo com o art 43, § 1º, inciso III, da lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **13)** Projeto de Lei que Altera os valores das taxas de Licença para execução de Arruamentos e loteamentos em terrenos particulares, previstos na Tabela VI do Anexo VI da Lei Complementar nº 1.453, de 26 de setembro de 2013, reduzindo-os aos parâmetros da realidade econômica do Município e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **14)** Projeto de Lei Complementar que Dá nova redação à Lei Complementar n°. 1.461/2013, de 24 de Outubro de 2013. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que o Projeto fosse votado em primeira e única votação. O Vereador João Siqueira Magalhães acrescentou que este Projeto substitui outro Projeto de Lei que já tramitou nesta Casa Legislativa. Todos os Vereadores concordaram que o Projeto fosse votado em primeira e única votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.493, de 10 de abril de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e, eu Prefeito Municipal de Miracema, sanciono a seguinte lei: Artigo 1º - O artigo 3° da Lei Complementar n°. 1.461/2013, de 24/10/2013 passa a vigorar com a seguinte redação: ... Artigo 3º - Fica criada a Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS - CCICAPPS, em nível de fiscalização e assessoramento, composta pelo Controlador Geral da CAPPS mais 02 (dois) servidores efetivos

designados por ato do Presidente da CAPPS, com objetivo de executar as atividades de controle interno, alicerçada na realização de inspeções gerais, com a finalidade de: ... Artigo 2º - O artigo 15 da Lei Complementar n°. 1.461/2013, de 24/10/2013 passa a vigorar com a seguinte redação: ... Artigo 15 - Fica criado o cargo de provimento em comissão de Controlador Geral da CAPPS, código AS-02, símbolo de vencimento CC-1, a ser ocupado por profissional com formação superior em Ciências Contábeis, com conhecimento técnico comprovado, com registro no Conselho Regional de Contabilidade, acrescentando-o ao Anexo I da Lei nº 1017/2003, com a seguinte caracterização: ANEXO I - QUADRO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Denominação dos Cargos	Código dos cargos	N° de Cargos	Simb. de Venc.	Modalidade de Recrutamento
Controlador Geral da CAPPS	AS – 02	01	CC-1	Amplo

§ 1º. A designação do cargo de provimento em comissão de Controlador Geral da CAPPS, bem como dos membros da CCICAPPS de que trata a presente lei, se dará da seguinte forma: a) O cargo de Controlador Geral será de recrutamento amplo, dentre detentores de nível superior de escolaridade em Ciências Contábeis, com registro no CRC/RJ e experiência comprovada em atuação na área de Controladoria Governamental, cuja nomeação se dará em portaria do Presidente da CAPPS com ciência do Prefeito Municipal; b) Os servidores efetivos de que trata o art. 3º da presente lei não receberão nenhuma gratificação extra e exercerão a função sem prejuízo de sua remuneração normal, sendo considerado de alta relevância ao serviço público municipal. c) Em atendimento à Lei Municipal 1.017, de 06 de novembro de 2003, Anexo IV, compete ao Auditor da CAPPS a elaboração dos Relatórios e Pareceres de Controle Interno e ao Controlador Geral da CAPPS/CAMEDS a elaboração do Certificado de Auditoria que acompanhará as Prestações de Contas da CAPPS e CAMEDS ao TCE/RJ. ... Artigo 3º - O artigo 23 da Lei Complementar n°. 1.461/2013, de 24/10/2013 passa a vigorar com a seguinte redação: ... Artigo 23 – Na ausência ou impedimentos do Controlador Geral a Comissão de Controle Interno da CAPPS será presidida pelo membro da Comissão de Controle Interno da CAPPS/CAMEDS, detentor de curso superior em

Ciências Contábeis, com registro no CRC/RJ, nomeado pelo Presidente da CAPPS, que responderá como seu substituto fazendo jus à percepção do mesmo símbolo de vencimento. ... Artigo 4° - Esta Lei revoga todas as disposições que lhe são contrárias e seus efeitos retroagirão a 31 de Outubro de 2013. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema - Solicitação no sentido de que seja informado o registro de presença dos Vereadores desta Casa Legislativa do período compreendido entre 01 de janeiro de 2013 até a presente data. Esclareço que tal solicitação tem o objetivo de avaliar o meu desempenho como Vereador desta Casa Legislativa. Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa a cópia do Processo Licitatório responsável pela contratação da Empresa que está realizando o serviço de coleta e tratamento de lixo do Município de Miracema. Solicitamos que seja encaminhada a cópia do Contrato com a referida Empresa, bem como a cópia de eventuais Termos Aditivos. Deferido. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Secretário de Estado de Saúde, Dr. Marcos Esner Musafir - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantado no Município de Miracema o Programa de Saúde Vocal “Cuidando da Voz”, realizado em convênio com a Secretaria de Estado de Educação, visando garantir o acesso dos doentes às informações e orientações sobre os padrões corretos de fonação, habilitando-os quanto ao uso profissional da voz, através de palestras e oficinas de treinamento vocal. Esclarecemos que o Programa da Saúde Vocal “Cuidando da Voz” foi especialmente desenvolvido tendo em vista o grande número de professores da Rede Estadual de Ensino licenciados e readaptados por alterações vocais objetivando prevenir a ocorrência de distonias laborativas relacionadas ao mau uso vocal que podem prejudicar a atuação dos docentes. Aprovado. 04) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizada uma a construção de 300 metros de rede de esgotos na Rua João de Agosto, na altura do Bar do Carijó, uma vez que a ausência da referida rede tem

causado inúmeros transtornos aos munícipes residentes naquela localidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Luciana Moura para falar sobre o Projeto de Lei sobre os Pedagogos. Com a palavra, a Sra. Luciana, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que veio pedir para os Vereadores analisarem o Projeto de Lei sobre os Pedagogos com muito carinho, pois ele trará o reconhecimento do trabalho de profissionais muito dedicados. Acrescentou que os Vereadores estarão fazendo um bem para toda uma equipe de profissionais, assim pede, em nome de todas as pedagogas. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou a luta dos professores e acrescentou que é muito importante valorizar os professores, destacando que nunca é tarde para os professores serem valorizados. Por fim, parabenizou a luta dos professores com a educação, destacando que o reconhecimento de seus trabalhos é justo e merecido. O Vereador João Siqueira Magalhães pediu para que a Sra. Luciana fizesse uma explanação sobre a situação atual dos pedagogos, pois parece que houve uma injustiça. A Sra. Luciana esclareceu que não está tentando achar um culpado pela situação, pois ocorreu uma defasagem de salários muito grande com o passar do tempo, acrescentando que o trabalho de valorização estava sendo realizado. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a Câmara Municipal fará justiça aos pedagogos. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que vem acompanhando o trabalho de valorização dos professores e tem a certeza que esta Câmara Municipal irá trabalhar com responsabilidade. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se o Projeto de Lei também abrange os aposentados. A Sra. Luciana disse que sim. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que acredita nesta Casa Legislativa e que o trabalho na educação do Município está sendo muito bem realizado. O Vereador Gilson Teixeira Sales agradeceu a Sra. Luciana, destacando que ela sempre esteve de braços abertos para lhe atender, tendo inclusive emprestado alguns espaços nas escolas. Por fim, agradeceu todos os professores pelo trabalho que eles vêm apresentando no Município de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença da Sra. Luciana Moura, acrescentando que a Câmara Municipal está sempre à disposição. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador

Hugo Fernandes lembrou que alguns Vereadores ainda têm de entregar os nomes e currículos das pessoas que receberão seus respectivos Títulos de Cidadania Miracemense. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 14/04/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 14 de abril de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quarenta e dois, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 13, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 100/2014 do Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema; 02) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de novembro; 03) Ofício PMM/SEC GOV nº 866/2014 da Secretaria Municipal de governo encaminhando Projeto de Lei nº 094/2014; 04) Convite do Conselho Municipal de Saúde convidando para a Reunião extraordinária. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Maria

José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 05) Comunicado da Agência Mercanti Viagens. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Presidente do DETRAN-RJ, Dr. Fernando Avelino, com vistas ao Setor Descentralização de Serviços - Considerando que o DETRAN está buscando descentralizar os serviços, proporcionando melhorias no atendimento ao usuário. Encaminho solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implanto no Município de Miracema um Posto de Perícia Médica do DETRAN, proporcionando melhoria de vida para população miracemense. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Inscrito o Vereador Presidente Hugo Fernandes para fazer um breve agradecimento. Com a palavra, o Vereador Hugo Fernandes, inicialmente, agradeceu a Deus pela oportunidade de estar Presidente da Câmara de Vereadores da minha cidade, onde nasci e amo. Como dizia Augusto Branco, obrigado a todas as pessoas que contribuíram para nosso êxito e para meu crescimento como pessoa. Somos resultado da confiança e da força de cada um de vocês. Na oportunidade quero apresentar uma breve Prestação de Contas citando as ações tomadas na Presidência da Câmara: a) Criação do site da Câmara; b) Criação da Lei da Transparência Municipal, com portal atualizado com balancetes, atos, portarias, atas, etc.; c) Link em áudio ao vivo, transmitindo as sessões da Câmara pelo site oficial; d) Informatização e climatização de todos os gabinetes; e) Implantação de novas tecnologias com sistemas de patrimônio e folha de pagamento; f) Construção de 2 gabinetes e 1 sala para Departamento Jurídico e Controle Interno; g) Uma mesa de som moderna para o plenário; h) Memorial em homenagem a todos os ex-Vereadores falecidos; i) Sistema de protocolo informatizando a recepção; j) Reformas e aquisições de novas mobílias, melhorando a estrutura de trabalho; k) Todas as obrigações institucionais sendo pagas rigorosamente em dia; l) aquisição de 01 carro 0 km para melhor atender os Vereadores. Acrescentou que tudo isso só foi possível pelo que vou relatar abaixo. Agradeceu aos funcionários da Casa pela acolhida e pela vivência nesses quase dois anos, onde acumulamos mais alegrias do que tristezas. Agradeço ao Cesar, um funcionário humilde e sempre pronto a colaborar, sendo um dos primeiros a me ensinar a andar pela Casa Legislativa. Agradeço ao Jorge, profissional dedicado e sempre presente. Agradeço ao Roger, um jovem profissional, que soube suportar as minhas exigências nesse período. Agradeço ao Edilson, motorista que inúmeras vezes me conduziu em viagens, sempre com alegria e responsabilidade. Agradeço ao Eduardo, profissional capacitado, sempre

agindo tentando resguardar a Presidência. Por fim, agradeço a única mulher da casa, Josélia, uma verdadeira mãe, sempre dedicada, e antenada nos detalhes, que soube também compreender o meu jeito de ser. Não posso deixar de destacar os assessores dos vereadores que sempre me respeitaram, e souberam compreender nossos momentos de dificuldades. Agradeço também ao Jofre e ao Pablo, que tiveram uma importante participação nesse mandato. Agradeço ao Rafael Dutra pelo tempo que esteve aqui, e ao colaborador Sebastião. Agradeço a nossa lenda viva, o guarda Tarciso, que vestiu nossa camisa e merece meus sinceros agradecimentos. Agradeço a Raquel, a Fernanda, a Darlene e ao Carlos Fera, pela parceria e carinho com nosso trabalho. Agradeço o Dr. Humberto Toscano que nos auxiliou durante o tempo de licença maternidade da Dra. Swelen, agradecendo muito ela pela maneira sempre dócil de conduzir os trabalhos. Meus agradecimentos ao Tales, que desde quando chegou, vem nos ajudando em todos os momentos. Agradeço ao Bruno, profissional de grande quilate, um dos responsáveis pelas grandes conquistas, sempre direcionando os trabalhos da melhor forma possível. Não posso deixar de destacar o Fabinho, que é a pessoa que assina os cheques comigo, um grande amigo de longas datas e meu braço direito. Todos esses profissionais citados souberam compreender e me ajudaram na condução dos trabalhos da Casa Legislativa, e entenderam os ajustes que fizemos e puderam comprovar as melhorias também. Não deixou de agradecer todos os prestadores de serviço, que ficam com meu eterno agradecimento, principalmente a imprensa escrita e falada, na pessoa do Nelson do Jornal Dois Estados, um grande parceiro. Por fim quero agradecer aos meus companheiros Vereadores, principalmente pela confiança do voto, afinal fui eleito presidente por unanimidade. Aos Vereadores e amigos Gideão e Alexandre, sempre dispostos a me ajudar, um com sua experiência e o outro com suas habilidades. A Vereadora Regina que pelo curto tempo enriqueceu o plenário, meus agradecimentos. Ao Vereador Gutemberg, um líder nato, com uma história enraizada em Miracema, meu muito obrigado pelo privilégio em ser Vereador com Vossa Excelência. Ao Vereador Paulo Sérgio, não tenho palavras para expressar o quanto você representa neste mandato que se finda, afinal Vossa Excelência que idealizou nossa candidatura, e um dia suas palavras ficaram marcadas “nosso Presidente será você, caso contrário agente perde a eleição juntos”, meu muito obrigado pela confiança. A Vereadora Maria José, minha mãe do mandato, sempre com doçura e aquele jeitinho de mãe, sempre me aconselhando nos momentos difíceis, principalmente nos momentos que agente que jogar tudo pro alto, meu muito obrigado Vereadora e minha Vice-Presidente. Ao vereador Carlos Magno, um guardião,

fomos eleitos juntos, na mesma empresa, um ajudando o outro, e aqui não foi diferente, pau pra toda obra, até banheiro no início do mandato ele lavava para ajudar, Vossa Excelência sabe o quanto sua amizade é importante pra mim, obrigado por tudo. Ao Vereador João Magalhães, como diz o Vereador Vô, tem mais tempo de plenário do que urubu de voo, agradeço a parceria de Vossa Excelência, principalmente por diversas vezes me auxiliar nas matérias da Casa Legislativa, sempre atento aos detalhes, sendo um conselheiro, e principalmente nas divergências de opinião de plenário, sempre me respeitou, e da porta de vidro pra fora cultivamos a amizade, obrigado por tudo Vereador. Ao Vereador Maurício Vô, companheiro de caminhada, grande liderança, sempre pronto a colaborar com tudo e com todos. Um Neymar do Plenário, sempre nos passando a melhor forma de conduzir e suportar a pressão, principalmente com Maracanã cheio, muito obrigado Vereador pelos ensinamentos e pode sempre contar comigo. Ao Vereador Fabrício, Vereador guerreiro, incansável, sempre me respeitou, sempre debatemos ideias, mesmo quando eram divergentes, nunca faltou com a ética e moral, Vereador de ideais, de diálogo, meu muito obrigado Vereador pela paciência. Ao Vereador Carlos Armando, seis mandatos deram a ele muita experiência, muitos ensinamentos, e muitos serviços prestados, um Vereador que trabalha dia e noite, principalmente nos momentos difíceis que as famílias passam, milita na área mais complicada que é a Saúde, meus agradecimentos a Vossa Excelência, pelo brilhantismo no trabalho social, que não enxerga votos e sim vidas. Ao Vereador Gilson, o campeão de votos, meus eternos agradecimentos pela parceria, principalmente fazendo parte da Mesa Diretora, esteve comigo em todos os momentos, sempre com a frase, "estamos juntos" Vossa Excelência é um exemplo de humildade, com um carisma inigualável, um grande companheiro. E, por fim, o Vereador Genessi, grande liderança, Vereador com uma história de vida muito bonita, de muita luta, alcançou seus objetivos com garra, coragem e determinação, meus agradecimentos a Vossa Excelência, por me ensinar por diversas vezes a contar até 10, a não agir de cabeça quente. Para finalizar, gostaria de deixar novamente meus agradecimentos a Deus, a minha família e a todos vocês, e como dizia São Paulo "Combati o Bom Combate, Terminei Meu Mandato, Guardei a Fé". A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 08 (oito) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Extingue no Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, o cargo de Corregedor e Presidente do Órgão Correicional e do item 13, do art. 52 da Lei nº 798/99 a Corregedoria do Município de Miracema; transfere o Departamento de Investigação Correicional para a Estrutura da

Secretaria de Administração, assim como cria a Secretaria Municipal de Emprego e Renda, que passará a constar no art. 52, item 13, da Lei nº 798/99 e o cargo de Secretário Municipal de Emprego e Renda, que passará a ostentar a simbologia DS-13 da Lei nº 813/99, por imperiosa necessidade administrativa e por economia financeira. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.563, de 10 de dezembro de 2014. Eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais e segundo previsão nas normas supra elencadas, encaminho para apreciação e aprovação pela Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei: Art. 1º - Fica extinto o cargo de Corregedor e Presidente do Órgão Correicional, símbolo DS 13, da Lei nº 813/99 e a Corregedoria constante do item 13, art. 52, da Lei nº 798/99. Art. 2º - Transfere o Departamento de Investigação Correicional, da Corregedoria Geral, da Estrutura Orgânica da Corregedoria Geral para a da Secretaria de Administração. Art. 3º - Fica criada a Secretaria Municipal de Emprego e Renda, mediante alteração do disposto no item 13, art. 52, da Lei nº 798/99, assim como o cargo de Secretário Municipal de Emprego e Renda, símbolo DS-13, com as atribuições constantes no anexo desta Lei que passa a fazer parte integrante da Lei nº 813/1999. Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Dispõe sobre as Atribuições do Departamento de Investigação Correicional, Altera a Lei nº 813/99, bem como a Lei Complementar nº 796/99 e dá outras providencias. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.564, de 10 de dezembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Ao Departamento de Investigação Correicional e seu titular, doravante titular do órgão Correicional, caberá a realização das atribuições de correição, já previstas em Lei, nelas acrescentando a função de orientar, coordenar e presidir o órgão Correicional do Executivo, previsto na Lei Complementar Nº 813/99, de 15 de dezembro de 1999, consoante as alterações efetuadas no Anexo V, desta ultima, expostas no anexo desta Lei. Art. 2º - Ficam suprimidos, do artigo 164, da Lei Complementar Nº 796/99, os incisos III e IV. Art. 3º - O caput, do art.192, da Lei Complementar Nº 796/99, passa a ter a seguinte redação: " No prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora definida no artigo 164,II desta Lei proferirá a decisão, da qual caberá recurso para o Prefeito Municipal". Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo a Promover a Alienação De Bem Imóvel Pertencente ao Domínio Público

por Concorrência, do Tipo Melhor Oferta Pública ou Lance e dá outras providencias. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.565, de 10 de dezembro de 2014. A câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal, no usos das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do Art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar por licitação, na modalidade concorrência, do tipo melhor oferta pública ou lance, nos termos da Lei Orgânica do Município e do art.17,I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o bem imóvel da área patrimonial, constituindo área de 187,75m2, localizado na Rua José Honorato Carneiro, 150, pertencente ao Município de Miracema. § 1º - A alienação de que trata o caput tem por finalidade precípua: I - a regularização da situação fundiária; § 2º - As normas, as quais se fazem remissão expressa no caput deste artigo, dispõem que a alienação dos bens pertencentes à Administração Pública dependerá de autorização legislativa específica, de avaliação prévia e de licitação na modalidade concorrência. Art. 2º - Considerar-se-á habilitado à concorrência pública de que trata esta Lei, o interessado em participar do certame que, nos termos do instrumento convocatório, efetuar o deposito prévio de 5% (cinco por cento) do preço da avaliação atribuído à parte do imóvel de seu interesse, nos termos do art.18 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. § 1º - A Administração Pública ao elaborar o instrumento convocatório da concorrência, do tipo melhor oferta pública, para alienação do imóvel mencionado no art 1º desta Lei, adotará como critérios básicos da competição licitatória, com vistas a selecionar a proposta mais vantajosa que atenda ao interesse público, dentre outros, os seguintes: I - o maior preço oferecido acima da avaliação e pago à vista; II - a quitação do preço constante da melhor proposta no menor prazo, observado o prazo máximo constante do parágrafo seguinte. § 2º - O licitante, cuja proposta for habilitada, classificada, selecionada e homologada na concorrência, poderá quitar o preço ofertado pelo imóvel, após este lhe ser adjudicado, em parcela única. Art. 3º - O Licitante, cuja proposta for classificada e homologada vencedora, após a fase de adjudicação do objeto da Licitação, firmará contrato de compra e venda de imóvel com a Administração Pública Municipal, cuja natureza jurídica será hibrida, regido tanto pelas regras do direito público, quanto pelas regras do direito privado. Art. 4º - O titulo definitivo de domínio do imóvel em razão da compra e venda somente será outorgado pelo Município de Miracema, por instrumento público, após a quitação total do preço e do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI por parte do adquirente. Parágrafo Único: As despesas decorrentes da transferência e do registro dos imóveis

serão suportadas integralmente pelo adquirente. Art. 5º - Os gastos com a execução da presente Lei, correrão à conta das dotações próprias do vigente Orçamento do Município. Art. 6º - Revogadas as disposições em contrario, a presente Lei, entra em vigor na data da sua publicação. **04)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo a Promover a Alienação de Bem Imóvel Pertencente ao Domínio Público por Concorrência, do Tipo Melhor Oferta Pública ou Lance e dá outras providencias. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.566, de 10 de dezembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal, no usos das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do Art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar por licitação, na modalidade concorrência, do tipo melhor oferta pública ou lance, nos termos da Lei Orgânica do Município e do art.17,I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o bem imóvel da área patrimonial, constituindo área de 11,00m2, localizado na Praça Bruno de Martino, 88, Centro Redentor, pertencente ao Município de Miracema. § 1º - A alienação de que trata o caput tem por finalidade precípua: I - a regularização da situação fundiária; § 2º - As normas, as quais se fazem remissão expressa no caput deste artigo, dispõem que a alienação dos bens pertencentes à Administração Pública dependerá de autorização legislativa específica, de avaliação prévia e de licitação na modalidade concorrência. Art. 2º - Considerar-se-á habilitado à concorrência pública de que trata esta Lei, o interessado em participar do certame que, nos termos do instrumento convocatório, efetuar o deposito prévio de 5% (cinco por cento) do preço da avaliação atribuído à parte do imóvel de seu interesse, nos termos do art.18 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. § 1º - A Administração Pública ao elaborar o instrumento convocatório da concorrência, do tipo melhor oferta pública, para alienação do imóvel mencionado no art 1º desta Lei, adotará como critérios básicos da competição licitatória, com vistas a selecionar a proposta mais vantajosa que atenda ao interesse público, dentre outros, os seguintes: I - o maior preço oferecido acima da avaliação e pago à vista; II - a quitação do preço constante da melhor proposta no menor prazo, observado o prazo máximo constante do parágrafo seguinte. § 2º - O licitante, cuja proposta for habilitada, classificada, selecionada e homologada na concorrência, poderá quitar o preço ofertado pelo imóvel, após este lhe ser adjudicado, em parcela única. Art. 3º - O Licitante, cuja proposta for classificada e homologada vencedora, após a fase de adjudicação do objeto da Licitação, firmará contrato de compra e venda de imóvel com a Administração Pública Municipal, cuja natureza jurídica será hibrida, regido tanto pelas regras do direito

público, quanto pelas regras do direito privado. Art. 4º - O titulo definitivo de domínio do imóvel em razão da compra e venda somente será outorgado pelo Município de Miracema, por instrumento público, após a quitação total do preço e do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI por parte do adquirente. Parágrafo Único: As despesas decorrentes da transferência e do registro dos imóveis serão suportadas integralmente pelo adquirente. Art. 5º - Os gastos com a execução da presente Lei, correrão à conta das dotações próprias do vigente Orçamento do Município. Art. 6º - Revogadas as disposições em contrario, a presente Lei, entra em vigor na data da sua publicação. **05)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a distribuição gratuita e domiciliar de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação para pacientes, previamente cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.567, de 10 de dezembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei: Art.1º - Os pacientes que utilizam remédios de uso continuo receberão gratuitamente em seu domicílio os medicamentos e materiais necessários para sua aplicação. I - O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Saúde, realizará o cadastro dos pacientes que preencherem os requisitos para fornecimento de medicamentos gratuito do SUS. II – A entrega será realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde em suas visitas obrigatórias e mensais, não acarretando ônus para o Município. III – Na ausência do medicamento, o Agente Comunitário de Saúde manterá o paciente informado quanto a data de seu fornecimento. Art. 2º - A Secretaria de Saúde do Município terá o prazo de 6 (seis) meses para se adequar. Art. 3º - Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação. **06)** Projeto de Lei que Cria o Programa de Teste Vocacional para os alunos das Escolas Públicas Municipais e dá outras providências. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.568, de 10 de dezembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei: Art 1º - Fica criado o Programa Municipal "Teste Vocacional para os Alunos das Escolas Públicas Municipais". Art 2º - Ficam as Escolas Públicas Municiais obrigadas a aplicar testes vocacionais nos alunos matriculados na última série do ensino fundamental. I – Os testes a que se refere o "caput" deste artigo são gratuitos para todos os alunos do Ensino Fundamental da rede Pública Municipal. II – Os testes serão programados e aplicados por equipes técnicas especializadas na área de psicologia. Art. 3º - As condições Técnico-Operacionais e os objetivos específicos dos testes vocacionais, aplicados nos termos

desta lei, são de responsabilidade da Secretaria de Educação. Art. 4º - Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação. **07)** Projeto de Lei que Obriga as Escolas Municipais a fixarem placas com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em suas entradas. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.569, de 10 de dezembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei: Art 1º: As Escolas Municipais de Ensino Fundamental de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Miracema ficam obrigadas a fixar placas com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em suas entradas principais. Art 2º: As placas terão dimensão mínima de 1m² contendo: I – IDEB da Escola Municipal de Ensino Fundamental, em escala gráfica de 1 a 10: II – IDEB médio do Município e do Estado no qual se situa a escola. Art. 3º: As escolas terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem. Art. 4º: Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação. **08)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a concessão de diárias e pequenas despesas e dá outras providências. Autoria: Mesa Diretora. Foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Supressiva:** Suprimir o artigo 5º e renumerar os demais. Excluir a frase Disposições Finais entre os artigos 7º e 8º do Projeto de Lei. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Modificativa:** Modificar o texto do art. 11 do Projeto Original, que passará a ter a seguinte redação: "Art. 10 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação". Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **c) Emenda Aditiva:** Adiciona o Art. 11 com a seguinte redação: "Art. 11 – Revoga-se a Resolução nº 694/2002. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.570, de 10 de dezembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fará jus a percepção de diárias, a título de indenização de despesas, além do vencimento, ou qualquer outra vantagem funcional, desde que legalmente recebida o servidor, funcionário ou Vereador do Legislativo Miracemense que, no desempenho de suas atribuições necessitar deslocar, de acordo com o cargo ou função que exerce. Art. 2º- Será concedida a diária: I – de alimentação com pernoite ou não, nos deslocamentos superiores a 150 Km (cento e cinqüenta quilômetros) de distancia da sede o valor será de R$ 100,00 (cem reais); II – de alimentação, nos deslocamentos inferiores a 150 Km (cento e cinqüenta quilômetros) de distancia da sede o valor será de R$ 50,00 (cinqüenta reais).

III – nos demais casos, cuja distancia seja superior a 40 KM (quarenta quilometro) e inferior a 60 Km (sessenta quilômetros) o valor será de R$ 35,00 (trinta e cinco reais). Parágrafo único – Em outras circunstancias, a diária será concedida a titulo de alimentação, quando o afastamento for superior a 06 (seis) horas, e de alimentação e pernoite quando o afastamento exceder a 12 (doze) horas. Art. 3º- O ato de concessão deverá constar: I – o nome do servidor ou do funcionário, e sua matricula; II – o cargo, função ou emprego; III – o símbolo, nível ou referencia salarial; IV – o local para onde se deslocará; V – a descrição sintética da tarefa a ser executada; VI – o prazo provável de afastamento e importância total a ser paga. §1º - no caso de vereador, deverá constar o solicitado nos itens IV, V e VI deste artigo; §2º - na hipótese de ser autorizada a prorrogação do prazo de afastamento, o usuário fará jus às diárias correspondentes ao período prorrogado. Art. 4º- Quando, por qualquer motivo, não se efetivar o afastamento, o pretenso usuário, restituirá, no prazo estabelecido neste artigo, o valor das diárias percebidas e as passagens. Art. 5º- A competência para autorizar a concessão de diárias, é exclusiva do Presidente da Mesa Diretora. Parágrafo único. Nos casos que o Presidente da Mesa Diretora for beneficiado com diárias, caberá ao Vice-Presidente da Mesa Diretora a competência prevista no caput deste artigo. Art. 6º - A responsabilidade pelo controle das viagens e da prestação de contas será feita pelo Motorista através do Boletim Diário de Trafego, conferida pelo Setor de Recursos Humanos e Controlador Interno e caberá ao Presidente desta Casa Legislativa a fiscalização para Empenho e Pagamento. Art. 7º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente, criadas se inexistentes e suplementadas se necessário. Art. 8º - O Presidente da Câmara Municipal tomará todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e fiscais, para o fiel cumprimento da presente Lei. Art. 9º - Os casos omissos nesta Lei serão regulamentados por Portaria expedida pela Mesa Diretora. Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 11 - Revoga-se a Resolução Nº 694/2002. Prosseguindo, o Vereador João Siqueira Magalhães apresentou o Relatório Final da Comissão Especial de Inquérito, que segue na íntegra: **ASSUNTO: COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - INSTALADA COM OS SEGUINTES OBJETIVOS: 1 -** Verificar o não repasse dos recursos destinados a CAPPS/CAMEDS, descontados dos servidores em contracheques. **2 -** Verificar a destinação (investimentos) destes recursos não repassados, de responsabilidade do Poder Público Municipal. **3 -** Verificar o não repasse dos recursos destinados a CAPPS de responsabilidade do Gestor Municipal.

INTRODUÇÃO: A Comissão Especial de Inquérito foi deflagrada após os diretores e o responsável do Departamento Jurídico da CAPPS/CAMEDS terem comparecido ao Plenário da Câmara de Vereadores de Miracema, levando ao conhecimento dos Vereadores os seguintes fatos: a) Não houve repasse de recursos destinados a CAPPS relativo ao FPP (verba previdenciária), tanto no que refere a parte dos servidores (descontados em folha de pagamento) quando na parte PATRONAL (responsabilidade do ente público); b) A dívida da PMM para com a CAPPS tem-se acumulado, gerando sérias preocupações com a saúde financeira da Autarquia, o que virá a prejudicar a aposentadoria dos funcionários. Para o convênio médico CAMEDS, também não estão sendo feitos os repasses, o que o torna quase impedido de exercer suas funções. O jurídico do CAPPS comunicou que as medidas legais cabíveis já tinham sido tomadas e a comunicação ao Senhor Prefeito já havia sido feita (anexo nº 01). Diante dos fatos os Vereadores discutiram e resolveram instalar uma Comissão Especial de Inquérito (CEI), sendo os membros indicados e nomeados pelo Senhor Presidente da Câmara e apoiados pelos demais edis. **DESENVOLVIMENTO -** A Comissão reuniu-se e ficou assim composta: **Presidente:** Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno; **Relator:** Vereador João Siqueira Magalhães; **Membro:** Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. A Comissão convidou a Diretoria da CAPPS/CAMEDS, Presidente Senhor José Francisco Sentinelli, o Tesoureiro, Sr. Arnaldo José Franco Padilha e o Procurador Jurídico, Dr. Hanry Felix El-Khouri, que compareceram ao Plenário Francisco de Freitas rigorosamente no horário estabelecido pela única convocação (anexo). Relataram os fatos e trouxeram documentos apensados a este relatório, para corroborar suas declarações (anexo). Quanto ao Convênio Médico CAMEDS à dívida remonta a 2012, ao governo anterior, uma vez que, por seis meses o gestor não repassou os recursos, com base em parecer do Controlador Interno à época, fato que foi refutado por inconstitucionalidade. No ano de 2013, já nesta gestão, o gestor continuou a prática de não repasse, o que tem se estendido de forma continua a 2014, segundo os Diretores, tem causado sérios prejuízos ao CAMEDS, uma vez que os recursos estão exaurindo com o pagamento, em dia, dos profissionais de saúde que prestaram serviços à Entidade (anexo). Ao que se refere à CAPPS, os fatos narrados são os que seguem: Embora a Câmara tenha votado, no final de 2012 o parcelamento da dívida de 1996 não foi consolidada a resolução por ser final de ano (Lei em anexo). A Câmara (gestão 2013/2016) votou o Parcelamento da dívida de 1996 e parte de 2013 (Lei em anexo). Mesmo assim o Poder Público continuou com a prática ilícita de retenção e não repasse das verbas destinadas à CAPPS e o CAMEDS, ver artigo

14 e parágrafos da Portaria do Ministério da Previdência Social de 10/12/2008, Publicada no DOU em 12/12/2008 (anexo). Diante dos fatos relatados julgou-se conveniente, até pelo direito de defesa, convidar o Secretário Municipal de Fazenda, para esclarecer os fatos (anexo). Nenhum membro do Governo Municipal compareceu as reuniões, sendo que no dia 24/11/2014 foi apresentado um atestado médico do Secretário de Fazenda Licenciado por motivo de doença por um dia (anexo). Por último, convocou o Secretário Interino de Fazenda dando-se amplo direito de defesa e esclarecimentos, mas é certo que este, também não atendeu a convocação desta comissão especial de inquérito. **DADOS POSITIVOS -** A conscientização dos Vereadores da real situação da CAPPS/CAMEDS. A tomada de providências da Câmara Municipal. **PONTOS NEGATIVOS -** A recusa sistemática de membros do governo municipal em comparecer nas reuniões às quais foram previamente convocados. Cumpre a esta Comissão concluir que a atuação da CAMEDS é realmente preocupante, podendo atingir física e economicamente os funcionários pela quebra do contrato com os profissionais da saúde, uma vez que, a cada mês, os recursos minguaram o que pode levar a inadimplência. E que o não repasse das verbas previdenciárias (servidor e patronal) configura crime de "Apropriação Indébita Previdenciária", crime este tipificado no artigo 168-A do Código Penal. Que a regularização urgente e imediata se faz necessária para que os servidores possam estar tranquilos ao direito inalienável de uma saúde e uma aposentadoria digna de um cidadão que paga seus impostos e trabalha merecendo este benefício, até porque, os valores referentes a manutenção do CAMEDS são rigorosamente descontados em seus contracheques, ou seja na fonte, pelo ente público que concretamente não os tem repassado como deveria ao referido convênio médico. Insta salientar que novamente o Secretário de Fazenda quedou-se inerte, demonstrando todo o seu pouco caso e falta de atenção para com esta Comissão Especial de Inquérito. Tendo em vista a falta injustificada do Secretário Municipal de Fazenda, ou de seu representante legal, que foi convocado diga-se reiteradamente por diversas vezes, demonstrando assim imensurável insensibilidade e total desprezo à gravíssima situação dos fatos, bem como, tremenda falta de respeito dos Exmos. Vereadores componentes desta respeitável Casa Legislativa e ainda dos servidores públicos municipais (ativos e inativos), estes os maiores prejudicados e interessados na conclusão desta CEI, ficou deliberado por esta comissão especial de inquérito, o seguinte: **1 –** Ficou amplamente comprovado que de fato o Município de Miracema-RJ é devedor das verbas inerentes ao FPP (Verba Previdenciária) e do Convênio Médico CAMEDS, este gerido pela CAPPS, conforme os inúmeros

documentos apresentados pela Caixa de Previdência que instruem o respectivo procedimento apuratório. **2 –** Que restou apurado por esta CEI, que os valores devidos pelo Município de Miracema-RJ ao convênio médico **CAMEDS** até a data de 30/10/2014 é de R$ 1.184.980,30 (um milhão, cento e oitenta e quatro mil, novecentos e oitenta reais e trinta centavos), acrescidos de multa R$ 245.552,74 (duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e quatro centavos) e juros R$ 151.694,73 (cento e cinquenta a um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos), cujo montante total alcança o valor de **R$ 1.582.227,98 (um milhão, quinhentos e oitenta e dois mil, duzentos e vinte e sete reais e noventa e oito centavos)**, sendo que os valores devidos pelo Município de Miracema-RJ à **CAPPS** até a data de 30/10/2014 totalizam **R$ 7.464.536,70 (sete milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil quinhentos e trinta e seis reais e setenta centavos),** valor já devidamente corrigido, que juntos somados perfazem o astronômico e absurdo valor de exatos **R$ 9.046.764,68 (NOVE MILHÕES QUARENTA E SEIS MIL SETECENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS) até a data de 30/10/2014. 3 –** Que foi dado ao Município de Miracema-RJ, na pessoa de seu Secretário Municipal de Fazenda ou de seu representante legal, a oportunidade de apresentar defesa, no sentido de informar a esta comissão especial de inquérito, onde foi aplicado os valores acima discriminados **(R$ 9.046.764,68)** comprovadamente desviados dos cofres da CAPPS e CAMEDS, sendo certo, que reiteradamente convocado, o mesmo não atendeu a nenhum chamado desta comissão, o que por si corrobora integralmente às alegações da CAPPS e CAMEDS, e reforça o entendimento de que de fato houve a incidência dos crimes de apropriação indébita previdenciária tipificado no Art. 186 – A do código penal, do crime de apropriação indébita tipificado no Art. 186 do código penal e ainda do ato de Improbidade Administrativa tipificado no Art. 11 da Lei nº 8.429 de 02 de Junho de 1992, pelo comprovado e inequívoco desvio de verbas públicas. **4 –** Em virtude do não atendimento por parte do Secretário Municipal de Fazenda ou de seu representante legal, às inúmeras e reiteradas convocações desta CEI, os componentes desta comissão especial de inquérito, decidem **DECRETAR A REVELIA** do Município de Miracema-RJ, tendo em vista que, devidamente intimado, repita-se, por inúmeras e reiteradas vezes, o mesmo não atendeu às convocações da comissão especial de inquérito, o que a nosso ver deixa claro a sua culpabilidade em relação à gravidade dos fatos ora apurados, uma vez que de fato resta impossível justificar o injustificável. **5 –** Assim sendo, esta comissão especial de inquérito finaliza o respectivo procedimento apuratório e decide o seguinte: **A –**

Reconhecer expressamente a dívida do Município de Miracema-RJ para com a **CAPPS** no valor de **R$ 7.464.536,70 (sete milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil quinhentos e trinta e seis reais e setenta centavos)** apurada até a data de **30/10/2014**, conforme planilha discriminada acostada ao presente procedimento. **B –** Reconhecer expressamente a dívida do Município de Miracema-RJ para com o convênio médico **CAMEDS** no valor **de R$ 1.582.227,98 (um milhão, quinhentos e oitenta e dois mil, duzentos e vinte e sete reais e noventa e oito centavos)** apurada até a data de **30/10/2014,** conforme planilha discriminada acostada ao presente procedimento. **DA CONCLUSÃO FINAL** - Diante dos fatos acima narrados, esta comissão especial de inquérito reconhece expressamente que o Município de Miracema-RJ, através de seu gestor atual e do Secretário Municipal de Fazenda, incorreu nos crimes tipificados nos Artigos 186 e 186-A do Código Penal, bem como, cometeram Ato de Improbidade Administrativa tipificado no Art. 11 da Lei nº 8.429 de 02 de Junho de 1992, eis que, comprovadamente reteram dolosamente da remuneração dos servidores públicos municipais de Miracema-RJ, os valores correspondentes ao FPP (Verba Previdenciária) e do convênio médico CAMEDS, verbas estas específicas ao custeio e manutenção das aposentadorias, pensões e do convênio médico dos servidores, e comprovadamente as desviaram ilegalmente para outros fins. Assim sendo, esta comissão especial de inquérito determina que a Presidência desta respeitável Casa Legislativa, comunique em caráter de urgência, antes mesmo do recesso parlamentar previsto para o próximo dia 11/12/2014, a todos os órgãos fiscalizadores competentes, diga-se, **Ministério Público Federal – TCE-RJ – Polícia Federal – Ministério da Previdência – CGU – Controladoria Geral da União – Ministério Público Estadual Tutela Coletiva Núcleo Santo Antônio de Pádua – Meritíssimo Juiz Titular da Comarca de Miracema – Ministério Público Criminal da Comarca de Miracema-RJ** e todos os outros que se fizeram necessários, munidos da cópia integral deste procedimento apuratório, para que fiquem cientes do ocorrido e possam tomar as medidas legais e cabíveis, pelos atos ilícitos praticados comprovadamente pelo gestor do Município de Miracema-RJ e pelo secretário Municipal de Fazenda, é o que entende ser de direito esta Comissão Especial de Inquérito. Relatório assinado pelos Vereadores Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, Presidente da Comissão, João Siqueira Magalhães, Relator da Comissão e Paulo Sérgio de Azevedo, membro da Comissão. Os encaminhamentos dos documentos foram aprovados por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que vimos por diversas

vezes o Procurador da CAPPS/CAMEDS utilizar a Tribuna Livre desta Casa Legislativa para explicar os problemas do não repasse dos valores para a CAPPS e CAMEDS, assim a Câmara de Vereadores precisava tomar algum tipo de atitude, pois a primeira função dos Vereadores é fiscalizar a tomar as providências cabíveis. Esclareceu que ficou muito preocupado com a situação da CAMEDS, pois aqueles que possuem este Plano de Saúde podem ter um pouco de tranquilidade nas questões de saúde. Acrescentou que quando este Plano de Saúde foi lhe apresentado achou o referido muito benéfico para os funcionários, dando uma segurança para o funcionalismo público municipal e seus familiares. Aduziu que existe uma despesa mensal quase fixa pela CAMEDS, entretanto o não repasse dos valores pela Prefeitura Municipal está prejudicando este pagamento. Disse que por diversas vezes pediu para que os problemas fossem mostrados para o Sr. Prefeito, sendo que existem boatos de que a CAPPS/CAMEDS estaria cobrando juros muito alto, porém a Prefeitura Municipal foi chamada diversas vezes para que ela pudesse se manifestar e não o fez. Explicou que quando uma pessoa não comparece para contestar os fatos de que está sendo acusada, ela os aceita como verdadeiros. Acrescentou que sabe do estado de saúde do Secretário Municipal de Fazenda, sendo um dos primeiros a ver sua radiografia, tendo ficado assustado com sua situação, pois acredita que seu estado é muito grave e que ele deveria ser submetido a uma cirurgia. Apesar disto, foi sugerido que fosse enviado um substituto que conhecia os fatos para poder esclarecer tudo, entretanto isto não foi feito. Por fim, disse que que estes documentos serão remetidos aos órgãos competentes para que sejam tomadas as providências cabíveis, acreditando que pelo menos um dos órgãos tomará algum tipo de atitude. Acrescentou que o objetivo da Câmara de Vereadores é resolver o problema e encontrar uma solução, pois a Comissão Especial não conseguiu apurar para onde foi o dinheiro e é terminantemente proibido o desvio de verba previdenciária para qualquer outra despesa, assim, acredita que a Comissão cumpriu seus trabalhos. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Câmara vem sofrendo uma pressão externa muito grande para resolver todos os problemas da CAPPS/CAMEDS, acrescentando que os Vereadores possuem as funções de fiscalizar e legislar. Dessa forma cabia aos Vereadores encaminhar a documentação aos órgãos competentes para que eles tomem as devidas providências e isto será feito. Prosseguindo, esclareceu que foi aberta uma CPI no final do ano de 2012 e ela não foi encaminhada para os órgãos competentes, uma vez que os Vereadores da época não tiveram tempo hábil para a conclusão. Destacou que o relatório da Comissão já está pronto com diversas documentações juntadas, sendo que já

encaminhou diversos documentos para a CAPPS/CAMEDS e não obteve nenhuma resposta. Aduziu que os maiores interessados e prejudicados nesta situação são os servidores e os Vereadores responsabilizarão as pessoas que devem ser responsabilizadas. Esclareceu que a CAPPS vem sendo mal administrada há muito tempo e este fato é muito preocupante, pois são os funcionários que escolhem o Presidente e Tesoureiro, assim os funcionários devem se mobilizar para mudar estes fatos. Continuando, fez a leitura de alguns pontos do Relatório da CPI criada em 2012, sugerindo que ela também fosse encaminhada para os órgãos competentes tomarem as medidas cabíveis. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que devemos criar metas e priorizar os objetivos, assim acredita que devemos priorizar os trabalhos da Comissão Especial de Inquérito, devendo ser apurados os fatos do passado e encaminhar os documentos da maneira correta. Esclareceu que amanhã já podem ser iniciados os devidos encaminhamentos, pois estamos no final do período legislativo e não teremos tempo hábil para obter novos documentos. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que não deseja desviar o foco dos trabalhos, sendo que os documentos da Comissão Especial de Inquérito serão encaminhados a partir de amanhã, sendo que sua sugestão é encaminhar os documentos que já estão prontos e não será preciso de nenhum outro documento. Acrescentando que os Vereadores devem dar uma resposta aos funcionários públicos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que a CPI instaurada em 2012 teve o objetivo de apurar diversos problemas na CAPPS/CAMEDS, inclusive alguns problemas graves, acreditando que o encaminhamento deve ser realizado de maneira distinta e independente, pois os assuntos são diferentes. O Vereador Hugo Fernandes afirmou que seu objetivo é este, fazer dois documentos distintos, pois os assuntos são realmente diferentes. O Vereador João Siqueira Magalhães agradeceu os Vereadores por terem aprovado por unanimidade os trabalhos da Comissão Especial de Inquérito, pois demonstraram interesse em resolver os problemas que preocupam os funcionários. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou a leitura do Relatório da CPI de 2012. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura do relatório. Os encaminhamentos dos documentos referente a Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada em 2012 foram aprovados por unanimidade. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que podemos observar que o maior patrimônio da Prefeitura Municipal, o servidor público, está sendo desvalorizado e tratado de uma forma irresponsável, pois os valores estão sendo descontados de seus salários e não são devidamente repassados. Espera que os órgãos possam tomar as atitudes devidas e punir os verdadeiros responsáveis pela situação

atual, pois os Vereadores estão lutando pelos direitos dos funcionários. Destacou que convocar a CAPPS com as novas informações e investigar toda a verdade sobre os fatos, pois este grave ato de improbidade administrativa está prejudicando os servidores. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que o Vereador Presidente Hugo Fernandes conduziu esta Casa Legislativa com bastante zelo e ordem com a coisa pública, esclarecendo que se ele for Neymar o Vereador Hugo Fernandes é o Messi. Acrescentou que esta Casa Legislativa foi conduzida com muita ordem e com muito respeito, melhorando muito o ambiente de trabalho dos Vereadores. Esclareceu que ficou muito satisfeito com a conclusão da Comissão Especial de Inquérito, sendo que nunca ficou contra nenhum tipo de ato fiscalizador, seja fazendo parte do governo ou não. Dessa forma, os documentos serão encaminhados aos órgãos competentes para que sejam tomadas as providências cabíveis. Por fim, solicitou uma Moção de Aplausos para o Sr. Paulo Roberto Monteiro Santos, por ter participado e representado muito bem o Município de Miracema na 16ª Volta Internacional da Pampulha em Belo Horizonte. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou os trabalhos da Comissão Especial de Inquérito, pois foi apurado grande parte dos fatos que vem ocorrendo no Município. Destacou que a situação da CAPPS/CAMEDS vem causando diversos transtornos para o Município e gostaria que todos os servidores deveriam tomar ciência dos fatos que vêm ocorrendo com o passar dos anos da Caixa de Previdência, pois estes problemas só serão resolvidos quando fossem apurados e investigados todos os anos da existência da CAPPS. Acrescentou que a partir de hoje demos pensar qual seria o próximo passo, uma vez que todas as pessoas que erraram devem responder por seus erros, assim devemos começar a agir para resolver os problemas. Por fim, disse que estes fatos são muito sérios e que todos os Vereadores possuem o objetivo de resolver este problema, pois não adianta resolver os problemas do repasse para depois constatar que a Caixa de Previdência está sendo mal administrada. Destacou que a iniciativa da resolução destes problemas deve ser principalmente dos servidores, pois eles são os maiores prejudicados pela situação. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a Câmara Municipal já reconheceu as dívidas existentes entre os anos de 1996 e 2013, sendo que a dívida foi parcelada em vinte anos, por isso devemos encontrar uma solução onde os funcionários recuperem seus benefícios, sendo que foi dada a oportunidade para a justiça definir a situação. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva destacou que além de reconhecer a dívida também devemos verificar onde foi o dinheiro do passado também, pois não podemos

simplesmente parcelar as dívidas e esquecer tudo. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 11/12/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e treze da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Paulo César da Cruz de Azevedo e Maria Alessandra Leite Freire. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, capítulo 01, Versículos de 01 à 03. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 09 de dezembro de 2019. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que estamos antecipando a Reunião Ordinária do dia 26 de dezembro. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a Formatura do 9º Ano do CIEP 143 – E. M. Professor Álvaro Augusto da Fonseca Lontra; 02) Carta do Sr. Silvestre José Gorni agradecendo a Moção de Pesar recebida. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Aplausos para os Organizadores da Cantada de Natal que foi realizada na Escola Miracemense, os parabenizando pelo belíssimo evento organizado. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam atendidas as necessidades da população miracemense em relação às lâmpadas queimadas, tendo em vista que existem diversas ruas escuras pelo Município de Miracema, causando insegurança e riscos aos munícipes. Deferido. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. Luís Leite, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 04) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a troca das lâmpadas nas Ruas Francisco de Poli (em frente ao nº 212), Bairro Jardim Beverly, tendo em vista que as referidas lâmpadas se encontram queimadas,

causando insegurança e riscos aos munícipes. Deferido. 05) Vereador Maurício Moção de Aplausos solicitou uma Moção de Aplausos para os Diretores, Professores e todos os Funcionários da Creche Vereador Arquimedes Respicio De Barros, os parabenizando pela belíssima Festa de Encerramento do Ano Letivo, realizada na Quadra João Bueno, no dia 09 de dezembro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 12/12/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2019.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número setenta e um, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Alexandre Barbosa Machado**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Coronel Pedro Bastos, nº 614, Distrito de Venda das Flores, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 09, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício AMD/PMM nº 001/2014 da Secretaria Municipal de Administração. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 02) Projeto de Decreto Legislativo que Julga as

Contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo de Miracema, de autoria da Mesa Diretora. O Vereador Hugo Fernandes informou que enviou um convite de ciência ao Sr. Ivany Samel informando a data da votação das contas do exercício de 2012, esclarecendo que segundo as informações dos funcionários que foram em sua residência o Sr. Ivany se recusou a assinar o recebimento do convite seguindo a orientação de seu advogado. Entretanto o convite vai ficar a disposição aqui na Câmara para o caso do Sr. Ivany mudar ideia. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que gostaria que fosse registrado existe um ofício do Tribunal de Contas onde consta que o atual gestor se omitiu em prestar algumas informações referentes às contas do exercício de 2012, pois acredita que este ofício não foi lido. O Vereador Hugo Fernandes informou que o Relatório Final sobre a prestação de contas pode ser lido inteiramente, caso este seja o desejo dos Vereadores, entretanto o referido possui mais de cem folhas. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está reclamação não está inserida dentro da prestação de contas, mas se lembra de ter visto este documento nesta Câmara Municipal. O Vereador Hugo Fernandes disse que todos os documentos que chegam nesta Casa Legislativa são lidos e registrados em ata. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que através de uma pesquisa na Secretaria este fato será esclarecido; 03) Ofício Circular nº 003/2014 da Câmara Municipal de Volta Redonda-RJ; 04) Ofício nº 018/2014 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ sobre a Contribuição Sindical; 05) E-mail apresentando o II Congresso Brasileiro de Concurso Público, que será realizado pela ERX do Brasil, entre os dias 05 e 08 de maio em Foz do Iguaçu/PR; 06) Telegramas NºRef: 026252/MS/SE/FNS, 026250/MS/SE/FNS, 000523/MS/SE/FNS, 022131/MS/SE/FNS, 008675/MS/SE/FNS, 004580/MS/SE/FNS, 022132/MS/SE/FNS, 030482/MS/SE/FNS, 012630/MS/SE/FNS, 026251/MS/SE/FNS, do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 07) Ofício PMM/SEFAZ nº 013/2014 da Secretaria Municipal de Fazenda encaminhando esclarecimentos sobre indicação. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Gideão Duarte Gonçalves solicitaram cópia deste ofício; 08) Ofício PMM/SEFAZ nº 012/2014 da Secretaria Municipal de Fazenda encaminhando esclarecimentos. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Genessi Rodrigues da Silva, Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a

Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vista a Secretaria Municipal de Educação, no sentido de que seja estudada a minuta de Lei sobre os uniformes escolares, já encaminhada anteriormente. Deferido. 02) Vereador Alexandre Barbosa Machado - Ao Gerente da Caixa Econômica, Sr. Cleber de Oliveira Bravo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalado um posto do "Caixa Aqui" em Venda das Flores, 2º Distrito de Miracema, a fim de proporcionar aso moradores da referida localidade mais conforto e comodidade para que possam receber seus proventos e efetuarem pagamentos diversos sem precisarem dirigir-se a cidade. Aprovado. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a reforma do calçamento próximo a capela mortuária, tendo em vista que existem diversos munícipes reclamando da mal conservação do referido piso. Deferido. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente do DER - Solicitação no sentido de que envida esforços a fim de que seja realizada a pavimentação de um trecho da Rua da Capela Mortuária de aproximadamente 20m de comprimento, por 5m de largura, tendo em vista que os moradores estão reclamando das irregularidades do calçamento onde passa o carrinho que carrega os corpos das pessoas falecidas. Aprovado. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães - Ao Ilmo. Secretário Estadual de Ciências e Tecnologia do RJ, Sr. Gustavo Reis Ferreira (Gustavo Tutuca) - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalada no Município de Miracema uma Faculdade Pública. O referido pedido como base o fato de que a Faculdade Tecnológica é ligada diretamente à Fundação de Apoio a Escola Técnica (FAETEC) do Estado do Rio de Janeiro. Aprovado. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vista ao Conselho do FUNDEB, no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa a Prestação de Contas do FUNDEB referente ao ano exercício de 2013, incluindo cópia da ata do Conselho aprovando ou não as referidas contas. Deferido. 07) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando que aproximadamente 40% das ruas do Município e de seus Distritos estão asfaltadas e um dos objetivos do atual governo é atingir 59% de asfaltamento, já que o Centro do Município se encontra tombado pelo patrimônio histórico; Considerando o convênio do Município com a

CEDAE, onde o Município ficou responsável pelo fechamento dos buracos; Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalada no Município de Miracema uma usina de asfalto de pequeno porte com o objetivo de atender o Município e seus Distritos. Deferido. 08) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - À Direção da AMPLA - Solicitação no sentido de que esta companhia realize o aumento de carga na rede de distribuição de energia elétrica, para a localidade conhecida como Fazenda do Batatal, uma vez que vem ocorrendo picos de energia diariamente, prejudicando todas as propriedades e residências da referida comunidade. Esclarecemos que a referida solicitação foi feita pelos moradores da localidade, especialmente o Sr. Joelson da Godan e Sra. Rosangela Machado. Aprovado. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Hugo Fernandes e o Prefeito Municipal irão assinar este Requerimento. 09) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a construção do meio fio na Vila Souto, especialmente próximo a residência nº 126. Esclareço que no local não existe energia elétrica, pois é preciso que o meio fio seja construído para que possa ser realizada a instalação de um poste de luz. Deferido. 10) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalada uma Subprefeitura no Distrito de Paraíso do Tobias para atender as necessidades e reivindicações dos moradores daquela localidade. Esclarecemos que o antigo prédio do Matadouro poderia ser utilizado para instalar a Subprefeitura de Paraíso do Tobias. Deferido. 11) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Miracema - Solicitação no sentido de que seja prorrogado o prazo, por mais 30 (trinta) dias, para apurar as irregularidades apontadas na Resolução nº 1133, de 11 de janeiro de 2013 e Portaria nº 52, de 09 de agosto de 2013. Aprovado. 12) Vereador Hugo Fernandes - À TELEMAR - Solicitação no sentido de que seja realizada a instalação de um orelhão na Comunidade do Conde, tendo em vista que não existe sinal de celular na localidade, colocando assim os moradores na condição de isolamento. Aprovado. 13) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja efetuado um estudo com carinho, no intuito de calçar as ruas da Comunidade do Conde, tendo em vista que a falta de calçamento

está causando transtornos para os moradores. Deferido. 14) Vereador Hugo Fernandes - Ao DER - Solicitação no sentido de que seja instalado um quebra-molas na extensão da Comunidade do Conde, bem como, que seja instalado um guard rail, no intuito de evitar acidentes. Aprovado. 15) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja estudada tecnicamente a possibilidade de disponibilizar um médico, uma vez por semana, na Comunidade do Conde, tendo em vista que existem cerca de 200 (duzentos) moradores na localidade. Aprovado. 16) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalada uma antena repetidora de telefonia celular rural na Comunidade do Conde, tendo em vista que na localidade não existe sinal de nenhum celular na localidade. Aprovado. 17) Vereador Hugo Fernandes - Ao Diretor Regional da AMPLA, Sr. José Américo Daher Rocha - Solicitação no sentido de que seja atendida, na medida do possível e com urgência, a solicitação feita pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, através do Ofício PMM/SMOU 066/2013 de 19 de junho de 2013, requerendo 600m de extensão de rede para efeito de iluminação pública na Avenida Samel. Tal solicitação se faz devido ao aumento de residências naquela localidade, tornando perigosa a falta de iluminação, tendo em vista diversos trabalhadores e estudantes que ali transitam durante a noite. Aprovado. 18) Vereador Hugo Fernandes - Ao Diretor Regional da AMPLA, Sr. José Américo Daher Rocha - Solicitação no sentido de que seja realizada a colocação de 02 (dois) ou 03 (três) postes de iluminação na Rua próxima à Zona Rural e próxima ao Sítio Recreio, conforme conta de luz em anexo. Tal solicitação irá beneficiar a nova Rua feita no referido lugarejo, beneficiando diversas famílias que ali residem. Aprovado. 19) Vereador Hugo Fernandes - Ao Diretor do DEMUTRAN, Sr. Gilberto Pereira da Silva - Cumprimentando-o cordialmente, venho através deste, após reunião realizada com os representantes das empresas que prestam serviço de transporte público em Miracema, bem como na presença do Sr., solicitar algumas ações, que entendemos ser pertinentes no que tange aos pontos de ônibus: ➔ Pontos de ônibus no sentido Venda das Flores: a) Rodoviária; b) Marechal Floriano; b.1) Em frente à loja do João; b.2) Em frente ao Fat Cat Bistrô (antiga locadora do Serginho); c) Praça das Mães; c.1) Em frente à Escola de Música; d) Avenida Carvalho; d.1) Posto Pirâmide; d.2) Prudente de Moraes; d.3) Casa do Maurício Constâncio; d.4) Açougue do Colombinho;

d.5) Padaria da Maria; ➔ Pontos de ônibus no sentido Venda das Flores / Santo Antônio de Pádua: a) Avenida Carvalho; a.1) Mulins Material de Construção; a.2) Casa do Wilson Marinho; a.3) Igreja Assembleia de Deus; a.4) CEDAE; b) Marcelino; c) Igreja Matriz; d) Fundação; e) Rodoviária. Importante mencionar que será necessária a extinção de duas vagas de carro, perto dos pontos de ônibus que ficam próximos as esquinas, assim serão evitados engarrafamentos. Deferido. 20) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Diretor do DEMUTRAN, Sr. Gilberto Pereira da Silva - Solicitação no sentido de que seja estudado novamente o local dos pontos de ônibus localizados na Rua Marechal Floriano, tendo em vista que a existência de dois pontos de ônibus na referida rua pode ocasionar congestionamento. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu existem reclamações dos munícipes em relação ao aumento da taxa de iluminação pública, pois ela aumentou 10% (dez por cento) e o investimento nesta área está sendo ínfimo. Acrescentou que viu um alvará onde anteriormente era cobrado R$ 300,00 (trezentos reais) e agora está sendo cobrado aproximadamente R$ 600,00 (seiscentos reais). Por fim, esclareceu que existe um grande desejo da população em entrar com um processo coletivo para que a situação do Código Tributário seja revisto, acreditando que a situação da violência atual é fruto de um problema social. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a taxa de iluminação pública era para ser utilizada apenas com investimento na iluminação pública, sendo que o valor cobrado era suficiente. Continuando, o Vereador João Siqueira Magalhães disse que a gestão passada deixou uma dívida bem consistente na APAE, entretanto a Prefeitura Municipal possui recursos para serem transferidos para a referida entidade, sendo que a APAE não vem recebendo as verbas devido à falta de sua prestação de contas. Acrescentou que o Município estava enfrentando alguns problemas em relação ao CAUC, sendo que recebeu um documento da CAPPS onde consta uma dívida de aproximadamente R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), solicitando que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que a CAMEDS possui um grande risco de passar por dificuldades, podendo inclusive falir. Acrescentou que está fazendo um alerta para as atitudes serem tomadas antes da situação ficar complicada. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que foram

encontrados erros em alguns Projetos de Lei, pois no ofício que encaminha o Projeto menciona uma Lei e o corpo do Projeto revoga outra Lei diferente. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu quando um documento chega nesta Casa Legislativa ele é lido durante a leitura de correspondências, para depois ser encaminhado para a Assessoria Jurídica e Controle Interno, sendo que eles realizam a primeira análise dos Projetos de Lei, para depois os referidos serem encaminhados para as Comissões. No caso da Assessoria Jurídica ou do Controle Interno encontrarem equívocos nos Projetos, eles não são encaminhados para as Comissões e são tomadas as providências cabíveis. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que não acredita que o erro no Projeto de Lei foi realizado de má fé e sim ocorreu devido a uma falha humana. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que detectou falhas no Decreto Emergencial feito no início do governo e realizou as devidas denúncias aos órgãos competentes, sendo que o Tribunal de Contas do Estado aceitou a denúncia e irá investigar a situação. Concluindo, disse que tem notado que a Secretaria Municipal de Assistência Social não tem gasto a verba destinadas aos convênios, sendo que se estas verbas não forem utilizadas elas serão diminuídas podendo até serem extintas. Por fim, disse que calculando as pessoas contratadas no mês de novembro do ano passado é possível perceber que existem mais de 80 (oitenta) funcionários trabalhando na Promoção Social. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que hoje o nosso país está mais triste pela morte do cinegrafista da Rede Bandeirante, sendo que a atual situação vivida no Brasil é lamentável, pois diversos marginais estão se envolvendo em atos públicos para praticar vandalismo. Disse que a pessoa que leva um foguete para uma manifestação está premeditando a realização de um crime. Por fim, disse que na Noruega os impostos são enormes, mas todas as pessoas possuem educação inteiramente gratuita, sendo que o transporte e saúde são de ótima qualidade. Disse que as pessoas menos favorecidas estão sendo tratadas como indigentes e os Vereadores não podem permitir este acontecimento, pois os serviços oferecidos pelo Poder Público não condizem com a necessidade da população. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que fez uma emenda no Projeto de Lei para que esta Casa Legislativa pudesse votar as alterações do Código Tributário, sendo que já conversou com o Prefeito sobre estes problemas, entretanto até entende a reclamação da classe menos favorecida, mas ficou sabendo que um médico está

reclamando do aumento do imposto referente ao exercício de sua profissão. Continuando, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhado um ofício ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que seja feito um estudo com o objetivo de que seja realizada uma revisão nos valores dos impostos cobrados sobre a iluminação pública e nos impostos cobrados dos comerciantes, de acordo com o novo Código Tributário. Deferido. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou que fosse realizado um convite para o Secretário Municipal de Assistência Social para que ela possa prestar alguns esclarecimentos em relação ao que foi mencionado no dia de hoje. Deferido. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou que fosse realizado um convite para os representantes da CAPPS/CAMEDS para que eles possam prestar alguns esclarecimentos em relação à dívida existente. Deferido. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que gostaria de uma cópia do documento mencionado pelo Vereador João Siqueira Magalhães, bem como de solicitar que todos os Projetos de Lei que chegarem nesta Casa Legislativa fossem encaminhados para seu gabinete. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Pesar para a Sra. Jane e demais familiares, em virtude do falecimento do Sr. Nemense. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares vai assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Pesar para o Sr. Sinésio Gross e demais familiares, em virtude do falecimento de seu filho Sinésio. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres e Genessi Rodrigues da Silva irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Boas Vindas ao Subtenente Amaral que assumiu o comando do Tiro de Guerra 01-009 Miracema-RJ. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que encaminhou uma minuta de Lei para a Prefeitura Municipal sobre a legalização fiduciária, sendo que este Projeto está sendo estudado, acreditando assim que em breve ele será encaminhado para esta Casa Legislativa. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que na próxima segunda-feira será realizada a eleição para Vice-Presidente desta Casa Legislativa. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um ofício ao Presidente do CMDCA, solicitando informações sobre as eleições que serão realizadas de acordo com a Lei Municipal nº 1.459 de 24 de outubro de 2013. Por fim, fez a leitura das Emendas que serão apresentadas no Projeto de Lei sobre a Regulamentação dos Táxis. Agradecendo a presença de todos

o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 13/02/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

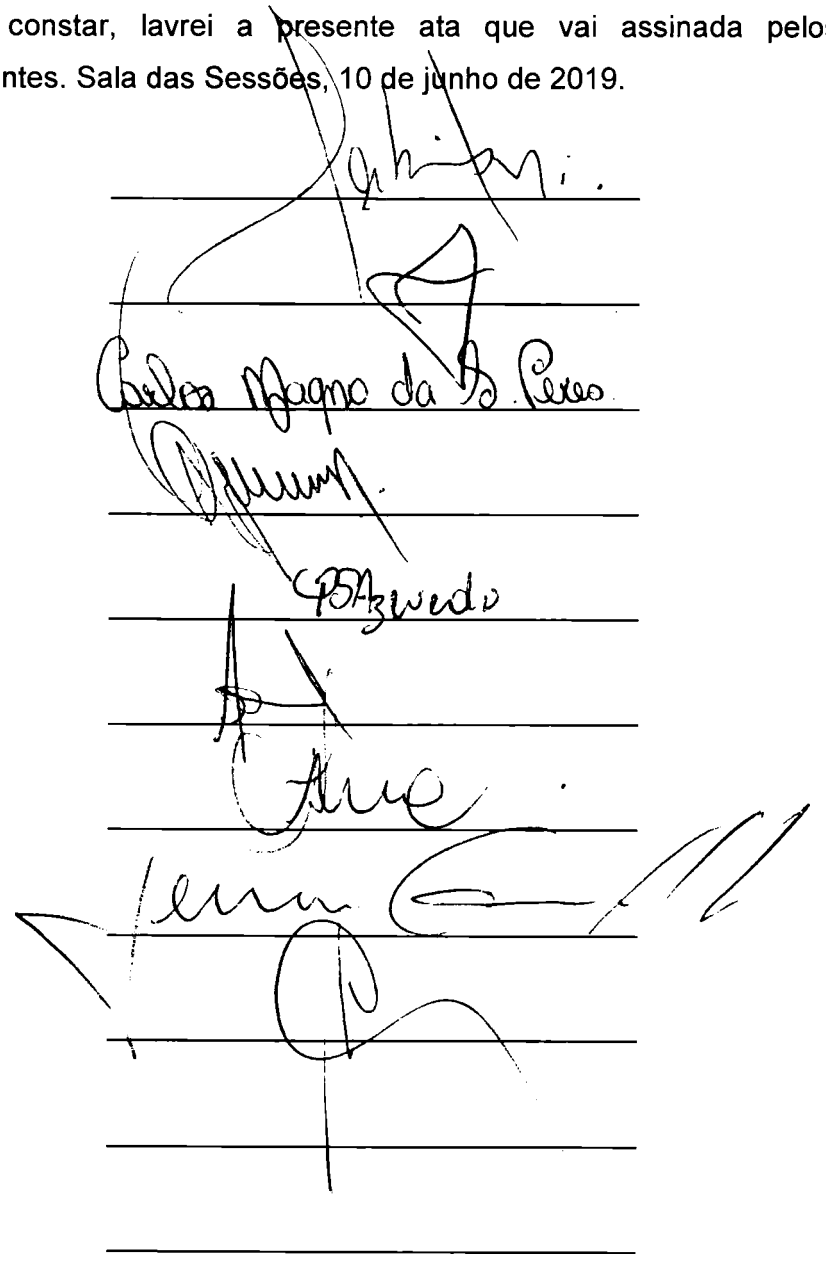
Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e setenta e quatro da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Marcus Felipe Mercante Linhares e Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 10, Versículos de 01 à 04. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 06 de junho de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 21/2019 do Conselho Municipal de Saúde; 02) Notificação nº 103/2019 do Ministério da Tutela Coletiva Santo Antônio de Pádua; 03) Ofício nº 128/2019/ADM da Secretaria Municipal de Administração. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo informou que hoje está ocorrendo uma reunião no Snobs dos empresários de Miracema para eles discutirem sobre os valores de taxas dos alvarás, sendo que foi feito um levantamento e chegamos à conclusão de que Miracema tem a maior taxa de alvará da região, levando em consideração as cidades vizinhas. Acrescentou que é importante que ocorra esse diálogo entre os comerciantes e o Poder Público para encontrarmos um consenso sobre essa questão, acreditando que esse é o momento de começarmos essa discussão. 01) O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para a Sra. Deocleciana Rodrigues de Moura, conhecida carinhosamente como Duca, a parabenizando por sua aposentadoria e pelos 60 anos e 07 meses de trabalho dedicados aos Correios de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção.

02) O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para os Organizadores do "Dia do Meio Ambiente", os parabenizando pelo excelente evento realizado no Mirante. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida – Reiteração - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o reparo do corrimão localizado entre a Rua Deodato Linhares e a Rua Capitão Sena. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e à Secretaria Municipal de Defesa Civil - Solicitação no sentido de que seja solicitado ao engenheiro uma vistoria no vestiário do banheiro localizado no Campo de Futebol do Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que a laje está com risco de queda. Deferido. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Gabinete de Crise de Combate aos Mosquitos - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria no vestiário do banheiro localizado no Campo de Futebol do Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que a laje está acumulando aproximadamente 20 cm de água. Deferido. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire pediu ao Presidente Hugo Fernandes para tentar sensibilizar o governo com o objetivo de responder os ofícios da Câmara Municipal, pois ficamos nos sentindo como se estivéssemos enxugando gelo e ficamos impossibilitados de trabalhar. Acrescentou que o governo poderia até responder que não vão atender os ofícios, mas seria uma forma de dar satisfação para os Vereadores, que são responsáveis e querem ajudar Miracema. 06) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Licitação - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se as empresas abaixo relacionadas ganharam alguma licitação no Município de Miracema ou prestaram algum tipo de serviço, nos anos de 2018 e 2019: a) Oficina de Manutenção e Tornearia Irmão Frauches; b) Irmão Frauches Construções Ltda.; c) Multipeças Pádua Ltda. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Assessoria Jurídica desta Casa está à disposição para tomar as medidas cabíveis em relação a não repostas dos ofícios, podendo inclusive ingressar com ação judicial. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que inclusive pediu a realização de uma revisão no Código Tributário em relação aos alvarás dos comerciantes, sendo que está fazendo uma análise completa no referido Código e verificando os pontos que precisam ser atualizados. Acrescentou que na época da votação existia uma perspectiva de melhora, entretanto aconteceu o

inverso e a situação econômica no país piorou. Dessa forma deveríamos estudar uma saída legal para realizarmos uma revisão no código tributário, pois vários pontos precisam de modificações. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares parabenizou a nova equipe que está atuando no Hospital de Miracema, destacando que o recurso de um milhão de reais que chegou recentemente foi fruto de uma emenda do Deputado Áureo de 2018. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Deputado Federal Áureo Lídio Ribeiro - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja destinado para o Hospital de Miracema, Emenda Parlamentar no valor de R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais), que será de grande importância para a instituição, inclusive para pagamento dos funcionários. Aprovado. Continuando, solicitou que fosse encaminhada uma cópia do referido requerimento para o Prefeito Municipal e para o Hospital de Miracema. 08) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Diretor Operacional da CEDAE - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a implantação de extensão de rede na Rua Antônio Calor (ao lado da RJ 200), no Bairro Jardim Beverly em Miracema. Aprovado. 09) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja retorne com o professor de inglês para o Centro de Convivência Mário Juruna (Centro de Convivência dos Idosos). Deferido. O Vereador José Augusto Martins agradeceu ao Governo Municipal pela obra que está sendo realizada na fonte da Praça Dona Ermelinda. 10) Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Aplausos aos Jovens do Grupo de Castores de Miracema, os parabenizando pelo excelente trabalho que vem sendo realizado no Município de Miracema, inclusive com a distribuição de cestas básicas para a população carente. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 11) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a poda de uma árvore localizada na Rua José Maria da Silva, Bairro Jardim Beverly, em frente ao nº 156, pois os fios estão passando por dentro das folhas gerando riscos aos moradores. Deferido. Por fim, o Vereador José Augusto Martins esclareceu que fez um pedido para colocar latões de lixo em alguns pontos do Município e procurou saber se os referidos latões restariam incomodando a população que mora perto, sendo que as pessoas lhe disseram que os latões não incomodam e sim estão ajudando na limpeza, assim as pessoas estão gratas com a colocação dos latões. 12) Vereador Hugo

Fernandes - À Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que seja realizada a interação desta Secretaria junto ao Corpo de Bombeiros Militar 21º GBM de Itaperuna, solicitando 1 (um) Bombeiro Militar com especialização na área de Primeiros Socorros, para ministrar uma palestra de 4h, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Miracema, especificamente aos praticantes de futebol amador e funcionários públicos. Ressalto a importância do conhecimento, tendo em vista alguns óbitos ocorridos num passado recente em campos de futebol. 13) Vereador Hugo Fernandes - À Presidente do CMDCA, Sra. Silvia Benedicto - Considerando que a Lei Federal 10.097/2000 - Lei do Aprendiz, estipula mínimo de 5% e máximo 15% para contratação de Menores ou Jovens entre 14 e 24 anos. Considerando que em nossa cidade poucas Empresas têm o conhecimento necessário da referida Lei Federal. Considerando que hoje há um grande número de menores necessitando de oportunidade para trabalhar e ajudar nas despesas da família. Considerando que a Lei tem uma grande influência não só na Educação como na capacitação profissional. Encaminho indicação no sentido de que possa ser elaborado um plano de ação voltado para a conscientização das Empresas situadas em Miracema, na importância de contratar um Menor Aprendiz, gerando oportunidade de trabalho e renda, e principalmente o incentivo à Educação Profissionalizante. 14) Vereador Hugo Fernandes - Reiteração do ofício nº 1061/2018 - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja iniciada a troca das lâmpadas das repartições públicas e postes por sistema de lâmpada de LED, visado gerar economia para o Executivo. 15) Vereador Hugo Fernandes - Reiteração do ofício nº 915/2018 - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja elaborado com urgência o Plano Municipal de Saneamento Básico de Saneamento Básico. 16) Vereador Hugo Fernandes - Reiteração do ofício nº 116/2017 - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que sejam construídos pontos de ônibus com recursos próprios ou em parceria com a iniciativa privada (modelo do bairro Caloi), mais precisamente no Carrapichão, Praça dos Boêmios, Trevo da Usina e na saída do Distrito de Paraíso do Tobias para Miracema. 17) Vereador Hugo Fernandes - Reiteração do ofício nº 077/2017 - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que sejam construídas rampas de acessibilidade para cadeirantes nas principais calçadas do Município de Miracema. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa municipal PROMERP Mira, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica a munícipes com situação de hipossuficiência, por

meio de programas, projetos e ações de assistência e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Hugo Fernandes lembrou que na próxima segunda-feira será realizada a segunda votação da LDO. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 17/06/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 10 de junho de 2019.



Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número setenta e sete, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios, Capítulo 13, Versículos de 01 a 03. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/SEFAZ Nº 024/2014 da Secretaria Municipal de Fazenda encaminhando Decreto nº 014 de 2014 que, com base na Receita Tributária do exercício anterior, adequou a Receita e a Transferência do Poder Executivo para o Poder Legislativo Municipal, conforme previsão legal

disposta no § 5º do Artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício; 02) Ofício s/nº da Secretaria Administrava da Câmara Municipal de Miracema encaminhando solicitação do TCE-RJ, no que se refere a documentos para serem providenciados para Inspeção no Legislativo Miracemense. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 03) Ofício PRS/SSE/CSO 4414/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva, Maurício Sant'Ana Soares e Gutemberg Medeiros Damasceno solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício nº 298/14 do Ministério Público da Tutela Coletiva / Núcleo Pádua-RJ; 05) Ofício nº 215/14 do Ministério Público da Tutela Coletiva / Núcleo Pádua-RJ. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício PMM/PGM n º 060/2014 da Procuradoria Geral do Município de Miracema. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício da Sra. Maria José Marques Barros Andrade comunicando que foi exonerada do cargo de Assessor Superior do Prefeito, através da Portaria nº 068/2014; 08) Ofício PMM/GAB nº 100/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal; 09) Ofício da Federação dos Servidores Públicos Municipais do Estado do Rio de Janeiro – FESEP/RJ; 10) Telegramas NºRef: 017122/MS/SE/FNS, 019158/MS/SE/FNS, 009330/MS/SE/FNS e 018108/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 11) Ofício nº 053/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 005/2014. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier e Gideão Duarte Gonçalves solicitaram cópia deste ofício; 12) Ofício nº 055/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 006/2014. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier e Gideão Duarte Gonçalves solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - À Empresa 1001 - Reiterar ofício solicitando linha de ônibus Miracema x Niterói. Esclarecendo que caso não seja possível a empresa realizar este trajeto, que conceda o referido para outra empresa realizar. Aprovado. 02) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Secretário de Estado de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Marcos Vinicius - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que

Miracema seja comtemplada com o PROJETO QUALIMÓVEL. Esclarecemos que o referido Projeto oferece serviços voltados à prevenção, promoção e manutenção da saúde para idosos a partir de 60 anos, em unidades móveis estruturadas e equipadas para procedimentos diretos de odontologia, oftalmologia e geriatria. Aprovado. 03) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretario Municipal de Saúde - Reiteração do ofício 451/2013, de 30 de junho de 2013, encaminhando Minuta de Projeto de Lei que dispões sobre a "Obrigatoriedade do Teste do Pezinho 03 (três) vezes por semana em nosso Município", tendo em vista que o pleiteado é de suma importância para a saúde dos bebês de nossa cidade. Deferido. 04) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que encaminhe a esta Casa Legislativa informações referentes às eleições que deverão ser realizadas para a ocupação dos cargos de Conselheiros Tutelares. Deferido. Concluindo, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que possui o conhecimento que existe uma Resolução do Conselho Tutelar prorrogando os mandatos dos Conselheiros, desrespeitando assim uma Lei Municipal. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que o Vereador Fabrício de Sá Xavier, na tentativa de lhe atingir, através de um problema ocorrido com uma Secretária Municipal em seu governo, ao dizer que durante o governo do Ex-Prefeito Ivany Samel nenhum Secretário saiu algemado. Acrescentou que somente não respondeu as palavras naquele momento, porque respeitou o Sr. Ivany, tendo em vista que foi ele quem saiu algemado de Miracema pela Polícia Federal. Disse que a Secretária Municipal trabalha até hoje na Secretaria de Saúde, sendo uma funcionária competente e eficiente, acrescentando que vai entregar sua homenagem referente ao dia da mulher para ela. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade cumprimentou todos os Vereadores, esclarecendo que está de volta à Câmara Municipal com o objetivo de contribuir com o Município de Miracema. Esclareceu que sua saída da Câmara foi apenas temporária e durante este período tentou auxiliar o Sr. Prefeito da melhor maneira possível. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou sobre sua homenagem no dia das mulheres os nomes das mulheres. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Vereador João Siqueira Magalhães gostaria de homenagear uma Empresa formada por três irmãs, assim gostaria da concordância dos demais Vereadores para poder realizar esta homenagem. Nenhum

Vereador se opôs ao pedido do Vereador João Siqueira Magalhães. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que hoje foi um dia de alegria para Miracema, pois o Município recebeu o Ministro da Pesca Marcelo Crivella. Acrescentou que na reunião ocorrida no Clube XV ficou decidido que Miracema sediará um Projeto sobre a Piscicultura, atendendo todo o Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que todas as palavras ditas anteriormente são verdadeiras, pois jamais tentou denegrir a imagem de alguém, sendo que quando disse que um Secretário não tinha saído algemado no governo do Sr. Ivany, não citou nome de ninguém. Entretanto, houve a irregularidade. Acrescentou que a família da pessoa é idônea e sem nenhum comentário negativo, sendo exemplar, porém, aconteceu a irregularidade, sendo que os gestores ficam submissos aos seus Secretários, pois alguns não lhes contam as verdades. Informou que o Sr. Ivany realmente saiu preso de Miracema, tendo em vista que a Secretária de Administração da Gestão anterior ao do Sr. Ivany dizia para os funcionários procurarem o Ex-Prefeito para que ele assinasse as respectivas baixas nas Carteiras de Trabalho. Acredita que houve uma orientação de má fé para os servidores, entretanto, com o andamento do Processo ficou comprovado que o Ex-Prefeito não agiu de má fé. Esclareceu que a Secretária de Administração poderia e deveria ter solicitado informações ao Procurador do Município para saber quem era a pessoa que deveria assinar as carteiras de trabalho. Por fim, disse que teve muito orgulho de ter participado do governo anterior, pois ele sempre deixou suas portas abertas para todas as pessoas, buscando atender toda a população, sendo que a maior marca do Ex-Prefeito foi possuir todas suas catorze contas aprovadas. Concluindo, o Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos ao Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do RJ, Dr. Aloísio Gama, pelos seus 30 e poucos anos de serviço ao Tribunal de Contas, realizando seu trabalho com zelo e decisão, bem como auxiliando diversas Prefeituras Municipais, uma vez que sempre procura conversar e orientar com os gestores públicos. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Deputado Paulo Feijó (PR-RJ), por ter sido eleito Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, desejando sucesso neste novo desafio. Os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, Maria José Marques Barros Andrade, Genessi Rodrigues da Silva, Paulo

Sérgio de Azevedo, Maurício Sant'Ana Soares e Gilson Teixeira Sales irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, extensivo a todas as pessoas que organizaram o Carnaval Miracemense 2014, parabenizando pelo esforço realizado na organização da Festa, buscando sempre agradar a população de Miracema. Os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, Maria José Marques Barros Andrade, Genessi Rodrigues da Silva e Maurício Sant'Ana Soares irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Solidariedade para o Sr. Juedyr Orsay, Prefeito Municipal, pela Coragem, Determinação e, sobretudo, pela Ética Profissional que nunca lhe faltou. Parabéns pelo empenho, hierarquicamente, junto à Secretaria de Segurança e do Governo Estado do Rio de Janeiro em busca de Segurança para o nosso Município, bem como pelas ações que foram implementadas e que organizaram a Secretaria Municipal de Segurança com aumento de seu efetivo e de suas viaturas. Na oportunidade expressamos nosso Respeito, nossa Solidariedade e o compromisso com a verdade. Os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, Maria José Marques Barros Andrade, Genessi Rodrigues da Silva e Maurício Sant'Ana Soares irão assinar esta Moção. Por fim, o Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que o Sr. Prefeito Municipal teve coragem de alterar o local da realização do Carnaval, sendo que os fatos ocorridos não podem ser imputados a ele. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo agradece as palavras do Vereador Gideão, entretanto sempre buscou colaborar com o Carnaval de forma pessoal e não política. Esclareceu que infelizmente aconteceu um fato ruim no Carnaval, entretanto ele foi um fato isolado e não o retrato geral do Carnaval Miracemense. Acrescentou que o ocorrido no Carnaval não foi por causa de briga, sendo que na verdade não ocorreu tiroteio, pois foi um ato muito pequeno, entretanto, atualmente, alguns fatos pequenos vêm se tornando grandes. Disse que se orgulha de ter feito parte da organização do Carnaval, sempre buscando realizar o melhor para a população. Por fim, esclareceu que todos os eventos de Miracema estão adormecidos por causa de fatos pequenos, sendo que a Polícia Militar agiu rapidamente e conseguiu conter o autor dos disparos. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que as pessoas de bem do Município de Miracema não devem se omitir por causa de meia dúzia de pessoas ruins. O Vereador Gilson Teixeira Sales desejou boas vindas à Vereador Maria José e agradeceu ao Ex-Vereador Alexandre

por ter realizado um trabalho honesto e sério, auxiliando muito os trabalhos da CPI. Por fim, informou que o rapaz que fez os disparos era paciente do CAPS de Miracema e ainda estava em tratamento. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para o Ex-Vereador Alexandre Barbosa Machado, pelos excelentes serviços prestados como Vereador de Miracema, exercendo a função com zelo, carinho e dedicação durante o tempo em que exerceu a função de Vereador Miracemense. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuou dizendo que realmente é preciso fazer algo em relação à violência, entretanto cada Poder deve trabalhar e agir de acordo com seu limite. Acrescentou que o Sr. Prefeito Municipal solicitou ajuda e suporte para fornecer a Segurança necessária no Carnaval. Esclareceu que o Ex-Prefeito Carlos Roberto é um grande exemplo de pessoa honesta, mas por conta das pessoas que ele escolheu para lhe ajudar acabou se prejudicando. Por fim, disse que possui uma grande admiração pelo Vereador Gutemberg e pelo Sr. Ivany, acreditando que a contribuição deles para o Município foi muito maior do que as falhas ocorridas nos respectivos governos. O Vereador Hugo Fernandes disse que o Ex-Vereador Alexandre fez um grande trabalho durante o período em que esteve como Vereador. Continuou desejando sorte ao retorno da Vereadora Maria José, destacando que é muito difícil abrir mão de uma Vereança para participar de uma Secretaria. Esclareceu que, infelizmente, o mau exemplo no Brasil está vindo da parte de cima, pois vemos nossa maior corte absolver bandidos do crime de formação de quadrilha. Com isso algumas pessoas acabam sendo vítimas do sistema, entretanto não podemos isentá-las de sua parcela de culpa, sendo que o efetivo da Polícia Militar fica concentrado em áreas mais populosas e o interior acaba ficando fragilizado. Acrescentou que não acha justo fazer politicagem suja, pois muitas pessoas que viajaram para outras cidades utilizaram as redes sociais para dizer que não deveria ter Carnaval em Miracema, sendo que ninguém elogia os pontos bons, pois nunca viu alguém mencionar que quase não existem mais furtos em Miracema. Esclareceu que cada Poder deve assumir sua parcela de responsabilidade e que a própria população também deve assumir sua própria responsabilidade, acreditando que os Três Poderes deveriam se unir mais. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que Miracema, de alguns anos para cá, vem perdendo algumas referências. Esclareceu que devemos pregar a unidade, pois fica muito triste quando percebe a

discussão entre Vereadores, desejando que o ocorrido hoje seja o ponto final. Por fim, disse que os jovens poderiam ser aprendizes, pois assim aprenderiam a trabalhar ao invés de ficar sem nada para fazer, bem como que Miracema precisa de dias melhores, e que nós devemos nos unir para contribuir de forma efetiva e afetiva. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 13/03/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 13 de março de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e trinta e três, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Mateus, Capítulo 07, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário

da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a Marcha dos Vereadores de 2014, a ser realizada entre os dias 02 e 05 de dezembro; 02) Convite da Escola Municipal de Música 7 de Setembro para o Recital Natalino, a ser realizado no dia 18 de novembro. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 03) Convite da Câmara Municipal de Mangaratiba para a comemoração do Centésimo Octogésimo Terceiro Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município; 04) Ofício PMM/SMAS nº 179/2014 da Secretaria Municipal de Promoção Social encaminhando Relatório de Atividades Desenvolvidas na referida Secretaria no mês de setembro de 2014; 05) Ofício SMSM nº 189/2014 da Secretaria Municipal de Saúde sobre Credenciamento NASF. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício dos Vereadores João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno e Gilson Teixeira Sales para a Presidência do FUNDEB, solicitando a este Fundo, explicações detalhadas, com relação a folha ATA Nº 048, (em anexo) encaminhada a esta Casa Legislativa, onde menciona recursos do FUNDEB utilizados indevidamente. Aprovado. 07) Ofício da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0681/2014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 08) Comunicado Nº CM287655/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Ministério da Educação; 09) Ofício PMM/SEC GOV nº 764/2014 da Secretaria Municipal de Governo encaminhando Projeto de Lei nº 084/2014. Continuando, o Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Daltro dos Santos, conhecido como Daltrinho, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja criada uma Conta Corrente específica para com o objetivo de que seja cumprido o gasto de apenas 2% com as despesas administrativas da Caixa de Previdência (CAPPS). Deferido. 02) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Ministro da Agricultura, Sr. Miguel Soldatelli Rosseto - Solicitação no sentido de que seja

destinado ao Município de Miracema uma colheitadeira para atender os agricultores inscritos no Projeto "Cana Forrageira" que está sendo desenvolvido no Município. Aprovado. 03) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Secretário Estadual de Envelhecimento Saudável, Dr. Marcos Wilson Von Seehausen - Considerando que o envelhecimento populacional vem aumentando consideravelmente, e nós representantes do Poder Público temos que nos preparar para atender esta demanda; Considerando que a maioria da população idosa é independente, entretanto uma minoria precisa contar com o apoio de instituições residenciais de longa permanência; Solicito então a esta Secretaria que, em parceria com a Prefeitura Municipal de Miracema, crie uma instituição de longa permanecia em nosso Município para abrigar e atender aos idosos oferecendo lhes serviços na área social, psicológica, médica, fisioterapia, odontologia e outras atividades específicas, atendendo assim aos que não possuem um local de moradia, ou não dispõe de condições para permanecer com seus familiares devido a situações de violência ou negligência. Segue em anexo uma minuta do Projeto para implantação. Aprovado. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal, com vistas às Secretarias Municipal de Planejamento e Obras e Urbanismo - Considerando que o período de chuvas se aproxima e precisamos ter um eficaz escoamento das águas pluviais evitando alagamentos e formação de enxurradas; Solicito que seja realizada a desobstrução dos bueiros localizados na Rua José Maria Machado, no bairro Vila Nova, bem como os demais bueiros daquela localidade, poia a enxurrada que passa por eles estão causando danos aos moradores das partes de baixo da referida localidade. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Inscrito o Vereador Hugo Fernandes para falar sobre alguns pontos em relação a Caixa de Previdência. Com a palavra, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que esta Casa Legislativa tem realizado seu papel de fiscalização regularmente que que os responsáveis devem responder por seus atos. Acrescentou que o costume no Brasil é o de colocar a culpa em outras pessoas e passar a responsabilidade para outras pessoas, entretanto a Câmara Municipal vem fazendo sua parte. Parabenizou o Vereador João Siqueira Magalhães por seu Projeto de Lei onde obriga a CAPPS a informar mensalmente se os repasses estão sendo ou não realizados, acrescentando que foi criada uma Comissão Especial de Inquérito para investigar o destino das verbas que não estão

sendo repassadas. Destacou que ficaria muito feliz em ver os servidores públicos participando das reuniões aqui na Câmara ou até mesmo as ouvindo pela internet, pois quem elege a Diretoria da CAPPS são eles, logo acabam possuindo sua parcela de responsabilidade. Continuando, disse que achou estranho a não manifestação do Sindicato na reunião realizada pela CAPPS/CAMEDS para explicar os problemas para os servidores, destacando ainda que não entendeu a fala do Assessor Jurídico do Sindicato, uma vez que ele entende que devemos deixar os problemas que passaram de lado. Acrescentou que o Sindicato é o representante direto dos servidores públicos e deveria estar lutando pelos seus direitos. Esclareceu que vai encaminhar ao Ministério Público a Lei Municipal nº 1.387 de 2012, onde é instituída a Ficha Limpa Municipal para que sejam tomadas providências em relação ao Presidente ao Tesoureiro da CAPPS, uma vez que de acordo com uma Lista do Tribunal de Contas ambos não poderiam estar ocupando seus respectivos cargos. Informou que existe a minuta de um Projeto de Lei onde aumenta de 3% para 6% o valor do desconto da CAMEDS, fazendo a leitura do referido Projeto, que provavelmente será encaminhado para a Câmara Municipal, sendo que vai encaminhar o referido ao Sindicato para que eles tomem ciência do referido Projeto. Destacou que a culpa dos problemas sempre recai na Câmara Municipal e que não devemos utilizar este problema para fazer politicagem, pois devemos procurar meios de resolver este problema. Acrescentou que que o problema da CAPPS vem ocorrendo desde 1996, onde foi originada a primeira dívida, destacando que este valor foi originado devido a um erro da CAPPS, pois foi gasto um valor acima do limite disponível, por isso a Prefeitura deveria repor este valor. Dessa maneira, este valor, com as devidas correções chegam a aproximadamente três milhões de reais. Sugeriu aos funcionários que criem uma espécie de Comissão para acompanhar os trabalhos do Executivo, do Legislativo e da CAPPS. Continuando, passou a apresentar seus requerimentos: **a)** Ao Presidente da CAPPS/CAMEDS, Sr. José Francisco Sentinelli - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa informações com o que foi gasto o valor de R$ 3.412.073,03 (três milhões quatrocentos e doze mil, setenta e três reais e seis centavos), referente ao extrapolamento da Taxa de Administração de 2009 a 2013, conforme cópia do OF MPS/SPPS/DRPSP/CGACI 1865 do Ministério da Previdência Social, e se a Autarquia possui uma conta específica dos valores referentes a taxa de

administração, conforme recomendação da Notificação de Auditoria Fiscal – NAF, do Ministério da Previdência Social, item recomendação 7.12. **b)** Ao Presidente da CAPPS/CAMEDS, Sr. José Francisco Sentinelli - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa informações se a Autarquia possui contas bancárias específicas para os valores depositados referentes à CAPPS, CAMEDS, Taxa de Administração e Aluguéis. **c)** Ao Presidente da CAPPS/CAMEDS, Sr. José Francisco Sentinelli - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa informações sobre a proposta de aumento de 3% para 6% dos descontos da CAMEDS, bem como se há chancela do Conselho Fiscal da CAPPS e qual seria o fundamento para o aumento. **d)** Ao Presidente da CAPPS/CAMEDS, Sr. José Francisco Sentinelli - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa cópias de todos os contratos de aluguéis pertencentes a Autarquia, desde o início, com todos os extratos bancários discriminado os depósitos dos aluguéis, bem com as cópias de todos os recibos de pagamento. **e)** Ao Presidente do Sindicato dos Servidores, Sr. Agnaldo Lanes - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa informações sobre as providências tomadas pelo Sindicato, representante direto dos servidores, em relação aos assuntos abaixo relacionados: Dívidas da Gestão de 1996; Dívidas da Gestão de 2009/2012; Dívidas da Gestão de 2013/2014; Investimento da CAPPS no Banco Santos; Compra pela CAPPS do antigo prédio da Brahma; Valores utilizados pela CAPPS indevidamente, extrapolando a taxa de administração de 2% de 2009 a 2013, no valor de R$ 3.412.073,03 (três milhões quatrocentos e doze mil, setenta e três reais e seis centavos), conforme Processo Administrativo Previdenciário PAP nº 084/2014. **f)** Ao Presidente do Conselho Fiscal da CAPPS - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa informações sobre as providências tomadas pelo Conselho Fiscal da CAPPS em relação aos assuntos abaixo relacionados: Dívidas da Gestão de 1996; Dívidas da Gestão de 2009/2012; Dívidas da Gestão de 2013/2014; Investimento da CAPPS no Banco Santos; Compra pela CAPPS do antigo prédio da Brahma; Valores utilizados pela CAPPS indevidamente, extrapolando a taxa de administração de 2% de 2009 a 2013, no valor de R$ 3.412.073,03 (três milhões quatrocentos e doze mil, setenta e três reais e seis centavos), conforme Processo Administrativo Previdenciário PAP nº 084/2014. Continuando, esclareceu que não se manifestou na reunião realizada pela

CAPPS/CAMEDS porque estava juntando os documentos necessários, destacando que o Sindicato poderia e deveria estar melhor representando os funcionários. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que ficou feliz ao encaminhar a lista com os nomes de inelegíveis ao Ministério Público no passado, pois devemos pugnar pela moralidade e pela legalidade, tendo em vista que possuem pessoas que fazem parte da Administração Pública e seus nomes estão na lista. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito a Sra. Janine Chiarelli Linhares para falar sobre a CAPPS. Com a palavra, a Sra. Janine, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que é uma das servidoras fundadoras da CAPPS, tendo inclusive sido a primeira Presidente eleita da CAPPS. Acrescentou que o futuro dos funcionários públicos está diretamente ligado à situação da CAPPS, por isso lamenta os atuais problemas que vem ocorrendo na Caixa de Previdência. Dessa forma, pede que os Vereadores estudem uma possível alteração no Estatuto da Caixa de Previdência, sendo que a CAPPS e a CAMEDS são duas entidades distintas e não deveriam possuir o mesmo Presidente. Esclareceu que possui documentos importantes sobre a CAPPS e, inclusive tentou realizar uma composição com os servidores públicos para eles poderem cuidar de seus futuros. Esclareceu que veio pedir para que a Comissão Especial fosse acompanhada pelo Tribunal de Contas do Estado ou da União, pois está muito assustada com os fatos que estão sendo apresentados na rua. Destacou que é preciso rever a continuidade dos mandatos da CAPPS, pois o Presidente se transforma em Tesoureiro e o Tesoureiro se transforma em Presidente ocorrendo apenas está mudança e mantendo as mesmas duas pessoas. Acrescentou que estamos vivendo em uma cidade muito pequena e que existem servidores públicos que estão de licença médica e realizando atividades paralelas, não achando justo as pessoas de licença médica trabalharem de forma particular. Por fim, destacou que está envergonhada com a atual situação e que os Vereadores que estão aqui hoje podem não estar no futuro, por isso os maiores interessados no problema que são os funcionários devem lutar para cuidar de seu patrimônio. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou se a Janine sabia que nas eleições da Presidência da CAPPS mais de 40% dos funcionários não foram votar, sendo que não encontrou nenhuma explicação para que o Prefeito Municipal da época demitisse a Sra. Janine da Presidência da CAPPS. A Sra. Janine esclareceu

que quando assumiu a Presidência da CAPPS foi estabelecido que nos dois primeiros anos da criação da entidade as contribuições seriam apenas recebidas e aplicadas, sendo que nenhum dinheiro poderia ser retirado. Dessa forma, estudou qual banco poderia oferecer um serviço melhor de aplicação e chegou à conclusão que deveria utilizar o antigo BANERJ, pois ele oferecia um rendimento melhor. Dessa forma, foi realizar uma transferência do dinheiro do Banco do Brasil para o BANERJ, sendo que a gerente do Banco do Brasil lhe disse que tinha um acordo com o Prefeito Municipal no sentido de que todo o dinheiro da Caixa de Previdências seria investido no Banco. Assim, como ela era a Presidente da CAPPS explicou que a Caixa de Previdência não poderia seguir o acordo realizado pelo Prefeito e solicitou que fosse realizada a transferência, deixando todos os documentos necessários no Banco do Brasil e, após, foi para sua residência. Continuando, esclareceu que ficou sabendo da realização de uma reunião entre o Prefeito Municipal, o Tesoureiro da CAPPS e outras pessoas, sendo que nesta reunião foi decidida a não realização da transferência. Assim, no outro dia a gerente do BANERJ lhe procurou desesperada dizendo que a transferência não tinha sido realizada, por isso procurou o Sr. Prefeito da época para entender o que estava acontecendo, sendo que após uma discussão ele a destitui da Presidência da CAPPS e a demitiu de seu emprego. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que quando assumiu a Prefeitura percebeu que o Prefeito antigo estava exercendo a Presidência da CAPPS, fato este que não pode acontecer. Destacou que a alteração entre o Presidente e o Tesoureiro da CAPPS ocorre com a conivência dos funcionários e que a Comissão Especial de Inquérito foi criada é especificamente para descobrirmos o destino das verbas descontadas e não repassadas. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os trabalhos da Comissão estão sendo realizados regularmente e espera a conclusão deles. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acredita que a Comissão Especial foi criada de forma política, sem se preocupar com os fatos antigos, sendo que é um absurdo a atual situação da Caixa de Previdência, destacando inclusive que a CAPPS da CAMEDS devem ser separadas e possuírem administrações distintas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que Legislatura passada foi realizada uma CPI sobre a CAPPS/CAMEDS, sendo que a Câmara entendeu que com o parcelamento da dívida a CPI poderia ser concluída, por outro lado sugeriu que os Vereadores analisem toda a documentação já juntada e

estudem o possível encaminhamento dela para os órgãos competentes. O Vereador Hugo Fernandes destacou que, inclusive teve que indicar Vereador para participar da Comissão Especial de Inquérito, pois quase ninguém se prontificou a participar. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acredita que atualmente irão faltar elementos para a realização da CPI, sendo que devemos esperar a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial e iniciar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. O Vereador Hugo Fernandes pediu para as pessoas presentes no Plenário não manifestarem suas opiniões, especialmente o representante do Sindicato, pois se ele deseja expressar sua opinião deve se inscrever na Tribuna Livre e utilizar a palavra, sendo que ele deveria ser o maior preocupado com a situação dos funcionários, uma vez que o Sindicato é o real representante deles. Continuando, sugeriu que os Vereadores analisem a documentação já presente nesta Casa Legislativa para que possam tomar as providências cabíveis. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno agradeceu a Sra. Janine por responder suas perguntas. A Sra. Janine esclareceu que os funcionários estão sendo omissos em relação aos problemas da CAPPS, se incluindo neste grupo, sendo que é preciso o Presidente do Sindicato representar melhor os funcionários. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que já existe um estudo sobre a reformulação do Estatuto da Caixa de Previdência. A Sra. Janine disse que poderia ser obrigado a pessoa que for assumir a Presidência da CAPPS ser sempre um administrador, pois assim poderá gerir melhor o fundo de previdência dos funcionários. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou se a Sra. Janine tomou alguma atitude Judicial quando foi lesada. A Sra. Janine disse que ingressou com uma Ação Judicial, pois foi demitida de seu emprego público irregularmente, assim ganhou a ação e foi reintegrada a sua profissão. Continuando, explicou que procurou o Sr. José Francisco e pediu para que fosse estabelecido uma maneira de realizar uma assembleia com os funcionários pelo menos duas vezes ao ano, sendo que ele lhe respondeu que devia explicações apenas ao Conselho Fiscal e o referido já estava sendo feito. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu as palavras ditas pela Sra. Janine. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Ailton para falar sobre a CAPPS. Com a palavra, o Sr. Ailton, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que foi realizada uma reunião pelo Sindicato com os funcionários e o Sindicato tentou marcar uma reunião com o Presidente da CAPPS

para que os fatos pudessem ser melhor esclarecidos, sendo que ele disse que não receberia o Sindicato e nem os Servidores. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que este será um erro grosseiro. O Sr. Ailton esclareceu que a intenção dos funcionários públicos é resolver o problema atual, pois todos estão assustados com a situação. O Vereador Hugo Fernandes se dispõe a comparecer na CAPPS junto com os funcionários para que eles possam conversar com o Presidente da autarquia. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está muito triste com a atual situação, pois não vê nenhuma perspectiva de futuro, sendo que deveríamos estar discutindo o valor da dívida existente da Prefeitura com a CAPPS, sendo ela de aproximadamente dez milhões de reais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que mais uma vez a Câmara volta a discutir o mesmo assunto tratado em diversas reuniões, sendo que já pediu a individualização da dívida para saber a origem de cada problema. Por fim, destacou que a Câmara fará sua parte e percebe que os verdadeiros responsáveis pelo problema não tomam as atitudes corretas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que fica triste ao perceber a situação da Caixa de Previdência, sendo que devemos olhar o problema da maneira com que ele vem se apresentando, pois estamos diante de um fato grave e precisamos tomar as devidas atitudes para resolver sempre pensando no direito dos funcionários públicos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que não está fazendo nenhum tipo de politicagem, pois não pretende ser candidato a nada no futuro, encontrando apenas uma solução para o problema, onde a Prefeitura poderia realizar uma antecipação de receita tributária, pegando uma espécie de empréstimo e realizando o pagamento da dívida. O Vereador Hugo Fernandes disse que esta solução não é possível, pois o Município se encontra novamente no CAUC, assim não conseguirá realizar a antecipação da receita. Por fim, destacou que pode ser realizada uma reformulação no Estatuto da CAPPS e que o Município se encontra com uma carência muito grande em pessoas com conhecimento e capacidade técnica para resolver este problema. Concluindo, agradeceu as palavras do Sr. Ailton, frisando que a Câmara está sempre à disposição da população. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 04 (quatro) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Extingue no Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, o cargo de Corregedor e Presidente do Órgão Correicional e do item 13, do art. 52 da

Lei nº 798/99 a Corregedoria do Município de Miracema; transfere o Departamento de Investigação Correicional para a Estrutura da Secretaria de Administração, assim como cria a Secretaria Municipal de Emprego e Renda, que passará a constar no art. 52, item 13, da Lei nº 798/99 e o cargo de Secretário Municipal de Emprego e Renda, que passará a ostentar a simbologia DS-13 da Lei nº 813/99, por imperiosa necessidade administrativa e por economia financeira. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura dos pareceres da Assessoria Jurídica e do Controle Interno. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **02)** Projeto de Lei que Dispõe sobre o Quadro de Cargos em Extinção constantes do Anexo V, índice IV, da Lei nº 813/99 e suas posteriores modificações, composto de servidores de Nível Elementar de Escolaridade, extingue também o Quadro de Garis e dá outras providências, em atenção as necessidades da Administração. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães solicitaram vista do referido Projeto, o que foi deferido pelo Vereador Presidente Hugo Fernandes. **03)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo a Promover a Alienação de Bem Imóvel Pertencente ao Domínio Público por Concorrência, do Tipo Melhor Oferta Pública ou Lance e dá outras providências. Autoria Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou vista do referido Projeto, o que foi deferido pelo Vereador Presidente Hugo Fernandes. **04)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo a Promover a Alienação de Bem Imóvel Pertencente ao Domínio Público por Concorrência, do Tipo Melhor Oferta Pública ou Lance e dá outras providências. Autoria Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou vista do referido Projeto, o que foi deferido pelo Vereador Presidente Hugo Fernandes. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maira José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Sebastiana da Silva, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A Vereadora Maira José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Eliete Pinto da Silva, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães agradeceu a presença de todos na reunião. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para a Academia Miracemense de Letras pela Solenidade em comemoração a Posse dos Acadêmicos

Fernando de Oliveira Nascimento, Gilberto Dantas, Guacira Pereira Nunes e do Benemérito Carlos Augusto Pacheco de Melo, bem como pela apresentação do Momento Musical com as músicas de Fernando de Oliveira Nascimento, realizado no dia 07 de novembro de 2014. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Jovem Victor da Silva Azevedo, por representar Miracema nos Estados Unidos, no Programa Intercâmbio da Embaixada – Jovens Embaixadores 2015, apresentando Miracema com o trabalho que possuía o tema: voluntário na horta de sua escola, para o cultivo e distribuição de alimentos e famílias carentes. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Aluno Saulo Palote, pelo Título no Campeonato de Judô, na Holanda, representando Miracema e o Estado do Rio de Janeiro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Professor Rogério Barbosa, pelo brilhante serviço prestado ao Esporte Miracemense, com a especialidade no Judô. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para os Diretores e Funcionários do Plano SAF Miracema, pelo zelo e comprometimento na prestação de serviço em nossa cidade, principalmente em momentos de dificuldades. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Departamento de Odontologia, extensivo a todos os funcionários, pelo ótimo serviço que vem prestando aos nossos Munícipes. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para a Diretora da CAPS, extensivo a todos os funcionários, pelo ótimo serviço que vem prestando aos nossos Munícipes. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Hélio Rodrigues Nascimento, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos Carlinhos Bessa por ter conseguido encaminhar mais um atleta Miracemense para participar da Seleção Brasileira de Basquete. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 13/11/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para

constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 13 de novembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número centoe noventa e seis da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Aimoré da Silva Almeida e Carlos Magno da Silva Peres. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 10, Versículos de 01 à 04. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 07 de outubro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício DER-RJ/PRE nº 098/2019 da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem – DER-RJ, respondendo o ofício nº 0448/2019; 02) Ofício GDJB do Gabinete do Deputado Jair Bittencourt; 03) Ofício nº 51/2019 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Miracema - APAE; 04) Ofício DER-RJ/PRE nº 134/19 da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem – DER-RJ. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para o Secretário Municipal de Educação, Sr. Charles Magalhães, aos Diretores de Institutos de Ensinos, a todos os Professores Municipais e Estaduais, os parabenizando pelo bom trabalho realizado em todo o município, aonde as ações que vem sendo desenvolvidas têm levado a uma crescente melhoria no atendimento à população, em especial aos estudantes das redes municipais e estaduais, o que com certeza refletirá no futuro, nos

proporcionando jovens melhores qualificados e mais bem preparados para a vida profissional e pessoal. Todo esse trabalho e esforço para a melhoria da qualidade e do ensino é fruto das escolhas feitas pelo Secretário Municipal e dos Diretores dos Institutos de Ensino da Rede Municipal e Estadual que tem em sua equipe de trabalho profissonais de estirpe, sempre com a intenção de buscar os melhores resultados, melhorando a infraestrutura dos estabelecimentos de ensino, e cuidando tanto dos profissionais da educação, os Professores, quanto dos alunos. Por isso é que acreditamos que tanto o Secretário de Educação Municipal, quanto os Diretores dos Institutos de Educação e principalmente ao Professores que integram estes estabelecimentos de educação são merecedores desta justa Moção de Aplausos. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa a relação dos funcionários, com nomes e matrículas, que estavam de plantão no Posto de Urgência (PU) do dia 17/09 às 07 horas até o dia 18/09 às 07 horas. Deferido. 03) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Diretor Regional da CEDAE - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza com o caminhão limpa fossa na fossa do Morro da Pedrada, tendo em vista que a referida fossa vem apresentando problemas e está causando diversos transtornos aos moradores. Solicitamos, ainda que seja realizada a limpeza das fossas localizadas nas Casas Populares do Bairro Jove e na Rua Sebastião Braga Bastos, no Distrito de Venda das Flores, uma vez que as referidas fossas estão transbordando. Aprovado. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria na fossa do Morro da Pedrada, tendo em vista que a referida fossa vem apresentando problemas e está causando diversos transtornos aos moradores. Aprovado. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma melhoria no trevo da Rodoviária. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Aplausos para a Assembleia de Deus de Madureira, a parabenizando pela passagem de seu aniversário no dia 20 de outubro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador

Genessi Rodrigues da Silva parabenizou os Guardas Municipais pela passagem de seu dia. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Diretor do DEMUTRAN - Solicitação no sentido de que seja realizada uma análise para que sejam construídos quebra-molas nas ruas próximas ao Supermercado Fluminense, tendo em vista que os locais possuem um fluxo intenso de carros. Deferido. 08) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Diretor do DEMUTRAN - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma análise e que seja dada uma resposta em relação ao abaixo assinado que segue em anexo. Deferido. 09) Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. Niraldo de Caires Horato, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 10) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Reiteração - Solicitação no sentido de que seja realizada uma ampla limpeza no Ribeirão Santo Antônio. Deferido. 11) Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos ao Médico Ortopedista Miracemense Victor Elias Titonelli, o parabenizando pela conclusão do Mestrado em "Avaliação do Uso de Múltiplas Doses de Ácido Trenexâmico sobre a Perda Sanguínea na Artroplastia Total de Joelho" pelo INTO (Instituto Nacional Traumatologia e Ortopedia). Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente da FAMMIRA - Solicitação, com URGÊNCIA, no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma cópia do Estatuto da FAMMIRA e das Atas de Posse de todas as Associações de Moradores e da FAMMIRA. Solicito ainda o telefone de contato de todos os Presidentes. 13) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Considerando que é através do Censo Demográfico que direciona o planejamento municipal para os anos vindouros; Considerando que é o Censo que determina o valor que o Município receberá de FPM (Fundo de Participação dos Municípios); Considerando que é fundamental que o Município acompanhe o recenseamento de perto para evitar erros; Considerando que haverá Processo Seletivo para contratação temporária do IBGE de 24 recenseadores, de Agosto a outubro de 2020. Encaminho a seguinte indicação: que o Poder Executivo estabeleça parceria ou contrato com os Presidentes das Associações de Moradores ou Agentes

Comunitários de Saúde para acompanhar os recenseadores individualmente *in loco*. 14) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de realizar os pagamentos dos direitos dos Servidores de forma cronológica dos processos, em especial aos Aposentados. Insta salientar que o atual Governo vem realizando diversos pagamentos de Gestões anteriores e visando organizar ainda mais a situação, se faz necessário realizar esses pagamentos por ordem cronológica de acordo com Art. 5° da Lei 8.666/93 para dar dignidade e respeito aos Servidores. 15) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada e realizada uma AUDIÊNCIA PÚBLICA com os Servidores Celetistas para uma possível unificação de Regime, passando os servidores que quisessem optar de Celetistas para Estatutários. Segue anexo Consulta do TCE/RJ sendo amplamente favorável a unificação do Regime. 16) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade da criação de um novo Plano de Cargos e Salários dos Servidores, seguindo a orientação do Sindicato dos Servidores Públicos que segue em anexo. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 05 (cinco) Projetos de Lei e 01 (um) Projeto de Emenda Modificativa à Lei Orgânica Municipal: O Vereador Hugo Fernandes solicitou que todos os Projetos de Lei fossem votados em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. **01)** Projeto de Lei que Institui o Programa Chamado "Da Porteira para Dentro" no Município de Miracema e dá outras providências. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que esse Projeto de Lei vai beneficiar os produtores da zona rural dando mais liberdade para que eles possam executar diversas tarefas importantes para o Município. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares acredita que este Projeto será muito importante para beneficiar os produtores da zona rural, pois devemos tomar muito cuidado com a utilização da máquina pública para objetivos eleitorais e esta percebendo algo acontecendo no governo nesse sentido. Destacou que os particulares poderão ser atendidos depois que as estradas vicinais do Município estiverem sido atendidas, assim o Projeto está regulamentando essas situações. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que

esse projeto é muito importante, pois os produtores rurais estão muito carentes e precisando de assistência. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva deu parabéns ao Vereador Fabrício pelo projeto apresentado e disse que o Poder Executivo deve dar a devida atenção aos Projetos de todos os Vereadores. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.848, de 10 de outubro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica instituído no Município de Miracema o "Programa da Porteira para Dentro", com a finalidade de fomentar a atividade produtiva rural, através da implantação de ações visando a melhoria dos acessos viários às propriedades rurais do Município e o apoio logístico ao agronegócio. Art. 2º- A execução do programa "Da Porteira para Dentro", será coordenado e executado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário. Art. 3º- O Programa "Da Porteira para Dentro" será desenvolvido pela Municipalidade, em conjunto com os produtores rurais. § 1º - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário apresentará relatório mensal dos serviços indicados nesta Lei à Câmara Municipal para fins de fiscalização da correta execução do presente Programa, assinados, inclusive, pelo produtor atendido. § 2º - Sendo identificada qualquer irregularidade na execução do programa pelos edis que compõem a Câmara Municipal, poderá haver requerimento verbal de paralisação do projeto, sendo tal pedido, submetido ao Plenário do Legislativo. Art. 4º- Para implementação das medidas objetivadas, compete ao Município a execução das seguintes ações: I - Terraplanagem e aterros para a construção de casas, currais e instalações produtivas; II - Abertura, conservação e revestimento de estradas de acesso e dentro das propriedades rurais, facilitando o escoamento da produção; III - Construção e reforma de silos trincheiras, tanques de peixe e açudes para captação de água, irrigação de lavouras e pastagens; IV - Realização de drenagens, cavas, manilhamento, construção de barreiras e fossas; V - Transporte de cascalho, e saibro, cana para plantio e tratamento de animais dos proprietários rurais, por conta do período da seca; VI - Transporte dos produtos agrícolas, atendendo os proprietários que não têm condições e nem meios de transportarem seus produtos para serem comercializados em centros comerciais; VII - Transporte de calcário, quando instituído programa oficial de correção de solo; VIII - Em casos considerados como críticos, por

causa da estiagem, poderá o Município, para amenizar a falta de abastecimento de água, efetuar com equipamento próprio ou de terceiros, respeitando a Lei de Licitações, a perfuração de poços artesianos, visando atender os necessitados que se encontrarem em situação critica; IX - Poderá o Município transportar os produtores rurais de suas regiões, em veículo de transporte como carros, ônibus, vans ou assemelhados, até o mercado do produtor para comercializarem seus produtos; § 1º - Os serviços elencados acima, serão executados com o maquinário da Prefeitura do Município, de terceiros atendidas as disposições legais em especial a Lei 8.666/93 e suas alterações, e/ou por máquinas e equipamentos de outras esferas governamentais, através de convênios específicos; Art. 5º- Os serviços executados serão cadastrados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário em ficha cadastral própria; Art. 6º- O atendimento ao produtor será prestado por região, conforme calendário baixado pela Secretaria Municipal de Agricultura; Parágrafo Único - Fica autorizado o deslocamento dos equipamentos para atender situação de emergência. Art. 7º- O número de horas de serviço poderá ser limitado, dependendo da demanda e da disponibilidade dos equipamentos; Art. 8º- Para o produtor rural beneficiado pelo Programa, compete: I - Atentar e aplicar as orientações técnicas repassadas através dos programas desenvolvidos pela Prefeitura Municipal ou por órgãos afins; II - Participar ativamente dos cursos e treinamentos de capacitação técnica oferecidos pela Prefeitura Municipal ou por outros órgãos afins; III - Providenciar, ás suas exclusivas expensas, a retirada e re-alocação, caso necessário, das cercas e quaisquer obstáculos para a realização dos trabalhos da Municipalidade; IV - Executar roçadas para a conservação da áreas limítrofes as vias de acesso e estradas vicinais no âmbito da propriedade; V - O produtor rural deverá efetuar sua Inscrição Estadual, ficando devidamente regularizado pelo fisco; VI - Todo produtor atendido por esta Lei, quando do transporte de seus produtos, deverá tirar a nota fiscal no Município de Miracema, para o devido controle tributário; VII - Atentar e cumprir a toda a legislação pertinente, de acordo com as normas ambientais e sanitárias; Art. 10- As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta de Dotações Orçamentárias próprias no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário. Art. 11- Fica autorizado o Poder Executivo a suprir, mediante autorização da Câmara Municipal, qualquer omissão ou regulamentação na presente

Lei. Art. 12- Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Altera a Redação do art. 10 da Lei Complementar nº 1841, de 27/06/2019 e acrescenta os Incisos I, II e os parágrafos 1º e 2º e dá outras providências. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes e Marcus Felipe Mercante Linhares. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura do artigo que está sendo modificado. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que o projeto é muito importante por que existem alguns casos onde os proprietários de terrenos na zona rural moram em Miracema, possuem toda sua vida no Município, mas seus terrenos ficam nas divisas com outros municípios. Dessa maneira, acredita que seria justo o Poder Público conservar as estradas vicinais e atender esse proprietários. Por fim, destacou que a prioridade do município deve ser o atendimento à coletividade e os serviços particulares precisam ficar em segundo plano, sendo que no próximo ano, poderíamos pedir para a Secretaria de Agricultura, mês a mês, uma relação dos proprietários que estão sendo atendidos de maneira particular. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.849, de 10 de outubro de 2019. Art. 1º. Altera a redação do artigo 11 da Lei Complementar n° 1.841 de 27 de junho de 2019, acrescenta os incisos I, II e os parágrafos 1º, 2º, passando a ter a seguinte redação: Art. 11 - Os serviços particulares da patrulha rural mecanizada atenderão aos produtores rurais que desempenham atividades rurais, gerando renda ou que venham a gerar renda, e se enquadrem em uma das seguintes alternativas: I – possuir imóvel rural no Município de Miracema/RJ, ainda que parte do imóvel pertença a outra comarca; II – residir no Município de Miracema/RJ, ainda que o imóvel rural a ser atendido esteja localizado em município limítrofe, respeitadas as regras previstas neste artigo. §1°- Na hipótese do inciso II, o produtor rural só poderá ser atendido se o imóvel rural estiver localizado, no máximo, á distância de 15 km quilômetros da divisa do Município de Miracema. §2°- O cálculo da distância acima levará em consideração o percurso de ida e volta e estradas trafegáveis. Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias. **03)** Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal que dispõe sobre as subvenções acrescentando o parágrafo único ao inciso XXVIII do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal. Autoria: Vereadores Paulo César da Cruz de Azevedo, Hugo Fernandes, Maurício Sant'Ana Soares e

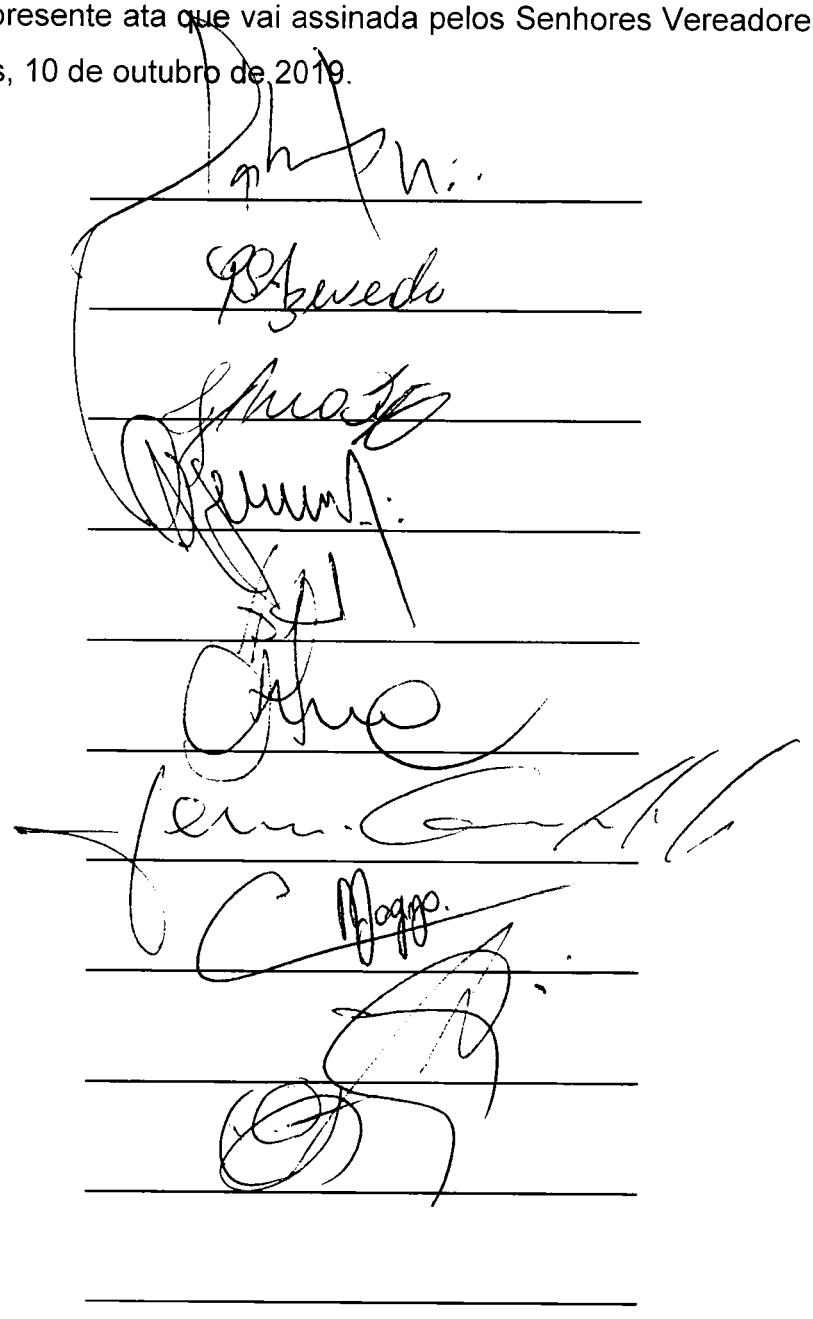
Carlos Magno da Silva Peres. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que é um absurdo uma instituição receber uma subvenção social destinada pela Câmara Municipal e o Poder Executivo não realizar o referido pagamento. Dessa maneira, com essa alteração na Lei Orgânica, acabaria com as discussões sobre os não pagamentos das subvenções. O Vereador Hugo Fernandes disse que dessa forma também estaríamos evitando um certo constrangimento, pois as entidades se programam de acordo com as subvenções destinadas pela Câmara. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que essa alteração será ótima para o Município de Miracema, sendo que obrigaria o Poder Executivo a realizar os repasses para as instituições. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que esse Projeto é apenas em relação às subvenções indicadas pelos Vereadores. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo acrescentou que o objetivo é garantir o pagamento das subvenções sociais para as entidades. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira votação o Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal aprovado por unanimidade. **04)** Projeto de Lei que assegura aos Servidores Públicos Municipais do Poder Executivo, Legislativo e Autarquias desconto de 20 por cento nas compras dos ingressos dos shows da Exposição na semana que comemora o Aniversário da Cidade. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que em conversa com o Poder Executivo percebeu que este Projeto de Lei seria muito complicado de ser realizado, dessa maneira, vai arquivar o referido Projeto. **05)** Projeto de Lei que assegura a reserva e a gratuidade de 30% (trinta por cento) dos espaços destinados às barracas, nas fesividades oficiais do município, para instituições situadas no âmbito do Município de Miracema-RJ e 20% (vinte por cento) de desconto para os barraqueiros comprovadamente residentes em Miracema e dá outras providências. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que vai alterar esse projeto de Lei, pois seu objetivo é assegurar a gratuidade e 30% do espaço para as entidades filantrópicas e os barraqueiros miracemenses teriam um desconto de 20% no valor cobrado para a colocação de suas barracas, oferecendo um privilégio para os trabalhadores miracemenses. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares destacou que precisamos ter uma conversa mais direta e mais franca com os organizadores da festa, pois o alto preço para colocar as barracas influencia nos preços do produto,

sendo que a principal fonte de renda dos organizadores é a bilheteria e não o valor cobrado dos barraqueiros pelo espaço. Dessa maneira, precisamos tomar cuidado para esse desconto não refletir em outros custos. O Vereador Hugo Fernandes disse que o Poder Executivo ainda pode vetar o referido projeto, acrescentando que quando são cobrados valores abusivos pelo espaço, os preços dos produtos também ficam muito altos. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.850, de 10 de outubro de 2019. O Prefeito Municipal, Faço saber que a câmara municipal de Miracema aprovou e eu sanciono a seguinte lei: Art. 1º - Fica assegurada a reserva e a gratuidade de 30% (trinta por cento), dos espaços destinados às barracas, nas festividades oficiais do Município, para as instituições filantrópicas e representativas de classe sem fins lucrativos situadas no Município e 20% de desconto para os barraqueiros comprovadamente residentes em Miracema" e dá outras providências. §1º - Os espaços destinados às barracas das instituições filantrópicas e representativas de classe sem fins lucrativos serão de 50% (cinquenta metros quadrados), a não ser que haja manifestação expressa do representante legal, informando a necessidade de um espaço menor. Art. 2º - Fará jus ao espaço e a gratuidade de que tratam o caput do art. 1º, as instituições que estiverem formal e regularmente inscritos como pessoa física ou jurídica. Art. 3º - As instituições filantrópicas e representativas de classes, sem fins lucrativos, a que se refere esta Lei são Associações (APAE, Associações de Produtores Rurais, Associações de bairros, etc.), sindicatos, Asilos, Orfanatos, etc. Art. 4º - Caso o Poder Público Municipal ou a Comissão de Festa não defina um lugar específico as instituições contempladas por esta Lei, estas terão prioridade na escolha dos locais de posicionamento de suas barracas, obedecendo ao percentual de 30% (trinta por cento). Art. 5º - Caso a exploração do espaço destinado à realização da festa seja terceirizado a qualquer particular, mediante regular processo licitatório, em até 03 (três) dias antes do início do evento, os espaços destinados as entidades contempladas por esta Lei, deverão estar definidos para escolha. Art. 6º - Fica o Município de Miracema/RJ autorizado a complementar e a regulamentar a presente Lei, naquilo for necessário, através de Decreto do Poder Executivo Municipal. Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **06)** Projeto de Lei que

assegura aos beneficiários do Programa Bolsa Família 50% (cinquenta por cento) de desconto na compra dos ingressos dos brinquedos do Parque de Exposição na semana que comemora o Aniversário da Cidade. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que conversou com a Secretaria Municipal de Assistência Social e eles acreditam que esse Projeto é viável. Destacou que conhece as dificuldades financeiras do Poder Executivo, mas acredita que uma contrapartida para a população é muito importante, acreditando que esta seria a forma mais justa para conceder descontos nos ingressos para a população. Destacou que os descontos serão concedidos no momento da compra dos ingressos e quem vai oferecer os descontos é a Empresa responsável pelo Parque e a Prefeitura não vai ter despesa. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acredita que esse Projeto de Lei é justo e vai beneficiar as crianças que realmente precisam. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** Fica alterado ao art. 1º do Projeto onde se lê 10 (dez) ingressos, leia-se 05 (cinco) ingressos. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.851, de 10 de outubro de 2019. O Prefeito Municipal, Faço saber que a câmara municipal de Miracema aprovou e eu sanciono a seguinte lei: Art. 1º - Fica assegurado aos Beneficiários do Programa Bolsa Família 50% de desconto na compra dos ingressos dos brinquedos do Parque de Exposição na festa de aniversários do município, limitados a 05 (cinco) ingressos por filho cadastrado até 17 anos. Art. 2º - Ficará a Secretaria de Assistência Social responsável por emitir a folha resumo do Cadastro Único para compra dos ingressos, através do responsável familiar. Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Explicações Pessoais. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Pesar para o Sr. Silvestre José Gorini (Prefeito Municipal de Varre-Sai) e demais familiares, em virtude do falecimento de sua esposa, a Sra. Maria Neiva Jacomoni Gorini. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 14/10/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para

constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2019.



Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e sessenta e três da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Aimoré da Silva Almeida, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 25, Versículos de 01 à 04. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Decreto Legislativo que concede a Comenda Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes a Empresa União Comunicação Visual LTDA, de autoria do Vereador Carlos Magno da Silva Peres; 02) Projeto de Lei que dispõe sobre a Conservação de Terrenos Edificados (Abandonados) e não Edificados, autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar intervenções e dá outras providências, de autoria do Vereador Aimoré da Silva Almeida; 03) Ofício nº 011/2019 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo o ofício nº 0167/2019; 04) Ofício nº 010/2019 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo o ofício nº 035/2019; 05) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Antônio Carlos de Oliveira, de autoria da Mesa Diretora; 06) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Alex dos Santos Abreu, de autoria da Mesa Diretora; 07) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Pierre Emile Bechara Saleme, de autoria da Mesa Diretora; 08) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Jonas Rodrigues de Oliveira, de autoria do Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares; 09) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao

Sr. Fernando Cesar Galoni, de autoria do Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares; 10) Projeto de Decreto Legislativo que concede a Comenda Altivo Mendes Linhares ao Sr. Rafael Mercante Linhares, de autoria do Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares; 11) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Bianca Andrade dos Santos Pinto, de autoria do Vereador Aimoré da Silva Almeida; 12) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Sávio Pereira Souto, de autoria do Vereador Maurício Sant'Ana Soares; 13) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Rodrigo dos Santos Couto, de autoria do Vereador Carlos Magno da Silva Peres; 14) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Lenilson Portela Júnior, de autoria do Vereador Carlos Magno da Silva Peres. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. Helson Barros, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o reparo de um vazamento de água na entrada da Comunidade de Areias. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja realizado um reparo no parque do Bairro Rodagem, tendo em vista que no local existe uma balança quebrada e a grade da mesa ping-pong também está quebrada. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado os devidos reparos na caixa de esgoto localizada da Rua Pedro Santos, sem nº, a pedido do Sr. Rodrigo dos Reis Morgado, tendo em vista que ele se comprometeu em fornecer o respectivo material, solicitando apenas a mão de obra da Secretaria. Esclarecemos que não existe rede de esgotos no local (Bairro Carrapichão). Deferido. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que seja realizado o patrolamento da Rua Pedro Santos, no Bairro Carrapichão, em frente à casa da Dona Maria Ribeiro e próximo à padaria. Deferido. 06) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de instalação um toldo com banco, no PSF do Bairro Jardim Beverly. Deferido. 07)

Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o desentupimento de um bueiro localizado na Rua Alcyr Fernandes com a Avenida Governador Roberto Silveira, ao lado da quitanda. Deferido. 08) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que seja realizada o patrolamento das ruas em cima do DER-RJ e do Morro da Fazendinha, tendo em vista que existe muito mato na rua, dificultando bastante o tráfego de veículos. Deferido. 09) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido no sentido de que seja realizada uma vistoria no bueiro localizado na esquina da LEADER, tendo em vista que não temos conhecimento se o refeito bueiro está tampado, fechado ou sujo, causando risco de alagamento em dias chuvosos. Deferido. 10) Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Sra. Karla, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 11) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente do DETRAN-RJ, Sr. Luiz Carlos das Neves - Solicitação no sentido de que seja realizado o credenciamento de uma Clínica Médica Psicológica no Município de Miracema-RJ, tendo em vista que os usuários precisam se deslocar ao Município mais próximo (Santo Antônio de Pádua, distante 15 km), causando transtornos e despesas. Aprovado. 12) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de seja realizada a contratação de um especialista para a prestação de serviços oftalmológicos para atendimento aos usuários do SUS, tendo em vista a grande demanda de pedidos de exames. Deferido. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que vai elaborar e apresentar um projeto sobre estacionamento rotativo na Rua marechal Floriano. 13) Vereador José Augusto Martins - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a instalação de uma câmera de vigilância na capela mortuária, mais especificamente na cozinha, pois estão ocorrendo muitos furtos. Dessa forma, solicito que sejam tomadas as devidas providências, pois os furtos vêm acontecendo frequentemente. Deferido. 14) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja providenciada a limpeza da galeria da Rua Aniceto de Carvalho, no bairro Boa Vista. Deferido. 15) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma

limpeza no Brasão do Município de Miracema, localizado na Praça Dona Ermelinda, bem como que seja realizada uma ampla limpeza na respectiva Praça e na Praça das Mães, com a poda das árvores. Deferido. 16) Vereador Hugo Fernandes - Aos Responsáveis pela ENEL (Setor de Informática) - Solicitação no sentido de que sejam tomadas as devidas providências no sistema que está fora do ar a semanas na Loja da empresa, causando diversos transtornos aos munícipes Miracemenses. Aprovado. 17) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja parcelado em até 24 vezes os débitos de IPTU das famílias com área edificada até 70 metros quadrados, que não requereu à isenção que a Lei dá direito em tempo hábil. Tal solicitação visa dar auxílio às famílias no momento de crise econômica nacional, permitindo que a isenção aconteça no momento da adesão ao parcelamento e não somente após a quitação do mesmo. Destaco ainda que com a inadimplência dos parcelamentos seja cancelada automaticamente a isenção. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei, 02 (dois) Projetos de Decreto Legislativo e 13 (treze) Projetos de Resolução: **01)** Projeto de Lei que Promove alterações na Lei 1.767/18 - Autorização Parcelamento FGTS. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que é a última grande dívida que o Município está parcelando, sendo que algumas outras dívidas já foram parceladas e votadas pela Câmara Municipal. Com isso, o Município passará a realizar o pagamento de aproximadamente quinhentos mil reais por mês referente ao total de todas as dívidas das gestões anteriores parceladas. Esclareceu que esse dinheiro poderia estar sendo investindo no município, buscando resolver os problemas de Miracema e melhorar os serviços oferecidos, destacando que já foram pagos onze milhões de reais referentes às dívidas anteriores. Informou que o Prefeito precisa zerar todas as dívidas para que suas contas do último ano sejam aprovadas, esclarecendo que existem situações que precisam ser corrigidas e melhoradas, mas precisamos reconhecer que algumas ações principais estão sendo realizadas. Por fim, disse que com a aprovação deste projeto o município está quite com o CAUC, possibilitando o recebimento de recursos. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma encaminhada uma indicação junto ao ofício encaminhando a Lei aprovada, no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa o valor total do débito e o valor total da parcela, com documentos oficiais

da Caixa Econômica. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que deveria ser encaminhado um documento oficial da caixa econômica com os valores. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que apenas uma prestação de contas do Prefeito foi aprovada. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que está trabalhando para trazer alguns projetos para Miracema e o Município vai precisar está com o nome quite com o CAUC para que possa assinar os convênios. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.821, de 11 de abril de 2019. O Prefeito do Município de Miracema no uso das atribuições dispostas no inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal - LOM, faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei 1.767, de 04 de junho de 2018, passando a vigorar na forma abaixo: Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar junto à Caixa Econômica Federal - CEF os débitos decorrentes do não recolhimento do FGTS, que sejam de natureza de confissão espontânea de débitos em aberto, diferença de recolhimento, notificação lavrada por auto de infração, inscritos ou não em divida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal ja ajuizada, vencidos até a competência janeiro de 2018, inclusive, na forma da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e da Resolução nº 855, de 18 de julho de 2017 do Conselho Curador do Fundo de Garantia por tempo de serviço. Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, possuindo adequação com o Planoplurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária para o exercício corrente. **02)** Projeto de Lei que Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (REURB). Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que sempre lutou por alguns projetos no Município de Miracema, sendo que a Legalização Fundiària foi um deles. Destacou que inclusive o Município vai poder oferecer o título de propriedade de forma gratuita para as pessoas necessitadas, assim os proprietários terão seus respectivos títulos de posse. Percebeu que valeu a pena insistir no trabalho, pois lutou por muito tempo para que esse projeto fosse implantado e hoje está muito feliz, pois percebeu que sua luta valeu a pena. Continuando, solicitou que o referido Projeto de Lei fosse votado em primeira e única votação, o que foi deferido por unanimidade. O Vereador Marcus

Felipe Mercante Linhares parabenizou o Vereador Genessi pela luta nesse Projeto. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que se essa lei tivesse sido aprovada, mais pessoas seriam contempladas com a tarifa social de água. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva agradeceu o atual prefeito por ter tido a hombridade em apresentar esse projeto para a Câmara Municipal e gostaria de agradecer a todos os envolvidos na tramitação do Projeto. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que acompanhou a luta do Vereador Genessi e o parabenizou pela concretização de seu trabalho. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que as palavras dos vereadores foram muito bem colocadas e que esse projeto é uma democratização do solo urbano. Continuando, foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Supressiva:** Suprime o caput do art. 4º, ficando os seus parágrafos integrados ao art. 3º, renumerando ainda os artigos subsequentes em ordem crescente. Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.822, de 11 de abril de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Ficam instituídas no território municipal as normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes. Parágrafo Único. A Reurb promovida mediante legitimação fundiária somente poderá ser aplicada para os núcleos urbanos informais comprovadamente existentes até 22 de dezembro de 2016, nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017. CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 2° Constituem objetivos da Reurb: I - identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior; II - criar unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes; III - ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados; IV - promover a integração social e a geração de emprego e renda; V - estimular a

resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Estado e sociedade; VI - garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas; VII - garantir a efetivação da função social da propriedade; VIII - ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes; IX - concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo; X - prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais; XI - conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher; XII - franquear participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária. Art. 3° Para fins desta Lei, consideram-se: I - núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural; II - núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização; III - núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município; IV - demarcação urbanística: procedimento destinado a identificar os imóveis públicos e privados abrangidos pelo núcleo urbano informal e a obter a anuência dos respectivos titulares de direitos inscritos na matrícula dos imóveis ocupados, culminando com averbação na matrícula destes imóveis da viabilidade da regularização fundiária, a ser promovida a critério do Município; V - Certidão de Regularização Fundiária (CRF): documento expedido pelo Município ao final do procedimento da Reurb, constituído do projeto de regularização fundiária aprovado, do termo de compromisso relativo a sua execução e, no caso da legitimação fundiária e da legitimação de posse, da listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, da devida qualificação destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos; VI - legitimação de posse: ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, conversível em aquisição de direito real de propriedade na forma desta Lei, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse; VII - legitimação

fundiária: mecanismo de reconhecimento da aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidade imobiliária objeto da Reurb; VIII - ocupante: aquele que mantém poder de fato sobre lote ou fração ideal de terras públicas ou privadas em núcleos urbanos informais. §1°. Para fins da Reurb, ficam dispensadas as exigências relativas ao percentual e ás dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edilícios. §2°. Constatada a existência de núcleo urbano informal situado, total ou parcialmente, em área de preservação permanente ou em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais definidas pela União, Estados ou Municípios, a Reurb observará, também, o disposto nos arts. 64 e 65 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, hipótese na qual se torna obrigatória a elaboração de estudos técnicos, no âmbito da Reurb, que justifiquem as melhorias ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso. §3°. Na Reurb cuja ocupação tenha ocorrido às margens de reservatórios artificiais de água destinados à geração de energia ou ao abastecimento público, a faixa da área de preservação permanente consistirá na distância entre o nível máximo operativo normal e a cota máxima maximorum. §4º Aplicam-se as disposições desta Lei aos imóveis localizados em área rural, desde que a unidade imobiliária tenha área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972. § 5º A aprovação municipal de que trata o artigo 2º corresponde à aprovação urbanística do projeto de regularização fundiária, bem como à aprovação ambiental. § 6º Os estudos referidos no §2º deverão ser elaborados por profissional legalmente habilitado, compatibilizar-se com o projeto de regularização fundiária e conter, conforme o caso, os elementos constantes dos arts. 64 ou 65 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. § 7º Os estudos técnicos referidos no parágrafo anterior aplicam-se somente às parcelas dos núcleos urbanos informais situados nas áreas de preservação permanente, nas unidades de conservação de uso sustentável ou nas áreas de proteção de mananciais e poderão ser feitos em fases ou etapas, sendo que a parte do núcleo urbano informal não afetada por esses estudos poderá ter seu projeto aprovado e levado a registro separadamente. § 8º A aprovação ambiental da Reurb prevista neste artigo poderá ser feita pelos Estados na hipótese do ente municipal não dispor de capacidade técnica

para a aprovação dos estudos referidos no §2º. Art. 4° A Reurb compreende duas modalidades: I - Reurb de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda; e II - Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo. §1°. A classificação da modalidade como Reurb de Interesse Social (Reurb-S) ficará condicionada a parecer técnico social favorável emitido por Assistente Social, após análise documental e estudo social no qual serão considerados aspectos como: I - situação de vulnerabilidade social; II - estado de saúde que interfira na qualidade de vida da família; III - situação da convivência familiar e comunitária; IV - violação dos direitos da família; V - renda familiar, limitada a 2 (dois) salários mínimos; VI - número de pessoas que compõe o núcleo familiar; VII - capacidade financeira da família em custear o pagamento das taxas e compromissos financeiros. § 2º É imprescindível para emissão do parecer social a apresentação dos documentos comprobatórios referentes às informações prestadas. § 3º O parecer técnico social levará em consideração ainda a situação da família que: I - residir em áreas de risco, insalubres, que tenha sido desabrigada ou que perdeu a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero; II - possuir mulher como responsável pelo núcleo familiar; III - possuir pessoa com qualquer tipo de deficiência; IV - possuir idoso como responsável do núcleo familiar ou como cônjuge/companheiro ou como dependente; V - apresentar fragilidade ou rompimento dos vínculos familiares. § 4º Serão isentos de custas e emolumentos, entre outros, os seguintes atos registrais relacionados à Reurb-S: I - o primeiro registro da Reurb-S, o qual confere direitos reais aos seus beneficiários; II - o registro da legitimação fundiária; III - o registro do título de legitimação de posse e a sua conversão em título de propriedade; IV - o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária, com abertura de matrícula para cada unidade imobiliária urbana regularizada; V - a primeira averbação de construção residencial, desde que respeitado o limite de até setenta metros quadrados; VI - a aquisição do primeiro direito real sobre unidade imobiliária derivada da Reurb-S; VII - o primeiro registro do direito real de laje no âmbito da Reurb-S; e VIII - o fornecimento de certidões de registro para os atos previstos neste

artigo. § 5º Os atos de que trata este artigo independem da comprovação do pagamento de tributos ou penalidades tributárias, sendo vedado ao oficial de registro de imóveis exigir sua comprovação. § 6º O disposto nos §§ 1o e 2o deste artigo aplica-se também à Reurb-S que tenha por objeto conjuntos habitacionais ou condomínios de interesse social construídos pelo poder público, diretamente ou por meio da administração pública indireta, que já se encontrem implantados em 22 de dezembro de 2016. § 7º Fica admitido o uso misto de atividades como forma de promover a integração social e a geração de emprego e renda no núcleo urbano informal regularizado. § 8º A classificação do interesse visa exclusivamente à identificação dos responsáveis pela implantação ou adequação das obras de infraestrutura essencial e ao reconhecimento do direito à gratuidade das custas e emolumentos notariais e registrais em favor daqueles a quem for atribuído o domínio das unidades imobiliárias regularizadas. § 9º Os cartórios que não cumprirem o disposto neste artigo, que retardarem ou não efetuarem o registro de acordo com as normas previstas nesta Lei, por ato não justificado, ficarão sujeitos ás sanções previstas no art. 44 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, observado o disposto nos §§ 3º-A e 3º-B do art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme Lei Federal nº 13465/2017. § 10º A partir da disponibilidade de equipamentos e infraestrutura para prestação de serviço público de abastecimento de água, coleta de esgoto, distribuição de energia elétrica, ou outros serviços públicos, é obrigatório aos beneficiários da Reurb realizar a conexão da edificação à rede de água, de coleta de esgoto ou de distribuição de energia elétrica e adotar as demais providências necessárias à utilização do serviço. Seção I Dos Legitimados para Requerer a Reurb - Art. 5º. Poderão requerer a Reurb: I – Agentes públicos responsáveis pela análise urbanística, ambiental, de planejamento e assistência social do município; II - os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana; III - os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores; IV - a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e V - o Ministério Público. § 1o Os legitimados poderão promover todos os atos necessários á

regularização fundiária, inclusive requerer os atos de registro. § 2o Nos casos de parcelamento do solo, de conjunto habitacional ou de condomínio informal, empreendidos por particular, a conclusão da Reurb confere direito de regresso àqueles que suportarem os seus custos e obrigações contra os responsáveis pela implantação dos núcleos urbanos informais. § 3o O requerimento de instauração da Reurb por proprietários de terreno, loteadores e incorporadores que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais, ou os seus sucessores, não os eximirá de responsabilidades administrativa, civil ou criminal. CAPÍTULO II - DOS INSTRUMENTOS DA REURB - SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS - Art. 6º Poderão ser empregados, no âmbito da Reurb, sem prejuízo de outros que se apresentem adequados, os seguintes institutos jurídicos: I - a legitimação fundiária e a legitimação de posse, nos termos desta Lei; II - a usucapião, nos termos dos arts. 1.238 a 1.244 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), dos arts. 9º a 14 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e do art. 216-A da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973; III - a desapropriação em favor dos possuidores, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 1.228 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); IV - a arrecadação de bem vago, nos termos do art. 1.276 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); V - o consórcio imobiliário, nos termos do art. 46 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; VI - a desapropriação por interesse social, nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; VII - o direito de preempção, nos termos do inciso I do art. 26 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; VIII - a transferência do direito de construir, nos termos do inciso III do art. 35 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; IX - a requisição, em caso de perigo público iminente, nos termos do § 3º do art. 1.228 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); X - a intervenção do poder público em parcelamento clandestino ou irregular, nos termos do art. 40 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; XI - a alienação de imóvel pela administração pública diretamente para seu detentor, nos termos da alínea f do inciso I do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; XII - a concessão de uso especial para fins de moradia; XIII - a concessão de direito real de uso; XIV - a doação; e XV - a compra e venda. Art. 7º Na Reurb-E, promovida sobre bem público, havendo solução consensual, a aquisição de direitos reais pelo particular ficará condicionada ao pagamento do justo valor da unidade imobiliária regularizada sem

considerar o valor das acessões e benfeitorias do ocupante e a valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias. Parágrafo Único. As áreas de propriedade do poder público registradas no Registro de Imóveis, que sejam objeto de ação judicial versando sobre a sua titularidade, poderão ser objeto da Reurb, desde que celebrado acordo judicial ou extrajudicial, na forma desta Lei, homologado pelo juiz. Art. 8º Na Reurb-S promovida sobre bem público, o registro do projeto de regularização fundiária e a constituição de direito real em nome dos beneficiários poderão ser feitos em ato único, a critério do ente público promovente. Parágrafo Único. Nos casos previstos no caput deste artigo, serão encaminhados ao cartório o instrumento indicativo do direito real constituído, a listagem dos ocupantes que serão beneficiados pela Reurb e respectivas qualificações, com indicação das respectivas unidades, ficando dispensadas a apresentação de título cartorial individualizado e as cópias da documentação referente á qualificação de cada beneficiário. Art. 9º O Município poderá instituir como instrumento de planejamento urbano Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), através de Decreto, no âmbito da política municipal de ordenamento de seu território. § 1o Para efeitos desta Lei, considera-se ZEIS a parcela de área urbana instituída pelo plano diretor ou definida por outra lei municipal, destinada preponderantemente à população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo. § 2o A Reurb não está condicionada à existência de ZEIS. Seção II - Da Demarcação Urbanística - Art. 10. A Administração Pública poderá utilizar o procedimento de demarcação urbanística, com base no levantamento da situação da área a ser regularizada e na caracterização do núcleo urbano informal a ser regularizado. § 1o O auto de demarcação urbanística deve ser instruído com os seguintes documentos: I - planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, nos quais constem suas medidas perimetrais, área total, confrontantes, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, números das matrículas ou transcrições atingidas, indicação dos proprietários identificados e ocorrência de situações de domínio privado com proprietários não identificados em razão de descrições imprecisas dos registros anteriores; II - planta de sobreposição do imóvel demarcado com a situação da área constante do registro de imóveis. § 2o O auto de demarcação urbanística poderá abranger uma parte ou a totalidade de um ou mais imóveis inseridos em uma ou mais das seguintes situações: I

- domínio privado com proprietários não identificados, em razão de descrições imprecisas dos registros anteriores; II - domínio privado objeto do devido registro no registro de imóveis competente, ainda que de proprietários distintos; ou III - domínio público. § 3o Os procedimentos da demarcação urbanística não constituem condição para o processamento e a efetivação da Reurb. Art. 11. O poder público notificará os titulares de domínio e os confrontantes da área demarcada, pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição, para que estes, querendo, apresentem impugnação à demarcação urbanística, no prazo comum de trinta dias. § 1o Eventuais titulares de domínio ou confrontantes não identificados, ou não encontrados ou que recusarem o recebimento da notificação por via postal, serão notificados por edital, para que, querendo, apresentem impugnação à demarcação urbanística, no prazo comum de trinta dias. § 2o O edital de que trata o § 1o deste artigo conterá resumo do auto de demarcação urbanística, com a descrição que permita a identificação da área a ser demarcada e seu desenho simplificado. § 3o A ausência de manifestação dos indicados neste artigo será interpretada como concordância com a demarcação urbanística. § 4o Se houver impugnação apenas em relação à parcela da área objeto do auto de demarcação urbanística, é facultado ao poder público prosseguir com o procedimento em relação à parcela não impugnada. § 5o A critério do poder público municipal, as medidas de que trata este artigo poderão ser realizadas pelo registro de imóveis do local do núcleo urbano informal a ser regularizado. § 6o A notificação conterá a advertência de que a ausência de impugnação implicará a perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da Reurb. Art. 12. Expirado o prazo previsto no artigo anterior, com ou sem manifestação, o procedimento será encaminhado à Secretaria de Promoção Social para elaboração do Parecer técnico social aludido no artigo 5º, §1º e seguintes, e posteriormente, à Procuradoria Geral do Município para análise e manifestação. § 1o Caso exista demanda judicial de que o impugnante seja parte e que verse sobre direitos reais ou possessórios relativos ao imóvel abrangido pela demarcação urbanística, deverá informá-la ao poder público, que comunicará ao juízo a existência do procedimento de que trata o caput deste artigo. § 2o Para subsidiar o procedimento de que trata o caput deste artigo, será feito um levantamento de eventuais passivos tributários, ambientais e administrativos associados aos imóveis

objeto de impugnação, assim como das posses existentes, com vistas à identificação de casos de prescrição aquisitiva da propriedade. § 3o Faculta-se ao poder público promover a alteração do auto de demarcação urbanística ou adotar qualquer outra medida que possa afastar a oposição do proprietário ou dos confrontantes á regularização da área ocupada. Art. 13. Decorrido o prazo sem impugnação ou caso superada a oposição ao procedimento, o auto de demarcação urbanística será encaminhado ao registro de imóveis e averbado nas matrículas por ele alcançadas. § 1o A averbação informará: I - a área total e o perímetro correspondente ao núcleo urbano informal a ser regularizado; II - as matrículas alcançadas pelo auto de demarcação urbanística e, quando possível, a área abrangida em cada uma delas; e III - a existência de áreas cuja origem não tenha sido identificada em razão de imprecisões dos registros anteriores. § 2o Na hipótese de o auto de demarcação urbanística incidir sobre imóveis ainda não matriculados, previamente à averbação será aberta matrícula, que deverá refletir a situação registrada do imóvel, dispensadas a retificação do memorial descritivo e a apuração de área remanescente. § 3o Nos casos de registro anterior efetuado em outra circunscrição, para abertura da matrícula de que trata o § 2o deste artigo, o oficial requererá, de ofício, certidões atualizadas daquele registro. § 4o Na hipótese de a demarcação urbanística abranger imóveis situados em mais de uma circunscrição imobiliária, o oficial do registro de imóveis responsável pelo procedimento comunicará as demais circunscrições imobiliárias envolvidas para averbação da demarcação urbanística nas respectivas matrículas alcançadas. § 5o A demarcação urbanística será averbada ainda que a área abrangida pelo auto de demarcação urbanística supere a área disponível nos registros anteriores. § 6o Não se exigirá, para a averbação da demarcação urbanística, a retificação da área não abrangida pelo auto de demarcação urbanística, ficando a apuração de remanescente sob a responsabilidade do proprietário do imóvel atingido. Seção III - Da Legitimação Fundiária - Art. 14. A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente até 22 de dezembro de 2016, nos termos da Lei nº 13.465/2017. § 1o Na Reurb-S a legitimação fundiária será

concedida ao beneficiário que atender as seguintes condições: I - o beneficiário não ser concessionário, foreiro ou proprietário de imóvel urbano ou rural; II - o beneficiário não tenha sido contemplado com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto; e III - em caso de imóvel urbano com finalidade não residencial, seja reconhecido pelo poder público o interesse público de sua ocupação. § 2o Por meio da legitimação fundiária, em qualquer das modalidades da Reurb, o ocupante adquire a unidade imobiliária com destinação urbana livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio legitimado. § 3o Deverão ser transportadas as inscrições, as indisponibilidades ou os gravames existentes no registro da área maior originária para as matrículas das unidades imobiliárias que não houverem sido adquiridas por legitimação fundiária. § 4o Na Reurb-S de imóveis públicos, ao Município e as suas entidades vinculadas, quando titular do domínio, fica autorizado a reconhecer o direito de propriedade aos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado por meio da legitimação fundiária. § 5o Nos casos previstos neste artigo, o poder público encaminhará a CRF para registro imediato da aquisição de propriedade, dispensados a apresentação de título individualizado e as cópias da documentação referente à qualificação do beneficiário, o projeto de regularização fundiária aprovado, a listagem dos ocupantes e sua devida qualificação e a identificação das áreas que ocupam. § 6o Poderá o poder público atribuir domínio adquirido por legitimação fundiária aos ocupantes que não tenham constado da listagem inicial, mediante cadastramento complementar, sem prejuízo dos direitos de quem haja constado na listagem inicial. Seção IV - Da Legitimação de Posse - Art. 15. A legitimação de posse, instrumento de uso exclusivo para fins de regularização fundiária, constitui ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse, o qual é conversível em direito real de propriedade, na forma desta Lei. § 1o A legitimação de posse poderá ser transferida por causa mortis ou por ato inter vivos. § 2o A legitimação de posse não se aplica aos imóveis urbanos situados em área de titularidade do poder público. Art. 16. Sem prejuízo dos direitos decorrentes do exercício da posse mansa e pacífica no tempo, aquele em cujo favor

for expedido título de legitimação de posse, decorrido o prazo de cinco anos de seu registro, terá a conversão automática dele em título de propriedade, desde que atendidos os termos e as condições do art. 183 da Constituição Federal, independentemente de prévia provocação ou prática de ato registral. § 1o Nos casos não contemplados pelo art. 183 da Constituição Federal, o título de legitimação de posse poderá ser convertido em título de propriedade, desde que satisfeitos os requisitos de usucapião estabelecidos na legislação em vigor, a requerimento do interessado, perante o registro de imóveis competente. § 2o A legitimação de posse, após convertida em propriedade, constitui forma originária de aquisição de direito real, de modo que a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada restará livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio beneficiário. Art. 17. O título de legitimação de posse poderá ser cancelado pelo poder público emitente quando constatado que as condições estipuladas nesta Lei deixaram de ser satisfeitas, sem que seja devida qualquer indenização àquele que irregularmente se beneficiou do instrumento. CAPÍTULO III - DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - Seção I - Disposições Gerais - Art. 18. A Reurb obedecerá às seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento, no qual será conferido prazo para manifestação dos titulares de direitos reais sobre o imóvel e dos confrontantes; III - elaboração do projeto de regularização fundiária; IV - saneamento do processo administrativo; V - decisão da autoridade competente, mediante ato formal, ao qual se dará publicidade; VI - expedição da CRF pelo Município; e VII - registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado perante o oficial do cartório de registro de imóveis em que se situe a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada. Art. 19. A fim de fomentar a efetiva implantação das medidas da Reurb, o município poderá celebrar convênios ou outros instrumentos congêneres com o Ministério das Cidades, com vistas a cooperar para a fiel execução do disposto nesta Lei. Art. 20. Compete à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo: I - classificar, caso a caso, as modalidades da Reurb; II - processar, analisar e aprovar os projetos de regularização fundiária; e III - emitir a CRF. § 1o Na Reurb requerida pela União ou pelos Estados, a classificação prevista no inciso I do caput deste artigo será de responsabilidade do

ente federativo instaurador. § 2o Deverá ser classificado e fixado, no prazo de até cento e oitenta dias, uma das modalidades da Reurb ou indeferir, fundamentadamente, o requerimento. § 3o A inércia do Município implica a automática fixação da modalidade de classificação da Reurb indicada pelo legitimado em seu requerimento, bem como o prosseguimento do procedimento administrativo da Reurb, sem prejuízo de futura revisão dessa classificação pelo Município, mediante estudo técnico que a justifique. Art. 21. Instaurada a Reurb, o Município, através da Seção de Patrimônio, deverá proceder as buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado. § 1o Tratando-se de imóveis públicos ou privados, caberá á Secretaria de Obras e Urbanismo notificar os titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confinantes e os terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação. § 2o Tratando-se de imóveis públicos municipais, deverão ser notificados os confinantes e terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação. § 3o A notificação do proprietário e dos confinantes será feita por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição, considerando-se efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço. § 4o A notificação da Reurb também será feita por meio de publicação de edital, com prazo de trinta dias, do qual deverá constar, de forma resumida, a descrição da área a ser regularizada, nos seguintes casos: I - quando o proprietário e os confinantes não forem encontrados; e II - quando houver recusa da notificação por qualquer motivo. § 5o A ausência de manifestação dos indicados referidos nos §§ 1o e 4o deste artigo será interpretada como concordância com a Reurb. § 6o O requerimento de instauração da Reurb ou, na forma de regulamento, a manifestação de interesse nesse sentido por parte de qualquer dos legitimados, garantem perante o poder público aos ocupantes dos núcleos urbanos informais situados em áreas públicas a serem regularizados a permanência em suas respectivas unidades imobiliárias, preservando-se as situações de fato já existentes, até o eventual arquivamento definitivo do procedimento. § 7o Fica dispensado o disposto neste artigo, caso adotados os procedimentos da demarcação urbanística. Art. 22. A Reurb será

instaurada pela Secretaria de Obras e Urbanismo, por meio de requerimento, por escrito, de um dos legitimados de que trata esta Lei. Parágrafo Único. Na hipótese de indeferimento do requerimento de instauração da Reurb, a decisão deverá indicar as medidas a serem adotadas, com vistas á reformulação e á reavaliação do requerimento, quando for o caso. Art. 23. A elaboração e o custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial obedecerão aos seguintes procedimentos: I - na Reurb-S: a) operada sobre área de titularidade do município, caberá ao referido ente a responsabilidade de elaborar o projeto de regularização fundiária nos termos do ajuste que venha a ser celebrado e a implantação da infraestrutura essencial, quando necessária; e b) operada sobre área titularizada por particular, caberá ao Município a responsabilidade de elaborar e custear o projeto de regularização fundiária e a implantação da infraestrutura essencial será efetuada pelo proprietário do loteamento ou caso haja laudo social que comprove a impossibilidade de arcar com os custos de implantação, pelo poder público, que poderá ser ressarcido total ou parcialmente com os custos das obras; II - na Reurb-E, a regularização fundiária será contratada e custeada por seus potenciais beneficiários ou requerentes privados; III - na Reurb-E sobre áreas públicas, se houver interesse público, o Município poderá proceder á elaboração e ao custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial, com posterior cobrança aos seus beneficiários. Seção II - Do Projeto de Regularização Fundiária - Art. 24. O projeto de regularização fundiária conterá, no mínimo: I - levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado; II - planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível; III - estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental; IV - projeto urbanístico; V - memoriais descritivos; VI - proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso; VII - estudo técnico para situação de risco, quando for o caso; VIII - estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for

o caso; IX - cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e X - termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo. Parágrafo Único. O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso. Art. 25. O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, indicação: I - das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas; II - das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver; III - quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada; IV - dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver; V - de eventuais áreas já usucapidas; VI - das medidas de adequação para correção das desconformidades, quando necessárias; VII - das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, quando necessárias; VIII - das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias. § 1o Para fins desta Lei, considera-se infraestrutura essencial os seguintes equipamentos: I - sistema de abastecimento de água potável, coletivo ou individual; II - sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, coletivo ou individual; III - rede de energia elétrica domiciliar; IV - soluções de drenagem, quando necessário. § 2o A Reurb pode ser implementada por etapas, abrangendo o núcleo urbano informal de forma total ou parcial. § 3o As obras de implantação de infraestrutura essencial, de equipamentos comunitários e de melhoria habitacional, bem como sua manutenção, podem ser realizadas antes, durante ou após a conclusão da Reurb. § 4o A planta e o memorial descritivo deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, dispensada a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando o responsável técnico for servidor ou

empregado público. Art. 26. Na Reurb-S, caberá ao poder público competente, diretamente ou por meio da administração pública indireta, implementar a infraestrutura essencial, os equipamentos comunitários e as melhorias habitacionais previstos nos projetos de regularização, assim como arcar com os ônus de sua manutenção. Art. 27. Na Reurb-E, A Secretaria de Obras e Urbanismo deverá definir, por ocasião da aprovação dos projetos de regularização fundiária, nos limites da legislação de regência, os responsáveis pela: I - implantação dos sistemas viários; II - implantação da infraestrutura essencial e dos equipamentos públicos ou comunitários, quando for o caso; e III - implementação das medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental, e dos estudos técnicos, quando for o caso. § 1o As responsabilidades de que trata o caput deste artigo poderão ser atribuídas aos beneficiários da Reurb-E. § 2o Os responsáveis pela adoção de medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental deverão celebrar termo de compromisso com as autoridades competentes como condição de aprovação da Reurb-E. Art. 28. Para que seja aprovada a Reurb de núcleos urbanos informais, ou de parcela deles, situados em áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, estudos técnicos deverão ser realizados, a fim de examinar a possibilidade de eliminação, de correção ou de administração de riscos na parcela por eles afetada. § 1o Na hipótese do caput deste artigo, é condição indispensável á aprovação da Reurb a implantação das medidas indicadas nos estudos técnicos realizados. § 2o Na Reurb-S que envolva áreas de riscos que não comportem eliminação, correção ou administração, a Administração Pública deverá proceder a realocação dos ocupantes do núcleo urbano informal a ser regularizado. Seção III - Da Conclusão da Reurb - Art. 29. Após a instrução do procedimento administrativo com os documentos essenciais constantes nos parágrafos anteriores, expirado o prazo previsto no artigo 12, com ou sem manifestação, o procedimento será encaminhado à Secretaria de Promoção Social para elaboração do Parecer Técnico Social aludido no artigo 5º, §1º e seguintes. §1º - Emitido o Parecer descrito no caput, os autos serão remetidos à Procuradoria Geral do Município para análise e manifestação. Art. 30. O agente responsável pela decisão final do processamento administrativo da Reurb deverá: I - aprovar o projeto de regularização fundiária resultante do processo de regularização fundiária, com as intervenções a serem executadas, se for o caso e II -

identificar e declarar os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada, e os respectivos direitos reais. Art. 31. A Certidão de Regularização Fundiária (CRF) é o ato administrativo de aprovação da regularização que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo: I - o nome do núcleo urbano regularizado; II - a localização; III - a modalidade da regularização; IV - as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma; V - a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver; VI - a listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação. CAPÍTULO IV - DO REGISTRO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - Art. 32. O registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis da situação do imóvel e será efetivado independentemente de determinação judicial ou do Ministério Público. Parágrafo Único. Em caso de recusa do registro, o oficial do cartório do registro de imóveis expedirá nota devolutiva fundamentada, na qual indicará os motivos da recusa e formulará exigências nos termos desta Lei. Art. 33. Na hipótese de a Reurb abranger imóveis situados em mais de uma circunscrição imobiliária, o procedimento será efetuado perante cada um dos oficiais dos cartórios de registro de imóveis. Parágrafo Único. Quando os imóveis regularizados estiverem situados na divisa das circunscrições imobiliárias, as novas matrículas das unidades imobiliárias serão de competência do oficial do cartório de registro de imóveis em cuja circunscrição estiver situada a maior porção da unidade imobiliária regularizada. Art. 34. Recebida a CRF, cumprirá ao oficial do cartório de registro de imóveis prenotá-la, autuá-la, instaurar o procedimento registral e, no prazo de quinze dias, emitir a respectiva nota de exigência ou praticar os atos tendentes ao registro. § 1o O registro do projeto Reurb aprovado importa em: I - abertura de nova matrícula, quando for o caso; II - abertura de matrículas individualizadas para os lotes e áreas públicas resultantes do projeto de regularização aprovado; e III - registro dos direitos reais indicados na CRF junto às matrículas dos respectivos lotes, dispensada a apresentação de título individualizado. § 2o Quando o núcleo urbano regularizado abranger mais de uma matrícula, o oficial do registro de imóveis abrirá nova matrícula

para a área objeto de regularização, conforme previsto no inciso I do § 1o deste artigo, destacando a área abrangida na matrícula de origem, dispensada a apuração de remanescentes. § 3o O registro da CRF dispensa a comprovação do pagamento de tributos ou penalidades tributárias de responsabilidade dos legitimados. § 4o O registro da CRF aprovado independe de averbação prévia do cancelamento do cadastro de imóvel rural no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). § 5o O procedimento registral deverá ser concluído no prazo de sessenta dias, prorrogável por até igual período, mediante justificativa fundamentada do oficial do cartório de registro de imóveis. § 6o O oficial de registro fica dispensado de providenciar a notificação dos titulares de domínio, dos confinantes e de terceiros eventualmente interessados, uma vez cumprido esse rito pelo Município. § 7o O oficial do cartório de registro de imóveis, após o registro da CRF, notificará o Incra, o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria da Receita Federal do Brasil para que esses órgãos cancelem, parcial ou totalmente, os respectivos registros existentes no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e nos demais cadastros relacionados a imóvel rural, relativamente ás unidades imobiliárias regularizadas. Art. 35. Quando se tratar de imóvel sujeito a regime de condomínio geral a ser dividido em lotes com indicação, na matrícula, da área deferida a cada condômino, o Município poderá indicar, de forma individual ou coletiva, as unidades imobiliárias correspondentes ás frações ideais registradas, sob sua exclusiva responsabilidade, para a especialização das áreas registradas em comum. Parágrafo Único. Na hipótese de a informação prevista no caput deste artigo não constar do projeto de regularização fundiária aprovado pelo Município, as novas matrículas das unidades imobiliárias serão abertas mediante requerimento de especialização formulado pelos legitimados de que trata esta Lei, dispensada a outorga de escritura pública para indicação da quadra e do lote. Art. 36. Para atendimento ao princípio da especialidade, o oficial do cartório de registro de imóveis adotará o memorial descritivo da gleba apresentado com o projeto de regularização fundiária e deverá averbá-lo na matrícula existente, anteriormente ao registro do projeto, independentemente de provocação, retificação, notificação, unificação ou apuração de disponibilidade ou remanescente. § 1o Se houver dúvida quanto á extensão da gleba matriculada, em razão da precariedade da descrição tabular, o oficial do cartório de registro de imóveis abrirá nova matrícula para a área

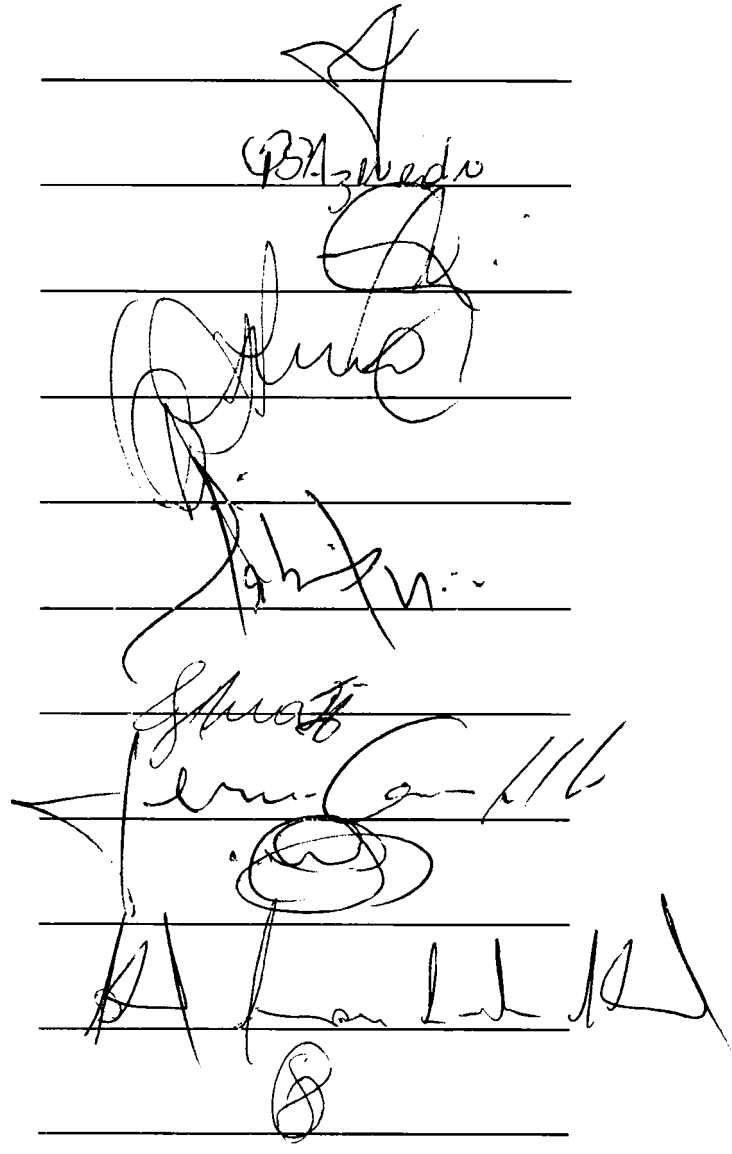
destacada e averbará o referido destaque na matrícula matriz. § 2o As notificações serão emitidas de forma simplificada, indicando os dados de identificação do núcleo urbano a ser regularizado, sem a anexação de plantas, projetos, memoriais ou outros documentos, convidando o notificado a comparecer à sede da serventia para tomar conhecimento da CRF com a advertência de que o não comparecimento e a não apresentação de impugnação, no prazo legal, importará em anuência ao registro. § 3o Na hipótese de o projeto de regularização fundiária não envolver a integralidade do imóvel matriculado, o registro será feito com base na planta e no memorial descritivo referentes à área objeto de regularização e o destaque na matrícula da área total deverá ser averbado. Art. 37. Os padrões dos memoriais descritivos, das plantas e das demais representações gráficas, inclusive as escalas adotadas e outros detalhes técnicos, seguirão as diretrizes estabelecidas pela autoridade municipal competente, as quais serão consideradas atendidas com a emissão da CRF. Parágrafo Único. Não serão exigidos reconhecimentos de firma nos documentos que compõem a CRF ou o termo individual de legitimação fundiária quando apresentados pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios ou entes da administração indireta. Art. 38. O registro da CRF produzirá efeito de instituição e especificação de condomínio, quando for o caso, regido pelas disposições legais específicas, hipótese em que fica facultada aos condôminos a aprovação de convenção condominial. Art. 39. O registro da CRF será feito em todas as matrículas atingidas pelo projeto de regularização fundiária aprovado, devendo ser informadas, quando possível, as parcelas correspondentes a cada matrícula. Art. 40. Nas matrículas abertas para cada parcela, deverão constar dos campos referentes ao registro anterior e ao proprietário: I - quando for possível, a identificação exata da origem da parcela matriculada, por meio de planta de sobreposição do parcelamento com os registros existentes, a matrícula anterior e o nome de seu proprietário; II - quando não for possível identificar a exata origem da parcela matriculada, todas as matrículas anteriores atingidas pela Reurb e a expressão "proprietário não identificado", dispensando-se nesse caso os requisitos dos itens 4 e 5 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Art. 41. Qualificada a CRF e não havendo exigências nem impedimentos, o oficial do cartório de registro de imóveis efetuará o seu registro na matrícula dos imóveis cujas áreas tenham sido atingidas, total ou parcialmente. Parágrafo Único. Não identificadas as

transcrições ou as matrículas da área regularizada, o oficial do cartório de registro abrirá matrícula com a descrição do perímetro do núcleo urbano informal que constar da CRF e nela efetuará o registro. Art. 42. Registrada a CRF, será aberta matrícula para cada uma das unidades imobiliárias regularizadas. §1º. Para os atuais ocupantes das unidades imobiliárias objeto da Reurb, os compromissos de compra e venda, as cessões e as promessas de cessão valerão como título hábil para a aquisição da propriedade, quando acompanhados da prova de quitação das obrigações do adquirente, e serão registrados nas matrículas das unidades imobiliárias correspondentes, resultantes da regularização fundiária. §2º. Após a emissão da Certidão de Regularização Fundiária - CRF, as áreas regularizadas deverão ser inseridas no cadastro imobiliário municipal, mesmo que localizadas em área rural, para fins de atualização do cadastro imobiliário municipal e lançamento dos tributos municipais. Art. 43. Com o registro da CRF, serão incorporados automaticamente ao patrimônio público as vias públicas, as áreas destinadas ao uso comum do povo, os prédios públicos e os equipamentos urbanos, na forma indicada no projeto de regularização fundiária aprovado. Parágrafo Único. A requerimento do Município, o oficial de registro de imóveis abrirá matrícula para as áreas que tenham ingressado no domínio público. Art. 44. As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela Reurb terão as suas matrículas abertas em nome do titular originário do domínio da área. Parágrafo Único. As unidades não edificadas que tenham sido comercializadas a qualquer título terão suas matrículas abertas em nome do adquirente, conforme procedimento previsto nesta Lei. CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS - Art. 45. Fica o Chefe do Poder Executivo, no caso da Reurb, autorizado a promover a venda direta dos imóveis de propriedade do Município integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016. Art. 46. A venda direta ao ocupante constitui instituto aplicável tanto na Reurb-S em que o beneficiário não cumpra os requisitos para a legitimação fundiária quanto na Reurb-E. Art. 47. A venda direta ao ocupante fica condicionada ao pagamento do valor de mercado do imóvel, a ser apurado pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, sem considerar o valor das acessões e benfeitorias do ocupante e a valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias. Parágrafo Único. Fica dispensada a realização de procedimento licitatório para a venda realizada

para os fins previstos nesta Lei, nos termos do art. 17, I, alínea f da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do art. 98 da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Art. 48. O pagamento deverá ser efetivado mediante sinal de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor de venda, permitido seu parcelamento em até 05 (cinco) vezes, e o do saldo em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais e consecutivas, com correção monetária por índices oficiais. Parágrafo Único. A parcela mínima deverá corresponder a 10% (dez por cento) do valor do salário mínimo vigente. Art. 49. Em caso de inadimplemento, aplicam-se, no que couberem, as disposições referentes aos créditos de natureza tributária de titularidade do Município. Art. 50. Aplicam-se, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 13465, de 11 de Julho de 2017. Art. 51. A fim de promover a efetiva implantação das medidas da Reurb, fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres com entidades públicas ou privadas, com vistas a cooperar para o fiel cumprimento do disposto nesta Lei. Art. 52 . Fica revogada a Lei Municipal nº 1622/2015 e demais disposições em contrário. Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **03)** Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Dirceu Cardoso á Sra. Vanessa Siqueira Lima. Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 110, de 11 de abril de 2019. **04)** Projeto de Decreto Legislativo que Altera o Decreto Legislativo Nº 73, de 07 de Agosto de 2014 e dá outras Providências. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 111, de 11 de abril de 2019. **05)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Edna Silva. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.363, de 11 de abril de 2019. **06)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Renato Costa de Oliveira. Autoria: Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.364, de 11 de abril de 2019. **07)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Tamara Horta Staniscia. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando

origem a Resolução nº 1.365, de 11 de abril de 2019. **08)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Gabrielly Damasceno da Silva. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.366, de 11 de abril de 2019. **09)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Juarez Fialho da silva Júnior. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.367, de 11 de abril de 2019. **10)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Arthur dos Santos Costa. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.368, de 11 de abril de 2019. **11)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Fabiana Silva de Souza. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.369, de 11 de abril de 2019. **12)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Lucélia Pacheco a Silva Souza. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.370, de 11 de abril de 2019. **13)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Marcos Antônio de Souza. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.371, de 11 de abril de 2019. **14)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Camila Ribeiro Mercante. Autoria: Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.372, de 11 de abril de 2019. **15)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Andreia Medeiros Ferreira de Souza. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.373, de 11 de abril de 2019. **16)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Hamilton Machado Valeriote Júnior. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.374, de 11 de abril de 2019. **17)** Projeto de Resolução que Concede o Título de

Cidadã Miracemense a Sra. Valéria da Silva Trajano. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.375, de 11 de abril de 2019. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que os comerciantes estão reclamando do baixo movimento do comércio, assim gostaria de que as pinturas que estão acontecendo nos dias de semana, sejam realizadas no finais de semana, com o objetivo de não prejudicar ainda mais os comerciantes. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 15/04/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 11 de abril de 2019.



Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de prestar uma homenagem aos Pais pelo seu dia, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo ocupou a cadeira do 2º Secretário. Foi registrada a ausência do Vereador Gilson Teixeira Sales. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 119, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente, após cumprimentar

a todos, informou que o objetivo principal da reunião era prestar uma homenagem aos pais miracemenses em comemoração ao Dia das Pais. Parabéns a todos. A seguir o Sr. Presidente deu início à entrega dos Diplomas de PAI DO ANO aos ilustres homenageados desta noite, em conformidade com o que dispõe o Decreto Legislativo nº 33, de 14 de junho de 1999, de iniciativa do Vereador Carlos Armando de Azevedo. **01)** Convidou o Vereador Carlos Magno da Silva Peres, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Manoel Jarbas Sentinelli. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres disse que o Sr. Manoel Jarbas é um homem trabalhador, possui duas filhas e sempre batalhou na educação de seus filhos, sendo um grande lutador e grande amigo. **02)** Convidou a Vereadora Maria José Barros Marques Andrade, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Antônio de Pádua Marques Barros, seu irmão. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade disse que está muito feliz de realizar esta homenagem para seu irmão, pois ele sempre foi seu companheiro, amigo e algumas vezes até se comportava como seu pai. **03)** Convidou o Vereador João Siqueira Magalhães, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Waldenir Almeida da Silva. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está muito feliz em fazer está homenagem, pois o Sr. Waldenir é uma excelente pessoa e um grande pai. **04)** Convidou o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Adalto Frontelmo Lage. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse o Sr. Adalto é um excelente homem, bastante trabalhador, sendo que está homenagem foi muito bem escolhida. **05)** Convidou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Waldir Antônio Pestana. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que o Sr. Waldir é um excelente pai, sempre buscando o melhor para seus filhos. **06)** Convidou o Vereador Fabricio de Sá Xavier, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Roberto Ranquine Poeys. O Vereador Fabricio de Sá Xavier disse que o Sr. Roberto é muito correto e firme em suas ações, sendo que ele educou seus filhos muito bem. **07)** Convidou o Vereador Carlos Armando de Azevedo, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Márith Eiras Scot, seu genro. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que o Sr. Márith é muito

importante para sua família e está muito feliz em fazer esta homenagem. A Sra. Amanda, esposa de Márith, disse que já foi homenageada no Dia das Mães e na época a Dona Nedi também parabenizou seu esposo dizendo que ninguém consegue construir uma família sozinha, assim, gostaria de aproveitar a oportunidade para parabenizar seu marido pela homenagem recebida. **08)** Convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. José Carlos Barbosa. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que o Sr. José Carlos Barbosa é muito dedicado e sempre mantém sua família unida, sendo um porto seguro para todos os problemas. **09)** Convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Cyro Freitas Siqueira. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo agradeceu a oportunidade de homenagear o Sr. Cyro, destacando que ele é seu grande amigo e sempre foi um pai exemplar. **10)** Convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, Vice-Presidente, para ocupar a Presidência, enquanto fazia a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Silvio Ferreira Rodrigues Junior. O Vereador Hugo Fernandes disse que o Sr. Silvio Ferreira é um excelente pai, sendo um grande exemplo para seus filhos, destacando que ele é muito trabalhador e honesto. **11)** Continuando, em nome do Vereador Gilson Teixeira Sales, o Vereador Hugo Fernandes fez a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Eduardo Ribeiro Pinto. o Vereador Hugo Fernandes disse que está muito feliz em fazer esta homenagem em nome do Vereador Gilson Teixeira Sales, mencionado que o Sr. Eduardo é muito trabalhador e uma grande pessoa. O Sr. Eduardo Ribeiro agradeceu a homenagem recebida, destacando que quando sua filha nasceu ele prometeu ser o melhor pai do mundo, por isso hoje ele promete que vai continuar tentando ser o melhor pai do mundo. **12)** Convidou o Presidente da FAMMIRA, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. José Carlos Corrêa. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura do ofício nº 017/2014 da Primeira Igreja Assembleia de Deus Miracema-RJ parabenizando todos os homenageados, especialmente o Sr. José Carlos Corrêa. Os Senhores Marco Moura, Carlos Fernando, Harlei Oliveira, Roger Rabello e José Carlos Corrêa utilizaram a palavra para realizarem seus respectivos agradecimentos. Terminada as homenagens o

Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convidando para a próxima a ser realizada no dia 14/08/2014, às 19 horas. Convidou também os presentes, para um coquetel que seria servido em seguida, no recinto, em comemoração ao Dia dos Pais. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 14 de agosto de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quarenta e três, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Armando de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 121, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Cartão desejando Feliz Natal do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; 02) Ofício

SEMMAM nº 045/2014 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse inserida uma cópia do ofício no Projeto de Lei; 03) Ofício nº 2347/14 do Ministério Público da Tutela Coletiva referente ao IC 281/12 MPRJ 2009.00334808; 04) Ofício de autoria da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que seja estudada a viabilidade da compra de uma terreno amplo para a construção de uma casa destinada aos idosos do Município de Miracema, tenho em vista a necessidade de atender uma demanda reprimida do Município no atendimento à pessoas da melhor idade, ofertando melhor qualidade de vida e viabilizando meus pedidos de verba para Deputados Federais e Estaduais para a construção da referida "Casa do Idoso". Deferido. 05) Ofício nº 40/2014 – CGAN/DAB/SAS/MS da Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica respondendo ofício nº 0659/2014; 06) Ofício nº 195/2014 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo ofício nº 0706/2014. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Maurício Sant'Ana Soares, Gutemberg Medeiros Damasceno solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para a Secretaria Municipal de Promoção Social para que a referida tome ciência da situação. 05) Autorização para inscrição da Chapa 1 para as Eleições da Mesa Diretora biênio 2015/2016. Prosseguindo, o Vereador Presidente Hugo Fernandes passou à eleição da Mesa Diretora, através do voto secreto, concorrendo uma única chapa, com a seguinte composição: Chapa 1 – Presidente: Maurício Sant'na Soares, Vice-Presidente: Paulo Sérgio de Azevedo, 1º Secretário: Fabrício de Sá Xavier e 2º Secretária: Maria José Marques Barros Andrade. Em seguida o Sr. Presidente distribuiu as cédulas devidamente rubricadas pelo Agente Administrativo e os Auxiliares Legislativo e de Secretaria da Câmara Municipal, para cada um dos Vereadores a fim de que os mesmos efetuassem seu voto. Após a votação o Sr. Presidente deu o resultado da eleição, onde a Chapa 1 recebeu dez votos favoráveis, com um voto em branco. Dessa forma, a Chapa 1 foi vencedora com onze votos favoráveis e a seguinte composição: Presidente: Maurício Sant'na Soares, Vice-Presidente: Paulo Sérgio de Azevedo, 1º Secretário: Fabrício de Sá Xavier e 2º Secretária: Maria José Marques Barros Andrade. Prosseguindo o Sr. Presidente declarou a nova Mesa Diretora empossada a partir do dia primeiro de janeiro de 2015.

O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que vai aceitar o novo desafio, destacando que sempre precisamos prosperar ainda mais. Acrescentou que sabe das responsabilidades de ser o futuro gestor da Câmara Municipal e que vai dar continuidade ao mandato do atual Presidente, sempre tratando com zelo as coisas públicas e respeitando os direitos de todos os Vereadores. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que existe um prédio ao lado do Colégio São José que está sem sustentação nenhuma e corre o risco de desabar, assim gostaria de alertar a Defesa Civil para que a referida possa realizar uma vistoria no local para buscar a resolução dos problemas. O Vereador João Siqueira Magalhães elogiou a administração do atual Presidente da Câmara, o Vereador Hugo Fernandes, destacando que ele sempre tratou os Vereadores de forma igual e democrática, respeitando a opinião de cada um. Por fim, desejou uma gestão com seriedade e transparência para o novo Presidente, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que o Presidente Hugo Fernandes sempre soube respeitar a idéia e os debates entre os Vereadores colocando seu nome na história do Município, assim devemos sempre respeitar as pessoas que deixaram seus nomes gravados na história do Município. Desejou que o Vereador Maurício Sant'Ana Soares tenha a humildade, a astúcia e a transparência demonstradas durante a atual gestão. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que durante a política já viu muitas eleições conturbadas e algumas onde foram assumidos compromissos de voto e no momento os Vereadores agiam de maneira contrária. Destacou que sempre cumpriu com os votos assumidos e sempre apoiou o futuro Presidente, sendo que durante esta eleição não firmou compromisso verbal pois não precisava, uma vez que sempre foi apoiado pelo Vereador Maurício Sant'Ana Soares e não poderia agir diferente. Por fim, acrescentou que se surpreendeu com as atitudes do Vereador Hugo Fernandes, especialmente por ser seu primeiro ano de mandato, sendo que já viu Presidentes bagunçarem os trabalhos da Câmara. Destacou que na política existem diversas articulações e sempre esteve do seu lado do futuro Presidente, desejando sucesso a nova Mesa Diretora e mencionando que partir do ano que vem teremos uma política muita conturbada, por isso os Vereadores devem ter determinação e convicção em seus votos. Continuando, o Vereador Carlos Armando de Azevedo

solicitou Moção de Aplausos para o Presidente Hugo Fernandes pela brilhante atuação como Presidente da Câmara Municipal de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para o Futuro Presidente Maurício Sant'Ana Soares e toda a Mesa Diretora, desejando sucesso neste novo desafio. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Hugo Fernandes pelo excelente trabalho mostrado como Presidente, destacando que sempre acreditou em seu trabalho e ele foi ainda além das expectativas. Continuando, parabenizou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares por ter sido eleito Presidente tendo a certeza de que ele realizará um excelente trabalho. Por fim, disse que se coloca à disposição para tratar de qualquer assunto e espera que exista harmonia entre todos os Vereadores. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a nova Mesa Diretora precisará de todos os Vereadores para que possam realizar um excelente trabalho frente à Câmara Municipal. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para o Sr. José Carlos de Almeida Alvim, pelos relevantes serviços prestados na Secretaria Municipal de Saúde. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, agradeceu ao Presidente Hugo Fernandes destacando que ele sempre pode contar com ela no momento em que precisar, pois possui um grande apreço pelo Vereador e tem a certeza que estes anos serão apenas o início de sua longa caminhada na vida política. Por fim, parabenizou o Vereador Maurício por ter sido eleito Presidente e desejou um Feliz Natal e próspero ano novo. O Vereador Hugo Fernandes perguntou quais os Vereadores se dispõe a ficarem de plantão no mês de janeiro. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva, João Siqueira Magalhães e Gilson Teixeira Sales se dispuseram a ficar de plantão. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu as palavras de todos os Vereadores esclarecendo que os méritos de sua gestão pertencem a todos os Vereadores. Por fim, parabenizou o novo Presidente da Câmara dizendo que está sempre à disposição para ajudar e desejou um Feliz Natal e Próspero Ano Novo. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 02/02/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quarenta e sete, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloi, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Maurício Sant'Ana Soares, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Carlos Magno da Silva Peres e Gilson Teixeira Sales. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Hugo Fernandes, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios, Capítulo 13, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício-Circular nº 008/2015 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 02) Ofício nº 032/2015-GAb do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 005/2015; 03) Moção de Pesar aos familiares do Sr. Joel Alvim e

Silva, de autoria dos Vereadores Carlos Armando de Azevedo, João Siqueira Magalhães, Gutemberg Medeiros Damasceno, Fabrício de Sá Xavier, Hugo Fernandes e Maurício Sant'Ana Soares. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção; 04) Ofício nº 038/2015-GAB do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 08/2015. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que, dentro da legalidade, sejam removidos os lixões e ferro velho que estão aparentes nas extremidades das cidades. Esclarecemos que tal solicitação irá despoluir visualmente as chegadas da cidade e evitar riscos de doenças como dengue e outras. Destacamos que tal requerimento não possui a intenção de prejudicar nenhum munícipe, visando apenas que sejam tomados os devidos cuidados visuais com o Município. Deferido. 02) Vereador Hugo Fernandes - Ao Representante da Empresa Continental Serviços e Construções - Solicitação no sentido de que encaminhado a esta Casa Legislativa as seguintes informações: a) cópia do contrato de prestação de serviços entre a Empresa e a Prefeitura Municipal de Miracema; b) organograma com os respectivos horários das coletas seletivas nos bairros; c) como será executada a retirada de entulhos e como está sendo feito o agendamento do serviço. Aprovado. 03) Vereador Carlos Armando de Azevedo - A Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio, Obras e Serviços Públicos - Solicitação no sentido de que seja iniciado um trabalho de fiscalização nas obras sobre o esgotamento sanitário, sendo que já verificou alguns pontos e em Itaperuna uma obra foi abandonada e as ruas ficaram todas esburacadas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou para uma que estava trabalhando nas obras se algum engenheiro da Prefeitura já tinha ido fiscalizar a obra, e ele lhe responde que ninguém ainda tinha comparecido ao local. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que já se comprometeu a visitar a Empresa responsável pelas obras e assim o fez. Ao Chegar lá solicitou algumas informações, sendo que a Empresa está fazendo a rede principal e depois terão de voltar nas ruas para fazer os ramais. Assim, a partir da próxima frente de serviços, um Assistente Social irá visitar os moradores explicando o que será realizado nas obras, com o tempo que será utilizado, para que os moradores possam se planejar. O Responsável pela Empresa esclareceu que todos os Vereadores estão convidados para visitar a

Empresa. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que faz questão de realizar uma reunião da Comissão de Obras para que fossem analisadas as questões das obras do Município. Por fim, o Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou uma cópia do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito realizado durante o mandato anterior, pois analisará o referido em conjunto com a Assessoria desta Casa Legislativa. 04) O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para Bárbara Silva Medeiros a parabenizando por ter se formado em enfermagem e desejando sucesso em sua vida profissional. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Exmo. Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Luiz Fernando Pezão - Solicitação no sentido de que seja implantado no Município de Miracema do "Projeto Bairro Novo", no Bairro Sayonara. Ressaltamos que o referido Projeto vem sendo realizado em diversos Municípios do Estado. Aprovado. 06) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Secretário Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a aplicação de saibro na Rua Ururay de Matos Macedo, no bairro Jardim Beverly, sendo que tal solicitação foi realizada pelos moradores. Destacamos que os moradores informaram que a rua está com difícil acesso devido a grande quantidade de barro que nela se encontra. Esclarecemos que a aplicação de saibro diminuiria os transtornos dos moradores até quando a referida rua for calçada ou asfaltada, já que em breve funcionará um PSF na localidade e será necessário um acesso fácil para os moradores. Deferido. Continuando, a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para o Deputado Federal Felipe Bornier por ter sido eleito 2º Secretário da Câmara dos Deputados, o parabenizando por mais esta conquista e desejando sucesso nesta nova etapa de sua carreira política. Os Vereadores Hugo Fernandes e Maurício Sant'Ana Soares irão assinar esta Moção. 07) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Representante da Firma Responsável pelas Obras de Esgotamento Sanitário - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma relação das firmas que estão sendo terceirizadas para a realização de alguns trabalhos nas obras de Esgotamento Sanitário do Município de Miracema. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que um funcionário do Supermercado Ramos lhe perguntou sobre o tamanho dos canos, uma vez que

acredita que os canos que estão sendo colocados estão muito finos. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que as ramificações serão feitas com os canos menores, uma vez que as ramificações são apenas para a captação de esgotos, sendo que as redes principais serão feitas com o cano maior. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que, por duas vezes, já ocorreu o entupimento da rede de esgotos na Samaritana, tendo sido necessário um grande trabalho de desentupimento. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acredita que a obra está sendo realizada dentro das normas técnicas necessárias. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que também estava preocupado com o tamanho dos canos, mas depois da explicação ficou mais tranquilo. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acrescentou que os Vereadores devem conversar e investigar melhor este assunto, acreditando que até as ligações das casas serão pagas pelos moradores. Continuando, perguntou ao Presidente se ele ficou sabendo de alguma entrevista que foi realizada na Câmara Municipal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que realmente quando chegou nesta Casa Legislativa já encontrou a equipe de reportagem no plenário da Câmara conversando com o Vereador João Siqueira Magalhães, mas pessoalmente não conversou com a equipe de reportagem. O Vereador Hugo Fernandes disse que a obra de esgotamento sanitário será de grande benefício para o Município, mas também trará gastos para a população, pois o tratamento de esgotos é pago pela população. Acrescentou que falar sobre as questões técnicas da obra é complicado, pois não possui conhecimento técnico sobre o assunto, assim é importante que estabelecido no Contrato seja respeitado. Acrescentou que está com a consciência tranquila sobre a Caixa de Previdência, sendo que no momento oportuno explicará sua posição com documentos, assim quer ver se o empenho da Câmara na investigação dentro da Caixa de Previdência, sendo que os problemas existentes lá são muitos graves. Por fim, disse que gostaria, inclusive, que o Projeto de Lei fosse discutido até mesmo antes do dia da votação. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que encaminhou um ofício ao Presidente da CAPPS para que fosse informado o nome das pessoas que fazem parte do Conselho Fiscal da CAPPS, sendo que poderá solicitar a presença de um representante do Sindicato, da CAPPS ou Prefeitura para prestar esclarecimentos sobre o assunto. Destacou que ainda não viu ninguém falar sobre os problemas

existentes na gestão da CAPPS/CAMEDS. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que a Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na legislatura passada possui documentos muito importantes comprovando alguns fatos graves, sendo que já foi decido por esta Casa Legislativa enviar todos os documentos para os órgãos competentes. Informou que, inclusive, o Presidente da CAPPS se recusou a assinar o documento em que constava seu depoimento, acrescentando que possui um documento falso assinado pelo Presidente da CAPPS na época, constando um fato inexistente. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que nestes documentos ainda não estão nem a metade dos problemas da Caixa de Previdência, esclarecendo que cada Vereador tem seu posicionamento político. Destacou que os servidores precisam saber a verdade sobre todos os fatos, por isso os Vereadores devem analisar todos os documentos com muito cuidado, esperando que a Câmara Municipal consiga suportar o número de pessoas para assistir a reunião e presenciar a votação do Projeto de Lei. Continuando, disse que está preocupado com a situação dos catadores de lixo, pois aquilo que é chamado de "lixo bom" não está sendo depositado na Usina, fato este que pode acabar desestimulando o difícil e sacrificante trabalho dos catadores. O Vereador João Siqueira Magalhães explicou que recebeu uma ligação por volta das oito horas e foi informado que a Inter TV queria entrevistar o relator da Comissão Especial de Inquérito que tinha sido instaurada na Câmara. Dessa maneira, se encaminhou para a CAPPS/CAMEDS para encontrar com a equipe de reportagem e eles estavam entrevistando a Diretoria da CAPPS/CAMEDS, sendo que ao terminar eles lhe informaram que iriam entrevistar algumas pessoas e o Prefeito. Em conversa com a equipe de reportagem foi decido que a entrevista seria realizada aqui na Câmara Municipal, assim se encaminhou para cá e ficou esperando a equipe de reportagem. Destacou que ninguém fez um trabalho especial nas investigações, tendo sido realizado apenas o trabalho normal, buscando sempre a verdade sobre os fatos. Destacou que se for criada uma Comissão Especial para investigar a CAPPS também exercerá sua função com o mesmo empenho, sendo que o trabalho foi realizado com seriedade e todos os Vereadores votaram de acordo com a responsabilidade de cada um. Esclareceu que também possui algumas documentações para apresentar que, inclusive, podem assustar os Vereadores, sendo que está com a consciência tranquila. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva

agradeceu ao Vereador Hugo Fernandes por ter fornecido alguns documentos em relação à CAPPS/CAMEDS, sendo que, por isso, ficou mais tranquilo para discutir o Projeto. Disse que está bastante preocupado com a situação, entretanto os servidores já estão procurando saber os fatos que envolvem no Município, procurando saber sempre a verdade sobre a situação. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares informou que a Vereadora Nedi Damasceno foi muito atuante durante os trabalhos realizados na Comissão Parlamentar de Inquérito. Destacou que os valores das dívidas estão muito altos, sendo que a situação das verbas utilizadas de maneira indevida precisa ser analisada. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o valor utilizado indevidamente é maior ou igual ao valor da dívida do Município, sendo que a problemática da Caixa de Previdência é muito mais grave do que a não contribuição dos gestores. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que vai analisar todos os documentos pertinentes e precisará do apoio do Departamento Jurídico e Controle Interno desta Casa Legislativa. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que realmente existe uma dívida do Município com a Caixa de Previdência, sendo que os valores podem ser discutidos novamente ou não, acrescentando que possui informações dando conta que o INSS também não é pago desde janeiro do ano passado. Informou que existem notícias de que ele estaria apoiando o Prefeito em troca de um Projeto de Lei aumentando o número de vagas do último concurso público, pois sua esposa foi aprovada no último concurso, por isso, gostaria de deixar claro que não tem nada contra o Prefeito, mas também não lhe deve nenhum favor, sendo que nem ele e nem sua esposa devem nada ao Prefeito. Por fim, disse que os votos dos Vereadores possuem legitimidade, acreditando, ainda, que a Caixa de Previdência deve ser gerida por um servidor público. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que por causa do não pagamento das verbas ao INSS está ocorrendo o seguinte problema. Alguns funcionários que trabalham sob o regime da CLT e estão completando o tempo de aposentadoria ficam com pressa para se aposentar, pois apesar da Prefeitura não estar repassando o dinheiro, o funcionário é aposentado recebendo apenas um salário, mesmo que sua contribuição tivesse sido maior. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que se o Prefeito estiver constatando um déficit funcional em algumas áreas, ele realizará contratos com as pessoas que estão na fila de espera para serem chamados pelo concurso, para assim poder

valorizar aqueles que serão chamados no futuro. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 12/02/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

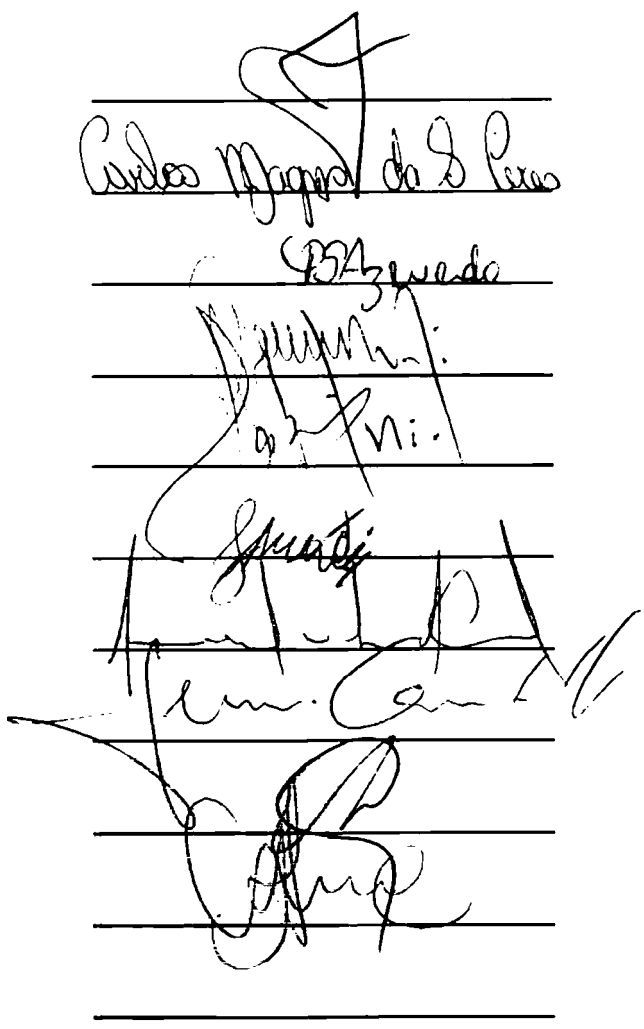
_____

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quarenta e seis da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1° Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmos 10, Versículos de 01 à 04. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício do Lions Clube de Miracema-RJ agradecendo os Vereadores; 02) Ofício nº 013/2019 ECG do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; 03) Ofício da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 014/2019; 04) Ofício da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 015/2019; 05) Ofício nº 028/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal; 06) Ofício nº 01/2018 da Secretaria Municipal de Administração – Seção de Patrimônio; 07) Ofício nº 02/2018 da Secretaria Municipal de Administração – Seção de Patrimônio. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Considerando o ofício n° 10/2019, da Procuradoria-Geral do Município, em anexo. Considerando que já foi sancionada a Lei 1.622, de 28 de dezembro de 2015, que institui o Programa de Regularização Fundiária no Município de Miracema. Considerando que nesta regularização pode a Municipalidade conceder Título de Legitimação de posse, em cada caso cobrando tão somente o custo unitário de cada título de interesse social ou de interesse específico. Venho por meio deste solicitar cópia do processo administrativo nº 2019.00732-0, bem como que sejam informadas as providências tomadas por parte desta secretaria para auxílio na regulamentação da Lei nº 1.622/2015, e ainda, se existe previsão para finalização, no que é cabível por parte desta pasta. Segue anexo a este cópia dos ofícios nº 005/19 da Secretaria Municipal de Assistência Social e ofício nº

10/2019 da procuradoria Geral do Município. Deferido. 02) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Considerando a necessidade de contínua manutenção no Patrimônio Público, que se inicia com o trabalho de fiscalização e vistoria. Considerando que investir em manutenção é sinônimo de economia ante a prevenção alcançada por estas. Venho por meio deste ratificar requerimento realizado pelas moradoras da rua Francisco Bruno de Martino, onde requisitam qeu a ponte localizada nessa rua seja vistoriada pelo Município, em razão da referida apresentar rachadura, digna de alerta. Ressalta-se estar anexo ao presente ofício requerimento das referidas moradoras já apresentado à essa Secretaria. Deferido. 03) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Considerando a importância estética e de manutenção das áreas comuns do Município. Considerando que nossos distritos e povoado merecem atenção quanto a obras, capinação e remoção de resíduos. Venho por meio do presente solicitar que sejam removidos os remanescentes de terra provenientes de capinação realizada na entrada de Areias, próximo a praça. Deferido. 04) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Prefeito Municipal - Solicitção no sendito de que envide esoforços a fim de que sejam construídas faixas de pedestres elevadas, conforme orientação do Arquiteto Luciano do INEPAC, em todo o Centro Histórico de Miracema, principalmente na Rua Marechal Floriano Peixoto e transversais, visando meior durabilidade da pintura e melhor mobilidade dos cadeirantes. Segue em anexo sugestões para os locais das faixas de pedestres. Deferido. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitção no sentido de que seja realizada a limpeza, capina e retirada de entulhos da Rua Governador Roberto Silveira, bem como no Bairro Santa Tereza. Deferido. 06) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solitação no sentido de que seja realizada uma limpeza na galeria da Rua Melchíades Picanço, localizada próxima ao Marcelo do Gás. Deferido. 07) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços para que seja realizada a troca das lampadas da Quadra do Rink, tendo em vista que a maioria se encontra queimada. Deferido. 08) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Diretor de Trânsito, Sr. Geraldo José Rodrigues Cardoso - Considerando o aumento de veículos no Município. Considerando que os motoristas têm cada vez mais lançado mão de grande velocidade. Venho por meio do presente ratificar o pedido dos moradores da Rua Francisco Bruno de Martino, para que seja realizada a construção de um quebra-molas na saída da ponte, tendo em vista a grande velocidade que os motoristas têm utilizado

principalmente ao sair da ponte em epígrafe. Ressalta-se estar anexo ao presente ofício abaixo assinado já apresentado à essa Diretoria. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares comentou que exsite uma faixa de pedestres no Biongo que está dificultando a visão dos motoristas, pois a feixa está em cima da esquina, assim gostaria que eu local fosse revisto. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que existem diversas faixas de pedestres em locais complicados, assim precisamos fazer uma revisão geral. 09) Vereador Paulo César da Cruiz de Azevedo - À ENEL - Solicitação no sentido de que seja realizada uma a limpeza e capina na extensão do terreno localizado entre a Casa de Saúde São Sebastião e o Posto Irineur Sodré, na Avenida Nilo Peçanha, tendo em vista que o referido se encontra com muito mato, servindo de depósito de lixo e como habitát para animais peçonhentos como escorpião. Aprovado. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os requerimentos endereçados à ENEL devem ser encaminhados através do endereço de e-mail. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que ficou muito triste com o corte da árvore localizada ao lado do prédio da antiga Prefeitura, acreditando que a justificativa apresentada não foi suficiente, assim vai procurar saber melhor sobre a situação, procurando quem fez o laudo dizendo que a árvore estava ruim. Continuando, pediu ao Presidente da Câmara para criar uma galeria com as fotos das Vereadoras de Miracema, pois assim vai valorizar o trabalho das mulheres na Câmara. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que esteve com o ex-senador Eduardo Lopes, que é o atual Secretário de Agricultura do Estado e ficou muito entusiasmado com as intenções que a atual secretaria possui. O Vereador Hugo Fernandes lembrou os vereadores de apresentarem os nomes das mulheres que serão homenageadas no Dia das Mães. Acrescentou que algumas pessoas da cidade precisam de discernimento para receber uma grande autoridade no Município, pois o Governador fez uma visita à Miracema e diversas pessoas demonstraram que não sabem se comportar, pois fizeram pedidos e realizaram algumas falas incoerentes. Esclareceu que a equipe do Governador e mostrou com muita falta de preparo para tratar a população. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que sempre em momentos de visitas importantes, infelizmente as pessoas sanguessugas aparecem, pois elas são oportunistas. Esclareceu que este é um momento em que deveríamos estar juntos e tanto o Prefeito, quanto todos os Vereadores deveriam ser os primeiros a serem convidados para estarem no palanque. O Vereador Hugo Fernandes disse que em algumas situações a equipe do governador foi deselegante com as pessoas, entretanto o próprio Governador se mostrou muito gentil e educado trazendo

boas novas para Miracema. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que onze ou doze Prefeitos da região estavam presentes na visita e nenhum deles foi nomeado pelo Chefe de Cerimônia, acreditando que o próprio Prefeito de Miracema poderia ter nominado todos, assim seria importante que o Prefeito se preocupasse com estas situações no futuro. Acrescentou que a equipe do governador infelizmente agiu de forma indelicada, sendo que a ideia do Gorvenador era apresentar um projeto para das frutos no Município de Miracema, pois inclusive vai ao Rio de Janeiro essa semana para tratar dos detalhes sobre a instlação do Colégio Militar em Miracema. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 14/02/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2019.



Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta e três da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Jó, Capítulo 19, Versículos de 01 à 06. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a Abertura da Expo Agropecuária do Município de São José de Ubá; 02) Memorando PMM/SMT nº 142/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 040/2019; 03) Memorando PMM/SMT nº 141/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 076/2019; 04) Memorando PMM/SMT nº 140/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 049/2019; 05) Memorando PMM/SMT nº 143/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 079/2019; 06) Memorando PMM/SMT nº 144/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 053/2019; 07) Ofício nº 04/2019 da Secretaria Municipal de Administração - Seção De Patrimônio; 08) Ofício nº 05/2019 da Secretaria Municipal de Administração - Seção De Patrimônio; 09) Memorando nº 131/2018 da Secretaria Municipal de Saúde respondendo o ofício nº 38/2019; 10) Ofício Circular nº 005/2019 CNM/BSB da Confederação Nacional dos Municípios; 11) Ofício do servidor Alexandro da Silva Nepomuceno solicitando informações; 12) Projeto de Lei que Dispõe sobre a obrigatoriedade da Secretaria Municipal de Assistência Social a dar ampla divulgação ao Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher) no âmbito do Município de

Miracema, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 13) Ofício nº 121/19 do Ministério Público da Tutela Coletiva; 14) Ofício nº 055/2019-PGM do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 002/2019; 15) Ofício nº 044/2019-PGM do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 005/2019. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo informou que recebeu um ofício do Hospital de Miracema sobre o Projeto Leitos de Retaguarda, assim gostaria de ler seu e registrar seu conteúdo na íntegra: "Presto a encaminhar para Vossa apreciação o PROJETO LEITOS DE RETAGUARDA, encadernado contendo 75 páginas, elaborado pelo HOSPITAL DE MIRACEMA junto ao Ministério da Saúde/SUS, que visa agregar novos serviços por este nosocômio". Esclareceu que recebeu um convite do Hospital para poder tomar ciência da situação do nosocômio, que no passado foi muito importante para todos. Dessa forma, percebeu que o Hospital precisa de verba para continuar realizando seus trabalhos, com isso perguntou o que o Hospital poderia fazer para gerar recursos e oferecer novos serviços para o Município. Assim, encontrou este Projeto sobre os Leitos de Retaguarda que estava paralisado, sendo que ele já passou pelo Ministério da Saúde e agora depende da Secretaria Municipal de Saúde. Disse que em conversa com o Prefeito, ele sinalizou que poderia realizar um trabalho nesse sentido, dessa forma vai procurar a Secretaria de Saúde para obter os dados que precisa, pois, esse projeto, realizado de maneira correta, pode gerar uma renda de aproximadamente R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por mês. Acredita que este projeto é interessante e precisa da colaboração de todos os vereadores, pois podemos conseguir alguns parceiros para lograr êxito. Esclareceu que, de início, precisamos de informações das nossas Secretarias e principalmente da Secretaria de Saúde e amanhã vai estar com a Secretária. Por fim, disse que buscou as informações necessárias para ter a certeza que esse projeto iria prosseguir e possui parceiros fora de Miracema para conseguirmos fazer o projeto dar certo. 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Hospital de Miracema - Solicitação no sentido de que seja esclarecido qual o critério para atendimento aos vereadores de Miracema, pois quando eles os Vereadores só são tratados como tal quando o Hospital precisa. Aprovado. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de

que seja realizada a poda das árvores localizadas no cemitério do Distrito de Paraíso do Tobias. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza do parque localizada no Bairro Hospital, bem como na Rua Aristides Barbosa, tendo em vista que os locais estão com muito mato, ocasionando o risco do aparecimentos de insetos e outros animais perigosos. Esclarecemos que tal solicitação já foi realizada no dia 23 de janeiro. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que seja realizada uma roçada no Campinho de Areias, nas casinhas populares da localidade e na estrada da propriedade da Sra. Margarida Schelck, tendo em vista que os locais estão com muito mato. Deferido. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Responsável pelos Agentes de Endemias - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja utilizado o carro fumacê nas ruas do Município de Miracema. Deferido. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire agradeceu ao chefe do DER pela realização da roçada na estrada do Distrito de Paraíso do Tobias e esclareceu que já solicitou a limpeza das galerias de água em Miracema, entretanto seu pedido ainda não foi atendido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Empresa Viação Miracemense - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se o transporte público está atendendo o Distrito de Paraíso do Tobias e a comunidade de Areias aos finais de semana. Caso o transporte não esteja sendo realizado, solicitamos que o referido seja realizado também aos finais de semana. Aprovado. 07) O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Pesar para o Sr. Valdeci e demais familiares, em virtude do falecimento de sua mãe. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que ficou muito chateado com a situação vivenciada pela família, pois a mãe do Sr. Valdeci faleceu dentro de casa, por conta de um acidente e seu corpo precisou ficar diversas horas no local, tendo em vista que o único veículo, que poderia retirar o corpo, demorou demais para aparecer no local. Acrescentou que essa situação não pode acontecer, pois os familiares já estão passando por um momento de dor e ficam numa situação péssima. 08) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja construída uma ciclovia no bairro Vale do Cedro (do início até a mina d'água), tendo em vista que existem muitos munícipes que

utilizam o local para realizarem caminhadas. Deferido. 09) O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do radialista Luís José Lopes, conhecido como Luisinho, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 10) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - À Secretaria Municipal Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão na iluminação da Rua Pedro Elídio, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, tendo em vista que de acordo com reclamações existem deficiências na iluminação e nos postes. Deferido. 11) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Responsável pela ENEL, Sr. Edson - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão na iluminação da Rua Pedro Elídio, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, tendo em vista que de acordo com reclamações existem deficiências na iluminação e nos postes. Aprovado. 12) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Aos Gerentes das Agências Bancárias de Miracema - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja minimizado o transtorno que o cidadão miracemense atravessa com o fechamento da agência lotérica no Município e a indefinição sobre sua reabertura. Assim, solicitamos que a referida Agência Bancária possa estar recebendo as contas de água, luz, telefone e outras, tendo em vista que as filas nos correspondentes bancários estão imensas e nem sempre se consegue pagar, pois o limite é ultrapassado. Aprovado. 13) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que seja realizada a drenagem do Córrego localizado no 3º Distrito de Venda das Flores, na parte baixa da Rua Sebastião Braga Bastos, tendo em vista o assoreamento, sendo que as fossas cépticas estão lotadas, fazendo com que o esgoto corra a céu aberto trazendo mau cheiro e desconforto para aquela localidade. Deferido. 14) O Vereador Fabrício de Sá Xavier soliciotu uma Moção de Aplausos para o Coronel PM Eduardo Vaz Castelano, Subcomandante do 6º Comando de Policiamento de Área (CPA) / PMERJ, em reconhecimento a sua determinação, destreza, compromisso com a sociedade, força e coragem nos serviços prestados no âmbito da segurança da população miracemense e região, por isso externamos nosso respeito e satisfação pelo desempenho de suas atribuições de autoridade policial, bem como de toda sua corporação. Todos os Vereaadores irão assinar esta Moção. 15) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza na estrada

Miracema x Campelo, tendo em vista que o acostamento está com o mato muito alto, prejudicando a visão dos motoristas. Deferido. 16) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza na calha localizada na Rua dos Gabrieis, pois ela está entupida e prejudicando os moradores da parte de baixo. Deferido. 17) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Defesa Civil - Solicitação no sentido de que seja realizado um Laudo Técnico de Avaliação de Risco Iminente, do barranco situado na Rua Sebastião Gonçalves Moreira, nº 360, Bairro Viradouro, na subida do Hospital (em frente à casa do Sávio Motorista da 1001). 18) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja adquirido um Caminhão Baú Isotérmico de pequeno porte para a realização do transporte da merenda escolar. 19) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria no Loteamento Luís Marques, localizado no bairro Hospital, tendo em vista que o esgoto do local está vazando parte de baixo da Rua Melchíades Picanço. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou á Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Miracema/RJ e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que percebeu a intenção do Prefeito em resolver este problema e vai apresentar uma emenda modificativa, pois a Autarquia precisa de um Controle Interno específico, assim vai fazer sua emenda dando um prazo de 90 (noventa) dias para que o Controle Interno seja implementado, pois precisamos de uma Autarquia provida dos instrumentos necessários para seu funcionamento. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares acredita que a criação do Controle Interno iria gerar despesa, pois a explicação realizada foi a de que o Controle Interno da Prefeitura seria o responsável pelo trabalho na Autarquia, esclarecendo que não é contra essa emenda. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que, com todo respeito, não se satisfez com a explicação apresentada, pois acredita que a criação de uma Autarquia precisa de um Controle Interno próprio. Deixa claro que a Autarquia pode até funcionar sem o Controle Interno, mas gostaria de deixar registrado sua intenção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares entende o posicionamento do Vereador, mas foi dito que a Autarquia

seria uma célula do Município, assim o Controle Interno da Prefeitura atuaria dentro da Autarquia. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que estamos desfazendo uma atitude tomada já anteriormente, quando extinguimos a CAPPS e criamos a PREVI. Disse que em virtude dos acontecimentos, parabeniza o Prefeito por esta atitude, destacando que o Conselho Fiscal tem a responsabilidade de fiscalizar o Presidente da Autarquia, sendo que este infelizmente tem sido um problema, pois o Conselho não procura saber sobre o assunto que deveria fiscalizar. Por fim, disse que percebeu alguns itens que deverão ser mudados no futuro, pois daqui a pouco teremos uma nova reforma da previdência, sendo que os antigos funcionários da CAPPS estão sem nenhum tipo de função na Prefeitura. O Vereador Aimoré da Silva Almeida espera que com essa nova mudança podemos chegar a um denominador comum, pois na extinção da antiga CAPPS, só foi falado maravilhas e promessas de melhora futura. Dessa maneira, espera que atualmente esse Projeto seja realmente bom para os funcionários, pois, caso contrário, daqui a um ano poderemos mudar de novo. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que vai apresentar uma Emenda para que os Conselheiros eleitos não possam ter cargos comissionados no governo, pois eles não podem ficar com seus cargos dependendo do governo e precisam realmente fiscalizar. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que o governo está tentando acertar, alterando uma mudança anterior, sendo que foram feitas algumas emendas demonstrando a preocupação dos Vereadores com os servidores. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres disse que fez emendas com o Vereador Hugo Fernandes e ele vai explicar. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que com o passar dos anos sempre estamos vendo diversas suplementações, por conta da extrapolação da taxa de administração de 2%, esclarecendo que hoje será criada uma conta específica para que aconteça uma melhor fiscalização sobre referida taxa. Destacou que sua Comissão vai apresentar quatro emendas, sendo que a primeira tem o objetivo de solicitar uma prestação de contas de todas as atividades, a segunda é para encaminhar a cópia das atas das sessões do Conselho Fiscal, a terceira para remeter a prestação de contas da PREVI para a Câmara anualmente e a quarta diz respeito ao aumento do período de licença em casos de aborto acidental. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que Projeto de Lei chegou na Câmara no dia 30 de outubro de 2018, assim todos os Vereadores tiverem tempo suficiente para

analisar o referido Projeto, sendo que inclusive ocorreu uma audiência pública realizada pela Prefeitura no mês de fevereiro. Percebeu que o Prefeito está tendo muita coragem em resolver este problema, pois ele é complexo e antigo, esclarecendo que hoje toda a dívida com a Caixa de Previdência está parcelada e o Prefeito está realizando o pagamento. Destacou que quando houve a extinção da antiga CAPPS, foi a única medida que o Prefeito encontrou para ter acesso ao Fundo Previdenciário, sendo que houve um erro do governo ao não manter essa Casa Legislativa melhor informada, entretanto dessa vez foi firmado um compromisso de que isso não iria ocorrer. Informou que no Projeto determina as responsabilidades do Conselho Fiscal e eles serão corresponsáveis pelos atos da Caixa de Previdência, sendo que vai ser criada uma conta independente para o depósito da taxa de administração. Esclareceu que a pauta nº 01 do Governo do Presidente é a Reforma Previdenciária e a maior parte desse Projeto de Lei que estamos votando é copiada das leis federais, assim com a possível reforma da previdência, provavelmente será dado um prazo para que os Estados e Municípios realizem as adequações necessárias, mencionando que quanto mais o gasto com a previdência consome os recursos da Prefeitura, menos sobra dinheiro para a saúde, educação e outros serviços básicos. Por fim, disse que a Caixa de Previdência passou por alguns problemas, tais como os problemas com o Banco Santos, o atraso nos repasses da Prefeitura, que se fossem realizados devidamente poderiam ser realizados investimentos, assim percebemos que a situação é difícil e precisamos resolver esse problema, acreditando que o Prefeito tem a coragem e a capacidade para resolver essa situação. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que hoje nós percebemos que deveria ter havido uma intervenção na diretoria constituída da Autarquia antiga e não sua extinção. Entretanto demos uma espécie cheque em branco ao governo, sendo que houve o compromisso da pessoa que assumiu a PREVI prestar contas para a Câmara, mas isso não aconteceu em nenhum momento. Destacou que a prestação de contas apresentada não foi suficiente, pois precisamos de uma prestação de contas detalhada, destacando que o servidor não precisa de patrimônio e sim de dinheiro em conta para receber seus direitos. O Vereador José Augusto Martins parabenizou o Prefeito Municipal pela coragem de mudar, esclarecendo que continua acreditando no governo. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o projeto não veio falando em apresentar

uma prestação de contas para a Câmara, assim sua Comissão apresentou as emendas necessárias para isso acontecer e iremos cobrar, pois caso isso não aconteça tomaremos as medidas cabíveis. O Vereador Hugo Fernandes disse que na extinção da autarquia foram vendidas várias situações e poucas foram cumpridas. Entretanto ficou bastante confortável em votar a favor da extinção da CAPPS, pois já tinha passado por uma situação no governo anterior, onde o governo tentou tirar os gestores da Autarquia por vários motivos que todos já sabem. Destacou que o governo não tomou a medida de revisar as licenças médicas de cargos comissionados, sendo que foi colocado que todas as situações seriam esclarecidas, por isso concorda quando o Líder do Governo disse que a auditoria apresentada foi insuficiente, pois ela não mostrou os responsáveis pela lesão na Caixa de Previdência. Informou que, no passado, a Câmara Municipal inclusive já foi acusada de ser omissa, entretanto as punições que estão acontecendo atualmente são oriundas de denúncias desta Casa Legislativa, mas infelizmente a justiça é lenta. Esclareceu que, em sua opinião particular, acredita que o prédio onde funciona a PREVI deve ser vendido, dando prioridade na compra para os servidores, sendo que inclusive não sabemos sobre a situação dos aluguéis, assim seria muito melhor vender e aplicar o dinheiro num investimento. Por fim, disse que fez uma emenda estipulando que o Município vai ficar responsável pelo pagamento integral do pagamento dos aposentados em caso de falência da autarquia e outra colocando o cargo de Presidente da Autarquia restrito para os funcionários públicos. Destacou que, fixar o valor das multas justamente em caso de não repasse na data correta, foi interessante e que a Vereadora Maria Alessandra foi feliz em sua emenda ao estipular que os membros do Conselho Fiscal não possam ter cargos comissionados. Concluindo, esclareceu que apesar de não votar por ser Presidente, é favorável ao Projeto. Continuando, o Vereador Presidente colocou as Emendas em votação. Foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Aditiva:** Acrescenta no Art. 14, § 3º. § 3º - Fica assegurado o pagamento aos Aposentados e Pensionistas de forma integral por parte da Prefeitura em caso de falência ou insuficiência de saldo da Autarquia. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes e Carlos Magno da Silva Peres. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Modificativa:** O Art. 32, § 2º passa a ter a seguinte redação: § 2° - "O Presidente do PREVI fará jus ao recebimento de uma gratificação mensal,

paga pelo PREVI, correspondente ao símbolo CC1 modalidade de recrutamento restrito a Servidores efetivos do Poder Executivo Municipal, da tabela de vencimentos em vigor da Lei 813/99. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes e Carlos Magno da Silva Peres. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **c) Emenda Modificativa:** O Art. 103 e seu parágrafo único passam a ter a seguinte redação: "Art. 103 - Os servidores efetivos, para serem nomeados nas funções gratificadas de que tratam os artigos 90, 91, 92, 94, 95 e 96 desta Lei, deverão possuir Ensino Superior e experiência mínima de 02 (dois) anos na área contábil. Parágrafo Único - O cargo comissionado, de que trata o artigo 93 desta Lei, deverá ser ocupado por servidor com conhecimentos em administração pública e experiência mínima de 02 (dois) anos na área previdenciária. Autoria: Vereadora Maria Alessandra Leite Freire. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **d) Emenda Aditiva:** Adiciona ao § 1° do art. 28 o inciso VI com a seguinte redação: "VI - Os Membros do Conselho Fiscal não poderão, durante o mandato, exercerem funções gratificadas e ou cargos comissionados". Autoria: Vereadora Maria Alessandra Leite Freire. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **e) Emenda Modificativa:** O § 4° do art. 45 passa a ter a seguinte redação: "§ 4° - Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a 45 (quarenta e cinco) dias." Autoria: Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva e Aimoré da Silva Almeida (Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio, Obras e Serviços Públicos). Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **f) Emenda Aditiva:** Acrescenta ao Art. 32, o inciso X, com a seguinte redação: "X - Informar trimensalmente à Câmara Municipal de Miracema os valores das receitas repassados à PREVI pelas fontes de financiamento do plano de custeio do RPPS". Autoria: Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva e Aimoré da Silva Almeida (Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio, Obras e Serviços Públicos). Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **g) Emenda Aditiva:** Acrescenta ao Art. 31, o inciso XVI, com a seguinte redação: "XVI - Encaminhar mensalmente à Câmara Municipal de Miracema as cópias das atas das sessões ordinárias e/ou extraordinárias". Autoria: Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva e Aimoré da Silva Almeida (Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio, Obras e Serviços Públicos).

Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **h) Emenda Modificativa:** O Inciso IX do art. 32 passa a ter a seguinte redação: "IX - Remeter ao Conselho Fiscal e à Câmara Municipal de Miracema, as Prestações de Contas do PREVI, até o dia 30 de março de cada ano". Autoria: Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva e Aimoré da Silva Almeida (Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio, Obras e Serviços Públicos). Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **i) Emenda Aditiva:** Adiciona o § 4° ao art. 36 com a seguinte redação: "§ 4º - Deverá ser instituído o Controle Interno na autarquia PREVI-Miracema, no prazo de 90 dias". Autoria: Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares convidou a Secretária de Governo, a Sra. Geisa, para esclareceu se a criação dessa Controle Interno geraria despesa, causando impacto financeiro, sendo que inclusive é a favor da criação desse Controle Interno, entretanto quando a Prefeitura cria cargos é preciso inclusive de uma declaração sobre o impacto financeiro. A Sra. Geisa acredita que realmente vai haver um aumento de despesa, pois o Projeto não previu a criação desse cargo, sendo que o Controle Interno da Prefeitura já vai fazer este trabalho, uma vez que a Autarquia é uma administração pública indireta. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Câmara não pode criar despesa para o Poder Executivo, assim sugere que o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo possa apresentar sua emenda em forma de indicação. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo concordou em retirar sua emenda e encaminhar para a Prefeitura em forma de indicação. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou o projeto em votação, esclarecendo que conforme foi combinado entre os Vereadores o projeto será votado em primeira e única votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.813, de 11 de março de 2019. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA no uso das atribuições dispostas no inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal - LOM, faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: TÍTULO ÚNICO Do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Miracema. CAPÍTULO I Das Disposições Preliminares e dos Objetivos Art. 1º - Fica reestruturado, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Miracema, denominado PREVI MIRACEMA, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, tendo por objetivo oferecer

aos servidores públicos municipais e seus dependentes, o plano de benefícios de natureza previdenciária. Parágrafo único – O PREVI MIRACEMA é uma autarquia municipal e tem sede e foro na cidade de Miracema, no Estado do Rio de Janeiro, e gozará de autonomia administrativa financeira e patrimonial, dentro dos limites estabelecidos nesta Lei. Art. 2º - O PREVI MIRACEMA visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam ás seguintes finalidades: I - garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, idade avançada, reclusão e morte; e II - proteção á maternidade e à família. CAPÍTULO II Dos Beneficiários Art. 3º - São beneficiários do PREVI MIRACEMA as pessoas físicas classificadas como segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste Capítulo. Seção I Dos Segurados Art. 4º - São segurados do RPPS: I - o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, suas autarquias, inclusive as de regime especial, e fundações públicas; e II - os aposentados nos cargos efetivos citados no inciso I. § 1º - Fica excluído do disposto no caput o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como o ocupante de cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado, ficando vinculado, obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS. § 2º - O segurado aposentado que exerça ou venha a exercer cargo em comissão, cargo temporário, emprego público ou mandato eletivo vincula-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social- RGPS. § 3º - Na hipótese de lícita acumulação remunerada de cargos efetivos, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório do RPPS em relação a cada um dos cargos ocupados. § 4º - O servidor titular de cargo efetivo amparado pelo RPPS, que se afastar do cargo efetivo quando nomeado para o exercício de cargo em comissão, continua vinculado exclusivamente a esse regime previdenciário, não sendo devidas contribuições ao RGPS sobre a remuneração correspondente ao cargo em comissão, sendo-lhe facultado optar por recolher sobre essa parcela ao RPPS, conforme previsto no art. 17, § 1º. Art. 5º - O servidor público titular de cargo efetivo permanece vinculado ao PREVI-MIRACEMA nas seguintes situações: I - quando cedido, com ou sem ônus para o cessionário, a órgão ou entidade da administração direta ou indireta de quaisquer dos entes federativos; II - quando licenciado; III - durante o afastamento

do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo em quaisquer dos entes federativos; e IV - durante o afastamento do país por cessão ou licenciamento com remuneração. Parágrafo único. O segurado da PREVI-MIRACEMA, investido no mandato de Vereador, que exerça, concomitantemente, o cargo efetivo e o mandato, filia-se ao RPPS, pelo cargo efetivo, e ao RGPS, pelo mandato eletivo. Art. 6º - O servidor efetivo requisitado da União, do Estado, do Distrito Federal ou de outro Município permanece filiado ao regime previdenciário de origem. Art. 7º - A perda da condição de segurado do PREVI-MIRACEMA ocorrerá nas hipóteses de morte, exoneração ou demissão. Seção II Dos Dependentes Art. 8º - São beneficiários do PREVI-MIRACEMA, na condição de dependente do segurado: I - o cônjuge, a companheira ou o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido; II - os pais; ou III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido. § 1º - A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes. § 2º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que mantenha união estável com segurado ou segurada, reconhecida por sentença judicial transitada em julgado. § 3º - Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e comprovada a dependência econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e desde que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação. § 4º - O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado quando, além de atender aos requisitos do § 5º, houver a apresentação do termo de tutela judicial. § 5º - A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e das demais deve ser comprovada. Para fins de comprovação do vínculo de dependência econômica, conforme o caso, deverá ser apresentada declaração do beneficiário de que não tem economia própria e, no mínimo, três dos seguintes documentos: a) Declaração de imposto de renda do segurado, onde conste o interessado como seu dependente; b) Disposição testamentária; c) Anotação constante da carteira profissional e/ou carteira de trabalho e previdência social, feita pelo órgão competente; d) Declaração especial feita perante Tabelião; e) Prova de mesmo domicílio; f) Prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil; g) Procuração ou fiança reciprocamente outorgada; h) Conta bancária

conjunta; i) Registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente ou segurado; j) Anotação constante do livro ou ficha de registro de empregados; k) Apólice de seguro na qual conste o segurado como instituidor e o interessado como responsável; l) Escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome do dependente; m) Declaração de não emancipação do dependente menor de 21 anos; ou n) Quaisquer outros documentos que possam levar à convicção do fato a ser comprovado. Art. 9º - A perda da qualidade de dependente ocorre: I - para o cônjuge, pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado; II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos; III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem vinte e um anos de idade, salvo se inválidos, desde que a invalidez tenha ocorrido antes: a) de completarem vinte e um anos de idade; b) da emancipação, nos termos da Lei Civil; e IV - para os dependentes em geral: a) pela cessação da invalidez; ou b) pelo falecimento. Seção III Das Inscrições Art. 10 - A vinculação do servidor ao PREVI-MIRACEMA é automática e dar-se-á pelo exercício das atribuições do cargo de que é titular. Art. 11 - Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado. § 1º - A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição mediante inspeção médica da PREVI-MIRACEMA. § 2º - As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente. § 3º - A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes. CAPÍTULO III Da Unidade Gestora. Art. 12 - Fica criado, no âmbito do PREVI-MIRACEMA, o Fundo de Previdência Social do Município de Miracema – FPSM, de acordo com o art. 71 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para garantir o plano de benefício do PREVI-MIRACEMA, observados os critérios estabelecidos nesta Lei. Parágrafo único - Caberá ao PREVI-MIRACEMA o gerenciamento do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão do FPSM e dos recursos previdenciários, bem como a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios. CAPÍTULO IV Do Custeio Seção I Das Fontes de Financiamento e dos Limites de Contribuição Art. 13 - São fontes de financiamento do plano de custeio do RPPS as seguintes receitas: I - o

produto da arrecadação referente às contribuições de caráter compulsório, dos servidores ativos de qualquer dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações, na razão de 11% (onze por cento) sobre a sua remuneração de contribuição; II - o produto da arrecadação referente às contribuições dos aposentados e pensionistas de qualquer dos Poderes do Município, suas autarquias e fundações na razão de 11% (onze por cento), incidentes sobre a parcela dos proventos de aposentadoria e das pensões concedidas pelo RPPS que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, exceto quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante, hipótese em que incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social; III - o produto da arrecadação da contribuição do Município - Administração Direta, Câmara Municipal, Autarquias e Fundações Públicas, equivalente a 11% (onze por cento), sobre o valor da remuneração de contribuição paga aos servidores ativos; IV – as receitas decorrentes de investimentos e as patrimoniais; V – os valores recebidos a título de compensação financeira, prevista no § 9º do art. 201 da Constituição Federal; VI – os valores aportados pelo Município. VII – as demais dotações previstas no orçamento municipal. VIII – quaisquer bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária. Art. 14 - O plano de custeio do RPPS será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial. § 1º - As alíquotas de responsabilidade do Município, previstas no art. 13, III, poderão ser revistas por Decreto do Poder Executivo conforme reavaliação atuarial anual. § 2º - O Município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do RPPS, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários. § 3º - Fica Assegurado o pagamento aos Aposentados e Pensionistas de forma integral por parte da Prefeitura em caso de falência ou insuficiência de saldo da Autarquia. Art. 15 - As disponibilidades financeiras vinculadas ao RPPS serão depositadas em contas distintas das contas do Tesouro Municipal. Parágrafo único - Os recursos referidos no caput serão aplicados nas condições de mercado, com observância de regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção e prudência financeira, conforme as diretrizes estabelecidas em norma específica do Conselho Monetário Nacional e a Política de Investimentos do Fundo, vedada a

concessão de empréstimos de qualquer natureza, inclusive ao Município, a entidades da administração indireta e aos respectivos segurados ou dependentes. Art. 16 - A escrituração contábil do RPPS será distinta da contabilidade do ente federativo, inclusive quanto ás rubricas destacadas no orçamento para pagamento de benefícios, e obedecerão às normas e princípios contábeis previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, e demais atos normativos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. Seção II Da Base de Cálculo das Contribuições. Art. 17 - Entende-se por remuneração de contribuição o valor constituído pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei e dos adicionais de caráter individual, excluídas: I - as diárias para viagens; II - a indenização de transporte; III - o salário-família; IV - o auxílio-alimentação; V - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho; VI - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada; VII - o adicional de férias; VIII - o adicional noturno; IX - o adicional por serviço extraordinário; X - a parcela paga a servidor público indicado para integrar conselho ou órgão deliberativo, na condição de representante do governo, de órgão ou de entidade da administração pública do qual é servidor; § 1º - O segurado ativo poderá optar pela inclusão na remuneração de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento nos arts. 38, 39, 40, 41, 42 e 56. § 2º - Os segurados ativos contribuirão também sobre o décimo terceiro salário, bem como sobre os benefícios de salário-maternidade e auxílio-doença, e os inativos e pensionistas sobre a gratificação natalina ou abono anual. § 3º - O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago. § 4º - O Município contribuirá sobre o valor pago a título de auxílio-doença e salário maternidade e repassará os valores devidos ao FPSM durante o afastamento do(a) servidor(a). § 5º - Quando o pagamento mensal do servidor sofrer descontos em razão de faltas ou de quaisquer outras ocorrências, a alíquota de contribuição deverá incidir sobre o valor total da remuneração de contribuição prevista em lei, relativa à remuneração mensal do servidor no cargo efetivo, desconsiderados os descontos. § 6º - Havendo redução de carga horária, com prejuízo da

remuneração, a base de cálculo da contribuição não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo. Art. 18 - Incidirá contribuição de responsabilidade do segurado, ativo e inativo, do pensionista e do Município sobre as parcelas que componham a base de cálculo, pagas retroativamente em razão de determinação legal, administrativa ou judicial, observando-se que: I – sendo possível identificar as competências a que se refere o pagamento, aplicar-se-á a alíquota vigente em cada competência; II – em caso de impossibilidade de identificação das competências a que se refere o pagamento aplicar-se-á a alíquota vigente na competência em que for efetuado o pagamento; III – em qualquer caso, as contribuições correspondentes deverão ser repassadas á unidade gestora no mesmo prazo fixado para o repasse das contribuições relativas à competência em que se efetivar o pagamento dos valores retroativos, sob pena de incidirem os acréscimos legais previstos no § 1º do art. 19. Art. 19 - Cabe ás entidades mencionadas no inciso III do artigo 13 desta Lei proceder ao desconto da contribuição de seus servidores na folha de pagamento e recolhê-la, juntamente com a de sua obrigação, até o dia 10 (dez) do mês seguinte aquele a que as contribuições se referirem. § 1º - O não repasse das contribuições destinadas ao RPPS no prazo legal implicará na atualização destas de acordo com o índice IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) + 6% (seis por cento) ao ano, além de juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês. Art. 20 - Salvo na hipótese de recolhimento indevido ou maior que o devido, não haverá restituição de contribuições pagas ao RPPS. SEÇÃO III Das Contribuições dos Servidores Cedidos, Afastados e Licenciados Art. 21 - Nas hipóteses de cessão, licenciamento ou afastamento de servidor, o cálculo da contribuição ao PREVI-MIRACEMA será feito com base na remuneração do cargo efetivo de que o servidor for titular, observando-se as normas desta seção. Art. 22 - Na cessão de servidores ou no afastamento para exercício de mandato eletivo em que o pagamento da remuneração ou subsídio seja ônus do cessionário ou do órgão de exercício do mandato será de responsabilidade desse órgão ou entidade: I – o desconto da contribuição devida pelo segurado. II – o custeio da contribuição devida pelo órgão ou entidade de origem; e III – o repasse das contribuições de que tratam os incisos I e III do art. 13, à unidade gestora a que está vinculado o servidor cedido ou afastado. § 1º - Caso o cessionário ou o órgão de exercício do mandato, não efetue o repasse das contribuições à unidade gestora no

prazo legal, caberá ao órgão ou entidade de origem efetuá-lo, buscando o reembolso de tais valores. § 2º - O termo, ato, ou outro documento de cessão ou afastamento do servidor com ônus para o cessionário ou o órgão de exercício do mandato, deverá prever a responsabilidade deste pelo desconto, recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias ao RPPS, conforme valores informados mensalmente pelo órgão ou entidade de origem. § 3º - O disposto neste artigo se aplica a todos os casos de afastamento do cargo para exercício de mandato eletivo com ônus para o órgão de exercício do mandato, inclusive no caso de afastamento para o exercício do mandato de prefeito ou de vereador em que haja opção pelo recebimento do subsídio do cargo eletivo. Art. 23 - Na cessão ou afastamento de servidores sem ônus para o cessionário ou para o órgão do exercício do mandato, continuará sob a responsabilidade do órgão ou entidade de origem o recolhimento e o repasse ao PREVI-MIRACEMA das contribuições relativas á parcela devida pelo servidor e pelo Município. Parágrafo único - O disposto neste artigo se aplica aos casos de afastamento para exercício de mandato eletivo de prefeito ou de vereador em que haja opção pelo recebimento da remuneração do cargo efetivo de que o servidor seja titular. Art. 24 - O servidor afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo sem recebimento de remuneração ou subsídio pelo Município, somente computará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento, para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento mensal das contribuições de que trata o artigo 13, I e III desta Lei. Art. 25 - O servidor cedido ou licenciado para exercício de mandato em outro ente federativo poderá optar por contribuir facultativamente ao PREVI-MIRACEMA sobre as parcelas remuneratórias não componentes da remuneração do cargo efetivo, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento nos arts. 42, 43, 44, 45, 46 e 68. SEÇÃO IV Da Utilização dos Recursos Previdenciários e da Taxa de Administração Art. 26 - As receitas de que trata o art. 13 somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do PREVI-MIRACEMA e para o custeio da taxa de administração destinada à manutenção do regime, respeitado o disposto no art. 6º, da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998. § 1º - O valor anual da taxa de administração será de até 2,0% (dois por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões pagos aos segurados e dependentes do RPPS no exercício financeiro anterior, e será destinada

exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do RPPS. § 2º - O PREVI-MIRACEMA poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração, devendo ser mantida em conta distinta. § 3º O PREVI-MIRACEMA deverá, obrigatoriamente, abrir e manter conta corrente separada para utilização e movimentação dos recursos da Taxa de Administração. CAPÍTULO V Da Administração e Fiscalização do PREVI-MIRACEMA Art. 27 – A administração e fiscalização do PREVI-MIRACEMA, terá a seguinte estrutura: I – Órgão Colegiado Conselho Fiscal. II – Órgão Executivo: Presidência. III – Comitê de Investimentos. Seção I Do Conselho Fiscal Art. 28 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do PREVI-MIRACEMA, cabendo zelar pela sua gestão econômico-financeira. § 1º - O Conselho Fiscal, será composto pelos seguintes membros, nomeados pelo Prefeito, por meio de Portaria Municipal, com mandato de dois anos, admitida recondução por um único período subsequente, sendo: I – 02 (dois) representantes do Poder Executivo, indicados pelo Prefeito; II – 01 (um) representante do Poder Legislativo, podendo ser servidor ou vereador, com vínculo estatutário, indicado pelo Chefe do Legislativo; III – 01 (um) representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema, com vínculo estatutário, indicado pelo Presidente do órgão; IV – 02 (dois) representantes dos servidores ativos, eleitos em assembleia geral; V – 01 (um) representante dos servidores inativos e pensionistas, eleito em assembleia geral; VI – Os membros do Conselho Fiscal não poderão, durante o mandato, exercerem funções gratificadas e/ ou cargos comissionados. § 2º - Pela participação no Conselho Fiscal, será atribuído auxílio reunião, de caráter indenizatório, correspondente a 20 (vinte) UFIR/RJ, por reunião, limitado a 04 (quatro) por mês, sendo a atividade considerada serviço público relevante e de interesse dos titulares e do Município. § 3º - Os membros do Conselho Fiscal não serão destituíveis ad nutum, somente podendo ser afastados de suas funções após serem julgados em processo administrativo, se culpados por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida como a ausência injustificada em 3 (três) reuniões consecutivas ou em 4 (quatro) intercaladas em um mesmo ano. § 4º - Os cargos de Secretário e de Presidente do Conselho Fiscal, serão escolhidos através de eleição interna, quando da posse de seus

membros, e terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. § 5º - A composição atual do Conselho Fiscal será respeitada até o término do mandato em curso, valendo para as próximas eleições a nova composição. § 6º - As regras da Assembleia Geral Ordinária para eleição dos membros do Conselho Fiscal, de que tratam os incisos IV e V do §1º, serão definidas em Decreto do Prefeito Municipal. § 7º - Os membros do Conselho Fiscal, de que trata o inciso I e II, do § 1º, do artigo, não farão jus ao auxílio reunião, de que trata o § 2º. Art. 29 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, em sessões mensais e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por, pelo menos, 02 (dois) de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias. §1º – Das reuniões do Conselho Fiscal serão lavradas atas em livro próprio. §2º - As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria, exigido o quórum de cinco membros. Art. 30 - Incumbirá à Presidência e á Diretoria de Previdência do PREVI-MIRACEMA proporcionarem ao Conselho Fiscal os meios necessários ao exercício de suas competências. Art. 31 – Compete ao Conselho Fiscal: I – Elaborar o seu relatório mensal de atividades e encaminhá-lo à Diretoria de Previdência; II – Analisar o conteúdo técnico dos projetos relativos á Lei Orçamentária Anual – LOA, a serem propostos pela Diretoria do Previ e acompanhar a sua execução; III – fiscalizar a execução orçamentária anual; IV – fiscalizar a execução da Política Anual de Investimentos; V – fiscalizar a concessão e a manutenção dos benefícios previdenciários; VI – fiscalizar a estrita aplicação da legislação previdenciária aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social; VII – requisitar documentos para o desempenho de suas atribuições, junto à Diretoria de Previdência da Autarquia; VIII – realizar apontamentos sobre quaisquer inconsistências técnicas encontradas na gestão da Diretoria do Previ, sugerindo as medidas a serem adotadas para a sua correção; IX – opinar sobre assuntos de natureza econômica, financeira e contábil que lhes sejam submetidos pela Diretoria do Previ; X – Analisar e Emitir parecer sobre as Prestações de Contas do PREVI, até o dia 30 de Abril de cada ano, encaminhando à Diretoria de Previdência; XI - elaborar e aprovar o seu regimento interno; XII - eleger seu presidente; XIII - requerer à Diretoria do PREVI, caso necessário, a contratação de assessoria técnica; XIV - lavrar as atas de suas reuniões, inclusive os pareceres e os resultados dos exames procedidos; XV- praticar quaisquer outros atos julgados indispensáveis aos trabalhos de fiscalização; XVI – Encaminhar

mensalmente à Câmara Municipal de Miracema as cópias das Atas das sessões ordinárias e/ou extraordinárias. § 1º Os itens do relatório mensal de atividades do Conselho Fiscal serão sistematizados no Regimento Interno do colegiado. § 2º Os membros do Conselho Fiscal respondem pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou por violação da lei. § 3º O membro do Conselho Fiscal não é responsável pelos atos ilícitos de outros membros, salvo se com estes for conivente, ou se concorrer para a prática do ato. § 4º A responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal por omissão no cumprimento de seus deveres é solidária, mas dela se exime o membro dissidente que fizer consignar sua divergência em Ata da reunião do órgão e a comunicar aos órgãos da Administração. Seção II - Da Presidência Art. 32 – À Presidência cabe dar execução aos objetivos da PREVI, consoante a legislação em vigor e as diretrizes e normas baixadas pela Secretaria de Previdência Social do Ministério da Fazenda, cabendo ainda o seguinte: I – orientar e acompanhar a execução das atividades da PREVI; II – aprovar manuais e instruções de caráter técnico, operacional ou administrativo; III – autorizar a baixa e alienação de bens do ativo permanente e a contribuição de ônus reais sobre os mesmos; IV – prover os cargos previstos nesta Lei; V – assinar acordos de cooperação técnica, contratos e convênios de interesse da PREVI; VI – aprovar o plano de contas e suas alterações; VII – aprovar o Regimento Interno da PREVI; VIII – orientar sobre assuntos inerentes à boa administração da PREVI, em cumprimento à normas legais instituídas pela Ministério da Previdência; IX – Remeter ao Conselho Fiscal e à Câmara Municipal de Miracema, as Prestações de Contas do PREVI, até o dia 30 de Março de cada ano. X – Informar trimestralmente a Câmara Municipal de Miracema os valores das receitas repassados à PREVI pelas fontes de financiamento do plano de custeio do RPPS. § 1º - O Presidente será nomeado pelo Prefeito Municipal. § 2º - O presidente do PREVI fará jus ao recebimento de uma gratificação mensal, paga pelo PREVI, correspondente ao símbolo CC1, modalidade de recrutamento restrito a Servidores efetivos do Poder Executivo Municipal, da tabela de vencimentos em vigor da Lei 813/99. Seção III - Do Comitê de Investimentos Art. 33 - O Comitê de Investimentos é órgão de caráter consultivo, propositivo e deliberativo, competindo-lhe a participação no processo decisório quanto à formulação, execução da política de investimentos e na definição

da aplicação dos recursos financeiros do PREVI-MIRACEMA, observadas as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Parágrafo único: A definição da aplicação dos recursos financeiros terá como fundamentos: I - política de investimentos aprovada pelo Órgão Superior Competente do PREVI-MIRACEMA; II - disposições contidas no parágrafo único do art. 1º e incisos IV, V e VI do art. 6º, ambos da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; III - normas do Conselho Monetário Nacional constantes da Resolução nº 3.922, de 2010 expedida pelo Banco Central do Brasil, ou qualquer outra que vier a alterá-la ou substituí-la; IV – conjuntura econômica de curto, médio e longo prazos; V - indicadores econômicos. Art. 34 - O Comitê de Investimentos será composto pelos seguintes membros, todos nomeados pelo Prefeito Municipal, por Portaria Municipal: I - Gestor de Investimentos, responsável técnico pela gestão dos recursos; II – 02 (dois) servidores titulares de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração do Município, incluídas Autarquias e Fundações Municipais; § 1º – Todos os servidores de que tratam os incisos I e II do artigo, deverão possuir certificação em investimentos, aprovados em exame organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais. § 2º - Pela participação no Comitê de Investimentos, será atribuído auxílio reunião, de caráter indenizatório, correspondente a 20 (vinte) UFIR/RJ, por reunião, limitado a 04 (quatro) por mês, aos membros do inciso II do caput do artigo, sendo a atividade considerada serviço público relevante e de interesse dos titulares e do Município. Art. 35 – Compete ao Comitê de Investimentos: I - Propor, anualmente, a política de investimentos, bem como eventuais revisões, submetendo-as à Diretoria, para posterior encaminhamento e aprovação pelo Conselho Fiscal; II - Acompanhar o desempenho obtido pelos investimentos, em consonância com a política de investimentos, bem como com os limites de investimentos e diversificações estabelecidos na Resolução nº 3.922, de 25/11/2010; III - Alocar taticamente os investimentos, em consonância com a política de investimentos, o cenário macroeconômico, e as características e peculiaridades do passivo; IV - Selecionar opções de investimentos, verificando as oportunidades de ingressos e retiradas em investimentos; V - Zelar por uma gestão de ativos, em consonância com a legislação em vigor e as restrições e diretrizes contidas na política de investimentos, e que atendam aos mais elevados padrões técnicos, éticos e de prudência; VI - Determinar

política de taxas e corretagens, considerando os custos e serviços envolvidos; VII - Credenciar administradores e gestores de fundos de investimentos, observando as disposições contidas no Art. 3º, Inciso IX, parágrafos 1º e 2º da Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013. VIII – Encaminhar Relatório, em até cinco dias úteis, às decisões sobre a aplicação dos recursos, ao Presidente do Previ e ao Conselho Fiscal. § 1º - O Comitê de Investimentos reunir-se-á, ordinariamente, em sessões mensais e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por, pelo menos, 2 (dois) de seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, podendo a convocação ser realizada por todos os meios de comunicação (carta de convocação; ofício; correio eletrônico; telefone; fax) para efetividade da demanda. § 2º - Das reuniões do Comitê de Investimentos serão lavradas atas em livro próprio e as decisões tomadas por maioria absoluta. Seção IV - Da Fiscalização pela Controladoria Geral do Município Art. 36 - A Controladoria Geral do Município exercerá de forma direta ou indireta a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do PREVI-MIRACEMA, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das receitas. § 1º - À Controladoria Geral do Município, deverá ser dado livre acesso aos dados do PREVI-MIRACEMA e às entidades e órgãos do Município que possuam servidores vinculados ao RPPS, podendo examinar livros, bases de dados, documentos e registros contábeis e praticar os atos necessários à consecução da auditoria, inclusive a apreensão e guarda de livros e documentos, mediante termo de apreensão ou guarda. § 2º - A Controladoria Geral do Município poderá determinar a instauração de Procedimento Preliminar de Apuração ou Tomada de Contas no PREVI-MIRACEMA. § 3º - A Controladoria Geral do Município poderá instaurar de ofício o Procedimento Preliminar de Apuração ou a Tomada de Contas e poderá ser executado diretamente ou indiretamente qualquer dos dois processos. CAPÍTULO VI Do Plano de Benefícios Art. 37 - O RPPS compreende os seguintes benefícios: I - Quanto ao servidor: a) aposentadoria por invalidez; b) aposentadoria compulsória; c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição; d) aposentadoria voluntária por idade; e) aposentadoria especial de professor; f) auxílio-doença; g) salário-maternidade; e II - Quanto ao dependente: a) pensão por morte; Seção I Da Aposentadoria por Invalidez Art. 38 - O servidor que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz de readaptação para o exercício de seu cargo

ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, será aposentado por invalidez. § 1º - Os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipóteses em que os proventos serão integrais, observado, quanto ao seu cálculo, o disposto no art. 63. § 2º - Os proventos de aposentadoria por invalidez de servidores que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003, serão calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, não se aplicando a média prevista no art. 58, observando-se, em cada caso, se os proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição ou integrais, nos termos do parágrafo anterior. § 3º - A aposentadoria por invalidez será concedida com base na legislação vigente na data em que o laudo médico pericial definir como início da incapacidade total e definitiva para o trabalho, assegurada ao servidor a opção prevista no art. 70 desta lei. § 4º - Os proventos, quando proporcionais ao tempo de contribuição, não poderão ser inferiores a um salário mínimo. § 5º - O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado á apresentação do termo de curatela, ainda que provisório. § 6º - O segurado aposentado por invalidez fica obrigado, a submeter-se a exames médico periciais sempre que convocado pelo PREVI-MIRACEMA. O não comparecimento do segurado no prazo designado para a realização da perícia médica implicará na suspensão do pagamento do benefício. § 7º - O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno, inclusive em caso de exercício de cargo eletivo. § 8º - Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. § 9º - Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei: I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação; II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de: a) ato de

agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço; b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço; c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço; d) ato de pessoa privada do uso da razão; e e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior. III - a doença proveniente de contaminação acidental do servidor no exercício do cargo; e IV - o acidente sofrido pelo servidor ainda que fora do local e horário de serviço: a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo; b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito; c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do servidor; e d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do servidor. § 10 - Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo. § 11 - Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo primeiro, as seguintes: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida - Aids; contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; e hepatopatia grave. § 12 – A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante laudo emitido por perito médico do PREVI-MIRACEMA. Seção II Da Aposentadoria Compulsória Art. 39 - O servidor, homem ou mulher, será aposentado compulsoriamente aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 63, observado ainda o disposto no art. 76. Parágrafo único - A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço. Seção III Da Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição Art. 40 - O servidor fará

jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados na forma prevista no art. 63, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos: I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público na União, nos Estados, no Distrito Federal ou nos Municípios; II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; e III - sessenta anos de idade e trinta e cinco de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de tempo de contribuição, se mulher. Seção IV Da Aposentadoria Voluntária por Idade Art. 41 - O servidor fará jus á aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista no art. 63, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos: I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público na União, nos Estados, no Distrito Federal ou nos Municípios; II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; e III - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher. Seção V Da Aposentadoria Especial do Professor Art. 42 - O professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, quando da aposentadoria prevista no art. 39, terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em cinco anos. Parágrafo único – Para efeito do disposto neste artigo, são consideradas funções de magistério as exercidas exclusivamente por professores de carreira no desempenho de suas atividades, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico, quando exercidas em estabelecimento de ensino básico. Seção VI Do Auxílio-Doença Art. 43 - O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho por mais de quinze dias, na forma desta Lei, e consistirá numa renda mensal correspondente ao vencimento base e vantagens permanentes constantes do último salário de contribuição, acrescido da média aritmética simples das verbas transitórias em que o servidor tenha optado em contribuir para o PREVI-MIRACEMA. § 1º - O auxílio-doença será concedido, a pedido ou de ofício, com base em exame médico pericial realizado por perito do PREVI-MIRACEMA, que definirá o prazo de afastamento. § 2º - Findo o prazo do benefício, o

segurado será submetido a novo exame médico pericial, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez. § 3º - Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do segurado por motivo de doença, é responsabilidade do Município o pagamento da sua remuneração. § 4º - Se concedido novo benefício ou atestado decorrente da mesma doença dentro dos sessenta dias seguintes á cessação do benefício ou atestado anterior, este será prorrogado, ficando o Município desobrigado do pagamento relativo aos primeiros trinta dias. § 5º - A licença para tratamento de saúde que exceder o prazo de 90 (noventa) dias no período de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia de afastamento será concedida mediante avaliação por perito médico oficial do PREVI MIRACEMA. § 6º - Fica dispensada da perícia oficial quando a licença para tratamento de saúde for de até 15 (quinze) dias, consecutivos ou não, cumulativo ao longo do período de 01 (um) ano, a contar do primeiro dia de afastamento. Art. 44 - O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de readaptação para exercício do seu cargo, ou em outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, será aposentado por invalidez. § 1º - Em caso de acúmulo de cargos, o servidor será afastado em relação á atividade para a qual estiver incapacitado, devendo a perícia médica ser conhecedora de todas as atividades e cargos que o servidor estiver exercendo. § 2º - Se nos cargos acumulados o servidor exercer a mesma atividade, deverá ser afastado de todos, com base em laudo médico pericial. Seção VII Do Salário-Maternidade Art. 45 - Será devido salário-maternidade á segurada gestante, por 120 (cento e vinte dias) consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste. § 1º - Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados em mais quinze dias, mediante exame médico pericial oficial do PREVI MIRACEMA. § 2º - O salário maternidade consistirá numa renda mensal correspondente ao Vencimento base e vantagens permanentes constantes do último salário de contribuição, acrescido da média aritmética simples das verbas transitórias em que o servidor tenha optado em contribuir para o PREVI-MIRACEMA. § 3º - Na licença maternidade em caso de parto prematuro, o período de licença será estendido á quantidade de dias que o recém-nascido passar internado, conforme disposto no parágrafo único do artigo 1º, da Lei nº. 1.178, de 17 de Dezembro de 2007, alterado pela Lei nº. 1.724, de 29 de

Junho de 2017. § 4º - Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a 45 (quarenta e cinco) dias. § 5º - O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade. Art. 46 - À segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido salário-maternidade pelos seguintes períodos: I - 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade; II - 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade; III - 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.) Seção VIII Da Pensão por Morte Art. 47 - A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado, definidos no art. 8º, quando do seu falecimento e consistirá numa renda mensal correspondente à: I – totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior á do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de setenta por cento da parcela excedente a este limite; ou II – totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior a do óbito, constituída pelos vencimentos e pelas vantagens pecuniárias permanentes do respectivo cargo estabelecidas em lei municipal, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, até o valor do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de setenta por cento da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade. § 1º - O direito à pensão configura-se na data da morte do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente na data do óbito, vedado o recálculo em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do RGPS. § 2º - Em caso de falecimento de segurado em exercício de cargos acumuláveis ou que acumulava proventos ou remuneração com proventos decorrentes de cargos acumuláveis, o cálculo da pensão será feito separadamente, por cargo ou provento, conforme incisos I e II do caput deste artigo. § 3º - Será concedida pensão provisória nos seguintes casos: I – por ausência de segurado declarada em sentença; e II – por morte presumida do segurado decorrente do seu desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe. § 4º - A pensão provisória será transformada em definitiva quando declarado o óbito do segurado ausente ou daquele cuja morte era presumida, e será cessada na hipótese do eventual reaparecimento do segurado, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé. §5º - A

pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observadas as disposições dos artigos 48 e 71. Art. 48 - A pensão por morte será devida aos dependentes a contar da data: I – do óbito, quando requerida até 30 (trinta) dias depois deste; II – do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior; III – da decisão judicial, no caso de declaração de ausência ou morte presumida; Art. 49 - A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente. § 1º - O cônjuge ausente não exclui do direito á pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica. § 2º A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação. Art. 50 - O beneficiário da pensão provisória de que trata o § 4º do art. 47 deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao Município o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo ilícito. Art. 51 - Será admitido o recebimento, pelo dependente, de até 02 (duas) pensões no âmbito do RPPS, vedada a acumulação de pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa. Art. 52 - A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência econômica. § 1º - A pensão por morte somente será devida ao dependente inválido se for comprovada pela perícia médica do PREVI-MIRACEMA a existência de invalidez anterior ao óbito do segurado. § 2º - A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão. Art. 53 - Não terá direito à pensão o cônjuge que, ao tempo do falecimento do segurado, estiver dele divorciado ou separado judicialmente. Parágrafo único - O cônjuge que, em virtude do divórcio ou separação judicial ou de fato, recebia pensão de alimentos, receberá pensão por morte nos mesmos parâmetros a pensão alimentícia definida judicialmente, sendo esse valor deduzido do montante deixado pelo segurado. Art. 54 - A pensão devida a dependente incapaz, por motivo de alienação mental comprovada, será paga ao curador judicialmente designado. Art. 55 - O pagamento da cota individual da pensão por morte cessa: I – pela morte do pensionista; II – para o dependente menor de idade, ao completar vinte e um anos, salvo se for inválido, ou

pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior; ou III – pela cessação da invalidez, confirmada por laudo médico pericial. Parágrafo único - A exclusão de dependente importará na divisão de sua cota aos que permanecerem nessa condição. Art. 56 - Com a extinção da cota do último pensionista, a pensão por morte será encerrada. CAPÍTULO VII Do Abono Anual ou Gratificação Natalina Art. 57 - O abono anual será devido ao segurado ou dependente que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-maternidade ou auxílio-doença pagos pelo PREVI-MIRACEMA. Parágrafo único. O abono de que trata o caput será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo PREVI-MIRACEMA, onde cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação. CAPÍTULO VIII Das Regras de Transição para Concessão de Aposentadoria Art. 58 - Ao servidor que tenha ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, até 16 de dezembro de 1998, é facultado aposentar-se com proventos calculados de acordo com o art. 63 quando o servidor, cumulativamente: I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher; II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria; III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de: a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data prevista no caput, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea "a". § 1º - O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos no inciso III, do art. 40, observado o art. 42, na seguinte proporção: I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que tiver completado as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2005, independentemente de a concessão do benefício ocorrer em data posterior àquela; ou II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro

de 2006. § 2º - O número de anos antecipados para cálculo da redução de que trata o § 1º será verificado no momento da concessão do benefício. 3º - Os percentuais de redução de que tratam os incisos I e II do § 1º serão aplicados sobre o valor do benefício inicial calculado pela média das contribuições, segundo o art. 59, verificando-se previamente a observância ao limite da remuneração do servidor no cargo efetivo, previsto no § 9º do mesmo artigo. § 4º - O segurado professor, de qualquer nível de ensino, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério na União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º. § 5º - As aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustadas de acordo com o disposto no art. 63. Art. 59 - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas nos art. 40 ou pelas regras estabelecidas pelo art. 58, o segurado do PREVI-MIRACEMA que tiver ingressado no serviço público na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor, incluídas suas vantagens pessoais previstas em lei, no cargo efetivo em que se der a aposentadoria quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no art. 42, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições: I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher; II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal; IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria. Parágrafo único - Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos

servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria. Art. 60 - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas nos arts. 40 e 42, ou pelas regras estabelecidas nos arts. 58 e 59 desta Lei, o servidor, que tiver ingressado no serviço público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições: I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria; III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites de idade do art. 40, III, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo. § 1º - Na aplicação dos limites de idade previsto no inciso III do caput, não se aplica a redução prevista no art. 46 relativa ao professor. § 2º - Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 62, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo. Art. 61 - É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal. § 1º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente, conforme opção do segurado. § 2º - No cálculo do benefício concedido de acordo com a legislação em vigor à época da aquisição do direito, será utilizada a remuneração do servidor no cargo efetivo, incluídas suas vantagens pessoais previstas em lei, no momento da concessão da aposentadoria. § 3º - Em caso de utilização de direito adquirido à aposentadoria com proventos proporcionais,

considerar-se-á o tempo de contribuição cumprido até 31 de dezembro de 2003, observando-se que o cômputo de tempo de contribuição posterior a essa data, somente será admitido para fins de cumprimento dos requisitos exigidos para outra regra vigente de aposentadoria, com proventos integrais ou proporcionais. Art. 62 - Observado o disposto no art. 38, §11, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos segurados do RPPS e as pensões de seus dependentes, em fruição em 31 de dezembro de 2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 66 serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão. CAPÍTULO IX Das Regras de Cálculo dos Proventos e Reajuste dos Benefícios Art. 63 - No cálculo dos proventos das aposentadorias referidas nos art. 38, 39, 40, 41, 42 e 58, concedidas a partir de 20 de fevereiro de 2004, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência. § 1º - As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do RGPS, conforme portaria editada mensalmente pelo MPS. § 2º - Nas competências a partir de julho de 1994, em que não tenha havido contribuição do servidor vinculado a regime próprio, a base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo, inclusive nos períodos em que houve isenção de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício. § 3º - Na ausência de contribuição do servidor não titular de cargo efetivo vinculado a regime próprio até dezembro de 1998, será considerada a sua remuneração no cargo ocupado no período correspondente. § 4º - Os valores das remunerações a serem

utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público, de acordo com as normas emanadas pelo MPS. § 5º - Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da média da aposentadoria, depois de atualizadas na forma do § 1º, não poderão ser: I – inferiores ao valor do salário mínimo. II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS. § 6º - As maiores remunerações de que trata o caput serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 5º. § 7º - Na determinação do número de competências correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo de que trata o caput, desprezar-se-á a parte decimal. § 8º - Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por não vinculação a regime previdenciário, decorrente de ausência de prestação de serviço ou de contribuição, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo. § 9º - O valor inicial dos proventos de aposentadoria, calculado de acordo com o caput, por ocasião de sua concessão, não poderá exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, incluídas suas vantagens pessoais decorrentes de lei. § 10 - Considera-se remuneração do cargo efetivo o valor constituído pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes do respectivo cargo estabelecidas em lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes. § 11 - Para o cálculo do valor inicial dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, conforme inciso III do art. 40, não se aplicando a redução no tempo de idade e contribuição de que trata o art.42, relativa à aposentadoria especial do professor. § 12 - A fração de que trata o § 11 será aplicada sobre o valor dos proventos calculado conforme o caput deste artigo, observando-se previamente a aplicação do limite de que trata o § 9º. § 13 - Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de dias. Art. 64 - Os benefícios de aposentadoria e pensão, de que trata esta Lei serão reajustados, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, sempre que se

modificar a remuneração dos servidores em atividade. CAPÍTULO X Das Disposições Gerais sobre os Benefícios Art. 65 - É vedada a inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança, de cargo em comissão, de outras parcelas temporárias de remuneração ou do abono de permanência de que trata o art. 63. Parágrafo único - O disposto no caput não se aplica às parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança, de cargo em comissão que tiverem integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados conforme art. 63. Art. 66 - Ressalvado o disposto nos art. 38 e 39, a aposentadoria vigorará a partir da data de publicação da respectiva Portaria de Aposentadoria. Parágrafo Único – Fica estabelecido o prazo de até 90 (noventa) dias para que o PREVI MIRACEMA, faça a emissão e publicação da respectiva Portaria de Aposentadoria. Art. 67 - A vedação prevista no § 10 do art. 37, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo. Parágrafo único - Aos segurados de que trata este artigo é resguardado o direito de opção pela aposentadoria mais vantajosa. Art. 68 - Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício. Art. 69 - Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao RGPS. Art. 70 - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do RPPS. Parágrafo único - O servidor inativo, para ser investido em cargo público efetivo não acumulável com aquele que gerou a aposentadoria deverá renunciar aos proventos dessa. Art. 71- Na ocorrência das hipóteses previstas para a concessão de aposentadoria compulsória ou por invalidez a segurado que tenha cumprido os requisitos legais para concessão de aposentadoria voluntária em qualquer regra, o RPPS deverá facultar que, antes da concessão da aposentadoria de

ofício, o servidor, ou seu representante legal, opte pela aposentadoria de acordo com a regra mais vantajosa. Art. 72 - Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo RPPS, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil. Art. 73 - O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se a exame médico a cargo do órgão competente, sempre que convocado pelo PREVI-MIRACEMA. Art. 74 - Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei será pago diretamente ao beneficiário. § 1º O disposto no caput não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas: I - ausência, na forma da lei civil; II - moléstia contagiosa; ou III - impossibilidade de locomoção. § 2º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda de seis meses, renováveis. § 3º - O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados á pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da lei. Art. 75 - Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes: I - a contribuição prevista no inciso I e III do art. 13; II - o valor devido pelo beneficiário ao Município; III - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo RPPS; IV - o imposto de renda retido na fonte; V - a pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e VI - as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelos beneficiários. Art. 76 - Salvo em caso de rateio entre os dependentes do segurado e nas hipóteses dos arts. 49 e 57, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valor inferior ao do salário mínimo. Art. 77 - A concessão de benefícios previdenciários pelo RPPS independe de carência, ressalvada a observância de cumprimento dos prazos mínimos previstos nos art. 40, 41, 42, 58, 59 e 60 para concessão de aposentadoria. Parágrafo Único - Para efeito do cumprimento dos requisitos de concessão das aposentadorias mencionadas no caput, o tempo de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria deverá ser cumprido no cargo efetivo do qual o servidor seja titular na data imediatamente anterior à concessão do benefício. Art. 78 - Concedida a aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado, pela unidade gestora, ao Tribunal de Contas para homologação. Parágrafo único - Caso o ato de

concessão não seja homologado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas as medidas administrativas e jurídicas pertinentes. Art. 79 - É vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei com a União, Estado, Distrito Federal ou outro Município. CAPÍTULO XI Dos Registros Financeiro, Contábil e das Aplicações Financeiras Art. 80 - O PREVI-MIRACEMA observará as normas de contabilidade específicas fixadas pelo órgão competente da União. § 1º - A escrituração contábil do PREVI-MIRACEMA será distinta da mantida pelo tesouro municipal. § 2º - O FPSM sujeita-se às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno do município e externo. Art. 81 - O PREVI-MIRACEMA deve elaborar, com base em sua escrituração contábil e na forma fixada pelo Ministério da Previdência Social, demonstrativos contábeis que expressem com clareza a situação do patrimônio do respectivo regime e as variações ocorridas no exercício, a saber: I - balanço orçamentário; II - balanço financeiro; III - balanço patrimonial; e IV - demonstração das variações patrimoniais; § 1º - A escrituração obedecerá às normas e princípios contábeis previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações posteriores, e demais legislação. § 2º - O PREVI-MIRACEMA adotará registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações dos direitos e ativos, inclusive dos investimentos e da evolução das reservas; § 3º - As demonstrações contábeis poderão ser complementadas por notas explicativas e outros quadros demonstrativos necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos investimentos mantidos pelo RPPS; Art. 82 - O PREVI-MIRACEMA encaminhará ao Ministério da Previdência Social, na forma e nos prazos definidos por este, os seguintes documentos: I – DIPR – Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - Bimestralmente; II – DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – Bimestralmente; III – DPIN – Demonstrativo de Políticas e Investimentos – Anualmente; IV – DRAA – Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial – Anualmente; V – Legislação do RPPS acompanhada de comprovante de publicações e alterações. Art. 83 - Na avaliação atuarial anual serão observados as normas gerais de atuária e os parâmetros discriminados nas Portarias editadas pelo MPS. Art. 84 - A Prefeitura, a Câmara, os

Fundos, as autarquias e fundações públicas municipais deverão acatar as orientações contidas no parecer técnico atuarial anual, e em conjunto com a Presidência do órgão adotarão as medidas necessárias para a imediata implantação das recomendações dele constantes. Art. 85 - Será mantido registro individualizado dos segurados do regime próprio que conterá as seguintes informações: I – nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes; II – matrícula e outros dados funcionais; III - remuneração de contribuição, mês a mês; IV - valores mensais da contribuição do segurado; e V - valores mensais da contribuição do ente federativo. Parágrafo Único - Ao segurado e, na sua falta, aos dependentes devidamente identificados serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado. Art. 86 - O Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo, a cada semestre, relatórios contendo posições dos saldos e o detalhamento da receita e da despesa do PREVI-MIRACEMA. CAPÍTULO XII Das Disposições Gerais e Finais Art. 87 - O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao órgão gestor do FPS relação nominal dos segurados e seus dependentes, valores de remunerações e contribuições respectivas. Art. 88 - O Município poderá, por lei específica de iniciativa do Poder Executivo, instituir regime de previdência complementar ao RPPS para os seus servidores titulares de cargo efetivo, observado o disposto no art. 202 da Constituição Federal, no que couber, por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerá aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida. § 1º - Somente após a aprovação da lei de que trata o caput, o município poderá fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a ser concedidas pelo RPPS, o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS de que trata o art. 201 da Constituição Federal. § 2º - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto neste artigo poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. Art. 89 – Em caso de extinção da PREVI-MIRACEMA, o que somente poderá ser feito por Lei Específica, todo seu patrimônio passará, obrigatoriamente, a integrar o patrimônio do Município de Miracema, que a sucederá em todos os seus direitos e obrigações. Art. 90 - Fica criada a função gratificada de Responsável pela Contabilidade do PREVI-MIRACEMA, modalidade de

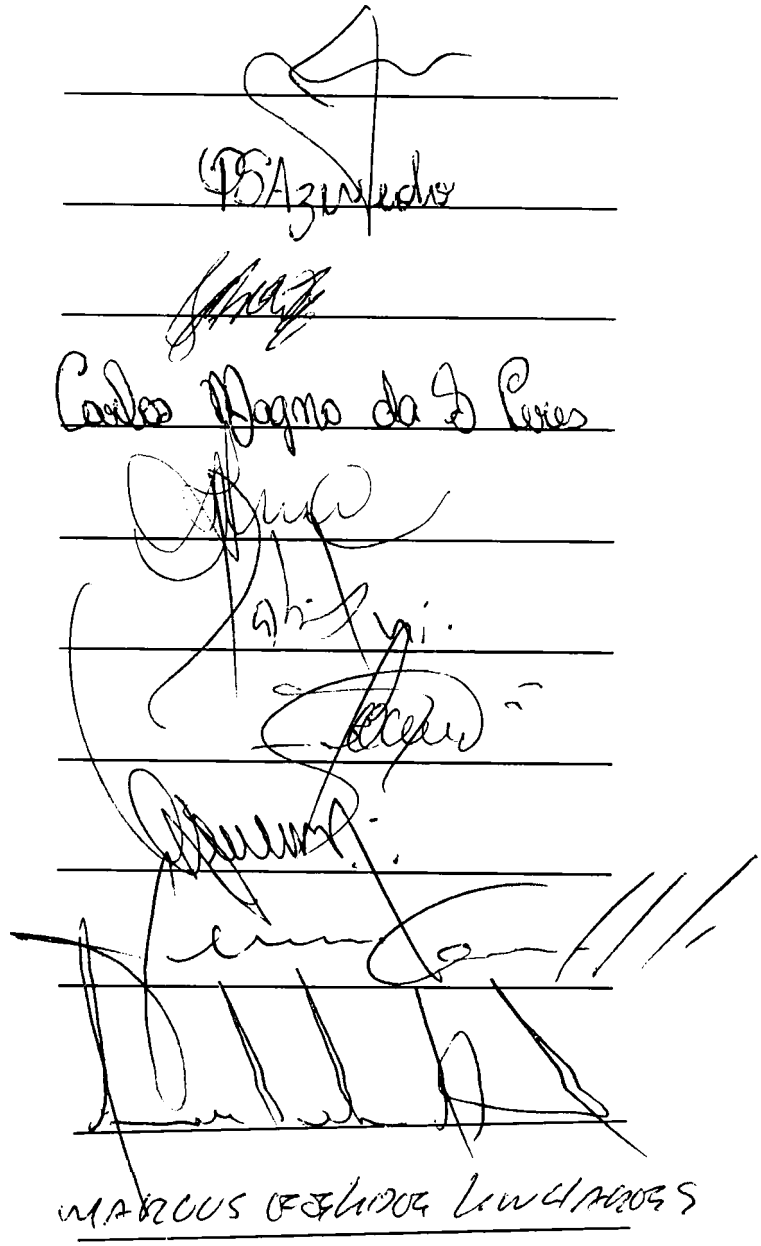
recrutamento limitado a servidores efetivos do Poder Executivo, alterando o anexo I da Lei 813/99, código RS-01, símbolo de vencimento CC3, conforme tabela Anexo I, com as seguintes competências: I- Contabilizar a receita arrecadada pelo Fundo de Previdência; II- Executar o controle contábil analítico e sintético das receitas do RPPS, previstas e arrecadadas pelas unidades de arrecadação; III- Realizar pesquisas e estudos sobre as variações das rubricas; IV- Prestar esclarecimento sobre a receita RPPS; V- Efetuar a contabilidade e o controle da arrecadação bancária; VI- Prestar informações e auxiliar os Setores de Patrimônio e Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração, com relação aos registros a serem efetuados nos sistemas;VII – Efetuar atividades correlatas. Parágrafo Único – O servidor nomeado como responsável pela Contabilidade deverá possuir registro no CRC/RJ. Art. 91 - Fica criada a função gratificada de Responsável pela Gestão de Investimentos do PREVI-MIRACEMA, modalidade de recrutamento limitado a servidores efetivos do Poder Executivo, alterando o anexo I da Lei 813/99, código RS-02, símbolo de vencimento CC3, conforme tabela Anexo I, com as seguintes competências: I- Auxílio direto ao Secretário Municipal de Administração Social, ao Comitê de Investimentos e ao Conselho Municipal de Previdência na elaboração da política anual de investimentos de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN e demais legislações; II- Avaliação, acompanhamento e processamento dos investimentos e evolução atuarial do Fundo de Previdência, com encaminhamento de suas conclusões ao Secretário da Pasta e aos Órgãos Colegiados; III- Avaliação e acompanhamento atuarial do RPPS; IV- Avaliação conclusiva dos riscos de investimentos financeiros, com encaminhamento das conclusões ao Secretário da Pasta, ao Comitê de Investimento e ao Conselho Municipal de Previdência; V- Outras correlatas. Art. 92 - Fica criada a função gratificada de Responsável pela Administração de Benefícios do PREVI-MIRACEMA, modalidade de recrutamento limitado a servidores efetivos do Poder Executivo, alterando o anexo I da Lei 813/99, código RS-03, símbolo de vencimento CC3, conforme tabela Anexo I, com as seguintes competências: I – Elaborar, executar e controlar um programa de agendamentos, atendimentos e análises de concessão de benefícios previdenciários aos servidores do Município, com vistas a lhes informar sobre benefícios previdenciários e suas formas de concessão; II - Elaborar documentos nos formatos

de memorando, ofícios e portarias para comunicação oficial, interna e externa, sobre afastamentos periódicos ou definitivos dos servidores que vierem a obter algum tipo de benefício previdenciário; III - Acompanhar e controlar os prazos de recadastramentos e recenseamento dos servidores que estejam sob os benefícios de aposentadorias e pensões, na finalidade de que não se ultrapasse os prazos estabelecidos em lei; IV - Acompanhar e entabular juntamente com a Perícia Médica, os índices de afastamentos por doenças naturais ou decorrentes de acidentes do trabalho no município, visando a detectar suas causas e propor medidas de prevenção ao Município, com vistas à diminuição da concessão de benefícios de aposentadorias; V - Desenvolver e coordenar as tarefas referentes às solicitações dos servidores relacionados às áreas de previdência, no que se refere à concessão de benefício de aposentadorias: VI - Elaborar e preencher formulários destinados à concessão de auxílios e/ou Benefícios e demais direitos garantidos em Lei; VII - Coordenar a expedição de Certidões de tempo de contribuição;VIII – Formalizar os processos de concessão de benefícios previdenciários, acompanhar seus trâmites e promover sua devida remessa ao TCE/RJ, na forma da Deliberação em vigor; IX – Realizar outras tarefas correlatas. Art. 93 - Fica criado o cargo em comissão de Diretor de Previdência, código DP-01, símbolo de vencimento CC2, modalidade de recrutamento amplo, conforme tabela Anexo I, com as seguintes competências: I- Promover a coordenação dos setores do PREVI; II- Auxiliar na administração da gestão dos recursos do RPPS, visando melhor rentabilidade e segurança nas aplicações; III- Auxiliar na fiel aplicação da legislação previdenciária, relativamente aos benefícios vinculados ao Fundo de Previdenciário; IV- Auxiliar na elaboração da avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, adotando e propondo as medidas destinadas a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial; V- Elaborar e submeter, periodicamente, a apreciação e a análise do Conselho Fiscal, relatórios estatísticos e gerencial das atividades desenvolvidas; VI- Outras atividades correlatas. Parágrafo Único - O Diretor de Previdência sucederá o Presidente, nos casos de afastamentos ou impedimentos. Art. 94 - Fica criada a função gratificada de Responsável pela Tesouraria do PREVI-MIRACEMA, modalidade de recrutamento limitado a servidores efetivos do Poder Executivo, alterando o anexo I da Lei 813/99, código RS-04, símbolo de vencimento CC3, conforme tabela Anexo I, com as seguintes competências: I - Assinar cheques e

ordens de pagamento com o Presidente do PREVI-MIRACEMA; II - Providenciar para que todo e qualquer pagamento seja efetuado através da rede bancária e de cheque nominal; III - Manter devidamente atualizado todo o movimento financeiro do PREVI-MIRACEMA, zelando pela guarda e conservação de todos os documentos; IV – Promover a devida Prestação de Contas à Controladoria Geral do Município e ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação em vigor; V – Outras atividades correlatas. Art. 95 - Fica criada a função gratificada de Responsável pelo Almoxarifado e Patrimônio do PREVI-MIRACEMA, modalidade de recrutamento limitado a servidores efetivos do Poder Executivo Municipal, alterando o anexo I da Lei 813/99, código RS-05, símbolo de vencimento CC3, conforme tabela Anexo I, com as seguintes competências: I – Receber, armazenar e fornecer materiais de consumo ao Previ; II – Controlar a execução das atividades de almoxarifado e controle físico dos estoques de material; III – Receber as requisições de material devidamente autorizadas pelos responsáveis dos setores do Previ; IV - articular-se com os órgãos da administração; V - controlar os bens permanentes; VI - proceder a verificação periódica da conservação dos bens permanentes; VII - controlar a transferência e as alterações ocorridas nos bens permanentes; VIII – Promover a alimentação dos sistemas de almoxarifado e patrimônio; IX – Promover as devidas Prestações de Contas á Controladoria Geral do Município e ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação em vigor; X - executar outras atividades correlatas. Art. 96 - Fica criada a função gratificada de Responsável pelo Comprev do PREVI-MIRACEMA, modalidade de recrutamento limitado a servidores efetivos do Poder Executivo, alterando o anexo I da Lei 813/99, código RS-06, símbolo de vencimento CC3, conforme tabela Anexo I, com as seguintes competências: I - Processar e controlar as atividades que atendam às cláusulas estabelecidas no convênio celebrado entre o Município e o Ministério da Previdência Social - MPS; II - Organizar as tarefas técnicas e administrativas para a operacionalização do sistema de compensação previdenciária nos termos da Legislação Federal em vigor; III - Apresentar ao Ministério da Previdência Social requerimento de compensação previdenciária referente a cada benefício concedido com o cômputo de tempo de contribuição para o RGPS; IV - Elaborar certidão de tempo de serviço correspondente ao período em que o servidor aposentado tenha contribuído para o RGPS como regime de origem; V - Providenciar

e encaminhar ao MPS todos os atos de aposentadorias e de pensões dela decorrentes, passíveis de compensação e o seu respectivo ato de registro perante o Tribunal de Contas do Estado - TCE; VI - Apresentar ao Diretor de Previdência Social relatório referente ao recebimento de valores da compensação previdenciária; VII - Proceder e organizar o banco de dados para o cálculo atuarial; VIII - Operacionalizar os sistemas COMPREV; IX - Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do setor; X - Realizar outras tarefas inerentes ao cargo. Art. 97 - Fica estabelecido o adicional de representação e assessoramento jurídico previdenciário aos procuradores municipais efetivos, símbolo de vencimento CC-3, da tabela constante da Lei 813/99. Art. 98 – Poderão ser responsabilizados na forma da lei, pela prática de crime de apropriação indébita, caso o recolhimento das contribuições próprias e de terceiro não ocorram nas datas e condições estabelecidas nesta Lei, todos os Gestores de Recursos dos Órgãos da Administração Direta e Indireta. Art. 99 – São regulamentados, por Decreto do Prefeito Municipal, os trâmites e documentos, relativamente à concessão dos benefícios de que trata esta Lei. Art. 100 – Fica a Prefeitura autorizada a ceder servidores necessários ao funcionamento da Autarquia, até que seja estruturada em quadro próprio, através de concurso público. Art. 101 – Fica a Prefeitura autorizada a promover, por Decreto do Prefeito, a movimentação orçamentária necessária a adequação do PREVI, na forma prevista na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias. Parágrafo Único – A movimentação orçamentária, de que trata o caput, observado o princípio do equilíbrio orçamentário, não incidirá no limite estabelecido para movimentação orçamentária prevista na LOA – Lei Orçamentária Anual. Art. 102 – Lei específica disporá sobre a adequação, redistribuição e/ou aproveitamento dos servidores efetivos das Autarquias extintas CAPPS e CAMEDS, cujos cargos foram instituídos pela Lei nº. 1.017, de 06 de Novembro de 2003. Art. 103 – Os servidores efetivos, para serem nomeados nas funções gratificadas de que tratam os artigos 90, 91, 92, 94, 95 e 96 desta Lei, deverão possuir Ensino Superior e experiência mínima de 02(dois) anos na área contábil. Parágrafo Único – O cargo comissionado, de que trata o artigo 93 desta Lei, deverá ser ocupado por servidor com conhecimentos em administração pública e experiência mínima de 02 (dois) anos na área previdenciária. Art. 104 – Para adequação das despesas, decorrentes desta Lei, ficam extintos 09 (nove) cargos

efetivos de Ajudante de Obras e Serviços, código de classe.NE-03, símbolo de vencimento P.02, do Anexo IV – Grupo de Nível Elementar de Escolaridade da Lei 813, de 15 de Dezembro de 1999. Art. 105 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei 1.727/2017 e as disposições em contrário. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 14/03/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 11 de março de 2019.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de prestar uma homenagem às pessoas que atuam na Esfera Cultural do Município de Miracema, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 33, Versículos de 20 à 22. Prosseguindo o Sr. Presidente, após cumprimentar todos os presentes, disse que vamos dar início a entrega da Comenda Júlio José de Oliveira àqueles que atuaram ou atuam na esfera cultural de nosso Município, visando enaltecer e valorizar o trabalho de cada um deles em seu setor de atuação, a fim de que possam servir de exemplo para as gerações futuras, conforme determina o Decreto Legislativo Nº 61, de 21 de setembro de 2009, de iniciativa do Vereador Mauricio Sant'Ana Soares. **01)** Convidou o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo, para fazer a entrega da Comenda a Sra. Amália Moreira. **02)** Convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, para fazer a entrega da Comenda ao Sr. Antônio Dilson Ferreira da Silva. **03)** Convidou o Vereador Aimoré da Silva Almeida, para fazer a entrega da Comenda ao Sr. Carlos Rubens Alves Júnior. **04)** Convidou a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, para fazer a entrega da Comenda à Academia do Choro, representada pelo Sr. Juscelino da Mota Alvim Filho. **05)** Convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, para fazer a entrega da Comenda ao Sr. Rafael Bonifácio Finamor. **06)** Convidou o Vereador Carlos Magno da Silva Peres para fazer a entrega da Comenda ao Sr. Juici Nunes de Souza. **07)** Convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, Vice-Presidente, para ocupar a Presidência, enquanto vai representar o Vereador Maurício Sant'Ana Soares, para fazer a entrega da Comenda ao Sr. Jorge Xavier da Silva. **08)** Convidou o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares para fazer a entrega da Comenda à Equipe responsável pelo Auditório Cultural Clarindo Damasceno. **09)** Convidou o Vereador Fabrício de Sá Xavier para fazer a entrega da Comenda ao Sr.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Marcos Vinícius G. Barbosa. **10)** Convidou o Vereador José Augusto Martins, para fazer a entrega da Comenda ao Sr. Peterson Batista da Silva. **11)** Convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, para ocupar esta Presidência, enquanto faria a entrega da Comenda ao Sr. Eduardo Lúcio Tostes Botelho. Terminada as homenagens o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convidando para a próxima a ser realizada no dia 14/11/2019, às 19 horas. Convidou também os presentes, para um coquetel que seria servido em seguida, no recinto, em comemoração à entrega da Comenda Cultural Júlio José de Oliveira. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 11 de novembro de 2019.

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e dezoito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios, Capítulo 11, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 697/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 514/2014; 02) Ofício

PMM/GAB nº 694/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal convidando para conferência com o Coordenador do Projeto SEBRAE no Pódio. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador, destacando que a referida conferência será muito interessante e possui a intenção de oferecer oportunidades de negócios aos micro e pequenos empresários para os jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016; 03) Ofício PMM/GAB nº 698/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 507/2014. Os Vereadores Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício PMM/GAB nº 700/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 514/2014. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou cópia deste ofício; 05) Ofício PMM/GAB nº 699/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 508/2014. Os Vereadores Hugo Fernandes e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 06) Ofício nº 696/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 054/2014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício nº 695/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 073/2014. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 08) Comunicados nº CM220433/2014, CM220434/2014, CM220436/2014, CM220435/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 09) Requerimento do Vereador João Siqueira Magalhães ao Presidente da CAPPS/CAMEDS. Em virtude do não cumprimento da Lei Municipal nº 1.454 de 14/10/2013, no que se refere as informações do repasse dos recursos oriundos dos descontos dos servidores do Município em favor desta instituição, gostaríamos de convidar a Presidência e o Assessor Jurídico da CAPPS/CAMEDS, para comparecer no Plenário desta Casa Legislativa no dia 22/09/2014, às 19 horas, munidos dos seguintes documentos: a) valor da dívida total, inclusive com as correções até o mês de agosto de 2014 e; b) cópia, com o relatório, da última auditoria realizada pelo INSS na CAPPS/CAMEDS. Aprovado. 10) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de Agosto de 2014. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Presidente do FUNDERJ, Dr. Henrique

Ribeiro - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se houve a desapropriação da propriedade do Sr. José Campelo Torres, localizada na RJ 216, Trecho que liga Miracema à Venda das Flores (próximo à antiga Usina). Em caso positivo, que seja também encaminhada a cópia da escritura referente à citada desapropriação. Aprovado. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu alguns miracemenses estão lhe perguntando sobre a situação em que se encontra a casa localizada no referido local. Dessa maneira, após o recebimento deste documento ficará melhor informado sobre a situação e poderá responder os questionamento e tomar alguma providência cabível. 02) Vereador Fabrício de Sá Xavier em conjunto com o Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Educação, no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantada duas Bibliotecas, uma no Distrito de Paraíso do Tobias e outra no Distrito de Venda das Flores. Deferido. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Governador do Estado do RJ, Luiz Fernando Pezão - Solicitação no sentido de que envide esforços a de que seja realizada a implantação do Projeto Barreira Fiscal, na RJ 200 (Miracema x Palma), Projeto o qual tem por objetivo a implementação de política pública governamental que contribuirá para a redução de evasão fiscal em nosso Município. Aprovado. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva Solicitou Moção de Aplausos à Diretoria do Departamento de Registro Veicular por ter sido concedido um funcionário para o Município de Miracema com o objetivo de ficar responsável pela realização das vistorias veiculares. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Paulo César, conhecido como PC, pelo falecimento de seu sobrinho ocorrido no dia 10 de setembro de 2014. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Gilson Teixeira Sales solicitaram Moção de Aplausos para todas as Igrejas Evangélicas do Município de Miracema, as parabenizando pela passagem do Dia do Evangélico, comemorado todo dia 11 de setembro. O Vereador Hugo Fernandes acrescentou que a pastora Narisa pediu para convidar os Vereadores para o encontro que das Igrejas Evangélicas que acontecerá no Rink da Praça das Mães. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 15/09/2014,

às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 15 de setembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

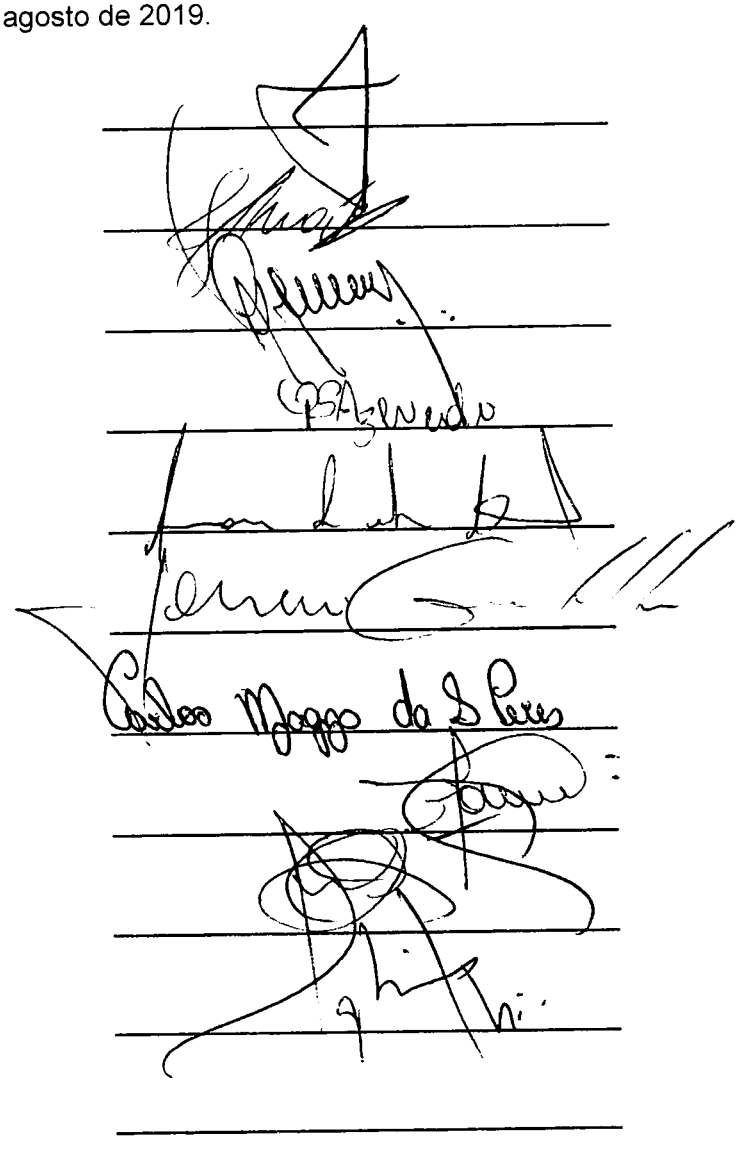
_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de prestar uma homenagem aos Pais pelo seu dia, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Padre Maicon para fazer a leitura de um texto bíblico e depois convidou o Sr. Welinton, do Grupo REC, para cantar um louvor. Em sequência, convidou a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire para fazer a entrega de uma lembrancinha a todos os Vereadores que também são pais. Prosseguindo o Sr. Presidente, após cumprimentar a todos, informou que o objetivo principal da reunião era prestar uma homenagem aos pais miracemenses em comemoração ao Dia das Pais. Continuando, convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva para ler uma mensagem em nome da Casa para todos os Pais Presentes A seguir o Sr. Presidente deu início à entrega dos Diplomas de PAI DO ANO aos ilustres homenageados desta noite, em conformidade com o que dispõe o Decreto Legislativo nº 33, de 14 de junho de 1999. **01)** Convidou o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Paulo Sentineli. **02)** Convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Sebastião Motta. **03)** Convidou o Vereador Aimoré da Silva Almeida, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Adão Pereira da Silva. **04)** Convidou a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Eddy Raul Roman Escobar. **05)** Convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. João Carlos de Almeida. **06)** Convidou o Vereador Carlos Magno da Silva Peres para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Luciano Jorge da Silva. **07)** Convidou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Ivomar Sant'Ana Soares. **08)** Convidou o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Márcio Toscano Menezes. **09)** Convidou o Vereador Fabrício de Sá Xavier, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Josimar Ferreira Diniz. **10)** Convidou o Vereador José Augusto Martins, para fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Daniel Sodré Gonçalves. **11)**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Convidou os Representantes da FAMIRA, para fazerem a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Clóvis Mesquita Brandão. **12)** Convidou o Secretário Municipal de Educação, Charles Magalhães para representar o Sr. Prefeito Municipal e fazer a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Gilson Teixeira Sales. **13)** Convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, Vice-Presidente, para ocupar a Presidência, enquanto faria a entrega do Diploma de Pai do Ano ao Sr. Reginaldo Pegorim Martins Júnior. Terminada as homenagens o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convidando para a próxima a ser realizada no dia 16/08/2019, às 19 horas. Convidou também os presentes, para um coquetel que seria servido em seguida, no recinto, em comemoração ao Dia dos Pais. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 12 de agosto de 2019.



Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e catorze da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva e Marcus Felipe Mercante Linhares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Maria Alessandra Leite Freire, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Marcos Felipe Marcante Linhares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 12, Versículos de 01 à 03. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 10 de dezembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que estabelece o subsídio do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a Legislatura de Janeiro de 2021 a Dezembro de 2024 em face da Legislação Constitucional em vigor e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora; 02) Moção de Aplausos para o Exmo. Sr. Presidente da República do Brasil, o parabenizando pela justa homenagem ao Sr. Orlando Mercante, mais conhecido como Sr. Landico – Ex Combatente e cidadão Miracemense, e assim expressamos o nosso orgulho de ver um cidadão sendo homenageado pelo mais alto cargo do Poder Executivo, Comandante em Chefe das Forças Armadas; 03) Ofício DER-RJ/10ª ROC nº 94/2019 da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem; 04) Convite da Liga das Escolas de Samba e Blocos de Miracema; 05) Ofício nº 206/2019 do Ministério Público da Tutela Coletiva – Núcleo Santo Antônio de Pádua. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma operação Tapa Buracos na curva do S, tendo em vista que a firma JRN fez um trabalho no local e o deixou

cheio de buracos. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o trancamento da tampa da caixa de transbordo localizada na Avenida Eiras, tendo em vista que ela possui três metros de profundidade, está cheia de água e a atual tampa é leve, gerando risco para a população, principalmente para as crianças. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja reinstalada a caixa d'água na quadra da CEHAB. Deferido 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o reparo de uma grade de bueiro, localizada nos encontros da Rua Maria M. Tostes e Professora Isabel Ferreira Orsay, no Morro do Demétrio. Deferido. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Educação - Urgência - Solicitação no sentido de que seja estudado com carinho a possibilidade de, para o próximo ano letivo (2020), realizar o retorno da Creche no 3º Distrito de Vendas das Flores - Miracema – RJ, para a Escola Municipal Amadeu Peruci. Tal solicitação visa atender pedido de diversos moradores daquela localidade, tendo em vista as dificuldades que os moradores estão passando para levar as crianças até a Escola Municipal Silvestre Mercante. (Segue o abaixo assinado em anexo). Deferido. 06) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja disponibilizado um veículo para ficar de sobreaviso, para situações de emergências na área da Saúde, tendo em vista que recentemente uma Senhora conseguiu o agendamento de um transplante em cima da hora e quase não conseguiu um carro para levá-la. Deferido. 07) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Assistência Social - Solicitação no sentido de que seja elaborado um Projeto de Lei visando implantar e conceder no Município de Miracema o "Aluguel Social". A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Renan Letieri para falar sobre Tombamento. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que começou a fazer um Projeto para construir um prédio residencial no Centro de Miracema há seis meses atrás, por isso começou a realizar um estudo sobre algumas situações de tombamento no Município, tendo percebido que ele é temporário e não definitivo. Destacou que fez um mapa sobre o tombamento no Município de Miracema, tendo percebido que toda a área acinzentada que ele marcou é considerada como

perímetro do tombamento histórico do Município, acreditado que essa área foi delimitada por algum profissional da área da Cultura, entretanto tentou buscar uma fundamentação melhor, mas não conseguiu, acrescentando que o mencionado tombamento foi aplicado no final de um Governo. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que o Tombamento Temporário foi realizado no final do governo do Sr. Carlos Roberto Medeiros, feito inclusive depois das eleições, acreditando que tal ato foi feito de uma forma covarde. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que, juntamente com o Vereador Fabrício, tentou realizar uma Audiência Pública para discutir sobre o assunto, entretanto a adesão da população foi muito baixa, sendo que na época acabou acontecendo aquela tragédia com o Museu no Rio de Janeiro, por isso os representantes do INEPAC não poderiam vir, sendo que as pessoas que são a favor do tombamento começaram a se manifestar muito nas redes sociais. Dessa forma, acabamos ficando sem realizar a Audiência Pública, destacando que o Tombamento foi feito por Decreto e não por Lei, na transição entre um governo e outro, sendo que a Câmara parou de discutir esse assunto porque nenhum munícipe mostrou interesse. O Sr. Renan Letieri esclareceu que o Tombamento de Miracema está travando o desenvolvimento do Município. Destacou que está com um projeto de um prédio para ser construído da Rua Dr. Monteiro, num terreno de 1200m², que inclusive caberiam dois prédios. Disse que apresentou um estudo no mês de junho com um prédio de quatro andares e um afastamento de 1,5m da frente, sendo o Projeto foi apresentou para o Sr. Marcelo e para o Sr. Luciano do INEPAC, assim o Projeto foi aceito. Acrescentou que uma casa localizada ao lado do terreno é tombada e ao ler os requisitos para o tombamento percebeu que a residência não se enquadraria para ser tombada. Esclareceu que passaram dois meses e o INEPAC disse que não autorizaria mais a construção do prédio, dizendo que prédio deveria ser afastado 4m, pois estaria atrapalhando a visibilidade da casa tombada. Com isso, modificou o projeto e fez o afastamento solicitado, sendo que depois de ter passado mais um mês o INEPAC pediu para afastar o prédio 6m. Dessa forma, solicitou a adição de mais um pavimento no prédio, pois estaria perdendo muito espaço na frente, que o foi aceito. A seguir, pediu para que fosse feita uma ata da reunião, pois estavam ele, o Marcelo e o Luciano, uma vez que o INEPAC não estava lhe dando nenhum documento oficial sobre o assunto. Continuando, disse que realizou a modificação do

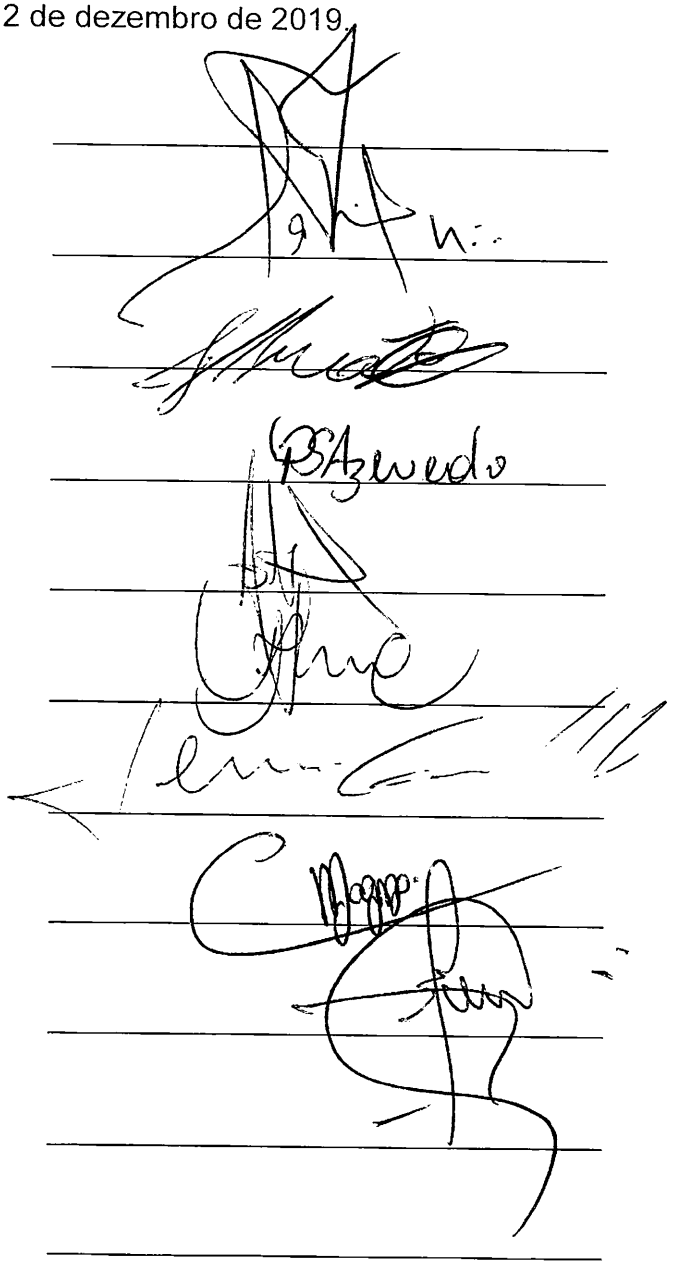
Projeto colocando os cinco pavimentos e o afastando 6m da rua, sendo que na ata de reunião foram acordados todos os pontos necessários, mas ficou constatado que o projeto seria passível de avaliação. Assim, o Projeto foi levado para o Rio e após um tempo, o representante do INEPAC voltou dizendo que o Projeto deveria ser mudado novamente. Foi pedido que o prédio fosse afastado 15m da rua, sendo que a casa vizinha possui 8m de afastamento da rua, dessa forma, modificou novamente o projeto e o prédio ficou completamente diferente. Que depois de mais um mês, por volta da metade de novembro, os representantes voltaram e pediram para o prédio ser afastado 20m da frente da rua. Informou que alterou o projeto de toda a maneira possível, sendo que seu objetivo era fomentar o desenvolvimento do Município com a geração de emprego e renda, destacando que com a análise custo do empreendimento ficou constatado que seria investidos em torno de cinco milhões de reais. Continuando, disse que ajustou o Projeto para o afastamento de 20m e depois de seis meses alterando o projeto foi lhe dito que o prédio só poderia ter dois pavimentos, sendo que o Município permite a construção de prédios com até seis pavimentos, acrescentando que Miracema já possui imóveis com três ou quatro pavimentos na área de tombamento do Município. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que é importante mencionar que a Fábrica de Tecidos, um dos maiores patrimônios de Miracema, foi destombada por interesses particulares, assim é vergonhoso perceber que não existe nenhum critério para os tombamentos. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que estávamos precisando de alguém da comunidade com coragem para levantar esse assunto, pois precisamos do apoio da população para discutir o assunto, pois muitas pessoas a favor do tombamento fizeram um grande movimento quando esse assunto seria discutido. Dessa forma, sugeriu que o Sr. Renan encaminhe um ofício para a Câmara amanhã, solicitando a realização de uma audiência pública sobre esse assunto, assim daremos ampla divulgação para a população e também pedimos a ajuda do Sr. Renan para mobilizar o máximo de pessoas possíveis que estão sendo prejudicadas, pois precisamos da participação da população. Destacou que daremos o direito de todas as partes se manifestarem. O Vereador Fabrício de Sá Xavier sugeriu que o ofício fosse fundamentado com todos os fatos ditos hoje, especialmente sobre o prejuízo no crescimento de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes disse que se compromete a

realizar a Audiência Pública assim que a Câmara voltar do recesso, sendo que vai dar ampla divulgação com o objetivo de que todos participem. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que poderiam ser coletadas mais assinaturas junto com o ofício solicitando a realização da audiência pública, pois outras pessoas e investidores também desejam rever essa questão do tombamento. Esclareceu que pessoalmente é a favor do tombamento, mas reconhece que houve diversos excessos, sendo a favor da realização de uma discussão sobre o assunto. Disse que com a assinatura de outras pessoas, o Sr. Renan ficará mais resguardado, sendo que é a favor da audiência pública, mesmo que os representantes do INEPAC não venham, promovendo o debate. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que discorda sobre a coleta de assinaturas, pois apenas um cidadão pode pedir a audiência pública, acreditando que ele não vai conseguir a assinatura da população. O Vereador Hugo Fernandes disse que o mais importante é mobilizar a população para participar da discussão, destacando que o Estado não pode vir num Município e ditar as regras sobre os imóveis. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acredita que todos devem se manifestar e expor suas ideias, sendo que também devemos respeitar a opinião dos outros. Acreditando que o tombamento engessa a cidade em relação ao desenvolvimento, sendo que não é a favor de destombar os pontos importantes do Município. Disse que a situação foi uma falta de respeito com o Sr. Renan, pois ele investiu e precisou ficar fazendo diversos projetos, uma vez que foram pedindo diversas alterações. Por fim, disse que é a favor de enviar um documento ao INEPAC e ao Governador do Estado explicando toda a situação que aconteceu, pois os fatos mostraram um grande desrespeito com o Sr. Renan. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou um requerimento à Secretaria Municipal de Cultura no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa a relação dos imóveis tombados no Município de Miracema, com a fundamentação de cada imóvel para tal ato. Deferido. O Sr. Renan Letieri esclareceu que não é contra o tombamento, pois temos belos imóveis com história que devem ser preservados, destacando que inclusive concordou com o afastamento do prédio para não prejudicar a visibilidade da casa tombada. Acrescentou que fez um Projeto de um prédio no cento do Município de Santo Antônio de Pádua, sendo a Lei de Tombamento lá não é tão rigorosa, esclarecendo que o projeto está na reta final de aprovação e, inclusive, pode começar a vender os

apartamentos mês que vem. Concluindo, disse que se sente teimoso em tentar fazer as coisas em Miracema, sendo que existem empresários que já desistiram do Município, assim daqui a pouco as empresas vão acabar indo para outros Municípios e Miracema vai ficando para trás. Por fim, disse que pesquisou alguns caminhos para tentar resolver essa situação, inclusive conversando com advogados, e algumas vertentes surgiram, acreditando que a mais viável seria criar uma Comissão Especial do Município para julgar os assuntos sobre o Tombamento, assim essa Comissão teriam autonomia para julgar alguns assuntos independentes do Órgão Estadual, entretanto não estudou o embasamento para a criação da referida Comissão. O Vereador Hugo Fernandes disse que o primeiro passo é a realização de uma Audiência Pública e discutir esse assunto com toda a população, assim agradece a participação do Sr. Renan, destacando que a Câmara está sempre à disposição. Continuando com o tempo destinado a Tribuna Livre, também inscrito o Sr. Marco Moura para falar sobre o Lago Seco do Bairro Hospital. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Sr. Marco Moura disse que o Lago Seco do Bairro Hospital foi criado para prevenir os alagamentos das ruas do bairro, sendo que os problemas de alagamento foram resolvidos, entretanto atualmente ele se encontra assoreado. Acrescentou que já foi na Prefeitura tentar resolver esse problema, mas eles ficam com um jogo de empurra, destacando que antigamente a Prefeitura tinha uma ouvidoria e, após o atendimento dos pedidos, os cidadãos eram respondidos por ofício. Concluindo, esclareceu que com as chuvas de ontem as ruas do Bairro Hospital ficaram muito alagadas e com muito barro, sendo que procurou a Prefeitura para resolver esse problema, mas está encontrando muita dificuldade. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que pediu para a Secretaria de Obras limpar uma curva de nível do Bairro, pois acredita que o barro está vindo de lá. O Sr. Marco Moura disse que existe muito jogo de empurra na Prefeitura para resolver essa situação, destacando que algumas tampas de bueiro estão baixas, causando risco de acidentes para os motoristas e pedestres. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu que fosse feito um documento por escrito e encaminhado para a Câmara para que para nós cobrarmos as ações necessárias. Destacou que o Plano Diretor do Município está vencido e precisamos de um Novo Plano para ajustar alguns assuntos em Lei, especialmente a criação de infraestrutura nos novos loteamentos. Agradecendo a

presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 16/12/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2019.



Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quarenta e oito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloi, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Maurício Sant'Ana Soares, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Carlos Armando de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 16, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de

Lei que Regulamenta a Travessa Antônio Albino Filho, de autoria do Vereador Maurício Sant'Ana Soares; 02) Projeto de Lei que Institui a Captação de Água da Chuva, de autoria do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vista a Secretaria de Segurança Pública no sentido de que envide esforços a fim de que seja elaborado e encaminhado a esta Casa Legislativa um Projeto de Lei que estipule os limites de velocidade dos ônibus que trafegam dentro do perímetro urbano no Município de Miracema, tendo em vista que a Empresa Brasil já informou que com a regulamentação da velocidade pelo Município os motoristas serão fiscalizados através dos tacógrafos instalados nos ônibus. Deferido. 02) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Deputado Federal Alessandro Molom – PT-RJ - Considerando que o envelhecimento populacional vem aumentando consideravelmente, e nós representantes do Poder Público temos que nos prepara para atender a essa demanda; Considerando que a maioria da população idosa é independente, entretanto uma minoria precisa contar com o apoio de instituições residenciais de longa permanência; Considerando que o Conselho do Idoso em nosso Município é atuante e realiza um bom trabalho em parceria com o Município; Sabedores que somos do vosso mandato participativo e incluso no que tange as demandas sociais, inclusive com grande ênfase junto à terceira idade; Após reunião com o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Miracema-RJ, o Sr. Harley Oliveira, onde foi constatada a necessidade de se implantar nesse Município uma Casa de Longa permanência, sendo assim venho solicitar que seja estudada com carinho a possibilidade da criação de uma instituição de longa permanência em nosso Município para abrigar e atender aos idosos oferecendo lhes serviços na área social, psicológica, médica, fisioterapia, odontologia e outras atividades específicas atendendo assim aos que não possui um local de moradia, ou não dispõe de condições para permanecer com seus familiares devido a situações de violência ou negligência. Segue em anexo uma minuta de projeto para implantação. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao cumprimento do Convite realizado ao Sr. Geovane Freitas, Gerente Regional da CEDAE de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu o Sr. Giovani por ter atendido o convite desta

Casa Legislativa. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença do Sr. Geovane e esclareceu que está muito preocupado com a falta de chuva e possível falta d'água no Município de Miracema, assim gostaria de saber se existe a possibilidade da ocorrência de uma falta de água num futuro próximo. O Sr. Geovane informou que a Região Noroeste está sendo agraciada por conta dos mananciais, sendo que, dos 23 (vinte e três) sistemas existentes, apenas 02 (dois) sistemas de abastecimento sofreram queda no volume de tratamento. Destacou que em Miracema possui três sistemas de abastecimento de água e em nenhum deles está sofrendo diminuição de vazão, assim parece que o Município não irá sofrer nenhum tipo de problema com a escassez hídrica. Por outro lado, a CEDAE vem enfrentando um problema com a qualidade de energia elétrica, sofrendo algumas quedas. Dessa forma, pode ocorrer um problema de paralisação do sistema por conta da energia elétrica e não pela falta de água, sendo que a CEDAE já se reuniu para buscar soluções para este problema. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se em Miracema a CEDAE possui um planejamento para que a população seja conscientizada da importância de economizar água. O Sr. Geovane disse que quando ocorre algum problema de redução de vazão, a CEDAE utiliza a rádio local para informar a população, sendo que a CEDAE, como um todo, vem utilizando uma campanha televisiva de conscientização com dois personagens fictícios, com isso já percebeu que as pessoas de Miracema estão economizando mais a água. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se durante a estiagem a captação de água do Rio Pomba diminuiu e qual seria a situação de Miracema caso não estivesse ocorrendo esta captação. O Sr. Geovane disse que o volume da captação de água não diminuiu, inclusive em razão de algumas intervenções realizadas pela CEDAE, sendo que a captação ocorrida no Rio Pomba é fundamental e de extrema importância para o Município. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se o sistema de abastecimento antigo, localizado na Usina, ainda está funcionando. O Sr. Geovane disse que ela até funciona, mas não possui capacidade para suprir as necessidades da população miracemense. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se a CEDAE de Miracema possui problemas com o desperdício de água por conta de vazamentos em tubulações. O Sr. Geovane disse que o vazamento de água ocorre por causa de uma rede pressurizada, sendo que em Miracema realmente ocorrem alguns casos, entretanto o tempo de resposta é

suficiente para a resolução do problema, sendo inclusive abaixo do prazo estipulado em Lei. O Vereador Hugo Fernandes disse que alguns Municípios vêm adotando medidas em relação ao desperdício de água, sendo que tinha uma proposta sobre este problema, mas está satisfeito pelo que foi explicado, uma vez que Miracema não apresenta grandes problemas e a população já está consciente dos problemas. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou sobre a frequente falta de água na parte alta de Paraíso do Tobias. O Sr. Geovane esclareceu que foi realizada uma linha exclusiva para o atendimento da bomba que enche o referido reservatório, sendo que estão sendo feitos alguns ajustes no sistema de bombas para que o abastecimento possa ser melhorado. Por isso, no máximo amanhã, os problemas serão resolvidos e o abastecimento de água será pleno. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou sobre a situação do Distrito de Paraíso do Tobias, pois existe um bairro no Distrito que está sendo abastecido apenas entre às 10 horas da noite e 06 horas da manhã. O Sr. Geovane esclareceu que neste caso o abastecimento está razoável, pois existem alguns casos que as pessoas ficam até um dia sem receber água, entretanto verificará a situação pontualmente e poderá resolver este problema. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo parabenizou o Sr. Geovane pelo seu trabalho na direção na CEDAE e consegue perceber que ele desenvolve um bom trabalho. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que a capacitação de água no Rio Pomba foi uma das maiores, senão a maior, obra do Município de Miracema, sendo que naquela época o Município de Miracema obteve um grande auxílio do Governador Moreira. Acrescentou que, infelizmente, dependemos da energia elétrica para que a água consiga chegar nos consumidores. Por fim, parabenizou a CEDAE pelo investimento em Paraíso do Tobias conseguindo resolver alguns problemas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o trabalho preventivo realizado em Miracema, sendo que por isso o Município não está sofrendo com os problemas da escassez de água. O Vereador Gilson Teixeira Sales perguntou se a CEDAE tem alguma participação na obra de captação de esgotos que está ocorrendo em Miracema e se haverá algum aumento nas contas dos consumidores, uma vez que o tratamento do esgoto é um trabalho caro. O Sr. Geovane disse que há alguns anos a CEDAE desenvolveu um projeto de esgotamento sanitário para alguns Municípios e estes projetos foram cedidos para as respectivas Prefeitura, sendo que o Município de Miracema pode ter ou não se

baseado neste Projeto, assim esta é a única participação da CEDAE neste processo. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que o tratamento de esgotos é um trabalho caro e alguém será o responsável pelo pagamento. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que Miracema abriga dois órgãos muito importantes a Superintendência da CEDAE, que responde por toda a região do Noroeste Fluminense, e uma sede do DER-RJ, também para toda a região. Esclareceu que a CEDAE de Miracema sempre cumpriu com sua obrigação e sempre fez um ótimo trabalho, sendo que todas as pessoas que trabalharam lá, o fazem com espírito coletivo em prol do Município. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade parabenizou o Sr. Geovane e agradeceu pelas obras realizadas no Distrito de Paraíso. O Vereador Gilson Teixeira Sales agradeceu o Sr. Geovane pelas explicações. O Sr. Geovane esclareceu que o sistema de esgoto precisa ser subsidiado, sendo que o tratamento de esgoto é muito caro. Acrescentou que Miracema arrecada aproximadamente trezentos e noventa mil reais (R$ 390.000,00) por mês, sendo que este valor é todo utilizado, pois a CEDAE tem um compromisso com água do Município de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se existe um convênio vigente entre a CEDAE e o Município de Miracema. O Sr. Geovane disse que o convênio já expirou, entretanto espera que ele seja renovado, pois já o encaminhou para a Prefeitura. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se a responsabilidade de cuidar do esgoto seria da CEDAE. O Sr. Geovane esclareceu que não, pois o serviço da CEDAE é exclusivamente o abastecimento de água, sendo que é necessário haver uma negociação entre a Direção da Empresa e alguns políticos para que a CEDAE seja também responsável pela rede de esgotos. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Projeto sobre o convênio nunca chegou nesta Casa Legislativa durante este mandato. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares parabenizou o trabalho que o Sr. Geovane vem apresentando na direção da CEDAE. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que quando era Prefeito assinou um convênio com a duração de 20 anos. O Vereador Hugo Fernandes acreditava que o convênio tinha sido assinado, pois existe uma Lei do final de 2012 que autoriza a assinatura do convênio. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo entende que, como já existe uma Lei autorizado o convênio, falta apenas o Sr. Prefeito assinar o convênio. O Sr. Geovane agradeceu as palavras dos Vereadores, esclarecendo que sempre

trabalha buscando atender as necessidades da população, sendo que inclusive está analisando uma solicitação antiga do Vereador Hugo Fernandes, sobre a tarifa social em algumas ruas do Município. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que existem algumas com o intuito de utilizar a tribuna livre, mas elas não se inscreveram, assim deixa a critério do Plenário a utilização da Tribuna Livre, o que foi deferido por todos os Vereadores. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre e convidou o Sr. Anderson Letieri para falar sobre uma Denúncia. Com a palavra, o Sr. Anderson, disse que foi coagido pelo Sr. Welington Zacarias Marinho e pelo Sr. Oswaldo, um dos Secretário Municipais, por ter retirado um Edital sobre a compra de materiais de papelaria que ocorrerá amanhã na parte da manhã. Esclareceu que sofreu uma coação destes Srs. dentro Snob's, sendo que a licitação foi manipulada e comprada e será realizada amanhã. Destacou que eles estão tentando lhe silenciar, sendo que inclusive já foram realizadas diversas licitações compradas em Miracema, inclusive em governos passados. Acrescentou que atualmente não existe uma pessoa em Miracema que saiba fazer um processo licitatório de forma correta, sendo que está situação é uma vergonha, esclarecendo que vai na Delegacia fazer um boletim de ocorrência sobre os fatos. Disse que, no primeiro ano de Governo do atual Prefeito aconteceu uma compra dos kits escolares sem nenhum tipo de publicação, sendo que a licitação foi toda feita dentro do sítio do Welington Zacarias Marinho, assim o Prefeito comprou o sítio do Welington através da licitação. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que está é uma denúncia muito grave, sendo que o Anderson deveria ir no Ministério Público. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu que fosse encaminhado um ofício ao Sr. Prefeito Municipal, com vista ao Setor de Licitações, no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa a cópia do processo licitatório sobre a compra de materiais de consumo em papelarias ocorrido no dia 13 de fevereiro de 2015. O Sr. Anderson esclareceu que estes fatos são uma vergonha, sendo que hoje a prefeitura está entregue nas mãos do Dr. Maurício Zacarias Constâncio. O Vereador Hugo Fernandes pediu para as Comissões desta Casa Legislativa comparecerem na licitação amanhã. O Sr. Anderson esclareceu que foi coagido para não participar da licitação, entretanto vai participar do referido processo. O Vereador Hugo Fernandes disse que ele possui o direito de participar. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicita que este depoimento seja encaminhado ao

Ministério Público Federal, Polícia Federal e todos os órgãos competentes. O Vereador Hugo Fernandes pediu cópia de documentos comprovando as alegações. O Sr. Anderson disse que para participar de uma licitação em Miracema as pessoas nem se comunicam, pois todos já chegam no local e participam de um processo manipulado. Esclareceu que no final do governo foi feita uma licitação, onde o vencedor foi o Maurício Zacarias, mas na verdade os valores foram divididos. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu que o Chefe do Departamento de Licitação fosse convidado a vir nesta Casa Legislativa, depois do Carnaval, para prestar esclarecimentos. Esclareceu que os fatos narrados hoje são uma denúncia gravíssima. O Sr. Anderson disse que tem como comprovar todos os fatos narrados. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que vai solicitar o encaminhamento deste depoimento para todos os órgãos responsáveis. O Sr. Anderson esclareceu que os kits escolares comprados no início do governo não foram entregues para a Prefeitura, sendo que tem como provar que uma pessoa retirou 380 caixas de papel A4 de dentro da Secretaria de Educação. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que devemos verificar todos os responsáveis, sendo que o Secretário de Educação também deve ser investigado. O Sr. Anderson esclareceu que nenhuma compra realizada pela Prefeitura é entregue de forma integral. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que os requerimentos fossem encaminhados através de gabinetes, pois a Câmara Municipal só encaminhará os requerimentos através de documentos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que são denúncias graves e deveriam passar pela aprovação do Plenário. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que foram denúncias verbais e não de forma documental, assim aguardará os documentos para tomar as devidas atitudes. O Sr. Anderson esclareceu que é só os Vereadores analisarem as licitações passadas e constatarem que são as mesmas pessoas que sempre vencem. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre. O Vereador Presidente convidou o Sr. Juarez para utilizar a palavra. O Sr. Juarez disse que já esteve aqui a um tempo atrás e agradece o apoio dos Vereadores. Esclareceu que fez um pedido em favor da comunidade de carroceiros, pois eles foram praticamente despejados do Parque de Exposições, assim todos estão ofendidos. Disse que os carroceiros estão próximos ao Hotel Varandas e ficaram praticamente abandonados e sem nenhuma oportunidade de trabalho. Disse que veio pedir aos

Vereadores para conversarem com o Prefeito para que os carroceiros possam ter oportunidade para trabalhar, pois a Prefeitura vem retirando os entulhos e os carroceiros estão sem trabalhar. Acrescentou que os carroceiros possuem gastos e despesas e não estão conseguindo trabalhar, sendo que inclusive sua placa foi retirada do local em que ficava. O Vereador Hugo Fernandes disse que fez uma indicação para que fosse criada uma cooperativa de carroceiros, pois o Município não é responsável pela retirada de entulhos, sendo que a Empresa Continental está agendando a retirada dos entulhos. Acrescentou que existe um carroceiro em seu bairro que está com bastante serviço, sendo inclusive preciso marcar algum trabalho com antecedência, mas não sabe se é por causa do local. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que vai conversar com o Secretário Municipal Emerson para que ele oportunize os carroceiros de retirarem os entulhos antes da Prefeitura fazer a retirada. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a Prefeitura poderia estudar a possibilidade de contratação dos carroceiros para que eles realizem a retirada dos entulhos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que isto é uma grande ideia. Continuando, com o tempo destinado à Tribuna Livre, o Vereador Presidente convidou o Sr. Joubert Rodrigues, ex-vereador de Miracema para utilizar a palavra. O Sr. Joubert esclareceu que veio nesta Casa Legislativa para fazer um agradecimento, pois está residindo em Duas Barras e o local possuía alguns problemas, assim eles foram levados ao conhecimento do Sr. Prefeito, do Vereador Genessi e do Secretário Municipal Leonardo Gripa e a comunidade foi prontamente atendida. Por isso, veio agradecer a solução dos problemas com muito gratidão, sendo que inclusive possui uma carta assinada por diversas pessoas agradecendo a resolução dos problemas, dessa forma passou a fazer a leitura da carta. Continuando, pediu desculpas por ter alterado o procedimento desta Casa Legislativa, entretanto não conseguiu chegar a tempo de se inscrever na Tribuna Livre, assim se sente muito grato pelo Presidente ter cedido este espaço. Sugeriu, que fossem concedidas Moções de Aplausos aos responsáveis pela obra. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos em nome da Câmara Municipal de Miracema para o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, pois ele foi um dos grandes responsáveis pelo excelente trabalho realizado na Comunidade de Duas Barras, com a instalação de uma caixa d'água com a capacidade de aproximadamente 5.000 litros, bem como a

construção de uma extensão de rede com 2.000 metros, atendendo diversas famílias na localidade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acrescentou que houve um empenho de todo um grupo de pessoas, inclusive com a participação da população, sendo que o Sr. Messias e sua esposa, a Dona Fátima, receberam os funcionário em sua residência e os alimentaram durante uma semana. Esclareceu que inclusive já encaminhou as Moções de Agradecimentos pertinentes. Por fim, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva Moção de Aplausos para o Sr. Aroldo pelo excelente trabalho realizado na Comunidade de Duas Barras, com a instalação de uma caixa d'água com a capacidade de aproximadamente 5.000 litros, bem como a construção de uma extensão de rede com 2.000 metros, atendendo diversas famílias na localidade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Sr. Joubert entregou a grata de agradecimento ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva e agradeceu o espaço concedido, dizendo que é uma honra comparecer nesta Casa Legislativa. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu as palavras do Sr. Joubert. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre, o Vereador Presidente convidou o Sr. Eduardo, assessor nesta Casa Legislativa, para utilizar a palavra. O Sr. Eduardo, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que veio utilizar a palavra nesta Casa com um sentimento de revolta. Acrescentou que é Assessor do Vereador Gilson e faz parte de uma equipe maravilhosa de trabalho. Porém, fica sentido ao dizer que estamos com uma situação de saúde precária, que há algum tempo atrás, como é diabético, acabou passando mal e foi ao PU para ser atendido. Ao chegar no PU disse foi constatado que sua glicose estava muito alta, assim, ao mostrar o resultado da medição de glicose realizada pela enfermeira ao médico, o médico se assustou e perguntou a enfermeira o que ele deveria fazer. Acrescentou que ficou tomando soro na veia e uma paciente que estava em sua frente ficava gritando que nunca mais voltaria no PU, pois o médico era incompetente. Disse que ao conversar com aquela paciente escutou uma briga do lado de fora, com uma mãe e sua criança com problema na vista e o médico queria que a criança ingerisse o remédio que era para ser pingado na vista. Aduziu que o médico estava ameaçando chamar a polícia por causa da mãe, por isso entrou na discussão e falou para ele chamar a polícia para resolver todos os problemas. Continuando, disse que hoje na parte da manhã sua irmã, que possui Plano de Saúde, estava passando

muito mal sentindo muitas dores e por isso a levou na Casa de Saúde, sendo que ao chegar no local não havia médico para atendê-la. Com isso, levou sua irmão no PU, entretanto, por razões que não sabe, o médico estava demorando um pouco, e como estava impaciente levou sua irmã ao Hospital e chegando lá também não tinha médico. Esclareceu que diante dos fatos se sentiu um inútil, pois nem com Plano de Saúde as pessoas estão conseguindo ser atendidas por médicos, assim acredita que as pessoas devem melhorar, pois a situação está vergonhosa. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a pessoa que atendeu o Eduardo no PU provavelmente deve ser estudante de medicina, sendo que a gravidade da situação em relação à saúde não é novidade, pois existe um descaso muito grande na Casa de Saúde e no Pronto de Socorro está deixando todo mundo perplexo. Acrescentou que vai explicar a situação para seus colegas médicos que ainda estão trabalhando, explicando que estes fatos devem ser denunciados ao Plano de Saúde. Aduziu que a situação de saúde do Eduardo era muito grave e ele deveria ter sido internado e não apenas tomado a medicação diretamente na veia. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que vem recebendo algumas denúncias na área da saúde, sendo que um menino sofreu algumas fraturas e teve que ficar 15 dias esperando por não ter nenhum ortopedista no Município, por isso sua mãe lhe procurou e com um pouco de esforço conseguiu levar o menino para Santo Antônio de Pádua e ele foi operado imediatamente. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que no passado foi aberta uma CPI por conta de um falecimento de uma pessoa por causa da falta de atendimento. Perguntou ao Vereador Gutemberg qual o motivo de não estar havendo renovação nos médicos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que os novos formandos estão se mudando para fora de Miracema e a situação do Município está ficando complicada. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que realmente devemos tomar providência contra o médico incompetente, levando ao conhecimento da Secretaria Municipal de Saúde para que sejam tomadas as providências. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que Miracema possui diversos casos de diabetes, assim poderíamos pedir a Secretaria de Saúde para realizar um trabalho de esclarecimentos sobre este assunto. O Vereador Hugo Fernandes disse que o Sr. Gustavo faz um trabalho mensalmente de conscientização em relação a diabetes. Acrescentou que sempre temos algum problema em relação ao

PU, entretanto no nosso Pronto Socorro ainda está muito melhor do que outros lugares. Informou que já passou por um problema com um paciente que precisa ser internado por causa de um AVC e o Sr. Eduardo ao não conseguir atendimento para sua irmã, deveria ter saído do PU ou do Hospital para procurar a Delegacia e denunciar omissão de socorro. Acrescentou que, infelizmente, a Classe Médica está visando mais dinheiro do que a saúde da população, sendo que possuímos diversos médicos miracemenses que moram fora, por causa da parte financeira. Por fim, esclareceu que precisamos saber o dia que o Eduardo foi atendido para saber quem foi o médico que lhe atendeu para que os Vereadores possam passar esta informação para a Secretaria de Saúde. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que está estudando a apresentação de um Projeto de Lei com o objetivo de os Postos de Saúde deixem em locais visíveis os nomes dos médicos que estão atendendo para que a população possa saber quem está trabalhando. Destacou que está sempre andando buscando trabalhar, sendo que quando detecta algum problema, sempre busca informações com os Secretários Municipais. Por fim, o Sr. Eduardo informou que sua sogra está doente e fazendo tratamento, por isso foi necessário a realização de alguns exames e eles foram realizados em Miracema. Com isso, ao mostrar os exames realizados ao médico responsável pelo tratamento foi constatado que os exames estavam todos equivocados, assim foi preciso a realização de novos exames em outro Município. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu as palavras do Sr. Eduardo. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Deputado Leonardo Picciani pela vitória na indicação para líder da Bancada do PMDB na Câmara dos Deputados. O Vereador João Siqueira Magalhães vai assinar esta Moção. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Elpídea Torres Ferreira em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Por fim, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que o PU foi uma das grandes obras do Município de Miracema e seus problemas precisam ser corrigidos. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 23/02/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata

que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, às nove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quatro, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 07, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício SME 313/2014 da Secretaria Municipal de Educação respondendo ofício nº 0311/2014. Os Vereadores João

Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 02) Ofício nº 060/2014/CMSJU da Câmara Municipal de São José de Ubá respondendo ofício nº 229/2014; 03) Telegramas NºRef: 001062/MS/SE/FNS e 002684/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde; 04) Ofício do Gabinete do Sr. Prefeito sobre Resolução da Câmara; 05) Ofício PMM/GAB nº 0402/2014 encaminhando a substituição do Projeto de Lei nº 20/2014; 06) Projeto de Lei nº 44 de 2014. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizado o imediato reparo dos brinquedos da Praça Dona Ermelinda, levando-se em consideração que estamos nos aproximando do início das férias escolares. A urgência do requerimento se deve ao fato de que a Praça Dona Ermelinda é um cartão postal do Município de Miracema, bem como uma área de lazer para diversas crianças. Assim visamos atender os anseios da população a fim de garantir o lazer e a segurança para as crianças. Aproveitamos a oportunidade para solicitar a disponibilização de um Guarda Municipal para garantir o zelo e segurança do patrimônio público. Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Governador do Estado do Rio de Janeiro e ao Presidente Estadual do DER - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a pavimentação do trecho que liga o Município de Miracema ao Município de São José de Ubá, tendo em vista que será de grande importância para o escoamento de produtos agrícolas de ambos os Municípios. Esclarecer que os Municípios de Santo Antônio de Pádua e de São José de Ubá também estão solicitando a pavimentação do referido trecho. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente do DER-RJ, Dr. Henrique - Reiteração no sentido de seja estudado uma alternativa mais segura a rotatividade do trevo da localizado próximo a Usina, bem como a instalação de um guard rail na RJ 116, no Bairro Boa Vista (em frente a oficina do Roque). Aprovado. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que os Vereadores deveriam discutir sobre a inserção do Mira Leite no calendário do Município, tendo em vista que a Festa foi realizada com muito sucesso e foi bastante proveitosa para o Município. 04) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizado o aumento da extensão da Rede Elétrica da Rua José Márcio Martins Barbosa e da Rua Aristides Carvalho, no Bairro Hospital, com a instalação de 3 postes de

iluminação. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 08 (oito) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei Complementar que Revoga o subitem 12.1 e 12.2 do item 12 do art. 52 da Lei nº 798/99 que criou o Departamento de Auditoria Controle e Fiscalização e Orientação da Aplicação dos Recursos do FUNDEB e Programas da Educação e o departamento de Auditoria, Controle, Orientação e Acompanhamento do SIGFIS e Prestações de Contas, Revoga o artigo 1º e altera o artigo 2º, ambos da lei Complementar 1.375/11 revoga o artigo 6º e altera o artigo 17, ambos da lei 1278/09. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei Complementar foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei Complementar nº 1.524, de 12 de junho de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art 81 da lei Orgânica Municipal, Sanciono a seguinte Lei Complementar: Art. 1º- Ficam revogados os subitens 12.1 e 12.2 do item 12 do art.52 da lei Nº 798/99, que criou o Departamento de Auditoria, Controle, Fiscalização e Orientação da aplicação de recursos do FUNDEB e programas da Educação e o Departamento de Auditoria, Controle, Orientação e Acompanhamento do SIGFIS e Prestações de Contas. Art. 2º- Ficam revogados o artigo 1º da Lei Complementar 1.375/11 e o artigo 6º da Lei 1.278/09. Art. 3º- Altera a redação e a nomenclatura do cargo comissionado criado pelo artigo 17 da lei 1.278/09, sem alterar o símbolo de vencimento (CC-2), passando a ter a seguinte redação: " Artigo 17 - Fica criado o cargo em Comissão de Assessor da Controladoria Geral, vinculado à Controladoria Geral do Município, código CH-01, símbolo de vencimento CC2, com modalidade de recrutamento amplo, restrito a profissional com formação superior em qualquer área, com registro no respectivo Conselho regional, alterando o anexo I da Lei 813/99, com atribuições de exercer atividades de auxilio ao Controlador Geral em todos os incisos descritos no artigo 5º, bem como, subsidiariamente, as atribuições descritas no Anexo V da Lei 813/99". Art. 4º- Altera a redação e a nomenclatura do cargo comissionado criado pelo artigo 2º da Lei Complementar 1.375/11, ficando seus incisos revogados, sem alterar o símbolo de vencimento (CC-2), passando a ter a seguinte redação " Artigo 2º - Fica criado o cargo em Comissão de Assessor da Controladoria Geral, vinculado à Controladoria Geral do Município, código CH-01, símbolo de vencimento CC2, com modalidade de recrutamento limitado e restrito ao Quadro de Auditores efetivos da Controladoria Geral do Município, alterando o anexo I da Lei 813/99, com atribuições de exercer atividades de auxilio ao Controlador Geral em todos os incisos descritos no artigo 5º da Lei 1.278/09, bem como, subsidiariamente, as atribuições descritas no Anexo V da

Lei 813/99". Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. **02)** Projeto de Lei que altera o inciso II do § 1º, do art.9º da Lei Complementar Nº 1.453/2013, consoante permissivo capitulado pelo art.84,VI, "a", da CF/88 e art.145,VI "a", da CE, por simetria, e em respeito ao previsto no art.81 da LOM, por imperiosa necessidade administrativa. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.525, de 12 de junho de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte Lei : Art. 1º- O inciso II, do § 1º, do art. 9º, da Lei Complementar Nº 1.453, CTMM passa a ter a seguinte redação: "Art. 9º - ....omissis..... § 1º .....omissis..... I - .....omissis..... II - Técnicos Tributários e demais servidores efetivos com atribuições afins, inclusive de fiscalização, conforme previsão da Lei nº 813/99, Anexo V. III - .....omissis..... Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. **03)** Projeto de Lei que Acrescenta alterando o Anexo I - Quadro de Provimento em Comissão - da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, o cargo de Diretor do Departamento de Gestão e Controle do CAUC - SIAFI da Prefeitura Municipal de Miracema, Grupo de Chefia CH - 01, símbolo de vencimento CC2, acrescentando o item 4.3 ao art 52 da Lei 798/99, de 04 de Novembro de 1999, criando o Departamento de Gestão e Controle do CAUC -SIAFI. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo destacou que espera que este cargo não fique apenas no papel. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **04)** Projeto de Lei Complementar que acrescenta alterando o Art. 52 da Lei nº 798/99, item 5.2, da Secretaria Municipal de Fazenda, transformando a Divisão de Tesouraria em Diretoria de Tesouraria, acrescentando ao anexo I - Quadro de Provimento em Comissão - da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando o Cargo de Diretor de Tesouraria da Secretaria Municipal de Fazenda, Grupo de Chefia CH-02, Símbolo de Vencimento CC2, e dá outras providencias. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **05)** Projeto de Lei que acrescenta ao Anexo I - Quadro de Cargos de Provimento em Comissão - da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, com suas ulteriores alterações inclusive as advindas pela Lei nº 1.391/2012 - 02 (dois) Cargos em Comissão de Assessor Jurídico Grupo de Chefia CH-01, Símbolo CC-2 por imperiosa necessidade administrativa. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda: **Emenda Modificativa:** Altera a redação do caput e do Artigo 1º da referida Lei, passando a valer os seguintes textos: caput "Acrescenta ao Anexo I - Quadro de Cargos de

Provimento em Comissão - da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, com suas ulteriores alterações inclusive as advindas pela Lei nº 1.391/2012 - 01 (um) Cargo em Comissão de Assessor Jurídico Grupo de Chefia CH-01, Símbolo CC-2 por imperiosa necessidade administrativa". Art. 1º - "Fica criado mais 01 (um) cargo em comissão de Assessor Jurídico, Grupo de Chefia CH-01, símbolo CC-2, a ter atuação junto à Procuradoria Geral do Município, cabendo-lhes as mesmas atribuições especificas dadas ao procurador Geral do Município, sob supervisão deste". Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Em votação, a Emenda foi aprovada com um voto contrário, do Vereador Fabrício de Sá Xavier, e nove votos favoráveis, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. Continuando, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o cargo de Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal deve ser amplo, pois é específico para advogado, destacando que a o Município precisa de advogados competentes. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado com um voto contrário, do Vereador Fabrício de Sá Xavier, e nove votos favoráveis, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. **06)** Projeto de Lei que Institui o Dia da Consciência Jovem no Município de Miracema. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que é preciso realizar um trabalho com o objetivo de conscientizar os jovens. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. Concluindo, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que dois projetos de Lei foram retirados da votação pois serão realizadas a solicitação de alguns documentos. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que uma pessoa lhe procurou com uma Lei Federal esclarecendo que existia um prazo estabelecido em Lei para realizar um concurso público sobre os agentes de endemia, sendo que no caso deste prazo não for cumprido os agentes de endemia que estiverem ocupando os cargos seriam efetivados. O Vereador Hugo Fernandes disse que no ano passado foi encaminhada uma documentação ao Ministério Público do Trabalho sobre este assunto, inclusive com algumas jurisprudências de outros Municípios. Diante da documentação apresentada o Ministério Público informou que que era necessário a realização do concurso em Miracema por conta do Termo de Acordo de Conduta (TAC)

assinado anteriormente. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que a pessoa já procurou o Sr. Prefeito para que fosse cumprida a Legislação Federal, assim na próxima sessão trará a referida Legislação para os Vereadores tomarem ciência. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que este caso é uma situação complicada e preocupante. O Vereador Fabrício de Sá Xavier lembrou que a situação do Concurso é complicada, pois ainda existe um edital em andamento que se encontra em tramitação na justiça sem nenhum tipo de decisão. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que estava sendo realizado um concurso com o edital em andamento. O Vereador Hugo Fernandes disse que vai pesquisar o nome da Empresa e o número do Processo para elaborar um documento perguntando sobre a andamento do referido. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que, se a empresa não devolver o dinheiro dos concursados, ela se torna inidônea e fica impossibilitada de organizar futuros concursos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que está preocupado com as eleições do Conselho Tutelar, uma vez que existem notícias de que não haverá eleições por causa do período eleitoral. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que está aguardando o prazo mínimo de trinta dias do Decreto. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que quando era interesse do Município a procuradora procurou e se reuniu com os Vereadores, dessa maneira gostaria de explicações da Procuradora do Município sobre este assunto. O Vereador Hugo Fernandes disse que vai tomar as providências necessárias para que as eleições sejam realizadas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que não participou da reunião com a Procuradora por que já tinha tomado sua decisão, destacando que é inadmissível um Decreto valer mais que uma Lei. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Ângela Maria Martins Guedes, já aposentada, pelos relevantes serviços que ela vem prestando como voluntária no Asilo São Vicente de Paula, demonstrando carinho e comprometimento com os moradores do referido asilo. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que poderia ser elaborado um requerimento à Empresa responsável, solicitando informações sobre o Concurso que deveria ter sido realizado em 2012. Destacou que não entende a realização de concursos públicos próximos das eleições, sendo expressamente contra esta situação, pois existem outros períodos para a realização do concurso. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que nesta Casa Legislativa ainda reina a paz e a harmonia e acha um absurdo a suspensão do Concurso. O Vereador Hugo Fernandes destacou que foi eleito pela população e vai sempre buscar defende-la. Com isso, mais uma vez consegue observar o despreparo das pessoas que trabalham com o Sr. Prefeito, pois um Prefeito Municipal não

pode sancionar uma Lei e depois simplesmente resolver não cumpri-la. Por fim, disse que o Departamento Jurídico da Prefeitura encaminhou um ofício a esta Casa Legislativa dizendo que a Lei que trata da gratificação dos funcionários da Câmara aprovada e já sancionada pelo Prefeito seria inconstitucional. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que se o Executivo entendesse que a Lei aprovada era inconstitucional não deveria ter a sancionado. O Vereador Hugo Fernandes disse que a verdadeira preocupação do Jurídico são os pedidos de isonomia. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno lembrou que realmente possuía uma dúvida em relação a iniciativa da matéria. O Vereador João Siqueira Magalhães mencionou que já foram discutidas várias questões sobre a competência das pessoas que trabalham com o Sr. Prefeito Municipal, acrescentando que está acostumado com as isonomias nos vencimentos e não nas gratificações. O Vereador Hugo Fernandes convidou o Assessor Jurídico e Controlador Interno da Câmara Municipal para explicarem estas questões. Com a palavra, o Dr. Humberto Toscano disse que o Tribunal de Contas vem aplicando a simetria das normas, dessa maneira toda a matéria que trata sobre vencimentos ou gratificação de funcionários deveria ser feita por Lei, destacando que o aumento do número de Vereadores que foi feito por Resolução teve de ser modificado. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que não existe nenhum documento do Tribunal de Contas exigindo a elaboração da Lei sobre a matéria. O Sr. Carlos Bruno esclareceu que participou da última inspeção do TCE nesta Casa Legislativa e a técnica do Tribunal disse que até o ano passado a análise era realizada de forma diferente, esclarecendo que a Resolução sobre a remuneração deveria ser substituída por uma Lei e informando que no ano que vem será realizada uma nova fiscalização sobre este assunto. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que o Tribunal deveria encaminhar um ofício com estas orientações. O Vereador Hugo Fernandes disse que a isonomia realmente deveria ser concedida apenas funções proveniente de concurso. O Sr. Carlos Bruno disse que a técnica do Tribunal forneceu algumas informações se antecipando ao relatório que será encaminhado posteriormente. Por fim, o Sr. Humberto Toscano esclareceu que o TCE não responde consulta sobre casos concretos, apenas sobre casos hipotéticos, impossibilitando uma consulta sobre a presente situação. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes convidou o Dr. Maurício Monteiro para utilizar a palavra. O Dr. Maurício Monteiro disse que o Município de Laje do Muriaé recebeu diversos leitos médicos novos e seminovos, entretanto não irá utilizar todos, dessa maneira, os Vereadores poderiam para fazer uma visita à Laje solicitando que fosse encaminhado alguns destes leitos ao

Município de Miracema. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 16/06/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de prestar uma homenagem às Mães pelo seu dia, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Eclesiástico, Capítulo 03, Versículo 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Telegramas NºRef: 004390/MS/SE/FNS, 004391/MS/SE/FNS, do Fundo Nacional de Saúde – Ministério

da Saúde; 02) Ofício COMMAM nº 025/2014 respondendo ofícios nº. 200/2014 e 201/2014; 03) Ofício nº 130/2014 da Procuradoria Geral do Município encaminhando cópia do Decreto Municipal nº 030 de 2014 que Prorroga os Mandatos dos Conselheiros Tutelares em Caráter de Urgência e dá Outras Procidências; 04) Ofício nº 233 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei Complementar nº 026/2014; 05) Ofício PMM/GAB nº 28/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 028/2014; 06) Ofício PMM/GAB nº 221/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 029/2014; 07) Ofício PMM/GAB nº 219/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 027/2014; 08) Ofício PMM/GAB nº 222/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 30/2014; 09) Ofício PMM/GAB nº 225/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 033/2014; 10) Ofício PMM/GAB nº 226/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 034/2014; 11) Ofício PMM/GAB nº 228/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 036/2014; 12) Ofício PMM/GAB nº 227/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 035/2014; 13) Ofício PMM/GAB nº 229/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 037/2014; 14) Ofício PMM/GAB nº 230/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 038/2014; 15) Ofício PMM/GAB nº 224/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 032/2014; 16) Ofício PMM/GAB nº 223/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 031/2014. Continuando, o Sr. Presidente, após cumprimentar todos os presentes, informou que o objetivo principal da reunião era prestar uma homenagem às mães miracemenses em comemoração ao Dia das Mães. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes disse que nós estamos reunidos com a graça de Deus, para mais uma vez prestarmos uma homenagem às mães pelo seu dia. Hoje é um dia de grande importância para nós, pois a Câmara Municipal de Miracema se sente honrada em prestar estas homenagens às mães, aqui hoje representadas por vocês. Todos nós sabemos o real significado da mãe, na condução do seu lar, na educação de seus filhos e na coparticipação junto com seu esposo ou companheiro, no sustento de suas famílias. A mãe, mulher incomparável, desempenha um papel fundamental no

alicerce e formação das futuras gerações, não só pelo poder de gerar filho, como também pela capacidade de conduzir sua educação através de seu exemplo seu carinho e sua dedicação. Parabéns a todas as mães. A seguir o Sr. Presidente deu início à entrega dos Diplomas de MÃE DO ANO, as ilustres homenageadas. **01)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Ilka Senra Derossi Vaz. **02)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Caridade Alves Ferreira. **03)** O Sr. Presidente convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Margarida da Silva Nepomuceno. **04)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Carlos Magno da Silva Peres para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Maria de Fátima Oliveira. **05)** O Sr. Presidente convidou o Vereador João Siqueira Magalhães para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Nair Mercante Richard. **06)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Maria Bendito Cavalcanti. **07)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Fabrício de Sá Xavier para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Maria Angélica Franco Moreira de Oliveira. **08)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Gideão Duarte Gonçalves para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Marte Corrêa Bruno. **09)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Gilson Teixeira Sales para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Ana Maria de Lima Lopes. **10)** O Sr. Presidente convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Maria José de Almeida Casemiro. **11)** O Sr. Presidente convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, Vice-Presidente para ocupar a Presidência, enquanto faria a entrega do Diploma de Mãe do Ano à Sra. Marlene Rodrigues Tostes Botelho. **12)** O Sr. Presidente convidou o Presidente e os Representantes da FAMIRA, para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Jussandra Rodrigues de Oliveira. Concluindo, o Vereador Hugo Fernandes fez a Leitura da seguinte mensagem: "Falar das mães é falar de Deus, pois no coração delas está o verdadeiro amor. Amor que poderia até ser usado como exemplo, amor que se dá sem pedir recompensa. Sem cobrança, sem distinção, sem egoísmo e até sem medir distância, nunca deixa de ser amor. Sua luta no dia a dia a faz uma mulher madura, competente,

que sabe o que quer para sua vida. Sexo frágil sim. Mas acomodada não. Cada dia mais preparada, mas consciente de que o mundo foi feito para ambos os sexos e faz de tudo para que seus direitos e seus ideais sejam respeitados. Com coragem e persistência luta a cada dia para ajudar na felicidade da família. Parabéns mamãe pela passagem do teu dia". Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 15/05/2014, às 19 horas. Convidou também os presentes, para um coquetel que seria servido em seguida, no recinto, em comemoração ao Dia das Mães. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 15 de maio de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e oitenta e oito da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, Carlos Magno da Silva Peres, Paulo Sérgio de Azevedo, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores José Augusto Martins e Aimoré da Silva Almeida. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 45, Versículos de 01 à 03. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 09 de setembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Declaração da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Gabinete do Deputado Dr. Deodalto; 02) Declaração da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Gabinete do Deputado Dr. Deodalto; 03) Convite da Secretaria Municipal de Assistência Social para a XI Conferência Democrática Municipal de Assistência Social; 04) Ofício nº 201/2019/ADM da Secretaria Municipal de Administração respondendo os ofícios nº 042/2019 e 0382/2019. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou a inversão da pauta, com o objetivo de que a ordem do dia seja realizada antes dos requerimentos, o que foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: O Vereador Hugo Fernandes solicitou que os dois projetos de lei fossem votados em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. **01)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que, com esse crédito adicional, serão adquiridos

uma Van, um carro baixo e materiais de uso permanente pra Casa Lar. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.844, de 12 de setembro de 2019. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, na forma do art. 41, inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - Casa Lar de Miracema, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 03.12 - Fundo Municipal de Assistência Social. Função: 08 - Assistência Social. Subfunção: 244 – Assistência Comunitária. Programa: 0036 – Prot.Social Sit. Vulnerabilidade. Ação: 2.257 - Manutenção das Atividades Serviços de Proteção Social Especial. Produto: Manutenção Realizada. Metas Físicas: S/M. Valor: R$ 318.852,73 (trezentos e dezoito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos). Art. 2° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Suplementar advirá da Emenda Parlamentar nº 2778005, firmado entre Ministério da Cidadania e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 318.852,73 (trezentos e dezoito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos), em conformidade com o disposto no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, e conforme demonstrado no art 1º desta Lei. Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - O presente Programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e á Lei Orçamentária Anual. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que, com esse crédito adicional, serão adquiridos um carro baixo e materiais de uso permanente pro CREAS. Em primeira e única votação o

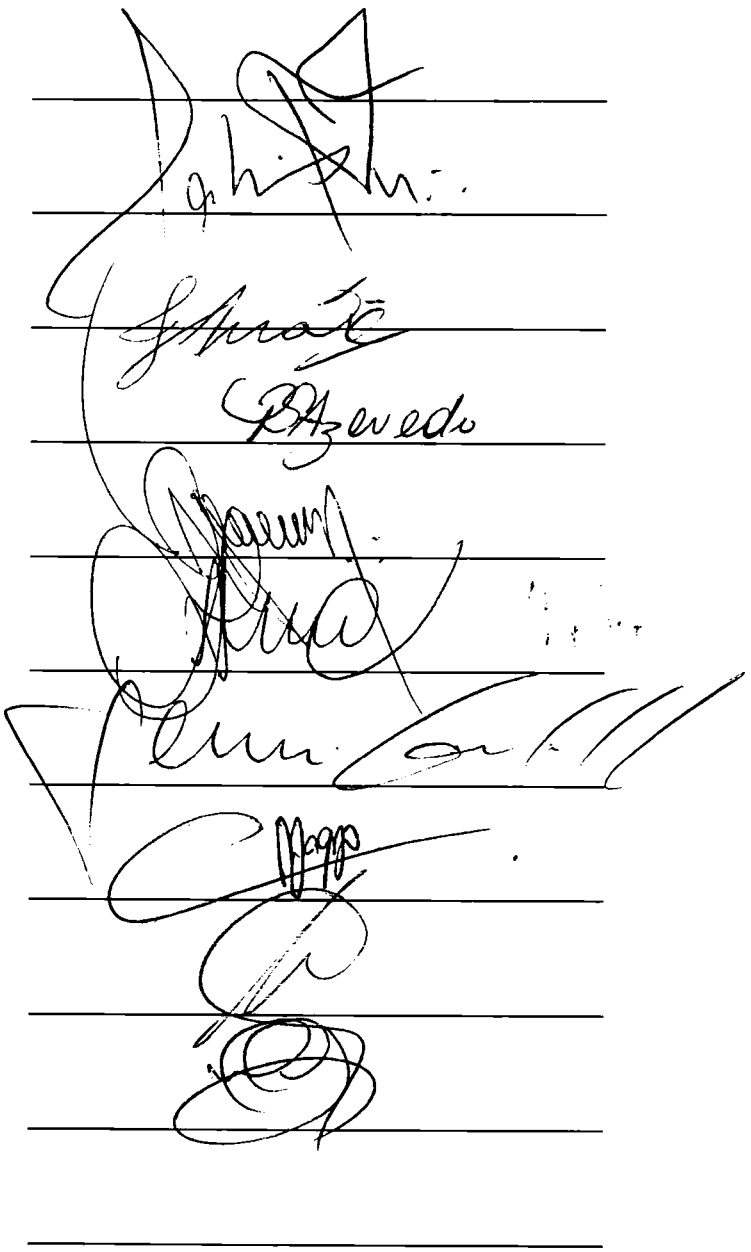
Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.845, de 12 de setembro de 2019. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, na forma do art. 41, inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - CREAS, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 03.12 - Fundo Municipal de Assistência Social. Função: 08 - Assistência Social. Subfunção: 244 – Assistência Comunitária. Programa: 0036 – Prot.Social Sit. Vulnerabilidade. Ação: 2.257 - Manutenção das Atividades Serviços de Proteção Social Especial. Produto: Manutenção Realizada. Metas Físicas: S/M. Valor: R$ 81.147,27 (oitenta e um mil, cento e quarenta e sete reais e vinte e sete centavos). Art. 2° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Suplementar advirá da Emenda Parlamentar nº 2778005, firmado entre Ministério da Cidadania e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 81.147,27 (oitenta e um mil, cento e quarenta e sete reais e vinte e sete centavos), em conformidade com o disposto no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, e conforme demonstrado no art 1º desta Lei. Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - O presente Programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que tem observado a votação de vários créditos adicionais com emendas parlamentares para a aquisição de vários equipamentos. Entretanto fica muito triste com a situação das pessoas que ficam esperando para serem atendidas no Posto de Saúde, pois o local de espera está muito quente, sendo que fez um pedido de

climatização do corredor em dezembro do ano passado e não foi atendida. Esclareceu que também fez um requerimento solicitando que fossem fornecidos antibiótico, analgésico e anti-inflamatórios aos finais de semana na Farmácia do Pronto Socorro de Miracema, pois muitas pessoas não possuem condições financeiras de comprar os remédios. Assim, fica muito triste com essas situações, sendo que as emendas parlamentares que conseguiu para o Município de Miracema também não apareceram, pois tinha conseguido um arco cirúrgico e uma ambulância que não apareceram. Por fim, disse que é desumano algumas situações que tem ocorrido no governo. 01) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Reiteração do ofício nº 1169/2018 - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja fornecido antibiótico, analgésico e anti-inflamatórios aos finais de semana na Farmácia do Pronto Socorro de Miracema, tendo em vista que muitos não possuem condições para arcar com tais remédios após o atendimento. Deferido. 02) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Reiteração do ofício nº 0138/2019 - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam realizadas melhorias no local de espera para atendimento das pessoas que frequentam o Posto de Saúde Irineu Sodré, tendo em vista que o referido local é muito quente, pois alguns ares-condicionados jogam o vapor quente no corredor. Dessa forma, esclarecemos que seria importante a instalação de ar-condicionado para beneficiar as pessoas que ficam aguardando atendimento. Deferido. 03) Vereador Genessi Rodrigues da Silva, em conjunto com o Vereador Fabrício de Sá Xavier, solicitou uma Moção de Aplausos para a Comissão de Mães dos Bombeiros Mirins de Miracema, a parabenizando pelo excelente trabalho que ela vem realizando no Município. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja instalada uma cobertura no ponto de ônibus, localizado na Praça dos Boêmios. Deferido. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o conserto da grade de um bueiro localizado no Bairro Vale do Cedro, próximo ao açude, tendo em vista que o local está gerando grande risco para a população. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva

- À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão em toda a iluminação pública do distrito de Paraíso do Tobias, em especial em frente à residência do Sr. Pascoto e em toda a referida rua, tendo em vista que a mencionada rua está muito escuro. Deferido. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Deputado Renato Cozzolino - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de inserir uma Academia Popular da Terceira Idade, no Orçamento de 2020, para o Município de Miracema. Solicitamos, ainda que seja viabilizada massa asfáltica para atender os bairros do Município de Miracema, pois as ruas estão numa situação muito ruim. Aprovado. 08) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À Secretaria Municipal de Licitação - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa qual o andamento dos trâmites para a aquisição de um castra móvel para o Município de Miracema. Deferido. 09) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços para ser solucionado os problemas com os cachorros de rua no Município de Miracema, tendo em vista que a cidade se encontra com muitos animais soltos pelas ruas. Deferido. 10) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, em conjunto com o Vereador Hugo Fernandes, solicitou uma Moção de Aplausos para o Sr. João Frauches, o parabenizando por ser um empresário de Miracema bastante participativo nos eventos do Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 11) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Aplausos para o Prefeito Municipal de Duque de Caxias, Sr. Prefeito Whashington Reis de Oliveira, e toda sua equipe os parabenizando pelo excelente trabalho que eles vem realizando no Município, principalmente na Área da Saúde. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja retornado com os policiais militares para o P.U. de Miracema, tendo em vista que a presença da polícia oferece uma segurança maior para os usuários do Posto de Urgência. Deferido. 13) Vereador Hugo Fernandes, em conjunto com os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres e Genessi Rodrigues da Silva, solicitou uma Moção de Agradecimento para o Deputado Rodrigo Bacellar, por ter

intercedido na doação de um veículo da Polícia Rodoviária Federal para o Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 14) Vereador Hugo Fernandes, em conjunto com os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres e Genessi Rodrigues da Silva, solicitou uma Moção de Agradecimento para o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, por ter realizado a doação de um veículo da Polícia Rodoviária Federal para o Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 15) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, Sr. Agnaldo Lanes - Solicitação no sentido de que seja informada a esta Casa Legislativa qual a posição do Sindicato ou se há algo que impeça ou não uma possível unificação de regime da Prefeitura, visando extinguir o regime celetista passando a estatutário. Insta salientar que tal opinião se baseia na possível vontade da maioria dos Servidores da antiga ÚTIL. 16) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, Sr. Agnaldo Lanes - Solicitação no sentido de que seja informada a esta Casa Legislativa se os Servidores da extinta UTIL possuem Plano de Cargos e Salários vigente e atualizado com os direitos sendo cumpridos por parte do Executivo. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que esteve conversando com o Prefeito hoje de tarde e lhe disse que os Vereadores estão deixando de trabalhar para corrigir alguns serviços mal feitos das Secretarias. Destacou que também conversou sobre algumas solicitações, especialmente em relação à periculosidade dos Guardas Municipais, pois sabe que estamos passando por uma situação financeira difícil, assim pediu para que seja inserida uma rubrica no Orçamento para o ano de 2020, aumentando o percentual da periculosidade de 30% para 50%. Disse, ainda, que solicitou a regularização da carga horária das cozinheiras vinculadas à Secretaria de Assistência Social, assim as referidas cozinhas passarão a trabalhar seis horas por dia. Por fim, acrescentou que vai fazer um Projeto de Lei em forma de indicação, pedindo para que as enfermeiras retornem, por lei, para a carga horário de 30 (trinta) horas semanais, destacando que essas demandas vão ser de suma importância para atendermos as necessidades dos servidores públicos do Município Miracema. Agradecendo a

presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 16/09/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 12 de setembro de 2019.



Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número setenta e dois, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Alexandre Barbosa Machado**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Coronel Pedro Bastos, nº 614, Distrito de Venda das Flores, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Isaías, Capítulo 51, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte

correspondência: 01) Comunicados da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização informando os Recursos do Orçamento da União Empenhados ao Município de Miracema. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 02) Ofício da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando cópia do Relatório Financeiro da Gestão de 2013; 03) Agradecimentos da Sra. Marta Corrêa Bruno pela Sessão Comemorativa realizada em 06/02/2014 por ocasião da Inauguração do Memorial Adumont Duarte Monteiro; 04) Telegramas NºRef: 015902/MS/SE/FNS, 011526/MS/SE/FNS, 002739/MS/SE/FNS e 002660/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde; 05) Ofício DER-RJ/GAB nº 035/2014 do Departamento de Estradas e Rodagem respondendo ofício nº 1079/2013. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício nº 21/2014 da CAPPS/CAMEDS encaminhando informações sobre o débito do Município com a CAPPS referente ao mês de janeiro/2014. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que um cópia deste ofício fosse encaminhada ao Sr. Prefeito Municipal. Deferido; 08) Ofício nº PMM/GAB nº 026/2014 encaminhando o Projeto de Lei nº 003/2014, corrigindo o Projeto anteriormente encaminhado. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 09) Ofício Casa Civil nº 193/2014 da Secretaria de Estado da Casa Civil respondendo ofício nº 0747/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício. 10) Ofício / CODIN / PTMCG / nº 0721/2014 do Ministério Público do Trabalho de Campos dos Goytacazes respondendo ofício nº 0951/2013. Os Vereadores Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, Gideão Duarte Gonçalves, Genessi Rodrigues da Silva e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 11) Ofício PMM/SEFAZ nº 015/2014 da Secretaria Municipal de Fazenda respondendo ofício nº 0905/2013. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Alexandre Barbosa Machado - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a pavimentação da continuidade da Rua Dirceu Braga Bastos até a última residência,

tendo em vista que acarretará uma melhor mobilidade e beneficiará mais de 10 (dez) famílias. Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma limpeza no Ribeirão Santo Antônio, tendo em vista que estamos nos aproximando dos períodos de chuva. Deferido. 03) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Ministro da Pesca, Sr. Marcelo Crivela - Solicitação no sentido de que seja doado para o Município de Miracema uma Máquina que realiza a poda de árvores (já feito pelo Carlos Magno). Aprovado. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Ministro da Saúde, Sr. Arthur Chioro - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam indicados 02 (dois) médicos, do Programa Mais Médicos, para realizarem atendimentos no Município de Miracema, tendo em vista a carência de profissionais na área da saúde do Município. Ressaltamos que o Município de Laje do Muriaé foi contemplado com a indicação de um médico do referido programa. Aprovado. 05) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada, através da Secretaria Municipal de Agricultura, a colocação de 07 (sete) manilhas de 80', atravessando a estrada do Batatal, próximo à casa do Sr. Fábio, bem como realizar um levantamento da referida de aproximadamente 100m de extensão. Por fim, também solicito a instalação de um dreno (vala) paralela ao referido trecho, tendo em vista que em dias de chuva as águas das várzeas estão passando sobre a estrada e impossibilitando a passagem de veículos. Esclarecemos que tal solicitação é pedido dos moradores do local, especialmente a Sra. Rosangela Machado. Deferido. 06) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a instalação de braços com luminárias, no trecho localizado entre a Escola Municipal Solange do Amaral Torres até a entrada da localidade conhecida como Fazenda Batatal (RJ 200) e, se possível, até o trevo do cruzamento da entrada do biongo com a ventania. Na oportunidade informamos que a iluminação será de grande importância para a comunidade em geral, não só no aspecto de oportunizar mais um local para caminhar, como no Segurança do local. Ressaltamos que tal solicitação foi motivada por várias pessoas, dentre elas a Sra. Rosangela Machado e o Sr.

Joelson da Godan. Deferido. 07) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Gerente da Caixa Econômica, Sr. Cleber de Oliveira Bravo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalado um posto do "Caixa Aqui" no Bairro Hospital de Miracema, na Mercearia Alice Maria Fernandes dos Santos-ME, localizada na Rua Melchíades Picanço, nº 798, a fim de proporcionar aos moradores do referido bairro mais conforto e comodidade para que possam receber seus proventos e efetuarem pagamentos diversos sem precisarem dirigir-se ao centro do Município. Aprovado. 08) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Educação, no sentido de que envide esforços a fim de seja instalados aparelhos de ar condicionado nas Escolas Municipais, uma vez que com o passar dos tempos o calor vem se tornando insuportável causando grande desconforto para os alunos e professores. Destacamos que todos os trâmites legais devem ser observados durante a aquisição dos parelhos, tais como licitação e outros. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que na área de saúde ainda não é possível substituir a mão de obra humana, entretanto por mais que a assistência de saúde seja prestada de maneira suficiente a população acaba ficando insatisfeita, pois sempre falta alguma coisa. Acrescentou que com o passar do tempo e pela organização apresentada pelo governo acabaram sendo criadas três classes de médicos, os federais, estaduais e municipais. Desta maneira, estas classes acabaram recebendo salários diferentes, assim em um mesmo local poderiam estar trabalhando três médicos recebendo salários bem diferentes. Por esta razão os médicos estaduais e municipais ficaram desestimulados de trabalhar. Por fim, disse que os Deputados precisam votar a Emenda que aumenta o valor da verba destinada para a área da saúde, pois além de médicos também são necessários toda uma equipe e diversos equipamentos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que em todas as áreas existem divergências entre os salários dos profissionais, sendo que a desigualdade de valores existentes é muito grande. Concluindo, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou que fosse encaminhado um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que envide esforços a fim

de que o Projeto de Lei que reajusta os salários do funcionalismo público miracemense seja encaminhado para esta Casa Legislativa o mais breve possível. Deferido. Por fim, disse que é preciso rever alguns aumentos que ocorreram por causa do Código Tributário. O Vereador Alexandre Barbosa Machado esclareceu que é mui importante que os Vereadores lutem para auxiliar a APAE, pois o trabalho deles é de grande importância para a comunidade. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres parabenizou a Empresa Viação Santo Antônio pela reformulação em seus veículos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que o Governo Federal está contratando médicos do exército para suprir as deficiências da área de saúde. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está triste ao perceber o valor da dívida com a CAPPS/CAMEDS referente à este ano, sendo que os políticos de Miracema deveriam se unir em benefício de Miracema. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que no caso de for constatada a quantidade de 50% (cinquenta por cento) mais um de votos nulos e brancos, as eleições ficam anuladas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que antigamente a situação da saúde no Município de Miracema era ruim demais, sendo que havia constatado a existência de diversos problemas nos PSF's Miracemenses. Dessa maneira, conversou com o Sr. Prefeito para que fossem realizadas as devidas reformas, entretanto a Prefeitura não possuía a verba necessária. Continuando, acrescentou que conversou com o Deputado Áureo, com quem nunca havia conversado, com isso o Deputado se prontificou a auxiliar o Município e fez uma emenda de aproximadamente um milhão de reais para que fosse construída uma quadra poliesportiva e para reformar os PSF's, e as reformas foram iniciadas e estão sendo concluídas no atual governo. Por fim, disse que possui uma reunião agendada para o dia 24 deste mês com o Senador Eduardo Lopes para tratar de um Projeto sobre a Piscicultura Social que será realizado em prol do Município de Miracema, assim não poderá estar presente na sessão. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves informou que realizou seus estudos sobre o Projeto de Lei que regulamenta os táxis e concordou com as emendas já apresentadas pelo Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes informou que suas emendas foram realizadas de acordo com o desejo dos taxistas.

O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que recebeu um espelho dos valores de IPTU's que serão cobrados este ano, sendo que o aumento foi realizado de acordo com o previsto, aproximadamente 10% (dez por cento) para residências e 20% (vinte por cento) para os imóveis comerciários. Destacou que a isenção de IPTU será realizada regularmente, sendo que o Código Tributário também abrange a isenção dos aposentados. Informou que quando ocorreu a alteração da Empresa responsável pelo lançamento dos IPTU's aconteceu do sistema ser reiniciado e as isenções não foram lançadas, por isso algumas pessoas isentas do imposto poderão ser cobradas, mas deverão comparecer a Prefeitura para regularizar sua situação. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que todos os IPTU's isentos que já estão sendo cobrados judicialmente dificilmente poderão ser renunciados, acreditando, ainda, que a Presidente do Setor de Dívida Ativa não vai abrir mão de receber as custas judiciais. Acrescentou que é preciso orientar a população para quitar a dívida em tramitação judicial para que depois seja concedida uma nova isenção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que possui notícias de que esta situação se resolverá da melhor maneira possível para os contribuintes. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que as discussões dos Vereadores sobre o Código Tributário estão atendendo as necessidades da população. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que todos os Vereadores tiveram a oportunidade de apresentar suas emendas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a receita própria do Município é muito pequena, não chegando a 4% (quatro por cento) do valor total que é recebido pela Prefeitura, assim a discussão que está acontecendo acaba gerando um desgaste político muito grande, em troca de um valor muito pequeno. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que o Sr. Otorino estava realizando uns exames pré-operatórios, por isso estava com uma sonda e ela acabou sangrando. Por causa do sangramento o Sr. Otorino foi encaminhado para um médico e precisou ser realizada uma cirurgia com urgência naquele momento em uma clínica particular, sendo que a família não tinha condições de arcas com os custos da cirurgia. Dessa maneira, vai levar este caso ao conhecimento do Secretário de Saúde para tentar auxiliar a família de alguma maneira. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que

recebeu um documento do Gabinete do Deputado Glauber Braga, onde consta que o Deputado destinará uma verba no valor de quinhentos mil reais para a realização da construção de uma quadra de esportes, sendo que Deputado Miro Teixeira também vai destinar uma verba no valor de quinhentos mil reais para a área da saúde. Acrescentou que está lhe causando muita estranheza o fato de que um advogado, representante do CONANDA, vem dizendo que uma Resolução do CONANDA pode se sobrepor a Lei Municipal. Continuando dizendo que acredita que não é possível uma Resolução se sobrepor a uma Lei Municipal. Esclareceu que algumas estão dizendo que a Lei está toda errada, entretanto ela foi encaminhada pelo Prefeito Municipal com a concordância dos Conselheiros, sendo que tanto o CONANDA quanto a Promotoria encaminharam pareceres opinativos, sendo que a Legislação Federal fala que os Municípios devem se adequar e não define diretamente o assunto. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a Lei era focada no aumento de salário e na prorrogação de mandato, porém no momento só está sendo mencionada a prorrogação de mandato, acreditando que as Leis são feitas para serem cumpridas. O Vereador Hugo Fernandes disse que será encaminhado um ofício pedindo informações sobre as eleições, pois nem o CMDCA possui a autonomia para descumprir uma Lei Municipal. Com isso, dependendo da resposta, poderá ingressar com uma Ação na Promotoria pelo descumprimento de uma Lei Municipal. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que seria importante a presença de todos os Vereadores na votação da prestação de contas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que entende a situação, entretanto seu compromisso já estava anteriormente agendado, acrescentando que caso seja alterado o dia da votação das contas ele estará presente. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que poderá transferir a votação para o dia 27 de fevereiro, assim pede a colaboração de todos os Vereadores para não marcarem nenhum compromisso para este dia. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 17/02/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de

Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Miracema da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 18, Versículos de 01 à 03. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício Presidência/Jurídico nº 039/2014 da CAPPS prestando informações sobre a Dívida do Município de Miracema; 02) Ofício nº 152/2014 do Conselho Tutelar de Miracema encaminhando as

Estatísticas de Atendimento do Conselho referente aos meses de fevereiro e março de 2014. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 12 (doze) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.497, de 13 de meio de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Implantação de Sinalização Viária, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.08 - Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Urbanos; Função: 26 – Transporte; Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário; Programa: 0243 – Controle e Segurança do Trânsito; Ação: 2.237 - Manutenção da Sinalização Viária; Produto: Manutenção Efetuada; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 563.360,80 (quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e sessenta reais e oitenta centavos); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Urbanos, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, advém do Convênio entre a Secretaria de Estado de Obras - Somando Forças e a Prefeitura Municipal de Miracema - RJ, em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.498, de 13 de meio de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e

eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Aquisição de Retroescavadeira para a Piscicultura, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.09 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário; Função: 20 – Agricultura; Subfunção: 122 – Administração Geral; Programa: 0212– Reeq. Manut.Oper. Sec.Mun.Desenvolvimento Agropecuário; Ação: 1.181 - Aquisição de Retroescavadeira; Produto: Aquisição Efetuada; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, advém do Convênio entre a Secretaria de Estado de Obras - Somando Forças e a Prefeitura Municipal de Miracema - RJ, em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.499, de 13 de meio de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Construção e/ou Remodelação de Sistema de Esgotamento Sanitário, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.07 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; Função: 17 – Saneamento; Subfunção:

512 – Saneamento Básico Urbano; Programa: 0218– Execução de Obras Públicas - Sec Mun Obras e Urbanismo; Ação: 1.019 - Construção e/ou Remodelação de Sistema de Esgotamento Sanitário; Produto: Construção Concluída; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 31.384.488,59 (trinta e um milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos); Art. 2º - A Fonte de Recursos para o referido Credito Adicional advirá da Proposta de Convênio Nº 0497/2014, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e a Prefeitura Municipal de Miracema - RJ, sendo o repasse no valor de R$ 24.347.988,87 (vinte e quatro milhões, trezentos e quarenta e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e oitenta e sete centavos), em conformidade com o disposto no artigo art.43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo a Contrapartida do Município no Valor de R$ 7.036.499,72 (sete milhões, trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos), perfazendo um total de R$ 31.384.488,59 (trinta e um milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) conforme demonstrado no art. 1º desta Lei. Art. 3° - Os recursos para atender ao Credito Adicional Suplementar classificado no art.2º referente à Contrapartida do Município, no valor de R$ 7.036.499,72 (sete milhões, trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos), ocorrerão à conta de anulação parcial de dotação orçamentária de acordo com o art.43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.500, de 13 de meio de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n°

4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Reforma do Estádio Municipal Francisco Chacour, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.06 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Função: 27 - Desporto e Lazer; Subfunção: 813 – Lazer; Programa: 0241– Praças e Parques Recreativos e Desportivos; Ação: 1.180 - Reforma dos Estádios Municipais; Produto: Construção e Reforma Concluída; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 306.006,67 (trezentos e seis mil, seis reais e sessenta e sete centavos); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, advém do Convênio entre a Secretaria de Estado de Obras - Somando Forças e a Prefeitura Municipal de Miracema - RJ, em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **05)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.501, de 13 de meio de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Reforma da Praça Salim Damian, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.07 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; Função: 15 – Urbanismo; Subfunção: 452 – Serviços Urbanos; Programa: 0218– Execução de Obras Públicas - Sec Mun.Obras e Urbanismo; Ação: 1.178 - Construção e Reforma de Praças e Jardins; Produto: Construção e Reforma Concluída; Metas Físicas: 01 unidade; Valor:

R$ 517.261,47 (quinhentos e dezessete mil, duzentos e sessenta e um reais e quarenta e sete centavos); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, advém do Convênio com a Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão - SEPLAG e a Prefeitura Municipal de Miracema - RJ, em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **06)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.502, de 13 de meio de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Reforma da Praça da CEHAB, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.07 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; Função: 15 – Urbanismo; Subfunção: 452 – Serviços Urbanos; Programa: 0218– Execução de Obras Públicas - Sec Mun.Obras e Urbanismo; Ação: 1.178 - Construção e Reforma de Praças e Jardins; Produto: Construção e Reforma Concluída; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 585.586,50 (quinhentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, advém do Convênio com a Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão - SEPLAG e a Prefeitura Municipal

de Miracema - RJ, em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **07)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.503, de 13 de meio de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Construção de Quadra Poliesportiva no Bairro Jove, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.06 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Função: 27 - Desporto e Lazer; Subfunção: 812 – Desporto Comunitário; Programa: 0241– Praças e Parques Recreativos e Desportivos; Ação: 1.159 - Construção de Quadras Poliesportivas; Produto: Construção e Reforma Concluída; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 223.169,89 (duzentos e vinte e três mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, advém do Convênio entre a Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão - SEPLAG e a Prefeitura Municipal de Miracema - RJ, em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei

de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **08)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.504, de 13 de meio de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Reforma da Igreja Matriz, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.07 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; Função: 15 – Urbanismo; Subfunção: 451 – Infra-Estrutura Urbana; Programa: 0218– Execução de Obras Públicas - Sec Mun.Obras e Urbanismo; Ação: 1.177 - Reforma da Igreja Matriz; Produto: Construção e Reforma Concluída; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 675.270,22 (seiscentos e setenta e cinco mil, duzentos e setenta reais e vinte e dois centavos); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, advém do Convênio entre a Secretaria de Estado de Obras - Somando Forças e a Prefeitura Municipal de Miracema - RJ, em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **09)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.505, de 13 de meio de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso

de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Construção da Praça Esportiva no Bairro Vila Nova, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.06 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Função: 27 - Desporto e Lazer; Subfunção: 813 – Lazer; Programa: 0241– Praças e Parques Recreativos e Desportivos; Ação: 1.176 - Construção e Reforma de Praças e Parques Recreativos e Desportivos; Produto: Construção e Reforma Concluída; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 851.382,02 (oitocentos e cinquenta e um mil reais, trezentos e oitenta e dois reais e dois centavos). Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, advém do Convênio entre a Secretaria de Estado de Obras - Somando Forças e a Prefeitura Municipal de Miracema - RJ, em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **10)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.506, de 13 de meio de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Aquisição de 02 ônibus Escolares, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.06 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Função: 12 –

Educação; Subfunção: 361 – Ensino Fundamental; Programa: 0191– Transporte Escolar aos Alunos do Município; Ação: 1.174 - Aquisição de Veículos Escolares; Produto: Veículos Adquiridos; Metas Físicas: 02 unidade; Valor: R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, advém do Convênio entre a Secretaria de Estado de Obras - Somando Forças e a Prefeitura Municipal de Miracema - RJ, em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **11)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.507, de 13 de meio de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Reforma do Cemitério Municipal, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.03 - Secretaria Municipal de Administração; Função: 04 - Administração Geral; Subfunção: 122 – Administração Geral; Programa: 0242– Serviços Funerários; Ação: 1.179 - Reforma do Cemitério Municipal; Produto: Construção e Reforma Concluída; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 537.762,00 (quinhentos e trinta e sete mil, setecentos e sessenta e dois reais); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Administração, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, advém do

Convênio com a Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão - SEPLAG e a Prefeitura Municipal de Miracema - RJ, em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **12)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.508, de 13 de meio de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Reforma do Estádio Municipal Luiz Fernando Linhares, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.06 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Função: 27 - Desporto e Lazer; Subfunção: 813 – Lazer; Programa: 0241– Praças e Parques Recreativos e Desportivos; Ação: 1.180 - Reforma dos Estádios Municipais; Produto: Construção e Reforma Concluída; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 810.960,24 (oitocentos e dez mil, novecentos e sessenta reais e vinte e quatro centavos); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, advém do Convênio entre a Secretaria de Estado de Obras - Somando Forças e a Prefeitura Municipal de Miracema - RJ, em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato

aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou Moção de Pesar para a Sra. Magda Vaz e demais familiares pelo falecimento da Sra. Maria Amélia Duarte Vaz. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 15/05/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 15 de maio de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e sessenta e sete da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 22, Versículos de 01 à 04. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 09 de maio de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Balancete referente ao mês de Março de 2019 da Câmara Municipal de Miracema; 02) Ofício nº 038/2019 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ; 03) Ofício nº 05/2019 da Secretaria Municipal de Fazenda; 04) Convite para a II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; 05) Ofício nº 099/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 012/2019; 06) Projeto de Lei que dá nome de João de Oliveira a uma via da cidade, de autoria do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo; 07) Projeto de Lei que dá nome de Jair de Almeida Cordeiro a uma via pública da cidade, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier; 08) Projeto de Lei que dá o nome de Marcio Antônio Tadeu Antunes ao Parque Ecológico localizado atrás do Hospital de Miracema, de autoria da Vereadora Maria Alessandra Leite Freire. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos ao Cabo-AV Lucas Pereira Moreira do Comando de Força Aeronaval da Marinha do Brasil com a seguinte redação: O Cabo-AV Lucas Pereira Moreira é do Grupo da CIAAN do esq. HS-1, que por seu empenho junto a

Marinha do Brasil, trouxe seus colegas de farda, para abrilhantar o festejo e o Desfile do Dia 1º de Maio, divulgando as Forças Armadas, notadamente a Marinha do Brasil, através de folhetos e banners, esclarecendo o modo de ingresso nas Forças Armadas, seja por concurso ou pelo serviço militar obrigatório, expandindo as informações de quais as missões a Marinha trabalha no dia a dia, buscando passar uma mensagem de otimismo sobre o país e o quanto vale a pena seguir a carreira militar para contribuir com a segurança nacional. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para o Comando da Força Aeronaval da Marinha do Brasil (MB) com a seguinte redação: O grupo Representativo da Marinha do Brasil, formado por militares da CIAAN e do ESQHS-1, por participar e abrilhantar o Desfile Cívico do Dia 1º de Maio, e ainda pela divulgação da Marinha do Brasil, através de folhetos e banners, com os militares devidamente uniformizados, esclarecendo à população local a forma de ingresso nas forças armadas, seja por meio de concurso, seja pelo serviço militar obrigatório. Esclareceram, ainda, as missões da MB no dia-a-dia, passando uma mensagem de otimismo sobre o futuro do País e o quanto vale a pena seguir a carreira militar, a fim de contribuir para a soberania nacional. Nas dependências do Lions Club da Cidade, os Militares realizaram cortes de cabelo gratuitos as crianças carentes e distribuíram doces para as mesmas, posaram pacientemente para fotos e responderam às mais variadas perguntas, desmistificando um pouco a ideia de que o militarismo nunca poderia ser alcançado por eles. Por fim além do jogo beneficente de futebol em que o Time da Marinha venceu a Seleção Miracemense pelo placar de 3x1, os militares ao tomarem conhecimento que ocorreria um torneio de futebol entre crianças do Projeto Pequenos Craques, adquiriram e doaram o troféu e as medalhas para a premiação do torneio, bem como deram uma bola oficial de futebol como presente para o referido projeto. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a coleta de lixo e a passagem do carro fumacê na Rua Projetada, no Morro da Pedrada, uma vez que há várias semanas que tais serviços não são efetuados na respectiva rua, estando o local sujo e infestado de mosquitos. Deferido. 04) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Sra. Simone Martins de Oliveira Marques, em virtude de seu falecimento. Todos os

Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para o Vereador Sinei dos Santos Menezes, Presidente da Câmara Municipal de Itaperuna, o parabenizando pela brilhante Festa apresentada na Sessão Solene em Comemoração ao aniversário do Município de Itaperuna. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 06) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para o Prefeito Municipal de Itaperuna, em exercício, Sr. Paulo Rogério Bandoli Boechat, parabenizando o Município por ter completado 130 anos. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 07) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação nos sentido de que seja solucionado o problema de empoçamento de água na ponte localizada na Rua Miguel Bruno de Martino. Esclarecemos que a realização de um simples furo na ponte os problemas devem ser resolvidos. Deferido. 08) Vereador Aimoré da Silva Almeida solicitou uma Moção de Aplausos para a artista Lucélia Soares pela brilhante participação na exposição de Itaperuna, pois foi dada a oportunidade dela subir no palco principal durante o show. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. José Barbosa, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 10) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa qual o andamento da Lei Municipal nº 1.751, de 21 de dezembro de 2017 (que dá o nome de Madalena Maria Nepomuceno de Carvalho, ao Centro de Atenção á Saúde da Mulher (CASM) de Miracema-RJ), tendo em vista que até a presente data a respectiva Lei não chegou na Câmara Municipal sancionada. Deferido. 11) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa qual o andamento da Lei Municipal nº 1.816, de 01 de abril de 2019 (que inclui o Mês de Março Lilás no calendário oficial do Município de Miracema), tendo em vista que até a presente data a respectiva Lei não chegou na Câmara Municipal sancionada. Deferido. 12) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - À Secretaria Municipal de Educação, com vista ao Diretor de Esportes - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam realizadas as devidas reformas ou manutenções no banheiro e na cozinha da Quadra de Esportes do Estádio Plínio Bastos de Barros. Deferido. 13) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares solicitou

uma Moção de Aplausos Ao Secretário Municipal de Educação e ao Diretor de Esportes, os parabenizando pelo início do Campeonato de Futebol Society no Campo do Ferradurão, que está sendo realizado entre os bairros da parte alta do Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 14) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Diretor da Fecomércio e Presidente do Sincomércio, Sr. Edmilson Ladeira - Solicitação no sentido de que seja realizada em Miracema, em parceria com a Prefeitura Municipal, mais uma etapa do Cinema na praça do SESC, bem como que seja realizado o programa "SESC na Escola". Aprovado. 15) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que sejam realizadas as seguintes ações no Município de Miracema: a) poda de árvores na Praça da CEHAB, na Creche Municipal Irene Frauches, na Praça do Centro Redentor e na Rua Antônio Mendes Linhares; b) limpeza e retirada de entulhos na Vila José de Carvalho, Vila Nova e CEHAB; c) drenagem da rede de esgotos na Rua Sebastião Braga Bastos, no Distrito de Venda das Flores. Deferido. 16) Vereador José Augusto Martins - Ao Prefeito Municipal, com vista á Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que sejam realizados os devidos reparos no parquinho localizado no Vale do Cedro, inclusive no campinho de areia, tendo em vista que o referido parque atende tanto as crianças do referido bairro, quanto as crianças dos bairros vizinhos. Deferido. 17) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentindo de que seja realizada uma ampla limpeza na Rua Laurindo Alvim Pereira, Bairro Cruzeiro (em frente ao Posto Policial). Deferido. 18) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À PREVI-Miracema - Reiteração do Ofício nº 0232/2019 - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa quem são os funcionários que estão ocupando os cargos na referida Autarquia. Aprovado. 19) Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos para a ONG AMINATURE - Amigos da Natureza Miracema/RJ, os parabenizando pelos 10 (dez) anos de Serviços prestados ao Meio Ambiente, sempre trabalhando voluntariamente em Miracema e Região. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que vai entregar essa Moção no dia 06 de junho aqui nesta Casa Legislativa, pois a AMINATURE irá utilizar a Tribuna Livre para explicar seus trabalhos. 20) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Administração - Solicitação no sentido de

que seja informado a esta Casa Legislativa qual a fundamentação legal para que o Servidor, ao requerer a Aposentadoria, tenha que gozar os períodos de férias regulamentares, licença prêmio e férias prêmio. 21) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Assistência Social - Solicitação no sentido de que seja realizado o **"Projeto Assistência Social Mais Perto de Você"**, no bairro Rodagem (próximo ao DER). 22) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa quando serão efetuados os pagamentos dos retroativos de janeiro a março, referente ao piso nacional dos profissionais do magistério. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Inscrito o Vereador Aimoré da Silva Almeida para falar sobre o ocorrido no dia 06 de maio. Com a palavra, o Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que pediu para utilizar este espaço com o objetivo de esclarecer os fatos acontecidos no dia 06 de maio, pois ele realizou a apreensão de um caminhão limpa fossa junto com a Polícia Militar, que estava cometendo crime ambiental e administração pública fez uma nota de repúdio alegando alguns fatos equivocados. Destacou que não é oposição ao Prefeito Municipal, sendo que inclusive foi eleito junto com o Prefeito quer ver ele eleito Deputado, acrescentando que a nota do site da Prefeitura dizia que seria encaminhado a esta Casa Legislativa os documentos necessários para averiguar uma possível quebra de decoro parlamentar. Esclareceu que o motorista do caminhão, conforme é possível observar no termo de depoimento, disse que o trabalho do caminhão está sendo realizado há 10 dias, sendo que por dia devem ser retirados aproximadamente 05 caminhões de resíduos, gerando aproximadamente 50 toneladas de resíduos que estão sendo jogados no solo. Informou que o motorista também disse que a arma foi sacada, mas não foi apontada para ninguém. Acrescentou que possui todos os documentos comprovando sua fala, destacando que o funcionário da prefeitura que estava sentado no banco do carona falou que do local em que ele estava, sentado no banco, não viu o Vereador Aimoré sacar a arma. Informou que em momento algum disse que o funcionário estava errado, pois tem a certeza de que ele não sabia que a Estação de Tratamento de Esgoto não está pronta, assim o erro foi da pessoa que deu a ordem para os resíduos serem jogados naquele local. Acrescentou que o Prefeito disse na rádio que ele apontou uma arma na cara do funcionário, mas isso é mentira, pois podemos observar que o próprio

funcionário disse que não viu o Vereador Aimoré sacar a arma, destacando que o funcionário estava no carona do caminhão e não o abordou, pois abordou apenas o motorista, tendo em vista que não o conhecia e ele se recusou a sair do veículo, assim utilizou a arma apenas para revistá-lo, sendo que o caminhão estava cometendo um crime, pois o esgoto estava sendo jogado direto no Ribeirão. Esclareceu que a administração pública, através do site da Prefeitura, apresentou uma Moção de Repúdio pelos fatos ocorridos, mas não mencionou nada sobre o crime ambiental, deixando a entender que um crime ambiental pode ser cometido, mas o trabalho de fiscalizar não. Mencionou que diversos munícipes leram a nota no site da Prefeitura e foram conduzidos ao erro pela administração pública, destacando que a Procuradora do Município acompanhou o depoimento dos envolvidos e em nenhum momento na Delegacia eles foram coagidos a mentir. Disse que ficou bastante triste com a maneira que os fatos foram apresentados para as pessoas e inclusive está andando de cabeça baixa na rua, pois se sente envergonhado, sendo que já conversou com o Prefeito pedindo para que a postagem fosse retirada e fosse publicada uma nota de retratação, contudo a postagem foi retirada, mas não foi publicada nenhuma retratação, dando a entender que estava completamente errado. Acrescentou que recentemente passou por uma situação problemática no PU, pois a porta de uma ambulância antiga abriu quando um paciente estava dentro e ele, ao pedir para que a ambulância fosse trocada, acabou sendo visto com maus olhos. Destacou que apenas pediu para que a situação fosse resolvida com a troca da ambulância, pois a antiga estava gerando riscos para os pacientes, mas as pessoas ficaram chateadas com ele. Mencionou, ainda, que quando estava como Presidente desta Casa Legislativa pediu uma semana a mais de prazo para a votação de um Projeto de Lei sobre a valorização dos Diretores de Escolas para que fossem corrigidas algumas situações, sendo que havia conversado com o Prefeito e com o Secretário de Educação sobre o adiamento, mas mesmo assim recebeu uma Moção de Repúdio dos interessados no Projeto nas redes sociais. Por fim, disse que jamais vai criticar e desmerecer um funcionário público que está fazendo seu trabalho, entretanto vai fiscalizar os atos dos Secretários, pois são eles que dão a ordem e induzem o funcionário ao erro. Disse que pede desculpas pelo seu desabafo e que em nenhum momento tentou denegrir a imagem da Prefeitura com postagens informando sobre a apreensão do caminhão, tendo apenas realizado seu

trabalho como Vereador e fiscalizado a situação. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Fixa a Carga Horária dos Cargos Efetivos de Técnico de Saúde Bucal e Auxiliar de Saúde Bucal e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou que o referido Projeto de Lei fosse votado em primeira e única votação, tendo em vista a importância da matéria, o que foi aprovado por unanimidade. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire acredita que é muito importante que os Vereadores pensem nos funcionários públicos, pois muitas vezes ouvimos as pessoas dizerem que os funcionários públicos não trabalham, o que é uma mentira. Disse que tem muito orgulho de ser funcionária pública municipal e está sempre a favor dos projetos que beneficiam qualquer classe de funcionalismo público. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu o Presidente da Câmara e os Vereadores que fazem parte das Comissões que confeccionaram os pareceres pela agilidade na tramitação do Projeto de Lei. Esclareceu que está lutando deste fevereiro para a concretização deste Projeto, pois constatou que os assistentes estavam trabalhando sem os dentistas, assim buscou fundamentação na Lei Federal nº 11.889/2008, que Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal - TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal - ASB e fez um ofício ao Prefeito Municipal, alegando que em face da autonomia Municipal, fundada no *caput* do artigo 18 da Constituição Federal, verifica-se que o Município tem autonomia para dispor por lei sobre as jornadas de seus servidores estatutários, desde que não ultrapasse o teto estabelecido no artigo 39, III c/c art. 7º, XIII da Lei Maior e solicitando a adequação da carga horária dos servidores municipais Técnico de Saúde Bucal e Auxiliar de Saúde Bucal para 20 horas semanais, tendo em vista a atuação dos referidos cargos e funções sempre sobre a supervisão do cirurgião-dentista, na forma do artigos 5º e 9º da Lei 11.889/2008. Ressalta-se que a carga horária prevista no último concurso para dentista era de 20 horas semanais. Informou que encaminhou este Ofício de Gabinete ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal de Saúde, ao Controle Interno e a Procuradoria, sendo que o ofício não foi respondido dentro do prazo previsto em lei, por isso, conversou pessoalmente com o Prefeito e foi feita uma reunião para que seu pedido fosse cumprido. Esclareceu que o representante do Sindicato dos Servidores também participou da reunião e ele ficou incumbido de encaminhar um

ofício para o Prefeito informando a legalidade de sua intenção. Assim encaminhou o seguinte ofício ao Sindicato: "Pelo presente, na qualidade de Vereador desta Casa Legislativa, após reunião com o Prefeito Municipal, Secretário Municipal de Saúde, Servidores da Odontologia (TSB e ASB) e o Presidente do SINDSPMM, referente a Lei Federal Nº 11.889/2008, que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal e Auxiliar em Saúde Bucal, estamos encaminhando em anexo cópia de correspondência enviada ao Chefe do Executivo Municipal, para que seja encaminhado a este Gabinete um Parecer a respeito da legalidade do pedido em questão, conforme acordado em reunião no gabinete do Prefeito Municipal no dia 25/03/2019, as 16:00 horas". Continuando, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o Sindicato respondeu o ofício com a maior presteza possível, informando que conforme a determinação federal prevista na Lei 11.889/2008, existe expressa previsão de que o trabalho do TSB e ASB só pode ser realizado sob a supervisão de um dentista. Dessa maneira, ao levar o ofício do Sindicato ao Prefeito Municipal ele solicitou imediatamente a confecção do Projeto de Lei. Com isso, encaminhou o seguinte ofício ao Controlador Interno da Prefeitura: "Pelo presente, na qualidade de Vereador desta Casa Legislativa, após reunião com o Prefeito Municipal, Secretario Municipal de Saúde, Servidores da Odontologia (TSB e ASB) e o Presidente do SINDSPMM, referente a Lei Federal Nº 11.889/2008, que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal e Auxiliar em Saúde Bucal, estamos encaminhando em anexo cópia de correspondência enviada ao Chefe do Executivo Municipal, o qual autorizou que encaminhasse a V. Sa., para elaborar Projeto de Lei referente ao assunto, para que o mesmo possa ser encaminhado a esta Casa para apreciação e votação". Concluindo, disse que não pode deixar de agradecer ao Prefeito Municipal por ter encaminhado a esta Casa Legislativa o referido Projeto de Lei, assim, hoje estamos fazendo justiça com esses profissionais, acreditando que o Projeto de Lei será aprovado por unanimidade com louvor. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que possui muito orgulho de participar dessa Câmara Municipal, pois percebe que mesmo sendo onze Vereadores com cabeças e estilos de trabalho diferentes, todos trabalham em prol de Miracema. Parabenizou o Prefeito Municipal por ter encaminhado este Projeto para a Câmara e parabenizou o Vereador Maurício Sant'Ana por ter lutado pela tramitação deste projeto

dentro da Prefeitura, pois sabemos que a parte burocrática é um lenta. Esclareceu que o Projeto de Lei está completamente dentro da legalidade, pois e acordo com o princípio de especialidade é possível observar que a norma específica se sobrepõe á norma geral, pois de acordo com a Lei Federal nº 9.527/1997, o servidor deve cumprir sua jornada de trabalho de acordo com seu cargo específico. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares parabenizou o Vereador Maurício pelo excelente trabalho realizado na tramitação deste Projeto de Lei, pois ele está trazendo justiça para os profissionais que trabalham como auxiliares de dentista, sendo que todos sabem da luta do Vereador Maurício a favor dos servidores, destacando que sempre observa seu trabalho em busca de experiência. Também parabenizou o Prefeito Municipal por ter acolhido a indicação do Vereador Maurício e fazer justiça para esta classe de servidores, destacando que o atual governo vem prestigiando os servidores públicos municipais, pois o piso salarial dos professores já foi equiparado ao nacional, o pagamento dos servidores está sendo feito em dia e os problemas com a caixa de previdência estão sendo resolvidos. Destacou que o Prefeito encontrou um Município praticamente falido, com diversas dívidas que foram parceladas e estão sendo pagas e ainda precisou efetuar o pagamento de uma grande soma de verbas rescisórias originadas no governo passado e apesar de todos esses problemas os compromissos financeiros estão sendo honrados e a justiça está sendo feita com os funcionários. Por fim, parabenizou os servidores públicos, dizendo que tem muito orgulho de todos e destacando que seu filho está estudando para ser professor de história e espera um dia vê-lo dando aula em Miracema. O Vereador Fabrício de Sá Xavier parabenizou o Prefeito e o Vereador Maurício pela luta na valorização dos servidores públicos. O Vereador José Augusto Martins parabenizou o Vereador Maurício e o Prefeito pelo Projeto, esclarecendo que o Prefeito está mostrando seu valor. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou o Vereador Maurício pela luta e coragem de abraçar este Projeto de Lei, pois conhece as dificuldades burocráticas na tramitação de um projeto. Esclareceu que sua missão como Presidente desta Casa é agir com bom senso e presteza, assim como os trabalhos das Comissões também foram ágeis, conseguiu colocar o projeto em votação na data de hoje. Destacou que, apesar de muitas vezes a Câmara Municipal ser tratada de forma pejorativa, tem muito orgulho de ser Vereador, pois é nesta Casa que corrigimos diversas situações, aprovamos o

Orçamento do Município, aprovamos as Leis em benefício da população, porém não conseguimos nos desfazer de uma imagem ruim. Continuando, parabenizou os funcionários presentes, mencionando que praticamente nunca ouviu nenhuma reclamação do setor odontológico da Prefeitura e na verdade são os funcionários quem são dignos dos aplausos pelo bom andamento dos trabalhos. Por fim, parabenizou o Prefeito pela coragem de valorizar seus funcionários, apesar do Município estar passando por diversas dificuldades, percebendo assim que o Prefeito está tendo muita coragem nesses atos. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo acredita que essa Casa Legislativa vai referendar o Projeto de Lei que beneficia aqueles que trabalham a favor da saúde bucal do Município de Miracema. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.823, de 13 de maio de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal de Miracema, sanciono a seguinte Lei: Artigo 1º- Fica fixada a carga horária dos cargos efetivos de Técnico de Saúde Bucal e Auxiliar de Saúde Bucal em 20 (vinte) horas semanais. § 1º - O trabalho dos servidores municipais ocupantes dos cargos de Técnico de Saúde Bucal e Auxiliar de Saúde Bucal serão realizados sempre com a supervisão de Cirurgiões Dentistas, na forma dos artigos 5º e 9º da Lei Federal Nº 11.889/2008. § 2º - O servidor tratado no caput que vier a ocupar cargo/função comissionado(a), deverá respeitar a carga horária do respectivo cargo/função comissionado(a), ficando afastado de suas funções do cargo efetivo, conforme estabelecido em Lei Municipal. Artigo 2º- Ficam mantidas as demais normas aplicadas aos cargos previstos no artigo 1º desta Lei, desde que não sejam conflitantes, inclusive as referentes ás atribuições previstas na Lei 813/99. Artigo 3º- A presente regulamentação não acarretará prejuízo salarial ou perda de direitos adquiridos. Artigo 4º- Ficam as alterações aqui tratadas devidamente aditadas ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Artigo 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições que lhe são contrárias. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares cumprimentou todos os presentes e disse que hoje está aqui vivendo um momento lindo. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Dr. Maurício Monteiro para falar sobre IPTU. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Dr. Maurício Monteiro

disse que antes de ingressar em seu tema principal, gostaria de sugerir que a Câmara Municipal fizesse uma homenagem ao Dr. Renato Faver, por conta de sua aposentadoria. Destacou que o Dr. Renato conseguiu estudar por que ganhou uma bolsa de estudos do Altivo Linhares e lutou muito para se tornar um médico. Concluindo disse que durante os sessenta anos que o Dr. Renato Faver exerceu a medicina no Município de Miracema ele sempre foi o primeiro a chegar e o último a sair de sua clínica. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que vai acatar a sugestão do Dr. Maurício Monteiro, assim, solicitou que fosse encaminhada uma Moção de Aplausos ao Dr. Renato Faver, o parabenizando por estar se aposentando, tendo exercido a medicina no Município de Miracema durante 60 anos, sempre trabalhando com muito carinho, zelo e dedicação com seus pacientes. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, informou que vai estudar a indicação do nome do Dr. Renato Faver para receber alguma Comenda na próxima Sessão Solene de Miracema. O Dr. Maurício Monteiro disse que durante o decorrer dos anos foi registrado um aumento muito grande de IPTU no Município de Miracema, assim correu uma reunião no Rotary de Miracema e algumas pessoas se reuniram com o objetivo de ingressar com uma ação na Justiça, mas não sabe o que vai ser decidido. Acrescentou que esse aumento absurdo não ocorreu apenas no Município de Miracema, assim trouxe uma notícia do jornal o Globo informando que existe um documento com 26 assinaturas com o objetivo de abaixar o valor do IPTU na Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro. Concluindo, esclareceu que existe uma pessoa que trabalha em sua família há muito tempo, por isso, percorreu alguns asilos da região com o objetivo de deixar ela bem amparada, tendo constatado que o Asilo de Miracema precisa de alguns ajustes. Destacou que anteriormente aconteceu um mal entendido, pois algumas pessoas entenderam que ele falou mal do Deliel, mas gostaria de esclarecer que não fez isso, sendo que apenas gostaria que o Asilo de Miracema fosse um local melhor para atender os idosos, com mais espaço. Mencionou que o Deliel é um empresário de grande sucesso em Miracema, tendo dito que ele possui uma casa bonita, da mesma forma que pode dizer que o Vereador Maurício Sant'Ana possui um carro bonito e uma casa modesta. Assim gostaria de encerrar esse assunto por conta do mal estar gerado e pede desculpas se em algum momento ofendeu alguma pessoa. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou

a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 16/05/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 13 de maio de 2019.

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios, Capítulo 14, Versículo 01. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 101/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal convidando para uma reunião com todas as autoridades do Município sobre Segurança Pública; 02) Ofício nº 10/2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Miracema respondendo ofício nº 028/2014. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador, esclarecendo que vai

encaminhar uma cópia deste ofício ao Sr. Prefeito Municipal e ao Ministério Público com uma cópia desta resposta, bem como uma cópia da Lei Municipal vigente solicitando providências; 03) Ofício PMM/GAB nº 0723/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0793/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 04) Ofício PMM/GAB nº 0739/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal respondendo ofício nº 0865/2013. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou cópia deste ofício; 05) Ofício PMM/GAB nº 054/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 002/2014. Prosseguindo o Sr. Presidente, após cumprimentar a todos, informou que o objetivo principal da reunião era prestar uma homenagem a mulher miracemense em comemoração ao Dia internacional da Mulher. Continuando o Sr. Presidente disse que em conformidade com o Decreto Legislativo n.º 36, de 12/03/2001, de autoria da Ex-Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes, iria dar início a entrega do Diploma de Honra ao Mérito as ilustres homenageadas. Na sequência, o Sr. Presidente convidou o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Cristiane Maria Barros Guterrez. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que a Sra. é uma excelente pessoa, sendo séria, honesta, eficiente e uma funcionária exemplar. Acrescentou que ela sempre tratou todas as pessoas com muita educação e dedicação. Esclareceu que, na época do seu governo, a Secretária de Saúde foi ocupada por uma pessoa excelente, sendo que a princípio a convidou para ocupar a Secretaria de Promoção Social, mas conversando melhor, foi decidido que ela seria a Secretária de Saúde. Por fim, disse que fez este convite para agradecer a Sra. Cristiane por tudo o que ela fez para Miracema e para o povo deste Município. A seguir, o Sr. Presidente convidou o Vereador Paulo Sérgio Azevedo para fazer a entrega do Diploma a Sra. Hilda Silva Apolinário. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que a Sra. Hilda se mudou para Miracema em 1945, possui 02 (dois) filhos, 05 (cinco) netos e 05 (cinco) bisnetos e 01 (uma) tataraneta. Esclareceu que a Sra. Hilda se mudou de Santo Antônio de Pádua para Miracema e aqui constituiu sua família, tendo inclusive estabelecido um comércio. Por fim, convidou sua assessora, a Jéssica para fazer uma homenagem para todas as mulheres aqui presentes. Continuando, o Sr. Presidente convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade para fazer a entrega do Diploma a Sra. Maria Isabel Ferreira Horsai. A

Vereadora Maria José Marques Barros Andrade agradeceu a oportunidade de estar fazendo esta homenagem, esclarecendo que a Sra. Maria Isabel é uma pessoa maravilhosa e muito carinhosa. Acrescentou que aprendeu muito com a família da Sra. Maria Isabel, por isso faz esta homenagem com muito carinho e amor, sendo que considera a irmã da Sra. Maria Isabel sua segunda mãe. Por fim, fez a leitura de uma mensagem parabenizando todas as mulheres aqui presentes. A seguir, o Sr. Presidente convidou o Vereador Carlos Magno da Silva Peres para fazer a entrega do Diploma a Sra. Ângela Ferreira Mendes. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres convidou a jovem Raquel, filha da homenageada, para proferir algumas palavras. Raquel disse que sua mãe começou a trabalhar bem cedo para ajudar no sustento da família, sendo que ela constituiu uma linda e abençoada família composta por (sete) filhos e (oito) netos. Disse que sua família é muito alegre, unida e feliz. Esclareceu que sua mãe é muito guerreira e dedicada sempre lutando pela educação de seus filhos. Prosseguindo, o Sr. Presidente convidou o Vereador João Siqueira Magalhães para fazer a entrega do Diploma as Sras. Clementina da Silva Mota, Ângela Maria da Silva Mota dos Santos, Luzia Mota Monteiro, Adelaide da Silva Mota Oliveira e Rosilene Mota Rocha. O Vereador João Siqueira Magalhães agradeceu a oportunidade de homenagear estas guerreiras. Gostaria de fazer uma homenagem a uma pessoa que não está mais entrenós, a Sra. Maria Aparecida, mãe desta família que foi criada com muita dificuldade e venceu na vida. Esclareceu que sempre vem acompanhando o trabalho destas irmãs, sendo que a Sra. Clementina vem fazendo o papel da mãe de todas, lutando sempre pela união e harmonia. Por fim, disse que se sente orgulhoso em estar fazendo esta homenagem. A Sra. Ângela agradeceu as palavras do Vereador João Siqueira Magalhães, esclarecendo que é a primeira vez que todas estão sendo homenageadas juntas. Destacou que sua mãe, mesmo passando por algumas dificuldades, sempre lutou pela educação de suas filhas. Por fim, disse que este momento é muito importante para todas as irmãs. Prosseguindo, o Sr. Presidente convidou o Vereador Fabrício de Sá Xavier para fazer a entrega do Diploma a Sra. Luciana Rodrigues de Moura Souza. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que tem muito orgulho de ter trabalhado junto com a Sra. Luciana Moura, mais conhecida como Lulu, pois ela foi uma excelente Secretária de Educação. Acrescendotu que, infelizmente, no momento atual a educação vem passando despercebida diante a

desvalorização do professor. Por fim, disse que se sente muito orgulhoso em estar fazendo esta homenagem, pois a Lulu sempre trabalhou em prol do Município de Miracema e da educação. O Sr. Marco Moura disse que sua irmã é uma grande guerreira e sempre lutando em prol da educação de Miracema, destacando que esta luta é exemplo dado pela mãe, pois ela educou muito bem seus filhos. A Sra. Luciana Moura disse que sempre tentou fazer o melhor para o Município, destacando que sempre pode contar com seus colegas de trabalho. Por fim, agradeceu sua mãe pelos ensinamentos ao longo da vida, sendo muito guerreira e batalhadora. Continuando, o Sr. Presidente convidou o Vereador Gideão Duarte Gonçalves para fazer a entrega do Diploma a Sra. Maria Aparecida Firmino Pereira. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves parabenizou todas as mulheres presentes, esclarecendo que sempre agradeceu pelos filhos que possui. Assim, gostaria de dizer que a Sra. Maria Aparecida é uma das grandes responsáveis pela educação de seus filhos. Continuou agradecendo a Deus, por ter colocado a Sra. Maria Aparecida em sua vida, pois considera ela a segunda mãe de seus filhos, destacando que se sente honrado em estar realizando esta homenagem. A Sra. Maria Aparecida agradeceu a homenagem recebida, destacando que o Vereador Gideão Duarte e a sua esposa foram uma benção que Deus colocou em sua vida. Destacou que sempre pode contar com esta casal maravilhoso. A seguir, o Sr. Presidente convidou o Vereador Gilson Teixeira Sales para fazer a entrega do Diploma a Sra. Gislene Maria Figueiredo Dias. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que se sente privilegiado em fazer esta homenagem, destacando que a Sra. Gislene é uma sua grande conselheira e foi sua colega de trabalho no SENAC. Esclareceu que quando possui um problema sempre pede conselhos para a Sra. Gislene, sendo que a Sra. Gislene é um exemplo a ser seguido. Por fim, agradeceu a Sra. Gislene por tudo o que ela fez por ele. A Sra. Cinara, filha da Sra. Gislene, agradeceu a homenagem recebida por sua mãe, esclarecendo que o valor da família é muito importante. Assim, agradeceu sua mãe por ser um grande exemplo de mulher a ser seguida. Prosseguindo, o Sr. Presidente convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva para fazer a entrega do Diploma a Sra. Edilane de Souza Real da Silva. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que o mais importante na vida de uma pessoa é não perder sua origem, pois as pessoas precisam ter orgulho de onde vieram. Destacou que a Sra. Edilane veio da

Vila José de Carvalho, conhecida como Vila do Angu, e sempre lutou para melhorar sua condição de vida nunca se esquecendo de suas origens. Acrescentou que ela é casada com seu irmão, sendo uma grande professora. Por fim, disse que a Sra. Edilane possui uma grande humildade e sempre vem lutando pela união da família. A Sra. Edilane agradeceu pela homenagem recebida, esclarecendo que possui duas mães e dois pais, pois considera seu sogro e sua sogra como seus segundos pais, sendo que seus cunhados também são seus irmãos. Por fim, disse que seus pais lhe deixaram de herança o caráter, a garra e a vontade de vencer e trabalhar. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes convidou a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, Vice-Presidente, para ocupar a Presidência, enquanto fazia a entrega do Diploma a Sra. Auxiliadora Valério Ribeiro. O Vereador Hugo Fernandes disse que hoje é um dia de muita alegria nesta Casa Legislativa, pois estamos homenageando as mulheres, sendo que são os homens que complementam a vida das mulheres. Continuando disse que a Sra. Auxiliadora é casada com o Sr. Sebastião Ribeiro, sendo mãe de 08 (oito) filhos e possuindo 24 (vinte e quatro) netos e 14 (catorze) bisnetos. Disse que ela é uma mulher guerreira, lutadora e de fé, destacando que mesmo possuindo 80 (oitenta) anos ainda faz parte do Apostolado do Coração de Jesus na Igreja Nossa Senhora de Fátima. Por fim, agradeceu a Sra. Auxiliadora por ser sempre um exemplo para sua família, esclarecendo que ela é avó de sua futura esposa. Por fim, o Vereador Presidente convidou o Presidente da FAMIRA, Sr. Marco Aurélio Rodrigues de Moura, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Rosa Maria da Silva. O Sr. Carlos Fernando disse que teve orgulho de trabalhar com a Sra. Rosa na Casa de Saúde São Sebastião, pois ela é mulher guerreira e trabalhadora. Com isso, deseja que todas as alegrias da Sra. Rosa sejam multiplicadas. O Sr. Marco Moura agradeceu a oportunidade dada à FAMMIRA de estar realizando esta homenagem, destacando que a Sra. Rosa é mais do que merecedora desta homenagem. Concluindo, o Vereador Hugo Fernandes fez a leitura de um texto homenageando todas as mulheres. Terminada as homenagens o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convidando para a próxima a ser realizada no dia 17/03/2014, às 19 horas. Convidou também os presentes, para um coquetel que seria servido em seguida, no recinto, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Nada mais havendo eu, Roger Rabello

Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 17 de março de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e trinta e quatro, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Maurício Sant'Ana Soares. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Armando de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Mateus, Capítulo 08, Versículos de 01 à 04. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Telegramas NºRef: 004276/MS/SE/FNS, 004277/MS/SE/FNS, 004278/MS/SE/FNS, 035927/MS/SE/FNS, 067637/MS/SE/FNS, 067640/MS/SE/FNS, 067636/MS/SE/FNS, 067639/MS/SE/FNS, 020127/MS/SE/FNS, 020126/MS/SE/FNS, 067638/MS/SE/FNS, 083405/MS/SE/FNS, 083402/MS/SE/FNS,

083407/MS/SE/FNS, 083406/MS/SE/FNS, 083404/MS/SE/FNS, 083407/MS/SE/FNS, 083401/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde; 02) Projeto de Lei que Obriga as Escolas Municipais a fixarem placas com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em suas entradas. Autoria: Vereador Hugo Fernandes; 03) Projeto de Lei que Cria o Programa de Teste Vocacional para os alunos das Escolas Públicas Municipais e dá outras providências. Autoria: Vereador Hugo Fernandes; 04) Projeto de Lei que Dispõe sobre a distribuição gratuita e domiciliar de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação para pacientes, previamente cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde. Autoria: Vereador Hugo Fernandes; 05) Seis Emendas ao Projeto de Lei sobre o Orçamento de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 06) Ofício Presidência/Jurídico nº 091/2014 da Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ; 07) Ofício Presidência/Jurídico nº 090/2014 da Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ; 08) Ofício nº 178/2014 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo ofício nº 0685/2014. Os Vereadores Hugo Fernandes e Paulo Sérgio de Azevedo solicitaram cópia deste ofício; 08) Convite para a Posse do Governador do Estado do Rio de Janeiro; 09) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de Outubro de 2014. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam tomadas as devidas providências em relação a carta encaminhada pela Sra. Martha Ferreira Neiva, relação ao grave problema na barreira de terra oriunda do lote que existe aos fundos da residência localizada na Avenida Pedro Gonçalves, nº 495, tendo em vista que a referida barreira vem causando transtornos podendo desmoronar no próximo período chuvoso gerando danos materiais e risco de vida. Deferido. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Presidente da CAPPS/CAMEDS - Solicitação no sentido de que encaminhada a esta Casa Legislativa as seguintes informações: a) quantidade de conveniados titulares que fazem parte da CAMEDS; b) quantidade de conveniados dependentes, esclarecendo qual a forma de pagamento dos dependentes, se é feito por desconto ou pagamento diretamente; c) o valor do saldo em conta referente aos dependentes da CAMEDS; d) se existe algum processo sobre aposentadoria em

andamento na referida Autarquia e, em caso positivo, que seja informado a data em que o processo foi iniciado e se ele foi deferido ou não. Aprovado. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Ministério do Trabalho (Seção do Rio de Janeiro) - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma relação de cursos de especialização e/ou aperfeiçoamento profissional que podem ser oferecidos, através da Fundação de Apoio ao Trabalhador (FAT), ao Município de Miracema. Aprovado. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Ministra do Meio Ambiente, Sra. Izabella Teixeira - Considerando que no Município de Miracema existe um grande número de animais abandonados entre eles gatos, cachorros, etc.; Considerando que cabe ao Poder Público o acolhimento desta população de animais abandonados; Encaminho solicitação no sentido de que o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Prefeitura Municipal de Miracema, envide esforços a fim de que seja criada uma instituição de abrigo para estes animais, onde eles poderão ser tratados, oferendo castração a atendimento veterinário. Aprovado. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que o Município ceda os bloquetos que estão sendo retirados da Praça do Distrito de Paraíso do Tobias, no local onde está sendo construída a Academia da Saúde, com o objetivo de que seja realizado um calçamento na entrada do cemitério do referido Distrito. Deferido. 06) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente da CAPPS/CAMEDS - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa cópia de todos os Processos, inteiro teor, de todos os funcionários concursados e não concursados da CAPPS que receberam progressões, isonomias, consequentes pagamentos retroativos e licenças prêmio. 07) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que seja realizada a demarcação de 02 (duas) vagas para o estacionamento na Rua transversal, próxima a APAE de Miracema, que dá acesso ao espaço de festas D'Martinos, tendo em vista que muitos usuários da referida entidade são transportados diariamente por uma Van. Dessa forma estaremos preservando a segurança de todos e respeitando os direitos. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Marco Moura para falar sobre o Bairro Hospital. Com a palavra, o Sr. Marco Moura, após cumprimentar todos os presentes, disse que sempre lutou para que fosse realizada a construção de uma área de lazer

no Bairro Hospital, sendo que já até existiu uma verba destinada para construir uma área de lazer naquele Bairro e a obra não foi concretizada, esperando que no futuro ela seja realizada. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Orçamento é virtual e em algumas situações o Prefeito acaba tendo de remanejar verbas, entretanto não é difícil conseguir recursos para o Município, sendo que é necessário um planejamento a longo prazo para que as obras sejam concluídas. O Sr. Marco Moura disse que o Bairro Hospital sempre precisou de uma área de lazer para os moradores. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que em seu último ano de governo foram contratados dois arquitetos para fazerem os Projetos da Praça do Bairro Hospital, do Vale do Cedro, de Areias e de Paraíso, sendo que os quatro projetos foram feitos e pagos, porém apenas um deles foi concluído, a construção na praça no Vale do Cedro. Destacou que os Projetos ainda devem existir e que provavelmente os Srs. Alecsandro e André possuem as respectivas cópias. O Sr. Marco Moura esclareceu que também não entendeu a não concretização da praça no Bairro Hospital, mas deseja que ela seja construída no futuro. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o primeiro passo é a aquisição de um terreno pela Prefeitura. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acredita que o Hospital não colocará nenhuma objeção a transferência do terreno localizado próximo ao seu prédio, pois embelezará o local e trará diversos benefícios para o bairro. O Sr. Marco Moura agradeceu ao Prefeito Municipal pela limpeza que está sendo realizada no laço seco, pois este era um grande problema enfrentado pelos moradores. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou um Requerimento ao Sr. Prefeito Municipal, esclarecendo que o terreno localizado próximo da estrada que vai para Palma pertence ao DER e poderia ser aproveitado para a construção de um campo de futebol, academia ao ar livre e até mesmo a instalação de um quiosque, sendo que o gasto no loca seria pequeno. Deferido. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes agradeceu as palavras do Sr. Marco Moura. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Saulo Dutra para falar sobre o Meio Ambiente. Com a palavra, o Sr. Saulo Dutra, após cumprimentar todos os presentes, disse que possui uma documentação sobre a Região Sudeste em relação ao recebimento de verbas sobre o Meio Ambiente, sendo que perguntou na Prefeitura quanto seria gasto na preservação de nascente e lhe disseram que nada seria gasto. Acrescentou que não adianta investir em saneamento

básico e não cuidar das nascentes presentes no Município, pois esta é uma questão de sobrevivência. Informou que existem estudos dando conta de que a Região Sudeste poderá ser transformada em deserto com o passar dos tempos, pois a umidade da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica está acabando devido ao desmatamento. Destacou que ficou muito chateado com o grande investimento no saneamento básico e o esquecimento dos serviços ambientais. Por fim, disse que a Prefeitura continua cometendo crimes contra o meio ambiente, sendo que o ICMS verde não pode ser 100% destinado para o recolhimento de lixo, por isso os produtores rurais estão até com vontade mover uma ação pública contra a Prefeitura. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que na Lei Orgânica do Município possui um dispositivo sobre a recuperação da mata atlântica. O Sr. Saulo Dutra disse que as informações não chegam para a população, sendo que inclusive, em São Paulo, o governo escondeu que estava faltando água. Dessa maneira, acredita que seria interessante a realização de uma audiência pública para informar a população sobre a situação. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que no próximo dia 19 a Empresa responsável pelas obras de saneamento básico explicará todos os pontos da obra para a população. O Sr. Saulo Dutra disse que este assunto é muito sério, acrescentando que existem pessoas que não plantam por não saber o que plantar, assim é preciso o governo fornecer as informações necessárias aos produtores. Esclareceu que as pessoas acabam não preservando as nascentes de maneira gratuita e que entende que estes projetos são para o futuro, voltando a destacar que a nossa região está sofrendo muito a desertificação. Concluindo, disse que existia uma Projeto da época que o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno era Prefeito sobre a construção de uma represa que seria muito importante para o Município de Miracema. Informou que Vereador Gutemberg fez coisas importantes para o Município em questões ambientais e algumas pessoas não entenderam, sendo que se o Parque Ecológico não tivesse sido criado, provavelmente o local poderia se transformar em uma favela. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno sugeriu que todos os onze Vereadores pudessem marcar uma audiência com o Governador para solicitar a construção da represa pelo Governo do Estado, uma vez que a referida obra não irá trazer nenhum prejuízo para o Município. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que que no ano que vem é um ótimo momento para os Vereadores solicitarem estas

questões, pois é o início do novo governo. Por fim, agradeceu a presença e as palavras do Sr. Saulo Dutra. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Dispõe sobre as Atribuições do Departamento de Investigação Correicional, Altera a Lei nº 813/99, bem como a Lei Complementar nº 796/99 e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **02)** Projeto de Lei que Institui o Dia Municipal de Conscientização da Violência contra os idosos no Município de Miracema e dá outras providencias. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.557, de 13 de novembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica instituído o Dia Municipal de Conscientização da Violência contra os idosos, a ser celebrado no dia 15 de junho. Art. 2º- Fica o Poder Executivo autorizado a estimular e promover campanhas de conscientização social acerca das diversas formas de violência praticadas contra pessoas idosas. Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. **03)** Projeto de Lei que Institui a Semana da Reciclagem no âmbito do Município de Miracema. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.558, de 13 de novembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica instituída a "Semana da Reciclagem" no calendário do Município de Miracema, a iniciar sua comemoração no dia 05 de junho, Dia Nacional da reciclagem. Art. 2º- Na semana da reciclagem o Município fica autorizado a promover palestras e seminários sobre a importância da Reciclagem para nossa cidade e para o Meio Ambiente. Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que no parque ecológico possuía todo o material necessário para utilização em aulas. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que os Vereadores são sonhadores e desejam o melhor para o Município, destacando que até mesmo o Governo Federal está com uma dívida muito grande. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que vai conversar com o Secretário Municipal de Obras sobre os dois Projetos de Lei em relação à alienação de bens que pediu vista. O Vereador

Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que o objetivo de Município é legalizar a atual situação dos proprietários dos terrenos citados, sendo que a situação está irregular. O Vereador Hugo Fernandes convidou todos os Vereadores para participarem do programa no rádio amanhã. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 17/11/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 17 de novembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos catorze dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número noventa e dois, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares ocupou a cadeira do 2º Secretário. Foi registrada a ausência do Vereador Gilson Teixeira Sales. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 117, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que Dispões sobre a realização semestral de Inspeção Sanitária e Coleta de Água de autoria do Vereador

Fabrício de Sá Xavier. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou cópia deste Projeto; 02) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. João Carlos Alves Ribeiro, de autoria da Mesa Diretora; 03) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense à Sra. Celi Maciel da Silva, de autoria da Mesa Diretora; 04) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Paulo Elias Freijou, de autoria da Mesa Diretora; 05) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense à Sra. Marcelle Conceição Nepomuceno de Carvalho, de autoria da Mesa Diretora; 06) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense à Sra. Nancy Alencar Pimentel, de autoria da Mesa Diretora; 07) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense à Sra. Claise Maria Alves dos Santos, de autoria da Mesa Diretora; 08) Edital de Convocação do Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema para a Assembleia Geral. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou cópia deste Edital; 09) Memorando CI nº 05/2014 do Controle Interno da Câmara Municipal de Miracema referente ao Proc. TCE-RJ nº 234.785-1/2013. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste Memorando para cada Vereador; 10) Comunicado Nº CM017221/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 11) Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo sobre Projeto de Lei; 12) Ofício Circular nº 23/2014 – PRS/GAP do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 13) Ofício nº 09/2014 da Provedoria do Hospital de Miracema respondendo ofício nº 0167/2014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício, esclarecendo que vai encaminhar a cópia do referido para a Secretaria Municipal de Saúde; 14) Convite do Tiro de Guerra 01-009 para a formatura e entrega de boinas e Diploma de Colaborador do Exército. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou que fosse realizada inversão da ordem da reunião, com o objetivo de que os Projetos fossem votados antes da realização dos requerimentos. Todos os Vereadores ficaram de acordo com a inversão. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 18 (dezoito) Projetos de Resolução: **01)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Gustavo Farolfi Brum. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por

unanimidade dando origem a Resolução nº 1.166, de 14 de abril de 2014. **02)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Maria Ilma Guimarães da Silva. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.167, de 14 de abril de 2014. **03)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Jairo Souza Santos. Autoria: Vereadora Maria José Marques Barros Andrade. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.168, de 14 de abril de 2014. **04)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Stella Alves Branco Romanos. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.169, de 14 de abril de 2014. **05)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Marlene da Conceição Vieira Santos. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.170, de 14 de abril de 2014. **06)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Karla Paula Prates. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.171, de 14 de abril de 2014. **07)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Marilia Santos Gonçalves. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.172, de 14 de abril de 2014. **08)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Walmérica Pinto Ribeiro. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.173, de 14 de abril de 2014. **09)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Carla Lima de Oliveira Pereira. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.174, de 14 de abril de 2014. **10)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Luiz Carlos Anselmo Hernandes. Autoria: Vereador Gilson Teixeira Sales. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.175, de 14 de abril de 2014. **11)** Projeto de Resolução que

Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Signe Salgado Costa. Autoria: Vereador Gilson Teixeira Sales. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.176, de 14 de abril de 2014. **12)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Cristiano Carvalho de Tavares. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.177, de 14 de abril de 2014. **13)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Celi Maciel da Silva. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.178, de 14 de abril de 2014. **14)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Marcelle Conceição Nepomuceno de Carvalho. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.179, de 14 de abril de 2014. **15)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Nancy Alencar Pimentel. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.180, de 14 de abril de 2014. **16)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense à Sra. Claise Maria Alves dos Santos. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.181, de 14 de abril de 2014. **17)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. João Carlos Alves Ribeiro. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.182, de 14 de abril de 2014. **18)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Paulo Elias Freijou. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.183, de 14 de abril de 2014. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de que parte do recurso da Taxa de Iluminação Pública possa ser destinada ao Hospital de Miracema e à APAE. Ademais, sugerimos que seja transferido o valor de R$ 1,00 (um real) arrecadado de cada

residência para estas Instituições. Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja colocado um poste com luminária na intercessão da Rua Santo Antônio com a Praça do Mercado, próximo a Cedae. Deferido. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente do Conselho do Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma cópia do contrato de serviço referente ao tratamento e coleta de lixo do Município de Miracema, inclusive o aditivo, firmado pelo Município com a empresa Pró Ambiente Soluções Ambientais. Aprovado. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Miracema - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa cópia da ata da reunião em que foi aprovada a prorrogação do contrato com Empresa Pro Ambiente, bem como a cópia do parecer favorável deste Conselho sobre o referido contrato de prorrogação. Aprovado. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moções de Pesar para os familiares do Sr. Valtair Toledo, em virtude de seu falecimento. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Gideão Duarte Gonçalves e Maria José Marques Barros Andrade irão assinar estas Moções. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moções de Pesar para os familiares do Sr. Carlos Fernandes de Moura, em virtude de seu falecimento. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Gideão Duarte Gonçalves e Maria José Marques Barros Andrade irão assinar estas Moções. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que iria fazer um requerimento sobre o lixo que está sendo depositado na quadra de futebol em Venda das Flores, porém o Vereador Hugo Fernandes já lhe explicou este assunto. O Vereador Hugo Fernandes acrescentou que foi depositada uma espécie de lixo eletrônico na quadra de Venda das Flores, uma vez que estes bens estavam guardados no galpão de arroz e este espaço será utilizado. Com isso tornou se necessário que os referidos fossem guardados em outro local até a realização do leilão no dia 20 de maio. Por fim, esclareceu que o Secretário Municipal de Administração encaminhará um ofício para a Câmara Municipal solicitando o empréstimo da garagem na Rua Irineu Sodré. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que de início o lixo eletrônico foi colocado na antiga Útil, entretanto ele ficou exposto ao tempo. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Prefeitura Municipal vai solicitar o empréstimo da garagem para depositar este lixo que será

leiloado, entretanto já esclareceu que a garagem não possui segurança 24 horas por dia e que a Câmara Municipal não poderia se responsabilizar pelos bens. Por isso, o Secretário Municipal lhe explicou que caso fosse possível realizar o depósito na garagem da Câmara seriam disponibilizados alguns guardas para realizar a segurança. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu que fosse emitido um documento retirando a responsabilidade da Câmara Municipal em vigiar os referidos bens. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se algum Vereador possui alguma objeção ao empréstimo da garagem e todos concordaram com o referido empréstimo. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas ao Presidente da Comissão Organizadora da 50ª Exposição, no sentido de que sejam esclarecidas as seguintes informações: a) Quais são os shows contratados para a 50ª Exposição Agropecuária do Município e quais as modalidades de contratação. Encaminhar a cópia integral dos processos de contratação. b) A estrutura (palco, sonorização, iluminação, camarins, hospedagem e transporte) para o referido evento já foi contratada? Qual a modalidade de contratação? Encaminhar cópia integral do processo de contratação. Esclareço que a referida solicitação se deve ao fato de que já está circulando a programação do evento e a estrutura contratada deve ser realizada de acordo com o rider técnico de cada artista. c) Qual a empresa será responsável pelo arrendamento dos terrenos do referido evento? Qual a modalidade de contratação? Encaminhar cópia integral do processo de contratação. d) Já estão contratados rodeio e parque de diversões? Qual a modalidade de contratação? Encaminhar cópia integral do processo de contratação. e) Qual a empresa será responsável pelo fornecimento de bebidas? Qual a modalidade de contratação? Encaminhar cópia integral do processo de contratação. f) Qual a empresa será responsável pela segurança do evento? Qual a modalidade de contratação? Encaminhar cópia integral do processo de contratação. g) Quanto a documentação, o certificado de aprovação já foi emitido pelo Corpo de Bombeiros? Encaminhar cópia do referido. Deferido. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao MP da Tutela Coletiva de Santo Antônio de Pádua - Encaminhar cópia do ofício sobre a 50ª Exposição Agropecuária de Miracema para que seja realizada uma melhor fiscalização sobre a organização do evento. O Vereador Hugo Fernandes colocou o requerimento em votação. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno aprovou o requerimento. O

Vereador Paulo Sérgio de Azevedo votou contra o requerimento. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade votou contra o requerimento. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres aprovou o requerimento. O Vereador João Siqueira Magalhães aprovou o requerimento. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves votou contra o requerimento. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva votou contra o requerimento. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares aprovou o requerimento. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que faz parte da Comissão Organizadora da 50ª Exposição Agropecuária de Miracema e está percebendo a dificuldade na organização da festa, assim vai votar contra o requerimento, acreditando que a Comissão precisa ter a oportunidade de responder o ofício antes de ele ser encaminhado para o Ministério Público, destacando ainda que o MP já possui a função de fiscalizar a realização do evento. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acrescentou que é preciso, obrigatoriamente, comunicar o Ministério Público sobre a realização do evento. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que vai buscar que o ofício do Vereador Fabrício de Sá Xavier seja respondido o mais rápido possível. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a intenção do Vereador Fabrício de Sá Xavier não é acusar alguma irregularidade e sim solicitar ao Ministério Público que acompanhe a organização e realização da festa. O Vereador Fabrício de Sá Xavier informou que respeita a decisão desta Casa Legislativa e vai encaminhar o requerimento de seu gabinete, esclarecendo que está tentando evitar os problemas que ocorreram ano passado, pois por causa de algum tipo de falha na organização a festa quase foi impedida de ser realizada, sendo que, por isso, algumas pessoas ficaram falando que ele tinha denunciado a organização da festa. 07) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o reparo do calçamento na Rua Edson Alvim de Bastos. Deferido. 08) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Governador do Estado do Rio de Janeiro - Solicitação no sentido de que seja instalado um Destacamento do Corpo de Bombeiros no Município de Miracema, tendo em vista que o referido é uma grande necessidade de Miracema, possuindo o objetivo de combater possíveis incêndios e acidentes. Esclarecemos que a Prefeitura Municipal de Miracema se comprometerá em realizar a doação do terreno para a instalação do referido Destacamento. Aprovado. O Sr. Prefeito Municipal também vai assinar este requerimento. 09) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Secretário de Trabalho e

Renda do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Sérgio Tavares Romay - Solicitação no sentido de que de envide esforços a fim de que seja implantado no Município de Miracema os cursos de qualificação profissional do Programa "Próximo Passo", visando proporcionar uma melhor qualificação profissional de nosso munícipes. Aprovado. 10) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalada uma televisão pública na Praça localizada na comunidade de Areias, possibilitando aos munícipes que ali residem mais uma opção de entretenimento, incluindo assim os jogos da Copa do Mundo. Solicito, ainda, que seja construída uma caixa gradeada para guardar a referida televisão. Deferido. 11) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Agricultura, no sentido de que seja realizado o reparo da estrada vicinal que dá acesso à propriedade do Sr. Itamar de Freitas, localizada no Distrito de Paraíso do Tobias, bem como que seja realizado o mutirão no referido Distrito anteriormente já combinado. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Adriano Macedo Félix para falar sobre o Projeto de Lei nº 321 de 2013. Com a palavra, o Sr. Adriano Félix, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que atualmente Miracema possui um membro no Conselho Nacional de Saúde, sendo que ele representa a Associação Nacional de Grupos de Pacientes Reumáticos. Esclareceu que em recente vista à Brasília o Conselho Nacional está defendendo o Projeto de Lei nº 321 de 2013. Continuando, fez a leitura do Ofício Circular nº 059/SE/CNS/GM/MS do Conselho Nacional de Saúde. Informou que após o evento ficou resolvido uma a nova estratégia para buscar a agilidade no andamento do Projeto de Lei, assim foi solicitado aos Conselheiros que realizassem um trabalho junto aos políticos locais para eles demonstrarem o apoio ao Projeto. Por fim, pediu para os Vereadores Miracemenses vestirem a camisa do Movimento e demonstrarem que estão apoiando o Projeto, sendo que estas fotos serão encaminhadas para o Conselho Nacional. Acrescentou que a primeiro momento veio na Câmara Municipal, mas também vai ao Conselho de Saúde e na Prefeitura Municipal sendo certo, ainda, que visitará os Municípios vizinhos e colocará as camisetas a disposição para que os Vereadores tirem suas fotos. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou que fosse confeccionado um documento assinado por todos os Vereadores apoiando o

Movimento Saúde + 10, objetivando que o PL 321/2013 tramite em caráter de urgência. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou ao Sr. Adriano Félix por sua luta e por estar representando Miracema no Conselho Nacional de Saúde. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrita a Sra. Marisa Bereta Botelho para falar sobre um Projeto Comunitário. Com a palavra, a Sra. Marisa, após cumprimentar todos os presentes, fez a leitura de um trecho da Bíblia. Continuou esclarecendo que os Vereadores estão nesta Casa Legislativa porque foram chamados para cumprir este papel. Acrescentou que trabalha no Projeto da Cristolândia, buscando ajudar os dependentes químicos, sendo que realiza seu trabalho independente de sua orientação religiosa. Informou que o Projeto se encontra funcionando em uma casa emprestada, sendo que realiza este trabalho por vocação, uma vez que gosta de ajudar as pessoas com necessidades. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves agradeceu e parabenizou a Sra. Marisa por sua iniciativa, esclarecendo que tem a certeza que todos os Vereadores irão ajudar seu Projeto. A Sra. Marisa disse que o maior problema enfrentado é o que acontece com os jovens depois de seus tratamentos, uma vez que a ressocialização dos jovens é muito difícil. O Vereador Hugo Fernandes disse que também iria falar sobre este assunto no dia de hoje. Acrescentou que a Casa Refúgio de Campos realiza o trabalho de recuperação de dependentes químicos e possui o interesse de se instalar no Município Miracema, entretanto este Projeto não vem sendo estudado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, pois o Secretário acredita que este problema é de saúde e não uma questão social. Continuou dizendo que acredita que o problema com as drogas também possui seu cunho social. Por fim, mencionou que gostaria de conversar com o Secretário de Assistência Social sobre este assunto, uma vez que não quer acreditar que este seja um problema de divergência religiosa, pois existe um trabalho realizado pela Igreja Batista chamado de Cristolândia nesse sentido e o Projeto sobre a Casa Refúgio é ligado à Igreja Católica. A seguir, o Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social no sentido de que envide esforços a fim de que seja estudada a possibilidade de instalação da Casa Refúgio de Campos no Município de Miracema com o objetivo de auxiliar os jovens que possuem dependência química. A Sra. Marisa esclareceu que é muito importante realizar um trabalho preventivo, pois a recuperação dos dependentes

químicos é muito difícil. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que esta recuperação ruim dos jovens é um pouco culpa do sistema, pois não é oferecida uma saúde de qualidade e nem oportunidades de emprego, uma vez que as empresas só se interessam por pessoas com experiência profissional. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que leu uma reportagem no jornal o globo de hoje muito interessante sobre este tema, sendo que, atualmente, as novelas só abordam temas de posicionamento anormal, fazendo com que os jovens comecem a acreditar que as atitudes anormais são normais. Esclareceu que o autor do artigo tratou os problemas de forma clara e precisa e disse que a Sra. Marisa está fazendo um trabalho maravilhoso. A Sra. Marisa disse que seu trabalho se baseia nos doze princípios utilizados pelo A.A. e que atualmente conta com a ajuda de seu neto adotivo na realização do trabalho. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a Sra. Marisa está fazendo sua parte em prol da comunidade, destacando que existem drogas ilícitas e drogas lícitas. Assim, esclareceu que o álcool também é um grande problema na vida dos jovens, sendo que fica muito feliz quando vê o trabalho de uma pessoa auxiliando os dependentes químicos ou alcoólicos. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade parabenizou a Sra. Marisa pelo trabalho que ela vem realizando em prol das pessoas que necessitam de ajudam. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou a Sra. Marisa esclarecendo que os Vereadores tentarão ajudar da melhor forma possível. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Manoel Sérgio da Costa Silva, popularmente conhecido como Manoel Gordo, por ter sido eleito Presidente do PV no Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Paulo Aquino, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Pronto Restabelecimento para a esposa do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um ofício ao Secretário Municipal de Assistência Social no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa um relatório sobre o funcionamento da Casa Lar do Município de Miracema, com o objetivo de que seja esclarecido como os trabalhos estão sendo

executados no local, tendo em vista que a população vem constatando diversos problemas na referida Casa Lar. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 24/04/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 24 de abril de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos catorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e onze, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Convidou o Deputado Eurico Júnior, que estava visitando a Câmara Municipal, para tomar o assento a sua direita e compor a Mesa Diretora. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do

seguinte texto bíblico: Provérbios 16, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 072/2014 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema respondendo ofício nº 488/2014. Os Vereadores Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 02) Ofício nº 073/2014 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema respondendo ofício nº 487/2014. Os Vereadores Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício PMM/GAB nº 564/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 458/2014; 04) Ofício PMM/GAB nº 563/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 372/2014. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou cópia deste ofício; 05) Telegramas NºRef: 006468/MS/SE/FNS, 006467/MS/SE/FNS, 008497/MS/SE/FNS, 008498/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 06) Ofício DBM 2/21 nº 0141/2014 do Destacamento de Bombeiros Militar 2/21 - Pádua; 07) Convite da Secretaria Municipal de Educação convidando para a Abertura do Projeto "O Olhar do Artista Sobre o Meio Ambiente"; 08) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de Julho de 2014; 09) Processo Administrativo nº 2014.07899-3 encaminhando Projeto de Lei nº 070/2014. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade e Maurício Sant'Ana Soares. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou Moção de Congratulações e Louvor para a Dra. Juliana Camacho Pereira, por sua brilhante atuação no Pós-Doutorado na Mayo Clinic, onde descobriu uma proteína chamada CD38 que, quando inibida, retarda o envelhecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou Moção de Congratulações e Louvor para Taciano Magela de Souza Monteiro de Barros, por ter concluído com brilhantismo o Mestrado em Matemática na Universidade Estadual do Rio de Janeiro em Nova Friburgo. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Reiteração no sentido de que seja encaminhada a esta

Casa legislativa a Prestação de Contas do FUNDEB referente ao exercício de 2013. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Inscrito o Vereador Hugo Fernandes para falar sobre a Secretaria de Promoção Social. Com a palavra, o Vereador Hugo Fernandes disse que tem feito alguns ofícios em relação ao trabalho da Secretária Municipal de Promoção Social e gostaria de apresentar algumas informações. Informou que a folha de pagamento da referida Secretaria está muito extensa, quase três vezes maior da apresentada na gestão anterior, sendo que não vê nenhuma ação social da Secretaria no Município, percebendo muito fala e pouca ação. Destacou que percebeu um alto índice de pessoas contratadas de outras cidades na referida Secretaria, acreditando que em Miracema possui pessoas qualificadas para ocuparem estas funções. Continuando, disse que encaminhou uma documentação para o Ministério Público da Tutela Coletiva em relação a Subsecretária de Promoção Social, pois é estranho ela ser concursada em São José de Ubá e exercer um cargo comissionado em Miracema, possuindo todos os documentos comprobatórios sobre estes fatos. Disse, ainda, que recebeu uma carta de alguns funcionários concursados da referida Secretaria sobre uma possível perseguição, pois a carga horária de alguns funcionários foi diminuída, dessa forma, fez a leitura da carta. Esclareceu que vai encaminhar esta documentação para o Sindicato dos Servidores e mencionou que é possível observar que a Secretaria de Promoção Social vem atendendo muito pouco as necessidades da população, sendo que estes fatos refletem diretamente aqui na Câmara, uma vez que diversas pessoas comparecem nesta Casa Legislativa para solicitar algum tipo de ajuda. Concluindo, disse que a população de Miracema está sofrendo com o atendimento da referida Secretaria, sendo que não estamos vendo nenhum tipo de trabalho social com a população, especialmente nos Distritos. Esclareceu que os relatórios de atividades sempre são encaminhados para esta Casa Legislativa impressos em tinta colorida, mas a população não vem sendo atendida. Destacou que a Subsecretária trata as pessoas muito mal, com bastante falta de educação, sendo que já constatou este fato pessoalmente, acreditando que esta Casa Legislativa deve começar a tomar atitudes mais rígidas em relação a alguns problemas. Por fim, disse que possui

documentos de todos os fatos narrados e deseja que a população possa ser bem atendida. Continuando com o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Inscrito também o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno para falar sobre alguns pontos da fala do Prefeito Municipal em reunião anterior. Com a palavra, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Sr. Prefeito Municipal esteve participando de uma Reunião aqui na Câmara, sendo que ele acabou ficando calado durante a toda a Sessão. Continuando, disse que ouviu todas as palavras do Sr. Prefeito e ficou calado porque estava se recuperando de uma operação na língua e por consequência, impossibilitado de falar. Destacou que ficou perplexo ao ver um Prefeito Municipal vir na Câmara para discutir com os Vereadores de oposição, sendo que a fala do Sr. Prefeito foi dedicada a discutir e ofender o Vereador João Siqueira Magalhães, o Vereador Fabrício de Sá Xavier e o seu governo anterior. Destacou que quando foi Prefeito Municipal não deixou nenhuma não deixou nenhuma dívida para seu antecessor, tendo na verdade deixado o dinheiro em caixa para a construção de uma Escola, que foi concluída no final do mandato de seu sucessor. Esclareceu que o Sr. Prefeito Municipal não justificou as dívidas que estão sendo contraídas, mencionando apenas a existência de precatórios. Destacou que durante seu governo todas as contribuições previdenciárias foram pagas rigorosamente em dia, principalmente em relação à CAPPS/CAMEDS. Esclareceu que no início de seu mandato teve que realizar o pagamento de dois meses de salário dos funcionários, pois dezembro não havia sido pago, sendo que a Prefeitura também não possuía mais nenhum tipo de credibilidade com o comércio local. Disse, ainda, que foram ditas diversas inverdades pelo Sr. Prefeito Municipal, destacando que o Vereador João Siqueira Magalhães, que foi Secretário Municipal, não foi exonerado pela prática de atos ilegais, tendo saído apenas por questões políticas. Esclareceu que o Vereador João Siqueira Magalhães estava sofrendo uma espécie de perseguição, com isso após seu afastamento as acusações terminaram. Acrescentou que durante sua administração como Prefeito acabou sendo reeleito, buscando sempre realizar uma prestação de contas na Câmara Municipal regularmente, sempre respondendo os questionamentos e respeitando a oposição. Concluindo, esclareceu que sua

administração deixou um legado para o Município de Miracema, com diversas obras e projetos importantes, entre elas o Centro Cultural Melchíades Cardoso, a UTIL, o P.U., algumas Escolas Municipais, um Horto Municipal, um posto de alevinos, um Parque Ecológico, entre diversos outros. Destacou que o Deputado Dorneles ajudou muito o Município de Miracema, especialmente na área da agricultura. Acrescentou que no último dia de seu mandato ficou muito feliz com a demonstração de apreço e carinho da população, pois foi realizada uma passeata de agradecimento em seu último dia como Prefeito, destacando que quer terminar sua vida pública de cabeça erguida. Disse que foi o único Prefeito de Miracema que conseguiu se reeleger e ainda eleger seu sucessor. O Vereador Fabrício de Sá Xavier parabenizou o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno por sua fala, considerando ele e o Ex-Prefeito Ivany Samel os dois maiores prefeitos de Miracema, sendo que ambos deixaram seus legados. Destacou que os Vereadores nunca tentaram denigrir a imagem particular de ninguém, apresentando apenas críticas à gestão pública. Acrescentou que está sempre buscando aprender as informações necessárias para o bem do Município, sendo que ninguém consegue nada sozinho, pois apenas com o trabalho o grupo o Município poderá prosperar. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno pelas palavras ditas, pois ele conseguiu expor todo seu ponto de vista com fatos concretos e sem ofender nenhuma pessoa, sendo que o considera um exemplo a ser seguido na política. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que participa da política junto com o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno e ele sempre foi um homem íntegro e respeitador. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que estamos com quatro tipos de políticas em Miracema, uma de rua, uma pessoal, uma de circo e uma do povo, entretanto a política do povo está sendo esquecida. Acrescentou que as informações estão chegando nas ruas de forma distorcidas da realidade e que as divergências políticas estão sendo levadas para o lado pessoal, bem como que as decisões não estão tomadas em prol da população, acreditando que todos os políticos precisam se unir para fazer com que Miracema consiga progredir e crescer. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que foi alvo de diversos boletins

anônimos, distribuídos no Município, sendo que conversou com todos os Secretários e disse que não responderia nenhum deles. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Pesar para os familiares do Candidato Eduardo Campos em virtude de seu falecimento. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a dívida com a Caixa de Previdência se originou no ano de 1996 e não foi paga pelos gestores que sucederam o Prefeito da época. Por fim, disse que algumas obras já foram concluídas durante este governo e outras ainda serão concluídas, tais como a remodelação dos PSF's, construção de uma UBS no Bairro Jardim Beverly, uma no Bairro Nossa Senhora Aparecida, implantação de academias populares e uma obra grandiosa na rede de esgotos do Município. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que não efetuou o pagamento do não repasse de 1996, pois o Tribunal de Contas abriu uma Tomada de Contas Especial e ficou impossibilitado de tomar quaisquer tipos de decisão sobre o assunto. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu o cancelamento da reunião do dia 18 de agosto, devido a reunião que será realizada amanhã no Distrito de Paraíso do Tobias. Todos os Vereadores concordaram com o cancelamento da referida reunião. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei e o Relatório Final da CPI: O Vereador Hugo Fernandes solicitou que os dois Projetos de Lei fossem votados em primeira e única votação, o que foi aceito por unanimidade. **01)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo a Promover a Alienação de Bem Imóvel pertencente ao domínio público por concorrência, do tipo melhor oferta pública ou lance e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.543, de 14 de agosto de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e, eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo Inciso III, do Art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar por licitação, na modalidade concorrência, do tipo melhor oferta pública ou lance, nos termos da Lei Orgânica do Município e do art. 17, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o bem imóvel da área patrimonial, constituindo área de 7,70 m², localizado nos fundos do box 10, do Mercado Municipal, pertencente ao

Município de Miracema. §1º - A alienação de que trata o caput tem por finalidade precípua: I – a regularização do espaço outrora público; II – adequação e alinhamento do espaço interno do referido Mercado tendo em vista que os demais boxes também anexaram, ao longo do tempo, as referidas áreas sitas nos fundos destes, por meios de alienação por parte do Município de Miracema. §2º - As normas, as quais se fazem remissão expressa no caput deste artigo, dispõem que a alienação dos bens pertencentes à Administração Pública dependerá de autorização legislativa específica, de avaliação prévia e de licitação na modalidade concorrência. Art. 2º - Considerar-se-á habilitado à concorrência pública de que trata esta Lei, o interessado em participar do certame que, nos termos do instrumento convocatório, efetuar o depósito prévio de 5% (cinco por cento) do preço da avaliação atribuído à parte do imóvel de seu interesse, nos termos do art. 18 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. § 1º - A Administração Pública, ao elaborar o instrumento convocatório da concorrência, do tipo melhor oferta pública, para alienação do imóvel mencionado no art. 1º desta Lei, adotará como critérios básicos da competição licitatória, com vistas a selecionar a proposta mais vantajosa que atenda ao interesse público, dentre outros, os seguintes: I – o maior preço oferecido acima da avaliação e pago à vista; II – a quitação do preço constante da melhor proposta no menor prazo, observado o prazo máximo constante do parágrafo seguinte. Art. 3 - O licitante, cuja proposta for classificada e homologada vencedora, após a fase de adjudicação do objeto da licitação, firmará contrato de compra e venda de imóvel com a Administração Pública Municipal, cuja natureza jurídica será híbrida, regido tanto pelas regras do direito público, quando pelas regras do direito privado. Art. 4º - O título definitivo de domínio do imóvel em razão da compra e venda semente será outorgado pelo Município de Miracema, por instrumento público, após a quitação total do preço e do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI por parte do adquirente. Parágrafo único - As despesas decorrentes da transferência e do registro dos imóveis será suportadas integralmente pelo adquirente. Art. 5º - os gastos com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias do vigente orçamento do Município. Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data da

sua publicação. **02)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder o Direito Real de Uso do Imóvel Público à empresa FRIMAIS FRIGORIFICO LTDA - ME e dá outras providencias. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** Altera o texto do Artigo 1º; artigo 2º e artigo 9º de 10 (dez anos) para 20 (vinte anos). Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Maria José Marques Barros Andrade, Genessi Rodrigues da Silva, Gilson Teixeira Sales, Gutemberg Medeiros Damasceno, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que está preocupado com a diferença entre a o valor do capital social da Empresa e o valor do bem imóvel, por isso irá se abster do voto em relação à Emenda apresentada. Em votação a referida Emenda foi aprovada, sendo que o Vereador Fabrício de Sá Xavier se absteve de votar. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.544, de 14 de agosto de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e, eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo Inciso III, do Art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a realizar a concessão gratuita de direito real de uso, pelo prazo de até 20 (vinte) anos podendo ser prorrogável por igual período, com clausula de reversão, à empresa FRIMAIS FRIGORIFICO LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 19.780.007/0001-00, do Frigorífico Municipal, com todas as suas benfeitorias, sitiado na Rua Governador Roberto Silveira, nº 710, Bairro Santa Tereza, em Miracema (RJ). §1º - Em não havendo o início da execução do projeto no prazo máximo de até 06 (seis) meses, assim como a conclusão do Projeto de execução e implantação da empresa em no máximo 12 (doze) meses, fica automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio Público Municipal, mediante simples requerimento fundamentado acompanhado de documentos probatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis. §2º - Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração do Município no mesmo, inclusive sem indenização. §3º - Fica o concessionário obrigado a iniciar suas atividades comerciais no prazo máximo de

18 (dezoito) meses, ou antes disso, se concluído seu projeto, sob pena da sanção prevista no parágrafo 1º. §4º - A presente concessão tem por objetivo a instalação da empresa FRIGORIFICA para abate de bovinos e suínos, tendo como nome de fantasia PRIMAIS FRIGORIFICO LTDA _ ME, com escopo de fomentar a atividade industrial e comercial no Município. Art. 2º - Fica vedado destinar o imóvel para finalidade diversa da especificada nessa Lei, ficando vedado gravar o imóvel de qualquer ônus, a qualquer título, bem como, não poderá ceder ou transferir o mesmo de forma gratuita ou onerosa, num prazo de 20 (vinte) anos e sem anuência expressa do Poder Executivo Municipal, sob pena de rescisão da concessão e sua conseqüente extinção. Art. 3º - Depois de firmada a concessão, o concessionário fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e atender todas as normas pertinentes à utilização do imóvel, inclusive quanto as normas ambientais. Art. 4º - A destinação diversa do imóvel implicará na rescisão da concessão e sua conseqüente extinção, sem direito a retenção e/ou indenização das benfeitorias, salvo, se fato novo ocorrer, cujo interesse público seja demonstrado e a Administração Pública concorde expressamente. Art. 5º - Fica dispensada a licitação com base no inciso I § 4º e 5º do artigo 17 da Lei 8666/93. Art. 6º - As benfeitorias existentes no imóvel ora concedido estão listadas no processo administrativo Nº 2014.01004-3, acompanhado do devido laudo de avaliação. Parágrafo Único - Todos os bens móveis existentes no imóvel concedido e listados conforme planilha constante no Processo supramencionado, deverão ser devolvidos ao final da concessão em perfeito estado de conservação cabendo a empresa concessionária a guarda dos mesmos. Art. 7º - O interesse público esta demonstrado uma vez que a industria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento do Município, incentivando a implantação de novas empresas, gerando assim empregos e renda, melhorando as condições de vida da nossa população bem como proporcionando nosso desenvolvimento econômico e social. Art.8º - Fica autorizado ao concessionário oferecer o imóvel em garantia real junto às instituições financeiras,

desde que o financiamento seja para edificação ou aquisição de maquinários e equipamentos, referente ao projeto de viabilidade. Art. 9º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a isenção de alvará, taxas, contribuições de melhorias, serviços públicos e ISS, sobre a edificação pelo período de 20 (vinte) anos a todas as empresas que vierem se instalar ou que vierem ampliar suas empresas no Pólo Industrial II do nosso Município, em especial, à concessionária. Art. 10 - O concessionário deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo Município de Miracema, constando o numero da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas. Art. 11 - O concedente no exercício regular do Poder de Polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização. Art. 12 - A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma. Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos, revogando todas as disposições em contrario. **03)** Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Criada Através da Resolução nº 1.133/2013, Destinada a Investigar Supostas Irregularidades na Gestão 2009/2012. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que, devido ao adiantado da hora, a leitura do Relatório Final da CPI deveria ser realizada na próxima Sessão, uma vez que este assunto é bastante complexo. Todos os Vereadores aceitaram esta sugestão. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram Moção de Aplausos e Congratulações para o Ilmo. Sr. Ten. Cel. Silvio Ricardo Ciuffo Guerra, por ter assumido o Comando do 36º Batalhão da Polícia Militar de Santo Antônio de Pádua. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para: a) o Engenheiro Dr. Leandro Chagas; b) o Engenheiro Dr. Marcos Paulo; c) a Diretora de Habilitação Dra. Janete; pelo brilhante trabalho realizado na implantação da Prova Teórica de Legislação de Trânsito no Município de Miracema. Todos os Vereadores irão

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Seção no Distrito de Paraíso do Tobias será às 18 horas e pediu aos partidos para indicarem os membros que participarão da CPI. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 15/08/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 15 de agosto de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos catorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quarenta e sete da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1° Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Paulo César da Cruz de Azevedo e Carlos Magno da Silva Peres. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Aimoré da Silva Almeida, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmos 23, Versículos de 01 à 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício Polo CEDERJ Miracema n° 002 do Polo CEDERJ de Miracema; 02) Ofício n° 01 da Secretaria Municipal de Educação. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja informada a esta Casa Legislativa quantas vezes o fisioterapeuta atende os moradores de Paraíso do Tobias por semana. Dessa forma, caso o referido atendimento não estiver sendo realizado todos os dias, solicitamos que seja estudada a possibilidade do atendimento ser realizado diariamente. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de contratar médico para o Posto de Saúde do Bairro Pintilhão do Rosa, tendo em vista que o referido posto está há vários dias sem médico. Deferido. 03) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solictação no sentido de que seja realizada a manutenção e troca de lâmpadas nos becos do Bairro Jove, tendo em vista que todos eles estão com lâmpadas queimadas e muito escuros. Deferido. 03) A Vereadora Maria Leite Alessandra Freire solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Professora Cida, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 04) A Vereadora Maria Leite Alessandra Freire solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Sr. José Augusto (Funcionário da Sec. de Saúde), em virtude de seu falecimento.

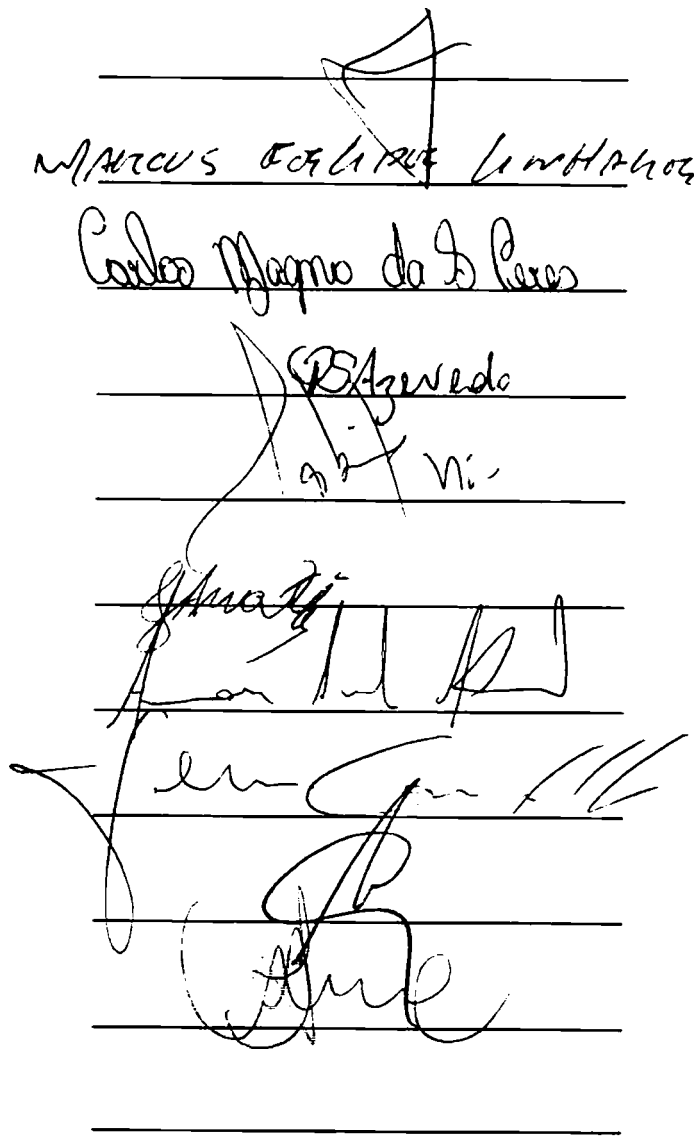
Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Vereadora Maria Leite Alessandra Freire - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que sejarealizada a limpeza dos bueiros localizados nos Bairros Demétrio e Boa Vista, tendo em vista que as referidas galerias de água estão muito assoreadas. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Pesar para o Vereador Maurício Sant'Ana Soares e demais familiares, em virtude do falecimento do Sr. Mauro Soares, seu pai. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu a Moção de Pesar, esclarecendo que seu pai foi um grande guerreiro e lutador na criação de seus seis filhos e tem a certeza que hoje ele está num lugar melhor. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal, á Secretaria Municipal de Governo e à Procuradoria Geral do Município - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja enviado para esta Casa Legislativa o Plano de Cargos da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista que possui notícias de que toda a parte burocrática já está pronta, aguardando somente o encaminhamento para apreciação e votação do plenário. Deferido. 08) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Prefeito Municipal - Solicitaão no sentido de que envide esforços a fim de que seja autorizada a realização do Evento Cine SESC, nas Praças Dona Ermelinha e das Mães, no dia 24 de abril de 2019. Escalrecemos que o evento será de alto nível, com a exibição de filmes educativos a ser realizado pelo SESC. Deferido. 09) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado um reparo no calçamento na rua Governador Roberto Silveira, na altura do nº 647, em frente a Distribuidora de Bebidas J.J., tendo em vista que o local está causando diversos acidentes aos moradores. Deferido. 10) Vereador José Augusto Martins - Ao Setor Competente - Solicitação no sentido de que sejam colocadas duas placas de "Proibido Jogar Lixo" na escadaria Pedro Elídio, que dá acesso ao antigo Campo de Aviação, tendo em vista que os moradores estão alegando que muitas pessoas jogam lixos ali, causando mal cheiro e prejudicando o trajeto dos moradores. Deferido. 11) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Reiteração do ofício 786/2018 - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que o caminhão da iluminação pública possa ficar de plantão durante a noite ao menos uma vez na semana, com o objetivo de sanar as inúmeras reclamações da população. 12) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja enviado a esta Casa Legisltiva o Projeto de Lei que dispõe sobre o aumento dos Servidores Públicos respeitando a data base. Tal solicitação visa antecipar a tramitação do Projeto para

beneficiar e valorizar o Servidor. 13) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizado um estudo orçamentário para a realização de uma praça no bairro Santa Tereza, mais precisamente no campo da Escola Prudente de Moraes. Esclarecemos que estamos a disposição para tentar viabilizar recursos para tal construção, fruto de emenda parlamentar, visando a realização de um sonho dos moradores. 14) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente do DER-RJ, Sr. Uruan Cintra de Andrade - Solicitação, com urgência, no sentido de que seja realizada a colocação de Fiscalização Eletrônica nos seguintes pontos em Miracema: → RJ 116 Sub trecho Miracema x Vendas das Flores (Ponto de Referência: Campo de Futebol do Percy); → RJ 188 KM 37 Saída de acesso ao entroncamento da RJ 116 - Miracema (Ponto de referência: Avenida Samel no Distrito Industrial); → RJ 116 Próximo ao Miracema Campestre Clube. Ressalto que tal solicitação perfaz há décadas devido ás inúmeras vidas ceifadas pela ausência e abandono do Governo do Estado. Aprovado. 15) Vereador Hugo Fernandes - Ao Deputado Rodrigo Bacellar - Solicitação no sentido de que seja realizada uma intercessão junto ao DETRO/RJ visando a abertura de licitação com o objetivo de contemplar uma linha direta Miracema x Macaé, tendo em vista a grande quantidade de trabalhadores e estudantes que são altamente dependentes de condução para tal região. Na oportunidade encaminho ainda, cópia de Of. 105/2016 da Secretaria Estadual de Transporte que informou na oportunidade um cronograma que infelizmente não concretizou até a presente data, causando inúmeros transtornos a população de Miracema e região. Aprovado. 16) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que sejam tomadas as devidas providências em relação as Praças localizadas em Areias, Pernambuco, tendo em vista que as referidas praças estão abandonadas e precisando de limpeza. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que foi procurada por duas mães por conta da lista de materiais escolares de seus filhos, pois eles ainda não tinham recebido o material da Secretaria de Educação, assim gostaria que a Comissão de Educação da Câmara Municipal apurasse estes fatos. O Verador Fabrício de Spa Xavier esclareceu que conversou com o Secretário e ele lhe disse que os alunos que estivessem precisando do material deveriam procurar a respectiva diretora do colégio. Nesse sentido, o Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou um requerimento à Secretaria Municipal de Educação, no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se a Secretaria vai realizar a doação do kit escolar para os alunos da rede municipal. Deferido. A Vereador Maria

Alessandra Leite Freire disse que a Secretaria deveria utilizar um critério para a distribuição dos materiais. Acrescentou que algumas pessoas também reclamaram das podas das árvores no verão, sendo que elas deveriam ser podadas no inverno e não no verão por conta das sombras. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que infelizmente as podas de árvores ainda são feitas manualmente, sendo que já pediu a compra de uma máquina para as podas serem realizadas de forma mecanizada. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que na reunião sobre a caixa de previdência não compareceram nem 10% dos servidores, sendo que eles sempre criticam esta Casa Legislativa, mas não participam das explicações que são apresentadas. Esclareceu que sempre vê as pessoas reclamando da caixa de previdência, sendo que o primeiro chefe do poder executivo que deixou uma dívida foi em 1996, assim o próximo prefeito não efetuou o pagamento da dívida, mas fez os devidos repasses e, assim a dívida acabou se transofrmando numa bola de neve. Esclareceu que o atual prefeito extinguiu a autarquia para tentar resolver e escalrecer todos os problemas. Acrescentou que infelizmente vê o servidor desinteressado sobre esse assunto, sendo que vamos precisar da união dos vereadores para em prol do município de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes informou que ainda estão faltando algumas informações no Projeto de Lei, acrescentando que realmente diversos funcionários não compareceram na reunião. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que tudo no documento é bonito, mas na prática é complicado. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que em muitas vezes a Câmara Municipal é penalizada em excesso, entretanto a maioria das penalidades que estão acontecendo é um resultado das denúncias realizadas pela Câmara no passado. Esclareceu que a maioria dos servidores não participa da fiscalização da Caixa de Previdência, assim acredita que eles também possuem uma parcela de culpa. Por fim, disse que o Prefeito está sendo bastante audacioso em tentar resolver este problema e está aguardando a documentação da Prefeitura para discutirmos o Projeto. A Vereador Maria Alessandra Leite Freire disse que a situação é complicada e o funcionário é o grande prejudicado, destacando que sempre vota de acordo com sua consciência e sempre em prol de Miracema, seja seu voto a favor ou contra. O Vereador Maurício Sant'Ana Saores disse que todos devemos votar com sua consciência. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que o projeto chegou na Câmara no ano passado e o tempo foi bem para todos pensarem e estudarem sobre o projeto. Destacou que existe um problema e ele deve ser resolvido, assim percebe que o Prefeito foi corajoso em tentar resolvê-lo. Por fim, disse que a Tribuna está aberta para ouvirmos todos os lados. O

Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Aplausos para o Sr. Nilton Rodrigues Moreira Júnior, o parabenizando por ele ter assumido a Direção do DER de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que que anteriormente, quando extinguimos a Autarquia e criamos a PREVI, entregamos um cheque em branco ao governo, sendo que não precisamos de uma simples planilha explicando os fatos e sim de um relatório detalhado. Informou que precisamos tomar uma medida urgente, acreditando que daqui a dez anos a Caixa de Previdência vai poder votlar ao normal. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que o Prefeito tem comentado muito em pagamento de dívidas e precatórios passados em relação às divídas com funcionários, assim poderia ser feito um levantamento dos atuais funcionários para regulamentar a situação de todos, padronizando todos os padrões de vencimentoe e evitando dívidas futuras, acabando assim com as questões de funcionários com retroativos. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que fizemos uma Tomada de Contas Especial e uma CPI em relação a Caixa de Previdência, sendo qur não entende o motivo da não realização de uma compensação previdenciária, pois foi apurada uma diferença entre o INSS e a Caixa de Previdência. Dessa forma, o Município deveria deixar de repassar para o INSS e receber a compensação destes valores, sendo que isso seria fundamental para começarmos a resolver os problemas. Por fim, disse que o atual gestor tem boas intenções para resolver esse problema. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que devemos fiscalizar e cobrar se essa compensação previdenciária vai acontecer. O Vereador Hugo Fernandes disse a Caoxa de Previdência é o assunto mais desgastante da Câmara e ainda vamos precisar trabalhar muito para solucionar. Destacou que o pagamento dos aposentados vai ser priorizado e acredita que a realização de uma compensação previdenciária vai ser complicada, pois o INSS também possui suas dívidas. Acredita que a Prefeitura deveria unificar os regimes dos servidores, sendo que também precisamos reavaliar as perícias médicas, devendo ser feita uma avaliação melhor. Esclareceu que o Município poderia parar de realizar os descontos em cima dos cargos gratificados para evitar licenças com o valor muito alto, sendo que demos a autonomia para a PREVI corrigir este erro e isto não foi feito. Informou que o Município vai precisar a pagar o cálculo atuarial e no próximo concurso deveria limitar o teto salarial dos funcionários, bem como que deveria ser criado um novo Plano de Cargos e Salários para padronizar os funcionários. Por fim, disse que deveria ter sido realizada uma auditoria independente, para apontar todas as falhas. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando

para a próxima a ser realizada no dia 18/02/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2019.



Aos catorze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Miracema, com a presença dos Vereadores **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloi, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Maurício Sant'Ana Soares, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores: Carlos Magno da Silva Peres, Gilson Teixeira Sales e Gutemberg Medeiros Damasceno. Justificadas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva ocupou a cadeira do 2º Secretário da Mesa Diretora. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 05, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de dezembro de 2014; 02) Ofício nº 861/2014 da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Miracema sobre a devolução de excedente financeiro; 03) Ofício nº 159/2014 da CAPPS respondendo o ofício nº 0805/2014. Os Vereadores Hugo Fernandes e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício

PRS/SSE/CSO 41344/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; 05) Ofício nº 157/2014 da CAPPS justificando a delonga nas respostas dos ofício recebidos pela Autarquia. Os Vereadores Hugo Fernandes e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 06) Ofício nº 155/2014 da CAMEDS respondendo o ofício nº 0723/2014. O Vereador Genessi Rodrigues solicitou cópia deste ofício; 07) Ofício nº 158/2014 da CAPPS respondendo o ofício nº 0772/2014; 08) Ofício nº 283/2014 do Ministério Público da Comarca de Miracema agradecendo Moção de Aplausos recebida. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 09) Ofício nº 2766 – PRS/GAP do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou cópia deste ofício; 10) Comunicado nº CM302446/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 11) Ofício nº 1247/2014/IBAMA-GM-MMA do Ministério do Meio Ambiente respondendo ofício nº 0746/2014. O Vereador Genessi Rodrigues solicitou cópia deste ofício; 12) Ofício Circular nº 001/2015 da Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua-RJ informando a composição da nova Mesa Diretora; 13) Ofício Circular da Câmara Municipal de Bebedouro-SP informando a composição da nova Mesa Diretora; 14) Ofício Circular nº 10/2014 da Câmara Municipal de Itaperuna-RJ informando a composição da nova Mesa Diretora; 15) Ofício PMM/SEC GOV nº 820/2014 da Secretaria Municipal de Governo encaminhando Projeto de Lei nº 019/2014; 16) Ofício nº 689/OUGPS/GM da Previdência Social respondendo o ofício nº 829/2014. Os Vereadores Hugo Fernandes e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 17) Ofício RH nº 095/2014 da CAPPS; 18) Ofício nº 003/2015 da CAPPS respondendo ofício nº 0724/2014. Os Vereadores Hugo Fernandes, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício; 19) Ofício Presidência/Jurídico nº 08/2015 da CAPPS; 20) Ofício PMM/GAB nº 011/2015 do Gabinete do S. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei Complementar nº 001/2015. Continuando, o Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou requerimento ao Secretário Municipal de Obras e Urbanismo no sentido de que seja realizada uma revisão na rede de esgotos localizada em frente ao Clube XV, pois existe um bueiro que está soltando água no local, deixando a rua toda molhada. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu que o Projeto de Lei que

Dispõe sobre a Qualificação de Entidades como Organizações Sociais e dá Outras Providências seja devolvido ao Poder Executivo com o intuito de saber da Secretária Municipal de Saúde se ainda existe a intenção de manter o referido Projeto. A devolução do referido Projeto foi deferida pelo Vereador Maurício Sant'Ana Soares. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou requerimento ao Secretário Municipal de Agricultura no sentido de que envide esforços a fim de que seja concluído o serviço iniciado na Comunidade de Duas Barras, tendo em vista que aproximadamente 12 (doze) residências se encontram sem abastecimento de água. Deferido. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou requerimento ao Secretário Estadual de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida no sentido de que envide esforços a fim de que sejam instaladas 04 (quatro) Academias ao Ar Livre no Município de Miracema, nos seguintes locais: a) Praça D'Itália (Vale do Cedro); b) Centro de Convivência; c) Praça do Cruzeiro; d) Venda das Flores. Aprovado. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos para o Sr. José Beraldo Fortuna Soares por ter sido nomeado para ocupar o Cargo de Diretor de Obras e Conservação do FUNDERJ e desejando sucesso nesta nova etapa de sua vida. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos para o Sr. José Hylen Gomes Ney por ter sido nomeado para ocupar o Cargo de Vice-Presidente do DER-RJ e desejando sucesso nesta nova etapa de sua vida. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Presidente Maurício Sant'Ana Soares disse que fez um esboço sobre a composição das Comissões da Câmara Municipal e que gostaria de discuti-lo com todos os Vereadores. Continuando, disse que a **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final** seria composta pelos Vereadores Hugo Fernandes (Presidente), João Siqueira Magalhães (Vice-Presidente) e Carlos Magno da Silva Peres (Membro). A **Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio Obras e Serviços Públicos** seria composta pelos Vereadores Genessi Rodrigues da Silva (Presidente), Paulo Sérgio de Azevedo (Vice-Presidente) e Carlos Armando de Azevedo (Membro). A **Comissão de Educação, Saúde e Assistência** seria composta pelos Vereadores Fabrício de Sá Xavier (Presidente), Hugo Fernandes (Vice-Presidente) e Gutemberg Medeiros Damasceno (Membro). A **Comissão de Ética** seria composta pelos Vereadores João Siqueira Magalhães (Presidente), Maria José Marques Barros Andrade (Vice-

Presidente) e Gilson Teixeira. Sales (Membro). A **Comissão de Meio Ambiente** seria composta pelos Vereadores Gilson Teixeira Sales (Presidente), Gutemberg Medeiros Damasceno (Vice-Presidente) e Carlos Armando de Azevedo (Membro). A **Comissão de Trânsito e Segurança Pública** seria composta pelos Vereadores João Siqueira Magalhães (Presidente), Genessi Rodrigues da Silva (Vice-Presidente) e Fabrício de Sá Xavier (Membro). A **Comissão de Turismo e Cultura** seria composta pelos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno (Presidente), Maurício Sant'Ana Soares (Vice-Presidente) e Carlos Magno da Silva Peres (Membro). Todos os Vereadores concordaram com o esboço apresentado. Dessa maneira, o Vereador Presidente Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que as composições das Comissões da Câmara Municipal ficaram da seguinte maneira: **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:** Hugo Fernandes (Presidente), João Siqueira Magalhães (Vice-Presidente) e Carlos Magno da Silva Peres (Membro); **Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio Obras e Serviços Públicos:** Genessi Rodrigues da Silva (Presidente), Paulo Sérgio de Azevedo (Vice-Presidente) e Carlos Armando de Azevedo (Membro); **Comissão de Educação, Saúde e Assistência:** Fabrício de Sá Xavier (Presidente), Hugo Fernandes (Vice-Presidente) e Gutemberg Medeiros Damasceno (Membro); **Comissão de Ética** seria composta pelos Vereadores João Siqueira Magalhães (Presidente), Maria José Marques Barros Andrade (Vice-Presidente) e Gilson Teixeira Sales (Membro); **Comissão de Meio Ambiente** seria composta pelos Vereadores Gilson Teixeira Sales (Presidente), Gutemberg Medeiros Damasceno (Vice-Presidente) e Carlos Armando de Azevedo (Membro); **Comissão de Trânsito e Segurança Pública** seria composta pelos Vereadores João Siqueira Magalhães (Presidente), Genessi Rodrigues da Silva (Vice-Presidente) e Fabrício de Sá Xavier (Membro) e; **Comissão de Turismo e Cultura** seria composta pelos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno (Presidente), Maurício Sant'Ana Soares (Vice-Presidente) e Carlos Magno da Silva Peres (Membro). Continuando, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que, como foi nomeado Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, junto com os Vereadores João Siqueira Magalhães e Carlos Magno da Silva Peres, gostaria que tão logo os Projetos de Leis fossem lidos em Plenário que sejam encaminhadas cópias aos Vereadores membros da Comissão com o intuito de agilizar os estudos dos referidos. A seguir o Sr. Presidente passou à

Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei Complementar que Altera o Anexo G7 – Quadro das Contribuições e Subvenções Sociais Disposto no Art. 7º da Lei nº 1.562 de 09 de dezembro de 2014 (LOA). Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei Complementar foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei Complementar nº 1.578, de 14 de janeiro de 2015. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art.1º - Fica alterado o Anexo G7 - Quadro das Contribuições e Subvenções Sociais, previsto no art. 7º da Lei nº 1.562, de 09 de Dezembro de 2014, passando a vigorar com o seguinte detalhamento:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
ENTIDADE	**VALOR (R$)**
Sociedade Musical Sete de Setembro	50.000,00
Associação Sócio Cultural Cara da Rua	15.000,00
Liga Desportiva de Miracema	15.000,00
Associação dos Deficientes Auditivos e Visuais de Miracema	36.000,00
Boi Pintadinho e Mineiro Pau Chacrinha - Carnaval	30.000,00
Bloco Carnavalesco Adão e Eva - Carnaval	48.000,00
Bloco Carnavalesco Flor do Amanhã - Carnaval	43.500,00
Bloco Carnavalesco Unidos da Jove - Carnaval	4.500,00
Bloco Carnavalesco Garotos do Sereno - Carnaval	4.500,00
Bloco Carnavalesco Se Não Guenta Por que Veio - Carnaval	4.500,00
GRES Cruzeiro	15.000,00
Associação Folclórica - Grupos Folclóricos	50.000,00
Lions Clube de Miracema	6.000,00
Subtotal	**322.000,00**
Total	**322.000,00**

Art. 2º - Fica mantido o detalhamento do Quadro das Contribuições e Subvenções Sociais - Câmara Municipal. Art. 3º - Está Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições que lhe são contrárias, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015. **02)** Projeto de Lei que Institui o Código Sanitário no Município de Miracema. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.579, de 14 de janeiro de 2015. O Prefeito Municipal de Miracema, no uso de suas atribuições faz

saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 1º - Fica instituído o Código Sanitário do Município de Miracema, fundamentado nos princípios expressos na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, nas Leis Orgânicas da Saúde - Leis Federais nº8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078,de 11 de setembro de 1990, no Código de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, e na Lei Orgânica deste Município. Art. 2º - Todos os assuntos relacionados com as ações de vigilância sanitária serão regidos pelas disposições contidas nesta Lei, nas normas técnicas especiais, portarias e resoluções, a serem determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde, respeitadas, no que couber, a Legislação Federal e Estadual. Art. 3º - Sujeitam-se a presente Lei todos os estabelecimentos de saúde e de interesse à saúde, sejam de caráter privado, público ou filantrópico, assim como outros locais que ofereçam riscos à saúde. CAPÍTULO II COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por vigilância sanitária o conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde. Art. 5º - Consideram-se como controle sanitário as ações desenvolvidas pelas autoridades sanitárias com vistas à aprovação de projetos arquitetônicos, ao monitoramento da qualidade dos produtos para saúde e de interesse à saúde e a verificação das condições para o licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos de saúde e de interesse à saúde, abrangendo: I – a inspeção e orientação; II – a fiscalização; III – a lavratura de termos e autos; IV – a aplicação de sanções. Art. 6º - São sujeitos ao controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias: I – drogas, medicamentos, imunobiológicos, insumos farmacêuticos e produtos para saúde; II – produtos de higiene pessoal, cosméticos, perfumes e saneantes; III – alimentos, águas envasadas, matérias-primas alimentares, artigos e equipamentos destinados a entrar em contato com alimentos; IV – produtos tóxicos e radioativos; V – estabelecimentos de saúde, de

interesse à saúde e outros ambientes que ofereçam riscos à saúde, de natureza pública e privada; VI – resíduos sólidos gerados pelos serviços de saúde e de interesse à saúde; VII – veiculação de propaganda de produtos farmacêuticos e outros produtos que possam comprometer a saúde, de acordo com as normas federais; VIII – outros produtos, substâncias, aparelhos e equipamentos que possam provocar danos à saúde. § 1º - Os responsáveis por imóveis, domicílios e estabelecimentos comerciais e industriais deverão impedir o acúmulo de lixo, entulho, restos de alimentos, água empoçada ou qualquer outra condição que propicie alimentação, criatório ou abrigo de animais sinantrópicos. § 2º - É vedada a criação de animais, no perímetro urbano, que pela sua natureza ou quantidade, sejam considerados causa de insalubridade, incômodo ou riscos à saúde pública. Art. 7º - As ações de vigilância sanitária serão executadas pelas autoridades sanitárias municipais, que terão livre acesso, mediante identificação por meio de credencial de fiscal sanitário, aos estabelecimentos e ambientes sujeitos ao controle sanitário. § 1º - São consideradas autoridades sanitárias para os efeitos desta Lei: I - os profissionais da equipe municipal de vigilância sanitária investidos na função fiscalizadora; II – o Chefe da Divisão do Serviço de Vigilância Sanitária Municipal. § 2º – Os estabelecimentos, por seus dirigentes ou prepostos, são obrigados a prestar os esclarecimentos necessários referentes ao desempenho de suas atribuições legais e a exibir, quando exigidos, quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de prevenção à saúde. Art. 8º - Os profissionais das equipes de vigilância sanitária, investidos das suas funções fiscalizadoras, serão competentes para fazer cumprir as leis e regulamentos sanitários, expedindo termos e autos, referentes à prevenção e controle de bens e serviços sujeitos à vigilância sanitária. Parágrafo Único - O Secretário Municipal de Saúde, excepcionalmente, poderá desempenhar funções de fiscalização, com as mesmas prerrogativas e atribuições conferidas pela presente Lei às autoridades sanitárias. Art. 9º - Compete à Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo de outras atribuições: I – promover e participar de todos os meios de educação, orientação, controle e execução das ações de vigilância e fiscalização sanitária, em todo o território do município; II – planejar, organizar e executar as ações de promoção e proteção à saúde individual e coletiva, por meio dos serviços de vigilância sanitária, tendo como base o perfil epidemiológico do município; III – garantir

infraestrutura e recursos humanos adequados à execução de ações de vigilância sanitária; IV – promover capacitação e valorização dos recursos humanos existentes na vigilância sanitária, visando aumentar a eficiência das ações e serviços; V – promover, coordenar, orientar e custear estudos de interesse da saúde pública; VI – assegurar condições adequadas de qualidade na produção, comercialização e consumo de bens e serviços de interesse à saúde, incluídos procedimentos, métodos e técnicas que as afetam; VII – assegurar condições adequadas de qualidade para prestação de serviços de saúde; VIII – promover ações visando o controle de fatores de risco à saúde; IX – promover a participação da comunidade nas ações da vigilância sanitária; X – organizar atendimento de reclamações e denúncias; XI – notificar e investigar eventos adversos à saúde, de que tomar conhecimento ou for cientificada por usuários ou profissionais de saúde, decorrentes do uso ou emprego de medicamentos e drogas; produtos para saúde; cosméticos e perfumes; saneantes; agrotóxicos; alimentos industrializados; e outros produtos definidos por legislação sanitária. CAPÍTULO III DA LICENÇA SANITÁRIA Art. 10 - Os estabelecimentos sujeitos ao controle e à fiscalização sanitária somente funcionarão mediante licença sanitária expedida pelo órgão de vigilância sanitária, com validade por um ano, renovável por períodos iguais e sucessivos. Devendo ser requerida nos primeiros cento e vinte dias do ano subsequente. § 1º - A concessão ou renovação da Licença Sanitária será condicionada ao cumprimento de requisitos técnicos referentes às instalações, aos produtos, máquinas, equipamentos, normas e rotinas do estabelecimento, comprovados pela autoridade sanitária competente. § 2º - A Licença Sanitária poderá, a qualquer tempo, ser suspensa, cassada ou cancelada, no interesse da saúde pública, sendo assegurado ao proprietário do estabelecimento o exercício do direito de defesa e do contraditório, em processo administrativo instaurado pelo órgão sanitário competente. § 3º - A Secretaria Municipal de Saúde, através de Regulamentos Técnicos específicos e, tendo em vista o ramo de atividades desenvolvidas, poderá exigir a Licença Sanitária para o funcionamento de outros estabelecimentos não previstos nesta Lei. § 4º - Todo estabelecimento deve comunicar formalmente ao órgão que emitiu a respectiva licença sanitária qualquer alteração e/ou encerramento de suas atividades. § 5º - A Licença Sanitária será emitida, específica e independente, para: I – cada estabelecimento, de acordo com a

atividade e/ou serviço exercido, ainda que exista mais de uma unidade na mesma localidade; II – cada atividade e/ou serviço desenvolvido na unidade do estabelecimento, de acordo com a legislação; III– cada atividade e/ou serviço terceirizado existente na unidade do estabelecimento, de acordo com a legislação. CAPÍTULO IV DAS TAXAS Art. 11 – As ações de vigilância sanitária executados pelo órgão correspondente da Secretaria Municipal da Saúde ensejarão a cobrança da Taxa de Vigilância Sanitária. Art. 12 – Os valores da Taxa de Vigilância Sanitária e das multas em virtude do exercício das ações de vigilância sanitária serão recolhidos aos cofres públicos do município, creditados ao Fundo Municipal de Saúde, revertidos exclusivamente para o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária e sob o controle social do Conselho Municipal de Saúde. Art. 13 – Os valores recolhidos, mencionados no artigo anterior, serão destinados ao custeio e à manutenção da estrutura da Divisão do Serviço de Vigilância Sanitária Municipal. Art. 14 - São isentos da Taxa de Vigilância Sanitária: I - órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; e II - associações, fundações, entidades de caráter beneficente, filantrópico, caritativo ou religioso que não remunerem seus dirigentes, não distribuam lucros a qualquer título e apliquem seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais; III – outros previstos em lei estadual ou federal. Parágrafo Único - A isenção da Taxa de Vigilância Sanitária não dispensa a obrigatoriedade do cumprimento das exigências contidas nas normas legais e regulamentares. CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA Seção I Fiscalização dos Estabelecimentos de Saúde Art. 15 – Sujeitam-se ao controle e à fiscalização sanitária os estabelecimentos de saúde. Art. 16 - Para os efeitos desta Lei, consideram-se estabelecimentos de saúde: I – serviços médicos; II – serviços odontológicos; III – serviços de diagnósticos e terapêuticos; IV – outros serviços de saúde definidos por legislação específica. Parágrafo Único - Os estabelecimentos a que se referem o artigo anterior deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene e limpeza, organizados de modo a não possibilitar a existência de focos de insalubridade em seu ambiente interno e externo e deverão ser objeto de desratização, desinsetização e manutenções periódicas. Art. 17 - Os estabelecimentos de saúde deverão adotar normas e procedimentos visando o controle de infecção relacionada à assistência à saúde. Parágrafo Único - É responsabilidade pessoal dos

profissionais de saúde o controle de infecção em seus ambientes de trabalho. Art. 18 - Os estabelecimentos de saúde e os veículos para transporte de pacientes deverão ser mantidos em rigorosas condições de higiene, devendo ser observadas as normas de controle de infecção estipuladas na legislação sanitária. Art. 19 - Os estabelecimentos de saúde deverão adotar procedimentos adequados na geração, acondicionamento, fluxo, transporte, armazenamento, destino final, e demais questões relacionadas a resíduos de serviços de saúde, conforme legislação sanitária. Art. 20 - Os estabelecimentos de saúde deverão possuir condições adequadas para o exercício da atividade profissional na prática de ações que visem à proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde. Parágrafo Único - Estes estabelecimentos deverão possuir instalações, equipamentos, instrumentais, utensílios e materiais de consumo indispensáveis e condizentes com suas finalidades e em perfeito estado de conservação e funcionamento, de acordo com normas técnicas específicas. Art. 21 - Os estabelecimentos de saúde deverão possuir quadro de recursos humanos legalmente habilitados, em número adequado à demanda e às atividades desenvolvidas. Seção II Fiscalização dos Estabelecimentos de Interesse à Saúde Art. 22 - Para os efeitos desta Lei, consideram-se estabelecimentos de interesse à saúde: I – barbearias, salões de beleza, pedicures, manicures, massagens, estabelecimentos esportivos (ginástica, natação, academias de artes marciais e outros), creches, tatuagens, piercings, cemitérios, necrotérios, funerárias, piscinas de uso coletivo, hotéis, motéis, pousadas, instituições de longa permanência para idosos e outros; II – os que extraem, produzem, fabricam, transformam, preparam, manipulam, purificam, fracionam, embalam, reembalam, importam, exportam, armazenam, expedem, transportam, compram, vendem, dispensam, cedem ou usam os produtos mencionados no art. 6º; III – os laboratórios de pesquisa, de análise de produtos alimentícios, água, medicamentos e produtos para saúde e de controle de qualidade de produtos, equipamentos e utensílios de interesse à saúde; IV – os que prestam serviços de desratização e desinsetização de ambientes domiciliares, públicos e coletivos; V – os que degradam o meio ambiente por meio de resíduos contaminantes e os que contribuem para criar ambiente insalubre ao ser humano ou propício ao desenvolvimento de animais sinantrópicos; VI - outros estabelecimentos cuja atividade possa, direta ou indiretamente, provocar danos ou agravos à saúde individual ou

coletiva. Parágrafo Único - Os estabelecimentos referidos neste artigo deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene e limpeza, organizados de modo a não possibilitar a existência de focos de insalubridade em seu ambiente interno e externo e deverão ser objeto de desratização, desinsetização e manutenções periódicas. Seção III Fiscalização de Produtos Art. 23 – Todo produto destinado ao consumo humano comercializado e/ou produzido no município, estará sujeito à fiscalização sanitária municipal, respeitando os termos desta Lei e a legislação federal e estadual, no que couber. Art. 24 – O controle sanitário a que estão sujeitos os produtos de interesse da saúde compreende todas as etapas e processos, desde a sua produção até sua utilização e/ou consumo. Art. 25 – No controle e fiscalização dos produtos de interesse da saúde serão observados os padrões de identidade, qualidade e segurança definidos por legislação específica. § 1º - A autoridade sanitária fará, sempre que considerar necessário, coleta de amostras do produto, para efeito de análise. § 2º - Os procedimentos para coleta e análise de amostras serão definidos em normas técnicas específicas. § 3º - A amostra do produto considerado suspeito deverá ser encaminhada ao laboratório oficial, para análise fiscal. Art. 26 – É proibido qualquer procedimento de manipulação, beneficiamento ou fabrico de produtos que concorram para adulteração, falsificação, alteração, fraude ou perda de qualidade dos produtos de interesse da saúde. CAPÍTULO VI NOTIFICAÇÃO Art. 27 - Fica a critério da autoridade sanitária a lavratura e expedição de Termo de Notificação ao inspecionado para que faça ou deixe de fazer alguma coisa, devendo conter a identificação completa do inspecionado. § 1º - Quando lavrado e expedido o referido termo, o prazo concedido para o cumprimento das exigências nele contidas será de até 30 (trinta) dias. § 2º - Decorrido o prazo concedido e não sendo atendida a notificação, será lavrado Termo de Intimação com indicação da disposição legal ou regulamentar pertinente, o prazo para o cumprimento das exigências nele contidas será de até 30 (trinta) dias. Podendo ser prorrogado por no máximo mais 30 (trinta) dias, a critério da autoridade sanitária, caso seja requerido pelo interessado, até 10 (dez) dias antes do término do prazo concedido e desde que devidamente fundamentado. § 3º - Decorrido o prazo concedido e não sendo os termos atendidos, será lavrado auto de infração e instaurado processo administrativo sanitário. CAPÍTULO VII PENALIDADES E INFRAÇÕES SANITÁRIAS Seção I Normas Gerais Art. 28 - Considera-se infração

sanitária a desobediência ao disposto nesta Lei, nas leis federais, estaduais e nas demais normas legais e regulamentares, que de qualquer forma, destinem-se à proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde. Art. 29 - Responderá pela infração sanitária a pessoa física e/ou jurídica que, por ação ou omissão, lhe deu causa, concorreu para sua prática ou dela se beneficiou. § 1º - Para fins deste artigo, considera-se causa a ação ou omissão sem a qual a infração sanitária não teria ocorrido. § 2º - Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deterioração ou alteração de equipamentos, produtos e serviços de interesse à saúde. Art. 30 - Os fabricantes e fornecedores de equipamentos, produtos e serviços de interesse à saúde respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados para o consumo e/ou utilização. Art. 31 - Na apuração das infrações sanitárias, a autoridade sanitária comunicará o fato: I - à autoridade policial e ao Ministério Público, nos casos que possam configurar ilícitos penais; II - aos conselhos profissionais, nos casos que possam configurar violação aos códigos de ética profissional. Seção II Das Penalidades Art. 32 - As infrações sanitárias, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as seguintes penalidades: I – advertência; II – multa; III – apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas; IV – apreensão de animais; V – suspensão de venda e/ou fabricação de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes; VI – inutilização de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes, matérias-primas e insumos; VII – interdição parcial ou total de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, máquinas, produtos e equipamentos; VIII – suspensão e/ou proibição de propaganda e/ou publicidade; IX – cancelamento da Licença Sanitária Municipal; X – imposição de mensagem retificadora; XI – cancelamento da notificação de produto alimentício. § 1º – Aplicada a penalidade de inutilização, o infrator deverá cumpri-la, arcando com seus custos, no prazo determinado pela autoridade sanitária, respeitando a legislação e apresentando o respectivo comprovante. § 2º – Aplicada a penalidade de interdição, essa vigerá até que o infrator cumpra as medidas exigidas pela legislação sanitária, solicite a realização de nova inspeção sanitária e que a autoridade julgadora se manifeste sobre o pleito de desinterdição de maneira

fundamentada. Art. 33 - A pena de multa consiste no pagamento em moeda corrente no país, variável segundo a classificação das infrações constantes do art. 37, conforme os seguintes limites: I - nas infrações leves, de R$ 300,00 (trezentos reais) a R$ 2.000,00(dois mil reais); II - nas infrações graves, de R$ 2.001,00 (dois mil e um reais) a R$10.000,00 (dez mil reais); III - nas infrações gravíssimas, de R$ 10.001,00 (dez mil e um reais) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Parágrafo Único - As multas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro em caso de reincidência e reincidência específica. Art. 34 - Para imposição da pena e a sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta: I – as circunstâncias atenuantes e agravantes; II – a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública; III – os antecedentes do autuado quanto ao descumprimento da legislação sanitária; IV – a capacidade econômica do autuado; V – os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Parágrafo Único - Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a autoridade sanitária levará em consideração as que sejam preponderantes. Art. 35 - São circunstâncias atenuantes: I – ser primário o autuado; II – não ter sido a ação do autuado fundamental para a ocorrência do evento; III – procurar o autuado, espontaneamente, durante o processo administrativo sanitário, reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe foi imputado. Parágrafo Único - Considera-se, para efeito desta Lei, infrator primário a pessoa física ou jurídica que não tiver sido condenada em processo administrativo sanitário nos 5 (cinco) anos anteriores à prática da infração em julgamento. Art. 36 - São circunstâncias agravantes: I – ser o autuado reincidente; II – ter o autuado cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente de ação ou omissão em desrespeito à legislação sanitária; III – ter o autuado coagido outrem para a execução material da infração; IV – ter a infração consequências calamitosas à saúde pública; V – ter o autuado deixado de adotar providências de sua responsabilidade para evitar ou sanar a situação que caracterizou a infração; VI – ter o autuado agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má-fé; VII – ter o autuado praticado a infração que envolva a produção em larga escala. Art. 37 - As infrações sanitárias classificam-se em: I – leves, quando o autuado for beneficiado por circunstância atenuante; II – graves, quando for verificada uma circunstância agravante; III – gravíssimas: a) quando existirem duas ou mais circunstâncias agravantes; b) quando a infração tiver

consequências danosas à saúde pública; c) quando ocorrer reincidência específica. Parágrafo Único - Considera-se reincidência específica a repetição pelo autuado da mesma infração pela qual já foi condenado. Art. 38 - Na aplicação da penalidade de multa, a capacidade econômica do infrator será observada dentro dos limites de natureza financeira correspondente à classificação da infração sanitária prevista no artigo 33. Art. 39 - As multas impostas em razão da infração sanitária sofrerão redução de 20% (vinte por cento), caso o pagamento seja efetuado no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data em que o infrator for notificado da decisão que lhe imputou a referida penalidade. Art. 40 - O pagamento da multa, em qualquer circunstância, implicará a desistência tácita de recurso em relação à sua aplicação, permanecendo o processo administrativo em relação às demais penalidades eventualmente aplicadas cumulativamente. Art. 41 - Quando aplicada pena de multa e não ocorrer o seu pagamento ou interposição de recurso, a decisão será publicada nos meios oficiais e em seguida o infrator será notificado para recolhê-la no prazo de 30 (trinta) dias, na forma da alínea a do inciso I do artigo105, sob pena de cobrança judicial e inscrição na dívida ativa municipal. Art. 42 - Nos casos de risco sanitário iminente, a autoridade sanitária poderá determinar de imediato, sem a necessidade de prévia manifestação do interessado, a apreensão e interdição de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes, matérias-primas, insumos, estabelecimentos, seções, dependências, obras, veículos, máquinas, assim como a suspensão de vendas, atividades e outras providências acauteladoras, as quais não configurarão aplicação de penalidade sanitária, mas sim o regular exercício das prerrogativas da administração pública. § 1º - Concomitante às medidas acauteladoras previstas no caput deste artigo, a autoridade sanitária deverá lavrar auto de infração. § 2º - As medidas acauteladoras previstas neste artigo durarão no máximo 90 (noventa) dias. Seção III Das Infrações Sanitárias Art. 43 - Construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território municipal, laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, produtos para a saúde, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes: Pena – advertência, apreensão de produtos,

equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa. Art. 44 - Construir, instalar ou fazer funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes: Pena – advertência, apreensão de produtos, equipamentos ,utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa. Art. 45 - Instalar ou manter em funcionamento consultórios médicos, odontológicos e estabelecimentos de pesquisas clínicas, clínicas de hemodiálise, serviços hemoterápicos, bancos de leite humano, de olhos e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias, hidrominerais, termais, de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raios X, substâncias radioativas, ou radiações ionizantes e outras, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, sem licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes: Pena – advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa. Art. 46 - Explorar atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas relacionadas à saúde, com ou sem a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes: Pena – advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 47 - Extrair, produzir, fabricar, transformar, reutilizar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, produtos para a saúde, embalagens, recipientes, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente: Pena – advertência, apreensão e inutilização de produtos, equipamentos, utensílios, embalagens, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa. Art. 48 - Fazer veicular propaganda de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente: Pena - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda, imposição de mensagem retificadora, suspensão de propaganda e publicidade e multa. Art. 49 - Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes: Pena – advertência e/ou multa. Art. 50 - Impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis, zoonoses e quaisquer outras, além do sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias: Pena – advertência e/ou multa. Art. 51 - Reter atestado de vacinação obrigatória, deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção de doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde: Pena – advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa. Art. 52 - Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções: Pena – advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, máquinas, produtos e equipamentos ou cancelamento de licença sanitária e/ou multa. Art. 53 - Aviar receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa em lei e normas regulamentares: Pena – advertência, interdição de estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 54 -

Fornecer, vender ou praticar atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e produtos para a saúde cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância dessa exigência e contrariando as normas legais e regulamentares: Pena – advertência, interdição de estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 55 - Retirar ou aplicar sangue, hemocomponentes, hemoderivados, proceder a operações de plasmaferese, ou desenvolver outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares: Pena – advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, veículos, equipamentos e produtos, inutilização, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 56 - Exportar sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano, ou utilizá-los contrariando as disposições legais e regulamentares: Pena – advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, veículos, equipamentos e produtos, inutilização, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 57 - Rotular alimentos, produtos alimentícios, bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, perfumes, produtos para saúde, saneantes, de correção estética e quaisquer outros de interesse à saúde, contrariando as normas legais e regulamentares: Pena – advertência, interdição, apreensão e inutilização e/ou multa. Art. 58 - Alterar o processo de fabricação de produtos sujeitos à vigilância sanitária, modificar os seus componentes básicos, nome, e demais elementos objeto do registro, sem a necessária autorização do órgão sanitário competente: Pena – advertência, interdição, apreensão e inutilização, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 59 - Reaproveitar vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos, perfumes e quaisquer outros de interesse à saúde: Pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa. Art. 60 - Importar ou exportar, expor à venda ou entregar ao consumo produtos de interesse da saúde cujo prazo de validade tenha se expirado, ou opor-lhes novas datas, depois de expirado o prazo: Pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa. Art. 61 - Produzir, comercializar, embalar, manipular, fracionar produtos de

interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado. Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa. Art. 62 - Construir, reformar ou adequar estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária sem a prévia aprovação do projeto pelo órgão sanitário competente. Pena – advertência, interdição e/ou multa. Art. 63 - Utilizar, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados: Pena – advertência, apreensão e inutilização, suspensão de vendas, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa. Art. 64 - Comercializar produtos biológicos, imunoterápicos e outros de interesse à saúde que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem observância das condições necessárias à sua preservação: Pena – advertência, apreensão e inutilização, suspensão de vendas, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa. Art. 65 - Executar serviços de desratização, desinsetização, desinfestação e imunização de ambientes e produtos e/ou aplicar métodos contrariando as normas legais e regulamentares. Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa. Art. 66 - Descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias relativas ao transporte de produtos sujeitos à vigilância sanitária e de pacientes. Pena – advertência, interdição e/ou multa. Art. 67 - Descumprir normas legais e regulamentares relativas a imóveis e/ou manter condições que contribuam para a proliferação de roedores, vetores e animais sinantrópicos que possam configurar risco sanitário: Pena – advertência, interdição, cancelamento de licença sanitária e/ou multa. Art. 68 - Exercer profissões e ocupações relacionadas com a saúde sem a necessária habilitação legal: Pena – interdição, apreensão, e/ou multa. Art. 69 - Atribuir encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal: Pena – interdição, apreensão, e/ou multa. Art. 70 - Proceder à cremação de cadáveres, ou utilizá-los, contrariando as normas sanitárias pertinentes: Pena – advertência, interdição e/ou multa. Art. 71 - Fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos para a saúde, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que

interessem à saúde pública: Pena – advertência, apreensão e inutilização, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 72 - Transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde: Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária, proibição de propaganda, imposição de mensagem retificadora, suspensão de propaganda e publicidade e/ou multa. Art. 73 - Produzir, comercializar ou entregar ao consumo humano sal refinado, moído ou granulado, que não contenha iodo na proporção estabelecida pelo órgão competente: Pena – advertência, apreensão e interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 74 - Descumprir atos emanados das autoridades sanitárias competentes, visando à aplicação das normas legais e regulamentares pertinentes: Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária, proibição de propaganda, imposição de mensagem retificadora, suspensão de propaganda e publicidade e/ou multa. Art. 75 - Descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas à importação ou exportação de matérias-primas ou produtos sujeitos à vigilância sanitária: Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária, e/ou multa. Art. 76 - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas a estabelecimentos e boas práticas de fabricação de matérias-primas e de produtos sujeitos à vigilância sanitária: Pena – advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 77 - Proceder a qualquer mudança de estabelecimento de armazenagem de produtos, matérias-primas, insumos, equipamentos, produtos para a saúde e quaisquer outros sob interdição, sem autorização do órgão sanitário competente: Pena – advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 78 - Proceder à comercialização de produtos, matérias-primas, insumos, equipamentos, produtos para a saúde e quaisquer outros sob interdição: Pena –

advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 79 - Deixar de garantir, em estabelecimentos destinados à armazenagem e/ou distribuição de produtos sujeitos à vigilância sanitária, a manutenção dos padrões de identidade e qualidade de produtos, matérias-primas, insumos, equipamentos, produtos para a saúde e quaisquer outros sob interdição, aguardando inspeção física ou a realização de diligências requeridas pelas autoridades sanitárias competentes: Pena – advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 80 - Deixar de comunicar ao órgão de vigilância sanitária competente a interrupção, suspensão ou redução da fabricação ou da distribuição dos medicamentos de tarja vermelha, de uso continuado ou essencial à saúde do indivíduo, ou de tarja preta, provocando o desabastecimento do mercado: Pena – advertência, interdição total ou parcial do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 81 - Contribuir para que a poluição da água e do ar atinja níveis ou categorias de qualidade inferior aos previstos nas normas legais e regulamentares: Pena – advertência, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 82 - Emitir ou despejar efluente ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido em normas legais e regulamentares: Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 83 - Causar poluição hídrica que leve à interrupção do abastecimento público de água, em razão de atividade sujeita à vigilância sanitária: Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 84 - Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, de habitantes, em razão de atividade sujeita à vigilância sanitária: Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 85 - Causar poluição do solo, tornando área urbana ou rural imprópria para ocupação, em razão de atividade sujeita à vigilância sanitária: Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa. Art. 86 - Utilizar ou aplicar defensivos agrícolas ou agrotóxicos, contrariando as normas legais e regulamentares e/ou as restrições constantes do registro do produto: Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição e/ou multa. Art. 87 – As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em 05 (cinco) anos. Parágrafo Único –

a prescrição interrompe-se pela notificação, ou outro ato da autoridade competente, que objetive a sua apuração e consequente imposição de pena. CAPÍTULO VIII PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Seção I Normas Gerais Art. 88 - O processo administrativo sanitário é destinado a apurar a responsabilidade por infrações das disposições desta Lei e demais normas legais e regulamentares destinadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, sendo iniciado com a lavratura de auto de infração, assegurando-se ao autuado o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, observado o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei. Art. 89 - Constatada a infração sanitária, a autoridade sanitária, no exercício da ação fiscalizadora, lavrará, no local em que essa for verificada ou na sede da vigilância sanitária, o auto de infração sanitária, o qual deverá conter: I – nome do autuado ou responsável, seu domicílio e residência, bem como outros elementos necessários a sua qualificação e identidade civil, devendo constar necessariamente nº de CPF e carteira de identidade; II – local, data e hora da verificação da infração; III – descrição da infração e menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido, de forma clara e objetiva; IV – penalidade a que está sujeito o autuado e o respectivo preceito legal que autoriza sua imposição; V – ciência, pelo autuado, de que responderá pelo fato constatado em processo administrativo sanitário; VI – assinatura do servidor autuante; VII - assinatura do autuado, ou na sua ausência ou recusa, menção pelo servidor autuante, e a assinatura de duas testemunhas, quando possível; VIII – prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa ou de impugnação do auto de infração. § 1º - Ao autuado é facultada vista ao processo a qualquer tempo, no órgão sanitário, podendo requerer, a suas expensas, cópias das peças que instruem o feito. § 2º - Quando, apesar da lavratura do auto de infração, subsistir, ainda, para o autuado, obrigação a cumprir, deverá o mesmo ser intimado para cumprimento no prazo de até 30 (trinta) dias. § 3º - O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, em casos excepcionais, por no máximo mais 30 (trinta) dias, a critério da autoridade sanitária, considerado o risco sanitário, caso seja requerido pelo interessado, até 10 (dez) dias antes do término do prazo inicialmente concedido e desde que devidamente fundamentado. § 4º - O servidor autuante é responsável pelas declarações e informações lançadas no auto de infração e no termo de intimação, sujeitando-se a sanções disciplinares em caso de falsidade ou omissão dolosa. Art. 90

– A ciência da lavratura de auto de infração, de decisões prolatadas e/ou de qualquer comunicação a respeito de processo administrativo sanitário dar-se-á por uma das seguintes formas: I – ciência direta ao inspecionado, autuado, mandatário, empregado ou preposto, provada com sua assinatura ou, no caso de recusa, sua menção pela autoridade sanitária que efetuou o ato; II – carta registrada com aviso de recebimento; III – edital publicado na imprensa oficial. Parágrafo Único - Na impossibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, e frustrado o seu conhecimento por carta registrada, este deverá ser cientificado por meio de edital, publicado uma única vez na imprensa oficial, considerando-se efetiva a ciência após 5(cinco) dias da sua publicação. Art. 91 – Para os fins desta Lei contar-se-ão os prazos excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento. § 1° - Os prazos somente começam a correr do primeiro dia útil após a ciência do autuado. § 2° - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia não útil, devendo ser observado pelo autuado o horário de funcionamento do órgão competente. Seção II Da Análise Fiscal Art. 92 - Compete à autoridade sanitária realizar de forma programada ou, quando necessária, a coleta de amostra de insumos, matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos, utensílios, embalagens, substâncias e produtos de interesse da saúde, para efeito de análise fiscal. Parágrafo Único - Sempre que houver suspeita de risco à saúde, acoleta de amostra para análise fiscal deverá ser procedida com interdição cautelar do lote ou partida encontrada. Art. 93 - A coleta de amostra para fins de análise fiscal deverá ser realizada mediante a lavratura do termo de coleta de amostra e do termo de interdição, quando for o caso, dividida em três invólucros, invioláveis, conservados adequadamente, de forma a assegurar a sua autenticidade e características originais, sendo uma delas entregue ao detentor ou responsável, a fim de servir como contra prova e as duas outras imediatamente encaminhadas ao laboratório oficial para realização das análises. § 1º - Se a natureza ou quantidade não permitir a coleta de amostra em triplicata, deverá ser colhida amostra única e encaminhada ao laboratório oficial para a realização de análise fiscal na presença do detentor ou fabricante do insumo, matéria prima, aditivo, coadjuvante, recipiente, equipamento, utensílio, embalagem, substância ou produto de interesse à saúde, não cabendo, neste caso, perícia de contra prova. § 2º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, se estiver

em ausentes as pessoas ali mencionadas, deverão ser convocadas duas testemunhas para presenciar a análise. § 3° - Em produtos destinados ao uso ou consumo humanos, quando forem constatadas pela autoridade sanitária irregularidades ou falhas no acondicionamento ou embalagem, armazenamento, transporte, rótulo, registro, prazo de validade, venda ou exposição à venda que não atenderem às normas legais regulamentares e demais normas sanitárias, manifestamente deteriorados ou alterados, de tal forma que se justifique considerá-los, desde logo, impróprios para o consumo, fica dispensada a coleta de amostras, lavrando-se o auto de infração e termos respectivos. § 4° - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior, às embalagens, aos equipamentos e utensílios, quando não passíveis de correção imediata e eficaz contra os danos que possam causar à saúde pública. § 5° - A coleta de amostras para análise fiscal se fará sem a remuneração do comerciante ou produtor pelo produto ou substância coletada. Art. 94 - Quando a análise fiscal concluir pela condenação dos insumos, matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos, utensílios, embalagens, substâncias e produtos de interesse da saúde, a autoridade sanitária deverá notificar o responsável para apresentar ao órgão de vigilância sanitária, defesa escrita ou requerer perícia de contra prova, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação acerca do resultado do laudo da análise fiscal inicial. § 1º - O laudo analítico condenatório será considerado definitivo quando não houver apresentação da defesa ou solicitação de perícia de contra prova, pelo responsável ou detentor, no prazo de 10 (dez) dias. § 2º - No caso de requerimento de perícia de contra prova o responsável deverá apresentar a amostra em seu poder e indicar o seu próprio perito, devidamente habilitado e com conhecimento técnico na área respectiva. § 3º - A perícia de contraprova não será efetuada se houver indícios de alteração e/ou violação da amostra em poder do detentor, prevalecendo, nesta hipótese, o laudo da análise fiscal inicial como definitivo. § 4º - Da perícia de contraprova será lavrada ata circunstanciada, datada e assinada por todos os participantes, cuja 1ª via integrará o processo de análise fiscal, e conterá os quesitos formulados pelos peritos. § 5° - Havendo divergência entre os resultados da análise fiscal inicial e da perícia de contra prova o responsável poderá apresentar recurso a autoridade superior, no prazo de 10 (dez) dias, o qual determinará novo exame pericial a ser realizado na segunda amostra em poder do laboratório oficial, cujo resultado

será definitivo. Art. 95 - Não sendo comprovada a infração objeto de apuração, por meio de análise fiscal ou contra prova, e sendo a substância ou produto, equipamentos ou utensílios considerados não prejudiciais à saúde pública, a autoridade sanitária lavrará notificação liberando-o e determinando o arquivamento do processo. Art. 96 - O resultado definitivo da análise condenatória de substâncias ou produtos de interesse da saúde, oriundos de unidade federativa diversa, será obrigatoriamente comunicado aos órgãos de vigilância sanitária federal, estadual e municipal correspondente. Art. 97 - Quando resultar da análise fiscal que substância, produto, equipamento, utensílios, embalagem são impróprios para o consumo, serão obrigatórias a sua apreensão e inutilização, bem como a interdição do estabelecimento, se necessária, lavrando-se os autos e termos respectivos. Seção III Do Procedimento Art. 98 – Adotar-se-á o rito previsto nesta seção às infrações sanitárias previstas nesta Lei. Art. 99 – O autuado terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa ou impugnação, contados da ciência do auto de infração. Parágrafo Único - Apresentada defesa ou impugnação, os autos do processo administrativo sanitário serão remetidos ao servidor autuante, o qual terá o prazo de 10 (dez) dias para se manifestar, seguindo os autos conclusos para decisão do superior imediato. Art. 100 - Após analisar a defesa, a manifestação do servidor autuante e os documentos que dos autos constam, o Chefe da Divisão do Serviço de Vigilância Sanitária Municipal decidirá fundamentadamente no prazo de 15 (quinze) dias, do recebimento do processo administrativo sanitário. § 1º - A decisão de primeira instância será fundamentada em relatório circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, podendo confirmar ou não a existência da infração sanitária. § 2º - A decisão que não confirmar a existência da infração sanitária implicará no arquivamento do respectivo processo administrativo sanitário, devendo essa decisão obrigatoriamente ser publicada nos meios oficiais. § 3º - A decisão que confirmar a existência da infração sanitária fixará a penalidade aplicada ao autuado. § 4º - As eventuais inexatidões materiais que se encontrem na decisão, ocasionadas por erros de grafia ou de cálculo, poderão ser corrigidas por parte da autoridade julgadora. Art. 101 - Decidida a aplicação da penalidade, o autuado poderá interpor recurso, em face da decisão de primeira instância, ao Secretário Municipal de Saúde. § 1º - O recurso previsto no caput deverá ser interposto no prazo de15 (quinze) dias, contados da

ciência da decisão de primeira instância. § 2º - O recurso terá efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária eventualmente aplicada, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 89 desta Lei. Art. 102 - Após analisar o recurso interposto e os demais elementos constantes no respectivo processo administrativo sanitário, o Secretário Municipal de Saúde decidirá fundamentadamente no prazo de 10(dez) dias. § 1º - A decisão de segunda instância será fundamentada em relatório circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, podendo confirmar ou não a existência da infração sanitária. § 2º - A decisão que não confirmar a existência da infração sanitária implicará no arquivamento do respectivo processo administrativo sanitário, devendo essa decisão obrigatoriamente ser publicada nos meios oficiais. § 3º - A decisão de segunda instância que confirmar a existência da infração sanitária fixará a penalidade aplicada ao autuado. § 4º - As eventuais inexatidões materiais que se encontrem na decisão, ocasionadas por erros de grafia ou de cálculo, poderão ser corrigidas por parte da autoridade julgadora. Art. 103 - Decidida a aplicação da penalidade, o autuado poderá interpor recurso, em face da decisão de segunda instância, ao Chefe do Poder Executivo. § 1º - O recurso previsto no caput deverá ser interposto no prazo de10 (dez) dias, contados da ciência da decisão de segunda instância. § 2º - O recurso terá efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária eventualmente aplicada, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 89 desta Lei. Art. 104 – Após analisar o recurso interposto e os demais elementos constantes no respectivo processo administrativo sanitário, o Chefe do Poder Executivo decidirá fundamentadamente no prazo de 20 (vinte) dias. § 1º - A decisão de terceira instância é irrecorrível e será fundamentada em relatório circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, podendo confirmar ou não a existência da infração sanitária. § 2º - A decisão que não confirmar a existência da infração sanitária implicará no arquivamento do respectivo processo administrativo sanitário, devendo a mesma obrigatoriamente ser publicada nos meios oficiais. § 3º - A decisão que confirmar a existência da infração sanitária ensejará o cumprimento da penalidade aplicada ao infrator pela decisão de 2ª instância. § 4º - As eventuais inexatidões materiais que se encontrem na decisão ocasionadas por erros de escrita ou de cálculo

poderão ser corrigidas por parte da autoridade julgadora. Seção IV Do cumprimento das decisões Art. 105 – As decisões não passíveis de recurso serão obrigatoriamente publicadas nos meios oficiais para fins depublicidade e de eficácia, sendo cumpridas na forma abaixo: I – penalidade de multa: a) o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, sendo o valor arrecadado creditado ao Fundo Municipal de Saúde, revertido exclusivamente para o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária e sob o controle social do Conselho Municipal de Saúde. b) o não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado na alínea anterior, implicará na sua inscrição na dívida ativa do município, para fins de cobrança judicial, na forma da legislação pertinente, sendo o valor obtido utilizado exclusivamente para investimentos e ações de vigilância sanitária. II – penalidade de apreensão e inutilização: a) os insumos, matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos, utensílios, embalagens, substâncias e produtos de interesse da saúde serão apreendidos e inutilizados em todo o município, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. III – penalidade de suspensão de venda: a) o Chefe da Divisão do Serviço de Vigilância Sanitária Municipal publicará portaria determinando a suspensão da venda do produto, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. IV – penalidade de cancelamento da licença sanitária: a) o Chefe da Divisão do Serviço de Vigilância Sanitária Municipal publicará portaria determinando o cancelamento da licença sanitária e cancelamento da notificação de produto alimentício, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária; V – penalidade de cancelamento da notificação de produto alimentício: a) o Chefe da Divisão do Serviço de Vigilância Sanitária Municipal publicará portaria determinando o cancelamento da notificação de produto alimentício, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária; VI – outras penalidades previstas nesta Lei: a) o Chefe da Divisão do Serviço de Vigilância Sanitária Municipal publicará portaria determinando o cumprimento da penalidade, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 106 - É competência exclusiva das

autoridades sanitárias, em efetivo exercício de ação fiscalizadora, lavrar autos de infração, expedir termos de notificação, termos de interdição, termos de apreensão, de interdição cautelar e depósito, de inutilização, bem como outros documentos necessários ao cumprimento de sua função. Art. 107 - Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber. Art. 108 - A Secretaria Municipal de Saúde, por seus órgãos e autoridades competentes, publicará portarias, resoluções, normas técnicas, atos administrativos cabíveis e normas complementares de vigilância sanitária no âmbito deste código. Art. 109 - A autoridade sanitária poderá solicitar a intervenção da autoridade policial ou judicial nos casos de oposição à inspeção, quando forem vítimas de embaraços, desacatos, ou quando necessário à efetivação de medidas previstas na legislação, ainda que não configure fato definido em lei como crime ou contravenção. Art. 110 - Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrades solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Otávio Pereira de Andrade em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Jorge Carlos Monteiro em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Mariano Soares em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou um requerimento ao Secretário Estadual de Agricultura, Sr. Cristino Áureo, no sentido de que seja estudada a possibilidade de implantação de poços artesianos na Zona Rural do Município de Miracema. Aprovado. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para o Deputado Estadual André Corrêa, por ter siso nomeado Secretário Estadual de Meio Ambiente. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 02/02/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de

Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

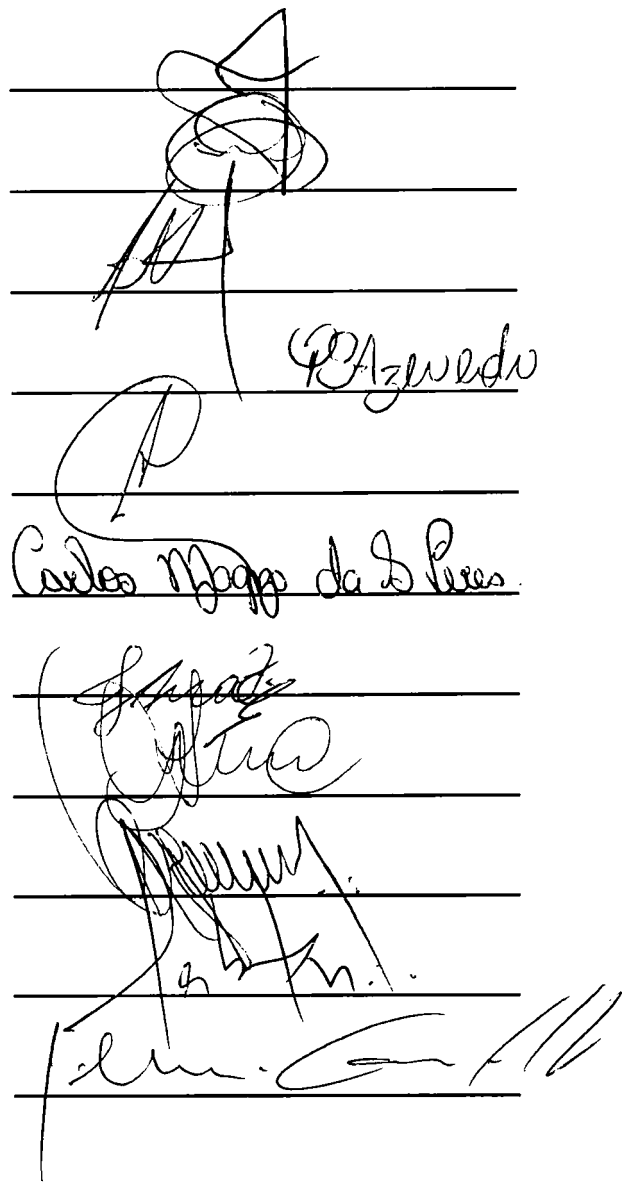
_____

_____

_____

Aos catorze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1° Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Pastor Eliseu Jubin para fazer a leitura de um texto bíblico. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes convidou a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire para fazer a leitura de um texto homenageando todas as mulheres. A seguir, convidou os Vereadores para fazerem uma homenagem a Vereadora desta Casa Legislativa Sra. Maria Alessandra Leite Freire, pois ela é uma excelente representação das mulheres miracemenses dentro da Câmara Municipal. Prosseguindo o Sr. Presidente, após cumprimentar a todos, informou que o objetivo principal da reunião era prestar uma homenagem a mulher miracemense em comemoração ao Dia internacional da Mulher. Continuando o Sr. Presidente disse que em conformidade com o Decreto Legislativo n.° 36, de 12/03/2001, de autoria da Ex-Vereadora Regina Célia Titonelli Nunes, iria dar início a entrega do Diploma de Honra ao Mérito as ilustres homenageadas. 01) Convidou o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Sandra Maria Gomes de Azevedo. 02) Convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Maria Luiza de Souza Sabino da Silva. 03) Convidou o Vereador Aimoré da Silva Almeida, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Celina Custódio Moreira. 04) Convidou a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire para fazer a entrega do Diploma a Sra. Lânia Aparecida Gomes da Silveira Rangel. 05) Convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Marla Schelck do Nascimento. 06) Convidou o Vereador Carlos Magno da Silva Peres, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Flávia Maria Alves Nepomuceno do Nascimento. 07) Convidou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Maria da Glória Souza Soares. 08) Convidou o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Raquel Rosa Rodrigues. 09) Convidou o

Vereador Fabrício de Sá Xavier, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Mônica Pereira. 10) Convidou o Vereador José Augusto Martins, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Dayane Mota de Paula Braga. 11) Convidou o Presidente da FAMIRA Marco Aurélio Rodrigues de Moura, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Cinara Novis Cardozo de Barros. 12) Convido o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, Vice-Presidente, para ocupar a Presidência, enquanto farei a entrega do Diploma a Sra. Cynthia Silva Ribeiro. Terminada as homenagens o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convidando para a próxima a ser realizada no dia 18/03/2019, às 19 horas. Convidou também os presentes, para um coquetel que seria servido em seguida, no recinto, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 14 de março de 2019.



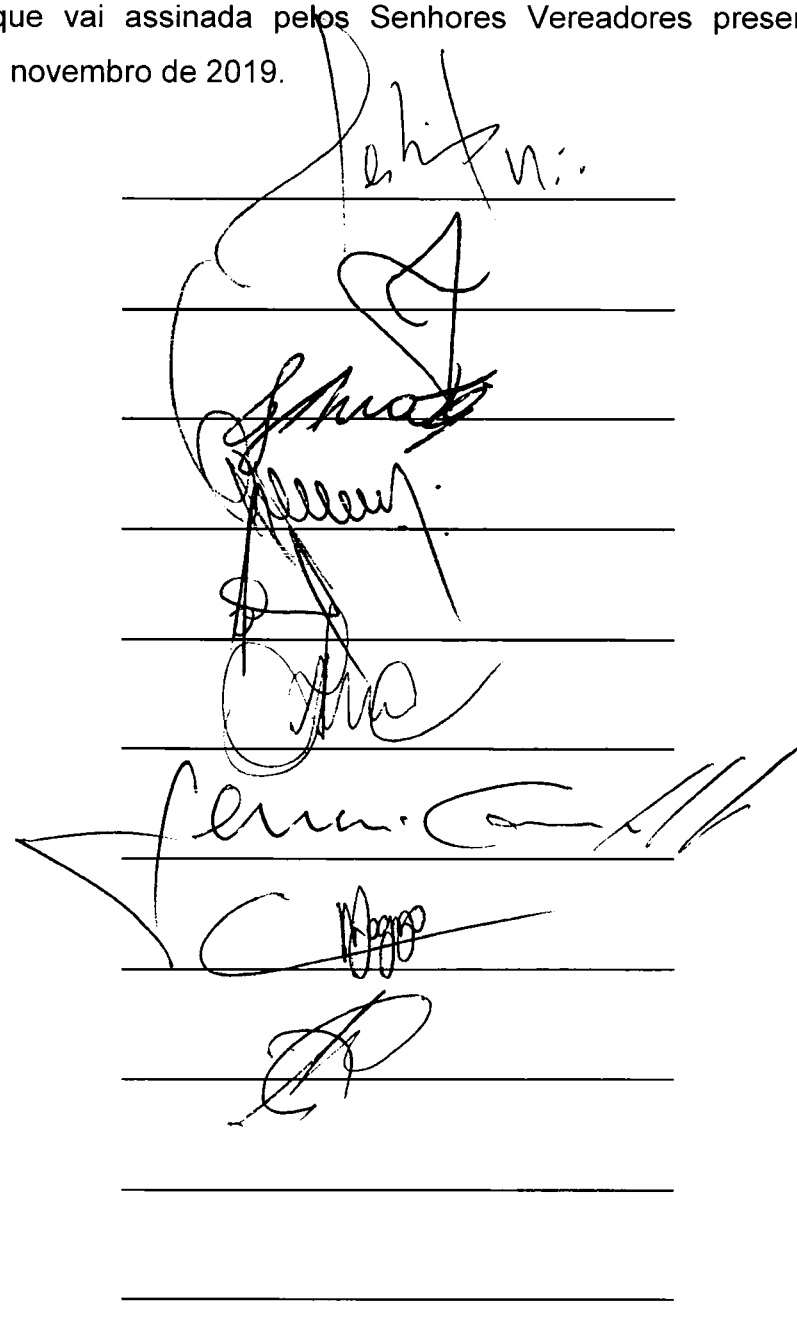
Aos catorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e quatro da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 04, Versículos de 04 à 06. Em sequência, foram lidas e aprovadas as atas dos dias 07 e 11 de novembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 386/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 034/2019; 02) Ofício nº 390/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 032/2019; 03) Convite da ASBOC - Associação dos Bombeiros Civis do Sul Fluminense-RJ; 04) Ofício nº 387/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Prefeito está solicitando a indicação de um Vereador para participar da Comissão de Processo Seletivo visando a contratação temporária para o cargo de Agente de Endemia. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo se prontificou a participar da referida Comissão, o que foi aceito por unanimidade. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que se reuniu com os funcionários da Secretaria Municipal de Obras e combinou que a votação do Projeto de Lei referente ao Plano de Cargos e Salários da referida Secretaria seria votado no dia 25 de novembro, dessa maneira pede a compreensão dos Vereadores para que seja agilizada a tramitação do Projeto. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que o Projeto de Lei sobre a Carga Horária dos Enfermeiros seja votado no dia 28 de novembro, o que foi deferido pelo

Vereador Hugo Fernandes. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo apresentou dois Projetos de Lei: **a)** Projeto de Lei que institui e inclui no calendário oficial do Município de Miracema o dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra; **b)** Projeto de Lei que alterar o parágrafo 1º, do artigo 1º da Lei 1.163/2007, no calendário oficial do Município de Miracema para o dia 20 de novembro como Dia Internacional da Mulher Afro-Latina-Americana e Caribenha e Dia da Mulher Negra Brasileira. Continuando, o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que foi procurado por alguns membros do Conselho do Movimento Negro do Município de Miracema e eles pediram para que fosse criado em Miracema o Dia da Consciência Negra, unificando a data com a homenagem à Mulher Negra. Assim apresentou os referidos Projetos com o objetivo de unificar as homenagens. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, em conjunto com o Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Administração - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a informatização da Capela Mortuária do Município de Miracema. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam instaladas câmeras de monitoramento nas entradas das zonas rurais do Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que estão ocorrendo muitos furtos no Distrito e a população está se sentindo bastante insegura. Deferido. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma grande limpeza no Ribeirão Santo Antônio, tendo em vista que ele está com muito mato e muito lixo. Deferido. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a poda das árvores localizadas ao redor da Praça do Mercado, em especial próximo ao Box 01, bem como a poda da árvore localizada próximo ao DPO, ao lado da casa do Sr. Custódio. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal - Encaminhando as solicitações da Associação de Moradores de Paraíso do Tobias para que sejam tomadas as devidas providências. Deferido. 07) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - À Secretaria Municipal de Educação - Reiteração - Solicitação no sentido de que seja realizada uma reforma no Parquinho localizado no bairro Pontilhão do Rosa. Deferido. 08) Vereador Marcus

Felipe Mercante Linhares - Ao Diretor Regional da CEDAE - Solicitação no sentido de que seja construída uma rede de esgotos na Rua Oscar Carneiro Cavalcante, bem como nas outras ruas do Morro da Pedrada. Aprovado. 09) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma parceria com a CEDAE a fim de que seja construída uma rede de esgotos na Rua Oscar Carneiro Cavalcante, bem como nas outras ruas do Morro da Pedrada. Deferido. 10) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza dos entulhos localizados na Rua José Maria da Silva, Bairro Jardim Beverly, próximo à residência do Gansinho. Deferido. 11) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam disponibilizados ônibus aos finais de semana para os Distritos de Paraíso do Tobias, Venda das Flores e comunidade de Areias com o objetivo de auxiliar os cidadãos a realizarem suas biometrias digitais no Fórum de Miracema. Deferido. 12) Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos para os Policias Militares-RJ, Rodrigo Castro Ribeiro, RG 91.619 e Josimar de Souza Rodrigues, RG 67.712, pelos relevantes serviços prestados à população, especialmente na ocorrência onde evitaram o suicídio de uma pessoa. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Dr. Maurício Monteiro para falar sobre uma homenagem ao Dirceu Cardoso. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Dr. Maurício disse que o Sr. Dirceu Cardoso se engajou na campanha separatista de Miracema e foi o maior orador da campanha. Esclareceu que nesse meio tempo vários estudantes de Muqui, que estudavam em Santo Antônio de Pádua, pediram para indicar uma pessoa para trabalhar no ginásio em Muqui e o indicado foi o Dirceu Cardoso, assim ele pegou uma pequena escola e conseguiu ampliá-la, transformando o colégio de Muqui em um dos melhores da região. Com o passar do tempo, o Sr. Dirceu Cardoso se tornou o Prefeito de Muqui e construiu um campo de aviação em quinze dias e criou o Parque das Lavadeiras e foi criando sua fama e foi eleito Deputado Estadual pelo Espírito Santo, Deputado Federal e Senador da República. Dessa forma, existem dois ex-alunos do Colégio de Muqui que gostariam de fazer uma contribuição para Miracema e realizar uma homenagem ao Dirceu Cardoso, assim os Srs. Ernane Galvêas e Sérgio Bermudes, que se formaram em

Muqui, ofereceram ao Município de Miracema um busto do Dirceu Cardoso para ser instalado numa Praça, assim é preciso apenas escolher uma praça. Destacou que o Sr. Dirceu Cardoso foi um homem muito destemido e um dos políticos mais honrados que existiu, sempre se destacando em qualquer cargo que ocupava. Frisou que os dois ex-alunos estão oferecendo a Miracema um busto do Dirceu Cardoso para ser colocado em Miracema, assim percebeu que existem dois locais interessantes, um em frente ao Correio e um em frente ao AeroClube, num terreno que não pode ser feita nenhuma construção, mas pode ser feita uma praça. Com isso, poderíamos nos reunir com o Prefeito Municipal para decidir esta questão. Por fim, disse que estava assistindo a Sessão e percebeu o requerimento da Vereadora Maria Alessandra sobre o Ribeirão, assim numa cidade do Nordeste, foi construída uma pequena barragem a cada um quilômetro no rio, assim nos períodos de secas as barragens seriam abertas e a água correria limpando o Ribeirão, com isso os problemas de limpeza do Ribeirão Santo Antônio seriam resolvidos. O Vereador Hugo Fernandes disse que a Comissão de Obras desta Casa Legislativa vai se reunir com o Prefeito Municipal para escolher o melhor local para colocarmos o busto do Sr. Dirceu Cardoso. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Resolução: **01)** Projeto de Resolução que Fica constituída a Comissão Especial de Reforma e Atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miracema. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.400, de 14 de novembro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu promulgo a seguinte Resolução: Art. 1º- Fica constituída na Câmara Municipal de Miracema, a Comissão Especial de Reforma e Atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miracema. Art. 2º- A referida Comissão, terá seus membros nomeados através de Portaria. Art. 3º- A Comissão acima mencionada terá a seguinte finalidade: * reformar e atualizar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Miracema. Art. 4º- Criada a Comissão Especial e nomeada através de Portaria, esta terá o prazo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por igual período, para apresentar o Projeto de Resolução criando o novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Miracema. Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no

dia 18/11/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 14 de novembro de 2019.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

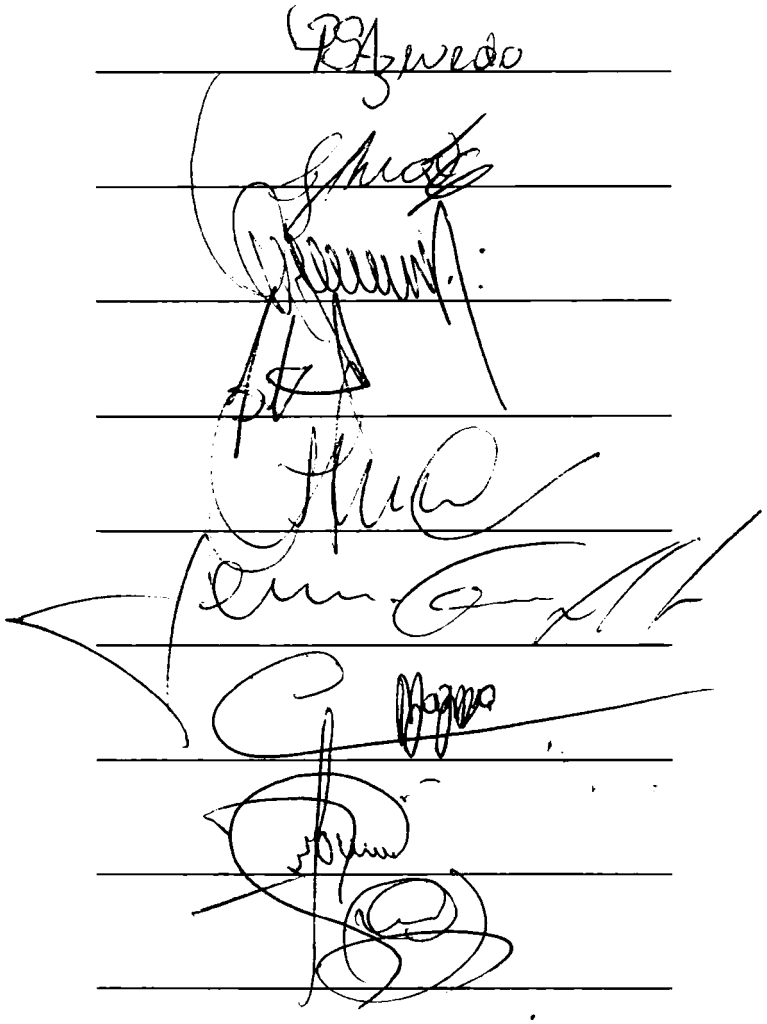
Aos catorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e noventa e sete da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Paulo Sérgio de Azevedo, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Hugo Fernandes. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Juízes, Capítulo 17, Versículos de 01 à 03. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 10 de outubro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 056/2019 – CGM/AC da Controladoria Geral do Município respondendo o ofício nº 820/2019; 02) Ofício nº 015/2019 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário respondendo o ofício nº 825/2019. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para os Organizadores do Primeiro "Moto Rock de Miracema", organizado em conjunto pelos Moto Clubes Stradas, Putadas e Os Véi, os parabenizado pela excelente organização apresentada, mostrando muita dedicação e comprometimento, contando com a grande participação de visitantes de outros Municípios. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida solicitou uma Moção de Aplausos para os empresários José Carlos Moreira Júnior (Carlito) e Amanda Derossi Sardela Moreira, sua esposa, proprietários do "3C Bar e Choperia", os parabenizando por estarem

investindo em diversos eventos na noite de Miracema, trazendo vários visitantes para o Município. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa quais são os Projetos existentes no Município para ajudar os proprietários rurais nos períodos de seca. Deferido. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Diretor do DEMUTRAN e à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que sejam construídos três quebra-molas na Rua que vai em direção às casinhas populares da Comunidade de Areias. Deferido. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza e uma capina na Rua Geraldo Alves, no bairro Jardim Beverly. Deferido. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que sejam encaminhadas para a Câmara Municipal de Miracema as informações abaixo descritas: a) cópia dos últimos seis meses de todas as compras referentes aos veículos do Município que seja de responsabilidade desta Secretaria, inclusive referente à mão de obra, já empenhados e pagos ou não (com cópia das notas fiscais); b) cópia de todos os materiais adquiridos por esta Secretaria (com cópia das notas fiscais), empenhadas ou não, bem como que seja informado para onde foram destinados, pagos ou a pagar nos últimos seis meses; c) se a Secretaria dispor de caixa pequeno, solicitamos que seja informado o referido valor, bem como que seja encaminhada cópia das notas fiscais das compras realizadas nos últimos seis meses. Deferido. 07) Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Aplausos para os organizadores da festa realizada na Paróquia Nossa Senhora Aparecida, os parabenizado pelo belíssimo evento organizado, mostrando muita dedicação, organização e comprometimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 08) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. José Antônio, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sra. Taiane, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta

Moção. 10) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. Marquinhos, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Inscrita a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire para falar sobre a Lei que dispõe Estatuto da Mulher Parlamentar. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que desde quando foi eleita se sentia desprotegida em relação à algumas situações, por ser mulher. Dessa maneira, hoje recebeu o Projeto de Lei nº 3528/2017 que institui o Estatuto da Mulher Parlamentar no Estado do Rio de Janeiro, assim ficou muito feliz, pois se vê protegida contra algumas ações. Esclareceu que de acordo com a Lei, entende-se por assédio político o ato ou o conjunto de atos de pressão, perseguição ou ameaças, cometidos por uma pessoa ou grupo de pessoas, diretamente ou através de terceiros, contra a mulher ou seus familiares, com o propósito de reduzir, suspender, impedir ou restringir as funções inerentes ao seu cargo, para induzi-la ou forçá-la a realizar, contra a sua vontade, determinada ação ou incorrer em omissão, no desempenho de suas funções ou no exercício dos seus direitos. Acrescentou que gostaria de que todos os Vereadores tivessem conhecimento dessa Lei Estadual, pois as mulheres se sentem muito desprotegidas, sendo que desde o momento que se declarou contra o governo vem sofrendo esse tipo de perseguição. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paúlo César da Cruz de Azevedo lembrou os Vereadores que na quinta feira será entregue aqui no Plenário uma Moção de Aplausos aos Militares da Marinha, assim gostaria da presença de todos. Acrescentou que vai preparar um Pequeno Expediente na próxima para falar sobre um Projeto de Renda para o Município de Miracema. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que sempre questionou o fato de misturar os requerimentos com as explicações pessoais dos vereadores, assim acredita que a reunião fica mais organizada. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 17/10/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 14 de outubro de 2019.



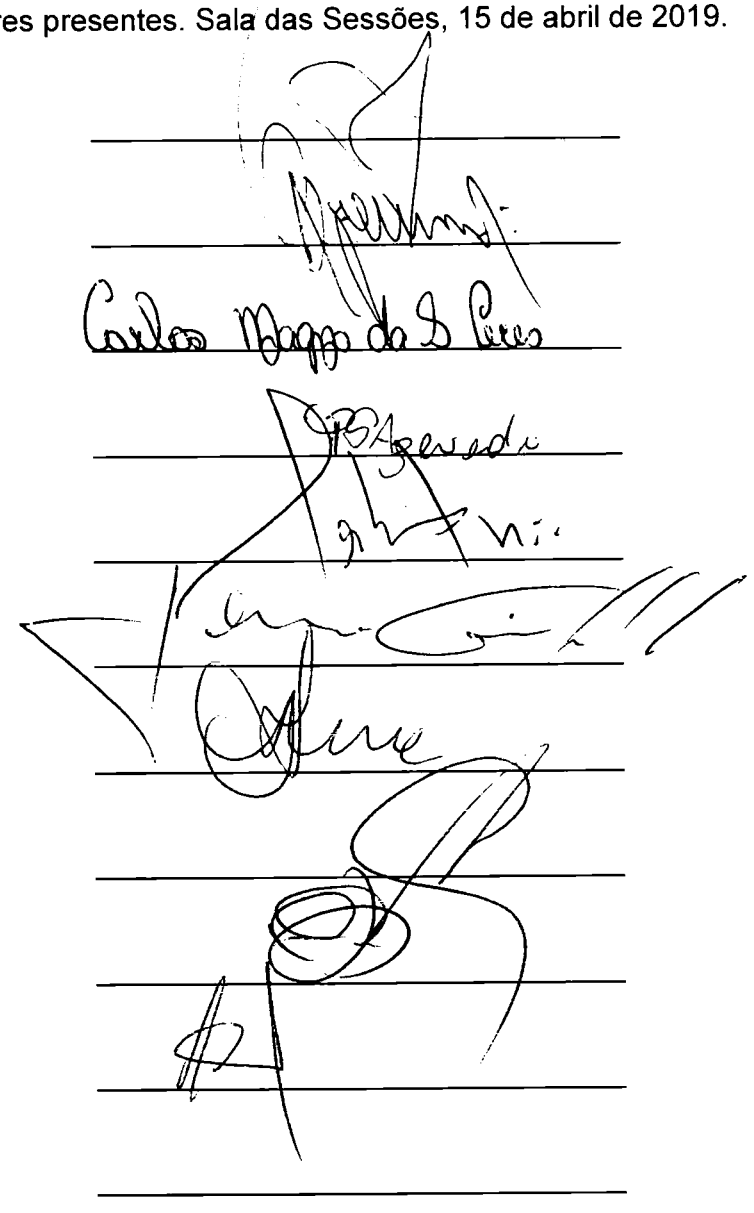
Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de númerocento e sessenta e quatro da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador José Augusto Martins. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 129. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 078/2019 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública; 02) Ofício nº 067/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal respondendo o ofício nº 0111/2019; 03) Projeto de Decreto Legislativo que concede a Comenda Gustavo Martins Mercante ao Sr. Paulo Fernando da Silva, de autoria do Vereador Aimoré da Silva Almeida; 04) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Ari Alves de Aquino, de autoria do Vereador Carlos Magno da Silva Peres. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja estudada a possiblidade de transformar um local próximo as Casinhas Populares do Distrito de Paraíso do Tobias, num local de lazer, com uma praça e/ou campinho de areia. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria no meio fio localizado no Beco (escadaria) que liga o DER-RJ à Comunidade da Pedrada, tendo em vista que no final existem alguns meios fios tombados, podendo inclusive causar danos ao asfalto. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no

sentido de que seja realizada a limpeza do Beco (escadaria) que liga o DER-RJ à Comunidade da Pedrada, tendo em vista que o local está com muito lixo e mato na via. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria na rede de esgotos que passa no quintal da propriedade da Sra. Maria do Carmo, na Vila Muniz (Distrito de Paraíso do Tobias), tendo vista que a referida rede está entupida. Deferido. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria na árvore localizada na casa da Sra. Maria do Carmo, na Vila Muniz (Distrito de Paraíso do Tobias), tendo em vista que a referida árvore está muito alta e causando diversos transtornos. Deferido. 06) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma roçada no Bairro Pedrada, tendo vista que não existe rede de esgotos e calçamento em algumas vias do Bairro e a maioria das casas possui fossas. Deferido. 07) Vereador Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Licitação - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma cópia do Contrato vigente do Serviço de Limpeza Urbana do Município, bem como uma cópia dos termos aditivos do referido contrato e do contrato da gestão passada. Deferido. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres esclareceu que fez o pedido verbal para resolverem os problemas de iluminação da praça localizada no Distrito de Paraíso de Tobias e eles foram resolvidos. 08) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Prefeito Municipal, com vista á Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o aumento do manilhamento da rede de águas pluviais na Rua Cel. Pedro Bastos (próximo à Mercearia do Ronaldo Peruci), em aproximadamente 60 metros, com o objetivo de absorver o excesso de água nos dias de fortes chuvas, tendo em vista que a atual rede está causando diversos transtornos aos moradores do local, uma vez que suas residências estão localizadas abaixo da via pública. Deferido. 09) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma ampla limpeza na Creche Irene Frauches. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Inscrito o Vereador Aimoré da Silva Almeida para falar sobre o Projeto de Lei que dispõe sobre a Conservação de Terrenos Edificados (Abandonados) e Não

Edificados, autoriza o Poder Executivo Municipal a Realizar Intervenções. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que o objetivo de seu projeto de Lei é assegurar que os proprietários respeitem a legislação no que diz respeito a limpeza dos terrenos, especialmente em relação a capina, desinfetação e drenagem, garantindo a harmonia e a saúde dos moradores próximos. Esclareceu que é raro o dia que não é abordado por cidadãos sobrando providências em relação as condições de sujeira que se encontram muitos terrenos edificados e não edificados dentro da zona urbana de Miracema. Acrescentou que existem casos que alguns moradores estão invadindo os terrenos vizinhos para realizarem as respectivas limpezas com medo de ficarem doentes. Disse que além das questões de higiene e saúde pública, os terrenos abandonados causam a poluição visual no Município, deixando Miracema com aspecto de sujo e mal cuidada, causando a desvalorização da cidade. Informou que o Projeto não visa a punição da população e sim sua conscientização para realizar suas limpezas, sendo que recentemente visitou uma residência próxima a sua casa junto com os agentes de endemias e encontrou diversos focos de mosquitos. Por fim, disse que o Projeto seria benéfico para toda a população miracemense, sendo que no artigo 30 do Código de Posturas já consta algumas regras sobre a higiene pública e seu Projeto de Lei tem o objetivo de complementar o referido Código, assim espera que possamos manter uma cidade limpa. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 11 (onze) Projetos de Resolução e 03 (três) Projetos de Decreto Legislativo: **01)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Filippe Medeiros Poubel. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.376, de 15 de abril de 2019. **02)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Alex dos Santos Abreu. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.377, de 15 de abril de 2019. **03)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Pierre Emile Bechara Saleme. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.378, de 15 de abril de 2019. **04)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Jonas Rodrigues de Oliveira.

Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.379, de 15 de abril de 2019. **05)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Bianca Andrade dos Santos Pinto. Autoria: Vereador Aimoré da Silva Almeida. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.380, de 15 de abril de 2019. **06)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Sávio Pereira Souto. Autoria: Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.381, de 15 de abril de 2019. **07)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Rodrigo dos Santos Couto. Autoria: Vereador Carlos Magno da Silva Peres. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.382, de 15 de abril de 2019. **08)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Fernando Cesar Galoni. Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.383, de 15 de abril de 2019. **09)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Antônio Carlos de Oliveira. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.384, de 15 de abril de 2019. **10)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Lenilson Portela Júnior. Autoria: Vereador Carlos Magno da Silva Peres. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.385, de 15 de abril de 2019. **11)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Ari Alves de Aquino. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.386, de 15 de abril de 2019. **12)** Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Altivo Mendes Linhares ao Sr. Rafael Mercante Linhares. Autoria: Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 112, de 15 de abril de 2019. **13)** Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Gustavo Mercante ao Sr. Paulo Fernando da Silva. Autoria:

Vereador Aimoré da Silva Almeida. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 113, de 15 de abril de 2019. **14)** Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda do Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes à Empresa União Comunicação Visual - LTDA. Autoria: Vereador Carlos Magno da Silva Peres. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 114, de 15 de abril de 2019. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 25/04/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 15 de abril de 2019.



Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, às dezessete horas, na Quadra de Esportes do Colégio Manoel Rodrigues de Barros, localizado no Distrito de Paraíso do Tobias, 2º Distrito do Município de Miracema, foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de homenagear pessoas ilustres deste Distrito, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Vereador Presidente fez a leitura do texto bíblico escolhido. Em seguida o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão Solene, lembrando a Vossas Senhorias que nos reunimos solenemente, hoje aqui, com o

objetivo de homenagear pessoas ilustres deste Distrito, que se destacaram e se destacam nos vários segmentos da sociedade, dentro e fora desta localidade. Designo os Vereadores Carlos Armando de Azevedo e Maria José Marques Barros Andrade, para introduzirem, nesse recinto sua Excelência Juedyr Orsay Silva, Digníssimo Prefeito Municipal, para tomar assento a minha direita. Composta a Mesa, o Vereador Presidente Hugo Fernandes convidou todos para entoar, juntos, o Hino Nacional. Iniciando as homenagens desta noite: **01)** Convidamos o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito à Sra. Maria Cleria Bragança Alves Oliveira. **02)** Convidamos o Vereador João Siqueira Magalhães, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Geraldo Rosa. **03)** Convidamos a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Juarez Gonçalves da Paixão. **04)** Convidamos o Vereador Fabrício de Sá Xavier, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Antônio Mariano de Camargo. **05)** Convidamos o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Jurandir Demiciano. **06)** Convidamos o Vereador Mauricio Sant'Ana Soares, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Sebastião Antônio Marques Derossi. **07)** Convidamos o Vereador Carlos Armando de Azevedo para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. André dos Reis Carneiro. **08)** Convidamos o Vereador Gilson Teixeira Sales, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Denites Domiciano Rosa. **09)** Convidamos o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Osny Prudêncio dos Santos. **10)** Convido a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, Vice-Presidente, para ocupar a Presidência, enquanto farei a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sra. Juliana Ribeiro Fraga. Terminada as homenagens o Sr. Presidente agradeceu a Direção e aos funcionários do Colégio Manoel Rodrigues de Barros, pelo empréstimo da Quadra para que fosse possível realizar esta Sessão Solene. Por fim, agradecendo a presença de todos, o Sr. Presidente declarou a reunião encerrada, convidando todos os presentes para um coquetel que seria servido em seguida. Nada mais havendo, eu Roger Rabello

Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores. Quadra de Esportes do Colégio Manoel Rodrigues de Barros, 15 de agosto de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número noventa e seis, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 119, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Telegrama NºRef: 003107/MS/SE/FNS do Fundo Nacional dessaúde – Ministério da Saúde; 02) Telegrama do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro convidando para o Ato Solene de Promulgação da PEC 66/2014; 03) Carta de Agradecimento da Sra. Marta Corrêa Bruno; 04) Ofício nº 089/2014, referente ao IC nº 004/2014, do Ministério Público; 05) Ofício SEA/SE nº 167/2014 da Secretaria de Estado do Ambiente respondendo ofício

nº 95/2014; 06) Ofício nº 14/2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Miracema; 07) Informações sobre o Projeto ELERJ Itinerante; 08) Convite para as Comemorações do 122º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Palma-MG. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, a fim de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa, cópia do Processo nº 201310986-6, do Senhor Gustavo que está tramitando nesta Prefeitura conforme cópia anexo. Tal solicitação, deve-se ao fato de existir informações de que o Processo teria sumido. Deferido. 02) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Direção do Polo de Doação de Alimentos de São José de Ubá - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade da Casa dos Pobres São Vicente de Paula ser incluída no Projeto de Doação de Alimentos. Aprovado. 03) Genessi Rodrigues da Silva - Ao Dr. Fernando Avelino, Presidente do DETRAN - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja transformada a SAT 132 em um Posto de Vistoria, para atender a população todos os dias da semana facilitando assim a vida dos cidadãos de nossa Região. Tal solicitação, deve-se ao fato de que hoje em Miracema existe a SAT 132, que pertence a 25ª CIRETRAN, que realiza um total de 80 atendimentos de vistoria uma vez por semana, número insuficiente pela demanda, pois temos uma máquina de aferição de gazes poluentes e, segundo estatísticas o Município de Miracema possui um total de 8.962 veículos registrados e aproximadamente 3.500 veículos com placas de outros Município/Estados, perfazendo um total de 12.462 veículos. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **02)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **03)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que possui o conhecimento da dívida existente entre a Prefeitura e a Caixa de Previdência, desta maneira conseguiu conversar com o Presidente da CAPPS/CAMEDS e ele lhe informou que a dívida com a CAPPS, no valor de aproximadamente quatro milhões e meio de reais, pode ser parcelada sem problema algum, pois possui reserva financeira. Entretanto a

dívida com a CAMEDS não deveria ser parcelada, pois ela não possui reserva financeira, possuindo dinheiro apenas para suportar o mês de maio. Com isso, gostaria de pedir ao Vereadores da base do governo para conversar com o Sr. Prefeito Municipal no sentido de que este problema seja resolvido. Por fim, disse que os funcionários públicos estão preocupados em perderem o plano de saúde da CAMEDS, pois o referido plano gera uma segurança muito grande para as pessoas. Acrescentou que o FUNDEB também está devendo uma pequena quantia à CAMEDS. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a maioria dos funcionários possuem o plano de saúde da CAMEDS e não podem ficar sem o referido, sendo ele muito importante para os miracemenses. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Pesar para o Sr. Zamir Calado Frazão e demais Familiares em virtude do falecimento da Sra. Meire Sueli Rabello Frazão, sua esposa. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a CAMEDS é um excelente plano de saúde para os miracemenses, sendo que as pessoas não possuem nenhuma dificuldade em autorizar exames e consultas. Esclareceu que o Sr. Prefeito Municipal pode estar pagando por erros de alguns funcionários e, por isso, vai conversar com o Sr. Prefeito sobre estas situações, destacando que o FUNDEB possui dinheiro em caixa e não efetuou regularmente o repasse. Por fim, agradeceu o empenho dos Vereadores na fiscalização, esclarecendo que é lamentável os erros que vem ocorrendo dos funcionários. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que já foi feito um requerimento à Presidente do Conselho do FUNDEB solicitando explicações sobre este assunto. Acrescentou que está ocorrendo uma defasagem muito grande dos salários dos funcionários, assim isto acaba desestimulando a realização dos serviços. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a defasagem vai acabar atingindo todas as classes de trabalhadores, sendo que a Prefeitura Municipal precisa tentar resolver este problema, destacando que os funcionários não podem prejudicar as outras pessoas por que está insatisfeito com seu salário. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que não concorda com a equiparação salarial em alguns casos, pois funcionários com apenas dois anos de serviço estão se equiparando a outros que já possuem mais de quinze anos de serviço, por isso a receita do Município acaba sendo reduzida. Concluindo, destacou que a Prefeitura Municipal já efetuou o pagamento de aproximadamente dois bilhões de reais referentes aos precatórios de governos passados. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que existe uma Lei determinando que a CAPPS e CAMEDS encaminhe o comprovante do repasse todos o mês. Esclareceu que a dívida existente com a CAPPS/CAMEDS é muito

grande e não vê onde está sendo investido estes valores, por isso a situação está lhe deixando muito preocupado. Por fim, mencionou que o não repasse das verbas está se tronando um vício entre os administradores e precisa ser encerrado, acrescentando que a diferença entre os salários deve existir levando em consideração o tempo de serviço. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o funcionário público concursado deve ingressar no serviço público em seu padrão inicial, sendo que eles serão promovidos com o passar dos tempos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que os servidores públicos estão sendo prejudicados e seus salários estão com uma grande defasagem. Acrescentou que os gestores devem ficar muito atentos aos recursos recebidos pela Prefeitura, sendo que todos os compromissos devem ser regularmente cumpridos, pois existem contratos municipais com valores absurdos. Por fim, destacou que o não repasse das verbas descontadas dos salários configura um grave caso de improbidade administrativa. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que hoje foi realizada uma visita no Colégio Clito Laje e, no caminho, percebeu que não existe nenhum tipo de árvore plantada e as matas estão todas abandonadas, por isso está muito triste com a atual situação do País e do Município. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se os valores pagos à Empresa do Lixo durante gestão passada conseguia arcar com todas as custas do procedimento, tendo em vista que a diferença é muito grande, sendo que hoje todos os funcionários são pagos pela Empresa Responsável pelo Tratamento do Lixo. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que na gestão passada não existiam caminhões de lixo alugados, sendo que atualmente não está sendo realizado o tratamento do lixo, destacando que o valor pago no passado era pouco. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que poderia ser encaminhada uma prestação de contas da Empresa que cuida do tratamento do Lixo explicando onde está sendo utilizando o valor pago pela Prefeitura Municipal para que os Vereadores possam entender o motivo do alto valor do contrato. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo vai realizar um estudo sobre a desproporção de valores realizados no pagamento da Empresa responsável pelo tratamento de lixo entre os governos passado e o atual. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares mencionou que só não concordou com o local onde foi instalada a UTIL, sendo que ela era de grande importância para o Município. O Vereador Gutemberg Medeiros esclareceu que o local foi determinando levando em consideração diversas questões ambientais. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a UTIL acabou encerrando suas atividades ao longo dos tempos, destacou que a verba que estava paga no governo passado não era suficiente para a Empresa honrar com seus compromissos. Acrescentou

que os gestores municipais devem buscar melhorias para Município de Miracema, entretanto eles acabam se limitando a manter uma cidade limpa e a pagar seus funcionários. Por fim, disse que os Vereadores foram eleitos para trabalhar e confia no progresso do Município. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que os Secretários Municipais deveriam ser solidários aos gestores nos erros que acontecem nas suas Secretarias, pois o Prefeito acaba sendo responsabilizado por todos os atos da Prefeitura. Acrescentou que a Caixa Econômica Federal venceu a licitação e será responsável pelos pagamentos dos servidores públicos. Disse que o Sr. Prefeito Municipal foi muito feliz em conseguir uma verba para a realização da reforma na Igreja, destacando que o local é tombado pelo Município e pelo Estado do Rio de Janeiro, fato este que possibilitou o auxílio do Governo Estadual. Concluindo, destacou que confia no trabalho do Sr. Prefeito Municipal, pois ele sempre vem buscando o progresso de Miracema. Continuando, o Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Pastor José Dias de Souza, Pastor da Assembleia de Deus Congregação Alto do Cruzeiro, pelo seu trabalho incansável na propagação do Evangelho no Município de Miracema, sempre na companhia de abnegados homens de Deus, sendo membro de Nº 10 há aproximadamente 60 anos. Por tudo isso e muito mais, esta Casa do Povo lhe concede esta honrosa Moção. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos e Agradecimentos para o Pastor Joel Samuel da Silva (extensivo a seu Ministério), pelo empenho e coragem na abertura de mais uma oportunidade de Salvação, recém instalada na antiga Maquina de Arroz, Congregação ligada a 1ª Igreja Batista de Paraíso do Tobias, localizada na Rua Marcelino Pereira Tostes, centro. Na oportunidade, aproveitamos para agradecer Vossa Senhoria e seu Ministério, pelo carisma e preocupação, principalmente dos jovens, sendo referência e apoio num pastorado exemplar, dedicado na restauração de vidas e na recuperação de valores, sobretudo na proclamação do Evangelho de Jesus Cristo. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que vai assinar todas as Moções solicitadas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que possui orgulho de fazer parte desta Casa Legislativa, pois os Vereadores sempre discutem os problemas de maneira sensata. Destacou que os funcionários públicos são os maiores patrimônios da Prefeitura Municipal, sendo que a defasagem dos salários vem ocorrendo desde as gestões anteriores. Por fim, disse que nós devemos trabalhar com o objetivo de trazer o progresso para o Município de Miracema, sendo que o atual gestor vem tentando recuperar diversos aspectos do Município. Acrescentou que o Município de Miracema já

vem passando por dificuldades há algum tempo. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos ao Grupo Cara da Rua, pela conquista do Prêmio de Cultura Região Noroeste, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, elevando desta maneira o nome do nosso Município no Cenário Cultural. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Santos Sardela, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 19/05/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 19 de maio de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e dezenove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador João Siqueira Magalhães ocupou a cadeira do 2º Secretário. Foram registradas as ausências dos Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Fabrício de Sá Xavier. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 03, Versículos de 01 a 08. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 706/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 533/2014. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou cópia deste ofício; 02) Ofício PMM/GAB nº 707/2014 da Secretaria Municipal de Governo

respondendo ofício nº 537/2014; 03) Ofício PMM/GAB nº 712/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 551/2014. O Vereador Hugo Fernandes disse que já conversou com o Secretário de Governo sobre as respostas do ofício, tendo esclarecido que o objetivo da Câmara é obter uma resposta concreta referente aos fatos apresentados no ofício; 04) Ofício PMM/GAB nº 704/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 530/2014 e 531/2014; 05) Ofício PMM/GAB nº 710/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 550/2014. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício PMM/GAB nº 711/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 549/2014; 07) Ofício nº 622/2014 do Juízo da 112ª Zona Eleitoral requisitando o veículo desta Casa Legislativa, juntamente com seu motorista; 08) Ofício nº 221/2014 da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva sobre o Inquérito Civil nº 103/13; 09) Convite da Assembleia de Deus da Ressurreição para uma grande confraternização que será realizada nos dias 26, 27 e 28 de setembro; Os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo e Carlos Armando de Azevedo solicitaram cópia deste convite; 10) Mandato de Notificação nº 1095/2014/MND; 11) Mandato de Notificação nº 1790/2014/MND. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Líder do Governo na Assembleia Legislativa, Deputado André Corrêa - Solicitação no sentido de que V. Exa. interceda junto a à Secretaria Estadual de Meio Ambiente para disponibilizar uma Draga para efetuar a dragagem do Ribeirão Santo Antônio, no Município de Miracema, e do Ribeirão do Bonito, no Distrito de Paraíso de Tobias. Aprovado. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam elaborados os seguintes Projetos de Lei: a) Projeto de Lei para Municipalizar a Vigilância Sanitária do Município de Miracema; b) Projeto de Lei que prevê a instalação de Câmeras de Segurança nas vias públicas, Rodoviária e Parque Municipal. Deferido. 03) O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Francisco José da Silva, mais conhecido como Tito, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que solicitou vista do Projeto de Lei Complementar que altera a redação do artigo 34 da Lei Complementar nº 796, sendo

que sua justificativa é adequar a cessão dos servidores para os outros órgãos públicos existentes em nosso Município, uma vez que a legislação municipal é falha e omissa quanto aos casos de cessão de servidor para o Estado, com o intuito de exercer cargo comissionado, ressaltando que tanto o Estatuto do Servidor Público Federal, quanto o Estatuto Estadual preveem tal situação. Portanto, o referido Projeto de Lei possui o objetivo de regulamentar e adequar as cessões já existentes e outras que por ventura venham a existir. Dessa maneira, em conversa com um advogado particular, chegamos a conclusão de que este Projeto é constitucional, sendo que, inclusive, existe um servidor do Município de Miracema que exerce suas funções no Ministério Público. Por fim, acrescentou que precisamos saber se existem em algum convênio em vigor sobre esta questão. Diante o exposto, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhado um ofício ao Sr. Prefeito Municipal, com vista a Procuradoria do Município, nos sentido de que seja esclarecendo se existe algum convênio que regulamente a cessão de uso dos funcionários para os órgãos Estaduais, devendo ser informado se existe ou não um convênio em vigor e, em caso positivo, se ele precisa ser reformulado ou renovado. Deferido. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou Moção de Aplausos para a Srtª. Lurian Silva, filha do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ela ter mostrado muito interesse em nossa Região, principalmente em relação à Educação. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a draga solicitada pelo Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno não consegue percorrer todo o trecho do Município por causa de algumas construções, sendo que tem observado a sujeira que encontra o Ribeirão Santo Antônio, com isso seria muito importante aproveitar esta época sem chuvas para que a Prefeitura possa realizar uma limpeza. Acrescentou que pesquisou na internet sobre o Orçamento Impositivo, uma vez que existem algumas situação em que o Vereador indica algumas entidades a serem contempladas com subvenções sociais e o Poder Executivo acaba não realizando os devidos repasses, com isso os Vereadores acabam ficando chateados e constrangidos com a situação. Dessa forma, o Orçamento Impositivo obriga o Poder Executivo a efetuar o repasse destas verbas, por isso, informou que está estudando um Projeto de Lei, que já existe no plano Federal, para que o Poder Executivo do Município de Miracema também possua a obrigatoriedade de repassar as subvenções indicadas pelos Vereadores. O Vereador

Hugo Fernandes acrescentou que realmente é lamentável que as indicações de subvenções feitas pela Casa Legislativa não sejam regularmente cumpridas, sendo que o não pagamento das subvenções deixa os Vereadores em situações constrangedoras. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 18/09/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 18 de setembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

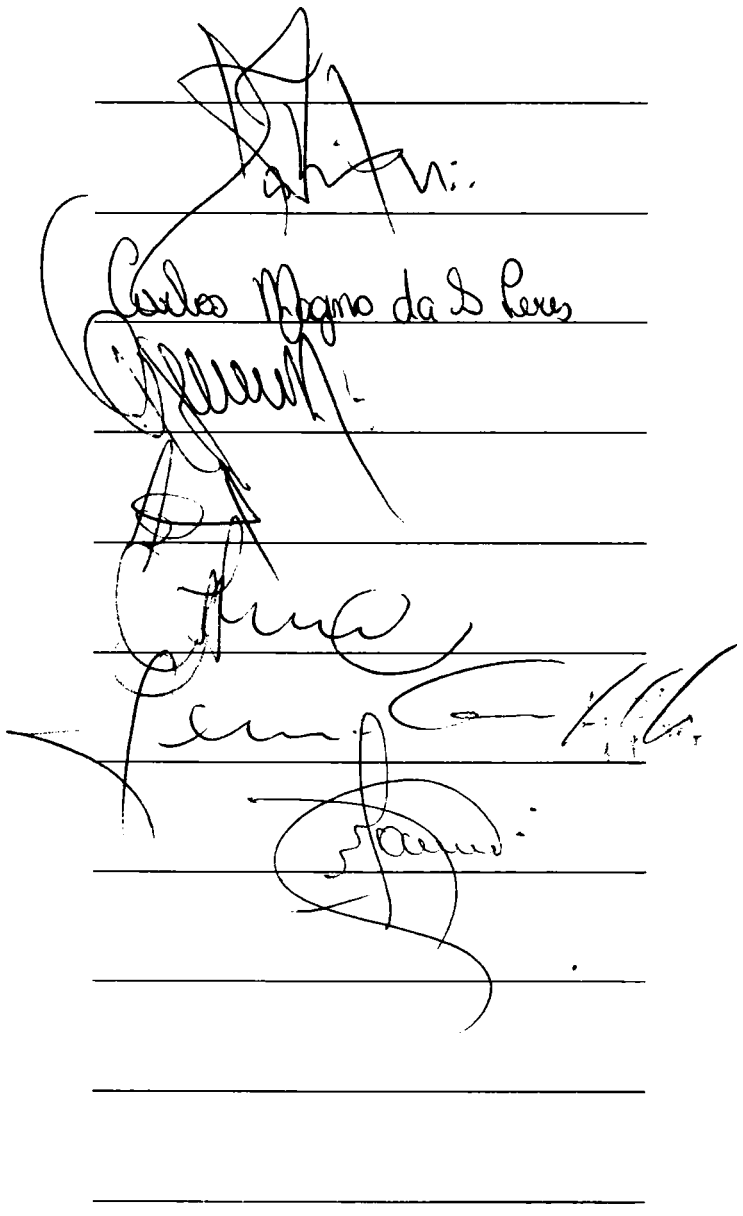
_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezessete horas, na Quadra de Esportes do Colégio Manoel Rodrigues de Barros, localizado no Distrito de Paraíso do Tobias, 2º Distrito do Município de Miracema, foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de homenagear pessoas ilustres deste Distrito, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Vereador Presidente convidou o Pastor da Primeira Igreja Batista de Paraíso do Tobias, Sr. Gilberto de Araújo Prado. Em seguida o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão Solene, lembrando a Vossas Senhorias que nos reunimos solenemente, hoje aqui, com o objetivo de homenagear pessoas ilustres deste Distrito, que se destacaram e se destacam nos vários segmentos da sociedade, dentro e fora desta localidade. Convido os Vereadores, Marcus Felipe Mercante Linhares e José Augusto Martins, para introduzirem, nesse recinto sua Excelência Clóvis Tostes de Barros, Digníssimo Prefeito Municipal, para tomar assento a minha direita, convidamos também a 1ª Dama Sra. Cinara Novis Cardoso de Barros. Composta a Mesa, convido a todos para entoarmos juntos o Hino Nacional e o Hino de Miracema. Como Presidente da Câmara Municipal de Miracema, desejo a todos que sejam bem vindos, cumprimento a Mesa Diretora, colegas Edis, Senhor Prefeito Clovis Tostes de Barros, 1ª Dama, Senhora Cinara, Secretários Municipais, Direção do Colégio Estadual Manoel Rodrigues de Barros, Autoridades Civis, Militares e Eclesiásticas, Senhoras e Senhores, em especial os homenageados e familiares. Iniciando as homenagens desta data: 01) Convido o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, Vice-Presidente, para ocupar a Presidência, enquanto o Presidente fará a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Daniel de Oliveira Peixoto. 02) Convidamos o Vereador Paulo Cesar da Cruz de Azevedo para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito a Sra. Fábia Cristina Félix da Silva e Silva, representada

pelo seu sogro, o Sr. Antônio Carlos da Silva. 03) Convidamos a Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, para fazer a entrega o Diploma de Honra ao Mérito a Sra. Tamires Quirino. 04) Convidamos o Vereador Aimoré da Silva Almeida, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito a Sra. Cenária Sodré França. 05) Convidamos a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito a Sra. Lucirene da Conceição Carneiro de Oliveira. 06) Convidamos o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Avelino dos Santos Rocha. 07) Convidamos o Vereador Carlos Magno da Silva Peres, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Bruno Derossi. 08) Convidamos o Vereador Maurício Sant'Ana Soares, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito a Sra. Wanderline Aparecida Santiago dos Santos. 09) Continuando, convidou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares, para fazer a entrega do Prêmio Mérito Comunitário ao Sr. Rubem Scramignon de Souza. 10) Concluindo, convidou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares a Tribuna e fazer a entrega de uma Moção de Aplausos à Sra. Denise Tostes do Couto, aqui representada pelos seus pais. 11) Convidamos o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Paulo Fernando Costa Schelck. 12) Convidamos o Vereador Fabrício de Sá Xavier, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Adnilto Gonçalves da Paixão. 13) Convidamos o Vereador José Augusto Martins, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito a Sra. Genilda Maria Ribeiro de Paula. 14) Convidamos a FAMMIRA e o Presidência da Associação de Moradores e Amigos de Paraíso do Tobias, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. José Maria de Almeida. 15) Convidamos o Exmo. Sr. Prefeito Municipal Clóvis Tostes de Barros, para fazer a entrega do Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Nacib Amim. Completadas as homenagens, convidamos o Vereador Maurício Sant'Ana Soares para fazer uso da palavra em nome desta Casa Legislativa. Por fim, concedemos a palavra ao Sr. Prefeito Municipal para fazer seu discurso. Terminada as homenagens o Sr. Presidente agradeceu a Direção e aos funcionários do Colégio Manoel Rodrigues de Barros, pelo empréstimo da Quadra para que fosse possível realizar esta Sessão Solene. Por fim, agradecendo a presença de todos, o Sr. Presidente declarou a reunião encerrada, convidando todos os presentes para um coquetel que seria servido em seguida. Nada mais havendo, eu Roger Rabello Frazão

Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores. Quadra de Esportes do Colégio Manoel Rodrigues de Barros, 16 de agosto de 2019.



Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e quinze da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Jó, Capítulo 39, Versículos de 01 à 04. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 12 de dezembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício GAB nº 430/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei Complementar nº 041/2019; 02) Ofício nº 020/2019 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalada a rede elétrica na Comunidade de Areias, tendo em vista que os postes já foram colocados e só faltam as lâmpadas e a rede elétrica. Deferido. 02) O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Aplausos para a Servidora Adria Salomão Alves, Assessora da Secretária de Saúde, a parabenizando pela forma gentil, educada e respeitosa que atende nossos munícipes. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a Reorganização, Direitos, Deveres, Atribuições da Guarda Civil de Miracema e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou que o Projeto fosse votado em primeira e única votação, o que foi aprovado

por unanimidade. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que esse Projeto Lei já tramita a algum tempo nessa casa, sendo que veio um primeiro Projeto e depois de alguns estudos ele acabou sendo substituído. Esclareceu que serão apresentadas algumas emendas, acrescentando que as emendas que ele ia apresentar já foram inseridas no projeto substitutivo. Por fim, disse que serão apresentadas algumas emendas pelos Vereadores, mas devemos focar no objetivo principal do Projeto, que é a legalização da instituição, pois se esse projeto não for aprovado neste ano pode ser que aconteça a mesma insegurança política que a Lei atual está sofrendo. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que no dia 11 de agosto de 2014, foi publicado o Estatuto Geral da Guarda Municipal, a Lei Federal nº 13.022, que em seu artigo 22 exigia que as guardas municipais se ajustassem ao referido Estatuto Nacional no prazo de 2 (dois) anos. Acrescentou que, diante do prazo para adaptação das normas Municipais e do apelo da categoria por uma lei que reconhecesse a importância da Guarda Civil para a sociedade de Miracema, valorizando os servidores pertencentes a ela e estabelecendo um novo plano de carreira, abraçou a causa e buscou ajudar os servidores a conquistar esse importante marco na história da categoria. Relembrou que, no Projeto de 2016, também conseguiu junto ao Chefe do Executivo, a mudança elo padrão inicial ele vencimento P-08 para o P-22. Dessa forma, com o apoio dos demais Vereadores da época, foi aprovada a Lei Municipal nº 1.664 que criou o Estatuto da Guarda Civil de Miracema. Destacou que hoje está votando com uma grande alegria um novo Estatuto da Guarda Civil, que traz as adequações e ajustes para essa categoria de servidores tão importantes para a Sociedade de Miracema, bem como preserva os direitos já adquiridos pelos servidores. Por fim, disse que após a leitura atenta do projeto apresentado a esta Casa Legislativa, buscando melhorar o texto e evitar quaisquer dúvidas posteriores, gostaria de apresentar algumas emendas em conjunto com alguns Vereadores. Foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Aditiva:** Fica inserido o §8º no artigo 8º do Projeto de Lei nº 037/2019, para garantir o direito previsto no §2º do artigo 15 da Lei Federal 13.022 de 2014, com a seguinte redação: *"Art. 8º - ... §8º Para ocupação dos cargos em todos os níveis da carreira da guarda municipal, deverá ser observado o percentual mínimo de 10% (dez por cento) para o sexo feminino"*. Autoria: Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier,

Carlos Magno da Silva Peres e Aimoré da Silva Almeida. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que o §2º do artigo 15 da Lei Federal 13.022 de 2014 prevê que um percentual mínimo dos cargos da guarda deverão ser reservados ao sexo feminino, assim cabe à Lei Municipal trazer o mesmo percentual. Dessa forma, em sintonia com a legislação Federal e Estadual, estamos propondo a previsão de um percentual mínimo de 10% (dez pontos percentuais) para o sexo feminino. Esclareceu que essa emenda está em conformidade com a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, já ratificada pelo Brasil. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou a emenda em votação. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Modificativa:** Fica alterada a redação do artigo 13, acrescentando-se os parágrafos 1º e 2º, no Projeto de Lei nº 37/2019, com o seguinte texto: *"Art. 13 - A Guarda Civil de Miracema, composta por servidores efetivos das categorias da Guarda Municipal e da Guarda Patrimonial, integrantes dos quadros de carreiras e vencimentos próprios, fará jus ao adicional de periculosidade de no mínimo 30% (trinta por cento) a integrar sua remuneração mensal. § 1º - Aos servidores readaptados fica garantido o direito à percepção do adicional referido neste artigo sem qualquer distinção dos servidores efetivos. § 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, por meio de Decreto, o referido adicional até o montante de 40% (quarenta por cento), desde que possua dotação orçamentária e financeira."* Autoria: Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Carlos Magno da Silva Peres e Aimoré da Silva Almeida. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que a Constituição Federal prevê o adicional de remuneração para as atividades perigosas em seu artigo 7º, bem como o princípio da igualdade no artigo 5º. Dessa forma, como medida ele justiça, faz-se necessária a alteração da redação do art. 13 do projeto para que os readaptados também possam ter direito ao adicional, visto que desempenham a mesma função, logo, estão sob os mesmos perigos que os guardas efetivos. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou a emenda em votação. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **c) Emenda Aditiva:** Fica incluído o parágrafo 5º no artigo 15 do Projeto de Lei nº 037/2019, com o seguinte texto: *"Art. 15 - ... §5º - Aplicam-se as regras da hora extraordinária, inclusive o percentual de 100%, previstas neste artigo aos servidores readaptados lotados na Guarda Civil de Miracema".*

Autoria: Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Carlos Magno da Silva Peres e Aimoré da Silva Almeida. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a Constituição Federal traz o princípio da igualdade esculpido no artigo 5º, e desta forma, não podemos distinguir o percentual das horas extras de servidores efetivos da guarda com servidores readaptados, pois todos realizam as mesmas funções. Dessa forma, como medida de justiça, faz-se necessária a inclusão do parágrafo 5º no artigo 15 do projeto de Lei. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou a emenda em votação. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **d) Emenda Modificativa:** Fica alterado o caput do artigo 26 do Projeto de Lei nº 037/2019, passando a ter a seguinte redação: *"Art. 26 - Os cargos em comissão e função gratificada da Guarda Civil de Miracema somente poderão ser providos por Guardas Municipais efetivos, obedecendo à hierarquia de classe e aos requisitos de plano e carreira, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal".* Autoria: Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Carlos Magno da Silva Peres e Aimoré da Silva Almeida. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que a Lei Federal 13.022 de 2014, que rege a uniformização das Guardas Municipais, deixa claro, como água cristalina, que a estrutura deverá ser construída respeitando-se a hierarquia. De acordo com o que se deduz da leitura do artigo 19 da Lei Federal, a saber: "A estrutura hierárquica da guarda municipal não pode utilizar denominação idêntica à das forças militares, quanto aos postos e graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações". Com disso, percebemos que a norma geral proíbe a utilização da nomenclatura dos cargos igual à dos militares, mas deixa claro que a estrutura da guarda civil obedecerá a hierarquia. Assim como o projeto prevê a aplicação da antiguidade como critério de progressão e promoção, deve prever o mesmo para os cargos em comissão. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que a apresentação de emendas é de suma importância para a melhoria do Projeto, mas entende que ela fere a livre nomeação do cargo, pois que o cargo já é restrito, uma vez que só pode ser ocupado por guardas municipais e a emenda está criando uma limitação dentro da limitação. Dessa forma, com a aprovação dessa emenda entende que o cargo só poderá ser ocupado por guardas antigos, tirando a oportunidade dos novos guardas de exercerem a função de Comandante da Guarda e limitando a indicação pelo Prefeito. Acrescentou que diante

da emenda, o atual Comande da Guarda não poderia estar exercendo o cargo, destacando que não é contra a emenda, mas entende que o cargo de Comandante deveria ser de livre e nomeação, pois um de seus objetivos é realizar um diálogo entre o Chefe do Executivo e os demais Guardas. Acreditando, inclusive, que poderia ser realizada uma espécie de eleição dentro da Guarda para a escolha do Chefe, sendo que a emenda limita a indicação do Executivo e não deixa os guardas mais novos ocuparem o cargo. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que essa redação já existe no texto da Lei que está em vigor, pois existe a hierarquia dentro da Guarda Municipal por antiguidade. Assim, estamos corrigindo algo que foi colocado a menos dentro do texto do Projeto de Lei, pois precisamos de hierarquia dentro da guarda. Destacou que sua emenda é constitucional, e não quer defender os mais antigos prejudicando os mais novos e sim fazer justiça, pois está seguindo o texto da Lei já existente. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva perguntou se os Guardas mais novos terão direito de serem nomeados Chefe da Guarda, pois a redação do artigo sem a emenda estabelece que os cargos serão ocupados por membros da Guarda. Disse que existe promoção por antiguidade e existe hierarquia por quem busca qualificação, pois existem critérios que permitem que uma pessoa mais jovem pode ser nomeada para um cargo maior do que um policial mais antigo. O Vereador Hugo Fernandes disse que de acordo com a redação da emenda entende que, no final, o Prefeito ainda vai ficar responsável por escolher e nomear o Chefe da Guarda. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que só levantou a questão por ter ficado um pouco confuso. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou a emenda em votação. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **e) Emenda Aditiva:** Acrescenta o parágrafo único ao artigo 40 do Projeto de Lei nº 037/2019, com a seguinte redação: *"Art. 40 - ... Parágrafo único - Fica garantida a manutenção dos servidores readaptados lotados a mais de dois anos na Guarda Civil de Miracema"*. Autoria: Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Carlos Magno da Silva Peres e Aimoré da Silva Almeida. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres disse que os princípios da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé estão previstos no ordenamento jurídico brasileiro. O Poder Público Municipal deve tratar de forma digna os servidores que, por algum motivo, foram readaptados. Assim, para garantir os direitos de servidor readaptado lotado na Guarda Civil, faz-se

necessário acrescentar um parágrafo ao artigo 40 do projeto de lei. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou a emenda em votação. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. O Vereador Hugo Fernandes destacou que os casos de readaptação deverão passar pelo crivo da Procuradoria Jurídica do Município e da Caixa de Previdência. Por fim, acrescentou que espera que a Guarda Municipal possa ter tranquilidade para exercer suas funções. A seguir, o Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou a Projeto de Lei em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.868, de 16 de dezembro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Art. 1º- Esta Lei dispõe sobre o Estatuto da Guarda Civil de Miracema, o Plano de Cargos e Carreira, Regimento Interno conforme Anexo I, Regulamento de Postura, Tratamento e Sinais de Respeito conforme Anexo II e estabelece a forma de evolução funcional dos Guardas Municipais de provimento efetivo, para atender as exigências da Lei Federal n° 13.022/2014 e suas disposições. Art. 2º - Aplica-se subsidiariamente a esta Lei Complementar o Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Miracema, a Lei Complementar n° 1.419/2013 e a Lei Federal n° 13.022/2014. Art. 3º- A Guarda Civil de Miracema, órgão da Administração Direta, subordinada hierarquicamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, a ao seu auxiliar direto, o Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, uniformizada, aparelhada, qualificada, organizada com base na hierarquia e na disciplina, incumbe a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal, e será regida pelos termos desta Lei. Art.4º- A Guarda Civil de Miracema é órgão da Administração Direta pertencente a estrutura administrativa do Departamento de Segurança Pública da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, na forma deste Estatuto. CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS Art. 5º- A Guarda Civil de Miracema, à qual caberá, contribuir com a paz social, prevenir, inibir pela presença da vigilância, bem como coibir infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais, terá como princípios mínimos de atuação: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das

perdas; III - patrulhamento preventivo; IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força. CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS Art. 6º- É competência geral da Guarda Civil de Miracema a proteção de bens, serviços, logradouros públicos e instalações do Município de Miracema, e outras atribuições previstas na Constituição Federal. Parágrafo Único - Os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais. Art. 7º- São competências específicas da Guarda Civil de Miracema, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais: I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município de Miracema; II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações do Município de Miracema; III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município de Miracema, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais; IV- colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social; V- colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas; VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal; VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município de Miracema, inclusive adotando medidas educativas e preventivas; VIII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades; IX - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades; X - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas; XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município; XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal; XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas; XIV-

encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário; XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte; VVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal; XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignitários; e XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local. §1º- No exercício de suas competências, a Guarda Civil de Miracema poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, deverá a Guarda Civil de Miracema prestar todo o apoio à continuidade do atendimento. §2º- São atribuições do Guarda Municipal efetivo, todas as atividades previstas na Lei Federal 13.022/2014. CAPÍTULO IV - DA CRIAÇÃO Art. 8º - A carreira da Guarda Municipal é estruturada em duas categorias funcionais, com as seguintes denominações: I - Guarda Municipal; II – Guarda Patrimonial. §1º- São cargos em comissão pertencente exclusivamente ao Departamento de Segurança Pública, conforme Anexo III: I – 01 cargo de Comandante da Guarda Civil de Miracema; II – 04 cargos de Supervisor. §2º- O quadro permanente da Guarda Civil de Miracema é composto por 40 vagas no cargo de Guarda Municipal, sob regime deste Estatuto, de provimento efetivo, conforme Anexo IV, não fazendo mais parte da Lei813/1999. §3ª - À categoria funcional de Guarda Municipal possuem as seguintes atribuições: I - prestar apoio às atividades dos agentes de fiscalização de posturas e dos serviços prestados nos mercados públicos e nas feiras-livres; II - realizar o monitoramento dos prédios ocupados por órgãos, entidades e serviços da Prefeitura Municipal; III - fiscalizar a utilização adequada dos parques, jardins, praças, cemitérios, mercados públicos e feiras-livres, além de outras atividades voltadas para o bem-estar dos munícipes; IV - apoiar a implementação e a execução das ações de defesa civil,

quando estiverem em risco bens, serviços e instalações municipais e a população do Município; V - o apoio às ações fiscais de agentes públicos municipais, para proteção e prevenção de atos que coloquem em risco pessoas, serviços e instalações; VI - o apoio à preservação da segurança e da ordem em prédios ocupados por órgãos, entidades e serviços municipais, sob sua vigilância, prestando informações ao público e aos usuários dos serviços públicos prestados; VII - o apoio às atividades de prevenção e combate a incêndios em próprios municipais, como medida de primeiro esforço, antecedendo a atuação do Corpo de Bombeiros; VIII - a identificação e o acompanhamento de pessoas em dependências utilizadas por órgãos, entidades e serviços públicos municipais; IX - a comunicação, através de rádio, telefone ou outro meio, sobre o trânsito de pessoas e veículos, relatando e registrando ocorrências nesses locais; X - a atuação, de forma preventiva, nas áreas de sua atuação, para prevenir e identificar a possibilidade de quebra da normalidade e segurança; XI - e solicitação, na área sob sua responsabilidade, de eventual emprego de agentes de segurança pública estadual, visando ao restabelecimento de situação de normalidade. XII - apoiar ações e operações de defesa civil no território do Município de Miracema, especialmente, nas situações de calamidade pública e ocorrências de sinistros que importem em danos a bens e pessoas; XIII - organizar, coordenar e executar, por determinação do Prefeito Municipal, e do Secretário de Segurança Pública, a segurança de autoridades municipais e de dignitários em visita à cidade de Miracema; XIV - apoiar, quando solicitado e autorizado pelo Prefeito Municipal, os órgãos de segurança pública federal e estadual, dentro de suas atribuições específicas, no território do Município de Miracema; XV - apoiar a Procuradoria Geral do Município no cumprimento de decisões judiciais e administrativas, quando solicitado; XVI - colaborar com campanhas de interesse público e demais atividades de órgãos e entidades municipais no desenvolvimento de trabalhos correlatos com a missão da Guarda Municipal. §4º - À categoria funcional da Guarda Patrimonial, observando a especificidade da função e considerando a necessidade de proteção dos bens públicos, abrangera os atuais cargos de VIGIAS, que passarão a ser integrados e regidos por esta lei, com as seguintes atribuições: I - a proteção do patrimônio e a execução dos serviços de vigilância das instalações ocupadas por órgãos, entidades e serviços do Município de Miracema; II - a orientação de agentes públicos e usuários

dos serviços públicos municipais, quanto a conservação, preservação e uso dos bens públicos municipais; III - apoiar a Procuradoria Geral do Município no cumprimento de decisões judiciais e Administrativas; IV - proteger os bens, serviços e instalações do Município, visando prevenir a ocorrência de atos ilícitos, danos, vandalismo e sinistros, mediante vigilância: a) dos bens de uso comum do povo, assim entendidos as praças, os parques, os jardins, os monumentos e quaisquer outros bens de domínio público municipal; b) das escolas, das unidades de saúde, dos centros de educação infantil, dos museus e dos prédios utilizados na prestação de serviços públicos pela Administração Municipal; c) das áreas de preservação do património natural do Município, para proteção e conservação do meio ambiente e defesa da fauna e da flora; §5º- Fica vedada a criação e realização de concurso para o cargo de Guarda Patrimonial passando a referida categoria ao quadro em extinção. §6º- A Guarda Municipal não poderá ter efetivo superior a 0,4% (quatro décimos por cento) da população. §7º - Se houver aumento da população referida em censo ou estimativa oficial da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é garantido o aumento do efetivo existente, o qual deverá ser ajustado à variação populacional, de acordo com o Art. 07 incisos II, III e Parágrafo único da Lei Federal 13.022 de 08 de agosto de 2014, nos termos de lei municipal. §8º - Para ocupação dos cargos em todos os níveis da carreira da Guarda Municipal, deverá ser observado o percentual mínimo de 10% (dez por cento) para o sexo feminino. Art.9º- No cumprimento da sua missão institucional, a Guarda Civil de Miracema terá a seguinte estrutura básica, para o desenvolvimento de suas ações de Comando: I – Comando Geral, exercido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal; II - Departamento de Segurança Pública, sob o comando direto de 01 (um) Guarda Municipal efetivo, na função denominada de Comandante da Guarda Civil de Miracema, Grupo de Chefia CH – 1, conforme este Estatuto, símbolo de vencimento CC – 3, recrutamento LIMITADO; III - Serviço de Supervisão, sob o comando direto de no mínimo 04(quatro) Guardas Municipais efetivos, na função denominada de Supervisor, Grupo de Execução EX – 1, conforme este Estatuto, símbolo de vencimento CC – 5, recrutamento LIMITADO. Parágrafo Único: A hierarquia e a disciplina, são base institucional da Guarda Civil de Miracema, sendo que a autoridade e a responsabilidade crescem conforme o Grau Hierárquico em Anexo V. Art. 10- O Comandante da Guarda Civil de Miracema, Grupo CH – 1 de

funções, é o responsável por tudo que ocorrer em todos os setores da Instituição, cabendo-lhe, além de atuar em articulação com o Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, as seguintes atribuições e deveres: I – superintender todas as atividades e serviços da Guarda Civil de Miracema, facilitando, no entanto, o livre exercício das funções de seus subordinados, a fim de que desenvolvam o espírito de iniciativa e sintam a responsabilidade de corrente; II – ter iniciativa necessária ao exercício do comando e usá-lo sob sua inteira responsabilidade; III – esforçar-se para que seus subordinados façam do cumprimento do dever um verdadeiro modo de viver e exigir que pautem sua conduta quer dentro, quer fora da instituição, pelas normas da mais severa moral; IV – atender ás ponderações justas de todos os seus subordinados, quando feitas em termos apropriados e desde que sejam de sua competência; V – instaurar processos disciplinares; VI – punir os infratores nos limites estabelecidos pela legislação; VII – dar parecer para efeito de progressão e promoção; VIII - imprimir a todos os seus atos, como por exemplo, o máximo de correção, pontualidade e justiça; IV - estabelecer normas gerais de atuação da Guarda Civil de Miracema; X - representar a Guarda Civil de Miracema em todos os eventos em que esta for convidada ou, no seu impedimento nomear outro para que o faça; e XI - realizar a classificação e reclassificação do comportamento dos Guardas Municipais efetivos. XII - responder pelo controle, registro e conservação do acervo da Guarda Civil de Miracema, incluindo-se o patrimônio, equipamentos, viaturas e materiais. XIII - ter absoluto controle do efetivo da Guarda Civil de Miracema relativo a férias, encaminhamentos a diversos destinos, dispensas médicas, assim como quanto às solicitações e requisições por outras autoridades; XIV - trazer em dia o histórico da Guarda Civil de Miracema; XV - confeccionar as escalas de serviço e submetê-las à apreciação do Comandante da Guarda Civil de Miracema; XVI - organizar e controlar a escrituração referente às correspondências, arquivo e registro de alterações dos Guardas Municipais efetivos, bem como da instituição; XVII - subscrever e autenticar certidões e papéis análogos; XVIII– organizar todos os serviços de controle de transito de veículos no território do Município de Miracema; e XIX – organizar todas as atividades de proteção dos bens pertencentes ao Município de Miracema. Art. 11- O Supervisor, Grupo EX – 1 de funções, é o responsável pelo controle de execução de toda a atividade - fim da Guarda Civil de Miracema, competindo-lhe ainda: I -

responsabilizar-se pelo resultado e controle de qualidade dos serviços da Instituição; II - manter o Inspetor de Patrimônio e Ordem Pública e o Inspetor de Trânsito informados das atividades sob sua responsabilidade; III - manter dados e relatórios estatísticos relativos a ocorrências atendidas ou fatos ligados à missão da Instituição, permanentemente atualizados; IV - tomar conhecimento das ordens existentes a respeito de sua ocupação, ao iniciar qualquer serviço; e V - conservar-se atento durante a execução de qualquer serviço. CAPÍTULO V - DO REGIME DE SERVIÇO E DOS ADICIONAIS Art.12- Os Guardas Municipais efetivos, cumprirão os seguintes regimes de serviço, sendo definidos pelo Comandante da Guarda Civil de Miracema, em escala mensal de serviço: I – expediente com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, cumpridas conforme expediente; II – regime de Compensação 12X36 Diurno, jornada especial de 12 (doze) horas de trabalho diurno por 36 (trinta e seis) horas de descanso, com a concessão de 01(uma) hora de intervalo para alimentação e descanso; III – regime de Compensação 12X36 Noturno, jornada especial de 12 (doze) horas de trabalho no turno por 36 (trinta e seis) horas de descanso, com a concessão de 02 (duas) horas de intervalo para alimentação e descanso; IV – regime de Compensação 12X60 Diurno, jornada especial de 12 (doze) horas de trabalho diurno por 60 (sessenta) horas de descanso, com a concessão de 01 (uma) hora de intervalo para alimentação e descanso; V – regime de Compensação 12X60 Noturno, jornada especial de 12 (doze) horas de trabalho noturno por 60 (sessenta) horas de descanso, com a concessão de 02 (duas) horas de intervalo para alimentação e descanso; VI – regime de Compensação 24X72, jornada especial de 24 (vinte e quatro) horas de trabalho diurno e noturno por 72 (setenta e duas) horas de descanso, com aconcessão de 01(uma) hora de intervalo para alimentação e descanso no período diurno, e 04 (quatro) horas de intervalo para alimentação e descanso no período noturno; VII – regime de Compensação 24 X 96, jornada especial de 24 (vinte e quatro) horas de trabalho diurno e noturno por 96 (noventa e seis) horas de descanso, com a concessão de01(uma) hora de intervalo para alimentação e descanso no período diurno, e 04(quatro) horas de intervalo para alimentação e descanso no período noturno; e VIII – regime de Compensação 12 X 24 e 12 X 48, jornada especial de 12 (doze) horas de trabalho diurno por 24 (vinte e quatro) horas de descanso, com concessão de 01 (uma) hora de intervalo para alimentação e

descanso, retornando para fazer 12 (doze) horas de trabalho noturno por 48 (quarenta e oito) horas de descanso, com a concessão de 02 (duas) horas de intervalo para alimentação e descanso. Parágrafo Único - O Guarda Municipal efetivo, durante a jornada de trabalho, deverá usufruir das concessões de intervalo para alimentação e descanso em seu próprio local de trabalho, desde que o local disponha das acomodações necessárias, caso contrário, será indicado pelo Comandante da Guarda Civil de Miracema local apropriado. Art. 13 - A| Guarda Civil de Miracema, composta por servidores efetivos das categorias da Guarda Municipal e da Guarda Patrimonial, integrantes dos quadros de carreiras e vencimentos próprios, fará jus ao adicional de periculosidade de no mínimo 30% (trinta por cento) a integrar sua remuneração mensal. § 1º - Aos servidores readaptados, fica garantido o direito à percepção do adicional referido neste artigo sem qualquer distinção dos servidores efetivos. § 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, por meio de Decreto, o referido adicional até o montante de 40% (quarenta por cento), desde que possua dotação orçamentaria e financeira. Art.14 - O serviço noturno da Guarda Civil de Miracema prestado, habitualmente, em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor acrescido de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário base. Parágrafo Único - Quando o serviço noturno prestado, não for de maneira habitual, em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento). Art. 15 - O serviço extraordinário normal da Guarda Civil de Miracema será remunerado com acréscimo de100% (cem por cento) em relação ao valor da hora normal de trabalho. §1º- Somente poderá ser permitido serviço extraordinário normal, na forma da lei, para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 02 (duas) horas diárias, podendo ser prorrogado por igual período, diante de situações inadiáveis, cuja inexecução possa acarretar prejuízos irreparáveis; §2º- O serviço extraordinário deverá ser comunicado com antecedência mínima de 08 (oito) horas, respeitando o limite mínimo de descanso, de 12 (doze) horas, para convocação, ressalvada as situações emergenciais. §3º- O adicional por qualquer dos serviços extraordinários não integra a remuneração, nem serve de base de cálculo para nenhum efeito, salvo nos casos que a Lei dispuser em contrário; §4º- A falta injustificada, do Guarda Municipal efetivo, a

qualquer convocação extraordinária, importará em transgressão disciplinar de natureza grave. §5º - Aplicam-se as regras da hora extraordinária, inclusive o percentual de 100%(cem por cento), previstas neste artigo aos servidores readaptados lotados na Guarda Civil de Miracema. CAPÍTULO VI - DAS EXIGÊNCIAS PARA INVESTIDURA Art. 16- A investidura para o cargo público de Guarda Municipal 3ª Classe, Padrão 22, ocorrerá após aprovação em concurso público, constituído das etapas detalhadas no Art. 20 desta Lei, todas de caráter classificatório e/ou eliminatório, aberto a candidatos dos sexos masculinos e femininos, de acordo com o respectivo número de vagas previamente fixado em edital, sob este regime jurídico hierárquico. Art.17- São requisitos básicos para investidura no cargo público de Guarda Municipal 3ª Classe: I - nacionalidade brasileira; II - gozo dos direitos políticos; III - quitação com as obrigações militares e eleitorais; IV - nível médio completo de escolaridade; V - idade mínima de 18 (dezoito) anos; VI - aptidão física, mental, psicológica e toxicológica; VII- idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal e distrital; VIII- Habilitação para condução de veículo, no mínimo, na categoria "B"; Parágrafo Único- O não atendimento das exigências dispostas nos incisos de I a VIII implicam em impedimento para o ato de posse. Art. 18- O concurso público destinado ao preenchimento de cargos oferecidos na carreira inicial da Guarda Civil de Miracema, após o acolhimento da inscrição regular do candidato, obedecerá às seguintes etapas: I – aprovação em prova objetiva; II – aprovação em prova da capacidade física; II – aprovação em exames médicos, inclusive psicológicos e toxicológicos; IV – aprovação em investigação de conduta social; V – aprovação em curso de formação. Parágrafo Único - Todas as etapas dos incisos anteriores serão de caráter classificatório e eliminatório. Art.19 - Os atuais Guardas Municipais efetivos, que não comprovarem o nível médio completo de escolaridade exigido neste Estatuto, não poderão exercer os cargos em comissão previstos no §1º do artigo 8º desta Lei. §1º- Os atuais Guardas Municipais serão aproveitados no âmbito da Instituição em serviços condizentes com sua formação. §2º- Os cargos do Guarda Municipal não poderão ser utilizados como paradigmas para isonomia. CAPÍTULO VI - DA CAPACITAÇÃO Art.20 - A Guarda Civil de Miracema terá a sua implantação gradativa, assegurando- se o treinamento e a qualificação específica dos profissionais, bem como a disponibilidade orçamentária e

financeira, atendida a conveniência da Administração. Art. 21- O exercício das atribuições dos cargos da Guarda Civil de Miracema requer capacitação específica, com matriz curricular compatível com suas atividades. Parágrafo Único - Para fins do disposto no caput, poderá ser adaptada a matriz curricular nacional para formação em segurança pública, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça. Art.22- É facultada ao Município de Miracema a criação de órgão, temporário ou não, de formação, treinamento e aperfeiçoamento dos Guardas Municipais, tendo como princípios norteadores os mencionados no art.5º. §1º- O Município de Miracema poderá firmar convênios ou consorciar-se, visando ao atendimento do disposto no caput deste artigo. §2º - O Estado poderá, mediante convênio com o Município de Miracema, manter órgão de formação e aperfeiçoamento centralizado, em cujo conselho gestor seja assegurada a participação dos Municípios conveniados. §3º- O órgão referido no § 2º não pode ser o mesmo destinado a formação, treinamento ou aperfeiçoamento de forças militares. CAPÍTULO VII - DO CONTROLE Art. 23- A Corregedoria do Município de Miracema, será o órgão responsável pela apuração das infrações disciplinares atribuída ao Guarda Municipal efetivo, às correções em seus diversos níveis e à apreciação das representações relativas à atuação irregular de seus membros, enquanto a Guarda Civil de Miracema não utilizar arma de fogo ou tiver efetivo inferior a 50 (cinquenta) integrantes. Art. 24- A Guarda Civil de Miracema, caso tenha efetivo superior a 50 (cinquenta) Guardas Municipais, ou independente do quantitativo de Guardas Municipais efetivos, caso venha utilizar arma de fogo, será acompanhado por órgãos próprios, permanentes, autônomos e com atribuições de fiscalização, investigação e auditoria, mediante: I - controle interno, que será criado por lei específica, exercido por corregedoria, para apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro; e II - controle externo, que será criado por lei específica, exercido por ouvidoria, independente em relação à direção da Guarda Civil de Miracema, qualquer que seja o número de integrantes da Guarda Civil de Miracema, para receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias acerca da conduta de seus dirigentes e integrantes e das atividades do órgão, propor soluções, oferecer recomendações e informar os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta. §1º- O Poder Executivo Municipal poderá criar órgão colegiado

para exercer o controle social das atividades de segurança do Município de Miracema, analisara a locação e aplicação dos recursos públicos e monitorar os objetivos e metas da política municipal de segurança e, posteriormente, a adequação e eventual necessidade de adaptação das medidas adotadas face aos resultados obtidos. §2º- Os corregedores e ouvidores terão mandato cuja perda será decidida pela maioria absoluta da Câmara Municipal, fundada em razão relevante e específica prevista em lei municipal. Art. 25- Para efeito do disposto no inciso I do caput do art. 27, a Guarda Civil de Miracema terá código de conduta próprio, estipulado através do Regimento Interno conforme Anexo I e Regulamento de Postura, Tratamento e Sinais de Respeito, conforme Anexo II. Parágrafo Único - A Guarda Civil de Miracema não ficará sujeita a regulamentos disciplinares de natureza militar. CAPÍTULO VIII - DAS PRERROGATIVAS Art. 26- Os cargos em comissão e função gratificada da Guarda Civil de Miracema somente poderão ser providos por Guardas Municipais efetivos, obedecendo a hierarquia de classe e aos requisitos de Plano e Carreira, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal. Parágrafo Único - Será garantida a progressão funcional da carreira em todos os níveis. Art. 27- A Guarda Civil de Miracema terá linha telefônica de número 153 e faixa exclusiva de frequência de rádio. Art. 28- É assegurado ao Guarda Municipal efetivo, o recolhimento à cela, isoladamente dos demais presos, quando sujeito à prisão antes de condenação definitiva. CAPÍTULO IX - DAS VEDAÇÕES Art. 29- A estrutura hierárquica da Guarda Civil de Miracema não pode utilizar denominação idêntica à das forças militares, quanto aos postos e graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações. CAPÍTULO X - DA REPRESENTATIVIDADE - Art. 30- É reconhecida a representatividade da Guarda Civil de Miracema no Conselho Nacional de Segurança Pública, no Conselho Nacional das Guardas Municipais e, no interesse do Município de Miracema, no Conselho Nacional de Secretários e Gestor de Segurança Pública de Miracema. CAPÍTULO XI - DO PLANO DE CARGOS E CARREIRA Art. 31- A progressão funcional é a passagem do Guarda Municipal efetivo, para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro da mesma classe, conforme Anexo V desta Lei. §1º- Para que o Guarda Municipal efetivo, abrangido por esta Lei tenha direito à progressão funcional, deverá: I – possuir interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício no padrão de vencimentos: II – receber parecer favorável de

comissão de avaliação, composta por 3 Servidores efetivos da guarda, onde serão avaliados os seguintes requisitos: a) Assiduidade; b) Pontualidade; c) Aptidão; d) Disciplina; e) Capacidade, f) Eficiência. §2º- Comprovado o previsto no parágrafo anterior e arquivada documentação necessária na pasta funcional do Guarda Municipal efetivo, o setor de Recursos Humanos, automaticamente, deverá realizar a progressão funcional, emitindo respectiva portaria. §3º - Ao Guarda Municipal efetivo, aplica-se as regras de progressão funcional previstas nesta Lei. Art. 32- A promoção dos Guardas Municipais efetivos, é a passagem do Guarda Municipal do último padrão de vencimento de uma classe para o primeiro padrão de vencimento da classe imediatamente superior, conforme Anexo V desta Lei. §1º- O interstício necessário para a promoção será de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício no último padrão da classe. §2º- Para que o Guarda Municipal efetivo, tenha direito à promoção no interstício do §1º, deverá: I – estar no último padrão de vencimentos da Classe; II – receber parecer favorável, da comissão de avaliação composta por 3 servidores efetivos da guarda, onde serão avaliados os seguintes requisitos: a) Assiduidade; b) Pontualidade; c) Aptidão; d) Disciplina; e) Capacidade, f) Eficiência. §3º - Para que o Guarda Municipal efetivo, tenha à promoção para a 1ª Classe, no interstício do §1º, deverá: I – estar no último padrão de vencimentos da 2ªClasse; II – receber parecer favorável, do Comandante da Guarda Civil de Miracema, onde serão avaliados os seguintes requisitos: a) Assiduidade; b) Pontualidade; c) Aptidão; d) Disciplina; e) Capacidade, f) Eficiência. §4º- Comprovado o previsto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo e arquivada a documentação necessária na Pasta Funcional do Guarda Municipal, o setor de Recursos Humanos, automaticamente, deverá realizar a promoção, emitindo a respectiva portaria. §5º- Ao Guarda Municipal efetivo, aplicam-se regras de promoção previstas nesta Lei. Art.33- Os interstícios para a progressão e promoção serão computado sem períodos corridos, sendo interrompidos nos casos em que o Guarda Municipal efetivo, se afastar do exercício do cargo em decorrência de: I – licença com perda de vencimentos; II – suspensão disciplinar ou preventiva; III – prisão decorrente de decisão judicial; IV – gozo de auxílio-doença, acima do limite de 24 meses previsto no art. 38,inciso VI, alínea "b"; V– outras hipóteses especificadas em lei. §1º- Consideram-se períodos corridos, para os efeitos deste artigo, aqueles contados de data a data, em qualquer dedução na contagem. §2º- Será restabelecida

a contagem do interstício, com os efeitos daí decorrentes, a partir da data do afastamento do Guarda Municipal efetivo, para o cumprimento da suspensão disciplinar ou preventiva, nos casos em que ficar apurada a improcedência da penalidade aplicada, na primeira hipótese e, no segundo caso, se não resultar pena mais grave. §3º- Durante o interstício, licenças que superarem 90 (noventa) dias, intercalados ou não, interrompem o prazo, reiniciando a contagem quando do último retorno ao efetivo exercício do Guarda Municipal. §4º- Para fins do disposto no artigo 35 desta Lei, ficam criados: a) 4 (quatro) cargos efetivos de Guarda Municipal - 1ª Classe. b) 2 (dois) cargos efetivos de Municipal - 2ª Classe. §5º - Os servidores ocupantes do cargo de Guarda Municipal que cumprirem os requisitos temporal e qualitativo previstos nesta Lei para promoção e/ou progressão, serão enquadrados nos cargos efetivos supracitados, com respectivo padrão de vencimento, observando o direito adquirido e o tempo de serviço público já realizado. §6º - As promoções, como forma de provimento derivado de cargo público, exigem a prévia criação vaga e a assinatura do termo de posse. §7º - Caberá ao Secretário da Pasta a solicitação ao Departamento de Recursos Humanos de estudo para criação de novas vagas para promoção nas carreiras da Guarda Municipal e Patrimonial. Art. 34- A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando o ano de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Art. 35- Para efeito de concessão de férias, férias-prêmio, adicional de tempo de serviço, progressão e promoção, considerar-se-á como efetivo exercício: I – férias; II – exercício de cargo ou função em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal; III – desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou no Distrito Federal, exceto para a promoção; IV– júri e outros serviços obrigatórios por lei; V– missão ou estudo no Brasil ou exterior, quando autorizado o afastamento, conforme dispuser o regulamento; VI–licença: a) Á gestante, à adotante e à paternidade; b) Para tratamento da própria saúde, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado ao Município, no cargo de provimento efetivo. c) Para o desempenho de mandato classista ou participação de gerência ou administração em sociedade cooperativa, constituída por servidores para prestar serviços a seus membros, exceto para efeito de promoção; d) Por motivo de acidente em serviço ou doença profissional; e) Para

capacitação conforme dispuser o regulamento; VII - Por convocação para o serviço militar. – participação em competição desportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no País ou no exterior, conforme disposto em lei específica; VIII– afastamento para servir em Órgão Internacional de que o Brasil participe ou o qual coopere. Parágrafo Único- No caso de progressão e promoção as regras são as previstas no Capítulo XI desta Lei e, subsidiariamente e desde que não sejam contrárias, as regras previstas neste artigo. Art. 36- Ao entrar em exercício, o Guarda Municipal nomeado para cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal 3ª Classe, ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo observado os seguintes fatores: I – assiduidade; II – disciplina; III – capacidade de iniciativa; IV – produtividade, V – responsabilidade. §1º- Seis meses antes de findar o período de estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente avaliação do desempenho do Guarda Municipal, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos de I a V do caput deste artigo. §2º- O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos abaixo, e será retomado a partir do término do impedimento: I – por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação médica; II – para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo, por prazo indeterminado e sem remuneração; III – para o serviço militar; IV – para atividade política, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro da sua candidatura perante a Justiça Eleitoral; V – para tratamento da própria saúde, quando ultrapassar 90 (noventa) dias; VI – para tratar de interesses particulares, VII – para desempenho de mandato classista. CAPÍTULO XII - DO DESLIGAMENTO Art. 37- O Município de Miracema poderá promover o desligamento do Guarda Municipal efetivo, comprovada a ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses: I – ato de improbidade; II – crime contra a administração pública; III – incontinência de conduta ou mau procedimento; IV- condenação criminal do servidor

passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena; V– desídia no desempenho das respectivas funções; VI – embriaguez habitual ou em serviço; VII – violação de sigilo que deveria preservar por força de suas funções; VIII – indisciplina ou insubordinação; IX – abandono das funções; X – negociação habitual por conta própria ou alheia; XI – ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra qualquer pessoa sejam usuários dos serviços públicos, colegas ou superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem; XII - prática constante de jogos de azar; XIII – faltas injustificadas em número igual ou superior a 15(quinze) dias consecutivos no mês. XIV – descumprimento de norma ou procedimento, relativamente ao exercício de suas atribuições; XV – utilização de bens, materiais e instalações da unidade em que atua, assim como da condição de agente público, para fins particulares; XVI – declaração falsa de residência para fins de exercício da atividade; XVII – acumulação ilegal de cargo; XVIII – outras hipóteses previstas em Lei; CAPÍTULO XIII - DISPOSIÇÕES DIVERSAS E TRANSITÓRIAS Art. 38- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a padronizar os uniformes e equipamentos da Guarda Civil de Miracema. Art. 39- Ficam resguardados, para todos os fins de direito, o tempo de serviço já realizado pelos atuais integrantes da carreira de guarda municipal e guarda patrimonial, inclusive para fins de promoção e progressão. Parágrafo Único - Serão igualmente beneficiados com o Plano de Cargos e Carreira, os guardas Municipais inativos e pensionistas de Guardas Municipais que se enquadrarem nesta Lei e no que couber, nas disposições da Constituição Federal e Emendas Constitucionais Nº 20, 41 e 47, respectivamente de 16 de dezembro de 1998, 31 de dezembro de 2003 e 06 de julho de 2005, providenciando-se , após estudo das situações atuais, a revisão de seu enquadramento ate a data do ato de aposentadoria. Art. 40- Os demais direitos e deveres aplicados aos servidores públicos municipais de Miracema, desde que compatíveis com a presente Lei, são aplicáveis aos Guardas Municipais efetivos. Parágrafo Único- Fica garantida a manutenção dos servidores readaptados lotados a mais de dois anos na Guarda Civil de Miracema. Art. 41 - Os casos omissos nesta Lei aplicam-se Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, leis complementares para os servidores do município, a Lei Federal nº 13.022 de 08 de agosto de 2014. Art. 42- As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, previstas no orçamento do corrente

ano do Município de Miracema. Art. 43- As despesas decorrentes da presente Lei estão contempladas na Lei Orçamentária Anual, bem como estão compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual. Art. 44- Ficam extintos o cargo de Diretor do Departamento de Ordem Pública e Comando da Guarda Civil Municipal previsto no inciso II do artigo 30; incisos VI e VII do artigo 30 e artigo 31 da Lei Complementar nº 1.419 de 01 de abril de 2013. Art. 45- Revogam-se as disposições contrárias a esta Lei. Art. 46- Os Guardas Municipais e Patrimoniais não estão inseridos dentro das normas da Lei Municipal nº 813/1999. Parágrafo Único – A Carreira, em regime de extinção, de Guarda Patrimonial tem seus aspectos remuneratórios regulados pela Lei 1.798/18, aplicando-se subsidiariamente a presente lei. Art. 47- Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2020. A seguir o Sr. Presidente convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva para fazer a entrega de uma Moção de Aplausos para a jovem Isabella Alvim Guedes. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que a Dra. Isabella é uma pessoa que representa muito bem o Município de Miracema e merece ser valorizada pela sua trajetória, agradecendo sua presença aqui na Câmara para receber essa singela homenagem. Disse que a Dra. Isabella Alvim Guedes, vem se destacando pelo seu excelente desempenho como cidadã e estudante, sempre à procura do aperfeiçoamento em seus estudos, atualmente como bolsista do Programa de Capacitação Institucional do CNPq - Nível DA, cursando ainda Pós-Doutorado. Esclareceu que ela possui graduação em Farmácia pela UNIG, mestrado em Modelagem Computacional com ênfase em Biologia computacional pelo Laboratório Nacional de Computação científica - LNCC (2011) e Doutorado em Modelagem Computacional Pela LNCC (2016) com período Sanduíche pela Université Paris VII Denis Diderot (França), sendo atualmente Pós--doutoranda PCI-DA do Laboratório Nacional de Computação Científica. A Dra. Isabella agradeceu a oportunidade de estar aqui hoje, pois conhece muitas pessoas de Miracema e começou sua vida estudantil aqui no Município, tendo estudado no Cenecista. Acrescentou que competiu e venceu pessoas que estudaram em melhores escolas, demonstrando que com esforço conseguimos realizar nosso objetivo. Por fim, disse que conheceu a Associação de Ciclismo de Miracema e percebeu o excelente trabalho que eles realizando, assim a Associação foi sua a inspiração para ela criar um Grupo de Ciclismo em Petrópolis, sendo atualmente a Presidente do referido Grupo.

Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 17/12/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2019.

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinco, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares ocupou a cadeira do 2º Secretário. Foram registradas as ausências dos Vereadores: Fabrício de Sá Xavier, Gutemberg Medeiros Damasceno e Genessi Rodrigues da Silva. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 25, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência:

01) Ofício 046/2014 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema - SINDSPMM. Os Vereadores João Siqueira Magalhães e Paulo Sérgio de Azevedo solicitaram cópia deste ofício; 02) Ofício 045/2014 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema - SINDSPMM. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Gilson Teixeira Sales e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um ofício ao Juiz da Primeira Vara da Comarca de Miracema solicitando informações sobre o Processo nº 0002769-37.2012.8.19.0034, que trata do Concurso Público que seria realizado no Município de Miracema, tendo em vista que existem inúmeros questionamentos das pessoas que fizeram a inscrição, especialmente sobre o ressarcimento dos valores da inscrição. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que vai estudar a possibilidade do envio de uma cópia deste documento ao Ministério Público solicitando a agilidade na tramitação do Processo; 03) Telegramas informando os Recursos do Orçamento da União pagos aos Municípios. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou cópia deste ofício; 04) Telegrama NºRef: 004097/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde; 04) Convite para a Festa Junina do Centro de Convivência A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas à Secretaria Municipal de Transporte, no sentido de que sejam tomadas as medidas cabíveis em relação aos veículos abandonados nas ruas do Município de Miracema. Deferido. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que possui informações que estes veículos serão colocados no depósito que está sendo construído no Município de Miracema. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas à Secretaria Municipal de Fazenda, no sentido de que seja corrigido o tempo de validade das Certidões Negativas de Débito, destacando que a Certidões estão sendo confeccionadas de forma Positiva com efeitos Negativos e não Negativa,

uma vez que nas certidões estão sendo mencionadas as parcelas que ainda irão vencer. Deferido. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Departamento Jurídico da Prefeitura sobre Projeto de Lei nº. 52/2014 - Solicitação no sentido de que seja reestudado e reanalisado o Projeto de Lei Complementar nº 52/2014, tendo em vista que o ofício enviado pelo Sindicato dos Públicos de Miracema indica que os Servidores Públicos poderão ser prejudicados. Deferido. 04) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Ministério Público - Solicitando agilidade na tramitação do Processo referente ao Concurso que seria realizado no Município de Miracema IDECAN. O Vereador Hugo Fernandes pediu para que este requerimento fosse analisado junto ao Departamento Jurídico desta Casa Legislativa no sentido de que seja estudado quem deveria ser o destinatário deste ofício. 04) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no sentido de que seja realizada a retirada do Resíduo de Construção Civil das ruas do Município de Miracema, tenho em vista que existem diversos munícipes solicitando esta retirada. Deferido. 05) Vereador Hugo Fernandes, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalada uma portaria na atual Usina de Reciclagem, tendo em vista que qualquer pessoa pode entrar livremente no local da reciclagem. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está perplexo com a presença de um entulho na Rua Santo Antônio durante aproximadamente três meses, sendo que conversou com o Secretário Municipal e pediu para realizar a retirada o entulho antes da procissão que iria ser realizada, mas não foi atendido. Dessa maneira acabou ficando bastante chateado com a situação. O Vereador Gilson Teixeira Sales acrescentou que também solicitou a retirada de um entulho localizado na Rua Melchíades Picanço e seu pedido ainda não foi atendido. O Vereador Hugo Fernandes lembrou que amanhã a Câmara Municipal estará funcionando na

parte da manhã devido ao jogo da Seleção Brasileira. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 23/06/2014, às 09 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 23 de junho de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e sessenta e oito da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 23, Versículos de 01 à 04. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 13 de maio de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 062/2019 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ; 02) Ofício do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro referente ao Processo nº 207.243-0/19; 03) Ofício do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro referente ao Processo nº 239.857-5/13. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - De início, gostaria de parabenizar a aquisição do britador. Dessa forma, encaminho solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja adquirido um imã para instalar na ponta do britador recentemente adquirido por esta Secretaria, assim ao utilizar o britador os pregos e vergalhões serão separados. Deferido. 02) A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou uma Moção de Aplausos para Ademir de Assis Campos e Rogério Melo Vicente, funcionários públicos do Estado do Rio de Janeiro, os parabenizando pela ajuda no combate aos mosquitos transmissores de doenças com a utilização de um carro fumacê emprestado pelo Estado. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Secretário Estadual de Saúde do

Estado do Rio de Janeiro, Sr. Edmar Santos - Considerando a importância do programa Academia da Saúde, eis que promove cuidado que ultrapassa a saúde física, alcançando também a saúde mental/psicológica, conforme comprova-se por intermédio de estudos, que demonstram a relevância da prática de exercícios físicos; Considerando a necessidade e carência da nossa sociedade, onde muitos não possuem condições financeiras para arcarem com gasto mensal em academias, principalmente os idosos; Considerando que os polos da academia da saúde concebem espaços voltados ao desenvolvimento de ações culturalmente inseridas e adaptadas aos territórios locais e adotam como valores norteadores de suas atividades o desenvolvimento de autonomia, equidade, empoderamento, participação social, entre outros. Encaminho solicitação no sentido de que sejam construídas três Academias da Saúde no Município de Miracema (uma no Estádio Municipal Plinio Bastos de Barros, uma na Praça do Rinque e uma na parte alta do Município), tendo em vista em contato com os munícipes pude perceber que esse é um anseio da população. Aprovado. 04) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Considerando que nos dias atuais a prática de esportes vem tendo um grande aumento; Considerando que é necessário que essa prática seja incentivada através da instalação de recursos para a nossa população; Considerando também que o Distrito de Paraíso do Tobias é economicamente pobre e com pouca área de lazer; Considerando que a implantação da ciclovia é algo comum para promover a prática de esportes e lazer para a população; Considerando que o trecho a ser utilizado para a construção da ciclovia se encontra abandonado e sem utilidade; Encaminho solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a construção de uma ciclovia no Distrito de Paraíso do Tobias, ligando a Rua Nilo Ronze e Rua José Homem da Costa, totalizando aproximadamente 1000m (mil metros) de extensão. Solicitamos, ainda, que depois de implantada a referida ciclovia, que ela seja nomeada de "Ciclovia Laila Amim Chacour", tendo em vista que ela estabeleceu raízes no Distrito de Paraíso construindo sua família e um estabelecimento comercial junto com seu marido Francisco Chacour. Deferido. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares agradeceu a presença do Secretário Municipal de Meio Ambiente, pois foi o autor do convite ao Secretário com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos sobre os trabalhos

da referida secretaria, tendo em vista que estamos escutando algumas reclamações e precisamos ouvir os servidores para sabermos as dificuldades que existem. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a colocação de postes e a extensão da rede elétrica, localizada no Sítio do Recreio, zona rural, e Comunidade do Conde, estrada Miracema/Campelo km 02, residência do Sr. Célio Shelck e família, tendo em vista que o consumidor está pagando a contribuição de iluminação pública e não dispõe do referido serviço. Deferido. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a troca de lâmpadas na parte interna do Estádio Municipal Plínio Bastos de Barros. Deferido. 07) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a poda das árvores localizadas na parte interna do Estádio Municipal Plínio Bastos de Barros. Deferido. 08) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Aplausos para o Secretário Municipal de Assistência Social, extensiva a todos os funcionários, os parabenizando pela organização da II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereador José Augusto Martins - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a troca de 03 (três) postes de madeira, por postes de cimento, que estão localizados na Rua Edson Alvim de Barros, Bairro Jardim Beverly, próximo à residência do Sr. Escobar, tendo em vista que os referidos postes estão em péssimas condições. Deferido. 10) Vereador José Augusto Martins - À ENEL - Solicitação no sentido de que sejam instalados mais postes de luz na Rua Edson Alvim de Barros, Bairro Jardim Beverly, tendo em vista que a referida rua é muito movimentada, inclusive com a circulação de pessoas idosas e crianças. Aprovado. 11) Vereador Hugo Fernandes - Ao Deputado Federal Glauber Braga - Considerando que em Miracema é uma das cidades mais pobres do Estado; Considerando que o Governo do Estado desde 2015 deve aproximadamente R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) em repasse para saúde do município; Considerando que estamos passando por momentos difíceis na saúde municipal, com falta de medicamentos e atraso em pagamentos de fornecedores. Considerando que estamos em Estado de Emergência (Decreto nº 28 de 06/05/2019) Epidemia em infestação pelo mosquito AEDES AEGYPTI. Encaminho solicitação no sentido de que

seja destinada ao Município de Miracema Emenda Parlamentar para custeio em Saúde. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Dispõe sobre o programa de Guarda Subsidiada para Crianças e Adolescentes em situação de risco social e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que foi sugerida uma correção ortográfica. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares informou que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final já fez as devidas correções. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.824, de 16 de maio de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprova e, eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1°- As crianças e adolescentes, em caso de falecimento, abandono, negligência, ameaça e violação dos seus direitos fundamentais por parte de seus pais ou responsável, em havendo destituição de guarda ou tutela, suspensão ou destituição de poder familiar, ou ainda afastamento cautelar de sua família de origem, serão colocadas em família substituta na forma de guarda subsidiada, nos termos da presente Lei. Parágrafo Único- O objetivo do amparo da criança ou adolescentes sob guarda subsidiada é o de proporcionar meios capazes de readaptá-la ao convívio da família e da sociedade, com possibilidade de retorno á família de origem ou adoção, conforme o caso. Art. 2°- A instituição do programa de guarda subsidiada constituir-se-á numa alternativa de atendimento à criança e adolescente, dentro dos princípios estabelecidos pela Lei Federal n° 8.069/90. Art. 3°- O programa de guarda subsidiada, objetiva: I - Oferecer um lar familiar para a criança e adolescente violados em seus direitos; II - Proporcionar ambiente sadio de convivência; III - Oportunizar condições de socialização; IV - Integrar a comunidade ao programa de guarda subsidiada; Art. 4°- A guarda subsidiada se constitui na guarda de criança ou adolescente, preferencialmente por membros da família extensiva, nos termos do §1° deste artigo, ou por família previamente cadastrada e capacitada, residente no município de Miracema, que tenha condições de receber e manter condignamente, oferecendo os meios necessários à saúde, educação e alimentação, com acompanhamento direto da Secretaria de Assistência Social, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescentes e Conselho Tutelar. §1°- É admissível a inscrição de familiares das crianças e

adolescentes a serem recolhidas nos termos desta Lei, caso em que será dispensado o cadastramento prévio mas exigida a capacitação e o acompanhamento posterior, na forma prevista no presente programa. §2° - A Secretaria de Assistência Social, numa atuação articulada e integrada com as demais Secretarias, providenciará o acompanhamento e a adaptação da criança ou adolescente, com vista á permanência temporária sob a guarda da família guardiã. §3° - A colocação de crianças e adolescentes sob guarda faz com que a família guardiã seja responsável por prestar-lhes assistência material, moral e educacional, nos termos dos art. 33 e 35 da Lei Federal n° 8.069/90. Art. 5°- As famílias interessadas serão cadastradas pela Secretaria de Assistência Social através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), recebendo após análise e orientação por equipe interdisciplinar a serviço daquele órgão, habilitação para acolher a criança ou adolescente sob sua guarda, na forma da presente Lei e de regulamento a ser posteriormente editado. §1°- A seleção das famílias interessadas levará em conta o local de moradia, o espaço físico, o ambiente familiar, a motivação e o preparo para o acolhimento de criança e adolescente, conforme determina a Lei Federal n° 8.069/90. §2°- A equipe interdisciplinar definirá o número de crianças e adolescentes que cada família acolherá, a partir do estudo de caso, considerando a situação da criança ou adolescente e também da família guardiã. §3°- Os grupos de irmãos serão colocados sob a guarda da mesma família guardiã, salvo comprovada a impossibilidade, observando o disposto no art. 28, §4° da Lei Federal n° 8.069/90. §4°- A falta de condições materiais não é motivo para que a criança ou adolescente deixe de ser colocada sob a guarda da família habilitada, especialmente em havendo relação de parentesco, cabendo a inclusão desta, em caráter prioritário, em programas oficiais de auxílio, nos moldes previsto no art. 129, inciso I, da Lei Federal n° 8.069/90. Art.6°- A escolha da família guardiã caberá ao juiz da Infância e Juventude, a partir de informações técnicas fornecidas pela equipe técnica do CREAS. §1°- A colocação da criança ou adolescente sob a guarda da família habilitada observará o procedimento próprio previsto nos art. 165 a 170, da Lei Federal n° 8.069/90. §2°- A família guardiã assinará termo de guarda da criança ou adolescente, na forma prevista no art.32, da Lei Federal n° 8.069/90. §3°- Sempre que necessário, o Município fornecerá assistência jurídica à família guardiã, para viabilizar a concretização da medida e/ou,

quando for o caso, para fixação do regime de visitas e cobranças de alimentos junto aos pais da criança e adolescentes acolhidas, na forma prevista no artigo 33, §4°, da Lei Federal n° 8.069/90. Art.7°- Caberá ao CREAS o acompanhamento das crianças e adolescentes colocados sob guarda subsidiada através de equipe técnica interdisciplinar, que também prestará a necessária orientação e amparo psicológico à família guardiã e á família de origem, observados os princípios relacionados no art. 100, parágrafo único, da Lei Federal n° 8.069/90. Art.8°- O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar manterão acompanhamento constante e a fiscalização do programa de guarda subsidiada, cabendo ao primeiro o registro e a articulação deste com outros programas em execução no Município nas áreas da educação, saúde e assistência social, de modo a permitir que crianças e adolescentes sob guarda, bem como famílias guardiã e de origem que eles necessitem, sejam a eles rapidamente encaminhados, gozando de prioridade de atendimento, na forma do previsto no art.4°, parágrafo único, letra "b", da Lei Federal nº 8.069/90. Art.9°- O descumprimento de qualquer das obrigações contidas no art.33 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como de outras estabelecidas por ocasião da regulamentação da presente Lei, implicará em desligamento da família do programa, com imediata comunicação á autoridade judiciária para tomada das medidas cabíveis, inclusive eventual destituição de guarda, conforme previsto no art.35 da Lei Federal nº 8.069/90. Art.10 - A família habilitada a participar do programa de guarda subsidiada receberá, além do acompanhamento técnico já mencionado, o valor referente a R$ 300,00 (trezentos) reais, atualizado anualmente pelo IPCA-E, por criança ou adolescente acolhido, observando para efeitos de pagamento a proporcionalidade em relação ao período de efetivo exercício de guarda. Parágrafo Único. Tratando-se de criança ou adolescente portador de necessidades especiais, o valor será de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta) reais. Art.11- A despesa, na forma de serviço de que trata o artigo anterior, será suportada por dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social. Art.12° - Para efeitos de pagamento, o CREAS emitirá declaração, observado as condições de guarda, bem como o período de atendimento em cada caso, que será encaminhado ao Fundo Municipal de Assistência Social para adimplemento. Art.13°- O Poder Executivo, por intermédio de técnicos da Secretaria

de Assistência Social, regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias, elaborado projeto próprio que será levado o registro do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do previsto no art.90, inciso II e III e §1°, da Lei Federal n°8.069. Parágrafo Único- O projeto que regulamentará a presente Lei constará, dentre outras disposições: requisitos mínimos e formas de cadastramento, seleção e habilitação das famílias guardiãs, critérios para o encaminhamento acolhimento de crianças e adolescentes, com observância dos princípios estabelecidos nos art. 28, 92, 94, 100 e 101, da Lei Federal n°8.069/90; prazo para reavaliação da situação da criança ou adolescente, com vista a proporcionar seu retorno à família de origem ou adoção, conforme o caso, da forma mais célere possível; proposta detalhada de atendimento, inclusive das atribuições da equipe técnica encarregada do acompanhamento da execução do programa; articulação com outros programas em execução no Município. Art.14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art.15. Ficam revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Sérgio de Souza, Secretário Municipal de Meio Ambiente, para prestar esclarecimentos sobre os trabalhos da referida Secretaria. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Sr. Sérgio de Souza disse que veio atender o convite formal do Vereador Marcus Felipe e gostaria de explicar os problemas enfrentados em relação a varrição do Município de Miracema, pois temos uma grande deficiência na mão de obra de varredores. Dessa forma, vai fazer uma apresentação através de slides e depois vai ficar à disposição para responder as perguntas pertinentes à Secretaria de Meio Ambiente, sendo que também está triste com a constante cobrança sobre a varrição, pois está trabalhando com poucos funcionários. Começou sua apresentação com slides explicando quais são os fatores que determinam quanto um varredor pode produzir: extensão da via, tipo de pavimentação, declive da via, intensidade do tráfego, circulação de pedestres, tipo de área (comercial, residencial, entre outras), e idade do varredor, que é o fator que temos dificuldades, pois todos estão com a idade avançada. Esclareceu que foi realizado um estudo sobre os rendimentos dos varredores de acordo com a faixa etária, assim é possível perceber que os trabalhadores de 20 à 29 ano de idade conseguem render uma média de 1350m/dia, enquanto que os de 30 à 39 anos rendem 1250m/dia, os de 40 á 49 anos rendem

1200m/dia, os de 50 à 59 anos rendem 1050m/dia e os de 60 à 69 anos tendem 950m/dia. Informou que o tipo de área a ser varrida determina a frequência e o período da varrição, sendo que a área residencial é varrida de duas a cinco vezes por semana, no período diurno, com o repasse nas vias de maior movimento; na comercial a varrição é realizada diariamente, nos períodos diurno e noturno, com o repasse nas vias de maior movimento e; em feiras, festas, eventos musicais e outros, a variação é realizada eventualmente e imediatamente após a realização do evento, sendo que nas vendas de pescados, as vias devem ser lavadas e desinfetadas. Acrescentou que a média de varrição é de 1 a 2 km/varredor ao dia, sendo que a de remoção de lixo é de 850 a 1.260 l/km ao dia, sendo que a média de varredor por 1000 habitantes seria de 0,40 ou 0,80, ou seja 2.500 habitantes por varredor ou 1250 habitantes por varredor. Apresentou a porcentagem dos varredores por idade do Município de Miracema, sendo que 8% dos varredores possuem de 30 á 39 anos, 30% de 40 à 49 anos, 39% de 50 á 59 anos e 23% acima de 60 anos. Destacando que o número de varredores ativos em Miracema é 61, sendo que 05 estão de licença médica na gestão atual, 11 foram aposentados na gestão atual e ocorreram 02 falecimentos de funcionários na atual gestão, acrescentando que possuímos uma distância total de 101.502m ou 101,5km de vias. Dessa forma, é possível concluir que realmente precisamos contratar mais varredores, pois a quantidade existente não está dando conta do serviço. Explicou a atual estrutura administrativa da Secretaria de Meio Ambiente, esclarecendo que precisamos de uma alteração nesta estrutura e no final, vai apresentar o modelo que acredita ser o ideal. Apresentou os trabalhos que são realizados pela equipe do Til e do Pedrinho, voltando a destacar que a demanda de trabalho é muito grande e os funcionários são poucos, por isso acontece a demora no atendimento ao requerimento dos vereadores. Destacou que inclusive estamos fazendo o trabalho de retirada de entulhos que são colocados na rua, acreditando que esse assunto já chegou ao limite da Secretaria, pois não é compromisso da Secretaria realizar a retirada desses entulhos, entretanto a Secretaria faz esse trabalho para manter a cidade limpa. Informou a quantidade dos varredores por idade do Município de Miracema, esclarecendo a média e o total de rendimento (m/dia), sendo que 05 varredores possuem de 30 à 39 anos, realizando a varrição média de 1.250m/dia, totalizando 6.250m/dia; 18 varredores possuem de 40 à 49 anos, realizando a varrição

média de 1.200m/dia, totalizando 21.600m/dia; 24 varredores possuem de 50 à 59 anos, realizando a varrição média de 1.050m/dia, totalizando 25.200m/dia e 14 varredores possuem acima de 60 anos, realizando a varrição média de 950m/dia, totalizando 13.300m/dia. Dessa forma, é possível concluir que possuímos um total de rendimento de 66.350m/dia, sendo que ainda existem 35.152m/dia de vias sem a cobertura do serviço, concluindo assim que ainda existe uma deficiência de 29 varredores com o rendimento de 1.200m/dia e destacando que os atuais funcionários estão se sacrificando e realizando seus trabalhos dobrados, por isso agradece pelo empenho demonstrado. Por fim, mostrou um slide com a estrutura que acredita ser a ideal para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, esclarecendo que esta seria uma ideia para o futuro, pois atualmente a Prefeitura se encontra sem condições de aumentar suas despesas com funcionários, mencionando que atualmente a Secretaria só possui o poder de notificar os munícipes e não multar, pois infelizmente só com a aplicação da multa a população vai se conscientizar e fazer sua parte, frisando que a Secretaria não tem a intenção de prejudicar ninguém. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire perguntou se os 61 varredores são concursados. O Sr. Sérgio de Souza disse que sim. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que a dificuldade de organização do serviço público se dá por conta de uma pessoa fazer o concurso para uma função e ser desviada dessa função, assim percebe que o déficit da secretaria é grande demais. Perguntou se os podadores de árvores da empresa que estão previstos no contrato trabalham juntos com os podadores da Prefeitura. O Sr. Sérgio de Souza disse que a Secretaria de Meio Ambiente não possui podador de árvores, assim todo pedido de poda é encaminhado para a empresa. O Vereador Hugo Fernandes destacou que um ponto positivo é a disponibilidade e disposição dos funcionários da Secretaria Meio Ambiente, sendo que o Secretário é humilde ao dizer que existem problemas, mas não possui a solução. Esclareceu que quando foi Secretário de Educação viu de perto os problemas enfrentados pela administração pública e passou a ser um Vereador melhor. Disse que outro ponto positivo do atual governo foi a recuperação da usina de reciclagem junto com COOPCREM, dando mais dignidade aos servidores que trabalham no local. Assim, gostaria de fazer uma crítica construtiva, sendo que prefere fazer uma crítica diretamente ao Secretário do que utilizar outros meios, assim mencionou que o município precisa urgente tomar

providencia sobre a retirada de entulhos, pois isso não é obrigação da prefeitura e a população precisa fazer sua parte. Acrescentou que as pessoas deixam de retirar seus entulhos porque sabe que a prefeitura vai retirar e precisamos chegar a uma solução, inclusive realizando um debate com a população sobre esse problema. Continuando, mencionou que os garis da prefeitura estão fazendo o que podem e o que não podem, porém não podemos contratar mais funcionários, por conta do limite prudencial. Dessa forma, realmente precisamos tentar resolver a questão da varrição, porém infelizmente não tem a solução para este problema. Mencionou que boa parte da população, como a maioria dos brasileiros, só mudamos nosso comportamento quando sofremos no bolso, com penalização, acreditando que a solução para a questão de entulhos e de terreno baldio seria a aplicação de multa, sendo que precisamos realizar um debate com a população para depois tomarmos as atitudes. Por fim, disse que também discorda da Secretaria de Educação depender da Secretaria de Meio Ambiente para a realização de alguns serviços, pois hoje possuímos 61 varredores e precisamos de aproximadamente 100 servidores para resolver os problemas. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que quando um concurso é feito é preciso explicar bem as funções dos cargos, inclusive prevendo que o funcionário possa varrer ruas, sendo que quando faz seus pedidos e reclamações é porque a população está cobrando. Por fim, destacou que possui uma preocupação com a proteção dos funcionários, pois eles deveriam utilizar o equipamento de proteção necessário, uma vez que a poeira da varrição é bastante prejudicial à saúde. O Sr. Sérgio de Souza disse que a Secretaria possui a máscara protetora, mas nem todos os varredores gostam de utilizar. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva agradeceu a presença do Secretário nesta Casa Legislativa. Mencionou que sempre cobrou bastante o trabalho da Secretaria de Meio Ambiente e hoje ficou sabendo dos dados técnicos, sendo que com esses dados devemos procurar uma saída para os problemas. Destacou que os vereadores são cobrados pela população e precisamos dar as devidas respostas, entendendo que diante das dificuldades os pedidos não eram atendidos dentro de um tempo hábil. Acrescentando que por conta da cobrança da população e na ansiedade de resolver os problemas rapidamente, algumas reclamações acabavam sendo agressivas, porém com a explicação apresentada podemos observar os problemas existentes e pensar numa solução para eles. O Sr. Sérgio de Souza disse que em algumas vezes fazemos

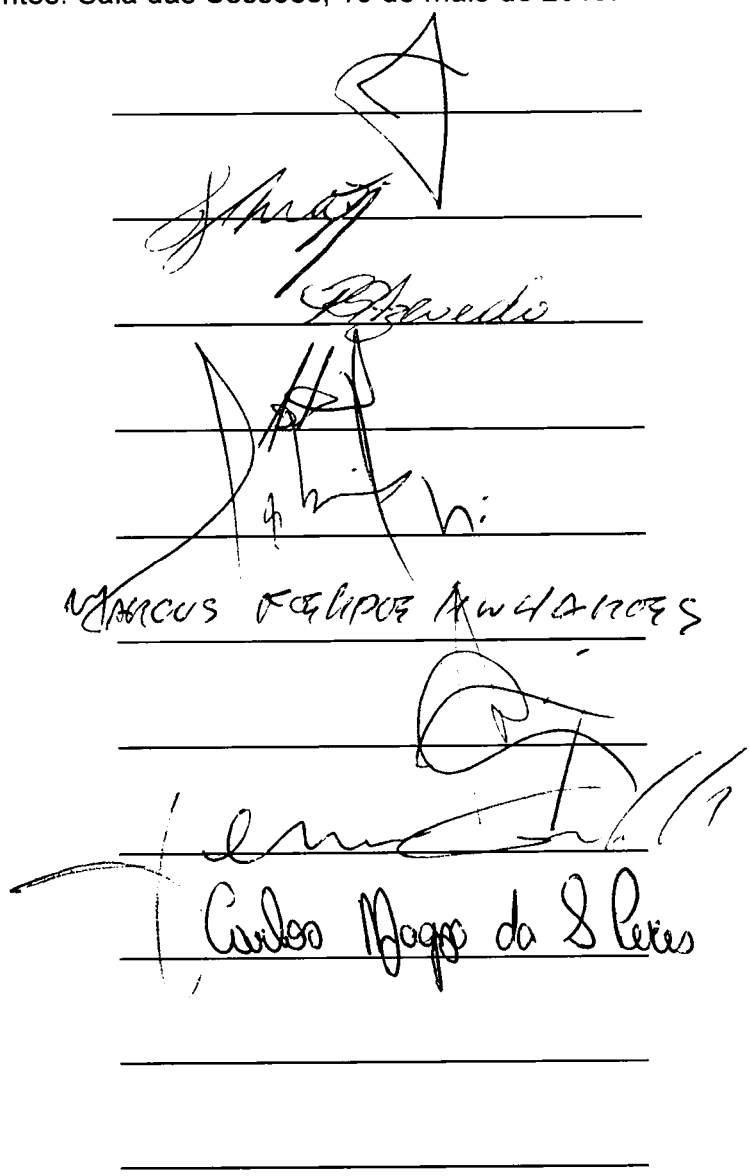
um planejamento para o atendimento dos pedidos, mas por conta de problemas que surgem na última hora o atendimento é adiado, assim pede desculpas pela demora, destacando que a demanda de serviços é muito grande. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que a capina com randap foi proibida, assim perguntou se ela ainda sendo realizada. O Sr. Sérgio de Souza disse que ele está sendo utilizado. O Vereador Aimoré da Silva Almeida informou que o randap, devido ao seu grau tóxico, é extremamente prejudicial aos funcionários e atualmente não conseguimos mais comprar este veneno, por isso pede para que ele não seja utilizado. O Sr. Sérgio de Souza disse que os varredores podem atender seu pedido e voltar a utilizar o picão. O funcionário público, Paulo César, utilizou a palavra, esclarecendo que trabalha na Prefeitura há 17 anos e não consegue manter a rua limpa sem a utilização do randap, esclarecendo que as pessoas reclamam muito dos trabalhos dos varredores. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que é preciso estudar alguma outra maneira de manter as ruas limpas, pois os funcionários estão prejudicando suas saúdes para agradar os moradores. Dessa maneira, esclareceu que vai estudar uma maneira alternativa para que os funcionários possam parar de utilizar esse veneno. Continuando, disse que no contrato sobre o lixo está estipulando que o caminhão compactador deveria ter a capacidade para 15000 m³ e possui 7000 m³, sendo que eles deveriam ter no máximo 06 anos de uso e os atuais possuem mais de 10 anos. O Sr. Sérgio de Souza acredita que com a realização de duas viagens o contrato estaria sendo cumprido. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclarece que o contrato deveria ser cumprido da forma como está escrito. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que o Secretário poderia verificar as informações que estão sendo ditas para depois se manifestar. O Sr. Sérgio de Souza pediu para que fosse realizada uma solicitação por escrito. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que o caminhão basculante da empresa contratada possui 41 anos de uso, destacando que não está aqui para desmerecer o Secretário. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que entende a insatisfação com o contrato, mas acredita que este seria um momento inoportuno para essas indagações, pois elas deveriam ser encaminhadas ao Prefeito e, caso não exista resposta, as irregularidades deveriam ser denunciadas ao Ministério Público. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que está apurando os fatos, pois o Secretário também assinou o contrato. O Vereador

Hugo Fernandes pediu para todos se acalmarem. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que não quer colocar o Secretário numa situação ruim, apenas esclarecer os fatos. Continuando, perguntou como é feita a divisão de ruas entre os varredores. O Sr. Sérgio de Souza convidou o fiscal Sérgio Schuler para responder esta questão. O Sr. Sérgio Schuler informou que a divisão de ruas é antiga e já se tornou praticamente uma tradição, sendo que as ruas grandes são divididas entre dois varredores, destacando que existem algumas ruas que, mesmo sendo grande, o serviço é realizado apenas por uma pessoa, pois existe mais facilidade de realizar o trabalho por conta das condições. Assim em cada rua é realizado um trabalho específico de acordo com seus tipos, larga ou estreita, arborizada ou não, entre outros. O Vereador Aimoré da Silva Almeida perguntou sobre a Comunidade de Areias, pois existe o funcionário só realiza o trabalho de limpeza uma vez por semana, pois é deslocado constantemente. O Sr. Sérgio de Souza disse que realmente tem a deficiência no atendimento aos moradores de Areias. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que fez um pedido para que o varredor fosse mantido no local todos os dias. O Sr. Sérgio de Souza disse que vai estudar esse pedido para melhorar a situação. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares informou que a Lei sobre a redução de carga horária dos auxiliares de dentista votada na segunda-feira já foi sancionada e publicada e os funcionários já estão cumprindo a nova carga horária. Continuando, disse que é possível perceber que as coisas precisam melhorar, mas a situação não está tão ruim como as pessoas pensam. Esclareceu que antigamente foi criada a UTIL em Miracema e, com o passar dos tempos os funcionários começaram a ficar doentes, sendo que isso, somado a outros fatores, acabou ocasionando o fechamento da UTIL. Destacou que hoje que a COOPCREM está realizando um trabalho excepcional no Município de Miracema, assim podemos ver as coisas fluindo, acrescentando que iremos fazer a entrega de diversos latões de lixo pelo Município, dá mesma forma que já foi realizada no Distrito de Paraíso do Tobias. Destacou que ninguém está querendo brincar de trabalhar, acrescentando que vemos que as coisas precisam melhorar, mas a situação não está muito ruim. Acredita que precisam existir as críticas construtivas, sendo que já fechou portas por conta da falta de conversa de sua parte. Por fim, destacou que hoje estamos vendo a COOPCREM fazendo uma grande parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, assim gostaria de parabenizar o Secretário de Meio Ambiente pelo trabalho que está sendo apresentado e percebemos que realmente estamos precisando de efetivo para suprir as necessidades de varrição, acreditando que os questionamentos dos colegas são pertinentes. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que a vinda do Secretário

de Meio Ambiente nesta Casa Legislativa foi boa por conta dos esclarecimentos de muitos detalhes sobre os trabalhos da Secretaria. Acredita que a comunicação precisa melhorar e é importante, pois os requerimentos dos vereadores são para atender a população e, caso a situação não possa ser resolvida, é importante dar um satisfação para evitar maus entendidos, pois todos querem o melhor para o Município. Esclareceu que o Prefeito está pagando aproximadamente quinhentos mil reais por mês de parcelamentos de dívidas antigas, acreditando que se este dinheiro pudesse estar sendo investido no Município, alguns problemas poderiam ser resolvidos. Mencionou que estes problemas já existem há muito tempo, acreditando que atualmente não temos condições de chegar ao número de 100 varredores. Disse que a população também precisa melhorar e deixar de colocar entulhos nas portas de suas casas, pois a Prefeitura não possui a obrigação de retirá-los. Continuou perguntando se existem condições que permitem a utilização do randap, assim gostaria que fosse feita uma consulta ao engenheiro sobre as condições de sua utilização, com as devidas proteções, pois também se preocupa com a saúde dos trabalhadores. Esclareceu que não entende a proibição do randap, pois se estiver tudo de acordo com a legislação, qual o motivo da não utilização. Assim, é importante verificar essa questão com bastante cuidado. Por fim, parabenizou o Secretário e os funcionários pelo trabalho que vem sendo realizado, destacando que todos estão trabalhando com muito esforço e dedicação. O Sr. Sérgio de Souza convidou o Sr. Gustavo, responsável pela poda das árvores para utilizar a palavra e explicar alguns itens. O Vereador Aimoré da Silva Almeida perguntou por que estão retirando completamente as folhas das árvores durante a poda. O Sr. Gustavo esclareceu que quem está demandando os tipos de podas são os moradores, sendo que na algumas ruas são realizadas podas específicas, como por exemplo, na Rua Marechal Floriano, onde a poda é realizada de uma forma que não impeça o tráfego de caminhões, assim a poda é realizada de forma drástica. Esclareceu que no momento da poda a árvore fica muito baixa, mas ela tolera este tipo de poda e se recupera com o tempo. O Vereador Aimoré da Silva Almeida perguntou se não poderia ser utilizada uma motosserra para realizar este tipo de poda. O Sr. Gustavo esclareceu que as árvores sempre vão causar algum problema na cidade, assim a poda deve ser drástica por conta das ruas estreitas e da calçada estreita, sendo que inclusive já teve problemas com moradores por conta de não deixarem podar as árvores em frente ás suas residências, assim consegue através de conversa negociar com o morador. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que atualmente isso poderia causar problemas ao poder público, sendo que hoje estamos mais organizados em relação à poda, assim ao realizar a poda de uma

rua e o morador não deixar podar uma árvore seria importante fazer uma documentação constando esse fato e colocando o morador com responsável pela poda da árvore. O Vereador Hugo Fernandes acredita que a sugestão é interessante. O Sr. Gustavo disse que quando a equipe de poda encontrar uma situação onde o morador não quer que a árvores seja podada, a equipe vai notificar o morador documentalmente. O Vereador Aimoré da Silva Almeida sugeriu para que o caminhão fosse colocado debaixo da árvore para auxiliar a realização da poda, pois a utilização da escada gera risco aos funcionários. O Sr. Gustavo disse que vai estudar essa sugestão. Continuando, esclareceu que o serviço de poda é contínuo e também não possuímos o efetivo necessário. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares acredita que o sistema de poda por facão seria o mais rápido, sendo que os funcionários já estão treinados para realizar este serviço. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que a poda pelo facão gera risco e precisamos evoluir as maneiras de trabalho. O Vereador Fabrício de Sá Xavier agradeceu ao Secretário de Meio Ambiente pela explicação, acreditando que podemos suprir a deficiência de varredores com a realização de mutirões de limpeza. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire agradeceu a presença do Secretário e pediu para que a Secretaria repasse para a população as dificuldades que está enfrentando, pois poderia diminuir a quantidade de reclamações e cobranças. O Vereador José Augusto Martins agradeceu ao Secretário, acrescentando que assistiu no jornal uma criança pedindo um aniversário com o tema de garis, mostrando o valor desse trabalho. Concluindo, parabenizou todos os garis pelo seu dia e todos os funcionários pelo trabalho que vem sendo realizado. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença do Secretário de Meio Ambiente e de todo o corpo técnico da Secretaria, esclarecendo que as solicitações dos vereadores são sempre para atender aos pedidos da população, sendo que os vereadores também precisam de senso dos pedidos que serão realizados. Destacou que a Câmara Municipal precisa conscientizar a população do verdadeiro trabalho dos vereadores, citando o exemplo do Vereador Aimoré que faz alguns trabalhos porque gosta, mas não é a obrigação do Vereador. O Vereador Aimoré da Silva Almeida pediu para que os servidores parem de utilizar o randap enquanto não houver a confecção de um laudo técnico sobre sua utilização. O Sr. Gustavo disse que a utilização do randap é proibida em zonas urbanas, assim vai analisar quais os herbicidas que podem ser utilizados na zona urbana em substituição ao randap. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que está fazendo um experimento em sua propriedade e vai levar os resultados para a Secretaria, mostrando um produto para substituir o randap. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu

que os servidores poderiam continuar a utilizar o randap e a partir de um futuro laudo técnico, parar de utilizar o produto e o substituir. O Vereador Aimoré da Silva Almeida pediu para os servidores utilizarem o EPI correto para a aplicação do randap. O Sr. Sérgio de Souza disse que vai providenciar as máscaras necessárias e agradeceu a presença dos funcionários. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 20/05/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 16 de maio de 2019.



Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta e quatro, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente fez solicitou à Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 147, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para uma Audiência Pública que será realizada no dia 19 de março, no Centro Cultural Melchíades Cardoso; 02) Comunicados nº CM015806/2015, CM015801/2015, CM015818/2015, CM015808/2015, CM015805/2015, CM015812/2015, CM015811/2015, CM015813/2015, CM015816/2015, CM015820/2015, CM015814/2015, CM015815/2015, CM015810/2015, CM015809/2015, CM015802/2015, CM015807/2015, CM015804/2015 do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação; 03) Manifesto das Câmaras Municipais das Cidades de Santo Antônio de Pádua, Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Miracema, Natividade, Cambuci, Itaocara, São José de Ubá, Varre-Sai, Laje do Muriaé, Porciúncula e Aperibé. Os Vereadores João Siqueira Magalhães e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que o documento ainda não está completamente assinado, pois as assinaturas ainda estão sendo colhidas; 04) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de fevereiro; 05) Carta do Sr. Heleno para os Vereadores; 06) Projeto de Lei nº 10/2015 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial de autoria do Sr. Prefeito Municipal; 07) Ofício SMS nº 049/2014 da Secretaria Municipal de Saúde, respondendo ofício nº 0139/2015. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 08) Ofício PMM/GAB nº 062/2015 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 010/2015. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a pavimentação e o calçamento das Ruas José Márcio Barbosa e Aristides Carvalho, no Bairro Hospital. Deferido. 02) Vereador Carlos Armando de Azevedo - Ao Presidente da Caixa de Previdência - Solicitação no sentido de que seja realizado, trimestralmente, o encaminhamento do balancete detalhado (com despesas e receitas) da Caixa de Previdência detalhado. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Heleno Rangel para falar sobre CAPPS/CAMEDS. Com a palavra, o Sr. Heleno, após cumprimentar todos os presentes, disse que o homem para sair de seu estágio primário é preciso de parceria, sendo que em alguns momentos precisamos de apenas uma mão amiga. Aduziu que está presente na Câmara hoje apenas para esclarecer uma dúvida, pois, como servidor municipal, está empenhado para defender aquilo que acha o certo. Esclareceu que gostou muito da carta aberta do Vereador Hugo Fernandes ao povo miracemense, uma vez que via e sentia o mesmo que o Vereadores, sendo as palavras o princípio da moralidade. Dessa forma, passou a fazer a leitura do conteúdo da Carta feita pelo Vereador Hugo Fernandes e o parabenizou. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que o Sr. Heleno está fugindo do assunto que ele veio tratar e a Tribuna não deveria ser utilizada desta forma. O Vereador Hugo Fernandes disse que realmente fez a carta, porque achava que estas palavras eram convenientes no momento da carta. Destacou que ele foi ele mesmo quem escreveu sua carta, porém acredita que o Sr. Heleno esteja sendo induzido e utilizado por outras

pessoas. Esclareceu que gostaria de saber quais foram as atitudes que o Sr. Heleno tomou como Presidente do Conselho Fiscal e que hoje o Sr. Heleno veio nesta Casa com astúcia tentando lhe induzir ou lhe intimidar. Acrescentou que não é favorável ao não pagamento das dívidas previdenciárias e que corrobora com todas suas palavras escritas na carta. Afirmou que o Sr. Heleno foi omisso, pois não tomou as atitudes devidas como Presidente do Conselho Fiscal da CAPPS, sendo que ele deveria ter feito isso. Por fim, disse que sua mãe também é servidora e de nenhuma maneira tem o objetivo de prejudicar os servidores. Destacou que também não está dando razão ao Sr. Prefeito Municipal, pois possui sua própria opinião e existem diversos erros dentro da administração da Caixa de Previdência. O Sr. Heleno esclareceu que não possui o perfil para ser Presidente da Caixa de Previdência, acreditando que a pessoa deveria ser técnica para exercer o cargo. Acrescentou que possui documentos denunciando os fatos que vinham ocorrendo na Caixa de Previdência e que todos os servidores possuem o direito de exigir seu direito de voto. Por fim, disse que não está falando a mando de ninguém e que tirar o direito de voto dos servidores é muito arbitrário, sendo inclusive um ato de ditadura. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que as palavras do Sr. Heleno são hipócritas, pois ele foi inclusive nomeado para exercer a Presidência da CAPPS de forma interventiva, contudo, também gostaria de saber se os atuais gestores possuem qualificações técnicas para exercer os cargos de Presidente e Tesoureiro. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que é lamentável que mais uma vez discutimos um mesmo assunto, mas não apresentamos nenhuma solução viável para os problemas. O Sr. Heleno disse que está falando em nome dos servidores municipais. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que parece que existe um equívoco no Projeto de Lei, pois solicita a autorização para confecção de um Decreto, mas o Projeto de Lei tem o poder de eliminar o Decreto, sendo uma redundância a existência dos dois. O Vereador Hugo Fernandes disse que o Presidente da Câmara iria se reunir com o Secretário André Corrêa para discutir alguns assuntos, sendo um deles o desarquivamento do Projeto sobre a barragem. Acrescentou que o Projeto lido sobre o Crédito Adicional seria uma ajuda de custo para os cooperados de catadores, acreditando que a Cooperativa não tenha condições de funcionar sem a referida ajuda de custo da Prefeitura. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acrescentou que mesmo com a ajuda de custo os cooperados ainda não receberão um salário mínimo por mês. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o aumento concedido aos servidores pelo Prefeito Municipal foi de 8.84%, sendo que os

aumentos no passado ainda foram menores, contudo, parece que o Projeto engloba apenas os servidores efetivos, sendo excluídos os comissionados e secretários. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está triste com a atual iluminação pública da Praça Dona Ermelinda, pois algumas pessoas estão reclamando da escuridão e percebeu que diversas lâmpadas estão apagadas, assim existe a necessidade de que estes problemas sejam resolvidos. Acrescentou que os gestores da região estão preocupados com os cortes financeiros, sendo que alguns prefeitos estão diminuindo os próprios salários e extinguindo secretarias, entretanto, em Miracema estão sento criadas diversas secretarias, assim a Câmara precisa tomar muito cuidado com este aspecto. Destacou que ontem viu uma manifestação de paz com bastante objetividade e que devemos nos preocupar com estas questões sérias que precisam ser discutidas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que está chateado com a forma que a Tribuna Livre está sendo utilizada, pois muitas das vezes ela está sendo usada sem objetividade, sendo que acha bonita a coragem da população em se manifestar, pois os Vereadores são eleitos pelo povo e devem atender as necessidades da população. Esclareceu que cada Vereador possui sua própria consciência e precisa votar de acordo com aquilo que eles acreditam ser o certo. Informou que os Projetos passam pelas Comissões da Câmara e os Vereadores os leem e os analisam. Destacou que confia nesta Casa Legislativa e sabe que todos vão votar com responsabilidade, sendo que nenhum Vereador jamais votará algum Projeto sob pressão. Por fim, disse que os Vereadores não devem utilizar os Projetos de Lei para ganhar ou perder votos, assim pede aos Vereadores que se respeitem, pois cada um possui seu posicionamento, podendo errar ou acertar. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Débora, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Luiz Carlos Rodrigues Constâncio, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para os policiais: Subtenente Guilherme Orsay da Silva, RG 50983; Subtenente Walter Prudêncio dos Santos, RG 61277; 2º Sargento Carlos Márcio Moreira, RG 61219; 2º Sargento Márcio Mouzato, RG 63561; Soldado Wilian Madruga Cerca, RG 87974; Pelo gesto de bravura salvando a vida de três idosos em um incêndio ocorrido em uma residência em Santo Antônio de Pádua, gesto este reconhecido pela impressa Regional de nosso Estado. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sra. Maria da Penha da Silva

Rosa, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Assed Picanço Félix, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que, em alguns momentos, acaba ficando chateado com as discussões repetitivas que vem fazendo parte das conversas aqui na Câmara, por isso pede desculpas por se ausentar durante as Explicações Pessoais. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 23/03/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 16 de março de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e vinte e oito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 07, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício SEMMAM nº 036/2014 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminhando o relatório de atividades da referida Secretaria. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 02) Comunicados nº CM268577/2014 e CM268578/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 03) Ofício nº 684/2014 do Juízo da 112ª Zona Eleitoral do Estado do Rio de

Janeiro; 04) Projeto de Lei que Determina que as farmácias de manipulação deverão incluir em seus medicamentos bulas com informações detalhadas para o seu uso. Autoria Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que seu Projeto está baseado na Lei Federal sobre o assunto. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno mencionou que este assunto está sob tutela da ANS, por isso deve ser analisado de acordo com as normas já estabelecidas. 05) Projeto de Lei que Institui a "Semana da Reciclagem" no âmbito do Município de Miracema. Autoria Vereador Hugo Fernandes. 06) Ofício do Vereador Hugo Fernandes ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando que em Miracema há inúmeras Praças em diversos bairros, e muitas pessoas não têm acesso a Internet em casa, por ser um investimento que para muitos compromete o orçamento familiar; Considerando que são crescentes as vendas de celulares modernos, possuindo dispositivos para conexão de internet; Considerando que com a evolução da tecnologia é importante uma cidade estar amplamente conectada, pois a internet hoje é uma grande fonte de pesquisa e informação; Considerando que com a evolução da tecnologia é importante uma cidade estar amplamente conectada, pois a internet hoje é uma grande fonte de pesquisa e informação; Considerando que o Brasil tem feito grandes investimentos nas áreas tecnológicas, inserindo na Educação essa ferramenta da informática; Encaminho indicação no sentido de que seja estudada a possibilidade de criar uma rubrica no Orçamento de 2015, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para a realização de investimentos no Projeto Praças Conectadas, levando a conexão grátis de wi-fi, com 10mb reais para todas as praças do Município de Miracema e de seus Distritos (quando houver sinal de telefonia móvel), visando estimular o uso das novas tecnologias e o acesso à informação de todos. 07) Ofício do Vereador Hugo Fernandes ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando que em Miracema há distritos e lugarejos com grandes dificuldades a diversos serviços de qualidade de qualidade a população por falta de um atendimento de qualidade por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social; Considerando que são crescentes as reclamações pelo descaso da Secretaria para com essas localidades, principalmente no que tange a conhecimento de direitos e deveres; Considerando que a passagem de ônibus até hoje não abaixou para R$ 1,00 (um real), conforme solicitado através de requerimentos deste Vereador, para possibilitar que os moradores dessas localidades possam ir e vir com menor custo aliviando assim o orçamento familiar; Considerando que há em Miracema centenas de Universitários necessitando de estágio para contar horas na graduação; Considerando que esses Munícipes merecem todo nosso carinho e apreço, afinal são cidadãos miracemenses que

tanto contribuem para a melhoria de nossa cidade; Encaminho indicação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de criar o Projeto Justiça Social nos Distritos e Lugarejos, com a finalidade de ter um Escritório Itinerante Modelo, contando com estagiários dos Cursos de Direito, Psicologia e Serviços Social, sob a coordenação de profissionais capacitados, a fim de prestar s assistência social e jurídica a essas comunidades com qualidade. Solicitamos, ainda que seja buscada parceria com a Defensoria Pública do Município e com a OAB do Município para abrilhantar ainda mais o Projeto. 08) Ofício do Vereador Hugo Fernandes ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando que em Miracema há inúmeras pessoas idosas que necessitam de uma dedicação exclusiva da família; Considerando que os idosos precisam ser olhados com carinho pelo Poder Público, pois representam uma história de lutas e conquistas; Considerando que tem muitas famílias com dificuldade de conseguir acompanhantes para cuidar dos seus, por diversos motivos do alto custo na contratação, dificuldade na locomoção, a confiança no acompanhante, etc. Considerando que cresce o número de pessoas que precisam largar o trabalho por não ter com quem deixar o idoso ou por não querer colocá-lo em um asilo; Encaminho indicação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de criar o Projeto Creches Municipais, com a finalidade de atender os idosos a partir de 60 anos de idade, com atendimento em horário comercial e se necessário em dois turnos, com acompanhamento médico, de nutricionistas e profissionais da área. Esta Creche atenderá e destinará número de vagas para famílias de baixa renda, que não têm com quem deixar os idosos que vivem com eles, quando saem para seus trabalhos. Essa indicação tende a propiciar ao idoso e seus familiares bem estar social, melhor qualidade de vida e melhor integração social, pois inúmeras vezes assistimos ou testemunhamos acidentes com vítimas fatais, idosos que por estarem sozinhos em casa e por possuírem mobilidade reduzida não conseguem transitar pela casa, tem dificuldades de se alimentar, se medicar e até mesmo se banhar, uma vez que são totais ou parciais dependentes de seus familiares. E por isso às famílias desses idosos deixam seus lares com os corações apertados, angustiados e sem nada que possa fazer, pois para se dedicar ao Pai, Mãe, sogros, etc., são obrigados a deixarem o emprego, que às vezes é a única finte de renda naquele lar. 09) Projeto de Lei que Institui o Dia Municipal de Conscientização da Violência contra os Idosos no Município de Miracema e dá outras providências. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou Moção de Pesar familiares para o Sr. Rodrigo e demais

familiares, em virtude do falecimento de sua filha. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, a Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que no mês de outubro existe um movimento Nacional chamado "Outubro Rosa", movimento este que visa combater o Câncer de Mama, explicando a importância da realização do auto exame para prevenir este tipo de doença. 02) Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Fabrício de Sá Xavier solicitaram Moção de Aplausos para os Policiais Militares, os parabenizando por terem sido premiados, em virtude de seus destaques nos serviços Operacionais e Administrativos no Terceiro Trimestre de 2014. Todos os Vereadores irão assinar estas Moções. 03) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja reiterado e solicitado informações, referente ao ofício nº 052/2013 (cópia em anexa) com a devida resposta do Ilustríssimo Diretor do Departamento de Cultura do Município, tendo em vista a não realização do Projeto no segundo semestre de 2013 e no primeiro semestre de 2014 e provavelmente também não será realizado no segundo semestre de 2014. Dessa forma, solicito que sejam encaminhadas informações sobre a realização do referido Projeto. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscritas a Médica Vanusa e a Enfermeira Rose para falar sobre o Outubro Rosa. Com a palavra, a Dra. Vanusa disse que o outubro Rosa foi criado para que as mulheres pudessem ser alertadas para os problemas do Câncer de Mama, esperando que todos os Vereadores possam ampliar esta campanha e que o Município de Miracema se pinte de rosa. A enfermeira Rose agradeceu a oportunidade de utilizar este espaço a convite da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade. Esclareceu que o exame preventivo é muito importante e que durante o mês de agosto é realizado uma forte campanha para prevenir as mulheres da doença. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que o diagnóstico precoce é muito importante para qualquer tratamento, sendo que através deste trabalho é possível realizar um grande trabalho de prevenção, pois o índice de câncer de nossa região estava aumentando muito, entretanto com as campanhas de prevenção este número tem diminuído. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acredita que é muito importante aos agentes de saúde detectar o caroço precocemente, sendo que as mulheres podem criar o habito de realizar o auto exame todos os dias. Esclareceu que o caroço que causa dor costuma não ser maligno, enquanto que o caroço que não dói costuma ser maligno. A Dra. Vanuza esclareceu que os homens também podem contrair o câncer de mama. A enfermeira Rose esclareceu que é de responsabilidade dos agentes de saúde trabalhar em prol da saúde das pessoas de Miracema. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que as

pessoas que moram na Zona Rural possuem uma dificuldade muito grande em vir no centro do Município para verificarem suas saúdes. O Vereador Hugo Fernandes disse que depois da nomeação dos aprovados no Concurso dificultará um pouco os trabalhos dos agentes da saúde, pois as pessoas ainda possuem um pouco de receio em aceitar pessoas dentro de sua casa. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que a saída dos profissionais que já estão trabalhando causará alguma dificuldade para o trabalho de prevenção, entretanto. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que a proporção do tumor maligno de pulmão era de 8 homens para 2 mulheres em cada 10, sendo que atualmente esta proporção está empatada em 5 a 5, pois as mulheres começaram a fumar mais. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu as palavras ditas esclarecendo que a Câmara está sempre à disposição. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade agradeceu a presença da Dra. Vanusa e da enfermeira Rose. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que o Projeto fosse votado em primeira e única votação, o que foi aceito por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.552, de 16 de outubro de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Execução de Ações no Âmbito Programa de Preservação dos recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.11 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Função: 18 - Gestão Ambiental; Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental; Programa: 0244 – Preservação dos Recursos Hídricos; Ação: 2.155 - Programa de Preservação dos Recursos Hídricos; Produto: Construção a ser concluída; Metas Físicas: 01 unidade; Valor: R$ 216.080,44 (duzentos e dezesseis mil, oitenta reais e quarenta e quatro centavos). Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, advirá do contrato de transparência nº 0441.769-19/2014/AGEVAP/CAIXA, firmado entre a AGEVAP, por intermédio da Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o

repasse no valor de R$ 216.080,44 (duzentos e dezesseis mil, oitenta reais e quarenta e quatro centavos), em conformidade com o disposto no art.43 § 1º, inciso II da Lei Federal Nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que está conversando com o Provedor do Hospital de Miracema para saber sua posição sobre Anfiteatro. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para toda a Equipe de Centro de Atendimento da Saúde da Mulher (CASM) pelos excelentes trabalhos que vem sendo realizados em prol das mulheres do Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Plínio Tostes, em virtude de seu falecimento.

Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, esclareceu que foi realizado um convite, sendo que será realizado uma reunião no Clube XV onde será apresentada a situação da CAPPS/CAMEDS. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que já assinou a Portaria nomeando a Comissão Especial de Inquérito e vai encaminhar uma cópia para cada Vereador participante. O João Siqueira Magalhães esclareceu que todos os funcionários e os Vereadores deveriam comparecer na Reunião realizada pela CAPPS. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que o artigo 60 do regimento interno determina que a CPI deve solicitar as informações através do Presidente da Câmara. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que esteve com o Sr. Prefeito em Santo Antônio de Pádua buscando trazer mais benfeitorias para o Município, sendo que também visitou as obras do novo frigorífico e percebeu que as referidas estão bastante adiantadas e será uma grande obra para o Município. Acrescentou que o Sr. Prefeito Municipal lhe disse que pode ceder a Prefeitura para a Câmara Municipal, entretanto não possui verba para realizar os devidos reparos, acreditando que o segundo andar do Fórum poderia atender os Vereador. Por fim, disse que ainda não recebeu a resposta do Banco do Brasil. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou que fosse reiterado o ofício encaminhado ao Banco do Brasil solicitando informações sobre o prédio onde funciona a Câmara Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os Vereadores devem estudar as

possibilidades com calma, bem como que devemos aproveitar a oportunidade para conseguir uma casa própria. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Ary Cordeiro em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Chefe do Estado Maior Operacional, Cel. Paulo Henrique Azevedo de Moraes pelos relevantes serviços prestados à frente da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Viviane Gripa por ter sido aprovada em primeiro lugar no Concurso do Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Mestre Carlos Sandro Santana por ter obtido Medalha de Ouro em sua categoria no Campeonato Mundial de Jiu-jitsu Olímpico no Rio de Janeiro, sendo que também irá participar do Pan Americano no mês que vem. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para a aluna Larissa Coutinho por ter obtido Medalha de Ouro em sua categoria no Campeonato Mundial de Jiu-jitsu Olímpico no Rio de Janeiro, sendo que também irá participar do Pan Americano no mês que vem. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o aluno Fábio Mal por ter obtido Medalha de Bronze em sua categoria no Campeonato Mundial de Jiu-jitsu Olímpico no Rio de Janeiro, sendo que também irá participar do Pan Americano no mês que vem. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o aluno Rufino Ribeiro por ter obtido Medalha de Bronze em sua categoria no Campeonato Mundial de Jiu-jitsu Olímpico no Rio de Janeiro, sendo que também irá participar do Pan Americano no mês que vem. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fernandes explicou seus Projetos e indicações apresentados no dia de hoje. A Vereadora Maira José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para a Secretaria Municipal de Educação, parabenizando todos os Professores do Município de Miracema, pela passagem do Dia dos Professores. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que pode ver a gratificação dos policiais ao receberem os diplomas. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção para o Sr. Flavio Siqueira por seu novo trabalho na Rede Globo, desejando sucesso neste desafio. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 20/10/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente

Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 20 de outubro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e oitenta e nove da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador José Augusto Martins, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 117, Versículos 01 e 02. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 12 de setembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício SMSM nº 224/2019 da Secretaria Municipal de Saúde respondendo o ofício nº 0632/2019; 02) Projeto de Lei que institui o Programa Chamado "Da Porteira para Dentro" no Município de Miracema e dá outras providências, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Secretaria Municipal de Administração - Solicitação no sentido de que seja realizada a construção de pelo menos dez jazigos no cemitério do Distrito de Paraíso do Tobias, com o objetivo de atender a população que não tem condições financeiras de arcar com os custos do sepultamento. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, com vista ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a abertura da Rua Pedro Elídio para dar acesso à Rua da Capivara. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida solicitou uma Moção de Aplausos

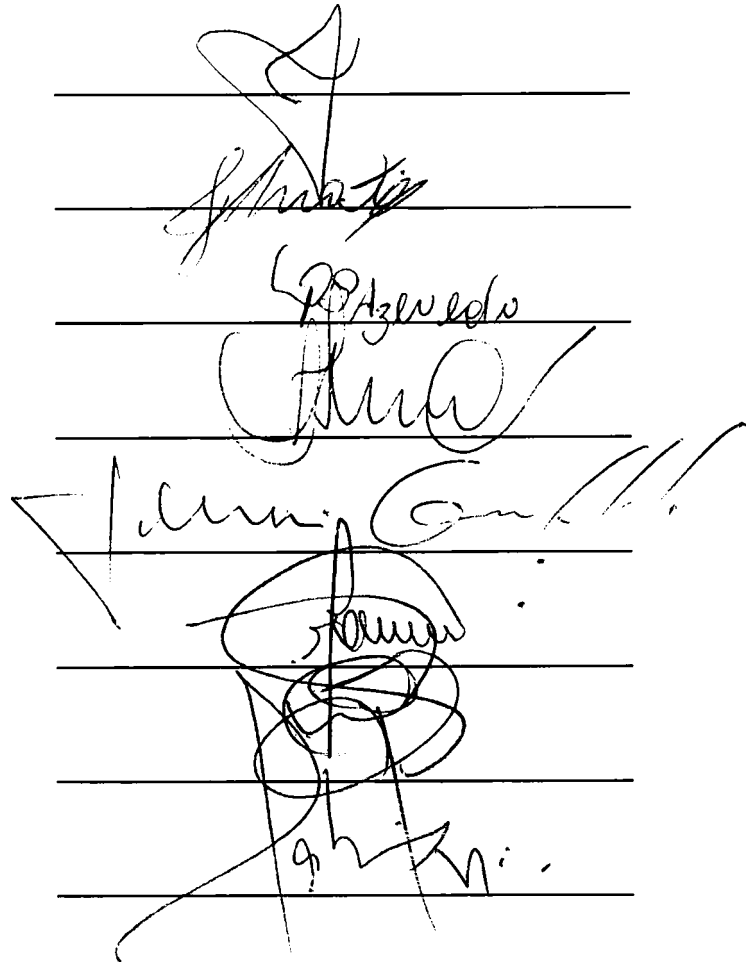
para o Sr. Rodolfo Fernandes Silva, o parabenizando por estar entrando no mundo da música com seus esforços e por ter lançado um CD musical. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 04) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - Ao Prefeito Municipal de Miracema, com vista à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - Conforme é de conhecimento público que se encontra no Município de Miracema a PATRULHA MECANIZADA DA EMATER, composta de 1 moto niveladora, 1 retro escavadeira, 1 pá carregadeira, 1 trator de esteira, 1 caminhão pipa e 1 caminhão basculante, sendo que tais máquinas poderiam ser usadas para pavimentar e recuperar as estradas vicinais do Município, otimizando o processo de escoamento da produção agrícola e rural, melhorando a produção e reduzindo os seus custos, atingindo o preço final dos produtos, e aumentando assim os rendimentos do produtores rurais, bem como a competitividade intermunicipal. Seria de grande importância a parceria entre os órgãos EMATER, DER e Município de Miracema, onde seria utilizada a expertise do órgão do DER para a utilização dos polimios para a pavimentação dos trechos mais críticos das estradas vicinais, lembrando ainda, que o metro quadrado de asfalto custa em média R$ 214,00/m² contra o custo de R$ 8,00/m² do polimios. Vale enaltecer que a parceria acima idealizada junto ao DER é de grande valia pois traz ao Município uma nova tecnologia em pavimentação, mais econômica e atual, como também facilitará o deslocamento dos funcionários da EMATER junto aos produtores rurais, trazendo ainda mais benefícios aos Munícipes. Deferido. 05) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Louvor ao Dr. Antônio José da Silva Gonçalves, por ter ministrado a excelente palestra sobre "Arbovirose – Doença que vem Voando", realizado no dia 04 de agosto de 2019, no auditório da Previ. Salienta-se que o Ínclito palestrante é graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Gama Filho, com mestrado em Biologia Parasitária pela Fundação Oswaldo Cruz e doutorado em Biologia Celular e Molecular pela Fundação Oswaldo Cruz. Atualmente é professor auxiliar da Universidade Estácio de Sá e técnico em saúde pública da Fundação Oswaldo Cruz. Tendo experiência na área de Biologia Geral, com ênfase em Parasitologia, Imunulogia, Quimioterapia e vacina de DNA, atuando principalmente nos seguintes temas: Typanosoma

Cruzi, co-infecção, HIV, t-cell e Leishmania SP e Arboviroses. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 06) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Sra. Rosane (da Casa Mascote), em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 07) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma melhora na iluminação da Praça Salim Damian, tendo em vista que na parte da noite o local está muito escuro causando riscos para seus frequentadores. Deferido. 08) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Assistência Social - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa o que ficou decidido em relação à parceria do Município de Miracema com a Clínica de Recuperação de Dependentes Químicos do Município de Campos, esclarecendo os motivos da realização ou não da parceria. Deferido. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou ao Presidente para entregar a Moção de Aplausos para a Comissão de Mães dos Bombeiros Mirins na próxima segunda feira, o que foi aprovado. Esclareceu que ficou feliz com a resposta da Secretaria de Saúde em relação às Academias Populares para o Município de Miracema, sendo que foram apontados dois locais para a construção das referidas academias. Entretanto, deveríamos olhar para a parte alta da cidade com mais carinho e conseguir um local adequado para a instalação de mais uma academia, sendo que existe um espaço na Jove, onde a creche foi demolida, e a academia poderia ser instalada nesse local. Esclareceu que inclusive poderia ser instalada uma no Estádio Municipal, pois existe um espaço na lateral do campo que seria adequado para uma Academia Popular. Por isso, vai fazer um requerimento para a Secretaria de Saúde com o objetivo de que seja revisto a situação da parte alta do Município. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire acrescentou que, na curva do S, também existe um local viável para a construção de uma academia. 09) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja realizado um estudo junto aos técnicos da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo a fim de que seja encontrado um espaço adequado para a instalação de uma Academia Popular na parte alta do

Município. Acreditamos que talvez exista um espaço no bairro Jove, onde a creche foi demolida, um outro espaço na lateral do Estádio Municipal e um terceiro espaço na curva do S, sendo que estes espaços podem ser adequados para a instalação da referida Academia. Deferido. 10) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que sejam tomadas as devidas providências em relação aos entulhos que vêm sendo jogados atrás do Estádio Plínio Bastos de Barros, pois situação do local está insustentável e a Prefeitura precisa ficar retirando os entulhos quase que semanalmente. Assim solicitamos que seja realizado um estudo para acabar de vez com essa situação. Deferido. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que estamos conseguindo várias Academias Populares para o Município de Miracema, sendo que inclusive conseguiu uma Academia da Terceira Idade junto ao Deputado Renato Cozzolino, que será inserida no Orçamento do ano de 2020. 11) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja feita uma extensão de rede de esgotos na Rua Geraldo Alves (em frente á casa do Sr. Eloisio), no Bairro Jardim Beverly, tendo em vista que faltam apenas poucos metros da referida rede de esgotos. Deferido. 12) Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Aplausos para os Coordenadores da Conferência Atos 29, os parabenizando pela organização da referida Conferência, pois ela foi um sucesso. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 13) Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Aplausos para o Movimento Jovem da Paróquia Santo Antônio, os parabenizando pelo excelente trabalho que foi feito em conjunto com o Grupo JS Sarados. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 14) Vereador Hugo Fernandes - Ao Gerente Regional da CEDAE, Sr. Marcione Letieri - Solicitação urgente no sentido de que sejam tomadas as devidas providências em relação às constantes faltas de água que vem ocorrendo no Bairro Vista Alegre, tendo em vista que estes problemas vêm causando diversos transtornos e revolta dos moradores. 15) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada a minuta do Projeto de Lei que Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a carga horária do cargo de psicólogo e dá outras providências, e que

segue em anexo, para posterior encaminhamento para esta Casa Legislativa. 16) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema - Solicitação no sentido de que seja encaminhado para esta Casa Legislativa um parecer sobre a minuta do Projeto de Lei que Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a carga horária do cargo de psicólogo e dá outras providências, e que segue em anexo. 17) Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos para o Sr. Rodrigo Vieira, servidor do Controle Interno da Prefeitura de Miracema, o parabenizando pelos excelentes serviços que ele vem prestando no Município de Miracema, sempre tratando todos com muita atenção e trabalhando com muita competência. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes disse que vem trabalhando em conjunto com o Poder Executivo em alguns projetos, sendo que conseguiu alguns êxitos em relação aos servidores, pois este ano ainda deverá chegar nesta Casa Legislativa o Plano de Cargos da Secretaria de Obras e dos Auxiliares Administrativos. Acrescentou que o ideal seria um Plano de Cargos e Salários para todos os servidores, mas tentando resolver uma categoria de cada vez, no final conseguiremos atingir todas as categorias. Por fim, disse que está aguardando o Projeto de Lei sobre as insalubridades, uma vez que o STF já se posicionou sobre o assunto deixando algumas lacunas, assim estamos trabalhando o mais rápido possível para solucionarmos essa situação. 18) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços junto à CEDAE com o objetivo de que seja instalado uma rede de abastecimento de água para a Comunidade de Pernambuco. Solicitamos, ainda, que enquanto essa rede não tiver sido instalada, que mantenha o caminhão pipa limpo para que ele seja enviado uma vez por dia para a abastecer a referida comunidade. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu a Câmara Municipal de Laje do Muriaé, pois na Sessão Comemorativa aos 57 anos do Município, foi agraciado com um Título de Destaque Funcional na Região. Acrescentou que esteve com o Deputado Federal Áureo e conseguiu uma Emenda Parlamentar para a construção de uma creche no Bairro Jove, sendo que tem muito prazer trabalhar junto com

esse Deputado, pois ele sempre ajudou o Município de Miracema. Por fim, disse que na quinta feira vai fazer a indicação de um Projeto de Lei para regulamentar a Carga Horária das Enfermeiras. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 13/05/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 09 de maio de 2019.



Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, às dezoito horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Miracema, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Carlos Armando de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 128. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que que Altera a Estrutura da Lei Municipal nº 1.473/2013 de 19 de dezembro de 2013 e dá outras providências; 02) Ofício nº 871/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre a Reforma da Estrutura de Governança da Caixa de Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema; 03) Ofício Circular nº 2282 MS/SE/FNS da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde; 04) Ofício PRS/SSE/CSO nº 40561/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

05) Ofício nº 151/2014 – CCMC do do Centro Cultural Melchíades Cardoso, sugerindo nomes para o Cinema. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício nº 873/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 096/2014 que dispõe sobre a Criação da Divisão do Serviço de Vigilância Sanitária Municipal; 07) Ofício nº 873/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 097/2014 que Institui o Código Sanitário do Município de Miracema; 08) Ofício nº 11.001/14 da Cooperativa de Catadores de Recicláveis de Miracema (COOPCREM), encaminhando cópias do Estatuto e da Ata de Constituição. Os Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 09) Ofício da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0783/2014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 10) Ofício PMM/SMAS nº 222/2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando Relatório Financeiro com extrato de todas as contas do Fundo Municipal de Assistência Social referente ao período de 2013 até a data de 12/12/2014. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Gilson Teixeira Sales e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 11) Ofício da Secretaria Municipal de Assistência Social nº 224/2014 encaminhando relatório dos Bens Patrimoniais da referida Secretaria gestão 2013-2014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício. Prosseguindo, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que existe um Projeto de Lei sobre a alteração de orçamento da CAPPS que precisa ser votado antes do final do ano, assim apesar do referido Projeto ter sido lido na data de hoje, propôs que ele também seja votado hoje, concedendo um intervalo de 15 minutos antes de sua votação para que as Comissões possam emitir seus pareceres. Todos os Vereadores concordaram com a votação no dia de hoje. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes solicitou que todos os Projetos de Lei fossem votados em primeira e única votação. Todos os Vereadores concordaram. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 08 (oito) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.571, de 17 de dezembro de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, na forma do art. 41, inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para complementação do programa e ação

da já existente no Orçamento atual, objetivando a Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para Estabelecimentos de Saúde, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 04.11 - Fundo Municipal de Saúde Função: 10 – Saúde; Subfunção: 301 – Atenção Básica; Programa: 0224 – Piso de Atenção Básica Variável; Ação: 2.214 - Manutenção do Programa Saúde da Família – SFI; Produto: Manutenção Efetuada; Metas Físicas: ND; Valor: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais); Art. 2º - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Suplementar, advêm dos Recursos do Ministerio da Saude por intermedio da Portaria Nº 3.097, de 27/12/2012, em conformidade com o disposto no art.43 § 1º, inciso II da Lei Federal Nº 4.320/64. Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 4° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.572, de 17 de dezembro de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, na forma do art. 41, inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64, no Orçamento Programa vigente, no corrente exercício financeiro, no valor de R$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais), para complementação do Programa e Ação já existentes no Orçamento atual, objetivando a readequação orçamentaria para atendimento as demandas da Prefeitura Municipal de Miracema, em face da comprovação do Excesso de Arrecadação apurado junto à fonte de Recursos Ordinários.: Art. 2º - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Suplementar, advirá do Provável Excesso de Arrecadação apurado conforme Anexo I, em conformidade com o disposto no art.43 § 1º, inciso II da Lei Federal Nº 4.320/64. Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 4° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado

por unanimidade dando origem a Lei nº 1.573, de 17 de dezembro de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a ampliar o apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.06 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Função: 12 – Educação; Subfunção: 365 – Educação Infantil; Programa: 0208 – Reeq.Manut.Oper.Sec.Educ.Cult.Esp e Lazer; Ação: 2.140 - Manutenção de Ensino Infantil; Produto: Manutenção Realizada (inclusa na LDO e PPA); Metas Físicas: ND; Valor: R$ 106.850,36 (cento e seis mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, advêm das transferências de recursos do FNDE em acordo com a Resolução CD/FNDE Nº 19, em conformidade com o disposto no art.43 § 1º, inciso II da Lei Federal Nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.574, de 17 de dezembro de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a ampliar o apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.06 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Função: 12 – Educação; Subfunção: 365 – Educação

Infantil; Programa: 0208 – Reeq. Manut. Oper. Sec. Educ. Cult. Esp e Lazer; Ação: 2.140 - Manutenção de Ensino Infantil; Produto: Manutenção Realizada (inclusa na LDO e PPA); Metas Físicas: ND; Valor: R$ 104.444,69 (cento e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e nove centavos); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, advêm das transferências de recursos do FNDE em acordo com a Resolução CD/FNDE Nº 17, em conformidade com o disposto no art.43 § 1º, inciso II da Lei Federal Nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **05)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que vai apresentar uma Emenda com o objetivo de beneficiar os professores municipais, sendo que nos governos anteriores quando existia superávit os professores recebiam uma espécie de bonificação premiando os esforços de seus trabalhos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o valor referente ao FUNDEB deve ser gasto até o dia 31 de dezembro senão a verba deverá ser devolvida. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Aditiva:** Acrescenta o Parágrafo Único ao Artigo 1º, com a seguinte redação: Art. 1º - (...) Parágrafo Único: Destinar-se-á 50% (cinquenta por cento) do valor descrito no caput ao pagamento de gratificação aos profissionais da Educação do Município. Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Projeto de Lei foi colocado em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.575, de 17 de dezembro de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, na forma do art. 41, inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64, no Orçamento Programa vigente, no corrente exercício financeiro, no valor de R$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais), para complementação do

Programa e Ação já existentes no Orçamento atual, objetivando a readequação orçamentaria para atendimento as demandas Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB), em face da comprovação do Excesso de Arrecadação apurado junto à fonte de Recursos do FUNDEB e da obrigação de se utilizar pelo menos 95% dos Recursos conforme determina o artigo 21 da Lei Federal 11.494/07. Parágrafo Único: Destinar-se-á 50% (cinquenta por cento) do valor descrito no caput ao pagamento de gratificação aos profissionais da Educação do Município. Art. 2º - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Suplementar, advirá do provável excesso de arrecadação apurado conforme Anexo I, em conformidade com o disposto no art.43 § 1º, inciso II da Lei Federal Nº 4.320/64. Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 4° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **06)** Projeto de Lei que Extingue no Anexo I – Quadro de Provimento em Comissão da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1.999, o Cargo de Secretário de Transporte e do item 10, do art. 52, da Lei nº 798/99, a Sec. Municipal de Transporte para a estrutura orgânica da Sec. Municipal de Obras e Urbanismo, que passará a ser denominada Sec. Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte, assim como cria a Sec. Municipal de Cultura e Turismo, que passará a constar no art.52, item 10, da Lei 798/99 e o Cargo de Sec. Municipal de Cultura e Turismo que passará a ostentar a simbologia DS – 11 da Lei nº 813/99, bem como transfere a Biblioteca Municipal e a Escola de Música da Sec. de Educação para a Sec. de Cultura e Turismo. Extingue, ainda, os cargos de Diretor do Departamento de Urbanismo da Sec. de Obras e de Diretor de Departamento de Engenharia Rural da Sec. de Agricultura para criar os cargos de Diretor Operacional do 2º Distrito e de Diretor Operacional do 3º Distrito, estes vinculados ao organograma da Sec. Mun. de Obras, tudo por imperiosa necessidade administrativa. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura dos pareceres do Controlador Interno e da Assessoria Jurídica. Continuando, esclareceu que apresentará uma Emenda Supressiva com o objetivo de que a Biblioteca e a Escola de Música continuem sob a administração da Secretaria Municipal de Educação, pois ela possui mais recursos para administrá-las melhor. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que não consta recurso no Orçamento para a criação desta Secretaria, sendo que a alteração da Escola de Música de Secretaria não permitirá que os

Professores recebam pelo FUNDEB. Destacou que o equívoco mais grave é a criação de dois cargos de Diretor Operacional para 2º e 3º Distrito, pois não é especificado o símbolo de vencimento, a modalidade de recebimento e o próprio valor do vencimento, deixando os valores em aberto. Por isso, acredita que Projeto deveria retornar para que este ponto fosse esclarecido. O Vereador Hugo Fernandes concorda com a não especificação do símbolo de vencimento, mas existe uma declaração que a criação destes cargos não terá nenhum impacto financeiro. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a omissão desde dado poderá dar margem para qualquer valor de vencimento, sendo que o Controle Interno desta Casa lhe alertou sobre estes problemas. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que este Projeto de Lei deveria retornar para o Poder Executivo para que sejam atendidos alguns pontos, tais como Orçamento, estrutura e Organograma da Secretaria que será criada. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que o Projeto de Lei seja encaminhado novamente para o Controlador Interno desta Casa Legislativa, sendo que no primeiro parecer o Controlador Interno poderia ter mencionado a falta das simbologias de vencimento, uma vez que ele já havia detectado a falta da declaração que não haveria impacto financeiro. **07)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a inserção de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis no Sistema de Limpeza Urbana do Município Miracema visando principalmente o Programa de Coleta Seletiva Solidária - PCSS; autoriza a celebração de convênio com as cooperativas e associações de catadores, autoriza a remuneração das mesmas pela prestação de serviço e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que existem alguns pontos não especificados no Projeto. O Vereador Hugo Fernandes informou que o Projeto de Lei apenas autoriza o Poder Público para disponibilizar um espaço para Cooperativas e Associações de Catadores, sendo que o início da instalação da UTIL foi realizado através de Cooperativas, entretanto o Prefeito da época foi notificado para que fosse realizado um concurso para ocupar as vagas dos trabalhadores no local. Por outro lado, atualmente, o Ministério Público notificou a Prefeitura para que fosse novamente instalada uma cooperativa no local, sendo que provavelmente deve ter sido um instaurado um Inquérito Civil contra os Municípios que ainda não tenham se adequado a nova Lei. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que, mais uma vez, a Prefeitura encaminha um Projeto de grande importância para ser votado de maneira rápida. O Vereador Hugo Fernandes informou que o Projeto de Lei foi encaminhado no início de novembro. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que ficou comovido com a situação dos

catadores de lixo, pois o único objetivo dos trabalhadores é se sustentar e sustentarem suas famílias, por isso este Projeto de Lei deve ser olhado com carinho, acrescentando, ainda, que o medo dos catadores é ficarem desempregados no começo do ano que vem. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que os Vereadores não podem votar um Projeto de Lei que acredita estar incompleto. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que diante todos os fatos os Vereadores estão colocados entre dois pontos delicados, por isso esta situação deve ser resolvida de acordo com o ponto de vista social, uma vez que a não adoção da cooperativa dos catadores prejudicará os trabalhadores. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.576, de 17 de dezembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal no usos das atribuições que me são conferidas pelo inciso III do art.81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Esta lei regulamenta a inserção das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis no Sistema de Limpeza Urbana do Município de Miracema visando principalmente o PCSS, autoriza a celebração de convênio com as cooperativas e associações de catadores, autoriza a remuneração das mesmas pela prestação de serviço , de acordo com a Lei Federal 12.305, de 02 de agosto de 2010 e suas recomendações para o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Art. 2º- A inserção das cooperativas e associações de catadores da coleta seletiva no Sistema de Limpeza Urbana do Município de Miracema tem o objetivo de garantir a geração de trabalho e renda dos catadores de resíduos sólidos recicláveis, organizados em cooperativas ou associações autogestionárias. § 1º- Consideram-se resíduos sólidos recicláveis todos aqueles resíduos que podem ser utilizados como matéria prima na produção de novos bens, após passarem por processo de transformação que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas. § 2º- Para efeito desta Lei, entende-se por cooperativas ou associações de catadores de resíduos sólidos recicláveis aquelas formadas exclusivamente por pessoas físicas, que têm como ocupação principal a prestação de serviços de coleta, triagem, beneficiamento e comercialização de materiais recicláveis, reaproveitáveis ou reutilizáveis, credenciadas pelo Conselho Gestor da Coleta Seletiva, disposto no artigo 6º desta Lei. Art.3º- As cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis passam a integrar o Sistema de Limpeza Urbana do Município de Miracema vinculado a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Art. 4º- As cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, passam a configurar

como operadores do Sistema de Limpeza Urbana do Município de Miracema e prestarão serviços de coleta, triagem, beneficiamento e comercialização de resíduos sólidos recicláveis, bem como de educação ambiental, mediante permissão outorgada pela Prefeitura Municipal de Miracema. Art. 5º- Os serviços de conscientização da população, coleta, transporte, triagem, processamento, beneficiamento, compostagem e destinação final adequada dos resíduos sólidos recicláveis, reutilizáveis, orgânicos e rejeitos, a serem efetuados por associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis deverão ser remunerados pela Prefeitura ou entidade concessionária dos serviços mediante a formalização de contrato ou convenio que incluirão o repasse de recursos para custeio das demandas administrativas, destinação final dos rejeitos, equipamentos de proteção individual, equipamentos de proteção coletiva, contratação de profissionais especializados, alugueis de maquinas ou equipamentos necessários e demais despesas relacionadas aos associados ou cooperados de despesas de custeio de forma a não comprometer a continuidade do serviço publico. § 1º- Visando à realização dos serviços de coleta de materiais, triagem, beneficiamento e comercialização de resíduos sólidos recicláveis, a Prefeitura poderá permitir a utilização de imóveis municipais às cooperativas e associações conveniadas, mediante concessão de bens ou permissão de uso, observada a legislação em vigor. § 2º- As cooperativas e associações poderão usar seus próprios meios para a coleta dos resíduos sólidos recicláveis, assim como para as demais atividades dos serviços. § 3º- Com vistas a incentivar o processo de inclusão social dos catadores, a Prefeitura Municipal de Miracema deverá integrar as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis às políticas dirigidas a garantia dos direitos sociais de saúde, educação e moradia. Art. 6º- As cooperativas e associações de catadores conveniados poderão coletar materiais reaproveitáveis junto aos grandes geradores, garantida a supervisão do Conselho Gestor da Coleta Seletiva. Art. 7º- A triagem e o beneficiamento dos resíduos sólidos recicláveis serão processados pelas cooperativas ou associações, podendo seu produto ser comercializado pelas mesmas. Art. 8º- O Conselho Gestor da Coleta Seletiva, de caráter deliberativo, fiscalizador e consultivo, que tem como objetivos básicos a coordenação, o acompanhamento e a fiscalização do Programa de Coleta Seletiva será criado por Decreto Municipal. § 1º- Até a criação do Conselho Gestor, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Miracema deverá: I – Coordenar os serviços do Programa de Coleta Seletiva no município; II – Estabelecer e aprovar um Plano de Trabalho de Coleta Seletiva; III – Credenciar as cooperativas e associações, bem como os catadores autônomos, que integram os serviços do Programa

de Coleta Seletiva; IV – Definir a área geográfica de atuação de cada cooperativa ou associação, respeitando as divisões já existentes; V – Fiscalizar a utilização dos recursos repassados ao Programa de Coleta Seletiva; VI – Supervisionar a operação dos serviços do Programa de Coleta Seletiva Municipal; VII – Dirimir dúvidas, gerir conflitos no âmbito dos serviços do Programa de Coleta Seletiva Municipal; VIII – Realizar programas e ações de capacitação técnica voltados à operação e implementação do Programa de Coleta Seletiva no município. IX – Aprovar o Plano de Trabalho de Coleta Diferenciada, referido nos §§ 1º e 2º, do art.5º desta Lei; X – Aprovar seu regimento interno. § 2º- O conselho Gestor será composto por Maximo 05(cinco) membros titulares distribuídos da seguinte maneira: I - 3 (três) representantes da Prefeitura, indicados pelo Prefeito; II - 1 (um) representante das concessionárias dos serviços divisíveis de limpeza urbana, indicado pelas Cooperativas e Associações; III - 1 (um) representante de Organizações Não Governamentais - ONGs ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs ou grupo local, caso haja, que atue no desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das cooperativas e associações de catadores, inexistindo tais representantes, poderá ser nomeado 1 (um) representante do quadro efetivo da Secretaria do Meio Ambiente de Miracema; § 3º- O Mandato dos membros do Conselho Gestor do programa de Coleta Seletiva será de 02 (dois) anos, sendo permitida apenas uma reeleição consecutiva. Art. 9º- Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a celebrar convênio com as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis preferencialmente estabelecidas no Município, com o objetivo de atribuir a essas entidades a execução do serviço público de Coleta Seletiva de materiais recicláveis. Parágrafo Único - Poderão conveniar-se com a Administração Municipal para os fins desta Lei, as cooperativas e associações legalmente constituídas e em atividade regular no Município de Miracema, assim como também os demais Municípios do Estado, desde que respeitado o percentual mínimo de 80% (oitenta por cento) dos trabalhadores sejam obrigatoriamente munícipes de Miracema-RJ. Art. 10- A execução do convênio com as cooperativas e associações de catadores será vinculada pela exigência da qualidade dos serviços prestados e pela busca do bem público. Art.11- A remuneração aos catadores pelos serviços prestados se dará com base nos valores de mercado. Art.12- O Poder Executivo Municipal poderá sugerir a forma como a coleta seletiva será efetuada, sem prejuízo da imediata aplicação desta Lei a partir de sua publicação. Parágrafo Único - A Administração Municipal poderá desenvolver um conjunto de ações normativas, operacionais e de planejamento no âmbito do Programa de Coleta Seletiva, baseando-se

em critérios sanitários, ambientais, econômicos, para coletar, tratar e dispor os resíduos gerados. Art.13- O Poder Público Municipal poderá definir ações relativas à destinação corretamente adequada de lixo urbano e implantar parcerias com empresas públicas e privadas atuantes no Município para a melhor aplicação do PCSS fundamentando nas seguintes diretrizes: I – após desenvolvimento do PCSS em área piloto, desenvolvimento do Programa procurando abranger a maior parte possível do município; II – desenvolvimento de modelos para implantação do sistema de coleta que levem em consideração os aspectos econômicos e a participação da população; III – utilização de campanhas educativas para sensibilização da sociedade sobre a importância do PCSS e coleta seletiva em geral; Art.14- O Poder Público Municipal poderá firmar convênios com empresas públicas e privadas com a doação de lixeiras seletivas a serem instaladas em pontos estratégicos do Município além de doação de materiais que poderão ser usados no âmbito do PCSS. § 1º- As empresas participantes dos PCSS ou participantes de qualquer Programa de Coleta Seletiva Municipal, poderão exibir publicidade e propaganda nas lixeiras do Programa além de serem contempladas com selo identificador de "Empresa Cidadã Miracema". § 2º- Os domicílios participantes dos mesmos programas citados no parágrafo anterior também serão contemplados com selo identificador "Família Cidadã Miracema". § 3º- As escolas da rede pública e privada, participantes ativas do PCSS, serão identificadas com o selo "Escola Cidadã Miracema". Art. 15- As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Art. 16- Esta lei deverá ser regulamentada em 60 (sessenta) dias, a partir da data da sua publicação. Art. 17- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. **08)** Projeto de Lei que Altera a Estrutura da Lei Municipal nº 1.473/2013 de 19 de dezembro de 2013 e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.577, de 17 de dezembro de 2014. O Prefeito Municipal do Município de Miracema, no uso de suas atribuições legais de seu cargo, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Orçamentária Municipal nº 1.409 de 06 de dezembro de 2012. Art. 1º - Fica alterado o texto do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.473/2013, de 19 de dezembro de 2013 passando a ter a seguinte grafia: "Art. 4º: Fica o Poder Executivo autorizado a: I – Fazer aberturas de créditos adicionais suplementares ao orçamento de 2014, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do total das despesas fixadas utilizando para isso o provável excesso de arrecadação e anulações de dotações, criando, se necessário, elementos de despesas dentro das unidades orçamentárias

existentes; (...)" Art. 2º - Todos os demais artigos da Lei Municipal nº 1.473 de 19 de dezembro de 2013, permanecem na íntegra, não havendo portanto, qualquer outra alteração. Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 02/02/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e dezesseis da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores José Augusto Martins, Marcus Felipe Mercante Linhares e Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 117, Versículos 01 e 02. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 16 de dezembro de 2019. O Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que estamos antecipando a Reunião Ordinária do dia 30 de dezembro. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite das Secretarias Municipais de Educação e de Cultura e Turismo para o Projeto Miracema Em Canto; 02) Convite da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo para a exposição Nomes do Mato do artista Raul Leal; 03) Ofício da Empresa Renato Aquino Rossi e Cia Ltda.; 04) Ofício do Sr. Renan Tostes Letieri solicitando a realização de uma Audiência Pública; 05) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de novembro do ano de 2019. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o patrolamento da estrada que dá acesso à Fazenda da família Schelck, tendo em vista que eles ainda realizam a plantação de arroz no Município de Miracema. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Diretor do DER-RJ - Solicitação no sentido de que sejam retiradas as duas pedras localizadas no acostamento da Estrada Miracema x Paraíso do Tobias, próximo ao local onde foi feito um corte no barranco. Aprovado. 03) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que o caminhão que troca as lâmpadas do Município de Miracema realize uma vistoria durante a noite, para constatar quais postes estão com as lâmpadas queimadas, para que

sejam realizadas as respectivas trocas. Deferido. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Aplausos para a Associação Miracemense de Ciclismo, os parabenizando pela realização do Evento "2º Pedal de Natal", fazendo a alegria de diversas crianças. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza, capina e patrolamento da Ruas Clóvis Tostes e Geraldo Alves, no Bairro Jardim Beverly. Deferido. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que depois do recesso vai apresentar dois projetos de lei nomeado as Ruas do Loteamento que foi criado perto na Usina Santa Rosa, uma com o nome do Sr. Antônio Carlos Lima e a outra com o nome do Sr. Vadico Letieri. 06) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma ampla limpeza no Ribeirão Santo Antônio. Deferido. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Diretor do DER-RJ - Solicitação no sentido de que seja realizada a capina do acostamento da Estrada que liga Miracema ao Distrito de Paraíso do Tobias. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: O Vereador Hugo Fernandes solicitou que todos os Projetos fossem votados em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. **01)** Projeto de Lei que Altera a Lei nº 1.716, de 22 de maio de 2017, que Dispõe sobre a Concessão de Diárias e Pequenas Despesas e dá outras providências. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.869, de 17 de dezembro de 2019. O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRACEMA, Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Os Inciso I, II e parágrafo único, do art. 2º da Lei nº 1716/2017, passam a ter a seguinte redação: "I – de alimentação, nos deslocamentos superiores a 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de distância da sede o valor será de R$ 100,00(cem) reais; II – de alimentação, nos deslocamentos inferiores a 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) e superiores a 55 km (cinquenta e cinco) quilômetros de distância da sede o valor será de R$50,00 (cinquenta reais). Parágrafo único – Em caso de pernoite haverá um acréscimo R$ 200,00 (duzentos) reais no valor da diária, mediante comprovação." Art. 2º - Fica revogado o inciso III, do art. 2º da Lei nº 1.716/2017. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **02)** Projeto de Lei que estabelece os Subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Miracema para a Legislatura de 2021 a Dezembro de 2024, em face da Legislação Constitucional em vigor e dá outras providências. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi

aprovado com um voto contrário, da Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Genessi Rodrigues da Silva, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier e Carlos Magno da Silva Peres, dando origem a Lei nº 1.870, de 17 de dezembro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - O subsídio dos Vereadores do Município de Miracema, para a Legislatura 2021 a 2024, será de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) mensais. Parágrafo único - Os subsídios de que trata esta Lei, serão revistos anualmente, de acordo com o índice governamental IPCA, respeitados os limites legais. Art. 2º - São direitos dos Vereadores do Município de Miracema, os direitos sociais insculpidos nos incisos VIII e XVII da Constituição Federal: I - Gozo de férias anuais remuneradas, com um terço a mais do subsídio normal. II - Décimo terceiro salário, com base no subsídio integral. Art. 3º - A concessão de férias aos vereadores deverão obrigatoriamente coincidir com o período em que não ocorrerão sessões legislativas ordinárias e gozadas preferencialmente no período de 01 de janeiro à 01 de fevereiro. Parágrafo Único - Durante as férias, o Presidente será substituído pelo Vice e o 1º Secretário pelo 2º Secretário. Art. 3°- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que estabelece os Subsídio do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a Legislatura de 2021 a Dezembro de 2024, em face da Legislação Constitucional em vigor e dá outras providências. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado com um voto contrário, da Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, e seis votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Genessi Rodrigues da Silva, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier e Carlos Magno da Silva Peres, dando origem a Lei nº 1.871, de 17 de dezembro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- O subsídio Mensal do Prefeito para o mandato de 2021 a 2024, será de R$19.000,00 (dezenove mil reais) mensais. Art. 2º- O subsídio Mensal do Vice-Prefeito para o mandato de 2021 a 2024, será de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) mensais. Art. 3º- O subsídio Mensal dos Secretários Municipais para o período 2021 a 2024, será de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) mensais. Art. 4º- Os subsídios de que trata esta Lei serão revistos anualmente na conformidade da Legislação pertinente. Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário. Agradecendo a presença de todos o Sr.

Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 19/12/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2019.

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e setenta e cinco da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador José Augusto Martins. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 119, Versículos de 105 à 112. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 10 de junho de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Memorando nº 106 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo o ofício nº 335/2019. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia do referido Memorando para a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo para que eles possam avaliar os locais mencionados; 02) Ofício nº 154/2019 da Secretaria Municipal de Saúde respondendo o ofício nº 433/2019; 03) Ofício nº 152/2019 da Secretaria Municipal de Saúde respondendo o ofício nº 465/2019; 04) Ofício DER-RJ 10ª ROC nº 38/2019 do Departamento de Estradas de Rodagem respondendo o ofício nº 409/2019; 05) Ofício DER-RJ 10ª ROC nº 39/2019 do Departamento de Estradas de Rodagem respondendo o ofício nº 462/2019; 06) Ofício da Associação dos Profissionais dos Correios. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a retirada do bambuzal que está sobre a Rua João Gouveia Souto próximo ao número 145, pois o bambuzal está se apoiando na rede elétrica e telefônica, podendo inclusive criar um curto circuito a

qualquer momento, estando ainda obstruindo a passagem de veículo, e está trazendo perigo de vida aos transeuntes e aos moradores do local. Deferido. 02) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, com vista ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada, com a maior urgência, a LIMPEZA DA CALHA FLUVIAL situada na Estrada Miracema/Boa Vista, que fica no trevo de Miracema/Palma, na Rua Deodato Linhares com a Rodovia RJ 200, pois a mesma se encontra obstruída, sendo que devido às chuvas, a água e a lama invadem as casas residenciais do local, como também o estabelecimento comercial, conhecido como Bar São Roque, de propriedade do Sr. Paulo Sentineli. Deferido. 03) Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo e Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Deputado Estadual Jair Bitencourt - Ao Deputado Federal Christino Áureo - Solicitação no sentido de que seja destinada uma Emenda Parlamentar no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para o Município de Miracema com o objetivo de reformar e melhorar a iluminação dos cemitérios de Miracema e dos Distritos de Paraíso do Tobias e Venda das Flores. Aprovado. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa quem é o proprietário do terreno localizado próximo à Ponte da Proletária. Deferido. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Assistência Social - Solicitação no sentido de que seja pleiteado junto à ENEL a ligação de energia elétrica nas casas populares que ainda não foram terminadas, mas que já existem pessoas morando no local. Deferido. 06) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja construído um corrimão no beco da caixa d'água, no bairro Jove, tendo em vista que o chão do local foi cimentado, mas ficou muito íngreme dificultando a locomoção de algumas pessoas. Deferido. 07) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À ENEL - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a troca dos postes localizados no beco da caixa d'água, no bairro Jove, em Miracema, tendo em vista que a rede elétrica está muito baixa causando risco para as pessoas que transitam no local. Deferido. 08) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Associação de Estudantes Universitários de Miracema - Reiteração do ofício nº 1167/2018 - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa as seguintes informações: a) Número de

associados inscritos; b) Quantidade de alunos que possuem gratuidade na mensalidade e como foi feito o estudo para a gratuidade indicando separadamente o número para Itaperuna e Santo Antônio de Pádua; c) Quantidade de alunos que pagam as mensalidades, indicando separadamente o número para Itaperuna e Santo Antônio de Pádua; d) Os ônibus estão passando por manutenções preventivas e/ou corretivas? Em caso positivo, de quanto em quanto tempo é feito a manutenção preventiva? e) Relatório das despesas dos últimos 10 meses; f) Estimativa mensal dos últimos 10 meses; g) Relatório dos extratos bancários; h) Valor das diárias pagas aos motoristas; i) Valor pago aos auxiliares dos ônibus e qual o critério utilizado para seleção; j) Relatórios das dívidas a serem pagas da gestão anterior; k) Quais os subsídios oferecidos pela Prefeitura para a Associação de Estudantes Universitários de Miracema; l) Cópia integral de todos os processos pagos com as respectivas notas fiscais. Aprovado. 09) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Saúde - Reiteração do ofício nº 1169/2018 - Solicitação no sentido de que seja fornecido antibiótico, analgésico e anti-inflamatórios aos finais de semana na Farmácia do Pronto Socorro de Miracema, tendo em vista que muitos não possuem condições para arcar com tais remédios após o atendimento. Deferido. 10) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa todos os gastos desta Secretaria de setembro de 2018 á maio de 2019, contendo tudo o que foi pago e empenhado, incluindo diárias, contas, compras, etc. Na oportunidade, solicitamos, ainda, que tal informação seja encaminhada dentro do prazo estabelecido na Lei Orgânica. Deferido. 11) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À PREVI-Miracema - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa informações sobre a eleição do Conselho Fiscal, tendo em vista que o regime foi alterado e deveria ocorrer uma nova eleição. Aprovado. 12) Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Pesar para o Vereador Genessi Rodrigues da Silva e demais familiares, em virtude do falecimento da Sra. Geneci. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares deixou um protesto em relação à Associação dos Estudantes, pois no dia 13 os alunos acabaram ficando sem ônibus, pois foi feriado municipal e muitos alunos ficaram sem os ônibus, sendo que o feriado era apenas municipal e em outras cidades havia aula normal. 13)

Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À Associação de Estudantes Universitários de Miracema - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa qual o motivo de só um ônibus ter atendido os alunos no dia 13 de junho, uma vez que aconteceu um feriado municipal, mas os estudantes tiveram aulas normalmente. Aprovado. 14) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal - Reiteração do ofício nº 1053/2017 - Solicitação no sentido de que seja estudado com carinho, junto ao Departamento Jurídico e o Sindicado dos Servidores Públicos do Município de Miracema, a possibilidade de celebrar um convênio com o Hospital de Miracema, objetivando atender os funcionários ativos, inativos, pensionistas e familiares, o que certamente aqueceria os cofres daquele nosocômio, que está com dificuldades financeiras e necessitando de mais médicos. Na oportunidade, não poderíamos deixar de mencionar o quanto seria importante o referido convênio para os servidores, que atualmente não contam com nenhum tipo de assistência médica hospitalar. Deferido. 15) Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. Geraldo Marques, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva agradeceu o Vereador Maurício pela solidariedade, destacando que sua companheira, conhecida carinhosamente como Jane, foi um exemplo de mulher guerreira em Miracema. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares manifestou seus sentimentos com o vereador Genessi, dizendo que tem a certeza de que o Vereador e seus familiares irão superar essa parte. 16) O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares solicitou uma Moção de Aplausos para o Prefeito Municipal, o parabenizando pelo ótimo trabalho realizado na PREVI-Miracema, inclusive com o início das compensações previdenciárias, desejo antigo dos servidores miracemenses. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 17) Os Vereadores Marcus Felipe Mercante Linhares e Paulo Sérgio de Azevedo solicitaram uma Moção de Aplausos para o Gerente do SESC de Campos, Sr. Frederico Lima, o parabenizando pela realização do evento Arte na Praça em parceria com a Prefeitura de Miracema, evento este realizado na Praça Dona Ermelinda com a maciça participação da população. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 18) Os Vereadores Marcus Felipe Mercante Linhares e Paulo Sérgio de Azevedo solicitaram uma Moção de Aplausos para o Prefeito Municipal, o parabenizando pela realização do evento Arte na Praça

em parceria com o SESC de Campos, evento este realizado na Praça Dona Ermelinda com a maciça participação da população. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 19) O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Aplausos para o Gerente Regional da CEDAE, Sr. Marcioni de Alvim Letieri, e toda sua equipe, desejando sucesso á frente da nova empreitada. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 20) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Gerente Regional da CEDAE, Sr. Marcioni de Alvim Letieri - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantada uma rede de água passando pelo Sítio Pernambuco, até o Campo do Percy / Bar do Beto, no Município de Miracema. Aprovado. 21) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Prefeito Municipal, com vista á Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a implantação de rede de esgotos no Distrito de Venda das Flores, na rua Sebastião Braga Bastos, Morro do Jiló, uma vez que as fossas sépticas existentes no referido local estão cheias e transbordando causando mal cheiro e transtornos para a comunidade. Deferido. 22) O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Sra. Judith Santana, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 23) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a implantação de rede de esgotos na Comunidade de Pernambuco, tendo em vista que o esgoto do local está correndo a céu aberto causando transtornos e mal cheiro, prejudicando com isso a saúde da referida comunidade. Deferido. 24) Vereador Hugo Fernandes - Reiteração - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a criação do Fundo Municipal de Educação, tendo em vista as exigências do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Na oportunidade encaminho minuta de Projeto de Lei com as diretrizes da criação do Fundo. 25) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja realizada uma análise com sugestões da Minuta do Projeto de Lei que segue em anexo, visando saber se a tramitação do referido projeto será benéfica ou não. 26) O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos para a Subsecretária de Assistência Social, a parabenizando pelos brilhantes e relevantes serviços prestados aos munícipes mais necessitados de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar

esta Moção. 27) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao DEMUTRAN - Solicitação no sentido de que seja realizada uma avaliação na duas cabeceiras do córrego localizado no asfalto que liga a RJ 200 à localidade de Areias, tendo em vista que existem dois buracos no local. Solicitamos, ainda, que seja pedido aos órgãos competentes que realize os devidos reparos. Deferido. 28) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja encaminhado um bombeiro hidráulico para realizar algumas visitas e os respectivos reparos nas Casas Populares do Bairro Jove, tendo em vista que algumas residências estão apresentando vazamentos. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou á Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2020. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes disse que gostaria de destacar alguns pontos da LDO. Disse que no artigo 15 fala sobre a questão do Plano Diretor e sempre vem solicitando ele ao Governo, assim, segundo a Secretária de Governo o Plano Diretor logo será encaminhado para esta Casa. Esclareceu que nos artigos 30 e 32 foram especificadas as metas do pagamento de precatórios, assim podemos perceber que o pagamento das dívidas antigas também está dentro do planejamento. Informou que, sobre o artigo 34, devemos observar se no orçamento vai existir a antecipação de receita com a anuência da Câmara Municipal. Disse que o artigo 35 fala sobre as despesas de pessoal e encargos, sendo que vai apresentar uma emenda no orçamento para equipar a diária dos motoristas da Prefeitura com a diária dos motoristas da Câmara. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire destacou que fez esse pedido para a Secretaria de Saúde e não obteve nenhuma resposta. O Vereador Hugo Fernandes destacou que os artigos 38 e 39 falam sobre a possível revisão do Código Tributário, assim como o Governo já está prevendo essa situação, existe um conforto para discutirmos isso no futuro. Destacou que o artigo 40 fala sobre a compensação tributária, pois com a redução de despesas poderemos reduzir os impostos. Acredita que com a alteração das lâmpadas do Município para lâmpadas de LED acarretará numa grande redução de consumo de energia elétrica e a consequente redução nos gastos com a iluminação pública. Concluindo, disse que o artigo 42 fala sobre a desburocratização para a abertura de novas empresas, acreditando que é muito importante o Município realizar uma trabalho nesse sentido e não tem visto isso

atualmente, assim espera que no futuro isso mude. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo parabenizou o Vereador Hugo pelos pontos destacados, sendo que é importante existir essa brecha para discutirmos a redução de impostos no futuro, sendo que o Município precisa encontrar um meio de ampliar suas receitas e a troca de lâmpadas seria um investimento relevante e custoso. O Vereador Hugo Fernandes disse que para o Município o investimento seria de no mínimo um milhão de reais, mas acredita que essa troca possa ser realizada aos poucos e o valor que vai sendo economizado, pode ser utilizado para a realização do investimento. Disse que precisamos tomar alguma atitude em relação ao contrato com a CEDAE, pois o contrato está vencido, acreditando que o Município leva prejuízo com a contrapartida que está realizando. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que é público e notório que a CEDAE vai ser privatizada, assim o Município poderia pensar em utilizar este serviço para obter receita. O Vereador Hugo Fernandes disse que visitou junto com o Vereador Maurício a Empresa Águas do Paraíba em Campos, sendo que nenhuma empresa faz o tratamento de esgoto sem realizar o abastecimento de água. Esclareceu que a Câmara Municipal é contra a privatização da CEDAE, mas este fato não depende dos Vereadores. Entretanto, com a futura privatização da CEDAE, o Município precisa tomar alguma atitude em relação a esse assunto antes da privatização acontecer com o objetivo de adquirir recurso com o serviço de abastecimento de água. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que também poderíamos pensar algo em relação ao pagamento do ISS dos bancos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que sempre houve questionamentos sobre os impostos da ENEL e das empresas de telefonia. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que ao acrescentar a taxa sobre o tratamento de esgoto na taxa de água os valores que estão sendo cobrados atualmente dobrarão. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.828, de 17 de junho de 2019. A Câmara Municipal de Miracema no uso de suas atribuições decreta a seguinte Lei: CAPÍTULO I - Das Disposições Preliminares - Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no inciso II, do art. 165, da CF e ao art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 126, inciso II, § 2º da Lei Orgânica do Município, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, que compreendem

basicamente: I - as disposições preliminares: a) as diretrizes gerais; b) as previsões de valores do orçamento fiscal. II - as diretrizes do orçamento fiscal e plano plurianual: a) as diretrizes gerais para a administração pública municipal; b) a organização e estrutura do orçamento municipal; c) a administração da dívida e das operações de crédito; d) as despesas de pessoal e encargos; e) as alterações da legislação tributária. III - a estrutura geral da lei: a) a proposta de lei orçamentária anual; b) as receitas municipais; c) as despesas municipais; d) o orçamento da seguridade social; e) os fundos municipais; f) os orçamentos da autarquia e fundação municipais; g) as prioridades e metas da administração municipal; IV - as disposições gerais e finais. SEÇÃO I - Das Diretrizes Gerais - Art. 2º - A lei orçamentária anual, que compreenderá os orçamentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Fundos Municipais, da Seguridade de Social, da autarquia municipal denominada PREVIMIRACEMA e fundação, observará o perfeito equilíbrio entre a receita estimada e a despesa fixada. Art. 3º - Para fins desta lei, considera-se: I - adequada com a lei orçamentária anual a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício; II - compatível com o plano plurianual e a presente lei a despesa que se conforme com as diretrizes, prioridades e metas previstas nestes instrumentos e que não infrinja qualquer de suas disposições. Art. 4º - A Prefeitura Municipal implantará o sistema de controle permanente de custos de bens, obras e serviços e avaliará, bimestralmente, os resultados dos programas financiados com recursos do orçamento e o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial. Art. 5º - Para que se atinja maior eficiência nos gastos de recursos municipais, todas as despesas públicas deverão ser submetidas de forma sistemática à Controladoria Geral do Município, que se pronunciará sobre elas. Art. 6º - Será parte integrante desta lei o Anexo de Metas Fiscais, no qual serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para os exercícios de 2020 a 2022. Parágrafo Único - O anexo conterá, ainda: I - Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior; II - Demonstrativo das metas anuais, instruído com a metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos,

comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas, em face das premissas e os objetivos da política econômica nacional; III - Evolução do Patrimônio Líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos resultados obtidos com a alienação de ativos; IV - Demonstrativo da estimativa e compensação de eventual renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Art. 7º - Também será parte integrante do presente dispositivo o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem. Art. 8º - Igualmente, se consistirá de apêndice da LOA, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária a que se refere o § 3º do artigo 165 da CF, abrangendo todos os órgãos e poderes municipais e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, sendo composto das peças previstas nos artigos 52 e 53, seus parágrafos, incisos e alíneas, da LC nº 101/00. Art. 9º - Ao final de cada quadrimestre será emitido, pelos titulares dos poderes e órgãos, o Relatório da Gestão Fiscal, na forma prevista nos artigos 54 e 55, seus parágrafos, incisos e alíneas, da LRF, no que for aplicável ao município. SEÇÃO II - Das Previsões de Valores do Orçamento Fiscal - Art. 10 - Os valores para o próximo orçamento fiscal anual serão apurados segundo a metodologia de cálculos e premissas utilizadas, na forma do artigo. I - Método utilizado: a) equação própria de ajustamento da parábola de arrecadações dos últimos três exercícios, ou método dos mínimos quadrados ou, opcionalmente, a curva de Gompertz; b) o resultado da operação anterior será evidenciado através de curva de tendência dos doze últimos meses (abril/2018 a abril/2019). II - Premissas adotadas: a) representação gráfica do método através das curvas de tendências. III - Evidenciação: a) nova evidenciação gráfica visando a verificação de tendência; IV - Capitalização: a) o valor evidenciado será capitalizado pelos índices da expectativa inflacionária (INPC/IBGE), correspondente a 4,00 % (quatro inteiros de cento) e de crescimento econômico de 4,00 % (quatro inteiros de cento), ambos anuais. Parágrafo Único - Sempre que a inflação verificada ou crescimento econômico registrado, tomado como base de apuração de valores, tiver defasado a realidade nominal, o Chefe do Poder Executivo poderá valer-se de aditamentos e suplementações, como previsto nos artigos 40 a 46 da Lei 4.320/64, visando adequar a Lei de Meios. Art. 11 -

O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal e do representante do Ministério Público, até 31 de julho de 2019, os estudos e as estimativas das receitas, instruídas com memória e metodologia de cálculos, para os dois exercícios subsequentes, inclusive da receita corrente líquida, também com as respectivas memórias de cálculo. Art. 12 - Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Chefe do Poder Executivo estabelecerá a programação financeira, por bimestre, do exercício fiscal e o cronograma de execução mensal de desembolso. Parágrafo Único - Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. Art. 13 - As despesas com serviços de terceiros do Poder Executivo não deverão exceder, em percentual da receita corrente líquida, as do exercício anterior. CAPÍTULO II - Das Diretrizes do Orçamento Fiscal e Plano Plurianual - Art. 14 - Ficam definidas, igualmente, nos termos desta lei, as diretrizes, prioridades e metas do Orçamento Fiscal e Plano Plurianual, que compreendem: I - as diretrizes gerais para a Administração Pública Municipal; II - a organização e a estrutura do Orçamento Municipal; III - a administração da dívida e operações de crédito; IV - as despesas de pessoal; V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; VI - as prioridades e metas para a Administração Municipal. SEÇÃO I - Das Diretrizes Gerais para a Administração Pública Municipal - Art. 15 - Constituem diretrizes gerais para a administração Municipal: I - ampliação da participação da sociedade na gestão das políticas públicas municipais, em especial projetos sociais que visem promover a garantia dos direitos fundamentais do cidadão; II - ampliação de instrumentos políticos de controle da ação municipal pela sociedade civil organizada, através dos conselhos e entidades não governamentais, visando a maior transparência dos atos públicos; III - modernização dos métodos e procedimentos da administração municipal, com vistas á racionalização na alocação de recursos e ao equilíbrio das contas públicas; IV - compromisso com a melhoria permanente da gestão pública municipal, por meio da definição, de um modelo de gestão comprometido com resultados, da capacitação e valorização do quadro funcional da Prefeitura Municipal e do fortalecimento das instituições públicas municipais; V - melhoria permanente da gestão tributária municipal, por meio de modelo baseado em medidas de combate à evasão e sonegação fiscais e de

comprometimento com o princípio da capacidade contributiva do cidadão e com o desenvolvimento econômico e social; VI - preparação da comuna para o desenvolvimento integrado, através da ordenação do crescimento físico da cidade e da região de sua influência, tendo como referência o Plano Diretor do Município. SEÇÃO II - Da Organização e Estrutura do Orçamento Municipal - Art. 16 - A Lei Orçamentária Anual (LOA) será elaborada conforme as diretrizes, os objetivos e os programas estabelecidos no Plano Plurianual 2018/21 - Ação e Resultado - e nesta lei, observadas as demais normas aplicáveis e compreenderá o orçamento fiscal e da seguridade social dos Poderes Executivo e Legislativo, dos fundos, da PREVIMIRACEMA e da fundação. Art. 17 - As prestações de contas do Poder Legislativo serão apresentadas separadamente ás do Poder Executivo, para efeito de parecer prévio conclusivo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Art. 18 - Para fins desta Lei, entende-se por: I - Programa – instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no plano plurianual; II - Projeto – instrumento que contribui para que se alcance o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a criação, expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo; III - Atividade – instrumento que contribui para que se alcance o objetivo do programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulte um produto ou resultado necessário à manutenção da ação de governo; IV - Operação Especial – despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulte um produto ou que não geram contraprestação direta sob forma de bens e serviços, característicos dos programas de gestão; V - Unidades Gestoras – unidades da administração direta do município, encarregadas de competência de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização, bem como o Poder Legislativo. § 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades ou projetos, especificando os respectivos valores, bem como as unidades gestoras responsáveis pela realização da ação. § 2º - As atividades ou projetos poderão ser desdobrados, especialmente para identificar a localização física das respectivas atividades ou projetos, com a correspondente definição de valores

alocados. § 3º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas na lei orçamentária: por funções, subfunções, programas, atividades, projetos e operações especiais, em correspondência com o estabelecido no PPA 2018/21 – Ação e Resultado. Art. 19 - As receitas e despesas discriminadas na LOA terão por base: I - a compatibilidade entre as receitas e as despesas, segundo as fontes de toda natureza e os valores realizados de acordo com as alterações de ordem tributário-fiscal, transferências e as novas circunstâncias do exercício de 2020; II - a discriminação das despesas, por programas e por natureza, expressa em moeda de valor atualizado em junho de 2019; III - a previsão de despesa para amortização de financiamentos contratados pelo município; IV - a harmonização das despesas, de modo a evitar a desarticulação e a sobreposição de projetos e atividades, por diferentes unidades gestoras da administração direta com a mesma finalidade. Art. 20 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Executivo Municipal encaminhará ao Legislativo deverá ter sua estrutura desdobrada em programas, onde serão explicitados, além das despesas por órgão e unidades, basicamente também: I - demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino básico, do cumprimento do art. 212 da CF e do art. 60 do ADCT, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/1996, c/c Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007; II - demonstrativo dos recursos a serem aplicados em programas de saúde, para fins do disposto na EC nº 29/2000; III - demonstrativo das fontes de recursos por grupos de despesas, com sua respectiva destinação; IV - quadros atualizados relativos a revisão das metas de arrecadação de receita e expansão da despesa, constantes da LDO para o exercício a que se refere o orçamento. Parágrafo Único - A alocação dos recursos na LOA será realizada com base nas diretrizes estabelecidas neste dispositivo, de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo. Art. 21 - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão as despesas por unidade gestora, detalhadas por categoria de programação em nível de projeto ou de atividade, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos, conforme Portaria Interministerial nº 163/2001, com modificações, e Portaria nº 42/1999, do Ministério do Estado de

Orçamento e Gestão: I - as dotações destinadas a: a) pagamento de pessoal e encargos sociais (1); b) pagamento de juros e encargos da dívida (2); c) pagamento de outras despesas correntes (3); d) investimentos (4); e) inversões financeiras (5); f) amortização da dívida (6); g) reserva de contingência (9). II - também serão discriminadas: a) as contribuições e subvenções sociais; b) o pagamento de precatórios judiciais; c) as despesas relativas à educação e saúde, de forma que sejam atingidos os limites constitucionais; d) as despesas para atendimento aos convênios, programas e operações de crédito pleiteadas, devendo ser identificados os montantes relativos à contrapartida obrigatória. § 1º - A reserva de contingência será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza de despesa. § 2º - As unidades gestoras serão agrupadas em órgãos, assim entendidos como os de maior nível de classificação institucional. § 3º - A especificação da modalidade de aplicação mencionada no caput deste artigo indicará se os recursos serão destinados, mediante transferência, a outras esferas de governo, à administração municipal indireta, a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, bem como àquelas designadas em leis específicas, obedecendo necessariamente a seguinte classificação: 40 - transferências a municípios; 50 - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos; 60 - transferências a instituições privadas com fins lucrativos; 70 - transferências a instituições multigovernamentais; 71 - transferências a consórcios públicos; 90 - aplicações diretas; 91 - aplicação direta decorrente de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social; 99 - a definir. § 4º - As despesas serão identificadas de acordo com a fonte de recursos que as financiam, obedecendo a seguinte classificação e caso seja necessário novas fontes poderão ser criadas: 0100 – Ordinários; 0102 – RPPS; 0104 – Royalties do Petróleo; 0105 – Salário Educação; 0106 – PNAE; 0107 – PNAT; 0108 – PDDE; 0109 – FNDE; 0111 – SUS; 0112 – CONVÊNIOS; 0115 – FUNDEB; 0118 – TRANSFERÊNCIAS DO FNAS; 0120 – SUS; 0121 – RECURSOS DO ESTADO; 0122 – OUTRAS TRANSF. VINCULADAS A PROG. SAÚDE; 0123- ACESSUAS; 0124 – SCFV; 0125 – ESTADO – SOMANDO FORÇAS; 0126 – ESTADO – SEPLAG; 0127 – CONVENIO FUNASA; 0128 – IMPOSTOS E TRASNFERENCIAS DE IMPOSTOS; 0129 – AGEVAP/CAIXA. § 5º - Os créditos adicionais suplementares ao orçamento da Câmara, resultantes da anulação parcial

ou total de suas dotações orçamentárias, serão abertos somente se aprovados por ato da Mesa Diretora e encaminhados ao Poder Executivo para as providências cabíveis. § 6º - As alterações dos valores consignados para cada projeto ou atividade deverão corresponder a equivalentes ajustes nas metas físicas programadas no Plano Plurianual do mesmo exercício. Art. 22 - Na programação de investimentos, serão observados os seguintes princípios: I - novos projetos somente serão incluídos na Lei Orçamentária após atendidos os em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de convênios e operações de créditos; II - somente serão incluídos na LOA os investimentos para os quais tenham sido previstas, no Plano Plurianual 2018/21, ações que assegurem a sua manutenção; III - os investimentos deverão apresentar viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental. Art. 23 - Quando na apuração bimestral das receitas municipais (excluídas as provenientes dos convênios, programas e as operações de crédito) for constatado que aquelas não atingiram o valor correspondente a pelo menos 90% (noventa por cento) da receita prevista para aquele período, o Prefeito poderá promover, por ato próprio, o contingenciamento das despesas, de forma proporcional ao montante destinado a cada programa da administração direta. Parágrafo Único - A limitação de empenho, na forma estatuída no artigo 57, seus parágrafos e incisos do presente dispositivo, e movimentação financeira, far-se-ão através de revisão das cotas orçamentárias disponibilizadas, ficando a recomposição dos respectivos montantes sujeita ao restabelecimento da receita prevista, ainda que parcialmente. Art. 24 - A concessão de subvenções sociais pelo Município, autorizada por lei específica, conforme disposto no art. 26 da LC nº 101/2000, deverá: I - ser direcionada, prioritariamente, para a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica, esportiva, educacional e/ou cultural; II - estar articulada e conjugada com os programas e metas estabelecidos na lei que "Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2018/2021", contribuindo para que seus indicadores sejam alcançados, bem como com as normas regulamentares pertinentes. Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com subvenções sociais deverão prestar contas ao órgão municipal concedente, em conformidade com os prazos estabelecidos em legislação específica. Art. 25 - A destinação de recursos para entidades privadas, a título de "auxílios", prevista no § 6º do art. 12, da Lei nº 4320/64, é exclusiva para aquelas sem

fins lucrativos, de atendimento direto e gratuito ao público, desde que sejam: I - voltadas para o ensino especial ou representações da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais de ensino pré-escolar, fundamental (ensino básico) e médio; II - cadastradas junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais; III - voltadas para as ações de saúde, ou outras entidades sem fins lucrativos, desde que estejam registradas no Conselho Municipal de Saúde; IV - signatárias de contrato de gestão com a administração pública municipal e não qualificadas como organizações sociais; V - consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos, signatários de contrato de gestão com as administrações públicas federal, estadual ou municipal e que participem da execução de programas de saúde; VI - qualificadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, signatários de contrato de gestão, firmados com órgãos públicos; VII - entidades sem fins lucrativos, ligadas ás áreas de cultura, esporte e lazer, que tenham por finalidade promover as potencialidades do Município. Art. 26 - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na LOA/2020 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades. § 1º - Igualmente, poderá promover alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritivos, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, modalidades de aplicação e fontes de recursos e de resultado primário. § 2º - A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2020 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional. SEÇÃO III - Da Administração da Dívida e das Operações de Crédito - Art. 27 - A administração da dívida pública municipal interna terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o erário. Art. 28 - Na Lei Orçamentária para o exercício de 2020, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas

operações de crédito contratadas ou em perspectiva de contratação, respeitados os parâmetros estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e a compatibilidade com o Anexo de Metas Fiscais. Art. 29 - A dívida do Município de Miracema, pertinente aos poderes Executivo e Legislativo, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), objeto de competentes confissões individuais, cujas amortizações mensais são pagas com as cotas do Fundo de Participação dos Municípios, será contabilizada nos respectivos orçamentos dos dois poderes, os quais deverão conter as necessárias dotações consignadas para seus correspondentes processamentos. Parágrafo Único - A dívida, objeto do caput, exigível a longo prazo, terá suas amortizações mensais calculadas separadamente, para fins do mencionado processamento fiscal. Art. 30 - A LOA de 2020 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda. Art. 31 - A inclusão de dotações na LOA de 2020 para o pagamento de precatórios parcelados observará o disposto no art. 100 da CF e art. 78 do ADCT, com nova redação dada pela EC nº 30/2000. I - o crédito individualizado por beneficiário, cujo valor seja superior a 30 (trinta) salários mínimos, será objeto de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior ao da anterior, excetuando-se o resíduo, se houver; II - os juros legais, á taxa de 12% (doze por cento) ao ano, serão acrescidos aos precatórios objetos de parcelamento, a partir da 2ª parcela, tendo como termo inicial o mês de janeiro do ano em que é devida. Art. 32 - A Procuradoria Geral do Município, os fundos, a autarquia e fundação encaminharão à Secretaria Municipal de Fazenda a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários a serem incluídos na proposta orçamentária de 2020, na forma do artigo precedente, discriminada por grupo de natureza de despesas, contendo ainda: I - número do processo originário; II - número do precatório; III - tipo de causa julgada; IV - data da autuação do precatório; V - nome do beneficiário; VI - valor do precatório a ser pago. Parágrafo Único - As informações previstas neste artigo serão encaminhadas à Secretaria Municipal de Fazenda, até 31 de julho de 2019, impreterivelmente. Art. 33 - Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas a operações de crédito contratadas, ou cujas cartas consultas tenham sido encaminhadas para a Secretaria Municipal de

Fazenda, até 31 de julho de 2019, observado o disposto nos arts. 32 e 33 da LC nº 101/00. Art. 34 - A Lei Orçamentária Anual conterá dispositivo que autorize o Poder Executivo a realizar operações de crédito por antecipação de receita (ARO) e para o refinanciamento da dívida. SEÇÃO IV - Das Despesas de Pessoal e Encargos - Art. 35 - As despesas totais com pessoal são o somatório dos gastos do Município com os ativos, inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria e pensões, inclusive adicionais, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdências, própria ou nacional. Parágrafo Único - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência. Art. 36 - Para efeito do disposto nos arts. 37, V e X e 169, § 1º, inciso II da CF, bem como na LC nº 101/00, fica estabelecido que: I - a contratação dos cargos ou empregos de provimento efetivo ou em comissão, somente ocorrerá se existirem cargos vagos a preencher e prévia dotação orçamentária para atender à referida despesa, na forma da lei; II - em caso de interesse público, o Município poderá contratar pessoal em caráter temporário, nos termos do disposto no art. 37, inciso IX da CF e de legislação ordinária própria; III - serão contabilizadas como "outras despesas variáveis – pessoal civil" aquelas relativas a contratação temporária, necessária à substituição de servidores, empregados públicos ou em decorrência de fato imperioso e imprevisto. § 1º - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito deste dispositivo, a contratação temporária de serviços de terceiros, em decorrência de absoluta necessidade, bem como para atendimento de convênios, programas, contratos e afins, de terceirização relativos à execução indireta deles, os quais não tenham caráter oficial de perpetuidade e que, simultaneamente: I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento ou estatuto próprio; II - não caracterizem relação direta de emprego; III - sejam relacionadas às áreas de saúde, educação e assistência social. § 2º - Fica vedada a realização de serviços extraordinários, quando a despesa de pessoal extrapolar o limite prudencial de 51,3% (cinquenta e um inteiros e três

décimos por cento) da receita corrente líquida, exceto nos casos de relevante interesse público, especialmente aqueles voltados para as áreas de segurança e saúde, que estejam em situações de risco ou prejuízo para a sociedade. Art. 37 - A concessão de qualquer vantagem, aumento de remuneração, criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira e revisão geral anual, bem como, a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos poderes, só poderá ser efetivada se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas até o final do exercício, obedecidos os limites constitucionais vigentes, bem como o disposto na LRF, no que couber. Parágrafo Único - Os Orçamentos Anuais, assim como os Planos Plurianuais, devem consignar dotações, observada a iniciativa privativa das leis em cada caso, que assegurem a revisão geral e anual da remuneração dos servidores, na forma prevista no inciso X, art. 37 da CF. SEÇÃO V - Das Alterações da Legislação Tributária - Art. 38 - Na estimativa das receitas constante do projeto de lei orçamentária serão considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária local, incremento ou diminuição de receitas transferidas de outros níveis de governo e outras transferências positivas ou negativas na arrecadação do município para o ano seguinte. Art. 39 - Havendo revisão tributária e dos incentivos fiscais, que serão propostos pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, levarão em consideração, dentre outros, os seguintes fatores: I - justiça fiscal; II - incentivo a setores emergentes do sistema econômico, com prioridade para as micro e pequenas empresas; III - revisão de alíquotas de setores mais ou menos dinâmicos da economia, em função da reconversão do sistema produtivo e das conjunturas econômicas específicas; IV - prioridade na execução das leis municipais que disponham sobre incentivos e benefícios fiscais para a geração de empregos; V - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento de processos administrativos, visando a sua racionalização, simplificação e eficiência; VI - mecanismos que visem à modernização, à agilização da cobrança, à arrecadação, fiscalização e demais aspectos de gestão tributária; VII - revisão das isenções dos tributos municipais, no sentido de buscar o interesse público e a justiça fiscal; VIII - compatibilização das taxas e tarifas aos custos efetivos dos serviços prestados pelo Município, incluindo os casos de terceirização e/ou concessão, de forma a assegurar sua eficiência, observadas a capacidade econômica do contribuinte e justa distribuição de renda; IX - atualização da Planta

Genérica de Valores, ajustando-a aos movimentos de valorização ou desvalorização do mercado imobiliário; X - instituição de taxas para serviços que o Município, eventualmente, julgue de interesse da comunidade e necessitem de fonte de custeio, desde que precedida de amplo debate com a população e aprovação pela Câmara Municipal. Art. 40 - Qualquer projeto de lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira, que gere efeitos sobre a receita estimada para o Orçamento do ano de 2020, somente será aprovado caso indique, fundamentadamente, a estimativa de renúncia fiscal acarretada, devendo ainda estar acompanhado da: I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes; II - medida de compensação do período mencionado no caput deste artigo, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração, criação de tributo ou contribuição. Art. 41 - Deverão ser institucionalizadas, oportunamente e após o início da efetiva prestação do serviço público, a taxa de prevenção e combate a sinistros, contribuição de melhoria, contribuições diversas, salário educação e transporte escolar, na forma da lei. Art. 42 - O Poder Executivo adotará medidas de fomento á participação de micros, pequenas e médias empresas, além de cooperativas, instaladas na região, no fornecimento de bens e serviços para a Administração Pública Municipal, bem como, facilitará a abertura de novas empresas, por meio da desburocratização dos respectivos processos e criando incentivos fiscais, mediante prévia autorização legislativa. CAPÍTULO III - Da Estrutura Geral da Lei - SEÇÃO I - Da Proposta da Lei Orçamentária Anual - Art. 43 - O projeto de lei orçamentária anual que o Executivo Municipal encaminhará ao Legislativo será constituído de: I - mensagem de lei; II - texto da lei; III - demonstrativo da receita arrecadada nos três últimos exercícios, por natureza; IV - receita prevista para o exercício de 2020, por natureza; V - demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas; VI - demonstrativo da despesa estimada para 2020, por categoria econômica; VII - consolidação dos quadros orçamentários do Executivo, do Legislativo, dos fundos especiais, da autarquia e fundação; VIII - anexos do orçamento fiscal da Prefeitura, da seguridade social, e da Câmara, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei; IX - anexo das contribuições individuais destinadas a instituições e eventos; X - anexo das subvenções e auxílios,

individualizadas e destinadas às instituições de caráter beneficente. Art. 44 - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária até o dia 31 de julho, observado o disposto nas Emendas Constitucionais nº 25/2000 e 58/2009, na LC nº 101/00, na Portaria nº 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº 163/2001, com modificações, que será incluída no projeto de lei orçamentária do município para o exercício de 2020. Art. 45 - Após cumpridos os prazos e verificados os atendimentos do calendário estabelecido no artigo anterior, o Prefeito Municipal enviará à Câmara os projetos de leis do orçamento geral e revisão do plano plurianual, ambos para 2020, até 30 de setembro do ano em curso. Art. 46 - O Poder Executivo estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020: I - quadros de detalhamento de despesas (QDD), por unidade orçamentária, especificando a categoria econômica e a despesa por elemento, para cada projeto e atividade; II - a programação financeira e o cronograma de desembolso mensal orçamentário e financeiro; III - as metas bimestrais de arrecadação de receitas municipais com a especificação, em separado; IV - ações de controle contendo as propostas de manutenção e conservação de todos os bens móveis e imóveis do Município, de forma a se estabelecer cotas orçamentárias e financeiras específicas; V - plano de ação contendo as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, a quantidade e os valores das ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como à evolução dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa e ampliação da base contributiva. SEÇÃO II - Das Receitas Municipais - Art. 47 - Constituem as receitas do Município, aquelas provenientes: I - dos tributos de sua competência; II - de atividades econômicas, que por conveniência possa vir a executar; III - de transferências, por força de mandamentos constitucionais ou de convênios, acordos ou ajustes firmados com entidades governamentais e privadas, nacionais ou internacionais; IV - de recursos transferidos pela União ou Estado para financiamento da execução de programas; V - de empréstimos e financiamentos com prazo superior a doze meses, autorizados por lei específica, vinculados a obras, aquisições e serviços públicos; VI - de eventual operação de crédito para antecipação de receita de algum serviço mantido pela administração municipal. Art. 48 - O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, bem como promover a cobrança da dívida ativa e contribuição de melhoria. SEÇÃO III - Das

Despesas Municipais - Art. 49 - Constituem as despesas municipais aquelas destinadas à aquisição de bens e serviços e realização de obras e instalações para o cumprimento dos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira. Art. 50 - O orçamento do Município, dos fundos, de sua autarquia e fundação, conterá obrigatoriamente, recursos destinados: I - ao pagamento dos serviços e da dívida municipal; II - ao pagamento de sentenças do Poder Judiciário, para o cumprimento do que dispõem o artigo 100 e seus parágrafos da CF, com nova redação dada pelas ECs nº 30/2000 e 37/2002; III - às despesas institucionais e obrigatórias de caráter continuado. Art. 51 - Será consignada entre as despesas orçamentárias, uma reserva de contingência, correspondente a no mínimo 1% (um por cento) da receita corrente líquida estimada para o exercício de 2020. Parágrafo Único - Se a reserva não for utilizada para a sua finalidade maior, a mesma poderá servir de base para a abertura de créditos adicionais para outros fins, conforme Portaria Interministerial nº 163/2001. Art. 52 - Na programação da despesa não poderão ser: I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as suas unidades executoras; II - incluídos projetos ou atividades com a mesma finalidade em mais de uma unidade gestora da administração direta. Art. 53 - A inclusão na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros Entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses do Município, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000. Art. 54 - As emendas ao projeto de lei orçamentária, com indicação de recursos provenientes de anulação de dotação, sem prejuízo do art. 166, § 3º, da Constituição Federal, não poderão incidir sobre: I - dotações com recursos vinculados a fundos, convênios, programas ou operações de crédito; II - dotações referentes á contrapartida obrigatória dos recursos transferidos voluntariamente pela União ou pelo Estado; III - dotações referentes a obras em andamento, paralisadas ou não concluídas, previstas no orçamento vigente ou nos anteriores da administração direta. Art. 55 - Na programação de investimentos em obras da administração direta, considerando o art. 45 da LC nº 101/00, será observado o seguinte: § 1º - Os projetos já iniciados terão prioridade sobre os novos. § 2º - Os projetos novos somente serão programados, quando: I - comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira através de

quadros demonstrativos; II - não implicarem em anulação de dotações destinadas a obras já iniciadas, em execução ou paralisadas. Art. 56 - Fica vedada a execução das despesas pelos respectivos ordenadores quando: I - não houver disponibilidade de dotação orçamentária e financeira; II - havendo dotação, não tiver ocorrido a liberação das respectivas cotas orçamentárias e financeiras. Art. 57 - Ficarão sujeitas á limitação de empenho as despesas cuja projeção do comportamento no primeiro quadrimestre do exercício financeiro revelarem-se inadequadas com a lei orçamentária anual. § 1º - A limitação de empenho, a que se refere o caput do artigo, se fará nos dois quadrimestres seguintes, à razão de 1/3 (um terço) do excesso no primeiro e 2/3 (dois terços) no segundo. § 2º - No caso em que se impuser a limitação de empenho, observar-se-á a seguinte regra: I - entre as despesas de capital e correntes, as de capital; II - entre as de capital, aquelas cujo desempenho no primeiro quadrimestre seja incompatível com o valor consignado no plano plurianual; III - entre as de capital, consignadas especificamente no plano plurianual, as ainda não licitadas; IV - entre as licitadas, aquelas que não se refiram a bens especificamente elaborados para a administração municipal. § 3º - A limitação mencionada no caput será aplicada aos Poderes Executivo e Legislativo, na forma proporcional à participação de seus orçamentos. § 4º - As limitações de empenhos mencionadas não se aplicam às despesas destinadas ao serviço da dívida, ao reajustamento de remuneração do pessoal de que trata o inciso X do artigo 37 da CF, se seus efeitos financeiros puderem ser compensados pelo aumento permanente da receita ou pela redução da despesa. § 5º - Ressalva-se do disposto no artigo as despesas consideradas de valor irrelevante, passíveis de serem adequadas a curto prazo ou ao longo do último quadrimestre do ano correspondente, dispensadas de licitação, estabelecidas, respectivamente, nos incisos I e II, art. 24 da Lei nº 8.666/93. Art. 58 - Se verificado, ao final de um quadrimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas e resultado primário ou nominal estabelecidas, a Câmara Municipal poderá promover, por ato próprio e nos montantes necessários, a limitação de empenho e movimentação financeira, na forma prevista na presente lei. § 1º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas. § 2º - No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação no prazo

estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados. § 3º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, na comissão referida no § 1º do art. 66 da LRF ou equivalente na Casa Legislativa Municipal. Art. 59 - Tanto a LOA quanto o PPA – 2018/2021 poderão consignar recursos suficientes para o financiamento de auxílio alimentação e prêmios eficiência-produtividade, como previstos em leis específicas. SEÇÃO IV - Do Orçamento da Seguridade Social - Art. 60 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecendo ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204 e 212, § 4º, todos da CF e contará, dentre outros, com recursos provenientes: I - das contribuições sociais previstas na Constituição, exceto a de que trata o art. 212, § 5º e as destinadas por lei às despesas do orçamento fiscal; II - da contribuição para o fundo de previdência social do servidor municipal, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município; III - do orçamento fiscal; IV - das demais receitas próprias e vinculadas dos órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integram, exclusivamente, este orçamento. § 1º - A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização. § 2º - Os recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, incisos I e II da CF, na LOA, não se sujeitarão à desvinculação. § 3º - As receitas de que trata o inciso IV precedente deverão ser classificadas como receitas da seguridade social. Art. 61 - A proposta orçamentária incluirá os recursos necessários ao atendimento: I - do reajuste dos benefícios da seguridade social, de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art. 7º, inciso IV da CF; II - da despesa mínima com a manutenção do desenvolvimento do ensino básico, prevista na CF, EC nº 53/2006 e Lei nº 11.494/2007; III - da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na EC nº 29/2000. Parágrafo Único - Para efeito do disposto no inciso III deste artigo, consideram-se aplicações em ações e serviços públicos de saúde e promoção social a totalidade das dotações do Fundo Municipal de Saúde e as do Fundo Municipal de Assistência Social. SEÇÃO V - Dos Fundos Municipais - Art. 62 - Constitui fundo especial o produto de receitas

especificadas que, por lei ordinária, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, com normas peculiares de aplicação. Parágrafo Único - A aplicação de receitas públicas vinculadas a fundos municipais far-se-á através de dotações consignadas na LOA e em créditos adicionais. Art. 63 - Será elaborado para cada fundo especial municipal, antes do início de sua movimentação financeira, um plano de aplicação, cujo conteúdo será o seguinte: I - fonte dos recursos – onde serão indicadas as fontes dos recursos financeiros, previstas na lei de instituição, classificadas nas categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital; II - aplicações – onde serão discriminadas: a) as ações que serão desenvolvidas através do fundo; b) os recursos destinados ao cumprimento das metas e das ações, classificadas sob as categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital. Parágrafo Único - O orçamento anual consignará, de forma global e devidamente classificadas, as dotações destinadas aos correspondentes fundos municipais. Art. 64 - Para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e Fundo Municipal de Saúde, será destinado um mínimo de recursos orçamentários e financeiros estabelecidos na Carta Maior. Parágrafo Único - Tanto os planos de aplicação dos fundos objeto do caput, quanto as correspondentes prestações de contas, observarão regramentos institucionais próprios. Art. 65 - Os fundos especiais de que trata a Seção V poderão celebrar convênios, ajustes, termos de cooperação ou parceria e outras avenças com instituições públicas ou privadas, visando o cumprimento dos seus objetivos. SEÇÃO VI - Dos Orçamentos da Autarquia e Fundação Municipais - Art. 66 - Os orçamentos da entidade autárquica e fundacional observarão, na sua elaboração, as normas da Lei nº 4.320/64 e legislação regulamentar subsequente, quanto ás classificações a serem adotadas para as suas receitas e despesas. Art. 67 - As receitas e os gastos da autarquia e fundação, objeto desta seção, serão estimadas e programadas de acordo com as dotações globais previstas no orçamento central. § 1º - A previsão de receita da autarquia e fundação será objeto de projeção própria, que tomará como base a sua realidade institucional específica, corrigida, se for o caso, com os índices previstos no art. 10 do presente diploma legal, a qual será o limite para a fixação de sua despesa. § 2º - A proposta orçamentária do PREVI Miracema, para o exercício de 2020, será encaminhada ao Poder Executivo até 31 de julho de 2019.

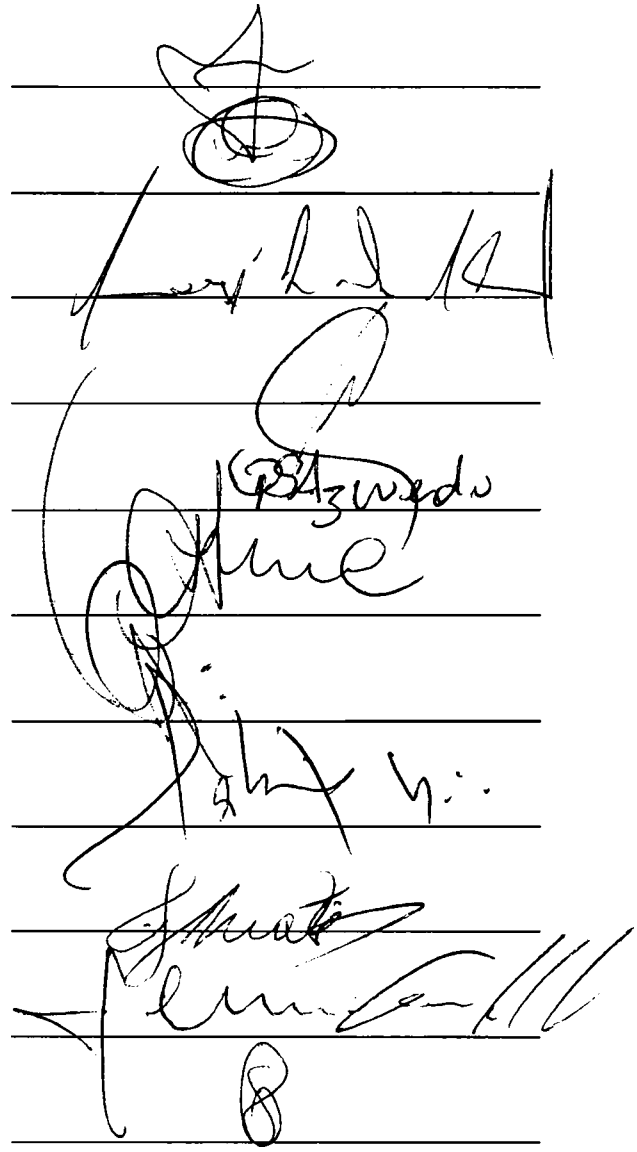
SEÇÃO VII - Das Prioridades e Metas da Administração Municipal - Art. 68 - O Município executará, como prioridades de cada programa, o elenco de ações delineadas plano plurianual, após sua necessária revisão. § 1º - O plano plurianual estabelecerá, de forma específica, os programas, objetivos e metas físicas e financeiras para alocação de recursos da administração pública municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. § 2º - Conterá, igualmente, o demonstrativo de investimentos especificados por projetos de acordo com as fontes de financiamento, de todas as unidades abrangidas pelo orçamento fiscal. § 3º - Todos os projetos, cuja execução abranja mais de um exercício financeiro, deverão ter seus desdobramentos previstos nos anos posteriores do correspondente plano. Art. 69 - Constituem apêndices da presente matéria os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, que estabelecem as prioridades em termos de ações de governo, no sentido de atender o equilíbrio fiscal, demandas sociais e as aspirações comunitárias em termos de investimentos públicos. Parágrafo Único - Tanto os anexos de metas fiscais quanto os de riscos fiscais mencionados no artigo poderão ser encaminhados á Câmara Municipal, em separado do projeto da LDO, até 30 de outubro do ano corrente. Art. 70 - Os eixos e objetivos estratégicos estabelecidos pela administração municipal deverão ser observados, tendo precedência na alocação de recursos, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas. § 1º - Os eixos estratégicos que nortearão a formulação de programas, do ponto de vista global, são os seguintes: I - desenvolvimento econômico e humano integrados: a) serviços de educação básica, saúde e assistência social; b) igualdade de oportunidades humanas; c) desenvolvimento humano para todos os cidadãos; d) desenvolvimento econômico local. II - credibilidade do governo municipal: a) cultura da harmonia entre os deveres e os direitos de cidadania. III - uso dos recursos públicos: a) recursos para aplicação em políticas públicas; b) gestão do gasto público. IV - gestão pública: a) planejamento e gestão ética, democrática e eficiente. V - desenvolvimento urbano e rural sustentáveis: a) meio ambiente; b) qualidade de vida; c) mobilidade urbana. § 2º - Os objetivos estratégicos individuais que orientarão a definição de prioridades e metas são os relacionados abaixo: I - contribuir para a formação de uma cultura de cidadania e valorização dos direitos humanos no município, bem como promover a igualdade racial e de gênero; II -

promover a universalização do acesso à educação básica com qualidade; III - ampliar o acesso da população aos serviços de saúde de forma equânime, resolutiva e humanizada; IV - promover a qualidade ambiental e urbanística do município, a partir de ações de saneamento, gestão e controle do espaço urbano; V - estimular o desenvolvimento cultural e o acesso da população aos produtos e equipamentos culturais do município; VI - estimular a prática esportiva pela população e a formação e desenvolvimento de atletas; VII - viabilizar o acesso da população aos benefícios da tecnologia da informação e ao mundo digital; VIII - promover o desenvolvimento do potencial econômico do município, a partir da identificação de suas potencialidades, do desenvolvimento da sua vocação econômica e do fomento ao turismo; IX - promover a educação e a responsabilidade ambiental, visando a formação de uma cultura para o desenvolvimento sustentável no município; X - fomentar o desenvolvimento econômico e cultural e a preservação do patrimônio histórico da cidade; XI - estimular a micro e pequena empresa, o empreendedorismo, a formação e desenvolvimento profissional, a economia solidária e o associativismo como formas de geração de trabalho e renda no município; XII - promover ações de manutenção urbana que garantam a limpeza e a conservação das vias e equipamentos públicos; XIII - promover a participação da população na gestão pública e estimular o controle social a partir da transparência das ações da administração; XIV - promover a valorização dos servidores municipais, oportunizando a estes melhores condições de vida e de trabalho; XV - garantir a melhoria dos níveis de eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados á população; XVI - implementar as reformas estruturais, abrangendo as administrativas e organizacionais. Art. 71 - A LOA para o exercício seguinte deverá instituir um programa visando a permitir que a população carente dos distritos tenha amplo acesso a sinais de TV. CAPÍTULO IV - Das Disposições Gerais e Finais - Art. 72 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2020 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência na gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, nos termos dos arts. 48 e 49 da LC nº 101/00. Parágrafo Único - Para atender ao disposto neste artigo, competirá ao Poder Executivo divulgar, por intermédio do site www.miracema.rj.gov.br, as seguintes informações: I - as estimativas de receitas de que trata o art. 12, § 3º da

LRF; II - a lei orçamentária aprovada, em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares; III - relatórios resumidos da execução orçamentária, bimestralmente e o relatório de gestão fiscal, quadrimestralmente; IV - prestação de contas anual; V - síntese do PPA. Art. 73 - O desembolso dos recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários do Poder Legislativo será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos. Art. 74 - Se o Projeto de Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2019, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal. § 1º - Não se inclui no limite previsto no caput, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atenderem as despesas com: I - pessoal e encargos sociais; II - contribuições para o PREVI Miracema; III - serviço da dívida; IV - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social; V - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências da União e do Estado; VI - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aos recursos previstos no inciso anterior; VII - conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores a 2020 e cujo cronograma físico, estabelecido em instrumento contratual, não se estenda além do 1º semestre de 2020; VIII - pagamento de contratos que versem sobre serviços de natureza continuada. § 2º - Rejeitados pela Câmara Municipal os projetos de lei orçamentária anual e do plano plurianual, prevalecerá para o ano seguinte o orçamento do presente exercício, aplicando-lhe a atualização de valores prevista no parágrafo único do art. 10. Art. 75 - O Poder Executivo disponibilizará, por meio eletrônico, no prazo de trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, discriminando a despesa por elementos, conforme a unidade orçamentária e respectivas categorias de programação. Art. 76 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, sendo as parcelas subsequentes liberadas somente mediante a prestação de contas relativa ao gasto da parcela anterior. Parágrafo Único – Havendo a necessidade de aditamento no instrumento celebrado entre as partes, somente serão repassados os novos recursos após o cumprimento do que é estabelecido no artigo. Art. 77 - A Lei de Meios conterá dispositivo autorizando o Chefe do

Poder Executivo, através de atos administrativos próprios, a: I - abrir créditos adicionais suplementares, no decorrer do exercício financeiro de 2020, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada na lei, de acordo com o que estatuem os arts. 40 a 46 da Lei n°4.320/64; II - utilizar os recursos vinculados à conta de Reserva de Contingência, nas condições previstas no art. 8º da Portaria Interministerial nº 163/2001; III - aditivar ao valor da receita fiscal estimada, bem como destinar a correspondente despesa através de suplementações, na forma da lei, recursos provenientes de: a) superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; b) excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, for efetivamente comprovada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício; c) saldo financeiro remanescente do ano anterior, de convênios, programas e fundos especiais, destinando-o à sua finalidade específica. § 1º - Criar elemento de despesa, dentro do mesmo projeto/atividade e categoria econômica, desde que não haja alteração de seu montante, para melhor execução dos programas de governo. § 2º - Destinar, o mesmo percentual estabelecido no inciso I, aos valores também necessários á abertura de créditos adicionais suplementares, para contemplar exclusivamente as dotações orçamentárias imperativas ao pagamento de pessoal civil do quadro permanente, inativos, pensionistas e respectivos encargos. § 3º - Promover a incorporação de eventual excesso das receitas estimadas para financiamento dos fundos especiais, individualmente, caso se comprove, através de cálculos, a iminência do correspondente excesso. § 4º - Desenvolver programas especiais de trabalho de investimentos com todos os seus inerentes custos, desde que subordinados a programas aprovados e integrantes da LOA. Art. 78 - A Secretaria Municipal de Fazenda poderá transpor fontes de recursos, preservada a compensação entre elas, visando manter o equilíbrio financeiro. Art. 79 - No caso de criação de entidades autárquicas e fundacionais, as leis próprias citarão normas legais de atendimento para fixação de receita e despesas, observadas as diretrizes gerais constantes desta lei. Art. 80 - O orçamento fiscal do município deverá conter dispositivo autorizando o Prefeito Municipal a celebrar contratos de gestão, convênio, acordo, ajustes ou congêneres, na forma do art. 37, § 8º da CF, introduzido pela EC nº 19/98, c/c a Lei nº 8.666/93. Art. 81 - Os créditos especiais autorizados nos últimos 4 (quatro) meses de 2019 poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2020. Art. 82 - O Chefe do Poder Executivo divulgará, nos 90 (noventa) primeiros dias do exercício financeiro seguinte, por decreto, o valor do orçamento anual da Câmara Municipal, de acordo com o artigo 29-A, seus incisos

e parágrafos da CF e EC nº 58, de 23 de setembro de 2009, com a finalidade de ajustá-lo aos parâmetros legais, decorrentes da efetiva receita tributária e transferências constitucionais do período anterior. Parágrafo Único – Para o cálculo da receita municipal não vinculada, expurgar-se-á do total as receitas de participação no FUNDEB, de capital e de transferências de convênio, bem como quaisquer outras cuja destinação esteja vinculada a objeto específico por força de instrumento legal. Art. 83 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 24/06/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 17 de junho de 2019.



Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número setenta e oito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 13, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro

Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 111/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 009/2014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 02) Ofício PMM/GAB nº 113/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 012/2014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 03) Ofício nº 022/2014 do Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema-RJ; 04) Ofício PMM/GAB nº 112/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 011/2014. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Secretário Municipal de Fazenda - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a prorrogação do prazo de vencimento do pagamento da taxa de localização referente ao exercício de 2014 para o dia 30 de abril de 2014, uma vez que o atual prazo de pagamento é dia 30 de março. Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma reforma, bem como a instalação de assentos confortáveis e aparelhos de ar condicionado na Capela Mortuária, tendo em vista os munícipes de nossa cidade acabam sofrendo duplamente, pois além de sofrerem pela perda de seus entes queridos, também sofrem com o desconforto e abandono em que se encontra a Capela Mortuária de Miracema. Deferido. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Diretor Operacional da CEDAE, Sr. Geovane Freitas - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a extensão da rede de água na Rua Vereador Antônio Calor, Bairro Jardim Beverly, (ao lado da RJ 200 - Miracema x Palma), tendo em vista que os moradores da referida localidade não estão usufruindo dos serviços da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do RJ. Aprovado. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Plenário da Câmara Municipal de Miracema - Solicitação no sentido de que seja Prorrogado o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Portaria nº 52 para apurar as irregularidades apontadas na Resolução 1.133 de 2013. Todos os Vereadores Aprovaram a prorrogação do prazo. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao

Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Assistência Social, no sentido de que seja implantada uma Clínica para Tratamento e Recuperação dos Dependentes Químicos no Município de Miracema. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Ministro da Justiça, Exmo. Sr. José Eduardo Cardozo - Solicitação no sentido de que seja realizada no Município de Miracema a Parceria do Programa "Crack, é possível Vencer", que visa ações integradas de enfrentamento e combate ao crack. Aprovado. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Diretor Regional dos Correios do Estado do RJ, Sr. Omar de Assis Moreira - Considerando que no Município de Miracema existem algumas ruas que os Correios não realizam a entrega de correspondência, tendo em vista que aas referidas são loteamentos novos e ainda não estão inclusas no rol de ruas cadastradas nos serviços dos correios. Encaminho solicitação no sentido de que seja realizado no Município de Miracema um novo cadastramento incluindo todas as ruas do Município, com o objetivo de que toda a população miracemense possa ter suas correspondências entregues em seus respectivos endereços. Aprovado. Continuando, o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PRS/SSE/CSO 5320/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Gutemberg Medeiros Damasceno e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 02) Ofício nº 068/2014 PGM/PMM da Procuradoria Geral do Município sobre o processo eletivos dos membros do Conselho Tutelar deste Município. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva e Gideão Duarte Gonçalves solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que este ofício foi encaminhado pela Procuradora Municipal ao Conselho Municipal das Crianças e dos Adolescentes em relação às eleições para Conselheiros Tutelares, sendo que o CMDCA informou que não haverá eleições para Conselheiro. Por isso, vai encaminhar todos os documentos ao Ministério Público para que ele fiscalize os trabalhos do CMDCA, uma vez que acredita que a Lei Municipal deve ser cumprida. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que caso ocorra descumprimento da Lei Municipal e as eleições para Conselheiros não aconteçam, após o mês de abril os

Conselheiros Tutelares poderão ficar sem receber seus salários; 03) Ofício nº 20/2014 do Miracema Campestre Clube; 04) Ofício PMM/GAB nº 108/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 013/2014. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador; 05) Ofício PMM/GAB nº 109/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 014/2014. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Waldir Augusto para falar sobre Projeto de Lei sobre o serviço de Táxi. Com a palavra, o Sr. Waldir, após cumprimentar todos os presentes esclareceu que veio pedir aos Vereadores para votarem no Projeto de Lei sobre os Serviços de Táxi de forma consciente, pois os taxistas miracemenses estão atravessando uma fase muito difícil. Acrescentou que existe uma pessoa que quis passar por cima de todas as Leis ao desativar um ponto de táxi existente próximo jardim e se transferir um táxi para a Rodoviária. Esclareceu que os taxistas da rodoviária formam uma família unida e, atualmente, vem enfrente problemas por causa de uma pessoa. Disse que os taxistas sempre respeitaram o trabalho de seus colegas e uma pessoa vem causando diversos desentendimentos. Disse que o Sr. Oswaldo vem enfrentando problemas de depressão por conta dos acontecimentos recentes, não possuindo vontade de ir trabalhar. Por fim, disse que gostaria que Vereadores votassem o Projeto de Lei consciência, pois cada taxista possui uma família para sustentar. Disse que seu amigo Oswaldo está com depressão por causa da pessoa que vem arrumando problemas com todos. Que esta pessoa vem arrumando problemas nos locais que frequenta, pois arrumou problemas no Rio de Janeiro e seu pai também arrumou problemas em um local de pescaria. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se existiu alguma reunião com os taxistas sobre o Projeto de Lei. O Sr. Waldir esclareceu que aconteceu um encontro para que os taxistas pudessem expor sua opinião sobre o Projeto, onde conversaram com o Vereador Presidente sobre o Projeto. O Vereador João Siqueira Magalhaes disse que poderia ter havido uma reunião sobre este assunto com todos os Vereadores e com os taxistas. O Vereador Hugo Fernandes disse que o Projeto de Lei já está

nesta Casa Legislativa desde o ano passado, esclarecendo que é amigo de alguns taxistas e buscou saber o interesse deles. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que votou contra o aumento abusivo dos impostos dos taxistas, acreditando que a reunião pode até ter sido benéfica para os taxistas, mas poderia ter ocorrido a participação de mais pessoas, destacando que não sabe quem participou da reunião. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se o Vereador Fabrício de Sá Xavier fez alguma reunião com os taxistas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier respondeu que discutiu o Projeto de Lei com os alguns taxistas. O Vereador Hugo Fernandes o parabenizou. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que se preocupou em verificar se foram atendidas as reivindicações dos taxistas, buscando sempre defender os taxistas, especialmente aqueles que possuem pontos na Rodoviária. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que as Emendas foram apresentadas no dia 05 de fevereiro, sendo que o Projeto nesta Casa Legislativa em dezembro do ano passado. Por fim, destacou que a Câmara Municipal não está presente para concordar com tudo do Poder Executivo, mas sim para fazer as alterações que entenderem necessárias. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves concluiu dizendo que o Ex-Vereador Carlos Armando também lhe procurou para defender os taxistas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou o que aconteceu com o taxista Oswaldo. O Sr. Waldir disse que uma pessoa se mudou a força para o ponto de táxi da rodoviária assim, o Sr. Oswaldo acabou ficando muito chateado com a situação, tendo assim entrado em depressão. Acrescentou que diversos taxistas estão chateados com a situação e que todos os taxistas sempre buscam tratar bem as pessoas que chegam à rodoviária, assim acredita que todos merecem pelo menos um pouco de respeito. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se os taxistas ficaram satisfeitos com o Projeto de Lei apresentado, pois parece que não foi alterado o número de pontos da rodoviária. O Vereador Hugo Fernandes explicou que este cidadão comprou um ponto de táxi na Rua Francisco Procópio e vem tentando usufruir do ponto de táxi na rodoviária. Por isso, no ano passado ele fez um requerimento para a Prefeitura Municipal solicitando sua transferência. Dessa maneira, um funcionário chamado André montou um processo e foi acompanhando seu andamento.

Esclareceu que o Sr. Prefeito Municipal deferiu o processo de acordo com os pareceres anteriores, ou seja, deveriam ser cumpridos alguns requisitos anteriores. Por fim, disse que não existe uma Lei Municipal que regule o serviço de táxi no Município. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou a iniciativa e a postura do Sr. Waldir, demonstrando comprometimento com os taxistas ao pedir a colaboração desta Casa Legislativa, esclarecendo que entendeu a preocupação do Vereador João Siqueira Magalhães, entretanto tem a certeza de que a justiça será feita. Por fim, o Sr. Waldir agradeceu o espaço concedido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Estabelece normas gerais para o serviço de interesse público de transporte individual de passageiros em veículo automotor leve de aluguel, mediante pagamento de tarifa estabelecida pelo Poder Público. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que nunca deixou de ler nenhum Projeto de Lei, esclarecendo que vem encontrando vários erros nos Projetos de Lei, entretanto não gostou da reunião que ocorreu sem o conhecimento dos demais Vereadores. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acrescentou que não aconteceu uma reunião propriamente dita, acreditando que os taxistas procuraram os Vereadores mais próximos para conversar. Por fim, disse que esta Casa Legislativa sempre vem trabalhando em harmonia. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que cada Vereador pode receber quaisquer pessoas em seus gabinetes, assim recebeu os taxistas que lhe procuraram. Continuando, foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Aditiva:** Acrescenta ao Artigo 9º, § 4º a seguinte redação: I - Ficam criados novos pontos de estacionamentos nos seguintes locais: *2º Distrito Paraíso do Tobias (02 pontos) *3º Distrito de Venda das Flores (01 ponto); II - Serão necessários os seguintes requisitos para a contemplação citada no inciso acima: *Residir no Mínimo ha 15 anos no Distrito. *A concessão não poderá ser transferida pelo período mínimo de 15 anos, com exceção para familiares em caso de morte ou invalidez. *Os contemplados ficarão restritos à sua área de atuação no Distrito que residir. Autoria: Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Hugo Fernandes. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que vem percebendo a necessidade dos serviços de táxi nos Distritos de Paraíso do

Tobias e Venda das Flores, sendo que seu objetivo é fornecer uma alternativa de transporte para os moradores dos Distritos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares parabenizou as emendas do Vereador Fabrício Xavier esclarecendo que sempre buscou a criação dos pontos de táxi em Paraíso do Tobias e Venda das Flores. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Aditiva:** Acrescenta ao Inciso II do Artigo 8º: "de adesivagem" e Acrescenta ao Inciso V do Artigo 8º "01 ano": II - contendo cores de adesivagem e símbolos padronizados pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ; V - aprovado em vistoria prévia a ser realizada pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ, renovável obrigatoriamente a cada 01 ano. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva e Gideão Duarte Gonçalves. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o acréscimo da palavra adesivagem não vincularia a obrigação dos taxistas possuírem os carros todos na mesma cor, sendo que somente os adesivos seriam padronizados. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **c) Emenda Aditiva:** Acrescenta ao Parágrafo Único do Artigo 10: "não podendo ser inserido em pontos já existentes": Parágrafo Único - Os novos pontos a serem fixados serão, obrigatoriamente, de categoria livre, não podendo ser inserido em pontos já existentes. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva e Gideão Duarte Gonçalves. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que, com a possível criação de novos taxistas no Município de Miracema, eles ficariam impedidos de serem inseridos nos pontos de táxi já existentes, devendo assim ser criado novos pontos. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **d) Emenda Aditiva:** Acrescenta ao Artigo 22: "existentes até 31/12/2012": Art. 22. Os novos pontos de estacionamento a que se refere o art. 10 desta lei serão fixados de forma a manter a situação atual dos pontos de estacionamento já existentes até 31/12/2012, quando da entrada em vigor desta lei. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gilson Teixeira Sales, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva e Gideão

Duarte Gonçalves. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que com a alteração deste artigo será mantido a situação atual dos pontos de táxis existentes até o dia 31 de dezembro de 2012. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que nas grandes cidades os veículos de táxis estão sendo padronizados todos em uma cor só, facilitando a identificação dos carros pelos clientes. Dessa maneira sugere os taxistas pendem neste assunto, pois isto pode ser pensado para um futuro distante, uma vez que os taxistas podem fazer isso com o passar do tempo. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que existe uma data limite para que os taxistas troquem seus veículos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que esta medida não precisa ser imposta por lei, pois os taxistas poderiam se reunir e decidir a cor do veículo entre eles, esclarecendo que isto é apenas uma sugestão para o futuro. **e) Emenda Supressiva:** Suprime o Parágrafo Único do Artigo 2º, tendo em vista a Lei Municipal nº 1.389 de 14/06/2012. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Maurício Sant'Ana Soares, Gilson Teixeira Sales, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Gideão Duarte Gonçalves, Paulo Sérgio de Azevedo, Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **f) Emenda Modificativa:** Modifica o § 2º do Artigo 9º: Artigo 9º... § 2º O Poder Executivo Municipal poderá, através de Lei Complementar, visando o interesse público, ampliar o número de táxis em circulação no município. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Maurício Sant'Ana Soares, Gilson Teixeira Sales, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Gideão Duarte Gonçalves, Paulo Sérgio de Azevedo, Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto de Lei em votação. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que os serviços de táxi oferecem uma alternativa de transporte com segurança e comodidade para a população. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade

solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Cecília da Conceição Vieira em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes lembrou os Vereadores para indicarem as pessoas que receberão os títulos de cidadão miracemense e as respectivas comendas. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 20/03/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 20 de março de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e trinta e cinco, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Fabrício de Sá Xavier. Justificadas. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade ocupou a cadeira do 2º Secretário. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Mateus, Capítulo 13, Versículo 52. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a Apresentação do Projeto de Esgotamento Sanitário para a Despoluição do Ribeirão Santo Antônio. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste convite para cada

Vereador; 02) Telegramas NºRef: 099379/MS/SE/FNS, 099375/MS/SE/FNS, 099377/MS/SE/FNS, 051777/MS/SE/FNS, 051776/MS/SE/FNS, 051775/MS/SE/FNS, 115188/MS/SE/FNS, 115189/MS/SE/FNS, 115190/MS/SE/FNS, 099376/MS/SE/FNS, 099378/MS/SE/FNS, 083403/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 03) Ofício nº 68/2014 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Miracema (APAE); 04) Ofício PMM/GAB nº 827/2014 da Secretaria Municipal de Governo encaminhando Projeto de Lei nº 088/2014; 05) Convite para as comemorações do Dia Nacional de Consciência Negra, dia 21 de novembro, na Praça Dona Ermelinda; 06) Requerimento do Vereador Fabrício de Sá Xavier ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema solicitando vistas do Projeto de Lei que dispõe sobre a extinção dos Cargos de Gari no Município de Miracema; 07) Moção de Pesar para os familiares do Sr. Argentino, em virtude de seu falecimento, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção; 08) Requerimento do Vereador Fabrício de Sá Xavier ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa cópia do Relatório de Inspeção Sanitária realizada nos colégios, creches e unidades de saúde do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 1.516/2014. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a vista do Projeto de Lei já tinha sido concedida ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, entretanto vai retirar o Projeto de Lei de votação para poder fazer uma análise melhor do tema, inclusive encaminhando uma cópia do referido Projeto de Lei ao Sindicato para que possa ser verificado se os servidores serão prejudicados. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia do Projeto de Lei que visa extinguir o quadro de garis no Município de Miracema para o Sindicato dos Servidores Públicos, a fim de que seja emitido um parecer sobre o impacto do referido Projeto nos Servidores, bem como que seja dada a devida ciência aos servidores de suas reais intenções. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo sugeriu ao Sindicato para expor a situação para os garis. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que é contrário a extinção dos cargos de garis, preferindo que o quadro seja mantido. O Vereador Hugo Fernandes disse que a intenção da extinção não é prejudicar os funcionários, pois existem diversas pessoas que estão desviadas de função. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães

- Ao Presidente do DER - Reiterando solicitação no sentido de que seja realizada a pavimentação da Rua Pedro Santos, Bairro Pontilhão do Rosa, Município de Miracema-RJ, tendo em vista que esta Rua dá acesso ao Bairro do Carrapichão, onde foram construídas diversas Casas Populares, beneficiando os moradores daquela comunidade. Aprovado. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente do DER - Reiterando solicitação no sentido de que seja realizada a pavimentação da RJ 200, trecho que liga o Distrito de Paraíso do Tobias a São José de Ubá. Vale destacar que esta solicitação foi realizada em conjunto pelos Municípios de Miracema, São José de Ubá e Santo Antônio de Pádua. Esclarecemos que com a pavimentação desta Estrada ocorrerá um impulso grandioso nos Municípios citados, melhorando o intercâmbio da Educação, Comércio e Agricultura. Aprovado. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Reiterando solicitação no sentido de que seja realizada a reforma da Fonte Luminosa localizada na Praça Dona Ermelinda. Esclarecemos que a Praça Dona Ermelinda é uma das Praças mais belas da região e a reforma da Fonte Luminosa a embelezaria ainda mais. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Fica obrigatório no município de Miracema a presença de pelo menos 01 (um) Guarda Vidas durante os horários de uso de piscinas coletivas, assim entendidas as utilizadas em clubes, condomínios, escolas, associações, hotéis, parques aquáticos, pesque e pague e balneários. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.559, de 17 de novembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art 1º- Torna obrigatório no município de Miracema a presença de pelo menos 01 (um) Guarda Vidas durante os horários de uso de piscinas coletivas, assim entendidas as utilizadas em clubes, condomínios, escolas, associações, hotéis, parques aquáticos, pesque e pague e balneários, com dimensões superiores a 6m x 6m. Art 2º - O descumprimento das disposições do Art. 1º estão sujeitas ao infrator primeiramente a advertência e na reincidência, multas de 1.000 (um mil) a 4.000 (quatro mil) UFIRs, e ainda ser cumulada a pena de interdição temporária das piscinas. Art. 3º - O Guarda Vidas a que se refere ao Caput dessa Lei deve ser habilitado profissionalmente para as tarefas de que trata, e autorizado pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único – É reconhecido como Guarda Vidas, para efeito do disposto nesta Lei, o profissional de Educação Física regularmente inscrito no Sistema CONFEF/CREF e devidamente habilitado em curso específico, organizado pelo Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região e chancelado pelo Corpo de Bombeiros. Art. 4º - O Guarda Vidas durante o horário de suas atividades deverá estar uniformizado e devidamente caracterizado. Art. 5º - Os locais onde existem piscinas conforme o Art. 1º terão o prazo de 6 (seis) para se adequar a Lei, a partir da data de publicação. Art 6º - Fica responsável pela fiscalização desta Lei a Secretaria Municipal de Devesa Civil e Segurança Pública Municipal, cabendo ainda a informação e a publicidade da Lei. Art. 7º - Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação. **02)** Projeto de Lei que Revoga a Lei nº 1.483, de 20 de março de 2014. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.560, de 17 de novembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica revogada a Lei Nº 1.483 de 20 de março de 2014. Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos, revogando todas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrita a Diretoria da CAPPS, representada pelo seu Assessor Jurídico, Dr. Hanry Félix e pelo Presidente José Francisco para falar sobre a situação da Caixa de Previdência. Com a palavra, o Dr. Hanry disse que veio esclarecer alguns fatos mencionados na seção ocorrida na segunda feira passada. Acrescentou que tomou conhecimento de que a CAPPS e sua Diretoria foram atacadas com alegações fantasiosas e que não correspondem com a realidade dos fatos. Destacou que não veio fazer nenhum tipo de ataque pessoal, possuindo o objetivo de apenas informar a realidade dos fatos. Mencionou que ouviu a gravação da sessão ocorrida por mais de uma vez e o problema principal da questão, com exceção do Vereador João Siqueira Magalhães, não foi citado. Esclareceu que, em outras palavras, ficou entendido que a Diretoria da CAPPS está usurpando o dinheiro público e que estaria fazendo terrorismo aos Servidores, sendo que foram realizadas diversas fundamentações falsas e desprovidas de documentação legal. Destacou que o Vereador Maurício Sant'na Soares disse que a Diretoria da CAPPS usou indevidamente as verbas públicas, sendo que foi lido um trecho da auditoria realizada no passado, mas a parte

principal do relatório foi esquecida da leitura, pois o responsável pelo ressarcimento da verba é o ente Municipal, sendo que a Prefeitura inclusive já foi notificada sobre a situação. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares pediu para o Dr. Hanry diminuir o tom da voz, pois não estamos em um júri popular. O Dr. Hanry esclareceu que está defendendo os interesses da CAPPS. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que o advogado está nervoso e se alterando emocionalmente. O Vereador Hugo Fernandes pediu para todos se acalmarem para que os problemas possam ser discutidos de forma civilizada. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu para os Vereadores deixarem o Dr. Hanry terminar de falar para que eles depois façam suas observações. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que o Dr. Hanry pode falar, mas não vai aceitar que ele fique gritando aqui dentro da Câmara. O Vereador Hugo Fernandes pediu para todos acalmarem para que possa ser dado continuidade à reunião. O Dr. Hanry disse que em relação a auditoria que foi mencionada o relatório diz que o Município não apresentou nenhuma defesa, havendo uma omissão por parte do Poder Executivo, por isso o Poder Executivo deveria efetuar o ressarcimento das verbas. Acrescentou que não cabe à CAPPS saber onde foi utilizado o dinheiro descontado e não repassado, sendo que a dívida do Município existe e está fazendo falta para a Caixa de Previdência. Destacou que a veio utilizar a Tribuna sem querer fazer nenhum terrorismo, desejando apenas esclarecer os fatos, por isso pede para todos os Vereadores deixarem os comprometimentos partidários de lado e começarem a pensar no presente e no futuro dos servidores públicos. Esclareceu que a CAMEDS possui um gasto por mês quase fixo e nenhuma verba está sendo repassada, entretanto, mesmo sem estar recebendo o repasse, os serviços ainda estão funcionando. Acrescentou que prioridade poderia ser os problemas da CAMEDS, uma vez que ela não terá a capacidade de se auto sustentar, podendo gerar a interrupção dos atendimentos médicos, sendo que a verba previdenciária poderia ser parcelada conforme já aconteceu no passado. Informou que trouxe a dívida atualizada e que também foi mencionado os problemas com a PROBAM e com o Banco Santos, porém estes assuntos são longos e merecem ser tratado separadamente, se comprometendo a voltar no futuro e discutir sobre eles. Por outro lado, vai fazer apenas um resumo sobre eles. Esclareceu que ocorreu uma intervenção no Banco Santos e ele acabou decretando falência, sendo que em relação a legalidade do procedimento é possível

afirmar que não houve irregularidade, uma vez que a Caixa de Previdência realizou todos os trâmites corretamente para concluir o negócio com o referido Banco. Acredita que se Câmara possuir esta vontade pode ser aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar este assunto. Disse, ainda, que quando foi realizada a compra do prédio, existia um gravame trabalhista no imóvel e que nem a CAPPS, nem a Prefeitura tinham conhecimento deste gravame, pois a Procuradoria do Município foi notificada sobre o problema oito meses antes da compra. Destacou que o prédio foi comprado com as informações que tinham o conhecimento na época e que inclusive foi movida uma ação contra o Município e contra a Empresa, tenho o juiz entendido que o Município não tinha cometido nenhuma irregularidade em relação a compra, assim a PROBAM foi condenada a ressarcir estes valores e existe uma execução tentando reaver este valor. Continuando, mencionou que as informações repassadas aos servidores são muitas e de diversas formas, sendo que eles acabam não sabendo a verdade. Por fim, destacou que a CAPPS não está fazendo terrorismo e existe uma dívida da Prefeitura com a CAPPS, onde o Município deveria estar repassando os valores descontados dos servidores, o que não vem ocorrendo, e deseja que os Vereadores mostrem empenho em resolver esta situação pois ela é grave e se o problema persistir a CAMEDS poderá sofrer grandes problemas. O Sr. José Francisco disse que lhe dói muito ver algumas pessoas falarem daquilo que não tem conhecimento e daquilo que não tem provas. Acrescentou que tudo o que foi dito sobre ele precisa ser provado com fatos e documentos. Destacou que foi Vereador durante oito anos e fica triste ao ver sua vida pública sendo manchada com afirmações falsas. Esclareceu que veio pedir socorro para o patrimônio dos servidores, pois o gostaria de que este problema fosse olhado com mais carinho, uma vez que o dinheiro é descontado dos servidores e não está sendo repassado. Destacou que os servidores públicos devem ser tratados como pessoas e não apenas como números, não admitindo a realização de nenhum tipo de política com eles. Informou que não apoiou nenhum candidato a Prefeito e recebe qualquer pessoa dentro da CAPPS para falar sobre a Caixa de Previdência e nunca para tratar de política, sendo que este problema precisa ser resolvido para que esta dívida não chegue a um valor mais absurdo ainda. Deseja que todos os Vereadores realizem ações em conjunto para defender os servidores, pois eles podem fazer história em prol do Município de Miracema.

Destacou que seu passado é honesto e nunca mexeu em nada que pertença a outra pessoa, sendo que fica muito chateado quando mexem com sua honra, sendo que a Tribuna Livre foi criada para tratar de problemas da comunidade e não para atacar o próximo. Por isso deseja resolver os problemas do Município e nunca questionou o Presidente da Câmara, pois ele sempre desconta os valores e os repassa regularmente. Por fim, disse que a CAPPS não quer medir força com ninguém e sim lutar pelo direito dos servidores. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que não está tentando passar a mão na cabeça de ninguém, sendo que se o Prefeito não está repassando os valores, ele deve ser responsabilizado. Mencionou que em nenhum momento os Vereadores realizarão algum tipo de política partidária, sendo que eles sabem como trabalhar e ninguém deve os ensinar a realizar seus trabalhos. Destacou que todos seus requerimentos foram feitos pautados em documentos e que manter a Câmara com sus compromissos financeiros em dia não é mais do que sua obrigação. Entretanto não vai aceitar que a Câmara de Vereadores seja a grande responsável por todos os problemas, sendo que hoje a CAPPS é obrigada a informar se o repasse é realizado mensalmente por causa de uma Lei de autoria do Vereador João Siqueira Magalhães, acrescentando inclusive que a Comissão Especial de Inquérito está realizando seu trabalho e trará a conclusão dos trabalhos para o Plenário. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes solicitou requerimento ao Presidente da CAPPS/CAMEDS, no sentido de que sejam esclarecidas as seguintes informações: a) quantas audiências públicas foram realizadas pela CAPPS/CAMEDS com o objetivo de esclarecer as informações para os servidores; b) qual o motivo do atuário da CAPPS ser uma pessoa do Rio Grande do Sul, será que no Rio de Janeiro não possui nenhum profissional qualificado? c) esclarecer se o Presidente e o Tesoureiro da CAPPS também recolhem os valores correspondentes ao plano da saúde da CAMEDS; d) quantidade de funcionários que recebem gratificações na CAPPS/CAMEDS, e qual o motivo deles receberem gratificações sem Lei Específica, uma vez que a referida situação foi acertada durante esta Legislatura; e) esclarecer se o Presidente e o Tesoureiro foram aprovados em uma prova de CPA; f) informar quem é o responsável por gerir os recursos da Caixa Previdência, sendo que hoje a pessoa nomeada é o Sr. André. Prosseguindo, esclareceu que quando os Vereadores fazem as perguntas, as pessoas acabam se sentindo ofendidas, porém é fato que o gestor da

Caixa de Previdências possui uma prestação de contas reprovadas pelo Tribunal de Contas e que existe uma Lei de Ficha Limpa Municipal que impediria ele de exercer suas funções. Mencionou que tanto o Tesoureiro quanto o Presidente da CAPPS possuem seus nomes na lista de pessoas que o Tribunal de Contas publicou como sendo inelegíveis. Destacou que fez críticas ríspidas ao Presidente do Sindicato por não informar aos Servidores Públicos a real situação dos problemas, pois o Sindicato é o representante direto deles. Acrescentou que solicitou algumas informações para poder falar com os documentos em mãos, mas existem notícias de que o Presidente e o Tesoureiro já receberam todos os seus retroativos de vencimentos em relação a isonomia concedida. Informou que não entende o motivo do desejo em relação ao aumento do repasse da CAMEDS, sendo que a Câmara possui o direito e o dever de fiscalizar as coisas públicas. Esclareceu que não poderia ser utilizado o valor acima de 2%, entretanto, mesmo com a CAPPS já tendo a ciência deste fato ela acabou utilizando o valor acima do estabelecido e a alegação de que a Prefeitura não se defendeu não deveria ser utilizada. Continuando, disse que está aguardando a resposta dos ofícios para informar a população e que em 2015 vai propor a criação de uma Comissão Especial para apurar as irregularidades na CAPPS/CAMEDS, fazendo questão de participar da Comissão. Esclareceu que este é um momento para os Vereadores colocarem um ponto final nesta situação, pedindo desculpas pelos ânimos acirrados apresentados no começo da reunião, destacando que o problema é muito mais grave do que todos imaginam e que os servidores precisam participar mais destes fatos. Mencionou que tanto o atual gestor quanto o antigo, apesar das dívidas existentes, tiveram suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas, sendo que o gestor da CAPPS já revê contas reprovadas. Por isso os Vereadores não sabem quais seriam as melhores soluções para problemas, entretanto tais medidas bem sendo estudadas com o principal objetivo de acabar com os prejuízos sofridos pelos funcionários públicos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que havia solicitado a dívida detalhada da Prefeitura com a CAPPS, sendo que o objetivo da Comissão é investigar os valores do não repasse e nada mais além disso. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que ao dizer que houve uma usurpação aos cofres da CAPPS eles acabaram tomando uma interpretação errônea, pois disse isso em relação ao valor utilizado acima do permitido em Lei. Destacou que este assunto é

muito complexo e possui um relatório final sobre a auditoria realizada na CAPPS onde são mencionadas diversas irregularidades. Acrescentou que lamenta o destempero ocorrido, esperando que isto não volte a ocorrer. Informou que o relatório mostra a falta de administração com as verbas da Caixa de Previdência, destacando que o dinheiro aplicado e perdido no Banco Santos é apenas um pingo das impropriedades que ocorreram na Caixa de Previdência. Acrescentou que fica triste ao ver todos estes fatos e, inclusive acontecem diversos desrespeitos à Lei 8666, onde as empresas vêm sendo contratadas para realizar diversos tipos de serviços sem nenhum tipo de licitação. Esclareceu que os auditores constaram diversas irregularidades na CAPPS, sendo que o fracionamento de despesas foi muito grande pois não vêm sendo realizadas as devidas licitações. Por fim, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou um requerimento ao Presidente da CAPPS/CAMEDS, no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a separação (desmembramento) da Gestão da CAPPS e da CAMEDS, uma vez que a Caixa de Previdência e o Plano de Saúde são assuntos distintos, por isso devem existir duas gestões diferentes. Deferido. Continuando, solicitou também um requerimento ao Presidente da CAPPS/CAMEDS no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa os seguintes documentos: a) cópia integral dos processos de pagamento de pedidos de retroativos de isonomia e ou progressões de todos os servidores da autarquia, bem como dos detentores de cargos comissionados; b) cópia dos processos licitatórios de aquisições de materiais permanentes e de escritório dos últimos 05 (cinco) anos, devendo separar o que foi adquirido pela CAPPS e pela CAMEDS; c) cópia dos contratos de aluguéis dos imóveis pertencentes à CAPPS dos últimos 05 (cinco) anos com os respectivos comprovantes de recebimento; d) cópia dos contratos de prestações de serviços de terceiros dos últimos 05 (cinco) anos com os respectivos processos licitatórios e de pagamento; e) cópia do comprovante de transferência do valor aplicado no falido Banco Santos, devendo anexar cópia da devida autorização do Executivo e do Conselho Fiscal com cópia da ata da Reunião que autorizou tal aplicação; f) cópia do processo de aquisição do Imóvel da antiga PROBAM; g) Resolução da CAMEDS, ou qualquer outro ato administrativo similar, que relacione todos os procedimentos oferecidos aos usuários pelo respectivo "plano de saúde", devendo conter tabela com valor de cada procedimento; h) cópia de todos os

procedimentos realizados e pagos pelo CAMEDS nos últimos 05 (cinco) anos; i) comprovantes dos pagamentos de aluguéis do CAMEDS para a CAPPS dos últimos 05 (cinco) anos; j) demonstrativo de despesas e receitas com respectivos extratos, comprovando as entradas e saídas de caixa da CAMEDS, a fim de justificar o aumento da alíquota em 100% que se pretende; k) cópia das portarias de nomeação de todos os cargos comissionados existentes na CAPPS e CAMEDS, dos últimos 05 (cinco) anos, bem como cópia da Lei que criou os respectivos cargos. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que desde o ano de 1993 existem problemas com a Caixa de Previdência, portanto a responsabilidade desta Casa Legislativa acaba sendo muito maior do que todos imaginam, sendo que os Vereadores devem ser os responsáveis por mostrar a verdade para os funcionários. Destacou que o ponto exato do problema deve ser encontrado, sendo que os gestores executivos sempre deixam dívidas e o Tribunal aprova as respectivas contas. Por fim, destacou que não consegue entender a simples matemática, pois se é descontado o valor X do salário do servidor este valor deveria ser repassado automaticamente, sendo que está desanimado de participar das Comissões de Inquérito, mas pelos funcionários, se coloca a disposição para participar. O Vereador Hugo Fernandes solicitou requerimento ao Presidente da CAPPS/CAMEDS, no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa cópia de todos os ofícios encaminhados por esta Autarquia para o Poder Judiciário (ou órgão do Ministério Público) informando e solicitando providências em relação a dívida existente. O Vereador João Siqueira Magalhães fez a leitura de um parecer emitido pelo Tribunal de Contas esclarecendo as situações dos Srs. Arnaldo José Franco Padilha e ao José Francisco Sentinelli, destacando que está perplexo em relação aos acontecimentos, não sabendo que uma Lei criada por ele geraria tantos problemas. Informou que seu objetivo é resolver os problemas que vem ocorrendo durante o tempo em que ele está como Vereador e que a prioridade dos Vereadores deve ser em relação a dívida existente no valor de aproximadamente dez milhões de reais, pois esta verba é descontada dos servidores devendo ser específica para o repasse. Acrescentou que a dívida chegou neste montante por causa do atual gestor, que criou diversos cargos comissionados durante a atual gestão e inclusive encaminhará um documento ao Tribunal de Contas do Estado solicitando informações sobre alguns fatos, especialmente em relação ao Decreto Emergencial criado no início do governo. Esclareceu que já poderia ter levado estes problemas para a televisão, mas esta não é sua intenção, sendo que a obrigação do Legislativo é de fiscalizar e proteger aqueles que não possuem condições. A seguir o Sr.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Treinador Miguel Ângelo de Matino Alves Filho e todos os jogadores da UVM Club XV Miracema, pelos títulos conquistados nos Jogos Estudantis do Noroeste Fluminense, realizados em Italva, nas categorias 15/17 anos Masculino e Feminino e 12/14 anos Feminino. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 24/11/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 24 de novembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número centoe noventa e oito da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Paulo Sérgio de Azevedo, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Hugo Fernandes. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Deuteronômio, Capítulo 12, Versículos de 01 à 04. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 14 de outubro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que dá a denominação de Escola Municipal Professor Darcy Annibal, à nova unidade escolar de Educação Infantil e dá outras providências, de autoria do Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares; 02) Ofício SME nº 150/2019 da Secretaria Municipal de Educação; 03) Ofício SMSM nº 251/2019 da Secretaria Municipal de Saúde respondendo o ofício nº 833/2019; 04) Ofício SMSM nº 250/2019 da Secretaria Municipal de Saúde respondendo o ofício nº 846/2019; 05) Ofício do Sr. Jorge Luís de Oliveira Daibes. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou que o referido ofício fosse encaminhado para o Assessor Jurídico para que sejam tomadas as providências cabíveis; 06) Ofício nº 282/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 027/2019; 07) Convite do Lions Clube de Miracema; 08) Ofício nº 109/GP/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal de Duque de Caxias; 09) Ofício nº 063/2019 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 10) Ofício nº 066/2019 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de

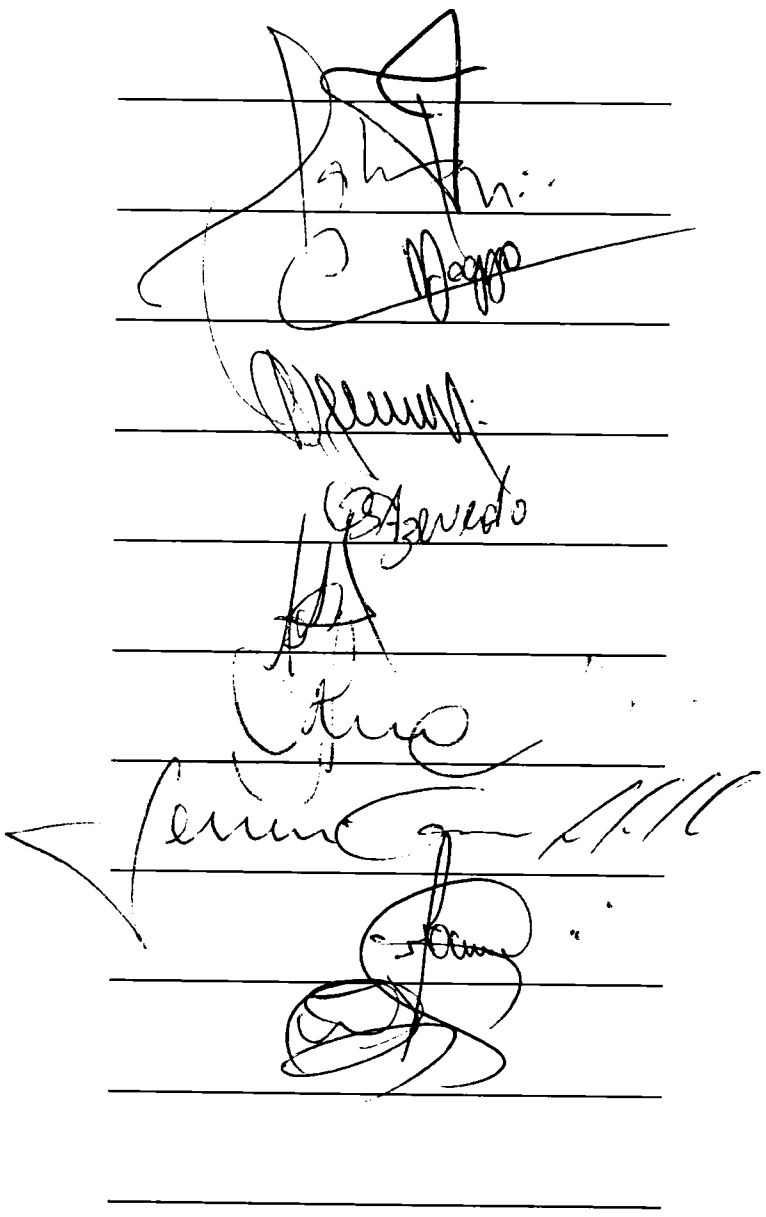
que envide esforços a fim de que a fim de que sejam asfaltadas as ruas que estão sem nenhum tipo de calçamento, tais como, Rua Campo Santo, ruas do Morro da Pedrada, rua que liga a Rua Manoel da Silva Almeida à Vila Muniz no Distrito de Paraíso de Tobias, entre outras. Deferido. 02) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja informada a esta Casa Legislativa quais escolas trabalham em horário integral, bem como a quantidade de turmas que estudam nesse horário. Deferido. 03) Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Aplausos para a Sra. Márcia Cristina Rodrigues de Almeida Alves, a parabenizando pelos seus trinta anos como professora, tendo sido responsável pela alfabetização de uma turma no EJA (Educação de Jovens e Adultos) com 17 alunos. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, solicitou que fosse marcada uma data para a entrega dessa moção. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Aplausos ao Sr. João Batista Carvalho de Faria, Presidente do Lions Clube de Miracema, o parabenizando pelo excelente trabalho que vem sendo realizado à frente do Lions Clube de Miracema, em especial com a parte menos favorecida de nossa cidade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Aplausos ao Sr. Hélio José Sussai, Governador do Lions Clube - Distrito LC 11 AL 19/20, extensivo a sua esposa, a Sra. Denice Anna Covre Sussai, os parabenizando pelos excelentes trabalhos que vem sendo realizado à frente do Lions Clube do Distrito LC 11 AL 19/20, tratando a todos com muita atenção e carinho. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. Negmar Ribeiro Cândido, conhecido carinhosamente como "Manteiga", em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão na iluminação pública na Avenida Eiras, próximo ao trevo da rodoviária. Deferido. 08) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Deputado Renato Cozzolino - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja intercedido junto ao Departamento de Estradas e Rodagem a fim de que que seja realizada a doação de 10 m³ de massa asfáltica com o objetivo de atender a COOPECREM de Miracema. Esclarecemos que segue em anexo o Ofício do DER

negando este pedido, mas entendemos que eles não conhecem a real situação do interior do Estado. Aprovado. 09) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares solicitou uma Moção de Aplausos para a Sra. Estela Romanos, a parabenizando por assumir a Presidência da EMATER-RIO e por seus serviços prestados à Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, bem como desejando sucesso novamente nesse cargo. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 10) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que sejam realizadas as melhorias abaixo relacionadas no Auditório Cultural Clarinda Damasceno, pois no local está sendo realizado um excelente trabalho educacional, cultural e social: *bebedouro, *Palco, *Espelho, *Rampa de Acessibilidade, *Telas de proteção contra pombos nas laterais, *Embolsar as paredes que estão sem embolso, *Pintura nas Grades, *Colocar Pisos emborrachados, *Sistema de Som, *Sistema de Iluminação, *Uniforme. Deferido. 11) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Deputado Estadual Jair Bittencourt - Solicitação no sentido de que seja intercedido junto ao DER-RJ a fim de que seja realizado o asfaltamento das ruas sem pavimentação do Município de Miracema, tais como a Rua Antônio Medes Linhares, a Avenida Carvalho (onde o asfalto está em condições precárias), bem como as Ruas do Jardim Beverly e do Morro da Pedrada. Aprovado. 12) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a poda das árvores localizadas na Rua Sebastião Braga Bastos (ao lado do Estádio Jamil Cardoso), no 3º Distrito de Venda das Flores, pois as referidas estão trazendo insegurança para os moradores daquela localidade. Deferido. 13) Vereador José Augusto Martins - Ao DEMUTRAN, com vista à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja construído um quebra-molas na Avenida Eiras, Bairro Pontilhão do Rosa, próximo á casa da Sra. Laura Jéssica, nº 1260, tendo em vista que este é um desejo dos moradores da localidade, pois os automóveis e motocicletas trafegam pelo local em alta velocidade. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Paulo César da Cruz de Azevedo para falar sobre um Projeto de Renda para o Município de Miracema. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, disse que tem um grande empenho por Miracema em relação à educação e á economia do nosso Município. Sobre a Educação disse que vem tentando revigorar a educação

profissionalizante junto à FAETEC, pois entende que a educação ainda é o investimento mais barato que qualifica e tora a pessoa da linha da pobreza. Acrescentou que também está trabalhando para que Miracema possa receber uma Escola Cívico Militar no início do ano que vem, onde o Governo do Estado montou uma equipe para a realização desse trabalho. Esclareceu que ainda não percebeu o ensino integral em Miracema, sendo que a Escola Cívico Militar possui esse trabalho. Disse que não estamos percebendo nenhum projeto de grande impacto que gere emprego e renda no Município de Miracema, acrescentando que sempre ficou pensando no que poderia ser feito para explorarmos o campo, pois nossas terras são muito férteis. Esclareceu que esteve recentemente em Juiz de Fora e existe um Consórcio que está andando há doze anos e está num momento em que Miracema pode ser inserido, assim foi defender o ingresso do Município nesse Consórcio e conseguiu isso. Esclareceu que no dia 08 de novembro está na Faculdade Estadual em Três Rios para assinar este protocolo, sendo que já fez uma reunião com o Prefeito mostrando a importância desse Projeto. Acrescentou que numa Reunião realizada em Paris foi explicado que é inconcebível, os transportes terrestres serem movidos através do petróleo, acreditando que no ano de 2022 todos os transportes que utilizarem derivados de petróleo como combustível seriam extinguidos. Destacou que foram realizadas diversas experiências para substituir esses combustíveis e os biocombustíveis foram os mais promissores, encontrando o Óleo de Macaúba como um excelente substituto, sendo que no Brasil existe bastante Palmeira desse tipo. Acrescentou que atualmente quem está investindo nisso é uma multinacional que precisa de combustível para aviões, sendo que eles já sabem quanto custa a tonelada do coco e o óleo extraído. Destacou que os proprietários irão receber as mudas e ceder o espaço para o plantio, devendo cuidar do cultivo, sendo que a empresa pagaria todo o investimento no momento da colheita. Disse que ficou impressionado com a apresentação do Projeto e a Unidade Esmagadora que existe para a realização do Projeto seria Juiz de Fora e estamos a cento e sessenta quilômetros de lá, assim nossa intenção é montar uma unidade esmagadora em Miracema e para isso precisaríamos da parceria das cidades vizinhas, sendo que no Estado do Rio já existem três Municípios que estão participando do Consórcio. Por fim, disse que Miracema precisa de um Projeto que gere renda e não apenas empregos, pois os

empregos são passageiros, assim acredita que esse Projeto possa mudar o Município. Continuando, o Vereador Presidente Paulo Sérgio de Azevedo convidou o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo para fazer a entrega da Moção de Aplausos para o Comando da Força Aeronaval da Marinha do Brasil, representada pelo Capitão Mário Sérgio. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que está muito satisfeito em fazer esta singela homenagem, pois ficou muito emocionado com o que foi apresentado no desfile em comemoração ao aniversário do Município no mês de maio. Destacou que eles encheram o Município de Esperança e de jovens com vontade de seguir a carreira militar, acrescentando que ficou feliz com a presença deles aqui na Câmara para receber essa homenagem, que é de coração e com todo respeito. O Capitão Mário Sérgio disse que eles só tem a agradecer a homenagem recebida, esclarecendo que não foi fácil trazer um destacamento para Miracema, pois são diversas famílias envolvidas e consegue perceber que o intuito de suas visitas à Miracema foram alcançados através das palavras ditas aqui hoje. Acrescentou que o trabalho que vem sendo realizado em Miracema é por causa do Lucas, pois sem ele ninguém estaria em Miracema, sendo que a primeira visita que foi feita no Município foi um pouco improvisada e na segunda vez que vieram, tentaram realizar alguma ação social de iniciativa própria com os jovens e as crianças. Assim, tiveram a oportunidade de fazer um trabalho com as crianças de Miracema, pois elas são o futuro do País e precisamos depositar nelas a esperança de um futuro melhor. Por fim, disse que infelizmente não conseguiram vir antes, mas sentiram um grande prazer em receber essa homenagem e fizeram questão de vir pessoalmente. O Oficial Lucas disse que é uma honra estar aqui na Câmara Municipal com a presença de sua família para receber essa homenagem e encontrar com alguns amigos, sendo que conhece todos os Vereadores. Agradeceu sua família por ter lhe ensinado a ser o que é hoje, sendo que foi embora de Miracema no ano de 2011 e passou por muitas dificuldades ao sair da cidade por conta de saudades da sua família. Que decidiu ingressar na carreira militar por sua conta e saiu de Miracema com o intuito de fazer o seu melhor, sendo que sua família sempre o apoiou e o ajudaram de todas as formas possíveis. Por fim, disse que sempre lutou para ser melhor a cada dia e conseguiu chegar até onde está com muito esforço, ajuda de sua família e sem passar por cima de ninguém. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando

para a próxima a ser realizada no dia 21/10/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 17 de outubro de 2019.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

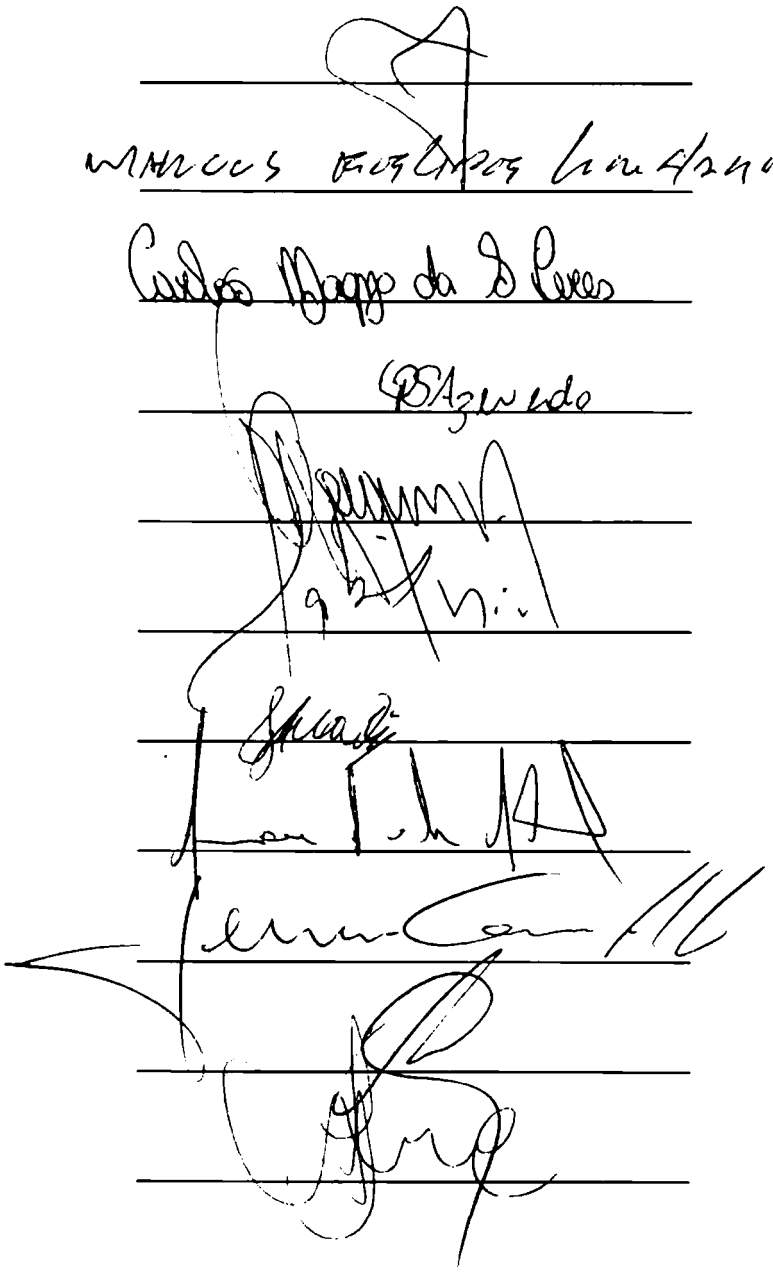
Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quarenta e oito da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmos 25, Versículos de 01 à 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite do 36º Batalhão de Plícia Militar; 02) Ofício da ENEL respondendo o ofício nº 010/2019. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que fez um requerimento questionando sobre o aumento nas contas de luz de Miracema e na região, assim pode observar que a conta de energia realmente teve um percentual de aumento e a cobrança não está sendo por estimativa; 03) Ofício nº 115/19 do Ministério Público da Tutela Coletiva/Núcleo Pádua. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que este ofício fosse encaminhado para a Assessoria Jurídica para a resposta e providências; 04) Ofício nº 038/2019 do Gabiente do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 003/2019. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Prefeito pediu consideração e agilidade para votar este projeto, assim poderíamos realizar a votação do projeto na quinta feira, entretanto precisa dos pareceres das comissões. O Vereador Maurício Sant'Ana acredita que poderemos dar nossos pareceres ainda essa semana, sendo que inclusive poderíamos antecipar a reunião de quinta para quarta. O Vereador Aimoré da Silva Almeida acredita que como não vai haver carnaval no Município de Miracema, este projeto não deveria nem ter sido encaminhado para a Câmara. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que estes fatos já vem ocorrendo

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

em anos anteriores, pois eventos particulares podem ser realizados, assim a Prefeitura repassa a verba para as entidades. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que os eventos particulares podem ocorrer e a população miracemense merece ter seu momento de lazer, pois a maioria não tem condições de viajar. O Vereador Hugo Fernandes pediu para o Líder do Governo marcar uma reunião com a Secretaria de Governo, pois os projetos não podem chegar e ser votados na correria, pois precisam de tempo para serem estudados. O Vereador Marcus Felipe Meracantes Linhares esclareceu que conversou com a Secretária Municipal de Governo e já conversou sobre esse assunto, pois é fundamental um projeto chegar nesta casa com antecedência. O Vereador Aimoré da Silva Almeida acredita que a reunião pode ser realizada na quinta feira e, caso o projeto seja aprovado, o pagamento das subvenções seria realizado na sexta. O Vereaodr Maurício Sant'Ana Saores esclareceu que existe um trâmite posterior a votação, acreditando que a reunião poderia ser antecipada para quarta para agilizar os processos de pagamentos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que sempre realizamos algum tipo de votação com correria, mas quando solicitamos a prestação de contas ninguém o faz com agilidade. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que não vê problemas com a realização da reunião na quarta, mas gostaria de uma cópia para agilizar a confecção do parecer. O Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou em votçaão a antecipação da reunião de quinta para quarta-feira. Em votação, o Vereador Aimoré da Silva Almeida foi contra, a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que provavelmente não estará presente e os demais vereadora aprovaram a antecipação. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que reparou o aumento das contas de luz durante o verão, assim gostaria de esclarecer que as pessoas que tiverem comércio e tiverem condições de instalar energia solar, esta seria uma opção muito interessante, pois a diferença nos valores da conta de luz faz valer a pena o investimento, pois em cinco anos essa diferença já faz você pagar a instalação. 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal e ao Chefe do DER-RJ - Solicitação no sentido de que sejam tomadas as devidas providências em relação aos munícipes que possuem terrenos nas margens das estradas e estão plantando árvores muito próximas ao asfalto,

especialmente na RJ 200, tendo em vista que estes fatos estão criando diversos riscos de acidentes. Deferido e Aprovado. 02) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esfoços a fim de que seja criado um Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas, denomidado PCHI, com o objetivo de beneficiar as pessoas da terceira idade que não possuem condições de realizar as devidas alterações em suas residências. Deferido. 03) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Secretário Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma ampla limpeza na parte alta do Município, tendo em vista que as chuvas estão causando muita lama em diversos locais. Deferido. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a construção de uma de uma cozinha e um banheiro na parte interna da Quadra Sebastião Tereza, localizada no Distrito de Venda das Flores. Esclarecemos que a presente solicitação se deve ao fatode que no referido local não oferece condiçoes adequadas para a realização de eventos religiosos, artísticos ou culturais. Deferido. 05) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja realizado o pagamento do reajuste de 4,17% conforme determinação do artigo 50 da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, referente ao Piso Nacional dos Professores. Vale destacar que o reajuste precisa retroagir ao mês de Janeiro do ano de 2019. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Explicações Pessoais. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que as árvores que foram plantadas nas margens da rodovia da RJ 200 estão muito grossas, dificultando a visão dos mostoristas e oferecendo diversos riscos, sendo que próximo à propriedade do Sr. Mozar, o DER ingressou com uma ação e foram retiradas todas as árvores. Informou que a princípio, cortar uma árvore é algo muito ruim, mas neste caso é uma questão de risco. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que reparou que o acúmulo de terra próximo ao Posto Irineu Sodré foi raspada, mas eles deixaram a terra no local, assim caso ocorra alguma chuva a terra irá se espalhar. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 20/02/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para

constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes.
Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2019.



Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Miracema, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloi, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Maurício Sant'Ana Soares, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Gilson Teixeira Sales e Carlos Magno da Silva Peres. Justificadas. Em seguida

o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 07, Versículos 17 e 18. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que Concede revisão geral linear de vencimentos e salários, conforme art. 37, X da Constituição Federal ao pessoal do Quadro da Câmara Municipal de Miracema, de autoria da Mesa Diretora. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que esta reunião extraordinária tem o objetivo de realizar a votação dos Projetos de Lei que concedem a Revisão Linear de Salários aos funcionários do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Dessa forma, concedeu um intervalo de quinze minutos para que a Assessoria Jurídica, o Controlador Interno e as Comissões pudessem emitir seus respectivos pareceres no Projeto de Lei que acabou de ser lido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Concede revisão geral linear de vencimentos e salários, conforme art. 37, X da Constituição Federal. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.590, de 18 de março de 2015. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica concedida uma revisão anual e linear de salários, de 8,84%(oito inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento) a todo o pessoal ativo, inativo e pensionista dos Quadros da Prefeitura Municipal de Miracema, a partir de 1º de março de 2015, passando a vigorar a Tabela Anexa - Anexo I. § 1º - Estão excluídos da revisão prevista no caput os valores pagos a título de Comissão e Subsídios. § 2º - São excluídos da revisão do artigo, os Servidores Municipais Ativos, Inativos, e Pensionistas que foram contemplados com majoração anual do salário mínimo, dentro do presente exercício, por força de dispositivo do Governo da União, que rege o Piso Mínimo Nacional. Art. 2° - Tendo em vista o disposto no § 6º do artigo 17 da LRF, dispositivo está dispensado do cálculo do impacto orçamentário financeiro. Art. 3° - As despesas decorrentes do presente dispositivo legal estão previstas

na Lei de Diretrizes Orçamentárias e são consignadas em dotações próprias de cada unidade administrativa, pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e correspondente Plano Plurianual (PPA). Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01 de março de 2015, revogadas as disposições contrarias ou incompatíveis. **02)** Projeto de Lei que Concede revisão geral linear de vencimentos e salários, conforme art. 37, X da Constituição Federal ao pessoal do Quadro da Câmara Municipal de Miracema. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.590, de 18 de março de 2015. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica concedida uma revisão anual e linear de salário, de 8,84%(oito inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento); a todo o pessoal ativo, inativo e pensionistas do Quadro da Câmara Municipal de Miracema. § 1º - Incluem-se na revisão do caput os Agentes Políticos e os ocupantes de Cargos de Provimento em Comissão, bem como o pessoal do Quadro Permanente, que recebe remuneração sob forma de gratificação. § 2º - São excluídos da revisão do artigo, os Servidores Municipais Ativos, Inativos, e Pensionistas que foram contemplados com majoração anual, dentro do presente exercício, por força do dispositivo do Governo da União, que rege o Piso Mínimo Nacional. Art. 2° - Tendo em vista o disposto nos § § 1º e 6º, artigo 17 da LRF, o presente dispositivo fica dispensado dos cálculos de impacto orçamentário – financeiro e declaração do Ordenador de Despesa. Art. 3° - As despesas decorrentes do presente dispositivo legal estão previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e são consignadas em dotações próprias de cada unidade administrativa, pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e correspondente Plano Plurianual (PPA). Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2015, revogadas as disposições contrarias ou incompatíveis. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 23/03/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger

Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 18 de março de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta e quatro da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maria Alessandra Leite Freire, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 100. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 046/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 118/2019; 02) Ofício nº 066/2019 – PGM da Procuradoria Geral do Município; 03) Ofício Circular nº 005/2019 CRCRJ-PRES do Conselho Regional de Contabilidade; 04) Panfleto sobre Seminário "As Mídias Sociais e os Reflexos das Fake News"; 05) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Gabryel Abreu da Silva, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 06) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Waleska Azeredo de Oliveira, de autoria da Mesa Diretora; 07) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Taysa da Silva Lyra, de autoria da Mesa Diretora; 08) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Maria Aparecida do Nascimento Augusto, de autoria da Mesa Diretora; 09) Projeto de Lei que dá nome de Nelcyr Baptista de Morais (Dona Fiotinha), a área de lazer no bairro Jove, nesta cidade, de autoria dos Vereadores Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo. A seguir o Sr.

Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - Ao Prefeito Municipal - Considerando que o Decreto Estadual de n° 44.820, de 03 de junho de 2014, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM; Considerando que o artigo 34, IV, versa sobre a isenção do pagamento dos custos de análise de requerimento de documentos do SLAM; Considerando que é de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM - no âmbito Municipal. (Lei n° 1.484, de 20 de março de 2014); Encaminho indicação, no sentido de que a V. Exa. envide esforços para enviar a esta Casa Legislativa Projeto de Lei, para alterar a Lei Municipal de n° 1.484, de 20 de março de 2014, no sentido de ISENTAR do pagamento dos custos do Licenciamento Ambiental os Munícipes que exerçam atividades agropecuárias, agrossilvopastoris e aquícolas exercidas por agricultores familiares e pequenos produtores rurais, que são aqueles produtores que residem na zona rural, que explorem ou detenham a posse de gleba rural a 50 (cinquenta) hectares e que, também, estejam na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou estejam enquadrados e possuem a Declaração de Aptidão Pronaf (DAP). Deferido. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Secretaria Municipal Defesa Civil - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria no muro localizado atrás do Colégio Brizolão, tendo em vista que o referido muro se encontra com risco de queda eminente. Deferido. 03) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Controle Interno da Prefeitura e a Procuradoria Geral do Município - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa um parecer onde consta que, a partir do próximo mês, o RPPA em cima das horas extras e das insalubridades não serão mais descontados. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza urgente na área do Parque de Exposições onde algumas pessoas estão jogando lixo e entulhos de obras, tendo em vista que o local está muito sujo causando mal-estar para as pessoas que trabalham próximo ao local. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Chefe do DER-RJ - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria na estrada que liga o Município de Miracema ao Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que existem

muitas secas nas margens das estradas, gerando risco aos motoristas que ali transitam. Aprovado. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa uma Prestação de Contas referente aos eventos realizados durante o Carnaval de 2019. Deferido. 06) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam realizadas melhorias no local de espera para atendimento das pessoas que frequentam o Posto de Saúde Irineu Sodré, tendo em vista que o referido local é muito quente, pois alguns ares-condicionados jogam o vapor quente no corredor. Dessa forma, esclarecemos que seria importante a instalação de ar-condicionado para beneficiar as pessoas que ficam aguardando atendimento. Deferido. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a troca de lâmpadas nas Ruas Francisco Procópio e Carolina Azevedo Leite, tendo em vista que os locais estão muito escuros, colocando em risco os moradores e as pessoas que ali transitam. Deferido. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que desde quando acabou o convênio com a CAMEDS os servidores ficaram desamparados e anseiam por uma parceria em relação à saúde, dessa forma, está estudando em conjunto com o Jurídico da Prefeitura uma possível parceria com o Hospital de Miracema para beneficiar os servidores, assim vai procurar saber se o hospital possui o interesse, pois o objetivo é de que os servidores que tiverem interesse poderiam se associar ao Hospital. 08) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços para que seja realizada uma roçada e limpeza no Ribeirão Santo Antônio, no trecho que corre em paralelo à Rua Antônio Mendes Linhares. Deferido. 09) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa um Parecer Jurídico sobre a redução da carga horária dos Agentes Comunitários de Saúde, devendo ser esclarecido se eles podem cumprir a carga horária de 06 horas ininterruptas. Aprovado. 10) O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Aplausos para a Primeira Igreja Batista, a parabenizando pelas festividades em comemoração pelo aniversário de 99 anos de existência. Todos os Vereadores irão assinar esta

Moção. 11) O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Aplausos para o Pastor Francisco Jucá, o parabenizando pelos 20 anos de Consagração ao Ministério Pastoral. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação, com vista a Direção de Esportes, no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o conserto da entrada do Campo do Estádio, tendo em vista que o alambrado do local está caindo, causando riscos para as pessoas que frequentam o local. 13) Vereador Hugo Fernandes - A Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja comprada uma nova TV para a UBS localizada no Bairro Jove, tendo em vista o furto acontecido. 14) Vereador Hugo Fernandes - Ao Departamento de Trânsito - Solicitação no sentido de que seja construído um quebra-molas na Rua Manoel do Couto Paiva, (próximo a amendoeira), tendo em vista diversas reclamações dos moradores da localidade. 15) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Considerando que é um anseio da população da parte alta do bairro Jove e Jardim Beverly, há décadas ter transporte público; Considerando que é inviável um ônibus transitar por essas localidades, sendo somente possível Van. Considerando que é importante e fundamental servir bem a nossa sofrida população, principalmente os moradores da parte alta da cidade. Encaminho indicação no sentido de que seja previsto no Edital de Licitação, conforme preceitua o Art. 7° do Projeto de Lei 002/19, que o bairro Jove e Jardim Beverly tenha uma linha de Van. 16) O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos para a Servidora do INEA de Campos dos Goytacazes-RJ, Sra. Lenilce Manhães de Paula, a parabenizando pelo brilhante atendimento ao Grupo de Passarinheiros de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 17) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma grande limpeza no Bairro Carrapichão, tendo em vista que o local está muito sujo causando mal-estar para as moradores e frequentadores da localidade. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Regulamenta, no âmbito municipal, as alterações trazidas pela Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, alterando a Lei Municipal nº 1.632, de 09 de maio de 2016 e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares foi solicitado que o Projeto fosse votado em primeira e única

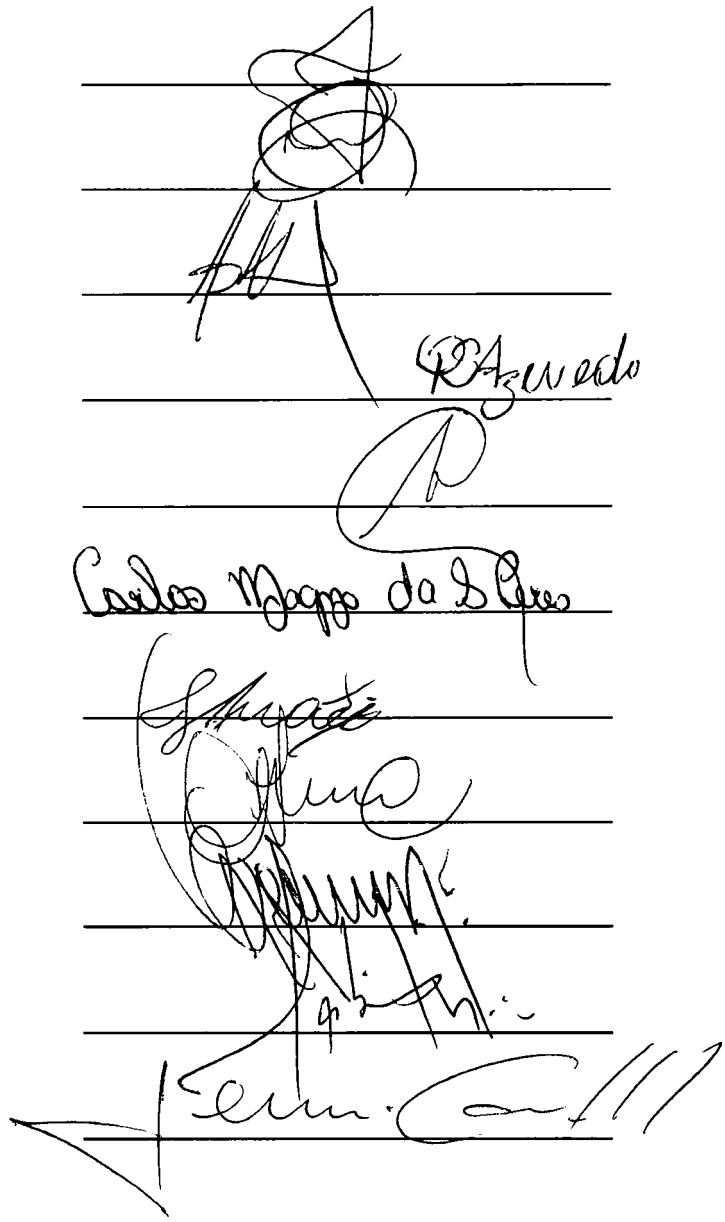
votação, o que aprovado por unanimidade. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que os Vereadores possuem o dever de legislar, fazer parcerias para trazer recursos e também defender os servidores. Destacou que os agentes de endemias fazem um excelente trabalho vistoriando as residências e os agentes comunitários de saúde também trabalham da mesma forma ao participar junto com as equipes de saúde no atendimento à comunidade. Esclareceu que hoje eles estão conseguindo o direito de se equipararem a Lei Federal, sendo que a emenda apresentada por sua Comissão adiciona uma redação que estabelece um prazo para a elaboração de um novo plano de cargos para esses servidores. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que o Projeto de Lei no âmbito municipal está enquadrando o piso salarial nacional, estabelecido por Lei Federal e que este fato é muito importante, pois agentes de saúde trabalham muito de forma preventiva, assim parabeniza o Prefeito e aos agentes, sendo que este é um reconhecimento justo de seus trabalhos. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou o governo pela iniciativa, esclarecendo que muitas vezes a Prefeitura encaminha um Projeto para a Câmara e transfere a responsabilidade da agilidade na aprovação da Lei, colocando os Vereadores numa situação desconfortável, entretanto informa que este processo foi tramitado com mais agilidade do que o normal e que a Prefeitura vai efetuar o pagamento retroativo de acordo com o que foi estabelecido, ou seja, retroativo até janeiro deste ano. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que o projeto não depende apenas dos vereadores, sendo que mesmo votando ele daqui a alguns meses o pagamento seria feito de forma retroativa. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que de vez em quando ficamos numa situação delicada, pois as informações passadas são equivocadas. Continuando, foi apresentada a seguinte emenda: **Emenda Aditiva:** Adiciona ao art. 2º, o parágrafo 7º com a seguinte redação: "§ 7º - Deverá, no prazo de 03 (três) anos, ser elaborado um novo Plano de Carreiras na forma do artigo 9º - G, da Lei Federal nº 11.350/2006". Autoria: Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva e Aimoré da Silva Almeida (Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio, Obras e Serviços Públicos). Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.814, de 18 de março de 2019. A Câmara Municipal de Miracema

aprova e, eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na estratégia Saúde da Família e de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiologica e ambiental. § 1º - A cada 02(dois) anos, os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate ás Endemias frequentarão cursos de aperfeiçoamento. § 2º - Os cursos de que trata o § 1º deste artigo serão organizados e financiados, de modo tripartite, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. Art. 2º - O piso salarial profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias é fixado no valor de R$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) mensais, obedecido o seguinte escalonamento: I - R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2019; II - R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) em 1º de janeiro de 2020; III - R$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2021. § 1º - A jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais exigida para garantia do piso salarial previsto nesta Lei será integralmente dedicada às ações e aos serviços de promoção da saúde, de vigilância epidemiológica e ambiental e de combate a endemias em prol das famílias e das comunidades assistidas, no âmbito dos respectivos territórios de atuação, e assegurará aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias participação nas atividades de planejamento e avaliação de ações, de detalhamento das atividades, de registro de dados e de reuniões de equipe. § 2º - O piso salarial de que trata o caput deste artigo será reajustado, anualmente, em 1º de janeiro, a partir do ano de 2022. § 3º - Ficam revogados os artigos 6º, 7º, 8º,9º, 15 e 16 da Lei 1.632/2016. § 4º - Fica alterada a redação do artigo 10 da Lei 1.632/2016, passando a vigorar na forma abaixo: Art.10 - Para efeitos de concessão de férias, férias-prêmio, adicional de tempo de serviço, considerar-se-á como efetivo exercício. § 5º - Fica revogado o parágrafo único do artigo 10 da Lei 1.632/2016. § 6º - Fica revogado o Anexo I da Lei 1.632/2016. § 7º - Deverá, no prazo de 03 (três) anos, ser elaborado um novo Plano de Carreiras na forma do artigo 9º - G, da Lei Federal nº 11.350/2006. Art. 3º - O exercício do trabalho de forma habitual e permanente em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo Federal, assegura aos agentes de que trata esta Lei a percepção de adicional de insalubridade, calculado sobre o seu vencimento ou salário-

base. Parágrafo Único - Os percentuais serão definidos através do LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho. Art. 4º - Ficam as alterações aqui tratadas devidamente aditadas ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições que lhe são contrárias, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2019. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Carlos Alexandre para falar sobre algumas situações do Município de Miracema. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Sr. Carlos Alexandre perguntou aos Vereadores se eles sabem do motivo de alguns canais de televisão não estarem funcionando no Município de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que já procurou saber sobre o assunto e foi dito que estão ocorrendo alguns problemas técnicos e eles estão aguardando chegar as peças necessárias para realizar o reparo. O Sr. Carlos Alexandre disse que estamos com um problema no pagamento de contas desde o fechamento da Loteria, pois em Miracema não existem locais suficientes para a população realizar os respectivos pagamentos, sendo que os representantes bancários possuem um limite de valor para receberem os pagamentos. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que o Prefeito explicou que o convênio com a antiga Loteria foi cancelado pela Caixa Econômica e o banco realizará uma licitação para a concessão de um novo serviço lotérico. Destacou que o fechamento e a abertura da loteria dependem da Caixa Econômica, e não da Prefeitura, não sabendo se existe prazo para a futura abertura, mas acredita que existem prazos legais para a realização da licitação, esclarecendo que o Prefeito pode pedir, mas não ordenar nada em relação à abertura da Loteria. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que foi feita uma solicitação pelo Vereador Fabrício solicitando que os bancos possam flexibilizar o atendimento até a reabertura da loteria. O Sr. Carlos Alexandre disse que o carro fumacê não está passando em sua rua e a situação de mosquitos está complicada, sendo que inclusive sua mãe não está recebendo seus remédios judiciais. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que os casos de doença estão ocorrendo no Bairro Hospital, sendo que não recebeu nenhuma notificação de alguém que more na rua do Sr. Alexandre com doenças. Informou que o carro fumacê atualmente está realizando um serviço de bloqueio e não um serviço na cidade inteira, passando onde existem casos

confirmados de doenças, sendo que em casos de epidemia, o carro pode passar na cidade inteira. O Sr. Carlos Alexandre perguntou se vamos esperar a doença aparecer em determinado para passar o carro. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire explicou que o carro fumacê é utilizado em último caso, pois é nocivo para outros animais, plantas e até pessoas. O Sr. Carlos Alexandre esclareceu que em seu bairro existem alguns terrenos abandonados sem os devidos cuidados, gerando risco da ocorrência de mosquitos. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que precisamos pedir ao fiscal para notificar o proprietário para limpar o terreno, pois a Prefeitura não pode entrar em terrenos particulares. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo elogiou a Mesa Diretora pela excelente festividade em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que vai elaborar um Projeto para a prefeitura poder notificar o cidadão e multar em casos de terrenos com mato alto gerando riscos para a população, sendo que a Prefeitura deveria solicitar ao proprietário a limpeza. O Vereador Hugo Fernandes disse que sempre estamos lutando para evitar essas situações, cobrando que a legislação já existente seja cumprida, acreditando que a Prefeitura poderia até fazer este trabalho de limpeza em terrenos inutilizados pelo proprietário, mas deveria cobrar no IPTU, sendo que deseja que esse problema seja resolvido. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que a situação da exposição é lastimável, pois o local está muito sujo e inclusive existem veículos da prefeitura jogando lixo no local. O Vereador Hugo Fernandes disse que sugeriu ao Prefeito para que a Secretaria de Meio Ambiente possa divulgar as datas de quando fazem as limpezas, pois a população joga lixo em determinados locais diariamente. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que seria muito importante que a Secretaria de Meio Ambiente esteja sintonizada com a situação que vem acontecendo, pois existem técnicos de excelente nível na referida Secretaria estamos tendo um desgaste desnecessário. O Vereador Aimoré da Silva Almeida solicitou que fosse encaminhado um ofício à Secretaria Municipal de Agricultura no sentido de que seja patrolado a estrada que liga o Distrito de Paraíso do Tobias à Bedias, tendo em vista que existem notícias de que este serviço não é realizado há muito tempo. Deferido. Continuando o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares solicitou que fosse encaminhado um convite ao Secretário Municipal de Meio Ambiente no sentido de que V. Sa. compareça na Câmara Municipal de Miracema e utilize o espaço destinado à Tribuna Livre, com o intuito de prestar alguns esclarecimentos sobre a limpeza do Município de Miracema. Deferido. Acrescentou que possui a informação de no ano passado todas as

estradas vicinais do Distrito de Paraíso foram roçadas, pode ser que a situação da estrada tenha piorado, sendo que o próprio produtor também precisa fazer a roçada de suas estradas. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que na semana passada a equipe de agentes de endemias esteve no Bairro Hospital e fez uma varredura sobre possíveis pontos com focos do mosquito, sendo que possui fotos de uma residência que tinha diversos focos de dengue, assim gostaria de esclarecer que o Poder Público não é responsável por vigiar dentro das residências, sendo que a equipe está indo, verificando e tentando eliminar os focos. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 21/03/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 18 de março de 2019.



Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e cinco da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 18, Versículos 01 e 02. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 14 de novembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite do Chefe de Instrução do Tiro de Guerra 01-009 para a Solenidade de desligamento dos Atiradores da Turma de Instrução do ano de 2019; 02) Ofício do Lions Clube de Miracema; 03) Ofício Circular SEMMAM nº 070/2019; 04) Ofício GAB nº 395/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 035/2019. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que teremos três reuniões depois do dia 19 de dezembro, entretanto gostaria de encerrar as atividades da Câmara no dia 19, dessa forma queria antecipar as três reuniões que aconteceriam depois do dia 19 de dezembro para os dias 03, 10 e 17 de dezembro. Tal sugestão foi aprovada por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema - Solicitação no sentido de que seja incluído na Ordem do Dia, em Regime de Urgência Simples, o Projeto de Lei que Institui o Programa Especial de Regularização Fiscal do Município de Miracema – REFIS Miracema 2019 e dá outras providências. O Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o requerimento em votação e ele foi aprovado por

unanimidade. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Responsável pelos Agentes de Endemias - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma orientação à população que mora nas Casinhas Populares do Bairro Demétrio, tendo em vista que o local está sofrendo com uma infestação de bichos peçonhentos, especialmente de escorpiões. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja acionada a construtora responsável pelas obras na rede de esgoto das Casinhas Populares do Bairro Demétrio para que seja solucionado o problema no local, tendo em vista que existem duas redes de esgoto vazando. Deferido. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Prefeito Municipal e à Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam buscados para o Município de Miracema cursos voltados para atender a demanda de trabalho da Petrobrás, tendo em vista que diversas reportagens estão dizendo que a Petrobrás voltará com suas atividades normalmente. Deferido. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva, em conjunto com os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e José Augusto Martins, solicitou uma Moção de Aplausos para a Associação dos Bombeiros Civis do Sul Fluminense-RJ, os parabenizando pelo excelente evento de Formatura dos Agentes Mirins da ASBOC de Miracema, formando cerca de 150 alunos, entre 7 e 17 anos. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Presidente Hugo Fernandes solicitou que fosse realizado um intervalo de quinze minutos para a análise do Projeto de Lei que Institui o Programa Especial de Regularização Fiscal do Município de Miracema – REFIS Miracema 2019. Retornando aos trabalhos, o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Institui o Programa Especial de Regularização Fiscal do Município de Miracema – REFIS Miracema 2019 e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** Altera a redação do § 1º do artigo 2º para: "Art. 2º... § 1º - A opção deverá ser formalizada até dia 20 de dezembro 2019, contado da data de publicação desta Lei, sendo tacitamente homologado pela Secretaria Municipal de Fazenda, podendo o prazo final ser prorrogado, a critério do Chefe do Poder Executivo, por meio de Decreto expedido antes do término do prazo de adesão". Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que esse

projeto é de alta valia para os munícipes, pois com o REFIS estaremos incentivando as pessoas que estão inadimplentes em acertar suas dívidas com a Prefeitura. Destacou que as dificuldades financeiras do Município também estão muito grandes e com o pagamento das pessoas que estão inadimplentes poderá auxiliar o caixa no final do ano. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que esse Projeto é de extrema necessidade para o Município. Esclareceu que os municípios vizinhos estão abaixando seus impostos por conta da inadimplência, pois as pessoas estão emitindo notas em outros Municípios para evitar o pagamento alto. Dessa maneira, acredita que esse seja o momento para pensarmos sobre diminuir o valor desses impostos, pois seria mais interessante ter uma taxa menor e receber do que ter uma maior e não receber. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo lembrou que a dispensa de juros e multa não é renúncia de receita. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que concorda com as palavras do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo, sendo que inclusive já pediu as devidas alterações no Código Tributário, pois os profissionais liberais acabam migrando os impostos para outros municípios. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que mesmo não apoiando o governo, não deixará de votar a favor em algo que beneficia os munícipes. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.855, de 18 de novembro de 2019. A Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica instituído, no Município de Miracema, o Programa Especial de Recuperação Fiscal – "REFIS MIRACEMA 2019", destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, relativos a tributos municipais, vencidos até 31 de outubro de 2019, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, em execução fiscal ou a executar, com exigibilidade suspensa ou não, sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária. § 1º - Possuindo o sujeito passivo débito de mais de um tributo, serão consolidados para emissão de pagamento à vista ou parcelados individualmente por tributo. § 2º - O débito a ser consolidado será atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios e multas, de mora ou por infração, de acordo com a legislação vigente, até a data da formalização da opção. § 3º - A consolidação e a opção na forma desta Lei

não prejudicam o lançamento dos tributos relativos a fatos geradores cuja ocorrência venha a ser verificada posteriormente, enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública. § 4º - Este programa não gera crédito para sujeitos passivos que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais. § 5º - O programa será administrado pela Secretaria Municipal de Fazenda, ouvida a Procuradoria Geral do Município, sempre que se fizer necessário. § 6º - Além de dívidas relativas a tributos Municipais também poderá aderir ao "REFIS MIRACEMA 2019" pessoa física ou jurídica que possua outros débitos perante a Fazenda Municipal, exceto os de competência de outros entes federativos. Art. 2º- O ingresso no "REFIS MIRACEMA 2019" dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos, nos termos desta Lei. § 1º - A opção deverá ser formalizada até dia 20 de dezembro 2019, contado da data de publicação desta Lei, sendo tacitamente homologado pela Secretaria Municipal de Fazenda, podendo o prazo final ser prorrogado, a critério do Chefe do Poder Executivo, por meio de Decreto expedido antes do término do prazo de adesão. § 2º - Não poderão optar pelo "REFIS MIRACEMA 2019" os órgãos da administração pública direta, as fundações instituídas e mantidas pelo poder público e as autarquias. § 3º - Também não poderão optar pelo "REFIS MIRACEMA 2019" os débitos ajuizados em execução fiscal, na fase de penhora. Art. 3º- A opção pelo "REFIS MIRACEMA 2019" implica inclusão da totalidade dos débitos referidos no art. 1º em nome do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, confissão irrevogável e irretratável da dívida, e aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas, e sujeita o optante ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado. Art. 4º - O débito consolidado será pago à vista ou em parcelas, observadas as TABELAS constantes do artigo 6º desta Lei, sendo o valor de cada parcela determinado pela divisão do montante consolidado pelo número de parcelas pretendidas pelo optante, obedecido ao valor mínimo de R$ 40,00 (quarenta reais) para débitos de pessoas físicas e R$ 120,00 (cento e vinte reais) para débitos de pessoas jurídicas. § 1º - O pagamento à vista ou da entrada do débito consolidado deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da opção ao Programa e geração da(s) guia(s) de pagamento, sob pena de exclusão, nos termos do art. 9º. § 2º - Na hipótese de pagamento à vista poderá ser dispensada a assinatura do termo de opção e de confissão de dívida, sendo a adesão ao

Programa feita por meio de emissão de guia de recolhimento para cada espécie de tributo, aplicando-se para a apuração do montante do débito o disposto no § 2º do art. 1º desta Lei Complementar, até a data de emissão da referida guia, com remissão de 100% (cem por cento) de juros e ainda a anistia de 100% (cem por cento) de multas existentes. § 3º - Na hipótese de pagamento parcelado, somente sobre o valor da entrada, também haverá remissão de 100% (cem por cento) de juros e ainda a anistia de 100% (cem por cento) de multas existentes, aplicando-se para efeitos de cálculo o disposto no parágrafo acima. § 4º - Efetuado o pagamento do valor da entrada, o saldo remanescente relativo ao principal, devidamente corrigido, será atualizado conforme disposto no § 2º do art. 1º desta Lei Complementar, e o montante final apurado sofrerá a incidência dos descontos referentes a juros e multas conforme TABELA II constante do art. 6º abaixo. § 5º - O recolhimento da guia, no caso de pagamento em parcela única com dispensa da assinatura do termo de opção feito pelo sujeito passivo da obrigação tributária, caracterizará a confissão da dívida e importará na desistência de quaisquer ações judiciais que discutam o tributo objeto do pagamento. § 6º - Caso a pessoa física ou jurídica tenha débitos já parcelados ou reparcelados, será permitido o parcelamento, a quitação e até mesmo a compensação tributaria, caso o contribuinte tenha créditos a receber da municipalidade até a data da solicitação da opção pelo "REFIS MIRACEMA 2019". Art. 5º- O pagamento à vista do débito consolidado implicará na remissão de 100% (cem por cento) dos juros moratórios e na anistia de 100% (cem por cento) das multas de mora ou por infração, devidos até a data da consolidação. Art. 6º- O parcelamento do débito consolidado implicará na remissão dos valores correspondentes a juros moratórios e na anistia dos valores correspondentes às multas, de mora ou por infração, apurados até a data da consolidação, nas seguintes porcentagens e após o pagamento da entrada: TABELA I - VALOR MÍNIMO DE ENTRADA CONFORME OPÇÕES DE PARCELAMENTO

FORMAS DE PAGAMENTO PARCELADO	VALOR MÍNIMO DE ENTRADA
Até 04 (quatro) parcelas	20%
Até 12 (doze) parcelas	16%
Até 24 (vinte e quatro) parcelas	12%
Até 36 (trinta e seis) parcelas	08%
Até 60 (sessenta) parcelas (§5º deste art.)	05%

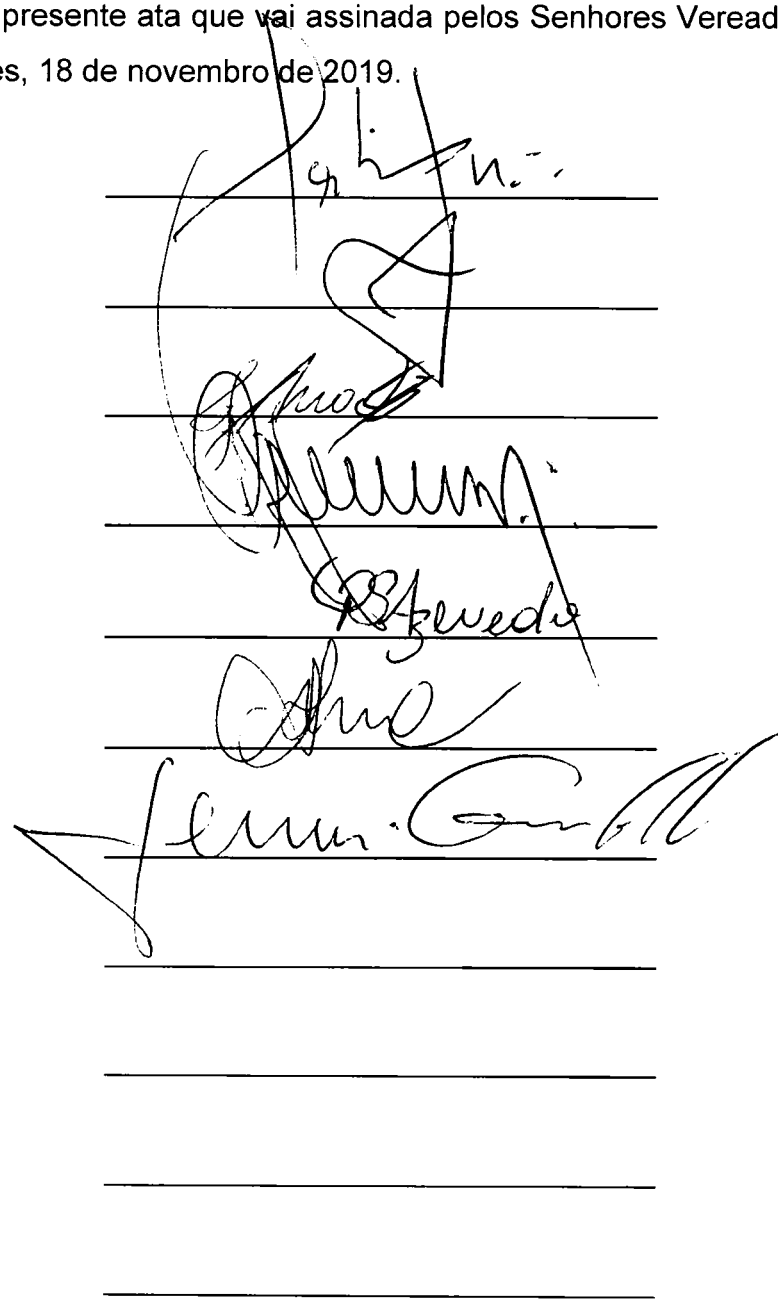
TABELA II - DESCONTOS SOBRE VALOR A SER PARCELADO

OPÇÕES DE PARCELAMENTO	FORMAS DE PAGAMENTO PARCELADO	PORCENTAGEM DE ANISTIA E REMISSÃO DE MULTAS E JUROS PARA O REMANESCENTE (PRINCIPAL + CORREÇÃO MONETÁRIA) A SER PARCELADO
1	Até 04 (quatro) parcelas	80%
2	Até 12 (doze) parcelas	70%
3	Até 24 (vinte e quatro) parcelas	60%
4	Até 36 (trinta e seis) parcelas	50%
5	Até 60 (sessenta) parcelas (§5º deste art.)	30%

§ 1º- Os benefícios previstos nesta Lei Complementar não serão cumulativos com qualquer outro admitido em lei. § 2º- Para que o interessado possa usufruir da opção de parcelamento é obrigatório o pagamento do valor referente à entrada, obedecidos aos percentuais mínimos constantes da TABELA I acima. § 3º- O percentual da entrada deve ser apurado em relação ao montante calculado conforme §2º do art. 4º desta Lei. § 4º- O parcelamento da dívida consolidada remanescente só será efetuado se o interessado pagar o valor referente á entrada no prazo estabelecido no §1º do art. 4º desta Lei. § 5º- A opção de parcelamento nº 5 constante da TABELA II só estará disponível para o sujeito passivo que possua, na data de opção, dívida consolidada total, calculada na forma do §2º do art. 1º desta Lei, cujo montante seja igual ou superior á quantia de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) se pessoa jurídica e R$ 10.000,00 (dez mil reais) se pessoa física. § 6º- Caso o contribuinte não pague o valor de entrada até o prazo final estipulado nesta Lei, ficará automaticamente excluído do "REFIS MIRACEMA 2019". Art. 7º- A opção pelo programa dar-se-á mediante requerimento do sujeito passivo, em formulário próprio, instituído pela Secretaria Municipal da Fazenda, requerido diretamente à Secretaria Municipal de Fazenda. Art. 8º- A critério do sujeito passivo, este poderá incluir no "REFIS MIRACEMA 2019" eventuais saldos de parcelamento em andamento, desde que obedecidos aos valores mínimos previstos

no artigo 4º, sendo a aplicação do benefício restrita ao valor inserido. Parágrafo Único - Serão incluídos no "REFIS MIRACEMA 2019" débitos decorrentes de multas por descumprimento de obrigações tributárias acessórias aplicadas até 31 de outubro de 2019. Art. 9º- O sujeito passivo será excluído do "REFIS MIRACEMA 2019", mediante ato fundamentado do Secretário Municipal da Fazenda, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses: I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei; II - constituição de crédito tributário, lançado de ofício, correspondente a tributo abrangido pelo "REFIS MIRACEMA 2019" e não incluído na confissão, salvo se integralmente pago em 30 (trinta) dias, contados da constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação da decisão administrativa ou judicial, que o tornou definitivo; III - falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica; IV - prática, pelo devedor, de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita dos cofres municipais, devidamente comprovado, após exaurirem-se os prazos para a ampla defesa do contribuinte e decisão transitada em julgado; V - inadimplência por 03 (três) meses consecutivos, ou 06 (seis) meses alternados, o que primeiro ocorrer, do parcelamento do débito consolidado nos termos desta Lei. § 1º- A exclusão do sujeito passivo do "REFIS MIRACEMA 2019" acarretará a exigibilidade do saldo do débito tributário confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores. 2º- A exclusão importará ainda na retomada da execução judicial suspensa em razão da adesão do devedor ao "REFIS MIRACEMA 2019" para satisfação do saldo devedor do débito tributário. § 3º- O sujeito passivo excluído do Programa será notificado da exclusão para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, querendo, oferecer recurso administrativo à Secretaria da Fazenda Municipal. § 4º- No caso de acolhimento do recurso, o sujeito passivo será reincluído no Programa. § 5º- Se o recurso for desprovido, a exclusão produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o sujeito passivo for cientificado da decisão definitiva de sua exclusão, aplicando-se o disposto no parágrafo 1º deste artigo. Art. 10- A inclusão de débitos no "REFIS MIRACEMA 2019" fica condicionada ao pedido de extinção dos processos administrativos, cujo objeto verse sobre débitos tributários, com renúncia do sujeito passivo ao direito sobre que se funda seu pedido formulado em face do Município. Art. 11. A Secretaria Municipal de Fazenda poderá, em conjunto

com a Procuradoria Geral do Município ou separadamente, regulamentar procedimentos para a adesão ao presente programa, respeitadas as regras previstas nesta Lei Complementar. Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 21/11/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 18 de novembro de 2019.



Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e vinte, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 13, Versículos de 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 074/2014. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 02) Ofício SEMMAM nº 0035/2014 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o Secretário Municipal não deu a devida importância à Câmara Municipal; 03) Ofício nº 634/2014 da Justiça Eleitoral – 112ª

Zona Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro – Município de Miracema; 04) Ofício DG/nº 047 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 05) Convite da Secretaria Municipal de Educação para o evento do Projeto "Miracema Terra que Brota Talentos". O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício/SECPLAN nº 030/2014 da Secretaria Municipal de Planejamento e Obras. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; o Vereado Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um novo convite para o Secretário de Fazenda, Secretário de Obras e Secretário de Meio Ambiente para eles comparecerem na Câmara Municipal no dia 13 de outubro de 2014; 07) Ofício nº 083/2014 do Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Hugo Fernandes, Genessi Rodrigues da Silva, Maurício Sant'Ana Soares e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Hugo Fernandes disse que não acredita que deva existir uma outra Lei para estabelecer o valor mencionado no ofício, pois o Código Tributário pode estipular este assunto. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Secretário Municipal de Promoção Social - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa as seguintes informações sobre o Conselho Tutelar de Miracema: a) cópia da Portaria que permitem aos Conselheiros Tutelares dirigir o veículo público; b) atual quilometragem do veículo utilizado pelo Conselho Tutelar; c) qual o gasto mensal com o combustível do referido veículo; d) qual a carga horária dos Conselheiros; e) cópia da autorização para o veículo ser utilizado nos finais de semana; f) levantamento dos gastos com o Conselho Municipal de Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar. Deferido. 02) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja criada, no Orçamento do ano de 2015, uma rubrica para a implantação e manutenção do sistema de telefonia rural no Valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Deferido. 03) Vereador Hugo Fernandes - Ao Ministério Público da Tutela Coletiva - Solicitação no sentido de que seja observado o cumprimento do Decreto Estadual sobre a Tarifa Social que deveria estar sendo concedida pela CEDAE em quatro Ruas do Município de Miracema, encaminhando o referido decreto em anexo. Continuando, esclareceu que fez um requerimento a CEDAE sobre as tarifas sociais de água estabelecida por um Decreto Estadual, sendo que em Miracema existem quinze ruas que deveriam ser comtempladas, entretanto apenas onze recebem o benefício, faltando outras quatro, dessa maneira vem buscando este direito dos moradores desde o ano

passado. Destacou que não tem mais paciência para lidar com a falta de consideração dos responsáveis pelo assunto, sendo que as pessoas estão apenas o enrolando e não resolvendo os problemas. Concluindo, disse que alguns setores da CEDAE funcionam muito bem, entretanto está buscando lutar pelos direitos dos moradores e vai encaminhar um ofício para a Tutela Coletiva com o intuito de que seja cumprido o Decreto de 1999. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou se o Prefeito já respondeu sobre qual seria o local para que a Câmara Municipal fosse instalada. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que já procurou o Prefeito diversas vezes e não foi atendido, por isso não vai mais procurar o Prefeito para conversar sobre este assunto, acrescentando que vai fazer uma licitação sobre a folha de pagamento da Câmara Municipal para conseguir obter alguma verba para resolver este problema. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a Câmara Municipal vai acabar ficando sem local para funcionar, ficando triste com a atual situação. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que é triste ver a cobrança do valor pela CEDAE, esclarecendo que muitos moradores não possuem nem hidrômetro e CEDAE simplesmente arbitra um valor qualquer. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram Moção de Pesar para os familiares do Sr. José Maria da Silva, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier acredita que os Vereadores deveriam encaminhar um ofício ao Hospital para saber sobre a possibilidade do uso do Anfiteatro para que a partir do ano que vem a Câmara possa ficar tranquila para trabalhar. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Hospital está realizando uma economia muito grande, realizando inclusive diversos cortes no orçamento, assim acha justo que eles cobrem um aluguel para a utilização do prédio, por isso, amanhã vai conversar com o Dr. Vinicius sobre esta possibilidade. O Vereador Hugo Fernandes pediu ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno para perguntar se existe a possibilidade da venda do local, pois a Câmara precisará de um local próprio. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que a Câmara Municipal saiu da Prefeitura para abrir espaço para o Prefeito, acreditando que hoje está na hora de voltarmos para nosso espaço, pois a Prefeitura antiga está desocupada. Acredita que os problemas com o telhado não devem ser complicados e um bom profissional faria um ótimo trabalho de recuperação. Destacou, ainda, que o espaço do estacionamento atrás da Prefeitura pode ser utilizado para a construção de um local próprio. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se os Vereadores poderiam conversar com o Prefeito sobre este assunto. A Vereadora Maria José Marques

Barros Andrade esclareceu que o Prefeito já tinha lhe dito que disponibilizaria a Prefeitura, entretanto não possui o recurso suficiente para a reforma. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que não adianta os Vereadores voltarem para a Prefeitura e sofrer com os problemas lá existentes, sendo que o recurso da Câmara Municipal é pequeno e bastante comprometido. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a vontade do Prefeito é voltar para o prédio antigo. O Vereador Hugo acrescentou que a Câmara Municipal precisa de uma solução definitiva e não ficar desperdiçando dinheiro com mudanças. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade perguntou se existe a possibilidade de estender o aluguel deste local. O Vereador Hugo Fernandes disse que o Banco não está despejando a Câmara Municipal, entretanto está é uma oportunidade para a CMM se unir e encontrar um local adequado. O Vereador Gilson Teixeira Sales fez a leitura de dois ofícios que chegaram da Prefeitura Municipal. 01) Ofício PMM/GAB nº 718/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 075/2014; 02) Ofício PMM/GAB nº 720/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 076/2014. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que devemos discutir a mudança desta Casa Legislativa com muita cautela, acreditando que o Banco do Brasil não vai despejar os Vereadores. Disse que concorda que a melhor opção seria o Anfiteatro do Hospital, pois os reparos na antiga Prefeitura são complexos de serem realizados e o Prefeito pode querer voltar para o local. Por fim, disse que os Vereadores poderiam conversar com a Diretoria do Banco do Brasil para, no mínimo, aumentar o prazo de devolução deste local. O Vereador Hugo Fernandes disse que devemos sempre buscar soluções alternativas, mas que o objetivo deve ser sair deste local para a Casa Própria. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Nadege, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que está faltando apenas um Vereador para compor a Comissão Especial criada. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que prefere esperar passar as eleições para poder indicar o membro. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que não quer ser arbitrário e determinar a participação de um Vereador. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que no dia 06 de outubro, sem nenhum adiamento, deve ser definido o Vereador para dar início aos trabalhos. Todos concordaram com esta sugestão. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 25/02/2013, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema,

para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2013.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e oitenta e um da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência da Vereadora Maria Alessandra Leite Freire. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Aimoré da Silva Almeida, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 135, Versículos de 01 à 05. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 08 de agosto de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Indicação do Vereador Genessi Rodrigues da Silva ao Prefeito Municipal encaminhando uma Minuta de Projeto de Lei que Institui a Clínica dos Olhos em Miracema e dá outras providências; 02) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de julho de 2019; 03) Projeto de Lei que dá o nome de Ely da Silva Carvalho a uma via do loteamento Bom Bale – Rua Projetada "A", na Fazenda Batatal, extensão do bairro Jardim Beverly. (Estrada Miracema x Palma), de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 04) Ofício SME nº 122/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 0565/2019; 05) Ofício nº 003/2019 da Associação dos Estudantes Universitários de Miracema respondendo o ofício nº 516/2019; 06) Ofício da Associação dos Passarinheiros de Miracema; 07) Ofício PMM/SMAS nº 076/2018 da Secretaria Municipal de Assistência Social; 08) Ofício nº 200/SMS/19 da Secretaria Municipal de Saúde respondendo o ofício nº 0590/2019; 09) Ofício nº 202/SMS/19 da Secretaria Municipal de Saúde respondendo os ofícios nº 0513/2019 e 0587/2019;

10) Ofício SME nº 129/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 0565/2019; 11) Ofício nº 01/AMINATURE/2019 da Associação Amigos da Natureza. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que este ofício fosse encaminhado ao Prefeito Municipal para que fosse estudado o projeto de criação de uma praça pública e que fossem tomadas as medidas cabíveis; 12) Ofício da Sra. Lia Márcia de Paula Bruno. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que este ofício fosse encaminhado para o Prefeito Municipal, para a Secretaria de Meio Ambiente, para o Conselho de Meio Ambiente e para a Comissão de Meio de Ambiente desta Casa Legislativa para que sejam tomadas as medidas cabíveis; 13) Ofício nº 090/2019 do Juízo da 112ª Zona Eleitoral/RJ; 14) Ofício da APAE Miracema-RJ. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: Antes de fazer seus requerimentos o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que na quinta-feira passada começou o curso de extensão de pós-graduação da UFF em Miracema, voltado para os professores e diretores de escolas e esse curso é gratuito e chancelado pela UFF. Destacou que atualmente o empreendedorismo vem sendo muito incentivado, pois estamos acreditando que os concursos públicos estão ficando cada vez mais escassos. Dessa maneira, na próxima quinta-feira vai participar de reunião com o Presidente da FAETEC nesse sentido. 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para o empresário Sr. Daniel Paiva, o parabenizando por seu abnegado trabalho à frente da STARTUP CONSTRUCTWEB – Desenvolvedor de Sistema de Automação Comercial, parabenizado o também pelo prêmio, conforme certificado emitido pela 100 open startup, em que ficou na 8ª colocação – entre as Top 10 Construction de 2019. Queremos compartilhar que a Constructweb - Gestão eficiente de obras é destaque no Ranking 100 Open Startups 2019, onde foram mais de 7.800 acordos de negócio registrados. Dentre as 8.600 startups participantes, 895 declararam relacionamentos que foram validados pelo mercado corporativo. Em relação às grandes empresas, 2.200 corporações participaram e 876 declararam relacionamentos válidos com startups. O crescimento em 2019 triplicou em relação a edição anterior o que evidencia o amadurecimento de todo o ecossistema. O

Ranking 100 Open Startups Brasil é a publicação oficial realizada pelo movimento 100 Open Startups desde 2016, que anualmente destaca as startups mais atraentes para o mercado corporativo brasileiro e é usado como referência por grandes empresas e investidores nacionais e internacionais. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Empresa Auto Viação 1001 - Solicitação no sentido que esta conceituada Empresa envie um representante à Câmara Municipal de Miracema com o intuito de solucionar o problema relativo a linha interestadual e intermunicipal, Itaperuna x Rio de Janeiro, via Teresópolis, bem como na tentativa de criar uma linha intermunicipal que ligaria os Municípios de Miracema x Santo Antônio de Pádua x Itaocara x São Fidélis x Macaé; vislumbrando a melhoria do transporte coletivo destes Municípios a cidade de Macaé, haja vista que diversos munícipes trabalham naquela cidade, pois prestam serviços na área de Petróleo e Gás, bem como o aquecimento e a reabertura do Porto de Açu. Dessa maneira solicitamos a presença nesta Casa Legislativa de um funcionário que possa informar quais são as necessidades e as dificuldades, para que juntos possamos solucionar tais problemas. Lembramos que nossas sessões ocorrem às segundas e quintas feiras às 19 horas e, por questões regimentais, pedimos o favor de informar a data pretendida com 15 dias de antecedência. 03) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para a nova Diretoria do Clube de Diretores Lojistas – CDL, que agora possui como Presidente Henrique (Mepi Boutique), Vice Presidente – Dimitri (ao Rei dos Barateiros), tesoureiro Luiz Cezar (Chiquinho Miragás) e Secretária Lucimara (Acredilar), os parabenizando e desejando-lhes sucesso no desempenho do exercício dessa importante missão, tendo como finalidade essenciais em promover a aproximação entre dirigentes de empresas, criar clima propício para a troca de informações e ideias, criar e manter serviços de orientação profissional, palestras e seminários, entre tantas outras. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 04) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. Alberto de Souza Ferreira, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Pesar para

os familiares da Sr. Luiz Carlos da Silva Sinfrone, do Distrito de Paraíso do Tobias, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 06) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide a fim de que, após as festividades do Distrito de Paraíso do Tobias, seja dada continuidade as podas das árvores localizadas na parte alta do respectivo Distrito, bem como que seja dada continuidade a limpeza que vem sendo realizada no referido Distrito. Deferido. 07) Vereador Aimoré da Silva Almeida solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Sra. Margarida Schelck, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 08) Vereador Aimoré da Silva Almeida solicitou uma Moção de Pesar para o Sr. Luiz Henrique Carvalho da Silva e a Sra. Luciana Lopes Proença da Silva, em virtude do falecimento de seu filho, o jovem Henrique Proença da Silva. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão na iluminação pública da Praça das Mães, tendo em vista que mais de 80% das lâmpadas se encontram apagadas. Deferido. 10) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o conserto da rede de esgotos localizada na Avenida Governador Roberto Silveira, em frente à Igreja Batista da Paz, tendo em vista que a referida se encontra vazando. Deferido. 11) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Gerência-Executiva do INSS, Sr. Daniel Mussi Molisani - Considerando a reclamação constante dos Munícipes quanto a ausência de médico perito no Município de Miracema; Considerando que com essa ausência o Município mais próximo com atendimento para perícia médica por agentes da autarquia fica em Santo Antônio de Pádua; Considerando que o cidadão que se presta a uma perícia médica encontra-se muitas vezes sem renda, além de poder estar amplamente comprometido, com dificuldade de deambulação. Considerando que boa parte dos periciandos, além das enfermidades, são pessoas longevas; Considerando que essa casa não sabe a real motivação para que não haja médico perito na sede da Agência do INSS nesta Comarca. Venho respeitosamente, requer de Vossa Senhoria, seja implantada nesse Município a disponibilidade de

agendamento para perícia médica, por ser maneira justa, dado todo o aqui exposto, e ainda, o princípio da Isonomia inserido na Constituição Federal. Aproveita o ensejo, para requerer, caso haja a impossibilidade de atendimento ao aqui requerido, seja enviada a essa casa Legislativa os seus motivos, tudo isso afetuosamente. Aprovado. 12) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Deputado Rodrigo Bacellar - De início esclareço que nesta data foi enviado um ofício à gerência do Instituto Nacional do Seguro Social nos seguintes termos: *"Considerando a reclamação constante dos Munícipes quanto a ausência de médico perito no Município de Miracema; Considerando que com essa ausência o Município mais próximo com atendimento para perícia médica por agentes da autarquia fica em Santo Antônio de Pádua; Considerando que o cidadão que se presta a uma perícia médica encontra-se muitas vezes sem renda, além de poder estar amplamente comprometido, com dificuldade de deambulação. Considerando que boa parte dos periciandos, além das enfermidades, são pessoas longevas; Considerando que essa casa não sabe a real motivação para que não haja médico perito na sede da Agência do INSS nesta Comarca. Venho respeitosamente, requer de Vossa Senhoria, seja implantada nesse Município a disponibilidade de agendamento para perícia médica, por ser maneira justa, dado todo o aqui exposto, e ainda, o princípio da Isonomia inserido na Constituição Federal. Aproveita o ensejo, para requerer, caso haja a impossibilidade de atendimento ao aqui requerido, seja enviada a essa casa Legislativa os seus motivos, tudo isso afetuosamente".* Por todo exposto envio a letra do mesmo, para requerer de V. Exa. que possamos unir esforços para o atendimento da solicitação supra. Aprovado. 13) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Considerando anseio social; Considerando visita in loco por esse vereador; Encaminho solicitação no sentido de que sejam revisadas as instalações de iluminação na região circunjacente ao prédio da Previ-Miracema. Deferido. 14) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Diretoria Responsável pelo prédio Sede da Previ-Miracema - Considerando a reclamação dos Munícipes em relação ao asseio e conservação do mesmo na parte externa do prédio da Previ-Miracema; Considerando a existência superabundante de pombos na parte

externa, principalmente nos fundos do prédio. Considerando que pombos são transmissores de diversas enfermidades, tais como, doença causada pelo fungo *Cryptococus neoformans*, sendo a transmissão por inalação da poeira contendo fezes secas de pombos e canários. Compromete o pulmão e pode afetar o sistema nervoso central, causando alergias, micose profunda e até meningite subaguda ou crônica. Encaminho solicitação no sentido de que seja realizada por Vossa Senhoria uma higienização mais severa, e por assim ser, com um intervalo temporal menor, garantindo um ambiente salubre desfavorável a propagação de doenças, como a supracitada. Deferido. 15) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o conserto da rede de esgotos localizada na Rua Jandira Alvim Braga, tendo em vista que a referida rede se encontra vazando. Deferido. 16) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Reiteração ofício nº 0413/2019 - Ao Prefeito Municipal - Considerando que a Guarda Municipal do Município de Miracema vem fazendo um excelente trabalho dentro de nossa cidade, garantindo o atendimento de ocorrências emergenciais, atuando mediante as ações preventivas na segurança escolar, sempre zelando pelo entorno e participando de ações com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal. De forma colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade; Considerando o disposto no artigo 15 da Lei Municipal nº 1.664 de 2016, que Dispõe sobre a Reorganização, Direitos, Deveres, Atribuições da Guarda Civil de Miracema, e dá outras providências, a saber: "Art. 15 O Guarda Municipal efetivo, integrante dos quadros de carreiras e vencimentos da Guarda Civil de Miracema, fará jus a adicional de periculosidade de no mínimo 30% (trinta por cento) a integrar sua remuneração mensal". Encaminho solicitação no sentido de que seja estudado o aumento do adicional de periculosidade pago a Guarda Municipal para 50%, sendo que no momento os guardas estão recebendo apenas o mínimo estabelecido na Lei, ou seja, 30%, sendo certo que a Lei Maior estabelece o trabalhador tem o direito de receber até 100% de periculosidade, dependendo de cada Município e de acordo com o respectivo Chefe do Poder Executivo. Por fim, solicitamos que seja inserida uma rubrica no orçamento de 2020 para atender o referido pedido. Deferido. 17)

Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal - Em face da autonomia municipal, fundada no caput do art. 18 da Constituição Federal, posto que é certo que o Município tem autonomia para dispor por lei sobre a jornada de seus servidores estatutários desde que não ultrapasse o teto estabelecido no art. 39, § 3° c/c art. 7°, inciso XIII, ambos da Lei Maior, solicitar a V.Exa., que promova a adequação da carga horária dos servidores municipais, COZINHEIROS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de 08 (oito) horas diárias, para 06 (seis) horas diárias, tendo em vista que a Lei Municipal n° 1.825, de 30 de maio de 2019, fixou a carga horaria dos Cantineiros e serventes da Secretaria de Educação em 06 (seis) horas diárias. Ressalta-se que o ajustamento da carga horária irá promover a correta compatibilidade das atividades diárias desempenhadas pelos servidores ocupantes dos cargos Efetivos de Cozinheiro lotados junto à Secretaria de Assistência Social. Deferido. O Vereador Marcos Felipe Mercante Linhares esclareceu que no sábado teremos a abertura de mais um evento com a parceria do SESC e a Prefeitura de Miracema, os Jogos Estudantis, sempre com a ajuda do Deputado Estadual Jair Bittencourt e do diretor da FECOMERCIO, Sr. Edmilson Ladeira. Informou que será o quinto evento em parceria com o SESC, sendo que o SESC odontológico ainda está funcionando e a perspectiva é que esse projeto atenderá aproximadamente novecentas pessoas até o dia primeiro de dezembro, pois inicialmente são cadastradas trezentas pessoas e mais trezentas ficam na espera, assim, de acordo com as altas dos pacientes outros vão sendo chamados e o banco de espera é completado novamente. 18) Vereador Marcos Felipe Mercante Linhares solicitou uma Moção de Aplausos para o Diretor da COOPCREAM, Sr. Márcio, extensivo a todos os cooperados, os parabenizando pela parceria com o Município de Miracema sempre fazendo um excelente trabalho na limpeza dos eventos realizados pelo Município em parceria com o SESC. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 19) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a colocação de dois caminhões de areia, a implantação de dois mastros com rede para a prática de vôlei e futevôlei, bem como a implantação de duas traves para a prática de futebol na quadra ao lado do campo

Society localizado no Praça da Juventude. Solicitamos, ainda, que seja realizada a limpeza e capina em torno da referida Praça, onde a população pratica caminhada, uma vez que a realização de atividades esportivas contribui para agregar as camadas sociais. Deferido. 20) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja construída uma rampa de acesso que liga a Praça Dona Ermelinda à quadra do Rinque. Deferido. 21) Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos para a jovem Júlia Andrade Marques, a parabenizando pelo êxito no vestibular para Medicina na UFJF, sendo um motivo de grande orgulho para o Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 22) Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos para: Doutoranda Sandra Maria Gomes de Azevedo; Sra. Valéria Trajano; Ms. Paulo Cesar da Cruz de Azevedo; os parabenizando por terem representado Miracema por ocasião da apresentação de trabalho científico no Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ 2019). Destacamos que esse evento é anual e reúne representantes da comunidade científica Ibero-Americana e este ano foi realizado de 16 a 19 de junho em Lisboa Portugal. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Dr. Maurício Monteiro para falar sobre o Ribeirão Santo Antônio. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Dr. Maurício disse que estava numa reunião na sede do Lyons Club de Miracema e ao abrir a janela sentiu um cheiro muito forte que vinha do Ribeirão Santo Antônio. Dessa maneira, esclarece que numa gestão passada foi feita uma exposição de uma maquete com o Projeto de uma represa em Flores para resolver sesse problema de vazão do Ribeirão, entretanto também possui uma outra ideia, que viu numa cidade do Nordeste, pois pode ser construída uma pequena barragem a cada um quilômetro, assim nos períodos de secas as barragens seriam abertas e a água correria limpando o Ribeirão. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que esta ideia seria a ideal, pois a represa na nascente do Ribeirão ou perto de Flores não daria vazão. O Dr. Maurício Monteiro acredita que esta obra não seria muito custosa para o Município. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que tem o contato com uma empresa e até o final de agosto ela vai enviar um técnico para fazer um estudo sobre o Município de Miracema, especialmente sobre a recuperação do Ribeirão

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Santo Antônio. O Dr. Maurício Monteiro disse que trouxe essa assunto para despertar os Vereadores sobre esse problema e eles buscarem uma solução. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a uma grande ideia também seria reflorestar as margens do Ribeirão. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 22/08/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 19 de agosto de 2019.

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e dezessete da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva e Marcus Felipe Mercante Linhares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Maria Alessandra Leite Freire, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador José Augusto Martins, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 93, Versículos de 01 à 05. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 17 de dezembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite do Tiro de Guerra 01-009 para a Solenidade de passagem da Chefia do Tiro de Guerra; 02) Ofício nº 284/2019 da Secretaria Municipal de Saúde respondendo o ofício nº 1027/2019; 03) Ofício GDJB nº 060/2019 do Gabinete do Deputado Jair Bittencourt. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que está tendo uma infestação de garças na Madeireira Soares e foi procurado pelo dono do local para buscar uma solução para o problema. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que está sabendo da situação e inclusive já possui um requerimento pronto para apenas formalizar seu pedido, acrescentando que a Defesa Civil e a Vigilância Sanitária já foram no local junto com o Engenheiro Florestal e um Biólogo, acreditando que a solução seria cortar os bambus. Destacou que a situação está muito grave, pois existem muitos ninhos no local. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que devemos incomodar as garças com barulho ou

com algum tipo de predador para que elas não retornem, acreditando que cortar o bambu seria inviável, pois ele sustenta o barranco. O Vereador Hugo Fernandes disse que podia ser feito um requerimento em conjunto. 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida em conjunto com o Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Saúde - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - À Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil - Ao Chefe da Vigilância Sanitária - Solicitação, conforma contato telefônico e visitas realizadas, no sentido de que sejam tomadas as providências cabíveis sobre a infestação de pássaros na Madeireira Soares, no bairro Caloi, haja vista a possível contaminação de doenças crônicas no Bairro. Destaco ainda a fedentina por todo o bairro causando pelos pássaros e constante reclamação dos moradores. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que o Ofício do Gabinete do Deputado Jair Bittencourt tem o objetivo de justificar sua ausência na Sessões realizadas nos dias 16 e 17 de dezembro, sendo que esteve em reunião com o referido Deputado buscando diversas emendas para o Município de Miracema. 02) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação, com urgência, no sentido de que seja realizado o reparo no esgoto localizado na Rua Governador Roberto Silveira, em frente ao nº 1000. Deferido. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a troca de lâmpadas na Rua José Dias de Souza, em frente ao nº 93. Deferido. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a retirada do entulho localizado na Rua José Dias de Souza. Deferido. 05) Vereador José Augusto Martins - Ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de fazer uma restauração dos suportes e das grades de proteção do Estádio Municipal Plínio Bastos de Barros, tendo em vista que eles estão em péssimas condições. Deferido. 06) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma limpeza na Rua Basileu Menezes, Bairro Viradouro, por cima da Rua Santo Antônio, tendo em vista que existem muitos matos na beirada da

rua. Deferido. 07) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de tapar os buracos da Rua Prof. Maria Tereza Sodré Linhares, no início da curva do "S", tendo em vista que existem muitos buracos na rua e a água nesse período de chuva está atrapalhando o trajeto dos veículos e moradores. Solicitamos, ainda, que seja realizada uma limpeza no bueiro que se encontra ao lado. Deferido. 08) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma limpeza na galeria localizada na Rua Govenador Roberto Silveira, Bairro Santa Tereza. Deferido. 09) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada, para o ano de 2020, a realização de uma parceria com Tiro de Guerra 01-009 visando o auxílio de estágio remunerado ou não com os Atiradores, com os seguintes objetivos: a) Auxílio no combate à dengue e outras doenças; b) Auxílio com segurança na porta das Escolas Municipais; c) outras demandas necessárias. Continuando o Vereador Hugo Fernandes perguntou se quatro Vereadores se disponibilizam a ficar de plantão durante o mês de janeiro. Os Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, Genessi Rodrigues da Silva, Marcus Felipe Mercante Linhares e Carlos Magno da Silva Peres se prontificaram a ficar de plantão, o que foi aprovado por unanimidade. Por fim, disse que estamos terminando mais um ano legislativo e durante este ano, sendo que foram realizadas noventa e duas Sessões Legislativas, sessenta e seis Leis aprovadas, fizemos um trabalho com as duas servidoras da recepção de inserir todas as Leis no site da Câmara, foi feita a maior devolução da história da Câmara para a Prefeitura, totalizando o valor de R$ 445.000 (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), destacando que este trabalho é um fruto da parceria dos Vereadores com o trabalho dos servidores. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: O Vereador Hugo Fernandes solicitou que os dois projetos fossem votados em primeira e única votação, que foi aprovado por unanimidade. **01)** Projeto de Lei que Acrescenta os Parágrafos 7º e 8º do Artigo 17 da Lei Municipal nº 1.813, de 11 de março de 2019 e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte

emenda: **a) Emenda Modificativa:** Acrescenta no Art. 1º, § 7º ao Art. 17 da Lei Municipal nº 1.813 de 11/03/2019, passando a ter a seguinte redação: *"§ 7º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão consideradas as contribuições incidentes sobre verbas de caráter transitório que foram utilizadas como base para as contribuições ao regime próprio de previdência de Miracema até o mês de março de 2019, com cálculos definidos com base na Lei 10.887/2004."* Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.872, de 19 de dezembro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Acrescenta § 7º e § 8º ao artigo 17 da Lei Municipal nº 1.813, de 11 de março de 2019 com as seguintes redações: Art. 17 - (....) § 7º - Para o calculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão consideradas as contribuições incidentes sobre verbas de caráter transitório que foram utilizadas como base para as contribuições ao regime próprio de previdência de Miracema até o mês de março de 2019, com cálculos definidos com base na Lei 10.887/2004. § 8º - O previsto no parágrafo anterior não se aplica às verbas de natureza indenizatória. Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **02)** Projeto de Lei que promove Alterações na Legislação Municipal que trata e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.873, de 19 de dezembro de 2019. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA no uso das atribuições dispostas no inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal - LOM, faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Artigo 1º- Fica criado 01 (um) cargo em Comissão de Assessor Especial do Gabinete do Prefeito, símbolo de vencimento CC2, modalidade de recrutamento amplo, código CH-02, com atuação direta e restrita ao Gabinete do Prefeito, alterando o Anexo I da Lei 813/99, com atribuições gerais descritas no Anexo V da Lei 813/99. Artigo 2º - Fica alterado o símbolo de vencimento do cargo de Chefe da Seção de Tesouraria do Fundo Municipal de Assistência Social, para

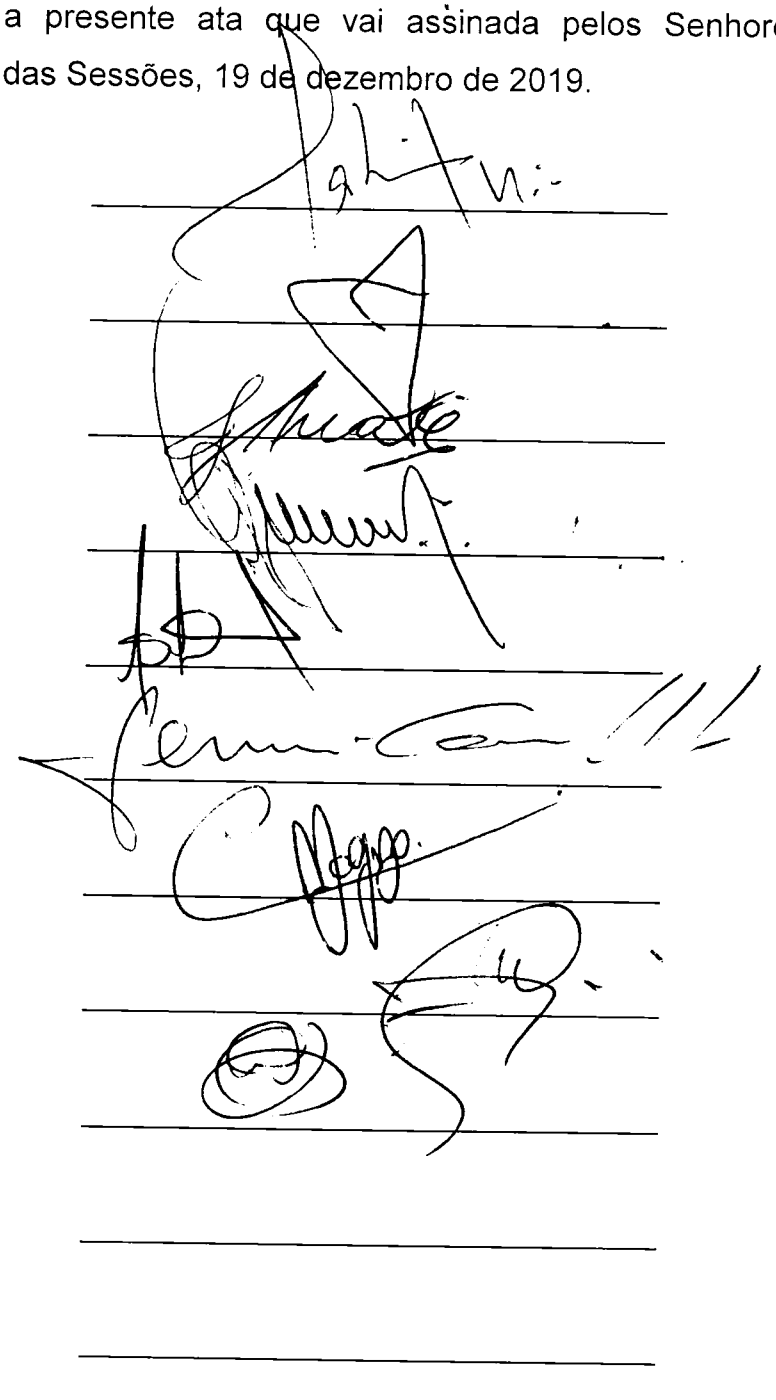
CC3, em razão do nível de responsabilidade exigido, código CH-01, modalidade de recrutamento amplo, alterando o Anexo I da Lei 813/99, com atribuições previstas no Anexo V da Lei 813/99. Artigo 3º - Fica criado um cargo em Comissão de Responsável pelo Expediente do Departamento de Tesouraria da Secretaria Municipal de Fazenda, código CH-01, símbolo de vencimento CC4, modalidade de recrutamento limitado a servidores efetivos, alterando o Anexo I da Lei 813/99, com atribuições na forma do artigo, passando a constar do Anexo V da Lei 813/99: Parágrafo Único: São atribuições do Responsável pelo Expediente do Departamento de Tesouraria da Secretaria Municipal de Fazenda: I – Promover o registro de toda a movimentação bancária no sistema informatizado de Tesouraria; II – Promover o controle da arrecadação via sistema e o fechamento das receitas para subsidiar o Diretor do Departamento na tomada de decisões; III - Elaborar relatórios acerca da movimentação das despesas e receitas; IV – Promover o controle dos processos de pagamento e sua movimentação dentro do Departamento de Tesouraria; V - Executar outras atividades correlatas. Artigo 4º - Fica alterado o símbolo de vencimento do cargo de Responsável pelo Núcleo de Apoio a Educação para CC3, cujas atribuições estão previstas na Lei 1733/17, alterando assim o Anexo I da Lei 813/99. Artigo 5º - Fica alterado o símbolo de vencimento do cargo de Chefe da Divisão de Apoio Técnico Didático e Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para CC3, mantendo suas atribuições previstas em lei, alterando o Anexo I da Lei 813/99. Artigo 6º - Fica alterado o símbolo de vencimento da função comissionada de Responsável pela Manutenção do Cemitério Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para CC3, código CH-02, modalidade de recrutamento limitado a servidores, alterando o Anexo I da Lei 813/99, cujas atribuições estão previstas no Anexo V da Lei 813/9. Artigo 7º – Fica alterado o símbolo de vencimento do cargo em comissão de Chefe da Seção de Operações, Ensino e Integração Comunitária, passando para CC3, código CH-01, modalidade de recrutamento limitado a servidores, alterando o Anexo I da Lei 813/99. Artigo 8º - Fica extinto 01 (um) cargo de chefe de seção, código CH-03, símbolo de vencimento CC5, do Anexo I - Quadro de Provimento em Comissão da Lei 813, de 15 de Dezembro de 1999.

Artigo 9º - Fica criada a função comissionada de Assessor de Apoio Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, símbolo de vencimento CC3, código CH-03, modalidade de recrutamento limitado a servidores, alterando o Anexo I da Lei 813/99, cujas atribuições de assessorar o Secretário Municipal de Educação no desenvolvimento das atividades administrativas, passando a constar do Anexo V da Lei 813/99. Artigo 10 - Fica criada a função comissionada de Responsável pelo Expediente da Capela Mortuária do Cemitério Municipal, símbolo de vencimento CC4, código CH-01, modalidade de recrutamento limitado, alterando o Anexo I da Lei 813/99, vinculado á Secretaria Municipal de Administração, cujas atribuições passam a constar do Anexo V da Lei 813/99, na forma do artigo: Parágrafo Único – São atribuições do Responsável pelo Expediente da Capela Mortuária do Cemitério Municipal: I – Registro e expedição de guias diversas das taxas de sepultamento; II – Controle dos processos em tramitação na Capela Mortuária; III – Controle do arquivo de todos os registros da Capela Mortuária. IV – Executar tarefas correlatas. Artigo 11 - Os §§ 3º e 5º do art. 16 da Lei nº 1.743, de 30 de novembro de 2017, passam a vigorar com as seguintes redações: Art. 16 ..... § 1º ..... § 2º ..... § 3.º Os outros dois membros da Comissão Permanente de Licitação poderão acumular as funções na Equipe de Pregão permanente. § 4º ..... § 5º A Comissão permanente de licitação será em número mínimo de 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação. Artigo 12 – Altera o inciso II do art. 19 da Lei nº 1.743, de 30 de novembro de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação: Art. 19 ..... I. ..... II. O Presidente da Comissão de Licitação perceberá, pelo exercício do cargo em comissão de "Presidente da Comissão de Licitação", o símbolo de vencimento CC-2, grupo de chefia CH-1, lotação na Secretaria Municipal de Licitação, Compras e Contratos. Artigo 13 – Altera a alínea "a" do inciso II do art. 21 e o §1º do art. 22 e acrescenta o §3º no art. 22, todos da

Lei nº 1.743, de 30 de novembro de 2017, passando a vigorar com as seguintes redações: Art. 21 ..... I. ..... II. ..... a) complexidade, inclusive no caso de obras e serviços de engenharia; b) ..... c) ..... Parágrafo Único. ..... Art. 22 ..... § 1º Excepcionalmente, poderá haver prorrogação do prazo a que se refere o artigo anterior, mediante justificativa, inclusive no caso de suspensão do processo, recursos e impugnações. § 2º ..... § 3º A comissão especial de licitação será em número mínimo de 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração, entendendo-se por servidor dos quadros permanentes os ocupantes dos cargos efetivos ou em comissão, regularmente nomeados e empossados, em pleno exercício do cargo. Artigo 14 – Altera o art. 29 da Lei nº 1.743, de 30 de novembro de 2017 e §2º do art. 30 da Lei 1.608, de 05 de Novembro de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação: Art. 29 Fica criado o cargo em comissão de "Diretor de Análise de Processos de Obras e Serviços de Engenharia", que perceberá pelo exercício do cargo em comissão o símbolo de vencimento CC-2, grupo de chefia CH-1, lotação na Secretaria Municipal de Licitação, Compras e Contratos. § 1º São atribuições do Diretor de Análise de Processos de Obras e Serviços de Engenharia: I. receber e analisar, ainda na fase interna, os processos licitatórios referentes a obras e serviços de engenharia; II. autorizar o prosseguimento do processo licitatório, após análise e manifestação sobre o projeto básico/termo de referência e seus elementos conforme as Leis Federais de Licitação nº 8.666/93 e nº 10.520/02, ou a legislação que vier a substituí-las; III. requisitar informações e documentos pertinentes ao projeto básico/termo de referência dos processos licitatórios de obras e serviços de engenharia; IV. determinar as alterações necessárias nos processos; V. colaborar e auxiliar na elaboração do projeto básico/termo de referência conforme as Leis Federais de Licitação nº 8.666/93 e nº 10.520/02, ou a legislação que vier a substituí-las; VI.

realizar outras atividades afins. § 2º O ocupante do Diretor de Análise de Processos de Obras e Serviços de Engenharia poderá ser nomeado para a comissão especial de licitação ou para a equipe especial de pregão, quando se tratar de processos licitatórios de obras e serviços de engenharia. ... Lei 1.608/2015 Art. 30 ... §2º O servidor efetivo integrante do QSE-CGM, investido no Cargo de Controlador Geral, perceberá o valor correspondente ao cargo em comissão e verbas salariais do cargo efetivo, tendo em vista as atribuições não serem excludentes. Artigo 15 – Ficam extintos 14 (quatorze) cargos efetivos de Ajudante de Obras e Serviços, código de classe.NE-03, símbolo de vencimento P.02, do Anexo IV – Grupo de Nível Elementar de Escolaridade da Lei 813, de 15 de Dezembro de 1999. Artigo 16 – Esta Lei possui adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Artigo 17 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos em 01 de Janeiro de 2020, ficando revogadas as disposições que lhe são contrárias. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva para fazer a entrega de uma Moção de Aplausos para a Associação Miracemense de Ciclismo, os parabenizando pela realização do Evento "2º Pedal de Natal", fazendo a alegria de diversas crianças. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que está muito feliz em fazer esta homenagem, pois podemos notar que essa Associação é um grupo de pessoas que se reuniu para praticar esportes e fazer bem ao próximo. Agradece a presença dos membros que estão aqui presentes, tendo a certeza de que eles representam toda a Associação. O Dr. Douglas, após cumprimentar todos, disse que gostaria de agradecer a Câmara Municipal, pois eles sempre foram muito bem recebidos, sendo que atualmente a Associação de Ciclismo de Miracema está servindo um modelo para outras cidades. Destacou que o Pedal de Natal é uma das melhores ações da Associação, pois eles ajudam diversas crianças, tendo a certeza de que o evento do ano que vem será muito maior. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes convidou o Vereador Aimoré da Silva Almeida para fazer a entrega de uma Moção de Aplausos ao Sr. Nilton Rodrigues Moreira Júnior, o parabenizando por ter conquistado o título de Vice-Campeão Capixaba. O Vereador Aimoré da

Silva Almeida disse que ficou muito feliz em fazer esta homenagem para o Sr. Nilton, destacando que ele também está fazendo um grande trabalho junto ao DER, sempre ajudando o Município de Miracema. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 03/02/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2019.



Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número noventa e sete, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios, Capítulo 13, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Carta Convite do COMMAM para reunião que será realizada na Emater-Rio; 02) Ofício nº 49/2014 –

CGPAE/DIRAE/FNDE respondendo ofício nº 0187/2014; O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para a Secretaria Municipal de Educação e uma cópia para a Secretaria Municipal Saúde para ciência que elas tomem ciência do referido. 03) Telegrama NºRef: 005532/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 04) Ofício GAB nº 366/2014 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei Complementar nº 042/2014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 05) Panfleto do Dentro de Treinamento e Apoio Municipal Ltda.; 06) Ofício Circular nº 32/2014 – PRS/GAP do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que se o carro estiver disponível no dia 02 de junho, gostaria de participar do Seminário mencionado; 07) Ofício PRS/SSE/CSP nº 14442/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 08) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Vanderlei Pereira de Almeida de autoria dos Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Maria José Marques Barros Andrade. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se todos os Vereadores estariam de acordo com a realização da votação deste Projeto de Resolução no dia de hoje, tendo em vista que o Título deveria ser entregue na quinta-feira. Todos os Vereadores concordaram; 09) Convite do Presidente da ALERJ para a o Ato Solene de Promulgação da PEC 66/2014. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Câmara Municipal precisa se organizar para participar das reuniões em que ela é convidada, assim perguntou qual Vereador poderia participar da reunião no dia 22 de maio, nesta quinta feira. O Vereador Gilson Teixeira Sales se prontificou a comparecer na reunião. O Vereador Hugo Fernandes informou que precisa indicar um Vereador para participar das reuniões do COMMAM representando a Câmara Municipal de Vereadores. O vereador Gutemberg Medeiros Damasceno se prontificou a participar das reuniões do COMMAM. Todos os demais Vereadores concordaram com a indicação do Vereador. Com isso, o Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um ofício ao COMMAM indicando o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno para representar o Poder Legislativo Miracemense. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João

Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no sentido de que seja envide esforços a fim de que seja realizada a reforma do Parque infantil localizado na Praça Dona Ermelinda, tendo em vista que alguns brinquedos se encontram enferrujados. Deferido. 02) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria de Defesa Civil e Segurança Pública, no sentido de que seja estudada a possibilidade da adoção de mão única na Rua ao lado do Asilo São Vicente de Paula, devendo a referida Secretaria avaliar qual seria o melhor sentido adotado. Deferido. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Educação, no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa as informações abaixo relacionadas: a) Se foi adquirido uniformes escolares, sendo que no caso de positivo, informar qual a modalidade de contração, bem como encaminhar cópia integral do procedimento; b) Informar qual a Empresa vencedora; c) Quantos itens fazem parte do referido kit; d) Quantos alunos foram beneficiados. Deferido. 04) Vereador Gideão Duarte Gonçalves em conjunto com o Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de viabilizar a construção de um Conjunto Habitacional para os Servidores Públicos Municipais, através de Convênio com a Caixa Econômica Federal. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Juarez Carroceiro para falar sobre algumas questões. Com a palavra, o Sr. Juarez, após cumprimentar todos os presentes, pediu ao Sr. Carlos Fernando para lhe representar, pois estava muito emocionado em utilizar a Tribuna da Câmara Municipal. O Sr. Carlos Fernando disse que o Sr. Juarez veio perguntar sobre o pedido de reforma do parquinho existente na Rua Laurindo Alvim Pereira, no Cruzeiro, bem como para saber o que está ocorrendo com o trabalho de retiradas de entulho no Município de Miracema, uma vez que os carroceiros miracemenses não estão realizando este serviço e acabam ficando sem trabalho. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que está estudando um projeto sobre uma possível criação de uma Cooperativa entre os carroceiros, pois a Prefeitura Municipal não possui condições de retirar os entulhos de todas as obras do Município. Disse que tem o objetivo de criar uma Cooperativa para que a Secretaria Municipal responsável pudesse realizar um apoio técnico aos carroceiros, entretanto esclarece que esta é a

sua opinião e sua sugestão sobre o assunto, mas gostaria de ouvir os outros Vereadores. O Sr. Juarez esclareceu que vai conversar com os outros carroceiros sobre esta sugestão. O Vereador Hugo Fernandes disse que é possível observar alguns pontos com entulhos no Município de Miracema, esclarecendo que a Prefeitura vem retirando estes entulhos, entretanto, acredita que a Prefeitura não possui a obrigação de retirar os entulhos e isto acaba atrapalhando o trabalho dos carroceiros. O Sr. Juarez esclareceu que recentemente recebeu uma multa no valor de R$ 1.103,66 (um mil cento e três reais e sessenta e seis centavos) da Prefeitura, entretanto não possui condições de pagar este valor e vai buscar seus direitos. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que o Sr. Juarez foi a primeira pessoa a ficar isenta de pagamento de IPTU durante este governo, sendo que ele deveria entrar em contato com a Prefeitura para esclarecer melhor a referida cobrança. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 07 (sete) Projetos de Lei e 01 (um) Projeto de Resolução: **01)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Vanderlei Pereira de Almeida. Autoria dos Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Maria José Marques Barros Andrade. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.189, de 19 de maio de 2014. **02)** Projeto de Lei Complementar que Revoga o subitem 12.1 e 12.2 do item 12 do art. 52 da Lei nº 798/99 que criou o Departamento de Auditoria Controle e Fiscalização e Orientação da Aplicação dos Recursos do FUNDEB e Programas da Educação e o departamento de Auditoria, Controle, Orientação e Acompanhamento do SIGFIS e Prestações de Contas, Revoga o artigo 1º e altera o artigo 2º, ambos da Lei Complementar 1.375/11 revoga o artigo 6º e altera o artigo 17, ambos da lei 1278/09. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **03)** Projeto de Lei que Altera o inciso II do § 1º, do art.9º da Lei Complementar Nº 1.453/2013, consoante permissivo capitulado pelo art.84, VI, "a", da CF/88 e art.145, VI "a", da CE, por simetria, e em respeito ao previsto no art.81 da LOM, por imperiosa necessidade administrativa. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura do Parecer do Assessor Jurídico. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou vista do referido Projeto de Lei, o que foi deferido pelo Vereador Presidente Hugo Fernandes. **04)** Projeto de Lei que Dá Nome de José de Freitas da

Silva a uma via pública da cidade. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que o Projeto fosse votado em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi Aprovado por unanimidade, dano origem a Lei nº 1.509, de 19 de maio de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Faço saber que a Câmara Municipal Decreta e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica denominada José de Freitas da Silva a Rua Projetada, na RJ 116 (Miracema/Laje de Muriaé), ao lado da marcenaria do Senhor PC, que dá saída para a passagem de madeira que atravessa o Ribeirão Santo Antônio, com a Avenida Carvalho, no Bairro Bervely, nesta cidade. Art. 2º- Fica o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar a referida placa. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **05)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a atuação do Poder Público Municipal na prevenção e combate à pedofilia e pornografia infantil em sua base territorial Município de Miracema – RJ. Autoria: Vereador Gilson Teixeira Sales. Foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Supressiva:** Suprimir o Inciso II do Artigo 4º. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Supressiva:** Suprimir a palavra "cartaz" do Inciso III do Artigo 4º. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que existe uma Legislação Federal e Estadual que dispõe sobre o tema, assim gostaria de saber se as referidas Legislações foram observadas. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que se baseou nas Legislações Federal e Estadual, realizando apenas algumas adequações para adequá-lo ao Município. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **06)** Projeto de Lei que Institui a Ronda Escolar no Município de Miracema. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que seu objetivo é passar segurança para os alunos e suas respectivas mães. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que está de acordo com o Projeto apresentado. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que este será um trabalho inerente ao Secretário de Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública. **07)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a realização semestral de Inspeção Sanitária e Coleta de água. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que a última inspeção de água foi realizada

foi no ano de 2010, assim possui o objetivo de que elas sejam realizadas regularmente. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **08)** Projeto de Lei Complementar que Altera o disposto no Artigo 52.2.2.1 e seção I Artigo 57 ambos da Lei 798/99; altera o artigo 1º da Lei 1308 de 19 de abril de 2010 e seu § 1º e dá outras providencias. Autoria do Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que este cargo de Diretor não seria propriamente um Diretor, pois ele é uma espécie de auxiliar do Procurador Geral, acrescentando que o cargo é importante e não pode ser extinto, destacando que o Projeto de Lei em votação está apenas alterando a nomenclatura do referido cargo. Em primeira votação o Projeto de Lei foi Aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que hoje recebeu um documento de suma de importância para os Vereadores, pois foi garantido judicialmente o livre acesso dos Vereadores às informações relativas ao governo municipal. Dessa maneira, vai entregar este documento ao líder do governo para que ele dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal sobre a decisão ocorrida no Município de Natividade. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Maria Rodrigues, em virtude seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Helcia de Alvim Tostes, em virtude seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. José Fernando, em virtude seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, esclareceu que existe uma Lei Federal determinado que todos os Vereadores possuem o direito à informação. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Legislador Federal precisa estudar uma maneira de resolver os problemas que vem ocorrendo nas licitações, uma vez que as empresas estão combinando a participação nas licitações antes dos procedimentos. Disse que enfrentou um problema com a compra de uma ambulância, mesmo tendo comprado uma ambulância com todos os equipamentos necessários, acreditando que foi vítima desta situação. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que esta é uma situação muito complicada, pois fica difícil produzir provas contra as empresas e quem acaba sendo penalizado são os gestores públicos. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves elogiou a postura tomada pelo Vereador Paulo Sérgio de Azevedo na reunião com o Sr. Prefeito Municipal, pois manteve sua postura firme em relação a todos os assuntos tratados. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo agradeceu as palavras do Vereador Gideão Duarte

Gonçalves, destacando que é muito difícil obter as informações dos Secretários. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que não entende os motivos pelos quais os Prefeitos Municipais e os Secretários não gostam de responder as solicitações dos Vereadores. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo por sua postura como Líder do Governo e como Presidente da Comissão de Legislação. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 22/05/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 22 de maio de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e noventa da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres e Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Daniel, Capítulo 02, Versículos de 01 à 04. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 16 de setembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que Denomina Rua José Eurípedes Leite, uma via pública do Município, de autoria do Vereador Genessi Rodrigues da Silva; 02) Projeto de Lei que Denomina Rua José Selvo Leite, uma via pública do Município, de autoria do Vereador Genessi Rodrigues da Silva; 03) Projeto de Lei que Dispõe sobre mecanismo de inibição da violência contra a mulher no Município de Miracema, por meio de multa contra o agressor, em caso de utilização de serviços prestados pelo Município, de autoria do Vereador Maurício Sant'Ana Soares; 04) Panfleto sobre uma Palestra "Entendendo Metas Fiscais: Reflexões sobre o Anexo de Metas Fiscais do Estado do Rio de Janeiro"; 05) Ofício nº 832/GEXCGT/INSS do Instituto Nacional do Seguro Social respondendo o ofício nº 248/2019; 06) Ofício nº 178/2019 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública; 07) Ofício nº 681/19 do Ministério Público da Tutela Coletiva – Núcleo Santo Antônio de Pádua. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Empresa FRIGOMAIS Frigorífico Ltda. - Solicitação no sentido de que seja esclarecido a esta Casa Legislativa o que está

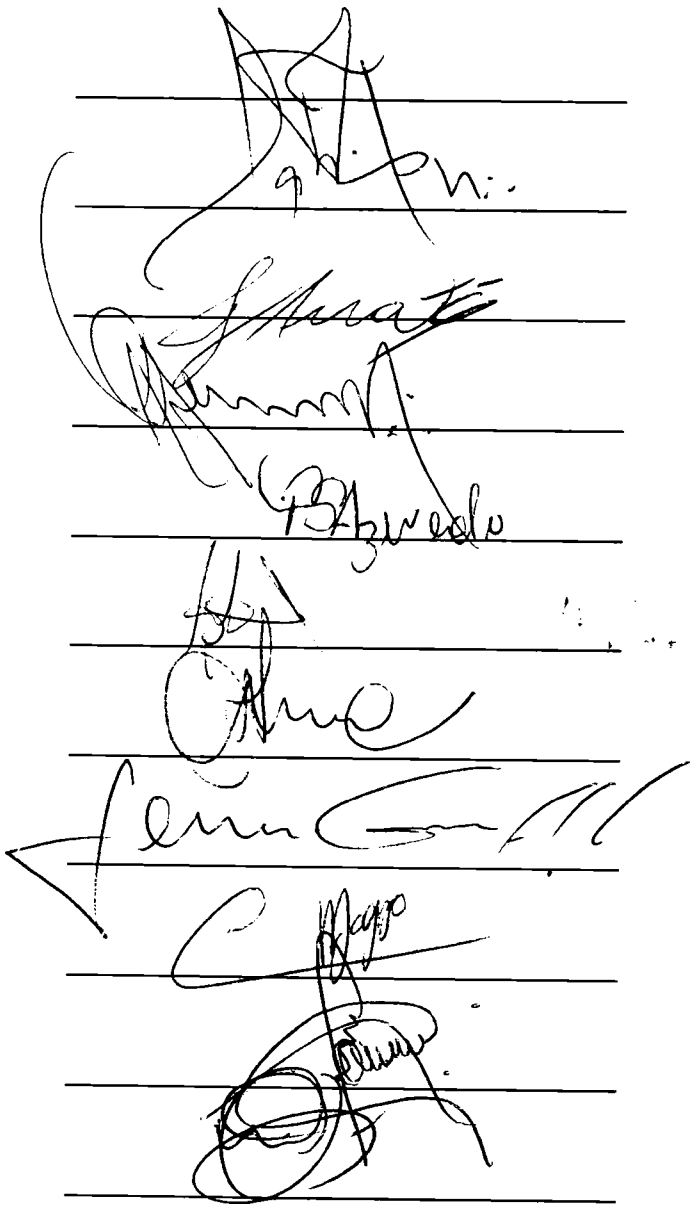
sendo feito e quantos empregos foram gerados após a autorização de uso do bem imóvel Centro Administrativo da Unidade de Beneficiamento de Arroz pela Lei 1.775 de 21 de junho de 2018, tendo em vista que a autorização visava o fomento da atividade industrial do Município de Miracema e havia o encargo de gerar, no mínimo, mais 20 empregos diretos, efetivando contratação, preferencialmente, de mão de obra local. Aprovado. 02) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que os adicionais estabelecidos nos artigos 81 e 82 da Lei 796 de 1999 (transcritos abaixo) sejam pagos de forma automática, ou que seja criado um cronograma para a realização dos referidos pagamentos, como forma de ser feita justiça aos servidores. *"DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO Art. 81 - Cada período de 5 (cinco) anos de efetivo exercício dá ao servidor direito a adicional de 5% (cinco por cento) sobre seu vencimento básico do cargo efetivo. Art. 82 - O servidor, ao completar 30 (trinta) anos de serviço ou, antes disso, se implementado o interstício necessário para aposentadoria integral, terá direito a adicional de 5% (cinco por cento) incidente sobre o vencimento".* Deferido. 03) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Superintendente da CEDAE - Solicitação no sentido de que seja viabilizada a extensão de rede de água nas Ruas do Morro da Pedrada, onde existem residências prontas ou em construção. Deferido. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a recuperação e manutenção da parte elétrica da Quadra de Esportes do Distrito de Venda das Flores, tendo em vista que a referida quadra de esportes se encontra com problemas na iluminação e isso vem impedindo os moradores de realizar as atividades esportivas e culturais. Deferido. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a colocação de duas manilhas na rede de esgoto localizada ao lado do CREAS, no Distrito de Venda das Flores. Deferido. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Aplausos para as Dras. Laila Elias Mansur e Tamara Oliveira Cândido as parabenizando pela inauguração do "Escritório de Advocacia Elias Mansur" e desejando muito sucesso nessa nova empreitada. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 07) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Aplausos para o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Sr. Harley Oliveira, e

todos os demais membros, os parabenizando pela excelente organização da XI Conferência Municipal Democrática de Assistência Social, realizada no dia 17/09, no Clube XV. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 08) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Aplausos para o Secretário Municipal de Assistência Social, Sr. Sérgio Amim, e toda sua equipe, os parabenizando pela excelente organização da XI Conferência Municipal Democrática de Assistência Social, realizada no dia 17/09, no Clube XV. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Aplausos para a Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal Democrática de Assistência Social, a parabenizando pela excelente organização da XI Conferência Municipal Democrática de Assistência Social, realizada no dia 17/09, no Clube XV. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 10) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que sejam instaladas placas de "Proibido Jogar Lixo" nos terrenos baldios do Município de Miracema, tendo em vista que as pessoas acabam jogando seus lixos nesses terrenos, causando mal cheiro e muito transtorno aos moradores das proximidades. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Pequeno Expediente. Inscrito o Vereador Maurício Sant'Ana Soares para falar sobre a indicação do Projeto de Lei que Regulamenta no Âmbito do Poder Executivo Municipal, a Carga Horária dos Servidores Profissionais de Enfermagem, traz atribuições especificas dos servidores lotados nas Unidades ESF (Estratégia da Saúde da Família) e dá outras providências. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu a presença de todos, pois sabe que muitos deixaram seus afazeres para estarem aqui somando forças, neste momento de grande importância, quando oficialmente estou dando início nesse grandioso e relevante projeto. Esclareceu que todos nós sabemos quão importante é o setor de saúde para nossa população, pois para a maioria é a única alternativa para consultas, exames e tratamento de suas respectivas enfermidades. Dessa forma, vai encaminhar um projeto pautado na integridade, na legalidade e principalmente na constitucionalidade. Continuando, disse que o projeto na íntegra são 73 artigos, com parágrafos e incisos, então fez um resumo do projeto para que vocês possam entender melhor. Disse que no artigo 1º são as atribuições dos profissionais pertencentes à Estratégia da Saúde da Família, sem prejuízo de

outras previstas em normativo Federa e ou Estadual são as seguintes, sendo que são 27 atribuições e deveres desses profissionais que é igual ao item 4.1 da Portaria 2436/2017 do Ministério da Saúde. No artigo 2º fica estabelecido a carga horária de 30 (trinta) horas semanais para os cargos de enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem, ressalvados os casos previstos nesta lei. Os servidores profissionais de enfermagem lotados nas Unidades de estratégia Saúde da Família deverão cumprir carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. O artigo 3º diz que o trabalho dos servidores profissionais de enfermagem, quando exercido em escala de plantão, deverá respeitar: A jornada de plantão, de escala de 12 horas, com descanso de 36 horas e 24 horas, com descanso de 72 horas. Sendo que os Plantões serão publicados pelo Chefe do Poder Executivo por portaria e os plantonistas serão indicado pelo Chefia imediata. Os plantonista só terão direito a horas extras quando ultrapassada a carga horária de 48 horas semanais. Informou que o artigo 4º estabelece que é devido a título de compensação mensal pela carga horária de 40 horas semanais ou pelo exercício dos plantões de 12 ou 24 horas o ACH (adicional de carga horária) aos servidores da enfermagem. Conforme segue: Enfermeiro 1/3 no valor do vencimento P 34, Técnico de enfermagem 1/3 do P 22 e Auxiliar de enfermagem 1/3 do P 15. Sendo que esses padrões de vencimentos são de base inicial de cada categoria. Disse que os plantões poderão ser realizados em qualquer dia da semana inclusive sábado, domingo e feriado. Informou que no 5º ficou estabelecido que os servidores ocupantes dos cargos de enfermeiro e que estejam efetivamente desempenhado suas atividades nas equipes da Unidade Estratégia da Saúde da Família farão jus ao Adicional Saúde da Família AESF no valor de 600,00 reais, sendo que esse valor já é direito adquirido, reajustado anualmente conforme a tabela de aumento linear. No artigo 6º fica estabelecido que farão jus aos recebimentos dos referidos adicionais previsto nesta lei os servidores municipais que estejam no exercício de suas atribuições. Considera-se efetivo exercício, para efeito desta lei os afastamento em virtude de: Férias, casamento, falecimento de familiares, júri o outros serviços obrigatório por lei, licença maternidade, paternidade, licença de funcionário acidentado em serviço, licença de funcionário atacado de doenças profissionais e licença médica para tratamento da própria saúde limitado à 120 dias por ano. O artigo 8º estabelece que as atribuições especificas dos enfermeiros ESF

(Estratégia da Saúde da Família) sem prejuízo de outras previsto na legislação de Miracema e em Legislação Federal. Por fim, informou que está encaminhando a indicação com o Projeto de Lei para o Prefeito Municipal, para a Secretaria Municipal de Saúde e para o Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema e vai aguardar ansioso ele retornar para esta Casa Legislativa para que possa ser realizada sua votação. Dessa forma, agradeceu o espaço concedido e a presença dos servidores na Sessão, esclarecendo que este foi o primeiro passo de uma batalha vitoriosa, pois sabemos da responsabilidade que é lidar com a vida humana. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou o Vereador Maurício pela atitude e espera que ele consiga lograr êxito na tramitação do projeto. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que está muito feliz em fazer parte desta Casa Legislativa, pois os Vereadores têm abraçado todos os projetos que são em prol ao servidor. Continuando, parabenizou o Prefeito Municipal por estar tendo a sensibilidade de valorizar o servidor público e parabenizou o Vereador Maurício pela apresentação dessa indicação, sendo que percebeu que a referida indicação está dentro da lei, inclusive respeitando o Regime Jurídico dos Servidores, assim tem a certeza que o Chefe do Poder Executivo vai encaminhar esse projeto para a Câmara rapidamente. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu o Controle Interno do Município de Miracema, na pessoa do Dr. Rodrigo que ajudou muito na formalização do Projeto de Lei. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que o Prefeito Municipal está sendo muito justo com os servidores, pois já foram aprovados inúmeros projetos do Executivo que estavam valorizando os servidores. Destacou que o Vereador Maurício está sempre trabalhando em prol dos servidores e que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final estará à disposição para confeccionar o parecer referente ao Projeto de Lei em tempo recorde. O Vereador José Augusto Martins parabenizou o Vereador Maurício pela apresentação do Projeto, o Prefeito por estar valorizando diversos funcionários e os servidores por estarem sendo reconhecidos em suas funções. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire deseja que a tramitação do Projeto tenha êxito junto ao Governo e parabenizou o Vereador Maurício pela apresentação. O Vereador Fabrício de Sá Xavier parabenizou o Vereador Maurício pela projeto e parabenizou toda a equipe da saúde. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que vai entregar o ofício ao Prefeito pessoalmente. Agradecendo a presença de todos o Sr.

Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 23/09/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 19 de setembro de 2019.



Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número setenta e quatro, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Alexandre Barbosa Machado**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Coronel Pedro Bastos, nº 614, Distrito de Venda das Flores, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Alexandre Machado Barbosa, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Mateus, Capítulo 05, Versículos de 01 a 10. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício Circular nº 008/2014 – PRS/GAP do Tribunal de contas do Estado do Rio de Janeiro. Os Vereadores Hugo Fernandes e Genessi Rodrigues da

Silva solicitaram cópia deste ofício; 02) Ofício nº 039/2014-GAB do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto Lei nº 004/2014 que dispões sobre Autorização do Poder Executivo para Utilizar os Veículos do Transporte Escolar Municipal para Realização do Transporte de Estudantes da Zona Urbana e Educação Superior. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício Presidência/Jurídico nº 22/2014 da Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos de Miracema-RJ, respondendo ofício nº 0034/2014; 04) Ofício Rio Solidário nº 028/2014, respondendo ofício nº 1024/2013. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 05) Comunicado nº CM000653/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 06) Agradecimento do Sr. Joubert Rodrigues de Oliveira pela Moção de Pesar recebida. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste agradecimento; 07) Ofício PMM/GAB nº 050/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal. o Vereador João Siqueira Magalhães solicitou cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Fernandes - Solicitação no sentido de que sejam incluídos na Ordem do Dia, em Regime de Urgência Simples, os Projetos de Leis: a) que Institui a Política Municipal do Cooperativismo no Município de Miracema; b) que Revoga o inteiro teor da Lei Municipal Nº 1.213, de 30 de junho de 2008, que dispõe sobre a autorização de doação de imóvel do Município no Polo Industrial II e; c) que Revoga a Lei Municipal Nº 1.294, de 21/12/2009. Autoira: Sr. Prefeito Municipal. Conforme é estabelecido no Artigo 145 do Regimento Interno: "*O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário*". O Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o requerimento em votação. O Requerimento foi aprovado por unanimidade. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - À Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua e à Câmara Municipal de São José de Ubá - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa um requerimento solicitando que seja realizado o asfaltamento do trecho que liga o Município de Miracema ao Município de São José de Ubá, que será de grande importância para o escoamento de produtos agrícolas de ambos os Municípios. Esclarecemos que a Câmara Municipal de Miracema já fez este pedido anteriormente, entretanto não foi atendida, por isso solicitamos a colaboração de sua Casa Legislativa para que possamos ter o pedido

atendido. Aprovado. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Gerente Regional do Polo Noroeste da AMPLA, Sr. José Américo Daher Rocha - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a instalação de rede elétrica no Conjunto Habitacional do Carrapichão, tendo em vista que os moradores que residem no local estão cadastrados nos programas Sociais do Governo Federal. Aprovado. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja doado um Veículo Ambulância para a APAE do Município de Miracema. Dessa maneira, será proporcionado um maior conforto aos Munícipes atendidos por esta honrosa instituição. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Institui a Política Municipal do Cooperativismo no Município de Miracema. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguintes emenda: **a) Emenda Aditiva:** Acrescenta ao Artigo 18 a seguinte redação: Art. 18 - Os membros do COMCOOP terão participação de igual poder e através de eleição terão mandato de 2 (dois) anos, ***podendo ser prorrogado com eleição por igual período***. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.479, de 20 de fevereiro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do Art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Capitulo I DA POLÍTICA MUNICIPAL DO COOPERATIVISMO Art. 1º- Fica instituída a Política Municipal do Cooperativismo no Município de Miracema. Art. 2º- Entende-se como Política Municipal do Cooperativismo o processo decorrente das atividades exercidas pelo Poder Público ou privado de interesse público. Art. 3º- O Poder Público Municipal, atuará de forma a estimular as atividades das cooperativas, nos termos da Lei, criando um sistema de sustentação e facilidade para o continuo crescimento a atividade cooperativista, desde que devidamente amparada por Lei. Art. 4º- Nos processos licitatórios promovidos pelo Município para prestação de serviços, obras, compras, publicidades, alienações e locações, poderão participar as Cooperativas legalmente constituídas conforme a orientação do Tribunal de Contas do Estado e da Lei Federal 5.764/71. Art. 5º- Caberá ao Poder Executivo prestar assistência educativa, técnica e estabelecer incentivos financeiros para a criação e o desenvolvimento do sistema cooperativo miracemense em parceria com instituições pública e privada. Art. 6º- O sistema municipal de ensino incentivará o cooperativismo por meio de: I - do desenvolvimento da cultura cooperativista; II - das práticas pedagógicas com fins

cooperativistas; III - da utilização dos estabelecimentos públicos municipais de ensino pelas sociedades cooperativas para fins de programação em comum. Capitulo II DAS SOCIEDADES COOPERATIVISTAS Art. 7º- Serão consideradas Sociedades Cooperativistas aquelas que estiverem devidamente registradas junto aos órgãos legais, nos termos da Legislação Federal pertinentes. Art. 8º- Para funcionamento no âmbito do Município, as Cooperativas deverão estar constituídas de acordo com a Legislação Federal e Estadual, e estarem devidamente registradas na OCERJ - Organização e Sindicato das Cooperativas no Estado do Rio de Janeiro. Capitulo III DOS OBJETIVOS Art. 9º- Os objetivos das cooperativas serão os definidos em seus respectivos Estatutos Sociais, obedecendo-se à Legislação Federal, em especial à Lei Federal nº 5.764, de 16/12/1971 e Lei Federal 9.867, de 10/11/1999, sendo obrigatória a utilização da expressão "Cooperativa". Art. 10- As Sociedades Cooperativas deverão estar registradas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJ, e inscritas no órgão fazendário Estadual e demais órgãos a fins. Capitulo IV DOS Estímulos Creditícios Art. 11- O Poder Executivo buscará implantar mecanismos de incentivo financeiro às Cooperativas, viabilizando a constituição, manutenção e desenvolvimento do sistema cooperativo no Município. Art. 12- O Município deverá criar o Fundo de Incentivo às Cooperativas, que buscará recursos em órgãos Estaduais, Nacionais ou Internacionais para serem aplicados no desenvolvimento das Cooperativas. Capitulo V DO SISTEMA TRIBUTÁRIO Art. 13- As operações realizadas entre Cooperativas, com referencias aos atos cooperados, serão isentas da incidência de qualquer tributo de competência do Município desde que não represente renuncia de recursos. Art. 14- È assegurado as Cooperativas regularmente constituídas na forma da Lei Federal 5.764/71, e de acordo com o contido nos artigos 5º e 8º desta Lei, o desconto autorizado na folha de pagamento das contribuições estatutárias e demais débitos, a favor das Cooperativas, de titularidades dos servidores públicos, ativos e inativos, e dos pensionistas, associados das Cooperativas, por livre opção destes, desde que essa obrigações estejam respaldadas em Estatuto Social, decisão assemblear ou instrumento de credito. DO CONSELHO MUNICIPAL DO COOPERATIVISMO Art. 15- Fica criado o Conselho Municipal do Cooperativismo - COMCOOP, composto, de forma paritária por representantes do Poder Executivo e das entidades cooperativistas registradas na OCERJ. Parágrafo Único - As deliberações do COMCOOP serão tomadas em forma de Resolução, por Deliberação da maioria simples, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o voto de desempate. Art. 16- O COMCOOP definirá as políticas públicas a serem adotadas pelo Município em prol

do desenvolvimento das Cooperativas. Art. 17- Os membros do COMCOOP poderão receber remuneração por participação em reuniões ordinárias e extraordinárias, autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo e a participação no Conselho será função pública relevante. Art. 18- Os membros do COMCOOP terão participação de igual poder e através de eleição terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado com eleição por igual período. Capitulo VII DAS CONSIDERAÇÃOES FINAIS Art. 19- O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da sua publicação. Art. 20- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. **02)** Projeto de Lei que Revoga o inteiro teor da Lei Municipal Nº 1.213, de 30 de junho de 2008, que dispõe sobre a autorização de doação de imóvel do Município no Polo Industrial II. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que o Município de Miracema retomará a posse do terreno que não foi utilizado pela mencionada Empresa, sendo que na própria Lei que estabelece a doação está disposto que se a Empresa não utilizasse o terreno ele seria devolvido ao Município. O Vereador João Siqueira Magalhães acrescentou que a Lei permitindo a realização de doações estabelece que as Empresas que não obedecerem às regras devolveriam os terrenos automaticamente, não precisando de outra Lei para realizar a anulação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.480, de 20 de fevereiro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e, eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo Inciso III, do Art 81 da Lei Orgânica, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica revogado o inteiro teor da lei Municipal Nº 1.213, de 30 de junho de 2008. Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrario. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **03)** Projeto de Lei que Revoga a Lei Municipal Nº 1.294, de 21/12/2009. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.481, de 20 de fevereiro de 2014. O Prefeito do Município de Miracema, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município , promulga e a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei: Art. 1º- Fica revogada a Lei Municipal Nº 1.294, de 21 de dezembro de 2009. Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que as caixas de som localizadas Rua Marechal Floriano vem atrapalhando o comércio e, principalmente, um curso de inglês, pois uma das caixas de som está localizada ao lado da janela do curso, atrapalhando as aulas. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que as músicas são tocadas apenas entre o natal e o final de ano, mas desta vez isto acabou

se estendendo. O Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitou Moção de Aplausos para a jovem miracemense Isadora Poeys Fonseca, filha da exemplar Professora Municipal Maria Lannes e do Ex-Secretário de Fazenda (gestão 2005/2008) Márcio Fonseca, por ter conquistado o primeiro lugar no vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, para o concorridíssimo Curso de Medicina. Isadora, saiba que "a diferença entre o possível e o impossível está na vontade de cada um de nós." Você provou isso mantendo seu foco, sua garra e determinação. Parabéns! Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou urgência na votação do Projeto de Lei que trata dos ônibus, pois ele é de grande relevância. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se todos os Vereadores estariam de acordo em realizar a primeira e única votação do Projeto na próxima segunda-feira. Todos os Vereadores concordaram com esta sugestão. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para a Médica Dra. Debora de Souza – Psicóloga, pelos relevantes serviços prestados junto à Casa de Saúde São Sebastião e pela geração de emprego e renda no Município de Miracema. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Médico Dr. Felipe Salomão – Cardiologista, pelos relevantes serviços prestados junto à Casa de Saúde São Sebastião e pela geração de emprego e renda no Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Benísio Proença, pela inauguração de seu novo empreendimento de refrigeração. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier e Alexandre Barbosa Machado irão assinar esta Moção. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que a situação do Sr. Ortelino, anteriormente mencionada nesta Casa, foi resolvida com o auxílio do Secretário Municipal de Saúde que não mediu esforços para ajudá-lo. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o as Contas referentes ao Exercício de 2012 serão votadas na próxima quinta-feira, dia 27 de fevereiro e, por isso, pede que todos os Vereadores estejam presentes na reunião. Acrescentou que as manifestações anônimas que vem ocorrendo na internet são um absurdo, pois as acredita que as pessoas que vem utilizando este meio de manifestação são covardes, uma vez que não se identificam. Por fim, disse que as manifestações precisam acontecer, mas as pessoas devem se identificar e mostrar respeito com o próximo. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 24/02/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da

Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quarenta e nove da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 100, Versículos de 01 à 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Comunicado FNDE nº 1581/2019 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 02) Memorando PMM/SMT nº 119/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, respondendo os ofícios nº 024/2019 e 034/2019; 03) Memorando PMM/SMT nº 120/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, respondendo o ofício nº 023/2019; 04) Ofício dos Médicos do Pronto Socorro de Miracema. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza no Coreto localizado na Comunidade de Areias, bem como, em frente à Escola Municipal da referida Comunidade, tendo em vista que os locais estão cheios de entulhos. Deferido. 02) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou uma Moção de Aplausos para o Instituto Municipal de Miracema (Miracemense) o parabenizando por ter completado 90 anos de idade. Todos os Vereadores irão assinar a Moção. 03) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a varrição do Campo Santo (parte de trás do Cemitério) de Miracema.

Deferido. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Educação - Considerando a importância da educação para construção de um futuro promissor para nossos Munícipes; Considerando ser notório que essa Secretaria vem dando relevância para os prédios onde são instaladas as escolas e locais de ensino; Considerando que instalações seguras possibilitam menores riscos de acidentes. Encaminho solicitação no sentido de que sejam instalados corrimãos na Escola Ferreira da Luz, especificamente nas escadas que vão para o segundo pavimento. Deferido. 05) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À COOPCREAM - Solicitação no sentido de que sejam colocados aproximadamente uns nove latões de lixo ao longo da Vila Muniz e próximos das Casas Populares do Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que existem diversos pontos com entulhos. Deferido. 06) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja colocado uma lixeira ou um latão na Rua Salvador Ciuffo, Bairro Rodagem, em frente ao orelhão. Deferido. 07) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma limpeza no parquinho, localizado na Rua José Monteiro de Barros, no Bairro do Hospital. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares solicitou que os dois projetos fossem votados em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. **01)** Projeto de Lei que Dá nome de SENADOR ALTIVO MENDES LINHARES ao Paço Municipal histórico, situado na Praça Ari Parreiras nº 171, no Município de Miracema. Autoria: Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que o Sr. Altivo Mendes Linhares foi seu avô e deixou diversas obras em prol do Município de Miracema, inclusive o prédio da Prefeitura, assim acredita que esta seria uma justa homenagem para ele, pois ele deixou um bom legado na história do Município. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou o Vereador Marcus Felipe pelo projeto, frisando que inclusive a Rua Direita também deveria se chamar Rua Altivo Mendes Linhares. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.810, de 20 de fevereiro de 2019. O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRACEMA, Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica denominado de Senador Altivo Mendes

Linhares o Paço Municipal histórico, situado na Praça Ari Parreiras nº 171, nesta cidade. Art. 2º - Fica o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar a referida placa. Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar na Lei nº. 1.806, de 18 de Dezembro de 2018 (LOA 2019), na forma do artigo 41, inciso I e em conformidade com o disposto no artigo 43, § 1º, inciso III, todos da Lei Federal nº. 4.320/64 c/c com o artigo 25 § 1º, I e § 2º da LRF. Autoria: Prefeito Municipal. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que a Prefeitura deveria encaminhar uma prestação de contas, depois do Carnaval, para explicar para a Câmara Municipal como esta verba foi utilizada. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que discorda da não realização do carnaval por conta da falta de segurança, pois de acordo com as falas nas redes sociais, esse é um ponto muito negativo do Município. Por fim, disse que vai aguardar a prestação de contas para saber onde a verba será utilizada. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que mesmo diante das dificuldades financeiras do Município, o Chefe do Poder Executivo está buscando uma forma de ajudar os bairros, sendo que o carnaval é uma data marcante no Município e de certa forma não vai passar em branco. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que gostaria de votar créditos adicionais para as áreas de saúde e educação, entretanto sabemos que, em época de festas, a segurança pública prefere fortalecer a segurança em cidades praianas ou com maior fluxo de pessoas. Esclareceu que vê a boa intenção do Prefeito e esteve conversando com algumas pessoas responsáveis pelos blocos carnavalescos e pode perceber que eles já tinham feito investimentos. O Vereador José Augusto Martins disse que ano passado não teve carnaval, mas nos bairros existiram festas e as pessoas participaram com muita paz e tranquilidade, assim deseja que as pessoas possam participar das festas com muita alegria e paz. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que existe uma grande camada da nossa cidade que não quer a realização do carnaval, mas percebe a flexibilidade do Prefeito em ajudar a parte que gosta das festas, destacando que existe a previsão de chegada de recursos para a área da saúde. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que na sua opinião o culpado pela não realização do carnaval é falta de segurança oferecida pelos órgãos competentes, pois o efetivo policial de Miracema acaba sendo deslocado para outras cidades, entretanto, caso aconteça

alguma tragédia a culpa fica sendo sempre dos políticos. Destacou que essa é uma forma de incentivar a cultura no Município e que nos dois primeiros anos de governo também foi realizado o carnaval nos bairros. Acrescentou que discorda das agremiações que não sejam organizadas possam receber a verba, sendo que o dinheiro deveria ser destinado para agremiações que tenham no mínimo um CNPJ, pois a parte fiscal da Prefeitura deveria exigir esta organização. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que o carnaval nunca vai acabar, pois é uma festa tradicional brasileira e que a decisão do Prefeito é muito delicada, sendo que nesse ano o Brasil já passou por duas grandes tragédias, assim se o Prefeito decide fazer o carnaval e ocorre alguma fatalidade seria uma tragédia para o Município de Miracema. O Vereador Aimoré da Silva Almeida acrescentou que hoje os policiais de Miracema trabalham muito e, se eles não estivessem fazendo seus trabalhos, a situação seria muito pior. Destacou que no dia a dia a situação em relação à violência está controlada e que a ordem vem do Comando Geral e não do 36º Batalhão, pois ao invés de aumentarem o efetivo em outras cidades, eles preferem deslocar os policias do interior. O Vereador Hugo Fernandes destacou que a ordem sobre o efetivo policial realmente vem do Estado e os policiais de Miracema trabalham até além do que deviam, mas nesta época do ano são deslocados para outras cidades. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.811, de 20 de fevereiro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprova e, eu Prefeito Municipal de Miracema, sanciono a seguinte lei: Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar na Lei nº. 1.806, de 18 de Dezembro de 2018 (LOA 2019), na forma do artigo 41, inciso I, da Lei Federal nº. 4.320/64, para contemplar as despesas conforme descrito na tabela abaixo, no valor total de R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais):

Item	Descrição	Dotação Orçamentária	Valor
1	Subvenções Sociais SMC	02.13.13.122.0247.2.243.000 - 3.3.50.43.00 - 559	R$ 30.000,00
Total			**R$ 30.000,00**

Artigo 2° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Suplementar são provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o

disposto no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320/64 c/c o artigo 25, § 1º, I e § 2º da Lei Complementar nº. 101/2000, na forma da tabela abaixo, no valor total de R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais):

Item	Descrição	Dotação Orçamentária	Valor
1	Reserva de Contingência	02.05.99.999.0999.9.999 - 9.9.99.99.99 - 207	R$ 30.000,00
Total			**R$ 30.000,00**

Artigo 3º - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do Artigo 42 da Lei Federal nº. 4.320/64. Artigo 4º - Fica alterado o Anexo G7, da Lei nº. 1.806, de 18 de Dezembro de 2018 (LOA 2019), passando o valor total da subvenção social, destinada pelo Prefeito, a Associação Cultural da Colina, para R$ 65.000,00 (Sessenta e Cinco Mil Reais). Artigo 5º - Ficam as alterações aqui tratadas devidamente aditadas ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Artigo 6° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições que lhe são contrárias. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Tribuna Livre. Inscrita a Sra. Gleice Vaz Feijó, Secretária Municipal de Saúde para falar sobre algumas questões referente ao P. U., inclusive sobre o ofício encaminhado para esta Casa Legislativa Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, a Sra. Gleice esclareceu que veio prestar alguns esclarecimentos sobre a decisão que tomou. Esclareceu que a situação financeira está muito complicada e precisava realizar algum tipo de economia, sendo que o recurso que a saúde está recebendo dos governos Federal e Estadual não está sendo suficiente para sanar todas as necessidades. Acrescentou que no mês de dezembro passou por uma situação onde alguns médicos plantonistas se recusaram a trabalhar no domingo legando que o Município não estava pagando os plantões, sendo que só conseguiu resolver este problema com o pagamento do plantão à vista. Com isso, percebeu que, apesar de toda a ajuda que a Prefeitura está oferecendo para o Hospital, a recíproca da parte dos médicos de Miracema não está acontecendo. Dessa maneira, a seguinte situação foi pensada: como a Secretaria possui oito médicos efetivos plantonistas, sendo que seis estão em exercício, pensou em colocar um médico efetivo de plantão em cada dia da semana e um outro contratado para fazer o plantão por doze horas ao dia, assim o médico ficaria

sozinho apenas por doze horas. Esclareceu que, com isso, estamos pedindo uma ajuda dos médicos com a mudança de algumas agendas e organização, pois sabemos que mesmo que existam dois médicos de plantão, nunca existiu dois médicos em atendimento no Pronto Socorro. Acrescentou que não tomou nenhuma atitude sem fazer uma pesquisa na região, pois na maioria dos Municípios o trabalho de plantão é realizado por apenas um médico, sendo que em dias de maior movimento o plantão é realizado por dois médicos. Destacou que o pronto socorro virou um grande ambulatório, por isso precisamos fazer o fortalecimento da atenção básica, pois a falta desse serviço sobrecarrega o pronto socorro. Acredita que todas as equipes dos PSF's estão estruturadas, nem que seja com uma equipe mínima, assim o primeiro atendimento nestas unidades poderia diminuir a demanda do P.U. Dessa maneira, é possível perceber que estamos tomando diversas medidas para reduzir o atendimento do P.U., deixando os médicos descansados para atender os fatos que são emergências. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire perguntou se os contratados continuarão sendo pagos. A Sra. Gleice disse que sim, mas será feita uma economia de aproximadamente vinte e dois mil reais. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire acredita que deixando o plantão para apenas um médico durante 12 horas seria um risco muito grande, caso ocorresse a ocorrência de duas emergências. A Sra. Gleice disse que realmente existe o risco, mas a Secretaria atualmente não pode arcar com os custos de dois médicos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou que se houver um óbito na residência de algum munícipe, o médico plantonista precisa ir em sua residência atestar o óbito, assim o P.U. ficaria sem ninguém de plantão. A Sra. Gleice disse que existem muitas hipóteses que podem gerar risco, mas não pode trabalhar pensando que todos os problemas vão acontecer ao mesmo tempo. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se todos os postos estão funcionando corretamente. A Sra. Gleice esclareceu que estava faltando um médico no Pontilhão do Rosa, mas uma médica foi contratada e começará na segunda feira. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire perguntou se existe alguma outra forma de fazer economia. A Sra. Gleice disse que já pensou em várias situações, mas não encontrou outra saída. O Vereador Hugo Fernandes disse que uma solução seria a de cada secretário rever a folha de horas extras e retirar o pagamento dos funcionários que não realizam as horas extras para realizar uma economia e sobrar verba para a área

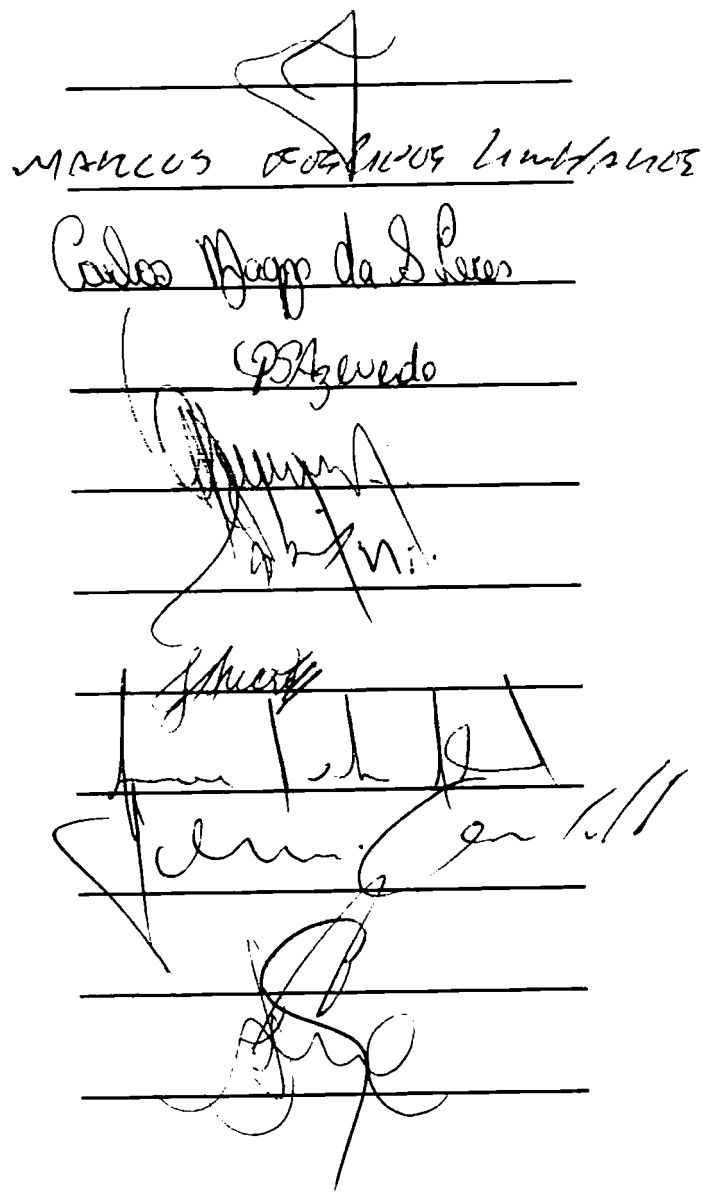
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

da saúde. Esclareceu que infelizmente acabou gerando um problema para a Secretaria de Saúde e o Município deveria custear alguns valores com verba própria. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire perguntou se não poderia aguardar o funcionamento efetivo dos PSF's e a demanda do P.U. diminuir para que esta decisão seja tomada, pois as consequências serão do Prefeito e da Secretaria. O Vereador Hugo Fernandes disse que pelo que entendeu não existe outra solução, pois a parte financeira está crítica e os médicos estão sem receber, assim ficam desmotivados a virem trabalhar em Miracema. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a parceria com o Hospital de Miracema só beneficia o Hospital e nunca o Governo. Perguntou como que a Prefeitura faz o repasse para o Hospital. A Sra. Gleice disse que a situação com o Hospital é um contrato, assim eles prestam os serviços e a Prefeitura faz o repasse do valor necessário. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares percebe que o P.U. ainda é a salvação do atendimento de saúde de Miracema, pois os pacientes chegam no local, são atendidos e voltam para suas residências devidamente medicados, sem gastar nada. Por fim, destacou que está aqui para ajudar e percebe que o trabalho da secretária está sendo realizada de forma séria. A Sra. Gleice frisou que o documento partiu da necessidade de existir um médico efetivo de plantão por dia na semana, sendo que a confusão não nasceu por conta do tempo do plantão. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que entrou em contato com a Secretaria de Saúde ontem e foi atendido muito bem pelo funcionário Bruno, sendo que hoje conversou com a Gleice. Destacou que não existe ligação entre o P.U. e Hospital de Miracema, pois ambos são distintos. Acrescentou que, como uma administradora, a Secretária está agindo com prudência, pois o pagamento já ficou atrasado anteriormente e os médicos se negaram a trabalhar, sendo que a situação pode melhorar com o passar do tempo. Entende que o Hospital de Miracema precisa se reinventar e oferecer melhores serviços, pois a população está procurando as cidades vizinhas por conta da falta deste serviço. Esclareceu que sempre existiram excelentes médicos em Miracema e o Município era referência, entretanto atualmente isso mudou. Contudo, temos uma nova geração de médicos, que estão com uma visão diferente. Por fim, disse que realmente precisamos realizar uma revisão das horas extras dos funcionários e vai apurar algumas informações, pois alguém lhe disse que existem pessoas com mais de um vínculo de trabalho com o município. O Vereador

Genessi Rodrigues da Silva percebe o trabalho que vem sendo realizado pela Secretária de Saúde, sendo que ela atende todas as pessoas com um grande carinho. Destacou que nesse momento precisamos sentar e dialogar com os médicos, pois acredita que está sendo tomada uma atitude precipitada, esclarecendo que no documento deu a entender que o médico ficaria de plantão sozinho durante 24 horas. Por fim, perguntou se existe algum plano em relação ao período de carnaval. A Sra. Gleice esclareceu que além dos plantonistas, existe a ideia de uma equipe a disposição para sair e realizar os atendimentos que forem necessários. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que o Hospital poderia se doar um pouco e sentar para conversar no sentido de ajudar o município e os munícipes. A Sra. Gleice acredita que eles se precipitaram um pouco em encaminhar este ofício. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que a Secretária está fazendo bem quando pensa na responsabilidade com os gastos da secretaria, pois o país está exigindo uma responsabilidade com a gestão pública, assim ao perceber que a secretaria não está tendo condições de arcar com seus custos, é preciso reduzir as despesas. Por fim, perguntou qual é a carga horária de cada médico. A Sra. Gleice disse que cada médico concursado possui a carga horária de 24 horas por semana. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou qual seria o horário em que dois médicos ficariam de plantão. A Sra. Gleice disse que inicialmente a ideia é deixar os dois médicos de oito horas da manhã até as oito horas da noite, mas podemos mudar os horários nos finais de semana. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que o debate sobre essa situação precisa ser bem feito, sendo que poderia ser realizada uma reunião com os médicos, Prefeito, Secretária de Saúde e a Comissão de Saúde da Câmara, com o objetivo de melhorar o atendimento médico. Acredita que se não fosse pela ajuda do Prefeito, o Hospital de Miracema já teria fechado as portas, dessa forma os médicos poderiam ajudar a Saúde do Município também. Por fim, disse que quando este documento chegou na Câmara criou-se uma situação de alarde, pois a maioria da população de Miracema depende do atendimento do PU. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou um requerimento á Secretaria Municipal de Saúde, no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma manifestação sofre o ofício dos Médicos do Pronto Socorro de Miracema que segue em anexo. Esclarecemos que a manifestação por escrito servirá como base para que a Comissão de Saúde da

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Câmara Municipal possa responder esse grupo de médicos. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença da Secretária de Saúde para explicar a situação. A Sra. Gleice disse que nossa ideia é pedir um pouco de ajuda, pois quando existe alguma emergência os médicos não atendem em seus consultórios particulares, acreditando que eles recorreram à Câmara porque isso pode atrapalhar a vida profissional particular de cada um. Por fim, disse que pode até tomar alguma atitude equivocada e depois corrigir, mas não pode ficar inerte diante da situação. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 25/02/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2019.

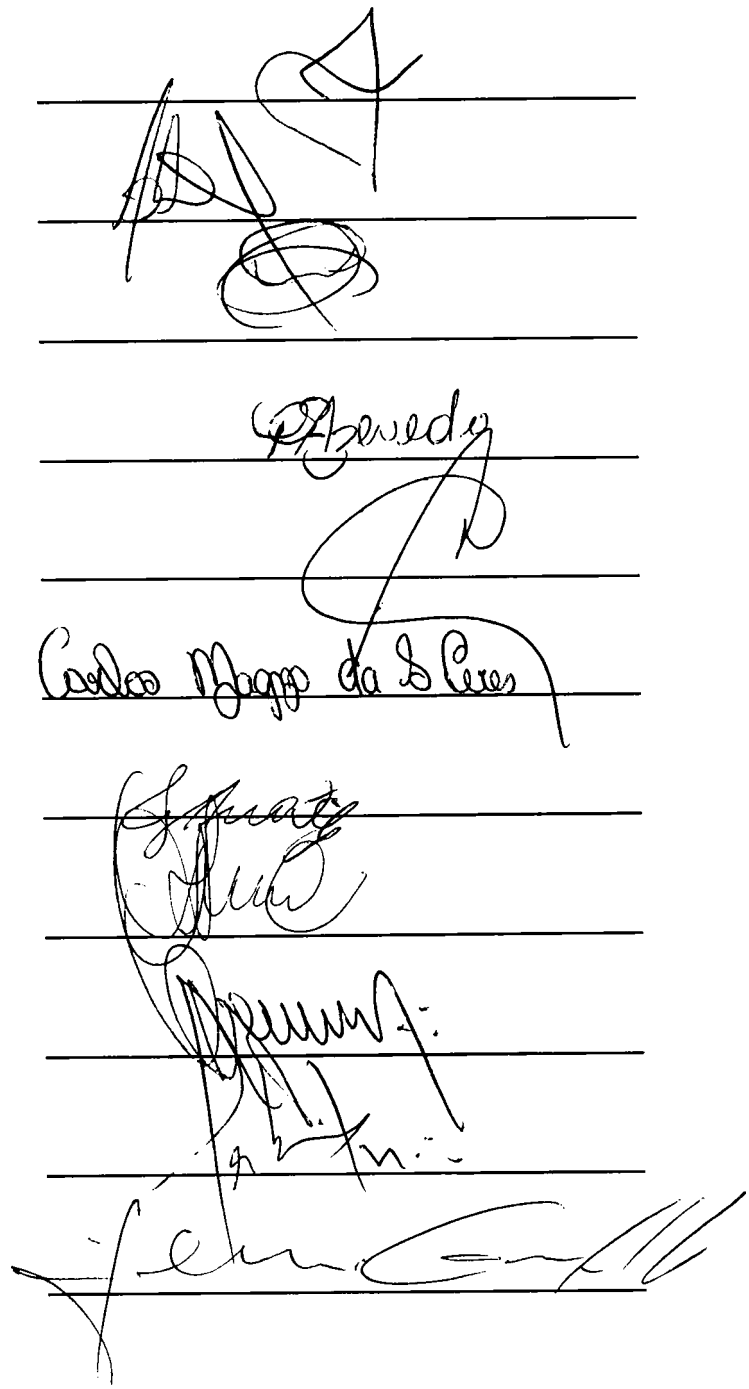


Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, com o objetivo de prestar uma homenagem às Mães pelo seu dia, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Pastor Gustavo e os membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia para que possa ser feita a leitura de um texto bíblico e depois entoar um cântico. Em sequência, convidou a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire para utilizar a palavra e fazer uma homenagem a todas as mães. A seguir, convidou os Vereadores para fazerem uma homenagem a Vereadora desta Casa Legislativa Sra. Maria Alessandra Leite Freire, pois ela é uma excelente representação das mães miracemenses dentro da Câmara Municipal. Continuando, o Sr. Presidente, após cumprimentar todos os presentes, informou que o objetivo principal da reunião era prestar uma homenagem às mães miracemenses em comemoração ao Dia das Mães. Dessa forma, estamos reunidos com a graça de Deus, para mais uma vez prestarmos uma homenagem às mães pelo seu dia. Hoje é um dia de grande importância para nós, pois a Câmara Municipal de Miracema se sente honrada em prestar estas homenagens às mães, aqui hoje representadas por vocês. Todos nós sabemos o real significado da mãe, na condução do seu lar, na educação de seus filhos e no sustento de suas famílias. A mãe, mulher incomparável, desempenha um papel fundamental no

alicerce e formação das futuras gerações, não só pelo poder de gerar filho, como também pela capacidade de conduzir sua educação através de seu exemplo seu carinho e sua dedicação. Parabéns a todas as mães. Agora vamos dar início a entrega dos Diplomas das MÃES, as ilustres homenageadas. 01) Convidou o Vereador Paulo Cesar da Cruz de Azevedo, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Marluce de Barros Farinazzo Cordeiro. 02) Convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Luciana Annibal Fernandes Magalhães. 03) Convidou o Vereador Aimoré da Silva Almeida, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Babila Nepomuceno. 04) Convidou a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Maria de Lourdes Brito Zacarias. 05) Convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Silvia Regina Berêta Botelho Benedicto. 06) Convidou o Vereador Carlos Magno da Silva Peres, para fazerem a entrega do Diploma a Sra. Jane Paula da Silva Benedito. 07) Convidou o Vereador Maurício Sant' Ana Soares, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Maria Lúcia Costa da Silva. 08) Convidou o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares para fazer a entrega do Diploma de Mãe do Ano a Sra. Carmem Lúcia Abreu da Silva. 09) Convidou o Vereador Fabrício de Sá Xavier, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Vanessa Gonçalves Titonelli. 10) Convidou o Vereador José Augusto Martins, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Penha Brandão Moraes. 11) Convidou o Representante da FAMIRA, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Maria das Graças da Silva Salustiano. 12) Convidou o Prefeito Municipal Clovis Tostes de Barros, para fazer a entrega do Diploma a Sra. Ana Maria Lima de Barros. 13) Convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, Vice-Presidente para ocupar a Presidência, enquanto farei a entrega do Diploma a Sra. Sônia de Fátima Reis da Silva. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 23/05/2019, às 19 horas. Convidou também os presentes, para um coquetel que seria servido em seguida, no recinto, em comemoração ao Dia das Mães. Nada mais havendo

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 20 de maio de 2019.



Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número setenta e nove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno e João Siqueira Magalhães. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios, Capítulo 15, Versículo 01. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 110/2013 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 010/2014; 02) Ofício PMM/SEFAZ nº

027/2014 da Secretaria Municipal de Fazenda solicitando documentos. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Gideão Duarte Gonçalves, Maurício Sant'Ana Soares e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 03) Ofício nº 189/14 da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Santo Antônio de Pádua. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 04) Ofício SEFAZ CG nº 257/2014 da Secretaria de Estado de Fazenda respondendo ofício nº 0689/2013. Os Vereadores Hugo Fernandes e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 05) Projeto de Lei que Concede Revisão Geral Linear de Vencimentos e Salários, conforme art. 37, X da Constituição Federal, ao Pessoal do Quadro da Câmara Municipal de Miracema, de autoria da Mesa Diretora; 06) Ofício Circular nº 12/2014 – PRS/GAP do Tribunal de Contas do Estado do RJ; 07) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao Mês de Fevereiro de 2014; 08) Telegramas NºRef: 003669/MS/SE/FNS, 006339/MS/SE/FNS, 003668/MS/SE/FNS e 002306/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal – Reiteração - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Educação no sentido de que seja enviado para esta Casa Legislativa o Projeto de Lei que regulamenta os uniformes escolares em Colégios da Rede Pública Municipal. Deferido. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Reiteração - Solicitação com vistas Secretaria Municipal de Fazenda no sentido de que seja realizada a correção no prazo de validade das Certidões Negativas de Débito, tendo em vista que o referido prazo de validade sempre foi de 180 (cento e oitenta) dias e o Art. 380, inciso V da Lei nº 1.453 de 2014 (Código Tributário) possui números divergentes, conforme observado abaixo: *Art. 380. Os prazos de validade das certidões de que trata este Título são os seguintes, e deverá ser consignado pelo servidor no documento: (...) V - negativa de débitos, 90 (sessenta dias).* Deferido. 03) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Presidente da Liga Desportiva de Miracema - Solicitou no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa a Relação dos Atletas que participarão do Campeonato Brasileiro de Futebol sub-17 representando o

Município de Miracema, bem como as datas de nascimento, o comprovante do endereço e o comprovante de matrícula em Instituição de Ensino dos respectivos atletas. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves votou contra o requerimento. Os demais Vereadores aprovaram o requerimento. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que no passado já votou a favor da participação de atletas de outros municípios no time de Miracema. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que não é contra a contratação de jogadores de fora do Município, sendo que sua preocupação é limitação deste número. 04) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Secretário de Ciências e Tecnologia Gustavo Tutuca - Considerando que o Pré-Vestibular Social é totalmente gratuito, inclusive o material didático; Considerando que o Pré-Vestibular Social já atendeu 15.635 (quinze mil, seiscentos e trinta e cinco pessoas); Considerando que o Pré-Vestibular Social abrange 34 municípios do Estado do RJ; Encaminho solicitação no sentido de que seja instalado em Miracema um Polo para a realização de aulas para o Pré-Vestibular Social no intuito de beneficiar os nossos munícipes que desejam ingressar na Universidade. Aprovado. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Presidência do FUNDEB - Reiterando pedido de prestação de contas do FUNDEB. Deferido. 06) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Ministério do Desenvolvimento Social - Solicitação em conjunto com a Federação das Associações de Moradores do Município de Miracema (FAMMIRA), no sentido de que envide esforços a fim de que seja construída uma Unidade do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) no Distrito de Paraíso do Tobias, no Município de Miracema, uma vez que atualmente a grande demanda de população do referido Distrito precisa se deslocar até a sede do Município para usufruir deste atendimento. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Maurício Monteiro para falar sobre o Código Tributário. Com a palavra, o Sr. Maurício esclareceu que o Rotary, o Lyons e a Maçonaria decidiram ingressar com uma representação no Conselho da Magistratura contra o Novo Código Tributário do Município de Miracema, tendo em vista que existe uma grande reclamação dentro do Município. Por isso, veio esclarecer que esta atitude não está sendo tomada contra o atual Prefeito Municipal e nem contra os

Vereadores, mas sim contra o aumento dos impostos. Por fim, disse que a festa do Carnaval foi muito bem organizada, destacando que nenhuma autoridade municipal teve culpa nos acontecimentos ocorridos. Disse que o grande problema de Miracema foi o êxodo rural que aconteceu, pois todos os moradores rurais se mudaram para o Centro do Município, aumentado a assim a densidade populacional Destacou que fatos ocorridos em relação à segurança não são culpa do governo, destacando que no Rotary existem pessoas de diversos interesses partidários. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que o Governo Federal deveria realizar um empenho maior para que os agricultores e proprietários de terra continuassem a ter interesse em permanecer em suas terras, sendo que um agricultor lhe disse que veio compra seu milho porque não vale a pena plantar. O Vereador Maurício Monteiro acredita que o problema social do Município não será resolvido com o aumento da segurança e sim com a criação de empregos e renda. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que também não concordou com o Código Tributário. O Vereador Maurício Monteiro disse que não possui nenhum interesse político no assunto, sendo que também realizou diversas críticas ao governo passado, pois foram cometidas diversas falhas. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que existem alguns Projetos a serem votados para que sejam instaladas Empresas no Município de Miracema, assim serão criadas oportunidades de empregos. Por fim disse que as alterações no Código Tributário que precisam ser feitas serão realizadas, entretanto a implementação do novo Código Tributário foi necessária, sendo que algumas pessoas estão reclamando sem nenhuma razão. O Sr. Maurício Monteiro disse que alguns aumentos foram absurdos e que um médico depositou o valor do imposto em juízo e vai ingressar com uma ação judiciária. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se foi um médico quem depositou o valor do imposto em juízo para posterior discussão. O Vereador Maurício Monteiro esclareceu que sim, mas não gostaria de informar o nome dele. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu o Dr. Maurício Monteiro pela presença esclarecendo que a Câmara Municipal está sempre à disposição dos Vereadores. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrita a Sra. Marise Mota Félix para falar sobre o Posto de Saúde onde trabalhou. Com a

palavra, a Sra. Marise, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que teve o privilégio e a alegria de trabalhar como auxiliar de serviços gerais do Pronto Socorro, destacando que esta experiência foi muito importante. Acrescentou que os profissionais que lá trabalham merecem mais amor, mais carinho e mais atenção, pois convivem com as situações mais inusitadas, assim acredita que existem diversos pontos a serem melhorados no Pronto Socorro. Com isso, convidou os Vereadores para acompanharem um dia de serviço no Pronto Socorro, uma vez que os políticos precisam tomar mais conhecimento dos fatos que ocorrem dentro da unidade. Esclareceu que teve a felicidade de trabalhar no pronto socorro durante um ano e três meses, entretanto, por estar impossibilitada de trabalhar por problemas de saúde acabou sendo demitida, destacando que em nenhum momento forjou um atestado médico. Informou que ficou sete dias sem ir trabalhar por problemas de saúde e acabou sendo substituída, sendo que as pessoas não deveriam ser tratadas como peças e sim como gente. Por fim, disse que veio agradecer todos os funcionários do Pronto Socorro pela convivência, bem como agradecer a oportunidade dada pelo governo. Destacou que saiu de cabeça erguida de seu emprego, pois sempre trabalhou com muito carinho e dedicação, assim pede que para que os funcionários sejam olhados com carinho, pois eles muito educados e dedicados ao seu trabalho. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo parabenizou a Sra. Marise pela sua fala e perguntou se ela acredita que sua demissão foi por conta dos atestados médicos. A Sra. Marise esclareceu que entregou dois atestados médicos para justificar suas faltas, um por dois dias e outro por sete dias, sendo que sempre procurou a realizar qualquer tipo de serviço que fosse solicitado. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que os médicos fornecem atestados com prazos pequenos, pois acabam ficando sem coragem em fornecer um atestado maior, pois em alguns casos os próprios médicos divergem sobre o tempo em que as pessoas precisam para se recuperar. A Sra. Marise destacou que não veio discutir sobre sua demissão, agradecendo a preocupação do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Por fim disse que sua capacidade de trabalho está além do que serviço que lhe foi apresentado. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu as palavras da Sra. Marise, esclarecendo

que a Câmara Municipal está sempre de portas abertas. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 06 (seis) Projetos de Lei: O Vereador Hugo Fernandes solicitou que os Vereadores definissem se os Projetos de Lei seriam votados em primeira e única votação. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que é preciso gerar empregos para o Município de Miracema, pois esta é uma necessidade urgente da população. O Vereador Paulo Sérgio se Azevedo solicitou que todos os Projetos fossem votados em primeira e única votação. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que todos os Projetos presentes na Ordem do Dia são de extremo interesse para o Município de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes colocou em votação se os Projetos seriam votados em primeira e única votação. Todos os Vereadores aprovaram a primeira e única votação dos Projetos. **01)** Projeto de Lei que Institui o Programa Municipal de Desenvolvimento Sustentável - PRODES - Cria o Fundo Municipal do Desenvolvimento Sustentável e dá outras providencias. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.483, de 20 de março de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do Art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica instituído o Programa Municipal de Desenvolvimento Sustentável - PRODES, como instrumento de promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável, através de programas especiais de capacitação empreendedora e financiamento com os seguintes objetivos: I - Promover a legalização dos trabalhadores informais; II - Aumentar as oportunidades de emprego através da criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação de pequenos negócios, formais e informais, através de empréstimos financeiros aos empreendedores; III - Elevar a qualidade de vida da população pela criação de fontes de renda segura e consistente, que proporcione sustentação às famílias de empreendedores, principalmente as de baixa renda; IV - Promover a capacitação e qualificação gerencial de empreendedores e gestores de pequenos negócios, visando aprimorar suas aptidões e assegurar acesso à inovação tecnológica que lhes garantam maior eficiência produtiva e competitividade no mercado. V -

Oferecer infra-estrutura para facilitar escoamento da produção e possibilitar o acesso dos pequenos empreendedores ao sistema de comercialização; VI - Viabilizar a participação de pequenos negócios, formais e informais em feiras e exposições onde quer que sua presença possa contribuir para o desenvolvimento de suas atividades; VII - Apoiar e estimular a criação de organizações e mecanismos de microcrédito. VIII - Buscar parcerias público privadas com objetivo de capacitar e legislar os empreendedores. Art. 2º- Para implementação e operacionalização do Programa Municipal de Desenvolvimento Sustentável - PRODES - fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável - FUNDES, que não terá natureza jurídica de autarquia, estando diretamente subordinado a Secretaria Municipal de Planejamento. I - Não será concedido empréstimo pelo FUNDES aos projetos de comercialização de armas e de mercadorias ilegais; II - A Prefeitura Municipal de Miracema, definirá local e horário para inscrição dos interessados. Art. 3º- Os Recursos arrecadados através do FUNDES serão administrados pela Secretaria Municipal de Planejamento. § 1º - Fica autorizada a aplicação de 20% (vinte por cento) dos recursos arrecadados através do FUNDES no custeio do PRODES. § 2º - A Secretaria Municipal de Planejamento será responsável pela operacionalização e administração das medidas necessárias à implementação do PRODES podendo para tanto, na forma da Lei, firmar convênios, contratar serviços, estabelecer parcerias e adotar as iniciativas indispensáveis ao bom cumprimento dos objetivos compreendidos por tais ações, fazendo uso de seus recursos institucionais, daqueles disponíveis no âmbito do governo municipal e dos que forem destinados na presente Lei. CAPITULO II - DAS FONTES DE RECURSOS - Art. 4º- Constituirão recursos do FUNDES: I - O produto resultante de 2% (dois por cento) sobre todos os valores de pagamento realizados pelo Município de Miracema, relativo ao fornecimento de bens, serviços e contratação de obras, creditados automaticamente ao FUNDES; II - O produto resultante de 2% (dois por cento) sobre as receitas do Município de Miracema; III - Doações de pessoas físicas e jurídicas, entidades publicas e privadas que desejem participar do PRODES; IV - Amortizações dos empréstimos concedidos; V - juros e quaisquer outros rendimentos eventuais; Parágrafo Único:

Ficam excluídos dos valores mencionados no inciso I deste artigo os pagamentos relativos a: I - Serviços Públicos explorados por concessão dispensados de procedimento licitatório para a contratação com o Município; II - Pagamentos e adiantamentos aos servidores públicos municipais; III - Pagamentos inferiores a R$ 5.000,00 (cinco mil reais). CAPITULO III - DA CRIAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDES - Art. 5º- A supervisão do FUNDES será exercida pelo Conselho Consultivo do PRODES ao qual compete: I - Auxiliar no estabelecimento de limites globais e individuais para a concessão de financiamentos observadas as disponibilidades do FUNDES; II - Sugerir prazos de amortização e carência, bem como os encargos dos empréstimos e multas por eventual inadimplemento contratual; III - Analisar mensalmente as contas operacionais do FUNDES, por meio de balancetes, alem de avaliar os resultados e propor medidas de aprimoramento de suas atividades. Art. 6º- O Conselho a que se refere o Art. 5º terá a seguinte composição: I - Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento que atuará na condição de Presidente; II - Um representante da Secretaria de Fazenda que atuará na condição de Vice-Presidente; III - Um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Miracema; IV - Um representante do SEBRAE; V - Um representante do Poder Legislativo; VI - Um representante da Associação dos Contabilistas do Município de Miracema; VII - Três representantes do Poder Executivo. CAPITULO III - DA CRIAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDES - Art. 7º- O Poder Executivo Municipal regulamentará e criará condições legais necessárias para que os recursos previstos no Art. 4º sejam assegurados com vistas à capitalização e operacionalização do PRODES. Parágrafo Único - Compete ao Poder Executivo Municipal autorizar despesas referentes ao custeio da Administração do PRODES. Art. 8º - O mandato do Presidente e Vice-Presidente será de 2 (dois) anos consecutivos podendo ser prorrogado por igual período. Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação. **02)** Projeto de Lei que dispõe sobre Alteração do Título II, Capítulo VII, em seu artigo 19; artigo 20, e Título IV, Capítulo I, Artigos 190, 191, da Lei 1.412 de 20 de dezembro de 2012 e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto

de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.484, de 20 de março de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art. 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art 1º - Ficam alterado os incisos I, II, III, IV, V, VI e acrescentado os incisos VII e VIII do artigo 19 da Lei 1.412/2012 ; altera o § 1º e acrescenta os § 3º § 4º e § 5ºno artigo 19 da lei 1.412 de 20/12/12 passando a ter a seguinte redação: Art. 19 – (...) I. LMP – Licença Municipal Prévia: licença concedida na etapa inicial do planejamento do empreendimento ou atividade impactante, aprovando a localização e criação do mesmo, atestando ser viável ambientalmente, garantindo a adequação do projeto às normas ambientais e de uso/ocupação do solo, estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes para evitar potenciais impactos ambientais na fase de instalação. O prazo de validade desta licença será de no mínimo o estabelecido na elaboração do projeto, plano ou programa e de no máximo 5 (cinco) anos. II. LMI – Licença Municipal de Instalação: autoriza o início da implantação do empreendimento ou atividade, estabelecendo condicionantes para que potenciais impactos ambientais decorrentes de sua instalação sejam mitigados ou evitados. A validade desta licença será de no mínimo o estabelecido no cronograma de instalação e de no máximo 6 (seis) anos. III. LMO – Licença Municipal de Operação: autoriza a operação do empreendimento ou atividade impactante, após a verificação do efetivo cumprimento dos requisitos exigidos e mediante atendimento a condições estabelecidas para garantir que todas as medidas de controle ambiental necessárias sejam devidamente adotadas em conformidade com as normas vigentes. A validade da licença é de no mínimo 4 (quatro) anos e no máximo de 10 (dez) anos neste último caso, se comprovado a implementação voluntária de programa eficiente de gestão ambiental. IV. LMPI – Licença Municipal Prévia e de Instalação: ato administrativo que, em uma única fase, o órgão ambiental atesta a viabilidade ambiental e aprova a implantação de empreendimentos ou atividades, estabelecendo as condições e medidas de controle ambiental que deverão ser observadas nos casos especificados no Art. 12 do Decreto Estadual 42.159/09. A LMPI, tem seu prazo de validade de no mínimo o estabelecido no cronograma de

instalação do empreendimento ou atividade e no máximo de 6 (seis) anos. V. LMIO – Licença Municipal de Instalação e Operação: ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental aprova, concomitantemente, a instalação e a operação de atividade ou empreendimento, estabelecendo as condicionantes e medidas de controle ambiental que devem ser observadas na sua implantação e funcionamento, nos casos especificados no Art. 13 Decreto Estadual 42.159/09. O prazo de validade desta licença é de no mínimo de 4 (quatro) anos e no máximo de 10 (dez) anos. VI. LMAS – Licença Municipal Ambiental Simplificada: é destinada às atividades de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental. É uma licença única que estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser realizadas pelo empreendedor para localizar, instalar, ampliar e operar atividades ou empreendimentos considerados de baixo impacto e que utilizam recursos ambientais. As especificações dos empreendimentos que poderão receber esta licença estão no Decreto Estadual 42.159/09. Seu prazo de validade é de no mínimo de 4 (quatro) anos e no máximo de 10 (dez) anos. VII. LMAR - Licença Municipal Ambiental de Recuperação: licença que aprova a remediação, recuperação, descontaminação ou eliminação de passivo ambiental existente, na medida do possível, e de acordo com os padrões técnicos exigíveis, em especial aqueles em empreendimentos ou atividades fechados, desativados ou abandonados. O prazo de validade desta licença será no mínimo o estabelecido pelo cronograma de recuperação ambiental do local e no máximo de 6 (seis) anos. VIII. LMOR – Licença Municipal de Operação e Recuperação: ato administrativo mediante o qual, o órgão ambiental autoriza a operação da atividade ou empreendimento concomitante com a recuperação ambiental de passivo em sua área, caso não haja risco à saúde da população e dos trabalhadores. O prazo de validade desta licença não poderá ultrapassar 6 (seis) anos. § 1º As licenças ambientais poderão ser averbadas para registro de alterações quando cumpridos os requisitos exigidos pelo órgão ambiental previstos em regulamento especifico, nas seguintes hipóteses. I – Titularidade; II – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, III – Endereço do representante legal do empreendimento ou atividade; IV - Técnico responsável; V – Condições de validade com base em

parecer técnico do órgão ambiental; VI – Prorrogação do prazo de validade da Licença, nos casos revistos nos artigos 10, parágrafo único e artigo 11, parágrafo único, do Decreto 42.159/2009; VII – Erro material na confecção do Diploma; VIII – Modificação da atividade, desde que não altere seu enquadramento na tabela I, do Decreto 42.159/2009. § 2º: (...) § 3º Não será concedida ou renovada qualquer licença municipal de instalação e operação de atividade em débito com o município, em decorrência da aplicação de penalidade por infrações à legislação ambiental. § 4º A renovação das licenças para os empreendimentos que se encontrem em acordo com as normas estabelecidas, será feita através de formulário próprio e deverá ser requisitada com antecedência de 120 dias antes do vencimento da licença em vigência. O pedido de renovação através do formulário citado, oficialmente carimbado pelo profissional responsável, prorroga automaticamente a licença até manifestação definitiva do órgão ambiental responsável desde que o requerente não tenha causado atrasos ou prejudicado o processo de renovação. § 5º O empreendimentos e atividades de impacto local sujeitos ao licenciamento ambiental municipal serão estabelecidos em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução CONEMA nº42/2012, e em outras legislações do estado pertinentes, bem como observados no Portal de Licenciamento do Instituto Estadual do Ambiente- INEA." Art 2º – Altera acrescentando os incisos I, II, III, IV e V e seus devidos parágrafos e alíneas no artigo 20 da Lei 1.412 de 20/12/12, passando ter a seguinte redação: Art. 20. Além das licenças supramencionadas, A SEMMAM, no exercício de sua competência, expedirá os seguintes instrumentos de licenciamento ambiental: I. Autorização Ambiental (AA): ato administrativo emitido com ou sem prazo de validade, mediante o qual, o órgão ambiental estabelece as condições para implantação ou realização de empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços ou para a execução de obras emergenciais de interesse público, tais como: a) Autorização para supressão de vegetação: autoriza a supressão de vegetação nos casos previstos em lei, estabelecendo condicionantes e medidas mitigadoras e/ou compensatórias. b) Autorização para intervenção em Área de Preservação Permanente: autoriza a execução de atividades ou empreendimentos que

interfiram de alguma forma em Área de Preservação Permanente (APP), somente quando enquadrados nos casos excepcionais previstos na legislação. c) Autorização para licenciamento de empreendimento ou atividade impacto ambiental local que afete Unidade de Conservação Municipal ou sua zona de amortecimento: autoriza o licenciamento ambiental de empreendimento ou atividade de impacto ambiental local que afete Unidade de Conservação Municipal ou sua Zona de Amortecimento, observando o disposto na Lei 9985/2000 - SNUC, na Resolução CONAMA 428/2010, dentre outras legislações afins pertinentes ao âmbito do licenciamento ambiental municipal. d) Autorização para movimentação de resíduos: autoriza o encaminhamento de resíduos provenientes de indústrias e obras para locais apropriados de reprocessamento, armazenamento, tratamento ou disposição final. e) Autorização para execução de obras emergenciais de caráter privado: autoriza a execução de obras emergenciais em empreendimento privado, apenas no âmbito ambiental, quando decorrentes de acidentes de causas naturais, como intempéries, mediante prévia vistoria, com vistas a mitigar ou eliminar os impactos no ambiente gerados pelos referidos acidentes. II. Certidão Ambiental (CA) – ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental certifica a sua anuência, concordância ou aprovação quanto a procedimentos específicos, tais: a) Anuência a outros órgãos públicos em relação à conformidade do licenciamento ambiental ao procedimento em trâmite perante o órgão consulente. b) Anuência para corte de vegetação exótica. c) Aprovação de área de Reserva Legal, localizada em propriedade ou posse rural, inclusive naquelas que deixaram de ser rurais a partir de 20.07.1989, para fins de averbação à margem da inscrição de matrícula do imóvel no Registro Geral de Imóveis, vedada a alteração de sua destinação, ressalvadas as exceções previstas em lei. d) Baixa de Responsabilidade Técnica pela gestão ambiental de atividade ou empreendimento. e) Cumprimento de condicionantes de licenças ou autorizações ambientais. f) Regularidade ambiental de atividades e empreendimentos que se instalaram sem licença ambiental, em data anterior à entrada em vigor da presente lei: será emitida após o cumprimento das obrigações oriundas de sanção administrativa aplicada ou daquelas fixadas em Termo de Ajustamento de Conduta. g) Inexistência, nos

últimos cinco anos, de dívidas financeiras referentes às infrações ambientais praticadas pelo requerente, ressalvados os processos administrativos em curso. h) Certidão de Inexigibilidade de Licença Ambiental: certidão fornecida para empreendimentos e atividade que não estejam no Anexo I do Decreto Estadual 42.159/09, nem em norma do CONEMA ou INEA, e também para aqueles enquadrados na Classe I da Tabela I do Capítulo III do Decreto Estadual 42.159/09. III - Termo de Encerramento (TE): ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental atesta a inexistência de passivo ambiental que represente risco ao ambiente ou à saúde da população, quando do encerramento de determinada atividade ou após a conclusão do procedimento de recuperação mediante LAR, estabelecendo as restrições de uso da área. IV - Termo de Responsabilidade Técnica pela Gestão Ambiental (TRGA): declaração apresentada ao órgão ambiental, pelo profissional que assumirá a responsabilidade pela gestão ambiental de atividade ou empreendimento objeto de licenciamento de médio ou grande porte. V - Documento de Averbação: ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental altera dados constantes de Licença ou Autorização Ambiental. § 1º A amplitude ou magnitude do impacto ambiental serão classificadas observando o porte e potencial poluidor observados no Decreto Estadual 42159/2009 , Resoluções INEA 31, 32 de 15 de abril de 2011 alteradas pelas Resoluções 52, 53 de 19 e 27 de março de 2011 e Portal de Licenciamento do Instituto Estadual do Ambiente - INEA. § 2º Caberá à SEMMAM instituir os procedimentos para requerimento de licenciamento, autorização e controle ambiental. § 3º Para os serviços de licenciamento ambiental municipal – licenças, bem como outros instrumentos de competência da SEMMAM, será cobrada indenização dos custos para análise e processamento dos requerimentos de Licenças, Autorizações, Certidões Ambientais de Licenciamento Ambiental, que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia para licenciar a localização, instalação, ampliação, operação e demais processos de empreendimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras, ou ainda, daquelas que de qualquer modo possam causar degradação ambiental. A cobrança contemplará as seguintes especificações: a) Quando o requerimento

de licença indicar mais de uma atividade no mesmo local, enquadradas em tipologias distintas e potencial poluidor diferenciados, será cobrado o somatório dos custos referentes a cada uma das atividades. b) Se durante a análise do requerimento de licença ficar constatado que ocorreu cobrança indevida, para mais ou para menos, a diferença será cobrada antes da entrega da licença, ou ressarcida mediante solicitação do requerente. c) O contribuinte da indenização dos custos para análise e processamento dos Requerimentos de Licenças, Autorizações, Certidões Ambientais, dentre outros instrumentos de Licenciamento Ambiental Municipal é o peticionário ou contribuinte, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável pelo empreendimento, atividade ou obra que venha a solicitar o licenciamento ambiental municipal ou a dispensa, no âmbito do município de Miracema. d) A indenização dos custos para análise e processamento dos Requerimentos de Licenças, Autorizações e Certidões Ambientais dentre outros instrumentos de Licenciamento Ambiental Municipal tem como base de cálculo o custo estimado da atividade técnico-administrativa de vistoria, exame e análise de projetos. e) Os custos serão lançados e arrecadados no ato da protocolização do pedido do licenciamento ou previamente à expedição e entrega do documento pertinente ao ato administrativo, objeto do pedido. f) Contemplando e observando o Art.221 da lei 1.412 de 20/12/12, as receitas arrecadadas serão depositadas integralmente ao FUMMAM. § 4º- O processo de Licenciamento Ambiental Municipal ocorrerá através das etapas a seguir: a) O empreendedor deverá apresentar para a SEMMAM, documentação, projetos e estudos ambientais preliminares e cabíveis relativos à atividade ou empreendimento a ser licenciado; b) Análise da documentação, projetos e estudos ambientais apresentados. c) Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, juntamente com documentos, projetos e estudos ambientais cabíveis; d) Cálculo e recolhimento indenização de custos das licenças, não sujeitas a devolução em caso de indeferimento do pedido; e) Vistorias técnicas, quando necessárias; f) Solicitação de esclarecimentos e informações complementares , caso necessário, e após análise da documentação apresentada, podendo existir reiteração da mesma solicitação para esclarecimentos e

complementações que não tenham sido satisfatórias; g) Emissão de parecer técnico conclusivo; h) Deferimento ou Indeferimento do pedido de licença; § 5º A SEMMAM poderá modificar as etapas dos processos de Licenciamento Municipal para melhoria e adequação. Além disso, poderá modificar as medidas de controle e adequação de determinada atividade em processo de licenciamento ou licenciada, bem como suspender, cancelar ou revogar uma licença expedida, quando ocorrer: a) Violação ou inadequação de quaisquer normas legais ou regulamentares, desrespeitando prazos e demais instruções ou critérios estipulados para o licenciamento; b) Falsidade ou omissão nas informações apresentadas para a expedição da licença; c) Ocultação ou superveniência de informações sobre danos ambientais ou à saúde ambiental e/ou pública, vinculados ao empreendimento ou atividade; d) Atividade que tenha sua funcionalidade em desacordo parcial ou total com as condições de licenciamento. Art 3º – Fica alterado o artigo 190 da lei 1.412 de 20/12/12 passando ter a seguinte redação: Art. 190. Os Autos, de que trata o inciso V, do artigo 47, serão lavrados em 4 (quatro) vias destinadas: I. a primeira, ao autuado; II. a segunda, ao processo administrativo; III. a terceira, ao fiscal autuante; IV. a quarta, ao arquivo da SEMMAM." Art 4º – Fica alterado o artigo 191 e seu § 2º da lei 1.412 de 20/12/12 passando ter a seguinte redação: Art. 191. Os Autos, de que trata o inciso V, do artigo 47, serão numerados sequencialmente e agrupados em talonários. § 1º. (...) § 2º. Os modelos dos talonários dos Autos de que trata o inciso V, do artigo 47, serão instituídos através de Decreto, editado pelo Prefeito Municipal. Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei Complementar que Altera o artigo 8º, inciso I da Lei Nº 1.362 de 09 de junho de 2001. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.485, de 20 de março de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar: Art. 1º- Fica alterado o artigo 8º, inciso I , da Lei 1.362/2001, passando a ter a seguinte redação. Art. 8° – O COMMAM será composto, de forma paritária, por representantes do poder público e da sociedade

civil organizada, a saber: I – representantes do Poder Público: a) um presidente, que é o Secretário Municipal de Meio Ambiente; b) um representante do Poder Legislativo Municipal designado pelos vereadores; c) O Secretario Municipal de Desenvolvimento Agropecuário; d) O Secretario Municipal de Saúde; e) O Secretario Municipal de Obras; f) um representante de órgão da administração pública estadual e federal que tenha em suas atribuições a proteção ambiental ou o saneamento básico e que possuam representação ambiental ou o saneamento básico e que possuam representação no Município, tais como: Polícia Florestal, Polícia Militar, INEA, EMATER. Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder o Direito Real de Uso do Imóvel Público á empresa Vale Sul Tabaco Eireli-epp e da outras providencias. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.486, de 20 de março de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e, eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo Inciso III, do Art 81 da Lei Orgânica, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a realizar a concessão gratuita de direito real de uso, pelo prazo de até 20 (vinte) anos podendo ser prorrogável por igual período, com clausula de reversão, à empresa VALE SUL TABACOS EIRELI-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 19.444.705/0001-26, do lote 2, Nº 20- sala 01, com todas as suas benfeitorias, sitiado no Pólo Industrial II, Miracema (RJ). §1º - Em não havendo o início da execução do projeto no prazo máximo de até 06 (seis) meses e a conclusão do Projeto de execução e implantação da empresa em no máximo 12 (doze) meses, fica automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio Público Municipal, mediante simples requerimento fundamentado acompanhado de documentos probatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis. §2º - Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração do Município no mesmo, inclusive sem indenização. §3º - Fica o concessionário obrigado a iniciar suas atividades comerciais no prazo máximo de 14 (catorze) meses, ou antes

disso, se concluído seu projeto, sob pena da sanção prevista no parágrafo 1º. §4º - A presente concessão tem por objetivo a instalação da empresa concessionária para o beneficiamento e distribuição de cereais. Art. 2º - Fica vedado destinar o imóvel para finalidade diversa da especificada nessa Lei, ficando vedado gravar o imóvel de qualquer ônus, a qualquer título, bem como, não poderá ceder ou transferir o mesmo de forma gratuita ou onerosa, num prazo de 10 (dez) anos e sem anuência expressa do Poder Executivo Municipal, sob pena de rescisão da concessão e sua consequente extinção. Art. 3º - Após firmada a concessão, o concessionário fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e atender todas as normas pertinentes à utilização do imóvel, inclusive quanto as normas ambientais. Art. 4º - A destinação diversa do imóvel implicará na rescisão da concessão e sua consequente extinção, sem direito a retenção e/ou indenização das benfeitorias, salvo, se fato novo ocorrer, cujo interesse público seja demonstrado e a Administração Pública concorde expressamente. Art. 5º - Fica dispensada a licitação com base no inciso I § 4º e 5º do artigo 17 da Lei 8666/93. Art. 6º - As benfeitorias existentes no imóvel ora concedido estão listadas no processo administrativo Nº 2014.00723-8, com seu devido laudo de avaliação. Parágrafo Único - Todos os bens móveis existentes no imóvel concedido e listados conforme planilha constante no Processo Administrativo Nº 2014.00723-8 deverão ser devolvidos ao final da concessão em perfeito estado de conservação cabendo a empresa concessionária a guarda dos mesmos. Art. 7º - O interesse público esta demonstrado uma vez que a industria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento do Município, incentivando a implantação de novas empresas, gerando assim empregos e renda, melhorando as condições de vida da nossa população bem como proporcionando nosso desenvolvimento econômico e social. Art.8º - Fica autorizado ao concessionário oferecer o imóvel em garantia real junto às instituições financeiras, desde que o financiamento seja para edificação ou aquisição de maquinários e equipamentos, referente ao projeto de viabilidade. Art. 9º - Fica o Poder Executivo

Municipal autorizado a conceder a isenção de alvará, taxas, contribuições de melhorias, serviços públicos e ISS, sobre a edificação pelo período de 10 (dez) anos a todas as empresas que vierem ampliar suas empresas no Pólo Industrial II do nosso Município, em especial, à concessionária. Art. 10 - O cessionário deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo Município de Miracema, constando o numero da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas. Art. 11 - O concedente no exercício regular do Poder de Polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização. Art. 12 - A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma. Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos, revogando todas as disposições em contrario. **05)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder o Direito Real de Uso do imóvel público á empresa Cerealista Majestoso LTDA e da outras providencias. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.487, de 20 de março de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e, eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo Inciso III, do Art 81 da Lei Orgânica, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a realizar a concessão gratuita de direito real de uso, pelo prazo de até 20 (vinte) anos podendo ser prorrogável por igual período, com clausula de reversão, à empresa CEREALISTA MAJESTOSO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 19.765.542/0001-83, do lote 2, Nº 20, com suas benfeitorias, sitiado no Pólo Industrial II, Miracema (RJ). §1º - Em não havendo o início da execução do projeto no prazo máximo de até 06 (seis) meses e a conclusão do Projeto de execução e implantação da empresa em no máximo 12 (doze) meses, fica automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio Público Municipal, mediante simples requerimento fundamentado acompanhado de documentos probatórios do não cumprimento do

projeto ao Cartório de Imóveis. §2º - Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração do Município no mesmo, inclusive sem indenização. §3º - Fica o concessionário obrigado a iniciar suas atividades comerciais no prazo máximo de 14 (catorze) meses, ou antes disso, se concluído seu projeto, sob pena da sanção prevista no parágrafo 1º. §4º - A presente concessão tem por objetivo a instalação da empresa concessionária para o beneficiamento e distribuição de cereais. Art. 2º - Fica vedado destinar o imóvel para finalidade diversa da especificada nessa Lei, ficando vedado gravar o imóvel de qualquer ônus, a qualquer título, bem como, não poderá ceder ou transferir o mesmo de forma gratuita ou onerosa, num prazo de 10 (dez) anos e sem anuência expressa do Poder Executivo Municipal, sob pena de rescisão da concessão e sua consequente extinção. Art. 3º - Após firmada a concessão, o concessionário fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e atender todas as normas pertinentes à utilização do imóvel, inclusive quanto as normas ambientais. Art. 4º - A destinação diversa do imóvel implicará na rescisão da concessão e sua consequente extinção, sem direito a retenção e/ou indenização das benfeitorias, salvo, se fato novo ocorrer, cujo interesse público seja demonstrado e a Administração Pública concorde expressamente. Art. 5º - Fica dispensada a licitação com base no inciso I § 4º e 5º do artigo 17 da Lei 8666/93. Art. 6º - As benfeitorias existentes no imóvel ora concedido estão listadas no processo administrativo Nº 2014.00723-8, com seu devido laudo de avaliação. Parágrafo Único - Todos os bens móveis existentes no imóvel concedido e listados conforme planilha constante no Processo Administrativo Nº 2014.00723-8 deverão ser devolvidos ao final da concessão em perfeito estado de conservação cabendo a empresa concessionária a guarda dos mesmos. Art. 7º - O interesse público esta demonstrado uma vez que a industria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento do Município, incentivando a implantação de novas empresas, gerando assim empregos e renda, melhorando as condições de vida da

nossa população bem como proporcionando nosso desenvolvimento econômico e social. Art.8º - Fica autorizado ao concessionário oferecer o imóvel em garantia real junto às instituições financeiras, desde que o financiamento seja para edificação ou aquisição de maquinários e equipamentos, referente ao projeto de viabilidade. Art. 9º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a isenção de alvará, taxas, contribuições de melhorias, serviços públicos e ISS, sobre a edificação pelo período de 10 (dez) anos a todas as empresas que vierem ampliar suas empresas no Pólo Industrial II do nosso Município, em especial, à concessionária. Art. 10 - O cessionário deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo Município de Miracema, constando o numero da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas. Art. 11 - O concedente no exercício regular do Poder de Polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização. Art. 12 - A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma. Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos, revogando todas as disposições em contrário. **06)** Projeto de Lei que Concede revisão geral linear de vencimentos e salários, conforme art. 37, X da Constituição Federal e art. 4º da Lei Municipal Nº 1.162, de 06 de agosto de 2009. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.488, de 20 de março de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI: Art. 1° - Fica concedida uma revisão anual e linear de salários, no percentual de 5,39%(cinco inteiros e trinta e nove centésimos) a todo o pessoal ativo, inativo e pensionistas, dos Quadros da Prefeitura Municipal de Miracema. § 1º - Incluem-se na revisão do caput os Agentes Políticos e os ocupantes de Cargos de Provimento em Comissão, bem como o pessoal do Quadro Permanente, que recebe remuneração sob forma de gratificação. § 2º - São excluídos da revisão do artigo, os Servidores Municipais

Ativos, Inativos, e Pensionistas que foram contemplados com majoração anual, dentro do presente exercício, por força de dispositivo do Governo da União, que rege o Piso Mínimo Nacional. Art. 2° - Tendo em vista o disposto nos §§ 1º e 6º, art 17 da LRF, o presente dispositivo fica dispensado dos cálculos de impacto orçamentário – financeiro e declaração do ordenador da despesa. Art. 3° - As despesas decorrentes do presente dispositivo legal estão previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e são consignadas em dotações próprias de cada unidade administrativa, pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e correspondente Plano Plurianual (PPA). Parágrafo Único – Acompanha o presente dispositivo anexo, no qual as remunerações beneficiadas pelo aumento são devidamente relacionadas, com aplicação do percentual de majoração exposto no artigo 1º. Art. 4° - Fica igualmente autorizado ao Poder Legislativo Municipal, através de Lei de sua iniciativa, a conceder o mesmo percentual de reajuste salarial a seus servidores, agentes políticos e aos ocupantes de cargos de provimento em comissão. Art. 5° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2014, revogadas as disposições contrárias ou incompatíveis. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Rafael Bonifácio Finamor pelo seu incansável trabalho e dedicação na realização e organização de todos os eventos populares do Município de Miracema, especialmente no Carnaval de 2014. Os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, Gideão Duarte Gonçalves irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Rogério de Poly em virtude de seu falecimento. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres e Genessi Rodrigues da Silva irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares parabenizou a Sra. Marise pelas palavras ditas na Tribuna Livre, esclarecendo que neste momento está sentindo a necessidade de todos se unirem para resolver os problemas do Município. Esclareceu que ficou triste com as palavras do Maurício Monteiro quando ele disse que um médico depositou um valor ínfimo em juízo para discutir os valores da taxa cobrada. Acrescentou que não são só os políticos que

são corruptos, pois pessoas ruins existem em todas as profissões, pois vemos juízes recebendo dinheiro para prolatar sentenças favoráveis a uma das partes, vemos médicos realizando diagnósticos falsos para lhe favorecer, entre outros. Por fim, disse que fica muito sentido com o aumento da delinquência em Miracema, destacando que o Carnaval em Miracema foi realizado no Município inteiro e não só na Avenida Deputado Linhares. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves concordou com a realização da audiência pública, acreditando que ela foi muito produtiva, sendo que gostaria de dizer que se o Sr. Prefeito tivesse culpa nos acontecimentos, também se sente culpado. Continuando, o Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos ao Luiz Henrique (Lite) pelo carinho, zelo e dedicação no trabalho que vem apresentando na Prefeitura Municipal de Miracema, lutando sempre em prol do Município de Miracema. Os Vereadores Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres e Genessi Rodrigues da Silva irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Renata, pela inauguração do restaurante "Sushi House" engrandecendo assim o nome de Miracema nas cidades vizinhas. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres e Genessi Rodrigues da Silva irão assinar esta Moção. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para os Irmãos Coragem, pela inauguração de sua nova Loja, engrandecendo assim o Município de Miracema. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres e Genessi Rodrigues da Silva irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos ao Deputado Federal Glauber Braga por ter siso eleito Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Os Vereadores Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para toda a Equipe da Secretaria Municipal de Planejamento, pelo brilhante trabalho que vem realizado nos Projetos do Município de Miracema, cadastrando e acompanhando os referidos. Os Vereadores Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Maria José Marques Barros Andrade, Gideão Duarte Gonçalves, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo

Sérgio de Azevedo irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes, lamentou a ausência de algumas autoridades na audiência pública sobre a segurança de Miracema, especialmente do Poder Judiciário. Esclareceu que entende as ausências, mas vai tentar realizar uma reunião tanto com o Ministério Público, quanto com o Juiz, acrescentando que cada Poder trabalha dentro de sua limitação. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 24/03/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 24 de março de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e vinte e nove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares ocupou a cadeira do 2º Secretário da Mesa Diretora. Foi registrada a ausência do Vereador Gilson Teixeira Sales. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 04, Versículos de 30 à 34. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo ao Sr. Prefeito Municipal encaminhando Minuta de Projeto de Lei; 02) Projeto de Lei que Fica obrigatório no município de Miracema a presença de pelo menos 01 (um) Guarda Vidas durante os horários de uso de piscinas coletivas, de autoria do Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que deveria ficar

disponibilizado um guarda vidas em cada piscina coletiva do Município com o objetivo de que seja prevenido acidentes fatais, especialmente com crianças, fato este que acabou ocorrendo com uma menina de 4 anos. Dessa maneira, seu objetivo é fornecer ao Município o poder de fiscalizar as piscinas. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Ministro da Saúde, Dr. Arthur Chioro - Considerando que o Programa Academias da Saúde tem como principal objetivo contribuir para a promoção da saúde da população a partir da implantação de polos com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividades físicas e de lazer e modos de vida saudável; Considerando que existe interesse por parte do Governo Municipal em implantar tal programa; Encaminho solicitação no sentido de o Município de Miracema seja incluído para receber uma Academia da Saúde na modalidade ampliada. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Altera a Lei Municipal nº 1.276 de 09 de novembro de 2009. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.553, de 20 de outubro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei. Art. 1º A Lei municipal 1.276 de 09 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 1º - Esta Lei estabelece tratamento diferenciado, favorecido e simplificado aos microempreendedores individuais, às microempresas e empresas de pequeno porte, em especial o que se refere: ..... VI – à inovação tecnológica e à educação empreendedora; VII – ao acesso ao crédito e à justiça. Parágrafo Único - Para fins dessa Lei consideram-se Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, os empresários e as pessoas jurídicas definidas nos artigos 3º, 17 e 18–A da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006 ..... CAPITULO II DO REGISTRO E LEGALIZAÇÃO Seção I – Da Simplificação dos Processos - Art. 3º Todos os órgãos públicos municipais, envolvidos nos processos de abertura e fechamento de empresas, observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo, para tanto, articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos de outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário. §1º Os órgãos responsáveis pelo

licenciamento de microempresas e empresas de pequeno porte observarão as orientações do Comitê Gestor da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM, instituído pela Lei federal 11.598, de 3 de dezembro de 2007. § 2º Nos licenciamentos municipais e nas respectivas alterações e baixas: I - não será exigida a regularidade de obrigações tributárias do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas das quais participem; II – ficará vedado qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, de alteração ou de baixa; III- será assegurada a entrada única de dados cadastrais e de documentos, resguardada a independência das bases de dados e observada a necessidade de informações por parte dos órgãos e entidades municipais. §3º O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá tramite especial e simplificado para os processos de abertura, registro, alteração e baixa do Microempreendedor Individual (MEI), ficando dispensadas as pesquisas prévias para emissão de licenças municipais quando a atividade for de baixo risco. §4º Ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro das atividades econômicas do Microempreendedor Individual. §5º A simplificação do processo de concessão de licenças municipais não exime o contribuinte de promover a regularização perante aos demais órgãos competentes, assim como nos órgãos fiscalizadores do exercício profissional. Art. 4º A administração pública municipal deverá manter à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos, de forma integrada e consolidada, que permitam pesquisas prévias às etapas de registro, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas, de modo a prover ao usuário certeza quanto à documentação exigível e à viabilidade do procedimento. §1º As pesquisas prévias deverão bastar para que o usuário seja informado pelos órgãos e entidades competentes: I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido; II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização; II - dos fundamentos do indeferimento da consulta, sendo oferecida ao interessado orientação para adequação à exigência legal. §2o Para atender o disposto no caput deste artigo, a administração pública municipal instituirá mecanismos, inclusive pela rede mundial de computadores, para permitir pesquisas prévias às etapas de registro, inscrição ou licenciamento de estabelecimentos de empresários e de pessoas

jurídicas. Art. 5º Os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental, ocupação do solo e prevenção contra incêndios, exigidos para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências. §1º Os órgãos responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento realizarão vistorias, presencialmente em conjunto, após o início de operação do estabelecimento, somente quando a atividade, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento. §2º Para efeitos desta Lei, consideram-se como de risco elevado, as atividades que: I – estoquem ou utilizem material inflamável ou explosivo; II –envolvam grande aglomeração de pessoas; III – produzam nível sonoro superior ao tolerado por lei; IV – industrializem ou comercializem material nocivo, perigoso ou incomodo; V – possuam outros elementos de risco definidos em Lei municipal. §3º A dispensa de vistoria não desobriga o cumprimento das normas contidas no Código de Posturas e no Regulamento de Zoneamento Urbano do Município, no que for aplicável. §4º O chefe do Poder Executivo instituirá licenciamentos sanitários e ambientais simplificados para atividades consideradas de baixo risco, adotando a base de dados dos sistemas desenvolvidos para emissão do de que trata o artigo desta lei. §5º Ato do Poder Executivo relacionará as atividades de alto grau de risco, sujeitas à vistoria prévia para concessão de licenças municipais. §6º Uma vez relacionadas as atividades de alto risco, as demais serão consideradas de baixo risco e dispensadas de vistorias prévias. Seção II – Do Alvará de Funcionamento Art. 6º Fica criado o Alvará Provisório para autorizar o funcionamento imediato de estabelecimentos do microempreendedor individual, da microempresa e da empresa de pequeno porte no Município. §1º O Alvará Provisório terá validade de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais 90 (noventa) dias a critério da autoridade fazendária. §2º Para viabilizar a emissão imediata do Alvará Provisório, a Administração Municipal poderá instituir mecanismo eletrônico próprio ou utilizar os sistemas da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM. §3º A administração pública municipal poderá firmar convênios para utilização dos sistemas da REDESIM visando à realização de consulta prévia de endereço, à emissão do Alvará Provisório ou à sua conversão em alvará definitivo. §4º O Alvará Provisório subordina-se à legislação relativa ao uso e ocupação do solo, ao Código de Posturas Municipais e ao Código Tributário do Município. §5º O Município poderá restringir, a qualquer momento, a concessão do Alvará de Funcionamento Provisório, visando a resguardar o interesse público. §6º O alvará

definitivo será emitido após a verificação do cumprimento dos requisitos exigidos na resposta à pesquisa prévia e a confirmação dos dados registrados nos sistemas disponíveis. Art. 7º O Alvará de Funcionamento será declarado nulo se: I – Expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares; II – Ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento ou o descumprimento do termo de responsabilidade firmado; III – Ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais; §1º O Alvará de Funcionamento Provisório será cancelado se, no prazo de que trata o §1º do artigo 6º desta lei, não forem cumpridos os requisitos exigidos para concessão do alvará definitivo. §2º Serão pessoalmente responsáveis pelos danos causados à empresa, ao Município ou a terceiros, os que dolosamente prestarem informações falsas ou sem observância das Legislações Federal, Estadual ou Municipal pertinentes, sobretudo as que definem os crimes contra a ordem tributária. Art.8º Será concedido alvará de funcionamento para microempreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte que desenvolverem atividades consideradas de baixo risco em estabelecimentos localizados: I – em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária; ou II – na residência do respectivo titular ou sócio, quando não gerar grande circulação de pessoas. Parágrafo Único - Quando autorizado o funcionamento do estabelecimento de Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na residência permanente do titular ou sócio, ficarão vedadas a alteração da classificação de imóvel residencial para comercial e a majoração da alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Seção III - Da Baixa Simplificada Art. 9º Na existência de obrigações tributárias, principais ou acessórias, o sócio, o titular ou o administrador da microempresa e da empresa de pequeno porte, que se encontrar sem movimento há mais de 12 (doze) meses, poderá solicitar a baixa das inscrições e licenças concedidas pelos órgãos municipais, independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega de declarações desses períodos, observado que: I - a baixa referida não impedirá que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades decorrentes da falta de recolhimento ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades exercidas pelos empresários, pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por seus titulares, sócios ou administradores; II – a solicitação de baixa importa responsabilidade solidária dos titulares, dos sócios e dos administradores no período de ocorrência dos respectivos fatos geradores. §1º A baixa das licenças e inscrições municipais do microempreendedor individual poderá ser

solicitada a qualquer momento, independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos, observado o disposto no caput deste artigo. §2º Para os efeitos do caput deste artigo, considera-se sem movimento a pessoa jurídica ou equiparada que não apresentar mutação patrimonial e atividade operacional durante todo o ano-calendário. §3º A baixa deverá ser efetivada no prazo de 60 (sessenta) dias pelos órgãos encarregados do licenciamento, sob pena de ser considerada presumida. ..... CAPÍTULO IV Dos Tributos e Contribuições - Art. 11 O microempreendedor individual, as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão optar por recolher o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) através do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – SIMPLES NACIONAL, na forma prevista na Lei Complementar Federal 123, de 2006 e alterações posteriores. §1 º O recolhimento do ISS no regime de que trata este artigo não abrange as seguintes formas de incidências, em relação às quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas no Município: I - substituição tributária ou retenção na fonte; II - importação de serviços. §2º O microempreendedor individual recolherá o ISS em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta mensal, como previsto nos arts. 18-A, 18-B e 18-C da Lei Complementar Federal 123, de 2006, ficando dispensado da retenção na fonte e das condições de contribuintes substitutos ou substituídos. §3º A opção de que trata o caput deste artigo não impedirá a fruição de incentivos fiscais relativos a tributos não abrangidos pelo SIMPLES NACIONAL. §4º Para efeito deste artigo, aplicar-se-ão os dispositivos da Lei Complementar federal 123/2006, relativos: I - à abrangência, à forma de opção, às vedações ao regime e às hipóteses de exclusões do SIMPLES NACIONAL; II - às alíquotas, à base de cálculo, à apuração, ao recolhimento e ao repasse do ISS arrecadado; III - à fiscalização e aos processos administrativo-fiscal e judiciário pertinentes; IV- aos acréscimos legais, juros e multa de mora e de ofício, e à imposição de penalidades previstas pela Legislação Federal do Imposto de Renda; V - ao parcelamento dos débitos relativos ao ISS, que ficará subordinado ao disposto nos §§ 15 a 18 e 20 a 24 do artigo 21 da Lei Complementar federal 123/2006. §5º A Secretaria Municipal de Fazenda observará a legislação tributária municipal e as normas baixadas pelo Comitê Gestor do SIMPLES NACIONAL, instituído pela Lei Complementar 123/2006, em relação à cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS. §6º Os escritórios de serviços contábeis optantes pelo SIMPLES NACIONAL recolherão o ISS mediante valores

fixos na forma prevista no Código Tributário Municipal. §7º A Secretaria Municipal de Fazenda, observada a respectiva competência, regulamentará as obrigações acessórias das microempresas e das empresas de pequeno porte, observando que: I – o microempreendedor individual será obrigado a emitir documento fiscal somente quando o destinatário dos serviços for inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), vedada a imposição de custos para autorizar a respectiva impressão; II – não poderão ser exigidas obrigações tributárias não autorizadas pela Lei Complementar Federal 123/2006, em relação ao ISS cobrado através do SIMPLES NACIONAL; III – o fornecimento de informações pelas microempresas e empresas de pequeno porte para o cumprimento de obrigações acessórias tributárias será realizado em aplicativo único e gratuito com interface no Portal do Simples Nacional. §8º Enquanto não prescritos os prazos para cobrança dos tributos devidos, deverão ser mantidos em boa ordem e guarda os documentos fiscais comprobatórios dos serviços tomados, bem como os documentos fiscais eventualmente emitidos, relativos às prestações de serviços realizados. §9º Aplicam-se as leis vigentes e os dispositivos do Código Tributário Municipal ao ISS devido por microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte com receita bruta anual nos limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal 123/2006, mas não optantes no Simples Nacional. Art. 12 O Poder Executivo, por intermédio dos seus órgãos técnicos competentes, estabelecerá os controles necessários para acompanhamento da arrecadação do ISS através do SIMPLES NACIONAL, inclusive em relação aos pedidos de restituição ou de compensação dos valores recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido. §1º Ficará vedado o aproveitamento de créditos não apurados no SIMPLES NACIONAL, inclusive os de natureza não tributária, para extinção de débitos do SIMPLES NACIONAL. §2º Os créditos do ISS originários do SIMPLES NACIONAL não serão utilizados para extinguir outros débitos para com a Fazenda Municipal, salvo na compensação de ofício oriunda de deferimento em processo de restituição ou após a exclusão da empresa do sistema simplificado. §3º A compensação e a restituição de créditos do ISS apurados no SIMPLES NACIONAL subordinam-se ao disposto nos §§ 6º a 8º e 12 a 14 do artigo 21 da Lei Complementar federal 123/2006. §4º O Chefe do Poder Executivo autorizará o parcelamento de débitos do ISS, não inscritos em Divida Ativa e não incluídos no lançamento unificado, com base na legislação municipal e nas normas emitidas pelo Comitê Gestor do SIMPLES NACIONAL. Art. 13 A fiscalização e o processo administrativo-fiscal, relativos ao ISS devido através do SIMPLES NACIONAL, serão realizados na forma do Código tributário

Municipal e dos artigos 33, 39 e 40 da Lei Complementar federal 123/2006. §1º O Poder Executivo regulamentará, no âmbito municipal, o sistema de notificação eletrônica dos contribuintes optantes pelo SIMPLES NACIONAL, instituído pelo §1o-A do artigo 16 da Lei Complementar federal 123/2006. §2º O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênio com a Procuradoria Geral do Estado para transferir a atribuição de julgamento do processo administrativo fiscal, relativo ao SIMPLES NACIONAL, exclusivamente para o Estado do Rio de Janeiro, na forma prevista na Lei Complementar federal 123/ 2006. §3º A Procuradoria do Município poderá firmar convênio com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para manter sob seu controle os procedimentos de inscrição em dívida ativa Municipal e de cobrança judicial do ISS devido por empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL. §4º A Procuradoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Fazenda prestarão auxílio à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ao contencioso judicial que incluir o ISS devido no SIMPLES NACIONAL, na forma do artigo 41 da Lei Complementar 123/2006. CAPÍTULO V Do Acesso aos Mercados - Seção I - Acesso às Compras Públicas - Art.14..... §1º Subordinam-se ao disposto nesta Lei, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município. §2º Os benefícios instituídos nesse capitulo são extensíveis aos microempreendedores individuais. Art.15..... IV – elaborar editais de licitação por item quando se tratar de bem divisível, permitindo mais de um vencedor para uma licitação; V – estabelecer e divulgar planejamento anual e plurianual das contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa de quantitativo e as datas das contratações; VI – utilizar, na definição do objeto da contratação, especificações que não restrinjam, injustificadamente, a participação dos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município. ..... Art.19..... §3º Entende-se o termo “declarado vencedor”, o momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no caso da modalidade de pregão, e nos demais casos, no momento posterior ao julgamento das propostas. ..... Art.21.....

..... §3º Os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas..... .....Art. 26 - Não se aplica o disposto nos artigos 17, 20 a 22 e 25, quando: ....

Art. 27 Em relação ao microempreendedor individual, às microempresas e às empresas de pequeno porte, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva quanto aos aspectos sanitário, ambiental e de segurança. Art. 28 Na fiscalização orientadora, será observado o critério de dupla visita para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização. Parágrafo Único - Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior..... Art. 32 - A Administração Pública Municipal fomentará o associativismo, estimulando a organização de cooperativas, de consórcios e da Sociedade de Propósito Específico – SPE de que trata o artigo 56 da Lei Complementar Federal 123, de 2006. § 1° O estimulo a que se refere o caput deste artigo visará ao aumento da competitividade, ao desenvolvimento local integrado e sustentável e à inserção de microempreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte em novos mercados, internos e externos, inclusive por meio de ganhos de escala, redução de custos, gestão estratégica, capacitação, acesso ao crédito e a novas tecnologias. .....

..... §
2º Para a consecução dos objetivos previstos no caput deste artigo, a administração pública municipal poderá firmar parcerias com instituições públicas e privadas estaduais, nacionais e internacionais e alocar recursos em seu orçamento. CAPÍTULO XII - APOIO E REPRESENTAÇÃO - Art. 42 O Chefe do Poder Executivo Municipal designará Agente de Desenvolvimento com os seguintes atributos: I - ter formação ou experiência compatível com a função a ser exercida; II - ser preferencialmente servidor efetivo do Município; III – residir no munícipio ou região. §1º A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, que visem ao cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Fazenda. §2º A Administração Publica Municipal prestará suporte aos referidos agentes na forma de capacitação, estudos e

pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências. § 3º O agente de desenvolvimento deve participar da Sala do Empreendedor. Art. 43 Fica criada a "Sala do Empreendedor", com as seguintes finalidades: I – Disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e do alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficial; II– orientar sobre os procedimentos necessários à regularização da situação fiscal e tributária das empresas e manter mecanismos para emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária; III – orientar sobre as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas a serem cumpridas pelo microempreendedor individual; IV– disponibilizar mecanismos para consultas de informações pelo interessado à abertura de empresas no Município; V – alocar o agente de desenvolvimento; VI– orientar sobre as formas de acesso à Justiça, ao crédito e aos mecanismos de fomento à inovação e ao associativismo, bem como aos incentivos previstos no Município; VII – outras atribuições fixadas em regulamento. §1º A Administração Municipal poderá firmar parcerias com outras instituições públicas ou privadas, para oferecer orientação sobre a abertura, o funcionamento e o encerramento de empresas, incluindo o apoio na elaboração de plano de negócios, a pesquisa de mercado, a orientação sobre crédito, as formas de associativismo e os programas de fomento oferecidos no Município. §2º O Poder Executivo deverá implantar e regulamentar a "Sala do Empreendedor". Art. 44 Para o cumprimento do disposto nesta lei, bem como para desenvolver e acompanhar políticas voltadas aos microempreendedores individuais, às microempresas e empresas de pequeno porte, a administração pública municipal deverá incentivar e apoiar: I - a criação de fóruns com a participação dos órgãos públicos competentes, das entidades vinculadas ao setor e representantes da sociedade civil; II - a participação de instituições de apoio ou representação em conselhos e grupos técnicos. CAPÍTULO XIII - DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E CAPITALIZAÇÃO - Art. 45 O Executivo Municipal apoiará a criação e o funcionamento de programas de microcrédito produtivo e orientado, operacionalizados por cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com atuação no âmbito do município ou da região. Art. 46 O Executivo Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do Município ou da região. Art. 47 O Executivo Municipal poderá celebrar convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro visando à concessão de financiamentos a empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município, destinados à formação de capital de giro e investimentos em

itens imobilizados. CAPÍTULO XIV - DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO - Art. 48 O Executivo Municipal manterá programas com a finalidade de promover o desenvolvimento de inovações em microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive através de incubadoras. Parágrafo Único - Para o efeito do disposto no caput, o Executivo Municipal poderá firmar parcerias com entidades de pesquisa e apoio às pequenas empresas, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas e núcleos de inovação tecnológica. Art. 49 Os programas de inovação executados pelo Poder Público Municipal deverão: I – garantir condições de acesso diferenciadas, favorecidas e simplificadas para as microempresas e empresas de pequeno porte; II – fixar expressamente o montante disponível e suas condições de acesso nos respectivos orçamentos, com ampla divulgação. § 1o O Poder Público Municipal apoiará e coordenará iniciativas de criação e implementação de parques tecnológicos, inclusive a aquisição ou desapropriação de área de terreno situada no Município. §2º Para consecução dos objetivos deste artigo, o Poder Executivo Municipal poderá celebrar instrumentos jurídicos apropriados com órgãos da Administração direta ou indireta, federal ou estadual, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação. CAPÍTULO XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Art.50 Os órgãos da Administração Pública Municipal deverão acompanhar as deliberações e os estudos desenvolvidos no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, do Comitê Gestor de Integração do Registro Empresarial – COGIRE, de que trata o artigo 11 da Lei Estadual 6.426, de 05 de abril de 2013, e do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM. Art. 51 Fica instituído o “Dia Municipal da Micro e Pequena Empresa”, que será comemorado em 05 de outubro de cada ano. Parágrafo Único - Nesse dia será realizada audiência pública na Câmara dos Vereadores ou em outro lugar escolhido para este fim, amplamente divulgada, em que serão ouvidas lideranças empresariais e debatidas propostas de fomento aos pequenos negócios e melhorias da legislação específica. Art. 2º O Poder Executivo fará publicar a íntegra da Lei nº 1.276 de 09 de novembro de 2009, com as alterações resultantes desta Lei. Parágrafo Único - O texto Legal Consolidado será mantido na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Miracema, para consulta de qualquer interessado. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, quando

ficará revogado o artigo 31 Lei nº 1.276 de 09 de novembro de 2009. **02)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a criação deste crédito adicional especial será destinada para a reforma do PU, por isto solicita que o referido Projeto de Lei seja votado em primeira e punica votação, o que foi aceito por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.554, de 20 de outubro de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciona a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, objetivando a Ampliação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 04.11 - Fundo Municipal de Saúde; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Programa: 0227 – Limite Financeiro do MAC; Ação: 2.221 - Manutenção do Programa de Alta e Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; Produto: Manutenção Realizada; Metas Físicas: ND; Valor: R$ 1.020.408,16 (Um milhão e vinte mil, quatrocentos e oito reais e dezesseis centavos). Art. 2° - A Fonte de Recursos para o referido Credito Adicional Especial advirá do Contrato de repasse nº 800104/2013, firmado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo a contrapartida do Município no valor de R$ 20.408,16 (vinte mil, quatrocentos e oito reais e dezesseis centavos), perfazendo um total de R$ 1.020.408,16 (um milhão e vinte mil quatrocentos e oito reais e dezesseis centavos), conforme demonstrado no art.1º desta Lei. Art. 3° - Os recursos para atender ao Crédito Adicional Especial classificado no art .2º referente à contrapartida do Município, no valor R$ 20.408,16 (vinte mil, quatrocentos e oito reais e dezesseis centavos), ocorrerão à conta de anulação parcial de dotação orçamentária de acordo com art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal Nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que dispõe sobre a Alteração das Atribuições do Cargo de Assistente Social, constante do Anexo V, alínea "B" índice I,

NS-02, da Lei nº 813/99 e suas posteriores modificações, consoante determinação da Lei Federal Nº 8.662/93, Art. 4º e dá outras providencias, em atenção às necessidades da administração. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a alteração pode ser feita com tranquilidade, pois está de acordo com a legislação federal. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que o Projeto de Lei fosse votado em primeira e única votação, o que foi aceito por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.555, de 20 de outubro de 2014. Eu Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais e segundo previsão do art.81, da LOM, a Câmara Municipal de Miracema aprova e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Ficam alteradas as atribuições do Cargo de Assistente Social, em consonância com a Lei Nº 8.662/93, art. 4º, passando a redação do Anexo V, alínea "B", índice I, NS-02 para a seguinte redação: " - Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração publica direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com a participação da sociedade civil; - Encaminhar providencias e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população; - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; - Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; - Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; - Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta com relação a programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social; - Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, na defesa de direitos e políticas sociais da coletividade; - Planejar, organizar e administrar serviços sociais e unidades, respeitada a Legislação; - Realizar estudos socio-economicos, com usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta e outras entidades." Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de julho do corrente ano, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade fez a leitura de uma mensagem parabenizando os professores pela passagem de seu dia, bem como parabenizou pessoalmente a Sra. Angélica, pois ela é uma professora sempre presente nesta Casa Legislativa. O Vereador Fabrício de Sá Xavier de Sá Xavier esclareceu que ficou sabendo sobre as filas que estão

se formando em frente dos colégios públicos municipais, sendo que as pessoas estavam acampadas desde sexta feira, assim não quer discutir o mérito se existem ou não vagas nas escolas. Acrescentou que percebeu o descaso da administração pública com os pais dos estudantes, pois eles ficaram acampados ao relento em frente aos colégios, destacando que um Município sem educação não consegue chegar em nenhum lugar e o ensino municipal não está trabalhando em harmonia. O Vereador Hugo Fernandes disse que fez uma publicação nas redes sociais sobre este assunto, mencionado que o ocorrido foi um descaso com a população. Esclareceu que alguns pais estão querendo escolher a escola municipal de seus filhos, bem como que o governo é composto por diversas Secretarias e diversos Diretores, entretanto não viu nenhuma pessoa do governo para conversar com as pessoas. Informou que não vai discutir o mérito da quantidade de vagas, pois todos os estudantes não cabem em apenas uma escola, sendo que o governo deveria ter dado uma atenção para estas pessoas e tentado explicar a situação para todos, pois diversos pais acabaram dormindo no local. Por fim, disse que a Câmara Municipal de Miracema não deveria ser responsabilizada pela situação, pois não possuíam ciência do ocorrido. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que fica feliz com a preocupação dos Vereadores da situação, entretanto deveríamos também discutir a situação das vagas, pois muitas pessoas que estavam no local sabiam que a quantidade de vagas era limitada, assim estava no local para garantir a vaga de seu filho. Acrescentou que estamos vendo uma imparcialidade de pais e mães, pois eles querem as vagas em escolas específicas, destacando que algumas escolas poderão correr o risco de não formar duas turmas, pois não terá a quantidade suficiente de alunos. Acredita que deveria ser realizada uma fiscalização dentro dos colégios para que as escolas funcionem de uma forma melhor, sendo que as situações deveriam ser programadas, bem como que deveria haver uma colaboração da população. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que parece estar havendo um conceito ruim sobre um determinado colégio, assim será preciso investigar quais os problemas estariam ocorrendo nesta escola. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que foi procurar a Secretária de Educação hoje para saber quais os fatos estão ocorrendo, entretanto ela não estava no Município, por isso vai procurar ela amanhã de manhã. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que no Solange Moreira possui 81 vagas, esclarecendo que a quantidade de vagas em todos os colégios é suficiente para atender a população. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que poderia ser criado um núcleo de matrículas em um determinado colégio, assim o aluno seria encaminhado para o colégio mais próximo de

sua residência. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a educação do Município está tranquila, pois os professores continuam os mesmos, sendo que as pessoas presentes no local são mães e pais de alunos de outras escolas que querem transferir seus filhos para o colégio. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva lamenta que tenha conhecimento do fato ocorrido apenas hoje, sendo que procurou o Sr. Prefeito imediatamente para que fosse dada alguma explicação, acreditando que a educação do Município está muito bem, sendo que está ocorrendo uma grande procura pelas Escolas Públicas. Esclareceu que os pais estão buscando escolher onde seus filhos irão estudar e que quando as pessoas procurando vaga é um sinal de que a educação está indo bem. Por fim, disse que o Prefeito pediu para que não fosse formada filas, esclarecendo que haveria vagas para todas as pessoas e parabenizou o trabalho que vem realizado pela Secretaria de Educação. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que algumas escolas estão passando por diversos tipos de dificuldades, sendo que algumas ainda estão sem água. Destacou que a merenda de algumas escolas está muito abaixo do recomendado e que sempre está faltando fiscalização do Poder Executivo, destacando que tem visitado as escolas e alguns órgãos públicos. Afirmou que está faltando humildade para reconhecer algumas dificuldades. O Vereador Hugo Fernandes disse que respeita a opinião de todos, mas não concorda com o fato de que os alunos são obrigados a estudar pertos de sua residência, sendo que diversas pessoas do governo estavam sabendo dos problemas que vinham ocorrendo. Destacou que está faltando sensibilidade da parte da Secretaria para com os pais e que as informações deveriam ter sido repassadas corretamente através do diálogo. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que o aluno vale ouro para as escolas, pois a receita do FUNDEB é proporcional ao número de alunos nas escolas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para todos os Médicos da **Rede Municipal** (Secretaria Municipal de Saúde), da **Casa de Saúde** e do **Hospital de Miracema**, os parabenizando pelo Dia do Médico, comemorado em 18 de outubro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos para o Dr. Gutemberg Medeiros Damasceno, o parabenizando pelo Dia do Médico, comemorado em 18 de outubro. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes disse que ontem foi realizada a prova de suficiência para os candidatos aos cargos de Conselheiro Tutelar. Esclareceu que foi movida uma Ação do Ministério Público contra o CREAS por falta de amparo e não estar trabalhando da forma devida. Acrescentou que as críticas que realiza em relação à Secretaria de Promoção Social é por que a situação não está boa, sendo que vai tentar trazer esta

documentação na próxima reunião. Destacou que que está faltando sensibilidade e carinho para tratar a população mais carente, sendo que as casas populares do carrapichão estão com muitos problemas e que a Secretaria Municipal de Promoção Social está desconhecendo a realidade do Município de Miracema, espetando que o Sr. Prefeito Municipal tome as atitudes devidas. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 23/10/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 23 de outubro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e doze, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 04, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário

da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Comunicados nº CM204452/2014, CM204453/2014, CM204455/2014, CM204454/2014, CM204450/2014, CM204448/2014, CM204449/2014, CM204451/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 02) Ofício PMM/SEC. GOV nº 598/2014 da Secretaria Municipal de Governo respondendo ofício nº 0458/2014. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Paulo Sérgio de Azevedo solicitaram cópia deste ofício; 03) Mensagem de encaminhamento nº 599/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 071/2014; 04) Ofício GAB nº 600/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 072/2014; 05) Convite do chefe do Tiro de Guerra 01-009 para a Formatura e entrega de Diploma de Amigo do tiro de Guerra de Miracema. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Solicitou Moção de Congratulações para a Sra. Renata Nalim Basilio Tissi, pelo belo livro "As Partes do Ipê Amarelo", de sua autoria e publicado em uma graciosa impressão. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Presidente da Câmara - Solicitação no sentido de que seja estudada a possiblidade de instalação de uma câmera de segurança na entrada da Câmara Municipal de Miracema, bem como que seja concedida uma cópia das últimas três contas telefônica desta Casa Legislativa. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que entregou uma cópia da chave da porta principal da Câmara apenas aos Vereadores, destacando que o telefone que fica na recepção precisa de senha para ser utilizado, assim a frequência da Câmara por assessores fora do horário de funcionamento é de responsabilidade de cada Vereador. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Ministro da Saúde, Sr. Arthur Chioro - Solicitação no sentido de que seja implantado no Município de Miracema o Projeto "Olhar Brasil", projeto este que visa identificar e corrigir problemas de visão em alunos matriculados na rede pública de ensino da educação básica. Com isso, serão diminuídas as taxas de evasão escolar decorrente das dificuldades visuais. Aprovado. 04) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vista a Secretaria de

Educação, no sentido de que envide esforços a fim de que a Van que atende os alunos da Comunidade do Conde seja substituída por um ônibus, uma vez que a referida Van não está suportando a quantidade de alunos. Deferido. 05) Vereador Hugo Fernandes - Ao Deputado Federal Glauber Braga - Solicitação no sentido de que seja realizada uma Emenda Parlamentar ao Orçamento Geral da União de 2015, em favor do Município de Miracema, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para a implementação e modernização de infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – Construção de quadra de Esporte. Aprovado. 06) Vereador Hugo Fernandes - Ao Deputado Federal Eurico Júnior - Solicitação no sentido de que seja realizada uma Emenda Parlamentar ao Orçamento Geral da União de 2015, em favor do Município de Miracema, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para a aquisição de ônibus leito, para atender as necessidades do Centro de Convivência do Idoso. Aprovado. 07) Vereador Hugo Fernandes - Ao Deputado Federal Romário de Souza Faria - Solicitação no sentido de que seja realizada uma Emenda Parlamentar ao Orçamento Geral da União de 2015, em favor do Município de Miracema, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para a reforma e ampliação da sede da APAE (Associação de Pais e Amigos Excepcionais) de Miracema. Aprovado. 08) Vereador Hugo Fernandes - Ao Senador Lindbergh Farias filho - Solicitação no sentido de que seja realizada uma Emenda Parlamentar ao Orçamento Geral da União de 2015, em favor do Município de Miracema, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para a compra de medicamentos essenciais para UBS (Unidade Básica de Saúde). Aprovado. 09) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Municipal de Fazenda - Solicitação no sentido de que compareça nesta Casa Legislativa, no dia 04 de setembro, para prestar alguns esclarecimentos referentes aos pontos destacados abaixo: a) Valor real da dívida deixada pela Gestão 2009/2012, de forma detalhada; b) Valor real da dívida da Gestão Atual, esclarecendo: b.1) restos a pagar de 2013; b.2) Fornecedores e prestadores de serviço; b.3) CAPPS/CAMEDS; b.4) FGTS e INSS dos contratados; b.5) Progressão e ATS dos servidores; b.6) Dívida com a CDH; c) Valor real dos precatórios que estão sendo executados. Esclarecemos que tal solicitação se deve

ao fato de que os Vereadores precisam saber da real situação da Prefeitura de Miracema, principalmente em relação às dívidas que colocam o Município no CAUC, impossibilitando a entrada de recursos Estaduais e Federais. 10) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Educação, no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de criação de uma Rubrica no Orçamento de 2015, para incentivar os profissionais da Educação Municipal a se qualificar e ter Ensino Superior, de acordo com a Meta XV da Lei 8.035/2010 do novo Plano Nacional de Educação (PNE), tendo em vista a elevação dos investimentos de 10% do PIB para a Educação. Solicitamos, ainda, que sejam buscadas alternativas de convênios com as Faculdades da Região que possuem na sua grade os cursos de Pedagogia e Licenciatura Específicas. 11) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que o regime jurídico dos servidores concursados da extinta UTIL seja transformado de Celetista para Estatutário, unificando o Regime Jurídico conforme Lei. Todos os Vereadores irão assinar este Requerimento. 12) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja concedida a isonomia salarial para os motoristas que estão em estágio probatório, benefício este já concedido aos demais motoristas municipais. Todos os Vereadores irão assinar este Requerimento. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes disse que no dia 17 de agosto saiu uma reportagem no Jornal Extra sobre a epidemia de drogas no interior, tendo sido indicado que 38 pessoas estão em tratamento no Município de Miracema. Esclareceu que existem dois setores da Prefeitura que realizam um trabalho muito bom, sendo eles o Centro de Convivência e o CAPS, ambos vinculados à Secretaria de Promoção Social, entretanto não vê nenhum trabalho da referida Secretaria sobre a dependência química. Dessa maneira, acrescentou que existe um trabalho muito bom na Igreja Batista, chamado Cristolândia, e que a Igreja Católica possui a intenção de realizar um trabalho no mesmo sentido, por isso vai encaminhar um ofício no seguinte sentido. 13) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vista à Secretaria Municipal de Promoção Social, no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa quais são os motivos da não concretização de

um trabalho que seria realizado pela Igreja Católica com os dependentes químicos de Miracema. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acrescentou que tanto o A. A., quanto o N. A. realizam um excelente trabalho no Município de Miracema. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei e o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Criada Através da Resolução nº 1.133/2013, Destinada a Investigar Supostas Irregularidades na Gestão 2009/2012: **01)** Projeto de que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que o referido Projeto fosse votado em primeira e única votação, o que foi aceito por todos os Vereadores. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado, sendo que o Vereador João Siqueira Magalhães se absteve de votar, dando origem a Lei nº 1.545, de 21 de agosto de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciona a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, na forma do art. 41, inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para complementação do programa e ação já existente no Orçamento atual, objetivando a Adequação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, uma vez que por intermédio da deliberação CIB - RJ 2.724 de 12/12/2013, o Município de Miracema assume a gestão de seus prestadores de recursos de media e alta complexidade, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 04.11 - Fundo Municipal de Saúde; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Programa: 0227 – Limite Financeiro do MAC; Ação: 2.221 - Manutenção do Programa de Alta e Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; Produto: Manutenção efetuada; Metas Físicas: ND; Valor: R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). Art. 2° - A Fonte de Recursos para o referido Credito Adicional Suplementar advêm dos Recursos do Ministério da Saúde por intermédio da Deliberação CIB - RJ nº 2724 de 12/12/2013, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei

Federal n° 4.320/64. Art. 4° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **02)** Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Criada Através da Resolução nº 1.133/2013, Destinada a Investigar Supostas Irregularidades na Gestão 2009/2012. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que foi criada uma CPI com o objetivo de apurar cinco objetos, acrescentando que, inclusive, ocorreu a troca de Vereadores no andamento dos trabalhos, assim os trabalhos acabaram ficando um pouco prejudicados. Esclareceu que solicitou a prorrogação dos prazos para a conclusão dos trabalhos, destacando que todos os Vereadores são testemunhas dos atos que prejudicaram o andamento da CPI, entretanto, apesar de todas as dificuldades, os Vereadores tentaram realizar o melhor possível. Por fim, esclareceu que o FUNDEB não encaminhou alguns documentos solicitados, acreditando que não houve tempo hábil para a confecção dos documentos, entretanto as Contas do Ex-Prefeito Municipal foi aprovada pelo Tribunal de Contas e por esta Casa Legislativa. O Vereador Hugo Fernandes começou a fazer a leitura do Relatório Final da CPI, esclarecendo que fará a leitura de item por item, com a discussão deles separadamente. **a) Com relação à Construção dos Banheiros Sociais.** O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que ao analisar o Relatório Final, percebeu que alguns pontos ficaram vagos sobre a construção dos banheiros, pois não está claro se as empresas são ou não responsáveis pela manutenção dos banheiros, sendo que alguma pessoa deveria ter vistoriado os banheiros concluídos para depois ser efetuado o pagamento da Empresa. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que esteve presente na visita de alguns banheiros e não possui nenhum documento sobre o material que o banheiro deveria ter sido feito, entretanto pode perceber que a qualidade do referido material é muito inferior ao material normalmente utilizado, assim com o passar dos tempos os banheiros acabam precisando de reparos. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que para a Empresa poder receber o dinheiro das obras houve uma fiscalização para constatar que elas estavam concluídas, sendo que o material deveria estar

constando na licitação efetuada na época. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que constatou diversos problemas com os banheiros, encontrando diversos materiais de baixa qualidade. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que algumas residências em que os banheiros foram construídos se encontram em nome de pessoas diferentes das cadastradas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que alguns moradores comentavam que queriam os banheiros no próximo governo, acreditando que não possuiu nada errado com a construção, pois as obras foram devidamente vistoriadas e quitadas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que as divergências são enormes, destacando que o profissional que acompanhou a vistoria das obras deveria ter sido convidado para esclareceu alguns fatos. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que no Convênio não estava determinado a qualidade do material que deveria ser utilizado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que na maioria das reformas públicas os materiais utilizados não são de boa qualidade, devendo as pessoas responsáveis pela fiscalização da conclusão das obras constatarem a qualidade das referidas. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que ocorreu a aprovação do Engenheiro da Caixa Econômica Federal. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que não acompanhou os trabalhos da Comissão e vai se abster de comentar o assunto. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que alguns pontos ficaram muito vagos, sendo que na licitação não é possível especificar nenhum tipo de marca. Perguntou se foi convocado alguma pessoa responsável pelo cadastro das pessoas que receberiam os banheiros, pois a Comissão possui o poder de polícia, podendo determinar a condução de testemunhas. Aduziu que as obras possuíram seu valor, devendo ser apurado se houve ou não a malversação do dinheiro público. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que a Comissão conversou com o Ex-Secretário de Obras para que alguns pontos fossem esclarecidos, destacando que o Ex-Vereador Alexandre Machado também participou de diversas diligências. O Vereador Presidente iniciou a votação do respectivo tópico do Relatório. O Vereador Carlos Armando de Azevedo se absteve de votar. O Vereador Gilson Teixeira Sales votou para que este tópico da CPI fosse encaminhado. Os Vereadores Gutemberg Medeiros

Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes votaram para que este tópico da CPI fosse arquivado. Assim, o primeiro tópico do Relatório foi arquivado. **b) Com relação ao Frigorífico.** O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que as informações presentes do Relatório Final da CPI deixam os Vereadores inseguros para votarem a favor do encaminhamento ao Ministério Público, sendo que foi constatado que as obras do frigorífico foram concluídas. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que foi feito um boletim de ocorrência sobre o sumiço de algumas peças, sendo que foi procurado diversos documentos da época e não foram encontrados. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que o Ex-Secretário de Obras, uma pessoa bastante educada e honesta, acreditando que se houve algum roubo no local ele não seria de responsabilidade do referido Secretário. Por fim, aduziu que atualmente já foi concedida autorização para outra empresa instalar um Frigorífico no Município de Miracema. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que existe algum material na Secretaria de Agricultura, pois quando era o Secretário Municipal realizou uma visita ao local pegou alguns materiais e os guardou da Secretaria. O Vereador Hugo Fernandes acredita esta parte do relatório se encontra incompleta, pois a Empresa que não possuía a obrigação de realizar alguns trabalhos mencionados. O Vereador Presidente iniciou a votação do respectivo tópico do Relatório. Os Vereadores Carlos Armando de Azevedo e Hugo Fernandes se abstiveram de votar. Os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva votaram para que este tópico da CPI fosse arquivado. Assim, o primeiro tópico do Relatório foi arquivado. **c) Com relação à aplicação de verbas do FUNDEB.** O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a CPI possui o Poder de Polícia, podendo inclusive solicitar ao Poder Judiciário para obrigar as pessoas para comparecerem nas oitivas. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo percebeu a Comissão teve

dificuldade em obter os documentos necessários, percebendo que pode ter faltado um faltado um pouco de experiência aos Vereadores na solicitação da criação da CPI, pois foi solicitada uma CPI com muitos tópicos a serem discutidos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que ficou faltando uma assessoria técnica e administrativa para os Vereadores participantes. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se alguém foi convidado para prestar as informações devidas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que solicitou a documentação para futuramente realizar um convite, sendo que não houve tempo hábil para a devida conclusão das investigações. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que infelizmente esta CPI acabou sendo solicitado por ódio, pois não existia nenhuma comprovação dos fatos alegados, sendo que no início do mandato a Corregedoria do Município expôs o nome de diversas pessoas e nenhum dos fatos foi comprovado. Diante dos fatos, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou que fosse encaminho um ofício à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro no sentido de que seja enviado à Câmara Municipal de Miracema algum tipo de Orientação sobre a maneira correta de realizar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que não possui ódio de ninguém e foi uma das solicitantes da CPI para que os fatos pudessem ser esclarecidos. O Vereador Presidente iniciou a votação do respectivo tópico do Relatório. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Carlos Armando de Azevedo e Hugo Fernandes se abstiveram de votar. Os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva e Gilson Teixeira Sales votaram para que este tópico da CPI fosse arquivado. Assim, o primeiro tópico do Relatório foi arquivado. **d) Com relação às Casas Populares.** O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo destacou que a mesma Empresa Construtora que deixou de concluir as referidas obras está trabalhando no atual governo. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que deveria ter convidado o fiscal da obra para explicar alguns fatos. O Vereador Presidente iniciou a votação do respectivo tópico do Relatório. O Vereador Carlos Armando de Azevedo se absteve

de votar. Os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva, Gilson Teixeira Sales e Hugo Fernandes votaram para que este tópico da CPI fosse arquivado. Assim, o primeiro tópico do Relatório foi arquivado. **e) Com relação ao Projeto do Arroz.** O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que infelizmente foi gasto um dinheiro muito alto com este Projeto e ele não rendeu os frutos esperados. O Vereador Presidente iniciou a votação do respectivo tópico do Relatório. Os Vereadores Carlos Armando de Azevedo e Hugo Fernandes se abstiveram de votar. Os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva e Gilson Teixeira Sales votaram para que este tópico da CPI fosse arquivado. Assim, o primeiro tópico do Relatório foi arquivado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Wilson Couto, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Ronaldo Sardela, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se os Vereadores já definiram a composição da CPI criada. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a CPI deveria apurar apenas onde foram investidos os recursos não repassados para a CAPPS/CAMEDS, não estendendo o trabalho a outros pontos, uma vez que uma CPI criada anteriormente já analisou os outros pontos mencionados. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que os Vereadores devem conseguir alguma documentação de como deve ser realizada uma CPI, sugerindo que a criação desta CPI seja retirada, para que os Vereadores possam ter assessoria mediante o assunto de maneira séria e correta. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a CPI deveria ser instaurada, não vislumbrando o cancelamento desta CPI para que outra seja criada no futuro. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a CPI já

foi aprovada e será instaurada posteriormente, dessa forma aguardará a documentação solicitada. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que a CPI já realizada não foi concluída da maneira correta, acreditando que os Vereadores não devem fiscalizar apenas um gestor sobre o mesmo problema. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 25/08/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 25 de agosto de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquanta e cinco da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 93, Versículos de 01 à 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 069/2019 – PGM da Procuradoria Geral do Município de Miracema; 02) Edital de Convocação para a Assembleia Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ; 03) Ofício nº 014/2019 do Hospital de Miracema respondendo o ofício nº 0124/2019; 04) Ofício Circular SEMMAM nº 024/018 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 05) Ofício nº 1411/2019/COGEC/CGCON/DIREX/PRESI-FUNASA da Fundação Nacional de Saúde comunicando a celebração do Convênio nº 0286/2018; 06) Ofício nº 001/2018 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário respondendo os ofícios nº 0107, 0115 e 0116/2019; 07) Ofício nº 08/2019 da Secretaria Municipal de Administração – Seção de Patrimônio; 08) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Thélvyo Veiga, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 09) Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Jair do Nascimento Polaca ao Sr. João Victor Schimith Righi, de autoria do Vereador Hugo Fernandes. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo informou que gostaria de esclarecer que ocorreu um boato sobre a insalubridade e as

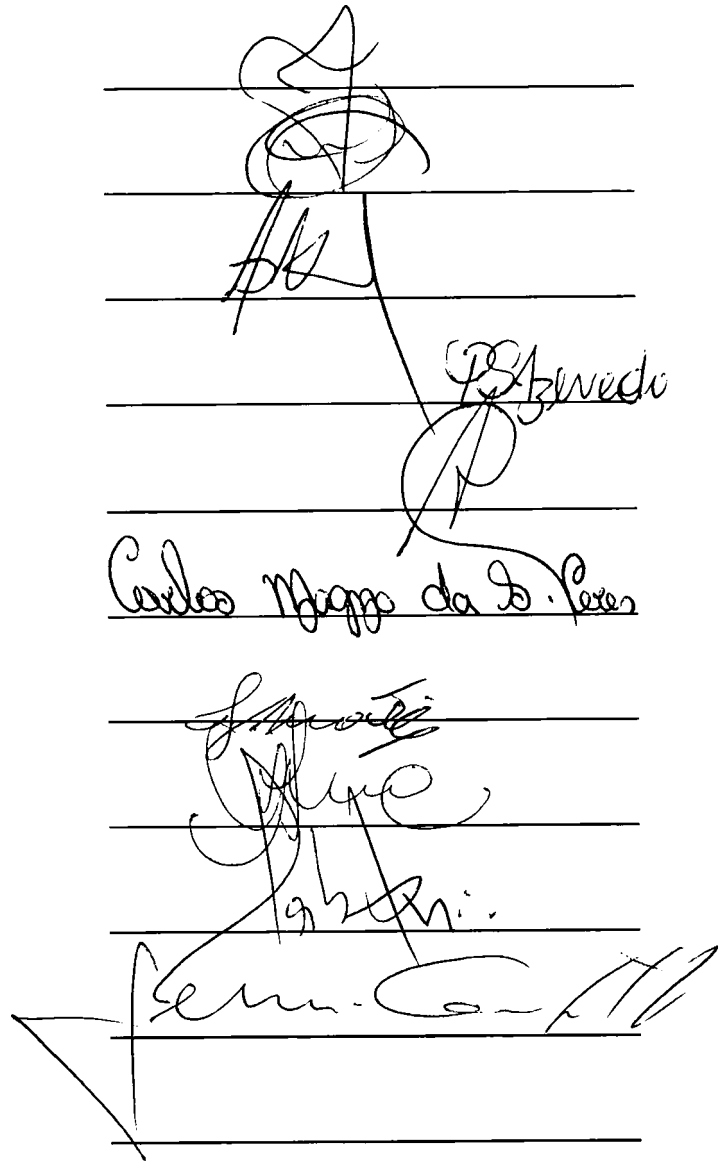
horas extras dos funcionários que não é verdade. Assim, explicou que o STF divulgou uma decisão informando que a partir de uma data específica não seria mais descontado o RPPS em cima de horas extras, insalubridades e outros, por isso os funcionários entenderam que a Prefeitura não iria mais pagar horas extras, entretanto isso não é verdade. Esclareceu que a decisão do STF determina que os descontos previdenciários em cima das referidas verbas não podem mais acontecer, logo o pagamento dos servidores vai acabar aumentando. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se algum funcionário presente na reunião gostaria de fazer uma pergunta. Uma funcionária perguntou se o dinheiro que já foi descontado vai ser devolvido. O Vereador Hugo Fernandes informou que esse assunto foi colocado de diversas formas, inclusive dizendo que os vereadores iriam votar um projeto nesse sentido. Dessa forma, esclareceu que ao analisar o Projeto de Lei que iria alterar a PREVI-Miracema, tinha o objetivo de fazer uma emenda para garantir o desconto previdenciário em cima dessas verbas, entretanto de acordo com o entendimento do STF, o desconto não pode mais acontecer para fins de aposentadoria. Acrescentou que nos casos onde as pessoas que já contribuíram, essa contribuição vai sim contar para a aposentadoria, destacando que esse é um entendimento novo e a Prefeitura está estudando a melhor maneira de agir. Por fim, disse que não existe nenhum Projeto de Lei sobre esse assunto na Câmara, pedindo desculpas aos servidores pela situação e colocando a Câmara Municipal à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas dos servidores. O Vereador Fabrício de Sá Xavier sugeriu que os servidores procurassem o Sindicato para explicar melhor juridicamente a situação, pois os advogados podem sanar as dúvidas dos servidores. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Projeto de Lei sobre o reajuste salarial dos servidores ainda vai chegar nesta casa legislativa, e caso demore, seus efeitos serão retroativos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que fez a pergunta sobre esses descontos de RPPS, pois percebeu a diferença no contracheque de alguns funcionários. 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma avaliação nos servidores municipais, através dos Secretários Municipais, com o objetivo de oferecer ajuda psicológica para aqueles que precisarem. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo -

Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja solicitado junto à ENEL a alteração da rede elétrica do PSF localizado no Distrito de Venda das Flores, tendo em vista que é preciso alterar a voltagem de energia do local, pois os aparelhos de ar condicionado precisam de 220v para funcionarem. Deferido. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que o Presidente foi feliz na explicação sobre a situação dos descontos previdenciários, sendo que também pesquisou sobre o assunto e foi possível verificar que ainda não existe nada decidido de como o Município vai agir de acordo com esses fatos, pois a situação é angustiante e caso os descontos continuassem os servidores poderiam ser prejudicados. Continuando, disse que a Câmara recebeu uma resposta da Direção do Hospital um pouco ríspida, acreditando que através do diálogo, tudo se resolve, pois não queremos ser desrespeitados. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que foi ele o autor do requerimento que gerou a resposta do Hospital, pois num dia quando chegou ao Hospital e se identificou com a sua carteirinha de vereador, uma funcionária lhe disse que a carteirinha não servia para nada. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que os vereadores jamais iriam votar algo que prejudicasse os servidores, sendo que, de acordo com o entendimento do STF esses descontos não serão acrescidos na aposentadoria, assim acredita que o melhor seria a interrupção dos descontos. Por fim, disse que a Câmara Municipal foi colocada de uma forma pejorativa por conta da mal interpretação de algumas palavras. 03) O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. Juarez Scramingnon, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 04) O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. Alcebíades Calor, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que precisamos tomar cuidado com as polêmicas geradas pelas nossas falas, sendo que o documento do Hospital está se dirigindo aos vereadores de forma ríspida, inclusive, sugerindo que os vereadores estão invadindo o local. Assim precisamos tomar algum posicionamento em relação à situação. O Vereador Hugo Fernandes disse que apesar da resposta deles ter sido ríspida, o documento encaminhado foi solicitando respeito, assim acredita que precisamos acalmar os ânimos e não criar uma discussão desnecessária. O Vereador Marcus Felipe Mercante

Linhares disse que precisamos esclarecer a situação, pois o Hospital colocou de uma forma que deixou a entender que os vereadores poderão até serem expulsos do local. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que lhe causou estranheza as palavras no ofício do Hospital, pois os vereadores sempre auxiliaram o Hospital de Miracema. 05) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam tomadas as devidas providências para que seja dado início à organização e ao planejamento da Festa do Folclore do Município de Miracema. Solicitamos, ainda, que a referida Festa seja realizada na Rua Marechal Floriano Peixoto. Deferido. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza e capina no Polo Industrial II, principalmente na parte de trás do frigorífico. Deferido. 07) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Hospital de Miracema - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa quais os dias e horários de visitas aos pacientes (quartos particulares, SUS e enfermaria). Aproveitamos a oportunidade para informar que os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Aimoré da Silva Almeida e Maurício Sant'ana Soares são membros da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Miracema. Aprovado. 08) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja instalada uma lixeira fixa na rua Dr. Monteiro de Barros, bairro Nossa Senhora de Fátima, no beco do Nelcimar do Som, com o objetivo de melhorar o local, evitando que o lixo seja jogado no chão e acumulado de forma indevida causando mau cheiro. Deferido. 09) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Defesa Civil, com vista à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja construído um quebra-molas na Avenida Eiras, Bairro Pontilhão do Rosa, próximo à residência do Sr. Ely Vaz, tendo em vista que este é um desejo dos moradores da localidade, uma vez que os automóveis e motocicletas trafegam pelo local em alta velocidade gerando diversos riscos de acidentes, especialmente para as crianças e para os idosos. Deferido. 10) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços para encaminhar para a Câmara Municipal um Projeto de Lei que Regulamenta a carga horária dos servidores ocupantes dos cargos de Servente Escolar e Cantineiro Escolar, conforme cópia em anexo. 11) Vereador Hugo Fernandes - Ao Deputado Bacellar - Solicitação no sentido de que seja intercedido junto ao Governo do Estado, mais especificamente à Secretaria Estadual de Esporte, para que Miracema possa ser contemplada com uma Escolinha de Futebol do "Léo Moura", haja vista a nossa necessidade em incentivar a prática esportiva, sendo Miracema um celeiro de craques. Na

oportunidade informamos ainda que tal iniciativa será de fundamental importância para prevenir que adolescentes e jovens ingressem no caminho das drogas. 12) Vereador Hugo Fernandes - Ao Deputado Bacellar - Solicitação no sentido de que seja intercedido junto ao Governo do Estado, mais especificamente à Secretaria Estadual de Assistência Social, para que Miracema possa ser contemplada com um Restaurante Popular, no Bairro Vila Nova. Cabe ressaltar que o referido Bairro é o local onde se concentra a maior parte de pessoas carentes do Município, com alto índice de desemprego e famílias desamparadas. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Dispõe sobre os Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros Urbano e Rural de Miracema, estabelece as normas para concessão e permissão de sua exploração e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares comentou que suas emendas tem o objetivo de resguardar os bairros da periferia do Município de Miracema, querendo que todos os bairros sejam bem atendidos, acrescentando que também fez uma emenda junto com o Vereador Maurício garantindo a gratuidade para os alunos da rede pública de ensino em horário de aula. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que vai estudar sobre o tempo de existência e uso dos ônibus e na próxima votação vai apresentar suas emendas. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que entrou em contato com o responsável estadual sobre o combate a endemias e conseguiu mais produtos para fazer o veneno utilizado nos carros fumacê, dessa forma conseguiremos atender o Município inteiro. Esclareceu que a Secretaria de Saúde possui uma quantidade pequena de agentes de endemias e estamos conseguindo cobrir apenas 40% do Município, acreditando que seria necessária a contratação de mais uns vinte e cinco servidores aproximadamente. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um ofício ao Prefeito Municipal, em nome da Câmara Municipal e com a assinatura de todos os Vereadores, no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a contratação de mais 25 (vinte e cinco) servidores para atuarem como Agentes de Endemia com o objetivo de prevenir uma futura epidemia no Município de Miracema. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que esteve a Praça Dona Ermelinda e constatou a existência de uma quantidade excessiva de focos das larvas, sendo importante não deixarmos locais públicos passarem despercebidos, destacando que os agentes estão visitando a Rua Melchíades Picanço e encontrando diversos focos de

mosquitos. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que o trabalho do carro fumacê deve ser realizado em ciclos, sendo que como o Prefeito estava da cidade do Rio de Janeiro, ele já está trazendo o material para a confecção de mais produto para os carros fumacê, destacando que mesmo não concordando com algumas atitudes do atual Governo, que ver Miracema funcionando e, como funcionária pública, sempre trabalha da melhor maneira possível. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares agradeceu a Diretoria de Cultura pela grade de shows que será apresentada na Exposição Agropecuária de Miracema. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 25/03/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 21 de março de 2019.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e seis da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres e Maurício Sant'Ana Soares. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 23, Versículos de 01 à 03. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 18 de novembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que estabelece os Subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Miracema para a Legislatura de janeiro de 2021 a dezembro de 2024, em face da Legislação Constitucional em vigor e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora; 02) Convite do Centro de Convivência da Pessoa Idosa Sr. Mario Benedito Justino e FAMMIRA para a comemoração em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra. A seguir o Sr. Presidente concedeu o tempo destinado ao Pequeno Expediente ao Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo para que ele possa fazer seu requerimento. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que está envolvido num projeto para gerar emprego e renda para Miracema, destacando que precisamos valorizar o que nós temos de melhor que é a terra, pois elas são muito boas e férteis. Informou que foi designado para coordenar um grupo de trabalho que hoje conta com quinze pessoas, desde o produtor rural até os

pesquisadores. Esclareceu que o Dr. Vinicius Leite, que é proprietário da Fazenda Santa Inês, já disponibilizou uma parte de sua propriedade para fazer um campo de demonstração e está participando do projeto. Com isso, começou a tomar algumas atitudes para criar um campo experimental, assim vai solicitar a destinação de 1 ha de área do Sítio Jatobá para a criação de uma Unidade de Demonstração da Cultura do Plantio da Macaúba, com o objetivo de mostrar que o projeto vai funcionar. Esclareceu que quem visitar Miracema no futuro vai encontrar um horto gerando as mudas e um campo já plantado mostrando o desenvolvimento da Macaúba. Disse que a Prefeitura de Palma também já possui interesse em participar do projeto, assim gostaria de informar que o projeto já está caminhando e tendo resultados, pois possui um grupo bastante qualificado e diversificado. Por fim, concluiu fazendo um requerimento ao Prefeito Municipal: Considerando que no Município atualmente não existe nenhum projeto voltado para a geração de trabalho e renda em andamento; Considerando que as maiores riquezas do nosso Município são: nossa gente e nossas terras férteis; Considerando o ingresso do Município recentemente no Consórcio da Plataforma de geração de Bioquerosene de aviação da Zona da Mata Mineira com sede em Juiz de Fora - MG; Encaminho solicitação no sentido de que sejam tomadas as seguintes medidas: a) a destinação de 1 ha de área do Sítio Jatobá para a criação de uma Unidade de Demonstração da Cultura do Plantio da Macaúba; b) destinação de estufas no Horto Municipal para a Produção de Mudas de Macaúbas destinadas aos produtores do Município e Região; Cabe informar que foi formado por este Vereador um grupo multidisciplinar denominado, Macaúba Miracema, para estudar, discutir e divulgar essa cultura que por certo irá transformar nossa Miracema, hoje sem vocação definida, em uma produtora de energia limpa. Deferido. Finalizando, disse uma frase do Sheik Ahmed Zaki Yamani, ex-Ministro do Petróleo da Arábia Saudita: "A idade da pedra chegou ao fim, não porque faltasse pedras; a era do petróleo chegará ao fim, mas não por falta de petróleo". A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo informou que vai fazer uma emenda no Orçamento destinando uma parte da verba ano que vem para comprar

um Caminhão Pipa para o Município de Miracema com o objetivo de que ele fique à disposição da Secretaria Municipal de Defesa Civil para combater pequenos incêndios que vêm acontecendo demais em Miracema. Continuando, agradeceu ao Prefeito pela aquisição de alguns equipamentos para a Defesa Civil, pois solicitou a compra de uma moto serra e uma moto poda e foi atendido prontamente. 01) Vereadora Maria Alessandra - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma cópia do extrato bancário da conta nº 00624038-4 Agência 1335, da Caixa Econômica Federal, referente aos meses de Março a Dezembro de 2018 e Janeiro a Novembro de 2019. Solicitamos, também, a cópia de todos os processos pagos com a verba da respectiva conta (inteiro teor), bem como a aplicação do dinheiro e seus rendimentos. Deferido. 02) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal, com vista ao Secretário de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja solucionada a situação dos moradores do Bairro Bertho Barros, tendo em vista que o Caminhão Limpa-fossas não está mais atendendo os munícipes da referida localidade. Deferido. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva acrescentou que sabemos do ocorrido com o caminhão limpa-fossa e a situação inclusive já foi encaminhada para o Ministério Público, mas existe a necessidade de socorrer a população. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que infelizmente o Poder Executivo ficou sem condições de trabalhar, pois o correto seria limpar a fossa e levar o caminhão até um aterro sanitário preparado para receber o esgoto, sendo que houve uma denúncia de que os dejetos estavam sendo jogados no Ribeirão Santo Antônio. 03) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - À Secretaria Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja colocado brita nas Ruas das Casinhas Populares do Demétrio, pois o local está com muito barro, dificultando a circulação das pessoas. Deferido. Por fim, parabenizou a CEDAE pela construção da extensão da rede de água no Morro do Demétrio, acrescentando que em breve será construída a rede de esgoto, poia a CEDAE vai fazer este trabalho em parceria com o Município. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Apresentou suas Emendas ao Projeto de Lei que Estima a Receita e Fixa

a Despesa para o Exercício Financeiro de 2020, para serem anexadas ao Projeto. 05) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja feita uma limpeza na caneleta e na estrada (subida no Moura), tendo em vista que estamos no período de chuvas e a estrada está em péssimas condições. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício Financeiro de 2020. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura do parecer do Controle Interno da Câmara Municipal de Miracema. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes convidou o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo para fazer a entrega da Moção de Aplausos para a Professora Sandra Maria Gomes de Azevedo, a parabenizando por se tornar a primeira mulher miracemense a concluir o Doutorado em Ciências e Saúde pela conceituada e ínclita Instituição Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, como também reconhecer o excelente trabalho realizado pela gloriosa e Doutora Professora, na Educação Municipal e Estadual, onde as ações que vem sendo desenvolvidas têm levado a uma crescente melhoria para os estudantes o que com certeza refletirá no futuro, proporcionando aos jovens melhor qualificação e melhor preparo para a vida profissional e pessoal. Todo esse trabalho e esforço para sua qualificação revela-se na melhoria da qualidade do seu ensino, que é fruto das escolhas feitas pela Douta Professora, refletindo-se no Ensino da Rede Municipal e Estadual. O Vereador Paulo Sérgio da Cruz de Azevedo disse que a Sra. Sandra fez parte de uma momento muito importante e difícil de sua vida, pois ela era sua professora quando sua mãe foi diagnosticada com uma doença grave. Por isso, tem uma gratidão enorme pela Sandra, pois ela sempre participava de sua vida, inclusive pessoalmente, lhe dando muita força e lhe ajudando demais, assim tem um carinho muito grande por ela. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo agradeceu o Vereador Paulo Sérgio pela homenagem realizada, destacando que sente um orgulho muito grande em estar casado com a Sandra, acrescentando que nossos filhos gostariam de estar aqui hoje, mas por motivos profissionais, eles não puderam estar presentes,

pois o Tiago está trabalhando nos Hospitais de Niterói e sua filha está fazendo um trabalho humanitário na África. Disse que a maior riqueza que possui hoje é o caráter e a retidão de seus filhos e isso é fruto do trabalho da Sandra como mãe. Acrescentou que um dos maiores legados de Miracema será um trabalho que começou em 2010, pois pegamos alunos de Escolas Públicas do Municipio e conseguimos dar uma bolsa de incentivo para os estudos, sendo que hoje existem 167 alunos que estão sendo aprovados em diversas faculdades conceituadas pelo Brasil, acreditando que os jovens podem mudar a situação de Miracema. Disse que precisamos gerar empregos dentro de Miracema, partindo daqui do Município e não ficar dependente de empresários, por isso acredita no Projeto de Plantio da Macaúba, sendo que tem orgulho de ter vindo do campo, mas não tem a habilidade de trabalhar no campo. A Sra. Sandra agradeceu a homenagem recebida pela Câmara de Vereadores, em especial ao seu ex-aluno, Paulo Sérgio, destacando que desde quando foi sua professora recebe um cartão desejando Feliz Natal e possui todos eles, pois sempre os recebe com muita alegria. Agradeceu que alunos Jovens Talentos que são sua fonte de inspiração e ao colégio Estadual Deodato Linhares, incluindo a direção, professores e todos os funcionários. Continuando, fez uma agradecimento especial para sua família, principalmente para seu esposo, pois ele faz parte de todas as suas conquistas. Disse que o Projeto "Jovens Talentos" foi a implantação de um programa de pré-iniciação científica que começou há dez anos atrás com os alunos do ensino médio, mudando a realidade de 167 alunos e virou a tese de seu trabalho científico. Destacou que os alunos receberam diversos prêmios nacionais e internacionais e, no ano passado, Miracema recebeu o 1º, 2º e 3º lugares na Jornada Científica onde os jovens talentos apresentam seus trabalhos. Destacou, também, que uma aluna da parte alta de Miracema e filha de uma costureira, ganhou com seu trabalho uma bolsa de estudos para a realização de seu mestrado na Faculdade de Ohio, nos Estados Unidos. Esclareceu que foi convidada para apresentar um trabalho em Ohio, nos Estados Unidos, e levou o trabalho de sua aluna, assim ela ganhou uma bolsa de estudos para fazer seu doutorado e metrado com tudo pago. Disse que a tese de seu trabalho apresentado na FIOCRUZ foi "O Programa Jovens Talentos FAPERJ e a repercussão desse Programa em Miracema" e foi aprovada com louvar, especialmente em virtude da relevância do tema e dos resultados apresentados. O Vereador Paulo

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

César da Cruz de Azevedo destacou que a Sandra é a primeira Cientista mulher Miracemense e tem muito orgulho de ser casado com ela. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou a Sra. Sandra pela homenagem recebida, destacando que a Educação é o único caminho para o futuro. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 25/11/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 21 de novembro de 2019.

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e noventa e nove da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador José Augusto Martins. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Ezequiel, Capítulo 22, Versículos de 01 à 04. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 17 de outubro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de setembro de 2019; 02) Ofício CI 080/2019 do Instituto Magali Siqueira de Diabéticos. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que o referido ofício fosse encaminhado para a Comissão de Saúde da Câmara Municipal para que sejam tomadas as medidas cabíveis; 03) Projeto de Lei que dá o nome de José Barreto a uma via pública da cidade de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier; 04) Ofício nº 088/2019 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema respondendo o ofício nº 717/2019; 05) Ofício nº 089/2019 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema respondendo o ofício nº 718/2019; 06) Ofício do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema respondendo o ofício nº 782/2019; 07) Ofício SEMMAM nº 067/2019 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 08) Ofício nº 970/GEXCGT/INSS do Instituto Nacional de Seguro Social respondendo o ofício nº 630/2019. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação, com urgência, no sentido de que seja realizada a troca da lâmpada do poste localizado na Rua

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Manoel Couto Paiva, em frente à casa de nº 156 e na antiga Creche – Bairro Jove, tendo em vista que a referida lâmpada se encontra a mais de 10 dias queimada e a noite o local está ficando muito escuro, facilitando a ação de meliantes e trazendo um grande perigo para os moradores e transeuntes que passam na Rua. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza no Açude Seco do Bairro Hospital, tendo em vista que estamos num período chuvoso. Solicitamos, ainda, que seja realizada a retirada dos frutos da jaqueira do Colégio Genuíno Siqueira, no Bairro Hospital, tendo em vista que o pátio do recreio fica embaixo da jaqueira e a queda das frutas está causando riscos para as crianças. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de firmar um convênio com a AMPAR (Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba) com o objetivo de castrar e vacinar os animais do nosso Município, bem como marcar os animais nas orelhas. Telefone: (32) 984065894, (32) 985250867 – Agostinho, Presidente da AMPAR. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o desentupimento do bueiro localizado em frente à Loja do Juca, na Rua Marechal Floriano Peixoto. Deferido. 05) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Responsável pela Limpeza Urbana - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma coleta de lixo aos domingos e feriados, nas ruas de Miracema que possuem restaurantes e outros comércios similares, tendo em vista que esses estabelecimentos produzem muito lixo nesses dias. Deferido. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou ao Vereador Presidente para fazer a entrega da Moção de Aplausos da Professora Márcia Cristina na próxima quinta-feira, assim vai confirmar se ela poderá comparecer. O Vereador Hugo Fernandes autorizou a referida entrega da Moção. 06) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - À Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, com vista ao DEMUTRAN - Solicitação no sentido de que sejam construídos dois quebra-molas, um na rua Jandira Alvim Braga e outro na Rua Laurindo Alvim Pereira, tendo em vista que recentemente foi assinado um convênio entre a Prefeitura e o Departamento de Estradas e Rodagem. Deferido. 07) Vereador Fabrício de Sá Xavier, através da Comissão de Saúde da

Câmara Municipal de Miracema - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa qual o impedimento de pactuar com o IMAS (Instituto Magaly Siqueira), tendo em vista que a referida Instituição está objetivando receber uma Emenda Parlamentar no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) que inclusive já foi publicada no Diário Oficial. Deferido. 08) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa qual o planejamento que está sendo preparado para 2020 visando a prevenção de doenças como a dengue, zika e chikungunya, que transmitidas pela picada do mosquito Aedes aegypti. 09) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja realizada uma Audiência Pública (Lei nº 880 de 08/2001) na Escola Sônia do Amaral Torres, visando explicar, discutir e, PRINCIPALMENTE, ouvir os Pais, alunos e moradores do Bairro Santa Tereza e Jardim Beverly sobre a Escola Estadual Cívico Militar. Vale ressaltar que o Poder Executivo tem a obrigação de dialogar com a Comunidade aquilo que será melhor pra ela. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes disse que é a favor da Escola Cívico Militar, mas o Governo precisa conversar e explicar os fatos para a população, dessa forma acredita que a realização de uma audiência pública sobre a instalação no referido colégio é o melhor caminho para informar a população e saber o que ela realmente pensa. Esclareceu que o Governo já tentou tomar algumas atitudes sem a opinião da população, especialmente em relação ao trânsito, mas tiveram de voltar atrás nas medidas tomadas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que alguns moradores de perto da Escola Sônia do Amaral Torres lhe questionaram sobre o fato. O Vereador Hugo Fernandes destacou que o assunto deve ser conversado com a população e não imposto. O Vereador Genessi rodrigues da Silva acrescentou que está fazendo um grande trabalho em relação a regularização fundiária e, em breve, vai solicitar uma Audiência Pública para esclarecimentos sobre o assunto. 10) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal, com vista á Secretaria Municipal de Administração - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa qual o andamento da Projeto sobre a Regularização Fundiária. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a subvenção dos Vereadores será encaminhada na sexta-feira, assim pede aos Vereadores para indicarem as entidades. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao

Pequeno Expediente. Inscrita a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire para falar sobre um ofício de resposta da Secretária Municipal de Saúde. Com a palavra, a Vereadora Maria Alessandra disse que infelizmente a imposição é uma característica desse governo. Entretanto gostaria de falar sobre a resposta da Secretaria de Saúde a um ofício seu, sendo que no ofício foi dito que a Vereadora que estava requerendo as informações não compareceu nas Audiências Públicas da Secretaria de Saúde. Dessa forma, gostaria de esclarecer que os vereadores não são obrigados a participar das Audiências Públicas da Prefeitura, mas os Secretários são obrigados a prestar as devidas informações. Informou que fez um levantamento e no governo do Prefeito anterior a Secretaria de Saúde recebeu aproximadamente vinte e quatro milhões durante os quatro anos de governo, sendo que no governo atual, em três anos, a referida Secretaria já recebeu aproximadamente vinte e oito milhões. Com isso, podemos observar que é preciso melhorar a gestão da Secretaria. Por fim, solicitou que fosse levantado o áudio da Audiência Pública onde a Secretária disse que a Vereadora estava vivendo em Marte, pois vai pedir para que ela responda sobre essa fala dentro da Lei. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Explicações Pessoais. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo acredita que a realização da Audiência Pública sobre a Escola Cívico Militar é de alta valia, sendo que ele já foi questionado por algumas pessoas e explicou a realidade da situação e as pessoas gostaram. Destacou que a Escola Cívico Militar é muito importante para a população, mas ela só tem significado se a população aceitar. Acredita que com as devidas explicações e a população se manifestar contrariamente a escola não precisa ser instalada, esclarecendo que uma Audiência Pública não é para impor determinado assunto e sim esclarecer os fatos e ouvir a população. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que esteve com o Deputado Áureo e a emenda para a construção da creche na Jove será liberada em breve, assim está fazendo uma pesquisa para dar um nome na referida creche. Por fim, disse que houve uma conversa que o nome da Escola Sônia do Amaral Torres seria alterado, entretanto conversou com o Secretário de Educação e isto é apenas um boato, pois o nome da escola permanecerá o mesmo. O Vereador Hugo Fernandes disse que a melhor forma de resolver todos esses assuntos é a realização de uma Audiência Pública, pois a população precisa sanar suas dúvidas e expressar sua opinião, sendo que possui uma opinião particular

acreditando que o Estado não pode vir no Município e solicitar uma Escola. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que o Estado pediu a referida Escola para que a Escola Militar pudesse funcionar já no ano que vem, assim não teria tempo de realizar as alterações necessárias em outras escolas. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que infelizmente as pessoas estão trazendo assuntos paralelos a Câmara, sendo que inclusive foi dito que ele vai ajudar a mudar o nome, entretanto isso é mentira. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 13/05/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 09 de maio de 2019.

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número centoe oitenta e dois da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo e Marcus Felipe Mercante Linhares. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 100, Versículos de 01 à 05. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 19 de agosto de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício SES/ASSP SEI nº 47 da Secretaria Estadual de Saúde respondendo o ofício nº 373/2019; 02) Ofício PMM/SMAS nº 078/19 da Secretaria de Assistência Social; 03) Ofício nº 185/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que o referido ofício fosse encaminhado à Assessoria Jurídica e ao Controle Interno desta Casa Legislativa para que eles possam emitir seus respectivos pareceres. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a prática e repassar a sobra financeira no final do ano, entretanto não existe nenhum dispositivo legal que impeça o adiantamento desse repasse, assim vai reunir a Mesa Diretora depois da análise técnica do pedido para estudar essa possibilidade. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Licitação - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa, via mídia, uma cópia do Contrato de coleta de Lixo realizado no ano de 2016, de forma integral, bem como uma cópia da renovação do referido contrato realizada em 2019. Deferido. 02) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao

Prefeito Municipal e ao Hospital de Miracema - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa quais são os tipos de cirurgias que estão sendo realizadas pela Hospital de Miracema e quantas estão sento realizadas por dia, tendo em vista que existe uma postagem na rede social dizendo que 70% dos casos de cirurgia estão sendo feitas em Miracema. Deferido. 03) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se existe algum Projeto que está sendo realizado pela Secretaria fazendo com que as máquinas da Prefeitura estejam trabalhando nos finais de semana, depois da divisa do Município de Miracema. Deferido. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Responsável pelo INSS - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de voltar com as análises de processos de aposentadorias e pensões no Município de Miracema, tendo em vista que o trâmite dos referidos processos está sendo feito apenas em Campos, atrasando bastante suas respectivas tramitações. Aprovado. 05) Vereadora Maria Alessandra leite Freire solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Sra. Gecilane, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja manifestado o interesse do Município de Miracema sobre a construção de 03 Academias da Saúde, conforme o ofício em anexo. Deferido. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que na sessão anterior fez um requerimento solicitando o retorno da realização das perícias no Município de Miracema. A Vereadora Maria Alessandra Leire Freire disse que não estava presenta na sessão passada e por isso fez o requerimento hoje. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva destacou que o requerimento da Vereadora Maria Alessandra também é importante e vai reforçar ainda mais seu pedido anterior, pois a não realização de perícia no Município de Miracema está fazendo muita falta para os munícipes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares convidou todos os Vereadores para participarem de uma Palestra, tipo um curso, sobre a Utilização das Redes Sociais na Política, que será realizada no sábado de oito meia até às quinze horas. Destacou que o curso será oferecido por uma equipe do Partido Solidariedade e será realizado no Lyons. O Vereador Hugo Fernandes destacou que o Partido Solidariedade contratou uma consultoria especializada e essa equipe é a mesma equipe que ampara o STF e o

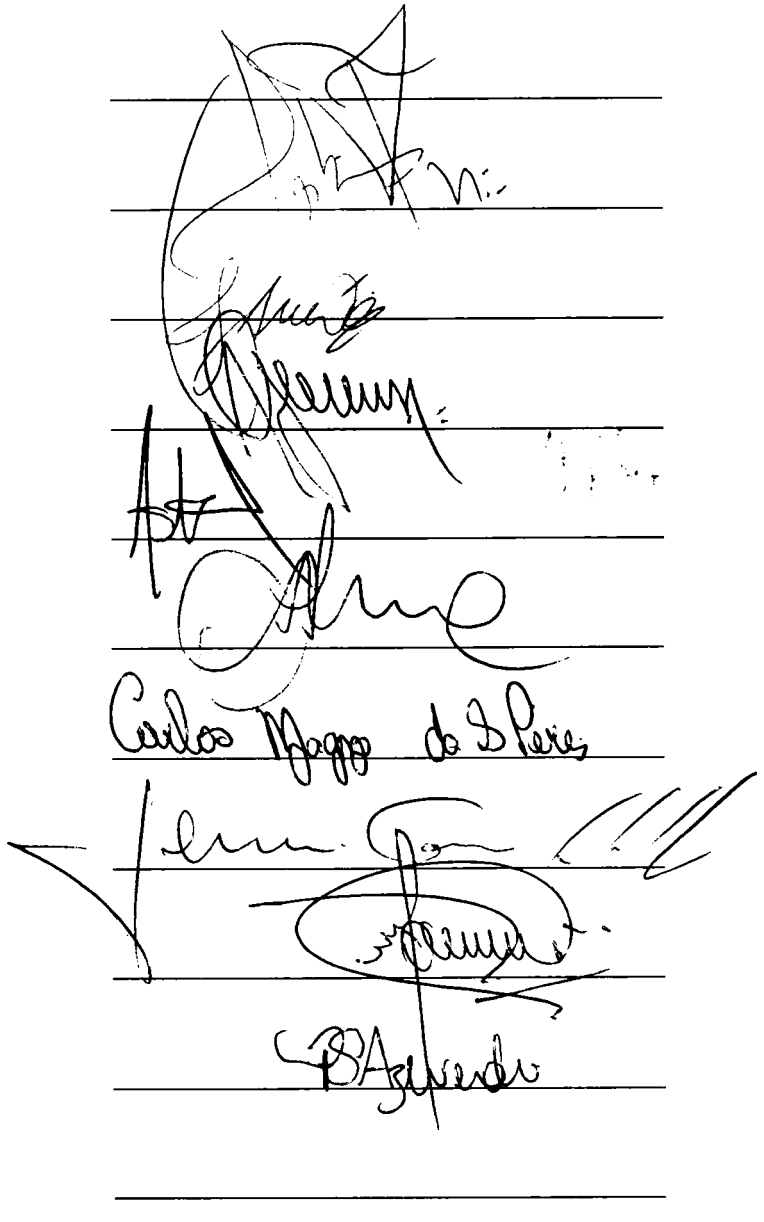
Senado Federal, assim acredita que o curso será bastante benéfico. 07) Vereador Paulo César de Azevedo - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se a Lei Municipal nº 1.389 de 2012, que Institui o Serviço de Moto Táxi no Município de Miracema-RJ está regulamentada, em caso positivo, solicitamos que a referida regulamentação seja encaminhada a esta Casa Legislativa. Deferido. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que na semana passada recebeu em seu gabinete um representante da URBAN, empresa que já está instalada em Miracema, assim foi informado que existem quatro carros e uma moto cadastrada. Dessa forma, acredita que vai existir um conflito de interesses com os taxistas e sugeriu ao Prefeito realizar uma audiência pública sobre esse tema, pois existe uma Lei Federal sobre esse tema e a Câmara Municipal não pode proibir esse trabalho. Esclareceu que o representante da URBAN quer dialogar para regulamentar a situação e sua sugestão foi a realização de uma audiência pública para ouvir os envolvidos e a população, com isso vai aguardar o desenrolar da situação. 08) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o levantamento da grade da galeria situada entre as Ruas Governador Roberto Silveira e Julieta Damasceno, pois a referida se encontra bem abaixo do nível da rua e vem prejudicando a circulação de ônibus no Bairro Jardim Beverly. Deferido. 09) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a implantação de uma rede de água pluvial, de aproximadamente 15 metros, na Rua Campo Santo, no Bairro Vila Nova. Deferido. 10) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza na praça localizada em frente à igreja do Sítio Pernambuco, tendo em vista que no referido local existe um ponto de ônibus e o mato está muito alto. Deferido. 11) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Diretor da 10ª DOC do DER-RJ, Sr. Nilton Júnior - Solicitação no sentido de que seja implantado quebra-molas na RJ 188 (Estrada Miracema x Paraoquena), no trecho compreendido entre o Polo Industrial até a Comunidade do Conde, tendo em vista que na referida rodovia está acontecendo diversos acidentes com frequência, devido à alta velocidade imposta dos condutores. Aprovado. 12) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral – TER/RJ - O Município de Miracema/RJ, assim como outros 34 do

Estado do RJ, está passando por Revisão de Eleitorado, com incorporação de dados biométricos, determinada pelo E. TRE/RJ através da Resolução 1.093/2019. O comparecimento à revisão, como cediço, é obrigatório, sob pena de cancelamento da inscrição eleitoral daqueles que não fizerem a biometria. Contudo, quanto aos maiores de 70 anos, o TRE-RJ tem divulgado, institucionalmente na página do Facebook (https://www.facebook.com/trerj/photos/a.707893062652977/2071346649640938/?type=3&theater) e ESPECIALMENTE por diversos outros meios (vídeos e spot's), que o comparecimento dos mesmos é obrigatório, sob pena de sofrerem várias consequências, notadamente de ficarem impedidos de receber aposentadoria ou pensão. Tal fato tem trazido enormes transtornos à população da 3ª idade, pois, repise-se, com receio de ficarem sem o pagamento, muitos enfermos e/ou em estado debilitado de saúde estão comparecendo (trazidos por familiares) para realizarem a biometria. É muito comum, infelizmente, presenciarmos nas dependências do Fórum eleitores (não interditados) que mal sabem expressar sua vontade, usando fraldas geriátricas, sondas, babadores, etc., aguardando o atendimento. Pior ainda é a situação dos acamados, aqueles absolutamente impossibilitados de comparecerem à revisão! A Resolução n° 21.920/2004 do TSE prevê a anotação, no cadastro eleitoral, de comando (ASE 396 — motivo 4) que impede o cancelamento do título. Todavia, ao serem informados da necessidade de "petição inicial" (requerimento), de instrumento de mandato e laudo médico detalhado, acabam por desistir, em razão do custo para organizar a documentação e deflagrar esse processo administrativo. Em outros Estados onde a revisão biométrica é obrigatória, os TRE's estão oficialmente divulgando não haver nenhuma penalidade aos idosos maiores de 70 anos que não comparecerem á revisão, que não seja o participar do processo eleitoral (impedimento de votar ou de ser votado), providência essa, ao nosso sentir, correta, justa e adequada, vez que a Carta Magna é clara no sentido do voto facultativo após os 70 anos. Confira-se os link's: TRE-SC: https://www.voutube.com/watch?v=S11x4M8EQ51&feature=youtu.be. TRE-BA: http://www.tre-ba.jus.br/imprensa/noticias-tre-ba/2017/Agosto/orecad astramento-biometrico-para-eleitores-com-mais-de-70-anos-e-obrigatorio. TRE-SP: http://www.tre-sp.jus.br/imprensa/noticias-tre-sp/2019/Maio/biometriaeleitor-com-mais-de-70-anos-precisa-fazer. TRE-MG: http://www.tre-mg.jus.br/imprensa/noticias-tre-

mg/2018/Janeiro/treesclarece-sobre-o-recadastramento-biometrico-dos-eleitores-com-mais-de-70-anos. Diante do exposto, solicito a Vossa Excelência que, em caráter de urgência: 01) consulte o Tribunal Superior Eleitoral, indagando se há alguma outra consequência aos idosos maiores de 70 anos que não fizerem a revisão biométrica obrigatória que não seja apenas o cancelamento do título e impedimento de participar do processo eleitoral; 02) em não havendo, que o TRE-RJ possa retificar as informações publicitárias, no sentido de deixar claro à população não haver risco de suspensão de pensão ou aposentadoria. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (uma) Mensagem de Veto: 01) Mensagem de Veto à Lei nº 1.827 de 30/05/2019. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu que a referida Mensagem de Veto seja votada na próxima reunião tendo em vista que hoje faltaram três Vereadores e para o veto ser quebrado precisa de seis votos, assim seria mais interessante realizar a votação na próxima reunião, com todos os Vereadores presentes. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que após a divulgação de seu projeto pode ser verificado que a maioria das pessoas que possuíam o terreno sujo fizeram suas respectivas limpezas e os casos de doenças diminuíram. Destacou que na Mensagem de Veto foi alegado que o Projeto possui vício de iniciativa, entretanto de acordo com o Assessor Jurídico desta Casa Legislativa acredita que isso não ocorreu. Mencionou que o Prefeito até poderia vetar alguns artigos, mas não o Projeto inteiro, sendo que foi alegado que já existe uma Minuta de Lei sobre esse assunto, mas até o momento não chegou nesta Casa. Dessa forma, poderemos vetar uma Lei e logo em seguida um projeto sobre o mesmo assunto vai chegar na Câmara. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que conversou com algumas pessoas do Cartório Eleitoral sobre a possibilidade de realizarem um trabalho itinerante nos finais de semana com o objetivo de atender a população eu precisa fazer a biometria, mas foi informado que eles não podem se deslocar para realizar este trabalho. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que conversou com o Prefeito Municipal sobre seu solicitação referente às cozinheiras da Secretaria de Assistência Social e também reforçou seu pedido sobre o aumento da periculosidade da Guarda Municipal. Por fim, disse que também fez a solicitação para regulamentar a carga horária das enfermeiras. A Vereadora Maria Alessandra Leite

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Freire pediu ao Vereador Maurício para fortalecer o pedido feito anteriormente por ele sobre o Plano de Cargos para os funcionários da Secretaria de Saúde. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que vai reforçar esse pedido. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 26/08/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 22 de agosto de 2019.



Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, às dez horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada uma Reunião Solene da Câmara Municipal de Miracema, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Continuando, convidou o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Juedyr Orsay Silva para tomar o assento a sua direita. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gideão Duarte Gonçalves, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores: Gilson Teixeira Sales, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier e Maurício Sant'Ana Soares. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 18, Versículos de 01 à 03. Continuando, convidou os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, João Siqueira Magalhães e Gutemberg Medeiros Damasceno para entregarem a Moção de Aplausos ao Tenente Coronel PM Ricardo Souza Borges, Comandante do 36º Batalhão de Policia Militar, pelos relevantes serviços na área de Segurança pública em nossa Região, em especial durantes os Festejos de Aniversário de Emancipação Político Administrava do Município de Miracema e Exposição Agropecuária e Indústria/2014. Convidou o Sr. Juedyr Orsay para fazer a entrega de uma Moção de Agradecimento em nome da Prefeitura Municipal de Miracema pelos relevantes serviços prestados pelo Tenente Coronel PM Ricardo Souza Borges ao Município de Miracema. O Sr. Prefeito Municipal agradeceu a presença de todas as pessoas, destacando que realiza está homenagem com muito

orgulho e gratidão. Assim, gostaria de agradecer todas as ações que vêm sendo realizadas pelo Coronel Borges em prol do nosso Município, destacando que ele trabalha com muito zelo e dedicação. A seguir, convidou os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Maria José Marques Barros Andrade, juntamente com o Sr. Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva para entregarem o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Vanderlei Pereira de Almeida. Continuando, disse que o Sr. Vanderlei nasceu em São José dos Calçados, Espírito Santo; é casado, pai de três filhos; formado em Estudos Sociais, pela Fundação Rosemar Pimentel em Barra do Piraí; é Coronel da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro - RJ, já tendo desempenhado diversas funções como superior Oficial da PEMERJ tais como: Comandante da Guarda Municipal de Volta Redonda, Chefe da P/3 do 10º BPM, Sub Comandante e Comandante do 10º BPM, Chefe do Comando de Policiamento do Interior em Niterói, Chefe de Gabinete do Comando Geral da PMERJ; é detentor de vários Cursos Civis e Militares, Promoções, Medalhas, Títulos Diplomas e Moções. O Prefeito Municipal Juedyr Orsay disse que Miracema está vivendo um momento ímpar em sua história, sendo que deve muito deste trabalho ao Sr. Vanderlei, pois ele não mede esforços para ajudar o Município. O Sr. Vanderlei disse que as pessoas que podem ajudar o próximo são muito felizes, destacando que sempre se sentiu um filho de Miracema. Acrescentou que está muito honrado e se sente muito feliz em receber o Título de Cidadão Miracemense. A seguir, convidou o Sr. Prefeito Municipal Juedyr Orsay Silva, juntamente com o Subtenente Amaral e o Tenente Coronel Borges, para entregarem o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. José Luis Castro Menezes. Continuando, disse o Sr. José Luis nasceu no Rio de Janeiro, RJ; é Coronel PM, Comandante Geral da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro; possui 29 anos de efetivo serviço policial; é graduado em História pela Universidade Gama Filho, possui Pós-Graduação em Trânsito; possui vários Títulos, Medalhas e Condecorações. O Prefeito Municipal Juedyr Orsay disse que o trabalho do atual Governo do Estado realizado na PM foi excelente, inclusive realizando a modernização dos equipamentos. Destacou que para ocupar este cargo, o Sr. José Luis trabalhou muito e não dependeu de nenhuma indicação e de nenhum tipo de favor. Por fim, mencionou que ele possui muita sabedoria e saúde para conduzir seu cargo com bastante zelo e dedicação. O Sr. José Luis Castro disse que tem muito orgulho de estar recebendo este Título de Cidadania, destacando que a Segurança Pública não é realizada apenas pelas polícias militar e civil, pois é preciso que todos tenham consciência de que ao cuidar da cidade e das pessoas, cuidarão também da segurança pública. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a

ser realizada no dia 22/05/2014, às 19 horas. Convidou também os presentes, para um coquetel que seria servido em seguida, no recinto. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 22 de maio de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número noventa e oito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gideão Duarte Gonçalves, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios, Capítulo 19, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Comunicados Nº CM038749/2014, CM038756/2014, CM038758/2014, CM038754/2014, CM038744/2014, CM038757/2014, CM038755/2014, CM038753/2014, CM038751/2014, CM038752/2014, CM038745/2014, CM038747/2014, CM038746/2014, CM038748/2014, CM038750/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 02) Telegramas NºRef: 012375/MS/SE/FNS e

002059/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 03) Convite para a 1ª Feira Literária da Escola Municipal Dr. Salim Bou-Issa, a ser realizada no dia 24 de maio, às 09h; 04) Convite para o Evento sobre o Combate Nacional ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a ser realizado no dia 22 de maio; 05) Panfleto do CETRAM sobre alguns eventos; 06) Ofício nº 098/2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando relatório de atividades desenvolvidas na referida Secretaria durante o mês de março de 2014; 07) Carta nº 70 do Conselho de Consumidores AMPLA convidando para a Audiência Pública a ser realizada no dia 04 de junho de 2014; 08) Projeto de Lei que Dispõe sobre a inclusão no Calendário Oficial de Eventos do Município de Miracema o "Dia da Consciência Jovem", a ser comemorada em toda a 1ª semana de agosto de cada ano, e dá outras providências; 09) Ofício nº 462/2014 GM-MEC do Ministério da Educação respondendo ofício nº 0187/2014; 10) Ofício nº 370/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 44/2014. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães e Gideão Duarte Gonçalves solicitaram cópia deste Projeto. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Presidente do Conselho Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa cópia das Atas das Audiências Públicas realizadas nos meses de fevereiro, maio e setembro de 2013, bem como a cópia das Atas do Parecer do Conselho Municipal de Saúde referente ao exercício de 2013. Aprovado. 02) Vereador Gideão Duarte Gonçalves em conjunto com o Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja determinada à Secretaria de Obras e Urbanismo a realização da delimitação do meio fio da Rua Projetada, ao lado do Prédio do Sr. Milton Soares, na Avenida Deputado Luiz Fernando Linhares, onde está localizada a futura sede da Assembleia de Deus. NA oportunidade solicitamos, ainda, que seja feita a rede de esgotos e águas pluviais para que possa ser realizada a definição do início da fundação da referida obra. Deferido. 03) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja informada a atual situação do Novo Cemitério de Miracema, tendo em vista que existem notícias que a construção estaria enfrentando alguns tipos de problemas. Solicitamos que seja esclarecido se os problemas são ambientais ou se são de outros tipos. Deferido. 04) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente da ALERJ, Exmo. Deputado Federal Paulo Melo - Tendo em vista a troca da frota de carros da ALERJ, encaminho solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a

doação de um veículo para a Câmara Municipal de Miracema, uma vez que o veículo utilizado pelos Vereadores se encontra comprometido pela excessiva quilometragem. Aprovado. 05) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário de Esportes do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Manoel Gonçalves Silva Filho - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a instalação de uma Academia Hexagon no Município de Miracema, conforme vem sendo realizado em diversos Municípios. Ressalta-se que a referida academia tem como diferencial a estrutura física 100% de alumínio, ficando livre de ação corrosiva e o uso de treliçada, o que permite o ajuste do elástico para a prática de Pilates, para pessoas de todos os tamanhos e idades. Além disso, possui placas de captação de energia solar e produz energia para a iluminação com lâmpadas Led e com ambientes. A cobertura moderna do espaço possibilita maior conforto aos usuários e, permite ainda, a prática de atividades físicas em dias de chuva. Por fim, destacamos que a manutenção mensal garante a durabilidade de, no mínimo, 15 anos. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres agradeceu a todos os funcionários responsáveis pela reforma realizada em uma escadaria do Município fornecendo mais segurança e conforto aos munícipes. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que possui uma cópia da Lei Municipal, que institui a obrigatoriedade do envio dos procedimentos licitatórios da Prefeitura Municipal para a Câmara, entretanto isto não vem ocorrendo. Destacou que os Vereadores precisam das informações necessárias para exercerem seus mandatos da melhor maneira possível. O Vereador Fabrício de Sá Xavier destacou que existe uma Lei sobre a transparência que também não está sendo respeitada. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de aplausos e Agradecimentos ao Pastor Ricardo Seabra, bem como todo seu Ministério e os fiéis da Igreja Batista da Paz, pela inauguração da construção da 1ª Nave do Templo, situada na Rua Governador Roberto Silveira, onde acomodará todos os membros e visitantes com muito conforto. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que participou de uma reunião com o Conselho do Meio Ambiente e que, atualmente, pode ser realizada uma nova visita na Unidade de Tratamento de Lixo administrada pela Empresa Pró-Ambiente e serão encontradas diversas mudanças. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves perguntou se foi tratado algum assunto sobre os entulhos. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que foi discutido sobre o destino final dos entulhos, tendo em vista que está sendo construído um aterro sanitário. O Vereador Hugo Fernandes pediu para o Plenário definir o horário das sessões que serão realizadas durante o dia dos jogos da Seleção

Brasileira na Copa do Mundo. Com a concordância de todos ficou decidido que as reuniões, nos dias dos jogos, serão realizadas na parte da manhã, às 09h. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 26/05/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 26 de maio de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quarenta e nove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloi, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Maurício Sant'Ana Soares, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 21, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Moção de Pesar para os familiares do Sr. José Maurício B. Mercante, de autoria Vereador João

Siqueira Magalhães. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção; 02) Requerimento do Sr. Wellington Zacarias Marinho solicitando cópia da ata e do áudio do Sessão realizada no dia 12/02/2015; 03) Ofício Presidência/Jurídico nº 014/2015 da CAPPS encaminhando informação sobre a dívida do Município de Miracema com a CAPPS. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhada uma cópia para cada Vereador; 04) Ofício nº 015/2014 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Reiteração pela terceira vez de solicitação no sentido de que sejam realizadas melhorias no Bairro Caloi, conforme fotos em anexo. Deferido. 02) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vista a Secretaria de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja realizada a limpeza dos bueiros no Bairro Caloi, bem como de todos os Bairros localizados da rodoviária para baixo, tendo em vista que as chuvas vêm causando sérios transtornos aos moradores dos locais. Deferido. 03) Vereador Hugo Fernandes, solicitou em nome da Câmara Municipal de Miracema - Ao Diretor da 10ª DOC do DER Miracema, Sr. Nilton Junior - Solicitação no sentido de envide esforços a fim de que, dentro das possibilidades, um levantamento das ruas de nossa cidade para incluí-las no Projeto Bairro Novo do Governo do Estado, principalmente tendo em vista que o antigo Programa Asfalto na Porta não contemplou diversas ruas. Aproveitamos ainda para reiterar solicitações de Pardais eletrônicos, tendo em vista o alto índice de vítimas fatais, nos seguintes locais: a) perto do limite Miracema X Santo Antônio de Pádua; b) perto do Miracema Campestre Club; c) perto do Posto Bedengó; d) perto do Bar do Beto. 04) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Emerson Pereira - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja passada uma máquina patrol na Rua Aristides Carvalho, no bairro Hospital, bem como que seja realizada uma capina com uma roçadeira. Solicitamos, ainda, a retirada da areia localizada na Rua Santo Antônio. Deferido. 05) Vereador Caros Armando de Azevedo - Ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Emerson Pereira - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que realizada a retirada dos entulhos e do lixo espalhados ao longo da Rua Roberto Silveira. Deferido. A Vereadora Maira José Marques Barros Andrade agradeceu ao Secretário de Meio

Ambiente o atendimento de seu requerimento sobre a limpeza. 06) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja elaborado e encaminhando a esta Casa Legislativa com urgência um Projeto de Lei criando vagas referentes ao Concurso Público de 2014. Deferido. 07) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Reiteração no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei que trata dos reajustes de salários dos Servidores Públicos Municipais. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a Tribuna Livre possui regras que deveriam ser respeitadas, sendo que não gostaria de ver o fato que aconteceu na reunião passada novamente. Esclareceu que algumas vezes os requerimentos e as moções não estão realizados no momento correto, fato este que acaba gerando um desconforto para os Vereadores, uma vez que os Vereadores tem a opção de ir embora durante as explicações pessoais e algum requerimento importante pode ser solicitado. O Vereador Hugo Fernandes, em conjunto com o Vereador João Siqueira Magalhães, solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Nilton Júnior, engenheiro, por estar exercendo a chefia da 10ª DOC – DER Miracema, desejando que obtenha êxito no trabalho e que ajude o nosso Município. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes informou que aproximadamente seis Vereadores estiveram na Prefeitura para assistir o Processo Licitatório, destacando que o cidadão que utilizou a Tribuna na última reunião não participou da licitação. Informou que a pessoa responsável pela Licitação explicou que todas as licitações estão sendo publicadas no portal de transparência da Prefeitura. Por fim, disse que assistiu a entrevista concedida pelo Vereador João Siqueira Magalhães e percebeu que o principal assunto foi o Projeto de Lei e não a Comissão Especial de Inquérito realizada pela Câmara. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a fala apresentada durante a entrevista foi sua resposta para a pergunta feita pela própria jornalista, sendo que inclusive respondeu demonstrando seu posicionamento. Destacou que não tinha o conhecimento das palavras dos representantes da CAPPS e nem do Prefeito, sendo que foi possível perceber que o maior interesse do Prefeito é acabar com o CAMEDS, pois ele mencionou que o dinheiro público não deveria financiar Plano de Saúde apenas para os servidores públicos. Continuando, disse que o dinheiro é

retirado diretamente do contracheque dos funcionários e tem a preocupação de que com a aprovação do Projeto de Lei, o CAMEDS poderá acabar, sendo que muitas pessoas dependem deste plano de saúde. Acrescentou que poucas vezes, ou quase nunca, está sendo visto algum Projeto para beneficiar os funcionários, destacando que os Vereadores estão apenas de passagem e os funcionários são os pilares de sustentação do Município e afirmando que os Vereadores devem procurar saber onde está o dinheiro que foi descontado dos servidores, mas não foi repassado. Concluindo, disse que o Projeto de Lei deve ser lido com muita clareza e atenção, pois está entendendo que a intenção do Prefeito é que, com a mudança da direção da CAPPS, a dívida seja perdoada. Destacou que a direção da CAPPS foi eleita por voto popular, assim, caso os funcionários não estejam satisfeitos com a administração, eles tem o poder de mudar através de seu voto, demonstrando assim a democracia. Por fim, disse que os Vereadores devem votar o Projeto de Lei de acordo com seus próprios entendimentos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que ao ler o Projeto de Lei sobre a CAPPS/CAMEDS ficou perplexo com a ousadia do Prefeito, pois todos os Vereadores estão sendo colocados em dificuldade perante a população. Acrescentou que diversas pessoas estão comparando o governo atual com o seu, principalmente em relação ao funcionalismo público, sendo que se existe algum tipo de insatisfação com a Diretoria ela deveria ser alterada pelos funcionários, destacando que realmente deveriam existir algumas modificações, especialmente com a separação das duas diretorias, CAPPS e CAMEDS, devendo ser realizadas eleições para ambas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que infelizmente ocorrem alguns fatos colocando o Presidente na saia justa, sendo que se uma pessoa não for autorizada a falar na Tribuna Livre pode acabar parecendo que os Vereadores estivessem temendo algum fato. Informou que seis Vereadores compareceram na Licitação e não ficou nenhuma dúvida em relação ao certame ocorrido, parecendo que a pessoa que utilizou a Tribuna Livre estava com a intenção de criar algum tipo de tumulto. Continuando, disse que tem certeza que a Câmara Municipal inteira está muito preocupada e pensando qual seria a melhor solução para os servidores. Acrescentou que está curioso com os valores das dívidas, pois a CAPPS possui dezoito milhões de reais em caixa, e existe uma dívida de onze milhões de reais com aproximadamente um ano de não repasse. Destacou que a Câmara Municipal vai se

posicionar de forma a proteger o servidor público e vem analisando o Projeto de Lei, mas ainda não encontrou um denominador comum. Esclareceu que com a análise de todos os documentos que os Vereadores possuem, todos poderão chegar a um denominador comum e encontrar a melhor solução para todos. O Vereador Gilson Teixeira Sales informou que é dependente de sua esposa no Plano de Saúde da CAMEDS, e ele é um dos melhores, senão o melhor, Plano de Saúde que existe no Município. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os Vereadores podem observar que a Diretoria da CAPPS está procurando uma maneira de sobreviver, sendo que observaremos dois tipos de votos, um político e um pensando nas necessidades dos funcionários. Destacou que o Conselho Fiscal da CAPPS, em todas as gestões, não vem exercendo suas funções de maneira correta, assim percebe que ele não está fiscalizando a Diretoria da CAPPS. Esclareceu que é preciso analisar o Projeto de Lei com muita calma e atenção, pois existem diversos pontos interessantes, sendo que os juros da dívida apresentados pela Caixa de Previdência são exorbitantes. Informou que também é dependente da CAMEDS e ele é um Convênio Médico e não um Plano de Saúde, sendo realmente muito importante para o Município, entretanto percebe que estão faltando alguns critérios para o atendimento. Continuando, disse que o Convênio Médico também utiliza dinheiro público, pois o servidor paga 3% de seu salário e o Município complementa com o mesmo valor. Afirmou que também é contra o fechamento da CAMEDS e que está sendo espalhado um boato na cidade que já existe uma pessoa indicada pelo Prefeito para exercer a Presidência da Caixa de Previdência, entretanto o Projeto impõe algumas condições para que o Presidente da Autarquia possa ser escolhido. Por fim, disse que não tem medo de perder uma futura eleição, pois foi eleito de forma direta e não através de coeficiente partidário. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou ao Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio, Obras e Serviços Públicos para marcar uma reunião para que as obras de esgotamento sanitário pudessem ser discutidas, tendo em vista que existem algumas reclamações por parte da população. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que a reunião poderá ser realizada amanhã, às 14 horas, aqui na Câmara. O Vereador Carlos Armando de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Ademir Cunha, mais conhecido como Pombinho, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão

assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que o atual Prefeito quer acabar com a democracia na escolha da Presidência CAPPS, acrescentando que faz questão de assinar qualquer tipo de CPI solicitada pelos Vereadores, inclusive para investigar os valores da dívida e a gestão da CAPPS. Por fim, disse que as obras de esgotamento sanitário estão sendo realizadas com muito descaso pela Prefeitura, assim acredita que alguém poderia estar conversando com a população para explicar os transtornos que estão sendo causados. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que quer conversar com o Vereador Fabrício de Sá Xavier sobre o processo licitatório das obras de esgotamento sanitário. O Vereador Fabrício de Sá Xavier informou que é preciso analisar a qualidade do cano que está sendo colocado, pois o material utilizado nas obras deve ser o mesmo especificado no processo licitatório, esclarecendo que a situação da rua onde mora está muito complicada com a realização das obras. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrades esclareceu que concorda com os Vereadores Hugo Fernandes e Genessi Rodrigues da Silva pelas palavras ditas, sendo que os Vereadores devem analisar todos os fatos que vem acontecendo na Caixa de Previdência. Por fim, acredita que o Prefeito Municipal não tem a intenção de acabar com a CAMEDS e que os Vereadores irão analisar os fatos e votarão de acordo com sua consciência e sem a intenção de prejudicar os funcionários. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que se o Prefeito Municipal considera os juros que estão sendo aplicados abusivos ele tem o direito de contestá-los. Acrescentou que a Prefeitura, inclusive, teve a oportunidade de contestar os valores durante os trabalhos da Comissão Especial de Inquérito, sendo que eles foram convidados quatro vezes para comparecerem e não o fizeram. Destacou que inclusive existe uma ação judicial onde a Prefeitura perdeu o prazo da contestação, sendo que no caso dos números estarem errados, a Prefeitura tem que provar onde está o erro, aduzindo que provavelmente a CAPPS está se baseando em alguma Lei para calcular os valores dos juros. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o Projeto de Lei que altera o Estatuto da CAPPS chegou nesta Casa no final do ano de 2014 e está em tramitação regular e de forma legal. Informou que os Vereadores não querem criar nenhum tipo de atrito nesta Casa Legislativa, sendo que inclusive vai encaminhar os ofícios aos interessados para poderem se manifestar sobre o Projeto. Por isso, pede aos Vereadores para não se exaltarem no dia da votação, esclarecendo que o referido Projeto de Lei não menciona a CAMEDS. Destacou que, durante a entrevista apresentada na televisão, achou a fala de todos os envolvidos, representante da CAPPS, da Câmara e da Prefeitura, muito boa. Por fim,

disse que o Prefeito Municipal apenas mencionou a legalidade do convênio e não manifestou a vontade de acabar com ele, esclarecendo que a Câmara Municipal ouvirá todas as partes envolvidas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o INSS possui um Plano de Saúde muito parecido com a CAMEDS, sendo que seu nome é GEAP. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final analisou sete Projetos de Lei no dia de hoje, sendo que seis já foram encaminhados para a próxima Comissão. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 26/02/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, às nove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e seis, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 111, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 0402/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal substituindo o Projeto de Lei nº 020/2014; 02) Convite do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para a Solenidade de Inauguração da

Nova Sede do TCE-RJ; 03) Convite para a Sessão Solene da Câmara Municipal de Natividade; 04) Convite para a entrega de medalhas das equipes do Núcleo de Futebol de Base do Ferradurão. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Sr. José Pires Tomaz e Alcyr F. de Oliveira Filho pela obtenção do Título de Campeão na Copa Noroeste Fluminense, nas categorias sub 11 e sub 13. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos Presidente da Liga Desportiva de Miracema e toda sua Equipe pela obtenção do Título de Vice-Campeã da Copa Regional do Noroeste Fluminense sub 17. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja criada e incluída uma rubrica no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento Municipal, para que seja realizada uma Tradicional Festa na Comunidade de Areias. 02) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Reiteração no sentido de que seja realizada a reforma das Praças do Bairro Caloy, tendo em vista que a referida se encontra em situação que coloca em risco a integridade física dos pedestres, com enormes crateras, conforme as imagens em anexo. Esclarecemos que a guarita de ônibus também está necessitando de ser remodelada, uma vez que em períodos de chuva vem ocasionando diversos transtornos aos munícipes. Por fim, destacamos que os pedidos acima já foram feitos anteriormente e seguem como reiteração. 03) Vereador Hugo Fernandes - À Direção da CEDAE - Solicitação no sentido de que seja realizado o aumento do reservatório de água tratada no Distrito do Paraíso do Tobias, tendo em vista que o Distrito sofreu alguns problemas com a falta de água, bem com que o atual reservatório não está atendendo a demanda da população do referido Distrito. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 08 (oito) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Acrescenta alterando o Anexo I - Quadro de Provimento em Comissão - da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, o cargo de Diretor do Departamento de Gestão e Controle do CAUC - SIAFI da Prefeitura Municipal de Miracema, Grupo de Chefia CH - 01, símbolo de vencimento CC2, acrescentando o item 4.3 ao art. 52 da Lei 798/99, de 04 de Novembro de 1999, criando o Departamento de Gestão e Controle do CAUC -SIAFI. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por

unanimidade dando origem a Lei nº 1.526, de 23 de junho de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art. 81 da Lei Orgânica Municipal, Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica alterado o Anexo I - Quadro de Provimento em Comissão - da Lei nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Gestão de Controle do CAUC-SIAFI, Grupo de Chefia CH-01, símbolo de vencimento CC2, recrutamento limitado. Art. 2º- Fica acrescentado o item 4.3 ao art. 52 da Lei nº 798/99, de 04 de novembro de 1999, criando o Departamento de Gestão e Controle do CAUC-SIAFI, cujas atribuições passarão a constar na forma do capitulo IV, Seção III. CAPITULO IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEÇÃO III - DEPARTAMENTO DE GESTÃO E CONTROLE DO CAUC-SIAFI - Planejar, dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades do Departamento; - Participar da definição política e administrativa de sua área de atuação, inclusive com proposição de normas e diretrizes; - Planejar, organizar, coordenar e controlar o desempenho das unidades orçamentárias dentro dos critérios para cumprimento do estabelecido no CAUC-SIAFI; - Adotar critérios específicos para controle do CAUC-SIAFI; - Manter planilhas organizadas para controle dos parcelamentos junto aos órgãos Federal, Estadual e Municipal, dos quais envolvam itens do CAUC-SIAFI. - Determinar providências e estabelecer contatos internos e externos sobre assuntos inerentes ao CAUC-SIAFI. - Praticar atos relativos à administração de pessoal, material e orçamento no âmbito do Departamento; - Apresentar relatórios trimestrais das atividades do Departamento; - desempenhar tarefas afins. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. **02)** Projeto de Lei Complementar que acrescenta alterando o Art. 52 da Lei nº 798/99, item 5.2, da Secretaria Municipal de Fazenda, transformando a Divisão de Tesouraria em Diretoria de Tesouraria, acrescentando ao anexo I - Quadro de Provimento em Comissão - da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, criando o Cargo de Diretor de Tesouraria da Secretaria Municipal de Fazenda, Grupo de Chefia CH-02, Símbolo de Vencimento CC2, e dá outras providencias. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei Complementar nº 1.527, de 23 de junho de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito

Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso III, do art. 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte LEI: Art. 1º - Fica criada a Diretoria de Tesouraria da Secretaria Municipal de Fazenda, alterando o art. 52, item 5.2, da Lei Nº 798/99, de 04 de novembro de 1999, com a finalidade de auxiliar a Secretaria Municipal de Fazenda na direção e controle de fiscalização das Receitas Municipais, bem como: 1. planejar, dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades do Departamento de Tesouraria; 2. planejar, organizar, coordenar e controlar o desempenho das unidades subordinadas; 3 . estudar e aprovar adoção de novos métodos e processos operativos; 4. decidir, determinar providencias e estabelecer contatos sobre assuntos da respectiva área de atuação; 5. planejar, organizar, coordenar e controlar o desempenho de Coordenador ou Encarregado subordinado à sua unidade; 6. apresentar relatórios das atividades do Departamento; 7. registrar a receita arrecadada pelos órgãos da Administração; 8. executar o controle contábil analítico e sintético das Receitas Municipais previstas e arrecadadas pelas unidades de arrecadação; 9. realizar pesquisas e estudos sobre as variações das rubricas; 10. efetuar o controle da arrecadação bancaria; 11. efetuar a classificação das despesas nos termos da Legislação vigente; 12. efetuar a execução das Despesas Orçamentárias do Município; 13. efetuar controle da despesa empenhada e dos empenhos por processo; 14. tomar as providencias atinentes à liquidação da despesa Pública Municipal; 15. emitir notas de pagamento de Despesas Orçamentárias; 16. manter o registro de emissão de ordem de pagamento com Recursos Orçamentários; 17. executar pagamentos devidamente autorizados e processados e demais compromissos da municipalidade; 18. verificar a posição contábil do saldo bancário da fundação e saldo do caixa informando-os mediante Boletins diários ao Secretario Municipal de Fazenda; 19. controlar os pagamentos efetuados através da rede bancaria, prestando contas ao serviço de contabilidade; 20. executar programas de realização de estoque de recursos financeiros, de acordo com as normas do direito financeiro e a Legislação do mercado de capital; 21. executar outras atividades correlatas. Art. 2º - Fica alterado o Anexo I - Quadro de Provimento em Comissão - da Lei Nº 813, de 15 de dezembro de 1999, acrescentando o Cargo de Diretor do Departamento de Tesouraria da Secretaria Municipal de Fazenda, vinculado a Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Miracema, Grupo de Chefia CH-02,

símbolo de vencimento CC2, Recrutamento Limitado, cujas atribuições passarão a constar do Anexo V da Lei Nº 813/99. Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, tem sua classificação na forma do presente artigo: Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Fazenda; Classificação Funcional: 04.122.0095.2.130.000 – Manutenção e Operacionalização do Órgão; Elemento: 3.1.90.11.00. Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que acrescenta ao Anexo I - Quadro de Cargos de Provimento em Comissão - da Lei nº 813 de 15 de dezembro de 1999, com suas ulteriores alterações inclusive as advindas pela Lei nº 1.391/2012 - 01 (um) Cargo em Comissão de Assessor Jurídico Grupo de Chefia CH-01, Símbolo CC-2 por imperiosa necessidade administrativa. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou a leitura do Parecer do Assessor Jurídico e Controlador Interno. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura dos pareceres. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que analisa o despacho da Procuradora Municipal com um pouco de preocupação. O Vereador Hugo Fernandes disse que respeita a opinião do Vereador João Siqueira Magalhães, entretanto percebe que o Projeto original veio considerando um Concurso a ser realizado, por isso o limite prudencial seria ultrapassado. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado com dois votos contrários, dos Vereadores João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier, e sete votos favoráveis, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva, dando origem a Lei nº 1.528, de 23 de junho de 2014. Eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais e segundo previsão nas normas supra elencadas, encaminho para apreciação e aprovação pela Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei: Art. 1º - Fica criado mais 01 (um) cargo em comissão de Assessor Jurídico, Grupo de Chefia CH-01, símbolo CC-2, a ter atuação junto à Procuradoria Geral do Município, cabendo-lhes as mesmas atribuições especificas dadas ao procurador Geral do Município, sob supervisão deste. Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei que Institui o Dia da Consciência Jovem no Município de Miracema. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade

dando origem a Lei nº 1.529, de 23 de junho de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei. Art. 1º- Fica instituído, no âmbito do Município de Miracema o " Dia da Consciência Jovem", a ser comemorado na primeira semana do mês de agosto de cada ano, sendo que na semana que acontecerá o evento, serão realizadas palestras e programas de conscientização nas Escolas Públicas e Privadas do Município, sobre os problemas cotidianos, elaborado pelo corpo Docente de cada Instituição de Ensino. Art. 2º- A data comemorativa será um marco para a sociedade de maneira geral já que, o pensamento jovem provem independente da idade e perdura por toda a vida. Art. 3º- Sua inserção no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Miracema se dará a partir da lembrança de momentos felizes vividos e muitos ainda se farão viver. Art. 4º- O cronograma das atividades deverá instituir a memória da juventude resgatando a cultura e exemplos de cidadania. Art. 5º- A proposta a ser desenvolvida terá exposição de palestras sobre drogas, álcool, gravidez na adolescência, aborto, prostituição e suas consequências para saúde, violência domestica e uso de rede social. Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. **05)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder o Direito Real de Uso do imóvel público à empresa Duas Irmãs Industria e Comercio de Produtos Descartáveis LTDA e dá outras providencias. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura do acordo contratual presente no Projeto de Lei. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que existe a falta de informação sobre alguns terrenos no Polo Industrial, sendo que não sabe quais as Empresas estariam utilizando os terrenos regularmente. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que pode ser encaminhado um ofício ao Planejamento solicitando as informações necessárias. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade acrescentou que no início do governo solicitou que fosse feita uma visita no Polo Industrial para que fosse verificada a utilização ou não dos terrenos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que acompanhou algumas situações em relação aos terrenos, sendo que muitas Empresas estão realizando suas atividades sem as respectivas leis de cessão de uso. O Vereador Hugo Fernandes disse que as ações do Poder Executivo devem que passar pela Câmara Municipal para evitar esta falta de informação. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que, por causa do

pedido realizado pela Vereadora Maria José, está sendo realizado a confecção de um novo mapa com o levantamento das Empresas que estão em funcionamento no local. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.530, de 23 de junho de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e, eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo Inciso III, do Art 81 da Lei Orgânica, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a realizar a concessão gratuita de direito real de uso, pelo prazo de até 20 (vinte) anos podendo ser prorrogável por igual período, com clausula de reversão, à empresa DUAS IRMÃS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DESCATÁVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 10.773.032/0001-83, sitio na Rua A lote 4E, com todas as suas benfeitorias no Pólo Industrial II, Miracema (RJ). §1º - Em não havendo o início da execução do projeto no prazo máximo de até 06 (seis) meses assim como a conclusão do Projeto de execução e implantação da empresa em no máximo 12 (doze) meses, fica automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio Público Municipal, mediante simples requerimento fundamentado acompanhado de documentos probatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis. §2º - Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração do Município no mesmo, inclusive sem indenização. §3º - Fica o concessionário obrigado a iniciar suas atividades comerciais no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, ou antes disso, se concluído seu projeto, sob pena da sanção prevista no parágrafo 1º. §4º - A presente concessão tem por objetivo a instalação da empresa de fabricação de reciclagem de papel, com escopo de fomentar a atividade industrial e comercial no Município. Art. 2º - Fica vedado destinar o imóvel para finalidade diversa da especificada nessa Lei, ficando vedado gravar o imóvel de qualquer ônus, a qualquer título, bem como, não poderá ceder ou transferir o mesmo de forma gratuita ou onerosa, num prazo de 10 (dez) anos e sem anuência expressa do Poder Executivo Municipal, sob pena de rescisão da concessão e sua consequente extinção. Art. 3º - Após firmada a concessão, o concessionário fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e atender todas as normas

pertinentes à utilização do imóvel, inclusive quanto as normas ambientais. Art. 4º - A destinação diversa do imóvel implicará na rescisão da concessão e sua consequente extinção, sem direito a retenção e/ou indenização das benfeitorias, salvo, se fato novo ocorrer, cujo interesse público seja demonstrado e a Administração Pública concorde expressamente. Art. 5º - Fica dispensada a licitação com base no inciso I § 4º e 5º do artigo 17 da Lei 8666/93. Art. 6º - As benfeitorias existentes no imóvel ora concedido estão listadas no processo administrativo Nº 2013.04138-5 acompanhado do devido laudo de avaliação. Parágrafo Único - Todos os bens móveis existentes no imóvel concedido e listados conforme planilha constante no Processo supra mencionado deverão ser devolvidos ao final da concessão em perfeito estado de conservação cabendo a empresa concessionária a guarda dos mesmos. Art. 7º - O interesse público esta demonstrado uma vez que a industria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento do Município, incentivando a implantação de novas empresas, gerando assim empregos e renda, melhorando as condições de vida da nossa população bem como proporcionando nosso desenvolvimento econômico e social. Art.8º - Fica autorizado ao concessionário oferecer o imóvel em garantia real junto às instituições financeiras, desde que o financiamento seja para edificação ou aquisição de maquinários e equipamentos, referente ao projeto de viabilidade. Art. 9º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a isenção de alvará, taxas, contribuições de melhorias, serviços públicos e ISS, sobre a edificação pelo período de 10 (dez) anos a todas as empresas que vierem se instalar ou que vierem ampliar suas empresas no Pólo Industrial II do nosso Município, em especial, à concessionária. Art. 10 - O cessionário deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo Município de Miracema, constando o numero da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas. Art. 11 - O concedente no exercício regular do Poder de Polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização. Art. 12 - A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma. Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos, revogando todas as disposições em contrario. **06)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder o Direito Real de Uso do imóvel público à empresa Brambila & Bastos LTDA - ME e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo destacou que

nenhuma das Empresas possuem Projetos de Lei referente Cessão de Uso dos Terrenos do Polo Industrial II. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que vai retirar este Projeto de Lei de Votação para que sejam esclarecidas algumas dúvidas. **07)** Projeto de Lei que Autoriza o Executivo a promover a Confissão e o Parcelamento ou Reparcelamento das Dívidas Previdenciárias ou não Previdenciárias com o RPPS - Regime Próprio de Previdência Social, gerido pela CAPPS (Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema) com vencimento até maio de 2014. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a dívida da CAMEDS não poderia ser incluída no parcelamento, uma vez que ela não possui caixa para suportar o parcelamento. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura do Projeto de Lei, uma vez que o referido foi corrigido em alguns pontos. Convidou o Controlador Interno desta Casa Legislativa, Sr. Carlos Bruno, para prestar alguns esclarecimentos. O Sr. Carlos Bruno explicou que algumas regras foram alteradas entre os anos de 2013 e 2014, assim a Prefeitura Municipal precisou realizar algumas alterações no Projeto de Lei. Disse que atualmente existe uma orientação normativa e uma Portaria estabelecendo as normas para o parcelamento ser realizado, esclareceu as mudanças realizadas na legislação definindo as novas regras para o parcelamento. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo perguntou se a parte do servidor deveria ser paga sem parcelamento. O Sr. Carlos Bruno disse que sim, ela deverá ser quitada à vista. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou quais seriam os débitos não previdenciários citados no Projeto. O Sr. Carlos Bruno esclareceu que seriam os valores ultrapassados dos 2% da taxa de administração utilizados. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que poderia ter restado alguma parte da dívida referente a construção do prédio, destacando que este Projeto é um pouco complexo, pois a Câmara Municipal autoriza um parcelamento sem os valores das dívidas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que é muito importante que a Câmara Municipal tenha acesso ao termo de Acordo e Parcelamento. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que este Projeto de Lei está mal redigido, destacando que já está se tornando um vício o Prefeito Municipal atrasar o pagamento dos valores da CAPPS/CAMEDS, sendo que a Câmara está sendo muito paciente com algumas questões e acaba sendo mal vista pela população. Acrescentou que as dívidas da Prefeitura Municipal estão enormes. O Vereador Hugo Fernandes disse que concorda que o pagamento das obrigações deve ser realizado em dia, entretanto não concorda com a citação de que a Câmara está mal com a população, uma vez que não podemos generalizar os assuntos. Concluindo, disse que os Vereadores estão discutindo o futuro do

Município de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que não está defendendo ou acusando o Prefeito passado, destacando que chegaremos ao final do mandato pagando dívidas do governo passado, sendo que é um Vereador independente e sempre age de acordo com sua consciência. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que observou um erro no empenho dos pagamentos dos funcionários, uma vez que os responsáveis pelo pagamento vêm empenhando a parte líquida dos pagamentos dos servidores e não a parte bruta. Esclareceu que todos os orçamentos são virtuais, assim entende que nenhum Prefeito segurou o dinheiro dos servidores, tendo apenas deixado de repassar por falta de planejamento. O Sr. Carlos Bruno disse que este erro contábil é muito grave, porém não é fácil realizar a folha de pagamento. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu já foi o responsável pela folha de pagamento do DER e realmente o serviço é complexo. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que não deixou nenhuma dívida a pagar durante o seu governo, destacando que o responsável pelos pagamentos foi o Sr. Rubens Mauro. Por fim, disse que os futuros administradores estão em uma situação complicada. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que a verba referente aos royalties ainda pode ser diminuída. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que com certeza esta verba será diminuída. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que não se sente enquadrado nos inertes, pois os vereadores são independentes, destacando, inclusive, que foi eleito através de uma pesquisa realizada pela Empresa Fama como Vereador mais atuante do Município, acreditando assim que não está mal perante a população. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que a Câmara não pode mais ter a responsabilidade de ficar discutindo as dívidas da Prefeitura Municipal para que o Município possa se desenvolver. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado com dois votos contrários, dos Vereadores João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier, e sete votos favoráveis, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Carlos Armando de Azevedo, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. **08)** Projeto de Lei que Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município, O Dia do Administrador. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.531, de 23 de junho de 2014. O Prefeito do Município de Miracema faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei Art. 1º- Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Município de Miracema, o "Dia do Administrador", a ser comemorado anualmente no dia

09 de setembro. Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que parece estar ocorrendo uma compra e venda de terreno público entre as empresas interessadas a exercerem suas atividades, assim existe a necessidade que os Vereadores possuam um mapa para sabermos a situação atual dos terrenos do Polo Industrial. Destacou que as pessoas acabam percebendo o que está acontecendo, mas não possuem meios de obter provas sobre este assunto. Por fim, disse que durante seu governo conseguiu trazer a Company para o Município de Miracema, porém a empresa não conseguiu se firmar no Município. O Vereador João Siqueira Magalhães mencionou que a Empresa Fama já lhe ofereceu um diploma de Vereador Mais Atuante do Município em troca de alguns favores, especialmente o pagamento de um valor pecuniário. Por fim, esclareceu que elaborou um Projeto de Lei para que fosse informado os repasses referente a CAPPS/CAMEDS, sendo que também fez mais dois projetos no mesmo sentido, um para a APAE e outro para o Asilo São Vicente de Paula, com isso pede que estes Projetos, na medida do possível, sejam votados antes do recesso. O Vereador Hugo Fernandes solicitou a urgência na tramitação nestes Projetos, inclusive com a inserção deles na Ordem do Dia da próxima reunião. O Vereador João Siqueira Magalhães destacou que existe um outro Projeto sobre a obrigação de inserir nos carnês de IPTU a identificação das taxas cobradas. O Vereador Genessi Rodrigues perguntou para todos os Vereadores se lhes foi oferecido algum diploma de Vereador Mais Atuante em troca de favores ou valores pecuniários. Todos os Vereadores presentes, exceto o Vereador João Siqueira Magalhães, disseram que não receberam propostas de compra do referido diploma. Com isso, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou que fosse encaminhado um ofício a Empresa FAMA Publicidade, no sentido de que fosse convidado um representante da referida Empresa para comparecer na Câmara Municipal de Miracema com o objetivo de esclarecer alguns fatos referente a fala do Vereador João Siqueira Magalhães, sendo que o referido Vereador disse que foi procurado no ano de 2014 por um representante da Empresa FAMA e foi lhe oferecido um Diploma de Vereador mais Atuante em troca de valores financeiros. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Deputado Federal Glauber Braga por ter sido escolhido para ser o Presidente Estadual do Rio de Janeiro do PSB, desejando sucesso neste novo desafio. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Maria José Marques Sentinelli, Diretora Centro de Convivência, pelo excelente e brilhante trabalho que ela vem fazendo junto aos idosos deste Centro de Convivência

demonstrando carinho, atenção e zelo com os idosos miracemenses. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Secretário Municipal de Administração, Sr. Oswaldo, pelo grande desempenho e profissionalismo demonstrado em frente à referida Secretária, especialmente referente ao trabalho realizado na individualização do FGTS. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 26/06/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 26 de junho de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e sessenta e nove da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Maria Alessandra Leite Freire e Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 50, Versículos de 01 à 05. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 16 de maio de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 748/2019/OF da 2ª Vara da Comarca de Miracema; 02) Ofício nº 07/2019 da Secretaria Municipal de Fazenda; 03) Ofício nº 262/2019 da Secretaria Municipal de Saúde; 04) Ofício nº 107/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 013/2019; 05) Convite para a Sessão Solene em comemoração ao 127º Aniversário do Município de Palma; 06) Ofício nº 062/2019 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema-RJ; 07) Ofício Circular GC7 nº 02/2019 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; 08) Ofício nº 388/GEXCGT/INSS do Instituto Nacional do Seguro Social respondendo o ofício nº 248/2019; 09) Ofício nº 113/2019 da Secretaria Municipal de Licitação, Compras e Contratos respondendo o ofício nº 010/2019. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Administração - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma relação atualizada contendo a quantidade de cargos comissionados e funções gratificadas, separadas por secretaria. Deferido.

02) O Vereador Aimoré da Silva Almeida solicitou que fossem tomada as devidas providências junto ao Jurídico desta Casa, em relação ao requerimento encaminhado ao Prefeito Municipal solicitando que fosse encaminhado a esta Casa Legislativa uma Prestação de Contas referente aos eventos realizados durante o Carnaval de 2019, tendo em vista que o referido requerimento não foi respondido dentro do prazo legal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Vereador Aimoré pode procurar o Jurídico para que sejam tomadas as providências cabíveis. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o conserto da tampa do bueiro localizada na calçada da Leader, na Rua Marechal Floriano Peixoto. Deferido. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal, com vista a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Assistência Social e Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - Considerando que o programa "Mulher, Viver sem Violência" foi lançado em 2013, com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira. Considerando que nosso Município no dia 22/05/2019 recebeu a visita do ônibus UMA POR TODAS, Unidade Móvel de atendimento, que obteve adesão bastante significativa. Considerando que a Violência Doméstica, não só mata ou fere, como também ocasiona desequilíbrios incontáveis na formação social. Encaminho solicitação no sentido de que seja instaurado em nosso Município o "Programa Mulher, viver sem Violência", onde serão somadas forças para o atendimento devido às Mulheres em nosso Município, sendo esse um desejo da nossa comunidade. Assim, com posterior regulamento e implantação dos serviços em nosso Município será possível uma continuidade e constância nos serviços prestados. Nesta oportunidade, envio o presente também às Secretarias Estaduais supracitadas, solicitando todo apoio que as mesmas possam prestar. Aprovado. 05) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal, com vista à Procuradoria Geral do Município - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja regularizada a situação da seção de uso dos terrenos localizados no Polo Industrial II, tendo em vista

que muitas concessões constituídas por Lei já venceram, sendo que existem Empresas que estão ocupando o espaço sem o título apropriado, havendo ainda muitos terrenos que podem ser utilizados para o fomento da industrialização e do desenvolvimento da cidade. Deferido. 06) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, em conjunto com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, solicitou uma Moção de Aplausos ao Deputado Estadual Jair Bittencourt, Vice Presidente da ALERJ, o parabenizando pelo empenho na aprovação da matéria que estabelece incentivo fiscal para a carne dos frigoríficos do Estado do Rio de Janeiro. Tal matéria é de fundamental importância para o FRIGOMAIS que gera cerda de 150 empregos diretos e fica sediado em Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 07) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que seja realizada a colocação de brita corrida no trecho compreendido entre a casa do Sr. Bismark e a casa do Sr. Paulo, uma via pública situada no Sítio Pernambuco, na Zona Rural do Município de Miracema. Deferido. 08) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma limpeza de entulhos na rua Irandy Ângelo da silva, Bairro Caloi, no final da rua (na Velpa). Deferido. 09) Vereador José Augusto Martins - Ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de asfaltar 70 metros da Rua Lailson Antônio Sentineli Marques, no bairro Jardim Beverly, atrás do fundo da Igreja Matriz Santa Terezinha, pois o referido trecho da rua está em péssimas condições, dificultando a passagem dos veículos. Deferido. 10) O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos ao Sr. José Amim, o parabenizando pelos seus 90 anos de idade, sendo um dos Comerciantes mais longevo da cidade e admirado pela sua simplicidade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 11) O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos aos Organizadores do 10º REC (Refaça-se em Cristo), os parabenizando pela dedicação, carinho e comprometimento com a Obra de Deus. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos solicitou uma Moção de Aplausos aos Servidores da Iluminação Pública, extensivo ao Secretário Municipal de Obras e Urbanismo, os parabenizando pelos brilhantes serviços que eles vêm prestando ao Município de Miracema. Todos os

Vereadores irão assinar esta Moção. 13) Vereador Hugo Fernandes - Ao Subsecretário Estadual de Prevenção à Dependência Química, Sr. Bruno Martini - Considerando que Miracema é uma das cidades mais pobres do Estado. Considerando que em nossa cidade há um grande número de jovens e adultos com algum tipo de dependência química. Considerando que estamos abandonados por iniciativas a níveis de Governos Estadual e Federal nesse tocante. Considerando que hoje são as Igrejas que realizam um trabalho de resgate e auxílio, vivendo muitas das vezes da providências divina. Considerando que necessitamos com urgência de auxílio para que famílias não continuem sendo destruídas e vidas ceifadas. Encaminho solicitação no sentido de que seja realizado algo pelo Município de Miracema visando dar suporte aos dependente químicos a fazer um tratamento digno. 14) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, Sr. Agnaldo Lanes - Solicitação no sentido de que seja emitido um parecer opinativo em relação aos adicionais de Periculosidade, Insalubridade e Noturno, tendo em vista que o Servidor Municipal ao aposentar não está levando tal benefício. Esclarecemos que nossa intenção é apresentar uma Indicação Legislativa para que o Executivo reflita sobre o tema e analise a possibilidade de conceder os benefícios aos Aposentados. 15) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal, com vista ao Gerente Regional da CEDAE e da ENEL - Considerando que nos últimos Governos iniciaram e não terminaram as obras das Casas Populares do bairro Jove. Considerando que foi o atual Governo a sensibilidade, coragem e competência em construir novas casas e ainda reformar algumas outras. Considerando que foi do atual Governo a contrapartida em fazer toda a rede de esgoto beneficiando todas as casas. Considerando que há ainda a necessidade de concluir o mínimo de dignidade colocando água e luz para todos os moradores. Considerando que todas as Casas já serão incluídas na tarifa social de água, fruto de muito trabalho em parceria do Legislativo e Executivo. Encaminho solicitação no sentido de que seja intercedido junto a CEDAE e ENEL para ligação de energia e água de todas as Casas do Conjunto Habitacional "MARIA HELENA SANTANA DE LIMA" (Lei Municipal 1.713/17 de minha autoria). Informo ainda que gostaria de assinar tal solicitação assumindo em conjunto a responsabilidade e iniciativa, assim como fiz no Conjunto Habitacional do Carrapichão em 2013. 16) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Fazenda -

Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de parcelar em mais de 3 vezes o ISS dos Profissionais Liberais, visando uma melhor condição de pagamento. 17) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Administração - Solicitação no sentido de que seja encaminhado com máxima urgência o LTCAT (Laudo Técnico das Condições de Trabalho) de todos os setores da Prefeitura. Informo ainda que há diversas reclamações que o referido laudo é feito sem as devidas vistorias nos locais pertinentes. 18) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se o município possui laudo de vistoria das pontes existentes em Miracema e nos distritos. Tal solicitação se faz pertinente devido aos diversos acontecimentos no País sobre a queda de pontes, viadutos e semelhantes. 19) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Reiteração do ofício nº 343/2018 - Solicitação no sentido de que seja colocado um braço com lâmpadas em 03 (três) postes na Rua Ekson Carneiro Campos – Quadra H no Bairro Vista Alegre. 20) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Reiterar o ofício do Vereador Fabrício de Sá Xavier - À CEDAE - Solicitação no sentido de que seja construída uma rede de água que liga o Município de Miracema à Comunidade de Pernambuco, com o objetivo de abastecer a referida Comunidade. Aprovado. 21) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a troca de lâmpadas da quadra localizada na CEHAB. Deferido. 22) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada uma maneira lega de realizar uma revisão nas taxas de localização das empresas, tendo em vista que os empresários estão passando por algumas dificuldades em razão da crise econômica que está acontecendo no País. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que o caminho viável para a revisão das taxas de localização e outros impostos seria a alteração do Código Tributário. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que no ano de 2014, quando o Código foi votado, a situação econômica do País era diferente, sendo hoje ela infelizmente piorou. Dessa maneira, acredita que a alteração do Código seria um pedido justo. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que nós sabemos que a situação econômica do País está muito ruim, sendo que o ano de 2016 é considerado

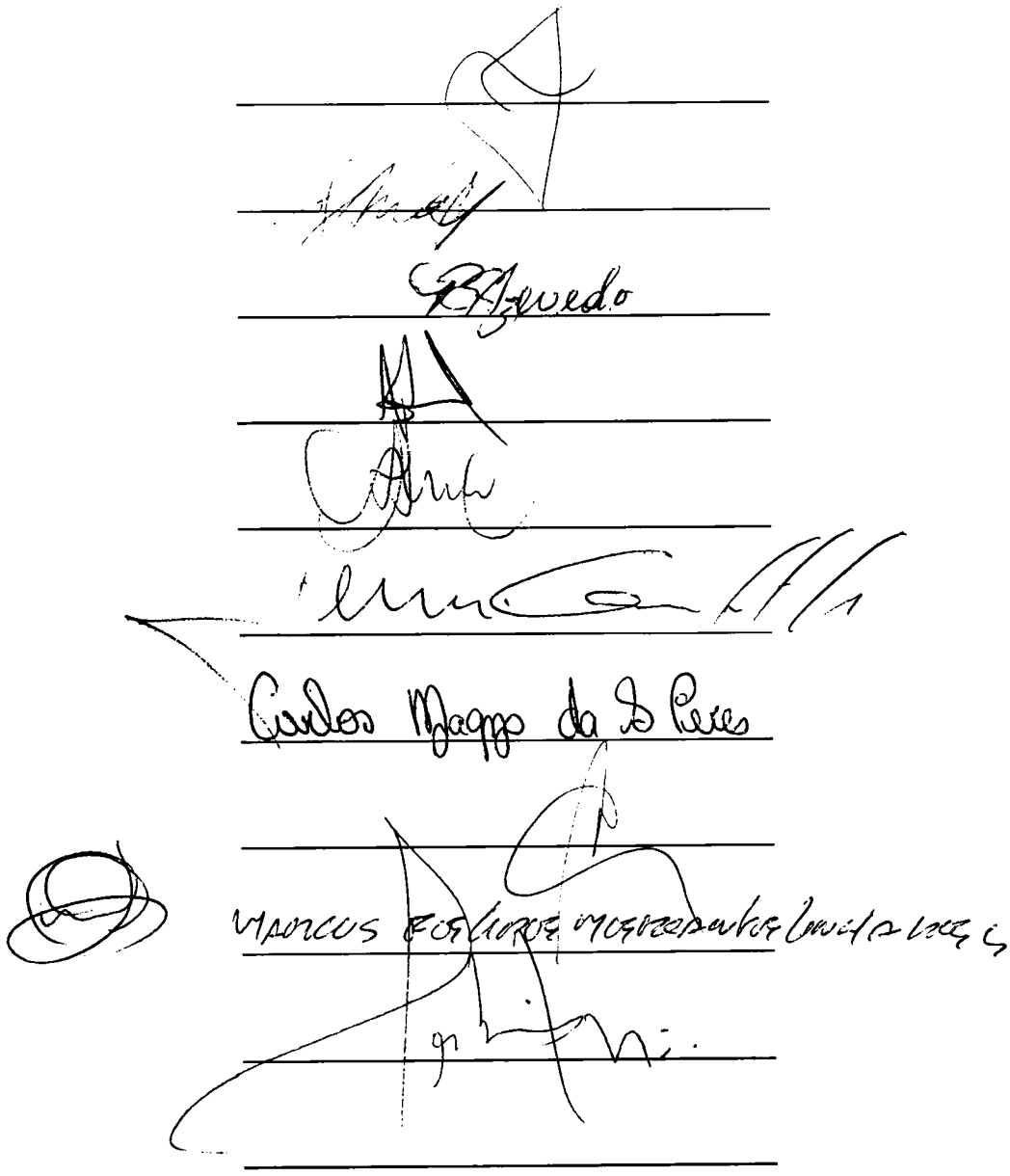
o pior ano para a economia do País, onde o crescimento foi negativo, assim desde 2016 é dito que a situação vai melhorar e o Brasil vai crescer, entretanto já estamos praticamente no meio de 2019 e nada mudou, apenas piorou, pois ficamos parados no tempo. Dessa forma, espera que o Governo Federal tenha tato e utilize o diálogo para resolver essas questões, sendo que agora precisaremos votar a reforma da previdência em relação aos servidores municipais, pois o Congresso só vai votar em nível federal e cada Estado e Município precisará regulamentar sua parte. Acrescentou que foi passado que os municípios pequenos precisam ter receita própria, sendo que entende a reinvindicação do Vereador Genessi, mas é uma situação de difícil solução, pois como o Município passa por dificuldades financeiras seria complicado diminuir a cobrança de impostos. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu aos Vereadores que participassem audiência pública que será realizada pela Secretaria de Fazenda, pois poderíamos discutir esse tema diretamente com o Secretário e com o corpo técnico da Secretaria. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que na época da votação do Código Tributário procurou a Prefeitura para se informar e percebeu que os aumentos não iriam ocorrer apenas nas taxas de localização e sim em todos os impostos da Prefeitura, destacando que influenciou até nas taxas do cemitério. Esclareceu que todo esse aumento é fruto do Código Tributário, assim caso ocorra alteração em uma parte, seria preciso alterar tudo, pois precisamos olhar de todos os lados, vendo o lado do comerciante e da população. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que ao analisar toda a receita e despesa do Município, nós precisamos saber no que estes recursos estão sendo empregados no Município, pois não podemos negar receita. Assim gostaria de saber onde o valor recebido pelos impostos está sendo investidos em Miracema, sendo que o povo tem o direito de cobrar melhorias na cidade. Continuando, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Aplausos para a Procuradora Geral do Município de Miracema, a Sra. Juliana, a parabenizando pela eficácia e determinação que ele vem apresentando no trabalho, realizando um serviço exemplar na Prefeitura. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que acompanhou um enterro no cemitério do Distrito de Paraíso do Tobias às seis horas da tarde e ele foi realizado no escuro, pois não existem lâmpadas no local, dessa maneira, como a população paga altas taxas para a realização do enterro, ela tem o

direito de cobrar, tendo em vista que os recursos arrecadados deveriam estar sendo utilizados para a melhoria do local. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que não foi a Câmara Municipal quem criou o atual o Código Tributário, sendo que existia um Decreto de 1943 e o Prefeito foi notificado para criar um novo Código Tributário, assim o a Câmara votou o referido Código e foram feitas diversas emendas, com diversas correções. Acreditando que hoje estamos num momento economicamente difícil e precisamos utilizar o bom senso para resolver essa situação, pois sabemos de todas as dificuldades do Município que não pode abrir mão de receita, mas os comerciantes estão perto de fechar suas portas. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que foi numa reunião com alguns empresários, acreditando que precisamos ser justos, pois diversas pessoas usufruíram de várias coisas do governo municipal ganhando terrenos para construir suas empresas e depois reclamam porque não querem pagar impostos. Destacou que a Prefeitura faz a doação de terrenos e depois as empresas não querem pagar os respectivos impostos, sendo que as pessoas reclamam muito de pagar impostos municipais. Mencionou que hoje a Secretaria de Fazenda é muito elogiada em reuniões do Estado devido principalmente ao Código Tributário, acrescentando que ele pode ser revisto em alguns pontos, mas não viu que ele foi maléfico para o Município. Disse que, inclusive, acha justo cobrar dos profissionais liberais, sendo que essas taxas são pagas anualmente, destacando que o Município também pode ter a sensibilidade de parcelar algumas dívidas, pois algumas pessoas não estão acostumadas a pagar determinado tipo de imposto. Concluindo, disse que atualmente a Prefeitura também está passando por dificuldades financeiras por erros passados. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que esteve conversando com um empresário e ele lhe disse que está quase fechando as portas, pois o comércio em Miracema está fraco demais, com muito pouco movimento, assim poderíamos estudar alguma maneira de tentar levantar o comércio de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Município também está nessa situação devido ao alto índice de pessoas incompetentes na Prefeitura. Disse no início desse governo intermediou a conversa do Prefeito com um empresário da Sol e Neve, pois ele já tinha adquirido um terreno em Miracema e por conta de alguns problemas no governo passado ele quase desistiu de instalar sua empresa aqui na cidade. Assim, no início deste governo conseguiu intermediar a resolução desses problemas e ele se

instalou em Miracema gerando empregos para a população. Esclareceu que continuou trabalhando e acredita que estamos perto de voltar com um depósito de veículos legalizado em Miracema, também gerando mais empregos. Acrescentou que há uns meses atrás esteve na Prefeitura com o Sr. Télvio, seu amigo empresário que possui uma fábrica de móveis, com o objetivo conseguir um terreno para que ele pudesse ampliar sua fábrica. Dessa maneira, conversou com o Prefeito nesse sentido e ele pediu para que fosse providenciado uma série de documentos e assim foi feito, preparando todos os documentos, sendo que a fábrica vende móveis para empresas grandes. Informou que ontem ficou aborrecido, pois o investimento inicial da Empresa seria de no mínimo quatrocentos mil reais e a Prefeitura apenas cederia o terreno, sendo que ele precisaria de 1000m² para fazer um galpão e mais 1000m² para fazer um estoque. Destacou que não tem a intenção de incomodar o Prefeito toda hora com o mesmo assunto, assim infelizmente se aborreceu e falou o que não devia, mas não falou com quem deveria ouvir, acrescentando que em Miracema está faltando gente com a capacidade de amar. Mencionou que existem funcionários comissionados que parecem que não querem o progresso do Município, sendo que não possui nada a reclamar da conduta do Prefeito, mas existem diversas pessoas incompetentes em cargos comissionados no governo. Acrescentou que trouxe um Projeto de Campos e tem a certeza que ele não está caminhando dentro do governo. Concluindo, disse que muitas pessoas ainda não foram na CEDAE solicitar a tarifa social de água, destacando que está trabalhando e fazendo sua parte, mas todos precisam fazer sua parte. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que quando temos uma ideia boa o governo não a aproveita, pois algumas secretarias não aceitam as ideias de fora, destacando que as ruas estão cheias de barro e o britador poderia ser utilizado para gerar brita e amenizar os problemas. O Vereador Hugo Fernandes disse que está fazendo um desabafo e tem a certeza que outros vereadores também passam pela mesmo situação. Por fim, disse que precisamos de união, pois já perdemos diversos de Projetos bons para o Município por conta de ciúmes, invejas e brigas políticas. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 27/05/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 23 de maio de 2019.



Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta e cinco, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloi, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Maurício Sant'Ana Soares, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Fabrício de Sá Xavier. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Hugo Fernandes, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 16, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01)

Ofício SES/GS/APAR nº 33/2015 da Secretaria Estadual de Saúde respondendo ofício nº 813/2014; 02) Ofício PMM/SMOU nº 029/2015 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 151/2015; 03) Ofício PMM/SMOU nº 034/2015 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 190/2015. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou cópia deste ofício; 04) Ofício SECER nº 007/2015 Secretaria Municipal de Emprego e Renda respondendo o ofício nº 001 da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final; 05) Ofício Presidência/Jurídico nº 19/2015 da CAPPS respondendo ofício nº 182/2015; 06) Ofício Presidência/Jurídico nº 20/2015 da CAPPS respondendo ofício nº 182/2015; 07) Ofício Presidência/Jurídico nº 21/2015 da CAPPS respondendo ofício nº 182/2015; 08) Ofício nº 095/2015 do Ministério Público Cível de Miracema. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador. O Vereador Hugo Fernandes se comprometeu a comparecer na reunião; 09) Ofício nº 51/2015 da Secretaria Municipal de Saúde solicitando o uso do Plenário desta Casa Legislativa no dia 26 de março, às 15 horas; 10) Ofício SECER nº 008/2015 da Secretaria Municipal de Emprego e Renda; 11) Ofício Circular nº 50/2015 da Secretaria Municipal de Saúde. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 12) Ofício PMM/GAB nº 063/2015 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 011/15; 13) Ofício da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB sobre Imposto Sindical Anual. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que seja realizada uma sessão na quarta-feira agora, em substituição a que seria realizada na próxima segunda. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que alguns projetos seriam votados na segunda feira. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que até quarta-feira os Projetos já estariam aptos para serem votados estariam com todos pareceres. Com a anuência de todos, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares deferiu a antecipação da reunião. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam prestadas informações referentes ao Processo nº 2014.08756-8, de 03/09/2014, conforme cópia em anexo. Deferido. 02) Vereador

Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam prestadas informações referentes ao Processo nº 2014.08496-8, de 25/08/2014, conforme cópia em anexo. Deferido. 03) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam prestadas informações referentes ao Ofício nº 0053/14, de 14/02/2014, conforme cópia em anexo, solicitação feita pelas empresas que prestam serviço em nosso Município, discutidas e firmadas com o Diretor do Departamento de Trânsito. Deferido. 04) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam prestadas informações referentes ao Ofício nº 0322/13, de 28/05/2013, conforme cópia em anexo, solicitação esta feita pelos motoristas de ônibus, com o orçamento feito pela AMPLA. Deferido. 05) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam prestadas informações referentes ao Processo nº 2013.07262-4, de 09/08/2013, conforme cópia em anexo. Deferido. 06) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam prestadas informações referentes ao Processo nº 2013.07254-5, de 09/08/2013, conforme cópia em anexo. Deferido. 07) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam prestadas informações referentes ao Processo nº 2013.02021-1, de 14/03/2013, conforme cópia em anexo. Deferido. 08) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam prestadas informações referentes ao Processo nº 2013.08606-4, de 17/09/2013, conforme cópia em anexo. Deferido. 09) Vereador Carlos Armando de Azevedo - Ao Sr. Secretário Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o desentupimento do bueiro e o conserto do calçamento da Rua Armando Gomes de Azevedo, uma vez que a referida Rua se encontra em condições precárias. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Dr. Maurício Monteiro para falar sobre o Término da Associação Atlética Miracema. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Dr. Maurício disse que em Miracema existiam três clubes de futebol, o Miracema Futebol Clube, o Tupã e o Esportivo. Dessa forma, o Esportivo buscou fazer um Clube Social e um Clube Esportivo para as classes mais baixas do

Município, com isso foi convidado para fazer uma espécie de fusão entre o Tupã e o Esportivo, assim buscou a ajuda do Sr. Zezé Moreira. Que depois de alguns acordos conseguiu o apoio do Zezé Moreira para tentar buscar uma verba para terminar as obras necessárias no Campo e no Clube, com isso conseguiu a fusão dos times. Esclareceu que no dia da inauguração uma pessoa conseguiu um laudo e derrubou a entrada do Estádio, sendo que o Zezé Moreira ajudou nos custos na reconstrução da entrada. Acrescentou que alguns seguranças que trabalhavam no Clube, ingressaram com uma ação trabalhista contra a Associação Atlética buscando o recebimento de algumas verbas trabalhistas. Dessa forma, quando a Associação deveria ter sido citada o oficial de justiça que compareceu em Miracema não encontrou sua sede e nenhum de seus representantes. Por isso, o juiz responsável pela ação decretou a revelia da Associação e o clube iria a leilão. A seguir, o Sr. Carlos Roberto Freitas Medeiros utilizou um dinheiro guardado para pagar a dívida e suspender o leilão, sendo que o Clube deveria ressarcir este valor dentro de um determinado prazo. Acrescentou que está buscando diversas formas de ajuda para tentar quitar esta dívida. Por fim, disse que vem nesta Casa legislativa com tristeza, pois percebe que o Município está ficando atrasado e perdendo os poucos bens que possuem. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que no dia 10 de março haveria um leilão, mas ele não ocorreu. O Dr. Maurício disse que realmente seria feito o leilão, mas o Carlos Roberto pagou a dívida e cancelou o leilão. O Vereador Hugo Fernandes perguntou como é utilizado o dinheiro do aluguel do Clube. O Dr. Maurício esclareceu que o Clube possui uma quantia em caixa referente ao valor dos aluguéis recebidos, mas é inferior ao valor da dívida. O Vereador Hugo Fernandes disse que não sabia da grandeza destes fatos, sendo que o campo poderia ter sido tombado. O Dr. Maurício acredita que a ação correu de uma forma estranha, pois um oficial de justiça não encontrou ninguém para ser citado. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que alguns empresários tinham a intenção de comprar o Campo para depois lucrar, entretanto o Sr. Carlos Roberto acabou com estas intenções. Acrescentou que a Associação poderia fazer um loteamento do local para vender os lotes, assim a Associação teria como pagar sua dívida e ficar com um caixa alto. O Dr. Maurício

agradece a informação prestada, entretanto não sabe se a filha do Sr. Carlos Roberto poderá esperar a Associação fazer o loteamento, por isso está buscando diversos meios de ajuda. Por fim, esclareceu que está esperando a resposta de um pedido diretamente à CBF. O Vereador Hugo Fernandes sugeriu que o Dr. Maurício redija um documento com todos os fatos relatados, sendo que a Câmara poderia fazer um documento encaminhando o relatado à CBF. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Sr. Zezé Moreira gostava muito de Miracema, que o Sr. Aderbal disse que só se apresentaria em sua cidade natal quando estivesse com sua orquestra completa e que o Sr. Célio nunca esqueceu de sua família e sempre a ajudou. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que tinha algumas moções para fazer, mas elas já foram antecipadas pelo Vereador João Siqueira Magalhães. O Vereador Hugo Fernandes informou que esta Casa Legislativa foi surpreendida com a distribuição de um jornal anônimo caluniando diversos Vereadores, entretanto de acordo com as palavras do jovem Adriano é possível perceber o responsável pela distribuição do jornal, sendo que a denúncia foi feita na própria polícia militar. Com isso, fez a leitura das palavras de Adriano. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Repúdio para o Policial Militar Joaquim Antunes, mais conhecido como Quinzinho, pois ele agiu de maneira covarde ao distribuir um Jornal denegrindo a imagem de alguns Vereadores e atacando diversas pessoas e famílias, conforme é possível ser comprovado com as palavras do Sr. Adriano da Silva de Paula. Os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, Maria José Marques Barros Andrade, Genessi Rodrigues da Silva e Paulo Sérgio de Azevedo irão assinar esta Moção. Destacou que tem a certeza de que esta não é forma de se fazer política no nosso Município. O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos aos Organizadores da Via Sacra dos Homens (Padre Olavo), pela grande organização apresentada, demonstrando que mesmo nos tempos de dificuldades, precisamos parar para refletir. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Pesar para o Sr. Marco Alexandre Ferreira Dias pelo falecimento de sua filha Julia Gomes Botágio. Todos os Vereadores irão

assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares pediu para os Vereadores não anteciparem as Moções na Secretaria e as solicitarem em Plenário. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 25/03/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 23 de março de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e trinta, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Carlos Armando de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 04, Versículos de 30 à 32. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que dá nome de Oswaldo Tona Ássimos a uma via pública do Município de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier; 02) Ofício nº 180/2014 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo ofício nº 0604/2014. Os Vereadores Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, João Siqueira Magalhães, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que vai analisar o documento e depois vai

omitir sua opinião; 03) Ofício nº 177/2014 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo ofício nº 0608/2014. Os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitam cópia deste ofício; 04) Convite da Câmara Municipal de Miguel Pereira para o 59º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município; 05) Resultado e Lista de Candidatos Aprovados na Prova de Suficiência do Conselho tutelar de Miracema-RJ; 06) Ofício PRS/SSE/CSO 31609/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; 07) Ofício PRS/SSE/CSO 31479/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa qual a situação da frota de veículos desta Secretaria, devendo ser esclarecido qual a atual quilometragem dos veículos e quanto eles gastam de combustível por mês. Solicitamos, ainda que seja encaminhado um Relatório de Atividades de todos os veículos vinculados a esta Secretaria. Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vista a Secretaria Municipal de Administração, no sentido de que envide esforços para ajudar os trabalhadores que estão sendo demitidos a recuperar suas carteiras de trabalho, uma vez que existem notícias de que as referidas carteiras estão sendo retidas pelas Empresas que prestam serviços para o Município de Miracema. Deferido. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente do DER-RJ, Dr. Henrique Ribeiro - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a construção de uma passarela na RJ 200 (Miracema/Palma) com o objetivo de atender os alunos da Escola Municipal Sônia do Amaral Torres, pois os referidos estão correndo risco de vida. Aprovado. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva em conjunto com Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que construída uma ponte ligando a Avenida Carvalho ao Loteamento Bedengó, na altura da Escola Municipal Professora Sônia do Amaral Torres e próximo a nova Unidade da ESF (Estratégia da Saúde da Família), que está sendo construída naquela localidade. Dessa maneira, facilitaria o deslocamento dos Munícipes daqueles bairros. Deferido. 05) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Municipal Prefeito - Solicitação no sentido de que seja incluída no Orçamento de 2015, uma rubrica com o objetivo de realizar a climatização das salas de aula das Escolas Municipais. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Câmara Municipal esclareceu que a Câmara Municipal não foi convidada para participar da reunião sobre o Orçamento,

entretanto, apesar de não ter sido convidado acabou comparecendo na reunião. Acrescentou que o Poder Executivo não realizou o pagamento de algumas subvenções indicadas pela Câmara Municipal, sendo que as únicas entidades que recebem as respectivas subvenções acabam sendo as que participam do Carnaval. Dessa maneira, conversou com o Secretário Municipal de Fazenda e pediu para ele conversar com o Prefeito Municipal para que seja dado alguma garantia do pagamento das subvenções e o Secretário ficou de lhe dar esta resposta. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que também precisamos solicitar a relação das instituições que estão aptas para receber as subvenções sociais. O Vereador Hugo Fernandes destacou que com o Novo Código Tributário o Município conseguiu aumentar sua receita. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que os valores para receber são tão pequenos e as burocracias são tão grandes que as entidades acabam desistindo de tentar receber as respectivas verbas. O Vereador Hugo Fernandes acrescentou que é constrangedor para os Vereadores indicarem as entidades e a Prefeitura não realizar o pagamento. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Carlos Fernando Silva para falar sobre o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA). Com a palavra, o Sr. Carlos Fernando, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que está aqui hoje como Presidente do CMDCA. Continuando, agradeceu e parabenizou a equipe que trabalhou na organização e apoio na aplicação da prova de suficiência para Conselheiro Tutelar. Esclareceu que veio para tentar comover os Vereadores, acrescentando que o afogamento recente ocorrido com a criança foi um pouco por causa de negligência. Destacou que as Contas do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente estão todas regulamentadas, sendo que existe uma Lei onde as pessoas podem doar 6% (seis por cento) de suas rendas para o Conselho da Criança. Disse, ainda, que vem lutando muito em prol dos jovens de Miracema e que no ano de 2013 foram realizadas diversas palestras sobre os mais variados temas, sendo que é preciso ver o jovem como uma peça fundamental para o crescimento do Município. Destacou que algumas famílias pedem para o CMDCA salvar algumas crianças, pois elas estão correndo risco de morte, sempre vendo as crianças e os jovens como pessoas muito importantes para o Município. Por fim, informou que cobra muito o trabalho dos Conselheiros Tutelares, sempre seguindo a Lei da maneira correta, também fiscalizando os trabalhos da Casa Lar. Parabenizou os candidatos eleitos na prova de suficiência e destacou que é importante não misturar o Conselho Tutelar com a política municipal, sendo que vai estipular diversas normas e regras na Casa Lar. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou se a Casa Lar está

vinculada ao CNPJ da Prefeitura. O Sr. Carlos Fernando esclareceu que a Casa Lar precisa de ter sua própria Razão Social, por isso vem lutando para que isto aconteça, sendo que fica irritado ao perceber o descaso de alguns Secretários Municipais, pois as demandas apresentadas são da população e não pessoais, destacando que o Sr. Prefeito Municipal está sempre auxiliando os Conselhos Municipais. Afirmou que a está com toda a documentação do CMDCA regularizada. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Carlos Fernando, extensiva a toda sua equipe, pelo grande trabalho que ele vem realizando como Presidente do Conselho Tutelar de Miracema, sempre trabalhando em prol das crianças e adolescentes do Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se existe alguma ação judicial sobre o CREAS em andamento. O Sr. Carlos Fera esclareceu que a Comissária de Justiça ingressou com uma ação judicial contra o CREAS, acreditando que as visitas às famílias carentes não estavam sendo realizadas da maneira correta. Destacou que sempre percebeu que a Câmara Municipal está muito preocupada com os jovens. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que quando mencionou os gastos do Conselho com o combustível, estava preocupado com o uso dos veículos de maneira abusiva ou irregular, assim gostaria de saber se chega ao conhecimento do CMDCA a forma com que os veículos são utilizados. O Sr. Carlos Fera disse que o Conselho Tutelar viaja muito para transportar adolescentes e famílias, sempre buscando realizar um trabalho para auxiliar as pessoas carentes. Destacou que quando um Conselheiro erra, todos erram, sendo que o Conselho Tutelar de Miracema é um dos mais atuantes do Estado do Rio de Janeiro. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou como o Conselho conduz a questão de visitas dos familiares aos jovens que estão em reabilitação fora do Município. O Sr. Carlos Fera disse que o Conselho tenta atender todos os familiares que precisam de auxílio, entretanto, como a demanda é muito grande, acaba passando alguns casos para a Secretaria de Promoção Social, sempre acompanhando as medidas que são tomadas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier sugeriu para que seja realizado um cadastro dos menores que estão em reabilitação com o objetivo de ser realizado o devido acompanhamento das famílias. O Sr. Carlos Fera esclareceu que nos casos do não atendimento da Secretaria de Promoção Social sempre busca uma justificativa, esclarecendo que as eleições serão realizadas no dia 30 de novembro e os nomes dos candidatos serão apresentados após as eleições. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou um Requerimento ao Presidente do DER-RJ, Dr. Henrique Ribeiro no sentido de

que envide esforços a fim de que seja realizada a construção de uma passarela na RJ 216 (Rodovia Luiz Fernando Linhares) em frente ao CIEP Álvaro Augusto da Fonseca Lontra, ligando a referida Escola ao Posto de Gasolina do outro lado da rodovia, com o objetivo de atender e ajudar diversos alunos que estudam no local. Aprovado. O Vereador Hugo Fernandes lembrou aos Vereadores para indicarem os nomes das pessoas que serão homenageados com a Comenda Júlio José de Oliveira. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 27/10/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 27 de outubro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e noventa e um da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Aimoré da Silva Almeida, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 25. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 19 de setembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que Altera a Redação do Art. 11 da Lei Complementar nº 1.841, de 27/06/2019 e acrescenta os incisos I, II e os parágrafos 1º e 2º e dá outras providências, de autoria dos Vereadores Hugo Fernandes e Marcus Felipe Mercante Linhares; 02) Indicação ao Prefeito Municipal de autoria do Vereador Aimoré da Silva Almeida encaminhando solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa um Projeto de Lei que Dispõe sobre a Obrigatoriedade de Manutenção de uma Brigada Profissional, composta por Bombeiros Civis, nos estabelecimentos do Município de Miracema, em especial Nosocômios, casas de shows, eventos, grande supermercados, etc.; 03) Ofício Circular SEMMAM nº 059/2019 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 04) Ofício SMSM nº 505/2019 da Secretaria Municipal de Saúde. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizado o reparo na vazante do açude localizado no Bairro Vale do Cedro, tendo em vista que as manilhas da tubulação estão danificadas, ocorrendo assim um

desperdiço da água, e por seguinte o açude está secando. Deferido. 02) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada com a maior urgência a recuperação das grades danificadas das calhas fluviais, situadas na Avenida Pedro Gonçalves com a esquina da Rua Antônio Cubiça, pois estão desordenadas, desalinhadas, deslocadas e danificadas, trazendo um grande perigo para os moradores, ou mesmo transeuntes que passam pelo local. Deferido. 03) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - À Secretaria Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que seja estudada a realização de um projeto ou um plano para auxiliar os pecuaristas nos períodos de seca e prevenir a morte de gados durante esse período. Esclarecemos que o ideal seria a realização de um estudo junto com os pecuaristas para resolver esse problema. Deferido. 04) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao DEMUTRAN - Solicitação no sentido de que seja instalado um quebra-molas na Rua Elpídio Portes Mendes, em frente à residência do Sr. Piaza, tendo em vista que o referido trecho é muito perigoso para os motoristas e pedestres. Solicitamos, ainda, que seja feita uma sinalização adequada na referida rua. Deferido. 05) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Reiteração - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja construída uma ciclovia no Distrito de Paraíso do Tobias, ligando a Rua Nilo Ronzê à Rua José Homem da Costa, tendo em vista que a prática de esportes é muito benéfica para a população. Deferido. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma reforma na quadra de esportes do Distrito de Venda das Flores, tendo em vista que o referido local é o único meio de prática esportiva e cultural do referido Distrito. Deferido. 07) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Reiteração - Ao Diretor Superintendente da CEDAE - Solicitação no sentido de que seja realizada a implantação da rede de água no sítio Pernambuco, até o sítio do Perci, tendo em vista que os referidos locais de encontram com dificuldades de captação de água. Aprovado. 08) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada o reparo do paralelepípedo na Rua Edson Alvim de Barros, Bairro Jardim Beverly, atrás da igreja Santa Teresinha, tendo em vista que no local existem paralelepípedos soltos causando risco para a população. Deferido. 09) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Administração - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma listagem dos funcionários Celetistas da Prefeitura de Miracema. 10) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de

Miracema - Solicitação no sentido de que seja analisada legalmente a possibilidade do servidor Reynaldo José de Oliveira Calor, servidor efetivo (Matrícula 1065-0) que exerce desde 2011 a função de motorista (cópia das portarias em anexo), passar receber seus vencimento como tal. Ressalto ainda que a Súmula nº 378 do STJ, trata do tema em questão. 11) Vereador Hugo Fernandes, em conjunto com os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres e Genessi Rodrigues da Silva - Ao Presidente da Fundação DER, Dr. Uruan Cintra de Andrade - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam instalados Pardais Eletrônico nas seguintes localidades da cidade de Miracema, tendo em vista inúmeros acidentes com vítimas fatais: * Estrada Miracema x Santo Antonio de Pádua (próximo ao Campestre Clube); * Estrada Miracema x Venda das Flores (Próximo ao Posto Bendengó); * Estrada Miracema x Venda das Flores (próximo ao Bar do Beto). 12) Vereador Hugo Fernandes, em conjunto com os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres e Genessi Rodrigues da Silva - Ao Presidente da Fundação DER, Dr. Uruan Cintra de Andrade - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja colocado um redutor de velocidade na Avenida Samel (Polo Industrial de Miracema x Campelo), tendo em vista inúmeros acidentes com vítimas fatais. Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração. 13) Vereador Hugo Fernandes, em conjunto com os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres e Genessi Rodrigues da Silva - Ao Presidente da Fundação DER, Dr. Uruan Cintra de Andrade - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja providenciado asfalto para as seguintes ruas do Município de Miracema: * Loteamento Sayonara; * Rua Estorgilda Dias Sentineli; * Rua Lailson Sentineli; * Rua Pedro dos Santos; * Morro da Fazendinha; * Rua Aristides Barbosa; * Conjunto Habitacional do Bairro Jove. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de cursos de primeiros socorros e prevenção de acidentes a pelo menos um funcionário das escolas, creches ou centros de educação infantil instalados no Município de Miracema e dá outras providências. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura da justificativa do Projeto de Lei, bem como solicitou que ele fosse votado em primeira e única votação, o que foi deferido por unanimidade. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que já existe uma Lei Federal que dispõe sobre esse assunto. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.846, de 23 de setembro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

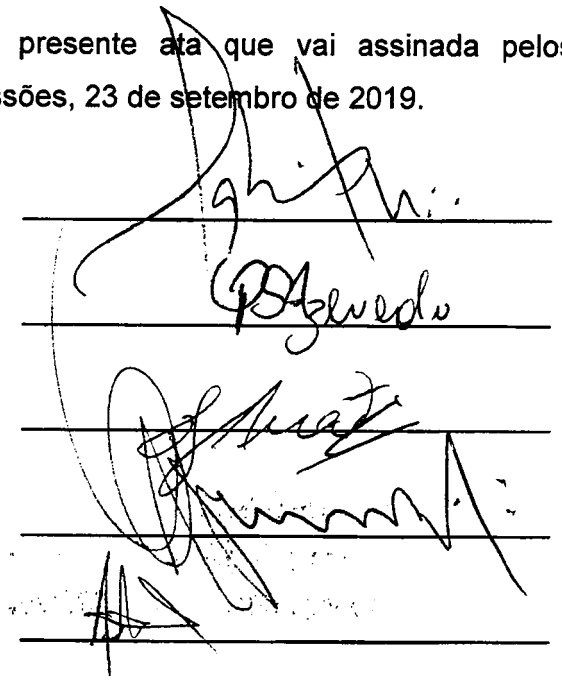
Art.1° - As escolas, creches ou centros de educação infantil, públicos ou privados, estabelecidos neste Município, que atendam crianças e adolescentes, deverão possuir, durante todo o período de expediente, pelo menos dois funcionários ou professores habilitado em curso de capacitação de primeiros socorros e prevenção de acidentes. Art.2° - Os cursos poderão ser ministrados por entidades especializadas na área da saúde vinculadas ao corpo interno da administração pública sediada no Município e/ou em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar. Parágrafo único: O curso deverá ser feito por pelo menos 2 (dois) funcionários dos estabelecimentos mencionado no Art. 1°. Art.3° - Nos casos em que o funcionário ou professor habilitado labore ou venha a laborar em apenas um período, os diretores dos estabelecimentos educativos mencionados no Art. 1°, em conjunto com o órgão público competente deverão designar mais funcionários para a realização do curso de primeiros socorros, a fim de que se tenham habilitados por todo o período de expediente. Art.4° - Cabe ao Poder Executivo Municipal definir os critérios para implementação dos cursos de primeiros socorros e prevenção de acidentes, através da regulamentação da presente Lei, no prazo de cento e oitenta dias a contar da data de sua publicação. Art.5° - Está Lei entrara em vigor na data de sua publicação. Art.6° - Fica revogada as disposições em contrário. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes convidou o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo para fazer a entrega da Moção de Aplausos ao Sr. Daniel Paiva. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que a startup ConstructWeb nasceu na periferia de Miracema e já é reconhecida internacionalmente. Informou que a ConstructWeb, ferramenta de gestão de obras sediada em Miracema, no Noroeste do Rio de Janeiro, foi mais uma vez reconhecida pelo Ranking Open Startups (plataforma internacional que busca engajar e alavancar negócios entre grandes empresas e companhias em início de atividade) como uma das dez startups mais atraentes do mercado no setor de construção. No ano passado, a empresa fluminense chegou a figurar no Top 100, que mescla startups de todas as categorias, sem contar a presença no Top Cinco no setor de construção civil. Ao todo, foram quase 9 mil concorrentes. Acrescentou que o Daniel iniciou a startup em 2015, depois que foi mandado embora do seu emprego devido à crise econômica. Quando atuava numa construtora, sentia a necessidade de algo para aperfeiçoar e agilizar o seu trabalho desempenhado nessa empresa. Então começou a pesquisar no mercado para ver se havia algumas soluções disponíveis, mas o que encontrou não eram acessíveis a todos devido ao alto valor. Foi aí que teve a ideia de desenvolver um sistema que abarcasse essas propostas de solução. A companhia fluminense promete ser uma ferramenta de

gestão eficiente de obras, com soluções como orçamentos detalhados, geração automática de contratos, fácil controle de contas e equipamentos, rastreio de pessoal e controle de furtos, roubos e fraudes, além de relatórios e indicadores de acompanhamento. Todos os processos podem ser realizados off-line. Disse que a startup hoje é conhecida no mercado de construção, sendo que alguns investidores já ouviram falar dela. A Construtech Ventures, por exemplo, mapeou as melhores startups de construção e a do Daniel entrou tanto na lista nacional, quanto internacional, comenta Daniel, acrescentando que ele inventou um tablet para rodar o software, pois não existe um tablet somente para construção e esse será o primeiro. Destacou que está acostumado a ouvir que é difícil empreender no Brasil e essas dificuldades foram sentidas por Daniel bem na pele, já que, como outros 13 milhões de brasileiros, ele ficou desempregado e não teve condições financeiras de, no início, tocar o projeto, tendo que contar com a ajuda da mãe e até mesmo de desconhecidos. Continuando, fez leitura de um relato do Daniel: "Quando entrei no Ranking 100 Open Startups ganhei a oportunidade de ir para São Paulo me reunir com grandes empresas nacionais e internacionais, mas não tinha condições financeiras de pagar a viagem. Então comecei a pedir ajuda na minha cidade a políticos e empresários. Muitos riram da minha cara. Porque acham que as pessoas, só por morarem na favela, podem inventar histórias para ganhar dinheiro fácil". Entretanto, Daniel Paiva teve a sorte de conhecer algumas pessoas que o ajudaram, inclusive o presidente de uma grande construtora famosa, que viu um desabafo dele no LinkedIn. "Esse executivo viu um comentário meu e me perguntou no privado quanto eu precisava para a viagem e me pediu os contatos do evento. Depois de eu enviar, ele solicitou a numeração da minha conta e fez um depósito que custeou todas as minhas despesas para São Paulo. Dali em diante minha vida mudou. Ainda estou desempregado, mas sigo correndo atrás. São quatro anos de luta", disse Daniel Paiva. Informou que a ConstructWeb nos dias 27 e 29 de agosto, participou da Paving Expo & Conference South America. O evento busca possibilitar aos profissionais do mercado de infraestrutura viária e rodoviária a oportunidade de estar em contato com o que há de mais moderno do setor. Esclareceu que com o apoio da ABStartups (Associação Brasileira das Startups), a ConstructWeb integrará um espaço exclusivo para que empresas iniciantes do setor de construção civil possam apresentar suas inovações tecnológicas, serviços e soluções. Além dela, Mãos à Obra, Orçafascio, Steel Mold e Webproject também estarão presentes nesse estande. Animado com a oportunidade, Daniel deixa seu conselho para quem pretende empreender. "Não importa se temos condições financeiras ou não, pois ainda

assim é possível alcançar nossos sonhos. Neste meio tempo cheguei a ter depressão por conta das dificuldades, mas a cada dia dou um passo. Assim como é o processo de construção de uma casa, podem se passar anos, mas um dia vencemos". A história do Daniel Paiva chegou a uns dos 10 melhores jornalista na área de negócios e tecnologia, e ele foi convidado para uma entrevista na TV no jornal valor econômico que pertence a Rede Globo, a gravação será no dia 02 de dezembro de 2019 aonde vai falar um pouco da startup e de sua trajetória. Por fim, disse que Daniel é um orgulho para o Município de Miracema e tem orgulho de ser miracemense, pois Miracema possui diversas pessoas com muito talento. Continuando, O Vereador Hugo Fernandes convidou os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Fabrício de Sá Xavier para fazerem a entrega da Moção de Aplausos para a Associação dos Bombeiros Civis de Miracema e para a Associação de Mães. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que a Associação dos Bombeiros Civis do Sul Fluminense (ASBOC) foi fundada no ano de 2009 e é reconhecida como Utilidade Pública e possui mais de 3.198 crianças e adolescentes assistidas pelo projeto. Destacou que ela foi escolhida internacionalmente, em Zurique, na Suíça, para conduzir a tocha olímpica que passou pelo Brasil no ano de 2016 durante as Olimpíadas, sendo destaque em várias emissoras de televisão devido aos seus relevantes serviços sociais. Atualmente, o Projeto de Agentes Mirins da ASBOC em Miracema conta com aproximadamente 150 alunos. Por fim, disse que a ASBOC agradece todo o apoio da população de Miracema, principalmente dos pais e das crianças. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva agradeceu pela oportunidade de estar fazendo esta homenagem e fica feliz da participação de todos os presentes, pois sempre devemos servir ao próximo com carinho, amor e dedicação. Esclareceu que a acompanha o trabalho do Sr. Marcos, sendo que ele vive do seu trabalho e dedicou uma parte de seu tempo para trabalhar com os jovens e adolescentes, fazendo um trabalho voluntário e gratuito. Disse que o Projeto é muito bonito e gratificante e nós precisamos de parceiros e de incentivar os trabalhos que dão certo, sendo que este trabalho não tem nada a ver com a política e sim com o bem social. Disse que ao olhar para esses jovens e essas crianças tem um sentimento grande de paz, sendo que o Prefeito se dispôs a dar transporte, alimentação e estadia para o Marcos apresentar esse Projeto, acreditando que isso foi o mínimo que o Município poderia oferecer. Entretanto, na sexta-feira, o Sr. Marcos ficou esperando de 10 horas da manhã até 18 horas da tarde aguardando o transporte com uma promessa de que o carro estava indo e, infelizmente, o Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, por conta de algum motivo, teve um ato covarde não ter

ido buscá-lo e ainda ter o deixado esperando com a promessa de que o carro estava indo. Acrescentou que chegou a preparar uma Moção de Repúdio, mas prefere não mandar e deixar essa situação pra lá. Destacou que não está falando sobre a pessoa do Secretário e sim sobre o ato covarde cometido. Concluindo, disse que, mesmo depois dessa situação, o Sr. Marcos se dispôs a vir de taxi para continuar a realização do Projeto. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que se sente honrado por ter contribuído para que esse projeto tenha virado realidade em Miracema, destacando que sempre está à disposição para ajudar no que for preciso. disse que admira muito a humildade e o caráter do Sr. Marcos e tem a certeza que o Prefeito o Secretário Municipal de Educação darão todo o apoio necessário para que seja dada continuidade a esse Projeto. O Sr. Marcos cumprimentou todos os presentes e agradeceu a Deus por estar recebendo esta homenagem e divide ela com as crianças e com a Comissão de Mães, pois não organiza o Projeto sozinho e tem uma grande ajuda de sua esposa e, aqui em Miracema, tem a ajuda da Jamili. Destacou que hoje tem aproximadamente de 130 a 150 crianças participando do Projeto aqui em Miracema, acrescentando que no dia 12 de outubro será realizada uma Olimpíada em Miracema. Esclareceu que ficou muito feliz com o apoio dos pais e não está fazendo este trabalho em busca de homenagens, mas ficou muito feliz. Informou que no total o Projeto possui 3100 crianças. Acredita que realizar esse trabalho em Miracema é uma obrigação e não um favor, pois ela é sua cidade e ama esse Município. Agradeceu os Vereadores Genessi e Fabrício pelo apoio oferecido e se sente seguro ao saber que esse Projeto está sendo olhado pelos Vereadores, sendo que está à disposição de todos os Vereadores. Por fim, disse que veio na Câmara para mostrar a pessoa que é, e são as crianças miracemenses que merecem as homenagens, acrescentando ainda que não é ele quem merece os aplausos e sim a homenagem realizada pelos Vereadores. A responsável pela Comissão de Mães de Miracema agradeceu a todos e agradeceu os vereadores pela atitude, pois os projetos realizados com as crianças e os adolescentes ajudam demais. Destacou que se sente honrada em participar desse Projeto, pois precisamos de projetos que valorizem as crianças para garantir seus futuros. Acrescentou que o Marcos apareceu como uma estrela para Miracema e está oferecendo um futuro melhor para as crianças, pois não podemos deixar a violência prevalecer e precisamos incentivar as crianças a terem futuro melhor. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 26/09/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema,

para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 23 de setembro de 2019.



Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número noventa e três, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: João, Capítulo 13, Versículo 01. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da

Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Robson Rocha de Freitas de autoria da Mesa Diretora; 02) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. José Roberto Alexandre de autoria da Mesa Diretora; 03) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. José Marcos Murad de autoria da Mesa Diretora; 04) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Samuel Lima Malafaia de autoria da Mesa Diretora; 05) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. José Luis Castro Menezes de autoria da Mesa Diretora; 06) Telegramas NºRef: 010273/MS/SE/FNS, 000662/MS/SE/FNS e 012773/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 07) Comunicado nº CM022765/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 08) Ofício ADM/PMM nº 006/2014 da Secretaria Municipal de Administração; 09) Ofício PRS/SSE/CSO 7023/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; 10) Ofício do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei que estabelece as Diretrizes Orçamentárias; 11) Projeto de Lei que Altera o Quadro de Cargos de Provimento em Comissão da Resolução nº 915 de 07 de abril de 2008 do Poder Legislativo Municipal de autoria da Mesa Diretora; 12) Ofício SES/GS/APAR nº 7/2014 respondendo ofício nº 87/2014. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Exmo. Secretário Estadual de Obras, Sr. Hudson Braga - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja viabilizado, através do Programa Somando Forças, um Caminhão Limpa Fossa para o Município de Miracema. Esclarecemos que caso este pedido seja atendido amenizará o problema de entupimento causado pelas várias redes de esgoto antigas. Por fim, destacamos que o Município de São José de Ubá, nosso vizinho, foi agraciado com o referido caminhão. Aprovado. 02) Vereador João Siqueira Magalhães – Reiteração - À Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua e à Câmara Municipal de São José de Ubá - Solicitação no

sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa um requerimento solicitando que seja realizado o asfaltamento do trecho que liga o Município de Miracema ao Município de São José de Ubá, que será de grande importância para o escoamento de produtos agrícolas de ambos os Municípios. Esclarecemos que a Câmara Municipal de Miracema já fez este pedido anteriormente, entretanto não foi atendida, por isso solicitamos a colaboração de sua Casa Legislativa para que possamos ter o pedido atendido. Aprovado. 03) Comissão de Educação, Saúde e Assistência - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma cópia integral da Licitação que deu origem a aquisição da merenda escolar. Tal solicitação se deve ao fato de que existem comentários sobre a falta de alimentação na Rede Municipal de Ensino, principalmente ocorrendo falta de feijão. Deferido. 04) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de intervir junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro com o intuito de conseguir mais dois ônibus com o objetivo de fornecer o transporte universitário para os estudantes do Município de Miracema. Deferido. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Exmo. Secretário de Estado de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida, Sr. Marcus von Seehaunsen - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantado no Município de Miracema o Projeto "Cartão Cuidados Especiais", programa este que vai permitir a compra de fraldas geriátricas em estabelecimentos credenciados, entre farmácias e drogarias. Aprovado. 06) Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade do retorno da Noite Country, ainda este ano, bem como que seja realizada a inserção do referido evento no Calendário festivo do Município de Miracema. Por fim destacamos que conhecemos as dificuldades que o Município vem passando, entretanto tal solicitação visa atender grande número de pessoas adeptas ao evento. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 05 (cinco) Projetos de Resolução de 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. José Luis Castro Menezes. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi

aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.184, de 24 de abril de 2014. **02)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Samuel Lima Malafaia. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.185, de 24 de abril de 2014. **03)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. José Marcos Murad. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.186, de 24 de abril de 2014. **04)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. Robson Rocha de Freitas. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.187, de 24 de abril de 2014. **05)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadania Miracemense ao Sr. José Roberto Alexandre. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.188, de 24 de abril de 2014. **06)** Projeto de Lei que Altera os valores das taxas de Licença para execução de Arruamentos e loteamentos em terrenos particulares, previstos na Tabela VI do Anexo VI da Lei Complementar nº 1.453, de 26 de setembro de 2013, reduzindo-os aos parâmetros da realidade econômica do Município e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.494, de 24 de abril de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e, eu Prefeito Municipal de Miracema, sanciono a seguinte lei: Artigo 1º - As taxas de licença para execução de Arruamentos e Loteamentos em Terrenos Particulares, previstas na Tabela VI do Anexo VI da Lei Complementar Nº 1.453, de 26 de setembro de 2013, passam a vigorar com os seguintes valores: Anexo VI - Tabela VI - As Taxas de licença para execução de Arruamentos e Loteamentos de terrenos particulares I – Arruamentos a) Na aprovação de arruamentos em área total de até 20.000 m², descontadas as destinadas a logradouros públicos, por metro linear de logradouros.....0,15 UFIR b) Na aprovação de arruamentos em área total superior a 20.000 m², descontadas as destinadas a logradouros públicos, por metro linear de logradouros.....

0,10 UFIR II – Loteamentos a) Na aprovação de loteamentos em área total de até 10.000 m², descontadas as destinadas a logradouros públicos, por metro quadrado de logradouros.....0,15 UFIR b)Na aprovação de loteamentos em área total superior a 10.000 m², descontadas as destinadas a logradouros públicos, por metro quadrado de logradouros..... 0,10 UFIR Artigo 2º - A taxa de Cemitério, prevista na Tabela IX do Anexo VI da Lei Complementar nº 1.453, de 26 de setembro de 2013, passam a vigorar com os seguintes valores:

XII - Da Taxa de Cemitério	
Perpetuidade:	UFIR/RJ
1- de sepultura rasa, por m²;	40
2 - de carneiro, por m²;	80
3 - de jazigo, por m²;	135

Artigo 3º - O art.3º da Lei Municipal Nº 1.478 de 23 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte alteração: "Art. 3º -.....; § 3º - Aos imóveis novos ou oriundos de fração/desmembramento que não possuírem valor base do total de impostos do ano anterior ficará definido um fator de redução de 0,60 a ser multiplicado no Valor Venal do Imóvel. Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao primeiro dia útil do exercício de 2013, pois a mesma tem apenas a finalidade de beneficiar. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que surgiram algumas dúvidas em relação à votação do requerimento realizado na sessão anterior pelo Vereador Fabrício de Sá Xavier. Com isso, fez a leitura do Artigo 123 do Regimento Interno da Câmara Municipal, esclarecendo que está participando da Comissão Organizadora da 50ª Exposição Agropecuária como representante da Câmara Municipal e não é um membro Executivo da referida Comissão, assim não estaria impedido de votar o desempate do mencionado requerimento. Continuando, informou que a Solenidade da Câmara Municipal será realizada no dia 02 de maio, por isso sugeriu que no dia 05 de maio não fosse realizada a Sessão Ordinária. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que gostaria que fosse realizada a sessão do dia 05. Os demais Vereadores concordaram com a sugestão do Vereador Hugo Fernandes em

suspender a Sessão Ordinária do dia 05 de maio. O Vereador João Magalhães Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Afonso Monerat, por ter sido nomeado para ocupar o cargo de Secretário de Governo do Estado, desejando sucesso em sua nova função. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que ainda não está vendo nenhuma movimentação no Parque de Exposições, assim gostaria de saber como anda a organização da festa. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a montagem do Parque só será iniciada após a obtenção de todos os documentos necessários, esclarecendo que e irão ser realizados diversos eventos durante a Exposição, destacando que os shows já foram contratados pela Prefeitura Municipal. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Agradecimentos para o Governador Luiz Fernando Pezão, por ter atendido ao pedido deste Vereador referente à conclusão do asfaltamento da Rodovia RJ 188 (Miracema x Campelo), bem como a construção de duas pontes na referida Rodovia. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Agradecimentos para o Ilmo. Sr. Arthur Chioro, Ministro da Saúde, por ter atendido ao pedido deste Vereador referente à indicação de dois médicos do Programa Mais Médicos para atenderem no Município de Miracema. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. André Luiz da Silva em virtude de seu falecimento. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Sebastião de Souza Júnior em virtude de seu falecimento. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Fabiano Carneiro em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que poucas vezes viu um fato que ocorreu semana passada, onde o Sr. Prefeito Municipal procurou uma professora, especificamente sua esposa, e disse para ela que tinha recebido uma denúncia que ela estava levando feijão para a creche, por isso o ele tinha ao local para constatar se a denúncia era verdadeira ou falsa. Acrescentou que sua esposa não tinha conhecimento da situação e pediu para saber quem a tinha denunciado, sendo que tal denúncia se mostrou mentirosa. Destacou que a situação da merenda escolar está muito difícil, pois vem faltando alimentos em

diversas escolas. Esclareceu que ficou muito surpreso e chateado com a atitude do atual gestor, sendo que na gestão do Vereador Gutemberg sua esposa foi inclusive convidada para lecionar inglês. Concluindo, disse que está muito chateado com esta situação e que isto vem ocorrendo porque ele é um Vereador atuante que está fiscalizando os atos do Poder Executivo. Destacou que a tragédia ocorrida na Boate Kiss foi principalmente por culpa do Corpo de Bombeiros, que autorização a realização do evento sem que o local possuísse as condições necessárias. Acrescentou que sempre buscou organizar os eventos da Prefeitura durante a gestão passada e que vai cumprir fielmente seu mandato, buscando sempre fiscalizar as ações do Executivo. Por fim disse que os cargos restritos criados com a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública não foram ocupados e os Guardas Municipais não foram valorizados. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que levou um gari para conversar com o Vereador Presidente sobre um fato ocorrido e a situação lhe chamou a atenção porque o gari estava dizendo que Sr. Prefeito tinha ameaçado lhe dar um soco. Acrescentou que ficou espantando com a situação relatada pelo Vereador Fabrício de Sá Xavier, pois o Sr. Prefeito foi chamar a atenção de uma funcionária por ela estar levando merenda para dentro da Escola, sendo que tal medida deveria ser realizada pela Secretária de Educação. Destacou que viu uma Lei determinando a realização de concursos para ocupar os cargos de agente de endemias, sendo que quando uma pessoa foi mostrar a Lei para o Sr. Prefeito ele disse simplesmente que não iria cumpri-la. Por fim, disse que o Prefeito está agindo de forma muito temperamental e, infelizmente, nestes momentos as pessoas tomam atitudes que depois se arrependem, assim acredita que precisa conversar com o Sr. Prefeito para que ele segure um pouco suas emoções, pois um gestor público deve agir com equilíbrio e não pode tomar atitudes temperamentais. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que ficou conhecido como João Feijão por ter conseguido para o Município de Miracema diversos quilos de feijão para serem distribuídos para a população miracemense. Acrescentou que os Vereadores estão vendo os Projetos de Lei chegarem nesta Casa Legislativa com erros primários, bem como que o povo miracemense está andando com a fisionomia muito triste, pois não está vendo

nenhuma perspectiva de futuro. Por fim, disse que o gestor do Município precisa ser uma pessoa capaz de diminuir a raiva, sendo que se no começo do governo ele tivesse pedido a ajuda de todos os Vereadores, tem a certeza que nenhum deles tinha negado a ajuda. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que entendeu as palavras do Vereador Gutemberg, especialmente por já ter tomado algumas atitudes por causa de seu temperamento, destacando que aprendeu muito durante sua trajetória política, tendo aprendido especialmente a deixar as questões pessoais separadas das questões políticas. Continuando, o Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Ana Beatriz Fernandes de Souza, pela dedicação, eficiência e profissionalismo no atendimento de forma geral a todos os pacientes e usuários da Casa de Saúde São Sebastião. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Wanderline Aparecida Santiago dos Santos, pela dedicação, eficiência e profissionalismo no atendimento de forma geral a todos os pacientes e usuários da Casa de Saúde São Sebastião. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Agradecimento para o Sr. Juedyr Orsay Silva, Prefeito Municipal, pelo cumprimento da Legislação Municipal que prevê o mínimo da reposição salarial dos servidores públicos municipais. Demonstrando respeito às Leis, sempre buscando a valorização do Servidor Municipal. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Eduardo Lúcio Tostes Botelho, mais conhecido como Dadade, pelos relevantes serviços prestados junto ao Município de Miracema onde de forma imparcial e democrática vem atendendo todos os munícipes através da Secretaria de Governo, demonstrando alto nível de dedicação, sabedoria e profissionalismo. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Jorge de Oliveira Daibes, pelos relevantes serviços prestados junto à CAPPS, onde de forma imparcial e respeitosa vem exercendo suas atividades como Auditor, demonstrando alto nível de dedicação, sabedoria e profissionalismo. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves e Carlos Magno da Silva Peres solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Hugo Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Miracema, pelos relevantes serviços prestados à frente da Câmara Municipal de Miracema, onde de forma imparcial, sobretudo

democrática, vem conduzindo os trabalhos deste Legislativo, com uma relação respeitosa para com todos os Vereadores, funcionários, assessores e comunidade em geral, demonstrando alto nível de dedicação, responsabilidade como gestor Legislativo Miracemense. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu as palavras dizendo que é um grande prazer aprender com os demais Vereadores. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acrescentou que passou muitas dificuldades durante seu segundo mandato por conta de suas próprias ações durante o primeiro mandato, tendo em vista que algumas vezes agiu de acordo com suas emoções. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que está disposto a realizar algumas vistas nas Escolas Municipais para que os Vereadores possam contatar os problemas que vem ocorrendo com a merenda escolar. Continuando, o Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Anita Sales Barcelos em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que os Vereadores possuem a liberdade de votar de acordo com seus próprios entendimentos e que algumas pessoas maldosas estão postando que os Vereadores votaram contra a população de Miracema, o que não é verdade. Acrescentou que realizaou seu voto de acordo com seu entendimento, uma vez que a fiscalização já é uma atribuição do Ministério Público. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para o Policial Militar 3º Sargento J. Vieira, por ter logrado rápido êxito na ação militar que culminou com a prisão dos envolvidos no furto que ocorreu no Instituto de Educação de Miracema. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou Moção de Aplausos para o Policial Militar 2º Sargento Botágio, por ter logrado rápido êxito na ação militar que culminou com a prisão dos envolvidos no furto que ocorreu no Instituto de Educação de Miracema. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Joaquim Geraldo de Andrade, popularmente conhecido como Joaquim da Brahma ou Risquinho, em virtude de seu falecimento. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Parabéns para o Cantor Leonardo, por ter completado 30 anos de carreira. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr.

Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 28/04/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 28 de abril de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número setenta e cinco, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Alexandre Barbosa Machado**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Coronel Pedro Bastos, nº 614, Distrito de Venda das Flores, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 111, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/SEFAZ nº 021/2014 da Secretaria Municipal de Fazenda; 02) Ofício

PMM/PGM nº 047/2014 da Procuradoria Geral do Município. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou cópia deste ofício; 03) Ofício nº 057/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 008, de 21 de fevereiro de 2014. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, João Siqueira Magalhães e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício nº 054/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 006, de 20 de fevereiro de 2014. Os Vereadores Gideão Duarte Gonçalves, Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 05) Memorando nº 042/2014 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública; 06) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao Mês de Janeiro de 2014; 07) Telegramas NºRef: 000430/MS/SE/FNS, 006518/MS/SE/FNS e 011257/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Secretário Municipal de Fazenda, Sr. João Serri - Solicitação no sentido de que seja realizada a correção no prazo de validade das Certidões Negativas de Débito, tendo em vista que o referido prazo de validade sempre foi de 180 (cento e oitenta) dias e o Art. 380, inciso V da Lei nº 1.453 de 2014 (Código Tributário) possui números divergentes, conforme observado abaixo: *Art. 380. Os prazos de validade das certidões de que trata este Título são os seguintes, e deverá ser consignado pelo servidor no documento: (...) V - negativa de débitos, 90 (sessenta dias).* Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que, quando for encaminhado algum pedido para a Câmara Municipal que seja solicitação no Tribunal de Contas. Para ele encaminhar qualquer solicitação solicitando alteração pedida pelo TCE que seja encaminhada a documentação do TCE em anexo. Deferido. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que alguns cidadãos lhe procuraram e comentaram que estão preocupados com as pessoas que utilizam fantasias durante o carnaval, uma vez que elas poderiam se aproveitar das máscaras para cometeram crimes, assim gostaria de saber a opinião dos Vereadores sobre um possível ofício proibindo o uso das máscaras durante o Carnaval. O Vereador

Gutemberg Medeiros Damasceno acredita que não existe legislação que respalde a proibição das pessoas utilizarem máscaras durante o carnaval. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que está preocupado com o momento atual que vem vivendo o Município, sendo que o Departamento Jurídico poderia ser consultado. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acredita que as pessoas não utilizarão o anonimato para praticar vandalismo em Miracema. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves registrou que está preocupado, pois diversas pessoas estão lhe procurando com receio de que algo ruim aconteça. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está preocupado com o Carnaval deste ano, pois o atual momento do Município é muito intranquilo. O Vereador Hugo Fernandes disse que poderia ser encaminhado um ofício para a Polícia Militar solicitando reforços e enfatizando a situação dos mascarados. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a polícia pode pedir a identificação dos mascarados a qualquer momento, sendo que eles deverão se identificar. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno informou que a Polícia de São Paulo prendeu cento e doze pessoas mascaradas que estavam participando de uma manifestação, entretanto todas elas foram soltas imediatamente. O Vereador Fabrício de Sá Xavier acrescentou que os órgãos responsáveis pela segurança pública deveriam realizar uma fiscalização maior. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que não tem notícias de que em Miracema ocorreram crimes por causa de pessoas vestidas de mascarado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que todos estão preocupados com a segurança, mas o direito de ir e vir da população também precisa ser respeitado. Concluindo, o Vereador Hugo Fernandes passou a fazer o seguinte requerimento. 03) O Vereador Hugo Fernandes - Ao Comando da Polícia Militar - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja reforçado o contingente policial de Miracema-RJ, durante o período de Carnaval, com o objetivo de prevenir possíveis ocorrências de crime. Por fim, solicitamos que seja dada uma atenção especial aos mascarados, uma vez que as pessoas podem se aproveitar das máscaras para praticar crimes. Aprovado. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Secretário De Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro, Dr. Régis Fichtner - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalado no

Município de Miracema o Programa de Reaproveitamento do Óleo Vegetal – PROVE, com o desenvolvimento de planos de trabalhos para definição dos locais para a instalação de ecos pontos, logística, divulgação e capacitação técnica, aquisição de veículos automotivos, triciclos mecânicos, bombonas, testeiras e uniformes, para a instalação completa dos ecos pontos de coleta. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Melquisedeque Duarte para falar sobre a AMINATURE. Com palavra, o Sr. Melquisedeque, após cumprimentar todos os presentes, agradeceu ao Vereador Gilson Teixeira Sales por ter destinado uma parte da subvenção social para a AMINATURE, esclarecendo que a Entidade possui alguns projetos para colocar em prática, entretanto precisa de auxílio financeiro para concretizá-los. Acrescentou que a ONG sempre buscou não se vincular a nenhum político e a nenhum partido, sendo que atualmente a Organização corre o risco de ser fechada, pois sem nenhuma verba a AMINATURE fica sem ter como funcionar. Frisou que no próximo ano a ONG pode ser fechada pela falta de apoio, sendo que os membros estão sempre colaborando com o que podem. Esclareceu que a AMINATURE não possui sede própria e não tem equipamentos necessários para realizar suas palestras. Por fim, disse que gostaria de conversar pessoalmente com o Sr. Prefeito Municipal para poder apresentar os Projetos que a ONG possui sobre Meio Ambiente, sendo que também pode apresentar estes projetos para a Comissão de Meio Ambiente desta Casa Legislativa. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou se o Sr. Melquisedeque saberia o motivo do fechamento do Posto Ambiental de Aperibé. O Sr. Melquisedeque disse que não sabe o motivo do fechamento do referido Posto. Continuando, o Sr. Melquisedeque esclareceu que o Município de Miracema precisa criar e estabelecer uma Guarda Florestal, destacando que é importante informar à população que os fogos de artifício não podem ser jogados em direção ao parque ecológico, pois nesta época de seca o risco de incêndio é muito grande. Concluindo, pediu para os Vereadores estudarem um possível projeto para que fossem colocadas lixeiras coloridas nos estabelecimentos públicos, sendo que também é preciso lutar para que seja realizada a recuperação da mina existente no parque de exposições. O Vereador

João Siqueira Magalhães perguntou se o Sr. Melquisedeque tem visto alguma ação dos governos estadual e municipal para incentivar os proprietários a preservarem a mata atlântica. O Sr. Melquisedeque disse que existe a intenção de distribuir 50% (cinquenta por cento) do ICMS verde entre os proprietários que realizam esta preservação. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o êxodo rural em Miracema ocorreu de forma muito acentuada por causa da despreocupação do governo em atender os proprietários rurais, destacando que é preciso realizar a limpeza e recuperação do Ribeirão Santo Antônio. O Sr. Melquisedeque esclareceu que as políticas de incentivo são muito importantes, pois a população deveria ser incentivada a ficar no campo e não ser praticamente forçada a se mudar para o centro das cidades. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves informou que foi solicitado a lista das entidades que estavam aptas a receber a subvenção social, sendo que na listagem enviada pela Prefeitura Municipal não constava o nome da AMINATURE, assim acabou não destinado verba para a referida entidade. O Sr. Melquisedeque disse que a lista encaminhada continha os nomes das entidades que receberam subvenção no ano passado. O Vereador Hugo Fernandes acrescentou que foi pedido o nome das Entidades que poderiam receber subvenção, sendo que o nome da AMINATURE não veio na resposta. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que poderia ser feita uma indicação solicitando a criação da guarda florestal, sendo eu na próxima reunião que for realizada com o Sr. Prefeito vai realizar as reivindicações mencionadas. Por fim, destacou que a AMINATURE que não pode acabar, pois ela é muito importante para o Município de Miracema. O Sr. Melquisedeque disse que depois do Carnaval vai realizar um projeto de visitar as árvores centenárias do Município de Miracema. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acrescentou que na época em que esteve como Prefeito de Miracema a FIRJAN lhe propôs a levar alguns proprietários rurais para visitar a Empresa Aracruz, assim convidou os referidos proprietários para realizar a visita, sendo que a Aracruz tinha o objetivo de instalar um Polo no Município de Miracema. Entretanto, na época, o Sr. Carlos Minc propôs um Projeto de Lei proibindo a instalação destes polos pela Aracruz, por isso o projeto não foi concretizado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que

a Secretaria Municipal de Meio Ambiente é uma grande recebedora de recursos de Miracema, assim acredita que estes recursos poderiam ser utilizados em investimentos para incentivar os trabalhadores rurais. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a presença do Sr. Melquisedeque, esclarecendo que a Câmara Municipal está sempre a disposição para a população. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo Municipal a utilizar os veículos do Transporte Escolar Municipal para a realização do transporte de estudantes da Zona Urbana e Educação Superior e dá outras providencias. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.482, de 24 de fevereiro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo inciso I, do art 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a utilizar os veículos adquiridos por intermédio do Ministério da Educação, na forma do art 5º da Lei Federal Nº 12.816, de 05 de junho de 2013, para realizar o transporte de estudantes da Zona Urbana e da Educação Superior, conforme regulamentado pela presente Lei. Art. 2º- Desde que não haja prejuízo às finalidades do apoio concedido pela União e Estado, os veículos, além do uso na área rural, poderão ser utilizados para o transporte de estudantes da Zona Urbana e da Educação Superior, respeitados os horários de realização do transporte dos alunos da Rede Municipal de Ensino. Art. 3º- Os veículos de que trata a presente Lei somente poderão ser dirigidos por Servidores Públicos Municipais efetivos, ou contratados temporariamente, na forma da Lei, com habilitação na categoria "D", após autorização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme art 3º, § 1º da Resolução FNDE Nº 45/2013. § 1º - A realização do transporte de estudantes da Educação Superior somente poderá ser realizada depois de atendidos os alunos da Rede Municipal de Ensino, desde que haja compatibilidade de horários preferencialmente em horário noturno. § 2º - Em caso de impossibilidade de atendimento de vagas para todos os estudantes indistintamente, será utilizado o critério social, mediante cadastro econômico e social, a ser realizado pela

Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Art. 4º- Os representantes dos estudantes da Educação Superior, através da Associação sem fins lucrativos, Associação dos Estudantes Universitários de Miracema - ASSEUM, será responsável pela listagem com os nomes dos matriculados em cada curso, que farão uso do transporte oferecido pelo Município, a qual será fornecida à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, até o dia 15 de janeiro de cada ano, em cumprimento ao disposto na Resolução FNDE Nº 45/32013. Art. 5º- Os veículos autorizados a realizar o transporte dos alunos do Ensino Superior, iniciarão seu percurso na Sede do Município. Art. 6º- O número de alunos a serem transportados por cada veiculo, respeitará a lotação máxima, não sendo permitido o transporte de passageiros sem o devido assento e transporte de caronas, em conformidade com a Lei nº 9.503, de 1997 (Código de Transito Brasileiro). Art. 7º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou qual seria a ordem da próxima sessão, pois tem o conhecimento que o Ex-Prefeito se inscreveu para utilizar a Tribuna Livre. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a sessão ocorrerá normalmente, sendo que o Sr. Ivany fará o uso do espaço destina à Tribuna Livre antes da votação da prestação de contas. Por isso, pede a contribuição dos Vereadores para que a reunião possa ocorrer tranquilamente. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que gostaria de utilizar o Pequeno Expediente antes do Sr. Ivany, pois assim ele poderia explicar as situações que serão apresentadas. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou em votação a realização ou não da sessão no dia 06 de março, quinta feira depois do Carnaval. Os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães e Paulo Sérgio de Azevedo votaram a favor da realização da reunião. Os Vereadores Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Fabrício de Sá Xavier, Gideão Duarte Gonçalves, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva votaram a favor da suspensão da reunião. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que não haverá reunião no dia 06 de março, quinta feira depois do Carnaval. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou Moção

de Pesar para os familiares da Sra. Maria Aparecida de Oliveira Ferreira, em virtude de seu falecimento. Os Vereadores Alexandre Barbosa Machado, João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier e Gideão Duarte Gonçalves irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 27/02/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e setenta e seis da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 16, Versículos de 01 à 04. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 17 de junho de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de maio de 2019; 02) Ofício do Padre Antônio da Silveira e Silva; 03) Ofício nº 208/2019 da Secretaria Municipal de Educação; 04) Ofício nº 043/2019 da Loj. Simb. Libertas II nº 1365. O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos em nome de todos os Vereadores para a Nova Diretoria da Loj. Simb. Libertas II nº 1365, a parabenizando e desejando sucesso. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção; 05) Ofício PMM/SMAS nº 062/2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que esse ofício fosse encaminhado para a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo com o objetivo de que sejam esclarecidas as informações solicitadas; 06) Ofício nº 0109/2019 da CEDAE; 07) Ofício do Sr. Juedyr Orsay Silva; 08) Ofício nº 133/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 014/2019. O Vereador Hugo Fernandes pediu a colaboração das Comissões para votarmos esse Projeto de Lei na próxima quinta-feira, assim estaremos zerando nossa pauta de votações antes do recesso. Continuando, disse que seu gabinete está aberto para ouvir as críticas dos Vereadores em relação aos seus primeiros seis meses como

Presidente desta Casa Legislativa. Por fim, se colocou à disposição para ficar de plantão durante o recesso do mês de julho e perguntou se mais algum Vereador gostaria de ficar de plantão. Os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres e Genessi Rodrigues da Silva disseram que ficariam de plantão. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo informou que no dia 04 de julho, provavelmente no auditório da PREVI, acontecerá em Miracema um ciclo de palestras sobre Arboviroses, que são as doenças causadas pelos chamados arbovírus, que incluem o vírus da dengue, Zika vírus, febre chikungunya e febre amarela. Esclareceu que a nossa intenção é de conseguir um laboratório para Miracema para realizarmos exames mais rápidos. Destacou que gostaria da participação da Vereadora Maria Alessandra, pois ela trabalha nessa área, sendo que o público alvo seriam os servidores que trabalham no combate á dengue. Por fim, disse que precisamos deixar um legado de combate a essas doenças. 01) Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo e Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Deputado Federal Hugo Leal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja destinada uma Emenda Parlamentar para o Município de Miracema, no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) com o objetivo de construir uma cobertura e realizar a iluminação da área de lazer localizada no Bairro Jove, bem como realizar uma reforma da quadra Jair do Nascimento e nas quadras dos Distritos de Paraíso do Tobias e Venda das Flores. Aprovado. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Secretaria Municipal de Fazenda - Solicitação no sentido de que seja informada a esta Casa Legislativa quais as Secretarias que possuem "caixa pequeno", bem como que seja informado os respectivos valores. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a poda das árvores localizadas em volta da Praça Dona Ermelinda, tendo em vista que elas estão ficando muito altas. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam tomadas as devidas providências para solucionar os problemas das tomadas e fios desencapados que existem na Praça Dona Ermelinda, tendo em vista que estão gerando risco de choques nas pessoas. Deferido. 05) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. Sérgio de Souza

Gama, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 06) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja informada a esta Casa Legislativa quais os critérios que o governo está utilizando para realizar o pagamento de rescisão, compra de férias e pagamento de outras verbas aos servidores, tendo em vista que ficou sabendo que o servidor precisa de um Vereador para resolver essas questões. Deferido. Continuando, a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que o governo precisa de critérios para efetuar os pagamentos das verbas aos funcionários, sendo que não é contra os funcionários receber seus direitos, mas o governo precisa de critério. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal, com vista á Secretaria Municipal de Fazenda - Considerando que o CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, foi aprovado em condição temporal bastante abreviada. Considerando que a situação político/econômica do país à época era diferente da atual, havendo uma queda dos aspectos econômicos o que é de conhecimento notório. Aliás, havia grande expectativa quanto há uma melhoria progressiva da produção e do comércio do pais. Considerando que em análise ao Código Tributário Municipal, visando atender anseio Social, e ainda, preponderando entre a possibilidade de diminuir a arrecadação e a iminência em perder essas receitas, haja vista, migração das empresas, comércios e profissionais liberais, que poderão irradiar suas áreas de atuação para outros Municípios. Considerando ademais, que com o fechamento ou redução dos comércios todos os outros setores, como de serviço e geração de emprego e renda sofrem. Encaminho solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade imediata de redução das alíquotas, bem como da base de cálculo dos impostos ISS (Imposto sobre serviço) e taxa de localização, com base nos seguintes artigos do código tributário: Art. 30. Salvo disposição em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existente os seus efeitos: I - Tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios. II - Tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que ela esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável. Em vista da cobrança do ISS aos profissionais liberais é necessário que haja uma vistoria da alíquota, que guarda guarita no inciso I do artigo acima citado, já que é dever nosso como político reconhecer que na sociedade atual grande parte dos

advogados conquistam seus honorários na maior parte das vezes por meio do "contrato por êxito", onde vêm a auferir valores a partir do momento que há o ganho da causa, isso ao final da ação, o que contribuirá para o entendimento do aqui explanado. Neste diapasão, mesmo que seja necessária a receita e a legalidade não permita abrir mão dela, na condição de legislador que estou, não só devo, como venho considerar os costumes de forma a equilibrar as relações, e ainda, buscando proteção ao exercício profissional, eis que para aqueles que estão no desenvolvimento da atividade por algum período é menos doloroso o pagamento do valor arbitrado a título de ISS, por exemplo na situação dos advogados que chega hoje há R$820,00 (oitocentos e vinte reais). Todavia Excelentíssimo e ilustríssimo, para aqueles que dão os primeiros passos no desenvolvimento dessa ou de qualquer outra atividade torna-se abstruso tal valor. Art. 38 Decorre a obrigação tributária do fato de encontra-se a pessoa física ou jurídica nas condições previstas em lei, dando lugar à referida obrigação. Todavia, ainda que seja por mim desconhecida a base de cálculo está sendo utilizada, é evidente que estar inscrito nos quadros de determinada classe, não caracteriza o lucro em si, ou seja, a prestação do serviço, não havendo assim a formalização das condições previstas em lei. Quanto a taxa de localização preleciona o art. 267. A taxa será calculada COM BASE NO TIPO DE ATIVIDADE, natureza da instalação e localização do estabelecimento, na forma estabelecida na Tabela I do anexo VI desta lei. Ocorre que, ao que foi percebido por mim Excelência, não há distinção quanto ao tipo de atividade, se tratando de omissão nossa, a época da votação e análise do Código, havendo distinção apenas quanto ao local em que é localizada a atividade, ou seja, se em "melhor" ou "pior" área. Contudo Excelentíssimo e Ilustríssimo Secretário, é importante destacar que o código traz o art. 67, que ao meu miserável ver constituí uma possibilidade de modificação por vossa parte a letra da lei, a qualquer tempo com base no inciso X. Art. 67. O lançamento é efetuado ou revisto de ofício pelas autoridades administrativas nos seguintes casos: Inciso X: Quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu erro na apreciação dos fatos ou na aplicação da lei. Assim, de forma carinhosa e bastante humilde venho solicitar haja um trabalho conjunto com o fim de modificar alíquota e/ou base de cálculo dos tributos acima referendados para que o Município não venha sofrer maiores perdas na arrecadação. Deferido. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que não se ente na

obrigação de lutar pela revisão do Código Tributário, pois em 2014 foi contra a aprovação do referido Código, pois a população seria massacrada com o aumento dos impostos. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que a votação do Código Tributário, conforme determinação do Tribunal de Contas, foi de forma rápida, sendo que essa Casa Legislativa não pode rever essa situação e apenas o Chefe do Poder Executivo possui esse poder. Dessa forma, pede o ajuda para nós usarmos o bom senso e solicitarmos ao Prefeito para rever a situação. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que deveríamos ter o bom senso em 2014, quando o Código foi votado. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que não foi a Câmara Municipal quem criou o Código Tributário, sendo que ele foi um Projeto que veio da Prefeitura. Destacou que a perspectiva da época era de melhora financeira, mas isso não aconteceu e hoje estamos sentindo as consequências da situação na pele, sendo que mesmo que eu tenha errado na época, tenho a virtude de admitir o erro e tentar consertá-lo. Por isso está tentando comover o Chefe do Poder Executivo para usar o bom senso e alterar a situação auxiliando os comerciantes de Miracema, destacando que está pedindo que o Chefe do Poder Executivo reveja a situação dentro da legalidade, mas não está dizendo que essa é nossa obrigação. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que entende a fala do Vereador Genessi, mas não votou a favor do Código Tributário e hoje está vendo o sofrimento dos comerciantes. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que é por causa do sofrimento dos comerciantes que se sente na obrigação de tentar consertar o que foi feito no passado. Destacou que também sente que o comércio está sendo massacrado e acredita que existe a possibilidade de fazer alguma coisa, assim está tentando sensibilizar o Chefe do Poder Executivo. 08) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - À Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil - Solicitação no sentido de que seja revisto a proibição de estacionamento de um lado da Rua Governador Roberto Silveira, tendo em vista que a referida rua é um local movimento e com vários pontos de comércio. Esclarecemos que, de acordo com a informação dos moradores do local, não houve nenhum tipo de consulta para que ocorresse a mencionada proibição de estacionar. Deferido. 09) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja confeccionada uma placa da Rua Sebastião Edward Farinazzo, conforme Lei nº 1.369 de 22/09/2011. Solicitamos,

ainda, que a referida placa seja instalada no início da respectiva rua. Deferido. 10) Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Aplausos para a Sra. Geziele dos Santos Ismael e toda sua equipe, os parabenizando pela belíssima festa de São João realizada para as crianças da Vila José de Carvalho e dos bairros vizinhos. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que as duas ruas paralelas à Avenida Carvalho estão intransitáveis, assim precisamos apurar o que está sendo feito no Município com a arrecadação de impostos, sendo que algumas pessoas pagavam ISS muito baixos. Informou que todos têm o direito de errar, mas não precisamos persistir no erro, dessa forma, estamos pedindo e solicitando uma revisão no Código Tributário, mas essa revisão deve ser oriunda do Chefe do Poder Executivo. 11) Vereadores Marcus Felipe Mercante Linhares e Paulo Sérgio de Azevedo solicitaram uma Moção de Aplausos para o Time Campeão da "Taça Cidade Alta Society", o parabenizando pelo seu feito. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) Vereadores Marcus Felipe Mercante Linhares e Paulo Sérgio de Azevedo solicitaram uma Moção de Aplausos para o Time Vice-Campeão da "Taça Cidade Alta Society", o parabenizando pelo seu feito. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 13) Vereadores Marcus Felipe Mercante Linhares e Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a permuta do terreno anexo ao Estádio Municipal Dep. Luiz Fernando Linhares, por um outro pertencente ao próprio estádio localizado no caminho para o Cruzeiro. Solicitamos, ainda, que seja construído um muro no local. Deferido. Continuando, o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que as obras não foram concluídas por conta da falta de repasse do Governo Estadual e não por culpa do Prefeito anterior. 14) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a poda das árvores localizadas na Praça Salim Damian, com o possível levantamento das copas das referidas árvores, pois o local está muito escuro e trazendo insegurança para a população. Deferido. 15) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil - Solicitação no sentido de que seja realizada a regularização das vagas de estacionamento no entorno da Praça Salim Damian, conforme a legislação vigente. Deferido. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que na época da votação

do Código Tributário tentou combater a injustiça que estava sendo feita com a população de Miracema, principalmente com os comerciantes. Disse que uma gestão consciente deveria tentar o equilíbrio das finanças públicas e não realizar o aumento exorbitante de impostos, conforme aconteceu na gestão passada, sendo que a gestão foi incompetente e contribuiu para o desequilíbrio financeiro do Município de Miracema. 16) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a retirada do mato e da terra que está localizada na Rua Osvaldo Marinho dos Passos, passando pela Matriz da Santa Terezinha, logo após o comércio do Sr. Sinésio Gros, no Bairro Jardim Beverly. Deferido. 17) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Fazenda - Solicitação no sentido de que seja elaborado um Projeto de Lei visando dar incentivo fiscal por tempo determinado de no mínimo 06 (seis) meses para a instalação de novas empresas na cidade, observando critérios específicos de geração de empregos. 18) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Fazenda - Solicitação no sentido de que V. Sa. encaminhe uma cópia da Lei Estadual 8.420 de 18/06/2019, que segue em anexo, para o Setor de Tributos com o objetivo de que seja dada publicidade a referida Lei, bem como que as empresas situadas em Miracema possam ser informadas. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes fez a leitura da conclusão do Parecer Jurídico emitido sobre a Sentença proferida em relação ao Vereador afastado Guillerni Ribeiro de Camargo. Fez também a leitura da ata da reunião da Comissão de Ética desta Casa Legislativa realizada no dia 17 de junho deste ano. Por fim, fez a leitura do parecer em separado dos Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Carlos Magno da Silva Peres. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que ele e o Vereador Carlos Magno da Silva Peres não participaram da reunião realizada no dia 17 de junho, sendo que o entendimento deles é que o processo seja arquivado. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que seu pedido foi para apresentação dos pareceres ao plenário, pois a sentença ainda não foi transitada em julgado, cabendo os respectivos recursos. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 06 (seis) Projetos de Lei: O Vereador Hugo Fernandes solicitou que os Projetos relacionados dos números dois à seis fossem votados em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. **01)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal PROMEP-MIRA com a finalidade de

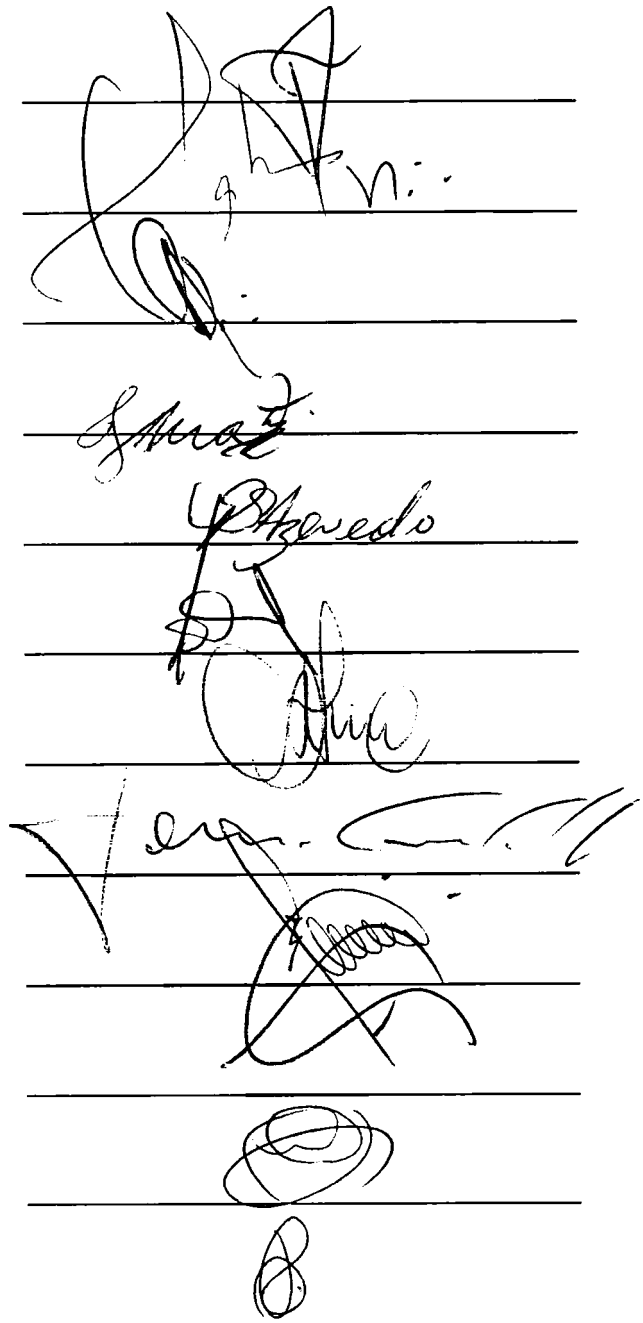
ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica a munícipes com situação de hipossuficiência, por meio de programas, projetos e ações de assistência e dá outras providencias. Autoria: Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.829, de 24 de junho de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal de Miracema, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica instituído o Programa Municipal de Ensino Profissionalizante - PROMEP, a ser executado pelo Município de Miracema através de Termos e Parcerias com instituições de educação profissional e tecnológicas, sem finalidade lucrativa, com finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica aos jovens e adultos carentes, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Art. 2º- São objetivos do PROMEP: I - Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnico de nível médio presencial de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - Fomentar e apoiar a expansão das redes físicas de atendimento da educação profissional e tecnológica do município; III - Contribuir para melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV - Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V - Estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. Art. 3º- O PROMEP poderá ser desenvolvido por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras: I - Incentivo a ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços municipais de aprendizagem; II - Oferta de bolsas de estudo parciais (50%) e integrais, por ano, a jovens e adultos em situação de hipossuficiência financeira. Parágrafo Único - A situação de hipossuficiência financeira será comprovada mediante laudo da Secretaria Municipal de Assistência Social. Art. 4º- Fica o Poder Executivo autorizado a promover a transferência de recursos financeiros às instituições de educação profissional e tecnológica, credenciada nos moldes desta Lei, correspondentes, exclusivamente, aos valores das bolsas de estudo de que trata o inciso II do artigo 3º desta Lei. Art. 5º- Ficam as instituições credenciadas ao programa, obrigadas a promover a prestação de Contas dos recursos recebidos à

Controladoria Geral do Município, nos moldes e prazos a serem definidos por Resolução do Conselho da Controladoria. Parágrafo Único - A Controladoria Geral do Município, deverá enviar Relatório de análise das contas, no prazo de até 10(dez) dias após a análise, ao Poder Legislativo. Art. 6º- Poderão participar do PROMEP as instituições privadas sem finalidade lucrativa, de educação profissionalizante. Parágrafo Único - Para aderir ao PROMEP as instituições de que trata o caput deverão: I - Credenciar-se na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer; II - atender aos índices de qualidade acadêmica e a outros requisitos estabelecidos pelo Ministério da Educação; III - Garantir aos beneficiários das bolsas de estudo o acesso a infraestrutura educativa, recreativa, esportiva e cultural. IV - Comprovar a regularidade fiscal da instituição. Art. 7º- Os termos de parceria celebrados em virtude desta Lei, deverão obedecer aos requisitos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Art. 8º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a obrigatoriedade da Secretaria Municipal de Assistência Social a dar ampla divulgação ao Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher) no âmbito do Município de Miracema. Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.830, de 24 de junho de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Torna obrigatório que a Secretaria Municipal de Assistência Social de ampla divulgação no âmbito do Município de Miracema ao Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher). Art. 2º- Ficará a critério da Secretaria estabelecer as estratégias para divulgação de forma eficiente, por meio de cartazes, palestras, banners ou etc. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que Institui no Calendário Oficial do Município o Dia do Folião de Reis. Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.831, de 24 de junho de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica criado o Dia Municipal do Folião de Reis, a ser comemorado anualmente no dia 25 de março. Art. 2º- No Dia Municipal do Folião de Reis, a Prefeitura Municipal buscará desenvolver atividades comemorativas ou mesmo apoiar aquelas a serem desenvolvidas pelas categorias

envolvida, em comemoração a data alusiva. Art. 3º- As despesas decorrentes a realização de eventos e atividades desenvolvidas para comemoração desta data correrão por conta de dotação orçamentária própria e/ou outras formas definidas pelo Erário Público Municipal. Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **04)** Projeto de Lei que Dá nome de João de Oliveira a uma via da cidade. Autoria: Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.832, de 24 de junho de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica denominada Rua João de Oliveira, a Rua perpendicular a Avenida Eiras, que se inicia na Avenida Eiras nº 21, onde fica a antiga Serraria de Pedras, até o final da Rua sem saída, nesta cidade, que será de uso público. Art. 2º- Fica o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar a referida placa. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **05)** Projeto de Lei que Dá nome de Márcio Antônio Tadeu Antunes ao Parque Ecológico localizado atrás do Hospital de Miracema. Vereadora Maria Alessandra Leite Freire. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.833, de 24 de junho de 2019. O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRACEMA, Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica denominado de Márcio Antônio Tadeu Antunes ao Parque Ecológico localizado atrás do Hospital de Miracema. Art. 2º- Fica o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar a referida placa. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **06)** Projeto de Lei que Dá nome de Jair de Almeida Cordeiro a uma via pública da cidade. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.834, de 24 de junho de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica denominada Jair de Almeida Cordeiro, a Rua onde está localizado o PSF José Roberto, ligando a Rua Cândido Dias Tostes a Rua Deodato Linhares, no Bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta cidade. Art. 2º- Fica o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar a referida placa. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr.

Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Jovem Adrian Oliveira da Silva para falar sobre Palestras Resgatando Jovens. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, Adrian disse que seu Projeto é mais voltado para os jovens que estão envolvidos com as drogas. Disse que muitas pessoas falam que Miracema está acabada, mas isso não é verdade, sendo que precisamos oferecer conselhos para os jovens. Esclareceu que possui alguns conhecidos que utilizam drogas, mas querem sair dessa vida, assim seu projeto tem o objetivo de levar o diálogo e a conversa aos jovens. Concluindo, disse que também possui dificuldades particulares e poderia estar no mundo das drogas, assim gostaria do apoio dos Vereadores ao projeto. O Vereador José Augusto Martins sugeriu que o Adrian procurasse a Secretaria de Saúde para conversar sobre o Projeto, o parabenizando pela sua atitude pois Miracema precisa de jovens assim. O Vereador Hugo Fernandes perguntou se ele já possui em mente e por escrito tudo o que pretende ser feito. Adrian disse que possui tudo em mente, mas ainda não tem por escrito. O Vereador Hugo Fernandes também sugeriu ao Adrian para conversar com a Secretaria de Saúde, esclarecendo que se ele quiser realizar um ciclo de palestras deixa o espaço na Câmara disponível. Adrian disse que tem a ideia de levar isso para dentro das escolas, pois existem estudantes que vão para a escola com a intenção de utilizar droga, acreditando que os professores poderiam conversar mais com os alunos. Esclareceu que está tentando ajudar seus conhecidos e sair desse mundo. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que é preciso de uma organização para o projeto, com o nome, objetivos, metas e público alvo, sendo que depois do projeto estar criado, podemos apresentá-lo para a secretaria competente. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que é importante vermos um jovem enfrentando os problemas da sociedade, assim o parabenizou por sua coragem de vir na Câmara e falar sobre sua vida para tentar resgatar os jovens. Esclareceu que tem a certeza de que a Câmara Municipal vai abraçar sua causa, tendo a certeza de que o projeto vai ficar grande e deseja que ele não desanime com as dificuldades iniciais. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que ficou feliz ao ver a narrativa corajosa desse jovem, sendo que através dos erros e acertos nós corrigimos nossa trajetória. Acredita que ele está muito bem amparado pelo Vereador José Augusto e tem à disposição para ajudar e colaborar da melhor forma que puder. O Vereador Hugo

Fernandes disse que tem a certeza que todos os Vereadores estão à disposição para auxiliar o projeto. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 27/06/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 24 de junho de 2019.



Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número oitenta, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, a Sra. Presidente Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Por enquanto, foi registrada a ausência do Vereador Hugo Fernandes. Justificada, tendo em vista que ele avisou que poderia se atrasar. Em seguida a Sra. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 119, Versículos 01 e 02. Prosseguindo a Sra. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício/SECT/GAB nº 28 da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia respondendo ofício nº 061/2014. Os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres,

Fabrício de Sá Xavier, Gideão Duarte Gonçalves, Maria José Marques Barros Andrade e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 02) Recursos do Orçamento da União pagos aos Municípios. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 03) Convite da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua para a Solenidade de Formatura da Guarda Civil Municipal; 04) Ofício nº 05/2014 da Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos e Tribunais de Contas Municipais (FENALEGIS); 05) Projeto de Lei que dá nome de José de Freitas da Silva a uma via Pública da Cidade, de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier; 06) Ofício nº 121/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 015/2014. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, João Siqueira Magalhães, Gideão Duarte Gonçalves e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Reiterando Ofício nº 1082/2013 ao Secretário de Habitação do Estado, Sr. Rafael Picciani - Solicitação no sentido de que sejam construídas 150 casas no Município de Miracema, tendo em vista que existe uma grande área com riscos de desmoronamento, conforme laudo que segue em anexo. Aprovado. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que encaminhada a esta Casa Legislativa uma cópia das últimas 20 (vinte) licitações realizadas pelo Município de Municipal, tendo em vista que a Legislação Municipal existente sobre o assunto não vem sendo respeitada. Deferido. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Sr. Pedro Fernandes - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implementado no Município de Miracema o Projeto "Mova-se", tendo em vista que este Projeto busca atender as pessoas com deficiência e dificuldades nos movimentos. Tal solicitação é uma oportunidade das pessoas voltarem as atividades físicas e sociais com dignidade, uma vez que 40% (quarenta por cento) das pessoas não possuem acesso ao tratamento de fisioterapia. Aprovado. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa as informações descritas abaixo em relação ao Carnaval realizado no ano de 2014. a) Quais produtos ou serviços foram contratados de terceiros referente ao Carnaval de 2014; b) Quanto foi pago e a que

empresa referente à montagem, desmontagem e realização das arquibancadas no Carnaval de 2014. Se houve licitação, encaminhar a cópia da referida; c) Quanto foi pago e a que empresa referente aos banheiros químicos para o Carnaval de 2014 e qual a modalidade de contratação. Se houve licitação, encaminhar a cópia da referida; d) Quanto foi pago e a que empresa referente ao serviço de segurança para o Carnaval de 2014 e qual a modalidade de contratação. Se houve licitação, encaminhar a cópia da referida; e) Quanto foi pago e a que empresa referente à iluminação para o Carnaval de 2014 e qual a modalidade de contratação. Se houve licitação, encaminhar a cópia da referida; f) Quanto foi pago e a que empresa referente à alimentação para os trabalhadores do Carnaval de 2014 e qual a modalidade de contratação. Se houve licitação, encaminhar a cópia da referida; g) Quanto foi pago e a que empresa referente à decoração do Carnaval de 2014 e qual a modalidade de contratação. Se houve licitação, encaminhar a cópia da referida. Ressalte-se, desde já, que reiteradamente este Vereador vem tendo dificuldades em obter resposta de suas solicitações enviadas ao Poder Executivo, em total afronta ao que dispõe a Lei: "DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967". Deferido. 05) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado reforma do Parque Ecológico de Miracema, com a instalação de aparelhos para ginástica e atividades físicas. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Gilberto Pereira para falar sobre o Trânsito Municipal. Com a palavra, o Sr. Gilberto, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que Miracema já está apta para iniciar as fiscalizações de trânsito no Município, assim gostaria de comunicar que a partir do dia 31 de março as referidas fiscalizações serão iniciadas. Acrescentou que já foram realizadas algumas campanhas de conscientização, bem como que o DEMUTRAN deseja o apoio dos Vereadores para realizar uma fiscalização maior no trânsito de Miracema. Disse que existem diversas vítimas fatais no trânsito de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães perguntou se algumas mudanças em relação ao trânsito já estão definidas, tais como as mãos de ruas e os locais que são proibido estacionar. O Sr. Gilberto esclareceu que alguns pontos já foram definidos e existem projetos para serem estudados em cada situação, sendo que gostaria de discutir as questões com a população, uma vez que é muito importante escutar os

cidadãos. Acrescentou que se dependesse apenas dele já possui ideias a serem implantadas, entretanto precisa ouvir a opinião de outras pessoas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que a frota veicular vem crescendo muito durante os anos, entretanto votou contra a criação da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil, pois entendeu que era preciso de uma previsão orçamentária melhor. Por fim, disse que sugeriu que fosse conversado com um engenheiro de trânsito para que ele apresentasse algumas ideias para resolver os problemas de Miracema. O Vereador João Siqueira Magalhães acredita que poderia existir uma orientação melhor antes do início da fiscalização e da aplicação de multas, pois as pessoas podem ficar sem saber o que é errado ou não, esclarecendo que também precisa de uma melhor sinalização nas ruas. O Vereador Hugo Fernandes pediu desculpas pelo seu atraso. Acrescentou que de acordo com o Código de Trânsito todos os condutores deveriam saber as regras de trânsito, entretanto como nós moramos em uma cidade pequena todas as mudanças de hábitos precisam de certa orientação. Esclareceu que no ano passado foi dado início a uma espécie de orientação e no começo as pessoas começaram a respeitar, porém no fim ao perceber que era apenas uma orientação, elas voltaram a estacionar em locais proibidos. Por fim, afirmou que seria interessante a realização de uma maior divulgação, acreditando que primeiro é preciso conscientizar a população das mudanças, pois estas medidas requerem uma grande mudança de hábito. O Sr. Gilberto disse que existem algumas infrações de trânsito que não precisam de sinalização, acrescentando que através das advertências as pessoas foram informadas das infrações, entretanto quando o povo percebeu que as advertências não eram multas começaram as desrespeita-las. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que existem pessoas que estacionam os carros na Rua Marechal Floriano às 7h da manhã e os retiram às 8h da noite, assim sugeriu a instalação de uma rotatividade do estacionamento da Rua Marechal Floriano, sendo que os motoristas seriam cobrados pelo estacionamento. O Sr. Gilberto disse que nos casos de cobrança de estacionamento, a Prefeitura Municipal deverá ficar responsabilizada pela guarda dos veículos, devendo arcar com eventuais prejuízos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou sobre as motocicletas denominadas popularmente de cinquentinhas. O Sr. Gilberto disse que fez um curso no Detran e foi esclarecido que este veículo é um incomodo no Brasil inteiro, pois quase não existe

cidade que regulariza estes veículos. Esclareceu que o Código de Trânsito diz que eles deveriam ser emplacados pelo Município, mas não sabe qual seria a placa colocada nos veículos. Por fim, esclareceu que para conduzir os ciclomotores é preciso possuir uma autorização para conduzir veículos ciclomotores, as ACC, sendo que elas são documentos de porte obrigatório. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou quanto tempo o Sr. Gilberto está trabalhando em Miracema, bem como perguntou se existe a possibilidade de instalar um semáforo em Miracema. O Sr. Gilberto disse que começou a trabalhar em Miracema no dia 01 de novembro, sendo que não vislumbra um local para que possa ser instalado um semáforo no Município de Miracema, especialmente por ele ser um equipamento muito caro. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acredita que a Legislação de Trânsito deveria ser colocada na grade curricular em escolas, pois a educação no trânsito é muito importante. Continuando, perguntou se existe possibilidade o início da fiscalização fosse estendido, para que a população pudesse possuir uma melhor conscientização da fiscalização, assim os cidadãos não poderiam reclamar quando a Prefeitura começar a multar os infratores. O Sr. Gilberto acredita que a Legislação de Trânsito poderia ser inserida nas matérias da rede de ensino, sendo que já até conversou com a Secretária de Educação sobre este assunto. O Vereador João Siqueira esclareceu que existem dois cruzamentos em Miracema onde os carros estão estacionamento muito próximo às esquinas. O Sr. Gilberto esclareceu que precisaria proibir o estacionamento através da pintura de faixa amarela no meio fio, sendo que está sendo cobrado para a fiscalização seja iniciada, por isso aceita sugestões sobre a data do início da fiscalização. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse colocada uma vaga estacionamento em frente à Câmara privativa para os Vereadores, bem como sugeriu que a partir de hoje, fosse dado 15 dias de prazo para que seja iniciada a fiscalização. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves perguntou se vai ser construído um depósito para veículos em Miracema, pois o que aconteceria caso o Município apreendesse um veículo. O Sr. Gilberto esclareceu que existe uma licitação em andamento para a construção do depósito, sendo que em casos de multa municipal os veículos só seriam rebocados em situações extremas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou se os veículos públicos também serão fiscalizados da mesma maneira que os veículos particulares. O Sr. Gilberto disse que sim, entendendo que

estes veículos deveriam ser prioritários, uma vez que a Prefeitura precisa dar o exemplo para os cidadãos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou sobre os emplacamentos realizados em outros estados, uma vez que esta é uma prática corriqueira, esclarecendo que deveria competir ao Estado fiscalizar estes problemas, mas isto nunca foi feito. Acrescentou que já reclamou sobre este assunto com o Presidente do DETRAN e ele lhe disse que este problema é muito pequeno. O Sr. Gilberto esclareceu que o DETRAN deveria fiscalizar este problema. Concluindo, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que vai trazer uma lei de um Município do Espírito Santo sobre este assunto. O Sr. Gilberto disse que a fiscalização poderá ser iniciada no dia 15 de abril, assim buscaria uma melhor divulgação do assunto. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que conhece o Sr. Gilberto há muito tempo e que ele sempre foi considerado um dos melhores alunos do colégio, sendo que ele já é formado em duas faculdades, acrescentando que ele é muito capacitado para realizar este trabalho no Município de Miracema. Por fim, perguntou se existe a possibilidade de que seja construída uma rampa para os deficientes em frente à vaga existente na Rua Marechal Floriano, próximo às Lojas Leader. O Sr. Gilberto disse que é preciso realizar algumas alterações em relação à vaga destinada para os deficientes, entretanto é necessário de material e tempo para realizar as alterações necessárias. O Vereador Gilson Teixeira Sales perguntou qual seria o papel da Guarda Municipal na fiscalização. O Sr. Gilberto esclareceu que de acordo com seu entendimento a Guarda Municipal não poderia atuar no trânsito como Guardas Municipais, mas entende que eles possam realizar um curso para se tornarem Agentes de Trânsito e, assim, fiscalizar o trânsito. O Vereador Hugo Fernandes disse que existem poucas pessoas habilitadas para exercerem suas funções, destacando que o atualmente o Sr. Gilberto é a pessoa mais qualificada e capacitada para exercer sua respectiva função. O Sr. Gilberto concluiu dizendo que realiza seu trabalho da melhor maneira possível, entretanto podem existir alguns erros e agradeceu a oportunidade de utilizar a Tribuna da Câmara Municipal. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo Municipal de Miracema a prorrogar o prazo para o pagamento de Impostos Municipais vencidos até o exercício de 2012 através do REFIS MIRACEMA e dá outras providências. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Maurício Sant'Ana

Soares solicitou que o Projeto fosse votado em primeira e única e votação. O Vereador Hugo Fernandes colocou a solicitação em votação. Os Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno e João Siqueira Magalhães votaram contra a votação ser apenas uma vez. Os demais Vereadores aprovaram a solicitação. Continuando, em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.489, de 24 de março de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciona a seguinte Lei: Art. 1º – Fica prorrogado o prazo para o pagamento dos Impostos Municipais vencidos até o exercício de 2012 para mais (noventa) dias, ou seja, até o último dia útil do mês de junho de 2014, alterando o prazo disposto na Lei Municipal Nº 1.477, de 26 de dezembro de 2013. Art. 2º – Todos os demais artigos da Lei Municipal Nº 1.462/2013, permanecem na íntegra, não havendo, portanto, quaisquer alterações; Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Concede revisão geral linear de vencimentos e salários, conforme art. 37, X da Constituição Federal ao pessoal do Quadro da Câmara Municipal de Miracema. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que oitenta por cento dos Projetos de Lei que chegam nesta Casa Legislativa estão sendo votados em primeira e única votação, entretanto acredita que eles deveriam ser votados duas vezes, na primeira e na segunda votação. Por fim, solicitou que os projetos fossem votados em primeira e segunda votação. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Regimento Interno prevê a possibilidade de votação dos Projetos em primeira e única votação, acrescentando que todos os Projetos de Lei passam corretamente pelos trâmites legais, sendo que eles somente são inseridos na Ordem do Dia quando estão com toda a documentação necessária. Destacou que, se o Projeto será votado em uma ou duas votação é o Plenário quem define. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acredita que o Plenário está se equivocando, pois não vê a necessidade em realizar todas as votações em primeira e única votação. O Vereador Hugo Fernandes destacou que todos os Projetos em

votação possuem seus respectivos pareceres e que em nenhum momento o Regimento Interno é desrespeitado. Continuando, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que existem notícias pela cidade, que a antiga Prefeitura seria transformada em museu e que no prédio próximo a Praça Dona Ermelinda seria construído um gabinete exclusivamente para o Sr. Prefeito Municipal. Assim, disse ao Líder do Governo que vai lutar para que o prédio não seja transformado em museu, sendo que ele foi construído com tacos da melhor qualidade, precisando apenas reforma-lo e ele não pode ser abandonado. Esclareceu que a construção de um gabinete para o Prefeito no outro prédio impediria a acessibilidade, tendo em vista que no local não existe rampa e o gabinete ficaria no segundo andar. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou se na quinta-feira da Semana Santa vai haver reunião. O Vereador Hugo Fernandes pediu para o Plenário definir. Por unanimidade todos os Vereadores concordaram em não realizar a sessão na quinta feira. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que é lamentável os boatos que vem ocorrendo em Miracema, destacando que alguém lhe disse que o supermercado Fluminense seria isento de todos os impostos para ser instalado no Município, o que não é verdade. Esclareceu que a conversa de transformar a antiga Prefeitura em um Museu é apenas boato, não existindo nada de concreto sobre este assunto. Entretanto vai buscar informações sobre o antigo prédio da Prefeitura e sobre a construção do gabinete do Prefeito no prédio da Brasileira, próximo à Praça Dona Ermelinda. Continuando, esclareceu que gostaria que a opinião do plenário fosse respeitada, pois todos votam de acordo com sua consciência. Por fim, fez a leitura de um ofício encaminhado pela Secretaria de Meio Ambiente para ele, informando algumas medidas realizadas pela referida Secretaria. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Secretário está atendendo as necessidades da população e não dos Vereadores, pois os problemas apresentados pelos Vereadores são apresentados pela população. Acrescentou que está indignado com algumas atitudes dos Secretários, pois eles pensam que os Vereadores pedem favores para se beneficiarem, porém os Vereadores estão representando a população. Disse que está indignado com as atitudes de alguns Secretários e de Diretores, pois suas ações acabam refletindo no Governo Municipal. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que esta vaidade deve acabar, pois os Secretários acreditam que os

pedidos são favores para os Vereadores. O Vereador Fabrício de Sá Xavier convidou a Comissão de Meio Ambiente para fazer uma visita na Antiga UTIL. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que diversos processos foram votados em primeira e única votação na última reunião, acrescentando que não são todos os Projetos que deveriam ser votados apenas com uma votação. Continuando, disse que as primeiras e únicas votações não deveriam se tornar uma prática. O Vereador Hugo Fernandes disse que foram cinco projetos que foram votados em primeira e única votação, sendo que um foi o aumento dos salários dos servidores, dois para cessão de uso de terrenos para Empresas, gerando emprego para o Município, um para retirar o Ministério Público do Conselho do Meio Ambiente e o último para realiza uma alteração no Código Ambiental para beneficiar os empresários na questão do selo verde, assim todos eles possuem grande interesse público. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que existe um equívoco nos Projetos de Lei sobre a cessão de uso dos terrenos, esclarecendo que o prazo presente no Projeto para o início do funcionamento das Empresas contradiz com outro artigo onde é aduzido o que a Empresa pode oferecer como garantia de financiamento. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que alertou as Empresas que serão estabelecidas, pois elas devem se conscientizar desta Lei, uma vez que todas as Empresas precisam oferecer seus imóveis como garantia, sendo que as instituições financeiras não aceitam outro tipo de garantia. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que o artigo 9º da Lei aduz que o Poder Municipal pode isentar todas as empresas dos impostos Municipais, em especial a empresa presente no Projeto. Entretanto, acredita que deveria existir um Projeto isentando todas as Empresas e os presentes projetos deveriam ser específicos para as empresas e não possuir a palavra todas. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves disse que o prazo previsto no Projeto serve de incentivo para a instalação de outras Empresas no Município. Continuando, o Vereador João Siqueira Magalhães fez a leitura do Parecer Jurídico onde foi sugerida a solicitação da minuta do contrato, por isso acredita que as votações únicas impedem a percepção de alguns detalhes. Por fim, esclareceu que a solução encontrada seria a de os Vereadores conversarem com o Sr. Prefeito Municipal para que estes artigos sejam vetados, destacando que não está fazendo oposição, pois apenas busca orientar o Sr. Prefeito Municipal em prol do Município. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que as Empresas só

poderão realizar empréstimos para realizar melhorias no local, tendo entendido que todas as empresas que vierem a se instalar no Polo Industrial II possuirão a isenção, porém o final do artigo especifica a concessionária referida no Projeto. Concluindo, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que toda a renúncia de receita realizada pela Prefeitura Municipal deve ser enviada para a aprovação da Câmara Municipal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que vai conversar com o Sr. Prefeito Municipal antes da sanção da Lei, destacando que é a favor da criação de um filtro para que todos os Projetos de Lei do Sr. Prefeito Municipal fossem estudados mais de uma vez. O Vereador Hugo Fernandes acredita que todos os Projetos de Lei são estudados pela Procuradoria do Município, sendo que a maioria deles também é elaborada pela própria Procuradoria. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que já solicitou ao Sr. Prefeito Municipal para ter a ciência de todos os Projetos de Lei que fossem encaminhados para a Câmara Municipal, tendo em vista que sua posição de Líder do Governo só está sendo utilizada quando a Prefeitura Municipal precisa de defesa, destacando que já avisou que só vai defender as questões que possuir ciência. O Vereador Fabrício de Sá Xavier parabenizou o Vereador João Siqueira Magalhães pela forma minuciosa da análise dos Projetos de Lei. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que não acredita que o antigo prédio da Prefeitura seja transformado em Museu, sendo que inclusive existe um acordo com os Vereadores para uma possível transferência para a atual Prefeitura, no antigo Fórum, pois a intenção do Prefeito Municipal é reformar o antigo prédio e voltar com a Prefeitura para o local. Continuando, parabenizou o Vereador Hugo Fernandes pela foram democrática de conduzir as votações dos Projetos de Lei. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Aplausos o Sr. Carlos Dutra Faença pelos relevantes serviços prestados ao Município de Miracema como o Encarregado pela Limpeza Pública junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, demonstrando dedicação, conhecimento e alto nível de profissionalismo. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Gilson Teixeira Sales, Maria José Marques Barros Andrade e Genessi Rodrigues da Silva irão assinar estas Moções. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Parabéns e Agradecimentos para a Primeira Igreja Batista de Miracema, a parabenizando pela passagem de seu 94º aniversário e agradecendo pelo seu trabalho de evangelização de nossa cidade e região, bem com pelo trabalho

de recuperação de vidas e dos valores religiosos e familiares no Município de Miracema. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Gilson Teixeira Sales, Maria José Marques Barros Andrade e Genessi Rodrigues da Silva irão assinar estas Moções. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves em conjunto com os Vereadores Hugo Fernandes e Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para a Igreja Assembleia de Deus da Ressurreição pela reinauguração de sua sede, oportunizando um melhor espaço físico para a comunidade e seus membros. Agradecendo o trabalho social e o evangelístico realizado no Município, sobretudo na recuperação de vidas e dos valores religiosos e familiares no Município de Miracema. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Gilson Teixeira Sales, Maria José Marques Barros Andrade e Genessi Rodrigues da Silva irão assinar estas Moções. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que cada Vereador é responsável pelo seu próprio voto e que todos os Vereadores são responsáveis pelos seus erros. Acrescentou que a Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa poderia ter alertado verbalmente os Vereadores sobre a solicitação da minuta do contrato. Por fim, disse que respeita a opinião de todos os Vereadores e que as votações dos Projetos realizadas em primeira e única votação são feitas de forma democrática. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que hoje participou de um Seminário no Rio de Janeiro, por isso se atrasou para a reunião. Lembrou aos Vereadores para apresentarem os nomes das pessoas que serão homenageadas no Sessão Solene em comemoração ao Aniversário do Município. Continuando, destacou que fez o cadastro de algumas instituições em um Projeto no CEASA para o recebimento de alimentos, frisando que não é o responsável pelo Projeto, tendo apenas auxiliado algumas instituições que lhe procuraram. Por fim, esclareceu que o site da Câmara Municipal está funcionando regularmente, com a maior transparência possível, destacando que todos os atos referentes à sua gestão como Presidente da Câmara estão sendo publicados, sendo que possui a intenção de digitalizar todas as Leis Municipais para publicá-las. Concluindo, esclareceu que seu objetivo é trabalhar com humildade e tranquilidade para realizar uma boa gestão, tendo como objetivo a modernização da Câmara Municipal e a transparência de seus trabalhos. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 27/03/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa,

Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 27 de março de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e trinta e seis, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Mateus, Capítulo 13, Versículos 47 e 48. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte

correspondência: 01) Projeto de Decreto Legislativo que Julga as Contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo do Município de Miracema de Autoria da Mesa Diretora; 02) Panfleto sobre a Marcha dos Vereadores que será realizada entre os dias 02 e 05 de dezembro; 03) Convite para a Apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos Cursos Profissionalizantes no dia 27/11/2014; 04) Ofício nº 2258/14 do Ministério Público da Tutela Coletiva solicitando informações. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 05) Ofício nº 2246/14 do Ministério Público da Tutela Coletiva solicitando informações. Os Vereadores Hugo Fernandes, Maurício Sant'Ana Soares, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 06) Ofício Circular nº 001/2014 da Associação Grupo Sócio Cultural Cara da Rua convidando para o evento Cultural Boi de Miracema; 07) Ofício 0102/2014 do Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema. Os Vereadores Hugo Fernandes e João Siqueira Magalhães solicitaram cópia deste ofício; 08) Ofício 0101/2014 do Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 09) Ofício 099/2014 do Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 10) Convite do Tiro de Guerra 01-009, para a Formatura e entrega de Diploma de Praça Mais Distinta, Melhor Atirador de Fuzil e Melhor Aptidão Física de 2014; 11) Ofício Circular nº 75/2014 – PRS/GAP do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; 12) Projeto de Lei que dá nome de Rodovia Oswaldo Tona Ássimos a uma via pública do Município de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier; 13) Ofício Presidência/Jurídico nº 091/2014 da Caixa de Assistência, Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Miracema (CAPPS); 14) Convite do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 07 a 17 anos para a Formatura do Curso de Inclusão social que será realizada no dia 28 de novembro; 15) Comunicado Nº CM293259/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 16) Telegramas NºRef: 006767/MS/SE/FNS e 001134/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador

Paulo Sérgio de Azevedo - Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas ao Controle Interno, no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma cópia da Prestação de Contas do Bloco Carnavalesco "Associação Bloco Carnavalesco Unidos da Jove", bem como da Prestação de Contas da "Associação Grupo Cultural Cara da Rua", ambas referente ao ano de 2014. Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente DER-RJ - Solicitação no sentido de que seja realizada a Operação Tapa Buracos no Município de Miracema, principalmente no Distrito de Paraíso do Tobias. Esclarecemos que existe uma grande necessidade de realizar esta operação no Município de Miracema, uma vez que o estado das ruas, especialmente no Distrito de Paraíso, é muito crítico gerando riscos para os motoristas e pedestres. Aprovado. Continuando, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Secretário Municipal de Fazenda não compareceu a convocação realizada pela Comissão Especial de Inquérito para prestar esclarecimentos sobre os repasses da CAPPS/CAMEDS, sendo que, por isso, já fez uma nova reconvocação. Acrescentou que após a expedição da nova convocação esteve com o Secretário e ele justificou sua ausência por motivo de doença e que no dia designado para a reconvocação ele realizará um exame de saúde. Com isso, ele explicou ao Secretário que cabia o Sr. Prefeito Municipal designar um substituto para comparecer para prestar os devidos esclarecimento, podendo inclusive o próprio Prefeito comparecer, dessa forma, se ninguém comparecer no dia, a Comissão tomará as medidas cabíveis. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Marcos Felipe para falar prestar alguns esclarecimentos. Com a palavra, o Sr. Marcos Felipe, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que o Secretário de Fazenda está com sérios problemas de saúde e que provavelmente o Sr. Prefeito Municipal deverá indicar uma outra pessoa para comparecer na Comissão Especial. Acredita que em um tempo razoável este problema poderá ser resolvido e que o Sr. Prefeito vai agir de forma a colaborar com os trabalhos da Comissão. Acrescentou que compareceu na Câmara Municipal para dar uma satisfação sobre a ausência do Secretário Municipal, pois ele realmente está impossibilitado de comparecer por problemas de

saúde. Por fim, disse que outra pessoa deverá comparecer para prestar os devidos esclarecimentos, porém acredita que até quarta-feira o espaço de tempo é muito curto para que alguém possa tomar o devido conhecimento dos fatos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que gostaria desta justificativa por escrito, assim poderia juntar a documentação ao procedimento, bem como poderia ser estabelecido um prazo mais razoável levando em consideração que estamos próximo do final desta legislatura. O Sr. Marcos Felipe esclareceu que está aqui hoje para auxiliar um amigo de trabalho, pois o Secretário de Fazenda não possui condições físicas para sequer justificar sua ausência. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu a justificativa e desejou melhoras para o Sr. João Serri, Secretário Municipal de Fazenda. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrita também a Sra. Cintia para falar sobre o empréstimo da quadra ao lado do Estádio Municipal. Com a palavra, a Sra. Cintia disse que mora na Avenida Carvalho, esquina com o principal Estádio de Miracema, sendo que já teve a oportunidade de visitar uma Escola Rural onde sempre primava pela educação e pelo respeito, sendo que todos os eventos importantes da comunidade eram realizados na quadra da referida escola. Acrescentou que devemos possuir locais no Município para que as pessoas possam utilizá-los de forma respeitosa, sendo que os bens públicos devem ser tratados com respeito e zelo e que sempre devemos respeitar uns aos outros. Dessa maneira, veio nesta Casa Legislativa fazer um apelo, pois Miracema possui uma ótima quadra de esportes e diversas atividades interesses acontecem na quadra. Entretanto os vizinhos não podem ser incomodados pelo som oriundo dos eventos realizados na quadra. Destacou que a quadra realmente deve ser utilizada para diversos eventos, porém os vizinhos já se propuseram a realizar um abaixo assinado apenas contra o volume alto, pois o barulho os incomoda demais. Informou que semana passada começou a tocar uma música muito alta, em um horário muito tarde, sendo que os vizinhos não conseguem mais se reunir nas portas de suas casas para conversar. Acrescentou que em certa ocasião, a polícia compareceu no local quatro vezes com o objetivo de que o som fosse diminuído. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que o responsável pela quadra deveria ficar responsável por controlar

estas situações. A Sra. Cintia esclareceu que defende o empréstimo da quadra para a realização de festas e entende a presença de som nas festas, entretanto não deveria ser permitido a utilização de sons amplificados. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um ofício com o nome de todos os Vereadores ao Sr. Prefeito Municipal, com vistas à Secretaria de Educação e ao Diretor de Esporte, no sentido de que envide esforços a fim de que seja resolvido um problema que vem ocorrendo durante os empréstimos da Quadra de Esportes Jair Nascimento, localizada na Avenida Carvalho, uma vez que durante os eventos que vem ocorrendo no local as pessoas estão utilizando os aparelhos de som com um volume muito alto, fato este que vem incomodando os vizinhos. Ressaltamos que não somos contra o empréstimo da referida quadra, acreditando que ela deve ser utilizada para os mais diversos fins, entretanto a música alta utilizada pelas pessoas vem causando transtornos para os vizinhos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que existe um limite para os profissionais liberais de propaganda volante em veículos utilizarem em seus veículos, sendo assim este limite também poderia ser observado pelos utilizadores da quadra. A Sra. Cíntia gostaria de que este problema fosse apresentado claramente para as pessoas que utilizam o espaço, pois seu objetivo é apenas estabelecer um limite para o volume do som. O Vereador Hugo Fernandes disse que não é favorável ao término do empréstimo da quadra, entretanto deve sim ser estabelecido um limite para o volume do som. A Sra. Cintia voltou a afirmar que é favor da utilização da quadra para os mais diversos fins, sendo apenas contra o volume alto do som. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu as palavras da Sra. Cintia frisando que a Tribuna Livre está a disposição de qualquer cidadão. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Decreto Legislativo: **01)** Projeto de Decreto Legislativo que Julga as Contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo do Município de Miracema, referente ao exercício de 2013. Autoria: Mesa Diretora. O Vereador Hugo Fernandes colocou o Projeto em discussão. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que já fez seus comentários sobre a Prestação de Contas e não vai repetir toda sua fala, sendo que pelos motivos já expostos votará contrário a aprovação das contas. O Vereador João Siqueira

Magalhães disse que gostaria de esclarecer alguns pontos. Esclareceu que todo o corpo instrutivo do Tribunal de Contas, composto pelos técnicos, emitiram pareceres técnicos contrário a aprovação das contas. Fez a leitura de algumas partes da prestação de contas, esclarecendo que chegou a votar contra a abertura de um crédito adicional por conta da situação econômica do Município. Destacou que o não envio de alguns créditos adicionais são mencionados como impropriedades das contas. Por fim, esclareceu que de acordo com a leitura completa dos pareceres presentes na Prestação de contas é possível observar que ainda precisam ser melhorados vários pontos no Município. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi desrespeitada de uma forma arbitrária, apensar do Tribunal de Contas ter verificado o cumprimento das metas da saúde, da educação e do limite prudencial. Acrescentou que o Decreto Emergencial realizado no início do mandato não possuía a chancela do Estado. Destacou que em todo a documentação do Tribunal de Contas existem apenas quatro linhas onde as contas foram consideradas aprovadas. Destacou que não vai fugir de suas responsabilidades e que o órgão que deveria estar fiscalizando as ações do governo desarma os Vereadores com apenas quatro linhas, os impossibilitando de realizar seus trabalhos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que cabe ao chefe do Poder Executivo explicar as impropriedades e determinações presentes na prestação de contas, acrescentando que precisa ser coerente com seu voto, pois as contas do ex gestor, referente ao ano de 2012, também vieram com relatório prévio favorável. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que devido ao relatado pelo Vereador João Siqueira Magalhães e as palavras já ditas pelo Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, em conjunto com os documentos apontados nos autos, também será coerente em seu voto e votará da maneira que votou na prestação de contas do ano de 2012, pois apenas nas duas últimas páginas da prestação de contas existe uma opinião favorável. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva destacou que o Vereador João Siqueira Magalhães votou apenas contra o crédito adicional e não contra a construção da academia em Paraíso do Tobias, sendo que já esclareceu alguns fatos sobre este assunto e inclusive pediu desculpas pelo seu equívoco.

Acrescentou que estes problemas só irão acabar quando as prestações de contas forem amplamente divulgadas para a população, inclusive os detalhes. Esclareceu que praticamente as mesmas irregularidades presentes na prestação de contas de 2013, estavam presentes nas contas de 2012, fazendo a leitura de alguns pontos da prestação de contas de 2012 em comum com a prestação de contas de 2013. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que sempre vê dois pesos e duas medidas pelo Tribunal de Contas, por isso não tem mais nenhum argumento para falar sobre o assunto. O Vereador Hugo Fernandes disse que podemos observar, em relação aos créditos adicionais, que o gestor possui o recurso em algum lugar e está passando para outro lugar, sendo que o recurso também pode estar vindo de fora. Acrescentou que as prestações de contas de 2012 2013 são praticamente idênticas e ambas possuem dívidas, existindo apenas uma pequena uma diferença entre as duas em relação aos restos a pagar, uma vez que em 2012 era o último ano de gestão do Prefeito e em 2013 o Prefeito poderia pagar estes restos no ano seguinte. Esclareceu que está terminando sua gestão como Presidente e possui a ciência de que não pode deixar nenhum tipo de resto a pagar para o próximo gestor da Câmara. Destacou que o Partido não manda em seu voto, pois vota de maneira pessoal e de acordo com seus entendimentos. Esclareceu que as dívidas existentes nas duas prestações são praticamente idênticas e que na gestão de 2012 o Prefeito não teria a oportunidade de sanar seus erros, sendo que na atual gestão o Prefeito ainda possui tempo para corrigir os erros. Por fim, disse que estes fatos acabam ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal em termo, sendo que o corpo instrutivo faz uma avaliação das contas e o relator redige seus votos de acordo com sua consciência. Prosseguindo, o Vereador Hugo Fernandes colocou o Projeto de Decreto Legislativo em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado com quatro votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier e Gilson Teixeira Sales, e sete votos favoráveis, dos Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, Maurício Sant'Ana Soares, Carlos Armando de Azevedo, Genessi Rodrigues da Silva e Hugo Fernandes, dando

origem ao Decreto Legislativo nº 74, de 24 de novembro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo: Artigo 1º- Ficam aprovadas as Contas do Chefe do Poder Executivo, referente ao exercício de 2013, sob a responsabilidade do Sr. Juedyr Orsay Silva. Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que sua preocupação é a governabilidade do Município, pois o antigo gestor deixou uma dívida X, o atual fez uma dívida Y, não vendo nenhum cumprimento das determinações estipuladas pelo Tribunal de Contas. Acrescentou que inclusive está percebendo o agravamento dos referidos problemas, acreditando que as contas do ano de 2014 não serão aprovadas. Destacou que podemos estar encaminhando para a ingovernabilidade e ninguém conseguirá resolver os problemas das dívidas do Município. Acrescentou que em 1997 encontrou uma Prefeitura caótica e passou por muitas dificuldades para encontrar o caminho certo. Esclareceu que possui sérias restrições sobre a parte política do Prefeito Carlos Roberto, entretanto apesar de seu comportamento político, tem a certeza que ele nunca participou de nenhum tipo de irregularidade, mencionando que ele estava mal assessorado, inclusive com brigas entre Secretários. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Aplausos para os Policiais Militares: a) 2º Sgt Frederico Ribeiro Jardim; b) 2º Sgt Roberto Moreira Nunes; c) 3º Sgt Reinaldo Amaro da Silva; d) PM Rafael de Azevedo Moreira; pelo excelente trabalho apresentado na organização das eleições de 2014, primeiro e segundo turnos no Município de Miracema, especialmente na organização e eficiência nos trabalhos apresentados pela zelosa equipe de Policias Militares cedidos ao Cartório da Zona Eleitoral de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Maria José Motta Lomba, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Maria Aparecida, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar

esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos para o Sargento do Tiro de Guerra 01-009 e para os Atiradores, os parabenizando pela Formatura e pelo recebimento dos Diplomas de Praça Mais Distinta, Melhor Atirador de Fuzil e Melhor Aptidão Física de 2014. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador João Siqueira Magalhães disse que os gestores devem governar pensando no futuro de Miracema, mencionando que chegou um documento do Ministério Público da Tutela Coletiva perguntando sobre um Projeto de Lei que estaria revogando a Lei Municipal nº 1.388, por inconstitucionalidade. Destacou que já denunciou vários problemas e tem a certeza de que este Projeto de Lei não passou por esta Casa. Acrescentou que este fato deixa a Câmara Municipal entristecida e que é motivo de abertura de um processo administrativo para saber quem foi o responsável pela resposta errônea ao Ministério Público. O Vereador Hugo Fernandes disse que leu este ofício e a palavra do Vereador João Siqueira é pertinente, pois existem indícios de que o referido Projeto nunca foi encaminhado a esta Casa Legislativa, destacando que a pessoa que respondeu erroneamente este ofício vai ter de arcar com as consequências. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a Câmara Municipal deve responder o ofício de maneira correta e o Ministério Público será o responsável pela investigação de quem forneceu informação errada. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Antônio Marcos Camargo Sentinelle, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Eraldo Pacheco de Moraes, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Maria José Motta Lomba, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Rodrigo (do Distrito de Paraíso do Tobias), em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Rafael (Policial Militar), em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes informou que vai se ausentar na próxima sessão e propôs que o Projeto de Lei sobre o Plano Plurianual seja votado em

primeira e única votação, esclarecendo que o organograma das votações poderia ser o seguinte: Plano Plurianual seria votado no dia 02 de dezembro, os Projetos de Lei em tramitação seriam votados dia 08 de dezembro e o Orçamento seria votado dia 09 de dezembro. Todos os Vereadores concordaram com as datas. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 27/11/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 27 de novembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número deuzentos da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Paulo César da Cruz de Azevedo e Maria Alessandra Leite Freire. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador José Augusto Martins, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 01, Versículos de 01 à 05. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 21 de outubro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Decreto Legislativo que cria a Comenda Municipal de Mérito em Educação Professor Darcy Annibal, como condecoração concedida aos professores que se destacam, de autoria do Vereador Genessi Rodrigues da Silva; 02) Ofício nº 023/2019 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo o ofício nº 0678/2019; 03) Ofício nº 025/2019 da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública respondendo o ofício nº 0696/2019; 04) Convite do Monsenhor Mateus Panackakuzhy - Paróquia Santo Antônio de Miracema; 05) Ofício nº 21/2019 da Secretaria Municipal de Fazenda respondendo o ofício nº 832/2019; 06) Ofício PMM/GAB nº 291/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 029/2019; 07) Ofício PMM/GAB nº 292/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 031/2019; 08) Ofício PMM/GAB nº 293/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 030/2019. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal de Miracema, com vista a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e Secretaria Municipal de Educação -

Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de realizar a troca das caixas d'água das Escolas Municipais, tendo em vista que a maioria delas são de feitas de amianto. Deferido. 02) Vereador Marcus Felipe Marcante Linhares, em conjunto com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Gerente Regional da CEDAE - Solicitação no sentido de que seja realizado o aumento da capacidade da rede que faz o abastecimento da água da Rua João Rosa da Gama, permitindo assim a expansão do bairro, tendo em vista que existe a possibilidade de pavimentação da referida Rua. Aprovado. Continuando, o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que no dia 21 de novembro fez um requerimento de seu gabinete ao Gerente Regional da CEDAE, o Sr. Marcione, solicitando que seja providenciada extensão de rede de água para as seguintes ruas de nosso Município: rua Cândido Dias Neves (Morro da Pedrada), rua Rosário Mercante (Jardim Beverly), rua Vereador Antônio Calor (Jardim Beverly), rua Enoque P. de Araújo (Paraíso do Tobias). Disse que também solicitou melhorias no abastecimento da rede de água da rua João Rosa Damasceno Júnior (Jardim Beverly). O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que foi o autor de uma Lei que obriga o Município a realizar a higienização das caixas d'água de seis em seis meses. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Todos os Diretores dos Escolas Municipais - Solicitação no sentido de que seja informada a esta Casa Legislativa se a higienização das caixas d'água das respectivas Escolas estão sendo realizadas de seis em seis meses, conforme a Lei Municipal nº 1.516, de 02 de junho de 2014. Deferido. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente da CEHAB, Dr. Ângelo Monteiro - Solicitação no sentido de que seja a estudada a realização dos seguintes pontos abaixo relacionados: a) construção de casas populares; b) aquisição de um terreno no Distrito de Venda das Flores; c) construção de casas populares na zona rural; d) entrega de escrituras das casas da CEHAB; e) pavimentação das ruas das casas populares da Jove e Paraíso do Tobias; f) complemento das casa populares do programa "Minha Casa Minha Vida" inacabadas. Aprovado. Por fim, acrescentou que já fez um requerimento para a CEDAE solicitando implantação de rede de água no Bairro Carrapichão. 04) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a troca de lâmpadas no Campo da Escola Municipal Álvaro Lontra (Brizolão 143), tendo em vista que os postes estão muito apagados e diversas pessoas utilizam o campo para jogar bola.

Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei, 01 (um) Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal e 01 (um) Projeto de Decreto Legislativo: O Vereador Hugo Fernandes solicitou que os dois Projetos de Lei fossem votados em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. **01)** Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal que dispõe sobre as subvenções acrescentando o parágrafo único ao inciso XXVIII do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal. Autoria: Vereadores Paulo César da Cruz de Azevedo, Hugo Fernandes, Maurício Sant'Ana Soares e Carlos Magno da Silva Peres. Em segunda votação o Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal aprovado por unanimidade dando origem à Emenda À Lei Orgânica Municipal nº 18 de 24 de outubro de 2019. A Mesa da Câmara Municipal de Miracema, nos termos do Inciso IV, do artigo 56, da Lei Orgânica Municipal, promulga a presente Emenda a Lei Orgânica Municipal. Emenda: Acrescenta o Parágrafo Único ao inciso XXVIII do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal. Parágrafo Único: as subvenções sociais indicadas pelo Legislativo deverão ser pagas dentro do exercício vigente, somente as entidades locais que tenham título de "Utilidade Pública", nos termos da Emenda Constitucional N167 86, de 17 de março de 2015. **02)** Projeto de Lei que Institui e Regulamenta a emissão da Carteira de Identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIA/TEA) no âmbito do Município de Miracema, e dá outras providências. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem à Lei nº 1.852, de 24 de outubro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. Fica instituída a Carteira de Identificação do Autista (CIA), destinada a conferir identificação à pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do Município de Miracema, para fins de garantia de seus direitos, como pessoa com necessidades e cuidados especiais. Art. 2º. A pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é legalmente considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos, com direito a assistência social. Art. 3º. É competente o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, para: I - Expedir a Carteira de Identificação do Autista (CIA), a ser emitida por intermédio do Núcleo de Apoio Especializado (NAE), devidamente numerada, de modo a possibilitar a identificação e a garantia de direitos às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no município de Miracema; II -

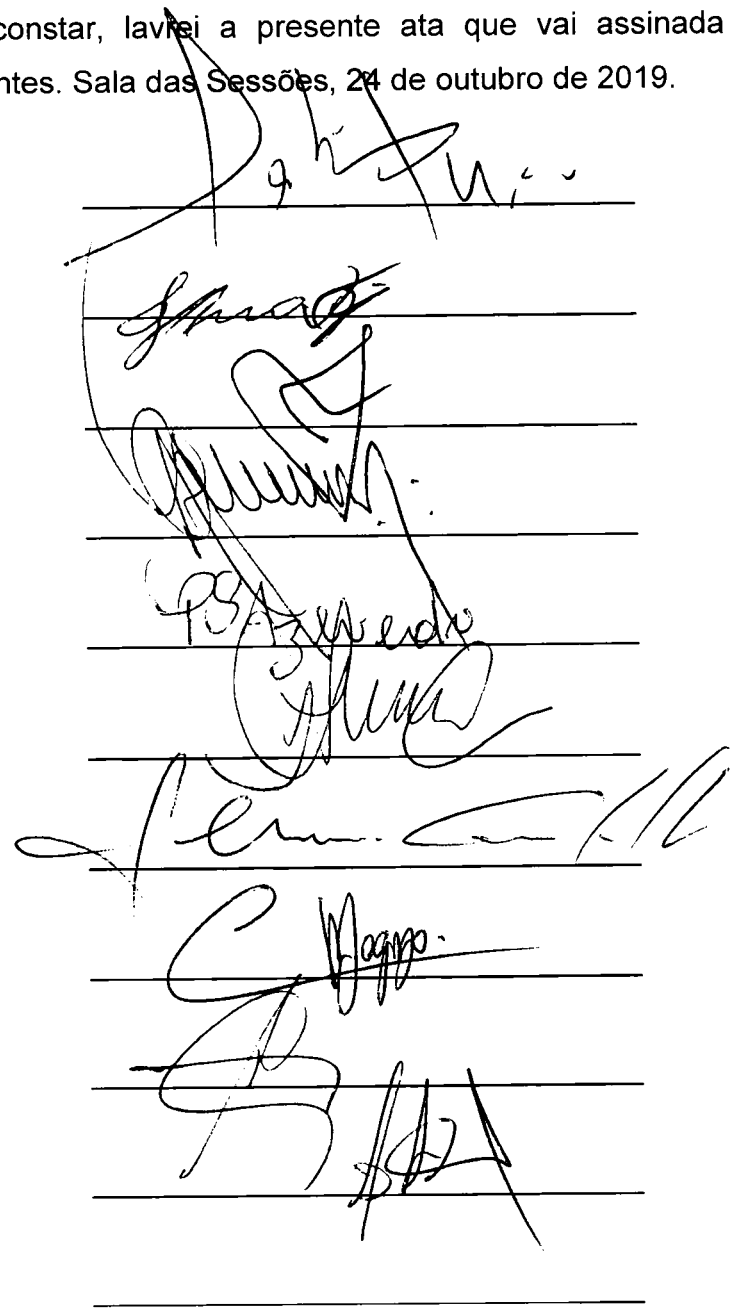
Administrar a política de emissão e distribuição da Carteira de Identificação do Autista (CIA); III - Adequar sua plataforma de serviços à expedição da Carteira de Identificação do Autista (CIA); Art. 4º. A Carteira de Identificação do Autista (CIA) terá validade de 05 (cinco) anos, devendo, no ato de revalidação, permanecer com o mesmo número de identificação. Parágrafo Único. Em caso de perda ou extravio da CIA, será emitida, gratuitamente, a segunda via, mediante apresentação e preenchimento de formulário próprio assinado pelo representante legal. Art. 5º. A Carteira de Identificação do Autista (CIA), será expedida sem qualquer custo, por meio de formulário próprio devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou por seu representante legal, acompanhado de relatório médico, confirmando o diagnóstico, munido de seus documentos pessoais, bem como dos de seus pais ou responsáveis legais (Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade e CPF) e comprovante de endereço, originais e fotocópias. §1º - No caso de pessoa estrangeira autista, naturalizada ou domiciliada no Município de Miracema, deverá ser apresentado título declaratório de nacionalidade brasileira ou passaporte. § - 2º O relatório médico atestando o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista deverá ser firmado por médico especialista. Art. 6º. Verificada a regularidade da documentação recebida, cadastrada e devidamente autuada, a Secretaria de Educação será responsável pela expedição da Carteira de Identidade do Autista (CIA) e determinará sua emissão no prazo de 30 (trinta) dias. Art. 7º. O portador de TEA (Transtorno do Espectro Autista) e o seu representante legal ou acompanhante, munido da CIA, terão direito: I – De preferência e prioridade total em todos os órgãos, setores e repartições públicas e particulares que possuam filas e ordem de chegada para fins de atendimento, no âmbito do Município de Miracema; II – À gratuidade total de acesso em quaisquer eventos públicos e privados, sobretudo em atividades e espetáculos culturais e esportivos, tais como: exposições, feiras, peças teatrais e espetáculos circenses, partidas de futebol e demais eventos esportivos, realizados no âmbito do Município de Miracema; III – À gratuidade em estacionamentos públicos e privados; Parágrafo Único: Todos os locais de atendimento, públicos ou privados, no âmbito do Município de Miracema, terão em suas placas indicativas de prioridades já previstas em Lei, seja ela Federal, Estadual ou Municipal, o símbolo indicativo de que as pessoas com TEA têm prioridade total de atendimento, consistente na "fita feita de peças de quebra-

cabeça coloridas", notoriamente conhecida. Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que dispõe sobre Mecanismo de Inibição da Violência contra a Mulher no Município de Miracema, por meio de Multa contra o Agressor, em caso de Utilização de Serviços prestados pelo Município. Autoria: Vereador Maurício Sant'Ana Soares. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que o Projeto fosse retirado de pauta para que ele possa realizar uma análise melhor sobre o tema. **04)** Projeto de Decreto Legislativo que Cria a Comenda "Cibele Caldas Câmara Castro". Autoria: Vereadora Maria Alessandra Leite Freire. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 117, de 24 de outubro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo: Art. 1º - Fica criada a Comenda Cibele Caldas Câmara Castro, que indicará servidores Públicos Municipais que se dedicaram ou se dedicam em diversos setores da Prefeitura e da Câmara Municipal de Miracema, visando enaltecer o trabalho de cada um deles em seu setor de atuação, a fim de que possam servir de exemplo para as gerações futuras. Parágrafo Único: Os indicados a Comenda poderão ser Servidores Públicos Municipais ativos ou inativos. Art. 2º - A Comenda receberá o nome de Cibele Caldas Câmara Castro, por ter deixado um legado de civismo, de amor à Miracema e de total dedicação ao serviço Público Municipal, onde atuou por 70 anos. Artigo 3º - Passa a partir desta data, a ser anualmente concedida a referida COMENDA a nomes a serem indicados pelos Vereadores Municipais. Artigo 4º - Fica determinado que após a indicação por cada Vereador, será submetida a aprovação do Plenário da Câmara a escolha dos nomes citados a fim de se verificar a legitimidade da Comenda. Artigo 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Continuando, o Vereador Presidente Hugo Fernandes convidou o Vereador Genessi Rodrigues da Silva para fazer a entrega da Moção de Aplausos para a Professora Márcia Cristina Rodrigues de Almeida Alves pelos seus trinta anos como professora, tendo sido responsável pela alfabetização de uma turma no EJA (Educação de Jovens e Adultos) com 17 alunos. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que está muito feliz em fazer essa singela homenagem para a Professora Márcia, pois ficou encantado quando conheceu sua história de vida, tanto na profissional quanto na pessoal. Destacou que ela fez um

excelente trabalho na alfabetização de diversos guerreiros que estão aqui no Plenário hoje, sendo que presenciou diversos casos de alfabetização de pessoas idosas pessoalmente e conseguiu perceber o tamanho da felicidade da pessoa ao aprender a ler e escrever, acrescentando que está vendo a mesma felicidade nos olhos dos alunos aqui presentes e isto lhe deixa muito feliz. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que os animais soltos em vias públicas, especialmente os cachorros, vêm causando diversos transtornos para os cidadãos miracemenses, pois eles são agressivos e estão atacando crianças e idosos. Acrescentou que precisamos tomar alguma providência, sendo que apresentou um Projeto de Lei que dispõe sobre a apreensão de animais soltos em vias públicas, entretanto o parecer jurídico desta Casa Legislativa foi emitido no sentido de que o referido assunto já se encontrava na Lei Orgânica Municipal. Dessa forma, esclareceu que vai realizar algumas modificações no Projeto com intuito de adequá-lo para que a gente possa tomar alguma providência. Destacou que os animais de grande porte soltos pelos asfaltos também geram um grande problema, inclusive causando risco de vida para os motoristas, esclarecendo que o Município inclusive também está recebendo menos vacinas antirrábicas. Por fim, disse que o Poder Público precisa tomar uma providência urgência e encontrar uma solução para este problema, assim vai estudar e fazer algumas modificações para adequar seu projeto para que possamos dar tranquilidade aos munícipes. Disse, ainda, que a cada dia que passa encontramos um cachorro diferente na cidade, pois outras cidades soltam seus animais em Miracema. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que fez uma visita a uma equipe da AMPAR (Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba), no Município de Laranjal, e ela faz a castração dos animais com um custo muito baixo e, inclusive, os animais são tatuados na orelha com a sigla do Município, para evitar que outras cidades soltem seus animais em cidades vizinhas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que as pessoas estão saindo para trabalhar de suas residências com pedaços de pau para espantar os cachorros, destacando que já solicitou uma verba no orçamento para a conclusão da parte logística da Entidade "Amigos de Pata", inclusive com a construção de um canil. Continuando, disse que solicitou uma Emenda para o Deputado Áureo com o objetivo de comprar um castra-

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

móveis e possui a informação de que o processo está com a Comissão de Licitação da Prefeitura, sendo que realmente precisamos de uma solução para o problema com os animais soltos. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva agradeceu ao representante do Jornal Dois Estados pela presença e registro da entrega da Moção de Aplausos. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 31/10/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 24 de outubro de 2019.



Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e sessenta e cinco da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador José Augusto Martins, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Aimoré da Silva Almeida e Maria Alessandra Leite Freire. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 133, Versículos de 01 à 03. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Panfleto sobre Seminário de "Economicidade Colaborativa e Desastres; 02) Ofício nº 27/2019 da APAE de Miracema-RJ; 03) Ofício SMSM nº 103/2019 da Secretaria Municipal de Saúde respondendo o ofício nº 0173/2019; 04) Ofício SMSM nº 92/2019 da Secretaria Municipal de Saúde respondendo o ofício nº 221/2019; 05) Ofício MPRJ/nº 123/2019 do Ministério Público da Comarca de Miracema-RJ; 06) Ofício MPRJ/nº 116/2019 do Ministério Público da Comarca de Miracema-RJ; 07) Ofício GDRC 114/2019 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Gabinete do Deputado Renato Cozzolino; 08) Ofício GDRC 115/2019 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Gabinete do Deputado Renato Cozzolino; 09) Ofício GDRC 116/2019 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Gabinete do Deputado Renato Cozzolino; 10) Projeto de Lei que Assegura aos Servidores Públicos Municipais, do Poder Executivo, Legislativo e Autarquias desconto de 20% (vinte) na compra dos Ingressos dos Shows da Exposição na semana que comemora o Aniversário da cidade, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 11) Projeto de Lei que Assegura aos beneficiários do Programa Bolsa Família 50% de desconto na compra dos Ingressos

dos brinquedos do Parque de Exposição na semana que comemora o Aniversário da cidade, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 12) Projeto de Lei que Assegura a reserva e a gratuidade de 30% (trinta por cento) dos espaços destinados às barracas, nas festividades oficiais do Município de Miracema/RJ e dá outras providências, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 13) Ofício nº 65/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 10/2019 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Miracema, para o exercício financeiro de 2020; 14) Projeto de Decreto Legislativo que concede a Comenda Cultural Júlio José de Oliveira ao Sr. João Batista da Silva, de autoria do Vereador Maurício Sant'Ana Soares; 15) Projeto de Decreto Legislativo que concede a Comenda Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes à Sra. Gleyser Pereira Detogne Schelck, de autoria da Vereadora Maria Alessandra Leite Freire; 16) Projeto de Resolução que concede o Título de Personalidade do Ano ao Sr. Wilson José Witzel, de autoria da Mesa Diretora; 17) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Marcelo Calero Faria Garcia, de autoria da Mesa Diretora; 18) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Gil Manhães Vianna Júnior, de autoria da Mesa Diretora; 19) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Cláudio Castro, de autoria da Mesa Diretora; 20) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Márcio Gualberto dos Santos, de autoria da Mesa Diretora; 21) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Oliver Trajano Silva Barros, de autoria da Mesa Diretora; 22) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Welberth Rezende, de autoria da Mesa Diretora; 23) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Glicério de Angiolis Silva, de autoria da Mesa Diretora; 24) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Rafael de Azevedo Moreira, de autoria da Mesa Diretora; 25) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Célia Silveira da Silva Borges, de autoria da Mesa Diretora; 26) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadã Miracemense à Sra. Letícia de Melo Antunes Machado, de autoria da Mesa Diretora. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal, com vista à

Secretaria Municipal de Assistência Social - Solicitação no sentido de que seja retornada a parceria que existia com a Clínica de Dependentes (Comunidade Católica Refúgio Associação Imaculado Coração de Maria), localizada na cidade de Campos dos Goytacazes, com o objetivo de atender os munícipes miracemenses que precisam de tratamento. Endereço: Rua Pedro Gomes Paes, s/nº, Cajueiro, São João da Barra - RJ. Telefone: (22) 99646597. Deferido. 02) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja construída uma rede de esgotos próximo ao galpão de um empresário, localizado em frente à oficina do Sr. Valter, com o objetivo de atender as necessidades do local. Deferido. 03) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Reiteração do ofício nº 0703/2018 - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja estudada a possibilidade de encaminhar à Câmara Municipal de Miracema, um Projeto de Lei de acordo com a Minuta que segue em anexo sobre a regulamentação da Jornada de Trabalho dos Profissionais de Enfermagem do Município de Miracema. Deferido. 04) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares solicitou uma Moção de Aplausos para a Sra. Graziela Escocard Ribeiro (Analista de Cultura do SESC Campos), extensivo para todos os integrantes da Unidade SESC Campos, os parabenizando pelos relevantes serviços prestados na realização do CINESESC em Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 05) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares solicitou uma Moção de Aplausos para o Sr. Edmilson Ladeira, Diretor da Fecomércio e Presidente do Sincomércio, o parabenizando pelos relevantes serviços prestados na realização do CINESESC em Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 06) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Sr. Edmilson Ladeira, Diretor da Fecomércio e Presidente do Sincomércio - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que possamos receber no Município de Miracema os seguintes eventos: SESC Odontológico (com carreta odontológica em nosso Município), Jogos Estudantis no SESC, Artes da Praça do SESC, Dia do Desafio do SESC. Solicitamos, ainda, a doação de cestas básicas para a população carente obedecendo o cadastro municipal da Secretaria de Assistência Social de Miracema. Aprovado. 07) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma capina na Rua Osvaldo Marinho dos Passos, Bairro Jardim Beverly, tendo em vista que o local está com o mato muito alto. Solicitamos,

ainda, que seja providenciado um varredora para a respectiva Rua e para as ruas adjacentes. Deferido. 08) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. José Maria Aguiar da Silva, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. João Batista, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 10) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Sra. Margarida, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 11) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja debatido no Conselho Municipal de Meio Ambiente com máxima urgência, a possibilidade de realização de uma Audiência Pública para debater providências sobre os entulhos e terrenos baldios com mato alto. Vale ressaltar que o debate precisa ser urgente e amplo, devido às inúmeras reclamações. 12) Vereador Hugo Fernandes - Ao Presidente do Sindicato do Servidor Públicos, Sr. Agnaldo Lanes - Solicitação no sentido de que seja dado um suporte técnico junto ao Controlador Interno da Prefeitura Municipal, visando a elaboração de Projeto de Lei corrigindo a defasagem Salarial dos Servidores da Secretaria Municipal de Obras, conforme Of. 0260/2019 (em anexo). Vale ressaltar que ficou acordado verbalmente com Chefe do Poder Executivo, atendendo nossa antiga solicitação, que o impacto orçamentário virá constando no Orçamento de 2020. 13) Vereador Hugo Fernandes - Ao Gerente Regional da CEDAE, Sr. Geovane Freitas - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa informações/motivos da troca de hidrômetros em diversas residências em nossa cidade e nos distritos, o que vem acarretando aumento nas contas de água e muitas reclamações dos munícipes. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 12 (doze) Projetos de Resolução, 02 (dois) Projetos de Decreto Legislativo e 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Rafael de Azevedo Moreira. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.387, de 25 de abril de 2019. **02)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Márcio Gualberto dos Santos. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade

dando origem a Resolução nº 1.388, de 25 de abril de 2019. **03)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Marcelo Calero Faria Garcia. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.389, de 25 de abril de 2019. **04)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Glicério Angiolis Silva. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.390, de 25 de abril de 2019. **05)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Welberth Rezende. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.391, de 25 de abril de 2019. **06)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Célia Oliveira da Silva Borges. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.392, de 25 de abril de 2019. **07)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Paula Alessandra de Melo Emídio. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.393, de 25 de abril de 2019. **08)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Letícia de Melo Antunes Machado. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.394, de 25 de abril de 2019. **09)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Oliver Trajano Silva Barros. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.395, de 25 de abril de 2019. **10)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Gil Manhães Vianna Júnior. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.396, de 25 de abril de 2019. **11)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Claudio Castro. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.397, de 25 de abril de 2019. **12)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Personalidade do Ano ao Sr. Wilson José Witzel. Autoria: Mesa Diretora. Em

primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.398, de 25 de abril de 2019. **13)** Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Cultural Júlio José de Oliveira á Sr. João Batista da Silva. Autoria: Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 115, de 25 de abril de 2019. **14)** Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda do Mérito Empresarial Marcelino Pereira Tostes à Sra. Gleyser Pereira Detogne Schelck. Autoria: Vereadora Maria Alessandra Leite Freire. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 116, de 25 de abril de 2019. **15)** Projeto de Lei que Dispõe sobre o programa de Guarda Subsidiada para Crianças e Adolescentes em situação de risco social e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Paulo César de Azevedo disse que o referido Projeto de Lei se encontra com alguns erros ortográficos, sendo que apresentou uma emenda apenas para corrigir alguns equívocos e sugere que o Projeto possa ser toda corrigido. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final fará as devidas correções. Foi apresentada a seguinte emenda: a) **Emenda Modificativa:** O Artigo 2º e o § 2º do Artigo 5º passam a ter a seguinte redação: "Art. 2°- A instituição do programa de guarda subsidiada constituir-se-á numa alternativa de atendimento à criança e adolescente, dentro dos princípios estabelecidos pela Lei Federal n° 8.069/90". "Art. 5º - ... §2°- A equipe interdisciplinar definirá o número de crianças e adolescentes que cada família acolherá, a partir do estudo de caso, considerando a situação da criança ou adolescente e também da família guardiã". Autoria: Vereador Paulo César de Azevedo. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Dr. Maurício Monteiro para falar sobre o Asilo São Vicente de Paula. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Dr. Maurício esclareceu que o antigamente foi votado o Código Tributário Municipal onde foram registrados diversos aumentos nos impostos dessa cidade, sendo que na época algumas pessoas ingressaram com uma ação judicial para anular o referido Código. Assim antes de falar sobre o asilo gostaria de perguntar se a Câmara tem notícias sobre o destino dessa ação judicial. O Vereador Hugo Fernandes informou que parece

que o Poder Judiciário não concedeu o pleiteado na ação, sendo que o Jurídico desta Casa já tem uma resposta sobre esse assunto. Continuando, Dr. Maurício Monteiro disse que Miracema e o Norte do Estado está abandonado pelo Governo Estadual, sendo que alguns membros de sua família estão procurando um asilo para pessoa que trabalhou para sua família. Assim, percorreu os asilos de Santo Antônio de Pádua e não encontrou vagas, logo visitaram os asilos de Palma e Miracema, sendo que o Palma lhe pareceu mais simpático, por ser um local fresco, mas a cidade não tem assistência médica adequada. Esclareceu que a situação do asilo de Miracema está crítica, acrescentando que o prédio da EMOP, que está vazio, poderia ser utilizado para o instalação de um novo local para o asilo. Acredita que podemos conversar com o Deliel, uma vez que a Maçonaria está administrando o local, sendo que ele mora numa mansão e o local do asilo é praticamente uma baia e está sacrificando os idosos. Disse que tem a certeza de que com o pedido dos Vereadores em conjunto com o Prefeito, o Governador do Estado vai acabar cedendo esse espaço para o Município de Miracema, pois o local vai ser doado mais cedo ou mais tarde. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que também estamos indignados pelo estado em que se encontra o asilo, mas a Loja Maçônica está tomando conta e fazendo uma excelente gestão e independente de quem está gerindo, ele faz parte da Loja e devemos ser felizes por existir uma instituição que faz esse trabalho em Miracema. Acrescentou que infelizmente temos a carência de possuir um local adequado para o asilo. O Dr. Maurício Monteiro disse que não está criticando o trabalho realizado e sim a situação da casa, pois o local é antigo e foi adaptado. O Vereador Hugo Fernandes disse que entende a crítica, mas devemos tomar cuidado com a forma com que as coisas são ditas, sendo que precisamos chegar a uma solução para a situação, pois diversas pessoas já geriram o local e a situação ficou na mesma. O Dr. Maurício Monteiro disse que está fazendo esse pedido para que os Vereadores possam entrar em contato com algum Deputado para auxiliar no pedido da doação do prédio junto ao Governador. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que as pessoas que estão tomando conta do asilo estão fazendo seus devidos trabalhos e sua parte na sociedade, sendo que temos uma pessoa cuidando do local muito bem. Destacou que a Maçonaria encontrou o Asilo numa situação muito difícil e hoje estão dando dignidade para os idosos. Acrescentou que existe um médico para assistir os idosos, que a instalação elétrica está sendo trocada e infelizmente as pessoas só sentem prejudicadas quando a situação é pessoal. Por fim, disse que enquanto não temos o local ideal, estamos buscando dar dignidade ao local atual, sendo que hoje temos a limpeza e a higienização adequada do

local. O Dr. Maurício Monteiro disse que visita o local todos os sábados e Asilo realmente está limpo, mas a instalação do local está superada, antiga, assim atualmente o prédio da EMOP seria um local ideal para atender fisicamente os idosos. Por fim, disse que conhece a situação do local e não está fazendo nenhuma crítica pessoal e sim uma crítica do local. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Hugo Fernandes lembrou os Vereadores que o desfile será realizado no dia primeiro de maio, às nove horas e a abertura das festividades da Exposição será no mesmo dia. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 04/05/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 25 de abril de 2019.

Aos vinte e um cinco do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e treze, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno e Maria José Marques Barros Andrade. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 103, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que dispõe sobre a remoção de veículos abandonados em logradouros públicos do Município de Miracema-RJ e dá outras providências, de autoria do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo; 02) Ofício CGCAPPS nº 017/2014 da Controladoria Geral da CAPPS solicitando algumas informações; 03) Convite do Conselho Municipal de Saúde para a Reunião Ordinária que será realizada no dia 27 de agosto de 2014; 04) Ofício PRS/SSE/CSO 24287/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado

a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vista à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja refeito o calçamento localizado em frente a residência de nº 775, da Avenida José Negle, tendo em vista que o referido calçamento foi danificado pela Empresa Delta e pela CEDAE, uma vez que caminhões pesados passam pelo local e estão danificando a rede de esgotos da moradora do nº 775, que inclusive já foi refeita pela moradora três vezes. Solicitamos, ainda, que seja refeita a rede de esgotos do Poder Público, danificada e entupida pela Empresa Delta, uma vez que a referida rede está entupida e correndo a céu aberto, prejudicando a moradora do local que está com o esgoto de sua residência vazando na calçada e causando mau cheiro no interior de sua residência. Informamos que este problema vem se arrastando desse o ano de 2010, conforme cópia dos requerimentos já feitos por esta Casa Legislativa ao Sr. Prefeito Municipal Ivany Samel e ao Chefe do DER Dr. Maurício Monteiro e até a presente data nada foi feito. Segue em anexo as fotos do local. Todos os Vereadores irão assinar este Requerimento. 02) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Ministro da Saúde, Arthur Chioro - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de doar um equipamento de hemodiálise para atender as pessoas que realizam tratamento de insuficiência renal, uma vez que os pacientes que necessitam de tal tratamento acabam precisando se deslocar para os Municípios vizinhos, causando diversos desconfortos já que o tratamento é longo e cansativo. Aprovado. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas a Secretaria Municipal de Educação no sentido de que sejam esclarecidas as seguintes informações: a) se foram adquiridos os kits educacionais para serem entregues aos alunos da Rede Municipal no ano de 2014; b) se positivo, que produtos compõem os referidos kits; c) qual a modalidade utilizada para a compra; d) qual a empresa venceu a cotação ou licitação para fornecimento de tais kits; e) qual o valor da compra dos kits; f) se foi efetuada a compra de uniformes escolares; g) se positivo, qual a modalidade da contratação, se licitatória ou emergencial, da aquisição dos uniformes. Deferido. 04) Vereador Carlos Armando - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, no sentido de que seja consertada a rede de esgotos que passa em baixo da residência da Sra. Nadege, localizada no final da Avenida Eiras, uma vez que a situação da referida residência é muito complicada, pois a rede de esgotos, que passa debaixo de sua residência, está causando diversos transtornos inclusive gerando risco de desabamento. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador

João Siqueira Magalhães esclareceu que, em relação ao FUNDEB, a vigência do Fundo possui um prazo de catorze anos, assim o Município deve se preparar para possuir a independência para o pagamento dos professores. Acrescentou que todos os impostos possuem uma parcela destinada à área da Educação, destacando que todos os Vereadores podem pedir um extrato bancário da Conta do FUNDEB no respectivo banco. Por fim, mencionou que o FUNDEB deve encaminhar sua prestação de contas para a Câmara Municipal e que isto não é realizado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que inclusive já solicitou a referida prestação de contas. O Vereador João Siqueira Magalhães frisou que os Vereadores possuem amplo acesso ao FUNDEB, podendo solicitar todos as informações pertinentes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os Vereadores podem acompanhar se seus requerimentos serão respondidos ou não, sendo que em caso negativo os Vereadores poderão ingressar na justiça para que eles sejam respondidos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que em conversa com um servidor da CAPPS, ficou sabendo que alguns deles estão solicitando isonomia com os funcionários deste Casa Legislativa, assim analisando o ofício que chegou da CAPPS pode perceber que os servidores estão buscando seus direitos em cima de uma Lei recente. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Lei mencionada foi sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal e depois chegou um ofício do Poder Executivo dizendo que ela poderia ser inconstitucional, entretanto a Lei ainda está vigente. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou se esta Lei se estende ao Poder Executivo e à Autarquia. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que esta Lei é um assunto novo, pois a parte administrativa da Câmara era regulamentada por Resolução, sendo que após a Auditoria do Tribunal de Contas, foi orientado que ela deveria ser feita através de Lei e o Sr. Prefeito já sancionou a Lei. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acreditava que esta Lei deveria ter sido de iniciativa do Poder Executivo, sendo que esta Casa poderia ter feito uma indicação. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu tanto a Assessoria Jurídica, quanto o Controle Interno entenderão que a Câmara Municipal possui seu orçamento de forma independente da Prefeitura. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que o cemitério está sem luz, sendo que houve um sepultamento na parte da noite e ele foi realizado no escuro. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos para o Sub Tenente do Tiro de Guerra de Miracema Amaral, extensiva aos Atiradores, os parabenizando pela Solenidade do Dia do Soldado. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 28/08/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello

Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 28 de agosto de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

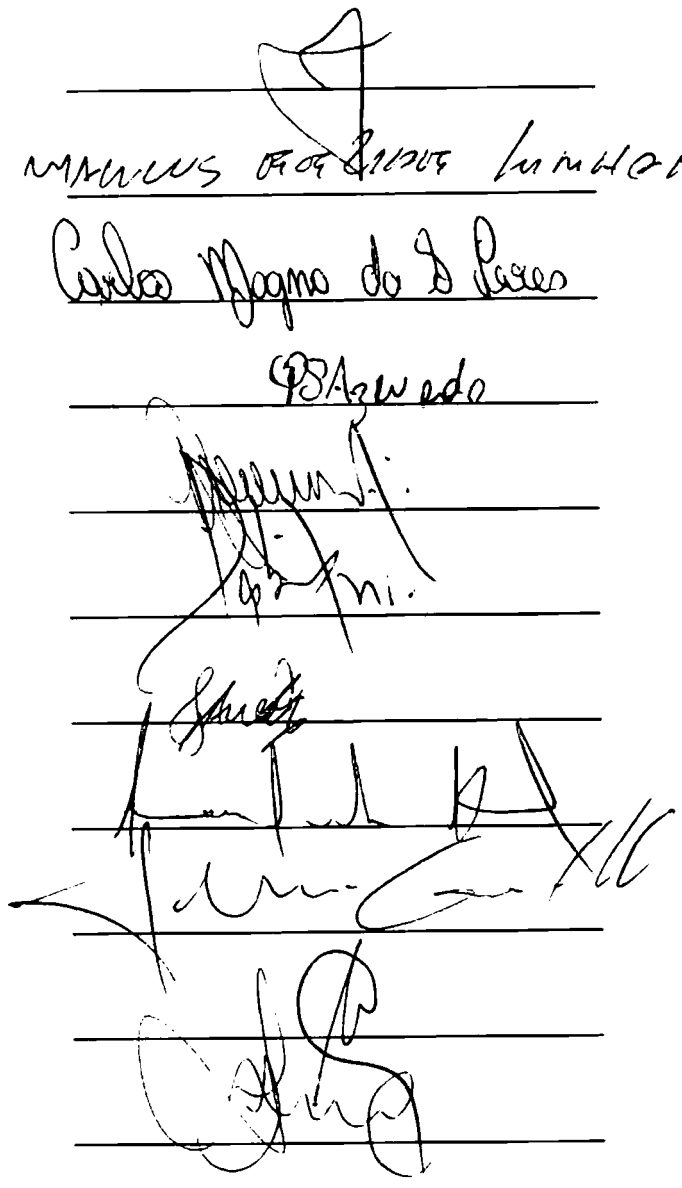
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Mauricio Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Aimoré da Silva Almeida. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 99, Versículos de 01 à 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício SMSM nº 38/2019 da Secretaria Municipal de Saúde; 02) Projeto de Lei que Estabelece Critérios para a Contratação de Fornecedores na forma da Lei Ficha Limpa, visando Proteger a Probidade e a Moralidade na Administração Municipal de Miracema, e dá outras providências, de autoria dos Vereadores Maurício Sant'Ana Soares e Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes acredita que este Projeto seja bastante interessante, pois exige uma série de documentos para os prestadores de serviço realizarem seus trabalhos para o Poder Público. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a manutenção na iluminação da Praça do Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que o local se encontra muito escuro. Esclarecemos que seria importante a realização desta manutenção antes das festividades do carnaval no referido Distrito. Deferido. 02) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Educação, com vista à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja enviado um eletricista para a Escola do Distrito de Venda das Flores, tendo em vista que o banheiro dos alunos está sem luz e precisando de uma vistoria na iluminação. Deferido. 03) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Considerando a necessidade constante de manutenção das vias; Considerando a manifestação dos munícipes,

Encaminho solicitação no sentido de que seja realizada uma operação tapa buracos no bairro Bherto Barros, principalmente na entrada do mesmo. Deferido. 04) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja disponibilizada uma van para 12 pessoas, visando incentivar o esporte, tendo em vista o Torneio de Fut 7 que acontecera na cidade de São Lourenço, torneio este que contará com a presença de observadores do Vasco da Gama e do Atlético Mineiro. Na oportunidade, informamos que a van deverá sair dia 15/03/2019, as 16:00 horas, retornando dia 17/03/2019 as 15:00 horas. 05) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria de Cultura - Considerando que há décadas as agremiações subvencionadas pelo Executivo nunca se organizaram na sua totalidade; Considerando que há necessidade por parte do Executivo de organizar, filtrar e dar total transparência aos recursos públicos; Considerando que o mínimo que uma agremiação pode dar em contrapartida é ter um CNPJ e todos os documentos regulares para recebimento de verba pública; Considerando que o último Projeto de Lei do Executivo para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor total R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) e somente uma agremiação irá receber e repassar as outras, cabendo somente a ela a prestação de contas. Encaminhamos solicitação no sentido de que seja realizada uma reunião com todas as Agremiações dando prazo para se organizarem e a partir do Orçamento de 2020 a liberação de subvenção ou qualquer recurso público seja feita diretamente com agremiações detentoras de CNPJ, bem como todos documentos necessários. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que gostaria da opinião de todos para anteciparmos a reunião de quinta-feira depois do carnaval, sendo que isso foi aceito por todos os Vereadores. Esclareceu que a homenagem em comemoração ao Dia da Mulher será realizada no dia 14, assim pediu para os Vereadores trazerem os nomes das homenageadas. Informou que a primeira votação do Projeto de Lei sobre a Caixa de Previdência será realizada na próxima quinta-feira, sendo que amanhã vai completar quinze dias da reunião do Prefeito com os servidores, entretanto está faltando apenas um documento, assim caso ele não chegue, o Projeto será retirado de votação. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que amanhã será realizada uma reunião com o prefeito, sendo que este documento será cobrado e conversará sobre a urgência na tramitação dos projetos, pois o projeto está chegando na Câmara e a Prefeitura quer sua votação no mesmo dia. Dessa forma, gostaria de convidar os Vereadores interessados para participarem da reunião. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acredita que vai ficar muito em cima dar um parecer com uma documentação faltando. O Vereador Hugo

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Fernandes esclareceu que o documento faltante é corriqueiro, mas aguardará os pareceres para que a votação seja realizada. Acrescentou que o Poder Executivo deveria se organizar para encaminhar o projeto para a Câmara Municipal com antecedência, pois eles estão criando o costume de deixar os Vereadores numa situação desconfortável. Por fim, o Vereador Fabrício de Sá Xavier fez leitura do ofício nº 110/2019 da Secretaria Municipal de Saúde. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 26/02/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2019.



Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta e seis, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloi, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Maurício Sant'Ana Soares, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Gilson Teixeira Sales. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Lucas, Capítulo 15, Versículos de 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte

correspondência: 01) Ofício nº 027/2015 do Sindicato dos Servidores Públicos de Miracema; 02) Ofício Circular nº 0002/2015/SEC/GP-CMCG da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes; 03) Ofício de todos os Vereadores para o Presidente da Câmara Municipal de Miracema. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que fosse encaminhado uma cópia para todos os Vereadores e uma para o Sindicato dos Servidores Públicos. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Hugo Fernandes, em conjunto com o Carlos Magno da Silva Peres - Aos Diretores da Cervejaria Brahma AMBEV - Considerando que Miracema-RJ, cidade do Noroeste Fluminense, de aproximadamente 27.000 habitantes, economicamente pobre, sendo apelidada de a "Somália do Estado do Rio de Janeiro"; Considerando que Miracema-RJ já foi celeiro de craques do futebol brasileiro, tendo com destaque o Ex-Zagueiro Multi Campeão por diversos clubes brasileiros e pela Seleção Brasileira, Célio Silva; Considerando que Miracema-RJ é a única cidade do Estado que obteve dois treinadores da Seleção Brasileira, inclusive sendo o Sr. Aymoré Moreira Campeão Mundial de 1962; Considerando que a Comunidade do Bairro Vila Nova carece de uma área de lazer, mas precisamente um campo de futebol, que hoje se encontra conforme fotos anexas. Sendo este terreno pertencente a Prefeitura Municipal de Miracema; Encaminho solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de contemplar o Município de Miracema-RJ, mais precisamente o Bairro Vila Nova, com o Projeto "Viva o Campinho". Destacamos que o referido Projeto será de grande valia para crianças e jovens. Aprovado. 02) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Secretário Municipal de Administração - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa as seguintes informações: a) quantos e quais são os servidores que trabalham no Cemitério do Município; b) qual a função de cada servidor; c) qual a carga horária de cada servidor; d) qual a escala completa de trabalho dos servidores, principalmente em relação ao Sr. Ademir; e) informar se existe alguma ordem para a cobrança de serviços extras que são executados dentro do cemitério e cobrado pelos funcionários. Deferido. Esclareceu que, de acordo com a resposta, vai elaborar um novo requerimento explicando

alguns fatos que vem ocorrendo dentro do cemitério de Miracema. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: O Vereador Hugo Fernandes solicitou que os dois Projetos de Lei fossem votados em primeira e única votação, o que foi aceito por unanimidade. **01)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial no Valor de R$ 510.000,00 no Orçamento do Município para o Exercício de 2015. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.592, de 25 de março de 2015. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica a Prefeitura Municipal de Miracema, autorizada a abrir, por Decreto, no Quadro de Detalhamento das Despesas do Orçamento do Município para o exercício de 2015, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), para atender despesas não previstas no Orçamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na forma do Programa de trabalho abaixo:

Programa de Trabalho	Natureza	Valor Crédito
02.11.18.541.0221.2.241.000 - Triagem de Material Reciclável	3.3.90.39.99.00	R$ 510.000,00

Art. 2° - A cobertura do Crédito Adicional Especial a que se refere o artigo anterior se fará através de anulação de dotação orçamentária no Quadro de Detalhamento das Despesas do Orçamento do Município para o exercício de 2015, do programa de trabalho abaixo:

Programa de Trabalho	Natureza	Valor Anulado
02.05.99.999.0999.9.999.000 - Reserva de Contingência	9.9.99.99.99.00	R$ 510.000,00

Art. 3° - Fica modificado o Plano Plurianual vigente nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos artigos 1º e 2º desta Lei. Art. 4° - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias - LDO do exercício de 2015, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos artigos 1º e 2º desta Lei. Art. 5° -

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/01/2015, revogadas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial no Valor de R$ 220.000,00 no Orçamento do Município para o Exercício de 2015. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.593, de 25 de março de 2015. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica a Prefeitura Municipal de Miracema, autorizada a abrir, por Decreto, no Quadro de Detalhamento das Despesas do Orçamento do Município para o exercício de 2015, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), para atender despesas não previstas no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, na forma do Programa de trabalho abaixo:

Programa de Trabalho	Natureza	Valor Crédito
02.06.12.365.0208.2.242.000 - Convênio APAE	3.3.50.41.00.00	R$ 220.000,00

Art. 2° - A cobertura do Crédito Adicional Especial a que se refere o artigo anterior se fará através de anulação de dotação orçamentária no Quadro de Detalhamento das Despesas do Orçamento do Município para o exercício de 2015, do programa de trabalho abaixo:

Programa de Trabalho	Natureza	Valor Anulado
02.05.99.999.0999.9.999.000 - Reserva de Contingência	9.9.99.99.99.00	R$ 220.000,00

Art. 3° - Fica modificado o Plano Plurianual vigente nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos artigos 1º e 2º desta Lei. Art. 4° - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias - LDO do exercício de 2015, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos artigos 1º e 2º desta Lei. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/01/2015, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Hugo Fernandes

informou que leu na imprensa, mais precisamente no site do G1, uma reportagem sobre a nota baixa do Município de Miracema no IDEB, assim ficou muito triste ao ler a reportagem. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia da reportagem publicada no G1 sobre a baixa nota do Município de Miracema no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Deferido. Por fim, esclareceu que quando alguns Vereadores fazem críticas para a área de educação muitas pessoas não acreditam e ficam chateadas, sendo que a Secretaria se encontra com alguns problemas e precisa realmente melhorar, pois a nota de Miracema foi 4 (quatro) e a média aceitável é 6 (seis). O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acredita que algum problema grave possa estar acontecendo dentro da Secretaria de Educação. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu que o documento assinado por todos os Vereadores seja divido em partes, pois parece que os Vereadores estão fazendo uma troca com o Prefeito, devolvendo o projeto ao Prefeito e abrindo uma Comissão Especial. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Projeto será encaminhado ao Poder Executivo apenas com a devolução, sendo que a Comissão Especial será aberta com embasamento em documentos. Continuando, esclareceu que está ocorrendo uma pressão muita grande em cima de todos os Vereadores, por causa de um problema que vem ocorrendo a bastante tempo. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que não viu motivo para que o Projeto seja devolvido ao Poder Executivo, entretanto diante da abertura da Comissão Especial, vai aguardar a conclusão dos trabalhos para depois analisar voltar a analisar o Projeto. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acrescentou que, inclusive, todos os Vereadores foram procurados em suas casas para assinar o documento lido na data de hoje. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que a decisão tomada pelos Vereadores foi a melhor possível, sendo o caminho mais sábio a ser tomado. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que a decisão dos Vereadores foi muito pertinente, pois o Vereador Hugo Fernandes já possui material suficiente para embasar a abertura da Comissão Especial, entretanto gostaria de realizar uma revisão do atual Estatuto da Caixa de Previdência para que os Vereadores possam fazer um Projeto de Lei para modificar o Estatuto, passando a vigorar nas próximas

eleições, sendo que antes deste Projeto de Lei for colocado em votação, os Vereadores deveriam o apresentar para os Servidores. O Vereador Hugo Fernandes disse que seria interessante alguns Vereadores se prontificarem a participar da elaboração do Projeto de Lei. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que os Vereadores podem elaborar o Projeto, mas acredita que a Câmara não possui a iniciativa para apresentar o Projeto. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Estatuto é um Projeto de Lei e acredita que a Câmara possa alterá-lo, entretanto, o ponto mais importante seria a concordância prévia dos Servidores. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que existem diversos pontos para serem discutidos sobre o Estatuto. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que estava muito preocupado com a votação do Projeto de Lei sobre o Estatuto da CAPPS, sendo que a decisão dos Vereadores foi a melhor possível. Acredita que realmente deve ser iniciada uma investigação para que os Vereadores possam analisar tudo o que vem ocorrendo dentro da Caixa de Previdência, bem como que deve ser realizado um estudo minucioso para que ocorra uma reformulação no Estatuto. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que algumas pessoas estavam preocupadas demais com a votação do Projeto de Lei e tem a certeza que nenhum Vereador possui a intenção de prejudicar os funcionários públicos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Aldemir de Assis Campos, Matrícula nº 1427499, pelos relevantes serviços prestados no combate a dengue no Estado do Rio de Janeiro, principalmente no Município de Miracema, através do trabalho de Ultra Baixo Volume (UBV), demonstrando dedicação, presteza e responsabilidade no Combate ao Mosquito *Aedes Aegypti*. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Cícero Portela da Silva Neto, Matrícula nº 0509925, pelos relevantes serviços prestados no combate a dengue no Estado do Rio de Janeiro, principalmente no Município de Miracema, através do trabalho de Ultra Baixo Volume (UBV), demonstrando dedicação, presteza e responsabilidade no Combate ao Mosquito *Aedes Aegypti*. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Jonei Reis da Silva e toda sua equipe pelos relevantes serviços prestados no combate a dengue no Município de Miracema, demonstrando dedicação,

presteza e responsabilidade no Combate ao Mosquito *Aedes Aegypti*. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Por fim, disse que os Vereadores devem começar a pensar nos nomes das pessoas que serão homenageadas na Sessão Solene em comemoração ao Aniversário do Município. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 26/03/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 25 de março de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta e seis da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Carlos Magno da Silva Peres. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Apocalipse, Capítulo 18, Versículos de 01 à 04. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 021/2019 do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Miracema; 02) Projeto de Lei que Institui no Calendário Oficial do Município o Dia do Folião de Reis; 03) Ofício do Instituto Magaly Siqueira de Diabetes e Hipertensos - IMAS; 04) Ofício nº 052/2019 da Secretaria Municipal de Defesa Civil respondendo o ofício nº 134/2019; 05) Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Dona Ermelinda a Sra. Heldeane Pacheco do Nascimento de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 06) Ofício nº 055/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 006/2019; 07) Ofício nº 056/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 007/2019; 08) Ofício nº 057/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 008/2019; 09) Ofício nº 063/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando o Projeto de Lei nº 001/2019. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja disponibilizado um local para os carroceiros do Município de Miracema depositarem os entulhos que eles retiram das obras, sendo que a

Prefeitura se comprometeria a retirar os referidos entulhos de 15 em 15 dias. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que sejam tomadas as devidas providências para que seja realizada uma ampla limpeza na Praça da Juventude, tendo em vista que o local se encontra praticamente abandonado. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Chefe de Endemias - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria na Praça da Juventude, tendo em vista que o local se encontra com diversos focos de mosquito de dengue. Deferido. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que desde o início de seu mandato vem alertando sobre o abandono da Praça da Juventude e nada foi realizado, sendo que inclusive já ajudou a população a realizar uma limpeza no local. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Considerando que esse gabinete já destinou alguns ofícios a secretaria de obras objetivando poda de árvores e manutenção da iluminação pública. Considerando que a poda, não tem apenas associação estética, mas deve ser considerada também quanto a constituição de obstáculo á claridade proveniente das lâmpadas. Considerando que a estética proveniente do zelo com capina, poda e iluminação adequada constitui melhor visibilidade ao Município, sendo as praças pontos de encontro e "cartões postais", singularmente ao que diz respeito à Praça da Rodoviária, primeiro contato dos visitantes com o Município. Venho através do presente reiterar ofícios 626/2018 e 1070/2018, ademais, solicito poda das árvores próximas ao DPO e a capina da grama das praças e da região próxima ao DPO. Deferido. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que esteve com o Prefeito e depois da Exposição vamos desamarrar algumas emendas em favor de Miracema, sendo que vai buscar informações sobre os oitenta mil reais que solicitou para a reforma do DPO, pois a polícia faz um excelente trabalho no Município e precisa de um DPO digno. Acrescentou que fez um requerimento para a COPCREEM e vai fazer a entrega de nove latões para a comunidade da Vila Muniz para dar mais tranquilidade e limpeza aos munícipes do local. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que sempre pede uma atenção maior da polícia para o Município de Miracema, pois infelizmente estamos sofrendo com uma onda muito grande de violência, assim gostaria de agradecer o trabalho que vem sendo apresentado pela Polícia Militar. 05)

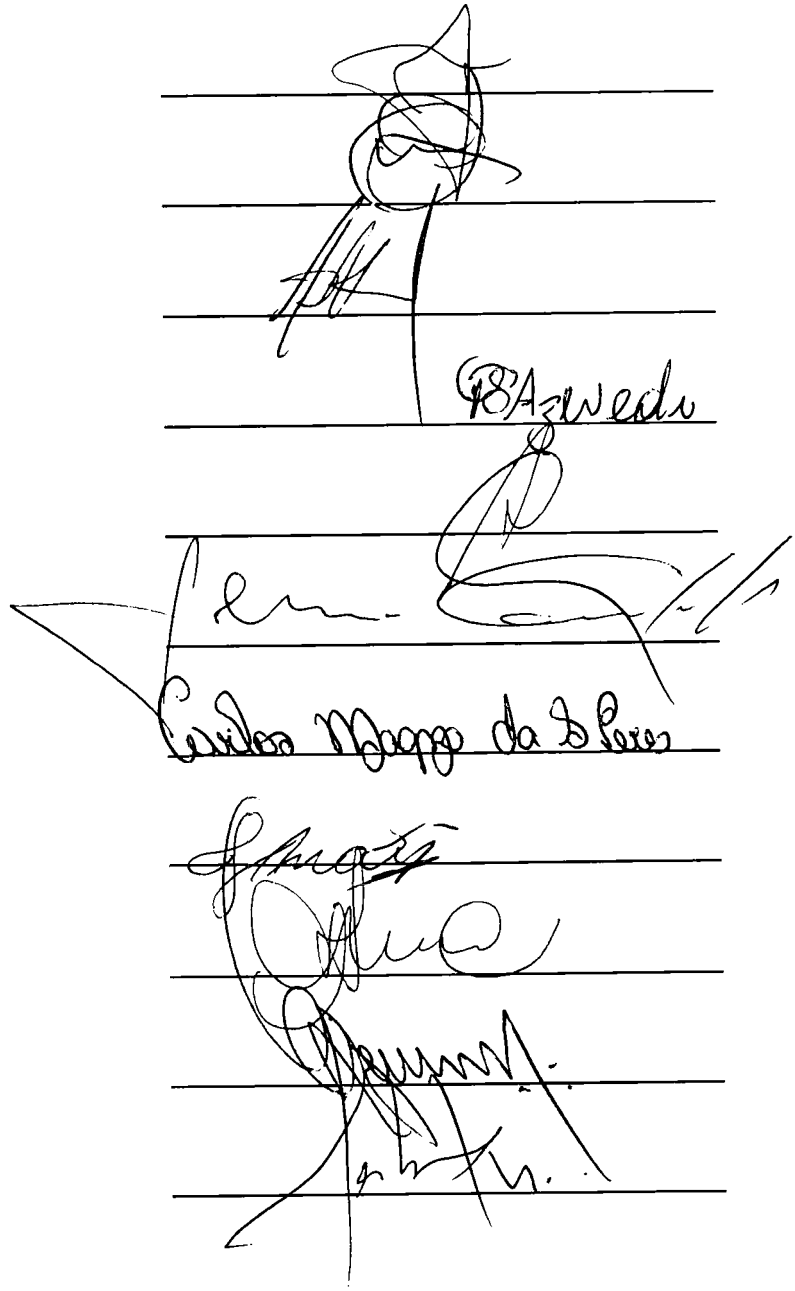
Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que seja realizado um mutirão para atender algumas estradas vicinais do Tirol e Serra Velha no Distrito de Venda das Flores, no Município de Miracema, tendo em vista que com as recentes chuvas algumas estradas ficaram bloqueadas por conta da queda de árvores e galhos. Deferido. 06) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Reiteração - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza na galeria da Rua Melchíades Picanço, tendo em vista que a referida galeria se encontra muito assoreada e com muito mato. Deferido. 07) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o calçamento, com urgência, da Vila Souto - Centro (por cima da antiga cooperativa), tendo em vista a precariedade do local. Vale ressaltar que já fiz várias indicações cobrando do Executivo um novo Plano Diretor que está vencido desde 2016, e que no mesmo seja inserido que a Prefeitura só libere novos loteamentos depois da infraestrutura toda pronta por parte do proprietário de loteamento. Infelizmente hoje nossa Cidade é uma das poucas da região que não tem essa organização, porque há muitos loteamentos clandestinos e mesmo assim as pessoas compram e vendem terrenos com carnês de IPTU nas mãos. 08) Vereador Hugo Fernandes - Ao Gerente Regional da Enel, Sr. Edson Curty - Solicitação no sentido de que seja formalizada uma parceria com Município para realização do Projeto ECOENEL (reciclagem e desconto na conta de luz), tendo em vista a importância da consciência ambiental e o desconto à população nas contas de luz. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes convidou o Vereador Fabrício de Sá Xavier para fazer a entrega de uma Moção de Aplausos ao Coronel da Polícia Militar Eduardo Vaz Castelano, Subcomandante do 6º Comando de Policiamento de Área (CPA)/PMERJ, fazendo a leitura da Moção de Aplausos, também convidou o Comande do 36º Batalhão de Polícia Militar para participar da entrega da Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que está muito honrado em conceder essa humilde honraria ao Coronel Eduardo Vaz Castelano, reconhecendo todos os serviços prestado em prol do Município de Miracema e de toda região. Destacou que é um prazer muito grande realizar esta homenagem e deseja que o Senhor possa continuar abençoando seu trabalho, assim agradece o trabalho que vem sendo apresentado. O Coronel Eduardo Vaz Castelano, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu

que trabalha em toda região Norte e Noroeste Fluminense, coordenando os Batalhões de Polícia Militar de Campos, Santo Antônio de Pádua, Itaperuna e Macaé, sendo que conhece toda a região. Acrescentou que está muito grato de comparecer na Câmara Municipal de Miracema e conhecer os trabalhos dos vereadores, inclusive reconhecendo algumas pessoas que sempre participam dos cafés da manhã comunitários organizados pela Polícia. Destacou que tem muito de orgulho de ser um cidadão miracemense e quando recebeu o título ficou muito feliz e sempre trata a cidade com carinho. Destacou que está com uma felicidade muito grande em receber essa Moção de Aplausos, mencionando que possui uma satisfação enorme em trabalhar com o Coronel Carlos, pois ele também tem um carinho muito grande por essa região e também reside na região. Concluindo, disse que tem buscado realizar o trabalho de atingir menores índices de criminalidade com o cumprimento de metas, assim buscamos transformar a vida da população buscando uma melhor qualidade de vida. Por fim, disse que sempre vai guardar no coração a homenagem recebida. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Aimoré da Sila Almeida esclareceu que em momento algum foi na Praça da Juventude com o intuito de denegrir a imagem do Prefeito, destacando que existem vários pedidos para a Secretaria pertinente tomar as providências cabíveis e nada foi feito, sendo que o local largado só traz riscos para a população. Acrescentou que o Chefe de Comunicação disse que algumas pessoas estão realizando postagens com o intuito eleitoreiro de denegrir a imagem do Prefeito, entretanto faz suas postagens com o objetivo de solucionar os problemas, pois antes das postar algo faz diversos requerimentos solicitando providências. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo um ofício no sentido de que seja esclarecido a esta Casa Legislativa quais os motivos do não cumprimento da Lei Municipal nº 1.745 de 30 de novembro de 2017, que determina a obrigatoriedade de colocação de placa contendo a exposição de motivos de toda paralisação de obra pública no Município de Miracema. O Vereador Aimoré da Silva Almeida acredita que se a obra do local estivesse mantida no mínimo limpa, a população não a teria saqueado. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares informou que as obras na Praça da Juventude tiveram início do governo do Ivany, através de uma emenda do Deputado Felipe Bournier, sendo que o Convenio do

Governo do Estado não liberou a verba inteira e durante o governo do Juedyr o local já estava todo quebrado. Destacou que a obra não foi entregue porque não estava concluída, sendo importante mencionar que o Município herdou esta obra e o governo não possui verba para concluí-la. Acredita que se o Governo Estadual repassar a verba faltante a Prefeitura poderá concluir a obra, destacando que os erros do Município devem melhorar e precisam ser resolvidas, porém a responsabilidade desta obra não é do atual Prefeito. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que o poder público poderia realizar pelo menos uma limpeza no local, pois o local está com muito foco de dengue. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que precisamos analisar onde está o erro, e corrigir a situação, sendo que não quer citar culpados, pois precisamos ver o que está acontecendo. O Vereador Aimoré da Silva Almeida mencionou que precisamos de pequenas atitudes, sendo que inclusive já foi em Areias diversas vezes e pediu para manter o responsável pela limpeza no local, entretanto a Empresa Souza e Peres está trazendo ele pra Miracema. Destacou que o serviço de roçada na estrada Paraíso do Tobias x Miracema foi realizado em um dia e meio, sendo que o serviço ficou muito bom. Assim, está cobrando o mínimo de algumas atitudes, esclarecendo que já pediu a troca da tensão da rede elétrica do Posto de Saúde localizado no Distrito de Paraíso do Tobias e falta apenas o Secretário de Obras fazer um simples ofício para a ENEL. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que não está questionando o Vereador Aimoré, acreditando que precisamos colocar todos os pontos nas questões e independente de campanha eleitoral, precisamos sempre procurar o melhor para a população, assim devemos saber onde está o erro, sendo que os vereadores possuem o direito de reclamar. O Vereador Aimoré da Silva Almeida informou que tentaram furtar o bebedouro do Coleginho localizado perto da divisa com Santo Antônio de Pádua, sendo que já foi solicitada a colocação de uma grade no local e esse pedido não foi atendido, esclarecendo que está cobrando pequenas ações, fazendo seus pedidos por ofício e quando a Prefeitura não atende, se ele tiver condições faz por conta própria. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que realmente existem alguns pontos que precisam de melhora e não está negando isso. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que está pedindo só para olhar mais para o povo carente, pois os problemas que acontecem podem ser resolvidos com pequenas ações, esclarecendo

que faz alguns tipos de trabalho porque gosta, não sendo obrigação de um Vereador, mas também não deixa de fazer suas obrigações como Vereadores, destacando que agradeceu e elogiou o atendimento ao seu pedido sobre o conserto de um bueiro, pois fez o pedido na sexta e ele foi atendido no sábado. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva agradeceu a instalação do corrimão no Colégio Ferreira da Luz, agradecendo também ao Prefeito por encaminhar o Projeto de sobre a Legalização Fundiária e ao Presidente Hugo pelo pedido de agilidade em sua tramitação. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que pediu a vistoria de um muro no ano de 2018, pois ele está com mais de 30 cm de inclinação e é preciso resolver essa situação antes de um acidente sério. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares elogiou o trabalho do Vereador Aimoré nessa parte, destacando que os erros que existem precisam de correção. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que na fonte da Praça Dona Ermelinda existem diversos focos de dengue e o combate ao mosquito precisa ser realizado diariamente, sendo que ao constatar esse problema não foi fazer uma postagem e sim conversar com o responsável para que fossem tomadas as medidas necessárias. O Vereador Mauricio Sant'Ana Soares percebe que o governo ainda precisa de melhorar, pois a demanda de serviços é muito grande, assim precisamos de calma para analisar as mudanças, sendo que as pessoas devem ser sérias e sinceras. Dessa forma, acredita que os problemas devem ser levados aos Secretários e ao Prefeito e que precisamos ter posicionamento. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que é a favor da população miracemense e não faz política com essas questões, sendo que está como Vereador com o objetivo de ajudar a população. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu ao Executivo por ter encaminhado o Projeto de Lei sobre o reajuste, sendo que alguns pontos realmente precisam de reajustes. Esclareceu que, de 00 a 10, dá nota 08 para o Prefeito e nota 05 para o Governo num todo, pois ainda existem diversas pessoas que precisam melhorar sua foram de trabalhar. Acrescentou que esteve ao lado do governo passado e podemos observar que no atual governo foram feitos diversos avanços na parte técnica da Prefeitura, especialmente em relação ás dívidas passadas, assim sugere que o governo passa a dar divulgação do que foi feito. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 28/03/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente

Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 25 de março de 2019.



Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e sete da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabricio de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência da Vereadora Maria Alessandra Leite Freire. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmos 22. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 21 de novembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo apresentou e fez a leitura do Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA. 02) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma limpeza de entulhos na Travessa Dante Barbe, Bairro Viradouro. Deferido. 03) Vereador José Augusto Martins para: a) Torcida Organizada Raça Fla de Miracema; b) Torcida Organizada Jovem Fla de Miracema; as parabenizando pelas belíssimas festas apresentadas nas comemorações dos títulos do Clube de Regatas Flamengo, um de Campeão da Taça Libertadores da América de 2019 e outro de Campeão do Campeonato Brasileiro de 2019. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 09 (nove) Projetos de Lei e 01 (um) Projeto de Decreto Legislativo: O Vereador Hugo Fernandes solicitou que todos os Projetos de Lei, exceto o Projeto que Dispõe sobre a concessão de

direito real de uso de terrenos públicos para fins específicos de instalação de estabelecimentos industriais no Polo Industrial II, fossem votados em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. **01)** Projeto que Institui e inclui no calendário oficial do Município de Miracema o dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra. Autoria: Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que esse Projeto de Lei tem o objetivo de destacar a importância da tradição e da cultura da comunidade negra, sendo que foi procurado por alguns membros para reestabelecer a data das comemorações. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares destacou que atualmente a maioria dos estudantes nas Universidades conceituadas são negros e esse fato é uma revolução para o Brasil, pois praticamente toda a população é descendente de negros, dessa forma, esses estudantes no futuro estarão ocupando altos postos na sociedade brasileira. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.856, de 25 de novembro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica instituído e incluído no calendário oficial do Município de Miracema - RJ, o dia 20 de novembro como dia municipal da consciência negra, tendo como o seu patrono " Jornalista José Carlos Rego". Art. 2º- O Poder Executivo realizará ou adotará as medidas cabíveis para apoiar a organização de eventos destinados à comemoração deste dia. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **02)** Projeto de Lei que Promove alterações na Lei 813/99 e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que este Projeto de Lei é importante para a continuação do bom funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.857, de 25 de novembro de 2019. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA no uso das atribuições dispostas no inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal - LOM, faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º – Ficam

extintos 02 (dois) cargos efetivos de Ajudante de Obras e Serviços, código de classe.NE-03, símbolo de vencimento P.02, do Anexo IV – Grupo de Nível Elementar de Escolaridade da Lei 813, de 15 de Dezembro de 1999. Art. 2º – Fica criada a função comissionada de Secretário Executivo dos Conselhos Municipais de: Assistência Social, Saúde e Idoso, modalidade de recrutamento amplo, código CH-02, símbolo de vencimento CC3, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, alterando o Anexo I da Lei 813/99, com atribuições passando a constar do Anexo V da Lei 813/99, na forma do artigo: Parágrafo Único - São atribuições do Secretário Executivo dos Conselhos: I- Assessorar as reuniões do colegiado e divulgar suas deliberações; II- Registrar as reuniões do plenário e manter a documentação atualizada; III – Publicar as decisões e resoluções no Boletim Oficial do Município; IV – Manter os conselheiros informados das reuniões e da pauta, inclusive das comissões temáticas; V – Organizar e zelar pelos registros das reuniões e demais documentos do conselho e torná-los acessíveis aos conselheiros e à sociedade; VI- Subsidiar, assessorar, levantar e sistematizar as informações que permitam a presidência, ao colegiado, comissões e grupos de trabalho tomarem decisões; VII – Coordenar, supervisionar e dirigir a equipe e estabelecer os planos de trabalho da secretaria executiva e relatórios de atividades do conselho; VIII – Elaborar documentos administrativos, ofícios, memorandos, resoluções, editais entre outros, relacionados às deliberações e encaminhamento das reuniões ordinárias, extraordinárias e de comissões dos conselhos municipais; IX – Promover o arquivamento de toda a documentação dos conselhos e acompanhamento da gestão; X – Assessorar os trabalhos de realização das conferências municipais, apoiar as conferências regionais, estaduais e nacionais e de semanas de sensibilização; XI – Auxiliar nos processos de eleições, posses e alterações dos conselhos municipais, monitorado o desenvolvimento os projetos e entidades cadastradas junto aos conselhos municipais. XII - Cumprir o disposto no Regimento Interno. Art. 3º - Fica criada a função comissionada de Responsável pelos Orientadores Oficineiros, modalidade de recrutamento limitado, código CH-02, símbolo de vencimento CC4, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, alterando o Anexo I da Lei 813/99, com atribuições passando a constar do Anexo V da Lei 813/99, na forma do artigo: Parágrafo Único - São atribuições do Responsável pelos Orientadores Oficineiros: I-

Planejar as atividades a serem desenvolvidas pelo grupo; II- Coordenar a equipe no desenvolvimento dos trabalhos; III – Prestar informações ao Secretário e Gestor do Fundo sobre o desenvolvimento das atividades; IV – Coordenar o desenvolvimento de atividades nas oficinas nas áreas de esporte, lazer, dança, coral, informática, artesanato entre outros conforme metodologia dos programas; V – Promover a elaboração de projetos de participação social, conforme metodologia dos programas. Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, possuindo adequação com o Planoplurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária para o exercício corrente. **03)** Projeto de Lei Complementar que Dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município, instituindo o Estatuto e o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração de seus membros e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que este é um Projeto importante para o bom funcionamento dos trabalhos do Município, sendo que inclusive a Procuradoria da Prefeitura foi recentemente cobrada pela tramitação desse projeto. O Vereador Mauricio Sant'Ana Soares acrescentou que este Projeto além de atender as necessidades do Município de Miracema, também está atendendo uma determinação do Tribunal de Contas do Estado. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei Complementar foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei Complementar nº 1.858, de 25 de novembro de 2019. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA no uso das atribuições dispostas no inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal - LOM, faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: LIVRO I DA ORGANIZAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FUNÇÕES INSTITUCIONAIS Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Artigo 1º - Fica instituída, nos termos desta Lei Complementar, a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município de Miracema, órgão central do Sistema Jurídico Municipal, instituição permanente vinculada à tutela do interesse público e dos interesses difusos e coletivos municipais no Estado Democrático de Direito. § 1º São princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade, a indisponibilidade da tutela do interesse público e a autonomia técnico-jurídica. § 2º A PGM, no desempenho de suas funções, terá como

fundamentos de atuação a defesa dos postulados decorrentes da autonomia municipal, a prevenção dos conflitos e a assistência no controle da legalidade dos atos da Administração Pública. Artigo 2º - A PGM, vinculada diretamente ao Prefeito, tem por chefe o Procurador-Geral do Município. § 1º O Procurador-Geral do Município será nomeado pelo Prefeito, dentre cidadãos possuidores de reputação ilibada e notável saber jurídico, com no mínimo 3 (três) anos no exercício da advocacia ou em cargo de carreira jurídica de Estado. Capítulo II DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS Artigo 3º - São funções institucionais da PGM a consultoria, o assessoramento jurídico e a representação judicial e extrajudicial da Administração Direta e Indireta do Município. TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO Capítulo I DAS ATRIBUIÇÕES Artigo 4º - Compete a Procuradoria-Geral do Município de Miracema: I. A exclusividade da representação judicial, extrajudicial e a consultoria jurídica do Município, oficiando obrigatoriamente no controle interno de juridicidade no âmbito do Poder Executivo; II. A cobrança judicial, da dívida ativa do Município; III. A exclusividade no exercício de funções de consultoria jurídica da administração direta, no plano superior, inclusive em relação às decisões das questões inter-administrativas; IV. A minuta de informações a serem prestadas ao Poder Judiciário em mandados de segurança impetrados contra ato do Prefeito; V. Propor ao Prefeito o encaminhamento de representação de inconstitucionalidade de quaisquer normas, elaborar a correspondente petição, bem como as informações que devam ser prestados pelo Prefeito na forma da legislação especifica; VI. Promover, a juízo do Prefeito, a provocação ou representação do Chefe do Ministério Público estadual ou federal, conforme o caso, para que seja estabelecida pelo Tribunal de Justiça do Estado ou pelo Supremo Tribunal Federal, respectivamente, a interpretação de Lei ou ato normativo municipal, estadual ou federal, nos termos da legislação pertinente; VII. Defender os interesses do Municipio em sede de contencioso administrativo; VIII. Emitir parecer jurídico nos processos administrativos que versem sobre projetos de lei de iniciativa do Prefeito Municipal, privativa ou não, e demais atos normativos expedidos no âmbito da Administração Direta pelos Secretários Municipais, quando solicitados ou determinados por lei; IX. Opinar sobre providências de ordem jurídica, aconselhadas pelo interesse público e pelas Leis vigentes; X. Propor ao Prefeito a edição de normas legais ou regulamentares de natureza geral; XI. Propor ao Prefeito,

para órgãos da Administração Direta e Indireta e das Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, medidas de caráter jurídico que visem proteger-lhes o patrimônio ou aperfeiçoar as práticas administrativas: XII. Editar orientações normativas sobre a interpretação jurídica de dispositivos constitucionais e legais que, após a aprovação do Prefeito Municipal, terão caráter vinculante sobre todos os órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Município; XIII. Elaborar minutas padronizadas de editais de licitação, e atos de contratação, tais como contratos, convênios, ajustes e acordos, inclusive os de natureza trabalhista, e minutas de quaisquer atos de contratação que disponham diversamente da padronização estabelecida; XIV. Fixar interpretação jurídica no âmbito dos processos licitatórios; XV. Opinar previamente acerca do cumprimento de decisões judiciais e, por determinação do Prefeito, nos pedidos de extensão de julgados, relacionados com a Administração Direta e Indireta do Município; XVI. Emitir Ordem de Cumprimento de Julgado na forma do Regimento Interno da Procuradoria; XVII. Opinar nos processos administrativos em que haja questão judicial correlata ou que neles possa influir como condição do seu prosseguimento; XVIII. Emitir súmulas, através de Resolução do Procurador Geral, fixando a interpretação jurídica de leis e atos normativos; XIX. Requisitar aos órgãos da Administração Direta e Indireta documentos, dados e demais informações que sejam úteis e necessárias para o esclarecimento de questões submetidas à Procuradoria-Geral, seja no âmbito judicial ou administrativo; XX. Requisitar aos órgãos da Administração Direta e as entidades da Administração Indireta servidores para exercerem atividade de apoio à Procuradoria; XXI. Participar, representada pelos Procuradores do Município, dos órgãos de instâncias colegiadas administrativas e fiscais em que a lei determinar; XXII. Dispor sobre regimentos e regulamentos internos no âmbito da Procuradoria Geral; XXIII. Exercer outras competências decorrentes de seus princípios institucionais; XXIV. Promover o desenvolvimento da ciência jurídica em áreas de interesse do Município. Artigo 5º - Compete ainda à Procuradoria-Geral do Município a orientação jurídica das atividades desenvolvidas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Miracema. Artigo 6º - As decisões da Procuradoria Geral do Município, emitidas em matéria jurídica, fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, obedecidas as formalidades legais e após a aprovação do chefe do executivo, têm eficácia plena,

ressalvada a competência constitucional do Prefeito Municipal, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas. Artigo 7° - A interpretação jurídica das normas constitucionais e legais é definida, em última instância, pela Procuradoria-Geral do Município. Capítulo II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL Artigo 8° - A Procuradoria-Geral do Município será dirigida pelo Procurador-Geral, com prerrogativas, posição hierárquica e remuneração de Secretário Municipal, nomeado em comissão pelo Prefeito Municipal dentre advogados de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada, na forma do Art. 2°, §1° desta Lei. Artigo 9° - É assegurada à Procuradoria-Geral do Município autonomia técnica, administrativa e orçamentária, nos limites desta lei. Artigo 10 - A estrutura organizacional da Procuradoria-Geral do Município é composta das seguintes unidades: I - Administração Superior: a) Procurador-Geral do Município; b) Subprocurador-Geral do Município; c) Conselho da Procuradoria-Geral do Município II - Procuradores; III - Unidades de Execução: a) Subprocuradoria Administrativa (SUAD), composta por 1 Procurador efetivo; b) Subprocuradoria do Contencioso (SUCON), composta por 2 Procuradores efetivos; c) Subprocuradoria Fiscal e Tributária (SUFIT), composta por 1 Procurador efetivo; IV - Unidades de Apoio Operacional. §1° As Subprocuradorias terão suas atribuições especificadas no Regimento Interno e serão chefiadas exclusivamente pelos Procuradores do Município. §2° O Conselho da Procuradoria Geral do Município, órgão de deliberação e assessoramento, presidido pelo Procurador-Geral do Município, será composto por todos Procuradores, na forma prescrita por seu Regimento Interno, competindo-lhe: I. Pronunciar-se sobre qualquer matéria ou questão que lhe seja encaminhada pelo Procurador-Geral; II. Representar ao Procurador-Geral sobre providências que lhe pareçam reclamadas pelo interesse público ou pelas conveniências do serviço na Procuradoria Geral; III. Deliberar, após parecer prévio do Procurador do Município responsável pela supervisão do estágio, pela confirmação no cargo ou exoneração de Procurador em estágio probatório; IV. Outas atribuições a serem definidas no Regimento Interno. Seção I DA AMINISTRAÇÃO SUPERIOR Artigo 11 - Compete ao Procurador-Geral do Município, sem prejuízo de outras atribuições: I. Chefiar a Procuradoria-Geral do Município e o Sistema Jurídico do Município; II. Superintender e coordenar as atividades da Procuradoria-Geral, orientando-lhe a atuação; III. Baixar

resoluções e expedir instruções; IV. Celebrar convênios com vistas ao intercâmbio jurídico, cumprimento de cartas precatórias, execução de serviços jurídicos e troca de informações tributárias; V. Propor ao Prefeito demissão ou cassação de aposentadoria de Procurador do Município; VI. Solicitar ao Prefeito a abertura de concurso público para o cargo de Procurador do Município; VII. Dar posse aos nomeados para cargos efetivos de Procurador do Município; VIII. Conceder férias e licenças aos Procuradores do Município; IX. Deferir benefícios ou vantagens concedidas por Lei aos Procuradores do Município e submeter à aprovação final do Prefeito; X. Aplicar penas disciplinares aos Procuradores do Município, ouvido o Conselho de Procuradores, na forma desta Lei; XII. Dirimir conflitos e dúvidas de atribuições entre os órgãos da Procuradoria-Geral do Município; XIII. Requisitar dos órgãos da Administração Pública documentos, exames, diligências e esclarecimentos necessários à atuação da Procuradoria-Geral do Município; XIV. Avocar encargo de qualquer Procurador do Município, podendo atribuí-lo a outro, e, também, designar qualquer Procurador do Município para a execução de trabalho específico, independentemente de sua lotação; XV. Solicitar ao Prefeito que confira caráter normativo a parecer jurídico emitido pela Procuradoria-Geral do Município, vinculando a Administração Pública Direta e Indireta ao entendimento estabelecido; XVI. Atribuir normatividade, no âmbito do sistema Jurídico, a pareceres emitidos pela Procuradoria-Geral do Município, submetendo à aprovação do Prefeito; XVII. Receber as citações iniciais ou comunicações referentes a quaisquer ações ou processos ajuizados contra o Município, ou nos quais deva intervir a Procuradoria-Geral do Município; XVIII. Aprovar, através de visto, os pareceres emitidos por Procuradores do Município; XIX. Encaminhar ao Prefeito, para deliberação, os expedientes de cumprimento ou de extensão de decisão judicial; XX. Propor ao Prefeito, por escrito, a propositura de ações que entender necessárias à defesa e ao resguardo dos interesses do Município; XXI. Elaborar a proposta orçamentária da Procuradoria-Geral do Município, encaminhando-a ao Prefeito para apreciação e inclusão na LOA; XXII. Aprovar, através de visto, os laudos de avaliação e minutas de escrituras, de termos de contratos e convênios, e de outros instrumentos jurídicos; XXIII. Indicar os Procuradores para integrar os órgãos que devam contar com representantes da Procuradoria-Geral do Município. XXIV. Designar, quando necessário, os substitutos eventuais dos que exercem cargos em comissão ou função

gratificada, no âmbito da Procuradoria Geral do Município; XXV. Fixar, na forma do que dispuser a legislação específica, as vantagens devidas aos Procuradores e servidores lotados na Procuradoria-Geral do Município; XXVI. Baixar o Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Município; XXVII. Submeter à decisão do Prefeito, todos os processos relativos ao interesse da Procuradoria-Geral do Município, inclusive os referentes a direitos e deveres dos Procuradores do Município e servidores da Procuradoria-Geral do Município, na forma desta Lei e da legislação aplicável, após deliberação do Conselho da Procuradoria Geral do Município; XXVIII. Delegar, por meio de Resolução, atribuições a seus subordinados, autorizando expressamente a sua subdelegação. XXIX. Designar ou autorizar Procurador do Município, com ou sem prejuízo de suas funções e na forma estabelecida em resolução própria, para a realização de cursos ou atividades de pesquisa; XXX. Autorizar, em Regimento Interno: a) A suspensão de processo judicial (C.P.C. art. 313, II), salvo na hipótese prevista no art. 40 da Lei Federal n. 6.830/80, que poderá ser requerida por qualquer Procurador do Município; b) A não propositura ou a desistência de medida judicial, e a não contestação, especialmente quando o valor do benefício pretendido não justifique a ação ou, quando do exame da prova, se evidenciar improbabilidade de resultado favorável; c) A dispensa da interposição de recursos judiciais cabíveis, ou a desistência dos interpostos, especialmente quando contraindicada a medida em face da jurisprudência; d) A não execução de julgados quando a iniciativa for infrutífera, notadamente pela inexistência de bens do executado; e) A celebração de acordos, quando o interesse público assim o exigir, respeitados os valores máximos fixados pelo Prefeito. Parágrafo Único - O Procurador-Geral poderá delegar expressamente suas competências a qualquer um dos Procuradores, responsabilizando-se solidariamente pelos atos por estes praticados. Artigo 12 - Fica criado o cargo em comissão de Subprocurador-Geral do Município, com posição hierárquica e remuneração correspondente ao Padrão de Vencimento CC2, criado por este Lei nos termos do anexo II, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo a quem compete, além de outras atividades delegadas pelo Procurador-Geral, a substituição deste nos seus impedimentos e afastamentos eventuais. Seção II DOS PROCURADORES MUNICIPAIS Artigo 13 - A Procuradoria-Geral do Município atuará através do quadro geral de Procuradores, investidos nos cargos, aos quais

incumbe, além das tarefas que forem delegadas pelo Procurador-Geral, o exercício, independentemente de instrumento de mandato, dos seguintes poderes: I - zelar pelo cumprimento da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição Estadual do Rio de Janeiro e da Lei Orgânica Municipal, bem como pelos preceitos fundamentais delas decorrentes; II - representar o município de Miracema e prover a defesa de seus interesses em qualquer instância judicial, nas causas em que for autor, réu, assistente, opoente, terceiro interveniente ou, por qualquer forma, interessado, ressalvadas as competências do Procurador-Geral; III - propor ação, desistir, confessar, compromissar, receber e dar quitação, quando expressamente autorizado pelo Procurador-Geral; IV - emitir parecer sobre questões jurídicas que lhe sejam submetidas pelo Procurador-Geral; V - assessorar a administração pública municipal nos atos relativos à aquisição, alienação, cessão, aforamento, locação, entrega e outros concernentes a imóveis do patrimônio do Município; VI - representar a administração pública municipal direta e indireta, exclusivamente em matéria jurídica, junto aos órgãos encarregados da fiscalização orçamentária e financeira do Município; VII - examinar as ordens e sentenças judiciais cujo cumprimento dependa da autorização do Prefeito ou de outra autoridade do Município; VIII - promover, junto aos órgãos competentes, as medidas destinadas à cobrança da divida ativa do Município; IX - minutar contratos, convênios, acordos e, quando solicitado, exposição de motivos, razões de veto, memoriais ou outras quaisquer peças de natureza jurídica; X - preparar as informações que devam ser prestadas em mandado de segurança pelo Prefeito e Procurador-Geral do Município, e supervisionar a elaboração de informações nos mandados de segurança impetrados contra as demais autoridades municipais; XI - propor ao Prefeito, por intermédio do Procurador-Geral, projetos e alterações de atos legislativos, revogação ou declaração de nulidade de atos administrativos; XII - requisitar a qualquer Secretaria Municipal ou órgão da administração indireta, certidões, cópias, exames, diligências, perícias, informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento de suas finalidades; XIII - zelar pela observância das leis e atos emanados dos poderes públicos; XIV - prestar consultoria jurídica à administração pública municipal direta e indireta, quando determinado pelo Procurador-Geral; XV - promover ações civis públicas para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, das finanças públicas, do consumidor e de outros

interesses difusos e coletivos, e ações de improbidade administrativa, ou a habilitação Municipal, como litisconsorte de qualquer das partes nessas ações, na forma do inciso III; XVI - desenvolver a advocacia preventiva tendente a evitar demandas judiciais e contribuir para o aprimoramento institucional da administração pública, inclusive mediante a elaboração de projetos de lei e de outros diplomas normativos; XVII - estabelecer princípios e diretrizes para o funcionamento do Sistema de Advocacia Municipal; XVIII - propor orientação jurídico-normativa para a administração pública municipal; e XIX - zelar pela probidade administrativa no âmbito da administração pública municipal direta e indireta. §1º Os poderes mandato conferido aos procuradores para o exercicio das funções que lhe compete, são inerentes à investidura no cargo, não carecendo, por sua natureza legal, de instrumento de mandato, qualquer seja a instância, foro ou Tribunal. Artigo 14 - Nos termos das disposições constitucionais e legais, são assegurados aos Procuradores do Município, titulares de cargo efetivo, os direitos e garantias e prerrogativas concedidas aos advogados em geral, conforme disposto no artigo 3º, §1º, da Lei 8.906/94, inclusive o disposto nos artigos 22 e 23 da norma nacional. Parágrafo único - A investidura no cargo não gera impedimento ao exercício da advocacia, na forma da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia). Artigo 15 - Os honorários advocatícios, na forma do artigo 22 e 23 da Lei nº8.906/94, devidos em decorrência de ações judiciais ou extrajudiciais de responsabilidade da Procuradoria Geral do Município constituem-se em direito autônomo e verba alimentar privativa dos Procuradores do Município, com rateio equânime entre os membros, conforme regulamentado através da Lei Municipal nº 1.789/2018. Artigo 16 - É vedado aos Procuradores do Município: I. Aceitar cargo, exercer função ou emprego público fora dos casos autorizados em lei; II. Empregar em qualquer expediente oficial expressão ou termos desrespeitosos; III. Valer-se da qualidade de Procurador do Município para obter vantagem indevida, ainda que no desempenho de atividade estranha às suas funções; IV. Manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções, salvo quando autorizado pelo Procurador-Geral do Município. V. Exercer suas funções em processo ou procedimento: a) Em que seja parte, ou de qualquer forma interessado; b) Em que haja atuado como advogado de qualquer das partes; c) Nos casos previstos na legislação processual. Artigo 17 - O Procurador do Município dar-se-á por suspeito

quando: I. Houver proferido parecer favorável à pretensão deduzida em Juízo pela parte adversa; II. Houver motivo de foro íntimo que iniba o exercício funcional; III. Ocorrer qualquer dos casos previstos na legislação processual. Parágrafo Único - Nas hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo anterior, o Procurador do Município comunicará ao Procurador-Geral do Município, em expediente reservado, os motivos da suspeição, para que este os acolha ou rejeite. Artigo 18 - Aplicam-se ao Procurador-Geral as disposições sobre impedimentos, incompatibilidade e suspeições constantes deste título. Parágrafo único - Ocorrendo qualquer desses casos, o Procurador Geral do Município dará ciência do fato a seu substituto legal, para os devidos fins. Seção III DAS UNIDADES DE EXECUÇÃO Artigo 19 - As atividades da Procuradoria-Geral do Municipio são executadas por intermédio das seguintes Subprocuradorias: I - Subprocuradoria Administrativa (SPG 1), responsável pelas matérias postas a análise no bojo dos processos, procedimentos e requerimentos administrativos; II - Subprocuradoria do Contencioso (SPG 2), responsável pela representação judicial em todas as ações judiciais em que este for parte no polo ativo ou passivo, que não forem privativas da Subprocuradoria Fiscal e Tributária; e III - Subprocuradoria Fiscal e Tributária (SPG 3), responsável pelas ações que envolvam matéria fiscal; pela cobrança judicial e extrajudicial da Dívida Ativa, pela representação da Procuradoria-Geral do Município junto ao Conselho Municipal de Contribuintes, quando houver. § 1º A lotação inicial e a remoção dos Procuradores em cada uma das Subprocuradorias dar-se-á por ato do Procurador-Geral, respeitadas as disposições que seguem: I - em caso de lotação inicial, quando concorrerem a mesma vaga mais de um Procurador, observar-se-á como critério de desempate a colocação obtida no concurso para ingresso na carreira de Procurador; II - ocorrendo vaga em qualquer das unidades de execução e havendo interesse do serviço em seu provimento, a vaga será declarada aberta para efeito de remoção; III - a remoção dependerá de pedido do Procurador interessado, dirigido ao Procurador-Geral do Município, e será efetuada com preferência ao Procurador mais antigo em tempo de serviço na Procuradoria Geral do Município de Miracema ou ainda, no caso de concorrerem candidatos aprovados no mesmo concurso público, observar-se-á como critério de desempate a colocação obtida no certame; e IV - os pedidos de remoção serão formulados no prazo improrrogável de dez dias, contados da publicação do ato declaratório da vacância,

não sendo recebido pedido de remoção no prazo previsto, a vaga poderá ser preenchida, mediante remoção, a pedido, de qualquer Procurador do Município. § 2º O Procurador do Município, removido a pedido, não poderá pedir nova remoção no prazo de cento e oitenta dias. § 3º A remoção de ofício, fundada na necessidade do serviço, dar-se-á por ato do Procurador-Geral do Município, devendo recair sobre o Procurador do Municipio com menor tempo de efetivo exercício na carreira ou, em caso de empate, que obteve classificação inferior no concurso de ingresso. § 4º Para a remoção prevista no parágrafo anterior será oportunizada manifestação prévia do Procurador do Município. § 5º O Procurador-Geral do Município, em caso de necessidade de serviço, poderá designar Procurador integrante da classe inicial, intermediária ou final para, por prazo determinado, exercer sua função em órgão diverso daquele de sua lotação. Artigo 20 - Cada Subprocuradoria será chefiada por um Procurador efetivo, designado pelo Procurador-Geral, e contará com quadro de apoio com 1 assessor de procuradoria, na forma da Lei Municipal nº 1.786/2018. LIVRO II DO ESTATUTO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO TÍTULO I DA CARREIRA Capítulo I DO CONCURSO DE INGRESSO Artigo 21 - O ingresso no cargo de Procurador do Município dependerá necessariamente de aprovação e classificação em concurso público de provas e/ou provas e títulos, com participação da PGM e da Ordem dos Advogados do Brasil. § 1º São requisitos para o ingresso no cargo: I – ser brasileiro; II – estar inscrito como Advogado na OAB; III – estar quite com o serviço militar; IV – estar no gozo dos direitos políticos; V – gozar de boa saúde, física e mental; VI – possuir ilibadas condutas social, profissional ou funcional e não registrar antecedentes criminais incompatíveis com o exercício da função; VII – comprovar, no mínimo, 2 (dois) anos de atividade jurídica; e VIII – apresentar declaração de bens. § 2º Considera-se atividade jurídica aquela exercida com exclusividade por bacharel em Direito, bem como o exercício de cargos, empregos ou funções, inclusive de magistério superior, que exija a utilização preponderante de conhecimento jurídico, vedada a contagem do estágio acadêmico ou de qualquer outra atividade anterior à colação de grau. § 3º O Procurador do Município não poderá participar de Comissão ou Banca de Concurso, intervir no seu julgamento e votar sobre organização de lista para promoção quando concorrer parente consanguíneo ou afim, em linha reta

Aos candidatos reconhecidos como deficientes será reservado percentual de 5% dos cargos, nos termos da Constituição Federal. Capitulo II DA NOMEAÇÃO Artigo 23 - A nomeação dos candidatos aprovados no concurso de ingresso na carreira de Procurador Municipal, obedecida rigorosamente a ordem de classificação, será feita pelo Prefeito Municipal. Parágrafo único - A nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo previsto. Capítulo III DA POSSE E DO EXERCÍCIO Artigo 24 - A posse dos Procuradores Municipais será dada pelo Procurador-Geral do Município, mediante assinatura de termo de compromisso de desempenhar com retidão os deveres do cargo e de cumprir a CRFB e as leis. Artigo 25 - O Procurador Municipal é efetivo desde a posse e passa a gozar da garantia da estabilidade após 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo e confirmação no estágio probatório. Capítulo IV DO ESTÁGIO PROBATÓRIO Artigo 26 - A contar da data em que o Procurador do Município houver entrado em exercício e durante o período de 3 (três) anos, será apurado o preenchimento dos requisitos necessários à sua confirmação no cargo. § 1º. Os requisitos de que trata este artigo serão: I – idoneidade moral; II – zelo funcional; III – eficiência; IV – disciplina. §2º Não será isento do estágio confirmatório previsto nesta Lei o Procurador do Município que já se tenha submetido a estágio, ainda que da mesma natureza, em outros cargos. Artigo 27 - O Procurador do Município em estágio confirmatório será acompanhado e avaliado por Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, que deverá ser composta 3 membros, dos quais, necessariamente, 2 (dois) serão Procuradores do Município, sendo por um destes obrigatoriamente presidida. Parágrafo único - A Comissão encaminhará, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do término do estágio, relatório conclusivo ao Conselho de Procuradores do Município, o qual opinará motivadamente pela confirmação ou não do Procurador do Município no cargo. Artigo 28 - Quando o relatório concluir pela não confirmação, dele terá conhecimento o Procurador do Município, que poderá oferecer alegações no prazo de 10 (dez) dias. Artigo 29 - O Conselho de Procuradores do Município confirmará, ou não, o Procurador do Município no cargo, encaminhando, se for o caso, expediente ao Procurador Geral propondo a exoneração. Parágrafo único - Cessará automaticamente o exercício do Procurador do Município que não for confirmado no cargo. tão logo encaminhado o correspondente expediente ao Prefeito.

não podem ser demitidos senão por sentença judicial transitada em julgado ou em consequência de processo disciplinar em que lhes faculte ampla defesa. Parágrafo único - Antes de completar o estágio, o Procurador do Município só poderá ser exonerado pela sua não confirmação no cargo, ou demitido em razão da prática de infração funcional punivel com a pena de demissão, comprovada em procedimento administrativo disciplinar no qual se lhe assegure o direito à ampla defesa e ao contraditório. Capítulo V DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTOS DO QUADRO GERAL DE PROCURADORES Seção I QUADRO GERAL Artigo 31 - Fica criado o quadro geral de Procuradores Municipais, composto pelos atuais ocupantes dos cargos de Procurador Municipal todos com vencimento base, classes e padrões conforme previsto no anexo I desta Lei Complementar. Artigo 32 - A carreira do quadro de Procuradores, previsto no art. 13 caput, passa a ser organizada em três classes de vencimento, de igual natureza e crescente complexidade, assim divididas: I - Classe Inicial; II - Classe Intermediária; III - Classe Especial. § 1º O enquadramento dos atuais membros da Procuradoria, nas classes elencadas neste artigo, ocorrerá automaticamente com a entrada em vigor da presente lei, e, por se tratar de avanço vertical na carreira, será posteriormente realizado através dos critérios estabelecidos pelo Art. 33 da presente Lei Complementar. Seção II DAS PROMOÇÕES Artigo 33 - A promoção dos ocupantes dos cargos previstos no art. 13, caput consiste no acesso de uma classe para a outra imediatamente superior da carreira e dar-se-á pelos critérios estabelecidos nesta lei, após serem satisfeitos aos seguintes requisitos: a) existência de vaga na classe imediatamente superior; b) dez anos de efetivo exercício na classe inicial e nove anos nas outras classes; e c) não ter cometido infração disciplinar durante o interstício referido no inciso anterior, a qual tenha sido aplicada a pena de suspensão, hipótese em que recomeçará a última contagem; § 1º A mudança de uma Classe para outra somente ocorrerá após cumpridos 03 (três) anos no último Padrão da Classe imediatamente anterior, respeitados demais critérios estabelecidos nesta Lei e terá diferença de 6% (seis por cento) para o último padrão da classe anterior. § 2º - Para efeito de promoção, as licenças sem remuneração não serão contadas como tempo de efetivo exercício. Artigo 34 - Não poderá ser promovido o Procurador que tenha sofrido penalidade funcional nos três anos imediatamente anteriores a data em

hipótese de imposição de penalidade funcional, recomeça a fluir a partir da data da conclusão da sanção. Seção III DAS PROGRESSÕES Artigo 35 - A progressão na carreira acontecerá bienalmente, em simetria ao estabelecido através da Lei Municipal nº 813/99. Artigo 36 - A progressão será concedida aos Procuradores Municipais que tenham interstício de 2 (dois) anos de efetivo exercício das atribuições do cargo e preencham os seguintes requisitos: I – boa conduta na vida pública; II – a dedicação no exercício do cargo; III – a presteza e segurança nas suas manifestações; IV – a eficiência no desempenho de suas funções; V – a frequência e o aproveitamento em cursos oficiais, ou reconhecidos, de aperfeiçoamento, na forma do inciso II §1º do artigo; VI – a atuação em órgãos municipais que apresentem particular dificuldade para o exercício das funções; § 1º - Para que o Procurador Municipal, tenha direito à progressão funcional, deverá comprovar: I – Interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício no padrão de vencimento; II – concluir no mínimo, 02 (dois) cursos no interstício previsto no inciso I, com aproveitamento, nas areas de interesse da PGM. § 2º - As regras, areas de interesse e carga horária mínima dos cursos, de que trata o inciso II do artigo, serão definidas em Resolução do Procurador Geral, publicada no órgão oficial do município. § 3º - Comprovado o previsto no parágrafo primeiro e arquivada a documentação necessária na pasta funcional dos servidores de que trata esta lei, o setor de Recursos Humanos, automaticamente, deverá realizar a Progressão Funcional, emitindo a respectiva Portaria. § 4º - O interstício previsto no §1º deste artigo, será de 36 (trinta e seis meses) na primeira progressão funcional, dentro da carreira de que trata esta lei. § 5º - A aferição dos requisitos para a progressão na carreira será comprovado através de declaração a ser firmada pelo Procurador-Geral do Município, no caso dos incisos I, II, III, IV e VI, e através de apresentação de certificados de conclusão no caso do inciso V. § 6º – A carreira de Procurador Municipal será dividida em Classes e cada classe em Padrões, na forma do Anexo I, sendo: a) As Classes serão no total de três, sendo a primeira representada pela letra "A", a segunda pela letra "B" e a última pela letra "E"; b) Cada classe da carreira será composta por quatro níveis, representados por algarismos romanos, iniciando-se em "I" e terminando em "IV"; c) Dentro das Classes as progressões ocorrerão no interstício de 02 (dois) anos, respeitados os critérios estabelecidos nesta

REMUNERAÇÃO DOS PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA Artigo 37 - O vencimento inicial do cargo de Procurador do Município é de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais). A remuneração dos Procuradores citados no art. 13, caput, será constituída pelo vencimento base acima definido, pelas vantagens pessoais, todos reajustáveis na mesma data e percentual do reajuste geral anual dos servidores públicos municipais, e pelos honorários advocatícios provenientes de acordo ou sucumbência. § 1° Compõem as vantagens do Procurador do Município os Adicionais por Tempo de Serviço previstos nos artigos 81 e 82 da Lei Municipal n° 796/99 e ainda o Adicional de Qualificação, concedida aos Procuradores que possuírem pós-graduação stricto ou lato sensu. § 2° Concedido o aumento remuneratório, que trata o caput do artigo 37, fica extinto o adicional de representatividade de assessoramento previdenciário instituído pela Lei Municipal n° 1.727/2017, mantido pela Lei Municipal nº 1.813/2019. §3 - As verbas de caráter indenizatório não serão objeto de desconto de contribuição previdenciária, e não serão consideradas para efeitos tributários, na forma da lei. Seção V DAS FÉRIAS Artigo 38 - Os Procuradores do Município terão direito a férias individuais de 30 (trinta) dias por cada ano de serviço. §1º As férias não gozadas no período, para conveniência do serviço, poderão sê-lo, acumuladamente, no ano seguinte. Artigo 39 - As férias poderão ser fracionadas em períodos de no mínimo 10 dias. Artigo 40 - O Procurador do Município só gozará férias após completar o primeiro ano de efetivo exercício. Artigo 41 - O Procurador do Município comunicará ao Procurador-Geral, antes de entrar em férias, o endereço onde poderá ser encontrado, caso se afaste da sede onde tem exercício. Parágrafo único - Findas as férias, o Procurador do Município comunicará ao Procurador-Geral o retorno ao exercício de suas funções. Seção VI DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO Artigo 42 - O décimo terceiro salário corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor da remuneração mensal devida no mês de dezembro, por mês de efetivo exercício, a ser concedido na forma do Art. 76 da Lei Municipal n.º 796/99. Seção VII DA PREVIDÊNCIA Artigo 43 - Os Procuradores Municipais são vinculados ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Miracema (RPPS). Seção VIII DAS LICENÇAS Artigo 44 - Conceder-se-á licença: I – para tratamento de saúde; II – por motivo de doença em pessoa da família; III – maternidade ou adoção; IV – paternidade; V –

virtude de falecimento de cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente, irmão, irmã, sogro, sogra, nora, genro, padrasto ou madrasta; VIII - quando acidentado no exercício de suas atribuições ou acometido de doença profissional; IX - prêmio; X - outras previstas em lei. Artigo 45 - As licenças referidas no art. 44 desta Lei Complementar observarão as disposições da legislação estatutária e previdenciária do Município. Artigo 46 - O Procurador Municipal licenciado para tratamento da própria saúde perceberá vencimentos integrais ou auxílio-doença, na forma da legislação previdenciária. Artigo 47 - Na forma da Lei Municipal nº 796/99, a cada quinquênio ininterrupto de exercício, o Procurador Municipal fará jus a 30 (trinta) dias de licença a título de prêmio, com todos os direitos e as vantagens do cargo. § 1º A licença-prêmio poderá ser gozada integral ou parceladamente, em períodos não inferiores a 15 (quinze) dias, atendendo à conveniência do serviço. § 2º O período de licença-prêmio será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais e não acarretará qualquer desconto na remuneração. § 3º Por necessidade de serviço, o Procurador-Geral do Município poderá indeferir o gozo de licença-prêmio ou determinar que qualquer membro reassuma imediatamente o exercício de seu cargo. § 4º Não se concederá licença-prêmio ao Procurador Municipal que, durante o período aquisitivo: I – sofrer sanção disciplinar de suspensão; ou II – afastar-se do cargo em virtude de licença sem remuneração. Artigo 48 - Conceder-se-á, aos Procuradores Municipais, a critério do Procurador-Geral do Município, licença especial, não remunerada, para tratamento de assuntos particulares, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos. Artigo 49 - As licenças serão concedidas pelo Procurador-Geral do Município. Parágrafo único - As licenças do Procurador-Geral do Município serão concedidas pelo Prefeito. Artigo 50 - É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período das licenças previstas nos incisos I, II, III, IV e VIII do Art. 44. Seção IX DOS AFASTAMENTOS Artigo 51 - O Procurador Municipal estável poderá afastar-se do cargo para: I – concorrer e exercer cargo público eletivo; II – exercer outro cargo, emprego ou função públicos fora da Instituição, mediante processo de cedência, nos termos de legislação própria aplicável ao caso; III – qualificar-se profissionalmente em área de interesse da Administração Pública, na forma prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e ouvido o superior hierárquico a que estiver imediatamente subordinado;

classista a que faz parte, desde que a entidade ou órgão represente no mínimo 80% (oitenta por cento) da classe; e V – exercer cargo de Presidente do Conselho Seccional ou do Conselho Federal da OAB. § 1º Os afastamentos previstos neste artigo somente ocorrerão depois da autorização e da expedição de ato do Procurador-Geral do Município. § 2º Os afastamentos dar-se-ão sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do cargo, salvo, no caso dos incs. I e II do caput deste artigo, quando o Procurador Municipal optar pelos vencimentos do cargo, do emprego ou da função que venha a exercer. § 3º O período de afastamento da carreira será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais. Artigo 52 - O Procurador Municipal que concorrer a mandato público eletivo será licenciado na forma da legislação eleitoral. Artigo 53 - Eleito, o Procurador Municipal ficará afastado do exercício do cargo a partir da posse. Artigo 54 - O afastamento para qualificação profissional, no país ou no exterior, será disciplinado por ato do Procurador-Geral, observadas as seguintes normas: I – o Procurador Municipal poderá afastar-se por 2 (dois) anos; II – o pedido de afastamento conterá minuciosa justificativa de sua conveniência; e III – o interessado deverá comprovar a frequência e o aproveitamento no curso ou seminário realizado. IV – após a obtenção do título, o procurador deverá exercer o cargo de procurador do município pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, a fim de que a Administração Pública possa aproveitar-se dos conhecimentos adquiridos durante o período de afastamento. Artigo 55 - São considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, os dias em que o Procurador Municipal estiver afastado de suas funções em razão: I – de férias; II – das licenças de que trata o art. 44 desta Lei Complementar, salvo a de caráter especial para tratar de interesses particulares; III – de designação do Procurador-Geral do Município para o exercício de atividade relevante para a Instituição; IV – de exercício de cargos ou de funções de direção de entidade representativa da classe, na forma desta Lei Complementar; V – de qualificação profissional, na forma desta Lei Complementar; VI – de prestação de serviços exclusivamente à Justiça Eleitoral; e VII – de outras hipóteses definidas em lei. Capítulo VI DAS GARANTIAS E PRERROGATIVAS Artigo 56 - Os Procuradores Municipais exercem função essencial á justiça e ao controle da legalidade dos atos da Administração Pública Municipal, gozando das prerrogativas inerentes à advocacia e

perder o cargo em virtude de sentença judicial, processo administrativo- -disciplinar ou procedimento de avaliação de desempenho, em que lhe seja assegurada ampla defesa; II – irredutibilidade de remuneração, observado o disposto na CRFB; e III – autonomia em suas posições técnico-jurídicas. Artigo 57 - Aos Procuradores Municipais, além das prerrogativas das carreiras de Estado da Advocacia Pública, é assegurado: I - não estar sujeito à intimação ou à convocação, exceto se expedida pela autoridade judiciária ou órgão de direção da Procuradoria-Geral do Município, ressalvadas as hipóteses constitucionais e legais; II - acesso aos dados e informações relativos à sua pessoa, existentes nos órgãos do Município, com direito à retificação e à complementação dos dados, se for o caso; III - ser ouvido como testemunha ou ofendido, em qualquer processo ou inquérito, em dia e hora previamente ajustados com o juiz ou autoridade competente; IV - agir em defesa da observância dos princípios e normas das Constituições Federal e Estadual pelos poderes municipais, órgãos da administração pública municipal, concessionários e permissionários de serviço público municipal e entes que exerçam outra função delegada municipal ou executem serviço de relevância pública; V - fazer recomendações aos órgãos da administração pública municipal para maior celeridade e racionalização dos procedimentos administrativos; VI - requisitar a entidades públicas ou privadas informações escritas, expedientes e processos administrativos, traslados, documentos em geral, cópias, inclusive autenticadas, diligências, esclarecimentos, ter acesso a sistemas e arquivos informatizados, assim como adotar outras medidas que entender necessárias a instruir processos ou procedimentos em que oficie, observados os trâmites legais próprios quanto ao sigilo bancário, telefônico e fiscal; VII - obter, sem despesas, a realização de buscas e o fornecimento de certidões dos cartórios judiciais ou extrajudiciais ou de quaisquer outras repartições públicas, bem como a realização de perícias e de atividades específicas e serviços temporários de servidores da administração pública municipal, necessários ao exercício de suas funções; VIII - intervir nas sessões de julgamento para sustentação oral ou esclarecimento de matéria de fato; IX - examinar, em qualquer juízo ou tribunal, autos de processos findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos; X - ter a palavra, pela ordem, perante qualquer juízo ou tribunal,

termos das Constituições Federal e Estadual, função essencial à justiça e ao regime da legalidade dos atos da administração pública municipal, goza, no desempenho do cargo, das prerrogativas inerentes à atividade da advocacia, sendo inviolável por seus atos e manifestações oficiais, nos termos da lei; e XII - prioridade absoluta, no que diz respeito à tramitação dos processos referentes a pedidos de informação e diligência formulados perante qualquer órgão da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, quando se tratar exclusivamente de processos judiciais e relativos a sua area de competência. Artigo 58 - Nenhum Procurador Municipal poderá ser afastado do desempenho de suas atribuições ou procedimentos em que oficie ou deva oficiar, exceto por impedimento, férias, licenças, afastamento motivado, observado o disposto nesta Lei Complementar. Parágrafo único - Ao Procurador-Geral do Município é assegurado o direito de avocar processos administrativos e judiciais sob sua competência. Artigo 59 - O exercicio da advocacia institucional pelos integrantes da PGM prescindirá de instrumento de procuração. Artigo 60 - As garantias e prerrogativas dos membros são inerentes ao exercício de suas funções e irrenunciáveis. Parágrafo único - As garantias e prerrogativas aqui previstas não excluem outras concedidas por lei. Capitulo V DAS NORMAS DISCIPLINARES Seção I DAS INFRAÇÕES Artigo 61 - Constituem infrações disciplinares dos Procuradores Municipais: I – violação de vedação constitucional ou legal; II – acumulação proibida de cargo, função ou emprego público; III – abandono de cargo por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou 60 (sessenta) intercalados, no periodo de 12 (doze) meses; IV – lesão ao erário, dilapidação do patrimônio público ou de bens confiados à sua guarda; V – cometimento de crimes contra a administração e fé públicas; e VI – descumprimento dos deveres funcionais. Seção II DAS SANÇÕES E SUAS APLICAÇÕES Artigo 62 - Os Procuradores Municipais são passíveis das seguintes sanções: I – advertência; II – multa; III – suspensão; IV – demissão; V – cassação de disponibilidade; e VI – cassação de aposentadoria. Artigo 63 - A sanção de advertência será aplicada, por escrito e reservadamente, nos seguintes casos: I – negligência reiterada no exercicio das funções; II – desobediência de determinações ou instruções do Conselho de Procuradores ou do Procurador-Geral do Município; III – descumprimento injustificado de designações do Procurador Geral do Município; e IV – demais inobservâncias do

trinta avos) da remuneração, quando se tratar de infrator não reincidente, mas que já tenha sofrido sanção disciplinar de advertência, ou quando a quantidade de infrações praticadas, de natureza idêntica, assim indicar. § 1º A sanção de multa poderá ser majorada até o triplo quando a gravidade das infrações, suas circunstâncias e a repercussão danosa ao serviço ou à dignidade da função de Procurador Municipal assim justificarem. § 2º A sanção de multa será aplicada mediante desconto em folha de pagamento e recolhida em conta do Tesouro Municipal, devendo ser reservada ao Reaparelhamento da PGM. Artigo 65 - A sanção de suspensão, de 10 (dez) e até 60 (sessenta) dias, será aplicada nos seguintes casos: I – reincidência em falta anteriormente punida com advertência ou multa: II – revelação de assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo ou da função, comprometendo a dignidade de suas funções ou da Justiça; III – exercício do comércio ou participação em sociedade empresarial, exceto como cotista, sem poderes de gerência, ou acionista; IV – acúmulo ilegal de cargo, função ou emprego público; V – incontinência pública e escandalosa que comprometa a dignidade do cargo; VI – lesão ao erário ou dilapidação de bens confiados à sua guarda ou responsabilidade, nas hipóteses não caracterizadas casos de improbidade administrativa ou de crime incompatível que autorize a demissão; VII – condenação por decisão transitada em julgado pela prática de crime doloso que não se enquadre em hipótese passível de demissão; e VIII – inobservância de outras vedações impostas pela legislação institucional. Parágrafo único - A suspensão importa, enquanto durar, na perda dos vencimentos e das vantagens pecuniárias inerentes ao exercício do cargo, vedada sua conversão em pena de multa. Artigo 66 - As sanções de advertência, multa e suspensão serão aplicadas pelo Procurador-Geral do Município, reservadamente e por escrito, devendo constar do registro funcional. Artigo 67 - A sanção de demissão será aplicada nos seguintes casos: I – abandono do cargo, assim considerado a interrupção injustificada do exercício das funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ou 60 (sessenta) intercalados, no período de 12 (doze) meses; II – condenação judicial definitiva por crime doloso incompatível com o exercício do cargo; e III – atos de improbidade administrativa, nos termos do § 4º do art. 37 da CRFB. Artigo 68 - Aplicar-se-á a cassação de disponibilidade quando ficar provada: I – prática, quando em atividade, de qualquer infração punível

expressa disposição de lei; III – condenação por crime que importaria em demissão se estivesse em atividade; IV – celebração de contrato de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com a administração municipal por si ou como representante de outrem; V – exercício de advocacia administrativa; ou Artigo 69 - Dar-se-á cassação da aposentadoria quando ficar provado que o aposentado transgrediu o disposto nos incs. I a III do art. 67 desta Lei Complementar. Artigo 70 - Considera-se reincidência, para os efeitos desta Lei Complementar, a prática de nova infração, dentro do período de 5 (cinco) anos depois de cientificado o infrator do ato que lhe tenha imposto, definitivamente, sanção disciplinar. Artigo 71 - Na aplicação das sanções disciplinares, considerar-se-ão os antecedentes do infrator, a natureza, a quantidade e a gravidade das infrações, as circunstâncias em que foram praticadas e os danos que delas resultaram ao serviço ou à dignidade da Advocacia Pública Municipal. Artigo 72 - Deverão constar dos assentamentos funcionais do Procurador Municipal as sanções que lhe foram infligidas, vedada sua publicação, exceto a de demissão e de cassação de aposentadoria. Artigo 73 - Extinguir-se-á, pela prescrição, a punibilidade administrativa da infração sancionada com: I – advertência, em 2 (dois) anos; II – multa ou suspensão, em 3 (três) anos; e III – demissão, em 5 (cinco) anos. § 1º Quando a infração disciplinar constituir, também, infração criminal, o prazo prescricional será o mesmo da respectiva lei, contado da data do trânsito em julgado da decisão penal condenatória. § 2º Nos demais casos, o prazo prescricional contar-se-á da data da ciência da ocorrência dos fatos pela autoridade competente. § 3º O curso da prescrição interrompe-se: I – pela portaria de instauração de processo administrativo disciplinar; II – pelo trânsito em julgado da decisão condenatória. Artigo 74 - A prescrição da pretensão executória da sanção imposta dar-se-á nos mesmos prazos previstos no art. 73 desta Lei Complementar, interrompendo-se o seu curso pelo início de cumprimento da sanção. TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Artigo 75 - Aplica-se, subsidiariamente e supletivamente, aos Procuradores do Município, o Regime Jurídico do Funcionalismo Municipal do Quadro Permanente no que não contrariar esta Lei. Artigo 76 - São integrantes da Procuradoria Geral do Município os Procuradores Municipais e o Procurador Geral do Município, que exercerão suas atividades com o apoio dos Assessores de Procuradoria, [illegible]

Procuradoria-Geral do Município detalhará o desdobramento operacional de sua estrutura básica, a competência, a subordinação e o funcionamento de suas unidades administrativas e as atribuições dos servidores nelas lotados. Artigo 78 - A implementação da presente Lei não obsta a possibilidade de serem concedidos outros benefícios, gratificações ou vantagens à carreira de Procurador do Município. Artigo 79 - As despesas decorrentes desta Lei já integram o orçamento geral do Exercício de 2019, sendo compatíveis com a LDO e com o PPA vigentes. § 1º - As despesas decorrentes da presente Lei não implicarão em aumento de despesa com pessoal, sendo seus valores decorrentes de reestruturação de cargos, adicionais, vantagens e funções anteriormente existentes no quadro da Procuradoria-Geral e do Município, bem como já haver previsão na Lei Orçamentária atual. § 2° - Como complemento à adequação de que trata o caput do artigo, fica extinto 01 (um) cargo de Diretor de Posto de Saúde A, símbolo de vencimento CC6, do Anexo I da Lei 813/99, 01 (um) cargo de responsável pelo expediente da Ouvidoria, símbolo de vencimento CC4, do Anexo III da Lei 1.608/15, a Seção de Licitação, da estrutura do artigo 52 da Lei 798/99 e o cargo de Chefe de Seção de Licitação, símbolo de vencimento CC5, do Anexo I da Lei 813/99. Artigo 80 - Os integrantes do cargo efetivo de Procurador do Município enquadram-se no Grupo Nível de Assessoramento Jurídico Superior ao Prefeito, cuja natureza, o grau de responsabilidade e complexidade, investidura e vencimento são estipulados nesta Lei. §1° Ficam abrangidos por esta Lei os atuais ocupantes do cargo efetivo de Procurador do Município, revogadas todas as disposições legais em contrário. §2° O tempo de serviço exercido por cada Procurador do Município até a entrada em vigor da presente Lei será preservado e considerado para todos os fins, inclusive para progressão e promoção na carreira e concessão de adicional por tempo de serviço e licenças previstas em Lei. §3° Os direitos e vantagens não disciplinadas na presente Lei serão auferidos na forma das normas pertinentes. § 4º A lei que tratar da revisão geral anual dos servidores municipais, conterá tabela de vencimentos dos servidores de que trata esta lei, observando os percentuais previstos nos artigos. Artigo 81 – O adicional de qualificação, criado por lei, aos servidores de assessoramento superior ao Prefeito, fica limitado a 10% (dez por cento) do vencimento base e seus critérios e parâmetros serão estabelecidos por

publicação, revogadas as disposições que lhe são contrárias. **04)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que investir nas praças do Município de Miracema é muito importante, sendo que em breve teremos a reinauguração da Fonte do Jardim, destacando que os créditos adicionais são frutos de um grande trabalho do Prefeito Municipal, que vem realizando diversas viagens para Brasília e resgatando a credibilidade do Município de Miracema. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Prefeito Municipal, pois os créditos adicionais são frutos de muito trabalho e empenho e, com isso, o Município vai encaminhando para o desenvolvimento. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que a praça Salim Damian é um excelente Cartão Postal de Miracema e estava precisando de uma reforma há muito tempo. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que com a aprovação do Crédito Adicional nós estamos autorizando a abertura de uma rubrica no orçamento para receber a verba destinada ao Município. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** O Artigo 3º Passa a ter a seguinte redação: "Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal nº 4.320/64". Autoria: Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.859, de 25 de novembro de 2019. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Reforma da Praça Salim Damiam, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.07 - Secretaria Municipal de Obras Urbanismo e Transporte Função: 15 – Urbanismo Subfunção: 451 – Infra-estrutura Urbana Programa: 0218 – Execução de Obras Públicas - Sec. Mun. Obras e Urbanismo Ação: 1.185 - Obras e Reformas de

unidade Valor: R$ 374.808,34 (trezentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e trinta e quatro centavos) Art. 2° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Suplementar advirá da Proposta de Convenio nº 036075/2018, firmado entre Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 374.808,34 (trezentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e trinta e quatro centavos), em conformidade com o disposto no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, e conforme demonstrado no art 1º desta Lei. Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação. bem como abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - O presente Programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. **05)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Autoria: Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** O Artigo 3º Passa a ter a seguinte redação: "Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal nº 4.320/64". Autoria: Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.860, de 25 de novembro de 2019. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Pavimentação de Ruas no Município de Miracema, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.07 - Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte Função: 15 – Urbanismo Subfunção: 451 – Infra-estrutura Urbana Programa: 0218 – Execução de Obras Públicas - Sec. Mun. Obras e Urbanismo Ação: 1.185 – Obras e Reformas de Infra-Estrutura

Concluídas Metas Físicas: 01 unidade Valor: R$ 211.155,62 (duzentos e onze mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos). Art. 2° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Suplementar advirá da Proposta de Convenio nº 036106/2018, firmado entre Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 211.155,62 (duzentos e onze mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), em conformidade com o disposto no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, e conforme demonstrado no art 1º desta Lei. Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - O presente Programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. **06)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Autoria: Prefeito Municipal. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** O Artigo 3º Passa a ter a seguinte redação: "Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal nº 4.320/64". Autoria: Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.861, de 25 de novembro de 2019. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Aquisição de Materiais Esportivos, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.06 - Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer Função: 12 – Educação Subfunção: 361 – Ensino Fundamental Programa: 0208 – Reeq. Manut. Oper. Sec. Mun. Educação Cult. Esporte

Educação Cult. Esporte e Lazer Produto: Manutenção Realizada Metas Físicas: S/M Valor: R$ 130.201.00 9 (cento e trinta mil, duzentos e um reais). Art. 2° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Suplementar advirá do Termo de Compromisso PAR nº 201800067, iniciativa 2017 NE652459, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 130.201,00 9 (cento e trinta mil, duzentos e um reais), em conformidade com o disposto no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, e conforme demonstrado no art 1º desta Lei. Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Suplementar, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - O presente Programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario. **07)** Projeto de Decreto Legislativo Cria a Comenda Municipal de Mérito em Educação Professor Darcy Annibal, como condecoração concedida aos professores que se destacaram. Autoria: Vereador Genessi Rodrigues da Silva. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que esta Comenda é uma forma de eternizarmos o nome do Sr. Darcy em nosso Município, pois todos sabemos de sua grande contribuição para o Município de Miracema. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que foi aluno do Sr. Darcy e ele foi um excelente educador, sendo a melhor pessoa para representar essa comenda. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares parabenizou o Vereador Genessi Rodrigues, sendo que recentemente foi o autor de uma Lei que deu o nome de uma Escola Infantil de Professor Darcy Anibal, pois ele fez muito por Miracema, sendo um grande político, um excelente provedor do hospital e ocupou diversos outros cargos. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 118, de 25 de novembro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo: Art 1º - Fica criada a Comenda Professor Darcy Annibal como condecoração anual concedida aos Professores que se destacarem. Art 2º - Passa a

indicados pelos Vereadores Municipais. Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. **08)** Projeto de Lei que Altera o parágrafo 1º, ao Artigo 1º da Lei Nº 1.163/2007, no calendário oficial do Município de Miracema, para o dia 20 de novembro como Dia Internacional da Mulher Afro-Latina-Americana e Caribenha e Dia da Mulher Negra Brasileira. Autoria: Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que este Projeto de Lei tem o objetivo de unificar as datas das comemorações. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.862, de 25 de novembro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- ..... § 1º - Será concedido anualmente no dia 20 de novembro, em Sessão Solene o Prêmio " Oraide Alves da Silva" alusivo ao Dia Internacional da Mulher Afro-Latina-Americana e Caribenha e Dia da Mulher Negra Brasileira, a uma personalidade feminina com destaque em uma das modalidades, na sociedade miracemense, por relevantes serviços prestados a população. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **09)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a concessão de direito real de uso de terrenos públicos para fins específicos de instalação de estabelecimentos industriais no Polo Industrial II e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que emenda tem o objetivo de manter os Vereadores informados sobre as concessões de direito real de uso, sendo que a ideia do Projeto é interessante, pois o Município tem o objetivo de se organizar nesse assunto. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo informou que existem alguns pedidos já em tramitação. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que fica preocupado em relação à alguns terrenos, mas a intenção do Município é se organizar, pois algumas pessoas foram beneficiadas e não utilizaram os terrenos. O Vereador Hugo Fernandes disse que nestes casos o Município pode solicitar os terrenos de volta. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acredita que este Projeto de Lei vai desburocratizar os trabalhos da Prefeitura, destacando que sua emenda é para respeitar o nome do Polo Industrial II. Foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Aditiva:** Adiciona ao art. 16 um parágrafo único com a seguinte redação: "Parágrafo Único – O Prefeito Municipal [illegible]

Municipal de Miracema relatório do qual conste a identificação dos bens do Município de Miracema, objetos de concessão, cessão ou permissão de uso no exercício, assim como sua destinação e beneficiário". Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Modificativa:** O art. 1° do Projeto de Lei n° 021/2019, passa a ter a seguinte redação: "Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o uso de terrenos municipais situados no Polo Industrial Prefeito Olavo Monteiro de Barros, antigo Polo Industrial II, para fins de instalação de estabelecimentos industriais". Autoria: Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **10)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a reestruturação de carreiras da Secretaria de Obras e Transporte e Secretaria de Meio Ambiente, instituindo o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e dá outras providências. Autoria: Vereador Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes disse que os servidores da Secretaria de Obras estão aguardando este Projeto por muito tempo, destacando que teve a oportunidade de dialogar com os servidores sobre o projeto. Dessa forma, gostaria agradecer o Prefeito, o Adriano Daibes e os funcionários que estiveram à frente para conversar sobre o Projeto, pois os funcionários merecem essa valorização, que vai acontecer a partir do ano de 2020. Esclareceu que mesmo por conta de todas as dificuldades a Secretaria de Obras merecia uma valorização e o Prefeito vem fazendo esse trabalho de valorização por categorias, assim agradeceu a compreensão e paciência dos servidores. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva destacou que tem orgulho de fazer parte desta Câmara de Vereadores, pois vê o empenho de todos os Vereadores com os Projetos de Lei que atendem os munícipes e os servidores públicos. Assim, parabenizou o Prefeito Municipal pela ousadia diante todas as dificuldades, sendo que essa classe é merecedora dessa valorização. Por fim, parabenizou o Vereador Hugo Fernandes pela agilidade na tramitação do projeto, conseguindo agilizar toda a burocracia envolvida. O Vereador José Augusto Martins parabenizou o Prefeito Municipal, os servidores e o Vereador Hugo por conta da tramitação do Projeto. O Vereador Mauricio Sant'Ana Soares disse que estava acompanhando a luta do Vereador Hugo com a tramitação

Municipal, pois a política é uma via de mão dupla e ele está reconhecendo o trabalho dos servidores públicos. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares parabenizou o trabalho do Vereador Hugo Fernandes, destacando que o Prefeito está fazendo justiça para os servidores municipais de Miracema, apresentando inúmeros Projetos de Lei valorizando os funcionários. Esclareceu que as diversas obras que estão feitas em Miracema estão atendendo os pedidos de diversos munícipes e mesmo com todas as dívidas do Município, estamos vendo a qualidade de vida em Miracema melhorar, e isto só está acontecendo por conta dos empenhos dos funcionários. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres parabenizou os funcionários pela valorização, destacando que eles terão um salário digno. O Vereador Fabrício de Sá Xavier parabenizou o Vereador Hugo pelo empenho, os servidores pela conquista e o Prefeito pelo reconhecimento e valorização dos funcionários. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que ao valorizarmos os funcionários de Miracema, eles irão trabalhar melhor, mais felizes e não precisaram buscar trabalhos temporários para complementar seus salários. O Prefeito Clóvis Tostes de Barros esclareceu que os reajustes dos salários serão pagos a partir do ano que vem e sempre percebeu que o salários dos funcionários da Secretaria de Obras era menor do que o justo. Acrescentou que ainda vem muito mais crédito adicional para Miracema, sendo que já teve uma notícia muito importante, pois o Município que teve um Decreto de Emergência aprovado na Secretaria de Defesa Civil Nacional fica fora do CAUC. Por fim parabenizou os funcionários da Secretaria de Obras pela valorização. O Vereador Hugo Fernandes disse que muitas vezes as pessoas não possuem a dimensão do tamanho do trabalho dos vereadores, sendo que é de fundamental importância a harmonia e a independência entre os Poderes. Esclareceu que, infelizmente, perdemos muito tempo com as brigas eleitorais e hoje vemos que nossa cultura está mudando, pois todos os Vereadores estão se empenhando para ajudar o Município. Destacou que todas as matérias do executivo são analisadas, sendo que analisamos todos os projetos e fazemos as devidas correções. Concluindo, disse que tem a certeza que estamos no caminho certo, sendo que isso é o fruto do trabalho e do empenho de todos os vereadores. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando [illegible]

DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA no uso das atribuições dispostas no inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal - LOM, faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS Art. 1º - Esta Lei regulamenta, no âmbito das Secretarias Municipais de Obras e Transporte e Meio Ambiente, o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Calceteiros, Pedreiros, Fiscal de Obras e Posturas, Bombeiro Hidráulico, Eletricista, Técnico de Edificações, Carpinteiro, Pintor, Mecânico de Autos, Arquiteto e Engenheiros Civil, Sanitarista, Ambiental, Agrônomo e Florestal e dá outras providências. Art. 2º - Ficam reestruturados e reorganizados os cargos constantes desta Lei, na forma do artigo. § 1º - O cargo de Fiscal de Obras e Posturas, a partir da publicação desta Lei terá exigência de escolaridade para ingresso de candidatos que possuam nível superior. § 2º - Ficam mantidas a escolaridade dos demais cargos, previstas em lei. § 3º - Os cargos dispostos na presente lei passam a ter as seguintes atribuições: I – São atribuições do Fiscal de Obras e Posturas: a) Fiscalizar as obras públicas e particulares, concluídas ou em andamento, abrangendo também demolições, terraplenagens, parcelamento do solo, a colocação de tapumes, andaimes, telas, plataformas de proteção e as condições de segurança das edificações; b) Fiscalizar o cumprimento do Código de Obras e Posturas, do Plano Diretor e a Legislação Municipal que trata de obras; c) Emitir notificações, lavrar autos de infração e expedir multas aos infratores da legislação urbanística municipal; d) Reprimir o exercício de atividades desenvolvidas em desacordo com as normas estabelecidas na legislação urbanística municipal, as edificações clandestinas, entre outros; e) Realizar vistoria para a expedição de "Habite-se" das edificações novas ou reformadas; f) Elaborar relatório de fiscalização; g) Autorizar e fiscalizar propagandas, placas e anúncios nas áreas públicas e frontais aos imóveis; h) Fiscalizar o funcionamento de eventos, shows, parques de diversões, circos, etc; i) Realizar outras tarefas correlatas. II - São atribuições do Bombeiro Hidráulico: a) Operacionalizar projetos de instalações de tubulações, b) definir traçados e dimensionam tubulações; c) especificar, quantificar e inspecionar materiais; d) preparar locais para instalações, e) realizar pré-montagem e instalar tubulações. f) Realizar testes operacionais de pressão de fluidos e testes de estanqueidade. g) Proteger instalações e fazer

São atribuições do Eletricista: a) Executar consertos, reparos e substituição de material elétrico, em edificações, utilizando as ferramentas e materiais necessários; b) Realizar a inspeção da rede elétrica de instalações físicas da Prefeitura Municipal, utilizando instrumentos próprios para detectar causas de funcionamento inadequado; c) Fazer reparos e consertos de chaves de luz, fios, disjuntores e outros componentes elétricos ou eletrônicos; d) Realizar a manutenção das instalações elétricas, substituindo ou reparando peças defeituosas; e) Promover testes de instalações elétricas, através de instrumentos e ferramentas próprias, para o perfeito funcionamento; f) Fazer reparos, consertos e substituição de lâmpadas, distribuição elétrica e outros componentes; g) Executar outras tarefas correlatas. IV - São atribuições do Técnico de Edificações: a) Calcular, orçar, dirigir e fiscalizar a construção, reformas e ampliações de edifícios públicos, estradas vicinais, praças de esportes e as obras complementares respectivas; b) Executar projetos urbanísticos; c) Elaborar orçamentos para construção de prédios públicos e praças de esportes, cálculo de estrutura de concreto armado e metálicos em edificações públicas; d) Realizar em laboratórios especializados estudos, ensaios e pesquisas relacionadas com o aproveitamento de matérias-primas, processos de industrialização ou de aplicação de produtos variados; e) Fazer cálculos específicos para a confecção de mapas e registros cartográficos; f) Elaborar laudo de avaliação para fins administrativos, fiscais ou judiciais, mediante vistoria dos imóveis; g) Examinar processos e emitir pareceres de caráter técnico; h) Prestar informações a interessados; i) Acompanhar a execução do plano diretor; j) Inspecionar estabelecimentos industriais, comerciais, laboratórios, hospitais, obras e proceder a fiscalização; k) Desempenhar tarefas afins. V - São atribuições do Carpinteiro: a) Construir, encaixar e manter no local das obras, armações de madeira dos prédios públicos e das obras similares, utilizando processos e ferramentas adequadas para compor alvenarias, armações de telhado, andaimes e elementos afins. b) Instalar e ajustar esquadrias de madeira e outras peças tais como: janelas, portas, escadas, rodapés, divisórias e forros. c) Construir formas de madeira para concretagem. d) Reparar elementos de madeira, substituir total ou parcialmente, peças desajustadas ou deterioradas ou fixando partes soltas. e) Aferir ferramentas de corte. f) Executar tarefas

superfícies a serem pintadas, raspando-as, lixando-as e emassando-as, utilizando raspadeiras, solventes e outros procedimentos adequados para retirara a pintura velha e eliminar resíduos, quando for o caso; b) Retocar falhas e emendas nas superfícies, a fim de corrigir defeitos e facilitar a aderência da tinta; - Preparar o material de pintura, misturando tintas, óleos e substâncias diluentes e secantes em proporções adequadas, para obter a cor e a qualidade especificadas; - Pintar superfícies internas e externas, aplicando camadas de tinta e verniz, utilizando pincéis, rolos ou pistolas; c) Orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução dos trabalhos de pintura; d) Estudar o trabalho a ser executado, consultando plantas, esquemas, desenhos, modelos, manuais, especificações, além de outras informações necessárias para definir a sequência das tarefas e o tipo do material que deverá ser empregado; e) Manter-se em dia quanto às medidas de segurança par a execução dos trabalhos, utilizar, adequadamente, o equipamento protetor e usar as roupas que lhe forem determinadas pelos supervisores e chefes imediatos, a fim de garantir a própria proteção e daqueles com quem trabalha; f) Zelar pela conservação e guarda dos materiais, ferramentas e equipamentos, comunicando, ao chefe imediato, qualquer irregularidade ou avaria que não possa ser reparada nas oficinas do Município, a fim de que seja providenciado o conserto, em tempo hábil, para não prejudicar os trabalhos; g) Estudar o trabalho a ser executado, consultando plantas, esquemas, desenhos, modelos, manuais, especificações, além de outras informações necessárias para definir a sequência das tarefas e o tipo do material que deverá ser empregado; h) Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim. I) Manter limpo e arrumado o local de trabalho; j) Requisitar o material necessário à execução das atribuições típicas da classe; k) Executar outras tarefas afins. VII - São atribuições do Arquiteto: a) Analisar projetos arquitetônicos, de loteamento de áreas urbanas e outros, verificando os padrões técnicos e a sua adequação à legislação urbanística vigente, para informar e exarar pareceres em processos de consulta prévia e outros correlatos; b) Atender o público em geral e profissionais da construção civil, realizando consultas em Leis, Decretos, Normas, Memorandos, Tabelas, Cartas Topográficas, Dados Cadastrais, e

urbanização em terrenos e áreas apreciando as solicitações de loteamentos, consultando as Leis, mapas, informando e dando pareceres sobre as diversas solicitações; d) Avaliar a documentação dos imóveis verificando a sua validade e a sua adequação às exigências estabelecidas em Lei; e) Realizar vistorias "IN LOCO" em áreas e imóveis visando conferir as suas caracteristicas físicas, topográficas e arquitetônicas; f) Executar trabalhos de pericia e avaliação na área de projetos de engenharia e loteamentos: g) Elaborar projetos paisagísticos em geral e projetos de preservação, defesa e desenvolvimento do meio ambiente; h) Identificar, analisar e coordenar as características específicas dos espaços abertos para sua utilização racional mantendo harmonia do ecossistema; i) Participar de programas de educação ambiental. j) Executar tarefas correlatas. VIII - São atribuições do Engenheiro Civil: a) Orientar, coordenar e executar as atividades de análise de projetos de Engenharia, de loteamentos de áreas urbanas e outros, verificando os padrões técnicos e sua adequação à legislação urbanística vigente; b) Atender o público em geral e profissionais da construção civil, realizando consultas em Leis, Decretos, Normas, Memorandos, Informações Técnicas, Tabelas, Cartas Topográficas, Dados Cadastrais, Plantas e outros; Orientar e efetuar a verificação do Projeto de Urbanização em terrenos e áreas; c) Avaliar a documentação de imóveis, verificando sua validade e a sua adequação às exigências estabelecidas em legislação; d) Coordenar a realização de vistorias em áreas e imóveis, visando conferir as suas caracteristicas físicas e topográficas; e) Coordenar a construção de parques, praças, jardins, fontes, monumentos e canteiros centrais das vias públicas urbanas preparando plantas e especificações técnicas e estéticas das obras; f) Orientar e acompanhar a instalação de equipamentos diversos nos parques, praças e jardins do Município; g) Elaborar laudos, pareceres técnicos, instruções normativas e relatórios inerentes às atividades da Engenharia Civil; h) Coordenar, organizar, promover e dirigir as atividades relacionadas com projetos, construção, reconstrução, adaptação, reparo, ampliação, conservação, melhoria, manutenção e implantação do sistema viário; i) Utilizar o software Auto-Cad, para a análise e o desenvolvimento de projetos; j) Executar outras tarefas correlatas. IX – São atribuições do Engenheiro Sanitarista: a) Proceder a análise, interpretação e aprovação de projetos de engenharia, dentro de sua competência; b) Executar tarefas [illegible]

de construção de obras, com todas as suas obras complementares; c) Executar tarefas destinadas ao estudo, projeto, direção, fiscalização de construção de obras de sistemas de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário, sistema de operação de coleta, transporte, destinação final e tratamento de resíduos sólidos, controle sanitário do ambiente, controle de poluição ambiental e controle de vetores biológicos transmissores de doença; d) Executar tarefas destinadas a emissão de autorizações e/ou pareceres em processos de licenciamento ambiental, nos limites de suas atribuições; e) Executar tarefas destinadas a análise de projeto e fiscalização de Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental, respeitadas as restrições de atribuições; f) Executar tarefas destinadas a laudos e pareceres técnicos e arbitramentos referentes à matéria das alíneas anteriores; g) Promover continuamente a compilação e atualização das leis pertinentes ao exercício das atividades, quando necessário; h) Desenvolver estudos de viabilidade técnico-econômica e orçamentos, dentro de sua área de atuação; i) controlar, organizar o arquivo e acervo técnico, mantendo a documentação administrativa e técnica sempre atualizada; j) Executar tarefas correlatas. X – São atribuições do Engenheiro Ambiental: a) Proceder a análise, interpretação e aprovação de projetos de engenharia, dentro de sua competência; b) Executar tarefas destinadas ao estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de obras de sistemas de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário. incluindo tratamento de esgotos, operação de coleta, transporte, destinação final e tratamento de resíduos sólidos, nos limites de sua competência; c) Executar tarefas destinadas ao estudo, projeto, direção, fiscalização de controle sanitário, poluição ambiental, impactos ambientais e de recuperação de áreas degradadas; d) Executar tarefas destinadas a análise de projeto e fiscalização de Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental, respeitadas as restrições de atribuições; e) Executar tarefas destinadas a emissão de autorizações e/ou pareceres em processos de licenciamento ambiental, nos limites de suas atribuições; f) Executar tarefas destinadas a laudos e pareceres técnicos e arbitramentos referentes à matéria das alíneas anteriores; g) Promover continuamente a compilação e atualização das leis pertinentes ao exercício das atividades, se e quando necessário; h) Desenvolver estudos de viabilidade técnico-econômica e

análise e o desenvolvimento de projetos; j) Controlar, organizar o arquivo e acervo técnico, mantendo a documentação administrativa e técnica sempre atualizada; k) Executar outros tarefas correlatas; XI – São atribuições do Engenheiro Florestal: a) Executar atividades de planejamento e elaboração de projetos técnicos, e outros aspectos técnicos relacionados ao meio ambiente. b) Planejar, organizar e controlar o uso de recursos naturais de forma racional e sustentável; planejar e coordenar o reflorestamento e a conservação de zonas de bosques e exploração de viveiros de plantas. c) Executar levantamento, classificação, análise, capacidade de uso, redistribuição, correção e fertilização do solo para fins florestais; desenvolver outras atividades de acordo com as especificidades do setor de lotação. XII – São atribuições do Engenheiro Agrônomo: a) Prestar assistência técnica aos agricultores, sobretudo os pequenos produtores rurais; b) Desenvolver e dar suporte à agricultura familiar; c) Elaborar, executar e avaliar planos, programas e subprogramas; d) Participar de discussões junto ao aos produtores rurais; e) Desenvolver a hortifruticultura municipal; f) Executar tarefas correlatas. XIII – São atribuições do Pedreiro: a) Preparar argamassa, misturando cimento, areia e água, dosando as quantidades, de forma adequada, para o assentamento de alvenaria, tijolos, ladrilhos e materiais similares; b) Construir alicerces, empregando pedras ou cimento, para fornecer a base de paredes, muros e construções similares; c) Assentar tijolos, ladrilhos, azulejos, pedras e outros materiais, unindo-os com argamassa, de acordo com orientações recebidas para levantar paredes, pilares e outras partes da construção; d) Revestir pisos, paredes e tetos, aplicando camadas de cimento ou assentamento ladrilhos, azulejos e similares, de acordo com instruções recebidas; e) Aplicar camadas de gesso sobre as partes interiores e tetos de edificações; f) Construir bases de concreto ou de outro material, conforme as especificações e instruções recebidas, para possibilitar a instalação de máquinas, postes e similares; g) Executar trabalhos de reforma e manutenção de prédios, pavimentos, calçadas e estruturas semelhantes, reparar paredes e pisos, trocar telhas, aparelhos sanitários e similares; - Montar tubulações para instalações elétricas; h) Orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução dos trabalhos de alvenaria; i) Estudar o trabalho a ser executado, consultando plantas, esquemas, desenhos, modelos, manuais, especificações, além de outras informações necessárias

Manter-se em dia quanto às medidas de segurança par a execução dos trabalhos, utilizar, adequadamente, o equipamento protetor e usar as roupas que lhe forem determinadas pelos supervisores e chefes imediatos, a fim de garantir a própria proteção e daqueles com quem trabalha; k) Zelar pela conservação e guarda dos materiais, ferramentas e equipamentos, comunicando, ao chefe imediato, qualquer irregularidade ou avaria que não possa ser reparada nas oficinas do Município, a fim de que seja providenciado o conserto, em tempo hábil, para não prejudicar os trabalhos: l) Estudar o trabalho a ser executado, consultando plantas, esquemas, desenhos, modelos, manuais, especificações, além de outras informações necessárias para definir a sequência das tarefas e o tipo do material que deverá ser empregado; m) Requisitar o material necessário à execução das atribuições típicas da classe; n) Executar outras tarefas afins. XIV – São atribuições do Calceteiro: a) Fazer o assentamento de pedras irregulares, visando à pavimentação de ruas, carregar e descarregar veículos em geral; b) Transportar, arrumar e elevar mercadorias, materiais de construção e outros; c) Proceder à abertura de valas; efetuar serviços de capina em geral; d) Auxiliar em tarefas de construção, calçamentos e pavimentação em geral; e) Auxiliar no recebimento, entrega, pesagem e contagem de materiais; f) Executar a pavimentação de leitos de estradas, ruas e obras similares, espalhando uma camada de areia ou terra e recobrindo-a com paralelepípedos, blocos de concreto, ou outro material, para dar-lhes melhor aspecto e facilitar o trânsito de veículos e pedestres; g) Executar tarefas afins. § 4º - Os cargos dispostos na presente lei são de provimento efetivo, dependente de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. § 5º - Os atuais servidores ocupantes dos cargos de que trata o § 1º do artigo 2º, deverão, no prazo de 07 (sete) anos, comprovar o cumprimento das exigências de escolaridade previstas. § 6º - Caso os atuais servidores, de que trata o § 1º do artigo 2º, não comprovarem o cumprimento das exigências previstas para o enquadramento nas classes e padrões estabelecidos por esta Lei, não farão jus a: I – Serem promovidos para a Classe "E". CAPÍTULO II DA PROGRESSÃO E PROMOÇÃO FUNCIONAL Art. 3º - O desenvolvimento do servidor nas carreiras de que trata esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Art. 4º - Para os fins desta Lei, progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento

constante das carreiras dispostas nesta Lei, tenha direito à progressão funcional, deverão comprovar: I – Interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício no padrão de vencimento; II – concluir no mínimo, 02 (dois) cursos no interstício previsto no inciso I, com aproveitamento, nas areas de interesse. § 2º - As regras, areas de interesse e carga horária mínima dos cursos, de que trata o inciso II do artigo, serão definidas em Decreto do Chefe do Executivo, publicada no órgão oficial do município. § 3º - Comprovado o previsto no parágrafo primeiro e arquivada a documentação necessária na pasta funcional dos servidores de que trata esta lei, o setor de Recursos Humanos, automaticamente, deverá realizar a Progressão Funcional, emitindo a respectiva Portaria. § 4º - O interstício previsto no §1º deste artigo, será de 36 (trinta e seis meses) na primeira progressão funcional, dentro das carreiras dispostas nesta lei. Art. 5º - Para os fins desta Lei, promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro da classe imediatamente superior. § 1º - Para que o servidor constante das carreiras dispostas nesta Lei, tenha direito à promoção funcional, deverão comprovar: I – Interstício mínimo de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício no último padrão da classe imediatamente anterior; II – concluir no mínimo, 04 (quatro) cursos no interstício previsto no inciso I, com aproveitamento, nas areas de interesse de acordo com o Decreto do Chefe do Executivo. III – Receber parecer favorável da Comissão instituída para este fim. § 2º - Para que o servidor constante das carreiras dispostas nesta Lei, tenha direito à promoção funcional para a Classe Especial, deverão comprovar: I – Estar no último padrão de vencimento da classe intermediária; II – Interstício mínimo de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício no último padrão da classe imediatamente anterior; III – Possuir, no mínimo: a) Um curso de pós-graduação, para os servidores ocupantes dos cargos de Engenheiros, Fiscais de Obras e Posturas e Arquitetos, nas areas de interesse dispostas no Decreto do Chefe do Executivo. b) Um curso de graduação, para os servidores ocupantes do cargo de Técnico de Edificações, dispostos nesta Lei. c) O ensino médio, para os servidores ocupantes dos cargos de Calceteiro, Pedreiro, Bombeiro Hidráulico, Eletricista, Carpinteiro, Pintor e Mecânico de Autos, dispostos nesta Lei. IV – Receber parecer favorável da Comissão instituída para este fim. § 3º - As regras, areas de interesse e carga horária mínima dos cursos, de que trata os

no órgão oficial do município. § 4º - Comprovado o previsto no parágrafo primeiro e arquivada a documentação necessária na pasta funcional dos servidores de que trata esta lei, o setor de Recursos Humanos, automaticamente, deverá realizar a Promoção Funcional, emitindo a respectiva Portaria. § 5º - Aos servidores públicos municipais, fica assegurado o direito adquirido ao seu tempo de serviço prestado à administração municipal, exclusivamente prestado nos cargos que tenham sido reestruturados por lei, para efeito de progressão e promoção com base na lei. Art. 6º - O interstício será computado em períodos corridos, sendo interrompido nos casos em que o servidor se afastar do exercício do cargo, em decorrência de: I – licença com perda de vencimentos; II – Suspensão disciplinar ou preventiva; III – Prisão decorrente de decisão judicial; IV – Gozo de auxílio doença, acima do limite de 24 (vinte e quatro) meses; V – Outras hipóteses especificadas em lei. § 1º - Consideram-se períodos corridos, para efeitos deste artigo, aqueles contados de data a data, sem qualquer dedução na contagem; § 2º - Será restabelecida a contagem do interstício, com os efeitos daí decorrentes, a partir da data do afastamento do servidor para o cumprimento de suspensão disciplinar ou preventiva, nos casos em que ficar apurada a improcedência da penalidade aplicada, na primeira hipótese, e, no segundo caso, se não resultar pena mais grave que a de advertência. Art. 7º - A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias. Art. 8º - Para efeito de concessão de férias, férias-prêmio, adicional de tempo de serviço, progressão e promoção, considerar-se-á como efetivo exercício: I – férias; II – exercício de cargo em comissão ou função gratificada ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, Estados, Municípios e Distrito Federal; III – Participação em programas de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós graduação stricto sensu no país, conforme dispuser o regulamento; IV – Desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal; V – Júri e outros serviços obrigatórios por lei; VI – Missão ou estudo no Brasil ou exterior, quando autorizado o afastamento, conforme dispuser o regulamento; VII – Licença: a) À gestante, a adotante e à paternidade; b) Para tratamento da própria saúde, até o limite de vinte e quatro meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado ao município, no cargo de

gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores para prestar serviços a seus membros; d) Por motivo de acidente em serviço ou doença profissional; e) Para capacitação, conforme dispuser o regulamento; f) Por convocação para o serviço militar. VIII – Participação em comissão desportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no país ou no exterior, conforme dispositivo em lei específica; IX – Afastamento para servidor em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere. CAPÍTULO III DO EXERCÍCIO Art. 9º - Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para os cargos de provimento efetivo de que trata esta Lei, ficarão sujeitos a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: I – Pontualidade; II – Disciplina; III – Capacidade de Iniciativa; IV – Produtividade; V – Responsabilidade. § 1º - Seis meses antes de findar o período de estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação de desempenho do servidor, realizada pela Comissão Municipal de Estágio Probatório, na forma da lei, sem prejuízo da continuidade da apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo. § 2º - O servidor, de que trata esta lei, não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, obedecendo-se à legislação. § 3º - Os servidores dispostos nas carreiras de que trata esta Lei, que estejam em estágio probatório, poderão exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação e somente poderão ser cedidos a outro órgão ou entidade para exercer cargos de natureza especial, direção, chefia ou assessoramento, ou equivalente. § 4º - O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos abaixo e será retomado a partir do término do impedimento: I – Por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que vive às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação médica; II – Para acompanhar companheiro ou cônjuge que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo, por prazo indeterminado e sem remuneração; III – Para o serviço militar; IV – Para atividade política

mediar entre a escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral; V – Para tratamento da própria saúde, quando ultrapassar 90 (noventa) dias; VI – Para tratar de interesses particulares; VII – Para desempenho de mandato classista. CAPÍTULO IV DAS SEÇÕES E ATRBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO Art. 10 – Ficam mantidas as atribuições das Seções e Departamentos existentes na Estrutura das Secretarias de que trata esta Lei, conforme Lei 798/99. Art. 11 - Fica alterado o símbolo de vencimento do cargo comissionado de Chefe da Divisão de Obras e Posturas, para CC3, em razão da extrema responsabilidade que exige, ficando mantidas as suas atribuições previstas em lei. CAPÍTULO V DO VENCIMENTO Art. 12 - Os vencimentos das carreiras dispostas na presente Lei, obedecerão aos seguintes critérios: § 1º – Ficam as carreiras divididas em Classes e cada classe em Padrões, na forma do Anexo I, sendo: a) As Classes serão no total de três, sendo a primeira representada pela letra "A", a segunda pela letra "B" e a última pela letra "E"; b) Cada classe da carreira será composta por quatro níveis, representados por algarismos romanos, iniciando-se em "I" e terminando em "IV"; c) Dentro das Classes as progressões ocorrerão conforme o Anexo I desta Lei, respeitados os critérios estabelecidos nesta Lei; d) A mudança de uma Classe para outra somente ocorrerá após cumpridos 03 (três) anos no último Padrão da Classe imediatamente anterior, respeitados demais critérios estabelecidos nesta Lei. § 2º - Os vencimentos serão dispostos levando-se em consideração a escolaridade, a natureza e responsabilidade de cada cargo disposto na presente lei. § 3º - Ficam fixados os vencimentos, dos integrantes das carreiras dispostas nesta Lei na forma do artigo: I – Arquiteto, Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Sanitarista, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal – Classe A, Padrão I – R$ 3.100,00 (Três Mil e Cem Reais); II - Fiscal de Obras e Posturas – Classe A, Padrão I – R$ 2.900,00 (Dois Mil e Novecentos Reais); III – Técnico de Edificações – Classe A, Padrão I – R$ 2.200,00 (Dois Mil e Duzentos Reais); IV – Calceteiro, Pedreiro, Bombeiro Hidráulico, Eletricista, Carpinteiro, Pintor e Mecânico de Autos – Classe A, Padrão I – R$ 1.600,00 (Mil e Seiscentos Reais). § 4º - Os padrões de vencimento manterão uma diferença a maior de 5% (cinco por cento) entre um e outro padrão, dentro da mesma classe, sendo o

classe intermediária será superior em 6% (seis por cento) ao último vencimento da classe inicial. § 6º - O primeiro padrão de vencimento da Classe Especial será superior em 6% (seis por cento) ao último vencimento da classe intermediária. § 7º - Após a publicação da presente Lei, o Departamento de Recursos Humanos, imediatamente, fará o ajuste dos vencimentos dos servidores das carreiras constantes nesta lei, através de ato oficial, obedecendo o disposto no § 3º do artigo 12 e o § 5º do artigo 5º. § 8º - Para efeitos de enquadramento em lei nova os servidores que tiveram as carreiras e os cargos reestruturados e reorganizados, exclusivamente em relação à promoção/progressão, ficam dispensados das exigências da nova lei, aproveitando-se todo tempo de serviço no cargo reestruturado/reorganizado. § 9º - A lei que tratar da revisão geral anual dos servidores municipais, conterá tabela de vencimentos dos servidores de que trata esta lei, observando os percentuais previstos nos §§ 4º, 5º e 6º deste artigo. CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Art. 13 – Aplicam-se aos servidores integrantes das carreiras dispostas nesta lei, os reajustes e revisões gerais anuais concedidos aos demais servidores municipais. Art. 14 – Os demais direitos e deveres aplicados aos servidores públicos municipais, previstos na Lei 796/99, desde que compatíveis com esta lei, são aplicáveis aos servidores das carreiras previstas nesta lei. Ar. 15 – As despesas decorrentes desta Lei estão comtempladas na LOA, bem como são compatíveis com o PPA e a LDO vigentes. Art. 16 – Fica expressamente proibido utilizar os cargos de que trata o artigo 1º como paradigma em isonomia, equiparação salarial ou outra espécie qualquer, sendo considerado nulo o ato que conceder, na forma da lei. Art. 17 – Lei específica promoverá a reestrutura das demais carreiras das Secretarias de Obras e Transportes e Meio Ambienta, não reestruturadas por esta lei. Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, possuindo efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2020. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que hoje, durante o dia, teve um grupo de alunos representando o Município de Miracema na Semana Boechat de Saúde no Rio Janeiro. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 13/05/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa,

presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 09 de maio de 2019.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e vinte e dois, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 32, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 730/2014 da Secretaria Municipal de Governo encaminhando resposta ao ofício nº 504/2014. O

Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que vai entrar em contato com a Secretária de Educação para explicar seu pedido; 02) Ofício nº 1044/2014/OF do Exmo. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Miracema-RJ; 03) Ofício nº 491/2014 – CGMAC/DAET/SAS/MS do Ministério da Saúde; 04) Ofício CGCAPPS nº 021/2014 da CAPPS; 05) Ofício nº 002/2014 da Associação Bloco Carnavalesco Adão e Eva; 06) Ofício PMM/GAB nº 729/2014 da Secretaria Municipal de Governo encaminhando resposta aos ofícios nº 168/2014 e 513/2014. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva e Maurício Sant'Ana Soares solicitaram cópia deste ofício. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que esteve conversando com a Secretária de Educação e ela lhe disse que tinha um requerimento para ser respondido, entretanto ele ainda não foi encaminhado para esta Casa Legislativa; 07) Convite para a Entrega da Comenda concedida aos Presidentes de Câmara em dia com o Tribunal de Contas. O Vereador Hugo Fernandes parabenizou toda a equipe que trabalha nesta Casa Legislativa, mantendo sempre as obrigações em dia; 08) Ofício nº 165/2014 da Secretaria Municipal de Saúde; 09) Ofício Circular nº 164/2014 da Secretaria Municipal de Saúde. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador; 10) Ofício SEEDUC/COAP nº 76 da Secretaria Estadual de Educação respondendo ofício nº 354/2014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 11) Ofício da Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 077/2014. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou Moção de Congratulações para o Dr. Carlos Sérgio Barbuto, pela comemoração de seis 50 anos de formatura em Medina e pelo exercício de sua profissão com competência, responsabilidade e humanidade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Presidente do FUNDEB - Convite para comparecer nesta Casa Legislativa, após as eleições, no dia 16 de outubro, munida dos documentos já solicitados pelos Vereadores. Deferido. 03) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja feita uma faixa de pedestres na Rua José Carlos Moreira, ligando à Banca Souza, próxima à Igreja Matriz, à Praça Dona Ermelinda. Deferido. 04) Vereador João Siqueira Magalhães -

Ao Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que disponibilize uma caminhonete do fumacê para o Município de Miracema, tendo em vista o alto índice do crescimento do mosquito *aedes aegypti*, que vem atormentando a população. Aprovado. 05) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Chefe da SUCAN - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja disponibilizado a caminhonete do fumacê em Miracema, tendo em vista o alto índice do crescimento do mosquito *aedes aegypti*, que vem atormentando a população. Aprovado. 06) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja tomada alguma atitude contra os mosquitos transmissores da dengue, tendo em vista que a situação do Município de Miracema está muito complicada. Ademais, esclarecemos que o carro fumasse poderia voltar a passar pelas ruas. Deferido. 07) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Padre Mateus Panakakuzi - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se a Igreja Matriz de Santo Antônio do Município de Miracema recebeu o que vem sendo noticiado nos veículos de comunicação, qual seja a quantia de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) a título de doação da Prefeitura Municipal referente ao arrecadado pelo Parque de Diversões presente na Exposição Agropecuária de 2014. Aprovado. 08) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Secretário Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o reparo na rede de esgotos localizada na Rua Governador Roberto Silveira, esquina com a Rua Alcir Fernandes Oliveira (próximo ao Hortifrúti). Deferido. 09) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a construção de uma Ciclovia em cima da Rede de Esgotos que foi manilhada no Distrito de Paraíso do Tobias começando em frente ao Colégio Estadual Manoel Rodrigues de Barros, até o final onde desemboca no Ribeirão do Bonito, facilitando o trajeto e propiciando mais uma área de lazer para os nossos Munícipes. Deferido. 10) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa de quem é a competência no que tange a fiscalização, organização, notificação e multas e trânsito, uma vez que tenho visto, praticamente todos os dias, os ônibus da Empresa Brasil estacionados em locais irregulares, conforme as fotos em anexo. Solicito, ainda, que sejam informadas quais são as

atribuições da Guarda Municipal, e os relatórios das atividades desenvolvidas pela Guarda na cidade. Deferido. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que não é contra o trabalho dos Guardas Municipais, sendo apenas contra a maneira como a Secretaria vem sendo conduzida, não vendo a criação da referida Secretaria trazer nenhum benefício para o Município. Dessa forma, gostaria de saber quem é o responsável pelo trabalho no trânsito, pois a Guarda Municipal faz o trabalho de retenção no trânsito, acompanha as procissões, entre outros, por isso gostaria de saber quais são as reais competências da Guarda Municipal. Por fim, destacou que não está criticando o trabalho dos Guardas Municipais, sendo que está criticando apenas a gestão da Secretaria. O Vereador João Siqueira Magalhães parabenizou o Vereador Hugo Fernandes por sua atitude, esclarecendo que sempre foi contra a criação da referida Secretaria por causa das despesas que ela iria gerar. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou que o Projeto fosse votado em primeira e única votação, pois as obras devem começar até o mês de outubro. O Vereador João Siqueira Magalhães parabenizou a boa intenção do Vereador Genessi Rodrigues da Silva em solucionar o problema, entretanto é a favor de atrasar as votações até que a situação sobre o futuro local da Câmara Municipal fosse definida. O Vereador Fabrício de Sá Xavier perguntou sobre o local onde a Academia seria instalada. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que o Projeto já está pronto. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado com um voto contrário, do Vereador João Siqueira Magalhães, sendo que os demais Vereadores votaram favoráveis, dando origem a Lei nº 1.551, de 25 de setembro de 2014. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciona a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Implantação da Academia da Saúde de Paraíso do Tobias, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 04.11 - Fundo Municipal de Saúde. Função: 10 – Saúde. Subfunção: 301 – Atenção Básica. Programa: 0224 – Piso de Atenção Básica Variável. Ação:

1.184 - Implantação de Academia de Saúde. Produto: Implantações a ser efetuada. Metas Físicas: 01 unidade. Valor: R$ 84.739,76 (oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos). Art. 2° - A Fonte de Recursos para o referido Credito Adicional Especial advirá do Convênio firmado entre o Fundo Nacional de Saúde e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo a contrapartida do Município no valor de R$ 4.739,76 (quatro mil, setecentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos), perfazendo um total de R$ 84.739,76 (oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos), conforme demonstrado no art.1º desta Lei. Art. 3° - Os recursos para atender ao Crédito Adicional Suplementar classificado no art.2º referente à contrapartida do Município, no valor R$ 4.739,76 (quatro mil, setecentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos), ocorrerão à conta de anulação parcial de dotação orçamentária de acordo com art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal Nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para execução do programa e sua referida ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que semana que vem a draga solicitada ao Líder do Governo Estadual será disponibilizada para o Município de Miracema. Esclareceu que Disse que esteve com o provedor do Hospital de Miracema e ele lhe disse que a Secretaria de Saúde também tinha lhe procurado, entretanto ele estava com medo de receber. Acrescentou que o Provedor do Hospital realizará uma avaliação sobre o valor do aluguel e vai encaminhar para a Câmara Municipal, sendo que no máximo na semana que vem a proposta será apresentada. Disse, ainda, que um membro do governo, conversando com sua esposa, informou que a confusão da Prefeitura começou no governo do Ivany, com a concessão de diversas isonomias, pois a folha salarial praticamente dobrou. Esclareceu que leu os documentos enviados pela CAPPS com muita atenção, assim os Vereadores não podem ficar omisso com

esta situação. Dessa maneira pede aos Vereadores para fazerem uma reflexão, pois esta não é uma questão política e sim administrativa, sendo que o futuro do Município precisa ser discutido. O Vereador Hugo Fernandes acrescentou que nenhuma medida proposta pela Prefeitura Municipal para reduzir as despesas foi realizada, sendo que realmente é preciso diminuir todas as despesas do Município. Destacou que a receita do Município aumentou, por causa do novo Código Tributário e a Prefeitura precisa de ações concretas para reduzir despesas e não ficar apenas utilizando um discurso hipócrita sobre as razões das dívidas do Município, pois todos já sabiam das dívidas da gestão anterior e o atual Prefeito herdou os bônus e o ônus. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que quando era Secretário de Agricultura chamou a atenção da Comissão Organizadora de Festas para reduzir as despesas, acreditando que foi gasto um valor muito alto na Exposição Agropecuária. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os Vereadores devem informar a população sobre a verdadeira situação do Município, buscando dar publicidade para os fatos que ocorrem no Município. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que estamos discutindo os problemas da CAPPS/CAMEDS desde o primeiro mês do governo, sendo que a CAPPS deveria convocar os funcionários para explicar a real situação, pois eles são os verdadeiros interessados na situação, sendo que alguns funcionários não possuem nenhum interesse nos problemas do Município. Acrescentou que o Presidente da CAPPS deve convidar todos os funcionários para explicar a situação e discutir soluções para os problemas, destacando que antes dos Vereadores se sentirem responsáveis pela situação, a CAPPS deveria informar os funcionários sobre a situação. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que já foi até tentado a realização de uma reunião para explicar os problemas, sendo que naquela época os problemas foram resolvidos, assim, o problema atual se refere ao que vem ocorrendo neste ano. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que o Poder Executivo mostrou os erros na CAPPS/CAMEDS e parcelou a dívida existente, destacando que atualmente deveria ser interesse da CAPPS realizar uma reunião e esclarecer os fatos para a população. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que cada Vereador poderia fiscalizar uma Secretaria, auxiliando os Secretários pelo menos uma vez por semana. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que não compete aos Vereadores trabalharem nas Secretarias do Município, sendo que o Prefeito Municipal

possui a autonomia para exonerar e nomear sua equipe. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que os Vereadores poderiam ajudar de alguma forma. O Vereador Hugo Fernandes solicitou para a Vereadora solicitar esta autonomia para o Prefeito, sendo que se coloca à disposição para trabalhar, entretanto precisa da chancela do Prefeito para trabalhar. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que conversou com a Secretária de Saúde sobre o carro fumacê e ela lhe respondeu que ele só é permitido na época de dengue. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que fez dois requerimentos na Sessão passada, um ao Governador e outro ao Reitor da Universidade de Campos (UENF) solicitando uma extensão da referida Universidade em Miracema. Destacou que apresentou um Projeto sobre a Horta Comunitária com o objetivo de oportunizar as pessoas sem emprego a ter sua Horta nestes terrenos baldios. Concluindo, disse que começou a falar da dívida existente com a CAPPS no ano passado e hoje percebe que a situação está ficando muito crítica. Por fim, disse que vai alertar um outro problema, esperando estar enganado, pois acredita que a situação do FUNDEB pode estar muito complicada, aduzindo que possui duas funcionários exercendo cargos de Chefia e podem estar recebendo pelo FUNDEB. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que na época da mudança na FAETEC procurou a Secretaria de Educação e foi informado que elas seriam colocadas a disposição da Prefeitura e desvinculadas do FUNDEB. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Congratulações para o jovem Paulo Jardim Roman Escobar, filho do Dr. Eddy, o parabenizando pela conclusão do Curso de Medicina, desejando sucesso nesta nova jornada. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que mais de 90 municípios do Estado do Rio de Janeiro possuem irregularidades, sendo que, de acordo com os números apresentados pelo Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, a folha de pagamento da Prefeitura já ultrapassou o limite prudencial. Acrescentou que os Vereadores deveriam participar ativamente das Secretarias, sendo que a alteração da data dos pagamentos complicou a vida de muitos funcionários públicos. Por fim, disse que sempre vem aprendendo ao longo dos tempos e seu objetivo é de somar para o Município, destacando que o Poder Judiciário deve rever seus trabalhos. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que se os Vereadores não tomarem nenhuma providência poderão entrar para a história

negativa do Município. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Aplausos ao Excelentíssimo Sr. Promotor de Justiça Civil e da Infância e Juventude da Comarca de Miracema, Dr. André Santos Navega, pelo grandes e brilhantes serviços que ele vem prestando frente a Comarca de Miracema, buscando sempre cumprir as Leis com transparência e respeito. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 29/09/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 29 de setembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e oitenta e três da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmos 101, Versículos de 01 à 04. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 22 de agosto de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 140/2019/SMLCC da Secretaria Municipal de Licitação. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César de Azevedo - Ao 1º Vice Presidente da ALERJ, Deputado Jair Bittencourt - Solicitação no sentido de que interceda junto ao DETRO RJ para que esse órgão regularize a linha de ônibus existente (Itaperuna - Rio), via Teresópolis operada há décadas pela Auto Viação 1001, cujo itinerário é: Itaperuna - Laje do Muriaé - Miracema - Santo Antônio de Pádua - Pirapitinga - Além Paraíba - Rio de Janeiro, via Teresópolis) e mantenha as respectivas seções dessas Cidades. Isso se faz necessário tendo em vista que os habitantes dessas localidades, com frequência são surpreendidos com a suspensão de vendas de passagens por parte da Auto Viação 1001, uma vez que os ônibus dessa empresa ficam impedidos de pegarem passageiros nas rodoviárias desses Municípios pelo DETRO e, segundo informações que apuramos, quando param e são surpreendidos pela fiscalização do DETRO sofrem pesadas multas. Sabedores o quanto V. Exa. luta em prol dos habitantes da nossa região, assim pedimos encarecidamente o seu empenho para solucionar esse problema que tanto tem penalizado os moradores e visitantes de Miracema e Laje do Muriaé, que são obrigados a se deslocarem para outros municípios com o objetivo de fazerem suas viagens ao Rio de Janeiro. Aprovado. Continuando, o Vereador Paulo César de Azevedo apresentou o

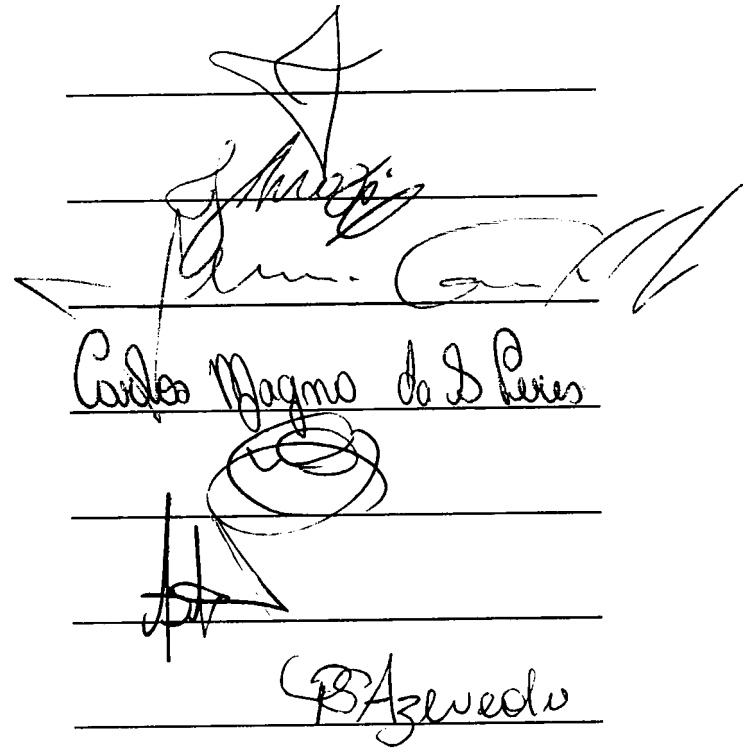
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal que dá nova redação ao inciso XXVIII ao artigo 81 da Lei Orgânica Municipal, de autoria dos Vereadores Paulo César da Cruz de Azevedo, Hugo Fernandes, Maurício Sant'Ana Soares e Carlos Magno da Silva Peres. 02) Vereador Paulo Sérgio da Cruz de Azevedo, em conjunto com o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, solicitou uma Moção de Aplausos para o Sr. Valnio Paiva Carvalho, Presidente do Clube XV de Miracema, o parabenizando pelo excelente trabalho que ele vem realizando na Presidência do Clube, inclusive cedendo as dependências do Clube para eventos do Poder Executivo e do Poder Legislativo, sempre participando ativamente desses eventos. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão na iluminação do Cemitério de Miracema, tendo em vista que mais de cinquenta por cento das lâmpadas se encontram apagadas. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão na iluminação localizada na escadaria Lucy Romão, tendo em vista que no período noturno a referida escadaria se encontra muito escura. Deferido. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a doação de três caminhões de areia para o Campinho localizado no bairro Demétrio, bem como que seja construída uma proteção para as bolas. Deferido. 06) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se o repasse do Asilo está sendo feito regularmente, bem como que seja informado como e qual o valor já foi repassado até o momento. Solicitamos, ainda, que seja informado quais as subvenções sociais indicadas pelos Vereadores que já foram pagas até a presente data. Deferido. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Deputado Federal Áureo - Solicitação no sentido de que sejam destinadas Emendas Parlamentares para o Município de Miracema com o objetivo de construir de uma Creche no Bairro Jove e uma Escola de Primeiro Segmento Bairro Carrapichão. Aprovado. Por fim, O Vereador Maurício Sant'Ana Soares agradeceu a todos que participarem do curso que foi realizado no sábado. 08) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, em conjunto com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, solicitou uma Moção de Aplausos para os Diretores do Auditório Cultural Clarindo Damasceno, Srs. Igor Moreira e Gabriel Ribeiro, extensivo a todos os participantes e dançarinos do Auditório, os parabenizando pela exuberante participação na Cerimônia de Abertura dos Jogos Estudantis do SESC, que ocorreu no Clube XV. Todos os Vereadores irão assinar esta

Moção. 09) Vereador José Augusto Martins - Ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de realizar uma restauração dos suportes e das grades de proteção, além do gramado do Estádio Municipal Plínio Bastos de Barros que estão em péssimas condições. Vale a pena frisar que está chegando o campeonato municipal e o campo não está em boas condições para receber os jogos. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (uma) Mensagem de Veto: **01)** Mensagem de Veto à Lei nº 1.827 de 30/05/2019. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Aimoré da Silva Almeida destacou que após a divulgação de seu projeto pode ser verificado que a maioria das pessoas que possuíam o terreno sujo fizeram suas respectivas limpezas e os casos de doenças diminuíram, entretanto ainda existem alguns terrenos e casas abandonadas que podem trazer risco para a população. Dessa forma, com esse projeto, os munícipes serão obrigados a limparem seus terrenos, sendo que em conversar com o Assessor Jurídico desta Casa Legislativa não foi encontrado nada de anormal no referido Projeto, assim gostaria que os Vereadores apoiassem o Projeto. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares fez a leitura de uma parte da Mensagem de Veto: *"São, pois, de iniciativa exclusiva do prefeito, como chefe do Executivo local, os projetos de lei que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública municipal matéria de organização administrativa e planejamento de execução de obras e serviços públicos"*. Dessa forma, acredita que existe uma inconstitucionalidade no referido Projeto. O Vereador Aimoré da Silva Almeida solicitou que fosse lido o trecho do parecer jurídico desta Casa Legislativa onde diz que o Projeto é legal. O Vereador Presidente Hugo Fernandes fez a referida leitura: *"Quanto a matéria veiculada no Projeto de Lei entende a assessoria jurídica, conforme parecer exarado nos autos do Projeto de Lei, que a mesma se adequada perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa assegurados ao Município insculpidos no artigo 30, inciso I da Constituição Federal"*. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que podemos observar que existe uma discordância entre os pareceres jurídicos do Legislativo e do Executivo. Concluindo, o Vereador Presidente Hugo Fernandes esclareceu que para o veto ser rejeitado será preciso a quantidade de votos referente à maioria absoluta dos Vereadores, ou seja, seis votos, sendo que de acordo com o artigo 65, §4º da Lei Orgânica a votação será realizada de forma nominal e em escrutínio secreto. Com seis votos favoráveis e quatro votos contrários, **o Veto à Lei nº 1.827 de 30/05/2019 foi mantido**. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

convidando para a próxima a ser realizada no dia 29/08/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 26 de agosto de 2019.



Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Maurício Sant'Ana Soares, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Genessi Rodrigues da Silva, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 124, Versículos de 01 e 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 015/2015 da CAPPS respondendo ofício nº 020/2015. Os Vereadores Hugo Fernandes, Genessi Rodrigues da Silva, João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 02) Ofício da FENALEGIS – Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos e Tribunais de Contas Municipais; 03) Ofício do Conselho Municipal de Saúde convidando para reunião no dia 27 de

fevereiro de 2015; 04) Ofício da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0071/2015; 05) Convite para a II Segunda Semana Mais Saúde do Centro de Convivência a ser realizada entre os dias 02 e 06 de março; 06) Ofício nº 089/CGACI/DRPSP/SPPS/MPS do Ministério da Previdência Social respondendo ofício nº 0829/2014. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva, João Siqueira Magalhães e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 07) Ofício do Banco do Brasil solicitando cópia da planta baixa de alteração feita no pavimento da Câmara Municipal de Miracema; 08) Ofício SES/GS/APAR nº 22/2015 da Secretaria Estadual de Saúde respondendo ofício nº 695/2014. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 09) Ofício PMM/SMOU nº 015/2015 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0743/2014. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 10) Ofício nº 010/2015 da Secretaria Municipal de Fazenda sobre a Prorrogação de Audiência Pública, sendo a referida marcada para o dia 13 de março de 2015; 11) Ofício nº 101/2015 da Secretaria Municipal de Educação respondendo ofício nº 0040/2015. Os Vereadores Maurício Sant'Ana e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 12) Ofício PMM/SMOU nº 020/2015 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0216/2014; 13) Ofício PMM/SMOU nº 021/2015 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo ofício nº 0216/2014. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou cópia deste ofício; 14) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de Janeiro de 2015; 15) Notificação do Ministério Público da Comarca de Miracema referente ao ICP 004/2014; 16) Ofício do Gabinete do Vereador João Siqueira Magalhães em conjunto com Vereador Fabrício da Sá Xavier - Ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Luiz Fernando Pezão - Solicitação no sentido de que envide esforços o mais breve possível a fim de que seja estudada com carinho a possibilidade de incluir a rodovia de aproximadamente 25 km, que liga o Distrito de Paraíso do Tobias (Miracema) ao Município de são José de Ubá, na malha rodovia Estadual. Tal solicitação se justifica pelos seguintes motivos: a) rodovia com alta produção agrícola; b) atenderá aproximadamente 35.000 pessoas; c) beneficiará os moradores das duas comunidades; d) rodovia já implantada; e) aumentará os intercâmbios comerciais, educacionais, entre outros. Aprovado. 17) Ofício do Gabinete do Vereador João Siqueira Magalhães em conjunto com Vereador Fabrício da Sá Xavier - Ao Presidente do FUNDERJ - Solicitação no sentido de que envide esforços o mais breve possível a fim de que seja construída uma ponte na RJ 188, no trecho que liga Miracema/Campelo-Paraoquena, objetivando beneficiar os moradores destas localidades. Tal solicitação se

deve ao fato de que a referida rodovia está totalmente pavimentada, sendo que nela existe uma ponte de madeira que prejudica o trânsito, principalmente de veículos mais pesados, tornando-a perigosa pela bifurcação existente no local. Aprovado. 18) Moção de Pesar aos familiares do Sr. Itamar Scott, em virtude de seu falecimento, de Autoria Vereador Fabrício de Sá Xavier. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Secretário Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa a razão pela qual o Projeto das Micro Bacias não está sendo implantado no Município de Miracema, tendo em vista que em outros Municípios da mesma região o Projeto está executado e levando diversos benefícios para os agricultores. Deferido. 02) Vereador Hugo Fernandes - Ao Gerente Executivo da Unidade Operacional SESI/SENAI de Pádua, Sr. Gregory Guzowski - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que o Município de Miracema, dentro das possibilidades, seja comtemplado com uma Etapa Regional ou Nacional do Projeto Ação Global/SESI. Esclarecemos que tal ação será de grande importância para nossa população. Aprovado. Endereço: Avenida João Jasik, nº 740, Bairro Aeroporto – Santo Antônio de Pádua 03) Vereador Hugo Fernandes - Aos Gerentes dos Guichês da Rodoviária - Solicitação, conforme pedido da população, no sentido de que sejam realizadas melhorias no atendimento para compras de passagens. Esclarecemos que a população vem se queixando por estar sendo mal atendida, com poucos funcionários e filas sempre grandes e demoradas. Aprovado. 04) Vereador Hugo Fernandes - Ao Gerente do Banco Itaú - Reiterar ofício nº 184/2013, no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de providenciar cadeiras e senhas para as pessoas que aguardam atendimento para os caixas. Aprovado. 05) Vereador Hugo Fernandes - Ao Gerente dos Correios de Miracema - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de providenciar cadeiras e senhas para as pessoas que aguardam atendimento. Aprovado. 06) Vereador Hugo Fernandes - Ao Gerente Regional da CEDAE, Sr. Geovane Freitas - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa informações sobre como é realizada a cobrança das águas comerciais em Miracema, tendo em vista que está ocorrendo de forma corriqueira a cobrança de multas para quem consome acima do permitido. Esclarecemos que a medição tem ultrapassado os trinta dias, sendo que entendemos que ela deveria ser realizada dentro do mês. Outro detalhe corriqueiro é de que o volume apurado (consumido), mesmo estando abaixo do volume médio o cliente paga o máximo sem ter

consumido. Por que com a crise hídrica se você pagar pelo que não utiliza, não força o cliente a usar o que tem pago sem necessidade? Gostaria da cópia dessas Leis, por que se for o caso iremos solicitar auxílio do Governador do Estado para rever esta situação. Aprovado. 07) Vereador Hugo Fernandes - Aos Secretários Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente, Cultura, Trabalho e Renda, Administração e Assessor Superior; Ao Defensor Público da Comarca de Miracema; Ao Presidente da FAMIRA; Ao Presidente do CMDCA - Convite para participar de uma reunião na Câmara Municipal de Vereadores, no dia 16/03/2015, às 14 horas, para tentarmos realizar no Município uma Ação Social na Praça. Aprovado. 08) Vereador João Siqueira Magalhães, em conjunto com os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Gutemberg Medeiros Damasceno - Setor de Licitação da Prefeitura de Miracema - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa as seguintes informações e cópias: a) cópia do Edital nº 002/2015, que trata do evento do Carnaval 2015; b) cópia do Edital nº 003/2015, que trata da aquisição de kits escolares; c) informar os nomes das firmas vencedores dos editais acima citados, com seus respectivos endereços e números de CNPJ. Deferido. 09) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Gerente Regional da CEDAE, Sr. Geovane Freitas - Solicitação no sentido de que sejam fechadas as ruas que foram abertas para a colocação de tubos de água no Morro do Operário, no Distrito de Paraíso do Tobias. Aprovado. 10) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente da CAPPS - Solicitação no que seja informado a esta Casa Legislativa se o atual gestor está efetuando o pagamento do parcelamento das dívidas, conforme já autorizado em Leis específicas. Aprovado. - 11) Vereador Hugo Fernandes - Solicitou Moção de Aplausos para o Gerente do Bradesco, Agência de Miracema, pelo atendimento da nossa solicitação, com a colocação de longarinas e senhas nos caixas de atendimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) Vereador Hugo Fernandes - Solicitou Moção de Aplausos para os Vencedores do Troféu Jorge Frederico Coelho de Oliveira, concedidos aos campeões do Carnaval 2015, eleitos pelos internautas. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares pediu para que, a partir da próxima Sessão, as Moções sejam feitas durante as explicações pessoais, esclarecendo que o ofício encaminhado para a CAPPS foi respondido de forma intempestiva e que já solicitou a planta baixa da Câmara Municipal na Secretaria de Obras. 13) Vereador Genessi Rodrigues da Silva, em conjunto com o Vereador Gilson Teixeira Sales - Solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Nestor Gonçalves de Lima, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão

assinar esta Moção. 14) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Secretário Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja ampliado o percurso do caminhão que recolhe o lixo urbano domiciliar, estendendo o percurso até a Rua Aristides Carvalho, no Bairro Hospital, pois o lixo já está sendo recolhido na Rua José Márcio M. Barbosa. Deferido. 15) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Sr. Prefeito Municipal de Miracema - Solicitação, com vistas ao Grupo Condutor do Conselho Municipal da Pesssoa com Deficiência e ao Conselho Municipal de Saúde, no sentido de que seja estudada a viabilidade e implementação de um CER – Centro Especializado de Reabilitação Física, a fim de atender as demandas municipais e regionais e indo ao encontro ao plano "VIVER SEM LIMITES" no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, seguindo após aprovação de vossa excelência os trâmites dentros dos respectivos conselhos e posteriormente pactuados na CIB Comissão Intergestores Bipartides e CIT Comissão Intergestores Tripartides. Deferido. 16) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Sr. Prefeito Municipal de Miracema - Solicitação, com vistas à Secretaria Municipal de Saúde, no sentido de que seja estudada a viabilidade de aquisição e ou doação da Secretaria Estadual de Saúde 04 (quatro) Vans para atender os usuários do Sistema Único de Saúde que necessitam de transporte para os grandes centros em busca de especialidades e atendendo de forma mais humanizada os pacientes, neste contexto e seguindo após aprovação de Vossa Excelência os trâmites dentro do respectivo conselho e que conste no Plano Plurianual (PPA), posteriormente pactuados na Comissão Intergestores Bipartides (CIB) e na Comissão Intergestores Tripartides. Deferido. 17) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Exmo. Secretário Estadual de Saúde, Sr. Felipe Peixoto - Solicitação no sentido de que seja feita a avaliação de implantação de Centro de Testagem de "Hepatite c" no interior do Estado, a fim de que atenda a demanda dos moradores do município e redondezas atendendo assim os preceitos de regionalização inerentes ao SUS. Vale ressaltar que tal solicitação se deve ao grande numero de casos sub notificados e que em tempo certo o tratamento se torna 100% eficaz para a população em estado de vulnerabilidade a estes riscos e que está patologia atinge de forma silenciosa um grande quantitativo da população. Aprovado. 18) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Exmo. Secretário Estadual de Saúde, Sr. Felipe Peixoto - Solicitação no sentido de que seja estudada a viabilidade de doação da Secretaria Estadual de Saúde 04 (quatro) Vans para atender os usuários do Sistema Único de Saúde que necessitam de transporte para os grandes centros em busca de especialidades e atendendo de forma mais humanizada os pacientes. Aprovado. 19) A

Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para o Secretário Municipal de Meio Ambiente pela conquista da Presidência no Conselho de Secretários do Meio Ambiente do Noroeste Fluminense. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 20) A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos aos Motoristas da Secretaria Municipal de Saúde, pelos relevantes serviços prestados a comunidade miracemense. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 06 (seis) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Determina que as farmácias de manipulação deverão incluir em seus medicamentos bulas com informações detalhadas para o seu uso. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que as empresas que fazem os medicamentos de manipulação apenas seguem as informações prescritas pelos médicos e não possuem condições técnicas para confeccionar com indicações e contraindicações. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os textos dos artigos do Projeto de Lei estabelecem quais informações devem estar prescritas com o objetivo de que os pacientes tomem os remédios de maneira correta. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** Dá nova Redação ao Art. 3º IV. "Componentes da formulação com as respectivas quantidades, o número de unidades, o peso ou volume contido, e a indicação e contraindicação das doses". Autoria: Vereadores João Siqueira Magalhães e Carlos Magno da Silva Peres. Em votação a referida Emenda teve apenas um voto contrário, do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, e foi aprovada pelos demais. Continuando, em primeira e única votação o Projeto de Lei teve apenas um voto contrário, do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno, e foi aprovado pelos demais, dando origem a Lei nº 1.581, de 26 de fevereiro de 2015. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica determinado que as farmácias de manipulação deverão incluir em seus medicamentos bula com informações detalhadas para seu uso. Art. 2º- Na bula, o farmacêutico deverá inserir uma série de indicações e contraindicações para o uso correto do medicamento. Art. 3º- A presente Lei estabelece que os medicamentos manipulados deverão trazer no rótulo as seguintes informações: I – Nome do médico e do paciente; II – Número do registro da formulação no livro de receituário; III – Data da manipulação e o prazo de validade; IV – Componentes da formulação com as respectivas quantidades, o número de unidades, o peso ou volume contido e a indicação e contraindicação das doses; V – Identificação da farmácia de manipulação (com o CNPJ, endereço completo, nome do farmacêutico responsável com o respectivo número de registro no CRF). Art. 4º-

Fica proibida a retenção da receita e as intermediações de fórmulas entre farmácias de manipulação e drogarias, garantindo ao paciente o direito de informações, não só pela bula, como também, pelo farmacêutico que manipulou o medicamento. Art. 5º- As farmácias terão prazo de 6 (seis) meses para adequação da Lei, a partir da data de publicação. Art. 6º- Caberá ao Executivo a informação, a publicidade, e a fiscalização da Lei, prevendo penalidades e multas conforme Código Tributário Municipal. Art. 7º- Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação. **02)** Projeto de Lei que Denomina de Rodovia Oswaldo Tona Ássimos a uma via pública do Município. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.582, de 26 de fevereiro de 2015. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica denominada Rodovia Oswaldo Tona Ássimos o trecho compreendido entre o trevo da Avenida Carvalho com a RJ 200 (em frente à Escola Municipal Sonia do Amaral Torres), até a divisa de Miracema com Palma - MG. Art. 2º - Fica o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar a referida placa. Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que A Sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, passa a ter nome de Centro Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer "Professora Oraide Alves da Silva". Autoria: Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que não está dando nome ao prédio onde se encontra a Secretaria de Educação e sim nomeando a sede da referida Secretaria. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.583, de 26 de fevereiro de 2015. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Passa se chamar a Sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de, Centro Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer " Professora Oraide Alves da Silva". Art. 2º - Fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer a fixação da placa com a devida identificação, conforme parágrafo 1º da referida Lei. Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.584, de 26 de fevereiro de 2015. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, no cumprimento de minhas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1° -

Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a melhoria na Assistência ao Portador de Deficiência do Município de Miracema, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 03.12 - Fundo Municipal de Assistência Social. Função: 08 - Assistência Social. Subfunção: 242 – Assistência ao Portador de Deficiência. Programa: 0237 – Proteção Social a Pessoa Deficiente. Ação: 2.111 - Proteção Social Especial - Piso-Média Complex./Atend. à Pessoa Defc./APAE. Fonte: 118 - Transferências do FNAS. Valor: R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Fundo Municipal de Assistência Social, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, ocorrerá à conta de anulação parcial de dotação de acordo com o art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **05)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.585, de 26 de fevereiro de 2015. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, no cumprimento de minhas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a melhoria na Assistência ao Idoso do Município de Miracema, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 03.12 - Fundo Municipal de Assistência Social. Função: 08 - Assistência Social. Subfunção: 241 – Assistência ao Idoso. Programa: 0031 – Proteção Social a Pessoa Idosa. Ação: 2.110 - Proteção Social Especial - Piso Alta Complex.I/Atend. à Pessoa Idosa Casa dos Pobres. Fonte: 118 - Transferências do FNAS. Valor: R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Fundo Municipal de Assistência Social, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º.

Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial, ocorrerá à conta de anulação parcial de dotação de acordo com o art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **06)** Projeto de Lei que Altera Disposições da Lei Complementar nº 796/99 por imperiosa necessidade administrativa. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que este Projeto está retirando um direito dos funcionários públicos, sendo que, se o servidor paga a previdência ele possui seu direito garantido. Por isso, acredita que os Vereadores não devem retirar um direito do servidor que trabalha. O Vereador Hugo Fernandes disse que estamos constantemente falando em cortes de despesa, sendo que a atualmente quando o servidor vai ser exonerado de um cargo em comissão ele solicita seu afastamento por licença médica e a Prefeitura continua o pagando e ainda precisa repor o funcionário na função comissionada, gerando o pagamento do mesmo valor duas vezes. Esclareceu que vai apresentar uma Emenda alterando o local onde será acrescentado o novo parágrafo e não vê o Projeto como a retirada de um direito do servidor. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está perplexo com a situação da economia da Prefeitura, entretanto a economia não pode ser feita com os servidores, devendo ser feita de diversas outras formas e não retirando direitos dos servidores. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares perguntou ao Vereador Gutemberg se quando um servidor for Secretário Municipal ele aposenta como secretário. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que existem casos de incorporação de função gratificada, pois caso um funcionário seja nomeado em alguma função gratificada durante um determinado tempo ele pode incorporar este valor ao seu vencimento. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que pesquisou sobre o assunto, sendo que inclusive os dois assessores jurídicos que já trabalharam nesta Casa Legislativa opinaram favoravelmente. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que concorda com a opinião do Vereador João Magalhães sobre a economia em alguns setores e que não aceita fazer economia na saúde e nem na educação, também não concebendo que um cidadão ao ficar doente tenha seu salário diminuído. Esclareceu que os cargos comissionados não são funcionários da Prefeitura, sendo raramente um funcionário concursado e que inclusive se

algum funcionário estiver burlando as regras e possuir um atestado médico falso, o médico deveria responder por seus atos. Por fim, disse que quando uma pessoa adquire uma doença maligna, a economia da família diminuí drasticamente. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou vista do Projeto de Lei, o que foi deferido, esclarecendo que existem três leis sobre este assunto e destacando que é muito difícil para as pessoas questionarem um laudo médico. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares pediu para os Vereadores tentarem analisar alguns Projetos de Lei mais importantes quando eles estiverem tramitando nas comissões. Esclareceu que quando as pessoas são atingidas por alguma doença grave realmente precisam de todo o suporte necessário. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que existem alguns fatos distintos, sendo que os funcionários que não são efetivos vão para a previdência social. Assim a Prefeitura está solicitando que os funcionários só recebam suas gratificações enquanto estiverem exercendo as respectivas funções. Por fim, disse que a Comissão de Saúde poderia solicitar a lista de nomes das pessoas que estão recebendo benefício e verificar se elas estão realizando algum tipo de trabalho particular. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que um morador do Distrito de Paraíso de Tobias e ele lhe informou que ficou um mês sem receber o remédio que era distribuído pela Prefeitura, sendo que a Secretaria de Saúde havia lhe informado que os medicamentos não seriam mais distribuídos no referido Distrito, assim os moradores deveriam se dirigir até Miracema. Por fim, disse que gostaria de deixar seu protesto sobre o cancelamento da distribuição dos remédios em Paraíso do Tobias. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que já existe uma Lei Municipal, de sua autoria, determinado a entrega de medicamentos nas residências dos pacientes. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o documento lido hoje e enviado pela Previdência Social é bastante importante e poderia ser distribuída uma cópia para cada Vereador. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que tomou o conhecimento do fato mencionado pelo Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno e ficou sabendo que no local onde deveria ser distribuído o medicamento deveria ter um farmacêutico. Continuando, parabenizou a sensatez do Vereador Gutemberg ao discutir o Projeto de Lei que não foi votado no dia de hoje, esclarecendo que a real intenção do Projeto é terminar com alguns fatos errados que vem ocorrendo, sendo que existe uma Lei Federal baseando o referido Projeto. Destacou que os Vereadores estão aqui para auxiliar os servidores e não prejudicá-los, uma vez que existem alguns servidores que ao saber que serão exonerados entram de benefício para continuar recebendo o salário e a gratificação.

Dessa maneira, acredita que deveria ser realizada uma análise mais profunda para a concessão das licenças médicas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que realizará alguns exames na cidade de Petrópolis na segunda e terça feiras, por isso gostaria de justificar sua ausência na próxima reunião. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 02/03/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

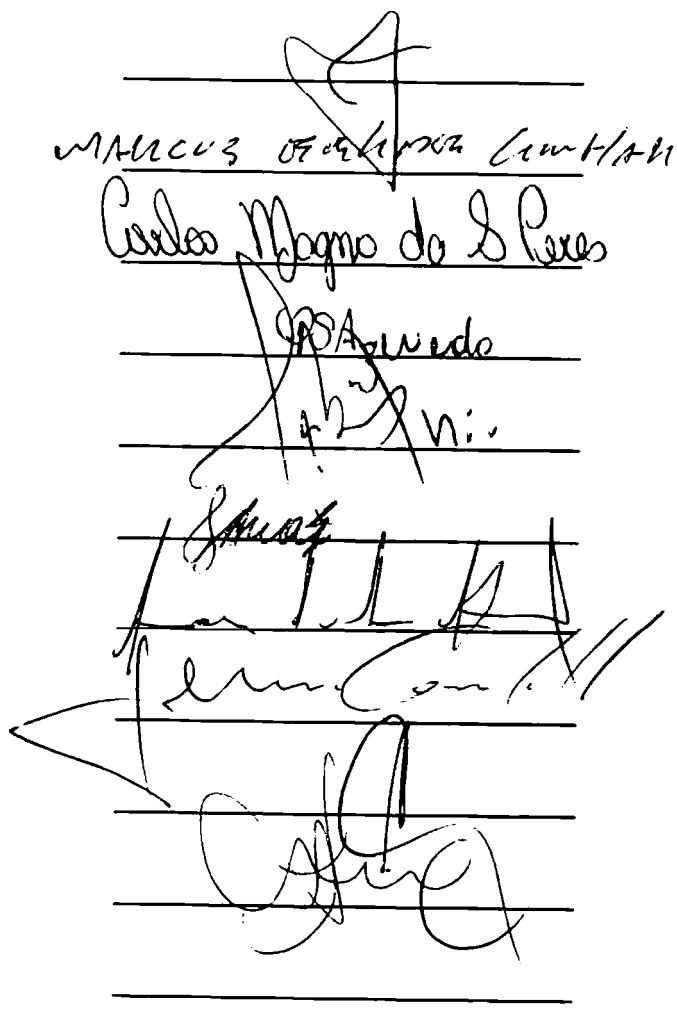
_____

_____

_____

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta e um da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência dos Vereadores Aimoré da Silva Almeida e Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmos 119, Versículos de 01 à 08. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 03/2019 da Secretaria Municipal de Fazenda; 02) Projeto de Lei que Inclui o Março Lilás no Calendário oficial do Município de Miracema, de autoria do Vereador Genessi Rodrigues da Silva; 03) Ofício nº 043/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para os Diretores do "Pererecas Ansiosas", os parabenizando pelo excelente evento realizado no Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o fechamento do bueiro localizado próximo ao nº 667, da Rua Coronel Pedro Bastos, no Distrito de Venda das Flores. Deferido. 03) Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Aplausos para os Srs. Bruno Filemis e José Cléber, bem como todo o Grupo "Bacanas", os parabenizando pelo excelente evento realizado no Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 04) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Saúde, com vista a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma revisão no Posto de Saúde do Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que no local se encontra uma calha jogando água da chuva na porta de madeira, bem como que a referida porta de madeira seja substituída por uma de alumínio, pois ela estragou por

conta das chuvas. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire parabenizou o Prefeito Municipal por ter conseguido resolver a situação do P.U., sendo que ele foi na rádio e disse que o Poder Público vai manter os dois médicos de plantão por 24 horas no P.U. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que na quinta-feira serão realizadas duas Prestações de Contas aqui na Câmara, uma da Secretaria de Saúde e outra da de Fazenda, assim seria interessante a participação dos Vereadores. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que vai fazer a pauta do Projeto de Lei que trata da Caixa de Previdência em duas votações, sendo a primeira na quinta-feira e a segunda depois do carnaval. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 28/02/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2019.



Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e sete, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que na oportunidade ocupava a cadeira do 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres ocupou a cadeira do 2º Secretário. Foram registradas as ausências dos Vereadores Gilson Teixeira Sales, Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier e João Siqueira Magalhães. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 13, Versículos de 01 a 03. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite especial para a Pré-Estreia do Filme "Uma Esperança" no dia 26 de junho, às 19h30min no Teatro Municipal de Trianon, em Campos dos Goytacazes; 02) Convite para a Formatura e entrega de Diploma de Amigo do Tiro-de-Guerra de Miracema, a ser realizado no dia 04 de julho de 2014; 03) Convite para a Tradicional Festa Junina realizada em São Pedro do Bonito; 04) Petição Pública da Associação Nacional dos Municípios Produtores. Os Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Maria José Marques Barros Andrade e Hugo Fernandes solicitaram cópia deste ofício; 05) Ofício nº 852/2014-DAB/SAS/MS do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde respondendo ofício nº 205/2014.

O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou cópia deste ofício; 06) Ofício PMM/SMAS nº 116/2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social; 07) Projeto de Decreto Legislativo que Cria a Comenda Altivo Mendes Linhares de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 08) Projeto de Lei que denomina José Roberto Gonçalves a Unidade Básica da Família de autoria da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade; 09) Ofício PMM/SMAS nº 114/2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social respondendo o ofício nº 337/2014. Os Vereadores Hugo Fernandes e Paulo Sérgio de Azevedo solicitaram cópia deste ofício; 10) Memorando nº 013/2014 do Conselho Municipal de Saúde; 11) Comunicado nº CM124804/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou que fosse encaminhado um Agradecimento à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, extensivo para todos os funcionários, pelo atendimento da solicitação de reparo no bueiro localizado no encontro da Travessa Manoel Miguel Souto com a Rua Melchíades Picanço. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Luiz Henrique, mais conhecido como Lite, para falar sobre o Polo Industrial. Com a palavra, o Sr. Luiz Henrique disse que veio esclarecer alguns fatos sobre a regulamentação do Polo Industrial de Miracema, pois na última sessão surgiram algumas dúvidas aqui na Câmara Municipal, principalmente em uma transferência de terreno envolvendo a empresa Brambila. De início, esclareceu que o Polo possui 26 anos e algumas empresas estão funcionando de forma irregular, pois muitas empresas estão funcionando sem suas respectivas leis de cessão de uso. Destacou que este sendo feito um levantamento de toda a legislação e documentação sobre o local, pois algumas empresas possuem escritura e outras não. Acrescentou que a Prefeitura Municipal está realizando um trabalho de readquirir alguns terrenos que não estão sendo utilizados para que sejam instaladas algumas empresas. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que existe um Projeto de Lei em tramitação nesta Casa Legislativa onde está saindo uma Empresa para a instalação de outra, entretanto os Vereadores não viram nenhum documento comprovando que a Prefeitura já readquiriu a posse do terreno. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que algumas dúvidas vêm surgindo há muito tempo, sendo que os Vereadores querem acabar com a falta de informação da Prefeitura Municipal. Concluindo, disse que os Vereadores precisariam de um mapa do local para que eles possam tirar suas próprias conclusões. Por fim, disse que o Projeto deixa entender que ocorreu uma compra e venda entre as empresas sem a

participação e o conhecimento da Prefeitura, pois não existe nenhum documento comprovando a retomada de posse do terreno pela Prefeitura. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que a preocupação dos Vereadores é se existe ou não um Projeto de Lei que cedeu o terreno pela primeira vez. O Sr. Luiz Carlos esclareceu que existe um Processo Administrativo cedendo o terreno ao primeiro proprietário, sendo que na atual gestão não foi cedido nenhum terreno sem o conhecimento da Câmara Municipal. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que existem diversas cessões de uso sem o respectivo Projeto de Lei. O Sr. Luiz Carlos esclareceu que existem algumas situações que precisam ser e serão resolvidas. O Vereador Hugo Fernandes acrescentou que é preciso dar um ponto final da politicagem realizada com os terrenos, sendo que a Prefeitura deve organizar os terrenos localizados no Polo Industrial para que todos sejam utilizados da maneira correta. O Sr. Luiz Carlos mencionou que existem diversas empresas interessadas em se instalar em Miracema e, por isso, vem organizando todo o histórico da legislação sobre estas questões, sendo que depois serão encaminhados ofícios para todas as empresas para que a Prefeitura possa saber a real situação dos terrenos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o trabalho que vem sendo realizado está sendo magnífico, acreditando que se as Empresas forem acionadas judicialmente realizarão algum acordo. O Sr. Luiz Carlos esclareceu que está obtendo sucesso nos acordos amigáveis, destacando que uma empresa já acionou a justiça e obteve a liminar garantindo sua posse do terreno. O Vereador Hugo Fernandes pediu para o Sr. Luiz Carlos encaminhar estas documentações mencionadas para a Câmara Municipal. O Sr. Luiz Carlos esclareceu que ao concluir a Planta daquela área vai encaminhar a referida imediatamente para esta Casa Legislativa. O Vereador Hugo Fernandes disse que a Câmara Municipal está à disposição para auxiliar nas questões que forem possíveis. O Sr. Luiz Carlos agradeceu a oportunidade de esclarecer estas questões. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que esteve presente na Sessão Solene de Santo Antônio de Pádua e percebeu que eles realizam uma homenagem a algum ex-político que se destacou no Município. Por isso, já conversou com o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno sobre o nome de uma possível Comenda para homenagear um ex político Miracemense. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que quando foi Vereador tentou alterar o nome da Avenida Nilo Peçanha para Avenida Altivo Linhares, acreditando assim que o nome Altivo Linhares seria um bom nome para a Comenda. Acrescentou que a Sessão Solene de Pádua foi muito extensa e deveria ser menor, pois

ficou muito cansativa. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que vem participando das Sessões Solenes da região, destacando que a organização da Sessão Solene da Câmara de Miracema é excelente, sendo a melhor da região e que realmente é importante diminuir o tempo das solenidades. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 30/06/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 30 de junho de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número noventa e nove, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios, Capítulo 20, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite da Câmara Municipal de Italva para a Sessão Solene de entrega de Títulos de Cidadania Italvense e Honra ao

Mérito; 02) Comunicados Nº CM038759/2014, CM038760/2014, CM038767/2014, CM038766/2014, CM038765/2014, CM038764/2014, CM038763/2014, CM038762/2014, CM038761/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação; 03) Convite da Secretaria Municipal de Educação para o I Ciclo de Capacitação que será realizado no dia 30 de maio de 2014, a partir das 8h; 04) Ofício nº 386/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a Conceder Auxílio Financeiro aos Médicos participantes do Projeto Mais médicos para o Brasil; 05) Ofício PRS/SSE/CSO 14646/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gideão Duarte Gonçalves e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 06) Ofício PMM/GAB nº 379/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 046; 07) Ofício PMM/GAB nº 380/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 047; 08) Ofício PMM/GAB nº 381/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 048; 09) Ofício PMM/GAB nº 382/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 049; 10) Ofício PMM/GAB nº 383/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 050; 11) Ofício PMM/GAB nº 384/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 051. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços com o objetivo de resolver os problemas de abastecimento de água da Escola Municipal Clito Laje, tendo em vista que existem notícias de que a referida Escola se encontra sem o regular abastecimento de água. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Prefeito Municipal - Comunicação no sentido de que o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo está deixando de ser o Líder de Governo nesta Casa Legislativa, deixando a referida função disposição do Sr. Prefeito Municipal. 03) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Secretario Estadual de Saúde - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se existe a necessidade de fazer uma Lei Municipal para tratar do pagamento do Auxílio Moradia e Alimentação dos médicos do "Programa Mais Médicos". Tal solicitação se faz necessária uma vez que os noticiários

vêm informando que o referido Programa é uma parceria entre o Município e o Ministério da Saúde, onde o Ministério da Saúde arcaria com os custos necessários, não vislumbrando assim a necessidade de uma Lei Municipal sobre este assunto. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves votou contra o requerimento por não ter o conhecimento da matéria. Os demais Vereadores aprovaram o referido requerimento. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Assessoria do Hemorrede - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Câmara Municipal as seguintes informações: a) Se a Agência Transfusional (ou Banco de Sangue) do Município de Miracema está funcionando. Em caso negativo, informar o motivo; b) Se a estrutura existente está compatível com a necessidade para o devido funcionamento; c) Qual é o médico responsável pela Agência Transfusional. Em caso negativo, informar o motivo; d) Em caso da Agência Transfusional não estiver funcionando, quais seriam as pendências, tendo em vista que o referido serviço é imprescindível para a população. Aprovado. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalado na Rodoviária de Miracema um Quadro com as informações sobre a gratuidade das passagens para os idosos, tais como os documentos que precisam ser apresentados para a obtenção da gratuidade, o número da Legislação que trata da referida gratuidade, entre outros. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Inscrito o Vereador Hugo Fernandes para falar sobre as eleições do Conselho Tutelar e a Secretaria de Promoção Social. Com a palavra, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que gostaria de tratar de dois problemas que vêm correndo em Miracema. Disse que a Lei Municipal que trata das eleições do Conselho Tutelar está sendo desrespeitada, pois existe um Decreto prorrogando os mandatos atuais, quando deveria estar sendo organizada as eleições para conselheiros. Informou que aconteceu uma reunião com a Procuradora do Município e, nesta reunião, os nove Vereadores que estavam presentes concordaram no cumprimento da Lei Municipal já existente, entretanto isto não vem ocorrendo, sendo que existem notícias de que as eleições estão marcadas para o final de novembro. Destacou que esta situação é um absurdo, pois se o Sr. Prefeito não tivesse a intenção de seguir a Lei, ele deveria vetá-la. Dessa maneira, vai encaminhar toda documentação necessária para o Ministério Público da Tutela Coletiva esclarecendo toda a situação, podendo realizar uma

denúncia contra a Prefeitura Municipal pelo descumprimento da Lei Municipal, bem como contra o Presidente do CMDCA, por causa da realização tardia das eleições. Por fim, destacou que o Decreto Municipal deveria prorrogar o mandato dos Conselheiros por no máximo 60 (sessenta) dias, entretanto o referido Decreto não estipula nenhum prazo fixo. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que concorda com as palavras do Vereador Hugo Fernandes e gostaria de assinar a documentação que será enviada. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que o Poder Legislativo é independente do Poder Executivo, sendo que estes documentos poderiam ser encaminhados em nome desta Casa Legislativa, destacando que embora tenha votado contra a Lei Municipal, concorda com o que foi decidido pela maioria dos Vereadores, uma vez que todas as Leis Municipais devem ser regularmente cumpridas. O Paulo Sérgio de Azevedo disse que no Decreto Municipal não existia uma data estipulando quando seriam as eleições, porém a Procuradora Municipal garantiu a realização das eleições no prazo de 60 (sessenta) dias. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que um Decreto Municipal não pode ser maior do que uma Lei sancionada pela Câmara, sendo que a prorrogação de mandato dos conselheiros pode até caracterizar alguma forma de improbidade administrativa. Por fim, disse que esta situação é um absurdo e gostaria de assinar as documentações que serão enviadas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno acredita que o Vereador Hugo Fernandes está com toda a razão, pois o Sr. Prefeito Municipal poderia ter vetado a referida Lei, entretanto o descumprimento de uma Lei votada e sancionada é uma ofensa à Câmara Municipal, por isso também vai assinar a documentação que será encaminhada. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acrescentou que a Prefeitura Municipal já teve todo o tempo necessário para organizar as eleições do Conselho Tutelar e, caso a intenção fosse não cumprir a Lei, o Prefeito Municipal poderia ter vetado a referida. Por fim, disse que na reunião que aconteceu no Gabinete do Presidente desta Casa Legislativa com a Procuradora Municipal ficou acordado que as eleições do Conselheiros seriam realizadas em 60 (sessenta) dias, por isso também vai assinar os documentos que serão encaminhados. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno sugeriu que a documentação juntada fosse também encaminhada Tribunal de Contas do Estado, pois ele também é um órgão fiscalizador do Poder Municipal. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que apesar de

também ter sido voto vencido durante a votação da Lei sobre as eleições do Conselho Tutelar, também concorda com o Vereador Hugo Fernandes, pois as Leis Municipais devem ser cumpridas, assim vai assinar a documentação que será encaminhada. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres disse que também vai assinar a documentação. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que, antes de se manifestar, gostaria de conversar pessoalmente com o Sr. Prefeito Municipal sobre este assunto para tentar encontrar a melhor solução possível. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que possui notícias de que as eleições só seriam realizadas em novembro, porém estas informações não podem ser afirmadas com certeza, por outro lado, o Decreto Municipal aduz que os mandatos conselheiros seriam prorrogados até o acontecimento das eleições. Por fim, destacou que já conversou com todas as pessoas possíveis buscando uma solução sobre o este problema. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a votação do Projeto de Lei foi bastante complexa, sendo que ela foi realizada em novembro do ano passado, com isso já teve tempo suficiente para organizar as eleições. O Vereador Hugo Fernandes destacou que não possui nada pessoal contra o Presidente do CMDCA e nem contra os Conselheiros Tutelares, mencionando que o Conselho Tutelar marcou uma reunião e nenhum representante do Governo compareceu, acreditando que as Leis Municipais devem ser regularmente cumpridas. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que também vai apoiar o cumprimento da Lei. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade disse que também vai apoiar o Vereador Hugo Fernandes. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes disse que na sexta-feira começou um trabalho de conversar com a população através do Facebook, assim uma cidadã lhe pediu a ajuda para adquirir uma cesta básica. Dessa maneira, disse que iria encaminhar o pedido de cesta básica para a Secretaria de Promoção Social, sendo que entrou em contato imediatamente com a referida Secretaria. Na conversa com uma funcionária da Secretaria de Promoção Social ele informou a situação da cidadã, sendo que seria realizado um estudo socioeconômico para verificar a situação da pessoa que precisa da cesta básica de maneira urgente. Com isso, ele informou para a cidadã que estava pedindo a cesta básica que seu problema seria resolvido de maneira urgente. Continuando, disse que, de acordo com as conversas, acreditava que a situação tinha sido resolvida, porém ao encontrar com a pessoa que lhe pediu a cesta básica ficou

sabendo que ela, até hoje, não tinha recebido os alimentos. Assim, ficou surpreso com a falta de seriedade e compromisso da Secretaria de Promoção Social, uma vez que o ocorrido é um absurdo, pois a fome não pode esperar e a pessoa estava precisando dos alimentos de maneira urgente. Concluindo, disse que o governo municipal precisa "dar uma chacoalhada", pois está vendo boas intenções com as obras do Estado dentro do Município, entretanto o Município vem falhando em questões básicas. Destacou que os relatórios encaminhados pela Secretaria de Promoção Social a esta Casa Legislativa são mais caros que as cestas básicas e que não está entendendo a destinação das cestas básicas mencionadas nos relatórios, pois a população miracemense vem sendo muito mal atendida. Destacou que a própria assistente social que trabalha na Secretaria afirmou que a situação da cidadã era urgente e não poderia ficar muito tempo esperando os alimentos. Por fim, disse que os Vereadores foram eleitos pelo povo, assim eles devem representar a população, sendo que o Prefeito Municipal não está sabendo de diversos assuntos, por isso acredita que ele deveria substituir algumas pessoas. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.510, de 26 de maio de 2014: O Prefeito Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando o atendimento a Resolução CNAS nº 5 de 13 de Março de 2013 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Conselho Nacional de Assistência Social, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 03.12 - Fundo Municipal de Assistência Social; Função: 08 - Assistência Social; Subfunção: 244 – Assistência Comunitária; Programa: 0239 – ACESSUAS TRABALHO; Ação: 2.234 - Manutenção do Programa ACESSUAS Trabalho; Fonte: 123 – ACESSUAS; Valor: R$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Fundo Municipal de Assistência Social, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Credito Adicional Especial, advêm da

Resolução CNAS nº 005 de 13 de Março de 2013 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Conselho Nacional de Assistência Social, que aprova as metas e os critérios de partilha para o cofinanciamento federal, do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho, em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.511, de 26 de maio de 2014: O Prefeito Municipal de Miracema, aprova e eu, Prefeito Municipal de Miracema, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando o atendimento as Resoluções CNAS nº 1 e CIT nº 1/2013 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Conselho Nacional de Assistência Social, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 03.12 - Fundo Municipal de Assistência Social; Função: 08 - Assistência Social; Subfunção: 243 – Assistência a Criança e Adolescente; Programa: 0240 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo; Ação: 2.235 - Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - Criança e Adolescente; Fonte: 124 – SCFV; Valor: R$ 215.434,26 (Duzentos e quinze mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte e seis centavos); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Fundo Municipal de Assistência Social, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Credito Adicional Especial, advêm das Resoluções CNAS nº 1/2013 e CIT nº 1/2013 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Conselho Nacional de Assistência Social, que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e da outras providencias, em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.512, de 26 de maio de 2014: O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando o atendimento as Resoluções CNAS nº 1 e CIT nº 1/2013 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Conselho Nacional de Assistência Social, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 03.12 - Fundo Municipal de Assistência Social; Função: 08 - Assistência Social; Subfunção: 241 – Assistência ao Idoso; Programa: 0240 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo; Ação: 2.236 - Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – Idoso; Fonte: 124 – SCFV; Valor: R$ 51.187,33 (Cinquenta e um mil, cento e oitenta e sete reais e trinta e três centavos); Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - Fundo Municipal de Assistência Social, enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º. Art. 3° - A fonte de recursos para o referido Credito Adicional Especial, advêm das Resoluções CNAS nº 1/2013 e CIT nº 1/2013 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Conselho Nacional de Assistência Social, que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, pactua os critérios de partilha

do cofinanciamento federal, metas de atendimento do publico prioritário e da outras providencias, em conformidade com o disposto no art 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que um funcionário da Prefeitura Municipal lhe procurou com uma documentação interessante sobre os valores dos salários, com isso, conseguiu observar que com o passar dos tempos ocorreu uma espécie de achatamento salarial tendo início em 2001 até a presente data. Dessa forma, a prioridade do governo deveria ser a elaboração e confecção de um novo plano de cargos e salários, pois várias categorias funcionais da Prefeitura estão aborrecidas com a perda do poder aquisitivo com o passar dos anos, sendo eu os servidores que trabalham insatisfeitos não possuem a vontade de acertar, destacando que houve uma época em que os funcionários chegaram a colocar areia dentro dos motores dos veículos para eles pararem de funcionar. Concluindo, pediu para os Vereadores conversarem com o Sr. Prefeito Municipal para que ele atualize o plano de cargos e salários, mencionando que a Prefeitura Municipal está alterando a data do pagamento dos salários, que sempre era realizada na última sexta-feira do mês, podendo assim ocasionar mais insatisfação dos servidores. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que está deixando a liderança do governo porque não vem concordando com algumas atitudes, destacando que ficando sabendo das atitudes do Prefeito aqui na Câmara Municipal, quando na verdade deveria ficar sabendo diretamente da Prefeitura. Acrescentou que alguns Secretários Municipais não valorizam os Vereadores, realizando atitudes lamentáveis. Esclarece que, infelizmente, o atual Secretário de Governo está deixando seu cargo, sendo que ele é um dos poucos que trabalha com competência. Por fim, destacou que também está abandonando a liderança do governo por causa da falta de comunicação entre os Secretários e os Vereadores, agradecendo a oportunidade dado pelo Prefeito

Municipal, deixando claro que vai se afastar da Liderança para defender melhor o Prefeito Municipal, pois vai buscar fiscalizar o trabalho de todos os Secretários, uma vez que é lamentável o caminho que o Município está tomando por conta de algumas pessoas incompetentes. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres elogiou o trabalho do que o Sr. Leonardo vem realizando como funcionário da Secretaria de Agricultura, principalmente por ele ter conseguido realizar um serviço que estava sendo esperado por muito tempo. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que os gestores municipais devem valorizar seus funcionários, dessa maneira todos os Vereadores poderiam encaminhar um documento ao Sr. Prefeito explicando a situação dos salários dos funcionários. Destacou que foi Secretário Municipal de Assistência Social durante um tempo e sempre buscou atender a população miracemense, contribuindo de forma efetiva e afetiva com a população. Acrescentou que vem pedindo os saldos bancários de todos os procedimentos realizados pela Secretaria Municipal de Promoção Social para analisar seus trabalhos com os munícipes, mencionando que a situação do Município não poderá ser resolvida apenas com apenas 8 (oito) cestas básicas por mês. Por fim, destacou que conseguiu trazer diversas coisas a custo zero para o Município de Miracema. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. José Lourival da Silva, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, disse que a atual situação da água do colégio Clito Laje lhe chamou a atenção, pois os alunos estão ajudando a carregar água devido a um problema que vem ocorrendo com o abastecimento, sendo que todos os erros serão demonstrados no relatório final das visitas aos colégios municipais, destacando que também existem obras incompletas no colégio. Acrescentou que estão faltando recursos ao Poder Público para atender as pequenas necessidades da população miracemense e que os Secretários Municipais não podem deixar a situação chegar neste ponto, uma vez que muitos não possuem interesse nos problemas do Município. Por fim, disse que o achatamento salarial vem ocorrendo devido as inúmeras contratações realizadas pelo Município, sendo que o gestor é sempre a última pessoa a saber dos problemas municipais, pois seus empregados não falam verdades. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves informou que está preocupado com a potabilidade da água fornecida à Escola Clito Laje, pois tem motivos para duvidar da qualidade da referida, assim orientou a Diretora do Colégio para que não utilizasse a referida água, destacando que ela também está preocupada a qualidade da água fornecida pela CEDAE. Continuando, disse que o principal achatamento de salários ocorreu durante o governo do Carlos Roberto, destacando que apesar de existirem muitos

contratados, todos eles trabalham com muito zelo e são cumpridores de seus deveres. Por fim, destacou que gostaria de deixar pronto todos os pareceres dos Projetos de Lei em andamento nesta Casa Legislativa, bem como realizar a votação dos referidos Projetos. O Vereador Hugo Fernandes disse que na próxima quinta feira será realizada apenas a votação do Projeto de Lei que trata das Diretrizes Orçamentárias, destacando que ele deve ser votado em pauta única. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que não gostaria de atropelar o andamento dos Projetos, entretanto deseja realizar a votação, nem que seja apenas a primeira, dos Projetos em tramitação nesta Casa Legislativa. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que alguns Projetos de Lei ainda estão no Jurídico ou no Controlador Interno desta Casa Legislativa, por isso ainda não estão aptos para serem analisados pela Comissão. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Plenário pode definir esta questão. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que entende a o desejo do Vereador, porém quinta-feira já será realizada a votação da LDO. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a LDO poderia ser votada na segunda feira. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves destacou que não está pedindo para os projetos serem votados em primeira e única votação. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que as Comissões deveriam definir estas questões, uma vez que alguns Projetos ainda estão na Assessoria Jurídica. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que vai conversar com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo para definir esta situação. O Vereador Gilson Teixeira Sales alertou que na região ocorreram alguns casos de morte por causa da mordida de um carrapato, sendo que as pessoas mordidas acabam morrendo rapidamente, sem tempo de tratamento. O Vereador Hugo Fernandes disse que poderia ser encaminhado um ofício à Secretaria de Saúde para prevenir a ocorrência desta doença em Miracema. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que esta é uma situação local, assim, dificilmente este problema chegará em Miracema. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse apenas as pessoas que passaram dificuldades podem falar o que é fome, sendo que passou uma época em que pão era luxo em sua casa. Dessa maneira, acredita que é muita falta de sensibilidade a negação de uma cesta básica, destacando que já propôs para algumas pessoas comparecerem nesta Casa Legislativa para que pudesse ser formalizado um documento para que estas situações fossem resolvidas. Acrescentou que o achatamento salarial é um problema que se iniciou no governo do Carlos Roberto, sendo que ele acabou ocorrendo por conta de algumas falhas nas gestões. Destacou que a população está muito insatisfeita com a situação do país, pois os Hospitais e Escolas Públicas vêm sofrendo com a falta de

estrutura, por isso todos as pessoas devem fazer sua parte para que o governo funcione regularmente. Por fim, disse que a situação de Paraíso estava complicada e o Sr. Prefeito ficou indignado, pois não sabia a atual realidade do Distrito. Dessa maneira, gostou da iniciativa do Sr. Prefeito de comparecer pessoalmente ao Distrito para verificar os problemas de Paraíso do Tobias. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 29/05/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 29 de maio de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta e sete, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloi, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ, e; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ, sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Maurício Sant'Ana Soares, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 145, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Requerimento do Gabinete do Vereador João Siqueira Magalhães para o Secretário Estadual de

Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida; 02) Ofício nº 264/15 do Ministério Público da Tutela Coletiva/Núcleo Pádua referente ao IC 020/215; 03) Ofício SME nº 0191/2015 da Secretaria Municipal de Educação. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vista ao Setor responsável pela Dengue, no sentido de que seja realizada uma limpeza e uma ampla fiscalização no cemitério de Miracema, tendo em vista que o local é uma grande área de risco para a proliferação dos mosquitos transmissores da dengue. Deferido. O Vereador Carlos Armando de Azevedo esclareceu que diversas pessoas já lhe procuraram reclamando dos mosquitos da dengue. 02) O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para o Dr. Marcos Roberto dos Reis Lang e demais familiares, em virtude do falecimento da Sra. Ruth dos Reis Lang. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Ronaldo Righi, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Dr. Maurício Monteiro para falar sobre o a Situação do Prédio do Rotary. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Dr. Maurício disse que em conversa com a pessoa que tem o contato com a CBF lhe foi dito que a resposta da CBF ainda iria demorar mais um pouco. Entretanto, que veio no dia de hoje informar que conseguiu do Sr. Geraldo Rossi as telhas e caibro para reformar o telhado do Aero Clube, sendo que veio pedir para que a Câmara solicite ao Prefeito o empréstimo de dois pedreiros e um servente para realizar as obras necessárias. Dessa forma, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou que seja encaminhado um Requerimento ao Sr. Prefeito Municipal, no sentido de que envide esforços a fim de que seja emprestado dois pedreiros e um servente para a realização de uma obra no local onde funciona o Rotary e Associação Comercial de Miracema. Continuando, o Dr. Maurício Monteiro esclareceu que conseguiu um espaço na mídia e vai revelar toda a trama que ocorreu com a Associação Atlética. Assim, fez a leitura do mandado de citação, onde consta que a sede da Associação Atlética não foi encontrada, sendo que inclusive a citação por Edital não foi publicada em Miracema. Afirmou que que está triste porque perderemos mais clube, sendo que inclusive já está mal visto no clube em que foi Presidente, pois as pessoas querem vender o clube.

Destacou que não tem nada de pessoal contra os advogados que ingressaram com a causa em nome dos seguranças. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que tem o conhecimento de que o pessoal que joga bola no local está trabalhando para pagar a dívida existente. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno perguntou se o pode ser feito um recurso para o Tribunal Regional do Trabalho. O Dr. Maurício disse que o processo já foi encerrado. O Vereador Carlos Armando de Azevedo perguntou se o Desembargador Marcos Faver tem o conhecimento destes fatos. O Dr. Maurício acredita que não, pois este problema só foi descoberto muito tempo depois. Por fim, disse que o Sr. Adilson Dutra lhe pediu para trazer ao conhecimento desta Casa Legislativa que o Sr. José Maria Aquino está bastante idoso, assim os Vereadores poderiam conceder algum tipo de diploma ou homenagem para ele. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que no início de seu governo fez uma homenagem para todos os jornalistas nascidos em Miracema e o Sr. José Maria Aquino também foi homenageado. O Dr. Maurício esclareceu que ele se colocou o a disposição para ajudar a Associação Atlética. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que com certeza ele será homenageado. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para o Sr. Geraldo Rossi, pela doação realizada em favor da Associação Atlética Miracema, bem como pelas frequentes doações comunitárias que ele realiza. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que existe um cidadão em Miracema que é sobrinho do Zezé Moreira e está fazendo uma exposição na Praça Dona Ermelinda. Esclareceu que ele é um pintor espetacular, tendo inclusive pintado diversas fazendas que ele frequentou no tempo que era criança, sendo que a exposição está muito bonita, por isso convida todos os Vereadores para verem a exposição. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Aplausos para o Sr. João Batista de Freitas pela bela exposição de pinturas que está sendo apresentada na Praça Dona Ermelinda. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos para a escritora Vera Linda pelo lançamento do livro Princesa Borboleta. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos Secretário Municipal de Cultura, Eduardo Fíngolo, pelo trabalho que ele vem apresentando com o

Projeto Giro Cultural, destacando que Miracema precisava de uma Secretaria Municipal de Cultura. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, esclareceu que recebeu por e-mail uma informação sobre o pagamento dos professores e, em breve, este documento chegará nesta Casa Legislativa. Informou que participou da Audiência Pública de Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde realizada nesta tarde, sendo que ficou feliz ao perceber as algumas coisas estão evoluindo no Município. Dessa forma, pode observar o brilhantismo da atual Secretária de Saúde deste Município, acreditando que a Secretaria nunca foi tão bem representada. Acrescentou que percebeu a existência de uma luz no fim do túnel, sendo que 97% (noventa e sete por cento) do orçamento da saúde foi cumprido, a estrutura de trabalho melhorou muito e os PSF's melhoraram bastante o atendimento. Destacou que o P.U. é o local onde é feito todo o trabalho de atendimento da população de Miracema, bem como que foram feitos diversos atendimentos no serviço social. Esclareceu que estamos observando alguns casos de dengue acima da média, entretanto a equipe está realizando seu trabalho. O Vereador Hugo Fernandes solicitou uma Moção de Aplausos para a Secretária de Municipal de Saúde, a Sra. Andréia, estendida para toda sua equipe, pelo brilhante trabalho que ela vem apresentando na referida Secretaria, trabalhando com muita honestidade, dedicação e transparência. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Por fim, destacou que a população praticamente não participou da Prestação de Contas e que o Conselho da Saúde foi representado pelo Sr. Marco Moura, aduzindo que se o Secretariado Municipal tivesse a metade da competência e força de vontade do Sr. Leonardo e da Andréia, o Município estaria numa situação muito melhor. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que está feliz com as palavras do Vereador Hugo Fernandes, pois sabemos que a saúde é uma área muito delicada e complexa. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade esclareceu que concorda com as palavras do Vereador Hugo Fernandes e ficou muito feliz com o trabalho apresentado pela Secretária de Saúde. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para a Orientadora Odontológica do Município de Miracema e toda sua equipe, pelo brilhante trabalho que ela vem apresentando, exercendo sua função com muita honestidade, dedicação e transparência. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando

para a próxima a ser realizada no dia 06/04/2015, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 26 de março de 2015.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

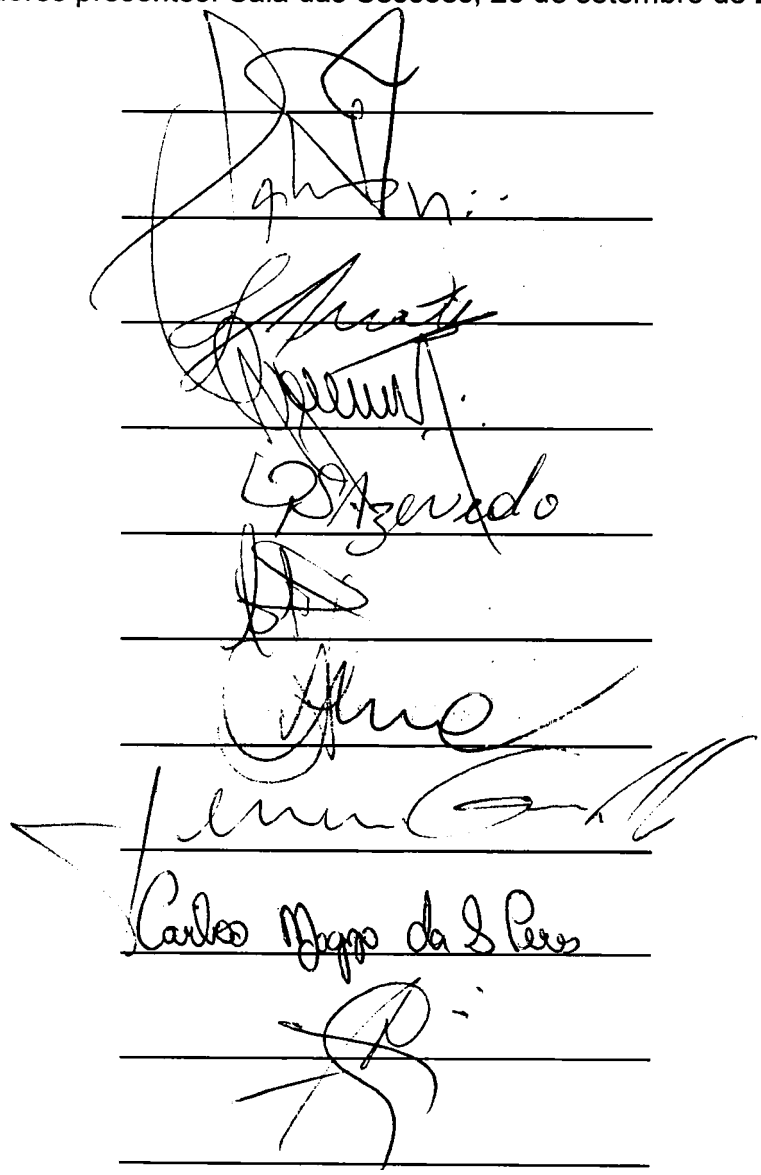
_____

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e noventa e dois da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Paulo Sérgio de Azevedo, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Aimoré da Silva Almeida e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Hugo Fernandes, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 08, Versículos de 01 à 09. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 23 de setembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Declaração do Gabinete do Deputado Federal Hugo Leal – PSD/RJ; 02) Convite da Paróquia Santa Teresinha. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que, conforme solicitação dos usuários da quadra no Estádio Municipal Plínio Bastos, seja realizada a recuperação do quadro e da instalação elétrica, tendo em vista a prevenção e a segurança dos Munícipes, pois todas as vezes que o local é utilizado, inclusive nas festividades de aniversários, vem apresentando curtos e princípios de incêndio, causando assim um grande perigo aos usuários e convidados. Deferido. 02) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que, conforme solicitação dos usuários do Estádio Municipal Plínio Bastos, que seja realizada a instalação dos moirões, já adquiridos, nos alambrados, com o fito de trazer maior segurança e conforto aos jogadores e aos torcedores na prática desportiva. Deferido. 03) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Secretaria Municipal de Educação - Encaminhando cópia da ata da Sessão do Dia 23 de setembro de 2019, bem como cópia da Lei Municipal nº 1.846 de 2019, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis. 04) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Ministério Público da Tutela Coletiva - Solicitação no sentido de que sejam tomadas as medidas

cabíveis em relação aos ofícios não respondidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, esclarecendo que a Empresa "Souza e Peres" não vem realizando seus devidos trabalhos, descumprindo assim o contrato existente com o Município, especialmente em relação a poda de árvores e a limpeza. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Pequeno Expediente. Inscrito o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo para falar sobre Educação. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que hoje participou, no IFF de Pádua, sobre a Semana de Divulgação Cientifica Cultural do Campos de Pádua, sendo que em seu primeiro mandato conseguiu trazer um curso de Segurança do Trabalho para Miracema e também tentou trazer o IFF para Miracema, quando ele ainda não existia em Pádua. Entretanto, infelizmente não foi dado prosseguimento ao trabalho e os cursos fecharam as portas, destacando que é muito difícil conseguir as coisas para o Município de Miracema. Dessa forma, gostaria de falar sobre a Escola Militar que será instalada em Miracema, sendo que o passo inicial foi seu requerimento ao Governador do Estado. Destacou que precisa que o Poder Legislativo faça uma reflexão sobre a importância de uma Escola Cívico Militar em Miracema, pois ela apresenta uma nova versão de educação, esclarecendo que nessa escola vão estudar apenas as crianças que se encaixarem no perfil e que os pais aceitem, pois tanto os pais como os alunos devem concordar com o regimento escolar. Informou que as escolas irão oferecer diversas atividades, inclusive com ênfase nas atividades físicas e oferecendo as refeições diárias para os alunos. Disse que em Miracema temos um problema muito sério, pois alguns pais e servidores estão preocupados em qual escola será instalada a Escola Cívico Militar, por isso gostaria de contar com os Vereadores para fazermos uma reflexão sobre o assunto, sendo que várias escolas foram visitadas e essa é uma oportunidade única, assim precisamos aproveitar e aceitar a situação nesse momento, ou perderemos essa oportunidade. Destacou que precisamos de compreensão nesse momento, pois será uma situação transitória para o Município e não estaremos fechando uma escola e sim conseguindo algo pro futuro, acrescentando que essa Escola Cívico Militar não está à disposição de todos os Municípios do estado do Rio de Janeiro e Miracema é uma das poucas cidades escolhidas, sendo que nós fomos o primeiro Município a solicitar uma Escola assim. Esclareceu que não iremos fechar uma Escola Municipal e sim ceder um prédio, sendo que prédio é fácil de conseguir, o difícil foi conseguir uma Escola Cívico Militar, acrescentando que se compromete a buscar verbas para a construção de um novo prédio, com o objetivo de substituir o que foi cedido. Entende que precisamos oferecer

uma boa educação a nível de segundo grau e que teremos uma Escola em Miracema que será referência, atraindo alunos de todas as regiões. Mencionou que, inclusive não teria perfil para ser um militar, mas não é por isso que não quer algo de qualidade para o Município, sendo que os professores também deverão ter o perfil necessário para a Escola, acrescentando que a Escola terá uniforme, hora exata de entrada e saída e diversas regras. Dessa maneira, gostaria de contar com a compreensão dos Vereadores sobre esse assunto, pois o Município vai ceder alguma escola, mas ainda não sabe qual, assim pede paciência para esse período de transição. Esclareceu que o Município vai ceder o prédio vazio, pois até os móveis são padronizados. Por fim, disse que o Prefeito e o Secretário precisarão ser fortes para atender a população e não perder essa oportunidade, sendo que teremos professores e alunos que virão de fora do Município, assim pede aos Vereadores para analisarem esta oportunidade. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que entende a fala do Vereador Paulo César, sendo que o ideal seria fazer uma seletiva para a escolha dos alunos, destacando que precisamos ter êxito em conjunto para que as coisas boas aconteçam em Miracema. Por fim, disse que poderíamos buscar um espaço ideal para a implantação da Escola sendo que foram citados o Sítio do Jatobá e a antiga EMOP. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que em seu requerimento chegou a sugerir algumas escolas que poderiam diminuir o impacto em Miracema, assim sugeriu o Instituto de Educação de Miracema, a Escola Municipal Prudente de Morais e a Escola Municipal Sônia Torres do Amaral, entendendo que o Sítio Jatobá não possui perfil para a instalação de uma Escola Cívico Militar, pois o local não possui infraestrutura adequada. Esclareceu que os técnicos visitaram as três escolas sugeridas e o Colégio João Bueno, sendo que inclusive na época foi feita uma crítica dizendo que ele ia perder voto, mas trabalha pensando no futuro de Miracema e o voto é uma consequência. Por fim, disse que a gerência da Escola será a nível estadual e o custo será do Estado. Continuando, o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo convidou o Vereador Aimoré da Silva Almeida para fazer a entrega de uma Moção de Aplausos para o jovem Rodolfo Fernandes da Silva. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que a Câmara Municipal de Miracema faz esta homenagem com muita satisfação, pois o Rodolfo vem se destacando demais no mundo da música, mostrando que é importante não parar de lutar por nossos sonhos e persistir sempre, nunca desistindo de seus objetivos. O jovem Rodolfo agradeceu ao Vereador Aimoré e aos demais Vereadores pelo reconhecimento de seu trabalho e de sua luta, destacando que esse reconhecimento é importante para todos os jovens de Miracema que estrão lutando por seus sonhos, pois só

quem está diretamente envolvido sabe as dificuldades que enfrentam e conhecem a luta que precisam batalhar. Disse que na nossa região é muito difícil ser reconhecido por nosso trabalho, sendo que todos os grupos musicais de Miracema correm atrás de seus sonhos e realizam seus projetos, sendo que sem ajuda e sem força a gente não é ninguém. Por fim, agradeceu a homenagem recebida e torce para todos grupos musicais possam ter a mesma oportunidade. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 30/09/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 26 de setembro de 2019.



Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e quarenta e três, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Aimoré da Silva Almeida, Maria Alessandra Leite Freire, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Fabrício de Sá Xavier, Hugo Fernandes, José Augusto Martins, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo Sérgio de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Aimoré da Silva Almeida, solicitou à Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, 1ª Secretária da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Paulo César de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, que fizesse a leitura do seguinte texto biblico: Salmo 05, Versículos de 01 à 04. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou à Primeira Secretária da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Oficio PRS/SSE/CSO nº 40295/2018 encaminhando a Prestação de Contas de Governo Municipal referente ao exercício de 2017. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja destinado recursos próprios para o término da obra na Praça da Juventude, em parceria com as comunidades da Vila José de Carvalho e Vila Nova, pois a conclusão da referida obra será de grande importância para o Município de Miracema. Deferido. 02) O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Pesar aos familiares do Sr. Paulo Sérgio Pereira, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou uma Moção de Aplausos para o radialista Carlos Fera, o parabenizando pelo programa "Vitrine Cultural", apresentado aos sábados na Rádio 87,7 Fm, sendo o programa líder de audiência no horário. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal - Considerando que a Câmara Municipal realizou economias, através do emprego

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 287 DE 01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/2019
ASS.:

exímio de suas finanças, e por isso, está devolvendo aos cofres do município valores consideráveis; Considerando que ao Legislativo não cabe direcionamento e execução de despesas, contudo pode esse indicá-las ao executivo, e ainda, com emprego do art. 63, parágrafo único, por analogia. Considerando que temos excelentes instituições em nosso município as quais desenvolvem um ótimo trabalho e passam na atualidade por dificuldades financeiras: Encaminho indicação no sentido de que sejam repassados para as seguintes instituições, os seguintes valores: APAE → R$ 5.000,00; ADAVMIR → R$ 5.000,00; ASILO SÃO VICENTE DE PAULA → R$ 5.000,00. Aprovado. Todos os Vereadores irão assinar este requerimento. 05) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública - Solicitação no sentido de que seja realizada com urgência uma vistoria na Rua do Café, no Bairro Hospital, na escadaria do Clésio do Cerly, tendo em vista que uma árvore se encontra com seus galhos em volta da fiação de transmissão de energia, o que pode gerar fuga de energia e elevado risco de acidentes. Deferido. 06) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada com urgência uma vistoria na Rua do Café, no Bairro Hospital, na escadaria do Clésio do Cerly, tendo em vista que uma árvore se encontra com seus galhos em volta da fiação de transmissão de energia, o que pode gerar fuga de energia e elevado risco de acidentes. Deferido. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja enviado para esta Casa Legislativa o organograma da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista que toda a parte burocrática já está pronta, aguardando somente o encaminhamento para apreciação e votação do plenário. Deferido. 08) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja elaborado com máxima urgência um plano de cargos e salários para os Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, exigido pelo TCE/RJ desde o Governo anterior. Deferido. 09) A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. Mário, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 10) A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou uma Moção de Pesar para os familiares do Sr. "Giu", em virtude de seu falecimento. Todos

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 287 DE 01 2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01 2019
ASS.:

os Vereadores irão assinar esta Moção. 11) A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Sra. "Fan", em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja resolvido a situação na Rua Jandira Alvim Braga, próximo ao nº 253, tendo em vista que caiu um pedaço da rua. Solicitamos que seja instalado uma espécie de corrimão no local para evitar a queda das pessoas, bem como a construção de uma barreira para a água não descer para as ruas de baixo. Continuando, o Vereador Aimoré da Silva Almeida agradeceu aos professores pela moção de repúdio recebida por alguns funcionários e pelos parabéns recebido por outras pessoas pela retirada do Projeto de Lei sobre o Magistério de votação. Esclareceu que não adiou a votação do Projeto de Lei de qualquer jeito, pois estava aguardando um documento do Prefeito e o referido documento chegou apenas na data de hoje. Informou que durante os dois anos de seu mandato como Presidente da Câmara devolveu quase meio milhão de reais para a Prefeitura, sendo que inclusive este dinheiro vai ser destinado ao pagamento de funcionários agora no final do ano. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Revoga as Lei 1.367/2011 e 1.618/2015, e disciplina a Instituição do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Miracema. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares solicitou que o Projeto fosse votado em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. O Vereador Fabrício de Sá Xavier informou que foi realizada uma reunião com alguns diretores, professores, com o Secretário de Educação, com o Presidente do Sindicato e alguns Vereadores e foi decidido que seriam realizadas algumas emendas no referido Projeto de Lei. O Vereador Hugo Fernandes disse que as emendas foram frutos de uma reunião entre o Sindicato, o Secretário de Educação, alguns Vereadores, os diretores e os professores, sendo que houve aproximadamente noventa por cento de convergência entre as ideias. Esclareceu que a valorização dos diretores é muito importante, sendo amplamente favorável, pois existe uma discrepância muito grande de gratificações entre os diretores. Destacou que este Projeto vem para fazer justiça para os diretores a partir

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 284 DE 01/02/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/02/2019
ASS.:

do ano de 2019, mencionando que a partir do ano que vem sua meta será lutar para fazer justiça com as cantineiras e as serventes. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que é funcionária pública e nunca ficaria contra nenhum projeto com o objetivo de favorecer os funcionários de qualquer classe. Espera que o pedido do Vereador Maurício seja atendido com a futura confecção do Plano de Cargos na Área da Saúde. Por fim, disse que não gosta de ver as classes de funcionários desunidas, esclarecendo que todos terão a oportunidade de conseguir um trabalho melhor. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o pilar de qualquer crescimento é a educação, tendo ficado muito satisfeito com o artigo 33 do Projeto de Lei que resgatou o adicional de 5% (cinco por cento) para os servidores que completarem o tempo necessário para a aposentadoria integral. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que está como Vereador há seis anos e não consegue ver uma gestão pública diferente de uma gestão privada, pois um funcionário feliz com certeza vai produzir mais. Esclareceu que um servidor valorizado com certeza trará melhores frutos, destacando que algumas pessoas nascem líder e possuem o dom da liderança, pois acompanhou de perto a luta do Secretário Municipal de Educação e o Chefe do Poder Executivo teve a coragem de abraçar a causa dos professores. Continuando, convidou o Secretário Municipal de Educação Charles Magalhães para cumprimenta-lo pelo bom trabalho realizado e solicitou uma Moção de Aplausos para ele e toda sua equipe o parabenizando pelo trabalho apresentado durante estes dois anos, principalmente com a confecção e apresentação deste Projeto de Lei, sendo que a todo momento ele menciona e agradece o trabalho realizado pelo Corpo Técnico na elaboração do Projeto. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que em momento algum foi contra o Projeto de Lei, sendo que praticamente foi crucificado na última sessão por sua retirada da Ordem do Dia, entretanto foram realizadas diversas mudanças no projeto. Destacou que este projeto é de suma importância para os profissionais de educação, pois precisamos valorizar nossos funcionários e que chegou um documento do Prefeito nada data de hoje para instruir o Projeto. Por fim, mencionou que hoje a Câmara está com bastante gente e deseja que ela esteja sempre assim, pois fica mais bonita. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acredita que faltou um pouco de flexibilidade, pois

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 282 DE 01 2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01 2019
ASS.:

o projeto poderia ser votado em primeira votação, evitando alguma mal entendido. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que tanto o Prefeito quanto o Secretário de Educação sabiam que o projeto seria retirado de votação e o pedido da retirada foi feito pelo Prefeito. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que precisamos de unidade no pensamento e unificar nossos esforços políticos para que o Município de Miracema possa crescer e se desenvolver, sendo que é muito importante valorizar os funcionários do Município. O Vereador Marcus Felipe Mercantes Linhares disse que essa reformulação do Plano de Carreiras do Magistério Público Municipal de Miracema é uma grande inciativa do Poder Executivo Municipal, pois se trata da valorização de uma das classes mais importante do nosso país, os educadores, sendo que eles são responsáveis pela formação dos mais diversos profissionais. Esclareceu que a valorização dos diretores de escolas é muito justa, pois eles não exercem uma tarefa fácil e finalmente terão uma remuneração melhor para exercer suas difíceis funções, sendo que todos os problemas das escolas são de suas responsabilidades. Destacou que o espaço do auditório Cultural Clarinda Damasceno está sendo muito bem utilizado, com a realização de teatros, aulas de dança, atividades físicas e outras ações, por isso, parabeniza o Prefeito e o Secretário de Educação por este trabalho. A seguir, foram apresentadas as seguintes Emendas Modificativas, Aditivas e Supressivas: **I)** Emenda Modificativa a Ementa do Projeto de Lei que passa a ter a seguinte redação "Revoga as Lei 1.367/2011 e 1.618/2015, e disciplina a Instituição do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Miracema". **II)** As alíneas a) e b) do artigo 7º passam a ter a seguinte redação, renumerando as alíneas seguintes: a) PROFESSOR I – qualificado para regência de turma da Educação Infantil; b) PROFESSOR II – qualificado para regência de turma de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano; **III)** O parágrafo 1º do artigo 10º passa a ter a seguinte redação: §1 - Para preenchimento vagas não efetivas e temporárias de imperiosa necessidade e impossibilidade de adotar procedimento previsto no caput do artigo, poderá haver substituição por professor da Rede Municipal de Ensino, a título de gratificação por lotação provisória (GLP), respeitando a proporcionalidade da carga horária, conforme descrito no anexo V. **IV)** O parágrafo 2º do artigo 12º passa a ter a seguinte redação: Art. 12º - § 2º - Para o exercício das demais atividades de

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 282 DE 01/01/2019
ASS.: _____

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/01/2019
ASS.: _____

Magistério classificadas como de suporte pedagógico direto, conforme previsto no art.4º, da presente Lei, a graduação específica em Pedagogia, classificam-se como Pedagogos os servidores municipais, devidamente concursados e habilitados, que desempenham as atividades de suporte pedagógico à docência, como orientação, supervisão e inspeção de todas as ações didático-pedagógicas e legais, cujas atribuições estão previstas no artigo 21, inciso VIII da Lei Municipal 1167/2007, garantindo e mantendo todos os direitos previstos na Lei nº 1.495/2014. **V)** O parágrafo 1º do artigo 17º passa a ter a seguinte redação: Art. 17º - § 1º - A progressão funcional ocorrerá automaticamente e considerará a antiguidade, observados os limites definidos no Anexo III desta Lei. **VI)** O inciso II, do parágrafo 2º, do artigo 18º passa a ter a seguinte redação: Art. 18º - § 2º - II – licenças para tratamento de saúde que excederem a 180 (cento e oitenta) dias, mesmo que em prorrogação, exceto as que ocorrerem por acidente de serviço; **VII)** Os incisos I e II do artigo 19º passam a ter a seguinte redação: I - do Professor Docente I, Professor Docente II e Professor de Educação Especial - 25 horas semanais. Do 6º ao 9º ano – 25 aulas semanais (50 minutos cada aula). **VIII)** O parágrafo 2º do artigo 22º passa a ter a seguinte redação: § 2º A função de Diretor de Escola e Diretor adjunto de escola deverá ser exercida preferencialmente por servidor público municipal, com formação em magistério normal, ou com licenciatura e preferencialmente com pedagogia, em casos de aproveitamento de servidor não municipal, esse total não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de Diretores. **IX)** O inciso II do artigo 26º passa a ter a seguinte redação: Art. 26º – II – licenças para tratamento de saúde que excederem a 180 (cento e oitenta) dias, mesmo que em prorrogação, exceto as que ocorrerem por acidente de serviço; **X)** Os parágrafos 2º e 3º do artigo 27º passam a ter a seguinte redação: Art. 27º – §2º – O professor II que se ausentar de suas atividades laborativas, independente do motivo, por mais de 03 dias não fará jus ao incentivo previsto no caput. §3º – O professor de segundo segmento do Ensino Fundamental que se ausentar de suas atividades laborativas regentes, independente do motivo, por mais de 12 (doze) aulas, não fará jus ao incentivo previsto no caput. **XI)** O artigo 33º passa a ter a seguinte redação: Art. 33º - O servidor, ao completar 30 (trinta) anos de serviço ou, antes disso, se implementado o interstício necessário para aposentadoria integral,

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 287 DE 01 2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01 2019
ASS.:

terá direito a adicional de 5% (cinco por cento) incidente sobre o vencimento. **XII)** Ficam alterados o Quadro I do Anexo I e o anexo IV, conforme quadros abaixo:

ANEXO I - DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS POR CATEGORIA - QUADRO I

CARGO	DENOMINAÇÃO	Nova Denominação	QUANTIDADE ANTERIOR
PROFESSOR	Professor II - Educação Infantil	Professor II	161
PROFESSOR	Professor I - EF 1º Segmento	Professor II	160
PROFESSOR	Professor III - EF 2º Segmento	Professor III	80
PROFESSOR	Músico Instrutor	Professor de Música	8
SERVENTE ESCOLAR	SERVENTE ESCOLAR	SERVENTE ESCOLAR	111
CANTINEIRO ESCOLAR	CANTINEIRO ESCOLAR	CANTINEIRO ESCOLAR	47
SECRETÁRIO ESCOLAR	SECRETÁRIO ESCOLAR	SECRETÁRIO ESCOLAR	11
PEDAGOGO	PEDAGOGO	PEDAGOGO	18
PROFESSOR	Professor de Educação Especial	P. Educação Especial	2

ANEXO IV - VENCIMENTO BASE POR NÍVEL

Classe	Nível	Valor Base
A	1	1.535,08
A	2	1.633,31
A	3	1.711,69
A	4	1.781,87
A	5	1.853,13
A	6	1.925,39

Classe	Nível	Valor Base
B	2	1.633,31
B	3	1.711,69
B	4	1.781,87
B	5	1.853,13
B	6	1.925,39
B	7	1.994,23

Classe	Nível	Valor Base
C	3	1.711,69
C	4	1.781,87
C	5	1.853,13
C	6	1.925,39
C	7	1.994,23
C	8	2,066,50

Classe	Nível	Valor Base
D	4	1.781,87
D	5	1.853,13
D	6	1.925,39
D	7	1.994,23
D	8	2.066,50
D	9	2.169,78

Classe	Nível	Valor Base
E	5	1.853,13
E	6	1.925,39
E	7	1.994,23
E	8	2.066,50
E	9	2.169,78
E	10	2.413,14

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 287 DE 01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/2019
ASS.:

XIII) Ficam suprimidos o §2º do art. 7º, o §2º do art. 16º, o inciso IV do art. 26º, e o artigo 41 de forma integral. **XIV)** Fica adicionado ao artigo 24º a seguinte alínea: Art. 24º – d) Proximidade da residência. Todas de autoria dos Vereadores Maurício Sant'Ana Soares, Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Genessi Rodrigues da Silva, Paulo Sérgio de Azevedo, Marcus Felipe Mercante Linhares e Carlos Magno da Silva Peres. Em votação, todas as Emendas foram aprovadas por unanimidade. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.808, de 27 de dezembro de 2018. A Câmara Municipal de Miracema aprovou, e eu, Prefeito Municipal no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município sanciono a seguinte Lei: CAPÍTULO I - DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS DO PLANO Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a reformulação, implantação e gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Miracema. Art. 2º - O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Miracema tem por finalidade estruturar a carreira funcional do professor, assegurando-lhe condições mínimas para o desenvolvimento de um ensino de qualidade e garantia de perspectiva de valorização profissional. Art. 3º - O presente plano tem por objetivos: I - Promover a valorização do Magistério Público, incentivando a profissionalização daqueles que atuam diretamente na Educação Básica até o 2º segmento do Ensino Fundamental; II - Criar condições que amparem e valorizem a concentração dos esforços dos profissionais da educação no campo da Escola Pública Municipal, incentivando a sua permanência na escola e o cultivo da competência; III - Garantir a forma de ingresso na carreira do Magistério, através de Concurso Público, assegurando igualdade de oportunidade dos candidatos, valorizando o mérito e a qualificação profissional. Art. 4º - Os profissionais do Magistério Público da Educação Básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção e administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais exercidas no âmbito das unidades escolares de Educação Básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela Legislação Federal de Diretrizes e Bases da Educação. CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA DO QUADRO DO MAGISTÉRIO Art. 5º -

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 287 DE 01 2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/2019
ASS.:

O quadro permanente do Magistério Público Municipal é constituído de cargos de Professor, distribuídos em categorias, que se subdividem em classes, hierarquizadas por grau de formação e níveis crescentes vinculados ao tempo de serviço. Art. 6º - Para os fins da presente Lei, define-se na estrutura do quadro funcional da Educação Municipal, como: a) CARGO - o conjunto orgânico de atribuições e responsabilidades cometidas ao funcionário, criado por Lei, com denominação própria, com ingresso na municipalidade através de concurso de provas, provas e títulos; b) FUNÇÃO: é a atribuição ou o conjunto de atribuições que a administração confere a cada categoria profissional ou comete individualmente a determinados servidores para a execução de serviços eventuais, incluem-se as funções de confiança gratificadas (diretor ou diretor adjunto) ou não (coordenador de turno, auxiliar de secretaria, professor substituto ou professor orientador) no âmbito da escola ou na sede da Secretaria Municipal de Educação (lotados na Sede da Secretaria Municipal de Educação assessorando a gestão pedagógica); c) CARREIRA – é o conjunto de classes e níveis funcionais que seus integrantes vão percorrendo os diversos patamares de que se constitui a progressão funcional; d) CATEGORIA - conjunto de classes da mesma natureza, dispostas segundo o grau de conhecimento específico exigível para o seu desempenho e identificada pela atividade que lhe são atribuídas. e) CLASSE - grupo homogêneo de cargos, com a mesma denominação e iguais responsabilidades identificadas pela natureza de suas atribuições, diferenciados pelo nível de titulação de acordo com a área de atuação. f) NÍVEL - indica o requisito de escolaridade exigido para o desempenho das atribuições dos cargos, que tem como função diferenciar os profissionais pelos seus atributos pessoais e profissionais. g) REDE MUNICIPAL DE ENSINO – o conjunto de instituições e órgãos que realizam atividades de educação e apoio sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação. h) MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL – o conjunto de profissionais da educação, titulares dos cargos de Professor Músico Instrutor, Professor II, Professor III e Professor de Educação Especial. i) PESSOAL DE ASSESSORAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – Pedagogos e Secretários Escolares. j) PESSOAL DE APOIO – Cantineiros e Serventes Escolares do ensino público municipal. Art. 7º - Integram os Cargos de Professor do Quadro do Magistério Público Municipal as seguintes categorias de

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 281 DE 01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/2019
ASS.:

profissionais da Educação: a) PROFESSOR I – qualificado para regência de turma da Educação Infantil; b) PROFESSOR II – qualificado para regência de turma de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano; c) PROFESSOR III – 2º SEGMENTO – qualificado para planejar e ministrar aulas de acordo com sua área específica no Ensino Fundamental de Segundo Segmento – 6º ao 9º ano; d) PROFESSOR MÚSICO INSTRUTOR – qualificado para ministrar aulas de teoria musical, prática instrumental e harmonia musical, na Escola de Música ou nas Unidades Regulares de Ensino; e) PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – qualificado para ministrar aula para alunos com necessidades especiais da Educação Infantil e de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, Ensino Regular Noturno e Educação Especial; § 1º - As atribuições específicas de cada uma das categorias profissionais previstas neste artigo serão definidas em resolução própria, cuja competência fica delegada a Secretaria Municipal de Educação, respeitadas as Legislações definidoras já existentes. § 2º- Aos professores que estiverem exercendo as funções temporárias extraclasse de Coordenador de Turno e de Professor Substituto, serão conferidas dentre outras atribuições: I- Assumir a docência, no impedimento legal do professor responsável pela turma e/ou disciplinas, respeitadas as categorias profissionais; II- Participar e contribuir nos conselhos de classe, reuniões pedagógicas e administrativas, planejamentos, estudos e demais projetos que a Unidade Educativa promova; III- Planejar atividades, de forma articulada com a Proposta Pedagógica da Unidade Educativa, objetivando a realização de seu trabalho; IV- Tomar conhecimento dos planejamentos desenvolvidos pelos professores; V- Participar na elaboração e confecção de materiais didático-pedagógicos; VI - Auxiliar o professor e diretor no desempenho de suas atividades; VII- Participar dos eventos oficiais promovidos ou indicados pela Secretaria Municipal de Educação ou Unidade Educativa, juntamente com os demais professores e servidores da Educação, mediante a convocação prévia; VIII - Auxiliar na manutenção geral da disciplina; IX- Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; X- Exercer outras atividades, inclusive administrativas, correlatas com a função, conforme determinação do Secretário Municipal de Educação ou Diretor da Escola. Art. 8º - As categorias funcionais do Magistério Público Municipal são integradas por classes assim definidas: I - CLASSE A - Professores com qualificação de Ensino Médio, na

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 287 DE 01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/2019
ASS.:

habilitação de Magistério ou normal; II - CLASSE B - Professores com qualificação de nível superior, obtido em curso de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica; III - CLASSE C - Professor com qualificação de Pós-Graduação "LATO SENSU" especialização de no mínimo 360 horas; IV - CLASSE D - Mestrado ("STRICTO SENSU"). V - CLASSE E - Doutorado ("STRICTO SENSU"). Parágrafo Único – As atribuições específicas de cada uma das categorias profissionais previstas neste artigo estão definidas em legislações definidoras já existentes. CAPÍTULO III - DO INGRESSO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO Art. 9º - O ingresso na carreira do Magistério Público se dará, em qualquer de suas categorias, por Concurso de Provas e Títulos. § 1º - A primeira investidura se dará sempre na classe inicial de categoria para a qual o Professor tiver prestado Concurso. § 2º - O estágio probatório, tempo de exercício profissional a ser avaliado de 3 (três) anos, ocorrerá entre a posse e a investidura permanente na função. § 3º - O professor que se afastar de suas funções no estágio probatório para gozar de qualquer tipo de licença, para gozar de cessão/permuta, terá seu estágio probatório interrompido durante o período ausente. Art. 10º - Comprovada a vacância de cargos nas escolas e a indisponibilidade de candidatos aprovados em Concurso anterior, será realizado Concurso Público para preenchimento dos cargos vacantes. §1 - Para preenchimento vagas não efetivas e temporárias de imperiosa necessidade e impossibilidade de adotar procedimento previsto no caput do artigo, poderá haver substituição por professor da Rede Municipal de Ensino, a título de gratificação por lotação provisória (GLP), respeitando a proporcionalidade da carga horária, conforme descrito no anexo V. Art. 11º - Para substituição em vagas não efetivas e temporárias, em substituição de servidor em férias, licenciado ou designado para exercer outra função, tanto do quadro do Município, como também de outros órgãos públicos, poderá o executivo municipal contratar de forma temporária observando, se existir, a listagem de concursados aprovados de concursos em vigor, conforme previsto na lei 1.777 DE 21/06/2018. CAPÍTULO IV - DA QUALIFICAÇÀO MÍNIMA Art. 12º - O exercício do magistério na Rede Pública Municipal exige como qualificação mínima: § 1º - Para o exercício da docência: ensino médio completo, na modalidade normal, na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental e para o exercício da docência do 6º ao 9º ano,

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 287 DE 01/02/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/02/2019
ASS.:

licenciatura específica a cada área de ensino. § 2º - Para o exercício das demais atividades de Magistério classificadas como de suporte pedagógico direto, conforme previsto no art.4º, da presente Lei, a graduação específica em Pedagogia, classificam-se como Pedagogos os servidores municipais, devidamente concursados e habilitados, que desempenham as atividades de suporte pedagógico à docência, como orientação, supervisão e inspeção de todas as ações didático-pedagógicas e legais, cujas atribuições estão previstas no artigo 21, inciso VIII da Lei Municipal 1167/2007, garantindo e mantendo todos os direitos previstos na Lei nº 1.495/2014. a) Fica regulamentada a carga horária de 25 (vinte e cinco) horas prevista no Edital do Concurso realizado no ano de 2001, publicado no Boletim Oficial nº. 598, de 15 de Julho de 2001, conforme previsto na lei 195 de 08 de maio de 2014. § 3º - Para o exercício das atividades de Secretário Escolar, ensino médio completo, na modalidade normal ou curso superior em Pedagogia, e curso de formação específica para ingresso na carreira na municipalidade. a) Fica regulamentada a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, sendo obrigatória a permanência de 06 (seis) horas diárias na unidade escolar. Art. 13º - O Município incentivará a formação específica em nível superior, para os docentes que atuem em educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, através de instituições de ensino, públicas ou privadas devidamente credenciadas, visando à melhoria da qualidade de ensino. § 1º - Ao Servidor Municipal lotado na Secretaria de Educação matriculado em estabelecimento de ensino de 3º grau oficial ou reconhecido, será concedida licença especial para prestar provas ou exames, sem prejuízo de seus vencimentos, mediante apresentação prévia de atestado ou declaração em papel timbrado, fornecida pelo respectivo estabelecimento de ensino. § 2º - Ao Servidor Municipal matriculado em estabelecimento de ensino de 3º grau oficial ou reconhecido, lotado na Secretaria de Educação, será deferido, preferencialmente, o direito de optar por horário compatível com horário de trabalho e estudo, desde que existente e disponível. Art. 14º - O Município assegurará a implementação de programas de educação continuada e/ou aperfeiçoamento em serviços, e tomará em consideração: I - a utilização de metodologias diversificadas, incluindo as que empregam recursos da educação à distância. CAPÍTULO V - DA ASCENSÃO FUNCIONAL Art. 15º - A ascensão na Carreira do Magistério poderá

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 284 DE 01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/2019
ASS.:

ocorrer por: a) Promoção; b) Progressão. Art. 16º - Promoção é o avanço horizontal, dentro da mesma categoria, a classe hierarquicamente superior, imediata ou não, através de obtenção de maior titulação, dentre as previstas no art. 8º. § 1º - A promoção por formação poderá ser requerida, mediante a comprovação e/ou obtenção de nova titulação referente à classe que ocupa. a) O prazo para deferimento ou indeferimento será de no máximo 30 dias após a solicitação realizada através de processo administrativo com comprovação de histórico e diploma/certificado; b) As classes de promoção são: Classe B – formação de nível superior, em curso de licenciatura plena, ou outra graduação correspondente às áreas específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente; Classe C – em nível de pós-graduação lato-sensu, em curso na área específica de educação, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas; Classe D – em nível de Mestrado, em curso na área específica de educação, feito em instituição credenciada pelo Ministério de Educação; Classe E – em nível de Doutorado, em curso da área específica de educação em instituição credenciada pelo Ministério de Educação. Art. 17º - Progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte, dentro de uma mesma classe, por antiguidade na linha vertical do quadro anexo III, observado o interstício mínimo de 05 (cinco) anos e, na linha horizontal do quadro anexo III, com mudança de nível de acordo com a qualificação profissional dentro da área específica da educação. § 1º - A progressão funcional ocorrerá automaticamente e considerará a antiguidade, observados os limites definidos no Anexo III desta Lei. § 2º - Os efeitos financeiros das mudanças de nível terão vigência a partir do dia imediato àquele em que o professor completar o tempo mínimo exigido para cada nível. Art. 18º - Fica prejudicada a progressão funcional por antiguidade, acarretando a interrupção da contagem do tempo de exercício para este fim, sempre que o profissional da educação: I – tiver 2 (duas) faltas injustificada por ano letivo; II – sofrer pena de suspensão disciplinar; § 1º - Sempre que ocorrer qualquer das hipóteses de interrupção inicia-se nova contagem para fins de tempo exigido para progressão funcional. § 2º - A suspensão da contagem do tempo para progressão funcional por antiguidade ocorrerá nas seguintes espécies de licença, iniciando um novo ciclo: I – licenças e afastamentos sem direito à remuneração; II – licenças para

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 287 DE 01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/2019
ASS.:

tratamento de saúde que excederem a 180 (cento e oitenta) dias, mesmo que em prorrogação, exceto as que ocorrerem por acidente de serviço; III – licenças para tratamento de saúde em pessoas da família que excederem a 30 (trinta) dias; § 3º - Às demais hipóteses de licença não serão aplicadas a suspensão tratada neste artigo. CAPÍTULO VI - DA JORNADA DE TRABALHO Art. 19º - A jornada de trabalho dos membros do Magistério Público Municipal fica assim definida: I - do Professor Docente I, Professor Docente II e Professor de Educação Especial - 25 horas semanais. § 1º - A carga horária de trabalho em sala com regência será de 2/3 e 1/3 dedicados às atividades de planejamento. § 2º - o cumprimento da carga horária para atividades de planejamento será definida pela gestão da unidade escolar, por ato, homologado pelo(a) Secretário(a) de Educação. II) Do 6º ao 9º ano – 25 aulas semanais (50 minutos cada). § 1º - A carga horária de trabalho em sala com regência será de 2/3 e 1/3 dedicados às atividades de planejamento. § 2º - Se no exercício de suas funções o professor não conseguir completar as 2/3 de horas/aulas em regência da disciplina de ingresso, restando até 1 (uma) hora/aula, deverá ser alocado em turmas de acordo com a necessidade da Unidade Escolar, priorizando a parte diversificada. § 3º - o cumprimento da carga horária para atividades de planejamento será definida, por ato, pelo(a) Secretário(a) de Educação. Art. 20º - Definem-se, para fins do artigo anterior, como: a) horas-aula: corresponde a toda e qualquer atividade programada, incluída na proposta pedagógica da escola com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados, realizada em sala de aula, ou em outros locais adequados ao processo de ensino-aprendizagem; é a hora de efetivo trabalho escolar. b) horas de atividades: correspondem as horas de trabalho do professor, destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagógica de cada escola, incluindo, portanto, o trabalho individual, do professor como preparação de aulas e correção de tarefas dos alunos, e trabalhos coletivos (reuniões administrativas e/ou pedagógicas), estudos (participação de grupo de pesquisas) e atendimento aos pais, bem como a qualificação profissional. Art. 21º - Aos Professores em exercício da regência de classe, nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, serão assegurados 30

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 287 DE 01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/2019
ASS.:

(trinta) dias de férias e 15 (quinze) dias de recesso anuais, conforme o definido no calendário escolar. Art. 22º - Aos Professores integrantes da categoria que estiverem desempenhando funções extraclasse e não regentes, desempenhando outras atividades, na unidade escolar ou a na Secretaria Municipal de Educação, mesmo que temporariamente, serão assegurados apenas os 30 (trinta) dias de férias anuais, segundo escala definida pela direção da escola ou pela chefia imediata, conforme o caso. § 1º – O Professor que estiver exercendo funções extraclasses não fará jus à carga horária de planejamento de atividades, devendo assim cumprir 25 horas de efetivo exercício. § 2º – A função de Diretor de Escola e Diretor adjunto de escola deverá ser exercida preferencialmente por servidor público municipal, com formação em magistério normal, ou com licenciatura e preferencialmente com pedagogia, em casos de aproveitamento de servidor não municipal, esse total não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de Diretores. a) O diretor e o diretor adjunto farão jus a uma gratificação de acordo com o nível de ensino e o número de alunos de sua escola, de acordo com quadro que consta no anexo V. b) O servidor que estiver exercendo a função de Diretor de Escola deverá cumprir a carga horária de 40 horas de efetivo exercício na escola ou em atividades inerentes da função. c) Ao Professor responsável por escola rural fica assegurada uma gratificação de 10% sobre o piso inicial. Art. 23º - A cada período de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público, o servidor fará jus a 1 (um) mês de férias-prêmio, sem prejuízo da remuneração. § 1º – Para efeito do disposto no artigo anterior, considera-se tempo de efetivo exercício no serviço público aquele que o servidor houver prestado, mediante vínculo de natureza permanente ao Município, em qualquer de seus Poderes. § 2º – A Secretaria Municipal de Educação, através de calendário próprio, adotará os meios e condições para que o funcionário usufrua deste benefício. § 3º - Caso não haja pré-estabelecimento de calendário para o gozo de férias prêmio ou, por motivos alheios à vontade do funcionário, não haja o efetivo gozo das férias, será devida a indenização em pecúnia das férias não gozadas. § 4º - O gozo de férias regulares será deferido pela chefia imediata, priorizando as férias coletivas em janeiro, e o pagamento do 1/3 será pago conforme a lei Federal 8.112/90. CAPÍTULO VII - DAS GARANTIAS Art. 24º – Aos ocupantes do cargo de professor, fica assegurado o direito a lotação em

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 287 DE 01 2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01 2019
ASS.:

unidade escolar seguindo o critério de: a) Tempo de serviço na unidade escolar; b) Tempo de serviço na Rede Municipal. c) Idade; d) Proximidade da residência; Parágrafo Único – Para escolha de turmas nas unidades escolares serão adotados os critérios apontados na alínea a do caput deste artigo. Art. 25º – Anualmente será realizado o remanejamento externo possibilitando a transferência de professores para outras unidades escolares. O remanejamento externo será sempre após o remanejamento interno, serão adotados os critérios de: a) Tempo de serviço na Rede Municipal. b) Idade; Art. 26º – O Professor deixará de ter sua lotação na unidade escolar e passará a ficar em disponibilidade da secretaria municipal de educação para nova lotação após: I – licenças e afastamentos sem direito à remuneração; II – licenças para tratamento de saúde que excederem a 180 (cento e oitenta) dias, mesmo que em prorrogação, exceto as que ocorrerem por acidente de serviço; III– licenças para tratamento de saúde em pessoas da família que excederem a 90 (noventa) dias; Art. 27º – Ao Professor regente será assegurado o incentivo de 15% para manter-se em turma com percentual do piso salarial inicial do Professor A1. §1º – O professor que estiver em regência de turmas de 1º e 2º anos (ciclo da alfabetização), que tiver no mínimo 20 alunos, fará jus a uma gratificação de alfabetização, conforme o anexo V. §2º – O professor II que se ausentar de suas atividades laborativas, independente do motivo, por mais de 03 dias não fará jus ao incentivo previsto no caput. §3º – O professor de segundo segmento do Ensino Fundamental que se ausentar de suas atividades laborativas regentes, independente do motivo, por mais de 12 aulas, não fará jus ao incentivo previsto no caput. §4º – O professor que estiver permutado não fará jus ao incentivo de 15% referente à regência previsto neste caput. Art. 28º – Fica assegurado aos Professores, a qualquer tempo, o direito de requerer junto à Secretaria Municipal de Educação o seguinte: I – A correção e revisão dos valores e gratificações a serem pagos na forma da Lei; II – Esclarecimento e explicações quanto à forma de trabalho e sistema pedagógica adotado nas unidades a que estiver vinculada; III – Revisão de enquadramento funcional por escolaridade, tempo de serviço e consequente incidência dos adicionais por tempo de serviço pertinente. Parágrafo Único – Os requerimentos formulados com base neste artigo deverão ser autuados, tramitando para decisão fundamentada no

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 287 DE 01/2019
ASS.

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/2019
ASS.:

prazo estipulado na legislação municipal. CAPÍTULO VIII - DO VENCIMENTO, VANTAGENS E INCENTIVOS Art. 29º - O vencimento do Profissional da Educação, específico para o cargo de professor, que atua na Educação Infantil e no Ensino Fundamental Público do Município, acompanhará o índice anual da Lei Federal 11.738/2008 referente ao piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Art. 30º - A remuneração dos profissionais da educação é composta de vencimento - base específica da categoria Classe e Nível em que esteja enquadrada na forma do anexo II e IV da presente Lei, adicional por tempo de serviço e outras vantagens especificas. Art. 31º – Ao Professor da rede municipal, que no exercício das atribuições específicas de seu cargo, em escola situada em zona rural, não estando permutado, fará jus a um percentual incidente sobre o respectivo vencimento básico, a título de gratificação, sendo que tais percentuais serão fixados da seguinte forma: I - dificílimo acesso – pagamento adicional de 30% (trinta por cento) sobre o piso salarial inicial do Professor AI (Escola: E. M. Clito Lage). II – difícil acesso – pagamento adicional de 20% (vinte por cento) sobre o piso salarial inicial do Professor AI (Escolas: E. M. Assad João, E. M. Pinho Pimenta, E. M. Francisco Benedito e E. M. Silvestre Mercante). a) Ao Professor III que estiver lotado nas escolas de segundo segmento com completa carga horária receberão o percentual de 20% e com carga horária incompleta o percentual de 10%. Art. 32º – Fica assegurado ao Professor, a cada período de 5 anos de efetivo exercício no serviço público municipal, o adicional de 5% sobre o seu vencimento, a título de quinquênio, ocorrendo de forma automática, independente de requerimento. Art. 33º - O servidor, ao completar 30 (trinta) anos de serviço ou, antes disso, se implementado o interstício necessário para aposentadoria integral, terá direito a adicional de 5% (cinco por cento) incidente sobre o vencimento. Art. 34º – O Município realizará o devido enquadramento através de ato administrativo próprio e ajustamento do quadro funcional conforme o preenchimento dos requisitos estabelecidos na presente Lei. CAPÍTULO IX - DOS AFASTAMENTOS Art. 35º – Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme Legislação específica, aquelas realizadas com pessoal docente e demais trabalhador da educação, quando em eventual desvio de função ou em atividade alheia ao sistema de Ensino Municipal. § 1º

PUBLICADO NO BOLETIM Nº 287 DE 01 2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01 2019
ASS.:

- A cessão do membro do Magistério Público Municipal para o exercício de funções públicas ou cargos comissionados fora do sistema de ensino ocorrerá sem ônus para a Secretaria de Educação, e com a expressa autorização do Prefeito, ficando assegurado aos mesmos o direito de opção de retorno ao sistema de ensino. Art. 36º – Os afastamentos dos membros do Magistério Público Municipal para frequentar os programas de capacitação e aperfeiçoamento profissional, não implicarão em prejuízo de vencimentos ou vantagens para o Professor desde que sejam apresentados comprovação de frequência e autenticidade e reconhecimento do curso perante a entidade reguladora. § 1º - Caberá ao Secretário Municipal de Educação autorizar, previamente, os afastamentos referidos neste artigo, bem como definir os critérios para o preenchimento das vagas e controle da frequência tanto ao curso quanto ao regular desenvolvimento dos trabalhos relativos aos programas. § 2º - Os membros do Magistério que se beneficiarem do afastamento previsto no caput deste artigo obrigam-se, após o término do curso, a atuar como multiplicador para atender a todos os demais Professores da Rede Municipal de Ensino. CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS Art. 37º – Para a realização dos programas de capacitação e aperfeiçoamento profissional dos membros do Magistério, bem como de melhoria da qualidade do ensino básico, a Secretaria Municipal de Educação de Miracema poderá estabelecer parcerias, firmar convênios com instituições públicas e particulares, inclusive de ensino superior, ou contratar serviços de terceiros, especializados em planejamento e treinamento na área de educação. Parágrafo Único – Havendo recursos disponíveis provenientes do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o Poder Executivo, através de Legislação própria, poderá conceder aos Professores que participarem dos programas referidos no caput deste artigo, abono e/ou gratificações temporárias, por produtividade e por capacitação, a ser definida por lei municipal anual. Art. 38º – Fica criado um quadro funcional próprio do Magistério Municipal, distribuídos os cargos conforme Anexo I desta Lei, em suas respectivas categorias, de acordo com a necessidade do Sistema Municipal de Educação. Art. 39º – Os recursos financeiros para execução do atual plano correrão por conta de Dotações Orçamentárias próprias, oriundas do Município e do Fundo de Valorização

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 281 DE 10/01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 10/01/2019
ASS.:

do Magistério. Art. 40º – O Poder Executivo regulamentará no que for necessário, as disposições desta Lei, cabendo à Secretaria Municipal de Educação baixar as normas de sua competência. Art. 41º – Todas as gratificações previstas na presente lei serão em forma de percentual e sempre considerando o piso inicial do professor A1 como referência. Art. 42º – A partir da vigência da presente Lei não se aplica aos Professores da Rede de Ensino Público Municipal, as normas contidas em nenhuma outra lei da educação municipal, bem como todo e qualquer outro dispositivo legal que estabeleçam regras e vantagens, exceto os casos não previstos na presente Lei e descritos na Lei 796 de 18 de outubro de 1999 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Miracema). Parágrafo Único – Aos Professores lhes ficam assegurados todos os direitos adquiridos desde sua admissão, respeitando-se, portanto, as vantagens já concedidas a título de adicionais por tempo de serviço, tais como triênios e quinquênios. Art. 43º – O anexo I altera, cria e modifica o quantitativo de cargos existentes na municipalidade e o anexo V extingue os cargos comissionados da educação e cria funções gratificadas para os diretores escolares. Art. 44º – Extingue 09 Cargos Comissionados de Diretores de escolas – CC5, extingue 02 Cargos Comissionados de Diretores Adjuntos de escolas – CC5 e extingue 09 cargos de Diretor de Escola de Ensino Fundamental – CC4. Parágrafo Único – Aos servidores municipais que ocuparem as funções gratificadas de Diretor e Diretor Adjunto de Escola, ficam assegurados todos os direitos previstos do artigo nº 58 da Lei nº 796/99. Art. 45º – Ficam criadas as Funções Gratificadas de Diretores de Escolas conforme o anexo V. Art. 46º – Extingue 01 Cargo Comissionado CC2 – Diretor do Departamento e Pesquisas, e cria 01 cargo CC3 de Assessor Pedagógico do Auditório Cultural Clarinda Damasceno e 01 cargo CC3 de Assessor Administrativo do Auditório Cultural Clarinda Damasceno, no Anexo I da Lei 813/99, com atribuições passando a contar do Anexo V da Lei nº 813/99. Art. 47º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Dispõe sobre o Estatuto das carreiras da administração tributária do município e a reestruturação dos cargos de Fiscal de Tributos, Técnico de Tributação e Auxiliar de Tributação no âmbito da secretaria Municipal de Fazenda e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares solicitou que

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 287 DE 01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/2019
ASS.:

o Projeto fosse votado em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. Continuando, esclareceu que este Projeto de Lei diz respeito à organização do Setor Tributário e não gera despesas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que este é mais um projeto que valoriza os servidores. O Vereador Hugo Fernandes informou que esta é uma reestruturação determinada desde 2014, e finalmente chegou a hora da votação deste projeto, sendo que a parte tributária pode ser considerada o pulmão do município. Destacou que eles estão fazendo um excelente trabalho na parte tributária e que este projeto é muito importante para esta classe. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que todos as classes de funcionários merecem ser valorizadas e o poder executivo deve começar a olhar para as outras classes. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que o projeto que está sendo votado hoje é apenas o Estatuto e organização, sendo que depois existirá um projeto que vai valorizar estes servidores. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.809, de 27 de dezembro de 2018. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA no uso das atribuições dispostas no inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal - LOM, faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Esta Lei organiza a Administração Tributária da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Miracema, estabelece suas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização, bem como sua estrutura quantitativa de cargos, atribuições, deveres, garantias, prerrogativas e regime jurídico de seus integrantes. § 1º - A Administração Tributária da Secretaria Municipal de Fazenda rege -se pelos princípios da unidade, independência funcional, publicidade, legalidade, supremacia do interesse público, isenção, impessoalidade, autonomia, eficácia, eficiência, preservação de sigilo, moralidade, probidade, motivação, permanência e justiça fiscal. § 2º - A Administração Tributária da Secretaria Municipal de Fazenda será exercida por servidores de carreira específicas, tendo recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, compartilhando cadastros e informações fiscais com os outros entes, assegurada a manutenção do sigilo fiscal. § 3º - A Administração Tributária da Secretaria Municipal de Fazenda constitui atividade essencial ao funcionamento do

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 287 DE 03/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 03/2019
ASS.:

Município, integrando a sua administração direta, competindo -lhe privativamente: I – a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a cobrança de impostos, taxas, contribuições de melhoria, bem como a fiscalização dos recebimentos das transferências constitucionais a receber e demais prestações compulsórias de natureza financeira previstas em lei, incluídas em sua competência por instrumento específico; II – o gerenciamento dos cadastros fiscais, das informações econômico - fiscais e dos demais bancos de dados de contribuintes, autorizando e homologando sua implantação e atualização; III – o pronunciamento decisório: a) no âmbito de processos administrativo-tributários; b) na apreciação de consultas em matéria tributária ou de pedidos de regimes especiais, isenção, anistia, moratória, remissão, parcelamento e outros benefícios fiscais, definidos em lei; IV – a assessoria e a consultoria técnica em matéria tributária aos órgãos e entidades da Administração Pública, bem como a orientação ao contribuinte fornecida pelo Poder Público nessa área, ressalvando-se as competências da Procuradoria Municipal; V – a elaboração e/ou sugestões de aperfeiçoamento da legislação pertinente a assuntos relacionados a sua competência privativa; VI – a emissão de informações e de pareceres técnicos tributários ou fiscais em processos administrativos; VII – a manifestação conclusiva sobre situação perante o fisco de pessoas físicas ou jurídicas sujeitas ao cumprimento de obrigação tributária; VIII – o planejamento, o controle e a efetivação de registros financeiros relacionados com as atividades mencionadas nos incisos anteriores; IX – a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento da legislação a ela aplicável; X – planejar a ação fiscal; § 4º - Lei disporá sobre a regulamentação das instâncias de recursos em processos administrativos tributários. CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS SEÇÃO I DOS FUNDAMENTOS GERAIS Art. 2º - Os cargos serão organizados em classes, sendo que a estrutura, os quantitativos, a escolaridade exigida para o ingresso são as constantes nesta Lei. § 1º - O cargo de Fiscal de Tributos manterá a mesma nomenclatura. § 2º - O cargo de Técnico de Tributação passará a ter a nomenclatura de Analista Tributário. § 3º - O cargo de Auxiliar de Tributação passará a ter a nomenclatura de Agente Tributário. § 4º - Os cargos de Fiscal de Tributos e Analista Tributário, a partir da publicação desta Lei terão exigência de escolaridade para ingresso de candidatos que possuam nível

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 287 DE 01 2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01 2019
ASS.:

superior. § 5º - O cargo de Agente Tributário, a partir da publicação desta Lei terá a exigência de escolaridade para ingresso de candidatos que possuam o Ensino Médio completo. § 6º - Os atuais servidores ocupantes dos cargos de que trata o artigo, deverão, no prazo de 07 (sete) anos, comprovar o cumprimento das exigências de escolaridade. § 7º - Lei que regular o Plano de Cargos, Carreira e Salários, fará previsão em caso dos atuais servidores não comprovarem o cumprimento das exigências previstas para o enquadramento nas classes e padrões estabelecidos por esta Lei. Art. 3º - O provimento, o exercício dos cargos, as garantias, os direitos, as prerrogativas e os deveres serão regulados por esta Lei. Parágrafo Único – O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos será regulamentado por lei específica. Art. 4º - Os cargos são de provimento efetivo e aos seus titulares, na conformidade de suas atribuições, compete: I – Fiscais de Tributos: orientação aos contribuintes, bem como de verificação do cumprimento de suas obrigações legais referentes ao pagamento de tributos municipais, empregando os instrumentos legais a seu alcance para evitar a sonegação de tributos. II – Analista Tributário e Agente Tributário: controle da receita tributária municipal, exame e conferência de documentos fiscais, instrução de processos, além de outras tarefas correlatas. Art. 5º - Fica definida como carreira específica da Administração Tributária, nos termos do artigo 37, inciso XXII da Constituição Federal, o cargo de Fiscal de Tributos, a quem são conferidas as seguintes características: I – é típica, exclusiva e essencial ao funcionamento do Município; II – tem como prerrogativa exclusiva para sua formação os cargos que procedam a constituição do crédito tributário, pelo lançamento, nos termos da legislação municipal; Parágrafo Único: O Fiscal de Tributos possui as seguintes atribuições: I - em caráter privativo: a) constituir o crédito tributário mediante o lançamento; b) elaborar e proferir decisões em processo administrativo-fiscal, ou delas participar, bem como em relação a processos de restituição de tributos e de reconhecimento de benefícios fiscais; c) proceder à orientação do sujeito passivo no tocante à aplicação da legislação tributária, por intermédio de atos normativos e solução de consultas; d) supervisionar as atividades de orientação do sujeito passivo efetuadas por intermédio de mídia eletrônica, telefone e plantão fiscal, ou outro meio de comunicação; II - em caráter geral, as demais atividades inerentes á competência

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 287 DE 01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/2019
ASS.:

da Administração Tributária, previstas em lei. SEÇÃO II DA PRECEDÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA Art. 6º - A precedência da administração tributária, exercida por seus servidores fiscais, no cumprimento de suas funções, sobre os demais setores administrativos municipais, de que tratam o inciso XVIII, do art. 37, da Constituição Federal, se expressa: I - na preferência quando da destinação de recursos orçamentários; II - em examinar, preferencialmente, os livros, documentos e outros efeitos fiscais dos sujeitos passivos, quando convergirem ou conflitarem ações conjuntas ou concomitantes entre agentes do poder público do Município; III - na priorização da instrução do processo fiscal, relativamente a documentos, papéis, livros e outros efeitos fiscais, no caso de procedimentos administrativos concorrentes; IV - na primazia, legalmente assegurada aos procedimentos fiscais, para apuração e lançamento dos créditos tributários. CAPÍTULO II DA ESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL SEÇÃO I DO QUADRO EFETIVO Art. 7º - O quadro efetivo dos cargos reorganizados e reestruturados por esta lei é de 19 (dezenove) cargos, estando subdividido como se segue: I - Fiscalização: 09 (nove) cargos, sendo: Fiscal de Tributos: 09 (nove) cargos. II – Tributação e Arrecadação: 10 (dez) cargos, sendo: Analista Tributário: 3 (três) cargos; Agente Tributário: 07 (sete) cargos. Parágrafo Único: O ingresso nos quadros da Secretaria Municipal de Fazenda, de que trata esta Lei, se dará exclusivamente mediante concurso público de provas, ou provas e títulos. CAPÍTULO III DOS DIREITOS, DAS GARANTIAS, DAS PRERROGATIVAS E DAS ATRIBUIÇÕES SEÇÃO I DOS DIREITOS E GARANTIAS Art. 8º - Aos integrantes das carreiras tributárias de que trata o inciso II art. 7º desta lei são assegurados: I – submissão a regime jurídico de natureza estatutária; II – autonomia técnica e independência funcional, sem prejuízo da disciplina funcional; III – plano de carreira compatível com a relevância da função que exerce; IV - os demais direitos e garantias dos servidores públicos municipais previstos no Estatuto dos Servidores Municipais. SEÇÃO II DAS PRERROGATIVAS FUNCIONAIS Art. 9º - Aos integrantes da carreira tributária, de que trata o inciso I do art. 7º desta Lei, são asseguradas as seguintes prerrogativas funcionais: I - portar carteira funcional com autorização permanente do Secretário Municipal de Fazenda com o objetivo de assegurar o pleno exercício de suas atribuições; II – livre acesso, aos locais passíveis de fiscalização, quando em serviço;

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 287 DE 01/02/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/02/2019
ASS.:

III - solicitar, através da Procuradoria Geral do Município, o apoio das autoridades judiciais para busca e apreensão de livros e documentos que considere necessários à instrução de procedimentos fiscais; IV – proceder à constituição do crédito tributário mediante lançamento; V – coordenar o planejamento e o controle da ação fiscal; VI – possuir fé pública no desempenho de suas atribuições funcionais; VII – não sofrer imposição que resulte em desvio de função; VIII - outras que lhe conferir a legislação específica. SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES COMUNS E PRIVATIVAS Art. 10 - É competência privativa dos Fiscais de Tributos: I – proceder a fiscalização tributária junto aos contribuintes e empresas sediadas no município de Miracema; II – decidir em primeira instância os processos administrativos de natureza tributária, no âmbito do órgão que estiver vinculado; III – prestar orientação fiscal ao contribuinte, quanto ao cumprimento das obrigações tributárias; IV – exercer, na forma da programação estabelecida pela Secretaria Municipal de Fazenda, atividades de fiscalização, inclusive diligências em estabelecimentos, relativamente a tributos municipais ou outros cuja fiscalização tenha sido delegada ao município, competindo-lhe: a) examinar livros, arquivos e documentos comerciais e fiscais; b) proceder a lavratura da Notificação e Auto de Infração quando constatar infração à legislação tributária; c) reter documentos ou livros de escrituração, quando necessários para comprovação de infração ou falsificação ou quando possuídos com intenção de fraude, lavrando o competente termo; d) coletar dados relativos aos documentos de arrecadação e de informações econômico-fiscais; e) analisar balanços e respectivas contas; f) preencher relatórios, termos e outros instrumentos necessários ao bom desempenho das atividades fiscalizadoras; g) prestar informação em processo fiscal considerado de natureza especial para a administração tributária; h) apresentar, no prazo regulamentar, impugnação às defesas e recursos em Processo Administrativo Fiscal; i) participar como docente ou discente em curso, simpósio ou similar que seja do interesse da Secretaria de Fazenda; j) quando designado, realizar estudos, pesquisas, levantamento de dados e outros trabalhos pertinentes à Administração Tributária Municipal; k) quando designado, exercer cargo de direção ou de chefia, bem como funções de assessoramento e de coordenação de Projetos de Ação Fiscal; l) efetuar, privativamente, o lançamento das Notificações e Autos de Infrações, multas, juros e

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 287 DE 10/01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 10/01/2019
ASS.:

atualização monetária do principal, inclusive lançamento "ex - officio" dos créditos tributários do Município; m) exercer atividades voltadas ao controle dos processos de arrecadação, fiscalização e recolhimento de receitas municipais; n) apresentar sugestões e, quando solicitado, elaborar planos que visem a melhorar a ação fiscal, a proficuidade da arrecadação e a orientação segura ao contribuinte; o) quando designado, manter entendimentos necessários ao exercício da ação fiscalizadora dos tributos municipais, em todas as entidades públicas e privadas; p) cumprir tarefas específicas, determinadas pela Administração Tributária em qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta do Município; q) desempenhar as demais atribuições que se relacionem com a atividade de fiscalização de tributos municipais nos termos da legislação pertinente; r) cumprimento de outras atividades de natureza específica da Secretaria Municipal de Fazenda. Art. 11 - Ao Analista Tributário compete classificar e controlar a receita tributária em conformidade com as normas vigentes, desenvolvendo as atividades na forma do artigo: I. registrar o lançamento, a modificação e a extinção do crédito tributário; II. receber e encaminhar a documentação dos administrados referentes a pedidos de inscrição fiscal, reativação de atividades, baixa, demais alterações cadastrais e outros documentos que se relacionem com a administração tributária; III. escriturar e manter atualizados os registros fazendários; IV. instruir, informar e controlar os processos administrativos fiscais; V. prestar informações à fiscalização e ao público, quando solicitadas; VI. desempenhar atividades inerentes ao controle da arrecadação dos créditos tributários municipais; VII. emitir documentos de arrecadação; VIII. executar tarefas correlatas desde que designadas pela autoridade competente; Art. 12 - Ao Agente Tributário compete o assessoramento nas rotinas administrativas, desenvolvendo as atividades na forma do artigo: I - verificar as informações prestadas pelos contribuintes, providenciando seus acertos e solicitando informações complementares, quando necessário; II - efetuar procedimentos relativos às anotações pertinentes à redução, anistia, isenção parcial, parcelamentos e quaisquer outras relativas aos créditos tributários municipais. III – Desenvolver atividades correlatas e previstas em lei. CAPÍTULO IV DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES, DA ÉTICA FUNCIONAL SEÇÃO I DOS DEVERES Art. 13 - São deveres dos integrantes das carreiras tributárias: I -

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 287 DE 01 2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01 2019
ASS.:

exercer com zelo, dedicação e eficiência as atribuições do cargo; II - ser leal as instituições a que servir; III - observar as normas legais e regulamentares; IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; V - atender com presteza: a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo; b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou de esclarecimento de situações de interesse pessoal; c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública; VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou função; VII - zelar pela regularidade e celeridade dos expedientes em que intervenha em razão de suas atribuições; VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição; IX - manter conduta compatível com a moralidade e probidade administrativas; X - ser assíduo e pontual ao serviço; XI - tratar com urbanidade os administrados; XII - encaminhar aos órgãos e às autoridades competentes a documentação referente às atividades desenvolvidas em razão do cargo; XIII - dar ciência ao superior hierárquico imediato do seu afastamento do local de trabalho durante o expediente; XIV - colaborar com a Procuradoria Geral do Município, com a Controladoria Geral do Município, com o Ministério Público e com o Poder Judiciário, no resguardo dos interesses da Fazenda Municipal; XV - identificar-se funcionalmente, sempre que necessário; XVI - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio do Município, responsabilizando-se pelo que lhes for confiado à guarda ou utilização, cientificando a autoridade competente qualquer dano causado por terceiros; XVII - declarar-se suspeito ou impedido, nos feitos em que tiver interesse direto ou indireto, comunicando o fato, por escrito, imediatamente, ao seu superior hierárquico; XVIII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder. Parágrafo Único - A representação de que trata o inciso anterior será encaminhada pela via hierárquica própria e apreciada pela autoridade superior àquele contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado ampla defesa. SEÇÃO II DAS PROIBIÇÕES Art. 14 - Aos integrantes das carreiras tributárias é proibido: I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II- retirar sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; II - recusar fé a documentos públicos; III - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 281 DE 01 2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01 2019
ASS.:

serviço; IV - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; V - cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previsto em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; VI - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem -se a associação profissional ou sindical, ou partido político; VII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VIII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; IX - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartição pública, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistências de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro; X - receber propina, comissão, ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições; XI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; XII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa; XIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função ou com o horário de trabalho; XIV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado. Art. 15 - É vedado aos integrantes da carreira de Fiscal de Tributos exercer ação fiscalizadora em estabelecimento pertencente ao cônjuge ou companheiro e a qualquer de seus parentes até 3º grau, em linha ascendente, descendente ou colateral. Art. 16 - Aos integrantes das carreiras tributária do município é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo nas hipóteses constitucionalmente previstas. SEÇÃO III DA ÉTICA FUNCIONAL Art. 17 - No resguardo da sua respeitabilidade e da dignidade no exercício do cargo, cumpre ao integrante das carreiras tributárias de que trata esta Lei: I - manter espírito de cooperação e solidariedade com os seus colegas de trabalho; II - manter conduta compatível com a dignidade do exercício do cargo, nos atos de sua vida pública e privada, zelando por sua respeitabilidade pessoal, pelo prestígio da classe e da unidade em que tenha exercício; III - dispensar, no exercício do cargo, respeito e consideração devidos à dignidade da pessoa humana; IV - manifestar-se, no exercício de suas funções ou em qualquer ato público, de forma compatível com o cargo que exerce; V - fundamentar sempre os seus atos funcionais; VI - abster-se de comentários, entrevistas, debates ou declarações públicas sobre o funcionamento de

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 287 DE 11/01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 11/01/2019
ASS.:

determinados processos ou procedimentos tributários; VII - guardar sigilo profissional, ressalvados os casos previstos em lei. Parágrafo Único - Excetuam-se do impedimento de que trata o incisos VI deste artigo, os servidores quando no exercício de representação classista. TÍTULO II DA SITUAÇÃO FUNCIONAL CAPÍTULO I DO EXERCICIO, DA LOTAÇÃO SEÇÃO I DO EXERCÍCIO Art. 18 - Os integrantes das carreiras que dispõe esta Lei cumprirão a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. Art. 19 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, os integrantes dos cargos de Fiscal de Tributos, sujeitar-se-ão a horário especial de trabalho, quando estabelecido pela administração fazendária. Art. 20 - A jornada de trabalho para os integrantes dos cargos de Fiscal de Tributos, será fixada pela Secretaria Municipal de Fazenda, consideradas as peculiaridades de cada local de trabalho, inclusive a garantia de intervalo compatível com as condições circunstanciais, respeitado o limite de 40 (quarenta) horas semanais. SEÇÃO II DA LOTAÇÃO Art. 21 - A lotação dos integrantes das carreiras de Analista Tributário e Agente Tributário se dará obrigatoriamente na Secretaria Municipal de Fazenda, sendo proibida a sua designação para outros órgãos ou entidades para o exercício de funções dissociadas de suas atribuições, salvo a nomeação para cargos de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito. CAPÍTULO II DA PROGRESSÃO E PROMOÇÃO FUNCIONAL Art. 22 - O desenvolvimento do servidor nas carreiras de que trata esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. §1º - Para os fins desta Lei, progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro da classe imediatamente superior. §2º - A progressão funcional e a promoção observarão requisitos e condições fixados em Lei. CAPÍTULO III DAS SEÇÕES E DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO Art. 23 – As seções existentes na estrutura da administração tributária da Secretaria Municipal de Fazenda são as seguintes: I – Seção de Cadastro, Controle e Fiscalização. II – Seção de Arrecadação e Dívida Ativa. III – Seção de Fiscalização do ISS. § 1º - À Seção de Cadastro, Controle e Fiscalização compete: I - organizar, inscrever e manter atualizado o cadastro dos imóveis localizados na Zona Urbana do Município, para fins de tributação, na forma da Legislação vigente, inclusive os que gozam de imunidade

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 287 DE 01/01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/01/2019
ASS.:

ou isenção; II- proceder levantamentos de campo ou pesquisas de dados complementares, necessários a revisão e atualização dos cadastros existentes; III - implementar sistemática de atualização cadastral permanente; IV - coletar elementos, junto aos Cartórios de Notas, Registros de Imóveis e outras fontes, referentes as transações imobiliárias, com o objetivo de atualizar o valor venal dos imóveis cadastrados; V- proceder diligencias fiscais nos casos de inclusões, isenções, imunidade, arbitramento, revisões e outros casos que requeiram verificações ou investigações externas ou internas; VI - identificar fato gerador e propor a respectiva constituição do Credito Tributário; VII - monitorar a evolução do recolhimento dos tributos; VIII - coletar elementos junto as entidades de Classe, Junta Comercial e outras fontes, referentes ao exercício de atividades passiveis de Tributação Municipal, com a finalidade de controle de atualização dos cadastros; IX- elaborar planos de Ação Fiscal, contemplando inclusive a seleção aleatória dos fiscalizados; X - identificar fato gerador e propor a respectiva constituição do Credito Tributário; XI- identificar pagamentos menores ao devido e propor a constituição do Credito Complementar; XII - realizar diligencias em estabelecimentos Públicos ou Privados, com vistas a busca de informações fiscais; XIII - promover o lançamento de Tributos Municipais, quando constatar descumprimento da Legislação vigente; XIV - executar outras atividades correlatas. § 2º - À Seção de Arrecadação e Dívida Ativa compete: I- organizar e manter atualizados o cadastro de contribuintes; II- promover o lançamento de Tributos Municipais; III- preparar os lançamentos e expedir as guias de recebimento dos Tributos; IV- proceder a inscrição da Dívida Ativa resultante dos Tributos Municipais; V- promover a cobrança administrativa dos Créditos Tributários e Fiscais do Município, inscritos ou não em Dívida Ativa; VI- monitorar a evolução do recolhimento dos Tributos; VII- identificar pagamentos menores ao devido e propor a constituição do credito complementar; VIII- remeter à Procuradoria Jurídica, para ajuizamento, os créditos inscritos em Dívida Ativa, Créditos Tributários e Fiscais devidos ao Município; IX- centralizar, promover, acompanhar e fiscalizar a cobrança de todos os créditos Tributários e Fiscais devido ao Município; X - fornecer Certidões Negativas relativas a Débitos Tributários e Fiscais com o município; XI- conceder, controlar e acompanhar o parcelamento de Créditos Tributários e Fiscais; XII- prestar esclarecimentos aos

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 287 DE 01/02/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/02/2019
ASS.:

contribuintes sobre matérias tributarias; XIII- articular-se com os demais órgãos visando a agilização da cobrança do Credito Tributário e Fiscal inscrito na Dívida Ativa; XIV- Promover a emissão de Alvarás; XV - executar outras atividades correlatas. § 3º - À Seção de Fiscalização do ISS compete: I- organizar e manter atualizados os Cadastros dos Contribuintes sujeitos ao imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, multas, taxas de fiscalização de serviços e outras receitas cujo fator gerador se relacione com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; II - administrar a instituição, o cadastro e a cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre as entidades de competência do Município; III - cadastrar os contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza Sobre Obras Edificações de competência do Município; IV - criar mecanismos automatizados de controle da base de cálculo, do montante devido e do valor recolhido a título de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; V - coletar elementos junto as entidades de classe, Junta Comercial e outras fontes, referentes ao exercício de atividades passiveis de Tributação Municipal, com a finalidade de controle de atualização dos cadastros; VI - elaborar planos de Ação Fiscal, contemplando inclusive a seleção aleatória dos fiscalizados; VII - promover as liberações de numeração para impressão de documentos fiscais referente a prestação de serviços; VIII - identificar fato gerador e propor a respectiva constituição do credito tributário; IX - identificar pagamentos menores ao devido e propor a constituição do Credito Complementar; X - realizar diligencias em estabelecimentos Públicos ou Privados, com vistas à busca de informações fiscais; XI - promover o lançamento de Tributos Municipais relacionados ao ISS, quando constatar descumprimento da Legislação vigente; XII - promover cálculo dos valores a serem retidos pala Tesouraria Municipal a título de ISS, das empresas prestadoras de serviços. XIII - executar outras atividades correlatas. § 4º - As Seções de que tratam os §§§1º, 2º e 3º do artigo, estão inseridas no artigo 52 da Lei 798/99, na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Fazenda. Art. 24 - Os cargos comissionados existentes na estrutura da administração fazendária da Secretaria Municipal de Fazenda, que são responsáveis pelas seções dispostas na presente Lei, são os seguintes: I – Chefe da Seção de Cadastro, Controle e Fiscalização. II – Chefe da Seção de Arrecadação e Dívida Ativa. III – Chefe da Seção

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 287 DE 11/01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 11/01/2019
ASS.:

de Fiscalização do ISS. § 1º - Ao Chefe da Seção de Cadastro, Controle e Fiscalização compete: I – Realizar a coordenação de todos os trabalhos a serem desenvolvidos dentro da competência da Seção, conforme previsto nesta Lei. II - executar outras atividades correlatas. § 2º - Ao Chefe da Seção de Arrecadação e Dívida Ativa compete: I – Realizar a coordenação de todos os trabalhos a serem desenvolvidos dentro das competências da Seção, conforme previsto nesta Lei; II - executar outras atividades correlatas. § 3º - Ao Chefe da Seção de Fiscalização do ISS compete: I - Coordenar a análise dos dados sobre o comportamento fiscal dos contribuintes, com o fim de dirigir a fiscalização e orientar ações contra incorreção, sonegação, evasão e fraude no recolhimento do ISS; II - orientar a execução das atividades fiscais, avaliando e controlando seus resultados; III - prestar informações nos processos fiscais, de sua competência, submetendo-os quando for o caso, à apreciação do Secretário Municipal de Fazenda; IV - promover estudos objetivando o aumento da Arrecadação Tributária do ISS; V - determinar e coordenar a realização de diligencias, exames periciais e fiscalização, com o objetivo de salvaguardar os interesses da Fazenda Municipal; VI - autorizar os estabelecimento a imprimir documentos fiscais para uso dos contribuintes do ISS, previstos na Legislação Tributaria; VII - executar outras atribuições afins. § 4º - As seções dispostas no artigo já existem na estrutura da administração tributária da Secretaria Municipal de Fazenda, portanto não há impacto orçamentário-financeiro. § 5º - Ficam revogados os artigos 2º e 4º da Lei 1.750, de 21 de Dezembro de 2017. TÍTULO III DA REMUNERAÇÃO CAPÍTULO I DA ABRANGÊNCIA Art. 25 - A remuneração representa o total da retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, compreendendo vencimento e todas as vantagens previstas em lei. Art. 26 - A remuneração constituída do vencimento, adicionais e gratificações não poderá ser superior à remuneração do Prefeito Municipal, nos termos do art. 37, XI, da Constituição Federal. CAPÍTULO II DO VENCIMENTO Art. 27 - Lei disporá sobre os vencimentos das carreiras dispostas no presente Estatuto, obedecendo aos seguintes critérios: § 1º – As carreiras serão divididas em Classes e cada classe em Padrões, na forma do Anexo II, sendo: a) As Classes serão no total de três, sendo a primeira representada pela letra "A", a segunda pela letra "B" e a última pela letra "E"; b) Cada

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 282 DE 01/08/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 02/08/2019
ASS.:

classe da carreira será composta por quatro níveis, representados por algarismos romanos, iniciando-se em "I" e terminando em "IV"; c) Dentro das Classes as progressões ocorrerão no interstício de 02 (dois) anos, respeitados os critérios estabelecidos em Lei; d) A mudança de uma Classe para outra somente ocorrerá após cumpridos 03 (três) anos no último Padrão da Classe imediatamente anterior, respeitados demais critérios estabelecidos em Lei. § 2º - Os vencimentos serão dispostos levando-se em consideração a escolaridade, a natureza e responsabilidade de cada cargo disposto na presente lei e serão fixados na lei que regular o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos servidores da Administração Tributária da Secretaria Municipal de Fazenda. TÍTULO IV CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Art. 28 – Fica instituído o Prêmio de Produtividade Fiscal, devido aos Fiscais de Tributos e Analistas Tributários, e destinam-se a incentivar os servidores a promover maior eficiência e eficácia na fiscalização e arrecadação tributária. Parágrafo Único – Lei específica disporá sobre os percentuais e formas de aquisição, bem como sobre os demais parâmetros a serem considerados no prêmio aqui instituído. Art. 29 – Fica instituído o Adicional de Qualificação, destinado aos servidores efetivos das carreiras de Fiscal de Tributos, Analista Tributário e Agente Tributário, em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos em ações de treinamento, títulos, diplomas ou certificados de cursos de pós-graduação em sentido amplo ou estrito. Parágrafo Único – Lei específica disporá sobre as áreas de interesse da Secretaria Municipal de Fazenda, os percentuais e formas de aquisição, bem como sobre demais parâmetros do adicional aqui instituído. Art. 30 - Os integrantes das carreiras de Fiscal de Tributos, Analista Tributário e Agente Tributário são regidos por esta Lei, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições do Estatuto dos Servidores Municipais. Art. 31 – Ficam instituídos e regulamentados os Anexos integrantes da presente Lei. Art. 32 – O servidor efetivo, integrante das carreiras da administração tributária de que trata esta lei, em exercício de cargo comissionado fora da administração tributária ou cedido, nos termos de lei, não perceberá o prêmio e o adicional, instituído pelos artigos 28 e 29 do presente Estatuto. Art. 33 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **03)** Eleição da Mesa Diretora, Biênio de 2019/2020, de acordo com o art. 21, §2º do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 281 DE 01/02/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/02/2019
ASS.:

Prosseguindo, o Vereador Presidente Aimoré da Silva Almeida solicitou ao Vice-Presidente Genessi Rodrigues da Silva que ocupasse a Presidência para realizar os trabalhos da eleição, uma vez que ele faz parte da Chapa 02 como 1º Secretário. A seguir, o Vereador Presidente Genessi Rodrigues da Silva passou à eleição da Mesa Diretora, através do voto secreto, concorrendo duas chapas, com a seguinte composição: **Chapa 01** – Presidente: Hugo Fernandes, Vice-Presidente: Paulo Sérgio de Azevedo, 1º Secretário: Fabrício de Sá Xavier e 2º Secretária: José Augusto Martins. **Chapa 02** – Presidente: Maria Alessandra Leite Freire e 1º Secretário: Aimoré da Silva Almeida. Em seguida o Sr. Presidente distribuiu as cédulas devidamente rubricadas por ele e pelo Agente Administrativo da Câmara Municipal, para cada um dos Vereadores a fim de que os mesmos efetuassem seu voto. Após a votação o Sr. Presidente deu o resultado da eleição, onde a Chapa 01 recebeu oito votos favoráveis e a Chapa 02 recebeu dois votos favoráveis. Dessa forma, a Chapa 01 foi vencedora com oito votos favoráveis e a seguinte composição: Presidente: Hugo Fernandes, Vice-Presidente: Paulo Sérgio de Azevedo, 1º Secretário: Fabrício de Sá Xavier e 2º Secretário: José Augusto Martins. Por fim, o Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou ao Vereador Aimoré da Silva Almeida que retornasse à Presidência para dar prosseguimento à reunião. Prosseguindo **o Sr. Presidente declarou a nova Mesa Diretora empossada a partir do dia primeiro de janeiro de 2019**. O Vereador Hugo Fernandes disse que primeiramente gostaria de agradecer a Deus, pois é um privilégio ser recolocado na Presidente desta Casa Legislativa, com trina e três anos. Agradeceu aos Vereadores por seus votos e respeita a decisão de todos. Disse que a imprensa escrita e falada será muito bem vinda nesta Casa Legislativa. Esclareceu que caminhará junto com todos os Vereadores em prol do Município de Miracema. Agradeceu a oportunidade, esclarecendo que hoje está muito mais maduro ao assumir pela segunda vez a Presidência desta Casa Legislativa, e com muita vontade de continuar aprendendo. Esclareceu que vai continuar caminhando junto ao Prefeito pelo bem do Município de Miracema, pois sempre precisamos buscar como objetivo o bem comum, sendo que as divergências de ideias devem existir na parte política. O Vereador Fabrício de Sá Xavier parabenizou o Vereador Aimoré pela forma retilínea de condução dos trabalhos nesta Casa Legislativa durante os dois anos de sua

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
Nº 287 DE 01/01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/01/2019
ASS.:

presidência, parabenizando toda a Mesa Diretora por seus trabalhos. Esclareceu que a democracia permite divergência de ideias e pede desculpas se em algum momento os ofendeu por ter saído da linha política. Disse que a gestão passado foi um momento muito difícil para o Município e atualmente caminha junto com o governo, mesmo diante todas as dificuldades, sendo que a Prefeitura foi encontrada cheia de dívidas e hoje estamos conseguindo caminhar, inclusive valorizando algumas classes de servidores, porém ainda está faltando a valorização de outras classes. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Aimoré pelo trabalho apresentado na direção da Câmara. Continuou pedindo desculpas por algumas divergências e agradecendo o respeito apresentado por todos os Vereadores. Esclareceu que o Vereador Hugo nasceu líder e, hoje, está pela segunda vez sendo eleito Presidente da Câmara, sendo que em seu primeiro mandato todos os vereadores foram equipados com computadores. Acrescentou que gerir o dinheiro público é gastar bem o dinheiro público e para isso, precisamos fazer nossa parte, sendo que não podemos trabalhar com a preocupação de devolver verba no final do mandato. Por fim, disse que parabeniza tanto o Presidente que devolve a verba, quanto o Presidente que gasta bem essa verba, esperando que a verba devolvida seja utilizada da melhor maneira possível. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire parabenizou o Vereador Hugo por sua eleição e agradeceu pelo respeito dos demais vereadores, pois apesar de termos nossos pensamentos diferentes, em momento algum os Vereadores lhe faltaram com o respeito. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares parabenizou o Vereador Aimoré por seu trabalho como Presidente e parabenizou os Vereadores pelo trabalho apresentado nestes dois anos em prol do município de Miracema. Por fim, desejou boa sorte e um bom trabalho para o Vereador Hugo Fernandes. O Vereador José Augusto Martins parabenizou o Vereador Aimoré e agradeceu a todos dizendo que sempre vai trabalhar em conjunto por uma Miracema melhor. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares parabenizou o Vereador Aimoré e a Mesa Diretora pelo trabalho apresentado nestes dois anos. Continuou desejando sorte ao Vereador Hugo, esclarecendo que é importante que os votos sejam respeitados, sendo que devemos valorizar o Poder Legislativo, pois ele é o Poder mais democrático da República. O Vereador Aimoré da Silva Almeida desejou

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 287 DE 01/01/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/01/2019
ASS.:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

boa sorte ao Vereador Hugo e deu os parabéns por sua vitória nas eleições para Presidente. Continuando, agradeceu a todos os funcionários da Câmara por terem lhe auxiliado nestes dois anos como Presidente e informou que hoje a Câmara está em dia com o pagamento de todas as indenizações em relação aos funcionários. Por fim, desejou um feliz ano de 2019 para todos. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 04/02/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 27 de dezembro de 2018.

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL
N.º 287 DE 01/02/2019
ASS.:

PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
EM 01/02/2019
ASS.:

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número setenta e seis, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Alexandre Barbosa Machado**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Coronel Pedro Bastos, nº 614, Distrito de Venda das Flores, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 117, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício SEEDUC/SUPTA nº 115 da Secretaria de Estado de Educação, respondendo ofício nº 1084/2013. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 02)

Telegrama NºRef: 003577/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 03) Declaração de Exercício e Função da Sra. Maria José Marques Andrade, emitida pelo Colégio Estadual Prudente de Moraes. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia desta declaração; 04) Ofício nº 001/2014 do Gabinete do Vereador Alexandre Barbosa Machado solicitando, por motivos pessoais, dispensa da Comissão Parlamentar de Inquérito criada através da Resolução nº 1.113 de 11 de junho de 2013. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Gideão Duarte Gonçalves, em conjunto com o Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando que a Educação é uma das prioridades do Governo atual e que a mesma tem oportunizado a universalização do acesso ao Ensino Fundamental a partir da década de 1990. Considerando que a LDBEN, em seu artigo 34 diz que "A Jornada Escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos 4 h de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola". Considerando as transformações na instituição familiar; a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e a consciência de que somente com uma educação básica de qualidade e de tempo integral se é possível oferecer oportunidades reais para que o aluno possa desenvolver-se plenamente como pessoa e cidadão urge a importância de criar uma escola de horário integral, em que não só os alunos terão oportunidade, bem como os professores e todo o pessoal de apoio será valorizado e capacitado a fim de garantirem a eficácia do programa. Diante do exposto é que indicamos ao Executivo Municipal, seja encaminhado a esta Câmara Projeto de Lei, implantando em caráter experimental em uma ou mais Escolas Municipais o "Tempo Integral", que servirá de Modelo para futura implantação nas demais Escolas do Município e Distritos. Na oportunidade sugerimos também, que seja inserido no referido projeto, uma gratificação diferenciada, para os Profissionais que atuarão e garantirão a eficácia do Projeto. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Inscrito o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno para falar sobre a Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo referente ao Exercício de 2012. Com a palavra, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que esta Casa Legislativa recebeu um CD contendo

informações sobre as contas da gestão administrativa referente ao ano de 2012. Dessa maneira iniciou a analisar os documentos percebendo, de início, que a Prestação de contas de 2012 foi entregue de forma intempestiva, sendo que fez um resumo da documentação presente na prestação de contas, esclarecendo que o corpo técnico de análise das contas emitiu parecer contrário à aprovação das contas. Passou a ler alguns pontos dos documentos presentes na prestação de contas, tendo constatado que o Município de Miracema registrou déficit financeiro durante todos os anos da gestão anterior. Continuou fazendo a leitura do parecer técnico presente na Prestação de Contas listando todos os tópicos mencionados, destacando que o Ministério Público também opinou contrariamente à aprovação das contas. Acrescentou que existe um documento confeccionado em julho de 2012, onde o Presidente da CAPPS diz que a Prefeitura está efetuando os pagamentos regularmente, entregando assim uma cópia do referido documento para cada Vereador. Esclareceu que se este documento afirmou que os pagamentos estavam sendo realizados corretamente não seria possível a Câmara Municipal ter autorizado o parcelamento de uma dívida existente naquele período, por isso ou o documento é falso, ou os Vereadores autorizaram o parcelamento de algo inexistente. Informou que este problema é muito grave, pois se este ofício do Presidente da CAPPS for falso pode ter sido praticado o crime de falsidade ideológica. Destacou que existia uma determinação do Tribunal de Contas do Estado na Prestação de Contas do ano de 2011 para que o déficit financeiro do FUNDEB, no montante de aproximadamente cento e trinta e sete milhões, fosse ressarcido para a conta do Fundo com objetivo de resgatar o equilíbrio financeiro, fato este que não aconteceu. Esclareceu que suas atitudes não estão sendo tomadas por vingança, apesar de ter motivos, uma vez que tanto o Ex-Prefeito e atual Prefeito protocolaram pedidos tentando impedir que ele fosse candidato, porém venceu em primeira e em segunda instância e conseguiu ser candidato. Por fim, destacou que é um Vereador independente e seu voto pode ser único, mas sua função como Vereador é fiscalizar a Administração Municipal. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que possui um documento referente à prestação de contas de 2012, onde esclarece que o atraso na entrega da documentação foi por causa do atual governo, assim passou a ler o ofício do Tribunal do Tribunal de Contas. Acrescentou que podemos observar que tentaram de todas as formas impedir a

aprovação das contas do ex-Prefeito, entretanto teve o prazer de acompanhar de perto o trabalho do Sr. Ivany Samel, sendo que ele trabalhou sempre buscando esclarecer os fatos com a verdade. Esclareceu que teve a honra de participar do governo do Sr. Ivany Samel, sendo que a população sempre foi priorizada, especialmente a classe menos favorecida. Destacou que durante o governo do Sr. Ivany nenhum Secretário foi preso, se sentindo orgulhoso de ter trabalhado junto com ele. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que, de acordo com o Regimento Interno, a população não pode manifestar sua opinião durante a reunião. Por fim, o Vereador Fabrício de Sá Xavier fez leitura da parte final do parecer do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do RJ. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Ivany Samel para falar sobre as Contas referente ao exercício de 2012. Com a palavra, o Sr. Ivany Samel, após cumprimentar todos os presentes, disse que veio esclarecer alguns fatos com a verdade, sendo que gostaria de agradecer o atual Secretário de Fazenda João Serri por ter alertado a falta de alguns documentos na prestação na prestação de contas. Esclareceu que em nenhum momento o atual Prefeito Municipal se negou a auxiliar na obtenção de documentos, uma vez que colocou os arquivos da Prefeitura Municipal a sua inteira disposição. Acrescentou que realizou muitas viagens cansativas ao Rio de Janeiro para entregar vários documentos solicitados pelo Tribunal de Contas. Afirmou que o resulto financeiro final foi de aproximadamente catorze milhões de superávit e não de déficit, sendo que o documento que esclarece isto é do Tribunal de Contas. Disse que o parecer prévio favorável foi feito no último momento por que ele conseguiu cumprir todas as exigências do TCE, sendo que realmente ficaram faltando alguns documentos, mas ele conseguiu entregar todos no final do Processo. Destacou que o atual Prefeito Municipal deixou a Prefeitura de portas abertas para que fossem obtidos quaisquer documentos necessários. Continuou dizendo que diversas Prefeituras Municipais tiveram suas contas reprovadas, por isso pede aos Vereadores para analisarem o processo com atenção. Disse que buscou conversar com todos os Vereadores e só não conseguiu falar com o Dr. Gutemberg, mas não possui rancor de ninguém, respeitando os Vereadores e todos os ex Prefeitos, pois conhece as dificuldades enfrentadas. Por fim, disse que todas as contas possuem ressalvas e determinações, assim gostaria de agradecer a oportunidade e a todos os Vereadores que lhe

receberam. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Decreto Legislativo: 01) Projeto de Decreto Legislativo que Julga as Contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo do Município de Miracema, referente ao exercício de 2012. Autoria: Mesa Diretora. O Vereador Hugo Fernandes iniciou a discussão do Projeto. O Vereador Alexandre Barbosa Machado disse que está situação é muito complexa, pois existe um parecer do Conselheiro do Tribunal de contas favorável à aprovação das contas, mas também existem diversos pontos apontados pelos técnicos do Tribunal de Contas. Por fim, disse que estudou todos os documentos e votará de acordo com sua opinião. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que está perplexo com absolvição, do crime de absolvição de quadrilha, de oito pessoas já condenadas pelo caso do "mensalão". Acrescentou que os Ministros julgaram os réus, eles foram condenados, e agora foram absolvidos do crime de formação de quadrilha. Disse que em alguns casos determinados políticos são condenados sem que as pessoas conheçam a verdade sobre os fatos, assim os administradores acabam respondendo por erro de funcionários. Por fim, disse que não é um momento de jogar pedras e sim pensar no bem do Município, pois nós temos que elevar o nome de Miracema para o bem, com isso deseja que a votação transcorra com muita paz. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o atual Prefeito Municipal vem lutando para colocar nosso Município no caminho correto, pois foi retirada a restrição no nome de Miracema do CAUC, merecendo destaque o trabalho de toda a equipe. Por fim, disse que na última segunda feira esteve em reunião com o Senador Eduardo Lopes, e foi acordada uma obra de quinze milhões no Município de Miracema, uma vez que Miracema será sede da Piscicultura Social da Região Noroeste Fluminense. Disse, ainda, que o atual Prefeito Municipal não fez nenhum pedido em relação à votação da prestação de contas. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves agradeceu a Deus e a todas as pessoas que tornaram este momento possível, pois tem uma grande honra de estar como Vereador neste momento. Esclareceu que é agradecido ao atual Prefeito Municipal por ter lhe ajudado sem obrigação nenhuma, agradecendo também ao Ex-Vereador Carlos Armando de Azevedo. Destacou que os Vereadores de base não podem falar que o atual Prefeito Municipal solicitou que as contas fossem desaprovadas, sendo que todos os Vereadores são livres para votar de acordo com sua consciência. Esclareceu que

quando foi Presidente da CAPPS realizou uma auditoria externa na Caixa de Previdência e foram evidenciadas diversas irregularidades, por isso está quase se arrependendo de ter tomado atitude correta, uma vez que este fato vem lhe gerando diversos problemas. Entretanto, nunca irá se arrepender de ter agido da maneira correta, sendo que percebeu a falta de repasses no ano de 1996 e acabou não cobrando esta dívida judicialmente, apenas for ofício ao Sr. Prefeito da época. Esclareceu que tanto o Sr. Ivany, quanto o atual Prefeito se colocaram a disposição para lhe ajudar em tudo que for preciso. Afirmou que sua procuradoria entendeu que a dívida existente da Prefeitura com a CAPPS estava prescrita. Destacou que todas as dívidas com a CAPPS foram parceladas e será paga regularmente, sendo que o valor da dívida já foi calculado pela Previdência Social. Acrescentou que antes da votação das contas do Ex-Prefeito Carlos Roberto aconteceu uma reunião do PMDB onde ficou acordado a não aprovação das referidas, que vieram desaprovadas do TCE, porém entende que cometeu um erro ao não aprovar as contas e se arrepende de ter seguido a orientação de seu Partido. Por fim, disse que poderia cometer uma incoerência nesta votação, pois aprovou as três primeiras contas do Ex-Prefeito. O Vereador Gilson Teixeira Sales disse que após estudar a Prestação de Contas e ouvir todos hoje, já possui sua opinião formada. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Hugo Fernandes pela forma democrática que vem conduzindo esta Casa Legislativa, sendo que o Presidente da Câmara não tentou influenciar os votos dos Vereadores. Destacou, ainda, que o Sr. Juedyr, atual Prefeito, também não tentou influenciar os votos dos Vereadores e que os Vereadores estão respeitando a opinião de seus colegas. Continuando, parabenizou o Ex-Prefeito Ivany Samel e o Dr. Gutemberg por suas respectivas gestões, mencionando que quando um Prefeito é eleito ele escolhe seus funcionários, mas no momento da prestação de contas apenas o Prefeito fica responsabilizado por todas as ações e erros. Acredita que os funcionários também deveriam ser responsabilizados pelos seus próprios erros, destacando que este fato é uma injustiça, pois somente o Prefeito acaba sendo responsabilizado pelo ato de todos. Por fim, disse que devemos olhar para o passado com o objetivo de não cometer os mesmos erros, sendo que o Município está passando por um momento difícil e o trabalho dos Vereadores acaba sendo constante, possuindo a certeza que todos os Vereadores irão votar de acordo com sua

consciência. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que é muito complicado gerir o dinheiro público, pois por causa de erros de uma pessoa o gestor público pode acabar sendo punido. Acrescentou que é um Vereador independente, não possuindo nenhum tipo de dependência e votará de acordo com sua consciência, sendo que seu Partido não cometeu o erro de anteriormente realizado. Elogiou os dois Ex-Prefeitos, Ivany Samel e Gutemberg Medeiros, esclarecendo que o legado deles deixou uma grande história no Município. Esclareceu que é preciso ter uma nova consciência de política em Miracema, pois é necessário que os políticos deixem suas cores de lado e desçam do palanque para trabalhar em prol do Município. Informou que o atual governo conseguiu tirar a restrição do nome do Município de Miracema do CAUC, o que estava impossibilitando o Município de receber verbas Federais e, atualmente, Estaduais. Por fim, frisou que não houve nenhum tipo de pressão para que os Vereadores escolhessem seus votos. Dessa maneira, declarou que serão realizados dez minutos de recesso para depois poder ser realizar a votação do Projeto de Decreto Legislativo. Retornando do recesso o Vereador Presidente Hugo Fernandes colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado com cinco votos contrários, dos Vereadores Gutemberg Medeiros Damasceno, Alexandre Barbosa Machado, Carlos Magno da Silva Peres, Gilson Teixeira Sales e Hugo Fernandes; cinco votos favoráveis, dos Vereadores João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Gideão Duarte Gonçalves, Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva e; uma abstenção, do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, dando origem ao Decreto Legislativo nº 71, de 27 de fevereiro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo: Artigo 1º- Ficam aprovadas as Contas do Chefe do Poder Executivo, referente ao exercício de 2012, sob a responsabilidade do Sr. Ivany Samel. Artigo 2º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que apesar do empate de votos, a Prestação de Contas referente ao exercício de 2012 possui o Parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado, com isso seriam necessários no mínimo 2/3 de votos contrários para que as Contas não fossem aprovadas, fato este que não aconteceu. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 10/03/2014, às 19 horas. Nada mais havendo

eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 10 de março de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e setenta e sete da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Carlos Magno da Silva Peres. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 22, Versículos de 01 à 04. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 24 de junho de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 129/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal; 02) Ofício INSS/GEXRJC/GAB nº 1157/2019 do Instituto Nacional do Seguro Social; 03) Ofício nº 008/2019/PREVI-Miracema da Caixa de Previdência de Miracema. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo, Marcus Felipe Mercante Linhares e Aimoré da Silva Almeida - À Comissão Organizadora da Festa do Distrito de Paraíso do Tobias - Solicitação no sentido de que seja realizado os "Valores da Terra" durante um dia, nas festividades do ano de 2019, bem como que seja dada uma oportunidade para os grupos musicais do Distrito de Paraíso do Tobias. Deferido. 02) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Fazenda - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se foram realizados empenhos ou pagamentos da Prefeitura para as empresas abaixo relacionadas, nos anos de 2018 e 2019: a) Oficina de Manutenção e Tornearia Irmão Frauches; b) Irmão Frauches Construções Ltda.; c) Multipeças Pádua Ltda. Deferido. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que o Presidente da Previ-Miracema está bem

de saúde, mas precisou fazer um exame hoje, por isso não pode comparecer na Câmara. Esclareceu que os documentos apresentados pela PREVI irão comprovar que as parcelas referentes ao ano de 2019 já foram pagas até o mês de agosto, ou seja, foi feito um adiantamento e que o repasse mensal está em dia. Por fim, disse que o Sr. André se comprometeu a comparecer na Câmara em agosto para prestar esclarecimentos e tirar possíveis dúvidas dos Vereadores. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente da Fundação Leão XIII, Sr. Alan Borges - Solicitação no sentido de que seja realizada a implantação do Projeto "Novo Olhar" no Distrito de Paraíso do Tobias, no Município de Miracema. Aprovado. 04) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de realizar uma melhoria na Rua da CEDAE, no Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que a rua está em péssimas condições, dificultando o trajeto de veículos e pedestres. Deferido. 05) O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Agradecimento para o General Floriano Peixoto, Presidente dos Correios, o parabenizando por ter atendido a Lei Municipal nº 1.629, colocando ar condicionado na Agência dos Correios do Município de Miracema-RJ, melhorando ainda mais a qualidade no atendimento e comodidade da população. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuou agradecendo o Governo Federal, na pessoa do General Floriano Peixoto, Presidente dos Correios, pois esta conceituada empresa vem, desde os anos 30, realizando sonhos e disponibilizando serviços de alta qualidade ao povo brasileiro. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 10 (dez) Projetos de Lei: O Vereador Hugo Fernandes solicitou que todos os Projetos fossem votados em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. **01)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo a regulamentar por Decreto, no Município de Miracema a Tarifa Social de Água, as Igrejas e Templos Religiosos de todos os Cultos e Denominações. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.835, de 27 de junho de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Autoriza o Poder Executivo a regulamentar por Decreto, no Município de Miracema a Tarifa Social de Água, as Igrejas e Templos Religiosos de todos os Cultos e Denominações que possuírem áreas edificadas não superiores a 300 (trezentos)

metros quadrados. Art. 2º- Esta Regulamentação perfaz da Lei Estadual nº 8.365/2019. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **02)** Projeto de Lei que Dá nome de Aniceto de Carvalho a uma via Pública no Município de Miracema. Autoria: Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.836, de 27 de junho de 2019. O Prefeito Municipal de Miracema, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica denominada Rua Aniceto de Carvalho (antiga Rua Proletária) a via pública situada perpendicular à Avenida Deputado Luiz Fernando Linhares, que termina na Rua Elmunteged Bella Delate, no Bairro Boa Vista, nesta cidade. Art. 2º- Fica o Prefeito Municipal, autorizado a mandar confeccionar a referida placa. Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a divulgação de informações referente à aplicação de recursos derivados de multas de transito aplicadas no Município de Miracema. Autoria: Vereador Paulo Sérgio de Azevedo. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.837, de 27 de junho de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica assegurada a divulgação de demonstrativo de arrecadação e destinação dos recursos decorrentes das multas de transito aplicadas no Município de Miracema. Art. 2º- A divulgação será feita, anualmente, na pagina principal do site oficial da Prefeitura Municipal de Miracema. Art.3º- Os demonstrativos deverão conter, pelo menos, as seguintes informações: I - numero total de multas de transito aplicadas, mensalmente, detalhada pelo tipo de infração cometida; II - valor arrecadado, mensalmente, com multas de transito; e III - a quem foram destinados os recursos arrecadados e quanto cada um aplicou em: 1. Educação de transito; 2.sinalização 3. engenharia de trafego e de campo; 4.fiscalização de transito, e 5. outros. Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **04)** Projeto de Lei que assegura a reserva e a gratuidade de 30% (trinta por cento) dos espaços destinados às barracas, nas festividades oficiais do Município, para barraqueiros residentes e instituições situadas no âmbito do Município de Miracema - RJ e dá outras providências. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes disse que sua intenção é fazer com que a empresa que

vença a licitação da exposição de privilégio de escolha para os miracemenses, entretanto como acredita que este projeto é um pouco complexo, concorda em deixar sua discussão e votação para depois do recesso. **05)** Projeto de Lei que assegura aos beneficiários do Programa Bolsa Família 50% de desconto na compra dos ingressos dos brinquedos do Parque de Exposição na semana que comemora o aniversário a cidade. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que seu objetivo é contemplar as crianças carentes do município de Miracema, porém concorda em deixar a discussão e votação deste projeto para depois do recesso. **06)** Projeto de Lei que assegura aos Servidores Públicos Municipais, do Poder Executivo, Legislativo e Autarquias desconto de 20% nas compras dos ingressos dos shows da exposição na semana que comemora o aniversário da cidade. Autoria Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que este projeto possui a mesma linha de raciocínio dos dois anteriores e também concorda em deixar sua discussão e votação para depois do recesso. **07)** Projeto de Lei que Altera o Art. 1º da Lei 945, de 17 de junho de 2002, dando nova redação. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que essa alteração é sobre os trailers a serem construídos em praças públicas, pois entende que a autorização para a construção dos referidos trailers é uma prerrogativa do Poder Executivo e ele é quem deve dialogar com os moradores. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.838, de 27 de junho de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu, Prefeito Municipal no uso das atribuições que me são conferidas pelo Inciso III, do Art. 81 da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- O Art. 1º da Lei 945 de 17 de junho de 2002 passará a vigorar com a seguinte redação: "Fica proibido qualquer tipo de construção de quiosques ou pontos comerciais nas Praças Públicas do Município de Miracema, sem autorização do Poder Executivo". Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **08)** Projeto de Lei que Acrescenta o Parágrafo Único no Artigo 257 do Novo Código Tributário de Miracema - Lei Complementar Nº 1.453, de 26 de setembro de 2013. Autoria: Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que esse artigo seria uma maneira de fazer uma intervenção no Código Tributário para amenizar o descontentamento da população miracemense, oferecendo um desconto no pagamento á vista em relação aos alvarás, sendo que

esse desconto já é oferecido no pagamento dos IPTU's e será estendido aos alvarás de localização. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que votou contra o Código Tributário e se sente á vontade para não se manifestar sobre qualquer assunto referente ao Código Tributário. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Paulo César pelo projeto, pois acredita que estamos tendo a oportunidade de olhar para o interesse dos nossos munícipes atualmente, pois no passado a realidade era diferente. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que a Secretaria de Fazenda já faz a divisão da taxa de localização em três vezes, mas não sabe se o desconto no pagamento á vista é concedido. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que lamentavelmente na aprovação do Código Tributário alguns impostos foram estabelecidos com os preços abusivos, assim realmente precisamos realizar alguns ajustes. Destacou que precisamos rever os equívocos e não persistir no erro, sendo que também precisamos respeitar a opinião dos colegas, seja ela qual for. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que sua opinião também precisa ser respeita, pois na oportunidade certa e no momento exato votou a favor da população e contra o aumento dos impostos, destacando que não participou da aprovação do Código Tributário e não está culpando ninguém, dizendo apenas que não vai participar dessa discussão. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que não está propondo uma renúncia de receita e sim legalizar um hábito que já vem ocorrendo. O Vereador Genessi rodrigues da Silva disse que não podemos ser omissos em lutar, sendo que fez um requerimento com fundamentos e ele foi aprovado, assim o Prefeito e sua parte jurídica e vai analisar seu pedido. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que não participou da votação sobre o Código Tributário e consegue entender os dois lados da situação, acreditando que cabe a Câmara Municipal encontrar uma forma de amenizar isso para o futuro. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que com o parcelamento poderemos esbarrar em outro problema, pois a Prefeitura só vai fornecer o alvará após o pagamento de todas as parcelas da taxa de localização. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que gosta de buscar conhecimento para falar sobre determinada matéria, sendo que todo governo possui a base e a oposição, sendo ambas importantes. Acrescentou que se nós começarmos a falar sobre os problemas passados, teremos muito assunto para discutir, informando que a votação do código tributário foi necessária na época e os impostos até poderiam

ter sido mais brandos, mas não foi assim. Destacou que o aumento de arrecadação ao longo dos anos é notório e, talvez, se esse aumento não estivesse acontecendo, poderíamos estar passando por um caos financeiro. Por fim, disse que na época os aumentos foram pertinentes e alguns aumentos realmente foram abusivos, mas foram exceções, pois o prazo de votação era curto e alguns pontos passaram despercebidos, por isso acredita que precisamos analisar os números e podemos rever algumas coisas. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que entende as dificuldades que os munícipes vem enfrentando. Acrescentou que é a favor do Projeto e a favor de uma que seja realizada uma revisão no Código Tributário, destacando que os Tribunais de Contas vem realizando um trabalho de orientação para os municípios possam aumentar suas receitas próprias, assim o governo não pode renunciar receitas e ficar com dificuldades em arcar com as dívidas passadas e cumprir suas obrigações. O Vereador Hugo Fernandes, aproveitando a presença do Secretário Municipal de Fazenda, o perguntou se a aprovação desse Projeto dificultaria ou atrapalharia o trabalho da Prefeitura. O Sr. Márcio Menezes respondeu que não. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado com uma abstenção, do Vereador Fabrício de Sá Xavier, e oito votos favoráveis, dos Vereadores Paulo César da Cruz de Azevedo, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Maria Alessandra Leite Freire, Genessi Rodrigues da Silva, Maurício Sant'Ana Soares, Marcus Felipe Mercante Linhares e José Augusto Martins, dando origem a Lei nº 1.839, de 27 de junho de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica acrescido ao Art. 257 da Lei Nº 1.453 o seguinte parágrafo: "Parágrafo Único: A Taxa de Licenciamento, instalação, locação e funcionamento poderá ser paga em 6 (seis) cotas, ou concederá o desconto de 10% (dez por cento) para pagamento integral da taxa até o vencimento da primeira cota. Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **09)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a regulamentação dos artigos 2º, 22 e 27 da Lei 1.809, de 27 de Dezembro de 2018 - Estatuto das carreiras da administração tributária do município, no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda, instituindo o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que

ano passado o Estatuto foi votado e esse ano veio o Plano de Cargos, sendo que essa é uma das metas traçadas pelo plano de ação do atual Prefeito, destacando que mediante os números em relação ao aumento da arrecadação, acredita que esse plano de cargos faz jus ao trabalho que os funcionários estão realizando. Acrescentou que estão faltando alguns planos de cargos para outras classes de funcionários, sendo que é defensor de todas as classes de servidores, acreditando que o correto seria a revisão do plano de carreira de todos os servidores, mas isso vem sendo feito em partes. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que antes de ser Vereadora é uma funcionária pública, sendo que pediu informações porque também é cobrada pelas outras classes de funcionários, acreditando que todo funcionário deve ser respeitado, pois a Prefeitura deveria esclarecer as informações corretas para os demais funcionários. Informou que sempre vai defender os funcionários públicos, sendo que precisamos rever diversas questões, tais como isonomias, progressões. Destacou que em momento algum é contra o funcionário público defendendo a igualdade entre os funcionários. Por fim, parabenizou o Secretário Municipal de Fazenda e sua equipe, pois ele respeita sua equipe e luta por seus servidores. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Chefe do Poder Executivo por valorizar o servidor, mesmo diante todas as dificuldades financeiras enfrentadas pela Prefeitura, acreditando que as outras classes também serão valorizadas com o decorrer do tempo. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que as funções dos fiscais de tributos são muito importantes para o Município, especialmente na arrecadação de tributos. Por fim, disse que também devemos ir lutando pelas outras classes e daqui a pouco todos os servidores serão contemplados. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares parabenizou o Vereador Hugo Fernandes pela agilidade na tramitação do projeto. Parabeniza os servidores por estarem recebendo a justiça pelos seus trabalhos, parabenizando também o Secretário de Fazenda pelo ótimo trabalho que ele vem realizando na Secretaria. Por fim, parabenizou o Prefeito Municipal pela valorização dos servidores, pois percebe que ele está valorizando diversas classes mesmo enfrentando muitas dificuldades financeiras. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que atualmente estamos vendo as grandes empresas valorizando os funcionários e oferecendo qualificação e conhecimento aos funcionários, pois os funcionários valorizados rendem muito mais no trabalho. Dessa maneira, estamos

vendo que a Prefeitura também possui este mesmo pensamento. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.840, de 27 de junho de 2019. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA no uso das atribuições dispostas no inciso III, do artigo 81 da Lei Orgânica Municipal - LOM, faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS Art. 1º - Esta Lei regulamenta os artigos 2º, 22 e 27 da Lei Municipal nº. 1.809, de 27 de Dezembro de 2018 – Estatuto das Carreiras da Administração Tributária do Município, no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda, institui o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Fiscais de Tributos, Analistas Tributário e Agente Tributário e dá outras providências. § 1º - A Administração Tributária da Secretaria Municipal de Fazenda reger-se-á pelos princípios da unidade, independência funcional, publicidade, legalidade, supremacia do interesse público, isenção, impessoalidade, eficácia, eficiência, transparência, moralidade, probidade, motivação, permanência e justiça fiscal. § 2º - A Administração Tributária da Secretaria Municipal de Fazenda será exercida por servidores de carreira específicas, tendo recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, compartilhando cadastros e informações fiscais com os outros entes, assegurada a manutenção do sigilo fiscal. § 3º - Fica expressamente proibido utilizar os cargos de Fiscal de Tributos, Analista Tributário e Agente Tributário como paradigma em isonomia, equiparação salarial ou outra espécie qualquer, sendo considerado nulo o ato que conceder, na forma da Lei. Art. 2º - Os cargos existentes na estrutura são os relacionados na forma do artigo e serão organizados em classes e as classes em padrões de vencimentos, conforme esta Lei. I – Fiscal de Tributos; II – Analista Tributário; III – Agente Tributário. § 1º - Os atuais servidores ocupantes dos cargos de que trata o artigo, deverão, no prazo de 07 (sete) anos, comprovar o cumprimento das exigências de escolaridade, previstas na Lei 1.809/2018. § 2º - Caso os atuais servidores não comprovarem o cumprimento das exigências previstas para o enquadramento nas classes e padrões estabelecidos por esta Lei, não farão jus a: I – Serem nomeados nos cargos comissionados dispostos na presente Lei: II – Serem promovidos para a Classe "E" CAPÍTULO II DA PROGRESSÃO E PROMOÇÃO FUNCIONAL Art. 3º - O desenvolvimento do servidor nas carreiras de que trata esta

Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Art. 4º - Para os fins desta Lei, progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe. § 1º - Para que o servidor constante das carreiras dispostas na Lei 1809/2018, tenha direito à progressão funcional, deverão comprovar: I – Interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício no padrão de vencimento; II – concluir no mínimo, 02 (dois) cursos no interstício previsto no inciso I, com aproveitamento, nas áreas de interesse da Secretaria Municipal de Fazenda. § 2º - As regras, áreas de interesse e carga horária mínima dos cursos, de que trata o inciso II do artigo, serão definidas em Resolução do Secretário Municipal de Fazenda, publicada no órgão oficial do Município. § 3º - Comprovado o previsto no parágrafo primeiro e arquivada a documentação necessária na pasta funcional dos servidores de que trata esta Lei, o setor de Recursos Humanos, automaticamente, deverá realizar a Progressão Funcional, emitindo a respectiva Portaria. § 4º - O interstício previsto no §1º deste artigo, será de 36 (trinta e seis meses) na primeira progressão funcional, dentro das carreiras dispostas nesta Lei. Art. 5º - Para os fins desta Lei, promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro da classe imediatamente superior. § 1º - Para que o servidor constante das carreiras dispostas na Lei 1809/2018, tenha direito à promoção funcional, deverão comprovar, ressalvado os casos previstos no inciso II, §2º, do art.2º desta Lei: I – Interstício mínimo de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício no último padrão da classe imediatamente anterior; II – concluir no mínimo, 04 (quatro) cursos no interstício previsto no inciso I, com aproveitamento, nas áreas de interesse da Secretaria Municipal de Fazenda. III – Receber parecer favorável do Secretário Municipal de Fazenda. § 2º - Para que o servidor constante das carreiras dispostas na Lei 1809/2018, tenha direito á promoção funcional para a Classe Especial, deverão comprovar: I – Estar no último padrão de vencimento da classe intermediária; II – Interstício mínimo de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício no último padrão da classe imediatamente anterior; III – Possuir, no mínimo: a) Um curso de pós-graduação, para os servidores ocupantes dos cargos de Analista Tributário ou Fiscal de Tributos, nas áreas de interesse da Secretaria Municipal de Fazenda. b) Um curso de graduação, para os servidores ocupantes do cargo de Agente Tributário. IV – Receber parecer favorável do Secretário Municipal de Fazenda. § 3º - As regras, áreas

de interesse e carga horária mínima dos cursos, de que trata os incisos II e III do artigo, serão definidas em Resolução do Secretário Municipal de Fazenda, publicada no órgão oficial do Município. § 4º - Comprovado o previsto no parágrafo primeiro e arquivada a documentação necessária na pasta funcional dos servidores de que trata esta Lei, o setor de Recursos Humanos, automaticamente, deverá realizar a Promoção Funcional, emitindo a respectiva Portaria. § 5º - Aos Servidores Públicos Municipais, fica assegurado o direito adquirido ao seu tempo de serviço prestado à administração municipal, exclusivamente prestado nos cargos que tenham sido reestruturados por Lei, para efeito de progressão e promoção com base na Lei. Art. 6º - O interstício será computado em períodos corridos, sendo interrompido nos casos em que o servidor se afastar do exercício do cargo, em decorrência de: I – licença com perda de vencimentos; II – Suspensão disciplinar ou preventiva; III – Prisão decorrente de decisão judicial; IV – Gozo de auxílio doença, acima do limite de 24 (vinte e quatro) meses; V – Outras hipóteses especificadas em Lei. § 1º - Consideram-se períodos corridos, para efeitos deste artigo, aqueles contados de data a data, sem qualquer dedução na contagem; § 2º - Será restabelecida a contagem do interstício, com os efeitos daí decorrentes, a partir da data do afastamento do servidor para o cumprimento de suspensão disciplinar ou preventiva, nos casos em que ficar apurada a improcedência da penalidade aplicada, na primeira hipótese, e, no segundo caso, se não resultar pena mais grave que a de advertência. Art. 7º - A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias. Art. 8º - Para efeito de concessão de férias, férias-prêmio, adicional de tempo de serviço, progressão e promoção, considerar-se-á como efetivo exercício: I – férias; II – exercício de cargo em comissão ou função gratificada ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, Estados, Municípios e Distrito Federal; III – Participação em programas de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós graduação stricto sensu no país, conforme dispuser o regulamento; IV – Desempenho de mandato eletivo Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; V – Júri e outros serviços obrigatórios por Lei; VI – Missão ou estudo no Brasil ou exterior, quando autorizado o afastamento, conforme dispuser o regulamento; VII – Licença: a) À gestante, a adotante e à paternidade; b) Para tratamento da própria saúde, até o limite de vinte e quatro meses,

cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado ao Município, no cargo de provimento efetivo; c) Para o desempenho de mandato classista ou participação de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores para prestar serviços a seus membros; d) Por motivo de acidente em serviço ou doença profissional; e) Para capacitação, conforme dispuser o regulamento; f) Por convocação para o serviço militar. VIII – Participação em comissão desportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no país ou no exterior, conforme dispositivo em Lei específica; IX – Afastamento para servidor em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere. CAPÍTULO III DO EXERCÍCIO Art. 9º - Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para os cargos de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, Analista Tributário e Agente Tributário, ficarão sujeitos a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: I – Pontualidade; II – Disciplina; III – Capacidade de Iniciativa; IV – Produtividade; V – Responsabilidade. § 1º - Seis meses antes de findar o período de estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação de desempenho do servidor, realizada pela Comissão Municipal de Estágio Probatório, de acordo com a presente Lei e o estatuto das carreiras dispostas nesta Lei, sem prejuízo da continuidade da apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo. § 2º - O servidor, de que trata esta Lei, não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, obedecendo-se á legislação. § 3º - Os servidores dispostos nas carreiras da administração tributária, que estejam em estágio probatório, poderão exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação e somente poderão ser cedidos a outro órgão ou entidade para exercer cargos de natureza especial, direção, chefia ou assessoramento, ou equivalente. § 4º - O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos abaixo e será retomado a partir do término do impedimento: I – Por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que vive às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação médica; II – Para acompanhar companheiro ou cônjuge que foi

deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo, por prazo indeterminado e sem remuneração; III – Para o serviço militar; IV – Para atividade política, sem remuneração, durante o período que mediar entre a escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral; V – Para tratamento da própria saúde, quando ultrapassar 90 (noventa) dias; VI – Para tratar de interesses particulares; VII – Para desempenho de mandato classista. CAPÍTULO IV DAS SEÇÕES E DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO Art. 10 – As seções existentes na estrutura da administração tributária da Secretaria Municipal de Fazenda são as seguintes: I – Seção de Cadastro, Controle e Fiscalização. II – Seção de Arrecadação e Dívida Ativa. III – Seção de Fiscalização do ISS. Art. 11 - Os cargos comissionados existentes na estrutura da administração fazendária da Secretaria Municipal de Fazenda, que são responsáveis pelas seções dispostas na presente Lei, são os seguintes: I – Chefe da Seção de Cadastro, Controle e Fiscalização. II – Chefe da Seção de Arrecadação e Dívida Ativa. III – Chefe da Seção de Fiscalização do ISS. Parágrafo Único – Ficam alterados os símbolos de vencimento dos cargos comissionados da Lei 1.809/2018, dispostos no artigo, para CC3, em razão da extrema responsabilidade que exigem, ficando mantidas as suas atribuições previstas em Lei. CAPÍTULO V DO VENCIMENTO Art. 12 - Os vencimentos das carreiras dispostas na presente Lei, obedecerão aos seguintes critérios: § 1º – Ficam as carreiras divididas em Classes e cada classe em Padrões, na forma do Anexo I, sendo: a) As Classes serão no total de três, sendo a primeira representada pela letra "A", a segunda pela letra "B" e a última pela letra "E"; b) Cada classe da carreira será composta por quatro níveis, representados por algarismos romanos, iniciando-se em "I" e terminando em "IV"; c) Dentro das Classes as progressões ocorrerão conforme o Anexo I desta Lei, respeitados os critérios estabelecidos nesta Lei; d) A mudança de uma Classe para outra somente ocorrerá após cumpridos 03 (três) anos no último Padrão da Classe imediatamente anterior, respeitados demais critérios estabelecidos nesta Lei. § 2º - Os vencimentos serão dispostos levando-se em consideração a escolaridade, a natureza e responsabilidade de cada cargo disposto na presente Lei. § 3º - Ficam fixados os vencimentos, dos integrantes das carreiras dispostas nesta Lei na forma do artigo: I – Fiscal de Tributos

– Classe A, Padrão I – R$ 2.900,00 (Dois Mil e Novecentos Reais); II – Analista Tributário – Classe A, Padrão I – R$ 2.900,00 (Dois Mil e Novecentos Reais); III – Agente Tributário – Classe A, Padrão I – R$ 2.720,00 (Dois Mil Setecentos e Vinte Reais). § 4º - Os padrões de vencimento manterão uma diferença a maior de 5% (cinco por cento) entre um e outro padrão, dentro da mesma classe, sendo o menor padrão o "I" e o maior padrão o "IV". § 5º - O primeiro padrão de vencimento da classe intermediária será superior em 6% (seis por cento) ao último vencimento da classe inicial. § 6º - O primeiro padrão de vencimento da Classe Especial será superior em 6% (seis por cento) ao último vencimento da classe intermediária. § 7º - Após a publicação da presente Lei, o Departamento de Recursos Humanos, imediatamente, fará o ajuste dos vencimentos dos servidores das carreiras constantes nesta Lei, através de ato oficial, obedecendo o disposto no § 3º do artigo 12 e o § 5º do artigo 5º. § 8º - Para efeitos de enquadramento em Lei nova os servidores que tiveram as carreiras e os cargos reestruturados e reorganizados, exclusivamente em relação à promoção/progressão, ficam dispensados das exigências da nova Lei, aproveitando-se todo tempo de serviço no cargo reestruturado/reorganizado. § 9º - A Lei que tratar da revisão geral anual dos servidores municipais, conterá tabela de vencimentos dos servidores de que trata esta Lei, observando os percentuais previstos nos §§ 4º, 5º e 6º deste artigo. CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Art. 13 – Aplicam-se aos servidores integrantes das carreiras dispostas nesta Lei, os reajustes e revisões gerais anuais concedidos aos demais Servidores Municipais. Art. 14 – Os demais direitos aplicados aos Servidores Públicos Municipais, previstos na Lei 796/99, desde que compatíveis com esta Lei, são aplicáveis aos servidores das carreiras previstas nesta Lei. Art. 15 – As despesas decorrentes desta Lei estão contempladas na LOA, bem como são compatíveis com o PPA e a LDO vigentes. Art. 16 – Fica alterado o símbolo de vencimento do cargo de Chefe da Divisão de Contabilidade da PMM, alterando o Anexo I da tabela de vencimentos da Lei 813/99, passando para CC3, em função da responsabilidade e exigências que o cargo possui, ficando mantidas as suas atribuições previstas em Lei. Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **10)** Projeto de Lei que Cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Miracema/RJ, institui a taxa de serviços prestados pela patrulha rural mecanizada e dá outras providências.

Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que a partir da criação desse fundo, uma situação que já existe no município será regulamentada, pois as máquinas da Secretaria de Agricultura poderão atender os munícipes fora do horário de trabalho. Destacou que o Projeto foi muito bem elaborado e inclusive beneficiará os servidores. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que a demanda dos agricultores é muito grande e a melhor forma de atender com justiça e legalmente os produtores é com essa regulamentação. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.841, de 27 de junho de 2019. O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRACEMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o povo de Miracema através de seus legítimos representantes junto a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar: CAPÍTULO I Do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Art. 1º- Fica criado o FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO (FMDA), vinculado á Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, que tem como objetivos: dinamizar as Atividades, Ações, Programas e Projetos voltados para o desenvolvimento rural sustentável do Município, visando ainda possibilitar o fortalecimento do setor agropecuário do Município, para a elevação de seus índices de produção, produtividade, geração de trabalho e renda e a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, produtores rurais e pescadores artesanais deste Município. §1º- Agricultores Familiares, como estabelecido no caput deste Artigo, correspondem a todos e todas que se enquadrarem na Lei Federal 11.326 de 24 de Julho de 2006. §2º- A aplicação dos recursos do FMDA atenderá ao estabelecido nesta Lei, destinando-se á implantação da política municipal de desenvolvimento rural. §3º-Os recursos do Fundo serão consignados no orçamento do Município. Art. 2º- Poderão propor ações a serem executadas com recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário – FMDA, toda e qualquer organização governamental e não governamental, devidamente legalizada, ligadas com agricultura, pecuária, suinocultura, pesca e demais atividades afins, sediadas no Município de Miracema/RJ. Art. 3º - O Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (FMDA) é um fundo especial, não possui personalidade jurídica e patrimônio próprio, previsto nos artigos 71 a 74 da Lei Federal

para a população rural; II - modernização da Patrulha Rural Mecanizada da Secretaria Municipal de Agricultura, em especial: a) Aquisição de veículos e equipamentos necessários à prestação dos serviços á população rural do Município, que serão incorporados ao patrimônio do Município de Miracema/RJ; b) custeio de cursos e treinamentos aos servidores operadores das máquinas da patrulha rural, com o intuito de aprimorar o manejo das máquinas e equipamentos; III - apoio técnico aos produtores rurais e aprimoramento dos servidores envolvidos, em especial: a) custeio de visitas de campo, cursos, seminários, campanhas, mutirões, dias de campo, palestras, reuniões e outras atividades de assistência e apoio técnico e extensão rural de agricultores; b) custeio de atividades de topografia, georeferenciamento, visitas de campo, reuniões, serviços de agrimensura, apoios técnicos especializados, viagens e outras atividades necessárias ao desenvolvimento rural sustentável; c) oferta de contrapartida financeira para Convênios e outros instrumentos de parceria com Órgãos Públicos Estaduais, Municipais ou Federais. §1º- Os recursos do FMDA poderão ser usados para complementar o pagamento dos operadores das máquinas da patrulha rural, art. 14 desta Lei, em efetivo exercício, limitado à 30% (trinta pontos percentuais) do valor mensal arrecadado com os serviços prestados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário. §2º- A utilização dos recursos previstos no parágrafo anterior não poderão superar o limite estabelecido, ficando os responsáveis pelo descumprimento sujeitos á devolução do valor gasto a maior, independentemente de outras punições nas esferas administrativa, civil e penal. Art. 7º- Fica o Município autorizado a formalizar Convênios, Termos de Adesão, Termos de Parceria e outros instrumentos necessários para a execução de Atividades, Ações, Programas e Projetos voltados para o desenvolvimento rural com a Administração Pública Federal, Estadual Distrital ou de outros Municípios, segundo as normas por esses entes concebidas, incluindo a captação e gestão de recursos do FMDA, respeitadas as demais normas aplicadas a cada caso e esta Lei Complementar. Art. 8º- Os recursos do FMDA serão depositados em conta especialmente aberta para esse fim, em estabelecimento bancário oficial, com agência na sede do Município de Miracema/RJ, podendo ser aplicados no mercado financeiro, quando o prazo previsto de utilização for superior a 30 dias. Art. 9º- O Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio de Decreto, editará normas com a finalidade de regulamentar a organização, gestão,

administração e aplicação dos recursos do FMDA, respeitadas as regras aqui previstas e o interesse público. Parágrafo Único - O FMDA terá como Ordenador de Despesa Principal o Chefe do Poder Executivo Municipal e como Ordenador de Despesa Secundário o Secretário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Miracema/RJ. CAPÍTULO II Da Taxa de Serviço Rural – TSR Art. 10- Fica instituída a Taxa de Serviço Rural – TSR, do Poder Executivo de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de subsidiar as despesas da utilização da Patrulha Rural Mecanizada da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, que, para tanto, efetuará a cobrança de horas máquinas a título de auxílio para os custos envolvidos na execução dos serviços de caráter particular. § 1º - A TSR tem como fato gerador a fiscalização e utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de caráter particular prestados pela Patrulha Rural Mecanizada da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário. § 2º - Acrescenta o inciso IX ao artigo 257 da Lei Complementar nº 1.453 de 26-09-2013: Art.257..... IX - Taxa de Serviço Rural § 3º - Acrescenta ao Artigo 258 -A á Lei Complementar nº 1.453, de 26-09-2013: Art. 258 -A . A Taxa de Serviço Rural será regulamentada em legislação especifica. Art.11- Os serviços particulares da patrulha rural mecanizada atenderão aos produtores rurais de Miracema/RJ que desempenham atividades rurais, gerando renda ou que venham a gerar renda. Art.12 - O desenvolvimento dos serviços prestados priorizará a melhoria das propriedades rurais através de serviços de máquinas de propriedade do município. Art.13 -Os recursos arrecadados pela cobrança da TSR serão depositados em conta própria do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (FMDA). Art.14 - A cobrança da TSR pelo Município de Miracema/RJ obedecerá á tabela abaixo e será cobrada por hora de uso de máquina:

Relação de Máquinas	Valor da hora-máquina em UFIR/RJ – Produtores Rurais não enquadrados no PRONAF	Valor da hora-máquina em UFIR/RJ – Produtores Rurais enquadrados no PRONAF
Caminhão Basculante	13,65	10,92
Trator de Pneu	16,70	13,36
Retroescavadeira	16,70	13,36
Pá Carregadeira	24,30	19,44

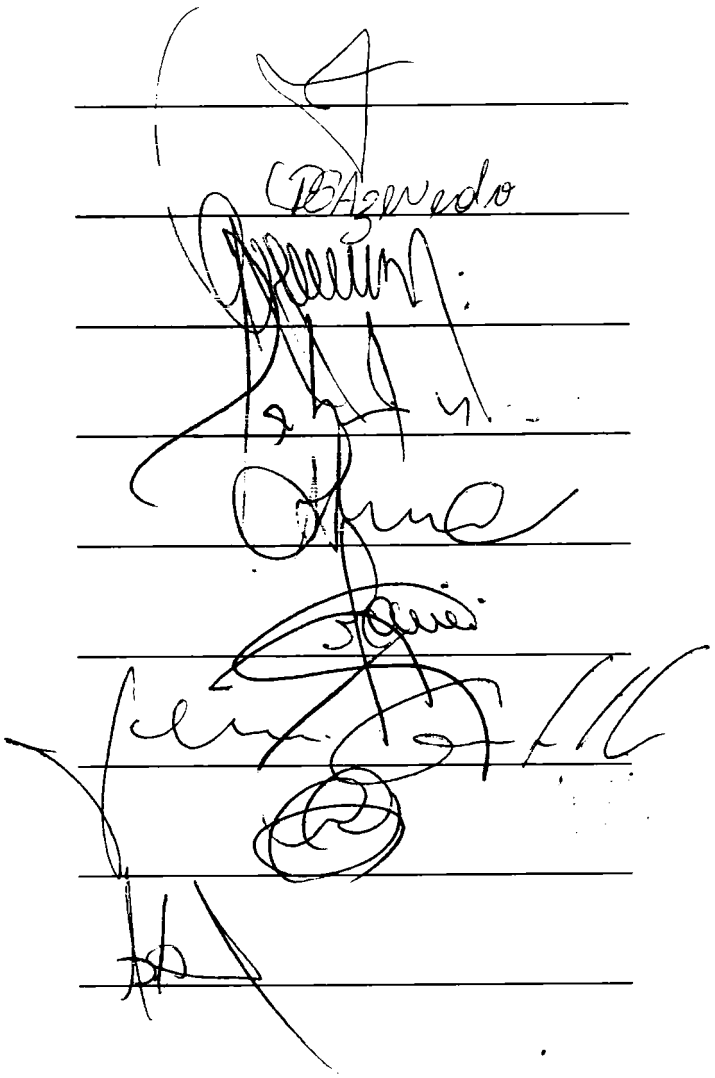
Patrol	24.30	19,44

§1º- Para ter acesso aos valores destinados aos produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conforme tabela acima, o interessado deverá apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) válida, conforme legislação aplicável ao caso. §2º- A Administração Municipal regulamentará os casos omissos e não tratados nesta Lei. §3º- O serviço para construção, reforma e ampliação de tanques para piscicultura, também serão subsidiados pela parte interessada do serviço, conforme Decreto Municipal. Art.15- Os serviços particulares serão executados com a observância dos seguintes critérios: I - Somente quando houver disponibilidade das máquinas/equipamentos e pessoal, sendo prioridade atendimento do interesse público, exceto em casos de urgências e emergenciais; II - Poderão ser executados, iniciados e/ou finalizados, em finais de semana e feriados; III - Limite de 12 horas/maquinas para cada prestação de serviço/autorização; IV - Após o Limite de 12 horas/maquinas, o produtor terá que solicitar novamente o serviço, será atendido conforme a ordem cronológica de solicitação de serviços com pagamento; V - Vistoria e aprovação do serviço pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente com a devida Licença da mesma, quando necessário; VI - Expedição de Ordem de Serviço pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, observadas as demais normas aqui previstas; VII - Comprovação do recolhimento prévio da TSR, por máquina e horas necessárias, conforme guia emitida pelo Município de Miracema, respeitada a tabela constante no art. 14e demais normas aqui previstas; VIII - O atendimento será efetuado de acordo com a ordem cronológica dos pagamentos, e apresentação das respectivas licenças ambientais necessárias, sendo atendido o primeiro a cumprir os requisitos legais e assim sucessivamente; IX - Serão atendidas todas as solicitações do Município, sem interrupção dos serviços, salvo por motivo justificado, e os trabalhos acontecerão o ano todo sem interrupção; §1º- As requisições e demais documentos necessários ás autorizações deverão ser autuados, protocolizados, paginados e numerados. §2º-A emissão das guias deverá ser efetuada pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Fazenda, que poderá disponibilizar posto avançado e servidor para emissão na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário como forma de facilitar o

acesso ao produtor interessado. §3º -A ordem de serviço será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, devendo conter, dentre outras informações: I – Serviços a serem executados, descritos de forma clara; II – Nome do beneficiário dos serviços, com endereço residencial completo e local da realização dos serviços; III – Carimbo e assinatura do Secretário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário; IV – Maquinário a ser utilizado com a respectiva quantidade de horas pagas; V – Data e hora do início dos serviços; VI – Data e hora do fim dos serviços; VII – Campo destinado a outras informações, para registro de ocorrências verificadas durante a execução dos serviços; IX – Campo para nome e assinatura do beneficiário dos serviços atestando o cumprimento das horas contratadas e máquinas disponibilizadas; §4º-Para efeitos de fiscalização toda documentação relacionada á autorização e execução dos serviços, inclusive comprovantes de pagamentos, fotos, laudos e ordem de serviço,, deverão ser autuados e arquivados. Art.16- Para efeito de contagem de tempo de serviços particulares executados com máquinas da Patrulha Rural, terá início quando a mesma estiver à disposição dentro da propriedade do requerente. Art.17- Quando for necessária a licença de qualquer órgão ambiental para execução de serviços nas propriedades, a mesma deverá ser providenciada pelo interessado/requerente e apresentada á Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário sob pena de não serem executados os serviços. Art.18 -Não serão executados trabalhos com máquinas em áreas de preservação permanente. Art.19- O beneficiário dos serviços deverá permitir a qualquer momento a fiscalização dos serviços pela Prefeitura Municipal de Miracema e demais Órgãos de Controle. Art. 20 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no ano subsequente e depois de decorrido o prazo de 90 (noventa) dias da publicação. Art. 21- Ficam revogadas as disposições contrárias. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Explicações Pessoais. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire informou que amanhã vai participar de uma reunião com a presença de mais de quarenta Vereadoras do Estado Rio de Janeiro e buscará melhorias para o Município de Miracema. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 01/08/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 27 de junho de 2019.



Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e setenta da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 11, Versículos de 23 à 26. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 23 de maio de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que torna Obrigatório (Orçamento Impositivo) pelo Executivo Municipal o Pagamento Integral das Subvenções Sociais Indicadas pelo Legislativo, de autoria do Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o Projeto de Lei tem o objetivo de garantir o pagamento das subvenções sociais, pois os vereadores indicam as entidades e depois elas não recebem a verba; 02) Projeto de Lei que dá nome de Manoel Alves Azevedo a uma via da cidade, de autoria do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo; 03) Ofício da ENEL referente à Ordem de Serviço A024393475 / Ordem de Serviço A024739859. O Vereador Hugo Fernandes solicitou o entendimento das Comissões com o objetivo de agilizar a tramitação do Projeto de Lei sobre a redução de carga horária dos cantineiros, pois gostaria de realizar a votação na próxima quinta-feira. Esclareceu também que, caso a LDO esteja com todos os pareceres, vai colocar ela votação na segunda-feira, dia 03 de junho. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares marcou uma reunião de sua Comissão para amanhã, três horas da tarde, para emitir os respectivos pareceres. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo

César da Cruz de Azevedo - À Secretaria Municipal de Defesa Civil e Segurança Pública, com vista ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja determinada a presença da Guarda Municipal até as 24hs na Rodoviária, diariamente, uma vez que já presenciei diversas vezes transeuntes alcoolizados e maltrapilhos, inclusive alguns são usuários na CAPS, que estão importunando de forma ofensiva e agressiva, inclusive com palavras de baixo calão, os passageiros que estão ali esperando ônibus para viagem, principalmente mulheres desacompanhadas. Deferido. O Vereador Aimoré da Silva Almeida solicitou ao Presidente que seja incluída na votação de quinta-feira o Projeto de Lei sobre a conservação de terrenos edificados (abandonados) e não edificados, de sua autoria. O Vereador Hugo Fernandes disse que vai incluir o referido projeto em votação. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa uma relação com todos os veículos (carros, tratores e máquinas) que estão paralisados, com seus devidos defeitos e com as datas que eles foram parados. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Reiteração - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja disponibilizado um pedreiro para que seja realizada a instalação de uma cadeira de dentista no CEO (Centro de Especialização Odontológico), tendo em vista que a referida cadeira está nova e sem ser utilizada. Deferido. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER-RJ - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalado um guard rail numa curva da Estrada Miracema x Campelo, próximo à Fazenda do Sr. Ivany Samel, tendo em vista que no local só possui árvores causando diversos riscos para os motoristas. Aprovado. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a poda das árvores localizadas no loteamento Sayonara, tendo em vista que as referidas árvores estão dificultando a visibilidade dos motoristas causando diversos riscos de acidentes. Solicitamos, também, a realização da poda das árvores na Rua João Candido das Neves, Bairro Rodagem, especialmente próximo ao nº 09 no Beco da Escadaria do DER. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Considerando a importância estética e de manutenção das áreas comuns do Município; Considerando que essa Secretaria tem desenvolvido excelente

trabalho quanto à limpeza Urbana; Considerando ainda relato da Munícipe Luzia Helena em rede social (Facebook), bem como relato pessoal; Encaminho solicitação no sentido de que sejam removidos os entulhos da Rua Antônio Bernardino Monteiro, nº 73, Santa Tereza, eis que foram cortadas 4 (quatro) árvores, sem que os rejeitos provenientes deste corte fossem devidamente descartados, pelo que ao deixarem na calçada acabaram por pegar fogo nos restos, não se sabendo ao certo quem, entretanto o local permanece sujo. Assim sendo, solicito carinhosamente sejam removidos os presentes. Deferido. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Assistência Social - Solicitação no sentido de que seja realizada uma visita de um Assistente Social na residência da Sra. Leticia, Rua João Candido das Neves, nº 42, no Beco da Escadaria do DER, tendo em vista que as condições da residência são totalmente precárias, sem água e sem luz, sendo que no local ainda reside uma criança. Deferido. 08) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal - Considerando que a Guarda Municipal do Município de Miracema vem fazendo um excelente trabalho dentro de nossa cidade, garantindo o atendimento de ocorrências emergenciais, atuando mediante as ações preventivas na segurança escolar, sempre zelando pelo entorno e participando de ações com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal. De forma colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade; Considerando o disposto no artigo 15 da Lei Municipal nº 1.664 de 2016, que Dispõe sobre a Reorganização, Direitos, Deveres, Atribuições da Guarda Civil de Miracema, e dá outras providências, a saber: "Art. 15 O Guarda Municipal efetivo, integrante dos quadros de carreiras e vencimentos da Guarda Civil de Miracema, fará jus a adicional de periculosidade de no mínimo 30% (trinta por cento) a integrar sua remuneração mensal". Encaminho solicitação no sentido de que seja estudado o aumento do adicional de periculosidade pago a Guarda Municipal para 50%, sendo que no momento os guardas estão recebendo apenas o mínimo estabelecido na Lei, ou seja, 30%, sendo certo que a Lei Maior estabelece o trabalhador tem o direito de receber até 100% de periculosidade, dependendo de cada Município e de acordo com o respectivo Chefe do Poder Executivo. Deferido. 09) Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Pesar para o Sr. Midas de Souza e demais familiares, em virtude do falecimento de seu pai. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 10) Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou

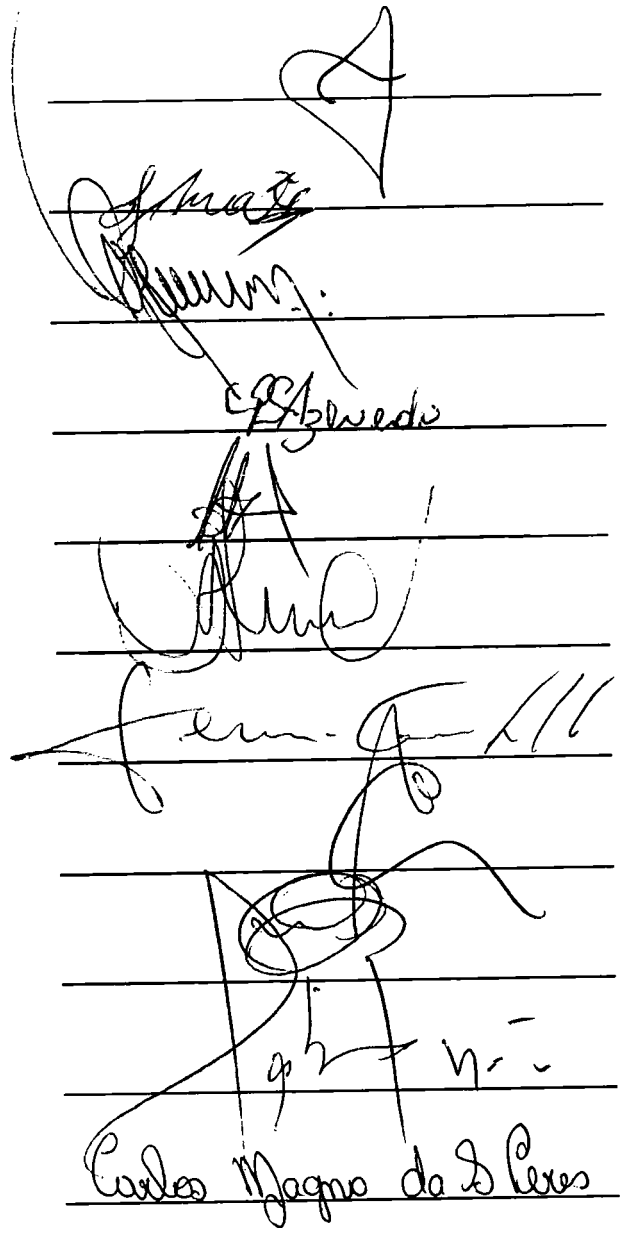
Moção de Pesar para o Sr. Colbert Brandão, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 11) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o fechamento do muro no Estádio Ferradurão, tendo em vista que o material já foi comprado pela Secretaria Municipal de Educação. Deferido. Continuando, o Vereador Marcos Felipe Mercante Linhares disse que esteve ontem no Ferradurão, onde está acontecendo um Campeonato Society da parte alta do Município e ficou muito satisfeito com a participação da população, pois o estádio estava bem cheio. Acrescentou que aproveitou a oportunidade e também fez a entrega da Moção de Aplausos, de sua autoria e assinada por todos os Vereadores, ao Secretário de Municipal de Educação, parabenizando também o Diretor de Esporte, acreditando que este trabalho deve ser realizado constantemente no Município. 12) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente da CEDAE - Solicitação no sentido de que seja realizada a extensão do Programa "Replantando Vida" firmado entre a CEDAE e a Fundação Santa Cabrini, gestora do trabalho prisional no Estado do Rio de Janeiro, para atender o Presídio Diomedes Vinhosa Muniz em Itaperuna, programa este que contribui com a ressocialização de homens e mulheres apenados no sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro. Aprovado. 13) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) - Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Educação e Assistência Social, encaminho solicitação no sentido de que seja agendada uma reunião com o Conselho de Alimentação Escolar para discutir assuntos referente a merenda escolar da rede municipal. Aprovado. O Vereador José Augusto Martins parabenizou o Prefeito Municipal pela troca do sinal de trânsito localizado em frente à Escola Álvaro Lontra, pois ele é muito importante para os alunos. 14) Vereador José Augusto Martins - Ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de construir uma escadaria na Rua Gustavo Benedito Vieira, no Bairro Beverly, perto da casa do Gansinho, tendo em vista que a estrada está em péssimas condições, dificultando a descida e a subida das pessoas, especialmente dos idosos. Deferido. 15) O Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Aplausos para a Coordenadora dos Jovens Sarados, a parabenizando pela realização do Segundo Marantha, pois o evento foi realizado com muita organização, dedicação,

carinho, obtendo um grande sucesso. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 16) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o levantamento dos bueiros localizados na Avenida Ricardo Vale, tendo em vista que com o asfaltamento da rua eles ficaram 10cm abaixo do nível da rua. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Marco Moura para falar sobre alguns aspectos do Município de Miracema. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, o esclareceu que veio apresentar uma opinião pessoal sobre o que vem ocorrendo em Miracema. De início, parabenizou a limpeza pública e a poda das árvores que vem sendo realizada pela empresa Souza e Peres, bem como o trabalho da COOPECREM, assim percebe que a limpeza do Município está bem melhor do que a situação estava nos anos anteriores. Acrescentou que ainda existem alguns pontos equivocados, pois ainda existe lixo na porta do Estádio Ferradurão, sendo que esses detalhes precisam ser observados e informados aos responsáveis. Informou que a Rodoviária realmente precisa da presença da Guarda Municipal, sendo que ela vai passar por modernidades, assim é importante a presença do guarda. Esclareceu que ainda existem coisas para acontecer em Miracema, sendo que o canil está quase virando realidade, destacando que quatro anos passam muito rápido e um mandato é pouco para fazer tudo que Miracema precisa, acreditando que se o trabalho de um político for bom vale a pena ele ser reeleito. Continuando, disse que estamos enfrentando um problema sério na saúde com a chikungunya e precisamos de solução urgente, sendo que as pessoas precisam manter seus quintais e terrenos limpos. Mencionou que existem pessoas reclamando que o valor do IPTU e do ISS estão altos, mas acredita que não está tão alto assim, sendo que as pessoas não gostam de ceder e só querem receber vantagens. Acrescentou que o problema dos entulhos em Miracema existe há bastante tempo, destacando que não é obrigação da Prefeitura retirar os entulhos e sim da pessoa que está realizando a obra. Informou que governar é muito difícil, parabenizando o Vereador Hugo Fernandes, pois ele tem um espírito de liderança e sempre busca o consenso ouvindo todos os lados. Disse que infelizmente em Miracema ainda existe muita vaidade, pois um Secretário fica com ciúmes do outro, acrescentando que infelizmente o Estado também está quebrado financeiramente e também estamos prestes a perder diversas coisas boas em

Miracema, tais como a CEDAE e a agência do INSS. Destacou que todos os Vereadores estão de parabéns pelos seus trabalhos, sendo que cada um trabalha em sua área. Disse, ainda, que a questão da cadeira para ser instalada no Centro Odontológico é um assunto antigo e fica triste com isso, pois conseguir uma cadeira de dentista é muito difícil. Acrescentou que tem visitado as escolas e percebe as crianças sendo tratadas com muito amor e carinho e que a Guarda Municipal está realizando um excelente trabalho, sendo possível perceber a cidade mais tranquila. Disse que os recursos municipais diminuíram e a situação financeira está complicada, pois estamos com dificuldades até de entregar os medicamentos através de ordem judicial. O Vereador Aimoré da Silva Almeida pediu ao Marco Moura para lutar junto com o Secretário de Obras para que seja colocada iluminação no PU. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu as palavras do Marco Moura, esclarecendo que também percebeu a sujeira no Campo do Ferradurão e ainda existem algumas pessoas que estão reclamado da cobrança de uma taxa para utilizar o Campo, sendo que o Zé Pires é uma das últimas pessoas que fazem o trabalho de tomar conta do campo porque gosta, pois o campo está muito bem cuidado, com a grama batida e com o entorno limpo. Dessa maneira, o Vereador Hugo Fernandes encaminhou uma solicitação ao Prefeito Municipal no sentido de que envide esforços a fim de que o Sr. José Pires responsável pelo Campo do Ferradurão, possa ser inserido no quadro de funcionários da COOPECREM para ter um salário digno e não precise mais cobrar taxas dos times que jogam no Ferradurão. Esclareceu que desta maneira a cobrança da taxa para os times que utilizam o campo poderia ser cancelada, tendo em viste que ele realiza a referida cobrança porque não está recebendo a ajuda de ninguém. Por fim, disse que tem o objetivo de fazer uma emenda no orçamento para tentar construir um alambrado no Campo do Ferradurão. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que hoje precisamos de um trabalho educacional junto com o esporte, pois as crianças são o futuro de Miracema e infelizmente não estamos realizando um trabalho com o esporte junto das escolas. Por fim, disse que o esporte ajuda os jovens a serem criados como pessoas do bem e com um excelente caráter, assim precisamos resgatar o esporte dentro das escolas. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que realmente o trabalho precisa começar de baixo, pois só estamos vendo o trabalho com as categorias de idade adulta. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares encaminhou uma

solicitação ao Secretário Municipal de Educação, com vista ao Diretor de Esportes do Município de Miracema no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o retorno dos Campeonatos infantis e escolares no Município de Miracema. Deferido. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que precisamos trabalhar com atletas miracemenses da base, pois infelizmente realizamos campeonatos de nível amador e convidamos atletas de outras cidades para jogar em Miracema, porém deveríamos estar dando valor aos atletas miracemenses. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que o Ferradurão foi municipalizado no governo passado, pois a Diretoria fez a doação do Estádio para a Prefeitura e hoje o Poder Público pode realizar investimentos no local, assim seria interessante a realização de um trabalho com os jovens e a Câmara poderia realizar uma ação em conjunto para a realização desse tipo de trabalho. Por fim, parabenizou o Vereador Hugo pelo pedido de valorização do Zé Pires, pois ele faz um excelente trabalho na manutenção do campo. O Sr. Marco Moura esclareceu que realmente é importante o trabalho de socialização com as crianças, sendo que antigamente isso era feito. O Vereador Aimoré da Silva Almeida encaminhou uma solicitação ao Prefeito Municipal, com vista a Secretaria Municipal de Obras, no sentido de que envide esforços a fim de que seja construída uma rua no local do muro localizado próximo ao Campo do Ferradurão, tendo em vista que o referido muro está condenado pela Defesa Civil. Deferido. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que realmente precisamos consertar alguns pontos no Município de Miracema, sendo que os Secretários são os olhos do Prefeito e precisam informar os problemas da cidade. O Sr. Marco Moura parabenizou o Vereador Aimoré pelo trabalho realizado na Rua Aristides Barbosa e parabenizou todos os vereadores por seus respectivos trabalhos. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou que seu requerimento sobre o loteamento Sayonara também fosse encaminhado ao DER-RJ. Aprovado. O Vereador José Augusto Martins agradeceu pelos elogios realizados pelo Vereador Hugo na Sessão Solene no dia das mães e também o parabenizou pelo trabalho que ele vem realizando na Presidência desta Casa Legislativa. Continuando, o Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Aplausos COOPECREM, os parabenizando pela entrega de latões de lixo em algumas comunidades do Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença

de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 30/05/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 27 de maio de 2019.



Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número oitenta e um, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gideão Duarte Gonçalves, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 117, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício Nº 3030/2013/OF do Cartório da 2ª Vara da Comarca de Miracema. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Maurício Sant'Ana Soares e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 02) Telegramas NºRef: 004191/MS/SE/FNS, 002307/MS/SE/FNS, 000293/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde; 03) Comunicado Nº CM006970/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; 04) Ofício nº

002/2014 do Gabinete da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade sobre o Calendário Municipal de Saúde; 05) Convite para a Solenidade de Posse da Diretoria do Fórum de Cultura do Noroeste do Rio de Janeiro; 06) Projeto de Resolução que Altera o Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Poder Legislativo Municipal, de autoria da Mesa Diretora; O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que este Projeto de Resolução te o objetivo de valorizar os funcionários efetivos da Câmara Municipal de Miracema, dentro da previsão orçamentária; 07) Ofício PMM/GAB nº 123/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando o nome da pessoa a ser agraciada com o título de Cidadão Miracemense Ausente Número 1; 08) Ofício nº 11/2014 da Liga Desportiva de Miracema convidando para a Copa Rio Sub 17; 09) Ofício da Secretaria Municipal de Promoção Social encaminhando Relatório de Atividades referente a Fevereiro de 2014. 10) Projeto de Lei que considera de Utilidade Pública o Clube do Tiro de Miracema-RJ. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereadora Maria José Marques Barros Andrade - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação com vistas à Secretaria Municipal de Saúde e à Assessoria de Comunicação; Tendo em vista a Lei nº 1.421 de autoria da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, sancionada em 30/04/2013 que trata da criação do Calendário Municipal de Saúde; Solicitação no sentido de que seja implementado o Calendário Municipal de Saúde no âmbito Municipal, utilizando-se dos meios legais e sem ônus da divulgação das respectivas datas, com o objetivo de valorizar os profissionais da área da saúde, bem como a contenção do agravo de patologias dando ampla divulgação junto aos agentes de estratégia da saúde da família, como também no site oficial da Prefeitura Municipal e redes sociais do Município, destinando um pequeno espaço destes importantes canais de comunicação para promoção da saúde da população. Cabe ressaltar que as campanhas publicitárias a que se refere a solicitação se encontram a disposição no site do Ministério da Saúde. Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Governador do Estado e ao Presidente da ALERJ – Reiteração - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de implantação de um Polo Universitário da UERJ no Município de Miracema, visando oferecer oportunidades aos jovens Miracemenses, bem como a condição de ampliar seus estudos em seu próprio Município. Aprovado. 03) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - À AMPLA - Solicitação no sentido de que seja realizada uma vistoria no transformador localizado na Rua Julieta Damasceno, no Município de Miracema, uma vez que a referida vem sofrendo com constantes quedas de energia elétrica. Aprovado. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao

Diretor do Hospital de Miracema, Dr. Vinicius Siqueira - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa as seguintes informações sobre o Banco de Sangue do Município de Miracema, tendo em vista que este é um serviço de grande importância para a população do Município. a) Se o Banco de Sangue está em pleno em funcionamento; b) Em caso negativo, qual seria o motivo; c) se existe algum convênio em relação ao Banco de Sangue com a Prefeitura Municipal de Miracema e, em caso positivo, encaminhar cópia do convênio; d) quem é o médico responsável pelo Banco de Sangue. Aprovado. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa as seguintes informações: a) se foram adquiridos kits escolares; b) se positivo, quais produtos compõe o referido kit; c) qual a modalidade utilizada na compra; d) se licitação, enviar cópia completa do processo; e) que empresa venceu a licitação; f) qual o valor total da compra; g) está sendo efetivada a compra de uniformes escolares; h) qual a modalidade de contratação, se for licitação, enviar cópia completa do processo. Deferido. 06) Vereador Gilson Teixeira Sales - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Saúde, no sentido de que providenciada a passagem do Carro Fumace no Município de Miracema, principalmente no Bairro Hospital, pois diversos moradores estão reclamando do grande aumento dos mosquitos. Deferido. 07) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À AMPLA - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma revisão nos fios de alta tensão localizados nos postes do Município de Miracema, tendo em vista que os referidos fios estão muitos próximos das residências. Ressalte-se que, caso seja possível, poderia ser realizado um afastamento destes fios das residências. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Vereador Maurício Sant'Ana Soares para falar sobre o Projeto da Piscicultura. Com a palavra, o Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que recebeu um telefone da Secretaria do Ministério da Agricultura e Piscicultura, convidando o Município de Miracema para assinar o convênio sobre a Piscicultura no dia dois de abril, sendo que este Projeto atenderá toda a Região Noroeste Fluminense. Acrescentou que o valor total do investimento no Projeto será de aproximadamente quinze milhões de reais. Concluindo, agradeceu o Sr. Prefeito Municipal por ter lhe delegado os poderes necessários para poder lutar para a implementação deste Projeto no Município de Miracema, pois ele será de grande importância para o Município e para toda Região Noroeste. Esclareceu que o principal objetivo do Projeto é estudar a viabilidade técnica, econômica, social e ambiental, visando recursos e recuperar o potencial da pesca e da aquicultura do Município de Miracema,

beneficiando todos os Municípios da Região Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Acrescentou que o Projeto também abrange todos os equipamentos necessários, bem como um centro de pesquisa voltado para uma melhoria contínua dos peixes produzidos, sendo que todas as partes do peixe serão utilizadas. A ideia inicial é de promover mudanças na região para que possam ser gerados empregos, erradicada a pobreza e ocorra a qualificação das pessoas, sendo que serão beneficiadas aproximadamente quatrocentos e cinquenta mil habitantes da Região Noroeste Fluminense. Destacou que este Projeto em Miracema será o pioneiro no Brasil, servindo de modelo para os futuros projetos. Por fim, destacou que todos devem se unir e colocar o Município de Miracema em primeiro lugar, sendo que este Projeto será muito importante para Miracema e atenderá todos os Municípios da Região Noroeste Fluminense, precisando que os responsáveis pelo Projeto sejam pessoas comprometidas e dedicadas. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Aroldo Resende para exercer o direito de resposta. Com a palavra, o Sr. Aroldo, após cumprimentar todos os presentes, disse que veio esclarecer algumas palavras ditas pelo Sr. Valdir quando ele utilizou a Tribuna Livre desta Casa Legislativa. Acrescentou que o Sr. Valdir disse que existe uma pessoa incapacitada e irresponsável que trabalha na Prefeitura, entretanto se essa pessoa é responsável por uma Seção ela não pode ser incapacitada. Disse que o Sr. Valdir lhe chamou de irresponsável e ex-policial, o que não é verdade, pois ex-policial são aquelas que são expulsos da corporação ou quando pedem para sair, sendo que ele ainda é policial. Acrescentou que o Sr. Valdir disse que ele ameaçou a Sra. Sônia, o que não é verdade, pois se tivesse ameaçado a Sra. Sônia ela poderia ter feito o registro de ocorrência na Delegacia. Continuando, disse que é amigo do Sr. Osvaldo e o considera muita, sendo que ele não entrou em depressão por sua causa, tendo em vista que ele já vinha se sentindo mal e estava com vontade de parar de trabalhar. Esclareceu que qualquer autoridade competente pode lhe tirar daquele ponto e não fica dizendo que vai ficar lá eternamente. Disse que o Sr. Valdir mencionou que gostaria que o problema fosse resolvido antes que acontecesse algo mais grave, entendendo tal fala como ameaça, sendo que não busca provocar as pessoas uma vez que quando fica no ponto de táxi está sempre dentro de seu carro e não fala com ninguém, nem mesmo para atender ao telefone, pois não possui a chave da caixa. Acrescentou que respeita todos os taxistas, sendo que a doença do Sr. Osvaldo está sendo utilizada para sensibilizar todos e tentar lhe prejudicar. Disse que o Sr. Valdir aduziu que os taxistas não estão com vontade ir trabalhar porque não suportam sua presença,

entretanto acredita que eles não vão trabalhar porque querem ficar em casa e não por causa dele. Continuou dizendo que não sabe quais problemas ele vem arrumando, pois não teve nenhum problema no Município do Rio de Janeiro e que seu pai nunca pegou peixes no Pesque e Pague do Vovô Lelé, pois o açude era arrendado para três policiais e pescava junto com eles. Concluindo, destacou que sua vontade é só trabalhar, porém não possui a chave do telefone existente na rodoviária e isto lhe causa um grande constrangimento, pois as pessoas devem pensar que ele não gosta de trabalhar ao ver o telefone tocar e ele não poder atender. Por fim, disse que busca atender todas as pessoas sem qualquer tipo de descriminação e exerce sua profissão atendendo todas as pessoas que lhe procuram, acrescentando que respeita muito o Sr. Valdir acreditando que ele pode ter sido induzido em prestar as seguintes declarações e destacando que não vale a pena os taxistas ficarem brigando entre eles. O Vereador Hugo Fernandes agradeceu pelas palavras esclarecendo que a Câmara Municipal está sempre a disposição. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Estabelece normas gerais para o serviço de interesse público de transporte individual de passageiros em veículo automotor leve de aluguel, mediante pagamento de tarifa estabelecida pelo Poder Público. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno sugeriu o adiamento desta votação para que fosse realizada uma reunião com todos os taxistas para ouvi-los sobre o referido Projeto. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que é a favor da opinião do Vereador Gutemberg, acrescentando que possui duas emendas para apresentar. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva perguntou qual seria o motivo da reunião. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que o Poder Executivo iria realizar uma reunião com todos os taxistas, entretanto apenas alguns profissionais participaram da reunião, assim a Câmara Municipal estaria oferecendo a oportunidade de todos os taxistas apresentarem suas opiniões. Os Vereadores combinaram a reunião com os taxistas para amanhã às 14 horas no Plenário desta Casa Legislativa. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que foi procurado por um representante dos auxiliares de enfermagem e dos enfermeiros e eles lhe entregaram a Lei nº 6.702 de março de 2014, ou seja, uma Lei recente, onde é determinado o piso salarial de várias categorias profissionais, sendo que em seus artigos os pisos salariais são fixados em valores determinados. Continuando disse que os valores dos salários do Município de Miracema ainda não estão de acordo com esta Legislação, sendo que ao longo dos anos vem ocorrendo um achatamento

salarial desta classe de trabalhadores. Por fim, disse que trouxe esta Lei para que os Vereadores possam estudar uma maneira de corrigir este problema, com isso pede ao Líder do Governo para conversar com o Sr. Prefeito Municipal com o objetivo de encontrar uma solução para este problema. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que esta Lei está abrangendo diversos pisos salariais do Estado, sendo que cada profissional possui seu respectivo salário, assim acredita que o Sr. Prefeito Municipal deve resolver estas questões, por isso vai levar esta situação ao conhecimento do Secretário Municipal de Administração, para que ele converse com o Sr. Prefeito Municipal e possa ser encontrada a melhor solução para o caso. Continuando, disse que está constrangido com a situação da Liga Desportiva de Miracema, pois não existe nenhum documento dando posse ao atual Presidente, sendo que não foi feita nenhum tipo de ata com a atual constituição da Diretoria. Disse que é lamentável o ofício do convite para a abertura do Campeonato Brasileiro sub-17 em Miracema, mencionar que está sendo buscado a reversão de uma situação que vem acontecendo ao longo dos anos com o aumento da oportunidade aos jovens miracemenses, quando na verdade ele sempre tentava realizar um campeonato apenas com jogadores miracemenses, mas não conseguia, porém limitava o número de pessoas dos outros Municípios. Por fim, destacou que no Campeonato Brasileiro sub-17 o time do Município de Miracema possuirá apenas seis atletas do nosso Município, por isso fica constrangido ao dizer que em um Campeonato Brasileiro, com a participação do time de Miracema apenas foram inscritos atletas de fora do Município. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para o Ex-Vereador Alexandre Barbosa Machado em virtude do falecimento de sua tia. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres parabenizou a luta do Vereador Maurício Sant'Ana Soares a favor do Projeto sobre a Piscicultura. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que a infelizmente a Legislação Brasileira não vem sendo cumprida, por isso percebe que é lamentável a situação que vem ocorrendo com os salários de todos os trabalhadores brasileiros. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou Moção de Aplausos para o Pesquisador e Professor Sérgio Lemberck, extensiva para toda a sua equipe multidisciplinar, por toda a dedicação e carinho no estudo de viabilidade para criação do Polo Sustentável de Peixes para Miracema e Região Noroeste Fluminense-RJ. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Paulo Cezar Cunha, da Sra. Regiliane Bugin e da criança Isabela Bugin Cunha em virtude de seus falecimentos. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador

Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Maria Aparecida M. Colombo em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier destacou que existe uma contradição muito grande no convite enviado pela Liga Desportiva de Miracema, pois diz que está sendo dada uma oportunidade aos jovens Miracemenses e foram inscritos apenas seis atletas do Município. Esclareceu que esteve nas obras das Casas Populares e constatou o absurdo que a Empreiteira está fazendo com os contratados. Por fim, disse que presenciou o Sr. Tarciso passar mal próximo à Câmara Municipal e verificou a demora da ambulância para socorrê-lo, destacando que são estes casos pequenos que vêm machucando a população, acrescentando que o Sr. Tarciso já está bem. O Vereador Gilson Teixeira Sales esclareceu que vem observando uma defasagem salarial dos funcionários do P.U., acrescentando que no Governo passado as ambulâncias miracemenses eram precárias. Disse que atualmente toda a frota ambulatorial foi melhorada, entretanto os funcionários acabam sendo desvalorizados, assim gostaria que as situações deles fossem olhadas com carinho. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares por sua luta em prol de Miracema, especialmente em relação ao Projeto sobre a Piscicultura. O Vereador Hugo Fernandes solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Marly Santana, mãe de Sandro Samuel, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, parabenizou o Vereador Maurício Sant'Ana Soares, pois todos os miracemenses deveriam se orgulham deste Projeto, uma vez que ele é de grande magnitude, acrescentando que infelizmente algumas pessoas torcem contra aos Projetos em benefício do povo de Miracema apenas para verem o governo fracassar. Por fim, o Vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhado um convite ao Sr. Leonardo, representante da Empresa TRA – Serviços em Construção Ltda. para prestar esclarecimentos sobre os serviços da referida Empresa no Município de Miracema, tendo em vista que existem notícias de salários atrasados, recolhimento de INSS atrasados e dívidas com fornecedores. Aprovado. Esclareceu que a Prefeitura Municipal já está fazendo sua parte em relação às referidas obras, uma vez que sua obrigação e comprar e fazer a terraplanagem do terreno. Dessa maneira, gostaria que a Empreiteira responsável pelas obras também realizasse seu respetivo trabalho de forma regular. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 31/03/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar,

lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 31 de março de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e trinta e sete, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência da primeira. Após constatar a existência de número legal, a Sra. Presidente Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Hugo Fernandes, Genessi Rodrigues da Silva, Carlos Armando de Azevedo, Carlos Magno da Silva Peres e Maurício Sant'Ana Soares. Justificadas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier ocupou a cadeira do 2º Secretário. Em seguida a Sra. Presidente solicitou ao Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 02, Versículos de 01 a 07. Prosseguindo a Sra. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite da Secretaria Municipal de Educação para o encerramento do PNAIC no âmbito municipal; 02) Convite da Escola Nossa Senhora do Bom Conselho para a Festa de Encerramento do ano Letivo de 2014. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou que fosse encaminhada uma cópia do convite para cada Vereador; 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para a jovem Ive Silva Gomes, a parabenizando pela formatura no Curso de Medicina na Universidade Nova Iguaçu (UNIG) de Itaperuna-RJ. Todos os Vereadores

irão assinar esta Moção; 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Mario Zacharias Constâncio, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção; 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para a Sra. Josélia Cardoso Freire e demais familiares, em virtude do falecimento da Sra. Nilce Cardoso Freire. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção; 06) Ofício nº 559/2014 da Secretaria Municipal de Educação respondendo ofício sobre a construção de um poço semiartesiano na Escola Municipal Clito Laje. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício, esclarecendo que os Vereadores precisam verificar se a água do poço é própria para consumo; 07) Ofício PMM/GAB nº 0835/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 089/2014. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Fabrício de Sá Xavier e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 08) Ofício da PMM/SMAS nº 192/2014 da Secretaria Municipal de Promoção Social encaminhado a relação e o quantitativo de cursos oferecidos pelo Sistema S. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada a reforma do Parque Infantil localizado na Praça Dona Ermelinda. Esclarecemos que o referido Parque se encontra em péssimo estado de conservação com ferrugens e diversos pontos negativos, podendo ocasionar ferimentos nas crianças, inclusive tétano. Destacamos que o Parque está deteriorando com o tempo e com o abandono. Deferido. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Ministério da Saúde - Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Coordenação de Saúde das Mulheres - Reiterando ofício nº 0074/2013, solicito que seja informado a esta Casa Legislativa se foi aprovado o pedido do Vereador João Siqueira Magalhães sobre a possibilidade da construção do Hospital no Plano Regional da Rede Cegonha no Município de Miracema, sendo que no caso positivo, que seja informado qual é o andamento do pedido. Esclarecemos que o Município de Miracema necessita de um atendimento direcionado às mulheres, bem como que está localizado estrategicamente próximo aos demais Municípios do Noroeste Fluminense. Destacamos que este Hospital irá com certeza melhorar em muito as situações com relação a saúde da mulher. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg

Medeiros Damasceno esclareceu que o Projeto de Lei encaminhado sobra a revogação de uma Lei por inconstitucionalidade formal e imaterial possui alguns equívocos, uma vez que não cabe aos Vereadores e nem ao Prefeito determinar que uma Lei é inconstitucional. Esclareceu que deve ser feita uma ADIN pedindo a declaração de inconstitucionalidade, por isso gostaria que a Câmara devolvesse este Projeto ao Poder Executivo informando que deve ser feito uma ADIN sobre o assunto. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que encontrou com alguns funcionários públicos e recebeu um abaixo assinado por eles, dessa maneira fez a leitura integral do referido abaixo assinado. Esclareceu que concorda com quase todo o teor do abaixo assinado, exceto o último parágrafo, por isso procurou uma orientação da Procuradoria Jurídica, pois acredita que quem tem competência de cobrar aos órgãos responsáveis é o Plenário e não apenas a Comissão. Portanto destacou que não está se negando a assinar, entretanto está apenas procurando um amparo jurídico. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que este documento seria apenas para apoiar a Comissão Especial, pois os servidores sabem que a Comissão não tem a competência para cobrar a ação mencionada, uma vez que o Relatório Final será analisado e votado pelo Plenário, sendo ele soberano. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que deveria existir um ofício encaminhando o abaixo assinado e não os Vereadores terem que assinar no próprio abaixo assinado. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que está à disposição das pessoas que assinaram o abaixo assinado, as parabenizando pela atitude, sendo que o referido documento veio para fortalecer e incentivar a Comissão para resolver uma situação que está prejudicando os funcionários. Esclareceu que os Vereadores são independentes e a Câmara irá julgar o Relatório Final da Comissão, devidamente instruído com os documentos necessários. Destacou que ficou triste com o recebimento do Projeto de Lei na data de hoje, pois percebeu que, ao confrontar as datas dos ofícios, já tinha sido encaminhado um ofício para o Ministério Público da Tutela Coletiva informando que esta Lei estaria revogada, porém o Projeto de Lei chegou nesta Casa Legislativa apenas no dia de hoje. O Vereador João Siqueira Magalhães solicitou que fosse encaminhado um ofício ao Ministério Público da Tutela Coletiva de Santo Antônio de Pádua no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa cópia integral do Inquérito Civil nº 055/2014 (MPRJ 2014.00459258), uma vez que precisamos de

informações sobre o motivo que gerou o ofício nº 2246/2014 deste Ministério Público. Aprovado. Por fim, disse que está vendo uma situação complicada e só irá manifestar sua opinião concretamente após a chegada dos documentos necessários. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que, diante da controvérsia levantada pelo Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, vai entrar em contato com os servidores para que eles possam suprimir o parágrafo. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que está tramitando um Projeto na Câmara dos Deputados onde está sendo tentado derrubar a Lei de Responsabilidade Fiscal, assim estamos vendo um governo que deveria primar pela moralidade, lutar exatamente pelo oposto. Destacou que quando o País mais precisa de transparência, o governo acaba tentando derrubar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Acrescentou que o Poder Municipal está tentando burlar o trabalho dos Vereadores ao tentar revogar uma Lei que auxilia o trabalho de fiscalização, mencionando que os Vereadores estão sem poder buscar ações de transparência. Esclareceu que não é um Vereador de oposição e sim possui suas responsabilidades, sempre agindo sem denegrir a imagem de ninguém, sendo que a maior função do Vereador é fiscalizar e não irá abrir mão dela, sempre buscando por mais transparência. Por fim, disse que o déficit com a Caixa de Previdência é uma vergonha para o Município de Miracema e que os funcionários estão sendo gravemente prejudicados, sendo que o Poder Judiciário deveria agir com rapidez para a resolução destas causas. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que a revogação da Lei de Responsabilidade partiu dos Deputados, sendo que a Presidente Dilma inclusive já vetou a referida iniciativa, tendo também vetado a iniciativa de ampliação dos Municípios, que é apenas uma medida de politicagem. Esclareceu que o maior mal do país é o Congresso Nacional, onde são tomadas as decisões que acabam prejudicando todo o país. Destacou que não está defendendo a Presidente, estando apenas a esclarecendo os fatos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que espera que a nova gestão da Presidenta seja mais transparente, com uma melhor qualidade de vida para a população. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que que ficou feliz ontem, pois alguns Conselheiros Tutelares ingressaram contra a Lei votada pela Câmara Municipal e o Poder Judiciário, além de indeferir o pedido condenou as pessoas a pagarem as taxas judiciárias. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser

realizada no dia 01/12/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 01 de dezembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e trinta e um, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 04, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 1134/AJR/DER-RJ da Fundação Departamento de Estradas e Rodagem do Rio de Janeiro - DER-RJ; 02) Moção de Aplausos para o Governador Luiz Fernando

Pezão pela brilhante vitória nas Eleições do corrente ano de autoria do Vereador Fabrício de Sá Xavier. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Moção de Aplausos para a Presidenta Dilma Roussef pela brilhante vitória nas Eleições do corrente ano de autoria do Vereador Carlos Magno da Silva Peres. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 04) Requerimento do Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Planejamento, no sentido de que seja criado no Município de Miracema o Programa de Conforto Habitacional para pessoas idosas, denominado PCHI. Esclareço que o PCHI tem como objetivo a prevenção de acidentes e, ao intervir na qualificação habitacional através do melhoramento das condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas. O referido Programa poderá conter as seguintes ações: Melhorias nas habitações dos idosos, com pisos antiderrapantes nos banheiros, corrimão em escadas e adaptações que facilitem o acesso à habitação, tais como construções de rampas de acessos a cadeirantes e outras melhorias que se julguem necessárias para o conforto e mobilidade dos idosos. Deferido. 05) Requerimento do Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Planejamento, no sentido de que seja criado no Município de Miracema o Programa de Apoio ao Idoso, denominado PAI, nos moldes dos já existentes nos Município de Barra do Piraí e Barra Mansa. Deferido. 06) Ofício nº 160/2014/GI da Governança Inteligente; 07) Ofício PRS/SSE/CSO 33645/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando a prestação de Contas referente ao Exercício de 2013; 08) Requerimento do Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Exmo. Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Luiz Fernando Pezão - Solicitação no sentido de que seja implantado o Projeto Clínica da Família no Município de Miracema, bem como que seja implantado o Projeto Bairro Novo, nos Bairros Morro da Fazendinha e Jardim Beverly em Miracema. Aprovado. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva pediram licença da reunião. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres assumiu a cadeira do segundo secretário. O Vereador Hugo Fernandes informou que o Secretário de Fazenda lhe disse que o Prefeito Municipal garantiu o pagamento das subvenções indicadas pelos Vereadores, assim todos podem realizar suas indicações tranquilamente. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno

esclareceu que que vai destinar toda sua subvenção para a Sociedade Musical 07 de setembro. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Cria o Programa de "Horta Comunitária" no Município de Miracema e dá outras providências. Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que o Projeto fosse votado em primeira e punica votação, o que foi aceito por unanimidade. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que vem observando diversos terrenos baldios no Município de Miracema, assim, com a implementação das hortas tais terreno poderiam ser aproveitados, o que inclusive diminuiria a ocorrência de mosquitos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares apresentou uma Indicação ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que envide esforços a fim de que os terrenos utilizados para a criação das Hortas Comunitárias sejam isentos do IPTU. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.556, de 27 de outubro de 2014. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica instituído o programa de Horta Comunitária no Município de Miracema, com os seguintes objetivos: I - Aproveitar mão-de-obra desempregada; II - Proporcionar terapia ocupacional para homens e mulheres da terceira idade; III - Aproveitar áreas devolutas; IV - Manter terrenos limpos e utilizados. V – Que a limpeza do terreno, cuja obrigação ficara a cargo do poder Municipal, que com isso contribuirá com a diminuição da proliferação do Mosquito Aedes Aegypti. Parágrafo Único - A Prefeitura Município de Miracema, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, será considerada o organismo gerenciador do programa referido no caput deste artigo. Art. 2º - A implantação das Hortas Comunitárias poderá se dar: I - em áreas públicas municipais; II - em áreas declaradas de utilidade pública e ainda não utilizadas; III - em terrenos ou glebas particulares; Parágrafo Único: A utilização em áreas do inciso III deste artigo se dará com a anuência formal do proprietário. Art. 3º - Cada área poderá ser trabalhada por uma pessoa ou por um grupo de pessoas, que se cadastrarão individualmente ou coletivamente no órgão encarregado da gerência do programa. Art. 4º - O processo de implantação de uma Horta Comunitária seguirá os seguintes passos: a) localização, por parte dos cadastrados, da área a ser trabalhada; b) consulta ao proprietário, em caso de terrenos particulares; c) oficialização da área junto ao órgão gerenciador, após formalizada a permissão do uso

para o fim determinado nesta lei. Art. 5º - Quando utilizado como terapia ocupacional, o programa de Hortas Comunitárias deverá ser iniciado a partir das Unidades Básicas de Saúde do Município, através dos profissionais. Art. 6º - O produto das Hortas Comunitárias poderá ser comercializado livremente pelos produtores, bem como atender as entidades assistenciais estabelecidas no Município. Art. 7º - Caso haja a necessidade de ligação de água tratando-se de imóvel urbano, deverá a Prefeitura Municipal acionar a CEDAE para que a efetue, exigindo do proprietário apenas o pagamento do equipamento necessário. Art. 8º - Para emitir a realização do programa de Hortas Comunitárias a Prefeitura Município de Miracema fica autorizada a celebrar convênios com órgãos Estaduais ou Federais para orientação dos trabalhos e fornecimento de sementes. Art. 9º - A Prefeitura Município de Miracema deverá dar ampla publicidade ao programa de Hortas Comunitárias através da veiculação de cartazes explicativos afixados nas unidades públicas de saúde, educação, ação social entre outros. Art. 10 - A Prefeitura Município de Miracema dará amplo conhecimento do programa de Hortas Comunitárias aos sindicatos com sede no Município, com os quais poderá celebrar convênios para o atendimento de desempregados da referida categoria. Art. 11 - A prefeitura Municipal de Miracema providenciara a limpeza dos terrenos e fornecera os materiais como sementes, mudas, adubos e os insumos em geral. Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse foram feitas diversas sugestões sobre os problemas de trânsito em Miracema e nenhuma atitude foi tomada, dessa maneira, o caos na Rua da Laje e na Avenida Eiras ainda permanece o mesmo, mostrando a inércia do Departamento de Trânsito em relação a estes problemas. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Empresa vencedora do Processo Licitatório sobre a regulamentação do Trânsito Municipal já realizou um estudo sobre a situação do trânsito em Miracema e algumas medidas serão tomadas, sendo que serão instalados mais ou menos uns oito semáforos no Município e a Empresa vai começar a realizar seus trabalhos em breve. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou Moção de Pesar para os familiares da Sra. Maria José, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A Vereadora Maria Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para

os Colégios Estaduais do Município de Miracema, os parabenizando pela passagem do Dia dos Professores e do Dia do Funcionalismo Público, estendendo os parabéns aos funcionários de apoio dos Colégios e demais repartições públicas estaduais e Federais situadas no Município. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A Vereadora Maria Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Sebastião Machado, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. A Vereadora Maria Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para o Governador Luiz Fernando Pezão pela brilhante vitória nas Eleições do corrente ano, desejando sucesso neste novo período de Administração Pública. O Prefeito Municipal vai assinar esta Moção. A Vereadora Maria Marques Barros Andrade solicitou Moção de Aplausos para a Presidenta Dilma Roussef pela brilhante vitória nas Eleições do corrente ano, desejando sucesso neste novo período de Administração Pública. O Prefeito Municipal vai assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que as hortas comunitárias deveriam ser implementadas sem nenhum tipo de agrotóxicos, sendo que as obras poderiam ser feitas com a parceria das Secretarias de Promoção Social e de Agricultura. Destacou que já existiu horta comunitária no Município e com o tempo ela acabou sendo abandonada, sendo que o funcionamento eficaz das hortas podem resolver alguns problemas financeiros. Por fim, esclareceu que solicitou a informação do DER para saber quem era o proprietário do terreno localizado próximo da Usina, sendo que já recebeu a resposta do ofício com uma cópia da escritura demonstrando que o referido pertence ao Estado. Dessa maneira, o Vereador João Siqueira Magalhães solicitou requerimento ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que seja inserida uma rubrica no Orçamento de 2015 para a construção de uma área de lazer situada no terreno localizado na (próximo da Usina), tendo em vista que a propriedade do referido terreno é do Estado, conforme observado no documento encaminhado pelo DER para esta Casa Legislativa, cópia em anexo. Deferido. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou Moção de Aplausos para: Cristina de Lima Lopes Sales; Darlene e Silva Sentineli e; Mirella da Silva Costa; pela conclusão do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, tendo em vista que são pessoas bem quistas em nosso Município. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou Moção de Aplausos para a Joselly Cabral Ferreira, pela luta e dedicação

realizada nos estudos, tendo sido aprovada no Concurso Público realizado no Município de Miracema, em Primeiro Lugar, para o Cargo de Auditor de Recursos Humanos. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Por fim, o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que fez a leitura da prestação de contas do atual Prefeito Municipal e vai falar sobre ela no futuro. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 03/11/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 03 de novembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número noventa e quatro, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria José Marques Barros Andrade, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios, Capítulo 12, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 219/2014 da Secretaria Municipal de Educação encaminhando os cardápios das Unidades Escolares do Município. O vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse encaminhada uma cópia deste ofício para cada Vereador; 02) Convite da Secretaria Municipal de Educação para a apresentação do Quarteto de Cordas da UFF – Programa de Interiorização dos Grupos de Música da UFF em

Homenagem ao centenário de Guerra-Peixe. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas a Secretaria Municipal de Assistência Social, no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa um demonstrativo do saldo presente nas contas de todos os Programas referentes à Secretaria de Promoção Social. Esclarecemos que existem algumas informações de que a verba destinada à APAE não está sendo repassada de forma corretamente. Deferido. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo convidou o Vereador João Magalhães para realizar uma visita na APAE com o objetivo de verificar se os documentos da referida Entidade estão todos regularizados, pois a Casa dos Pobres também está sofrendo por causa do não repasse de verbas e todos os seus documentos estão regulares. O Vereador João Siqueira Magalhães acredita que as crianças não deveriam ser responsabilizadas pelos erros dos administradores. 02) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Ilmo. Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Sr. João Carlos Mariano Santana Costa - Solicitação no sentido de que seja envide esforços a fim de que seja implantado o Programa "Restaurante Cidadão" no Município de Miracema. Esclarecemos que precisamos observar o princípio de que todo cidadão tem o direito a uma alimentação saudável e balanceada. Aprovado. 03) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - À CEDAE - Solicitação no sentido de que seja realizada a análise da potabilidade das águas utilizadas pela Escola Municipal Clito Laje, bem como nas residências adjacentes, tendo em vista que vem ocorrendo um grande índice de dores de cabeça e mal estar de seus usuários. Aprovado. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a reforma do Coreto de Areias, bem como a construção de alguns bancos próximos ao referido Coreto, tendo em vista que não existe uma praça na localidade. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: **01)** Projeto De Lei Complementar que Altera o Anexo II da Lei 813/99, Acrescentando o Cargo De Pedagogo, Altera O Artigo 29, da Lei nº 1.419/2013, Suprimindo a Alínea "c". Autoria: Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **02)** Projeto de Lei que Altera o Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Poder Legislativo Municipal. Autoria: Mesa Diretora. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que existiam alguns pontos equivocados no referido Projeto de Lei, bem como que possui uma dúvida sobre quem deveria ser o autor do Projeto de Lei, pois a receita do Poder Executivo não pode ser

alterada pela Câmara Municipal. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura do parecer do Assessor Jurídico e do Controlador Interno desta Casa Legislativa. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que suas dúvidas foram sanadas. A seguir, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para os familiares do jovem Luiz Fernando Cardoso de Paula em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Humberto Farinazo Peloso em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que hoje ficou sabendo que o Sr. Prefeito Municipal saiu da rádio muito agitado e irritado, tendo inclusive utilizado a fala com muita emoção. Acrescentou que vem buscando trabalhar como Vereador fazendo seus requerimentos, apresentando Projetos e realizando sua fiscalização. Destacou que denunciou a aquisição dos kits escolares porque sentiu que estava acontecendo alguma irregularidade nos valores da aquisição dos kits, sendo eu ainda possui diversas dúvidas sobre a atual gestão. Disse que não está ocorrendo um bom planejamento na administração financeira da Prefeitura Municipal, pois sempre acaba faltando um pagamento. Destacou que existe uma Lei de Acesso a Informação que deveria estar sendo cumprida. Por fim, pediu ao Presidente do CMDCA para levar um engenheiro ao parque que está sendo montado na Exposição para que ele fique isento de qualquer acidente que possa vir a ocorrer, esclarecendo que sempre trabalhou em prol do Município e nunca utilizou seu cargo anterior para proveito próprio. Dessa maneira, disse que vai cumprir suas funções até o último dia de seu mandato. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que, por conta de sua experiência, está preocupado com uma questão, uma vez que o pagamento dos funcionários da Prefeitura Municipal, que sempre ocorreu na última sexta-feira de cada mês, está sendo adiado para o último dia do mês, sendo que ainda não será realizado o pagamento dos Secretários, Prefeito e Vice-Prefeito nesta data, sendo os referidos adiados para o mês seguinte. Continuando, disse que diante dos fatos é possível concluir que a Prefeitura Municipal está sem dinheiro, por isso é preciso realizar uma redução de despesas, destacando que está apenas fazendo uma advertência ao Governo Municipal, uma vez que no governo do Sr. Jairo Tostes o funcionalismo público ficou 4 meses sem receber seus salários. O Vereador João Siqueira Magalhães lembrou que votou contra a criação da Secretaria Municipal de Segurança

Pública por causa do orçamento da Prefeitura Municipal, sendo que, lamentavelmente, fica aborrecido com a atual situação do Município. Esclareceu que esteve no Ministério Público da Tutela Coletiva em Santo Antônio de Pádua e percebeu que existem diversos processos sobre o Município de Miracema em tramitação. Por fim, disse que o Município precisa fazer uma economia muito grande e que não tem visto nenhuma pessoa falar bem do governo, destacando que existe um problema muito grande relativo a uma dívida com a CAPPS/CAMEDS. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves solicitou Moção de Pesar para a Sra. Adriana Rodrigues Alves, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, disse que o Prefeito Municipal poderia ser convidado a comparecer nesta Casa Legislativa para responder o questionamento de alguns Vereadores. Acrescentou que a Prefeitura está tendo que pagar diversos precatórios e dívidas trabalhistas, sendo que a partir de maio será realizada uma diminuição na folha de pagamento da Prefeitura com a exoneração de alguns cargos. Destacou que na antiga UTIL não está sendo enterrado mais nenhum quilo de lixo e que os garis miracemenses são excelentes trabalhadores. Esclareceu que os universitários miracemenses estão pagando uma dívida que não tem relação com a Gestão Municipal, sendo culpa apenas da Administração da Associação de Estudantes pela má gestão. Por fim disse que acredita que o parque instalado na Exposição de Miracema possua todos os laudos necessários para funcionamento, afirmando que exerceu seu mandato passado até o último dia ao lado do governo passado. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou Moção de Aplausos para a Sra. Márcia Magalhães por ter lhe concedido e confiado 35 (trinta e cinco) vagas de emprego no mercado OFFSHORE, que foram ocupadas por alguns miracemenses e outras vagas na Empresa GastroService, completando 58 (cinquenta e oito) pessoas empregadas no mês de abril. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Fabrício de Sá Xavier por sua fala, acreditando que se nas gestões passadas houvessem Vereadores como ele muitos problemas poderiam ter sido evitados. Esclareceu que ser Vereador é muito difícil e ser gestor é mais difícil ainda, sendo que há muitos anos Miracema vem sendo prejudicada, assim acredita que o Município está passando por sua atual situação por causa do reflexo do passado. Acrescentou que, por conta da situação financeira, se fosse o Prefeito não teria feito nenhuma festa, nem Carnaval e nem Exposição, sendo que o Sr. Prefeito buscou realizar as festas com boa fé. Destacou que os problemas passados acabam sendo evidenciados em algum momento, esclarecendo que a insatisfação popular está acontecendo em todo lugar, uma vez que o povo está mudando a forma de ver a

política, sendo que os políticos que não trabalham irão sofrer as consequências no futuro. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que também não queria estar vivendo neste atual momento da política, pois a classe política está muito desacreditada. Entretanto, acredita que o povo está aprendendo a avaliar o trabalho individual de cada político, destacando que o Governo Municipal ainda precisa melhorar muito e que não devemos ficar lamentando o passado e sim pensar no futuro. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 02/05/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 02 de maio de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e catorze, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 102, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a Inauguração da Academia All Fitness; 02) Ofício nº 891/2014/OF do Cartório da 1ª Vara da Comarca de Miracema-RJ; 03) Ofício DER-RJ/GAB nº 232/2014 respondendo ofício nº 371/2014; 04) Requerimento para constituição de Comissão Especial, art. 50 c/c 59 do Regimento Interno dos Vereadores João Siqueira Magalhães, Gutemberg Medeiros Damasceno, Gilson Teixeira Sales, Hugo Fernandes e

Fabrício de Sá Xavier. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade da Cessão do antigo prédio onde funcionava a Prefeitura Municipal de Miracema para este Legislativo, em virtude do Banco do Brasil ter solicitado o prédio onde funciona atualmente a Câmara Municipal. Segue em anexo cópia do ofício encaminhado pelo Banco do Brasil solicitando o prédio. Deferido. Todos os Vereadores irão assinar este Requerimento. Continuando, o Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção para os sócios Larissa Detoni, Arthur Pinto Lessa Quadros e Cristiano Neves pelo empreendimento All Fitness Academy, a ser inaugurado no dia 30 de agosto. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do RJ, Luiz Fernando Pezão - Solicitação, com vistas ao Secretário Estadual de Saúde, Dr. Marcos Esner Musafir, no sentido de que seja implantado o "Projeto Clínica da Família" no Município de Miracema, projeto este que tem por objetivo a prevenção precoce de doenças, podendo reduzir riscos à população e melhorando a qualidade de vida das pessoas. Aprovado. 03) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Considerando que o transporte alternativo existe em nosso Município há mais de 15 (quinze) anos, segundo informações, com 08 (oito) Vans que transportam passageiros; Considerando que é crescente a demanda de usuários de transporte público para os limites com outros Municípios que já possuem linhas regulamentadas; Considerando que o Decreto Municipal nº 348/2012, que trata a matéria em nosso Município é incompleto e não atende as exigências do DETRO. Considerando que o transporte alternativo é passível de regulamentação e concessão pelo Poder Público Municipal; Encaminho solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de elaboração de Lei Municipal regulamentando o Transporte Alternativo no Município de Miracema, com as devidas concessões, com direitos e deveres, e se possível com definição de percurso com início na RJ 200, próximo ao trevo da antiga Usina, passando pelas vias urbanas, até o limite do nosso Município com o Município de Santo Antônio de Pádua, com o objetivo de atender as necessidades de transporte público pelos moradores da nossa cidade. Todos os Vereadores irão assinar este Requerimento. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gilson Teixeira Sales solicitou Moção de Aplausos para a Empresa Unidade Cataring devido ao trabalho que ela vem prestando, empregando diversas pessoas em nosso Município e na região. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a

presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 01/09/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 01 de setembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta e dois da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1° Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, José Augusto Martins e Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 25, Versículos de 01 à 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício DER-RJ/10ª ROC nº 12/2019 da Fundação Departamento Estradas e Rodagem - DER-RJ, respondendo o ofício nº 03/2019; 02) Oficio PMM/SMCT nº 002/2019 do Centro Cultural Melchíades Cardoso. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o fechamento da rua que foi se abrindo entre a Rua Melchíades Picanço e Rua do Café, no loteamento Luís Marques, tendo em vista que o local está cheio de barro e praticamente intransitável. Dessa forma, solicitamos que o local seja fechado até o seu calçamento. Deferido. 02) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que sejam tomadas as devidas providências em relação ao poste existente na Praça da Maçonaria, tendo em vista que ele é muito grande e dificulta a manutenção da iluminação. Dessa forma, solicitamos que a lâmpada seja colocada mais pra baixo. Deferido. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza e roçada das ruas localizadas no Polo

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Industrial II. Deferido. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Presidente do ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – Sra. Cláudia Franco Correia - Considerando que o Município de Miracema apresenta Lei que institui o Programa de Regularização fundiária, Lei 1.622 de 28 de dezembro de 2015. Considerando que a lei em comento permite que a Municipalidade conceda Título de Legitimação de posse, em cada caso, cobrando tão somente o custo unitário do título de interesse social ou de interesse específico. Considerando que a regularização trará diversos benefícios ao Município que vão desde geração de emprego/renda, como regularização dos loteamentos e assentamentos forçados já consolidados e irreversíveis. Encaminho solicitação no sentido de que seja disponibilizada agenda para encontro com representantes do nosso Município, almejando diálogo a favorecer orientações acerca da regulamentação da referida lei, inclusive quanto aos moradores do bairro CEHAB (Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro), sendo certo que através de operações conjuntas com esse órgão será possível não só regulamentar a presente lei como colocar em prática o Programa de Regularização. Aprovado. 05) Vereadores Hugo Fernandes, Genessi Rodrigues da Silva e Carlos Magno da Silva Peres - Ao Deputado Rodrigo Bacellar - Solicitação no sentido de que interceda junto a Secretaria Estadual de Saúde com as demandas abaixo relacionadas do Município de Miracema: ➔ O Fundo Estadual de Saúde deve ao Município de Miracema, desde 2015 repasses que totalizam aproximadamente R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), deixando hoje nossa saúde em estado de penúria; ➔ Solicitar a Secretaria Estadual de Saúde um caminhão de exames de Ressonância Magnética, tendo em vista que o SUS disponibiliza somente 5 exames por mês, e temos uma fila de espera de mais de 400 pedidos de exames; ➔ Solicitar a Secretaria Estadual de Saúde, auxílio para cirurgia de cataratas, tendo em vista que o SUS libera somente 2 cirurgias por mês, e temos 90 munícipes na fila de espera. Aprovado. 06) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Fazenda - Solicitação no sentido de que seja encaminhada para a Câmara Municipal de Miracema, de forma detalhada, as receitas e despesas das Secretarias Municipal de Saúde e de Educação referentes aos últimos 03 (três) meses do ano de 2018. 07) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal, com vista à Procuradoria Geral do Município - Considerando que os Cantineiros e Serventes da Secretaria Municipal de Educação há décadas já

exercem 6h de jornada de trabalho ininterruptas. Considerando que é um sonho antigo das categorias terem esse reconhecimento em Lei específica. Considerando que é importante e fundamental ter um bom ambiente de trabalho, com funcionários satisfeitos para desempenhar suas funções. Encaminho indicação no sentido de que seja elaborado um Projeto de Lei e enviado à Câmara Municipal, para apreciação e votação, concedendo às 6h ininterruptas de jornada de trabalho para as classes citadas. Informo ainda, conforme cópias em anexo, a resposta do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais Of. 011/2019 à nossa solicitação Of. 1166/2018 dando total respaldo para tal iniciativa. 08) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma ampla revisão na folha de pagamento de horas extras de todas as Secretarias e, havendo discrepâncias, solicitamos que elas possam ser imediatamente corrigidas. 09) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Divulgação da redução do déficit de gestões anteriores. - Solicitação no sentido de que seja realizada uma ampla divulgação na redução do déficit financeiro da Prefeitura de aproximadamente R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) de dívidas das Gestões anteriores. - Ressalto ainda que tal divulgação é importante para dar ciência a população que a atual Gestão está sendo responsável, e que tais recursos poderiam estar sendo utilizados em diversas áreas do Município em prol do povo. 10) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que faça uma intervenção junto à gerência da Caixa Econômica Federal com o objetivo de não atrasar os pagamentos dos funcionários públicos, tendo em vista que a Prefeitura repassa o dinheiro num dia e o pagamento ocorre no dia seguinte, entretanto os valores estão demorando muito para ficarem disponíveis nas contas. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Miracema/RJ e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que, em comum acordo com todos os Vereadores, o referido Projeto de Lei será retirado de votação na data de hoje e, depois do Carnaval, ele será votado em primeira e única votação. **02)** Projeto de Lei que Considera de Utilidade Pública o Centro Espírita São Jorge de Miracema. Autoria: Vereador Fabrício de Sá Xavier. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou que o projeto fosse votado em primeira e

única votação, o que foi aprovado por unanimidade. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado, com uma abstenção do Vereador Paulo Sérgio de Azevedo e seis votos favoráveis, dos Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Aimoré da Silva Almeida, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares e Maurício Sant'Ana Soares, dando origem a Lei nº 1.812, de 28 de fevereiro de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI: Artigo 1º- Fica Considerada de Utilidade Pública o Centro Espírita São Jorge de Miracema, em reconhecimento ao trabalho espiritual que vem sendo realizado no Município de Miracema. Artigo 2º- O Poder Executivo tomará as devidas providencias para o fiel cumprimento do artigo anterior. Artigo 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Explicações Pessoais. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que vem dizendo que algumas coisas no Município não estão funcionando bem, sendo que se os quebra-molas solicitados pelos Vereadores estivem sendo feitos, isso mostraria para a população o trabalho realizado. Destacou que ainda não percebeu ninguém limpando os bueiros, sendo que o governo poderia alugar um caminhão para a realização deste trabalho. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o Projeto retirado de pauta é de grande importância para o Município, sendo que a Comissão de Finanças já se reuniu e percebeu alguns pontos que deveriam ser alterados, assim eles irão apresentar as devidas emendas. Destacou que o artigo 101 estabelece que algumas atitudes podem ser tomadas por decreto. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o parágrafo único deste mesmo estabelece os limites que o orçamento pode ser remanejado, assim concorda com este artigo, pois 30% do orçamento pode ser remanejado pelo Prefeito de acordo com a Lei Orçamentária. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acredita que, dessa maneira, este artigo está redundante, pois isso já está estabelecido na Lei Orçamentária. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que diversos temas foram discutidos e as emendas serão apresentadas. O Vereador Maurício Sant'Ana esclareceu que o Projeto possui um artigo estabelecendo que o desconto mínimo deveria ser em cima de um salário mínimo, entretanto é importante destacar que hoje atualmente ninguém ganha menos que um salário mínimo, mas no futuro isso pode acontecer. Por fim, esclareceu que analisou o projeto com bastante

atenção, sendo que gostou de alguns pontos. O Vereador Hugo Fernandes acredita que o artigo 101 não estaria redundante, pois estamos criando uma nova Entidade, podendo até estar enganado, por isso vai conversar com o Controlador Interno da Prefeitura sobre esse assunto. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que estamos dando o máximo de transparência possível na tramitação deste projeto e não estamos nos omitindo, acreditando que estamos tentando solucionar um grande problema. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que seria interessante inserir um artigo solicitando uma prestação de contas de tempo em tempo, assim a Câmara não ficaria sem as devidas informações. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que na antiga CAPPS existia uma Lei nesse sentido, mas com sua extinção a Lei acabou sendo extinta também. Continuando, disse que vai fazer uma emenda sobre o desconto de RPPS em cima da insalubridade, pois já que o Município dá a opção ao funcionário decidir se quer ou não o desconto, quando a pessoa entra em licença o valor pago deve ser em cima do valor que é descontado, contando a insalubridade nos casos em que o RPPS é descontado dela. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que as informações devem ser passadas para os funcionários de maneira correta, pois algumas pessoas estão dizendo que o desconto de RPPS em cima de insalubridade e outras verbas deve ser realizado, enquanto outras dizem que ele não deve ser feito. O Vereador Hugo Fernandes acrescentou que o Presidente da Caixa de Previdência, apesar de ser indicado pelo Prefeito, deveria ser um funcionário público concursado. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que disse que vai apresentar uma emenda exigindo um tempo mínimo de experiência para assumir alguns cargos. O Vereador Hugo Fernandes informou que hoje tivemos duas reuniões aqui na Câmara, na parte da tarde, uma prestação de contas da Secretaria de Saúde e outra da Secretaria de Fazenda. Acrescentou que pode ser percebido que, mesmo com todas as dificuldades, em termos técnicos a Prefeitura de Miracema está no caminho certo. Destacou que a arrecadação do Município aumentou bastante e o Prefeito conseguiu diminuir onze milhões de reais em relação aos déficits passados, acreditando que esse fato deveria ser amplamente divulgado, pois este dinheiro poderia estar sendo investido em outras áreas do Município. Disse que ficou muito satisfeito com o que foi apresentado e espera que as coisas melhorem. Esclareceu que o Tribunal de Contas mudou bastante

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

sua maneira de fiscalizar e não está aceitando mais algumas práticas que eram aceitas, sendo que um gestor precisa confiar muito em seus funcionários, pois quando ocorre um erro, apenas o gestor paga, acrescentando que quando o erro de um ex-gestor é constatado ele não possui o auxílio do Poder Público para se defender. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 11/03/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2019.

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e cinquenta e sete da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Marcus Felipe Mercante Linhares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Maria Alessandra Leite Freire e Maurício Sant'Ana Soares. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: I Reis, Capítulo 01, Versículos de 01 à 05. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite para a comemoração em homenagem ao Dia Internacional da Mulher do Centro de Convivência do Idoso "Mario Juruna"; 02) Ofício Circular nº 029/2019 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 03) Memorando PMM/SMT nº 175/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 0101/2019; 04) Memorando PMM/SMT nº 176/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo os ofícios nº 0120/2019 e 0086/2019; 05) Memorando PMM/SMT nº 177/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 0117/2019; 06) Memorando PMM/SMT nº 178/2019 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 043/2019; 07) Despacho/Parecer da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo respondendo o ofício nº 052/2019; 08) Projeto de Lei que Concede Revisão Linear de Vencimentos e Salários, conforme art. 37, X da Constituição Federal, ao pessoal do Quadro da Câmara Municipal de Miracema, de autoria da Mesa Diretora; 09) Projeto de Decreto Legislativo que altera o Decreto Legislativo nº 73 de 07 de agosto de 2014 e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora; 10) Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Jovem Talento à Maria Rita Gomes de Lima Neves, de autoria

do Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo; 11) Projeto de Lei que Dá nome de Aniceto de Carvalho a uma via pública no Município de Miracema, de autoria do Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares; 12) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Daniel Frederico Ramirez Bezerra, de autoria da Mesa Diretora; 13) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Rodrigo da Silva Bacellar, de autoria da Mesa Diretora; 14) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Thiago Antonelli, de autoria da Mesa Diretora; 15) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense à Sra. Juliana Lopes de Paula Cordeiro, de autoria do Vereador Aimoré da Silva Almeida; 16) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Edgar Luiz dos Santos, de autoria do Vereador José Augusto Martins; 17) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense à Sra. Ariane Nogueira Souza Botagio, de autoria do Vereador Genessi Rodrigues da Silva; 18) Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Manoel Alexandre Pereira de Figueiredo, de autoria do Vereador Genessi Rodrigues da Silva. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja disponibilizado um automóvel utilitário - VAN e motorista, com o intuito de levar 15 estudantes, participantes do Jovens Talentos, a cidade de Paraty-RJ, com a finalidade de participarem da FLIP-2019, 17ª. Festa Literária Internacional de Paraty, que se realizará nos dias 10 a 14 de julho de 2019. A viagem ocorrerá no dia 10 de julho, com a saída de Miracema às zero horas do dia 10 de julho (0:00 h), com chegada prevista na parte da manhã deste mesmo dia, quando haverá a abertura do evento, deixando os alunos na pousada para que possam aproveitar a Festa Literária, e a volta será no dia seguinte, 11 de julho de 2019, após o passeio efetuado na própria Van, com a saída de Paraty programada para às dezoito horas (18:00 h). Deferido. 02) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, c/c para o Prefeito Municipal - Conforme solicitação do atual presidente Valdemir Ferreira Finamor, da Associação da Vila José de Carvalho, venho com a presente encaminhar indicação no sentido de que sejam realizadas obras de emergência no trecho na Rua Honorato Antônio da Silva, no Bairro Vila José de

Carvalho, na altura do nº 19 e nº 10 até o final, conforme croqui do local em anexo, precisando ser realizadas as seguintes obras: ➔ Raspagem do trecho da Rua do nº. 19 ao final do muro da Creche Dr. Salim Bouissa; ➔ Construção de 02 (duas) bocas de lobo na altura do nº. 19 e nº. 10, ou uma galeria na altura do nº. 19; ➔ Um asfalto nesse mesmo trecho que tem aproximadamente de 40 a 50 metros, devido que o mesmo foi realizado quando foi construído o CIEP 267 e até os dias atuais permanece sem reparos. Seria de bom termo que as obras sejam realizadas com a maior urgência, uma vez que os moradores desta localidade encontram-se desamparados. Vale ressaltar, ainda, que a melhoria beneficiará todos moradores daquela localidade, inclusive os estudantes do CIEP 267 e as crianças da Creche Dr. Salim Bouissa. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa como está sendo realizada a notificação da firma responsável pelas obras de esgotamento sanitário que eles realizem os devidos reparos nas obras. Caso a firma não esteja sendo notificada, gostaria de que seja informado quem está efetuando os respectivos reparos. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada as devidas reformas no cemitério do Distrito de Paraíso do Tobias. Deferido. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - À Secretaria Municipal de Saúde - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado um requerimento para a ENEL solicitando a alteração da rede de energia elétrica do Posto de Saúde localizado na Comunidade de Areias de 110v para 220v, tendo em vista que o local está necessitando desta troca para que seu funcionamento seja realizado de forma eficiente. Deferido. 06) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja instalado um bebedouro, com filtro e água gelada, no Parque Ecológico do Mirante e na Praça Dona Ermelinda. Deferido. 07) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizado o reparo no Parque localizado no Distrito de Venda das Flores, bem como no parquinho do Centro. Deferido. 08) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza, com capina e roçada, no terreno da Paróquia Santa

Inês, tendo em vista que no dia 25 de maio a referida Paróquia realizará uma festa no local. Deferido. 09) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam instaladas tabelas de basquete na Quadra do Rinque, localizado na Praça Dona Ermelinda. Deferido. 10) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que sejam instalados braços duplos de iluminação no poste de luz localizado em frente ao Hotel Varandas, bem como a instalação de alguns refletores, tendo em vista que a iluminação no local está precária. Deferido. 11) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada uma limpeza geral nas redondezas do Ribeirão Santo Antônio, no trecho localizado em frete ao Hotel Varandas. Deferido. 12) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja realizado o conserto ou troca dos brinquedos existentes no parque localizado na Rua José Monteiro de Barros, bem como que sejam colocadas duas traves no campinho de areia do referido parque. Deferido. 13) Vereador Hugo Fernandes - Ao Chefe de Endemias - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que o carro fumacê passe nas ruas das casas populares do Bairro Jove, tendo em vista que o referido local está sendo bastante atingido pelos mosquitos que transmitem doenças. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que possui o objetivo de modificar e atualizar o Regimento Interno desta Casa Legislativa, assim gostaria de criar uma Comissão composta pelos Vereadores Paulo César da Cruz de Azevedo, Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva, com esse objetivo, tendo em vista que os dois últimos são baracheis em Direito e o Vereador Paulo César possui um assessor também formado em Direito que se dispôs a auxiliar nesse trabalho. Dessa forma, vai apresentar um Projeto de Resolução criando e referida Comissão. Por fim, gostaria de combinar com todos os Vereadores de adiantarem duas reuniões ordinárias que seriam realizadas perto da semana da Exposição, visando adiantar os trabalhos também em razão da Sessão Solene. Todos os Vereadores concordaram com os adiantamentos. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 05 (cinco) Projetos de Resolução, 01 (um) Projeto de Decreto Legislativo e 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Waleska Azeredo de Oliveira.

Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.342, de 28 de março de 2019. **02)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Maria Aparecida do Nascimento Augusto. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.343, de 28 de março de 2019. **03)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Gabryel Abreu da Silva. Autoria: Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.344, de 28 de março de 2019. **04)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadã Miracemense a Sra. Taysa da Silva Lyra. Autoria: Mesa Diretora. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem a Resolução nº 1.345, de 28 de março de 2019. **05)** Projeto de Resolução que Concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Thélvyo Veiga. Autoria: Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade dando origem à Resolução nº 1.346, de 28 de março de 2019. **06)** Projeto de Decreto Legislativo que Concede a Comenda Jair do Nascimento Polaca ao Sr. João Victor Schimith Righi. Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em primeira e única votação o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado por unanimidade dando origem ao Decreto Legislativo nº 104, de 28 de março de 2019. **07)** Projeto de Lei que Dispõe sobre os Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros Urbano e Rural de Miracema, estabelece as normas para concessão e permissão de sua exploração e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes, em conjunto com o Vereador Fabrício de Sá Xavier, adicionou uma indicação ao Prefeito Municipal para que ela seja encaminhada junto ao Projeto de Lei, esclarecendo que a referida indicação não é uma emenda. Foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Modificativa:** O parágrafo 2º do artigo 4º passa a ter a seguinte redação: "§2º A categoria rural consiste naquele transporte realizado no perímetro urbano e rural, fazendo a ligação dos distritos e das localidades com a sede do Município ou dos distritos e localidades entre si, com tarifa diferenciada de acordo com a quilometragem e peculiaridades de cada linha, sendo vetado nessa categoria o transporte de passageiros em pé". Autoria: Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. O Vereador Marcus Felipe Mercante

Linhares esclareceu que na parte urbana o transporte poderia ser realizado sentado ou em pé, entretanto na categoria rural o transporte deve ser realizado sentado. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Modificativa:** O artigo 17 passa a ter a seguinte redação: "Art. 17. As concessões dos Serviços de Transporte Coletivo Urbano e Rural serão sempre precedidas do competente procedimento licitatório, cujo edital fixará as condições gerais de participação, a descrição dos serviços a serem explorados, sendo obrigatória na categoria urbana que o itinerário atenda as principais vias de todos os bairros da sede do Município, os tipos de veículos a serem utilizados, os critérios de julgamento, o prazo de vigência e outros elementos que forem julgados convenientes pela Administração Municipal, efetivando-se por ato bilateral, nos termos da legislação específica e com a observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade e eficiência". Autoria: Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que será obrigatório estabelecer que todos os bairros de Miracema serão atendidos adequadamente em suas principais vias, assim todos os bairros terão um atendimento de qualidade. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **c) Emenda Aditiva:** Adiciona ao art. 23, o inciso VIII, com a seguinte redação: "VIII - os locais que serão atendidos pelo Transporte Coletivo Urbano e Rural, sendo obrigatória na categoria urbana que o itinerário atenda as principais vias de todos os bairros da sede do Município". Autoria: Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **d) Emenda Aditiva:** Adiciona ao art. 37, o inciso IV, com a seguinte redação: "IV – Estudantes da rede municipal de ensino, devidamente uniformizados e identificados, durante o período em horário escolar". Autoria: Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que seu objetivo é buscar um equilíbrio para favorecer os estudantes que estejam em período de aula, com uniforme e no horário de aula. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que a ideia é bastante complexa, pois no Município já existe o transporte escolar, acreditando que essa ideia será polêmica com a Empresa. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que o transporte público já é bastante deficitário, tendo inclusive a dificuldade em oferecer gratuidade para idosos. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares esclareceu que sua intenção é oferecer uma opção de

transporte para os alunos. O Vereador Hugo Fernandes disse que já temos o transporte gratuito oferecido pela Secretaria de Educação e com essa alteração os alunos poderão preferir utilizar os ônibus da concessionária e ocasionar a lotação dos ônibus. O Vereador Carlos Magno da Silva Peres esclareceu que também existem vans que realizam este serviço. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares solicitou que sua emenda fosse retirada para encaminhar para a Prefeitura em forma de indicação. **e) Emenda Aditiva:** Adiciona o inciso V ao artigo 33, com a seguinte redação: "V- Fica proibida a cobrança de duas passagens nas linhas circulares que realizarem seus trajetos dentro do Município". Autoria: Vereador Aimoré da Silva Almeida. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que as empresas de ônibus criaram o costume de cobrar outra passagem de ônibus quando chegam ao chamado "ponto final", assim muitas vezes as pessoas pegam o ônibus de um ponto ao outro e ao chegar no "ponto final" é cobrada outra passagem, sendo que sua emenda visa coibir essa cobrança. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.815, de 28 de março de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: TÍTULO I Das Disposições Preliminares Art. 1º O Transporte Coletivo Público de Passageiros no Município de Miracema, no âmbito urbano e rural, será acessível a toda a população mediante o pagamento individualizado da respectiva tarifa, com itinerários e preços fixados pelo Poder Público Municipal. Art. 2º O planejamento e gestão dos Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros do Município de Miracema está fundamentado nos seguintes princípios: I- acessibilidade universal; II- equidade no acesso dos cidadãos aos serviços; III- eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços; IV- segurança nos deslocamentos das pessoas; V- desenvolvimento sustentável do Município, nas dimensões socioeconômicas e ambientais. Art. 3º O planejamento e gestão dos Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros do Município de Miracema será orientado pelas seguintes diretrizes: I- integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos; II- prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos Serviços de Transporte Público Coletivo

sobre o transporte individual motorizado; III- incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes; IV- priorização de projetos de transporte coletivo público estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado, sendo instrumento da política de ocupação equilibrada da cidade de acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Rural e Ambiental do Município; V- integração física, tarifária e operacional dos diferentes modos e das redes de transporte público e privado na cidade; VI- simplicidade na compreensão, transparência da estrutura tarifária para o usuário e publicidade do processo de revisão; VII- modicidade da tarifa para o usuário; VIII- estabelecimento e publicidade de parâmetros de qualidade e quantidade na prestação dos Serviços de Transporte Coletivo Público; IX- divulgação, de forma sistemática e periódica, dos impactos dos benefícios tarifários concedidos no valor das tarifas dos Serviços de Transporte Público Coletivo. Parágrafo Único. O Município de Miracema usará a Ouvidoria já existente para garantir ao cidadão canal para reclamações, sugestões e informações, objetivando a melhoria e aperfeiçoamento do serviço. TÍTULO II Dos Serviços CAPÍTULO I DAS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS Art. 4º De acordo com a abrangência do atendimento no âmbito do Município, os Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros de Miracema será prestado nas categorias urbano e rural. §1º A categoria urbano consiste naquele transporte realizado exclusivamente no perímetro urbano do Município, unindo os bairros ao centro ou os bairros entre si. §2º A categoria rural consiste naquele transporte realizado no perímetro urbano e rural, fazendo a ligação dos distritos e das localidades com a sede do Município ou dos distritos e localidades entre si, com tarifa diferenciada de acordo com a quilometragem e peculiaridades de cada linha, sendo vetado nessa categoria o transporte de passageiros em pé. Art. 5º Os Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros poderá operar nas modalidades de transporte convencional e transporte seletivo, sendo considerado para tal a seguinte classificação: I- transporte convencional: serviço regular de transporte que opera em todas as linhas instituídas pelo Poder Concedente, utilizando ônibus convencionais, podendo transportar, além de passageiros sentados, passageiros de pé no corredor do veículo de acordo com a capacidade máxima de cada modelo, definida pelo fabricante, com ou sem a presença do cobrador; II- transporte seletivo: linhas que operam em

itinerários especiais definidos pelo Poder Concedente, utilizando micro-ônibus ou van e transportando apenas passageiros sentados, sem a presença do cobrador, com tarifa fixada em até 40% (quarenta por cento) acima da tarifa do transporte convencional. Art. 6º Os Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros é constituído por um conjunto de linhas que cumprirão itinerários e tabelas horárias, com pontos de embarque e desembarque pré-estabelecidos pelo Poder Concedente, de forma a atender as necessidades de deslocamento da população, mediante a emissão de ordens de serviço de operação (OSO) pelo órgão gestor dos serviços, com as seguintes definições: I- linha: tráfego regular de um veículo de transporte coletivo feito através de um determinado itinerário entre dois pontos terminais considerados início e fim de um trajeto; II- itinerário: sucessão de pontos geográficos alcançados por um veículo de transporte coletivo entre o início e o fim do trajeto de uma linha; III- tabela horária: Especificação dos horários de partida de cada viagem de um terminal especificado e dos pontos de embarque e desembarque; IV- pontos de embarque e desembarque (pontos de parada): locais definidos pelo Poder Concedente para a parada dos veículos objetivando o embarque e desembarque de passageiros ao longo do itinerário das linhas, com uma distância de, pelo menos, 3 (três) quarteirões entre si; V- terminal: local onde se inicia e finda a viagem de uma determinada linha. Art. 7º A criação de novas linhas dependerá sempre de: I- prévios levantamentos estatísticos e estudos destinados a apurar as linhas de desejo dos usuários com o objetivo de comprovação da necessidade do transporte coletivo; II- apuração da conveniência socioeconômica de sua exploração, após período experimental. §1º. Não constitui nova linha, desde que conservada a mesma matriz, o ato do Poder Concedente que implicar no seu prolongamento, na sua redução, ou na alteração do itinerário. §2º. Fica proibida a parada e o estacionamento de veículos automotores do tipo Van, Kombi ou qualquer similar nos pontos de parada dos ônibus e micro-ônibus a qualquer título, impedindo-se assim que possam angariar passageiros nesses locais ou qualquer outro fim, pena de imposição de multa, por infração, de trezentos reais, independentemente de outras penalidades como reboque e cassação da concessão. Art. 8º Conforme a característica de operação, as viagens por transporte coletivo classificam-se nas seguintes categorias: I- comuns: as que observam todos os pontos de parada ao longo da linha; II- semiexpressas: as que suprimem pontos de parada ao longo do itinerário;

III- expressas: as que não possuem pontos de parada intermediários, a não ser nos pontos terminais; IV- integradas: as que se utilizam de mais de uma linha para a realização do deslocamento, mediante a realização de baldeação para outro veículo, podendo ser integrada tarifariamente. Parágrafo Único. As vans só poderão atuar de forma complementar em relação ás linhas de micro-ônibus, e estes de forma complementar ás de ônibus. CAPÍTULO II DOS VEÍCULOS Art. 9º Os veículos constituem o suporte físico móvel e motorizado dos deslocamentos, cujas características permitem o seu uso coletivo, devendo atender as especificações mínimas de frota constantes nos instrumentos contratuais e desde que apropriados às características das vias e logradouros públicos do Município de Miracema, satisfazendo às condições de conforto, segurança e higiene aos usuários, observadas as exigências do Código Nacional de Trânsito e as normas e padrões técnicos estabelecidos pela Prefeitura de Miracema. Parágrafo único. Para efeito deste artigo, utilizar-se-ão as seguintes definições de veículos: I- ônibus: veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para mais de trinta passageiros. II- micro-ônibus: o veículo automotor de transporte coletivo com capacidade entre vinte e trinta, inclusive, passageiros sentados. III- van: o veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para até vinte passageiros sentados. Art. 10. Para a operação dos Serviços de Transporte Coletivo Público Urbano de Passageiros, os veículos deverão obedecer as seguintes condições: I- possuir idade máxima de fabricação de 20 (vinte) anos, devendo manter-se a idade média da frota em, no máximo, 10 (dez) anos por todo o tempo que vigorar a concessão ou permissão; II- serem, na sua totalidade, equipados com dispositivos de acessibilidade universal a pessoas com deficiência, na forma da legislação vigente. Parágrafo Único. Para os Serviços de Transporte Coletivo Rural, os veículos deverão possuir idade máxima de 20 (vinte) anos de fabricação. Art. 11. Os veículos de Transporte Coletivo a serem utilizados nos serviços deverão ser submetidos a vistorias e inspeções técnicas antes de ingressarem nos serviços regulares, a fim de verificação quanto aos aspectos de segurança, qualidade, conservação e comodidade aos usuários. §1º. Referidas vistorias deverão ser realizadas por serviços oficiais de inspeções veiculares credenciados junto á autoridade estadual de trânsito, em estabelecimentos credenciadas junto ao Poder Concedente ou através de engenheiros mecânicos devidamente autorizados pelo

Poder Concedente, conforme legislação aplicável. §2º. As despesas decorrentes da realização de vistorias e inspeções correrão por conta do responsável pela exploração dos serviços. §3º. Independentemente das vistorias e inspeções realizadas por órgãos Estaduais e/ou Federais, a Prefeitura também poderá estabelecer calendário de inspeções ou requisitar a apresentação de documentos que julgar necessários a qualquer tempo durante a vigência da Concessão e até dez anos após o término desta. §4º. Das vistorias e inspeções, serão emitidos laudos técnicos ou outros documentos, os quais deverão ser conservados em poder do responsável pela exploração dos serviços, e ficarem à disposição da Prefeitura de Miracema. Art. 12. Os veículos que compõe a frota oficial dos Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros de Miracema não poderão transitar conduzindo passageiros em itinerários não autorizados pelo Poder Concedente, salvo em caso de força maior, por interdição de ruas causadas por acidentes, consertos ou eventos autorizados de forma expressa pelo Município. Art. 13. Os veículos de transporte coletivo municipal só poderão transportar passageiros em número igual ao de sua lotação máxima, sentados e em pé, nos termos estabelecidos pelo fabricante e legislação aplicável. CAPÍTULO III DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Art. 14. A prestação dos Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros norteia-se pelo artigo 30, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, o qual estabelece que cabe ao Município organizar e prestar diretamente ou de forma indireta, mediante a delegação a terceiros, sob regime de concessão ou permissão. Art. 15. Para fins da delegação da prestação dos Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros para terceiros, considera-se as seguintes definições: I- Poder Concedente: Município de Miracema, através de ato do Poder Executivo; II- Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Transporte ou a que vier substituí-la; III- concessão: a delegação de sua prestação, feita pelo Poder Concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência pública, à pessoa jurídica, que demonstre capacidade para seu desempenho, por prazo determinado, mediante a assinatura do contrato de concessão; IV- permissão: a delegação, a título precário, da prestação dos serviços públicos, mediante licitação, feita pelo Poder Concedente á pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, mediante a assinatura de contrato de adesão. Art. 16. Na delegação a terceiros, os serviços de transporte poderá ser

organizado das seguintes formas: I- por sistema: delegação na qual é concedido o total das linhas na forma de um sistema global, podendo abarcar o subsistema urbano e rural em concessões/permissões distintas; II- por lote de serviços: forma de delegação na qual as linhas são organizadas em lotes, geralmente em regiões geográficas, onde cada lote engloba um grupo de linhas; III- por linha: forma de delegação que contempla cada linha de forma individualizada. Parágrafo Único. O Poder Concedente avaliará a melhor forma de organização dos serviços, de forma a garantir a melhor qualidade na sua prestação, menores custos operacionais e melhor facilidade gerencial e regulatória, e publicará Decreto regulamentando. Seção I Da Concessão Art. 17. As concessões dos Serviços de Transporte Coletivo Urbano e Rural serão sempre precedidas do competente procedimento licitatório, cujo edital fixará as condições gerais de participação, a descrição dos serviços a serem explorados, sendo obrigatória na categoria urbana que o itinerário atenda as principais vias de todos os bairros da sede do Município, os tipos de veículos a serem utilizados, os critérios de julgamento, o prazo de vigência e outros elementos que forem julgados convenientes pela Administração Municipal, efetivando-se por ato bilateral, nos termos da legislação específica e com a observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade e eficiência. Parágrafo Único. A concessão se operará, após o julgamento das propostas dos interessados, por contrato, no qual serão estabelecidas as cláusulas de direitos e deveres, observados os termos do instrumento convocatório. Art. 18. A concessão será delegada pelo prazo de 20 (vinte) anos, sendo admitida a prorrogação no máximo pelo mesmo prazo inicialmente concedido, motivada por razões de interesse público relacionadas à boa qualidade dos serviços, a serem apuradas por meio de sistema de satisfação definido no edital, e nos casos de necessidade de ressarcimento de possíveis valores não amortizados durante a vigência da concessão. Art. 19. O julgamento das propostas poderá se dar pelo critério do menor valor da tarifa dos serviços, melhor proposta técnica, com preço fixado no edital, ou a combinação dos critérios de menor valor da tarifa dos serviços com o de melhor técnica, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.987/1995, a critério do estipulado pelo edital de licitação. Art. 20. Fica o Poder Concedente autorizado a realização de concorrência na modalidade onerosa, através da outorga fixa a ser paga pela concessionária pela delegação dos serviços, valor que deverá ser recolhido ao

Tesouro Municipal, nos prazos e condições definidos em Decreto. Art. 21. No caso de execução da garantia de proposta em favor do Poder Concedente, conforme as condições previstas no edital, os valores também deverão reverter ao Tesouro Municipal. Subseção I Do Contrato de Concessão Art. 22. A formalização do contrato de concessão dar-se-á em, no máximo, 40 (quarenta) dias após a proclamação da empresa vencedora do certame licitatório. Art. 23. Constará sempre no contrato de concessão, sem o prejuízo das obrigatoriedades constantes na Lei federal: I- o prazo de vigência da concessão; II- direitos e deveres dos concessionários, dos usuários e do Poder Concedente; III- sujeição, por parte do concessionário, á fiscalização do Município e as suas normas; IV- penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação; V- a responsabilidade civil ou penal que couber por transgressão de cláusulas; VI- o preço dos serviços e as condições para revisão das tarifas; VII - os casos de extinção e revogação da concessão. VIII - os locais que serão atendidos pelo Transporte Coletivo Urbano e Rural, sendo obrigatória na categoria urbana que o itinerário atenda as principais vias de todos os bairros da sede do Município. Art. 24. O prazo máximo para a assunção dos serviços será de 40 (quarenta) dias após a assinatura do contrato. §1º A concessão caducará se os serviços não forem iniciados no prazo indicado neste artigo. §2º Ocorrida a caducidade, nos termos do parágrafo anterior, a administração municipal, no interesse público, poderá chamar o segundo classificado no julgamento das propostas. Art. 25. O contrato de concessão poderá ser alterado na forma da Lei e também: I- prorrogado: quando a alteração se constitui apenas no que diz respeito ao prazo de duração do contrato; II- renovado: quando implicar em alteração com modificação ou acréscimo de outras condições contratuais, dentro do prazo de duração da vigência da concessão; III- extinto: quando ocorrer a conclusão do prazo de concessão ou por denúncia de contrato. Art. 26. A denúncia do contrato de concessão poderá ocorrer por um dos seguintes motivos: I - intervenção, encampação ou caducidade da concessão; II- cassação da concessão; III- falência, insolvência ou inadimplência do concessionário; IV- mútuo acordo entre as partes. §1º A encampação diz respeito á retomada dos serviços pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante Lei autorizativa específica e após prévio pagamento de eventual indenização, a ser apurada na forma do artigo 36, da Lei Federal n.º 8.987,

de 13 de fevereiro de 1995. §2º A intervenção consiste na assunção da administração dos serviços pelo Poder Concedente, a ser implementada mediante Decreto municipal, com o objetivo de assegurar a adequação e a continuidade na prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. §3º A caducidade é a sanção a ser aplicável pelo Poder Concedente decorrente da inexecução total ou parcial do contrato. §4º A cassação é a sanção aplicável por inadimplência de cláusulas contratuais, falta grave ou perda dos requisitos de idoneidade moral ou capacidade financeira, técnica, operacional ou administrativa do concessionário. Art. 27. A concessão para a exploração dos Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros por terceiros dar-se-á mediante a publicação de ato convocatório, a cujos termos os concorrentes se submeterão de forma integral e irretratável. Art. 28. O edital de licitação deverá ser tornado público na forma da Lei Federal. Subseção II Da Transferência do Contrato Art. 29. A transferência total ou parcial do contrato para terceiros somente poderá ser realizada com autorização do Poder Concedente (art. 27 da Lei Federal 8987), e com anuência do Poder Legislativo Municipal, através de instrumento próprio de cessão, no qual todos os direitos e obrigações do cedente passarão para o cessionário, pelo prazo de duração da concessão, inclusive com a comprovação das exigências técnicas e financeiras previstas no edital de licitação e no contrato de concessão. §1º A transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do Poder Concedente implicará a caducidade da concessão e a consequente rescisão contratual, sem a possibilidade de ressarcimento ou indenização de eventuais prejuízos alegados. §2º A incorporação empresarial do concessionário subordina a incorporadora ou a compradora á autorização do Poder Concedente para continuar explorando os serviços, reservando-se este ao direito de optar por nova licitação. Seção II Da Permissão Art. 30. A permissão para exploração dos Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros, Urbano ou Rural, se dará em caráter precário e por tempo determinado, para pessoas físicas ou jurídicas, sempre que justificado para garantia da continuidade dos serviços, na hipótese de não haver interessados ou habilitados nos editais de concessão, bem como para o teste de novas linhas de transporte, linhas consideradas especiais, em situações emergenciais ou de excepcional interesse público. §1º A permissão não será delegada por prazo

superior a 6 (seis) meses, podendo ser renovado uma vez, por igual período, se mantida a condição inicial que lhe deu causa, e será rescindido quando da assunção do proponente vencedor do novo edital de concessão, com notificação à permissionária de, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência. §2º O contrato de permissão poderá ser, a qualquer tempo, revogada por ato unilateral do Poder Concedente, sem originar ao permissionário qualquer direito a indenização. Art. 31. Aplicam-se á disciplina da permissão as mesmas cláusulas dos contratos de concessão, no que couber. CAPÍTULO IV DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS Art. 32. A exploração dos Serviços de Transporte Coletivo será remunerada pela cobrança de tarifas oficiais calculadas pelo Poder Concedente, a serem cobradas dos usuários como contraprestação dos serviços utilizados. §1º As tarifas poderão ser pagas em dinheiro ou qualquer outra mídia física ou eletrônica, desde que autorizada, previamente, pelo Poder Concedente. §2º É permitido aos cessionários dos serviços de transporte convencional e seletivo explorarem economicamente os espaços publicitários nos veículos da frota, interna ou externamente, sendo que a receita advinda desta exploração deverá ser contabilizada como receitas extra tarifárias e deverão incidir no cálculo de revisão da tarifa, ficando vedado a veiculação de conteúdo de natureza ideológica, político-partidária, religioso, ofensivo ou incentivos à prática de ilícitos. Art. 33. As tarifas dos Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros poderão ser: I- comum ou unificada: tarifa praticada nos serviços de transporte urbano, sendo a mesma para todas as linhas, independentemente da extensão do trajeto realizado; II- por anel tarifário: tarifa praticada pelas linhas rurais, cujos valores são proporcionais á extensão de cada deslocamento; III- integrada: tarifa praticada em viagens com baldeação para outro veiculo, sendo que o segundo trecho poderá ser gratuito ou com desconto a ser fixado pelo Poder Concedente; IV- especial: a tarifa a ser praticada pelo sistema de transporte seletivo ou transporte com características especiais, sazonais ou não. V- Fica proibida a cobrança de duas passagens nas linhas circulares que realizarem seus trajetos dentro do Município. Art. 34. A fixação e o reajuste da tarifa serão calculados tendo como metodologia os critérios e mecanismos de atualização de seus índices estabelecidos em Decreto, respeitadas as condições operacionais específicas de Miracema, considerando os seguintes aspectos: I- número de passageiros transportados e a quilometragem

percorrida; II- custos variáveis, compreendendo as despesas com combustível, lubrificantes, rodagem, manutenção preventiva e corretiva, peças e acessórios; III- custos fixos, compreendendo as despesas com depreciação e remuneração de capital, despesas com pessoal e despesas administrativas; IV- custo dos tributos. §1º As revisões ordinárias das tarifas de remuneração dos serviços serão realizadas anualmente, nos termos do artigo 70, inciso II da Lei Federal n.º 9.069/1995. §2º A revisão será realizada em caráter extraordinário, a qualquer tempo, quando da ocorrência de algum dos acontecimentos listados abaixo: I- criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, que comprovadamente impactem no equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ressalvados os impostos sobre a renda ou lucro; II- alteração unilateral do contrato, por parte do Poder Concedente, que afete o seu equilíbrio econômico-financeiro inicial; III- modificação unilateral do contrato ou dos requisitos mínimos de prestação dos serviços, conforme especificado no edital, seus anexos e em contrato, impostas pelo Poder Concedente; IV- comprovado desequilíbrio econômico-financeiro. Art. 35. Todo e qualquer reajuste no preço da tarifa dos serviços de transporte deverá ser procedido mediante prévia consulta e parecer do Conselho Municipal de Transporte de Passageiros e Mobilidade Urbana. Art. 36. Durante o período de concessão, a concessionária/permissionária, por sua conta e risco e sob a ciência do Poder Concedente e autorização, poderão realizar descontos nas tarifas aos usuários, inclusive de caráter sazonal, sem que isto possa gerar qualquer direito à solicitação de revisão da tarifa ou cobrança de diferenças de valores. CAPÍTULO V DAS ISENÇÕES E DESCONTOS Seção I Das Isenções Art. 37. Ficam isentas do pagamento da tarifa cobrada pelos Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros, Urbano ou Rural, na modalidade convencional, as seguintes pessoas nas seguintes situações e condições: I- pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos, nos termos artigo 230, § 2º da Constituição Federal e artigo 39, da Lei Federal n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), com direito a reserva de, pelo menos, 10% (dez por cento) dos assentos; II- crianças menores, com idade até 6 (seis) anos, sempre acompanhadas dos pais ou responsáveis, sendo que o benefício não se estende ao acompanhante; III- pessoas com deficiência que tenham impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (visual e auditivo), nos termos da

Lei Federal n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). § 1º As pessoas mencionadas nos incisos I e II deste artigo farão jus ao benefício mediante a apresentação apenas do documento oficial de identidade. § 2º As isenções tarifárias previstas nesta Lei são de uso pessoal e intransferível, e os casos comprovados de uso indevido das mesmas acarretará ao beneficiário a suspensão da isenção pelo período de 12 (doze) meses. Art. 38. Para fazer jus a isenção, os beneficiados mencionados no inciso III deste artigo deverão comprovar renda familiar não superior a 2 (dois) salários mínimos nacional, além da apresentação de carteira de credenciamento, a ser fornecida pelo órgão gestor do sistema, mediante a apresentação dos seguintes documentos: I - laudo médico, expedido por profissional habilitado pelo Poder Concedente; II - documento oficial de identidade; III - comprovante de renda pessoal e do grupo familiar; IV - comprovante de residência; V - fotografia 3x4. § 1º A carteira de credenciamento deverá ser renovada a cada 6 (seis) meses, salvo para os beneficiários que comprovarem no laudo médico a irreversibilidade da deficiência, os quais ficarão dispensados da renovação. § 2º Ficam dispensados da carteira de credenciamento de que trata este artigo as pessoas cuja deficiência seja visível. § 3º A isenção também será concedida ao acompanhante da pessoa com deficiência, quando a sua presença for indispensável ao auxílio da locomoção do beneficiário. § 4º Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – COMPEDE e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDESH, a criação e manutenção de um cadastro das pessoas beneficiárias com a isenção de que trata este artigo. Art. 39. Qualquer outra isenção tarifária que venha a ser criada por Lei pelo Poder Concedente deverá prever a dotação orçamentária própria para o seu custeio ou a possibilidade de compensação tributária por parte do concessionário/permissionário. TÍTULO III Do Planejamento, Gestão e Fiscalização Art. 40. Compete ao Poder Concedente, por intermédio da Secretaria de Segurança, Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana, ou outra criada para este fim, a regulação; o gerenciamento; a operação; o planejamento e a fiscalização dos Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros Urbano e Rural, exercendo a função de órgão gestor dos serviços. Art. 41. No exercício das competências relativas aos serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros, a Administração Municipal poderá celebrar convênios, contratos e outros instrumentos

legais com entes públicos ou privados, visando à cooperação técnica e financeira. Art. 42. Incumbe à contratada a responsabilização por todos os prejuízos causados, por dolo ou culpa, devidamente comprovados em processo administrativo, à administração pública, aos usuários ou a terceiros. § 1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere o caput deste artigo, a contratada poderá contratar com terceiros a execução de atividades acessórias ou complementares aos serviços concedidos; § 2º Os contratos celebrados entre a contratada e os terceiros a que se refere o parágrafo anterior reger-se-ão pelas normas do direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica com a administração pública. Art. 43. Além do cumprimento das cláusulas constantes do contrato de concessão ou permissão, compete ainda às empresas delegatárias: I- prestar serviços adequados de acordo com os princípios estabelecidos nesta Lei e no artigo 6º, da Lei Federal n.º 8.987/1995; II- permitir e facilitar o exercício da fiscalização pelo Poder Concedente; III- manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão ou permissão; IV- prestar contas da gestão dos serviços ao Poder Concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato; V- manter frota adequada permanentemente às exigências da demanda e dentro da idade média determinada pelo Poder Concedente; VI- adotar uniformes e identificação para todo o pessoal de operação; VII - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo órgão gestor; IX- executar os serviços mediante cumprimento de horário, frequência, frota, tarifa, itinerário, pontos de parada e terminais; X- apresentar, sempre que for exigido, seus veículos para vistoria técnica, comprometendo- se a sanar as irregularidades apontadas antes de retornar o veículo para operação no sistema; XI- manter as características fixadas pelo Poder Concedente para os veículos de operação; XII- apresentar seus veículos para início da operação em adequado estado de conservação e limpeza; XIII- manter programas contínuos de treinamento para seus empregados, assegurando a eficiência do desempenho profissional, com a abordagem de questões referentes a relações humanas, direção defensiva, conservação do equipamento, transporte de passageiros, legislação e primeiros socorros; XIV- adotar providências para o prosseguimento da viagem, no caso de interrupção, sem ônus adicional para os usuários; XV- reservar assentos para uso preferencial de idosos, gestantes, pessoas com crianças de colo e pessoas com deficiência na modalidade de transporte convencional. Parágrafo Único. A estas obrigações, somam-se as demais

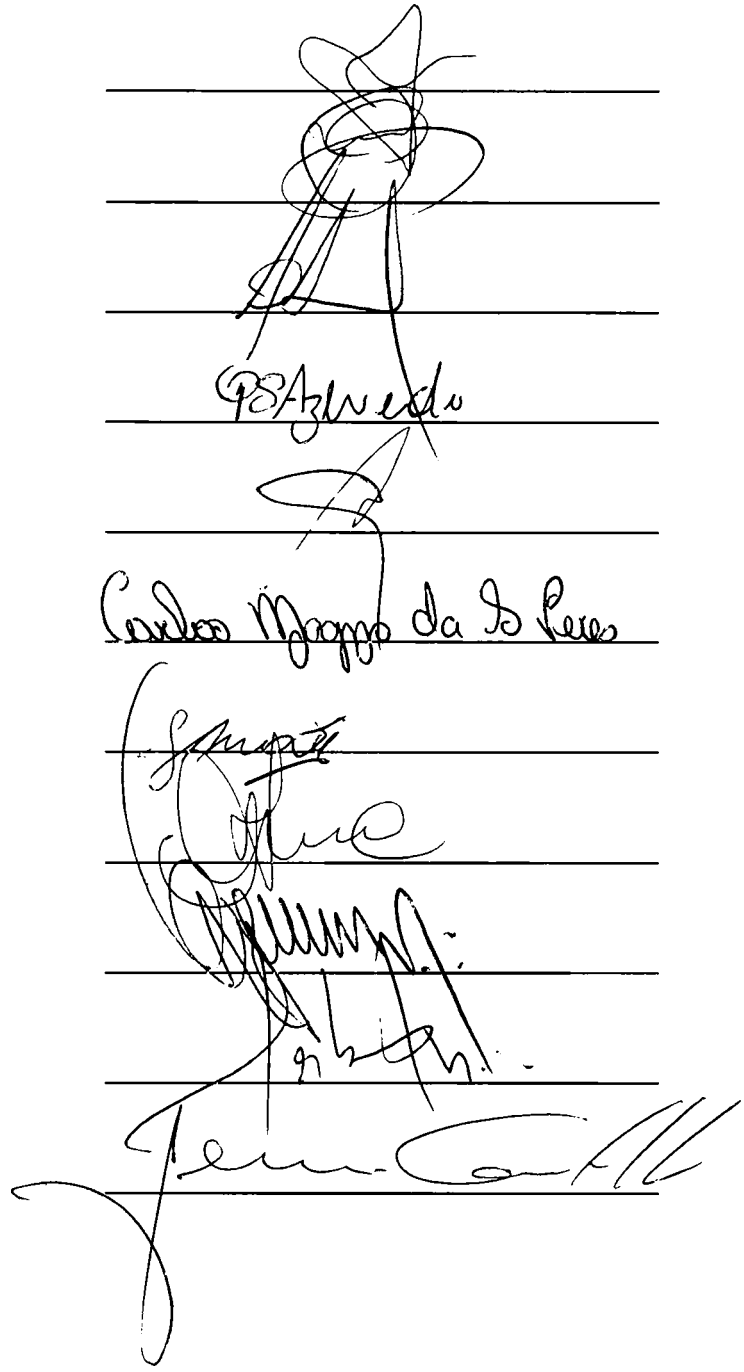
constantes na legislação federal ou estadual. Art. 44. São deveres do Poder Concedente, através de seu órgão gestor: I - planejar os Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros, considerando as necessidades da população, buscando sempre a preservação do equilíbrio econômico-financeiro da operação; II- fiscalizar os serviços prestados pela concessionária/permissionária e tomar as providências necessárias à sua regularização; III- garantir á população o livre acesso às informações sobre os serviços de transporte, assim como seus horários, linhas e itinerários; IV- receber e analisar as propostas e solicitações da concessionária, informando-a de suas conclusões; V- desenvolver e implementar a política tarifária, incluindo estudos dos modelos e das estruturas tarifárias de remuneração da prestação dos serviços, estudos de custos para orientação na fixação das tarifas e aplicação das tarifas por ele determinadas; VI- intervir na prestação dos serviços, retomá-lo e extinguir a concessão nos casos e nas condições previstas no contrato e legislação vigente; VII- aplicar as penalidades legais e contratuais previstas; VIII- fiscalizar as condições das instalações e dos equipamentos nas vistorias sistemáticas realizadas na garagem e nos veículos da prestadora dos serviços; IX- fiscalizar a comercialização do vale transporte e demais meios de pagamento de viagem; X - desenvolver projetos de racionalização operacional dos serviços. Art. 45. São direitos e deveres dos usuários dos Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros: I- receber os serviços de forma adequada, eficiente e segura; II- receber do Poder Concedente, através do órgão gestor e da concessionária, as informações necessárias para a defesa dos seus interesses individuais ou coletivos; III- obter e utilizar os serviços com liberdade de escolha, observadas as suas normas; IV- ter a garantia de continuidade de sua viagem através da utilização dos veículos alocados nos serviços de transporte coletivo, sempre que ocorrer impedimento da viagem que estiver sendo realizada, por motivos mecânicos, acidentes de trânsito ou outros fatos que impeçam seu prosseguimento; V- ser tratado com urbanidade e respeito pela concessionária e pelo órgão gestor, através de seus prepostos e fiscais; VI- levar ao conhecimento do órgão gestor e da operadora as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes aos serviços prestados; VII- manter em boas condições os bens públicos e das concessionárias através dos quais lhes são prestados os serviços; VIII- comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na

prestação dos serviços. Art. 46. Os serviços serão considerados eficientes, adequado e seguro desde que a concessionária, durante a execução do contrato, atenda os índices de avaliação a serem regulados pelo Poder Concedente, previamente definidos no edital, especialmente no que diz respeito a seguintes situações: I- cumprimento das viagens estabelecidas e de acordo com a tabela horária estipulada para cada itinerário; II- higiene no interior dos veículos coletivos; III - denúncias e reclamações de usuários; IV - interrupções nos serviços ocasionadas por falhas mecânicas nos veículos e acidentes de V - relação entre a idade média da frota alocada e a idade máxima admitida. TÍTULO IV Das Penalidades Art. 47. As infrações aos preceitos desta Lei sujeitarão o infrator, conforme a gravidade da falha, ás seguintes penalidades: I - advertência escrita; II - multa; III - afastamento de pessoal; IV - apreensão de veículo; V – rescisão. Art. 48. Na aplicação das penalidades previstas no artigo anterior, sempre precedidas do competente processo administrativo, será observado o devido processo legal, a ampla defesa e ao contraditório à concessionária ou permissionária. Art. 49. O processo será iniciado por auto de infração, lavrado por agentes da fiscalização de trânsito ou por fiscais da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, e conterá: I - nome da empresa operadora; II- prefixo ou placa do veículo, quando for o caso; III- local, quando for passível de infração, data e hora; IV- descrição da infração cometida e/ou do dispositivo legal violado; V - assinaturas do agente fiscalizador e do Secretário Municipal. Parágrafo Único. A lavratura do auto de infração será levada a efeito em 3 (três) vias de igual teor pelo órgão gestor, o qual deverá ser remetido á operadora no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. Art. 50. Será assegurado à delegatária autuada apresentar defesa, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tomar ciência do auto de infração. § 1º Apresentada a defesa, o Secretário promoverá as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, proferindo afinal o julgamento. § 2 Julgado improcedente o auto de infração, arquivar-se-á o processo com a sua consequente extinção. Art. 51. Compete a Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana a imposição das penalidades de advertência escrita, multa, afastamento de pessoal e apreensão do veículo. Art. 52. Julgado procedente o auto de infração, caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias úteis

contados da data em que a operadora for cientificada da decisão. Art. 53. Compete diretamente ao Prefeito Municipal a imposição da pena de rescisão da concessão. Art. 54. As penalidades previstas nesta Lei dar-se-ão sem prejuízo das responsabilidades nas esferas civil e criminal. Art. 55. A delegatária responde ainda civilmente por danos causados a terceiros e ao patrimônio público, na forma estabelecida em Lei. Art. 56. A execução, por pessoa física ou jurídica, dos Serviços de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros sem prévia concessão, permissão ou autorização da autoridade concedente, sujeitará o infrator à penalidade de multa e ainda a apreensão do veículo. Art. 57. Serão consideradas infrações normativas aquelas condutas tipificadas no anexo I desta Lei, que também conterá a penalidade a ser aplicada a cada caso. Art. 58. Cometidas 2 (duas) ou mais infrações na mesma circunstância fática, independentemente de sua natureza, aplicar-se-ão, concomitantemente, as penalidades correspondentes a cada uma delas. Art. 59. A penalidade de advertência escrita conterá as providências e o prazo necessários para o saneamento da irregularidade que lhe deu origem, com o aviso de que, eventual reincidência, acarretará na aplicação da pena de multa. Parágrafo Único. A pena de advertência converter-se-á em multa, caso não sejam atendidas, no devido prazo, as providências determinadas, conforme aviso expresso no corpo da notificação. Art. 60. O órgão gestor poderá exigir o afastamento ou remanejo de qualquer motorista, cobrador ou fiscal da operadora, caso seja considerado culpado de violação de deveres previstos nesta Lei, sendo-lhe assegurado o direito de ampla defesa. Parágrafo Único. A penalidade de afastamento de pessoal poderá ser determinada imediatamente, em caráter preventivo, até o máximo de 30 (trinta) dias, enquanto se processa a apuração dos fatos quando: Art. 61. A penalidade de apreensão do veículo será aplicada, sem prejuízo da multa cabível, I - operar serviços não autorizados pelo Poder Concedente; II- o veículo não apresentar comprovadamente as condições de segurança exigidas pelo órgão gestor, bem como não apresentar os equipamentos de segurança obrigatórios previstos na legislação de trânsito; III- a idade do veículo ultrapassar o limite máximo estabelecido nesta Lei; IV- o cobrador e/ou o motorista estiverem operando em estado de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica; V- o veículo estiver operando sem a devida licença da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana; VI- o veículo estiver operando com o lacre

da catraca violado; VII- o veículo e/ou o motorista estiver operando sem a presença dos documentos de porte obrigatório previstos no Código de Trânsito Brasileiro. Art. 62. Independentemente da aplicação das demais penalidades previstas neste ordenamento jurídico, a rescisão do vínculo jurídico também será efetuada quando a contratada: I - perder os requisitos de idoneidade e capacidade financeira, técnica ou administrativa; II - tiver decretada a sua falência; III- realizar lock-out, ainda que parcial; IV- entrar em processo de dissolução legal; V - cobrar tarifa superior ao preço vigente; VI- estiver inadimplente, por mais de 90 (noventa) dias, perante os tributos e recolhimentos de multas aos cofres municipais; VII- quando transferir, sem a anuência do Poder Concedente, os serviços a outrem; VIII- não retomar as atividades decorrentes da pena de suspensão dentro do prazo estipulado. Art. 63. A rescisão motivada do vínculo jurídico acarretará à empresa operadora a inidoneidade para contratar com a administração pública municipal. Art. 64. A operadora autuada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o pagamento da penalidade de multa, contados a partir da ciência do resultado do trânsito em julgado da decisão, devendo os valores correspondentes ser revertidos ao Fundo Municipal de Transporte de Passageiros e Mobilidade Urbana, sob pena de inscrição em dívida ativa. Art. 65. Será considerada reincidente a empresa operadora que for penalizada pela mesma infração cometida mais de uma vez em menos de 6 (seis) meses. Parágrafo Único. A reincidência autoriza a aplicação, em dobro, da multa prevista, conforme anexo I desta Lei. TÍTULO V Das Disposições Finais e Transitórias Art. 66. O Poder Executivo regulamentará a presente matéria no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a sua publicação. Art. 67. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que está tendo uma demanda muito grande para emitirem carteira de identidade no Município de Miracema, entretanto algum servidor precisa realizar um curso específico para poder emitir a referida carteira, dessa maneira vai conversar com o Prefeito para tentar resolver esse problema. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 01/04/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de

Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 28 de março de 2019.



Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e oito da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente fez a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 24, Versículos de 01 à 05. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 25 de novembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que altera a Lei nº 1.716, de 22 de maio de 2017, que Dispõe sobre a concessão de diárias e pequenas despesas e dá outras providências; 02) Ofício nº 403/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo solicitou uma Moção de Aplausos para o aluno dos Jovens Talentos, o parabenizando por ter conquistado o Segundo Lugar com seu Projeto na Jornada do IFF, na cidade de Macaé. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o desentupimento do bueiro localizado na Vila Nova, bem como o reparo na tampa de bueiro localizada em frente ao nº 70 da Rua Professora Isabel Ferreira Orsay, nº 70. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza e uma revitalização no Parquinho localizado no Bairro Hospital, pois o mato está muito alto e os brinquedos quebrados. Deferido. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao SINE - Solicitação no

sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma pesquisa sobre o índice de desemprego no Município de Miracema, com a quantidade de pessoas que deram entrada no seguro desemprego entre os anos de 2017 e 2019. Deferido. 05) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja elaborado um Projeto de Lei que visa a reestruturação de carreiras, instituindo o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Ajudantes de Obras e Serviços. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Aplausos para a jovem miracemense Isabela Alvim Guedes, a parabenizando por estar se destacando muito em Petrópolis, elevando o nome de Miracema, sendo que ela possui Graduação em Farmácia, Mestrado em Modelagem Computacional com ênfase em Biologia, Doutorado em Modelagem Computacional. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues solicitou que a referida Moção de Aplausos fosse entregue no Plenário durante a Sessão do dia 16 de dezembro, o que foi deferido pelo Vereador Presidente. 07) Vereador Fabrício de Sá Xavier, em conjunto com os Vereadores Paulo Sérgio de Azevedo e Maria Alessandra Leite Freire - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja elaborado um Projeto de Lei que visa a reestruturação de carreiras, instituindo o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores que tem como salário base o salário mínimo (ajudante de obras e serviços, cantineiros, cozinheiros, serventes escolares, jardineiro, gari, coveiro, auxiliar de enfermagem e outros da saúde). Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito a Sra. Suelen, enfermeira Chefe do Beverly, para falar sobre o Projeto de Lei que Regulamenta a Carga Horária dos Cargos e Enfermagem. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, a Sra. Suelen disse que está aqui presente hoje para representar os demais colegas de enfermagem e para falar um pouco desta categoria tão importante para o município e fundamental em todos os ciclos de vida. Esclareceu que segundo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) é recomendado a jornada de 30 horas para profissionais de saúde, uma vez que longas jornadas levam ao seu adoecimento. No país, mais de 100 Municípios e 10 Estados já instituíram a redução da carga horária para 30 horas. A categoria reúne mais de 2 milhões de profissionais no Brasil. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), são mais de 200

mil profissionais de enfermagem só na Atenção Básica, e mais de 85% da categoria é formada por mulheres, que têm em geral dupla ou tripla jornada. Ressaltamos a importância do profissional de Enfermagem dentro do contexto da saúde, partindo do princípio de que o cuidar do ser humano exige, necessariamente, um olhar para a dimensão total do ser, inclusive de sua essência existencial. Segundo a brasileira Dra. Wanda Horta, enfermagem é "a ciência e a arte de assistir o ser humano (indivíduo, família e comunidade), no atendimento de suas necessidades básicas". Ou seja, o enfermeiro assume um papel cada vez mais decisivo e proativo no que se refere à identificação das necessidades de cuidado da população, bem como na promoção e proteção da saúde dos indivíduos em suas diferentes dimensões. Disse que o enfermeiro exerce um papel fundamental de prestar o cuidado, acolhendo, criando vínculo com os usuários dos serviços, atendendo suas demandas e tentando de melhor forma ser resolutivo no intuito de diminuir o sofrimento que muitas vezes acompanha estas pessoas que buscam acesso aos serviços de saúde, identificando as necessidades, vulnerabilidades e riscos que afetam a população. Diante dessa abrangente importância, a enfermagem se faz norteadora de um processo de cuidado consistente e organizado, protagonista do sistema de saúde. A jornada de 30 horas se trata de uma reivindicação procedente e legitima, e é uma das reivindicações mais antigas da categoria. Aprovar a redução da jornada resultará em impactos positivos na saúde dos profissionais de enfermagem e na redução do desgaste profissional. Assim como, a valorização dos profissionais de enfermagem da Estratégia Saúde da Família, que continuarão exercendo suas atividades, numa jornada de 40 horas semanais, como preconizado pelo Ministério da Saúde. Porém, o impacto maior será na melhoria da qualidade da assistência à saúde da população miracemense. A enfermagem está presente no município em diversos setores, como por exemplo: CAPS, Posto de Saúde Dr. Irineu Sodré, Pronto Socorro, (CASM), Centro de Imunização e Atendimento à Criança, 8 unidades de ESF, setor de 1ST/AIDS, Hiperdia, Agencia transfusional, Programa de Tabagismo. Destacou que a importância da enfermagem vai além do nosso entendimento. Muitas vezes temos nossa profissão pouco valorizada, mas devemos passar por cima e seguir em frente, somente fazer o que nos propusemos: especializar, criar, cuidar, buscar sempre mais e colher bons frutos. Como o que está sendo colhido hoje nesta casa. Obrigada a todos que entenderam a

importância da valorização de toda uma classe. Hoje estamos fazendo história. Gostaríamos de agradecer primeiramente à Deus, só com Ele todas as coisas são possíveis. Agradecemos ao Prefeito Clóvis Tostes, por apoiar e estar do nosso lado nesse momento, ao vereador Maurício Vô por acreditar que esse projeto pudesse acontecer; aos Vereadores que desde a leitura do projeto se mostraram positivos e entenderam a importância das 30 horas para nossa categoria. Agradecemos também aos doutores Rodrigo Vieira, auditor e Adriano Daibes, Controlador Geral do Município, pois seu apoio técnico foi fundamental: Agradecer as enfermeiras Tonnya e Joelsa, que assim como eu, desde o início buscaram a realização deste projeto, e para finalizar, agradecer a todos os colegas de trabalho que acreditaram que esse sonho e direito fosse reconhecido. Continuando com o tempo destinado à Tribuna Livre, também inscrito o Sr. Saulo, Conselheiro do COREN, para falar sobre o Projeto de Lei que Regulamenta a Carga Horária dos Cargos e Enfermagem. Com a palavra, após cumprimentar todos os presentes, a Sr. Saulo disse que a luta pela regulamentação das 30 horas é antiga. A P.L. 2.295/2000 está na câmara dos deputados esperando para entrar na pauta de votação, sendo que esteve na pauta em 2012, mas sem quórum para ser votada, em 16/04/2019 teve uma Audiência Pública com a iniciativa do Deputado Frei Anastacio e da Deputada Erica Rocai e foi criada duas frentes parlamentares em prol das PLS no congresso, que tem como Presidente o Deputado Federal Mauro Naziff. No Estado do Rio de Janeiro, foi sancionada, em 2012, a Lei Estadual proposta pela Deputada Enfermeira Rejane, estabelecendo as 30h. Esclareceu que diante da demora do Congresso Nacional em aprovar a Lei Federal a regulamentação da jornada já está aprovada em mais de 100 municípios e 10 estados, em virtude da demora de tramitação na Câmara dos Deputados. A enfermagem, que, além dos enfermeiros, engloba os técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e obstetrizes, é a segunda categoria com maior número de profissionais no Brasil, chegando a 2.216,184. Porém, ser a segunda maior categoria do Brasil, atrás apenas de metalúrgica. A enfermagem sofre com desgaste, doenças, estresse, má remuneração e jornada dupla e tripla de trabalho. A enfermagem trata-se de um trabalho essencial a vida humana e que está presente na quase totalidade das instituições que prestam assistência de saúde, sendo que, na rede hospitalar, está presente nas 24 horas de todos os 365 dias do ano. Destacou que a jornada de 30

horas não é privilégio nem corporativismo a enfermagem é uma profissão que precisa de condições especiais para uma prática segura, garantindo a segurança do paciente e do profissional. O hospital é um ambiente em que a enfermagem fica exposta a riscos biológicos e químicos, sofre forte carga emocional e física, atua em horários atípicos, com longas jornadas de trabalho, insuficiência de funcionários, carência de materiais e equipamentos muitas vezes com baixos salários, sem autonomia e motivação. Muitos profissionais estão sobrecarregados, com excesso de responsabilidade e a sobrecarga é a principal causa de stress, além de ser uma das maiores causas de depressão crônica entre profissionais da categoria e do abandono da carreira. Defender as 30 horas é defender mais qualidade de vida para o trabalhador da saúde e, consequentemente, mais qualidade no atendimento direto a população. Estamos falando de segurança do paciente, pois a regulamentação das 30 horas de trabalho para enfermagem significa segurança de qualidade, além de moralmente requerida, é mais econômica, pois evita danos e reduz ações judiciais contra os serviços de saúde. Instituições públicas e privadas passarão a gastar menos com as faltas ao trabalho por adoecimento dos profissionais de enfermagem. Os profissionais de enfermagem são essenciais na organização e funcionamento de todos os serviços de saúde, públicos ou privados, e não recebem o tratamento que merecem, muito deles tem que se desdobrar em mais de um turno de trabalho por 24 horas ininterruptas e são submetidos a jornadas desumanas no Estado do Rio de Janeiro chegamos a 281.212 profissionais de enfermagem. A jornada de 30 horas para enfermagem também é uma questão de justiça pois muitos outros profissionais de saúde já obtiveram jornada regulamentada. Não é justo que médicos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e assistente sociais tenham uma jornada de 30 horas e enfermagem continuem com essa carga horária massacrante. Vale ressaltar que os trabalhos das profissões com jornada regulamentada não possuem as mesmas características do trabalho da enfermagem, que é marcado pela presença continua e ininterrupta na prestação de cuidados diretos aos pacientes usuários dos serviços. O Vereador Hugo Fernandes disse que sabe a emoção do Vereador Maurício, pois viu sua angustia e sua luta que o Projeto chegasse nesse momento, destacando que o Vereador Maurício possui 4 mandatos consecutivos, assim o parabeniza pela forma com que ele vem conduzindo seu trabalho de vereador. Por fim,

destacou que é muito importante a união dos Vereadores com o Poder Executivo, pois já chegaram diversos projetos beneficiando a população de Miracema nesta Casa Legislativa. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Regulamenta no âmbito do Poder Executivo Municipal, a carga horária dos cargos de enfermagem, dispõe sobre a Estratégia Saúde da Família e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes solicitou que o projeto fosse votado em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares, após cumprimentar todos os presentes, disse que primeiramente gostaria de agradecer a presencia de todos vocês, pois sabe que muitos deixaram seus afazeres para estarem aqui somando forças, neste momento que, para mim, se constitui de grande importância, quando oficialmente me são conferido a chave desse grandioso e relevante projeto. Este que doravante permeará os lares de aproximadamente 30 mil habitantes. Todos nós sabemos o quão importante é o setor de saúde para nossa população, sendo para a maioria a única alternativa para consultas, exames e tratamento de suas respectivas enfermidades e talvez a única atenção. Destacou que o Projeto está pautado na integridade, na legalidade e principalmente na constitucionalidade. Acrescentou que é com grande alegria que esta Casa votará o Projeto de Lei que começou em 2014, quando foi criado por Decreto a gratificação dos enfermeiros que coordenam as Unidades de Saúde - PSF. No início do atual governo, em 2017, foi verificada a fragilidade da norma que criou a gratificação e eu fui procurado por um grupo de enfermeiros para tentar buscar a solução, que é regulamentar por meio de lei a gratificação. Desde então, sempre batalhei e busquei, com apoio do Prefeito Clóvis, resolver a situação da gratificação. É sabido que o Município, em 2017 foi entregue à atual gestão com muitas dívidas e vários problemas a serem resolvidos, mas, mesmo diante de todas as dificuldades encontradas, chega o momento tão aguardado pelas nossas guerreiras e guerreiros da enfermagem. Nesse ano de 2019, eu, Maurício Vô enviei ao Prefeito uma indicação de Projeto de Lei que contemplava não só a gratificação de enfermeiro do PSF, mas também a regulamentação da carga horária de 30 horas para os cargos de enfermeiro, técnico e auxiliar de enfermagem. Após o envio, acompanhei de perto o andamento da indicação na Prefeitura e realizei várias reuniões com servidores envolvidos e o

Prefeito. Daí nasceu o Projeto de Lei n° 32/2019, elaborado pela Procuradoria do Município, e encaminhado a esta Casa. Durante esta longa jornada, foram muitos momentos de incertezas e desafios, mas sempre confiante em Deus e com o apoio do Prefeito e de outros funcionários da Prefeitura, merecendo um agradecimento especial o Doutor Rodrigo Moreira, auditor do Controle Interno. Informou que encaminhou um ofício no dia 19 de setembro com a minuta do Projeto de Lei para o Prefeito Municipal, destacando que foram feitos os trâmites legais do projeto dentro da Prefeitura e no dia 24 de outubro solicitou a adequação da Lei Orçamentária de acordo com a nova carga horária dos profissionais de enfermagem, sendo que o Prefeito atendeu seu pedido imediatamente. Por fim, disse que o Projeto, na íntegra, possui aproximadamente oitenta itens, entre artigos, parágrafos e incisos, por isso, fez a leitura de um resumo do projeto para que todos possam entender melhor seu conteúdo. Acredita que vamos atender essa classe que tanto faz por nossos munícipes. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou todos os Vereadores, pois somos 11 pessoas diferentes e sempre trabalhamos com um objetivo em comum, que é a favor do Município e dos Servidores Públicos. Parabenizou o Prefeito Municipal, pela valorização das diversas classes de funcionários que vem ocorrendo durante o atual governo. Esclareceu que a Comissão discutiu bastante para que o Projeto chegasse nesse momento e pudesse ser votado com tranquilidade, destacando que o Projeto está dentro da legalidade e podemos votar com segurança, pois uma lei específica pode regulamentar uma classe de trabalhadores. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que alguns artigos apresentavam uma escrita que poderia causar dupla interpretação, o que afetaria diretamente o impacto orçamentário-financeiro previsto. Além do apontamento anterior, observou-se que alguns artigos também poderiam receber um aprimoramento do texto, deixando claro o direito do servidor abrangido pelo projeto. Dessa forma, após a leitura atenta do referido projeto apresentado a esta Casa Legislativa, buscando melhorar o texto e evitar quaisquer dúvidas posteriores, e ainda, considerando que cabe ao Poder Legislativo prover a melhor interpretação e redação às leis, a Comissão de Finanças, Orçamento, Obras, Patrimônio e Serviços Públicos elaborou algumas emendas. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que as alterações propostas ao art. 1° foram elaboradas para que não houvesse qualquer dúvida sobre quais servidores estariam respaldados pela nova lei. Assim, o

inciso II do art. 1º foi reescrito e o parágrafo único foi suprimido, visto que com a alteração da redação do inciso II não mais havia necessidade de se manter o referido parágrafo. Acrescentou que a alteração da redação do art. 4º melhorou a interpretação da carga horária do plantonista 24x72, bem como suprimiu a opção de plantão 12x36, visto que este plantão não é mais usado pela Administração Pública Municipal e por entender que é um plantão com um intervalo de descanso entre jornadas muito curto, acarretando um desgaste maior dos servidores. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que a redação do §5º do art. 5º do projeto merece alteração para que fique claro quais servidores terão direito à gratificação de regime especial de jornada de trabalho. No ensejo, foi feita uma pequena correção na redação do §7º, também do art. 5º, visto que o texto original não usou a abreviatura da gratificação correta. Esclareceu que a alteração da redação do art. 7º se faz necessária considerando as características da gratificação criada e as garantias constitucionais e infraconstitucionais, em especial as dedicadas às mulheres. Ao deparar-me com a redação original do projeto, verifiquei que a manutenção do texto poderia trazer prejuízos financeiros aos servidores, em especial às mulheres, pois, a título de exemplo, não contemplava o pagamento da gratificação em caso de licença maternidade. Desta forma, como representante do povo e intérprete original das leis, cabe a esta Casa corrigir a redação do art. 7º, de forma que atenda aos anseios dos servidores envolvidos, garantindo direitos essenciais. Foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Modificativa:** Dê-se ao inciso II, do art. 1º do Projeto de Lei nº 32/2019, de 25 de outubro de 2019, a seguinte redação: Art. 1º - ... II– O regime especial de jornada de trabalho previsto no caput deste artigo abrange os ocupantes dos cargos de enfermagem lotados nas Unidades de Estratégia Saúde da Família, que farão 40 (quarenta) horas semanais, e os servidores referidos no art. 4º desta Lei. Autoria: Comissão de Finanças, Orçamento, Obras, Patrimônio e Serviços Públicos. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Supressiva:** Fica suprimido o parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei nº 32/2019, de 25 de outubro de 2019. Autoria: Comissão de Finanças, Orçamento, Obras, Patrimônio e Serviços Públicos. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **c) Emenda Substitutiva:** Fica substituído, integralmente, o texto do art. 4º do Projeto de Lei nº 32/2019, de 25 de outubro de 2019, passando a ter a seguinte

redação: Art. 4º - O servidor ocupante do cargo de enfermagem que exercer plantão de 24 (vinte e quatro) horas, terá direito a descanso entre jornadas de 72 (setenta e duas) horas, com dois descansos intrajornadas de pelo menos 90 (noventa) minutos. § 1º - A designação dos plantonistas será publicada por portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal, cabendo à chefia imediata a definição da escala de plantões, respeitada esta lei. § 2º - Os servidores abrangidos por este artigo só terão direito ao pagamento de hora extraordinária quando ultrapassada a carga horária semanal da jornada prevista no caput. Autoria: Comissão de Finanças, Orçamento, Obras, Patrimônio e Serviços Públicos. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **d) Emenda Modificativa:** Dê-se ao §5º e ao §7º do art. 5º do Projeto de Lei nº 32/2019, de 25 de outubro de 2019, a seguinte redação: Art. 5º - ... § 5º– A gratificação prevista neste artigo será devida ao servidores ocupantes dos cargos de enfermagem que exerçam, efetivamente, 40 (quarenta horas) semanais no desempenho de suas atividades nas equipes da Estratégia Saúde da Família, bem como aos que exerçam plantão na forma do art. 4º desta Lei.... § 7º – A gratificação J.E.T. somente não é acumulável com adicional ou gratificação de produtividade, devendo o servidor fazer opção. Autoria: Comissão de Finanças, Orçamento, Obras, Patrimônio e Serviços Públicos. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. **e) Emenda Substitutiva:** Fica substituído, integralmente, o texto do art. 7º do Projeto de Lei nº 32/2019, de 25 de outubro de 2019, passando a ter a seguinte redação: Art. 7º - Farão jus ao recebimento da gratificação J.E.T. os servidores municipais previstos nesta Lei que estejam no efetivo exercício das referidas atribuições, observado o previsto abaixo. § 1º - Considera-se efetivo exercício, para efeito deste artigo, os afastamentos em virtude de: I – Férias; II – Casamento; III – Falecimento do cônjuge, pais, filhos, irmãos, avós e sogros; IV - Júri e outros serviços obrigatórios por Lei; V - Licença à funcionária gestante; VI – Licença paternidade. VII - Licença ao funcionário acidentado em serviço; VIII - Licença médica para tratamento da própria saúde, limitado a 15 (quinze) dias por ano calendário. § 2º- A gratificação J.E.T. possui caráter salarial para efeitos de pagamento de férias, décimo terceiro e os afastamentos previstos no §1º deste artigo, não podendo ser utilizada como base de cálculo para outras vantagens. Autoria: Comissão de Finanças, Orçamento, Obras, Patrimônio e Serviços Públicos. Em votação a referida Emenda foi aprovada por

unanimidade. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.864, de 28 de novembro de 2019. O Prefeito de Miracema faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei. Art. 1º. Ficam estabelecidos no âmbito municipal os regimes básico e especial de jornada de trabalho dos cargos de enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem da seguinte forma: I – A duração do trabalho normal dos respectivos servidores corresponde a 30 (trinta) horas semanais, ressalvados os casos de Regime Especial de Jornada previstos nesta Lei. II – O regime especial de jornada de trabalho previsto no caput deste artigo abrange os ocupantes dos cargos de enfermagem lotados nas Unidades de Estratégia Saúde da Família, que farão 40 (quarenta) horas semanais, e os servidores referidos no art. 4º desta Lei. Art. 2º. São atribuições dos profissionais pertencentes à Estratégia da Saúde da Família, sem prejuízo de outras previstas em normativo Federal e/ou Estadual, as seguintes: I - participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades; II - manter atualizado o cadastramento das famílias e dos indivíduos no sistema de informação indicado pelo gestor municipal e utilizar, de forma sistemática, os dados para a análise da situação de saúde considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; III - realizar o cuidado da saúde da população adstrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, e quando necessário no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros); IV - realizar ações de atenção a saúde conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; V - garantir da atenção a saúde buscando a integralidade por meio da realização de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de agravos; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas, coletivas e de vigilância à saúde; VI - participar do acolhimento dos usuários realizando a escuta qualificada das necessidades de saúde, procedendo a primeira avaliação (classificação de risco, avaliação de vulnerabilidade, coleta de informações e sinais clínicos) e identificação das necessidades de intervenções de cuidado, proporcionando

atendimento humanizado, se responsabilizando pela continuidade da atenção e viabilizando o estabelecimento do vínculo; VII - realizar busca ativa e notificar doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; VIII - responsabilizar-se pela população adstrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros pontos de atenção do sistema de saúde; IX - praticar cuidado familiar e dirigido a coletividades e grupos sociais que visa propor intervenções que influenciem os processos de saúde doença dos indivíduos, das famílias, coletividades e da própria comunidade; X - realizar reuniões de equipes a fim de discutir em conjunto o planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; XI - acompanhar e avaliar sistematicamente as ações implementadas, visando à readequação do processo de trabalho; XII - garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação na atenção básica; XIII - realizar trabalho interdisciplinar e em equipe, integrando áreas técnicas e profissionais de diferentes formações; XIV - realizar ações de educação em saúde a população adstrita, conforme planejamento da equipe; XV - participar das atividades de educação permanente; XVI - promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social; XVII - identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais; e XVIII - realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais. XIX - realizar ações e atividades de educação sobre o manejo ambiental, incluindo ações de combate a vetores, especialmente em casos de surtos e epidemias; XX - orientar a população de maneira geral e a comunidade em específico sobre sintomas, riscos e agente transmissor de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva; XXI - mobilizar a comunidade para desenvolver medidas de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores; XXII- discutir e planejar de modo articulado e integrado com as equipes de vigilância ações de controle vetorial; XXIII - encaminhar os casos identificados como de risco epidemiológico e ambiental para as equipes de endemias quando não for possível ação sobre o controle de vetores. Art. 3º. São atribuições específicas dos enfermeiros ESF, sem prejuízo de outras previstas na Legislação de Miracema, do Estado do Rio de Janeiro e em Legislação Federal: I - Realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias vinculadas às equipes e, quando indicado ou necessário, no

domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outras), em todos os ciclos de vida; II - Realizar e/ou supervisionar acolhimento com escuta qualificada e classificação de risco, de acordo com protocolos estabelecidos; III - Realizar atividades em grupo e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços, conforme fluxo estabelecido pela rede local; IV - Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos técnicos/auxiliares de enfermagem, ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe; V - Supervisionar as ações do técnico/auxiliar de enfermagem e ACS; Parágrafo Único – Os profissionais descritos neste artigo deverão zelar pelo bom andamento e funcionamento dos serviços nas USF's, e ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência, por escrito, ao Secretário Municipal de Saúde ou ao Prefeito Municipal de Miracema, sob pena de responsabilidade solidária. Art. 4º - O servidor ocupante do cargo de enfermagem que exercer plantão de 24 (vinte e quatro) horas, terá direito a descanso entre jornadas de 72 (setenta e duas) horas, com dois descansos intrajornadas de pelo menos 90 (noventa) minutos. § 1º - A designação dos plantonistas será publicada por portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal, cabendo à chefia imediata a definição da escala de plantões, respeitada esta Lei. § 2º - Os servidores abrangidos por este artigo só terão direito ao pagamento de hora extraordinária quando ultrapassada a carga horária semanal da jornada prevista no caput. Art. 5º. Ao servidor que cumprir o regime especial de jornada de trabalho será devida a Gratificação de Jornada Especial de Trabalho (J.E.T.),de caráter compensatório, conforme segue:I - aos enfermeiros o J.E.T. corresponderá a 1/3 (um terço) do valor do padrão de vencimento P-34; II - aos técnicos de enfermagem o J.E.T. corresponderá a 1/3 do valor do padrão de vencimento P-22; III - aos auxiliares de enfermagem o J.E.T. corresponderá a 1/3 do valor do padrão de vencimento P-15. § 1º - O servidor que deixar, por duas ou mais vezes dentro de um período de um mês, de comparecer aos plantões ou de cumprir as quarenta horas por semana, independentemente de falta justificada ou não, perderá o respectivo adicional, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. § 2º - O interstício de um mês referido no parágrafo anterior corresponderá ao período de apuração mensal da frequência do servidor. § 3º - O plantão poderá ser realizado em qualquer dia da semana, inclusive sábado, domingo e feriado. § 4º - A escala de trabalho dos plantonistas será suprida

na íntegra pelo J.E.T. § 5º– A gratificação prevista neste artigo será devida ao servidores ocupantes dos cargos de enfermagem que exerçam, efetivamente, 40 (quarenta horas) semanais no desempenho de suas atividades nas equipes da Estratégia Saúde da Família, bem como aos que exerçam plantão na forma do art. 4º desta Lei. § 6º - A lotação nas UESF's será feita, preferencialmente, pelos servidores concursados para os cargos de estratégia saúde da família (ESF), antigo programa saúde da família (PSF). § 7º– A gratificação J.E.T. somente não é acumulável com adicional ou gratificação de produtividade, devendo o servidor fazer opção. Art. 6º.Os servidores ocupantes dos cargos de enfermeiro que estejam efetivamente desempenhando suas atividades nas equipes das Unidades da Estratégia Saúde da Família, além da gratificação prevista no parágrafo anterior, farão jus a um "Adicional da Estratégia Saúde da Família–AESF", por exercerem atividades específicas previstas em normas Federais, inclusive a de supervisionar as ações do técnico/auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde. §1º-O AESF previsto neste artigo corresponde ao valor de R$ 600,00 (seiscentos reais). §2º-Findada a Adesão ao Programa Federal de Estratégia da Saúde da Família, fica automaticamente extinto o AESF. §3º-O A.E.S.F. ocorre em razão de desempenho e está desvinculado do reajuste dos vencimentos dos servidores, uma vez que tem fins indenizatórios/compensatórios, cujos valores não são incorporáveis à remuneração, não podendo ser utilizado como base de cálculo para outras vantagens, nem mesmo para fins previdenciários ou tributários. §4º - Fica extinto o Decreto Municipal nº 69/2014. Art.7º- Farão jus ao recebimento da gratificação J.E.T. os servidores municipais previstos nesta Lei que estejam no efetivo exercício das referidas atribuições, observado o previsto abaixo. §1º- Considera-se efetivo exercício, para efeito deste artigo, os afastamentos em virtude de: I–Férias; II– Casamento; III–Falecimento do cônjuge, pais, filhos, irmãos, avós e sogros; IV- Júri e outros serviços obrigatórios por Lei; V- Licença à funcionária gestante; VI– Licença paternidade. VII-Licença ao funcionário acidentado em serviço; VIII- Licença médica para tratamento da própria saúde, limitado a 15 (quinze) dias por ano calendário. § 2º- A gratificação J.E.T. possui caráter salarial para efeitos de pagamento de férias, décimo terceiro e os afastamentos previstos no §1º deste artigo, não podendo ser utilizada como base de cálculo para outras vantagens. Art. 8º. Os servidores tratados por esta Lei que

deixarem de exercer as atividades nas equipes de Estratégia Saúde da Família ou deixarem de exercer o regime especial de jornada de trabalho deixarão de perceber a J.E.T. e A.E.S.F. Art. 9º.As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias previstas no orçamento, que poderão ser suplementadas, caso necessário. Art.10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2020, revogadas as disposições contrárias. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 02/12/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 28 de novembro de 2019.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e oitenta e quatro da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva e Marcus Felipe Mercante Linhares,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Maria Alessandra Leite Freire, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Carlos Magno da Silva Peres, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 101, Versículos de 06 à 08. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 26 de agosto de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 014/2019/FEEPAERJ da Federação de Ecos Passarinheiros do Estado do Rio de Janeiro; 02) Ofício PMM/SMCT nº 010/2019 da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; 03) Ofício nº 189/2019 do Gabinete do Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 018/2019; 04) Ofício nº 15/2019 da Secretaria Municipal de Fazenda; 05) Ofício nº 16/2019 da Secretaria Municipal de Fazenda; 06) Ofício nº 17/2019 da Secretaria Municipal de Fazenda. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Empresa Souza e Peres e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa uma cópia da folha de pagamento dos funcionários vinculados à Prefeitura de Miracema, referente aos últimos três meses, bem como que seja informado o número de funcionários e seus respectivos cargos. Solicitamos, ainda que seja encaminhada cópia dos documentos dos dois caminhões que estão sendo utilizados para atender o Município de Miracema. Aprovado. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Secretaria Municipal de Fazenda e à Secretaria Municipal de

Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa a cópia dos três últimos comprovantes de pagamento à empresa Souza e Peres. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o reparo de aproximadamente 15 metros de meio fio na Rua Ailton Zacarias, tendo em vista que toda a água que desce da parte alta está caindo na mencionada rua e nas ruas João Rosa Damasceno e Lucas Damasceno, causando muito barro. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizada uma intervenção junto ao Governador do Estado com o objetivo de que fosse cedido para o Município aproximadamente 5 metros do pátio do DER em Miracema, com a finalidade de construir uma rua que ligue o Bairro Pedrada favorecendo os munícipes. Deferido. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal - Estamos encaminhando em anexo cópia de correspondência da Sra. Lia Márcia de Paula Bruno, enviada a Comissão de Meio Ambiente deste Legislativo, a fim de que tome a devida ciência e encaminhe posteriormente para a referida Comissão, explicações referente ao questionamento de nº 1. ➔ Miracema já tem parte dos esgotos conectados e a usina de tratamento de esgoto parece pronta para funcionar. Falta correr atrás e colocar para funcionar. Quem? A Secretaria de Obras tem o Engenheiro Sanitarista competente. Falta pessoal? Parceria Público/Privada! CEDAE. Na oportunidade, informamos que a Comissão do Meio Ambiente, está disponível para qualquer auxílio no que for preciso e sugerimos a busca de parcerias público privadas para que se alcance o funcionamento do mesmo, inclusive com agendamento de reuniões com a presença de ONGs ambientais de nossa região. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Estamos encaminhando em anexo cópia de correspondência da Sra. Lia Márcia de Paula Bruno, enviada a Comissão de Meio Ambiente deste Legislativo, a fim de que tome a devida ciência e encaminhe posteriormente para a referida Comissão, explicações referente aos questionamentos. Na oportunidade, informamos que a Comissão do Meio Ambiente, está disponível para qualquer auxílio no que for preciso e sugerimos a busca de parcerias público privadas para que se alcance o funcionamento do mesmo, inclusive com agendamento de reuniões com a presença de ONGs ambientais de nossa região. Deferido. 07) Vereador Genessi Rodrigues da

Silva - À COOPCREM - Estamos encaminhando em anexo cópia de correspondência da Sra. Lia Márcia de Paula Bruno, enviada a Comissão de Meio Ambiente deste Legislativo, a fim de que tome a devida ciência e encaminhe posteriormente para a referida Comissão, explicações referente aos questionamentos. Na oportunidade, informamos que a Comissão do Meio Ambiente, está disponível para qualquer auxílio no que for preciso e sugerimos a busca de parcerias público privadas para que se alcance o funcionamento do mesmo, inclusive com agendamento de reuniões com a presença de ONGs ambientais de nossa região. Deferido. 08) O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Aplausos para a COOPCREM, os parabenizando pelo excelente trabalho que eles vêm realizando no Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - Ao Banco Itaú - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que realize a instalação de um Caixa 24 horas na Rodoviária de Miracema para atender os munícipes e visitantes. Aprovado. 10) Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares em conjunto com o Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Deputado Estadual Jair Bittencourt - Solicitação no sentido de que interceda junto à ALERJ para que sejam realizados repasses de recursos à Prefeitura Municipal de Miracema e ao Hospital de Miracema, tendo em vista que estamos enfrentando uma situação financeira muito delicada. Aprovado. 11) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja instalada uma rede de esgotos no Sítio Pernambuco, pois a população vem sofrendo com a falta da referida rede. Deferido. 12) Vereador José Augusto Martins - À Agência dos Correios - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa qual o motivo de que não são realizadas entregas de correspondências em alguns logradouros, tal como a Rua Estorgilda Dias Sentineli, no Bairro Santa Tereza. Aprovado. 13) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Planejamento - Solicitação no sentido de que seja inserido no Orçamento 2020 o reajuste das diárias dos motoristas do Poder Executivo, visando fazer justiça principalmente aos Motoristas da Secretaria de Saúde. Nos deslocamentos superiores a 150 km de distância da sede o valor de R$ 100,00 (cem reais); Nos deslocamentos inferiores a 150 km de distância da sede o valor de R$ 50,00 (cinquenta reais); Nos demais casos superior a 40 km e inferior a 60 km de distância da sede o valor de R$ 40,00 (quarenta reais). 14) Vereador Hugo Fernandes

- À Secretaria Municipal de Planejamento - Solicitação no sentido de que seja inserido no Orçamento 2020 o reajuste dos Servidores da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, conforme Projeto de Lei em elaboração pela Controladoria Geral. 15) Vereador Hugo Fernandes, em conjunto com o Vereador Carlos Magno da Silva Peres - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o plantio de árvores frutíferas no Mirante, visando atrair várias espécies de animais, principalmente Micos que estão por toda parte na zona urbana. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: O Vereador Hugo Fernandes solicitou que os dois projetos de lei fossem votado em primeira e única votação, o que foi aprovado por unanimidade. **01)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Prefeito Municipal. O vereador Hugo Fernandes solicitou que fosse corrigida a redação,do artigo 2º, assim onde lia-se "Itaperuna" passará ser "Miracema", o que foi aprovado por unanimidade. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares destacou que estes Créditos Adicionais são frutos do constante trabalho do Prefeito Municipal, com suas viagens à Brasília em busca de emendas para o Município. Destacou que esses recursos serão utilizados para a construção de banheiros sociais em residências que não possuem e a para a construção de encostas. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Prefeito Municipal pela busca constante de emendas, pois sabemos da importância do crédito adicional para Miracema, sendo que existem alguns lugares que precisam das encostas para evitar acidentes. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.842, de 29 de agosto de 2019. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Realização de Obras de Contenção de Encostas, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.07 - Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte. Função: 15 – Urbanismo. Subfunção: 451 – Infra-Estrutura Urbana. Programa: 01218 – Execução de Obras Públicas - Sec. Munic.Obras e Urbanismo.

Ação: 1.185 - Obras e Reformas de Infra-Estrutura Municipal. Produto: Obras e Reformas Concluídas. Metas Físicas: 01 Unidade. Valor: R$ 408.676,11 (quatrocentos e oito mil, seiscentos e setenta e seis reais e onze centavos). Art. 2° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial advirá da Proposta de Convênio Nº 846328/2017, firmado entre Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 408.676,11(quatrocentos e oito mil, seiscentos e setenta e seis reais e onze centavos), em conformidade com o disposto no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, e conforme demonstrado no art 1º desta Lei. Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - O presente Programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **02)** Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Aimoré da Silva Almeida acredita que esse Projeto seja a respeito da Empresa JRN, pois eles já recomeçaram a trabalhar em Miracema, dessa forma, espera que o serviço seja realizado de forma séria, pois já foram gastos aproximadamente vinte e quatro milhões de reais e as obras pararam em novembro do ano passado e não foi concluída. O Vereador Hugo Fernandes destacou que esse Projeto diz respeito a construção de banheiros sociais. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que concorda com as palavras do Vereadora Aimoré sobre a Empresa JRN, mas esse projeto é sobre a construção de banheiros sociais em residências. O Vereador Aimoré da Silva Almeida pede desculpas e disse que estava pensando em outro projeto. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.843, de 29 de agosto de 2019. O Prefeito Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Câmara Municipal de Miracema aprova e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei: Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando a Construção

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

e/ou Remodelação de Sistema de Esgotamento Sanitário, conforme descrito a seguir: Unidade Orçamentária: 02.07 - Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte. Função: 17 – Saneamento. Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano. Programa: 0218 – Execução de Obras Públicas - Sec. Munic.Obras e Urbanismo. Ação: 1.019 - Construção e/ou Remodelação de Sistema de Esgotamento Sanitário. Produto: Construção Concluída. Metas Físicas: 01 Unidade. Valor: R$ 382.686,60 (trezentos e oitenta e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos). Art. 2° - A fonte de recursos para o referido Crédito Adicional Especial advirá da Proposta de Convênio Nº 094864/2017, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e a Prefeitura Municipal de Miracema, sendo o repasse no valor de R$ 382.686,60(trezentos e oitenta e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos), em conformidade com o disposto no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal n° 4.320/64 e conforme demonstrado no art. 1º desta Lei. Art. 3° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art.42 da Lei Federal nº 4.320/64. Art. 4° - O presente Programa e sua ação ficam neste ato aditados ao Plano Plurianual, A Lei de Diretrizes Orçamentárias e á Lei Orçamentária Anual. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que a Empresa JRN já fez alguns serviços em Miracema e deixaram algumas falhas, assim parecer que na terça feira eles retornaram aos serviços e estão corrigindo essas falhas. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que depois das obras da Empresa JRN finalizadas, o Município vai precisar fazer uma licitação referente aos serviços de tratamento do esgotos. Dessa forma, ao observar outros Municípios, percebeu que Miracema precisa ter a sorte de ter a mesma empresa fornecendo água para o Município e tratando o esgoto, assim é interessante que uma empresa realize os dois serviços. Por fim, disse as obras causaram um desgaste muito grande no Município e espera que possamos colher os benefícios no futuro. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 02/09/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para

constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2019.

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cem, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Genessi Rodrigues da Silva. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gideão Duarte Gonçalves, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: João, Capítulo 14, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Convite da Loja Maçônica Libertas II para o 7º

Encontro de Maçons e Amigos – 2014, que será realizado no dia 08 de junho de 2014; 02) Ofício 0910/2014 – GEDIS – DR/RJ dos Correios respondendo ofício nº 0124/2014. O Vereador Hugo Fernandes solicitou cópia deste ofício; 03) Ofício GAB/CMDO-GERAL nº 658/2013 da Secretaria de Estado de Defesa Civil. Os Vereadores Genessi Rodrigues da Silva e Fabrício de Sá Xavier solicitaram cópia deste ofício; 04) Ofício Circular/RES/Nº 01/2014 comunicando os novos membros da Mesa Diretora de Mangaratiba; 05) Comunicado Nº CM106388/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Ministério da Educação; 06) Convite da Sessão Solene para a entrega de Títulos de Cidadania Italvense e Honra ao Mérito em comemoração ao aniversário do Município de Italva. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Diretor da Diretoria de Operação, Monitoramento e Controle de Trânsito do DER-RJ, Sr. José Hylen Gomes Ney - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a sinalização, vertical e horizontal, da estrada RJ 200 que liga Miracema-RJ à divisa de Palma-MG, tendo em vista que a falta de sinalização da referida estrada está gerando risco para os motoristas que ali trafegam. Aprovado. 02) Vereador Gideão Duarte Gonçalves, em conjunto com o Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o calçamento da Rua Projetada que se inicia na Avenida Nilo Peçanha e vai em direção a residência do Sr. Agnaldo, da Sra. Magda e do Sr. Hugo de Souza, entre outros, destacando que o loteamento é conhecido como Bela Vista. Deferido. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei que Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Miracema, para o exercício financeiro de 2015. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo solicitou que para que fosse encaminhado um convite para a Procuradora do Município comparecer nesta Casa Legislativa com o objetivo de esclarecer sobre os procedimentos adotados em relação às eleições dos Conselheiros Tutelares.

Deferido. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que fez um requerimento na segunda passada ao HEMORREDE, porém como havia enviado seus questionamentos por e-mail, já obteve a resposta do referido requerimento. Dessa maneira, vai fazer contado com a Secretaria Municipal de Saúde para tentar providenciar as pendências mencionadas no ofício. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que o próprio HEMORIO cria uma dificuldade muito grande para os Municípios, pois é muito difícil encontrar médicos habilitados para exercer a função de responsável pelo Centro Transfusional. O Vereador João Siqueira Magalhães disse que amanhã será uma palestra sobre o Autismo, tema de muita relevância. Continuando, sugeriu que fosse encaminhado um ofício ao Sr. Prefeito Municipal solicitando a prorrogação da data do vencimento do IPTU. Por fim, disse que vai tentar elaborar um perfil sobre o funcionamento da Secretaria Municipal de Promoção Social. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que hoje é a última reunião do Vereador Gideão Duarte Gonçalves, assim gostaria de parabenizá-lo por sua atuação em plenário, sempre defendendo os servidores públicos e a população de Miracema, acrescentando que o Vereador Gideão vai fazer falta nesta Casa Legislativa, pois conhece sua competência e de seu conhecimento. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves afirmou que o Sr. Prefeito Municipal vai prorrogar a data de vencimento do IPTU. Continuando, agradeceu o tempo que esteve como Vereador; agradeceu o Vereador Carlos Armando de Azevedo por causa de sua parceria; agradeceu o Sr. Prefeito Municipal por esta oportunidade; agradeceu aos funcionários e todos os assessores desta Casa Legislativa; agradeceu o Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno por algumas palavras ditas no passado; agradeceu todos os Vereadores pela parceria e pela forma com que foi tratado nesta Casa Legislativa, acrescentando que tem muita gratidão com todos os Vereadores. O Vereador Hugo Fernandes destacou a importância do Vereador Gideão nesta Casa Legislativa, esclarecendo que está sempre participando das discussões e reuniões. Agradece ser partidário ao Vereador Gideão Duarte Gonçalves e disse que esta Casa Legislativa estará sempre à disposição. Por fim, o Vereador Gideão Duarte Gonçalves pediu desculpas se por ventura disse ou fez algo que possa ter chateado os Vereadores.

Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 02/06/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 02 de junho de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e vinte e três, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Carlos Armando de Azevedo. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Provérbios 27, Versículo 10. O Vereador Hugo Fernandes colocou em votação a possibilidade da Sessão de quinta-Feira ser antecipada para amanhã, às 19 horas. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acredita que quarta

feira seria melhor. Os demais Vereadores concordaram com a antecipação da Sessão para quinta-feira. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Listagem dos Beneficiados com a individualização do FGTS. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier, Genessi Rodrigues da Silva, Maurício Sant'Ana Soares, Maria José Marques Barros Andrade e Hugo Fernandes solicitaram cópia desta listagem; 02) Ofício Circular Externo / MDS / SNAS / DEFNAS / CGEOF / nº 20/2014 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento do ano de 2015, uma rubrica contemplando as obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes Ruas do Distrito de Paraíso do Tobias: a) Ruas do conjunto habitacional Armando de Azevedo (complemento); b) Rua Projetada (próximo à CEDAE); c) Ruas do Loteamento Pascoto; d) Rua Jair Muniz. Deferido. 02) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento do ano de 2015, uma rubrica contemplando as seguintes obras no Distrito Venda das Flores: a) Calçamento da Rua Sebastião Braga Bastos (complemento); b) Reforma do Estádio Jamil Cardoso; c) Construção de Ponte Seca na Rua Dirceu de Medeiros (período de chuvas, alagamento); d) Reforma do Cemitério, com construção de estacionamento e rampa. Deferido. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento do ano de 2015, uma rubrica contemplando as obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes Ruas do Bairro Pontilhão do Rosa: a) Rua Pedro Santos; b) Ruas Projetadas; c) Rua José Nagler (Esgoto). Deferido. 04) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento do ano de 2015, uma rubrica contemplando a seguinte obra no Bairro Boa Vista: a) Construção de uma ponte que liga a Rua José de Freitas da Silva à Avenida Carvalho (ao lado da E. M. Sônia do Amaral Torres). Deferido. 05) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr.

Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento do ano de 2015, uma rubrica contemplando as obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes Ruas do Bairro Bela Vista (Loteamento Sayonara): a) Rua Margarida Derossi Padilha; b) Rua Osmar Resende; c) Rua José de Souza Ramos; d) Rua José Carlos Moreira Bruno. Deferido. 06) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento do ano de 2015, uma rubrica contemplando as obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes Ruas do Bairro Hospital: a) Rua Marcio Martins Barbosa à Vila Reis (complemento); b) Travessa Benazi Andrade; c) Rua Aristides Barbosa. Deferido. 07) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento do ano de 2015, uma rubrica contemplando as obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes Ruas do Bairro Vale do Cedro: a) Rua Clóvis Tostes; b) Rua Manoel Antônio Pestana; c) Rua Ernesto de Souza. Deferido. 08) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento do ano de 2015, uma rubrica contemplando as obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes Ruas do Bairro Rodagem (loteamento Morro da Fazendinha): a) Rua Sebastião Jacinto; b) Rua Oscar Carneiro Cavalcante; c) Rua João Cândido das Neves; d) Ruas Projetadas. Deferido. 09) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento do ano de 2015, uma rubrica contemplando as obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes Ruas do Bairro Nossa Senhora Aparecida (Córrego Raso): a) Rua Michel Salim; b) Rua Paulo A. Machado; c) Praça Pastor Sebastião A. Gonçalves. Deferido. 10) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento do ano de 2015, uma rubrica contemplando as seguintes obras no Sitio Pernambuco: a) Redes de Esgoto e águas pluviais; b) Asfaltamento ou calçamento da estrada que liga à Fazenda Paiolinho (área habitada). Deferido. 11) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento do ano de 2015, uma rubrica contemplando as obras de calçamento,

rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes Ruas do Bairro Jardim Beverly: a) Rua Rosário Mercante (complemento); b) Rua Astrogilda Dias Sentinelli (complemento); c) Rua Ururay de Mattos Macedo (complemento); d) Rua Flávio Novelino Lobo; e) Rua Manoel F. Oliveira; f) Rua Laílson Sentinelli Marques (complemento); g) Rua Gustavo Benedito Vieira; h) Rua Francisco Poly; i) Rua Antônio Calor; j) Ruas Projetadas. Deferido. 12) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento do ano de 2015, uma rubrica contemplando as obras de calçamento, rede de esgotos e águas pluviais nas seguintes Ruas do Bairro Boa Vista: a) Rua Aurora Bersácula (complemento); b) Rua Edmunteged Bella Delate; c) Rua Rodolfo Alves Rodrigues; d) Rua Benedito Lima; e) Rua José de Freitas da Silva. Deferido. 13) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja inserida no Orçamento do ano de 2015, uma rubrica com o objetivo de que seja realizada a troca do Manilhamento da Rede de Esgotos localizada na Rua Mario Ferreira da Silva na Vila José de Carvalho, tendo em vista que a referida Rede de Esgotos é bastante antiga e vem ficando entupida regularmente. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maria José Marques Barros Gonçalves solicitou Moção de Pesar os familiares do Sr. Robson Tostes, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Abigail Poeys, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Gilson Teixeira Sales agradeceu sua equipe, por ter conseguido inserir recentemente diversas pessoas no mercado de trabalho. O Vereador Hugo Fernandes comentou que está ouvindo comentários sobre uma possível criação e instalação de uma cooperativa na Usina de Reciclagem. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que esteve realizando uma visita na Usina de Lixo e ficou sabendo que a partir do dia 01 de outubro seria instalada uma Cooperativa de Catadores de Lixo na Usina de Reciclagem. Acrescentou que alguns trabalhadores lhe procuraram dizendo que estão sendo pressionados para desistirem de suas verbas trabalhistas que não foram devidamente recolhidas no INSS. Dessa maneira pediu para as pessoas que lhe

procuraram para fornecer os documentos comprobatórios para poder trazer este assunto para a Casa Legislativa, pois busca sempre falar pautado em documentos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo acredita que, por causa das novas regras do INSS, é muito difícil as empresas deixarem de recolher o Fundo de Garantia, pois eles são descontados diretamente da folha de pagamento. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Prefeitura Municipal não vem realizando o recolhimento do Fundo de Garantia em relação aos funcionários contratados. Esclareceu que reiterou os convites aos Secretários para que venham nesta Casa Legislativa para que possam ser esclarecidos alguns pontos sobre a Prefeitura, especialmente em relação à dívida da Prefeitura. O Vereador João Siqueira Magalhães sugeriu que fosse encaminhado um ofício ao INSS, perguntando se os valores estão sendo recolhidos regularmente. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que foi convocado pelo Ministério Público do Trabalho para acabar com a Cooperativa que funcionava na antiga UTIL, assim fica surpreso com esta situação, pois acredita que a Cooperativa não deveria funcionar. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que trouxe este assunto ao Plenário para que os Vereadores pudessem checar estas informações para que os trabalhadores não sejam lesados, por isso vai procurar discutir os assuntos com documentos em mãos, sendo que uma pessoa que trabalha no local lhe disse que uma Cooperativa seria criada. Espera que o trabalho de reciclagem possa manter em condições adequadas, destacando que os Vereadores devem ficar atentos a esta situação, pois as informações devem ser passadas para a população da maneira correta e verdadeira, e não na forma de boatos. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares acredita que os Vereadores devem tomar cuidado com as informações obtidas, pois as Empresas recebem os valores corretos do Município para conseguir cumprir com suas obrigações, sendo que o recolhimento do Fundo de Garantia deve ser obrigação da Empresa. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que seu objetivo é saber se o pagamento da Empresa está em dia e se a Empresa está pagando em dia, pois a Câmara deveria ser sempre a primeira em saber das informações do Município, mostrando o desrespeito por parte do Poder Executivo. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que no caso dos problemas

estarem acontecendo há muito tempo, os funcionários já deveriam ter denunciado há mais tempo, assim o INSS é quem deveria fiscalizar a empresa e não os Vereadores, sendo que o próprio funcionário tem o direito de ir no INSS e denunciar a Empresa. O Vereador Hugo Fernandes disse que a Empresa é obrigado a pagar suas obrigações, sendo que nenhum funcionário consegue brigar com sua Empresa e os Vereadores devem fiscalizar o uso do dinheiro público. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que provavelmente o INSS não responderá o ofício. O Vereador Hugo Fernandes disse que devemos tomar cuidado com as informações e trabalhar apenas com fatos e documentos, sendo que já convidou o Secretário de Fazenda para comparecer nesta Casa Legislativa e prestar as devidas explicações. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que o recolhimento previdenciário não é vinculado ao INSS, e sim ligado à Receita Federal. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o requerimento poderia ser feito diretamente para a Empresa. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que alguns Vereadores já solicitaram a cópia do contrato realizado entre a Prefeitura e a Empresa responsável pelo recolhimento de lixo e não foram atendidos. O Vereador Hugo Fernandes disse que os Vereadores devem se informar e trazer os documentos para o plenário. O Vereador Fabrício de Sá Xavier acredita que os trabalhadores acabam sendo coagidos pelas Empresas, dependendo do pequeno salário que recebem, assim os Vereadores devem trabalhar com informações, porém as respostas dos ofícios não chegam. Os Vereadores Hugo Fernandes e Carlos Magno da Silva Peres solicitaram Moção de Aplausos para o Secretário Municipal de Agricultura, Sr. Leonardo, pelos relevantes serviços prestados a frente da referida Secretaria deste Município. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Aplausos para a Secretária Municipal de Saúde, Sra. Andrea, pela forma com que ela vem conduzindo a referida Secretaria, tratando os munícipes com carinho e atenção. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 30/09/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara

Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 30 de setembro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e oito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Carlos Armando de Azevedo**, brasileiro, separado, residente e domiciliado à Rua Vereador José Pereira Neto, nº 60, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Maurício Sant'Ana Soares. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador João Siqueira Magalhães, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Mateus, Capítulo 13, Versículos 44 e 45. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício SES/UP/IEHE nº 583/2014 do Instituo Estadual de Hematologia "Arthur de Siqueira Cavalcanti" respondendo ofício nº 315/2014; 02) Projeto de Lei que denomina de Diva Petulo da Silva a Unidade Básica de Saúde da

Família que está sendo construída no Bairro Boa Vista de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 03) Ofício PMM/GAB nº 425/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 056/2014; 04) Ofício PMM/GAB nº 426/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 057/2014; 05) Ofício PMM/GAB nº 427/2014 do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhando Projeto de Lei nº 058/2014; 06) Ofício FENORTE/PRES nº 059/2014 da Fundação Estadual Norte Fluminense respondendo ofício nº 0259/2014. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a partir de amanhã a Câmara Municipal ficará de recesso, assim é preciso estabelecer os Vereadores que ficarão de plantão durante o mês de julho. Os Vereadores João Siqueira Magalhães, Carlos Armando de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade e Genessi Rodrigues da Silva se prontificaram a ficar de plantão durante o recesso. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes que existem três projetos de Lei sobre Crédito Adicional Especial para serem votados, por isso gostaria de marcar uma reunião extraordinária para a realização da votação destes Projetos, sendo que a reunião seria realizada no dia 08 de julho, na parte da manhã às 09h. Todos os Vereadores concordaram com a realização da reunião extraordinária. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal - Solicitação no sentido de que seja nomeado um Vereador para me substituir em todas as Comissões em que sou membro. 02) Vereador João Siqueira Magalhães – Reiteração - Ao Presidente do FUNDEB - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa informações sobre a suposta dívida desta instituição com a CAPPS/CAMEDS. Aprovado. 03) Vereador Fabrício de Sá Xavier – Reiteração - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas ao Presidente do FUNDEB e ao Conselho do FUNDEB, no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa, a Prestação de Contas do FUNDEB, referente ao ano de 2013, incluindo cópia da Ata do Conselho aprovando ou não as referidas Contas. Deferido. 04) Vereador Genessi Rodrigues da Silva – Reiteração - Ao Secretário de Trabalho e Renda do Estado, Dr. Sérgio Tavares Romany e ao Gabinete da Deputada Claise Maria - Solicitação no sentido de que seja estudada com carinho a possibilidade de instalar no Município de Miracema a “Casa do Trabalhador”, objetivando qualificar os miracemenses e inseri-los no Mercado de Trabalho.

Aprovado. 05) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação, com vistas ao Departamento de Trânsito do Município, no sentido de que seja pintada uma Faixa de Pedestres na esquina do Bar do Adilson com a Giovana Bazar. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrita a Sra. Darcy Mota para falar sobre a situação dos Agentes de Endemia. Com a palavra, a Sra. Darcy, após cumprimentar todos os presentes esclareceu que atualmente exerce a função de agente de controle de endemias e está lutando pela efetivação de toda a classe, sendo que o Ministério Público vem exigindo que seja realizado um concurso ou processo seletivo para a ocupação destas vagas. Destacou que existe uma Lei Federal estabelecendo o prazo para a realização do concurso ou processo seletivo, sendo que no caso de descumprimento desta Lei os Agentes de Endemia estariam efetivados. Dessa maneira, gostaria que os Vereadores analisassem esta Lei com carinho, pois acredita que o Termo de Ajuste Condita não poderia se sobrepor a uma Lei Federal. Esclareceu que os agentes endêmicos vêm realizando um bom trabalho e não gostariam de ser prejudicados. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que poderia ser feito um requerimento ao Poder Executivo solicitando que seja realizado a análise desta Lei. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que os Vereadores já encaminharam um documento solicitando orientação ao Ministério do Trabalho de Campos, destacando que nenhum Vereador irá se opor a efetivação dos agentes contratados, entretanto eles não possuem a força para fazer com que o Prefeito haja desta forma. Acrescentou que por conta da realização um TAC não cumprido anteriormente o Município de Miracema estaria obrigado a realizar o processo seletivo ou concurso público. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que existe uma Lei Federal estabelecendo que a Administração Municipal possuía um prazo para a realização de um Processo Seletivo, sendo que o não cumprimento deste prazo ocasionaria a efetivação dos agentes já contratados, por isso acredita que a existência de um TAC não pode se sobrepor à uma Lei Federal. A Sra. Darci esclareceu que veio nesta Casa Legislativa solicitar a ajuda dos Vereadores, assim caso não consiga resolver este problema desta maneira vai procurar a via judicial. Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a situação é bastante complexa, destacando que a Câmara Municipal não está se omitindo em ajudar os funcionários, sendo que será encaminhada uma documentação ao Prefeito

solicitando o cumprimento da Lei. A Sra. Darcy esclareceu que diversos funcionários possuem mais de quinze anos trabalhando como agentes de endemias. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno solicitou que fosse encaminhado um ofício urgente ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que envide esforços a fim de que seja cumprida a Legislação Federal que segue em anexo. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que poderia ser encaminhado um ofício ao Ministério Público para que a Legislação Federal seja cumprida. A Sra. Darcy esclareceu, ainda, que atualmente foi fixado o valor dos salários dos agentes de endemia através de Legislação. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo a Conceder Auxílios Financeiros aos Médicos Participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que esta Lei Municipal está apenas regulando a Legislação Federal sobre o assunto, sendo que anteriormente não estava sendo indicada de onde seriam utilizadas as verbas orçamentárias para o custeio. Esclareceu que a Prefeitura Municipal já encaminhou o ofício especificando de onde seria retirado o referido recurso. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que solicitou a designação de dois médicos do Programa Mais Médicos para o Município de Miracema. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.532, de 30 de junho de 2014. A Câmara de Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, APROVA e o Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte Lei: Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a repassar recursos a titulo de auxilio financeiro aos médicos, em atuação no Município de Miracema, participantes do Projeto Mais Médico para o Brasil, instituído pela Lei Federal n° 12.871, de 22 de outubro de 2013, segundo as diretrizes de implementação estabelecidas na Portaria Interministerial nº 1.369/MS de 8 de julho de 2013, destinados à concessão de auxilio moradia e auxilio alimentação conforme critérios estabelecidos na presente Lei. § 1º. Os médicos referidos nesta Lei farão jus aos recursos desde que efetivamente cumpram seus deveres e compromissos assumidos junto ao Município e ao Ministério da Saúde. § 2º. Cabe à Secretaria Municipal de Saúde a análise para concessão ou revogação dos benefícios dispostos no caput deste artigo. Art. 2° Fica estabelecido o auxilio financeiro, de caráter indenizatório, destinado ao custeio de despesas com moradia de ate o valor máximo de R$ 1.500,00

(um mil e quinhentos reais) mensais por médico, limitado por até 07 profissionais, considerando que este é o número de unidades em Estratégia de Saúde da Família, devendo atender ao padrão médio de mercado para locação de imóvel praticado no Município: § 1º Farão jus ao auxílio financeiro para custeio de despesas com moradia estabelecido na presente Lei os médicos que comprovarem a necessidade do repasse do recurso mediante apresentação à Secretaria Municipal de Saúde de contrato de locação de imóvel residencial, devendo o repasse ser equivalente ao valor especificado no contrato de locação e perdurar durante a sua vigência, devendo ainda limitar-se ao valor máximo estabelecido no caput deste artigo. § 2° Fica o profissional médico participante obrigado a apresentar mensalmente comprovação do efetivo pagamento do aluguel. § 3° A "Bolsa Auxilio Moradia" terá prazo de vigência enquanto o profissional vinculado ao Programa Mais Médicos atuar na cidade de Miracema, desde que mantida a necessidade do beneficio e que haja disponibilidade financeira e orçamentária. Art. 3° - Fica estabelecido o auxilio financeiro, de caráter indenizatório, mensal para o custeio de despesas com alimentação no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por médico, conforme Portaria Ministerial n° 23, de 1° de outubro de 2013, respeitado o limite de 07 profissionais, considerando que o município possui 07 (sete) unidades em Estratégia de Saúde da Família. Parágrafo único. A "Bolsa Auxilio Alimentação" terá prazo de vigência enquanto o profissional vinculado ao Programa Mais Médicos atuar na cidade de Miracema, desde que mantida a necessidade do beneficio e que haja disponibilidade financeira e orçamentária. Art. 4º - Para atendimento ao referido Projeto de Lei, serão utilizados recursos do Tesouro Municipal e correrão a conta da anulação parcial de dotações de acordo com o art. 43, § 1°, inciso III, da Lei Federal n° 4.320/64. Art. 5° - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64. Ficando estes aditados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentarias e a Lei Orçamentária Anual. Art. 6° - Esta Lei será regulamentada, no que for necessário, pelo Poder Executivo Municipal. Art. 7° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de abril de 2014. **02)** Projeto de Lei que torna-se obrigatório a Direção da Casa dos Pobres São Vicente de Paula de Miracema - RJ, informar mensalmente à Câmara

Municipal de Miracema - RJ, os valores repassados pelo Poder Executivo e Convênios para o Asilo São Vicente de Paula de Miracema - RJ. Autoria: Vereador João Siqueira Magalhães. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que seu objetivo é acompanhar se os repasses estariam sendo regularmente realizados. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo disse que poderiam ser incluídas algumas documentações nos Projetos, inclusive com o acréscimo das declarações dos Presidentes das respectivas entidades, bem como a correção de alguns dados, uma vez que o nome das entidades deveria ser corretamente mencionado. O Vereador Hugo disse que pode ser feita uma emenda modificativa para alterar o nome e que o objetivo da Câmara é obter as informações referentes às instituições, tanto se os repasses estão em dia, quanto se a prestação de contas está em dia. Dessa maneira, a Câmara Municipal poderá obter as informações necessárias para que os fatos sejam esclarecidos corretamente. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a verba da Igreja Matriz é orçamentária e não verbas oriundas dos convênios. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno sugeriu que os Projetos fossem retirados para que sejam feitas as devidas correções, sendo que estas questões serão facilmente esclarecidas o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que no caso da retirada do Projeto de Lei ele poderá ser votado na próxima reunião extraordinária. O Vereador João Siqueira Magalhães retirou os dois projetos de sua autoria de votação esclarecendo que irão realizar as devidas correções. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou que fosse encaminhada uma Moção de Agradecimento ao Sr. Leonardo Gripa extensivo a toda equipe de funcionários, pelos ótimos serviços prestados nas estradas vicinais do Campestre Clube e Sítio São Pedro do Bonito. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou que fosse encaminhada uma Moção de Agradecimento aos Funcionários responsáveis pela iluminação pública, pelos ótimos serviços prestados nas estradas vicinais do Sítio São Pedro do Bonito, colocando os braços de luz na Capela e na estrada. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Jair Sentinela, pelo falecimento ocorrido na última semana. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que na plateia está presente a Professora Sonia e ela lhe disse que a CAPPS lhe informou que uma parcela de seu

pagamento ainda não foi realizada devido ao não repasse da Prefeitura Municipal, por isso destacou que é preciso resolver este problema de forma urgente uma vez que as pessoas acabam sendo penalizadas. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que encaminhou uma pessoa para a Secretaria de Promoção Social pois ela estava precisando de receber uma cesta básica, sendo que ao ser atendida na referida Secretaria a pessoa foi informada que receberia os alimentos na terça feira, entretanto isto ainda não aconteceu e a pessoa não recebeu sua cesta básica. Continuando, destacou que a agência Transfusional está interditada deste o mês de setembro por causa da ausência de um profissional responsável pela referida, sendo que devemos parar procurar os responsáveis pelos problemas da administração pública e encontrar uma solução para os referidos. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que gostaria que acontecesse a designação de um profissional da Secretaria Municipal de Saúde para assumir esta responsabilidade. Dessa maneira solicitou que a Secretária Municipal de Saúde Municipal de Saúde fosse convidada para comparecer nesta Casa Legislativa com o objetivo de buscar uma solução para o problema da Agência Transfusional de Miracema. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que acha justo que o médico responsável por este trabalho receba uma gratificação de acordo com suas responsabilidades. O Vereador Carlos Armando de Azevedo disse que as situações de emergência acabam ficando sem ser resolvidas, sendo que este é um problema sério e deve ser resolvido. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva solicitou uma Moção de Pesar para os familiares da Dona Rosa. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes disse que é um grande defensor do P.U. de Miracema, acreditando que e ele é uma das maiores obras do Município, destacando que testemunhou um excelente atendimento a um paciente, sendo que as pessoas precisam entender a diferença entre o atendimento do Pronto Socorro e o do Hospital. Por fim, disse que sempre convida as pessoas para participarem das sessões da Câmara, acreditando que o precisamos mudar a forma de pensar do povo miracemense. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 08/07/2014, às 09 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata

que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 08 de julho de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e setenta e um da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Carlos Magno da Silva Peres. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador José Augusto Martins, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 23, Versículos de 01 à 06. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 27 de maio de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Lei que Altera o Art. 1º da Lei 945 de 17 de junho de 2002 dando nova redação, de autoria do Vereador Hugo Fernandes. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que está apresentando este Projeto de Lei com o objetivo de alterar as condições de construção de quiosques em praças por conta da polêmica sobre esta questão, acreditando que a competência da autorização da construção é do Poder Executivo, assim eles que devem decidir se autorizam ou não; 02) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense para o Sr. Renato José de Souza Faver, de autoria da Mesa Diretora; 03) Ofício SMSM nº 138/2019 da Secretaria Municipal de Saúde respondendo os ofícios nº 160, 184, 185, 186 e 269 de 2019; 04) Balancete da Câmara Municipal de Miracema referente ao mês de abril de 2019; 05) Ofício nº 105/2019/GDRB do Gabinete do Deputado Rodrigo Bacellar. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou que fosse encaminhada uma cópia desse ofício para o Deputado Max Lemos, uma vez que ele é o Presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Prefeito Municipal, com vista à

Secretaria Municipal de Administração - Solicitação no sentido de que seja colocada uma placa de identificação no Cemitério do Distrito de Paraíso do Tobias. Deferido. 02) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja requerido à Empresa JRN a realização dos devidos reparos na Rua Jandira Alvim, ou que a referida Secretaria realize o reparo mencionado, tendo em vista que os cortes transversais da rede de esgotos foram feitos abaixo do nível da via, causando diversos transtornos aos motoristas. Deferido. 03) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de ser colocada uma cobertura com telhado o portão da Escola Homero Linhares, tendo em vista que em dias chuvosos os pais acabam esperando seus filhos na chuva. Deferido. 04) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada uma curva de nível na Rua Ururaí de Matos Macedo, com o objetivo de amenizar as águas de chuva que descem do pasto localizado no Demétrio. Deferido. 05) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Saúde - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de realizar a contração de um médico reumatologista, tendo em vista que as consequências da chikungunya estão levando os munícipes de Miracema a procurar o referido médico em outros municípios. Deferido. 06) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - Reiteração do ofício nº 200/2019 - Ao Prefeito Municipal, com vista à Procuradoria do Município - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa se existe a possibilidade de não ser retirada a insalubridade dos servidores públicos, quando eles tirarem suas respectivas férias e até 02 meses de licença médica. Deferido. Continuando, a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire informou que vai apresentar um Projeto de Lei junto com o Vereador Fabrício de Sá Xavier retornando o período de licença amamentação para o período de dois meses. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva acredita que foi feita uma Emenda no Projeto de Lei sobre a Previ-Miracema aumentando o prazo da licença maternidade. 07) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Presidente desta Casa Legislativa - Solicitação no sentido de que os Projetos de Lei que estão na ordem do dia de hoje sejam votados em primeira e única votação. Tal solicitação foi aprovada por unanimidade. 08) O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares, em conjunto com o

Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, solicitou uma Moção de Aplausos para o Deputado Federal Christino Áureo, o parabenizando pela revalidação da Emenda Federal NE 478209, no valor de R$ 499.870,00, que está sendo utilizada na ampliação da Clínica Moacir Junqueira, sendo que tal obra será de fundamental importância para a saúde pública do Município de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 09) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Agricultura - Solicitação no sentido de que seja destinado aos produtores cadastrados no "Programa Agricultura Familiar", 01 (um) trator com equipamentos de aração e gradeamento para atendimento integral. Deferido. 10) Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa o valor dos recursos utilizados na construção dos muros de arrimo, bem como se a Rua Pedro Elídio será comtemplada com o referido muro, pois o risco para a comunidade é iminente e os moradores estão preocupados. Deferido. 11) Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Aplausos para o Padre Antônio Silveira e Silva, o parabenizado por ter completado 50 anos de sacerdócio, sempre prestando excelentes serviços à Capela Nossa Senhora de Fátima e a população de Miracema. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) Vereador José Augusto Martins - Ao Prefeito Municipal, com vista à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade de construir uma escadaria na Rua Francisco de Polly, Bairro Beverly, depois da casa do Gansinho, de cima para baixo, tendo em vista que a estrada está em péssimas condições devido á existência de muitos buracos e dificultando a descida de carrinhos de bebê, assim, também solicitamos a construção de uma rampa no referido local. Deferido. 13) Vereador Hugo Fernandes - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a limpeza na Rua Professor Nézio Câmara Castro, próximo ao nº 268 (perto da casa do Léo que corta o cabelo), conforme fotos em anexo. 14) Vereador Hugo Fernandes - Ao Secretário Estadual de Esportes, Sr. Felipe Bornier - Considerando que Vossa Excelência conhece as demandas da nossa Cidade, e nos mandatos de Deputado Federal foi um dos poucos a nos ajudar; Considerando que o Campo Municipal do Ferradurão passou pelo convênio "Somando Forças" e a obra está inacabada; Considerando que o Ferradurão é a única área de lazer daquela localidade que abrange o maior número de

moradores de Miracema; Considerando que necessitamos muito do término das obras para fomentar projetos esportivos, visando melhorar nossos indicadores principalmente reduzir a violência. Encaminho solicitação no sentido de que a Secretaria de Vossa Excelência possa disponibilizar ao menos os alambrados, bem como contemplar com Projetos Esportivos para parte alta da cidade de Miracema. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes lembrou os Vereadores da inauguração e entrega das casas populares do Bairro Jove que será realizada amanhã, às nove horas, bem como das Audiências Públicas das Secretarias de Saúde e Fazenda que serão realizadas aqui na Câmara amanhã, a partir das duas horas da tarde. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 03 (três) Projetos de Lei: **01)** Projeto de Lei que Fixa a Carga Horária dos Cargos efetivos de Servente Escolar e Cantineiro Escolar e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que detectou este problema quando esteve como Secretário de Educação, sendo que esses profissionais já fazem a carga horária de seis horas e na lei constam oito horas. Destacou que essa redução não trará nenhum prejuízo para a Secretaria, acreditando que os funcionários irão se comprometer ainda mais. Disse que nós geralmente destacamos, com justiça, o trabalho do professor, entretanto o trabalho da equipe de apoio é fundamental e precisamos valorizar essas classes de apoio. Agradeceu aos Vereadores a agilidade na tramitação do projeto, bem como a todos que apoiaram seu pedido prontamente, sendo essa semana fez uma reunião com o Sindicato dos Servidores para respaldar o Projeto. Agradeceu, também, ao Prefeito e ao Secretário de Educação pela concretização do Projeto de Lei, parabenizando os cento e onze serventes e quarenta e sete cantineiros que serão beneficiados com a Lei, porque eles merecem essa alteração e o nosso próximo objetivo é criação de um Plano de Cargos e Salários para estas classes trabalhadoras. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Chefe do Poder Executivo por estar mais uma vez fazendo justiça e valorizando os servidores. Disse que tem orgulho de fazer parte de Câmara Municipal, onde somos onze Vereadores diferentes, mas com o mesmo objetivo de ver o bem da municipalidade. Parabenizou o Vereador Hugo Fernandes por conta da sua luta na tramitação burocrática do referido Projeto de Lei e tem certeza que mais coisas boas virão na administração municipal. Destacou que o Projeto de Lei está dentro da legalidade, pois uma lei específica pode se sobrepor a

uma lei geral. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares destacou que amanhã serão inauguradas quarenta e oito casas populares, sendo que vinte e seis casas são novas e vinte e duas foram resgatadas pelo atual governo, tudo no bairro Jove. Assim o governo vai dar dignidade para as famílias com a aquisição da casa própria, tendo a certeza de que a prioridade do Município de Miracema é a cidadania. Destacou que esse projeto é de extrema relevância para favorecer os servidores e essa Casa já votou diversos projetos em benefício dos servidores, tais como o Plano de Cargos da Guarda Municipal, a transformação de vigias em guardas municipais, a regulamentação da carga horária dos auxiliares de dentista, entre outros. Por fim, parabenizou o Vereador Hugo Fernandes pela luta na tramitação do referido Projeto de Lei. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares parabenizou o Vereador Hugo Fernandes pelo empenho na aprovação do Projeto de Lei, pois ele foi Secretário de Educação e conhece bem a classe dos serventes e cantineiros. Parabenizou o Prefeito Municipal, por mais uma vez fazer justiça aos servidores, destacando que o atual prefeito está valorizando diversas classes de servidores. Por fim, parabenizou os servidores municipais, pois eles merecem de receber justiça pelos serviços prestados. O Vereador José Augusto Martins parabenizou o Vereador Hugo pelo projeto e parabenizou o Prefeito pela entrega das casas populares, realizando o sonho de quarenta e oito famílias. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire parabenizou a dedicação do Vereador Hugo em prol aos servidores, esclareceu que o Executivo disse na rádio que todos os projetos que são enviados para a Câmara são aprovados, assim gostaria de esclarecer que realmente vota favorável a todos os projetos que forem em benéficos para o Município de Miracema, mas se entender que algum projeto não será benéfico para o Município, votará contra. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Modificativa:** Fica alterado o Art. 5º do Projeto de Lei 012 de 30/04/2019 passando a ter a seguinte redação: "Esta Lei entra em vigor no segundo semestre letivo, após férias de julho de 2019, ficando revogadas as disposições que lhe são contrárias". Autoria: Vereador Hugo Fernandes. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.825, de 30 de maio de 2019. A Câmara Municipal de Miracema aprova e eu Prefeito Municipal de Miracema, sanciono a

seguinte Lei: Artigo 1º- Fica fixada a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, dos cargos efetivos de Servente Escolar, código de classe NE - 04 e Cantineiro Escolar, código de classe NE-07, previstos como pessoal de apoio na alínea "j" do artigo 6º da Lei 1.808, de 27 de Dezembro de 2018. § 1º - Os servidores ocupantes dos cargos de que trata o caput, deverão, obrigatoriamente, permanecer na unidade escolar de lotação por 06 (seis) horas diárias. § 2º - Não excedendo a 06 (seis) horas diárias de trabalho, o servidor fará jus a um intervalo de 15 (quinze) minutos. § 3º - O intervalo de descanso de que trata o § 2º não será computado no total das horas diárias obrigatórias. § 4º - O servidor tratado no caput que vier a ocupar cargo/função comissionado(a), deverá respeitar a carga horária do respectivo cargo/função comissionado(a), ficando afastado de suas funções do cargo efetivo, conforme estabelecido em Lei Municipal. Artigo 2º- Ficam mantidas as demais normas aplicadas aos cargos previstos no artigo 1º desta Lei, desde que não sejam conflitantes, inclusive as referentes às atribuições previstas na Lei 813/99. Artigo 3º- A presente regulamentação não acarretará prejuízo salarial ou perda de direitos adquiridos. Artigo 4º- Ficam as alterações aqui tratadas devidamente aditadas ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Artigo 5º- Esta Lei entra em vigor no segundo semestre letivo, após férias de julho de 2019, ficando revogadas as disposições que lhe são contrárias. **02)** Projeto de Lei que Dispõe Sobre a Inclusão no Calendário Oficial de Eventos do Município o "Dia Maria Alice Barroso", a ser Comemorado no dia 06 de novembro de cada ano e dá outras providências. Autoria: Vereador Paulo Cesar da Cruz de Azevedo. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que essa é uma maneira de revitalizar a cultura e o hábito de leitura, sendo que a Sra. Maria Alice Barroso é uma das maiores escritoras do Município de Miracema, tendo seus livros publicados em mais de cinco países. Destacou que seu objetivo é revitalizar a cultura e a literatura de Miracema com a volta do hábito de leitura, acrescentando que no futuro vai lutar junto com a Educação e com a Cultura para que Miracema possa ter sua própria "Feira Literária", entendendo que esse Projeto seria o ponto de partida inicial. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares parabenizou o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo pelo Projeto de Lei, pois precisamos trilhar o caminho de valorização da leitura, pois o país está passando uma situação muito difícil, sendo que ainda corremos o risco de ter a pior

década de crescimento da história do Brasil. Dessa forma, destacou que o crescimento econômico só vai ocorrer se todas as pessoas se aprimorarem culturalmente, sendo que é raro encontrarmos alguma pessoa que tenha o hábito de ler um livro. Concluindo disse que a Sra. Alice Maria Barroso é uma pessoa de grande importância para a literatura miracemense. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo, acrescentando que coincidentemente está notando que essa gestão tem um olhar diferente para a cultura, assim é um momento ideal de pensarmos em mudar nossos hábitos em relação à leitura. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.826, de 30 de maio de 2019. A Câmara Municipal de Miracema, aprova e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º- Fica instituído no âmbito do Município de Miracema, o "Dia Maria Alice Barroso", a ser comemorado no dia 06 do mês de novembro de cada ano, sendo que na semana que acontecerá o evento, serão realizadas palestras, discussões e oficinas literárias sobre as obras e eventos paralelos para crianças e jovens, com programas de conscientização nas Escolas Públicas e Privadas do Município, sobre a biografia da escritora miracemense e seus livros, elaborado pelo Corpo Docente de cada Instituição de Ensino. Art. 2º- A data comemorativa será um marco para a sociedade, e sua inserção no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Miracema se dará a partir da lembrança das obras e leituras de seus livros, que perdurarão para sempre na memória dos estudantes. Art. 3º- O Cronograma das atividades deverá instituir a biografia, a memória e os livros da escritora, resgatando a cultura e o exemplo de cidadania. Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **03)** Projeto de Lei que Dispõe Sobre a Conservação de Terrenos Edificados (Abandonados) e Não Edificados, Autoriza o Poder Executivo Municipal a Realizar Intervenções e dá outras providências. Autoria: Vereador Aimoré da Silva Almeida. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que seu Projeto de Lei tem o objetivo de incentivar a cobrança de multas nos terrenos particulares que ficam abandonados e cheios de matos, gerando o risco do aparecimento de animais nocivos. Destacou que atualmente estamos passando por uma epidemia de doenças transmitida por mosquitos, assim gostaria que os proprietários mantivessem seus terrenos limpos. O

Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo parabenizou o Vereador Aimoré pela iniciativa no Projeto de Lei, destacando que ao lado da casa de suas irmãs existe uma casa abandonada, sendo inclusive tombada pelo patrimônio, mas os proprietários não tomam os devidos cuidados e sua família inclusive já fez algumas limpezas no local. Acredita que esse Projeto é fundamental para o Município, pois a população também precisa de regras, assim o Projeto vai contribuir para que as pessoas tomem cuidado com a saúde pública, pois devemos tomar as atitudes necessárias para que a epidemia de doenças não volte. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo parabenizou o Vereador Aimoré pelo Projeto, destacando que a Prefeitura também precisa cuidar de seus terrenos, assim é preciso fazer cumprir a lei e cuidar da limpeza. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire parabenizou o Vereador Aimoré e concorda com as palavras do Vereador Paulo Sérgio. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares parabenizou o Vereador Aimoré, pois sempre precisamos deixar nossos terrenos limpos para prevenir o aparecimento de doenças. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Aimoré e espera que o Projeto de Lei seja cumprido, poia a questão de conscientização é muito importante e precisamos tomar todas as medidas preventivas possíveis, pois a cada ano que se passa aparecem mais doenças diferentes. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire esclareceu que existe um caso em Miracema onde uma mãe estava com chikungunya e a criança nasceu com algumas bolhas parecidas com queimaduras pelo corpo, assim é de fundamental importância que o governo e a sociedade façam a sua parte. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que entende a preocupação do Vereador Aimoré, entretanto gostaria de sanar algumas dúvidas em relação ao Projeto. Esclareceu que as multas são pesadas, sendo que a primeira multa seria o valor do IPTU, sendo que ele vai se multiplicando podendo gerar até mesmo a desapropriação do imóvel. Disse que no artigo 2º estabelece que os proprietários deverão afixar informativo em local visível, no qual conste o número de identificação do imóvel junto ao cadastro imobiliário do Município. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que existe uma emenda suprimindo esse artigo, pois acredita que não existe a necessidade de expor o proprietário. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que no artigo 4º estabelece que, em caso a Prefeitura não efetue a limpeza do terreno, com o devido pagamento do proprietário, as multas poderão ser cobradas. Assim gostaria de

entender em quais casos serão emitidas as multas, pois o governo seria obrigado a realizar a limpeza nos terrenos de acordo com o artigo 3º, sendo que o valor seria cobrado no IPTU. O Aimoré esclareceu que a pessoa será notificada para limpar o terreno dentro de um prazo e, caso o proprietário não o faça e a Prefeitura não tenha condições de realizar a limpeza, a pessoa poderá ser multada. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares perguntou quem faria as notificações. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que o Poder Público tem o poder de notificação, sendo que o fiscal pode chegar nas residências e notificar os cidadãos através de uma ordem de serviço, podendo inclusive solicitar testemunhas caso o proprietário se negue a receber as referidas notificações. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que as notificações poderiam ser feitas judicialmente para evitar que as pessoas se neguem a recebê-las. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que a notificação judicial seria a última possível, sendo que as penalidades só poderão ser aplicadas depois que os proprietários forem identificados e notificados. O Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares disse que entende as explicações apresentadas e a lei precisa ser bem elaborada para diferenciar os casos, sendo que é favorável ao Projeto. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que no Código de Posturas já existe algo sobre esse assunto, inclusive estabelecendo multas. Assim lhe causou estranheza que o fato de que apresentou um Projeto sobre a apreensão de animais soltos em vias públicas e a Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa emitiu um parecer contrário informando que a matéria já existia no Código de Posturas, logo não entendeu a emissão de pareceres diferentes em projetos bastante parecidos, esclarecendo que é a favor do Projeto apresentado. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que o Projeto está complementando o Código de Posturas, pois a penalização prevista era mínima. O Vereador Hugo Fernandes disse que entende o que o Vereador Fabrício está dizendo, sendo que é favorável ao Projeto, mas sua preocupação seria de acrescentar essa matéria no Código de Posturas, entretanto iremos votar de acordo com o parecer jurídico, sendo que ao criarmos uma taxa de serviço, ela deveria ser inserida no Código Tributário, mas não está vendo isso no Projeto. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares disse que a emissão de pareceres é um trâmite da Câmara Municipal, sendo que os Projetos de Lei podem ser colocado em votação, mesmo com o parecer jurídico contrário, assim o Vereador Fabrício poderia solicitar que seu projeto fosse

colocado em votação. O Vereador Hugo Fernandes disse que o Projeto de autoria do Vereador Fabrício é tão importante quanto esse, pois é um absurdo a situação dos animais soltos em vias e o Município não tomar nenhuma atitude. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que está percebendo muito a omissão do poder público, sendo que os fiscais não aplicaram nenhuma multa recentemente. Foi apresentada a seguinte emenda: **a) Emenda Supressiva:** Fica suprimido o Artigo 2º do Projeto de Lei que Dispõe Sobre a Conservação de Terrenos Edificados (Abandonados) e Não Edificados, Autoriza o Poder Executivo Municipal a Realizar Intervenções e dá outras providências. Autoria: Comissão de Finanças, Orçamento, Patrimônio, Obras e Serviço Público. Em votação a referida Emenda foi aprovada por unanimidade. Continuando, o Vereador Presidente colocou o Projeto em votação. Em primeira e única votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.827, de 30 de maio de 2019. O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRACEMA, Faço saber que a Câmara Municipal de Miracema/RJ, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Todo terreno urbano privado edificado (abandonado) e não edificado, localizado no Município de Miracema/RJ, deverá respeitar a legislação municipal no tocante limpeza, capina, roçada, desinfetação e drenagem, de modo a manter as condições mínimas de higiene, que garantam a harmonia da região, a segurança e a saúde dos vizinhos e moradores próximos. § 1º - Caso o proprietário não faça no prazo de 30 (trinta) dias, o Município o fará através do seu corpo técnico de servidores, podendo cobrar os valores gastos dos proprietários dos imóveis. Art. 2º - Em caso de descumprimento ao disposto no art. 1º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar os serviços necessários para a correção da irregularidade, por seus meios ou através da contratação de terceiros, devendo efetuar a cobrança dos valores gastos em cada intervenção lançando o débito no cadastro imobiliário do imóvel, acrescido o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total a título de despesas administrativas. § 1º - Para o cumprimento do presente artigo, consideram-se como intervenções a construção de calçadas e muros, a limpeza, a roçada, a drenagem e a desinfetação de terrenos, e demais providências que se mostrarem cabíveis. § 2º - A aplicação do caput do artigo não exclui as demais penalidades já previstas na legislação aplicável. § 3º - As intervenções previstas no caput do artigo somente poderão ser realizadas após notificação do órgão responsável ao proprietário do imóvel, conforme legislação vigente. Art. 3º - Nos imóveis que descumprirem o disposto no art.1º e, por qualquer razão, não forem submetidos aos disposto no artigo 3º, fica autorizado o Poder Executivo a, mediante a edição de regulamentação especifica, aplicar multa seguinte

metodologia: I - 01 vez o valor do IPTU, na primeira ocorrência; II - 02 vezes o valor do IPTU, na segunda ocorrência; III - 04 vezes o valor do IPTU, na terceira ocorrência; IV - 06 vezes o valor do IPTU, na quarta ocorrência; V - 10 vezes o valor do IPTU, na quinta ocorrência. Parágrafo Único - Após a quinta ocorrência, o Município fará a desapropriação do imóvel, por necessidade ou utilidade pública. Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, naquilo que for cabível e necessário á sua fiel aplicação. Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 03/06/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 30 de maio de 2019.

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e vinte e quatro, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy , Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foram registradas as ausências dos Vereadores Maria José Marques Barros Andrade e Carlos Armando de Azevedo. Justificadas. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Maurício Sant'Ana Soares, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 27, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício nº 393 / DAPES / SAS / MS do Ministério da Saúde respondendo ofício nº

074/13; 02) Ofício nº 498/2014 – CGMAC/DAET/SAS/MS do Ministério da Saúde respondendo ofício. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou cópia deste ofício; 03) Convite do Conselho Municipal de Saúde para reunião ordinária que será realizada no dia 02 de outubro. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Ministro Moreira Franco - Solicitação no sentido de que seja realizada a pavimentação do Campo de aviação localizado no Município de Miracema. Aprovado. 02) Vereador João Siqueira Magalhães - Ao Presidente do DER - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizada a pavimentação da Rua Pedro Santos, localizada no Município de Miracema. Aprovado. 03) Vereador Hugo Fernandes - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que sejam inseridas no Orçamento do ano de 2015, rubricas contemplando as seguintes obras: a) Reforma do Posto Irineu Sodré, no valor de R$ 200.00,00 (duzentos mil reais); b) Aquisição de terreno e construção de quadra de esporte próxima a Rodoviária, no valor de R$ 300.00,00 (trezentos mil reais); c) Aquisição de terreno e construção de quadra de esporte no bairro Jardim Bervely, no valor de R$ 300.00,00 (trezentos mil reais). A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que a draga de limpeza solicitada por ele ao Deputado André Corrêa já se encontra em Miracema, entretanto o Sr. Prefeito Municipal disse na rádio que foi a Prefeitura quem conseguiu trazer a draga para o Município. Dessa maneira, amanhã colocará um carro de som nas ruas de Miracema para esclarecer quem foi o responsável por trazer a draga para Miracema. Por fim, disse que até sexta-feira será apresentada a proposta do Hospital de Miracema sobre o aluguel do anfiteatro. O Vereador Fabrício de Sá Xavier solicitou Moção de Pesar para os familiares do Sr. Orestes Mariano de Camargo, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 06/10/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 06 de outubro de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

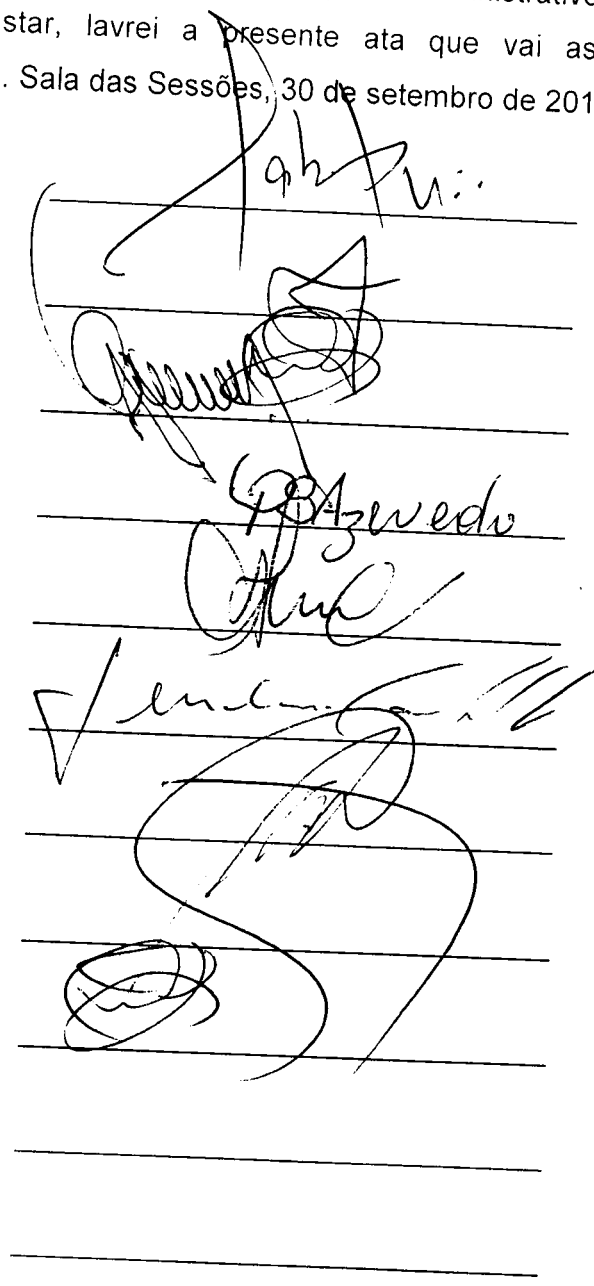
_____

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número cento e noventa e três da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, Marcus Felipe Mercante Linhares, Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou à Vereadora Maria Alessandra Leite Freire, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 25, Versículos de 01 à 06. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 26 de setembro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/SMAS nº 097/19 da Secretaria Municipal de Assistência Social respondendo o ofício nº 731/2019; 02) Ofício nº 060/2019 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 03) Ofício nº 663/2019 do Ministério Público da Tutela Coletiva de Santo Antônio de Pádua. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo esclareceu que utilizou o Pequeno Expediente na Sessão passada para falar sobre a chegada da Escola Cívico Militar em Miracema, assim foi realizada uma visita no Município para que os técnicos pudessem avaliar e escolher algum prédio. Destacou que fez questão de falar na sessão passada por que gosta de trabalhar em grupo e voltado para o Município, pois imaginava que as pessoas poderiam utilizar a visita de outra forma. Acrescentou que a visita foi favorável e está tudo bem encaminhado para que a escola seja instalada em Miracema, entretanto percebeu algumas postagens mencionando que esta é uma conquista apenas do Poder Executivo, o que é uma inverdade e tira o prestígio de quem trabalha em prol de Miracema. Dessa forma, vai conversar com o Prefeito sobre esse assunto, sendo que em sua publicação colocou a cópia do requerimento protocolado na Casa Civil. 01) Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo - À Empresa 1001, aos cuidados do Diretor Executivo Junior Kumm - Solicitação no sentido de que seja informada a esta Casa Legislativa qual a média mensal de embarque e desembarque de passageiros

transportados pela 1001 nas Rodoviária de Miracema e Laje do Muriaé. Esclarecemos que a finalidade deste requerimento é embasar uma representação que farei junto ao MP da Tutela coletiva de Pádua solicitado intervenção daquele órgão para que seja criada uma seção em Miracema e Laje da linha da Itaperuna Rio de Janeiro via Teresópolis. Aprovado. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, em conjunto com o Vereador Fabrício de Sá Xavier, solicitou uma Moção de Aplausos para a Comissão Organizadora da Festa da Paróquia Santa Terezinha, os parabenizando pelo excelente evento organizado. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 03) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Reiteração - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Todos os requerimentos sobre o Cemitério de Paraíso do Tobias, inclusive os de autoria do Vereador Aimoré da Silva Almeida. Deferido. 04) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Presidente da Câmara Municipal de Miracema - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja adquirida uma moto, com o objetivo de agilizar e facilitar a entrega das correspondências desta Casa Legislativa. 05) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, em conjunto com o Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares - Ao Deputado Jair Bittencourt - Solicitação no sentido de que seja destinada uma Emenda Parlamentar para o Município de Miracema, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com o objetivo de aquisição de óculos para serem doados para as pessoas carentes. Aprovado. 06) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada a poda de uma árvore localizada na Rua Capitão Senna, próxima ao nº 111, tendo em vista que a referida foi queimada por um raio e está causando transtornos para os moradores do local. Deferido. Por fim, convidou todos os Vereadores para a Procissão que será realizada na Igreja Santa Terezinha, amanhã, sendo que a missa começa às 18 horas e às 19 horas será realizada a procissão. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que os Vereadores precisam de informações para conseguirem exercer seus mandatos com eficiência, assim vai organizar seus ofícios que não foram respondidos e vai reiterá-los. 07) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente e à COOPCREM - Solicitação no sentido de que seja informado a esta Casa Legislativa quantos funcionários possuem na COOPCREM e quais são suas respectivas funções. Deferido. 08) Vereador Aimoré da Silva Almeida - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja construída uma rampa de acesso para deficientes físicos na Praça Salim Damian, bem como que seja realizada uma revisão em todas as rampas de acesso existentes no Município de Miracema, pois de acordo com as informações de alguns cadeirantes algumas rampas são íngremes demais. Deferido.

09) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizado o replantio de uma árvore localizada perto da ENEL, tendo em vista que no local existe apenas um galho seco, pois a antiga árvore já morreu. Solicitamos, ainda, que seja realizada uma revisão nas árvores do Município para que seja feito o replantio daquelas que morreram. Deferido. Continuando, a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire destacou que a falta de verba para a aquisição de óculos é por canta da falta de organização, pois poderíamos criar critérios para a aquisição e doação de óculos para as pessoas necessitadas, sendo que inclusive foi procurada por uma mãe por que seu filho estava com muitas dificuldades de enxergar por conta da falta de óculos. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva destacou que seria de suma importância o Município fazer a divulgação em relação ao tratamento aos dependentes químicos, sendo que foi sugerido montar uma estrutura no Município, entretanto já solicitou isso, mas devido ao momento financeiro que o Município atravessa acredita que essa atitude seja difícil. 10) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja encaminhada para esta Casa Legislativa uma cópia da Ata da Sessão da Reunião do COMMAM realizada no dia 25/09/2019. Deferido. 11) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Diretor do DEMUTRAN - Solicitação no sentido de que seja realizada a pintura de uma faixa de pedestres, no início da Avenida Eiras e no início da Rua Salvador Ciuffo, tendo em vista que os referidos locais são muito movimentados, especialmente nos horários de entrada e saída da Colégio SEC, causando risco para os pedestres. Deferido. 12) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Diretor do DEMUTRAN - Solicitação no sentido de que seja construído um quebra-molas na curva entre o DPO e a Pracinha do Bairro Vila Nova, localizado no Morro do Cruzeiro, tendo em vista que o local é bastante perigoso para os pedestres e motoristas. Deferido. 13) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja verificada, com urgência, a possível queda de um poste localizado no Bairro Vila Nova. Deferido. 14) Vereador Carlos Magno da Silva Peres solicitou uma Moção de Aplausos para o Diretor do DEMUTRAN, Sr. Geraldo, o parabenizando pela boa vontade e pelo bom senso no pronto atendimento de um pedido da população no sábado, fora do horário de expediente. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 15) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal e à Secretaria Municipal de Educação - Solicitação no sentido de que seja realizada uma reforma na quadra de Esportes da Escola Assad João, no Distrito de Paraíso do Tobias, com a realização das ações abaixo relacionadas: a) colocação de telas

convidando para a próxima a ser realizada no dia 03/10/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 30 de setembro de 2019.



Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número oitenta e oito, da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Santa Luzia s/nº, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Gilson Teixeira Sales**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Melchíades Picanço, nº 677, Bairro Hospital, Miracema-RJ; **Genessi Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Eiras, nº 997, Bairro Rodagem, Miracema-RJ; **Maria José Marques Barros Andrade**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Avenida Eiras, s/nº - esquina com a Rua Eduardo Silva, Bairro Pontilhão do Rosa, Miracema-RJ; **Gideão Duarte Gonçalves**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Frederico Barroso, nº 50, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Carlos Magno da Silva Peres**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Capitão Sena, nº 429, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Fabrício de Sá Xavier**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Elcio de Oliveira Santos, nº 48, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; **Gutemberg Medeiros Damasceno**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Praça Dona Ermelinda, nº 18, Bairro Centro, Miracema-RJ; **João Siqueira Magalhães**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, nº 237, Bairro Centro, Miracema-RJ; **Maurício Sant'Ana Soares**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Nilo Peçanha, nº 387, Bairro Caloy, Miracema-RJ e; **Paulo Sérgio de Azevedo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Dr. Edison Monteiro de Barros, nº 179, Bairro Santa Tereza, Miracema-RJ; sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Não foi registrada nenhuma ausência. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Gilson Teixeira Sales, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Salmo 91, Versículos 01 e 02. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Sérgio Luiz Moreira Bocard, de autoria da Mesa Diretora; 02)

Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Marcos Vinicius da Silva Nagem, de autoria da Mesa Diretora; 03) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense à Sra. Andréia Ribeiro de Almeida, de autoria da Mesa Diretora; 04) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Giovani Magela Gonzaga, de autoria da Mesa Diretora; 05) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Pedro Guilherme de Souza, de autoria da Mesa Diretora; 06) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Anestor da Silva Magalhães, de autoria da Mesa Diretora; 07) Projeto de Resolução que concede o Título de Personalidade do Ano ao Sr. Marciano Ferreira da Silva, de autoria da Mesa Diretora; 08) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Anna Carla Valeriote Rodrigues Padilha, de autoria do Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno; 09) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. José Francisco de Souza Silva, de autoria do Vereador Hugo Fernandes; 10) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Felipe de Santa Cruz de Oliveira Scalestsky, de autoria da Mesa Diretora; 11) Projeto de Resolução que concede o Título de Cidadão Miracemense ao Sr. Antônio Carlos Fernandes Costa, de autoria da Vereadora Maria José Marques Barros Andrade; 12) Quatro Telegramas do Orçamento da União – Execução Orçamentária. Os Vereadores Fabrício de Sá Xavier e Maria José Marques Barros Andrade solicitaram cópia deste ofício; 13) Ofício CT/Oi/GCOU/18349/2014 da Empresa Oi Telefônica. Os Vereadores Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier e Genessi Rodrigues da Silva solicitaram cópia deste ofício; 14) Ofício do nº 123 do Tribunal de Contas do Estado-RJ. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que o TCE está fazendo uma fiscalização de rotina na Câmara Municipal de Miracema, sendo que a nova visão do Tribunal é muito interessante, pois eles vêm com o intuito de esclarecer e auxiliar os Gestores Públicos a agir corretamente. Com isso, após a realização da inspeção a Câmara Municipal será notificada para realizar as devidas mudanças; 15) Processo nº 2014.02617-8 da Prefeitura Municipal de Miracema encaminhando resposta ao ofício nº 108/2014. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que, no caso de não ocorrer as eleições para o Conselho Tutelar, a partir do dia primeiro de maio o Município de Miracema ficará em situação irregular. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a

Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente do DETRAN-RJ, Dr. Fernando Avelino - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja aumentado o número das vagas destinadas a despachantes públicos e documentalistas no Posto de Vistoria de Santo Antônio de Pádua, para exercerem os serviços de transferência de propriedade e licenciamento anual, tendo em vista que o número de funcionários existentes hoje (cinco) é insuficiente para que eles realizem seus trabalhos e consigam atender a demanda da população. Aprovado. 02) Vereador Gideão Duarte Gonçalves - Ao Sr. Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja realizado o prolongamento do calçamento da Rua Homero Costa, localizada no Distrito de Paraíso do Tobias, que se encontra com a Rua Manoel Almeida. Ressaltamos que a realização do calçamento beneficiará diversos moradores daquela localidade. Deferido. 03) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretária Nacional de Juventude, Sra. Severine Carmen Macedo - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja implantado no Município de Miracema o "Plano Juventude Viva", que inclui mais de 30 (trinta) ações baseadas na educação, saúde, cultura e qualificação profissional com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade do jovem à situações de violência, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia. Aprovado. 04) Vereador Hugo Fernandes - Ao Ministro da Educação, Sr. Henrique Paim - Considerando que o Ministério da Saúde iniciará em breve a distribuição de vitaminas em creches do Brasil encaminho solicitação no sentido de que seja envide esforços a fim de que o Município de Miracema seja inserido, o mais rápido possível, na lista de distribuição de vitaminas e minerais em creches, no intuito de suprir a carência nutricional em bebês e crianças de até 04 anos de idade. É importante salientar que o presente requerimento faz-se necessário, uma vez que Miracema está situada no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, a região mais pobre do Estado, conhecida popularmente como Nordeste Carioca. Desta forma, existem inúmeros bebês e crianças que estudam nas creches da cidade, possuindo renda familiar precária, prejudicando suas alimentações e suas saúdes. Aprovado. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado à Tribuna Livre. Inscrito o Sr. Marco Moura, para prestar alguns esclarecimentos. Com a palavra, o Sr. Marco Moura, após cumprimentar todos os presentes, esclareceu que está presente aqui hoje para deixar

clero que em momento algum se manifestou na platéia durante a votação das contas do ex-Prefeito Ivany Samel, sendo que existem boatos dando conta que ele teria se manifestado falando mal do Vereador Dr. Gutemberg e da Dona Nedi, sua esposa, assim gostaria de afirmar que estes boatos são falsos. Acrescentou que possui uma grande admiração pelo Vereador Gutemberg Medeiros e em nenhum momento falou mal do Vereador e de sua esposa. Por fim, esclareceu que existem algumas questões a serem resolvidas no Município de Miracema e vem buscando alertar as autoridades municipais sobre estes problemas. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que a humildade é uma virtude dos grandes e hoje o Sr. Marco Moura demonstrou que a possui. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Câmara Municipal está sempre a disposição da população. A seguir o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia. Foram apresentados 02 (dois) Projetos de Lei: 01) Projeto de Lei que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que estas verbas seriam destinadas as reformas nas escolas. O Vereador Hugo Fernandes fez a leitura do Parecer do Controle Interno. Em primeira votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. **02)** Projeto de Lei que Estabelece normas gerais para o serviço de interesse público de transporte individual de passageiros em veículo automotor leve de aluguel, mediante pagamento de tarifa estabelecida pelo Poder Público. Autoria: Sr. Prefeito Municipal. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves perguntou se houve concordância entre os taxistas e a população, representada pelos Vereadores em relação às emendas que serão apresentadas. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que todas as emendas foram discutidas com os taxistas. O Vereador Maurício Sant'Ana perguntou quais seriam os critérios para a escolha dos pontos de táxi nos Distritos. O Vereador Fabrício de Sá Xavier esclareceu que as pessoas precisam cumprir os requisitos presentes na Lei. O Vereador Maurício Sant'Ana acrescentou que mais de uma pessoa poderia cumprir os requisitos. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que na reunião com os taxistas foi apresentada uma sugestão sobre este assunto. O Vereador Hugo Fernandes acredita que a cessão dos pontos de táxi é de responsabilidade da Prefeitura Municipal, não cabendo a Câmara Municipal estabelecer estes critérios na Lei. Continuando, foram apresentadas as seguintes emendas: **a) Emenda Modificativa:** Elimina o trecho "com taxímetro" do Artigo 1º. Autoria: Vereadores Hugo

Fernandes, Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. **b) Emenda Supressiva:** Suprimir o inciso VI do Artigo 3º. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. **c) Emenda Supressiva:** Suprimir os incisos I e II do Artigo 4º. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. **d) Emenda Supressiva:** Suprimir os incisos II e III do Artigo 6º. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. **e) Emenda Supressiva:** Suprimir o parágrafo 1º do Artigo 6º. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. **f) Emenda Supressiva:** Suprimir os incisos III, V e VI do Artigo 8º. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. **g) Emenda Modificativa:** O § 4º do Artigo 9º passa a possuir a seguinte redação: Artigo 9º: § 4º "A relação táxi por habitante será de 1.150 (um mil cento e cinquenta) habitantes por táxi índice estabelecido com base na população

estimada através de censo demográfico mais recente, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE". Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. **h) Emenda Supressiva:** Suprimir o caput do Artigo 12. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. **i) Emenda Supressiva:** Suprimir o caput do Artigo 13. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. **j) Emenda Supressiva:** Suprimir o caput do Artigo 18. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. **k) Emenda Supressiva:** Suprimir o caput do Artigo 19. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. **l) Emenda Supressiva:** Suprimir o caput do Artigo 23. Autoria: Vereadores Hugo Fernandes, Gutemberg Medeiros Damasceno, Paulo Sérgio de Azevedo, Maria José Marques Barros Andrade, Carlos Magno da Silva Peres, João Siqueira Magalhães, Maurício Sant'Ana Soares, Fabrício de Sá Xavier, Gilson Teixeira Sales e Genessi Rodrigues da Silva. Em votação, a Emenda Modificativa foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Vereador Presidente colocou o Projeto de Lei em

votação. Em segunda votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dando origem a Lei nº 1.490, de 31 de março de 2014. A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei: CAPÍTULO I - DOS SERVIÇOS DE TÁXI - Art. 1º. O transporte de passageiros em veículos automóveis de aluguel, no Município de MIRACEMA/RJ, doravante denominado "Serviço de Táxi", constitui serviço de interesse público, e será regido por esta Lei e demais atos normativos expedidos pelo Chefe do Poder Executivo. Art. 2º. O Serviço de Táxi no Município de MIRACEMA/RJ será outorgado mediante Termo de Autorização emitido pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ e Alvará de Licença, expedido pelo Município de MIRACEMA/RJ, depois de cumpridas as condições previstas nesta lei e seus regulamentos, mediante processo que assegure participação aos interessados, e terá natureza discricionária. ~~Parágrafo Único - Não será permitido o serviço de moto-táxi na Cidade de MIRACEMA/RJ. SUPRIMIDO~~ Art. 3º. Para efeitos de interpretação desta lei, adotam-se as seguintes definições: I - AUTORIZATÁRIO - taxista profissional autônomo detentor de Termo de Autorização e Alvará de Licença para prestar serviços de táxi em MIRACEMA/RJ; II - CADASTRO MUNICIPAL DOS CONDUTORES DE TÁXI - registro permanente dos condutores de veículo Táxi e dos automóveis utilizados nos Serviços de Táxi realizado pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ; III - CERTIFICADO PARA TRAFEGAR - documento que autoriza determinado veículo, a servir de instrumento de transporte de passageiros nos Serviços de Táxi; IV - LICENÇA DE CONDUTOR - documento que habilita o profissional a conduzir veículo táxi no Município de MIRACEMA/RJ, expedida pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ, desde que atendidos os critérios especificados no regulamento; V - PONTO - local pré-fixado, sinalizado e oficializado pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ, para o estacionamento de veículos Táxi; ~~VI - SERVIÇOS DE TÁXI - serviço de interesse público de transporte individual de passageiros em veículo automotor leve de aluguel, mediante pagamento de tarifa estabelecida pelo Poder Público e aferida por taxímetro; SUPRIMIDO~~ VII - TAXISTA AUTÔNOMO - Pessoa natural a quem é outorgado Termo de Autorização para exploração dos Serviços de Taxi. VIII - TAXISTA AUXILIAR DE CONDUTOR AUTÔNOMO - motorista profissional, inscrito no Cadastro de Condutores

de Veículos/Táxi, que exerce a atividade de condução de Táxi, e trabalha em regime de colaboração com o Taxista autônomo nos termos da Lei Federal nº 6.094, de 30 de agosto de 1974. IX - TAXISTA EMPREGADO - motorista profissional, inscrito no Cadastro de Condutores de Veículos Taxi, empregado de empresa autorizatária. X - TERMO DE AUTORIZAÇÃO - documento expedido pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ que autoriza o Taxista autônomo a explorar o Serviço de Táxi no Município de MIRACEMA/RJ. Art. 4º. Compete à SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ, sem prejuízo de outras atribuições previstas nesta lei e demais regulamentos: ~~I – a elaboração de planos e estudos relacionados aos serviços de táxi, inclusive sobre tarifas e dimensionamento da frota; SUPRIMIDO II - a elaboração de normas diretivas e operacionais para a regulamentação desta lei, submetendo-os à aprovação do Chefe do Poder Executivo; SUPRIMIDO~~ III - a realização do processo de seleção para a outorga das autorizações, elaboração de editais e fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas nesta lei, em regulamentos ou decretos; IV - a emissão do Termo de Autorização para a prestação do serviço de táxi aos interessados, após regular processo de seleção; V - a fiscalização dos serviços de táxi no Município de MIRACEMA/RJ; VI - a aplicação das penalidades previstas nesta lei, inclusive a cassação da autorização. CAPÍTULO II - DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TÁXI - Art. 5º. O Serviço de Táxi somente pode ser executado mediante condução por motoristas devidamente inscritos no Cadastro Municipal de Condutores de Táxis, assim classificados: I - Taxista Autônomo; II - Taxista Profissional Empregado; III - Taxista Auxiliar de Condutor Autônomo. Parágrafo Único - Conforme inciso II deste artigo entende-se por Taxista Profissional Empregado, os motoristas empregados em empresas autorizatárias já existentes no Município de MIRACEMA/RJ, antes da publicação desta lei. Art. 6º. A inscrição no cadastro de condutores fica condicionada ao preenchimento, pelos taxistas, dos requisitos estabelecidos nas Leis Federais nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 12.468, de 26 de agosto de 2011, e em especial: I - habilitação para conduzir veículo automotor nas categorias B, C, D ou E, com a observação Exerce Atividade Remunerada (EAR); ~~II - curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ;~~

~~SUPRIMIDO III – licença específica para exercer a profissão emitida pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ; SUPRIMIDO~~ IV - inscrição como segurado do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS; V - registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, para o taxista empregado; VI - certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro, tráfico de drogas e corrupção de menores; VII - certidão de condutor expedida pelo DETRAN; VIII - demais documentos especificados no Decreto que regulamenta esta Lei. ~~§ 1º A SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ emitirá Licença de Condutor específico para cada categoria, a qual terá validade de 1 ano. SUPRIMIDO~~ § 2º O Taxista Autônomo poderá cadastrar até dois Taxistas Auxiliares de Condutor Autônomo, atendidas as disposições estabelecidas na Lei nº 6.094, de 1.974. Art. 7º. São deveres dos taxistas: I - atender ao cliente com presteza e polidez; II - trajar-se adequadamente para a função; III - manter o veículo em boas condições de funcionamento e higiene; IV - manter em dia a documentação do veículo exigida pelas autoridades competentes; V - não fumar e não permitir que fumem no interior do veículo: VI - manter a documentação de habilitação regular, válida e sem suspensão, obedecendo à Lei nº 9.503, de 1997, bem como à presente lei e seus regulamentos; VII - exigir do(s) passageiro(s) do táxi a utilização do cinto de segurança, conforme previsto no art. 65 da Lei nº 9.503, de 1997. Art. 8º. O serviço definido nesta lei será prestado mediante utilização de veículo com as seguintes características: I - automóvel dotados de 3 ou 5 portas; II - contendo cores de adesivagem e símbolos padronizados pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ; ~~III – dotado de taxímetro aprovado pelo Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO, com características para operação do serviço de táxi do Município de MIRACEMA/RJ; SUPRIMIDO IV - contendo requisitos e condições estabelecidos na regulamentação; V - aprovado em vistoria prévia a ser realizada pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ, renovável obrigatoriamente a cada 01 ano SUPRIMIDO VI - plaquetas de identificação do veículo fixadas no painel e porta traseira em Braile. SUPRIMIDO~~ § 1º Compete à SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ expedir o documento de vistoria e afixá-lo no veículo em local perfeitamente visível ao usuário; § 2º A idade máxima dos veículos empregados no serviço de Táxi será de 10 anos, considerando como referência o ano

de fabricação. CAPÍTULO III - DO QUANTITATIVO DE TÁXIS - Art. 9º. A quantidade de táxis em circulação deve atender as necessidades da população do Município de acordo com estudos elaborados pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ, os quais levarão em conta o desempenho operacional do serviço de táxi considerando número de bandeiradas, número de frações, extensão da corrida média e taxa de ocupação. § 1º Compete à SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ fixar o número máximo de veículos táxi em circulação no Município, de acordo com o interesse público e observado o disposto no art. 4º desta lei. § 2º O Poder Executivo Municipal poderá, através de Lei Complementar, visando o interesse público, ampliar o número de táxis em circulação no município. § 3º O estudo para ajuste da frota terá início quando os dados operacionais apresentarem, no mínimo, 20 bandeiradas de média/dia e 70% de taxa de ocupação. § 4º A relação táxi por habitante será de 1.150 (um mil cento e cinquenta) habitantes por táxi índice estabelecido com base na população estimada através de censo demográfico mais recente, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. I - Ficam criados novos pontos de estacionamentos nos seguintes locais: * 2º Distrito Paraíso do Tobias (02 pontos) * 3º Distrito de Venda das Flores (01 ponto) II - Serão necessários os seguintes requisitos para a contemplação citada no inciso acima: * Residir no Mínimo ha 15 anos no Distrito. *A concessão não poderá ser transferida pelo período mínimo de 15 anos, com exceção para familiares em caso de morte ou invalidez. * Os contemplados ficarão restritos à sua área de atuação no Distrito que residir. Art. 10. Compete à SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ fixar os novos pontos de estacionamento, localização e extensão, tendo em vista o interesse público. Parágrafo Único - Os novos pontos a serem fixados serão, obrigatoriamente, de categoria livre, não podendo ser inserido em pontos já existentes. CAPÍTULO IV - DA AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TÁXI - Art. 11. O Serviço de Táxi será autorizado somente a taxista profissional autônomo, nos termos do art. 3º desta lei. § 1º Fica proibido às empresas autorizatárias do serviço de táxi já existentes, ceder seus veículos em qualquer hipótese, título ou modalidade, a motorista que não seja seu empregado. § 2º Ao motorista profissional autônomo somente poderá ser concedido um único Termo de Autorização, vinculado a um veículo de sua propriedade. ~~Art. 12. A Autorização para prestação do Serviço de Táxi em~~

~~MIRACEMA/RJ será outorgada mediante procedimento que assegure participação dos interessados, observando-se as datas, critérios, conceitos e regras a serem estabelecidos em Edital a ser publicado pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ, observadas as exigências e os critérios de seleção constantes no Decreto de regulamentação desta lei. SUPRIMIDO~~ § 1º O Termo de Autorização é ato unilateral e discricionário e pode ser cassado, revogado ou modificado a qualquer tempo pelo Poder Executivo Municipal; § 2º A cassação do Termo de Autorização, por parte do Poder Executivo Municipal, poderá ocorrer a qualquer tempo, proposta pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ, quando se configure a infração do Autorizatário ou seus prepostos às normas e regulamentos em vigor, assegurado o devido processo legal, observado as disposições do Capítulo VI desta lei. ~~Art. 13. O Edital de seleção para a prestação do Serviço de Táxi deverá conter, além das exigências nele especificadas, os seguintes requisitos a serem preenchidos pelos interessados na outorga de Autorização: SUPRIMIDO~~ I - preenchimento de todos os requisitos constantes do art. 6º desta lei; II - ser proprietário do veículo a ser utilizado na prestação do serviço; III - comprovação de regularidade perante o fisco municipal; IV - comprovação de regularidade perante a Previdência Social; Art. 14. A outorga de autorização será entregue ao taxista devidamente inscrito e que comprove mais tempo de atividade no Serviço de Táxi em MIRACEMA/RJ e nunca tenha sido permissionário. § 1º Em caso de empate, a decisão será por sorteio, nos termos do Edital; § 2º O resultado será divulgado em edital firmado pelo Diretor de Transporte da SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ e publicado no Boletim Oficial do Município; § 3º Do resultado caberá recurso ao Titular da SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ no prazo de 5 dias, a contar da publicação do resultado no boletim Oficial do Município. Art. 15. Homologado o resultado pelo Titular da SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ, será publicado no Boletim Oficial do Município e o interessado terá o prazo preclusivo de 5 dias para assinar o Termo de Autorização, contado da publicação. Art. 16. O Autorizatário terá o prazo preclusivo de 60 dias, contado a partir da assinatura do recebimento do termo de Autorização, para apresentar o veículo nas condições previstas neste Regulamento, de modo a obter a competente "Licença para Trafegar". Parágrafo Único - A não apresentação do veículo no prazo assinalado ou a apresentação fora das exigências

regulamentares, importará na revogação de pleno direito da autorização, independentemente de notificação de qualquer natureza. Art. 17. Os atuais permissionários, e empresas autorizatárias já existentes, que pretenderem manter no sistema deverão apresentar, no prazo de 60 dias, a contar da publicação do Regulamento desta lei, os documentos comprobatórios do atendimento aos requisitos para prestação de serviço. Parágrafo Único - O não cumprimento ao disposto no caput deste artigo importará na caducidade da permissão. CAPÍTULO V - DAS TARIFAS - ~~Art. 18. O Poder Executivo Municipal fixará tarifa a ser cobrada pelo serviço de táxi, com base em estudo efetuado pela SECRETARIA DE TRANSPORTE DE MIRACEMA/RJ. SUPRIMIDO Art. 19. A composição, a metodologia e os critérios a serem observados na fixação da tarifa serão estabelecidos em regulamento. SUPRIMIDO~~ CAPÍTULO VI - DAS PENALIDADES - Art. 20. As sanções administrativas a serem aplicadas ao Autorizatário do Serviço de Táxi e aos seus prepostos, consubstanciadas nas penalidades descritas neste artigo, serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo Municipal: I - advertência escrita; II - multa; III - suspensão ou cassação do Registro de Condutores; IV - suspensão ou cassação do Alvará de Licença; V - suspensão ou cassação do Termo de Autorização; VI - impedimento para prestação do serviço. Art. 21. A penalidade será aplicada após a instauração de processo administrativo em que seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório. Parágrafo Único - O procedimento referido no caput deste artigo, inclusive as instâncias de recursos de aplicação das penalidades, será regulamentado por decreto. CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS - Art. 22. Os novos pontos de estacionamento a que se refere o art. 10 desta lei serão fixados de forma a manter a situação atual dos pontos de estacionamento já existentes até 31/12/2012, quando da entrada em vigor desta lei. ~~Art. 23. O Procedimento de que trata o artigo 12 desta Lei, somente será utilizado para novas autorizações, sendo mantidas as autorizações já concedidas, os quais deverão no que couber, ajustar-se às exigências da presente Lei. SUPRIMIDO~~ Art. 24. Os taxistas autorizatários deverão prestar diretamente, no mínimo, 30% do tempo de operação do táxi. Art. 25. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei no prazo máximo de 60 dias, a contar da data da sua publicação. Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo

destinado à Explicações Pessoais. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno disse que hoje saiu publicado no jornal local "A Folha" tanto o Termo de Ajuste de Conduta assinado pelo Governo Municipal anterior, quanto o novo Termo assinado pelo atual Prefeito Municipal e pelo Ministério Público. Esclareceu que no jornal está explicado que o Governo anterior não cumpriu nenhum item do antigo TAC e o Município acabou sendo multado em, aproximadamente, trezentos e oitenta e dois mil reais. Entretanto, parece que com a realização no novo TAC a multa foi perdoada, tendo em vista que o no novo TAC existe a previsão de punir o tanto o Município quanto o gestor público pessoalmente. Por fim, acrescentou que existe um prazo de cumprimento para cada item presente no acordo e pediu aos Vereadores para lerem o TAC por inteiro, pois a situação é muito grave e existem notícias de que alguns itens foram descumpridos. O Vereador Hugo Fernandes acredita que os itens estão sendo cumpridos, sendo que vai se informar melhor sobre o assunto, acreditando que a Câmara Municipal já possui uma cópia do TAC. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que vai estudar melhor esta situação e, caso esteja havendo o descumprimento do TAC, vai tentar buscar uma solução para os problemas. A Vereadora Maria José Marques Barros Andrade cumprimentou todos os presentes e agradeceu o Secretário Municipal Luiz Godoy Neto, por ter atendido seu pedido de maneira rápida e eficiente. O Vereador João Siqueira Magalhães esclareceu que estava pensando em solicitar uma cópia do atual TAC celebrado entre o Município de Miracema e o Ministério Público, entretanto como a Câmara Municipal já o possui vai solicitar uma cópia na Secretaria. Continuando, o Vereador João Siqueira Magalhães solicitou Moção de Pesar ao Sr. Wilson Cirino, em virtude de seu falecimento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. O Vereador Fabrício de Sá Xavier disse que possui a informação de que no sábado que passou um médico, que estava trabalhando no P.U. de Miracema, pediu licença para pegar um jornal em seu carro e não voltou para trabalhar. Destacou que este fato é prejudicial para o funcionamento do Posto de Emergência, uma vez que o referido ficou sem médico nenhum durante um grande período de tempo. O Vereador Gutemberg Medeiros Damasceno esclareceu que no Jornal A Folha possui uma reportagem onde diz que os médicos de Itaocara entraram em greve, uma vez que a Câmara Municipal do Município não está autorizando a criação de uma verba suplementar para realizar o pagamento dos

salários dos médicos. O Vereador Paulo Sérgio de Azevedo esclareceu que o responsável pelo Setor deve ficar alerta para que estas situações não venham a ocorrer, pois a Direção deve verificar se os médicos que não estão recebendo irão ou não cumprir seus plantões para suprir eventuais ausências. O Vereador Gideão Duarte Gonçalves esclareceu que o cumprimento de um item do TAC está atrasado por conta da modalidade de licitação que não foi aceita, entretanto já ficou acordado um novo prazo para o cumprimento do referido item. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva parabenizou o Vereador Gutemberg pela preocupação com Miracema, acrescentando que com a assinatura do novo TAC a dívida anterior foi perdoada e destacando que cada Secretário deve tomar conta de sua respectiva Secretaria, assim todos os itens do novo TAC serão regularmente cumpridos. Continuando, o Vereador Genessi Rodrigues solicitou Moção de Aplausos para: a) a Assistente Social Kelly Braga Tostes Leite pelo reconhecimento do brilhante trabalho social e humanitário que vem desenvolvendo na Assistência Social da Saúde no Município de Miracema; b) a Assistente Social Maria Aparecida Leite Freire Machado pelo reconhecimento do brilhante trabalho social e humanitário que vem desenvolvendo na Assistência Social da Saúde no Município de Miracema; Os Vereadores Carlos Magno da Silva Peres, Gideão Duarte Gonçalves e Maria José Marques Barros Andrade irão assinar esta Moção. O Vereador Hugo Fernandes disse que está preocupado com a situação das eleições para ocupar os cargos de Conselheiros Municipais da Criança e do Adolescente, com isso a Câmara Municipal está fazendo seu papel, uma vez que está alertando o descumprimento de uma Lei. Acrescentou que amanhã será nomeada uma nova Secretária de Saúde e espera que ela consiga lidar com esta área tão delicada. Esclareceu que o P.U. deveria estar sendo utilizado como um Posto de Emergência, porém com o não funcionamento pleno de alguns PSF's o volume de atendimento do P.U. está sendo muito grande. Com isso, acredita que quando os PSF's estiverem funcionando regularmente o volume de atendimento no P.U. será diminuído, destacando que o Posto de Urgência é uma grande obra do Município de Miracema. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 03/04/2014, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara

Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 03 de abril de 2014.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no Plenário Francisco de Freitas, Salão Nobre do Pavimento Senador Dirceu Cardoso, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 340, neste Município, foi realizada mais uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Miracema, a de número duzentos e um da atual legislatura, com a presença dos Vereadores **Hugo Fernandes, Fabrício de Sá Xavier, José Augusto Martins, Paulo Sérgio de Azevedo, Aimoré da Silva Almeida, Carlos Magno da Silva Peres, Genessi Rodrigues da Silva, Maria Alessandra Leite Freire, , Maurício Sant'Ana Soares e Paulo César da Cruz de Azevedo,** sob a presidência do primeiro. Após constatar a existência de número legal, o Sr. Presidente Vereador Hugo Fernandes, solicitou ao Vereador Fabrício de Sá Xavier, 1º Secretário da Mesa Diretora, que fizesse a chamada dos Vereadores presentes. Foi registrada a ausência do Vereador Marcus Felipe Mercante Linhares. Justificada. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, que fizesse a leitura do seguinte texto bíblico: Marcos, Capítulo 04, Versículos de 01 à 06. Em sequência, foi lida e aprovada a ata do dia 24 de outubro de 2019. Prosseguindo o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora que fizesse a leitura da seguinte correspondência: 01) Ofício PMM/GAB nº 305/2019 do Gabinete do Prefeito encaminhando Projeto de Lei nº 033/2019; 02) Ofício nº 154/2019 da Secretaria Municipal de Educação respondendo o ofício nº 879/2019; 03) Ofício nº 016/2019 da Secretaria Municipal de desenvolvimento Agropecuário respondendo ofício nº 865/2019; 04) Ofício SMSM nº 261 da Secretaria Municipal de Saúde respondendo o ofício nº 0898/2019; 05) Ofício nº 50-114 Comando da Força Aero Naval-MB da Marinha do Brasil; 06) Ofício CEDAE – DPR nº 1271/2019 respondendo o ofício nº 847/19; 07) Ofício nº 03 da Associação Cultural Menino de Jesus; 08) Ofício PMM/GAB nº 301/2019 do Gabinete do Prefeito encaminhando Projeto de Lei nº 021/2019. A seguir o Sr. Presidente passou ao tempo destinado a Requerimentos e Indicações. Foram apresentados os seguintes: 01) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo, em conjunto com o Vereador Fabrício de Sá Xavier - À Secretaria Municipal de Fazenda - Solicitação no sentido de que seja estudada a possibilidade da abertura de um REFIS este ano, tendo em vista a liberação dos

recursos do FGTS, o 13º e o pagamento em dia. Deferido. 02) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - Ao Diretor Regional da CEDAE - Solicitação no sentido de que seja realizada a extensão de rede de água na Rua Edson Monteiro de Barros, no Jardim Beverly, tendo em vista que a referida rua cresceu e aumentou a quantidade de casas. Aprovado. 03) Vereador Paulo Sérgio de Azevedo - À Direção do DER-RJ e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que sejam realizadas podas nas árvores localizadas na estrada que liga Miracema ao Distrito de Paraíso do Tobias, tendo em vista que diversas árvores grandes estão caindo dentro do asfalto e gerando risco para os motoristas. Aprovado e Deferido. O Vereador Aimoré da Silva Almeida esclareceu que está ouvindo reclamações de alguns pais sobre a instalação do Escola Militar no Colégio Sônia Amaral Torres, tendo em vista que o Poder Público ainda não informou a real situação para os pais dos alunos. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que a Secretaria de Educação irã atender sua sugestão e será realizada uma audiência pública no dia 05 de novembro, às 19 horas, no referido Colégio para esclarecer os fatos para todos os alunos. 04) Vereadora Maria Alessandra Leite Freire - À Secretaria Municipal de Fazenda - Solicitação no sentido de que seja encaminhada a esta Casa Legislativa uma cópia do empenho, do pagamento e da nota fiscal referente aos vinte mil reais pago pelos serviços do Caminhão Limpa-Fossas no Município de Miracema. Deferido. 05) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Secretário de Estado de Polícia Militar, Coronel Rogério Figueiredo de Lacerda - Segundo a Lei 8.597 de 31 de outubro de 2019 que estende a todo estado do Rio de Janeiro o programa Segurança Presente. Venho por meio deste, solicitar que se FIRME o convênio com o Município de Miracema para inclusão no referido programa com o objetivo de evitar situações de conflito. Esclarecemos que em contato com os munícipes pudemos perceber que esse é um anseio da população. Aprovado. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - Ao Prefeito Municipal - Segundo a Lei 8.048/18 poderão são firmados convênios entre o Poder Executivo do Estado e dos Municípios, para remeterem recursos para os locais, que têm por objeto oferecer à prática de esportes e lazer, deverão prever a colocação de brinquedos e

equipamentos desenvolvidos para utilização de pessoas com deficiência. Venho por meio deste, solicitar/indicar que se coloquem brinquedos e equipamentos desenvolvidos para utilização de pessoas com deficiência nos locais abaixo discriminados: a) Praça Dona Ermelinda – Centro; b) Praça Salim Damiã – Centro; c) Praça da CEHAB – CEHAB; d) Praça do Distrito de Venda das Flores; e) Praça do Distrito de Paraiso do Tobias. Esclarecemos que em contato com os munícipes pudemos perceber que esse é um anseio da população. Deferido. 06) Vereador Genessi Rodrigues da Silva - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e ao Diretor da Enel, Sr. Edson Curty - Considerando a importância da iluminação pública, tanto ao que concerne à prevenção de acidentes nos trajetos, tanto quanto por prevenir crimes. Considerando que a Rua Jandira Alvim Braga, apresenta iluminação obsoleta, estando alguns postes inclusive sem lâmpada, necessitam a via de revisão neste sentido. Venho por meio do presente, especialmente, indicar/solicitar que seja substituído o poste localizado em frente ao antigo bar do QU, (bem no centro da Praça), vez que apresenta iminente risco de queda, o que pode trazer prejuízos incalculáveis, até mesmo à vida. Continuando, a Vereadora Maria Alessandra Leite Freire disse que esteve ontem no Rio de Janeiro e fez um pedido ao Deputado do DEM, o Dr. Deodalto para criar uma unidade específica de atendimento para a mulher dentro da Delegacia de Miracema, tendo em vista que algumas mulheres possuem dificuldades de expor suas situações para os homens. 07) Vereador Carlos Magno da Silva Peres - À Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Solicitação no sentido de que seja realizada uma limpeza no Parquinho e na Pracinha localizados no Bairro Pontilhão do Rosa. Deferido. Continuando, disse que foi iniciado um trabalho de asfaltamento numa Rua do Bairro Pontilhão do Rosa e nenhum vereador que mora no local foi sequer avisado, sendo que a população faz cobranças a todo o momento diretamente aos Vereadores. Dessa forma, acredita que a Secretaria deveria informar aos Vereadores que o trabalho vai ser realizado para que eles possam participar e mostrar que estão trabalhando ativamente. Esclareceu que a população cobra os Vereadores a todo o momento e no momento que os pedidos são atendidos a Prefeitura deveria convidar os Vereadores para participarem. O

Vereador Hugo Fernandes disse que concorda com as palavras do Vereador Carlos Magno, acrescentando que a falta de orientação às vezes passa despercebida ou é intencional, pois percebeu que em momento algum a Câmara dos Vereadores foi citada no encontro com Governador, sendo que os Vereadores foram convidados em cima da hora e a Câmara sequer foi citada. Acrescentou que não faz questão de ser citado pessoalmente e sim sentiu falta da citação da Câmara Municipal como um todo, mas quando o Governo precisa desta Casa para aprovar as Leis rapidamente, nós somos lembrados. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva disse que hoje estivemos presente no evento com o Governador e em nenhum momento a Câmara Municipal foi citada, sendo que estávamos prestigiando a visita do Governador, destacando que sempre somos parceiros do Poder Executivo. Acrescentou que a visita do Governador é um momento importante para o Município e os Vereadores sempre fazem seus pedidos para atender os anseios dos munícipes, sendo que solicitou diversas vezes a realização do asfaltamento na Rua Pedro dos Santos e está muito feliz que foi atendido. O Vereador Aimoré da Silva Almeida disse que recebeu o convite para o encontro com o Governador ontem às nove horas da noite, ou seja, em cima da hora, acrescentando que infelizmente o Governo está querendo fazer tudo sozinho e esquecendo que precisa da Câmara para a aprovação dos Projetos de Lei. 08) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Presidente do DER-RJ - Solicitação no sentido de que seja realizado o encaminhamento de recursos para o asfaltamento das ruas do Município de Miracema abaixo relacionadas: a) Rua Ururay de Mattos Macedo (Bairro Jardim Beverly); b) Rua Astrogilda Dias Sentinelli (Bairro Jardim Beverly); c) Rua Vereador Antônio Calor (Bairro Jardim Beverly); d) Rua Laylson Marques Sentinelli (Bairro Jardim Beverly); e) Rua José Barreto (Bairro Jardim Beverly); f) Rua Geraldo Alves (Bairro Jardim Beverly); g) Rua Orlando de Martino Aversa (Bairro Jardim Beverly); h) Rua Dionísio Pereira Rosa (Bairro Jardim Beverly); i) Rua Dirceu Cardoso de Medeiros (Distrito de Venda das Flores). Aprovado. 09) Vereador Fabrício de Sá Xavier - Ao Deputado Gustavo Tutuca - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja destinada uma Emenda Parlamentar para o Município de Miracema com o objetivo do

Município adquirir um veículo Van ou um ônibus para atender o Centro de Convivência de Miracema. Aprovado. 10) Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Aplausos para a Sra. Cinara Barros, a parabenizando pela passagem de seu aniversário. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 11) Vereador José Augusto Martins solicitou uma Moção de Aplausos para o Prefeito Municipal Clóvis Tostes de Barros e sua espora, a Sra. Cinara Barros, os parabenizando pela passagem de seu aniversário de casamento. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. 12) Vereador José Augusto Martins - À Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Solicitação no sentido de que seja realizada a troca dos reatores das lâmpadas do Campo da Escola Municipal Álvaro Lontra (Brizolão 143). Deferido. 13) Vereador José Augusto Martins - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que seja realizado o asfaltamento da Rua José Freitas da Silva (Rua da Pinguela), Bairro Boa Vista, tendo em vista que a referida rua se encontra com péssimas condições e repleto de buracos. Deferido. 14) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal - Reiteração - Solicitação no sentido de que seja realizada a Concessão de Uso do espaço para COOPCREM, com o objetivo de tranquilizar os funcionários para que o trabalho continue a ser realizado futuramente. Deferido. 15) Vereador Maurício Sant'Ana Soares - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que envide esforços a fim de que seja encaminhado um Projeto de Lei para a Câmara Municipal regulamentando o padrão de vencimento de toda a classe dos Guardas Municipais, dando igualdade para todos, pois existem informações de que alguns guardas estão com seus padrões equivocados. Deferido. 16) Vereador Hugo Fernandes - Ao Prefeito Municipal - Solicitação no sentido de que, a partir de 2020, seja estabelecida uma parceria da Prefeitura com a Associação de Moradores do Bairro Vila Nova, com o objetivo de transferir para a referida Associação a responsabilidade de cuidar da Praça da Juventude e do Estádio do Ferradurão. Continuando, o Vereador Hugo Fernandes esclareceu que no dia 17 de outubro, o Sr. Jorge Daibes protocolou nesta Casa Legislativa um pedido de informações e sugerindo que fosse formada uma Comissão. Dessa forma, fez a leitura do parecer jurídico sobre o ofício do Sr. Jorge Daibes, acrescentando que a Câmara Municipal já fez uma CPI sobre o assunto abordado no ofício e os representantes da autarquia utilizaram seus direitos de ficarem em silêncio, entretanto em momento algum a Câmara se omitiu, e as devidas

documentações foram encaminhadas a todos os órgãos competentes. Dessa forma, precisamos aguardar a decisão dos órgãos e não cabe a nós influenciar qual o tipo de trabalho que eles vão realizar, assim sugeriu que a Câmara Municipal encaminhe um requerimento ao Poder Executivo solicitando as informações pedidas pelo Sr. Jorge Daibes num prazo de 30 dias e que depois, com as respectivas informações ou não, encaminharíamos a resposta para o Sr. Jorge com as cópias dos documentos da CPI que já foi realizada. Com isso, gostaria da opinião do Plenário para decidir, pois nós podemos encaminhar o ofício ou acatar a sugestão e criar uma Comissão, que particularmente acredita não ser necessário. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma cópia dos documentos que foram lidos para realizar uma melhor análise. O Vereador Paulo César da Cruz de Azevedo disse que podemos pedir ao Município os documentos e encaminhar a respectiva resposta e uma cópia da CPI ao Sr. Jorge Daibes. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares esclareceu que o Município possui toda a documentação e o amparo legal para responder o ofício do Sr. Jorge Daibes, pois fez uma intervenção na CAPPS e realizou tanto uma auditoria interna, quanto uma externa. O Vereador Hugo Fernandes esclareceu que vai encaminhar uma cópia da referida documentação para cada Vereador e na segunda feira decidiremos se vamos formar uma Comissão ou solicitar as informações à Prefeitura. O Vereador Genessi Rodrigues da Silva esclareceu que foi o relator da CPI e inclusive ouviu o cidadão que está pedindo essas informações, acreditando que atualmente a Prefeitura tem condições de responder o ofício. O Vereador Hugo Fernandes disse que hoje o Município tem o poder de fornecer essas informações. A seguir o Sr. Presidente passou á Ordem do Dia. Foi apresentado 01 (um) Projeto de Lei: **01)** Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município, Instituindo o Estatuto e o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração de seus Membros e dá outras providências. Autoria: Prefeito Municipal. A Vereadora Maria Alessandra Leite Freire solicitou vista do referido Projeto de Lei, acrescentando que está percebendo a existência de diversos projetos de lei para favorecer as classes mais altas de servidores da Prefeitura, enquanto que as classes menos favorecidas acabam ficando esquecidas. O Vereador Hugo Fernandes deferiu o pedido de vista. A seguir o Sr. Presidente passou o tempo destinado á Explicações Pessoais. O Vereador Maurício Sant'Ana Soares solicitou uma Moção de Aplausos para o Secretário

Municipal de Planejamento Pablo Calor, o parabenizando pelo excelente atendimento que ele vem realizado a todos os Munícipes e aos Vereadores, sempre tratando todos com muito respeito, carinho e boa vontade. Todos os Vereadores irão assinar esta Moção. Agradecendo a presença de todos o Sr. Presidente encerrou a reunião, os convidando para a próxima a ser realizada no dia 04/11/2019, às 19 horas. Nada mais havendo eu, Roger Rabello Frazão Corrêa, Agente Administrativo da Câmara Municipal de Miracema, para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pelos Senhores Vereadores presentes. Sala das Sessões, 31 de outubro de 2019.